PODER JUDICIÁRIO
DO ESTADO DE MATO GROSSO

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso - Ano XXXII - Cuiabá/MT
DISPONIBILIZADO na Segunda-Feira, 16 de Dezembro de 2019 - Edição nº 10640

ASSINADO DIGITALMENTE TJMT DJE

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Des. Carlos Alberto Alves da Rocha
Presidente

Desa. Maria Helena Gargaglione Póvoas
Vice-Presidente

Des. Luiz Ferreira da Silva
Corregedor-Geral

SUUM CUIQUE TRIBUERE

ESTRUTURA TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO

TRIBUNAL PLENO

Reunir-se-á mediante convocação do Presidente do Tribunal

Des. Carlos Alberto Alves da Rocha - Presidente
Des. Orlando de Almeida Perri
Des. Rubens de Oliveira Santos Filho
Des. Paulo da Cunha
Des. Juvenal Pereira da Silva
Des. Sebastião de Moraes Filho
Des. Márcio Vidal
Des. Rui Ramos Ribeiro
Des. Guiomar Teodoro Borges
Desa. Maria Helena Gargaglione Póvoas
Des. Luiz Ferreira da Silva
Desa. Clarice Claudino da Silva
Des. Alberto Ferreira de Souza
Desa. Maria Erotides Kneip
Des. Marcos Machado
Des. Dirceu dos Santos
Des. Luiz Carlos da Costa
Des. João Ferreira Filho
Des. Pedro Sakamoto
Desa. Marilsen Andrade Addário
Des. Rondon Bassil Dower Filho
Desa. Maria Aparecida Ribeiro
Des. José Zuquim Nogueira
Desa. Serly Marcondes Alves
Des. Sebastião Barbosa Farias
Des. Gilberto Giraldelli
Desa. Nilza Maria Pôssas de Carvalho
Desa. Antônia Siqueira Gonçalves
Desa. Helena Maria Bezerra Ramos
Des. Mário Roberto Kono de Oliveira

ÓRGÃO ESPECIAL
Sessões: 2ª - Quinta-feira do mês - 14:00
Matéria Judiciária - Plenário 01
Sessões: 4ª - Quinta-feira do mês - 14:00
Matéria Administrativa - Plenário 01
Des. Carlos Alberto Alves da Rocha - Presidente
Des. Orlando de Almeida Perri
Des. Paulo da Cunha
Des. Juvenal Pereira da Silva
Des. Márcio Vidal
Des. Rui Ramos Ribeiro
Desa. Maria Helena Gargaglione Póvoas
Des. Luiz Ferreira da Silva
Desa. Clarice Claudino da Silva
Desa. Maria Erotides Kneip
Des. Marcos Machado
Des. João Ferreira Filho
Des. Rondon Bassil Dower Filho

CONSELHO DA MAGISTRATURA
Sessões: 4ª- Segunda-Feira do mês - 9:00
Des. Carlos Alberto Alves da Rocha - Presidente
Desa. Maria Helena Gargaglione Póvoas
Des. Luiz Ferreira da Silva

PRIMEIRA TURMA DE CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS DE DIREITO PRIVADO
Sessões: 1ª - Quinta-feira do mês
Plenário 01 - 14:00
Des. Sebastião de Moraes Filho - Presidente
Desa. Clarice Claudino da Silva
Des. João Ferreira Filho
Desa. Marilsen Andrade Addário
Des. Sebastião Barbosa Farias
Desa. Nilza Maria Pôssas de Carvalho

SEGUNDA TURMA DE CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS DE DIREITO PRIVADO
Sessões: 1ª - Quinta-feira do mês
Plenário 03 - 8:30
Des. Rubens de Oliveira Santos Filho - Presidente
Des. Guiomar Teodoro Borges
Des. Dirceu dos Santos
Des. José Zuquim Nogueira
Desa. Serly Marcondes Alves
Desa. Antônia Siqueira Gonçalves

TURMA DE CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO
Sessões: 1º Quintas-feiras do mês
Plenário 04 - 14:00
Des. Márcio Vidal - Presidente
Desa. Maria Erotides Kneip
Des. Luiz Carlos da Costa
Desa. Maria Aparecida Ribeiro
Desa. Helena Maria Bezerra Ramos
Des. Mário Roberto Kono de Oliveira

TURMA DE CÂMARAS CRIMINAIS REUNIDAS
Sessões: 1ª - Quinta-feira do mês
Plenário 02 - 14:00
Des. Orlando de Almeida Perri - Presidente
Des. Paulo da Cunha
Des. Juvenal Pereira da Silva
Des. Rui Ramos Ribeiro
Des. Alberto Ferreira de Souza
Des. Marcos Machado
Des. Pedro Sakamoto
Des. Rondon Bassil Dower Filho
Des. Gilberto Giraldelli

PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO
Sessões: Terças-feiras - Plenário 01 - 14:00
Des. João Ferreira Filho - Presidente
Des. Sebastião Barbosa Farias
Desa. Nilza Maria Pôssas de Carvalho

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO
Sessões: Quartas-feiras - Plenário 02 - 8:30
Des. Sebastião de Moraes Filho - Presidente
Desa. Clarice Claudino da Silva
Desa. Marilsen Andrade Addário

TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO
Sessões: Quartas-feiras - Plenário 01 - 14:00
Des. Dirceu dos Santos - Presidente.
Des. José Zuquim Nogueira
Desa. Antônia Siqueira Gonçalves

QUARTA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO
Sessões: Quartas-feiras - Plenário 03 - 8:30
Des. Rubens de Oliveira Santos Filho - Presidente
Des. Guiomar Teodoro Borges
Desa. Serly Marcondes Alves

PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO
Sessões: Segundas-feiras - Plenário 04 - 14:00
Des. Márcio Vidal - Presidente
Desa. Maria Erotides Kneip
Desa. Helena Maria Bezerra Ramos

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO
Sessões: Terças-feiras - Plenário 03 - 14:00
Des.Luiz Carlos da Costa - Presidente.
Desa. Maria Aparecida Ribeiro
Des. Mario Roberto Kono de Oliveira

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL
Sessões: Terças-feiras - Plenário 04 - 14:00
Des. Orlando de Almeida Perri - Presidente
Des. Paulo da Cunha
Des. Marcos Machado

SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL
Sessões: Quartas-feiras - Plenário 04 - 14:00
Des. Rui Ramos Ribeiro - Presidente
Des. Alberto Ferreira de Souza
Des. Pedro Sakamoto

TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL
Sessões: Quartas-feiras - Plenário 03 - 14:00
Des. Juvenal Pereira da Silva - Presidente
Des. Rondon Bassil Dower Filho
Des. Gilberto Giraldelli

SEÇÃO DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO
Sessões: 3ª Quinta-feira do mês - 9:00
Plenário 02
Des. Márcio Vidal - Presidente.
Desa. Maria Erotides Kneip
Des. Luiz Carlos da Costa
Desa. Marilsen Andrade Addário
Desa. Maria Aparecida Ribeiro
Desa. Serly Marcondes Alves
Desa. Nilza Maria Pôssas de Carvalho
Desa. Antônia Siqueira Gonçalves
Desa. Helena Maria Bezerra Ramos
Des. Mário Roberto Kono de Oliveira

SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO
Sessões: 3ª Quinta-feira do mês - 14:00
Plenário 01
Des. Rubens de Oliveira Santos Filho - Presidente
Des. Sebastião de Moraes Filho
Des. Guiomar Teodoro Borges
Desa. Clarice Claudino da Silva
Des. Dirceu dos Santos
Des. João Ferreira Filho
Desa. Marilsen Andrade Addário
Des. José Zuquim Nogueira
Desa. Serly Marcondes Alves
Des. Sebastião Barbosa Farias
Desa. Nilza Maria Pôssas de Carvalho
Desa. Antônia Siqueira Gonçalves

Índice

COMARCAS **3**
Entrância Especial **3**
Comarca de Cuiabá **3**
Diretoria do Fórum **3**
Central de Arrecadação 3

Varas Cíveis **6**
1ª Vara Cível 6
2ª Vara Cível 28
3ª Vara Cível 32
4ª Vara Cível 78
5ª Vara Cível 111
6ª Vara Cível 147
7ª Vara Cível 152
8ª Vara Cível 198
9ª Vara Cível 221
10ª Vara Cível 226
11ª Vara Civel 243
1ª Vara Especializada em Direito Bancário 266
2ª Vara Especializada em Direito Bancário 268
3ª Vara Especializada em Direito Bancário 284
4ª Vara Especializada em Direito Bancário 296
Vara Especializada em Ação Civil Pública e Ação Popular 305

Varas Especializadas de Família e Sucessões **306**
1ª Vara Especializada de Família e Sucessões 306
2ª Vara Especializada de Família e Sucessões 310
4ª Vara Especializada de Família e Sucessões 312
5ª Vara Especializada de Família e Sucessões 322
6ª Vara Especializada de Família e Sucessões 327

Varas Especializadas da Fazenda Pública **333**
1ª Vara Especializada da Fazenda Pública 333
2ª Vara Especializada da Fazenda Pública 346
3ª Vara Especializada da Fazenda Pública 348
4ª Vara Especializada da Fazenda Pública 350
5ª Vara Especializada da Fazenda Pública 353
Vara Especializada de Execução Fiscal 365

Vara Especializada do Meio Ambiente **485**
Varas Criminais **488**
1ª Vara Criminal 488
4ª Vara Criminal 489
5ª Vara Criminal 491
8ª Vara Criminal 492
9ª Vara Criminal 493
10ª Vara Criminal 493
11ª Vara Criminal - J. Militar 495
12ª Vara Criminal 495
13ª Vara Criminal 497
14ª Vara Criminal 499
Vara Especializada Contra o Crime Organizado, os Crimes Contra a Ordem Tributária e Econômica e os Crimes Contra a Administração Pública 499

Varas Especializadas de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher **500**
1ª Vara Esp. de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher 500
2ª Vara Esp. de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher 502

Varas Especializadas da Infância e Juventude **508**
1ª Vara Especializada da Infância e Juventude 508

Juizados Especiais Cíveis **508**
Primeiro Juizado Especial Cível de Cuiabá **508**
Segundo Juizado Especial Cível de Cuiabá **533**
Terceiro Juizado Especial Cível de Cuiabá **542**
Quarto Juizado Especial Cível de Cuiabá 552

Quinto Juizado Especial Cível de Cuiabá **584**
Sexto Juizado Especial Cível de Cuiabá **612**
Oitavo Juizado Especial Cível de Cuiabá **638**
JUVAM - Juizado Especial Volante Ambiental de Cuiabá 640
Juizado Especial da Fazenda Pública de Cuiabá 641

Juizado Especial Criminal Unificado **671**

COMARCAS

Entrância Especial

Comarca de Cuiabá

Diretoria do Fórum

Central de Arrecadação

Expediente

Intimação da Parte Requerida

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 344472 Nr: 14876-73.2008.811.0041

AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: L. B. A., RODRIGO ALEXANDRE AZEVEDO ARAÚJO, MARIANGELA BIANCARDINI ARAÚJO

PARTE(S) REQUERIDA(S): UNIMED CUIABÁ - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: VALQUIRIA DE CARVALHO AZEVEDO - OAB:9.359 - MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Dr. Joaquim Felipe Spadoni - OAB/MT 6.197 - OAB:, Dr. Jorge Luiz Miraglia Jaudy - OAB/MT 6.735 - OAB:

Nos termos do artigo 7° do Provimento nº 12/2017-CGJ, fica devidamente INTIMADA a parte requerida, para que efetue, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais no importe de R$ 558,60(quinhentos e cinquenta e oito reais e sessenta centavos), a que foi condenada, nos termos da r. sentença. Este valor deverá ser de forma separada, sendo R$ 381,04 (trezentos e oitenta e um reais e quatro centavos), para recolhimento da guia de CUSTAS, e R$ 145,20(cento e quarenta e cinco reais e vinte centavos), para fins da guia de TAXA. Ao Cartório não oficializado, o valor correspondente a R$ 32,36 (trinta e dois reais e trinta e seis centavos) que deverá ser depositado em nome de Marilu Cuiabano Malheiros Banco d Brasil, Agência 4696-5, Conta corrente nº 5540-9, CPF 111.180.911-91. Fica cientificado de que, para emissão de guia de custas e taxa, deverá acessar o site www.tjmt.jus.br, link EMISSÃO DE GUIAS ONLINE, emitir guias, digitar custas, clicar em CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES, preencher o número único do processo, buscar, próximo, ok, colocar o nº do CPF do pagante. Clicar em CUSTAS e incluir o valor discriminado acima, caso tenha custas. Clicar em TAXA e incluir o valor discriminado acima, caso tenha taxa. Clicar em gerar GUIA. O sistema gera um BOLETO ÚNICO. Imprimir e, após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a GUIA PAGA no Protocolo Geral do Fórum da Capital direcionado à Central de Arrecadação e Arquivamento. ADVERTÊNCIA: o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciárias, implicará na restrição do nome e CPF do devedor, junto à dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612, § 5º da CNGC-TJMT.

Intimação da Parte Requerida

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 347389 Nr: 17927-92.2008.811.0041

AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: L. B. A., RODRIGO ALEXANDRE AZEVEDO ARAÚJO, MARIANGELA BIANCARDINI ARAÚJO

PARTE(S) REQUERIDA(S): UNIMED CUIABÁ - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO, UNIMED PAULISTANA SOCIEDADE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ALEXANDRE AZEVEDO ANTUNES - OAB:8843/MT, ROSMERI VALDUGA - OAB:11550/MT, VALQUIRIA DE CARVALHO AZEVEDO - OAB:9359 MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JOAQUIM FELIPE SPADONI - OAB:6.197/MT, JORGE LUIZ MIRAGLIA JAUDY - OAB:6.735/MT, KARLHEINZ ALVES NEUMANN - OAB:117.154 OAB/SP, MARCIO RECCO - OAB:138.689, MARGARETE BLANK MIGUEL SPADONI - OAB:8058/MT, thiago mahfuz vezzi - OAB:228213

Nos termos do artigo 7° do Provimento nº 12/2017-CGJ, fica devidamente INTIMADA a parte requerida, para que efetue, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais no importe de R$ 558,60(quinhentos e cinquenta e oito reais e sessenta centavos), a que foi condenada, nos termos da r. sentença. Este valor deverá ser de forma separada, sendo R$ 381,04 (trezentos e oitenta e um reais e quatro centavos), para recolhimento da guia de CUSTAS, e R$ 145,20(cento e quarenta e cinco reais e vinte centavos), para fins da guia de TAXA. Ao Cartório não oficializado, o valor correspondente a R$ 32,36 (trinta e dois reais e trinta e seis centavos) que deverá ser depositado em nome de Marilu Cuiabano Malheiros Banco d Brasil, Agência 4696-5, Conta corrente nº 5540-9, CPF 111.180.911-91. Fica cientificado de que, para emissão de guia de custas e taxa, deverá acessar o site www.tjmt.jus.br, link EMISSÃO DE GUIAS ONLINE, emitir guias, digitar custas, clicar em CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES, preencher o número único do processo, buscar, próximo, ok, colocar o nº do CPF do pagante. Clicar em CUSTAS e incluir o valor discriminado acima, caso tenha custas. Clicar em TAXA e incluir o valor discriminado acima, caso tenha taxa. Clicar em gerar GUIA. O sistema gera um BOLETO ÚNICO. Imprimir e, após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a GUIA PAGA no Protocolo Geral do Fórum da Capital direcionado à Central de Arrecadação e Arquivamento. ADVERTÊNCIA: o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciárias, implicará na restrição do nome e CPF do devedor, junto à dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612, § 5º da CNGC-TJMT.

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 55068 Nr: 1006-68.2002.811.0041

AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: ANGELI REGULADORA DE SINISTRO, CLAUDIONOR ANGELI

PARTE(S) REQUERIDA(S): VERA CRUZ SEGURADORA S/A

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JULIERME ROMERO - OAB:6240/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: HEITOR CORREA DA ROCHA - OAB:4546/MT, HOMERO STABELINE MINHOTO - OAB:26.346/SP, NADIR GONÇALVES DE AQUINO - OAB:116.353/SP, PAULO HENRIQUE CORRÊA MINHOTO - OAB:177342/SP, RAFAEL SERAFIM DA SILVA - OAB:6.915-E

Nos termos do artigo 7° do Provimento nº 12/2017-CGJ, fica devidamente INTIMADA a parte Autora, para que efetue, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais no importe de R$ 1.370,30(um mil, trezentos e setenta reais e trinta centavos), a que foi condenada nos termos da r. sentença. Fica cientificado de que para emissão de guia de custas e taxa, deverá acessar o site www.tjmt.jus.br, link EMISSÃO DE GUIAS ONLINE, emitir guias, digitar custas, clicar em CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES, preencher o número único do processo, buscar, próximo, ok, colocar o nº do CPF do pagante. Clicar em CUSTAS e incluir o valor discriminado acima, caso tenha custas. Clicar em TAXA e incluir o valor discriminado acima, caso tenha taxa. Clicar em gerar GUIA. O sistema gera um BOLETO ÚNICO. Imprimir e após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a GUIA PAGA no Protocolo Geral do Fórum da Capital direcionado à Central de Arrecadação e Arquivamento. ADVERTÊNCIA: o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciárias, implicará na restrição do nome e CPF do devedor, junto à dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612, § 5º da CNGC-TJMT.

Intimação da Parte Requerida

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 13410 Nr: 9214-12.2000.811.0041

AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: MORADA IMOVEIS LTDA

PARTE(S) REQUERIDA(S): MAGDA BELCHIOR, ODILZA LUCINDA BRUNNER DE OLIVEIRA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: RUY NOGUEIRA BARBOSA - OAB:4.678/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ANTONIO PEDRO DOS REIS - OAB:1641/MT, BRUNO DEVESA CINTRA - OAB:14230/MT

Nos termos do artigo 7° do Provimento nº 12/2017-CGJ, fica devidamente

INTIMADA a parte requerida, para que efetue, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais no importe de R$ 541,11(quinhentos e quarenta e um reais e onze centavos), a que foi condenado nos termos da r. sentença. Este valor deverá ser de forma separada, sendo R$ 532,22(quinhentos e trinta e dois reais e vinte e dois centavos), para recolhimento da guia de custas. E, ao Cartório não oficializado o valor correspondente a R$ 8,89(oito reais e oitenta e nove centavos) que deverá ser depositado em nome de Marilu Cuiabano Malheiros, Banco do Brasil, Agência 4696-5, conta corrente nº 5540-9, CPF 111.180.911-91. Fica cientificado de que para emissão de guia de custas e taxa, deverá acessar o site www.tjmt.jus.br, link EMISSÃO DE GUIAS ONLINE, emitir guias, digitar custas, clicar em CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES, preencher o número único do processo, buscar, próximo, ok, colocar o nº do CPF do pagante. Clicar em CUSTAS e incluir o valor discriminado acima, caso tenha custas. Clicar em TAXA e incluir o valor discriminado acima, caso tenha taxa. Clicar em gerar GUIA. O sistema gera um BOLETO ÚNICO. Imprimir e após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a GUIA PAGA no Protocolo Geral do Fórum da Capital direcionado à Central de Arrecadação e Arquivamento. ADVERTÊNCIA: o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciárias, implicará na restrição do nome e CPF do devedor, junto à dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612, § 5º da CNGC-TJMT.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 707952 Nr: 1335-65.2011.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: HOSANA BATISTA CANDIDA DO AMARAL
PARTE(S) REQUERIDA(S): DISVECO LTDA - DISTRIBUIDOR DE VENDA DE VEÍCULO TOYOTA, TOYOTA DO BRASIL
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CELSO CORRÊA DE OLIVEIRA - OAB:7.344/MT, MICHELLE CRISTINA COSTA RANGEL - OAB:6983/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DANIEL PAULO MAIA TEIXEIRA - OAB:4705/MT, DIANARU DA SILVA PAIXAO - OAB:10105/MT, JOÃO TRANCHESI JUNIOR - OAB:58.730/SP, JOSE PAULO MOUTINHO FILHO - OAB:58739/SP
Nos termos do artigo 7° do Provimento nº 12/2017-CGJ, fica devidamente INTIMADA a parte Autora, para que efetue, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais complementares no importe de R$ 3.807,24(três mil, oitocentos e sete reais e vinte e quatro centavos), a que foi condenada, nos termos da r. sentença. Este valor deverá ser de forma separada, sendo R$ 1.903,62(um mil, novecentos e três reais e sessenta e dois centavos), para recolhimento da guia de custas e R$ 1.903,62(um mil, novecentos e três reais e sessenta e dois centavos), para fins da guia de taxa. Fica cientificado de que, para emissão de guia de custas e taxa, deverá acessar o site www.tjmt.jus.br, link EMISSÃO DE GUIAS ONLINE, emitir guias, digitar custas, clicar em CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES, preencher o número único do processo, buscar, próximo, ok, colocar o nº do CPF do pagante. Clicar em CUSTAS e incluir o valor discriminado acima, caso tenha custas. Clicar em TAXA e incluir o valor discriminado acima, caso tenha taxa. Clicar em gerar GUIA. O sistema gera um BOLETO ÚNICO. Imprimir e, após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a GUIA PAGA no Protocolo Geral do Fórum da Capital direcionado à Central de Arrecadação e Arquivamento. ADVERTÊNCIA: o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciárias, implicará na restrição do nome e CPF do devedor, junto à dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612, § 5º da CNGC-TJMT.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 1037253 Nr: 40199-36.2015.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: JANAÍNA POMPEO DE CERQUEIRA
PARTE(S) REQUERIDA(S): CENTRAIS ELETRICAS MATOGROSSENSSE S/A - GRUPO CEMAT
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO - OAB:CUIABÁ
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: CARLOS ALBERTO PIEPER ESPINOLA - OAB:15999-B / MT, MURILLO ESPINOLA DE OLIVEIRA LIMA - OAB:3.127-A/MT, SÉRGIO HENRIQUE K. KOBAYASHI - OAB:6180/MT
Nos termos do artigo 7° do Provimento nº 12/2017-CGJ, fica devidamente INTIMADA a parte requerida, para que efetue, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais no importe de R$ 558,60(quinhentos e cinquenta e oito reais e sessenta centavos), a que foi condenada, nos termos da r. sentença. Este valor deverá ser de forma separada, sendo R$ 413,40 (quatrocentos e treze reais e quarenta centavos), para recolhimento da guia de custas e R$ 145,20 (cento e quarenta e cinco reais e vinte centavos), para fins da guia de taxa. Fica cientificado de que, para emissão de guia de custas e taxa, deverá acessar o site www.tjmt.jus.br, link EMISSÃO DE GUIAS ONLINE, emitir guias, digitar custas, clicar em CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES, preencher o número único do processo, buscar, próximo, ok, colocar o nº do CPF do pagante. Clicar em CUSTAS e incluir o valor discriminado acima, caso tenha custas. Clicar em TAXA e incluir o valor discriminado acima, caso tenha taxa. Clicar em gerar GUIA. O sistema gera um BOLETO ÚNICO. Imprimir e, após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a GUIA PAGA no Protocolo Geral do Fórum da Capital direcionado à Central de Arrecadação e Arquivamento. ADVERTÊNCIA: o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciárias, implicará na restrição do nome e CPF do devedor, junto à dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612, § 5º da CNGC-TJMT.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 761746 Nr: 14235-46.2012.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: GERALDA GENES PEREIRA DA SILVA
PARTE(S) REQUERIDA(S): DIBENS LEASING S.A - ARRENDAMENTO MERCANTIL
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MARCUS ANTONIO DE SOUZA BRITO - OAB:14941/MT, WARRINGTON BERNARD RONDON DIAS - OAB:14.974/ MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: CARLA CRISTINA LOPES SCORTECCI - OAB:OAB/SP 248.970, EGBERTO HERNANDES BLANCO - OAB:89.457/SP
Nos termos do artigo 7° do Provimento nº 12/2017-CGJ, fica devidamente INTIMADA a parte requerida, para que efetue, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais no importe de R$ 1.578,44(um mil, quinhentos e setenta e oito reais e quarenta e quatro centavos), a que foi condenada, nos termos da r. sentença. Este valor deverá ser de forma separada, sendo R$ 789,22(setecentos e oitenta e nove reais e vinte e dois centavos), para recolhimento da guia de custas e R$ 789,22(setecentos e oitenta e nove reais e vinte e dois centavos), para fins da guia de taxa. Fica cientificado de que, para emissão de guia de custas e taxa, deverá acessar o site www.tjmt.jus.br, link EMISSÃO DE GUIAS ONLINE, emitir guias, digitar custas, clicar em CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES, preencher o número único do processo, buscar, próximo, ok, colocar o nº do CPF do pagante. Clicar em CUSTAS e incluir o valor discriminado acima, caso tenha custas. Clicar em TAXA e incluir o valor discriminado acima, caso tenha taxa. Clicar em gerar GUIA. O sistema gera um BOLETO ÚNICO. Imprimir e, após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a GUIA PAGA no Protocolo Geral do Fórum da Capital direcionado à Central de Arrecadação e Arquivamento. ADVERTÊNCIA: o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciárias, implicará na restrição do nome e CPF do devedor, junto à dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612, § 5º da CNGC-TJMT.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 700102 Nr: 34726-45.2010.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ASSIS GOMES BATISTA
PARTE(S) REQUERIDA(S): CIA ITAULEASING DE ARRENDAMENTO MERCANTIL
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JONATHAN W. DA COSTA

OLIVEIRA - OAB:13.953

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: CARLA CRISTINA LOPES SCORTECCI - OAB:20334/A, EGBERTO HERNANDES BLANCO - OAB:137.331/RJ, FERNANDO LUZ PEREIRA - OAB:18473-A OAB/MT, MOISES BATISTA DE SOUZA - OAB:21442/MT

Nos termos do artigo 7° do Provimento nº 12/2017-CGJ, fica devidamente INTIMADA a parte requerida, para que efetue, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais no importe de R$ 642,83(seiscentos e quarenta e dois reais e oitenta e três centavos), a que foi condenada, nos termos da r. sentença. Este valor deverá ser de forma separada, sendo R$ 381,04 (trezentos e oitenta e um reais e quatro centavos), para recolhimento da guia de CUSTAS, e R$ 229,43(duzentos e vinte e nove reais e quarenta e três centavos), para fins da guia de TAXA. Ao Cartório não oficializado, o valor correspondente a R$ 32,36 (trinta e dois reais e trinta e seis centavos) que deverá ser depositado em nome de Marilu Cuiabano Malheiros Banco d Brasil, Agência 4696-5, Conta corrente nº 5540-9, CPF 111.180.911-91. Fica cientificado de que, para emissão de guia de custas e taxa, deverá acessar o site www.tjmt.jus.br, link EMISSÃO DE GUIAS ONLINE, emitir guias, digitar custas, clicar em CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES, preencher o número único do processo, buscar, próximo, ok, colocar o nº do CPF do pagante. Clicar em CUSTAS e incluir o valor discriminado acima, caso tenha custas. Clicar em TAXA e incluir o valor discriminado acima, caso tenha taxa. Clicar em gerar GUIA. O sistema gera um BOLETO ÚNICO. Imprimir e, após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a GUIA PAGA no Protocolo Geral do Fórum da Capital direcionado à Central de Arrecadação e Arquivamento. ADVERTÊNCIA: o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciárias, implicará na restrição do nome e CPF do devedor, junto à dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612, § 5º da CNGC-TJMT.

Intimação da Parte Requerida

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 795184 Nr: 1512-58.2013.811.0041

AÇÃO: Usucapião->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: FÁTIMA MARIA DE CAMARGO

PARTE(S) REQUERIDA(S): ANASTACIO PAPA DE CAMARGO FILHO, MARIA AUXILIADORA PEREIRA SILVA CAMARGO

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Jackson Fábio de Camargo - OAB:20297/O, JANAINA HELIODORO ALVES - OAB:10.113

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: EDEZIO LIMA FERNANDES - OAB:OAB/MT 17.309, JOSE DE LIMA FERNANDES - OAB:2234/MT

Nos termos do artigo 7° do Provimento nº 12/2017-CGJ, fica devidamente INTIMADA a parte requerida, para que efetue, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais no importe de R$ 1.729,78(um mil, setecentos e vinte e nove reais e setenta e oito centavos), a que foi condenada, nos termos da r. sentença. Este valor deverá ser de forma separada, sendo R$ 864,89(oitocentos e sessenta e quatro reais e oitenta e nove centavos), para recolhimento da guia de custas e R$ 864,89(oitocentos e sessenta e quatro reais e oitenta e nove centavos), para fins da guia de taxa. Fica cientificado de que, para emissão de guia de custas e taxa, deverá acessar o site www.tjmt.jus.br, link EMISSÃO DE GUIAS ONLINE, emitir guias, digitar custas, clicar em CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES, preencher o número único do processo, buscar, próximo, ok, colocar o nº do CPF do pagante. Clicar em CUSTAS e incluir o valor discriminado acima, caso tenha custas. Clicar em TAXA e incluir o valor discriminado acima, caso tenha taxa. Clicar em gerar GUIA. O sistema gera um BOLETO ÚNICO. Imprimir e, após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a GUIA PAGA no Protocolo Geral do Fórum da Capital direcionado à Central de Arrecadação e Arquivamento. ADVERTÊNCIA: o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciárias, implicará na restrição do nome e CPF do devedor, junto à dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612, § 5º da CNGC-TJMT.

Intimação da Parte Requerida

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 964987 Nr: 6899-83.2015.811.0041

AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: LUIZ FERNANDO ALVES DE ANDRADE

PARTE(S) REQUERIDA(S): MRV PRIME PARQUE CHAPADA DIAMANTINA INCORPORAÇÕES SPE LTDA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ELISANDRA QUELLEN DE SOUZA - OAB:18.213/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ANDRÉ JACQUES LUCIANO UCHÔA COSTA - OAB:80.055 OAB/MG, DANIELA PATINI - OAB:OAB/MT 11.660, LEONARDO FIALHO PINTO - OAB:108.654 MG

Nos termos do artigo 7° do Provimento nº 12/2017-CGJ, fica devidamente INTIMADA a parte requerida, para que efetue, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais no importe de R$ 278,91(duzentos e setenta e oito reais e noventa e um centavos), a que foi condenada, nos termos da r. sentença. Este valor deverá ser de forma separada, sendo R$ 206,70(duzentos e seis reais e setenta centavos), para recolhimento da guia de custas e R$ 72,21(setenta e dois reais e vinte e um centavos), para fins da guia de taxa. Fica cientificado de que, para emissão de guia de custas e taxa, deverá acessar o site www.tjmt.jus.br, link EMISSÃO DE GUIAS ONLINE, emitir guias, digitar custas, clicar em CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES, preencher o número único do processo, buscar, próximo, ok, colocar o nº do CPF do pagante. Clicar em CUSTAS e incluir o valor discriminado acima, caso tenha custas. Clicar em TAXA e incluir o valor discriminado acima, caso tenha taxa. Clicar em gerar GUIA. O sistema gera um BOLETO ÚNICO. Imprimir e, após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a GUIA PAGA no Protocolo Geral do Fórum da Capital direcionado à Central de Arrecadação e Arquivamento. ADVERTÊNCIA: o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciárias, implicará na restrição do nome e CPF do devedor, junto à dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612, § 5º da CNGC-TJMT.

Intimação da Parte Requerida

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 373729 Nr: 9933-76.2009.811.0041

AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: ESPOLIO DE EDUARDO HENRIQUE DE ALMEIDA PEREIRA, MARLY SILVA DE ALMEIDA PEREIRA

PARTE(S) REQUERIDA(S): BANCO ITAU S/A

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA ASSUMPÇÃO JUNIOR - OAB:7021/MT, WAGNER DE LIMA SANTOS - OAB:10669/O

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: EVANDRO CESAR ALEXANDRE DOS SANTOS - OAB:13.431-A/MT, RENATO CHAGAS CORRÊA DA SILVA - OAB:8.184-A/MT

Nos termos do artigo 7° do Provimento nº 12/2017-CGJ, fica devidamente INTIMADA a parte requerida, para que efetue, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais no importe de R$ 571,65(quinhentos e setenta e um reais e sessenta e cinco centavos), a que foi condenada, nos termos da r. sentença. Este valor deverá ser de forma separada, sendo R$ 381,04 (trezentos e oitenta e um reais e quatro centavos), para recolhimento da guia de CUSTAS, e R$ 158,25(cento e cinquenta e oito reais e vinte e cinco centavos), para fins da guia de TAXA. Ao Cartório não oficializado, o valor correspondente a R$ 32,36 (trinta e dois reais e trinta e seis centavos) que deverá ser depositado em nome de Marilu Cuiabano Malheiros Banco d Brasil, Agência 4696-5, Conta corrente nº 5540-9, CPF 111.180.911-91. Fica cientificado de que, para emissão de guia de custas e taxa, deverá acessar o site www.tjmt.jus.br, link EMISSÃO DE GUIAS ONLINE, emitir guias, digitar custas, clicar em CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES, preencher o número único do processo, buscar, próximo, ok, colocar o nº do CPF do pagante. Clicar em CUSTAS e incluir o valor discriminado acima, caso tenha custas. Clicar em TAXA e incluir o valor discriminado acima, caso tenha taxa. Clicar em gerar GUIA. O sistema gera um BOLETO ÚNICO. Imprimir e, após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a GUIA PAGA no Protocolo Geral do Fórum da Capital direcionado à Central de Arrecadação e Arquivamento. ADVERTÊNCIA: o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciárias, implicará na restrição do nome e CPF do devedor, junto à dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612, § 5º da CNGC-TJMT.

Intimação da Parte Requerida

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 885937 Nr: 20468-88.2014.811.0041

AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: GILMARA CASTRO SIQUEIRA
PARTE(S) REQUERIDA(S): CENTRAIS ELETRICAS MATOGROSSENSSE S/A - GRUPO CEMAT
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ADRIANA CARDOSO - OAB:7590-B, GABRIEL COSTA LEITE - OAB:6608/MT, LUIS CESAR MIRANDA BENCICE - OAB:25.697/B
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: MURILLO ESPINOLA DE OLIVEIRA LIMA - OAB:3127 -A/MT, OZANA BAPTISTA GUSMÃO - OAB:4.062/MT
Nos termos do artigo 7° do Provimento nº 12/2017-CGJ, fica devidamente INTIMADA a parte requerida, para que efetue, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais no importe de R$ 558,60 (quinhentos e cinquenta e oito reais e sessenta centavos), nos termos da r. sentença. Este valor deverá ser de forma separada, sendo R$ 413,40 (quatrocentos e treze reais e quarenta centavos), para recolhimento da guia de custas e R$ 145,20 (cento e quarenta e cinco reais e vinte centavos), para fins da guia de taxa. Fica cientificado de que, para emissão de guia de custas e taxa, deverá acessar o site www.tjmt.jus.br, link EMISSÃO DE GUIAS ONLINE, emitir guias, digitar custas, clicar em CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES, preencher o número único do processo, buscar, próximo, ok, colocar o nº do CPF do pagante. Clicar em CUSTAS e incluir o valor discriminado acima, caso tenha custas. Clicar em TAXA e incluir o valor discriminado acima, caso tenha taxa. Clicar em gerar GUIA. O sistema gera um BOLETO ÚNICO. Imprimir e, após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a GUIA PAGA no Protocolo Geral do Fórum da Capital direcionado à Central de Arrecadação e Arquivamento. ADVERTÊNCIA: o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciárias, implicará na restrição do nome e CPF do devedor, junto à dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612, § 5º da CNGC-TJMT.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 379553 Nr: 15621-19.2009.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MT EXPORT IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA ME
PARTE(S) REQUERIDA(S): HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MÚLTIPLO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: VICTOR HUGO DA SILVA PEREIRA - OAB:11.625/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Nos termos do artigo 7° do Provimento nº 12/2017-CGJ, fica devidamente INTIMADA a parte Autora, para que efetue, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais no importe de R$ 557,81(quinhentos e cinquenta e sete reais e oitenta e um centavos), a que foi condenada, nos termos da r. sentença. Este valor deverá ser de forma separada, sendo R$ 381,04 (trezentos e oitenta e um reais e quatro centavos), para recolhimento da guia de CUSTAS, e R$ 144,41(cento e quarenta e quatro reais e quarenta e um centavos), para fins da guia de TAXA. Ao Cartório não oficializado, o valor correspondente a R$ 32,36 (trinta e dois reais e trinta e seis centavos) que deverá ser depositado em nome de Marilu Cuiabano Malheiros Banco d Brasil, Agência 4696-5, Conta corrente nº 5540-9, CPF 111.180.911-91. Fica cientificado de que, para emissão de guia de custas e taxa, deverá acessar o site www.tjmt.jus.br, link EMISSÃO DE GUIAS ONLINE, emitir guias, digitar custas, clicar em CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES, preencher o número único do processo, buscar, próximo, ok, colocar o nº do CPF do pagante. Clicar em CUSTAS e incluir o valor discriminado acima, caso tenha custas. Clicar em TAXA e incluir o valor discriminado acima, caso tenha taxa. Clicar em gerar GUIA. O sistema gera um BOLETO ÚNICO. Imprimir e, após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a GUIA PAGA no Protocolo Geral do Fórum da Capital direcionado à Central de Arrecadação e Arquivamento. ADVERTÊNCIA: o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciárias, implicará na restrição do nome e CPF do devedor, junto à dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612, § 5º da CNGC-TJMT.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 925757 Nr: 46985-33.2014.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MARILEIDE MARIA DA SILVA ANJOS
PARTE(S) REQUERIDA(S): UNIMED CUIABÁ - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CLAUDIA INFANTINO MARTINS - OAB:10.177 MT, RICHARD RODRIGUES DA SILVA - OAB:8.602/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JACKSON FRANCISCO COLETA COUTINHO - OAB:OAB/MT 9.172-B, JOSE EDUARDO POLISEL GONÇALVES - OAB:12.009/MT
Nos termos do artigo 7° do Provimento nº 12/2017-CGJ, fica devidamente INTIMADA a parte requerida, para que efetue, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais no importe de R$ 558,60 (quinhentos e cinquenta e oito reais e sessenta centavos), nos termos da r. sentença. Este valor deverá ser de forma separada, sendo R$ 413,40 (quatrocentos e treze reais e quarenta centavos), para recolhimento da guia de custas e R$ 145,20 (cento e quarenta e cinco reais e vinte centavos), para fins da guia de taxa. Fica cientificado de que, para emissão de guia de custas e taxa, deverá acessar o site www.tjmt.jus.br, link EMISSÃO DE GUIAS ONLINE, emitir guias, digitar custas, clicar em CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES, preencher o número único do processo, buscar, próximo, ok, colocar o nº do CPF do pagante. Clicar em CUSTAS e incluir o valor discriminado acima, caso tenha custas. Clicar em TAXA e incluir o valor discriminado acima, caso tenha taxa. Clicar em gerar GUIA. O sistema gera um BOLETO ÚNICO. Imprimir e, após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a GUIA PAGA no Protocolo Geral do Fórum da Capital direcionado à Central de Arrecadação e Arquivamento. ADVERTÊNCIA: o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciárias, implicará na restrição do nome e CPF do devedor, junto à dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612, § 5º da CNGC-TJMT.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 797376 Nr: 3750-50.2013.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: HELIO DA SILVA TAQUES
PARTE(S) REQUERIDA(S): BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: INGRIDY TAQUES CAMARGO - OAB:OAB/MT 15.378
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ROSANGELA DA ROSA CORREA - OAB:OAB/MT 16.308-A
Nos termos do artigo 7° do Provimento nº 12/2017-CGJ, fica devidamente INTIMADA a parte requerida, para que efetue, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais no importe de R$ 172,98(cento e setenta e dois reais e noventa e oito centavos), nos termos da r. sentença. Este valor deverá ser de forma separada, sendo R$ 86,49(oitenta e seis reais e quarenta e nove centavos), para recolhimento da guia de custas e R$ 86,49(oitenta e seis reais e quarenta e nove centavos), para fins da guia de taxa. Fica cientificado de que, para emissão de guia de custas e taxa, deverá acessar o site www.tjmt.jus.br, link EMISSÃO DE GUIAS ONLINE, emitir guias, digitar custas, clicar em CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES, preencher o número único do processo, buscar, próximo, ok, colocar o nº do CPF do pagante. Clicar em CUSTAS e incluir o valor discriminado acima, caso tenha custas. Clicar em TAXA e incluir o valor discriminado acima, caso tenha taxa. Clicar em gerar GUIA. O sistema gera um BOLETO ÚNICO. Imprimir e, após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a GUIA PAGA no Protocolo Geral do Fórum da Capital direcionado à Central de Arrecadação e Arquivamento. ADVERTÊNCIA: o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciárias, implicará na restrição do nome e CPF do devedor, junto à dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612, § 5º da CNGC-TJMT.

Varas Cíveis

1ª Vara Cível

Intimação

Intimação Classe: CNJ-286 HABILITAÇÃO DE CRÉDITO

Processo Número: 1047771-84.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
WILLY CHARLES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
VANDER JOSE PASETTI OAB - MT11734-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENGEGLOBAL CONSTRUCOES LTDA (REQUERIDO)

Visto. Nos termos da consulta nº 0167203-48.2016.8.11.0000[1] elaborada pelo Cartório Distribuidor da comarca de Cuiabá, a qual dispõe que os incidentes processuais relacionados aos processos físicos deverão tramitar fisicamente, determino a intimação da parte autora para que proceda a devida distribuição. Às providências. [1] [1] (...) 7. Não obstante, a fim de sanar a pertinente dúvida do Distribuidor da Comarca de Cuiabá, ressalto que os processos distribuídos por conexão ou dependência naqueles processos já distribuídos fisicamente, deverão ser considerados como um incidente processual. 8. Logo, todos os incidentes relacionados a processos que tramitam fisicamente deverão tramitar fisicamente, até seu arquivamento. (...)

Intimação Classe: CNJ-286 HABILITAÇÃO DE CRÉDITO
Processo Número: 1052509-18.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
DEYVID DIAS GUEDES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KARY THAISE BATISTA FERREIRA OAB - MT22651/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MAVI ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA (REQUERIDO)

Visto. Nos termos da consulta nº 0167203-48.2016.8.11.0000[1] elaborada pelo Cartório Distribuidor da comarca de Cuiabá, a qual dispõe que os incidentes processuais relacionados aos processos físicos deverão tramitar fisicamente, determino a intimação da parte autora para que proceda a devida distribuição. Às providências. [1] [1] (...) 7. Não obstante, a fim de sanar a pertinente dúvida do Distribuidor da Comarca de Cuiabá, ressalto que os processos distribuídos por conexão ou dependência naqueles processos já distribuídos fisicamente, deverão ser considerados como um incidente processual. 8. Logo, todos os incidentes relacionados a processos que tramitam fisicamente deverão tramitar fisicamente, até seu arquivamento. (...)

Intimação Classe: CNJ-287 IMPUGNAÇÃO DE CRÉDITO
Processo Número: 1049213-85.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (IMPUGNANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA OAB - MT19081-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
S BOSS MATTOZO (IMPUGNADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
KARLOS LOCK OAB - MT16828-O (ADVOGADO(A))

Visto. Trata-se de Impugnação de Crédito interposta por dependência aos autos da Recuperação Judicial de S. Boss Mattozo Me, conforme autorizado pelo artigo 13, da Lei N.º 11.101/2005. Assim, intime-se o devedor para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, manifestar-se sobre a presente impugnação (art. 12, da Lei N.º 11.101/2005), juntando os documentos que tiver e indicando outras provas que reputem necessárias. Com a contestação, intime-se o Administrador Judicial para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, emitir parecer, consignando-se que, deverá juntar à sua manifestação, o laudo elaborado pelo profissional ou empresa especializada, se for o caso, e todas as informações existentes nos livros fiscais e demais documentos do devedor acerca do crédito, constante ou não da relação de credores, objeto da impugnação, conforme determina o § único, do artigo 12, da Lei N.º 11.101/2005. Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público, voltando-me, em seguida conclusos. Expeça-se o necessário. Intimem-se. Cumpra-se.

Intimação Classe: CNJ-286 HABILITAÇÃO DE CRÉDITO
Processo Número: 1058408-94.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
DILENE PEREIRA GOMES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MANOEL CESAR DIAS AMORIM OAB - MT6470/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
NUTRANA LTDA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCO AURELIO MESTRE MEDEIROS OAB - MT15401-O (ADVOGADO(A))

Visto. I - Concedo a parte autora os benefícios da assistência judiciária gratuita. Anote-se. II - Trata-se de habilitação retardatária interposta por dependência aos autos da recuperação judicial da Nutrana Ltda, que, conforme autoriza o §5º, do art. 10, da Lei 11.101/05, deve ser recebida como Impugnação À Relação De Credores, e processada na forma do artigo 13, da LRF. Assim, intime-se o devedor para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, manifestar-se sobre a presente impugnação (art. 12, da Lei N.º 11.101/2005), juntando os documentos que tiver e indicando outras provas que reputem necessárias. Com a contestação, intime-se o Administrador Judicial para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, emitir parecer, consignando-se que, deverá juntar à sua manifestação, o laudo elaborado pelo profissional ou empresa especializada, se for o caso, e todas as informações existentes nos livros fiscais e demais documentos do devedor acerca do crédito, constante ou não da relação de credores, objeto da impugnação, conforme determina o § único, do artigo 12, da Lei N.º 11.101/2005. Expeça-se o necessário. Intimem-se. Cumpra-se.

Intimação Classe: CNJ-286 HABILITAÇÃO DE CRÉDITO
Processo Número: 1057893-59.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JUCILENE GOMES DE FRANCA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAQUEL BATISTA LOPES FLORENCIO OAB - MT0012239A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESCAVASUL CONSTRUCOES E ENGENHARIA LTDA (REQUERIDO)
CBM CONSTRUCOES E ENGENHARIA EIRELI (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
PEDRO VINICIUS DOS REIS OAB - MT17942-O (ADVOGADO(A))

Visto. I - Concedo a parte autora os benefícios da assistência judiciária gratuita. Anote-se. II - Trata-se de habilitação retardatária interposta por dependência aos autos da recuperação judicial da Escavasul Construções e Engenharia Ltda, que, conforme autoriza o §5º, do art. 10, da Lei 11.101/05, deve ser recebida como Impugnação À Relação De Credores, e processada na forma do artigo 13, da LRF. Assim, intime-se o devedor para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, manifestar-se sobre a presente impugnação (art. 12, da Lei N.º 11.101/2005), juntando os documentos que tiver e indicando outras provas que reputem necessárias. Com a contestação, intime-se o Administrador Judicial para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, emitir parecer, consignando-se que, deverá juntar à sua manifestação, o laudo elaborado pelo profissional ou empresa especializada, se for o caso, e todas as informações existentes nos livros fiscais e demais documentos do devedor acerca do crédito, constante ou não da relação de credores, objeto da impugnação, conforme determina o § único, do artigo 12, da Lei N.º 11.101/2005. Expeça-se o necessário. Intimem-se. Cumpra-se.

Intimação Classe: CNJ-287 IMPUGNAÇÃO DE CRÉDITO
Processo Número: 1058934-61.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CLARINDO BISPO DE ALMEIDA (IMPUGNANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FERNANDA ARAÚJO ROCHA OAB - MT11742/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LUMEN CONSULTORIA,CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA (IMPUGNADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
AUGUSTO MARIO VIEIRA NETO OAB - MT15948-O (ADVOGADO(A))

Visto. I - Concedo a parte autora os benefícios da assistência judiciária gratuita. Anote-se. II - Trata-se de Impugnação de Crédito interposta por dependência aos autos da Recuperação Judicial de Lumen Constutora e Incorporadora e Outras, conforme autorizado pelo artigo 13, da Lei N.º 11.101/2005. Assim, intime-se o devedor para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, manifestar-se sobre a presente impugnação (art. 12, da Lei N.º 11.101/2005), juntando os documentos que tiver e indicando outras provas que reputem necessárias. Com a contestação, intime-se o

Administrador Judicial para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, emitir parecer, consignando-se que, deverá juntar à sua manifestação, o laudo elaborado pelo profissional ou empresa especializada, se for o caso, e todas as informações existentes nos livros fiscais e demais documentos do devedor acerca do crédito, constante ou não da relação de credores, objeto da impugnação, conforme determina o § único, do artigo 12, da Lei N.º 11.101/2005. Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público, voltando-me, em seguida conclusos. Expeça-se o necessário. Intimem-se. Cumpra-se.

Intimação Classe: CNJ-286 HABILITAÇÃO DE CRÉDITO
Processo Número: 1058930-24.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
IVANA MARA NASCIMENTO DOS REIS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDE MARCOS DENIZ OAB - MT6808-O (ADVOGADO(A))
EVAN CORRÊA DA COSTA OAB - MT8202-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FERNANDA G. DE OLIVEIRA - EPP (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCO AURELIO MESTRE MEDEIROS OAB - MT15401-O (ADVOGADO(A))

Visto. I - Concedo a parte autora os benefícios da assistência judiciária gratuita. Anote-se. II - Trata-se de habilitação retardatária interposta por dependência aos autos da recuperação judicial da Fernanda G. de Oliveira, que, conforme autoriza o §5º, do art. 10, da Lei 11.101/05, deve ser recebida como Impugnação À Relação De Credores, e processada na forma do artigo 13, da LRF. Assim, intime-se o devedor para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, manifestar-se sobre a presente impugnação (art. 12, da Lei N.º 11.101/2005), juntando os documentos que tiver e indicando outras provas que reputem necessárias. Com a contestação, intime-se o Administrador Judicial para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, emitir parecer, consignando-se que, deverá juntar à sua manifestação, o laudo elaborado pelo profissional ou empresa especializada, se for o caso, e todas as informações existentes nos livros fiscais e demais documentos do devedor acerca do crédito, constante ou não da relação de credores, objeto da impugnação, conforme determina o § único, do artigo 12, da Lei N.º 11.101/2005. Expeça-se o necessário. Intimem-se. Cumpra-se.

Intimação Classe: CNJ-286 HABILITAÇÃO DE CRÉDITO
Processo Número: 1050662-78.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LEONI VALERIO PENA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANTONIO EDUARDO SCHRAMM DE SOUZA OAB - RO4001 (ADVOGADO(A))
AMANDA IARA TACHINI DE ALMEIDA OAB - RO3146 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESCAVASUL CONSTRUCOES E ENGENHARIA LTDA (REQUERIDO)

Visto. Intime-se a parte autora para no prazo de 15 dias úteis, juntar o comprovante de recolhimento das custas processuais, ou demonstrar documentalmente a sua hipossuficiência, sob pena de cancelamento da distribuição, bem como a petição inicial de habilitação de crédito, sob pena de arquivamento. Intimem-se. Cumpra-se.

Intimação Classe: CNJ-287 IMPUGNAÇÃO DE CRÉDITO
Processo Número: 1041846-10.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
NUTRANA LTDA (IMPUGNANTE)
FERNANDA G. DE OLIVEIRA - EPP (IMPUGNANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCO AURELIO MESTRE MEDEIROS OAB - MT15401-O (ADVOGADO(A))
MARCELLE THOMAZINI OLIVEIRA PORTUGAL OAB - MT10280/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (IMPUGNADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDO MARSARO OAB - MT12832/O (ADVOGADO(A))
RODRIGO LUIZ DA SILVA ROSA OAB - MT18099-O (ADVOGADO(A))
FABIO DE OLIVEIRA PEREIRA OAB - MT13884/O (ADVOGADO(A))
RICHARDSON JUVENTINO GONCALVES CAMPOS OAB - MT23975/B (ADVOGADO(A))
WILLIAM JOSE DE ARAUJO OAB - MT3928-O (ADVOGADO(A))
THAIS FERNANDA RIBEIRO DIAS NEVES OAB - MT22056-O (ADVOGADO(A))
BRUNO RAMOS DOMBROSKI OAB - RJ173725-O (ADVOGADO(A))
AMANDA CARINA UEHARA PAULA OAB - MT21387-B (ADVOGADO(A))
DEIVISON VINICIUS KUNKEL LOPES DE SOUZA OAB - MT14690-O (ADVOGADO(A))
LUIZ CARLOS CACERES OAB - PR26822-O (ADVOGADO(A))
CINARA CAMPOS CARNEIRO OAB - MT8521-O (ADVOGADO(A))
LUANA DE ALMEIDA E ALMEIDA BARROS OAB - MT7381-O (ADVOGADO(A))
HILVETE MARIA DOS SANTOS OAB - DF23829 (ADVOGADO(A))
NELSON FEITOSA JUNIOR OAB - MT8656-O (ADVOGADO(A))
FABIO LUIS NASCIMENTO DOS SANTOS DA MOTA OAB - BA19615 (ADVOGADO(A))
MAURICIO FERREIRA DE CAMPOS GONCALVES DE PAULA OAB - MT9456-O (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
MARCO ANTONIO LORGA OAB - MT13536-O (ADVOGADO(A))
LORGA & MIKEJEVS ADVOGADOS ASSOCIADOS (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)

Visto. Trata-se de Impugnação Contra a Relação de Credores interposta por dependência aos autos da Recuperação Judicial de Nutrana Ltda e Outras, conforme autorizado pelo artigo 13, da Lei N.º 11.101/2005. Assim, intime-se o impugnado para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, manifestar-se sobre a presente impugnação (art. 12, da Lei N.º 11.101/2005), juntando os documentos que tiver e indicando outras provas que reputem necessárias. Com a contestação, intime-se o Administrador Judicial para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, emitir parecer, consignando-se que, deverá juntar à sua manifestação, o laudo elaborado pelo profissional ou empresa especializada, se for o caso, e todas as informações existentes nos livros fiscais e demais documentos do devedor acerca do crédito, constante ou não da relação de credores, objeto da impugnação, conforme determina o § único, do artigo 12, da Lei N.º 11.101/2005. Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público, voltando-me, em seguida conclusos. Expeça-se o necessário. Intimem-se. Cumpra-se.

Intimação Classe: CNJ-287 IMPUGNAÇÃO DE CRÉDITO
Processo Número: 1054163-40.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (IMPUGNANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA OAB - MT19081-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OPUS - SISTEMAS ELETRONICOS LTDA - EPP (IMPUGNADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
HOMERO LIMA NETO OAB - MT23064-O (ADVOGADO(A))

Visto. Trata-se de Impugnação de Crédito interposta por dependência aos autos da Recuperação Judicial de Opus – Sistemas Eletrônicos Ltda me, conforme autorizado pelo artigo 13, da Lei N.º 11.101/2005. Assim, intime-se o devedor para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, manifestar-se sobre a presente impugnação (art. 12, da Lei N.º 11.101/2005), juntando os documentos que tiver e indicando outras provas que reputem necessárias. Com a contestação, intime-se o Administrador Judicial para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, emitir parecer, consignando-se que, deverá juntar à sua manifestação, o laudo elaborado pelo profissional ou empresa especializada, se for o caso, e todas as informações existentes nos livros fiscais e demais documentos do devedor acerca do crédito, constante ou não da relação de credores, objeto da impugnação, conforme determina o § único, do artigo 12, da Lei N.º 11.101/2005. Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público, voltando-me, em seguida conclusos. Expeça-se o necessário. Intimem-se. Cumpra-se.

Intimação Classe: CNJ-286 HABILITAÇÃO DE CRÉDITO
Processo Número: 1056634-29.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
RENATO INACIO VIEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSYANE MARIA CORREA DA COSTA FERREIRA OAB - MT14506-O

(ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESCAVASUL CONSTRUCOES E ENGENHARIA LTDA (REQUERIDO)
CBM CONSTRUCOES E ENGENHARIA EIRELI (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
PEDRO VINICIUS DOS REIS OAB - MT17942-O (ADVOGADO(A))

Visto. Trata-se de habilitação retardatária interposta por dependência aos autos da recuperação judicial da Escavasul Construções e Engenharia e Outra, que, conforme autoriza o §5º, do art. 10, da Lei 11.101/05, deve ser recebida como Impugnação À Relação De Credores, e processada na forma do artigo 13, da LRF. Assim, intime-se o devedor para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, manifestar-se sobre a presente impugnação (art. 12, da Lei N.º 11.101/2005), juntando os documentos que tiver e indicando outras provas que reputem necessárias. Com a contestação, intime-se o Administrador Judicial para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, emitir parecer, consignando-se que, deverá juntar à sua manifestação, o laudo elaborado pelo profissional ou empresa especializada, se for o caso, e todas as informações existentes nos livros fiscais e demais documentos do devedor acerca do crédito, constante ou não da relação de credores, objeto da impugnação, conforme determina o § único, do artigo 12, da Lei N.º 11.101/2005. Expeça-se o necessário. Intimem-se. Cumpra-se.

Intimação Classe: CNJ-287 IMPUGNAÇÃO DE CRÉDITO
Processo Número: 1052239-91.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
APOLUS ENGENHARIA LTDA (IMPUGNANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCO AURELIO MESTRE MEDEIROS OAB - MT15401-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
S M GIUSTTI DE ARRUDA & CIA LTDA - EPP (IMPUGNADO)

Visto. Intime-se a parte autora para no prazo de 15 dias úteis, juntar o comprovante de recolhimento das custas processuais, ou demonstrar documentalmente a sua hipossuficiência, sob pena de cancelamento da distribuição. Intimem-se. Cumpra-se.

Intimação Classe: CNJ-286 HABILITAÇÃO DE CRÉDITO
Processo Número: 1041407-96.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MATEUS MAGALHAES FERREIRA DA COSTA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALYNE RAMMINGER PISSANTI OAB - MT12120/O (ADVOGADO(A))
LIZANDRE CRISTINA SILVA FREITAS OAB - MT18062/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LUMEN CONSULTORIA,CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JESSICA HELLEN OLIVEIRA UMBELINO OAB - MT0018900A (ADVOGADO(A))
AUGUSTO MARIO VIEIRA NETO OAB - MT15948-O (ADVOGADO(A))
CLOVIS SGUAREZI MUSSA DE MORAES OAB - MT14485-O (ADVOGADO(A))
JOAO TITO SCHENINI CADEMARTORI NETO OAB - MT16289 (ADVOGADO(A))
VITTOR ARTHUR GALDINO OAB - MT13955-O (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
TS AUDITORIA E ADMINISTRACAO JUDICIAL LTDA (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
FLAVIANO KLEBER TAQUES FIGUEIREDO OAB - MT7348-O (ADVOGADO(A))

Visto. I - Concedo a parte autora os benefícios da assistência judiciária gratuita. Anote-se. II - Trata-se de habilitação retardatária interposta por dependência aos autos da recuperação judicial da Lumen Construtora e Incorporadora S/A, que, conforme autoriza o §5º, do art. 10, da Lei 11.101/05, deve ser recebida como Impugnação À Relação De Credores, e processada na forma do artigo 13, da LRF. Assim, intime-se o devedor para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, manifestar-se sobre a presente impugnação (art. 12, da Lei N.º 11.101/2005), juntando os documentos que tiver e indicando outras provas que reputem necessárias. Com a contestação, intime-se o Administrador Judicial para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, emitir parecer, consignando-se que, deverá juntar à sua manifestação, o laudo elaborado pelo profissional ou empresa especializada, se for o caso, e todas as informações existentes nos livros fiscais e demais documentos do devedor acerca do crédito, constante ou não da relação de credores, objeto da impugnação, conforme determina o § único, do artigo 12, da Lei N.º 11.101/2005. Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público para parecer. Expeça-se o necessário. Intimem-se. Cumpra-se.

Intimação Classe: CNJ-286 HABILITAÇÃO DE CRÉDITO
Processo Número: 1050168-19.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ANTONIO MONTEIRO DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
WASHINGTON SHAMISTHER HEITOR PELICERI REBELLATO OAB - SP144557 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
V.F. DE JESUS CONSTRUCAO CIVIL - ME (REQUERIDO)

Visto. Nos termos da consulta nº 0167203-48.2016.8.11.0000[1] elaborada pelo Cartório Distribuidor da comarca de Cuiabá, a qual dispõe que os incidentes processuais relacionados aos processos físicos deverão tramitar fisicamente, determino a intimação da parte autora para que proceda a devida distribuição. Às providências. [1] [1] (...) 7. Não obstante, a fim de sanar a pertinente dúvida do Distribuidor da Comarca de Cuiabá, ressalto que os processos distribuídos por conexão ou dependência naqueles processos já distribuídos fisicamente, deverão ser considerados como um incidente processual. 8. Logo, todos os incidentes relacionados a processos que tramitam fisicamente deverão tramitar fisicamente, até seu arquivamento. (...)

Intimação Classe: CNJ-287 IMPUGNAÇÃO DE CRÉDITO
Processo Número: 1052340-31.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
APOLUS ENGENHARIA LTDA (IMPUGNANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCO AURELIO MESTRE MEDEIROS OAB - MT15401-O (ADVOGADO(A))
MARCELLE THOMAZINI OLIVEIRA PORTUGAL OAB - MT10280/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO VOLKSWAGEN S.A. (IMPUGNADO)

Visto. Intime-se a parte autora para no prazo de 15 dias úteis, juntar o comprovante de recolhimento das custas processuais, ou demonstrar documentalmente a sua hipossuficiência, sob pena de cancelamento da distribuição. Intimem-se. Cumpra-se.

Despacho Classe: CNJ-292 RECUPERAÇÃO JUDICIAL
Processo Número: 1003689-02.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LUMEN CONSULTORIA,CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA (AUTOR(A))
LUMIRAL COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO S/A (AUTOR(A))
DISMAFE DISTRIBUIDORA DE MAQUINAS E FERRAMENTAS S/A (AUTOR(A))
TOTAL COMERCIO E REPRESENTACAO S/A (AUTOR(A))
TECNOVIA S/A ARMAZENS GERAIS (AUTOR(A))
EQUIMAF S/A EQUIPAMENTOS MAQUINAS E FERRAMENTAS (AUTOR(A))
AGRUPAR S/A PARTICIPACOES E INVESTIMENTOS (AUTOR(A))
VENTURA S/A PARTICIPACOES E INVESTIMENTOS (AUTOR(A))
ACQUAVIX AMBIENTAL ENGENHARIA LTDA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
JOAO TITO SCHENINI CADEMARTORI NETO OAB - MT16289 (ADVOGADO(A))
VITTOR ARTHUR GALDINO OAB - MT13955-O (ADVOGADO(A))
AUGUSTO MARIO VIEIRA NETO OAB - MT15948-O (ADVOGADO(A))
CLOVIS SGUAREZI MUSSA DE MORAES OAB - MT14485-O (ADVOGADO(A))
SUZINETE COSTA DE ALMEIDA OAB - MT0021291A (ADVOGADO(A))
JESSICA HELLEN OLIVEIRA UMBELINO OAB - MT0018900A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CLARO S.A. (RÉU)
Credores (RÉU)
WANDERLEY RAMPEL (RÉU)
D.J.D. FACTORING FOMENTO MERCANTIL LTDA - EPP (RÉU)

BANCO BRADESCO (RÉU)
HANSATECNICA COMERCIO E REPRESENTACOES S.A (RÉU)
GERENCIAL FACTORING FOMENTO MERCANTIL LTDA - ME (RÉU)
GERDAU ACOS LONGOS S.A. (RÉU)
VOLMIR GELSON EDEL - EPP (RÉU)
YARA CAROLINA DINIZ COSTA (RÉU)
LUIS RODRIGUES DA SILVA (RÉU)
EVERTON PEREIRA CAMILO (RÉU)
PPG INDUSTRIAL DO BRASIL - TINTAS E VERNIZES - LTDA. (RÉU)
MARA SOUZA GALIANO (RÉU)
PIO JOSE DE OLIVEIRA (RÉU)
INSTITUTO EUVALDO LODI (RÉU)
JULLY ENNY DE SOUZA (RÉU)
IRMAOS RODOPOULOS LTDA (RÉU)
VALDECY PEREIRA DE SOUSA (RÉU)
COPACELMIX SERVICOS DE CONCRETO USINADO LTDA (RÉU)
RESITEC - INDUSTRIA DE PIAS DE MARMORE SINTETICO LTDA - EPP (RÉU)
SAINT-GOBAIN DO BRASIL PRODUTOS INDUSTRIAIS E PARA CONSTRUCAO LTDA (RÉU)
GASPAR HELENO ANDRE (RÉU)
COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO UNIAO E NEGOCIOS - SICOOB INTEGRACAO (RÉU)

Advogado(s) Polo Passivo:

BRUNO RAMOS DOMBROSKI OAB - RJ173725-O (ADVOGADO(A))
FERNANDO RUDGE LEITE NETO OAB - SP84786 (ADVOGADO(A))
MARIA FERNANDA DOS SANTOS NAVARRO DE ANDRADE OAB - SP170014 (ADVOGADO(A))
DIEGO CAMPOS DE ALMEIDA BARROS OAB - MT21437-O (ADVOGADO(A))
AOTORY DA SILVA SOUZA OAB - MS7785-A (ADVOGADO(A))
ALAN FRANCO SCORPIONI OAB - MT12935-O (ADVOGADO(A))
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-O (ADVOGADO(A))
EDUARDO SILVA GATTI OAB - SP234531 (ADVOGADO(A))
PAULO VICTOR DE ARAUJO AMORIM OAB - MT19600-O (ADVOGADO(A))
RICARDO GERHARDT OAB - MT0016342A (ADVOGADO(A))
LUIZ CARLOS RIBEIRO NEGRAO OAB - MT4632-O (ADVOGADO(A))
LAELÇO CAVALCANTI JUNIOR OAB - MT14954-O (ADVOGADO(A))
LUCIANO BENETTI TIMM OAB - RS37400 (ADVOGADO(A))
RAFAEL BICCA MACHADO OAB - SP0354406A (ADVOGADO(A))
VANDER JOSE PASETTI OAB - MT11734-O (ADVOGADO(A))
BRUNO MACIEL ALVES FERRAZ OAB - MT19463-O (ADVOGADO(A))
SEBASTIAO AUGUSTO CORREA DE MORAES OAB - MT10416-O (ADVOGADO(A))
FERNANDA PAREJA OLIVEIRA OAB - MT9020-O (ADVOGADO(A))
GUILHERME BARBOSA MESQUITA OAB - DF30417 (ADVOGADO(A))
HERNANDES TEIXEIRA DE SOUZA OAB - MT0015203A (ADVOGADO(A))
GUSTAVO TOSI OAB - DF28498 (ADVOGADO(A))
MIGUEL ANGELO CARROCIA OAB - MT21968/O (ADVOGADO(A))
DANIEL MAGNO MORO SILVA OAB - MT12399-O (ADVOGADO(A))
RENATO DE PERBOYRE BONILHA OAB - MT3844-O (ADVOGADO(A))
ANGELA MARIA JULIO OAB - MT0016399A (ADVOGADO(A))
GERSON TOME TREVISOL OAB - MT19424-O (ADVOGADO(A))
LUIZ ANTONIO GOMIERO JUNIOR OAB - SP0154733A (ADVOGADO(A))
ARIANE DE SOUZA MONARO OAB - MT13094-B (ADVOGADO(A))
PHELIPPE AYSLAN FONSECA MENEGATTI OAB - MT17726-O (ADVOGADO(A))

Outros Interessados:

OSMAR ALVES DE SOUZA (TERCEIRO INTERESSADO)
EDESIO JOSE SEGALA OAB - MT11357-O (ADVOGADO(A))
CARLOS LOURENCO MITSUOSHI DALTRO HAYASHIDA OAB - MT20108-B (ADVOGADO(A))
KATIA VALADARES SILVA (TERCEIRO INTERESSADO)
KATIA VALADARES SILVA OAB - MT232700-O (ADVOGADO(A))
Bradesco S/A (TERCEIRO INTERESSADO)
KAIO AUGUSTO ALVES NASCIMENTO (TERCEIRO INTERESSADO)
GRASIELA ELISIANE GANZER OAB - MT9899-O (ADVOGADO(A))
WALDEMAR MIRANDA (TERCEIRO INTERESSADO)
M. DIESEL CAMINHOES E ONIBUS LIMITADA (TERCEIRO INTERESSADO)
EDER RODRIGUES DE OLIVEIRA OAB - BA28864 (ADVOGADO(A))
RICARDO TURBINO NEVES OAB - MT12454-O (ADVOGADO(A))
JOAO PAULO MORESCHI OAB - MT11686-O (ADVOGADO(A))
OI S.A (TERCEIRO INTERESSADO)
ELADIO MIRANDA LIMA OAB - RJ86235-O (ADVOGADO(A))
JOSE LEOCIR PERES MUNHOZ (TERCEIRO INTERESSADO)
FLAVIA CRISTINA FERRARI SABINO OAB - DF28490 (ADVOGADO(A))
FLAVIANO KLEBER TAQUES FIGUEIREDO OAB - MT7348-O (ADVOGADO(A))
FLAVIA NEVES NOU DE BRITO OAB - BA17065 (ADVOGADO(A))
TS AUDITORIA E ADMINISTRACAO JUDICIAL LTDA (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
VANDERLEY XAVIER DOS SANTOS (TERCEIRO INTERESSADO)
GISELE SILVA NASCIMENTO OAB - MT11740-O (ADVOGADO(A))
MAURICIO BUENO DE ALMEIDA (TERCEIRO INTERESSADO)
AUDINEI GOMES DA SILVA (TERCEIRO INTERESSADO)
GRISIELY DAIANY MACHADO OAB - MT13744-O (ADVOGADO(A))
BANCO VOLKSWAGEN S.A. (TERCEIRO INTERESSADO)
AMIZAEL JOSE CANDIDO OAB - MT23138/O (ADVOGADO(A))
ALBERTO IVAN ZAKIDALSKI OAB - PR39274 (ADVOGADO(A))
INTEGRALSAT SISTEMAS DE SEGURANCA ELETRONICA LTDA - EPP (TERCEIRO INTERESSADO)
MARIA FERNANDA DOS SANTOS NAVARRO DE ANDRADE OAB - SP170014 (ADVOGADO(A))
MILTON ALVES DAMACENO (TERCEIRO INTERESSADO)
BRUNO LASAS LONG OAB - SP331249 (ADVOGADO(A))
VOLMIR GELSON EDEL - EPP (TERCEIRO INTERESSADO)
RICARDO GERHARDT OAB - MT0016342A (ADVOGADO(A))
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (TERCEIRO INTERESSADO)
EDSON RODRIGUES DOS SANTOS (TERCEIRO INTERESSADO)
EVANDRO CESAR ALEXANDRE DOS SANTOS OAB - MT13431-A (ADVOGADO(A))
GERDAU ACOS LONGOS S.A. (TERCEIRO INTERESSADO)
ALBINO CARLOS KRIZIZANOWSKI OAB - MT7231/O (ADVOGADO(A))
Jorge Antonio Krizizanowski OAB - MT15618-O (ADVOGADO(A))
EDUARDO SILVA GATTI OAB - SP234531 (ADVOGADO(A))
EDMUNDO FERREIRA DA ROCHA (TERCEIRO INTERESSADO)
PABLO DOTTO OAB - SP147434 (ADVOGADO(A))
CASSAO JURE FERREIRA SALES OAB - MT9372-O (ADVOGADO(A))
ANDERSON THIAGO DE OLIVEIRA (TERCEIRO INTERESSADO)
EBER SARAIVA DE SOUZA OAB - MT8267-O (ADVOGADO(A))
RICARDO ALEXANDRE VIEIRA DA COSTA OAB - MT0023047A (ADVOGADO(A))
LEANDRO BATISTA DA SILVA (TERCEIRO INTERESSADO)
GAIA DE SOUZA ARAUJO MENEZES OAB - MT20237-O (ADVOGADO(A))
UNIMED CUIABA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO (TERCEIRO INTERESSADO)
UNIODONTO DE MATO GROSSO COOP DE TRAB ODONTOLOGICO LTDA (TERCEIRO INTERESSADO)
TATIANA DA SILVA (TERCEIRO INTERESSADO)
JAQUELINE PROENCA LARREA MEES OAB - MT13356-O (ADVOGADO(A))
ADRIANE SANTOS DOS ANJOS OAB - MT18378-O (ADVOGADO(A))
FABIO LUIS DE MELLO OLIVEIRA OAB - MT6848-B (ADVOGADO(A))
CARLOS ROBERTO DE CUNTO MONTENEGRO OAB - MT11903-A (ADVOGADO(A))
ALEX QUEIROZ DE BRITO (TERCEIRO INTERESSADO)
ROBERT BOSCH LIMITADA (BOSCH) (TERCEIRO INTERESSADO)
BANCO DO BRASIL S.A. (TERCEIRO INTERESSADO)
JOILTON JOSE LEITE OAB - MT19278-O (ADVOGADO(A))
MARCO AURELIO BALLEN OAB - MT4994-O (ADVOGADO(A))
ROBERTO TRIGUEIRO FONTES OAB - MT18280-A (ADVOGADO(A))
JEAN PEREIRA SANTOS (TERCEIRO INTERESSADO)
BRUNO AMAR BOTELHO OAB - RJ113441 (ADVOGADO(A))
JULIANA DE SIQUEIRA CASTRO OAB - RJ113679 (ADVOGADO(A))
AMANDA CARINA UEHARA PAULA OAB - MT21387-B (ADVOGADO(A))
LUCIANO RODRIGUES DE ARRUDA (TERCEIRO INTERESSADO)
JOSE DO CARMO SILVA (TERCEIRO INTERESSADO)
VANDENILSON DE ARRUDA RONDON (TERCEIRO INTERESSADO)
ALOISIO NUNES RONDON (TERCEIRO INTERESSADO)
ADEMILSON GONCALVES DE MATOS LIMA (TERCEIRO INTERESSADO)
VALDEMIR RODRIGUES DE SOUZA (TERCEIRO INTERESSADO)
LAELÇO CAVALCANTI JUNIOR OAB - MT14954-O (ADVOGADO(A))
WAGNALDO SOUZA FARIAS (TERCEIRO INTERESSADO)

ANDRE LUIS AUGUSTO MARTINS OAB - MT18059-O (ADVOGADO(A))
EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS (TERCEIRO INTERESSADO)
WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA (TERCEIRO INTERESSADO)
BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A (TERCEIRO INTERESSADO)
SIMONE REGINA DE SOUZA KAPITANGO A SAMBA OAB - SP0205337A (ADVOGADO(A))
CLAYTON DA COSTA MOTTA OAB - MT14870-O (ADVOGADO(A))
CLAUDIA FELICIO GARCIA OAB - MT19292-O (ADVOGADO(A))
TICKET SOLUCOES HDFGT S/A (TERCEIRO INTERESSADO)
MAURICIO CORTE CHAGAS MEMORIA OAB - RJ137775 (ADVOGADO(A))
GABRIEL LOPES MOREIRA OAB - RS57313 (ADVOGADO(A))
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (TERCEIRO INTERESSADO)
CM ADMINISTRACAO JUDICIAL E PERICIAS LTDA - EPP (PERITO / INTÉRPRETE)
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (TERCEIRO INTERESSADO)
CHRISSY LEAO GIACOMETTI OAB - MT15596-O (ADVOGADO(A))
ADALTO MARQUES PEREIRA (TERCEIRO INTERESSADO)
JEFFERSON RAMOS BRANDAO OAB - PR27617 (ADVOGADO(A))
AUTOAMERICA IMPORTACAO, EXPORTACAO, INDUSTRIA E COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS AUTOMOTIVOS E PNEUMATICOS LTDA (TERCEIRO INTERESSADO)
CONCREMAX CONCRETO ENG E SANEAMENTO LTDA (TERCEIRO INTERESSADO)
JOSÉ ANTÔNIO LESSI (TERCEIRO INTERESSADO)
HANSATECNICA COMERCIO E REPRESENTACOES S.A (TERCEIRO INTERESSADO)
PONTUAL FACTORING FOMENTO MERCANTIL LTDA (TERCEIRO INTERESSADO)
LUIZ CARLOS RIBEIRO NEGRAO OAB - MT4632-O (ADVOGADO(A))
BRUNO PEREZ SANDOVAL OAB - SP324700 (ADVOGADO(A))
ASS CONTABILIDADE EIRELI - ME (TERCEIRO INTERESSADO)
BRADIESEL AUTO PARTS LTDA - EPP (TERCEIRO INTERESSADO)
CLARIANA ZACARKIM BARAO OAB - MT14955-O (ADVOGADO(A))
ROGERIO BARAO OAB - MT8313-O (ADVOGADO(A))
LUIS MARCELO BARTOLETTI DE LIMA E SILVA OAB - SP324000 (ADVOGADO(A))
ANTONIO CARLOS DE OLIVEIRA (TERCEIRO INTERESSADO)
MUNICIPIO DE WAGNER (TERCEIRO INTERESSADO)
FERNANDO CERANTOLA OAB - MT12738/O (ADVOGADO(A))
PAULO VICTOR DE ARAUJO AMORIM OAB - MT19600-O (ADVOGADO(A))
MARCELO GODOY DA CUNHA MAGALHAES OAB - SP234123 (ADVOGADO(A))
NILCARLEY SANTOS SOUZA (TERCEIRO INTERESSADO)
JANAINA PEREIRA DA MATTA LOPES (TERCEIRO INTERESSADO)
CAROLINA MONTEIRO CAMARGO OAB - MT14694-O (ADVOGADO(A))
OSVALDO TAROCO OAB - MT17689 (ADVOGADO(A))
CESAR RODRIGUES DE OLIVEIRA (TERCEIRO INTERESSADO)
PAULO MARCO DE SOUZA PEREIRA (TERCEIRO INTERESSADO)
CLAUDEMIR PEREIRA DE ALMEIDA (TERCEIRO INTERESSADO)
Adriane de Lima Martins OAB - MT20818/O-O (ADVOGADO(A))
ADELINO DA SILVA RONDON (TERCEIRO INTERESSADO)
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MS13116-S (ADVOGADO(A))
ITAU UNIBANCO S.A, (TERCEIRO INTERESSADO)
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
ANGLIZEY SOLIVAN DE OLIVEIRA

Visto. Encaminhem-se os autos ao Ministério Público para parecer. Cumpra-se.

Despacho Classe: CNJ-292 RECUPERAÇÃO JUDICIAL
Processo Número: 1003689-02.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LUMEN CONSULTORIA,CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA (AUTOR(A))
LUMIRAL COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO S/A (AUTOR(A))
DISMAFE DISTRIBUIDORA DE MAQUINAS E FERRAMENTAS S/A (AUTOR(A))
TOTAL COMERCIO E REPRESENTACAO S/A (AUTOR(A))
TECNOVIA S/A ARMAZENS GERAIS (AUTOR(A))
EQUIMAF S/A EQUIPAMENTOS MAQUINAS E FERRAMENTAS (AUTOR(A))
AGRUPAR S/A PARTICIPACOES E INVESTIMENTOS (AUTOR(A))
VENTURA S/A PARTICIPACOES E INVESTIMENTOS (AUTOR(A))
ACQUAVIX AMBIENTAL ENGENHARIA LTDA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
JOAO TITO SCHENINI CADEMARTORI NETO OAB - MT16289 (ADVOGADO(A))
VITTOR ARTHUR GALDINO OAB - MT13955-O (ADVOGADO(A))
AUGUSTO MARIO VIEIRA NETO OAB - MT15948-O (ADVOGADO(A))
CLOVIS SGUAREZI MUSSA DE MORAES OAB - MT14485-O (ADVOGADO(A))
SUZINETE COSTA DE ALMEIDA OAB - MT0021291A (ADVOGADO(A))
JESSICA HELLEN OLIVEIRA UMBELINO OAB - MT0018900A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CLARO S.A. (RÉU)
Credores (RÉU)
WANDERLEY RAMPEL (RÉU)
D.J.D. FACTORING FOMENTO MERCANTIL LTDA - EPP (RÉU)
BANCO BRADESCO (RÉU)
HANSATECNICA COMERCIO E REPRESENTACOES S.A (RÉU)
GERENCIAL FACTORING FOMENTO MERCANTIL LTDA - ME (RÉU)
GERDAU ACOS LONGOS S.A. (RÉU)
VOLMIR GELSON EDEL - EPP (RÉU)
YARA CAROLINA DINIZ COSTA (RÉU)
LUIS RODRIGUES DA SILVA (RÉU)
EVERTON PEREIRA CAMILO (RÉU)
PPG INDUSTRIAL DO BRASIL - TINTAS E VERNIZES - LTDA. (RÉU)
MARA SOUZA GALIANO (RÉU)
PIO JOSE DE OLIVEIRA (RÉU)
INSTITUTO EUVALDO LODI (RÉU)
JULLY ENNY DE SOUZA (RÉU)
IRMAOS RODOPOULOS LTDA (RÉU)
VALDECY PEREIRA DE SOUSA (RÉU)
COPACELMIX SERVICOS DE CONCRETO USINADO LTDA (RÉU)
RESITEC - INDUSTRIA DE PIAS DE MARMORE SINTETICO LTDA - EPP (RÉU)
SAINT-GOBAIN DO BRASIL PRODUTOS INDUSTRIAIS E PARA CONSTRUCAO LTDA (RÉU)
GASPAR HELENO ANDRE (RÉU)
COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO UNIAO E NEGOCIOS - SICOOB INTEGRACAO (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
BRUNO RAMOS DOMBROSKI OAB - RJ173725-O (ADVOGADO(A))
FERNANDO RUDGE LEITE NETO OAB - SP84786 (ADVOGADO(A))
MARIA FERNANDA DOS SANTOS NAVARRO DE ANDRADE OAB - SP170014 (ADVOGADO(A))
DIEGO CAMPOS DE ALMEIDA BARROS OAB - MT21437-O (ADVOGADO(A))
AOTORY DA SILVA SOUZA OAB - MS7785-A (ADVOGADO(A))
ALAN FRANCO SCORPIONI OAB - MT12935-O (ADVOGADO(A))
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-O (ADVOGADO(A))
EDUARDO SILVA GATTI OAB - SP234531 (ADVOGADO(A))
PAULO VICTOR DE ARAUJO AMORIM OAB - MT19600-O (ADVOGADO(A))
RICARDO GERHARDT OAB - MT0016342A (ADVOGADO(A))
LUIZ CARLOS RIBEIRO NEGRAO OAB - MT4632-O (ADVOGADO(A))
LAELÇO CAVALCANTI JUNIOR OAB - MT14954-O (ADVOGADO(A))
LUCIANO BENETTI TIMM OAB - RS37400 (ADVOGADO(A))
RAFAEL BICCA MACHADO OAB - SP0354406A (ADVOGADO(A))
VANDER JOSE PASETTI OAB - MT11734-O (ADVOGADO(A))
BRUNO MACIEL ALVES FERRAZ OAB - MT19463-O (ADVOGADO(A))
SEBASTIAO AUGUSTO CORREA DE MORAES OAB - MT10416-O (ADVOGADO(A))
FERNANDA PAREJA OLIVEIRA OAB - MT9020-O (ADVOGADO(A))
GUILHERME BARBOSA MESQUITA OAB - DF30417 (ADVOGADO(A))
HERNANDES TEIXEIRA DE SOUZA OAB - MT0015203A (ADVOGADO(A))
GUSTAVO TOSI OAB - DF28498 (ADVOGADO(A))
MIGUEL ANGELO CARROCIA OAB - MT21968/O (ADVOGADO(A))
DANIEL MAGNO MORO SILVA OAB - MT12399-O (ADVOGADO(A))
RENATO DE PERBOYRE BONILHA OAB - MT3844-O (ADVOGADO(A))
ANGELA MARIA JULIO OAB - MT0016399A (ADVOGADO(A))
GERSON TOME TREVISOL OAB - MT19424-O (ADVOGADO(A))
LUIZ ANTONIO GOMIERO JUNIOR OAB - SP0154733A (ADVOGADO(A))

ARIANE DE SOUZA MONARO OAB - MT13094-B (ADVOGADO(A))
PHELIPPE AYSLAN FONSECA MENEGATTI OAB - MT17726-O (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
OSMAR ALVES DE SOUZA (TERCEIRO INTERESSADO)
EDESIO JOSE SEGALA OAB - MT11357-O (ADVOGADO(A))
CARLOS LOURENCO MITSUOSHI DALTRO HAYASHIDA OAB - MT20108-B (ADVOGADO(A))
KATIA VALADARES SILVA (TERCEIRO INTERESSADO)
KATIA VALADARES SILVA OAB - MT232700-O (ADVOGADO(A))
Bradesco S/A (TERCEIRO INTERESSADO)
KAIO AUGUSTO ALVES NASCIMENTO (TERCEIRO INTERESSADO)
GRASIELA ELISIANE GANZER OAB - MT9899-O (ADVOGADO(A))
WALDEMAR MIRANDA (TERCEIRO INTERESSADO)
M. DIESEL CAMINHOES E ONIBUS LIMITADA (TERCEIRO INTERESSADO)
EDER RODRIGUES DE OLIVEIRA OAB - BA28864 (ADVOGADO(A))
RICARDO TURBINO NEVES OAB - MT12454-O (ADVOGADO(A))
JOAO PAULO MORESCHI OAB - MT11686-O (ADVOGADO(A))
OI S.A (TERCEIRO INTERESSADO)
ELADIO MIRANDA LIMA OAB - RJ86235-O (ADVOGADO(A))
JOSE LEOCIR PERES MUNHOZ (TERCEIRO INTERESSADO)
FLAVIA CRISTINA FERRARI SABINO OAB - DF28490 (ADVOGADO(A))
FLAVIANO KLEBER TAQUES FIGUEIREDO OAB - MT7348-O (ADVOGADO(A))
FLAVIA NEVES NOU DE BRITO OAB - BA17065 (ADVOGADO(A))
TS AUDITORIA E ADMINISTRACAO JUDICIAL LTDA (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
VANDERLEY XAVIER DOS SANTOS (TERCEIRO INTERESSADO)
GISELE SILVA NASCIMENTO OAB - MT11740-O (ADVOGADO(A))
MAURICIO BUENO DE ALMEIDA (TERCEIRO INTERESSADO)
AUDINEI GOMES DA SILVA (TERCEIRO INTERESSADO)
GRISIELY DAIANY MACHADO OAB - MT13744-O (ADVOGADO(A))
BANCO VOLKSWAGEN S.A. (TERCEIRO INTERESSADO)
AMIZAEL JOSE CANDIDO OAB - MT23138/O (ADVOGADO(A))
ALBERTO IVAN ZAKIDALSKI OAB - PR39274 (ADVOGADO(A))
INTEGRALSAT SISTEMAS DE SEGURANCA ELETRONICA LTDA - EPP (TERCEIRO INTERESSADO)
MARIA FERNANDA DOS SANTOS NAVARRO DE ANDRADE OAB - SP170014 (ADVOGADO(A))
MILTON ALVES DAMACENO (TERCEIRO INTERESSADO)
BRUNO LASAS LONG OAB - SP331249 (ADVOGADO(A))
VOLMIR GELSON EDEL - EPP (TERCEIRO INTERESSADO)
RICARDO GERHARDT OAB - MT0016342A (ADVOGADO(A))
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (TERCEIRO INTERESSADO)
EDSON RODRIGUES DOS SANTOS (TERCEIRO INTERESSADO)
EVANDRO CESAR ALEXANDRE DOS SANTOS OAB - MT13431-A (ADVOGADO(A))
GERDAU ACOS LONGOS S.A. (TERCEIRO INTERESSADO)
ALBINO CARLOS KRIZIZANOWSKI OAB - MT7231/O (ADVOGADO(A))
Jorge Antonio Krizizanowski OAB - MT15618-O (ADVOGADO(A))
EDUARDO SILVA GATTI OAB - SP234531 (ADVOGADO(A))
EDMUNDO FERREIRA DA ROCHA (TERCEIRO INTERESSADO)
PABLO DOTTO OAB - SP147434 (ADVOGADO(A))
CASSAO JURE FERREIRA SALES OAB - MT9372-O (ADVOGADO(A))
ANDERSON THIAGO DE OLIVEIRA (TERCEIRO INTERESSADO)
EBER SARAIVA DE SOUZA OAB - MT8267-O (ADVOGADO(A))
RICARDO ALEXANDRE VIEIRA DA COSTA OAB - MT0023047A (ADVOGADO(A))
LEANDRO BATISTA DA SILVA (TERCEIRO INTERESSADO)
GAIA DE SOUZA ARAUJO MENEZES OAB - MT20237-O (ADVOGADO(A))
UNIMED CUIABA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO (TERCEIRO INTERESSADO)
UNIODONTO DE MATO GROSSO COOP DE TRAB ODONTOLOGICO LTDA (TERCEIRO INTERESSADO)
TATIANA DA SILVA (TERCEIRO INTERESSADO)
JAQUELINE PROENCA LARREA MEES OAB - MT13356-O (ADVOGADO(A))
ADRIANE SANTOS DOS ANJOS OAB - MT18378-O (ADVOGADO(A))
FABIO LUIS DE MELLO OLIVEIRA OAB - MT6848-B (ADVOGADO(A))
CARLOS ROBERTO DE CUNTO MONTENEGRO OAB - MT11903-A (ADVOGADO(A))
ALEX QUEIROZ DE BRITO (TERCEIRO INTERESSADO)
ROBERT BOSCH LIMITADA (BOSCH) (TERCEIRO INTERESSADO)
BANCO DO BRASIL S.A. (TERCEIRO INTERESSADO)
JOILTON JOSE LEITE OAB - MT19278-O (ADVOGADO(A))
MARCO AURELIO BALLEN OAB - MT4994-O (ADVOGADO(A))
ROBERTO TRIGUEIRO FONTES OAB - MT18280-A (ADVOGADO(A))
JEAN PEREIRA SANTOS (TERCEIRO INTERESSADO)
BRUNO AMAR BOTELHO OAB - RJ113441 (ADVOGADO(A))
JULIANA DE SIQUEIRA CASTRO OAB - RJ113679 (ADVOGADO(A))
AMANDA CARINA UEHARA PAULA OAB - MT21387-B (ADVOGADO(A))
LUCIANO RODRIGUES DE ARRUDA (TERCEIRO INTERESSADO)
JOSE DO CARMO SILVA (TERCEIRO INTERESSADO)
VANDENILSON DE ARRUDA RONDON (TERCEIRO INTERESSADO)
ALOISIO NUNES RONDON (TERCEIRO INTERESSADO)
ADEMILSON GONCALVES DE MATOS LIMA (TERCEIRO INTERESSADO)
VALDEMIR RODRIGUES DE SOUZA (TERCEIRO INTERESSADO)
LAELÇO CAVALCANTI JUNIOR OAB - MT14954-O (ADVOGADO(A))
WAGNALDO SOUZA FARIAS (TERCEIRO INTERESSADO)
ANDRE LUIS AUGUSTO MARTINS OAB - MT18059-O (ADVOGADO(A))
EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS (TERCEIRO INTERESSADO)
WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA (TERCEIRO INTERESSADO)
BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A (TERCEIRO INTERESSADO)
SIMONE REGINA DE SOUZA KAPITANGO A SAMBA OAB - SP0205337A (ADVOGADO(A))
CLAYTON DA COSTA MOTTA OAB - MT14870-O (ADVOGADO(A))
CLAUDIA FELICIO GARCIA OAB - MT19292-O (ADVOGADO(A))
TICKET SOLUCOES HDFGT S/A (TERCEIRO INTERESSADO)
MAURICIO CORTE CHAGAS MEMORIA OAB - RJ137775 (ADVOGADO(A))
GABRIEL LOPES MOREIRA OAB - RS57313 (ADVOGADO(A))
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (TERCEIRO INTERESSADO)
CM ADMINISTRACAO JUDICIAL E PERICIAS LTDA - EPP (PERITO / INTÉRPRETE)
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (TERCEIRO INTERESSADO)
CHRISSY LEAO GIACOMETTI OAB - MT15596-O (ADVOGADO(A))
ADALTO MARQUES PEREIRA (TERCEIRO INTERESSADO)
JEFFERSON RAMOS BRANDAO OAB - PR27617 (ADVOGADO(A))
AUTOAMERICA IMPORTACAO, EXPORTACAO, INDUSTRIA E COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS AUTOMOTIVOS E PNEUMATICOS LTDA (TERCEIRO INTERESSADO)
CONCREMAX CONCRETO ENG E SANEAMENTO LTDA (TERCEIRO INTERESSADO)
JOSÉ ANTÔNIO LESSI (TERCEIRO INTERESSADO)
HANSATECNICA COMERCIO E REPRESENTACOES S.A (TERCEIRO INTERESSADO)
PONTUAL FACTORING FOMENTO MERCANTIL LTDA (TERCEIRO INTERESSADO)
LUIZ CARLOS RIBEIRO NEGRAO OAB - MT4632-O (ADVOGADO(A))
BRUNO PEREZ SANDOVAL OAB - SP324700 (ADVOGADO(A))
ASS CONTABILIDADE EIRELI - ME (TERCEIRO INTERESSADO)
BRADIESEL AUTO PARTS LTDA - EPP (TERCEIRO INTERESSADO)
CLARIANA ZACARKIM BARAO OAB - MT14955-O (ADVOGADO(A))
ROGERIO BARAO OAB - MT8313-O (ADVOGADO(A))
LUIS MARCELO BARTOLETTI DE LIMA E SILVA OAB - SP324000 (ADVOGADO(A))
ANTONIO CARLOS DE OLIVEIRA (TERCEIRO INTERESSADO)
MUNICIPIO DE WAGNER (TERCEIRO INTERESSADO)
FERNANDO CERANTOLA OAB - MT12738/O (ADVOGADO(A))
PAULO VICTOR DE ARAUJO AMORIM OAB - MT19600-O (ADVOGADO(A))
MARCELO GODOY DA CUNHA MAGALHAES OAB - SP234123 (ADVOGADO(A))
NILCARLEY SANTOS SOUZA (TERCEIRO INTERESSADO)
JANAINA PEREIRA DA MATTA LOPES (TERCEIRO INTERESSADO)
CAROLINA MONTEIRO CAMARGO OAB - MT14694-O (ADVOGADO(A))
OSVALDO TAROCO OAB - MT17689 (ADVOGADO(A))
CESAR RODRIGUES DE OLIVEIRA (TERCEIRO INTERESSADO)
PAULO MARCO DE SOUZA PEREIRA (TERCEIRO INTERESSADO)
CLAUDEMIR PEREIRA DE ALMEIDA (TERCEIRO INTERESSADO)
Adriane de Lima Martins OAB - MT20818/O-O (ADVOGADO(A))
ADELINO DA SILVA RONDON (TERCEIRO INTERESSADO)
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MS13116-S

(ADVOGADO(A))
ITAU UNIBANCO S.A, (TERCEIRO INTERESSADO)
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
ANGLIZEY SOLIVAN DE OLIVEIRA

Visto. Encaminhem-se os autos ao Ministério Público para parecer. Cumpra-se.

Intimação Classe: CNJ-286 HABILITAÇÃO DE CRÉDITO
Processo Número: 1050798-75.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JOSELI ABREU DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
WASHINGTON SHAMISTHER HEITOR PELICERI REBELLATO OAB - SP144557 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
V.F. DE JESUS CONSTRUCAO CIVIL - ME (REQUERIDO)

Visto. Nos termos da consulta nº 0167203-48.2016.8.11.0000[1] elaborada pelo Cartório Distribuidor da comarca de Cuiabá, a qual dispõe que os incidentes processuais relacionados aos processos físicos deverão tramitar fisicamente, determino a intimação da parte autora para que proceda a devida distribuição. Às providências. [1] [1] (...) 7. Não obstante, a fim de sanar a pertinente dúvida do Distribuidor da Comarca de Cuiabá, ressalto que os processos distribuídos por conexão ou dependência naqueles processos já distribuídos fisicamente, deverão ser considerados como um incidente processual. 8. Logo, todos os incidentes relacionados a processos que tramitam fisicamente deverão tramitar fisicamente, até seu arquivamento. (...)

Intimação Classe: CNJ-287 IMPUGNAÇÃO DE CRÉDITO
Processo Número: 1052344-68.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
APOLUS ENGENHARIA LTDA (IMPUGNANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCO AURELIO MESTRE MEDEIROS OAB - MT15401-O (ADVOGADO(A))
MARCELLE THOMAZINI OLIVEIRA PORTUGAL OAB - MT10280/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MATTIUZO, MELLO OLIVEIRA E MONTENEGRO ADVOGADOS ASSOCIADOS - ME (IMPUGNADO)

Visto. Intime-se a parte autora para no prazo de 15 dias úteis, juntar o comprovante de recolhimento das custas processuais, ou demonstrar documentalmente a sua hipossuficiência, sob pena de cancelamento da distribuição. Intimem-se. Cumpra-se.

Intimação Classe: CNJ-287 IMPUGNAÇÃO DE CRÉDITO
Processo Número: 1052255-45.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
APOLUS ENGENHARIA LTDA (IMPUGNANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCO AURELIO MESTRE MEDEIROS OAB - MT15401-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ALUPORTE COM. E IND. DE ESQUAD. DE ALUMINIO LTDA - EPP (IMPUGNADO)

Visto. Intime-se a parte autora para no prazo de 15 dias úteis, juntar o comprovante de recolhimento das custas processuais, ou demonstrar documentalmente a sua hipossuficiência, sob pena de cancelamento da distribuição. Intimem-se. Cumpra-se.

Intimação Classe: CNJ-287 IMPUGNAÇÃO DE CRÉDITO
Processo Número: 1022406-28.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
GEOSOLO ENGENHARIA PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Advogado(s) Polo Ativo:
CLOVIS SGUAREZI MUSSA DE MORAES OAB - MT14485-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ALONSO FERREIRA GOMES (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Outros Interessados:
RICARDO FERREIRA DE ANDRADE OAB - MT9764-A (ADVOGADO(A))
AJ1 Administração Judicial (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ - DESEMBARGADOR JOSÉ VIDAL 1ª Vara Cível da Capital CERTIDÃO Certifico que, conquanto devidamente citada, a parte requerida quedou-se inerte até a presente data. Assim, impulsionando os presentes autos, procedo à intimação do administrador judicial para que se manifeste, no prazo de 05(cinco) dias. Cuiabá, 13 de dezembro de 2019. César Adriane Leôncio Gestor Judiciário

Intimação Classe: CNJ-287 IMPUGNAÇÃO DE CRÉDITO
Processo Número: 1022480-82.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
GEOSOLO ENGENHARIA PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA (IMPUGNANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
AUGUSTO MARIO VIEIRA NETO OAB - MT15948-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JONE RODRIGUES DE CAMPOS (IMPUGNADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
PATRICIA DA SILVA PEREIRA OAB - MT25769/O (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
RICARDO FERREIRA DE ANDRADE OAB - MT9764-A (ADVOGADO(A))
AJ1 Administração Judicial (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ - DESEMBARGADOR JOSÉ VIDAL 1ª Vara Cível da Capital CERTIDÃO Impulsionando os presentes autos, intimo a parte requerida, para, no prazo de 05 dias, regularizar a representação processual, juntando aos autos procuração assinada. Cuiabá, 13 de dezembro de 2019. Cesar Adriane Leôncio Gestor Judiciário

Intimação Classe: CNJ-287 IMPUGNAÇÃO DE CRÉDITO
Processo Número: 1022480-82.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
GEOSOLO ENGENHARIA PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA (IMPUGNANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
AUGUSTO MARIO VIEIRA NETO OAB - MT15948-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JONE RODRIGUES DE CAMPOS (IMPUGNADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
PATRICIA DA SILVA PEREIRA OAB - MT25769/O (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
RICARDO FERREIRA DE ANDRADE OAB - MT9764-A (ADVOGADO(A))
AJ1 Administração Judicial (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ - DESEMBARGADOR JOSÉ VIDAL 1ª Vara Cível da Capital CERTIDÃO Impulsionando o feito, intimo o administrador judicial para se manifestar nos presentes autos no prazo de 05 (cinco) dias. Cuiabá, 13 de dezembro de 2019. César Adriane Leôncio Gestor Judiciário da 1ª Vara Cível

Intimação Classe: CNJ-286 HABILITAÇÃO DE CRÉDITO
Processo Número: 1039986-08.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JEISON TUESTA (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Advogado(s) Polo Ativo:
MAURÍCIO SALES FERREIRA DE MORAES OAB - MT14826-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LUMEN CONSULTORIA,CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Advogado(s) Polo Passivo:
VITTOR ARTHUR GALDINO OAB - MT13955-O (ADVOGADO(A))
CLOVIS SGUAREZI MUSSA DE MORAES OAB - MT14485-O (ADVOGADO(A))
AUGUSTO MARIO VIEIRA NETO OAB - MT15948-O (ADVOGADO(A))
JOAO TITO SCHENINI CADEMARTORI NETO OAB - MT16289 (ADVOGADO(A))

Outros Interessados:
FLAVIANO KLEBER TAQUES FIGUEIREDO OAB - MT7348-O (ADVOGADO(A))
TS AUDITORIA E ADMINISTRACAO JUDICIAL LTDA (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ - DESEMBARGADOR JOSÉ VIDAL 1ª Vara Cível da Capital CERTIDÃO Impulsionando o feito, intimo o administrador judicial para se manifestar nos presentes autos no prazo de 05 (cinco) dias. Cuiabá, 13 de dezembro de 2019. César Adriane Leôncio Gestor Judiciário da 1ª Vara Cível

Intimação Classe: CNJ-292 RECUPERAÇÃO JUDICIAL
Processo Número: 1006850-83.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ACL COMERCIO DE MOVEIS E DECORACOES LTDAB - EPP (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELO FALCAO FERREIRA OAB - MT11242-N (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CREDORES (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUIZ GUSTAVO DERZE VILLALBA CARNEIRO OAB - MT17563-O (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
LIGIA HORN (TERCEIRO INTERESSADO)
KEYLLA PEREIRA OKADA OAB - MT16798/O (ADVOGADO(A))
CARLOS AUGUSTO TORTORO JUNIOR OAB - SP0247319A (ADVOGADO(A))
CRISTIANO KRINDGES SANTOS (TERCEIRO INTERESSADO)
FABIO QUEIROZ DE SOUZA (TERCEIRO INTERESSADO)
DIEGO OSMAR PIZZATTO OAB - MT11094-O (ADVOGADO(A))
CAMILE DE BACCO PASQUALI OAB - RS69482 (ADVOGADO(A))
EVVIBER - INDUSTRIA DE MOVEIS LTDA (TERCEIRO INTERESSADO)
MICHELE BARBOSA DOS SANTOS FERREIRA (TERCEIRO INTERESSADO)
LUCELIA CRISTINA OLIVEIRA RONDON OAB - MT8932-O (ADVOGADO(A))
DARLA EBERT VARGAS OAB - MT20010/A (ADVOGADO(A))
ARIANE FERREIRA MARTINS CAMARGO OAB - MT12586-O (ADVOGADO(A))
JOSEFA GOMES VIRGULINO (TERCEIRO INTERESSADO)
DARLÃ EBERT VARGAS (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A (TERCEIRO INTERESSADO)

Visto. ACL Comércio De Moveis E Decorações Ltda, ingressou com pedido de Recuperação Judicial, em 15/02/2019, sendo deferido o processamento do pedido em 20/02/2019, conforme decisão exarada no id 18183247. Na referida decisão também foi autorizado o parcelamento das custas processuais em 06 parcelas, ficando consignado que o não recolhimento da primeira parcela, implicaria na revogação do processamento da presente recuperação judicial. Manifestação do credor Ubaldo Antônio Fedatto pelo cancelamento da distribuição, ante o descumprimento da ordem judicial quanto ao recolhimento das custas processuais (id 22747384). A fim de dar regular prosseguimento ao feito, pela decisão de id 24988666, foi determinada a intimação da recuperanda para comprovar o recolhimento das custas processuais referente às 03 (três) últimas parcelas, no prazo de 05 dias úteis, sob pena de cancelamento da distribuição. Conforme certidão do Gestor Judiciário de id 26524719, apesar de devidamente intimada em 16/10/2019, na pessoa do seu atual patrono (Marcelo Falcão Ferreira), a recuperanda deixou de cumprir a determinação exarada por este Juízo. É a síntese do necessário. Decido. Trata-se de pedido de Recuperação Judicial ajuizada por ACL Comércio De Moveis E Decorações Ltda, inscrita no CNPJ sob nº 02.961.567/0001-50, que iniciou suas atividades juntamente com a marca Todeschini, no ramo de móveis e decorações para ambientes de cozinha, dormitórios, salas, escritórios e espaços corporativos. Pela decisão de id 24988666, foi determinada a intimação da recuperanda para comprovar o recolhimento das custas processuais das três ultimas parcelas, no prazo de 05 dias úteis, sob pena de cancelamento da distribuição. Verifica-se pelo teor da certidão retro, que apesar de regularmente intimada na pessoa do seu atual patrono (Marcelo Falção Ferreira) para comprovar o recolhimento das custas processuais, a recuperanda ACL Comércio De Moveis E Decorações Ltda, não o fez no prazo assinalado, conforme se infere pela certidão do Gestor Judiciário de id 26524719. Oportuno destacar que para cumprimento de tal providência não se faz necessária à intimação pessoal da parte, valendo a intimação realizada em nome do advogado da devedora, pela imprensa oficial, consoante se infere pelos recentes julgados do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, senão vejamos: RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL – EMBARGOS À EXECUÇÃO – INDEFERIMENTO DA JUSTIÇA GRATUITA – DETERMINAÇÃO PARA PAGAMENTO DAS CUSTAS INICIAIS – INÉRCIA – INDEFERIMENTO DA INICIAL COM A EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO – INTIMAÇÃO PESSOAL – DESNECESSIDADE – CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO – INVIABILIDADE – RELAÇÃO PROCESSUAL JÁ FORMADA –ÔNUS SUCUMBENCIAIS – DEVIDOS – PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE - SENTENÇA MANTIDA - RECURSO DESPROVIDO. 1. Não havendo o pagamento das custas iniciais no prazo concedido pelo juízo, é cabível o indeferimento da petição inicial, e consequente extinção da ação, sendo desnecessária a intimação pessoal da parte, como condição para determinar a medida. 2. Todavia, não cabe o cancelamento da distribuição, porquanto, já formada a triangularização processual. 3. Ante o princípio da causalidade, perfeitamente cabível a condenação do embargante/apelante ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, mormente porque houve a triangularização da relação processual. (TJ/MT, RAC n.º 24027/2018, Relª Desª. Serly Marcodnes Alves, 4ª Câmara de Direito Privado, Julgado em 25/04/2018, Publicado no DJE 02/05/2018) (destaquei) RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL – EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUCIAL – NÃO RECOLHIMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS – INTIMAÇÃO VIA ADVOGADO – INÉRCIA – INTIMAÇÃO PESSOAL – DESNECESSIDADE - CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO E EXTINÇÃO DO FEITO – SENTENÇA MANTIDA E RECURSO DESPROVIDO. Basta a intimação do advogado para comprovar o pagamento das custas iniciais, nos termos do artigo 290, do NCPC. Compete ao advogado da parte cumprir a determinação para comprovar o pagamento das custas processuais em razão de ser ato processual de natureza técnica, sem necessidade de intimação pessoal do demandante. (TJ/MT, RAC 122441/2017, Rel. Des. Sebastião Barbosa Farias, 1ª Câmara de Direito Privado, Julgado em 27/02/2018, Publicado no DJE 05/03/2018) (destaquei) No mesmo sentido é o entendimento do Colendo Superior Tribunal de Justiça: PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. NÃO PAGAMENTO DAS CUSTAS. INTIMAÇÃO PESSOAL. DESNECESSIDADE. CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. 1. O cancelamento da distribuição, por falta de pagamento das custas iniciais, não depende de prévia intimação da parte. Precedentes. 2. Agravo interno a que se nega provimento. (STJ, AgInt no AREsp 956.522/MS, Rel. Ministro OG FERNANDES, 2ª Turma, julgado em 21/02/2017, DJe 02/03/2017) (destaquei) PROCESSUAL CIVIL. NÃO PAGAMENTO DAS CUSTAS INICIAIS. PRAZO DE 30 DIAS. INTIMAÇÃO PESSOAL. DESNECESSIDADE. CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO. 1. O cancelamento da distribuição, por falta de pagamento das custas iniciais, não depende de prévia intimação da parte. Precedentes. 2. Dessume-se que o acórdão recorrido está em sintonia com o atual entendimento do Superior Tribunal de Justiça, razão pela qual não merece prosperar a irresignação. Incide, in casu, o princípio estabelecido na Súmula 83/STJ: "Não se conhece do Recurso Especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida." 3. Agravo Regimental não provido. (STJ, AgRg no AREsp 829.823/ES, Rel. Ministro Herman Benjamin, 2ª Turma, julgado em 19/04/2016, DJe 27/05/2016) (destaquei) Assim, considerando que apesar de intimada, a recuperanda não promoveu o recolhimento das custas processuais referente as três últimas parcelas, e nem justificou sua impossibilidade de fazê-lo, descumprindo assim, a decisão judicial proferida por este juízo no id 24988666, o cancelamento da distribuição é medida que se impõe. Parte Dispositiva: I – Determino o cancelamento da distribuição, com fundamento no artigo 290, do Código de Processo Civil/2015, ante o descumprimento da ordem judicial que determinou o recolhimento das custas processuais (id 24988666). II – Revogo a decisão que deferiu o processamento da recuperação judicial de ACL Comércio De Moveis E Decorações Ltda (id 18183247), oficiando aos Juízos competentes para as providências que entenderem cabíveis. III – Oficie-se, à Junta Comercial do Estado de Mato Grosso para que proceda a retirada das anotações nos atos constitutivos da empresa ACL Comércio De Moveis E Decorações Ltda, a denominação “Em Recuperação Judicial”. IV – Dê Ciência ao Ministério Público e, comunique-se, por cartas, à Fazenda Pública Federal e de todos os Estados e Municípios em que o devedor tiver estabelecimento. V – Revogo a concessão da Tutela de

Urgência concedida à recuperanda no id 18882597, devendo a Energisa Mato Grosso – Distribuidora De Energia S/A, ser devidamente intimada desta decisão. Expeça-se o necessário. Intimem-se. Cumpra-se.

Intimação Classe: CNJ-286 HABILITAÇÃO DE CRÉDITO
Processo Número: 1037575-55.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
OSMAR JESUS XAVIER (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCOS PAULO CORREIA PESCARA OAB - MT0022418A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GEOTOP CONSTRUCOES E TERRAPLENAGEM LTDA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCO AURELIO MESTRE MEDEIROS OAB - MT15401-O (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
FABIANIE MARTINS MATTOS LIMOEIRO (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
FABIANIE MARTINS MATTOS LIMOEIRO OAB - MT8920-B (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ - DESEMBARGADOR JOSÉ VIDAL 1ª Vara Cível da Capital CERTIDÃO Impulsionando o feito, intimo a parte autora para se manifestar nos presentes autos sobre as petições de id 26532418 e 26976946 no prazo de 05 (cinco) dias. Cuiabá, 13 de dezembro de 2019. César Adriane Leôncio Gestor Judiciário da 1ª Vara Cível

Intimação Classe: CNJ-60 HABILITAÇÃO
Processo Número: 1022757-98.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LUANA SOUSA PINTO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROXANIA VILELA AVALLONE PIRES OAB - MT18947-B (ADVOGADO(A))
MARCOS MARTINHO AVALLONE PIRES OAB - MT4626-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
DISMAFE DISTRIBUIDORA DE MAQUINAS E FERRAMENTAS S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CLOVIS SGUAREZI MUSSA DE MORAES OAB - MT14485-O (ADVOGADO(A))
VITTOR ARTHUR GALDINO OAB - MT13955-O (ADVOGADO(A))
AUGUSTO MARIO VIEIRA NETO OAB - MT15948-O (ADVOGADO(A))
JESSICA HELLEN OLIVEIRA UMBELINO OAB - MT0018900A (ADVOGADO(A))
JOAO TITO SCHENINI CADEMARTORI NETO OAB - MT16289 (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
FLAVIANO KLEBER TAQUES FIGUEIREDO OAB - MT7348-O (ADVOGADO(A))
TS AUDITORIA E ADMINISTRACAO JUDICIAL LTDA (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ - DESEMBARGADOR JOSÉ VIDAL 1ª Vara Cível da Capital CERTIDÃO Impulsionando o feito, intimo o administrador judicial para se manifestar nos presentes autos no prazo de 05 (cinco) dias. Cuiabá, 13 de dezembro de 2019. César Adriane Leôncio Gestor Judiciário da 1ª Vara Cível

Intimação Classe: CNJ-286 HABILITAÇÃO DE CRÉDITO
Processo Número: 1039611-70.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
OZIEL DAMIAO DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GILSON JOAQUIM SOARES OAB - MT15608/O (ADVOGADO(A))
NADIELLY GARBIN FEITOSA OAB - MT0013940A-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LUMEN CONSULTORIA,CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JESSICA HELLEN OLIVEIRA UMBELINO OAB - MT0018900A (ADVOGADO(A))
JOAO TITO SCHENINI CADEMARTORI NETO OAB - MT16289 (ADVOGADO(A))
CLOVIS SGUAREZI MUSSA DE MORAES OAB - MT14485-O (ADVOGADO(A))
AUGUSTO MARIO VIEIRA NETO OAB - MT15948-O (ADVOGADO(A))
VITTOR ARTHUR GALDINO OAB - MT13955-O (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
FLAVIANO KLEBER TAQUES FIGUEIREDO OAB - MT7348-O (ADVOGADO(A))
TS AUDITORIA E ADMINISTRACAO JUDICIAL LTDA (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ - DESEMBARGADOR JOSÉ VIDAL 1ª Vara Cível da Capital CERTIDÃO Impulsionando o feito, intimo o administrador judicial para se manifestar nos presentes autos no prazo de 05 (cinco) dias. Cuiabá, 13 de dezembro de 2019. César Adriane Leôncio Gestor Judiciário da 1ª Vara Cível

Intimação Classe: CNJ-286 HABILITAÇÃO DE CRÉDITO
Processo Número: 1038589-74.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
RAFAEL TEIXEIRA FERRACA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ELISANGELA MARCARI OAB - MT0010297A-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GEOTOP CONSTRUCOES E TERRAPLENAGEM LTDA (REPRESENTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCO AURELIO MESTRE MEDEIROS OAB - MT15401-O (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
FABIANIE MARTINS MATTOS LIMOEIRO (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
FABIANIE MARTINS MATTOS LIMOEIRO OAB - MT8920-B (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ - DESEMBARGADOR JOSÉ VIDAL 1ª Vara Cível da Capital CERTIDÃO Impulsionando o feito, intimo a requerida para se manifestar nos presentes autos no prazo de 05 (cinco) dias. Cuiabá, 13 de dezembro de 2019. César Adriane Leôncio Gestor Judiciário

Intimação Classe: CNJ-286 HABILITAÇÃO DE CRÉDITO
Processo Número: 1033045-08.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LEANDRO SILVA DA COSTA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JATABAIRU FRANCISCO NUNES OAB - MT4903-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MJB VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCELLE THOMAZINI OLIVEIRA PORTUGAL OAB - MT10280/O (ADVOGADO(A))
MARCO AURELIO MESTRE MEDEIROS OAB - MT15401-O (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
Carla Helena Grings OAB - MT8361-O (ADVOGADO(A))
Carla Helena Grings (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ - DESEMBARGADOR JOSÉ VIDAL 1ª Vara Cível da Capital CERTIDÃO Impulsionando o feito, intimo a parte autora para se manifestar nos presentes autos sobre a petição de id 22420601 e documentos no prazo de 05 (cinco) dias. Cuiabá, 13 de dezembro de 2019. César Adriane Leôncio Gestor Judiciário da 1ª Vara Cível

Intimação Classe: CNJ-286 HABILITAÇÃO DE CRÉDITO
Processo Número: 1031064-41.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CANOPUS ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS S. A. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LEANDRO CESAR DE JORGE OAB - SP200651-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MJB COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRONICOS E GESTAO DE PESSOAL LTDA - EPP (REQUERIDO)
MJB VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA (REQUERIDO)

Advogado(s) Polo Passivo:
MARCELLE THOMAZINI OLIVEIRA PORTUGAL OAB - MT10280/O (ADVOGADO(A))
MARCO AURELIO MESTRE MEDEIROS OAB - MT15401-O (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
Carla Helena Grings OAB - MT8361-O (ADVOGADO(A))
Carla Helena Grings (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ - DESEMBARGADOR JOSÉ VIDAL 1ª Vara Cível da Capital CERTIDÃO Impulsionando o feito, intimo a parte autora para se manifestar nos presentes autos sobre as petições de id 24118844 e 26342610 no prazo de 05 (cinco) dias. Cuiabá, 13 de dezembro de 2019. César Adriane Leôncio Gestor Judiciário da 1ª Vara Cível

Intimação Classe: CNJ-286 HABILITAÇÃO DE CRÉDITO
Processo Número: 1040625-89.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
SERGIO OLIVEIRA ROCHA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DIEGO KNOPP FONSECA OAB - MT16997-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MJB VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCELLE THOMAZINI OLIVEIRA PORTUGAL OAB - MT10280/O (ADVOGADO(A))
MARCO AURELIO MESTRE MEDEIROS OAB - MT15401-O (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
Carla Helena Grings OAB - MT8361-O (ADVOGADO(A))
Carla Helena Grings (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ - DESEMBARGADOR JOSÉ VIDAL 1ª Vara Cível da Capital CERTIDÃO Impulsionando o feito, intimo o administrador judicial para se manifestar nos presentes autos no prazo de 05 (cinco) dias. Cuiabá, 13 de dezembro de 2019. César Adriane Leôncio Gestor Judiciário da 1ª Vara Cível

Intimação Classe: CNJ-287 IMPUGNAÇÃO DE CRÉDITO
Processo Número: 1040640-58.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CARLOS OLIVEIRA ROCHA (IMPUGNANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DIEGO KNOPP FONSECA OAB - MT16997-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MJB VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA (IMPUGNADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCELLE THOMAZINI OLIVEIRA PORTUGAL OAB - MT10280/O (ADVOGADO(A))
MARCO AURELIO MESTRE MEDEIROS OAB - MT15401-O (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
Carla Helena Grings (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Carla Helena Grings OAB - MT8361-O (ADVOGADO(A))

Visto. I - Concedo a parte autora os benefícios da assistência judiciária gratuita. Anote-se. II - Trata-se de Impugnação de Crédito interposta por dependência aos autos da Recuperação Judicial de Mjb Vigilância e Segurança Ltda, conforme autorizado pelo artigo 13, da Lei N.º 11.101/2005. Assim, intime-se o devedor para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, manifestar-se sobre a presente impugnação (art. 12, da Lei N.º 11.101/2005), juntando os documentos que tiver e indicando outras provas que reputem necessárias. Com a contestação, intime-se o Administrador Judicial para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, emitir parecer, consignando-se que, deverá juntar à sua manifestação, o laudo elaborado pelo profissional ou empresa especializada, se for o caso, e todas as informações existentes nos livros fiscais e demais documentos do devedor acerca do crédito, constante ou não da relação de credores, objeto da impugnação, conforme determina o § único, do artigo 12, da Lei N.º 11.101/2005. Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público, voltando-me, em seguida conclusos. Expeça-se o necessário. Intimem-se. Cumpra-se.

Intimação Classe: CNJ-286 HABILITAÇÃO DE CRÉDITO
Processo Número: 1016372-37.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JEFFERSON PAULO DOS SANTOS (REQUERENTE)
JOSE CARLOS DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
VALDECIR CALÇA OAB - MT5247-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LUMEN CONSULTORIA,CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CLOVIS SGUAREZI MUSSA DE MORAES OAB - MT14485-O (ADVOGADO(A))
VITTOR ARTHUR GALDINO OAB - MT13955-O (ADVOGADO(A))
AUGUSTO MARIO VIEIRA NETO OAB - MT15948-O (ADVOGADO(A))
JESSICA HELLEN OLIVEIRA UMBELINO OAB - MT0018900A (ADVOGADO(A))
JOAO TITO SCHENINI CADEMARTORI NETO OAB - MT16289 (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
FLAVIANO KLEBER TAQUES FIGUEIREDO OAB - MT7348-O (ADVOGADO(A))
TS AUDITORIA E ADMINISTRACAO JUDICIAL LTDA (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)

Visto. Considerando a juntada pelo habilitante da planilha com o valor atualizado do crédito (id 22778909), intimem-se a recuperanda e o administrador judicial para manifestação, no prazo sucessivo de 05 dias úteis. Intimem-se. Cumpra-se.

Intimação Classe: CNJ-287 IMPUGNAÇÃO DE CRÉDITO
Processo Número: 1035584-44.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (IMPUGNANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ADRIANO ATHALA DE OLIVEIRA SHCAIRA OAB - MT20495-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CAIMAN ECOTURISMO LTDA - ME (IMPUGNADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCO AURELIO MESTRE MEDEIROS OAB - MT15401-O (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
EDUARDO BORGES ALVES (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
JOMAS FULGENCIO DE LIMA JUNIOR OAB - MT11785-O (ADVOGADO(A))
RONIMARCIO NAVES OAB - MT6228-O (ADVOGADO(A))
Israel Asser Eugenio OAB - MT16562-O (ADVOGADO(A))
LUCIANA FABRICIA ROSA BARROS OAB - MT21037-O (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ - DESEMBARGADOR JOSÉ VIDAL 1ª Vara Cível da Capital CERTIDÃO Impulsionando o feito, intimo o administrador judicial para se manifestar nos presentes autos no prazo de 05 (cinco) dias. Cuiabá, 13 de dezembro de 2019. César Adriane Leôncio Gestor Judiciário da 1ª Vara Cível

Intimação Classe: CNJ-287 IMPUGNAÇÃO DE CRÉDITO
Processo Número: 1041369-84.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ANA ANGELICA WENDERROSCHS GOMES PINTO (IMPUGNANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIANA SEVERINO DA SILVA OAB - MT12747-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
NUTRANA LTDA (IMPUGNADO)
FERNANDA G. DE OLIVEIRA - EPP (IMPUGNADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCO AURELIO MESTRE MEDEIROS OAB - MT15401-O (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
LORGA & MIKEJEVS ADVOGADOS ASSOCIADOS (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
MARCO ANTONIO LORGA OAB - MT13536-O (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE

CUIABÁ - DESEMBARGADOR JOSÉ VIDAL 1ª Vara Cível da Capital CERTIDÃO Impulsionando o feito, intimo o administrador judicial para se manifestar nos presentes autos no prazo de 05 (cinco) dias. Cuiabá, 13 de dezembro de 2019. César Adriane Leôncio Gestor Judiciário da 1ª Vara Cível

Intimação Classe: CNJ-286 HABILITAÇÃO DE CRÉDITO
Processo Número: 1041763-91.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ISAIAS FERNADES DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALESSANDRA FERREIRA OAB - MT0007402A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GEOTOP CONSTRUCOES E TERRAPLENAGEM LTDA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCO AURELIO MESTRE MEDEIROS OAB - MT15401-O (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
FABIANIE MARTINS MATTOS LIMOEIRO (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
FABIANIE MARTINS MATTOS LIMOEIRO OAB - MT8920-B (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ - DESEMBARGADOR JOSÉ VIDAL 1ª Vara Cível da Capital CERTIDÃO Impulsionando o feito, intimo o administrador judicial para se manifestar nos presentes autos no prazo de 05 (cinco) dias. Cuiabá, 13 de dezembro de 2019. César Adriane Leôncio Gestor Judiciário da 1ª Vara Cível

Intimação Classe: CNJ-286 HABILITAÇÃO DE CRÉDITO
Processo Número: 1041770-83.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
FLORISVAN DE SOUZA NASCIMENTO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALESSANDRA FERREIRA OAB - MT0007402A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GEOTOP CONSTRUCOES E TERRAPLENAGEM LTDA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCO AURELIO MESTRE MEDEIROS OAB - MT15401-O (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
FABIANIE MARTINS MATTOS LIMOEIRO (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
FABIANIE MARTINS MATTOS LIMOEIRO OAB - MT8920-B (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ - DESEMBARGADOR JOSÉ VIDAL 1ª Vara Cível da Capital CERTIDÃO Impulsionando o feito, intimo o administrador judicial para se manifestar nos presentes autos no prazo de 05 (cinco) dias. Cuiabá, 13 de dezembro de 2019. César Adriane Leôncio Gestor Judiciário da 1ª Vara Cível

Intimação Classe: CNJ-286 HABILITAÇÃO DE CRÉDITO
Processo Número: 1041774-23.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
NATANAEL FERNANDES DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALESSANDRA FERREIRA OAB - MT0007402A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GEOTOP CONSTRUCOES E TERRAPLENAGEM LTDA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCO AURELIO MESTRE MEDEIROS OAB - MT15401-O (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
FABIANIE MARTINS MATTOS LIMOEIRO OAB - MT8920-B (ADVOGADO(A))
FABIANIE MARTINS MATTOS LIMOEIRO (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ - DESEMBARGADOR JOSÉ VIDAL 1ª Vara Cível da Capital CERTIDÃO Impulsionando o feito, intimo o administrador judicial para se manifestar nos presentes autos no prazo de 05 (cinco) dias. Cuiabá, 13 de dezembro de 2019. César Adriane Leôncio Gestor Judiciário da 1ª Vara Cível

Intimação Classe: CNJ-286 HABILITAÇÃO DE CRÉDITO
Processo Número: 1041781-15.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ROBSON DA SILVA ALMEIDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALESSANDRA FERREIRA OAB - MT0007402A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GEOTOP CONSTRUCOES E TERRAPLENAGEM LTDA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCO AURELIO MESTRE MEDEIROS OAB - MT15401-O (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
FABIANIE MARTINS MATTOS LIMOEIRO (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
FABIANIE MARTINS MATTOS LIMOEIRO OAB - MT8920-B (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ - DESEMBARGADOR JOSÉ VIDAL 1ª Vara Cível da Capital CERTIDÃO Impulsionando o feito, intimo o administrador judicial para se manifestar nos presentes autos no prazo de 05 (cinco) dias. Cuiabá, 13 de dezembro de 2019. César Adriane Leôncio Gestor Judiciário da 1ª Vara Cível

Intimação Classe: CNJ-286 HABILITAÇÃO DE CRÉDITO
Processo Número: 1041787-22.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JOSIMAR LOPES MENDES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALESSANDRA FERREIRA OAB - MT0007402A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GEOTOP CONSTRUCOES E TERRAPLENAGEM LTDA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCO AURELIO MESTRE MEDEIROS OAB - MT15401-O (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
FABIANIE MARTINS MATTOS LIMOEIRO (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
FABIANIE MARTINS MATTOS LIMOEIRO OAB - MT8920-B (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ - DESEMBARGADOR JOSÉ VIDAL 1ª Vara Cível da Capital CERTIDÃO Impulsionando o feito, intimo o administrador judicial para se manifestar nos presentes autos no prazo de 05 (cinco) dias. Cuiabá, 13 de dezembro de 2019. César Adriane Leôncio Gestor Judiciário da 1ª Vara Cível

Intimação Classe: CNJ-286 HABILITAÇÃO DE CRÉDITO
Processo Número: 1041793-29.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
WILMAR CORREIA MACHADO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALESSANDRA FERREIRA OAB - MT0007402A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GEOTOP CONSTRUCOES E TERRAPLENAGEM LTDA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCO AURELIO MESTRE MEDEIROS OAB - MT15401-O (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
FABIANIE MARTINS MATTOS LIMOEIRO (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
FABIANIE MARTINS MATTOS LIMOEIRO OAB - MT8920-B (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ - DESEMBARGADOR JOSÉ VIDAL 1ª Vara Cível da Capital CERTIDÃO Impulsionando o feito, intimo o administrador judicial para se manifestar nos presentes autos no prazo de 05 (cinco) dias. Cuiabá, 13 de dezembro de 2019. César Adriane Leôncio Gestor Judiciário da 1ª Vara Cível

Intimação Classe: CNJ-286 HABILITAÇÃO DE CRÉDITO
Processo Número: 1041799-36.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
PEDRO FRANCISCO GUIMARAES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:

ALESSANDRA FERREIRA OAB - MT0007402A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GEOTOP CONSTRUCOES E TERRAPLENAGEM LTDA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCO AURELIO MESTRE MEDEIROS OAB - MT15401-O (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
FABIANIE MARTINS MATTOS LIMOEIRO (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
FABIANIE MARTINS MATTOS LIMOEIRO OAB - MT8920-B (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ - DESEMBARGADOR JOSÉ VIDAL 1ª Vara Cível da Capital CERTIDÃO Impulsionando o feito, intimo o administrador judicial para se manifestar nos presentes autos no prazo de 05 (cinco) dias. Cuiabá, 13 de dezembro de 2019. César Adriane Leôncio Gestor Judiciário da 1ª Vara Cível

Intimação Classe: CNJ-286 HABILITAÇÃO DE CRÉDITO
Processo Número: 1041807-13.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LUIZ CARLOS FERREIRA DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALESSANDRA FERREIRA OAB - MT0007402A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GEOTOP CONSTRUCOES E TERRAPLENAGEM LTDA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCO AURELIO MESTRE MEDEIROS OAB - MT15401-O (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
FABIANIE MARTINS MATTOS LIMOEIRO (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
FABIANIE MARTINS MATTOS LIMOEIRO OAB - MT8920-B (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ - DESEMBARGADOR JOSÉ VIDAL 1ª Vara Cível da Capital CERTIDÃO Impulsionando o feito, intimo o administrador judicial para se manifestar nos presentes autos no prazo de 05 (cinco) dias. Cuiabá, 13 de dezembro de 2019. César Adriane Leôncio Gestor Judiciário da 1ª Vara Cível

Intimação Classe: CNJ-286 HABILITAÇÃO DE CRÉDITO
Processo Número: 1041813-20.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
VALDIVINO CORREIA DE ARAUJO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALESSANDRA FERREIRA OAB - MT0007402A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GEOTOP CONSTRUCOES E TERRAPLENAGEM LTDA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCO AURELIO MESTRE MEDEIROS OAB - MT15401-O (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
FABIANIE MARTINS MATTOS LIMOEIRO OAB - MT8920-B (ADVOGADO(A))
FABIANIE MARTINS MATTOS LIMOEIRO (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ - DESEMBARGADOR JOSÉ VIDAL 1ª Vara Cível da Capital CERTIDÃO Impulsionando o feito, intimo o administrador judicial para se manifestar nos presentes autos no prazo de 05 (cinco) dias. Cuiabá, 13 de dezembro de 2019. César Adriane Leôncio Gestor Judiciário da 1ª Vara Cível

Intimação Classe: CNJ-286 HABILITAÇÃO DE CRÉDITO
Processo Número: 1041823-64.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
GEREMIAS FERNANDES DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALESSANDRA FERREIRA OAB - MT0007402A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GEOTOP CONSTRUCOES E TERRAPLENAGEM LTDA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCO AURELIO MESTRE MEDEIROS OAB - MT15401-O (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
FABIANIE MARTINS MATTOS LIMOEIRO OAB - MT8920-B (ADVOGADO(A))
FABIANIE MARTINS MATTOS LIMOEIRO (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ - DESEMBARGADOR JOSÉ VIDAL 1ª Vara Cível da Capital CERTIDÃO Impulsionando o feito, intimo o administrador judicial para se manifestar nos presentes autos no prazo de 05 (cinco) dias. Cuiabá, 13 de dezembro de 2019. César Adriane Leôncio Gestor Judiciário da 1ª Vara Cível

Intimação Classe: CNJ-286 HABILITAÇÃO DE CRÉDITO
Processo Número: 1041819-27.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CLADIMIR NUNES DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALESSANDRA FERREIRA OAB - MT0007402A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GEOTOP CONSTRUCOES E TERRAPLENAGEM LTDA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCO AURELIO MESTRE MEDEIROS OAB - MT15401-O (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
FABIANIE MARTINS MATTOS LIMOEIRO OAB - MT8920-B (ADVOGADO(A))
FABIANIE MARTINS MATTOS LIMOEIRO (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ - DESEMBARGADOR JOSÉ VIDAL 1ª Vara Cível da Capital CERTIDÃO Impulsionando o feito, intimo o administrador judicial para se manifestar nos presentes autos no prazo de 05 (cinco) dias. Cuiabá, 13 de dezembro de 2019. César Adriane Leôncio Gestor Judiciário da 1ª Vara Cível

Expediente

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Anglizey Solivan de Oliveira
Cod. Proc.: 1029220 Nr: 36428-50.2015.811.0041
AÇÃO: Incidentes->Outros Procedimentos->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MASSA FALIDA DA TRESE CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA, RONIMÁRCIO NAVES
PARTE(S) REQUERIDA(S): Trese Construtora e Incorp. Ltda
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: RONIMARCIO NAVES - OAB:6.228/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ULISSES GARCIA NETO - OAB:11512/MT
Visto.
Ante a certidão negativa do oficial de justiça (fl. 75), intime-se o síndico para manifestação, no prazo de 05 dias úteis.
Intimem-se. Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Anglizey Solivan de Oliveira
Cod. Proc.: 957849 Nr: 3943-94.2015.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: CEZAR HIROSHI ITO, MARCOS JOSE MARTINS FERNANDES
PARTE(S) REQUERIDA(S): ESCOLA DE ENSINO INTEGRAL DE CUIABA LTDA, ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL MATOGROSSENSE LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: GILBERTO BAUMANN DE LIMA - OAB:15.404 - PR, Marcos Jose Martins Fernandes - OAB:, NILZA SACOMAN BAUMANN DE LIMA - OAB:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ANTONIO LUIS DE DEUS JUNIOR - OAB:7167, Marcos Jose Martins Fernandes - OAB:
Visto.
HOMOLOGO por sentença, para que surtam seus jurídicos efeitos, a transação celebrada às fls. 1219/1220, e JULGO O PROCESSO, com resolução do mérito, nos termos do que dispõe o artigo 487, III, alínea “b”,

do Código de Processo Civil/2015.
As custas processuais e os honorários advocatícios serão suportados na forma pactuada.
Transitada em julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos.
Ciência ao Ministério Público e ao Administrador Judicial.
P. I. C.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Anglizey Solivan de Oliveira
Cod. Proc.: 1342151 Nr: 18236-64.2018.811.0041
AÇÃO: Embargos de Terceiro->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: CROWN OCEAN CAPITAL CREDITS E FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS , ELIZETE BAGATELLI GONÇALVES
PARTE(S) REQUERIDA(S): CONSPAVI CONSTRUÇAO E PARTICIPAÇAO LTDA, CONSPAVI CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO LTDA, SIMONE POMPEO DE CAMPOS FELIX, BRUNO POMPEO FELIX, LUIS FRANCISCO FELIX
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ELIZETE BAGATELLI GONÇALVES - OAB:5932/O, LUCIANA REZEGUE DO CARMO - OAB:9.609/MT, Rafaela Oliveira de Assis - OAB:183.736
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ELIZETE BAGATELLI GONÇALVES - OAB:5932, KARINA MARTINS - OAB:8.498/MT, PAULO FABRINNY MEDEIROS - OAB:5.940/MT
Visto.
Encaminhem-se os autos ao Ministério Público para parecer.
Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Anglizey Solivan de Oliveira
Cod. Proc.: 1111926 Nr: 15486-60.2016.811.0041
AÇÃO: Habilitação de Crédito->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: AGUINALDO FERNANDES DA SILVA, ELINA PADILHA FERNANDES, FERNANDO COSTA FERNANDES
PARTE(S) REQUERIDA(S): ADONAI TRANSPORTES LTDA., NORTETRANS TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA ME
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Fernando Costa Fernandes - OAB:, LUIZ CLAUDIO DE OLIVEIRA NASCIMENTO - OAB:5.475/MT, LUIZ CLÁUDIO NASCIMENTO - OAB:5475
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: VAGNER SOARES SULAS - OAB:8455/MT
Visto.
Ante a alegação do habilitante de que parte do crédito já foi incluído na relação de credores, determino a intimação da recuperanda e do administrador judicial para manifestação, no prazo sucessivo de 05 dias úteis.
Após, conclusos.
Intimem-se. Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Anglizey Solivan de Oliveira
Cod. Proc.: 332857 Nr: 3684-46.2008.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: NELSON NOVAKOWSKI & CIA LTDA, RONIMARCIO NAVES
PARTE(S) REQUERIDA(S): TRESE CONSTRUTORA E INCORPORADORA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: RONIMARCIO NAVES - OAB:6228, WILSON SURITA SAENZ JUNIOR - OAB:7.302-A/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: FELIPE DE OLIVEIRA SANTOS - OAB:6745/MT, RODRIGO ALVES SILVA - OAB:11.800/MT, ULISSES GARCIA NETO - OAB:11512/MT
Visto.
Encaminhem-se os autos ao Ministério Público para parecer.
Após, conclusos.
Intimem-se. Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Anglizey Solivan de Oliveira
Cod. Proc.: 199995 Nr: 17403-03.2005.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: TRESE CONSTRUTORA E INCORPORADORA, RONIMÁRCIO NAVES
PARTE(S) REQUERIDA(S): AMÉLIA CRISTINA DE OLIVEIRA JORGE
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: FELIPE DE OLIVEIRA SANTOS - OAB:6.745/MT, FLAVIA OLIVEIRA SANTOS - OAB:OAB/MT9300, RODRIGO ALVES SILVA - OAB:11800, RONIMÁRCIO NAVES - OAB:6.228/MT, ULISSES GARCIA NETO - OAB:11512/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ROSANGELA DE CASTRO FARIAS SANTOS - OAB:130011/SP
Visto.
Intime-se o ADMINISTRADOR JUDICIAL para que informe se o crédito em questão é objeto de impugnação/habilitação de crédito, no prazo de 05 dias úteis.
Em caso positivo, deverá informar também o código do processo e a fase em que se encontra, bem como proceder à juntada de cópia da petição inicial, documentos e eventual sentença.
Após, conclusos.
Intime-se. Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Anglizey Solivan de Oliveira
Cod. Proc.: 74485 Nr: 13051-41.2001.811.0041
AÇÃO: Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MASSA FALIDA DE TRESE CONSTR.E INCORPORADORA LTDA., RONIMARCIO NAVES
PARTE(S) REQUERIDA(S): ANTÔNIO DE SOUZA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: RONIMÁRCIO NAVES - OAB:6.228/MT, ULISSES GARCIA NETO - OAB:11512/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEFENSORIA PÚBLICA DE CUIABÁ - OAB:NUCLEO CIVEL
Visto.
Deixo de designar, por ora, audiência de instrução para oitiva das testemunhas elencadas às fls. 147/148, e determino a intimação do síndico para que informe se o bem objeto da presente lide de fato pertence à massa falida, no prazo de 05 dias úteis.
Após, conclusos.
Intimem-se. Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Anglizey Solivan de Oliveira
Cod. Proc.: 7869 Nr: 9682-10.1999.811.0041
AÇÃO: Execução Hipotecária do Sistema Financeiro da Habitação->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: COHABITA TRANSPORTES LTDA., RONIMÁRCIO NAVES
PARTE(S) REQUERIDA(S): DESTAK CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ADEMIR JOEL CARDOSO - OAB:MT 3473-A, ALEXANDRE MAZZER CARDOSO - OAB:9749-B, GISELE RAQUEL ZULLI - OAB:10397/MT, RONIMARCIO NAVES - OAB:6228
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ALESSANDRO JACARANDÁ JOVÊ - OAB:4.247/MT, FELIPE DE OLIVEIRA SANTOS - OAB:6745, JUAHIL MARTINS DE OLIVEIRA - OAB:7773, ULISSES GARCIA NETO - OAB:11512/MT
Visto.
Intime-se o ADMINISTRADOR JUDICIAL para que certifique se o crédito em questão é objeto de impugnação/ habilitação de crédito, no prazo de 05 dias úteis.
Após, conclusos.
Intime-se. Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Anglizey Solivan de Oliveira
Cod. Proc.: 113472 Nr: 27532-38.2003.811.0041

AÇÃO: Alvará Judicial->Procedimentos Especiais de Jurisdição Voluntária->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: FRIGOVERDE S/A, RENATO CÉSAR VIANNA GOMES, EX LEGE ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL LTDA - ME

PARTE(S) REQUERIDA(S): JBS S. A.

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: BRENO AUGUSTO PINTO DE MIRANDA - OAB:9779/MT, HELIO LUIZ GARCIA - OAB:3613/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: AQUILES TADEU GUATEMOZIM - OAB:OAB/SP 121377, PAULO ROBERTO ZANCHETTA DE OLIVEIRA - OAB:211844/SP, SUELLEM DE ARRUDA UKRAINSKI - OAB:15.636, TAÍS STERCHELE ALCEDO - OAB:194073/SP, VIVIANE LIMA - OAB:5299-B/MT

Visto.

A síndica às fls. 186/190, manifestou que considera a proposta oferecida pela empresa arrendatária de R$ 100.000,00, como valor fora do mercado, fazendo uma contraproposta para pagamento do valor de R$ 180.000,00.

Assim, considerando a contraproposta da Síndica, intime-se a empresa arrendatária JBS, para que no prazo de 05 (cinco) dias úteis, manifeste interesse na contraproposta oferecida, a fim de solucionar a questão da restituição do bem deteriorado.

Caso a arrendatária não considere como razoável o valor sugerido pela Síndica, deverá, no mesmo prazo, apresentar avaliação do bem.

Com a manifestação, envie-me os autos conclusos para nova deliberação.

Intimem-se. Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A): Anglizey Solivan de Oliveira

Cod. Proc.: 768351 Nr: 21240-22.2012.811.0041

AÇÃO: Usucapião->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: INEZ ROSANE PORTZ, RONIMÁRCIO NAVES

PARTE(S) REQUERIDA(S): TRESE CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA - MASSA FALIDA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JUSSIANNEY VIEIRA VASCONCELOS - OAB:11.287/MT, RONIMARCIO NAVES - OAB:6.228/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ISRAEL ASSER EUGENIO - OAB:16562, RONIMARCIO NAVES - OAB:6.228/MT, ULISSES GARCIA NETO - OAB:11512/MT

Visto.

Intime-se o síndico para manifestação, no prazo de 15 dias úteis.

Após, conclusos.

Intimem-se. Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A): Anglizey Solivan de Oliveira

Cod. Proc.: 768674 Nr: 21582-33.2012.811.0041

AÇÃO: Usucapião->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: MARCOS VINICIUS RISSATO BONOMINI, LIVIA SAAB MURARO

PARTE(S) REQUERIDA(S): TRESE CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA - MASSA FALIDA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JOÃO LUCAS SOUZA PIRES - OAB:13336, JUSSIANNEY VIEIRA VASCONCELOS - OAB:11.287/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

Visto.

Intime-se o síndico para manifestação, no prazo de 15 dias úteis.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público para parecer.

Intimem-se. Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A): Anglizey Solivan de Oliveira

Cod. Proc.: 349663 Nr: 19932-87.2008.811.0041

AÇÃO: Recuperação Judicial->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: INOVAR TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA - EPP, TURAZZI TRANSPORTES E LOGÍSTICA LTDA - ME, BRASIL TELECON S.A E TELEMAT CELULAR, BANCO ABN AMRO REAL, Sicredi empreendedores MT, HELIO ANTUNES BRANDAO NETO, LAMMY - COMPENSADOS CUIABÁ LTDA, HSBC - BANK BRASIL S/A, BANCO DO BRASIL S/A, RANDON S/A-IMPLEMENTOS E PARTICIPAÇÕES, BANCO BRADESCO S/A

PARTE(S) REQUERIDA(S):

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ADRIANO ATHALA DE OLIVEIRA SHCAIRA - OAB:OAB/MT 20.495-A, ALEXANDRE MIRANDA LIMA - OAB:OAB/MT 13.241-A, CRISTIANA VASCONCELOS BORGES MARTINS - OAB:13.994-A/MT, DIEGO DE ALMEIDA VARGAS NUNES - OAB:10220, EDUARDO HENRIQUE VIEIRA BARROS - OAB:7.680/MT, FLÁVIO LAURI BECHER GIL - OAB:41063, HEITOR RIBEIRO TEIXEIRA - OAB:9021-MT, HÉLIO ANTUNES BRANDÃO NETO - OAB:9490-MT, MARCO ANDRÉ HONDA FLORES - OAB:9.708-A, MAURO PAULO GALERA MARI - OAB:3056/MT, RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA - OAB:8.184-A/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

Nesse sentido: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÕES CONEXAS. JULGAMENTO CONJUNTO. INOBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA UNIRRECORRIBILIDADE. AUSÊNCIA DE QUALQUER DOS VÍCIOS ELENCADOS NO ART. 1.022 DO CPC/2015. MERO INCONFORMISMO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS. 1. Os embargos de declaração somente são cabíveis quando houver na decisão obscuridade, contradição, omissão ou erro material, consoante dispõe o art. 1.022 do CPC/2015. 2. No caso concreto, não se constatam os vícios alegados pelos embargantes, que buscam rediscutir matérias devidamente examinadas e rejeitadas pela decisão embargada, o que é incabível nos declaratórios. 3. "Conforme a jurisprudência consolidada no âmbito desta Corte, a interposição de mais de um recurso pela mesma parte contra a mesma decisão impede o conhecimento do segundo recurso interposto, haja vista a preclusão consumativa e a observância ao princípio da unirrecorribilidade das decisões" (EDcl no REsp n. 1.293.275/AM, Relatora Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 15/3/2016, DJe 21/3/2016). 4. Embargos de declaração rejeitados. (STJ - EDcl no AgRg no AgRg no AREsp: 742461 RJ 2015/0167887-3, Relator: Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, Data de Julgamento: 26/09/2017, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 05/10/2017) Diante do exposto, REJEITO os EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ofertados pelo HSBC BANK BRASIL S/A – BANCO MÚLTIPLO às fls. 3570/. Preclusa esta decisão, certifique-se o trânsito em julgado e após, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Intimem-se. Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A): Anglizey Solivan de Oliveira

Cod. Proc.: 20400 Nr: 35184-72.2004.811.0041

AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: BRADESCO SEGUROS S/A, ALCEDO FERNANDES ALONSO, RJ CONSULTORIA PERÍCIA E ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL LTDA

PARTE(S) REQUERIDA(S): M. A. CHRISTONI - ME

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: BRUNO MEDEIROS PACHECO - OAB:6065/MT, JACY NILSO ZANETTI - OAB:2968-A/PR

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ANDRÉ CASTRILLO - OAB:3990/MT

Visto.

Intime-se o ADMINISTRADOR JUDICIAL para que informe se o crédito em questão é objeto de impugnação/habilitação de crédito, no prazo de 05 dias úteis.

Em caso positivo, deverá informar também o código do processo e a fase em que se encontra, bem como proceder à juntada de cópia da petição inicial, documentos e eventual sentença.

Após, conclusos.

Intime-se. Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A): Anglizey Solivan de Oliveira

Cod. Proc.: 72128 Nr: 4959-79.1998.811.0041

AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: BANCO DO BRASIL S.A, CLAYTON DA COSTA MOTTA

PARTE(S) REQUERIDA(S): TRESCINCO DISTRIBUIDORA DE AUTOMÓVEIS

LTDA., ESPÓLIO DE SANGO KURAMOTI, MATIKO NISHIMURA KURAMOTI

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ANELY DE MORAES PEREIRA MERLIN - OAB:1.3571-B/MT, ANTONIO CARLOS BARCELOS - OAB:5.328-A, CLAYTON DA COSTA MOTTA - OAB:14.870/MT, ROMEU DE AQUINO NUNES - OAB:OAB/MT 3.770

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: AGNALDO KAWASAKI - OAB:3884/MT, LUIZ GONÇALO DA SILVA - OAB:4265/MT

Visto.

Intime-se o ADMINISTRADOR JUDICIAL para que informe se o crédito em questão é objeto de impugnação/habilitação de crédito, no prazo de 05 dias úteis.

Em caso positivo, deverá informar também o código do processo e a fase em que se encontra, bem como proceder à juntada de cópia da petição inicial, documentos e eventual sentença.

Após, conclusos.

Intime-se. Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A): Anglizey Solivan de Oliveira

Cod. Proc.: 1380399 Nr: 4366-15.2019.811.0041

AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: BANCO DAYCOVAL S/A, FLAVIANO KLEBER TAQUES FIGUEIREDO

PARTE(S) REQUERIDA(S): GRUPAL AGROINDUSTRIAL S/A

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ANDRÉ RICARDO PASSOS DE SOUZA - OAB:165.202-A/SP, FLAVIANO KLEBER TAQUES FIGUEIREDO - OAB:7348/MT, RALPH MELLES STICCA - OAB:236.471/SP

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: SANDRO TICIANEL - OAB:6877/MT

Visto.

BANCO DAYCOVAL S/A opôs EMBARGOS DE DECLARAÇÃO em face da decisão de fl. 95, que determinou o pagamento das custas de distribuição, a fim de que seja admitido o recolhimento das custas atinentes ao procedimento de habilitação de crédito (fls. 96/99).

Com efeito, os embargos de declaração constituem-se em meio apropriado para suprir eventuais falhas, de modo a esclarecer obscuridades, eliminar contradições ou suprir omissões verificadas na decisão embargada (CPC/2015 – art. 1.022).

Assim, analisando tanto a matéria objeto dos embargos quanto o teor da decisão recorrida, constato que inexiste na decisão embargada qualquer omissão, contradição ou obscuridade a justificar a utilização dos presentes embargos.

Diante do exposto, REJEITO os EMBARGOS DE DECLARAÇÃO de fls. 96/99, e determino que a parte cumpra a decisão proferida à fl. 95, no prazo de 15 dias úteis, sob pena de cancelamento da distribuição.

Intimem-se. Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A): Anglizey Solivan de Oliveira

Cod. Proc.: 1220695 Nr: 11704-11.2017.811.0041

AÇÃO: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: LIEBHERR BRASIL GUINDASTES E MAQUINAS OPERATRIZES LTDA, ZAPAZ CONSULTING AUDITORIA LTDA

PARTE(S) REQUERIDA(S): TRÊS IRMÃOS ENGENHARIA LTDA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CELSO SANTANA PERRELLA - OAB:42.570/SP, LUIZ ALEXANDRE CRISTALDO - OAB:684-COREC

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: GUSTAVO EMANUEL PAIM - OAB:14606/MT, SEBASTIAO MONTEIRO DA COSTA JUNIOR - OAB:7.187/MT

Visto.

Intime-se o ADMINISTRADOR JUDICIAL para que informe se o crédito em questão é objeto de impugnação/habilitação de crédito, no prazo de 05 dias úteis.

Em caso positivo, deverá informar também o código do processo e a fase em que se encontra, bem como proceder à juntada de cópia da petição inicial, documentos e eventual sentença.

Após, conclusos.

Intime-se. Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A): Anglizey Solivan de Oliveira

Cod. Proc.: 1272250 Nr: 28392-48.2017.811.0041

AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: INCENTIVO MULTISETORIAL I - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS, FLAVIANO KLEBER TAQUES FIGUEIREDO

PARTE(S) REQUERIDA(S): GRUPAL AGROINDUSTRIAL S/A, PAULO ALVES PALHANO, OTAVIANO MUNIZ DE MELO JUNIOR, TIAGO ALVES PALHANO, JOSÉ LUIZ DE SOUZA FREIRE, KASSIANA CAPELEZZO PALHANO, FERNANDO CESAR SILVA RODRIGUES, ITAHUM COMÉRCIO TRANSPORTE E EXPORTAÇÃO LTDA, NILZA SPESSOTO HERNANDES MARANGONI PALHANO, PAULO ROBERTO PALHANO, TATIANA LOPES PINTO PALHANO, JANAINA PALHANO LUGO, ANA PAULA MARANGONI PALHANO, LYARA KATY ZELLMANN RODRIGUES, MASSA FALIDA DE GRUPAL AGROINDUSTRIAL S/A E OUTRAS

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ARIANE COSTA AUGUSTO - OAB:296044/SP, FLAVIANO KLEBER TAQUES FIGUEIREDO - OAB:7348/MT, LEANDRO CHIAROTTINO - OAB:SP-174894, MARIA DE MELO FRANCO - OAB:OAB/SP 153.817, THIAGO V. C. GIANNATTASIO - OAB:OAB/SP 313.000

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JACKSON F. COLETA COUTINHO - OAB:9.172-B/MT, JACKSON F. COLETA COUTINHO - OAB:9172-B, JOSE EDUARDO POLISEL GONÇALVES - OAB:12.009/MT, JOSÉ EDUARDO POLISEL GONÇALVES - OAB:OAB/12009

Visto.

Intime-se o ADMINISTRADOR JUDICIAL para que informe se o crédito em questão é objeto de impugnação/habilitação de crédito, no prazo de 05 dias úteis.

Em caso positivo, deverá informar também o código do processo e a fase em que se encontra, bem como proceder à juntada de cópia da petição inicial, documentos e eventual sentença.

Após, conclusos.

Intime-se. Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A): Anglizey Solivan de Oliveira

Cod. Proc.: 1038509 Nr: 40827-25.2015.811.0041

AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: ITAÚ UNIBANCO S/A, BRUNO CARVALHO DE SOUZA

PARTE(S) REQUERIDA(S): J. MARQUES INDUSTRIA DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA, ESPOLIO DE JOSUÉ MARQUES DA SILVA, WILSON MARQUES DA SILVA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ALEXANDRE CHEKERDEMIAN - OAB:11.640, BRUNO CARVALHO DE SOUZA - OAB:MT 19.198, MARCO ANDRÉ HONDA FLORES - OAB:9.708-A

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: CARLOS ROBERTO DE CUNTO MONTENEGRO - OAB:11.903-A/MT, FÁBIO LUIS DE MELLO OLIVEIRA - OAB:6.848/MT

Visto.

Intime-se o ADMINISTRADOR JUDICIAL para que informe se o crédito em questão é objeto de impugnação/habilitação de crédito, no prazo de 05 dias úteis.

Em caso positivo, deverá informar também o código do processo e a fase em que se encontra, bem como proceder à juntada de cópia da petição inicial, documentos e eventual sentença.

Após, conclusos.

Intime-se. Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A): Anglizey Solivan de Oliveira

Cod. Proc.: 1040524 Nr: 41876-04.2015.811.0041

AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: ITAU UNIBANCO S/A, BRUNO CARVALHO DE SOUZA

PARTE(S) REQUERIDA(S): J MARQUES INDUSTRIA DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA, ESPOLIO DE JOSUÉ MARQUES DA SILVA, WILSON MARQUES DA SILVA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: BRUNO CARVALHO DE SOUZA - OAB:MT 19.198, MARCO ANDRÉ HONDA FLORES - OAB:9.708-A

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: LEONARDO BRUNO VIEIRA DE

FIGUEIREDO - OAB:8.617/MT, LEONARDO BRUNO VIEIRA DE FIGUEIREDO - OAB:8617

Visto.

Intime-se o ADMINISTRADOR JUDICIAL para que informe se o crédito em questão é objeto de impugnação/habilitação de crédito, no prazo de 05 dias úteis.

Em caso positivo, deverá informar também o código do processo e a fase em que se encontra, bem como proceder à juntada de cópia da petição inicial, documentos e eventual sentença.

Após, conclusos.

Intime-se. Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A): Anglizey Solivan de Oliveira

Cod. Proc.: 933020 Nr: 50944-12.2014.811.0041

AÇÃO: Embargos de Terceiro->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: FABRIZZIO CAPUCI, RENATO CESAR VIANNA GOMES

PARTE(S) REQUERIDA(S): MASSA FALIDA DE INPER - INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA, EX LEGE ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL LTDA - ME

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JOMAS FULGENCIO DE LIMA JUNIOR - OAB:11785, KÁSSIA RABELO SILVA - OAB:16.874/MT, RONIMÁRCIO NAVES - OAB:6228

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: BRENO AUGUSTO PINTO DE MIRANDA - OAB:9.779/MT, DÉCIO JOSÉ TESSARO - OAB:3.162/MT

Visto.

Ante a certidão retro, renove-se a intimação ao perito José Ferreira dos Santos, para que cumpra efetivamente a decisão proferida à fl. 859/861.

Expeça-se o necessário.

Intimem-se. Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A): Anglizey Solivan de Oliveira

Cod. Proc.: 394962 Nr: 30474-33.2009.811.0041

AÇÃO: Falência de Empresários, Sociedades Empresáriais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCES

PARTE AUTORA: MATOS COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA, MATOS ARRAIS COMERCIO DE CONFECÇÕES LTDA, BANCO BRADESCO S/A, ARRAIS COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA, MAGAZINE ARRAIS COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA, NAOR DE MELO FRANCO, FAVORITA MODAS E CONFECÇÕES LTDA, COMERCIAL POLO COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA ME, LIU MODAS COMERCIO DE CONFECÇÕES LTDAS

PARTE(S) REQUERIDA(S):

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MARCO AURÉLIO M. MEDEIROS - OAB:15.401/MT, MAURO PAULO GALERA MARI - OAB:3056/MT, NAOR DE MELO FRANCO - OAB:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

Visto.

Encaminhem-se os autos ao Ministério Público Estadual para parecer sobre o pedido de extinção do presente feito falimentar formulado pelo Administrador Judicial às fls. 922/931.

Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 932592 Nr: 50699-98.2014.811.0041

AÇÃO: Impugnação de Crédito->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: BANCO DAYCOVAL S/A, FLAVIANO KLEBER TAQUES FIGUEIREDO

PARTE(S) REQUERIDA(S): GRUPAL AGROINDUSTRIAL LTDA, MASSA FALIDA de GRUPAL AGROINDUSTRIAL S.A .

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ANDRÉ RICARDO PASSOS DE SOUZA - OAB:165.202-A/SP, FLAVIANO KLEBER TAQUES FIGUEIREDO - OAB:7348/MT, RALPH MELLES STICCA - OAB:236.471/SP

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ANNA LUIZA PRADO FEUSER - OAB:16188, ANTONIO LUIZ FERREIRA DA SILVA - OAB:6565, COUTINHO E POLISEL ADVOGADOS ASSOCIADOS - OAB:355, JACKSON FRANCISCO COLETA COUTINHO - OAB:9.172-B, JOSE EDUARDO POLISEL GONÇALVES - OAB:12009, VAGNER SOARES SULAS - OAB:8455/MT

Intimo o administrador do Juízo para, em 5 dias úteis, manifestar-se ante o trânsito em julgado do recurso interposto.

Intimação da Parte Requerida

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 996755 Nr: 22060-36.2015.811.0041

AÇÃO: Habilitação de Crédito->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: DANIEL NUNES AGUIAR DE OLIVEIRA, LUCIEN FÁBIO FIEL PAVONI, CM Administração Judicial e Pericias Ltda – EPP

PARTE(S) REQUERIDA(S): ROSCH ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS E INFORMATICA LTDA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CLAYTON DA COSTA MOTTA - OAB:14.870/MT, ITALO SOUZA NICOLIELLO - OAB:73.013/MG, TATIANA LUIZA SOARES - OAB:134.024/MG

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: KARLOS LOCK - OAB:16828/MT

Nos termos da determinação inserta em fl. 149, procedo à intimação da Recuperanda para, em 5 dias úteis, manifestar-se sobre o documento acostado aos autos pelo Habilitante.

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 391759 Nr: 27142-58.2009.811.0041

AÇÃO: Falência de Empresários, Sociedades Empresáriais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCES

PARTE AUTORA: AUTO VIAÇÃO TRANSCAPITAL (PRINCESA DO SOL) LTDA, SENA PNEUS COMÉRCIO E RECAPAGENS LTDA, PETROBRÁS DISTRIBUIDORA S/A, ROSENIL GOMES DA SILVA, MARCOS RELVAS, MARIA APARECIDA DE ARAUJO, ANTONIO ELOIR CONSTANTE BARBOSA, ANDERSON FABIANO GONÇALVES, ANTONIO BATISTA DOS SANTOS, ADILSON BARBOSA DE OLIVEIRA, ADILSON GONÇALVES, AGNO CESAR ALVES NOGUEIRA, AGUINALDO COSTA DA SILVA], ARMANDO BOM DESPACHO DA CONCEIÇÃO, EDSON DIAS DE SOUZA, CLEOMAR RAIMUNDO CONCEIÇÃO, DEUSDETE ALVES DE ALMEIDA, DIOGO QUEIROZ DE AMORIM, BENEDITO TEIXEIRA DE ARRUDA, ATAIDE NUNES PINTO, CELSO DE SOUZA, BALTAZAR PEREIRA DE MATOS, CAMILO MARTINES, CIRO DA SILVA DE LARA, CLEIDE MARIA DA CONCEIÇÃO GOUVEIA, DIJALMA FERREIRA DOS SANTOS, EDILSON DE SOUZA CARDOSO, EDSON FARIAS PEREIRA, EDSON SEIXAS PEREIRA, EDVAL LUIZ PEREIRA DE SOUZA, GERALDO CHAVES FILHO, GERSON SOARES DA SILVA, FRANCISCO LEITE DA SILVA, JOAO BATISTA MOTA, JOSÉ NOGUEIRA, ANTONIO DIAS DA COSTA, FLORENTINO BATISTA SANTANA JUNIOR, ESPÍRITO SANTO MANOEL LEITE, FRANCISCO APARECIDO MUNIZ AGUIAR, FRANCISCO PAULO DE LIMA, ITAMAR BARROS GOUVEIA, JOÃO BOSCO RODRIGUES DE SALES, JOÃO CLAÚDIO PERALTA, JOÃO ETERNO SOUZA, JOAQUIM GOMES DOS SANTOS, JOEL ESPEDITO DOMINGOS, JOILSON SIMÃO DE OLIVEIRA, JOSÉ CARLOS FERREIRA DA SILVA, JOSÉ PEREIRA MACIEL, JOSÉ SOARES DA SILVA, MARDEN ELVIS FERNANDES TORTORELLI, INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA, OI S/A, ZAPAZ ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL LTDA, ELETROCONSTRO ELETRIFICAÇÃO E CONSTRUÇÃO, JS Distribuidora de peças S/A

PARTE(S) REQUERIDA(S):

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ALEXANDRE MIRANDA LIMA - OAB:131436/RJ, ANA CLAUDIA SALGADO DE MACEDO CURVO - OAB:14511/MT, ANDRESSA CAROLINE TRECHAUD - OAB:14.099/MT, ANTONIO DIAS DA COSTA - OAB:23.967/O, CAROLINA BARBOSA COSTA - OAB:8686/MT, CLARIANNA MARQUES DE ARRUDA E SILVA - OAB:20148/O, DOUGLAS MARTINHO ARRAES VILELA - OAB:31797, ELADIO MIRANDA LIMA - OAB:86.235-RJ, GUARACY CARLOS DE SOUZA - OAB:3287-MT, JACKSON F. COLETA COUTINHO - OAB:9172-B, JOSÉ EDUARDO P. GONÇALVES - OAB:12.009, LAUDELINA FERREIRA TORRES - OAB:12.316-MT, LÍVIA MARIA MACHADO FRANÇA QUEIROZ - OAB:14.472/MT, LIZY EMANOELLE DE

AZEVEDO - OAB:OAB/MT 15.773, LUCIANA ZAMPRONI BRANCA - OAB:5191-B, LUIZ ALEXANDRE CRISTALDO - OAB:684-COREC, MAGALY DA SILVA MIRANDA - OAB:52.198/RJ, MARIANA PIMENTEL PERES - OAB:178.341, MARIANA RAMIREZ FORTUNA - OAB:134.546/RJ, MURILO ESPINDOLA DE OLIVEIRA LIMA - OAB:12347, Natalino José de Toledo - OAB:, PABLO HERTZ BRUZZONE LEAL - OAB:156.485, RENAN PHELIPE SANTOS VILELA - OAB:21.310/MT, RENATA MARINHO MACEDO - OAB:104.613/RJ, RICARDO NIGRO - OAB:8414/MT, THAYS LAURA MARTINS DA SILVA - OAB:, VALDIR FRANCISCO DE OLIVEIRA - OAB:4.862-A/MT, VALDIR FRANCISCO DE OLIVEIRA - OAB:4862-A, WLAMIR ASSAD DE LIMA JÚNIOR - OAB:7.533/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

Nos termos das determinações dispostas em fls. 5254/5255 e fls. 4981/4981v, procedo à intimação do escritório COUTINHO E POLISEL ADVOGADOS ASSOCIADOS, na pessoa dos advogados José Eduardo P. Gonçalves - OAB/MT 12.009 e Jackson F. Coleta Coutinho - OAB/MT 9.172-B, para que, em 10 dias úteis, tragam aos autos relatório de acompanhamento dos processos trabalhistas, ainda em trâmite e pendendes de providências, o qual há de observar a listagem encaminhada pelo TRT (fl. 5033/5044) , discriminando a atual fase de cada processo, bem como informações sobre quais foram os credores da massa que já tiveram seus créditos adimplidos diretamente aos reclamantes e/ou advogados ou Núcleo de Conciliação do TRT.

Intimação da Parte Requerida

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 1403863 Nr: 9824-13.2019.811.0041

AÇÃO: Habilitação de Crédito->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: JOSÉ PAIXÃO DE MESQUITA

PARTE(S) REQUERIDA(S): ENPA - ENGENHARIA E PARCERIA LTDA EIRELI

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: FLAVIO BUENO PEDROZA - OAB:21797/O

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: GUSTAVO EMANUEL PAIM - OAB:14.605/MT, Haiana Katherine Menezes Follmann - OAB:OAB/MT 18024, LUIZ CARLOS EHRET GARCIA - OAB:OAB/MT 16.394

Torno sem efeito a certidão de fl. 24, ato contínuo, em cumprimento à decisão de fl. 19, intimo o devedor para, em 5 dias úteis, manifestar-se sobre a presente impugnação.

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 1403779 Nr: 9796-45.2019.811.0041

AÇÃO: Habilitação de Crédito->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: JOSÉ ORESTE ZANELLA DOS SANTOS, AJ1 ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

PARTE(S) REQUERIDA(S): ENPA - ENGENHARIA E PARCERIA LTDA EIRELI

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: FLAVIO BUENO PEDROZA - OAB:21797/O, RICARDO FERREIRA DE ANDRADE - OAB:9764-A/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: GUSTAVO EMANUEL PAIM - OAB:14606/MT, Haiana Katherine Menezes Follmann - OAB:OAB/MT 18024, LUIZ CARLOS EHRET GARCIA - OAB:OAB/MT 16.394, SEBASTIAO MONTEIRO DA COSTA JUNIOR - OAB:7.187/MT

Torno sem efeito a certidão de fl. 24, ato contínuo, em cumprimento à decisão de fl. 19, intimo o devedor para, em 5 dias úteis, manifestar-se sobre a presente impugnação.

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A): Anglizey Solivan de Oliveira

Cod. Proc.: 76585 Nr: 6274-45.1998.811.0041

AÇÃO: Falência de Empresários, Sociedades Empresáriais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCES

PARTE AUTORA: DEDINI S/A SIDERÚRGICA, ANTÔNIO LUIZ FERREIRA

PARTE(S) REQUERIDA(S): AÇOMAT - AÇO MATO GROSSO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ANTONIO LUIZ FERREIRA DA SILVA - OAB:6.565-MT, JARBAS MARTINS BARBOSA DE BARROS - OAB:112537/SP

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DÉCIO JOSÉ TESSARO - OAB:3.162/MT

Visto.

Considerando que os embargos de declaração opostos pela requerente às fls. 255/256, visam obter efeitos infringentes, intime-se a FALIDA para manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

Decorrido o prazo com ou sem manifestação, conclusos.

Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A): Anglizey Solivan de Oliveira

Cod. Proc.: 1111920 Nr: 15480-53.2016.811.0041

AÇÃO: Impugnação de Crédito->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: BANCO BRADESCO S/A, RAFAEL HENRIQUE TAVARES TAMBELINI

PARTE(S) REQUERIDA(S): OLHETE RESTAURANTE EIRELI - ME

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MAURO PAULO GALERA MARI - OAB:3056/MT, RAFAEL HENRIQUE TAVARES TAMBELINI - OAB:OAB/SP 300.994

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: AUGUSTO MARIO VIEIRA NETO - OAB:15.948/MT, CLOVIS SGUAREZI MUSSA DE MORAES - OAB:14485/MT

Visto.

Encaminhem-se os autos ao Ministério Público para parecer.

Após, conclusos.

Intimem-se. Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A): Anglizey Solivan de Oliveira

Cod. Proc.: 1067489 Nr: 54308-55.2015.811.0041

AÇÃO: Recuperação Judicial->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: MAV COMERCIO E TRANSPORTES LTDA-ME, A. M. V. TRANSPORTES LTDA, BANCO DO BRASIL S/A, BANCO J.SAFRA S/A, M. R. TRANSPORTADORA LTDA - ME, COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS DO VALE DO JURUENA, RONIMARCIO NAVES, BANCO BRADESCO S.A., M. DIESEL CAMINHOES E ONIBUS LTDA, BANCO VOLVO S.A, FERREIRA DE SOUSA & BARCELOS LTDA, AJ1 ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL, BRIDGESTONE DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., BANCO SANTANDER, BANCO WOLKSVAGEM S/A, CAIXA ECONOMICA FEDERAL, BANCO RODOBENS S.A., LIBRELATO S/A - IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS E RODOVIÁRIOS

PARTE(S) REQUERIDA(S):

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ALBERTO IVAN ZAKIDALSKI - OAB:OAB/PR 39.274, ANA MARIA BARCELOS FILHA - OAB:16.475A/MT, ARIANE MIRELLI NUNES - OAB:14647, BRUNO YOHAN SOUZA GOMES - OAB:253.205/SP, EDUARDO HENRIQUE VIEIRA BARROS - OAB:7.680/MT, EUCLIDES RIBEIRO S. JUNIOR - OAB:5.222/MT, EVERALDO JOÃO FERREIRA - OAB:1967/SC, GABRIEL COELHO CRUZ E SOUSA - OAB:18521/O, JEFERSON ALEX SALVIATO - OAB:236.655/SP, JOÃO PAULO MORESCHI - OAB:11686/MT, JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA - OAB:19.081-A, JUSCILENE VIEIRA DE SOUZA - OAB:7236/MT, LUCIANA SEZANOWSKI MACHADO - OAB:25276, MARCELLE THOMAZINI OLIVEIRA - OAB:10280/MT, MARCO HONDA FLORES - OAB:OAB/MS 9.708-A, MAURO PAULO GALERA MARI - OAB:3056/MT, PAULO FERNANDO SCHNEIDER - OAB:8117/MT, RICARDO FERREIRA DE ANDRADE - OAB:OAB/MT 9764-A, RICARDO TURBINO NEVES - OAB:12.454/MT, SERVIO TULIO DE BARCELOS - OAB:14258-A/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

Visto.

I - Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos (art. 1.018, §1º, CPC/2015).

II – Consigno que as informações prestadas, nesta data, através do Ofício n.º 122/GabI/2019, foram encaminhadas pelo Malote Digital.

Intimem-se. Cumpra-se.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 1012752 Nr: 28709-17.2015.811.0041
AÇÃO: Impugnação de Crédito->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: VELOSO E TORTELLI LTDA, LUIZ ALEXANDRE CRISTALDO, ZAPAZ ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL LTDA
PARTE(S) REQUERIDA(S): AURORA CONSTRUÇÕES INCORPORAÇÕES E SERVIÇOS LTDA, AURORA DISTRIBUIDORA DE CONCRETOS E SERVIÇOS LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: LUIZ ALEXANDRE CRISTALDO - OAB:684-COREC, Reinaldo Celso Bignardi - OAB:60348/SP, VINICIUS BIGNARDI - OAB:OAB/MT 12.901
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: FILIPE LUIS DE PAULA E SOUZA - OAB:OAB/SP 326.004, RODRIGO LEITE BARROS ZANIN - OAB:12129-A
Instado a se manifestar, fl. 250, o Impugnante deixou transcorrer o prazo e manteve-se silente. Ato contínuo, intimo a recuperanda para, em 5 dias úteis, manifestar-se.

Decisão

Decisão Classe: CNJ-292 RECUPERAÇÃO JUDICIAL
Processo Número: 1028557-78.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
AGRO BOI PET COMERCIO DE PRODUTOS VETERINARIOS LTDA - ME (AUTOR(A))
AGRO BOI COMERCIO DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA - EPP (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
KARLOS LOCK OAB - MT16828-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
DANIEL FELIX DA SILVA BRANISSO (RÉU)
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
EVANDRO CESAR ALEXANDRE DOS SANTOS OAB - MT13431-A (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
LUIZ SERGIO DEL GROSSI OAB - MT8294/B (ADVOGADO(A))
ACEBRA - COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO EIRELI - EPP (TERCEIRO INTERESSADO)
ALEXANDRE CESAR DEL GROSSI OAB - MS9916-B (ADVOGADO(A))
MARIA ALICE CAMARGO LEITE (TERCEIRO INTERESSADO)
OTACILIO PERON OAB - MT3684-A (ADVOGADO(A))
PAULO CESAR FAVERO MOI (TERCEIRO INTERESSADO)
CAROLINE FONTANA PALAVRO OAB - RS73270 (ADVOGADO(A))
ADRIANO ATHALA DE OLIVEIRA SHCAIRA OAB - MT20495-A (ADVOGADO(A))
BANCO DO BRASIL SA (TERCEIRO INTERESSADO)
PREPAR - INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA - EPP (TERCEIRO INTERESSADO)
DROGARIA ROSARIO S/A (TERCEIRO INTERESSADO)
SERGIO CARNEIRO ROSI OAB - MG0071639A (ADVOGADO(A))
DANIELE IZAURA DA SILVA CAVALARI REZENDE OAB - MT6057-O (ADVOGADO(A))
CARLOS REZENDE JUNIOR OAB - MT9059-O (ADVOGADO(A))
CAIXA ECONÓMICA FEDERAL (TERCEIRO INTERESSADO)
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-O (ADVOGADO(A))
GUSTAVO EDUARDO REIS DE SIQUEIRA OAB - MT0006780A (ADVOGADO(A))
TIM CELULAR S.A. (TERCEIRO INTERESSADO)
LEONARDO MORO BASSIL DOWER OAB - MT13914-O (ADVOGADO(A))
Leonardo Moro Bassil Dower (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
BANCO BRADESCO (TERCEIRO INTERESSADO)
ANTONIO RODRIGO SANT ANA OAB - SP0234190A (ADVOGADO(A))
UNIÃO - FAZENDA NACIONAL (TERCEIRO INTERESSADO)
PREMIUN VET DISTRIBUIDORA LTDA - ME (TERCEIRO INTERESSADO)
CAMILA DOS SANTOS OLIVEIRA OAB - MS19635 (ADVOGADO(A))
EDSON KOHL JUNIOR OAB - MS15200 (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ANGLIZEY SOLIVAN DE OLIVEIRA

Visto. Agro boi Comércio de Produtos Agropecuários Ltda Epp e Outra, devidamente qualificadas na petição inicial ingressaram com pedido de Recuperação Judicial, com fundamento na Lei 11.101/05, que teve deferido o processamento, conforme decisão exarada em 21/09/2017 (id 9977425). O edital de aviso de recebimento do plano de recuperação judicial apresentado pela recuperanda encontra-se nos autos (id 14050678), onde constou também a relação de credores do administrador judicial, dando início à fase judicial da análise de créditos e abrindo-se prazo para que os credores manifestem objeções ao plano de recuperação judicial; e, tendo sido opostas objeções, fez-se necessária a convocação da assembleia-geral de credores, em primeira e segunda convocação, nos moldes do caput do art. 56 da LRF. A AGC designada para o dia 07 de Maio de 2019, ocorreu regularmente, ocasião em que houve deliberação sobre o plano de recuperação judicial que foi aprovado, com proposta alternativa, tal como se observa pela leitura da ata juntada aos autos (id 19936640). Parecer do Ministério Público pela homologação do plano, com a consequente concessão da Recuperação Judicial (id 20827911). É o relatório. Fundamento e decido. Os autos vieram-me conclusos após parecer favorável do Ministério Público para homologação do plano de recuperação judicial com a consequente concessão de sua recuperação judicial. Contudo, verifica-se que há pedido formulado nos autos que ainda está pendente de análise, sendo devidamente apreciado nesta oportunidade. 1 – Dos Embargos de Declaração Opostos pela Recuperanda (id 17827687) a recuperanda opôs Embargos de Declaração em face da decisão proferida no id 17080925, que determinou o pagamento dos honorários do administrador judicial sob pena de decretação da falência (id 1867758), sob o argumento de que não é hipótese prevista na Lei de Regência, e pela imediata liberação dos valores bloqueados (id 17827687). Com efeito, os embargos de declaração constituem-se em meio apropriado para suprir eventuais falhas, de modo a esclarecer obscuridades, eliminar contradições ou suprir omissões verificadas na decisão embargada (CPC/2015 – art. 1.022). Assim, analisando tanto a matéria objeto dos embargos quanto o teor da decisão recorrida, constato que inexiste na decisão embargada qualquer omissão, contradição ou obscuridade a justificar a utilização dos presentes embargos. Isso porque, sem adentrar nas hipóteses de convolação do processo de recuperação judicial em falência, o pedido para liberação dos valores bloqueados nos autos da Execução Fiscal nº 31-06.2014.6.11.0037, ajuizada pela Procuradoria da Fazenda Nacional, em trâmite na 51ª Zona Eleitoral de Mato Grosso, foi indeferido por este Juízo conforme decisão proferida no id 17080925, não havendo como disponibilizar tais valores para pagamento do administrador judicial. Nota-se, no caso em análise, o nítido propósito do embargante de rediscutir a matéria já examinada, o que é vedado em sede de embargos de declaração, devendo o mesmo valer-se das vias adequadas para atingir seu desiderato. Ademais, o julgador não está obrigado a reportar-se a todos os argumentos trazidos pelas partes, quando já tenha encontrado fundamento suficiente para sua conclusão, nem tampouco responder cada um dele. Nesse sentido: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÕES CONEXAS. JULGAMENTO CONJUNTO. INOBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA UNIRRECORRIBILIDADE. AUSÊNCIA DE QUALQUER DOS VÍCIOS ELENCADOS NO ART. 1.022 DO CPC/2015. MERO INCONFORMISMO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS. 1. Os embargos de declaração somente são cabíveis quando houver na decisão obscuridade, contradição, omissão ou erro material, consoante dispõe o art. 1.022 do CPC/2015. 2. No caso concreto, não se constatam os vícios alegados pelos embargantes, que buscam rediscutir matérias devidamente examinadas e rejeitadas pela decisão embargada, o que é incabível nos declaratórios. 3. "Conforme a jurisprudência consolidada no âmbito desta Corte, a interposição de mais de um recurso pela mesma parte contra a mesma decisão impede o conhecimento do segundo recurso interposto, haja vista a preclusão consumativa e a observância ao princípio da unirrecorribilidade das decisões" (EDcl no REsp n. 1.293.275/AM, Relatora Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 15/3/2016, DJe 21/3/2016). 4. Embargos de declaração rejeitados. (STJ - EDcl no AgRg no AgRg no AREsp: 742461 RJ 2015/0167887-3, Relator: Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, Data de Julgamento: 26/09/2017, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 05/10/2017) Assim, devem ser rejeitados

os embargos de declaração opostos pela recuperanda no id 17827687. 2 – Dos Requisitos Para Concessão Da Recuperação Judicial. Não obstante o resultado da Assembleia Geral de Credores que aprovou o plano de recuperação judicial, em consonância com os termos do art. 45, da Lei nº 11.101/05, seja pressuposto essencial para sua homologação, entendo que se faz necessário analisar as alegações pelos credores, afastando eventuais iniquidades, e exercendo, ainda, o controle de legalidade sobre o plano de recuperação apresentado pelas recuperandas. Isso porque, a soberania da Assembleia Geral de Credores refere-se à aprovação ou rejeição do plano, mas não às deliberações nela contidas, que se subordinam ao controle de legalidade inerentes aos atos jurídicos em geral. Como se pode ver pela leitura da Ata da Assembleia Geral de Credores, na qual houve deliberação sobre o Plano de Recuperação Judicial, esta transcorreu sem qualquer irregularidade, com a apresentação de propostas alternativas, conforme listado na Ata (id 19936640). No que concerne as propostas alternativas feitas em AGC, estas só geram efeitos a quem estava presente e optou por aderir tal proposta alternativa, não merecendo, portanto, maiores digressões. Colhidos os votos dos credores presentes, o plano foi aprovado juntamente com as alterações apresentadas em AGC. 3 – Da Cláusula Relativa à Novação dos Créditos e Supressão das Garantias Fidejussórias e Reais em Face dos Sócios, Coobrigados, Avalistas ou Fiadores (Item 10 – Quinto, Item 16 – Tópico Novação da Dívida – ID 10751534). Os Itens que dizem respeito à novação dos créditos, foi redigida nos seguintes termos: Quinto – "aprovado o Plano de Recuperação, serão suprimidas todas as garantias reais e outras eventuais existentes em favor de qualquer credor, de tal sorte que o recuperando possa dar destino previsto no Plano de Recuperação, seja pela alienação ou alugueis de bens, destinações a novos projetos, inclusive ofertando em novas operações de crédito se necessário". Item 16 - NOVAÇÃO DA DÍVIDA – "A aprovação do plano acarretará, por força do disposto no art. 59 da lei nº 11.101/2005, a novação das dívidas sujeitas à recuperação, e também daquelas que, mesmo não sujeitas à recuperação, foram relacionadas e não contestadas pelos respectivos credores". "(...) fica desde já estabelecida a suspensão da exigibilidade dos créditos junto aos avalistas, enquanto o Plano de Recuperação estiver sendo cumprido". "Após o pagamento de todos os credores nos termos, formas e valores previstos no Plano, os respectivos créditos serão considerados integralmente quitados, com a consequente liberação de todas e quaisquer garantias remanescentes. Os credores darão à empresa Recuperanda e aos seus sócios, acionistas, administradores e funcionários a mais ampla, geral e irrevogável quitação, para deles nada mais reclamarem a qualquer título, com relação a quaisquer créditos anteriores ao pedido de recuperação judicial". Pois bem, não é desconhecido por este Juízo o entendimento esposado pelo Superior Tribunal de Justiça por ocasião do julgamento do REsp nº 1632943/MT, pelo qual o plano de recuperação judicial aprovado em Assembleia Geral de Credores, na qual se deliberou pela supressão das garantias reais e fidejussórias, produz plenos efeitos para todos credores, não apenas para os que votaram favoravelmente à aprovação do plano. Cuida-se, porém, de entendimento isolado da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, que, contudo, não possui efeito vinculante aos demais Tribunais que devem tão somente observar as decisões proferidas pelos Tribunais Superiores em recursos repetitivos e representativos da controvérsia, tal como dispõe o art. 927, do Código de Processo Civil, senão vejamos: "Art. 927. Os juízes e os tribunais observarão: I - as decisões do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade; II - os enunciados de súmula vinculante; III - os acórdãos em incidente de assunção de competência ou de resolução de demandas repetitivas e em julgamento de recursos extraordinário e especial repetitivos; IV - os enunciados das súmulas do Supremo Tribunal Federal em matéria constitucional e do Superior Tribunal de Justiça em matéria infraconstitucional; V - a orientação do plenário ou do órgão especial aos quais estiverem vinculados." Destarte, entendo que as premissas estampadas no plano em análise, alusivas à novação não devem ser mantidas por contrariar expressa disposição legal contida no art. 49, § 1º, e no art. 59, ambos da LRE, merecendo o controle de legalidade nesse sentido. A intenção do legislador foi ressalvar os efeitos da novação, à medida que mesmo operando a extinção da obrigação primitiva, dando origem a uma nova, buscou proteger as garantias, tornando-se ineficaz qualquer cláusula de extensão da novação. A proteção às garantias também é enfatizada pelo artigo 49 da Lei 11.101/05, que não obstante estabeleça em seu caput que todos os créditos existentes na data do pedido estão sujeitos à recuperação judicial preconiza em seu parágrafo primeiro que os credores "conservam seus direitos e privilégios contra os coobrigados, fiadores e obrigados de regresso". Em se tratando de direito disponível, nada obsta a liberação das garantias pelos credores que votem favoravelmente ao plano que contenha cláusula para este fim, não podendo, contudo, a cláusula de supressão da garantia atingir aqueles credores que não compareceram à assembleia, bem como aos que mesmo presentes abstiveram-se de votar, e principalmente, aos que votaram pela rejeição do plano. No mesmo sentido: "Recuperação judicial. Decisão homologatória do plano aprovado em assembleia. Possibilidade, ante a natureza negocial do plano de recuperação, de controle judicial da legalidade das respectivas disposições. Precedentes das C. Câmaras Reservadas de Direito Empresarial. Criação de subclasses entre os credores quirografários, em função do valor dos créditos. Impossibilidade, em condições gerais. Tratamento diferenciado somente possível, como se tem admitido, se justificado por especial importância do relacionamento da devedora para com determinados credores, como os fornecedores ou financiadores, e como contrapartida a inequívoco benefício que possa trazer para o próprio desempenho das atividades da empresa e a superação da crise. (...). Recuperação judicial. Previsão atinente à extinção de todas as garantias, reais ou pessoais, prestadas pela recuperanda ou por seus sócios. Impossibilidade. Arts. 49, § 1º, e 59, caput, da Lei nº 11.101/05. Deliberação majoritária sobre a afetação das garantias pela recuperação que é contra legem e não pode ser objeto do plano, somente podendo ser tal solução alcançada mediante concordância específica do credor interessado (Súmula nº 61 do TJSP). Nulidade reconhecida quanto às premissas 4 e 6 do plano. Agravo provido nesse particular. (....). Do mesmo modo, embora a recuperação implique novação das obrigações no tocante à recuperanda em específico, bem como leve em tese à extinção das ações que tenham por objeto as obrigações assim novadas, não se justifica disposição convencional com a pretensão de vincular os Juízos respectivos, cabendo à recuperanda pleitear junto a eles o trancamento dos feitos em andamento. (...). Decisão de Primeiro Grau, homologatória do plano de recuperação judicial, reformada em tais limites. Agravo de instrumento do banco-credor parcialmente provido." (TJSP – Relator(a): Fabio Tabosa; Comarca: Campinas; Órgão julgador: 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial; Data do julgamento: 27/06/2016; Data de registro: 28/06/2016) (destaquei) Conclui-se, portanto, que a estipulação de premissas prevendo a supressão/extinção de todas as garantias fidejussórias e/ou reais, sem a indicação dos credores anuentes, somente poderá atingir os credores presentes que votaram pela aprovação do plano de recuperação judicial. 4- Da Extinção Das Ações Contra As Recuperandas, Seus Sócios E Avalistas (Item 16 – Tópico Novação da Dívida - id 10751534). No plano, constou a seguinte premissa com relação à extinção das ações: "Os credores não poderão ajuizar ou prosseguir ações ou execuções judiciais contra as empresas e os seus proprietários em Recuperação ou seus garantes após a homologação do Plano e até seu final cumprimento. Todas as ações e execuções judiciais, e as impugnações de créditos em curso contra os mesmos, relativas a créditos anteriores ao seu pedido de recuperação, serão extintas". Importante registrar que, uma vez concedida à recuperação judicial, as ações e execuções individuais movidas contra a recuperanda devem ser julgadas extintas em virtude da novação operada, sendo impossível prosseguir com as demandas individuais contra a empresa em recuperação judicial, mesmo nas hipóteses em que houver descumprimento das obrigações novadas, devendo o credor, valer-se de outros meios para obter seu crédito, previstos na Lei n.º 11.101/05, sendo certo que as ações de cobrança e execuções individuais não terão prosseguimento. Essa é a interpretação do colendo Superior Tribunal de Justiça, senão vejamos: "DIREITO EMPRESARIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. APROVAÇÃO DO PLANO. NOVAÇÃO. EXECUÇÕES INDIVIDUAIS AJUIZADAS CONTRA A RECUPERANDA. EXTINÇÃO. 1. A novação resultante da concessão da recuperação judicial após aprovado o plano em assembleia é sui generis, e as execuções individuais ajuizadas contra a própria devedora devem ser extintas, e não apenas suspensas. 2. Isso porque, caso haja inadimplemento da obrigação assumida por ocasião da aprovação do plano, abrem-se três possibilidades: (a) se o inadimplemento ocorrer durante os 2 (dois) anos a que se refere o caput do art. 61 da Lei n. 11.101/2005, o juiz deve convolar a recuperação em falência; (b) se o descumprimento ocorrer depois de escoado o prazo de 2 (dois) anos, qualquer credor poderá pedir a execução específica assumida no plano

de recuperação; ou (c) requerer a falência com base no art. 94 da Lei. 3. (...).4. Recurso especial provido" (REsp nº 1.272.697/DF, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, 4ª Turma, j. 02/06/2015, DJe 18/06/2015) (destaquei). No entanto, a novação não atinge os direitos creditórios detidos em face dos coobrigados, fiadores e obrigados de regresso, por força do que dispõe os artigos 49, § 1º, e 50, da LRE, de sorte que o credor pode exercer tal direito. A esse respeito: "AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. COOBRIGADOS. EXECUÇÃO. PROSSEGUIMENTO. PRECEDENTE. 1. A recuperação judicial do devedor principal não inibe o prosseguimento das execuções ou suspensão ou extinção de ações ajuizadas contra terceiros devedores solidários ou coobrigados em geral, por garantia cambial, real ou fidejussória, haja vista a inaplicabilidade da suspensão estabelecida nos arts. 6º, caput, e 52, inciso III, ou a novação a que se refere o art. 59, caput, por força do disposto o art. 49, § 1º, todos da Lei nº 11.101/2005. 2. Agravo interno não provido." (AgInt no REsp 1489589/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 23/08/2016, DJe 06/09/2016) Assim, deve ser retificado o item que dispõe sobre a previsão automática de extinção de ações, de forma que a concessão da recuperação judicial atinja apenas as ações propostas contra a recuperanda, sem, contudo, produzir efeitos contra os direitos creditícios que os credores possuam em face dos coobrigados, fiadores e obrigados de regresso. 5 – Previsão Para Alienação dos Bens (Item 4 - Tópico Meios de Recuperação). O Plano estabeleceu a seguinte premissa com relação a alienação dos bens: "Venda de alguns bens que compõe o Ativo Imobilizado, no valor de venda forçada a R$ 1.000.000,00 (hum milhão de reais), mediante venda direta por iniciativa particular, sendo prestadas contas dos valores acrescido ao caixa da empresa Recuperanda, conforme art. 50, inc. XI, da Lei n. 11/101/2005". De início, convém destacar que de acordo com o art. 66 da Lei 11.101/2005, "Após a distribuição do pedido de recuperação judicial, o devedor não poderá alienar ou onerar bens ou direitos de seu ativo permanente, salvo evidente utilidade reconhecida pelo juiz, depois de ouvido o Comitê, com exceção daqueles previamente relacionados no plano de recuperação judicial". (negritei). Assim, conforme dispositivo transcrito alhures, os ativos não circulantes/permanentes, assim compreendido o conjunto de bens necessários à manutenção das atividades da empresa, ou seja, os recursos aplicados em bens ou direitos de permanência duradoura deverão ser submetidos à apreciação judicial, de modo que a cláusula transcrita do plano deve valer tão somente aos ativos circulantes. Desse modo, Retifico o referido item, de modo que a as recuperandas só poderão alienar, vender, onerar ou oferecer em garantia bens do seu ativo circulante. 6 – Da Forma de Pagamento dos Créditos Oriundos de Ações Cíveis Ainda Pendentes de Trânsito em Julgado e De Liquidação de Valores (Item 10.5) Com relação a tais créditos futuros, desprovidos de liquidez, o plano estabeleceu as seguintes premissas: "Caso ocorra qualquer condenação cível contra a Recuperanda em valor superior a R$ 5.000,00 (cinco mil reais) será aplicado um desconto no crédito para que as parcelas de pagamento do plano sejam equivalentes as dos demais credores lançados para aquela classe de credores". "Fica estabelecido que créditos decorrentes de ações de indenizações de fatos anteriores ao pedido de recuperação judicial e que vierem ter o seu julgamento após a homologação deste plano de recuperação deverão obedecer à condição de pagamento prevista na classe para credores quirografários de acordo com sua classificação, após a sua habilitação nos autos da recuperação judicial". Nos termos do disposto no § 1º do artigo 6º, da Lei n.º 11.101/2005, a ação que demandar quantia ilíquida deverá prosseguir no juízo em que foi proposta, até que seja reconhecida sua liquidez. Sobre o tema, Manoel Justino Bezerra Filho, pontua que: "Este parágrafo tem acentuada aplicação na prática, pois há necessidade de prosseguimento do processo, para que a sentença determine qual o valor, ou a coisa, ou a prestação, ou a abstenção, a que o autor tem direito, contra o devedor falido ou em recuperação" (Lei de recuperação de empresas e falência? Lei 11.101/2005: comentada artigo por artigo - Edição 2016, Autor: Manoel Justino Bezerra Filho, Editor: Revista dos Tribunais, in https://proview.thomsonreuters.com). De início, constata-se que a premissa em análise dispõe sobre créditos futuros e ilíquidos, e, portanto, deverão permanecer no juízo natural até que se torne líquido e exequível e, somente depois de liquidados é que se submetem ao juízo recuperacional e deverão obedecer as condições expostas no plano de recuperação judicial. Cumpre ressaltar que, a extemporaneidade do crédito não tem o condão de modificar a sua natureza, devendo ser resguardada a classe à qual pertence o crédito após a sua liquidação, que, nesta condição, não perde sua natureza originária. Assim, preservada a classe do crédito, a forma de pagamento deve obedecer às condições estabelecidas no plano de recuperação judicial, não podendo esses credores se sujeitarem à condições previstas nas premissas em questão, eis que tais previsões, se admitidas, desvirtuariam o processo de recuperação judicial, já que afrontaria o espírito da Lei n°. 11.101/2005, que prevê tratamento isonômico a credores da mesma classe. Desse modo, as premissas da forma como formuladas no plano de recuperação judicial ferem o tratamento paritário entre os credores, tendo em vista que créditos da mesma natureza devem receber o mesmo tratamento e receber na forma estabelecida no plano de recuperação judicial, para que não haja a violação do pars conditio creditorum. 7 – Previsão Para Não Pagamento de Custas Processuais e Honorários Advocatícios (Item 16 ID 10751534). O Plano estabeleceu a seguinte premissa com relação a custas processuais e honorários advocatícios: "A Recuperanda não responderá pelas custas processuais dos processos, inclusive nas habilitações ou impugnações retardatárias ou àqueles em que tenham tomado parte no polo passivo, respondendo as partes, cada uma, pelos honorários dos seus respectivos patronos, inclusive aqueles de sucumbência". É notório que o procedimento da recuperação judicial exige da empresa a disponibilidade de recursos suficientes para arcar com os elevados custos de um processo dessa natureza e, embora tais ônus possam parecer, a princípio, uma forma injusta de limitar o acesso ao Judiciário, seria inadmissível impor ao Estado o financiamento da recuperação da empresa do setor privado, somente sob a justificativa de necessidade da manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores, da função social, e do estímulo à atividade econômica. Nesse contexto, não é demais ressaltar que também os credores da empresa que recorre ao instituto da recuperação judicial, ao oferecerem sua cota de sacrifício, igualmente estarão contribuindo com a manutenção da fonte produtora, a fim de que sejam mantidos os postos de trabalhos e garantida a continuidade das atividades das empresas em crise, de modo que a devedora, por sua vez, não poderá furtar-se do ônus de eventuais custas processuais e honorários advocatícios. Assim, torno sem efeito a Previsão Genérica Para Não Pagamento de Custas Processuais e Honorários Advocatícios. 8 – Da Previsão para Convocação de Assembleia em Caso de Descumprimento do Plano (Item 16 ID 10751534). Não há como convalidar a premissa disposta no sentido de convocar Assembleia Geral de Credores para deliberar sobre alterações do plano após já descumpridas as obrigações neles estabelecidas, é o que se conclui da leitura do item abaixo transcrito: "(...) será determinada Nova Assembleia nos casos de descumprimento do Plano, por qualquer motivo, como brusca alteração das condições de mercado, a recuperanda, o administrador judicial, e os próprios credores poderão requerer a convocação urgente de nova Assembleia mesmo após o encerramento do processo de recuperação judicial, para fins de deliberar pela falência da empresa, que poderá ocorrer de maneira racional e que proteja ao máximo seus ativos, bem como debater e aprovar alteração do Plano, se esta for a vontade das partes, evitando assim uma quebra indesejada". "As eventuais alterações do Plano serão feitas nos termos da Lei 11.101/05 e obrigará a todos os Credores Concursais, inclusive os dissidentes, ou quaisquer credores que não compareceram a AGC, conforme disposições da LRF." Sem maiores digressões sobre a questão, entendo suficiente para fundamentar sua ilegalidade o contido no § 1º, do artigo 61, da Lei n.º 11.101/05. Isso porque, uma vez que a norma estabelece que o descumprimento das obrigações contidas no plano de recuperação judicial, durante o biênio de fiscalização, implica em convolação em falência; transferir esse exame de conveniência acerca da decretação da falência aos credores reunidos em assembleia seria subtrair a competência do Juízo. Por ouro lado, são admitidas alterações do plano no curso da recuperação judicial, sem, contudo, admitir seu descumprimento, de modo que deverão as recuperandas antever eventual impossibilidade de cumprimento do mesmo e pugnar por nova assembleia, contudo, antes do encerramento por sentença do processo recuperacional. Nesse sentido: "RECURSO ESPECIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. MODIFICAÇÃO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO APÓS O BIÊNIO DE SUPERVISÃO JUDICIAL. POSSIBILIDADE, DESDE QUE NÃO TENHA OCORRIDO O ENCERRAMENTO DAQUELA. PRINCÍPIO DA PRESERVAÇÃO DA EMPRESA. ALTERAÇÃO SUBMETIDA À ASSEMBLEIA GERAL DE CREDORES. SOBERANIA DO ÓRGÃO. DEVEDOR DISSIDENTE QUE DEVE SE SUBMETER AOS NOVOS DITAMES DO PLANO. PRINCÍPIOS DA

RELEVÂNCIA DOS INTERESSES DOS CREDORES E DA PAR CONDITIO CREDITORUM. 1. (...). 2. (...) 3. (...) 4. Discute-se, na espécie, sobre a modificação do plano originalmente proposto, após o biênio de supervisão judicial - constante do artigo 61 da Lei de Falências -, sem que houvesse o encerramento da recuperação judicial da empresa recuperanda. Ainda que transcorrido o prazo de até 2 anos de supervisão judicial, não houve, como ato subsequente, o encerramento da recuperação, e, por isso, os efeitos da recuperação judicial ainda perduram, mantendo assim a vinculação de todos os credores à deliberação da Assembleia. 5. Recurso especial provido." (REsp 1302735/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 17/03/2016, DJe 05/04/2016) (destaquei) Sobre o tema, trago a colação o Enunciado nº 77 da 2ª Jornada de Direito Comercial, que assim dispõe: 77. As alterações do plano de recuperação judicial devem ser submetidas à assembleia geral de credores, e a aprovação obedecerá ao quorum previsto no art. 45 da Lei n. 11.101/05, tendo caráter vinculante a todos os credores submetidos à recuperação judicial, observada a ressalva do art. 50, § 1º, da Lei n. 11.101/05, ainda que propostas as alterações após dois anos da concessão da recuperação judicial e desde que ainda não encerrada por sentença. (destaquei) Por tais razões, deve ser declarada nula a premissa relativa à determinação de convocação de assembleia de credores para deliberação sobre alterações ao plano ou sobre eventual falência no caso de descumprimento do plano (art. 61, §1º da Lei 11.101/05), sendo possível, apenas, eventual pleito de modificação do plano, que haverá de ser submetido ao crivo da assembleia de credores, antes do encerramento por sentença do processo recuperacional. 9 – Da Parte Dispositiva: 1) Rejeito os Embargos De Declaração ofertados pela parte autora no id 17827687. 2) Diante do exposto, com fulcro no art. 58, da Lei n. 11.101/05, Homologo o Plano e Concedo a Recuperação Judicial à Agro boi Comércio de Produtos Agropecuários Ltda Epp e Outra, destacando-se o seu cumprimento nos termos dos artigos 59 a 61 da mesma lei, bem como na forma no Plano De Recuperação Judicial e Propostas Alternativas (id 10751534 e 19936640), com as observações relativas às cláusulas declaradas nulas e ineficazes nesta decisão, consignando que o marco inicial para cumprimento, tal como consignado no plano, será o dia 25 do mês seguinte a da publicação da presente decisão, conforme estabelecido no plano, ficando a eficácia desta decisão condicionada a apresentação da certidão negativa de débitos fiscais. 3) O cumprimento das obrigações estabelecidas no plano dar-se-á diretamente aos credores, não se permitindo qualquer depósito em Juízo. 4) Em virtude do controle de legalidade, retifico os itens referentes à NOVAÇÃO, de modo que com a aprovação do plano as ações sejam extintas apenas contra as recuperandas, não atingindo os direitos creditícios que os credores possuam em face dos sócios, coobrigados, fiadores e obrigados de regresso, bem como torno ineficaz a previsão para supressão de todas as garantias ou a sua substituição, sem consignar a necessidade do consentimento do seu titular. 5) retifico o Item 4 - Tópico Meios de Recuperação, de modo que a as recuperandas só poderão alienar, vender, onerar ou oferecer em garantia bens do seu ativo circulante. 6) declaro a nulidade da disposição que prevê aplicação de desconto para os titulares de créditos futuros, decorrentes de condenação cível contra as recuperandas, em valor superior a R$ 5.000,00 (cinco mil reais), devendo tais credores ser inseridos dentro das respectivas classes, sendo-lhes aplicados os mesmos percentuais de deságios previstos para credores dessa classe, bem como em caso de surgimento de credor com garantia real, este deve permanecer na sua classe. 7) Declaro Ineficaz a previsão ampla e genérica para não pagamento de custas processuais e honorários advocatícios pelas recuperandas. 8) Declaro Nula a Premissa para determinação de Nova Assembleia no caso de Descumprimento do plano (art. 61, §1º da Lei 11.101/05), sendo possível, apenas, eventual pleito de modificação do plano, que haverá de ser submetido ao crivo da assembleia de credores, antes do encerramento por sentença do processo recuperacional. 9) Comunique-se a Junta Comercial e aos doutos juízes cíveis da justiça comum Estadual, de Juizados Especiais, Federais e Trabalhistas. 10) Notifiquem-se os representantes da União, do Estado e do Município. 11) Cientifique-se o Ministério Público do teor desta decisão. 12) Intimem-se as recuperandas para que procedam ao pagamento dos honorários do administrador judicial, no valor indicado pelo id 20363547, no prazo de 24 horas. Expeça-se o necessário. Intimem-se. Cumpra-se.

Edital Intimação

EDITAL PRAZO 0 DIAS Pessoa(s) a ser(em) intimada(s): CREDORES/INTERESSADOS, brasileiro(a). atualmente em local incerto e não sabido Despacho/Decisão: Pelo exposto, e não havendo contradições a serem sanadas no decisum embargado, conheço dos Embargos de Declaração opostos pelas recuperandas, mas não os acolho". (sem destaque no original).Desse modo, deverá ser encaminhado ao Juízo da 9ª Vara do Trabalho de Cuiabá – 23ª Região cópia da presente decisão, bem como das decisões proferidas em 31/08/2018 (fls. 7913/7920) e 03/10/2018 (fls. 8002/8004).DA COMPROVAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL DA PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE CONVOCAÇÃO AOS CREDORES, DOS HONORÁRIOS DO ADMINISTRADOR JUDICIAL E DO PEDIDO DE LIBERAÇÃO DE VALORESV – Por se tratarem de matérias correlatas, as questões referentes ao cumprimento do plano, da publicação de edital de convocação aos credores que não tiveram seus créditos adimplidos, dos honorários do Administrador Judicial e da liberação de valores serão analisadas no mesmo tópico.Pois bem, em decisão proferida em 26/11/2018 (fls. 8322/8324), o magistrado a época determinou a intimação das recuperandas para que, em 10 (dez) dias corridos, "adequem as informações prestadas anteriormente, a fim de complementar o relatório apresentado, trazendo aos autos os comprovantes – e não apenas e tão somente andamentos processuais que pouco informam - que atestem o efetivo adimplemento dos créditos, indicando pormenorizadamente aqueles em aberto, um a um, bem como o valor total que representam, sob pena de convolação desta recuperação judicial em falência, com fundamento no artigo 73, IV, da LRF".Contra a aludida decisão foi interposto pelas recuperandas o RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO N.º 1014902-31.2018.8.11.0000, provido em parte, tão somente para "dilatar o prazo para a comprovação do Plano de Recuperação Judicial em 90 (noventa) dias úteis". A recuperanda manifestou "sobre o cumprimento do plano, tendo por base a lista de credores" publicada no IOMAT em 21/12/2007, ao argumento de que nenhum dos administradores judiciais que atuaram nos autos consolidaram a lista de credores. E, tomando por base a referida relação apresentou as planilhas de fls. 8596/8602 contendo os credores pagos e aqueles não localizados/contas não localizadas para pagamento. Teceu algumas considerações acerca dos credores trabalhistas, alegando ainda, que desde 2007 até a data de hoje não consta do processo qualquer pedido ou informação de credor noticiando o descumprimento do plano. Pugnou pela publicação de edital nos diários oficiais dos Estados a fim de convocar os credores que porventura não tenham recebido seus créditos, a comparecerem nos autos.Na referida manifestação, a recuperanda informou a existência de valores à disposição do juízo recuperacional, requerendo, então, a retenção da quantia de R$ 300.000,00 para pagamento de eventuais credores, que após a publicação do pretendido edital vierem aos autos noticiar o não recebimento de seus créditos, pela transferência do valor de R$ 98.000,00, diretamente para a conta do Administrador Judicial para fins de pagamento dos 14 meses de sua remuneração, bem como a liberação do restante (R$ 1.119.793,70), para que possa soerguer-se e custear a publicação do referido edital.Instado a manifestar sobre o pedido, o Administrador Judicial, consignou tratar-se de recursos da recuperanda, opinando às fls. 8679/8692, para que caso os valores sejam levantados que estes sejam objeto de prestação de contas detalhada nestes autos.De fato, como se observa às fls. 7673 (vol. 39), o Juízo da 12ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais, por entender que compete ao juízo recuperacional "custodiar os valores reconhecidos" (fl. 7674-vso), nos autos de n.º 0037699-96.2006.4.01.3800 (antigo 2006.38.00.038594-4), determinou a remessa a este Juízo da quantia de R$ 1.517.793,70.Como se vê dos documentos que acompanham o malote digital cód. de rastreabilidade n.º 40120184175809 (fl. 7674-vso – volume 39), os valores depositados naqueles autos correspondem a crédito de titularidade da recuperanda, oriundo de PEDIDO DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA movido por esta contra a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.Quanto à publicação do edital em todos os Estados que a recuperanda teve atuação empresarial, esta se revela oportuna, não só em virtude do tempo de tramitação do processo (12 anos), como também diante da impossibilidade de comprovação de pagamento de todos os credores trabalhistas que, de acordo com a devedora, gira em torno de aproximadamente 4.500 espalhados por diversos Estados da Federação, o que demandaria desarquivamento de diversas reclamatórias trabalhistas. Quanto aos valores vinculados ao presente feito recuperacional (R$ 1.517.793,70), estes pertencem à recuperanda por se

tratarem de crédito que a mesma detém junto à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL decorrente de PEDIDO DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA nos autos de n.º 0037699-96.2006.4.01.3800, em trâmite perante o Juízo da 12ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais. Ademais, como consignado pelo Administrador Judicial "os recursos vinculados aos autos são das recuperandas e até o momento, não há informações que impeçam a liberação do recurso para que possa utilizar na manutenção da operação empresarial das mesmas" (fl. 8681 – vol. 44), razão pela qual devem ser liberados.Contudo, parte do valor deve ser liberado em favor do Administrador Judicial para regularizar sua remuneração que se encontra inadimplida desde novembro de 2018 até outubro de 2019 (R$ 84.000,00), mais os dois meses que restam para encerrar o ano de 2019 (R$ 14.000,00), totalizando a quantia de R$ 98.000,00, como inclusive, sugere a recuperanda no item 2.2 de sua manifestação de fl. 8609 (volume 44). Reputo oportuna a retenção da quantia sugerida pelo auxiliar do Juízo (R$ 350.000,00) para pagar eventuais credores que após a publicação dos editais de convocação, venham aos autos noticiar o não pagamento de seus créditos sujeitos aos efeitos da recuperação judicial. Quanto à pretendida reserva da quantia de R$ 98.000,00, para garantir a remuneração do Administrador Judicial pelos próximos 12 meses, esta não se justifica, devendo a recuperanda ter em mente que o procedimento da recuperação judicial exige da empresa a disponibilidade de recursos suficientes para arcar com os elevados custos de um processo dessa natureza, dentre eles a remuneração do administrador judicial.Nunca é demais lembrar que o princípio da preservação da empresa somente se justifica quando esta ainda cumpre sua função social e não quando atende apenas os interesses dos sócios.Desse modo, uma vez liberados os valores referentes à regularização dos 14 meses de remuneração do Administrador Judicial (R$ 98.000,00) e reservada a quantia de R$ 350.000,00, para assegurar o pagamento de eventuais credores que venham noticiar o não pagamento de seus créditos sujeitos à recuperação judicial, o valor remanescente (R$ 1.069.793,70), deverá ser liberado em favor da recuperanda.Face ao exposto, passo a fazer as seguintes deliberações:1) INDEFIRO o pedido formulado pela UNIÃO (FAZENDA NACIONAL) à fl. 8399/8400 (volume 43). Determino, contudo, que o Sr. GESTOR JUDICIÁRIO desentranhe a manifestação de fl. 8399 (volume 43) e documentos que a acompanham, encaminhando os mesmos ao Cartório Distribuidor para que seja feita a distribuição na forma de incidente. 2) INTIME-SE A RECUPERANDA para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, comprovar nos autos sua adesão ao programa de parcelamento fiscal Federal, bem como sua regularidade fiscal.3) INTIME-SE A RECUPERANDA para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, manifestar sobre as alegações feitas pela ERS ADVOCACIA às fls. 8454/8456 (volume 43).4) DETERMINO que o Sr. GESTOR JUDICIÁRIO ENCAMINHE COM URGÊNCIA ao Douto Juízo da 9ª Vara do Trabalho de Cuiabá – 23ª Região, cópia da presente decisão, bem como das decisões proferidas em 31/08/2018 (fls. 7913/7920) e 03/10/2018 (fls. 8002/8004).5) A fim de conferir maior segurança aos credores que se sujeitam à recuperação judicial, DETERMINO que o Sr. GESTOR JUDICIÁRIO, EXPEÇA EDITAIS, contendo cópia da presente decisão, com prazo de 15 (quinze) dias úteis, para que credores possam, eventualmente vir a Juízo alegar descumprimento do plano. 5.1) Expedido os editais, INTIME-SE A RECUPERANDA para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, promover sua retirada para publicação em órgão oficial dos Estados em que a recuperanda teve atuação empresarial, devendo, em seguida, comprovar nos autos as publicações.5.2) EXPEÇA-SE ALVARÁ em favor do Administrador Judicial da quantia de R$ 98.000,00 (noventa e oito mil reais), observando os dados bancários indicados à fl. 8685, sendo que tais valores servirão para regularizar sua remuneração inadimplida de novembro de 2018 a dezembro de 2019.5.3) EXPEÇA-SE ALVARÁ em favor da recuperanda da quantia de R$ 1.069.793,70 (um milhão, sessenta e nove mil, setecentos e noventa e três reais e setenta centavos), que, como consignado pelo Administrador Judicial, deverá prestar contas nos autos dos valores utilizados, sendo que tal valor também deverá ser utilizado para pagamento das publicações dos Editais determinados nesta decisão.5.3.1) Consigno que o alvará em favor da recuperanda poderá ser expedido em nome do patrono da mesma, conforme os dados bancários indicados à fl. 8609, haja vista o mesmo possuir poderes para levantamento de valores como se infere dos instrumentos de procuração e substabelecimento de fls. 8425, 8431 e 8457. 6) Expeça-se certidão de OBJETO E PÉ na forma requerida à fl. 8433.Intimem-se. Cumpra-se. E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, FELIPE COELHO DE AQUINO, digitei. Finalidade: CIÊNCIA da presente decisão, bem como INTIMAR CREDORES para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, possam, eventualmente, vir a JUÍZO alegar o descumprimento do plano de recuperação judicial das empresas ROSCH ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS E INFORMATICA LTDA (24.748.444/0001-78) e DIGITECH TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA (01.828.413/0001-21). Cuiabá, 13 de dezembro de 2019. Cesar Adriane Leôncio Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado art. 1.205/CNGC

2ª Vara Cível

Intimação

Ato Ordinatório Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1009512-88.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BRUNO PROENÇA (EXEQUENTE)
GISLEINE PEREIRA DA SILVA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAFAEL MIRANDA SANTOS OAB - MT22550/O (ADVOGADO(A))
CARLA CRISTINA CEZARIO OAB - MT224640-O (ADVOGADO(A))
BRUNO PROENÇA OAB - MT15440-O (ADVOGADO(A))
RENATA SILVA COSTA SALCI OAB - MT22569-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARIA APARECIDA BISPO DOS SANTOS (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUIZ FELIPE MARTINS DE ARRUDA OAB - MT19588-O (ADVOGADO(A))
RICHARDSON MARCELO FREDDO OAB - MT24922/O (ADVOGADO(A))

CERTIFICO E DOU FÉ de que, nos termos do Art. 1.232, § 1º da CNGC, e em cumprimento ao disposto no § 1º do art. 437 CPC, procedo, na forma do disposto nas Resoluções 4/2007-DGTJ e 2/2007-OE, e nos termos da Lei Estadual 11.419/06, por meio do Diário da Justiça Eletrônico INTIMO O PARTE AUTORA para, NO PRAZO DE CINCO DIAS, MANIFESTAR-SE SOBRE OS DOCUMENTOS JUNTADOS id 27292174.

Ato Ordinatório Classe: CNJ-66 REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE
Processo Número: 1021383-81.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
GISLENE PEREIRA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
FERNANDO ROBERTO SOUZA SANTOS OAB - MT17708/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CAIO BATEMARQUE VILELA CARDOSO (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
DIEGO RONDON GRACIOSO OAB - MT0017259A (ADVOGADO(A))

CERTIFICO E DOU FÉ de que INTIMO A PARTE AUTORA PARA, NO PRAZO DE CINCO DIAS, DAR PROSSEGUIMENTO AO PROCESSO. Nada mais.

Intimação Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1017334-65.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
PAULO BEZERRA SA (EXEQUENTE)
ANGELA MARIA JULIO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANGELA MARIA JULIO OAB - MT0016399A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
NATHALIA FRANCA MACHADO DE CARVALHO (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ENIO LUIZ CALDART ARRUDA OAB - MT13919-O (ADVOGADO(A))
JOSE RICARDO COSTA MARQUES CORBELINO OAB - MT5486-O (ADVOGADO(A))

Certifico que foi Juntado o comprovante do BACENJUD no id:27415109, desse modo, intimo a parte autora para manifestar acerca do seu conteúdo. Nada mais.

Expediente

Intimação das Partes
JUIZ(A):

Cod. Proc.: 717800 Nr: 8667-83.2011.811.0041

AÇÃO: Reintegração / Manutenção de Posse->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: ALTAMIRA DAS DORES DA SILVA, APARÍCIO DOS SANTOS MELO

PARTE(S) REQUERIDA(S): MANOEL NILO DA SILVA, IVAN GUIMARÃES DA SILVA, WALMIR DIAS GUIMARÃES, MAURO ALVES DIZEL

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ELIANE GOMES FERREIRA - OAB:9862, NOILVIS KLEIM RAMOS - OAB:13.100, NOILVIS KLEM RAMOS - OAB:MT 13100, WESLEY ROBERT DE AMORIM - OAB:6610/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ALMIR LOPES DE ARAUJO JUNIOR - OAB:4.102/MT, DEF. PÚBLICA - NÚCLEO FUNDIÁRIO - OAB:, FERNANDA MARTINS DE FARIAS - OAB:13.523-MT, VILMA RIBEIRO DA SILVA AZEVEDO - OAB:7013/MT

Vistos etc.

Tendo em conta a petição de fl. 303, nos termos do art. 690 do CPC/2015, DETERMINO a citação dos réus através dos advogados constituídos nos autos, bem como da Defensoria Pública Estadual, na qualidade de Curadora Especial, para, no prazo de 05 (cinco) dias, se manifestarem quanto ao pleito de habilitação.

Em seguida, conclusos.

Às providências.

Intimação das Partes

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 975188 Nr: 11689-13.2015.811.0041

AÇÃO: Reintegração / Manutenção de Posse->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: DOUGLAS ALEXANDRE CIRILO, LUIZ ANTONIO ALCALDE

PARTE(S) REQUERIDA(S): ED CARLOS SOUZA OLIVEIRA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: FRANK ANTONIO SILVA - OAB:12.372, NADYNE PHOLVE MOURA BATISTA - OAB:21134/O

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JANETE DIAS PIZARRO - OAB:5471-B

Por ora, INTIME-SE novamente a parte EXEQUENTE, para cumprir o disposto nos artigos 523 e 524 do CPC/2015, in verbis: Art. 523. No caso de condenação em quantia certa, ou já fixada em liquidação, e no caso de decisão sobre parcela incontroversa, o cumprimento definitivo da sentença far-se-á a requerimento do exequente, sendo o executado intimado para pagar o débito, no prazo de 15 (quinze) dias, acrescido de custas, se houver. § 1º Não ocorrendo pagamento voluntário no prazo do caput , o débito será acrescido de multa de dez por cento e, também, de honorários de advogado de dez por cento. § 2º Efetuado o pagamento parcial no prazo previsto no caput , a multa e os honorários previstos no § 1º incidirão sobre o restante. § 3º Não efetuado tempestivamente o pagamento voluntário, será expedido, desde logo, mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação. Art. 524. O requerimento previsto no art. 523 será instruído com demonstrativo discriminado e atualizado do crédito, devendo a petição conter: I - o nome completo, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do exequente e do executado, observado o disposto no art. 319, §§ 1º a 3º ; II - o índice de correção monetária adotado; III - os juros aplicados e as respectivas taxas; IV - o termo inicial e o termo final dos juros e da correção monetária utilizados; V - a periodicidade da capitalização dos juros, se for o caso; VI - especificação dos eventuais descontos obrigatórios realizados; VII - indicação dos bens passíveis de penhora, sempre que possível. (grifei e negritei).Com o aporte aos autos do requerimento da Exequente devidamente instruído nos moldes suso mencionados, INTIME-SE a parte EXECUTADA para, QUERENDO, efetuar VOLUNTARIAMENTE o PAGAMENTO do quantum devido, sob pena de aplicação da multa de 10% (dez por cento), nos termos do § 1º e ss do art. 523 do CPC/2015. Decorrido o prazo legal, manifeste-se a parte credora, requerendo o que entender de direito, no termo de 30 (trinta) dias, sob pena de extinção nos termos do art. 485, III, do CPC

Intimação das Partes

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 911737 Nr: 37991-16.2014.811.0041

AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: LUIZ SOARES DE ARRUDA FILHO, SANDY MARIA CARDOSO DO NASCIMENTO ARRUDA

PARTE(S) REQUERIDA(S): LUCIANO HENRIQUE PEREIRA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: GLAUBER EDUARDO DE ARRUDA CAMPOS - OAB:8.890

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ELISABETE AUGUSTA DE OLIVEIRA - OAB:13.352 MT, GABRIELA DE SOUZA CORREIA - OAB:OAB/MT 10.031, GERALDO CARLOS DE OLIVEIRA - OAB:4.032/MT

Vistos etc.

Tendo em conta os endereços informados pelo exequente às fls. 262/263, DETERMINO o integral cumprimento da decisão do decisum proferido à fl. 258v, evitando-se conclusões desnecessárias.

Em tempo, INDEFIRO o pedido de concessão dos benefícios de justiça gratuita ao exequente, eis que não demonstrada a hipossuficiência financeira.

Às providências.

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 453286 Nr: 25198-84.2010.811.0041

AÇÃO: Reintegração / Manutenção de Posse->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: AGOSTINHO CARVALHO TELLES

PARTE(S) REQUERIDA(S): JUAREZ JOSÉ FERNANDES

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: OSCAR CÉSAR RIBEIRO TRAVASSOS FILHO - OAB:6.002/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

Vistos etc.

Os autos vieram-me conclusos em decorrência do pedido de reconsideração formulado pela parte autora (fls. 423/427) acerca da decisão que indeferiu o revigoramento da liminar (fls. 420/421).

No entanto, destaco que o ordenamento jurídico não disciplina sobre a via eleita pelo autor, razão pela qual INDEFIRO o pedido de fls. 423/427 e mantenho a decisão proferida às fls. 420/421 em todos os seus termos.

Por fim, tendo em vista a certidão de fl. 433, determino que seja expedida nova carta precatória par citar os réus identificados às fls. 252/253, para contestarem a ação no prazo de 15 (quinze) dias, bem como ORDENO que o integral cumprimento do decisum de fls. 420/421.

Intimem-se.

Às providências.

Intimação das Partes

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 754165 Nr: 6129-95.2012.811.0041

AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: YOLANDA SAMARA CALONGAS

PARTE(S) REQUERIDA(S): GENY PIRES DOS SANTOS, GILSON ROMULO DOS SANTOS

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: APARECIDA DE CASTRO MARTINS - OAB:7453/MT, HELUI CALONGA ALI DAHROUGE - OAB:4300

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JONI DE ARRUDA PINTO - OAB:3600/MT, MARCELLE RAMIRES PINTO COELHO - OAB:9944/MT, MARCELO FALCAO FERREIRA - OAB:11242, MARCELO FALCÃO FERREIRA - OAB:OAB/MT 11.242, REINALDO CAMARGO DO NASCIMENTO - OAB:2198/RO

INDEFIRO o pedido de penhora, eis que há nos autos comprovação de que o juízo está devidamente garantido, com a restrição do veículo em nome do executado à fl. 282.Intime-se a exequente para no prazo de 30 (trinta) dias, indicar o endereço com o fito de que seja procedida a remoção do veículo penhorado nos autos.Cumprida a providência suso mencionada, desde já DETERMINO a expedição do mandado de penhora, remoção e avaliação do veículo objeto da restrição de fl. 282, depositando-o nas mãos da parte exequente ou terceiro por ela indicado.Procedida a penhora e avaliação, INTIME-SE a parte executada

para, querendo, oferecer embargos, no prazo legal (art. 915 do CPC/2015). Em não havendo manifestação da parte executada no prazo legal, o que deverá ser certificado, INTIME-SE o exequente para que, em 05 (cinco) dias, se pronuncie sobre a possibilidade de quitação do débito executado, mediante ADJUDICAÇÃO IMEDIATA do bem penhorado.Caso não haja interesse do exequente na adjudicação mencionada, manifeste interesse no prosseguimento do feito, requerendo providências necessárias para o recebimento do seu crédito (Art. 825 do CPC.), sob pena de extinção, por abandono.Decorrido o termo, certifique-se eventual inércia ou cumprimento das deliberações supra. Por fim, INDEFIRO os pedidos de suspensão do processo, eis que não demonstrada a necessidade para tanto, bem como INDEFIRO a devolução do prazo, vez que a partir do presente momento passo a oportunizar o pagamento voluntário por parte da executada, além de impugnação. Destarte, não há que se falar em prejuízo às partes. Intime-se.Às providências.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 1422352 Nr: 115-47.2014.811.0099
AÇÃO: Reintegração / Manutenção de Posse->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MADEIRAS E LAMINADOS JURUENA LTDA, ALÉCIO DE AMORIM
PARTE(S) REQUERIDA(S): ANTONIO PEREIRA NERO, GILSON J. SOARES, GILVO POWOSKI, GILMAR POWOSKI, CLARISSE BELFINO MIORANZA, DAYANE MAGALHÃES, GIVALDO RAIMUNDO DE OLIVEIRA, DIONIZIA ROSA, ANTONIO RAIMUNDO SOBRINHO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: FLORENTINO APARECIDO MARTINS - OAB:OAB/MT 9.659-B, JOÃO VITOR ALMEIDA PRAEIRO ALVES - OAB:18439-O/MT, RAFAEL DE ASSIS HORN - OAB:12003/SC, Thiago Maganha de Lima - OAB:17.538/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Decorrido o prazo do edital, certifique-se e encaminhe os autos à Defensoria Pública.Apresentada contestação, intimem-se os autores para, querendo, manifestar-se no prazo legal. Em seguida, intimem-se as partes para, no prazo de 15 (quinze) dias, especificarem as provas a serem produzidas (art. 370 do CPC/2015).Consigno que somente após o cumprimento da determinação supracitada é que o feito será organizado e saneado, com a apreciação de eventuais preliminares, bem como o deferimento das provas que deverão abrolhadas em audiência de instrução e julgamento, sem prejuízo de julgamento antecipado consoante o disposto no art. 355 do CPC/2015.Por fim, renove-se vista dos autos ao MPE e concluso.Às providências.

Intimação das Partes
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 758140 Nr: 10353-76.2012.811.0041
AÇÃO: Reintegração / Manutenção de Posse->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: RAFAEL VITALIANO FERREIRA COELHO
PARTE(S) REQUERIDA(S): MANUEL BRASIL DELGADO SAMPAIO, MICHELLE RAFAELA DA SILVA OLIVEIRA SAMPAIO, CRENIL SEBASTIÃO DE SOUZA, JAQUELINE, WANDERLEI, JOACIL, CICERO MARCOS DA SILVA, FERNANDA CRISTINA CARVALHO, ANTONIO FERREIRA DO NASCIMENTO, RODRIGO OLIVEIRA DE ASSIS, FRANCISCO DE ARAUJO SILVA, IVANDILSON DE SOUZA MARQUES, EVANDRO GOMES DO NASCIMENTO, JOÃO THIAGODE ALMEIDA, MARIA DE LOURDES DA SILVA, CARLOS EDUARDO DOS SANTOS SILVA, ANGELICA RAMOS RESENDE, DEOLINDO CASSIMIRO, CARLOS HENRIQUE SILVA DE OLIVEIRA, MAUROCIR SILVA DE OLIVEIRA, JOÃO PAULO DE ARRUDA E SILVA, REGINALDO DE ARAUJO SILVA, JOSE ALVES FIRMINO, ORLANDO CANDIDO SALVAT, MARIA JOSE DE FRANÇA DA SILVA, ROSANA APARECIDA OLIVEIRA DA SILVA, THIAGO WENDER PINHEIRO CANDIDO, ROMARIO DA SILVA, SERAFIM MENDES RIVEIRO, OSAIAS DE ARRUDA AZEVEDO, IVANDIR BICALHO MARQUES, LUCINEIDE NUNES DO NASCIMENTO, PEDROSA SOUZA DE OLIVEIRA, JORGE HENRIQUE CEZARINO, MARCELA DA SILVA BEZERRA, MANUEL BRASIL DELGADO SAMPAIO, EDUARDO RODRIGUES DOS SANTOS, ALDIRCEIA BARBOSA DA SILVA, JUCIVAL EVANGELISTA DE BRITO SILVA, FABIANO NEVES MOREIRA, ROQUE DIAS DE SOUZA, MARIA DE JESUS CARNEIRO DE SOUZA, KELLY CRISTINA OLIVEIRA DE SOUZA, CLAUDIO ANTONIO CARVALHO DA SILVA, RAIMUNDINHA DA COSTA SILVA, SILVANA DA CONCEIÇÃO FERREIRA, MARILUCE BORGES DA SILVA, CANIZIO COSTA DE ARRUDA, ALTOBELLI NOBRE DOS SANTOS NASCIMENTO, MARIA APARECIDA DA SILVA OLIVEIRA, MAKANAKY NOBRE DOS SANTOS NASCIMENTO, JOELSON NUNES DE OLIVEIRA, MARIONEI ALVES DE MORAIS, ONESIMO LOPES DA SILVA, WILLIAM ROSA PADILHA, ALESSANDRA MIRANDA DE ASSUNÇÃO, CARMELITA RESPLANDES SOUZA SILVA, FRANCISCO DE ASSIS CARDOSO LIMA, FRANCISCO DE ASSIS CARDOSO LIMA, PAULO ROBERTO ALVES GONÇALVES, ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO DANTE DE OLIVEIRA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: LENINE PÓVOAS DE ABREU - OAB:17.120/MT, PATRÍCIA NAVES MAFRA - OAB:21447, VINICIUS CEPIL COELHO - OAB:17.487
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: BIBIANO PEREIRA LEITE NETO - OAB:8.938/MT, DEF. PÚBLICA - NÚCLEO FUNDIÁRIO - OAB:
Vistos etc.
DETERMINO que seja expedido novo ofício à Secretaria de Segurança Pública, o qual deverá ser encaminhado através de oficial de justiça, para que, no prazo de 30 (trinta) dias (a partir da data de recebimento), realize o estudo social das famílias residentes no local do litígio, para que se possa viabilizar o cumprimento da reintegração.
Com a juntada do referido estudo nos autos, renove-se vista ao Ministério Público, em cumprimento ao despacho de fl.927, nos termos do art. 178, III, do CPC.
Após, conclusos.
Intime-se.
Expeça-se o necessário, com URGÊNCIA.
Às providências.

Intimação das Partes
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 429602 Nr: 10748-39.2010.811.0041
AÇÃO: Reintegração / Manutenção de Posse->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ANTONIO EUGÊNIO BONJOUR, ANA MARIA DE MOURA BONJOUR
PARTE(S) REQUERIDA(S): ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS NOVO BRASIL
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Leonardo Randazzo Neto - OAB:3.504-A OAB/MT, LEONARDO RANDAZZO NETO - OAB:3504-A/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: CRISTIANE APARECIDA BIAVA DE PAIVA - OAB:11460
Vistos etc.
Com base no art. 145, I, do CPC, declaro a minha suspeição para atuar na presente demanda.
Encaminhem-se os autos ao meu substituto legal, com as nossas homenagens.
Às providências.

Intimação para Advogado(a) -> (Diversos)
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 707193 Nr: 921-67.2011.811.0041
AÇÃO: Reintegração / Manutenção de Posse->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MERICE DA SILVA NETTO
PARTE(S) REQUERIDA(S): PAULO A. DE ANDRADE
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DEF. PÚBLICA - NÚCLEO FUNDIÁRIO - OAB:, ELIANETH GLÁUCIA DE OLIVEIRA NAZÁRIO DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO - OAB:NÚCLEO CÍVEL
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ALEXANDRE RICARDO DA SILVA CAMPOS - OAB:7.438/MT
IMPULSIONO os autos para INTIMAR as partes para manifestar acerca dos esclarescimentos do perito às fls. 383/390, no prazo de 15 (quinze) dias, requerendo o que entender de direito.

Intimação para Advogado(a) -> (Diversos)
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 1138147 Nr: 26613-92.2016.811.0041

AÇÃO: Reintegração / Manutenção de Posse->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: IZABELA PATRICIA MAGALHÃES DA SILVA, ANA CAROLINA MAGALHÃES
PARTE(S) REQUERIDA(S): MARTA THOMAS DE JESUS, MARTINHO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DEF. PÚBLICA - NÚCLEO FUNDIÁRIO - OAB:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
IMPULSIONO os autos para intimar a parte Requerente, para no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar IMPUGNAÇÃO a CONTESTAÇÃO de fls. 81/83. Nada mais.

Intimação das Partes
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 1170804 Nr: 40532-51.2016.811.0041
AÇÃO: Reintegração / Manutenção de Posse->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ASSOCIAÇÃO DOS MINI E PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DA COMUNIDADE RIO DOS PEIXES, PROJETO MATRINXÃ I
PARTE(S) REQUERIDA(S): AMAURI FERNANDES DE ARAÚJO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: AMANDA ALBERTINI COLET - OAB:MT 20.262
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: WELITON DE ALMEIDA SANTOS - OAB:OAB/MT20.883
Impulsiono os autos com a finalidade de intimar as partes para apresentarem razões finais sucessivamente. Nada mais.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 1379323 Nr: 4113-27.2019.811.0041
AÇÃO: Homologação de Transação Extrajudicial->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MARIA JOSÉ CAMPOS SILVA, ANTONIO PAULO DA SILVA, BANCO SISTEMA S.A.
PARTE(S) REQUERIDA(S):
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ANTONIO CARLOS DA SILVA - OAB:25174-0, MARIA GABRIELLA DIGNANI SCHIMIDT DE BARROS - OAB:SP/375.119, MARIA HELENA CAMPOS DE CARVALHO - OAB:100.429/SP, MARIANA SOUZA BARONI - OAB:351.242/SP
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos etc.
Renove-se vista dos autos ao Ministério Público, nos termos do art. 178, III, do CPC.
Após, conclusos.
Às providências.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 1379351 Nr: 4124-56.2019.811.0041
AÇÃO: Homologação de Transação Extrajudicial->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: EVERTON ACCO, BANCO SISTEMA S.A.
PARTE(S) REQUERIDA(S):
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: LUCIANA MONDUZZI FIGUEIREDO - OAB:6545/MT, MARIA GABRIELLA DIGNANI SCHIMIDT DE BARROS - OAB:375.119, MARIA HELENA CAMPOS DE CARVALHO - OAB:100.429/SP, MARIANA SOUZA BARONI - OAB:351.242/SP, RAFAEL CAMPOS DE ALMEIDA FILIPE - OAB:381.108/SP, VINICIUS DALL COMUNE HUNHOFF - OAB:10.453/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos etc.
Renove-se vista dos autos ao Ministério Público, nos termos do art. 178, III, do CPC.
Após, conclusos.
Às providências.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 1379370 Nr: 4130-63.2019.811.0041
AÇÃO: Homologação de Transação Extrajudicial->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: BANCO BAMERINDUS DO BRASIL S/A, EVERTON ACCO
PARTE(S) REQUERIDA(S):
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: LUCIANA MONDUZZI FIGUEIREDO - OAB:6545/MT, MARIA GABRIELLA DIGNANI SCHMIDT DE BARROS - OAB:375.119/SP, MARIA HELENA CAMPOS DE CARVALHO - OAB:100.429/SP, MARIANA SOUZA BARONI - OAB:351.242/SP, RAFAEL CAMPOS DE ALMEIDA FILIPE - OAB:381.108/SP, VINÍCIUS DALL COMUNE HUNHOFF - OAB:10.453/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos etc.
Renove-se vista dos autos ao Ministério Público, nos termos do art. 178, III, do CPC.
Após, conclusos.
Às providências.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 1289958 Nr: 4898-23.2018.811.0041
AÇÃO: Homologação de Transação Extrajudicial->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ZANE CAPITAL LLLP, ESPÓLIO DE EDMUND AUGUSTUS ZANINI, ANDREW JOSEPH ZANINI, THERESE FRANCES ZANINI
PARTE(S) REQUERIDA(S): EUCLIDES NERVO, ADÉLIA NERVO, LUIS NERVO, ALZIRA FÁTIMA RODRIGUES DA SILVA NERVO, OLIDES NERVO, GILBERTO NERVO, CAROLINE PREVATTI NERVO, ROBERTO NERVO, FRANCILENE CARVALHO NERVO, GILMAR NERVO, SIMONE APARECIDA DAL MAGRO NERVO, SEVERINO NERVO NETO, LORENI LEMOS NERVO, MARCELO ANTONIO NERVO, ILKA GRACIOLLI BARBOZA, RITA NERVO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Adacir Seidl Junior - OAB:236.666-SP, JOSMEYR ALVES DE OLIVEIRA - OAB:81717/SP, RUBEN MARCOS SEIDL - OAB:235194
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: CRISTIAN BARICHELLO - OAB:6512/MT, GIOVANE MOISES MARQUES DOS SANTOS - OAB:9647-B
IMPULSIONO os autos para intimação da parte Requerente para apresentar CONTRARRAZÕES aos embargos de declaração no prazo de 05 (cinco) dias. Nada mais.

Intimação das Partes
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 1317368 Nr: 12485-96.2018.811.0041
AÇÃO: Cumprimento Provisório de Decisão->Procedimento de Cumprimento de Sentença/Decisão->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: RAFAEL VITALIANO FERREIRA COELHO
PARTE(S) REQUERIDA(S): MANOEL BRASIL
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DEMILSON NOGUEIRA MOREIRA - OAB:6491-B/MT, JOSÉ JOÃO VITALIANO COELHO - OAB:18.440/MT, LENINE POVOAS DE ABREU - OAB:17.120, PATRÍCIA NAVES MAFRA - OAB:21447, THIAGO SOARES GUIMARÃES KOJIMA - OAB:351.422/SP, VINICIUS CEPIL COELHO - OAB:17.487
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: BIBIANO PEREIRA LEITE NETO - OAB:8.938/MT
Vistos etc.
Tendo em conta a conversão do presente cumprimento provisório em cumprimento definitivo, com desentranhamento de documentos e juntada no feito principal, remetam-se os autos ao arquivo, com as devidas baixas.
Às providências.

Intimação das Partes
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 377965 Nr: 13728-90.2009.811.0041
AÇÃO: Reintegração / Manutenção de Posse->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO

TRABALHO
PARTE AUTORA: ANTONIO ALVES DE CARVALHO, MARIA GERALDA DE CARVALHO, GUSTAVO ADOLPHO ALVES DE CARVALHO, MARCELLO ALVES DE CARVALHO
PARTE(S) REQUERIDA(S): AURO MALTA PEREIRA, OZEIAS PEREIRA DA SILVA, DIVINO SÉRGIO DE OLIVEIRA, EDIVAN DE TAL, GOIANO DE TAL, PAULÃO DE TAL, JUVENAL DE TAL, ADEMAR DE TAL (VULGO "BARBUDO"),, GENEBALDO, AREDSON PEREIRA DA SILVA, LUZIA SOARES MAIA, Réus Inominados Citados por Edital, YOLETH SOUZA E SILVA HIGINO, FABIANA FERNANDES SANTANA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: BRENO AUGUSTO P. DE MIRANDA - OAB:9779/MT, EDVALDO RODRIGUES COQUEIRO - OAB:13265/GO, ELARMIN MIRANDA - OAB:1895/MT, GRACIELLA DE REZENDE ARANTES BARRA - OAB:15652, MARCOS VINICIUS OLIVEIRA FERREIRA DA SILVA - OAB:19662/O, NATHALIA DE REZENDE ARANTES BARRA - OAB:48.119/GO
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: BRENO AUGUSTO PINTO DE MIRANDA - OAB:9.779/MT, BRENO AUGUSTO PINTO DE MIRANDA - OAB:9779/MT, DEF. PÚBLICA - NÚCLEO FUNDIÁRIO - OAB:, ELARMIN MIRANDA - OAB:1895/MT, MARCOS VINICIUS OLIVEIRA FERREIRA DA SILVA - OAB:19662/O, TABAJARA AGUILAR PRAEIRO ALVES - OAB:18.960/O, THIAGO MAGANHA DE LIMA - OAB:17.538/O
Vistos etc.
Tendo em conta a petição de fl. 1.365, nos termos do art. 690 do CPC/2015, DETERMINO a citação dos réus através dos advogados constituídos nos autos, para, no prazo de 05 (cinco) dias, se manifestarem quanto ao pleito de habilitação.
Em caso de eventual inércia por parte dos requeridos, o que deverá ser CERTIFICADO nos autos, volva-me concluso para decidir quanto a habilitação.
Por outro lado, em havendo concordância dos réus, INTIME-SE a parte autora para cumprir o item 2 da decisão de fl. 1.355. Ressalto, desde já, que os links fornecidos junto à manifestação de fl. 1.371 encontram-se indisponíveis para acesso, cabendo à parte autora comprovar a publicação da citação por edital.
Cumprida a deliberação do parágrafo retro, ORDENO que a Serventia deste Juízo cumpra os itens 3 e 4 do decisum acostado à fl. 1.355.
Às providências.

Intimação das Partes
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 377985 Nr: 13726-23.2009.811.0041
AÇÃO: Interdito Proibitório->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: RONIVALDO MENDES EVANGELISTA, CÉLIA FERREIRA BRANDÃO EVANGELISTA, DIVINO SÉRGIO DE OLIVEIRA, ANTONIO MIGUEL DE OLIVEIRA, BENVINDA LOPES DE OLIVEIRA, MARIA GENYVAM RODRIGUES BRITO
PARTE(S) REQUERIDA(S): ANTONIO ALVES DE CARVALHO, MARIA GERALDA DE CARVALHO, GUSTAVO ADOLPHO ALVES DE CARVALHO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: BRENO AUGUSTO P. DE MIRANDA - OAB:9779/MT, CATIANE FELIX CARDOSO DE SOUZA - OAB:14131/MT, ELARMIN MIRANDA - OAB:1895/MT, HUGO MENEZES GUIMARÃES NETO - OAB:12447, JÉSSICA FRANCISQUINI - OAB:18351, JONATHÃ CRISTIAN SANTOS SILVA - OAB:15.641, MARCOS VINICIUS OLIVEIRA FERREIRA DA SILVA - OAB:19662/O, MARIANA MENDES MONTEIRO DA SILVA - OAB:11756/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: AFONSO SUEKI MIYAMOTO - OAB:3585-A/MT, EDVALDO RODRIGUES COQUEIRO - OAB:13265/GO, ROBERTO PENOFF DA SILVA - OAB:59639
Vistos etc.
INTIME-SE a parte autora, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifeste acerca do retorno da Carta de Intimação acostada à fl. 920.
Às providências.

Intimação para Advogado(a) -> (Diversos)
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 1185205 Nr: 45579-06.2016.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: JAJ CONSULTORIA LTDA
PARTE(S) REQUERIDA(S): VERALUCE GONÇALVES DE QUEIROZ, SONIA MARIA DA SILVA MATOS, PAULO FERNANDES DOS SANTOS, REGINALDO ALVES DA SILVA, MARLENE GONDIM DE ABREU, MARIA ERENIL MONGE DAMIANA, CRISTINA APARECIDA CORREA LAGE, JOEL FERREIRA DE LIMA, LOURENÇO SOARES DA COSTA, ADRIANA CRISTINA MONTEIRO SIQUEIRA CORREA, ALFREDO MARTINHO CORREA, JOSÉ CORREIA DE OLIVEIRA FILHO, FRANCISVALTER FERREIRA SALOMÃO, ADRIANA P DA SILVA SALOMÃO, ADRIANA MARIA APARECIDA VIEIRA, IVAN ANTONIO LIPPI
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ADOLFO ARINI - OAB:6.727/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: CARLOS EUGENIO LASCH - OAB:4579
CERTIFICO E DOU FÉ de que, nos termos da Ordem de Serviço nº 001/2005, e com fundamento nas Resoluções 4/2007-DGTJ e 2/2007-OE, nos termos da Lei Estadual 11.419/06, e nos termos do Artigo 363, Parágrafo Único, da CNGC, INTIMO O(A)(S) ADVOGADO(A)(S) ADOLFO ARINI - OAB:6.727/MT a devolver o(s) processos CÓDIGO(S) 1185205 E 77515, NO PRAZO DE 24 HORAS.
Alexandre Veceslau Pianta
Analista Judiciario

Intimação para Advogado(a) -> (Diversos)
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 450680 Nr: 23199-96.2010.811.0041
AÇÃO: Reintegração / Manutenção de Posse->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: PROMINAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA
PARTE(S) REQUERIDA(S): SERGIO ADIB HAGGE, HERCÍLIA DE BARROS MACIEL HAGE
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ADILSON DE CASTRO OLIVEIRA - OAB:3221/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ALEX MARTINS SALVATIERRA - OAB:19.575/MT, ALEXANDRE ROESE ZERWES - OAB:6.176/MT, BRUNO PAIVA FONSECA - OAB:18635/O, DANIEL MÜLLER ABREU LIMA - OAB:6.177/MT, JANE STELLE BECA SANTOS - OAB:23.432, LUIZ ALBERTO DERZE VILLALBA CARNEIRO - OAB:15.074/MT, SÉRGIO HENRIQUE DE BARROS MACIEL EL HAGE - OAB:5.703/MT
Impulsiono os presentes autos para intimar a parte autora, a fim de retirar o Ofício n.º 414/2019 desta secretaria, para promover o protocolo no Cartório do 5º Ofício, ressaltando-se que cabe à parte arcar com as custas inerentes a averbação, bem como comprovar nos autos o devido protocolo no prazo de 10 (dez) dias. Nada mais.

Intimação para Advogado(a) -> (Diversos)
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 1042788 Nr: 42880-76.2015.811.0041
AÇÃO: Reintegração / Manutenção de Posse->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: GUIZARDI JÚNIOR CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.
PARTE(S) REQUERIDA(S): ARMIR MIRTES BOTELHO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: FERNANDO BIRAL DE FREITAS - OAB:12.678-A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEMILSON NOGUEIRA MOREIRA - OAB:6491-B/MT
IMPULSIONO os autos para intimação da parte requerida para apresentar as derradeiras alegações finais, no prazo legal.

3ª Vara Cível

Intimação

Despacho Classe: CNJ-117 CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE SENTENÇA
Processo Número: 1056358-95.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ALCEMAR PEREIRA DE FREITAS DUQUES (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ELSON DUQUES DOS SANTOS OAB - MT14234-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:

ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
Ozana Baptista Gusmão OAB - 327.525.981-49 (PROCURADOR)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1056358-95.2019.8.11.0041. EXEQUENTE: ALCEMAR PEREIRA DE FREITAS DUQUES EXECUTADO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A PROCURADOR: OZANA BAPTISTA GUSMÃO Cuida-se de cumprimento provisório de multa periódica por descumprimento de liminar no valor de R$ 66.500,00 (sessenta e seis mil e quinhentos reais). De acordo com o §5º, do art. 537, do CPC, em caso de execução de multa, aplica-se o disposto na fase de cumprimento de sentença. Assim, o procedimento a ser seguido é o indicado pelo art. 520 do CPC. O dispositivo legal determina que o cumprimento provisório seja realizado na mesma forma que o definitivo (art. 523). Ante o exposto, na forma do art. 523 do CPC, intime-se a parte executada para pagar o débito, no prazo de 15 (quinze) dias, acrescidos das custas processuais, se houver, consignando que em não ocorrendo o pagamento voluntário no prazo aludido, incidirá multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito, bem como honorários advocatícios arbitrados no mesmo patamar de 10% (dez por cento). Consigne que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntário, inicia-se automaticamente o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, impugnação ao cumprimento de sentença (art. 525, CPC). Não oferecida impugnação no prazo a que alude o caput do art. 525, manifeste-se a parte credora, no prazo de 15 (quinze) dias, quanto ao seu interesse pelo prosseguimento do feito. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá - MT, data registrada no sistema. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1023011-71.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
IMPORTADORA E EXPORTADORA JARDIM CUIABA LTDA - ME (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
BRAGA VINICIUS PEREIRA DO NASCIMENTO OAB - MT19652/O (ADVOGADO(A))
ALINE MAIZA KESSLER DOS SANTOS OAB - MT18288-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))
Ozana Baptista Gusmão OAB - MT4062-A (ADVOGADO(A))

Nos termos da legislação vigente e do Provimento nº 56/2007-CGJ, impulsiono estes autos para, intimar o(s) advogado(s) das PARTES para, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, informarem acerca da possibilidade de composição para a solução da lide, trazendo aos autos eventual proposta de acordo por escrito. Caso contrário, NO MESMO PRAZO, deverão indicar as provas que pretendam produzir, justificando-as, sob pena de ter-se presumido sua intenção ao julgamento do processo no estado em que se encontra. Nada Mais.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1020753-59.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LUCAS VIANA DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
VICTOR HUGO VIDOTTI OAB - MT11439-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUIZ HENRIQUE VIEIRA OAB - MT26417-A (ADVOGADO(A))
JACKSON FREIRE JARDIM DOS SANTOS OAB - MT26992-O (ADVOGADO(A))
LUCIMAR CRISTINA GIMENEZ CANO OAB - MT8506-A (ADVOGADO(A))

Nos termos da legislação vigente, bem como do Provimento 56/2007 - CGJ/MT, impulsiono o feito, devendo ser AS PARTES intimadas por intermédio de seu(s) advogado(s), via Diário Eletrônico, para querendo, manifestar-se, NO PRAZO DE 10 (dez) dias, sobre o RETORNO DOS AUTOS DA 2ª INSTÂNCIA. Nada mais.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1022215-85.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
GLACIMAR CASTRO COSTA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ALBERTO PELISSARI CATANANTE OAB - MT17531-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUCIMAR CRISTINA GIMENEZ CANO OAB - MT8506-A (ADVOGADO(A))
LUIZ HENRIQUE VIEIRA OAB - MT26417-A (ADVOGADO(A))
JACKSON FREIRE JARDIM DOS SANTOS OAB - MT26992-O (ADVOGADO(A))

Nos termos da legislação vigente, bem como no que dispõe o Provimento 56/2007 - CGJ/MT, impulsiono o feito, devendo ser a parte requerida ser intimada na pessoa de seu(s) advogado(s), para no prazo de 05 (CINCO) dias, efetuar o recolhimento dos honorários periciais, consoante já determinado, sob pena de penhora on line. Nada mais.

Intimação Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1022325-50.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
REGIANE CAVALCANTE PERES (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SILVA FERREIRA OAB - MT20957-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO(A))

Nos termos da legislação vigente, bem como do Provimento 56/2007 - CGJ/MT, impulsiono o feito, devendo ser AS PARTES intimadas por intermédio de seu(s) advogado(s), via Diário Eletrônico, para querendo, manifestar-se, NO PRAZO DE 10 (dez) dias, sobre o RETORNO DOS AUTOS DA 2ª INSTÂNCIA. Nada mais.

Intimação Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1029357-72.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA MARCIA GONCALVES DE AMORIM (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))

Nos termos da legislação vigente, bem como do Provimento 56/2007 - CGJ/MT, impulsiono o feito, devendo ser AS PARTES intimadas por intermédio de seu(s) advogado(s), via Diário Eletrônico, para querendo, manifestar-se, NO PRAZO DE 10 (dez) dias, sobre o RETORNO DOS AUTOS DA 2ª INSTÂNCIA. Nada mais.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1007482-46.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ALEX MARCOS DOS SANTOS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
CLEILSON MENEZES GUIMARAES OAB - MT7960-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))

Nos termos da legislação vigente, bem como do Provimento 56/2007 - CGJ/MT, impulsiono o feito, devendo ser AS PARTES intimadas por intermédio de seu(s) advogado(s), via Diário Eletrônico, para querendo, manifestar-se, NO PRAZO DE 10 (dez) dias, sobre o RETORNO DOS AUTOS DA 2ª INSTÂNCIA. Nada mais.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1008257-61.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LUIZ CARLOS DE LIMA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Nos termos da legislação vigente, bem como do Provimento 56/2007 - CGJ/MT, impulsiono o feito, devendo ser AS PARTES intimadas por intermédio de seu(s) advogado(s), via Diário Eletrônico, para querendo, manifestar-se, NO PRAZO DE 10 (dez) dias, sobre o RETORNO DOS AUTOS DA 2ª INSTÂNCIA. Nada mais.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1001116-88.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
WELYSTON FERNANDO PEREIRA RIBEIRO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCIANO GABILAN SANCHES OAB - MT17255/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Nos termos da legislação vigente, bem como do Provimento 56/2007 - CGJ/MT, impulsiono o feito, devendo ser AS PARTES intimadas por intermédio de seu(s) advogado(s), via Diário Eletrônico, para querendo, manifestar-se, NO PRAZO DE 10 (dez) dias, sobre o RETORNO DOS AUTOS DA 2ª INSTÂNCIA. Nada mais.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1005762-78.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
SOYANE BATISTA DA SILVA CARVALHO (AUTOR(A))
SILVANO CARVALHO CRUZ (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
FRANCIELLI MENEZES BERTOTTI OAB - MT12163/O (ADVOGADO(A))
ANNIELEN CHIARELLE DE SOUZA OAB - MT0012325A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AVIDA CONSTRUTORA E INCORPORADORA S/A (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
WILLIAM KHALIL OAB - MT6487-O (ADVOGADO(A))
JOSE ANDRE TRECHAUD E CURVO OAB - MT6605-O (ADVOGADO(A))
JOSE PETAN TOLEDO PIZZA OAB - TO2553-A (ADVOGADO(A))
OMAR KHALIL OAB - MT11682-O (ADVOGADO(A))

Nos termos da legislação vigente e do Provimento nº 56/2007-CGJ, impulsiono estes autos para, intimar o(s) advogado(s) da PARTE AUTORA para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentarem CONTRARRAZÕES ao Recurso de Apelação Adesivo apresentado tempestivamente pela parte REQUERIDA. Nada Mais.

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1059182-27.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JACKSON ALVES DE SOUSA FREITAS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ROBERGES JUNIOR DE LIMA OAB - MT12918-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (RÉU)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1059182-27.2019.8.11.0041. AUTOR(A): JACKSON ALVES DE SOUSA FREITAS RÉU: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS Cite-se e intime-se a parte requerida com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, para comparecer à audiência com vistas à conciliação designada para o dia 27/05/2020, às 11h, a ser realizada pela Central de Conciliação e Mediação da Capital (art. 334, CPC), advertindo que o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação será considerado ato atentatório à dignidade da justiça, sancionado com multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa (art. 334, §8º, CPC). Intime-se a parte requerente por meio do respectivo o patrono constituído nos autos, da data da audiência acima designada (art. 334, §3º, CPC). Ficam as partes cientes de que o comparecimento na audiência, acompanhadas de advogados, é obrigatório. Cientifique-se a parte ré de que poderá apresentar petição afirmando o desinteresse na autocomposição, desde que formulada com 10 (dez) dias úteis de antecedência da audiência, caso em que será dispensada a realização do ato, sendo que em caso de litisconsórcio, o desinteresse deve ser manifestado por todos os litisconsortes (art. 334, §4º, I c.c §6º, CPC). Consigne-se que, não havendo autocomposição, a parte requerida poderá contestar a presente ação, no prazo legal de 15 (quinze) dias úteis, a serem computados a partir da audiência de conciliação (art. 335, I, CPC), ou, do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação, quando ocorrer às hipóteses do art. 334, §4º, inc. I, do CPC, fazendo constar ainda que a não apresentação de contestação importará na aplicação da revelia e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (art. 344, CPC). CONCEDO à parte autora os benefícios da gratuidade da Justiça, nos termos do art. 98 do CPC. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá - MT, data registrada pelo sistema. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Expediente

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 1025320 Nr: 34477-21.2015.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: EVA MARIA DE OLIVEIRA
PARTE(S) REQUERIDA(S): TELEFONICA BRASIL S/A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ANA CLAUDIA S. ROCHA PEREIRA - OAB:17.946/B, JUSCILENY SIQUEIRA CAMPOS FERLETE - OAB:6404/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: FILINTO CORRÊA DA COSTA JUNIOR - OAB:11264 OAB/MT
Nos termos da legislação vigente, bem como no que dispõe o Provimento 56/2007 - CGJ/MT, impulsiono o feito, devendo a parte REQUERIDA ser intimada na pessoa de seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar CONTRARRAZÕES ao RECURSO DE APELAÇÃO apresentado pela parte REQUERENTE. Nada mais.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 788367 Nr: 42325-64.2012.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: IVANILDO SECCO, ALCIOMAR AQUINO, IVO LUIS TEBALDI, LEONIR AGOSTINHO CALZA
PARTE(S) REQUERIDA(S): BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DANIEL LUIS PADILHA E SILVA - OAB:11637, JUAREZ PAULO SECCHI - OAB:10483
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: MAURO PAULO GALERA MARI - OAB:3056/MT
Nos termos da legislação vigente, bem como no que dispõe o Provimento 56/2007 - CGJ/MT, impulsiono o feito, devendo a parte autora ser intimada na pessoa de seu advogado para, no prazo de 05 (cinco) dias, dar andamento ao feito, postulando o que de direito. Nada mais.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Emerson Luis Pereira Cajango
Cod. Proc.: 1043265 Nr: 43137-04.2015.811.0041
AÇÃO: Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: BANCO SANTANDER S/A
PARTE(S) REQUERIDA(S): LUCIA MARIA REIS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: SIGISFREDO HOEPERS - OAB:39885-A/RS
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Lucia Maria Reis - OAB:9616
A parte exequente, à fl. 310/311, juntou petição para dar início à fase de cumprimento de sentença.
Por sua vez, antes mesmo que o pedido da parte exequente fosse apreciado pelo Juízo, a parte executada, às fls. 313/314v, comprovou o pagamento da condenação imposta em sentença.
À fl. 315, a parte exequente concordou com o valor pago e requereu a expedição de alvará.
Tendo em vista que não foi dado início à fase de cumprimento de sentença, defiro a expedição do alvará em favor da parte exequente, remetendo-se os autos ao arquivo, com as devidas baixas, em seguida.
Intime-se.
Cumpra-se.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Emerson Luis Pereira Cajango
Cod. Proc.: 879084 Nr: 16207-80.2014.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: NORTE BRASIL TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
PARTE(S) REQUERIDA(S): JOÃO PEDRO PULQUERIO GONÇALVES, VALDEVINO DA SILVA GOMES, MARIO MANSUR BUMLAI JUNIOR, ANTONIO NATALINO DA SILVA, CARLITO CELESTINO DA SILVA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DANIELA FIGUEIRÓ DE MIRANDA - OAB:16890/B, PAULO VINICIUS SILVA GORAIB - OAB:158.029/SP, RICARDO MARTINEZ - OAB:149.028/SP
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: APARECIDA DE CASTRO MARTINS - OAB:7453/MT, LUIZ ALFEU MOOJEN RAMOS - OAB:5291/MT, LUIZ ALFEU SOUZA RAMOS - OAB:6.693/MT
Ante a solicitação para extração de cópias/carga formulada pelo advogado Alaércio Mauro da Silva– OAB/MT nº. 20296/E encaminho os autos para Secretaria observando o disposto no art. 7º, inc. XIII, da Lei 8.906/94.
Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 920598 Nr: 43809-46.2014.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ESPOLIO DE ALVERINO GIUSEPE SCHECHELI, ERLETE LUIZA SCHECHELI, CLAUDETE MARIA SCHECHELI, SERGIO PAULO SCHECHELI, ARIDES PEDRO XAVIER, ESPOLIO DE CLARO THIAGO CASSIANO, MARTA DE CARVALHO NUNES, JOSÉ ALVES DA SILVA, JOSÉ RODRIGUES DE SOUZA, JOSE CARLOS DOS SANTOS, HAYDEE LOUREIRO JOAQUIM, NEIDE MARIA LOUREIRO JOAQUIM VIDAL, ESPÓLIO DE NEIF JOAQUIM, TIAGO CASSIA DE ALMEIDA, PRISCILA APARECIDA GOTARDELLO, PEDRO ALEXANDRINO DA SILVA
PARTE(S) REQUERIDA(S): BANCO DO BRASIL S.A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: LEONARDO FRANÇA ARAUJO - OAB:12.621/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: GUSTAVO AMATO PISSINI - OAB:OAB/MT 13.842-A, RAFAEL SGANZERLA DURAND - OAB:12.208-A OAB/MT
Nos termos da legislação vigente, bem como no que dispõe o Provimento 56/2007 - CGJ/MT, impulsiono o feito, devendo a parte autora ser intimada na pessoa de seu advogado para, no prazo de 05 (cinco) dias, dar andamento ao feito, postulando o que de direito. Nada mais.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Emerson Luis Pereira Cajango
Cod. Proc.: 1009261 Nr: 27259-39.2015.811.0041
AÇÃO: Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: DELI BARROS BULHÕES, JOEL LUIZ BULHÕES
PARTE(S) REQUERIDA(S): DELFINO LOURENÇO SOBRINHO, LUANA RIBEIRO GASPAROTO, LAUDELINO ALVES QUEIROZ, MARIA JOSEFINA DOS SANTOS QUEIROZ
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: WILSON ROBERTO LAUER - OAB:, WILSON ROBERTO LAUER - OAB:8331
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: CELSO BONINI - OAB:15297/SP, DEFENSORIA PÚBLICA DE MATO GROSSO - OAB:
Intime-se o devedor, por meio de seu Patrono, via DJE; por carta com aviso de recebimento, se representado pela Defensoria Pública ou se não tiver procurador constituído nos autos; por meio eletrônico, nas hipóteses do §1º do art. 459; ou por edital, se revel; para pagar o débito, no prazo de 15 dias, acrescido das custas processuais, se houver, consignando que em não ocorrendo o pagamento voluntário no prazo aludido, incidirá multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito, bem como honorários advocatícios arbitrados no mesmo patamar.
Consigne que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntário, inicia-se automaticamente o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, impugnação ao cumprimento de sentença (art. 525, CPC).
Não oferecida impugnação no prazo a que alude o caput do art. 525 do NCPC, manifeste-se a parte credora, no prazo de 15 (quinze) dias, quanto ao seu interesse pelo prosseguimento do feito.
Intime-se.
Cumpra-se.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Emerson Luis Pereira Cajango
Cod. Proc.: 841520 Nr: 45772-26.2013.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: FRANCISCO DE SOUZA FILHO
PARTE(S) REQUERIDA(S): CAB - CONCESSIONARIA DE SERVIÇOS PUBLICO DE AGUA E ESGOTO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: RODRIGO FELIPE CASTRO SOUZA - OAB:14523/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Fernanda Alves Cardoso - OAB:9.494, GISELA ALVES CARDOSO - OAB:7725/MT
Intime-se o devedor, por meio de seu Patrono, via DJE; por carta com aviso de recebimento, se representado pela Defensoria Pública ou se não tiver procurador constituído nos autos; por meio eletrônico, nas hipóteses do §1º do art. 459; ou por edital, se revel; para pagar o débito, no prazo de 15 dias, acrescido das custas processuais, se houver, consignando que em não ocorrendo o pagamento voluntário no prazo aludido, incidirá multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito, bem como honorários advocatícios arbitrados no mesmo patamar.
Consigne que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntário, inicia-se automaticamente o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, impugnação ao cumprimento de sentença (art. 525, CPC).
Não oferecida impugnação no prazo a que alude o caput do art. 525 do NCPC, manifeste-se a parte credora, no prazo de 15 (quinze) dias, quanto ao seu interesse pelo prosseguimento do feito.
Intime-se.
Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 1400779 Nr: 9161-64.2019.811.0041
AÇÃO: Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica->Incidentes->Outros Procedimentos->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: COMÉRCIO DE COMBUSTIVEIS MIGUEL SUTIL LTDA
PARTE(S) REQUERIDA(S): SETA CONSTRUÇÕES E INDUSTRIA LTDA, GIOVANI COUTINHO LESSA, VANESSA COUTINHO LESSA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: KARLOS LOCK - OAB:16828/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Nos termos da legislação vigente e do Provimento nº 56/2007-CGJ, impulsiono estes autos para intimar o(s) advogado(s) da parte Requerente para recolher os valores referentes à(s) diligência(s) do Oficial de Justiça para cumprimento do(s) Mandado(s) de citação a ser(em) expedido(s), no prazo de 05 (cinco) dias, devendo ser emitida a guia de recolhimento de

diligência pelo site do TJMT, juntando-a aos autos com o seu respectivo comprovante de pagamento, sendo vedado o recolhimento por transferência on line ou por depósito em envelope. Nada mais.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Emerson Luis Pereira Cajango
Cod. Proc.: 1032759 Nr: 37965-81.2015.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: HELIOMAR CORRÊA ESTEVES
PARTE(S) REQUERIDA(S): BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: FABIUS DELBONI DE ANDRADE - OAB:12.573/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: AMANDA CARINA UEHARA PAULA - OAB:OAB/SP 357020, CINARA CAMPOS CARNEIRO - OAB:8521/O, DARIEL ELIAS DE SOUZA - OAB:11.945-B/MT, HELENISE SESTI REGHELIN - OAB:57752/RS, JOAO BATISTA FERREIRA - OAB:10962/B, LUANA DE ALMEIDA E ALMEIDA BARROS - OAB:7.381/MT, LUIZ CARLOS CACERES - OAB:26822-B/PR, OTAVIO PEREIRA DE SOUSA - OAB:11945-B, WILLIAM JOSÉ DE ARAÚJO - OAB:3.928/MT
Intime-se o devedor, por meio de seu Patrono, via DJE; por carta com aviso de recebimento, se representado pela Defensoria Pública ou se não tiver procurador constituído nos autos; por meio eletrônico, nas hipóteses do §1º do art. 459; ou por edital, se revel; para pagar o débito, no prazo de 15 dias, acrescido das custas processuais, se houver, consignando que em não ocorrendo o pagamento voluntário no prazo aludido, incidirá multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito, bem como honorários advocatícios arbitrados no mesmo patamar.
Consigne que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntário, inicia-se automaticamente o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, impugnação ao cumprimento de sentença (art. 525, CPC).
Não oferecida impugnação no prazo a que alude o caput do art. 525 do NCPC, manifeste-se a parte credora, no prazo de 15 (quinze) dias, quanto ao seu interesse pelo prosseguimento do feito.
Intime-se.
Cumpra-se.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Emerson Luis Pereira Cajango
Cod. Proc.: 1091407 Nr: 6760-97.2016.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: CONDOMINIO RESIDENCIAL COLINA VERDE, GILSON WALMIK PEDROSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): TEREZINHA RODRIGUES TELES
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ANABELL CORBELINO SIQUEIRA - OAB:13.544/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: LUSSILVALDO FERNANDES DE SOUZA - OAB:OAB 10.186
Ante a solicitação para extração de cópias/carga formulada pelo advogado Anabell Corbelino Siqueira Daltro– OAB/MT nº. 13544/O encaminho os autos para Secretaria observando o disposto no art. 7º, inc. XIII, da Lei 8.906/94.
Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 897607 Nr: 28015-82.2014.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ALCEU DE CASTRO
PARTE(S) REQUERIDA(S): BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JOSÉ MORENO SANCHES JUNIOR - OAB:4.759/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: RAFAEL SGANZERLA DURAND - OAB:12.208-A
Nos termos da legislação vigente, bem como no que dispõe o Provimento 56/2007 - CGJ/MT, impulsiono o feito, devendo a parte autora ser intimada na pessoa de seu advogado para, no prazo de 05 (cinco) dias, dar andamento ao feito, postulando o que de direito. Nada mais.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Emerson Luis Pereira Cajango
Cod. Proc.: 930917 Nr: 49769-80.2014.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: LIBERTY SEGUROS S.A.
PARTE(S) REQUERIDA(S): ATAIDE DIAS, MARILZA BELUOMO MARTINS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CAMILLA BALDUINO MEDEIROS - OAB:9.519, FABRÍCIO VERDOLIN DE CARVALHO - OAB:28.857/PR, MARCELO MAZUR - OAB:OAB/PR 31.092
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JORGE LUIZ BERNARDO DOS SANTOS - OAB:14871-A/MT
Intime-se o devedor, por meio de seu Patrono, via DJE; por carta com aviso de recebimento, se representado pela Defensoria Pública ou se não tiver procurador constituído nos autos; por meio eletrônico, nas hipóteses do §1º do art. 459; ou por edital, se revel; para pagar o débito, no prazo de 15 dias, acrescido das custas processuais, se houver, consignando que em não ocorrendo o pagamento voluntário no prazo aludido, incidirá multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito, bem como honorários advocatícios arbitrados no mesmo patamar.
Consigne que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntário, inicia-se automaticamente o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, impugnação ao cumprimento de sentença (art. 525, CPC).
Não oferecida impugnação no prazo a que alude o caput do art. 525 do NCPC, manifeste-se a parte credora, no prazo de 15 (quinze) dias, quanto ao seu interesse pelo prosseguimento do feito.
Intime-se.
Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 931157 Nr: 49926-53.2014.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: FERNANDO DA SILVA SE, MARIA MOREIRA PEREIRA, SEVERINO EUFRAZIO
PARTE(S) REQUERIDA(S): BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DOUGLAS RAYEL - OAB:17.206/A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA - OAB:19081-A, LOUISE RAINER PEREIRA GIONÉDIS - OAB:8.123/PR, SERVIO TULIO DE BARCELOS - OAB:14258-A/MT
Nos termos da legislação vigente, bem como no que dispõe o Provimento 56/2007 - CGJ/MT, impulsiono o feito, devendo a parte autora ser intimada na pessoa de seu advogado para, no prazo de 05 (cinco) dias, dar andamento ao feito, postulando o que de direito. Nada mais.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 931248 Nr: 49969-87.2014.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: NELSON SANTANA NUNES
PARTE(S) REQUERIDA(S): BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JOSÉ EDUARDO POLISEL GONÇALVES - OAB:OAB/12009
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: GUSTAVO AMATO PISSINI - OAB:OAB/MT 13.842-A
Nos termos da legislação vigente, bem como no que dispõe o Provimento 56/2007 - CGJ/MT, impulsiono o feito, devendo a parte autora ser intimada na pessoa de seu advogado para, no prazo de 05 (cinco) dias, dar andamento ao feito, postulando o que de direito. Nada mais.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 453080 Nr: 25042-96.2010.811.0041
AÇÃO: Execução de Título Judicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: CATARINA DE LOURDES GOMES NICODEMOS E MILTON

SOARES NICODEM, MARIA JOSÉ SERRÃO, LEILA MARIA LIMA CASTRILLON, LOURENÇO FRANCISCO DE SOUZA, PEDRO GONÇALVES BIZERRA, ROOSEVELT SILVA, ROQUEVAN ROCHA DE ALMEIDA, ROSELENE APARECIDA DIAS, VICTOR MANUEL ALEIXO

PARTE(S) REQUERIDA(S): BANCO DO BRASIL S.A

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JANECLÉIA MARTINS XAVIER - OAB:39.743/PR

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: AMANDA ANDRADE SOARES GUSMÃO - OAB:OAB/DF 33.327, RAFAEL SGANZERLA DURAND - OAB:12.208-A OAB/MT

Nos termos da legislação vigente, bem como no que dispõe o Provimento 56/2007 - CGJ/MT, impulsiono o feito, devendo a parte autora ser intimada na pessoa de seu advogado para, no prazo de 05 (cinco) dias, dar andamento ao feito, postulando o que de direito. Nada mais.

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 458254 Nr: 28261-20.2010.811.0041

AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: JOILI MARIA ISOTON DA SILVA, MARIA CATARINA RODRIGUES DE MORAIS, NÉLIA BENEDITA DE CARVALHO TEIXEIRA, ZULEICA DE BARROS DA SILVA, MARIA DAS DORES DE LIMA, ANTENOR TAVARES, NILTON MORENO, NIDIA LOPES, SARA DE JESUS FAVERO, MOACYR DE ARAÚJO

PARTE(S) REQUERIDA(S): BANCO DO BRASIL S/A

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: EDUARDO AUGUSTO BORDONI MANZEPPI - OAB:9203/MT, JANECLÉIA MARTINS XAVIER - OAB:39.743/PR

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES - OAB:OAB/SP 128.341, RAFAEL SGANZERLA DURAND - OAB:12.208-A OAB/MT, VINICIUS EDUARDO LIMA PIRES DE MIRANDA - OAB:MT/ 16708

Nos termos da legislação vigente, bem como no que dispõe o Provimento 56/2007 - CGJ/MT, impulsiono o feito, devendo a parte autora ser intimada na pessoa de seu advogado para, no prazo de 05 (cinco) dias, dar andamento ao feito, postulando o que de direito. Nada mais.

Intimação das Partes

JUIZ(A): Emerson Luis Pereira Cajango

Cod. Proc.: 709455 Nr: 2335-03.2011.811.0041

AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: DSF - EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA

PARTE(S) REQUERIDA(S): DONERIO ALVES DE CASTRO JUNIOR

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DEIVIT JESUS MALAQUIAS - OAB:19601, GABRIEL GAETA ALEIXO - OAB:11210-A/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ERNANI ARLEY DA SILVA - OAB:11250/O, SILENO REZENDE TAVARES - OAB:5.652/MT

Tendo em vista o acordo entabulado entre as partes, já homologado à fl. 447, e que às fls. 323/324 foram inseridas restrições via sistema Renajud em veículos de propriedade da parte executada, as quais não foram levantadas quando da referida homologação do acordo.

Dessa forma, procedo à baixa das restrições lançadas sobre os veículos Fiat/Palio ELX Flex, placa DXS-5774, Hyundai/HR HDB, placa NJI-9934, Hyundai/HR HDB, placa QBX-3879, e Honda/Biz 110i, placa QCE-1255, conforme extrato em anexo.

Cumpra-se a integralidade da sentença de fl. 447, remetendo-se os autos ao arquivo, com as devidas baixas.

Intime-se.

Cumpra-se.

Intimação das Partes

JUIZ(A): Emerson Luis Pereira Cajango

Cod. Proc.: 450872 Nr: 23340-18.2010.811.0041

AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: ALBANO KOHLER SOBRINHO, DARCY HUTTRA, GENILSON FERNANDES DE SOUZA, LINO FERREIRA DA CUNHA, JOSÉ PEREIRA DA SILVA, MARCIAL JOÃO COVER, RAPHAEL DELL ERBA NETO, ROSA ANGELA CERUTTI, TERTULINO NERIS DIAS, UNALVA SABINO DA SILVEIRA

PARTE(S) REQUERIDA(S): BANCO BRADESCO S.A

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: LEONARDO FRANÇA ARAÚJO - OAB:12.621 / MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: MAURO PAULO GALERA MARI - OAB:3056/MT

Trata-se de Ação de Cumprimento de Sentença, ajuizada por Albano Kohler Sobrinho e Outros em face de Banco Bradesco S.A.

No caso, vislumbro que as partes Albano Kohler Sobrinho e Banco Bradesco S.A se compuseram amigavelmente nos autos.

Assim, diante do termo de acordo apresentado às fls. 493/494, outro caminho não há senão a homologação do acordo pactuado.

HOMOLOGO POR SENTENÇA o acordo entabulado entre as partes e DECLARO EXTINTO o presente feito, nos termos dos artigos 487, III, b, e 924, III, do Código de Processo Civil, apenas em relação à parte autora Albano Kohler Sobrinho.

Custas e honorários advocatícios são abrangidos no acordo.

Publique-se.

Intime-se.

Cumpra-se.

Intimação das Partes

JUIZ(A): Emerson Luis Pereira Cajango

Cod. Proc.: 928348 Nr: 48428-19.2014.811.0041

AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: ANTONIA ALVES BEZERRA

PARTE(S) REQUERIDA(S): CENTRAIS ELETRICAS MATOGROSSENSSE S/A - GRUPO CEMAT

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO CÍVEL - OAB:NUCLEO CÍVEL 1

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: EVANDRO CESAR ALEXANDRE DOS SANTOS - OAB:13.431-A/MT, MURILLO ESPINOLA DE OLIVEIRA LIMA - OAB:OAB/MT 3.127-A

Trata-se de Ação de Inexigibilidade de Crédito c/c Danos Morais, ajuizada por Antônia Alves Bezerra em face de Centrais Elétricas Matogrossenses S/A – Rede Cemat.

Conforme se vê dos autos houve a satisfação do crédito (fls. 246/247).

Ante o exposto, diante da satisfação do débito, JULGO EXTINTO O PROCESSO, com resolução do mérito, nos termos do art. 924, II, do Código de Processo Civil.

Expeça-se alvará do valor devido a titulo de honorários à Defensoria Pública na conta indicada à fl. 248/verso.

Sem custas remanescentes e honorárias.

Transitado em julgado arquivem-se os autos com as devidas baixas.

Publique-se.

Intime-se.

Cumpra-se.

Intimação das Partes

JUIZ(A): Emerson Luis Pereira Cajango

Cod. Proc.: 1116280 Nr: 17138-15.2016.811.0041

AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: DAVI ELIAS TEIXEIRA

PARTE(S) REQUERIDA(S): PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Gabriel Oliveira Santiago de Amorim - OAB:25762/O, RODRIGO BRANDÃO CORREA - OAB: 16.113-O/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: RENATO CHAGAS CORRÊA DA SILVA - OAB:8.184-A/MT

Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório ajuizada por Davi Elias Teixeira em face de Porto Seguro Cia de Seguros Gerais.

Conforme se vê dos autos houve a satisfação do débito, com a concordância do autor.

Ante o exposto, diante da satisfação de débito, JULGO EXTINTO O PROCESSO, com resolução do mérito, nos termos de art. 924, II, do Código de Processo Civil.

Defiro a expedição de alvará na conta indicada à fl. 188.

Custas pela requerida.

Transitado em julgado arquivem-se os autos com as devidas baixas.

Publique-se.

Intime-se.

Cumpra-se.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Emerson Luis Pereira Cajango
Cod. Proc.: 451271 Nr: 23617-34.2010.811.0041
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: INSTITUTO EDUCACIONAL MATOGROSSENSE/IEMAT
PARTE(S) REQUERIDA(S): AMILTON MARTINS DA SILVA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: PEDRO PAULO PEIXOTO S. JUNIOR - OAB:MT/12007
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: MIRO AGOSTINHO DAS NEVES - OAB:12.818/MT
Ante o exposto, ACOLHO a preliminar de carência da ação de execução e a declaro nula por falta de exigibilidade, julgando EXTINTA SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com fulcro no art. 485, VI, do CPC.Em atenção ao principio da causalidade, condeno a exequente ao pagamento das custas e honorários advocatícios no importe de 10% (dez por cento) do valor da execução, nos termos do art. 85, §2º do CPC.Transitada esta sentença em julgado, arquive-se o feito com as baixas e anotações de estilo.Publique-seIntime-se.Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 237992 Nr: 7042-87.2006.811.0041
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ADM DO BRASIL LTDA
PARTE(S) REQUERIDA(S): PAULO FRANCO DE GODOY BELFORT, RENATA SANDOVAL GONÇALVES BELFORT, CICERO BARBOSA LIMA, ANTÔNIO SANDOVAL GONÇALVES, DANUSA BALTHAZAR DE ANDRADE GONÇALVES, EPIFÂNIA LEITE ALENCAR LIMA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: EDIR BRAGA JUNIOR - OAB:4735/MT, JOÃO ROBERTO ZILIANI - OAB:644
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: SARA DE LOURDES SOARES ORIONE E BORGES - OAB:4.807-B/MT
Nos termos da Legislação Vigente, bem como do Provimento 56/2007 - CGJ/MT, impulsiono o feito, devendo a parte autora ser intimada na pessoa de seu(s) advogado(s), e via Diário Eletrônico, para querendo, manifestar-se, no prazo de 10 (DEZ) dias, sobre a(s) correspondência(s) devolvida(s) juntada(s) à(s) fl(s)._, tendo em vista que a(s) parte(s) não foi(ram) localizada(s). Nada mais.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Emerson Luis Pereira Cajango
Cod. Proc.: 783793 Nr: 37556-13.2012.811.0041
AÇÃO: Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: CONDOMÍNIO EDIFÍCIO AQUARIUS
PARTE(S) REQUERIDA(S): WILSON ROBERTO DE OLIVEIRA BRUNO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: AURIVAL DIAS PEDROSO - OAB:13254/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: MARCO ANTONIO GUIMARÃES JOUAN JUNIOR - OAB:10369/MT
Defiro a expedição de alvará do valor incontroverso depositado pela parte executada (fls. 203/205) em favor da parte autora na conta indicada em petição de fls. 208/209.
Após, conclusos para demais deliberações.
Intime-se.
Cumpra-se.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Emerson Luis Pereira Cajango
Cod. Proc.: 1148273 Nr: 30912-15.2016.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: SEBASTIÃO DAVID REINALDO ROSA
PARTE(S) REQUERIDA(S): IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S/A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CARLOS ROBERTO NERES DA CUNHA - OAB:2669/MT, WILLIAM MARCOS VASCONCELOS - OAB:11.323/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ALCIDES LUIZ FERREIRA - OAB:5477, MARIA LUCIA FERREIRA TEIXEIRA - OAB:3662
Ante o exposto, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos deduzidos na inicial.REVOGO a liminar concedida em parte às fls.123/124 e DETERMINO seja expedido ofício ao 1º Serviço Notarial e de Registro da Comarca de Várzea Grande-MT para dar baixa na averbação de existência desta ação à margem das matriculas n° 26.639 e 26.636. Condeno a parte requerente ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo em 10% sobre o valor atualizado da causa, com fundamento no art. 85, § 2º, do CPC, suspensa a exigibilidade em razão da concessão dos benefícios da Justiça Gratuita, que ora concedo, nos termos do art. 98 do CPC. Após o trânsito em julgado, nada sendo requerido, arquivem-se os autos observadas as formalidades legais.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Emerson Luis Pereira Cajango
Cod. Proc.: 811233 Nr: 17719-35.2013.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: CREUSA DOS SANTOS
PARTE(S) REQUERIDA(S): UNIMED CUIABÁ - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO CÍVEL - OAB:NUCLEO CÍVEL 1
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JACKSON FRANCISCO COLETA COUTINHO - OAB:9172-B/MT, JOSE EDUARDO POLISEL GONÇALVES - OAB:12.009/MT
Trata-se de Ação Obrigação de Fazer c/c Tutela Antecipada, ajuizada por Creusa dos Santos em face de Cooperativa de Serviços Médicos Unimed Cuiabá.
Conforme se vê dos autos houve a satisfação do crédito (fls. 288/289).
Ante o exposto, diante da satisfação do débito, JULGO EXTINTO O PROCESSO, com resolução do mérito, nos termos do art. 924, II, do Código de Processo Civil.
Expeça-se alvará do valor devido a titulo de honorários à Defensoria Pública na conta indicada à fl. 291.
Sem custas remanescentes e honorárias.
Transitado em julgado arquivem-se os autos com as devidas baixas.
Publique-se.
Intime-se.
Cumpra-se.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Emerson Luis Pereira Cajango
Cod. Proc.: 1025320 Nr: 34477-21.2015.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: EVA MARIA DE OLIVEIRA
PARTE(S) REQUERIDA(S): TELEFONICA BRASIL S/A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ANA CLAUDIA S. ROCHA PEREIRA - OAB:17.946/B, JUSCILENY SIQUEIRA CAMPOS FERLETE - OAB:6404/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: FILINTO CORRÊA DA COSTA JUNIOR - OAB:11264 OAB/MT
Trata-se de Ação de Desconstituição de Débito c/c Indenização por Danos Morais com Pedido Liminar, ajuizada por Eva Maria de Oliveira em face de Telefônica Brasil S.A.
Conforme se vê dos autos houve a satisfação do crédito (fls. 70/84).
Ante o exposto, diante da satisfação do débito, JULGO EXTINTO O PROCESSO, com resolução do mérito, nos termos do art. 924, II, do Código de Processo Civil.
Defiro a expedição de alvará na conta indicada à fl. 86.
Sem custas remanescentes e honorárias.
Transitado em julgado arquivem-se os autos com as devidas baixas.
Publique-se.
Intime-se.
Cumpra-se.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Emerson Luis Pereira Cajango
Cod. Proc.: 759999 Nr: 12333-58.2012.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO

TRABALHO
PARTE AUTORA: ANÁLIA MARIA DE CARVALHO FERREIRA, MAURINO ALVES FIALHO, GOTTLIEB MULLER FILHO, CAROLINO ALVES FIALHO, JOSE SEBASTIÃO DA COSTA, SUCESSORES DE FRANCISCO FIALHO CARVALHO, MARIA DE FATIMA FERREIRA MARCHI, JOSÉ SIMON BUENO, OACYR CRISOSTOMO BARBOSA, MANOEL TAVARES, MARLEI TRENTIN, JOSE DIRÇO ULTRAMARE, SALVADOR APARECIDO ULTRAMARE, DIRCE APARECIDA JALDI, DELAZIR DIOMAR ULTRAMARE RIBEIRO, SUCESSORES DE ORTENCIO ULTRAMARE, RAINELLO ANTONIO DALPIAZ
PARTE(S) REQUERIDA(S): BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: LEONARDO FRANÇA ARAÚJO - OAB:12.621 / MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: MAURO PAULO GALERA MARI - OAB:3056/MT
Trata-se de Ação de Cumprimento de Sentença, ajuizada por Anália Maria de Carvalho Ferreira e Outros em face de Banco Bradesco S.A.
No caso, vislumbro que as partes Gottieb Muller Filho, Oacyr Crisostomo Barbosa, Marlei Trentin, Jose Simon Bueno e Banco Bradesco S.A se compuseram amigavelmente nos autos.
Assim, diante do termo de acordo apresentado às fls. 706/707, outro caminho não há senão a homologação do acordo pactuado.
HOMOLOGO POR SENTENÇA o acordo entabulado entre as partes e DECLARO EXTINTO o presente feito, nos termos dos artigos 487, III, b, e 924, III, do Código de Processo Civil, apenas em relação às partes autoras Gottieb Muller Filho, Oacyr Crisostomo Barbosa, Marlei Trentin, Jose Simon Bueno.
Custas e honorários advocatícios são abrangidos no acordo.
Publique-se.
Intime-se.
Cumpra-se.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Emerson Luis Pereira Cajango
Cod. Proc.: 1130025 Nr: 23020-55.2016.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: FGC - CONSULTORIA E ASSESSORIA PSICOLÓGICA, JOAQUIM CURVO NETO
PARTE(S) REQUERIDA(S): SERASA S.A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ANA CLAUDIA CALÇA RONDON - OAB:18.626/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO - OAB:14.992-A
Ante o exposto, nos termos do art. 487, inciso I do CPC, JULGO PROCEDENTES os pedidos iniciais para: a) CONFIRMAR a liminar deferida às fls. 33/34 e b)DETERMINAR que a parte requerida disponibilize uma meio para a parte autora efetuar as baixas das inscrições negativas ou, alternativamente, que a parte requerida o faça imediatamente após pedido da parte autora e prova da quitação. Condeno a parte requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo em R$ 500,00 (quinhentos reais), na forma do artigo 85, §8º, do CPC/2015.Transitada em julgado, arquive-se com as devidas baixas.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Emerson Luis Pereira Cajango
Cod. Proc.: 728754 Nr: 24703-06.2011.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: EVANI BATISTA DA SILVA
PARTE(S) REQUERIDA(S): NILTON BENEDITO DE SOUZA, A.W. CASTRO SOUZA - SOUZA TRANSPORTES, ANDERSON WENDEL CASTRO DE SOUZA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: EDIVAN MARTINS DA SILVA - OAB:9166/MT, JOANA ALESSANDRA GONÇALVES DE QUEIRÓZ - OAB:14.843/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: FELIPE ARTHUR SANTOS ALVES - OAB:12028/MT, GIULLEVERSON SILVA QUINTEIRO DE ALMEIDA - OAB:12358/MT, JACQUELINE CÂNDIDO DE SOUZA - OAB:20.282, JULIANA FERREIRA QUINTEIRO DE ALMEIDA - OAB:15865/MT, JUNIOR LUIS DA SILVA CRUZ - OAB:18.283/MT
Tendo em vista a propositura de embargos de terceiro (cód. 1438083), entendo ser prudente aguardar ao menos o decurso do prazo para contestação nos autos em apenso.
Após, voltem-me conclusos.
Intime-se.
Cumpra-se.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Emerson Luis Pereira Cajango
Cod. Proc.: 811550 Nr: 18039-85.2013.811.0041
AÇÃO: Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: VITÓRIA IMOBILIÁRIA LTDA, ANA NEIDE GOMES DAMASCENO
PARTE(S) REQUERIDA(S): R B DOMINGUES NICOLAU & CIA LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DIMAS SIMÕES FRANCO NETO - OAB:13594, GUSTAVO FARIAS SABER - OAB:15959, LUANA SOUZA DE OLIVEIRA - OAB:17472, MANOEL GUILHERME CAVALCANTI MELLO FILHO - OAB:13.595/MT, VINICIUS RAMOS BARBOSA - OAB:13913 O MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: MAURO ROSALINO BREDA - OAB:14.687, MICHELL ANTÔNIO BREDA - OAB:16.990
Ante o exposto, com fundamento no art. 487, I, CPC, JULGO PROCEDENTES os pedidos para determinar a reintegração de posse em favor da parte autora VITÓRIA IMOBILIÁRIA LTDA. Expeça-se o competente mandado de reintegração de posse, com reforço policial se necessário for, e também Carta Precatória Itinerante à Comarca de Nova Mutum, para o fiel e imediato cumprimento do mandado, concedendo ao requerido, excepcionalmente, o prazo de 05 (cinco) dias para a entrega voluntária do bem.Ressalto que eventual impossibilidade de se concretizar a reintegração de posse, a conversão se dará em perdas e danos na fase execução, mediante requerimento da parte.Condeno, ainda, a parte requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo em 20% (vinte por cento) sobre o valor atualizado da causa, na forma do artigo 85, §§ 1º e 2º, do CPC.Transitada esta em julgado e nada sendo requerido, arquivem-se os presentes autos.Publique-se.Intime-se.Cumpra-se.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Emerson Luis Pereira Cajango
Cod. Proc.: 1023430 Nr: 33614-65.2015.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: CD MAX INDUSTRIA E COMRCIO DE TINTAS LTDA, OSVALDO CHEROBINO GORI
PARTE(S) REQUERIDA(S): CLARO S/A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ANA CLAUDIA CALÇA RONDON - OAB:18.626/MT, PAOLA RISQUES - OAB:18316/O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: EVANDRO CESAR ALEXANDRE DOS SANTOS - OAB:13.431-A/MT
Trata-se de Ação de Rescisão Contratual Sem Multa de Fidelização C/C Inexistência de Débito, Danos Morais e Pedido de Tutela Antecipada, ajuizada por CD-MAX Indústria e Comércio de Tintas LTDA em face de Claro S.A.
Conforme se vê dos autos houve a satisfação do crédito (fls. 470/475).
Ante o exposto, diante da satisfação do débito, JULGO EXTINTO O PROCESSO, com resolução do mérito, nos termos do art. 924, II, do Código de Processo Civil.
Defiro a expedição de alvará na conta indicada à fl. 476/477.
Sem custas remanescentes e honorárias.
Transitado em julgado arquivem-se os autos com as devidas baixas.
Publique-se.
Intime-se.
Cumpra-se.

Intimação das Partes
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 1087785 Nr: 5098-98.2016.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: JOÃO ADALBERTO BORGES, SONIA MARA DAL MORO BORGES
PARTE(S) REQUERIDA(S): MUDAR SPE 2 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA., MUDAR SPE 1 EMPREENDIMENTOS, MUDAR

INCORPORAÇÕES IMOBILIÁRIAS S.A

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: SIDNEI GUEDES FERREIRA - OAB:OAB/MT 7.900

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: CYBELLE GUEDES CAMPOS - OAB:246.662, ODAIR DE MORAES JUNIOR - OAB:200.488

Nos termos da legislação vigente, bem como no que dispõe o Provimento 56/2007 - CGJ/MT, impulsiono o feito, devendo ser as partes intimadas, por seus advogados, via DJE, para que informem sobre a possibilidade de composição para a solução da lide, trazendo aos autos eventual proposta de acordo por escrito. Caso contrário, já devem indicar provas que pretendem produzir, justificando sua necessidade, tudo em 15 (QUINZE) dias, sob pena de ter-se presumido sua intenção ao julgamento do processo no estado em que se encontra.

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 279325 Nr: 5842-74.2008.811.0041

AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: FMV LUZ E COR, BELEZA E CABELEIREIROS LTDA

PARTE(S) REQUERIDA(S): WORKERCARD ADMINISTRADORA DE CONVENIOS S/C LTDA, PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABA - FUNDAÇÃO DE SAÚDE DE CUIABÁ GESTÃO PLENA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JEFFERSON NUNES FLORES - OAB:17.575/MT, OTACÍLIO PERON - OAB:3.684-A/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: PAULO EMÍLIO MAGALHÃES - PROC. MUNICÍPIO - OAB:3632/MT, ROBERY BUENO DA SILVEIRA - OAB:303253/SP

CERTIFICO E DOU FÉ, que em razão do(a) advogado(a) da parte autora, não estar devidamente cadastrado(a) quando da publicação da Certidão de fl. 191 (doc. Anexo), informo que republicaremos o deliberado.

Nos termos da legislação vigente, impulsiono o feito, devendo a parte autora ser intimada na pessoa de seu advogado, no prazo de 10 (dez) dias, para dar andamento ao feito, postulando o que entender de direito. Nada mais.

Decisão

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL

Processo Número: 1059493-18.2019.8.11.0041

Parte(s) Polo Ativo:

G. P. M. (AUTOR(A))

Advogado(s) Polo Ativo:

ANA CARLA BRIZOLA OAB - MT23419/O (ADVOGADO(A))

JACKSON NICOLA MAIOLINO OAB - MT17147-O (ADVOGADO(A))

Parte(s) Polo Passivo:

W. G. B. (RÉU)

Magistrado(s):

EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1059493-18.2019.8.11.0041. AUTOR(A): GABRIELLE PASSARELI MORETTI RÉU: WILLIAN GOMES BEATRIZ Cuida-se de Ação de Indenização por Danos Morais com Pedido de Tutela de Urgência ajuizada por Gabrielle Passareli Moretti contra Willian Gomes Beatriz. Pretende, sem sede de tutela de urgência, o réu seja compelido a deletar de seu celular, bem como se abstenha de disseminar, foto íntima do casal envolvendo a autora durante ato sexual. Alega, para tanto, foi namorada do réu, tendo colocado um fim no relacionamento, momento em que o réu passou a divulgar a foto em que ambos aparecem durante o ato sexual, a qual foi registrada sem o conhecimento e o consentimento da autora. Decido. No que dispõe o art. 300 do CPC/2015, a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Ou seja, extrai-se do referido dispositivo que havendo probabilidade de o direito existir, aliado ao perigo de dano, tem-se como requisito suficiente para a concessão da tutela antecipada, não mais necessitando de prova inequívoca capaz de autorizar uma sentença de mérito favorável, como outrora se exigia. Em análise aos autos, verifico que a pretensão em sede liminar merece parcial acolhimento. Na hipótese, identifico a probabilidade de o direito existir, notadamente pela fotografia juntada aos autos, o boletim de ocorrência dando notícia do ocorrido e conversas em redes sociais, tais como WhatsApp e Instagram em que é questionada acerca da identidade da mulher que aparece na imagem, bem como pelos demais documentos que instruem a inicial, dando sustentação às suas alegações. O perigo de dano exsurge dos prejuízos emocionais e morais causados pela indevida divulgação de imagem íntima da autora sem o seu consentimento. Assim, a parte ré deve se abster de propagar a imagem por qualquer meio de comunicação, deixando de expor a autora ao julgamento da sociedade. Por outro lado, não vislumbro na antecipação do provimento jurisdicional almejado, o perigo de irreversibilidade, tanto sob o aspecto jurídico quanto sob o aspecto fático, pois que nos termos do art. 296, do CPC, a tutela antecipada pode ser a qualquer tempo revogada ou modificada, surgindo novos fatos que assim autorizem. Ante o exposto, com amparo no art. 300 do CPC/2015, DEFIRO o pedido de liminar, determinando que o réu, IMEDIATAMENTE, SE ABSTENHA DE DIVULGAR a fotografia em que aparece mantendo relações sexuais com a autora. Ainda, determino que o réu ELIMINE a fotografia de seu celular, bem como de todos os meios de armazenamento digital que possuir (Google Drive, Apple iCloud, One Drive, Dropbox, por exemplo), o que deverá ser certificado pelo Sr. Oficial de Justiça. Para o caso de não cumprimento da determinação por parte da parte ré, imponho a multa diária de R$ 2.000,00 (dois mil reais), limitada a R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), nos termos do art. 297, Parágrafo único, c/c artigo 537, do CPC/2015. Tendo em vista a inexistência de pauta disponível para audiência de tentativa de conciliação, dispenso a realização do ato. Cite-se a parte ré para contestar a presente ação, no prazo legal de 15 (quinze) dias úteis, a serem computados a partir da juntada do comprovante de citação aos autos, fazendo constar ainda que a não apresentação de contestação importará na aplicação da revelia e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (art. 344, CPC). Em caso de citação por mandado, deverá a parte ré informar ao Sr. Oficial de Justiça eventual proposta de acordo, que deverá ser certificado no mandado, devendo posteriormente a parte autora ser intimada para manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sem prejuízo do andamento regular do processo, entendendo-se o silêncio como recusa (art. 154, VI, CPC). Defiro os benefícios da gratuidade da justiça, com fundamento no art. 98 do CPC. Por força do disposto no art. 189, III, do CPC determino que o feito tramite sob o manto do segredo de justiça. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá - MT, data registrada no sistema. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL

Processo Número: 1025302-44.2019.8.11.0041

Parte(s) Polo Ativo:

COMPANHIA ULTRAGAZ S A (AUTOR(A))

Advogado(s) Polo Ativo:

LEONARDO ALVES CANUTO OAB - MG97039 (ADVOGADO(A))

Parte(s) Polo Passivo:

LIGUE GAS DISTRIBUIDORA LTDA - ME (RÉU)

Advogado(s) Polo Passivo:

BRUNO THIAGO DE ABREU BALATA OAB - MT0015353A (ADVOGADO(A))

Magistrado(s):

EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1025302-44.2019.8.11.0041. AUTOR(A): COMPANHIA ULTRAGAZ S A RÉU: LIGUE GAS DISTRIBUIDORA LTDA - ME Cuida-se de Ação Ordinária de Cobrança ajuizada por Cia. Ultragaz S/A contra Ligue Gás Distribuidora Ltda. - ME. A parte ré veio aos autos, no ID 24180698, requerendo a concessão de tutela antecipada para que a autora retire seu nome dos cadastros de proteção ao crédito referente à multa por rescisão contratual debatida nos autos. Alega, para tanto, que por estar a multa ainda em discussão judicial, não há que se falar na manutenção da negativação em seu nome, o que vem causando prejuízos de grande escala à empresa ré, que se vê impossibilitada de obter crédito no mercado. Decido. No que dispõe o art. 300 do CPC/2015, a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Ou seja, extrai-se do referido dispositivo que havendo probabilidade de o direito existir, aliado ao perigo de dano, tem-se como requisito suficiente para a concessão da tutela antecipada, não mais necessitando de prova inequívoca capaz de autorizar uma sentença de mérito favorável, como outrora se exigia. Em análise aos autos, verifico que a pretensão em sede liminar não merece acolhimento. Na hipótese,

não identifico estar presente o requisito do perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, uma vez que, conforme extrato do Serasa juntado pela própria parte ré (ID 24180707), já há duas negativações anteriores em seu nome provenientes de empresas diversas da autora desta demanda. Dessa forma, com fundamento no art. 300 do CPC., INDEFIRO a antecipação da tutela pleiteada pela parte ré. Determino, outrossim, que os autos retornem-me conclusos para decisão de saneamento e organização do feito. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá - MT, data registrada no sistema. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Sentença

Sentença Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1006383-07.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
FABIANO HALAITHON RODRIGUES SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANABELL CORBELINO SIQUEIRA DALTRO OAB - MT13544-O (ADVOGADO(A))
SAULO DALTRO MOREIRA SILVA OAB - MT10208-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUCIMAR CRISTINA GIMENEZ CANO OAB - MT8506-A (ADVOGADO(A))
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1006383-07.2019.8.11.0041. REQUERENTE: FABIANO HALAITHON RODRIGUES SOUZA REQUERIDO: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT ajuizada por Fabiano Halaithon Rodrigues Souza contra Porto Seguro Cia de Seguros Gerais, em que pretende a condenação da reclamada ao pagamento da importância do valor de R$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). Para tanto, aduz a parte reclamante que foi vítima de acidente de trânsito ocorrido em 20/11/2018, ocasionando invalidez permanente, portanto, fazendo jus ao pleito indenizatório. Junto à inicial vieram os documentos. Realização de avaliação médica (ID 21147886), sendo apresentado laudo pericial, manifestando-se em seguida as partes. A parte requerida apresentou contestação arguindo as preliminares de alteração do polo passivo, comprovante de residência em nome de terceiro e ausência do requerimento administrativo. No mérito, pugnou pela improcedência dos pedidos iniciais por ausência de provas constitutivas do direito pretendido. Vieram-me os autos conclusos. É o breve relato. Fundamento e decido. Pretende a parte requerente receber da reclamada o valor referente ao seguro DPVAT, sob o argumento de que sofreu um acidente de trânsito na data de 20/11/2018. I - Da legitimidade passiva ad causam da seguradora Com relação a preliminar de ilegitimidade da demandada verifico que não merece guarida, uma vez que qualquer seguradora pertencente ao consórcio responde pelo pagamento da indenização decorrente do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres. Nesse sentido, eis o seguinte julgado: SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. Sentença `ultra petita¿ quanto ao valor indenizatório, no que merece redução. Pedido de substituição do pólo passivo, com inclusão da Seguradora Líder S.A., desacolhido. De acordo com a redação do art. 5º da Lei nº. 6.194/74, com a redação dada pela Lei n. 11.482/2007, o pagamento da indenização está condicionado apenas à prova do acidente e do dano decorrente. Outrossim, comprovada a invalidez permanente, o valor da indenização deve corresponder a até 13.500,00, porquanto o inciso II do art. 3º da Lei nº. 6.194/74, com a redação dada pela Lei 11.482/07, não faz diferenciação quanto ao grau da invalidez. Verba honorária reduzida. APELAÇÃO PROVIDA EM PARTE. E SENTENÇA REDUZIDA NO VALOR DA INDENIZAÇÃO, POR "ULTRA PETITA¿ NO PONTO. (Apelação Cível Nº 70033155003, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Leo Lima, Julgado em 16/12/2009). Posto isso, rejeito a preliminar aventada. II- Da ausência de pressuposto de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo. Em que pese o comprovante de endereço esteja em nome de terceiro, esse fato por si só não torna o processo inválido ou irregular, porquanto é comum que a pessoa não possua comprovante de endereço em seu nome, mormente por ser locatário ou residir com algum familiar, de modo que, não havendo nada que prove ao contrário, o documento jungido aos autos referente ao domicílio do requerente goza de veracidade. Ainda, sendo o autor domiciliado em Cuiabá, a ação pode ser intentada nesta Comarca, em consonância com o artigo 100, V, parágrafo único do CPC. Por esses motivos, afasto a preliminar ventilada. III – Da falta de interesse de agir Em sede preliminar, a requerida suscitou falta de interesse de agir em face de não esgotamento das vias administrativas, o que não merece prosperar. Diante do princípio constitucional de livre acesso ao Poder Judiciário, art. 5º, inc. XXXVI, da Constituição Federal, e frente a doutrina aplicada à espécie, não há de se cogitar em falta de interesse de agir por carência de ação. Ademais, não é necessário o esgotamento das vias administrativas para ingressar com demanda judicial. Por tais argumentos, afasto a preliminar ventilada. Passo ao exame do mérito. IV - Mérito Da documentação que acompanha a inicial, verifico que a pessoa vitimada enquadra-se nas hipóteses legais relativas ao seguro obrigatório, fazendo jus ao recebimento de reparação indenizatória. Indiscutivelmente, foram juntados no feito o boletim de ocorrência evidenciando o evento danoso e o laudo pericial. Certo o direito a indenização, passo a análise de sua fixação. O montante a ser pago a título de indenização por seguro DPVAT deve observar o grau de invalidez previsto na tabela de acidentes pessoais adotada pela legislação vigente. Conforme se infere, a perícia foi realizada de acordo com a Lei nº. 6.194/74 com redação dada pela Medida Provisória nº. 451/2008, convertida em Lei nº. 11.945/2009, que disponibiliza tabela em anexo para auxílio a cálculo de invalidez permanente decorrente de trânsito para fins de seguro obrigatório. Nesta seara, tem-se que o valor estipulado em lei no caso de Seguro DPVAT, com a ocorrência de invalidez permanente, é de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), nos termos do art. 8º, da Lei n. 11.482/07, que alterou os arts. 3o, 4o, 5o e 11 da Lei no 6.194, de 19 de dezembro de 1974. Da análise da tabela de percentuais, constata-se que para o caso de perda anatômica e/ou funcional do ombro o incidente é de 25% (vinte e cinco por cento) do valor máximo da indenização – R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), que resulta a quantia de – R$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais). Considerando que o laudo pericial acostado consigna que o grau da invalidez que acomete a vítima é de 75% (setenta e cinco por cento), cujo percentual deverá ser calculado sobre o montante de R$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais), encontra-se o valor de R$ 2.531,25 (dois mil quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos). Nesse passo, o montante indenizatório a ser pago deve ser atualizado, com incidência dos juros de mora a partir da data da citação (art. 405 do CC) e correção monetária contada a partir do evento danoso. Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão inicial, para condenar a requerida ao pagamento do de R$ 2.531,25 (dois mil quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos), a título de seguro obrigatório, acrescido de juros legais de 1% (um por cento) ao mês a partir da citação inicial e correção monetária pelo índice INPC a partir da data do sinistro (20/11/2018). Condeno ainda a parte requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo em R$ 1.000,00 (mil reais), na forma do artigo 85, § 8º, do CPC/2015. Com o trânsito em julgado e nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá – MT, data registrada no sistema. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1041863-80.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LAURA MARIA BRUCK PEREIRA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SILVA FERREIRA OAB - MT20957-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1041863-80.2018.8.11.0041. AUTOR(A): LAURA MARIA BRUCK PEREIRA RÉU: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT c/c Indenização ajuizada por Laura Maria Bruck Pereira contra Porto Seguro Cia de Seguros Gerais, em que pretende a condenação da reclamada ao

pagamento da importância do valor de R$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), além de indenização por danos morais Para tanto, aduz a parte reclamante que foi vítima de acidente de trânsito ocorrido em 07/08/2018, ocasionando invalidez permanente, portanto, fazendo jus ao pleito indenizatório. Junto à inicial vieram os documentos. A parte requerida apresentou contestação em que alega, em sede de preliminar, a ilegitimidade passiva e a ausência do interesse de agir, que serão analisadas a seguir. No mérito, pugna pela improcedência dos pedidos iniciais por ausência de provas constitutivas do direito pretendido. Realização de avaliação médica (ID 18945830), sendo apresentado laudo pericial, manifestando-se em seguida as partes. Vieram-me os autos conclusos. É o breve relato. Fundamento e decido. Pretende a parte requerente receber da reclamada o valor referente ao seguro DPVAT, sob o argumento de que sofreu um acidente de trânsito na data de 07/08/2018. Passo à análise das preliminares. I - Da legitimidade passiva ad causam da seguradora Com relação a preliminar de ilegitimidade da demandada e inclusão da Seguradora Líder S/A no polo passivo da demanda, não merece guarida a pretensão da parte ré, uma vez que qualquer seguradora pertencente ao consórcio responde pelo pagamento da indenização decorrente do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres. Nesse sentido, eis o aresto jurisprudencial: SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. Sentença `ultra petita¿ quanto ao valor indenizatório, no que merece redução. Pedido de substituição do pólo passivo, com inclusão da Seguradora Líder S.A., desacolhido. De acordo com a redação do art. 5º da Lei nº. 6.194/74, com a redação dada pela Lei n. 11.482/2007, o pagamento da indenização está condicionado apenas à prova do acidente e do dano decorrente. Outrossim, comprovada a invalidez permanente, o valor da indenização deve corresponder a até 13.500,00, porquanto o inciso II do art. 3º da Lei nº. 6.194/74, com a redação dada pela Lei 11.482/07, não faz diferenciação quanto ao grau da invalidez. Verba honorária reduzida. APELAÇÃO PROVIDA EM PARTE. E SENTENÇA REDUZIDA NO VALOR DA INDENIZAÇÃO, POR "ULTRA PETITA¿ NO PONTO. (Apelação Cível Nº 70033155003, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Leo Lima, Julgado em 16/12/2009). Ademais, aplica-se ao caso a responsabilidade solidária. Posto isso, rejeito a preliminar suscitada. II - Da falta de interesse de agir e ausência de comprovação do pedido administrativo Em sede preliminar, a requerida suscitou falta de interesse de agir em face de não esgotamento das vias administrativas e da não comprovação da entrega dos documentos na seara administrativa, o que não merece prosperar. Diante do princípio constitucional de livre acesso ao Poder Judiciário, art. 5º, inc. XXXVI, da Constituição Federal, e frente a doutrina aplicada à espécie, não há de se cogitar em falta de interesse de agir por carência de ação. Ademais, não é necessário o esgotamento das vias administrativas para ingressar com demanda judicial. Por tais argumentos, afasto a preliminar ventilada. Passo à análise do mérito. III – Mérito Da documentação que acompanha a inicial, verifico que a pessoa vitimada enquadra-se nas hipóteses legais relativas ao seguro obrigatório, fazendo jus ao recebimento de reparação indenizatória. Indiscutivelmente, foram juntados no feito o Boletim de Ocorrência evidenciando o evento danoso (ID 16790767) e o laudo pericial (ID 18945830). Certo o direito a indenização, passo a análise de sua fixação. O montante a ser pago a título de indenização por seguro DPVAT deve observar o grau de invalidez previsto na tabela de acidentes pessoais adotada pela legislação vigente. Conforme se infere, a perícia foi realizada de acordo com a Lei nº. 6.194/74 com redação dada pela Medida Provisória nº. 451/2008, convertida em Lei nº. 11.945/2009, que disponibiliza tabela em anexo para auxílio a cálculo de invalidez permanente decorrente de trânsito para fins de seguro obrigatório. Nesta seara, tem-se que o valor estipulado em lei no caso de Seguro DPVAT, com a ocorrência de invalidez permanente, é de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), nos termos do art. 8º, da Lei n. 11.482/07, que alterou os arts. 3o, 4o, 5o e 11 da Lei no 6.194, de 19 de dezembro de 1974. Da análise da tabela de percentuais, constata-se que para o caso de perda completa da mobilidade de um dos OMBROS o percentual incidente é de 25% (vinte e cinco por cento) do valor máximo da indenização – R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), que resulta a quantia de – R$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais). Considerando que o laudo pericial acostado consigna que o grau da invalidez que acomete a vítima em seu ombro esquerdo é de 75% (setenta e cinco por cento), cujo percentual deverá ser calculado sobre o montante de R$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais), encontra-se o valor de R$ 2.531,25 (dois mil quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos). Nesse passo, o montante indenizatório a ser pago deve ser atualizado, com incidência dos juros de mora a partir da data da citação (art. 405 do CC) e correção monetária contada a partir do evento danoso. No que tange aos alegados danos morais sofridos pelo autor ante a não prestação de atendimento pela parte ré para protocolização do pedido administrativo, tenho que não merece prosperar, visto que se trata de mero aborrecimento não indenizável. Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão inicial, para condenar a requerida ao pagamento do importe R$ 2.531,25 (dois mil quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos), a título de seguro obrigatório, acrescido de juros legais de 1% (um por cento) ao mês a partir da citação inicial e correção monetária pelo índice INPC a partir da data do sinistro (07/08/2018). Condeno ainda a parte requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo em R$ 1.000,00 (mil reais), na forma do artigo 85, §§ 2º e 8º, do CPC/2015. Com o trânsito em julgado e nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá – MT, data registrada no sistema. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-37 CAUTELAR INOMINADA
Processo Número: 1024914-78.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
COMERCIAL V L DE VEICULOS E PECAS LTDA - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RICARDO FRANCISCO DIAS DE BARROS OAB - MT18646-O (ADVOGADO(A))
NESTOR FERNANDES FIDELIS OAB - MT6006-O (ADVOGADO(A))
HELOISA PEIXOTO ALMEIDA DE OLIVEIRA OAB - GO49689-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ORTOLAN ASSESSORIA E NEGOCIOS LTDA - ME (REQUERIDO)
ALX CONSULTORIA E NEGOCIOS LTDA (REQUERIDO)
JBF CONSULTORIA TRIBUTARIA LTDA (REQUERIDO)
ALEX MONTANARI ORTOLAN (REQUERIDO)
CLAUDIA MUSSONI ORTOLAN (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RICARDO GOMES DE ALMEIDA OAB - MT5985-O (ADVOGADO(A))
ALINNE SANTOS MALHADO OAB - MT15140-O (ADVOGADO(A))
DANIELE IZAURA DA SILVA CAVALARI REZENDE OAB - MT6057-O (ADVOGADO(A))
JACKSON NICOLA MAIOLINO OAB - MT17147-O (ADVOGADO(A))
CARLOS REZENDE JUNIOR OAB - MT9059-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1024914-78.2018.8.11.0041. REQUERENTE: COMERCIAL V L DE VEICULOS E PECAS LTDA - ME REQUERIDO: ORTOLAN ASSESSORIA E NEGOCIOS LTDA - ME, ALX CONSULTORIA E NEGOCIOS LTDA, JBF CONSULTORIA TRIBUTARIA LTDA, CLAUDIA MUSSONI ORTOLAN, ALEX MONTANARI ORTOLAN Trata-se de Tutela Provisória de Urgência Cautelar em Caráter Antecedente c/c Pedido Liminar movida por Comercial V. L. Veículos e Peças Ltda. contra Ortolan Assessoria e Negócios Ltda. e outros. No caso, vislumbro que as partes se compuseram amigavelmente nos autos. Assim, diante do termo de acordo juntado no ID 27120419, outro caminho não há senão a homologação do acordo pactuado. HOMOLOGO POR SENTENÇA o acordo entabulado entre as partes nos termos dos artigos 487, III, b, do Código de Processo Civil. Por disposição do art. 90, § 3º, do CPC, ficam as partes dispensadas do pagamento das custas processuais remanescentes, se houver. Honorários advocatícios são abrangidos no acordo. Ante o requerimento das partes, mantenham-se os autos suspensos até que haja o integral cumprimento das obrigações pactuadas, nos termos do art. 313, II, do Código de Processo Civil. Certifique-se a Sra. Gestora acerca da vinculação aos autos dos valores provenientes do Precatório Requisitório nº 68999/2015 (nº único: 0068999-03.2015.8.11.0000), e estando vinculados, fica desde já autorizada a expedição dos alvarás na forma requerida na cláusula 01 do ID 27120419. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1008318-19.2018.8.11.0041

Parte(s) Polo Ativo:
ADRIANO FLORINDO MACHADO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SAULO DALTRO MOREIRA SILVA OAB - MT10208-O (ADVOGADO(A))
Lemir Feguri OAB - MT10335-N (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1008318-19.2018.8.11.0041. REQUERENTE: ADRIANO FLORINDO MACHADO REQUERIDO: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS Trata-se de Ação de Cobrança de Juros e Correção Monetária na Indexação do Seguro DPVAT com Pedido de Exibição de Documentos ajuizada por Adriano Florindo Machado contra Porto Seguro Cia de Seguros Gerais, em que pretende a condenação da reclamada ao pagamento do valor de R$ 904,03 (novecentos e quatro reais e três centavos) a título de juros e correção monetária sobre a indenização. Para tanto, aduz a parte reclamante que em 21/11/2016 sofreu um acidente de trânsito, tendo sido realizado o pagamento na via administrativa da indenização no valor de R$ 4.725,00 (quatro mil, setecentos e vinte e cinco reais), sem a incidência de juros e correção monetária. Junto à inicial vieram os documentos. Audiência de conciliação realizada (ID 13378333). A parte requerida apresentou contestação arguindo preliminares de alteração do polo passivo e ausência do interesse de agir por satisfação da indenização na via administrativa, que serão analisadas a seguir. No mérito, pugnou pela improcedência dos pedidos iniciais por já ter sido adimplida a indenização, e por ausência de provas constitutivas do direito pretendido. Impugnação à contestação acostada no ID 13973000. Vieram-me os autos conclusos. É o breve relato. Fundamento e decido. Pretende a parte requerente receber da reclamada o valor referente aos juros e correção monetária não adimplidos pela seguradora quando do pagamento da indenização na via administrativa. Passo a análise das preliminares suscitadas. I - Da legitimidade passiva ad causam da seguradora Com relação a preliminar de ilegitimidade da demandada e inclusão da Seguradora Líder S/A no polo passivo da demanda, não merece guarida a pretensão da parte ré, uma vez que qualquer seguradora pertencente ao consórcio responde pelo pagamento da indenização decorrente do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres. Nesse sentido, eis o aresto jurisprudencial: SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. Sentença `ultra petita¿ quanto ao valor indenizatório, no que merece redução. Pedido de substituição do pólo passivo, com inclusão da Seguradora Líder S.A., desacolhido. De acordo com a redação do art. 5º da Lei nº. 6.194/74, com a redação dada pela Lei n. 11.482/2007, o pagamento da indenização está condicionado apenas à prova do acidente e do dano decorrente. Outrossim, comprovada a invalidez permanente, o valor da indenização deve corresponder a até 13.500,00, porquanto o inciso II do art. 3º da Lei nº. 6.194/74, com a redação dada pela Lei 11.482/07, não faz diferenciação quanto ao grau da invalidez. Verba honorária reduzida. APELAÇÃO PROVIDA EM PARTE. E SENTENÇA REDUZIDA NO VALOR DA INDENIZAÇÃO, POR "ULTRA PETITA¿ NO PONTO. (Apelação Cível Nº 70033155003, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Leo Lima, Julgado em 16/12/2009). Ademais, aplica-se ao caso a responsabilidade solidária. Posto isso, rejeito a preliminar suscitada. II - Da falta de interesse de agir em face do pagamento realizado na seara administrativa Conquanto tenha sido realizado o pagamento em sede administrativa, tal fato por si só não torna a pretensão do autor carecedora das condições da ação por falta de interesse de agir, isso porque a pretensão também insurge sobre a avaliação feita pela seguradora que acarretou o pagamento parcial. Posto isso, rejeito a preliminar suscitada. Passo à análise do mérito. III - Mérito Indiscutível, no caso em tela, o direito à indenização, inclusive já tendo sido realizado o pagamento da quantia de R$ 4.725,00 (quatro mil, setecentos e vinte e cinco reais) na via administrativa, como bem relataram autora e ré. A discussão se assenta sobre a incidência ou não de juros e correção monetária sobre o valor da indenização, mesmo quando efetuado o pagamento na seara administrativa. A legislação aplicável à espécie (Lei nº 6.194/74) fixa o prazo de 30 (trinta) dias, contados da entrega da documentação elencada em lei, para o pagamento da indenização devida. In verbis: Art . 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. § 1o A indenização referida neste artigo será paga com base no valor vigente na época da ocorrência do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liqüidação, no prazo de 30 (trinta) dias da entrega dos seguintes documentos: De acordo com o §7º, do art. 5º, da Lei nº 6.194/74: § 7º Os valores correspondentes às indenizações, na hipótese de não cumprimento do prazo para o pagamento da respectiva obrigação pecuniária, sujeitam-se à correção monetária segundo índice oficial regularmente estabelecido e juros moratórios com base em critérios fixados na regulamentação específica de seguro privado. O Recurso Especial nº 1.483.620/SC, julgado na sistemática dos recursos repetitivos, consolidou a tese que a atualização monetária das indenizações previstas no citado dispositivo incide desde a data do sinistro, julgado este que originou a súmula nº 580 do STJ, verbis: “A correção monetária nas indenizações do seguro DPVAT por morte ou invalidez, prevista no § 7º do art. 5º da Lei n. 6.194/1974, redação dada pela Lei n. 11.482/2007, incide desde a data do evento danoso.” Compulsando detidamente os autos, não é possível concluir o dia em que a parte autora deu entrada no seu processo administrativo, sendo que trazer tal informação documentalmente comprovada era obrigação que incumbia ao próprio autor, o que não fez. O único dado concreto existente nos autos é a data do pagamento, que se deu no dia 04/10/2017, o que torna impossível averiguar se este ocorreu dentro do prazo previsto por lei. Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE a pretensão inicial. Condeno a parte autora ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo em R$ 1.000,00 (mil reais), na forma do artigo 85, §§ 2º e 8º, do CPC/2015. Por ser a parte autora beneficiária da gratuidade da justiça, ficam as obrigações decorrentes de sua sucumbência sob condição suspensiva de exigibilidade e somente poderão ser executadas se, nos 5 (cinco) anos subsequentes ao trânsito em julgado desta sentença, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de hipossuficiência financeira (art. 98, §3º, do CPC). Com o trânsito em julgado e nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá – MT, data registrada no sistema. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1036247-27.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
SONIA REGINA MOREIRA NEVES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SILVA FERREIRA OAB - MT20957-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1036247-27.2018.8.11.0041. AUTOR(A): SONIA REGINA MOREIRA NEVES RÉU: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório DPVAT c/c Pedido de Danos Morais ajuizada por Ronaldo Moreira da Mata representado por sua genitora Sonia Regina Moreira Neves contra Porto Seguro Cia de Seguros Gerais. Aduz a parte reclamante que foi vítima de acidente de trânsito ocorrido em 24/02/2017, ocasionando invalidez permanente, portanto, fazendo jus ao pleito indenizatório. Junto à inicial vieram os documentos. A parte requerida apresentou contestação arguindo preliminares de alteração do polo passivo e ausência do interesse de agir, que serão analisadas a seguir. No mérito, pugnou pela improcedência dos pedidos iniciais por ausência de provas constitutivas do direito pretendido. Impugnação à contestação juntada no ID 17941274. Laudo pericial juntado no ID 24290649, manifestando-se as partes sem seguida. Vieram-me os autos conclusos. É o breve relato. Fundamento e decido. Pretende a parte requerente receber da reclamada o valor referente ao seguro DPVAT, sob o argumento de que sofreu um acidente de trânsito na data de 24/02/2017. Passo a análise das preliminares

suscitadas. I - Da legitimidade passiva ad causam da seguradora Com relação a preliminar de ilegitimidade da demandada e inclusão da Seguradora Líder S/A no polo passivo da demanda, não merece guarida a pretensão da parte ré, uma vez que qualquer seguradora pertencente ao consórcio responde pelo pagamento da indenização decorrente do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres. Nesse sentido, eis o aresto jurisprudencial: SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. Sentença `ultra petita¿ quanto ao valor indenizatório, no que merece redução. Pedido de substituição do pólo passivo, com inclusão da Seguradora Líder S.A., desacolhido. De acordo com a redação do art. 5º da Lei nº. 6.194/74, com a redação dada pela Lei n. 11.482/2007, o pagamento da indenização está condicionado apenas à prova do acidente e do dano decorrente. Outrossim, comprovada a invalidez permanente, o valor da indenização deve corresponder a até 13.500,00, porquanto o inciso II do art. 3º da Lei nº. 6.194/74, com a redação dada pela Lei 11.482/07, não faz diferenciação quanto ao grau da invalidez. Verba honorária reduzida. APELAÇÃO PROVIDA EM PARTE. E SENTENÇA REDUZIDA NO VALOR DA INDENIZAÇÃO, POR "ULTRA PETITA¿ NO PONTO. (Apelação Cível Nº 70033155003, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Leo Lima, Julgado em 16/12/2009). Ademais, aplica-se ao caso a responsabilidade solidária. Posto isso, rejeito a preliminar suscitada. II - Da falta de interesse de agir Em sede preliminar, a requerida suscitou falta de interesse de agir em face de não esgotamento das vias administrativas, o que não merece prosperar. Diante do princípio constitucional de livre acesso ao Poder Judiciário, art. 5º, inc. XXXVI, da Constituição Federal, e frente a doutrina aplicada à espécie, não há de se cogitar em falta de interesse de agir por carência de ação. Ademais, não é necessário o esgotamento das vias administrativas para ingressar com demanda judicial. Por tais argumentos, afasto a preliminar ventilada. Passo à análise do mérito. III - Mérito Da documentação que acompanha a inicial, verifico que a pessoa vitimada enquadra-se nas hipóteses legais relativas ao seguro obrigatório, fazendo jus ao recebimento de reparação indenizatória. Indiscutivelmente, foram juntados no feito o Boletim de Ocorrência evidenciando o evento danoso (ID 16063379) e o laudo pericial (ID 24290649). Certo o direito a indenização, passo a análise de sua fixação. O montante a ser pago a título de indenização por seguro DPVAT deve observar o grau de invalidez previsto na tabela de acidentes pessoais adotada pela legislação vigente. Conforme se infere, a perícia foi realizada de acordo com a Lei nº. 6.194/74 com redação dada pela Medida Provisória nº. 451/2008, convertida em Lei nº. 11.945/2009, que disponibiliza tabela em anexo para auxílio a cálculo de invalidez permanente decorrente de trânsito para fins de seguro obrigatório. Nesta seara, tem-se que o valor estipulado em lei no caso de Seguro DPVAT, com a ocorrência de invalidez permanente, é de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), nos termos do art. 8º, da Lei n. 11.482/07, que alterou os arts. 3o, 4o, 5o e 11 da Lei no 6.194, de 19 de dezembro de 1974. Da análise da tabela de percentuais, constata-se que para o caso de LESÃO NEUROLÓGICA o percentual incidente é de 100% (cem por cento) do valor máximo da indenização – R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), que resulta a quantia de – R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). Considerando que o laudo pericial acostado consigna que o grau da invalidez que acomete a vítima em sua estrutura neurológica é de 75% (setenta e cinco por cento), cujo percentual deverá ser calculado sobre o montante de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), encontra-se o valor de R$ 10.125,00 (dez mil, cento e vinte e cinco reais). Nesse passo, o montante indenizatório a ser pago deve ser atualizado, com incidência dos juros de mora a partir da data da citação (art. 405 do CC) e correção monetária contada a partir do evento danoso. No que tange aos alegados danos morais sofridos pelo autor ante a não prestação de atendimento pela parte ré para protocolização do pedido administrativo, tenho que não merece prosperar, visto que se trata de mero aborrecimento não indenizável. Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão inicial, para condenar a requerida ao pagamento do importe R$ 10.125,00 (dez mil, cento e vinte e cinco reais), a título de seguro obrigatório, acrescido de juros legais de 1% (um por cento) ao mês a partir da citação inicial e correção monetária pelo índice INPC a partir da data do sinistro (24/02/2017). Condeno ainda a parte requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo em R$ 1.000,00 (mil reais), na forma do artigo 85, §§ 2º e 8º, do CPC/2015. Com o trânsito em julgado e nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá – MT, data registrada no sistema. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1004841-51.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JAIR DE ARRUDA RODRIGUES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SAULO DALTRO MOREIRA SILVA OAB - MT10208-O (ADVOGADO(A))
ANABELL CORBELINO SIQUEIRA DALTRO OAB - MT13544-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUIZ HENRIQUE VIEIRA OAB - MT26417-A (ADVOGADO(A))
JACKSON FREIRE JARDIM DOS SANTOS OAB - MT26992-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1004841-51.2019.8.11.0041. REQUERENTE: JAIR DE ARRUDA RODRIGUES REQUERIDO: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT ajuizada por Jair de Arruda Rodrigues contra Porto Seguro Cia de Seguros Gerais, em que pretende a condenação da reclamada ao pagamento da importância do valor de R$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). Para tanto, aduz a parte reclamante que foi vítima de acidente de trânsito ocorrido em 03/10/2018, ocasionando invalidez permanente, portanto, fazendo jus ao pleito indenizatório. Junto à inicial vieram os documentos. A parte requerida apresentou contestação arguindo preliminares de alteração do polo passivo, falta de interesse de agir e comprovante de residência em nome de terceiro, que serão analisadas a seguir. No mérito, pugnou pela improcedência dos pedidos iniciais por ausência de provas constitutivas do direito pretendido. Impugnação à contestação juntada no ID 20459953. Vieram-me os autos conclusos. É o breve relato. Fundamento e decido. Pretende a parte requerente receber da reclamada o valor referente ao seguro DPVAT, sob o argumento de que sofreu um acidente de trânsito na data de 03/10/2018. Passo a análise das preliminares suscitadas. I - Da legitimidade passiva ad causam da seguradora Com relação a preliminar de ilegitimidade da demandada e inclusão da Seguradora Líder S/A no polo passivo da demanda, não merece guarida a pretensão da parte ré, uma vez que qualquer seguradora pertencente ao consórcio responde pelo pagamento da indenização decorrente do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres. Nesse sentido, eis o aresto jurisprudencial: SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. Sentença `ultra petita¿ quanto ao valor indenizatório, no que merece redução. Pedido de substituição do pólo passivo, com inclusão da Seguradora Líder S.A., desacolhido. De acordo com a redação do art. 5º da Lei nº. 6.194/74, com a redação dada pela Lei n. 11.482/2007, o pagamento da indenização está condicionado apenas à prova do acidente e do dano decorrente. Outrossim, comprovada a invalidez permanente, o valor da indenização deve corresponder a até 13.500,00, porquanto o inciso II do art. 3º da Lei nº. 6.194/74, com a redação dada pela Lei 11.482/07, não faz diferenciação quanto ao grau da invalidez. Verba honorária reduzida. APELAÇÃO PROVIDA EM PARTE. E SENTENÇA REDUZIDA NO VALOR DA INDENIZAÇÃO, POR "ULTRA PETITA¿ NO PONTO. (Apelação Cível Nº 70033155003, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Leo Lima, Julgado em 16/12/2009). Ademais, aplica-se ao caso a responsabilidade solidária. Outrossim, a presenta ação já foi proposta contra a Seguradora Líder S/A, motivo pelo qual não há que se falar em correção do polo passivo. Posto isso, rejeito a preliminar suscitada. II - Da falta de interesse de agir e ausência de comprovação da entrega de documentos Em sede preliminar, a requerida suscitou falta de interesse de agir em face de não esgotamento das vias administrativas e da não comprovação da entrega dos documentos na seara administrativa, o que não merece prosperar. Diante do princípio constitucional de livre acesso ao Poder Judiciário, art. 5º, inc. XXXVI, da Constituição Federal, e frente a doutrina aplicada à espécie, não há de se cogitar em falta de interesse de agir por carência de ação. Ademais, não é necessário o esgotamento das vias administrativas para ingressar com demanda judicial. Por tais argumentos, afasto a preliminar ventilada. III - Da ausência de pressuposto de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo Em que

pese o comprovante de endereço esteja em nome de terceiro, esse fato por si só não torna o processo inválido ou irregular, porquanto é comum que a pessoa não possua comprovante de endereço em seu nome, mormente por ser locatário ou residir com algum familiar, de modo que, não havendo nada que prove ao contrário, o documento jungido aos autos referente ao domicílio do requerente goza de veracidade. Por esses motivos, afasto a preliminar ventilada. Passo à análise do mérito. IV - Mérito Pretende a parte autora receber da reclamada o valor referente ao seguro DPVAT, sob o argumento de que sofreu um acidente de trânsito na data de 03/10/2018. Da documentação que acompanha a inicial, tenho que razão não assiste à autora. Isso porque não se realizou a audiência de conciliação pela ausência do autor, que não trouxe qualquer justificativa, o que impossibilitou a realização da avaliação médica pericial. Logo, o autor não faz jus ao recebimento do seguro DPVAT, uma vez que não se desincumbiu do ônus de demonstrar o nexo de causalidade entre as supostas lesões e o alegado acidente de trânsito. Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE a pretensão inicial. Condeno a parte autora ao pagamento das custas e honorários de advogado, que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa, nos termos do artigo 85, § 2º, do Código de Processo Civil. Por ser a parte autora beneficiária da gratuidade da justiça, ficam as obrigações decorrentes de sua sucumbência sob condição suspensiva de exigibilidade e somente poderão ser executadas se, nos 5 (cinco) anos subsequentes ao trânsito em julgado desta sentença, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de hipossuficiência financeira (art. 98, §3º, do CPC). Com o trânsito em julgado e nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá – MT, data registrada no sistema. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1015138-20.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JANAINA SOARES SANTOS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SILVA FERREIRA OAB - MT20957-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1015138-20.2019.8.11.0041. AUTOR(A): JANAINA SOARES SANTOS RÉU: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT ajuizada por SOPHIA SOARES DA SILVA, menor impúbere, neste ato representada por sua genitora JANAINA SOARES SANTOS, contra Porto Seguro Cia de Seguros Gerais, em que pretende a condenação da reclamada ao pagamento da importância do valor de R$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) e danos morais. Para tanto, aduz a parte reclamante que foi vítima de acidente de trânsito ocorrido em 23/03/2019, ocasionando invalidez permanente, portanto, fazendo jus ao pleito indenizatório. Junto à inicial vieram os documentos. A parte requerida apresentou contestação arguindo as preliminares de ilegitimidade passiva; necessidade de adequação do valor da causa; falta de interesse de agir por ausência do requerimento administrativo. No mérito, pugnou pela improcedência dos pedidos iniciais por ausência de provas constitutivas do direito pretendido. Realização de avaliação médica (ID n. 24283606), sendo apresentado laudo pericial, manifestando-se em seguida as partes. Vieram-me os autos conclusos. É o breve relato. Fundamento e decido. Pretende a parte requerente receber da reclamada o valor referente ao seguro DPVAT, sob o argumento de que sofreu um acidente de trânsito na data de 23/03/2019. Passo a análise das preliminares suscitadas. I- Da legitimidade passiva ad causam da seguradora Com relação a preliminar de ilegitimidade da demandada verifico que não merece guarida, uma vez que qualquer seguradora pertencente ao consórcio responde pelo pagamento da indenização decorrente do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres. Nesse sentido, eis o aresto jurisprudencial: SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. Sentença `ultra petita¿ quanto ao valor indenizatório, no que merece redução. Pedido de substituição do pólo passivo, com inclusão da Seguradora Líder S.A., desacolhido. De acordo com a redação do art. 5º da Lei nº. 6.194/74, com a redação dada pela Lei n. 11.482/2007, o pagamento da indenização está condicionado apenas à prova do acidente e do dano decorrente. Outrossim, comprovada a invalidez permanente, o valor da indenização deve corresponder a até 13.500,00, porquanto o inciso II do art. 3º da Lei nº. 6.194/74, com a redação dada pela Lei 11.482/07, não faz diferenciação quanto ao grau da invalidez. Verba honorária reduzida. APELAÇÃO PROVIDA EM PARTE. E SENTENÇA REDUZIDA NO VALOR DA INDENIZAÇÃO, POR "ULTRA PETITA¿ NO PONTO. (Apelação Cível Nº 70033155003, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Leo Lima, Julgado em 16/12/2009). Ademais, aplica-se ao caso a responsabilidade solidária. Posto isso, rejeito a preliminar suscitada. II – Da falta de interesse de agir Em sede preliminar, a requerida suscitou falta de interesse de agir em face de não esgotamento das vias administrativas, o que não merece prosperar. Diante do princípio constitucional de livre acesso ao Poder Judiciário, art. 5º, inc. XXXVI, da Constituição Federal, e frente a doutrina aplicada à espécie, não há de se cogitar em falta de interesse de agir por carência de ação. Ademais, não é necessário o esgotamento das vias administrativas para ingressar com demanda judicial. Por tais argumentos, afasto a preliminar ventilada. III – Da necessidade de adequação do valor da causa; Acerca da preliminar de adequação do valor da causa esta não merece prosperar, uma vez que a aferição do grau do dano ocorre com inequívoca certeza das partes no momento da perícia. Dessa forma tenho que o valor atribuído a causa não comporta correção, razão pela qual rejeito a preliminar mencionada. Passo a análise do mérito. IV – Mérito Da documentação que acompanha a inicial, verifico que a pessoa vitimada enquadra-se nas hipóteses legais relativas ao seguro obrigatório, fazendo jus ao recebimento de reparação indenizatória. Indiscutivelmente, foram juntados no feito o boletim de ocorrência evidenciando o evento danoso e o laudo pericial. Certo o direito a indenização, passo a análise de sua fixação. O montante a ser pago a título de indenização por seguro DPVAT deve observar o grau de invalidez previsto na tabela de acidentes pessoais adotada pela legislação vigente. Conforme se infere, a perícia foi realizada de acordo com a Lei nº. 6.194/74 com redação dada pela Medida Provisória nº. 451/2008, convertida em Lei nº. 11.945/2009, que disponibiliza tabela em anexo para auxílio a cálculo de invalidez permanente decorrente de trânsito para fins de seguro obrigatório. Nesta seara, tem-se que o valor estipulado em lei no caso de Seguro DPVAT, com a ocorrência de invalidez permanente, é de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), nos termos do art. 8º, da Lei n. 11.482/07, que alterou os arts. 3o, 4o, 5o e 11 da Lei no 6.194, de 19 de dezembro de 1974. Da análise da tabela de percentuais, constata-se que para o caso de perda anatômica e/ou funcional do ombro o percentual incidente é de 25% (vinte e cinco por cento) do valor máximo da indenização – R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), que resulta a quantia de – R$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais). Considerando que o laudo pericial acostado consigna que o grau da invalidez que acomete a vítima é de 25% (vinte e cinco por cento), cujo percentual deverá ser calculado sobre o montante de R$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais), encontra-se o valor de R$ 843,50 (oitocentos e quarenta e três reais e cinquenta centavos). Nesse passo, o montante indenizatório a ser pago deve ser atualizado, com incidência dos juros de mora a partir da data da citação (art. 405 do CC) e correção monetária contada a partir do evento danoso. No que tange aos alegados danos morais sofridos pelo autor ante a não prestação de atendimento pela parte ré para protocolização do pedido administrativo, tenho que não merece prosperar, visto que se trata de mero aborrecimento não indenizável. Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão inicial, para condenar a requerida ao pagamento de R$ 843,50 (oitocentos e quarenta e três reais e cinquenta centavos), a título de seguro obrigatório, acrescido de juros legais de 1% (um por cento) ao mês a partir da citação inicial e correção monetária pelo índice INPC a partir da data do sinistro (23/03/2019). Condeno ainda a parte requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo em R$ 1.000,00 (mil reais), na forma do artigo 85, §§ 2º e 8º, do CPC/2015. Com o trânsito em julgado e nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1023317-40.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ADEMIR EVANGELISTA DE MOURA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:

MANUELA KRUEGER OAB - MT17902-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1023317-40.2019.8.11.0041. AUTOR(A): ADEMIR EVANGELISTA DE MOURA RÉU: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT ajuizada Ademir Evangelista de Moura contra Porto Seguro Cia de Seguros Gerais, em que pretende a condenação da reclamada ao pagamento da importância do valor de R$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). Para tanto, aduz a parte reclamante que foi vítima de acidente de trânsito ocorrido em 20/02/2018, ocasionando invalidez permanente, portanto, fazendo jus ao pleito indenizatório. Junto à inicial vieram os documentos. A parte requerida apresentou contestação arguindo preliminares de alteração do polo passivo, adequação do valor da causa e ausência de requerimento administrativo, que serão analisadas a seguir. No mérito, pugnou pela improcedência dos pedidos iniciais ante a ausência de prova da real ocorrência do dano e do nexo causal. Realização de avaliação médica (ID 25286611), sendo apresentado laudo pericial, manifestando-se em seguida as partes. Impugnação à contestação juntada no ID 25799171. Vieram-me os autos conclusos. É o breve relato. Fundamento e decido. Pretende a parte requerente receber da reclamada o valor referente ao seguro DPVAT, sob o argumento de que sofreu um acidente de trânsito na data de 20/02/2018. Passo a análise das preliminares suscitadas. I - Da legitimidade passiva ad causam da seguradora Com relação a preliminar de ilegitimidade da demandada e inclusão da Seguradora Líder S/A no polo passivo da demanda, não merece guarida a pretensão da parte ré, uma vez que qualquer seguradora pertencente ao consórcio responde pelo pagamento da indenização decorrente do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres. Nesse sentido, eis o aresto jurisprudencial: SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. Sentença `ultra petita¿ quanto ao valor indenizatório, no que merece redução. Pedido de substituição do pólo passivo, com inclusão da Seguradora Líder S.A., desacolhido. De acordo com a redação do art. 5º da Lei nº. 6.194/74, com a redação dada pela Lei n. 11.482/2007, o pagamento da indenização está condicionado apenas à prova do acidente e do dano decorrente. Outrossim, comprovada a invalidez permanente, o valor da indenização deve corresponder a até 13.500,00, porquanto o inciso II do art. 3º da Lei nº. 6.194/74, com a redação dada pela Lei 11.482/07, não faz diferenciação quanto ao grau da invalidez. Verba honorária reduzida. APELAÇÃO PROVIDA EM PARTE. E SENTENÇA REDUZIDA NO VALOR DA INDENIZAÇÃO, POR "ULTRA PETITA¿ NO PONTO. (Apelação Cível Nº 70033155003, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Leo Lima, Julgado em 16/12/2009). Ademais, aplica-se ao caso a responsabilidade solidária. Posto isso, rejeito a preliminar suscitada. II – Da adequação do valor da causa A parte ré arguiu a preliminar de adequação do valor da causa, contudo esta não deve prosperar. Sabe-se que o valor da indenização somente será fixado após a realização da perícia médica que define o grau da lesão sofrida pela parte, sendo impossível saber a extensão do dano para a correta aferição do valor pretendido em sede de indenização. Assim, afasto a preliminar suscitada. III - Da falta de interesse de agir e ausência de comprovação da entrega de documentos Em sede preliminar, a requerida suscitou falta de interesse de agir em face de não esgotamento das vias administrativas e da não comprovação da entrega dos documentos na seara administrativa, o que não merece prosperar. Diante do princípio constitucional de livre acesso ao Poder Judiciário, art. 5º, inc. XXXVI, da Constituição Federal, e frente a doutrina aplicada à espécie, não há de se cogitar em falta de interesse de agir por carência de ação. Ademais, não é necessário o esgotamento das vias administrativas para ingressar com demanda judicial. Por tais argumentos, afasto a preliminar ventilada. Passo à análise do mérito. IV - Mérito Da documentação que acompanha a inicial, verifico que a pessoa vitimada enquadra-se nas hipóteses legais relativas ao seguro obrigatório, fazendo jus ao recebimento de reparação indenizatória. Indiscutivelmente, foram juntados no feito o Boletim de Ocorrência evidenciando o evento danoso (ID 20549608) e o laudo pericial (ID 25286611). Certo o direito a indenização, passo a análise de sua fixação. O montante a ser pago a título de indenização por seguro DPVAT deve observar o grau de invalidez previsto na tabela de acidentes pessoais adotada pela legislação vigente. Conforme se infere, a perícia foi realizada de acordo com a Lei nº. 6.194/74 com redação dada pela Medida Provisória nº. 451/2008, convertida em Lei nº. 11.945/2009, que disponibiliza tabela em anexo para auxílio a cálculo de invalidez permanente decorrente de trânsito para fins de seguro obrigatório. Nesta seara, tem-se que o valor estipulado em lei no caso de Seguro DPVAT, com a ocorrência de invalidez permanente, é de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), nos termos do art. 8º, da Lei n. 11.482/07, que alterou os arts. 3o, 4o, 5o e 11 da Lei no 6.194, de 19 de dezembro de 1974. Da análise da tabela de percentuais, constata-se que para o caso de perda completa da mobilidade de um dos PUNHOS o percentual incidente é de 25% (vinte e cinco por cento) do valor máximo da indenização – R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), que resulta a quantia de – R$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais). Considerando que o laudo pericial acostado consigna que o grau da invalidez que acomete a vítima em seu punho esquerdo é de 75% (cinquenta por cento), cujo percentual deverá ser calculado sobre o montante de R$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais), encontra-se o valor de R$ 2.531,25 (dois mil quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos). Nesse passo, o montante indenizatório a ser pago deve ser atualizado, com incidência dos juros de mora a partir da data da citação (art. 405 do CC) e correção monetária contada a partir do evento danoso. Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão inicial, para condenar a requerida ao pagamento do importe R$ 2.531,25 (dois mil quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos), a título de seguro obrigatório, acrescido de juros legais de 1% (um por cento) ao mês a partir da citação inicial e correção monetária pelo índice INPC a partir da data do sinistro (20/02/2018). Condeno ainda a parte requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo em R$ 1.000,00 (mil reais), na forma do artigo 85, §§ 2º e 8º, do CPC/2015. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá – MT, data registrada no sistema. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1042249-13.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
HEMERSON GONCALVES GOMES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SILVA FERREIRA OAB - MT20957-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1042249-13.2018.8.11.0041. AUTOR(A): HEMERSON GONCALVES GOMES RÉU: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT c/c Danos Morais ajuizada por Hemerson Gonçalves Gomes contra Porto Seguro Cia de Seguros Gerais, em que pretende a condenação da reclamada ao pagamento da importância do valor de R$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). Para tanto, aduz a parte reclamante que foi vítima de acidente de trânsito ocorrido em 16/10/2018, ocasionando invalidez permanente, portanto, fazendo jus ao pleito indenizatório. Junto à inicial vieram os documentos. Realização de avaliação médica (ID 18946670), sendo apresentado laudo pericial, manifestando-se em seguida as partes. A parte requerida apresentou contestação arguindo preliminares de alteração do polo passivo e ausência do interesse de agir, que serão analisadas a seguir. No mérito, pugnou pela improcedência dos pedidos iniciais por ausência de provas constitutivas do direito pretendido. Vieram-me os autos conclusos. É o breve relato. Fundamento e decido. Pretende a parte requerente receber da reclamada o valor referente ao seguro DPVAT, sob o argumento de que sofreu um acidente de trânsito na data de 16/10/2018. Passo a análise das preliminares suscitadas. I - Da legitimidade passiva ad causam da seguradora Com relação a preliminar de ilegitimidade da demandada e inclusão da Seguradora Líder S/A no polo passivo da demanda, não merece guarida a pretensão da parte ré, uma

vez que qualquer seguradora pertencente ao consórcio responde pelo pagamento da indenização decorrente do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres. Nesse sentido, eis o aresto jurisprudencial: SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. Sentença `ultra petita¿ quanto ao valor indenizatório, no que merece redução. Pedido de substituição do pólo passivo, com inclusão da Seguradora Líder S.A., desacolhido. De acordo com a redação do art. 5º da Lei nº. 6.194/74, com a redação dada pela Lei n. 11.482/2007, o pagamento da indenização está condicionado apenas à prova do acidente e do dano decorrente. Outrossim, comprovada a invalidez permanente, o valor da indenização deve corresponder a até 13.500,00, porquanto o inciso II do art. 3º da Lei nº. 6.194/74, com a redação dada pela Lei 11.482/07, não faz diferenciação quanto ao grau da invalidez. Verba honorária reduzida. APELAÇÃO PROVIDA EM PARTE. E SENTENÇA REDUZIDA NO VALOR DA INDENIZAÇÃO, POR "ULTRA PETITA¿ NO PONTO. (Apelação Cível Nº 70033155003, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Leo Lima, Julgado em 16/12/2009). Ademais, aplica-se ao caso a responsabilidade solidária. Posto isso, rejeito a preliminar suscitada. II - Da falta de interesse de agir Em sede preliminar, a requerida suscitou falta de interesse de agir em face de não esgotamento das vias administrativas e da não comprovação da entrega dos documentos na seara administrativa, o que não merece prosperar. Diante do princípio constitucional de livre acesso ao Poder Judiciário, art. 5º, inc. XXXVI, da Constituição Federal, e frente a doutrina aplicada à espécie, não há de se cogitar em falta de interesse de agir por carência de ação. Ademais, não é necessário o esgotamento das vias administrativas para ingressar com demanda judicial. Por tais argumentos, afasto a preliminar ventilada. Passo à análise do mérito. III - Mérito Da documentação que acompanha a inicial, verifico que a pessoa vitimada enquadra-se nas hipóteses legais relativas ao seguro obrigatório, fazendo jus ao recebimento de reparação indenizatória. Indiscutivelmente, foram juntados no feito o Boletim de Ocorrência evidenciando o evento danoso (ID 16846285) e o laudo pericial (ID 18946670). Certo o direito a indenização, passo a análise de sua fixação. O montante a ser pago a título de indenização por seguro DPVAT deve observar o grau de invalidez previsto na tabela de acidentes pessoais adotada pela legislação vigente. Conforme se infere, a perícia foi realizada de acordo com a Lei nº. 6.194/74 com redação dada pela Medida Provisória nº. 451/2008, convertida em Lei nº. 11.945/2009, que disponibiliza tabela em anexo para auxílio a cálculo de invalidez permanente decorrente de trânsito para fins de seguro obrigatório. Nesta seara, tem-se que o valor estipulado em lei no caso de Seguro DPVAT, com a ocorrência de invalidez permanente, é de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), nos termos do art. 8º, da Lei n. 11.482/07, que alterou os arts. 3o, 4o, 5o e 11 da Lei no 6.194, de 19 de dezembro de 1974. Da análise da tabela de percentuais, constata-se que para o caso de perda anatômica e/ou funcional de um dos MEMBROS SUPERIORES o percentual incidente é de 70% (setenta por cento) do valor máximo da indenização – R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), que resulta a quantia de – R$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais). Considerando que o laudo pericial acostado consigna que o grau da invalidez que acomete a vítima em seu membro superior direito é de 25% (vinte e cinco por cento), cujo percentual deverá ser calculado sobre o montante de R$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais), encontra-se o valor de R$ 2.362,50 (dois mil, trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos). Nesse passo, o montante indenizatório a ser pago deve ser atualizado, com incidência dos juros de mora a partir da data da citação (art. 405 do CC) e correção monetária contada a partir do evento danoso. No que tange aos alegados danos morais sofridos pelo autor ante a não prestação de atendimento pela parte ré para protocolização do pedido administrativo, tenho que não merece prosperar, visto que se trata de mero aborrecimento não indenizável. Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão inicial, para condenar a requerida ao pagamento do importe R$ 2.362,50 (dois mil, trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), a título de seguro obrigatório, acrescido de juros legais de 1% (um por cento) ao mês a partir da citação inicial e correção monetária pelo índice INPC a partir da data do sinistro (16/10/2018). Condeno ainda a parte requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo em R$ 1.000,00 (mil reais), na forma do artigo 85, §§ 2º e 8º, do CPC/2015. Com o trânsito em julgado e nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá – MT, data registrada no sistema. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-51 PROCEDIMENTO SUMÁRIO
Processo Número: 1006299-06.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LUIZ CARLOS MORAIS DE SOUZA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ARY NORBERTO DA SILVA OAB - MT11408-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (REPRESENTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1006299-06.2019.8.11.0041. AUTOR(A): LUIZ CARLOS MORAIS DE SOUZA REPRESENTADO: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT ajuizada por Luiz Carlos Moraes de Souza contra Porto Seguro Cia de Seguros Gerais, em que pretende a condenação da reclamada ao pagamento da importância do valor de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). Para tanto, aduz a parte reclamante que foi vítima de acidente de trânsito ocorrido em 12/09/2018, ocasionando invalidez permanente, portanto, fazendo jus ao pleito indenizatório. Junto à inicial vieram os documentos. A parte requerida apresentou contestação arguindo a preliminar de ilegitimidade passiva e falta de interesse de agir. No mérito, pugnou pela improcedência dos pedidos iniciais por ausência de provas constitutivas do direito pretendido. Realização de avaliação médica (ID n. 21149713), sendo apresentado laudo pericial, manifestando-se em seguida as partes. Vieram-me os autos conclusos. É o breve relato. Fundamento e decido. Pretende a parte requerente receber da reclamada o valor referente ao seguro DPVAT, sob o argumento de que sofreu um acidente de trânsito na data de 12/09/2018. Passo a análise das preliminares suscitadas. I- Da legitimidade passiva ad causam da seguradora Com relação a preliminar de ilegitimidade da demandada verifico que não merece guarida, uma vez que qualquer seguradora pertencente ao consórcio responde pelo pagamento da indenização decorrente do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres. Nesse sentido, eis o aresto jurisprudencial: SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. Sentença `ultra petita¿ quanto ao valor indenizatório, no que merece redução. Pedido de substituição do pólo passivo, com inclusão da Seguradora Líder S.A., desacolhido. De acordo com a redação do art. 5º da Lei nº. 6.194/74, com a redação dada pela Lei n. 11.482/2007, o pagamento da indenização está condicionado apenas à prova do acidente e do dano decorrente. Outrossim, comprovada a invalidez permanente, o valor da indenização deve corresponder a até 13.500,00, porquanto o inciso II do art. 3º da Lei nº. 6.194/74, com a redação dada pela Lei 11.482/07, não faz diferenciação quanto ao grau da invalidez. Verba honorária reduzida. APELAÇÃO PROVIDA EM PARTE. E SENTENÇA REDUZIDA NO VALOR DA INDENIZAÇÃO, POR "ULTRA PETITA¿ NO PONTO. (Apelação Cível Nº 70033155003, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Leo Lima, Julgado em 16/12/2009). Ademais, aplica-se ao caso a responsabilidade solidária. Posto isso, rejeito a preliminar suscitada. II – Da falta de interesse de agir Em sede preliminar, a requerida suscitou falta de interesse de agir em face de não esgotamento das vias administrativas, o que não merece prosperar. Diante do princípio constitucional de livre acesso ao Poder Judiciário, art. 5º, inc. XXXVI, da Constituição Federal, e frente a doutrina aplicada à espécie, não há de se cogitar em falta de interesse de agir por carência de ação. Ademais, não é necessário o esgotamento das vias administrativas para ingressar com demanda judicial. Por tais argumentos, afasto a preliminar ventilada. III – Mérito Da documentação que acompanha a inicial, verifico que a pessoa vitimada enquadra-se nas hipóteses legais relativas ao seguro obrigatório, fazendo jus ao recebimento de reparação indenizatória. Indiscutivelmente, foram juntados no feito o boletim de ocorrência evidenciando o evento danoso e o laudo pericial. Certo o direito a indenização, passo a análise de sua fixação. O montante a ser pago a título de indenização por seguro DPVAT deve observar o grau de invalidez previsto na tabela de acidentes pessoais adotada pela legislação vigente. Conforme se infere, a perícia foi realizada de acordo com a Lei nº.

6.194/74 com redação dada pela Medida Provisória nº. 451/2008, convertida em Lei nº. 11.945/2009, que disponibiliza tabela em anexo para auxílio a cálculo de invalidez permanente decorrente de trânsito para fins de seguro obrigatório. Nesta seara, tem-se que o valor estipulado em lei no caso de Seguro DPVAT, com a ocorrência de invalidez permanente, é de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), nos termos do art. 8º, da Lei n. 11.482/07, que alterou os arts. 3o, 4o, 5o e 11 da Lei no 6.194, de 19 de dezembro de 1974. Da análise da tabela de percentuais, constata-se que para o caso de perda anatômica e/ou funcional do joelho o percentual incidente é de 25% (vinte e cinco por cento) do valor máximo da indenização – R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), que resulta a quantia de – R$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais). Considerando que o laudo pericial acostado consigna que o grau da invalidez que acomete a vítima é de 25% (vinte e cinco por cento), cujo percentual deverá ser calculado sobre o montante de R$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais), encontra-se o valor de R$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos). Nesse passo, o montante indenizatório a ser pago deve ser atualizado, com incidência dos juros de mora a partir da data da citação (art. 405 do CC) e correção monetária contada a partir do evento danoso. Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão inicial, para condenar a requerida ao pagamento de R$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos), a título de seguro obrigatório, acrescido de juros legais de 1% (um por cento) ao mês a partir da citação inicial e correção monetária pelo índice INPC a partir da data do sinistro (12/09/2018). Condeno ainda a parte requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo em R$ 1.000,00 (mil reais), na forma do artigo 85, §§ 2º e 8º, do CPC/2015. Com o trânsito em julgado e nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-51 PROCEDIMENTO SUMÁRIO
Processo Número: 1012991-21.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
PYTERSOM LUIS JESUS DE OLIVEIRA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ARY NORBERTO DA SILVA OAB - MT11408-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1012991-21.2019.8.11.0041. AUTOR(A): PYTERSOM LUIS JESUS DE OLIVEIRA RÉU: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT ajuizada por Pyterson Luiz Jesus de Oliveira contra Porto Seguro Cia de Seguros Gerais, em que pretende a condenação da reclamada ao pagamento da importância do valor de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). Para tanto, aduz a parte reclamante que foi vítima de acidente de trânsito ocorrido em 12/10/2018, ocasionando invalidez permanente, portanto, fazendo jus ao pleito indenizatório. Junto à inicial vieram os documentos. A parte requerida apresentou contestação arguindo a preliminar de ilegitimidade passiva, falta de interesse de agir e carência da ação – boletim de ocorrência sem validade. No mérito, pugnou pela improcedência dos pedidos iniciais por ausência de provas constitutivas do direito pretendido. Realização de avaliação médica (ID n. 22969341), sendo apresentado laudo pericial, manifestando-se em seguida as partes. Vieram-me os autos conclusos. É o breve relato. Fundamento e decido. Pretende a parte requerente receber da reclamada o valor referente ao seguro DPVAT, sob o argumento de que sofreu um acidente de trânsito na data de 12/10/2018. Passo a análise das preliminares suscitadas. I- Da legitimidade passiva ad causam da seguradora Com relação a preliminar de ilegitimidade da demandada verifico que não merece guarida, uma vez que qualquer seguradora pertencente ao consórcio responde pelo pagamento da indenização decorrente do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres. Nesse sentido, eis o aresto jurisprudencial: SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. Sentença `ultra petita¿ quanto ao valor indenizatório, no que merece redução. Pedido de substituição do pólo passivo, com inclusão da Seguradora Líder S.A., desacolhido. De acordo com a redação do art. 5º da Lei nº. 6.194/74, com a redação dada pela Lei n. 11.482/2007, o pagamento da indenização está condicionado apenas à prova do acidente e do dano decorrente. Outrossim, comprovada a invalidez permanente, o valor da indenização deve corresponder a até 13.500,00, porquanto o inciso II do art. 3º da Lei nº. 6.194/74, com a redação dada pela Lei 11.482/07, não faz diferenciação quanto ao grau da invalidez. Verba honorária reduzida. APELAÇÃO PROVIDA EM PARTE. E SENTENÇA REDUZIDA NO VALOR DA INDENIZAÇÃO, POR "ULTRA PETITA¿ NO PONTO. (Apelação Cível Nº 70033155003, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Leo Lima, Julgado em 16/12/2009). Ademais, aplica-se ao caso a responsabilidade solidária. Posto isso, rejeito a preliminar suscitada. II – Da falta de interesse de agir Em sede preliminar, a requerida suscitou falta de interesse de agir em face de não esgotamento das vias administrativas, o que não merece prosperar. Diante do princípio constitucional de livre acesso ao Poder Judiciário, art. 5º, inc. XXXVI, da Constituição Federal, e frente a doutrina aplicada à espécie, não há de se cogitar em falta de interesse de agir por carência de ação. Ademais, não é necessário o esgotamento das vias administrativas para ingressar com demanda judicial. Por tais argumentos, afasto a preliminar ventilada. III – Carência de Ação – Boletim de Ocorrência sem validade No que tange à preliminar arguida referente a invalidade do Boletim de Ocorrência acostado nos autos, temos que como todo e qualquer documento público, o boletim goza de presunção de veracidade e legitimidade. Destarte, compete à parte requerida desconstituir tal presunção, mediante prova cabal, e não o fazendo, não se desincumbiu com o ônus que lhe tocava (art. 373, II, CPC). Demais disso, corroborando as declarações do boletim de ocorrência, tem-se a ficha de atendimento médico que relata ter sido determinada pessoa vítima de acidente de trânsito, sendo documentos suficientes para comprovar o nexo de causalidade entre o acidente e a lesão. Outrossim, a Lei 6.194/74 não estabelece a obrigatoriedade de juntada do Boletim de Ocorrência, prescrevendo apenas que a indenização será paga mediante a exibição de prova do acidente e do dano decorrente. Desta forma, afasto a preliminar supra. IV – Mérito Da documentação que acompanha a inicial, verifico que a pessoa vitimada enquadra-se nas hipóteses legais relativas ao seguro obrigatório, fazendo jus ao recebimento de reparação indenizatória. Indiscutivelmente, foram juntados no feito o boletim de ocorrência evidenciando o evento danoso e o laudo pericial. Certo o direito a indenização, passo a análise de sua fixação. O montante a ser pago a título de indenização por seguro DPVAT deve observar o grau de invalidez previsto na tabela de acidentes pessoais adotada pela legislação vigente. Conforme se infere, a perícia foi realizada de acordo com a Lei nº. 6.194/74 com redação dada pela Medida Provisória nº. 451/2008, convertida em Lei nº. 11.945/2009, que disponibiliza tabela em anexo para auxílio a cálculo de invalidez permanente decorrente de trânsito para fins de seguro obrigatório. Nesta seara, tem-se que o valor estipulado em lei no caso de Seguro DPVAT, com a ocorrência de invalidez permanente, é de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), nos termos do art. 8º, da Lei n. 11.482/07, que alterou os arts. 3o, 4o, 5o e 11 da Lei no 6.194, de 19 de dezembro de 1974. Da análise da tabela de percentuais, constata-se que para o caso de perda anatômica e/ou funcional do joelho o percentual incidente é de 25% (vinte e cinco por cento) do valor máximo da indenização – R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), que resulta a quantia de – R$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais). Considerando que o laudo pericial acostado consigna que o grau da invalidez que acomete a vítima é de 75% (setenta e cinco por cento), cujo percentual deverá ser calculado sobre o montante de R$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais), encontra-se o valor de R$ 2.531,25 (dois mil quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos). Nesse passo, o montante indenizatório a ser pago deve ser atualizado, com incidência dos juros de mora a partir da data da citação (art. 405 do CC) e correção monetária contada a partir do evento danoso. Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão inicial, para condenar a requerida ao pagamento de R$ 2.531,25 (dois mil quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos), a título de seguro obrigatório, acrescido de juros legais de 1% (um por cento) ao mês a partir da citação inicial e correção monetária pelo índice INPC a partir da data do sinistro (12/10/2018). Condeno ainda a parte requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo em R$ 1.000,00 (mil reais), na forma do artigo 85, §§ 2º e 8º, do CPC/2015. Com o trânsito em julgado e nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1025923-75.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ANTONIO VALCIR BARROS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Lemir Feguri OAB - MT10335-N (ADVOGADO(A))
SAULO DALTRO MOREIRA SILVA OAB - MT10208-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1025923-75.2018.8.11.0041. REQUERENTE: ANTONIO VALCIR BARROS REQUERIDO: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS Trata-se de Ação de Cobrança de Juros e Correção Monetária na Indenização do Seguro DPVAT com Pedido de Exibição de Documentos ajuizada por Antonio Valcir Barros contra Porto Seguro Cia de Seguros Gerais, em que pretende a condenação da reclamada ao pagamento do valor de R$ 2.942,12 (dois mil, novecentos e quarenta e dois reais e doze centavos) a título de juros e correção monetária sobre a indenização. Para tanto, aduz a parte reclamante que em 14/01/2017 sofreu um acidente de trânsito, ocasionando incapacidade permanente, tendo sido realizado o pagamento na via administrativa da indenização no valor de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), sem a incidência de juros e correção monetária. Junto à inicial vieram os documentos. Audiência de conciliação realizada no ID 16761145. A parte requerida apresentou contestação arguindo preliminar de alteração do polo passivo, que será analisada a seguir. No mérito, pugnou pela improcedência dos pedidos iniciais por já ter sido adimplida a indenização, e por ausência de provas constitutivas do direito pretendido. Impugnação à contestação acostada no ID 17848907. Vieram-me os autos conclusos. É o breve relato. Fundamento e decido. Pretende a parte requerente receber da reclamada o valor referente aos juros e correção monetária não adimplidos pela seguradora quando do pagamento da indenização na via administrativa. Passo a análise das preliminares suscitadas. I - Da legitimidade passiva ad causam da seguradora Com relação a preliminar de ilegitimidade da demandada e inclusão da Seguradora Líder S/A no polo passivo da demanda, não merece guarida a pretensão da parte ré, uma vez que qualquer seguradora pertencente ao consórcio responde pelo pagamento da indenização decorrente do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres. Nesse sentido, eis o aresto jurisprudencial: SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. Sentença `ultra petita¿ quanto ao valor indenizatório, no que merece redução. Pedido de substituição do pólo passivo, com inclusão da Seguradora Líder S.A., desacolhido. De acordo com a redação do art. 5º da Lei nº. 6.194/74, com a redação dada pela Lei n. 11.482/2007, o pagamento da indenização está condicionado apenas à prova do acidente e do dano decorrente. Outrossim, comprovada a invalidez permanente, o valor da indenização deve corresponder a até 13.500,00, porquanto o inciso II do art. 3º da Lei nº. 6.194/74, com a redação dada pela Lei 11.482/07, não faz diferenciação quanto ao grau da invalidez. Verba honorária reduzida. APELAÇÃO PROVIDA EM PARTE. E SENTENÇA REDUZIDA NO VALOR DA INDENIZAÇÃO, POR "ULTRA PETITA¿ NO PONTO. (Apelação Cível Nº 70033155003, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Leo Lima, Julgado em 16/12/2009). Ademais, aplica-se ao caso a responsabilidade solidária. Posto isso, rejeito a preliminar suscitada. Passo à análise do mérito. II - Mérito Indiscutível, no caso em tela, o direito à indenização, inclusive já tendo sido realizado o pagamento da quantia de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) na via administrativa, como bem relataram autora e ré. A discussão se assenta sobre a incidência ou não de juros e correção monetária sobre o valor da indenização, mesmo quando efetuado o pagamento na seara administrativa. A legislação aplicável à espécie (Lei nº 6.194/74) fixa o prazo de 30 (trinta) dias, contados da entrega da documentação elencada em lei, para o pagamento da indenização devida. In verbis: Art . 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. § 1o A indenização referida neste artigo será paga com base no valor vigente na época da ocorrência do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liqüidação, no prazo de 30 (trinta) dias da entrega dos seguintes documentos: De acordo com o §7º, do art. 5º, da Lei nº 6.194/74: § 7º Os valores correspondentes às indenizações, na hipótese de não cumprimento do prazo para o pagamento da respectiva obrigação pecuniária, sujeitam-se à correção monetária segundo índice oficial regularmente estabelecido e juros moratórios com base em critérios fixados na regulamentação específica de seguro privado. O Recurso Especial nº 1.483.620/SC, julgado na sistemática dos recursos repetitivos, consolidou a tese que a atualização monetária das indenizações previstas no citado dispositivo incide desde a data do sinistro, julgado este que originou a súmula nº 580 do STJ, verbis: “A correção monetária nas indenizações do seguro DPVAT por morte ou invalidez, prevista no § 7º do art. 5º da Lei n. 6.194/1974, redação dada pela Lei n. 11.482/2007, incide desde a data do evento danoso.” Compulsando detidamente os autos, verifico que é possível afirmar que o autor deu entrada no procedimento administrativo no dia 07/04/2017, conforme se extrai dos documentos juntados pela parte ré no ID 16839545. Sem que houvesse alguma justificativa plausível, ou mesmo prova do alegado, a seguradora afirma ter encaminhado uma carta ao autor informando que o prazo regulamentar para o pagamento seria interrompido (ID 16839126). O pagamento, por sua vez, ocorreu em 17/05/2017, portanto, fora do prazo fixado em lei. A jurisprudência, acerca do tema, tem se posicionado no sentido de ser devida a correção monetária nos casos em que a indenização for quitada após o decurso do prazo de 30 (trinta) dias. Assim já decidiu a Corte local e o Tribunal baiano. Vejamos os arestos: SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) - LEI N. 11.945/09 – INDENIZAÇÃO – PEDIDO DE PAGAMENTO DA CORREÇÃO MONETÁRIA SOBRE O MONTANTE PAGO ADMINISTRATIVAMENTE – PRAZO SUPERIOR A 30 DIAS DO PROTOCOLO ADMINISTRATIVO – DIREITO ALEGADO DEMONSTRADO – RECURSO PROVIDO.Cumprindo a parte autora com a demonstração que o pagamento administrativo não foi realizado no prazo de 30 dias da entrega dos documentos referentes ao sinistro, deve ser a seguradora condenada ao pagamento da correção monetária sobre o montante pago administrativamente desde a data do evento danoso até a data do pagamento administrativo.Sobre a diferença devida, deve incidir juros de mora de 1% ao mês desde a citação e correção monetária da data do pagamento administrativo. (N.U 0041266-02.2016.8.11.0041, , CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA, TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 06/06/2018, Publicado no DJE 14/06/2018) EMENTA: APELAÇÃO. SEGURO DPVAT. CORREÇÃO MONETÁRIA. NÃO INCIDÊNCIA. PAGAMENTO REALIZADO DENTRO DO PRAZO LEGAL. Conforme a Súmula 580, do STJ, a correção monetária nas indenizações do seguro DPVAT por morte ou invalidez, prevista no § 7º do art. 5º da Lei n. 6.194/1974, redação dada pela Lei n. 11.482/2007, incide desde a data do evento danoso. Todavia, não há falar em atualização monetária, se o pagamento foi realizado dentro do prazo de 30 (trinta) dias, previsto no art. 5º, § 1º, do diploma legal aludido. Apelo improvido. Sentença mantida. (Classe: Apelação,Número do Processo: 0547167-79.2016.8.05.0001,Relator(a): ROSITA FALCAO DE ALMEIDA MAIA,Publicado em: 22/05/2019) Em se tratando dos juros moratórios, a controvérsia reside no termo inicial da sua incidência, se da data do pagamento administrativo ou se da sua citação no processo judicial. Os seguros obrigatórios foram introduzidos no ordenamento jurídico pelo Decreto-Lei nº 1.186/39. Posteriormente, foi editado o Decreto-Lei nº 73/66 - regulamentado pelo Decreto-Lei nº 814/69 -, que disciplinou o Sistema Nacional de Seguros Privados e previu o seguro obrigatório para proprietários de veículos automotores. Em 19 de setembro de 1974, adveio a Lei nº 6.194, que "Dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não". É induvidoso que o DPVAT tem natureza contratual, como preleciona Rafael Tárrega Martins em obra específica sobre o tema: Em qualquer de suas espécies o seguro obrigatório passa a integrar o mundo jurídico através da confecção de um contrato de seguro. (...) O vigente Código Civil pátrio trata do instituto do seguro no Capítulo XV. Em seu art. 757 ele nos dá uma noção ampla sobre o contrato de seguro, as partes que para ele concorrem e sua finalidade. De fato, descreve: Art. 757. Pelo contrato de seguro, o segurador se obriga, mediante o pagamento do prêmio, a garantir interesse legítimo do

segurado, relativo a pessoa ou a coisa, contra riscos predeterminados. (...) Podemos afirmar que o seguro obrigatório, exatamente face à sua cunhagem obrigatória, impositiva, em qualquer de suas modalidades, é um contrato que pode ser classificado como necessário. Nesta modalidade contratual, 'alguém, por força de determinação de autoridade pública, é obrigado a praticar certos atos ou realizar certos negócios', ficando a liberdade contratual reduzida a um mínimo. Esta assertiva é totalmente aplicável ao seguro obrigatório, tendo em vista que sua contratação decorre de uma imposição do poder público. (Seguro DPVAT - Seguro Obrigatório de Automotores de Vias Terrestres, 3ª ed, Campinas, SP: Servanda, 2008, p. 23-24) Nesse passo, em se tratando de responsabilidade contratual, como no caso do DPVAT, os juros de mora são devidos a contar da citação, e não a partir do recebimento a menor na esfera administrativa. O Supremo Tribunal Federal sempre entendeu que, tratando a indenização de inadimplemento contratual, incide a regra de juros moratórios a contar da citação (RE 91.164, Rel. Min. Décio Miranda, DJ de 17.08.1979; RE 73.719, Rel. Min. Luis Gallotti, DJ de 29.06.1972; RE 89.913, Rel. Min. Rafael Mayer, DJ de 17.10.1977). Além disso, como se trata de quantia a ser cobrada por ação de conhecimento (não havendo prévio título executivo), considerando também que somente a sentença é que vai estabelecer o valor devido, resta claro que se trata de obrigação ilíquida. É certo, portanto, nessa linha de raciocínio, que a Súmula 163 do STF já preconizava que "...sendo a obrigação ilíquida, contam-se os juros moratórios desde a citação inicial para a ação". Mais recentemente, o artigo 405 do CC/2002 dispôs: "Art. 405. Contam-se os juros de mora desde a citação inicial". É a regra que deflui também do artigo 240, caput, do CPC. Nesse sentido, o julgado do Superior Tribunal de Justiça, de relatoria do Ministro Luis Felipe Salomão: RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. JULGAMENTO NOS MOLDES DO ARTIGO 543-C DO CPC. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE - DPVAT. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. CITAÇÃO. 1. Para efeitos do artigo 543-C do CPC: 1.1. Em ação de cobrança objetivando indenização decorrente de seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre - DPVAT, os juros de mora são devidos a partir da citação, por se tratar de responsabilidade contratual e obrigação ilíquida. 2. Aplicação ao caso concreto: 2.1. Recurso especial provido. (REsp 1098365/PR, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 28/10/2009, DJe 26/11/2009) Por ter sido o REsp nº 1.098.365-PR julgado sob o procedimento dos recursos repetitivos, o STJ editou a súmula nº 426 que tem a seguinte redação: "Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação". Logo, não são cabíveis os referidos juros antes da citação no processo judicial. Nesse passo, o montante indenizatório quitado na seara administrativa deve ser atualizado com correção monetária contada a partir do evento danoso (14/01/2017) até a data do pagamento administrativo (17/05/2017). Dessa forma, o valor corrigido é de R$ 13.644,95 (treze mil, seiscentos e quarenta e quatro reais e noventa e cinco centavos). Dados básicos informados para cálculo Descrição do cálculo Valor Nominal R$ 13.500,00 Indexador e metodologia de cálculo INPC-IBGE - Calculado pro-rata die. Período da correção 14/1/2017 a 17/5/2017 Dados calculados Fator de correção do período 123 dias 1,010737 Percentual correspondente 123 dias 1,073726 % Valor corrigido para 17/5/2017 (=) R$ 13.644,95 Sub Total (=) R$ 13.644,95 Valor total (=) R$ 13.644,95 Como já foi realizado o pagamento de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), ainda remanesce o valor de R$ 144,95 (cento e quarenta e quatro reais e noventa e cinco centavos), sobre os quais incidirão juros legais a partir da citação e correção monetária a partir da data do pagamento administrativo. Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão inicial, para condenar a requerida ao pagamento do importe R$ 144,95 (cento e quarenta e quatro reais e noventa e cinco centavos), a título de diferença do seguro obrigatório, acrescido de juros legais de 1% (um por cento) ao mês a partir da citação inicial e correção monetária pelo índice INPC a partir da data do pagamento administrativo (17/05/2017). Condeno ainda a parte requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo em R$ 600,00 (seiscentos reais), na forma do artigo 85, §§ 2º e 8º, do CPC/2015. Com o trânsito em julgado e nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá – MT, data registrada no sistema. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-11 PETIÇÃO

Processo Número: 1011560-83.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ANDRE LUIZ SANTANA MACIERI (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SAULO DALTRO MOREIRA SILVA OAB - MT10208-O (ADVOGADO(A))
Lemir Feguri OAB - MT10335-N (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUCIMAR CRISTINA GIMENEZ CANO OAB - MT8506-A (ADVOGADO(A))
JACKSON FREIRE JARDIM DOS SANTOS OAB - MT26992-O (ADVOGADO(A))
LUIZ HENRIQUE VIEIRA OAB - MT26417-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1011560-83.2018.8.11.0041. REQUERENTE: ANDRE LUIZ SANTANA MACIERI REQUERIDO: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS Trata-se de Ação de Cobrança de Diferença do Seguro DPVAT ajuizada por André Luiz Santana Macieri contra Porto Seguro Cia de Seguros Gerais, em que pretende a condenação da reclamada ao pagamento da importância do valor de R$ 12.150,00 (doze mil, cento e cinquenta reais). Para tanto, aduz a parte reclamante que foi vítima de acidente de trânsito ocorrido em 09/09/2015, ocasionando invalidez permanente, portanto, fazendo jus ao pleito indenizatório referente à diferença do valor recebido administrativamente e a cobertura total do seguro DPVAT. Junto à inicial vieram os documentos. A parte requerida apresentou contestação arguindo preliminares de alteração do polo passivo, comprovante de residência em nome de terceiro e ausência de interesse processual pelo pagamento administrativo, que serão analisadas a seguir. No mérito, pugnou pela improcedência dos pedidos iniciais ante o pagamento administrativo da indenização. Impugnação à contestação juntada no ID 17651544. Perícia médica realizada no ID 24290659, tendo as partes se manifestado em seguida. Vieram-me os autos conclusos. É o breve relato. Fundamento e decido. Pretende a parte requerente receber da reclamada o valor referente ao seguro DPVAT, sob o argumento de que sofreu um acidente de trânsito na data de 09/09/2015. Passo a análise das preliminares suscitadas. I - Da legitimidade passiva ad causam da seguradora Com relação a preliminar de ilegitimidade da demandada e inclusão da Seguradora Líder S/A no polo passivo da demanda, não merece guarida a pretensão da parte ré, uma vez que qualquer seguradora pertencente ao consórcio responde pelo pagamento da indenização decorrente do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres. Nesse sentido, eis o aresto jurisprudencial: SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. Sentença `ultra petita¿ quanto ao valor indenizatório, no que merece redução. Pedido de substituição do pólo passivo, com inclusão da Seguradora Líder S.A., desacolhido. De acordo com a redação do art. 5º da Lei nº. 6.194/74, com a redação dada pela Lei n. 11.482/2007, o pagamento da indenização está condicionado apenas à prova do acidente e do dano decorrente. Outrossim, comprovada a invalidez permanente, o valor da indenização deve corresponder a até 13.500,00, porquanto o inciso II do art. 3º da Lei nº. 6.194/74, com a redação dada pela Lei 11.482/07, não faz diferenciação quanto ao grau da invalidez. Verba honorária reduzida. APELAÇÃO PROVIDA EM PARTE. E SENTENÇA REDUZIDA NO VALOR DA INDENIZAÇÃO, POR "ULTRA PETITA¿ NO PONTO. (Apelação Cível Nº 70033155003, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Leo Lima, Julgado em 16/12/2009). Ademais, aplica-se ao caso a responsabilidade solidária. Posto isso, rejeito a preliminar suscitada. II – Da carência de ação pelo pagamento administrativo Conquanto tenha sido realizado o pagamento em sede administrativa, tal fato por si só não torna a pretensão do autor carecedora das condições da ação por falta de interesse de agir, isso porque a pretensão também insurge sobre a avaliação feita pela seguradora que acarretou o pagamento parcial. Posto isso, rejeito a preliminar suscitada. III - Da ausência de pressuposto de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo Em que pese o comprovante de endereço esteja em nome de terceiro, esse fato por si só não torna o processo inválido ou irregular, porquanto é comum que a pessoa não possua comprovante de endereço em seu nome, mormente

por ser locatário ou residir com algum familiar, de modo que, não havendo nada que prove ao contrário, o documento jungido aos autos referente ao domicílio do requerente goza de veracidade. Por esses motivos, afasto a preliminar ventilada. Passo à análise do mérito. IV - Mérito Da documentação que acompanha a inicial, verifico que a pessoa vitimada enquadra-se nas hipóteses legais relativas ao seguro obrigatório, fazendo jus ao recebimento de reparação indenizatória. Indiscutivelmente, foram juntados no feito o Boletim de Ocorrência evidenciando o evento danoso (ID 12972787) e o laudo pericial (ID 24290659). Certo o direito a indenização, passo a análise de sua fixação. O montante a ser pago a título de indenização por seguro DPVAT deve observar o grau de invalidez previsto na tabela de acidentes pessoais adotada pela legislação vigente. Conforme se infere, a perícia foi realizada de acordo com a Lei nº. 6.194/74 com redação dada pela Medida Provisória nº. 451/2008, convertida em Lei nº. 11.945/2009, que disponibiliza tabela em anexo para auxílio a cálculo de invalidez permanente decorrente de trânsito para fins de seguro obrigatório. Nesta seara, tem-se que o valor estipulado em lei no caso de Seguro DPVAT, com a ocorrência de invalidez permanente, é de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), nos termos do art. 8º, da Lei n. 11.482/07, que alterou os arts. 3o, 4o, 5o e 11 da Lei no 6.194, de 19 de dezembro de 1974. Da análise da tabela de percentuais, constata-se que para o caso de lesão de ESTRUTURA CRANIOFACIAL o percentual incidente é de 100% (cem por cento) do valor máximo da indenização – R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), que resulta a quantia de – R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). Considerando que o laudo pericial acostado consigna que o grau da invalidez que acomete a vítima em sua estrutura craniofacial é de 25% (vinte e cinco por cento), cujo percentual deverá ser calculado sobre o montante de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), encontra-se o valor de R$ 3.375,00 (três mil, trezentos e setenta e cinco reais). Verifica-se, no entanto, que já se realizou o pagamento, na via administrativa, do montante de R$ 1.350,00 (mil, trezentos e cinquenta reais), o qual deve ser descontado da indenização a ser recebida, remanescendo o montante de R$ 2.025,00 (dois mil e vinte e cinco reais). Nesse passo, o montante indenizatório a ser pago deve ser atualizado, com incidência dos juros de mora a partir da data da citação (art. 405 do CC) e correção monetária contada a partir da data do pagamento administrativo. Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão inicial, para condenar a requerida ao pagamento do importe R$ 2.025,00 (dois mil e vinte e cinco reais), a título de diferença do seguro obrigatório, acrescido de juros legais de 1% (um por cento) ao mês a partir da citação inicial e correção monetária pelo índice INPC a partir da data do pagamento administrativo (29/01/2018). Condeno a parte ré ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo em R$ 1.000,00 (mil reais), nos termos do art. 85, §§ 2º e 8º, do Código de Processo Civil. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá – MT, data registrada no sistema. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1005386-24.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ISABELA DA SILVA CAMPOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SAULO DALTRO MOREIRA SILVA OAB - MT10208-O (ADVOGADO(A))
ANABELL CORBELINO SIQUEIRA DALTRO OAB - MT13544-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1005386-24.2019.8.11.0041. REQUERENTE: ISABELA DA SILVA CAMPOS REQUERIDO: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT ajuizada por Isabela da Silva Campos contra Porto Seguro Cia de Seguros Gerais, em que pretende a condenação da reclamada ao pagamento da importância do valor de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). Para tanto, aduz a parte reclamante que foi vítima de acidente de trânsito ocorrido em 15/11/2018, ocasionando invalidez permanente, portanto, fazendo jus ao pleito indenizatório. Junto à inicial vieram os documentos. A parte requerida apresentou contestação arguindo preliminares de alteração do polo passivo e ausência do interesse de agir, que serão analisadas a seguir. No mérito, pugnou pela improcedência dos pedidos iniciais por ausência de provas constitutivas do direito pretendido. Laudo pericial juntado no ID 120367251, manifestando-se as partes em seguida. Impugnação à contestação acostada no ID 20462469. Vieram-me os autos conclusos. É o breve relato. Fundamento e decido. Pretende a parte requerente receber da reclamada o valor referente ao seguro DPVAT, sob o argumento de que sofreu um acidente de trânsito na data de 15/11/2018. Passo a análise das preliminares suscitadas. I - Da legitimidade passiva ad causam da seguradora Com relação a preliminar de ilegitimidade da demandada e inclusão da Seguradora Líder S/A no polo passivo da demanda, não merece guarida a pretensão da parte ré, uma vez que qualquer seguradora pertencente ao consórcio responde pelo pagamento da indenização decorrente do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres. Nesse sentido, eis o aresto jurisprudencial: SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. Sentença `ultra petita¿ quanto ao valor indenizatório, no que merece redução. Pedido de substituição do pólo passivo, com inclusão da Seguradora Líder S.A., desacolhido. De acordo com a redação do art. 5º da Lei nº. 6.194/74, com a redação dada pela Lei n. 11.482/2007, o pagamento da indenização está condicionado apenas à prova do acidente e do dano decorrente. Outrossim, comprovada a invalidez permanente, o valor da indenização deve corresponder a até 13.500,00, porquanto o inciso II do art. 3º da Lei nº. 6.194/74, com a redação dada pela Lei 11.482/07, não faz diferenciação quanto ao grau da invalidez. Verba honorária reduzida. APELAÇÃO PROVIDA EM PARTE. E SENTENÇA REDUZIDA NO VALOR DA INDENIZAÇÃO, POR "ULTRA PETITA¿ NO PONTO. (Apelação Cível Nº 70033155003, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Leo Lima, Julgado em 16/12/2009). Ademais, aplica-se ao caso a responsabilidade solidária. Posto isso, rejeito a preliminar suscitada. II - Da falta de interesse de agir Em sede preliminar, a requerida suscitou falta de interesse de agir em face de não esgotamento das vias administrativas, o que não merece prosperar. Diante do princípio constitucional de livre acesso ao Poder Judiciário, art. 5º, inc. XXXVI, da Constituição Federal, e frente a doutrina aplicada à espécie, não há de se cogitar em falta de interesse de agir por carência de ação. Ademais, não é necessário o esgotamento das vias administrativas para ingressar com demanda judicial. Por tais argumentos, afasto a preliminar ventilada. Passo à análise do mérito. III - Mérito Da documentação que acompanha a inicial, verifico que a pessoa vitimada enquadra-se nas hipóteses legais relativas ao seguro obrigatório, fazendo jus ao recebimento de reparação indenizatória. Indiscutivelmente, foram juntados no feito a Certidão de Ocorrência evidenciando o evento danoso (ID 17867427) e o laudo pericial (ID 120367251). Certo o direito a indenização, passo a análise de sua fixação. O montante a ser pago a título de indenização por seguro DPVAT deve observar o grau de invalidez previsto na tabela de acidentes pessoais adotada pela legislação vigente. Conforme se infere, a perícia foi realizada de acordo com a Lei nº. 6.194/74 com redação dada pela Medida Provisória nº. 451/2008, convertida em Lei nº. 11.945/2009, que disponibiliza tabela em anexo para auxílio a cálculo de invalidez permanente decorrente de trânsito para fins de seguro obrigatório. Nesta seara, tem-se que o valor estipulado em lei no caso de Seguro DPVAT, com a ocorrência de invalidez permanente, é de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), nos termos do art. 8º, da Lei n. 11.482/07, que alterou os arts. 3o, 4o, 5o e 11 da Lei no 6.194, de 19 de dezembro de 1974. Da análise da tabela de percentuais, constata-se que para o caso de perda anatômica e/ou funcional de um dos PÉS o percentual incidente é de 50% (cinquenta por cento) do valor máximo da indenização – R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), que resulta a quantia de – R$ 6.750,00 (seis mil setecentos e cinquenta reais). Considerando que o laudo pericial acostado consigna que o grau da invalidez que acomete a vítima em seu pé esquerdo é de 10% (dez por cento), cujo percentual deverá ser calculado sobre o montante de R$ 6.750,00 (seis mil setecentos e cinquenta reais), encontra-se o valor de R$ 675,00 (seiscentos e setenta e cinco reais). Nesse passo, o montante indenizatório a ser pago deve ser atualizado, com incidência dos juros de mora a partir da data da citação (art. 405 do CC) e correção monetária contada a partir do evento danoso. Ante o exposto, JULGO

PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão inicial, para condenar a requerida ao pagamento do importe R$ 675,00 (seiscentos e setenta e cinco reais), a título de seguro obrigatório, acrescido de juros legais de 1% (um por cento) ao mês a partir da citação inicial e correção monetária pelo índice INPC a partir da data do sinistro (15/11/2018). Condeno ainda a parte requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo em R$ 1.000,00 (mil reais), na forma do artigo 85, §§ 2º e 8º, do CPC/2015. Com o trânsito em julgado e nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá – MT, data registrada no sistema. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1035518-35.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
TANIA MARINA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SAULO DALTRO MOREIRA SILVA OAB - MT10208-O (ADVOGADO(A))
Lemir Feguri OAB - MT10335-N (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1035518-35.2017.8.11.0041. REQUERENTE: TANIA MARINA DA SILVA REQUERIDO: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório DPVAT ajuizada por Tania Marina da Silva contra Porto Seguro Cia de Seguros Gerais. Para tanto, aduz a parte reclamante que foi vítima de acidente de trânsito ocorrido em 29/10/2017, ocasionando invalidez permanente, portanto, fazendo jus ao pleito indenizatório. Junto à inicial vieram os documentos. A audiência de conciliação restou infrutífera em razão da parte autora não ter comparecido ao ato (ID 11872377). A parte requerida apresentou contestação arguindo preliminares de ilegitimidade passiva, ausência do interesse de agir e ausência do laudo do IML, que serão analisadas a seguir. No mérito, pugnou pela improcedência dos pedidos iniciais por ausência de provas constitutivas do direito pretendido. Impugnação à contestação juntada no ID 13154870. Determinada a realização de perícia médica (ID 17613454), o laudo pericial foi apresentado no ID 23661575, manifestando-se em seguida as partes. Vieram-me os autos conclusos. É o breve relato. Fundamento e decido. Pretende a parte requerente receber da reclamada o valor referente ao seguro DPVAT, sob o argumento de que sofreu um acidente de trânsito na data de 29/10/2017. Passo a análise das preliminares suscitadas. I - Da legitimidade passiva ad causam da seguradora Com relação a preliminar de ilegitimidade da demandada e inclusão da Seguradora Líder S/A no polo passivo da demanda, não merece guarida a pretensão da parte ré, uma vez que qualquer seguradora pertencente ao consórcio responde pelo pagamento da indenização decorrente do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres. Nesse sentido, eis o aresto jurisprudencial: SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. Sentença `ultra petita¿ quanto ao valor indenizatório, no que merece redução. Pedido de substituição do pólo passivo, com inclusão da Seguradora Líder S.A., desacolhido. De acordo com a redação do art. 5º da Lei nº. 6.194/74, com a redação dada pela Lei n. 11.482/2007, o pagamento da indenização está condicionado apenas à prova do acidente e do dano decorrente. Outrossim, comprovada a invalidez permanente, o valor da indenização deve corresponder a até 13.500,00, porquanto o inciso II do art. 3º da Lei nº. 6.194/74, com a redação dada pela Lei 11.482/07, não faz diferenciação quanto ao grau da invalidez. Verba honorária reduzida. APELAÇÃO PROVIDA EM PARTE. E SENTENÇA REDUZIDA NO VALOR DA INDENIZAÇÃO, POR "ULTRA PETITA¿ NO PONTO. (Apelação Cível Nº 70033155003, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Leo Lima, Julgado em 16/12/2009). Ademais, aplica-se ao caso a responsabilidade solidária. Posto isso, rejeito a preliminar suscitada. II - Da falta de interesse de agir Em sede preliminar, a requerida suscitou falta de interesse de agir em face de não esgotamento das vias administrativas e da não comprovação da entrega dos documentos na seara administrativa, o que não merece prosperar. Diante do princípio constitucional de livre acesso ao Poder Judiciário, art. 5º, inc. XXXVI, da Constituição Federal, e frente a doutrina aplicada à espécie, não há de se cogitar em falta de interesse de agir por carência de ação. Ademais, não é necessário o esgotamento das vias administrativas para ingressar com demanda judicial. Por tais argumentos, afasto a preliminar ventilada. III - Da ausência do Laudo do IML Em sede de preliminar alegou a requerida a ausência de laudo do IML, pois a ausência desse documento demonstra falta de Nexo Causal entre os fatos alegados, verifico que não merece prosperar haja vista que é possível a comprovação do grau de lesão através de pericia médica, nesse sentido: J-MG - Apelação Cível AC 10686140012978001 MG (TJ-MG) Data de publicação: 17/04/2015 Ementa: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT - AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML - INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL - DOCUMENTO DISPENSÁVEL - INÉPCIA NÃO CONFIGURADA - EXTINÇÃO PREMATURA - SENTENÇA CASSADA. É dispensável a juntada do Laudo do IML ou outro documento médico para instruir a ação de cobrança de seguro DPVAT , uma vez que é possível a comprovação do grau e da extensão das lesões durante a instrução processual. Por tais argumentos, afasto a preliminar ventilada. Passo à análise do mérito. IV - Mérito Da documentação que acompanha a inicial, verifico que a pessoa vitimada enquadra-se nas hipóteses legais relativas ao seguro obrigatório, fazendo jus ao recebimento de reparação indenizatória. Indiscutivelmente, foram juntados no feito o Boletim de Ocorrência evidenciando o evento danoso (ID 10820988) e o laudo pericial (ID 23661575). Certo o direito a indenização, passo a análise de sua fixação. O montante a ser pago a título de indenização por seguro DPVAT deve observar o grau de invalidez previsto na tabela de acidentes pessoais adotada pela legislação vigente. Conforme se infere, a perícia foi realizada de acordo com a Lei nº. 6.194/74 com redação dada pela Medida Provisória nº. 451/2008, convertida em Lei nº. 11.945/2009, que disponibiliza tabela em anexo para auxílio a cálculo de invalidez permanente decorrente de trânsito para fins de seguro obrigatório. Nesta seara, tem-se que o valor estipulado em lei no caso de Seguro DPVAT, com a ocorrência de invalidez permanente, é de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), nos termos do art. 8º, da Lei n. 11.482/07, que alterou os arts. 3o, 4o, 5o e 11 da Lei no 6.194, de 19 de dezembro de 1974. Da análise da tabela de percentuais, constata-se que para o caso de perda completa da mobilidade de um dos TORNOZELOS o percentual incidente é de 25% (vinte e cinco por cento) do valor máximo da indenização – R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), que resulta a quantia de – R$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais). Considerando que o laudo pericial acostado consigna que o grau da invalidez que acomete a vítima em seu tornozelo esquerdo é de 25% (vinte e cinco por cento), cujo percentual deverá ser calculado sobre o montante de R$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais), encontra-se o valor de R$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos). Nesse passo, o montante indenizatório a ser pago deve ser atualizado, com incidência dos juros de mora a partir da data da citação (art. 405 do CC) e correção monetária contada a partir do evento danoso. Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão inicial, para condenar a requerida ao pagamento do importe R$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos), a título de seguro obrigatório, acrescido de juros legais de 1% (um por cento) ao mês a partir da citação inicial e correção monetária pelo índice INPC a partir da data do sinistro (29/10/2017). Condeno ainda a parte requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo em R$ 1.000,00 (mil reais), na forma do artigo 85, §§ 2º e 8º, do CPC/2015. Com o trânsito em julgado e nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá – MT, data registrada no sistema. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1012588-52.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LEANDRO DE OLIVEIRA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ROBERGES JUNIOR DE LIMA OAB - MT12918-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA CÍVEL DE

CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1012588-52.2019.8.11.0041. AUTOR(A): LEANDRO DE OLIVEIRA RÉU: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório DPVAT ajuizada por Leandro de Oliveira contra Porto Seguro Cia de Seguros Gerais. Aduz a parte reclamante que foi vítima de acidente de trânsito ocorrido em 11/08/2018, ocasionando invalidez permanente, portanto, fazendo jus ao pleito indenizatório. Junto à inicial vieram os documentos. A parte requerida apresentou contestação arguindo preliminar de alteração do polo passivo e falta de interesse de agir, que serão analisadas a seguir. No mérito, pugnou pela improcedência dos pedidos iniciais por ausência de provas constitutivas do direito pretendido. Realização de avaliação médica (ID 22977985), sendo apresentado laudo pericial, manifestando-se em seguida as partes. Impugnação à contestação juntada no ID 23735119. Vieram-me os autos conclusos. É o breve relato. Fundamento e decido. Pretende a parte requerente receber da reclamada o valor referente ao seguro DPVAT, sob o argumento de que sofreu um acidente de trânsito na data de 11/08/2018. Passo a análise das preliminares suscitadas. I - Da legitimidade passiva ad causam da seguradora Com relação a preliminar de ilegitimidade da demandada e inclusão da Seguradora Líder S/A no polo passivo da demanda, não merece guarida a pretensão da parte ré, uma vez que qualquer seguradora pertencente ao consórcio responde pelo pagamento da indenização decorrente do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres. Nesse sentido, eis o aresto jurisprudencial: SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. Sentença `ultra petita¿ quanto ao valor indenizatório, no que merece redução. Pedido de substituição do pólo passivo, com inclusão da Seguradora Líder S.A., desacolhido. De acordo com a redação do art. 5º da Lei nº. 6.194/74, com a redação dada pela Lei n. 11.482/2007, o pagamento da indenização está condicionado apenas à prova do acidente e do dano decorrente. Outrossim, comprovada a invalidez permanente, o valor da indenização deve corresponder a até 13.500,00, porquanto o inciso II do art. 3º da Lei nº. 6.194/74, com a redação dada pela Lei 11.482/07, não faz diferenciação quanto ao grau da invalidez. Verba honorária reduzida. APELAÇÃO PROVIDA EM PARTE. E SENTENÇA REDUZIDA NO VALOR DA INDENIZAÇÃO, POR "ULTRA PETITA¿ NO PONTO. (Apelação Cível Nº 70033155003, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Leo Lima, Julgado em 16/12/2009). Ademais, aplica-se ao caso a responsabilidade solidária. Posto isso, rejeito a preliminar suscitada. II - Da falta de interesse de agir Em sede preliminar, a requerida suscitou falta de interesse de agir em face de não esgotamento das vias administrativas e da não comprovação da entrega dos documentos na seara administrativa, o que não merece prosperar. Diante do princípio constitucional de livre acesso ao Poder Judiciário, art. 5º, inc. XXXVI, da Constituição Federal, e frente a doutrina aplicada à espécie, não há de se cogitar em falta de interesse de agir por carência de ação. Ademais, não é necessário o esgotamento das vias administrativas para ingressar com demanda judicial. Por tais argumentos, afasto a preliminar ventilada. Passo à análise do mérito. III - Mérito Da documentação que acompanha a inicial, verifico que a pessoa vitimada enquadra-se nas hipóteses legais relativas ao seguro obrigatório, fazendo jus ao recebimento de reparação indenizatória. Indiscutivelmente, foram juntados no feito o Boletim de Ocorrência evidenciando o evento danoso (ID 18958273) e o laudo pericial (ID 22977985). Certo o direito a indenização, passo a análise de sua fixação. O montante a ser pago a título de indenização por seguro DPVAT deve observar o grau de invalidez previsto na tabela de acidentes pessoais adotada pela legislação vigente. Conforme se infere, a perícia foi realizada de acordo com a Lei nº. 6.194/74 com redação dada pela Medida Provisória nº. 451/2008, convertida em Lei nº. 11.945/2009, que disponibiliza tabela em anexo para auxílio a cálculo de invalidez permanente decorrente de trânsito para fins de seguro obrigatório. Nesta seara, tem-se que o valor estipulado em lei no caso de Seguro DPVAT, com a ocorrência de invalidez permanente, é de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), nos termos do art. 8º, da Lei n. 11.482/07, que alterou os arts. 3o, 4o, 5o e 11 da Lei no 6.194, de 19 de dezembro de 1974. Da análise da tabela de percentuais, constata-se que para o caso de perda anatômica e/ou funcional de um dos MEMBROS INFERIORES o percentual incidente é de 70% (setenta por cento) do valor máximo da indenização – R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), que resulta a quantia de – R$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais). Considerando que o laudo pericial acostado consigna que o grau da invalidez que acomete a vítima em seu membro inferior esquerdo é de 75% (setenta e cinco por cento), cujo percentual deverá ser calculado sobre o montante de R$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais), encontra-se o valor de R$ 7.087,50 (sete mil e oitenta e sete reais e cinquenta centavos). Nesse passo, o montante indenizatório a ser pago deve ser atualizado, com incidência dos juros de mora a partir da data da citação (art. 405 do CC) e correção monetária contada a partir do evento danoso. Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão inicial, para condenar a requerida ao pagamento de R$ 7.087,50 (sete mil e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), a título de seguro obrigatório, acrescido de juros legais de 1% (um por cento) ao mês a partir da citação inicial e correção monetária pelo índice INPC a partir da data do sinistro (11/08/2018). Condeno ainda a parte requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo R$ 1.000,00 (mil reais), na forma do artigo 85, §§ 2º e 8º, do CPC/2015. Com o trânsito em julgado e nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá – MT, data registrada no sistema. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1004806-91.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ANTONIO FERREIRA LIMA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANABELL CORBELINO SIQUEIRA DALTRO OAB - MT13544-O (ADVOGADO(A))
SAULO DALTRO MOREIRA SILVA OAB - MT10208-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1004806-91.2019.8.11.0041. REQUERENTE: ANTONIO FERREIRA LIMA REQUERIDO: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório DPVAT ajuizada por Antônio Ferreira Lima contra Porto Seguro Cia de Seguros Gerais. Para tanto, aduz a parte reclamante que foi vítima de acidente de trânsito ocorrido em 22/10/2018, ocasionando invalidez permanente, portanto, fazendo jus ao pleito indenizatório. Junto à inicial vieram os documentos. A parte requerida apresentou contestação arguindo preliminares de ilegitimidade passiva e ausência do interesse de agir, que serão analisadas a seguir. No mérito, pugnou pela improcedência dos pedidos iniciais por ausência de provas constitutivas do direito pretendido. Avaliação médica juntada no ID 20364186, manifestando-se as partes em seguida. Impugnação à contestação juntada no ID 20463607. Vieram-me os autos conclusos. É o breve relato. Fundamento e decido. Pretende a parte requerente receber da reclamada o valor referente ao seguro DPVAT, sob o argumento de que sofreu um acidente de trânsito na data de 22/10/2018. Passo a análise das preliminares suscitadas. I - Da legitimidade passiva ad causam da seguradora Com relação a preliminar de ilegitimidade da demandada e inclusão da Seguradora Líder S/A no polo passivo da demanda, não merece guarida a pretensão da parte ré, uma vez que qualquer seguradora pertencente ao consórcio responde pelo pagamento da indenização decorrente do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres. Nesse sentido, eis o aresto jurisprudencial: SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. Sentença `ultra petita¿ quanto ao valor indenizatório, no que merece redução. Pedido de substituição do pólo passivo, com inclusão da Seguradora Líder S.A., desacolhido. De acordo com a redação do art. 5º da Lei nº. 6.194/74, com a redação dada pela Lei n. 11.482/2007, o pagamento da indenização está condicionado apenas à prova do acidente e do dano decorrente. Outrossim, comprovada a invalidez permanente, o valor da indenização deve corresponder a até 13.500,00, porquanto o inciso II do art. 3º da Lei nº. 6.194/74, com a redação dada pela Lei 11.482/07, não faz diferenciação quanto ao grau da invalidez. Verba honorária reduzida. APELAÇÃO PROVIDA EM PARTE. E SENTENÇA REDUZIDA NO VALOR DA INDENIZAÇÃO, POR "ULTRA PETITA¿ NO PONTO. (Apelação Cível Nº 70033155003, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Leo Lima, Julgado em 16/12/2009). Ademais, aplica-se ao caso a responsabilidade solidária. Posto isso, rejeito a preliminar suscitada. II - Da falta de interesse de agir

Em sede preliminar, a requerida suscitou falta de interesse de agir em face de não esgotamento das vias administrativas e da não comprovação da entrega dos documentos na seara administrativa, o que não merece prosperar. Diante do princípio constitucional de livre acesso ao Poder Judiciário, art. 5º, inc. XXXVI, da Constituição Federal, e frente a doutrina aplicada à espécie, não há de se cogitar em falta de interesse de agir por carência de ação. Ademais, não é necessário o esgotamento das vias administrativas para ingressar com demanda judicial. Por tais argumentos, afasto a preliminar ventilada. Passo à análise do mérito. III - Mérito Da documentação que acompanha a inicial, verifico que a pessoa vitimada enquadra-se nas hipóteses legais relativas ao seguro obrigatório, fazendo jus ao recebimento de reparação indenizatória. Indiscutivelmente, foram juntados no feito a Certidão de Ocorrência evidenciando o evento danoso (ID 17784339) e o laudo pericial (ID 20364186). Certo o direito a indenização, passo a análise de sua fixação. O montante a ser pago a título de indenização por seguro DPVAT deve observar o grau de invalidez previsto na tabela de acidentes pessoais adotada pela legislação vigente. Conforme se infere, a perícia foi realizada de acordo com a Lei nº. 6.194/74 com redação dada pela Medida Provisória nº. 451/2008, convertida em Lei nº. 11.945/2009, que disponibiliza tabela em anexo para auxílio a cálculo de invalidez permanente decorrente de trânsito para fins de seguro obrigatório. Nesta seara, tem-se que o valor estipulado em lei no caso de Seguro DPVAT, com a ocorrência de invalidez permanente, é de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), nos termos do art. 8º, da Lei n. 11.482/07, que alterou os arts. 3o, 4o, 5o e 11 da Lei no 6.194, de 19 de dezembro de 1974. Da análise da tabela de percentuais, constata-se que para o caso de perda completa da mobilidade de um dos TORNOZELOS o percentual incidente é de 25% (vinte e cinco por cento) do valor máximo da indenização – R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), que resulta a quantia de – R$ 3.375,00 (três mil, trezentos e setenta e cinco reais). Considerando que o laudo pericial acostado consigna que o grau da invalidez que acomete a vítima em seu tornozelo esquerdo é de 75% (setenta e cinco por cento), cujo percentual deverá ser calculado sobre o montante de R$ 3.375,00 (três mil ,trezentos e setenta e cinco reais), encontra-se o valor de R$ 2.531,25 (dois mil, quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos). Nesse passo, o montante indenizatório a ser pago deve ser atualizado, com incidência dos juros de mora a partir da data da citação (art. 405 do CC) e correção monetária contada a partir do evento danoso. Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão inicial, para condenar a requerida ao pagamento do importe R$ 2.531,25 (dois mil, quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos), a título de seguro obrigatório, acrescido de juros legais de 1% (um por cento) ao mês a partir da citação inicial e correção monetária pelo índice INPC a partir da data do sinistro (22/10/2018). Condeno ainda a parte requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo em R$ 1.000,00 (mil reais), na forma do artigo 85, §§ 2º e 8º, do CPC/2015. Com o trânsito em julgado e nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá – MT, data registrada no sistema. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1006070-46.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
EDINALDO DE OLIVEIRA TOLEDO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANABELL CORBELINO SIQUEIRA DALTRO OAB - MT13544-O (ADVOGADO(A))
SAULO DALTRO MOREIRA SILVA OAB - MT10208-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1006070-46.2019.8.11.0041. REQUERENTE: EDINALDO DE OLIVEIRA TOLEDO REQUERIDO: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT ajuizada por Edinaldo de Oliveira Toledo contra Porto Seguro Cia de Seguros Gerais, em que pretende a condenação da reclamada ao pagamento da importância do valor de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). Para tanto, aduz a parte reclamante que foi vítima de acidente de trânsito ocorrido em 05/12/2018, ocasionando invalidez permanente, portanto, fazendo jus ao pleito indenizatório. Junto à inicial vieram os documentos. A parte requerida apresentou contestação arguindo preliminares de alteração do polo passivo e ausência do interesse de agir, que serão analisadas a seguir. No mérito, pugnou pela improcedência dos pedidos iniciais por ausência de provas constitutivas do direito pretendido. Laudo pericial juntado no ID 21157272, manifestando-se as partes em seguida. Impugnação à contestação acostada no ID 21787141. Vieram-me os autos conclusos. É o breve relato. Fundamento e decido. Pretende a parte requerente receber da reclamada o valor referente ao seguro DPVAT, sob o argumento de que sofreu um acidente de trânsito na data de 05/12/2018. Passo a análise das preliminares suscitadas. I - Da legitimidade passiva ad causam da seguradora Com relação a preliminar de ilegitimidade da demandada e inclusão da Seguradora Líder S/A no polo passivo da demanda, não merece guarida a pretensão da parte ré, uma vez que qualquer seguradora pertencente ao consórcio responde pelo pagamento da indenização decorrente do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres. Nesse sentido, eis o aresto jurisprudencial: SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. Sentença `ultra petita¿ quanto ao valor indenizatório, no que merece redução. Pedido de substituição do pólo passivo, com inclusão da Seguradora Líder S.A., desacolhido. De acordo com a redação do art. 5º da Lei nº. 6.194/74, com a redação dada pela Lei n. 11.482/2007, o pagamento da indenização está condicionado apenas à prova do acidente e do dano decorrente. Outrossim, comprovada a invalidez permanente, o valor da indenização deve corresponder a até 13.500,00, porquanto o inciso II do art. 3º da Lei nº. 6.194/74, com a redação dada pela Lei 11.482/07, não faz diferenciação quanto ao grau da invalidez. Verba honorária reduzida. APELAÇÃO PROVIDA EM PARTE. E SENTENÇA REDUZIDA NO VALOR DA INDENIZAÇÃO, POR "ULTRA PETITA¿ NO PONTO. (Apelação Cível Nº 70033155003, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Leo Lima, Julgado em 16/12/2009). Ademais, aplica-se ao caso a responsabilidade solidária. Posto isso, rejeito a preliminar suscitada. II - Da falta de interesse de agir e ausência de comprovação da entrega de documentos Em sede preliminar, a requerida suscitou falta de interesse de agir em face de não esgotamento das vias administrativas e da não comprovação da entrega dos documentos na seara administrativa, o que não merece prosperar. Diante do princípio constitucional de livre acesso ao Poder Judiciário, art. 5º, inc. XXXVI, da Constituição Federal, e frente a doutrina aplicada à espécie, não há de se cogitar em falta de interesse de agir por carência de ação. Ademais, não é necessário o esgotamento das vias administrativas para ingressar com demanda judicial. Por tais argumentos, afasto a preliminar ventilada. Passo à análise do mérito. III - Mérito Da documentação que acompanha a inicial, verifico que a pessoa vitimada enquadra-se nas hipóteses legais relativas ao seguro obrigatório, fazendo jus ao recebimento de reparação indenizatória. Indiscutivelmente, foram juntados no feito o Boletim de Ocorrência evidenciando o evento danoso (ID 17974610) e o laudo pericial (ID 21157272). Certo o direito a indenização, passo a análise de sua fixação. O montante a ser pago a título de indenização por seguro DPVAT deve observar o grau de invalidez previsto na tabela de acidentes pessoais adotada pela legislação vigente. Conforme se infere, a perícia foi realizada de acordo com a Lei nº. 6.194/74 com redação dada pela Medida Provisória nº. 451/2008, convertida em Lei nº. 11.945/2009, que disponibiliza tabela em anexo para auxílio a cálculo de invalidez permanente decorrente de trânsito para fins de seguro obrigatório. Nesta seara, tem-se que o valor estipulado em lei no caso de Seguro DPVAT, com a ocorrência de invalidez permanente, é de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), nos termos do art. 8º, da Lei n. 11.482/07, que alterou os arts. 3o, 4o, 5o e 11 da Lei no 6.194, de 19 de dezembro de 1974. Da análise da tabela de percentuais, constata-se que para o caso de perda anatômica e/ou funcional de um dos PÉS o percentual incidente é de 50% (cinquenta por cento) do valor máximo da indenização – R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), que resulta a quantia de – R$ 6.750,00 (seis mil, setecentos e cinquenta reais). Considerando que o laudo pericial acostado consigna que o grau da invalidez que acomete a vítima em seu pé direito é de 25% (vinte e cinco por cento), cujo percentual deverá ser calculado sobre o montante de R$ 6.750,00 (seis mil, setecentos e cinquenta reais), encontra-se o valor de R$ 1.687,50 (mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos). Nesse passo, o montante indenizatório a ser pago deve ser atualizado,

com incidência dos juros de mora a partir da data da citação (art. 405 do CC) e correção monetária contada a partir do evento danoso. Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão inicial, para condenar a requerida ao pagamento do importe R$ 1.687,50 (mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), a título de seguro obrigatório, acrescido de juros legais de 1% (um por cento) ao mês a partir da citação inicial e correção monetária pelo índice INPC a partir da data do sinistro (05/12/2018). Condeno ainda a parte requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo em R$ 1.000,00 (mil reais), na forma do artigo 85, §§ 2º e 8º, do CPC/2015. Com o trânsito em julgado e nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá – MT, data registrada no sistema. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1024119-09.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MOACIR MAXIMIANO DE MATTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SALATIEL DE LIRA MATTOS OAB - MT12893-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TIM CELULAR S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUIS CARLOS MONTEIRO LAURENCO OAB - BA16780-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1024119-09.2017.8.11.0041. REQUERENTE: MOACIR MAXIMIANO DE MATTOS REQUERIDO: TIM CELULAR S.A. Cuida-se de Ação Declaratória de Inexistência de Débito c/c Indenização por Danos Morais ajuizada por MOACIR MAXIMIANO MATTOS em face de TIM CELULAR S.A. Aduz a parte autora que a Empresa ré incluiu indevidamente o seu nome no SPC (Serviço de Proteção ao Credito) pelo débito de R$ 32,90 (trinta e dois reais e noventa centavos), o que lhe gerou constrangimento e dano moral. Aduz, ainda, que desconhece a referida dívida e alega não possuir qualquer contrato com a ré, de maneira que a cobrança e a negativação são indevidas, pugnando, desta forma, pela condenação em danos morais e a declaração de inexistência de débito. Junto à inicial vieram os documentos. Contestação ofertada no id 10219722, arguindo as preliminares de litispendência e conexão. No mérito, aduz que o débito é devido e que a inclusão do nome do autor no cadastro de inadimplentes decorreu do exercício regular do direito. Impugnação à contestação (id 11710331). Vieram-me os autos conclusos. É o breve relato. Fundamento e Decido. Passo a análise das preliminares e questões processuais trazidas à baila. DA LITISPENDÊNCIA. Sem maiores sobressaltos, tenho que a preliminar não comporta guarida. Isso porque, na presente ação (PJE nº 1024119-09.2017.8.11.0041) se discute a relação jurídica do contrato n°. GSM0111293329203 que originou o débito no valor de R$32(trinta e dois reais e noventa centavos), com vencimento em 12/11/2015. Ao passo que, no processo (Código n° 1098014), em trâmite nesta Vara, se discute a validade do negócio jurídico oriundo do contrato n°. GSM0111277815733, com débito no valor de R$44,90(quarenta e quatro reais e noventa centavos) vencido em 20/10/2015. Portanto, tratam-se de contratos e débitos distintos, de modo que REJEITO a preliminar. Da mesma forma, AFASTO a alegação de conexão, uma vez que o processo código n° 1098014 já foi sentenciado. Superadas essas questões, passo a análise da matéria de fundo. Verifico que restou incontroversa a inclusão no cadastro restritivo, contudo a reclamada não se desvinculou da prova acerca da licitude do seu comportamento. Com a contestação não vieram documentos aptos que indiquem a existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito alegado. Por tal razão, impõe-se a declaração da inexistência do débito em questão, ante a ausência de comprovação da regularidade da dívida cobrada pela empresa ré. Nesse contexto, tem-se que o conjunto probatório formado aponta para cobrança indevida, com a consequente ilicitude da inclusão do nome da parte promovente no cadastro restritivo, conduta configuradora do dever de indenizar pelo dano moral, nesse caso qualificado como “in re ipsa” (pela força dos próprios fatos), pois é evidente que constar, sem justo motivo, no cadastro restritivo impõe um prejuízo e sofrimento a qualquer pessoa. Insta consignar que, em consulta realizada pelo juízo, constatou-se que o reclamante possui outras anotações junto ao SPC/Serasa, no entanto, foi incluído nos órgão de proteção crédito após da negativação feita pela Reclamada. Portanto, é cabível a condenação da recorrida ao pagamento de indenização por dano moral, pois restou evidenciado o agir abusivo da parte requerida em cadastrar o nome da parte autora de forma indevida em órgão restritivo de crédito, uma vez que não restou comprovada a relação contratual entre a autora e a empresa ré. Nesse sentido: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INSCRIÇÃO INDEVIDA EM CADASTRO RESTRITIVO AO CRÉDITO. PARTE RÉ QUE NÃO COMPROVOU SUA RELAÇÃO CONTRATUAL COM A AUTORA. DÉBITO DECLARADO INEXISTENTE. INSCRIÇÃO EFETUADA PELA DEMANDADA ANTERIOR AS DEMAIS. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 385 DO STJ. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. QUANTUM ARBITRADO EM R$ 8.800,00, EM CONFORMIDADE COM OS PARÂMETROS UTILIZADOS PELAS TURMAS RECUSAIS CÍVEIS EM CASOS ANÁLOGOS. RECURSO PROVIDO. (RECURSO CÍVEL Nº 71006093249, PRIMEIRA TURMA RECURSAL CÍVEL, TURMAS RECURSAIS, RELATOR: ROBERTO CARVALHO FRAGA, JULGADO EM 28/06/2016) Assim, não há que se falar em aplicação da Sumula 385 do STJ. A despeito da não aplicação da referida súmula, a existência de outros apontamentos posteriores, como no presente caso, deve ser levado em consideração para fixação do quantum indenizatório, dentro dos parâmetros da proporcionalidade e da razoabilidade. Partindo dessas premissas, entendo que a quantia de R$ 3.000,00 (três mil reais) é razoável e adequada ao caso concreto. Ante o exposto, com fulcro no art. 487, I, do CPC, JULGO PROCEDENTEs os pedidos para: a) Declarar a inexistência do débito discutido no auto; b) CONDENAR a parte requerida ao pagamento da quantia de R$ 3.000,00 (três mil reais), a título de indenização por danos morais, acrescida de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês a partir do evento danoso (Súmula 54 do STJ), e correção monetária pelo índice INPC a partir da data desta sentença (Súmula 362 do STJ). Condeno, ainda, a parte ré ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo em 15% (quinze por cento) sobre o valor da condenação, na forma do artigo 85, §§ 1º e 2º , do CPC/2015. Transitada em julgado, arquive-se com as devidas baixas. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá – MT, data registrada no sistema. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1033813-02.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JOAO PROCOPIO DE OLIVEIRA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
GIULLEVERSON SILVA QUINTEIRO DE ALMEIDA OAB - MT12358-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (RÉU)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1033813-02.2017.8.11.0041. AUTOR(A): JOAO PROCOPIO DE OLIVEIRA RÉU: BANCO DO BRASIL SA Cuida-se de Ação de Indenização por Danos Materiais e Morais ajuizada por JOAO PROCÓPIO DE OLIVEIRA em face de BANCO DO BRASIL S/A. Aduz a parte autora que foram realizadas transações bancárias descontadas de sua conta que desconhece, resultando em um prejuízo de R$ 6.703,87 (seis mil setecentos e três reais e oitenta sete centavos). Tentada a restituição dos valores descontados, não obteve êxito, uma vez que a parte requerida julgou improcedente o pedido administrativo. Defende que as operações bancárias não foram por ele realizadas. Assim, requer a procedência da demanda para que seja declarada a ilegalidade das transações efetuadas e a condenação da parte requerida no reembolso dos valores descontados, além de danos morais. Conciliação infrutífera (id 11938470). A parte requerida deixou transcorrer in albis o prazo para apresentar contestação (id 1386077. Vieram-me os autos conclusos. É o breve relato. Fundamento e Decido. Trata-se de ação declaratória de inexistência de débito c/c danos morais por fraude em cartão de crédito realizada por terceiro desconhecido, em que objetiva a parte autora o reembolso dos valores descontados e danos morais A requerida deixou de apresentar contestação, quedando-se inerte, razão pela qual DECRETO SUA REVELIA. Como é sabido, o principal efeito da revelia é a presunção de veracidade dos fatos narrados na petição inicial. Na hipótese dos

autos, tenho que assiste razão ao autor. Destarte, a parte requerente afirma que não efetuou as transações bancárias descritas na exordial, que resultaram num total de R$ 6.703,87 (seis mil, setecentos e três reais e oitenta e sete centavos). Com efeito, tratando-se de demanda consumerista com a inversão do ônus da prova, caberia a parte requerida apresentar provas da regularidade e legitimidade dos gastos, o que não o fez. Assim, ante a ausência de provas em sentido contrário, prevalece a versão narrada na inicial, sendo forçoso reconhecer a ilegalidade da cobrança realizada e o dever do reembolso. Como consequência, realizado desconto indevido na conta bancária da parte reclamante, emerge a responsabilidade da requerida em indenizar os danos extrapatrimoniais, em razão da inoperância do sistema que implantou. É cediço que o desconto indevido, por si só, não caracteriza o dano moral. No entanto, no caso em espeque, a parte autora fez a reclamação administrativa, a qual foi indeferida pelo Banco, ao que se verifica, inevitavelmente, o abalo emocional. Desta maneira, estando presentes os três elementos da responsabilidade civil, existe para a reclamada o dever de indenizar. Reconhecido o dever de indenizar resta fixar o quantum. Nesse passo é cediço que o julgador não está obrigado ao acolhimento do pleito formulado, devendo utilizar a razoabilidade como vetor, considerando, para isso, as peculiaridades do caso concreto, o grau de culpa do causador do dano e consequências do ato, a condição econômica e financeira pessoal da partes, bem como observar o caráter punitivo-pedagógico, necessário à eliminação da repetição da conduta identificada como danosa. No caso dos autos, entendo que o valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) é suficiente e razoável ao fim que se destina. Ante o exposto, com fulcro no art. 487, I, do CPC, JULGO PROCEDENTEs os pedidos iniciais para: a) DECLARAR a inexistência dos débitos contestados na exordial; b) CONDENAR a parte requerida ao reembolso da quantia de R$ 6.703,87 (seis mil, setecentos e três reais e oitenta sete centavos), acrescido de juros de mora de 1% ao mês a contar da citação válida e correção monetária pelo INPC a partir do efetivo prejuízo; c) CONDENAR a requerida ao pagamento da quantia de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), a título de indenização por danos morais, acrescida de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês a partir do evento danoso (Súmula 54 do STJ), e correção monetária pelo índice INPC a partir da data desta sentença (Súmula 362 do STJ). Condeno, ainda, a parte ré ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, na forma do artigo 85, §§ 1º e 2º , do CPC/2015. Transitada em julgado, arquive-se com as devidas baixas. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá – MT, data registrada no sistema. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1025701-10.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
DEUZINETE DA SILVA LAMEU (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELO ALVES DE SOUZA OAB - MT0012791A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUCIMAR CRISTINA GIMENEZ CANO OAB - MT8506-A (ADVOGADO(A))
LUIZ HENRIQUE VIEIRA OAB - MT26417-A (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
E. F. D. S. F. (REPRESENTADO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1025701-10.2018.8.11.0041. AUTOR(A): DEUZINETE DA SILVA LAMEU RÉU: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório DPVAT ajuizada por Emilly Fernanda da Silva Ferreira, neste ato representada por sua genitora Deuzinete Da Silva Lameu contra Porto Seguro Cia de Seguros Gerais. Para tanto, aduz a parte reclamante que foi vítima de acidente de trânsito ocorrido em 01/04/2017, ocasionando invalidez permanente, portanto, fazendo jus ao pleito indenizatório. Junto à inicial vieram os documentos. A parte requerida apresentou contestação arguindo preliminar de alteração do polo passivo e ausência do requerimento administrativo. No mérito, pugnou pela improcedência dos pedidos iniciais por ausência de provas constitutivas do direito pretendido. Termo de audiência e perícia realizada junto ao ID n. 16763336). Vieram-me os autos conclusos. É o breve relato. Fundamento e decido. Pretende a parte requerente receber da reclamada o valor do seguro DPVAT, sob o argumento de que sofreu um acidente de trânsito na data de 01/04/2017. Passo a análise das preliminares suscitadas. I - Da legitimidade passiva ad causam da seguradora Com relação a preliminar de ilegitimidade da demandada e inclusão da Porto Seguro Cia de Seguros Gerais no polo passivo da demanda, não merece guarida a pretensão da parte ré, uma vez que qualquer seguradora pertencente ao consórcio responde pelo pagamento da indenização decorrente do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres. Nesse sentido, eis o aresto jurisprudencial: SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. Sentença `ultra petita¿ quanto ao valor indenizatório, no que merece redução. Pedido de substituição do pólo passivo, com inclusão da Seguradora Líder S.A., desacolhido. De acordo com a redação do art. 5º da Lei nº. 6.194/74, com a redação dada pela Lei n. 11.482/2007, o pagamento da indenização está condicionado apenas à prova do acidente e do dano decorrente. Outrossim, comprovada a invalidez permanente, o valor da indenização deve corresponder a até 13.500,00, porquanto o inciso II do art. 3º da Lei nº. 6.194/74, com a redação dada pela Lei 11.482/07, não faz diferenciação quanto ao grau da invalidez. Verba honorária reduzida. APELAÇÃO PROVIDA EM PARTE. E SENTENÇA REDUZIDA NO VALOR DA INDENIZAÇÃO, POR "ULTRA PETITA¿ NO PONTO. (Apelação Cível Nº 70033155003, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Leo Lima, Julgado em 16/12/2009). Ademais, aplica-se ao caso a responsabilidade solidária. Posto isso, rejeito a preliminar suscitada. II– Da falta de interesse de agir Em sede preliminar, a requerida suscitou falta de interesse de agir em face de não esgotamento das vias administrativas, o que não merece prosperar. Diante do princípio constitucional de livre acesso ao Poder Judiciário, art. 5º, inc. XXXVI, da Constituição Federal, e frente a doutrina aplicada à espécie, não há de se cogitar em falta de interesse de agir por carência de ação. Ademais, não é necessário o esgotamento das vias administrativas para ingressar com demanda judicial. Por tais argumentos, afasto a preliminar ventilada. III – Mérito Da documentação que acompanha a inicial, verifico que a pessoa vitimada enquadra-se nas hipóteses legais relativas ao seguro obrigatório, fazendo jus ao recebimento de reparação indenizatória. Indiscutivelmente, foram juntados no feito o Boletim de Ocorrência evidenciando o evento danoso e o laudo pericial. Certo o direito a indenização, passo a análise de sua fixação. O montante a ser pago a título de indenização por seguro DPVAT deve observar o grau de invalidez previsto na tabela de acidentes pessoais adotada pela legislação vigente. Conforme se infere, a perícia foi realizada de acordo com a Lei nº. 6.194/74 com redação dada pela Medida Provisória nº. 451/2008, convertida em Lei nº. 11.945/2009, que disponibiliza tabela em anexo para auxílio a cálculo de invalidez permanente decorrente de trânsito para fins de seguro obrigatório. Nesta seara, tem-se que o valor estipulado em lei no caso de Seguro DPVAT, com a ocorrência de invalidez permanente, é de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), nos termos do art. 8º, da Lei n. 11.482/07, que alterou os arts. 3o, 4o, 5o e 11 da Lei no 6.194, de 19 de dezembro de 1974. Da análise da tabela de percentuais, constata-se que para o caso de perda anatômica e/ou funcional do membro superior esquerdo o percentual incidente é de 70% (setenta por cento) do valor máximo da indenização – R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), que resulta a quantia de – R$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais). Considerando que o laudo pericial acostado consigna que o grau da invalidez que acomete a vítima de seu membro superior esquerdo é de 25% (vinte e cinco por cento), cujo percentual deverá ser calculado sobre o montante de R$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais), encontra-se o valor de R$ 2.362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos). Nesse passo, o montante indenizatório a ser pago deve ser atualizado, com incidência dos juros de mora a partir da data da citação (art. 405 do CC) e correção monetária contada a partir do evento danoso. Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão inicial, para condenar a requerida ao pagamento do de R$ 2.362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), a título de seguro obrigatório, acrescido de juros legais de 1% (um por cento) ao mês a partir da citação inicial e correção monetária pelo índice INPC a partir da data do sinistro (01/04/2017). Condeno ainda a parte requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo em R$ 1.000,00 (mil reais) na forma do artigo 85, §8º, do CPC/2015. Com o trânsito em julgado e nada sendo requerido, arquive-se.

Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá – MT, data registrada no sistema. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1034828-06.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
EVANILDES FERREIRA DA SILVA CAMPOS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ALBERTO PELISSARI CATANANTE OAB - MT17531-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1034828-06.2017.8.11.0041. AUTOR(A): EVANILDES FERREIRA DA SILVA CAMPOS RÉU: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório DPVAT ajuizadas por Evanildes Ferreira da Silva Campos contra Porto Seguro Cia de Seguros Gerais. Para tanto, aduz a parte reclamante que foi vítima de acidente de trânsito ocorrido em 05/03/2017, ocasionando invalidez permanente, portanto, fazendo jus ao pleito indenizatório. Junto à inicial vieram os documentos. A parte requerida apresentou contestação arguindo preliminar de alteração do polo passivo, ausência da comprovação de entrega da documentação, ausência do requerimento administrativo e ausência do laudo do IML. No mérito, pugnou pela improcedência dos pedidos iniciais por ausência de provas constitutivas do direito pretendido. Termo de audiência e perícia realizada pericia junto ao ID n. 11868226, sobrevindo em seguida manifestação das partes acerca do laudo. Vieram-me os autos conclusos. É o breve relato. Fundamento e decido. Pretende a parte requerente receber da reclamada o valor do seguro DPVAT, sob o argumento de que sofreu um acidente de trânsito na data de 05/03/2017. Passo a análise das preliminares suscitadas. I - Da legitimidade passiva ad causam da seguradora Com relação a preliminar de ilegitimidade da demandada e inclusão da Porto Seguro Cia de Seguros Gerais no polo passivo da demanda, não merece guarida a pretensão da parte ré, uma vez que qualquer seguradora pertencente ao consórcio responde pelo pagamento da indenização decorrente do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres. Nesse sentido, eis o aresto jurisprudencial: SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. Sentença `ultra petita¿ quanto ao valor indenizatório, no que merece redução. Pedido de substituição do pólo passivo, com inclusão da Seguradora Líder S.A., desacolhido. De acordo com a redação do art. 5º da Lei nº. 6.194/74, com a redação dada pela Lei n. 11.482/2007, o pagamento da indenização está condicionado apenas à prova do acidente e do dano decorrente. Outrossim, comprovada a invalidez permanente, o valor da indenização deve corresponder a até 13.500,00, porquanto o inciso II do art. 3º da Lei nº. 6.194/74, com a redação dada pela Lei 11.482/07, não faz diferenciação quanto ao grau da invalidez. Verba honorária reduzida. APELAÇÃO PROVIDA EM PARTE. E SENTENÇA REDUZIDA NO VALOR DA INDENIZAÇÃO, POR "ULTRA PETITA¿ NO PONTO. (Apelação Cível Nº 70033155003, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Leo Lima, Julgado em 16/12/2009). Posto isso, rejeito a preliminar suscitada. II- Da pendência documental Conforme se verifica nos autos foram juntados todos documentos necessários para o desate da questão, razão pela qual afasto a preliminar. III – Da falta de interesse de agir Em sede preliminar, a requerida suscitou falta de interesse de agir em face de não esgotamento das vias administrativas, o que não merece prosperar. Diante do princípio constitucional de livre acesso ao Poder Judiciário, art. 5º, inc. XXXVI, da Constituição Federal, e frente a doutrina aplicada à espécie, não há de se cogitar em falta de interesse de agir por carência de ação. Ademais, não é necessário o esgotamento das vias administrativas para ingressar com demanda judicial. Por tais argumentos, afasto a preliminar ventilada. IV - Da ausência do Laudo do IML Em sede de preliminar alegou a requerida a ausência de laudo do IML, no entanto, verifico que não merece prosperar haja vista que é possível a comprovação do grau de lesão através de perícia médica. Nesse sentido: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT - AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML - INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL - DOCUMENTO DISPENSÁVEL - INÉPCIA NÃO CONFIGURADA - EXTINÇÃO PREMATURA - SENTENÇA CASSADA. É dispensável a juntada do Laudo do IML ou outro documento médico para instruir a ação de cobrança de seguro DPVAT , uma vez que é possível a comprovação do grau e da extensão das lesões durante a instrução processual. TJ-MG - Apelação Cível AC 10686140012978001 MG (TJ-MG) Por tais argumentos, afasto a preliminar ventilada. Passo a análise do mérito. V – Mérito Da documentação que acompanha a inicial, verifico que a pessoa vitimada enquadra-se nas hipóteses legais relativas ao seguro obrigatório, fazendo jus ao recebimento de reparação indenizatória. Indiscutivelmente, foram juntados no feito o Boletim de Ocorrência evidenciando o evento danoso e o laudo pericial. Certo o direito a indenização, passo a análise de sua fixação. O montante a ser pago a título de indenização por seguro DPVAT deve observar o grau de invalidez previsto na tabela de acidentes pessoais adotada pela legislação vigente. Conforme se infere, a perícia foi realizada de acordo com a Lei nº. 6.194/74 com redação dada pela Medida Provisória nº. 451/2008, convertida em Lei nº. 11.945/2009, que disponibiliza tabela em anexo para auxílio a cálculo de invalidez permanente decorrente de trânsito para fins de seguro obrigatório. Nesta seara, tem-se que o valor estipulado em lei no caso de Seguro DPVAT, com a ocorrência de invalidez permanente, é de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), nos termos do art. 8º, da Lei n. 11.482/07, que alterou os arts. 3o, 4o, 5o e 11 da Lei no 6.194, de 19 de dezembro de 1974. Da análise da tabela de percentuais, constata-se que para o caso de perda anatômica e/ou funcional da coluna lombar o percentual incidente é de 25% (vinte e cinco por cento) do valor máximo da indenização – R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), que resulta a quantia de – R$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais). Considerando que o laudo pericial acostado consigna que o grau da invalidez que acomete a vítima é de 50% (cinquenta por cento), cujo percentual deverá ser calculado sobre o montante de R$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais), encontra-se o valor de R$ 1.687,50 (mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos). Nesse passo, o montante indenizatório a ser pago deve ser atualizado, com incidência dos juros de mora a partir da data da citação (art. 405 do CC) e correção monetária contada a partir do evento danoso. Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão inicial, para condenar a requerida ao pagamento do de R$ 1.687,50 (mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), a título de seguro obrigatório, acrescido de juros legais de 1% (um por cento) ao mês a partir da citação inicial e correção monetária pelo índice INPC a partir da data do sinistro (05/03/2017). Condeno ainda a parte requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo R$ 1.000,00 (mil reais), na forma do artigo 85, §8º, do CPC/2015. Com o trânsito em julgado e nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá – MT, data registrada no sistema. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1020011-97.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
DANIEL WESLEY SALES LEMES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA LUIZA ALAMINO BELLINCANTA OAB - MT9333-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SEGURADORA LÍDER (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUCIMAR CRISTINA GIMENEZ CANO OAB - MT8506-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1020011-97.2018.8.11.0041. AUTOR(A): DANIEL WESLEY SALES LEMES RÉU: SEGURADORA LÍDER Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório DPVAT ajuizadas por Daniel Wesley Sales Lemes contra Seguradora Lider dos Consorcios do Seguro DPVAT LTDA. Para tanto, aduz a parte reclamante que foi vítima de acidente de trânsito ocorrido em 16.03.2018, ocasionando invalidez permanente, portanto, fazendo jus ao pleito indenizatório. Junto à inicial vieram os documentos. A parte requerida apresentou contestação arguindo preliminar de ausência de requerimento administrativo. No mérito, pugnou pela improcedência dos pedidos iniciais por ausência de provas constitutivas do direito pretendido. Perícia realizada junto ao ID n.

15624643, sobrevindo em seguida manifestação das partes. Vieram-me os autos conclusos. É o breve relato. Fundamento e decido. Pretende a parte requerente receber da reclamada o valor do seguro DPVAT, sob o argumento de que sofreu um acidente de trânsito na data de 16.03.2018. Passo a análise das preliminares suscitadas. I – Da falta de interesse processual Em sede preliminar, a requerida suscitou falta de interesse de agir em face de não esgotamento das vias administrativas, o que não merece prosperar. Diante do princípio constitucional de livre acesso ao Poder Judiciário, art. 5º, inc. XXXVI, da Constituição Federal, e frente a doutrina aplicada à espécie, não há de se cogitar em falta de interesse de agir por carência de ação. Ademais, não é necessário o esgotamento das vias administrativas para ingressar com demanda judicial. Por tais argumentos, afasto a preliminar ventilada. Passo à análise do mérito. II – Mérito Da documentação que acompanha a inicial, verifico que a pessoa vitimada enquadra-se nas hipóteses legais relativas ao seguro obrigatório, fazendo jus ao recebimento de reparação indenizatória. Indiscutivelmente, foram juntados no feito o Boletim de Ocorrência evidenciando o evento danoso e o laudo pericial. Certo o direito a indenização, passo a análise de sua fixação. O montante a ser pago a título de indenização por seguro DPVAT deve observar o grau de invalidez previsto na tabela de acidentes pessoais adotada pela legislação vigente. Conforme se infere, a perícia foi realizada de acordo com a Lei nº. 6.194/74 com redação dada pela Medida Provisória nº. 451/2008, convertida em Lei nº. 11.945/2009, que disponibiliza tabela em anexo para auxílio a cálculo de invalidez permanente decorrente de trânsito para fins de seguro obrigatório. Nesta seara, tem-se que o valor estipulado em lei no caso de Seguro DPVAT, com a ocorrência de invalidez permanente, é de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), nos termos do art. 8º, da Lei n. 11.482/07, que alterou os arts. 3o, 4o, 5o e 11 da Lei no 6.194, de 19 de dezembro de 1974. Da análise da tabela de percentuais, constata-se que para o caso de perda anatômica e/ou funcional do pé o percentual incidente é de 50% (cinquenta por cento) do valor máximo da indenização – R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), que resulta a quantia de – R$ 6.750,00 (seis mil setecentos e cinquenta reais). Considerando que o laudo pericial acostado consigna que o grau da invalidez que acomete a vítima em seu pé direito é de 25% (vinte e cinco por cento), cujo percentual deverá ser calculado sobre o montante de R$ 6.750,00 (seis mil setecentos e cinquenta reais), encontra-se o valor de R$ 1.687,50 (mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos). Nesse passo, o montante indenizatório a ser pago deve ser atualizado, com incidência dos juros de mora a partir da data da citação (art. 405 do CC) e correção monetária contada a partir do evento danoso. Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão inicial, para condenar a requerida ao pagamento de R$ 1.687,50 (mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), a título de seguro obrigatório, acrescido de juros legais de 1% (um por cento) ao mês a partir da citação inicial e correção monetária pelo índice INPC a partir da data do sinistro (16/03/2018). Condeno ainda a parte requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo em R$ 1.000,00 (mil reais), na forma do artigo 85, §8º, do CPC/2015. Com o trânsito em julgado e nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá – MT, data registrada no sistema. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1016401-24.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ELSO SILVA DE SOUZA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ROBERGES JUNIOR DE LIMA OAB - MT12918-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

22 ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1016401-24.2018.8.11.0041. AUTOR(A): ELSO SILVA DE SOUZA RÉU: BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório DPVAT ajuizada por Elsio Silva de Souza contra Bradesco AUTO/RE Companhia de Seguros. Para tanto, aduz a parte reclamante que foi vítima de acidente de trânsito ocorrido em 30/09/2017, ocasionando invalidez permanente, portanto, fazendo jus ao pleito indenizatório. Junto à inicial vieram os documentos. A parte requerida apresentou contestação arguindo as preliminares de alteração do polo passivo e ausência da comprovação de entrega da documentação no pedido administrativo. No mérito, pugnou pela improcedência dos pedidos iniciais por ausência de provas constitutivas do direito pretendido. Perícia realizada junto ao ID n. 15105924. Vieram-me os autos conclusos. É o breve relato. Fundamento e decido. Pretende a parte requerente receber da reclamada o valor do seguro DPVAT, sob o argumento de que sofreu um acidente de trânsito na data de 30/09/2017. Passo a análise das preliminares suscitadas. I - Da legitimidade passiva ad causam da seguradora Com relação a preliminar de ilegitimidade da demandada não merece guarida, uma vez que qualquer seguradora pertencente ao consórcio responde pelo pagamento da indenização decorrente do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres. Nesse sentido, eis o aresto jurisprudencial: SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. Sentença `ultra petita¿ quanto ao valor indenizatório, no que merece redução. Pedido de substituição do pólo passivo, com inclusão da Seguradora Líder S.A., desacolhido. De acordo com a redação do art. 5º da Lei nº. 6.194/74, com a redação dada pela Lei n. 11.482/2007, o pagamento da indenização está condicionado apenas à prova do acidente e do dano decorrente. Outrossim, comprovada a invalidez permanente, o valor da indenização deve corresponder a até 13.500,00, porquanto o inciso II do art. 3º da Lei nº. 6.194/74, com a redação dada pela Lei 11.482/07, não faz diferenciação quanto ao grau da invalidez. Verba honorária reduzida. APELAÇÃO PROVIDA EM PARTE. E SENTENÇA REDUZIDA NO VALOR DA INDENIZAÇÃO, POR "ULTRA PETITA¿ NO PONTO. (Apelação Cível Nº 70033155003, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Leo Lima, Julgado em 16/12/2009). Ademais, aplica-se ao caso a responsabilidade solidária, razão pela qual afasto a preliminar. II – Da falta de interesse processual A ausência de comprovação de entrega da documentação necessária à regularização do sinistro não impede a resolução do feito, uma vez que a resistência administrativa restou caracterizada em juízo, com a contestação de mérito. Tal é o entendimento do Egrégio Tribunal de Justiça do Mato Grosso: RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE COBRANÇA SEGURO DPVAT – AÇÃO EXTINTA SEM JULGAMENTO DE MÉRITO – AUSÊNCIA DE PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO – DESNECESSIDADE – CONTESTAÇÃO DE MÉRITO CARACTERIZA PRETENSÃO RESISTIDA – DESNECESSÁRIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO PRÉVIO IN CASU – SENTENÇA ANULADA – PREQUESTIONAMENTO – INADMISSÍVEL NA FASE RECURSAL – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. Segundo o interesse de agir seria necessário demonstrar a pretensão resistida pela Seguradora, com o devido pedido administrativo prévio negado, no entanto desnecessário o mesmo, quando presente nos autos contestação de mérito, o que caracteriza a resistência in juízo. 2. Não há necessidade do Órgão Colegiado, em sede de apelação, citar os dispositivos usados a fim de prequestionamento. (Ap 35425/2017, DES. SEBASTIÃO DE MORAES FILHO, SEGUNDA CÂMARA CÍVEL, Julgado em 03/05/2017, Publicado no DJE 11/05/2017) Por tais argumentos, afasto a preliminar ventilada. Passo ao exame do mérito. III – Mérito Da documentação que acompanha a inicial, verifico que a pessoa vitimada enquadra-se nas hipóteses legais relativas ao seguro obrigatório, fazendo jus ao recebimento de reparação indenizatória. Indiscutivelmente, foram juntados no feito o Boletim de Ocorrência evidenciando o evento danoso e o laudo pericial. Certo o direito a indenização, passo a análise de sua fixação. O montante a ser pago a título de indenização por seguro DPVAT deve observar o grau de invalidez previsto na tabela de acidentes pessoais adotada pela legislação vigente. Conforme se infere, a perícia foi realizada de acordo com a Lei nº. 6.194/74 com redação dada pela Medida Provisória nº. 451/2008, convertida em Lei nº. 11.945/2009, que disponibiliza tabela em anexo para auxílio a cálculo de invalidez permanente decorrente de trânsito para fins de seguro obrigatório. Nesta seara, tem-se que o valor estipulado em lei no caso de Seguro DPVAT, com a ocorrência de invalidez permanente, é de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), nos termos do art. 8º, da Lei n. 11.482/07, que alterou os arts. 3o, 4o, 5o e 11 da Lei no 6.194, de 19 de dezembro de 1974. Da análise da tabela de percentuais, constata-se que para o caso de perda anatômica e/ou funcional do membro inferior o

percentual incidente é de 70% (setenta por cento) do valor máximo da indenização – R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), que resulta a quantia de – R$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais). Considerando que o laudo pericial acostado consigna que o grau da invalidez que acomete a vítima em seu membro superior esquerdo é de 25% (vinte e cinco por cento), cujo percentual deverá ser calculado sobre o montante de R$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais), encontra-se o valor de R$ 2.362,50 (dois mil, trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos). Nesse passo, o montante indenizatório a ser pago deve ser atualizado, com incidência dos juros de mora a partir da data da citação (art. 405 do CC) e correção monetária contada a partir do evento danoso. Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão inicial, para condenar a requerida ao pagamento do de R$ 2.362,50 (dois mil, trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), a título de seguro obrigatório, acrescido de juros legais de 1% (um por cento) ao mês a partir da citação inicial e correção monetária pelo índice INPC a partir da data do sinistro (30/09/2017). Condeno ainda a parte requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo em R$ 1.000,00 (mil reais), na forma do artigo 85, §8º, do CPC/2015. Com o trânsito em julgado e nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá –MT, data registrada no sistema. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1030902-80.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
VANIA CRISTINA DOS SANTOS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ALBERTO PELISSARI CATANANTE OAB - MT17531-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1030902-80.2018.8.11.0041. AUTOR(A): VANIA CRISTINA DOS SANTOS RÉU: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório DPVAT ajuizada por Gesibely Cristina Santos da Silva, neste ato representada por sua genitora, Sra. Vania Cristina dos Santos, contra Porto Seguro Cia de Seguros Gerais. Para tanto, aduz a parte reclamante que foi vítima de acidente de trânsito ocorrido em 06/05/2018, ocasionando invalidez permanente, portanto, fazendo jus ao pleito indenizatório. Junto à inicial vieram os documentos. A parte requerida apresentou contestação arguindo as preliminares de alteração do polo passivo, ausência da comprovação de entrega da documentação, ausência do laudo do IML e boletim de ocorrência sem validade. No mérito, pugnou pela improcedência dos pedidos iniciais por ausência de provas constitutivas do direito pretendido. Realizada pericia junto ao ID n. 17065908, sobrevindo manifestação das partes em seguida. Vieram-me os autos conclusos. É o breve relato. Fundamento e decido. Pretende a parte requerente receber da reclamada o valor do seguro DPVAT, sob o argumento de que sofreu um acidente de trânsito na data de 06/05/2018. Passo a análise das preliminares suscitadas. I - Da legitimidade passiva ad causam da seguradora Com relação a preliminar de ilegitimidade passiva da demandada verifico que não merece guarida, uma vez que qualquer seguradora pertencente ao consórcio responde pelo pagamento da indenização decorrente do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres. Nesse sentido, eis o aresto jurisprudencial: SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. Sentença `ultra petita¿ quanto ao valor indenizatório, no que merece redução. Pedido de substituição do pólo passivo, com inclusão da Seguradora Líder S.A., desacolhido. De acordo com a redação do art. 5º da Lei nº. 6.194/74, com a redação dada pela Lei n. 11.482/2007, o pagamento da indenização está condicionado apenas à prova do acidente e do dano decorrente. Outrossim, comprovada a invalidez permanente, o valor da indenização deve corresponder a até 13.500,00, porquanto o inciso II do art. 3º da Lei nº. 6.194/74, com a redação dada pela Lei 11.482/07, não faz diferenciação quanto ao grau da invalidez. Verba honorária reduzida. APELAÇÃO PROVIDA EM PARTE. E SENTENÇA REDUZIDA NO VALOR DA INDENIZAÇÃO, POR "ULTRA PETITA¿ NO PONTO. (Apelação Cível Nº 70033155003, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Leo Lima, Julgado em 16/12/2009). Ademais, aplica-se ao caso a responsabilidade solidária, razão pela qual rejeito a preliminar. II – Da falta de interesse processual A ausência de comprovação de entrega da documentação necessária à regularização do sinistro não impede a resolução do feito, uma vez que a resistência administrativa restou caracterizada em juízo, com a contestação de mérito. Tal é o entendimento do Egrégio Tribunal de Justiça do Mato Grosso: RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE COBRANÇA SEGURO DPVAT – AÇÃO EXTINTA SEM JULGAMENTO DE MÉRITO – AUSÊNCIA DE PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO – DESNECESSIDADE – CONTESTAÇÃO DE MÉRITO CARACTERIZA PRETENSÃO RESISTIDA – DESNECESSÁRIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO PRÉVIO IN CASU – SENTENÇA ANULADA – PREQUESTIONAMENTO – INADMISSÍVEL NA FASE RECURSAL – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. Segundo o interesse de agir seria necessário demonstrar a pretensão resistida pela Seguradora, com o devido pedido administrativo prévio negado, no entanto desnecessário o mesmo, quando presente nos autos contestação de mérito, o que caracteriza a resistência in juízo. 2. Não há necessidade do Órgão Colegiado, em sede de apelação, citar os dispositivos usados a fim de prequestionamento. (Ap 35425/2017, DES. SEBASTIÃO DE MORAES FILHO, SEGUNDA CÂMARA CÍVEL, Julgado em 03/05/2017, Publicado no DJE 11/05/2017) Por tais argumentos, afasto a preliminar ventilada. III - Da ausência do Laudo do IML Em sede de preliminar alegou a requerida a ausência de laudo do IML, no entanto, verifico que não merece prosperar haja vista que é possível a comprovação do grau de lesão através de perícia médica. N nesse sentido: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT - AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML - INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL - DOCUMENTO DISPENSÁVEL - INÉPCIA NÃO CONFIGURADA - EXTINÇÃO PREMATURA - SENTENÇA CASSADA. É dispensável a juntada do Laudo do IML ou outro documento médico para instruir a ação de cobrança de seguro DPVAT , uma vez que é possível a comprovação do grau e da extensão das lesões durante a instrução processual. TJ-MG - Apelação Cível AC 10686140012978001 MG (TJ-MG). Por tais argumentos, afasto a preliminar ventilada. IV – Carência de Ação – Boletim de Ocorrência sem validade No que tange à preliminar arguida referente a não validade do Boletim de Ocorrência acostado nos autos, temos que como todo e qualquer documento público, o boletim goza de presunção de veracidade e legitimidade. Destarte, compete à parte requerida desconstituir tal presunção, mediante prova cabal, ônus do qual não se desincumbiu (art. 373, II, CPC). Outrossim, a Lei 6.194/74 não estabelece a obrigatoriedade de juntada do Boletim de Ocorrência, prescrevendo apenas que a indenização será paga mediante a exibição de prova do acidente e do dano decorrente. Desta forma, afasto a preliminar supracitada. Passo ao exame do mérito. V – Mérito Da documentação que acompanha a inicial, verifico que a pessoa vitimada enquadra-se nas hipóteses legais relativas ao seguro obrigatório, fazendo jus ao recebimento de reparação indenizatória. Indiscutivelmente, foram juntados no feito o Boletim de Ocorrência evidenciando o evento danoso e o laudo pericial. Certo o direito a indenização, passo a análise de sua fixação. O montante a ser pago a título de indenização por seguro DPVAT deve observar o grau de invalidez previsto na tabela de acidentes pessoais adotada pela legislação vigente. Conforme se infere, a perícia foi realizada de acordo com a Lei nº. 6.194/74 com redação dada pela Medida Provisória nº. 451/2008, convertida em Lei nº. 11.945/2009, que disponibiliza tabela em anexo para auxílio a cálculo de invalidez permanente decorrente de trânsito para fins de seguro obrigatório. Nesta seara, tem-se que o valor estipulado em lei no caso de Seguro DPVAT, com a ocorrência de invalidez permanente, é de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), nos termos do art. 8º, da Lei n. 11.482/07, que alterou os arts. 3o, 4o, 5o e 11 da Lei no 6.194, de 19 de dezembro de 1974. Da análise da tabela de percentuais, constata-se que para o caso de perda anatômica e/ou funcional do ombro o percentual incidente é de 25% (vinte e cinco por cento) do valor máximo da indenização – R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), que resulta a quantia de – R$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais). Considerando que o laudo pericial acostado consigna que o grau da invalidez que acomete a vítima em seu ombro direito é de 75% (setenta e cinco por cento), cujo percentual deverá ser calculado sobre o montante de R$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais), encontra-se o valor de R$ 2.531,25 (dois mil quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco

centavos). Nesse passo, o montante indenizatório a ser pago deve ser atualizado, com incidência dos juros de mora a partir da data da citação (art. 405 do CC) e correção monetária contada a partir do evento danoso. Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão inicial, para condenar a requerida ao pagamento do de R$ 2.531,25 (dois mil quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos), a título de seguro obrigatório, acrescido de juros legais de 1% (um por cento) ao mês a partir da citação inicial e correção monetária pelo índice INPC a partir da data do sinistro (06/05/2018). Condeno ainda a parte requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo em R$ 1.000,00 (mil reais) na forma do artigo 85, §8º, do CPC/2015. Com o trânsito em julgado e nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1007143-87.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
FLAVIO DE LIMA OLIVEIRA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
JOIR AUGUSTO LACCAL DA SILVA OAB - MT9457-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUIZ HENRIQUE VIEIRA OAB - MT26417-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1007143-87.2018.8.11.0041. AUTOR(A): FLAVIO DE LIMA OLIVEIRA RÉU: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório DPVAT ajuizada por Flavio de Lima Oliveira contra Porto Seguro Cia de Seguros Gerais. Para tanto, aduz a parte reclamante que foi vítima de acidente de trânsito ocorrido em 17/12/2017, ocasionando invalidez permanente, portanto, fazendo jus ao pleito indenizatório. Junto à inicial vieram os documentos. A parte requerida apresentou contestação arguindo as preliminares de alteração do polo passivo, ausência da comprovação de entrega da documentação, ausência de requerimento administrativo e comprovante de residência em nome de terceiro. No mérito, pugnou pela improcedência dos pedidos iniciais por ausência de provas constitutivas do direito pretendido. Realizada perícia junto ao id n. 15826122, sobrevindo em seguida manifestação das partes. Vieram-me os autos conclusos. É o breve relato. Fundamento e decido. Pretende a parte requerente receber da reclamada o valor do seguro DPVAT, sob o argumento de que sofreu um acidente de trânsito na data de 17/12/2017. Passo a análise das preliminares suscitadas. I - Da legitimidade passiva ad causam da seguradora Com relação a preliminar de ilegitimidade passiva da demandada verifico que não merece guarida, uma vez que qualquer seguradora pertencente ao consórcio responde pelo pagamento da indenização decorrente do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres. Nesse sentido, eis o aresto jurisprudencial: SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. Sentença `ultra petita¿ quanto ao valor indenizatório, no que merece redução. Pedido de substituição do pólo passivo, com inclusão da Seguradora Líder S.A., desacolhido. De acordo com a redação do art. 5º da Lei nº. 6.194/74, com a redação dada pela Lei n. 11.482/2007, o pagamento da indenização está condicionado apenas à prova do acidente e do dano decorrente. Outrossim, comprovada a invalidez permanente, o valor da indenização deve corresponder a até 13.500,00, porquanto o inciso II do art. 3º da Lei nº. 6.194/74, com a redação dada pela Lei 11.482/07, não faz diferenciação quanto ao grau da invalidez. Verba honorária reduzida. APELAÇÃO PROVIDA EM PARTE. E SENTENÇA REDUZIDA NO VALOR DA INDENIZAÇÃO, POR "ULTRA PETITA¿ NO PONTO. (Apelação Cível Nº 70033155003, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Leo Lima, Julgado em 16/12/2009). Ademais, aplica-se ao caso a responsabilidade solidária. II – Da falta de interesse processual A ausência de comprovação de entrega da documentação necessária à regularização do sinistro não impede a resolução do feito, uma vez que a resistência administrativa restou caracterizada em juízo, com a contestação de mérito. Tal é o entendimento do Egrégio Tribunal de Justiça do Mato Grosso: RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE COBRANÇA SEGURO DPVAT – AÇÃO EXTINTA SEM JULGAMENTO DE MÉRITO – AUSÊNCIA DE PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO – DESNECESSIDADE – CONTESTAÇÃO DE MÉRITO CARACTERIZA PRETENSÃO RESISTIDA – DESNECESSÁRIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO PRÉVIO IN CASU – SENTENÇA ANULADA – PREQUESTIONAMENTO – INADMISSÍVEL NA FASE RECURSAL – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. Segundo o interesse de agir seria necessário demonstrar a pretensão resistida pela Seguradora, com o devido pedido administrativo prévio negado, no entanto desnecessário o mesmo, quando presente nos autos contestação de mérito, o que caracteriza a resistência in juízo. 2. Não há necessidade do Órgão Colegiado, em sede de apelação, citar os dispositivos usados a fim de prequestionamento. (Ap 35425/2017, DES. SEBASTIÃO DE MORAES FILHO, SEGUNDA CÂMARA CÍVEL, Julgado em 03/05/2017, Publicado no DJE 11/05/2017) Por tais argumentos, afasto a preliminar ventilada. III – Da falta de interesse de agir Em sede preliminar, a requerida suscitou falta de interesse de agir em face de não esgotamento das vias administrativas, o que não merece prosperar. Diante do princípio constitucional de livre acesso ao Poder Judiciário, art. 5º, inc. XXXVI, da Constituição Federal, e frente a doutrina aplicada à espécie, não há de se cogitar em falta de interesse de agir por carência de ação. Ademais, não é necessário o esgotamento das vias administrativas para ingressar com demanda judicial. Por tais argumentos, afasto a preliminar ventilada. IV- Da ausência de pressuposto de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo. Em que pese o comprovante de endereço esteja em nome de terceiro, esse fato por si só não torna o processo inválido ou irregular, porquanto é comum que a pessoa não possua comprovante de endereço em seu nome, mormente por ser locatário ou residir com algum familiar, de modo que, não havendo nada que prove ao contrário, o documento jungido aos autos referente ao domicílio do requerente goza de veracidade. Ainda, sendo o autor domiciliado em Cuiabá, a ação pode ser intentada nesta Comarca, em consonância com o artigo 100, V, parágrafo único do CPC. Por esses motivos, afasto a preliminar ventilada. Passo à análise do mérito. V – Mérito Da documentação que acompanha a inicial, verifico que a pessoa vitimada enquadra-se nas hipóteses legais relativas ao seguro obrigatório, fazendo jus ao recebimento de reparação indenizatória. Indiscutivelmente, foram juntados no feito o Boletim de Ocorrência evidenciando o evento danoso e o laudo pericial. Certo o direito a indenização, passo a análise de sua fixação. O montante a ser pago a título de indenização por seguro DPVAT deve observar o grau de invalidez previsto na tabela de acidentes pessoais adotada pela legislação vigente. Conforme se infere, a perícia foi realizada de acordo com a Lei nº. 6.194/74 com redação dada pela Medida Provisória nº. 451/2008, convertida em Lei nº. 11.945/2009, que disponibiliza tabela em anexo para auxílio a cálculo de invalidez permanente decorrente de trânsito para fins de seguro obrigatório. Nesta seara, tem-se que o valor estipulado em lei no caso de Seguro DPVAT, com a ocorrência de invalidez permanente, é de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), nos termos do art. 8º, da Lei n. 11.482/07, que alterou os arts. 3o, 4o, 5o e 11 da Lei no 6.194, de 19 de dezembro de 1974. Da análise da tabela de percentuais, constata-se que para o caso de perda anatômica e/ou funcional do pé o percentual incidente é de 50% (cinquenta por cento) do valor máximo da indenização – R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), que resulta a quantia de – R$ 6.750,00 (seis mil setecentos e cinquenta reais). Considerando que o laudo pericial acostado consigna que o grau da invalidez que acomete a vítima é de 25% (vinte e cinco por cento), cujo percentual deverá ser calculado sobre o montante de R$ 6.750,00 (seis mil setecentos e cinquenta reais), encontra-se o valor de R$ 1.687,50 (mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos). Nesse passo, o montante indenizatório a ser pago deve ser atualizado, com incidência dos juros de mora a partir da data da citação (art. 405 do CC) e correção monetária contada a partir do evento danoso. Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão inicial, para condenar a requerida ao pagamento do de R$ 1.687,50 (mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), a título de seguro obrigatório, acrescido de juros legais de 1% (um por cento) ao mês a partir da citação inicial e correção monetária pelo índice INPC a partir da data do sinistro (17/12/2017). Condeno ainda a parte requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo em R$ 1.000,00 (mil reais) na forma do artigo 85, §8º, do CPC/2015. Com o trânsito em julgado e nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1019351-06.2018.8.11.0041

Parte(s) Polo Ativo:
LAFAYETE PAULO DE ALMEIDA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1019351-06.2018.8.11.0041. AUTOR(A): LAFAYETE PAULO DE ALMEIDA RÉU: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório DPVAT ajuizadas por Lafayete Paulo de Almeida contra Porto Seguro Cia de Seguros Gerais. Para tanto, aduz a parte reclamante que foi vítima de acidente de trânsito ocorrido em 06/06/2018, ocasionando invalidez permanente, portanto, fazendo jus ao pleito indenizatório. Junto à inicial vieram os documentos. A parte requerida apresentou contestação arguindo as preliminares de alteração do polo passivo e falta de interesse de agir. No mérito, pugnou pela improcedência dos pedidos iniciais por ausência de provas constitutivas do direito pretendido. Perícia realizada junto ao ID n. 15628275. Vieram-me os autos conclusos. É o breve relato. Fundamento e decido. Pretende a parte requerente receber da reclamada o valor do seguro DPVAT, sob o argumento de que sofreu um acidente de trânsito na data de 06/06/2018. Passo a análise das preliminares suscitadas. I - Da legitimidade passiva ad causam da seguradora Com relação a preliminar de ilegitimidade da demandada verifico que não merece guarida, uma vez que qualquer seguradora pertencente ao consórcio responde pelo pagamento da indenização decorrente do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres. Nesse sentido, eis o aresto jurisprudencial: SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. Sentença `ultra petita¿ quanto ao valor indenizatório, no que merece redução. Pedido de substituição do pólo passivo, com inclusão da Seguradora Líder S.A., desacolhido. De acordo com a redação do art. 5º da Lei nº. 6.194/74, com a redação dada pela Lei n. 11.482/2007, o pagamento da indenização está condicionado apenas à prova do acidente e do dano decorrente. Outrossim, comprovada a invalidez permanente, o valor da indenização deve corresponder a até 13.500,00, porquanto o inciso II do art. 3º da Lei nº. 6.194/74, com a redação dada pela Lei 11.482/07, não faz diferenciação quanto ao grau da invalidez. Verba honorária reduzida. APELAÇÃO PROVIDA EM PARTE. E SENTENÇA REDUZIDA NO VALOR DA INDENIZAÇÃO, POR "ULTRA PETITA¿ NO PONTO. (Apelação Cível Nº 70033155003, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Leo Lima, Julgado em 16/12/2009). Posto isso, rejeito a preliminar suscitada. II – Da falta de interesse de agir Em sede preliminar, a requerida suscitou falta de interesse de agir em face de não esgotamento das vias administrativas, o que não merece prosperar. Diante do princípio constitucional de livre acesso ao Poder Judiciário, art. 5º, inc. XXXVI, da Constituição Federal, e frente a doutrina aplicada à espécie, não há de se cogitar em falta de interesse de agir por carência de ação. Ademais, não é necessário o esgotamento das vias administrativas para ingressar com demanda judicial. Por tais argumentos, afasto a preliminar ventilada. Passo ao exame do mérito. III – Mérito Da documentação que acompanha a inicial, verifico que a pessoa vitimada enquadra-se nas hipóteses legais relativas ao seguro obrigatório, fazendo jus ao recebimento de reparação indenizatória. Indiscutivelmente, foram juntados no feito o Boletim de Ocorrência evidenciando o evento danoso e o laudo pericial. Certo o direito a indenização, passo a análise de sua fixação. O montante a ser pago a título de indenização por seguro DPVAT deve observar o grau de invalidez previsto na tabela de acidentes pessoais adotada pela legislação vigente. Conforme se infere, a perícia foi realizada de acordo com a Lei nº. 6.194/74 com redação dada pela Medida Provisória nº. 451/2008, convertida em Lei nº. 11.945/2009, que disponibiliza tabela em anexo para auxílio a cálculo de invalidez permanente decorrente de trânsito para fins de seguro obrigatório. Nesta seara, tem-se que o valor estipulado em lei no caso de Seguro DPVAT, com a ocorrência de invalidez permanente, é de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), nos termos do art. 8º, da Lei n. 11.482/07, que alterou os arts. 3o, 4o, 5o e 11 da Lei no 6.194, de 19 de dezembro de 1974. Da análise da tabela de percentuais, constata-se que para o caso de perda anatômica e/ou funcional do membro inferior o percentual incidente é de 70% (setenta por cento) do valor máximo da indenização – R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), que resulta a quantia de – R$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais). Considerando que o laudo pericial acostado consigna que o grau da invalidez que acomete a vítima é de 50% (cinquenta por cento), cujo percentual deverá ser calculado sobre o montante de R$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais), encontra-se o valor de R$ 4.725,00 (quatro mil setecentos e vinte e cinco reais). Nesse passo, o montante indenizatório a ser pago deve ser atualizado, com incidência dos juros de mora a partir da data da citação (art. 405 do CC) e correção monetária contada a partir do evento danoso. No que tange aos alegados danos morais sofridos pelo autor em face da não prestação de atendimento pela parte ré para protocolização do pedido administrativo, tenho que não merece prosperar, visto que se trata de mero aborrecimento não indenizável. Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão inicial, para condenar a requerida ao pagamento do de R$ 4.725,00 (quatro mil setecentos e vinte e cinco reais), a título de seguro obrigatório, acrescido de juros legais de 1% (um por cento) ao mês a partir da citação inicial e correção monetária pelo índice INPC a partir da data do sinistro (06/06/2018). Condeno ainda a parte requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo em R$ 1.000,00 (mil reais), na forma do artigo 85, §8º, do CPC/2015. Com o trânsito em julgado e nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1022559-32.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
DEUSENI PINHEIRO (REQUERENTE)
LUCAS PINHEIRO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ADRIANA DO CARMO COSTA MARQUES OAB - MT18047-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SEGURADORA LÍDER (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1022559-32.2017.8.11.0041. REQUERENTE: LUCAS PINHEIRO, DEUSENI PINHEIRO REQUERIDO: SEGURADORA LÍDER Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório DPVAT ajuizadas por Lucas Pinheiro contra Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT. Para tanto, aduz a parte reclamante que foi vítima de acidente de trânsito ocorrido em 26/11/2016, ocasionando invalidez permanente, portanto, fazendo jus ao pleito indenizatório. Junto à inicial vieram os documentos. A parte requerida apresentou contestação arguindo as preliminares da ausência de comprovação da entrega da documentação, da falta de interesse de agir, da ausência do laudo do IML. No mérito, pugnou pela improcedência dos pedidos iniciais por ausência de provas constitutivas do direito pretendido. Termo de audiência e perícia realizada junto ao ID n. 10798808, sobrevindo em seguida manifestação das partes. Vieram-me os autos conclusos. É o breve relato. Fundamento e decido. Pretende a parte requerente receber da reclamada o valor do seguro DPVAT, sob o argumento de que sofreu um acidente de trânsito na data de 26/11/2016. Passo a análise das preliminares suscitadas. I – Da falta de interesse processual A ausência de comprovação de entrega da documentação necessária à regularização do sinistro não impede a resolução do feito, uma vez que a resistência administrativa restou caracterizada em juízo, com a contestação de mérito. Tal é o entendimento do Egrégio Tribunal de Justiça do Mato Grosso: RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE COBRANÇA SEGURO DPVAT – AÇÃO EXTINTA SEM JULGAMENTO DE MÉRITO – AUSÊNCIA DE PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO – DESNECESSIDADE – CONTESTAÇÃO DE MÉRITO CARACTERIZA PRETENSÃO RESISTIDA – DESNECESSÁRIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO PRÉVIO IN CASU – SENTENÇA ANULADA – PREQUESTIONAMENTO – INADMISSÍVEL NA FASE RECURSAL – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. Segundo o interesse

de agir seria necessário demonstrar a pretensão resistida pela Seguradora, com o devido pedido administrativo prévio negado, no entanto desnecessário o mesmo, quando presente nos autos contestação de mérito, o que caracteriza a resistência in juízo. 2. Não há necessidade do Órgão Colegiado, em sede de apelação, citar os dispositivos usados a fim de prequestionamento. (Ap 35425/2017, DES. SEBASTIÃO DE MORAES FILHO, SEGUNDA CÂMARA CÍVEL, Julgado em 03/05/2017, Publicado no DJE 11/05/2017) Por tais argumentos, afasto a preliminar ventilada. II – Da falta de interesse de agir Em sede preliminar, a requerida suscitou falta de interesse de agir em face de não esgotamento das vias administrativas, o que não merece prosperar. Diante do princípio constitucional de livre acesso ao Poder Judiciário, art. 5º, inc. XXXVI, da Constituição Federal, e frente a doutrina aplicada à espécie, não há de se cogitar em falta de interesse de agir por carência de ação. Ademais, não é necessário o esgotamento das vias administrativas para ingressar com demanda judicial. Assim, rejeito a preliminar arguida. III - Da ausência do Laudo do IML Em sede de preliminar alegou a requerida a ausência de laudo do IML, no entanto, verifico que não merece prosperar haja vista que é possível a comprovação do grau da lesão através de perícia médica. Nesse sentido: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT - AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML - INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL - DOCUMENTO DISPENSÁVEL - INÉPCIA NÃO CONFIGURADA - EXTINÇÃO PREMATURA - SENTENÇA CASSADA. É dispensável a juntada do Laudo do IML ou outro documento médico para instruir a ação de cobrança de seguro DPVAT , uma vez que é possível a comprovação do grau e da extensão das lesões durante a instrução processual. TJ-MG - Apelação Cível AC 10686140012978001 MG (TJ-MG) Por tais argumentos, afasto a preliminar ventilada. Passo ao exame do mérito. IV – Mérito Da documentação que acompanha a inicial, verifico que a pessoa vitimada enquadra-se nas hipóteses legais relativas ao seguro obrigatório, fazendo jus ao recebimento de reparação indenizatória. Indiscutivelmente, foram juntados no feito o boletim de ocorrência evidenciando o evento danoso e o laudo pericial. Certo o direito a indenização, passo a análise de sua fixação. O montante a ser pago a título de indenização por seguro DPVAT deve observar o grau de invalidez previsto na tabela de acidentes pessoais adotada pela legislação vigente. Conforme se infere, a perícia foi realizada de acordo com a Lei nº. 6.194/74 com redação dada pela Medida Provisória nº. 451/2008, convertida em Lei nº. 11.945/2009, que disponibiliza tabela em anexo para auxílio a cálculo de invalidez permanente decorrente de trânsito para fins de seguro obrigatório. Nesta seara, tem-se que o valor estipulado em lei no caso de Seguro DPVAT, com a ocorrência de invalidez permanente, é de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), nos termos do art. 8º, da Lei n. 11.482/07, que alterou os arts. 3o, 4o, 5o e 11 da Lei no 6.194, de 19 de dezembro de 1974. Da análise da tabela de percentuais, constata-se que para o caso de perda anatômica e/ou funcional do membro inferior o percentual incidente é de 70% (setenta por cento) do valor máximo da indenização – R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), que resulta a quantia de – R$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais). Considerando que o laudo pericial acostado consigna que o grau da invalidez que acomete a vítima é de 50% (cinquenta por cento), cujo percentual deverá ser calculado sobre o montante de R$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais), encontra-se o valor de R$ 4.725,00 (quatro mil setecentos e vinte e cinco reais). Nesse passo, o montante indenizatório a ser pago deve ser atualizado, com incidência dos juros de mora a partir da data da citação (art. 405 do CC) e correção monetária contada a partir do evento danoso. Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão inicial, para condenar a requerida ao pagamento do de R$ 4.725,00 (quatro mil setecentos e vinte e cinco reais), a título de seguro obrigatório, acrescido de juros legais de 1% (um por cento) ao mês a partir da citação inicial e correção monetária pelo índice INPC a partir da data do sinistro (26/11/2016). Condeno ainda a parte requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo em R$ 1.000,00 (mil reais), na forma do artigo 85, § 8º, do CPC/2015. Com o trânsito em julgado e nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1021227-93.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MARCIO ALEXANDRE DO AMARAL PENA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
JOIR AUGUSTO LACCAL DA SILVA OAB - MT9457-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUCIMAR CRISTINA GIMENEZ CANO OAB - MT8506-A (ADVOGADO(A))
LUIZ HENRIQUE VIEIRA OAB - MT26417-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1021227-93.2018.8.11.0041. AUTOR(A): MARCIO ALEXANDRE DO AMARAL PENA RÉU: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório DPVAT ajuizada por Marcio Alexandre do Amaral Pena contra Porto Seguro Cia de Seguros Gerais. Para tanto, aduz a parte reclamante que foi vítima de acidente de trânsito ocorrido em 25/06/2018, ocasionando invalidez permanente, portanto, fazendo jus ao pleito indenizatório. Junto à inicial vieram os documentos. A parte requerida apresentou contestação arguindo as preliminares de ausência do requerimento administrativo, alteração do polo passivo e documento de residência em nome de terceiro. No mérito, pugnou pela improcedência dos pedidos iniciais por ausência de provas constitutivas do direito pretendido. Termo de audiência e perícia realizada junto ao ID n. 15598133, sobrevindo em seguida manifestação das partes. Vieram-me os autos conclusos. É o breve relato. Fundamento e decido. Pretende a parte requerente receber da reclamada o valor do seguro DPVAT, sob o argumento de que sofreu um acidente de trânsito na data de 25/06/2018. Passo a análise das preliminares suscitadas. I – Da falta de interesse processual A ausência de comprovação de entrega da documentação necessária à regularização do sinistro não impede a resolução do feito, uma vez que a resistência administrativa restou caracterizada em juízo, com a contestação de mérito. Tal é o entendimento do Egrégio Tribunal de Justiça do Mato Grosso: RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE COBRANÇA SEGURO DPVAT – AÇÃO EXTINTA SEM JULGAMENTO DE MÉRITO – AUSÊNCIA DE PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO – DESNECESSIDADE – CONTESTAÇÃO DE MÉRITO CARACTERIZA PRETENSÃO RESISTIDA – DESNECESSÁRIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO PRÉVIO IN CASU – SENTENÇA ANULADA – PREQUESTIONAMENTO – INADMISSÍVEL NA FASE RECURSAL – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. Segundo o interesse de agir seria necessário demonstrar a pretensão resistida pela Seguradora, com o devido pedido administrativo prévio negado, no entanto desnecessário o mesmo, quando presente nos autos contestação de mérito, o que caracteriza a resistência in juízo. 2. Não há necessidade do Órgão Colegiado, em sede de apelação, citar os dispositivos usados a fim de prequestionamento. (Ap 35425/2017, DES. SEBASTIÃO DE MORAES FILHO, SEGUNDA CÂMARA CÍVEL, Julgado em 03/05/2017, Publicado no DJE 11/05/2017) Por tais argumentos, afasto a preliminar ventilada. II - Da legitimidade passiva ad causam da seguradora Com relação a preliminar de ilegitimidade da demandada tenho que não merece guarida, uma vez que qualquer seguradora pertencente ao consórcio responde pelo pagamento da indenização decorrente do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres. Nesse sentido, eis o aresto jurisprudencial: SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. Sentença `ultra petita¿ quanto ao valor indenizatório, no que merece redução. Pedido de substituição do pólo passivo, com inclusão da Seguradora Líder S.A., desacolhido. De acordo com a redação do art. 5º da Lei nº. 6.194/74, com a redação dada pela Lei n. 11.482/2007, o pagamento da indenização está condicionado apenas à prova do acidente e do dano decorrente. Outrossim, comprovada a invalidez permanente, o valor da indenização deve corresponder a até 13.500,00, porquanto o inciso II do art. 3º da Lei nº. 6.194/74, com a redação dada pela Lei 11.482/07, não faz diferenciação quanto ao grau da invalidez. Verba honorária reduzida. APELAÇÃO PROVIDA EM PARTE. E SENTENÇA REDUZIDA NO VALOR DA INDENIZAÇÃO, POR "ULTRA PETITA¿ NO PONTO. (Apelação Cível Nº 70033155003, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Leo Lima, Julgado em 16/12/2009). Posto isso, rejeito a preliminar. III- Da ausência de pressuposto de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo. Em que pese o comprovante de endereço esteja em nome de terceiro, esse fato por si só não torna o processo inválido ou irregular, porquanto é comum que a pessoa não possua comprovante de endereço em seu nome, mormente por ser locatário ou residir com algum familiar, de modo que, não havendo nada que prove ao contrário, o documento jungido

aos autos referente ao domicílio do requerente goza de veracidade. Ainda, sendo o autor domiciliado em Cuiabá, a ação pode ser intentada nesta Comarca, em consonância com o artigo 100, V, parágrafo único do CPC. Nesse norte, afasto a preliminar ventilada. Passo ao exame do mérito. IV – Mérito Da documentação que acompanha a inicial, verifico que a pessoa vitimada enquadra-se nas hipóteses legais relativas ao seguro obrigatório, fazendo jus ao recebimento de reparação indenizatória. Indiscutivelmente, foram juntados no feito o boletim de ocorrência evidenciando o evento danoso e o laudo pericial. Certo o direito a indenização, passo a análise de sua fixação. O montante a ser pago a título de indenização por seguro DPVAT deve observar o grau de invalidez previsto na tabela de acidentes pessoais adotada pela legislação vigente. Conforme se infere, a perícia foi realizada de acordo com a Lei nº. 6.194/74 com redação dada pela Medida Provisória nº. 451/2008, convertida em Lei nº. 11.945/2009, que disponibiliza tabela em anexo para auxílio a cálculo de invalidez permanente decorrente de trânsito para fins de seguro obrigatório. Nesta seara, tem-se que o valor estipulado em lei no caso de Seguro DPVAT, com a ocorrência de invalidez permanente, é de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), nos termos do art. 8º, da Lei n. 11.482/07, que alterou os arts. 3o, 4o, 5o e 11 da Lei no 6.194, de 19 de dezembro de 1974. Da análise da tabela de percentuais, constata-se que para o caso de perda anatômica e/ou funcional do tornozelo o percentual incidente é de 25% (vinte e cinco por cento) do valor máximo da indenização – R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), que resulta a quantia de – R$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais). Considerando que o laudo pericial acostado consigna que o grau da invalidez que acomete a vítima em seu tornozelo esquerdo é de 75% (setenta e cinco por cento), cujo percentual deverá ser calculado sobre o montante de R$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais), encontra-se o valor de R$ 2.531,25 (dois mil quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos). Nesse passo, o montante indenizatório a ser pago deve ser atualizado, com incidência dos juros de mora a partir da data da citação (art. 405 do CC) e correção monetária contada a partir do evento danoso. Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão inicial, para condenar a requerida ao pagamento do de R$ 2.531,25 (dois mil quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos), a título de seguro obrigatório, acrescido de juros legais de 1% (um por cento) ao mês a partir da citação inicial e correção monetária pelo índice INPC a partir da data do sinistro (25/06/2018). Condeno ainda a parte requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo em R$ 1.000,00 (mil reais), na forma do artigo 85, §8º, do CPC/2015. Com o trânsito em julgado e nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1001101-85.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MARCELO VICENTE DUARTE (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1001101-85.2019.8.11.0041. AUTOR(A): MARCELO VICENTE DUARTE RÉU: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório DPVAT ajuizada por Marcelo Vicente Duarte contra Porto Seguro Cia de Seguros Gerais. Para tanto, aduz a parte reclamante que foi vítima de acidente de trânsito ocorrido em 03.10.2018, ocasionando invalidez permanente, portanto, fazendo jus ao pleito indenizatório. Junto à inicial vieram os documentos. A parte requerida apresentou contestação arguindo as preliminares de alteração do polo passivo e falta de interesse processual. No mérito, pugnou pela improcedência dos pedidos iniciais por ausência de provas constitutivas do direito pretendido. Termo de audiência e perícia realizada no ID n. 19649132, sobrevindo em seguida manifestação das partes. Vieram-me os autos conclusos. É o breve relato. Fundamento e decido. Pretende a parte requerente receber da reclamada o valor do seguro DPVAT, sob o argumento de que sofreu um acidente de trânsito na data de 03.10.2018. Passo a análise das preliminares suscitadas. I - Da legitimidade passiva ad causam da seguradora Com relação a preliminar de ilegitimidade da demandada tenho que não merece guarida, uma vez que qualquer seguradora pertencente ao consórcio responde pelo pagamento da indenização decorrente do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres. Nesse sentido, eis o aresto jurisprudencial: SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. Sentença `ultra petita¿ quanto ao valor indenizatório, no que merece redução. Pedido de substituição do pólo passivo, com inclusão da Seguradora Líder S.A., desacolhido. De acordo com a redação do art. 5º da Lei nº. 6.194/74, com a redação dada pela Lei n. 11.482/2007, o pagamento da indenização está condicionado apenas à prova do acidente e do dano decorrente. Outrossim, comprovada a invalidez permanente, o valor da indenização deve corresponder a até 13.500,00, porquanto o inciso II do art. 3º da Lei nº. 6.194/74, com a redação dada pela Lei 11.482/07, não faz diferenciação quanto ao grau da invalidez. Verba honorária reduzida. APELAÇÃO PROVIDA EM PARTE. E SENTENÇA REDUZIDA NO VALOR DA INDENIZAÇÃO, POR "ULTRA PETITA¿ NO PONTO. (Apelação Cível Nº 70033155003, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Leo Lima, Julgado em 16/12/2009). Posto isso, afasto a preliminar aventada. II – Da falta de interesse processual Em sede preliminar, a requerida suscitou falta de interesse de agir em face de não esgotamento das vias administrativas, o que não merece prosperar. Diante do princípio constitucional de livre acesso ao Poder Judiciário, art. 5º, inc. XXXVI, da Constituição Federal, e frente a doutrina aplicada à espécie, não há de se cogitar em falta de interesse de agir por carência de ação. Ademais, não é necessário o esgotamento das vias administrativas para ingressar com demanda judicial. Por tais argumentos, afasto a preliminar ventilada. Passo ao exame do mérito. III – Mérito Da documentação que acompanha a inicial, verifico que a pessoa vitimada enquadra-se nas hipóteses legais relativas ao seguro obrigatório, fazendo jus ao recebimento de reparação indenizatória. Indiscutivelmente, foram juntados no feito o boletim médico evidenciando o evento danoso e o laudo pericial. Certo o direito a indenização, passo a análise de sua fixação. O montante a ser pago a título de indenização por seguro DPVAT deve observar o grau de invalidez previsto na tabela de acidentes pessoais adotada pela legislação vigente. Conforme se infere, a perícia foi realizada de acordo com a Lei nº. 6.194/74 com redação dada pela Medida Provisória nº. 451/2008, convertida em Lei nº. 11.945/2009, que disponibiliza tabela em anexo para auxílio a cálculo de invalidez permanente decorrente de trânsito para fins de seguro obrigatório. Nesta seara, tem-se que o valor estipulado em lei no caso de Seguro DPVAT, com a ocorrência de invalidez permanente, é de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), nos termos do art. 8º, da Lei n. 11.482/07, que alterou os arts. 3o, 4o, 5o e 11 da Lei no 6.194, de 19 de dezembro de 1974. Da análise da tabela de percentuais, constata-se que para o caso de perda anatômica e/ou funcional da estrutura torácica o percentual incidente é de 100% (cem por cento) do valor máximo da indenização – R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), que resulta a quantia de – R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). Considerando que o laudo pericial acostado consigna que o grau da invalidez que acomete a vítima é de 10% (dez por cento), cujo percentual deverá ser calculado sobre o montante de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos), encontra-se o valor de R$ 1.350,00 (um mil trezentos e cinquenta reais). Nesse passo, o montante indenizatório a ser pago deve ser atualizado, com incidência dos juros de mora a partir da data da citação (art. 405 do CC) e correção monetária contada a partir do evento danoso. No que tange aos alegados danos morais sofridos pelo autor ante a não prestação de atendimento pela parte ré para protocolização do pedido administrativo, tenho que não merece prosperar, visto que se trata de mero aborrecimento não indenizável. Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão inicial, para condenar a requerida ao pagamento do de R$ 1.350,00 (um mil trezentos e cinquenta reais), a título de seguro obrigatório, acrescido de juros legais de 1% (um por cento) ao mês a partir da citação inicial e correção monetária pelo índice INPC a partir da data do sinistro (03/10/2018). Condeno ainda a parte requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo em R$ 1.000,00 (mil reais), na forma do artigo 85, §8º, do CPC/2015. Com o trânsito em julgado e nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL

Processo Número: 1003571-80.2017.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
DOCARMO DE OLIVEIRA BASTOS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCIO SALES DE FREITAS OAB - MT7888-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1003571-80.2017.8.11.0002. AUTOR(A): DOCARMO DE OLIVEIRA BASTOS RÉU: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório DPVAT ajuizada por Docarmo de Oliveira Bastos contra Porto Seguro Cia de Seguros Gerais. Para tanto, aduz a parte reclamante que foi vítima de acidente de trânsito ocorrido em 28/02/2016, ocasionando invalidez permanente, portanto, fazendo jus ao pleito indenizatório. Junto à inicial vieram os documentos. A parte requerida apresentou contestação arguindo preliminar de alteração do polo passivo e ausência do pedido administrativo. No mérito, pugnou pela improcedência dos pedidos iniciais por ausência de provas constitutivas do direito pretendido. Realizada perícia junto ao ID n. 1703239, sobrevindo em seguida manifestação das partes. Vieram-me os autos conclusos. É o breve relato. Fundamento e decido. Pretende a parte requerente receber da reclamada o valor do seguro DPVAT, sob o argumento de que sofreu um acidente de trânsito na data de 20/02/2016. Passo a análise das preliminares suscitadas. I - Da legitimidade passiva ad causam da seguradora Com relação a preliminar de ilegitimidade da demandada verifico que não merece guarida, uma vez que qualquer seguradora pertencente ao consórcio responde pelo pagamento da indenização decorrente do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres. Nesse sentido, eis o aresto jurisprudencial: SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. Sentença `ultra petita¿ quanto ao valor indenizatório, no que merece redução. Pedido de substituição do pólo passivo, com inclusão da Seguradora Líder S.A., desacolhido. De acordo com a redação do art. 5º da Lei nº. 6.194/74, com a redação dada pela Lei n. 11.482/2007, o pagamento da indenização está condicionado apenas à prova do acidente e do dano decorrente. Outrossim, comprovada a invalidez permanente, o valor da indenização deve corresponder a até 13.500,00, porquanto o inciso II do art. 3º da Lei nº. 6.194/74, com a redação dada pela Lei 11.482/07, não faz diferenciação quanto ao grau da invalidez. Verba honorária reduzida. APELAÇÃO PROVIDA EM PARTE. E SENTENÇA REDUZIDA NO VALOR DA INDENIZAÇÃO, POR "ULTRA PETITA¿ NO PONTO. (Apelação Cível Nº 70033155003, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Leo Lima, Julgado em 16/12/2009). Posto isso, rejeito a preliminar aventada. II – Da falta de interesse processual Em sede preliminar, a requerida suscitou falta de interesse de agir em face de não esgotamento das vias administrativas, o que não merece prosperar. Diante do princípio constitucional de livre acesso ao Poder Judiciário, art. 5º, inc. XXXVI, da Constituição Federal, e frente a doutrina aplicada à espécie, não há de se cogitar em falta de interesse de agir por carência de ação. Ademais, não é necessário o esgotamento das vias administrativas para ingressar com demanda judicial. Por tais argumentos, afasto a preliminar ventilada. Passo ao exame do mérito. III – Mérito Da documentação que acompanha a inicial, verifico que a pessoa vitimada enquadra-se nas hipóteses legais relativas ao seguro obrigatório, fazendo jus ao recebimento de reparação indenizatória. Indiscutivelmente, foram juntados no feito a documentação medica evidenciando o evento danoso e o laudo pericial. Certo o direito a indenização, passo a análise de sua fixação. O montante a ser pago a título de indenização por seguro DPVAT deve observar o grau de invalidez previsto na tabela de acidentes pessoais adotada pela legislação vigente. Conforme se infere, a perícia foi realizada de acordo com a Lei nº. 6.194/74 com redação dada pela Medida Provisória nº. 451/2008, convertida em Lei nº. 11.945/2009, que disponibiliza tabela em anexo para auxílio a cálculo de invalidez permanente decorrente de trânsito para fins de seguro obrigatório. Nesta seara, tem-se que o valor estipulado em lei no caso de Seguro DPVAT, com a ocorrência de invalidez permanente, é de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), nos termos do art. 8º, da Lei n. 11.482/07, que alterou os arts. 3o, 4o, 5o e 11 da Lei no 6.194, de 19 de dezembro de 1974. Da análise da tabela de percentuais, constata-se que para o caso de perda anatômica e/ou funcional do punho o percentual incidente é de 25% (vinte e cinco por cento) do valor máximo da indenização – R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), que resulta a quantia de – R$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais). Considerando que o laudo pericial acostado consigna que o grau da invalidez que acomete a vítima é de 75% (setenta e cinco por cento), cujo percentual deverá ser calculado sobre o montante de R$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais), encontra-se o valor de R$ 2.531,25 (dois mil quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos). Nesse passo, o montante indenizatório a ser pago deve ser atualizado, com incidência dos juros de mora a partir da data da citação (art. 405 do CC) e correção monetária contada a partir do evento danoso. Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão inicial, para condenar a requerida ao pagamento do de R$ 2.531,25 (dois mil quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos), a título de seguro obrigatório, acrescido de juros legais de 1% (um por cento) ao mês a partir da citação inicial e correção monetária pelo índice INPC a partir da data do sinistro (28/02/2016). Condeno ainda a parte requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo em R$ 1.000,00 (mil reais), na forma do artigo 85, §8º, do CPC/2015. Com o trânsito em julgado e nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1028532-31.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
SIDINEI APARECIDO DE ALMEIDA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
JOIR AUGUSTO LACCAL DA SILVA OAB - MT9457-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1028532-31.2018.8.11.0041. AUTOR(A): SIDINEI APARECIDO DE ALMEIDA RÉU: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório DPVAT ajuizada por Sidinei Aparecido de Almeida contra Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT. Para tanto, aduz a parte reclamante que foi vítima de acidente de trânsito ocorrido em 25/01/2015, ocasionando invalidez permanente, portanto, fazendo jus ao pleito indenizatório. Junto à inicial vieram os documentos. A parte requerida apresentou contestação arguindo as preliminares de ilegitimidade passiva; falta de interesse de agir e prescrição. No mérito, pugnou pela improcedência dos pedidos iniciais por ausência de provas constitutivas do direito pretendido. Perícia realizada no ID n. 17032088, sobrevindo em seguida manifestação das partes. Vieram-me os autos conclusos. É o breve relato. Fundamento e decido. Pretende a parte requerente receber da reclamada o valor do seguro DPVAT, sob o argumento de que sofreu um acidente de trânsito na data de 25/01/2015. Passo a análise das preliminares suscitadas. I - Da legitimidade passiva ad causam da seguradora Com relação a preliminar de ilegitimidade da demandada verifico que não merece guarida a pretensão da parte ré, uma vez que qualquer seguradora pertencente ao consórcio responde pelo pagamento da indenização decorrente do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres. Nesse sentido, eis o aresto jurisprudencial: SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. Sentença `ultra petita¿ quanto ao valor indenizatório, no que merece redução. Pedido de substituição do pólo passivo, com inclusão da Seguradora Líder S.A., desacolhido. De acordo com a redação do art. 5º da Lei nº. 6.194/74, com a redação dada pela Lei n. 11.482/2007, o pagamento da indenização está condicionado apenas à prova do acidente e do dano decorrente. Outrossim, comprovada a invalidez permanente, o valor da indenização deve corresponder a até 13.500,00, porquanto o inciso II do art. 3º da Lei nº. 6.194/74, com a redação dada pela Lei 11.482/07, não faz diferenciação quanto ao grau da invalidez. Verba honorária reduzida.

APELAÇÃO PROVIDA EM PARTE. E SENTENÇA REDUZIDA NO VALOR DA INDENIZAÇÃO, POR "ULTRA PETITA¿ NO PONTO. (Apelação Cível Nº 70033155003, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Leo Lima, Julgado em 16/12/2009). Posto isso, afasto a preliminar aventada. II – Da falta de interesse de agir Em sede preliminar, a requerida suscitou falta de interesse de agir em face de não esgotamento das vias administrativas, o que não merece prosperar. Diante do princípio constitucional de livre acesso ao Poder Judiciário, art. 5º, inc. XXXVI, da Constituição Federal, e frente a doutrina aplicada à espécie, não há de se cogitar em falta de interesse de agir por carência de ação. Ademais, não é necessário o esgotamento das vias administrativas para ingressar com demanda judicial. Por tais argumentos, afasto a preliminar ventilada. III – Prescrição Em se tratando de cobrança de indenização do seguro obrigatório - DPVAT, em decorrência de invalidez permanente, a contagem do prazo prescricional não se dá na data do acidente ou na data do julgamento administrativo, tem início quando o lesado tem conhecimento inequívoco de sua incapacidade, o que, via de regra, ocorre com a elaboração do laudo pericial. A propósito, eis o teor do verbete sumular 278 do STJ: STJ Súmula nº. 278: O termo inicial do prazo prescricional, na ação de indenização, é a data em que o segurado teve ciência inequívoca da incapacidade laboral. No caso dos autos, não há razões para se falar em prescrição, isso porque o prazo prescricional teve início com a constatação da invalidez, quando realizado o laudo que indiciou a debilidade em juízo. Por estas razões rejeito a prejudicial de mérito. Passo a analise do mérito. IV – Mérito Da documentação que acompanha a inicial, verifico que a pessoa vitimada enquadra-se nas hipóteses legais relativas ao seguro obrigatório, fazendo jus ao recebimento de reparação indenizatória. Indiscutivelmente, foram juntados no feito o boletim de ocorrência evidenciando o evento danoso e o laudo pericial. Certo o direito a indenização, passo a análise de sua fixação. O montante a ser pago a título de indenização por seguro DPVAT deve observar o grau de invalidez previsto na tabela de acidentes pessoais adotada pela legislação vigente. Conforme se infere, a perícia foi realizada de acordo com a Lei nº. 6.194/74 com redação dada pela Medida Provisória nº. 451/2008, convertida em Lei nº. 11.945/2009, que disponibiliza tabela em anexo para auxílio a cálculo de invalidez permanente decorrente de trânsito para fins de seguro obrigatório. Nesta seara, tem-se que o valor estipulado em lei no caso de Seguro DPVAT, com a ocorrência de invalidez permanente, é de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), nos termos do art. 8º, da Lei n. 11.482/07, que alterou os arts. 3o, 4o, 5o e 11 da Lei no 6.194, de 19 de dezembro de 1974. Da análise da tabela de percentuais, constata-se que para o caso de perda anatômica e/ou funcional da coluna vertebral o incidente é de 25% (vinte e cinco por cento) do valor máximo da indenização – R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), que resulta a quantia de – R$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais). Considerando que o laudo pericial acostado consigna que o grau da invalidez que acomete a vítima é de 50% (cinquenta por cento), cujo percentual deverá ser calculado sobre o montante de R$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais), encontra-se o valor de R$ 1.687,50 (mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos). Nesse passo, o montante indenizatório a ser pago deve ser atualizado, com incidência dos juros de mora a partir da data da citação (art. 405 do CC) e correção monetária contada a partir do evento danoso. Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão inicial, para condenar a requerida ao pagamento de R$ 1.687,50 (mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), a título de seguro obrigatório, acrescido de juros legais de 1% (um por cento) ao mês a partir da citação inicial e correção monetária pelo índice INPC a partir da data do sinistro (25/01/2015). Condeno ainda a parte requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo em R$ 1.000,00 (mil reais), na forma do artigo 85, §8º, do CPC/2015. Com o trânsito em julgado e nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1026360-19.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MIGUEL SOCORE MORRURE (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SILVA FERREIRA OAB - MT20957-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1026360-19.2018.8.11.0041. AUTOR(A): MIGUEL SOCORE MORRURE RÉU: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório DPVAT c/c Indenização por Danos Morais ajuizada por Miguel Socore Morruri contra Porto Seguro Cia de Seguros Gerais. Para tanto, aduz a parte reclamante que é genitor de Arnaldo Socore Putare, que foi vítima de acidente de trânsito ocorrido em 11/03/2018, ocasionando a sua morte, portanto, fazendo jus ao pleito indenizatório. Junto à inicial vieram os documentos. A parte requerida apresentou contestação, arguindo em sede preliminar a ilegitimidade passiva, do ato atentatório da dignidade da justiça, ilegitimidade ativa da parte autora para pleitear o pagamento integral da cobertura por morte e falta de interesse processual. No mérito, pugnou pela improcedência dos pedidos iniciais. Vieram-me os autos conclusos É o breve relato. Fundamento e decido. Pretende a parte requerente receber da reclamada o valor referente ao seguro DPVAT, sob o argumento de que seu filho Arnaldo Socore Putare veio a óbito em face de acidente de trânsito ocorrido em 11/03/2018, portanto, fazendo jus ao pleito indenizatório. Passo a análise das preliminares suscitadas. I – Da legitimidade passiva ad causam da seguradora Com relação a preliminar de ilegitimidade da demandada verifico que não merece guarida a pretensão, uma vez que qualquer seguradora pertencente ao consórcio responde pelo pagamento da indenização decorrente do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres. Nesse sentido, eis o aresto jurisprudencial: SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. Sentença `ultra petita¿ quanto ao valor indenizatório, no que merece redução. Pedido de substituição do pólo passivo, com inclusão da Seguradora Líder S.A., desacolhido. De acordo com a redação do art. 5º da Lei nº. 6.194/74, com a redação dada pela Lei n. 11.482/2007, o pagamento da indenização está condicionado apenas à prova do acidente e do dano decorrente. Outrossim, comprovada a invalidez permanente, o valor da indenização deve corresponder a até 13.500,00, porquanto o inciso II do art. 3º da Lei nº. 6.194/74, com a redação dada pela Lei 11.482/07, não faz diferenciação quanto ao grau da invalidez. Verba honorária reduzida. APELAÇÃO PROVIDA EM PARTE. E SENTENÇA REDUZIDA NO VALOR DA INDENIZAÇÃO, POR "ULTRA PETITA¿ NO PONTO. (Apelação Cível Nº 70033155003, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Leo Lima, Julgado em 16/12/2009). Posto isso, rejeito a preliminar suscitada. II – Do ato atentatório da dignidade da justiça No que tange o ato atentatório da dignidade da justiça pela ausência do autor e seu patrono na audiência de conciliação, tenho que não merece prosperar uma vez que de fato não houve a publicação do despacho que designaria o ato e horário da audiência. Por tais argumentos, afasto a preliminar ventilada. III - Da ilegitimidade ativa da parte autora para pleitear o pagamento integral da cobertura por morte A preliminar se confunde com o mérito e como tal será analisada. IV – Da falta de interesse processual Em sede preliminar, a requerida suscitou falta de interesse de agir em face de não esgotamento das vias administrativas, o que não merece prosperar. Diante do princípio constitucional de livre acesso ao Poder Judiciário, art. 5º, inc. XXXVI, da Constituição Federal, e frente a doutrina aplicada à espécie, não há de se cogitar em falta de interesse de agir por carência de ação. Ademais, não é necessário o esgotamento das vias administrativas para ingressar com demanda judicial. Por tais argumentos, afasto a preliminar ventilada. Passo ao exame do mérito. V – Mérito. Da documentação que acompanha a inicial, verifico que a pessoa vitimada enquadra-se nas hipóteses legais relativas ao seguro obrigatório, fazendo jus ao recebimento de reparação indenizatória. Indiscutivelmente, estão aportados no feito a Certidão de Óbito do Arnaldo Socore Putare e o Boletim de Ocorrência constado que foi vítima de acidente de trânsito (ID n. 14767448). Inicialmente, consigno que o valor estipulado em lei no caso de Seguro DPVAT, com a ocorrência de morte, é de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), nos termos do art. 8º, da Lei n. 11.482/07, que alterou os arts. 3o, 4o, 5o e 11 da Lei no 6.194, de 19 de dezembro de 1974. De outro giro, em análise da arguição de ilegitimidade ativa da requerente para pleitear o pagamento integral, deveras, há de se analisar o art. 8º, da Lei n. 11.482/07, que alterou os arts. 3o, 4o, 5o e 11 da Lei no 6.194, de 19 de dezembro de 1974, estabelecendo que a indenização em caso de morte será paga de acordo

com o disposto no art. 792, da Legislação Civil. Mencionado dispositivo do Código Civil elenca o rol dos beneficiários. Veja-se o aludido dispositivo: Art. 792. Na falta de indicação da pessoa ou beneficiário, ou se por qualquer motivo não prevalecer a que for feita, o capital segurado será pago por metade ao cônjuge não separado judicialmente, e o restante aos herdeiros do segurado, obedecida a ordem da vocação hereditária. In casu, o valor a ser auferido pelo autor será de metade, uma vez que o cujus não deixou herdeiros, sendo assim, os pais recebem o seguro dividido em proporção de cinquenta (50%) para cada, devendo então resguardar o direito de eventual herdeiro do falecido. Dirimindo qualquer controvérsia, trago à baila o seguinte julgado da 2ª Turma Recursal Cível do Estado de Mato Grosso, verbis: RECLAMAÇÃO – PRETENSÃO DE RECEBIMENTO DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT – PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE ATIVA – RESERVA DE 50% DA COTA DO GENITOR – PRELIMINAR ACOLHIDA – SINISTRO EFETIVAMENTE COMPROVADO POR DOCUMENTOS – PREVALÊNCIA DAS RAZÕES DE INTERESSE PÚBLICO E SOCIAL – ESTABELECIMENTO DA INDENIZAÇÃO EM SALÁRIO MÍNIMOS – CRITÉRIO LEGAL – RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. (TJMT – Recurso n. 3057/07 - 2ª Turma Recursal Cível. – Rel. Dr. João Bosco Soares da Silva). Conforme fundamentado alhures, não evidenciada a condição de único herdeiro do falecido segurado, é de se aplicar o disposto no art. 792, do Código Civil, razão pela qual o importe a ser pago é diminuído de metade, perfazendo o patamar de R$ 6.750,00 (seis mil e setecentos e cinquenta reais). No que tange aos alegados danos morais sofridos pelo autor ante a não prestação de atendimento pela parte ré para protocolização do pedido administrativo, tenho que não merece prosperar, visto que se trata de mero aborrecimento não indenizável. Nesse passo, o montante indenizatório a ser pago deve ser atualizado, com incidência dos juros de mora a partir da data da citação (art. 405 do CC) e correção monetária contada a partir do evento danoso. Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE a pretensão inicial, para condenar a requerida ao pagamento do importe de R$ 6.750,00 (seis mil setecentos e cinquenta reais), a título de seguro obrigatório, acrescido de juros legais de 1% (um por cento) a partir da citação inicial e correção monetária a partir da data do sinistro, qual seja, 11/03/2018. Condeno ainda a parte requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo em R$ 1.000,00 (mil reais), na forma do artigo 85, §§ 2º e 8º, do CPC/2015. Com o trânsito em julgado e nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá – MT, data registrada no sistema. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1001828-78.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
EDUARDO COURA RODRIGUES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JULIO CESAR DE CARVALHO JUNIOR OAB - MT10032-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SEGURADORA LÍDER (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO(A))
LUCIMAR CRISTINA GIMENEZ CANO OAB - MT8506-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1001828-78.2018.8.11.0041. REQUERENTE: EDUARDO COURA RODRIGUES REQUERIDO: SEGURADORA LÍDER Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório DPVAT ajuizada por Eduardo Coura Rodrigues contra Sul América Companhia Nacional de Seguros s/a. Para tanto, aduz a parte reclamante que foi vítima de acidente de trânsito ocorrido em 07/12/2015, ocasionando invalidez permanente, portanto, fazendo jus ao pleito indenizatório. Junto à inicial vieram os documentos. A parte requerida apresentou contestação arguindo as preliminares de alteração do polo passivo, ausência do requerimento administrativo, ausência de documentos e comprovante de residência não apresentado pela autora. No mérito, pugnou pela improcedência dos pedidos iniciais por ausência de provas constitutivas do direito pretendido. Perícia realizada no id n. 15596319, sobrevindo em seguida manifestação das partes. Vieram-me os autos conclusos. É o breve relato. Fundamento e decido. Pretende a parte requerente receber da reclamada o valor referente ao remanescente do seguro DPVAT, sob o argumento de que sofreu um acidente de trânsito na data de 07/12/2015. Passo a análise das preliminares suscitadas. I - Da legitimidade passiva ad causam da seguradora Com relação a preliminar de ilegitimidade da demandada verifico que não merece guarida, uma vez que qualquer seguradora pertencente ao consórcio responde pelo pagamento da indenização decorrente do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres. Nesse sentido, eis o aresto jurisprudencial: SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. Sentença `ultra petita¿ quanto ao valor indenizatório, no que merece redução. Pedido de substituição do pólo passivo, com inclusão da Seguradora Líder S.A., desacolhido. De acordo com a redação do art. 5º da Lei nº. 6.194/74, com a redação dada pela Lei n. 11.482/2007, o pagamento da indenização está condicionado apenas à prova do acidente e do dano decorrente. Outrossim, comprovada a invalidez permanente, o valor da indenização deve corresponder a até 13.500,00, porquanto o inciso II do art. 3º da Lei nº. 6.194/74, com a redação dada pela Lei 11.482/07, não faz diferenciação quanto ao grau da invalidez. Verba honorária reduzida. APELAÇÃO PROVIDA EM PARTE. E SENTENÇA REDUZIDA NO VALOR DA INDENIZAÇÃO, POR "ULTRA PETITA¿ NO PONTO. (Apelação Cível Nº 70033155003, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Leo Lima, Julgado em 16/12/2009). Posto isso, rejeito a preliminar suscitada. II– Da falta de interesse de agir Em sede preliminar, a requerida suscitou falta de interesse de agir em face de não esgotamento das vias administrativas, o que não merece prosperar. Diante do princípio constitucional de livre acesso ao Poder Judiciário, art. 5º, inc. XXXVI, da Constituição Federal, e frente a doutrina aplicada à espécie, não há de se cogitar em falta de interesse de agir por carência de ação. Ademais, não é necessário o esgotamento das vias administrativas para ingressar com demanda judicial. Por tais argumentos, afasto a preliminar ventilada. III- Da ausência de documentos essenciais Rejeito a preliminar tendo em vista que os documentos juntados na inicial estão completos. IV- Do Comprovante de endereço não apresentado pelo autor. O fato de o autor não ter juntado comprovante de residência não gera nulidade nos autos, haja vista que o art. 282, II, do CPC, apenas exige a indicação do endereço, não fazendo menção a exigência obrigatória de documento comprovante o endereço. Pelo que se verifica da inicial, a parte autora cumpriu a exigência do aludido artigo, razão pela qual a preliminar deve ser afastada. Nesse sentido, eis o seguinte precedente jurisprudencial: APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT – DESNECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO FORMAL DA RESIDÊNCIA DO AUTOR PARA FIXAÇÃO DA COMPETÊNCIA - PROSSEGUIMENTO REGULAR DA DEMANDA - RECURSO PROVIDO. É desnecessário impor à parte autora a apresentação de comprovante de endereço para fins de fixação de competência, já que o art. 282, II, do CPC impõe apenas a “indicação” do endereço, não havendo imposição legal acerca de sua comprovação para fins de fixação de competência. (Apelação nº 5883/2013, DES. JOÃO FERREIRA FILHO, PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL, Julgado em 29/10/2013, Publicado no DJE 05/11/2013) Nesse trilhar, afsato a preliminar aventada. Passo ao exame do mérito. V – Mérito Da documentação que acompanha a inicial, verifico que a pessoa vitimada enquadra-se nas hipóteses legais relativas ao seguro obrigatório, fazendo jus ao recebimento de reparação indenizatória. Indiscutivelmente, foram juntados no feito o Boletim de Ocorrência evidenciando o evento danoso e o laudo pericial. Certo o direito a indenização, passo a análise de sua fixação. O montante a ser pago a título de indenização por seguro DPVAT deve observar o grau de invalidez previsto na tabela de acidentes pessoais adotada pela legislação vigente. Conforme se infere, a perícia foi realizada de acordo com a Lei nº. 6.194/74 com redação dada pela Medida Provisória nº. 451/2008, convertida em Lei nº. 11.945/2009, que disponibiliza tabela em anexo para auxílio a cálculo de invalidez permanente decorrente de trânsito para fins de seguro obrigatório. Nesta seara, tem-se que o valor estipulado em lei no caso de Seguro DPVAT, com a ocorrência de invalidez permanente, é de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), nos termos do art. 8º, da Lei n. 11.482/07, que alterou os arts. 3o, 4o, 5o e 11 da Lei no 6.194, de 19 de dezembro de 1974. Da análise da tabela de percentuais, constata-se que para o caso de perda anatômica e/ou funcional da ESTRUTURA CRÂNIO-FACIAL o percentual incidente é de 100% (cem por cento) do valor máximo da indenização – R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), que resulta a quantia de – R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). Considerando que o laudo pericial acostado consigna que o grau da invalidez que acomete a vítima da sua

estrutura crânio facial é de 25% (vinte e cinco por cento), cujo percentual deverá ser calculado sobre o montante de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), encontra-se o valor de R$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais). Da análise da tabela de percentuais, constata-se que para o caso de perda anatômica e/ou funcional de LESÕES NEUROLÓGICAS o percentual incidente é de 100% (cem por cento) do valor máximo da indenização – R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), que resulta a quantia de – R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). Considerando que o laudo pericial acostado consigna que o grau da invalidez que acomete a vítima de lesões neurológicas é de 50% (cinquenta por cento), cujo percentual deverá ser calculado sobre o montante de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), encontra-se o valor de R$ 6.750,00 (seis mil setecentos e cinquenta reais). Assim, realizando a somatória dos valores acima, tem-se que a autora faz jus ao valor de R$ 10.125,00 (dez mil cento e vinte e cinco reais). Nesse passo, o montante indenizatório a ser pago deve ser atualizado, com incidência dos juros de mora a partir da data da citação (art. 405 do CC) e correção monetária contada a partir do evento danoso. Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão inicial, para condenar a requerida ao pagamento de R$ 10.125,00 (dez mil cento e vinte e cinco reais), a título de seguro obrigatório, acrescido de juros legais de 1% (um por cento) ao mês a partir da citação inicial e correção monetária pelo índice INPC a partir da data do sinistro (07/12/2015). Condeno ainda a parte requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo em 10% (dez por cento) do valor da condenação, na forma do artigo 85, §§ 2º, do CPC/2015. Com o trânsito em julgado e nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá – MT, data registrada no sistema. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1042070-79.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
KECIMONE MARCELINA GOMES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ROBERGES JUNIOR DE LIMA OAB - MT12918-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1042070-79.2018.8.11.0041. AUTOR(A): KECIMONE MARCELINA GOMES RÉU: BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório DPVAT ajuizada por Kecimone Marcelina Gomes contra Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros. Para tanto, aduz a parte reclamante que foi vítima de acidente de trânsito ocorrido em 29/02/2016, ocasionando invalidez permanente, portanto, fazendo jus ao pleito indenizatório. Junto à inicial vieram os documentos. A parte requerida apresentou contestação arguindo as preliminares de ilegitimidade passiva e falta de interesse de agir. No mérito, pugnou pela improcedência dos pedidos iniciais por ausência de provas constitutivas do direito pretendido. Termo de audiência e perícia realizada no id n. 18954669, sobrevindo em seguida manifestação das partes. Vieram-me os autos conclusos. É o breve relato. Fundamento e decido. Pretende a parte requerente receber da reclamada o valor do seguro DPVAT, sob o argumento de que sofreu um acidente de trânsito na data de 29/02/2016. Passo a análise das preliminares suscitadas. I - Da legitimidade passiva ad causam da seguradora Com relação a preliminar de ilegitimidade da demandada verifico que não merece guarida, uma vez que qualquer seguradora pertencente ao consórcio responde pelo pagamento da indenização decorrente do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres. Nesse sentido, eis o aresto jurisprudencial: SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. Sentença `ultra petita¿ quanto ao valor indenizatório, no que merece redução. Pedido de substituição do pólo passivo, com inclusão da Seguradora Líder S.A., desacolhido. De acordo com a redação do art. 5º da Lei nº. 6.194/74, com a redação dada pela Lei n. 11.482/2007, o pagamento da indenização está condicionado apenas à prova do acidente e do dano decorrente. Outrossim, comprovada a invalidez permanente, o valor da indenização deve corresponder a até 13.500,00, porquanto o inciso II do art. 3º da Lei nº. 6.194/74, com a redação dada pela Lei 11.482/07, não faz diferenciação quanto ao grau da invalidez. Verba honorária reduzida. APELAÇÃO PROVIDA EM PARTE. E SENTENÇA REDUZIDA NO VALOR DA INDENIZAÇÃO, POR "ULTRA PETITA¿ NO PONTO. (Apelação Cível Nº 70033155003, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Leo Lima, Julgado em 16/12/2009). Posto isso, afasto a preliminar aventada. II – Da falta de interesse de agir Em sede preliminar, a requerida suscitou falta de interesse de agir em face de não esgotamento das vias administrativas, o que não merece prosperar. Diante do princípio constitucional de livre acesso ao Poder Judiciário, art. 5º, inc. XXXVI, da Constituição Federal, e frente a doutrina aplicada à espécie, não há de se cogitar em falta de interesse de agir por carência de ação. Ademais, não é necessário o esgotamento das vias administrativas para ingressar com demanda judicial. Por tais argumentos, afasto a preliminar ventilada. Passo à análise do mérito. III – Mérito Da documentação que acompanha a inicial, verifico que a pessoa vitimada enquadra-se nas hipóteses legais relativas ao seguro obrigatório, fazendo jus ao recebimento de reparação indenizatória. Indiscutivelmente, foram juntados no feito a documentação medica evidenciando o evento danoso e o laudo pericial. Certo o direito a indenização, passo a análise de sua fixação. O montante a ser pago a título de indenização por seguro DPVAT deve observar o grau de invalidez previsto na tabela de acidentes pessoais adotada pela legislação vigente. Conforme se infere, a perícia foi realizada de acordo com a Lei nº. 6.194/74 com redação dada pela Medida Provisória nº. 451/2008, convertida em Lei nº. 11.945/2009, que disponibiliza tabela em anexo para auxílio a cálculo de invalidez permanente decorrente de trânsito para fins de seguro obrigatório. Nesta seara, tem-se que o valor estipulado em lei no caso de Seguro DPVAT, com a ocorrência de invalidez permanente, é de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), nos termos do art. 8º, da Lei n. 11.482/07, que alterou os arts. 3o, 4o, 5o e 11 da Lei no 6.194, de 19 de dezembro de 1974. Da análise da tabela de percentuais, constata-se que para o caso de perda anatômica e/ou funcional do membro inferior cujo percentual incidente é de 70% (cinquenta por cento) do valor máximo da indenização – R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), que resulta a quantia de – R$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais). Considerando que o laudo pericial acostado consigna que o grau da invalidez que acomete a vítima é de 50% (cinquenta por cento), cujo percentual deverá ser calculado sobre o montante de R$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais), encontra-se o valor de R$ 4.725,00 (quatro mil setecentos e vinte e cinco reais). Nesse passo, o montante indenizatório a ser pago deve ser atualizado, com incidência dos juros de mora a partir da data da citação (art. 405 do CC) e correção monetária contada a partir do evento danoso. Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão inicial, para condenar a requerida ao pagamento de R$ 4.725,00 (quatro mil setecentos e vinte e cinco reais), a título de seguro obrigatório, acrescido de juros legais de 1% (um por cento) ao mês a partir da citação inicial e correção monetária pelo índice INPC a partir da data do sinistro (29/02/2016). Condeno ainda a parte requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo em R$ 1.000,00 (mil reais), na forma do artigo 85, §8º, do CPC/2015. Com o trânsito em julgado e nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1013047-88.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
RICHARD WESLLEY PEREIRA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ALBERTO PELISSARI CATANANTE OAB - MT17531-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUIZ HENRIQUE VIEIRA OAB - MT26417-A (ADVOGADO(A))
JACKSON FREIRE JARDIM DOS SANTOS OAB - MT26992-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1013047-88.2018.8.11.0041. AUTOR(A): RICHARD WESLLEY PEREIRA RÉU: PORTO SEGURO COMPANHIA DE

SEGURO E CIA Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório DPVAT ajuizada por Richard Wesley Pereira contra Porto Seguro Cia de Seguros Gerais. Para tanto, aduz a parte reclamante que foi vítima de acidente de trânsito ocorrido em 30/12/2017, ocasionando invalidez permanente, portanto, fazendo jus ao pleito indenizatório. Junto à inicial vieram os documentos. A parte requerida apresentou contestação arguindo as preliminares de alteração do polo passivo, da falta de interesse processual, da ausência do requerimento administrativo, ausência do comprovante de residência e ausência de documentos. No mérito, pugnou pela improcedência dos pedidos iniciais por ausência de provas constitutivas do direito pretendido. Perícia realizada no ID n. 24290035, sobrevindo em seguida manifestação das partes. Vieram-me os autos conclusos. É o breve relato. Fundamento e decido. Pretende a parte requerente receber da reclamada o valor do seguro DPVAT, sob o argumento de que sofreu um acidente de trânsito na data de 30/12/2017. Passo a análise das preliminares suscitadas. I - Da legitimidade passiva ad causam da seguradora Com relação a preliminar de ilegitimidade da demandada verifico que não merece guarida, uma vez que qualquer seguradora pertencente ao consórcio responde pelo pagamento da indenização decorrente do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres. Nesse sentido, eis o aresto jurisprudencial: SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. Sentença `ultra petita¿ quanto ao valor indenizatório, no que merece redução. Pedido de substituição do pólo passivo, com inclusão da Seguradora Líder S.A., desacolhido. De acordo com a redação do art. 5º da Lei nº. 6.194/74, com a redação dada pela Lei n. 11.482/2007, o pagamento da indenização está condicionado apenas à prova do acidente e do dano decorrente. Outrossim, comprovada a invalidez permanente, o valor da indenização deve corresponder a até 13.500,00, porquanto o inciso II do art. 3º da Lei nº. 6.194/74, com a redação dada pela Lei 11.482/07, não faz diferenciação quanto ao grau da invalidez. Verba honorária reduzida. APELAÇÃO PROVIDA EM PARTE. E SENTENÇA REDUZIDA NO VALOR DA INDENIZAÇÃO, POR "ULTRA PETITA¿ NO PONTO. (Apelação Cível Nº 70033155003, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Leo Lima, Julgado em 16/12/2009). Posto isso, afasto a preliminar aventada. II – Da falta de interesse processual A ausência de comprovação de entrega da documentação necessária à regularização do sinistro não impede a resolução do feito, uma vez que a resistência administrativa restou caracterizada em juízo, com a contestação de mérito. Tal é o entendimento do Egrégio Tribunal de Justiça do Mato Grosso: RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE COBRANÇA SEGURO DPVAT – AÇÃO EXTINTA SEM JULGAMENTO DE MÉRITO – AUSÊNCIA DE PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO – DESNECESSIDADE – CONTESTAÇÃO DE MÉRITO CARACTERIZA PRETENSÃO RESISTIDA – DESNECESSÁRIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO PRÉVIO IN CASU – SENTENÇA ANULADA – PREQUESTIONAMENTO – INADMISSÍVEL NA FASE RECURSAL – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. Segundo o interesse de agir seria necessário demonstrar a pretensão resistida pela Seguradora, com o devido pedido administrativo prévio negado, no entanto desnecessário o mesmo, quando presente nos autos contestação de mérito, o que caracteriza a resistência in juízo. 2. Não há necessidade do Órgão Colegiado, em sede de apelação, citar os dispositivos usados a fim de prequestionamento. (Ap 35425/2017, DES. SEBASTIÃO DE MORAES FILHO, SEGUNDA CÂMARA CÍVEL, Julgado em 03/05/2017, Publicado no DJE 11/05/2017) Assim, rechaço a preliminar ventilada. III – Da falta de interesse de agir Em sede preliminar, a requerida suscitou falta de interesse de agir em face de não esgotamento das vias administrativas, o que não merece prosperar. Diante do princípio constitucional de livre acesso ao Poder Judiciário, art. 5º, inc. XXXVI, da Constituição Federal, e frente a doutrina aplicada à espécie, não há de se cogitar em falta de interesse de agir por carência de ação. Ademais, não é necessário o esgotamento das vias administrativas para ingressar com demanda judicial. Por tais argumentos, afasto a preliminar ventilada. IV - Do Comprovante de endereço não apresentado pelo autor O fato do autor não ter juntado comprovante de residência não gera nulidade nos autos, haja vista que o art. 282, II, do CPC, apenas exige a indicação do endereço, não fazendo menção a exigência obrigatória de documento comprovante o endereço. Pelo que se verifica da inicial, a parte autora cumpriu a exigência do aludido artigo, razão pela qual a preliminar deve ser afastada. Nesse sentido, eis o seguinte precedente jurisprudencial: APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT – DESNECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO FORMAL DA RESIDÊNCIA DO AUTOR PARA FIXAÇÃO DA COMPETÊNCIA - PROSSEGUIMENTO REGULAR DA DEMANDA - RECURSO PROVIDO. É desnecessário impor à parte autora a apresentação de comprovante de endereço para fins de fixação de competência, já que o art. 282, II, do CPC impõe apenas a “indicação” do endereço, não havendo imposição legal acerca de sua comprovação para fins de fixação de competência. (Apelação nº 5883/2013, DES. JOÃO FERREIRA FILHO, PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL, Julgado em 29/10/2013, Publicado no DJE 05/11/2013) Posto isso, rejeito a preliminar aventada. V- Ausência de documentos Rejeito a presente preliminar tendo em vista que os documentos juntados na inicial estão completos. No mais, passo ao exame do mérito. VI – Mérito Da documentação que acompanha a inicial, verifico que a pessoa vitimada enquadra-se nas hipóteses legais relativas ao seguro obrigatório, fazendo jus ao recebimento de reparação indenizatória. Indiscutivelmente, foram juntados no feito a documentação medica evidenciando o evento danoso e o laudo pericial. Certo o direito a indenização, passo a análise de sua fixação. O montante a ser pago a título de indenização por seguro DPVAT deve observar o grau de invalidez previsto na tabela de acidentes pessoais adotada pela legislação vigente. Conforme se infere, a perícia foi realizada de acordo com a Lei nº. 6.194/74 com redação dada pela Medida Provisória nº. 451/2008, convertida em Lei nº. 11.945/2009, que disponibiliza tabela em anexo para auxílio a cálculo de invalidez permanente decorrente de trânsito para fins de seguro obrigatório. Nesta seara, tem-se que o valor estipulado em lei no caso de Seguro DPVAT, com a ocorrência de invalidez permanente, é de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), nos termos do art. 8º, da Lei n. 11.482/07, que alterou os arts. 3o, 4o, 5o e 11 da Lei no 6.194, de 19 de dezembro de 1974. Da análise da tabela de percentuais, constata-se que para o caso de perda anatômica e/ou funcional do membro superior o percentual incidente é de 70% (setenta por cento) do valor máximo da indenização – R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), que resulta a quantia de – R$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais). Considerando que o laudo pericial acostado consigna que o grau da invalidez que acomete a vítima é de 50% (cinquenta por cento), cujo percentual deverá ser calculado sobre o montante de R$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais), encontra-se o valor de R$ 4.725,00 (quatro mil setecentos e vinte e cinco reais). Nesse passo, o montante indenizatório a ser pago deve ser atualizado, com incidência dos juros de mora a partir da data da citação (art. 405 do CC) e correção monetária contada a partir do evento danoso. Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão inicial, para condenar a requerida ao pagamento de R$ 4.725,00 (quatro mil setecentos e vinte e cinco reais), a título de seguro obrigatório, acrescido de juros legais de 1% (um por cento) ao mês a partir da citação inicial e correção monetária pelo índice INPC a partir da data do sinistro (30/12/2017). Condeno ainda a parte requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo em R$ 1.000,00 (mil reais), na forma do artigo 85, §8º, do CPC/2015. Com o trânsito em julgado e nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000063-38.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ADALTON CIGERZA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1000063-38.2019.8.11.0041. AUTOR(A): ADALTON CIGERZA RÉU: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório DPVAT c/c Indenização por Danos Morais ajuizada por Adalton Cigerza contra Porto Seguro Cia de Seguros Gerais. Para tanto, aduz a parte reclamante que foi vítima de acidente de trânsito ocorrido em 08/10/2018, ocasionando

invalidez permanente, portanto, fazendo jus ao pleito indenizatório. Junto à inicial vieram os documentos. Realização de avaliação médica (ID 19602904), sendo apresentado laudo pericial, manifestando-se em seguida as partes. A parte requerida apresentou contestação arguindo as preliminares de ilegitimidade passiva e falta de interesse de agir. No mérito, pugnou pela improcedência dos pedidos iniciais. Vieram-me os autos conclusos. É o breve relato. Fundamento e decido. Pretende a parte requerente receber da reclamada o valor referente ao seguro DPVAT, sob o argumento de que sofreu um acidente de trânsito na data de 08/10/2018. Passo a análise das preliminares suscitadas. I - Da legitimidade passiva ad causam da seguradora Com relação a preliminar de ilegitimidade da demandada verifico que não merece guarida, uma vez que qualquer seguradora pertencente ao consórcio responde pelo pagamento da indenização decorrente do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres. Nesse sentido, eis o aresto jurisprudencial: SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. Sentença `ultra petita¿ quanto ao valor indenizatório, no que merece redução. Pedido de substituição do pólo passivo, com inclusão da Seguradora Líder S.A., desacolhido. De acordo com a redação do art. 5º da Lei nº. 6.194/74, com a redação dada pela Lei n. 11.482/2007, o pagamento da indenização está condicionado apenas à prova do acidente e do dano decorrente. Outrossim, comprovada a invalidez permanente, o valor da indenização deve corresponder a até 13.500,00, porquanto o inciso II do art. 3º da Lei nº. 6.194/74, com a redação dada pela Lei 11.482/07, não faz diferenciação quanto ao grau da invalidez. Verba honorária reduzida. APELAÇÃO PROVIDA EM PARTE. E SENTENÇA REDUZIDA NO VALOR DA INDENIZAÇÃO, POR "ULTRA PETITA¿ NO PONTO. (Apelação Cível Nº 70033155003, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Leo Lima, Julgado em 16/12/2009). Posto isso, rejeito a preliminar suscitada. II – Da falta de interesse de agir Em sede preliminar, a requerida suscitou falta de interesse de agir em face de não esgotamento das vias administrativas, o que não merece prosperar. Diante do princípio constitucional de livre acesso ao Poder Judiciário, art. 5º, inc. XXXVI, da Constituição Federal, e frente a doutrina aplicada à espécie, não há de se cogitar em falta de interesse de agir por carência de ação. Ademais, não é necessário o esgotamento das vias administrativas para ingressar com demanda judicial. Por tais argumentos, afasto a preliminar ventilada. Passo ao exame do mérito. III - Mérito Da documentação que acompanha a inicial, verifico que a pessoa vitimada enquadra-se nas hipóteses legais relativas ao seguro obrigatório, fazendo jus ao recebimento de reparação indenizatória. Indiscutivelmente, foram juntados no feito o Boletim de Ocorrência evidenciando o evento danoso e o laudo pericial. Certo o direito a indenização, passo a análise de sua fixação. O montante a ser pago a título de indenização por seguro DPVAT deve observar o grau de invalidez previsto na tabela de acidentes pessoais adotada pela legislação vigente. Conforme se infere, a perícia foi realizada de acordo com a Lei nº. 6.194/74 com redação dada pela Medida Provisória nº. 451/2008, convertida em Lei nº. 11.945/2009, que disponibiliza tabela em anexo para auxílio a cálculo de invalidez permanente decorrente de trânsito para fins de seguro obrigatório. Nesta seara, tem-se que o valor estipulado em lei no caso de Seguro DPVAT, com a ocorrência de invalidez permanente, é de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), nos termos do art. 8º, da Lei n. 11.482/07, que alterou os arts. 3o, 4o, 5o e 11 da Lei no 6.194, de 19 de dezembro de 1974. Da análise da tabela de percentuais, constata-se que para o caso de perda anatômica e/ou funcional de um dos OMBROS o percentual incidente é de (25%) do valor máximo da indenização – R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), que resulta a quantia de – R$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais). Considerando que o laudo pericial acostado consigna que o grau da invalidez que acomete a vítima é de 75% (setenta e cinco por cento), cujo percentual deverá ser calculado sobre o montante de R$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais), encontra-se o valor de R$ 2.531,25 (dois mil quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos). Nesse passo, o montante indenizatório a ser pago deve ser atualizado, com incidência dos juros de mora a partir da data da citação (art. 405 do CC) e correção monetária contada a partir do evento danoso. Por fim, no que tange aos alegados danos morais sofridos pelo autor ante a não prestação de atendimento pela parte ré para protocolização do pedido administrativo, tenho que não merece prosperar, visto que se trata de mero aborrecimento não indenizável. Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão inicial, para condenar a requerida ao pagamento do importe R$ 2.531,25 (dois mil quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos), a título de seguro obrigatório, acrescido de juros legais de 1% (um por cento) ao mês a partir da citação inicial e correção monetária pelo índice INPC a partir da data do sinistro (08/10/2018). Condeno ainda a parte requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo em R$ 1.000,00 (mil reais), na forma do artigo 85, §§ 2º e 8º, do CPC/2015. Com o trânsito em julgado e nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá – MT, data registrada no sistema. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1016846-42.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
GONCALO FLORENTINO DA SILVA SOUZA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
JACKSON FREIRE JARDIM DOS SANTOS OAB - MT26992-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1016846-42.2018.8.11.0041. AUTOR(A): GONCALO FLORENTINO DA SILVA SOUZA RÉU: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT ajuizada por Gonçalo Florentino da Silva Souza contra Porto Seguro Cia de Seguros Gerais, em que pretende a condenação da reclamada ao pagamento da importância do valor de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). Para tanto, aduz a parte reclamante que foi vítima de acidente de trânsito ocorrido em 18/03/2018, ocasionando invalidez permanente, portanto, fazendo jus ao pleito indenizatório. Junto à inicial vieram os documentos. A parte requerida apresentou contestação arguindo as preliminares de ausência do requerimento administrativo, alteração do polo passivo e comprovante de residência em nome de terceiro. No mérito, pugnou pela improcedência dos pedidos iniciais. Designada perícia médica para evidenciação do nexo causal, a parte autora deixou de comparecer, conforme ID n. 23170016. Vieram-me os autos conclusos. É o breve relato. Fundamento e decido. Pretende a parte requerente receber da reclamada o valor referente ao seguro DPVAT, sob o argumento de que sofreu um acidente de trânsito na data de 18/03/2018. Passo a análise das preliminares suscitadas. I – Da falta de interesse de agir Em sede preliminar, a requerida suscitou falta de interesse de agir em face de não esgotamento das vias administrativas, o que não merece prosperar. Diante do princípio constitucional de livre acesso ao Poder Judiciário, art. 5º, inc. XXXVI, da Constituição Federal, e frente a doutrina aplicada à espécie, não há de se cogitar em falta de interesse de agir por carência de ação. Ademais, não é necessário o esgotamento das vias administrativas para ingressar com demanda judicial. II - Da legitimidade passiva ad causam da seguradora Com relação a preliminar de ilegitimidade da demandada verifico que não merece guarida, uma vez que qualquer seguradora pertencente ao consórcio responde pelo pagamento da indenização decorrente do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres. Nesse sentido, eis o aresto jurisprudencial: SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. Sentença `ultra petita¿ quanto ao valor indenizatório, no que merece redução. Pedido de substituição do pólo passivo, com inclusão da Seguradora Líder S.A., desacolhido. De acordo com a redação do art. 5º da Lei nº. 6.194/74, com a redação dada pela Lei n. 11.482/2007, o pagamento da indenização está condicionado apenas à prova do acidente e do dano decorrente. Outrossim, comprovada a invalidez permanente, o valor da indenização deve corresponder a até 13.500,00, porquanto o inciso II do art. 3º da Lei nº. 6.194/74, com a redação dada pela Lei 11.482/07, não faz diferenciação quanto ao grau da invalidez. Verba honorária reduzida. APELAÇÃO PROVIDA EM PARTE. E SENTENÇA REDUZIDA NO VALOR DA INDENIZAÇÃO, POR "ULTRA PETITA¿ NO PONTO. (Apelação Cível Nº 70033155003, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Leo Lima, Julgado em 16/12/2009). Posto isso, rejeito a preliminar suscitada. III- Da ausência de pressuposto de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo. Em que pese o comprovante de endereço esteja em nome de

terceiro, esse fato por si só não torna o processo inválido ou irregular, porquanto é comum que a pessoa não possua comprovante de endereço em seu nome, mormente por ser locatário ou residir com algum familiar, de modo que, não havendo nada que prove ao contrário, o documento jungido aos autos referente ao domicílio do requerente goza de veracidade. Ainda, sendo o autor domiciliado em Cuiabá, a ação pode ser intentada nesta Comarca, em consonância com o artigo 100, V, parágrafo único do CPC. Por esses motivos, afasto a preliminar ventilada. Passo ao exame do mérito. IV - Mérito Pretende a parte autora receber da reclamada o valor referente ao seguro DPVAT, sob o argumento de que sofreu um acidente de trânsito na data de 18/03/2018. Da documentação que acompanha a inicial, tenho que razão não assiste à autora. No caso em exame, no que tange à percepção dos valores atinentes ao seguro DPVAT, releva ponderar que a parte autora não comprovou a ocorrência de invalidez permanente em razão de sinistro noticiado nos autos, ônus que lhe impunha e do qual não se desincumbiu, a teor do que estabelece o art. 373, inciso I, do Código de Processo Civil. Note-se que o Perito nomeado nos autos informou que o autor não compareceu para realização da perícia, de maneira que não foi possível constatar a invalidez. Logo, não se verificou a condição para ser paga a indenização decorrente do seguro obrigatório previsto em lei. Destarte, não restou demonstrada a invalidez permanente decorrente do acidente de trânsito descrito na exordial, razão pela qual deve ser julgado improcedente o pedido formulado na inicial. Nesse sentido, colho o seguinte ensinamento jurisprudencial: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). INVALIDEZ PERMANENTE. LEI 11.945/09. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA INVALIDEZ. CABIMENTO DO JULGAMENTO EM DECISÃO MONOCRÁTICA. De acordo com o laudo pericial, as lesões sofridas pela parte autora não resultaram em invalidez permanente, nem total e nem parcial, não restando nenhuma sequela incapacitante. Dessa forma, não tendo a parte autora comprovado o fato constitutivo do seu direito, qual seja, sua efetiva invalidez permanente, ônus que lhe competia (art. 333, I, do CPC), não faz jus a percepção da indenização do seguro DPVAT. APELO DESPROVIDO EM DECISÃO MONOCRÁTICA. (Apelação Cível Nº 70046211306, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Gelson Rolim Stocker, Julgado em 13/02/2012). Diante do exposto, nos termos do artigo 487, inciso I, do CPC, JULGO IMPROCEDENTE a pretensão inicial. Condeno ainda a parte autora ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa, na forma do artigo 85, §§ 1º e 2º , do CPC/2015. Contudo, face ao deferimento de gratuidade de justiça em favor da parte autora, mantenho suspensa a exigibilidade, assim, tais valores só poderão ser cobrados se houver modificação no estado econômico da parte autora, no prazo de 5 (cinco) anos, contados da sentença, conforme a dicção do art. 98, §3º, do CPC. Com o trânsito em julgado e nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá – MT, data registrada no sistema. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1016186-82.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ERIQIUIS PIRIS DE SOUZA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
HUMBERTO AFFONSO DEL NERY OAB - MT6945-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1016186-82.2017.8.11.0041. AUTOR(A): ERIQIUIS PIRIS DE SOUZA RÉU: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT ajuizada Eriquis Piris de Souza contra Porto Seguro Cia de Seguros Gerais, em que pretende a condenação da reclamada ao pagamento da importância do valor de R$7.500,00 (sete mil e quinhentos reais). Para tanto, aduz a parte reclamante que foi vítima de acidente de trânsito ocorrido em 16/01/2017, ocasionando invalidez permanente, portanto, fazendo jus ao pleito indenizatório. Junto à inicial vieram os documentos. A parte requerida apresentou contestação arguindo a preliminar de ausência de requerimento administrativo, que serão analisadas a seguir. No mérito, pugnou pela improcedência dos pedidos iniciais ante a ausência de prova da real ocorrência do dano e do nexo causal. Impugnação à contestação juntada no ID 9395659. Realização de avaliação médica (ID 16140373), sendo apresentado laudo pericial, manifestando-se em seguida as partes. Vieram-me os autos conclusos. É o breve relato. Fundamento e decido. Pretende a parte requerente receber da reclamada o valor referente ao seguro DPVAT, sob o argumento de que sofreu um acidente de trânsito na data de 16/01/2017. Passo a análise da preliminar suscitada. I - Da falta de interesse de agir e ausência de comprovação da entrega de documentos Em sede preliminar, a requerida suscitou falta de interesse de agir em face de não esgotamento das vias administrativas e da não comprovação da entrega dos documentos na seara administrativa, o que não merece prosperar. Diante do princípio constitucional de livre acesso ao Poder Judiciário, art. 5º, inc. XXXVI, da Constituição Federal, e frente a doutrina aplicada à espécie, não há de se cogitar em falta de interesse de agir por carência de ação. Ademais, não é necessário o esgotamento das vias administrativas para ingressar com demanda judicial. Por tais argumentos, afasto a preliminar ventilada. Passo à análise do mérito. III - Mérito Da documentação que acompanha a inicial, verifico que a pessoa vitimada enquadra-se nas hipóteses legais relativas ao seguro obrigatório, fazendo jus ao recebimento de reparação indenizatória. Indiscutivelmente, foram juntados no feito o Boletim de Ocorrência evidenciando o evento danoso (ID 7326619) e o laudo pericial (ID 16140373). Certo o direito a indenização, passo a análise de sua fixação. O montante a ser pago a título de indenização por seguro DPVAT deve observar o grau de invalidez previsto na tabela de acidentes pessoais adotada pela legislação vigente. Conforme se infere, a perícia foi realizada de acordo com a Lei nº. 6.194/74 com redação dada pela Medida Provisória nº. 451/2008, convertida em Lei nº. 11.945/2009, que disponibiliza tabela em anexo para auxílio a cálculo de invalidez permanente decorrente de trânsito para fins de seguro obrigatório. Nesta seara, tem-se que o valor estipulado em lei no caso de Seguro DPVAT, com a ocorrência de invalidez permanente, é de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), nos termos do art. 8º, da Lei n. 11.482/07, que alterou os arts. 3o, 4o, 5o e 11 da Lei no 6.194, de 19 de dezembro de 1974. Da análise da tabela de percentuais, constata-se que para o caso de perda completa da mobilidade de um dos PUNHOS o percentual incidente é de 25% (vinte e cinco por cento) do valor máximo da indenização – R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), que resulta a quantia de – R$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais). Considerando que o laudo pericial acostado consigna que o grau da invalidez que acomete a vítima em seu punho esquerdo é de 25% (vinte e cinco por cento), cujo percentual deverá ser calculado sobre o montante de R$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais), encontra-se o valor de R$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos). Nesse passo, o montante indenizatório a ser pago deve ser atualizado, com incidência dos juros de mora a partir da data da citação (art. 405 do CC) e correção monetária contada a partir do evento danoso. Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão inicial, para condenar a requerida ao pagamento do importe R$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos), a título de seguro obrigatório, acrescido de juros legais de 1% (um por cento) ao mês a partir da citação inicial e correção monetária pelo índice INPC a partir da data do sinistro (16/01/2017). Condeno ainda a parte requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo em R$ 1.000,00 (mil reais), na forma do artigo 85, §§ 2º e 8º, do CPC/2015. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá – MT, data registrada no sistema. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1033938-67.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
FRANCELINA LOPES VIANA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
JOIR AUGUSTO LACCAL DA SILVA OAB - MT9457-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUIZ HENRIQUE VIEIRA OAB - MT26417-A (ADVOGADO(A))
LUCIMAR CRISTINA GIMENEZ CANO OAB - MT8506-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):

EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1033938-67.2017.8.11.0041. AUTOR(A): FRANCELINA LOPES VIANA RÉU: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório DPVAT ajuizada por Francelina Lopes Viana contra Porto Seguro Cia de Seguros Gerais. Para tanto, aduz a parte reclamante que foi vítima de acidente de trânsito ocorrido em 01/08/2015, ocasionando invalidez permanente, portanto, fazendo jus ao pleito indenizatório. Junto à inicial vieram os documentos. A parte requerida apresentou contestação arguindo as preliminares de ilegitimidade passiva, comprovante de residência não apresentado pela autora e ausência do requerimento administrativo. No mérito, pugnou pela improcedência dos pedidos iniciais por ausência de provas constitutivas do direito pretendido. Perícia realizada junto ao id n.11844482, sobrevindo em seguida manifestação das partes. Vieram-me os autos conclusos. É o breve relato. Fundamento e decido. Pretende a parte requerente receber da reclamada o valor do seguro DPVAT, sob o argumento de que sofreu um acidente de trânsito na data de 01/08/2015. Passo a análise das preliminares suscitadas. I - Da legitimidade passiva ad causam da seguradora Com relação a preliminar de ilegitimidade da demandada verifico que não merece guarida, uma vez que qualquer seguradora pertencente ao consórcio responde pelo pagamento da indenização decorrente do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres. Nesse sentido, eis o aresto jurisprudencial: SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. Sentença `ultra petita¿ quanto ao valor indenizatório, no que merece redução. Pedido de substituição do pólo passivo, com inclusão da Seguradora Líder S.A., desacolhido. De acordo com a redação do art. 5º da Lei nº. 6.194/74, com a redação dada pela Lei n. 11.482/2007, o pagamento da indenização está condicionado apenas à prova do acidente e do dano decorrente. Outrossim, comprovada a invalidez permanente, o valor da indenização deve corresponder a até 13.500,00, porquanto o inciso II do art. 3º da Lei nº. 6.194/74, com a redação dada pela Lei 11.482/07, não faz diferenciação quanto ao grau da invalidez. Verba honorária reduzida. APELAÇÃO PROVIDA EM PARTE. E SENTENÇA REDUZIDA NO VALOR DA INDENIZAÇÃO, POR "ULTRA PETITA¿ NO PONTO. (Apelação Cível Nº 70033155003, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Leo Lima, Julgado em 16/12/2009). Posto isso, afasto a preliminar ventilada. II – Da falta de interesse processual A ausência de comprovação de entrega da documentação necessária à regularização do sinistro não impede a resolução do feito, uma vez que a resistência administrativa restou caracterizada em juízo, com a contestação de mérito. Tal é o entendimento do Egrégio Tribunal de Justiça do Mato Grosso: RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE COBRANÇA SEGURO DPVAT – AÇÃO EXTINTA SEM JULGAMENTO DE MÉRITO – AUSÊNCIA DE PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO – DESNECESSIDADE – CONTESTAÇÃO DE MÉRITO CARACTERIZA PRETENSÃO RESISTIDA – DESNECESSÁRIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO PRÉVIO IN CASU – SENTENÇA ANULADA – PREQUESTIONAMENTO – INADMISSÍVEL NA FASE RECURSAL – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. Segundo o interesse de agir seria necessário demonstrar a pretensão resistida pela Seguradora, com o devido pedido administrativo prévio negado, no entanto desnecessário o mesmo, quando presente nos autos contestação de mérito, o que caracteriza a resistência in juízo. 2. Não há necessidade do Órgão Colegiado, em sede de apelação, citar os dispositivos usados a fim de prequestionamento. (Ap 35425/2017, DES. SEBASTIÃO DE MORAES FILHO, SEGUNDA CÂMARA CÍVEL, Julgado em 03/05/2017, Publicado no DJE 11/05/2017) Por tais argumentos, afasto a preliminar ventilada. III - Do Comprovante de endereço não apresentado pelo autor. O fato do autor não ter juntado comprovante de residência não gera nulidade nos autos, haja vista que o art. 282, II, do CPC, apenas exige a indicação do endereço, não fazendo menção a exigência obrigatória de documento comprovante o endereço. Pelo que se verifica da inicial, a parte autora cumpriu a exigência do aludido artigo, razão pela qual a preliminar deve ser afastada. Nesse sentido, eis o seguinte precedente jurisprudencial: APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT – DESNECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO FORMAL DA RESIDÊNCIA DO AUTOR PARA FIXAÇÃO DA COMPETÊNCIA - PROSSEGUIMENTO REGULAR DA DEMANDA - RECURSO PROVIDO. É desnecessário impor à parte autora a apresentação de comprovante de endereço para fins de fixação de competência, já que o art. 282, II, do CPC impõe apenas a “indicação” do endereço, não havendo imposição legal acerca de sua comprovação para fins de fixação de competência. (Apelação nº 5883/2013, DES. JOÃO FERREIRA FILHO, PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL, Julgado em 29/10/2013, Publicado no DJE 05/11/2013) Posto isso, rechaço a preliminar arguida. IV – Da falta de interesse de agir Em sede preliminar, a requerida suscitou falta de interesse de agir em face de não esgotamento das vias administrativas, o que não merece prosperar. Diante do princípio constitucional de livre acesso ao Poder Judiciário, art. 5º, inc. XXXVI, da Constituição Federal, e frente a doutrina aplicada à espécie, não há de se cogitar em falta de interesse de agir por carência de ação. Ademais, não é necessário o esgotamento das vias administrativas para ingressar com demanda judicial. Por tais argumentos, afasto a preliminar ventilada. Passo à análise do mérito. V – Mérito Da documentação que acompanha a inicial, verifico que a pessoa vitimada enquadra-se nas hipóteses legais relativas ao seguro obrigatório, fazendo jus ao recebimento de reparação indenizatória. Indiscutivelmente, foram juntados no feito o boletim de ocorrência evidenciando o evento danoso e o laudo pericial. Certo o direito a indenização, passo a análise de sua fixação. O montante a ser pago a título de indenização por seguro DPVAT deve observar o grau de invalidez previsto na tabela de acidentes pessoais adotada pela legislação vigente. Conforme se infere, a perícia foi realizada de acordo com a Lei nº. 6.194/74 com redação dada pela Medida Provisória nº. 451/2008, convertida em Lei nº. 11.945/2009, que disponibiliza tabela em anexo para auxílio a cálculo de invalidez permanente decorrente de trânsito para fins de seguro obrigatório. Nesta seara, tem-se que o valor estipulado em lei no caso de Seguro DPVAT, com a ocorrência de invalidez permanente, é de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), nos termos do art. 8º, da Lei n. 11.482/07, que alterou os arts. 3o, 4o, 5o e 11 da Lei no 6.194, de 19 de dezembro de 1974. Da análise da tabela de percentuais, constata-se que para o caso de perda anatômica e/ou funcional do joelho o percentual incidente é de 25% (vinte e cinco por cento) do valor máximo da indenização – R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), que resulta a quantia de – R$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais). Considerando que o laudo pericial acostado consigna que o grau da invalidez que acomete a vítima em seu joelho esquerdo é de 75% (setenta e cinco por cento), cujo percentual deverá ser calculado sobre o montante de R$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais), encontra-se o valor de R$ 2.531,25 (dois mil quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos). Nesse passo, o montante indenizatório a ser pago deve ser atualizado, com incidência dos juros de mora a partir da data da citação (art. 405 do CC) e correção monetária contada a partir do evento danoso. Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão inicial, para condenar a requerida ao pagamento do de R$ 2.531,25 (dois mil quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos), a título de seguro obrigatório, acrescido de juros legais de 1% (um por cento) ao mês a partir da citação inicial e correção monetária pelo índice INPC a partir da data do sinistro (01/08/2015). Condeno ainda a parte requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo R$ 1.000,00 (mil reais), na forma do artigo 85, §8º, do CPC/2015. Com o trânsito em julgado e nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1037188-11.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ROBERT GORDON SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA LUIZA ALAMINO BELLINCANTA OAB - MT9333-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1037188-11.2017.8.11.0041. AUTOR(A): ROBERT GORDON SILVA RÉU: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT ajuizada por Robert Gordon Silva contra Porto Seguro Cia de Seguros Gerais, em que

pretende a condenação da reclamada ao pagamento da importância do valor de R$ 37.440.00 (trinta e sete mil quatrocentos e quarenta reais). Para tanto, aduz a parte reclamante que foi vítima de acidente de trânsito ocorrido em 18/06/2017, ocasionando invalidez permanente, portanto, fazendo jus ao pleito indenizatório. Junto à inicial vieram os documentos. A parte requerida apresentou contestação arguindo preliminares de alteração do polo passivo, ausência do interesse de agir e ausência de laudo do IML, que serão analisadas a seguir. No mérito, pugnou pela improcedência dos pedidos iniciais por ausência de provas constitutivas do direito pretendido. Realização de avaliação médica (ID 15626776), sendo apresentado laudo pericial, manifestando-se em seguida as partes. Impugnação à contestação acostada no ID 18123631. Vieram-me os autos conclusos. É o breve relato. Fundamento e decido. Pretende a parte requerente receber da reclamada o valor referente ao seguro DPVAT, sob o argumento de que sofreu um acidente de trânsito na data de 18/06/2017. Passo a análise das preliminares suscitadas. I - Da legitimidade passiva ad causam da seguradora Com relação a preliminar de ilegitimidade da demandada e inclusão da Seguradora Líder S/A no polo passivo da demanda, não merece guarida a pretensão da parte ré, uma vez que qualquer seguradora pertencente ao consórcio responde pelo pagamento da indenização decorrente do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres. Nesse sentido, eis o aresto jurisprudencial: SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. Sentença `ultra petita¿ quanto ao valor indenizatório, no que merece redução. Pedido de substituição do pólo passivo, com inclusão da Seguradora Líder S.A., desacolhido. De acordo com a redação do art. 5º da Lei nº. 6.194/74, com a redação dada pela Lei n. 11.482/2007, o pagamento da indenização está condicionado apenas à prova do acidente e do dano decorrente. Outrossim, comprovada a invalidez permanente, o valor da indenização deve corresponder a até 13.500,00, porquanto o inciso II do art. 3º da Lei nº. 6.194/74, com a redação dada pela Lei 11.482/07, não faz diferenciação quanto ao grau da invalidez. Verba honorária reduzida. APELAÇÃO PROVIDA EM PARTE. E SENTENÇA REDUZIDA NO VALOR DA INDENIZAÇÃO, POR "ULTRA PETITA¿ NO PONTO. (Apelação Cível Nº 70033155003, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Leo Lima, Julgado em 16/12/2009). Ademais, aplica-se ao caso a responsabilidade solidária. Posto isso, rejeito a preliminar suscitada. II - Da falta de interesse de agir e ausência de comprovação da entrega de documentos Em sede preliminar, a requerida suscitou falta de interesse de agir em face de não esgotamento das vias administrativas e da não comprovação da entrega dos documentos na seara administrativa, o que não merece prosperar. Diante do princípio constitucional de livre acesso ao Poder Judiciário, art. 5º, inc. XXXVI, da Constituição Federal, e frente a doutrina aplicada à espécie, não há de se cogitar em falta de interesse de agir por carência de ação. Ademais, não é necessário o esgotamento das vias administrativas para ingressar com demanda judicial. Por tais argumentos, afasto a preliminar ventilada. II - Da ausência do Laudo do IML Em sede de preliminar alegou a requerida a ausência de laudo do IML, pois a ausência desse documento demonstra falta de Nexo Causal entre os fatos alegados, verifico que não merece prosperar haja vista que é possível a comprovação do grau de lesão através de pericia médica, nesse sentido: J-MG - Apelação Cível AC 10686140012978001 MG (TJ-MG) Data de publicação: 17/04/2015 Ementa: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT - AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML - INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL - DOCUMENTO DISPENSÁVEL - INÉPCIA NÃO CONFIGURADA - EXTINÇÃO PREMATURA - SENTENÇA CASSADA. É dispensável a juntada do Laudo do IML ou outro documento médico para instruir a ação de cobrança de seguro DPVAT , uma vez que é possível a comprovação do grau e da extensão das lesões durante a instrução processual. Por tais argumentos, afasto a preliminar ventilada. Passo à análise do mérito. II - Mérito Da documentação que acompanha a inicial, verifico que a pessoa vitimada enquadra-se nas hipóteses legais relativas ao seguro obrigatório, fazendo jus ao recebimento de reparação indenizatória. Indiscutivelmente, foram juntados no feito o Boletim de Ocorrência evidenciando o evento danoso (ID 11070271) e o laudo pericial (ID 15626776). Certo o direito a indenização, passo a análise de sua fixação. O montante a ser pago a título de indenização por seguro DPVAT deve observar o grau de invalidez previsto na tabela de acidentes pessoais adotada pela legislação vigente. Conforme se infere, a perícia foi realizada de acordo com a Lei nº. 6.194/74 com redação dada pela Medida Provisória nº. 451/2008, convertida em Lei nº. 11.945/2009, que disponibiliza tabela em anexo para auxílio a cálculo de invalidez permanente decorrente de trânsito para fins de seguro obrigatório. Nesta seara, tem-se que o valor estipulado em lei no caso de Seguro DPVAT, com a ocorrência de invalidez permanente, é de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), nos termos do art. 8º, da Lei n. 11.482/07, que alterou os arts. 3o, 4o, 5o e 11 da Lei no 6.194, de 19 de dezembro de 1974. Da análise da tabela de percentuais, constata-se que para o caso de perda anatômica e/ou funcional de qualquer uma das MÃOS o percentual incidente é de 70% (setenta por cento) do valor máximo da indenização – R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), que resulta a quantia de – R$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais). Considerando que o laudo pericial acostado consigna que o grau da invalidez que acomete a vítima em sua mão esquerda é de 25% (vinte e cinco por cento), cujo percentual deverá ser calculado sobre o montante de R$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais), encontra-se o valor de R$ 2.362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos). Nesse passo, o montante indenizatório a ser pago deve ser atualizado, com incidência dos juros de mora a partir da data da citação (art. 405 do CC) e correção monetária contada a partir do evento danoso. Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão inicial, para condenar a requerida ao pagamento do importe 2.362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), a título de seguro obrigatório, acrescido de juros legais de 1% (um por cento) ao mês a partir da citação inicial e correção monetária pelo índice INPC a partir da data do sinistro (18/06/2017). Condeno ainda a parte requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo em R$ 1.000,00 (mil reais), na forma do artigo 85, §§ 2º e 8º, do CPC/2015. Com o trânsito em julgado e nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá – MT, data registrada no sistema. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1019873-67.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LESINO MATEUS DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EVALDO CORSI JUNIOR OAB - MT17676-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1019873-67.2017.8.11.0041. REQUERENTE: LESINO MATEUS DA SILVA REQUERIDO: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório DPVAT ajuizada por Lesino Mateus da Silva contra Porto Seguro Cia de Seguros Gerais. Para tanto, aduz a parte autora que foi vítima de acidente de trânsito ocorrido em 01/08/2015, ocasionando invalidez permanente, portanto, fazendo jus ao pleito indenizatório. Junto à inicial vieram os documentos. A parte ré apresentou contestação arguindo as preliminares de alteração do polo passivo e falta de interesse de agir. No mérito, requer a improcedência dos pedidos iniciais ante a ausência de provas do alegado dano sofrido. Designada audiência com vistas à conciliação, esta restou infrutífera. Impugnação à contestação juntada no ID 10149930. Designada perícia médica para evidenciação do nexo causal, a parte autora deixou de comparecer, conforme informação de ID 24934773. Vieram-me os autos conclusos. É o breve relato. Fundamento e decido. Pretende a parte requerente receber da reclamada o valor referente ao seguro DPVAT, sob o argumento de que sofreu um acidente de trânsito na data de 01/08/2015. Passo a análise das preliminares suscitadas. I – Da falta de interesse de agir Em sede preliminar, a requerida suscitou falta de interesse de agir em face de não esgotamento das vias administrativas, o que não merece prosperar. Diante do princípio constitucional de livre acesso ao Poder Judiciário, art. 5º, inc. XXXVI, da Constituição Federal, e frente a doutrina aplicada à espécie, não há de se cogitar em falta de interesse de agir por carência de ação. Ademais, não é necessário o esgotamento das vias administrativas para ingressar com demanda judicial. II - Da legitimidade passiva ad causam da seguradora

Com relação a preliminar de ilegitimidade da demandada verifico que não merece guarida, uma vez que qualquer seguradora pertencente ao consórcio responde pelo pagamento da indenização decorrente do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres. Nesse sentido, eis o aresto jurisprudencial: SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. Sentença `ultra petita¿ quanto ao valor indenizatório, no que merece redução. Pedido de substituição do pólo passivo, com inclusão da Seguradora Líder S.A., desacolhido. De acordo com a redação do art. 5º da Lei nº. 6.194/74, com a redação dada pela Lei n. 11.482/2007, o pagamento da indenização está condicionado apenas à prova do acidente e do dano decorrente. Outrossim, comprovada a invalidez permanente, o valor da indenização deve corresponder a até 13.500,00, porquanto o inciso II do art. 3º da Lei nº. 6.194/74, com a redação dada pela Lei 11.482/07, não faz diferenciação quanto ao grau da invalidez. Verba honorária reduzida. APELAÇÃO PROVIDA EM PARTE. E SENTENÇA REDUZIDA NO VALOR DA INDENIZAÇÃO, POR "ULTRA PETITA¿ NO PONTO. (Apelação Cível Nº 70033155003, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Leo Lima, Julgado em 16/12/2009). Posto isso, rejeito a preliminar suscitada. Passo ao exame do mérito. III – Mérito Pretende a parte autora receber da reclamada o valor referente ao seguro DPVAT, sob o argumento de que sofreu um acidente de trânsito na data de 01/08/2015. Da documentação que acompanha a inicial, tenho que razão não assiste à autora. No caso em exame, no que tange à percepção dos valores atinentes ao seguro DPVAT, releva ponderar que a parte autora não comprovou a ocorrência de invalidez permanente em razão de sinistro noticiado nos autos, ônus que lhe impunha e do qual não se desincumbiu, a teor do que estabelece o art. 373, inciso I, do Código de Processo Civil. Note-se que o Perito nomeado nos autos informou que o autor não compareceu para realização da perícia, de maneira que não foi possível constatar a invalidez. Logo, não se verificou a condição para ser paga a indenização decorrente do seguro obrigatório previsto em lei. Destarte, não restou demonstrada a invalidez permanente decorrente do acidente de trânsito descrito na exordial, razão pela qual deve ser julgado improcedente o pedido formulado na inicial. Nesse sentido, colho o seguinte ensinamento jurisprudencial: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). INVALIDEZ PERMANENTE. LEI 11.945/09. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA INVALIDEZ. CABIMENTO DO JULGAMENTO EM DECISÃO MONOCRÁTICA. De acordo com o laudo pericial, as lesões sofridas pela parte autora não resultaram em invalidez permanente, nem total e nem parcial, não restando nenhuma sequela incapacitante. Dessa forma, não tendo a parte autora comprovado o fato constitutivo do seu direito, qual seja, sua efetiva invalidez permanente, ônus que lhe competia (art. 333, I, do CPC), não faz jus a percepção da indenização do seguro DPVAT. APELO DESPROVIDO EM DECISÃO MONOCRÁTICA. (Apelação Cível Nº 70046211306, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Gelson Rolim Stocker, Julgado em 13/02/2012). Diante do exposto, nos termos do artigo 487, inciso I, do CPC, JULGO IMPROCEDENTE a pretensão inicial. Condeno ainda a parte autora ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa, na forma do artigo 85, §§ 1º e 2º , do CPC/2015. Contudo, face ao deferimento de gratuidade de justiça em favor da parte autora, mantenho suspensa a exigibilidade, assim, tais valores só poderão ser cobrados se houver modificação no estado econômico da parte autora, no prazo de 5 (cinco) anos, contados da sentença, conforme a dicção do art. 98, §3º, do CPC. Com o trânsito em julgado e nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá – MT, data registrada no sistema. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1018578-58.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
TALITA POLIANA SANTOS RODRIGUES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1018578-58.2018.8.11.0041. AUTOR(A): TALITA POLIANA SANTOS RODRIGUES RÉU: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT ajuizada por Talita Poliana Santos Rodrigues contra Porto Seguro Cia de Seguros Gerais, em que pretende a condenação da reclamada ao pagamento da importância do valor de R$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). Para tanto, aduz a parte reclamante que foi vítima de acidente de trânsito ocorrido em 07/05/2018, ocasionando invalidez permanente, portanto, fazendo jus ao pleito indenizatório. Junto à inicial vieram os documentos. Realização de avaliação médica (ID 16763899), sendo apresentado laudo pericial, manifestando-se em seguida a parte autora. A parte ré, mesmo devidamente citada e intimada, deixou de ofertar resposta à ação. Vieram-me os autos conclusos. É o breve relato. Fundamento e decido. Pretende a parte requerente receber da reclamada o valor referente ao seguro DPVAT, sob o argumento de que sofreu um acidente de trânsito na data de 07/05/2018. A parte ré, conforme se extrai dos autos, embora devidamente citada e intimada, deixou de ofertar resposta à ação, sendo requerida pela autora a decretação da revelia. Dessa forma, a decretação de sua revelia é medida que se impõe, na forma do art. 344, presumindo-se verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor. Da documentação que acompanha a inicial, verifico que a pessoa vitimada enquadra-se nas hipóteses legais relativas ao seguro obrigatório, fazendo jus ao recebimento de reparação indenizatória. Indiscutivelmente, foram juntados no feito o Boletim de Ocorrência evidenciando o evento danoso (ID 13893356) e o laudo pericial (ID 16763899). Certo o direito a indenização, passo a análise de sua fixação. O montante a ser pago a título de indenização por seguro DPVAT deve observar o grau de invalidez previsto na tabela de acidentes pessoais adotada pela legislação vigente. Conforme se infere, a perícia foi realizada de acordo com a Lei nº. 6.194/74 com redação dada pela Medida Provisória nº. 451/2008, convertida em Lei nº. 11.945/2009, que disponibiliza tabela em anexo para auxílio a cálculo de invalidez permanente decorrente de trânsito para fins de seguro obrigatório. Nesta seara, tem-se que o valor estipulado em lei no caso de Seguro DPVAT, com a ocorrência de invalidez permanente, é de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), nos termos do art. 8º, da Lei n. 11.482/07, que alterou os arts. 3o, 4o, 5o e 11 da Lei no 6.194, de 19 de dezembro de 1974. Da análise da tabela de percentuais, constata-se que para o caso de perda completa da mobilidade de um dos PUNHOS o percentual incidente é de 25% (vinte e cinco por cento) do valor máximo da indenização – R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), que resulta a quantia de – R$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais). Considerando que o laudo pericial acostado consigna que o grau da invalidez que acomete a vítima em seu punho esquerdo é de 75% (setenta e cinco por cento), cujo percentual deverá ser calculado sobre o montante de R$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais), encontra-se o valor de R$ 2.531,25 (dois mil quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos). Nesse passo, o montante indenizatório a ser pago deve ser atualizado, com incidência dos juros de mora a partir da data da citação (art. 405 do CC) e correção monetária contada a partir do evento danoso. Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão inicial, para condenar a requerida ao pagamento do importe R$ 2.531,25 (dois mil quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos), a título de seguro obrigatório, acrescido de juros legais de 1% (um por cento) ao mês a partir da citação inicial e correção monetária pelo índice INPC a partir da data do sinistro (07/05/2018). Condeno ainda a parte requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo em R$ 1.000,00 (mil reais), na forma do artigo 85, §§ 2º e 8º, do CPC/2015. Com o trânsito em julgado e nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá – MT, data registrada no sistema. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1036672-54.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
VALCIR DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ALBERTO PELISSARI CATANANTE OAB - MT17531-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:

FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1036672-54.2018.8.11.0041. AUTOR(A): VALCIR DA SILVA RÉU: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório DPVAT ajuizadas por Valcir da Silva contra Porto Seguro Cia de Seguros Gerais. Para tanto, aduz a parte reclamante que foi vítima de acidente de trânsito ocorrido em 27/08/2018, ocasionando invalidez permanente, portanto, fazendo jus ao pleito indenizatório. Junto à inicial vieram os documentos. A parte requerida apresentou contestação arguindo as preliminares de defeito de representação; falta de interesse de agir; e ilegitimidade passiva. No mérito, pugnou pela improcedência dos pedidos iniciais por ausência de provas constitutivas do direito pretendido. Termo de audiência e perícia acostada junto ao ID n. 18193856, sobrevindo em seguida manifestação das partes. Vieram-me os autos conclusos. É o breve relato. Fundamento e decido. Pretende a parte requerente receber da reclamada o valor do seguro DPVAT, sob o argumento de que sofreu um acidente de trânsito na data de 27/08/2018. Passo a análise das preliminares suscitadas. I – Da falta de interesse de agir Em sede preliminar, a requerida suscitou falta de interesse de agir em face de não esgotamento das vias administrativas, o que não merece prosperar. Diante do princípio constitucional de livre acesso ao Poder Judiciário, art. 5º, inc. XXXVI, da Constituição Federal, e frente a doutrina aplicada à espécie, não há de se cogitar em falta de interesse de agir por carência de ação. Ademais, não é necessário o esgotamento das vias administrativas para ingressar com demanda judicial. II - Da legitimidade passiva ad causam da seguradora Com relação a preliminar de ilegitimidade da demandada verifico que não merece guarida, uma vez que qualquer seguradora pertencente ao consórcio responde pelo pagamento da indenização decorrente do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres. Nesse sentido, eis o aresto jurisprudencial: SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. Sentença `ultra petita¿ quanto ao valor indenizatório, no que merece redução. Pedido de substituição do pólo passivo, com inclusão da Seguradora Líder S.A., desacolhido. De acordo com a redação do art. 5º da Lei nº. 6.194/74, com a redação dada pela Lei n. 11.482/2007, o pagamento da indenização está condicionado apenas à prova do acidente e do dano decorrente. Outrossim, comprovada a invalidez permanente, o valor da indenização deve corresponder a até 13.500,00, porquanto o inciso II do art. 3º da Lei nº. 6.194/74, com a redação dada pela Lei 11.482/07, não faz diferenciação quanto ao grau da invalidez. Verba honorária reduzida. APELAÇÃO PROVIDA EM PARTE. E SENTENÇA REDUZIDA NO VALOR DA INDENIZAÇÃO, POR "ULTRA PETITA¿ NO PONTO. (Apelação Cível Nº 70033155003, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Leo Lima, Julgado em 16/12/2009). Posto isso, rejeito a preliminar suscitada. III – Da nulidade do processo A ré alega na preliminar a nulidade do processo em razão do documento de identidade “não assinado por impedimento” o que não merece prosperar, uma vez que o documento do autor foi extraviado, além de que restou superada a preliminar ao juntar a procuração reconhecida em cartório no ID n. 25289418. Por tais argumentos, afasto a preliminar ventilada. Passo à análise do mérito. IV – Mérito Da documentação que acompanha a inicial, verifico que a pessoa vitimada enquadra-se nas hipóteses legais relativas ao seguro obrigatório, fazendo jus ao recebimento de reparação indenizatória. Indiscutivelmente, foram juntados no feito a documentação médica evidenciando o evento danoso e o laudo pericial. Certo o direito a indenização, passo a análise de sua fixação. O montante a ser pago a título de indenização por seguro DPVAT deve observar o grau de invalidez previsto na tabela de acidentes pessoais adotada pela legislação vigente. Conforme se infere, a perícia foi realizada de acordo com a Lei nº. 6.194/74 com redação dada pela Medida Provisória nº. 451/2008, convertida em Lei nº. 11.945/2009, que disponibiliza tabela em anexo para auxílio a cálculo de invalidez permanente decorrente de trânsito para fins de seguro obrigatório. Nesta seara, tem-se que o valor estipulado em lei no caso de Seguro DPVAT, com a ocorrência de invalidez permanente, é de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), nos termos do art. 8º, da Lei n. 11.482/07, que alterou os arts. 3o, 4o, 5o e 11 da Lei no 6.194, de 19 de dezembro de 1974. Da análise da tabela de percentuais, constata-se que para o caso de perda anatômica e/ou funcional do membro inferior cujo percentual incidente é de 70% (setenta por cento) do valor máximo da indenização – R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), que resulta a quantia de – R$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais). Considerando que o laudo pericial acostado consigna que o grau da invalidez que acomete a vítima é de 75% (setenta e cinco por cento), cujo percentual deverá ser calculado sobre o montante de R$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais), encontra-se o valor de R$ 7.087,50 (sete mil e oitenta e sete reais e cinquenta centavos). Nesse passo, o montante indenizatório a ser pago deve ser atualizado, com incidência dos juros de mora a partir da data da citação (art. 405 do CC) e correção monetária contada a partir do evento danoso. Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão inicial, para condenar a requerida ao pagamento de R$ 7.087,50 (sete mil e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), a título de seguro obrigatório, acrescido de juros legais de 1% (um por cento) ao mês a partir da citação inicial e correção monetária pelo índice INPC a partir da data do sinistro (27/08/2018). Condeno ainda a parte requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo em R$ 1.000,00 (mil reais), na forma do artigo 85, §8º, do CPC/2015. Com o trânsito em julgado e nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1038335-38.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ALVACIR RODRIGUES DE MORAIS JUNIOR (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1038335-38.2018.8.11.0041. AUTOR(A): ALVACIR RODRIGUES DE MORAIS JUNIOR RÉU: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT c/c Indenização por Danos Morais ajuizada por Alvacir Rodrigues de Morais Junior contra Porto Seguro Cia de Seguros Gerais. Aduz a parte reclamante que foi vítima de acidente de trânsito ocorrido em 27/09/2014, ocasionando invalidez permanente, portanto, fazendo jus ao pleito indenizatório. Junto à inicial vieram os documentos. Realização de avaliação médica (ID 17579205), sendo apresentado laudo pericial, manifestando-se em seguida a parte autora. A parte ré, embora devidamente citada e intimada, deixou de apresentar contestação. Vieram-me os autos conclusos. É o breve relato. Fundamento e decido. Pretende a parte requerente receber da reclamada o valor referente ao seguro DPVAT, sob o argumento de que sofreu um acidente de trânsito na data de 27/09/2014. A parte ré, embora devidamente citada, deixou de ofertar contestação no prazo legal, inclusive não tendo se manifestado nos autos. Dessa forma, a decretação de sua revelia é medida que se impõe, na forma do art. 344, presumindo-se verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor. Da documentação que acompanha a inicial, verifico que a pessoa vitimada enquadra-se nas hipóteses legais relativas ao seguro obrigatório, fazendo jus ao recebimento de reparação indenizatória. Indiscutivelmente, foram juntados no feito a Certidão de Ocorrência evidenciando o evento danoso (ID 16301222) e o laudo pericial (ID 17579205). Certo o direito a indenização, passo a análise de sua fixação. O montante a ser pago a título de indenização por seguro DPVAT deve observar o grau de invalidez previsto na tabela de acidentes pessoais adotada pela legislação vigente. Conforme se infere, a perícia foi realizada de acordo com a Lei nº. 6.194/74 com redação dada pela Medida Provisória nº. 451/2008, convertida em Lei nº. 11.945/2009, que disponibiliza tabela em anexo para auxílio a cálculo de invalidez permanente decorrente de trânsito para fins de seguro obrigatório. Nesta seara, tem-se que o valor estipulado em lei no caso de Seguro DPVAT, com a ocorrência de invalidez permanente, é de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), nos termos do art. 8º, da Lei n. 11.482/07, que alterou os arts. 3o, 4o, 5o e 11 da Lei no 6.194, de 19 de dezembro de 1974. Da análise da tabela de percentuais, constata-se que para o caso de perda completa da mobilidade de um dos OMBROS o percentual incidente é de 25% (vinte e cinco por cento) do valor máximo da indenização – R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), que resulta a quantia de – R$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais). Considerando que o

laudo pericial acostado consigna que o grau da invalidez que acomete a vítima em seu ombro direito é de 50% (cinquenta por cento), cujo percentual deverá ser calculado sobre o montante de R$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais), encontra-se o valor de R$ 1.687,50 (mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos). Nesse passo, o montante indenizatório a ser pago deve ser atualizado, com incidência dos juros de mora a partir da data da citação (art. 405 do CC) e correção monetária contada a partir do evento danoso. Por fim, no que tange aos alegados danos morais sofridos pelo autor ante a não prestação de atendimento pela parte ré para protocolização do pedido administrativo, tenho que não merece prosperar, visto que se trata de mero aborrecimento não indenizável. Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão inicial, para condenar a requerida ao pagamento do importe R$ 1.687,50 (mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), a título de seguro obrigatório, acrescido de juros legais de 1% (um por cento) ao mês a partir da citação inicial e correção monetária pelo índice INPC a partir da data do sinistro (27/09/2014). Condeno ainda a parte requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo em R$ 1.000,00 (mil reais), na forma do artigo 85, §§ 2º e 8º, do CPC/2015. Com o trânsito em julgado e nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá – MT, data registrada no sistema. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1024243-55.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
VICTORIA MARIA GOMES MARTINS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
IZAIR DE ARRUDA BOTELHO OAB - MT19242/O (ADVOGADO(A))
EVALDO MAGNO LEITE TEIXEIRA OAB - MT22378/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1024243-55.2018.8.11.0041. AUTOR(A): VICTORIA MARIA GOMES MARTINS RÉU: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório DPVAT ajuizada por Victória Maria Gomes Martins contra Porto Seguro Cia de Seguros Gerais. Para tanto, aduz a parte reclamante que foi vítima de acidente de trânsito ocorrido em 02/02/2018, ocasionando invalidez permanente, portanto, fazendo jus ao pleito indenizatório. Junto à inicial vieram os documentos. A parte requerida apresentou contestação arguindo as preliminares de alteração do polo passivo, da necessidade de adequação do valor da causa e falta de interesse de agir. No mérito, pugnou pela improcedência dos pedidos iniciais por ausência de provas constitutivas do direito pretendido. Perícia realizada junto ao ID n. 22074974. Vieram-me os autos conclusos. É o breve relato. Fundamento e decido. Pretende a parte requerente receber da reclamada o valor da indenização do seguro DPVAT, sob o argumento de que sofreu um acidente de trânsito na data de 02/02/2018. Passo a análise das preliminares suscitadas. I - Da legitimidade passiva ad causam da seguradora Com relação a preliminar de ilegitimidade da demandada verifico que não merece guarida, uma vez que qualquer seguradora pertencente ao consórcio responde pelo pagamento da indenização decorrente do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres. Nesse sentido, eis o aresto jurisprudencial: SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. Sentença `ultra petita¿ quanto ao valor indenizatório, no que merece redução. Pedido de substituição do pólo passivo, com inclusão da Seguradora Líder S.A., desacolhido. De acordo com a redação do art. 5º da Lei nº. 6.194/74, com a redação dada pela Lei n. 11.482/2007, o pagamento da indenização está condicionado apenas à prova do acidente e do dano decorrente. Outrossim, comprovada a invalidez permanente, o valor da indenização deve corresponder a até 13.500,00, porquanto o inciso II do art. 3º da Lei nº. 6.194/74, com a redação dada pela Lei 11.482/07, não faz diferenciação quanto ao grau da invalidez. Verba honorária reduzida. APELAÇÃO PROVIDA EM PARTE. E SENTENÇA REDUZIDA NO VALOR DA INDENIZAÇÃO, POR "ULTRA PETITA¿ NO PONTO. (Apelação Cível Nº 70033155003, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Leo Lima, Julgado em 16/12/2009). Posto isso, rejeito a preliminar suscitada. II - Da necessidade de adequação do valor da causa Acerca da preliminar de adequação do valor da causa esta não merece prosperar, uma vez que a aferição do grau do dano só ocorre com a inequívoca certeza das partes no momento da pericia. Dessa forma tenho que o valor atribuído à causa não comporta correção. Rejeito a preliminar mencionada. III– Da falta de interesse de agir Em sede preliminar, a requerida suscitou falta de interesse de agir em face de não esgotamento das vias administrativas, o que não merece prosperar. Diante do princípio constitucional de livre acesso ao Poder Judiciário, art. 5º, inc. XXXVI, da Constituição Federal, e frente a doutrina aplicada à espécie, não há de se cogitar em falta de interesse de agir por carência de ação. Ademais, não é necessário o esgotamento das vias administrativas para ingressar com demanda judicial. Por tais argumentos, afasto a preliminar ventilada. Passo à análise do mérito. IV - Mérito Da documentação que acompanha a inicial, verifico que a pessoa vitimada enquadra-se nas hipóteses legais relativas ao seguro obrigatório, fazendo jus ao recebimento de reparação indenizatória. Indiscutivelmente, foram juntados no feito o Boletim de Ocorrência evidenciando o evento danoso e o laudo pericial. Certo o direito a indenização, passo a análise de sua fixação. O montante a ser pago a título de indenização por seguro DPVAT deve observar o grau de invalidez previsto na tabela de acidentes pessoais adotada pela legislação vigente. Conforme se infere, a perícia foi realizada de acordo com a Lei nº. 6.194/74 com redação dada pela Medida Provisória nº. 451/2008, convertida em Lei nº. 11.945/2009, que disponibiliza tabela em anexo para auxílio a cálculo de invalidez permanente decorrente de trânsito para fins de seguro obrigatório. Nesta seara, tem-se que o valor estipulado em lei no caso de Seguro DPVAT, com a ocorrência de invalidez permanente, é de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), nos termos do art. 8º, da Lei n. 11.482/07, que alterou os arts. 3o, 4o, 5o e 11 da Lei no 6.194, de 19 de dezembro de 1974. Da análise da tabela de percentuais, constata-se que para o caso de perda anatômica e/ou funcional de um dos MEMBROS INFERIORES o percentual incidente é de 70% (setenta por cento) do valor máximo da indenização – R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), que resulta a quantia de – R$ 9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais). Considerando que o laudo pericial acostado consigna que o grau da invalidez que acomete a vítima é de 50% (cinquenta por cento), cujo percentual deverá ser calculado sobre o montante de R$ 9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais), encontra-se o valor de R$ 4.725,00 (quatro mil, setecentos e vinte e cinco reais). Da análise da tabela de percentuais, constata-se que para o caso de perda anatômica e/ou funcional de uma das MÃOS o percentual incidente é de 70% (setenta por cento) do valor máximo da indenização – R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), que resulta a quantia de – R$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais). Considerando que o laudo pericial acostado consigna que o grau da invalidez que acomete a vítima é de 50% (cinquenta por cento), cujo percentual deverá ser calculado sobre o montante de R$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais), encontra-se o valor de R$ 4.725,00 (quatro mil, setecentos e vinte e cinco reais). Assim, da somatória dos valores encontrados acima, tem-se que a autora faz jus ao recebimento de R$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais). Nesse passo, o montante indenizatório a ser pago deve ser atualizado, com incidência dos juros de mora a partir da data da citação (art. 405 do CC) e correção monetária contada a partir do evento danoso. Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão inicial, para condenar a requerida ao pagamento do de R$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais), a título de seguro obrigatório, acrescido de juros legais de 1% (um por cento) ao mês a partir da citação inicial e correção monetária pelo índice INPC a partir da data do sinistro (02/02/2018). Condeno ainda a parte requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo em R$ 1.000,00 (mil reais), na forma do artigo 85, §§ 2º e 8º, do CPC/2015. Com o trânsito em julgado e nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá – MT, data registrada no sistema. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1008275-82.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Y. G. D. S. F. (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:

KAMILA DOS SANTOS CORREA OAB - 028.904.221-60 (REPRESENTANTE)
RAFAEL KRUEGER OAB - MT12058-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1008275-82.2018.8.11.0041. AUTOR(A): YURI GABRIEL DOS SANTOS FLORENCIANO REPRESENTANTE: KAMILA DOS SANTOS CORREA RÉU: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT ajuizada por Yuri Gabriel dos Santos Florenciano representado pela sua genitora Kamila dos Santos Corre, em face de Porto Seguro Cia de Seguros Gerais, em que pretende a condenação da reclamada ao pagamento da importância do valor de R$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). Para tanto, aduz a parte reclamante que foi vítima de acidente de trânsito ocorrido em 12/03/2018, ocasionando invalidez permanente, portanto, fazendo jus ao pleito indenizatório. Junto à inicial vieram os documentos. A parte requerida apresentou contestação arguindo as preliminares de alteração do polo passivo e falta de interesse de agir. No mérito, pugnou pela improcedência dos pedidos iniciais por ausência de provas constitutivas do direito pretendido. Realização de avaliação médica (ID 13372596), sendo apresentado laudo pericial, manifestando-se em seguida as partes. Parecer Ministerial junto ao ID n. 22747344. Vieram-me os autos conclusos. É o breve relato. Fundamento e decido. Pretende a parte requerente receber da reclamada o valor referente ao seguro DPVAT, sob o argumento de que sofreu um acidente de trânsito na data de 12/03/2018. Passo a análise das preliminares suscitadas. I- Da legitimidade passiva ad causam da seguradora Com relação a preliminar de ilegitimidade da demandada verifico que não merece guarida, uma vez que qualquer seguradora pertencente ao consórcio responde pelo pagamento da indenização decorrente do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres. Nesse sentido, eis o aresto jurisprudencial: SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. Sentença `ultra petita¿ quanto ao valor indenizatório, no que merece redução. Pedido de substituição do pólo passivo, com inclusão da Seguradora Líder S.A., desacolhido. De acordo com a redação do art. 5º da Lei nº. 6.194/74, com a redação dada pela Lei n. 11.482/2007, o pagamento da indenização está condicionado apenas à prova do acidente e do dano decorrente. Outrossim, comprovada a invalidez permanente, o valor da indenização deve corresponder a até 13.500,00, porquanto o inciso II do art. 3º da Lei nº. 6.194/74, com a redação dada pela Lei 11.482/07, não faz diferenciação quanto ao grau da invalidez. Verba honorária reduzida. APELAÇÃO PROVIDA EM PARTE. E SENTENÇA REDUZIDA NO VALOR DA INDENIZAÇÃO, POR "ULTRA PETITA¿ NO PONTO. (Apelação Cível Nº 70033155003, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Leo Lima, Julgado em 16/12/2009). Ademais, aplica-se ao caso a responsabilidade solidária. Posto isso, rejeito a preliminar suscitada. II – Da falta de interesse de agir Em sede preliminar, a requerida suscitou falta de interesse de agir em face de não esgotamento das vias administrativas, o que não merece prosperar. Diante do princípio constitucional de livre acesso ao Poder Judiciário, art. 5º, inc. XXXVI, da Constituição Federal, e frente a doutrina aplicada à espécie, não há de se cogitar em falta de interesse de agir por carência de ação. Ademais, não é necessário o esgotamento das vias administrativas para ingressar com demanda judicial. Por tais argumentos, afasto a preliminar ventilada. III – Mérito Da documentação que acompanha a inicial, verifico que a pessoa vitimada enquadra-se nas hipóteses legais relativas ao seguro obrigatório, fazendo jus ao recebimento de reparação indenizatória. Indiscutivelmente, foram juntados no feito o boletim de ocorrência evidenciando o evento danoso e o laudo pericial. Certo o direito a indenização, passo a análise de sua fixação. O montante a ser pago a título de indenização por seguro DPVAT deve observar o grau de invalidez previsto na tabela de acidentes pessoais adotada pela legislação vigente. Conforme se infere, a perícia foi realizada de acordo com a Lei nº. 6.194/74 com redação dada pela Medida Provisória nº. 451/2008, convertida em Lei nº. 11.945/2009, que disponibiliza tabela em anexo para auxílio a cálculo de invalidez permanente decorrente de trânsito para fins de seguro obrigatório. Nesta seara, tem-se que o valor estipulado em lei no caso de Seguro DPVAT, com a ocorrência de invalidez permanente, é de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), nos termos do art. 8º, da Lei n. 11.482/07, que alterou os arts. 3o, 4o, 5o e 11 da Lei no 6.194, de 19 de dezembro de 1974. Da análise da tabela de percentuais, constata-se que para o caso de perda anatômica e/ou funcional do cotovelo o percentual incidente é de 25% (cinquenta por cento) do valor máximo da indenização – R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), que resulta a quantia de – R$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais). Considerando que o laudo pericial acostado consigna que o grau da invalidez que acomete a vítima é de 50% (cinquenta por cento), cujo percentual deverá ser calculado sobre o montante de R$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais), encontra-se o valor de R$ 1.687,50 (um mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos). Nesse passo, o montante indenizatório a ser pago deve ser atualizado, com incidência dos juros de mora a partir da data da citação (art. 405 do CC) e correção monetária contada a partir do evento danoso. Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão inicial, para condenar a requerida ao pagamento de R$ 1.687,50 (um mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), a título de seguro obrigatório, acrescido de juros legais de 1% (um por cento) ao mês a partir da citação inicial e correção monetária pelo índice INPC a partir da data do sinistro (12/03/2018). Condeno ainda a parte requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo em R$ 1.000,00 (mil reais), na forma do artigo 85, §§2º e 8º, do CPC/2015. Com o trânsito em julgado e nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1038049-60.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
DIOGO DA MOTA RUBIO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SILVA FERREIRA OAB - MT20957-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1038049-60.2018.8.11.0041. AUTOR(A): DIOGO DA MOTA RUBIO RÉU: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT c/c Indenização por Danos Morais ajuizada por Diogo da Mota Rubio contra Porto Seguro Cia de Seguros Gerais, em que pretende a condenação da reclamada ao pagamento da importância do valor de R$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), além de indenização por danos morais. Para tanto, aduz a parte reclamante que foi vítima de acidente de trânsito ocorrido em 21/04/2018, ocasionando invalidez permanente, portanto, fazendo jus ao pleito indenizatório. Junto à inicial vieram os documentos. Realização de avaliação médica (ID 17584250), sendo apresentado laudo pericial, manifestando-se em seguida as partes. A parte ré, embora devidamente citada e intimada, deixou de ofertar resposta à ação sendo requerida pela parte autora a decretação da revelia (ID 18599800). Vieram-me os autos conclusos. É o breve relato. Fundamento e decido. Pretende a parte requerente receber da reclamada o valor referente ao seguro DPVAT, sob o argumento de que sofreu um acidente de trânsito na data de 21/04/2018. A parte ré, conforme se extrai dos autos, embora devidamente citada e intimada, deixou de ofertar resposta à ação, sendo requerida pela autora a decretação da revelia. Dessa forma, a decretação de sua revelia é medida que se impõe, na forma do art. 344 do CPC, presumindo-se verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor. Da documentação que acompanha a inicial, verifico que a pessoa vitimada enquadra-se nas hipóteses legais relativas ao seguro obrigatório, fazendo jus ao recebimento de reparação indenizatória. Indiscutivelmente, foram juntados no feito o Boletim de Ocorrência evidenciando o evento danoso (ID 16267126) e o laudo pericial (ID 17584250). Certo o direito a indenização, passo a análise de sua fixação. O montante a ser pago a título de indenização por seguro DPVAT deve observar o grau de invalidez

previsto na tabela de acidentes pessoais adotada pela legislação vigente. Conforme se infere, a perícia foi realizada de acordo com a Lei nº. 6.194/74 com redação dada pela Medida Provisória nº. 451/2008, convertida em Lei nº. 11.945/2009, que disponibiliza tabela em anexo para auxílio a cálculo de invalidez permanente decorrente de trânsito para fins de seguro obrigatório. Nesta seara, tem-se que o valor estipulado em lei no caso de Seguro DPVAT, com a ocorrência de invalidez permanente, é de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), nos termos do art. 8º, da Lei n. 11.482/07, que alterou os arts. 3o, 4o, 5o e 11 da Lei no 6.194, de 19 de dezembro de 1974. Da análise da tabela de percentuais, constata-se que para o caso de perda anatômica e/ou funcional de um dos MEMBROS SUPERIORES o percentual incidente é de 70% (setenta por cento) do valor máximo da indenização – R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), que resulta a quantia de – R$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais). Considerando que o laudo pericial acostado consigna que o grau da invalidez que acomete a vítima em seu membro superior direito é de 50% (cinquenta por cento), cujo percentual deverá ser calculado sobre o montante de R$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais), encontra-se o valor de R$ 4.725,00 (quatro mil setecentos e vinte e cinco reais). Nesse passo, o montante indenizatório a ser pago deve ser atualizado, com incidência dos juros de mora a partir da data da citação (art. 405 do CC) e correção monetária contada a partir do evento danoso. No que tange aos alegados danos morais sofridos pelo autor ante a não prestação de atendimento pela parte ré para protocolização do pedido administrativo, tenho que não merece prosperar, visto que se trata de mero aborrecimento não indenizável. Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão inicial, para condenar a requerida ao pagamento do importe R$ 4.725,00 (quatro mil setecentos e vinte e cinco reais), a título de seguro obrigatório, acrescido de juros legais de 1% (um por cento) ao mês a partir da citação inicial e correção monetária pelo índice INPC a partir da data do sinistro (21/04/2018). Condeno ainda a parte requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo em R$ 1.000,00 (mil reais), na forma do artigo 85, §§ 2º e 8º, do CPC/2015. Com o trânsito em julgado e nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá – MT, data registrada no sistema. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1018246-28.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ADILSON DAMACENO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1018246-28.2017.8.11.0041. AUTOR(A): ADILSON DAMACENO RÉU: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT ajuizada por Adilson Damaceno contra Porto Seguro Cia de Seguros Gerais, em que pretende a condenação da reclamada ao pagamento da importância do valor de R$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). Para tanto, aduz a parte reclamante que foi vítima de acidente de trânsito ocorrido em 15/03/2017, ocasionando invalidez permanente, portanto, fazendo jus ao pleito indenizatório. Junto à inicial vieram os documentos. A parte requerida apresentou contestação arguindo preliminar da alteração do polo passivo, da ausência do requerimento administrativo, que será analisada a seguir. No mérito, pugnou pela improcedência dos pedidos iniciais por ausência de provas constitutivas do direito pretendido. Realização de avaliação médica (ID 9567342), sendo apresentado laudo pericial, manifestando-se em seguida as partes. Sentença proferida no ID n. 13304532, a qual foi reformada em sede de apelação (ID n. 19820173) para realizar laudo complementar. Laudo complementar realizado junto ao ID n. 20435558. Instada a se manifestar, a parte ré concordou com a complementação feita pelo perito. Vieram-me os autos conclusos. É o breve relato. Fundamento e decido. Pretende a parte requerente receber da reclamada o valor referente ao seguro DPVAT, sob o argumento de que sofreu um acidente de trânsito na data de 15/03/2017. As preliminares já restaram superada, ao que passo diretamente ao exame do mérito Da documentação que acompanha a inicial, verifico que a pessoa vitimada enquadra-se nas hipóteses legais relativas ao seguro obrigatório, fazendo jus ao recebimento de reparação indenizatória. Indiscutivelmente, foram juntados no feito o boletim de ocorrência evidenciando o evento danoso e o laudo pericial. Certo o direito a indenização, passo a análise de sua fixação. O montante a ser pago a título de indenização por seguro DPVAT deve observar o grau de invalidez previsto na tabela de acidentes pessoais adotada pela legislação vigente. Conforme se infere, a perícia foi realizada de acordo com a Lei nº. 6.194/74 com redação dada pela Medida Provisória nº. 451/2008, convertida em Lei nº. 11.945/2009, que disponibiliza tabela em anexo para auxílio a cálculo de invalidez permanente decorrente de trânsito para fins de seguro obrigatório. Nesta seara, tem-se que o valor estipulado em lei no caso de Seguro DPVAT, com a ocorrência de invalidez permanente, é de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), nos termos do art. 8º, da Lei n. 11.482/07, que alterou os arts. 3o, 4o, 5o e 11 da Lei no 6.194, de 19 de dezembro de 1974. Da análise da tabela de percentuais, constata-se que para o caso de perda anatômica e/ou funcional da mão o percentual incidente é de 70% (setenta por cento) do valor máximo da indenização – R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), que resulta na quantia de – R$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais). Considerando que o laudo pericial complementar acostado (ID n. 20435558) consigna que o grau da invalidez que acomete a vítima em sua mão esquerda é de 50% (cinquenta por cento), cujo percentual deverá ser calculado sobre o montante de R$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais), encontra-se o valor de R$ 4.725,00 (quatro mil setecentos e vinte e cinco reais). Nesse passo, o montante indenizatório a ser pago deve ser atualizado, com incidência dos juros de mora a partir da data da citação (art. 405 do CC) e correção monetária contada a partir do evento danoso. Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão inicial, para condenar a requerida ao pagamento de R$ 4.725,00 (quatro mil setecentos e vinte e cinco reais), a título de seguro obrigatório, acrescido de juros legais de 1% (um por cento) ao mês a partir da citação inicial e correção monetária pelo índice INPC a partir da data do sinistro (15/03/2017). Condeno ainda a parte requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo em R$ 1.000,00 (mil reais) na forma do artigo 85, §§ 2º e 8º, do CPC/2015. Com o trânsito em julgado e nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1036197-98.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
SILVIA REGINA NASCIMENTO DE SOUZA (AUTOR(A))
JOSE CARLOS DA COSTA MARQUES JUNIOR (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1036197-98.2018.8.11.0041. AUTOR(A): JOSE CARLOS DA COSTA MARQUES JUNIOR, SILVIA REGINA NASCIMENTO DE SOUZA RÉU: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório DPVAT c/c Danos Morais ajuizada por José Carlos da Costa Marques Junior, menor impúbere, neste ato representado pela sua genitora Silvia Regina Nascimento de Souza, em face Porto Seguro Cia de Seguros Gerais, em que pretende a condenação da reclamada ao pagamento da importância do valor de R$ 28.500,00 (vinte e oito mil e quinhentos reais) referente a cobertura securitária e os danos morais. Para tanto, aduz a parte reclamante que foi vítima de acidente de trânsito ocorrido em 12/08/2018, ocasionando invalidez permanente, portanto, fazendo jus ao pleito indenizatório. Junto à inicial vieram os documentos. A parte requerida apresentou contestação arguindo as preliminares de ilegitimidade passiva e falta de interesse de agir. No mérito, pugnou pela improcedência dos pedidos iniciais por ausência de provas constitutivas do direito pretendido.

Realização de avaliação médica (ID 17586252), sendo apresentado laudo pericial, manifestando-se em seguida as partes. Vieram-me os autos conclusos. É o breve relato. Fundamento e decido. Pretende a parte requerente receber da reclamada o valor referente ao seguro DPVAT, sob o argumento de que sofreu um acidente de trânsito na data de 12/08/2018. Passo a análise das preliminares suscitadas. I- Da legitimidade passiva ad causam da seguradora Com relação a preliminar de ilegitimidade da demandada verifico que não merece guarida, uma vez que qualquer seguradora pertencente ao consórcio responde pelo pagamento da indenização decorrente do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres. Nesse sentido, eis o aresto jurisprudencial: SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. Sentença `ultra petita¿ quanto ao valor indenizatório, no que merece redução. Pedido de substituição do pólo passivo, com inclusão da Seguradora Líder S.A., desacolhido. De acordo com a redação do art. 5º da Lei nº. 6.194/74, com a redação dada pela Lei n. 11.482/2007, o pagamento da indenização está condicionado apenas à prova do acidente e do dano decorrente. Outrossim, comprovada a invalidez permanente, o valor da indenização deve corresponder a até 13.500,00, porquanto o inciso II do art. 3º da Lei nº. 6.194/74, com a redação dada pela Lei 11.482/07, não faz diferenciação quanto ao grau da invalidez. Verba honorária reduzida. APELAÇÃO PROVIDA EM PARTE. E SENTENÇA REDUZIDA NO VALOR DA INDENIZAÇÃO, POR "ULTRA PETITA¿ NO PONTO. (Apelação Cível Nº 70033155003, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Leo Lima, Julgado em 16/12/2009). Ademais, aplica-se ao caso a responsabilidade solidária. Posto isso, rejeito a preliminar suscitada. II – Da falta de interesse de agir Em sede preliminar, a requerida suscitou falta de interesse de agir em face de não esgotamento das vias administrativas, o que não merece prosperar. Diante do princípio constitucional de livre acesso ao Poder Judiciário, art. 5º, inc. XXXVI, da Constituição Federal, e frente a doutrina aplicada à espécie, não há de se cogitar em falta de interesse de agir por carência de ação. Ademais, não é necessário o esgotamento das vias administrativas para ingressar com demanda judicial. Por tais argumentos, afasto a preliminar ventilada. Passo a análise do mérito. III- Mérito Da documentação que acompanha a inicial, verifico que a pessoa vitimada enquadra-se nas hipóteses legais relativas ao seguro obrigatório, fazendo jus ao recebimento de reparação indenizatória. Indiscutivelmente, foram juntados no feito o Boletim de Ocorrência evidenciando o evento danoso e o laudo pericial. Certo o direito a indenização, passo a análise de sua fixação. O montante a ser pago a título de indenização por seguro DPVAT deve observar o grau de invalidez previsto na tabela de acidentes pessoais adotada pela legislação vigente. Conforme se infere, a perícia foi realizada de acordo com a Lei nº. 6.194/74 com redação dada pela Medida Provisória nº. 451/2008, convertida em Lei nº. 11.945/2009, que disponibiliza tabela em anexo para auxílio a cálculo de invalidez permanente decorrente de trânsito para fins de seguro obrigatório. Nesta seara, tem-se que o valor estipulado em lei no caso de Seguro DPVAT, com a ocorrência de invalidez permanente, é de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), nos termos do art. 8º, da Lei n. 11.482/07, que alterou os arts. 3o, 4o, 5o e 11 da Lei no 6.194, de 19 de dezembro de 1974. Da análise da tabela de percentuais, constata-se que para o caso de perda anatômica e/ou funcional de sua ESTRUTURA FACIAL o percentual incidente é de 100% (cem por cento) do valor máximo da indenização – R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), que resulta na quantia de – R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). Considerando que o laudo pericial acostado consigna que o grau da invalidez que acomete a vítima é de 50% (cinquenta por cento), cujo percentual deverá ser calculado sobre o montante de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), encontra-se o valor de R$ 6.750,00 (seis mil, setecentos e cinquenta reais). Nesse passo, o montante indenizatório a ser pago deve ser atualizado, com incidência dos juros de mora a partir da data da citação (art. 405 do CC) e correção monetária contada a partir do evento danoso. No que tange aos alegados danos morais sofridos pelo autor ante a não prestação de atendimento pela parte ré para protocolização do pedido administrativo, tenho que não merece prosperar, visto que se trata de mero aborrecimento não indenizável. Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão inicial, para condenar a requerida ao pagamento de R$ 6.750,00 (seis mil, setecentos e cinquenta reais), a título de seguro obrigatório, acrescido de juros legais de 1% (um por cento) ao mês a partir da citação inicial e correção monetária pelo índice INPC a partir da data do sinistro (12/08/2018). Condeno ainda a parte requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo em R$ 1.000,00 (mil reais), na forma do artigo 85, §§ 2º e 8º, do CPC/2015. Com o trânsito em julgado e nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá – MT, data registrada no sistema. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

4ª Vara Cível

Intimação

Despacho Classe: CNJ-45 PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVAS
Processo Número: 1006826-89.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MICROSOFT CORP. (REQUERENTE)
ADOBE SYSTEMS BRASIL LTDA. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JULIANO TADEU FERREIRA LISBOA OAB - DF41616 (ADVOGADO(A))
ROBERTO MARIANO DE OLIVEIRA SOARES OAB - DF23604 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TRIUNFANTE MATOGROSSENSE ALIMENTOS LTDA (REQUERIDO)
Outros Interessados:
RODRIGO OGIWARA SILVEIRA (PERITO / INTÉRPRETE)
Magistrado(s):
VANDYMARA GALVAO RAMOS PAIVA ZANOLO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1006826-89.2018.8.11.0041. REQUERENTE: MICROSOFT CORP., ADOBE SYSTEMS BRASIL LTDA. REQUERIDO: TRIUNFANTE MATOGROSSENSE ALIMENTOS LTDA Considerando que o requerente efetuou o depósito dos honorários periciais de forma equivocada (Id. 13209664), bem como pelas informações do Departamento de Depósitos Judiciais da impossibilidade de efetuar a vinculação (Id. 20690867), expeça-se ofício a Caixa Econômica Federal para que efetue a transferência do referido valor mediante a vinculação a este processo, no prazo de 20 (vinte) dias. Intime-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. Vandymara G.R. Paiva Zanolo Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-46 PROTESTO
Processo Número: 1018979-28.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
POSTO TAPURAH LOCATELLI LTDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FELLIPE MAKARI MANFRIM OAB - SP343731 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PETROBRAS DISTRIBUIDORA S A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCELO ALEXANDRE OLIVEIRA DA SILVA OAB - MT14039-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Numero do Processo: 1018979-28.2016.8.11.0041 REQUERENTE: POSTO TAPURAH LOCATELLI LTDA REQUERIDO: PETROBRAS DISTRIBUIDORA S A Intimem-se as partes para, no prazo de 15 (quinze) dias, especificarem as provas que desejam produzir. Somente após as partes especificarem as provas que pretendem produzir, o feito será organizado e saneado, com a apreciação das preliminares e o deferimento das provas a serem produzidas em audiência de instrução e julgamento, se for o caso. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá - MT, 11 de abril de 2017. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1028344-38.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ELIZABETH TORRES PRATA (AUTOR(A))
FRANCISCO RICARDO DA CUNHA PRATA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Ricardo Vidal OAB - MT2679-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VANGUARD HOME EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:

CLAUDIO STABILE RIBEIRO OAB - MT3213-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1028344-38.2018.8.11.0041. AUTOR(A): FRANCISCO RICARDO DA CUNHA PRATA, ELIZABETH TORRES PRATA RÉU: VANGUARD HOME EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA Cite-se e intime-se a parte requerida com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, para comparecer à audiência com vistas à conciliação designada para o dia 04/12/2018, às 12h, a ser realizada pela Central de Conciliação e Mediação da Capital (art. 334, CPC), advertindo que o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação será considerado ato atentatório à dignidade da justiça, sancionado com multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa (art. 334, §8º, CPC). Intime-se a parte requerente por meio do respectivo o patrono constituído nos autos, da data da audiência acima designada (art. 334, §3º, CPC). Ficam as partes cientes de que o comparecimento na audiência, acompanhadas de advogados, é obrigatório. Cientifique-se a parte ré de que poderá apresentar petição afirmando o desinteresse na autocomposição, desde que formulada com 10 (dez) dias úteis de antecedência da audiência, caso em que será dispensada a realização do ato, sendo que em caso de litisconsórcio, o desinteresse deve ser manifestado por todos os litisconsortes (art. 334, §4º, I c.c §6º, CPC). Consigne-se que, não havendo autocomposição, a parte requerida poderá contestar a presente ação, no prazo legal de 15 (quinze) dias úteis, a serem computados a partir da audiência de conciliação (art. 335, I, CPC), ou, do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação, quando ocorrer às hipóteses do art. 334, §4º, inc. I, do CPC, fazendo constar ainda que a não apresentação de contestação importará na aplicação da revelia e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (art. 344, CPC). Antevendo a relação consumerista entre as partes, DEFIRO a inversão do ônus da prova. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá - MT, 25 de setembro de 2018. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-120 LIQUIDAÇÃO POR ARBITRAMENTO
Processo Número: 1024013-81.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ODAYLZA CONCEICAO DE ARAUJO GOMES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NILTON LUIS FERREIRA DA SILVA OAB - MT4811-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUIZ PAULO DA SILVA SANTOS OAB - DF41952 (ADVOGADO(A))

CERTIDÃO DE IMPULSIONAMENTO Nos termos do art. 203, § 4º do CPC, bem como do Provimento 56/2007 - CGJ/MT impulsiono o feito, e intimo o AUTOR, na pessoa de seu (s) advogado(s), para IMPUGNAR A CONTESTAÇÃO e documentos, no prazo de 15 (quinze) dias.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1038564-61.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LILIAN CRISTINA BARBOSA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))

Nos termos do art. 203, § 4º do CPC, bem como do Provimento 56/2007 - CGJ/MT impulsiono o feito, e intimo o AUTOR, na pessoa de seu (s) advogado(s), para IMPUGNAR A CONTESTAÇÃO e documentos e manifestar sobre o laudo/avaliação, no prazo de 15 (quinze) dias.

Despacho Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1036606-40.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
DIAS DE FREITAS PARTICIPACOES S/A (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RICARDO BATISTA DAMASIO OAB - MT7222-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
UNIKO 87 EMPREENDIMENTOS LTDA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
VANDYMARA GALVAO RAMOS PAIVA ZANOLO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1036606-40.2019.8.11.0041. REQUERENTE: DIAS DE FREITAS PARTICIPACOES S/A REQUERIDO: UNIKO 87 EMPREENDIMENTOS LTDA Trata-se de ação de execução de título extrajudicial de obrigação de fazer. Cite(m)-se o(s) executado(s) para satisfazer a obrigação consistente na escrituração dos imóveis (Apartamentos n. 603, 503, 903, 1003, 1102, 1103, 1202 e 1203, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de multa diária de R$ 1.000,00 (mil reais), com fulcro nos arts. 814 c.c 815, ambos do CPC. Em caso de inércia, manifeste-se o exequente se deseja satisfação à custa do executado, ou, alternativamente, a conversão em perdas e danos (art. 816, CPC). Defiro à parte autora os benefícios da gratuidade da Justiça, nos termos do art. 98 do CPC. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. Vandymara G. R. Paiva Zanolo Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1059404-92.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JULIANA DA SILVA RODRIGUES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ALBERTO PELISSARI CATANANTE OAB - MT17531-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
VANDYMARA GALVAO RAMOS PAIVA ZANOLO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1059404-92.2019.8.11.0041. Intime-se a parte autora para, em 15 (quinze) dias, emendar a petição inicial nos seguintes termos: i) Junte aos autos documentos hábeis a comprovar sua condição de hipossuficiência financeira, sob pena de ser indeferida a justiça gratuita; Advirto ao autor que o não atendimento de tal providência acarretará o indeferimento da gratuidade da justiça. Decorrido o prazo, voltem-me os autos conclusos. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá – MT, data registrada no sistema. Vandymara G. R. Paiva Zanolo Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1035004-14.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE ANTONIO ALVES PARAISO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAIMUNDO ALVES RIBEIRO OAB - MT0019163A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
RAFAEL DE ALMEIDA CUNHA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
VANDYMARA GALVAO RAMOS PAIVA ZANOLO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ 4ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ AV. AVENIDA DESEMBARGADOR MILTON FIGUEIREDO FERREIRA MENDES, TELEFONE: (65) 3648-6000/6001, CENTRO POLÍTICO ADMINISTRATIVO, CUIABÁ - MT - CEP: 78049-075 - TELEFONE: ( ) Processo nº. 1035004-14.2019.8.11.0041 Requerente: JOSE ANTONIO ALVES PARAISO Requerido: RAFAEL DE ALMEIDA CUNHA Cite-se a parte executada para pagar a dívida no prazo de 03 (três) dias, contado da citação (CPC, art. 829), constando do mandado ordem de penhora e a avaliação a serem cumpridas pelo oficial de justiça tão logo verificado o não pagamento no prazo assinalado, de tudo lavrando-se auto, com intimação do executado (CPC, art. 829, § 1º). Fixo os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor do débito, verba essa que será reduzida pela metade caso a parte executada efetue o pagamento no prazo mencionado (CPC, art. 827, § 1º). Eventuais embargos devem ser opostos no prazo de 15 (quinze) dias, contado, conforme o caso, na forma do artigo 231 do CPC (CPC, art. 915). Cientifique-se a parte devedora de que, no prazo para embargos, reconhecendo o crédito da parte exequente e comprovando o depósito de 30% (trinta por cento) do valor em execução, acrescido de custas e de honorários de advogado, poderá requerer que lhe seja permitido pagar o

restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e de juros de um por cento ao mês (CPC, art. 916). Defiro à parte autora os benefícios da gratuidade da Justiça, nos termos do art. 98 do CPC. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. VANDYMARA GALVAO RAMOS PAIVA ZANOLO Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1051119-13.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
SB ESPELHOS E VIDROS EIRELI (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KELLY CRISTINA DE SOUZA OAB - SC37375 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JF2 COMERCIO DE VIDROS LTDA - ME (EXECUTADO)
Magistrado(s):
VANDYMARA GALVAO RAMOS PAIVA ZANOLO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ 4ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ AV. AVENIDA DESEMBARGADOR MILTON FIGUEIREDO FERREIRA MENDES, TELEFONE: (65) 3648-6000/6001, CENTRO POLÍTICO ADMINISTRATIVO, CUIABÁ - MT - CEP: 78049-075 - TELEFONE: ( ) Processo nº. 1051119-13.2019.8.11.0041 Requerente: SB ESPELHOS E VIDROS EIRELI Requerido: JF2 COMERCIO DE VIDROS LTDA - ME Cite-se a parte executada para pagar a dívida no prazo de 03 (três) dias, contado da citação (CPC, art. 829), constando do mandado ordem de penhora e a avaliação a serem cumpridas pelo oficial de justiça tão logo verificado o não pagamento no prazo assinalado, de tudo lavrando-se auto, com intimação do executado (CPC, art. 829, § 1º). Fixo os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor do débito, verba essa que será reduzida pela metade caso a parte executada efetue o pagamento no prazo mencionado (CPC, art. 827, § 1º). Eventuais embargos devem ser opostos no prazo de 15 (quinze) dias, contado, conforme o caso, na forma do artigo 231 do CPC (CPC, art. 915). Cientifique-se a parte devedora de que, no prazo para embargos, reconhecendo o crédito da parte exequente e comprovando o depósito de 30% (trinta por cento) do valor em execução, acrescido de custas e de honorários de advogado, poderá requerer que lhe seja permitido pagar o restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e de juros de um por cento ao mês (CPC, art. 916). Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. VANDYMARA GALVAO RAMOS PAIVA ZANOLO Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1038632-11.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JHONATAN CAUAI BOBATO RIGO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARITANA PESQUEIRA CORREA OAB - MS19214 (ADVOGADO(A))
FABIO FREITAS CORREA OAB - MS9133 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ANA LUCIA SABINA DAS NEVES (EXECUTADO)
AVELINO BOBATO NETO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
VANDYMARA GALVAO RAMOS PAIVA ZANOLO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ 4ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ AV. AVENIDA DESEMBARGADOR MILTON FIGUEIREDO FERREIRA MENDES, TELEFONE: (65) 3648-6000/6001, CENTRO POLÍTICO ADMINISTRATIVO, CUIABÁ - MT - CEP: 78049-075 - TELEFONE: ( ) Processo nº. 1038632-11.2019.8.11.0041 Requerente: JHONATAN CAUAI BOBATO RIGO Requerido: AVELINO BOBATO NETO e outros Cite-se a parte executada para pagar a dívida no prazo de 03 (três) dias, contado da citação (CPC, art. 829), constando do mandado ordem de penhora e a avaliação a serem cumpridas pelo oficial de justiça tão logo verificado o não pagamento no prazo assinalado, de tudo lavrando-se auto, com intimação do executado (CPC, art. 829, § 1º). Fixo os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor do débito, verba essa que será reduzida pela metade caso a parte executada efetue o pagamento no prazo mencionado (CPC, art. 827, § 1º). Eventuais embargos devem ser opostos no prazo de 15 (quinze) dias, contado, conforme o caso, na forma do artigo 231 do CPC (CPC, art. 915). Cientifique-se a parte devedora de que, no prazo para embargos, reconhecendo o crédito da parte exequente e comprovando o depósito de 30% (trinta por cento) do valor em execução, acrescido de custas e de honorários de advogado, poderá requerer que lhe seja permitido pagar o restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e de juros de um por cento ao mês (CPC, art. 916). Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. VANDYMARA GALVAO RAMOS PAIVA ZANOLO Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1059418-76.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
FLORESTECA S/A (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MAX MAGNO FERREIRA MENDES OAB - MT8093-O (ADVOGADO(A))
IVO SERGIO FERREIRA MENDES OAB - MT8909-O (ADVOGADO(A))
PRISCILA DA SILVA RODRIGUES OAB - SP432164 (ADVOGADO(A))
RUY DE MELLO JUNQUEIRA NETO OAB - SP242692 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ANTONIO FRIGIERI FILHO (RÉU)
JAQUELINE DA COSTA MARQUES FRIGIERI (RÉU)
Magistrado(s):
VANDYMARA GALVAO RAMOS PAIVA ZANOLO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1059418-76.2019.8.11.0041. AUTOR(A): FLORESTECA S/A RÉU: ANTONIO FRIGIERI FILHO, JAQUELINE DA COSTA MARQUES FRIGIERI Intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a petição inicial nos seguintes termos: i) Comprovar o recolhimento da taxa judiciária e das custas processuais, sob pena de cancelamento da distribuição, nos termos do art. 290 do Código de Processo Civil. Decorrido o prazo, voltem-me os autos conclusos. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Vandymara Galvão Ramos Paiva Zanolo Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1032630-25.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
EDNALDO DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MURILO FERREIRA BLANCO OAB - MT18713-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Nos termos do art. 203, § 4º do CPC, bem como do Provimento 56/2007 - CGJ/MT impulsiono o feito, e intimo a parte requerente/apelada, na pessoa de seu(s) advogado(s), para apresentar contrarrazões ao recurso de apelação, no prazo de 15 (quinze) dias.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1006674-41.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
IUNI EDUCACIONAL S/A. (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
EVERALDO DOS SANTOS DUARTE OAB - MT0016271A (ADVOGADO(A))
JOSE VIEIRA JUNIOR OAB - MT3969-O (ADVOGADO(A))
FLAVIO GILL FERREIRA MACHADO OAB - MT10725-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
KARINE BASAGLIA BARBOSA RODRIGUES (RÉU)

Nos termos do art. 203, § 4º do CPC, bem como do Provimento 56/2007 – CGJ/MT impulsiono o feito, e intimo as partes AUTORA , na pessoa de seu(s) advogado(s), para que especifiquem as provas que pretendem produzir, indicando com objetividade, os fatos que com elas desejam demonstrar, no prazo de 10 (dez) dias. Somente após as partes especificarem as provas que pretendem produzir, o feito será saneado, com a apreciação das preliminares e o deferimento das provas a serem produzidas em audiência de instrução e julgamento, se for o caso.

Despacho Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1002797-93.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
EDSON TELES DE FIGUEIREDO JUNIOR (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDSON TELES DE FIGUEIREDO JUNIOR OAB - MT8896-O (ADVOGADO(A))

Parte(s) Polo Passivo:
OLVEPAR S.A. - INDUSTRIA E COMERCIO (EXECUTADO)
OLVEPAR ALIMENTOS S A (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
KLEBER DE NICOLA BISSOLATTI OAB - SP211495 (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
VANDYMARA GALVAO RAMOS PAIVA ZANOLO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1002797-93.2018.8.11.0041. EXEQUENTE: EDSON TELES DE FIGUEIREDO JUNIOR EXECUTADO: OLVEPAR S.A. - INDUSTRIA E COMERCIO, OLVEPAR ALIMENTOS S A Intime-se o embargado para, querendo, manifestarem sobre os embargos de declaração (Id. 27329429), nos termos do artigo 1.023, §2º, do CPC/15. Após, conclusos. Cumpra-se, expedindo o necessário. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. Vandymara G.R. Paiva Zanolo Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1022664-72.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
NEIDE MIRALHA TERUEL (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ALBERTO PELISSARI CATANANTE OAB - MT17531-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUIZ HENRIQUE VIEIRA OAB - MT26417-A (ADVOGADO(A))

Nos termos do art. 203, § 4º do CPC, bem como do Provimento 56/2007 - CGJ/MT impulsiono o feito, e intimo as partes autora e requerida, na pessoa de seu(s) advogado(s), para manifestarem sobre o retorno dos autos do Tribunal de Justiça, no prazo de 10 (dez) dias.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1001091-41.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ALESSANDRA GALANTE (AUTOR(A))
J. G. G. R. (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Nos termos do art. 203, § 4º do CPC, bem como do Provimento 56/2007 - CGJ/MT impulsiono o feito, e intimo as partes autora e requerida, na pessoa de seu(s) advogado(s), para manifestarem sobre o retorno dos autos do Tribunal de Justiça, no prazo de 10 (dez) dias.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1038032-24.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
WILDNEY VICTOR BEZERRA SOUZA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA LUIZA ALAMINO BELLINCANTA OAB - MT9333-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUIZ HENRIQUE VIEIRA OAB - MT26417-A (ADVOGADO(A))

Nos termos do art. 203, § 4º do CPC, bem como do Provimento 56/2007 - CGJ/MT impulsiono o feito, e intimo as partes autora e requerida, na pessoa de seu(s) advogado(s), para manifestarem sobre o retorno dos autos do Tribunal de Justiça, no prazo de 10 (dez) dias.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1006881-06.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE MILTON VENANCIO JORGE (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JULIO CESAR DE CARVALHO JUNIOR OAB - MT10032-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Nos termos do art. 203, § 4º do CPC, bem como do Provimento 56/2007 - CGJ/MT impulsiono o feito, e intimo as partes autora e requerida, na pessoa de seu(s) advogado(s), para manifestarem sobre o retorno dos autos do Tribunal de Justiça, no prazo de 10 (dez) dias.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1005011-23.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
WEVERTON SALES DOS SANTOS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
HUMBERTO AFFONSO DEL NERY OAB - MT6945-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Nos termos do art. 203, § 4º do CPC, bem como do Provimento 56/2007 - CGJ/MT impulsiono o feito, e intimo as partes autora e requerida, na pessoa de seu(s) advogado(s), para manifestarem sobre o retorno dos autos do Tribunal de Justiça, no prazo de 10 (dez) dias.

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1016226-98.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
FABIO BARROS DE MIRALLA SANTOS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
HOUSEMAN THOMAZ AGULIARI OAB - MT16635-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFONICA BRASIL S/A /VIVO S/A (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
AMANDA BARBARA DE OLIVEIRA SODRE OAB - MT13333-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Numero do Processo: 1016226-98.2016.8.11.0041 AUTOR: FABIO BARROS DE MIRALLA SANTOS RÉU: TELEFONICA BRASIL S/A /VIVO S/A Certifique-se o transcurso do prazo para a parte reconvinte recolher as custas processuais referentes à reconvenção. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá - MT, 11 de abril de 2017. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1011569-11.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ERIKA MATHEUS MARTINS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Nos termos do art. 203, § 4º do CPC, bem como do Provimento 56/2007 - CGJ/MT impulsiono o feito, e intimo as partes autora e requerida, na pessoa de seu(s) advogado(s), para manifestarem sobre o retorno dos autos do Tribunal de Justiça, no prazo de 10 (dez) dias.

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1035550-69.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
STEPHAN DUAILIBI YOUNES (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RONALDO DE CASTRO FARIAS SANTOS OAB - MT15626-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
IMOBILIARIA E CONSTRUTORA SAO JOSE LTDA (EXECUTADO)
JOSE CHARBEL MALOUF (EXECUTADO)

Advogado(s) Polo Passivo:
RICARDO BARBOSA DE ABREU OAB - MT14278-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
VANDYMARA GALVAO RAMOS PAIVA ZANOLO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1035550-69.2019.8.11.0041. EXEQUENTE: STEPHAN DUAILIBI YOUNES EXECUTADO: IMOBILIARIA E CONSTRUTORA SAO JOSE LTDA, JOSE CHARBEL MALOUF Trata-se de Ação de Execução interposta por STEPHAN DUAILIBI YOUNES em desfavor de IMOBILIARIA E CONSTRUTORA SAO JOSE LTDA e JOSE CHARBEL MALOUF. Os requeridos citados apresentaram embargos à execução no Id. 25171237, contudo deixo de analisar em decorrência da via inadequada consoante disposto no artigo 914, §1º do CPC. O exequente reitera o pedido de penhora (bacenjud e renajud) do Id. 24792957, bem como a expedição de ofício ao SPC/SERASA considerando valor atualizado da execução de R$ 780.702,16 (setecentos e oitenta mil, setecentos e dois reais e dezesseis centavos). Decido. Defiro o pedido de penhora pelo sistema BACENJUD, segue anexo o protocolo e resposta. Intimem-se os executados para que ofertem manifestação, no prazo de 5 (cinco) dias, observando-se o art. 854, §3º, do CPC. Por fim, defiro à inclusão do nome da executada IMOBILIARIA E CONSTRUTORA SAO JOSE LTDA (CNPJ Nº 03.935.566/0001-01) nos órgãos de proteção ao crédito referente ao débito ora executado no importe R$ 780.702,16 (setecentos e oitenta mil, setecentos e dois reais e dezesseis centavos), devendo ser expedido ofícios ao SPC/SERASA para as devidas anotações (CPC, art. 782, §3º). Intime-se o exequente para, no prazo de 15 (quinze) dias, informar os dados exigidos pelo SPC/SERASA para a inclusão do executado JOSE CHARBEL MALOUF (CPF nº 353.684.971-72) no cadastro de proteção ao crédito, quais sejam: filiação, RG e CPF, data de nascimento e endereço. Desde já DEFIRO a inclusão do nome do executado no SPC/SERASA (CPC, art. 782, §3º), depois de prestadas tais informações pela parte exequente. Cumpra-se, expedindo o necessário. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. Vandymara G.R. Paiva Zanolo Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1016010-06.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
SESI - SERVICO SOCIAL DA INDUSTRIA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PABLO JOSE MELATTI OAB - MT11096-O (ADVOGADO(A))
SEBASTIAO AUGUSTO CORREA DE MORAES OAB - MT10416-O (ADVOGADO(A))
FERNANDA PAREJA OLIVEIRA OAB - MT9020-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AURORA DISTRIBUIDORA DE CONCRETO E SERVICOS LTDA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
VANDYMARA GALVAO RAMOS PAIVA ZANOLO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1016010-06.2017.8.11.0041. EXEQUENTE: SESI - SERVICO SOCIAL DA INDUSTRIA EXECUTADO: AURORA DISTRIBUIDORA DE CONCRETO E SERVICOS LTDA Chamo o feito à ordem. Trata-se de Ação de Execução de Título Extrajudicial ajuizada por SESI - SERVICO SOCIAL DA INDUSTRIA em face de AURORA DISTRIBUIDORA DE CONCRETO E SERVICOS LTDA. A empresa AURORA DISTRIBUIDORA DE CONCRETO E SERVICOS LTDA, representada pela Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, por via inadequada opôs Embargos à Execução nos próprios autos da Execução e não em autos apartados, contrariando a legislação processual. Senão vejamos: "Art. 914. O executado, independentemente de penhora, depósito ou caução, poderá se opor à execução por meio de embargos. § 1º Os embargos à execução serão distribuídos por dependência, autuados em apartado e instruídos com cópias das peças processuais relevantes, que poderão ser declaradas autênticas pelo próprio advogado, sob sua responsabilidade pessoal." (g.n.) Dessa forma, cumpre a parte, por meio do seu advogado, promover o ajuizamento da ação de embargos à execução, pelo Sistema PJe, em autos apartados e, assim, devendo tais documentos serem riscados dos autos no PJe (Id. 26302619). Ressalto ainda, que é ônus da parte escolher o procedimento adequado à sua pretensão, de forma que tal encargo não pode ser atribuído ao Poder Judiciário. Assim, intime-se a executada/embargante para regularizar a distribuição dos embargos à execução (Id. 26302619). Por fim, intime-se o exequente para dar prosseguimento ao feito no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção. Intime-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Cuiabá – MT, data registrada no sistema. Vandymara G. R. Paiva Zanolo Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1045130-60.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JULIANE DE LIMA MACHADO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))

Nos termos do art. 203, § 4º do CPC, bem como do Provimento 56/2007 - CGJ/MT impulsiono o feito, e intimo as partes autora e requerida, na pessoa de seu(s) advogado(s), para manifestarem sobre o retorno dos autos do Tribunal de Justiça, no prazo de 10 (dez) dias.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1008057-20.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MATEUS MARTINS SANCHES JUNIOR (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SILVA FERREIRA OAB - MT20957-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Nos termos do art. 203, § 4º do CPC, bem como do Provimento 56/2007 - CGJ/MT impulsiono o feito, e intimo as partes autora e requerida, na pessoa de seu(s) advogado(s), para manifestarem sobre o retorno dos autos do Tribunal de Justiça, no prazo de 10 (dez) dias.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1011806-79.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JAIR GOMES DE OLIVEIRA JUNIOR (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JUAREZ PAULO SECCHI OAB - MT10483-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Nos termos do art. 203, § 4º do CPC, bem como do Provimento 56/2007 - CGJ/MT impulsiono o feito, e intimo as partes autora e requerida, na pessoa de seu(s) advogado(s), para manifestarem sobre o retorno dos autos do Tribunal de Justiça, no prazo de 10 (dez) dias.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1018863-85.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JEAN CARLOS DA SILVA PIOVEZAN (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO(A))

Nos termos do art. 203, § 4º do CPC, bem como do Provimento 56/2007 - CGJ/MT impulsiono o feito, e intimo as partes autora e requerida, na pessoa de seu(s) advogado(s), para manifestarem sobre o retorno dos autos do Tribunal de Justiça, no prazo de 10 (dez) dias.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1022573-79.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MAXWEL MAYK GONCALVES ZAMPIERI (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:

THIAGO SILVA FERREIRA OAB - MT20957-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO S/A (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Nos termos do art. 203, § 4º do CPC, bem como do Provimento 56/2007 - CGJ/MT impulsiono o feito, e intimo as partes autora e requerida, na pessoa de seu(s) advogado(s), para manifestarem sobre o retorno dos autos do Tribunal de Justiça, no prazo de 10 (dez) dias.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1023996-45.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
A. V. P. F. D. M. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DIEGO OSMAR PIZZATTO OAB - MT11094-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PASSAREDO TRANSPORTES AEREOS LTDA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAISA ALVES DO CARMO OAB - MT14755-O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Numero do Processo: 1023996-45.2016.8.11.0041 REQUERENTE: ANDRES VIEIRA PEIXOTO FERREIRA DE MOURA REQUERIDO: PASSAREDO TRANSPORTES AEREOS LTDA Intimem-se as partes para, no prazo de 15 (quinze) dias, especificarem as provas que desejam produzir. Somente após as partes especificarem as provas que pretendem produzir, o feito será organizado e saneado, com a apreciação das preliminares e o deferimento das provas a serem produzidas em audiência de instrução e julgamento, se for o caso. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá - MT, 25 de abril de 2017. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-120 LIQUIDAÇÃO POR ARBITRAMENTO
Processo Número: 1000537-77.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
RENATA RODRIGUES DO NASCIMENTO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NILTON LUIS FERREIRA DA SILVA OAB - MT4811-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUIZ PAULO DA SILVA SANTOS OAB - DF41952 (ADVOGADO(A))

CERTIDÃO DE IMPULSIONAMENTO Nos termos do art. 203, § 4º do CPC, bem como do Provimento 56/2007 - CGJ/MT impulsiono o feito, e intimo o AUTOR, na pessoa de seu (s) advogado(s), para IMPUGNAR A CONTESTAÇÃO e documentos, no prazo de 15 (quinze) dias.

Intimação Classe: CNJ-120 LIQUIDAÇÃO POR ARBITRAMENTO
Processo Número: 1023896-90.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LUCINEIA MOREIRA DA SILVA NEVES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NILTON LUIS FERREIRA DA SILVA OAB - MT4811-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUIZ PAULO DA SILVA SANTOS OAB - DF41952 (ADVOGADO(A))

CERTIDÃO DE IMPULSIONAMENTO Nos termos do art. 203, § 4º do CPC, bem como do Provimento 56/2007 - CGJ/MT impulsiono o feito, e intimo o AUTOR, na pessoa de seu (s) advogado(s), para IMPUGNAR A CONTESTAÇÃO e documentos, no prazo de 15 (quinze) dias.

Intimação Classe: CNJ-120 LIQUIDAÇÃO POR ARBITRAMENTO
Processo Número: 1000055-32.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
NILZALENE DA CRUZ CAMPOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NILTON LUIS FERREIRA DA SILVA OAB - MT4811-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUIZ PAULO DA SILVA SANTOS OAB - DF41952 (ADVOGADO(A))

CERTIDÃO DE IMPULSIONAMENTO Nos termos do art. 203, § 4º do CPC, bem como do Provimento 56/2007 - CGJ/MT impulsiono o feito, e intimo o AUTOR, na pessoa de seu (s) advogado(s), para IMPUGNAR A CONTESTAÇÃO e documentos, no prazo de 15 (quinze) dias.

Intimação Classe: CNJ-120 LIQUIDAÇÃO POR ARBITRAMENTO
Processo Número: 1000035-41.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ELI CLARA FERREIRA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NILTON LUIS FERREIRA DA SILVA OAB - MT4811-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUIZ PAULO DA SILVA SANTOS OAB - DF41952 (ADVOGADO(A))

CERTIDÃO DE IMPULSIONAMENTO Nos termos do art. 203, § 4º do CPC, bem como do Provimento 56/2007 - CGJ/MT impulsiono o feito, e intimo o AUTOR, na pessoa de seu (s) advogado(s), para IMPUGNAR A CONTESTAÇÃO e documentos, no prazo de 15 (quinze) dias.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1006013-28.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CASSIO PORFIRIO BARCELOS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
DALTON ADORNO TORNAVOI OAB - MT4729-A (ADVOGADO(A))
LUZIA ANGELICA DE ARRUDA GONCALVES OAB - MT9802-N (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LUIZ CARLOS DE LIMA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOSIMAR VITOR PEREIRA OAB - MT19848-O (ADVOGADO(A))

Nos termos do art. 203, § 4º do CPC, bem como do Provimento 56/2007 – CGJ/MT impulsiono o feito, e intimo as partes AUTORA E REQUERIDA, na pessoa de seu(s) advogado(s), para que especifiquem as provas que pretendem produzir, indicando com objetividade, os fatos que com elas desejam demonstrar, no prazo de 10 (dez) dias. Somente após as partes especificarem as provas que pretendem produzir, o feito será saneado, com a apreciação das preliminares e o deferimento das provas a serem produzidas em audiência de instrução e julgamento, se for o caso.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1030160-21.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JOAO BATISTA RIBEIRO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ALBERTO PELISSARI CATANANTE OAB - MT17531-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Nos termos do art. 203, § 4º do CPC, bem como do Provimento 56/2007 - CGJ/MT impulsiono o feito, e intimo o AUTOR, na pessoa de seu (s) advogado(s), para IMPUGNAR A CONTESTAÇÃO e documentos, no prazo de 15 (quinze) dias. Intimo as partes autora e requerida, na pessoa de seu(s) advogado(s), para manifestarem sobre o laudo/avaliação, no prazo de 15 (quinze) dias.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1030478-04.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE VAZ DOS REIS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)

Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Nos termos do art. 203, § 4º do CPC, bem como do Provimento 56/2007 - CGJ/MT impulsiono o feito, e intimo o AUTOR, na pessoa de seu (s) advogado(s), para IMPUGNAR A CONTESTAÇÃO e documentos, no prazo de 15 (quinze) dias. Intimo as partes autora e requerida, na pessoa de seu(s) advogado(s), para manifestarem sobre o laudo/avaliação, no prazo de 15 (quinze) dias.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1028635-04.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CHRYSTIAN MATEUS ALVES DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MELRYSLEYDY NUNES DA SILVA OAB - 912.041.861-20 (REPRESENTANTE)
RAFAEL KRUEGER OAB - MT12058-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO(A))

Nos termos do art. 203, § 4º do CPC, bem como do Provimento 56/2007 - CGJ/MT impulsiono o feito, e intimo a parte AUTORA, na pessoa de seu (s) advogado(s), para IMPUGNAR A CONTESTAÇÃO e documentos, no prazo de 15 (quinze) dias.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1030355-06.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CRISTIANO ROSA DE JESUS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
JACKSON FREIRE JARDIM DOS SANTOS OAB - MT26992-O (ADVOGADO(A))

Nos termos do art. 203, § 4º do CPC, bem como do Provimento 56/2007 - CGJ/MT impulsiono o feito, e intimo o AUTOR, na pessoa de seu (s) advogado(s), para IMPUGNAR A CONTESTAÇÃO e documentos, no prazo de 15 (quinze) dias. Intimo as partes autora e requerida, na pessoa de seu(s) advogado(s), para manifestarem sobre o laudo/avaliação, no prazo de 15 (quinze) dias.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1030522-23.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MARCIA FERNANDES DE OLIVEIRA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO(A))

Nos termos do art. 203, § 4º do CPC, bem como do Provimento 56/2007 - CGJ/MT impulsiono o feito, e intimo o AUTOR, na pessoa de seu (s) advogado(s), para IMPUGNAR A CONTESTAÇÃO e documentos, no prazo de 15 (quinze) dias. Intimo as partes autora e requerida, na pessoa de seu(s) advogado(s), para manifestarem sobre o laudo/avaliação, no prazo de 15 (quinze) dias.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1030197-48.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
RAIMUNDO NONATO DA SILVA RODRIGUES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Nos termos do art. 203, § 4º do CPC, bem como do Provimento 56/2007 - CGJ/MT impulsiono o feito, e intimo o AUTOR, na pessoa de seu (s) advogado(s), para IMPUGNAR A CONTESTAÇÃO e documentos, no prazo de 15 (quinze) dias. Intimo as partes autora e requerida, na pessoa de seu(s) advogado(s), para manifestarem sobre o laudo/avaliação, no prazo de 15 (quinze) dias.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1030467-72.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE MARIA DE SOUZA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Nos termos do art. 203, § 4º do CPC, bem como do Provimento 56/2007 - CGJ/MT impulsiono o feito, e intimo o AUTOR, na pessoa de seu (s) advogado(s), para IMPUGNAR A CONTESTAÇÃO e documentos, no prazo de 15 (quinze) dias. Intimo as partes autora e requerida, na pessoa de seu(s) advogado(s), para manifestarem sobre o laudo/avaliação, no prazo de 15 (quinze) dias.

Despacho Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1040302-21.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE IRONES DO NASCIMENTO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
HUMBERTO AFFONSO DEL NERY OAB - MT6945-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ 4ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ AV. AVENIDA DESEMBARGADOR MILTON FIGUEIREDO FERREIRA MENDES, TELEFONE: (65) 3648-6000/6001, CENTRO POLÍTICO ADMINISTRATIVO, CUIABÁ - MT - CEP: 78049-075 - TELEFONE: ( ) 1040302-21.2018.8.11.0041 JOSE IRONES DO NASCIMENTO PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS Cite-se e intime-se a parte requerida com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, para comparecer à audiência com vistas à conciliação designada para o dia 22/02/2019, às 10h24, a ser realizada pela Central de Conciliação e Mediação da Capital (art. 334, CPC), advertindo que o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação será considerado ato atentatório à dignidade da justiça, sancionado com multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa (art. 334, §8º, CPC). Intime-se a parte requerente por meio do respectivo o patrono constituído nos autos, da data da audiência acima designada (art. 334, §3º, CPC). Ficam as partes cientes de que o comparecimento na audiência, acompanhadas de advogados, é obrigatório. Cientifique-se a parte ré de que poderá apresentar petição afirmando o desinteresse na autocomposição, desde que formulada com 10 (dez) dias úteis de antecedência da audiência, caso em que será dispensada a realização do ato, sendo que em caso de litisconsórcio, o desinteresse deve ser manifestado por todos os litisconsortes (art. 334, §4º, I c.c §6º, CPC). Consigne-se que, não havendo autocomposição, a parte requerida poderá contestar a presente ação, no prazo legal de 15 (quinze) dias úteis, a serem computados a partir da audiência de conciliação (art. 335, I, CPC), ou, do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação, quando ocorrer às hipóteses do art. 334, §4º, inc. I, do CPC, fazendo constar ainda que a não apresentação de

contestação importará na aplicação da revelia e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (art. 344, CPC). Defiro à parte autora os benefícios da gratuidade da Justiça, nos termos do art. 98 do CPC. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1011895-68.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
EDVALDO MACHADO DE OLIVEIRA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ADRIANA DO CARMO COSTA MARQUES OAB - MT18047-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SEGURADORA LÍDER (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ 4ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ AV. AVENIDA DESEMBARGADOR MILTON FIGUEIREDO FERREIRA MENDES, TELEFONE: (65) 3648-6000/6001, CENTRO POLÍTICO ADMINISTRATIVO, CUIABÁ - MT - CEP: 78049-075 - TELEFONE: ( ) 1011895-68.2019.8.11.0041 EDVALDO MACHADO DE OLIVEIRA SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. Cite-se e intime-se a parte requerida com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, para comparecer à audiência de conciliação designada para o dia 26/07/2019, às 08h00 - CONCILIAÇÃO 8, a ser realizada pela Central de Conciliação e Mediação da Capital (art. 334, CPC), advertindo que o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação será considerado ato atentatório à dignidade da justiça, sancionado com multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa (art. 334, §8º, CPC). Intime-se a parte requerente por meio do respectivo o patrono constituído nos autos, da data da audiência acima designada (art. 334, §3º, CPC). Ficam as partes cientes de que o comparecimento na audiência, acompanhadas de advogados, é obrigatório. Cientifique-se a parte ré de que poderá apresentar petição afirmando o desinteresse na autocomposição, desde que formulada com 10 (dez) dias úteis de antecedência da audiência, caso em que será dispensada a realização do ato, sendo que em caso de litisconsórcio, o desinteresse deve ser manifestado por todos os litisconsortes (art. 334, §4º, I c.c §6º, CPC). Consigne-se que, não havendo autocomposição, a parte requerida poderá contestar a presente ação, no prazo legal de 15 (quinze) dias úteis, a serem computados a partir da audiência de conciliação (art. 335, I, CPC), ou, do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação, quando ocorrer às hipóteses do art. 334, §4º, inc. I, do CPC, fazendo constar ainda que a não apresentação de contestação importará na aplicação da revelia e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (art. 344, CPC). Defiro à parte autora os benefícios da gratuidade da Justiça, nos termos do art. 98 do CPC. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. Vandymara Galvão Ramos Paiva Zanolo Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1016762-07.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
WELBER VALEJO CEBALHO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA LUIZA ALAMINO BELLINCANTA OAB - MT9333-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SEGURADORA LÍDER (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCIO HENRIQUE PEREIRA CARDOSO OAB - MT7659-O (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ 4ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ AV. AVENIDA DESEMBARGADOR MILTON FIGUEIREDO FERREIRA MENDES, TELEFONE: (65) 3648-6000/6001, CENTRO POLÍTICO ADMINISTRATIVO, CUIABÁ - MT - CEP: 78049-075 - TELEFONE: ( ) 1016762-07.2019.8.11.0041 WELBER VALEJO CEBALHO Seguradora Lider Cite-se e intime-se a parte requerida com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, para comparecer à audiência de conciliação designada para o dia 27/09/2019, às 09h20 - Conciliação 6, a ser realizada pela Central de Conciliação e Mediação da Capital (art. 334, CPC), advertindo que o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação será considerado ato atentatório à dignidade da justiça, sancionado com multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa (art. 334, §8º, CPC). Intime-se a parte requerente por meio do respectivo o patrono constituído nos autos, da data da audiência acima designada (art. 334, §3º, CPC). Ficam as partes cientes de que o comparecimento na audiência, acompanhadas de advogados, é obrigatório. Cientifique-se a parte ré de que poderá apresentar petição afirmando o desinteresse na autocomposição, desde que formulada com 10 (dez) dias úteis de antecedência da audiência, caso em que será dispensada a realização do ato, sendo que em caso de litisconsórcio, o desinteresse deve ser manifestado por todos os litisconsortes (art. 334, §4º, I c.c §6º, CPC). Consigne-se que, não havendo autocomposição, a parte requerida poderá contestar a presente ação, no prazo legal de 15 (quinze) dias úteis, a serem computados a partir da audiência de conciliação (art. 335, I, CPC), ou, do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação, quando ocorrer às hipóteses do art. 334, §4º, inc. I, do CPC, fazendo constar ainda que a não apresentação de contestação importará na aplicação da revelia e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (art. 344, CPC). Defiro à parte autora os benefícios da gratuidade da Justiça, nos termos do art. 98 do CPC. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. Vandymara Galvão Ramos Paiva Zanolo Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1038443-33.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ARI ARRUDA DOS SANTOS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Nos termos do art. 203, § 4º do CPC, bem como do Provimento 56/2007 - CGJ/MT impulsiono o feito, e intimo o AUTOR, na pessoa de seu (s) advogado(s), para IMPUGNAR A CONTESTAÇÃO e documentos e manifestar sobre o laudo/avaliação, no prazo de 15 (quinze) dias.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1051163-32.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
V. H. D. S. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MILTON SOARES NETO OAB - MT0015834A (ADVOGADO(A))
ELLEN ROBERTA DOS SANTOS OAB - 036.172.131-54 (REPRESENTANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
AZUL LINHAS AEREAS (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUCIANA GOULART PENTEADO OAB - SP167884-O (ADVOGADO(A))

Nos termos do art. 203, § 4º do CPC, bem como do Provimento 56/2007 - CGJ/MT impulsiono o feito, e intimo a parte AUTORA, na pessoa de seu (s) advogado(s), para IMPUGNAR A CONTESTAÇÃO e documentos, no prazo de 15 (quinze) dias.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1011140-44.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MURILLO OLIVEIRA DE ALMEIDA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ROBERGES JUNIOR DE LIMA OAB - MT12918-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Nos termos do art. 203, § 4º do CPC, bem como do Provimento 56/2007 -

CGJ/MT impulsiono o feito, e intimo a parte requerente/apelada, na pessoa de seu(s) advogado(s), para apresentar contrarrazões ao recurso de apelação, no prazo de 15 (quinze) dias.

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1059502-77.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
EVELLEN DAIANNY DOS SANTOS VIDAL (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MAISA PIRES VIDAL OAB - MT21600/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (RÉU)
Magistrado(s):
VANDYMARA GALVAO RAMOS PAIVA ZANOLO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1059502-77.2019.8.11.0041. AUTOR(A): EVELLEN DAIANNY DOS SANTOS VIDAL RÉU: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A Intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, juntar nos autos os elementos aptos a comprovar o preenchimento dos pressupostos para a concessão da gratuidade da justiça, sob pena de indeferimento desse pedido. Cumpra-se. Cuiabá-MT, data registrada no sistema. Vandymara G. R. Paiva Zanolo Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1058627-10.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MARCOS VINICIUS ALVES DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELO ALVES DE SOUZA OAB - MT0012791A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
VANDYMARA GALVAO RAMOS PAIVA ZANOLO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ 4ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ AV. AVENIDA DESEMBARGADOR MILTON FIGUEIREDO FERREIRA MENDES, TELEFONE: (65) 3648-6000/6001, CENTRO POLÍTICO ADMINISTRATIVO, CUIABÁ - MT - CEP: 78049-075 - TELEFONE: ( ) 1058627-10.2019.8.11.0041 MARCOS VINICIUS ALVES DA SILVA PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA Cite-se e intime-se a parte requerida com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, para comparecer à audiência de conciliação designada para o dia 27/05/2020, às 08:15h- sala Conciliação 1, a ser realizada pela Central de Conciliação e Mediação da Capital (art. 334, CPC), advertindo que o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação será considerado ato atentatório à dignidade da justiça, sancionado com multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa (art. 334, §8º, CPC). Intime-se a parte requerente por meio do respectivo o patrono constituído nos autos, da data da audiência acima designada (art. 334, §3º, CPC). Ficam as partes cientes de que o comparecimento na audiência, acompanhadas de advogados, é obrigatório. Cientifique-se a parte ré de que poderá apresentar petição afirmando o desinteresse na autocomposição, desde que formulada com 10 (dez) dias úteis de antecedência da audiência, caso em que será dispensada a realização do ato, sendo que em caso de litisconsórcio, o desinteresse deve ser manifestado por todos os litisconsortes (art. 334, §4º, I c.c §6º, CPC). Consigne-se que, não havendo autocomposição, a parte requerida poderá contestar a presente ação, no prazo legal de 15 (quinze) dias úteis, a serem computados a partir da audiência de conciliação (art. 335, I, CPC), ou, do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação, quando ocorrer às hipóteses do art. 334, §4º, inc. I, do CPC, fazendo constar ainda que a não apresentação de contestação importará na aplicação da revelia e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (art. 344, CPC). Defiro à parte autora os benefícios da gratuidade da Justiça, nos termos do art. 98 do CPC. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. Vandymara Galvão Ramos Paiva Zanolo Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1059613-61.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
YAN NICOLAS RAMOS OLIVEIRA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
TALLITA JULIANA RAMOS DE OLIVEIRA OAB - MT17847/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (RÉU)
Magistrado(s):
VANDYMARA GALVAO RAMOS PAIVA ZANOLO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1059613-61.2019.8.11.0041. AUTOR(A): YAN NICOLAS RAMOS OLIVEIRA RÉU: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A Intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, juntar nos autos os elementos aptos a comprovar o preenchimento dos pressupostos para a concessão da gratuidade da justiça, sob pena de indeferimento desse pedido. Cumpra-se. Cuiabá-MT, data registrada no sistema. Vandymara G. R. Paiva Zanolo Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-66 REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE
Processo Número: 1020700-10.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
FABIO CESAR PEREIRA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
KARLOS LOCK OAB - MT16828-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AMELIA SIMOES PEREIRA (RÉU)
JULIO CESAR PEREIRA (RÉU)
JUSSARA SIMOES PEREIRA VILELA (RÉU)
ANA LUZINETE DE MIRANDA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
EDINEI RONQUE OAB - MT15937-O (ADVOGADO(A))
ANDREIA MONICA BARROS MULLER COUTINHO OAB - MT15372 (ADVOGADO(A))

Nos termos do art. 203, § 4º do CPC, bem como do Provimento 56/2007 - CGJ/MT impulsiono o feito, e intimo a parte AUTORA, na pessoa de seu(s) advogado(s), para efetuar o pagamento do depósito de diligência para cumprimento do mandado, no prazo de 10 (dez) dias, emitido pelo site www.tjmt.jus.br, emissão de Guias Online (diligência).

Expediente

Intimação das Partes
JUIZ(A): Vandymara Galvão Ramos Paiva Zanolo
Cod. Proc.: 750775 Nr: 2507-08.2012.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: SEBASTIAO SILVA GOMES
PARTE(S) REQUERIDA(S): BALMIS ANTONIO DA SILVA, MOACYR DA SILVA CAMPOS JUNIOR, MOACYR DA SILVA CAMPOS, SEBASTIÃO MARCOS DA SILVA CAMPOS, MARCOS SEBASTIÃO DA SILVA CAMPOS, OSVALDO LUIS DA SILVA CAMPOS, IZA ROSA MORAES DE CAMPOS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: OTTO MEDEIROS DE AZEVEDO JUNIOR - OAB:7683
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Também não foi juntada pesquisa que demonstre que o réu/executado não tenha nenhum bem, não foi requerida pesquisa Infojud junto à Receita Federal. Desta forma, não está cabalmente comprovado que o réu Balmis era insolvente à época da alienação aos corréus. Verifica-se que os corréus adquiriram o imóvel, objeto da lide, antes de este ser indicado à penhora pelo autor nos autos executivos, não havendo qualquer evidência de má-fé dos adquirentes. Ademais, a ciência dos adquirentes do estado de insolvência à época da alienação apontada fraudulenta não restou demonstrada, haja vista que a situação de insolvência na data da alienação (dezembro/2008) não está comprovada. A comprovação da ocorrência de fraude contra credores exige o preenchimento de quatro requisitos legais: que haja anterioridade do crédito; que exista a comprovação de prejuízo ao credor (eventus damni); que o ato jurídico praticado tenha levado o devedor à insolvência; e que o terceiro adquirente conheça o estado de insolvência do devedor (scientia fraudis). Não restando comprovado qualquer um dos requisitos, não há que se falar em fraude contra credores. Além disso, não foi demonstrado sequer indício de conluio fraudulento entre o alienante e o adquirente (consilium fraudis). Diante do exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido. Condeno o

autor ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo em 10% sobre o valor atualizado da causa. Transitada em julgado, traslade-se cópia para os autos executivos, arquivando-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 1144340 Nr: 29321-18.2016.811.0041
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MARCIO MARTINS, DANILO BENEDITO DOS SANTOS
PARTE(S) REQUERIDA(S): TIAGO VIEIRA DE SOUZA DORILEO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Alcides Carvalho de Andrade Neto - OAB:49.148/SC
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Nos termos do art. 203, § 4º do CPC, bem como do Provimento 56/2007 – CGJ/MT impulsiono o feito, e intimo a PARTE AUTORA, na pessoa de seu(s) advogado(s), e via Diário Eletrônico, para manifestar sobre a correspondência devolvida de fls. 166, no prazo de 10 (dez) dias.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Vandymara Galvão Ramos Paiva Zanolo
Cod. Proc.: 849896 Nr: 53021-28.2013.811.0041
AÇÃO: Embargos de Terceiro->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ANTONIO CHECCHIN JUNIOR
PARTE(S) REQUERIDA(S): PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A, AUTO POSTO IMIGRANTE LTDA, WILMA CORRÊA ROEDER, JOÃO LUIZ BORGES DE PAULA, JOÃO ROEDER JUNIOR, MARCO ANTONIO ROEDER, MÁRCIA MARIA DONIEZETE RODER
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ANTONIO CHECCHIN JUNIOR - OAB:3.329/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEFENSORIA PUBLICA - CUIABA - OAB:, USSIEL TAVARES DA SILVA FILHO - OAB:3150-A/MT
As adjudicações, pois, são nulas, porque decorrentes das sentenças rescindidas. Ressalta-se que em consulta ao sítio eletrônico do TST, verificou-se que foi negado provimento aos Embargos de Declaração opostos pelo Embargante contra o acórdão proferido no Recurso Ordinário, em sessão datada de 10/09/2019 e os autos foram devolvidos ao TRT em razão do trânsito em julgado. Destarte, o embargante não é o proprietário do imóvel penhorado nos autos executivos. Quanto à alegação do embargante relativa à posse, não comprovou na inicial a posse do imóvel, fundamentando-se na adjudicação. Não bastasse isso, tudo que consta do acórdão do TRT-23 e do TST demonstra o conluio do embargante com os executados para evitar que o imóvel pudesse ser penhorado pelas dívidas dos executados, revelando a má-fé tanto do embargante quanto dos executados em lesionar credores. Ademais, o embargante, ao impugnar as contestações, em petição datada de 18/06/2019, alegou que conforme as cópias juntadas da matrícula, não foi cancelada a adjudicação na matrícula. Contudo, mais uma vez age de forma duvidosa, na medida em junta cópias de matrícula datadas de 19/01/2017. A interposição destes embargos com base no conluio do embargante com os executados evidencia a má-fé, conforme restou demonstrado nos julgamentos proferidos pelo TRT e TST. Posto isso, JULGO IMPROCEDENTES os EMBARGOS de TERCEIRO e condeno o embargante ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo em 10% sobre o valor atualizado da causa. Condeno ainda o embargante à multa por litigância de má-fé, com fulcro no art. 80, III do CPC, no valor equivalente a 2% sobre o valor da causa atualizado, em favor da embargada Petrobrás Distribuidora S/A. Traslade-se cópia desta sentença para os autos executivos em apenso. Intime-se. Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 925928 Nr: 47081-48.2014.811.0041
AÇÃO: Imissão na Posse->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ASSOCIAÇÃO DE POUPANÇA E EMPRESTIMO - POUPEX
PARTE(S) REQUERIDA(S): LUIZ AUGUSTO MAIA VINAGRE, TÂNIA MARGARETH REIS VINAGRE
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: FAGNER DA SILVA BOTOF - OAB:12.903/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ANDRE LUIZ PRIETO - OAB:7360-B/ MT
Nos termos do art. 203, § 4º do CPC, bem como do Provimento 56/2007 – CGJ/MT impulsiono o feito, e intimo o REQUERENTE/APELADO, na pessoa de seu(s) advogado(s), e via Diário Eletrônico, para apresentar contrarrazões ao recurso de apelação interposto às fls. 192/197, no prazo de 15 (quinze) dias.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 770213 Nr: 23217-49.2012.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: CONSTRORY CONSTRUÇÕES LTDA
PARTE(S) REQUERIDA(S): JURUENA PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTO S/A, MAIRENGINEERING SAPEZAL CONSTRUÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE PROJETOS LTDA, ENCOMIND ENGENHARIA COMÉRCIO INDUSTRIA LTDA, TECNIMONT DO BRASIL CONSTRUÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE PROJETOS LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ALEXANDRE BARDUZZI VIEIRA - OAB:193.111 SP, LARISSA LESSAINE TUNES DE OLIVEIRA TREMURA - OAB:14342, LUCIANO DOS SANTOS MEDEIROS - OAB:163829
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: GIANCARLLO MELITO - OAB:196.467/SP, JOÃO CELESTINO CORRÊA DA COSTA NETO - OAB:4611-B/MT, MARIANA PRADO LISBOA - OAB:306084, RAIMAR ABÍLIO BOTTEGA - OAB:3.882/MT, RENATO VALERIO FARIA DE OLIVEIRA - OAB:15629
Nos termos do art. 203, § 4º do CPC, bem como do Provimento 56/2007 – CGJ/MT impulsiono o feito, e intimo o REQUERIDO/APELADO, na pessoa de seu(s) advogado(s), e via Diário Eletrônico, para apresentar contrarrazões ao recurso de apelação interposto às fls. 554/565, no prazo de 15 (quinze) dias.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Vandymara Galvão Ramos Paiva Zanolo
Cod. Proc.: 819607 Nr: 25879-49.2013.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ROSEMILDA JOSEFA DOS SANTOS
PARTE(S) REQUERIDA(S): GERALDO NUNES DOS SANTOS, DENIZE LATORRACA DOS SANTOS, MARILZA LATORRACA DA CUNHA, IRACEMA LATORRACA PEREIRA, JOSUÉ DA CUNHA, EPAMINONDAS SÉRGIO PEREIRA, MARILDA LATORRACA DO CARMO, OSEIAS LATORRACA DO CARMO, ELY LATORRACA DO CARMO, SUZANA LATORRACA DO CARMO, EVÂNIA LATORRACA DO CARMO, CILENE LATORRACA DO CARMO, JUSSARA LATORRACA TAPAJOS MOURA, ELIEL LATORRACA DO CARMO, ALMERINDA RODRIGUES BRAID LATORRACA, JOAB BRAIDA LATORRACA, GEOVANY BRAIDA LATORRACA GERÔNIMO, BENEDICTO LATORRACA, BIANCO LATORRACA, JANETE LATORRACA TAPAJOS DA SILVA, CLÓVIS LINO TAPAJÓS, CLAUDIO DO CARMO, ILDA DIAS LATORRACA, NEIDE LANA DA COSTA LATORRACA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: LUCELIA CRISTINA OLIVEIRA RONDON - OAB:8932 MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEFENSORIA PÚBLICA DE MATO GROSSO - OAB:
A última manifestação da parte autora
nestes autos foi em 2014.
Não atendeu às intimações para impugnar as contestações, não atendeu às intimações para especificar provas, não compareceu à audiência de instrução designada.
Por fim, não apresentou memoriais finais.
Diante disso, intime-se a autora, pessoalmente, para manifestar em 15 dias, quanto ao interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção sem resolução do mérito.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Vandymara Galvão Ramos Paiva Zanolo
Cod. Proc.: 334621 Nr: 5260-74.2008.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de

Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: AMALIO ALVES DA GUIA
PARTE(S) REQUERIDA(S): TV GAZETA DE COMUNICAÇÃOES LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ALEXANDRE IVAN HOUKLEF - OAB:6703/MT, RODRIGO PEREIRA DOS SANTOS - OAB:12.921/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: CLÁUDIO STÁBILE RIBEIRO - OAB:3213, DAUTO BARBOSA CASTRO PASSARE - UNIJURIS - OAB:6.199/MT
Trata-se de cumprimento de sentença movido por AMALIO ALVES DA GUIA em face de TV GAZETA DE COMUNICAÇÃOES LTDA.
Considerando que a última penhora foi insuficiente para quitar o débito executado, o exequente pugnou por nova penhora do saldo remanescente apresentando planilha de cálculo atualizada.
O executado às fls. 447/449 afirma que o valor está em desacordo com os cálculos homologados às fls. 433/439 e que, na verdade, o valor do débito atualizado até agosto de 2019 perfaz R$ 38.467,91 (trinta e oito mil, quatrocentos e sessenta e sete reais e noventa e um centavos). Por isso, requer a homologação do referido valor e o parcelamento do referido saldo remanescente em seis parcelas.
O exequente manifestou concordância às fls. 452/455.
Por sua vez, o executado apresentou às fls. 458/461 e 462/464 os comprovantes da primeira e segunda parcela no valor de R$ 6.411,32 (seis mil, quatrocentos e onze reais e trinta e dois centavos).
Diante disso, HOMOLOGO o acordo entabulado entre as partes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.
Expeça-se alvará judicial dos valores bloqueados às fls. 428/429verso e depositados em juízo em favor do executado às fls. 461 e 464, observando-se os dados bancários informados às fls. 454.
Intimem-se.
Cumpra-se, expedindo o necessário.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Vandymara Galvão Ramos Paiva Zanolo
Cod. Proc.: 342093 Nr: 12365-05.2008.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: VIRGÍNIA R. T. S. M. FERREIRA - ME
PARTE(S) REQUERIDA(S): ANTENOR SANTOS ALVES JÚNIOR, LENDA TURISMO - AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA/ME
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: LEONARDO DA SILVA CRUZ - OAB:OAB/MT 6.660, MARCONDES RAI NOVACK - OAB:OAB/MT 8.571, PASCOAL SANTULLO NETO - OAB:12867
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ANDRE FAZOLO DE ABREU - OAB:21007/O, Luana dos santos brandao - OAB:24998, SIDNEI GUEDES FERREIRA - OAB:7.900, SIDNEI GUEDES FERREIRA - OAB:OAB/MT 7.900
[...] Constata-se dos autos que a decisão proferida no Agravo de Instrumento nº 1009834-66.2019.811.0000, confirmou a liminar parcialmente deferida pela D. Relatora Desa. Clarice Claudino da Silva, a qual determinou que a penhora determinada à fl. 532 destes autos, recaísse somente sobre o imóvel com inscrição nº 01.012.001.0081.000, liberando-se a penhora sobre os demais imóveis, as embarcações, maquinários e utensílios necessários à atividade da empresa, semoventes e cultivo. Contra o referido acórdão, a parte exequente interpôs Agravo Interno, o qual foi parcialmente provido para determinar aos agravados/executados, apresentarem documentos comprobatórios da situação do imóvel penhorado, tias como matrícula atualizada do imóvel e certidão negativa de ônus sobre o mesmo. É necessário consignar que a penhora do imóvel objeto do agravo de instrumento não foi efetivada, uma vez que os dados constantes às fls. 499/500 são insuficientes. Assim, em observância a decisão proferida pelo Juízo ad quem, e considerando que os executados ainda não cumpriram o referido acórdão, DEFIRO EM PARTE os pedidos de fls. 583/589 e determino: 1) Intimem-se os executados para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentarem a matrícula atualizada e a certidão de inteiro teor e ônus do imóvel indicado nos autos do Agravo de Instrumento nº 1009834-66.2019.811.0000, indicado às fls. 499/500, acompanhado de sua avaliação e fotos, sob pena de multa por ato atentatório à dignidade da justiça (art. 774, V, CPC/15); 2) Defiro a penhora no rosto dos autos do processo de arresto nº 1400-58.2000.811.0037, que tramita na 3ª Vara de Primavera do Leste, até o limite do valor executado conforme certidão de fls. 542/542-v.
Expeça-se o necessário. Intime-se. Cumpra-se. Após, voltem-me conclusos.

Intimação das Partes
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 1068729 Nr: 54865-42.2015.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ENPRON CONSTRUÇÕES E REFORMAS - EIRELI, CARLOS RENATO ROCHA, ANAPE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA
PARTE(S) REQUERIDA(S): ANAPE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, OTTO MEDEIROS DE AZEVEDO JUNIOR, ENPRON CONSTRUÇÕES E REFORMAS - EIRELI
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: camila claudino de sousa oliveira - OAB:23969/O, MANOEL ORNELAS DE ALMEIDA - OAB:2030/MT, MANOEL ORNELLAS DE ALMEIDA - OAB:2.030/MT, MURYEL DE CAMPOS RODRIGUES - OAB:23.044/O, WELLINGTON GOMES DA SILVA BASTOS - OAB:8862/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ANDRE STUMPF JACOB GONÇALVES - OAB:5362/MT, BEATRIZ PEREIRA DE AZEVEDO SANTANA - OAB:22669/O, EMANOELLY DO COUTO ALBERNAZ SILVA - OAB:16.835, JOAO LUIZ DO ESPIRITO SANTO BRANDOLINI - OAB:6746, José Renato Miglioli Cordovez - OAB:354582, MANOEL ORNELAS DE ALMEIDA - OAB:2030/MT, NADIMA VASCONCELOS DE FIGUEIREDO - OAB:7.918/MT
Nos termos do art. 203, § 4º do CPC, bem como do Provimento 56/2007 – CGJ/MT impulsiono o feito, e intimo as PARTES AUTORA e REQUERIDA, na pessoa de seu(s) advogado(s), e via Diário Eletrônico, para manifestarem sobre o oficio de fls. 758/762, no prazo de 15 (quinze) dias.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Vandymara Galvão Ramos Paiva Zanolo
Cod. Proc.: 1050559 Nr: 46682-82.2015.811.0041
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ROSALVA FRANCISCA DE JESUS MARASCA
PARTE(S) REQUERIDA(S): LARISSA SUELLEN POLVERINE, JUSLIWEDDER SOUZA MORAIS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: WESLEY DOS SANTOS PEREIRA - OAB:6504/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DANIELA GONÇALVES MENOSSI BAPTISTA - OAB:8372
Ante o exposto, com fulcro no art. 487, I, do CPC, JULGO PROCEDENTES os presentes embargos. Em consequência, JULGO EXTINTA A EXECUÇÃO em apenso, por ausência de título líquido, certo e exigível.Condeno ainda a parte embargada ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa, na forma do artigo 85, §§ 1º e 2º, do CPC/2015.Contudo, face o deferimento da gratuidade da justiça em favor da embargante, mantenho suspensa a exigibilidade, assim, tais valores só poderão ser cobrados se houver modificação no estado econômico da parte autora, no prazo de 5 (cinco) anos, contados da sentença, conforme a dicção do art. 98, §3º, do CPC.Traslade-se cópia da presente sentença para o feito executivo.Com o trânsito em julgado, nada sendo requerido, arquive-se com as anotações e baixas de estilo.Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

Intimação das Partes
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 1051915 Nr: 47380-88.2015.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ANA DALIDA TEIXEIRA SETUBAL
PARTE(S) REQUERIDA(S): BUFFET HAROLDO ROCHA LTDA ME, RADIANTE COMÉRCIO E REPRESENTANTÇÕES LTDA-ME
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: RODOLFO COELHO RIBEIRO - OAB:16.215/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO - OAB:
Nos termos do art. 203, § 4º do CPC, bem como do Provimento 56/2007 - CGJ/MT impulsiono o feito, e intimo as PARTES AUTORA E REQUERIDA, na

pessoa de seu(s) advogado(s), e via Diário Eletrônico, para manifestarem sobre o retorno dos autos do Tribunal de Justiça, no prazo de 10 (dez) dias.

Intimação das Partes
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 1126948 Nr: 21724-95.2016.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ANA CARDOSO MARQUES
PARTE(S) REQUERIDA(S): VIVO S/A - TELEFÔNICA BRASIL S/A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: KHERMAN DE ANUNCIAÇÃO - OAB:18.054/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: FAYROUZ MAHALA ARFOX - OAB:13033
Nos termos do art. 203, § 4º do CPC, bem como do Provimento 56/2007 - CGJ/MT impulsiono o feito, e intimo as PARTES AUTORA E REQUERIDA, na pessoa de seu(s) advogado(s), e via Diário Eletrônico, para manifestarem sobre o retorno dos autos do Tribunal de Justiça, no prazo de 10 (dez) dias.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 1075686 Nr: 57784-04.2015.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: CENDSS, SIRLENE NEVES DOS SANTOS
PARTE(S) REQUERIDA(S): CURTUME JANGADAS S/A, V. M. TONDIN TRANSPORTES, BRADESCO AUTO/RE CIA DE SEGUROS, MARCELL TONDIN
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ELIANE QUEIROZ DA SILVA - OAB:20396/O, RONALDO DE ARAUJO JUNIOR - OAB:15341
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DANIELA CRISTINA VAZ PATINI - OAB:OAB/MT 11.660, DANIELLE AVILA ALMEIDA GAMA MARTINS - OAB:OAB/MT 14442-B, DARLÃ MARTINS VARGAS - OAB:OAB/MT 5300-B, ELSON DUQUE DOS SANTOS - OAB:MT/14.234, ELSON DUQUES DOS SANTOS - OAB:14.234 / MT, MURILLO BARROS DA SILVA FREIRE - OAB:8.942/MT, RENATO CHAGAS CORRÊA DA SILVA - OAB:8.184-A/MT, VALÉRIA CASTILHO MINHOZ VIVAN - OAB:5956/MT, VALÉRIA CASTILHO MUNHOZ VIVAN - OAB:5.906/MT
Nos termos do art. 203, § 4º do CPC, bem como do Provimento 56/2007 - CGJ/MT impulsiono o feito, e intimo a parte REQUERENTE, na pessoa de seu(s) advogado(s), e via Diário Eletrônico, para apresentar contrarrazões ao recurso de apelação do Requerido de fls. 803/829, no prazo de 15 (quinze) dias.

Intimação das Partes
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 775127 Nr: 28369-78.2012.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: PATRIK SANGO KURAMOTI
PARTE(S) REQUERIDA(S): VOTORANTIN CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA, TBCS AGENTES AUTÔNOMOS DE INVESTIMENTOS LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JOÃO PAULO MORESCHI - OAB:11686/MT, RICARDO TURBINO NEVES - OAB:12.454/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ALEXANDRY CHEKERDEMIAN - OAB:11876-A, ANA PAULA BARBOSA RIBEIRO - OAB:13654/MT, FLAVIO COUTO E SILVA - OAB:10.135 - RS, JÚLIA VASCONCELOS JARDIM - OAB:65.400
Nos termos do art. 203, § 4º do CPC, bem como do Provimento 56/2007 - CGJ/MT impulsiono o feito, e intimo as PARTES AUTORA E REQUERIDA, na pessoa de seu(s) advogado(s), e via Diário Eletrônico, para manifestarem sobre o retorno dos autos do Tribunal de Justiça, no prazo de 10 (dez) dias.

Decisão

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1028344-38.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ELIZABETH TORRES PRATA (AUTOR(A))
FRANCISCO RICARDO DA CUNHA PRATA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Ricardo Vidal OAB - MT2679-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VANGUARD HOME EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
CLAUDIO STABILE RIBEIRO OAB - MT3213-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
VANDYMARA GALVAO RAMOS PAIVA ZANOLO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1028344-38.2018.8.11.0041. AUTOR(A): FRANCISCO RICARDO DA CUNHA PRATA, ELIZABETH TORRES PRATA RÉU: VANGUARD HOME EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA Não se trata de hipóteses de extinção do processo ou de julgamento antecipado. As partes são legítimas e estão representadas, não havendo questões processuais pendentes, dou o feito por saneado. Defiro o pedido de produção de prova pericial e nomeio a empresa Real Brasil Consultoria Ltda como perita para realizar a perícia neste processo, com levantamento das condições da obra, que é objeto desta lide. Intimem-se as partes para apresentarem os quesitos e indiciarem os assistentes técnicos, no prazo de 15 dia. Após, intime-se a empresa perita para apresentar o valor de seus honorários, os quais serão arcados pela empresa ré. A seguir, intime-se a empresa ré para depositar os honorários do perito e designe-se data para o início da perícia. CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019. Vandymara G R P Zanolo Juiz(a) de Direito

Decisão Classe: CNJ-46 PROTESTO
Processo Número: 1018979-28.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
POSTO TAPURAH LOCATELLI LTDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FELLIPE MAKARI MANFRIM OAB - SP343731 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PETROBRAS DISTRIBUIDORA S A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCELO ALEXANDRE OLIVEIRA DA SILVA OAB - MT14039-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
VANDYMARA GALVAO RAMOS PAIVA ZANOLO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1018979-28.2016.8.11.0041. REQUERENTE: POSTO TAPURAH LOCATELLI LTDA REQUERIDO: PETROBRAS DISTRIBUIDORA S A As partes são legítimas e estão representadas, não havendo questões processuais pendentes, dou o feito por saneado. Indefiro o pedido de produção de provas orais e periciais, uma vez que se trata de matéria exclusivamente de direito. Intimem-se e voltem-me conclusos para sentença. CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019. Vandymara G R P Zanolo Juiz(a) de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1021999-56.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BERTO SEVERIANO DE OLIVEIRA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
DANYLO FERREIRA DE ALCANTARA OAB - MT13724-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SISAN ENGENHARIA LTDA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
joão carlos polisel OAB - MT12909-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
VANDYMARA GALVAO RAMOS PAIVA ZANOLO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1021999-56.2018.8.11.0041. AUTOR(A): BERTO SEVERIANO DE OLIVEIRA RÉU: SISAN ENGENHARIA LTDA As partes são legítimas e estão representadas. A empresa ré arguiu preliminar de incompetência do juízo estadual para julgar esta lide, em razão da Caixa Econômica ser parte do contrato de aquisição do imóvel, objeto da lide. Contudo, observa-se que a Caixa Econômica é apenas o agente financeiro da compra e venda, não podendo ser responsável pelo atraso na entrega da obra, que foi construída pela empresa ré, assim não

há que se falar em incompetência deste juízo. Rejeito esta preliminar. Trata-se de matéria de fato e de direito, contudo o feito encontra-se devidamente instruído, o que possibilita o julgamento antecipado da lide. Portanto, indefiro o pedido de produção de provas. Intimem-se e voltem-me conclusos para sentença. CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019. Vandymara G R P Zanolo Juiz(a) de Direito

Decisão Classe: CNJ-128 EMBARGOS À EXECUÇÃO
Processo Número: 1021811-63.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JOILDES ESPIRITO SANTO CORINGA (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DAVID WENER FARINELLI SERILO OAB - MT19592-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARCIO BATISTA DA SILVA (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCIA BATISTA DA SILVA OAB - GO50124 (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
VANDYMARA GALVAO RAMOS PAIVA ZANOLO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1021811-63.2018.8.11.0041. EMBARGANTE: JOILDES ESPIRITO SANTO CORINGA EMBARGADO: MARCIO BATISTA DA SILVA Nos termos do art. 300 do CPC/2015, a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. No caso, ausente o risco ao resultado útil do processo, pois, além dos apontamentos objeto da presente demanda, há outras negativações. Destarte, INDEFIRO o pedido de tutela de urgência. Em seguida, voltem os autos conclusos para sentença. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. Vandymara G. R. Paiva Zanolo Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-128 EMBARGOS À EXECUÇÃO
Processo Número: 1014096-67.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JOILDES ESPIRITO SANTO CORINGA (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DAVID WENER FARINELLI SERILO OAB - MT19592-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
KENIA CARLA BARBOSA (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCIA BATISTA DA SILVA OAB - GO50124 (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
VANDYMARA GALVAO RAMOS PAIVA ZANOLO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1014096-67.2018.8.11.0041. EMBARGANTE: JOILDES ESPIRITO SANTO CORINGA EMBARGADO: KENIA CARLA BARBOSA Nos termos do art. 300 do CPC/2015, a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. No caso, ausente o risco ao resultado útil do processo, pois, além dos apontamentos objeto da presente demanda, há outras negativações. Destarte, INDEFIRO o pedido de tutela de urgência. Em seguida, voltem os conclusos para sentença. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. Vandymara G. R. Paiva Zanolo Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-59 EMBARGOS DE TERCEIRO
Processo Número: 1054190-23.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MARCELO ARNOLD DE SOUZA E SILVA (EMBARGANTE)
SARA CRISTINA OLIVEIRA DE ALMEIDA (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DAYHANA SHINO TADA ROJAS OAB - MT24379/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
DIOGO DE SOUZA SANTOS (EMBARGADO)
RAIMUNDO TRAJANO LOPES (EMBARGADO)
Magistrado(s):
VANDYMARA GALVAO RAMOS PAIVA ZANOLO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1054190-23.2019.8.11.0041. EMBARGANTE: SARA CRISTINA OLIVEIRA DE ALMEIDA, MARCELO ARNOLD DE SOUZA E SILVA EMBARGADO: DIOGO DE SOUZA SANTOS, RAIMUNDO TRAJANO LOPES Trata-se de embargos declaratórios opostos pelos embargantes SARA CRISTINA OLIVEIRA DE ALMEIDA e OUTRO, alegando omissão na decisão de Id. 26463535, que deferiu parcialmente o pedido liminar, apenas para suspender os atos de execução que recaiam sobre o imóvel de matrícula nº 90.473, registrada no 2º Serviço Notarial e Registral de Cuiabá -MT. Sustentam que o decisum foi omisso, ao não deferir a liminar em sua totalidade, visto que, como exposto na inicial, os embargantes desejam refinanciar o imóvel objeto da lide, mas a Caixa Econômica Federal não aceita o refinanciamento devido à constrição da matrícula. Assim, pleiteiam o acolhimento dos embargos para sanar a omissão apontada. Vieram-me os autos conclusos. É o relatório. DECIDO Os embargos de declaração são cabíveis quando houver, na decisão impugnada, obscuridade, contradição, quando for omitido ponto sobre o qual deveria pronunciar-se o juiz ou tribunal, ou quando houver erro material, nos estritos termos do artigo 1.022 do Código de Processo Civil: “Art. 1.022. Cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para: I – esclarecer obscuridade ou eliminar contradição; II – suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento; III – corrigir erro material. Parágrafo único. Considera-se omissa a decisão que: I – deixe de se manifestar sobre tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em incidente de assunção de competência aplicável ao caso sob julgamento; II – incorra em qualquer das condutas descritas no art. 489, § 1º.” Os embargos merecem ser rejeitados, pois não há omissão a ser sanada. Eis a fundamentação do decisum embargado: “[...] No caso, identifica-se parcialmente a probabilidade do direito deduzido, notadamente por meio da cópia do contrato de compra e venda e cessão de direitos de imóvel urbano financiado junto à Caixa Econômica Federal (Id. 26293727), de cujo teor é possível extrair, prima facie, que o imóvel objeto do pedido de constrição nos autos da execução teria sido adquirido pelo embargante em 18/01/2017, o que demonstraria, a princípio, que o título exequendo foi emitido em data posterior à alienação do bem. O perigo de dano exsurge do risco de o imóvel ser levado a leilão e arrematado por terceiros, para satisfação do crédito do embargado, caso somente ao final da demanda o embargante obtenha decisão judicial que impeça a excussão do seu patrimônio. Outrossim, entendo não ser o caso de deferir o pedido para cancelar o registro e a averbação da execução sobre o bem, pois tal medida não se mostra necessária à garantia de eventual procedência dos presentes embargos de terceiro, bastando, para tanto, a suspensão dos atos de execução em relação ao citado imóvel. [...].” (g.n.) Portanto, não se trata de omissão como alegam os embargantes, mas sim de inconformismo com o entendimento desta magistrada de não ser o caso de deferir o pedido para cancelar o registro e a averbação da execução sobre o bem, eis que tal medida não se mostra necessária à garantia de eventual procedência dos embargos de terceiro – até porque se confunde com o próprio mérito da demanda, sendo patente a sua irreversibilidade caso concedida liminarmente. Nesse sentido: “[...] II - A oposição dos embargos declaratórios caracterizou, tão somente, a irresignação do embargante diante de decisão contrária a seus interesses, o que não viabiliza o referido recurso. III - Descaracterizada a alegada omissão, tem-se de rigor o afastamento da suposta violação do art. 535 do CPC/1973, conforme pacífica jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. [...] VIII - Agravo interno improvido. (AgInt no REsp 1570345/PR, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/12/2018, DJe 13/12/2018)” Ante o exposto, tendo em vista que o objetivo dos embargos é a reforma da decisão pela via inadequada, e não a correção de vícios, REJEITO os embargos de declaração. Publique-se. Intime-se. Cuiabá – MT, data registrada no sistema. VANDYMARA G.R. PAIVA ZANOLO Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1057862-39.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
PATRICIA MARQUES FERNANDES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCO ANTONIO JOBIM OAB - MT6412-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AGEMED SAUDE S/A (RÉU)
Magistrado(s):
VANDYMARA GALVAO RAMOS PAIVA ZANOLO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1057862-39.2019.8.11.0041. AUTOR(A):

PATRICIA MARQUES FERNANDES RÉU: AGEMED SAUDE S/A Recebo a emenda à inicial e defiro a inclusão no polo passivo da empresa BACKOFFICE GESTÃO FINANCEIRA LTDA. Cite-se para manifestar e requerer as provas cabíveis, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 135 do CPC/15). Indefiro, contudo, o pedido de bloqueio via BACENJUD nas contas da citada empresa, eis que, nos termos do art.133 e seguintes, do CPC/15, se faz necessário, primeiramente, a sua citação. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Vandymara G. R. Paiva Zanolo Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-128 EMBARGOS À EXECUÇÃO
Processo Número: 1059553-88.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE CORREIA DE OLIVEIRA NETO (EMBARGANTE)
KATIA SOARES DE OLIVEIRA (EMBARGANTE)
IZABETE SOARES DE OLIVEIRA (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELO BARBOSA ARRUDA OAB - MT0016336A (ADVOGADO(A))
DIEGO MONTEIRO DE ARRUDA FORTES OAB - MT16282/B (ADVOGADO(A))
RODOLFO RUIZ PEIXOTO OAB - MT15869-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GOIABEIRAS EMPRESA DE SHOPPING CENTER LTDA (EMBARGADO)
Magistrado(s):
VANDYMARA GALVAO RAMOS PAIVA ZANOLO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1059553-88.2019.8.11.0041. EMBARGANTE: KATIA SOARES DE OLIVEIRA, JOSE CORREIA DE OLIVEIRA NETO, IZABETE SOARES DE OLIVEIRA EMBARGADO: GOIABEIRAS EMPRESA DE SHOPPING CENTER LTDA Se no prazo legal (art. 915 do CPC), o que deverá ser certificado, recebo os embargos para discussão. Nos termos do art. 919, §1º, do CPC/15, a concessão de efeito suspensivo aos embargos à execução está condicionada (i) à verificação dos requisitos para a concessão da tutela provisória; e (ii) à garantida da execução por penhora, depósito ou caução suficientes. Com efeito, visualiza-se a probabilidade do direito deduzido, notadamente por meio dos cálculos que embasam a execução (Id. 27357176), de cujo teor é possível extrair, prima facie, que o crédito perseguido contemplaria parcelas variáveis, calculadas, aparentemente, com base no percentual do faturamento do locatário/embargante, o que demonstraria a iliquidez do título exequendo. O perigo de dano resta evidenciado, na medida em que os embargantes poderão ter seus bens bloqueados e expropriados. Por fim, denota-se que o embargante JOSÉ CORREIA DE OLIVEIRA NETO ofertou como caução dois veículos de sua propriedade, avaliados em R$121.896,00 (cento e vinte e um mil, oitocentos e noventa e seis reais), conforme documentos anexados nos Ids. 27357178 a 27357187. Assim, nos termos do art. 919, §1º do CPC DEFIRO o pedido de suspensão da execução em apenso, de n.º 1009413-50.2019.8.11.0041. Intime(m)-se o(s) embargado(s), na pessoa de seu(s) patrono(s), para, querendo, apresentar(em) impugnação, no prazo de 15 dias. Após, conclusos. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Vandymara G. R. Paiva Zanolo Juíza de Direito

Sentença

Sentença Classe: CNJ-120 LIQUIDAÇÃO POR ARBITRAMENTO
Processo Número: 1024013-81.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ODAYLZA CONCEICAO DE ARAUJO GOMES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NILTON LUIS FERREIRA DA SILVA OAB - MT4811-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUIZ PAULO DA SILVA SANTOS OAB - DF41952 (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
VANDYMARA GALVAO RAMOS PAIVA ZANOLO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1024013-81.2016.8.11.0041. REQUERENTE: ODAYLZA CONCEICAO DE ARAUJO GOMES REQUERIDO: BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A Trata-se de Liquidação de Sentença proferida nos autos de Ação Civil Pública (código nº 388089), tendo como autora ODAYLZA CONCEICAO DE ARAUJO GOMES e requerido BANCO SANTANDER S/A (Sucessor BANCO ABN REAL), objetivando a condenação do Requerido ao pagamento de indenização pela cobrança de taxas em sua conta salário. Após o trânsito em julgado da sentença da ação civil pública, a parte autora pugnou por sua liquidação, todavia, não apresentou os cálculos do que entendia devido, em razão de afirmar não possuir acesso aos extratos bancários do período de 2003 a 2006. No entanto, alega que acaso o réu se recuse a apresentar os extratos bancários, requer seja utilizada a média dos descontos que o Ministério Público Estadual informou na inicial da Ação Civil Pública, ou seja, o desconto mensal de R$ 6,00 – seis reais – e, ainda, fixando o valor a ser devolvido em R$ 12,00 – doze reais mensais, por ter ocorrido condenação na devolução em dobro dos valores, dos últimos três anos ao ajuizamento da ação, tendo como termo inicial data de 31/07/2006, acrescida de juros de mora de 1% ao mês a contar da citação realizada no processo e correção monetária pelo INPC desde a data de cada cobrança indevida. Devidamente citado, o banco réu apresentou contestação sob o Id. 8124257, alegando, em síntese, que a autora mantinha movimentação típica de conta corrente, enquanto a sentença contempla apenas os titulares de conta salário, e ainda, que não houve a cobrança de nenhuma taxa na conta da autora. Assim, pugna pela improcedência do pedido de liquidação. Impugnação (Id. 8263508), afirmando que o comando sentencial da ação civil pública não limitou a devolução das taxas somente às contas salários. As partes foram intimadas para especificarem provas, e somente o requerido pugnou pelo julgamento antecipado da lide. A autora manifestou-se sob o Id. 18088546, reiterando que a sentença não limitou a devolução das taxas cobradas apenas em contas salários. É o relatório. Decido. Passo ao julgamento antecipado da lide, por se tratar de matéria exclusivamente de direito. A sentença que se pretende liquidar foi proferida na Ação Civil Pública (código 388089), que tramitou na Vara Especializada de Ação Civil Pública de Cuiabá, que condenou o banco réu a: "[...] a) à obrigação de não fazer, consistente na proibição da cobrança de qualquer tipo de tarifa em relação às contas de servidores públicos municipais que tenham adotado a opção conta-salário para o depósito dos vencimentos, sob pena de pagamento de multa diária no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais) por cada consumidor lesado, cujo montante deverá ser revertido para o Fundo de que trata o art. 13 da Lei Federal nº 7.347/85 e Lei Estadual nº 7.170/99; b) à obrigação de encaminhar correspondência a todos os servidores públicos municipais, que recebem salários através de quaisquer de suas agências, informando-lhes quanto à possibilidade de não necessitarem pagar tarifas bancárias, nos termos da Resolução nº 3.402 do Banco Central e do contrato de prestação mantido entre o Município de Cuiabá e a instituição financeira, devendo esclarecer que a condição necessária ao gozo dessa isenção tarifária é se utilizar da conta para o fim exclusivo de recebimento de salário, sob pena de pagamento de multa diária no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais) por cada consumidor lesado, cujo montante deverá ser revertido para o Fundo de que trata o art. 13 da Lei Federal nº 7.347/85 e a Lei Estadual nº 7.170/99; c) à obrigação de inserir no contrato que vier a ser apresentado ao servidor público a informação de que a respectiva conta receberá o tratamento tarifário previsto na Resolução nº 3.402 do Banco Central, na hipótese que esta for a opção do servidor, sob pena de pagamento de multa diária no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais) por cada consumidor lesado, cujo montante deverá ser revertido para o Fundo de que trata o art. 13 da Lei Federal nº 7.347/85 e Lei Federal nº 7.170/99; e d) à devolução em dobro dos valores indevidamente cobrados mediante depósito na conta-salário de cada consumidor prejudicado, observando-se que farão jus a esse ressarcimento apenas os servidores municipais titulares de contas salário que tiveram a incidência de tarifas, devidamente acrescida de juros de mora de 1% ao mês a contar da citação realizada neste processo e correção monetária pelo INPC desde a data de cada cobrança indevida, salientando que a identificação e individuação dos consumidores deverá se dar em liquidação de sentença, respeitando-se a repetição do indébito ao prazo prescricional de três anos anteriores ao ajuizamento desta ação coletiva, fixando-se, assim, como termo inicial a data de 31/07/2006.]" Sem maiores delongas, a parte autora não faz jus à devolução de quaisquer valores a título de descontos indevidos, pois além de sua conta não ser exclusivamente conta-salário, nos extratos bancários juntados pelo requerido, não se observou a cobrança das taxas mencionadas no comando sentencial. Ademais, vê-se que a parte autora não se deu ao trabalho de impugnar especificamente os extratos bancários juntados pelo requerido, os quais demonstram que a

mesma possuía empréstimos e taxas decorrentes destes, não guardando relação com a matéria discutida na ação civil pública. Aliás, ao contrário do que a autora insiste, o comando sentencial limitou a devolução de taxas somente aos servidores que optaram exclusivamente pela conta salário, o que não é o seu caso, como a mesma admite. Assim, não havendo valores a serem liquidados, a improcedência dos pedidos é medida que se impõe. Posto isso, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos da liquidação e condeno a autora ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como aos honorários de sucumbência, os quais arbitro em 20% sobre o valor atualizado da causa. Tendo em vista que a autora é beneficiária da gratuidade da justiça, fica suspensa a exigibilidade das verbas de sucumbência, por até cinco anos, condicionada à comprovação da mudança da situação econômica da beneficiária. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá – MT, 12 de dezembro de 2019. Vandymara G.R. Paiva Zanolo Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1051788-66.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
NATALINA FERNANDES SALES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROQUE PIRES DA ROCHA FILHO OAB - MT0009870A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SEGURADORA LÍDER (REQUERIDO)
Magistrado(s):
VANDYMARA GALVAO RAMOS PAIVA ZANOLO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ 1051788-66.2019.8.11.0041 REQUERENTE: NATALINA FERNANDES SALES Advogado do(a) REQUERENTE: ROQUE PIRES DA ROCHA FILHO - MT0009870A REQUERIDO: SEGURADORA LÍDER A parte autora manifestou-se pela desistência da presente ação. Não há informações de que o requerido tenha sido citado, bem como não há contestação juntada aos autos. Desta feita, com fulcro no disposto no artigo 485, inciso VIII, homologo a desistência da ação e decreto a extinção do processo sem julgamento do mérito. Custas pelo autor, se devidas. Sem honorários advocatícios, face a inexistência de contraditório. Após o cumprimento de todas as formalidades, arquive-se. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se, expedindo o necessário e com as cautelas de estilo. Cuiabá – MT, data registrada no sistema. Vandymara G. R. Paiva Zanolo Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1040302-21.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE IRONES DO NASCIMENTO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
HUMBERTO AFFONSO DEL NERY OAB - MT6945-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
VANDYMARA GALVAO RAMOS PAIVA ZANOLO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1040302-21.2018.8.11.0041. EXEQUENTE: JOSE IRONES DO NASCIMENTO EXECUTADO: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS Cuida-se de Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório DPVAT em sede de cumprimento de sentença movida por JOSE IRONES DO NASCIMENTO em face da PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS. Analisando os autos verifica-se que o executado cumpriu voluntariamente com o pagamento da condenação que consiste no R$ 4.296,18 (quatro mil, duzentos e noventa e seis reais e dezoito centavos), no Id. 26777023. O exequente concordou com o valor depositado, pugnou o levantamento dos valores e a extinção do feito (Id. 27296349). Dessa forma, a extinção do cumprimento de sentença é medida que se impõe. Dessa forma, a extinção do cumprimento de sentença é medida que se impõe. Diante do exposto, JULGO E DECLARO EXTINTO, o presente feito, com fundamento no artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil. Expeça-se alvará em favor do exequente observando-se os dados bancários informados no Id. 27296349. Transitado em julgado arquivem-se os autos com as devidas baixas. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, data registrada no sistema.

Vandymara G.R. Paiva Zanolo Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1043956-79.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MARLETE RODOLFINO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SAULO DALTRO MOREIRA SILVA OAB - MT10208-O (ADVOGADO(A))
ANABELL CORBELINO SIQUEIRA DALTRO OAB - MT13544-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
VANDYMARA GALVAO RAMOS PAIVA ZANOLO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1043956-79.2019.8.11.0041. REQUERENTE: MARLETE RODOLFINO REQUERIDO: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório ajuizada por Marlete Rodolfino em face de Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais, em que pretende a condenação da requerida ao pagamento da importância do valor de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). Para tanto, aduz a parte requerente que foi vítima de acidente de trânsito ocorrido em 24/03/2017, ocasionando invalidez permanente, portanto, fazendo jus ao pleito indenizatório. Junto à inicial vieram os documentos. A parte requerida apresentou contestação arguindo as preliminares que serão analisadas a seguir. No mérito, pugnou pela improcedência dos pedidos iniciais por ausência de provas constitutivas do direito pretendido. Por decisão, foi determinada a realização de perícia, sendo apresentado o laudo pericial, manifestando as partes. Vieram-me os autos conclusos. É o breve relato. Fundamento e decido. Passo a análise das preliminares suscitadas. I - Inclusão da Seguradora Líder no polo Passivo Cumpre salientar que a inclusão da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A no polo passivo da demanda é desnecessária, haja vista que qualquer seguradora que opere no sistema de consórcio responsável pelas indenizações, decorrentes de danos causados por acidentes de trânsito é parte legítima para saldar a indenização do Seguro DPVAT. Todas são responsáveis pelo recebimento das solicitações de indenização e pelo respectivo pagamento do seguro. A requerida não nega que seja integrante do grupo das seguradoras, as quais recebem os valores oriundos do seguro obrigatório. Por isto, a seguradora requerida deve responder por tais indenizações e permanecer no polo passivo da presente demanda. Assim, não sendo o caso de litisconsórcio necessário, e tendo o autor optado por acionar somente a requerida, rejeito a preliminar arguida. II – Da Falta de Interesse Processual Em sede preliminar, a requerida suscitou falta de interesse de agir em face do não esgotamento das vias administrativas, o que não merece prosperar. Diante do princípio constitucional de livre acesso ao Poder Judiciário, art. 5º, inc. XXXVI, da Constituição Federal, e frente a doutrina aplicada à espécie, não há que se cogitar falta de interesse de agir. Ademais, não é necessário o esgotamento das vias administrativas para ingressar com demanda judicial. Por tais argumentos, afasto a preliminar suscitada. III – Mérito. Da documentação que acompanha a inicial, verifico que a parte requerente enquadra-se nas hipóteses legais relativas ao seguro obrigatório, fazendo jus ao recebimento de reparação indenizatória. Indiscutivelmente, estão aportadas no feito o boletim de ocorrência evidenciando o evento danoso (Id. 24537291), bem como laudo pericial (Id. 26370901). Certo o direito a indenização, passo a análise de sua fixação. Registro que, com o trânsito em julgado da decisão proferida pela Ministra Relatora Maria Isabel Gallotti em 08/10/2012 julgando procedente a reclamação nº 5368/MT, restou pacificada a concessão de indenização de seguro DPVAT proporcional ao grau de invalidez. Tal entendimento se coaduna com a Súmula nº 474 editada pelo Superior Tribunal de Justiça em 13/06/2012, que assevera "indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez". Assim, considerando que o sinistro ocorreu em 24/03/2017, o montante a ser pago a título de indenização por seguro DPVAT deve observar o grau de invalidez previsto na tabela de acidentes pessoais adotada pela legislação vigente. Conforme se infere, a perícia foi realizada de acordo com a Lei nº. 6.194/74 com redação dada pela Medida Provisória nº.

451/2008, convertida em Lei nº. 11.945/2009, que disponibiliza tabela em anexo para auxílio a cálculo de invalidez permanente decorrente de acidente de trânsito para fins de seguro obrigatório. Nesta seara, tem-se que o valor estipulado em lei no caso de Seguro DPVAT, com a ocorrência de invalidez permanente, é de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), nos termos do art. 8º, da Lei n. 11.482/07, que alterou os arts. 3º, 4º, 5º e 11 da Lei no 6.194, de 19 de dezembro de 1974. Da análise da tabela de percentuais, constata-se que para o caso de perda completa da mobilidade do "punho esquerdo", o percentual incidente é de 25% (vinte e cinco por cento) do valor máximo da indenização – R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), que resulta a quantia de R$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais). Denota-se que o laudo médico foi conclusivo em afirmar que a parte requerente apresenta invalidez permanente parcial incompleta do punho esquerdo de média repercussão avaliada em 50% (cinquenta por cento), cujo percentual deverá ser calculado sobre o montante de R$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais), totalizando o valor de R$ 1.687,50 (hum mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos). Nesse passo, o montante indenizatório a ser pago deve ser atualizado, com incidência dos juros de mora a partir da data da citação (art. 405 do CC) e correção monetária contada a partir do evento danoso. Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE a pretensão inicial, para condenar a requerida Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais ao pagamento do importe de R$ 1.687,50 (hum mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), a título de seguro obrigatório, acrescido de juros legais de 1% (um por cento) a partir da citação inicial e correção monetária pelo índice do INPC a partir da data do sinistro (24/03/2017). Condeno, ainda, a requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em R$ 1.000,00 (hum mil reais), nos termos do artigo 85, §8º do Código de Processo Civil. Com o trânsito em julgado e nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Vandymara Galvão Ramos Paiva Zanolo Juiz(a) de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1046221-54.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
DANYELLE DE PAIVA COELHO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ROBERGES JUNIOR DE LIMA OAB - MT12918-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
VANDYMARA GALVAO RAMOS PAIVA ZANOLO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1046221-54.2019.8.11.0041. AUTOR(A): DANYELLE DE PAIVA COELHO RÉU: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório ajuizada por Danyelle de Paiva Coelho em face de Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais, em que pretende a condenação da requerida ao pagamento da importância do valor de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). Para tanto, aduz a parte requerente que foi vítima de acidente de trânsito ocorrido em 27/02/2019, ocasionando invalidez permanente, portanto, fazendo jus ao pleito indenizatório. Junto à inicial vieram os documentos. A parte requerida apresentou contestação arguindo as preliminares que serão analisadas a seguir. No mérito, pugnou pela improcedência dos pedidos iniciais por ausência de provas constitutivas do direito pretendido. Por decisão, foi determinada a realização de perícia, sendo apresentado o laudo pericial, manifestando as partes. Vieram-me os autos conclusos. É o breve relato. Fundamento e decido. Passo a análise das preliminares suscitadas. I - Inclusão da Seguradora Líder no polo Passivo Cumpre salientar que a inclusão da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A no polo passivo da demanda é desnecessária, haja vista que qualquer seguradora que opere no sistema de consórcio responsável pelas indenizações, decorrentes de danos causados por acidentes de trânsito é parte legítima para saldar a indenização do Seguro DPVAT. Todas são responsáveis pelo recebimento das solicitações de indenização e pelo respectivo pagamento do seguro. A requerida não nega que seja integrante do grupo das seguradoras, as quais recebem os valores oriundos do seguro obrigatório. Por isto, a seguradora requerida deve responder por tais indenizações e permanecer no polo passivo da presente demanda. Assim, não sendo o caso de litisconsórcio necessário, e tendo o autor optado por acionar somente a requerida, rejeito a preliminar arguida. II – Da Falta de Interesse Processual Em sede preliminar, a requerida suscitou falta de interesse de agir em face do não esgotamento das vias administrativas, o que não merece prosperar. Diante do princípio constitucional de livre acesso ao Poder Judiciário, art. 5º, inc. XXXVI, da Constituição Federal, e frente a doutrina aplicada à espécie, não há que se cogitar falta de interesse de agir. Ademais, não é necessário o esgotamento das vias administrativas para ingressar com demanda judicial. Por tais argumentos, afasto a preliminar suscitada. III – Mérito. Da documentação que acompanha a inicial, verifico que a parte requerente enquadra-se nas hipóteses legais relativas ao seguro obrigatório, fazendo jus ao recebimento de reparação indenizatória. Indiscutivelmente, estão aportadas no feito o boletim de ocorrência evidenciando o evento danoso (Id. 24940032), bem como laudo pericial (Id. 26390273). Certo o direito a indenização, passo a análise de sua fixação. Registro que, com o trânsito em julgado da decisão proferida pela Ministra Relatora Maria Isabel Gallotti em 08/10/2012 julgando procedente a reclamação nº 5368/MT, restou pacificada a concessão de indenização de seguro DPVAT proporcional ao grau de invalidez. Tal entendimento se coaduna com a Súmula nº 474 editada pelo Superior Tribunal de Justiça em 13/06/2012, que assevera "indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez". Assim, considerando que o sinistro ocorreu em 27/02/2019, o montante a ser pago a título de indenização por seguro DPVAT deve observar o grau de invalidez previsto na tabela de acidentes pessoais adotada pela legislação vigente. Conforme se infere, a perícia foi realizada de acordo com a Lei nº. 6.194/74 com redação dada pela Medida Provisória nº. 451/2008, convertida em Lei nº. 11.945/2009, que disponibiliza tabela em anexo para auxílio a cálculo de invalidez permanente decorrente de acidente de trânsito para fins de seguro obrigatório. Nesta seara, tem-se que o valor estipulado em lei no caso de Seguro DPVAT, com a ocorrência de invalidez permanente, é de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), nos termos do art. 8º, da Lei n. 11.482/07, que alterou os arts. 3º, 4º, 5º e 11 da Lei no 6.194, de 19 de dezembro de 1974. Da análise da tabela de percentuais, constata-se que para o caso de perda completa da mobilidade da "estrutura vascular", o percentual incidente é de 100% (cem por cento) do valor máximo da indenização – R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), que resulta a quantia de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). Denota-se que o laudo médico foi conclusivo em afirmar que a parte requerente apresenta invalidez permanente parcial incompleta da estrutura vascular de média repercussão avaliada em 50% (cinquenta por cento), cujo percentual deverá ser calculado sobre o montante de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), totalizando o valor de R$ 6.750,00 (seis mil setecentos e cinquenta reais). Nesse passo, o montante indenizatório a ser pago deve ser atualizado, com incidência dos juros de mora a partir da data da citação (art. 405 do CC) e correção monetária contada a partir do evento danoso. Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE a pretensão inicial, para condenar a requerida Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais ao pagamento do importe de R$ 6.750,00 (seis mil setecentos e cinquenta reais), a título de seguro obrigatório, acrescido de juros legais de 1% (um por cento) a partir da citação inicial e correção monetária pelo índice do INPC a partir da data do sinistro (27/02/2019). Condeno, ainda, a requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em R$ 1.000,00 (hum mil reais), nos termos do artigo 85, §8º do Código de Processo Civil. Com o trânsito em julgado e nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Vandymara Galvão Ramos Paiva Zanolo Juiz(a) de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1045352-91.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
EDINALDO PINTO DE OLIVEIRA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ROBERGES JUNIOR DE LIMA OAB - MT12918-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
VANDYMARA GALVAO RAMOS PAIVA ZANOLO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1045352-91.2019.8.11.0041. AUTOR(A): EDINALDO PINTO DE OLIVEIRA RÉU: BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório ajuizada por Edinaldo Pinto de Oliveira em face de Bradesco Auto/re Companhia de Seguros, em que pretende a condenação da requerida ao pagamento da importância do valor de R$ 11.812,50 (onze mil oitocentos e doze reais e cinquenta centavos). Para tanto, aduz a parte requerente que foi vítima de acidente de trânsito ocorrido em 25/03/2018, ocasionando invalidez permanente, portanto, fazendo jus ao pleito indenizatório. Junto à inicial vieram os documentos. A parte requerida apresentou contestação arguindo as preliminares que serão analisadas a seguir. No mérito, pugnou pela improcedência dos pedidos iniciais por ausência de provas constitutivas do direito pretendido. Por decisão prolatada, foi determinada a realização de perícia, sendo apresentado laudo pericial, manifestando as partes. Vieram-me os autos conclusos. É o breve relato. Fundamento e decido. Passo a análise das preliminares suscitadas. I - Inclusão da Seguradora Líder no polo Passivo Cumpre salientar que a inclusão da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A no polo passivo da demanda é desnecessária, haja vista que qualquer seguradora que opere no sistema de consórcio responsável pelas indenizações, decorrentes de danos causados por acidentes de trânsito é parte legítima para saldar a indenização do Seguro DPVAT. Todas são responsáveis pelo recebimento das solicitações de indenização e pelo respectivo pagamento do seguro. A requerida não nega que seja integrante do grupo das seguradoras, as quais recebem os valores oriundos do seguro obrigatório. Por isto, a seguradora requerida deve responder por tais indenizações e permanecer no polo passivo da presente demanda. Assim, não sendo o caso de litisconsórcio necessário, e tendo o autor optado por acionar somente a requerida, rejeito a preliminar arguida. II – Da falta de interesse de agir em face do pagamento realizado na seara administrativa. O pagamento realizado em sede administrativa não caracteriza falta de interesse de agir, uma vez que a pretensão também insurge sobre a avaliação feita pela seguradora que acarretou o pagamento parcial. Posto isso, rejeito a preliminar suscitada. III – Mérito. Da documentação que acompanha a inicial, verifico que a parte requerente enquadra-se nas hipóteses legais relativas ao seguro obrigatório, fazendo jus ao recebimento de reparação indenizatória. Indiscutivelmente, estão aportadas no feito o boletim de ocorrência evidenciando o evento danoso (Id. 24777675), bem como laudo pericial (Id. 26397130). Certo o direito a indenização, passo a análise de sua fixação. Registro que, com o trânsito em julgado da decisão proferida pela Ministra Relatora Maria Isabel Gallotti em 08/10/2012 julgando procedente a reclamação nº 5368/MT, restou pacificada a concessão de indenização de seguro DPVAT proporcional ao grau de invalidez. Tal entendimento se coaduna com a Súmula nº 474 editada pelo Superior Tribunal de Justiça em 13/06/2012, que assevera "indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez". Assim, considerando que o sinistro ocorreu em 25/03/2018, o montante a ser pago a título de indenização por seguro DPVAT deve observar o grau de invalidez previsto na tabela de acidentes pessoais adotada pela legislação vigente. Conforme se infere, a perícia foi realizada de acordo com a Lei nº. 6.194/74 com redação dada pela Medida Provisória nº. 451/2008, convertida em Lei nº. 11.945/2009, que disponibiliza tabela em anexo para auxílio a cálculo de invalidez permanente decorrente de acidente de trânsito para fins de seguro obrigatório. Nesta seara, tem-se que o valor estipulado em lei no caso de Seguro DPVAT, com a ocorrência de invalidez permanente, é de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), nos termos do art. 8º, da Lei n. 11.482/07, que alterou os arts. 3º, 4º, 5º e 11 da Lei no 6.194, de 19 de dezembro de 1974. Da análise da tabela de percentuais, constata-se que para o caso de perda completa da mobilidade do "tornozelo esquerdo", o percentual incidente é de 25% (vinte e cinco por cento) do valor máximo da indenização – R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), que resulta a quantia de R$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais). Denota-se que o laudo médico foi conclusivo em afirmar que a parte requerente apresenta invalidez permanente parcial incompleta do tornozelo esquerdo de intensa repercussão avaliada em 75% (setenta e cinco por cento), cujo percentual deverá ser calculado sobre o montante de R$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais), encontra-se o valor de R$ 2.531,25 (dois mil quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos), e a quantia já recebida administrativamente encontra-se no valor de R$ 945,00 (hum mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), totalizando o valor remanescente em R$ 1.586,25 (hum mil quinhentos e oitenta e seis reais e vinte e cinco centavos). Nesse passo, o montante indenizatório a ser pago deve ser atualizado, com incidência dos juros de mora a partir da data da citação (art. 405 do CC) e correção monetária contada a partir do evento danoso. Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE a pretensão inicial, para condenar a requerida Bradesco Auto/re Companhia de Seguros ao pagamento do importe de R$ 1.586,25 (hum mil quinhentos e oitenta e seis reais e vinte e cinco centavos), a título de seguro obrigatório, acrescido de juros legais de 1% (um por cento) a partir da citação inicial e correção monetária pelo índice do INPC a partir da data do sinistro (25/03/2018). Condeno, ainda, a requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em R$ 1.000,00 (hum mil reais), nos termos do artigo 85, §8º do Código de Processo Civil. Com o trânsito em julgado e nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Vandymara Galvão Ramos Paiva Zanolo Juiz(a) de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1004521-98.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
PAULA DA SILVA DE SOUSA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ROBERGES JUNIOR DE LIMA OAB - MT12918-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUIZ HENRIQUE VIEIRA OAB - MT26417-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
VANDYMARA GALVAO RAMOS PAIVA ZANOLO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1004521-98.2019.8.11.0041. AUTOR(A): PAULA DA SILVA DE SOUSA RÉU: BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório ajuizada por Paula da Silva de Souza em face de Bradesco Auto/re Companhia de Seguros, em que pretende a condenação da requerida ao pagamento da importância do valor de R$ 11.812,50 (onze mil oitocentos e doze reais e cinquenta centavos). Para tanto, aduz a parte requerente que foi vítima de acidente de trânsito ocorrido em 05/02/2017, ocasionando invalidez permanente, portanto, fazendo jus ao pleito indenizatório. Junto à inicial vieram os documentos. A parte requerida apresentou contestação arguindo as preliminares que serão analisadas a seguir. No mérito, pugnou pela improcedência dos pedidos iniciais por ausência de provas constitutivas do direito pretendido. Por decisão prolatada, foi determinada a realização de perícia, sendo apresentado laudo pericial, manifestando a requerente. Vieram-me os autos conclusos. É o breve relato. Fundamento e decido. Passo a análise das preliminares suscitadas. I - Inclusão da Seguradora Líder no polo Passivo Cumpre salientar que a inclusão da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A no polo passivo da demanda é desnecessária, haja vista que qualquer seguradora que opere no sistema de consórcio responsável pelas indenizações, decorrentes de danos causados por acidentes de trânsito é parte legítima para saldar a indenização do Seguro DPVAT. Todas são responsáveis pelo recebimento das solicitações de indenização e pelo respectivo pagamento do seguro. A requerida não nega que seja integrante do grupo das seguradoras, as quais recebem os valores oriundos do seguro obrigatório. Por isto, a seguradora requerida deve responder por tais indenizações e permanecer no polo passivo da presente demanda. Assim, não sendo o caso de litisconsórcio necessário, e tendo o autor optado por acionar somente a requerida, rejeito a preliminar arguida. II – Mérito. Da documentação que acompanha a inicial, verifico que a parte requerente enquadra-se nas hipóteses legais relativas ao seguro obrigatório, fazendo jus ao recebimento de reparação indenizatória. Indiscutivelmente, estão aportadas no feito o boletim de ocorrência evidenciando o evento danoso (Id. 17737443), bem como laudo pericial (Id. 25525045). Certo o direito a indenização, passo a análise de sua fixação. Registro que, com o trânsito em julgado da decisão proferida pela Ministra Relatora Maria Isabel Gallotti em 08/10/2012 julgando procedente a reclamação nº 5368/MT, restou pacificada a concessão de indenização de seguro DPVAT proporcional ao grau de invalidez. Tal entendimento se coaduna com a Súmula nº 474 editada pelo Superior Tribunal de Justiça em 13/06/2012, que assevera "indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do

beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez". Assim, considerando que o sinistro ocorreu em 05/02/2017, o montante a ser pago a título de indenização por seguro DPVAT deve observar o grau de invalidez previsto na tabela de acidentes pessoais adotada pela legislação vigente. Conforme se infere, a perícia foi realizada de acordo com a Lei nº. 6.194/74 com redação dada pela Medida Provisória nº. 451/2008, convertida em Lei nº. 11.945/2009, que disponibiliza tabela em anexo para auxílio a cálculo de invalidez permanente decorrente de acidente de trânsito para fins de seguro obrigatório. Nesta seara, tem-se que o valor estipulado em lei no caso de Seguro DPVAT, com a ocorrência de invalidez permanente, é de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), nos termos do art. 8º, da Lei n. 11.482/07, que alterou os arts. 3º, 4º, 5º e 11 da Lei no 6.194, de 19 de dezembro de 1974. Da análise da tabela de percentuais, constata-se que para o caso de perda completa da mobilidade da "estrutura pélvica", o percentual incidente é de 100% (cem por cento) do valor máximo da indenização – R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), que resulta a quantia de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). Ao passo que a perda completa da mobilidade do "joelho esquerdo" equivale o percentual é de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor teto de R$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais). Denota-se que o laudo médico foi conclusivo em afirmar que a parte requerente apresenta invalidez permanente parcial incompleta da estrutura pélvica de média repercussão avaliada em 50% (cinquenta por cento), cujo percentual deverá ser calculado sobre o montante de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), totalizando o valor de R$ 6.750,00 (dois seis mil setecentos e cinquenta reais). Bem como apresenta invalidez permanente parcial incompleta do joelho esquerdo de leve repercussão avaliada em 25% (vinte e cinco por cento), cujo percentual deverá ser calculado sobre o montante de R$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais), totalizando o valor de R$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos). Desta forma, totalizando ambas as lesões (estrutura pélvica e joelho esquerdo), chega-se ao montante de R$ 7.593,75 (sete mil quinhentos e noventa e três reais e setenta e cinco centavos), e a quantia já recebida administrativamente encontra-se no valor de R$ 1.687,50 (hum mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), totalizando o valor remanescente em R$ 5.906,25 (cinco mil novecentos e seis reais e vinte e cinco centavos). Nesse passo, o montante indenizatório a ser pago deve ser atualizado, com incidência dos juros de mora a partir da data da citação (art. 405 do CC) e correção monetária contada a partir do evento danoso. Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE a pretensão inicial, para condenar a requerida Bradesco Auto/re Companhia de Seguros ao pagamento do importe de R$ 5.906,25 (cinco mil novecentos e seis reais e vinte e cinco centavos), a título de seguro obrigatório, acrescido de juros legais de 1% (um por cento) a partir da citação inicial e correção monetária pelo índice do INPC a partir da data do sinistro (05/02/2017). Condeno, ainda, a requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação, nos termos do artigo 85, §2º do Código de Processo Civil. Com o trânsito em julgado e nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Vandymara Galvão Ramos Paiva Zanolo Juiz(a) de Direito

Sentença Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1007854-58.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE LOURENCO DOS SANTOS (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALBERTO PELISSARI CATANANTE OAB - MT17531-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
VANDYMARA GALVAO RAMOS PAIVA ZANOLO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1007854-58.2019.8.11.0041. EXEQUENTE: JOSE LOURENCO DOS SANTOS EXECUTADO: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA Cuida-se de Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório DPVAT em sede de cumprimento de sentença movida por JOSE LOURENCO DOS SANTOS em face da PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA. Analisando os autos verifica-se que o executado cumpriu voluntariamente com o pagamento da condenação que consiste no R$ 3.346,82 (três mil, trezentos e quarenta e seis reais e oitenta e dois centavos), no Id. 24754094. O exequente concordou com o valor depositado, pugnou o levantamento dos valores e a extinção do feito (Id. 24825963). Dessa forma, a extinção do cumprimento de sentença é medida que se impõe. Dessa forma, a extinção do cumprimento de sentença é medida que se impõe. Diante do exposto, JULGO E DECLARO EXTINTO, o presente feito, com fundamento no artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil. Expeça-se alvará em favor do exequente observando-se os dados bancários informados no Id. 24825963. Transitado em julgado arquivem-se os autos com as devidas baixas. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. Vandymara G.R. Paiva Zanolo Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1007916-98.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CARLOS ROBERTO DE FRANCA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ADRIANA DO CARMO COSTA MARQUES OAB - MT18047-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SEGURADORA LÍDER (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUIZ HENRIQUE VIEIRA OAB - MT26417-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
VANDYMARA GALVAO RAMOS PAIVA ZANOLO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1007916-98.2019.8.11.0041. REQUERENTE: CARLOS ROBERTO DE FRANCA REQUERIDO: SEGURADORA LÍDER Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório ajuizada por Carlos Roberto França em face de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A, em que pretende a condenação da requerida ao pagamento da importância do valor de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). Para tanto, aduz a parte requerente que foi vítima de acidente de trânsito ocorrido em 06/11/2018, ocasionando invalidez permanente, portanto, fazendo jus ao pleito indenizatório. Junto à inicial vieram os documentos. A parte requerida apresentou contestação arguindo as preliminares que serão analisadas a seguir. No mérito, pugnou pela improcedência dos pedidos iniciais por ausência de provas constitutivas do direito pretendido. Por decisão, foi determinada a realização de perícia, sendo apresentado o laudo pericial, manifestando o requerente. Vieram-me os autos conclusos. É o breve relato. Fundamento e decido. Passo a análise das preliminares suscitadas. I - Do Comprovante de Endereço não Apresentado pela Autora. O fato do requerente não ter juntado comprovante de residência não gera nulidade nos autos, haja vista que o art. 319, II, do CPC, apenas exige a indicação do endereço, não fazendo menção a exigência obrigatória de documento comprovante o endereço. Pelo que se verifica da inicial, a parte requerente cumpriu a exigência do aludido artigo, razão pela qual a preliminar deve ser afastada. Nesse sentido, eis o seguinte precedente jurisprudencial: APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT – DESNECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO FORMAL DA RESIDÊNCIA DO AUTOR PARA FIXAÇÃO DA COMPETÊNCIA - PROSSEGUIMENTO REGULAR DA DEMANDA - RECURSO PROVIDO. É desnecessário impor à parte autora a apresentação de comprovante de endereço para fins de fixação de competência, já que o art. 282, II, do CPC impõe apenas a "indicação" do endereço, não havendo imposição legal acerca de sua comprovação para fins de fixação de competência. (Apelação nº 5883/2013, DES. JOÃO FERREIRA FILHO, PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL, Julgado em 29/10/2013, Publicado no DJE 05/11/2013) Posto isso, rejeito a preliminar suscitada. II – Defeito na Representação. No que tange à preliminar arguida referente à necessidade de regularizar a representação, pois as assinaturas na procuração e na carteira nacional de habilitação (CNH) estão divergentes. Contudo, o defeito já foi sanado, uma vez que a parte autora juntou novamente a procuração. Desta forma, afasto a preliminar supra. III – Da Falta de Interesse Processual Em sede preliminar, a requerida suscitou falta de interesse de agir em face do não esgotamento das vias administrativas, o que não merece prosperar. Diante do princípio constitucional de livre acesso ao Poder Judiciário, art. 5º, inc.

XXXVI, da Constituição Federal, e frente a doutrina aplicada à espécie, não há que se cogitar falta de interesse de agir. Ademais, não é necessário o esgotamento das vias administrativas para ingressar com demanda judicial. Por tais argumentos, afasto a preliminar suscitada. III – Mérito. Da documentação que acompanha a inicial, verifico que a parte requerente enquadra-se nas hipóteses legais relativas ao seguro obrigatório, fazendo jus ao recebimento de reparação indenizatória. Indiscutivelmente, estão aportadas no feito o boletim de ocorrência evidenciando o evento danoso (Id. 18251131), bem como laudo pericial (Id. 22979389). Certo o direito a indenização, passo a análise de sua fixação. Registro que, com o trânsito em julgado da decisão proferida pela Ministra Relatora Maria Isabel Gallotti em 08/10/2012 julgando procedente a reclamação nº 5368/MT, restou pacificada a concessão de indenização de seguro DPVAT proporcional ao grau de invalidez. Tal entendimento se coaduna com a Súmula nº 474 editada pelo Superior Tribunal de Justiça em 13/06/2012, que assevera "indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez". Assim, considerando que o sinistro ocorreu em 06/11/2018, o montante a ser pago a título de indenização por seguro DPVAT deve observar o grau de invalidez previsto na tabela de acidentes pessoais adotada pela legislação vigente. Conforme se infere, a perícia foi realizada de acordo com a Lei nº. 6.194/74 com redação dada pela Medida Provisória nº. 451/2008, convertida em Lei nº. 11.945/2009, que disponibiliza tabela em anexo para auxílio a cálculo de invalidez permanente decorrente de acidente de trânsito para fins de seguro obrigatório. Nesta seara, tem-se que o valor estipulado em lei no caso de Seguro DPVAT, com a ocorrência de invalidez permanente, é de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), nos termos do art. 8º, da Lei n. 11.482/07, que alterou os arts. 3º, 4º, 5º e 11 da Lei no 6.194, de 19 de dezembro de 1974. Da análise da tabela de percentuais, constata-se que para o caso de perda completa da mobilidade da "mão direita", o percentual incidente é de 70% (setenta por cento) do valor máximo da indenização – R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), que resulta a quantia de R$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais). Ao passo que a perda completa da mobilidade do "pé esquerdo" equivale o percentual é de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor teto de R$ 6.750,00 (seis mil setecentos e cinquenta reais). Denota-se que o laudo médico foi conclusivo em afirmar que a parte requerente apresenta invalidez permanente parcial incompleta da mão direita de residual repercussão avaliada em 10% (dez por cento), cujo percentual deverá ser calculado sobre o montante de R$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais), totalizando o valor de R$ 945,00 (novecentos e quarenta e cinco reais). Bem como apresenta invalidez permanente parcial incompleta do pé esquerdo de leve repercussão avaliada em 25% (vinte e cinco por cento), cujo percentual deverá ser calculado sobre o montante de R$ 6.750,00 (seis mil setecentos e cinquenta reais), totalizando o valor de R$ 1.687,50 (hum mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos). Desta forma, totalizando ambas as lesões (mão direita e pé esquerdo), chega-se ao montante de R$ 1.687,50 (hum mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos). Nesse passo, o montante indenizatório a ser pago deve ser atualizado, com incidência dos juros de mora a partir da data da citação (art. 405 do CC) e correção monetária contada a partir do evento danoso. Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE a pretensão inicial, para condenar a requerida Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A ao pagamento do importe de R$ 1.687,50 (hum mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), a título de seguro obrigatório, acrescido de juros legais de 1% (um por cento) a partir da citação inicial e correção monetária pelo índice do INPC a partir da data do sinistro (24/03/2017). Condeno, ainda, a requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em R$ 1.000,00 (hum mil reais), nos termos do artigo 85, §8º do Código de Processo Civil. Com o trânsito em julgado e nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Vandymara Galvão Ramos Paiva Zanolo Juiz(a) de Direito

Sentença Classe: CNJ-120 LIQUIDAÇÃO POR ARBITRAMENTO
Processo Número: 1000537-77.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
RENATA RODRIGUES DO NASCIMENTO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NILTON LUIS FERREIRA DA SILVA OAB - MT4811-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUIZ PAULO DA SILVA SANTOS OAB - DF41952 (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
VANDYMARA GALVAO RAMOS PAIVA ZANOLO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1000537-77.2017.8.11.0041. REQUERENTE: RENATA RODRIGUES DO NASCIMENTO REQUERIDO: BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A Trata-se de Liquidação de Sentença proferida nos autos de Ação Civil Pública (código nº 388089), tendo como autora RENATA RODRIGUES DO NASCIMENTO e requerido BANCO SANTANDER S/A (Sucessor BANCO ABN REAL), objetivando a condenação do Requerido ao pagamento de indenização pela cobrança de taxas em sua conta salário. Após o trânsito em julgado da sentença da ação civil pública, a parte autora pugnou pela sua liquidação, todavia, não apresentou cálculos do que entendia devido, em razão de afirmar não possuir acesso aos extratos bancários do período de 2003 a 2006. No entanto, alega que acaso o réu se recuse a apresentar os extratos bancários, requer seja utilizada a média dos descontos que o Ministério Público Estadual informou na inicial da Ação Civil Pública, ou seja, o desconto mensal de R$ 6,00 – seis reais – e, ainda, fixando o valor a ser devolvido em R$ 12,00 – doze reais mensais, por ter ocorrido condenação na devolução em dobro dos valores, dos últimos três anos ao ajuizamento da ação, tendo como termo inicial data de 31/07/2006, acrescida de juros de mora de 1% ao mês a contar da citação realizada no processo e correção monetária pelo INPC desde a data de cada cobrança indevida. Devidamente citado, o banco réu apresentou contestação sob o Id. 7299274, alegando, em síntese, que a autora mantinha movimentação típica de conta corrente, enquanto a sentença contempla apenas os titulares de conta salário, e ainda, que não houve a cobrança de nenhuma taxa na conta da autora. Assim, pugna pela improcedência do pedido de liquidação. Impugnação (Id. 8175970), afirmando que o comando sentencial da ação civil pública não limitou a devolução das taxas somente às contas salários. As partes foram intimadas para especificarem provas, e somente o requerido pugnou pelo julgamento antecipado da lide. É o relatório. Decido. Passo ao julgamento antecipado da lide, por se tratar de matéria exclusivamente de direito. A sentença que se pretende liquidar foi proferida na Ação Civil Pública (código 388089), que tramitou na Vara Especializada de Ação Civil Pública de Cuiabá, que condenou o banco réu a: "[...] a) à obrigação de não fazer, consistente na proibição da cobrança de qualquer tipo de tarifa em relação às contas de servidores públicos municipais que tenham adotado a opção conta-salário para o depósito dos vencimentos, sob pena de pagamento de multa diária no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais) por cada consumidor lesado, cujo montante deverá ser revertido para o Fundo de que trata o art. 13 da Lei Federal nº 7.347/85 e Lei Estadual nº 7.170/99; b) à obrigação de encaminhar correspondência a todos os servidores públicos municipais, que recebem salários através de quaisquer de suas agências, informando-lhes quanto à possibilidade de não necessitarem pagar tarifas bancárias, nos termos da Resolução nº 3.402 do Banco Central e do contrato de prestação mantido entre o Município de Cuiabá e a instituição financeira, devendo esclarecer que a condição necessária ao gozo dessa isenção tarifária é se utilizar da conta para o fim exclusivo de recebimento de salário, sob pena de pagamento de multa diária no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais) por cada consumidor lesado, cujo montante deverá ser revertido para o Fundo de que trata o art. 13 da Lei Federal nº 7.347/85 e a Lei Estadual nº 7.170/99; c) à obrigação de inserir no contrato que vier a ser apresentado ao servidor público a informação de que a respectiva conta receberá o tratamento tarifário previsto na Resolução nº 3.402 do Banco Central, na hipótese que esta for a opção do servidor, sob pena de pagamento de multa diária no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais) por cada consumidor lesado, cujo montante deverá ser revertido para o Fundo de que trata o art. 13 da Lei Federal nº 7.347/85 e Lei Federal nº 7.170/99; e d) à devolução em dobro dos valores indevidamente cobrados mediante depósito na conta-salário de cada consumidor prejudicado, observando-se que farão jus a esse ressarcimento apenas os servidores municipais titulares de contas salário que tiveram a incidência de tarifas, devidamente acrescida de juros de mora de 1% ao mês a contar da citação realizada neste processo e correção monetária pelo INPC desde a data de cada cobrança indevida, salientando que a identificação e individuação dos consumidores deverá se dar em liquidação de sentença, respeitando-se a repetição do indébito ao prazo prescricional de três anos

anteriores ao ajuizamento desta ação coletiva, fixando-se, assim, como termo inicial a data de 31/07/2006.]" Sem maiores delongas, a parte autora não faz jus à devolução de quaisquer valores a título de descontos indevidos, pois além de sua conta não ser exclusivamente conta-salário, nos extratos bancários juntados pelo requerido, não se observou a cobrança das taxas mencionadas no comando sentencial. Ademais, vê-se que a parte autora não se deu ao trabalho de impugnar especificamente os extratos bancários juntados pelo requerido, os quais demonstram que a mesma possuía empréstimos e taxas decorrentes destes, não guardando relação com a matéria discutida na ação civil pública. Aliás, ao contrário do que a autora insiste, o comando sentencial limitou a devolução de taxas somente aos servidores que optaram exclusivamente pela conta salário, o que não é o seu caso, como a mesma admite. Assim, não havendo valores a serem liquidados, a improcedência dos pedidos é medida que se impõe. Posto isso, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos da liquidação e condeno a autora ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como aos honorários de sucumbência, os quais arbitro em 20% sobre o valor atualizado da causa. Tendo em vista que a autora é beneficiária da gratuidade da justiça, fica suspensa a exigibilidade das verbas de sucumbência, por até cinco anos, condicionada à comprovação da mudança da situação econômica da beneficiária. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá – MT, 13 de dezembro de 2019. Vandymara G.R. Paiva Zanolo Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-120 LIQUIDAÇÃO POR ARBITRAMENTO
Processo Número: 1023896-90.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LUCINEIA MOREIRA DA SILVA NEVES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NILTON LUIS FERREIRA DA SILVA OAB - MT4811-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUIZ PAULO DA SILVA SANTOS OAB - DF41952 (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
VANDYMARA GALVAO RAMOS PAIVA ZANOLO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1023896-90.2016.8.11.0041. REQUERENTE: LUCINEIA MOREIRA DA SILVA NEVES REQUERIDO: BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A Trata-se de Liquidação de Sentença proferida nos autos de Ação Civil Pública (código nº 388089), tendo como autora LUCINEIA MOREIRA DA SILVA NEVES e requerido BANCO SANTANDER S/A (Sucessor BANCO ABN REAL), objetivando a condenação do Requerido ao pagamento de indenização pela cobrança de taxas em sua conta salário. Após o trânsito em julgado da sentença da ação civil pública, a parte autora pugnou pela sua liquidação, todavia, não apresentou cálculos do que entendia devido, em razão de afirmar não possuir acesso aos extratos bancários do período de 2003 a 2006. No entanto, alega que acaso o réu se recuse a apresentar os extratos bancários, requer seja utilizada a média dos descontos que o Ministério Público Estadual informou na inicial da Ação Civil Pública, ou seja, o desconto mensal de R$ 6,00 – seis reais – e, ainda, fixando o valor a ser devolvido em R$ 12,00 – doze reais mensais, por ter ocorrido condenação na devolução em dobro dos valores, dos últimos três anos ao ajuizamento da ação, tendo como termo inicial data de 31/07/2006, acrescida de juros de mora de 1% ao mês a contar da citação realizada no processo e correção monetária pelo INPC desde a data de cada cobrança indevida. Devidamente citado, o banco réu apresentou contestação sob o Id. 8116943, alegando, em síntese, que a autora mantinha movimentação típica de conta corrente, enquanto a sentença contempla apenas os titulares de conta salário, e ainda, que não houve a cobrança de nenhuma taxa na conta da autora. Assim, pugna pela improcedência do pedido de liquidação. Impugnação (Id. 8263532), afirmando que o comando sentencial da ação civil pública não limitou a devolução das taxas somente às contas salários. As partes foram intimadas para especificarem provas, e somente o requerido pugnou pelo julgamento antecipado da lide. É o relatório. Decido. Passo ao julgamento antecipado da lide, por se tratar de matéria exclusivamente de direito. A sentença que se pretende liquidar foi proferida na Ação Civil Pública (código 388089), que tramitou na Vara Especializada de Ação Civil Pública de Cuiabá, que condenou o banco réu a: "[...] a) à obrigação de não fazer, consistente na proibição da cobrança de qualquer tipo de tarifa em relação às contas de servidores públicos municipais que tenham adotado a opção conta-salário para o depósito dos vencimentos, sob pena de pagamento de multa diária no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais) por cada consumidor lesado, cujo montante deverá ser revertido para o Fundo de que trata o art. 13 da Lei Federal nº 7.347/85 e Lei Estadual nº 7.170/99; b) à obrigação de encaminhar correspondência a todos os servidores públicos municipais, que recebem salários através de quaisquer de suas agências, informando-lhes quanto à possibilidade de não necessitarem pagar tarifas bancárias, nos termos da Resolução nº 3.402 do Banco Central e do contrato de prestação mantido entre o Município de Cuiabá e a instituição financeira, devendo esclarecer que a condição necessária ao gozo dessa isenção tarifária é se utilizar da conta para o fim exclusivo de recebimento de salário, sob pena de pagamento de multa diária no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais) por cada consumidor lesado, cujo montante deverá ser revertido para o Fundo de que trata o art. 13 da Lei Federal nº 7.347/85 e a Lei Estadual nº 7.170/99; c) à obrigação de inserir no contrato que vier a ser apresentado ao servidor público a informação de que a respectiva conta receberá o tratamento tarifário previsto na Resolução nº 3.402 do Banco Central, na hipótese que esta for a opção do servidor, sob pena de pagamento de multa diária no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais) por cada consumidor lesado, cujo montante deverá ser revertido para o Fundo de que trata o art. 13 da Lei Federal nº 7.347/85 e Lei Federal nº 7.170/99; e d) à devolução em dobro dos valores indevidamente cobrados mediante depósito na conta-salário de cada consumidor prejudicado, observando-se que farão jus a esse ressarcimento apenas os servidores municipais titulares de contas salário que tiveram a incidência de tarifas, devidamente acrescida de juros de mora de 1% ao mês a contar da citação realizada neste processo e correção monetária pelo INPC desde a data de cada cobrança indevida, salientando que a identificação e individuação dos consumidores deverá se dar em liquidação de sentença, respeitando-se a repetição do indébito ao prazo prescricional de três anos anteriores ao ajuizamento desta ação coletiva, fixando-se, assim, como termo inicial a data de 31/07/2006.]" Sem maiores delongas, a parte autora não faz jus à devolução de quaisquer valores a título de descontos indevidos, pois além de sua conta não ser exclusivamente conta-salário, nos extratos bancários juntados pelo requerido, não se observou a cobrança das taxas mencionadas no comando sentencial. Ademais, vê-se que a parte autora não se deu ao trabalho de impugnar especificamente os extratos bancários juntados pelo requerido, os quais demonstram que a mesma possuía empréstimos e taxas decorrentes destes, não guardando relação com a matéria discutida na ação civil pública. Aliás, ao contrário do que a autora insiste, o comando sentencial limitou a devolução de taxas somente aos servidores que optaram exclusivamente pela conta salário, o que não é o seu caso, como a mesma admite. Assim, não havendo valores a serem liquidados, a improcedência dos pedidos é medida que se impõe. Posto isso, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos da liquidação e condeno a autora ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como aos honorários de sucumbência, os quais arbitro em 20% sobre o valor atualizado da causa. Tendo em vista que a autora é beneficiária da gratuidade da justiça, fica suspensa a exigibilidade das verbas de sucumbência, por até cinco anos, condicionada à comprovação da mudança da situação econômica da beneficiária. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá – MT, 13 de dezembro de 2019. Vandymara G.R. Paiva Zanolo Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1016226-98.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
FABIO BARROS DE MIRALLA SANTOS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
HOUSEMAN THOMAZ AGULIARI OAB - MT16635-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFONICA BRASIL S/A /VIVO S/A (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
AMANDA BARBARA DE OLIVEIRA SODRE OAB - MT13333-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
VANDYMARA GALVAO RAMOS PAIVA ZANOLO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1016226-98.2016.8.11.0041. AUTOR(A): FABIO BARROS DE MIRALLA SANTOS RÉU: TELEFONICA BRASIL S/A /VIVO S/A Trata-se de Ação de Obrigação de Fazer c/c Indenização por

Danos Morais ajuizada por FABIO BARROS DE MIRALLA SANTOS em face de VIVO S/A. Aduz o autor que, há mais de 10 (dez) anos, aderiu ao plano pós-pago da requerida, de serviço móvel pessoal – 108/PÓS/SMP –, para uso dos serviços de telefonia móvel celular e internet móvel 10 GB. Alega que, buscando uma redução de valores, entrou em contato com a ré, no dia 20/06/2016, e solicitou a redução de sua internet de 10GB para 5GB. No entanto, nos meses seguintes, constatou que o seu plano contratado anteriormente foi totalmente alterado, pois o valor da tarifa de ligação, que era de aproximadamente R$0,15 (quinze centavos) o minuto, passou a ser de R$1,54 (um real e cinquenta e quatro centavos) o minuto. Afirma que não solicitou qualquer alteração do seu plano de ligações, tampouco foi comunicado previamente de eventual mudança nos valores a serem cobrados, pelo que entende que houve falha na prestação do serviço do requerida, apta a ensejar a revisão de valores das ligações em suas faturas, bem como a reparação pelos danos morais suportados. Em sede de liminar, pleiteia a concessão de tutela de urgência para determinar (i) o restabelecimento dos serviços de telefonia móvel e de internet; (ii) a suspensão das faturas referentes aos meses 07/2016 a 09/2016, e das que se vencerem no decorrer da demanda; (iii) a suspensão de cobrança das respectivas faturas suspensas; e (iv) a exclusão e/ou abstenção da negativação do nome do autor junto aos órgãos de proteção de crédito. Requer, ao final, a procedência dos pedidos para (i) confirmar a tutela provisória concedida; (ii) determinar a correção do valor das faturas referentes aos meses 07/2016 a 09/2016, mais as que se vencerem no decorrer da demanda, para que seja retificado o valor cobrado pelas ligações para R$0,15 (quinze centavos); e (iii) condenar a ré ao pagamento de indenização por danos morais. O pedido liminar foi deferido no Id. 3004653. Nesta decisão, também foi determinado, em relação às faturas que vencessem no decorrer do processo, que o autor depositasse em juízo o valor fixo do plano mensal, somado ao valor das ligações excedentes, com tarifação de R$0,15 (quinze centavos). A parte ré apresentou contestação e reconvenção no Id. 3270323, defendendo (i) a inexistência de vício na prestação do serviço; e (iii) a inexistência de dano moral, pelo que pleiteou a improcedência dos pedidos iniciais, e a condenação do autor ao pagamento das faturas em aberto, devidamente corrigidas. Impugnação e contestação à reconvenção no Id. 4835586. As partes não manifestaram interesse na produção de provas (Ids. 14887348 e 15458821). É o breve relato. Fundamento e Decido. Da reconvenção A requerida foi intimada para realizar o pagamento das custas processuais referentes à reconvenção, mas quedou-se inerte (Id. 6144414), pelo que a reconvenção deve ser extinta sem resolução do mérito, ante a ausência de pressuposto processual de regularidade formal. Posto isso, DECLARO EXTINTA a reconvenção, sem resolver o mérito, nos termos do artigo 485, inciso IV, do CPC/15. Sem condenação em custas e honorários advocatícios. Processo principal O feito comporta o julgamento antecipado da lide, nos moldes do artigo 355, I, do CPC/2015, por se tratar de matéria exclusivamente de direito, assim como as partes não manifestaram interesse na produção de outras provas. Antes de analisar os requisitos atinentes a responsabilidade civil, verifica-se que a relação de consumo no caso sub judice é patente, razão pela qual devem incidir as disposições do código consumerista. A controvérsia dos autos cinge-se à regularidade na prestação do serviço de telefonia móvel contratado entre as partes. O autor afirma que, após requerer a alteração do seu pacote de internet, de 10GB para 5GB, a requerida alterou indevidamente o valor da tarifa de ligações, enquanto a requerida defende a inexistência de falha na prestação do serviço. Todavia, razão não assiste à requerida. Isso porque, em que pese tenha defendido a regularidade na cobrança de valores de ligações nas faturas do autor, não trouxe aos autos nenhum documento apto a comprovar que, além do pedido de alteração do pacote de internet, houve solicitação ou aquiescência do autor quanto à alteração do valor da tarifa cobrada para ligações. O autor, por sua vez, trouxe as faturas referentes aos meses 03/2016 a 06/2016 (Id. 2999015), e as referentes aos meses 07/2016 a 09/2016 (Id. 2999017), de cujo teor constata-se que, antes da solicitação de alteração do pacote de internet, o valor das ligações correspondia a R$0,15 (quinze centavos) por minuto, quando então a requerida aumentou o valor dessa tarifa. Gize-se que, nos termos do artigo 6º, VIII, do CDC, e por possuir melhores condições técnicas, incumbe à ré a comprovação da prestação do serviço na forma contratada, do que não se desincumbiu – mesmo porque sequer pleiteou a produção de provas. Desta forma, faz jus o autor à revisão das faturas referentes aos meses 07/2016 a 09/2016, mais as que se venceram no decorrer da demanda, para que seja retificado o valor cobrado pelas ligações para R$0,15 (quinze centavos) por minuto. Ademais, segundo a inteligência do art. 14 do CDC, eventuais danos causados aos consumidores devem ser respondidos de forma objetiva, independentemente do grau de culpa, sendo suficiente a prova da falha na prestação do serviço, o que restou devidamente comprovado. No caso, demonstrada a conduta ilícita e o nexo de causalidade, o requerente merece ser ressarcido pelos danos morais sofridos, os quais restaram caracterizados em virtude da falha na prestação do serviço e do descaso da ré para com o autor, ao não lhe informar acerca da alteração do plano, em relação à tarifa de ligações, gerando enorme surpresa, frustração e ansiedade, aspectos aptos a atingir a sua esfera extrapatrimonial. Reconhecido o dever de indenizar, o quantum deve ser fixado consoante os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, e, ainda, observar o caráter punitivo-pedagógico, necessário à eliminação da repetição da conduta identificada como danosa. Mediante tais critérios, o valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais) atende a finalidade da indenização. Ante o exposto, JULGO PROCEDENTES os pedidos iniciais para (i) determinar que a requerida proceda à correção do valor das faturas referentes aos meses 07/2016 a 09/2016, mais as que se vencerem no decorrer da demanda, para que seja retificado o valor cobrado pelas ligações para R$0,15 (quinze centavos) por minuto, sem incidência de juros e correção monetária; e (ii) condenar a parte requerida ao pagamento da quantia de R$ 2.000,00 (dois mil reais), a título de indenização por danos morais, acrescida de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, desde a citação, e correção monetária pelo índice INPC a partir da data desta sentença. Torno definitiva a tutela de urgência concedida no Id. 3004653. Condeno a parte requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo em 15% (quinze por cento) sobre o valor da condenação, na forma do art. 85, § 2º, do CPC/2015. Transitada em julgado a sentença e não havendo requerimento, arquivem-se os presentes autos. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá – MT, data registrada no sistema. Vandymara G. R. Paiva Zanolo Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1023996-45.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
A. V. P. F. D. M. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DIEGO OSMAR PIZZATTO OAB - MT11094-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PASSAREDO TRANSPORTES AEREOS LTDA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAISA ALVES DO CARMO OAB - MT14755-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
VANDYMARA GALVAO RAMOS PAIVA ZANOLO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1023996-45.2016.8.11.0041. REQUERENTE: ANDRES VIEIRA PEIXOTO FERREIRA DE MOURA REQUERIDO: PASSAREDO TRANSPORTES AEREOS LTDA Trata-se de Ação pelo Rito Ordinário ajuizada por ANDRES VIEIRA PEIXOTO FERREIRA DE MOURA, representado por sua genitora CAROLINA VIEIRA PEIXOTO DA SILVA MOURA, em face de PASSAREDO TRANSPORTES AÉREOS LTDA. Em suma, alega o autor que adquiriu um bilhete aéreo junto à requerida, para o trecho Rio de Janeiro/Cuiabá, voo 2255, com partida programada para as 08h22min do dia 15/04/2014; que este voo sofreu atraso de mais de 6 (seis) horas; e que a ré não prestou nenhuma assistência, seja com alimentação, seja com conforto no local de espera, pelo que entenda deva ser indenizado por danos morais. Requer, ao final, a condenação da requerida ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais). A requerida apresentou contestação às fls. 47/63, afirmando que, na verdade, o voo 2255 somente teve sua partida postergada por 3 (três) horas e 55 (cinquenta e cinco) minutos, em razão da necessidade de realizar manutenção inesperada na aeronave responsável pelo voo do requerente. Ao final, pugnou pela improcedência dos pedidos iniciais. Impugnação à contestação no Id. 5910751. As partes não manifestaram interesse na produção de provas (Ids. 6751280 e 7367850). Vieram-me os autos conclusos. É o breve relato. Fundamento e Decido. O feito comporta julgamento antecipado, haja vista que as partes não manifestaram interesse na produção de provas. Antes de analisar os requisitos atinentes a responsabilidade civil, vejo que a relação de consumo no caso sub judice é patente, razão pela qual devem incidir as disposições do

código consumerista. É fato incontroverso nos autos que a parte autora adquiriu uma passagem aérea, para o trecho Rio de Janeiro/Cuiabá, voo 2255, com partida programada para as 08h22min do dia 15/04/2014. Na verdade, a controvérsia cinge-se ao tempo de atraso desse voo, pois o autor afirma que foram mais de 6 (seis) horas, enquanto a ré defende que foram apenas 3 (três) horas e 55 (cinquenta e cinco) minutos. Sem razão a requerida. Isso porque, não trouxe aos autos nenhum elemento idôneo apto a demonstrar que o voo do autor foi postergado em apenas 3 (três) horas e 55 (cinquenta e cinco) minutos, tendo se limitado a juntar um print de seu sistema (Id. 5850591), ou seja, documento produzido unilateralmente, o qual não foi possui força probante. Logo, a requerida não se desincumbiu do ônus probatório, assim, o fato alegado pelo autor não sofreu modificação, extinção ou impedimento, permanecendo inalterada a alegação de atraso por mais de 6 (seis) horas no voo, sem qualquer assistência pela requerida. Deste modo, tenho que ficou caracterizada a falha na prestação de serviço por parte da companhia ré, restando caracterizado o dever de indenizar os transtornos daí advindos. A situação aflitiva vivenciada pelo autor causou dano moral, e o ocorrido não pode ser considerado mero dissabor ou fato comum do cotidiano. Assim, prospera o pedido de indenização. A responsabilidade objetiva do fornecedor de serviços está prevista no artigo 14 do CDC, respondendo a empresa aérea pelos danos causados à parte autora, independentemente de culpa, por defeitos relativos à prestação do serviço. Outrossim, o serviço de passageiros é considerado uma atividade de risco, para o qual o Código Civil prevê a aplicação das regras da responsabilidade sem culpa, consoante disposto no parágrafo único, do artigo 927. Por tratar-se de dano extrapatrimonial, é dispensável a comprovação de prejuízo, sendo suficiente a prova do fato que causou a lesão ao demandante, decorrente da falha na prestação de serviços. A reparação do dano moral tem a finalidade de oferecer compensação àqueles que foram lesados, de modo a atenuar o seu sofrimento. E, em relação ao causador do dano, a indenização possui caráter pedagógico, a fim de que este não pratique mais ato lesivo à personalidade das pessoas. A fixação do montante indenizatório deve atender ao fim a que se presta a indenização, considerando a condição econômica da vítima e do ofensor, o seu grau de culpa, a extensão do dano, a finalidade da sanção e os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. Assim, considerando as peculiaridades do caso concreto, o montante indenizatório deve ser fixado em R$ 5.000,00 (cinco mil reais), o qual não acarreta enriquecimento sem causa, e possui suficiente carga punitivo-pedagógica, com o escopo de evitar novas ocorrências da mesma espécie. Corroborando este entendimento: "APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAL E MORAL – APLICABILIDADE CDC - ATRASO VOO – ALTO INDÍCE DE TRAFÉGO MALHA AEROVIÁRIA – AUSÊNCIA DE PROVA – PERDA CONEXÃO – VIAGEM INTERNACIONAL - ATO ILÍCITO CONFIGURADO – DANO MORAL IN RE IPSA – VALOR ARBITRADO MANTIDO – DANO MATERIAL COMPROVADO - HONORÁRIOS MAJORADOS – ART. 85 § 11 DO CPC – RECURSO DESPROVIDO. Cabia a empresa comprovar que o atraso do voo se deu em razão de alto índice de tráfego na malha aeroviária, porém não se desincumbiu. Configura o dever de indenizar se a empresa aérea não demonstra que, prestado o serviço, o defeito inexiste ou mesmo a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro (artigo 14, §3º do Código de Defesa do Consumidor). A indenização por dano moral fixada com observância dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade e em dissonância com parâmetros adotados pelo E. Superior Tribunal de Justiça deve ser mantida. (Ap 783/2018, DESA. NILZA MARIA PÔSSAS DE CARVALHO, PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 10/04/2018, Publicado no DJE 16/04/2018)" Ante o exposto JULGO PROCEDENTES os pedidos iniciais para CONDENAR a requerida ao pagamento da quantia de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), a título de danos morais, acrescida de juros legais de 1% (um por cento) ao mês a partir da citação e correção monetária pelo índice INPC a partir da prolação desta sentença. Condeno a ré ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo em 15% (quinze por cento) sobre o valor da condenação, na forma do art. 85, § 2º, do CPC/2015. Transitada em julgado a sentença e não havendo requerimento, arquivem-se os presentes autos. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá – MT, data registrada no sistema. VANDYMARA G.R. PAIVA ZANOLO Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-120 LIQUIDAÇÃO POR ARBITRAMENTO
Processo Número: 1000055-32.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
NILZALENE DA CRUZ CAMPOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NILTON LUIS FERREIRA DA SILVA OAB - MT4811-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUIZ PAULO DA SILVA SANTOS OAB - DF41952 (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
VANDYMARA GALVAO RAMOS PAIVA ZANOLO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1000055-32.2017.8.11.0041. REQUERENTE: NILZALENE DA CRUZ CAMPOS REQUERIDO: BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A Trata-se de Liquidação de Sentença proferida nos autos de Ação Civil Pública (código nº 388089), tendo como autora NILZALENE DA CRUZ CAMPOS e requerido BANCO SANTANDER S/A (Sucessor BANCO ABN REAL), objetivando a condenação do Requerido ao pagamento de indenização pela cobrança de taxas em sua conta salário. Após o trânsito em julgado da sentença da ação civil pública, a parte autora pugnou pela sua liquidação, todavia, não apresentou cálculos do que entendia devido, em razão de afirmar não possuir acesso aos extratos bancários do período de 2003 a 2006. No entanto, alega que acaso o réu se recuse a apresentar os extratos bancários, requer seja utilizada a média dos descontos que o Ministério Público Estadual informou na inicial da Ação Civil Pública, ou seja, o desconto mensal de R$ 6,00 – seis reais – e, ainda, fixando o valor a ser devolvido em R$ 12,00 – doze reais mensais, por ter ocorrido condenação na devolução em dobro dos valores, dos últimos três anos ao ajuizamento da ação, tendo como termo inicial data de 31/07/2006, acrescida de juros de mora de 1% ao mês a contar da citação realizada no processo e correção monetária pelo INPC desde a data de cada cobrança indevida. Devidamente citado, o banco réu apresentou contestação sob o Id. 8117389, alegando, em síntese, que a autora mantinha movimentação típica de conta corrente, enquanto a sentença contempla apenas os titulares de conta salário, e ainda, que não houve a cobrança de nenhuma taxa na conta da autora. Assim, pugna pela improcedência do pedido de liquidação. Impugnação (Id. 8263508), afirmando que o comando sentencial da ação civil pública não limitou a devolução das taxas somente às contas salários. As partes foram intimadas para especificarem provas, e somente o requerido pugnou pelo julgamento antecipado da lide. A autora manifestou-se sob o Id. 8263542, reiterando que a sentença não limitou a devolução das taxas cobradas apenas em contas salários. É o relatório. Decido. Passo ao julgamento antecipado da lide, por se tratar de matéria exclusivamente de direito. A sentença que se pretende liquidar foi proferida na Ação Civil Pública (código 388089), que tramitou na Vara Especializada de Ação Civil Pública de Cuiabá, que condenou o banco réu a: "[...] a) à obrigação de não fazer, consistente na proibição da cobrança de qualquer tipo de tarifa em relação às contas de servidores públicos municipais que tenham adotado a opção conta-salário para o depósito dos vencimentos, sob pena de pagamento de multa diária no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais) por cada consumidor lesado, cujo montante deverá ser revertido para o Fundo de que trata o art. 13 da Lei Federal nº 7.347/85 e Lei Estadual nº 7.170/99; b) à obrigação de encaminhar correspondência a todos os servidores públicos municipais, que recebem salários através de quaisquer de suas agências, informando-lhes quanto à possibilidade de não necessitarem pagar tarifas bancárias, nos termos da Resolução nº 3.402 do Banco Central e do contrato de prestação mantido entre o Município de Cuiabá e a instituição financeira, devendo esclarecer que a condição necessária ao gozo dessa isenção tarifária é se utilizar da conta para o fim exclusivo de recebimento de salário, sob pena de pagamento de multa diária no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais) por cada consumidor lesado, cujo montante deverá ser revertido para o Fundo de que trata o art. 13 da Lei Federal nº 7.347/85 e a Lei Estadual nº 7.170/99; c) à obrigação de inserir no contrato que vier a ser apresentado ao servidor público a informação de que a respectiva conta receberá o tratamento tarifário previsto na Resolução nº 3.402 do Banco Central, na hipótese que esta for a opção do servidor, sob pena de pagamento de multa diária no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais) por cada consumidor lesado, cujo montante deverá ser revertido para o Fundo de que trata o art. 13 da Lei Federal nº 7.347/85 e Lei Federal nº 7.170/99; e d) à devolução em dobro dos valores indevidamente cobrados mediante depósito na conta-salário de cada consumidor prejudicado, observando-se que farão jus a esse

ressarcimento apenas os servidores municipais titulares de contas salário que tiveram a incidência de tarifas, devidamente acrescida de juros de mora de 1% ao mês a contar da citação realizada neste processo e correção monetária pelo INPC desde a data de cada cobrança indevida, salientando que a identificação e individuação dos consumidores deverá se dar em liquidação de sentença, respeitando-se a repetição do indébito ao prazo prescricional de três anos anteriores ao ajuizamento desta ação coletiva, fixando-se, assim, como termo inicial a data de 31/07/2006.]" Sem maiores delongas, a parte autora não faz jus à devolução de quaisquer valores a título de descontos indevidos, pois além de sua conta não ser exclusivamente conta-salário, nos extratos bancários juntados pelo requerido, não se observou a cobrança das taxas mencionadas no comando sentencial. Ademais, vê-se que a parte autora não se deu ao trabalho de impugnar especificamente os extratos bancários juntados pelo requerido, os quais demonstram que a mesma possuía financiamento e consórcio com taxas decorrentes destes, não guardando relação com a matéria discutida na ação civil pública. Aliás, ao contrário do que a autora insiste, o comando sentencial limitou a devolução de taxas somente aos servidores que optaram exclusivamente pela conta salário, o que não é o seu caso, como a mesma admite. Assim, não havendo valores a serem liquidados, a improcedência dos pedidos é medida que se impõe. Posto isso, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos da liquidação e condeno a autora ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como aos honorários de sucumbência, os quais arbitro em 20% sobre o valor atualizado da causa. Tendo em vista que a autora é beneficiária da gratuidade da justiça, fica suspensa a exigibilidade das verbas de sucumbência, por até cinco anos, condicionada à comprovação da mudança da situação econômica da beneficiária. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá – MT, 13 de dezembro de 2019. Vandymara G.R. Paiva Zanolo Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-120 LIQUIDAÇÃO POR ARBITRAMENTO
Processo Número: 1000035-41.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ELI CLARA FERREIRA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NILTON LUIS FERREIRA DA SILVA OAB - MT4811-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUIZ PAULO DA SILVA SANTOS OAB - DF41952 (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
VANDYMARA GALVAO RAMOS PAIVA ZANOLO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1000035-41.2017.8.11.0041. REQUERENTE: ELI CLARA FERREIRA DA SILVA REQUERIDO: BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A Trata-se de Liquidação de Sentença proferida nos autos de Ação Civil Pública (código nº 388089), tendo como autora ELI CLARA FERREIRA DA SILVA e requerido BANCO SANTANDER S/A (Sucessor BANCO ABN REAL), objetivando a condenação do Requerido ao pagamento de indenização pela cobrança de taxas em sua conta salário. Após o trânsito em julgado da sentença da ação civil pública, a parte autora pugnou pela sua liquidação, todavia, não apresentou cálculos do que entendia devido, em razão de afirmar não possuir acesso aos extratos bancários do período de 2003 a 2006. No entanto, alega que acaso o réu se recuse a apresentar os extratos bancários, requer seja utilizada a média dos descontos que o Ministério Público Estadual informou na inicial da Ação Civil Pública, ou seja, o desconto mensal de R$ 6,00 – seis reais – e, ainda, fixando o valor a ser devolvido em R$ 12,00 – doze reais mensais, por ter ocorrido condenação na devolução em dobro dos valores, dos últimos três anos ao ajuizamento da ação, tendo como termo inicial data de 31/07/2006, acrescida de juros de mora de 1% ao mês a contar da citação realizada no processo e correção monetária pelo INPC desde a data de cada cobrança indevida. Devidamente citado, o banco réu apresentou contestação sob o Id. 8111222, alegando, em síntese, que a autora mantinha movimentação típica de conta corrente, enquanto a sentença contempla apenas os titulares de conta salário, e ainda, que não houve a cobrança de nenhuma taxa na conta da autora. Assim, pugna pela improcedência do pedido de liquidação. Impugnação (Id. 8263556), afirmando que o comando sentencial da ação civil pública não limitou a devolução das taxas somente às contas salários. As partes foram intimadas para especificarem provas, e somente o requerido pugnou pelo julgamento antecipado da lide. A autora manifestou-se sob o Id. 18088546, reiterando que a sentença não limitou a devolução das taxas cobradas apenas em contas salários. É o relatório. Decido. Passo ao julgamento antecipado da lide, por se tratar de matéria exclusivamente de direito. A sentença que se pretende liquidar foi proferida na Ação Civil Pública (código 388089), que tramitou na Vara Especializada de Ação Civil Pública de Cuiabá, que condenou o banco réu a: "[...] a) à obrigação de não fazer, consistente na proibição da cobrança de qualquer tipo de tarifa em relação às contas de servidores públicos municipais que tenham adotado a opção conta-salário para o depósito dos vencimentos, sob pena de pagamento de multa diária no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais) por cada consumidor lesado, cujo montante deverá ser revertido para o Fundo de que trata o art. 13 da Lei Federal nº 7.347/85 e Lei Estadual nº 7.170/99; b) à obrigação de encaminhar correspondência a todos os servidores públicos municipais, que recebem salários através de quaisquer de suas agências, informando-lhes quanto à possibilidade de não necessitarem pagar tarifas bancárias, nos termos da Resolução nº 3.402 do Banco Central e do contrato de prestação mantido entre o Município de Cuiabá e a instituição financeira, devendo esclarecer que a condição necessária ao gozo dessa isenção tarifária é se utilizar da conta para o fim exclusivo de recebimento de salário, sob pena de pagamento de multa diária no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais) por cada consumidor lesado, cujo montante deverá ser revertido para o Fundo de que trata o art. 13 da Lei Federal nº 7.347/85 e a Lei Estadual nº 7.170/99; c) à obrigação de inserir no contrato que vier a ser apresentado ao servidor público a informação de que a respectiva conta receberá o tratamento tarifário previsto na Resolução nº 3.402 do Banco Central, na hipótese que esta for a opção do servidor, sob pena de pagamento de multa diária no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais) por cada consumidor lesado, cujo montante deverá ser revertido para o Fundo de que trata o art. 13 da Lei Federal nº 7.347/85 e Lei Federal nº 7.170/99; e d) à devolução em dobro dos valores indevidamente cobrados mediante depósito na conta-salário de cada consumidor prejudicado, observando-se que farão jus a esse ressarcimento apenas os servidores municipais titulares de contas salário que tiveram a incidência de tarifas, devidamente acrescida de juros de mora de 1% ao mês a contar da citação realizada neste processo e correção monetária pelo INPC desde a data de cada cobrança indevida, salientando que a identificação e individuação dos consumidores deverá se dar em liquidação de sentença, respeitando-se a repetição do indébito ao prazo prescricional de três anos anteriores ao ajuizamento desta ação coletiva, fixando-se, assim, como termo inicial a data de 31/07/2006.]" Sem maiores delongas, a parte autora não faz jus à devolução de quaisquer valores a título de descontos indevidos, pois além de sua conta não ser exclusivamente conta-salário, nos extratos bancários juntados pelo requerido, não se observou a cobrança das taxas mencionadas no comando sentencial. Ademais, vê-se que a parte autora não se deu ao trabalho de impugnar especificamente os extratos bancários juntados pelo requerido, os quais demonstram que a mesma possuía empréstimos e taxas decorrentes destes, não guardando relação com a matéria discutida na ação civil pública. Aliás, ao contrário do que a autora insiste, o comando sentencial limitou a devolução de taxas somente aos servidores que optaram exclusivamente pela conta salário, o que não é o seu caso, como a mesma admite. Assim, não havendo valores a serem liquidados, a improcedência dos pedidos é medida que se impõe. Posto isso, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos da liquidação e condeno a autora ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como aos honorários de sucumbência, os quais arbitro em 20% sobre o valor atualizado da causa. Tendo em vista que a autora é beneficiária da gratuidade da justiça, fica suspensa a exigibilidade das verbas de sucumbência, por até cinco anos, condicionada à comprovação da mudança da situação econômica da beneficiária. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá – MT, 13 de dezembro de 2019. Vandymara G.R. Paiva Zanolo Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1023405-15.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
GILBERTO CORDOVAL (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SILVA FERREIRA OAB - MT20957-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:

LUIZ HENRIQUE VIEIRA OAB - MT26417-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
VANDYMARA GALVAO RAMOS PAIVA ZANOLO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1023405-15.2018.8.11.0041. AUTOR(A): GILBERTO CORDOVAL RÉU: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório ajuizada por Gilberto Cordoval em face de Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais, em que pretende a condenação da requerida ao pagamento da importância do valor de R$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). Para tanto, aduz a parte requerente que foi vítima de acidente de trânsito ocorrido em 07/05/2016 ocasionando invalidez permanente, portanto, fazendo jus ao pleito indenizatório. Junto à inicial vieram os documentos. A parte requerida apresentou contestação arguindo as preliminares que serão analisadas a seguir. No mérito, pugnou pela improcedência dos pedidos iniciais por ausência de provas constitutivas do direito pretendido. Vieram-me os autos conclusos. É o breve relato. Fundamento e decido. Passo a análise das preliminares suscitada. I - Inclusão da Seguradora Líder no polo Passivo Cumpre salientar que a inclusão da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A no polo passivo da demanda é desnecessária, haja vista que qualquer seguradora que opere no sistema de consórcio responsável pelas indenizações, decorrentes de danos causados por acidentes de trânsito é parte legítima para saldar a indenização do Seguro DPVAT. Todas são responsáveis pelo recebimento das solicitações de indenização e pelo respectivo pagamento do seguro. A requerida não nega que seja integrante do grupo das seguradoras, as quais recebem os valores oriundos do seguro obrigatório. Por isto, a seguradora requerida deve responder por tais indenizações e permanecer no polo passivo da presente demanda. Assim, não sendo o caso de litisconsórcio necessário, e tendo o autor optado por acionar somente a requerida, rejeito a preliminar arguida. II – Da Falta de Interesse Processual Em sede preliminar, a requerida suscitou falta de interesse de agir em face do não esgotamento das vias administrativas, o que não merece prosperar. Diante do princípio constitucional de livre acesso ao Poder Judiciário, art. 5º, inc. XXXVI, da Constituição Federal, e frente a doutrina aplicada à espécie, não há que se cogitar falta de interesse de agir. Ademais, não é necessário o esgotamento das vias administrativas para ingressar com demanda judicial. Por tais argumentos, afasto a preliminar suscitada. III – Mérito I - Dos danos Morais Aduz a parte requerente que a requerida teria se negado expressamente a receber o requerimento administrativo relativo ao pedido de indenização do seguro DPVAT em razão de uma suposta invalidez permanente. Contudo, alega a requerida que não há nos autos nenhum documento capaz de demonstrar que o requerente ficou impossibilitado de formular administrativamente o seu pedido de indenização, bem como não existe prova de que houve a negativa ao próprio direito a receber eventual cobertura securitária, capaz de ensejar indenização por danos morais. Desta forma, para a caracterização do dano é imprescindível à existência dos pressupostos básicos estampados no artigo 186 do Código Civil, quais sejam, a) o impulso do requerido, consistente em ação ou omissão qualificável como ilícito, atuando com dolo (vontade de produzir o resultado) ou culpa (negligência, imprudência ou imperícia); b) resultado lesivo; e c) o nexo causal entre ambos. Pois bem, o fato da requerida, excepcionalmente, negar o recebimento do pedido administrativo, não pode ser confundida como ato ilícito. E menos ainda pode ser confundida como negativa, seja em relação ao pedido administrativo, seja ainda no tocante a própria regulação administrativa, vez que o requerimento administrativo apenas não teve continuidade, devido ao fato de que a requerida não estar operacionalizando o recebimento dos pedidos administrativos, o que não leva a concluir que o mesmo foi impedido de ter o seu seguimento. Vejamos o entendimento jurisprudencial: APELAÇÃO CÍVEL. SEGURO DPVAT. DANOS MORAIS POR NEGATIVA ADMINISTRATIVA. INEXISTÊNCIA. RECURSO REJEITADO. 1. A exigência de documentação para dar continuidade à solicitação administrativa de cobertura securitária DPVAT, por si só, não se revela uma conduta abusiva da empresa seguradora e, por isso mesmo, não enseja os danos morais. 2. Ademais, ainda que restasse claramente demonstrada a recalcitrância abusiva da seguradora, apenas nos casos em que a sua atuação tenha um reflexo amplificado na esfera pessoal da parte prejudicada, e isso seja evidente, é que se deve cogitar a ocorrência dos danos morais indenizáveis, o que não é o caso. 3. Recurso rejeitado. (TJ-PE - APL: 4650462 PE, Relator: José Viana Ulisses Filho, Data de Julgamento: 30/03/2017, 1ª Câmara Regional de Caruaru - 1ª Turma, Data de Publicação: 20/04/2017) Portanto, verifico que não há possibilidade de indenização por danos morais. II – Requisitos à indenização DPVAT No que diz respeito à impugnação do laudo pericial realizado, não prospera a irresignação da requerente, tendo em vista que a referida prova técnica observou os critérios definidos pela Lei 6.194/74 para a fixação grau de invalidez, bem como do montante indenizatório. Outrossim, as alegações arguidas são genéricas, limitando-se a afirmar que não foi realizada análise detalhada das lesões, desacompanhada de qualquer insatisfação específica, o que não possui condão de afastar as conclusões periciais. Ademais, não pode a parte requerente protestar a respeito do resultado do laudo pericial meramente por ser contrário aos seus interesses, com o que resta afastado o pedido de realização de nova perícia. Já no caso em exame, no que tange à percepção dos valores atinentes ao seguro DPVAT, releva ponderar que a parte requerente não apresenta invalidez permanente que possa ser atribuída ao acidente apontado na inicial, de acordo com a perícia médica para o seguro DPVAT. Assim, considerando que não restou demonstrados nos autos o nexo causal entre a lesão que alega ter sofrido e um dano corporal temporário, no entanto, não se verifica a condição para ser paga a indenização decorrente do seguro obrigatório previsto em lei. Destarte, restando demonstrado que a parte requerente não apresenta invalidez permanente, a improcedência do pedido formulado na inicial se impõe. Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE a pretensão indenizatória, com fulcro no art. 487, I do Código de Processo Civil. Condeno a parte requerente ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, os quais fixo em R$ 1.000,00 (mil reais), nos termos do art. 85, § 8º, do Código de Processo Civil. Contudo, face ao deferimento de gratuidade de justiça em favor da parte requerente, mantenho suspensa a exigibilidade, assim, tais valores só poderão ser cobrados se houver modificação no estado econômico da parte requerente, no prazo de 5 (cinco) anos, contados da sentença, conforme a dicção do art. 98, § 3º do CPC/2015. Transitada em julgado, e nada sendo requerido, arquive-se com as devidas baixas. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Vandymara Galvão Ramos Paiva Zanolo Juiz(a) de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1047135-21.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ROSANA DA PAZ SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
VICTOR HUGO VIDOTTI OAB - MT11439-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
VANDYMARA GALVAO RAMOS PAIVA ZANOLO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1047135-21.2019.8.11.0041. AUTOR(A): ROSANA DA PAZ SILVA RÉU: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório ajuizada por Rosana da Paz Silva em face de Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais, em que pretende a condenação da requerida ao pagamento da importância do valor de R$ 28.500,00 (vinte e oito mil e quinhentos reais). Para tanto, aduz a parte requerente que foi vítima de acidente de trânsito ocorrido em 18/09/2019, ocasionando invalidez permanente, portanto, fazendo jus ao pleito indenizatório. Junto à inicial vieram os documentos. A parte requerida apresentou contestação arguindo as preliminares que serão analisadas a seguir. No mérito, pugnou pela improcedência dos pedidos iniciais por ausência de provas constitutivas do direito pretendido. Por decisão, foi determinada a realização de perícia, sendo apresentado o laudo pericial, manifestando a requerente. Vieram-me os autos conclusos. É o breve relato. Fundamento e decido. Passo a análise das preliminares suscitadas. I - Inclusão da Seguradora Líder no polo Passivo Cumpre salientar que a inclusão da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A no polo passivo da demanda é desnecessária, haja vista que qualquer seguradora que opere no sistema de consórcio responsável pelas indenizações, decorrentes de danos causados por acidentes de trânsito é parte legítima para saldar a indenização do Seguro DPVAT. Todas são responsáveis pelo recebimento das solicitações de indenização e pelo respectivo pagamento do seguro. A requerida não

nega que seja integrante do grupo das seguradoras, as quais recebem os valores oriundos do seguro obrigatório. Por isto, a seguradora requerida deve responder por tais indenizações e permanecer no polo passivo da presente demanda. Assim, não sendo o caso de litisconsórcio necessário, e tendo o autor optado por acionar somente a requerida, rejeito a preliminar arguida. II – Da Falta de Interesse Processual Em sede preliminar, a requerida suscitou falta de interesse de agir em face do não esgotamento das vias administrativas, o que não merece prosperar. Diante do princípio constitucional de livre acesso ao Poder Judiciário, art. 5º, inc. XXXVI, da Constituição Federal, e frente a doutrina aplicada à espécie, não há que se cogitar falta de interesse de agir. Ademais, não é necessário o esgotamento das vias administrativas para ingressar com demanda judicial. Por tais argumentos, afasto a preliminar suscitada. III – Mérito. I - Dos danos Morais Aduz a parte requerente que a requerida teria se negado expressamente a receber o requerimento administrativo relativo ao pedido de indenização do seguro DPVAT em razão de uma suposta invalidez permanente. Contudo, alega a requerida que não há nos autos nenhum documento capaz de demonstrar que o requerente ficou impossibilitado de formular administrativamente o seu pedido de indenização, bem como não existe prova de que houve a negativa ao próprio direito a receber eventual cobertura securitária, capaz de ensejar indenização por danos morais. Desta forma, para a caracterização do dano é imprescindível à existência dos pressupostos básicos estampados no artigo 186 do Código Civil, quais sejam, a) o impulso do requerido, consistente em ação ou omissão qualificável como ilícito, atuando com dolo (vontade de produzir o resultado) ou culpa (negligência, imprudência ou imperícia); b) resultado lesivo; e c) o nexo causal entre ambos. Pois bem, o fato da requerida, excepcionalmente, negar o recebimento do pedido administrativo, não pode ser confundida como ato ilícito. E menos ainda pode ser confundida como negativa, seja em relação ao pedido administrativo, seja ainda no tocante a própria regulação administrativa, vez que o requerimento administrativo apenas não teve continuidade, devido ao fato de que a requerida não estar operacionalizando o recebimento dos pedidos administrativos, o que não leva a concluir que o mesmo foi impedido de ter o seu seguimento. Vejamos o entendimento jurisprudencial: APELAÇÃO CÍVEL. SEGURO DPVAT. DANOS MORAIS POR NEGATIVA ADMINISTRATIVA. INEXISTÊNCIA. RECURSO REJEITADO. 1. A exigência de documentação para dar continuidade à solicitação administrativa de cobertura securitária DPVAT, por si só, não se revela uma conduta abusiva da empresa seguradora e, por isso mesmo, não enseja os danos morais. 2. Ademais, ainda que restasse claramente demonstrada a recalcitrância abusiva da seguradora, apenas nos casos em que a sua atuação tenha um reflexo amplificado na esfera pessoal da parte prejudicada, e isso seja evidente, é que se deve cogitar a ocorrência dos danos morais indenizáveis, o que não é o caso. 3. Recurso rejeitado. (TJ-PE - APL: 4650462 PE, Relator: José Viana Ulisses Filho, Data de Julgamento: 30/03/2017, 1ª Câmara Regional de Caruaru - 1ª Turma, Data de Publicação: 20/04/2017) Portanto, verifico que não há possibilidade de indenização por danos morais. II – Requisitos à indenização DPVAT Da documentação que acompanha a inicial, verifico que a parte requerente enquadra-se nas hipóteses legais relativas ao seguro obrigatório, fazendo jus ao recebimento de reparação indenizatória. Indiscutivelmente, estão aportadas no feito o boletim de ocorrência evidenciando o evento danoso (Id. 25163259), bem como laudo pericial (Id. 2638). Certo o direito a indenização, passo a análise de sua fixação. Registro que, com o trânsito em julgado da decisão proferida pela Ministra Relatora Maria Isabel Gallotti em 08/10/2012 julgando procedente a reclamação nº 5368/MT, restou pacificada a concessão de indenização de seguro DPVAT proporcional ao grau de invalidez. Tal entendimento se coaduna com a Súmula nº 474 editada pelo Superior Tribunal de Justiça em 13/06/2012, que assevera "indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez". Assim, considerando que o sinistro ocorreu em 18/09/2019, o montante a ser pago a título de indenização por seguro DPVAT deve observar o grau de invalidez previsto na tabela de acidentes pessoais adotada pela legislação vigente. Conforme se infere, a perícia foi realizada de acordo com a Lei nº. 6.194/74 com redação dada pela Medida Provisória nº. 451/2008, convertida em Lei nº. 11.945/2009, que disponibiliza tabela em anexo para auxílio a cálculo de invalidez permanente decorrente de acidente de trânsito para fins de seguro obrigatório. Nesta seara, tem-se que o valor estipulado em lei no caso de Seguro DPVAT, com a ocorrência de invalidez permanente, é de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), nos termos do art. 8º, da Lei n. 11.482/07, que alterou os arts. 3º, 4º, 5º e 11 da Lei no 6.194, de 19 de dezembro de 1974. Da análise da tabela de percentuais, constata-se que para o caso de perda completa da mobilidade do "ombro esquerdo", o percentual incidente é de 25% vinte e cinco por cento) do valor máximo da indenização – R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), que resulta a quantia de R$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais). Ao passo que a perda completa da mobilidade do "punho direito" equivale o percentual é de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor teto de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), importe-se no montante de R$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais). Denota-se que o laudo médico foi conclusivo em afirmar que a parte requerente apresenta invalidez permanente parcial incompleta do ombro esquerdo de média repercussão avaliada em 50% (cinquenta por cento), cujo percentual deverá ser calculado sobre o montante de R$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais), encontra-se o valor de R$ 1.687,50 (hum mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos). Bem como apresenta invalidez permanente parcial incompleta do punho direito de média repercussão avaliada em 75% (setenta e cinco por cento), cujo percentual deverá ser calculado sobre o montante de R$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais), encontrando-se no valor de R$ 2.531,25 (dois mil quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos). Desta forma, totalizando ambas as lesões (ombro esquerdo e punho direito), chega-se ao montante de R$ 4.218,75 (quatro mil duzentos e dezoito reais e setenta e cinco centavos). Nesse passo, o montante indenizatório a ser pago deve ser atualizado, com incidência dos juros de mora a partir da data da citação (art. 405 do CC) e correção monetária contada a partir do evento danoso. Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE a pretensão inicial, para condenar a requerida Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais ao pagamento do importe de R$ 4.218,75 (quatro mil duzentos e dezoito reais e setenta e cinco centavos), a título de seguro obrigatório, acrescido de juros legais de 1% (um por cento) a partir da citação inicial e correção monetária pelo índice do INPC a partir da data do sinistro (18/09/2019). Condeno, ainda, a requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em R$ 1.000,00 (hum mil reais), nos termos do artigo 85, §8º do Código de Processo Civil. Com o trânsito em julgado e nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Vandymara Galvão Ramos Paiva Zanolo Juiz(a) de Direito

Sentença Classe: CNJ-51 PROCEDIMENTO SUMÁRIO
Processo Número: 1043380-86.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ALESSANDRO GOMES AMADO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MELQUI ELIAQUIM OLIVEIRA SILVA OAB - MT26107/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
VANDYMARA GALVAO RAMOS PAIVA ZANOLO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1043380-86.2019.8.11.0041. AUTOR(A): ALESSANDRO GOMES AMADO RÉU: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório ajuizada por Alessandro Gomes Amado em face de Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais, em que pretende a condenação da requerida ao pagamento da importância do valor de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). Para tanto, aduz a parte requerente que foi vítima de acidente de trânsito ocorrido em 13/07/2019, ocasionando invalidez permanente, portanto, fazendo jus ao pleito indenizatório. Junto à inicial vieram os documentos. A parte requerida apresentou contestação arguindo as preliminares que serão analisadas a seguir. No mérito, pugnou pela improcedência dos pedidos iniciais por ausência de provas constitutivas do direito pretendido. Por decisão, foi determinada a realização de perícia, sendo apresentado o laudo pericial, manifestando as partes. Vieram-me os autos conclusos. É o breve relato. Fundamento e decido. Passo a análise das preliminares suscitadas. I - Inclusão da Seguradora Líder no polo Passivo Cumpre salientar que a inclusão da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A no polo passivo da demanda é desnecessária, haja vista que qualquer seguradora que opere no sistema de consórcio responsável pelas indenizações,

decorrentes de danos causados por acidentes de trânsito é parte legítima para saldar a indenização do Seguro DPVAT. Todas são responsáveis pelo recebimento das solicitações de indenização e pelo respectivo pagamento do seguro. A requerida não nega que seja integrante do grupo das seguradoras, as quais recebem os valores oriundos do seguro obrigatório. Por isto, a seguradora requerida deve responder por tais indenizações e permanecer no polo passivo da presente demanda. Assim, não sendo o caso de litisconsórcio necessário, e tendo o autor optado por acionar somente a requerida, rejeito a preliminar arguida. II – Mérito. Da documentação que acompanha a inicial, verifico que a parte requerente enquadra-se nas hipóteses legais relativas ao seguro obrigatório, fazendo jus ao recebimento de reparação indenizatória. Indiscutivelmente, estão aportadas no feito o boletim de ocorrência evidenciando o evento danoso (Id. 24451109), bem como laudo pericial (Id. 26376769). Certo o direito a indenização, passo a análise de sua fixação. Registro que, com o trânsito em julgado da decisão proferida pela Ministra Relatora Maria Isabel Gallotti em 08/10/2012 julgando procedente a reclamação nº 5368/MT, restou pacificada a concessão de indenização de seguro DPVAT proporcional ao grau de invalidez. Tal entendimento se coaduna com a Súmula nº 474 editada pelo Superior Tribunal de Justiça em 13/06/2012, que assevera "indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez". Assim, considerando que o sinistro ocorreu em 13/07/2019, o montante a ser pago a título de indenização por seguro DPVAT deve observar o grau de invalidez previsto na tabela de acidentes pessoais adotada pela legislação vigente. Conforme se infere, a perícia foi realizada de acordo com a Lei nº. 6.194/74 com redação dada pela Medida Provisória nº. 451/2008, convertida em Lei nº. 11.945/2009, que disponibiliza tabela em anexo para auxílio a cálculo de invalidez permanente decorrente de acidente de trânsito para fins de seguro obrigatório. Nesta seara, tem-se que o valor estipulado em lei no caso de Seguro DPVAT, com a ocorrência de invalidez permanente, é de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), nos termos do art. 8º, da Lei n. 11.482/07, que alterou os arts. 3º, 4º, 5º e 11 da Lei no 6.194, de 19 de dezembro de 1974. Da análise da tabela de percentuais, constata-se que para o caso de perda completa da mobilidade do "membro inferior direito", o percentual incidente é de 70% (setenta por cento) do valor máximo da indenização – R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), que resulta a quantia de R$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais). Denota-se que o laudo médico foi conclusivo em afirmar que a parte requerente apresenta invalidez permanente parcial incompleta do membro inferior direito de média repercussão avaliada em 50% (cinquenta por cento), cujo percentual deverá ser calculado sobre o montante de R$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais), totalizando o valor de R$ 4.725,00 (quatro mil setecentos e vinte e cinco reais). Nesse passo, o montante indenizatório a ser pago deve ser atualizado, com incidência dos juros de mora a partir da data da citação (art. 405 do CC) e correção monetária contada a partir do evento danoso. Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE a pretensão inicial, para condenar a requerida Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais ao pagamento do importe de R$ 4.725,00 (quatro mil setecentos e vinte e cinco reais), a título de seguro obrigatório, acrescido de juros legais de 1% (um por cento) a partir da citação inicial e correção monetária pelo índice do INPC a partir da data do sinistro (13/07/2019). Condeno, ainda, a requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em R$ 1.000,00 (hum mil reais), nos termos do artigo 85, §8º do Código de Processo Civil. Com o trânsito em julgado e nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Vandymara Galvão Ramos Paiva Zanolo Juiz(a) de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1045516-56.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
WANDERSON ARRUDA DE AQUINO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
VICTOR HUGO VIDOTTI OAB - MT11439-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
VANDYMARA GALVAO RAMOS PAIVA ZANOLO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1045516-56.2019.8.11.0041. AUTOR(A): WANDERSON ARRUDA DE AQUINO RÉU: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório ajuizada por Wanderson Arruda de Aquino em face de Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais, em que pretende a condenação da requerida ao pagamento da importância do valor de R$ 28.500,00 (vinte e oito mil e quinhentos reais). Para tanto, aduz a parte requerente que foi vítima de acidente de trânsito ocorrido em 19/07/2019, ocasionando invalidez permanente, portanto, fazendo jus ao pleito indenizatório. Junto à inicial vieram os documentos. A parte requerida apresentou contestação arguindo as preliminares que serão analisadas a seguir. No mérito, pugnou pela improcedência dos pedidos iniciais por ausência de provas constitutivas do direito pretendido. Por decisão, foi determinada a realização de perícia, sendo apresentado o laudo pericial, manifestando as partes. Vieram-me os autos conclusos. É o breve relato. Fundamento e decido. Passo a análise das preliminares suscitadas. I - Inclusão da Seguradora Líder no polo Passivo Cumpre salientar que a inclusão da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A no polo passivo da demanda é desnecessária, haja vista que qualquer seguradora que opere no sistema de consórcio responsável pelas indenizações, decorrentes de danos causados por acidentes de trânsito é parte legítima para saldar a indenização do Seguro DPVAT. Todas são responsáveis pelo recebimento das solicitações de indenização e pelo respectivo pagamento do seguro. A requerida não nega que seja integrante do grupo das seguradoras, as quais recebem os valores oriundos do seguro obrigatório. Por isto, a seguradora requerida deve responder por tais indenizações e permanecer no polo passivo da presente demanda. Assim, não sendo o caso de litisconsórcio necessário, e tendo o autor optado por acionar somente a requerida, rejeito a preliminar arguida. II – Da Falta de Interesse Processual Em sede preliminar, a requerida suscitou falta de interesse de agir em face do não esgotamento das vias administrativas, o que não merece prosperar. Diante do princípio constitucional de livre acesso ao Poder Judiciário, art. 5º, inc. XXXVI, da Constituição Federal, e frente a doutrina aplicada à espécie, não há que se cogitar falta de interesse de agir. Ademais, não é necessário o esgotamento das vias administrativas para ingressar com demanda judicial. Por tais argumentos, afasto a preliminar suscitada. III – Mérito. I - Dos danos Morais Aduz a parte requerente que a requerida teria se negado expressamente a receber o requerimento administrativo relativo ao pedido de indenização do seguro DPVAT em razão de uma suposta invalidez permanente. Contudo, alega a requerida que não há nos autos nenhum documento capaz de demonstrar que o requerente ficou impossibilitado de formular administrativamente o seu pedido de indenização, bem como não existe prova de que houve a negativa ao próprio direito a receber eventual cobertura securitária, capaz de ensejar indenização por danos morais. Desta forma, para a caracterização do dano é imprescindível à existência dos pressupostos básicos estampados no artigo 186 do Código Civil, quais sejam, a) o impulso do requerido, consistente em ação ou omissão qualificável como ilícito, atuando com dolo (vontade de produzir o resultado) ou culpa (negligência, imprudência ou imperícia); b) resultado lesivo; e c) o nexo causal entre ambos. Pois bem, o fato da requerida, excepcionalmente, negar o recebimento do pedido administrativo, não pode ser confundida como ato ilícito. E menos ainda pode ser confundida como negativa, seja em relação ao pedido administrativo, seja ainda no tocante a própria regulação administrativa, vez que o requerimento administrativo apenas não teve continuidade, devido ao fato de que a requerida não estar operacionalizando o recebimento dos pedidos administrativos, o que não leva a concluir que o mesmo foi impedido de ter o seu seguimento. Vejamos o entendimento jurisprudencial: APELAÇÃO CÍVEL. SEGURO DPVAT. DANOS MORAIS POR NEGATIVA ADMINISTRATIVA. INEXISTÊNCIA. RECURSO REJEITADO. 1. A exigência de documentação para dar continuidade à solicitação administrativa de cobertura securitária DPVAT, por si só, não se revela uma conduta abusiva da empresa seguradora e, por isso mesmo, não enseja os danos morais. 2. Ademais, ainda que restasse claramente demonstrada a recalcitrância abusiva da seguradora, apenas nos casos em que a sua atuação tenha um reflexo amplificado na esfera pessoal da parte prejudicada, e isso seja evidente, é que se deve cogitar a ocorrência dos danos morais indenizáveis, o que não é o caso. 3. Recurso rejeitado. (TJ-PE - APL: 4650462 PE, Relator: José Viana Ulisses Filho, Data de Julgamento: 30/03/2017, 1ª Câmara Regional de Caruaru - 1ª Turma, Data

de Publicação: 20/04/2017) Portanto, verifico que não há possibilidade de indenização por danos morais. II – Requisitos à indenização DPVAT Da documentação que acompanha a inicial, verifico que a parte requerente enquadra-se nas hipóteses legais relativas ao seguro obrigatório, fazendo jus ao recebimento de reparação indenizatória. Indiscutivelmente, estão aportadas no feito o boletim de ocorrência evidenciando o evento danoso (Id. 26110071), bem como laudo pericial (Id. 26384912). Certo o direito a indenização, passo a análise de sua fixação. Registro que, com o trânsito em julgado da decisão proferida pela Ministra Relatora Maria Isabel Gallotti em 08/10/2012 julgando procedente a reclamação nº 5368/MT, restou pacificada a concessão de indenização de seguro DPVAT proporcional ao grau de invalidez. Tal entendimento se coaduna com a Súmula nº 474 editada pelo Superior Tribunal de Justiça em 13/06/2012, que assevera "indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez". Assim, considerando que o sinistro ocorreu em 19/07/2019, o montante a ser pago a título de indenização por seguro DPVAT deve observar o grau de invalidez previsto na tabela de acidentes pessoais adotada pela legislação vigente. Conforme se infere, a perícia foi realizada de acordo com a Lei nº. 6.194/74 com redação dada pela Medida Provisória nº. 451/2008, convertida em Lei nº. 11.945/2009, que disponibiliza tabela em anexo para auxílio a cálculo de invalidez permanente decorrente de acidente de trânsito para fins de seguro obrigatório. Nesta seara, tem-se que o valor estipulado em lei no caso de Seguro DPVAT, com a ocorrência de invalidez permanente, é de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), nos termos do art. 8º, da Lei n. 11.482/07, que alterou os arts. 3º, 4º, 5º e 11 da Lei no 6.194, de 19 de dezembro de 1974. Da análise da tabela de percentuais, constata-se que para o caso de perda completa da mobilidade do "membro inferior direito", o percentual incidente é de 70% (setenta por cento) do valor máximo da indenização – R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), que resulta a quantia de R$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais). Denota-se que o laudo médico foi conclusivo em afirmar que a parte requerente apresenta invalidez permanente parcial incompleta do membro inferior direito de intensa repercussão avaliada em 75% (setenta e cinco por cento), cujo percentual deverá ser calculado sobre o montante de R$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais), totalizando o valor de R$ 7.087,50 (sete mil e oitenta e sete reais e cinquenta centavos). Nesse passo, o montante indenizatório a ser pago deve ser atualizado, com incidência dos juros de mora a partir da data da citação (art. 405 do CC) e correção monetária contada a partir do evento danoso. Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE a pretensão inicial, para condenar a requerida Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais ao pagamento do importe de R$ 7.087,50 (sete mil e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), a título de seguro obrigatório, acrescido de juros legais de 1% (um por cento) a partir da citação inicial e correção monetária pelo índice do INPC a partir da data do sinistro (19/07/2019). Condeno, ainda, a requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em R$ 1.000,00 (hum mil reais), nos termos do artigo 85, §8º do Código de Processo Civil. Com o trânsito em julgado e nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Vandymara Galvão Ramos Paiva Zanolo Juiz(a) de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1046080-35.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
THAINA LUIZA MAIOLINO DOS SANTOS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
VICTOR HUGO VIDOTTI OAB - MT11439-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
VANDYMARA GALVAO RAMOS PAIVA ZANOLO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1046080-35.2019.8.11.0041. AUTOR(A): THAINA LUIZA MAIOLINO DOS SANTOS RÉU: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório ajuizada por Thainá Luiza dos Santos Claudio em face de Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais, em que pretende a condenação da requerida ao pagamento da importância do valor de R$ 28.500,00 (vinte e oito mil e quinhentos reais). Para tanto, aduz a parte requerente que foi vítima de acidente de trânsito ocorrido em 06/09/2019, ocasionando invalidez permanente, portanto, fazendo jus ao pleito indenizatório. Junto à inicial vieram os documentos. A parte requerida apresentou contestação arguindo as preliminares que serão analisadas a seguir. No mérito, pugnou pela improcedência dos pedidos iniciais por ausência de provas constitutivas do direito pretendido. Por decisão, foi determinada a realização de perícia, sendo apresentado o laudo pericial, manifestando as partes. Vieram-me os autos conclusos. É o breve relato. Fundamento e decido. Passo a análise das preliminares suscitadas. I - Inclusão da Seguradora Líder no polo Passivo Cumpre salientar que a inclusão da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A no polo passivo da demanda é desnecessária, haja vista que qualquer seguradora que opere no sistema de consórcio responsável pelas indenizações, decorrentes de danos causados por acidentes de trânsito é parte legítima para saldar a indenização do Seguro DPVAT. Todas são responsáveis pelo recebimento das solicitações de indenização e pelo respectivo pagamento do seguro. A requerida não nega que seja integrante do grupo das seguradoras, as quais recebem os valores oriundos do seguro obrigatório. Por isto, a seguradora requerida deve responder por tais indenizações e permanecer no polo passivo da presente demanda. Assim, não sendo o caso de litisconsórcio necessário, e tendo o autor optado por acionar somente a requerida, rejeito a preliminar arguida. II – Da Falta de Interesse Processual Em sede preliminar, a requerida suscitou falta de interesse de agir em face do não esgotamento das vias administrativas, o que não merece prosperar. Diante do princípio constitucional de livre acesso ao Poder Judiciário, art. 5º, inc. XXXVI, da Constituição Federal, e frente a doutrina aplicada à espécie, não há que se cogitar falta de interesse de agir. Ademais, não é necessário o esgotamento das vias administrativas para ingressar com demanda judicial. Por tais argumentos, afasto a preliminar suscitada. III – Mérito. I - Dos danos Morais Aduz a parte requerente que a requerida teria se negado expressamente a receber o requerimento administrativo relativo ao pedido de indenização do seguro DPVAT em razão de uma suposta invalidez permanente. Contudo, alega a requerida que não há nos autos nenhum documento capaz de demonstrar que o requerente ficou impossibilitado de formular administrativamente o seu pedido de indenização, bem como não existe prova de que houve a negativa ao próprio direito a receber eventual cobertura securitária, capaz de ensejar indenização por danos morais. Desta forma, para a caracterização do dano é imprescindível à existência dos pressupostos básicos estampados no artigo 186 do Código Civil, quais sejam, a) o impulso do requerido, consistente em ação ou omissão qualificável como ilícito, atuando com dolo (vontade de produzir o resultado) ou culpa (negligência, imprudência ou imperícia); b) resultado lesivo; e c) o nexo causal entre ambos. Pois bem, o fato da requerida, excepcionalmente, negar o recebimento do pedido administrativo, não pode ser confundida como ato ilícito. E menos ainda pode ser confundida como negativa, seja em relação ao pedido administrativo, seja ainda no tocante a própria regulação administrativa, vez que o requerimento administrativo apenas não teve continuidade, devido ao fato de que a requerida não estar operacionalizando o recebimento dos pedidos administrativos, o que não leva a concluir que o mesmo foi impedido de ter o seu seguimento. Vejamos o entendimento jurisprudencial: APELAÇÃO CÍVEL. SEGURO DPVAT. DANOS MORAIS POR NEGATIVA ADMINISTRATIVA. INEXISTÊNCIA. RECURSO REJEITADO. 1. A exigência de documentação para dar continuidade à solicitação administrativa de cobertura securitária DPVAT, por si só, não se revela uma conduta abusiva da empresa seguradora e, por isso mesmo, não enseja os danos morais. 2. Ademais, ainda que restasse claramente demonstrada a recalcitrância abusiva da seguradora, apenas nos casos em que a sua atuação tenha um reflexo amplificado na esfera pessoal da parte prejudicada, e isso seja evidente, é que se deve cogitar a ocorrência dos danos morais indenizáveis, o que não é o caso. 3. Recurso rejeitado. (TJ-PE - APL: 4650462 PE, Relator: José Viana Ulisses Filho, Data de Julgamento: 30/03/2017, 1ª Câmara Regional de Caruaru - 1ª Turma, Data de Publicação: 20/04/2017) Portanto, verifico que não há possibilidade de indenização por danos morais. II – Requisitos à indenização DPVAT Da documentação que acompanha a inicial, verifico que a parte requerente enquadra-se nas hipóteses legais relativas ao seguro obrigatório, fazendo jus ao recebimento de reparação indenizatória. Indiscutivelmente, estão aportadas no feito o boletim de ocorrência evidenciando o evento danoso (Id. 24914557), bem como laudo pericial (Id. 26380531). Certo o direito a

indenização, passo a análise de sua fixação. Registro que, com o trânsito em julgado da decisão proferida pela Ministra Relatora Maria Isabel Gallotti em 08/10/2012 julgando procedente a reclamação nº 5368/MT, restou pacificada a concessão de indenização de seguro DPVAT proporcional ao grau de invalidez. Tal entendimento se coaduna com a Súmula nº 474 editada pelo Superior Tribunal de Justiça em 13/06/2012, que assevera "indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez". Assim, considerando que o sinistro ocorreu em 06/09/2019, o montante a ser pago a título de indenização por seguro DPVAT deve observar o grau de invalidez previsto na tabela de acidentes pessoais adotada pela legislação vigente. Conforme se infere, a perícia foi realizada de acordo com a Lei nº. 6.194/74 com redação dada pela Medida Provisória nº. 451/2008, convertida em Lei nº. 11.945/2009, que disponibiliza tabela em anexo para auxílio a cálculo de invalidez permanente decorrente de acidente de trânsito para fins de seguro obrigatório. Nesta seara, tem-se que o valor estipulado em lei no caso de Seguro DPVAT, com a ocorrência de invalidez permanente, é de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), nos termos do art. 8º, da Lei n. 11.482/07, que alterou os arts. 3º, 4º, 5º e 11 da Lei no 6.194, de 19 de dezembro de 1974. Da análise da tabela de percentuais, constata-se que para o caso de perda completa da mobilidade do "membro superior esquerdo", o percentual incidente é de 70% (setenta por cento) do valor máximo da indenização – R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), que resulta a quantia de R$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais). Denota-se que o laudo médico foi conclusivo em afirmar que a parte requerente apresenta invalidez permanente parcial incompleta do membro superior esquerdo de média repercussão avaliada em 50% (cinquenta por cento), cujo percentual deverá ser calculado sobre o montante de R$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais), totalizando o valor de R$ 4.725,00 (quatro mil setecentos e vinte e cinco reais). Nesse passo, o montante indenizatório a ser pago deve ser atualizado, com incidência dos juros de mora a partir da data da citação (art. 405 do CC) e correção monetária contada a partir do evento danoso. Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE a pretensão inicial, para condenar a requerida Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais ao pagamento do importe de R$ 4.725,00 (quatro mil setecentos e vinte e cinco reais), a título de seguro obrigatório, acrescido de juros legais de 1% (um por cento) a partir da citação inicial e correção monetária pelo índice do INPC a partir da data do sinistro (06/09/2019). Condeno, ainda, a requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em R$ 1.000,00 (hum mil reais), nos termos do artigo 85, §8º do Código de Processo Civil. Com o trânsito em julgado e nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Vandymara Galvão Ramos Paiva Zanolo Juiz(a) de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1006252-32.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
IRINEU MANOEL DE CAMPOS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
VANDYMARA GALVAO RAMOS PAIVA ZANOLO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1006252-32.2019.8.11.0041. AUTOR(A): IRINEU MANOEL DE CAMPOS RÉU: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório ajuizada por Irineu Manoel de Campos em face de Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais, em que pretende a condenação da requerida ao pagamento da importância do valor de R$ 28.500,00 (vinte e oito mil e quinhentos reais). Para tanto, aduz a parte requerente que foi vítima de acidente de trânsito ocorrido em 26/08/2018, ocasionando invalidez permanente, portanto, fazendo jus ao pleito indenizatório. Junto à inicial vieram os documentos. A parte requerida apresentou contestação arguindo as preliminares que serão analisadas a seguir. No mérito, pugnou pela improcedência dos pedidos iniciais por ausência de provas constitutivas do direito pretendido. Por decisão, foi determinada a realização de perícia, sendo apresentado laudo pericial, manifestando as partes. Vieram-me os autos conclusos. É o breve relato. Fundamento e decido. Passo a análise das preliminares suscitadas. I - Inclusão da Seguradora Líder no polo Passivo Cumpre salientar que a inclusão da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A no polo passivo da demanda é desnecessária, haja vista que qualquer seguradora que opere no sistema de consórcio responsável pelas indenizações, decorrentes de danos causados por acidentes de trânsito é parte legítima para saldar a indenização do Seguro DPVAT. Todas são responsáveis pelo recebimento das solicitações de indenização e pelo respectivo pagamento do seguro. A requerida não nega que seja integrante do grupo das seguradoras, as quais recebem os valores oriundos do seguro obrigatório. Por isto, a seguradora requerida deve responder por tais indenizações e permanecer no polo passivo da presente demanda. Assim, não sendo o caso de litisconsórcio necessário, e tendo o autor optado por acionar somente a requerida, rejeito a preliminar arguida. II – Da Ausência do Requerimento Administrativo Em sede preliminar, a requerida suscitou falta de interesse de agir em face do não esgotamento das vias administrativas, o que não merece prosperar. Diante do princípio constitucional de livre acesso ao Poder Judiciário, art. 5º, inc. XXXVI, da Constituição Federal, e frente a doutrina aplicada à espécie, não há que se cogitar falta de interesse de agir. Ademais, não é necessário o esgotamento das vias administrativas para ingressar com demanda judicial. Por tais argumentos, afasto a preliminar suscitada. III – Mérito. I - Dos danos Morais Aduz a parte requerente que a requerida teria se negado expressamente a receber o requerimento administrativo relativo ao pedido de indenização do seguro DPVAT em razão de uma suposta invalidez permanente. Contudo, alega a requerida que não há nos autos nenhum documento capaz de demonstrar que o requerente ficou impossibilitado de formular administrativamente o seu pedido de indenização, bem como não existe prova de que houve a negativa ao próprio direito a receber eventual cobertura securitária, capaz de ensejar indenização por danos morais. Desta forma, para a caracterização do dano é imprescindível à existência dos pressupostos básicos estampados no artigo 186 do Código Civil, quais sejam, a) o impulso do requerido, consistente em ação ou omissão qualificável como ilícito, atuando com dolo (vontade de produzir o resultado) ou culpa (negligência, imprudência ou imperícia); b) resultado lesivo; e c) o nexo causal entre ambos. Pois bem, o fato da requerida, excepcionalmente, negar o recebimento do pedido administrativo, não pode ser confundida como ato ilícito. E menos ainda pode ser confundida como negativa, seja em relação ao pedido administrativo, seja ainda no tocante a própria regulação administrativa, vez que o requerimento administrativo apenas não teve continuidade, devido ao fato de que a requerida não estar operacionalizando o recebimento dos pedidos administrativos, o que não leva a concluir que o mesmo foi impedido de ter o seu seguimento. Vejamos o entendimento jurisprudencial: APELAÇÃO CÍVEL. SEGURO DPVAT. DANOS MORAIS POR NEGATIVA ADMINISTRATIVA. INEXISTÊNCIA. RECURSO REJEITADO. 1. A exigência de documentação para dar continuidade à solicitação administrativa de cobertura securitária DPVAT, por si só, não se revela uma conduta abusiva da empresa seguradora e, por isso mesmo, não enseja os danos morais. 2. Ademais, ainda que restasse claramente demonstrada a recalcitrância abusiva da seguradora, apenas nos casos em que a sua atuação tenha um reflexo amplificado na esfera pessoal da parte prejudicada, e isso seja evidente, é que se deve cogitar a ocorrência dos danos morais indenizáveis, o que não é o caso. 3. Recurso rejeitado. (TJ-PE - APL: 4650462 PE, Relator: José Viana Ulisses Filho, Data de Julgamento: 30/03/2017, 1ª Câmara Regional de Caruaru - 1ª Turma, Data de Publicação: 20/04/2017) Portanto, verifico que não há possibilidade de indenização por danos morais. II – Requisitos à indenização DPVAT Da documentação que acompanha a inicial, verifico que a parte requerente enquadra-se nas hipóteses legais relativas ao seguro obrigatório, fazendo jus ao recebimento de reparação indenizatória. Indiscutivelmente, estão aportadas no feito o boletim de ocorrência evidenciando o evento danoso (Id. 18006564), bem como laudo pericial (Id. 22070566). Certo o direito a indenização, passo a análise de sua fixação. Registro que, com o trânsito em julgado da decisão proferida pela Ministra Relatora Maria Isabel Gallotti em 08/10/2012 julgando procedente a reclamação nº 5368/MT, restou pacificada a concessão de indenização de seguro DPVAT proporcional ao grau de invalidez. Tal entendimento se coaduna com a Súmula nº 474 editada pelo Superior Tribunal de Justiça em 13/06/2012, que assevera "indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez".

Assim, considerando que o sinistro ocorreu em 26/08/2018, o montante a ser pago a título de indenização por seguro DPVAT deve observar o grau de invalidez previsto na tabela de acidentes pessoais adotada pela legislação vigente. Conforme se infere, a perícia foi realizada de acordo com a Lei nº. 6.194/74 com redação dada pela Medida Provisória nº. 451/2008, convertida em Lei nº. 11.945/2009, que disponibiliza tabela em anexo para auxílio a cálculo de invalidez permanente decorrente de acidente de trânsito para fins de seguro obrigatório. Nesta seara, tem-se que o valor estipulado em lei no caso de Seguro DPVAT, com a ocorrência de invalidez permanente, é de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), nos termos do art. 8º, da Lei n. 11.482/07, que alterou os arts. 3º, 4º, 5º e 11 da Lei no 6.194, de 19 de dezembro de 1974. Da análise da tabela de percentuais, constata-se que para o caso de perda completa da mobilidade do "membro inferior direito", o percentual incidente é de 70% (setenta por cento) do valor máximo da indenização – R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), que resulta a quantia de R$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais). Ao passo que a perda completa da mobilidade do "membro inferior esquerdo" equivale o percentual é de 70% (cinquenta por cento) sobre o valor teto de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), importe-se no montante de R$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais). Denota-se que o laudo médico foi conclusivo em afirmar que a parte reclamante apresenta invalidez permanente parcial incompleta do membro inferior direito de leve repercussão avaliada em 25% (vinte e cinco por cento), cujo percentual deverá ser calculado sobre o montante de R$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais), encontra-se o valor de R$ 2.362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta). Bem como apresenta invalidez permanente parcial incompleta do membro inferior esquerdo de média repercussão avaliada em 50% (cinquenta por cento), cujo percentual deverá ser calculado sobre o montante de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), encontrando-se no valor de R$ 4.725,00 (quatro mil setecentos e vinte e cinco reais) Desta forma, totalizando ambas as lesões (membro inferior direito e membro inferior esquerdo), chega-se ao montante de R$ 7.087,50 (sete mil e oitenta e sete reais e cinquenta centavos). Nesse passo, o montante indenizatório a ser pago deve ser atualizado, com incidência dos juros de mora a partir da data da citação (art. 405 do CC) e correção monetária contada a partir do evento danoso. Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE a pretensão inicial, para condenar a requerida Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais ao pagamento do importe de R$ 7.087,50 (sete mil e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), a título de seguro obrigatório, acrescido de juros legais de 1% (um por cento) a partir da citação inicial e correção monetária pelo índice do INPC a partir da data do sinistro (26/08/2018). Condeno, ainda, a requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação, nos termos do artigo 85, §2º do Código de Processo Civil. Com o trânsito em julgado e nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Vandymara Galvão Ramos Paiva Zanolo Juiz(a) de Direito

Sentença Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1031466-25.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JESSICA NUNES SANTANA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Wilson Molina Porto OAB - MT12790-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
VANDYMARA GALVAO RAMOS PAIVA ZANOLO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1031466-25.2019.8.11.0041. EXEQUENTE: JESSICA NUNES SANTANA EXECUTADO: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA Cuida-se de Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório DPVAT em sede de cumprimento de sentença movida por JESSICA NUNES SANTANA em face da PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA. Analisando os autos verifica-se que o executado cumpriu voluntariamente com o pagamento da condenação que consiste no R$ 3.725,88 (três mil, setecentos e vinte e cinco reais e oitenta e oito centavos), no Id. 26796883. A exequente concordou com o valor depositado, pugnou o levantamento dos valores e a extinção do feito (Id. 27376934). Dessa forma, a extinção do cumprimento de sentença é medida que se impõe. Dessa forma, a extinção do cumprimento de sentença é medida que se impõe. Diante do exposto, JULGO E DECLARO EXTINTO, o presente feito, com fundamento no artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil. Expeça-se alvará em favor da exequente observando-se os dados bancários informados no Id. 27376934. Transitado em julgado arquivem-se os autos com as devidas baixas. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. Vandymara G.R. Paiva Zanolo Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1016798-49.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA ALICE ALVES DE AQUINO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
VANDYMARA GALVAO RAMOS PAIVA ZANOLO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1016798-49.2019.8.11.0041. AUTOR(A): MARIA ALICE ALVES DE AQUINO RÉU: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório ajuizada por Maria Alice Alves de Aquino em face de Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais, em que pretende a condenação da requerida ao pagamento da importância do valor de R$ 28.500,00 (vinte e oito mil e quinhentos reais). Para tanto, aduz a parte requerente que foi vítima de acidente de trânsito ocorrido em 20/01/2019, ocasionando invalidez permanente, portanto, fazendo jus ao pleito indenizatório. Junto à inicial vieram os documentos. A parte requerida apresentou contestação arguindo as preliminares que serão analisadas a seguir. No mérito, pugnou pela improcedência dos pedidos iniciais por ausência de provas constitutivas do direito pretendido. Por decisão, foi determinada a realização de perícia, sendo apresentado o laudo pericial, manifestando as partes. Vieram-me os autos conclusos. É o breve relato. Fundamento e decido. Passo a análise das preliminares suscitadas. I - Inclusão da Seguradora Líder no polo Passivo Cumpre salientar que a inclusão da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A no polo passivo da demanda é desnecessária, haja vista que qualquer seguradora que opere no sistema de consórcio responsável pelas indenizações, decorrentes de danos causados por acidentes de trânsito é parte legítima para saldar a indenização do Seguro DPVAT. Todas são responsáveis pelo recebimento das solicitações de indenização e pelo respectivo pagamento do seguro. A requerida não nega que seja integrante do grupo das seguradoras, as quais recebem os valores oriundos do seguro obrigatório. Por isto, a seguradora requerida deve responder por tais indenizações e permanecer no polo passivo da presente demanda. Assim, não sendo o caso de litisconsórcio necessário, e tendo o autor optado por acionar somente a requerida, rejeito a preliminar arguida. II – Da Falta de Interesse Processual Em sede preliminar, a requerida suscitou falta de interesse de agir em face do não esgotamento das vias administrativas, o que não merece prosperar. Diante do princípio constitucional de livre acesso ao Poder Judiciário, art. 5º, inc. XXXVI, da Constituição Federal, e frente a doutrina aplicada à espécie, não há que se cogitar falta de interesse de agir. Ademais, não é necessário o esgotamento das vias administrativas para ingressar com demanda judicial. Por tais argumentos, afasto a preliminar suscitada. III – Mérito. I - Dos danos Morais Aduz a parte requerente que a requerida teria se negado expressamente a receber o requerimento administrativo relativo ao pedido de indenização do seguro DPVAT em razão de uma suposta invalidez permanente. Contudo, alega a requerida que não há nos autos nenhum documento capaz de demonstrar que o requerente ficou impossibilitado de formular administrativamente o seu pedido de indenização, bem como não existe prova de que houve a negativa ao próprio direito a receber eventual cobertura securitária, capaz de ensejar indenização por danos morais. Desta forma, para a caracterização do dano é imprescindível à existência dos pressupostos básicos estampados no artigo 186 do Código Civil, quais sejam, a) o impulso do requerido, consistente em ação ou omissão

qualificável como ilícito, atuando com dolo (vontade de produzir o resultado) ou culpa (negligência, imprudência ou imperícia); b) resultado lesivo; e c) o nexo causal entre ambos. Pois bem, o fato da requerida, excepcionalmente, negar o recebimento do pedido administrativo, não pode ser confundida como ato ilícito. E menos ainda pode ser confundida como negativa, seja em relação ao pedido administrativo, seja ainda no tocante a própria regulação administrativa, vez que o requerimento administrativo apenas não teve continuidade, devido ao fato de que a requerida não estar operacionalizando o recebimento dos pedidos administrativos, o que não leva a concluir que o mesmo foi impedido de ter o seu seguimento. Vejamos o entendimento jurisprudencial: APELAÇÃO CÍVEL. SEGURO DPVAT. DANOS MORAIS POR NEGATIVA ADMINISTRATIVA. INEXISTÊNCIA. RECURSO REJEITADO. 1. A exigência de documentação para dar continuidade à solicitação administrativa de cobertura securitária DPVAT, por si só, não se revela uma conduta abusiva da empresa seguradora e, por isso mesmo, não enseja os danos morais. 2. Ademais, ainda que restasse claramente demonstrada a recalcitrância abusiva da seguradora, apenas nos casos em que a sua atuação tenha um reflexo amplificado na esfera pessoal da parte prejudicada, e isso seja evidente, é que se deve cogitar a ocorrência dos danos morais indenizáveis, o que não é o caso. 3. Recurso rejeitado. (TJ-PE - APL: 4650462 PE, Relator: José Viana Ulisses Filho, Data de Julgamento: 30/03/2017, 1ª Câmara Regional de Caruaru - 1ª Turma, Data de Publicação: 20/04/2017) Portanto, verifico que não há possibilidade de indenização por danos morais. II – Requisitos à indenização DPVAT Da documentação que acompanha a inicial, verifico que a parte requerente enquadra-se nas hipóteses legais relativas ao seguro obrigatório, fazendo jus ao recebimento de reparação indenizatória. Indiscutivelmente, estão aportadas no feito o boletim de ocorrência evidenciando o evento danoso (Id. 19535096), bem como laudo pericial (Id. 24386366). Certo o direito a indenização, passo a análise de sua fixação. Registro que, com o trânsito em julgado da decisão proferida pela Ministra Relatora Maria Isabel Gallotti em 08/10/2012 julgando procedente a reclamação nº 5368/MT, restou pacificada a concessão de indenização de seguro DPVAT proporcional ao grau de invalidez. Tal entendimento se coaduna com a Súmula nº 474 editada pelo Superior Tribunal de Justiça em 13/06/2012, que assevera "indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez". Assim, considerando que o sinistro ocorreu em 20/01/2019, o montante a ser pago a título de indenização por seguro DPVAT deve observar o grau de invalidez previsto na tabela de acidentes pessoais adotada pela legislação vigente. Conforme se infere, a perícia foi realizada de acordo com a Lei nº. 6.194/74 com redação dada pela Medida Provisória nº. 451/2008, convertida em Lei nº. 11.945/2009, que disponibiliza tabela em anexo para auxílio a cálculo de invalidez permanente decorrente de acidente de trânsito para fins de seguro obrigatório. Nesta seara, tem-se que o valor estipulado em lei no caso de Seguro DPVAT, com a ocorrência de invalidez permanente, é de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), nos termos do art. 8º, da Lei n. 11.482/07, que alterou os arts. 3º, 4º, 5º e 11 da Lei no 6.194, de 19 de dezembro de 1974. Da análise da tabela de percentuais, constata-se que para o caso de perda completa da mobilidade da "estrutura torácica", o percentual incidente é de 100% (cem por cento) do valor máximo da indenização – R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), que resulta a quantia de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). Denota-se que o laudo médico foi conclusivo em afirmar que a parte requerente apresenta invalidez permanente parcial incompleta da estrutura torácica de residual repercussão avaliada em 10% (dez por cento), cujo percentual deverá ser calculado sobre o montante de R$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais), totalizando o valor de R$ 1.350,00 (hum mil trezentos e cinquenta reais). Nesse passo, o montante indenizatório a ser pago deve ser atualizado, com incidência dos juros de mora a partir da data da citação (art. 405 do CC) e correção monetária contada a partir do evento danoso. Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE a pretensão inicial, para condenar a requerida Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais ao pagamento do importe de R$ 1.350,00 (hum mil trezentos e cinquenta reais), a título de seguro obrigatório, acrescido de juros legais de 1% (um por cento) a partir da citação inicial e correção monetária pelo índice do INPC a partir da data do sinistro (20/01/2019). Condeno, ainda, a requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em R$ 1.000,00 (hum mil reais), nos termos do artigo 85, §8º do Código de Processo Civil. Com o trânsito em julgado e nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se.

Intimem-se. Cumpra-se. Vandymara Galvão Ramos Paiva Zanolo Juiz(a) de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1030931-96.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CARLOS SILVIO DE BARROS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
VANDYMARA GALVAO RAMOS PAIVA ZANOLO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1030931-96.2019.8.11.0041. AUTOR(A): CARLOS SILVIO DE BARROS RÉU: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório ajuizada por Carlos Silvio de Barros em face de Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais, em que pretende a condenação da requerida ao pagamento da importância do valor de R$ 28.500,00 (vinte e oito mil e quinhentos reais). Para tanto, aduz a parte requerente que foi vítima de acidente de trânsito ocorrido em 19/05/2019, ocasionando invalidez permanente, portanto, fazendo jus ao pleito indenizatório. Junto à inicial vieram os documentos. A parte requerida apresentou contestação arguindo as preliminares que serão analisadas a seguir. No mérito, pugnou pela improcedência dos pedidos iniciais por ausência de provas constitutivas do direito pretendido. Por decisão, foi determinada a realização de perícia, sendo apresentado o laudo pericial, manifestando o requerente. Vieram-me os autos conclusos. É o breve relato. Fundamento e decido. Passo a análise das preliminares suscitadas. I - Inclusão da Seguradora Líder no polo Passivo Cumpre salientar que a inclusão da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A no polo passivo da demanda é desnecessária, haja vista que qualquer seguradora que opere no sistema de consórcio responsável pelas indenizações, decorrentes de danos causados por acidentes de trânsito é parte legítima para saldar a indenização do Seguro DPVAT. Todas são responsáveis pelo recebimento das solicitações de indenização e pelo respectivo pagamento do seguro. A requerida não nega que seja integrante do grupo das seguradoras, as quais recebem os valores oriundos do seguro obrigatório. Por isto, a seguradora requerida deve responder por tais indenizações e permanecer no polo passivo da presente demanda. Assim, não sendo o caso de litisconsórcio necessário, e tendo o autor optado por acionar somente a requerida, rejeito a preliminar arguida. II – Da Falta de Interesse Processual Em sede preliminar, a requerida suscitou falta de interesse de agir em face do não esgotamento das vias administrativas, o que não merece prosperar. Diante do princípio constitucional de livre acesso ao Poder Judiciário, art. 5º, inc. XXXVI, da Constituição Federal, e frente a doutrina aplicada à espécie, não há que se cogitar falta de interesse de agir. Ademais, não é necessário o esgotamento das vias administrativas para ingressar com demanda judicial. Por tais argumentos, afasto a preliminar suscitada. III – Mérito. I - Dos danos Morais Aduz a parte requerente que a requerida teria se negado expressamente a receber o requerimento administrativo relativo ao pedido de indenização do seguro DPVAT em razão de uma suposta invalidez permanente. Contudo, alega a requerida que não há nos autos nenhum documento capaz de demonstrar que o requerente ficou impossibilitado de formular administrativamente o seu pedido de indenização, bem como não existe prova de que houve a negativa ao próprio direito a receber eventual cobertura securitária, capaz de ensejar indenização por danos morais. Desta forma, para a caracterização do dano é imprescindível à existência dos pressupostos básicos estampados no artigo 186 do Código Civil, quais sejam, a) o impulso do requerido, consistente em ação ou omissão qualificável como ilícito, atuando com dolo (vontade de produzir o resultado) ou culpa (negligência, imprudência ou imperícia); b) resultado lesivo; e c) o nexo causal entre ambos. Pois bem, o fato da requerida, excepcionalmente, negar o recebimento do pedido administrativo, não pode ser confundida como ato ilícito. E menos ainda pode ser confundida como negativa, seja em relação ao pedido administrativo, seja ainda no tocante a própria regulação administrativa, vez que o requerimento administrativo apenas não teve continuidade, devido ao fato de que a

requerida não estar operacionalizando o recebimento dos pedidos administrativos, o que não leva a concluir que o mesmo foi impedido de ter o seu seguimento. Vejamos o entendimento jurisprudencial: APELAÇÃO CÍVEL. SEGURO DPVAT. DANOS MORAIS POR NEGATIVA ADMINISTRATIVA. INEXISTÊNCIA. RECURSO REJEITADO. 1. A exigência de documentação para dar continuidade à solicitação administrativa de cobertura securitária DPVAT, por si só, não se revela uma conduta abusiva da empresa seguradora e, por isso mesmo, não enseja os danos morais. 2. Ademais, ainda que restasse claramente demonstrada a recalcitrância abusiva da seguradora, apenas nos casos em que a sua atuação tenha um reflexo amplificado na esfera pessoal da parte prejudicada, e isso seja evidente, é que se deve cogitar a ocorrência dos danos morais indenizáveis, o que não é o caso. 3. Recurso rejeitado. (TJ-PE - APL: 4650462 PE, Relator: José Viana Ulisses Filho, Data de Julgamento: 30/03/2017, 1ª Câmara Regional de Caruaru - 1ª Turma, Data de Publicação: 20/04/2017) Portanto, verifico que não há possibilidade de indenização por danos morais. II – Requisitos à indenização DPVAT Da documentação que acompanha a inicial, verifico que a parte requerente enquadra-se nas hipóteses legais relativas ao seguro obrigatório, fazendo jus ao recebimento de reparação indenizatória. Indiscutivelmente, estão aportadas no feito o boletim de ocorrência evidenciando o evento danoso (Id. 21704590), bem como laudo pericial (Id. 24323877). Certo o direito a indenização, passo a análise de sua fixação. Registro que, com o trânsito em julgado da decisão proferida pela Ministra Relatora Maria Isabel Gallotti em 08/10/2012 julgando procedente a reclamação nº 5368/MT, restou pacificada a concessão de indenização de seguro DPVAT proporcional ao grau de invalidez. Tal entendimento se coaduna com a Súmula nº 474 editada pelo Superior Tribunal de Justiça em 13/06/2012, que assevera "indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez". Assim, considerando que o sinistro ocorreu em 19/05/2019, o montante a ser pago a título de indenização por seguro DPVAT deve observar o grau de invalidez previsto na tabela de acidentes pessoais adotada pela legislação vigente. Conforme se infere, a perícia foi realizada de acordo com a Lei nº. 6.194/74 com redação dada pela Medida Provisória nº. 451/2008, convertida em Lei nº. 11.945/2009, que disponibiliza tabela em anexo para auxílio a cálculo de invalidez permanente decorrente de acidente de trânsito para fins de seguro obrigatório. Nesta seara, tem-se que o valor estipulado em lei no caso de Seguro DPVAT, com a ocorrência de invalidez permanente, é de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), nos termos do art. 8º, da Lei n. 11.482/07, que alterou os arts. 3º, 4º, 5º e 11 da Lei no 6.194, de 19 de dezembro de 1974. Da análise da tabela de percentuais, constata-se que para o caso de perda completa da mobilidade do "ombro direito", o percentual incidente é de 25% (vinte e cinco por cento) do valor máximo da indenização – R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), que resulta a quantia de R$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais). Denota-se que o laudo médico foi conclusivo em afirmar que a parte requerente apresenta invalidez permanente parcial incompleta do ombro direito de média repercussão avaliada em 50% (cinquenta por cento), cujo percentual deverá ser calculado sobre o montante de R$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais), totalizando o valor de R$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais). Nesse passo, o montante indenizatório a ser pago deve ser atualizado, com incidência dos juros de mora a partir da data da citação (art. 405 do CC) e correção monetária contada a partir do evento danoso. Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE a pretensão inicial, para condenar a requerida Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais ao pagamento do importe de R$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais), a título de seguro obrigatório, acrescido de juros legais de 1% (um por cento) a partir da citação inicial e correção monetária pelo índice do INPC a partir da data do sinistro (19/05/2019). Condeno, ainda, a requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em R$ 1.000,00 (hum mil reais), nos termos do artigo 85, §8º do Código de Processo Civil. Com o trânsito em julgado e nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Vandymara Galvão Ramos Paiva Zanolo Juiz(a) de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1026043-84.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE DO CARMO RONDON (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA LUIZA ALAMINO BELLINCANTA OAB - MT9333-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
VANDYMARA GALVAO RAMOS PAIVA ZANOLO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1026043-84.2019.8.11.0041. AUTOR(A): JOSE DO CARMO RONDON RÉU: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório ajuizada por José do Carmo Rondon em face de Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais, em que pretende a condenação da requerida ao pagamento da importância do valor de R$ 39.920,00 (trinta e nove mil novecentos e vinte reais). Para tanto, aduz a parte requerente que foi vítima de acidente de trânsito ocorrido em 24/02/2019, ocasionando invalidez permanente, portanto, fazendo jus ao pleito indenizatório. Junto à inicial vieram os documentos. A parte requerida apresentou contestação arguindo as preliminares que serão analisadas a seguir. No mérito, pugnou pela improcedência dos pedidos iniciais por ausência de provas constitutivas do direito pretendido. Por decisão, foi determinada a realização de perícia, sendo apresentado o laudo pericial, manifestando o requerente. Vieram-me os autos conclusos. É o breve relato. Fundamento e decido. Passo a análise das preliminares suscitadas. I - Inclusão da Seguradora Líder no polo Passivo Cumpre salientar que a inclusão da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A no polo passivo da demanda é desnecessária, haja vista que qualquer seguradora que opere no sistema de consórcio responsável pelas indenizações, decorrentes de danos causados por acidentes de trânsito é parte legítima para saldar a indenização do Seguro DPVAT. Todas são responsáveis pelo recebimento das solicitações de indenização e pelo respectivo pagamento do seguro. A requerida não nega que seja integrante do grupo das seguradoras, as quais recebem os valores oriundos do seguro obrigatório. Por isto, a seguradora requerida deve responder por tais indenizações e permanecer no polo passivo da presente demanda. Assim, não sendo o caso de litisconsórcio necessário, e tendo o autor optado por acionar somente a requerida, rejeito a preliminar arguida. II – Da Ausência de Resposta Administrativa – Regulação Pendente. Em sede preliminar, a requerida suscitou falta de interesse de agir, uma vez que a parte requerente requereu administrativamente o seguro DPVAT, mas o sinistro se encontra em finalização probatória. Entretanto, fica configurado o interesse de agir, quando for comprovada a postulação administrativa da indenização e a ausência de resposta da seguradora. Vejamos entendimento do TJMT: SEGUNDA CÂMARA CÍVEL RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT – PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO – NECESSIDADE – CONDIÇÃO DA AÇÃO – REQUERIMENTO REALIZADO – AUSÊNCIA DE RESPOSTA DA SEGURADORA – AJUIZAMENTO DA AÇÃO – POSSIBILIDADE – INTERESSE DE AGIR - RECURSO PROVIDO. Comprovada a apresentação de requerimento administrativo e diante da AUSÊNCIA de RESPOSTA da SEGURADORA, está caracterizado o interesse de agir do autor para propositura da ação de cobrança do seguro obrigatório – DPVAT, devendo ser afastada a exigência de prévio esgotamento da via administrativa. (N.U 1002035-74.2016.8.11.0000, AGRAVO DE INSTRUMENTO, CLARICE CLAUDINO DA SILVA, SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 08/03/2017, Publicado no DJE 15/03/2017). Por tais argumentos, afasto a preliminar suscitada. III – Mérito. Da documentação que acompanha a inicial, verifico que a parte requerente enquadra-se nas hipóteses legais relativas ao seguro obrigatório, fazendo jus ao recebimento de reparação indenizatória. Indiscutivelmente, estão aportadas no feito o boletim de ocorrência evidenciando o evento danoso (Id. 20951425), bem como laudo pericial (Id. 25598384). Certo o direito a indenização, passo a análise de sua fixação. Registro que, com o trânsito em julgado da decisão proferida pela Ministra Relatora Maria Isabel Gallotti em 08/10/2012 julgando procedente a reclamação nº 5368/MT, restou pacificada a concessão de indenização de seguro DPVAT proporcional ao grau de invalidez. Tal entendimento se coaduna com a Súmula nº 474 editada pelo Superior Tribunal de Justiça em 13/06/2012, que assevera "indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez". Assim, considerando que o sinistro ocorreu em 24/02/2019, o montante a

ser pago a título de indenização por seguro DPVAT deve observar o grau de invalidez previsto na tabela de acidentes pessoais adotada pela legislação vigente. Conforme se infere, a perícia foi realizada de acordo com a Lei nº. 6.194/74 com redação dada pela Medida Provisória nº. 451/2008, convertida em Lei nº. 11.945/2009, que disponibiliza tabela em anexo para auxílio a cálculo de invalidez permanente decorrente de acidente de trânsito para fins de seguro obrigatório. Nesta seara, tem-se que o valor estipulado em lei no caso de Seguro DPVAT, com a ocorrência de invalidez permanente, é de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), nos termos do art. 8º, da Lei n. 11.482/07, que alterou os arts. 3º, 4º, 5º e 11 da Lei no 6.194, de 19 de dezembro de 1974. Da análise da tabela de percentuais, constata-se que para o caso de perda completa da mobilidade da "estrutura facial", o percentual incidente é de 100% (cem por cento) do valor máximo da indenização – R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), que resulta a quantia de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). Ao passo que a perda completa da mobilidade da "estrutura torácica" equivale o percentual é de 100% (cem por cento) sobre o valor teto de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), importe-se no montante de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). Ainda, também, a perda completa da mobilidade da "estrutura abdominal" equivale o percentual é de 100% (cem por cento) sobre o valor teto de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), importe-se no montante de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). Denota-se que o laudo médico foi conclusivo em afirmar que a parte requerente apresenta invalidez permanente parcial incompleta da estrutura facial de residual repercussão avaliada em 10% (dez por cento), cujo percentual deverá ser calculado sobre o montante de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), encontra-se o valor de R$ 1.350,00 (hum mil trezentos e cinquenta reais). Bem como apresenta invalidez permanente parcial incompleta da estrutura torácica de residual repercussão avaliada em 10% (dez por cento), cujo percentual deverá ser calculado sobre o montante de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), encontrando-se no valor de R$ 1.350,00 (hum mil trezentos e cinquenta reais). Ainda, também, apresenta invalidez permanente parcial incompleta da estrutura abdominal de leve repercussão avaliada em 25% (vinte e cinco por cento), cujo percentual deverá ser calculado sobre o montante de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), encontrando-se no valor de R$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais). Desta forma, totalizando ambas as lesões, chega-se ao montante de R$ 6.075,00 (seis mil e setenta e cinco reais). Nesse passo, o montante indenizatório a ser pago deve ser atualizado, com incidência dos juros de mora a partir da data da citação (art. 405 do CC) e correção monetária contada a partir do evento danoso. Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE a pretensão inicial, para condenar a requerida Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais ao pagamento do importe de R$ 6.075,00 (seis mil e setenta e cinco reais), a título de seguro obrigatório, acrescido de juros legais de 1% (um por cento) a partir da citação inicial e correção monetária pelo índice do INPC a partir da data do sinistro (19/05/2019). Condeno, ainda, a requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação, nos termos do artigo 85, §2º do Código de Processo Civil. Com o trânsito em julgado e nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Vandymara Galvão Ramos Paiva Zanolo Juiz(a) de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1033677-34.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
EDIVALDO MORAES DE SOUZA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA LUIZA ALAMINO BELLINCANTA OAB - MT9333-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SEGURADORA LÍDER (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
VANDYMARA GALVAO RAMOS PAIVA ZANOLO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1033677-34.2019.8.11.0041. AUTOR(A): EDIVALDO MORAES DE SOUZA RÉU: SEGURADORA LÍDER Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório ajuizada por Edivaldo Moraes de Souza em face de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A, em que pretende a condenação da requerida ao pagamento da importância do valor de R$ 39.920,00 (trinta e nove mil e novecentos e vinte reais). Para tanto, aduz a parte requerente que foi vítima de acidente de trânsito ocorrido em 07/05/2019, ocasionando invalidez permanente, portanto, fazendo jus ao pleito indenizatório. Junto à inicial vieram os documentos. A parte requerida apresentou contestação arguindo as preliminares que serão analisadas a seguir. No mérito, pugnou pela improcedência dos pedidos iniciais por ausência de provas constitutivas do direito pretendido. Por decisão, foi determinada a realização de perícia, sendo apresentado o laudo pericial, manifestando as partes. Vieram-me os autos conclusos. É o breve relato. Fundamento e decido. Passo a análise das preliminares suscitadas. I – Da Falta de Interesse Processual Em sede preliminar, a requerida suscitou falta de interesse de agir em face do não esgotamento das vias administrativas, o que não merece prosperar. Diante do princípio constitucional de livre acesso ao Poder Judiciário, art. 5º, inc. XXXVI, da Constituição Federal, e frente a doutrina aplicada à espécie, não há que se cogitar falta de interesse de agir. Ademais, não é necessário o esgotamento das vias administrativas para ingressar com demanda judicial. Por tais argumentos, afasto a preliminar suscitada. II – Mérito. Da documentação que acompanha a inicial, verifico que a parte requerente enquadra-se nas hipóteses legais relativas ao seguro obrigatório, fazendo jus ao recebimento de reparação indenizatória. Indiscutivelmente, estão aportadas no feito o boletim de ocorrência evidenciando o evento danoso (Id. 22203740), bem como laudo pericial (Id. 25371876). Certo o direito a indenização, passo a análise de sua fixação. Registro que, com o trânsito em julgado da decisão proferida pela Ministra Relatora Maria Isabel Gallotti em 08/10/2012 julgando procedente a reclamação nº 5368/MT, restou pacificada a concessão de indenização de seguro DPVAT proporcional ao grau de invalidez. Tal entendimento se coaduna com a Súmula nº 474 editada pelo Superior Tribunal de Justiça em 13/06/2012, que assevera "indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez". Assim, considerando que o sinistro ocorreu em 07/05/2019, o montante a ser pago a título de indenização por seguro DPVAT deve observar o grau de invalidez previsto na tabela de acidentes pessoais adotada pela legislação vigente. Conforme se infere, a perícia foi realizada de acordo com a Lei nº. 6.194/74 com redação dada pela Medida Provisória nº. 451/2008, convertida em Lei nº. 11.945/2009, que disponibiliza tabela em anexo para auxílio a cálculo de invalidez permanente decorrente de acidente de trânsito para fins de seguro obrigatório. Nesta seara, tem-se que o valor estipulado em lei no caso de Seguro DPVAT, com a ocorrência de invalidez permanente, é de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), nos termos do art. 8º, da Lei n. 11.482/07, que alterou os arts. 3º, 4º, 5º e 11 da Lei no 6.194, de 19 de dezembro de 1974. Da análise da tabela de percentuais, constata-se que para o caso de perda completa da mobilidade do "membro inferior direito", o percentual incidente é de 70% (setenta por cento) do valor máximo da indenização – R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), que resulta a quantia de R$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais). Denota-se que o laudo médico foi conclusivo em afirmar que a parte requerente apresenta invalidez permanente parcial incompleta do membro inferior direito de média repercussão avaliada em 50% (cinquenta por cento), cujo percentual deverá ser calculado sobre o montante de R$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais), totalizando o valor de R$ 4.725,00 (quatro mil setecentos e vinte e cinco reais). Nesse passo, o montante indenizatório a ser pago deve ser atualizado, com incidência dos juros de mora a partir da data da citação (art. 405 do CC) e correção monetária contada a partir do evento danoso. Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE a pretensão inicial, para condenar a requerida Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A ao pagamento do importe de R$ 4.725,00 (quatro mil setecentos e vinte e cinco reais), a título de seguro obrigatório, acrescido de juros legais de 1% (um por cento) a partir da citação inicial e correção monetária pelo índice do INPC a partir da data do sinistro (07/05/2019). Condeno, ainda, a requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em R$ 1.000,00 (hum mil reais), nos termos do artigo 85, §8º do Código de Processo Civil. Com o trânsito em julgado e nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Vandymara Galvão Ramos Paiva Zanolo Juiz(a) de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL

Processo Número: 1002734-34.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ROBISON MANOEL PONCE (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
CLEILSON MENEZES GUIMARAES OAB - MT7960-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
JACKSON FREIRE JARDIM DOS SANTOS OAB - MT26992-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
VANDYMARA GALVAO RAMOS PAIVA ZANOLO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1002734-34.2019.8.11.0041. AUTOR(A): ROBISON MANOEL PONCE RÉU: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório ajuizada por Robison Manoel Ponce em face de Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais, em que pretende a condenação da requerida ao pagamento da importância do valor de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). Para tanto, aduz a parte requerente que foi vítima de acidente de trânsito ocorrido em 30/06/2018, ocasionando invalidez permanente, portanto, fazendo jus ao pleito indenizatório. Junto à inicial vieram os documentos. A parte requerida apresentou contestação arguindo as preliminares que serão analisadas a seguir. No mérito, pugnou pela improcedência dos pedidos iniciais por ausência de provas constitutivas do direito pretendido. Por decisão, foi determinada a realização de perícia, sendo apresentado o laudo pericial, manifestando o requerente. Vieram-me os autos conclusos. É o breve relato. Fundamento e decido. Passo a análise das preliminares suscitadas. I - Inclusão da Seguradora Líder no polo Passivo Cumpre salientar que a inclusão da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A no polo passivo da demanda é desnecessária, haja vista que qualquer seguradora que opere no sistema de consórcio responsável pelas indenizações, decorrentes de danos causados por acidentes de trânsito é parte legítima para saldar a indenização do Seguro DPVAT. Todas são responsáveis pelo recebimento das solicitações de indenização e pelo respectivo pagamento do seguro. A requerida não nega que seja integrante do grupo das seguradoras, as quais recebem os valores oriundos do seguro obrigatório. Por isto, a seguradora requerida deve responder por tais indenizações e permanecer no polo passivo da presente demanda. Assim, não sendo o caso de litisconsórcio necessário, e tendo o autor optado por acionar somente a requerida, rejeito a preliminar arguida. II – Da Falta de Interesse Processual Em sede preliminar, a requerida suscitou falta de interesse de agir em face do não esgotamento das vias administrativas, o que não merece prosperar. Diante do princípio constitucional de livre acesso ao Poder Judiciário, art. 5º, inc. XXXVI, da Constituição Federal, e frente a doutrina aplicada à espécie, não há que se cogitar falta de interesse de agir. Ademais, não é necessário o esgotamento das vias administrativas para ingressar com demanda judicial. Por tais argumentos, afasto a preliminar suscitada. III - Comprovante de Residência em Nome de Terceiro. Em que pese o comprovante de endereço esteja em nome de terceiro, esse fato, por si só, não torna o processo inválido ou irregular, porquanto é comum que a pessoa não possua comprovante de endereço em seu nome, sobretudo, por ser locatário ou residir com algum familiar, de modo que, não havendo nada que prove ao contrário, o documento jungido aos autos referente ao domicílio do requerente goza de veracidade. Por esses motivos, afasto a preliminar suscitada. IV – Mérito. Da documentação que acompanha a inicial, verifico que a parte requerente enquadra-se nas hipóteses legais relativas ao seguro obrigatório, fazendo jus ao recebimento de reparação indenizatória. Indiscutivelmente, estão aportadas no feito o boletim de ocorrência evidenciando o evento danoso (Id. 17489563), bem como laudo pericial (Id. 25495375). Certo o direito a indenização, passo a análise de sua fixação. Registro que, com o trânsito em julgado da decisão proferida pela Ministra Relatora Maria Isabel Gallotti em 08/10/2012 julgando procedente a reclamação nº 5368/MT, restou pacificada a concessão de indenização de seguro DPVAT proporcional ao grau de invalidez. Tal entendimento se coaduna com a Súmula nº 474 editada pelo Superior Tribunal de Justiça em 13/06/2012, que assevera "indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez". Assim, considerando que o sinistro ocorreu em 30/06/2018, o montante a ser pago a título de indenização por seguro DPVAT deve observar o grau de invalidez previsto na tabela de acidentes pessoais adotada pela legislação vigente. Conforme se infere, a perícia foi realizada de acordo com a Lei nº. 6.194/74 com redação dada pela Medida Provisória nº. 451/2008, convertida em Lei nº. 11.945/2009, que disponibiliza tabela em anexo para auxílio a cálculo de invalidez permanente decorrente de acidente de trânsito para fins de seguro obrigatório. Nesta seara, tem-se que o valor estipulado em lei no caso de Seguro DPVAT, com a ocorrência de invalidez permanente, é de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), nos termos do art. 8º, da Lei n. 11.482/07, que alterou os arts. 3º, 4º, 5º e 11 da Lei no 6.194, de 19 de dezembro de 1974. Da análise da tabela de percentuais, constata-se que para o caso de perda completa da mobilidade do "ombro direito", o percentual incidente é de 25% (vinte e cinco por cento) do valor máximo da indenização – R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), que resulta a quantia de R$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais). Denota-se que o laudo médico foi conclusivo em afirmar que a parte requerente apresenta invalidez permanente parcial incompleta do ombro direito de média repercussão avaliada em 50% (cinquenta por cento), cujo percentual deverá ser calculado sobre o montante de R$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais), totalizando o valor de R$ 1.687,50 (hum mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos). Nesse passo, o montante indenizatório a ser pago deve ser atualizado, com incidência dos juros de mora a partir da data da citação (art. 405 do CC) e correção monetária contada a partir do evento danoso. Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE a pretensão inicial, para condenar a requerida Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais ao pagamento do importe de R$ 1.687,50 (hum mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), a título de seguro obrigatório, acrescido de juros legais de 1% (um por cento) a partir da citação inicial e correção monetária pelo índice do INPC a partir da data do sinistro (30/06/2018). Condeno, ainda, a requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em R$ 1.000,00 (hum mil reais), nos termos do artigo 85, §8º do Código de Processo Civil. Com o trânsito em julgado e nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Vandymara Galvão Ramos Paiva Zanolo Juiz(a) de Direito

Sentença Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1003269-60.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
RAISSA MILLENE DE ARRUDA TRINDADE (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FELIPE CAMPOS LEITE OAB - MT0021005A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
VANDYMARA GALVAO RAMOS PAIVA ZANOLO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1003269-60.2019.8.11.0041. EXEQUENTE: RAISSA MILLENE DE ARRUDA TRINDADE EXECUTADO: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA Cuida-se de Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório DPVAT em sede de cumprimento de sentença movida por RAISSA MILLENE DE ARRUDA TRINDADE em face da PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA. Analisando os autos verifica-se que o executado cumpriu voluntariamente com o pagamento da condenação que consiste no R$ 4.655,11 (quatro mil e seiscentos e cinquenta e cinco reais e onze centavos), no Id. 25924933. A exequente concordou com o valor depositado, pugnou o levantamento dos valores e a extinção do feito (Id. 26027438). Dessa forma, a extinção do cumprimento de sentença é medida que se impõe. Diante do exposto, JULGO E DECLARO EXTINTO, o presente feito, com fundamento no artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil. Expeça-se alvará em favor da exequente observando-se os dados bancários informados no Id. 26027438. Transitado em julgado arquivem-se os autos com as devidas baixas. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. Vandymara G.R. Paiva Zanolo Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-530 RETIFICAÇÃO OU SUPRIMENTO OU RESTAURAÇÃO DE REGISTRO CIVIL
Processo Número: 1044636-64.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:

RENALTE BENEDITO APARECIDO DA CRUZ (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CRISTIANE KESLY DE ANUNCIACAO OLIVEIRA OAB - MT16578-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
VANDYMARA GALVAO RAMOS PAIVA ZANOLO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1044636-64.2019.8.11.0041. REQUERENTE: RENALTE BENEDITO APARECIDO DA CRUZ Trata-se de Ação para Retificação de Registro Civil proposta por RENALTE BENEDITO APARECIDO DA CRUZ, visando à restauração do seu assento de nascimento junto ao Cartório de Registro Civil e Paz do Distrito de Engenho do Município de Acorizal/MT. Com a inicial vieram os seguintes documentos: cópia do RG e CPF, cópia da antiga Certidão de Nascimento, certidão negativa do Cartório de Paz e Notas de Acorizal, certidões negativas e procuração. O representante do Ministério Público pugna pela procedência do pedido (Id. 26039652). Requer os benefícios da justiça gratuita. É relatório. Fundamento e decido. Defiro os benefícios da justiça gratuita, nos termos do artigo 98 do CPC. Trata-se a presente questão pelo procedimento de jurisdição voluntária, com fulcro nos artigos 109 e 112 da Lei n.º 6.015/73, que autorizam a retificação em assentamento no Registro Civil. O caso em análise não exige dilação probatória em audiência, sendo suficiente a prova documental acostada aos autos. Pelos documentos trazidos pelo autor, constata-se que seu assento nº 1882, foi efetuado no Livro nº 16, fls. 272, no dia 09 de fevereiro 1994 e, consequentemente expedida certidão de nascimento pelo Distrito de Engenho – Acorizal/MT (Id. 24655721 – fl.5). Assim, como não houve impugnação e pelo que revelam os documentos colacionados, o pedido inicial é procedente, ressalvados direitos de terceiros. Ante o exposto, com ressalvas de direitos de terceiros, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado por RENALTE BENEDITO APARECIDO DA CRUZ e, consequentemente, determino a RESTAURAÇAO DO ASSENTO DE NASCIMENTO da querente, devendo constar as informações abaixo consoante certidão de nascimento ((Id. 24655721 – fl.5). Nome: RENALTE BENEDITO APARECIDO DA CRUZ Data de Nascimento: 30/07/1985 Filiação: Renato Osberto da Cruz e Frondina Cerila Souza Cruz Local de nascimento: Rosário Oeste/MT Transitada em julgado, expeça-se ofício ao Cartório de Paz e Notas de Acorizal/MT, que encaminhe, no prazo de 5 (cinco) dias, cópias do referido registro para que seja anexado a estes autos. Sem custas. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. Vandymara G.R. Paiva Zanolo Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-61 INTERDITO PROIBITÓRIO
Processo Número: 1001156-75.2019.8.11.0028
Parte(s) Polo Ativo:
KASUAL INCORPORADORA E CONSTRUTORA LTDA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
VITTOR ARTHUR GALDINO OAB - MT13955-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MTSUL CONSTRUCOES LTDA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
Carlos Eduardo Maluf Pereira OAB - MT10407-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
VANDYMARA GALVAO RAMOS PAIVA ZANOLO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1001156-75.2019.8.11.0028. AUTOR(A): KASUAL INCORPORADORA E CONSTRUTORA LTDA RÉU: MTSUL CONSTRUCOES LTDA Trata-se de Ação de Interdito Proibitório interposta por KASUAL INCORPORADORA E CONSTRUTORA EIRELI em face de MTSUL CONSTRUCOES LTDA. No caso, verifica-se que as partes se compuseram amigavelmente nos autos (Id. 27251395). Assim, a sua homologação é medida que se impõe. Ante o exposto, HOMOLOGO POR SENTENÇA o acordo entabulado entre as partes, DECLARANDO EXTINTO o presente feito, nos termos do artigo 487, III, b, do Código de Processo Civil. Honorários advocatícios na forma acordada. Sem custas processuais remanescentes nos termos do art. 90, §3º, do CPC. Com o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as devidas baixas e anotações necessárias. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. Vandymara G.R. Paiva Zanolo Juíza de Direito

5ª Vara Cível

Intimação

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1010620-21.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA APARECIDA FERREIRA TOLEDO (AUTOR(A))
MARCOS ANTONIO ALMEIDA SIQUEIRA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n° 1010620-21.2018.8.11.0041 Vistos e etc. Intime-se pessoalmente o autor para para regularizar sua representação processual, no prazo de 05 (cinco) dias. Cuiabá/MT, 12 de dezembro de 2019. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1057761-02.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
GISLAN ANTONIO GARCIA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
HEGNALDO ANTONIO DOS SANTOS OAB - MT26395/O (ADVOGADO(A))
WILSON PINHEIRO MEDRADO OAB - MT26645/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ PJE n° 1057761-02.2019.8.11.0041 DESPACHO A parte autora requer a concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita, deixando, contudo, de demonstrar que necessita do referido benefício. Portanto, nos termos do art. 99, § 2º do CPC, intime-a para emendar sua inicial, no prazo de 15 dias, comprovando a alegada hipossuficiência, devendo trazer aos autos documentação comprobatória de que faz jus aos benefícios da justiça gratuita, em especial, cópia dos três últimos holerites e/ou declaração de imposto de renda, sob pena de indeferimento (STJ, 3ª Turma. AgRg no Aresp 602.943/SP, rel. Min. Moura Ribeiro, DJe 04.02.2015). Cumpra-se. Cuiabá/MT, 12 de dezembro de 2019 Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1006402-13.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ORIVALDO BOSCO DE CAMPOS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA LUIZA ALAMINO BELLINCANTA OAB - MT9333-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
JACKSON FREIRE JARDIM DOS SANTOS OAB - MT26992-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n° 1006402-13.2019.8.11.0041 Vistos e etc. Cumpra-se o art. 1.010, § 3º do CPC e remetam-se os autos ao E. TJMT com as homenagens de estilo. Cuiabá/MT, 12 de dezembro de 2019. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1005693-12.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:

FRANKLIN ROOSEVELT VIEIRA VIDAURRE (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
EDUARDO LOPES VIEIRA VIDAURRE OAB - MT12750-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
THAIS FERNANDA RIBEIRO DIAS NEVES OAB - MT22056-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ PJE n° 1005693-12.2018.8.11.0041 DESPACHO Visando ao saneamento e ao encaminhamento da instrução do feito, em atendimento ao disposto nos arts. 9º e 10 do CPC, ao Princípio da não-surpresa e da colaboração instruídos pela lei adjetiva, intimem-se as partes para, em 15 (quinze) dias: a) Especificarem que provas pretendem produzir, em 15 (quinze), estabelecendo relação clara e direta entre a prova pretendida e a questão de fato exposta na lide e que com a prova pretende atestar, de sorte a justificar sua adequação e pertinência (art. 357, II, CPC); b) Caso a prova pretendida pela parte não possa por ela mesma ser produzida, articularem coerente e juridicamente o motivo da impossibilidade, bem assim a razão pela qual deve a parte adversa produzir a prova, de forma a convencer o juízo pela necessidade de inversão do ônus (art. 357, III, do CPC); c) Após cotejo da inicial, contestação, réplica e elementos documentais porventura já acostados ao feito, verificando se há matérias admitidas ou não impugnadas, indicarem que questões de direito entendem ainda controvertidas e relevantes para influenciar a decisão de mérito (art. 357, IV, do CPC). Cumpra-se. Cuiabá/MT, 9 de dezembro de 2019. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1003891-76.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
FRANKLIN ROOSEVELT VIEIRA VIDAURRE (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
EDUARDO LOPES VIEIRA VIDAURRE OAB - MT12750-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
AMANDA CARINA UEHARA PAULA OAB - MT21387-B (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ PJE n° 1003891-76.2018.8.11.0041 DESPACHO Visando ao saneamento e ao encaminhamento da instrução do feito, em atendimento ao disposto nos arts. 9º e 10 do CPC, ao Princípio da não-surpresa e da colaboração instruídos pela lei adjetiva, intimem-se as partes para, em 15 (quinze) dias: a) Especificarem que provas pretendem produzir, em 15 (quinze), estabelecendo relação clara e direta entre a prova pretendida e a questão de fato exposta na lide e que com a prova pretende atestar, de sorte a justificar sua adequação e pertinência (art. 357, II, CPC); b) Caso a prova pretendida pela parte não possa por ela mesma ser produzida, articularem coerente e juridicamente o motivo da impossibilidade, bem assim a razão pela qual deve a parte adversa produzir a prova, de forma a convencer o juízo pela necessidade de inversão do ônus (art. 357, III, do CPC); c) Após cotejo da inicial, contestação, réplica e elementos documentais porventura já acostados ao feito, verificando se há matérias admitidas ou não impugnadas, indicarem que questões de direito entendem ainda controvertidas e relevantes para influenciar a decisão de mérito (art. 357, IV, do CPC). Cumpra-se. Cuiabá/MT, 9 de dezembro de 2019. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1005187-36.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
NAIR CORREA OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PAULO VICTOR DE ARAUJO AMORIM OAB - MT19600-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EVANDRO CESAR ALEXANDRE DOS SANTOS OAB - MT13431-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ PJE n° 1005187-36.2018.8.11.0041 DESPACHO Visando ao saneamento e ao encaminhamento da instrução do feito, em atendimento ao disposto nos arts. 9º e 10 do CPC, ao Princípio da não-surpresa e da colaboração instruídos pela lei adjetiva, intimem-se as partes para, em 15 (quinze) dias: a) Especificarem que provas pretendem produzir, em 15 (quinze), estabelecendo relação clara e direta entre a prova pretendida e a questão de fato exposta na lide e que com a prova pretende atestar, de sorte a justificar sua adequação e pertinência (art. 357, II, CPC); b) Caso a prova pretendida pela parte não possa por ela mesma ser produzida, articularem coerente e juridicamente o motivo da impossibilidade, bem assim a razão pela qual deve a parte adversa produzir a prova, de forma a convencer o juízo pela necessidade de inversão do ônus (art. 357, III, do CPC); c) Após cotejo da inicial, contestação, réplica e elementos documentais porventura já acostados ao feito, verificando se há matérias admitidas ou não impugnadas, indicarem que questões de direito entendem ainda controvertidas e relevantes para influenciar a decisão de mérito (art. 357, IV, do CPC). Cumpra-se. Cuiabá/MT, 9 de dezembro de 2019. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1011137-26.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MARIELLE MONTEIRO SANTOS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ANTÔNIO CARLOS GERALDINO OAB - MT9056-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AGEMED SAUDE S/A (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
JANINE GIRARDI OAB - SC39458-O (ADVOGADO(A))
JOAO CARLOS HARGER OAB - MG126352 (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ PJE n° 1011137-26.2018.8.11.0041 DESPACHO Visando ao saneamento e ao encaminhamento da instrução do feito, em atendimento ao disposto nos arts. 9º e 10 do CPC, ao Princípio da não-surpresa e da colaboração instruídos pela lei adjetiva, intimem-se as partes para, em 15 (quinze) dias: a) Especificarem que provas pretendem produzir, em 15 (quinze), estabelecendo relação clara e direta entre a prova pretendida e a questão de fato exposta na lide e que com a prova pretende atestar, de sorte a justificar sua adequação e pertinência (art. 357, II, CPC); b) Caso a prova pretendida pela parte não possa por ela mesma ser produzida, articularem coerente e juridicamente o motivo da impossibilidade, bem assim a razão pela qual deve a parte adversa produzir a prova, de forma a convencer o juízo pela necessidade de inversão do ônus (art. 357, III, do CPC); c) Após cotejo da inicial, contestação, réplica e elementos documentais porventura já acostados ao feito, verificando se há matérias admitidas ou não impugnadas, indicarem que questões de direito entendem ainda controvertidas e relevantes para influenciar a decisão de mérito (art. 357, IV, do CPC). Cumpra-se. Cuiabá/MT, 9 de dezembro de 2019. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-51 PROCEDIMENTO SUMÁRIO
Processo Número: 1023910-06.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
PABLO OCTAVIO DE FIGUEIREDO PINHO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ROSILENE CONCEICAO DE BARROS OAB - 842.929.201-25 (REPRESENTANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
UNIMED CUIABA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
JACKSON FRANCISCO COLETA COUTINHO OAB - MT9172-B (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ PJE n° 1023910-06.2018.8.11.0041 DESPACHO Visando ao saneamento e ao encaminhamento da instrução do feito, em atendimento ao disposto nos arts. 9º e 10 do CPC, ao Princípio da não-surpresa e da colaboração instruídos pela lei adjetiva, intimem-se as partes para, em 15 (quinze) dias: a) Especificarem que provas pretendem produzir, em 15 (quinze), estabelecendo relação clara e direta entre a prova pretendida e a questão de fato exposta na lide e que com a prova pretende atestar, de sorte a justificar sua adequação e pertinência (art. 357, II, CPC); b) Caso a prova pretendida pela parte não possa por ela mesma ser produzida, articularem coerente e juridicamente o motivo da impossibilidade, bem assim a razão pela qual deve a parte adversa produzir a prova, de forma a convencer o juízo pela necessidade de inversão do ônus (art. 357, III, do CPC); c) Após cotejo da inicial, contestação, réplica e elementos documentais porventura já acostados ao feito, verificando se há matérias admitidas ou não impugnadas, indicarem que questões de direito entendem ainda controvertidas e relevantes para influenciar a decisão de mérito (art. 357, IV, do CPC). Cumpra-se. Cuiabá/MT, 9 de dezembro de 2019. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1058651-38.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
T. V. P. S. (AUTOR(A))
ADRIANA CRISTINA VIDAL DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
VICTOR HUGO VIDOTTI OAB - MT11439-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n° 1058651-38.2019.8.11.0041 DESPACHO Trata-se de ação de cobrança de seguro obrigatório DPVAT em que a parte autora informa que a seguradora ré está impondo obstáculos ao protocolo do prévio requerimento administrativo. Assim, verifico o interesse da prestação jurisdicional. Defiro os benefícios da assistência judiciária gratuita, nos termos do art. 98 do CPC. Designo audiência de conciliação para o dia: 24/04/2020 Sala: Conciliação 9 Horário: 08:45, que será realizada na Central de 1º Grau de Conciliação e Mediação da Comarca de Cuiabá, localizada no Fórum Desembargador José Vidal, sito na rua Desembargador Milton Figueiredo Mendes, s/n, Setor D, Centro Político Administrativo. Intime-se a parte autora para audiência de conciliação, na pessoa de seu advogado, nos termos do art. 334, § 3º do CPC. Cite-se e intime-se a(o) ré(u) para audiência de conciliação, respeitando a antecedência legal mínima de 20 (vinte) dias, prevista no art. 334 caput do CPC. Ficam as partes cientes de que o comparecimento acompanhado de advogado é obrigatório e que a ausência injustificada caracteriza ato atentatório à dignidade da justiça a ser sancionado com multa prevista no art. 334, § 8º do CPC. As partes, no entanto, podem constituir representantes por meio de procuração especifica, com poderes para negociar e transigir, conforme dispõe o art. 334, § 10 do CPC. Não havendo autocomposição, o prazo para contestação será de 15 (quinze) dias, iniciando-se a partir da audiência de conciliação, nos termos do art. 335, I do CPC. A ausência de apresentação da peça contestatória acarretará na revelia da parte ré, presumindo-se, neste caso, verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora. Decorrido o prazo para apresentação da contestação, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, impugnar a contestação. Na sequência, intimem-se as partes para se manifestarem sobre a avaliação médica realizada pela Central de Conciliação e seu aproveitamento no julgamento deste processo. Intimem-se todos. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-43 OUTRAS MEDIDAS PROVISIONAIS
Processo Número: 1028033-81.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
EILON JOSE FURTADO ALVES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FRANCISCO CLAUDIO JASSNIKER JUNIOR OAB - MT21087-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUIZ HENRIQUE VIEIRA OAB - MT26417-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n° 1028033-81.2017.8.11.0041 Vistos . Trata-se de cumprimento de sentença requerido por EILON JOSE FURTADO ALVES em face de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA. Assim, promovam-se as devidas anotações no sistema. Intimem-se os devedores, através de seus patronos, para cumprimento da obrigação, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 513, § 2º do NCPC), efetuando o pagamento do valor indicado no demonstrativo discriminado e atualizado do crédito. Não ocorrendo o pagamento no mesmo prazo, o débito será acrescido de multa de 10% e também de honorários advocatícios de 10%, de acordo com o § 1º do art. 523 do NCPC. Em caso de pagamento parcial a multa e honorários recairá somente sobre o saldo remanescente (art. 523, § 2º o do NCPC). Por fim, se os devedores não efetuarem tempestivamente o pagamento voluntário, expeça-se mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação, como impõe o § 3º do art. 523 do NCPC. Deverá constar no mandado de intimação que, decorrido o prazo sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que os executados, independente de penhora ou nova intimação, apresentem querendo, sua impugnação nos próprios autos, na forma prevista no art. 525 do NCPC. Decorrido o prazo sem comprovação do pagamento voluntário do débito, e caso haja pedido de bloqueio de valores por meio do sistema Bacenjud, apresente o exequente planilha atualizada, devendo incluir multa e os honorários acima arbitrados, no prazo de 05 (cinco) dias. Cumpra-se expedindo o necessário. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1032281-22.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ALEXANDRE CESAR DELBEN (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TALLES DRUMMOND SAMPAIO SANTOS OAB - MT25116-O (ADVOGADO(A))
BRUNO REICHE OAB - MT18868-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Aguas Cuiabá S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CARLOS EDUARDO JORGE BERNARDINI OAB - SP242289-O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n. 1032281-22.2019.8.11.0041 IMPULSIONAMENTO POR CERTIDÃO Certifico que, nos termos do art. 482,VI da CNGC, impulsiono os presentes autos com a finalidade de proceder a intimação da parte autora para efetuar o pagamento de diligência, no prazo de 05 (cinco) dias. Esclareço que o recolhimento deverá ser realizado através do link http://arrecadacao.tjmt.jus.br/#/guia/diligencia/emissao . Cuiabá, 13 de dezembro de 2019. RUBIA GRACIELA DE MORAIS CAMPOS Gestor(a) Judiciário(a)

Despacho Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1058824-62.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE BORGES DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ADRIANA DO CARMO COSTA MARQUES OAB - MT18047-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (REQUERIDO)
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n° 1058824-62.2019.8.11.0041 DESPACHO Trata-se de ação de cobrança de seguro obrigatório DPVAT em que a parte autora informa que a seguradora ré está impondo obstáculos ao protocolo do prévio requerimento administrativo. Assim, verifico o interesse da prestação jurisdicional. Defiro os benefícios da assistência judiciária

gratuita, nos termos do art. 98 do CPC. Designo audiência de conciliação para o dia: 24/04/2020 Sala: Conciliação 9 Horário: 10:00, que será realizada na Central de 1º Grau de Conciliação e Mediação da Comarca de Cuiabá, localizada no Fórum Desembargador José Vidal, sito na rua Desembargador Milton Figueiredo Mendes, s/n, Setor D, Centro Político Administrativo. Intime-se a parte autora para audiência de conciliação, na pessoa de seu advogado, nos termos do art. 334, § 3º do CPC. Cite-se e intime-se a(o) ré(u) para audiência de conciliação, respeitando a antecedência legal mínima de 20 (vinte) dias, prevista no art. 334 caput do CPC. Ficam as partes cientes de que o comparecimento acompanhado de advogado é obrigatório e que a ausência injustificada caracteriza ato atentatório à dignidade da justiça a ser sancionado com multa prevista no art. 334, § 8º do CPC. As partes, no entanto, podem constituir representantes por meio de procuração especifica, com poderes para negociar e transigir, conforme dispõe o art. 334, § 10 do CPC. Não havendo autocomposição, o prazo para contestação será de 15 (quinze) dias, iniciando-se a partir da audiência de conciliação, nos termos do art. 335, I do CPC. A ausência de apresentação da peça contestatória acarretará na revelia da parte ré, presumindo-se, neste caso, verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora. Decorrido o prazo para apresentação da contestação, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, impugnar a contestação. Na sequência, intimem-se as partes para se manifestarem sobre a avaliação médica realizada pela Central de Conciliação e seu aproveitamento no julgamento deste processo. Intimem-se todos. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1059051-52.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
RONY PIERRE (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
HUMBERTO AFFONSO DEL NERY OAB - MT6945-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (RÉU)
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n° 1059051-52.2019.8.11.0041 DESPACHO Trata-se de ação de cobrança de seguro obrigatório DPVAT em que a parte autora informa que a seguradora ré está impondo obstáculos ao protocolo do prévio requerimento administrativo. Assim, verifico o interesse da prestação jurisdicional. Defiro os benefícios da assistência judiciária gratuita, nos termos do art. 98 do CPC. Designo audiência de conciliação para o dia: 24/04/2020 Sala: Conciliação 9 Horário: 10:45, que será realizada na Central de 1º Grau de Conciliação e Mediação da Comarca de Cuiabá, localizada no Fórum Desembargador José Vidal, sito na rua Desembargador Milton Figueiredo Mendes, s/n, Setor D, Centro Político Administrativo. Intime-se a parte autora para audiência de conciliação, na pessoa de seu advogado, nos termos do art. 334, § 3º do CPC. Cite-se e intime-se a(o) ré(u) para audiência de conciliação, respeitando a antecedência legal mínima de 20 (vinte) dias, prevista no art. 334 caput do CPC. Ficam as partes cientes de que o comparecimento acompanhado de advogado é obrigatório e que a ausência injustificada caracteriza ato atentatório à dignidade da justiça a ser sancionado com multa prevista no art. 334, § 8º do CPC. As partes, no entanto, podem constituir representantes por meio de procuração especifica, com poderes para negociar e transigir, conforme dispõe o art. 334, § 10 do CPC. Não havendo autocomposição, o prazo para contestação será de 15 (quinze) dias, iniciando-se a partir da audiência de conciliação, nos termos do art. 335, I do CPC. A ausência de apresentação da peça contestatória acarretará na revelia da parte ré, presumindo-se, neste caso, verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora. Decorrido o prazo para apresentação da contestação, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, impugnar a contestação. Na sequência, intimem-se as partes para se manifestarem sobre a avaliação médica realizada pela Central de Conciliação e seu aproveitamento no julgamento deste processo. Intimem-se todos. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1059055-89.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
FABRICIO DIEGO DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
FLAVIO LUCAS DI PIETRO MAIDANA OAB - MT23541/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ PJE n° 1059055-89.2019.8.11.0041 DESPACHO Defiro os benefícios da assistência judiciária gratuita, nos termos do art. 98 do CPC. Designo audiência de conciliação para o dia: 24/04/2020 Sala: Conciliação 9 Horário: 11:00, que será realizada na Central de 1º Grau de Conciliação e Mediação da Comarca de Cuiabá, localizada no Fórum Desembargador José Vidal, sito na rua Desembargador Milton Figueiredo Mendes, s/n, Setor D, Centro Político Administrativo. Intime-se a parte autora para audiência de conciliação, na pessoa de seu advogado, nos termos do art. 334, § 3º do CPC. Cite-se e intime-se a(o) ré(u) para audiência de conciliação, respeitando a antecedência legal mínima de 20 (vinte) dias, prevista no art. 334 caput do CPC. Ficam as partes cientes de que o comparecimento acompanhado de advogado é obrigatório e que a ausência injustificada caracteriza ato atentatório à dignidade da justiça a ser sancionado com multa prevista no art. 334, § 8º do CPC. As partes, no entanto, podem constituir representantes por meio de procuração especifica, com poderes para negociar e transigir, conforme dispõe o art. 334, § 10 do CPC. Não havendo autocomposição, o prazo para contestação será de 15 (quinze) dias, iniciando-se a partir da audiência de conciliação, nos termos do art. 335, I do CPC. A ausência de apresentação da peça contestatória acarretará na revelia da parte ré, presumindo-se, neste caso, verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora. Decorrido o prazo para apresentação da contestação, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, impugnar a contestação. Na sequência, intimem-se as partes para se manifestarem sobre a avaliação médica realizada pela Central de Conciliação e seu aproveitamento no julgamento deste processo. Intimem-se todos. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1058993-49.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LUCIO ALVES GARDAS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
HUMBERTO AFFONSO DEL NERY OAB - MT6945-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (RÉU)
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n° 1058993-49.2019.8.11.0041 DESPACHO Trata-se de ação de cobrança de seguro obrigatório DPVAT em que a parte autora informa que a seguradora ré está impondo obstáculos ao protocolo do prévio requerimento administrativo. Assim, verifico o interesse da prestação jurisdicional. Defiro os benefícios da assistência judiciária gratuita, nos termos do art. 98 do CPC. Designo audiência de conciliação para o dia: 24/04/2020 Sala: Conciliação 9 Horário: 11:15, que será realizada na Central de 1º Grau de Conciliação e Mediação da Comarca de Cuiabá, localizada no Fórum Desembargador José Vidal, sito na rua Desembargador Milton Figueiredo Mendes, s/n, Setor D, Centro Político Administrativo. Intime-se a parte autora para audiência de conciliação, na pessoa de seu advogado, nos termos do art. 334, § 3º do CPC. Cite-se e intime-se a(o) ré(u) para audiência de conciliação, respeitando a antecedência legal mínima de 20 (vinte) dias, prevista no art. 334 caput do CPC. Ficam as partes cientes de que o comparecimento acompanhado de advogado é obrigatório e que a ausência injustificada caracteriza ato atentatório à dignidade da justiça a ser sancionado com multa prevista no art. 334, § 8º do CPC. As partes, no entanto, podem constituir representantes por meio de procuração especifica, com poderes para negociar e transigir, conforme dispõe o art. 334, § 10 do CPC. Não havendo autocomposição, o prazo para contestação será de 15 (quinze) dias, iniciando-se a partir da audiência de conciliação, nos termos do art. 335, I do CPC. A ausência de apresentação da peça contestatória

acarretará na revelia da parte ré, presumindo-se, neste caso, verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora. Decorrido o prazo para apresentação da contestação, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, impugnar a contestação. Na sequência, intimem-se as partes para se manifestarem sobre a avaliação médica realizada pela Central de Conciliação e seu aproveitamento no julgamento deste processo. Intimem-se todos. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1044866-09.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CONSTRULOC CONSTRUTORA E LOCADORA LTDA - ME (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANTONIO AUGUSTO CALDERARO DIAS OAB - MT3549-O (ADVOGADO(A))
DENISE ALVES DA CUNHA OAB - MT0010110A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
COXIPO INCORPORACAO IMOBILIARIA LTDA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ PJE n° 1044866-09.2019.8.11.0041 DESPACHO Cite-se o executado para pagar a dívida, no prazo de três dias, sob pena de lhe serem penhorados bens coercitivamente. Fixo os honorários advocatícios em 10% do valor da causa. No caso de integral pagamento da obrigação no prazo de três dias, a verba honorária será reduzida pela metade (art. 827, § 1º do CPC). O Sr. Oficial de Justiça deverá, uma vez constatado o não pagamento da obrigação, penhorar e avaliar bens lavrando-se auto, com a intimação do executado (art. 829, § 1º do CPC) Consigne no mandado que, no prazo para o oferecimento dos embargos, reconhecendo o crédito da exequente e comprovando o depósito de 30% do valor da execução, mais custas e honorários advocatícios, poderá o executado requerer o parcelamento do restante em até 06 (seis) parcelas (art. 916 do CPC). Cumpra-se. Cuiabá/MT, 13 de dezembro de 2019. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-94 DESPEJO
Processo Número: 1059034-16.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
RICARDO GUILHERME NABOR ANTUNES ARGENTON DE ALMEIDA (AUTOR(A))
ROSA IMOVEIS LTDA - ME (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIO LUIS DE MELLO OLIVEIRA OAB - MT6848-B (ADVOGADO(A))
CARLOS ROBERTO DE CUNTO MONTENEGRO OAB - MT11903-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
DANIELA DA COSTA SANCHES (RÉU)
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n° 1059034-16.2019.8.11.0041 Vistos e etc. Não há pedido de justiça gratuita a ser analisado. Assim, intime-se a parte autora para que, em 15 (quinze) dias, comprove o recolhimento das custas e taxas judiciais iniciais, sob pena de indeferimento da petição inicial. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 13 de dezembro de 2019 Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1058744-98.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
RAFAEL JUNIOR DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
VICTOR HUGO VIDOTTI OAB - MT11439-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n° 1058744-98.2019.8.11.0041 DESPACHO Trata-se de ação de cobrança de seguro obrigatório DPVAT em que a parte autora informa que a seguradora ré está impondo obstáculos ao protocolo do prévio requerimento administrativo. Assim, verifico o interesse da prestação jurisdicional. Defiro os benefícios da assistência judiciária gratuita, nos termos do art. 98 do CPC. Designo audiência de conciliação para o dia: 24/04/2020 Sala: Conciliação 9 Horário: 09:30, que será realizada na Central de 1º Grau de Conciliação e Mediação da Comarca de Cuiabá, localizada no Fórum Desembargador José Vidal, sito na rua Desembargador Milton Figueiredo Mendes, s/n, Setor D, Centro Político Administrativo. Intime-se a parte autora para audiência de conciliação, na pessoa de seu advogado, nos termos do art. 334, § 3º do CPC. Cite-se e intime-se a(o) ré(u) para audiência de conciliação, respeitando a antecedência legal mínima de 20 (vinte) dias, prevista no art. 334 caput do CPC. Ficam as partes cientes de que o comparecimento acompanhado de advogado é obrigatório e que a ausência injustificada caracteriza ato atentatório à dignidade da justiça a ser sancionado com multa prevista no art. 334, § 8º do CPC. As partes, no entanto, podem constituir representantes por meio de procuração especifica, com poderes para negociar e transigir, conforme dispõe o art. 334, § 10 do CPC. Não havendo autocomposição, o prazo para contestação será de 15 (quinze) dias, iniciando-se a partir da audiência de conciliação, nos termos do art. 335, I do CPC. A ausência de apresentação da peça contestatória acarretará na revelia da parte ré, presumindo-se, neste caso, verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora. Decorrido o prazo para apresentação da contestação, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, impugnar a contestação. Na sequência, intimem-se as partes para se manifestarem sobre a avaliação médica realizada pela Central de Conciliação e seu aproveitamento no julgamento deste processo. Intimem-se todos. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-43 OUTRAS MEDIDAS PROVISIONAIS
Processo Número: 1058763-07.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ALESSANDRO DE ALMEIDA OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BRUNO NADAF GUSMAO OAB - MT16014-O (ADVOGADO(A))
FRANCISCO CLAUDIO JASSNIKER JUNIOR OAB - MT21087-O (ADVOGADO(A))
RENAN NADAF GUSMÃO OAB - MT16284-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ PJE n° 1058763-07.2019.8.11.0041 DESPACHO Defiro os benefícios da assistência judiciária gratuita, nos termos do art. 98 do CPC. Designo audiência de conciliação para o dia: 24/04/2020 Sala: Conciliação 9 Horário: 09:45, que será realizada na Central de 1º Grau de Conciliação e Mediação da Comarca de Cuiabá, localizada no Fórum Desembargador José Vidal, sito na rua Desembargador Milton Figueiredo Mendes, s/n, Setor D, Centro Político Administrativo. Intime-se a parte autora para audiência de conciliação, na pessoa de seu advogado, nos termos do art. 334, § 3º do CPC. Cite-se e intime-se a(o) ré(u) para audiência de conciliação, respeitando a antecedência legal mínima de 20 (vinte) dias, prevista no art. 334 caput do CPC. Ficam as partes cientes de que o comparecimento acompanhado de advogado é obrigatório e que a ausência injustificada caracteriza ato atentatório à dignidade da justiça a ser sancionado com multa prevista no art. 334, § 8º do CPC. As partes, no entanto, podem constituir representantes por meio de procuração especifica, com poderes para negociar e transigir, conforme dispõe o art. 334, § 10 do CPC. Não havendo autocomposição, o prazo para contestação será de 15 (quinze) dias, iniciando-se a partir da audiência de conciliação, nos termos do art. 335, I do CPC. A ausência de apresentação da peça contestatória acarretará na revelia da parte ré, presumindo-se, neste caso, verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora. Decorrido o prazo para apresentação da contestação, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, impugnar a contestação. Na sequência, intimem-se as partes para se manifestarem sobre a avaliação médica realizada pela Central de Conciliação e seu aproveitamento no julgamento deste processo. Intimem-se todos. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. Ana Paula da Veiga Carlota

Miranda Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-94 DESPEJO
Processo Número: 1059034-16.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
RICARDO GUILHERME NABOR ANTUNES ARGENTON DE ALMEIDA (AUTOR(A))
ROSA IMOVEIS LTDA - ME (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIO LUIS DE MELLO OLIVEIRA OAB - MT6848-B (ADVOGADO(A))
CARLOS ROBERTO DE CUNTO MONTENEGRO OAB - MT11903-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
DANIELA DA COSTA SANCHES (RÉU)
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n° 1059034-16.2019.8.11.0041 Vistos e etc. Não há pedido de justiça gratuita a ser analisado. Assim, intime-se a parte autora para que, em 15 (quinze) dias, comprove o recolhimento das custas e taxas judiciais iniciais, sob pena de indeferimento da petição inicial. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 13 de dezembro de 2019 Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1059631-82.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CHRISTIANNE DE AZEVEDO FERNANDES REINERS (AUTOR(A))
RONALDO REINERS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
BRUNA RAFAELA MACIEL OAB - MT21649/O (ADVOGADO(A))
MIRUXY OLIVEIRA SOARES DA SILVA OAB - MT22603/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MRV PRIME PROJETO MT Q INCORPORACOES SPE LTDA (RÉU)
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ PJE n° 1059631-82.2019.8.11.0041 DESPACHO Os autores requerem a concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita, deixando, contudo, de demonstrar que necessita do referido benefício. Portanto, nos termos do art. 99, § 2º do CPC, intime-a para emendar sua inicial, no prazo de 15 dias, comprovando a alegada hipossuficiência, devendo trazer aos autos documentação comprobatória de que faz jus aos benefícios da justiça gratuita, em especial, cópia dos três últimos holerites e/ou declaração de imposto de renda, sob pena de indeferimento (STJ, 3ª Turma. AgRg no Aresp 602.943/SP, rel. Min. Moura Ribeiro, DJe 04.02.2015). Cumpra-se. Cuiabá/MT, 13 de dezembro de 2019 Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1058657-45.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CRISTHIAN DA CRUZ RIBEIRO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n° 1058657-45.2019.8.11.0041 DESPACHO Trata-se de ação de cobrança de seguro obrigatório DPVAT em que a parte autora informa que a seguradora ré está impondo obstáculos ao protocolo do prévio requerimento administrativo. Assim, verifico o interesse da prestação jurisdicional. Defiro os benefícios da assistência judiciária gratuita, nos termos do art. 98 do CPC. Designo audiência de conciliação para o dia: 24/04/2020 Sala: Conciliação 9 Horário: 09:00, que será realizada na Central de 1º Grau de Conciliação e Mediação da Comarca de Cuiabá, localizada no Fórum Desembargador José Vidal, sito na rua Desembargador Milton Figueiredo Mendes, s/n, Setor D, Centro Político Administrativo. Intime-se a parte autora para audiência de conciliação, na pessoa de seu advogado, nos termos do art. 334, § 3º do CPC. Cite-se e intime-se a(o) ré(u) para audiência de conciliação, respeitando a antecedência legal mínima de 20 (vinte) dias, prevista no art. 334 caput do CPC. Ficam as partes cientes de que o comparecimento acompanhado de advogado é obrigatório e que a ausência injustificada caracteriza ato atentatório à dignidade da justiça a ser sancionado com multa prevista no art. 334, § 8º do CPC. As partes, no entanto, podem constituir representantes por meio de procuração especifica, com poderes para negociar e transigir, conforme dispõe o art. 334, § 10 do CPC. Não havendo autocomposição, o prazo para contestação será de 15 (quinze) dias, iniciando-se a partir da audiência de conciliação, nos termos do art. 335, I do CPC. A ausência de apresentação da peça contestatória acarretará na revelia da parte ré, presumindo-se, neste caso, verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora. Decorrido o prazo para apresentação da contestação, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, impugnar a contestação. Na sequência, intimem-se as partes para se manifestarem sobre a avaliação médica realizada pela Central de Conciliação e seu aproveitamento no julgamento deste processo. Intimem-se todos. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-615 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - LEI ARBITRAL (LEI 9.307/1996)
Processo Número: 1057881-45.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
HELIENE MARIA DE OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS JOSE DE CAMPOS OAB - MT14526-O (ADVOGADO(A))
RODRIGO SPADA SALGUEIRO OAB - MT17789-O (ADVOGADO(A))
Thiago Ribeiro OAB - MT13293-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SPE PRESIDENTE MARQUES EMPREENDIMENTO IMOBILIARIO LTDA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n° 1057881-45.2019.8.11.0041 Vistos. Trata-se de cumprimento de sentença arbitral requerido por Heliene Maria de Oliveira em face de SPE Presidente Marques Empreendimento Imobiliário LTDA. Citem-se as executadas, por carta (art.513, II, CPC) para, no prazo de 15 (quinze) dias dar início ao cumprimento das obrigações descritas no título executivo ID 14217514. Não ocorrendo o pagamento no mesmo prazo, o débito será acrescido de multa de 10% e também de honorários advocatícios de 10%, de acordo com o § 1º do art. 523 do CPC. Em caso de pagamento parcial a multa e honorários recairá somente sobre o saldo remanescente (art. 523, § 2º o do CPC). Por fim, se as devedoras não efetuar tempestivamente o pagamento voluntário, expeça-se mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação, como impõe o § 3º do art. 523 do CPC. Deverá constar no mandado de citação que, decorrido o prazo sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que os executados, independente de penhora ou nova intimação, apresentem querendo, sua impugnação nos próprios autos, na forma prevista no art. 525 do CPC. Cumpra-se expedindo o necessário. Cuiabá, 13 de dezembro de 2019. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1024488-03.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
DELMIRO NOGUEIRA (AUTOR(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ANISIA MOREIRA BARBOSA FERREIRA (RÉU)
ESPÓLIO DE JOSÉ VICENTE FERREIRA (RÉU)
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n° 1024488-03.2017.8.11.0041 Vistos e etc. Verifica-se nos autos que a parte ré, até a presente data, não foi citada. Desta forma, intime-se o autor para que de prosseguimento no feito, no prazo de 15 (quinze) dias. Cuiabá/MT, 9 de dezembro de 2019. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1035085-31.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ELZA MOREIRA SOARES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Lemir Feguri OAB - MT10335-N (ADVOGADO(A))
SAULO DALTRO MOREIRA SILVA OAB - MT10208-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n° 1035085-31.2017.8.11.0041 Vistos e etc. Defiro o pedido de levantamento do valor incontroverso. Expeça-se alvará como requerido. Intime-se a executada para, em 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento do saldo remanescente encontrado pela exequente (ID 26547468). Cuiabá/MT, 13 de dezembro de 2019. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1004154-11.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ROSE GONCALVES DIAS (AUTOR(A))
ELINEIA DE ANDRADE (AUTOR(A))
CARLOS MENDES DA SILVA (AUTOR(A))
MARIA APARECIDA BARBOSA (AUTOR(A))
LOURDES JOSAFA SAMPAIO (AUTOR(A))
SUELI APARECIDA DOS SANTOS (AUTOR(A))
JORGE MASSANOLI TOGUTI (AUTOR(A))
CRISTINA FRANCISCHINI (AUTOR(A))
GILBERTO BARBOSA (AUTOR(A))
SIRLEI BARBOSA (AUTOR(A))
ANA NOCHI (AUTOR(A))
CECILIA GOMES MARTINS (AUTOR(A))
MARIA SEVERINA DA SILVA SANTANA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
FELIPE SOUZA GALVAO OAB - MT19340-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TOKIO MARINE SEGURADORA S.A. (RÉU)
CAIXA SEGURADORA S/A (RÉU)
ITAU SEGUROS S/A (RÉU)
BRADESCO SEGUROS S/A (RÉU)
SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-A (ADVOGADO(A))
DANIELA CRISTINA VAZ PATINI OAB - MT11660-O (ADVOGADO(A))
MARIA EMILIA GONCALVES DE RUEDA OAB - PE23748-O (ADVOGADO(A))
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))
JOSE ARMANDO DA GLORIA BATISTA OAB - SP41775-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ PJE n° 1004154-11.2018.8.11.0041 DESPACHO Visando ao saneamento e ao encaminhamento da instrução do feito, em atendimento ao disposto nos arts. 9º e 10 do CPC, ao Princípio da não-surpresa e da colaboração instruídos pela lei adjetiva, intimem-se as partes para, em 15 (quinze) dias: a) Especificarem que provas pretendem produzir, em 15 (quinze), estabelecendo relação clara e direta entre a prova pretendida e a questão de fato exposta na lide e que com a prova pretende atestar, de sorte a justificar sua adequação e pertinência (art. 357, II, CPC); b) Caso a prova pretendida pela parte não possa por ela mesma ser produzida, articularem coerente e juridicamente o motivo da impossibilidade, bem assim a razão pela qual deve a parte adversa produzir a prova, de forma a convencer o juízo pela necessidade de inversão do ônus (art. 357, III, do CPC); c) Após cotejo da inicial, contestação, réplica e elementos documentais porventura já acostados ao feito, verificando se há matérias admitidas ou não impugnadas, indicarem que questões de direito entendem ainda controvertidas e relevantes para influenciar a decisão de mérito (art. 357, IV, do CPC). Cumpra-se. Cuiabá/MT, 13 de dezembro de 2019. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1015025-03.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ERICA LETICIA BIGATON (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SAULO DALTRO MOREIRA SILVA OAB - MT10208-O (ADVOGADO(A))
Lemir Feguri OAB - MT10335-N (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ PJE n° 1015025-03.2018.8.11.0041 DESPACHO Visando ao saneamento e ao encaminhamento da instrução do feito, em atendimento ao disposto nos arts. 9º e 10 do CPC, ao Princípio da não-surpresa e da colaboração instruídos pela lei adjetiva, intimem-se as partes para, em 15 (quinze) dias: a) Especificarem que provas pretendem produzir, em 15 (quinze), estabelecendo relação clara e direta entre a prova pretendida e a questão de fato exposta na lide e que com a prova pretende atestar, de sorte a justificar sua adequação e pertinência (art. 357, II, CPC); b) Caso a prova pretendida pela parte não possa por ela mesma ser produzida, articularem coerente e juridicamente o motivo da impossibilidade, bem assim a razão pela qual deve a parte adversa produzir a prova, de forma a convencer o juízo pela necessidade de inversão do ônus (art. 357, III, do CPC); c) Após cotejo da inicial, contestação, réplica e elementos documentais porventura já acostados ao feito, verificando se há matérias admitidas ou não impugnadas, indicarem que questões de direito entendem ainda controvertidas e relevantes para influenciar a decisão de mérito (art. 357, IV, do CPC). Cumpra-se. Cuiabá/MT, 13 de dezembro de 2019. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-120 LIQUIDAÇÃO POR ARBITRAMENTO
Processo Número: 1014569-19.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
A. N. P. D. O. (REQUERENTE)
RODRIGO PEREIRA COSTA (REQUERENTE)
APARECIDO FIGUEIRA COSTA (REQUERENTE)
ALEXIA PEREIRA COSTA (REQUERENTE)
NATHALLY AYGLA PEREIRA TRINDADE (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KAMILA RODRIGUES BRAGA OAB - MT16438-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JAMES MATTHEW MERRILL (REQUERIDO)
CARLOS NATANIEL WANZELER (REQUERIDO)
YMPACTUS COMERCIAL S/A (REQUERIDO)
CARLOS ROBERTO COSTA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n° 1014569-19.2019.8.11.0041 Vistos e etc. Cite-se nos endereços informado na petição de ID 19637384. Cuiabá/MT, 10 de dezembro de 2019. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1036316-93.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JAILSON VIEIRA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SILBENIA CALDAS ABREU OAB - MT13337-O (ADVOGADO(A))
LUCIANE BORDIGNON DA SILVA OAB - MT13282-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BRADESCO SEGUROS S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DANIELA CRISTINA VAZ PATINI OAB - MT11660-O (ADVOGADO(A))

Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ PJE n° 1036316-93.2017.8.11.0041 DESPACHO Visando ao saneamento e ao encaminhamento da instrução do feito, em atendimento ao disposto nos arts. 9º e 10 do CPC, ao Princípio da não-surpresa e da colaboração instruídos pela lei adjetiva, intimem-se as partes para, em 15 (quinze) dias: a) Especificarem que provas pretendem produzir, em 15 (quinze), estabelecendo relação clara e direta entre a prova pretendida e a questão de fato exposta na lide e que com a prova pretende atestar, de sorte a justificar sua adequação e pertinência (art. 357, II, CPC); b) Caso a prova pretendida pela parte não possa por ela mesma ser produzida, articularem coerente e juridicamente o motivo da impossibilidade, bem assim a razão pela qual deve a parte adversa produzir a prova, de forma a convencer o juízo pela necessidade de inversão do ônus (art. 357, III, do CPC); c) Após cotejo da inicial, contestação, réplica e elementos documentais porventura já acostados ao feito, verificando se há matérias admitidas ou não impugnadas, indicarem que questões de direito entendem ainda controvertidas e relevantes para influenciar a decisão de mérito (art. 357, IV, do CPC). Cumpra-se. Cuiabá/MT, 10 de dezembro de 2019. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1031986-19.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
VALDIVINO ALVES DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
JUSCILENY SIQUEIRA CAMPOS OAB - MT6404-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
Ozana Baptista Gusmão OAB - MT4062-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ PJE n° 1031986-19.2018.8.11.0041 DESPACHO Visando ao saneamento e ao encaminhamento da instrução do feito, em atendimento ao disposto nos arts. 9º e 10 do CPC, ao Princípio da não-surpresa e da colaboração instruídos pela lei adjetiva, intimem-se as partes para, em 15 (quinze) dias: a) Especificarem que provas pretendem produzir, em 15 (quinze), estabelecendo relação clara e direta entre a prova pretendida e a questão de fato exposta na lide e que com a prova pretende atestar, de sorte a justificar sua adequação e pertinência (art. 357, II, CPC); b) Caso a prova pretendida pela parte não possa por ela mesma ser produzida, articularem coerente e juridicamente o motivo da impossibilidade, bem assim a razão pela qual deve a parte adversa produzir a prova, de forma a convencer o juízo pela necessidade de inversão do ônus (art. 357, III, do CPC); c) Após cotejo da inicial, contestação, réplica e elementos documentais porventura já acostados ao feito, verificando se há matérias admitidas ou não impugnadas, indicarem que questões de direito entendem ainda controvertidas e relevantes para influenciar a decisão de mérito (art. 357, IV, do CPC). Cumpra-se. Cuiabá/MT, 11 de dezembro de 2019. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1034302-05.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
FRANCIMAR FEITOSA DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
VICTOR HUGO VIDOTTI OAB - MT11439-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ PJE n° 1034302-05.2018.8.11.0041 DESPACHO Visando ao saneamento e ao encaminhamento da instrução do feito, em atendimento ao disposto nos arts. 9º e 10 do CPC, ao Princípio da não-surpresa e da colaboração instruídos pela lei adjetiva, intimem-se as partes para, em 15 (quinze) dias: a) Especificarem que provas pretendem produzir, em 15 (quinze), estabelecendo relação clara e direta entre a prova pretendida e a questão de fato exposta na lide e que com a prova pretende atestar, de sorte a justificar sua adequação e pertinência (art. 357, II, CPC); b) Caso a prova pretendida pela parte não possa por ela mesma ser produzida, articularem coerente e juridicamente o motivo da impossibilidade, bem assim a razão pela qual deve a parte adversa produzir a prova, de forma a convencer o juízo pela necessidade de inversão do ônus (art. 357, III, do CPC); c) Após cotejo da inicial, contestação, réplica e elementos documentais porventura já acostados ao feito, verificando se há matérias admitidas ou não impugnadas, indicarem que questões de direito entendem ainda controvertidas e relevantes para influenciar a decisão de mérito (art. 357, IV, do CPC). Cumpra-se. Cuiabá/MT, 11 de dezembro de 2019. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1044039-32.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
IZABEL DE FATIMA VIEIRA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
DIOGO DE OLIVEIRA DA CRUZ OAB - MT16377-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
Ozana Baptista Gusmão OAB - MT4062-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ PJE n° 1044039-32.2018.8.11.0041 DESPACHO Visando ao saneamento e ao encaminhamento da instrução do feito, em atendimento ao disposto nos arts. 9º e 10 do CPC, ao Princípio da não-surpresa e da colaboração instruídos pela lei adjetiva, intimem-se as partes para, em 15 (quinze) dias: a) Especificarem que provas pretendem produzir, em 15 (quinze), estabelecendo relação clara e direta entre a prova pretendida e a questão de fato exposta na lide e que com a prova pretende atestar, de sorte a justificar sua adequação e pertinência (art. 357, II, CPC); b) Caso a prova pretendida pela parte não possa por ela mesma ser produzida, articularem coerente e juridicamente o motivo da impossibilidade, bem assim a razão pela qual deve a parte adversa produzir a prova, de forma a convencer o juízo pela necessidade de inversão do ônus (art. 357, III, do CPC); c) Após cotejo da inicial, contestação, réplica e elementos documentais porventura já acostados ao feito, verificando se há matérias admitidas ou não impugnadas, indicarem que questões de direito entendem ainda controvertidas e relevantes para influenciar a decisão de mérito (art. 357, IV, do CPC). Cumpra-se. Cuiabá/MT, 11 de dezembro de 2019. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1038945-06.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
WILSON RODRIGUES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ROBINSON HENRIQUE PEREGO OAB - MT18498-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
UNIMED VALE DO SEPOTUBA - COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FRANCISMAR SANCHES LOPES OAB - MT0001708A-B (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ PJE n° 1038945-06.2018.8.11.0041 DESPACHO Visando ao saneamento e ao encaminhamento da instrução do feito, em atendimento ao disposto nos arts. 9º e 10 do CPC, ao Princípio da não-surpresa e da colaboração instruídos pela lei adjetiva, intimem-se as partes para, em 15 (quinze) dias: a) Especificarem que provas pretendem produzir, em 15 (quinze), estabelecendo relação clara e direta entre a prova pretendida e a questão de fato exposta na lide e que com a prova pretende atestar, de sorte a justificar sua adequação e pertinência (art. 357, II, CPC); b) Caso a prova pretendida pela parte não possa por ela mesma ser produzida,

articularem coerente e juridicamente o motivo da impossibilidade, bem assim a razão pela qual deve a parte adversa produzir a prova, de forma a convencer o juízo pela necessidade de inversão do ônus (art. 357, III, do CPC); c) Após cotejo da inicial, contestação, réplica e elementos documentais porventura já acostados ao feito, verificando se há matérias admitidas ou não impugnadas, indicarem que questões de direito entendem ainda controvertidas e relevantes para influenciar a decisão de mérito (art. 357, IV, do CPC). Cumpra-se. Cuiabá/MT, 11 de dezembro de 2019. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1018125-29.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
GIULIANO RAMPASSI SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
AKIO GUSTAVO MALUF SASAKI OAB - SP422389 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
UNIMED CUIABA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO (RÉU)
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ PJE n° 1018125-29.2019.8.11.0041 DESPACHO Visando ao saneamento e ao encaminhamento da instrução do feito, em atendimento ao disposto nos arts. 9º e 10 do CPC, ao Princípio da não-surpresa e da colaboração instruídos pela lei adjetiva, intimem-se as partes para, em 15 (quinze) dias: a) Especificarem que provas pretendem produzir, em 15 (quinze), estabelecendo relação clara e direta entre a prova pretendida e a questão de fato exposta na lide e que com a prova pretende atestar, de sorte a justificar sua adequação e pertinência (art. 357, II, CPC); b) Caso a prova pretendida pela parte não possa por ela mesma ser produzida, articularem coerente e juridicamente o motivo da impossibilidade, bem assim a razão pela qual deve a parte adversa produzir a prova, de forma a convencer o juízo pela necessidade de inversão do ônus (art. 357, III, do CPC); c) Após cotejo da inicial, contestação, réplica e elementos documentais porventura já acostados ao feito, verificando se há matérias admitidas ou não impugnadas, indicarem que questões de direito entendem ainda controvertidas e relevantes para influenciar a decisão de mérito (art. 357, IV, do CPC). Cumpra-se. Cuiabá/MT, 11 de dezembro de 2019. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1017626-45.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
IZAIAS GOMES DE SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JULIO CESAR DE CARVALHO JUNIOR OAB - MT10032-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n° 1017626-45.2019.8.11.0041 Vistos . Trata-se de cumprimento de sentença requerido por IZAIAS GOMES DE SOUZA em face de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS. Assim, promovam-se as devidas anotações no sistema. Intimem-se os devedores, através de seus patronos, para cumprimento da obrigação, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 513, § 2º do NCPC), efetuando o pagamento do valor indicado no demonstrativo discriminado e atualizado do crédito. Não ocorrendo o pagamento no mesmo prazo, o débito será acrescido de multa de 10% e também de honorários advocatícios de 10%, de acordo com o § 1º do art. 523 do NCPC. Em caso de pagamento parcial a multa e honorários recairá somente sobre o saldo remanescente (art. 523, § 2º o do NCPC). Por fim, se os devedores não efetuarem tempestivamente o pagamento voluntário, expeça-se mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação, como impõe o § 3º do art. 523 do NCPC. Deverá constar no mandado de intimação que, decorrido o prazo sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que os executados, independente de penhora ou nova intimação, apresentem querendo, sua impugnação nos próprios autos, na forma prevista no art. 525 do NCPC. Decorrido o prazo sem comprovação do pagamento voluntário do débito, e caso haja pedido de bloqueio de valores por meio do sistema Bacenjud, apresente o exequente planilha atualizada, devendo incluir multa e os honorários acima arbitrados, no prazo de 05 (cinco) dias. Cumpra-se expedindo o necessário. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1004075-32.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
GESSYKELLE DA SILVA JESUS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE ANTONIO SALDANHA POMPEU CARDOSO OAB - MT21046-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
COMATI COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ PJE n° 1004075-32.2018.8.11.0041 DESPACHO Defiro os benefícios da assistência judiciária gratuita, nos termos do art. 98 do CPC. Designo audiência de conciliação para o dia: 24/04/2020 Sala: Conciliação 9 Horário: 11:30 , que será realizada na Central de 1º Grau de Conciliação e Mediação da Comarca de Cuiabá, localizada no Fórum Desembargador José Vidal, sito na rua Desembargador Milton Figueiredo Mendes, s/n, Setor D, Centro Político Administrativo. Intime-se a parte autora para audiência de conciliação, na pessoa de seu advogado, nos termos do art. 334, § 3º do CPC. Cite-se e intime-se a(o) ré(u) para audiência de conciliação, respeitando a antecedência legal mínima de 20 (vinte) dias, prevista no art. 334 caput do CPC. Ficam as partes cientes de que o comparecimento acompanhado de advogado é obrigatório e que a ausência injustificada caracteriza ato atentatório à dignidade da justiça a ser sancionado com multa prevista no art. 334, § 8º do CPC. As partes, no entanto, podem constituir representantes por meio de procuração especifica, com poderes para negociar e transigir, conforme dispõe o art. 334, § 10 do CPC. Não havendo autocomposição, o prazo para contestação será de 15 (quinze) dias, iniciando-se a partir da audiência de conciliação, nos termos do art. 335, I do CPC. A ausência de apresentação da peça contestatória acarretará na revelia da parte ré, presumindo-se, neste caso, verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora. Decorrido o prazo para apresentação da contestação, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, impugnar a contestação. Intimem-se todos. Cuiabá/MT, 10 de dezembro de 2019 Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1002200-27.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
HELDER MASSAAKI KANAMARU OAB - SP111887 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (RÉU)
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ PJE n° 1002200-27.2018.8.11.0041 DESPACHO Designo audiência de conciliação para o dia: 13/04/2020 Sala: Conciliação 5 Horário: 08:00, que será realizada na Central de 1º Grau de Conciliação e Mediação da Comarca de Cuiabá, localizada no Fórum Desembargador José Vidal, sito na rua Desembargador Milton Figueiredo Mendes, s/n, Setor D, Centro Político Administrativo. Intime-se a parte autora para audiência de conciliação, na pessoa de seu advogado, nos termos do art. 334, § 3º do CPC. Cite-se e intime-se a(o) ré(u) para audiência de conciliação, respeitando a antecedência legal mínima de 20 (vinte) dias, prevista no art. 334 caput do CPC. Ficam as partes cientes de que o comparecimento acompanhado de advogado é obrigatório e que a ausência injustificada caracteriza ato atentatório à dignidade da justiça a ser sancionado com multa prevista no art. 334, § 8º do CPC. As partes, no entanto, podem constituir representantes por meio de procuração especifica, com poderes

para negociar e transigir, conforme dispõe o art. 334, § 10 do CPC. Não havendo autocomposição, o prazo para contestação será de 15 (quinze) dias, iniciando-se a partir da audiência de conciliação, nos termos do art. 335, I do CPC. A ausência de apresentação da peça contestatória acarretará na revelia da parte ré, presumindo-se, neste caso, verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora. Decorrido o prazo para apresentação da contestação, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, impugnar a contestação. Intimem-se todos. Cuiabá/MT, 10 de dezembro de 2019 Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1011567-12.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ORADES FILHO DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
GERALDO CARLOS DE OLIVEIRA OAB - MT4032-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MIDWAY S.A.- CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO (RÉU)
LOJAS RIACHUELO SA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n° 1011567-12.2017.8.11.0041 Vistos e etc. Diante do teor da petição de ID 25781472, intime-se a parte autora pessoalmente para constituir novo patrono, no prazo de quinze dias. Após, concluso para análise. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1038172-92.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
WEIHRICH E BRUSAMARELLO LTDA - EPP (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EVELYN LURI ADACHI OAB - MT19666/O (ADVOGADO(A))
ALAN HENRIQUE WEIHRICH OAB - MT20155/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MCA ENERGIA E BARRAGEM LTDA - ME (EXECUTADO)
TRES IRMAOS ENGENHARIA LTDA (EXECUTADO)
FRATELLO ENGENHARIA LTDA (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RONDES MENDONCA TRINDADE OAB - MT0019670A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n° 1038172-92.2017.8.11.0041 Vistos e etc. Defiro o pedido de ID 19715522. Cite-se o executado no novo endereço informado. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-120 LIQUIDAÇÃO POR ARBITRAMENTO
Processo Número: 1000036-26.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CRISTIANA CYNTIA RIBEIRO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NILTON LUIS FERREIRA DA SILVA OAB - MT4811-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n° 1000036-26.2017.8.11.0041 Vistos e etc. Defiro pedido de ID 11113573, cite-se no endereço informado. Cuiabá/MT, 11 de dezembro de 2019. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1012751-03.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
OURO VERDE PRODUCAO AGRICOLA LTDA (REQUERENTE)
VIANA ALIMENTOS LTDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RICARDO BATISTA DAMASIO OAB - MT7222-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Banco Safra S-A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ROBERTO DE SOUZA MOSCOSO OAB - DF18116-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ PJE n° 1012751-03.2017.8.11.0041 DESPACHO Visando ao saneamento e ao encaminhamento da instrução do feito, em atendimento ao disposto nos arts. 9º e 10 do CPC, ao Princípio da não-surpresa e da colaboração instruídos pela lei adjetiva, intimem-se as partes para, em 15 (quinze) dias: a) Especificarem que provas pretendem produzir, em 15 (quinze), estabelecendo relação clara e direta entre a prova pretendida e a questão de fato exposta na lide e que com a prova pretende atestar, de sorte a justificar sua adequação e pertinência (art. 357, II, CPC); b) Caso a prova pretendida pela parte não possa por ela mesma ser produzida, articularem coerente e juridicamente o motivo da impossibilidade, bem assim a razão pela qual deve a parte adversa produzir a prova, de forma a convencer o juízo pela necessidade de inversão do ônus (art. 357, III, do CPC); c) Após cotejo da inicial, contestação, réplica e elementos documentais porventura já acostados ao feito, verificando se há matérias admitidas ou não impugnadas, indicarem que questões de direito entendem ainda controvertidas e relevantes para influenciar a decisão de mérito (art. 357, IV, do CPC). Cumpra-se. Cuiabá/MT, 11 de dezembro de 2019. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-62 MONITÓRIA
Processo Número: 1033532-46.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LAPIDACAO BRASIL OESTE LTDA - EPP (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
WLADIA BULHOES PERRUPATO GUIZORDI OAB - MT14557-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JOAO RICARDO BORGES CARDOSO (RÉU)
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n° 1033532-46.2017.8.11.0041 Vistos e etc. Defiro o pedido de ID 13939005, cite-se como requerido. Cuiabá/MT, 11 de dezembro de 2019. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1021196-44.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ROSIMAR AMORIM YOSHIMURA (AUTOR(A))
LUIZ FUTOSHI YOSHIMURA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ROBERTO CAVALCANTI BATISTA OAB - MT5868-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GIRAMUNDO COMERCIO E TRANSPORTES LTDA - ME (RÉU)
TRANSAVANTE TRANSPORTADORA AVANTE LTDA (RÉU)
ANA FLAVIA PIENIZ PAWLINA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
RAFAEL BOQUE DA SILVA OAB - MT0013386A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ PJE n° 1021196-44.2016.8.11.0041 DESPACHO Visando ao saneamento e ao encaminhamento da instrução do feito, em atendimento ao disposto nos arts. 9º e 10 do CPC, ao Princípio da não-surpresa e da colaboração instruídos pela lei adjetiva, intimem-se as partes para, em 15 (quinze) dias: a) Especificarem que provas pretendem produzir, em 15 (quinze), estabelecendo relação clara e direta entre a prova pretendida e a questão de fato exposta na lide e que com a prova pretende atestar, de sorte a justificar sua adequação e pertinência (art. 357, II, CPC); b) Caso a prova pretendida pela parte não possa por ela mesma ser produzida, articularem coerente e juridicamente o motivo da impossibilidade, bem assim a razão pela qual deve a parte adversa produzir a prova, de forma

a convencer o juízo pela necessidade de inversão do ônus (art. 357, III, do CPC); c) Após cotejo da inicial, contestação, réplica e elementos documentais porventura já acostados ao feito, verificando se há matérias admitidas ou não impugnadas, indicarem que questões de direito entendem ainda controvertidas e relevantes para influenciar a decisão de mérito (art. 357, IV, do CPC). Cumpra-se. Cuiabá/MT, 11 de dezembro de 2019. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-62 MONITÓRIA
Processo Número: 1022578-72.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
SEBASTIAO DAVID REINALDO ROSA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
GERSON LEVY RABONE PALMA OAB - MT18609/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SEBASTIAO DO ESPIRITO SANTO DE AGUIAR (RÉU)
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Intime-se o exequente para, em 05 (cinco) dias, se manifestar sobre a petição de ID. 27369545. Após, conclusos. Cuiabá, 13 de dezembro de 2019. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1012854-39.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JOAO CARLOS VIEIRA DO NASCIMENTO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Vistos e etc. O Agravo de Instrumento interposto pela ré teve o seu efeito suspensivo negado. Assim, intime-se o autor para que, querendo, apresente impugnação à contestação, no prazo de 15 (quinze) dias. Cuiabá, 13 de dezembro de 2019. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1031503-52.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BENEDITO RODRIGUES DE CAMPOS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
LIONAY LOPES FIGUEIREDO OAB - MT21323-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (RÉU)
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ PJE n° 1031503-52.2019.8.11.0041 DESPACHO Cite-se e intime-se a(o) ré(u) para responder a ação e manifestar sobre a avaliação médica de ID 24295201, no prazo de 15 (quinze) dias. Após, intime-se o autor para, querendo, impugnar a contestação. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1059399-70.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ROSICLEIA APARECIDA CAMPOS OLIVEIRA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
FLAVIO LUCAS DI PIETRO MAIDANA OAB - MT23541/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ PJE n° 1059399-70.2019.8.11.0041 DESPACHO Defiro os benefícios da assistência judiciária gratuita, nos termos do art. 98 do CPC. Designo audiência de conciliação para o dia: 27/05/2020 Sala: Conciliação 10 Horário: 09:45, que será realizada na Central de 1º Grau de Conciliação e Mediação da Comarca de Cuiabá, localizada no Fórum Desembargador José Vidal, sito na rua Desembargador Milton Figueiredo Mendes, s/n, Setor D, Centro Político Administrativo. Intime-se a parte autora para audiência de conciliação, na pessoa de seu advogado, nos termos do art. 334, § 3º do CPC. Cite-se e intime-se a(o) ré(u) para audiência de conciliação, respeitando a antecedência legal mínima de 20 (vinte) dias, prevista no art. 334 caput do CPC. Ficam as partes cientes de que o comparecimento acompanhado de advogado é obrigatório e que a ausência injustificada caracteriza ato atentatório à dignidade da justiça a ser sancionado com multa prevista no art. 334, § 8º do CPC. As partes, no entanto, podem constituir representantes por meio de procuração especifica, com poderes para negociar e transigir, conforme dispõe o art. 334, § 10 do CPC. Não havendo autocomposição, o prazo para contestação será de 15 (quinze) dias, iniciando-se a partir da audiência de conciliação, nos termos do art. 335, I do CPC. A ausência de apresentação da peça contestatória acarretará na revelia da parte ré, presumindo-se, neste caso, verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora. Decorrido o prazo para apresentação da contestação, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, impugnar a contestação. Na sequência, intimem-se as partes para se manifestarem sobre a avaliação médica realizada pela Central de Conciliação e seu aproveitamento no julgamento deste processo. Intimem-se todos. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1059428-23.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ADRIANA APARECIDA DE SOUZA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
VICTOR HUGO VIDOTTI OAB - MT11439-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SEGURADORA LÍDER (RÉU)
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n° 1059428-23.2019.8.11.0041 DESPACHO Trata-se de ação de cobrança de seguro obrigatório DPVAT em que a parte autora informa que a seguradora ré está impondo obstáculos ao protocolo do prévio requerimento administrativo. Assim, verifico o interesse da prestação jurisdicional. Defiro os benefícios da assistência judiciária gratuita, nos termos do art. 98 do CPC. Designo audiência de conciliação para o dia: 27/05/2020 Sala: Conciliação 10 Horário: 10:00, que será realizada na Central de 1º Grau de Conciliação e Mediação da Comarca de Cuiabá, localizada no Fórum Desembargador José Vidal, sito na rua Desembargador Milton Figueiredo Mendes, s/n, Setor D, Centro Político Administrativo. Intime-se a parte autora para audiência de conciliação, na pessoa de seu advogado, nos termos do art. 334, § 3º do CPC. Cite-se e intime-se a(o) ré(u) para audiência de conciliação, respeitando a antecedência legal mínima de 20 (vinte) dias, prevista no art. 334 caput do CPC. Ficam as partes cientes de que o comparecimento acompanhado de advogado é obrigatório e que a ausência injustificada caracteriza ato atentatório à dignidade da justiça a ser sancionado com multa prevista no art. 334, § 8º do CPC. As partes, no entanto, podem constituir representantes por meio de procuração especifica, com poderes para negociar e transigir, conforme dispõe o art. 334, § 10 do CPC. Não havendo autocomposição, o prazo para contestação será de 15 (quinze) dias, iniciando-se a partir da audiência de conciliação, nos termos do art. 335, I do CPC. A ausência de apresentação da peça contestatória acarretará na revelia da parte ré, presumindo-se, neste caso, verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora. Decorrido o prazo para apresentação da contestação, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, impugnar a contestação. Na sequência, intimem-se as partes para se manifestarem sobre a avaliação médica realizada pela Central de Conciliação e seu aproveitamento no julgamento deste processo. Intimem-se todos. Cuiabá/MT, data registrada no sistema.

Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1059387-56.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE FERREIRA ROCHA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ALBERTO PELISSARI CATANANTE OAB - MT17531-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n° 1059387-56.2019.8.11.0041 DESPACHO Trata-se de ação de cobrança de seguro obrigatório DPVAT em que a parte autora informa que a seguradora ré está impondo obstáculos ao protocolo do prévio requerimento administrativo. Assim, verifico o interesse da prestação jurisdicional. Defiro os benefícios da assistência judiciária gratuita, nos termos do art. 98 do CPC. Designo audiência de conciliação para o dia: 27/05/2020 Sala: Conciliação 10 Horário: 09:00, que será realizada na Central de 1º Grau de Conciliação e Mediação da Comarca de Cuiabá, localizada no Fórum Desembargador José Vidal, sito na rua Desembargador Milton Figueiredo Mendes, s/n, Setor D, Centro Político Administrativo. Intime-se a parte autora para audiência de conciliação, na pessoa de seu advogado, nos termos do art. 334, § 3º do CPC. Cite-se e intime-se a(o) ré(u) para audiência de conciliação, respeitando a antecedência legal mínima de 20 (vinte) dias, prevista no art. 334 caput do CPC. Ficam as partes cientes de que o comparecimento acompanhado de advogado é obrigatório e que a ausência injustificada caracteriza ato atentatório à dignidade da justiça a ser sancionado com multa prevista no art. 334, § 8º do CPC. As partes, no entanto, podem constituir representantes por meio de procuração especifica, com poderes para negociar e transigir, conforme dispõe o art. 334, § 10 do CPC. Não havendo autocomposição, o prazo para contestação será de 15 (quinze) dias, iniciando-se a partir da audiência de conciliação, nos termos do art. 335, I do CPC. A ausência de apresentação da peça contestatória acarretará na revelia da parte ré, presumindo-se, neste caso, verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora. Decorrido o prazo para apresentação da contestação, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, impugnar a contestação. Na sequência, intimem-se as partes para se manifestarem sobre a avaliação médica realizada pela Central de Conciliação e seu aproveitamento no julgamento deste processo. Intimem-se todos. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Expediente

Intimação das Partes
JUIZ(A): Ana Paula da V. Carlota Miranda
Cod. Proc.: 728098 Nr: 24008-52.2011.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: NORTE BRASIL TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A
PARTE(S) REQUERIDA(S): OSVALDO TETSUO TAMURA, MEIRI NAKAZORA TAMURA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: PAULO VINICIUS SILVA GORAIB - OAB:158.029/SP, RICARDO MARTINEZ - OAB:149.028/SP
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ADEMAR COELHO DA SILVA - OAB:14.948/MT, HÉLIO NISHIYAMA - OAB:OAB/MT 12.919, JOSÉ MARCIO DE OLIVEIRA - OAB:14.247
Diante da entrega do laudo pericial, defiro o levantamento dos honorários periciais.
Expeça-se alvará em favor do perito, como requerido à p. 352.
Intimem-se os réus para se manifestarem sobre a petição e documentos de p. 365/370, em 10 (dez) dias.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 954095 Nr: 2111-26.2015.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: WHELITON VITAL DE SOUZA
PARTE(S) REQUERIDA(S): BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CAROLINE ARENHARDT DE MORAES - OAB:22563/O, LICINIO VIEIRA DE ALMEIDA JUNIOR - OAB:16.625-O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DENNER B. MASCARENHAS BARBOSA - OAB:13.245-A
Certifico que, realizei buscas no sistema CNA OAB e verifiquei que a OAB do advogado Licinio Vieira de Almeira Junior encontra-se regular, conforme documento em anexo. Sendo assim, nos termos do artigo 482, VI da CNGC, impulsiono este feito e encaminho intimação à parte Autora, para dar o devido prosseguimento ao feito, requerendo o que lhe é de direito, no prazo de 15(quinze)dias.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Ana Paula da V. Carlota Miranda
Cod. Proc.: 895862 Nr: 26985-12.2014.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: JEFERSON RODRIGO DE ARRUDA
PARTE(S) REQUERIDA(S): BANCO FIAT S/A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ANTONIO MONREAL ROSADO - OAB:2.883-A/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO - OAB:OAB/MT 14992-A
Vistos etc.
Intime-se o requerente para que se manifeste acerca do pagamento da condenação de p. 162/164, em 15 (quinze) dias.
Após, concluso.
Cuiabá, 12 de dezembro de 2019.
Ana Paula da Veiga Carlota Miranda
Juíza de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 964823 Nr: 6872-03.2015.811.0041
AÇÃO: Embargos à Execução->Embargos->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: COOALESTE - COOPERATIVA AGRÍCOLA DOS PRODUTORES RURAIS DA REGIÃO SUL DO MATO GROSSO, MAURO JUNIOR DEFENTE
PARTE(S) REQUERIDA(S): CALDEIRA E AMORIM FERREIRA LTDA - EPP
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JAIRO FUNKE - OAB:OAB/MT 9.645
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ELSON DUQUES DOS SANTOS - OAB:14.234 / MT, JOSE RENATO DE FRANÇA - OAB:16096-O/MT, VALÉRIA CASTILHO MUNHOZ VIVAN - OAB:5.956/MT
Nos termos do artigo 482, VI da CNGC, impulsiono este feito e encaminho intimação à embargante para apresentar manifestação referente às fls.119/121, no prazo de cinco dias.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Ana Paula da V. Carlota Miranda
Cod. Proc.: 935605 Nr: 52371-44.2014.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ANDREIA SILVA DE PÁDUA, ANTONIO CARLOS AUGUSTO DA SILVA, JOSÉ ADRIANO SILVA DE PÁDUA, SÔNIA MARIA AUGUSTO DA SILVA FIGUEIREDO
PARTE(S) REQUERIDA(S): TISSALEIA LTDA - ME
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: RICARDO FERREIRA DE ANDRADE - OAB:OAB/MT 9764-A, THIAGO OLIVEIRA AMADO - OAB:11.506/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: LUIZ AUGUSTO ARRUDA CUSTODIO - OAB:11.997/MT
Vistos.
Trata-se de cumprimento de sentença movido por Andreia Silva de Pádua em desfavor de Tissaleia LTDA - ME. Assim, promovam-se as devidas alterações no Sistema Apolo e capa dos autos.
Intime-se o devedor, através de seus patronos, para cumprimento da obrigação, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 513, § 2º do CPC), efetuando o pagamento do valor indicado no demonstrativo discriminado e atualizado do crédito.

Na hipótese de o devedor ser representada pela Defensoria Pública ou quando não tiverem procuradores constituídos nos autos, ressalvando a possibilidade do inciso IV do art. 513 do CPC, a intimação para cumprimento da sentença deverá ser realizada por carta com aviso de recebimento, no prazo de 15 (quinze) dias.
A intimação do devedor somente será realizada por edital, quando, citados na forma do art. 256 do CPC e tiverem sido revéis na fase de conhecimento.
Não ocorrendo o pagamento no mesmo prazo, o débito será acrescido de multa de 10% e também de honorários advocatícios de 10%, de acordo com o § 1º do art. 523 do CPC.
Em caso de pagamento parcial a multa e honorários recairá somente sobre o saldo remanescente (art. 523, § 2º o do CPC).
Por fim, se o devedor não efetuar tempestivamente o pagamento voluntário, expeça-se mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação, como impõe o § 3º do art. 523 do CPC.
Deverá constar no mandado de intimação que, decorrido o prazo sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independente de penhora ou nova intimação, apresentem querendo, sua impugnação nos próprios autos, na forma prevista no art. 525 do CPC.
Cumpra-se expedindo o necessário.
Cuiabá, 12 de dezembro de 2019.
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA
Juíza de Direito

Intimação das Partes
JUIZ(A): Ana Paula da V. Carlota Miranda
Cod. Proc.: 847483 Nr: 50986-95.2013.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MCMDSC, IDALINA MESSIAS DA SILVA
PARTE(S) REQUERIDA(S): BANCO DO BRASIL S.A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO - OAB:NUCLEO CONS., DEFENSORIA DO ESTADO DE MATO GROSSO - OAB:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: RAFAEL SGANZERLA DURAND - OAB:12.208-A OAB/MT
Vistos.
Trata-se de cumprimento de sentença movido por Maria Clara Messias da Silva Candido em desfavor de Banco do Brasil S/A. Assim, promovam-se as devidas alterações no Sistema Apolo e capa dos autos.
Intime-se o devedor, através de seus patronos, para cumprimento da obrigação, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 513, § 2º do CPC), efetuando o pagamento do valor indicado no demonstrativo discriminado e atualizado do crédito.
Na hipótese de o devedor ser representada pela Defensoria Pública ou quando não tiverem procuradores constituídos nos autos, ressalvando a possibilidade do inciso IV do art. 513 do CPC, a intimação para cumprimento da sentença deverá ser realizada por carta com aviso de recebimento, no prazo de 15 (quinze) dias.
A intimação do devedor somente será realizada por edital, quando, citados na forma do art. 256 do CPC e tiverem sido revéis na fase de conhecimento.
Não ocorrendo o pagamento no mesmo prazo, o débito será acrescido de multa de 10% e também de honorários advocatícios de 10%, de acordo com o § 1º do art. 523 do CPC.
Em caso de pagamento parcial a multa e honorários recairá somente sobre o saldo remanescente (art. 523, § 2º o do CPC).
Por fim, se o devedor não efetuar tempestivamente o pagamento voluntário, expeça-se mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação, como impõe o § 3º do art. 523 do CPC.
Deverá constar no mandado de intimação que, decorrido o prazo sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independente de penhora ou nova intimação, apresentem querendo, sua impugnação nos próprios autos, na forma prevista no art. 525 do CPC.
Cumpra-se expedindo o necessário.
Cuiabá, 12 de dezembro de 2019.
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA
Juíza de Direito

Intimação das Partes
JUIZ(A): Ana Paula da V. Carlota Miranda
Cod. Proc.: 872056 Nr: 11093-63.2014.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ADRIANA DA SILVA RIBEIRO
PARTE(S) REQUERIDA(S): OI S/A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CARLOS EDUARDO DE MELO ROSA - OAB:10.097 / MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ALEXANDRE MIRANDA LIMA - OAB:OAB/MT 13241-A
Vistos e etc.
Considerando que presente feito encontrava-se em carga com a contadoria no período de 07/06/2019 a 15/08/2019, nos termos do art. 223, §2° do CPC, DEFIRO o pedido de devolução de prazo para a parte requerida, que deverá ser contado a partir da publicação da presente e/ou de sua ciência inequívoca.
Intime-se. Cumpra-se.
Cuiabá, 12 de dezembro de 2019.
Ana Paula da Veiga Carlota Miranda
Juíza de Direito

Intimação das Partes
JUIZ(A): Ana Paula da V. Carlota Miranda
Cod. Proc.: 1061918 Nr: 51829-89.2015.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MARIA ONICE DE OLIVEIRA
PARTE(S) REQUERIDA(S): LOSANGO PROMOÇÕES DE VENDAS LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: LUZIA EUTIMIA DO NASCIMENTO - OAB:17992/O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES - OAB:76.696
Vistos.
Trata-se de cumprimento de sentença movido por Maria Onice de Oliveira em desfavor de Losango Promoções de Vendas LTDA. Assim, promovam-se as devidas alterações no Sistema Apolo e capa dos autos.
Intime-se o devedor, através de seus patronos, para cumprimento da obrigação, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 513, § 2º do CPC), efetuando o pagamento do valor indicado no demonstrativo discriminado e atualizado do crédito.
Na hipótese de o devedor ser representada pela Defensoria Pública ou quando não tiverem procuradores constituídos nos autos, ressalvando a possibilidade do inciso IV do art. 513 do CPC, a intimação para cumprimento da sentença deverá ser realizada por carta com aviso de recebimento, no prazo de 15 (quinze) dias.
A intimação do devedor somente será realizada por edital, quando, citados na forma do art. 256 do CPC e tiverem sido revéis na fase de conhecimento.
Não ocorrendo o pagamento no mesmo prazo, o débito será acrescido de multa de 10% e também de honorários advocatícios de 10%, de acordo com o § 1º do art. 523 do CPC.
Em caso de pagamento parcial a multa e honorários recairá somente sobre o saldo remanescente (art. 523, § 2º o do CPC).
Por fim, se o devedor não efetuar tempestivamente o pagamento voluntário, expeça-se mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação, como impõe o § 3º do art. 523 do CPC.
Deverá constar no mandado de intimação que, decorrido o prazo sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independente de penhora ou nova intimação, apresentem querendo, sua impugnação nos próprios autos, na forma prevista no art. 525 do CPC.
Cumpra-se expedindo o necessário.
Cuiabá, 12 de dezembro de 2019.
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA
Juíza de Direito

Intimação das Partes
JUIZ(A): Ana Paula da V. Carlota Miranda
Cod. Proc.: 997493 Nr: 22397-25.2015.811.0041
AÇÃO: Cautelar Inominada->Processo Cautelar->PROCESSO CÍVEL E DO

TRABALHO
PARTE AUTORA: MISSÃO EVANGÉLICA LUZ DA VIDA
PARTE(S) REQUERIDA(S): HSBC BANK BRASIL S.A -BANCO MÚLTIPLO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: FERNANDA DELBIANCO DE ALMEIDA - OAB:19717/O, HILTON SANTOS SILVA - OAB:11.794/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES - OAB:OAB/MG - 76696, RODRIGO PAIVA DA SILVA - OAB:13750, VIVIAN LEÃO MACEDO - OAB:98867 OAB/MG
Vistos etc.
Intime-se a requerente para que se manifeste acerca do pagamento de p. 187/188, em 15 (quinze) dias.
Após, concluso.
Cuiabá, 12 de dezembro de 2019.
Ana Paula da Veiga Carlota Miranda
Juíza de Direito

Intimação das Partes
JUIZ(A): Ana Paula da V. Carlota Miranda
Cod. Proc.: 795526 Nr: 1861-61.2013.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: RIZZO COMÉRCIO DE MOTOS LTDA, RIZZO COMÉRCIO DE MOTOS LTDA, SILVONEI RODRIGUES DE MATOS
PARTE(S) REQUERIDA(S): UNIU CARDS ADMINISTRADORA E PROMORA DE CARTÕES LTDA, JACKSON LUCIO FIORINI, ALINE SAMPAIO DE MELO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: EDMAR J. RODRIGUES JUNIOR - OAB:7.044-B
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: CARLOS HENRIQUE BARBOSA - OAB:15.056/MT, CARLOS HENRIQUE BARBOSA - OAB:15056
Vistos.
Trata-se de cumprimento de sentença movido por UNIU Cards Administradora e Promotora de Cartões LTDA em desfavor de Rizzo Comércio de Motos LTDA e sua filial também denominada de Rizzo Comercio de Motos LTDA. Assim, promovam-se as devidas alterações no Sistema Apolo e capa dos autos.
Intime-se o devedor, através de seus patronos, para cumprimento da obrigação, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 513, § 2º do CPC), efetuando o pagamento do valor indicado no demonstrativo discriminado e atualizado do crédito.
Na hipótese de o devedor ser representada pela Defensoria Pública ou quando não tiverem procuradores constituídos nos autos, ressalvando a possibilidade do inciso IV do art. 513 do CPC, a intimação para cumprimento da sentença deverá ser realizada por carta com aviso de recebimento, no prazo de 15 (quinze) dias.
A intimação do devedor somente será realizada por edital, quando, citados na forma do art. 256 do CPC e tiverem sido revéis na fase de conhecimento.
Não ocorrendo o pagamento no mesmo prazo, o débito será acrescido de multa de 10% e também de honorários advocatícios de 10%, de acordo com o § 1º do art. 523 do CPC.
Em caso de pagamento parcial a multa e honorários recairá somente sobre o saldo remanescente (art. 523, § 2º o do CPC).
Por fim, se o devedor não efetuar tempestivamente o pagamento voluntário, expeça-se mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação, como impõe o § 3º do art. 523 do CPC.
Deverá constar no mandado de intimação que, decorrido o prazo sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independente de penhora ou nova intimação, apresentem querendo, sua impugnação nos próprios autos, na forma prevista no art. 525 do CPC.
Cumpra-se expedindo o necessário.
Cuiabá, 12 de dezembro de 2019.
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA
Juíza de Direito

Intimação das Partes
JUIZ(A): Ana Paula da V. Carlota Miranda
Cod. Proc.: 1083820 Nr: 3362-45.2016.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MARIA CERQUEIRA CALDAS MARTINS
PARTE(S) REQUERIDA(S): OI S/A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CLAUDISON RODRIGUES - OAB:9901/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DENNER B. MASCARENHAS BARBOSA - OAB:13.245-A
Vistos.
Trata-se de cumprimento de sentença movido por Maria Cerqueira Caldas Martins em desfavor de OI S/A. Assim, promovam-se as devidas alterações no Sistema Apolo e capa dos autos.
Intime-se o devedor, através de seus patronos, para cumprimento da obrigação, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 513, § 2º do CPC), efetuando o pagamento do valor indicado no demonstrativo discriminado e atualizado do crédito.
Na hipótese de o devedor ser representada pela Defensoria Pública ou quando não tiverem procuradores constituídos nos autos, ressalvando a possibilidade do inciso IV do art. 513 do CPC, a intimação para cumprimento da sentença deverá ser realizada por carta com aviso de recebimento, no prazo de 15 (quinze) dias.
A intimação do devedor somente será realizada por edital, quando, citados na forma do art. 256 do CPC e tiverem sido revéis na fase de conhecimento.
Não ocorrendo o pagamento no mesmo prazo, o débito será acrescido de multa de 10% e também de honorários advocatícios de 10%, de acordo com o § 1º do art. 523 do CPC.
Em caso de pagamento parcial a multa e honorários recairá somente sobre o saldo remanescente (art. 523, § 2º o do CPC).
Por fim, se o devedor não efetuar tempestivamente o pagamento voluntário, expeça-se mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação, como impõe o § 3º do art. 523 do CPC.
Deverá constar no mandado de intimação que, decorrido o prazo sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independente de penhora ou nova intimação, apresentem querendo, sua impugnação nos próprios autos, na forma prevista no art. 525 do CPC.
Cumpra-se expedindo o necessário.
Cuiabá, 12 de dezembro de 2019.
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA
Juíza de Direito

Intimação das Partes
JUIZ(A): Ana Paula da V. Carlota Miranda
Cod. Proc.: 946874 Nr: 58508-42.2014.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: D´ALUMÍNIO IND. COM. ALUMINIO LTDA, D´ALUMÍNIO IND. COM. ALUMINIO LTDA - ME, METÓDIO SENDESKI - ME, METODIO SENDESKI JUNIOR - ME, ANODIZADORA D´ALUMINIO LTDA
PARTE(S) REQUERIDA(S): SULAMERICA CIA NACIONAL SEGURO SAÚDE, ESPAÇO - CORRETORA ADMINISTRADORA VIDA SEGURA LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: FRANCISCO ANTUNES DO CARMO - OAB:4070/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - OAB:13245-A/MT, FABIO FERREIRA DA SILVA - OAB:OAB/MT 13.280
Vistos.
Trata-se de cumprimento de sentença movido por Espaço – Corretora Administradora Vida Segura LTDA em desfavor de D'Aluminio LTDA – ME, D'Aluminio IND. COM. Alumínio LTDA – Me e Comercio D'Aluminio LTDA – ME, Sedeski COM. De Aluminio e Ferragens LTDA e Metodio Sendeske Junior - ME. Assim, promovam-se as devidas alterações no Sistema Apolo e capa dos autos.
Intime-se o devedor, através de seus patronos, para cumprimento da obrigação, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 513, § 2º do CPC), efetuando o pagamento do valor indicado no demonstrativo discriminado e atualizado do crédito.
Na hipótese de o devedor ser representada pela Defensoria Pública ou quando não tiverem procuradores constituídos nos autos, ressalvando a possibilidade do inciso IV do art. 513 do CPC, a intimação para cumprimento da sentença deverá ser realizada por carta com aviso de recebimento, no prazo de 15 (quinze) dias.
A intimação do devedor somente será realizada por edital, quando, citados na forma do art. 256 do CPC e tiverem sido revéis na fase de conhecimento.

Não ocorrendo o pagamento no mesmo prazo, o débito será acrescido de multa de 10% e também de honorários advocatícios de 10%, de acordo com o § 1º do art. 523 do CPC.
Em caso de pagamento parcial a multa e honorários recairá somente sobre o saldo remanescente (art. 523, § 2º o do CPC).
Por fim, se o devedor não efetuar tempestivamente o pagamento voluntário, expeça-se mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação, como impõe o § 3º do art. 523 do CPC.
Deverá constar no mandado de intimação que, decorrido o prazo sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independente de penhora ou nova intimação, apresentem querendo, sua impugnação nos próprios autos, na forma prevista no art. 525 do CPC.
Cumpra-se expedindo o necessário.
Cuiabá, 12 de dezembro de 2019.
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA
Juíza de Direito

Intimação das Partes
JUIZ(A): Ana Paula da V. Carlota Miranda
Cod. Proc.: 467851 Nr: 34529-90.2010.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: JVP FACTORING FOMENTO MERCANTIL LTDA, JÂNIO VIEGAS DE PINHO, EDMILSON VASCONCELOS DE MORAES
PARTE(S) REQUERIDA(S): WALTER TRABACHIN
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: EDMILSON VASCONCELOS DE MORAES - OAB:8548
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: SIDNEI GUEDES FERREIRA - OAB:7900/MT
Vistos.
Pela petição de p. 250/527 o exequente noticia fraude a execução.
Assim, nos termos do art. 10 do CPC, intime-se a parte executada para se manifestar, em 15 dias.
De acordo com o §4º do art. 792 do CPC., intime-se o terceiro adquirente para, querendo, opor embargos de terceiro, em 15 dias.
Cabe ao exequente providenciar o necessário para a intimação do terceiro, trazendo aos autos o endereço e qualificação, em cinco dias.
Cumpra-se.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Ana Paula da V. Carlota Miranda
Cod. Proc.: 1020066 Nr: 31948-29.2015.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: RENATA DE FRANÇA OLIVEIRA, JUCINIRA CORREA DE FRANÇA
PARTE(S) REQUERIDA(S): GEAP AUTOGESTAO EM SAUDE
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JUCINIRA CORRÊA DE FRANÇA - OAB:13.859/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES - OAB:OAB/MT 11.065-A
Vistos.
Trata-se de cumprimento de sentença movido por Renata de França Oliveira em desfavor de Geap Autogestão Em Saude. Assim, promovam-se as devidas alterações no Sistema Apolo e capa dos autos.
Intime-se o devedor, através de seus patronos, para cumprimento da obrigação, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 513, § 2º do CPC), efetuando o pagamento do valor indicado no demonstrativo discriminado e atualizado do crédito.
Na hipótese de o devedor ser representada pela Defensoria Pública ou quando não tiverem procuradores constituídos nos autos, ressalvando a possibilidade do inciso IV do art. 513 do CPC, a intimação para cumprimento da sentença deverá ser realizada por carta com aviso de recebimento, no prazo de 15 (quinze) dias.
A intimação do devedor somente será realizada por edital, quando, citados na forma do art. 256 do CPC e tiverem sido revéis na fase de conhecimento.
Não ocorrendo o pagamento no mesmo prazo, o débito será acrescido de multa de 10% e também de honorários advocatícios de 10%, de acordo com o § 1º do art. 523 do CPC.
Em caso de pagamento parcial a multa e honorários recairá somente sobre o saldo remanescente (art. 523, § 2º o do CPC).
Por fim, se o devedor não efetuar tempestivamente o pagamento voluntário, expeça-se mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação, como impõe o § 3º do art. 523 do CPC.
Deverá constar no mandado de intimação que, decorrido o prazo sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independente de penhora ou nova intimação, apresentem querendo, sua impugnação nos próprios autos, na forma prevista no art. 525 do CPC.
Cumpra-se expedindo o necessário.
Cuiabá, 12 de dezembro de 2019.
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA
Juíza de Direito

Intimação das Partes
JUIZ(A): Ana Paula da V. Carlota Miranda
Cod. Proc.: 1017165 Nr: 30644-92.2015.811.0041
AÇÃO: Despejo->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: RAMIRO MITSUO YABUMOTO
PARTE(S) REQUERIDA(S): A. CARVALHO LIMA & CIA LTDA ME, VOLNEI JOSÉ KESTRING, ANA LUCIA DE CARVALHO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: PAULO RICARDO RODRIGUES - OAB:13503, VINICIUS EDUARDO LIMA PIRES DE MIRANDA - OAB:16708/O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: WALMIR CAVALHERI - OAB:2668-A MT
Vistos.
Trata-se de cumprimento de sentença movido por Ramiro Mitsuo Yabumoto em desfavor de A. Carvalho Lima & Cia LTDA ME, Volnei José Kestring e Ana Lucia de Carvalho. Assim, promovam-se as devidas alterações no Sistema Apolo e capa dos autos.
Intime-se o devedor, através de seus patronos, para cumprimento da obrigação, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 513, § 2º do CPC), efetuando o pagamento do valor indicado no demonstrativo discriminado e atualizado do crédito.
Na hipótese de o devedor ser representada pela Defensoria Pública ou quando não tiverem procuradores constituídos nos autos, ressalvando a possibilidade do inciso IV do art. 513 do CPC, a intimação para cumprimento da sentença deverá ser realizada por carta com aviso de recebimento, no prazo de 15 (quinze) dias.
A intimação do devedor somente será realizada por edital, quando, citados na forma do art. 256 do CPC e tiverem sido revéis na fase de conhecimento.
Não ocorrendo o pagamento no mesmo prazo, o débito será acrescido de multa de 10% e também de honorários advocatícios de 10%, de acordo com o § 1º do art. 523 do CPC.
Em caso de pagamento parcial a multa e honorários recairá somente sobre o saldo remanescente (art. 523, § 2º o do CPC).
Por fim, se o devedor não efetuar tempestivamente o pagamento voluntário, expeça-se mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação, como impõe o § 3º do art. 523 do CPC.
Deverá constar no mandado de intimação que, decorrido o prazo sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independente de penhora ou nova intimação, apresentem querendo, sua impugnação nos próprios autos, na forma prevista no art. 525 do CPC.
Cumpra-se expedindo o necessário.
Cuiabá, 12 de dezembro de 2019.
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA
Juíza de Direito

Intimação das Partes
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 854960 Nr: 57473-81.2013.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: SÓLIDA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA
PARTE(S) REQUERIDA(S): ROSELI APARECIDA CERQUEIR BERNARDES
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ANTONIO CARLOS TAVARES DE MELLO - OAB:MT 5.026

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ANTÔNIO JOÃO DE CARVALHO JÚNIOR - OAB:6.232/MT, JADERSON ROCHA REINALDO - OAB:24.389/MT

Nos termos do artigo 482, VI da CNGC, impulsiono este feito e encaminho intimação às partes para apresentarem manifestação referente ao retorno dos autos da Contadoria, no prazo de 15 (quinze) dias.

Izabel Yamamoto
Estagiária

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Ana Paula da V. Carlota Miranda
Cod. Proc.: 452524 Nr: 24652-29.2010.811.0041

AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: ANTONIO CARLOS VICENTE

PARTE(S) REQUERIDA(S): RDK COMÉRCIO E DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JOSIAS SANTANA DE OLIEVIRA - OAB:11447

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

DESPACHO

O advogado que subscreve a petição de p. 183/190, requer o cumprimento de sentença, no entanto, a parte contraria mencionada é diversa aos autos.

Desta forma, intime-se para que esclareça, em 15 (quinze) dias.

Após, concluso.

Cuiabá, 12 de dezembro de 2019.

Ana Paula da Veiga Carlota Miranda
Juíza de Direito

Intimação das Partes
JUIZ(A): Ana Paula da V. Carlota Miranda
Cod. Proc.: 1044598 Nr: 43712-12.2015.811.0041

AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: EDINA JOSE DA SILVA

PARTE(S) REQUERIDA(S): OI S/A

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: LICINIO VIEIRA DE ALMEIDA JUNIOR - OAB:16.625-O

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEENER B. MASCARENHAS BARBOSA - OAB:13.245-A

Vistos.

Trata-se de cumprimento de sentença movido por Edina Jose da Silva em desfavor de OI S/A. Assim, promovam-se as devidas alterações no Sistema Apolo e capa dos autos.

Intime-se o devedor, através de seus patronos, para cumprimento da obrigação, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 513, § 2º do CPC), efetuando o pagamento do valor indicado no demonstrativo discriminado e atualizado do crédito.

Na hipótese de o devedor ser representada pela Defensoria Pública ou quando não tiverem procuradores constituídos nos autos, ressalvando a possibilidade do inciso IV do art. 513 do CPC, a intimação para cumprimento da sentença deverá ser realizada por carta com aviso de recebimento, no prazo de 15 (quinze) dias.

A intimação do devedor somente será realizada por edital, quando, citados na forma do art. 256 do CPC e tiverem sido revéis na fase de conhecimento.

Não ocorrendo o pagamento no mesmo prazo, o débito será acrescido de multa de 10% e também de honorários advocatícios de 10%, de acordo com o § 1º do art. 523 do CPC.

Em caso de pagamento parcial a multa e honorários recairá somente sobre o saldo remanescente (art. 523, § 2º o do CPC).

Por fim, se o devedor não efetuar tempestivamente o pagamento voluntário, expeça-se mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação, como impõe o § 3º do art. 523 do CPC.

Deverá constar no mandado de intimação que, decorrido o prazo sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independente de penhora ou nova intimação, apresentem querendo, sua impugnação nos próprios autos, na forma prevista no art. 525 do CPC.

Cumpra-se expedindo o necessário.

Cuiabá, 12 de dezembro de 2019.

ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA
Juíza de Direito

Intimação das Partes
JUIZ(A): Ana Paula da V. Carlota Miranda
Cod. Proc.: 782528 Nr: 36174-82.2012.811.0041

AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: ANNE RODRIGUES DE MENEZES FACCIO

PARTE(S) REQUERIDA(S): COOPERATIVA DE SERVIÇOS MÉDICOS UNIMED CUIABA, UNIMED SEGUROS SAÚDE S/A

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO CÍVEL - OAB:NUCLEO CÍVEL 1

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DANIELA CRISTINA VAZ PATINI - OAB:11660/MT, JACKSON FRANCISCO COLETA COUTINHO - OAB:9.172-B/MT, JOSE EDUARDO POLISEL GONÇALVES - OAB:12009, OLIVEIRA COUTINHO E POLISEL ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C - OAB:355 OAB/MT, RENATO CHAGAS CORRÊA DA SILVA - OAB:8.184-A/MT

Vistos.

Trata-se de cumprimento de sentença movido por Anne Rodrigues de Menezes Faccio em desfavor de Unimed Seguros Saúde S/A e Cooperativa de Serviços Médicos Unimed Cuiaba. Assim, promovam-se as devidas alterações no Sistema Apolo e capa dos autos.

Intime-se o devedor, através de seus patronos, para cumprimento da obrigação, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 513, § 2º do CPC), efetuando o pagamento do valor indicado no demonstrativo discriminado e atualizado do crédito.

Na hipótese de o devedor ser representada pela Defensoria Pública ou quando não tiverem procuradores constituídos nos autos, ressalvando a possibilidade do inciso IV do art. 513 do CPC, a intimação para cumprimento da sentença deverá ser realizada por carta com aviso de recebimento, no prazo de 15 (quinze) dias.

A intimação do devedor somente será realizada por edital, quando, citados na forma do art. 256 do CPC e tiverem sido revéis na fase de conhecimento.

Não ocorrendo o pagamento no mesmo prazo, o débito será acrescido de multa de 10% e também de honorários advocatícios de 10%, de acordo com o § 1º do art. 523 do CPC.

Em caso de pagamento parcial a multa e honorários recairá somente sobre o saldo remanescente (art. 523, § 2º o do CPC).

Por fim, se o devedor não efetuar tempestivamente o pagamento voluntário, expeça-se mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação, como impõe o § 3º do art. 523 do CPC.

Deverá constar no mandado de intimação que, decorrido o prazo sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independente de penhora ou nova intimação, apresentem querendo, sua impugnação nos próprios autos, na forma prevista no art. 525 do CPC.

Cumpra-se expedindo o necessário.

Cuiabá, 12 de dezembro de 2019.

ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA
Juíza de Direito

Intimação das Partes
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 745568 Nr: 42720-90.2011.811.0041

AÇÃO: Arresto ->Processo Cautelar->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: EDNA SILVA ANTUNES

PARTE(S) REQUERIDA(S): COSIC CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA.

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CAMILA FERNANDA ANTUNES - OAB:12347/MT, JUSCILENY SIQUEIRA CAMPOS FERLETE - OAB:OAB-6404/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DIOGO BARBOSA SILVEIRA - OAB:29.909, EDUARDO H. GUIMARÃES - OAB:3515-MT, LISDETE DE OLIVEIRA SILVEIRA - OAB:26705

Nos termos do artigo 482, VI da CNGC, impulsiono este feito e encaminho intimação às partes para apresentarem suas manifestações sobre o retorno dos autos da 2ª instância, no prazo de 05 (cinco) dias.

Marcos Aurélio Fernandes Filho
Estagiário - 41254

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Ana Paula da V. Carlota Miranda
Cod. Proc.: 1310686 Nr: 11011-90.2018.811.0041
AÇÃO: Embargos de Terceiro->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: VALDEMIR MANQUERO
PARTE(S) REQUERIDA(S): IMPORCATE COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATORES LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ANDRÉ BONIFACIO RAGNINI - OAB:1.119/RO
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Posto isto, nos termos do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTE com resolução de mérito o pedido formulado nestes embargos de terceiro opostos por VALDEMIR MANQUEIRO contra IMPORCATE COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATORES LTDA e determino a baixa da restrição de circulação realizada sobre o veículo (caminhonete) MMC/L200 Triton 3.2, ano 2012, modelo 2012, placa OBB-3476/MT, por ordem exarada nos autos da execução de nº 38207-40.2015.811.0041 – código 1033198. Assim, CONFIRMO A LIMINAR concedida à p. 36/37.Custas processuais pela embargada, assim como honorários advocatícios de sucumbência, que fixo em 15% (quinze por cento) do valor atualizado da causa, nos termos dos artigos 82, §2º e 85, §2º, ambos do CPC.Após o trânsito em julgado, arquive-se com baixa na distribuição.P.I. Cumpra-se.Cuiabá, 12 de dezembro de 2019.Ana Paula da Veiga Carlota MirandaJuíza de Direito

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Ana Paula da V. Carlota Miranda
Cod. Proc.: 1139592 Nr: 27193-25.2016.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: CONDOMINIO RESIDENCIAL PORTO DO SOL, NAIR RIBEIRO DA SILVA BRAGA
PARTE(S) REQUERIDA(S): PRIMUS INCORPORAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ANABELL CORBELINO SIQUEIRA - OAB:13.544/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Gilberto Rondon Borges - OAB:16.606 MT
Vistos.
Trata-se de cumprimento de sentença movido por Condominio Residencial Porto do Sol em desfavor de Primus Incorporação e Construção LTDA. Assim, promovam-se as devidas alterações no Sistema Apolo e capa dos autos.
Intime-se o devedor, através de seus patronos, para cumprimento da obrigação, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 513, § 2º do CPC), efetuando o pagamento do valor indicado no demonstrativo discriminado e atualizado do crédito.
Na hipótese de o devedor ser representada pela Defensoria Pública ou quando não tiverem procuradores constituídos nos autos, ressalvando a possibilidade do inciso IV do art. 513 do CPC, a intimação para cumprimento da sentença deverá ser realizada por carta com aviso de recebimento, no prazo de 15 (quinze) dias.
A intimação do devedor somente será realizada por edital, quando, citados na forma do art. 256 do CPC e tiverem sido revéis na fase de conhecimento.
Não ocorrendo o pagamento no mesmo prazo, o débito será acrescido de multa de 10% e também de honorários advocatícios de 10%, de acordo com o § 1º do art. 523 do CPC.
Em caso de pagamento parcial a multa e honorários recairá somente sobre o saldo remanescente (art. 523, § 2º o do CPC).
Por fim, se o devedor não efetuar tempestivamente o pagamento voluntário, expeça-se mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação, como impõe o § 3º do art. 523 do CPC.
Deverá constar no mandado de intimação que, decorrido o prazo sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independente de penhora ou nova intimação, apresentem querendo, sua impugnação nos próprios autos, na forma prevista no art. 525 do CPC.
Cumpra-se expedindo o necessário.
Cuiabá, 12 de dezembro de 2019.
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA
Juíza de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Ana Paula da V. Carlota Miranda
Cod. Proc.: 1033198 Nr: 38207-40.2015.811.0041
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: IMPORCATE COMÉRCIO DE PEÇAS TRATORES LTDA
PARTE(S) REQUERIDA(S): ESCAVASUL CONSTRUÇÕES E ENGENHARIA LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: VALERIA GRECCO TEIXEIRA - OAB:12594
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos e etc.
Antes de analisar o pedido de liberação dos veículos via Renajud, intime-se a exequente para que, no prazo de 05 (cinco) dias, se manifeste sobre a petição de p. 190/206, bem como para informar se foi incluída no rol de credores da Recuperação Judicial.
Em seguida, certifique-se e concluso.
Cuiabá, 11 de dezembro de 2019.
Ana Paula da Veiga Carlota Miranda
Juíza de Direito

Intimação das Partes
JUIZ(A): Ana Paula da V. Carlota Miranda
Cod. Proc.: 955380 Nr: 2781-64.2015.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: LUIS FERNANDO COIMBRA MAIA
PARTE(S) REQUERIDA(S): PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Jayane Ledna Almeida de Oliveira - OAB:19164, RODRIGO BRANDÃO CORREA - OAB: 16.113-O/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA - OAB:8.184-A
Vistos.
Trata-se de cumprimento de sentença movido por Porto Seguro Cia de Seguros Gerais em desfavor de Luis Fernando Coimbra Maia. Assim, promovam-se as devidas alterações no Sistema Apolo e capa dos autos.
Intime-se o devedor, através de seus patronos, para cumprimento da obrigação, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 513, § 2º do CPC), efetuando o pagamento do valor indicado no demonstrativo discriminado e atualizado do crédito.
Na hipótese de o devedor ser representada pela Defensoria Pública ou quando não tiverem procuradores constituídos nos autos, ressalvando a possibilidade do inciso IV do art. 513 do CPC, a intimação para cumprimento da sentença deverá ser realizada por carta com aviso de recebimento, no prazo de 15 (quinze) dias.
A intimação do devedor somente será realizada por edital, quando, citados na forma do art. 256 do CPC e tiverem sido revéis na fase de conhecimento.
Não ocorrendo o pagamento no mesmo prazo, o débito será acrescido de multa de 10% e também de honorários advocatícios de 10%, de acordo com o § 1º do art. 523 do CPC.
Em caso de pagamento parcial a multa e honorários recairá somente sobre o saldo remanescente (art. 523, § 2º o do CPC).
Por fim, se o devedor não efetuar tempestivamente o pagamento voluntário, expeça-se mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação, como impõe o § 3º do art. 523 do CPC.
Deverá constar no mandado de intimação que, decorrido o prazo sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independente de penhora ou nova intimação, apresentem querendo, sua impugnação nos próprios autos, na forma prevista no art. 525 do CPC.
Cumpra-se expedindo o necessário.
Cuiabá, 12 de dezembro de 2019.
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA
Juíza de Direito

Intimação das Partes
JUIZ(A): Ana Paula da V. Carlota Miranda

Cod. Proc.: 913534 Nr: 39208-94.2014.811.0041

AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: LILIANE OTILIA ROCHA PAIM

PARTE(S) REQUERIDA(S): OI S/A

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: SALATIEL DE LIRA MATTOS - OAB:12.893/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DENNER B. MASCARENHAS BARBOSA - OAB:13.245-A/MT

Vistos.

Trata-se de cumprimento de sentença movido por Liliane Otilia Rocha Paim em desfavor de OI S/A. Assim, promovam-se as devidas alterações no Sistema Apolo e capa dos autos.

Intime-se o devedor, através de seus patronos, para cumprimento da obrigação, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 513, § 2º do CPC), efetuando o pagamento do valor indicado no demonstrativo discriminado e atualizado do crédito.

Na hipótese de o devedor ser representada pela Defensoria Pública ou quando não tiverem procuradores constituídos nos autos, ressalvando a possibilidade do inciso IV do art. 513 do CPC, a intimação para cumprimento da sentença deverá ser realizada por carta com aviso de recebimento, no prazo de 15 (quinze) dias.

A intimação do devedor somente será realizada por edital, quando, citados na forma do art. 256 do CPC e tiverem sido revéis na fase de conhecimento.

Não ocorrendo o pagamento no mesmo prazo, o débito será acrescido de multa de 10% e também de honorários advocatícios de 10%, de acordo com o § 1º do art. 523 do CPC.

Em caso de pagamento parcial a multa e honorários recairá somente sobre o saldo remanescente (art. 523, § 2º o do CPC).

Por fim, se o devedor não efetuar tempestivamente o pagamento voluntário, expeça-se mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação, como impõe o § 3º do art. 523 do CPC.

Deverá constar no mandado de intimação que, decorrido o prazo sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independente de penhora ou nova intimação, apresentem querendo, sua impugnação nos próprios autos, na forma prevista no art. 525 do CPC.

Cumpra-se expedindo o necessário.

Cuiabá, 12 de dezembro de 2019.

ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

Juíza de Direito

Intimação das Partes

JUIZ(A): Ana Paula da V. Carlota Miranda

Cod. Proc.: 922816 Nr: 45130-19.2014.811.0041

AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: JANNY LORENT VILAS BOAS

PARTE(S) REQUERIDA(S): LUMEM CONSULTORIA CONSTRUÇÕES E COMERCIO LTDA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: LEMIR FEGURI - OAB:10.335/MT, SAULO DALTRO MOREIRA SILVA - OAB:OAB/MT 10.208/O

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JOÃO PAULO RODRIGUES PEREIRA - OAB:15.259/MT, RODOLFO CESAR VASCONCELLOS MOREIRA - OAB:8.719/MT

Vistos.

Trata-se de cumprimento de sentença movido por Janny Lorent Vilas Boas em desfavor de Lumem Consultoria Construções e Comercio LTDA. Assim, promovam-se as devidas alterações no Sistema Apolo e capa dos autos.

Intime-se o devedor, através de seus patronos, para cumprimento da obrigação, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 513, § 2º do CPC), efetuando o pagamento do valor indicado no demonstrativo discriminado e atualizado do crédito.

Na hipótese de o devedor ser representada pela Defensoria Pública ou quando não tiverem procuradores constituídos nos autos, ressalvando a possibilidade do inciso IV do art. 513 do CPC, a intimação para cumprimento da sentença deverá ser realizada por carta com aviso de recebimento, no prazo de 15 (quinze) dias.

A intimação do devedor somente será realizada por edital, quando, citados na forma do art. 256 do CPC e tiverem sido revéis na fase de conhecimento.

Não ocorrendo o pagamento no mesmo prazo, o débito será acrescido de multa de 10% e também de honorários advocatícios de 10%, de acordo com o § 1º do art. 523 do CPC.

Em caso de pagamento parcial a multa e honorários recairá somente sobre o saldo remanescente (art. 523, § 2º o do CPC).

Por fim, se o devedor não efetuar tempestivamente o pagamento voluntário, expeça-se mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação, como impõe o § 3º do art. 523 do CPC.

Deverá constar no mandado de intimação que, decorrido o prazo sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independente de penhora ou nova intimação, apresentem querendo, sua impugnação nos próprios autos, na forma prevista no art. 525 do CPC.

Cumpra-se expedindo o necessário.

Cuiabá, 12 de dezembro de 2019.

ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

Juíza de Direito

Intimação das Partes

JUIZ(A): Ana Paula da V. Carlota Miranda

Cod. Proc.: 895897 Nr: 27008-55.2014.811.0041

AÇÃO: Procedimento Sumário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: LEILA MARCIA G SAMBUGARI, LEILA MARCIA GONÇALES SAMBUGARI

PARTE(S) REQUERIDA(S): HOSPFAR INDUSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CARLA HELENA GRINGS SABO MENDES - OAB:8361/MT, GUILHERME MINOZZO - OAB:17.590, LUCAS ALMEIDA COUTINHO - OAB:13195-E

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: CARLA VALENTE BRANDÃO - OAB:OAB/GO 13.267, JULIANA GADOMSKI CHAVES - OAB:11745/MT

Vistos.

Trata-se de cumprimento de sentença movido por Hospfar Industria e Comércio de Produtos Hospitalares LTDA em desfavor de Leia Marcia Gonçales Sambugari. Assim, promovam-se as devidas alterações no Sistema Apolo e capa dos autos.

Intime-se o devedor, através de seus patronos, para cumprimento da obrigação, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 513, § 2º do CPC), efetuando o pagamento do valor indicado no demonstrativo discriminado e atualizado do crédito.

Na hipótese de o devedor ser representada pela Defensoria Pública ou quando não tiverem procuradores constituídos nos autos, ressalvando a possibilidade do inciso IV do art. 513 do CPC, a intimação para cumprimento da sentença deverá ser realizada por carta com aviso de recebimento, no prazo de 15 (quinze) dias.

A intimação do devedor somente será realizada por edital, quando, citados na forma do art. 256 do CPC e tiverem sido revéis na fase de conhecimento.

Não ocorrendo o pagamento no mesmo prazo, o débito será acrescido de multa de 10% e também de honorários advocatícios de 10%, de acordo com o § 1º do art. 523 do CPC.

Em caso de pagamento parcial a multa e honorários recairá somente sobre o saldo remanescente (art. 523, § 2º o do CPC).

Por fim, se o devedor não efetuar tempestivamente o pagamento voluntário, expeça-se mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação, como impõe o § 3º do art. 523 do CPC.

Deverá constar no mandado de intimação que, decorrido o prazo sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independente de penhora ou nova intimação, apresentem querendo, sua impugnação nos próprios autos, na forma prevista no art. 525 do CPC.

Cumpra-se expedindo o necessário.

Cuiabá, 12 de dezembro de 2019.

ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

Juíza de Direito

Intimação das Partes

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 115973 Nr: 9963-29.2000.811.0041

AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de

Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ESPÓLIO DE ERNANI VIEIRA DE SOUZA
PARTE(S) REQUERIDA(S): ITAÚ UNIBANCO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ANDRÉ CASTRILLO - OAB:3990, Carlos Augusto Zirbes - OAB:48.111, FERNANDA CRISTINA BRANDAO SILVA CAMARGO MALVEZZI - OAB:16013, FRANCISCO ANTÔNIO MARTINS COSTA MOTTA - OAB:61.609/RS
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: LEONARDO PERES DA ROCHA E SILVA - OAB:12.002/OAB DF
Intimo as partes para que se manifestem acerca dos cálculos apresentados pela contadoria em fls. 3.534/3.535, no prazo de 05 dias.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Ana Paula da V. Carlota Miranda
Cod. Proc.: 74517 Nr: 12237-97.1999.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Maria Heiko Kuniochi Nomura, ALBERTO KEITI NOMURA JÚNIOR
PARTE(S) REQUERIDA(S): BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ROBERTO CAVALCANTI BATISTA - OAB:5.868-A/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: MAURO PAULO GALERA MARI - OAB:3056/MT
Vistos.
Trata-se de cumprimento de sentença movido por Maria Heiko Kuniochi Nomura e Alberto Keiti Nomura Junior em desfavor de Banco Bradesco S/A. Assim, promovam-se as devidas alterações no Sistema Apolo e capa dos autos.
Intime-se o devedor, através de seus patronos, para cumprimento da obrigação, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 513, § 2º do CPC), efetuando o pagamento do valor indicado no demonstrativo discriminado e atualizado do crédito.
Na hipótese de o devedor ser representada pela Defensoria Pública ou quando não tiverem procuradores constituídos nos autos, ressalvando a possibilidade do inciso IV do art. 513 do CPC, a intimação para cumprimento da sentença deverá ser realizada por carta com aviso de recebimento, no prazo de 15 (quinze) dias.
A intimação do devedor somente será realizada por edital, quando, citados na forma do art. 256 do CPC e tiverem sido revéis na fase de conhecimento.
Não ocorrendo o pagamento no mesmo prazo, o débito será acrescido de multa de 10% e também de honorários advocatícios de 10%, de acordo com o § 1º do art. 523 do CPC.
Em caso de pagamento parcial a multa e honorários recairá somente sobre o saldo remanescente (art. 523, § 2º o do CPC).
Por fim, se o devedor não efetuar tempestivamente o pagamento voluntário, expeça-se mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação, como impõe o § 3º do art. 523 do CPC.
Deverá constar no mandado de intimação que, decorrido o prazo sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independente de penhora ou nova intimação, apresentem querendo, sua impugnação nos próprios autos, na forma prevista no art. 525 do CPC.
Cumpra-se expedindo o necessário.
Cuiabá, 12 de dezembro de 2019.
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA
Juíza de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 273174 Nr: 3735-91.2007.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO CAMILO - SBSC
PARTE(S) REQUERIDA(S): JORGE MARCELO MECHAILEH, IBRAHIM MECHAILEH
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ROSELI LEME FREITAS - OAB:134800/SP
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ROSANGELA DE CASTRO FARIAS SANTOS - OAB:130011
Nos termos do artigo 482, VI da CNGC, impulsiono este feito e encaminho intimação à parte autora para apresentar manifestação sobre a resposta do ofício de p.258, no prazo de quinze dias.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Ana Paula da V. Carlota Miranda
Cod. Proc.: 167573 Nr: 16977-25.2004.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ELEVADORES ATLAS SCHINDLER S.A
PARTE(S) REQUERIDA(S): CONDOMÍNIO EDIFÍCIO GOLDEN GATE
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ANDRÉ GUSTAVO SALVADOR KAUFFMAN - OAB:168804/SP, HERMANO DE VILLEMOR AMARAL - OAB:109.098-A/SP, MARCOS VIANA GABRIEL DE SOUZA E SILVA - OAB:220.940/SP, THIAGO DE OLIVEIRA FREITAS - OAB:13.156/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: CRISTIANO DINIZ DA SILVA - OAB:17.613/MT, DANIELA MARQUES ECHEVERRIA - OAB:4939, EMANUELA MARQUES ECHEVERRIA FABRINI - OAB:6896/MT
Vistos.
Trata-se de cumprimento de sentença movido por Condomínio Edifício Golden Gate em desfavor de Elevadores Atlas Schindler S/A. Assim, promovam-se as devidas alterações no Sistema Apolo e capa dos autos.
Intime-se o devedor, através de seus patronos, para cumprimento da obrigação, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 513, § 2º do CPC), efetuando o pagamento do valor indicado no demonstrativo discriminado e atualizado do crédito.
Na hipótese de o devedor ser representada pela Defensoria Pública ou quando não tiverem procuradores constituídos nos autos, ressalvando a possibilidade do inciso IV do art. 513 do CPC, a intimação para cumprimento da sentença deverá ser realizada por carta com aviso de recebimento, no prazo de 15 (quinze) dias.
A intimação do devedor somente será realizada por edital, quando, citados na forma do art. 256 do CPC e tiverem sido revéis na fase de conhecimento.
Não ocorrendo o pagamento no mesmo prazo, o débito será acrescido de multa de 10% e também de honorários advocatícios de 10%, de acordo com o § 1º do art. 523 do CPC.
Em caso de pagamento parcial a multa e honorários recairá somente sobre o saldo remanescente (art. 523, § 2º o do CPC).
Por fim, se o devedor não efetuar tempestivamente o pagamento voluntário, expeça-se mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação, como impõe o § 3º do art. 523 do CPC.
Deverá constar no mandado de intimação que, decorrido o prazo sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independente de penhora ou nova intimação, apresentem querendo, sua impugnação nos próprios autos, na forma prevista no art. 525 do CPC.
Cumpra-se expedindo o necessário.
Cuiabá, 12 de dezembro de 2019.
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA
Juíza de Direito

Intimação das Partes
JUIZ(A): Ana Paula da V. Carlota Miranda
Cod. Proc.: 181723 Nr: 28510-78.2004.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: GLÁUCIA REGINA DA SILVA
PARTE(S) REQUERIDA(S): GRUPO GAZETA FM, CBN - CENTRAL BRASILEIRA DE NOTÍCIAS, TV RECORD CANAL 10, GAZETA DADOS, GRÁFICA MILLENIUM LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MANOELLA LEANDRO C. DA CUNHA - OAB:OAB/MT 13.801, MÁRCIA FERREIRA DE SOUZA - OAB:4.410/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Antonio Carlos Veloso V. Marcondes - OAB:3599-B, CLÁUDIO STÁBILE RIBEIRO - OAB:3213, CLÁUDIO STÁBILE RIBEIRO - OAB:OAB/MT 3213, MARIA CLAUDIA DE CASTRO BORGES STÁBILE - OAB:5930/MT
Vistos, etc ... Expeça-se oficio às operadoras de cartão de crédito indicadas à p. 747, para que seja penhorado 20% dos recebíveis de cartão de crédito à que a executada faça jus, até o limite para satisfação da obrigação.Por fim, tendo decorrido o prazo legal sem a realização do

pagamento ou comprovação de fato que tor¬nasse impossível o cumprimento da obrigação, cabível o encaminhamento do nome da executada para inscrição nos cadastros de inadimplentes, nos termos do art. 782, §3º do CPC. , pela divida de objeto deste cumprimento de sentença.Assim, DEFIRO o pedido de inclusão do nome do devedor no cadastro de inadimplente e a expedição de certidão requerida à p. 747.A inscrição do nome da executada do cadastro de inadimplentes somente será cancelada nas hipóteses previstas no § 4º do art. 782 do CPC.Expeça-se o necessário. Cumpra-se.Intime-se.

Intimação das Partes
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 192159 Nr: 4553-14.2005.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: FERNANDA SANTIAGO E SILVA
PARTE(S) REQUERIDA(S): AMERICEL S/A - CLARO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CYNTIA KATHEUSCIA DA CRUZ E SILVA - OAB:8.649
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: AOTORY DA SILVA SOUZA - OAB:14.994-A
Nos termos do artigo 482, VI da CNGC, impulsiono este feito e encaminho intimação às partes para apresentarem manifestação referente ao retorno dos autos da Contadoria, no prazo de 15 (quinze) dias.
Izabel Yamamoto
Estagiária

Intimação das Partes
JUIZ(A): Ana Paula da V. Carlota Miranda
Cod. Proc.: 376961 Nr: 12847-16.2009.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: NADIR SUCOLOTTI
PARTE(S) REQUERIDA(S): GRANULE ESPORTADORA E IMPORTADORA LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JOSÉ GUILHERME JÚNIOR - OAB:2615/MT, MARCIA M. VIDAL - OAB:11.597/MT, ROGÉRIO RODRIGUES GUILHERME - OAB:6.763/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DÉCIO JOSÉ TESSARO - OAB:3.162/MT, LUCIEN FÁBIO FIEL PAVONI - OAB:6525/MT, VANESSA KLAUS SARAGIOTTO - OAB:7.032/MT
Vistos.
Trata-se de cumprimento de sentença movido por Nadir Sucolotti em desfavor de Granule Esportadora e Importadora LTDA. Assim, promovam-se as devidas alterações no Sistema Apolo e capa dos autos.
Intime-se o devedor, através de seus patronos, para cumprimento da obrigação, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 513, § 2º do CPC), efetuando o pagamento do valor indicado no demonstrativo discriminado e atualizado do crédito.
Na hipótese de o devedor ser representada pela Defensoria Pública ou quando não tiverem procuradores constituídos nos autos, ressalvando a possibilidade do inciso IV do art. 513 do CPC, a intimação para cumprimento da sentença deverá ser realizada por carta com aviso de recebimento, no prazo de 15 (quinze) dias.
A intimação do devedor somente será realizada por edital, quando, citados na forma do art. 256 do CPC e tiverem sido revéis na fase de conhecimento.
Não ocorrendo o pagamento no mesmo prazo, o débito será acrescido de multa de 10% e também de honorários advocatícios de 10%, de acordo com o § 1º do art. 523 do CPC.
Em caso de pagamento parcial a multa e honorários recairá somente sobre o saldo remanescente (art. 523, § 2º o do CPC).
Por fim, se o devedor não efetuar tempestivamente o pagamento voluntário, expeça-se mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação, como impõe o § 3º do art. 523 do CPC.
Deverá constar no mandado de intimação que, decorrido o prazo sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independente de penhora ou nova intimação, apresentem querendo, sua impugnação nos próprios autos, na forma prevista no art. 525 do CPC.
Cumpra-se expedindo o necessário.
Cuiabá, 12 de dezembro de 2019.
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA
Juíza de Direito

Intimação das Partes
JUIZ(A): Ana Paula da V. Carlota Miranda
Cod. Proc.: 399180 Nr: 32243-76.2009.811.0041
AÇÃO: Execução de Título Judicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MITRA ARQUIDIOCESANA DE CUIABÁ, ARCEBISPO DOM MILTON ANTONIO DOS SANTOS
PARTE(S) REQUERIDA(S): JOAO BOSCO DA SILVA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ALEXANDRE PACHER - OAB:14421/MT, GERALDO UMBELINO NETO - OAB:10209/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DIONILDO GOMES CAMPOS - OAB:OAB/MT 3.302
Vistos.
Trata-se de cumprimento de sentença movido por Mitra Arquidiocesana de Cuiabá em desfavor de João Bosco da Silva. Assim, promovam-se as devidas alterações no Sistema Apolo e capa dos autos.
Intime-se o devedor, através de seus patronos, para cumprimento da obrigação, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 513, § 2º do CPC), efetuando o pagamento do valor indicado no demonstrativo discriminado e atualizado do crédito.
Na hipótese de o devedor ser representada pela Defensoria Pública ou quando não tiverem procuradores constituídos nos autos, ressalvando a possibilidade do inciso IV do art. 513 do CPC, a intimação para cumprimento da sentença deverá ser realizada por carta com aviso de recebimento, no prazo de 15 (quinze) dias.
A intimação do devedor somente será realizada por edital, quando, citados na forma do art. 256 do CPC e tiverem sido revéis na fase de conhecimento.
Não ocorrendo o pagamento no mesmo prazo, o débito será acrescido de multa de 10% e também de honorários advocatícios de 10%, de acordo com o § 1º do art. 523 do CPC.
Em caso de pagamento parcial a multa e honorários recairá somente sobre o saldo remanescente (art. 523, § 2º o do CPC).
Por fim, se o devedor não efetuar tempestivamente o pagamento voluntário, expeça-se mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação, como impõe o § 3º do art. 523 do CPC.
Deverá constar no mandado de intimação que, decorrido o prazo sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independente de penhora ou nova intimação, apresentem querendo, sua impugnação nos próprios autos, na forma prevista no art. 525 do CPC.
Cumpra-se expedindo o necessário.
Cuiabá, 12 de dezembro de 2019.
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA
Juíza de Direito

Intimação das Partes
JUIZ(A): Ana Paula da V. Carlota Miranda
Cod. Proc.: 701138 Nr: 35760-55.2010.811.0041
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: JVP FACTORING FOMENTO MERCANTIL LTDA EPP
PARTE(S) REQUERIDA(S): WALTER TRABACHIN
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: EDMILSON VASCONCELOS DE MORAES - OAB:8548
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: SIDNEI GUEDES FERREIRA - OAB:7900/MT
Vistos.
Corrija-se o polo ativo, para constar como exequente Luiz Roberto Obersteiner.
Intime-se o exequente para dar regular andamento ao feito executivo, em cinco dias, sob pena de extinção.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Ana Paula da V. Carlota Miranda
Cod. Proc.: 712125 Nr: 5208-73.2011.811.0041
AÇÃO: Embargos à Execução->Embargos->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: WALTER TRABACHIN
PARTE(S) REQUERIDA(S): JVP FACTORING FOMENTO MERCANTIL LTDA EPP

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MARIA LUIZA CARDOSO DE CAMPOS - OAB:14560/MT, Sidnei Guedes Ferreira - OAB:7900/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: EDMILSON VASCONCELOS DE MORAES - OAB:8548

Vistos.

Tendo decorrido o prazo de suspensão, intimem-se as partes para requerimentos pertinentes, em cinco dias.

Intimação das Partes

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 752194 Nr: 4010-64.2012.811.0041

AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: EDNA SILVA ANTUNES

PARTE(S) REQUERIDA(S): COSIC CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA.

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CAMILA FERNANDA ANTUNES - OAB:12347/MT, JUSCILENY SIQUEIRA CAMPOS FERLETE - OAB:OAB-6404/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DIOGO BARBOSA SILVEIRA - OAB:29.909, EDUARDO H. GUIMARÃES - OAB:3515-MT, JOZAIRA RITA SEIXAS GUEDES - OAB:6948/MT, LISDETE DE OLIVEIRA SILVEIRA - OAB:26705

Nos termos do artigo 482, VI da CNGC, impulsiono este feito e encaminho intimação às partes para apresentarem suas manifestações sobre o retorno dos autos da 2ª instância, no prazo de 05 (cinco) dias.

Marcos Aurélio Fernandes Filho

Estagiário - 41254

Intimação das Partes

JUIZ(A): Ana Paula da V. Carlota Miranda

Cod. Proc.: 758169 Nr: 10383-14.2012.811.0041

AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: BENEDITO XAVIER DE SOUZA

PARTE(S) REQUERIDA(S): BANCO CRUZEIRO DO SUL S/A

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ADRIANA DO CARMO COSTA MARQUES - OAB:OAB/MT 18.047, GLEICY KELLY NUNES DE MELO ACHITTI - OAB:13.624/A - MT, RONALDO LUIZ DE ARAUJO - OAB:2.909/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ANA PAULA SIGARINI GARCIA - OAB:10133, BRUNO MARTINS SORNA - OAB:19693/O, MARCOS CÉSAR JOSETTI FLORES - OAB:8933/MT, NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES - OAB:OAB/MT 11.065-A, THIAGO MAHFUZ VEZZI - OAB:18017/A OAB/MT

Vistos.

Trata-se de cumprimento de sentença movido por Benedito Xavier de Souza em desfavor de Banco Cruzeiro do Sul S/A. Assim, promovam-se as devidas alterações no Sistema Apolo e capa dos autos.

Intime-se o devedor, através de seus patronos, para cumprimento da obrigação, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 513, § 2º do CPC), efetuando o pagamento do valor indicado no demonstrativo discriminado e atualizado do crédito.

Na hipótese de o devedor ser representada pela Defensoria Pública ou quando não tiverem procuradores constituídos nos autos, ressalvando a possibilidade do inciso IV do art. 513 do CPC, a intimação para cumprimento da sentença deverá ser realizada por carta com aviso de recebimento, no prazo de 15 (quinze) dias.

A intimação do devedor somente será realizada por edital, quando, citados na forma do art. 256 do CPC e tiverem sido revéis na fase de conhecimento.

Não ocorrendo o pagamento no mesmo prazo, o débito será acrescido de multa de 10% e também de honorários advocatícios de 10%, de acordo com o § 1º do art. 523 do CPC.

Em caso de pagamento parcial a multa e honorários recairá somente sobre o saldo remanescente (art. 523, § 2º o do CPC).

Por fim, se o devedor não efetuar tempestivamente o pagamento voluntário, expeça-se mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação, como impõe o § 3º do art. 523 do CPC.

Deverá constar no mandado de intimação que, decorrido o prazo sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independente de penhora ou nova intimação, apresentem querendo, sua impugnação nos próprios autos, na forma prevista no art. 525 do CPC.

Cumpra-se expedindo o necessário.

Cuiabá, 12 de dezembro de 2019.

ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

Juíza de Direito

Intimação das Partes

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 735325 Nr: 31673-22.2011.811.0041

AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: IRANETE MARIA DE JESUS

PARTE(S) REQUERIDA(S): PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: WILSON MOLINA PORTO - OAB:12.790-A/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: GUSTAVO HAUEISEN DA MATA - OAB:OAB/MT 26419-A, JACKSON FREIRE JARDIM SANTOS - OAB:OAB/MT 26.992-A, LAURA MARTINS OLIVEIRA - OAB:OAB/MT 26772/0, LUIZ HENRIQUE VIEIRA - OAB:OAB/MT 26417A, YURI LIMA SANTOS - OAB:27.260-B

Nos termos do artigo 482, VI da CNGC, impulsiono este feito e encaminho intimação às partes para apresentarem manifestação referente ao retorno dos autos da Contadoria, no prazo de 15 (quinze) dias.

Izabel Yamamoto

Estagiária

Intimação das Partes

JUIZ(A): Ana Paula da V. Carlota Miranda

Cod. Proc.: 743271 Nr: 40225-73.2011.811.0041

AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: JOSÉ CARLOS CUNHA FERRAZ, CELIA REGINA CURSINO FERRAZ

PARTE(S) REQUERIDA(S): ELETROESTE - CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA., PJ CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA, ATHENAS ENERGIA E CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA, CACIQUE CONSTRUÇÕES LTDA, THORRE CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA, AROEIRA CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA, VANDIR JORGE SGUAREZI, IVETE DE CAMPOS SGUAREZI, PAULO HENRIQUE CAMPOS SGUAREZI, RICARDO AUGUSTO SGUAREZI, JOSÉ ADALBERTO SGUAREZI, MARIANA CAMPOS SGUAREZI

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CELIA REGINA CURSINO FERRAZ - OAB:3020/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO - OAB:CUIABÁ

Trata-se de cumprimento de sentença movido por José Carlos Cunha Ferraz e Célia Regina Cursino Ferraz em desfavor de Eletroeste Construções Elétricas Ltda., PJ Construções Elétricas Ltda., Athenas Energia e Construções Elétricas Ltda., Cacique Construções Ltda., Thorre Construções Elétricas Ltda., Aroeira Construções Elétricas Ltda. e os respectivos sócios José Adalberto Sguarezi, Ricardo Augusto Sguarezi, Vandir Jorge Sguarezi, Ivete de Campos Sguarezi, Paulo Henrique Campos Sguarezi e Mariana Campos Sguarezi. Assim, promovam-se as devidas alterações no Sistema Apolo e capa dos autos. Intime-se o devedor, através de seus patronos, para cumprimento da obrigação, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 513, § 2º do CPC), efetuando o pagamento do valor indicado no demonstrativo discriminado e atualizado do crédito.Na hipótese de o devedor ser representada pela Defensoria Pública ou quando não tiverem procuradores constituídos nos autos, ressalvando a possibilidade do inciso IV do art. 513 do CPC, a intimação para cumprimento da sentença deverá ser realizada por carta com aviso de recebimento, no prazo de 15 (quinze) dias.A intimação do devedor somente será realizada por edital, quando, citados na forma do art. 256 do CPC e tiverem sido revéis na fase de conhecimento.Não ocorrendo o pagamento no mesmo prazo, o débito será acrescido de multa de 10% e também de honorários advocatícios de 10%, de acordo com o § 1º do art. 523 do CPC.Em caso de pagamento parcial a multa e honorários recairá somente sobre o saldo remanescente (art. 523, § 2º o do CPC).Por fim, se o devedor não efetuar tempestivamente o pagamento voluntário, expeça-se mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação, como impõe o § 3º do art. 523 do CPC.Deverá constar no mandado de intimação que, decorrido o prazo sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independente de penhora ou nova intimação, apresentem querendo, sua impugnação nos próprios autos, na forma

prevista no art. 525 do CPC.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Ana Paula da V. Carlota Miranda
Cod. Proc.: 772553 Nr: 25662-40.2012.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ISLÊNIA FERREIRA DE CAMPOS
PARTE(S) REQUERIDA(S): SANECAP COMPANHIA DE SANEAMENTO DA CAPITAL
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DIOGO DE OLIVEIRA DA CRUZ - OAB:16.377/MT, FABIANIE MARTINS MATTOS - OAB:20.701/GO, MARCELO DE OLIVEIRA - OAB:11694-B
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: LUCIANO ANDRE FRIZAO - OAB:8340-B
Vistos.
Trata-se de cumprimento de sentença movido por Islênia Ferreira de Campos em desfavor de Sanecap – Companhia de Saneamento da Capital. Assim, promovam-se as devidas alterações no Sistema Apolo e capa dos autos.
Intime-se o devedor, através de seus patronos, para cumprimento da obrigação, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 513, § 2º do CPC), efetuando o pagamento do valor indicado no demonstrativo discriminado e atualizado do crédito.
Na hipótese de o devedor ser representada pela Defensoria Pública ou quando não tiverem procuradores constituídos nos autos, ressalvando a possibilidade do inciso IV do art. 513 do CPC, a intimação para cumprimento da sentença deverá ser realizada por carta com aviso de recebimento, no prazo de 15 (quinze) dias.
A intimação do devedor somente será realizada por edital, quando, citados na forma do art. 256 do CPC e tiverem sido revéis na fase de conhecimento.
Não ocorrendo o pagamento no mesmo prazo, o débito será acrescido de multa de 10% e também de honorários advocatícios de 10%, de acordo com o § 1º do art. 523 do CPC.
Em caso de pagamento parcial a multa e honorários recairá somente sobre o saldo remanescente (art. 523, § 2º o do CPC).
Por fim, se o devedor não efetuar tempestivamente o pagamento voluntário, expeça-se mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação, como impõe o § 3º do art. 523 do CPC.
Deverá constar no mandado de intimação que, decorrido o prazo sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independente de penhora ou nova intimação, apresentem querendo, sua impugnação nos próprios autos, na forma prevista no art. 525 do CPC.
Cumpra-se expedindo o necessário.
Cuiabá, 12 de dezembro de 2019.
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA
Juíza de Direito

Intimação das Partes
JUIZ(A): Ana Paula da V. Carlota Miranda
Cod. Proc.: 811408 Nr: 17893-44.2013.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ALESSANDRA HELENA BORGES DA SILVA
PARTE(S) REQUERIDA(S): LUCYLENE DANTAS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: EDILSON LIMA FAGUNDES - OAB:5994/MT, MAURO BASTIAN FAGUNDES - OAB:8907/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ELISABETE AUGUSTA DE OLIVEIRA - OAB:13.352 MT
Vistos.
Trata-se de cumprimento de sentença movido por Alessandra Helena Borges da Silva em desfavor de Lucylene Dantas. Assim, promovam-se as devidas alterações no Sistema Apolo e capa dos autos.
Intime-se o devedor, através de seus patronos, para cumprimento da obrigação, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 513, § 2º do CPC), efetuando o pagamento do valor indicado no demonstrativo discriminado e atualizado do crédito.
Na hipótese de o devedor ser representada pela Defensoria Pública ou quando não tiverem procuradores constituídos nos autos, ressalvando a possibilidade do inciso IV do art. 513 do CPC, a intimação para cumprimento da sentença deverá ser realizada por carta com aviso de recebimento, no prazo de 15 (quinze) dias.
A intimação do devedor somente será realizada por edital, quando, citados na forma do art. 256 do CPC e tiverem sido revéis na fase de conhecimento.
Não ocorrendo o pagamento no mesmo prazo, o débito será acrescido de multa de 10% e também de honorários advocatícios de 10%, de acordo com o § 1º do art. 523 do CPC.
Em caso de pagamento parcial a multa e honorários recairá somente sobre o saldo remanescente (art. 523, § 2º o do CPC).
Por fim, se o devedor não efetuar tempestivamente o pagamento voluntário, expeça-se mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação, como impõe o § 3º do art. 523 do CPC.
Deverá constar no mandado de intimação que, decorrido o prazo sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independente de penhora ou nova intimação, apresentem querendo, sua impugnação nos próprios autos, na forma prevista no art. 525 do CPC.
Cumpra-se expedindo o necessário.
Cuiabá, 12 de dezembro de 2019.
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA
Juíza de Direito

Intimação das Partes
JUIZ(A): Ana Paula da V. Carlota Miranda
Cod. Proc.: 849384 Nr: 52603-90.2013.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: SIMONE ALICE DE OLIVEIRA BATISTA
PARTE(S) REQUERIDA(S): DIFFUSION SAITO E SOARES EMPREENDIMENTOS LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CLEONES CELESTINO BATISTA - OAB:12141
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ALEXANDRE IAQUINTO MATEUS - OAB:15383, GLAURA NOCCIOLI MENDES LONGOSCI - OAB:203.905/SP, MARIA EIKO HIRATA - OAB:86.075/SP
Vistos.
Trata-se de cumprimento de sentença movido por Simone Alice de Oliveira Batista em desfavor de Diffusion Diagnostico Por Imagem. Assim, promovam-se as devidas alterações no Sistema Apolo e capa dos autos.
Intime-se o devedor, através de seus patronos, para cumprimento da obrigação, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 513, § 2º do CPC), efetuando o pagamento do valor indicado no demonstrativo discriminado e atualizado do crédito.
Na hipótese de o devedor ser representada pela Defensoria Pública ou quando não tiverem procuradores constituídos nos autos, ressalvando a possibilidade do inciso IV do art. 513 do CPC, a intimação para cumprimento da sentença deverá ser realizada por carta com aviso de recebimento, no prazo de 15 (quinze) dias.
A intimação do devedor somente será realizada por edital, quando, citados na forma do art. 256 do CPC e tiverem sido revéis na fase de conhecimento.
Não ocorrendo o pagamento no mesmo prazo, o débito será acrescido de multa de 10% e também de honorários advocatícios de 10%, de acordo com o § 1º do art. 523 do CPC.
Em caso de pagamento parcial a multa e honorários recairá somente sobre o saldo remanescente (art. 523, § 2º o do CPC).
Por fim, se o devedor não efetuar tempestivamente o pagamento voluntário, expeça-se mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação, como impõe o § 3º do art. 523 do CPC.
Deverá constar no mandado de intimação que, decorrido o prazo sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independente de penhora ou nova intimação, apresentem querendo, sua impugnação nos próprios autos, na forma prevista no art. 525 do CPC.
Cumpra-se expedindo o necessário.
Cuiabá, 12 de dezembro de 2019.
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA
Juíza de Direito

Intimação das Partes
JUIZ(A): Ana Paula da V. Carlota Miranda
Cod. Proc.: 878327 Nr: 15696-82.2014.811.0041

AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: LÚCIA NELIA DA CONCEIÇÃO
PARTE(S) REQUERIDA(S): F. G. COMÉRCIO DE VEICULOS LTDA, VICTORAZZO VEICULOS LTDA ME, CIA DE LOCAÇÃO DAS AMÁRICAS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: LUIS DAVID BASTOS PEIXOTO - OAB:12760
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES - OAB:128341-A
Vistos.
Trata-se de cumprimento de sentença movido por LUcia Nelia da conceição Pedroso em desfavor de CIA de Locação das Américas. Assim, promovam-se as devidas alterações no Sistema Apolo e capa dos autos.
Intime-se o devedor, através de seus patronos, para cumprimento da obrigação, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 513, § 2º do CPC), efetuando o pagamento do valor indicado no demonstrativo discriminado e atualizado do crédito.
Na hipótese de o devedor ser representada pela Defensoria Pública ou quando não tiverem procuradores constituídos nos autos, ressalvando a possibilidade do inciso IV do art. 513 do CPC, a intimação para cumprimento da sentença deverá ser realizada por carta com aviso de recebimento, no prazo de 15 (quinze) dias.
A intimação do devedor somente será realizada por edital, quando, citados na forma do art. 256 do CPC e tiverem sido revéis na fase de conhecimento.
Não ocorrendo o pagamento no mesmo prazo, o débito será acrescido de multa de 10% e também de honorários advocatícios de 10%, de acordo com o § 1º do art. 523 do CPC.
Em caso de pagamento parcial a multa e honorários recairá somente sobre o saldo remanescente (art. 523, § 2º o do CPC).
Por fim, se o devedor não efetuar tempestivamente o pagamento voluntário, expeça-se mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação, como impõe o § 3º do art. 523 do CPC.
Deverá constar no mandado de intimação que, decorrido o prazo sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independente de penhora ou nova intimação, apresentem querendo, sua impugnação nos próprios autos, na forma prevista no art. 525 do CPC.
Cumpra-se expedindo o necessário.
Cuiabá, 12 de dezembro de 2019.
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA
Juíza de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 429224 Nr: 10523-19.2010.811.0041
AÇÃO: Imissão na Posse->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: RUY NOGUEIRA BARBOSA
PARTE(S) REQUERIDA(S): MARCOS MAYCO DE FIGUEIREDO MARTINS E OUTRO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: HUMBERTO MARQUES DA SILVA - OAB:9725-B, RUY NOGUEIRA BARBOSA - OAB:4.678/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ADEMIR ROSA GOMES - OAB:11.390/MT, HELIO CASTELO BRANCO DE OLIVEIRA JUNIOR - OAB:13.555
Certifico que, nos termos do art. 482, VI da CNGC, impulsiono os presentes autos com a finalidade de proceder à intimação da parte autora para efetuar o pagamento de diligência do oficial de justiça no prazo de 05 (cinco) dias.
Esclareço que o recolhimento deverá ser realizado através do link http://arrecadacao.tjmt.jus.br/#/guia/diligencia/emissao
Julia F. M. Saraiva
Estagiária
Matrícula 40564

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 1055908 Nr: 49110-37.2015.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: JOILSON MARQUES CORREA DE AMORIM
PARTE(S) REQUERIDA(S): CLARO TV
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MILTON JONES AMORIM VIEIRA - OAB:OAB/MT 16.216
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: EVANDRO CESAR ALEXANDRE DOS SANTOS - OAB:13.431-A/MT
Certifico que em cumprimento ao despacho de fl. 18, procedo a intimação da parte autora para apresentar os dados bancários para a expedição do alvará, no prazo de 05 dias.
Ana Maria Rosa Locatelli
Analista Judiciária
matrícula 21804

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Ana Paula da V. Carlota Miranda
Cod. Proc.: 811270 Nr: 17756-62.2013.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: SUELI PINTO QUEIROZ
PARTE(S) REQUERIDA(S): BARTULINA ALVES DA SILVA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: BENEDITO SÉRGIO FEGURI - OAB:5490/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Ademais, restou demonstrado nos autos que a ré é pessoa idosa e analfabeta, bem como que foi induzida por sua filha a efetuar a venda de seu imóvel. Também restou demonstrado que a pessoa que efetivamente recebeu os valores constantes dos recibos foi a filha da ré. Por fim, importa mencionar que o fato de o resultado da perícia ter concluído pela veracidade das assinaturas nos recibos não enseja, por si só, a má-fé processual. Por outro lado, quanto à devolução do valor referente aos honorários do perito, diante da sucumbência recíproca a ré/reconvinte foi condenada ao pagamento das custas e despesas processuais na proporção de 50% (cinquenta por cento), além de 20% de honorários de sucumbência. Todavia, em se tratando de beneficiária da assistência judiciária gratuita, a exigibilidade do crédito foi suspensa pelo prazo de 05 anos, nos termos da lei. Posto isto, recebo os embargos e lhes dou parcial provimento, atribuindo efeitos modificativos, como me permite o art. 494, II do Código de Processo Civil, para sanar a omissão existente na decisão objurgada, porém, deixando de condenar a ré ao pagamento de multa por litigância de má-fé. Intimem-se. Cumpra-se.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Ana Paula da V. Carlota Miranda
Cod. Proc.: 1073260 Nr: 56746-54.2015.811.0041
AÇÃO: Procedimento Sumário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: CONDOMÍNIO BOULEVARD MONDRIAN, RODRIGO FARIA GARDIN
PARTE(S) REQUERIDA(S): ANA ANTONIA DE ARRUDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JOSE MORENO SANCHES JUNIOR - OAB:4759
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: MARCELO DOS SANTOS BARBOSA - OAB:4886/MT
Trata-se de embargos de declaração opostos em desfavor da decisão de p. 424/425, que sanou a omissão existente na sentença e julgou improcedente a reconvenção apresentada pelo réu José Carlos Comar, redistribuindo o ônus da sucumbência, a fim de que esta seja suportada na proporção de 70% para a autora e 30% para o mencionado réu.
Para a fixação da sucumbência foi considerado o valor da ação principal, contudo, o reconvinte se insurgiu contra o referido arbitramento, requerendo que sua condenação leve em consideração apenas o valor dado à reconvenção, qual seja: R$ 27.250,00 (p. 426/427).
Deise Kelen Kuntze também se insurgiu, pugnando pela fixação dos ônus sucumbenciais da reconvenção de forma individual (p. 428/430).
Contrarrazões às p. 433 e 434/437.
É o relatório. Decido.
Embora entenda que a sucumbência, da forma como fixada, atendeu à sua finalidade, no intuito de sanar qualquer tipo de obscuridade ou embaraço, entendo prudente o recebimento e provimento dos embargos apresentados pelas partes, razão pela qual passo a individualizar os ônus sucumbenciais de acordo com o valor da causa atribuída, separando a

ação principal da reconvenção.
Posto isto, recebo os embargos e lhes dou provimento, atribuindo efeitos modificativos, como me permite o art. 494, II do Código de Processo Civil, para sanar a obscuridade existente e:
1. Diante da improcedência da ação principal, condenar a autora ao pagamento das custas e despesas processuais, além de honorários advocatícios de sucumbência que fixo em 15% (quinze por cento) do valor atualizado da ação de reparação por dano moral e estético, nos termos do art. 85, § 2º, do CPC;
2. Diante da improcedência da reconvenção, condenar o reconvinte ao pagamento das custas e despesas processuais, além de honorários advocatícios de sucumbência que fixo em 15% (quinze por cento) do valor atualizado da reconvenção, nos termos do art. 85, § 2º, do CPC.
Intimem-se todos.
Cumpra-se.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Ana Paula da V. Carlota Miranda
Cod. Proc.: 722578 Nr: 18121-87.2011.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: DEISE KELEN KUNTZE
PARTE(S) REQUERIDA(S): CENTRO DE ENDOSCOPIA DE CUIABÁ LTDA, JOSÉ CARLOS COMAR
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DARCI INES JAGER PEREGO - OAB:15901, ROBINSON HENRIQUE PEREGO - OAB:18.498
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ALEXANDRE SLHESSARENKO - OAB:3921, DILMA GUIMARÃES NOVAIS - OAB:8892/MT
Trata-se de embargos de declaração opostos em desfavor da decisão de p. 424/425, que sanou a omissão existente na sentença e julgou improcedente a reconvenção apresentada pelo réu José Carlos Comar, redistribuindo o ônus da sucumbência, a fim de que esta seja suportada na proporção de 70% para a autora e 30% para o mencionado réu.
Para a fixação da sucumbência foi considerado o valor da ação principal, contudo, o reconvinte se insurgiu contra o referido arbitramento, requerendo que sua condenação leve em consideração apenas o valor dado à reconvenção, qual seja: R$ 27.250,00 (p. 426/427).
Deise Kelen Kuntze também se insurgiu, pugnando pela fixação dos ônus sucumbenciais da reconvenção de forma individual (p. 428/430).
Contrarrazões às p. 433 e 434/437.
É o relatório. Decido.
Embora entenda que a sucumbência, da forma como fixada, atendeu à sua finalidade, no intuito de sanar qualquer tipo de obscuridade ou embaraço, entendo prudente o recebimento e provimento dos embargos apresentados pelas partes, razão pela qual passo a individualizar os ônus sucumbenciais de acordo com o valor da causa atribuída, separando a ação principal da reconvenção.
Posto isto, recebo os embargos e lhes dou provimento, atribuindo efeitos modificativos, como me permite o art. 494, II do Código de Processo Civil, para sanar a obscuridade existente e:
1. Diante da improcedência da ação principal, condenar a autora ao pagamento das custas e despesas processuais, além de honorários advocatícios de sucumbência que fixo em 15% (quinze por cento) do valor atualizado da ação de reparação por dano moral e estético, nos termos do art. 85, § 2º, do CPC;
2. Diante da improcedência da reconvenção, condenar o reconvinte ao pagamento das custas e despesas processuais, além de honorários advocatícios de sucumbência que fixo em 15% (quinze por cento) do valor atualizado da reconvenção, nos termos do art. 85, § 2º, do CPC.
Intimem-se todos.
Cumpra-se.

Decisão

Decisão Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1059082-72.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
HOSPITAL SAO JUDAS TADEU LTDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JAQUELINE PROENCA LARREA MEES OAB - MT13356-O (ADVOGADO(A))
GAIA DE SOUZA ARAUJO MENEZES OAB - MT20237-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
RICARDO C. COSTA EIRELI - ME (REQUERIDO)
N.A. VIANA EIRELI - ME (REQUERIDO)
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n° 1059082-72.2019.8.11.0041 Vistos e etc. Trata-se de ação declaratória de inexistência de débito c/c indenização por anos morais c/c tutela provisória de urgmp São Judas Tadeu Ltda. em desfavor de Ricardo C. Costa Eireli e N. A. Viana EireEm síntese narra a inicial que o autor no ano de 2018 adquiriu produtos das rés, nos valores de R$ 616,04, devido a Ricardo C. Costa Eireli e R$ 1.590,00, devido à N. A. Viana, entretanto, deixou de quitar os débitos na data do vencimento, tornando-se inadimplente para com as rés, o que levou o primeiro réu a protestar seu nome junto ao Cartório do 4º Ofício de Cuiabá-MT. Afirma que em agosto de 2018 quitou a dívida, porém, em razão da confusão administrativa existente entre as rés, eis que a primeira pessoa jurídica pertence ao filho e a segunda ao pai, o pagamento de ambos os débitos foi efetuado em conta bancária pertencente à segunda ré, N. A. Viana Eireli, na forma como foi solicitada. Contudo, até a presente data não houve a baixa no protesto efetuado em seu nome e, tentada a solicitação da referida baixa, não obteve êxito em contatar o primeiro réu, obtendo a informação de que a pessoa jurídica faliu, não se sabendo do paradeiro de seu representante, o que vem causando prejuízos. Informa que, a fim de garantir o juízo, efetuou o depósito judicial do valor atualizado do débito. Requer a concessão de tutela antecipada de urgência para determinar a expedição de ofício ao 4º Serviço Notarial de Cuiabá a fim de que seja efetuada baixa no protesto efetuado em seu nome pela dívida no valor de R$ 616,04, cujo pagamento já foi realizado. É o relatório. Decido. Por esta via, pretende o autor a concessão de antecipação de tutela para que seja determinada a retirada de seu nome dos órgãos de restrição creditícia, em razão da dívida consignada em juízo. Assim estabelece o art. 294 do CPC: “Art. 294. A tutela provisória pode fundamentar-se em urgência ou evidência. Parágrafo único. A tutela provisória de urgência, cautelar ou antecipada, pode ser concedida em caráter antecedente ou incidental.” In casu, a pretensão almejada pelo autor, de acordo com a nova sistemática processual, diz respeito à concessão liminar da tutela provisória de urgência, eis que busca uma atuação pronta e eficaz do judiciário. Contudo, para sua concessão faz-se indispensável o preenchimento dos requisitos constantes no art. 300 e parágrafos do CPC, quais sejam: Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. § 1o Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la. § 2o A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia. Nota-se que os requisitos para a concessão da tutela de urgência são a existência de elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, não diferindo muito dos conhecidos requisitos fumus boni iuris e o periculum in mora. Diante destas explanações, verifica-se a possibilidade da concessão da tutela provisória requerida, uma vez que, além de o juízo estar garantido em razão do depósito da quantia atualizada do débito, o perigo de dano é evidente, haja vista que a anotação de restrição de crédito no nome do autor, o impede de realizar compras à crédito, tomar empréstimos bancários, alugar imóveis ou mesmo móveis, etc. Posto isto, presentes os requisitos autorizadores e sendo a medida reversível a qualquer tempo, DEFIRO A TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA, nos termos do art. 294 c/c art. 300, § 2º, do Código de Processo Civil e determino a baixa imediata do protesto em nome do autor em razão da dívida discutida nos autos. Como o depósito já foi feito, oficie-se ao 4º Serviço Notarial de Cuiabá para proceder com a baixa do protesto em nome do autor em relação a esta dívida, até ulterior determinação deste Juízo. Em que pese o disposto no art. 334 do CPC, hoje não há data disponibilizada pelo CEJUSC para a realização da audiência de tentativa de composição. A promoção de acordo pode e deve ser facilitada em qualquer fase processual pelo juízo, quer em audiência de instrução, quer em havendo pedido das partes. Assim, visando que este feito tenha duração razoável e competindo as partes empreender esforços para que o processo se encerre em tempo razoável – arts. 4° e 6° do CPC, deixo de designar a audiência de conciliação. Portanto, velando

pela duração razoável do processo, art. 139, III do CPC, CITE-SE e INTIME-SE o RÉU para oferecimento de defesa, no prazo de quinze dias, com termo inicial previsto no art. 231 do CPC. A ausência de apresentação da peça contestatória acarretará na revelia da parte ré, presumindo-se, neste caso, verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora. Decorrido o prazo para apresentação da contestação, a parte autora deverá ser intimada para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, impugnar a contestação. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 13 de dezembro de 2019. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1057317-66.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
RAFAEL GONZAGA GONCALVES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
SUZINETE COSTA DE ALMEIDA OAB - MT0021291A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Aguas Cuiabá S/A (RÉU)
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n° 1057317-66.2019.8.11.0041 Vistos e etc Trata-se de ação revisional de cobrança de água c/c ação de indenização por danos morais com pedido de tutela de urgência proposta por Rafael Gonzaga Gonçalves contra a Águas de Cuiabá S.A, ambas qualificadas nos autos. Narra o autor que é consumidor dos serviços prestados pela ré, através da unidade consumidora n.º 511478-0, pagando mensalmente uma média de R$ 192,71 pelo fornecimento do serviço. Contudo, recebeu fatura no valor de R$ 566,04, referente ao consumo do mês de novembro/2019, com vencimento para o dia 09/12/2019, quantia esta que considera excessiva e injustificada. Diante disso, postula a concessão de tutela antecipada de urgência para que seja determinada à ré que se abstenha de suspender o fornecimento de água em seu imóvel, bem como que de promover a negativação de seu nome em razão do débito em discussão, sob pena de multa. Determinada a emenda à inicial, o autor atendeu ao chamado (id. 26968555). Os autos vieram conclusos. É o relatório. Decido. Concedo ao autor os benefícios da assistência judiciária gratuita. A tutela almejada pelo autor é regulada pelo art. 294 do CPC/15, que estabelece: "Art. 294. A tutela provisória pode fundamentar-se em urgência ou evidência. Parágrafo único. A tutela provisória de urgência, cautelar ou antecipada, pode ser concedida em caráter antecedente ou incidental." In casu, a pretensão almejada pelo autor, de acordo com a nova sistemática processual, diz respeito à concessão da tutela provisória de urgência, eis que busca uma atuação pronta e eficaz do judiciário. Contudo, para sua concessão faz-se indispensável o preenchimento dos requisitos constantes no art. 300 e parágrafos do CPC, quais sejam: Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. § 1o Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la. § 2o A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia. Nota-se que os requisitos para a concessão da tutela de urgência são a existência de elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, não diferindo muito dos conhecidos requisitos fumus boni iuris e o periculum in mora. Nesse sentido são os ensinamentos dos professores Luiz Guilherme Marinoni, Sérgio Cruz Arenhart e Daniel Mitidiero: "A probabilidade que autoriza o emprego da técnica antecipatória para a tutela dos direitos é a probabilidade lógica – que é aquela que surge da confrontação das alegações e das provas com os elementos disponíveis nos autos, sendo provável a hipótese que encontra maior grau de confirmação e menor grau de refutação nesses elementos. O juiz tem que se convencer de que o direito é provável para conceder tutela provisória. (...) A tutela provisória é necessária simplesmente porque não é possível esperar, sob pena de o ilícito ocorrer, continuar ocorrendo, ocorrer novamente, não ser removido ou de dano não ser reparado ou reparável no futuro. Assim, é preciso ler as expressões perigo de dano e risco ao resultado útil do processo como alusões ao perigo da demora. Vale dizer: há urgência quando a demora pode comprometer a realização imediata ou futura do direito." (Novo código de processo civil – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015. p. 312 e 313.) O autor pode discutir em juízo a fatura referente ao mês de novembro/2019, vencida no dia 09/12/2019 que, segundo ele, não reflete a realidade de seu consumo, máxime se depositar em juízo o valor incontroverso. O perigo de dano é evidente, haja vista que a suspensão do fornecimento de água do autor irá lhe causar diversos transtornos, eis que se trata de um serviço de cunho essencial. Insta consignar, ainda, que o serviço de fornecimento de água é considerado essencial e deve ser prestado pelas concessionárias de forma adequada, eficiente e segura, nos termos do disposto no artigo 22 do Código de Defesa do Consumidor: "Art. 22. Os órgãos públicos, por si ou suas empresas, concessionárias, permissionárias ou sob qualquer outra forma de empreendimento, são obrigados a fornecer serviços adequados, eficientes, seguros e, quanto aos essenciais, contínuos. Parágrafo único. Nos casos de descumprimento, total ou parcial, das obrigações referidas neste artigo, serão as pessoas jurídicas compelidas a cumpri-las e a reparar os danos causados, na forma prevista neste código." Assim, oportunizo ao autor que consigne em juízo em parcela única a quantia que entende incontroversa com relação a referida fatura. Relativo ao pedido de suspensão da restrição creditícia lançada em seu nome em decorrência dos débitos discutidos, o perigo de dano é evidente, haja vista que a anotação de restrição de crédito no nome do autor, o impede de realizar compras à crédito, tomar empréstimos bancários, alugar imóveis ou mesmo móveis, etc. Registro que a medida é reversível a qualquer tempo, sendo que o deferimento da tutela provisória será condicionado à consignação do valor que o autor incontroverso das faturas discutidas. Posto isto, presentes os requisitos autorizadores e sendo a medida reversível a qualquer, DEFIRO A TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA, nos termos do art. 294 c/c art. 300, § 2º, do Código de Processo Civil e determino que a ré se abstenha de suspender o fornecimento de água no imóvel do autor em razão do débito discutido, bem como de incluir o seu nome nos cadastros de inadimplentes. CONDICIONO, todavia, o cumprimento da liminar concedida ao depósito judicial da quantia incontroversa para o mês da fatura em aberto. Comprovado nos autos o depósito judicial da quantia incontroversa pelo autor, intime-se a ré para cumprimento da liminar concedida no prazo de 24 horas, sob pena de multa diária no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais) para o caso de descumprimento, nos termos 297 do CPC. Em que pese o disposto no art. 334 do CPC, hoje não há data disponibilizada pelo CEJUSC para a realização da audiência de tentativa de composição. A promoção de acordo pode e deve ser facilitada em qualquer fase processual pelo juízo, quer em audiência de instrução, quer em havendo pedido das partes. Assim, visando que este feito tenha duração razoável e competindo as partes empreender esforços para que o processo se encerre em tempo razoável – arts. 4° e 6° do CPC, deixo de designar a audiência de conciliação. Portanto, velando pela duração razoável do processo, art. 139, III do CPC, CITE-SE e INTIME-SE o RÉU para oferecimento de defesa, no prazo de quinze dias, com termo inicial previsto no art. 231 do CPC. A ausência de apresentação da peça contestatória acarretará na revelia da parte ré, presumindo-se, neste caso, verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora. Decorrido o prazo para apresentação da contestação, a parte autora deverá ser intimada para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, impugnar a contestação. Cuiabá/MT, 13 de dezembro de 2019. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1057034-43.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MM - EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA - ME (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
LEONARDO PIO DA SILVA CAMPOS OAB - MT7202-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ADIANTE RECEBIVEIS S.A (RÉU)
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ DECISÃO Vistos. Trata-se de ação declaratória de inexistência de relação jurídica e de débitos c/c indenização por danos morais com pedido de tutela de urgência proposta por MM – Equipamentos de Informática Ltda em desfavor de Adiante Recebíveis S.A, ambas qualificadas nos autos. A autora aduz que atua no ramo do comércio de produtos de informática há mais de 08 (oito) anos e que, em maio de 2019, foi vítima de uma fraude

quando um de seus vendedores prestou atendimento por telefone a um suposto cliente que se identificou como Rodrigo, que na oportunidade disse ser funcionário da empresa Lorenzetti, sediada em Tangará da Serra/MT. Afirma que o suposto cliente fez cotação de alguns produtos e que, após as negociações, formalizou o pedido e a solicitação da emissão das notas fiscais para a realização do pagamento e posterior retirada dos equipamentos. Aduz que as notas fiscais foram emitidas e enviadas por e-mail ao então comprador. Contudo, diante da ausência de liquidação das mesmas, entrou em contato com a Empresa Lorenzetti, requerendo o pagamento das notas fiscais, quando foi informado que a empresa não realizou a compra. Conta que, ato contínuo, supondo ter sido vítima de um golpe, registrou boletim de ocorrência e cancelou as notas fiscais e que, passados alguns dias, começou a receber ligações da empresa FMI Securitizadora S.A, questionando o não pagamento do valor antecipado mediante apresentação de nota fiscal, o que foi contestado imediatamente, vez que não manteve qualquer relação jurídica com a primeira ré e, consequentemente, não realizou qualquer antecipação de recebíveis mediante desconto das respectivas notas fiscais emitidas. Destaca que, diante da insistência da primeira ré em lhe imputar um débito não contraído, solicitou o envio do comprovante de negociações e da aludida antecipação de valores relativos ao desconto das notas fiscais. Afirma que, para sua surpresa, lhe foi enviado comprovante de transferência de valores na importância de R$ 30.216,27 (trinta mil, duzentos e dezesseis reais e vinte e sete centavos), para conta aberta indevidamente em seu nome junto ao segundo réu, Banco Triângulo. Conta que, em razão do ocorrido, ingressou com a ação declaratória de inexistência de relação jurídica e débito c/c indenização por danos materiais em face da Empresa FMI Securitizadora S.A. e Banco Triângulo, distribuída sob o n.º 1044876-53.2019.8.11.0041, requerendo em caráter liminar a exclusão de seus dados do Cadastro dos órgãos de proteção ao crédito, o que foi deferido por este Juízo. Ocorre que, após cumprimento da liminar, foi surpreendida com nova inclusão de seus dados no cadastro dos órgãos de proteção ao crédito por um suposto débito no valor de R$ 9.333,00 (nove mil trezentos e trinta e três reais), vencido em 30/08/2019, inserido na data de 26/09/2019, a pedido da ré, que é empresa do mesmo grupo econômico da FMI Securitizadora S.A. Assim, da mesma forma que contesta a realização de qualquer negócio com a empresa FMI Secutirizadora S.A., demandada naqueles autos, nega a realização de qualquer adiantamento de recebíveis junto a ré. Ao final, requer a concessão da tutela antecipada de urgência para que determinada a exclusão de seus dados dos órgãos de proteção ao crédito. É o relatório. Decido. A tutela almejada pela autora é regulada pelo art. 294 do CPC, que estabelece: "Art. 294. A tutela provisória pode fundamentar-se em urgência ou evidência. Parágrafo único. A tutela provisória de urgência, cautelar ou antecipada, pode ser concedida em caráter antecedente ou incidental." In casu, a pretensão almejada pela autora, de acordo com a atual sistemática processual, diz respeito à concessão da tutela provisória de urgência, eis que busca uma atuação pronta e eficaz do judiciário. Contudo, para sua concessão faz-se indispensável o preenchimento dos requisitos constantes no art. 300 e parágrafos do CPC, quais sejam: "Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. § 1o Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la. § 2o A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia." Os requisitos para a concessão da tutela de urgência são a existência de elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, não diferindo muito dos conhecidos requisitos fumus boni iuris e o periculum in mora. In casu, nesta análise de cognição sumária resta evidenciada a verossimilhança das alegações da autora, uma vez que, em princípio, os documentos acostados à inicial, tais como as notas fiscais emitidas e as notas fiscais de devolução (ID. 26717284 e ID. 26717575), o Boletim de Ocorrência (ID. 26717572), e o extrato do Serasa (ID. 26717577) corroboram os fatos aduzidos pela autora, de que os débitos em questão teriam sido contraídos em seu nome mediante fraude. Não obstante, verifica-se do extrato acostado aos autos que o suposto débito que respaldou a inscrição restritiva corresponde ao valor das notas fiscais emitidas à empresa Lorenzetti Ltda, em razão da operação fraudulenta descrita pela autora, o que evidencia a probabilidade do direito. Diante destas explanações, bem como em face dos indícios de que os débitos que originaram as inscrições restritivas lançadas pela ré não foram contraídos pela autora, afigura-se necessária a concessão da tutela provisória requerida, uma vez que demonstrada a inscrição do nome da autora no Serasa pela ré, conforme se infere do extrato de ID. 26717577. O perigo de dano é evidente, haja vista que a inscrição restritiva pode vir a obstar a regular continuidade da atividade comercial desenvolvida pela autora. Posto isto, presentes os requisitos autorizadores e sendo a medida reversível a qualquer tempo, DEFIRO A TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA, nos termos do art. 294 c/c art. 300, § 2º, do Código de Processo Civil e determino a exclusão do nome da autora dos órgãos de restrição ao crédito (SPC/SERASA, BACEN e etc.) com relação ao débito ora discutido (ID. 26717577), sob pena de aplicação de multa diária. Oficie-se ao SERASA, situado na Av. Historiador Rubens de Mendonça, 2254, Salas 1003 a 1005, Ed. American Business Center - Bosque da Saude, Cuiabá - MT, CEP 78050-000, para que proceda à imediata exclusão dos dados da autora de seu cadastro, no prazo de 24horas. Em que pese o disposto no art. 334 do CPC, nesta data não há pauta disponibilizada pelo CEJUSC para a realização da audiência de tentativa de composição neste ano, sendo que o sistema para agendamento para próximo ano está indisponível no momento. Cite-se a ré no endereço indicado para contestar a ação, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 335, III do CPC. A ausência de apresentação da peça contestatória acarretará na revelia da parte ré, presumindo-se, neste caso, verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora. Decorrido o prazo para apresentação da contestação, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, impugnar a contestação. Após, retornem-me os autos conclusos. Expeça-se o necessário. Intimem-se todos. Cumpra-se com urgência por Oficial Plantonista. Cuiabá-MT, 13 de dezembro de 2019. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1012787-74.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ISAURA DE OLIVEIRA CARVALHO (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
Aguas Cuiabá S/A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n° 1012787-74.2019.8.11.0041 Vistos e etc. Trata-se de ação revisional c/c tutela de evidência proposta por Izaura de Oliveira Carvalho em desfavor de Águas Cuiabá S.A. Em síntese narra a autora que é abastecida pela concessionária ré através da unidade consumidora de matrícula n.º 73014-9 e que, após a troca de hidrômetro em seu imóvel passou a receber cobranças em valores elevados, referente a um consumo que não condiz com a realidade. Sustenta que os valores que vem sendo cobrados são abusivos, sendo que observou o mau funcionamento do aparelho e, mesmo tendo efetuado reclamação, não obteve êxito na resolução do problema. Postula a concessão de antecipação de tutela para determinar que a ré se abstenha de suspender o fornecimento de água no imóvel. A autora foi intimada para emendar sua inicial apresentando histórico de débitos e comprovar a alegada ameaça de suspensão, no entanto, deixou de atender ao chamado (id. 22549917). Os autos vieram conclusos. É o relatório. Decido. Por esta via, pretende a autora a concessão de antecipação de tutela para que a ré se abstenha de suspender o fornecimento de água em seu imóvel, ao argumento de que as faturas que estão sendo cobradas são abusivas não havendo razão para o aumento. In casu, a pretensão almejada pela autora, de acordo com a nova sistemática processual, diz respeito à concessão liminar da tutela provisória de urgência, eis que busca uma atuação pronta e eficaz do judiciário. Contudo, para sua concessão faz-se indispensável o preenchimento dos requisitos constantes no art. 300 e parágrafos do CPC, quais sejam: Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. § 1o Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la. § 2o A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia. Nota-se que os

requisitos para a concessão da tutela de urgência são a existência de elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, não diferindo muito dos conhecidos requisitos fumus boni iuris e o periculum in mora. Nesse sentido são os ensinamentos dos professores Luiz Guilherme Marinoni, Sérgio Cruz Arenhart e Daniel Mitidiero: "A probabilidade que autoriza o emprego da técnica antecipatória para a tutela dos direitos é a probabilidade lógica – que é aquela que surge da confrontação das alegações e das provas com os elementos disponíveis nos autos, sendo provável a hipótese que encontra maior grau de confirmação e menor grau de refutação nesses elementos. O juiz tem que se convencer de que o direito é provável para conceder tutela provisória. (...) A tutela provisória é necessária simplesmente porque não é possível esperar, sob pena de o ilícito ocorrer, continuar ocorrendo, ocorrer novamente, não ser removido ou de dano não ser reparado ou reparável no futuro. Assim, é preciso ler as expressões perigo de dano e risco ao resultado útil do processo como alusões ao perigo da demora. Vale dizer: há urgência quando a demora pode comprometer a realização imediata ou futura do direito." (Novo código de processo civil – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015. p. 312 e 313.) Diante destas explanações, verifica-se não ser possível o deferimento do pleito antecipatório, uma vez que não há nos autos elementos suficientes que comprovem a probabilidade do alegado direito da autora, eis que inexiste nos autos prova de que esta vem sofrendo ameaça de corte, tampouco histórico de débitos que possui junto a ré. Com estas considerações e fundamentos, INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA. Nos termos do art. 334 e §§ do CPC, designo audiência de conciliação para o dia 13/04/2020 às 10:30 horas, que será realizada na Central de 1º Grau de Conciliação e Mediação da Comarca de Cuiabá, localizada no Fórum Desembargador José Vidal, sito na rua Desembargador Milton Figueiredo Mendes, s/n, Setor D, Centro Político Administrativo. Intime-se a parte autora para audiência de conciliação, na pessoa de seu advogado. Cite-se e intime-se a parte ré para a audiência de conciliação, respeitando a antecedência legal mínima de 20 (vinte) dias, prevista no art. 334 caput do CPC. Ficam as partes cientes de que o comparecimento acompanhado de advogado é obrigatório e que a ausência injustificada caracteriza ato atentatório à dignidade da justiça a ser sancionado com multa prevista no art. 334, § 8º do CPC. As partes, no entanto, podem constituir representantes por meio de procuração especifica, com poderes para negociar e transigir, conforme dispõe o art. 334, § 10 do CPC. Não havendo autocomposição, o prazo para contestação será de 15 (quinze) dias, iniciando-se a partir da audiência de conciliação, nos termos do art. 335, I do CPC. A ausência de apresentação da peça contestatória acarretará na revelia da parte ré, presumindo-se, neste caso, verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora. Decorrido o prazo para apresentação da contestação, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, impugnar a contestação. Concedo à autora os benefícios da justiça gratuita. Intimem-se todos. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 12 de dezembro de 2019. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1059333-90.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ANTONIO DA SILVA FIRMINO (AUTOR(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (RÉU)
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n° 1059333-90.2019.8.11.0041 Vistos e etc. Trata-se de ação declaratória de ilegalidade, inexistência e inexigibilidade de débito oriundo de fatura de recuperação de consumo e indenização a título de dano moral c/c pedido de tutela de urgência proposta pelo Antonio da Silva Firmino contra Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S.A, ambas qualificadas nos autos. Narra a inicial que o autor é cliente da ré através da UC 6/335032-9 e no mês de abril de 2019 recebeu fatura no valor de R$ 11.523,63 (onze mil quinhentos e vinte e três reais e sessenta e três centavos) referente a recuperação de consumo relativa ao período de abril/2016 a março/2019. Discorda da cobrança imputada, uma vez os valores atribuídos não condizem com a realidade, eis que nunca deu causa a qualquer irregularidade, motivo pelo qual formalizou reclamação pela via administrativa, contudo, não obteve êxito na resolução, sendo suspenso o fornecimento dos serviços em sua unidade consumidora em 19/09/2019. Postula a concessão da tutela provisória de urgência antecipada, para determinar que a ré reestabeleça o fornecimento de energia elétrica em seu imóvel em razão da cobrança referente a recuperação de consumo no valor de R$ 11.523,63 (onze mil quinhentos e vinte e três reais e sessenta e três centavos) que foi parcelada em duas faturas de R$ 926,64 (novecentos e vinte e seis reais e sessenta e quatro centavos) e R$ 10.596,99 (dez mil quinhentos e noventa e seis reais e noventa e nove centavos), devendo ser suspensas as referidas faturas e, ainda, que a ré se abstenha de promover a negativação de seu nome em razão dos débitos discutidos. É o relatório. Decido. Concedo ao autor os benefícios da assistência judiciária gratuita. A pretensão almejada pelo autor diz respeito à concessão liminar da tutela provisória de urgência em caráter antecedente, eis que busca uma atuação pronta e eficaz do judiciário. Para sua concessão faz-se indispensável o preenchimento dos requisitos constantes no art. 300 e parágrafos do CPC, quais sejam: elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Vejamos: "Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo." Nota-se que os requisitos para a concessão da tutela de urgência não diferem muito dos conhecidos requisitos fumus boni iuris e o periculum in mora. A relação em comento é de consumo, cabendo a aplicação das regras do Código de Defesa do Consumidor, o qual dispõe em seu artigo 42 que nenhum consumidor inadimplente será exposto a ridículo por ocasião da cobrança de débitos, nem tampouco submetido à qualquer tipo de constrangimento ou ameaça. In casu, as faturas nos valores de $ 926,64 (novecentos e vinte e seis reais e sessenta e quatro centavos) e R$ 10.596,99 (dez mil quinhentos e noventa e seis reais e noventa e nove centavos), se refere a um consumo recuperado de R$ 11.523,63 (onze mil quinhentos e vinte e três reais e sessenta e três centavos). Ou seja, as faturas pendentes de pagamentos são pretéritas, já que diz respeito à recuperação de consumo não faturado, e, segundo o autor, não condiz com a realidade, discordando dos valores das mesmas. Desta forma, a ré não pode fundamentar a interrupção do fornecimento de energia elétrica na referida UC. Nesse sentido: "RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO - Ação Declaratória de Inexistência de Débito c/c Danos Morais – ENERGIA – COBRANÇA DE DÉBITOS PRETÉRITOSS – IMPOSSIBILIDADE DE SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA – RECURSO PROVIDO.A suspensão de energia elétrica é medida extrema, considerando que o débito ainda está em discussão. Ademais, tratando-se de serviço essencial, maiores os motivos de impedem o referido corte, ante os manifestos prejuízos de decorrentes da privação do consumidor.A interrupção de serviço essencial, que é o caso ora em análise, é admissível tão somente quando motivada pelo pagamento de conta regular, relativa ao mês do consumo.Precedente: "1. O Superior Tribunal de Justiça consagra entendimento no sentido da ilicitude da interrupção, pela concessionária, dos serviços de fornecimento de energia elétrica por dívida pretérita, a título de recuperação de consumo, em face da existência de outros meios legítimos de cobrança de débitos antigos não pagos. 2. Recurso Especial provido. (STJ - REsp: 1682992 SE 2017/0145556-4, Relator: Ministro HERMAN BENJAMIN, Data de Julgamento: 21/09/2017, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 09/10/2017)" (N.U 1005448-90.2019.8.11.0000, CÂMARAS ISOLADAS CÍVEIS DE DIREITO PRIVADO, SEBASTIAO BARBOSA FARIAS, Primeira Câmara de Direito Privado, Julgado em 23/07/2019, Publicado no DJE 25/07/2019) Insta consignar, ainda, que o serviço de fornecimento de energia elétrica é considerado essencial e deve ser prestado pelas concessionárias de forma adequada, eficiente e segura, nos termos do disposto no artigo 22 do Código de Defesa do Consumidor: "Art. 22. Os órgãos públicos, por si ou suas empresas, concessionárias, permissionárias ou sob qualquer outra forma de empreendimento, são obrigados a fornecer serviços adequados, eficientes, seguros e, quanto aos essenciais, contínuos. Parágrafo único. Nos casos de descumprimento, total ou parcial, das obrigações referidas neste artigo, serão as pessoas jurídicas compelidas a cumpri-las e a reparar os danos causados, na forma prevista neste código." Com relação ao pedido da não inclusão do nome do autor dos órgãos de restrição creditícia, o perigo de dano é evidente, haja vista que a negativação do nome das pessoas de forma indevida geram abalo financeiro, prejudicando as relações comerciais e imagem. Registro que a medida é reversível a qualquer tempo. Posto isto e, presentes os requisitos autorizadores, DEFIRO A

TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA, nos termos do art. 294 c/c art. 300, § 2º, do Código de Processo Civil e determino que a ré reestabeleça o fornecimento de energia elétrica na Unidade Consumidora 6/335032-9, em razão das faturas discutidas nos autos, bem como se abstenha de promover a inclusão do nome do autor nos órgãos de restrição creditícia. Intime-se a ré para cumprimento da liminar concedida em 24 horas, sob pena de multa diária no valor de R$1.000,00 (um mil reais) para o caso de descumprimento. Nos termos do art. 334 e §§ do CPC, designo audiência de conciliação para o dia 13/04/2020 às 11:30 horas, que será realizada na Central de 1º Grau de Conciliação e Mediação da Comarca de Cuiabá, localizada no Fórum Desembargador José Vidal, sito na rua Desembargador Milton Figueiredo Mendes, s/n, Setor D, Centro Político Administrativo. Intime-se a parte autora para audiência de conciliação, na pessoa de seu advogado. Cite-se e intime-se a parte ré para a audiência de conciliação, respeitando a antecedência legal mínima de 20 (vinte) dias, prevista no art. 334 caput do CPC. Ficam as partes cientes de que o comparecimento acompanhado de advogado é obrigatório e que a ausência injustificada caracteriza ato atentatório à dignidade da justiça a ser sancionado com multa prevista no art. 334, § 8º do CPC. As partes, no entanto, podem constituir representantes por meio de procuração especifica, com poderes para negociar e transigir, conforme dispõe o art. 334, § 10 do CPC. Não havendo autocomposição, o prazo para contestação será de 15 (quinze) dias, iniciando-se a partir da audiência de conciliação, nos termos do art. 335, I do CPC. A ausência de apresentação da peça contestatória acarretará na revelia da parte ré, presumindo-se, neste caso, verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora. Decorrido o prazo para apresentação da contestação, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, impugnar a contestação. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 12 de dezembro de 2019. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1024756-86.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
DANIELA LEICO NISHIZAWA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
NELSON PEDROSO JUNIOR OAB - MT11266-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARIA MINERVINA ARANTES (RÉU)
JOAO BATISTA PEREIRA (RÉU)
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n° 1024756-86.2019.8.11.0041 Vistos e etc. Daniela Leico Nishizawa ajuizou ação de obrigação de fazer com posterior outorga definitiva c/c preceito cominatório e pedido de tutela específica com liminar contra João Batista Pereira e Maria Minervina Arantes postulando a concessão da tutela de urgência para determinar a averbação da existência de demanda na matrícula do imóvel sob. 46.751, do Cartório do 2º Ofício de Cuiabá. Infere-se dos autos que em outubro de 2002, a autora adquiriu dos réus a área rural, situada na Sesmaria Aricazinho, denominada Fazenda Águas Claras, localizada na Estrada da Ponte de Ferro Velha, KM 28 em Cuiabá/MT, matricula n.º 46.751, Livro 41-M, fls. 01 do 5º Serviço Notarial e Registro de Imóveis da 2ª Circunscrição Imobiliária da capital. No entanto, seu irmão, Gustavo Toshio Nishizara, procedeu a escrituração da área em seu nome, o que ensejou o ajuizamento de ação de anulação de escritura pública que tramitou perante o juízo da 2ª Vara Cível (processo n.º 37983-44.2011.811.0041), tendo sido julgado procedente o seu pedido com a determinação de anulação da escritura lavrada junto ao 5º Serviço Notarial e Registro de Imóveis da 2ª Circunscrição Imobiliária de Cuiabá-MT. Informa que em que pese sentença judicial que determinou a anulação da escrituração feita por Gustavo Toshio Nishizara e, mesmo diante do conhecimento pelos réus de que a referida área foi adquirida pela autora, estes se negam injustificadamente a confeccionar nova escritura de compra e venda em seu nome, motivo pelo qual os notificou extrajudicialmente, entretanto, não obteve êxito no atendimento de sua solicitação. A autora comprovou o recolhimento das custas iniciais (id. 20779981). Os autos me vieram conclusos. É o breve relatório. Decido. Para a concessão da tutela provisória de urgência, faz-se indispensável o preenchimento dos requisitos constantes no art. 300 e parágrafos do CPC, quais sejam: probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, os quais não diferem muito dos conhecidos requisitos fumus boni iuris e o periculum in mora. In casu, infere-se dos autos a necessidade de dar a terceiros o conhecimento acerca da existência desta lide, razão pela qual entendo prudente averbar a existência desta ação judicial na matrícula do imóvel adquirido. Ressalto ainda que, de acordo com os documentos acostados à inicial, em especial o a cópia da sentença transitada em julgado e proferida no processo que tramitou perante a 2ª Vara Cível Especializada em Direito Agrário de Cuiabá (ID 20776332), resta evidente a probabilidade do direito da autora. Registro que a averbação à margem da matrícula do imóvel não terá a capacidade, por si só, de inibir a realização de negócios jurídicos, porém, é certo que dará a terceiros o necessário conhecimento acerca do litígio, prevenindo responsabilidades e resguardando direitos. Nesse sentido é o entendimento dos Tribunais, inclusive o de Mato Grosso, conforme ementas que a seguir colaciono: "AGRAVO DE INSTRUMENTO - PROTESTO CONTRA ALIENAÇÃO DE BENS - AVERBAÇÃO NO REGISTRO DE IMÓVEIS - POSSIBILIDADE - PODER GERAL DE CAUTELA DO JUIZ - RECURSO PROVIDO - SETNENÇA DE EXTINÇÃO SEM MÉRITO REFORMADA. É possível a averbação, no Cartório de Registro de Imóveis, de protesto contra alienação de bens, medida que decorre do poder geral de cautela do juiz. (REsp n. 146.942-SP/ EREsp 440837/RS e REsp 78.038/SE) e desse Tribunal de Justiça (Agravos números 20660/2010 e 61.851/2008). " (TJMT. Ap, 52385/2011, DES. GUIOMAR TEODORO BORGES, SEXTA CÂMARA CÍVEL, Data do Julgamento 11/01/2012, Data da publicação no DJE 27/01/2012). Grifo nosso. Posto isto, DEFIRO O PEDIDO DE CONCESSÃO LIMINAR DA TUTELA DE URGÊNCIA e determino a expedição de ofício ao 2º Serviço Notarial e Registral da Comarca de Cuiabá – MT, para fazer constar a averbação acerca da existência desta ação judicial (n. 1024756-86.2019.8.11.0041.) à margem do imóvel matriculado sob n. 46.751. Nos termos do art. 334 e §§ do CPC, designo audiência de conciliação para o dia 14/04/2020 às 08:00 horas, que será realizada na Central de 1º Grau de Conciliação e Mediação da Comarca de Cuiabá, localizada no Fórum Desembargador José Vidal, sito na rua Desembargador Milton Figueiredo Mendes, s/n, Setor D, Centro Político Administrativo. Intime-se a parte autora para audiência de conciliação, na pessoa de seu advogado. Cite-se e intime-se a parte ré para a audiência de conciliação, respeitando a antecedência legal mínima de 20 (vinte) dias, prevista no art. 334 caput do CPC. Ficam as partes cientes de que o comparecimento acompanhado de advogado é obrigatório e que a ausência injustificada caracteriza ato atentatório à dignidade da justiça a ser sancionado com multa prevista no art. 334, § 8º do CPC. As partes, no entanto, podem constituir representantes por meio de procuração especifica, com poderes para negociar e transigir, conforme dispõe o art. 334, § 10 do CPC. Não havendo autocomposição, o prazo para contestação será de 15 (quinze) dias, iniciando-se a partir da audiência de conciliação, nos termos do art. 335, I do CPC. A ausência de apresentação da peça contestatória acarretará na revelia da parte ré, presumindo-se, neste caso, verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora. Decorrido o prazo para apresentação da contestação, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, impugnar a contestação. Intimem-se. Cuiabá/MT, 12 de dezembro de 2019. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1059280-12.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
S. M. O. (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
WENDEL LACERDA OLIVEIRA OAB - 474.225.051-68 (REPRESENTANTE)
BELMIRO GONCALVES DE CASTRO OAB - RO2193-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FCA FIAT CHRYSLER AUTOMOVEIS BRASIL LTDA. (RÉU)
DOMANI PRIME DISTRIBUIDORA DE VEICULOS E PECAS LTDA (RÉU)
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Vistos etc. Por motivo de foro íntimo, me declaro suspeita para apreciar e decidir este processo, nos termos do art. 145, §1º do CPC. Encaminhe-se ao meu substituto. Cuiabá, 13 de dezembro de 2019. ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-59 EMBARGOS DE TERCEIRO
Processo Número: 1020577-12.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:

OSCAR LEONEL (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ HENRIQUE DE OLIVEIRA NETTO OAB - MT4160-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
HERMELINO ALVES NETO (EMBARGADO)
EMPREENDIMENTOS CUIABA DE IMOVEIS LIMITADA - ME (EMBARGADO)
MARCELO ANGELO DE MACEDO (EMBARGADO)
JANE CORREA DE ARRUDA (EMBARGADO)
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n° 1020577-12.2019.8.11.0041 Vistos e etc. Trata-se de embargos de terceiro com pedido de medida liminar opostos por Oscar Leonel em desfavor de Marcelo Angelo de Macedo, Empreendimentos Cuiabá de Imóveis Ltda, Jane Correa de Arruda e Hermilino Alves Neto, todos qualificados. O embargante relata que em 03/03/2015 adquiriu o imóvel objeto da ação de rescisão contratual com pedido de reparação de danos materiais (processo n.º 1001585-71.2017.8.11.0041), livre e desembaraçado de qualquer ônus, tendo sido lavrada, em 05/08/2015, a respectiva escritura. Afirma que o imóvel foi adquirido de boa-fé, sendo que solicitou e apresentou certidões negativas expedidas pelas justiças Estadual e Federal, inexistindo impedimentos para a transferência do imóvel. Alega que o pedido do embargado Marcelo Angelo de Macedo para que fosse efetuada averbação na matrícula do imóvel objeto do litigio causou e tem lhe causado prejuízos, eis que existe ameaça de constrição indevida do bem, sendo que, anteriormente ao ajuizamento da ação principal, já era o legítimo possuidor do imóvel. Requer o recebimento dos embargos, com a concessão de liminar para determinar o cancelamento da averbação referente ao processo n.º 1001585-71.2017.8.11.0041 sobre o imóvel objeto da lide. Intimado para emendar a inicial, o autor atendeu ao chamado comprovando sua hipossuficiência e incluindo no polo ativo a Sra. Maria da Conceição Ferreira da Costa Leonel, a qual se habilitou nos autos (id. 20729677, 20729680, 20729682, 20729681, 20729687, 20729688). Os autos vieram conclusos. É o relatório. Decido. Defiro a emenda à inicial. Inclua-se no polo ativo da demanda Maria da Conceição Ferreira da Costa Leonel. Atualizem-se as informações das partes no sistema. Concedo aos embargantes os benefícios da assistência judiciária gratuita. De acordo com a sistemática processual, a concessão liminar da tutela provisória de urgência depende do preenchimento concomitante dos requisitos constantes no art. 300 e parágrafos do CPC, quais sejam: elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Sobre o assunto ensinam os professores Luiz Guilherme Marinoni, Sérgio Cruz Arenhart e Daniel Mitidiero: "A tutela provisória é necessária simplesmente porque não é possível esperar, sob pena de o ilícito ocorrer, continuar ocorrendo, ocorrer novamente, não ser removido ou de dano não ser reparado ou reparável no futuro. Assim, é preciso ler as expressões perigo de dano e risco ao resultado útil do processo como alusões ao perigo da demora. Vale dizer: há urgência quando a demora pode comprometer a realização imediata ou futura do direito." (Novo código de processo civil – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015. p. 313.) In casu, o embargante afirma ter adquirido da embargada Empreendimentos Cuiabá de Imóveis Ltda. o lote n.º 10, quadra 36, com área total de 554,01 M2, registrado sob a matrícula de n.º 53.473, fl. 140/1, Cartório 6º Ofício Notarial e Registro de Imóveis de Cuiabá, em 03 de março de 2015, obtendo em agosto de 2015 escritura pública do referido imóvel. Da análise do processo n. 1001585-71.2017.8.11.0041, nota-se que Marcelo Angelo de Macedo também afirma ter adquirido da embargada Empreendimentos Cuiabá de Imóveis Ltda. o lote n.º 10, quadra 36, situado no Parque Universitário em Cuiabá/MT, tendo efetuado todos os pagamentos referente a sua aquisição e, contudo, não obteve a transferência do bem, em razão da má-fé da embargada Empreendimentos Cuiabá, o que o levou a postular a rescisão do contrato de promessa compra e venda com ela firmado e, liminarmente, a averbação às margens da matrícula do bem. Nesta análise de cognição sumária, percebe-se que, aparentemente, a embargada Empreendimentos Cuiabá de Imóveis Ltda. alienou o mesmo imóvel à pessoas diversas, conforme se infere dos contratos de compra e venda colacionados tanto nestes autos quanto no processo n. 1001585-71.2017.8.11.0041 e demais documentos que os instruem. Entretanto, não há nos autos demonstração de que a espera para a baixa na averbação determinada sobre o imóvel em questão poderá comprometer o resultado útil do processo, pois, como é cediço, para a concessão da tutela provisória de urgência faz-se imprescindível a existência cumulada dos requisitos. Nesse sentido: "AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO – TUTELA DE URGÊNCIA – BAIXA DOS APONTAMENTOS – AUSÊNCIA DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA A CONCESSÃO DA LIMINAR – DECISÃO MANTIDA – RECURSO DESPROVIDO. A concessão da medida antecipatória se condiciona à existência de probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Considerando que a Agravante possui outros apontamentos nos cadastros de proteção ao crédito que são originários de credores diversos, inexiste perigo da demora de modo a possibilitar a concessão da liminar em sede de tutela de urgência." CLARICE CLAUDINO DA SILVA, SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 15/08/2018, Publicado no DJE 16/08/2018) Também não há demonstração de que o cancelamento da averbação na matrícula do imóvel que, ressalto, possui unicamente o objetivo de dar a terceiros ciência da ação judicial que versa sobre o bem, possa causar prejuízos ao embargante que não demonstrou de maneira convincente qual o perigo da não concessão de seu pedido. Diante destas explanações, não sendo vislumbrado perigo de dano que justifique a concessão liminar da tutela provisória pretendida, o indeferimento da liminar é medida que, por ora, se impõe. Com estas considerações e fundamentos, INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA. Em que pese o disposto no art. 334 do CPC, nesta data não há pauta disponibilizada pelo CEJUSC para a realização da audiência de tentativa de composição neste ano, sendo que o sistema para agendamento para próximo ano está indisponível no momento. A promoção de acordo pode e deve ser facilitada em qualquer fase processual pelo juízo, quer em audiência de instrução, quer em havendo pedido das partes. Assim, visando que este feito tenha duração razoável e competindo as partes empreender esforços para que o processo se encerre em tempo razoável – arts. 4° e 6° do CPC, deixo de designar a audiência de conciliação. Portanto, velando pela duração razoável do processo, art. 139, III do CPC, CITE-SE e INTIMEM-SE os embargados para oferecimento de defesa, no prazo de quinze dias, com termo inicial previsto no art. 679 do CPC. Decorrido o prazo para apresentação da defesa, a parte autora deverá ser intimada para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, apresentar impugnação Promova a vinculação destes autos ao de n. 1014355-28.2019.8.11.0041. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 13 de dezembro de 2019. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1020918-38.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE UBIRAJARA DE ARRUDA NETO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ANTONIO TERTULIANO RODRIGUES JUNIOR OAB - MT12819-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PROCREDI FOMENTO MERCANTIL LTDA. (RÉU)
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n° 1020918-38.2019.8.11.0041 Vistos e etc. Trata-se de ação declaratória de nulidade de aval em contrato de confissão de dívida e nota promissória com pedido de tutela de urgência e exibição de documentos proposta por Jose Ubirajara de Arruda Neto contra Procredi Fomento Mercantil Ltda. Narra o autor que em 21/09/2017 foi coagido pela ré a assinar como avalista Instrumento de Confissão de Dívida no valor de R$ 754.274,18 (setecentos e cinquenta e quatro mil duzentos e setenta e quatro reais e dezoito centavos), com vencimento para o dia 21/08/2018, tendo como devedor principal Jonas Ubirajara de Arruda. Sustenta a nulidade do referido aval, eis que oposto em contrato ilícito em razão da coação sofrida. Em razão disso postula o deferimento de tutela de urgência para determinar à ré que se abstenha de protestar seu nome em razão do contrato objeto da discussão, bem como para que esta apresente contrato original de confissão de dívida e a respectiva nota promissória, além dos registros das operações que resultaram no valor estipulado. Determinada a emenda a inicial, o autor atendeu ao chamado, incluindo no polo passivo Jonas Ubirajara de Arruda (id. 20907603). Os autos vieram conclusos. É o relatório. Decido. Defiro a emenda e inicial e consequentemente concedo ao autor os benefícios da justiça gratuita.

Diante da inclusão de Jonas Ubirajara de Arruda no polo passivo, inclua-se as devidas informações no sistema. A tutela almejada pelo autor é regulada pelo art. 294 do CPC/15, que estabelece: "Art. 294. A tutela provisória pode fundamentar-se em urgência ou evidência. Parágrafo único. A tutela provisória de urgência, cautelar ou antecipada, pode ser concedida em caráter antecedente ou incidental." In casu, a pretensão almejada pelo autor, de acordo com a nova sistemática processual, diz respeito à concessão da tutela provisória de urgência, eis que busca uma atuação pronta e eficaz do judiciário. Contudo, para sua concessão faz-se indispensável o preenchimento dos requisitos constantes no art. 300 e parágrafos do CPC, quais sejam: Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. § 1o Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la. § 2o A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia. Nota-se que os requisitos para a concessão da tutela de urgência são a existência de elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, não diferindo muito dos conhecidos requisitos fumus boni iuris e o periculum in mora. Nesse sentido são os ensinamentos dos professores Luiz Guilherme Marinoni, Sérgio Cruz Arenhart e Daniel Mitidiero: "A probabilidade que autoriza o emprego da técnica antecipatória para a tutela dos direitos é a probabilidade lógica – que é aquela que surge da confrontação das alegações e das provas com os elementos disponíveis nos autos, sendo provável a hipótese que encontra maior grau de confirmação e menor grau de refutação nesses elementos. O juiz tem que se convencer de que o direito é provável para conceder tutela provisória. (...) A tutela provisória é necessária simplesmente porque não é possível esperar, sob pena de o ilícito ocorrer, continuar ocorrendo, ocorrer novamente, não ser removido ou de dano não ser reparado ou reparável no futuro. Assim, é preciso ler as expressões perigo de dano e risco ao resultado útil do processo como alusões ao perigo da demora. Vale dizer: há urgência quando a demora pode comprometer a realização imediata ou futura do direito." (Novo código de processo civil – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015. p. 312 e 313.) Nota-se dos autos que não há documentos e provas que autorizem, nesta quadra processual, o deferimento da tutela almejada pelo autor eis que, conforme narrado, este figura como avalista no contrato que pretende a anulação, sob o argumento de que foi coagido a firmar sua assinatura. Contudo, a discussão objeto da presente demanda exige dilação probatória. Ressalto, ainda, que o protesto é ato formal e solene pelo qual se prova descumprimento de obrigação originada em documentos de dívida, inexistindo, nesse juízo de cognação sumária, causa para o acolhimento do pedido formulado em sede de tutela. Assim, como não restou demonstrado os requisitos autorizadores da tutela, esta deve ser indeferida nos termos da jurisprudência do TJMT: EMENTAAGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR ACIDENTE DE TRÂNSITO – FIXAÇÃO DANOS MATERIAIS – NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA – MEIO IMPRÓPRIO – BENEFÍCIO RECEBIDO POR ÓRGÃO PRÓPRIO – DECISÃO MANTIDA – RECURSO DESPROVIDO. Para a concessão da Tutela Antecipada é necessário que se façam presentes os requisitos do Art. 300 do CPC, quais sejam, evidente probabilidade do direito, perigo de dano e risco ao resultado do processo, ausentes, com necessidade de dilação probatória, esta deve ser indeferida. MARIA HELENA GARGAGLIONE PÓVOAS, SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 13/06/2018, Publicado no DJE 25/06/2018) AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO ORDINÁRIA – DANOS MATERIAIS – INEXECUÇÃO DE CONTRATO - LIMINAR CONCEDIDA – BLOQUEIO JUDICIAL DE VALOR –- POSSIBILIDADE – ARTIGO 273 CPC – PRESENÇA DE REQUISITOS ESSENCIAIS PARA CONCESSÃO DE TUTELA ANTECIPADA – PROVA INEQUÍVOCA – FUNDADO RECEIO DE DANO IRREPARÁVEL OU DE DIFÍCIL REPARAÇÃO - MATÉRIA QUE DEMANDA DILAÇÃO PROBATÓRIA - DECISÃO MANTIDA – RECURSO DESPROVIDO. (...) Não demonstrado os requisitos para suspensão da decisão que concedeu a liminar, por estar ausente a existência de lesão ou relevância dos fundamentos, aliado ao fato da demanda ser complexa que exige dilação probatória, bem como a documentação carreada aos autos não é suficientemente forte para assegurar relevância nos fundamentos do recurso, este deve ser desprovido. (AI 36597/2015, DESA. NILZA MARIA PÔSSAS DE CARVALHO, QUARTA CÂMARA CÍVEL, Julgado em 06/10/2015, Publicado no DJE 15/10/2015) De igual modo, inexiste justificativa para que nessa fase seja determinada a apresentação dos documentos solicitados pelo autor, sendo necessário aguardar o contraditório. Com estas considerações e fundamentos, INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA. Em que pese o disposto no art. 334 do CPC, nesta data não há pauta disponibilizada pelo CEJUSC para a realização da audiência de tentativa de composição neste ano, sendo que o sistema para agendamento para próximo ano está indisponível no momento. A promoção de acordo pode e deve ser facilitada em qualquer fase processual pelo juízo, quer em audiência de instrução, quer em havendo pedido das partes. Assim, visando que este feito tenha duração razoável e competindo as partes empreender esforços para que o processo se encerre em tempo razoável – arts. 4° e 6° do CPC, deixo de designar a audiência de conciliação. Portanto, velando pela duração razoável do processo, art. 139, III do CPC, CITE-SE e INTIME-SE o RÉU para oferecimento de defesa, no prazo de quinze dias, com termo inicial previsto no art. 231 do CPC. A ausência de apresentação da peça contestatória acarretará na revelia da parte ré, presumindo-se, neste caso, verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora. Decorrido o prazo para apresentação da contestação, a parte autora deverá ser intimada para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, impugnar a contestação. Cuiabá/MT, 13 de dezembro de 2019. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1059538-22.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LIDIO FRAZAO DE ALMEIDA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
CANDIDO NISVALDO FRANCA COELHO JUNIOR OAB - MT25057-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BMG S.A (RÉU)
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n° 1059538-22.2019.8.11.0041 Vistos e etc. Trata-se de ação declaratória de inexistência de débito c/c repetição de indébito c/c indenização por danos morais e pedido de tutela antecipada proposta Lidio Frazão de Almeida em desfavor do Banco BMG S.A. Em síntese, relata o autor que tomou conhecimento de descontos indevidos sendo efetuados em sua folha de pagamento, referentes a cartão de crédito que nunca contratou. Afirma que mensalmente vem sendo descontada quantia de R$ 467,01 (quatrocentos e sessenta e sete reais) desde o ano de 2014. Diante disso, postula a concessão da tutela provisória de urgência para que seja determinado que o réu se abstenha de promover descontos em folha de pagamento referentes ao cartão de crédito não contratado, bem como para que apresente o contrato que originou os descontos. É o relatório. Decido. Concedo ao autor os benefícios da assistência judiciária gratuita. Por esta via, pretende o autor a concessão de antecipação de tutela para que o réu se abstenha de efetuar descontos em sua conta, eis que não contratou cartão de crédito que tem dado ensejo aos referidos descontos. In casu, a pretensão almejada pelo autor, de acordo com a nova sistemática processual, diz respeito à concessão liminar da tutela provisória de urgência, eis que busca uma atuação pronta e eficaz do judiciário. Contudo, para sua concessão faz-se indispensável o preenchimento dos requisitos constantes no art. 300 e parágrafos do CPC, quais sejam: Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. § 1o Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la. § 2o A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia. Nota-se que os requisitos para a concessão da tutela de urgência são a existência de elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, não diferindo muito dos conhecidos requisitos fumus boni iuris e o periculum in mora. Nesse sentido são os ensinamentos dos professores Luiz Guilherme Marinoni, Sérgio Cruz Arenhart e Daniel Mitidiero: "A probabilidade que autoriza o emprego da técnica antecipatória para a tutela dos direitos é a probabilidade lógica –

que é aquela que surge da confrontação das alegações e das provas com os elementos disponíveis nos autos, sendo provável a hipótese que encontra maior grau de confirmação e menor grau de refutação nesses elementos. O juiz tem que se convencer de que o direito é provável para conceder tutela provisória. (...) A tutela provisória é necessária simplesmente porque não é possível esperar, sob pena de o ilícito ocorrer, continuar ocorrendo, ocorrer novamente, não ser removido ou de dano não ser reparado ou reparável no futuro. Assim, é preciso ler as expressões perigo de dano e risco ao resultado útil do processo como alusões ao perigo da demora. Vale dizer: há urgência quando a demora pode comprometer a realização imediata ou futura do direito." (Novo código de processo civil – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015. p. 312 e 313.) Diante destas explanações, verifica-se não ser possível o deferimento do pleito antecipatório, uma vez que não há nos autos elementos suficientes que comprovem o perigo da demora, eis que, conforme se nota dos documentos acostados aos autos e do alegado pelo autor na inicial, os descontos iniciaram-se em 2014, sendo que somente neste momento o autor decidiu impugná-los, não restando demonstrada a necessidade de se conceder a tutela pleiteada. De igual modo, inexiste justificativa para determinar ao réu que apresente os documentos solicitados em sede de antecipação de tutela, eis que não há prejuízo em aguardar o contraditório para a juntada dos referidos documentos. Com estas considerações e fundamentos, INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA. Em que pese o disposto no art. 334 do CPC, nesta data não há pauta disponibilizada pelo CEJUSC para a realização da audiência de tentativa de composição neste ano, sendo que o sistema para agendamento para próximo ano está indisponível no momento. A promoção de acordo pode e deve ser facilitada em qualquer fase processual pelo juízo, quer em audiência de instrução, quer em havendo pedido das partes. Assim, visando que este feito tenha duração razoável e competindo as partes empreender esforços para que o processo se encerre em tempo razoável – arts. 4° e 6° do CPC, deixo de designar a audiência de conciliação. Portanto, velando pela duração razoável do processo, art. 139, III do CPC, CITE-SE e INTIME-SE o RÉU para oferecimento de defesa, no prazo de quinze dias, com termo inicial previsto no art. 231 do CPC. A ausência de apresentação da peça contestatória acarretará na revelia da parte ré, presumindo-se, neste caso, verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora. Decorrido o prazo para apresentação da contestação, a parte autora deverá ser intimada para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, impugnar a contestação. Cuiabá/MT, 13 de dezembro de 2019. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Sentença

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1023390-12.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
KLEBER RODRIGO CORREA DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SILVA FERREIRA OAB - MT20957-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ QUINTA VARA CÍVEL Processo n. 1023390-12.2019.8.11.0041 SENTENÇA KLEBER RODRIGO CORREA DA SILVA propôs ação de cobrança de benefício do seguro obrigatório c/c indenização por danos morais em face de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA, ambos devidamente qualificados, objetivando a indenização referente ao seguro obrigatório por invalidez permanente, ao argumento que foi vítima de acidente automobilístico em 22 de dezembro de 2018, o que resultou na incapacidade parcial permanente. A parte autora foi submetida a exame pericial na Central de Conciliação. A parte ré contestou a ação arguindo as preliminares de ilegitimidade passiva, adequação do valor da causa e falta de interesse de agir pela ausência de requerimento administrativo. No mérito, sustenta a improcedência do pedido de indenização por danos morais, defende a inexistência de prova da suposta invalidez, o qual se verifica a lesão sofrida, quantificação e irreversibilidade, sustentando a necessidade da realização da prova pericial. Postula, que caso seja condenada ao pagamento do seguro, que seja de acordo com a proporção da invalidez. Impugna os juros, correção monetária e os honorários advocatícios. A parte autora apresentou impugnação à contestação. É o relatório. Decido. Trata-se de ação de cobrança ajuizada por KLEBER RODRIGO CORREA DA SILVA em face de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA. Preliminares Rejeito a preliminar de ilegitimidade passiva, uma vez que todas as seguradoras conveniadas ao consórcio das sociedades seguradoras são corresponsáveis pelo pagamento da indenização do seguro obrigatório à vítima de acidente de trânsito, não havendo que se falar em responsabilidade exclusiva da Seguradora Líder (TJMT, APL 93075/2013). Igualmente, rejeito a preliminar de adequação do valor da causa, eis que em ações de cobrança de seguro obrigatório - DPVAT, a parte somente saberá o valor exato a que faz jus após se submeter à perícia, motivo pelo qual, assim como ocorre nas demandas em que se busca indenização por dano moral, a quantia requerida na exordial é meramente estimativa. Outrossim, rejeito a preliminar de ausência do interesse de agir, tendo em vista que a simples apresentação de contestação arguindo matérias de mérito é documento hábil de comprovar a resistência da parte ré em analisar o caso dos segurados (TJMT, Ap 88175/2016). Ademais, não há necessidade da parte esgotar a via administrativa para possibilitar seu ingresso em Juízo, sob pena de violação do direito constitucional de acesso ao Judiciário. Superadas as preliminares arguidas e sendo despicienda a produção de outras provas, eis que a avaliação médica acostada aos autos foi realizada com a anuência das partes e é prova técnica conclusiva, passo ao julgamento antecipado da lide. Mérito A lei de regência da matéria tratada nos autos será aquela em vigor na data da ocorrência do sinistro, sendo vedada a aplicação retroativa de lei posterior. De acordo com o artigo 3º, da Lei 6.194/1974, a vítima de acidente automobilístico faz jus a indenização securitária, em caso de morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, sendo suficiente como prova, a demonstração do sinistro e dano dele decorrente. Não obstante a unilateralidade do boletim de ocorrência, os demais documentos apresentados pela parte autora e anexados à exordial validam expressamente as informações nele contidas, uma vez que seguem o mesmo sentido, ou seja, lesões oriundas de acidente de motocicleta, o que foi devidamente confirmado pelo laudo pericial. Portanto, não há indícios da inocorrência do acidente registrado, pelo contrário. Superada a necessidade de comprovação da ocorrência do fato, resta a demonstração do dano dele decorrente. À medida que o laudo pericial foi conclusivo ao indicar o fato narrado como causa exclusiva da lesão identificada, não há que se falar em ausência de nexo causal. A indenização do Seguro/DPVAT deve se basear no grau de invalidez da vítima, bastando o reconhecimento pelo expert da invalidez permanente para assegurar à vítima o pagamento do valor indenizatório. A perícia, realizada por médico perito da Central de Conciliação e Mediação desta Capital, com a anuência das partes, concluiu que a parte autora possui lesão no membro inferior direito computada em 75% (ID 25300895). Neste caso, para lesão em membros inferiores o percentual é de 70%, dessa forma 75% de 70%, corresponde a 52,5%, devendo o pagamento da indenização respeitar a proporcionalidade das lesões. Provada a incapacidade e o acidente automobilístico surge o dever de indenizar. A indenização deve ser paga na forma do inciso II, do artigo 3º, da Lei n. 6.194/1974, acrescida da redação da Lei n. 11.482/2007, estabelece que, para as hipóteses de invalidez permanente, como é o caso dos autos, de até R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) do valor indenizatório. Deste modo, a indenização deve corresponder a 52,5% do valor de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), ou seja, R$ 7.087,50 (sete mil e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), incidindo sobre esse valor a correção monetária e juros de mora. Quanto ao termo inicial da cobrança dos juros de mora, consoante a Súmula n. 426 do Superior Tribunal de Justiça "Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação." Relativo à correção monetária, deverá incidir a partir do momento em que o pagamento do benefício passou a ser devido, aplicando-se os índices do INPC, que melhor reflete a desvalorização da moeda. A parte autora pugna, também, pela condenação da ré a indenização por dano moral sustentando ter sofrido prejuízos. É certo que o dano moral em alguns casos pode ser presumido. Neste, é evidente que não. Para a condenação de alguém ao pagamento de dano moral são necessários os pressupostos da responsabilidade civil: o dano – especialmente, a ocorrência a ofensa de algum direito de personalidade do

sujeito, eis que inerente à pessoa humana, intransmissíveis irrenunciáveis -, a culpa do agente e o nexo de causalidade. É indispensável para a caraterização do dano moral que o ato apontado como ofensivo seja suficiente a causar prejuízo. No caso em tela, tenho que não restaram caracterizados os danos morais, já que a parte autora não comprovou que teve abalo em algum dos atributos da sua personalidade em função do ocorrido. Nesse sentido o entendimento do E. TJMT no julgamento do recurso de apelação n. 1037055-32.2018.8.11.0041. Diante do exposto, o pedido de indenização por dano moral não merece ser acolhido. Posto isto, nos termos do artigo 487, inciso I do CPC, julgo parcialmente procedente com resolução de mérito os pedidos da ação proposta por KLEBER RODRIGO CORREA DA SILVA em face de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA, para condenar a ré a pagar à parte autora a título de indenização do seguro obrigatório DPVAT o montante de R$ 7.087,50 (sete mil e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), devidamente corrigido com juros de mora de 1% ao mês a partir da citação, e correção monetária da data do evento danoso. Pela sucumbência, condeno a seguradora ré ao pagamento das custas e despesas processuais, além de honorários advocatícios, ora arbitrados em 15% do valor da condenação (art. 85, § 2º do CPC). Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos remetendo-os à Central de Arrecadação. P. R. I. Cumpra-se. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1020535-31.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
SILVANA BONUMETO SALES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MURILO FERREIRA BLANCO OAB - MT18713-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUCIMAR CRISTINA GIMENEZ CANO OAB - MT8506-A (ADVOGADO(A))
MARCIO HENRIQUE PEREIRA CARDOSO OAB - MT7659-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ QUINTA VARA CÍVEL Processo n. 1020535-31.2017.8.11.0041 SENTENÇA SILVANA BONUMETO SALES propôs ação de cobrança de benefício do seguro obrigatório em face de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA, ambos devidamente qualificados, objetivando a indenização referente ao seguro obrigatório por invalidez permanente, ao argumento que foi vítima de acidente automobilístico em 06 de maio de 2017, o que resultou na incapacidade parcial permanente. A autora foi submetida a exame pericial na Central de Conciliação. A parte ré contestou a ação requerendo, preliminarmente, a inclusão da Seguradora Líder como representante processual e arguindo as preliminares de falta de interesse de agir pela ausência de requerimento administrativo e comprovante de residência em nome de terceiro. No mérito, defende a inexistência de prova da suposta invalidez, o qual se verifica a lesão sofrida, quantificação e irreversibilidade, sustentando a necessidade da realização da prova pericial. Postula, que caso seja condenada ao pagamento do seguro, que seja de acordo com a proporção da invalidez. Impugna os juros, correção monetária e os honorários advocatícios. A autora apresentou impugnação à contestação. É o relatório. Decido. Trata-se de ação de cobrança ajuizada por SILVANA BONUMETO SALES em face de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA. Indefiro o pedido de inclusão da Seguradora Líder como representante processual, uma vez que todas as seguradoras conveniadas ao consórcio das sociedades seguradoras são corresponsáveis pelo pagamento da indenização do seguro obrigatório à vítima de acidente de trânsito (TJMT, APL 93075/2013). Preliminares A preliminar de falta de interesse de agir sob o argumento de que a autora não realizou o requerimento de indenização do seguro obrigatório via administrativa não merece prosperar, tendo em vista que a parte juntou aos autos cópia do requerimento administrativo carimbado pela sucursal da seguradora em Mato Grosso. Ademais, a ausência de entrega da documentação necessária à regulação do sinistro não impede a resolução do feito, em razão da resistência administrativa caracterizada em Juízo com a contestação de mérito (TJMT, Ap 35425/2017). Rejeito a preliminar de ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo por ausência de comprovante de residência do autor para fixação do foro, eis que, conforme previsto no art. 46 c/c 53, III, “a” do CPC, este tem a discricionariedade de escolher o foro para a propositura da ação, seja em seu domicilio, ou no domicilio do réu. Superadas as preliminares arguidas e sendo despicienda a produção de outras provas, eis que a avaliação médica acostada aos autos foi realizada com a anuência das partes e é prova técnica conclusiva, passo ao julgamento antecipado da lide. Mérito A lei de regência da matéria tratada nos autos será aquela em vigor na data da ocorrência do sinistro, sendo vedada a aplicação retroativa de lei posterior. De acordo com o artigo 3º, da Lei 6.194/1974, a vítima de acidente automobilístico faz jus a indenização securitária, em caso de morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, sendo suficiente como prova, a demonstração do sinistro e dano dele decorrente. Não obstante a unilateralidade do boletim de ocorrência, os demais documentos apresentados pela parte autora e anexados à exordial validam expressamente as informações nele contidas, uma vez que seguem o mesmo sentido, ou seja, lesões oriundas de acidente de motocicleta, o que foi devidamente confirmado pelo laudo pericial. Portanto, não há indícios da inocorrência do acidente registrado, pelo contrário. Superada a necessidade de comprovação da ocorrência do fato, resta a demonstração do dano dele decorrente. À medida que o laudo pericial foi conclusivo ao indicar o fato narrado como causa exclusiva da lesão identificada, não há que se falar em ausência de nexo causal. A indenização do Seguro/DPVAT deve se basear no grau de invalidez da vítima, bastando o reconhecimento pelo expert da invalidez permanente para assegurar à vítima o pagamento do valor indenizatório. A perícia, realizada por médico perito da Central de Conciliação e Mediação desta Capital, com a anuência das partes, concluiu que a parte autora possui lesão no punho direito computada em 50% (ID 24513564). Neste caso, para a perda da mobilidade de um dos punhos o percentual é de 25%. Dessa forma 50% de 25%, corresponde a 12,5%, devendo o pagamento da indenização respeitar a proporcionalidade da lesão. Provada a incapacidade e o acidente automobilístico surge o dever de indenizar. A indenização deve ser paga na forma do inciso II, do artigo 3º, da Lei n. 6.194/1974, acrescida da redação da Lei n. 11.482/2007, estabelece que, para as hipóteses de invalidez permanente, como é o caso dos autos, de até R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) do valor indenizatório. Deste modo, a indenização deve corresponder a 12,5% do valor de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), ou seja, R$ 1.687,50 (mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), incidindo sobre esse valor a correção monetária e juros de mora. Quanto ao termo inicial da cobrança dos juros de mora, consoante a Súmula n. 426 do Superior Tribunal de Justiça “Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.” Relativo à correção monetária, deverá incidir a partir do momento em que o pagamento do benefício passou a ser devido, aplicando-se os índices do INPC, que melhor reflete a desvalorização da moeda. Posto isto, nos termos do artigo 487, inciso I do CPC, julgo parcialmente procedente com resolução de mérito os pedidos da ação proposta por SILVANA BONUMETO SALES em face de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA, para condenar a ré a pagar à parte autora a título de indenização do seguro obrigatório DPVAT o montante de R$ 1.687,50 (mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), devidamente corrigido com juros de mora de 1% ao mês a partir da citação, e correção monetária da data do evento danoso. Pela sucumbência, condeno a seguradora ré ao pagamento das custas e despesas processuais, além de honorários advocatícios, que fixo em R$ 800,00 (art. 85, § 8º do CPC). Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos remetendo-os à Central de Arrecadação. P. R. I. Cumpra-se. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1021796-31.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ILSON AMARO DA CRUZ (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA LUIZA ALAMINO BELLINCANTA OAB - MT9333-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUCIMAR CRISTINA GIMENEZ CANO OAB - MT8506-A (ADVOGADO(A))

JACKSON FREIRE JARDIM DOS SANTOS OAB - MT26992-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ QUINTA VARA CÍVEL Processo n. 1021796-31.2017.8.11.0041 SENTENÇA ILSON AMARO DA CRUZ propôs ação de cobrança de benefício do seguro obrigatório em face de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA, ambos devidamente qualificados, objetivando a indenização referente ao seguro obrigatório por invalidez permanente, ao argumento que foi vítima de acidente automobilístico em 06 de maio de 2017, o que resultou na incapacidade parcial permanente. O autor foi submetido a exame pericial na Central de Conciliação. A parte ré contestou a ação requerendo, preliminarmente, a inclusão da seguradora Líder no polo passivo da demanda e arguindo a preliminar de falta de interesse de agir pela ausência de requerimento administrativo. No mérito, defende a inexistência de prova da suposta invalidez, o qual se verifica a lesão sofrida, quantificação e irreversibilidade, sustentando a necessidade da realização da prova pericial. Postula, que caso seja condenada ao pagamento do seguro, que seja de acordo com a proporção da invalidez. Impugna os juros, correção monetária e os honorários advocatícios. O autor apresentou impugnação à contestação. É o relatório. Decido. Trata-se de ação de cobrança ajuizada por ILSON AMARO DA CRUZ em face de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA. Indefiro o pedido de inclusão da Seguradora Líder como representante processual, uma vez que todas as seguradoras conveniadas ao consórcio das sociedades seguradoras são corresponsáveis pelo pagamento da indenização do seguro obrigatório à vítima de acidente de trânsito (TJMT, APL 93075/2013). Preliminares A preliminar de falta de interesse de agir sob o argumento de que o autor não realizou o requerimento de indenização do seguro obrigatório via administrativa não merece prosperar, tendo em vista que a parte juntou aos autos cópia do requerimento administrativo carimbado pela sucursal da seguradora em Mato Grosso. Ademais, a ausência de entrega da documentação necessária à regulação do sinistro não impede a resolução do feito, em razão da resistência administrativa caracterizada em Juízo com a contestação de mérito (TJMT, Ap 35425/2017). Superadas as preliminares arguidas e sendo despicienda a produção de outras provas, eis que a avaliação médica acostada aos autos foi realizada com a anuência das partes e é prova técnica conclusiva, passo ao julgamento antecipado da lide. Mérito A lei de regência da matéria tratada nos autos será aquela em vigor na data da ocorrência do sinistro, sendo vedada a aplicação retroativa de lei posterior. De acordo com o artigo 3º, da Lei 6.194/1974, a vítima de acidente automobilístico faz jus a indenização securitária, em caso de morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, sendo suficiente como prova, a demonstração do sinistro e dano dele decorrente. Não obstante a unilateralidade do boletim de ocorrência, os demais documentos apresentados pela parte autora e anexados à exordial validam expressamente as informações nele contidas, uma vez que seguem o mesmo sentido, ou seja, lesões oriundas de acidente de motocicleta, o que foi devidamente confirmado pelo laudo pericial. Portanto, não há indícios da inocorrência do acidente registrado, pelo contrário. Superada a necessidade de comprovação da ocorrência do fato, resta a demonstração do dano dele decorrente. À medida que o laudo pericial foi conclusivo ao indicar o fato narrado como causa exclusiva da lesão identificada, não há que se falar em ausência de nexo causal. A indenização do Seguro/DPVAT deve se basear no grau de invalidez da vítima, bastando o reconhecimento pelo expert da invalidez permanente para assegurar à vítima o pagamento do valor indenizatório. A perícia, realizada por médico perito da Central de Conciliação e Mediação desta Capital, com a anuência das partes, concluiu que a parte autora possui lesão na estrutura crânio facial computada em 25% (ID 23036403). Neste caso, para lesão de órgãos e estruturas crânio-faciais o percentual é de 100%, dessa forma 25% de 100%, corresponde a 25%, devendo o pagamento da indenização respeitar a proporcionalidade das lesões. Provada a incapacidade e o acidente automobilístico surge o dever de indenizar. A indenização deve ser paga na forma do inciso II, do artigo 3º, da Lei n. 6.194/1974, acrescida da redação da Lei n. 11.482/2007, estabelece que, para as hipóteses de invalidez permanente, como é o caso dos autos, de até R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) do valor indenizatório. Deste modo, a indenização deve corresponder a 25% do valor de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), ou seja, R$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais), incidindo sobre esse valor a correção monetária e juros de mora. Quanto ao termo inicial da cobrança dos juros de mora, consoante a Súmula n. 426 do Superior Tribunal de Justiça "Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação." Relativo à correção monetária, deverá incidir a partir do momento em que o pagamento do benefício passou a ser devido, aplicando-se os índices do INPC, que melhor reflete a desvalorização da moeda. Posto isto, nos termos do artigo 487, inciso I do CPC, julgo parcialmente procedente com resolução de mérito os pedidos da ação proposta por ILSON AMARO DA CRUZ em face de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA, para condenar a ré a pagar à parte autora a título de indenização do seguro obrigatório DPVAT o montante de R$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais), devidamente corrigido com juros de mora de 1% ao mês a partir da citação, e correção monetária da data do evento danoso. Pela sucumbência, condeno a seguradora ré ao pagamento das custas e despesas processuais, além de honorários advocatícios, que fixo em R$ 800,00 (art. 85, § 8º do CPC). Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos remetendo-os à Central de Arrecadação. P. R. I. Cumpra-se. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1026600-42.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
KARINE BEATRIZ DE ALMEIDA SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SAULO DALTRO MOREIRA SILVA OAB - MT10208-O (ADVOGADO(A))
Lemir Feguri OAB - MT10335-N (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUIZ HENRIQUE VIEIRA OAB - MT26417-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ QUINTA VARA CÍVEL Processo n. 1026600-42.2017.8.11.0041 SENTENÇA KARINE BEATRIZ DE ALMEIDA SANTOS propôs ação de cobrança de benefício do seguro obrigatório em face de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, ambos devidamente qualificados, objetivando a indenização referente ao seguro obrigatório por invalidez permanente, ao argumento que foi vítima de acidente automobilístico em 03 de junho de 2017, o que resultou na incapacidade parcial permanente. A autora foi submetida a exame pericial na Central de Conciliação. A parte ré contestou a ação requerendo, preliminarmente, a inclusão da Seguradora Líder como representante processual e arguindo a preliminar de falta de interesse de agir pela ausência de requerimento administrativo. No mérito, defende a inexistência de prova da suposta invalidez, o qual se verifica a lesão sofrida, quantificação e irreversibilidade, sustentando a necessidade da realização da prova pericial. Postula, que caso seja condenada ao pagamento do seguro, que seja de acordo com a proporção da invalidez. Impugna os juros, correção monetária e os honorários advocatícios. A autora apresentou impugnação à contestação. É o relatório. Decido. Trata-se de ação de cobrança ajuizada por KARINE BEATRIZ DE ALMEIDA SANTOS em face de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS. Indefiro o pedido de inclusão da Seguradora Líder como representante processual, uma vez que todas as seguradoras conveniadas ao consórcio das sociedades seguradoras são corresponsáveis pelo pagamento da indenização do seguro obrigatório à vítima de acidente de trânsito (TJMT, APL 93075/2013). Preliminares A preliminar de falta de interesse de agir sob o argumento de que a autora não realizou o requerimento de indenização do seguro obrigatório via administrativa não merece prosperar, tendo em vista que a parte juntou aos autos cópia do requerimento administrativo carimbado pela sucursal da seguradora em Mato Grosso. Ademais, a ausência de entrega da documentação necessária à regulação do sinistro não impede a resolução do feito, em razão da resistência administrativa caracterizada em Juízo com a contestação de mérito (TJMT, Ap 35425/2017). Superadas as preliminares arguidas e sendo despicienda a produção de outras provas, eis que a avaliação médica acostada aos autos foi realizada com a anuência das partes e é prova técnica conclusiva, passo ao julgamento antecipado da lide. Mérito A lei de regência da matéria tratada nos autos será aquela em

vigor na data da ocorrência do sinistro, sendo vedada a aplicação retroativa de lei posterior. De acordo com o artigo 3º, da Lei 6.194/1974, a vítima de acidente automobilístico faz jus a indenização securitária, em caso de morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, sendo suficiente como prova, a demonstração do sinistro e dano dele decorrente. Não obstante a unilateralidade do boletim de ocorrência, os demais documentos apresentados pela parte autora e anexados à exordial validam expressamente as informações nele contidas, uma vez que seguem o mesmo sentido, ou seja, lesões oriundas de acidente de motocicleta, o que foi devidamente confirmado pelo laudo pericial. Portanto, não há indícios da inocorrência do acidente registrado, pelo contrário. Superada a necessidade de comprovação da ocorrência do fato, resta a demonstração do dano dele decorrente. À medida que o laudo pericial foi conclusivo ao indicar o fato narrado como causa exclusiva da lesão identificada, não há que se falar em ausência de nexo causal. A indenização do Seguro/DPVAT deve se basear no grau de invalidez da vítima, bastando o reconhecimento pelo expert da invalidez permanente para assegurar à vítima o pagamento do valor indenizatório. A perícia, realizada por médico perito da Central de Conciliação e Mediação desta Capital, com a anuência das partes, concluiu que a parte autora possui lesão no 5º dedo da mão esquerda computada em 25% (ID 25757611). Neste caso, para lesão em qualquer dos dedos das mãos o percentual é de 10%. Dessa forma 25% de 10%, corresponde a 2,5%, devendo o pagamento da indenização respeitar a proporcionalidade da lesão. Provada a incapacidade e o acidente automobilístico surge o dever de indenizar. A indenização deve ser paga na forma do inciso II, do artigo 3º, da Lei n. 6.194/1974, acrescida da redação da Lei n. 11.482/2007, estabelece que, para as hipóteses de invalidez permanente, como é o caso dos autos, de até R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) do valor indenizatório. Deste modo, a indenização deve corresponder a 2,5% do valor de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), ou seja, R$ 337,50 (trezentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos), incidindo sobre esse valor a correção monetária e juros de mora. Quanto ao termo inicial da cobrança dos juros de mora, consoante a Súmula n. 426 do Superior Tribunal de Justiça "Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação." Relativo à correção monetária, deverá incidir a partir do momento em que o pagamento do benefício passou a ser devido, aplicando-se os índices do INPC, que melhor reflete a desvalorização da moeda. Posto isto, nos termos do artigo 487, inciso I do CPC, julgo parcialmente procedente com resolução de mérito os pedidos da ação proposta por KARINE BEATRIZ DE ALMEIDA SANTOS em face de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, para condenar a ré a pagar à parte autora a título de indenização do seguro obrigatório DPVAT o montante de R$ 337,50 (trezentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos), devidamente corrigido com juros de mora de 1% ao mês a partir da citação, e correção monetária da data do evento danoso. Pela sucumbência, condeno a seguradora ré ao pagamento das custas e despesas processuais, além de honorários advocatícios, que fixo em R$ 800,00 (art. 85, § 8º do CPC). Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos remetendo-os à Central de Arrecadação. P. R. I. Cumpra-se. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1031808-07.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CELINA RODRIGUES PARABA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCOS ANTONIO SILVA DE LIMA OAB - MT19919-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ QUINTA VARA CÍVEL Processo n. 1031808-07.2017.8.11.0041 SENTENÇA CELINA RODRIGUES PARABA propôs ação de cobrança de diferença de benefício do seguro obrigatório em face de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA, ambos devidamente qualificados, objetivando a indenização referente ao seguro obrigatório por invalidez permanente, ao argumento que foi vítima de acidente automobilístico em 08 de fevereiro de 2015, o que resultou na incapacidade parcial permanente. A autora foi submetida a exame pericial na Central de Conciliação. A parte ré contestou a ação arguindo as preliminares de ilegitimidade passiva e falta de interesse de agir pelo pagamento realizado na esfera administrativa. No mérito, sustenta a improcedência do pedido ante a satisfação da pretensão da autora administrativamente, defende a inexistência de prova da suposta invalidez, o qual se verifica a lesão sofrida, quantificação e irreversibilidade, sustentando a necessidade da realização da prova pericial. Postula, que caso seja condenada ao pagamento do seguro, que seja de acordo com a proporção da invalidez. Impugna os juros, correção monetária e os honorários advocatícios. A autora apresentou impugnação à contestação. É o relatório. Decido. Trata-se de ação de cobrança ajuizada por CELINA RODRIGUES PARABA em face de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA. Preliminares Rejeito a preliminar de ilegitimidade passiva, uma vez que todas as seguradoras conveniadas ao consórcio das sociedades seguradoras são corresponsáveis pelo pagamento da indenização do seguro obrigatório à vítima de acidente de trânsito, não havendo que se falar em responsabilidade exclusiva da Seguradora Líder (TJMT, APL 93075/2013). Igualmente, rejeito a preliminar de carência da ação pela falta de interesse de agir, sob argumento de que já realizou o pagamento da indenização a autora administrativamente, uma vez que o adimplemento parcial do seguro não obsta o pleito judicial do complemento do valor. Superadas as preliminares arguidas e sendo despicienda a produção de outras provas, eis que a avaliação médica acostada aos autos foi realizada com a anuência das partes e é prova técnica conclusiva, passo ao julgamento antecipado da lide. Mérito A lei de regência da matéria tratada nos autos será aquela em vigor na data da ocorrência do sinistro, sendo vedada a aplicação retroativa de lei posterior. De acordo com o artigo 3º, da Lei 6.194/1974, a vítima de acidente automobilístico faz jus a indenização securitária, em caso de morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, sendo suficiente como prova, a demonstração do sinistro e dano dele decorrente. Não obstante a unilateralidade do boletim de ocorrência, os demais documentos apresentados pela parte autora e anexados à exordial validam expressamente as informações nele contidas, uma vez que seguem o mesmo sentido, ou seja, lesões oriundas de acidente de motocicleta, o que foi devidamente confirmado pelo laudo pericial. Portanto, não há indícios da inocorrência do acidente registrado, pelo contrário. Superada a necessidade de comprovação da ocorrência do fato, resta a demonstração do dano dele decorrente. À medida que o laudo pericial foi conclusivo ao indicar o fato narrado como causa exclusiva da lesão identificada, não há que se falar em ausência de nexo causal. A indenização do Seguro/DPVAT deve se basear no grau de invalidez da vítima, bastando o reconhecimento pelo expert da invalidez permanente para assegurar à vítima o pagamento do valor indenizatório. A perícia, realizada por médico perito da Central de Conciliação e Mediação desta Capital, com a anuência das partes, concluiu que a parte autora possui lesão no ombro direito computada em 75% (ID 20335194). Neste caso, para a perda da mobilidade de um dos ombros o percentual é de 25%. Dessa forma 75% de 25%, corresponde a 18,75%, devendo o pagamento da indenização respeitar a proporcionalidade da lesão. Provada a incapacidade e o acidente automobilístico surge o dever de indenizar. A indenização deve ser paga na forma do inciso II, do artigo 3º, da Lei n. 6.194/1974, acrescida da redação da Lei n. 11.482/2007, estabelece que, para as hipóteses de invalidez permanente, como é o caso dos autos, de até R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) do valor indenizatório. Deste modo, a indenização deve corresponder a 18,75% do valor de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), ou seja, R$ 2.531,25 (dois mil quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos), incidindo sobre esse valor a correção monetária e juros de mora. No caso, a autora recebeu administrativamente a quantia de R$ 1.687,50 (mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos). Portanto, abatendo a quantia recebida, a autora faz jus, ainda, ao recebimento de R$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos) referente ao sinistro ocorrido em 08/02/2015. Quanto ao termo inicial da cobrança dos juros de mora, consoante a Súmula n. 426 do Superior Tribunal de Justiça "Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação." Relativo à correção monetária, deverá incidir a partir do momento em que o pagamento do benefício passou a ser devido, aplicando-se os índices do INPC, que melhor reflete a desvalorização da moeda. Posto isto, nos termos do artigo 487, inciso I do CPC, julgo parcialmente procedente com resolução de mérito os pedidos

da ação proposta por CELINA RODRIGUES PARABA em face de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA, para condenar a ré a pagar à parte autora a título de indenização do seguro obrigatório DPVAT o montante de R$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos), devidamente corrigido com juros de mora de 1% ao mês a partir da citação, e correção monetária da data do evento danoso. Pela sucumbência, condeno a seguradora ré ao pagamento das custas e despesas processuais, além de honorários advocatícios, que fixo em R$ 800,00 (art. 85, § 8º do CPC). Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos remetendo-os à Central de Arrecadação. P. R. I. Cumpra-se. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1033625-09.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BIANCA JOSE DA SILVA BRANDAO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
RAFAEL KRUEGER OAB - MT12058-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCIO HENRIQUE PEREIRA CARDOSO OAB - MT7659-O (ADVOGADO(A))
LUCIMAR CRISTINA GIMENEZ CANO OAB - MT8506-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ QUINTA VARA CÍVEL Processo n. 1033625-09.2017.8.11.0041 SENTENÇA BIANCA JOSE DA SILVA BRANDAO propôs ação de cobrança de benefício do seguro obrigatório em face de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA, ambos devidamente qualificados, objetivando a indenização referente ao seguro obrigatório por invalidez permanente, ao argumento que foi vítima de acidente automobilístico em 07 de julho de 2017, o que resultou na incapacidade parcial permanente. A autora foi submetida a exame pericial na Central de Conciliação. A parte ré contestou a ação requerendo, preliminarmente, a inclusão da Seguradora Líder como representante processual e arguindo as preliminares de falta de interesse de agir pela ausência de requerimento administrativo e comprovante de residência em nome de terceiro. No mérito, defende a inexistência de prova da suposta invalidez, o qual se verifica a lesão sofrida, quantificação e irreversibilidade, sustentando a necessidade da realização da prova pericial. Postula, que caso seja condenada ao pagamento do seguro, que seja de acordo com a proporção da invalidez. Impugna os juros, correção monetária e os honorários advocatícios. A autora apresentou impugnação à contestação. É o relatório. Decido. Trata-se de ação de cobrança ajuizada por BIANCA JOSE DA SILVA BRANDAO em face de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA. Indefiro o pedido de inclusão da Seguradora Líder como representante processual, uma vez que todas as seguradoras conveniadas ao consórcio das sociedades seguradoras são corresponsáveis pelo pagamento da indenização do seguro obrigatório à vítima de acidente de trânsito (TJMT, APL 93075/2013). Preliminares A preliminar de falta de interesse de agir sob o argumento de que a autora não realizou o requerimento de indenização do seguro obrigatório via administrativa não merece prosperar, tendo em vista que a parte juntou aos autos cópia do requerimento administrativo carimbado pela sucursal da seguradora em Mato Grosso. Ademais, a ausência de entrega da documentação necessária à regulação do sinistro não impede a resolução do feito, em razão da resistência administrativa caracterizada em Juízo com a contestação de mérito (TJMT, Ap 35425/2017). Rejeito a preliminar de ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo por ausência de comprovante de residência do autor para fixação do foro, eis que, conforme previsto no art. 46 c/c 53, III, “a” do CPC, este tem a discricionariedade de escolher o foro para a propositura da ação, seja em seu domicilio, ou no domicilio do réu. Superadas as preliminares arguidas e sendo despicienda a produção de outras provas, eis que a avaliação médica acostada aos autos foi realizada com a anuência das partes e é prova técnica conclusiva, passo ao julgamento antecipado da lide. Mérito A lei de regência da matéria tratada nos autos será aquela em vigor na data da ocorrência do sinistro, sendo vedada a aplicação retroativa de lei posterior. De acordo com o artigo 3º, da Lei 6.194/1974, a vítima de acidente automobilístico faz jus a indenização securitária, em caso de morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, sendo suficiente como prova, a demonstração do sinistro e dano dele decorrente. Não obstante a unilateralidade do boletim de ocorrência, os demais documentos apresentados pela parte autora e anexados à exordial validam expressamente as informações nele contidas, uma vez que seguem o mesmo sentido, ou seja, lesões oriundas de acidente de motocicleta, o que foi devidamente confirmado pelo laudo pericial. Portanto, não há indícios da inocorrência do acidente registrado, pelo contrário. Superada a necessidade de comprovação da ocorrência do fato, resta a demonstração do dano dele decorrente. À medida que o laudo pericial foi conclusivo ao indicar o fato narrado como causa exclusiva da lesão identificada, não há que se falar em ausência de nexo causal. A indenização do Seguro/DPVAT deve se basear no grau de invalidez da vítima, bastando o reconhecimento pelo expert da invalidez permanente para assegurar à vítima o pagamento do valor indenizatório. A perícia, realizada por médico perito da Central de Conciliação e Mediação desta Capital, com a anuência das partes, concluiu que a parte autora possui lesão na estrutura crânio facial computada em 10% e no joelho direito computada em 50% (ID 25485751). Neste caso, para lesão de órgãos e estruturas crânio-faciais o percentual é de 100%, dessa forma, 10% de 100% corresponde a 10%. Para a perda da mobilidade do joelho o percentual é de 25%. Dessa forma 50% de 25%, corresponde a 12,5%. Somando-se as lesões, tem-se o percentual total de 22,5%, devendo o pagamento da indenização respeitar a proporcionalidade das lesões. Provada a incapacidade e o acidente automobilístico surge o dever de indenizar. A indenização deve ser paga na forma do inciso II, do artigo 3º, da Lei n. 6.194/1974, acrescida da redação da Lei n. 11.482/2007, estabelece que, para as hipóteses de invalidez permanente, como é o caso dos autos, de até R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) do valor indenizatório. Deste modo, a indenização deve corresponder a 22,5% do valor de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), ou seja, R$ 3.037,50 (três mil e trinta e sete reais e cinquenta centavos), incidindo sobre esse valor a correção monetária e juros de mora. Quanto ao termo inicial da cobrança dos juros de mora, consoante a Súmula n. 426 do Superior Tribunal de Justiça “Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.” Relativo à correção monetária, deverá incidir a partir do momento em que o pagamento do benefício passou a ser devido, aplicando-se os índices do INPC, que melhor reflete a desvalorização da moeda. Posto isto, nos termos do artigo 487, inciso I do CPC, julgo parcialmente procedente com resolução de mérito os pedidos da ação proposta por BIANCA JOSE DA SILVA BRANDAO em face de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA, para condenar a ré a pagar à parte autora a título de indenização do seguro obrigatório DPVAT o montante de R$ 3.037,50 (três mil e trinta e sete reais e cinquenta centavos), devidamente corrigido com juros de mora de 1% ao mês a partir da citação, e correção monetária da data do evento danoso. Pela sucumbência, condeno a seguradora ré ao pagamento das custas e despesas processuais, além de honorários advocatícios, que fixo em R$ 800,00 (art. 85, § 8º do CPC). Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos remetendo-os à Central de Arrecadação. P. R. I. Cumpra-se. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1042588-69.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
FELLIPE FERREIRA VALLE (AUTOR(A))
FERNANDA ANTUNES COELHO VALLE (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
LEANDRO ALVES DE OLIVEIRA JUNIOR OAB - MT6949-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
HESA 115 - INVESTIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
LARISSA SILVA ALVES DOS SANTOS OAB - PR59659-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

Vistos e etc. Trata-se de embargos de declaração opostos por Fellipe

Ferreira Valle e Fernanda Antunes Coelho Valle em face da decisão de ID. 26524356, que intimou as partes para especificarem as provas que pretendem produzir. Os embargantes sustentam que a decisão é omissa, pois deixou de determinar o cumprimento do acórdão oriundo do Agravo de Instrumento de nº 1002827-23.2019.811.0000. Os autos vieram conclusos. É o relatório. Decido. De início, destaco que em consulta ao recibo de envio acostado aos autos do processo nº 1002827-23.2019.811.0000, verifiquei que o acórdão em questão não foi remetido ao gabinete deste juízo, o que inviabilizou o imediato cumprimento da determinação exarada pelo órgão colegiado. Assim, razão assiste aos embargantes pois, de fato, ainda não restou determinado o cumprimento da decisão proferida. Com efeito, o órgão colegiado acolheu os Embargos de Declaração em sede de Agravo de Instrumento de nº 1002827-23.2019.811.0000, e determinou a restituição do percentual de 80% das parcelas pagas, em prazo e modo a serem assinalados por este Juízo (ID. 24167490). Portanto, impõe-se o acolhimento dos embargos opostos, a fim de que seja dada efetividade à determinação proferida. Dessa forma, ACOLHO os aclaratórios, atribuindo-lhe efeitos modificativos, para determinar à ré que restitua aos autores o valor equivalente a 80% (oitenta por cento) das parcelas pagas por força do contrato em discussão, devidamente atualizadas com juros de mora de 1% ao mês e correção monetária pelo índice INPC, a partir da citação, no prazo de 05 (cinco) dias. No mais, permanece a decisão da forma lançada. Intimem-se. Cuiabá, 13 de dezembro de 2019. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1021545-13.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
GERALDO JOSE COSTA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
WENDER JOSE DA COSTA OAB - MT19158/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ROXANA CRISTINA CARDOSO CAMPOS (EXECUTADO)
PEDRO MARTINS QUELIM NETO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n° 1021545-13.2017.8.11.0041 Vistos e etc. GERALDO JOSE COSTA ajuizou execução em desfavor de PEDRO MARTINS QUELIM NETO e outros. A inicial foi instruída com diversos documentos. O exequente desistiu do feito (ID 20526377) antes de os executados serem citados. Os autos vieram conclusos. É o relatório. Decido. Assim, nos termos do art. 200, parágrafo único do CPC, homologo a desistência e, em consequência, JULGO EXTINTO o processo sem resolução de mérito, com fundamento no artigo 485, inciso VIII, do mesmo diploma legal. Custas pelo executado. Sem honorários. Após o trânsito em julgado, arquive-se com baixa na distribuição. P. R. I. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 13 de dezembro de 2019. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1012199-04.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
KLEYBER MAGALHAES DE JESUS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO(A))
LUCIMAR CRISTINA GIMENEZ CANO OAB - MT8506-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ QUINTA VARA CÍVEL Processo n. 1012199-04.2018.8.11.0041 SENTENÇA KLEYBER MAGALHAES DE JESUS propôs ação de cobrança de benefício do seguro obrigatório em face de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA, ambos devidamente qualificados, objetivando a indenização referente ao seguro obrigatório por invalidez permanente, ao argumento que foi vítima de acidente automobilístico em 19 de março de 2018, o que resultou na incapacidade parcial permanente. O autor foi submetido a exame pericial na Central de Conciliação. A parte ré contestou a ação requerendo, preliminarmente, a inclusão da seguradora Líder no polo passivo da demanda e arguindo as preliminares de falta de interesse de agir pela ausência de requerimento administrativo e comprovante de residência em nome de terceiro. No mérito, defende a inexistência de prova da suposta invalidez, o qual se verifica a lesão sofrida, quantificação e irreversibilidade, sustentando a necessidade da realização da prova pericial. Postula, que caso seja condenada ao pagamento do seguro, que seja de acordo com a proporção da invalidez. Impugna os juros, correção monetária e os honorários advocatícios. O autor apresentou impugnação à contestação. É o relatório. Decido. Trata-se de ação de cobrança ajuizada por KLEYBER MAGALHAES DE JESUS em face de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA. Indefiro o pedido de inclusão da Seguradora Líder como representante processual, uma vez que todas as seguradoras conveniadas ao consórcio das sociedades seguradoras são corresponsáveis pelo pagamento da indenização do seguro obrigatório à vítima de acidente de trânsito (TJMT, APL 93075/2013). Preliminares A preliminar de falta de interesse de agir sob o argumento de que o autor não realizou o requerimento de indenização do seguro obrigatório via administrativa não merece prosperar, tendo em vista que a parte juntou aos autos cópia do requerimento administrativo carimbado pela sucursal da seguradora em Mato Grosso. Ademais, a ausência de entrega da documentação necessária à regulação do sinistro não impede a resolução do feito, em razão da resistência administrativa caracterizada em Juízo com a contestação de mérito (TJMT, Ap 35425/2017). Rejeito a preliminar de ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo por ausência de comprovante de residência do autor para fixação do foro, eis que, conforme previsto no art. 46 c/c 53, III, “a” do CPC, este tem a discricionariedade de escolher o foro para a propositura da ação, seja em seu domicilio, ou no domicilio do réu. Quanto a impugnação dos documentos juntados pelo autor, razão não assiste à seguradora ré, vez que da análise acurada dos autos verifica-se que a assinatura do autor no instrumento de procuração é semelhante a assinatura exarada no laudo de avaliação médica realizado perante a Central de Conciliação. Superadas as preliminares arguidas e sendo despicienda a produção de outras provas, eis que a avaliação médica acostada aos autos foi realizada com a anuência das partes e é prova técnica conclusiva, passo ao julgamento antecipado da lide. Mérito A lei de regência da matéria tratada nos autos será aquela em vigor na data da ocorrência do sinistro, sendo vedada a aplicação retroativa de lei posterior. De acordo com o artigo 3º, da Lei 6.194/1974, a vítima de acidente automobilístico faz jus a indenização securitária, em caso de morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, sendo suficiente como prova, a demonstração do sinistro e dano dele decorrente. Não obstante a unilateralidade do boletim de ocorrência, os demais documentos apresentados pela parte autora e anexados à exordial validam expressamente as informações nele contidas, uma vez que seguem o mesmo sentido, ou seja, lesões oriundas de acidente de motocicleta, o que foi devidamente confirmado pelo laudo pericial. Portanto, não há indícios da inocorrência do acidente registrado, pelo contrário. Superada a necessidade de comprovação da ocorrência do fato, resta a demonstração do dano dele decorrente. À medida que o laudo pericial foi conclusivo ao indicar o fato narrado como causa exclusiva da lesão identificada, não há que se falar em ausência de nexo causal. A indenização do Seguro/DPVAT deve se basear no grau de invalidez da vítima, bastando o reconhecimento pelo expert da invalidez permanente para assegurar à vítima o pagamento do valor indenizatório. A perícia, realizada por médico perito da Central de Conciliação e Mediação desta Capital, com a anuência das partes, concluiu que a parte autora possui lesão na mão direita computada em 25% (ID 15575873). Neste caso, para lesão em uma das mãos o percentual é de 70%, dessa forma 25% de 70%, corresponde a 17,5%, devendo o pagamento da indenização respeitar a proporcionalidade das lesões. Provada a incapacidade e o acidente automobilístico surge o dever de indenizar. A indenização deve ser paga na forma do inciso II, do artigo 3º, da Lei n. 6.194/1974, acrescida da redação da Lei n. 11.482/2007, estabelece que, para as hipóteses de invalidez permanente, como é o caso dos autos, de até R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) do valor indenizatório. Deste modo, a indenização deve corresponder a 17,5% do valor de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), ou seja, R$ 2.362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), incidindo sobre esse valor a correção monetária e juros de mora. Quanto ao termo inicial

da cobrança dos juros de mora, consoante a Súmula n. 426 do Superior Tribunal de Justiça "Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação." Relativo à correção monetária, deverá incidir a partir do momento em que o pagamento do benefício passou a ser devido, aplicando-se os índices do INPC, que melhor reflete a desvalorização da moeda. Posto isto, nos termos do artigo 487, inciso I do CPC, julgo parcialmente procedente com resolução de mérito os pedidos da ação proposta por KLEYBER MAGALHAES DE JESUS em face de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA, para condenar a ré a pagar à parte autora a título de indenização do seguro obrigatório DPVAT o montante de R$ 2.362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), devidamente corrigido com juros de mora de 1% ao mês a partir da citação, e correção monetária da data do evento danoso. Pela sucumbência, condeno a seguradora ré ao pagamento das custas e despesas processuais, além de honorários advocatícios, que fixo em R$ 800,00 (art. 85, § 8º do CPC). Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos remetendo-os à Central de Arrecadação. P. R. I. Cumpra-se. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

6ª Vara Cível

Intimação

Ato Ordinatório Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1019341-93.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ALGEMIRO GOMES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
PLINIO JOSE DE SIQUEIRA NETO OAB - MT10405-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
UNIMED CUIABA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
JACKSON FRANCISCO COLETA COUTINHO OAB - MT9172-B (ADVOGADO(A))
JOSE EDUARDO POLISEL GONCALVES OAB - MT12009-O (ADVOGADO(A))

Nos termos da Legislação vigente e do Provimento nº 56/2007-CGJ, IMPULSIONO o presente feito, intimando a parte autora, via DJE, para, no prazo de 15 (quinze) dias, informar a este juízo quem foi nomeado como inventariante, nos termos da decisão de ID 15059980, conforme petição de ID 11639153. Cuiabá, 13 de dezembro de 2019, Assinado Digitalmente,Gestor(a) de Secretaria, Autorizado pelo Provimento nº 56/2007-CGJ.

Ato Ordinatório Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1015710-78.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
AMIRA CRISTINA DEBS (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Advogado(s) Polo Ativo:
VINICIUS BIGNARDI OAB - MT12901-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MALAI MANSO HOTEL RESORT S.A. (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Advogado(s) Polo Passivo:
RODRIGO ALVES SILVA OAB - MT11800-O (ADVOGADO(A))

Nos termos da Legislação vigente e do Provimento nº 56/2007-CGJ, IMPULSIONO o presente feito, intimando as partes, via DJE, para requerer o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Cuiabá, 13 de dezembro de 2019, Assinado Digitalmente,Gestor(a) de Secretaria, Autorizado pelo Provimento nº 56/2007-CGJ.

Ato Ordinatório Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1003696-28.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
NEEMIAS BATISTA DE CASTRO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
RODRIGO BATISTA DA SILVA OAB - MT7697/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CONCREMAX CONCRETO ENG E SANEAMENTO LTDA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOSE EDUARDO POLISEL GONCALVES OAB - MT12009-O (ADVOGADO(A))
JACKSON FRANCISCO COLETA COUTINHO OAB - MT9172-B (ADVOGADO(A))

Nos termos da Legislação vigente e do Provimento nº 56/2007-CGJ, IMPULSIONO o presente feito, intimando as partes, via DJE, para requerer o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Cuiabá, 13 de dezembro de 2019, Assinado Digitalmente,Gestor(a) de Secretaria, Autorizado pelo Provimento nº 56/2007-CGJ.

Ato Ordinatório Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1009913-87.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JUILDO RODRIGUES DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
SAMUEL ERNY CHRISTOFOLLI PARISENTI OAB - MT18382/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
UNIKO 87 EMPREENDIMENTOS LTDA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
UBALDO JUVENIZ DOS SANTOS JUNIOR OAB - SP160493-O (ADVOGADO(A))

Nos termos da Legislação vigente e do Provimento nº 56/2007-CGJ, IMPULSIONO o presente feito, intimando as partes, via DJE, para requerer o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Cuiabá, 13 de dezembro de 2019, Assinado Digitalmente,Gestor(a) de Secretaria, Autorizado pelo Provimento nº 56/2007-CGJ.

Ato Ordinatório Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1021909-19.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
GLACYELLE BECE SIMOES GAHIVA (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
LEOPOLDO RODRIGUES DE MENDONCA (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Advogado(s) Polo Ativo:
MIGUEL JUAREZ ROMEIRO ZAIM OAB - MT4656-O (ADVOGADO(A))
VICTOR GUIMARO SAKITANI OAB - MT20336-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MB ENGENHARIA SPE 039 S/A (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Advogado(s) Polo Passivo:
DANIEL BATTIPAGLIA SGAI OAB - SP214918-O (ADVOGADO(A))

Nos termos da Legislação vigente e do Provimento nº 56/2007-CGJ, IMPULSIONO o presente feito, intimando as partes, via DJE, para requerer o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Cuiabá, 13 de dezembro de 2019, Assinado Digitalmente,Gestor(a) de Secretaria, Autorizado pelo Provimento nº 56/2007-CGJ.

Ato Ordinatório Classe: CNJ-62 MONITÓRIA
Processo Número: 1005378-18.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUDAR COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO FERRAMENTAS E EPI S LTDA - EPP (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
RAFAEL SOUZA NASCIMENTO OAB - MT21417-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESCAVASUL CONSTRUCOES E ENGENHARIA LTDA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
KARLA ANDRADE CAMPOS OAB - MT17270/O-O (ADVOGADO(A))

Nos termos da Legislação vigente e do Provimento nº 56/2007-CGJ, IMPULSIONO o presente feito, intimando as partes, via DJE, para requerer o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Cuiabá, 13 de dezembro de 2019, Assinado Digitalmente,Gestor(a) de Secretaria, Autorizado pelo Provimento nº 56/2007-CGJ.

Ato Ordinatório Classe: CNJ-31 ARRESTO
Processo Número: 1040825-33.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
TEXA ALUMINIO LTDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FERNANDA BARRETTA GUIMARAES AMADELLI OAB - SP243218 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JCL ALUMINIO LTDA - ME (REQUERIDO)

Advogado(s) Polo Passivo:
ARNALDO APARECIDO DE SOUZA OAB - MT5332-O (ADVOGADO(A))
MARCO ANTONIO GUIMARAES JOUAN JUNIOR OAB - MT10369-O (ADVOGADO(A))

Nos termos da Legislação vigente e do Provimento nº 56/2007-CGJ, IMPULSIONO o presente feito, intimando as partes, via DJE, para requerer o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Cuiabá, 13 de dezembro de 2019, Assinado Digitalmente,Gestor(a) de Secretaria, Autorizado pelo Provimento nº 56/2007-CGJ.

Despacho Classe: CNJ-43 OUTRAS MEDIDAS PROVISIONAIS
Processo Número: 1059374-57.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CARLOS ROBERTO FLECK (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LANDOLFO VILELA GARCIA JUNIOR OAB - MT4352/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ACIDEMANDO DE MORAES CARVALHO (REQUERIDO)
MONTE ALEGRE AGRICOLA LTDA (REQUERIDO)
LEONARDO DE MORAIS CARVALHO (REQUERIDO)
RICARDO DE MORAES CARVALHO (REQUERIDO)
CELIA DE FREITAS DOS REIS (REQUERIDO)
CLEUZA DE AMORIM DOS REIS (REQUERIDO)
ELISABETHA GABRIELLA BAVARESCO (REQUERIDO)
ALDEMIR PAULO DOS REIS (REQUERIDO)
ISAAC MARINO BAVARESCO (REQUERIDO)
CINTIA BAVARESCO (REQUERIDO)
VILSON PAULO DOS REIS (REQUERIDO)
Magistrado(s):
YALE SABO MENDES

Vistos. Aguarde-se o recolhimento da guia referente às despesas de ingresso. Tão logo liquidada ou decorrido o vencimento em branco, conclusos. Cumpra-se. Intime-se.

Ato Ordinatório Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1037925-43.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ROSENILDO CORREIA MORAES (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIESI TEIXEIRA CORREA OAB - MT17965/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVIANE LUIZA GONZAGA CAMARGO (EXECUTADO)
SIRLENE SANTANA PEREIRA (EXECUTADO)

Nos termos da Legislação vigente e do Provimento nº 56/2007-CGJ, IMPULSIONO o presente feito, intimando a parte autora, via DJE para manifestar sobre as diligências de ID 25082945 e ID 25318508, no prazo de 05 (cinco) dias. Cuiabá, 13 de dezembro de 2019, Assinado Digitalmente, Gestor(a) de Secretaria, Autorizado pelo Provimento nº 56/2007-CGJ.

Ato Ordinatório Classe: CNJ-42 NOTIFICAÇÃO
Processo Número: 1034334-73.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ACY NUNES DE SIQUEIRA (REQUERENTE)
NILMA DO AMARAL SIQUEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE GUILHERME JUNIOR OAB - MT2615-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
NILTON JOSE MOREIRA NETO (REQUERIDO)
THIAGO CESAR MOREIRA (REQUERIDO)
OTAVIO JOSE DE PAULA MOREIRA (REQUERIDO)

Nos termos da Legislação vigente e do Provimento nº 56/2007-CGJ, IMPULSIONO o presente feito, intimando a parte autora, via DJE para manifestar sobre a correspondência devolvida (ID 25918303), bem como sobre o Aviso de Recebimento recebido por terceiros (ID 25895837), no prazo de 05 (cinco) dias. Cuiabá, 13 de dezembro de 2019, Assinado Digitalmente, Gestor(a) de Secretaria, Autorizado pelo Provimento nº 56/2007-CGJ.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1009170-43.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
WENDER MARTINS CARVALHO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Lemir Feguri OAB - MT10335-N (ADVOGADO(A))
SAULO DALTRO MOREIRA SILVA OAB - MT10208-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

EXCELENTISSIMO SR JUIZ DE DIREITO DA 6ª VARA CIVEL DE CUIABÁ, DO ESTADO DE MATO GROSSO VENHO POR MEIO DESTA INFORMAR QUE ACEITO A NOMEAÇÃO PARA A FUNÇÃO DE PERITA DOS AUTOS E ORA COMPROMISSADA DESIGNO A DATA DO EXAME PERICAL PARA O DIA 18 DE FEVEREIRO DE 2020 ÁS 14 HORAS, NO SEGUINTE ENDEREÇO: RUA F12 S/Nº BAIRRO JARDIM FORTALEZA. OS TELEFONES PARA CONTATO SÃO: 98112-6678 OU 3617-1638. ATENCIOSAMENTE ROBERTA DE FELICE SIMÕES, CRM-MT 5078

Expediente

Edital de Citacao
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 1178664 Nr: 43387-03.2016.811.0041
AÇÃO: Consignação em Pagamento->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: CECÍLIA ALONSO CORREA FORTES
PARTE(S) REQUERIDA(S): CARLOS ROBERTO ANDRÉ, MARLI PADILHA DOS SANTOS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: HAMILTON FERREIRA DA SILVA JUNIOR - OAB:11322
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO 30 DIAS
Pessoa(s) a ser(em) intimada(s): CARLOS ROBERTO ANDRÉ, Cpf: 08564646862, Rg: 1.013.099-3, brasileiro(a), casado(a), técnico em agropecuária e atualmente em local incerto e não sabido MARLI PADILHA DOS SANTOS, Cpf: 41598369172, Rg: 754.037, brasileiro(a), casado(a), cabeleireira. atualmente em local incerto e não sabido
Finalidade: EFETUAR A CITAÇÃO DO(S) REQUERIDO(S) por todo o conteúdo da decisão abaixo transcrita para levantar o depósito ou oferecer contestação (art. 542, II, do CPC), no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será o dia útil seguinte ao fim da dilação assinada pelo juiz.
Resumo da Inicial: CECÍLIA ALONSO CORREA FORTES, moveu AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO COM PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA em desfavor de CARLOS ROBERTO ANDRÉ e MARLI PADILHA DOS SANTOS. A autora entabulou negócio jurídico de Compra e Venda de um imóvel localizado na Rua Peru, nº 05, bairro Santa Rosa, devidamente matriculado sob o nº 9.292, junto ao 2º RGI, de Cuiabá/MT, pelo preço líquido e certo estabelecido de R$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais). Pois bem. Em decorrência de fatores externos, a autora afirmou que adimpliu totalmente os valores devidos aos réus, que por sua vez, negaram o recebimento de tais valores, o que resultou na Ação Judicial de Adjudicação Compulsória nº 239/2006 – Código nº 242452, que tramitou perante a E. 6ª Vara Cível de Cuiabá/MT. A sentença proferida na referida ação reconheceu a inadimplência da ora autora, no valor de R$ 30.500,00. Inconformada, a ora autora apresentou recurso de apelação ao Tribunal de Justiça de Mato Grosso sob o nº 111061/2008, que entendeu que o valor devido a título de adimplência contratual perfaz o montante de R$ 24.850,00. Desta forma, no viés de satisfazer a obrigação judicialmente reconhecida, pugna a autora pelo provimento da presente Ação de Consignação em pagamento para adimplir integralmente os valores devidos aos requeridos. Explica-se Excelência, que não há que se falar em litispendência e ou coisa julgada, uma vez que a ação judicial anteriormente proposta visava a adjudicação compulsória do imóvel. DA CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO – VALOR JUDICIALMENTE RECONHECIDO A consignante, disposta em ver-se livre do pequeno grande problema, uma vez que comprou um bem e dele não pode usufruir, tentou por diversas oportunidades, diga-se extrajudicialmente, adimplir a

obrigação judicialmente reconhecida, sendo todas negadas. Excelência, no caso dos autos, verifica-se que há uma sentença judicial transitada em julgado, que estabelece que a ora autora, é devedora da importância de R$ 24.850,00. Assim, salutar a medida adotada para satisfazer o débito existente com os requeridos, para então concretizar o Instrumento Particular de Compra e Venda. Desta forma, requer-se em sede de Antecipação de Tutela, o deferimento da autorização para o depósito em consignação do valor devido a título de adimplemento contratual da obrigação judicialmente reconhecida no importe desatualizado de R$ 24.850,00. DOS REQUERIMENTOS. DIANTE DO EXPOSTO, espera e requer a Autora de Vossa Excelência, que: a)Seja concedida liminarmente a TUTELA DE URGÊNCIA, a fim de autorizar o depósito em juízo do valor de R$ 24.850,00 (vinte e quatro mil oitocentos e cinquenta reais), devidamente atualizado pelo INPC, a partir do julgamento do Recurso de Apelação nº 111061/2008, bem ainda determinar o bloqueio/restrição de transferência e ou transmissão do imóvel descrito na Matrícula nº 9.292, do 2º RGI de Cuiabá/MT, seja a qual título for. b) Seja o requerido citado, nos termos do Artigo 542, II, para levantar os valores depositados e ou oferecer tempestivamente contestação, sob pena de revelia e confissão ficta; c) Seja ao final, julgada PROCEDENTE a presente ação, em todos os seus termos, a fim de se tornar definitiva a satisfação do débito dos valores reconhecidos judicialmente como devidos para adimplência do Instrumento Particular de Compromisso de Compra e Venda do imóvel Matriculado sob o nº 9.292, junto 2º RGI de Cuiabá/MT, e por conseguinte, a imissão da autora na posse do imóvel, além de determinar a lavratura da Escritura Pública de Compra do referido bem. Dá-se a presente ação o valor de R$ 39.796,44 (trinta e nome mil setecentos e noventa e seis reais e quarenta e quatro centavos).

Despacho/Decisão: Vistos em correição...Com fulcro no art. 256 do CPC, defiro o pedido retro, ordenando a citação dos requeridos por edital com o prazo de 30 (trinta) dias.Decorrendo em branco o prazo, com fulcro no art. 72, II, do CPC, nomeio, desde já, como curadora especial, a ilustrada Defensoria Pública na pessoa de sua representante legal que oficia perante esta vara, a quem deverá ser dada vista dos autos para, querendo, manifestar-se, no prazo legal. Decorrido o prazo e depois de ouvida a exequente, em 15 dias, conclusos.Cumpra-se.

E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, YOULES ORMOND SILVA, digitei.

Cuiabá, 10 de dezembro de 2019

Mirelli Silva Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado art. 1.205/CNGC

Intimação das Partes

JUIZ(A): Jones Gattass Dias

Cod. Proc.: 1032782 Nr: 37981-35.2015.811.0041

AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: CASA RIO COMERCIO DE MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO LTDA, MARCOS BARBOSA CASTRO PASSARE

PARTE(S) REQUERIDA(S): BRASIL TELECOM CELULAR S.A

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: GUILHERME LIBERATTI - OAB:16.825/MT, HERMES TESEU BISPO FREIRE JUNIOR - OAB:67.287/OAB-PR

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DENNER MASCARENHA BARBOSA - OAB:13.245-A

Diante do exposto, julgo procedente o pedido formulado por Casa Rio Comércio de Material para Construção Ltda, a fim de condenar a requerida Brasil Telecom Celular S/A (Oi S/A) a excluir o nome da empresa autora do cadastro de inadimplentes, confirmando, assim, a liminar, bem como para pagamento dos danos morais fixados em R$ 4.000,00 (quatro mil reais), que deverá ser corrigido monetariamente, a partir da data do arbitramento, pelo índice INPC/IBGE (Súmula 362, STJ), a partir do efetivo prejuízo (Súmula 43, do STJ), aplicando-se a ambos os valores juros de mora de 1% a.m., contados do evento danoso - (Súmula 54, STJ). Condeno-a, ainda, ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como dos honorários advocatícios, fixados em R$ 1.000,00 (um mil reais), nos termos do § 8º, do art. 85 do CPC, dado o baixo valor da condenação, levando-se em conta a natureza da demanda, o bom trabalho desempenhado pelo advogado e o razoável tempo exigido para o seu serviço.Decorrido o prazo para eventual recurso e assim certificado pela Secretaria do Juízo, dê-se vista às parte autora para requerer o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias. Expeça-se alvará para devolução do valor depositado pela parte autora em juízo. Havendo recurso de apelação e apresentadas ou não as contrarrazões no prazo legal, à instância superior para os devidos fins.

Intimação das Partes

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 1128242 Nr: 22291-29.2016.811.0041

AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: PEDRO SCHILES

PARTE(S) REQUERIDA(S): EDÉSIO DO CARMO ADORNO

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MARIA DEISE TORINO - OAB:7589B

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: EDESIO DO CARMO ADORNO - OAB:8615/MT, VILMAR DO CARMO ADORNO - OAB:16247-B

Nos termos da Legislação vigente e do Provimento nº 56/2007 - CGJ, impulsiono os autos para dar ciência as partes quanto ao retorno dos autos do e. TJMT, para que requeiram o que entenderem de direito, no prazo de 05 (cinco) dias, em nada requerendo, os autos serão remetidos ao arquivo.

Intimação das Partes

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 1064046 Nr: 52729-72.2015.811.0041

AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: JOÃO FRANCISCO DA SILVA FILHO

PARTE(S) REQUERIDA(S): COOPERATIVA DE SERVIÇOS MÉDICOS UNIMED CUIABA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO CÍVEL - OAB:NUCLEO CÍVEL 1

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JACKSON FRANCISCO COLETA COUTINHO - OAB:9.172-B, JOSE EDUARDO POLISEL GONÇALVES - OAB:12009, OLIVEIRA COUTINHO E POLISEL ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C - OAB:355 OAB/MT

Nos termos da Legislação vigente e do Provimento nº 56/2007 - CGJ, impulsiono os autos para dar ciência as partes quanto ao retorno dos autos do e. TJMT, para que requeiram o que entenderem de direito, no prazo de 05 (cinco) dias, em nada requerendo, os autos serão remetidos ao arquivo.

Intimação das Partes

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 929007 Nr: 48731-33.2014.811.0041

AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: IRONDINA JOSE DE ARAUJO, IRIO ROBERTO ARAUJO

PARTE(S) REQUERIDA(S): UNIMED CUIABÁ - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ADRIANA CERVI - OAB:9792 E, CAMILA SILVA DE SOUZA - OAB:14660

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JOAQUIM FELIPE SPADONI - OAB:6.197/MT, JORGE LUIZ MIRAGLIA JAUDY - OAB:6.735/MT

Nos termos da Legislação vigente e do Provimento nº 56/2007 - CGJ, impulsiono os autos para dar ciência as partes quanto ao retorno dos autos do e. TJMT, para que requeiram o que entenderem de direito, no prazo de 05 (cinco) dias, em nada requerendo, os autos serão remetidos ao arquivo.

Intimação da Parte Requerida

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 825221 Nr: 31233-55.2013.811.0041

AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: THAYS FABIANE DE SOUZA FEITOSA

PARTE(S) REQUERIDA(S): BANCO DO BRASIL S.A

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO CÍVEL - OAB:NUCLEO CÍVEL 1

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: GUSTAVO AMATO PISSINI -

OAB:SP 261.030, NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES - OAB:11.065-A, RAFAEL SGANZELA DURAND - OAB:12.208-A

Nos termos do Provimento nº 56/2007-CGJ, impulsiono os autos com a finalidade de intimar o patrono do requerido, para que se manifeste acerca do desarquivamento dos autos, dentro do prazo de 05 dias, sob pena de retorno ao setor de arquivo.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 442332 Nr: 18425-23.2010.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: INSTITUTO CUIABANO DE EDUCAÇÃO - ICE
PARTE(S) REQUERIDA(S): GLOBAL VILLAGE TELECOM LTDA, OI S/A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ELISABETE AUGUSTA DE OLIVEIRA - OAB:13.352 MT, GERALDO CARLOS DE OLIVEIRA - OAB:4.032/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ALEXANDRE MIRANDA LIMA - OAB:OAB/MT 13241-A, FELIPE HASSON - OAB:42.682/PR, JOSÉ SEBASTIÃO DE CAMPOS SOBRINHO - OAB:6203/MT, SANDRA CALABRESE SIMÃO - OAB:13.271/PR

Nos termos do Provimento nº 56/2007-CGJ, impulsiono os autos com a finalidade de intimar o patrono do autor, para no prazo de 15 (quinze) dias,manifestar sobre o interesse no prosseguimento do feito.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 707993 Nr: 1356-41.2011.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: VALDLIRIO TADEU STFANELLO
PARTE(S) REQUERIDA(S): DJANIRA RODRIGUES MOREIRA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: PAULA ASSUMPÇÃO DE ALMEIDA TEIBEL - OAB:10251
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: LEIDINEIA KATIA BOSI - OAB:14981/O

Nos termos do Provimento nº 56/2007-CGJ, impulsiono os autos com a finalidade de intimar o patrono do autor, para no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar interesse no prosseguimento do feito.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 1433438 Nr: 16070-25.2019.811.0041
AÇÃO: Embargos de Terceiro->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MARIANA ARAÚJO PEDRASSI GUBERT
PARTE(S) REQUERIDA(S): JOÃO CARLOS RIBEIRO DE SOUZA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: GUSTAVO ARAUJO DA COSTA - OAB:15134/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ADRIANA PAULA BARBOSA DA SILVA - OAB:12835-MT, ANTÔNIO TEIXEIRA NOGUEIRA NETO - OAB:OAB/MT 5.905, LEONARDO REIS BREGUNCI - OAB:OAB/MT 9.962

Nos termos do Provimento nº 56/2007-CGJ, impulsiono os autos com a finalidade de citar e intimar o Embargado, para que dentro do prazo de 15 (quinze) dias, contestar os embargos, nos termos do que determinou a decisão de fls. 57/58.

Intimação das Partes
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 893361 Nr: 25459-10.2014.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: CLAUDIO MOESSA COSTA
PARTE(S) REQUERIDA(S): SAGA JAPAN COMERCIO DE VEICULOS LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: HÉLCIO CARLOS VIANA PINTO - OAB:6.588/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: SELMA FERNANDES DA CUNHA - OAB:15.600/MT

Nos termos da Legislação vigente e do Provimento nº 56/2007 - CGJ, impulsiono os autos para dar ciência as partes quanto ao retorno dos autos do e. TJMT, para que requeiram o que entenderem de direito, no prazo de 05 (cinco) dias, em nada requerendo, os autos serão remetidos ao arquivo.

Intimação das Partes
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 795837 Nr: 2180-29.2013.811.0041
AÇÃO: Procedimento Sumário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MARCELINO JOSUÉ DA SILVA
PARTE(S) REQUERIDA(S): BRADESCO SEGUROS S/A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CELSO ALVES PINHO - OAB:12.709/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: LUCIMAR CRISTINA GIMENEZ CANO - OAB:8506-A/MT

Nos termos da Legislação vigente e do Provimento nº 56/2007 - CGJ, impulsiono os autos para dar ciência as partes quanto ao retorno dos autos do e. TJMT, para que requeiram o que entenderem de direito, no prazo de 05 (cinco) dias, em nada requerendo, os autos serão remetidos ao arquivo.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Yale Sabo Mendes
Cod. Proc.: 199294 Nr: 17195-19.2005.811.0041
AÇÃO: Despejo->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A
PARTE(S) REQUERIDA(S): POSTOS DE SERVIÇOS MÁXIMO'S LTDA, AUDE SERGIO AUDE, APARECIDA ANTONIETA CARRAZONI AUDE, SUELY BENITES MACHADO, ESPÓLIO DE VALDENIR MACHADO DE PAULA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: GUILHERME RODRIGUES DIAS - OAB:OAB/RJ 58.476, HITALLO RICARDO PANATO PASSOS - OAB:15.766-MT, JULIAN DAVIS DE SANTA ROSA - OAB:6998/MT, PAULO BASTOS BARREIROS NEVES - OAB:156009
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEFENSOR PUBLICO - NÚCLEO CIVIL - OAB:, USSIEL TAVARES DA SILVA FILHO - OAB:3.150-A

Vistos...
Depois do trânsito em julgado da sentença proferida nos autos desta ação de despejo, foi ordenado o despejo forçado com imissão da autora Petrobrás Distribuidora S/A na posse do imóvel situado na Av. da FEB, s/n, bairro Cristo Rei, em Várzea Grande, inclusive com o uso de força policial, estando o mandado de posse do meirinho desde 19 de novembro de 2019.
Contudo, aporta nos autos a peça de fls. 642-679, protocolizada na data de ontem, subscrita pelo advogado Carlos Garcia de Almeida em favor dos requerentes Pedro Facim, Salatiel de Carvalho Sobrinho, Amado Ferreira Machado e sua esposa Maria Aparecida Ferreira, Sirlei Dantas e Benedita Silva de Jesus, noticiando que ocupam parte do imóvel há mais de 20 (vinte) anos e que inclusive está sendo reivindicada judicialmente via usucapião, em trâmite perante a Comarca de Várzea Grande, requerendo, por isso, a suspensão parcial do cumprimento do mandado de despejo, não se opondo, por outro lado, que sejam despejados os requeridos, sobretudo o Posto de Serviços Máximo ´s Ltda e seus representantes legais, cuja área encontra-se delimitada e cercada.
Observa-se dos documentos trazidos que os requerentes reivindicam parte da referida área objeto de litígio neste processo, tendo inclusive ingressado com ações de usucapião, em trâmite perante o juízo da Comarca de Várzea Grande, impondo-se, por cautela, a suspensão parcial temporária do cumprimento do mandado de despejo na área onde está sendo ocupada por eles, devendo prevalecer a ordem de despejo apenas quanto à extensão ocupada pelos requeridos e que estão delimitada e cercada, o que ora determino, cabendo, ao meirinho, identificar as posses existentes fora da área delimitada pelos requeridos.
Após, intime-se a parte autora para se manifestar sobre a peça e documentos de fls. 642-680.
Cumpra-se.

Intimação das Partes
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 1020031 Nr: 31931-90.2015.811.0041
AÇÃO: Impugnação ao Valor da Causa->Incidentes->Outros

Procedimentos->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: DIOGO FEIJÓ GUINCHOS LTDA - ME
PARTE(S) REQUERIDA(S): L.P.dos S., FÁTIMA DA SILVA PEREIRA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: FRANCISCO DE ASSIS RODRIGUES DOS SANTOS - OAB:15145/MT, JOSÉ CARLOS DAMACENO JUNIOR - OAB:18.098
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: CATIANE FELIX CARDOSO DE SOUZA - OAB:14131/MT
Nos termos do Provimento nº 56/2007-CGJ, impulsiono os autos com a finalidade de intimar as partes, para que se manifestem acerca do desarquivamento dos autos, dentro do prazo de 05 dias, sob pena de retorno ao setor de arquivo.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 1145584 Nr: 29921-39.2016.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: JOSÉ CRISPINIANO BARBOSA NETO
PARTE(S) REQUERIDA(S): PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: SAULO DALTRO MOREIRA SILVA - OAB:OAB/MT 10.208/O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JACKSON FREIRE JARDIM SANTOS - OAB:OAB/MT 26.992-A, LUCIMAR CRISTINA GIMENEZ CANO - OAB:8.506.-A, LUIZ HENRIQUE VIEIRA - OAB:26417 A
Nos termos do Provimento nº 56/2007-CGJ, impulsiono os autos com a finalidade de intimar a parte requerida para que, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, manifeste acerca do cálculo apresentado.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 1419041 Nr: 13200-07.2019.811.0041
AÇÃO: Embargos à Execução->Embargos->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: GABRIEL HERNAN VIVANCO VERGARA
PARTE(S) REQUERIDA(S): MÚTUA CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS PROFISSIONAIS DO CREA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DAMIÃO ORLANDO DE OLIVEIRA LOTT - OAB:14246/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: IVO SERGIO FERREIRA MENDES - OAB:8.909, MAX MAGNO FERREIRA MENDES - OAB:8093/MT
CERTIFICO que nesta data compareceu em secretaria o procurador da parte embargada para a retirada da petição que sem o devido protocolo, foi juntada no processo.

Decisão

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1059556-43.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
RIVANILDO BRAZ (AUTOR(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (RÉU)
Magistrado(s):
YALE SABO MENDES

Vistos. Cuida-se de "Ação Cominatória de Obrigação de Não Fazer c/c Revisão de Faturas de Consumo com Pedido de Tutela de Urgência e Indenização a Título de Dano Moral" (sic) proposta por RINALDO BRAZ, qualificado nos autos, em desfavor da ENERGISA MATO GROSSO – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, igualmente qualificada, na qual se objetiva, em antecipação de tutela, ordem judicial que garanta a não suspensão do fornecimento de energia na residência do autor, bem como que não seja ele cobrado pelo parcelamento de dívida n. 00569374 até o final da lide. O autor relata ser usuário dos serviços da ré, por meio da unidade consumidora n. 6/2224126-9 e, que, todavia, a fatura do mês de outubro veio em valor muito superior ao de costume, no montante de R$ 273,58 (duzentos e setenta e três reais e cinquenta e oito centavos), tendo solicitado esclarecimentos junto à fornecedora, que informou não haver irregularidade na cobrança, não lhe restado alternativa senão efetuar o parcelamento do débito, mediante entrada de R$ 82,00 (oitenta e dois reais) mais 6 parcelas de R$ 33,06 (trinta e três reais e seis centavos). Afirma que o problema não parou por ai, haja vista que no mês seguinte a mensalidade veio no valor de R$ 249,02 (duzentos e quarenta e nove reais e dois centavos), em total dissonância com o real consumo da unidade, vindo, então, a formalizar reclamação junto ao PROCON em 8.11.2019, cuja resposta obtida foi a mesma de que não havia irregularidade na fatura e, para arrematar, a fatura de dezembro veio na média. Por essa razão, pede a concessão da tutela antecipada, a fim de que a ré não interrompa os serviços fornecidos até o final da lide, bem como que seja suspensa a cobrança do parcelamento. No mérito, pede a nulidade do termo de confissão de dívida n. 00569374 referente ao débito de outubro; a declaração de inexigibilidade dos valores das faturas de outubro a dezembro; a revisão do consumo das referidas faturas; a restituição em crédito de valores pagos a maior (parcelamento) e a condenação da requerida ao pagamento de danos morais. O pedido veio acompanhado de diversos documentos. É o necessário. Decido. Defiro a gratuidade da justiça (art. 98, CPC). O art. 300 do Código de Processo Civil, prevê que a tutela de urgência poderá ser concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito ou para evitar um prejuízo grave ou irreparável enquanto dura o processo ou ao resultado útil deste. Os documentos que instruem a inicial demonstram claramente os fatos alegados pelo autor, nos quais se vê o oneroso valor das faturas contestadas, referentes aos meses de outubro a dezembro de 2019, bem como a discussão administrativa acerca da cobrança junto ao órgão de defesa do consumidor, sem que fosse desatado o embaraço, nisso residindo a probabilidade do direito. O perigo de dano, por sua vez, está na própria natureza do serviço de fornecimento de energia elétrica, tido como essencial, cuja falta, indubitavelmente, poderá afetar a vida cotidiana dos usuários[1]. Assim, estando presentes os requisitos autorizadores da concessão da medida antecipatória, com fulcro nos artigos 294 e 300 do CPC, defiro o pedido, determinando que a requerida se abstenha de suspender o fornecimento de energia na residência do autor, bem como que suspenda a cobrança das parcelas referentes ao termo de confissão de dívida n. 0569374, sob pena de multa diária de R$ 100,00 (cem reais) limitada a 30 dias. Em razão da peculiaridade do caso, à luz do disposto no art. 373, § 1º, do CPC, por causa da impossibilidade ou excessiva dificuldade de comprovação do fato negativo alegado na petição inicial (não teve consumo), e com apoio no art. 6º, VIII, do CDC, que prevê a facilitação da defesa de seus direitos como um dos direitos básicos do consumidor, condição que o requerente ostenta na demanda, inegavelmente, determino, desde já, a inversão do ônus da prova, de modo a incumbir o requerido a fazer prova de que a cobrança é devida. Cite-se e intime-se a parte requerida com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer à audiência de conciliação (art. 334, CPC), a ser designada pela secretaria do juízo, tendo em vista a indisponibilidade de pauta nesse momento, advertindo-se as partes de que o não comparecimento injustificado será considerado ato atentatório à dignidade da justiça, sancionado com multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa (art. 334, § 8º, CPC). Cientifiquem-se as partes de que deverão comparecer acompanhadas de advogado ou Defensor Público e que a parte ré poderá manifestar seu desinteresse na autocomposição no prazo de 10 (dez) dias úteis de antecedência e, no caso, de litisconsórcio, a manifestação deverá ser feita por todos (art. 334, §4º, I c/c § 6º, CPC). Não havendo autocomposição, a parte requerida poderá contestar a presente ação no prazo legal de 15 (quinze) dias úteis, computados a partir da audiência (art. 335, I, CPC), ou, do protocolo do pedido de cancelamento (art. 334, § 4º, I, do CPC), e que a ausência de contestação importará em aplicação de revelia e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (art. 344, CPC). Alegando-se na peça de defesa qualquer das matérias previstas no art. 337 do CPC, ouça-se a parte autora no prazo de 15 (quinze) dias (art. 351, CPC). Em caso de citação por mandado, deverá a parte ré informar ao Sr. Oficial de Justiça eventual proposta de acordo, o que será certificado no mandado e intimada posteriormente a parte autora para se manifestar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sem prejuízo do andamento regular do processo, entendendo-se o silêncio como recusa (art. 154, VI, CPC). Cumpra-se e intimem-se. [1] "A suspensão de energia elétrica é medida extrema, considerando que o débito ainda está em discussão. Ademais, tratando-se de serviço essencial, maiores os motivos de impedem o referido corte, ante os manifestos prejuízos de decorrentes da privação do consumidor." (...) (STJ - REsp: 1682992 SE 2017/0145556-4, Relator: Ministro HERMAN BENJAMIN, Data de Julgamento: 21/09/2017, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 09/10/2017)" (N.U 1005448-90.2019.8.11.0000 –

Câmaras Isoladas Cíveis de Direito Privado - Primeira Câmara de Direito Privado, Rel. Sebastião Babosa Farais, j. 23.7.2019, Publicado no DJE 25.7.2019 - destaquei)

7ª Vara Cível

Intimação

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1017151-89.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
EDVALDO FERREIRA MARTINS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
HUMBERTO AFFONSO DEL NERY OAB - MT6945-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 24263427.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1020262-81.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JOAO LEONARDO MARQUES DE OLIVEIRA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
HUMBERTO AFFONSO DEL NERY OAB - MT6945-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 25872338.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1018510-74.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ROBSON WILLIAN TOFOLI (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
HUMBERTO AFFONSO DEL NERY OAB - MT6945-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 24471432.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1017958-12.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MANOEL MESSIAS LIMA NUNES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SILVA FERREIRA OAB - MT20957-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação das partes para, no prazo legal, especificarem as provas que pretendam produzir.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1029656-49.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ELEN DEBORA SANTOS DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ADRIANA DO CARMO COSTA MARQUES OAB - MT18047-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SEGURADORA LÍDER (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 24481544.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1034417-89.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ILEANA SANTOS DOURADO (AUTOR(A))
IRLENE SANTOS DOURADO (AUTOR(A))
ILENI SANTOS DOURADO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
CLEILSON MENEZES GUIMARAES OAB - MT7960-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação das partes para, no prazo legal, especificarem as provas que pretendam produzir.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1020613-54.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
EDUARDO RODRIGO FERREIRA DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JULIO CESAR DE CARVALHO JUNIOR OAB - MT10032-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 27303093.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1005752-63.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LAUDIANO CORREA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANABELL CORBELINO SIQUEIRA DALTRO OAB - MT13544-O (ADVOGADO(A))
SAULO DALTRO MOREIRA SILVA OAB - MT10208-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação das partes para, no prazo legal, especificarem as provas que pretendam produzir.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1036740-67.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
TIAGO MAGALHAES ARGUELIO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIO FERREIRA SILVA OAB - MT13280-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 27221147.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1005572-47.2019.8.11.0041

Parte(s) Polo Ativo:
LUISMAR SILVA DE SOUZA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SILVA FERREIRA OAB - MT20957-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 22021908.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1022952-83.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JUCINEI MARQUES DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
JOIR AUGUSTO LACCAL DA SILVA OAB - MT9457-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 22002458.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1017023-69.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MANSOETO SABINO DE MORAES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ROBERGES JUNIOR DE LIMA OAB - MT12918-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 24432032.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1007902-17.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ROSALVO DE CAMPOS GONCALVES JUNIOR (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ADRIANA DO CARMO COSTA MARQUES OAB - MT18047-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SEGURADORA LÍDER (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 23230639.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1005368-03.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ALEF DA PAIXAO PEDROSO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ALBERTO PELISSARI CATANANTE OAB - MT17531-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 23071831.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1005709-29.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ANA PAULA DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SILVA FERREIRA OAB - MT20957-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 26542677.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000980-57.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
KEWEN FRANKLIN JONATHAN DE SOUZA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
FLAVIO LUCAS DI PIETRO MAIDANA OAB - MT23541/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 26697181.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1022849-13.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MARLENE CONCEICAO DA SILVA RODRIGUES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
JOIR AUGUSTO LACCAL DA SILVA OAB - MT9457-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 23230595.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1006752-98.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
EDIVALDO CESAR ALVES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA LUIZA ALAMINO BELLINCANTA OAB - MT9333-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 27261628.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1024989-20.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CARLOS CICERO VICENTE DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 26498934.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1012253-33.2019.8.11.0041

Parte(s) Polo Ativo:
VILSON SANTANA NUNES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 26523898.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1021209-72.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
WELLINGTON DA SILVA VIANA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 26545344.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1020628-57.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
NAYANA DE SOUZA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 26552748.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1020787-63.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JOAO VITOR GOMES FERREIRA DE JESUS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SILVA FERREIRA OAB - MT20957-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 27269146.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1006182-15.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CLEILDE GOMES DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SILVA FERREIRA OAB - MT20957-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 26693097.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1018365-18.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JEAN CARLOS ALVES DE JESUS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCIANO GABILAN SANCHES OAB - MT17255/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 27244779. .

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1006654-16.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
IRLAN DE CAMPOS CURADO (AUTOR(A))
SIMONE ASSUNCAO DE CAMPOS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 27244964.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1018629-35.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LIDIOMAR RAMALHO FIGUEIREDO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA LUIZA ALAMINO BELLINCANTA OAB - MT9333-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SEGURADORA LÍDER (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 22749277.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1025163-29.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
DANUBIO SOBRINHO BORGES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 26500622.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1009254-10.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JONATHAM BENALDO FERREIRA DUARTE E SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA LUIZA ALAMINO BELLINCANTA OAB - MT9333-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar

impugnação à contestação de ID. 27278487.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1026686-42.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MARILENE ALVES FERREIRA (AUTOR(A))
MARIA DE FATIMA RODRIGUES DOS SANTOS (AUTOR(A))
MONICA FERREIRA REGO (AUTOR(A))
ROSELI CORREA FURTADO (AUTOR(A))
NILSON FURTADO (AUTOR(A))
ROSALICE AMORIM NUNES (AUTOR(A))
MARIA LEITE DA SILVA (AUTOR(A))
MARCIA DE CASTRO ROSA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
FELIPE SOUZA GALVAO OAB - MT19340-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TOKIO MARINE SEGURADORA S.A. (RÉU)
ITAU SEGUROS S/A (RÉU)
CAIXA SEGURADORA S/A (RÉU)
BRADESCO SEGUROS S/A (RÉU)
SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
VICTOR JOSE PETRAROLI NETO OAB - SP31464 (ADVOGADO(A))
ANA RITA DOS REIS PETRAROLI OAB - SP0130291A (ADVOGADO(A))
DANIELA CRISTINA VAZ PATINI OAB - MT11660-O (ADVOGADO(A))
Jacó Carlos Silva Coelho OAB - MT15013-A (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação às contestações de ID. 27294797, 27087578, 27083627, 27064071 e 26252402.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1023459-44.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CLOVIS BENEDITO TAQUES DE ANDRADE (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SILVANA DA SILVA REZENDE OAB - MT25724/O (ADVOGADO(A))
Lemir Feguri OAB - MT10335-N (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JACKSON FREIRE JARDIM DOS SANTOS OAB - MT26992-O (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 25713075.

Intimação Classe: CNJ-51 PROCEDIMENTO SUMÁRIO
Processo Número: 1014707-83.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
VALDONEY ARAUJO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ARY NORBERTO DA SILVA OAB - MT11408-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 26855405.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1002875-53.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
OSVALDINO CAMPOS DE MORAES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SAULO DALTRO MOREIRA SILVA OAB - MT10208-O (ADVOGADO(A))
ANABELL CORBELINO SIQUEIRA DALTRO OAB - MT13544-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUIZ HENRIQUE VIEIRA OAB - MT26417-A (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 26417068.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1029121-86.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
EDMAR ALVES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
joeli mariane castelli OAB - MT0016746A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 24480491.

Intimação Classe: CNJ-51 PROCEDIMENTO SUMÁRIO
Processo Número: 1037812-89.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LUIZ CARLOS DA SILVA SENA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
EDSON LUIZ DE FRANCA DIAS OAB - MT16408/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SEGURADORA LÍDER (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 27226621.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1037859-63.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JUSCELINO JOSE DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
VINICIUS YULE PARDI OAB - MT23293/O (ADVOGADO(A))
EVALDO CORSI JUNIOR OAB - MT17676-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 26433994.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1037393-69.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JORGINA APARECIDA DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MURILO FERREIRA BLANCO OAB - MT18713-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 24578173.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1024180-93.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MARCOS ANTONIO CANDIDO FERREIRA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:

FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 26178083.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1023602-38.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
WEST MAQ - COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
AMARO CESAR CASTILHO OAB - MT4384-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
DEOLINO LEOPOLDINO FONSECA (RÉU)
AILTON BONFIN BASTOS FILHO (RÉU)
LUIZ EDERSON FISCHER - ME (RÉU)
ROSALVO NUNES DE SOUZA (RÉU)
SERGIO LUIZ KONRATH (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
DEBORA CRISTINA MORESCHI OAB - MT6800-O (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte Autora para, no prazo legal, manifestar-se acerca das correspondências devolvida de ID27373080 e ID27373530.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1020543-37.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ADRIANO MENDES GONSALLES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SILVA FERREIRA OAB - MT20957-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SEGURADORA LÍDER (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 25577666.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1021116-75.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LUCAS DA SILVA SANTOS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 24174262.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1021480-47.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ED CARLOS OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIO FERREIRA SILVA OAB - MT13280-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação das partes para, no prazo legal, especificarem as provas que pretendam produzir.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1005315-90.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CAMILA FERNANDA SILVA ALMEIDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EVALDO CORSI JUNIOR OAB - MT17676-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 21228682.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1023134-69.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
GERSON GRUGEU DE SOUZA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 26830359.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1035406-95.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
SILVIO ZEFERINO DE PAULA JUNIOR (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
FLAVIO LUCAS DI PIETRO MAIDANA OAB - MT23541/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 25849280.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1015118-63.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
M 2 COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PECAS LTDA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
JORDANIA BARCELO DA SILVA OAB - MT0019722A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GOLIN CAMINHOES MAQUINAS E IMPORTACAO DE PECAS EIRELI - EPP (RÉU)

Certifico que encaminho intimação da parte Autora para, no prazo legal, manifestar-se acerca da correspondência devolvida de ID 27374572.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1006348-47.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CIRO LIMA DO NASCIMENTO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Certifico que, designo o dia 25/09/2019, às 10:08 Horas, para realização da audiência de conciliação, que será realizada no Núcleo de Mediação e Conciliação Fórum da Capital – Des. José Vidal Av. Des. Milton F. Ferreira Mendes – Centro Político Administrativo Tel: (65) 3648-6065 e 3648-6575, E-mail: central.capital@tjmt.jus.br.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1028844-70.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
SONIA MARIA FERREIRA SANTOS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:

PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 24147224.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1011404-61.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JUSCELINO MARTINS DE SOUZA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELO ALVES DE SOUZA OAB - MT0012791A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Certifico que, designo o dia 25/09/2019, às 11:44 Horas, para realização da audiência de conciliação, que será realizada no Núcleo de Mediação e Conciliação Fórum da Capital – Des. José Vidal Av. Des. Milton F. Ferreira Mendes – Centro Político Administrativo Tel: (65) 3648-6065 e 3648-6575, E-mail: central.capital@tjmt.jus.br.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1010862-43.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ANTONIO CARLOS SIQUEIRA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SILVA FERREIRA OAB - MT20957-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SEGURADORA LÍDER (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Certifico que, designo o dia 25/09/2019, às 11:12 Horas, para realização da audiência de conciliação, que será realizada no Núcleo de Mediação e Conciliação Fórum da Capital – Des. José Vidal Av. Des. Milton F. Ferreira Mendes – Centro Político Administrativo Tel: (65) 3648-6065 e 3648-6575, E-mail: central.capital@tjmt.jus.br.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1020515-69.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
GILSELIA RODRIGUES BATISTA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ROBERGES JUNIOR DE LIMA OAB - MT12918-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 24369085.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1017962-49.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
THIAGO DOS SANTOS NASCIMENTO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SAULO DALTRO MOREIRA SILVA OAB - MT10208-O (ADVOGADO(A))
ANABELL CORBELINO SIQUEIRA DALTRO OAB - MT13544-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação das partes para, no prazo legal, especificarem as provas que pretendam produzir.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1025683-52.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
PLAENGE EMPREENDIMENTOS LTDA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
LEONARDO BORGES STABILE RIBEIRO OAB - MT24535/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LUIZ ROBERTO CALDEIRA NEVES (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARIA STELA SIMIONI NEVES OAB - 069.155.248-78 (REPRESENTANTE)

Certifico que encaminho intimação da parte Autora para, no prazo legal, manifestar-se acerca da correspondência devolvida de ID 27376078.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1017458-43.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
VALMIRO BRAGA PINTO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SAULO DALTRO MOREIRA SILVA OAB - MT10208-O (ADVOGADO(A))
ANABELL CORBELINO SIQUEIRA DALTRO OAB - MT13544-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação das partes para, no prazo legal, especificarem as provas que pretendam produzir.

Intimação Classe: CNJ-51 PROCEDIMENTO SUMÁRIO
Processo Número: 1008126-52.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JUAREZ REINO SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ARY NORBERTO DA SILVA OAB - MT11408-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID.27302513.

Intimação Classe: CNJ-51 PROCEDIMENTO SUMÁRIO
Processo Número: 1033885-18.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
L. K. P. R. (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
IVAIR BUENO LANZARIN OAB - MT0008029A (ADVOGADO(A))
BRUNA CAROLINA PANOFF OAB - 984.417.871-15 (REPRESENTANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 26499420.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1005094-39.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
GEOVANDERSON DA SILVA SIQUEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SAULO DALTRO MOREIRA SILVA OAB - MT10208-O (ADVOGADO(A))
ANABELL CORBELINO SIQUEIRA DALTRO OAB - MT13544-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (REQUERIDO)

Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 27293455.

Intimação Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1005663-74.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LUCIANO DA SILVA RAMOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDGAR FERREIRA DE SOUZA OAB - MT17664/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ITAU UNIBANCO S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MS13116-S (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 26407520.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1027132-45.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE BEZERRA DE ARAUJO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 23456226.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1027703-16.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ITAU SEGUROS DE AUTO E RESIDENCIA S.A. (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE CARLOS VAN CLEEF DE ALMEIDA SANTOS OAB - SP273843-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAYARA BENDO LECHUGA OAB - MT20191-A (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 26411179.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1033659-13.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ARQUIMEDES GOMES DA SILVA (AUTOR(A))
JUPIRA NUNES DOS SANTOS VIEIRA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SILVA FERREIRA OAB - MT20957-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PB ADMINISTRADORA DE ESTACIONAMENTOS EIRELI (RÉU)
CONSORCIO EMPREENDEDOR DO CUIABA PLAZA SHOPPING (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
WALDEMIRO LINS DE ALBUQUERQUE NETO OAB - BA11552 (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação às contestação de ID. 27224884 e 26245696.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1011623-11.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
EDYEN VALENTE CALEPIS OAB - MS8767-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARIA CLARETE PENACHIONI AGUILERA (RÉU)
ANTONIO DONIZETE AGUILERA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
GILMAR GONCALVES ROSA OAB - MT18662-O (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Certifico que, designo o dia 30/09/2019, às 10:00 Horas, para realização da audiência de conciliação, que será realizada no Núcleo de Mediação e Conciliação Fórum da Capital – Des. José Vidal Av. Des. Milton F. Ferreira Mendes – Centro Político Administrativo Tel: (65) 3648-6065 e 3648-6575, E-mail: central.capital@tjmt.jus.br.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1011623-11.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
EDYEN VALENTE CALEPIS OAB - MS8767-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARIA CLARETE PENACHIONI AGUILERA (RÉU)
ANTONIO DONIZETE AGUILERA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
GILMAR GONCALVES ROSA OAB - MT18662-O (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Pje nº1011623-11.2018.8.11.0041 (k) VISTOS, Trata-se de AÇÃO DE CONSTITUIÇÃO DE SERVIDÃO ADMINISTRATIVA C/C PEDIDO LIMINAR ajuizada por ENERSISA MATO GROSSO – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A em face de ANTONIO DONIZETE AGUILERA (1º Réu) e MARIA CLARETE PENACHIONE AGUILERA (2ª Ré), requerendo a instituição de servidão administrativa no imóvel de pertencente à área declarada de utilidade pública, para instituição de servidão administrativa, em favor da Autora, pugnando em caráter liminar: [...] LIMINARMENTE, seja determinado "inaudita altera pars" , a DESOBSTRUÇÃO DA PASSAGEM PARA A CONTINUIDADE DAS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DA LINHA DE DISTRIBUIÇÃO DE 138_kV na área descrita, impedindo, por conseguinte, que a parte demandada ou qualquer outra pessoa que esteja na posse que adote quaisquer medidas que embarace ou dificulte a passagem de veículos da ENERGISA e de suas Empreiteiras pela área, bem como que embarace ou dificulte a própria construção da aludida linha, sob pena de multa pecuniária diária, no valor sugerido de R$ 10.000,00; 17 Autorizar a demandante em fazer o depósito judicial no valor de R$ 35.765,78 alusivo a justa indenização, consoante laudo de avaliação anexo, devendo o mesmo ficar à disposição do r. Juízo; Ainda LIMINARMENTE, visando evitar problemas futuros e/ou envolvimento com terceiros, seja determinada a expedição de ofício ao Cartório de Registro de Imóveis e Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Cuiabá/MT para que seja averbada a existência da presente ação junto à(s) matrícula(s) do(s) imóvel(is) objeto da presente; [...] (sic Id.12981574 pág.17/18) Comprovado o recolhimento das custas processuais de distribuição da ação no Id.13336312 e certificada a intempestividade da alegação de urgência na certidão do Id.19426629, vieram-me conclusos para a análise do pedido liminar formulado pela parte Autora. É o relatório. DECIDO Consigno que a petição inicial contém os requisitos previstos no Código de Processo Civil e no artigo 13 do Decreto-Lei nº. 3.365/41. A exposição é clara e específica quanto a pretensão da parte Autora, bem como os fundamentos que amparam a propositura da ação. A Resolução Autorizativa nº6.624/2017 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, bem delimitou a área declarada de utilidade pública, para a instituição de servidão administrativa em favor da Requerente, veja: Art. 1º Declarar de utilidade pública, para instituição de servidão administrativa, em favor da Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S.A., outorgada conforme o Contrato de Concessão do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 03/1997 -ANEEL, a área de terra necessária à passagem da Linha de Transmissão Barro Duro – Chapada dos Guimarães, circuito trifásico simples, 138 kV, com aproximadamente 41,5 km de extensão, que interligará a Subestação Barro Duro à Subestação Chapada dos Guimarães, localizada nos municípios de Cuiabá e Chapada dos Guimarães, estado de Mato Grosso. (Id.12981618 pág.2) No entanto, na via estreita de cognição sumária, limitada a análise dos documentos

carreados aos autos, à luz do rigor legal, entendo que a matéria suscetível de pronunciamento jurisdicional in limine litis, não encontra respaldo nos documentos imbricados pela parte Autora, para fim de concessão da imissão provisória liminarmente. Isto porque, na inteligência conjunta do Decreto-Lei nº 3.365/1941, para a imissão provisória é indispensável a presença dos requisitos específicos do artigo 15 do Decreto-Lei, in verbis: Art. 15. Se o expropriante alegar urgência e depositar quantia arbitrada de conformidade com o art. 685 do Código de Processo Civil, o juiz mandará imiti-lo provisoriamente na posse dos bens; Parágrafo único. § 1º A imissão provisória poderá ser feita, independente da citação do réu, mediante o depósito: a) do preço oferecido, se este for superior a 20 (vinte) vezes o valor locativo, caso o imóvel esteja sujeito ao imposto predial; b) da quantia correspondente a 20 (vinte) vezes o valor locativo, estando o imóvel sujeito ao imposto predial e sendo menor o preço oferecido; c) do valor cadastral do imóvel, para fins de lançamento do imposto territorial, urbano ou rural, caso o referido valor tenha sido atualizado no ano fiscal imediatamente anterior; d) não tendo havido a atualização a que se refere o inciso c, o juiz fixará independente de avaliação, a importância do depósito, tendo em vista a época em que houver sido fixado originalmente o valor cadastral e a valorização ou desvalorização posterior do imóvel. § 2º A alegação de urgência, que não poderá ser renovada, obrigará o expropriante a requerer a imissão provisória dentro do prazo improrrogável de 120 (cento e vinte) dias. § 3º Excedido o prazo fixado no parágrafo anterior não será concedida a imissão provisória. § 4o A imissão provisória na posse será registrada no registro de imóveis competente. Como se verifica, a urgência é matéria discricionária da Administração Pública, inexistindo qualquer lacuna a ser preenchida pelo Órgão Jurisdicional, sendo legalmente estabelecido a natureza decadencial do direito à imissão provisória concedida em caráter liminar (§3º). Trazendo esse regramento ao caso, temos o requisito da urgência tratado no artigo 3º da Declaração de Utilidade Pública, cuja publicação ocorreu em 15/09/2017, in verbis: Art. 3º Fica a Outorgada obrigada a: I – promover, com recursos próprios, amigável ou judicialmente, as medidas necessárias à instituição da servidão prevista nesta Resolução, podendo, inclusive, invocar o caráter de urgência, nos termos do art. 15 do Decreto -Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956; (Id.12981580 pág.2) [...] Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. (id.12981580 pág.3) Diário Oficial da União Nº 178, sexta-feira, 15 de setembro de 2017 ISSN 1677-7042 pág. 75 (Id.12981580 pág.15) Daí porque, pelos elementos existentes nos autos, não se identifica o periculum in mora legalmente exigido, implicando no indeferimento do pedido liminar com fundamento no §3º do artigo 15, do Decreto-Lei nº3.365/1941. Nesse sentido, registro o seguinte precedente: PROCESSUAL CIVIL. FUNDAMENTO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 283/STF. DESAPROPRIAÇÃO. IMISSÃO PROVISÓRIA NA POSSE. URGÊNCIA. AVALIAÇÃO PROVISÓRIA. DESNECESSIDADE. ART. 15, § 1º, DO DECRETO-LEI 3.365/1941. CONTAGEM DO PRAZO DE 120 DIAS ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DO CITADO DIPLOMA LEGAL. 1. Os fundamentos utilizados pelo Tribunal de origem capazes de manter o acórdão hostilizado não foram atacados pela recorrente. Incidência, por analogia, da Súmula 283/STF. 2. Ademais, a imissão provisória na posse do imóvel objeto de desapropriação, caracterizada pela urgência, prescinde de avaliação prévia ou de pagamento integral. Precedentes do STJ. 3. A lei fixa o prazo de 120 dias, a partir da alegação de urgência, para que o ente expropriante requeira ao juiz a imissão na posse. Em geral, a urgência é declarada no próprio decreto expropriatório, ou após tal ato, inclusive durante o curso da ação de desapropriação. 4. Recurso Especial não provido. (STJ-REsp 1234606/MG, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 26/04/2011, DJe 04/05/2011) AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO DE CONSTITUIÇÃO DE SERVIDÃO ADMINISTRATIVA – IMISSÃO PROVISÓRIA NA POSSE – TUTELA DE URGÊNCIA INDEFERIDA – AUSÊNCIA DOS REQUISITOS DO ARTIGO 300 DO CPC – PRAZO LEGAL DE IMISSÃO 120 DIAS A CONTAR DA DECLARAÇÃO DE URGÊNCIA – PRETENSÃO AJUIZADA MUITO APÓS O PRAZO LEGAL DO DECRETO – LEI 3.365/41 – URGÊNCIA AFASTADA – RECURSO DESPROVIDO. "[...] A imissão provisória na posse em imóvel sobre o qual se constitui servidão administrativa para instalação de linhas de transmissão de energia requer alegação de urgência, com requerimento tempestivo de imissão provisória na posse, além do depósito do valor encontrado em avaliação judicial prévia". (TJSP; Agravo de Instrumento 2018473-73.2018.8.26.0000; Relator (a): Vicente de Abreu Amadei; Órgão Julgador: 1ª Câmara de Direito Público; Foro de Tupã - 1ª Vara Cível; Data do Julgamento: 06/03/2018; Data de Registro: 06/03/2018) [...]". (TJMT-NILZA MARIA PÔSSAS DE CARVALHO, PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 05/02/2019, Publicado no DJE 08/02/2019) Oportuno pontuar que os pressupostos supramencionados (artigo 15, §1º do Decreto-Lei nº3.365/1941) para a concessão da liminar são concorrentes, de forma que a ausência de um deles inviabiliza a pretensão antecipatória, a realização da perícia judicial e a formação legal da relação processual, com o exercício do contraditório e ampla defesa, a fim de preencher os requisitos legais à subsidiar o provimento jurisdicional. Ademais, a presente decisão não possui caráter irrevogável e/ou irreversível, de sorte que, demonstrado a presença dos requisitos através de pedido adequadamente fundamentado e comprovado, é possível que este provimento jurisdicional seja revisto a qualquer tempo. ANTE O EXPOSTO, conseguinte, artigo 15, §3º e artigo 19, ambos do Decreto-Lei nº3.365/1941 c/c artigo 334 e artigo 464 ambos do CPC, INDEFIRO, por ora, o pedido LIMINAR de imissão provisória imediata, formulado na inicial. 1) CITE-SE e INTIME-SE a parte Requerida para conhecimento da ação e no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresentar contestação, consignando as advertências do artigo 334 e artigo 335, do Código de Processo Civil, devendo a parte RÉ SER ADVERTIDA, principalmente, QUANTO A LIMITAÇÃO MATERIAL a ser aviada na resposta a ação, prevista no artigo 20 do Decreto-Lei nº3.365/1941. 2) DETERMINO que a Secretaria, através do acesso virtual do Núcleo de Solução de Conflitos, DESIGNE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO prevista no artigo 334 do CPC, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do ato, devendo a parte Ré ser citada com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência da audiência, que realizar-se-á no Núcleo de Mediação e Conciliação Fórum da Capital - Des. José Vidal Av. Des. Milton F. Ferreira Mendes - Centro Político Administrativo Tel: (65) 3648-6065 e 3648-6575, e-mail: central.capital@tjmt.jus.br, consignando no mandado as advertências legais, inclusive eventual existência de emenda, sobretudo o que dispõe o artigo 30 do Decreto-Lei nº3.365/1941. Consigno que, deverá a parte Requerente ser intimada na de seu advogado (art. 334, § 3º, CPC). 3) Designada a audiência, VISTAS ao Ministério Público Estadual pelo prazo de 10 (dez) dias, a fim de manifestar o interesse na participação do feito, e conhecimento da designação da audiência de conciliação. (artigo 178 do CPC) 4) Realizada a audiência de conciliação sem êxito, devem saírem intimadas da audiência a, no prazo de 15 (quinze) dias, APRESENTAREM SEUS QUESITOS para a realização da AVALIAÇÃO JUDICIAL e, querendo, indicar assistente técnico.(artigo 14 do Decreto-Lei nº3.365/1941). COMUNIQUE-SE o Núcleo de Solução de Conflitos, para que promova a intimação que, deverá ser lavrada em ata. 5) Havendo interesse ministerial, havendo composição entre as partes ou em caso de continuidade da ação, INTIME-SE ao Ministério Público Estadual pelo prazo de 30 (trinta) dias, apresentar manifestação sobre a ação e, se for o caso de continuidade da ação, apresente os quesitos para a avaliação judicial. 6) Decorrido o prazo para a apresentação dos quesitos por toda a parte interessada, com fulcro no artigo 14, artigo 30 e artigo 42, ambos do Decreto-Lei nº3.365/1941, DETERMINO a produção de avaliação judicial na a servidão de passagem declarada de utilidade pública pela Resolução nº6.624/2017, publicada no Diário Oficial da União do dia 15/09/2017, (Id.12981580), devendo a perícia recair sobre o imóvel supra descrito e terá a área alusiva à faixa de servidão total de 0,0303ha, cujas características e confrontações que estão descritas no Laudo de Avaliação, Memorial Descritivo e Planta dele integrante (Id.12981582), que também se faz prova na exordial, a ser realizada em observância aos artigos 464 ao 480 do CPC, devendo em especial facultar às partes a participação no ato (artigo 474 do CPC), até mesmo para evitar futura arguição de nulidade. NOMEIO a empresa MEDIAPE, especializada em perícias, com sede na Avenida Isaac Póvoas, nº586, sala 1-B, Centro-Norte, Cuiabá/MT, telefones (65)3322.9858 / 98146.0888, independente de compromisso, sob a fé de seu grau, para realizar a perícia indenizatória por desapropriação indireta por declaração de utilidade pública, no prazo de 30 (trinta) dias a contar do depósito inicial dos honorários periciais, independente de compromisso. Consigno ao Sr. Perito que além de verificar a regularidade ou não do equipamento a ser periciado, deverá indicar pormenorizadamente em seu laudo as técnicas e métodos utilizadas, indicando com justificativa fundamentada, o valor indenizatório da faixa crua e edificada (se existir), os impactos à propriedade que a servidão poderá causar, prejuízos materiais e ecológicos passíveis de indenização pecuniária, devendo a avaliação

fazer estimativa com prospecção para todo o período de vigência do contrato, objetivando indenizar o proprietário pela servidão administrativa de maneira ampla e justa, nos moldes e limites estabelecidos no Decreto-Lei nº3.365/1941. NOTIFIQUE-SE COM URGÊNCIA O PERITO, encaminhando-se cópia do pedido inicial e da presente decisão, para dizer se aceita o encargo, que deverá ser executado com indistinta observância ao artigo 473 do CPC, e em caso positivo, apresentar propostas de honorários, em 05 (cinco) dias. Apresentada a proposta, INTIME-SE A PARTE REQUERENTE para efetuar o depósito judicial dos honorários periciais, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de se presumir dispensável a prova pericial. Depositado os honorários, NOTIFIQUE-SE o Perito nomeado para que indique data, local e horário para os trabalhos da perícia, com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para que haja tempo hábil de intimação das partes, cuja ocorrência, deverá ser certificada nos autos. Fica desde já autorizado o levantamento de 50% (cinquenta por cento) do valor depositado em favor do perito nomeado para início dos trabalhos, ficando o restante para ser liberado após a entrega do laudo Pericial que, deverá ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias do depósito dos honorários periciais nos autos. Com a apresentação do laudo, INTIMEM-SE as partes interessadas, para no prazo comum de 15 (quinze) dias (artigo 477, §1º do CPC) querendo, manifestarem nos autos. Finalmente, insta consignar que, este juízo declinou da competência jurisdicional para processar e julgar demandas relativas à constituição de servidão administrativa no Pje nº1011625-78.2018.8.11.0041 à Vara Especializada em Ação Civil Pública e Ação Popular; que por seu turno, suscitou o Conflito Negativo de Competência nº1000843-04.2019.8.11.0000, em que foi designado este Juízo Suscitado para resolver as questões de caráter provisório e urgentes. Razão disso, por oportunidade do julgamento do mérito do citado conflito de competência, poderá haver a remessa desta demanda àquele juízo suscitante, com observância às determinações contidas no artigo 64, §4º do CPC. Cite-se. Intimem-se. Cumpra-se. YALE SABO MENDES Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1020001-19.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
AURELIO ALVES DOS SANTOS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SILVA FERREIRA OAB - MT20957-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SEGURADORA LÍDER (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUIZ HENRIQUE VIEIRA OAB - MT26417-A (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação das partes para, no prazo legal, especificarem as provas que pretendam produzir.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1020242-90.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE APARECIDO ALVES DOS SANTOS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
HUMBERTO AFFONSO DEL NERY OAB - MT6945-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 24632026.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1019561-23.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
KATRINE ALVES DOS SANTOS PEREIRA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELO ALVES DE SOUZA OAB - MT0012791A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 24480689.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1019161-09.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
VANDERLEI NUNES DE PROENCA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SILVA FERREIRA OAB - MT20957-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação das partes para, no prazo legal, especificarem as provas que pretendam produzir.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1036174-21.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ADILSON DOS SANTOS ROCHA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JULIO CESAR DE CARVALHO JUNIOR OAB - MT10032-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação das partes para, no prazo legal, especificarem as provas que pretendam produzir.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1021216-30.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JUANA DE LA CRUZ MARTINEZ DE FRANCO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA LUIZA ALAMINO BELLINCANTA OAB - MT9333-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SEGURADORA LÍDER (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 27302008.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1036028-77.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
TAYLAN RICARDO DA SILVA VIEIRA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
WELLEN CANDIDO LOPES OAB - MT11608/A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SEGURADORA LÍDER (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação das partes para, no prazo legal, especificarem as provas que pretendam produzir.

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1028424-36.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
SIMAO FERREIRA MAGALHAES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
VICTOR HUGO VIDOTTI OAB - MT11439-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:

PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
YALE SABO MENDES

Vistos, A parte autora formula requerimento de gratuidade da Justiça, alegando falta de condições financeira para arcar com as despesas processuais, deixando de anexar ao pedido o documento probatório de renda hábil e necessário. Dessa forma, verificando que a incapacidade financeira do requerente não resta comprovada nos autos, fundamentado no que dispõe o artigo 99, § 2º do CPC/2015, intime-se o, por seu patrono, via DJE, para no prazo de 15 (quinze) dias, emendar o pedido inicial, trazendo para os autos a última declaração de imposto de renda, documento hábil a demonstrar que o requerente faz jus ao benefício requerido, ou ainda, para no mesmo prazo recolher as custas processuais, sob pena de indeferimento da inicial, com base no que dispõe o artigo 290, do Novo Código de Processo Civil. Decorrido o prazo acima fixado com ou sem manifestação, voltem-me conclusos. Cumpra-se. Yale Sabo Mendes Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1022767-45.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JEAN CARLO JESUS DE OLIVEIRA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 26435885.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1034955-70.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
FRANCISCO NUNES DUARTE (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
FLAVIO LUCAS DI PIETRO MAIDANA OAB - MT23541/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 24127510.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1003901-86.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CLEIDINEIA LETICIA DE MORAES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 25718366.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1021301-84.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
SILVIA APARECIDA MASSAVI (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Wilson Molina Porto OAB - MT12790-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUCIMAR CRISTINA GIMENEZ CANO OAB - MT8506-A (ADVOGADO(A))
JACKSON FREIRE JARDIM DOS SANTOS OAB - MT26992-O (ADVOGADO(A))

Certifico que, encaminho intimação das partes para comparecerem no exame pericial que será realizado nos seguintes termos: DATA: 02/05/2019 - a partir das 08:30 horas Local: Clinica Materna, situada no endereço Rua Presidente Arthur Bernardes, 132, Duque de Caxias II, Cuiabá-MT.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1029547-98.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
FLAVIO RODRIGUES ARAGAO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 24127497.

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1026900-04.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
VANDO WILSON LUCIANO CORREA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
VICTOR HUGO VIDOTTI OAB - MT11439-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
JACKSON FREIRE JARDIM DOS SANTOS OAB - MT26992-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
YALE SABO MENDES

Vistos, Nesta de Ação de Cobrança do Benefício do Seguro Obrigatório DPVAT, a parte autora requer a concessão do benefício da gratuidade, alegando não possuir condições financeiras para arcar com o ônus processual, anexa ao pedido o comprovante de renda. No caso, verifica-se que ouve a postulação administrativa, com decurso de mais de trinta dias desde o protocolo junto à seguradora, sem ser atendido. Assim, presumindo como verdadeira a condição econômica declarada nos autos, concedo a parte requerente os benefícios da Assistência Judiciária Gratuita, - § 3º do artigo 99 do CPC. Anotem-se. Isto posto, fundamentado na disposição contida no artigo 334 do CPC/2015, designo o dia 24 de Novembro de 2017, as 08h:15mn, para realização da audiência de conciliação, que será realizada no Núcleo de Mediação e Conciliação Fórum da Capital - Des. José Vidal Av. Des. Milton F. Ferreira Mendes - Centro Político Administrativo Tel: (65) 3648-6065 e 3648-6575, E-mail: central.capital@tjmt.jus.br. Cite-se a parte requerida, consignando as advertências dispostas nos artigos 334, e 335 do Código de Processo Civil. Intime-se a parte requerente na pessoa de seu advogado (CPC, art. 334, § 3º). Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Yale Sabo Mendes Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1035391-29.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JULIO CESAR RODRIGUES DE FREITAS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SILVA FERREIRA OAB - MT20957-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 25808933.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1022765-75.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
WELINGTON DE OLIVEIRA ALMEIDA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 25533143.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1022609-87.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CLAUDEMIR RIBEIRO DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 25536431.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1024532-51.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LUCAS DA SILVA PINHEIRO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 24333514.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1022579-52.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
EDSON VICENTE DUARTE (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
RAFAEL KRUEGER OAB - MT12058-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 26755060.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1002270-10.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LUCIENE RODRIGUES DE SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ADRIANA DO CARMO COSTA MARQUES OAB - MT18047-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SEGURADORA LÍDER (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 26758615.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1003158-76.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
FRANCISCO NILTAMIR DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SILVA FERREIRA OAB - MT20957-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 22021220.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1004081-05.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ADEMAR ALMEIDA DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SILVA FERREIRA OAB - MT20957-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 26959491.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1018964-88.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JOSIAS DOS SANTOS PEREIRA JUNIOR (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
JOIR AUGUSTO LACCAL DA SILVA OAB - MT9457-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 26434917.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1004430-08.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
GERALDO LOPES RIBEIRO FILHO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SILVA FERREIRA OAB - MT20957-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 26954847.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1023425-69.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CLEMILTON DE JESUS CAMPELO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SILVA FERREIRA OAB - MT20957-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)

Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 27229022.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1037528-81.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JORGE LUIZ RIBEIRO DE MORAIS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 27223463.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1037703-75.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MAURICIO JOSE FERREIRA VAZ (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA LUIZA ALAMINO BELLINCANTA OAB - MT9333-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SEGURADORA LÍDER (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 24578495.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1023221-25.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
GELSON BATISTA DE SOUZA (AUTOR(A))
GELSON BATISTA DE SOUZA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SILVA FERREIRA OAB - MT20957-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 27233429.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1026556-86.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ARLEY DIAZ CORREA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 26103350.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1008596-83.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ALAN ROGER DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 22198105.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1024553-27.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
DANYELLE LIMA DE SOUZA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
FLAVIO LUCAS DI PIETRO MAIDANA OAB - MT23541/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 23328339.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1018189-39.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MAYELLI LIMA DA CONCEICAO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 22697561.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1026739-57.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JHEFFERSON ALVES GOMES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 26551308

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1006800-57.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MARINO ALVES MARTINS JUNIOR (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
JOIR AUGUSTO LACCAL DA SILVA OAB - MT9457-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 24529549.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1020669-24.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
AURELINO BISPO SOARES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)

Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 26106743.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1023992-37.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
WALDOMIRO DE FRANCESCHI (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCAS OLIVEIRA BERNARDINO SILVA OAB - MT12027-N (ADVOGADO(A))
ISABELLY FURTUNATO OAB - MT21705-O (ADVOGADO(A))
CARLOS FREDERICK DA SILVA INEZ OAB - MT7355-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BMG S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ANDRE RENNO LIMA GUIMARAES DE ANDRADE OAB - MG78069-O (ADVOGADO(A))
BREINER RICARDO DINIZ RESENDE MACHADO OAB - MT16227-O (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
ISABEL CRISTINA AMORIM DE FRANCESCHI (REPRESENTADO)

Certifico que encaminho intimação da parte Requerida para, manifestar-se acerca de ID. 26698501.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1036234-91.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CRISTIANE NUNES DE OLIVEIRA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 27358675.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1010116-78.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
SELSA URTADO CEBALHO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
CLEILSON MENEZES GUIMARAES OAB - MT7960-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 24528993.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1005773-39.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
EVERALDO FRANCISCO DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 27220184.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1004887-74.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
GONCALO DELFINO DE ARAUJO JUNIOR (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
JESSIKA ORACIO SILVA OAB - MT0021888A-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
IZABEL CRISTINA MARQUES NOGUEIRA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUCIANE BORDIGNON DA SILVA OAB - MT13282-O (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 20581789.

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1029341-21.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
C. A. T. - CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA - ME (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RODOLFO CESAR VASCONCELLOS MOREIRA OAB - MT8719-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SILVIA HELENA MONTEIRO GODOY VERARDO (EXECUTADO)
GIOVANI CORREA VERARDO (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOSE ANTONIO GASPARELO JUNIOR OAB - MT7191-O (ADVOGADO(A))

Certifico a tempestividade dos embargos de declaração interpostos, e, no ensejo, procedo intimação da parte requerida para, no prazo legal, manifestar-se acerca do referido recurso.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1022663-87.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
DARLEI SABINO NOVAES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
TATIANE CORBELINO LACCAL DA SILVA OAB - MT0009409A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Intimação da parte autora para, no prazo legal, impugnar a contestação ofertada.

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1033578-64.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JOAO FRANCISCO FREITAS SAMPAIO DE LACERDA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RENAN NADAF GUSMÃO OAB - MT16284-O (ADVOGADO(A))
FRANCISCO CLAUDIO JASSNIKER JUNIOR OAB - MT21087-O (ADVOGADO(A))
BRUNO NADAF GUSMAO OAB - MT16014-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ELISANGELA SANTOS SATORRES (EXECUTADO)

Intimação da parte autora para, no prazo legal, promover a distribuição da precatória expedida, bem como, comprovar nos autos a sua distribuição

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1034520-96.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LUCIANA CRISTINA FERREIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LETICIA ROBERTA POZZOBON OAB - MT25152/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GOLDEM GESTAO DE NEGOCIOS IMOBILIARIOS LTDA - ME (REQUERIDO)
JOSE FLAVIO GONCALVES DE OLIVEIRA (REQUERIDO)
FLAMAR PECUARIA LTDA - ME (REQUERIDO)

Certifico que encaminho intimação da parte Autora para, no prazo legal, manifestar-se acerca da correspondência devolvida de ID27380314.

Intimação Classe: CNJ-68 USUCAPIÃO

Processo Número: 1028795-63.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ANDERSON BARBOSA (AUTOR(A))
EDIVANE AMORIM ZAURIZIO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS ARRUDA DE CARLI OAB - MT14691-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AMELIA SILVA COSTA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARIA CAROLINA SILVA GUIMARAES OAB - 007.102.271-67 (REPRESENTANTE)

Intimação da parte autora para, no prazo legal, promover a distribuição da carta precatória expedida no feito, bem como, comprovar sua distribuição no feito.

Despacho Classe: CNJ-70 ALIENAÇÃO JUDICIAL DE BENS
Processo Número: 1001192-49.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MARGARETH OLIVIA AFFI PEIXOTO (REQUERENTE)
ANTONIO OTAVIO PEIXOTO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANTONIO OTAVIO PEIXOTO OAB - MT900-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OSVALDO JOSE DA COSTA (INTERESSADO)
EDUARDO BARCAUI (INTERESSADO)
MARIA DE LOURDES ALBUQUERQUE AFFI BARCAUI (INTERESSADO)
ELISABETH MARY AFFI DA COSTA (INTERESSADO)
KARINA EVANGELISTA ALBUQUERQUE AFFI (INTERESSADO)
JOSE MARIO DE ALBUQUERQUE AFFI (INTERESSADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FABIANO RABANEDA DOS SANTOS OAB - MT12945-O (ADVOGADO(A))
VERONICA TOLEDO DE ALMEIDA NEVES OAB - MT11616-B (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
YALE SABO MENDES

Vistos, Tendo em vista o interesse na realização da audiência conciliatória manifestada pelos requeridos no Id nº 9558815. Designo o dia 06 de Novembro de 2017, as 14h:30mn, para realização da audiência de conciliação, a ser realizada no Núcleo de Mediação e Conciliação Fórum da Capital - Des. José Vidal Av. Des. Milton F. Ferreira Mendes - Centro Político Administrativo Tel: (65) 3648-6065 e 3648-6575, E-mail: central.capital@tjmt.jus.br. Intimem-se as partes quanto a audiência, via DJE, por seus advogados constituídos nos autos. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Yale Sabo Mendes Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-70 ALIENAÇÃO JUDICIAL DE BENS
Processo Número: 1001192-49.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MARGARETH OLIVIA AFFI PEIXOTO (REQUERENTE)
ANTONIO OTAVIO PEIXOTO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANTONIO OTAVIO PEIXOTO OAB - MT900-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OSVALDO JOSE DA COSTA (INTERESSADO)
EDUARDO BARCAUI (INTERESSADO)
MARIA DE LOURDES ALBUQUERQUE AFFI BARCAUI (INTERESSADO)
ELISABETH MARY AFFI DA COSTA (INTERESSADO)
KARINA EVANGELISTA ALBUQUERQUE AFFI (INTERESSADO)
JOSE MARIO DE ALBUQUERQUE AFFI (INTERESSADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FABIANO RABANEDA DOS SANTOS OAB - MT12945-O (ADVOGADO(A))
VERONICA TOLEDO DE ALMEIDA NEVES OAB - MT11616-B (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
YALE SABO MENDES

Vistos, Tendo em vista o interesse na realização da audiência conciliatória manifestada pelos requeridos no Id nº 9558815. Designo o dia 06 de Novembro de 2017, as 14h:30mn, para realização da audiência de conciliação, a ser realizada no Núcleo de Mediação e Conciliação Fórum da Capital - Des. José Vidal Av. Des. Milton F. Ferreira Mendes - Centro Político Administrativo Tel: (65) 3648-6065 e 3648-6575, E-mail: central.capital@tjmt.jus.br. Intimem-se as partes quanto a audiência, via DJE, por seus advogados constituídos nos autos. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Yale Sabo Mendes Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-70 ALIENAÇÃO JUDICIAL DE BENS
Processo Número: 1001192-49.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MARGARETH OLIVIA AFFI PEIXOTO (REQUERENTE)
ANTONIO OTAVIO PEIXOTO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANTONIO OTAVIO PEIXOTO OAB - MT900-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OSVALDO JOSE DA COSTA (INTERESSADO)
EDUARDO BARCAUI (INTERESSADO)
MARIA DE LOURDES ALBUQUERQUE AFFI BARCAUI (INTERESSADO)
ELISABETH MARY AFFI DA COSTA (INTERESSADO)
KARINA EVANGELISTA ALBUQUERQUE AFFI (INTERESSADO)
JOSE MARIO DE ALBUQUERQUE AFFI (INTERESSADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FABIANO RABANEDA DOS SANTOS OAB - MT12945-O (ADVOGADO(A))
VERONICA TOLEDO DE ALMEIDA NEVES OAB - MT11616-B (ADVOGADO(A))

Certifico a tempestividade dos embargos de declaração interpostos e, no ensejo, procedo a intimação da parte autora para, no prazo legal, manifestar-se acerca do referido recurso.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1018696-97.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ARLETE MARCILIO DE OLIVEIRA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Wilson Molina Porto OAB - MT12790-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Intimação da parte autora para, no prazo legal, impugnar a contestação ofertada.

Intimação Classe: CNJ-45 PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVAS
Processo Número: 1035856-38.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
RESIDENCIAL PARQUE CHAPADA DIAMANTINA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MIGUEL JUAREZ ROMEIRO ZAIM OAB - MT4656-O (ADVOGADO(A))
VITHOR CESAR MOREIRA DA SILVA ALMEIDA OAB - MT22966-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PRIME INCORPORACOES E CONSTRUCOES S/A. (REQUERIDO)
MRV PRIME PARQUE CHAPADA DIAMANTINA INCORPORACOES SPE LTDA (REQUERIDO)
MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES SA (REQUERIDO)

Certifico que encaminho intimação da parte Autora para, no prazo legal, manifestar-se acerca da correspondência devolvida de ID27381611.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1017180-42.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
NADHIA THAIS ARAUJO DINIZ (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
EDGAR FERREIRA DE SOUZA OAB - MT17664/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PAG S.A. MEIOS DE PAGAMENTO (RÉU)

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 26779859.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1040601-95.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CRISTIANE MARIA DA SILVA (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
AMIL PEDROSO DE CARVALHO (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)

THIAGO DA SILVA (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
ELISANDRO DA SILVA (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Advogado(s) Polo Ativo:
CLAUDIA INFANTINA MARTINS OAB - MT10177-N (ADVOGADO(A))
ROGERIO CAPOROSSI E SILVA OAB - MT6183-O (ADVOGADO(A))
DANIELI CRISTINA OSHITANI OAB - MT6079-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
COMPANHIA DE SEGUROS ALIANCA DO BRASIL (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Advogado(s) Polo Passivo:
Jacó Carlos Silva Coelho OAB - MT15013-A (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 26706302.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000479-06.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ARAUTO CENTRO AUTOMOTIVO LTDA - ME (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
GERSON LEVY RABONE PALMA OAB - MT18609/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TOKIO MARINE SEGURADORA S.A. (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUIS EDUARDO PEREIRA SANCHES OAB - MT22233-A (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 25949489.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1033256-44.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
VIVIAN SILVA DE SENA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCIANE BORDIGNON DA SILVA OAB - MT13282-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MRV PRIME PARQUE CHAPADA DIAMANTINA INCORPORACOES SPE LTDA (RÉU)
MRV ENGENHARIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
ANDRE JACQUES LUCIANO UCHOA COSTA OAB - MG80055-O (ADVOGADO(A))
LEONARDO FIALHO PINTO OAB - MG108654-O (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 23031275.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1035104-66.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
GRAZIELY PAIM MIGUELETE (AUTOR(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
Ozana Baptista Gusmão OAB - MT4062-A (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 26796334.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1014905-23.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
T. D. O. G. (AUTOR(A))
IVANIA ROOSELY RODRIGUES DE OLIVEIRA (AUTOR(A))
A. S. D. O. F. (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCAS JOSE DE SOUZA OAB - MT18638/O (ADVOGADO(A))
IVANIA ROOSELY RODRIGUES DE OLIVEIRA OAB - 791.981.801-00 (REPRESENTANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
AZUL LINHAS AEREAS (RÉU)

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 27368355.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1023382-35.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
EDSON MIGUEL VANIN (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SILVA FERREIRA OAB - MT20957-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SEGURADORA LÍDER (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
JACKSON FREIRE JARDIM DOS SANTOS OAB - MT26992-O (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 26610610.

Intimação Classe: CNJ-51 PROCEDIMENTO SUMÁRIO
Processo Número: 1024960-33.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
FATIMA MARIA BERNARDO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MELQUI ELIAQUIM OLIVEIRA SILVA OAB - MT26107/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 26830978.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1022538-85.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
DELCILENA RODRIGUES COIMBRA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SILVA FERREIRA OAB - MT20957-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SEGURADORA LÍDER (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 26696553.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1008203-61.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ROBSON SANTOS DA CUNHA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 26759506.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1007578-27.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
GENARIO MARQUES DE ANDRADE (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 24226080.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1039255-75.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
WALTER ALBUES PEREIRA (REQUERENTE)
AIDIL DAVINA DE FRANCA PEREIRA (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
AVIANCA (REQUERIDO)

Certifico que encaminho intimação da parte Autora para, no prazo legal, manifestar-se acerca da correspondência devolvida de ID 27381611.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1005160-19.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ADILSON DA SILVA LEITE (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ALBERTO PELISSARI CATANANTE OAB - MT17531-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 25869721.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1027863-75.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CRISTIANO ALMEIDA MACHADO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDI TOCANTINS SILVA OAB - MT16519-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID.26874084.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1040570-41.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ADENISE SANTANA DA SILVA SAMPAIO (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
CRISTINA CATARINA BARBOSA (REQUERIDO)

Certifico que encaminho intimação da parte Autora para, no prazo legal, manifestar-se acerca da correspondência devolvida de ID27385436.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1040601-95.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CRISTIANE MARIA DA SILVA (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
AMIL PEDROSO DE CARVALHO (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
THIAGO DA SILVA (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
ELISANDRO DA SILVA (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Advogado(s) Polo Ativo:
CLAUDIA INFANTINA MARTINS OAB - MT10177-N (ADVOGADO(A))
ROGERIO CAPOROSSI E SILVA OAB - MT6183-O (ADVOGADO(A))
DANIELI CRISTINA OSHITANI OAB - MT6079-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
COMPANHIA DE SEGUROS ALIANCA DO BRASIL (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Advogado(s) Polo Passivo:
Jacó Carlos Silva Coelho OAB - MT15013-A (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte Autora para, no prazo legal, manifestar-se acerca da correspondência devolvida de ID27387403.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1039255-75.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
WALTER ALBUES PEREIRA (REQUERENTE)
AIDIL DAVINA DE FRANCA PEREIRA (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
AVIANCA (REQUERIDO)

Certifico que encaminho intimação da parte Autora para, no prazo legal, manifestar-se acerca da correspondência devolvida de ID27383456.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1040832-88.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
AGV BRASIL ASSOCIACAO DE AUTOGESTAO VEICULAR (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
JOANNA GRASIELLE GONCALVES GUEDES OAB - MG157314 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
REINALDO DA SILVA NUNES (RÉU)

Certifico que encaminho intimação da parte Autora para, no prazo legal, manifestar-se acerca da correspondência devolvida de ID27387425.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1015339-12.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LUIZ AUGUSTO FERREIRA DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JULIO CESAR DE CARVALHO JUNIOR OAB - MT10032-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO(A))

Intimação da parte Autora para impugnar a contestação ofertada, no prazo legal.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1008467-15.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ARLINDO RODRIGUES DE AMORIM (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELO ALVES DE SOUZA OAB - MT0012791A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUIZ HENRIQUE VIEIRA OAB - MT26417-A (ADVOGADO(A))

Intimação da parte Autora para manifestar do pagamento da condenação, no prazo legal.

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1003912-86.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LUCINEI MARTINS RIBEIRO CAMPOS (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GILBERTO MALTZ SCHEIR OAB - MT8848-O (ADVOGADO(A))
ARNALDO RIBEIRO DE ALMEIDA FILHO OAB - MT14760-O (ADVOGADO(A))
DANIEL RACHEWSKY SCHEIR OAB - MT16449-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
DENNIS RODRIGUES DE VASCONCELOS 76769208172 (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EDNO DE FRANCA BARRETO OAB - MT10274-O (ADVOGADO(A))

Certifico que procedo intimação da parte autora para entrar em contato com o Oficial de Justiça.

Intimação Classe: CNJ-62 MONITÓRIA
Processo Número: 1039861-06.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
GONCALVES MARCONDES & CIA LTDA - EPP (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ANDRE EDUARDO BRAVO OAB - PR0061516A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:

WYLLIAM SANTOS RODRIGUES - ME (RÉU)
WYLLIAM SANTOS RODRIGUES (RÉU)

Certifico que, encaminho intimação da parte requerente para, providenciar o recolhimento da guia pública de diligencia do oficial de justiça.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1030757-58.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CLAUDINO MARCELINO DE ALMEIDA (AUTOR(A))
CLAUDEMYLSOM GONCALVES DE ALMEIDA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Intimação da parte Autora para manifestar do pagamento da condenação, no prazo legal.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1002072-07.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
IBRAIM SILVA GONCALVES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUIZ HENRIQUE VIEIRA OAB - MT26417-A (ADVOGADO(A))

Intimação das partes para manifestarem do retorno dos autos da 2ª instância, no prazo legal.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1038541-86.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
VINICIUS FEITOSA FERREIRA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUIZ HENRIQUE VIEIRA OAB - MT26417-A (ADVOGADO(A))

Intimação da parte Autora para manifestar do pagamento da condenação, no prazo legal.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1029156-17.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
RAISSA FERREIRA DE ASSUNCAO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ALBERTO PELISSARI CATANANTE OAB - MT17531-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUIZ HENRIQUE VIEIRA OAB - MT26417-A (ADVOGADO(A))

Intimação da parte Autora para manifestar do pagamento da condenação, no prazo legal.

Intimação Classe: CNJ-128 EMBARGOS À EXECUÇÃO
Processo Número: 1012760-62.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CONENGE CONSTRUCAO CIVIL LTDA (EMBARGANTE)
SPE AMAZON CONENGE MT PARK CONSTRUTORA LTDA (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCIO EMRICH GUIMARAES LEAO OAB - GO0019964A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VALDIR GOMES DE OLIVEIRA (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
IVO MARCELO SPINOLA DA ROSA OAB - MT13731-O (ADVOGADO(A))

Intimação das partes para manifestarem do retorno dos autos da 2ª instância, no prazo legal.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1031822-88.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ERIC SILVA SOARES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
HUMBERTO AFFONSO DEL NERY OAB - MT6945-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Intimação da parte Autora para manifestar do pagamento da condenação, no prazo legal.

Intimação Classe: CNJ-56 CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO
Processo Número: 1016511-23.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MARIVALDA CAETANO PEREIRA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
PAULO GUSTAVO FERNANDES MELO OAB - MT0018188A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PARQUE RESIDENCIAL ACLIMAÇÃO (RÉU)
APEX ADMINISTRADORA LTDA - ME (RÉU)
CVL IMOVEIS LTDA - EPP (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
INGRID GONCALVES DE OLIVEIRA OAB - MT16622/O (ADVOGADO(A))
LUDMILLA DE MOURA BOURET OAB - MT8476-O (ADVOGADO(A))

Intimação das partes para manifestarem do retorno dos autos da 2ª instância, no prazo legal.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1026790-68.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
EDGAR FERREIRA DA CRUZ (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))

Certifico que, encaminho intimação da parte requerente para dar andamento ao feito, no prazo de 05 dias, sob pena de extinção.

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1059319-09.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
DANIELI VIEIRA DE SOUZA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JEAN LUCAS TEIXEIRA DE CARVALHO OAB - MT14532-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
THIAGO MADEIRA (EXECUTADO)

Certifico que, encaminho intimação da parte requerente para, providenciar o recolhimento da guia pública de diligencia do oficial de justiça.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1058334-40.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
RONALDO ALEX PEREIRA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
BARBARA NASCIMENTO MOLINA OAB - MT25407/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MERSON VALERIO BEATRIZ (RÉU)
RICARDO ANTONIO FONTANA (RÉU)

Certifico que, encaminho intimação da parte requerente para, providenciar o recolhimento da guia pública de diligencia do oficial de justiça.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1010698-15.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LUCIMAR SOARES NUNES NEVES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ADRIANA DO CARMO COSTA MARQUES OAB - MT18047-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SEGURADORA LÍDER (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO(A))

Intimação das partes para manifestarem do retorno dos autos da 2ª instância, no prazo legal.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1044933-08.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CLEVILLEN OLIVEIRA DE PINHO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
GUILHERME BARROS DE OLIVEIRA OAB - MT23664-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SEGURADORA LÍDER (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCIO HENRIQUE PEREIRA CARDOSO OAB - MT7659-O (ADVOGADO(A))

Intimação das partes para manifestarem do retorno dos autos da 2ª instância, no prazo legal.

Intimação Classe: CNJ-14 CARTA PRECATÓRIA CÍVEL
Processo Número: 1038672-27.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
COMPACTA COMERCIAL LTDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE FABIO PANTOLFI FERRARINI OAB - MT14864/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
REPORPACK BRASIL DISTRIBUIDORA E REPRESENTACAO DE EMBALAGENS DESCARTAVEIS LTDA - EPP (REQUERIDO)

Certifico que, encaminho intimação da parte requerente para, providenciar o recolhimento da guia pública de diligência do oficial de justiça.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1036655-18.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
PAULO HENDER DE SOUZA MENDES SILVA CAMPOS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ALBERTO PELISSARI CATANANTE OAB - MT17531-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Intimação das partes para manifestarem do retorno dos autos da 2ª instância, no prazo legal.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1044136-95.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JUCARA MARIA DOMINGUES LOTUFO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
JUCARA MARIA DOMINGUES LOTUFO OAB - MT4044-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SABEMI SEGURADORA S.A (RÉU)
NATHALYA EVELLYN SIQUEIRA DOS SANTOS 04338114045 (RÉU)

Certifico que, designo o dia 25/05/2020, às 08:00 horas, para realização da audiência de conciliação, que será realizada no Núcleo de Mediação e Conciliação Fórum da Capital – Des. José Vidal Av. Des. Milton F. Ferreira Mendes – Centro Político Administrativo Tel: (65) 3648-6065 e 3648-6575, E-mail: central.capital@tjmt.jus.br.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1014090-31.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ROBERTO WAGNER PAES DE BARROS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ADRIANA DO CARMO COSTA MARQUES OAB - MT18047-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte Autora para, querendo, impugnar a contestação ofertada, no prazo legal.

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1059409-17.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
FRANCINALDO PEREIRA SANTIAGO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
VICTOR HUGO VIDOTTI OAB - MT11439-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SEGURADORA LÍDER (RÉU)
Magistrado(s):
YALE SABO MENDES

Vistos, Trata-se de Ação de Cobrança de Diferença da Indenização do Benefício do Seguro Obrigatório - DPVA, onde a parte autora requer a concessão da gratuidade da justiça, alegando não possuir condições financeiras para suportar os encargos processuais. O pedido vem instruído com os documentos indispensáveis, incluindo o valor da indenização que foi pago administrativamente pela requerida, e o comprovante de renda da parte requerente. Dessa forma, preenchidos os requisitos básicos exigidos pelo artigo 319 do CPC, recebo o pedido inicial, e presumindo como verdadeira a condição econômica declarada nos autos, defiro a parte requerente o benefício da Gratuidade da Justiça - § 3º do artigo 99, do CPC. Anote-se. Dando cumprimento ao que dispõe o artigo 334 do CPC, determino a secretaria o agendamento de data para realização de audiência conciliatória, que deverá ser realizada no Núcleo de Mediação e Conciliação Fórum da Capital - Des. José Vidal Av. Des. Milton F. Ferreira Mendes - Centro Político Administrativo Tel: (65) 3648-6065 e 3648-6575, E-mail: central.capital@tjmt.jus.br. Estando a conciliatória agendada, cite-se a parte requerida, consignando as advertências dispostas nos artigos 334, e 335 do Código de Processo Civil, e intime-se a parte requerente na pessoa de seu advogado (CPC, art. 334, § 3º). As partes deverão ser advertidas de que o comparecimento acompanhado de advogado é obrigatório, e que a ausência injustificada, caracteriza ato atentatório à dignidade da justiça a ser sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado - artigo 334, § 8º, do CPC. Consigne-se ainda, que poderão constituir representantes por meio de procuração especifica, com poderes para negociar e transigir, conforme dispõe o art. 334, § 10 do CPC. Resalte-se que não havendo composição, o prazo para apresentação da contestação será de 15 (quinze) dias, iniciando a partir da audiência conciliatória, conforme disposto no art. 335, I do CPC. A ausência de apresentação da peça contestatória acarretará na revelia da parte ré, presumindo-se, neste caso, verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora. Decorrido o prazo para apresentação da contestação, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, impugnar a contestação. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Cuiabá-MT, 13 de Dezembro de 2019. Yale Sabo Mendes Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1059526-08.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MANOEL GOMES DE SOUZA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
YALE SABO MENDES

Vistos, Trata-se de Ação de Cobrança de Indenização do Benefício do Seguro Obrigatório - DPVAT, onde a parte autora requer a gratuidade da Justiça, alegando falta de condições financeiras para arcar com o ônus processual. O pedido no caso, vem instruído com os documentos indispensáveis preenchendo os requisitos básicos. Dessa forma, recebo o pedido inicial, e presumindo como verdadeira a condição econômica declarada nos autos, defiro a parte requerente o benefício da Gratuidade da Justiça - § 3º do artigo 99, do CPC. Anote-se. Dando cumprimento ao que dispõe o artigo 334 do CPC, determino a secretaria o agendamento de data para realização de audiência conciliatória a ser realizada no Núcleo de Mediação e Conciliação Fórum da Capital - Des. José Vidal Av. Des. Milton F. Ferreira Mendes - Centro Político Administrativo Tel: (65) 3648-6065 e 3648-6575, E-mail: central.capital@tjmt.jus.br. Estando a conciliatória agendada, cite-se e intime-se a parte requerida, consignando as advertências dispostas nos artigos 334, e 335 do Código de Processo Civil. Intime-se a parte requerente na pessoa de seu advogado (CPC, art. 334, § 3º). As partes deverão ser advertidas de que o comparecimento acompanhado de advogado é obrigatório, e que a ausência injustificada, caracteriza ato atentatório à dignidade da justiça a ser sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado - artigo 334, § 8º, do CPC. Consigne-se ainda, que poderão constituir representantes por meio de procuração especifica, com poderes para negociar e transigir, conforme dispõe o art. 334, § 10 do CPC. Resalte-se que não havendo composição, o prazo para apresentação da contestação será de 15 (quinze) dias, iniciando a partir da audiência conciliatória, conforme disposto no art. 335, I do CPC. A ausência de apresentação da peça contestatória acarretará na revelia da parte ré, presumindo-se, neste caso, verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora. Decorrido o prazo para apresentação da contestação, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, impugnar a contestação. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Cuiabá-MT, 13 de Dezembro de 2019. Yale Sabo Mendes Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1059458-58.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
GENILTON SILVA BATISTA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ALBERTO PELISSARI CATANANTE OAB - MT17531-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
YALE SABO MENDES

Vistos, Trata-se de Ação de Cobrança do Benefício do Seguro Obrigatório - DPVAT, que o pedido inicial não atende os requisitos exigidos nos artigos 319 do CPC, e precisa ser adequado. No caso, o pedido encontra-se desacompanhado do Boletim de Ocorrência ou da Certidão de Atendimento pelo Samu, bem como, o documento probatório da alegada carência financeira. Posto isso, intime-se a parte requerente, via DJE, por seu Patrono, para no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a petição inicial, trazendo para os autos os documentos acima citados, para posterior prosseguimento do feito. Consigne-se que o não atendimento de tais providências acarretará no indeferimento da inicial (art. 221, do CPC). Decorrido o prazo, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se. Cuiabá-MT, 13 de Dezembro de 2019. Yale Sabo Mendes Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1059471-57.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
VIVIANE KAROLINA VIVI OLIVEIRA (AUTOR(A))
THIAGO LUCIANO RIBEIRO DE OLIVEIRA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
DIOGO DE OLIVEIRA DA CRUZ OAB - MT16377-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ULISSES ANTONIO DE CARVALHO NETO (RÉU)
Magistrado(s):
YALE SABO MENDES

Pje nº1059471-57.2019.8.11.0041 (k) VISTOS, Verifico que a parte Autora formulou assistência judiciária gratuita, sem trazer aos autos qualquer elemento de prova, capaz de corroborar a alegada incapacidade financeira para custear a defesa judicial dos seus interesses. Saliento que, a "situação" da declaração do imposto de renda do ano de "2017", não é capaz de corroborar a capacidade financeira do 1º Autor, ao passo que a 2ª Requerente sequer trouxe documento de identificação em seu nome. Além disso, não há prova do domicilio das partes e os documentos carreados estão incompletos (cortados). Por fim, o pedido indenizatório e o valor da causa não atendem ao que dispõe o artigo 292 do CPC, especialmente o dano moral formulado de forma genérica. Ante o exposto, concedo à parte Autora, prazo de 15 (quinze) dias, para EMENDAR A INICIAL, a fim de, querendo: 1) JUNTAR aos autos a Declaração de Imposto de Renda atual E o comprovante de renda atualizado, bem como outro elemento de prova capaz de demonstrar a incapacidade financeira de AMBOS os Requerentes, para suportar as custas processuais de distribuição da ação sem prejuízo do próprio sustento, inclusive para a concessão do recolhimento das custas de maneira fracionada, sob pena de indeferimento do pedido. 2) JUNTAR os documentos afetos à qualificação dos Requerentes, especialmente em relação à 2ª Autora e o endereço residencial de ambos os Requerentes. 3) FORMULAR de maneira especifica os pedidos da ação, retificando o valor da causa, se assim for, sob pena de não conhecimento do pedido indenizatório genérico. 4) JUNTAR de maneira válida e integral, os documentos que instruem a causa de pedir, sob pena de ser retirada de ofício àqueles que dificultem ou impeçam a análise fidedigna, na forma do artigo 32 da Resolução TJ-MT/TP nº03/2018. Decorrido o prazo, se for o caso, voltem os autos conclusos para análise de pedido com urgência. Intimem-se. Cumpra-se. YALE SABO MENDES Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1059637-89.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MANOEL SANTANA TAPAJOZ (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
GONCALO DE SOUZA SILVA OAB - MT0019148A (ADVOGADO(A))
MARLI DANTAS DO NASCIMENTO OAB - MT20781/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (RÉU)
Magistrado(s):
YALE SABO MENDES

Pje nº1059637-89.2019.8.11.0041 (k) VISTOS, Verifico que a parte Autora formulou assistência judiciária gratuita, sem trazer aos autos qualquer elemento de prova, capaz de corroborar a alegada incapacidade financeira para custear a defesa judicial dos seus interesses. Ante o exposto, concedo à parte Autora, prazo de 15 (quinze) dias, para EMENDAR A INICIAL, a fim de JUNTAR aos autos a Declaração de Imposto de Renda atual E o comprovante de renda atualizado, bem como outro elemento de prova capaz de demonstrar a incapacidade financeira, para suportar as custas processuais de distribuição da ação sem prejuízo do próprio sustento, inclusive para a concessão do recolhimento das custas de maneira fracionada, sob pena de indeferimento do pedido. No mesmo prazo, poderá a parte Autora JUNTAR aos autos o histórico de consumo da unidade consumidora e FORMULAR especificamente o pedido de dano moral, retificando se for o caso o valor da causa, sob pena de indeferimento da tutela provisória, não conhecimento do pedido indenizatório genérico e/ou retificação de ofício do valor da causa. Comprovado o recolhimento, voltem os autos conclusos para análise de pedido com urgência. Intime-se. Cumpra-se. YALE SABO MENDES Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1059673-34.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
WILTON KEROGA DE MOURA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
YALE SABO MENDES

Vistos, Trata-se de Ação de Cobrança de Indenização do Benefício do Seguro Obrigatório - DPVAT, onde a parte autora requer a gratuidade da Justiça, alegando falta de condições financeiras para arcar com o ônus processual. O pedido no caso, vem instruído com os documentos

indispensáveis preenchendo os requisitos básicos. Dessa forma, recebo o pedido inicial, e presumindo como verdadeira a condição econômica declarada nos autos, defiro a parte requerente o benefício da Gratuidade da Justiça - § 3º do artigo 99, do CPC. Anote-se. Dando cumprimento ao que dispõe o artigo 334 do CPC, determino a secretaria o agendamento de data para realização de audiência conciliatória a ser realizada no Núcleo de Mediação e Conciliação Fórum da Capital - Des. José Vidal Av. Des. Milton F. Ferreira Mendes - Centro Político Administrativo Tel: (65) 3648-6065 e 3648-6575, E-mail: central.capital@tjmt.jus.br. Estando a conciliatória agendada, cite-se e intime-se a parte requerida, consignando as advertências dispostas nos artigos 334, e 335 do Código de Processo Civil. Intime-se a parte requerente na pessoa de seu advogado (CPC, art. 334, § 3º). As partes deverão ser advertidas de que o comparecimento acompanhado de advogado é obrigatório, e que a ausência injustificada, caracteriza ato atentatório à dignidade da justiça a ser sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado - artigo 334, § 8º, do CPC. Consigne-se ainda, que poderão constituir representantes por meio de procuração especifica, com poderes para negociar e transigir, conforme dispõe o art. 334, § 10 do CPC. Resalte-se que não havendo composição, o prazo para apresentação da contestação será de 15 (quinze) dias, iniciando a partir da audiência conciliatória, conforme disposto no art. 335, I do CPC. A ausência de apresentação da peça contestatória acarretará na revelia da parte ré, presumindo-se, neste caso, verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora. Decorrido o prazo para apresentação da contestação, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, impugnar a contestação. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Cuiabá-MT, 13 de Dezembro de 2019. Yale Sabo Mendes Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-45 PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVAS
Processo Número: 1059377-12.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ABRAAO FRANCISCO DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DILSON GABRIEL PADILHA DOS SANTOS OAB - MT26546/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
UNIAO CUIABANA DE ASSOC DE MORADORES DE BAIRROS UCAMB (REQUERIDO)
Magistrado(s):
YALE SABO MENDES

Pje nº1059377-12.2019.8.11.0041 (k) VISTOS, Verifico que a parte Autora formulou assistência judiciária gratuita, sem trazer aos autos qualquer elemento de prova, capaz de corroborar a alegada incapacidade financeira para custear a defesa judicial dos seus interesses. Devendo ainda, qualificar adequadamente e integralmente o Autor, nos termos do artigo 319, inciso II do CPC, especialmente no que atine a qualificação profissional e endereço eletrônico. Ante o exposto, concedo à parte Autora, prazo de 15 (quinze) dias, para EMENDAR A INICIAL, a fim de, querendo, JUNTAR aos autos a Declaração de Imposto de Renda atual E o comprovante de renda atualizado, bem como outro elemento de prova capaz de demonstrar a incapacidade financeira de para suportar as custas processuais de distribuição da ação sem prejuízo do próprio sustento, inclusive para a concessão do recolhimento das custas de maneira fracionada, sob pena de indeferimento do pedido. No mesmo prazo, poderá QUALIFICAR integralmente a parte Autora, na forma do artigo 319, inciso II do CPC. Decorrido o prazo, se for o caso, voltem os autos conclusos para análise de pedido com urgência. Intime-se. Cumpra-se. YALE SABO MENDES Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1059365-95.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE DENILDO CARVALHO DE FRANCA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
VICTOR HUGO VIDOTTI OAB - MT11439-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
YALE SABO MENDES

Vistos, Trata-se de Ação de Cobrança de Indenização do Benefício do Seguro Obrigatório - DPVAT, onde a parte requerente pretende o reconhecimento da validade do pedido administrativo, alegando que a parte Requerida recusou o recebimento do requerimento e o fornecimento do protocolo para acompanhar o aviso de sinistro e sua regulação, bem como, que a Seguradora Requerida também se nega a listar os documentos que foram apresentados no momento da tentativa do protocolo do pedido, restringindo-se apenas em “recusar” o pedido administrativo. Requer ainda, a gratuidade da justiça, alegando não possuir condições financeiras para suportar os encargos processuais. Em que pese ser do conhecimento deste Magistrado, que na grande maioria dos casos envolvendo a cobrança do Seguro DPVAT, as partes estão juntando nos autos, os mesmos documentos a fim de amparar a alegação de recusa do protocolo administrativo pela Seguradora ora Requerida, dentre eles: reclamação feita junto à SUSEP, áudios e vídeos da tentativa de protocolo, ata notarial de constatação de fato, notificação extrajudicial e termo de audiência de conciliação ocorridos nos meses de maio e agosto/2018, sem ao menos demonstrar a tentativa de protocolamento do pedido administrativo do requerente, como no presente caso. Todavia, o E. Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso já firmou posicionamento de que, em casos tais, os referidos documentos são suficientes para afastar a exigibilidade do requerimento prévio administrativo para o regular exercício do direito de Ação, conforme orientação do Supremo Tribunal Federal no julgamento do Recurso Extraordinário n.631.240. Desta forma, seguindo o posicionamento majoritário do E. Tribunal de Justiça do Estado, recebo o pedido inicial, e determino a CITAÇÃO e INTIMAÇÃO da parte Requerida para os termos da ação e comparecimento a audiência de conciliação prevista no artigo 334 do CPC, cuja data, deverá ser agendada pela Secretaria Judicial, e realizada no Núcleo de Mediação e Conciliação Fórum da Capital - Des. José Vidal Av. Des. Milton F. Ferreira Mendes - Centro Político Administrativo Tel: (65) 3648-6065 e 3648-6575, E-mail: central.capital@tjmt.jus.br, consignando-se no mandado as advertências dispostas nos artigos 334, e 335 do CPC. Tendo em vista que na audiência a parte Autora deverá ser submetida à perícia médica judicial, por se tratar de ato personalíssimo, determino a sua intimação pessoal (REsp 1.309.276-SP, Terceira Turma, DJe 29/4/2016. REsp 1.364.911-GO, Rel. Min. Marco Buzzi, por unanimidade, julgado em 1/9/2016, DJe 6/9/2016), consignando no mandado que o não comparecimento injustificado implicará na preclusão da prova da comprovação da invalidez permanente. Por fim, presumindo como verdadeira a condição econômica declarada nos autos, até que se prove o contrário, defiro à parte Requerente os benefícios da gratuidade da justiça – art. 99,§3º do CPC. Intime-se a parte requerente na pessoa de seu advogado (CPC, art. 334, § 3º). Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Cuiabá-MT, 13 de Dezembro de 2019. Yale Sabo Mendes Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1059497-55.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ADENILSON STRADA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELO ALVES DE SOUZA OAB - MT0012791A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
YALE SABO MENDES

Vistos, Trata-se de Ação de Cobrança de Indenização do Benefício do Seguro Obrigatório - DPVAT, onde a parte requerente pretende o reconhecimento da validade do pedido administrativo, alegando que a parte Requerida recusou o recebimento do requerimento e o fornecimento do protocolo para acompanhar o aviso de sinistro e sua regulação, bem como, que a Seguradora Requerida também se nega a listar os documentos que foram apresentados no momento da tentativa do protocolo do pedido, restringindo-se apenas em “recusar” o pedido administrativo. Requer ainda, a gratuidade da justiça, alegando não possuir condições financeiras para suportar os encargos processuais. Em que pese ser do conhecimento deste Magistrado, que na grande maioria dos casos envolvendo a cobrança do Seguro DPVAT, as partes estão juntando nos autos, os mesmos documentos a fim de amparar a alegação de recusa do protocolo administrativo pela Seguradora ora Requerida, dentre eles: reclamação feita junto à SUSEP, áudios e vídeos da tentativa de protocolo, ata notarial de constatação de fato, notificação extrajudicial e termo de audiência de conciliação ocorridos nos meses de maio e

agosto/2018, sem ao menos demonstrar a tentativa de protocolamento do pedido administrativo do requerente, como no presente caso. Todavia, o E. Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso já firmou posicionamento de que, em casos tais, os referidos documentos são suficientes para afastar a exigibilidade do requerimento prévio administrativo para o regular exercício do direito de Ação, conforme orientação do Supremo Tribunal Federal no julgamento do Recurso Extraordinário n.631.240. Desta forma, seguindo o posicionamento majoritário do E. Tribunal de Justiça do Estado, recebo o pedido inicial, e determino a CITAÇÃO e INTIMAÇÃO da parte Requerida para os termos da ação e comparecimento a audiência de conciliação prevista no artigo 334 do CPC, cuja data, deverá ser agendada pela Secretaria Judicial, e realizada no Núcleo de Mediação e Conciliação Fórum da Capital - Des. José Vidal Av. Des. Milton F. Ferreira Mendes - Centro Político Administrativo Tel: (65) 3648-6065 e 3648-6575, E-mail: central.capital@tjmt.jus.br, consignando-se no mandado as advertências dispostas nos artigos 334, e 335 do CPC. Tendo em vista que na audiência a parte Autora deverá ser submetida à perícia médica judicial, por se tratar de ato personalíssimo, determino a sua intimação pessoal (REsp 1.309.276-SP, Terceira Turma, DJe 29/4/2016. REsp 1.364.911-GO, Rel. Min. Marco Buzzi, por unanimidade, julgado em 1/9/2016, DJe 6/9/2016), consignando no mandado que o não comparecimento injustificado implicará na preclusão da prova da comprovação da invalidez permanente. Por fim, presumindo como verdadeira a condição econômica declarada nos autos, até que se prove o contrário, defiro à parte Requerente os benefícios da gratuidade da justiça – art. 99,§3º do CPC. Intime-se a parte requerente na pessoa de seu advogado (CPC, art. 334, § 3º). Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Cuiabá-MT, 13 de Dezembro de 2019. Yale Sabo Mendes Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1059568-57.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CAMILA ALENCASTRO DOS SANTOS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELO ALVES DE SOUZA OAB - MT0012791A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
YALE SABO MENDES

Vistos, Trata-se de Ação de Cobrança de Indenização do Benefício do Seguro Obrigatório - DPVAT, onde a parte requerente pretende o reconhecimento da validade do pedido administrativo, alegando que a parte Requerida recusou o recebimento do requerimento e o fornecimento do protocolo para acompanhar o aviso de sinistro e sua regulação, bem como, que a Seguradora Requerida também se nega a listar os documentos que foram apresentados no momento da tentativa do protocolo do pedido, restringindo-se apenas em "recusar" o pedido administrativo. Requer ainda, a gratuidade da justiça, alegando não possuir condições financeiras para suportar os encargos processuais. Em que pese ser do conhecimento deste Magistrado, que na grande maioria dos casos envolvendo a cobrança do Seguro DPVAT, as partes estão juntando nos autos, os mesmos documentos a fim de amparar a alegação de recusa do protocolo administrativo pela Seguradora ora Requerida, dentre eles: reclamação feita junto à SUSEP, áudios e vídeos da tentativa de protocolo, ata notarial de constatação de fato, notificação extrajudicial e termo de audiência de conciliação ocorridos nos meses de maio e agosto/2018, sem ao menos demonstrar a tentativa de protocolamento do pedido administrativo do requerente, como no presente caso. Todavia, o E. Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso já firmou posicionamento de que, em casos tais, os referidos documentos são suficientes para afastar a exigibilidade do requerimento prévio administrativo para o regular exercício do direito de Ação, conforme orientação do Supremo Tribunal Federal no julgamento do Recurso Extraordinário n.631.240. Desta forma, seguindo o posicionamento majoritário do E. Tribunal de Justiça do Estado, recebo o pedido inicial, e determino a CITAÇÃO e INTIMAÇÃO da parte Requerida para os termos da ação e comparecimento a audiência de conciliação prevista no artigo 334 do CPC, cuja data, deverá ser agendada pela Secretaria Judicial, e realizada no Núcleo de Mediação e Conciliação Fórum da Capital - Des. José Vidal Av. Des. Milton F. Ferreira Mendes - Centro Político Administrativo Tel: (65) 3648-6065 e 3648-6575, E-mail: central.capital@tjmt.jus.br, consignando-se no mandado as advertências dispostas nos artigos 334, e 335 do CPC. Tendo em vista que na audiência a parte Autora deverá ser submetida à perícia médica judicial, por se tratar de ato personalíssimo, determino a sua intimação pessoal (REsp 1.309.276-SP, Terceira Turma, DJe 29/4/2016. REsp 1.364.911-GO, Rel. Min. Marco Buzzi, por unanimidade, julgado em 1/9/2016, DJe 6/9/2016), consignando no mandado que o não comparecimento injustificado implicará na preclusão da prova da comprovação da invalidez permanente. Por fim, presumindo como verdadeira a condição econômica declarada nos autos, até que se prove o contrário, defiro à parte Requerente os benefícios da gratuidade da justiça – art. 99,§3º do CPC. Intime-se a parte requerente na pessoa de seu advogado (CPC, art. 334, § 3º). Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Cuiabá-MT, 13 de Dezembro de 2019. Yale Sabo Mendes Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1059566-87.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
WILLIAN FRANCISCO DE BARROS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELO ALVES DE SOUZA OAB - MT0012791A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
YALE SABO MENDES

Vistos, Trata-se de Ação de Cobrança de Indenização do Benefício do Seguro Obrigatório - DPVAT, onde a parte requerente pretende o reconhecimento da validade do pedido administrativo, alegando que a parte Requerida recusou o recebimento do requerimento e o fornecimento do protocolo para acompanhar o aviso de sinistro e sua regulação, bem como, que a Seguradora Requerida também se nega a listar os documentos que foram apresentados no momento da tentativa do protocolo do pedido, restringindo-se apenas em "recusar" o pedido administrativo. Requer ainda, a gratuidade da justiça, alegando não possuir condições financeiras para suportar os encargos processuais. Em que pese ser do conhecimento deste Magistrado, que na grande maioria dos casos envolvendo a cobrança do Seguro DPVAT, as partes estão juntando nos autos, os mesmos documentos a fim de amparar a alegação de recusa do protocolo administrativo pela Seguradora ora Requerida, dentre eles: reclamação feita junto à SUSEP, áudios e vídeos da tentativa de protocolo, ata notarial de constatação de fato, notificação extrajudicial e termo de audiência de conciliação ocorridos nos meses de maio e agosto/2018, sem ao menos demonstrar a tentativa de protocolamento do pedido administrativo do requerente, como no presente caso. Todavia, o E. Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso já firmou posicionamento de que, em casos tais, os referidos documentos são suficientes para afastar a exigibilidade do requerimento prévio administrativo para o regular exercício do direito de Ação, conforme orientação do Supremo Tribunal Federal no julgamento do Recurso Extraordinário n.631.240. Desta forma, seguindo o posicionamento majoritário do E. Tribunal de Justiça do Estado, recebo o pedido inicial, e determino a CITAÇÃO e INTIMAÇÃO da parte Requerida para os termos da ação e comparecimento a audiência de conciliação prevista no artigo 334 do CPC, cuja data, deverá ser agendada pela Secretaria Judicial, e realizada no Núcleo de Mediação e Conciliação Fórum da Capital - Des. José Vidal Av. Des. Milton F. Ferreira Mendes - Centro Político Administrativo Tel: (65) 3648-6065 e 3648-6575, E-mail: central.capital@tjmt.jus.br, consignando-se no mandado as advertências dispostas nos artigos 334, e 335 do CPC. Tendo em vista que na audiência a parte Autora deverá ser submetida à perícia médica judicial, por se tratar de ato personalíssimo, determino a sua intimação pessoal (REsp 1.309.276-SP, Terceira Turma, DJe 29/4/2016. REsp 1.364.911-GO, Rel. Min. Marco Buzzi, por unanimidade, julgado em 1/9/2016, DJe 6/9/2016), consignando no mandado que o não comparecimento injustificado implicará na preclusão da prova da comprovação da invalidez permanente. Por fim, presumindo como verdadeira a condição econômica declarada nos autos, até que se prove o contrário, defiro à parte Requerente os benefícios da gratuidade da justiça – art. 99,§3º do CPC. Intime-se a parte requerente na pessoa de seu advogado (CPC, art. 334, § 3º). Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Cuiabá-MT, 13 de Dezembro de 2019. Yale Sabo Mendes Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1059413-54.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JORGE PEREIRA TEDEIA (AUTOR(A))

Advogado(s) Polo Ativo:
VICTOR HUGO VIDOTTI OAB - MT11439-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
YALE SABO MENDES

Vistos, Trata-se de Ação de Cobrança de Indenização do Benefício do Seguro Obrigatório - DPVAT, onde a parte requerente pretende o reconhecimento da validade do pedido administrativo, alegando que a parte Requerida recusou o recebimento do requerimento e o fornecimento do protocolo para acompanhar o aviso de sinistro e sua regulação, bem como, que a Seguradora Requerida também se nega a listar os documentos que foram apresentados no momento da tentativa do protocolo do pedido, restringindo-se apenas em "recusar" o pedido administrativo. Requer ainda, a gratuidade da justiça, alegando não possuir condições financeiras para suportar os encargos processuais. Em que pese ser do conhecimento deste Magistrado, que na grande maioria dos casos envolvendo a cobrança do Seguro DPVAT, as partes estão juntando nos autos, os mesmos documentos a fim de amparar a alegação de recusa do protocolo administrativo pela Seguradora ora Requerida, dentre eles: reclamação feita junto à SUSEP, áudios e vídeos da tentativa de protocolo, ata notarial de constatação de fato, notificação extrajudicial e termo de audiência de conciliação ocorridos nos meses de maio e agosto/2018, sem ao menos demonstrar a tentativa de protocolamento do pedido administrativo do requerente, como no presente caso. Todavia, o E. Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso já firmou posicionamento de que, em casos tais, os referidos documentos são suficientes para afastar a exigibilidade do requerimento prévio administrativo para o regular exercício do direito de Ação, conforme orientação do Supremo Tribunal Federal no julgamento do Recurso Extraordinário n.631.240. Desta forma, seguindo o posicionamento majoritário do E. Tribunal de Justiça do Estado, recebo o pedido inicial, e determino a CITAÇÃO e INTIMAÇÃO da parte Requerida para os termos da ação e comparecimento a audiência de conciliação prevista no artigo 334 do CPC, cuja data, deverá ser agendada pela Secretaria Judicial, e realizada no Núcleo de Mediação e Conciliação Fórum da Capital - Des. José Vidal Av. Des. Milton F. Ferreira Mendes - Centro Político Administrativo Tel: (65) 3648-6065 e 3648-6575, E-mail: central.capital@tjmt.jus.br, consignando-se no mandado as advertências dispostas nos artigos 334, e 335 do CPC. Tendo em vista que na audiência a parte Autora deverá ser submetida à perícia médica judicial, por se tratar de ato personalíssimo, determino a sua intimação pessoal (REsp 1.309.276-SP, Terceira Turma, DJe 29/4/2016. REsp 1.364.911-GO, Rel. Min. Marco Buzzi, por unanimidade, julgado em 1/9/2016, DJe 6/9/2016), consignando no mandado que o não comparecimento injustificado implicará na preclusão da prova da comprovação da invalidez permanente. Por fim, presumindo como verdadeira a condição econômica declarada nos autos, até que se prove o contrário, defiro à parte Requerente os benefícios da gratuidade da justiça – art. 99,§3º do CPC. Intime-se a parte requerente na pessoa de seu advogado (CPC, art. 334, § 3º). Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Cuiabá-MT, 13 de Dezembro de 2019. Yale Sabo Mendes Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1042293-32.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ADENIL FARIA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SILVA FERREIRA OAB - MT20957-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUCIMAR CRISTINA GIMENEZ CANO OAB - MT8506-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
YALE SABO MENDES

Vistos, A parte autora vem aos autos requerer a intimação da parte requerida para cumprimento da sentença. No caso, a sentença transitou em julgado (Id 26448985), e não havendo nos autos comprovação do pagamento da condenação, defiro o pedido de execução formulado pela parte requerente no Id nº 26711643. Proceda-se as anotações necessárias no registro destes autos, fazendo constar que o feito se encontra em fase de Cumprimento de Sentença. A seguir, intime-se a parte requerida, para no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento do valor da condenação, na forma estabelecida no artigo 513, do CPC. Consigne-se que não havendo pagamento no prazo acima estipulado, incidirá a multa de 10% e, ainda, os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor do débito exequendo - § 1º do artigo 523, do CPC. Ocorrendo o pagamento, diga a parte exequente em cinco dias, quanto ao valor depositado, sob pena de preclusão. Caso contrário, intime-se a parte exequente para no prazo de cinco dias, apresentar nos autos o cálculo atualizado do débito exequendo, incluído da multa e os honorários fixados nesta fase de execução, bem como, para no mesmo prazo indicar bens à penhora. Intimem-se as partes. Cumpra-se. Cuiabá-MT, 13 de Dezembro de 2019. Yale Sabo Mendes Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1059707-09.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ROGERIO RODRIGUES DE CAMPOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JULIO CESAR DE CARVALHO JUNIOR OAB - MT10032-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (REQUERIDO)
Magistrado(s):
YALE SABO MENDES

Vistos, Trata-se de Ação de Cobrança de Indenização do Benefício do Seguro Obrigatório - DPVAT, onde a parte autora requer a gratuidade da Justiça, alegando falta de condições financeiras para arcar com o ônus processual. O pedido no caso, vem instruído com os documentos indispensáveis preenchendo os requisitos básicos. Dessa forma, recebo o pedido inicial, e presumindo como verdadeira a condição econômica declarada nos autos, defiro a parte requerente o benefício da Gratuidade da Justiça - § 3º do artigo 99, do CPC. Anote-se. Dando cumprimento ao que dispõe o artigo 334 do CPC, determino a secretaria o agendamento de data para realização de audiência conciliatória a ser realizada no Núcleo de Mediação e Conciliação Fórum da Capital - Des. José Vidal Av. Des. Milton F. Ferreira Mendes - Centro Político Administrativo Tel: (65) 3648-6065 e 3648-6575, E-mail: central.capital@tjmt.jus.br. Estando a conciliatória agendada, cite-se e intime-se a parte requerida, consignando as advertências dispostas nos artigos 334, e 335 do Código de Processo Civil. Intime-se a parte requerente na pessoa de seu advogado (CPC, art. 334, § 3º). As partes deverão ser advertidas de que o comparecimento acompanhado de advogado é obrigatório, e que a ausência injustificada, caracteriza ato atentatório à dignidade da justiça a ser sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado - artigo 334, § 8º, do CPC. Consigne-se ainda, que poderão constituir representantes por meio de procuração especifica, com poderes para negociar e transigir, conforme dispõe o art. 334, § 10 do CPC. Resalte-se que não havendo composição, o prazo para apresentação da contestação será de 15 (quinze) dias, iniciando a partir da audiência conciliatória, conforme disposto no art. 335, I do CPC. A ausência de apresentação da peça contestatória acarretará na revelia da parte ré, presumindo-se, neste caso, verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora. Decorrido o prazo para apresentação da contestação, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, impugnar a contestação. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Cuiabá-MT, 13 de Dezembro de 2019. Yale Sabo Mendes Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1047292-91.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA BATISTA PAVINI (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
EDISON PEREIRA PRADO OAB - MT14521-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ADEILDO PEREIRA - ME (RÉU)

Certifico que, designo o dia 25/05/2020, às 08:30 horas, para realização da audiência de conciliação, que será realizada no Núcleo de Mediação e Conciliação Fórum da Capital – Des. José Vidal Av. Des. Milton F. Ferreira Mendes – Centro Político Administrativo Tel: (65) 3648-6065 e 3648-6575, E-mail: central.capital@tjmt.jus.br.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1044817-02.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
VALDELIRIO MORAIS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SILVA FERREIRA OAB - MT20957-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Intimação da parte Autora para manifestar do pagamento da condenação, no prazo legal.

Intimação Classe: CNJ-103 IMISSÃO NA POSSE
Processo Número: 1051441-33.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA LUCIA HIPOLITO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
DAYHANA SHINO TADA ROJAS OAB - MT24379/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ROSANGELA DE ABREU FERNANDES (RÉU)

Certifico que, designo o dia 25/05/2020, às 09:00 horas, para realização da audiência de conciliação, que será realizada no Núcleo de Mediação e Conciliação Fórum da Capital – Des. José Vidal Av. Des. Milton F. Ferreira Mendes – Centro Político Administrativo Tel: (65) 3648-6065 e 3648-6575, E-mail: central.capital@tjmt.jus.br.

Intimação Classe: CNJ-45 PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVAS
Processo Número: 1035260-54.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BENEDITO PEREIRA TOCANTINS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TENARESSA APARECIDA ARAÚJO DELLA LÍBERA OAB - MT7031-O (ADVOGADO(A))
Ale Arfux Junior OAB - MT6843-O (ADVOGADO(A))
MAYARA CRISTINA CINTRA ROSA OAB - MT24217-O (ADVOGADO(A))
MORGANA KAMILA FREIRES DA SILVA OAB - MT24230-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BONSUCESSO CONSIGNADO S.A. (REQUERIDO)
BANCO DAYCOVAL S/A (REQUERIDO)
BANCO PAN (REQUERIDO)
BANCO BMG S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BARBARA RODRIGUES FARIA DA SILVA OAB - MG151204 (ADVOGADO(A))
EDUARDO CHALFIN OAB - MT20332-A (ADVOGADO(A))
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))

Intimação da parte autora para, no prazo legal, impugnar a contestação ofertada.

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1038650-66.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CRISTIANE COSTA DELGADO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
YALE SABO MENDES

Vistos, A parte autora vem aos autos requerer a intimação da parte requerida para cumprimento da sentença. No caso, a sentença transitou em julgado (Id 27212058), e não havendo nos autos comprovação do pagamento da condenação, defiro o pedido de execução formulado pela parte requerente no Id nº 26028022. Proceda-se as anotações necessárias no registro destes autos, fazendo constar que o feito se encontra em fase de Cumprimento de Sentença. A seguir, intime-se a parte requerida, para no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento do valor da condenação, na forma estabelecida no artigo 513, do CPC. Consigne-se que não havendo pagamento no prazo acima estipulado, incidirá a multa de 10% e, ainda, os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor do débito exequendo - § 1º do artigo 523, do CPC. Ocorrendo o pagamento, diga a parte exequente em cinco dias, quanto ao valor depositado, sob pena de preclusão. Caso contrário, intime-se a parte exequente para no prazo de cinco dias, apresentar nos autos o cálculo atualizado do débito exequendo, incluído da multa e os honorários fixados nesta fase de execução, bem como, para no mesmo prazo indicar bens à penhora. Intimem-se as partes. Cumpra-se. Cuiabá-MT, 13 de Dezembro de 2019. Yale Sabo Mendes Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1016081-71.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
RONY DE SOUZA GOMES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SILVA FERREIRA OAB - MT20957-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUCIMAR CRISTINA GIMENEZ CANO OAB - MT8506-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
YALE SABO MENDES

Vistos, A parte autora vem aos autos requerer a intimação da parte requerida para cumprimento da sentença. No caso, a sentença transitou em julgado (Id 26724057), e não havendo nosautos comprovação do pagamento da condenação, defiro o pedido de execução formulado pela parte requerente no Id nº 26928583. Proceda-se as anotações necessárias no registro destes autos, fazendo constar que o feito se encontra em fase de Cumprimento de Sentença. A seguir, intime-se a parte requerida, para no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento do valor da condenação, na forma estabelecida no artigo 513, do CPC. Consigne-se que não havendo pagamento no prazo acima estipulado, incidirá a multa de 10% e, ainda, os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor do débito exequendo - § 1º do artigo 523, do CPC. Ocorrendo o pagamento, diga a parte exequente em cinco dias, quanto ao valor depositado, sob pena de preclusão. Caso contrário, intime-se a parte exequente para no prazo de cinco dias, apresentar nos autos o cálculo atualizado do débito exequendo, incluído da multa e os honorários fixados nesta fase de execução, bem como, para no mesmo prazo indicar bens à penhora. Intimem-se as partes. Cumpra-se. Cuiabá-MT, 13 de Dezembro de 2019. Yale Sabo Mendes Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1006027-46.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BENEDITO JUNIO FERREIRA MARTINS (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (APELADO)
Magistrado(s):
YALE SABO MENDES

Vistos, A parte autora vem aos autos requerer a intimação da parte requerida para cumprimento da sentença. No caso, a sentença transitou em julgado (Id 24070435), e não havendo nos autos comprovação do pagamento da condenação, defiro o pedido de execução formulado pela parte requerente no Id nº 25177002. Proceda-se as anotações necessárias no registro destes autos, fazendo constar que o feito se encontra em fase de Cumprimento de Sentença. A seguir, intime-se a parte requerida, para no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento do valor da condenação, na forma estabelecida no artigo 513, do CPC. Consigne-se que não havendo pagamento no prazo acima estipulado, incidirá a multa de 10% e, ainda, os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor do débito exequendo - § 1º do artigo 523, do CPC. Ocorrendo o pagamento, diga a parte exequente em cinco dias, quanto ao valor depositado, sob pena de preclusão. Caso contrário, intime-se a parte exequente para no prazo de cinco dias, apresentar nos autos o cálculo atualizado do débito exequendo, incluído da multa e os honorários fixados nesta fase de execução, bem como, para no mesmo prazo indicar bens à penhora. Intimem-se as partes. Cumpra-se. Cuiabá-MT, 13 de Dezembro

de 2019. Yale Sabo Mendes Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1042272-56.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MEYR FERNANDO DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA LUIZA ALAMINO BELLINCANTA OAB - MT9333-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUIZ HENRIQUE VIEIRA OAB - MT26417-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
YALE SABO MENDES

Vistos, A parte autora vem aos autos requerer a intimação da parte requerida para cumprimento da sentença. No caso, a sentença transitou em julgado (Id 26993129), e não havendo nos autos comprovação do pagamento da condenação, defiro o pedido de execução formulado pela parte requerente no Id nº 27208334. Proceda-se as anotações necessárias no registro destes autos, fazendo constar que o feito se encontra em fase de Cumprimento de Sentença. A seguir, intime-se a parte requerida, para no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento do valor da condenação, na forma estabelecida no artigo 513, do CPC. Consigne-se que não havendo pagamento no prazo acima estipulado, incidirá a multa de 10% e, ainda, os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor do débito exequendo - § 1º do artigo 523, do CPC. Ocorrendo o pagamento, diga a parte exequente em cinco dias, quanto ao valor depositado, sob pena de preclusão. Caso contrário, intime-se a parte exequente para no prazo de cinco dias, apresentar nos autos o cálculo atualizado do débito exequendo, incluído da multa e os honorários fixados nesta fase de execução, bem como, para no mesmo prazo indicar bens à penhora. Intimem-se as partes. Cumpra-se. Cuiabá-MT, 13 de Dezembro de 2019. Yale Sabo Mendes Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1003846-09.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MIRIAN DE OLIVEIRA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUIZ HENRIQUE VIEIRA OAB - MT26417-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
YALE SABO MENDES

Vistos, Trata-se de processo em fase de cumprimento de sentença, com 02 depósitos comprovados pela requerida nos autos, para pagamento da condenação (Ids 15792868 e 21751240). No caso, as partes estão divergindo em relação ao valor exato da condenação. Ante ao exposto, e, considerando já ter ocorrido, neste Juízo, casos onde ambas as partes se equivocaram ao elaborar o cálculo da condenação, hei por bem deferir em parte o pedido formulado pela parte autora nos autos no Id 19882615. Expeça em favor da parte exequente, alvará para levantamento tão somente do primeiro valor depositado no Id 15792868, por ser realmente incontroverso, com os rendimentos do período, na conta indicada nos autos. Mantenha-se nos autos o valor depositado no Id 21751240, até elaboração do cálculo da condenação pela contadoria. A seguir, encaminhem-se os autos a Contadoria Judicial para elaboração do cálculo com os parâmetros definidos nos autos, para apuração de eventual existência de remanescente. A seguir, digam as partes em cinco dias e voltem-me os autos conclusos. Intimem-se as partes Cumpra-se. Cuiabá-MT, 13 de Dezembro de 2019. Yale Sabo Mendes Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1053388-25.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ELIERSON CARRIAS DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
VICTOR HUGO VIDOTTI OAB - MT11439-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)

Certifico que, designo o dia 28/05/2020, às 10:15 horas, para realização da audiência de conciliação, que será realizada no Núcleo de Mediação e Conciliação Fórum da Capital – Des. José Vidal Av. Des. Milton F. Ferreira Mendes – Centro Político Administrativo Tel: (65) 3648-6065 e 3648-6575, E-mail: central.capital@tjmt.jus.br.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1034376-59.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JUCELIA APARECIDA DOS SANTOS LUZIA (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ARITUSA LEITE NOBREGA RIBEIRO (REQUERIDO)
CAROLINA SILVANO VILARINHO DA SILVA (REQUERIDO)
GILBERTO SANTOS RIBEIRO (REQUERIDO)
O S INSTITUTO ODONTOLOGICO LTDA - ME (REQUERIDO)

Intimação da parte autora para manifestar da certidão negativa do sr oficial de justiça, no prazo legal.

Intimação Classe: CNJ-62 MONITÓRIA
Processo Número: 1019509-61.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
RAFAEL MARTINS CASTRO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
EDUARDO FRANCESCON BARROSO OAB - MT24242/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SHEBLY LUTHIAN MECHAILEH GHO (RÉU)
NASHLA LIASSE GHO MECHAILEH (RÉU)

Intimação da parte autora para promover o regular andamento ao feito, sob pena de extinção.

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1015975-12.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ASSOCIACAO RECANTO DOS PEQUIZEIROS LAGO DO MANSO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
HEMERSON LEITE DE SOUZA OAB - MT20626-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
WOLNEY LEITE DE LIMA (EXECUTADO)

Intimação da parte autora para requerer o que entender de direito, no prazo legal.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1005214-82.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
PAULO MARCOS FELIX DE FARIAS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELO ALVES DE SOUZA OAB - MT0012791A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

PJE nº - 1005214-82.2019.8.11.0041(HG) VISTOS, INTIME-SE a parte Requerida para manifestar acerca do pedido de desistência da ação, formulado pela parte Requerente no id. 20647384 (art. 485, §4 do CPC), no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de concordância tácita. Cumpra-se. YALE SABO MENDES Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1002260-63.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
HOSPITAL E MATERNIDADE SANTA JOANA S/A (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ALEX FERRAZ ALVES OAB - SP301507 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GLAUCIENE PADILHA CARVALHO (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
ANDRE LUIS MOURA CURVO OAB - SP84770-O (ADVOGADO(A))

Intimação da parte autora para impugnar a contestação ofertada, no prazo legal.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1008130-89.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MIQUEIAS BESERRA DE OLIVEIRA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ALEX JOSE SILVA OAB - MT9053-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
NILCEIA PENA DE JESUS (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
LEA TORQUATO DE ALMEIDA OAB - MT12753-O (ADVOGADO(A))

Intimação da parte autora para impugnar a contestação ofertada, no prazo legal.

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1030653-66.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MILANFLEX INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
USSIEL TAVARES DA SILVA FILHO OAB - MT3150-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FANTICHELI & DA SILVA COSTA LTDA - ME (EXECUTADO)

Intimação da parte autora para manifestar da certidão negativa do sr. oficial de justiça, no prazo legal.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1012711-84.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
PATRICIA BACHEGA CASTRO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
GALIANA CAMPOS CASTRO RONDON OAB - MT8858-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ALMIRON RIBEIRO DE BRITO (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAURO CESAR GONCALVES BENITES OAB - MT12035-O (ADVOGADO(A))

Intimação da parte autora para impugnar a contestação ofertada, no prazo legal.

Expediente

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Yale Sabo Mendes
Cod. Proc.: 25377 Nr: 6998-15.1999.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: CENTRO EDUCACIONAL ALBERT EINSTEIN COLÉGIO E CURSO MASTER LTDA.
PARTE(S) REQUERIDA(S): ERONI MORAES DA SILVA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CARLOS EDUARDO CARMONA DE AZEVEDO - OAB:4.522/MT, FRANCISCO ANTUNES DO CARMO - OAB:4070/MT, JOSÉ TADEU RODRIGUES DE AMORIM - OAB:4536/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Determino a INTIMAÇÃO das partes para, manifestarem no sentido de opor algum fato impeditivo à incidência da prescrição no prazo de 05 (cinco) dias, e, em seguida, voltem os autos conclusos para analisar eventual implemento da prescrição intercorrente no presente caso.Intimem-se. Cumpra-se.Cuiabá, 14 de novembro de 2019.YALE SABO MENDES Juiz de Direito

Intimação das Partes
JUIZ(A): Yale Sabo Mendes
Cod. Proc.: 12525 Nr: 4521-92.1994.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: JAÚ S/A CONSTRUTORA E INCORPORADORA
PARTE(S) REQUERIDA(S): K&B COMÉRCIO DE ROUPAS LTDA.
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Antônio Carlos Bonaccordi Junior - OAB:5.482/MT, PAULO CÉSAR ZAMAR TAQUES - OAB:4.679/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: LYZIA S. MENNA BARRETO FERREIRA - OAB:7329-MT
Ante ao exposto, julgo extinto o feito, com resolução de mérito, ante a ocorrência da prescrição intercorrente, o que faço com amparo no art. 487, II, 921, § 5º e 924, V, todos do Código de Processo Civil.Custas pelo executado. Sem honorários. Transitada em julgado, arquivem-se.Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.Cuiabá/MT, 29 de novembro de 2019.YALE SABO MENDES Juiz de Direito

Intimação das Partes
JUIZ(A): Yale Sabo Mendes
Cod. Proc.: 10631 Nr: 17586-81.1999.811.0041
AÇÃO: Execução de Título Judicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: BANCO BILBAO VIZCAYA BRASIL S/A
PARTE(S) REQUERIDA(S): Alzira Moreira Martins - ME, Alzira Moreira Martins
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Marcos Tomás Castanha - OAB:4.575/MT, ROBERTO ZAMPIERI - OAB:4094/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: NILTON GOMES DA SILVA - OAB:0851
Ante ao exposto, julgo extinto o feito, com resolução de mérito, ante a ocorrência da prescrição intercorrente, o que faço com amparo no art. 487, II, 921, § 5º e 924, V, todos do Código de Processo Civil.Custas pelo executado. Sem honorários. Transitada em julgado, arquivem-se.Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.Cuiabá/MT, 09 de dezembro de 2019.YALE SABO MENDES Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Yale Sabo Mendes
Cod. Proc.: 10644 Nr: 13498-97.1999.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: BANCO BANORTE S/A.
PARTE(S) REQUERIDA(S): NEIVA MARIA VICENZI ANDRADE, NASSIN MUSBAH AHMARD SALEH
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JOSÉ ADELAR DAL PISSOL (PROCURADOR MUNICIPAL) - OAB:2.838/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Ante ao exposto, julgo extinto o feito, com resolução de mérito, ante a ocorrência da prescrição intercorrente, o que faço com amparo no art. 487, II, 921, § 5º e 924, V, todos do Código de Processo Civil.Em atenção ao princípio da causalidade, deixo de condenar o exequente em honorários advocatícios, uma vez que, inobstante o reconhecimento da prescrição, a parte executada é devedora da dívida aqui perseguida. Eventuais custas pendentes, pelo executado. Transitada em julgado, arquivem-se. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 09 de dezembro de 2019. YALE SABO MENDES Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Yale Sabo Mendes
Cod. Proc.: 56059 Nr: 1493-38.2002.811.0041
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: IUNI EDUCACIONAL S.A
PARTE(S) REQUERIDA(S): EDINAMAR ALVES BARRETO, WALDEMAR ALVES BARRETO, JOSÉ MARIA PEDROSO DA SILVA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ALEX SANDRO SARMENTO FERREIRA - OAB:6.551-A/MT, GABRIEL KAJIURA ROSA - OAB:13436, NORMA SUELI DE CAIRES GALINDO - OAB:6.524-B/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
(...) Considerando a aplicação imediata das regras supra definidas, temos que a suspensão do processo perdurou de 26/09/2014 (data da publicação da referida decisão), até 26/09/2015, momento em que o prazo prescricional voltou a fluir, estando em curso, até 26/09/2020.Nos termos da Súmula 150 do STF, “Prescreve a execução no mesmo prazo de prescrição da ação”. Portanto, in casu, o prazo da prescrição intercorrente é quinquenal, conforme já registrado alhures.Deste modo, aguarde-se o decurso do prazo da prescrição intercorrente. Alcançado tal

lapso, intimem-se as partes para que se manifestem no prazo de 15 dias (art. 921, § 5º, CPC). Nada sendo requerido, voltem-me os autos conclusos.Consigno ao exequente que caso já tenha sido realizada busca via sistemas disponíveis ao juízo (BACENJUD, RENAJUD e outros), não serão admitidos pedidos de reiteração dessas diligências sem que a parte Exequente demonstre a modificação da situação econômica do executado.Intimem-se e cumpra-se.Cuiabá/MT, 09 de dezembro de 2019.YALE SABO MENDES Juiz de Direito

Intimação das Partes
JUIZ(A): Yale Sabo Mendes
Cod. Proc.: 17424 Nr: 1948-18.1993.811.0041
AÇÃO: Embargos->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: BANCO DA AMAZÔNIA S/A
PARTE(S) REQUERIDA(S): RENATO GOMES NERY, BROMBERG GONÇALVES DE REZENDE
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ELISANGELA HASSE - OAB:OAB/MT 8689, JEANNE KARLA RIBEIRO - OAB:8367/MT, JOÃO PEDRO DE DEUS NETO - OAB:135.506
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JUDSON GOMES DA SILVA BASTOS - OAB:8857/MT, MARCELA MARIA FRAGA GUNDIM - OAB:OAB/SP 333.886, RENATO GOMES NERY - OAB:2051/MT
Código: 17424
Vistos, etc.
Primeiramente determino a secretaria deste Juízo que cumpra integralmente a sentença de fls. 580, com a retificação da autuação desta execução de sentença nos cadastros pertinentes (Apolo, capa dos autos e Cartório Distribuidor), conforme já determinado.
Outrossim, à vista das certidões de matrículas juntadas pelo exequente, constata-se que nenhum dos imóveis está em nome do devedor, sendo certo que somente as matrículas nº 10.344 e nº 10.345 fazem parte dos imóveis ofertados em caução por ocasião da execução provisória de honorários.
E do exame das matrículas nº 10.344 e nº 10.345, extrai-se que não houve a averbação do Termo de Caução.
In casu, ausentes as certidões das matrículas nº 41.984; nº 41.967 e nº 7.349, não havendo por essa razão como atestar se houve a averbação da caução nos referidos bens.
Deste modo, diante das constatações supra, intime-se o exequente para as providências que entender necessárias, registrando que para iniciar atos expropriatórios, primeiramente há que se promover a penhora; registro da penhora na matrícula, bem como a regular avaliação dos bens. Fixo o prazo de 05(cinco) dias.
Quanto ao pleito de Justiça Gratuita aviado pelo executado as fls. 387/388, reiterado as fls. 542/546 e fls. 559/562, considerando que os documentos apresentados as fls. 390/394 foram emitidos no longínquo ano de 2013, intime-se o executado para apresentação de documentos atualizados que comprovem a alegada hipossuficiência financeira, no prazo de 05(cinco) dias.
Intimem-se e cumpra-se.
Cuiabá/MT, 09 de dezembro de 2019.
YALE SABO MENDES
Juiz de Direito

Intimação das Partes
JUIZ(A): Yale Sabo Mendes
Cod. Proc.: 8311 Nr: 11894-04.1999.811.0041
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: COOPERATIVA DOS VIGILANTES DO ESTADO DE MATO GROSSO LTDA - COOVMAT
PARTE(S) REQUERIDA(S): SISTEMA DE ENSINO FÊNIX S/C LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CLARISSA BOTTEGA - OAB:6.650/MT, RAIMAR ABÍLIO BOTTEGA - OAB:3.882/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: LELIO TEIXEIRA COELHO - OAB:2070-A/MT
Código: 8311
Vistos, etc.
Trata-se de Ação de Execução de Título Extrajudicial (Contrato) movida por BANCO BANORTE S/A, em face de NEIVA MARIA VICENZI ANDRADE e NASSIN MUSBAH AHMAHD SALEH, todos devidamente qualificados nos autos.
A execução foi distribuída em 19/07/1999. A parte executada foi citada em 18/02/1999.
Observa-se que, ante a ausência de bens passíveis de penhora, a parte exequente postulou pela suspensão da execução em 07/11/2008 (fls. 229), o que fora deferido em 16/06/2009 (fls. 220). Após o transcurso do prazo de suspensão, a parte exequente foi intimada para impulsionar a execução (fls. 232), oportunidade em que pugnou por nova suspensão da demanda e arquivamento provisório em 22/02/2011 (fls. 234/235), permanecendo o feito em arquivo de 26/06/2012 a 08/08/2019, conforme consulta ao Apolo.
Devidamente intimada para se manifestar sobre a ocorrência de prescrição intercorrente, a parte exequente manifestou-se pela não ocorrência da prescrição, alegando que o processo estava suspenso em face da ausência de bens dos devedores, e ainda que deveria ter sido previamente intimada para promover o andamento do feito (fls. 240/249).
É O RELATÓRIO. DECIDO.
Observa-se que, ante a inércia da parte exequente, este processo permaneceu paralisado por mais de 06(seis) anos, sem qualquer impulso da parte credora na persecução de seu crédito.
De fato, embora o ordenamento processual civil vigente à época fosse silente quanto à ocorrência da prescrição intercorrente, é certo que nenhuma obrigação possui caráter de perpetuidade, eventualmente onerando indefinidamente o patrimônio da parte.
Nesse sentido, a propósito, o enunciado da Súmula nº 150 do STF: "Prescreve a execução no mesmo prazo de prescrição da ação".
Portanto, de rigor, o reconhecimento da prescrição intercorrente, visto que a execução permaneceu paralisada por tempo superior ao prazo prescricional de 05 (cinco) anos (artigo 206, §5º, inciso I, do Código Civil), previsto para o exercício da pretensão executiva.
Nesse sentido, segue abaixo julgado, cujas razões, por se revelarem bastante elucidativas, trago à colação:
“Apelação Cível. Contrato de abertura de crédito em conta corrente. Ação monitória. Sentença de extinção, nos termos do artigo 924, inciso V, do CPC. Confirmação. Circunstância retratada nos autos que não é de suspensão do processo por falta de bens penhoráveis, mas de paralisação injustificada, em decorrência da inércia da credora em se manifestar. Autos que permaneceram em arquivo por mais de 05 anos, sem qualquer providência da apelante. Desnecessidade de prévia intimação pessoal para dar andamento ao feito. Prazo prescricional de cobrança da dívida constante do referido contrato bancário que é de 5 anos artigo 206, § 5º, inciso I, do Código Civil. Prescrição intercorrente bem reconhecida. Sentença mantida. Recurso não provido (TJ/SP, Apelação Cível nº 0003159-63.2006.8.26.0123; Relator: Hélio Nogueira; Comarca: Capão Bonito; Órgão julgador: 22ª Câmara de Direito Privado; Data do julgamento: 27/10/2016; Data de registro: 31/10/2016)”. (GRIFEI)
No mais, o presente tema já foi devidamente pacificado pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça em Incidente de Assunção de Competência no Recurso Especial nº 1.604.412, que foi disponibilizado no DJe de 22/08/2018, ora também aplicado, como se depreende da seguinte ementa:
“RECURSO ESPECIAL. INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA. CABIMENTO. TERMO INICIAL. NECESSIDADE DE PRÉVIA INTIMAÇÃO DO CREDOR-EXEQUENTE. OITIVA DO CREDOR. INEXISTÊNCIA. CONTRADITÓRIO DESRESPEITADO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. 1. As teses a serem firmadas, para efeito do art. 947 do CPC/2015 são as seguintes: 1.1 Incide a prescrição intercorrente, nas causas regidas pelo CPC/73, quando o exequente permanece inerte por prazo superior ao de prescrição do direito material vindicado, conforme interpretação extraída do art. 202, parágrafo único, do Código Civil de 2002. 1.2 O termo inicial do prazo prescricional, na vigência do CPC/1973, conta-se do fim do prazo judicial de suspensão do processo ou, inexistindo prazo fixado, do transcurso de um ano (aplicação analógica do art. 40, § 2º, da Lei 6.830/1980).1.3 (...). 1.4. O contraditório é princípio que deve ser respeitado em todas as manifestações do Poder Judiciário, que deve zelar pela sua observância, inclusive nas hipóteses de declaração de ofício da prescrição intercorrente, devendo o credor ser previamente intimado para opor algum fato impeditivo à incidência da prescrição. 2. No caso concreto, a despeito de transcorrido mais de uma década após o arquivamento administrativo do processo, não houve a intimação da recorrente a assegurar o exercício oportuno do contraditório. 3. Recurso especial provido”. (grifei)
Assim, aplicando-se as teses supra transcritas ao feito sob exame, apura-se que o feito permaneceu suspenso entre 19/06/2012 a

19/06/2013, quando o prazo da prescrição intercorrente voltou a fluir novamente, conforme tese firmada no IAC, acima transcrita (vide item 1.2), de aplicação imediata.
Nesse contexto, diferentemente do entendimento exposto pelo exequente em seu requerimento, o prazo prescricional não estava suspenso enquanto o processo descansava no arquivo.
Com efeito, o processo de execução, quando não encontrado bens do devedor, deve permanecer suspenso pelo prazo máximo de um ano. Findo este período sem a localização de bens passíveis de penhora, o prazo prescricional deve se reiniciar até que alcance o seu termo, a depender do título que instrui o pedido executivo, decretando-se a prescrição intercorrente da ação de execução.
Em caso de paralisação do processo por período superior ao prazo prescricional da ação, em que se verifica a ocorrência de prescrição intercorrente, o juiz pode, até mesmo, agir de ofício, ou mediante provocação do executado, dispensando-se a prévia intimação do autor para dar andamento do feito, sendo indispensável apenas a intimação da parte exequente para arguir a existência de algum fato impeditivo da prescrição, o que foi efetivado nestes autos as fls. 66, nos estritos termos da tese contida no item 1.4 do IAC.
Observa-se em conclusão, que em face da inércia do credor, e consequente remessa do processo ao arquivo, passaram-se mais de 06(seis) anos, ou seja, período superior ao prazo prescricional da ação – de 05 anos - sem que nenhuma providência houvesse sido adotada pela parte exequente no intuito de perquirição da satisfação do débito, de forma que se impõe o reconhecimento da prescrição intercorrente.
Ante ao exposto, julgo extinto o feito, com resolução de mérito, ante a ocorrência da prescrição intercorrente, o que faço com amparo no art. 487, II, 921, § 5º e 924, V, todos do Código de Processo Civil.
Em atenção ao princípio da causalidade, deixo de condenar o exequente em honorários advocatícios, uma vez que, inobstante o reconhecimento da prescrição, a parte executada é devedora da dívida aqui perseguida. Eventuais custas pendentes, pelo executado.
Transitada em julgado, arquivem-se.
Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.
Cuiabá/MT, 09 de dezembro de 2019.
YALE SABO MENDES
Juiz de Direito

Intimação das Partes
JUIZ(A): Yale Sabo Mendes
Cod. Proc.: 10076 Nr: 15075-76.2000.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Yolanda Maria do Nascimento Ojeda
PARTE(S) REQUERIDA(S): Edvilson Castro do Nascimento, Jaqueline Cibele Souza, Alaor Luiz Soccol
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: IEDA APARECIDA LEITE DE ALMEIDA CALDEIRA - OAB:3979/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: IRINEU PEDRO MUHL - OAB:26464/RS, MIRIAN C. RAHMAN MUHL - OAB:4.624/MT
Ante ao exposto, julgo extinto o feito, com resolução de mérito, ante a ocorrência da prescrição intercorrente, o que faço com amparo no art. 487, II, 921, § 5º e 924, V, todos do Código de Processo Civil.Eventuais custas pendentes, pela parte executada. Sem honorários. Transitada em julgado, arquivem-se. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 10 de dezembro de 2019. YALE SABO MENDES Juiz de Direito

Intimação das Partes
JUIZ(A): Yale Sabo Mendes
Cod. Proc.: 13984 Nr: 9034-98.1997.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: TRANSBRASIL S/A LINHAS AÉREAS
PARTE(S) REQUERIDA(S): MIRANTUR CÂMBIO E TURISMO LTDA.
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ALEXANDRE BERGAMINI CHIORATTO - OAB:6798, MARCELO AUGUSTO BORGES - OAB:6.189/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: EURIPES GOMES PEREIRA - OAB:3738/MT, ROBSON RONDON OURIVES - OAB:4.998/MT
Ante ao exposto, julgo extinto o feito, com resolução de mérito, ante a ocorrência da prescrição intercorrente, o que faço com amparo no art. 487, II, 921, § 5º e 924, V, todos do Código de Processo Civil.Custas pelo executado. Em atenção ao princípio da causalidade, deixo de condenar o exequente em honorários advocatícios, uma vez que, inobstante o reconhecimento da prescrição, a parte executada deu causa à distribuição desta ação.Transitada em julgado, arquivem-se.Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.Cuiabá/MT, 10 de dezembro de 2019.YALE SABO MENDES Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Yale Sabo Mendes
Cod. Proc.: 14357 Nr: 5104-09.1996.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: TRANSBRASIL S/A LINHAS AÉREAS
PARTE(S) REQUERIDA(S): SÉRGIO ROBERTO NUNES
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ARNALDO BORGES - OAB:1056/MT, MARCELO AUGUSTO BORGES - OAB:6.189/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Ante ao exposto, julgo extinto o feito, com resolução de mérito, ante a ocorrência da prescrição intercorrente, o que faço com amparo no art. 487, II, 921, § 5º e 924, V, todos do Código de Processo Civil.Em atenção ao princípio da causalidade, deixo de condenar o exequente em honorários advocatícios, uma vez que, inobstante o reconhecimento da prescrição, a parte executada eu causa a distribuição desta demanda. Eventuais custas pendentes, pela parte executada.Proceda-se o levantamento de eventual penhora ou arresto. Transitada em julgado, arquivem-se.Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.Cuiabá/MT, 10 de dezembro de 2019.YALE SABO MENDES Juiz de Direito

Intimação das Partes
JUIZ(A): Yale Sabo Mendes
Cod. Proc.: 22444 Nr: 4321-41.2001.811.0041
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: INNOVA DECORAÇÕES E ILUMINAÇÕES LTDA
PARTE(S) REQUERIDA(S): JULINIL GONÇALVES ARINE
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: LUIZ EMIDIO DANTAS JUNIOR - OAB:7440/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ADOLFO ARINI - OAB:6.727/MT
Ante ao exposto, julgo extinto o feito, com resolução de mérito, ante a ocorrência da prescrição intercorrente, o que faço com amparo no art. 487, II, 921, § 5º e 924, V, todos do Código de Processo Civil.Custas pelo executado. Sem honorários. Transitada em julgado, arquivem-se.Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.Cuiabá/MT, 10 de dezembro de 2019.YALE SABO MENDES Juiz de Direito

Intimação das Partes
JUIZ(A): Yale Sabo Mendes
Cod. Proc.: 11682 Nr: 16199-31.1999.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: SLAVIERO AGROINDUSTRIAL LTDA
PARTE(S) REQUERIDA(S): ESPÓLIO DE JOSÉ MIGUEL LANZARINI, SILVIO ANTONIO LANZARINI
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JOCIMARA MOCHI JORGE - OAB:32930/PR, José Carlos Laranjeira - OAB:15.661
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: CESAR ROBERTO BONI - OAB:8268-B, SANDRO LANZARINI - OAB:11553/MT
Ante ao exposto, julgo extinto o feito, com resolução de mérito, ante a ocorrência da prescrição intercorrente, o que faço com amparo no art. 487, II, 921, § 5º e 924, V, todos do Código de Processo Civil.Custas pelo executado. Sem honorários. Transitada em julgado, arquivem-se.Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.Cuiabá/MT, 10 de dezembro de 2019.YALE SABO MENDES Juiz de Direito

Intimação das Partes
JUIZ(A): Yale Sabo Mendes
Cod. Proc.: 12459 Nr: 9113-43.1998.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: ANGELO MAZZORANA
PARTE(S) REQUERIDA(S): FRANCISCO ALVES DE CASTRO BRAGA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: FABÍOLA PASINI - OAB:5033-OAB/MT, Vasco Ribeiro Gonçalves de Medeiros - OAB:3665-A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ARIOVALDO GOMES DE OLIVEIRA - OAB:3.546-B/MT
Ante ao exposto, julgo extinto o feito, com resolução de mérito, ante a ocorrência da prescrição intercorrente, o que faço com amparo no art. 487, II, 921, § 5º e 924, V, todos do Código de Processo Civil.Em atenção ao princípio da causalidade, deixo de condenar o exequente em honorários advocatícios, uma vez que, inobstante o reconhecimento da prescrição, a parte executada é devedora da dívida aqui perseguida. Eventuais custas pendentes, pelo executado.Transitada em julgado, arquivem-se.Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.Cuiabá/MT, 10 de dezembro de 2019.YALE SABO MENDES Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Yale Sabo Mendes
Cod. Proc.: 374188 Nr: 879-48.1993.811.0041
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MARIO NEI DE OLIVEIRA TEIXEURA
PARTE(S) REQUERIDA(S): FRANCISCO E RIBEIRO LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: IEDA APARECIDA LEITE DE ALMEIDA CALDEIRA - OAB:3979/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Ante ao exposto, julgo extinto o feito, com resolução de mérito, ante a ocorrência da prescrição intercorrente, o que faço com amparo no art. 487, II, 921, § 5º e 924, V, todos do Código de Processo Civil.Em atenção ao princípio da causalidade, deixo de condenar o exequente em honorários advocatícios, uma vez que, inobstante o reconhecimento da prescrição, a parte executada deu causa a distribuição desta demanda. Eventuais custas pendentes, pela parte executada. Transitada em julgado, arquivem-se. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 10 de dezembro de 2019. YALE SABO MENDES Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Yale Sabo Mendes
Cod. Proc.: 8146 Nr: 11980-72.1999.811.0041
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: BANCO BRADESCO S/A
PARTE(S) REQUERIDA(S): JAIR GASQUES BORDINI, Barbara Ymes Cassonatto Bordoni
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MAURO PAULO GALERA MARI - OAB:3056/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
(...)Considerando a aplicação imediata das regras supra definidas, temos que a suspensão do processo perdurou de 29/04/2014 (data da publicação da referida decisão), até 29/04/2015, momento em que o prazo prescricional voltou a fluir, estando em curso, até 29/04/2020.Nos termos da Súmula 150 do STF, "Prescreve a execução no mesmo prazo de prescrição da ação". Portanto, in casu, o prazo da prescrição intercorrente é quinquenal, conforme já registrado alhures.Deste modo, aguarde-se em arquivo o decurso do prazo da prescrição intercorrente. Alcançado tal lapso, intimem-se as partes para que se manifestem no prazo de 15 dias (art. 921, § 5º, CPC). Nada sendo requerido, voltem-me os autos conclusos.Alerto ao exequente que caso já tenha sido realizada busca via sistemas disponíveis ao juízo (BACENJUD, RENAJUD e outros), não serão admitidos pedidos de reiteração dessas diligências sem que a parte Exequente demonstre a modificação da situação econômica do executado.Intimem-se e cumpra-se.Cuiabá/MT, 10 de dezembro de 2019.YALE SABO MENDES Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Yale Sabo Mendes
Cod. Proc.: 238983 Nr: 4693-92.1998.811.0041
AÇÃO: Execução de Título Judicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: R. F. GAIA & CIA LTDA, ERIVELTO DA SILVA GASQUES
PARTE(S) REQUERIDA(S): JAIR FRANCISCO DE ALMEIDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JORGE MEIRELLES CORREA - OAB:34.936
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Ante ao exposto, julgo extinto o feito, com resolução de mérito, ante a ocorrência da prescrição intercorrente, o que faço com amparo no art. 487, II, 921, § 5º e 924, V, todos do Código de Processo Civil.Custas pelo executado. Sem honorários.Transitada em julgado, arquivem-se.Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.Cuiabá/MT, 10 de dezembro de 2019.YALE SABO MENDES Juiz de Direito

Intimação das Partes
JUIZ(A): Yale Sabo Mendes
Cod. Proc.: 265625 Nr: 23351-86.2006.811.0041
AÇÃO: Execução de Título Judicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MARIA AUXILIADORA MENDES
PARTE(S) REQUERIDA(S): LUZIA LEONILDE LESSE ZULLI, ÊNIO ZULLI, CÉLIA REGINA ALVES ZULLI
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: RAIMUNDO LOPES DE LIMA - OAB:3503-B
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Ademir Joel Cardoso - OAB:3473-A/MT, ADEMIR JOEL CARDOSO - OAB:MT 3473-A
Ante ao exposto, julgo extinto o feito, com resolução de mérito, ante a ocorrência da prescrição intercorrente, o que faço com amparo no art. 487, II, 921, § 5º e 924, V, todos do Código de Processo Civil.Custas pelo executado.Em atenção ao princípio da causalidade, deixo de condenar o exequente em honorários advocatícios, uma vez que, inobstante o reconhecimento da prescrição, a parte executada deu causa à distribuição desta ação.Transitada em julgado, arquivem-se.Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.Cuiabá/MT, 10 de dezembro de 2019.YALE SABO MENDES Juiz de Direito

Intimação das Partes
JUIZ(A): Yale Sabo Mendes
Cod. Proc.: 134222 Nr: 19558-47.2003.811.0041
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: VIDRAÇARIA DOM BOSCO LTDA
PARTE(S) REQUERIDA(S): ALEX SPINELLI PIMENTA, ELIANA GONÇALVES PINHEIRO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: LUIZ CLAUDIO DE OLIVEIRA NASCIMENTO - OAB:5.475/MT, MARISTELA MORIZZO NASCIMENTO - OAB:5.408/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: LUIZ ALFEU SOUZA RAMOS - OAB:6.693/MT
Ante ao exposto, julgo extinto o feito, com resolução de mérito, ante a ocorrência da prescrição intercorrente, o que faço com amparo no art. 487, II, 921, § 5º e 924, V, todos do Código de Processo Civil.Custas pelo executado. Em atenção ao princípio da causalidade, deixo de condenar o exequente em honorários advocatícios, uma vez que, inobstante o reconhecimento da prescrição, a parte executada deu causa à distribuição desta ação.Proceda-se o levantamento de eventual penhora ou arresto. Transitada em julgado, arquivem-se.Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.Cuiabá/MT, 10 de dezembro de 2019.YALE SABO MENDES Juiz de Direito

Intimação das Partes
JUIZ(A): Yale Sabo Mendes
Cod. Proc.: 94588 Nr: 11359-70.2002.811.0041
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: CREDIFORT - PARTICIPAÇÕES LTDA.
PARTE(S) REQUERIDA(S): WALTER APARECIDO PEDRO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: IONÍ FERREIRA CASTRO - OAB:4.298/MT, WILSON SAENZ SURITA JUNIOR - OAB:7302-A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: EMERSON LEANDRO DE CAMPOS - OAB:6950/MT, WESLEY ROBERT AMORIM - OAB:6610
Ante ao exposto, julgo extinto o feito, com resolução de mérito, ante a ocorrência da prescrição intercorrente, o que faço com amparo no art. 487, II, 921, § 5º e 924, V, todos do Código de Processo Civil.Em atenção ao princípio da causalidade, deixo de condenar o exequente em honorários advocatícios, uma vez que, inobstante o reconhecimento da prescrição, a parte executada é devedora da dívida aqui perseguida. Eventuais custas pendentes, pelo executado.Transitada em julgado, arquivem-se.Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.Cuiabá/MT, 10 de dezembro de 2019.YALE SABO MENDES Juiz de Direito

Intimação das Partes
JUIZ(A): Yale Sabo Mendes
Cod. Proc.: 152653 Nr: 6845-06.2004.811.0041
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: IRMÃOS DOMINGOS LTDA
PARTE(S) REQUERIDA(S): ROMPATO DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ROBERTO ZAMPIERI - OAB:4094/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: CARMEM LUCIA E SILVA - OAB:5289/MT
Ante ao exposto, julgo extinto o feito, com resolução de mérito, ante a ocorrência da prescrição intercorrente, o que faço com amparo no art. 487, II, 921, § 5º e 924, V, todos do Código de Processo Civil.Em atenção ao princípio da causalidade, deixo de condenar o exequente em honorários advocatícios, uma vez que, inobstante o reconhecimento da prescrição, a parte executada ensejou a distribuição desta ação. Eventuais custas pendentes, pelo executado.Transitada em julgado, arquivem-se.Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.Cuiabá/MT, 11 de dezembro de 2019.YALE SABO MENDES Juiz de Direito

Intimação das Partes
JUIZ(A): Yale Sabo Mendes
Cod. Proc.: 93452 Nr: 8676-31.2000.811.0041
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: METALONITA INDUSTRIA BRASILEIRA LTDA
PARTE(S) REQUERIDA(S): MEDICINA COMÉRCIO REPRESENTAÇÃO ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: FLAVIO JOSÉ FERREIRA - UNIC - OAB:3.574/MT, VALDIR FRANCISCO DE OLIVEIRA - OAB:4.862-A/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ADBAR DA COSTA SALLES - OAB:1191/MT
Ante ao exposto, julgo extinto o feito, com resolução de mérito, ante a ocorrência da prescrição intercorrente, o que faço com amparo no art. 487, II, 921, § 5º e 924, V, todos do Código de Processo Civil.Em atenção ao princípio da causalidade, deixo de condenar o exequente em honorários advocatícios, uma vez que, inobstante o reconhecimento da prescrição, a parte executada ensejou o ajuizamento desta ação. Eventuais custas pendentes, pelo executado. Transitada em julgado, arquivem-se.Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.Cuiabá/MT, 11 de dezembro de 2019. YALE SABO MENDES Juiz de Direito

Intimação das Partes
JUIZ(A): Yale Sabo Mendes
Cod. Proc.: 247540 Nr: 15118-03.2006.811.0041
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MIXMICRO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA
PARTE(S) REQUERIDA(S): COMERCIAL AGROVISA PRODUTOS AGROPECUÁRIOS E REPRESENTAÇÕES LTDA.
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Carlos Gustavo Barbosa Correa - OAB:247.410/SP
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: MURILLO ESPINOLA DE OLIVEIRA LIMA - OAB:3.127-A
Ante ao exposto, julgo extinto o feito, com resolução de mérito, ante a ocorrência da prescrição intercorrente, o que faço com amparo no art. 487, II, 921, § 5º e 924, V, todos do Código de Processo Civil.Em atenção ao princípio da causalidade, deixo de condenar o exequente em honorários advocatícios, uma vez que, inobstante o reconhecimento da prescrição, a parte executada ensejou o ajuizamento desta ação. Eventuais custas pendentes, pelo executado. Transitada em julgado, arquivem-se.Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.Cuiabá/MT, 11 de dezembro de 2019. YALE SABO MENDES Juiz de Direito

Intimação das Partes
JUIZ(A): Yale Sabo Mendes
Cod. Proc.: 1067191 Nr: 54139-68.2015.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: DIEGO ROCHA GALVÃO
PARTE(S) REQUERIDA(S): PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: RODRIGO BRANDÃO CORREA - OAB: 16.113-O/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: GUSTAVO HAUEISEN DA MATA - OAB:26419/A, JACKSON FREIRE JARDIM SANTOS - OAB:OAB/MT 26992-A, LUIZ HENRIQUE VIEIRA - OAB:26.417 A, YURI LIMA SANTOS - OAB:OAB/MT 27.260-B
Processo Código nº – 1067191
VISTOS,
A parte Requerente às fls. 531/532 manifestou concordância ao valor depositado pela parte Requerida às fls. 518/529 para pagamento do valor da condenação.
Desta feita, nos termos do artigo 924, II e 925, do CPC, DECLARO EXTINTO o presente feito, COM JULGAMENTO DE MÉRITO.
Expeça-se ALVARÁ do valor depositado à fl. 519 em favor da parte Requerente, a ser creditado na conta indicada à fl. 531.
Custas remanescentes ao encargo da parte Requerida, nos termos do art. 90 do CPC.
Inexistindo ulteriores deliberações, arquive-se, observando as formalidades legais.
Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.
Cuiabá-MT, 11 de dezembro de 2019.
YALE SABO MENDES
Juiz de Direito

Intimação das Partes
JUIZ(A): Yale Sabo Mendes
Cod. Proc.: 953482 Nr: 1763-08.2015.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: RENATO OLIVEIRA DA SILVA
PARTE(S) REQUERIDA(S): SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DE SEGURO S/A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: EVALDO CORSI JUNIOR - OAB:17.676/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: RENATO CHAGAS CORRÊA DA SILVA - OAB:8.184-A/MT
Processo Código nº – 953482
VISTOS,
A parte Requerente à fl. 165 manifestou concordância ao valor depositado pela parte Requerida às fls. 159/164 para pagamento do valor da condenação.
Desta feita, nos termos do artigo 924, II e 925, do CPC, DECLARO EXTINTO o presente feito, COM JULGAMENTO DE MÉRITO.
Expeça-se ALVARÁ do valor depositado à fl. 164 em favor da parte Requerente, a ser creditado na conta indicada à fl. 165.
Custas remanescentes ao encargo da parte Requerida, nos termos do art. 90 do CPC.
Inexistindo ulteriores deliberações, arquive-se, observando as formalidades legais.
Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.
Cuiabá-MT, 11 de dezembro de 2019.
YALE SABO MENDES
Juiz de Direito

Intimação das Partes
JUIZ(A): Yale Sabo Mendes
Cod. Proc.: 27631 Nr: 9371-53.1998.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: GRANDE VEÍCULOS LTDA.
PARTE(S) REQUERIDA(S): JOSÉ GENIVALDO DE A. BARBOSA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: FERNANDA MARQUES NUNES - OAB:6737
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ANDRÉ LUIZ DE ANDRADE POZETI - OAB:4912-O/MT, JULIO CÉSAR RIBEIRO - OAB:5127/MT
Código: 27631
Vistos, etc.
Trata-se de Ação de Execução de Título Extrajudicial (cheque) movida por GRANDE VEÍCULOS LTDA em face de JOSÉ GENIVALDO DE A. BARBOSA, ambos devidamente qualificados nos autos.
A execução foi distribuída em 30/03/1998. A parte executada foi citada em

29/04/1998.
Frustrada a tentativa de intimação da parte exequente para impulsionar o feito (fls. 134 e 139), a ação foi arquivada em 20/06/2008, permanecendo no arquivo até 08/08/2019, ou seja, durante mais de 11(onze) anos.

Devidamente intimada para se manifestar sobre a ocorrência de prescrição intercorrente, a parte exequente quedou-se inerte (fls.146).
É O RELATÓRIO. DECIDO.
Observa-se que, ante a inércia da parte exequente, este processo permaneceu paralisado por mais de 11(onze) anos, sem qualquer impulso da parte credora na persecução de seu crédito.
De fato, embora o ordenamento processual civil vigente à época fosse silente quanto à ocorrência da prescrição intercorrente, é certo que nenhuma obrigação possui caráter de perpetuidade, eventualmente onerando indefinidamente o patrimônio da parte.

Nesse sentido, a propósito, o enunciado da Súmula nº 150 do STF: "Prescreve a execução no mesmo prazo de prescrição da ação".
Portanto, de rigor, o reconhecimento da prescrição intercorrente, visto que a execução permaneceu paralisada por tempo muito superior ao prazo prescricional de 06 (seis) meses (artigo 59, da Lei nº 7.357/85), previsto para o exercício da pretensão executiva.
Nesse sentido, segue abaixo julgado, cujas razões, por se revelarem bastante elucidativas, trago à colação:
“Apelação Cível. Contrato de abertura de crédito em conta corrente. Ação monitória. Sentença de extinção, nos termos do artigo 924, inciso V, do CPC. Confirmação. Circunstância retratada nos autos que não é de suspensão do processo por falta de bens penhoráveis, mas de paralisação injustificada, em decorrência da inércia da credora em se manifestar. Autos que permaneceram em arquivo por mais de 05 anos, sem qualquer providência da apelante. Desnecessidade de prévia intimação pessoal para dar andamento ao feito. Prazo prescricional de cobrança da dívida constante do referido contrato bancário que é de 5 anos artigo 206, § 5º, inciso I, do Código Civil. Prescrição intercorrente bem reconhecida. Sentença mantida. Recurso não provido (TJ/SP, Apelação Cível nº 0003159-63.2006.8.26.0123; Relator: Hélio Nogueira; Comarca: Capão Bonito; Órgão julgador: 22ª Câmara de Direito Privado; Data do julgamento: 27/10/2016; Data de registro: 31/10/2016)”. (GRIFEI)
No mais, o presente tema já foi devidamente pacificado pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça em Incidente de Assunção de Competência no Recurso Especial nº 1.604.412, que foi disponibilizado no DJe de 22/08/2018, ora também aplicado, como se depreende da seguinte ementa:
“RECURSO ESPECIAL. INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA. CABIMENTO. TERMO INICIAL. NECESSIDADE DE PRÉVIA INTIMAÇÃO DO CREDOR-EXEQUENTE. OITIVA DO CREDOR. INEXISTÊNCIA. CONTRADITÓRIO DESRESPEITADO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. 1. As teses a serem firmadas, para efeito do art. 947 do CPC/2015 são as seguintes: 1.1 Incide a prescrição intercorrente, nas causas regidas pelo CPC/73, quando o exequente permanece inerte por prazo superior ao de prescrição do direito material vindicado, conforme interpretação extraída do art. 202, parágrafo único, do Código Civil de 2002. 1.2 O termo inicial do prazo prescricional, na vigência do CPC/1973, conta-se do fim do prazo judicial de suspensão do processo ou, inexistindo prazo fixado, do transcurso de um ano (aplicação analógica do art. 40, § 2º, da Lei 6.830/1980). (...) 1.4. O contraditório é princípio que deve ser respeitado em todas as manifestações do Poder Judiciário, que deve zelar pela sua observância, inclusive nas hipóteses de declaração de ofício da prescrição intercorrente, devendo o credor ser previamente intimado para opor algum fato impeditivo à incidência da prescrição. 2. No caso concreto, a despeito de transcorrido mais de uma década após o arquivamento administrativo do processo, não houve a intimação da recorrente a assegurar o exercício oportuno do contraditório. 3. Recurso especial provido”. (grifei)
Ademais, in casu, o lapso prescricional foi atingido muito antes da entrada em vigor do CPC/15, sendo a parte exequente devidamente intimada para arguir a existência de algum fato impeditivo da prescrição (fls. 145), em estrita observância às teses firmadas no IAC supratranscrito.
Observa-se que em face da inércia do credor, e consequente remessa do processo ao arquivo, passaram-se mais de 11(onze) anos, ou seja, período superior ao prazo prescricional da ação – de 06 meses - sem que nenhuma providência houvesse sido adotada pela parte exequente no intuito de perquirição da satisfação do débito, de forma que se impõe o reconhecimento da prescrição intercorrente.
Ante ao exposto, julgo extinto o feito, com resolução de mérito, ante a ocorrência da prescrição intercorrente, o que faço com amparo no art. 487, II, 921, § 5º e 924, V, todos do Código de Processo Civil.
Em atenção ao princípio da causalidade, deixo de condenar o exequente em honorários advocatícios, uma vez que, inobstante o reconhecimento da prescrição, a parte executada é devedora da dívida aqui perseguida. Eventuais custas pendentes, pelo executado.
Transitada em julgado, arquivem-se.
Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.
Cuiabá/MT, 11 de dezembro de 2019.
YALE SABO MENDES
Juiz de Direito

Intimação das Partes
JUIZ(A): Yale Sabo Mendes
Cod. Proc.: 121924 Nr: 9838-56.2003.811.0041
AÇÃO: Execução de Título Judicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: VALDECIR CHAVES, JOÃO VALDIR GARCIA DOS REIS
PARTE(S) REQUERIDA(S): WELLINGTON CORRÊA DA SILVA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: KEILE TATIANE ALMEIDA LEONÇO - OAB:6.460/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: CRISTIANE APARECIDA DA SILVA - OAB:6467/MT, MARY MÁRCIA GONÇALVES DA SILVA COSTA MARQUES - OAB:6.386/MT
Ante ao exposto, julgo extinto o feito, com resolução de mérito, ante a ocorrência da prescrição intercorrente, o que faço com amparo no art. 487, II, 921, § 5º e 924, V, todos do Código de Processo Civil.Em atenção ao princípio da causalidade, deixo de condenar o exequente em honorários advocatícios, uma vez que, inobstante o reconhecimento da prescrição, a parte executada é devedora da dívida aqui perseguida. Eventuais custas pendentes, pelo executado. Transitada em julgado, arquivem-se. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 11 de dezembro de 2019. YALE SABO MENDES Juiz de Direito

Intimação das Partes
JUIZ(A): Yale Sabo Mendes
Cod. Proc.: 95615 Nr: 11727-79.2002.811.0041
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: EMPREEENDIMENTOS EDUCACIONAIS LTDA.
PARTE(S) REQUERIDA(S): ADERSON LUIS PEDROSO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: BENTO EPIFANIO DA SILVA FILHO - OAB:9461
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: SERVIO TULIO MIGUEIS JACOB - OAB:6.204/MT
Ante ao exposto, julgo extinto o feito, com resolução de mérito, ante a ocorrência da prescrição intercorrente, o que faço com amparo no art. 487, II, 921, § 5º e 924, V, todos do Código de Processo Civil.Em atenção ao princípio da causalidade, deixo de condenar o exequente em honorários advocatícios, uma vez que, inobstante o reconhecimento da prescrição, a parte executada é devedora da dívida aqui perseguida. Eventuais custas pendentes, pelo executado. Transitada em julgado, arquivem-se. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 11 de dezembro de 2019. YALE SABO MENDES Juiz de Direito

Intimação das Partes
JUIZ(A): Yale Sabo Mendes
Cod. Proc.: 96098 Nr: 11959-91.2002.811.0041
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: EMPREEENDIMENTOS EDUCACIONAIS LTDA.
PARTE(S) REQUERIDA(S): ADERSON LUIS PEDROSO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: BENTO EPIFANIO DA SILVA FILHO - OAB:9461
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: SÉRVIO TÚLIO MIGUÉIS JACOB - OAB:6204/MT
Ante ao exposto, julgo extinto o feito, com resolução de mérito, ante a ocorrência da prescrição intercorrente, o que faço com amparo no art. 487, II, 921, § 5º e 924, V, todos do Código de Processo Civil.Em atenção ao princípio da causalidade, deixo de condenar o exequente em honorários advocatícios, uma vez que, inobstante o reconhecimento da prescrição, a parte executada é devedora da dívida aqui perseguida. Eventuais custas pendentes, pelo executado. Transitada em julgado,

arquivem-se. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 11 de dezembro de 2019. YALE SABO MENDES Juiz de Direito

Intimação das Partes
JUIZ(A): Yale Sabo Mendes
Cod. Proc.: 1083301 Nr: 3097-43.2016.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: GILBERTO GONÇALVES DA SILVA
PARTE(S) REQUERIDA(S): PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: RODRIGO BRANDÃO CORREA - OAB: 16.113-O/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA - OAB:8.194-A/MT
Processo Código nº – 1083301
VISTOS,
A parte Requerente às fls. 242/243 manifestou concordância aos valores depositados pela parte Requerida às fls. 236/237 e 239/241 para pagamento do valor da condenação e ao reembolso de custas.
Desta feita, nos termos do artigo 924, II e 925, do CPC, DECLARO EXTINTO o presente feito, COM JULGAMENTO DE MÉRITO.
Expeça-se ALVARÁ dos valores depositados às fls. 236v e 241 em favor da parte Requerente, a ser creditado na conta indicada às fls. 242/243.
Eventuais custas remanescentes ao encargo da parte Requerida, nos termos do art. 90 do CPC.
Inexistindo ulteriores deliberações, arquive-se, observando as formalidades legais.
Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.
Cuiabá-MT, 11 de dezembro de 2019.
YALE SABO MENDES
Juiz de Direito

Intimação das Partes
JUIZ(A): Yale Sabo Mendes
Cod. Proc.: 17033 Nr: 12661-71.2001.811.0041
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: RODOBENS ADMINSTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES
PARTE(S) REQUERIDA(S): JOSÉ CARLOS ZANOTTI E IZABEL SIMÕES ZANOTTI
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: RICARDO GAZZI - OAB:6028-A/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DELCIDIO MATEUS GONCALVES - OAB:9394/PR, LUIZ ANTONIO SIQUEIRA CAMPOS - OAB:3759/MT
Ante ao exposto, julgo extinto o feito, com resolução de mérito, ante a ocorrência da prescrição intercorrente, o que faço com amparo no art. 487, II, 921, § 5º e 924, V, todos do Código de Processo Civil.Em atenção ao princípio da causalidade, deixo de condenar o exequente em honorários advocatícios, uma vez que, inobstante o reconhecimento da prescrição, a parte executada ensejou a distribuição desta demanda. Eventuais custas pendentes, pela parte executada.Transitada em julgado, arquivem-se.Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.Cuiabá/MT, 09 de dezembro de 2019.YALE SABO MENDES Juiz de Direito

Intimação das Partes
JUIZ(A): Yale Sabo Mendes
Cod. Proc.: 18972 Nr: 12808-97.2001.811.0041
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: TROMBINI PAPEL E EMBALAGENS S/A
PARTE(S) REQUERIDA(S): VICUNA - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE VELAS LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JULIANA GOULART - OAB:36.472/PR
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: FABER VIEGAS - OAB:2.105-A/MT, RÚBIA DE SOUSA VIEGAS - OAB:5.255
Ante ao exposto, julgo extinto o feito, com resolução de mérito, ante a ocorrência da prescrição intercorrente, o que faço com amparo no art. 487, II, 921, § 5º e 924, V, todos do Código de Processo Civil.Em atenção ao princípio da causalidade, deixo de condenar o exequente em honorários advocatícios, uma vez que, inobstante o reconhecimento da prescrição, a parte executada ensejou o ajuizamento desta ação. Eventuais custas pendentes, pelo executado. Transitada em julgado, arquivem-se.Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.Cuiabá/MT, 11 de dezembro de 2019. YALE SABO MENDES Juiz de Direito

Intimação das Partes
JUIZ(A): Yale Sabo Mendes
Cod. Proc.: 9894 Nr: 17744-39.1999.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: TODIMO MATERIAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA
PARTE(S) REQUERIDA(S): José Vieira Júnior
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: INGRID CRISTINA SANDOVAL ROCHA - OAB:9109, SILVIO EUGÊNIO FERNANDES - OAB:4282
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JOSÉ VIEIRA JÚNIOR - UNIJURIS - OAB:3.969
Ante ao exposto, julgo extinto o feito, com resolução de mérito, ante a ocorrência da prescrição intercorrente, o que faço com amparo no art. 487, II, 921, § 5º e 924, V, todos do Código de Processo Civil.Em atenção ao princípio da causalidade, deixo de condenar o exequente em honorários advocatícios, uma vez que, inobstante o reconhecimento da prescrição, a parte executada é devedora da dívida aqui perseguida. Eventuais custas pendentes, pelo executado.Transitada em julgado, arquivem-se.Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.Cuiabá/MT, 11 de dezembro de 2019.YALE SABO MENDES Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Yale Sabo Mendes
Cod. Proc.: 931331 Nr: 50034-82.2014.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: BRADESCO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A
PARTE(S) REQUERIDA(S): NIVALDO DE AQUINO MIRANDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: RENATO CHAGAS CORRÊA DA SILVA - OAB:8.184-A/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: VILMAR DO CARMO ADORNO - OAB:16.247-B/MT
(...)Expeça-se ofício ao referido cadastro de inadimplentes, relativamente ao débito perseguido nesta execução, caso ainda não tenha sido adotada tal providência.Expeça-se também a certidão de dívida para registro de protesto, no Cartório competente, a ser providenciado pela parte exequente, caso tenha interesse.Após a expedição do ofício e certidão supra listados, caso a parte exequente não apresente requerimentos no prazo de 05(cinco) dias, desde já, suspendo esta execução por 01(um) ano, com fulcro no artigo 921, inciso III, §1º, do CPC.Alerto, todavia, que caso já tenha sido realizada busca via sistemas disponíveis ao juízo (BACENJUD, RENAJUD e outros), não serão admitidos pedidos de reiteração dessas diligências sem que a parte Exequente demonstre a modificação da situação econômica da parte executada.Fica desde já cientificada a parte Exequente de que a contagem do prazo de prescrição intercorrente previsto no art. 921, §4º, do CPC, tem início automaticamente a partir do término da suspensão/paralisação do processo, pelo prazo que trata o §1º do referido artigo, cujo transcurso deverá ser aguardado em arquivo. Nos termos da Súmula 150 do STF, “Prescreve a execução no mesmo prazo de prescrição da ação”. Portanto, in casu, o prazo da prescrição intercorrente é de 05(cinco) anos (artigo 206, § 5º, II, do CC e dos artigos 23 e 25, II, da Lei nº 8.904/94).Alcançado tal lapso, intimem-se as partes para que se manifestem no prazo de 15 dias (art. 921, § 5º, CPC). Nada sendo requerido, voltem-me os autos conclusos.Intimem-se. Cumpra-se.Cuiabá (MT), 09 de dezembro de 2019.YALE SABO MENDES Juiz de Direito

Intimação das Partes
JUIZ(A): Yale Sabo Mendes
Cod. Proc.: 886141 Nr: 20626-46.2014.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: VALDILENE DIAS DE MOURA
PARTE(S) REQUERIDA(S): AVON INDÚSTRIA DE COSMÉTICOS LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: milton jones amorim vieira - OAB:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: HORÁCIO PERDIZ PINHEIRO

NETO - OAB:157.407/SP

Processo Código nº – 886141

VISTOS,

A parte Exequente à fl. 247 manifestou concordância ao valor depositado pela parte Executada às fls. 206/222 para pagamento do valor da condenação.

Desta feita, nos termos do artigo 924, II do CPC, DECLARO EXTINTO o presente feito, COM JULGAMENTO DE MÉRITO.

Expeçam-se ALVARÁS do valor depositado à fl. 222 em favor da parte Exequente e seus causídicos, a ser creditado conforme estipulado à fl. 247/247v.

Custas remanescentes ao encargo da parte Executada, nos termos do art. 90 do CPC.

Inexistindo ulteriores deliberações, arquive-se, observando as formalidades legais.

Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

Cuiabá-MT, 11 de dezembro de 2019.

YALE SABO MENDES

Juiz de Direito

Intimação das Partes

JUIZ(A): Yale Sabo Mendes

Cod. Proc.: 453188 Nr: 25143-36.2010.811.0041

AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: EUNICE GOMES ROSAFA ATENSIO, HELAINE GASPARELO DA SILVA, HELIO MALUF, JUNZI SETOGUTTI, LUCIA SALETE PAZDZIORNY, MARIA DE LOURDES RIBEIRO, PAULO FUZETTI, MARIA JOSE PEREIRA DE OLIVEIRA, OLIMPIA LUZIA BURGHI, SANDRA LUCIA ESQUINA

PARTE(S) REQUERIDA(S): BANCO BRADESCO S/A

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: LEONARDO FRANÇA ARAÚJO - OAB:12.621 / MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JOSÉ EDGAR DA CUNHA BUENO FILHO - OAB:13.600-A/MT, REINALDO LUIS TADEU RONDINA MANDALITI - OAB:17209/A

Processo Código nº - 453188

VISTOS,

HOMOLOGO o acordo celebrado entre as partes juntado às fls. 149/150 para que produzam seus jurídicos e legais efeitos.

Consequentemente, DECLARO EXTINTO o presente feito COM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos do artigo 924, inciso II e III do CPC.

Expeça-se ALVARÁ do valor depositado à fl. 147 em favor da parte Executada, valor esse que deverá ser creditado na conta a ser indicada nos autos.

Custas Remanescentes ao encargo da parte Executada, nos termos do art. 90 do CPC.

Renunciado ao prazo recursal, arquivem-se os autos, observando as providências de praxe.

Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

Cuiabá-MT, 11 de dezembro de 2019.

YALE SABO MENDES

Juiz de Direito

Intimação das Partes

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 359782 Nr: 30018-20.2008.811.0041

AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: ANDERSON FILIU DE SOUZA

PARTE(S) REQUERIDA(S): CARLOS ALBERTO MANGONI

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DIMAS SIMÕES FRANCO NETO - OAB:13.594/MT, GUSTAVO FARIAS SABER - OAB:15959, MANOEL GUILHERME CAVALCANTI MELLO FILHO - OAB:13595, VINÍCIUS RAMOS BARBOSA - OAB:13.913/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: CRISTINA BELLÓ - OAB:6345-MT

Certifico que, encaminho intimação das partes para, no prazo legal, manifestarem-se acerca do retorno dos autos à 1° instância.

Intimação das Partes

JUIZ(A): Yale Sabo Mendes

Cod. Proc.: 1037378 Nr: 40268-68.2015.811.0041

AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: JONATHAN GONÇALVES DE ARRUDA

PARTE(S) REQUERIDA(S): EMBRATEL EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S/A

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CLAUDISON RODRIGUES - OAB:9901/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: EVANDRO CESAR ALEXANDRE DOS SANTOS - OAB:13.431-A/MT, MARCOS VINICIUS LUCCA BOLIGON - OAB:12099-B/MT

Código do Processo nº 1037378

Vistos,

A parte autora vem aos autos requerer a intimação da primeira requerida para cumprimento da sentença, inclusive em relação aos honorários acordados entre as partes.

Estando a sentença transitada em julgado (fls. 191), e não havendo comprovação nos autos do pagamento da condenação, defiro os pedidos de execução formulados às folhas 193/198.

Intime-se a(s) partes(s) requerida(s), para no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento do valor da condenação, na forma estabelecida no artigo 513, do CPC.

Consigne-se que não havendo pagamento no prazo acima estipulado no artigo, incidirá a multa de 10% e, ainda, os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor do débito executado - § 1º do artigo 523, do CPC.

Ocorrendo o pagamento, diga a parte exequente em cinco dias, quanto ao valor depositado, sob pena de preclusão.

Não havendo pagamento, intime-se a parte exequente para em cinco dias apresentar nos autos o cálculo atualizado do débito exequendo, incluído da multa e os honorários fixados nesta fase de execução, bem como, para no mesmo prazo indicar bens à penhora, para posterior prosseguimento.

Intimem-se as partes.

Cumpra-se.

Cuiabá-MT, 12 de Dezembro de 2019.

Yale Sabo Mendes

Juiz de Direito

Intimação das Partes

JUIZ(A): Yale Sabo Mendes

Cod. Proc.: 1154920 Nr: 33890-62.2016.811.0041

AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: SANDRA JANAINA PEREIRA DE FIGUEIREDO

PARTE(S) REQUERIDA(S): CENTRAIS ELETRICAS MATOGROSSENSSE S/A - GRUPO CEMAT

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: THOMAS JEFFERSON PEREIRA DE FIGUEIREDO - OAB:18052/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: EVANDRO CESAR ALEXANDRE DOS SANTOS - OAB:13.431-A/MT

ANTE O EXPOSTO, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos iniciais formulados por SANDRA JANAINA PEREIRA DE FIGUEIREDO em face de CENTRAIS ELETRICAS MATOGROSSENSSE S/A - GRUPO ENERGISA para DECLARAR inexigível a recuperação de consumo no valor de R$ 683,76 (seiscentos e oitenta e três reais e setenta e seis centavos) da Unidade Consumidora nº 230040-8.Em razão da sucumbência recíproca, CONDENO ambas ao pagamento das custas, na proporção de 50% a cada uma, e honorários advocatícios da parte adversa ora fixados em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação, nos termos do artigo 85, §2º do CPC, vedada a compensação, ficando suspensa a exigibilidade da parte Autora por ser beneficiária da justiça gratuita (fl. 45/46), nos termos do artigo 98, §3º do CPC. Transitado em julgado e decorridos 15 (quinze) dias sem a manifestação da parte vencedora expressando o desejo de executar a sentença, arquive-se. (Art. 1.284 da CNGC/TJMT)Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.Cuiabá/MT, 12 de dezembro de 2019.YALE SABO MENDES Juiz de Direito

Intimação das Partes

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 387119 Nr: 23225-31.2009.811.0041

AÇÃO: Interdito Proibitório->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: NESTOR OLIVEIRA DE FRANÇA, MARIA DA CONCEIÇÃO DE ARRUDA

PARTE(S) REQUERIDA(S): BENIGNO DE CAMARGO FILHO

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ALEXANDRE BORGES SANTOS - OAB:12558/O, HÉLIO PASSADORE - OAB:3.008-A/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: MARCIO FREDERICO ARRUDA MONTENEGRO - OAB:15329

Certifico que encaminho intimação das partes, para no prazo legal, manifestar-se acerca das folhas 771-774.

Intimação das Partes

JUIZ(A): Yale Sabo Mendes

Cod. Proc.: 766790 Nr: 19562-69.2012.811.0041

AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: ESPOLIO DE FILOGONIO JOSE BATISTA, FRANCELINA MENDES BATISTA, VLADIMIRO AMARAL DE SOUSA, VALDIR MENDES NOGUEIRA

PARTE(S) REQUERIDA(S): BANCO BRADESCO S.A

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ANTONIO CAMARGO JUNIOR - OAB:13992-A/MT, LEONARDO FRANCA ARAUJO - OAB:12621

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ALENCAR FELIX DA SILVA - OAB:7507/MT, ANA PAULA SIGARINI GARCIA - OAB:10133/MT, JOSE EDGARD DA CUNHA BUENO FILHO - OAB:13604-A

Processo Código nº - 766790

VISTOS,

HOMOLOGO o acordo celebrado entre as partes juntado às fls. 266/269 para que produzam seus jurídicos e legais efeitos.

Consequentemente, DECLARO EXTINTO o presente feito COM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos do artigo 924, inciso II e III do CPC.

Custas Remanescentes ao encargo da parte Executada, nos termos do art. 90 do CPC.

Renunciado ao prazo recursal, arquivem-se os autos, observando as providências de praxe.

Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

Cuiabá-MT, 12 de dezembro de 2019.

YALE SABO MENDES

Juiz de Direito

Intimação das Partes

JUIZ(A): Yale Sabo Mendes

Cod. Proc.: 879202 Nr: 16312-57.2014.811.0041

AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: CREIDE MARIA DA SILVA

PARTE(S) REQUERIDA(S): UNIMED CUIABÁ - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO, FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES EM TURISMO E HOSPITALIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ANA PAULA BARBATO DA SILVA - OAB:9633, CREIDE MARIA DA SILVA - OAB:15915/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ERICA DE ASSIS VELOZO BRAGA - OAB:16078/MT, FERNANDO AUGUSTO VIEIRA DE FIGUEIREDO - OAB:7627-A, JULYEFFERSON CHRISTIANO DA COSTA SANTOS - OAB:17844 - OAB/MT

Processo nº 879202

VISTOS,

Da análise dos autos verifico que a parte Executada ao ser intimada pela decisão de fl.525 para pagamento da condenação e cumprir a obrigação de fazer deliberada no acordão de fls. 412 sob pena de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais) até o limite de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), cingiu-se a juntar o documento de fl.528 e depositar o montante correspondente aos honorários de sucumbência (fl.532), sem, contudo, impugnar os cálculos apresentados pela parte Exequente as fls. 510/514 com relação ao valor correto das mensalidades do plano de saúde.

A par disso, não obstante o disposto no art. 525, §11º do CPC, inviável a reabertura de discussão de matérias de defesa específicas da impugnação previstas nos incisos I ao VII do §1º do referido artigo em decorrência da preclusão consumativa operada, razão pela qual, REJEITO LIMINARMENTE a impugnação aos cálculos apresentada pela parte EXECUTADA as fls. 547/552.

Verifico ainda que restou comprovado o descumprimento da ordem judicial emanada na decisão de fls. 525, porquanto a parte Executada continua lançando em seus sistemas os valores das mensalidades em descompasso ao comando judicial, como se infere do extrato de fl.567.

Desta feita, reputo exigível a multa cominatória arbitrada na decisão de fls. 525 no importe de R$ 5.000,00 (cinco mil reais).

INTIME-SE a parte Executada para no prazo de 15 (quinze) dias efetuar o depósito do valor a ser restituído em favor da parte Exequente conforme o cálculo de fl.560/564, bem ainda o valor da multa cominatória, sob pena de execução forçada.

Determino ainda que a parte Executada no mesmo prazo justifique o motivo da negativa de autorização na utilização do plano de saúde pela parte Exequente (fl.566) e a manutenção dos valores incorretos das mensalidades em seus sistemas (fl.567), devendo também a manter a regularidade na prestação dos serviços, sob pena de majoração da multa arbitrada na decisão de fl.525.

Intimem-se. Cumpra-se.

Cuiabá, 12 de dezembro de 2019.

YALE SABO MENDES

Juiz de Direito

Intimação das Partes

JUIZ(A): Yale Sabo Mendes

Cod. Proc.: 1040266 Nr: 41756-58.2015.811.0041

AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: ANTONIO PEREIRA DOS SANTOS

PARTE(S) REQUERIDA(S): RUY GOMES DE MOURA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MICHAEL RODRIGO DA SILVA GRAÇA - OAB:OAB/MT 18.970

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: FRANCISCO ARAUJO FREIRE FILHO - OAB:3477/MT

Processo Código nº - 1040266

VISTOS,

A parte Requerente à fl. 221, requereu o levantamento do valor depositado pela parte Requerida às fls. 217/219, mediante alvará judicial.

Contudo, a parte Requerente deixou de manifestar acerca da extinção do presente feito.

Desta feita, presumindo-se satisfeito o crédito nos termos do artigo 924, II e 925, do CPC, DECLARO EXTINTO o presente feito, COM JULGAMENTO DE MÉRITO.

Expeça-se ALVARÁ do valor depositado à fl. 218 em favor da parte Requerente, a ser creditado conforme a conta indicada à fl. 221.

Inexistindo ulteriores deliberações, arquive-se, observando as formalidades legais.

Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

Cuiabá-MT, 12 de dezembro de 2019.

YALE SABO MENDES

Juiz de Direito

Intimação das Partes

JUIZ(A): Yale Sabo Mendes

Cod. Proc.: 1047365 Nr: 45077-04.2015.811.0041

AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: FABIANA SEVERINO DA SILVA

PARTE(S) REQUERIDA(S): RICARDO LUMINA CINTRA JUNIOR - ME, DITADO PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA, CASA DE FESTA PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: FABIANA SEVERINO DA SILVA - OAB:12747/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DANIEL PAULO MAIA TEIXEIRA - OAB:4705/MT, FÁBIO SILVA TEODORO BORGES - OAB:12.742/MT, JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA GUIMARÃES JUNIOR - OAB:5959/MT, RODRIGO AUGUSTO FAGUNDES TEIXEIRA - OAB:11.363/MT, RODRIGO POUSO MIRANDA - OAB:12333

Código do Processo nº 1047365

Vistos,

A parte autora vem aos autos requerer a intimação da primeira requerida para cumprimento da sentença.

Estando a sentença transitada em julgado *fls. 278), e não havendo comprovação nos autos do pagamento da condenação, defiro o pedido de execução requerido às folhas 275/277.

Intime-se a(s) partes(s) requerida(s), para no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento do valor da condenação, na forma estabelecida no artigo 513, do CPC.

Consigne-se que não havendo pagamento no prazo acima estipulado no artigo, incidirá a multa de 10% e, ainda, os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor do débito executado - § 1º do artigo 523, do CPC.

Ocorrendo o pagamento, diga a parte exequente em cinco dias, quanto ao valor depositado, sob pena de preclusão.

Não havendo pagamento, intime-se a parte exequente para em cinco dias, apresentar nos autos o cálculo atualizado do débito exequendo, incluído da multa e os honorários fixados nesta fase de execução, bem como, para no mesmo prazo indicar bens à penhora, para posterior prosseguimento.

Intimem-se as partes.

Cumpra-se.

Cuiabá-MT, 12 de Dezembro de 2019.

Yale Sabo Mendes

Juiz de Direito

Intimação das Partes

JUIZ(A): Yale Sabo Mendes

Cod. Proc.: 899139 Nr: 29162-46.2014.811.0041

AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: JOÃO ALBERTO CANDIDO, SANDRA MARA MARTINS

PARTE(S) REQUERIDA(S): GRAMARCA DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA, LIBERTY AUTO PERFIL - LIBERTI SEGUROS, GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA, CAR GLASS

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CESAR LIMA DO NASCIMENTO - OAB:4651/MT, JANE RODRIGUES BARROS - OAB:13.028

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ADRIANA PATAH - OAB:90796/SP, Angélica Lúcia Carlini - OAB:72.728 OAB/SP, Edgard Pereira Veneranda - OAB:30.629-MG, REINALDO AMÉRICO ORTIGARA - OAB:9552/MT, USSIEL TAVARES DA SILVA FILHO - OAB:3150-A/MT

Código do Processo nº 899139

Vistos,

Trata-se de processo em fase de cumprimento de sentença, onde a parte Autora vem aos autos requerer a intimação das partse requeridas para cumprimento da sentença.

No caso, a sentença proferida nos autos foi mantida na corte superior, e já transitou em julgado (fls. 233).

Posto isso, e não havendo comprovação nos autos do pagamento da condenação, defiro o pedido de execução formulado às folhas 234/236.

Proceda-se no sistema Apolo a conversão desta ação fazendo constar a fase de Cumprimento de Sentença.

A seguir, intime-se a(s) parte(s) requerida(s), para no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento do valor da condenação, na forma estabelecida no artigo 513, do CPC. Bem como, para comprovar no prazo estabelecido em sentença a entrega das peças nela discriminadas.

Consigne-se que não havendo pagamento no prazo acima estipulado no artigo, incidirá a multa de 10% e, ainda, os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor do débito executado - § 1º do artigo 523, do CPC.

Ocorrendo o pagamento, diga a parte exequente em cinco dias, quanto ao valor depositado, sob pena de preclusão.

Não havendo pagamento, intime-se a parte exequente para em cinco dias, apresentar nos autos o cálculo atualizado do débito exequendo, incluído da multa e os honorários fixados nesta fase de execução, bem como, para no mesmo prazo indicar bens à penhora, para posterior prosseguimento.

Intimem-se as partes.

Cumpra-se.

Cuiabá-MT, 12 de Dezembro de 2019.

Yale Sabo Mendes

Juiz de Direito

Intimação das Partes

JUIZ(A): Yale Sabo Mendes

Cod. Proc.: 859906 Nr: 1695-92.2014.811.0041

AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: CARLOS EDUARDO DORILEO CARVALHO

PARTE(S) REQUERIDA(S): LUIZ HENRIQUE ROMERO

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: EDUARDO GOMES DA SILVA FILHO - OAB:12.036/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: WAGNER LUIZ RIBEIRO ROCHA - OAB:15.880/MT

Código do Processo nº 859906

Vistos,

Trata-se de processo em fase de cumprimento de sentença, onde a parte Autora vem aos autos requerer a intimação das partes requeridas para cumprimento da sentença.

No caso, a sentença proferida nos autos foi mantida na corte superior, e já transitou em julgado (fls. 280).

Posto isso, e não havendo comprovação nos autos do pagamento da condenação, defiro o pedido de execução formulado às folhas 282/289.

Proceda-se no sistema Apolo a conversão desta ação fazendo constar a fase de Cumprimento de Sentença.

A seguir, intime-se a(s) parte(s) requerida(s), para no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento do valor da condenação, na forma estabelecida no artigo 513, do CPC. Bem como, para comprovar no prazo estabelecido em sentença a entrega das peças discriminadas.

Consigne-se que não havendo pagamento no prazo acima estipulado no artigo, incidirá a multa de 10% e, ainda, os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor do débito executado - § 1º do artigo 523, do CPC.

Ocorrendo o pagamento, diga a parte exequente em cinco dias, quanto ao valor depositado, sob pena de preclusão.

Não havendo pagamento, intime-se a parte exequente para em cinco dias, apresentar nos autos o cálculo atualizado do débito exequendo, incluído da multa e os honorários fixados nesta fase de execução, bem como, para no mesmo prazo indicar bens à penhora, para posterior prosseguimento.

Intimem-se as partes.

Cumpra-se.

Cuiabá-MT, 12 de Dezembro de 2019.

Yale Sabo Mendes

Juiz de Direito

Intimação das Partes

JUIZ(A): Yale Sabo Mendes

Cod. Proc.: 1109933 Nr: 14619-67.2016.811.0041

AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: SUZANEIDE VIEIRA BATISTA

PARTE(S) REQUERIDA(S): CENTRAIS ELETRICAS MATOGROSSENSSE S/A - GRUPO CEMAT

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: BRENNO DE PAULA MILHOMEM - OAB:17720/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: EVANDRO CESAR ALEXANDRE DOS SANTOS - OAB:13.431-A/MT

ANTE O EXPOSTO, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos iniciais formulados por SUZANEIDE VIEIRA BATISTA em face de CENTRAIS ELETRICAS MATOGROSSENSSE S/A - GRUPO ENERGISA para DECLARAR inexigível a recuperação de consumo no valor de R$ 4.106,34 (quatro mil cento e seis reais e trinta e quatro centavos) da Unidade Consumidora nº 211306-6.Em razão da sucumbência recíproca, CONDENO ambas ao pagamento das custas, na proporção de 50% a cada uma, e honorários advocatícios da parte adversa ora fixados em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação, nos termos do artigo 85, §2º do CPC, vedada a compensação, ficando suspensa a exigibilidade da parte Autora por ser beneficiária da justiça gratuita (fl. 48/49), nos termos do artigo 98, §3º do CPC. Transitado em julgado e decorridos 15 (quinze) dias sem a manifestação da parte vencedora expressando o desejo de executar a sentença, arquive-se. (Art. 1.284 da CNGC/TJMT)Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.Cuiabá/MT, 12 de dezembro de 2019.YALE SABO MENDES Juiz de Direito

Edital de Intimacao
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 865993 Nr: 6363-09.2014.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: JOÃO ILÁRIO CABRAL
PARTE(S) REQUERIDA(S): SHUWAISER YORK ARIYOSHI, PAULO YOSHIHIKO YAMAMOTO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO CÍVEL - OAB:NUCLEO CÍVEL 1
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: FRANCISCO ANIS FAIAD - OAB:3.520/MT
EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO 20 DIAS
Pessoa(s) a ser(em) intimada(s): JOÃO ILÁRIO CABRAL, Cpf: 00372642730, Rg: 0668360-6, Filiação: Ana Rocha Cabral e Ilario Cabral, data de nascimento: 12/05/1951, brasileiro(a), natural de Mantena-MG, casado(a), aposentado, Telefone 65992091818. atualmente em local incerto e não sabido
Finalidade: INTIMAÇÃO POR EDITAL para que no prazo de 05 (cinco) dias promova o regular andamento do feito (SUMULA 216 STF), consignando a advertência que o silêncio implicará no abandono da causa e o processo será extinto. Decorrido o prazo sem manifestação, voltem os autos conclusos para extinção. Intimem-se. CUMPRA-SE.Cuiabá-MT, 09 de dezembro de 2.019.YALE SABO MENDES Juiz de Direito
Resumo da Inicial: AÇÃO ANULATÓRIA DE ATO JURÍDICO C/C COM DANOS MORAIS E LIMINAR DE DESBLOQUEIO JUDICIAL
Despacho/Decisão: Processo Código n.865993VISTOS,Tendo em vista o pedido da parte Requerida às fls. 152/153 de extinção do processo por abandono do feito pela parte Autora e as inúmeras tentativas frustradas de intimação pessoal, determino a sua INTIMAÇÃO POR EDITAL para que no prazo de 05 (cinco) dias promova o regular andamento do feito (SUMULA 216 STF), consignando a advertência que o silêncio implicará no abandono da causa e o processo será extinto. Decorrido o prazo sem manifestação, voltem os autos conclusos para extinção. Intimem-se. CUMPRA-SE.Cuiabá-MT, 09 de dezembro de 2.019.YALE SABO MENDES Juiz de Direito
E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, LUCIANA DIAS DE LIMA, digitei.
Cuiabá, 12 de dezembro de 2019
Jorge José Noga Junior Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado art. 1.205/CNGC

Intimação das Partes
JUIZ(A): Yale Sabo Mendes
Cod. Proc.: 1135686 Nr: 25391-89.2016.811.0041
AÇÃO: Monitória->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: CACIQUE AGROPECUARIA AGROFLORESTAL LTDA - ME, ELIAS FERREIRA DE ALMEIDA
PARTE(S) REQUERIDA(S): MAURICIO CERATO E CIA LTDA-ME, NAYARA CONCEIÇÃO DAI, MAURÍCIO CERATO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ANDRE STUMPEF JACOB GONÇALVES - OAB:5.362/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JAIRO SOUZA DA SILVA - OAB:16085
ANTE O EXPOSTO, nos termos dos artigos 487, I c/c artigo 701, §2º do CPC, REJEITO os EMBARGOS MONITÓRIOS e por consequência JULGO PROCEDENTE a AÇÃO MONITÓRIA para o fim de declarar constituído de pleno direito, em titulo executivo, o crédito do Autor representado pelas Notas Fiscais de fls. 19/35 no valor total de R$ 60.858,56 (sessenta mil oitocentos e cinquenta e oito reais e cinquenta e seis centavos) acrescido de juros legais de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária (INPC) a partir do vencimento de cada título (artigo 52, II da Lei 7.357/85).CONVERTO O MANDADO INICIAL EM MANDADO EXECUTIVO, prosseguindo-se o presente feito em conformidade com o art. 523,§1º e seguintes do CPC. CONDENO a parte Requerida ao pagamento das custas e honorários advocatícios que fixo em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação, atento aos vetores previstos no artigo 85 do CPC.Transitado em julgado, INTIME-SE a parte Exequente para requerer o que entender de direito, apresentando o demonstrativo atualizado do débito, conforme determinado nesta sentença, e, após, INTIME-SE o devedor (art. 513, §2º IV do CPC) para pagamento do débito, sob pena de multa e honorários advocatícios relativo à fase de cumprimento de sentença previsto no artigo 523 do CPC. Proceda a retificação no registro e autuação deste feito, para fazer constar o nome da AÇÃO COMO EXECUÇÃO/CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, efetive-se as demais alterações na distribuição e no Sistema Apolo, de modo, que passe a figurar o Requerente como Exequente e a parte Requerida como Executada.Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.Cuiabá/MT, 12 de dezembro de 2019.YALE SABO MENDES Juiz de Direito

Intimação das Partes
JUIZ(A): Yale Sabo Mendes
Cod. Proc.: 1106108 Nr: 13008-79.2016.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: FIRMINO GOMES BARCELOS
PARTE(S) REQUERIDA(S): BANCO DO BRASIL S.A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: FABIUS DELBONI DE ANDRADE - OAB:12.573/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: AMANDA CARINA UEHARA PAULA DE LARA - OAB:21.387/B, CINARA CAMPOS CARNEIRO - OAB:8.521/MT, EWERTON ZEYDIR GONZALEZ - OAB:112680
Processo Código nº - 1106108
VISTOS,
A parte Exequente à fl. 583, requereu o levantamento do valor depositado pela parte Executada às fls. 579/581, mediante alvará judicial.
Desta feita, presumindo-se satisfeito o crédito nos termos do artigo 924, II e 925, do CPC, DECLARO EXTINTO o presente feito, COM JULGAMENTO DE MÉRITO.
Expeçam-se ALVARÁS do valor depositado à fl. 581v em favor da parte Exequente e seu causídico, a ser creditado conforme as contas indicadas à fl. 583.
Custas remanescentes ao encargo da parte Executada, nos termos do art. 90 do CPC.
Inexistindo ulteriores deliberações, arquive-se, observando as formalidades legais.
Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.
Cuiabá-MT, 12 de dezembro de 2019.
YALE SABO MENDES
Juiz de Direito

Intimação das Partes
JUIZ(A): Yale Sabo Mendes
Cod. Proc.: 1085510 Nr: 4056-14.2016.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: BELLO ALIMENTOS LTDA
PARTE(S) REQUERIDA(S): W. D. R. MIRANDA EIRELI ME
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CARLOS HENRIQUE NEVES - OAB:10036/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO - OAB:
Código do Processo nº 1085510
Vistos,
A parte Autora em manifestação vem requerer a intimação da parte requerida para cumprimento da sentença.
A sentença proferida nestes autos já transitou em julgado (fls. 87), assim, não havendo comprovação nos autos do pagamento da condenação, defiro o pedido de execução formulado às folhas 75/82.
Proceda-se no sistema Apolo a conversão desta ação fazendo constar a fase de Cumprimento de Sentença.
A seguir, intime-se a parte requerida, para no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento do valor da condenação, na forma estabelecida no artigo 513, do CPC.
Consigne-se que não havendo pagamento no prazo acima estipulado no artigo, incidirá a multa de 10% e, ainda, os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor do débito executado - § 1º do artigo 523, do CPC.

Ocorrendo o pagamento, diga a parte exequente em cinco dias, quanto ao valor depositado, sob pena de preclusão.
Não havendo pagamento, intime-se a parte exequente para em cinco dias, apresentar nos autos o cálculo atualizado do débito exequendo, incluído da multa e os honorários fixados nesta fase de execução, bem como, para no mesmo prazo indicar bens à penhora, para posterior prosseguimento.
Intimem-se as partes.
Cumpra-se.
Cuiabá-MT, 12 de Dezembro de 2019.
Yale Sabo Mendes
Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Yale Sabo Mendes
Cod. Proc.: 720751 Nr: 16209-55.2011.811.0041
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução Trabalhista->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: EMERSON FERNANDEZ ALVES PEREIRA ME
PARTE(S) REQUERIDA(S): L. F. MORENO ME
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DIEGO OSMAR PIZZATTO - OAB:11.094/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO - OAB:
Código do Processo nº 720751
Vistos,
Trata-se de Execução de Titulo Extrajudicial, onde a parte executada dando cumprimento a decisão que julgou os Embargos do Devedor, vem aos autos cumprindo a determinação de folhas 81, apresentar a planilha do cálculo atualizado da dívida, requerendo a intimação da parte executada para pagar a dívida.
Posto isso, e verificando tratar-se de devedor revel, com curador especial nomeado nos autos, defiro em parte o pedido formulado as folhas 86/88, para determinar que se intime a parte executada, por edital, para no prazo de 05 (cinco) dias, comprovar nos autos o pagamento da dívida, atualizada, sob pena de execução forçada.
Ocorrendo o pagamento, diga a parte exequente em cinco dias, quanto ao valor depositado, sob pena de preclusão.
Não havendo pagamento, intime-se a parte exequente para dez dias, promover o regular andamento desta execução, atualizando o cálculo da dívida e indicando bens à penhora, para posterior prosseguimento, sob pena de suspensão – art. 921 do CPC.
Intime-se a parte exequente.
Cumpra-se.
Cuiabá-MT, 12 de Dezembro de 2019.
Yale Sabo Mendes
Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 723524 Nr: 19118-70.2011.811.0041
AÇÃO: Usucapião->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ANTONIO VITORIO BRESSAN
PARTE(S) REQUERIDA(S): JARDIM MARIANA EMPREENDIMENTOS LTDA.
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ANDERSON RODRIGUES CARVALHO - OAB:17.514/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Certifico que, encaminho intimação da parte requerente para dar andamento ao feito, no prazo de 05 dias, sob pena de extinção.

Intimação das Partes
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 710447 Nr: 3403-85.2011.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: TEREZINHA AGASSI MORAIS
PARTE(S) REQUERIDA(S): EXPRESSO NS TRANSPORTES URBANOS LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ANA ELISA NETZ DO AMARAL - OAB:10566/MT, PAULA FERREIRA QUEIROZ - OAB:9337-B, WILSON MOLINA PORTO - OAB:12.790-A/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JACKSON MARIO DE SOUZA - OAB:4635/MT, NELSON JOSÉ GASPARELO - OAB:2.693-B/MT
Certifico que encaminho intimação das partes para, manifestarem-se acerca do cálculo elaborado pela contadoria de fls.281/284, no prazo legal de 05 (cinco)dias.

Intimação das Partes
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 336134 Nr: 6824-88.2008.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: IZIDORIO FERREIRA DA SILVA, NEUZA LIMA E SILVA
PARTE(S) REQUERIDA(S): TOKIO MARINE SEGURADORA S/A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MICHELLE FASCINI XAVIER - OAB:11413/MT, WILSON MOLINA PORTO - OAB:12.790-A/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: LEONARDO JOSÉ DE AQUINO - OAB:9.255, MARCOS VINICIUS LUCCA BOLIGON - OAB:12099-B, RENATO CHAGAS CORRÊA DA SILVA - OAB:8.184-A/MT
Certifico que, encaminho intimação das partes para, no prazo legal, manifestarem-se acerca do retorno dos autos à 1° instância.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Yale Sabo Mendes
Cod. Proc.: 1016634 Nr: 30395-44.2015.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: LUIZ CARLOS DA SILVA
PARTE(S) REQUERIDA(S): SDB COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ALEX RODRIGUES TEIXEIRA - OAB:18753, SAULO VICTOR ARRAIS MALHEIROS NEVES - OAB:15367
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: MANOEL AUGUSTO DE FIGUEIREDO COELHO - OAB:4937
Código do Processo nº 1016634
Vistos,
A parte Autora em manifestação vem requerer a intimação da parte requerida para cumprimento da sentença.
A sentença proferida nestes autos foi reformada na corte superior, conforme acórdão de folhas 118/124.
Transitada em julgado a sentença (fls. 125), e não havendo nos autos comprovação do pagamento do pagamento da condenação, defiro o pedido de execução formulado às folhas 127/128.
Proceda-se no sistema Apolo a conversão desta ação fazendo constar a fase de Cumprimento de Sentença.
A seguir, intime-se a parte requerida, para no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento do valor da condenação, na forma estabelecida no artigo 513, do CPC.
Consigne-se que não havendo pagamento no prazo acima estipulado no artigo, incidirá a multa de 10% e, ainda, os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor do débito executado - § 1º do artigo 523, do CPC.
Ocorrendo o pagamento, diga a parte exequente em cinco dias, quanto ao valor depositado, sob pena de preclusão.
Não havendo pagamento, intime-se a parte exequente para em cinco dias, apresentar nos autos o cálculo atualizado do débito exequendo, incluído da multa e os honorários fixados nesta fase de execução, bem como, para no mesmo prazo indicar bens à penhora, para posterior prosseguimento.
Intimem-se as partes.
Cumpra-se.
Cuiabá-MT, 12 de Dezembro de 2019.
Yale Sabo Mendes
Juiz de Direito

Intimação das Partes
JUIZ(A): Yale Sabo Mendes
Cod. Proc.: 931980 Nr: 50386-40.2014.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: JEFFERSON DREAN DE SÁ
PARTE(S) REQUERIDA(S): BRADESCO PREVIDÊNCIA E SEGUROS S/A,

MAPFRE VIDA S.A

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: GUILHERME BRITO - OAB:9.982-MS, HENRIQUE LIMA - OAB:9979-MS, PAULO DE TARSO PEGOLO - OAB:10.789/MS

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS - OAB:16.691-A/MT, RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA - OAB:8184-A

Processo Código nº – 931980

VISTOS,

A parte Requerente à fl. 427 manifestou concordância aos valores depositados pelas partes Requeridas às fls. 412/415 e fls. 421/426 para pagamento do valor da condenação.

Desta feita, nos termos do artigo 924, II e 925, do CPC, DECLARO EXTINTO o presente feito, COM JULGAMENTO DE MÉRITO.

Expeça-se ALVARÁ dos valores depositados às fls. 415, 424 e 426 em favor da parte Requerente, a serem creditados na conta indicada à fl. 427.

Custas remanescentes ao encargo da parte Requerida, nos termos do art. 90 do CPC.

Inexistindo ulteriores deliberações, arquive-se, observando as formalidades legais.

Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

Cuiabá-MT, 12 de dezembro de 2019.

YALE SABO MENDES

Juiz de Direito

Intimação das Partes

JUIZ(A): Yale Sabo Mendes

Cod. Proc.: 934360 Nr: 51622-27.2014.811.0041

AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: EDUARDO CARDOSO

PARTE(S) REQUERIDA(S): PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: RODRIGO BRANDÃO CORREA - OAB: 16.113-O/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: RENATO CHAGAS CORRÊA DA SILVA - OAB:8.184-A/MT

Processo Código nº – 934360

VISTOS,

A parte Requerente às fls. 205/206 manifestou concordância ao valor depositado pela parte Requerida às fls. 198/203 para pagamento do valor da condenação.

Desta feita, nos termos do artigo 924, II e 925, do CPC, DECLARO EXTINTO o presente feito, COM JULGAMENTO DE MÉRITO.

Expeça-se ALVARÁ do valor depositado à fl. 203 em favor da parte Requerente, a ser creditado na conta indicada à fl. 205.

Custas remanescentes ao encargo da parte Requerida, nos termos do art. 90 do CPC.

Inexistindo ulteriores deliberações, arquive-se, observando as formalidades legais.

Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

Cuiabá-MT, 12 de dezembro de 2019.

YALE SABO MENDES

Juiz de Direito

Intimação das Partes

JUIZ(A): Yale Sabo Mendes

Cod. Proc.: 225381 Nr: 32730-85.2005.811.0041

AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: AUTO MECÂNICA ABDALLA LTDA.

PARTE(S) REQUERIDA(S): MAURO ANGÊLO

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JOEVERTON SILVA DE JESUS - OAB:9946

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: MARIA ANTONIETA SILVEIRA CASTOR - OAB:6.366/MT, PAULO CESAR ZAMAR TAQUES - OAB:4659/MT

Código do Processo nº 225381

Vistos,

A parte embargante/executada foi condenada em honorários sucumbenciais, vindo os patronos da parte embargada/exequente requerer nos autos a intimação da parte embargante para pagamento daquela condenação.

A sentença que julgou os embargos foi mantida na corte superior e já transitou em julgado (fls. 334).

Posto isso, e não havendo comprovação nos autos do pagamento dos honorários sucumbenciais, defiro o pedido de execução formulado as folhas 336/343.

Procedam-se as retificações necessárias, estabelecidas na CNCG/MT.

A seguir, intime-se a parte embargante/executada, para no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento dos honorários sucumbenciais, na forma estabelecida no artigo 513, parágrafo 2°, e seguintes do CPC.

Consigne-se que não havendo pagamento no prazo acima estipulado no artigo, incidirá a multa de 10% e, ainda, os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor do débito exequendo - § 1º do artigo 523, do CPC.

Ocorrendo o pagamento, diga a parte exequente em cinco dias, quanto ao valor depositado, sob pena de preclusão.

Não havendo pagamento, intime-se a parte exequente para em cinco dias, apresentar nos autos o cálculo atualizado do débito exequendo, incluído da multa e os honorários fixados nesta fase de execução, bem como, para no mesmo prazo indicar bens à penhora, para posterior prosseguimento.

Intimem-se as partes.

Cumpra-se.

Cuiabá-MT, 12 de Dezembro de 2019

Yale Sabo Mendes

Juiz de Direito

Intimação das Partes

JUIZ(A): Yale Sabo Mendes

Cod. Proc.: 1038336 Nr: 40736-32.2015.811.0041

AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: CITAVEL DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA

PARTE(S) REQUERIDA(S): ALIUCHA LINA FERRAZ DE SOUZA., THIAGO HENRIQUE REIS BORGES DE LIMA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: SOFIA ALEXANDRA DE MOURA COELHO DE VILLAS BOAS DE MASCARENHAS - OAB:7.102-B/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: CAMILA RAMOS COELHO - OAB:16.745 OAB/MT

Código do Processo nº 1038336

Vistos,

A parte autora vem informar que a parte requerida deixou de cumprir o acordo homologado nos autos, ao final requer a intimação da parte requerida para cumprimento da sentença.

Não havendo comprovação nos autos do pagamento do acordo na forma entabulada e repactuada entre as partes, defiro o pedido de execução requerido as folhas 70/76.

Proceda-se no sistema Apolo a conversão desta ação fazendo constar a fase de Cumprimento de Sentença.

A seguir, intime-se a(s) parte(s) Requerida(s), para no prazo de 15 (quinze) dias, comprovar nos autos o pagamento do valor exequendo, na forma estabelecida no artigo 513, do CPC.

Consigne-se que não havendo pagamento no prazo acima estipulado no artigo, incidirá a multa de 10% e, ainda, os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor do débito exequendo - § 1º do artigo 523, do CPC.

Ocorrendo o pagamento, diga a parte exequente em cinco dias, quanto ao valor depositado, sob pena de preclusão.

Não havendo pagamento, intime-se a parte exequente para em cinco dias, apresentar nos autos o cálculo atualizado do débito exequendo, incluído da multa e os honorários fixados nesta fase de execução, bem como, para no mesmo prazo indicar bens à penhora, para posterior prosseguimento.

Intimem-se as partes.

Cumpra-se.

Cuiabá-MT, 12 de Dezembro de 2019.

Yale Sabo Mendes

Juiz de Direito

Intimação para Advogado(a) -> (Diversos)

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 94680 Nr: 11459-25.2002.811.0041

AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO

TRABALHO
PARTE AUTORA: CONSTRUTORA E INCORPORADORA TOCANTINS LTDA
PARTE(S) REQUERIDA(S): MÁRCIO GONÇALVES DE QUEIRÓZ
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: AUGUSTO MÁRCIO VIEIRA NETO - OAB:15948, VITOR ARTHUR GALDINO - OAB:13955
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JULIANA MACHADO RIBEIRO - OAB:15581/MT, MARCELA ASSIS PAIVA SERRA BRAGAGLIA - OAB:13256, MARCO AURÉLIO MESTRE MEDEIROS - OAB:15401/MT, PRISCILA GARCIA MOREIRA - OAB:20.198/MT
Intimação do advogado MATHEUS RIZZO GALVÃO NASCIMENTO, para, proceder a devolução imediata dos autos, tendo em vista a carga rápida efetuada e a sua não devolução até a presente data, sob pena de busca e apreensão.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Yale Sabo Mendes
Cod. Proc.: 357189 Nr: 26810-28.2008.811.0041
AÇÃO: Execução de Título Judicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: LUIZ CARLOS ALVARENGA
PARTE(S) REQUERIDA(S): GRUPO GAZETA DE COMUNICAÇÕES
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: FAROUK NAUFAL - OAB:2371/MT, FLAVIO JOSÉ FERREIRA - OAB:3.574/MT, LUIZ CARLOS DE ALVARENGA - OAB:11717
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: CLÁUDIO STÁBILE RIBEIRO - OAB:3.213/MT, PEDRO MARCELO DE SIMONE - OAB:3937/MT
Processo nº 357189
VISTOS,
Considerando que o pagamento do valor da condenação esta sendo depositado de forma parcelada, correspondente a 10% (dez por cento) do faturamento mensal da empresa Executada (fl.162/163), e o valor disponível na conta de depósitos judiciais até o momento (R$ 162.395,10 e R$ 4.609,72) não é suficiente para liquidação do total da execução, determino a intimação dos credores FLAVIO JOSÉ FERREIRA, FAROUK NAUFAL e LUIZ CARLOS ALVARENGA, para indicarem qual a melhor forma que reputam adequada para liberação do montante para cada um.
Saliento que em não havendo ajuste entre os Exequentes, o montante já depositado e os subsequentes deverão ser liberados de forma proporcional, equivalente a 1/3 (um terço) do total de cada depósito para cada um dos Exequentes até atingir a integralidade do crédito.
Determino ainda, a INTIMAÇÃO dos Exequentes para manifestarem no prazo de 15 (quinze) dias quanto a impugnação ao cálculo da contadoria ofertado pelo Executado as fls. 404/411, sob pena de concordância tácita.
Intimem-se. Cumpra-se.
Cuiabá, 12 de dezembro de 2019.
YALE SABO MENDES
Juiz de Direito

Intimação das Partes
JUIZ(A): Yale Sabo Mendes
Cod. Proc.: 361326 Nr: 31400-48.2008.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: DOMINGOS ARAÚJO MATOS
PARTE(S) REQUERIDA(S): ITAU SEGUROS S/A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: GLAZIANE TEIXEIRA DA SILVA - OAB:8.575/MT, WILSON MOLINA PORTO - OAB:12.790-A/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JACKSON FREIRE JARDIM SANTOS - OAB:OAB/MT 22992-A, LUIZ HENRIQUE VIEIRA - OAB:OAB/MT 26.417-A
Processo Código nº – 361326
VISTOS,
A parte Requerente à fl. 349 manifestou concordância ao valor depositado pela parte Requerida às fls. 345/347 para pagamento do valor da condenação.
Desta feita, nos termos do artigo 924, II e 925, do CPC, DECLARO EXTINTO o presente feito, COM JULGAMENTO DE MÉRITO.
Expeça-se ALVARÁ do valor depositado à fl. 347 em favor da parte Requerente, a ser creditado na conta indicada à fl. 349.
Custas remanescentes ao encargo da parte Requerida, nos termos do art. 90 do CPC.
Inexistindo ulteriores deliberações, arquive-se, observando as formalidades legais.
Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.
Cuiabá-MT, 12 de dezembro de 2019.
YALE SABO MENDES
Juiz de Direito

Intimação das Partes
JUIZ(A): Yale Sabo Mendes
Cod. Proc.: 118061 Nr: 6850-62.2003.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ROSIMEIRE PEREIRA ESTEVES
PARTE(S) REQUERIDA(S): IMOBILIÁRIA PETRÓPOLIS LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JOÃO REUS BIASI - OAB:3478/MT, Vilma Ribeiro da Silva Azevedo - OAB:7013
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: IVO FERREIRA DA SILVA - OAB:14.264/MT, LEANDRO ALVES DE OLIVEIRA JUNIOR - OAB:6.949/MT, RENATA GARCIA BRUNO - OAB:8.695-B/MT
Código – 118061
VISTOS,
HOMOLOGO por sentença o acordo celebrado entre as partes juntado às fls. 448/460 para que produza seus jurídicos e legais efeitos.
Consequentemente DECLARO EXTINTO o presente feito COM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos do artigo 924, inciso III do CPC.
Custas remanescentes se houver, ficarão ao encargo da parte Executada.
Preclusa a via recursal, arquive-se os autos, com as providências de praxe.
Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.
Cuiabá-MT, 12 de Dezembro de 2019.
YALE SABO MENDES
Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 365091 Nr: 3269-29.2009.811.0041
AÇÃO: Execução de Título Judicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: HOSPITAL DE MEDICINA ESPECIALIZADA LTDA
PARTE(S) REQUERIDA(S): LUIZA LEITE ALENCAR, LUIZ ANTONIO BORGES DE SOUZA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ALEX SANDRO RODRIGUES CARDOSO - OAB:11.393/MT, HUNNO FRANCO MELLO - OAB:7903, JUSSIANNEY VIEIRA VASCONCELOS - OAB:11.287/MT, TALLES DRUMMOND SAMPAIO SANTOS - OAB:25116/O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ILVANIO MARTINS - OAB:12301-A, JOSIMAR VITOR PEREIRA - OAB:19848-O, JOSIMAR VITOR PEREIRA - OAB:OAB/MT-19848-O
Certifico que, encaminho intimação da parte requerente para, no prazo legal impugnar os Embargos Monitórios ofertada nos autos nas fls. 119/127.

Intimação das Partes
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 887494 Nr: 21595-61.2014.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: LEIDMAR DE OLIVEIRA RIBEIRO
PARTE(S) REQUERIDA(S): PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: RODRIGO BRANDÃO CORREA - OAB: 16.113-O/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JACKSON FREIRE JARDIM SANTOS - OAB:OAB/MG 123.907, LUIZ HENRIQUE VIEIRA - OAB:26.417 A
Certifico que, encaminho intimação das partes para no prazo legal, manifestarem acerca do laudo pericial de fls. 158/167 juntado nos autos.

Citação

Citação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1053388-25.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ELIERSON CARRIAS DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:

VICTOR HUGO VIDOTTI OAB - MT11439-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)

Certifico que, nesta data procedi à citação da requerida, via E-mail, nos termos do Ofício Circular Nº 034/2017-DF, Art. 246, V e 334 do CPC. Nos termos que seguem: PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ - DESEMBARGADOR JOSÉ VIDAL Sétima Vara Cível Processo: 1053388-25.2019.8.11.0041 Prezado(a) Senhor(a) representante legal: Nos termos dos artigos 246, V e 334 do CPC, O presente E-mail, referente aos autos em epígrafe, tem por finalidade a C i t a ç ã o de Vossa Senhoria, na qualidade de , por todo o conteúdo do despacho e da petição inicial, cuja(s) cópia(s) segue(m) anexa(s) como parte integrante deste e-mail, para responder, querendo, a ação. ADVERTÊNCIAS: O comparecimento, acompanhado de advogados, é obrigatório e a ausência injustificada caracteriza ato atentatório à dignidade da justiça a ser sancionado com multa (CPC, art. 334, § 8º). A parte, no entanto, poderá constituir representante por meio de procuração específica, como poderes para negociar e transigir (CPC, art. 334, § 10). Não havendo auto composição o prazo para contestação é de 15 (quinze) dias (CPC, art. 335, caput), iniciando a partir da audiência, não apresentando contestação, será considerada revel e presumindo-se verdadeiras as alegações formuladas pela parte autora (CPC, art. 344). Cuiabá, 13 de Dezembro de 2019 Endereço do Fórum: Rua Des. Milton Figueiredo Ferreira Mendes, Sn -. D., Bairro: Centro Político Administrativo, Cidade: Cuiabá-MT, CEP: 78.049-905, Telefone(s): (65) 3648-6001/ 6002, (65) 3648-6006

Decisão

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1059505-32.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CRISTOPHER DE ANDRADE GERALDES (AUTOR(A))
ERIKA IGARASHI GERALDES (AUTOR(A))
J. Y. I. G. (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
TARCISIO LUIZ BRUN OAB - MT16191/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
UNIMED CUIABA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO (RÉU)
Magistrado(s):
YALE SABO MENDES

Pje nº1059505-32.2019.8.11.0041 (k) VISTOS, Considerando a natureza jurídica do objeto da ação e a inexistência de sinalização de que o Autor promoveria o recolhimento das custas após o prazo estabelecido no artigo 2º, §2º do Provimento nº22/2016-CGJ, o feito foi imediatamente pré-analisado após o decurso do prazo institucional, ocasião em que ainda não constava a petição anexada ao Id.27354501. Razão disso, uma vez remetido os autos ao ambiente virtual do magistrado, não é possível acessar os autos em gabinete, de modo que, se não for comunicado o recolhimento tardio das custas processuais, a disponibilização do provimento jurisdicional pode se tornar ineficaz, como ocorreu no caso dos autos. Assim, RECEBO a emenda a inicial anexada ao Id.27354501, em que a parte Autora comprova o recolhimento das custas processais de distribuição da ação. Consequentemente, torno REVOGO o despacho do Id.27351088. Determino a retirada da visibilidade do pronunciamento, na forma do artigo 32, §4º da Resolução nº03/2018-TP. Passo à análise da tutela provisória. Cuida-se de AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS COM PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA DE NATUREZA ANTECIPADA proposta por JOÃO YASU IRARASHI GERALDES, menor impúbere (05 anos de idade) representado por seus genitores e Autores ERIKA IGARASHI GERALDES e CRISTOPHER DE ANDRADE GERALDES, objetivando compelir a Requerida UNIMED CUIABÁ COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO, a custear integralmente o tratamento médico e insumos prescritos ao Autor no combate a alergia e espectro autista. Vieram-me conclusos. É o relatório. DECIDO. Pois bem. Para o deferimento da tutela provisória de urgência é exigida a presença dos requisitos enumerados no art. 300 do Código de Processo Civil, quais sejam: (a) a probabilidade do direito alegado pela parte autora e (b) o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. A tutela de urgência de natureza antecipada, ainda, deve ser passível de reversão, nos termos do art. 300, §3º, do Código de Processo Civil. Na espécie, a relação jurídica consolidada entre as partes é indene de dúvidas, de consumo, sujeitando-se, portanto, ao Código de Defesa do Consumidor e, também, aos ditames da Lei nº 9.656/98 que regulamenta os planos e seguros privados de assistência à saúde, assim como prevê a Súmula 469 do STJ. In casu, os elementos trazidos aos autos demonstram a verossimilhança do direito alegado pela Autora, bem como fundado receio de danos de difícil reparação, tudo a permitir a concessão da medida pleiteada. A recusa de cobertura fundada no fato do procedimento não estar previsto no rol de procedimentos da ANS (Id.27343654 e Id.27344241) já encontra entendimento pacificado na jurisprudência da Corte Superior, que considera abusiva e inadequada, porquanto o predito rol é meramente exemplificativo, se mostrando ilícito a limitação do tratamento medico indicado para o segurado. Veja: AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PLANO DE SAÚDE. NEGATIVA DE COBERTURA DE EXAME (PET SCAN). ABUSIVIDADE COMPROVADA. DANO MORAL IN RE IPSA. CONFIGURAÇÃO. 1. A orientação do Superior Tribunal de Justiça é no sentido de ser devida a indenização por danos morais decorrente da negativa indevida do plano de saúde em arcar com os custos de procedimentos médicos e de realização de exames necessários ao acompanhamento e ao diagnóstico preciso, como no caso dos autos, pois agrava a situação de aflição psicológica e de angústia no espírito do paciente. 2. O valor fixado a título de indenização por danos morais baseia-se nas peculiaridades da causa. Assim, afastando-se a incidência da Súmula nº 7/STJ, somente comporta revisão por este Tribunal quando irrisório ou exorbitante, o que não ocorreu na hipótese dos autos, em que arbitrado em R$ 9.000,00 (nove mil reais). 3. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1021159/RJ, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/05/2017, DJe 30/05/2017) Consigno que, aludida listagem trata da cobertura mínima obrigatória, não deve ser confundida com a obrigatoriedade de cobertura mínima, a qual deve ser ofertada pelos planos de saúde, com a limitação para cobertura máxima, sendo a segunda abusiva. Importante ressaltar que cabe ao médico responsável pelo tratamento do enfermo a indicação de tratamento adequado, não cabendo à empresa que administra o plano de saúde estipular o que seria ou não conveniente para o usuário. Dessa forma, o Réu assegurar a cobertura de tratamento indicado para a Requerente nos termos determinados pela médica responsável, em instituição de confiança da família credenciada ao plano de saúde ou não, ressalvadas as peculiaridades contratuais de reembolso, etc. Por sua vez, o perigo da demora ou risco ao resultado útil do processo, perfaz demonstrado pelo risco de agravamento do quadro clínico do Requerente e garantia de sua sobrevivência digna, devendo prevalecer neste momento processual, o direito incondicional à saúde, corolário do princípio da dignidade da pessoa humana, cabendo a parte Requerida autorizar/prestar/custear integralmente o atendimento médico prescrito com a cobertura de todas as indicações. Ademais, a exclusão pretendida pela seguradora ofende ainda a boa-fé que deve nortear os contratos consumeristas, cabendo, pela pertinência, trazer à colação a lição de NELSON NERY JUNIOR: “Quem quer contratar plano de saúde quer cobertura total, como é obvio. Ninguém paga plano de saúde para, na hora em que adoecer, não poder ser atendido. De outro lado, se o fornecedor desse serviço exclui de antemão determinadas moléstias, cujo tratamento sabe dispendioso, estará agindo com má-fé, pois quer receber e não prestar o serviço pretendido pelo consumidor” (Código Brasileiro de Defesa do Consumidor, Forense Universitária, 8ª Edição, página 570). Outrossim, ausente na hipótese o perigo de irreversibilidade da medida, porquanto os custos com os tratamentos poderão ser cobrados da parte Autora, em caso de eventual improcedência da demanda. ANTE O EXPOSTO, recebo a emenda a inicial do Id.22358671, e devidamente preenchidos os requisitos legais, nos termos do artigo 300 do CPC, DEFIRO A TUTELA DE URGÊNCIA pleiteada e DETERMINO que a Requerida UNIMED CUIABÁ COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO no prazo de 24h(vinte e quatro horas), IRRESTRITAMENTE AUTORIZE OS TRATAMENTOS MÉDICOS e P R O C E D I M E N T O S / M E D I C A M E N T O S E I N S U M O S AMBULATORIAIS/CIRÚRGICOS/HOSPITALARES/TERAPÊUTICOS e similares, indicados pela equipe médica que atende o Autor JOÃO YASU IGARASHI GERALDES, especialmente aqueles que foram objeto de recusa pelo Réu (Id.27343654 e Id.27344241), respeitando-se tão somente limitações contratuais estabelecidas entre as partes, sob pena de multa diária por eventual descumprimento desta ordem, que fixo no importe de R$500,00 (quinhentos reais). CITE-SE e INTIME-SE a parte Requerida para

conhecimento da ação e no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresente contestação, consignando as advertências dos artigo 334 e artigo 335, do Código de Processo Civil, inclusive a existência de emenda a inicial. Por derradeiro, DETERMINO que a Secretaria, através do acesso virtual do Núcleo de Solução de Conflitos, DESIGNE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO prevista no artigo 334 do CPC, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do ato, devendo a parte Ré ser citada com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência da audiência, que realizar-se-á no Núcleo de Mediação e Conciliação Fórum da Capital - Des. José Vidal Av. Des. Milton F. Ferreira Mendes - Centro Político Administrativo Tel: (65) 3648-6065 e 3648-6575, e-mail: central.capital@tjmt.jus.br, consignando no mandado as advertências legais. INTIMEM-SE as partes acerca da audiência de conciliação a ser designada, devendo a parte Requerente ser intimada na de seu advogado (art. 334, § 3º, CPC). DETERMINO o cumprimento desta ordem, inclusive em regime de plantão pelo Oficial de Justiça Plantonista e/ou do Plantão Judiciário do Recesso Forense. Cite-se. Intimem-se. Cumpra-se. YALE SABO MENDES Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-103 IMISSÃO NA POSSE
Processo Número: 1033618-46.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JULIANA GARCIA RIGOLIN (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
JULIANA GIMENES DE FREITAS ERRANTE OAB - MT0006776A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JOAO JOVELINO ABREU DE LIMA (RÉU)
ANDREA REWEL BEZERRA (RÉU)
Magistrado(s):
YALE SABO MENDES

Pje nº1033618-46.2019.8.11.0041 (k) VISTOS, Verifico pelo ato do Id.25285294, que o Oficial de Justiça titular do mandado de imissão na posse e citação deste feito, NOVAMENTE deixou de aplicar com responsabilidade e diligência seu múnus público, porquanto, devolveu o mandado com a finalidade expressa de IMISSÃO NA POSSE, sem o cumprimento integral da ordem proferida no Id.24696320 (reiterada no Id.24751401). Consigno que, além da "citação", a ordem de desocupação voluntária sob pena de desocupação coercitiva, restou claramente especificada no expediente recebido pelo meirinho (Id.25285313), devendo o serventuário dar cabal cumprimento ao ato, retornando ao imóvel e promovendo os atos relativos à imissão da Autora na posse do bem, somente então devolvendo o mandado para os devidos fins. Entretanto, o serventuário apenas cumpriu o ato de comunicação dos Réus acerca do teor da ordem, devolvendo o mandado sem constatar a desocupação voluntária ou, como é o caso dos autos, se valer dos meios coercitivos legais, cujo reforço policial já estava deferido em seu favor (Id.27391610), a fim de cumprir diligentemente a ordem. Assim, diante da reiterada indiligência do Oficial de Justiça vinculado ao cumprimento da ordem proferida no Id.24696320, reiterada no Id.24751401, DEFIRO PARCIALMENTE o pedido formulado pela parte Autora no Id.27350379 para determinar, PELA SEGUNDA vez o CABAL CUMPRIMENTO da ORDEM PROFERIDA NO ID.24696320 e ID.24751401, pelo Oficial de Justiça titular do mandado devolvido no Id.25285313. DESENTRANHE-SE o mandado devolvido no Id.25285313 e INTIME-SE o Oficial de Justiça VLADIMIR DA MOTA OLIVEIRA, para que no prazo de 24h (vinte e quatro horas) CUMPRA INTEGRALMENTE a ordem, sob pena de comunicação administrativa formulada nos termos do artigo 658 da CNGC, devendo a intimação do meirinho estar instruída com o ofício anexado ao Id.27391610. A propósito: Art. 655. Incumbe ao oficial de justiça: [...] III - devolver o mandado judicial imediatamente após o seu cumprimento (CPC, art. 154, III), observando os prazos para seu cumprimento, sob pena de incorrer em falta grave: [...] Art. 658. O descumprimento injustificado da obrigação disposta no art. 655, III, da CNGC, além da necessária apuração da responsabilidade funcional do meirinho, acarretará a sua automática exclusão da participação da distribuição de novos feitos, mediante comunicação dos fatos que o gestor judiciário ou o Chefe da Divisão da Central de Mandados, conforme o caso, fará ao Cartório Distribuidor, sob pena de incorrer em falta funcional grave. Por outro lado, tendo em vista a premente necessidade de se dar efetividade à tutela jurisdicional proferida à aproximadamente 04 (QUATRO) meses, aliado a urgência que se reveste o caso, em caso de eventual impossibilidade administrativa (afastamento, desligamento, etc) do servidor Vladimir da Mota Oliveira, desde já, DETERMINO o cumprimento do MANDADO DE CONSTATAÇÃO e IMISSÃO NA POSSE (Id.24696320, reiterada no Id.24751401) em regime de Plantão Judiciário do Recesso Forense pelo Oficial de Justiça Plantonista, promovendo se for o caso, a redistribuição do expediente do Id.. Oficie-se à Central de Mandados. DEFIRO o prazo para a juntada do substabelecimento pleiteado no Id.27350369, procedam-se as devidas retificações. CERTIFIQUE-SE acerca de eventual decurso do prazo para resposta dos Réus. Após, conclusos. Intime-se. Cumpra-se. YALE SABO MENDES Juiz de Direito

Sentença

Sentença Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1014090-31.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ROBERTO WAGNER PAES DE BARROS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ADRIANA DO CARMO COSTA MARQUES OAB - MT18047-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
YALE SABO MENDES

PJE n°- 1014090-31.2016.8.11.0041(HG) VISTOS, A parte Requerente no id. 26198099 manifestou concordância ao valor depositado pela parte Requerida no id. 25468290 para pagamento do valor da condenação. Desta feita, nos termos do artigo 924, II e 925, do CPC, DECLARO EXTINTO o presente feito, COM JULGAMENTO DE MÉRITO. Expeça-se ALVARÁ do valor depositado no id. 25468290 em favor da parte Requerente, a ser creditado na conta indicada no id. 26198099. Custas remanescentes ao encargo da parte Requerida, nos termos do art. 90 do CPC. Inexistindo ulteriores deliberações, arquive-se, observando as formalidades legais. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. YALE SABO MENDES Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1021223-56.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ADELIO MANOEL DE ARRUDA JUNIOR (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANABELL CORBELINO SIQUEIRA DALTRO OAB - MT13544-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
YALE SABO MENDES

PJE n°- 1021223-56.2018.8.11.0041(HG) VISTOS, A parte Requerente no id. 25968523 manifestou concordância aos valores depositados pela parte Requerida nos id. 25062804 e id. 25897640 para pagamento do valor da condenação. Desta feita, nos termos do artigo 924, II e 925, do CPC, DECLARO EXTINTO o presente feito, COM JULGAMENTO DE MÉRITO. Expeça-se ALVARÁ dos valores depositados no id. 25062804 e id. 25897640 em favor da parte Requerente, a ser creditado na conta indicada no id. 25968523. Custas remanescentes ao encargo da parte Requerida, nos termos do art. 90 do CPC. Inexistindo ulteriores deliberações, arquive-se, observando as formalidades legais. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. YALE SABO MENDES Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1009399-66.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ANDRE HENRIQUE ALMISSI VITAL (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SILVA FERREIRA OAB - MT20957-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):

YALE SABO MENDES

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO - DAMS Proc. nº 1009399-66.2019.8.11.0041(LP) VISTOS, ANDRE HENRIQUE ALMISSI VITAL devidamente qualificado na inicial, propôs AÇÃO DE COBRANÇA DE BENEFÍCIO DO SEGURO OBRIGATÓRIO – DAMS em face de PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS, objetivando a cobrança de valores a título de reembolso de despesas médico-hospitalares desembolsadas pela parte autora em razão de acidente de trânsito ocorrido em 02/06/2018. Por tal motivo, pugna pela condenação da Requerida ao pagamento de indenização em valor correspondente a R$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) para reembolso de despesas médicas, mais ônus e consectários da sucumbência, bem como se abstenha das condutas ilegais, sob pena de responsabilização civil. Ao final, requereu a condenação ao pagamento das custas e demais despesas processuais, bem como os honorários advocatícios no importe de R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) de acordo com o art. 85, § 8° do CPC, ou alternativamente o § 2º do mesmo códex. Boletim de ocorrência corroborado no id. 18489912. A Requerida apresentou contestação id. 20437016, arguindo em preliminar pela necessidade de alteração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT no polo passivo da demanda; e a falta de interesse de agir por entender necessária a realização do pedido administrativo anteriormente à propositura da ação. No mérito, defendeu pela improcedência do pedido inicial, ante a inconsistência do pedido de reembolso por despesas médicas e suplementares, em razão da não comprovação dos gastos. Requereu que em caso de eventual condenação, a correção monetária incida a partir da data do ajuizamento da ação, e ainda que os juros moratórios incidam a partir da citação, em observância a Súmula 426 do STJ. Requereu ainda que sejam os Honorários Advocatícios, arbitrados em no máximo 15%, (quinze por cento) sobre o valor da condenação. Termo de audiência corroborado no id. 24291540. Impugnação a contestação no id. 24964980. Certidão de intimação (id. 25602306) para as partes manifestarem acerca das provas que pretendem produzir. A parte Autora manifestou no id. 25868643, pelo julgamento antecipado da lide. Certidão de decurso do prazo no id. 27251139. Os autos vieram conclusos para sentença. É O RELATÓRIO. DECIDO. PRELIMINAR - ALTERAÇÃO DO POLO PASSIVO e DA NECESSIDADE DE INCLUSÃO DA SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS. Quanto ao pedido de alteração e inclusão da Seguradora Líder S/A no polo passivo da lide, INDEFIRO, porquanto da simples interpretação do que preconiza o artigo 7º, da Lei nº 6.194/74, denota-se a solidariedade de qualquer seguradora em responder pelo pagamento da indenização em virtude do seguro obrigatório. Ademais, segundo o artigo 283 do Código Civil de 2002, no que é acompanhado pelos artigos 7º § 1º e 8º da Lei 6.194/74, o devedor que satisfez a dívida pode exigir, em ação regressiva, de cada um dos codevedores a sua quota, portanto, desnecessária qualquer modificação no polo passivo desta ação. PRELIMINAR – AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO – NECESSIDADE DE PEDIDO ADMINISTRATIVO. No que concerne à necessidade de prévio requerimento administrativo para a cobrança de seguro DPVAT, a questão foi resolvida pelo STF no julgamento do Recurso Extraordinário 631.240/MG, no qual a Suprema Corte decidiu que a partir da data do julgamento do recurso (03/09/2014), se faz necessário o requerimento administrativo prévio, aplicando regra de transição às demandas ajuizadas antes desta data. No referido recurso, o eminente Ministro Roberto Barroso modificou o posicionamento majoritário anteriormente adotado por àquela Corte, decidindo que a instituição de condições para o regular exercício do direito de ação é compatível com o art. 5º, XXXV, da Constituição Federal, de modo que para se caracterizar a presença de interesse em agir, é exigida, porém, a comprovação do prévio pedido administrativo não atendido. Todavia, não existe a necessidade de esgotamento das vias administrativas, isto é, não se pode apenas recorrer da decisão denegatória do benefício ou da indenização, mas existe apenas a necessidade do prévio requerimento administrativo, o indício de que existiu a tentativa de fazê-lo, a ponto de gerar a pretensão resistida e configurar a necessidade, leia-se, 'interesse-necessidade' de intervenção do Poder Judiciário. Na hipótese vertente, a parte Requerida apresentou defesa, impugnando os documentos acostados pela parte Autora para comprovar suas alegações quanto ao nexo causal entre o acidente e a indenização perseguida, restando, assim, configurado de forma inequívoca, que haveria objeção ao pedido na seara administrativa ou seria negado, surgindo dessa forma, o interesse de agir superveniente. Desta feita, REJEITO a preliminar. Inexistindo outras preliminares, passo a análise do mérito. A matéria sub judice envolve questão unicamente de direito, de forma que passo a julgar de plano a lide, com supedâneo art. 373, I, II, do CPC, posto que desnecessária maior dilação probatória. "Presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder" (STJ-4ª Turma, Resp. 2.832-RJ rel. Min. Sálvio de Figueiredo). O seguro DPVAT visa à indenização de danos pessoais à vítima de acidentes envolvendo veículos automotores que circulam na via terrestre, ou sua carga. Tais danos pessoais podem ser relativos à morte, invalidez permanente ou ressarcimento de despesas médicas (DAMS). Alega a parte Requerente que foi vítima de acidente automobilístico ocorrido em 02/06/2018, tendo sido submetido a tratamento médico, suportando gastos, que somam o valor de R$ 561, 90 (quinhentos e sessenta e um reais e noventa centavos), conforme id. 18489913. Por outro lado, encontra-se comprovado documentalmente nos autos que a parte Requerente foi vítima do referido acidente automobilístico, consoante boletim de ocorrência no id. 18489912, o que comprova o nexo causal com os documentos, laudo e recibo acostado aos autos. Nesse quadro, nos termos artigo 5º e §§ 1º e 2º, da lei nº 6.194/74 com as alterações das leis n.º 8.441/92 e 11.482/07, tem-se que: Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. § 1o A indenização referida neste artigo será paga com base no valor vigente na época da ocorrência do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de 30 (trinta) dias da entrega dos seguintes documentos: a) certidão de óbito, registro da ocorrência no órgão policial competente e a prova de qualidade de beneficiários no caso de morte; b) Prova das despesas efetuadas pela vítima com o seu atendimento por hospital, ambulatório ou médico assistente e registro da ocorrência no órgão policial competente - no caso de danos pessoais. § 2º Os documentos referidos no § 1º serão entregues à Sociedade Seguradora, mediante recibo, que os especificará. Como visto, a indenização está condicionada à simples prova do acidente e das despesas efetuadas pela vítima com o seu atendimento por hospital, ambulatório ou médico assistente, o que, no caso, restou suficientemente comprovado, como se depreende dos documentos corroborados no id. 18489913. Por derradeiro, afirma a parte Requerente, que devido ao sinistro relatado, suportou gastos com medicamentos e materiais médicos, na monta de R$ 561,90 (quinhentos e sessenta e um reais e noventa centavos), consoante se infere as notas fiscais e recibos no id. 18489913, estando ao meu sentir, devidamente comprovado o nexo de causalidade entre a despesa e o acidente automobilístico. Assim, não pode a Requerida, eximir-se do pagamento da indenização perseguida, prevista no artigo 3º, inciso III da lei de regência. Quanto aos juros e correção monetária incidente sobre a referida despesas, nos termos da Súmula 43 do STJ, devem incidir pela variação do INPC a partir do desembolso, com a incidência de juros moratórios de 1% ao mês, computados da provocação do interessado, no caso da citação, nos exatos termos bem como da Súmula 426 do citado Tribunal. ANTE O EXPOSTO, e por tudo mais que dos autos consta, nos termos dos artigos 487, I, do CPC, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial, e condeno a parte Requerida, PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS, a pagar à parte Requerente, ANDRÉ HENRIQUE ALMISSI VITAL, o valor de R$ 561,90 (quinhentos e sessenta e um reais e noventa centavos), referente à indenização prevista no artigo 3º, inciso III, da Lei nº 6.194/74, acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês a partir da citação inicial (CC/2002, art. 405) e correção monetária a partir da data do desembolso. CONDENO ainda a parte Requerida ao pagamento das custas e honorários advocatícios, que fixo em 10% do valor da condenação (art. 85, § 2º, do CPC). Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. YALE SABO MENDES Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1008670-40.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ALEXSANDRA RODRIGUES DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELO ALVES DE SOUZA OAB - MT0012791A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO(A))

Magistrado(s):
YALE SABO MENDES

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT Proc. nº 1008670-40.2019.8.11.0041(LP) VISTOS, ALEXSANDRA RODRIGUES DA SILVA, devidamente qualificada na inicial, propôs AÇÃO DE COBRANÇA de benefício do seguro obrigatório em face de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, também qualificada, alegando, em síntese, que em 23/11/2017, foi vítima de acidente automobilístico, o que resultou em sua invalidez permanente, devido à "fratura no cotovelo direito e demais lesões". Discorre o Autor em sua inicial, requerendo a concessão do benefício da justiça gratuita, requer a realização da audiência de conciliação para a realização de pericia médica e tentativa de conciliação, a citação do requerido e a condenação ao pagamento de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). Ao final, requereu a condenação do Requerido ao pagamento dos honorários advocatícios de acordo com o art. 85, §2° do CPC, ou alternativamente o § 8° do art. 85 do mesmo códex. Despacho inicial corroborado de id. 18416111. Petição de habilitação nos autos no id. 19973896. A Requerida apresentou contestação id. 20417878, arguindo em preliminar pela necessidade de alteração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT no polo passivo da demanda, e a falta de interesse de agir por entender necessária a realização do pedido administrativo anteriormente à propositura da ação e a carência da ação ante a boletim sem validade e a não averiguação dos fatos. No mérito, requereu pela improcedência ao pedido inicial ante a imprescindibilidade da prova pericial, sustentou que o quantum indenizatório, deve se ater aos termos da Lei. 6.164/74, alterada pela Lei 11.482/07, a qual fixa o teto para pagamento do valor da indenização DPVAT. E ainda que em caso de eventual condenação, seja observado o que dispõe a Súmula 474 do STJ, a qual define que o valor indenizatório seja proporcional ao grau da lesão. requereu que em caso de eventual condenação, a correção monetária incida a partir da data do ajuizamento da ação, e ainda que os juros moratórios incidam a partir da citação, em observância a Súmula 426 do STJ. Requereu ainda que sejam os Honorários Advocatícios, arbitrados em no máximo 15%, (quinze por cento) sobre o valor da condenação. Juntada de autenticidade dos documentos no id. 23992685. O Autor foi submetido a pericia médica, por ocasião da audiência de conciliação, estando o laudo pericial juntado no id. 24322109. A parte Autora no id. 24747347, manifestou concordância ao exposto laudo pericial. Impugnação à contestação corroborada id. 24810786. Certidão de intimação para as partes especificarem as provas que pretendem produzir no id. 25606552. A parte Autora id. 26034816 manifestou não ter interesse em outras provas a serem produzidas. A parte Requerida no id. 27243394, requereu pelo julgamento da lide. Os autos vieram conclusos para sentença. É O RELATÓRIO. DECIDO. DA PRELIMINAR - ALTERAÇÃO DO POLO PASSIVO e DA NECESSIDADE DE INCLUSÃO DA SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS. Quanto ao pedido de alteração e inclusão da Seguradora Líder S/A no polo passivo da lide, INDEFIRO, porquanto da simples interpretação do que preconiza o artigo 7º, da Lei nº 6.194/74, denota-se a solidariedade de qualquer seguradora em responder pelo pagamento da indenização em virtude do seguro obrigatório. Ademais, segundo o artigo 283 do Código Civil de 2002, no que é acompanhado pelos artigos 7º § 1º e 8º da Lei 6.194/74, o devedor que satisfez a dívida pode exigir, em ação regressiva, de cada um dos codevedores a sua quota, portanto, desnecessária qualquer modificação no polo passivo desta ação. PRELIMINAR – CARÊNCIA DA AÇÃO – NECESSIDADE DE PEDIDO ADMINISTRATIVO. No que concerne à necessidade de prévio requerimento administrativo para a cobrança de seguro DPVAT, a questão foi resolvida pelo STF no julgamento do Recurso Extraordinário 631.240/MG, no qual a Suprema Corte decidiu que a partir da data do julgamento do recurso (03/09/2014), se faz necessário o requerimento administrativo prévio, aplicando regra de transição às demandas ajuizadas antes desta data. No referido recurso, o eminente Ministro Roberto Barroso modificou o posicionamento majoritário anteriormente adotado por àquela Corte, decidindo que a instituição de condições para o regular exercício do direito de ação é compatível com o art. 5º, XXXV, da Constituição Federal, de modo que para se caracterizar a presença de interesse em agir, é exigida, porém, a comprovação do prévio pedido administrativo não atendido. Todavia, não existe a necessidade de esgotamento das vias administrativas, isto é, não se pode apenas recorrer da decisão denegatória do benefício ou da indenização, mas existe apenas a necessidade do prévio requerimento administrativo, o indício de que existiu a tentativa de fazê-lo, a ponto de gerar a pretensão resistida e configurar a necessidade, leia-se, 'interesse-necessidade' de intervenção do Poder Judiciário. Na hipótese vertente, a parte Requerida apresentou defesa, impugnando os documentos acostados pela parte Autora para comprovar suas alegações quanto ao nexo causal entre o acidente e a indenização perseguida, restando, assim, configurado de forma inequívoca, que haveria objeção ao pedido na seara administrativa ou seria negado, surgindo dessa forma, o interesse de agir superveniente. Portanto, REJEITO A PRELIMINAR. PRELIMINAR – CARÊNCIA DA AÇÃO - BOLETIM DE OCORRÊNCIA LAVRADO NA DATA DO FATO No que pese a alegação de ausência de boletim de ocorrência lavrado na data do fato, não se considera motivo para julgamento improcedente da ação, vez que não desconstitui o direito autoral, além disso, o Autor provou com outras documentações, juntadas na exordial, o acidente e o nexo de causalidade entre o fato e as lesões sofridas. Portanto, rejeito tal preliminar. Inexistindo outras preliminares, passo a análise do mérito. O Seguro Obrigatório de Veículos Automotores de Vias Terrestres - Seguro DPVAT regulamentado na Lei n.º 6.194/74, dispõe que para o recebimento da indenização deve a parte comprovar, ainda que de forma simples, o acidente noticiado, o dano dele decorrente e o grau de invalidez do membro ou órgão lesado a ser observado no cálculo da indenização (art.5º, da Lei nº 6.194/74). Com a petição inicial foram juntados o Boletim de Ocorrência (id. 18372102) e prontuário médico (id. 18372096), sobrevindo no decorrer da instrução Laudo Pericial Judicial id. 24322109, concluindo de maneira inequívoca pela existência do nexo de causalidade entre acidente de trânsito e a debilidade permanente que acometeu a Requerente. Outrossim, eventual ausência da juntada do Boletim de Ocorrência ou o fato de ter sido lavrado em data posterior ao fato, não é motivo para recusa do pagamento, porquanto a Lei nº 6.194/74 não estabelece a obrigatoriedade de juntada de tal documento, prescrevendo apenas que a indenização será paga mediante a exibição de prova do acidente e do dano decorrente. Assim, se nos autos existem elementos hábeis a comprovar a ocorrência do acidente automobilístico, tais como a ficha de atendimento médico que relata ter sido determinada pessoa vítima de acidente de trânsito ou prontuário médico que indica que o atendimento hospitalar decorreu de acidente de trânsito, por si só, já são suficientes a comprovar o nexo de causalidade entre o acidente e a lesão. Portanto, comprovado nos autos o preenchimento dos requisitos da Lei 6.194 de 1974, faz jus a parte Autora ao recebimento da indenização securitária DPVAT, em atenção ao comando do artigo 3°, inciso II e §1°, da Lei n° 6.194, de 1974, devendo o valor da indenização deve ser proporcional ao grau da repercussão da debilidade suportada, nos termos da Súmula 544 do STJ, a qual tratou de atestar a validade da utilização da tabela do CNSP-SUSEP, o que garante a quantificação da indenização de acordo com o grau de invalidez, mesmo nos casos não contemplados pela MP 451/2008, senão vejamos: Súmula 544/STJ: É válida a utilização de tabela do Conselho Nacional de Seguros Privados para estabelecer a proporcionalidade da indenização do seguro DPVAT ao grau de invalidez também na hipótese de sinistro anterior a 16/12/2008, data da entrada em vigor da Medida Provisória n. 451/2008. (grifei) Desta feita, pela tabela anexa à Lei nº 6.194/74, com a redação alterada pela Lei nº 11.945/2009, em caso de perda completa da mobilidade de um dos cotovelos o valor da indenização deve corresponder ao percentual de 25% (vinte e cinco por cento) do teto que é R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). Considerando que no presente caso, o laudo pericial judicial acostado aos autos (id. 24322109), dá conta de que a parte Autora apresenta debilidade parcial e permanente, caracterizada como de repercussão leve, com perda de 25% (vinte e cinco por cento) de comprometimento do seu patrimônio físico, a indenização deve corresponder, portanto a quantia de R$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos), incidindo sobre esse valor a correção monetária e juros de mora. Quanto ao termo inicial da cobrança dos juros de mora, deverão incidir a partir da citação, em consonância com a Súmula nº 426 do Superior Tribunal de Justiça. Relativo à correção monetária, deve ser aplicado o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, firmado através da Súmula 580, de que a correção monetária nas indenizações do Seguro Obrigatório deve ser computada da data do evento danoso. Com relação ao ônus da sucumbência, passo a adotar o entendimento que vem sendo aplicado pelo Tribunal de Justiça do Nosso Estado, no sentido que a procedência parcial do pedido quanto ao valor da indenização do seguro DPVAT, não configura sucumbência recíproca, mas mera adequação do quantum debeatur (pedido secundário), segundo os critérios legais, devendo a seguradora arcar, na totalidade, com os

ônus sucumbenciais, aplicando-se a espécie o parágrafo único do art. 86 do CPC. Nesse sentido: "APELAÇÃO - AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT - INVALIDEZ PARCIAL PERMANENTE - INDENIZAÇÃO PROPORCIONAL - SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA – INOCORRÊNCIA – CONDENAÇÃO EXCLUSIVA DA SEGURADORA PELOS ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA – BAIXO VALOR DA CAUSA E DA CONDENAÇÃO – CASO CONCRETO QUE IMPÕE A FIXAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS POR APRECIAÇÃO EQUITATIVA - ART. 85, §8º, DO CPC – RAZOABILIDADE – PARTE VENCEDORA BENEFICIÁRIA DA JUSTIÇA GRATUITA – LIMITAÇÃO DO ART. 11, §1º, DA LEI nº 1.060/50 – INAPLICABILIDADE – RECURSO DESPROVIDO. Se a r. sentença acolheu pedido para condenação da seguradora ao pagamento da indenização por invalidez permanente, objeto da ação, não há falar em sucumbência recíproca.Em observância aos parâmetros legais que norteiam a matéria, atendidos os critérios da razoabilidade e em prestígio ao exercício da advocacia, impõe-se a manutenção dos honorários advocatícios fixados por apreciação equitativa, com fulcro no artigo 85, §8º, do CPC.Não há falar em limitação dos honorários advocatícios de que trata o artigo 11, §1º, da Lei 1.060/50, porquanto tal dispositivo fora revogado pelo Código de Processo Civil/1973, que passou a disciplinar as regras de sucumbência, atualmente regidas pelo novo Código de Processo Civil/2015. Precedentes do STJ". (RAC 0039578-05.2016.8.11.0041 – DES. GUIOMAR TEODORO BORGES, QUARTA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 30/01/2019, Publicado no DJE 01/02/2019) "SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) - LEI N. 11.945/09 – INDENIZAÇÃO –HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS – MINORAÇÃO – VALOR JUSTO E RAZOÁVEL - AUSÊNCIA DE SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA – RECURSO DESPROVIDO.O valor arbitrado a título de honorários advocatícios deve estar de acordo com o trabalho desempenhado pelo patrono. O fato de a parte autora não ter alcançado o quantum efetivamente pleiteado no momento do ajuizamento da inicial, não implica sucumbência recíproca". (RAC 1001713-91.2017.8.11.0041 – DES. CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA, TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 05/12/2018, Publicado no DJE 13/12/2018) Por sua vez, no que diz respeito ao valor da verba honorária, importante frisar que o Código de Processo Civil relegou ao parágrafo 8º do artigo 85, a instituição de regra excepcional, de aplicação subsidiária, para as hipóteses em que, havendo ou não condenação, for inestimável ou irrisório o proveito econômico obtido; ou for muito baixo o valor da causa, como são maioria dos casos envolvendo a cobrança de seguro DPVAT. A par disso, delineada a especificidade das demandas envolvendo tais pretensões indenizatórias, entendo que no caso, a fixação de honorários em percentual da condenação implicaria em montante irrisório, da mesma forma que a adoção do valor do valor da causa como base de cálculo para os honorários advocatícios resultaria em importância incompatível com o trabalho realizado pelos nobres causídicos, e não se mostra o mais equânime. Dentro desse contexto, levando em conta a natureza da demanda ser de baixa complexidade jurídica, o tempo exigido para desenvolvimento dos trabalhos, sem falar na existência de inúmeros processos sobre a mesma matéria, é que concluo como justo e razoável o arbitramento da verba sucumbencial em R$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais). ANTE O EXPOSTO, nos termos do artigo 487, inciso I, do CPC, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial para CONDENAR a parte Requerida PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, pagar ao Requerente ALEXSANDRA RODRIGUES DA SILVA, a quantia de R$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos), referente à indenização do seguro DPVAT prevista no artigo 3º, inciso II, da Lei n 6.194/74, acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês a partir da citação (Súmula 426 STJ) e correção monetária a partir da data da ocorrência do sinistro, qual seja, 23/11/2017 (Súmula 580 STJ). CONDENO a parte Requerida ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como em honorários de sucumbência que fixo no valor de R$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais), nos termos do §8º do artigo 85 do Código de Processo Civil. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. YALE SABO MENDES Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1043903-35.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
KENNEDY SOARES DE SOUZA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
INA RODRIGUES OAB - MT17004-O (ADVOGADO(A))
ELEANDRO MACHADO DA VEIGA OAB - MT20928/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
YALE SABO MENDES

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT Proc. nº 1043903-35.2018.8.11.0041(LP) VISTOS, KENNEDY SOARES DE SOUZA, devidamente qualificado na inicial, propôs AÇÃO DE COBRANÇA de benefício do seguro obrigatório em face de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, também qualificada, alegando, em síntese, que em 12/11/2018 foi vítima de acidente automobilístico, o que resultou em sua invalidez permanente, devido à "trauma em membro inferior direito joelho e tornozelo". Discorre a Autora em sua inicial requerendo a concessão do benefício da justiça gratuita, que a Requerida seja citada a comparecer à audiência de conciliação, e ainda a condenação ao pagamento do valor indenizável proporcional à lesão permanente, acrescidos de juros legais de 1% (um por cento) ao mês a contar da citação, além da correção monetária de acordo com o índice INPC, a partir da data do sinistro. Requereu ao final, a condenação do Requerido ao pagamento dos honorários advocatícios o importe de 20% (vinte por cento) sobre o valor atualizado da causa. Despacho de id. 17123749, determinando a emenda da petição inicial. Requerimento de emenda no id. 18033900. Despacho de id. 18302716, determinando o prosseguimento do feito. A Requerida apresentou contestação id. 22714313 arguindo em preliminar pela necessidade de alteração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT no polo passivo da demanda, a extinção ou suspensão do processo por falta de interesse de agir por entender necessária a realização do pedido administrativo anteriormente à propositura da ação, a necessidade de adequação do valor da causa, e a nulidade do processo por defeito de representação ante a diferença da assinatura da procuração juntada nos autos. No mérito, defendeu pela improcedência do pedido inicial, ante a ausência de provas da invalidez permanente e definitiva, a ausência de nexo causal pelo fato do boletim de ocorrência ter sido lavrado em data posterior ao fato; a falta de nexo causal entre a lesão e o acidente e a inexistência de prova da invalidez. Discorreu, ainda, pela necessidade de produção de prova pericial que quantifique a lesão alegada à invalidez. Sustentou também que o quantum indenizatório, deve se ater aos termos da Lei. 6.164/74, alterada pela Lei 11.482/07, a qual fixa o teto para pagamento do valor da indenização DPVAT. E ainda que em caso de eventual condenação, seja observado o que dispõe a Súmula 474 do STJ, a qual define que o valor indenizatório seja proporcional ao grau da lesão. requereu que em caso de eventual condenação, a correção monetária incida a partir da data do ajuizamento da ação, e ainda que os juros moratórios incidam a partir da citação, em observância a Súmula 426 do STJ. Requereu ainda que sejam os Honorários Advocatícios, arbitrados em no máximo 20%, (vinte por cento) sobre o valor da condenação. O Autor foi submetido a pericia médica, por ocasião da audiência de conciliação, estando o laudo pericial juntado no id. 24291091. Certidão de decurso de prazo no id. 27302491. Os autos vieram conclusos para sentença. É O RELATÓRIO. DECIDO. DA PRELIMINAR - ALTERAÇÃO DO POLO PASSIVO e DA NECESSIDADE DE INCLUSÃO DA SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS. Quanto ao pedido de alteração e inclusão da Seguradora Líder S/A no polo passivo da lide, INDEFIRO, porquanto da simples interpretação do que preconiza o artigo 7º, da Lei nº 6.194/74, denota-se a solidariedade de qualquer seguradora em responder pelo pagamento da indenização em virtude do seguro obrigatório. Ademais, segundo o artigo 283 do Código Civil de 2002, no que é acompanhado pelos artigos 7º § 1º e 8º da Lei 6.194/74, o devedor que satisfez a dívida pode exigir, em ação regressiva, de cada um dos codevedores a sua quota, portanto, desnecessária qualquer modificação no polo passivo desta ação. PRELIMINAR – CARÊNCIA DA AÇÃO – NECESSIDADE DE PEDIDO ADMINISTRATIVO No que concerne à necessidade de prévio requerimento administrativo para a cobrança de seguro DPVAT, a questão foi resolvida pelo STF no julgamento do Recurso Extraordinário 631.240/MG, no qual a Suprema Corte decidiu que a partir da data do julgamento do recurso (03/09/2014), se faz necessário o requerimento administrativo prévio, aplicando regra de transição às demandas ajuizadas antes desta data. No referido recurso, o eminente Ministro Roberto Barroso modificou o posicionamento majoritário anteriormente adotado por àquela Corte, decidindo que a instituição de

condições para o regular exercício do direito de ação é compatível com o art. 5º, XXXV, da Constituição Federal, de modo que para se caracterizar a presença de interesse em agir, é exigida, porém, a comprovação do prévio pedido administrativo não atendido. Todavia, não existe a necessidade de esgotamento das vias administrativas, isto é, não se pode apenas recorrer da decisão denegatória do benefício ou da indenização, mas existe apenas a necessidade do prévio requerimento administrativo, o indício de que existiu a tentativa de fazê-lo, a ponto de gerar a pretensão resistida e configurar a necessidade, leia-se, 'interesse-necessidade' de intervenção do Poder Judiciário. Na hipótese vertente, a parte Requerida apresentou defesa, impugnando os documentos acostados pela parte Autora para comprovar suas alegações quanto ao nexo causal entre o acidente e a indenização perseguida, restando, assim, configurado de forma inequívoca, que haveria objeção ao pedido na seara administrativa ou seria negado, surgindo dessa forma, o interesse de agir superveniente. Desta feita, REJEITO a preliminar. PRELIMINAR – INCORREÇÃO DO VALOR DA CAUSA Registro que em ações de cobrança de seguro obrigatório - DPVAT, a parte somente saberá o valor exato a que faz jus após se submeter à perícia, motivo pelo qual, assim como ocorre nas demandas em que se busca indenização por dano moral, a quantia postulada na exordial é meramente estimativa. Nesse encalço, a pretensão do Requerido para que seja atribuído valor da causa na forma específica determinada no art. 292 do CPC é impertinente, na medida em que a indenização securitária almejada pelo Autor, caso tenha êxito na lide, deverá obedecer ao grau da alegada invalidez, que pretende provar por meio de perícia técnica, restando correta a atribuição de valor estimativo à causa. Portanto, rejeito a preliminar. PRELIMINAR – FALTA DE PRESSUPOSTO PROCESSUAL – DO DEFEITO DE REPRESENTAÇÃO. Quanto a impugnação das assinaturas apostas nos documentos da parte Autora, não vislumbro razões para exigir a juntada de outro documento, pois tal circunstância isoladamente em nada influencia a análise do mérito, sobretudo considerando que houve comparecimento pessoal da parte por ocasião da Audiência de Conciliação, Portanto, rejeito esta preliminar. Inexistindo outras preliminares, passo a análise do mérito. O Seguro Obrigatório de Veículos Automotores de Vias Terrestres - Seguro DPVAT regulamentado na Lei n.º 6.194/74, dispõe que para o recebimento da indenização deve a parte comprovar, ainda que de forma simples, o acidente noticiado, o dano dele decorrente e o grau de invalidez do membro ou órgão lesado a ser observado no cálculo da indenização (art.5º, da Lei nº 6.194/74). Com a petição inicial foram juntados o Boletim de Ocorrência (id. 17097912) e Ficha de Atendimento (id. 17097909), sobrevindo no decorrer da instrução Laudo Pericial Judicial id. 17063139, concluindo de maneira inequívoca pela existência do nexo de causalidade entre acidente de trânsito e a debilidade permanente que acometeu a Requerente. Outrossim, eventual ausência da juntada do Boletim de Ocorrência ou o fato de ter sido lavrado em data posterior ao fato, não é motivo para recusa do pagamento, porquanto a Lei nº 6.194/74 não estabelece a obrigatoriedade de juntada de tal documento, prescrevendo apenas que a indenização será paga mediante a exibição de prova do acidente e do dano decorrente. Assim, se nos autos existem elementos hábeis a comprovar a ocorrência do acidente automobilístico, tais como a ficha de atendimento médico que relata ter sido determinada pessoa vítima de acidente de trânsito ou prontuário médico que indica que o atendimento hospitalar decorreu de acidente de trânsito, por si só, já são suficientes a comprovar o nexo de causalidade entre o acidente e a lesão. Portanto, comprovado nos autos o preenchimento dos requisitos da Lei 6.194 de 1974, faz jus a parte Autora ao recebimento da indenização securitária DPVAT, em atenção ao comando do artigo 3°, inciso II e §1°, da Lei n° 6.194, de 1974, devendo o valor da indenização deve ser proporcional ao grau da repercussão da debilidade suportada, nos termos da Súmula 544 do STJ, a qual tratou de atestar a validade da utilização da tabela do CNSP-SUSEP, o que garante a quantificação da indenização de acordo com o grau de invalidez, mesmo nos casos não contemplados pela MP 451/2008, senão vejamos: Súmula 544/STJ: É válida a utilização de tabela do Conselho Nacional de Seguros Privados para estabelecer a proporcionalidade da indenização do seguro DPVAT ao grau de invalidez também na hipótese de sinistro anterior a 16/12/2008, data da entrada em vigor da Medida Provisória n. 451/2008. (grifei) Desta feita, pela tabela anexa à Lei nº 6.194/74, com a redação alterada pela Lei nº 11.945/2009, em caso de perda completa da mobilidade de um dos tornozelo o valor da indenização deve corresponder ao percentual de 25% (vinte e cinco por cento) do teto que é R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). Considerando que no presente caso, o laudo pericial judicial acostado aos autos (id. 24291091), dá conta de que a parte Autora apresenta debilidade parcial e permanente, caracterizada como de repercussão intensa, com perda de 75% (setenta e cinco por cento) de comprometimento do seu patrimônio físico, a indenização deve corresponder, portanto a quantia de R$ 2.531,25 (dois mil, quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos), incidindo sobre esse valor a correção monetária e juros de mora. Quanto ao termo inicial da cobrança dos juros de mora, deverão incidir a partir da citação, em consonância com a Súmula nº 426 do Superior Tribunal de Justiça. Relativo à correção monetária, deve ser aplicado o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, firmado através da Súmula 580, de que a correção monetária nas indenizações do Seguro Obrigatório deve ser computada da data do evento danoso. Com relação ao ônus da sucumbência, passo a adotar o entendimento que vem sendo aplicado pelo Tribunal de Justiça do Nosso Estado, no sentido que a procedência parcial do pedido quanto ao valor da indenização do seguro DPVAT, não configura sucumbência recíproca, mas mera adequação do quantum debeatur (pedido secundário), segundo os critérios legais, devendo a seguradora arcar, na totalidade, com os ônus sucumbenciais, aplicando-se a espécie o parágrafo único do art. 86 do CPC. Nesse sentido: "APELAÇÃO - AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT - INVALIDEZ PARCIAL PERMANENTE - INDENIZAÇÃO PROPORCIONAL - SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA – INOCORRÊNCIA – CONDENAÇÃO EXCLUSIVA DA SEGURADORA PELOS ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA – BAIXO VALOR DA CAUSA E DA CONDENAÇÃO – CASO CONCRETO QUE IMPÕE A FIXAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS POR APRECIAÇÃO EQUITATIVA - ART. 85, §8º, DO CPC – RAZOABILIDADE – PARTE VENCEDORA BENEFICIÁRIA DA JUSTIÇA GRATUITA – LIMITAÇÃO DO ART. 11, §1º, DA LEI nº 1.060/50 – INAPLICABILIDADE – RECURSO DESPROVIDO. Se a r. sentença acolheu pedido para condenação da seguradora ao pagamento da indenização por invalidez permanente, objeto da ação, não há falar em sucumbência recíproca.Em observância aos parâmetros legais que norteiam a matéria, atendidos os critérios da razoabilidade e em prestígio ao exercício da advocacia, impõe-se a manutenção dos honorários advocatícios fixados por apreciação equitativa, com fulcro no artigo 85, §8º, do CPC.Não há falar em limitação dos honorários advocatícios de que trata o artigo 11, §1º, da Lei 1.060/50, porquanto tal dispositivo fora revogado pelo Código de Processo Civil/1973, que passou a disciplinar as regras de sucumbência, atualmente regidas pelo novo Código de Processo Civil/2015. Precedentes do STJ". (RAC 0039578-05.2016.8.11.0041 – DES. GUIOMAR TEODORO BORGES, QUARTA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 30/01/2019, Publicado no DJE 01/02/2019) "SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) - LEI N. 11.945/09 – INDENIZAÇÃO –HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS – MINORAÇÃO – VALOR JUSTO E RAZOÁVEL - AUSÊNCIA DE SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA – RECURSO DESPROVIDO.O valor arbitrado a título de honorários advocatícios deve estar de acordo com o trabalho desempenhado pelo patrono. O fato de a parte autora não ter alcançado o quantum efetivamente pleiteado no momento do ajuizamento da inicial, não implica sucumbência recíproca". (RAC 1001713-91.2017.8.11.0041 – DES. CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA, TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 05/12/2018, Publicado no DJE 13/12/2018) Por sua vez, no que diz respeito ao valor da verba honorária, importante frisar que o Código de Processo Civil relegou ao parágrafo 8º do artigo 85, a instituição de regra excepcional, de aplicação subsidiária, para as hipóteses em que, havendo ou não condenação, for inestimável ou irrisório o proveito econômico obtido; ou for muito baixo o valor da causa, como são maioria dos casos envolvendo a cobrança de seguro DPVAT. A par disso, delineada a especificidade das demandas envolvendo tais pretensões indenizatórias, entendo que no caso, a fixação de honorários em percentual da condenação implicaria em montante irrisório, da mesma forma que a adoção do valor do valor da causa como base de cálculo para os honorários advocatícios resultaria em importância incompatível com o trabalho realizado pelos nobres causídicos, e não se mostra o mais equânime. Dentro desse contexto, levando em conta a natureza da demanda ser de baixa complexidade jurídica, o tempo exigido para desenvolvimento dos trabalhos, sem falar na existência de inúmeros processos sobre a mesma matéria, é que concluo como justo e razoável o arbitramento da verba sucumbencial em R$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais). ANTE O EXPOSTO, nos termos do artigo 487, inciso I, do CPC, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial para CONDENAR a parte Requerida PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS,

pagar a Requerente KENNEDY SOARES DE SOUZA, a quantia de R$ 2.531,25 (dois mil, quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos), referente à indenização do seguro DPVAT prevista no artigo 3º, inciso II, da Lei n 6.194/74, acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês a partir da citação (Súmula 426 STJ) e correção monetária a partir da data da ocorrência do sinistro, qual seja, 12/11/2018 (Súmula 580 STJ). CONDENO a parte Requerida ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como em honorários de sucumbência que fixo no valor de R$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais), nos termos do §8º do artigo 85 do Código de Processo Civil. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. YALE SABO MENDES Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-530 RETIFICAÇÃO OU SUPRIMENTO OU RESTAURAÇÃO DE REGISTRO CIVIL
Processo Número: 1050856-78.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ANDREIA LUCIA DA SILVA (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
YALE SABO MENDES

AÇÃO DE RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL Proc. nº 1050856-78.2019.8.11.0041(LP) VISTOS, ANDREIA LUCIA DA SILVA, devidamente qualificada nos autos, ingressou com o presente procedimento de jurisdição voluntária, com vista à restauração de seu Registro de Nascimento. Alega a Requerente que foi registrada no Cartório do 2° Ofício de Paz de Notas de Jangada - Comarca de Rosário Oeste/MT, recebera a informação de que nada havia sido encontrada em seu nome, consoante certidão negativa juntada aos autos (id. 25802650). Para comprovar o alegado, juntou aos autos os documentos de id. 25802427/25802658. Requereu o benefício da Justiça Gratuita, com as alegações devidas, registradas na Declaração de Hipossuficiência id. 25802427, Pedido este, DEFERIDO no despacho de id. 25825031. Em vista dos autos (id. 27134735) o ilustre representante do Ministério Público opinou pelo deferimento do pedido. É O RELATÓRIO. DECIDO. O artigo 109 da lei n. 6.015, de 31 de dezembro de 1973 estabelece: Art. 109: Quem pretender que se restaure, supra ou retifique assentamento no registro civil, requererá, em petição fundamentada e instruída com documentos ou com indicação de testemunhas, que o juiz o ordene, ouvido o órgão do ministério público e os interessados, no prazo de cinco dias, que correrá em cartório. (renumerado do art. 110 pela lei nº 6.216, de 1975). O conjunto probatório existente no feito comanda o deferimento do pedido da parte Requerente, dando substrato ao mesmo e tornando patente que não foi encontrado no Cartório em que foi registrado, o seu Assento Civil de Nascimento. Contudo, no presente caso, houve a emissão de Certidão de Nascimento, conforme se observa da cópia do Registro de Nascimento de id. 25802647, de modo a tornar inexorável o acolhimento de seu pedido de restauração da Certidão de Nascimento. Desta feita, JULGO PROCEDENTE o pedido DE RESTAURAÇÃO DE REGISTRO DE ASSENTO DE NASCIMENTO para determinar ao Oficial do Cartório do 2º Ofício de Paz e Notas de Jangada - Comarca de Rosário Oeste/MT, a restauração e lavratura do Registro Civil de Nascimento de ANDREIA LUCIA DA SILVA, com os dados constantes no documento de id. 25802426 pág. 05, nos termos do artigo 54 da Lei de Registros Públicos. Expeça-se o competente ofício, consignando o prazo de 05 (cinco) dias para o encaminhamento da cópia da certidão de nascimento a fim de instruir o presente feito, nos termos do §5º do art. 46 da legislação pertinente. Com a juntada nos autos do registro civil, INTIME-SE a parte Autora para retirá-lo, substituindo por fotocópia, e inexistindo ulteriores deliberações, arquive-se o presente, observando as formalidades legais. Sem custas finais por ser a parte requerente beneficiária da justiça gratuita. Sem arbitramento de honorários advocatícios, por se tratar de procedimento de jurisdição voluntária. Cumpridas as determinações e preclusa a via recursal, inexistindo ulteriores deliberações, certifique-se e arquive-se com as cautelas de praxe. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. YALE SABO MENDES Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1012490-67.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MATHEUS HENRIQUE FRANCA DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELO ALVES DE SOUZA OAB - MT0012791A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
YALE SABO MENDES

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT Proc. nº 1012490-67.2019.8.11.0041(LP) VISTOS, MATHEUS HENRIQUE FRANÇA DA SILVA, devidamente qualificado na inicial, propôs AÇÃO DE COBRANÇA de benefício do seguro obrigatório em face de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, também qualificada, alegando, em síntese, que em 03/07/2017 foi vítima de acidente automobilístico, o que resultou em sua invalidez permanente, devido à “fratura na tíbia e fíbula esquerda”. Discorre a Autora em sua inicial requerendo a concessão do benefício da justiça gratuita, que a Requerida seja citada a comparecer à audiência de conciliação, e ainda condenação da Requerida ao pagamento de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), referente a indenização , acrescidos de juros e correção monetária a partir da propositura da ação. Requereu ao final, a condenação do Requerido ao pagamento dos honorários advocatícios o importe de 20% (vinte por cento) sobre o valor atualizado da causa. Despacho inicial no id. 18979533. A Requerida apresentou contestação id. 22469524, arguindo em preliminar pela necessidade de alteração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT no polo passivo da demanda, a extinção ou suspensão do processo por falta de interesse de agir por entender necessária a realização do pedido administrativo anteriormente à propositura da ação, e a necessidade de adequação do valor da causa. No mérito, defendeu pela improcedência do pedido inicial, ante a ausência de provas da invalidez permanente e definitiva, a ausência de nexo causal pelo fato do boletim de ocorrência ter sido lavrado em data posterior ao fato; a falta de nexo causal entre a lesão e o acidente e a inexistência de prova da invalidez. Discorreu, ainda, pela necessidade de produção de prova pericial que quantifique a lesão alegada à invalidez. Sustentou também que o quantum indenizatório, deve se ater aos termos da Lei. 6.164/74, alterada pela Lei 11.482/07, a qual fixa o teto para pagamento do valor da indenização DPVAT. E ainda que em caso de eventual condenação, seja observado o que dispõe a Súmula 474 do STJ, a qual define que o valor indenizatório seja proporcional ao grau da lesão. requereu que em caso de eventual condenação, a correção monetária incida a partir da data do ajuizamento da ação, e ainda que os juros moratórios incidam a partir da citação, em observância a Súmula 426 do STJ. Requereu ainda que sejam os Honorários Advocatícios, arbitrados em no máximo 20%, (vinte por cento) sobre o valor da condenação. O Autor foi submetido a pericia médica, por ocasião da audiência de conciliação, estando o laudo pericial juntado no id. 24284683. A parte Autora no id. 24748253, manifestou concordância com o exposto laudo pericial. Impugnação à contestação no id. 26202430. Os autos vieram conclusos para sentença. É O RELATÓRIO. DECIDO. DA PRELIMINAR - ALTERAÇÃO DO POLO PASSIVO e DA NECESSIDADE DE INCLUSÃO DA SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS. Quanto ao pedido de alteração e inclusão da Seguradora Líder S/A no polo passivo da lide, INDEFIRO, porquanto da simples interpretação do que preconiza o artigo 7º, da Lei nº 6.194/74, denota-se a solidariedade de qualquer seguradora em responder pelo pagamento da indenização em virtude do seguro obrigatório. Ademais, segundo o artigo 283 do Código Civil de 2002, no que é acompanhado pelos artigos 7º § 1º e 8º da Lei 6.194/74, o devedor que satisfez a dívida pode exigir, em ação regressiva, de cada um dos codevedores a sua quota, portanto, desnecessária qualquer modificação no polo passivo desta ação. PRELIMINAR – CARÊNCIA DA AÇÃO – NECESSIDADE DE PEDIDO ADMINISTRATIVO No que concerne à necessidade de prévio requerimento administrativo para a cobrança de seguro DPVAT, a questão foi resolvida pelo STF no julgamento do Recurso Extraordinário 631.240/MG, no qual a Suprema Corte decidiu que a partir da data do julgamento do recurso (03/09/2014), se faz necessário o requerimento administrativo prévio, aplicando regra de transição às demandas ajuizadas antes desta data. No referido recurso, o eminente Ministro Roberto Barroso modificou o posicionamento majoritário anteriormente adotado por àquela Corte, decidindo que a instituição de condições para o regular exercício do direito de ação é compatível com o art. 5º, XXXV, da Constituição Federal, de modo que para se caracterizar a presença de interesse em agir, é exigida, porém, a comprovação do prévio pedido

administrativo não atendido. Todavia, não existe a necessidade de esgotamento das vias administrativas, isto é, não se pode apenas recorrer da decisão denegatória do benefício ou da indenização, mas existe apenas a necessidade do prévio requerimento administrativo, o indício de que existiu a tentativa de fazê-lo, a ponto de gerar a pretensão resistida e configurar a necessidade, leia-se, 'interesse-necessidade' de intervenção do Poder Judiciário. Na hipótese vertente, a parte Requerida apresentou defesa, impugnando os documentos acostados pela parte Autora para comprovar suas alegações quanto ao nexo causal entre o acidente e a indenização perseguida, restando, assim, configurado de forma inequívoca, que haveria objeção ao pedido na seara administrativa ou seria negado, surgindo dessa forma, o interesse de agir superveniente. Desta feita, REJEITO a preliminar. PRELIMINAR – INCORREÇÃO DO VALOR DA CAUSA Registro que em ações de cobrança de seguro obrigatório - DPVAT, a parte somente saberá o valor exato a que faz jus após se submeter à perícia, motivo pelo qual, assim como ocorre nas demandas em que se busca indenização por dano moral, a quantia postulada na exordial é meramente estimativa. Nesse encalço, a pretensão do Requerido para que seja atribuído valor da causa na forma específica determinada no art. 292 do CPC é impertinente, na medida em que a indenização securitária almejada pelo Autor, caso tenha êxito na lide, deverá obedecer ao grau da alegada invalidez, que pretende provar por meio de perícia técnica, restando correta a atribuição de valor estimativo à causa. Portanto, rejeito a preliminar. Inexistindo outras preliminares, passo a análise do mérito. O Seguro Obrigatório de Veículos Automotores de Vias Terrestres - Seguro DPVAT regulamentado na Lei n.º 6.194/74, dispõe que para o recebimento da indenização deve a parte comprovar, ainda que de forma simples, o acidente noticiado, o dano dele decorrente e o grau de invalidez do membro ou órgão lesado a ser observado no cálculo da indenização (art.5º, da Lei nº 6.194/74). Com a petição inicial foram juntados o Boletim de Ocorrência (id. 18929423) e Ficha de Atendimento (id. 18929421), sobrevindo no decorrer da instrução Laudo Pericial Judicial id. 24284683, concluindo de maneira inequívoca pela existência do nexo de causalidade entre acidente de trânsito e a debilidade permanente que acometeu a Requerente. Outrossim, eventual ausência da juntada do Boletim de Ocorrência ou o fato de ter sido lavrado em data posterior ao fato, não é motivo para recusa do pagamento, porquanto a Lei nº 6.194/74 não estabelece a obrigatoriedade de juntada de tal documento, prescrevendo apenas que a indenização será paga mediante a exibição de prova do acidente e do dano decorrente. Assim, se nos autos existem elementos hábeis a comprovar a ocorrência do acidente automobilístico, tais como a ficha de atendimento médico que relata ter sido determinada pessoa vítima de acidente de trânsito ou prontuário médico que indica que o atendimento hospitalar decorreu de acidente de trânsito, por si só, já são suficientes a comprovar o nexo de causalidade entre o acidente e a lesão. Portanto, comprovado nos autos o preenchimento dos requisitos da Lei 6.194 de 1974, faz jus a parte Autora ao recebimento da indenização securitária DPVAT, em atenção ao comando do artigo 3°, inciso II e §1°, da Lei n° 6.194, de 1974, devendo o valor da indenização deve ser proporcional ao grau da repercussão da debilidade suportada, nos termos da Súmula 544 do STJ, a qual tratou de atestar a validade da utilização da tabela do CNSP-SUSEP, o que garante a quantificação da indenização de acordo com o grau de invalidez, mesmo nos casos não contemplados pela MP 451/2008, senão vejamos: Súmula 544/STJ: É válida a utilização de tabela do Conselho Nacional de Seguros Privados para estabelecer a proporcionalidade da indenização do seguro DPVAT ao grau de invalidez também na hipótese de sinistro anterior a 16/12/2008, data da entrada em vigor da Medida Provisória n. 451/2008. (grifei) Desta feita, pela tabela anexa à Lei nº 6.194/74, com a redação alterada pela Lei nº 11.945/2009, em caso de perda completa da mobilidade de um dos joelhos o valor da indenização deve corresponder ao percentual de 25% (vinte e cinco por cento) do teto que é R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). Considerando que no presente caso, o laudo pericial judicial acostado aos autos (id. 24284683), dá conta de que a parte Autora apresenta debilidade parcial e permanente, caracterizada como de repercussão moderada, com perda de 50% (cinquenta por cento) de comprometimento do seu patrimônio físico, a indenização deve corresponder, portanto a quantia de R$ 1.687,50 (mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), incidindo sobre esse valor a correção monetária e juros de mora. Quanto ao termo inicial da cobrança dos juros de mora, deverão incidir a partir da citação, em consonância com a Súmula nº 426 do Superior Tribunal de Justiça. Relativo à correção monetária, deve ser aplicado o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, firmado através da Súmula 580, de que a correção monetária nas indenizações do Seguro Obrigatório deve ser computada da data do evento danoso. Com relação ao ônus da sucumbência, passo a adotar o entendimento que vem sendo aplicado pelo Tribunal de Justiça do Nosso Estado, no sentido que a procedência parcial do pedido quanto ao valor da indenização do seguro DPVAT, não configura sucumbência recíproca, mas mera adequação do quantum debeatur (pedido secundário), segundo os critérios legais, devendo a seguradora arcar, na totalidade, com os ônus sucumbenciais, aplicando-se a espécie o parágrafo único do art. 86 do CPC. Nesse sentido: "APELAÇÃO - AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT - INVALIDEZ PARCIAL PERMANENTE - INDENIZAÇÃO PROPORCIONAL - SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA – INOCORRÊNCIA – CONDENAÇÃO EXCLUSIVA DA SEGURADORA PELOS ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA – BAIXO VALOR DA CAUSA E DA CONDENAÇÃO – CASO CONCRETO QUE IMPÕE A FIXAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS POR APRECIAÇÃO EQUITATIVA - ART. 85, §8º, DO CPC – RAZOABILIDADE – PARTE VENCEDORA BENEFICIÁRIA DA JUSTIÇA GRATUITA – LIMITAÇÃO DO ART. 11, §1º, DA LEI nº 1.060/50 – INAPLICABILIDADE – RECURSO DESPROVIDO. Se a r. sentença acolheu pedido para condenação da seguradora ao pagamento da indenização por invalidez permanente, objeto da ação, não há falar em sucumbência recíproca.Em observância aos parâmetros legais que norteiam a matéria, atendidos os critérios da razoabilidade e em prestígio ao exercício da advocacia, impõe-se a manutenção dos honorários advocatícios fixados por apreciação equitativa, com fulcro no artigo 85, §8º, do CPC.Não há falar em limitação dos honorários advocatícios de que trata o artigo 11, §1º, da Lei 1.060/50, porquanto tal dispositivo fora revogado pelo Código de Processo Civil/1973, que passou a disciplinar as regras de sucumbência, atualmente regidas pelo novo Código de Processo Civil/2015. Precedentes do STJ". (RAC 0039578-05.2016.8.11.0041 – DES. GUIOMAR TEODORO BORGES, QUARTA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 30/01/2019, Publicado no DJE 01/02/2019) "SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) - LEI N. 11.945/09 – INDENIZAÇÃO –HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS – MINORAÇÃO – VALOR JUSTO E RAZOÁVEL - AUSÊNCIA DE SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA – RECURSO DESPROVIDO.O valor arbitrado a título de honorários advocatícios deve estar de acordo com o trabalho desempenhado pelo patrono. O fato de a parte autora não ter alcançado o quantum efetivamente pleiteado no momento do ajuizamento da inicial, não implica sucumbência recíproca". (RAC 1001713-91.2017.8.11.0041 – DES. CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA, TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 05/12/2018, Publicado no DJE 13/12/2018) Por sua vez, no que diz respeito ao valor da verba honorária, importante frisar que o Código de Processo Civil relegou ao parágrafo 8º do artigo 85, a instituição de regra excepcional, de aplicação subsidiária, para as hipóteses em que, havendo ou não condenação, for inestimável ou irrisório o proveito econômico obtido; ou for muito baixo o valor da causa, como são maioria dos casos envolvendo a cobrança de seguro DPVAT. A par disso, delineada a especificidade das demandas envolvendo tais pretensões indenizatórias, entendo que no caso, a fixação de honorários em percentual da condenação implicaria em montante irrisório, da mesma forma que a adoção do valor do valor da causa como base de cálculo para os honorários advocatícios resultaria em importância incompatível com o trabalho realizado pelos nobres causídicos, e não se mostra o mais equânime. Dentro desse contexto, levando em conta a natureza da demanda ser de baixa complexidade jurídica, o tempo exigido para desenvolvimento dos trabalhos, sem falar na existência de inúmeros processos sobre a mesma matéria, é que concluo como justo e razoável o arbitramento da verba sucumbencial em R$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais). ANTE O EXPOSTO, nos termos do artigo 487, inciso I, do CPC, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial para CONDENAR a parte Requerida PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, pagar a Requerente MATHEUS HENRIQUE FRANÇA DA SILVA, a quantia de R$ 1.687,50 (mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), referente à indenização do seguro DPVAT prevista no artigo 3º, inciso II, da Lei n 6.194/74, acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês a partir da citação (Súmula 426 STJ) e correção monetária a partir da data da ocorrência do sinistro, qual seja, 03/07/2017 (Súmula 580 STJ). CONDENO a parte Requerida ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como em honorários de sucumbência que fixo no valor de R$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais), nos termos do §8º do artigo 85

do Código de Processo Civil. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. YALE SABO MENDES Juiz de Direito

8ª Vara Cível

Intimação

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1045434-25.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ALTERNATIVA SERVICOS ADMINISTRATIVOS LTDA - ME (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Nilton Cecilio de Mesquita OAB - MT8067-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ANTONIO MARCELO DE OLIVEIRA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 8ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n° 1045434-25.2019.8.11.0041 Vistos e etc. Trata-se de execução de título extrajudicial cotas condominiais, movida por ALTERNATIVA SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA - ME em desfavor de ANTONIO MARCELO DE OLIVEIRA, já qualificados nos autos. O patrono da exequente juntou termo de acordo nos autos (ID 26776190) para homologação, entretanto, consta como devedor Joer Souza e não o executado Antonio Marcelo de Oliveira. Verifico ainda, que consta na petição inicial e no termo do acordo que se refere ao imóvel casa 16, Condomínio Morada da Serra 01. Assim intime-se a exequente para manifestar no prazo legal, após voltem-me conclusos. Cumpra-se. Cuiabá, 13 de dezembro de 2019 ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1058006-13.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE CAMERINO DE AZEVEDO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ADRIANO DE AZEVEDO ARAUJO OAB - MT13179-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BRADESCO VIDA E PREVIDENCIA S.A. (REQUERIDO)
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 8ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ PJE n° 1058006-13.2019.8.11.0041 DESPACHO A parte autora requer a concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita, deixando, contudo, de demonstrar que necessita do referido benefício. Portanto, nos termos do art. 99, § 2º do CPC, intime-a para emendar sua inicial, no prazo de 15 dias, comprovando a alegada hipossuficiência, devendo trazer aos autos documentação comprobatória de que faz jus aos benefícios da justiça gratuita, em especial, cópia dos três últimos holerites e/ou declaração de imposto de renda, sob pena de indeferimento (STJ, 3ª Turma. AgRg no Aresp 602.943/SP, rel. Min. Moura Ribeiro, DJe 04.02.2015). Cumpra-se. Cuiabá-MT, 13 de dezembro de 2019 Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1059495-85.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LANA KARLA VENANCIO DIAS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
CRISTIANE PEREIRA CARVALHO OAB - MT17658-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
UNIMED CUIABA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO (RÉU)
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 8ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n° 1059495-85.2019.8.11.0041 Vistos e etc. Infere-se que a autora postula a gratuidade da justiça, trazendo fotocópia da CTPS (Id 27339406), a qual demonstra data de saída 06/01/2020. Verifico, ainda, que o seu plano de saúde é patrocinado pela empresa que a desvinculará na data acima mencionada. Diante disso, determino a autora informar se o plano de saúde será mantido e/ou o contrato rescindido juntamento com o contrato de trabalho, devendo apresentar contrato do plano de saúde e demais documentos necessários para o devido esclarecimento, no prazo de quinze dias. Deverá, ainda, no mesmo prazo, trazer laudo médico pormenorizado relatando os tratamentos realizados, duração, bem como os benefícios que o procedimento postulado irá lhe proporcionar. Cuiabá, 13 de dezembro de 2019 ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1057680-53.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
DJANIRA RODRIGUES MOREIRA SANTOS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Lindolfo Macedo de Castro OAB - MT7174-O (ADVOGADO(A))
JULIANA MACEDO FOLES OAB - MT23173-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (RÉU)
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 8ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ PJE n° 1057680-53.2019.8.11.0041 DESPACHO A parte autora requer a concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita, deixando, contudo, de demonstrar que necessita do referido benefício. Portanto, nos termos do art. 99, § 2º do NCPC, intime-a para emendar sua inicial, no prazo de 15 dias, comprovando a alegada hipossuficiência, devendo trazer aos autos documentação comprobatória de que faz jus aos benefícios da justiça gratuita, em especial, cópia dos três últimos holerites e/ou declaração de imposto de renda, sob pena de indeferimento (STJ, 3ª Turma. AgRg no Aresp 602.943/SP, rel. Min. Moura Ribeiro, DJe 04.02.2015). Cumpra-se. Cuiabá-MT, 10 de dezembro de 2019 Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1041702-36.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO EDIFICIO RESIDENCIAL ILHA BELLA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANABELL CORBELINO SIQUEIRA DALTRO OAB - MT13544-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARA DAISY GIL DIAS (REQUERIDO)
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 8ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ PJE n° 1041702-36.2019.8.11.0041 DESPACHO Designo audiência de conciliação para o dia 07/04/2020 às 10:30 horas, que será realizada na Central de 1º Grau de Conciliação e Mediação da Comarca de Cuiabá, localizada no Fórum Desembargador José Vidal, sito na rua Desembargador Milton Figueiredo Mendes, s/n, Setor D, Centro Político Administrativo. Intime-se a parte autora para audiência de conciliação, na pessoa de seu advogado, nos termos do art. 334, § 3º do CPC. Cite-se e intime-se a(o) ré(u) para audiência de conciliação, respeitando a antecedência legal mínima de 20 (vinte) dias, prevista no art. 334 caput do CPC. Ficam as partes cientes de que o comparecimento acompanhado de advogado é obrigatório e que a ausência injustificada caracteriza ato atentatório à dignidade da justiça a ser sancionado com multa prevista no art. 334, § 8º do CPC. As partes, no entanto, podem constituir representantes por meio de procuração especifica, com poderes para negociar e transigir, conforme dispõe o art. 334, § 10 do CPC. Não havendo autocomposição, o prazo para contestação será de 15 (quinze) dias, iniciando-se a partir da audiência de conciliação, nos termos do art. 335, I do CPC. A ausência de apresentação da peça contestatória acarretará na revelia da parte ré, presumindo-se, neste caso, verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora. Decorrido o prazo para apresentação da contestação, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, impugnar a contestação. Intimem-se todos. Cuiabá-MT, 13 de dezembro de 2019 Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1044566-47.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:

RODOTANQUE TRANSPORTES & LOGISTICA EIRELI (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
DANILO HORA CARDOSO OAB - SP259805 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SEBASTIAO DE SOUZA FREIRE E CIA LTDA - ME (RÉU)
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 8ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n° 1044566-47.2019.8.11.0041 Vistos e etc. Não há pedido de justiça gratuita a ser analisado. Assim, intime-se a parte autora para que, em 15 (quinze) dias, comprove o recolhimento das custas e taxas judiciais iniciais, sob pena de indeferimento da petição inicial. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá-MT, 13 de dezembro de 2019 Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-62 MONITÓRIA
Processo Número: 1045191-81.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
N.P. LOCACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA - ME (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ IORI OAB - MT0007865A (ADVOGADO(A))
DIRCEU MENCATO OAB - 488.165.829-87 (REPRESENTANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
VIVIANA BENEDETT MALHEIROS (RÉU)
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 8ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n° 1045191-81.2019.8.11.0041 Vistos e etc. Este feito veio redistribuído da Comarca de Sinop/MT. Cientifiquem as partes acerca da redistribuição dos autos neste Juízo. Após, façam-e os autos conclusos para despacho saneador e/ou julgamento no estado em que se encontra. Cuiabá, 13 de dezembro de 2019 ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1048205-73.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BORDIGNON & ROCHA ADVOGADOS ASSOCIADOS S/S (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GEANE PORTELA E SILVA OAB - AC3632 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MANOEL ARCHANJO & ADVOGADOS ASSOCIADOS - EPP (EXECUTADO)
MEGS ASSESSORIA JURIDICA SOCIEDADE SIMPLES LTDA - EPP (EXECUTADO)
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 8ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ PJE n° 1048205-73.2019.8.11.0041 DESPACHO Cite-se o executado para pagar a dívida, no prazo de três dias, sob pena de lhe serem penhorados bens coercitivamente. Fixo os honorários advocatícios em 10% do valor da causa. No caso de integral pagamento da obrigação no prazo de três dias, a verba honorária será reduzida pela metade (art. 827, § 1º do CPC). O Sr. Oficial de Justiça deverá, uma vez constatado o não pagamento da obrigação, penhorar e avaliar bens lavrando-se auto, com a intimação do executado (art. 829, § 1º do CPC) Consigne no mandado que, no prazo para o oferecimento dos embargos, reconhecendo o crédito da exequente e comprovando o depósito de 30% do valor da execução, mais custas e honorários advocatícios, poderá o executado requerer o parcelamento do restante em até 06 (seis) parcelas (art. 916 do CPC). Cumpra-se. Cuiabá-MT, 13 de dezembro de 2019 Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1049477-05.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
TICKET SERVICOS SA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIO DE FREITAS MACEDO FILHO OAB - RS14630 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
RUY BARBOSA BAPTISTA (EXECUTADO)
SALMEN KAMAL GHAZALE (EXECUTADO)
CIRLEINE BARROZO MENDES (EXECUTADO)
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 8ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ PJE n° 1049477-05.2019.8.11.0041 DESPACHO Cite-se o executado para pagar a dívida, no prazo de três dias, sob pena de lhe serem penhorados bens coercitivamente. Fixo os honorários advocatícios em 10% do valor da causa. No caso de integral pagamento da obrigação no prazo de três dias, a verba honorária será reduzida pela metade (art. 827, § 1º do CPC). O Sr. Oficial de Justiça deverá, uma vez constatado o não pagamento da obrigação, penhorar e avaliar bens lavrando-se auto, com a intimação do executado (art. 829, § 1º do CPC) Consigne no mandado que, no prazo para o oferecimento dos embargos, reconhecendo o crédito da exequente e comprovando o depósito de 30% do valor da execução, mais custas e honorários advocatícios, poderá o executado requerer o parcelamento do restante em até 06 (seis) parcelas (art. 916 do CPC). Cumpra-se. Cuiabá-MT, 13 de dezembro de 2019 Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1052769-95.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
RICARDO AUGUSTO VAZ SEIXAS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA JOSE VAZ OAB - 209.364.781-87 (REPRESENTANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
CLEUZA SEIXAS (REQUERIDO)
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 8ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n° 1052769-95.2019.8.11.0041 Vistos e etc. Cite-se a ré para prestar as contas solicitadas ou contestar a ação, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 550 e seguintes, do Código de Processo Civil. Prestadas as contas, intime-se a parte autora para manifestar, também em 15 (quinze) dias. Cumpra-se. Cuiabá, 13 de dezembro de 2019 ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-62 MONITÓRIA
Processo Número: 1053298-17.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
TAURO MOTORS VEICULOS IMPORTADOS LTDA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
SIDNEI GUEDES FERREIRA OAB - MT7900-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VICENTE MATEUS DA SILVA (RÉU)
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 8ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n° 1053298-17.2019.8.11.0041 Vistos e etc Verifico que a pretensão inicial vem acompanhada de prova escrita sem eficácia de título executivo. Posto isto, nos termos do art. 701 do CPC, expeça-se mandado citatório e pagamento, com o prazo de quinze dias, nos termos do pedido inicial, e honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) do valor da causa, consignando que, caso o réu cumpra, ficará isento de custas. Conste, ainda, que nesse prazo o réu poderá oferecer embargos e, caso não haja cumprimento da obrigação ou oferecimento de embargos, haverá a conversão do mandado monitório em executivo. Cumpra-se. Cuiabá-MT, 13 de dezembro de 2019 Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1053421-15.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESCRITORIO CENTRAL DE ARRECADACAO E DISTRIBUICAO ECAD (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
PATRICK ALVES COSTA OAB - MT7993-B (ADVOGADO(A))
JESSICA FRANCISQUINI OAB - MT18351-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
NEGREIROS DE OLIVEIRA & RODRIGUES LTDA - ME (RÉU)
Magistrado(s):

ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 8ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ PJE n° 1053421-15.2019.8.11.0041 DESPACHO Designo audiência de conciliação para o dia 07 /04/2020 às 12:00 horas, que será realizada na Central de 1º Grau de Conciliação e Mediação da Comarca de Cuiabá, localizada no Fórum Desembargador José Vidal, sito na rua Desembargador Milton Figueiredo Mendes, s/n, Setor D, Centro Político Administrativo. Intime-se a parte autora para audiência de conciliação, na pessoa de seu advogado, nos termos do art. 334, § 3º do CPC. Cite-se e intime-se a(o) ré(u) para audiência de conciliação, respeitando a antecedência legal mínima de 20 (vinte) dias, prevista no art. 334 caput do CPC. Ficam as partes cientes de que o comparecimento acompanhado de advogado é obrigatório e que a ausência injustificada caracteriza ato atentatório à dignidade da justiça a ser sancionado com multa prevista no art. 334, § 8º do CPC. As partes, no entanto, podem constituir representantes por meio de procuração especifica, com poderes para negociar e transigir, conforme dispõe o art. 334, § 10 do CPC. Não havendo autocomposição, o prazo para contestação será de 15 (quinze) dias, iniciando-se a partir da audiência de conciliação, nos termos do art. 335, I do CPC. A ausência de apresentação da peça contestatória acarretará na revelia da parte ré, presumindo-se, neste caso, verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora. Decorrido o prazo para apresentação da contestação, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, impugnar a contestação. Após, façam-me os autos conclusos para análise do pedido de tutela inibitória, conforme requerido pela autora. Intimem-se todos. Cuiabá-MT, 13 de dezembro de 2019 Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1055095-28.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
FLY WALK INDUSTRIA DE CALCADOS EIRELI - ME (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE ROBERIO DE PAULA OAB - SP112832 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BEZERRA & PEPPE LTDA - ME (EXECUTADO)
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 8ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ PJE n° 1055095-28.2019.8.11.0041 DESPACHO Cite-se o executado para pagar a dívida, no prazo de três dias, sob pena de lhe serem penhorados bens coercitivamente. Fixo os honorários advocatícios em 10% do valor da causa. No caso de integral pagamento da obrigação no prazo de três dias, a verba honorária será reduzida pela metade (art. 827, § 1º do CPC). O Sr. Oficial de Justiça deverá, uma vez constatado o não pagamento da obrigação, penhorar e avaliar bens lavrando-se auto, com a intimação do executado (art. 829, § 1º do CPC) Consigne no mandado que, no prazo para o oferecimento dos embargos, reconhecendo o crédito da exequente e comprovando o depósito de 30% do valor da execução, mais custas e honorários advocatícios, poderá o executado requerer o parcelamento do restante em até 06 (seis) parcelas (art. 916 do CPC). Cumpra-se. Cuiabá-MT, 11 de dezembro de 2019 Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1003069-87.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MARIO MACARI (AUTOR(A))
MARIA KONZER MACARI (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ALINE CARINE VALUTKY OAB - MT24246/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CELSO BONINI (RÉU)
ANTONIO DINALO (RÉU)
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 8ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n° 1003069-87.2018.8.11.0041 Vistos e etc. Diante das diversas tentativas infrutíferas de citação do réu, bem como as diversas buscas de endereços já realizadas, DEFIRO citação desta por edital. Cite-se por edital, nos termos do art. 257 do Código de Processo Civil, no prazo de 30 (trinta) dias, o réu. Citada, por edital, e certificado a não manifestação no prazo legal, desde já, em consonância com o art. 72°, §2°, do Código de Processo Civil, nomeio como curador especial o Defensor Público que atua perante esta Vara. O art. 257, inciso II do CPC estabelece como requisito da citação por edital, a publicação na rede mundial de computadores, no sítio do respectivo tribunal e plataforma de editais do CNJ, que deve ser certificado nos autos. O edital de citação/intimação, com prazo de 30 dias, também deverá ser publicado em jornal local de ampla circulação, nos termos do parágrafo único do art. 257 do CPC/2015. Expeça-se o necessário. Cuiabá, 9 de dezembro de 2019 ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1042028-93.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ENOQUE MASATIKA ISHIZUKA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RUTH AIARDES OAB - MT15463-O (ADVOGADO(A))
JOAO BATISTA DE MORAES OAB - MT11059-N (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SUL AMERICA SEGUROS DE PESSOAS E PREVIDENCIA S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 8ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n° 1042028-93.2019.8.11.0041 Vistos e etc. Ante a informação de descumprimento, intime-se a parte contrária para se manifestar, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas. Decorrido o prazo, certifique-se e concluso. Cumpra-se com urgência. Cuiabá, 13 de dezembro de 2019 ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1036595-45.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
DILMA MAGALHAES LEQUE (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RUTE SOUZA OLIVEIRA OAB - MT18250-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SEGURADORA LÍDER (REQUERIDO)
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 8ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ PJE n° 1036595-45.2018.8.11.0041 DESPACHO A parte autora demonstrou que tentou protocolar pedido administrativo de pagamento do seguro DPVAT, não obtendo êxito, demonstrando, neste quadro processual, o interesse na prestação jurisprudencial. Defiro os benefícios da assistência judiciária gratuita, nos termos do art. 98 do CPC. Designo audiência de conciliação para o dia 23/04/2020 às 10:15 horas, que será realizada na Central de 1º Grau de Conciliação e Mediação da Comarca de Cuiabá, localizada no Fórum Desembargador José Vidal, sito na rua Desembargador Milton Figueiredo Mendes, s/n, Setor D, Centro Político Administrativo. Intime-se a parte autora para audiência de conciliação, na pessoa de seu advogado, nos termos do art. 334, § 3º do CPC. Cite-se e intime-se a(o) ré(u) para audiência de conciliação, respeitando a antecedência legal mínima de 20 (vinte) dias, prevista no art. 334 caput do CPC. Ficam as partes cientes de que o comparecimento acompanhado de advogado é obrigatório e que a ausência injustificada caracteriza ato atentatório à dignidade da justiça a ser sancionado com multa prevista no art. 334, § 8º do CPC. As partes, no entanto, podem constituir representantes por meio de procuração especifica, com poderes para negociar e transigir, conforme dispõe o art. 334, § 10 do CPC. Não havendo autocomposição, o prazo para contestação será de 15 (quinze) dias, iniciando-se a partir da audiência de conciliação, nos termos do art. 335, I do CPC. A ausência de apresentação da peça contestatória acarretará na revelia da parte ré, presumindo-se, neste caso, verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora. Decorrido o prazo para apresentação da contestação, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, impugnar a contestação. Intimem-se todos. Cuiabá-MT, 13 de dezembro de 2019 Ana Paula da Veiga Carlota

Miranda Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1035465-54.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
GUSMAN MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ ANTONIO GIROLDO FILHO OAB - MT17143-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CENTRAL TELECOM COMERCIO DE TELEFONIA CELULAR EIRELI - ME (EXECUTADO)
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 8ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n° 1035465-54.2017.8.11.0041 Vistos e etc. Diante das diversas tentativas infrutíferas de citação do réu, bem como as diversas buscas de endereços já realizadas, DEFIRO citação desta por edital. Cite-se por edital, nos termos do art. 257 do Código de Processo Civil, no prazo de 30 (trinta) dias, o réu. Citada, por edital, e certificado a não manifestação no prazo legal, desde já, em consonância com o art. 72°, §2°, do Código de Processo Civil, nomeio como curador especial o Defensor Público que atua perante esta Vara. Expeça-se o necessário. Cuiabá, 13 de dezembro de 2019 ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-14 CARTA PRECATÓRIA CÍVEL
Processo Número: 1042046-51.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LUCIEN FABIO FIEL PAVONI (LITISCONSORTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCIEN FABIO FIEL PAVONI OAB - MT6525-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ADAIR JOSE ALVES MOREIRA (LITISCONSORTE)
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 8ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n° 1042046-51.2018.8.11.0041 Vistos e etc. Cite-se. Após, devolva-se os autos ao Juízo de origem. Cuiabá, 13 de dezembro de 2019 ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1011616-53.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JEFERSON ESTEVES BARRETO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Lemir Feguri OAB - MT10335-N (ADVOGADO(A))
SAULO DALTRO MOREIRA SILVA OAB - MT10208-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO(A))

Impulsiono o presente feito para fins de INTIMAÇÃO DAS PARTES - AUTOR E RÉU, por seus advogados, via DJE, referente a realização da perícia agendada para o dia 23/01/2020, sendo o atendimento por ordem de chegada das 08h:00 às 11:00, no consultório médico do Dr. Roberto Gomes de Azevedo – CRM/MT 1958, localizado na Rua 24 de Outubro, 827, galeria 24 de outubro, sala 08, Bairro Popular, Cuiabá-MT, telefone(s): (65) 2127-8022/ (65) 9 9631-9747 – ID: 27076356.

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1009009-96.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
OBSERVATORIO N BAR LTDA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
WAGNER VASCONCELOS DE MORAES OAB - MT15244-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ASSOCIACAO VIA LACTEA - CAMINHO, LUZ E VIDA (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
REGIS PODEROSO DE SOUZA OAB - SP230402 (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 8ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n° 1009009-96.2019.8.11.0041. Vistos. Trata-se de pedido de levantamento de valores formulado pela exequente no DID 27107505. Infere-se que as partes se compuseram (Id 20314324) e renunciaram ao prazo recursal (cláusula 2º, § 4º). O acordo foi homologado no ID 20996698. Depósito parcial (Id 26812169). Assim, DEFIRO o levantamento dos valores em favor da exequente, cujos dados bancários estão descritos no Id 27107505. Expeça-se o alvará. Cuiabá, 13 de dezembro de 2019. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1054735-93.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
DANILO FERREIRA DE SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANABELL CORBELINO SIQUEIRA DALTRO OAB - MT13544-O (ADVOGADO(A))
SAULO DALTRO MOREIRA SILVA OAB - MT10208-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (REQUERIDO)
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 8ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ PJE n° 1054735-93.2019.8.11.0041 DESPACHO Defiro os benefícios da assistência judiciária gratuita, nos termos do art. 98 do CPC. Em que pese o disposto no art. 334 do CPC, nesta data não há pauta disponibilizada pelo CEJUSC para a realização da audiência de tentativa de composição neste ano, sendo que o sistema para agendamento para próximo ano está indisponível no momento. A promoção de acordo pode e deve ser facilitada em qualquer fase processual pelo juízo, quer em audiência de instrução, quer em havendo pedido das partes. Assim, visando que este feito tenha duração razoável e competindo as partes empreender esforços para que o processo se encerre em tempo razoável – arts. 4° e 6° do CPC, deixo de designar a audiência de conciliação. Portanto, velando pela duração razoável do processo, art. 139, III do CPC, CITE-SE e INTIME-SE o RÉU para oferecimento de defesa, no prazo de quinze dias, com termo inicial previsto no art. 231 do CPC. A ausência de apresentação da peça contestatória acarretará na revelia da parte ré, presumindo-se, neste caso, verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora. Decorrido o prazo para apresentação da contestação, a parte autora deverá ser intimada para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, impugnar a contestação. Intimem-se todos. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1059405-77.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
E. N. S. M. (AUTOR(A))
LUCIA MARTIM (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
VICTOR HUGO VIDOTTI OAB - MT11439-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SEGURADORA LÍDER (RÉU)
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 8ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ PJE n° 1059405-77.2019.8.11.0041 DESPACHO Defiro os benefícios da assistência judiciária gratuita, nos termos do art. 98 do CPC. Em que pese o disposto no art. 334 do CPC, nesta data não há pauta disponibilizada pelo CEJUSC para a realização da audiência de tentativa de composição neste ano, sendo que o sistema para agendamento para próximo ano está indisponível no momento. A promoção de acordo pode e deve ser facilitada em qualquer fase processual pelo juízo, quer em audiência de instrução, quer em havendo pedido das partes. Assim, visando que este feito tenha duração razoável e competindo as partes empreender esforços para que o processo se encerre em tempo razoável – arts. 4° e 6° do CPC, deixo de designar a audiência de conciliação. Portanto, velando pela duração razoável do processo, art. 139, III do CPC, CITE-SE e INTIME-SE o RÉU para oferecimento de defesa, no prazo de quinze dias, com termo inicial previsto no art. 231 do CPC. A ausência de

apresentação da peça contestatória acarretará na revelia da parte ré, presumindo-se, neste caso, verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora. Decorrido o prazo para apresentação da contestação, a parte autora deverá ser intimada para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, impugnar a contestação. Intimem-se todos. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1057304-67.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE DOMINGOS DA CONCEICAO PEREIRA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 8ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ PJE n° 1057304-67.2019.8.11.0041 DESPACHO Defiro os benefícios da assistência judiciária gratuita, nos termos do art. 98 do CPC. Em que pese o disposto no art. 334 do CPC, nesta data não há pauta disponibilizada pelo CEJUSC para a realização da audiência de tentativa de composição neste ano, sendo que o sistema para agendamento para próximo ano está indisponível no momento. A promoção de acordo pode e deve ser facilitada em qualquer fase processual pelo juízo, quer em audiência de instrução, quer em havendo pedido das partes. Assim, visando que este feito tenha duração razoável e competindo as partes empreender esforços para que o processo se encerre em tempo razoável – arts. 4° e 6° do CPC, deixo de designar a audiência de conciliação. Portanto, velando pela duração razoável do processo, art. 139, III do CPC, CITE-SE e INTIME-SE o RÉU para oferecimento de defesa, no prazo de quinze dias, com termo inicial previsto no art. 231 do CPC. A ausência de apresentação da peça contestatória acarretará na revelia da parte ré, presumindo-se, neste caso, verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora. Decorrido o prazo para apresentação da contestação, a parte autora deverá ser intimada para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, impugnar a contestação. Intimem-se todos. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1027306-25.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LORENA ALESSANDRA DA SILVA COSTA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
HUMBERTO AFFONSO DEL NERY OAB - MT6945-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUCIMAR CRISTINA GIMENEZ CANO OAB - MT8506-A (ADVOGADO(A))
LUIZ HENRIQUE VIEIRA OAB - MT26417-A (ADVOGADO(A))

Impulsiono o presente feito para fins de INTIMAÇÃO DAS PARTES - AUTOR E RÉU, por seus advogados, via DJE, referente a realização da perícia agendada para o dia 23/01/2020, sendo o atendimento por ordem de chegada das 08h:00 às 11:00, no consultório médico do Dr. Roberto Gomes de Azevedo – CRM/MT 1958, localizado na Rua 24 de Outubro, 827, galeria 24 de outubro, sala 08, Bairro Popular, Cuiabá-MT, telefone(s): (65) 2127-8022/ (65) 9 9631-9747 – ID: 27076361.

Despacho Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1001411-28.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BIANCA SANTOS PEREIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
VINICIUS YULE PARDI OAB - MT23293/O (ADVOGADO(A))
EVALDO CORSI JUNIOR OAB - MT17676-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUCIMAR CRISTINA GIMENEZ CANO OAB - MT8506-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
BRUNO D'OLIVEIRA MARQUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 8ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ V Vistos em Correição. Considerando inexistir nos autos elementos hábeis a ilidir a presunção legal de hipossuficiência econômica atestada pela parte autora, DEFIRO o pedido de gratuidade da justiça, conforme as isenções estabelecidas nos artigos 98, § 1º, e 99, ambos do Código de Processo Civil. Ante o disposto no artigo 334 do Código de Processo Civil, uma vez que a petição inicial preenche os requisitos essenciais delineados nos artigos 319 e 320 do citado Diploma Processual e não sendo, ainda, o caso de improcedência liminar do pedido (art. 332, CPC), DESIGNE-SE audiência de conciliação, a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação. Observando-se o prazo de, pelo menos, 20 (vinte) dias de antecedência, CITE-SE a parte requerida para apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia e presunção de veracidade das alegações de fato formuladas pela parte autora, nos termos do que dispõem os arts. 335 e 344 ambos do Código de Processo Civil. INTIMEM-SE as partes da data designada para a audiência de conciliação, com as advertências do artigo 334, parágrafos 8º, 9º e 10º, do Código de Processo Civil, devendo a parte autora ser intimada na pessoa de seu patrono, por meio de publicação na imprensa oficial (art. 334, § 3º, CPC). No caso da parte autora ter informado seu desinteresse na composição consensual e havendo, também, manifestação de desinteresse da parte requerida, desde que no prazo de 10 (dez) dias da data designada para a audiência (art. 334, § 4º e § 5º, CPC), certifique-se o cancelamento do ato e aguarde-se em cartório o transcurso do prazo para apresentação de defesa. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Cuiabá, 08 de Fevereiro de 2018. BRUNO D'OLIVEIRA MARQUES Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1043944-02.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
EBC - EMPRESA BRASILEIRA DE CONSTRUCOES LTDA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANA PAULA PEREIRA SEBA OAB - MT8722-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CONSTRUTORA AFFONSECA SA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 8ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n° 1043944-02.2018.8.11.0041 Vistos e etc. Trata-se de execução de título extrajudicial proposta por EBC – Empresa Brasileira de Construções Ltda em desfavor de Construtora AFFOSENCA, objetivando o recebimento de R$ 1.190.963,60 (hum milhão, cento e noventa mil, novecentos e sessenta e três reais e sessenta centavos), devidamente corrigidos. Intimada para efetuar o pagamento no prazo de três ou opor embargos à execução (id nº 21234111), a executada deixou transcorrer o prazo in albis (certidão id nº 2426318). No id nº 219877881 a exequente requereu a penhora do bem imóvel, dado em garantia no ato em contrato em conta participação firmado entre as partes. Assim, para análise do pedido formulado, fora solicitado que a exequente acostasse aos autos certidão atualizada do imóvel, cumprida no id nº 25115440. É o necessário. DEFIRO o pedido de penhora de id nº 219878814. Assim, penhore-se e avaliem-se o imóvel descrito na matricula n° 3.420 do 2° Serviço Notarial e Registro de Imóveis de Cuiabá-MT, em nome do executado. Após, intimem-se o executado da penhora, conforme determina o art. 841 e 842 do CPC/15. Cumpra-se expedindo o necessário. Cuiabá, 13 de dezembro de 2019 ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1023894-52.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ROYAL CRED. SECURITIZADORA S.A. (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANA CAROLINA SCARACATI OAB - MT11166-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CONDOMINIO EDIFICIO FOREST HILL (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RICARDO ARRUDA DE LEMOS OAB - MT18363/O (ADVOGADO(A))
RUI PAULO MARTINS ABRACOS OAB - MT11755-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 8ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n° 1023894-52.2018.8.11.0041 Vistos e etc. Trata-se de execução de título executivo extrajudicial proposta por Royal Cred, Securitizadora S.A em face de Condomínio Forest Hill, todos qualificados e representados. Compulsando os autos, verifica-se que o executado foi devidamente citado para apresentar os embargos à execução (id 15943012), porém foi certificado no Id nº 21302905, que deixou transcorrer o prazo. Informa o executado na petição de Id nº 21600647, que propôs, tempestivamente, os embargos à execução distribuídos em apartado, registrado sob PJe nº 1021988-90.2019.8.116.0041, assim requer retificação da certidão de Id nº 21302905, bem como a apreciação do citado embargos. Nestes termos, determino o apensamento dos embargos à execução PJe nº 1021988-90.2019.8.116.0041, a este feito principal. Após, conclusos. Expeça-se o necessário. Intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá, 13 de dezembro de 2019. ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1029701-53.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
L.Z COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESPORTE LTDA - ME (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS REZENDE JUNIOR OAB - MT9059-O (ADVOGADO(A))
WILLIAN MARQUES SOLANO ROSA OAB - MT24395-O (ADVOGADO(A))
JACKSON NICOLA MAIOLINO OAB - MT17147-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FREDERICO DE LIMA RAMIRES (EXECUTADO)
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 8ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ PJE n° 1029701-53.2018.8.11.0041 DESPACHO Intime-se o executado para se manifestar no prazo legal sobre a informação de descumprimento do acordo, em cinco dias. Cuiabá-MT, 13 de dezembro de 2019 Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1035692-44.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CID IMOVEIS EIRELI - EPP (EXEQUENTE)
JOSE ARAUJO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
OTACILIO PERON OAB - MT3684-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
RIO CLARO TURISMO LTDA - ME (EXECUTADO)
OSMAR NUNES DA SILVA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 8ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n° 1035692-44.2017.8.11.0041 Vistos e etc. Diante das diversas tentativas infrutíferas de citação do réu, bem como as diversas buscas de endereços já realizadas, DEFIRO citação desta por edital. Cite-se por edital, nos termos do art. 257 do Código de Processo Civil, no prazo de 30 (trinta) dias, o réu. Citada, por edital, e certificado a não manifestação no prazo legal, desde já, em consonância com o art. 72°, §2°, do Código de Processo Civil, nomeio como curador especial o Defensor Público que atua perante esta Vara. Expeça-se o necessário. Cuiabá, 13 de dezembro de 2019 ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA Juíza de Direito

Expediente

Intimação das Partes
JUIZ(A): Ana Paula da V. Carlota Miranda
Cod. Proc.: 1070750 Nr: 55720-21.2015.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MARINHO COMERCIO DE AUTOMOVEIS LTDA, JOAQUIM MARINHO ALVES DA SILVA
PARTE(S) REQUERIDA(S): DEUSDETH GOMES DA NEIVA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MARCO AURELIO MONTEIRO ARAUJO - OAB:8.510/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: AFFONSO FLORES SCHENDROSKI - OAB:21669/O
Vistos.
Ante o teor da certidão de p. 148, redesigno o dia 27 de fevereiro de 2020 às 14h00min, para audiência de instrução e julgamento.
Intimem-se todos nos termos da decisão de p.140.
Ana Paula da Veiga Carlota Miranda
Juíza de Direito

Intimação das Partes
JUIZ(A): Ana Paula da V. Carlota Miranda
Cod. Proc.: 843738 Nr: 47630-92.2013.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: SPOLADOR CORRETORA DE SEGUROS S/A
PARTE(S) REQUERIDA(S): CLARO S/A - AMERICEL TELECOMUNICAÇÕES S/A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: NAURA NÉDIA LEITE DE OLIVEIRA - OAB:10.180/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: MARCOS VINICIUS LUCCA BOLIGON - OAB:12.099-B-MT
SENTENÇA
Trata-se de AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS COM PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS requerida por SPOLADOR CORRETORA DE SEGUROS LTDA em face de CLARO S.A, já qualificadas nos autos.
A executada depositou o valor de R$ 29.647,01 (vinte e nove mil, seiscentos e quarenta e sete reais, e um centavo), à p. 203/215 requerendo a extinção do feito.
O exequente concordou com a quantia depositada, reconhecendo a satisfação do crédito à (p. 216/217).
É o breve relatório.
DECIDO.
Considerando que a prestação jurisdicional atingiu seu objetivo, que é o cumprimento da obrigação, e tendo em vista a concordância do exequente com o valor depositado em juízo à p. 203/2015, reconheço a satisfação da obrigação.
Com estas considerações, EXTINGO este feito, nos termos do artigo 924, inciso II do Código de Processo Civil.
Diante disso, EXPEÇAM-SE 2 (DOIS) ALVARÁS, conforme as especificações e os dados bancários descritos à (p. 216/217).
Após o trânsito em julgado, PROCEDAM-SE as baixas necessárias com as cautelas de praxe.
Cumpra-se.
Ana Paula da Veiga Carlota Miranda
Juíza de Direito

Intimação das Partes
JUIZ(A): Ana Paula da V. Carlota Miranda
Cod. Proc.: 908489 Nr: 35838-10.2014.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: TDOV, SANDRA LÚCIA DE OLIVEIRA
PARTE(S) REQUERIDA(S): ESCOLA SÃO BENEDITO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: UBIRAJARA DE SIQUEIRA FILHO - OAB:15714/O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ANA PAULA DA SILVA CARDOSO - OAB:10405, PLINIO JOSE DE SIQUEIRA NETO - OAB:10405 MT
SENTENÇA
Trata-se de AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER COM TUTELA ANTECIPADA C/C DANOS MORAIS em fase de CUMPRIMENTO DE SENTENÇA requerida por THAWAN DE OLIVEIRA VOLNES representado por sua genitora SANDRA LÚCIA DE OLIVEIRA em face de ESCOLA SÃO BENEDITO, já qualificada nos autos.
A executada depositou o valor de R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), à p.121/123, requerendo a extinção do feito.
A exequente foi intimada para manifestar acerca do pagamento voluntário à p.124, porém deixou transcorrer o prazo sem manifestação nos autos, conforme certidão de (p. 125).
É o breve relatório.
DECIDO.

Considerando que a prestação jurisdicional atingiu seu objetivo, que é o cumprimento da obrigação, e tendo em vista o silêncio da exequente quanto ao valor depositado em juízo à p. 121/123, dou por satisfeita a obrigação.
Com estas considerações, EXTINGO este feito, nos termos do artigo 924, inciso II do Código de Processo Civil.
Diante disso, intime-se a exequente para apresentar seus dados bancários, dentro do prazo legal. Ficando desde já, autorizada a expedição do alvará.
Após o transito em julgado, PROCEDA-SE as baixas necessárias com as cautelas de praxe.
Cumpra-se.
Ana Paula da Veiga Carlota Miranda
Juíza de Direito

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Ana Paula da V. Carlota Miranda
Cod. Proc.: 730436 Nr: 26498-47.2011.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MAXVINIL TINTAS E VERNIZES S/A
PARTE(S) REQUERIDA(S): BRASIL TELECOM S.A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: HOMERO HUMBERTO MARCHERZAN AUZANI - OAB:6624/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ALEXANDRE MIRANDA LIMA - OAB:13241-A/MT, ELADIO MIRANDA LIMA - OAB:13242-A
Vistos.
Trata-se de cumprimento de sentença. Assim, promovam-se as devidas anotações.
Intime-se a devedora, através de seus patronos, para cumprimento da obrigação, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 513, § 2º do CPC), efetuando o pagamento do valor indicado no demonstrativo discriminado e atualizado do crédito.
Na hipótese de a devedora ser representada pela Defensoria Pública ou quando não tiverem procuradores constituídos nos autos, ressalvando a possibilidade do inciso IV do art. 513 do CPC, a intimação para cumprimento da sentença deverá ser realizada por carta com aviso de recebimento, no prazo de 15 (quinze) dias.
A intimação da devedora somente será realizada por edital, quando, citados na forma do art. 256 do CPC e tiverem sido revéis na fase de conhecimento.
Não ocorrendo o pagamento no mesmo prazo, o débito será acrescido de multa de 10% e também de honorários advocatícios de 10%, de acordo com o § 1º do art. 523 do CPC.
Em caso de pagamento parcial a multa e honorários recairá somente sobre o saldo remanescente (art. 523, § 2º o do CPC).
Por fim, se a devedora não efetuar tempestivamente o pagamento voluntário, expeça-se mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação, como impõe o § 3º do art. 523 do CPC.
Deverá constar no mandado de intimação que, decorrido o prazo sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que os executados, independente de penhora ou nova intimação, apresentem querendo, sua impugnação nos próprios autos, na forma prevista no art. 525 do CPC.
Cumpra-se expedindo o necessário.
Ana Paula da Veiga Carlota Miranda
Juíza de Direito

Intimação das Partes
JUIZ(A): Ana Paula da V. Carlota Miranda
Cod. Proc.: 886145 Nr: 20629-98.2014.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ERENICE BORGES LEITE
PARTE(S) REQUERIDA(S): AVON INDÚSTRIA DE COSMÉTICOS LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CLAUDISON RODRIGUES - OAB:9901/MT, MILTON JONES AMORIM VIEIRA - OAB:16.216/O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: HORÁCIO PERDIZ PINHEIRO NETO - OAB:157.407/SP, LEONARDO SULZER PARADA - OAB:11846-B/MT, RODRIGO NUNES - OAB:144.766/OAB-SP, TIAGO AUED - OAB:9873-B/MT
Vistos, etc.
Trata-se de AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA C/C INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL E PEDIDO DE LIMINAR DE TUTELA ajuizado por ERENICE BORGES LEITE em desfavor de AVON INDÚSTRIA DE COSMÉTICOS LTDA, todos qualificados nos autos.
Considerando que a prestação jurisdicional atingiu seu objetivo, que é o cumprimento da obrigação, e tendo em vista a concordância da exequente com o valor depositado em juízo à p. 221/224, reconheço a satisfação da obrigação.
Diante dessas considerações, EXTINGO este cumprimento de sentença, nos termos do artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil.
Perante o litígio entre os procuradores da exequente, determino que o Dr. Milton Jones Amorim Vieira e o Dr. Claudison Rodrigues apresentem cópias do contrato celebrado entre eles com relação à porcentagem dos honorários sucumbenciais e contratuais, dentro do prazo legal.
No mais, intime-se a parte exequente para que apresente seus dados bancários, dentro do prazo legal, ficando desde já autorizado a expedição do alvará somente do que lhe for de direito.
Após, cumpridas as diligências necessárias, sejam arquivados os autos.
P.I. Cumpra-se.
Ana Paula da Veiga Carlota Miranda
Juíza de Direito

Intimação das Partes
JUIZ(A): Ana Paula da V. Carlota Miranda
Cod. Proc.: 380016 Nr: 16104-49.2009.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: JOSE PEREIRA SOARES
PARTE(S) REQUERIDA(S): PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ALEXANDER FERREIRA DE SANTANA - OAB:10.138, ARIANE HELENA MARTINS MIGUEL ARAÚJO - OAB:12.064, GLAZIANE TEIXEIRA DA SILVA - OAB:8.575/MT, ISABELLA SIRIN SCAFF - OAB:12309, KARLA CRISTINA FERREIRA DE ARRUDA - OAB:10551, LEMIR FEGURI - OAB:10.335/MT, MARAIZA DA SILVA PAIXAO - OAB:11.501MT, MICHELLE FASCINI XAVIER - OAB:11413/MT, RODOLFO LUIZ DE ALVARENGA - OAB:11.882-B
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: RENATO CHAGAS CORRÊA DA SILVA - OAB:8.184-A/MT
Vistos e etc.
Diante da divergência entre os cálculos apresentados pelas partes, DETERMINO a remessa dos autos ao contador judicial para a verificação do valor devido.
Com a apresentação dos cálculos, INTIMEM-SE as partes se manifesta no prazo de 05 (cinco) dias.
Após, voltem os autos conclusos.
Cumpra-se.
Ana Paula da Veiga Carlota Miranda
Juíza de Direito

Intimação das Partes
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 735321 Nr: 31669-82.2011.811.0041
AÇÃO: Procedimento Sumário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: LUIZ HENRIQUE SABINO
PARTE(S) REQUERIDA(S): PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: GLAZIANE TEIXEIRA DA SILVA - OAB:8.575/MT, WILSON MOLINA PORTO - OAB:12.790-A/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: LUCIMAR CRISTINA GIMENEZ CANO - OAB:8506-A/MT
Ficam devidamente intimadas às partes de que foi designada perícia para o dia 31 de março de 2020 às 09:00 horas, realizar-se-á no Consultório do Perito, Dr. Flávio Ribeiro de Mello, sito na Av. das Flores, n. 843, sala 11, 1º andar, Bloco anexo de Consultórios do Hospital Jardim Cuiabá (entrada pela Rua das Dálias), Jardim Cuiabá, nesta Capital, tel. 3025 3060 / 99223 7073, sendo que o advogado da parte autora ficará responsável pela condução da parte na data e horário da realização da perícia.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Ana Paula da V. Carlota Miranda
Cod. Proc.: 755953 Nr: 8028-31.2012.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de

Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: K K REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA, KARLA BEATRIZ JACOB DE MELO, KENER BELO DOS SANTOS
PARTE(S) REQUERIDA(S): CLARO S/A (TELEFONIA MÓVEL)
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: FREDERICO LEONCIO GAIVA NETO - OAB:13.537/MT, JEAN MARTINS PEREIRA - OAB:8.277/MT, JOSÉ CRISTOVÃO MARTINS JUNIOR - OAB:13.294, JOSÉ MORENO SANCHES JUNIOR - OAB:4.759/MT, MARIA DO CARMO DE OLIVEIRA NETA - OAB:2978/MT, TARYNI MARCELLY MORENO DE ASSUNÇÃO - OAB:11993
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: AOTORY DA SILVA SOUZA - OAB:14.994-A
SENTENÇA
Trata-se de AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO POR DANOS MORAIS C/C PEDIDO DE LIMINAR PELO RITO SUMÁRIO EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA requerida por K K REPRESENTAÇOES COMERCIAIS LTDA representada por KARLA BEATRIZ JACOB DE MELO e KENER BELO DOS SANTOS em face de CLARO S/A, já qualificadas nos autos.
A executada depositou o valor de R$ 9.868,35 (nove mil, oitocentos e sessenta e oito reais e trinta e cinco centavos) à p. 257/259, requerendo a extinção do feito.
O exequente concordou com a quantia depositada, reconhecendo a satisfação do crédito à (p. 270/271).
É o breve relatório.
DECIDO.
Considerando que a prestação jurisdicional atingiu seu objetivo, que é o cumprimento da obrigação, e tendo em vista a concordância do exequente com o valor depositado em juízo à p. 257/259, reconheço a satisfação da obrigação.
Com estas considerações, EXTINGO este feito, nos termos do artigo 924, inciso II do Código de Processo Civil.
Diante disso, EXPEÇA-SE alvará, conforme os dados bancários descritos à (p. 270/271).
Após o transito em julgado, PROCEDA-SE as baixas necessárias com as cautelas de praxe.
Cumpra-se.
Ana Paula da Veiga Carlota Miranda
Juíza de Direito

Intimação das Partes
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 769854 Nr: 22847-70.2012.811.0041
AÇÃO: Procedimento Sumário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: EDUARDO MARCELO DA VEIGA CARLOTA
PARTE(S) REQUERIDA(S): ELDORADO COMERCIO DE MOTOS LTDA, BCI BRASIL CHINA IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA S/A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: LEONARDO BOAVENTURA ZICA - OAB:13574-B, MÁRIO MÁRCIO DE OLIVEIRA RIBEIRO - OAB:4971/MT, OMAR EL JAMEL - OAB:14.624/MT, RAFAEL COSTA BERNARDELLI - OAB:13.411-A/MT, RODRIGO LEITE DE BARROS ZANIN - OAB:12.129-A/MT, TAMIRIS CRUZ POIT - OAB:14659/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO - OAB:23.255/PE, ELIANE LEITE SAMPAIO - OAB:4991/MT, LUIZ GILBERTO CASTELO ALVES - OAB:15450-O/MT, WALDIR CECHET JUNIOR - OAB:4.111/MT
Nesta data, intimo as partes para se manifestar acerca do retorno dos autos, no prazo de 5 (cinco) dias.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Ana Paula da V. Carlota Miranda
Cod. Proc.: 814757 Nr: 21215-72.2013.811.0041
AÇÃO: Procedimento Sumário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: INGRID CRISTINA DA CRUZ SANTOS
PARTE(S) REQUERIDA(S): MAPFRE SEGURADORA S/A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ARIANE HELENA MARTINS MIGUEL ARAÚJO - OAB:12.064
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JACÓ CARLOS SILVA COELHO - OAB:15013-A/MT, RUBIA EMANUELLA SOARES RIBEIRO - OAB:16120/MT
Vistos, etc.
Trata-se de AÇÃO DE COBRANÇA DO BENEFÍCIO DO SEGURO C/C DANOS MORAIS PELO RITO SUMÁRIO ajuizado por INGRID CRISTINA DA CRUZ SANTOS em desfavor de MAFRE SEGURADORA S.A, todos qualificados nos autos.
As partes celebraram acordo, devidamente homologado pelo Tribunal de Justiça, e que em seguida a exequente manifestou pelo arquivamento, devido o cumprimento da obrigação, (p. 351/355).
Diante dessas considerações, CUMPRA-SE a decisão de p. 346 e ARQUIVE-SE.
Ana Paula da Veiga Carlota Miranda
Juíza de Direito

Intimação das Partes
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 869913 Nr: 9482-75.2014.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ANA MARGARIDA DE OLIVEIRA
PARTE(S) REQUERIDA(S): BANCO DO BRASIL S.A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JOSÉ MORENO SANCHES JUNIOR - OAB:4.759/MT, MARIA DO CARMO DE OLIVEIRA NETA - OAB:2978/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA - OAB:19081-A, SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS - OAB:14.258-A/MT
Nesta data, intimo a parte autora para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 5 (cinco) dias.

Intimação para Advogado(a) -> (Diversos)
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 909815 Nr: 36721-54.2014.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: SUELI PEREIRA BARBOSA
PARTE(S) REQUERIDA(S): SDB COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CARLINHOS BATISTA TELES - OAB:6656/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: MANOEL AUGUSTO DE FIGUEIREDO COELHO - OAB:4937/MT
Nesta data, cumprindo o que determina o Art. 431 da CNGC (Prov. 41/2016), INTIMO o Dr(ª) RAFAELLA ALT DE OLIVEIRA , OAB/MT nº 15973, para que devolva estes autos no prazo de 03 (três) dias útes, nos termos do art. 234, §§ 1º e 2º, CPC sob pena de perda do direito de vistas fora do cartório, multa correspondente à metade do salário-mínimo e comunicação à OAB para providências disciplinares.

Intimação das Partes
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 912688 Nr: 60873-69.2014.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: SEBASTIAO JOSE DE MORAES
PARTE(S) REQUERIDA(S): BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Elias Pessoa de Lima - OAB:13077, JOSÉ CARLOS DA SILVA - OAB:35.823
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: MAURO PAULO GALERA MARI - OAB:3056/MT
Nesta data, intimo a parte autora para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 5 (cinco) dias.

Intimação das Partes
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 932492 Nr: 50660-04.2014.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: FERNANDA UEMURA, RAFAEL UEMURA, DANIEL UEMURA
PARTE(S) REQUERIDA(S): BANCO DO BRASIL S/A

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: FERNANDA PIEPER ESPINOLA - OAB:8489/MT, MARCO ANTONIO JOBIM - OAB:6412, MARCO ANTONIO JOBIM - OAB:6412/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: GUSTAVO AMATO PISSINI - OAB:13.842-A, JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA - OAB:19081-A, MARIANA CRISTINA CORREA DE ANDRADE - OAB:15549-O/MT, SERVIO TULIO DE BARCELOS - OAB:14258-A/MT

Nesta data, intimo a parte autora para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 5 (cinco) dias.

Intimação das Partes

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 1095101 Nr: 8440-20.2016.811.0041

AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: ARIOVALDO GOMES DE OLIVEIRA, JANETE BOLETTA DE OLIVEIRA, ATHOS BOLETTA GOMES DE OLIVEIRA

PARTE(S) REQUERIDA(S): VERO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, CONSTRUTORA LOPES LTDA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: AGNALDO BEZERRA BONFIM - OAB:5.171/MT, ARIOVALDO GOMES DE OLIVEIRA - OAB:3.546-B/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: GUILHERME AZEVEDO MIRANDA MENDONÇA - OAB:20683, UBALDO JUVENIZ JUNIOR - OAB:160493/SP

Nesta data, intimo a parte autora para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 5 (cinco) dias.

Intimação das Partes

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 1095101 Nr: 8440-20.2016.811.0041

AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: ARIOVALDO GOMES DE OLIVEIRA, JANETE BOLETTA DE OLIVEIRA, ATHOS BOLETTA GOMES DE OLIVEIRA

PARTE(S) REQUERIDA(S): VERO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, CONSTRUTORA LOPES LTDA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: AGNALDO BEZERRA BONFIM - OAB:5.171/MT, ARIOVALDO GOMES DE OLIVEIRA - OAB:3.546-B/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: GUILHERME AZEVEDO MIRANDA MENDONÇA - OAB:20683, UBALDO JUVENIZ JUNIOR - OAB:160493/SP

Nesta data, intimo a parte autora para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 5 (cinco) dias.

Intimação das Partes

JUIZ(A): Ana Paula da V. Carlota Miranda

Cod. Proc.: 1101910 Nr: 11314-75.2016.811.0041

AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: ELIZAMA DE SOUZA MATOS

PARTE(S) REQUERIDA(S): BRADESCO SEGUROS S/A

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: BRENO MENDES TAQUES - OAB:15.025/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: FAGNER DA SILVA BOTOF - OAB:12.903/MT, RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA - OAB:8.814-A/MT

SENTENÇA

Trata-se de AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER COM TUTELA ANTECIPADA C/C DANOS MORAIS em fase de CUMPRIMENTO DE SENTENÇA requerida por THAWAN DE OLIVEIRA VOLNES representado por sua genitora SANDRA LÚCIA DE OLIVEIRA em face de ESCOLA SÃO BENEDITO, já qualificada nos autos.

A executada depositou o valor de R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), à p.121/123, requerendo a extinção do feito.

A exequente foi intimada para manifestar acerca do pagamento voluntário à p.124, porém deixou transcorrer o prazo sem manifestação nos autos, conforme certidão de (p. 125).

É o breve relatório.

DECIDO.

Considerando que a prestação jurisdicional atingiu seu objetivo, que é o cumprimento da obrigação, e tendo em vista o silêncio da exequente quanto ao valor depositado em juízo à p. 121/123, dou por satisfeita a obrigação.

Com estas considerações, EXTINGO este feito, nos termos do artigo 924, inciso II do Código de Processo Civil.

Diante disso, intime-se a exequente para apresentar seus dados bancários, dentro do prazo legal. Ficando desde já, autorizada a expedição do alvará.

Após o transito em julgado, PROCEDA-SE as baixas necessárias com as cautelas de praxe.

Cumpra-se.

Cuiabá, ___ de dezembro de 2019.

Ana Paula da Veiga Carlota Miranda

Juíza de Direito

Intimação das Partes

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 1116330 Nr: 17181-49.2016.811.0041

AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: ALTAIR GONÇALVES DE ARRUDA

PARTE(S) REQUERIDA(S): PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ALBERTO PELISSARI CATANANTE - OAB:17.531 OAB/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA - OAB:8184-A

Nesta data, intimo as partes para se manifestar acerca do retorno dos autos, no prazo de 5 (cinco) dias.

Intimação das Partes

JUIZ(A): Ana Paula da V. Carlota Miranda

Cod. Proc.: 1123151 Nr: 20099-26.2016.811.0041

AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: WELLINGTON FERREIRA DA CUNHA

PARTE(S) REQUERIDA(S): CENTRAIS ELETRICAS MATOGROSSENSSE S/A - GRUPO CEMAT

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: BRUNO MACIEL ALVES FERRAZ - OAB:19.463/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: MURILLO ESPINOLA DE OLIVEIRA LIMA - OAB:3127-A

Vistos.

Ante o teor da certidão de p. 174, redesigno o dia 05 de marco de 2020 às 17h00min, para audiência de instrução e julgamento.

Intimem-se todos nos termos da decisão de p.172.

Ana Paula da Veiga Carlota Miranda

Juíza de Direito

Intimação das Partes

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 1124775 Nr: 20803-39.2016.811.0041

AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: KASSINTIA CAPELEZZO

PARTE(S) REQUERIDA(S): TRANS VILAÇA LTDA ME, JOÃO BATISTA EVANGELISTA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: VAGNER SOARES SULAS - OAB:8455/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: AUGUSTO CESAR DE CARVALHO - OAB:11.652, GERALDINO CONTI PISANESCHI - OAB:74.580/SP, Gustavo Luz Bertocco - OAB:253.298/SP, ROMARIO DE LIMA SOUSA - OAB:18881/O

Nesta data, intimem-se as partes para oferecimento das alegações finais no prazo individual e sucessivo de 15 (quinze) dias para sua apresentação, iniciando-se pela autora. Nada mais.

Intimação das Partes

JUIZ(A): Ana Paula da V. Carlota Miranda

Cod. Proc.: 1128099 Nr: 22202-06.2016.811.0041

AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: GABRIEL TEIXEIRA DA SILVA
PARTE(S) REQUERIDA(S): PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: THIAGO SILVA - OAB:20.957/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: FERNANDO CESAR ZANDONADI - OAB:5.736-O/MT
Processo nº 22202-06.2016.811.0041 - Código 1128099
SENTENÇA
Trata-se de AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA requerida por GABRIEL TEIXEIRA DA SILVA em face de PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS, já qualificadas nos autos.
A executada depositou o valor de R$ 4.386,23 (quatro mil, trezentos e oitenta e seis reais e vinte e três centavos), à p.131/134, requerendo a extinção do feito.
O exequente concordou com a quantia depositada, reconhecendo a satisfação do crédito à (p. 136/137).
É o breve relatório.
DECIDO.
Considerando que a prestação jurisdicional atingiu seu objetivo, que é o cumprimento da obrigação, e tendo em vista a concordância do exequente com o valor depositado em juízo à p.131/134, reconheço a satisfação da obrigação.
Com estas considerações, EXTINGO este feito, nos termos do artigo 924, inciso II do Código de Processo Civil.
Diante disso, EXPEÇA-SE alvará, conforme os dados bancários descritos à (p. 136/137).
Após o transito em julgado, PROCEDA-SE as baixas necessárias com as cautelas de praxe.
Cumpra-se.
Ana Paula da Veiga Carlota Miranda
Juíza de Direito

Intimação das Partes
JUIZ(A): Ana Paula da V. Carlota Miranda
Cod. Proc.: 1078102 Nr: 282-73.2016.811.0041
AÇÃO: Procedimento Sumário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: CONDOMINIO FLORAIS DO VALLE, FERNANDO ORSINI NUNES DE LIMA
PARTE(S) REQUERIDA(S): RRJ EMPREENDIMENTO IMOBILIARIOS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ANGELINA HELENA DE AQUINO COSTA - OAB:21590/O, ELCIO DE AQUINO LINS - OAB:21.050, NÚBIA NARCISO FERREIRA DE SOUZA - OAB:6.247OABMT, NÚBIA NARCISO FERREIRA DE SOUZA - OAB:6247, WANTUIR LUIZ PEREIRA - OAB:11171/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ANTONIO MONREAL ROSADO - OAB:2.883-A/MT
Vistos, etc.
Trata-se de AÇÃO DE COBRANÇA PELO RITO SUMÁRIO PREVISTO NO ART. 275, INCISO II, ALÍNEA "B", DO CPC ajuizado por CONDOMÍNIO FLORAIS DO VALLE em desfavor de RRJ EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS, todos qualificados nos autos.
Sentença proferida à p.103/105, objeto de embargos de declaração à p.106/109.
O autor pugnou, pela extinção do feito, uma vez que os débitos já foram devidamente liquidados na forma extrajudicial, (p. 111).
Primeiramente, verifico que os embargos de declaração apresentados à p. 106/109, perdeu o seu objeto, diante do pagamento administrativo realizado.
E, considerando que a prestação jurisdicional atingiu seu objetivo, que é o cumprimento da obrigação, EXTINGO este cumprimento de sentença, nos termos do artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil.
No mais, cumpridas as diligências necessárias, sejam arquivados os autos.
P.I. Cumpra-se.
Ana Paula da Veiga Carlota Miranda
Juíza de Direito

Intimação das Partes
JUIZ(A): Ana Paula da V. Carlota Miranda
Cod. Proc.: 1169150 Nr: 39763-43.2016.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: PATRICIA GLORIA PIMENTA NEVES
PARTE(S) REQUERIDA(S): EDUARDO MAHON ADVOGADOS ASSOCIADOS S/S
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ANDREIA GONÇALVES - OAB:13659, SERGIO WALDINAH PAGANOTO DE PAIVA - OAB:12.054 OAB/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: EDUARDO MAHON - OAB:6.636/MT
Vistos.
Ante o teor da certidão de p. 797, redesigno o dia 05 de marco de 2020 às 15h00min, para audiência de instrução e julgamento.
Intimem-se todos nos termos da decisão de p.794.
Ana Paula da Veiga Carlota Miranda
Juíza de Direito

Intimação das Partes
JUIZ(A): Ana Paula da V. Carlota Miranda
Cod. Proc.: 1107174 Nr: 13465-14.2016.811.0041
AÇÃO: Incidentes->Outros Procedimentos->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MARIA APARECIDA K. CAETANO, BETUNEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
PARTE(S) REQUERIDA(S): GEOSOLO ENGENHARIA PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MAURICIO GUTERRES ROCHA - OAB:128524/RJ
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JOSÉ ANTONIO DUARTE ALVARES - OAB:3.432/MT, LUCIANO SALLES CHIAPPA - OAB:11.883-B/MT
Vistos etc.,
Trata-se de Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica promovida por MARIA APARECIDA K. CAETANO e BETUNEL INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA em desfavor de GEOSOLO ENGENHARIA PLANEJAMENTO LTDA.
A parte autora, regularmente intimada, deixou transcorrer o prazo concedido, não procedendo à emenda da inicial, consoante se denota da certidão de fl. 19, razão pela qual, o indeferimento da petição inicial, é medida que se impõe.
Com efeito, preceitua o art. 284 do Estatuto Processual Civil:
"Art. 284. Verificando o juiz que a petição inicial não preenche os requisitos exigidos nos arts. 282 e 283, ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor a emende, ou a complete, no prazo de 10 (dez) dias.
Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial".
Com essas considerações, rejeito o presente incidente.
Sem custas e sem honorários, pois incabíveis na espécie.
Certificado o decurso do prazo recursal, translade-se cópia para os autos principais, proceda-se o desapensamento, dê-se baixa e arquive-se.
Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Ana Paula da V. Carlota Miranda
Cod. Proc.: 362896 Nr: 32374-85.2008.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: FABIANA ALVES DE OLIVEIRA DE JESUS
PARTE(S) REQUERIDA(S): JULIO EDUARDO ANTUNES ANFFE
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: EDEMAR NESTOR ADAMS - OAB:9676 - MT, GIORGIO AGUIAR DA SILVA - OAB:10858 E
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JORGE JOSÉ NOGA JUNIOR - OAB:12.350/MT, LEANDRO CERQUEIRA MORAIS - OAB:12549/MT
Vistos.
Defiro o pedido da p. 149.
Decorrido o prazo, deverá a exequente dar prosseguimento no feito, no prazo legal.
Ficando, desde já, advertida quanto ao início do prazo prescricional, previsto no art. 921, § 4º do CPC.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Ana Paula da V. Carlota Miranda

Cod. Proc.: 873592 Nr: 12284-46.2014.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ASSAD HENRIQUE CARAM LAURINDO
PARTE(S) REQUERIDA(S): LEARCI TODESCHINI
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ELIDA SYLBENE LAURINDO DA SILVA - OAB:6.009/MT, FERNANDO ROBERTO LAURINDO DA SILVA - OAB:4.338-A/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: LAÍS ALESSANDRA DE MOURA MOREIRA - OAB:13.291/MT, MARCELO ANGELO DE MACEDO - OAB:6.811-B/MT
Vistos.
Defiro o pedido formulado à p. 220/224.
Oficie-se ao INSS, na forma requerida.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Ana Paula da V. Carlota Miranda
Cod. Proc.: 760696 Nr: 13070-61.2012.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: JOSHE MARIANE DA SILVA CRUZ, MARIA JOSÉ DA SILVA DIAS CRUZ
PARTE(S) REQUERIDA(S): UNIMED CUIABÁ - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO CÍVEL - OAB:NUCLEO CÍVEL 1
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JACKSON FRANCISCO COLETA COUTINHO - OAB:9.172-B/MT
Posto isto, nos termos do art. 487, inciso I do CPC, julgo procedente com resolução de mérito os pedidos formulados na ação de obrigação de fazer com pedido de tutela antecipada proposta por JOSHE MARIANE DA SILVA CRUZ em desfavor de UNIMED CUIABÁ – COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO, para confirmar a liminar deferida às p. 22/23.Condeno a ré ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 15% (quinze por cento) sobre o valor da condenação.Transitado em julgado, arquive-se com as baixas necessárias.P.I. Cumpra-se.Cuiabá, 11 de dezembro de 2019.

Intimação das Partes
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 453536 Nr: 25305-31.2010.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: BELARMINO LEITE DE OLIVEIRA, DEZIRE BARROSO OLIVEIRA
PARTE(S) REQUERIDA(S): UNIMED CUIABÁ - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ELIANETH GLÁUCIA DE OLIVEIRA NAZÁRIO DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO - OAB:NÚCLEO CÍVEL, ROGÉRIO BORGES FREITAS - DEFENSOR PÚBLICO - OAB:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JOAQUIM FELIPE SPADONI - OAB:6.197/MT, JORGE LUIZ MIRAGLIA JAUDY - OAB:6.735/MT, PATRICIA ALMEIDA CAMPOS BORGES - OAB:10.430, SORAYA CRISTIANE BEHLING - OAB:7936/MT
Alvará eletrônico n° 574393-1/2019

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 745006 Nr: 42112-92.2011.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MÁRCIO RODRIGO PEREIRA
PARTE(S) REQUERIDA(S): UNIMED CUIABÁ - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: HENRIQUE ALVES FERREIRA NETO - OAB:3837/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ELIDA MOTTINHA SILVA - OAB:13138, JOAQUIM FELIPE SPADONI - OAB:6.197/MT, JORGE LUIZ MIRAGLIA JAUDY - OAB:6.735/MT, JULIANA GOMES TAKAIAMA - OAB:14.119/MT, MARIA CECÍLIA FEDERICI DE ALMEIDA BARROS - OAB:15.710, RAFFAELA SANTOS MARTINS - OAB:14516/MT, SCHEILLA C.L. MORAES - OAB:10222
Alvará Eletrônico n° 574704-P / 2019

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 949034 Nr: 59686-26.2014.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: NELSON NEDI ALVES
PARTE(S) REQUERIDA(S): LOSANGO PROMOÇÕES DE VENDAS LTDA, HSBC BANK BRASIL S.A - BANCO MÚLTIPLO, CASA RIO COMERCIO DE MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: PAULO SERGIO DO NASCIMENTO - OAB:14908
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: GUILHERME LIBERATTI - OAB:16.825 MT, HERMES TESEU BISPO FREIRE JUNIOR - OAB:67.287/OAB-PR, JORGE LUIZ MIRAGLIA JAUDY - OAB:6.735/MT, JOSE EDGARD DA CUNHA BUENO FILHO - OAB:13604-A
Nesta data, intimo a parte autora para manifestar acerca do pagamento cumprimento da obrigação de fazer, no prazo de 5 (cinco) dias

Intimação das Partes
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 377821 Nr: 13905-54.2009.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Adriana bispo bodnar, ANTONIO FERNANDO MANCINI, ELAINE FERREIRA SANTOS MANCINI
PARTE(S) REQUERIDA(S): ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA UIRAPURU, COORDENADOR GERAL DAS COPAS MORENA DE FUTSAL E A COPA CENTRO AMÉRICA DE FUTSAL, EDMUNDO CURVO FILHO, DIRETOR COMERCIAL DA TELEVISÃO CENTRO AMÉRICA DE FUTSAL, ONÉSIMO CURVO FILHO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ADRIANA BISPO BODNAR - OAB:9.214, ANTONIO FERNANDO MANCINI - OAB:1.581-MT, ELAINE FERREIRA SANTOS MANCINI - OAB:2915/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ADRIANA BISPO BODNAR - OAB:9.214, ANTONIO FERNANDO MANCINI - OAB:1.581-MT, BENEDITO RUBENS DE AMORIM - OAB:3785/MT, ELAINE FERREIRA SANTOS MANCINI - OAB:2915/MT
Alvará eletrônico n° 574377-P/2019
Alvará eletrônico n°574367-2/2019

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 920503 Nr: 43738-44.2014.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: GISLAINE OLIVEIRA DA SILVA
PARTE(S) REQUERIDA(S): BRADESCO SEGUROS S/A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: BRENO MENDES TAQUES - OAB:15.025/MT, CAROLINA GALVÃO PERES - OAB:8756-B MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: FAGNER DA SILVA BOTOF - OAB:12.903/MT, RENATO CHAGAS CORRÊA DA SILVA - OAB:8.184-A/MT
Alvará Eletrônico sob o n° 574709-0 / 2019

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 1161561 Nr: 36602-25.2016.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: SIMONE CRISTINA FRANCISCO
PARTE(S) REQUERIDA(S): PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: PEDRO MOACYR PINTO JUNIOR - OAB:7.585/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: FERNANDO CESAR ZANDONADI - OAB:5736/O

Alvará Eletrônico son o n° 574697-3 / 2019

Decisão

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1053282-63.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA LUCIA FERREIRA DOS SANTOS DUARTE (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
WILLIAN MARQUES SOLANO ROSA OAB - MT24395-O (ADVOGADO(A))
JACKSON NICOLA MAIOLINO OAB - MT17147-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BMG S.A (RÉU)
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 8ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n° 1053282-63.2019.8.11.0041 Vistos e etc. Trata-se de ação declaratória c/c repetição de indébito c/c indenização por danos morais e materiais com pedido de liminar, em que Maria Lúcia Ferreira dos Santos requereu os benefícios da Assistência Judiciária Gratuita. O artigo 98 do Novo Código de Processo Civil dispõe que a pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei. Para comprovar sua situação financeira, a autora apresentou declaração de imposto de renda, extratos bancários e comprovantes de despesas e financiamentos em seu nome (id nº 26875650). Em que pese os documentos apresentados pela autora, verifica-se do id nº 26875684, declaração de imposto de renda, que esta possui uma receita bruta anual de R$ 92.499,19 (noventa e dois mil, quatrocentos e noventa e nove reais e dezenove centavos), percebendo mensalmente uma renda média de R$ 7.708,00 (sete mil e setecentos e oito reais), aplicações em renda fixa no valor de R$30.867,19 (trinta mil, oitocentos e sessenta e sete reais e dezenove centavos) e patrimônios avaliados em média R$ 70.000,00 (setenta mil reis). Os comprovantes de despesas e financiamentos constantes em seu nome não são suficientes para demonstrar que a autora não possui condições de arcar com as custas processuais. Assim, não restou demonstrado que a autora não pode suportar as despesas processuais, sem prejuízo de seu sustento e de sua família. Cabe ao magistrado analisar o estado de carência do requerente, a fim de garantir a destinação do benefício da gratuidade àqueles que realmente não tem condições de arcar com as custas judiciais, sem prejuízo do sustento próprio e de sua família, sendo essa, a orientação recebida da Corregedoria da Justiça de Mato Grosso. O Tribunal de Justiça de Mato Grosso, em casos semelhantes, decidiu: RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO- PEDIDO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. NÃO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS. AUSÊNCIA DE ESTADO DE HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA. INDÍCIOS DE CAPACIDADE ECONÔMICA. RECURSO DESPROVIDO. A despeito de ser assente na jurisprudência que a declaração de hipossuficiência goza de presunção juris tatum de veracidade, caso conste nos autos elementos ou indícios que demonstram o contrário, deve o magistrado indeferir o pedido de justiça gratuita. Assim, cabe ao magistrado, livremente, fazer juízo de valor acerca da declaração de hipossuficiência, deferindo ou não o benefício. Para concessão dos benefícios da justiça gratuita deve haver bastante parcimônia e cautela, pois, caso seja concedida para quem realmente não esteja em estado de hipossuficiência financeira, estar-se-á, assim, transferindo o custo processual que passará a ser arcado pela sociedade, através do sistema de contribuição de tributos, que fomentam os cofres públicos e sustentam as instituições. (AI 140471/2014, DES. ADILSON POLEGATO DE FREITAS, PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL, Julgado em 27/01/2015, Publicado no DJE 03/02/2015)" "52181861 - AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO INDEFERIMENTO DE CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS PARA ARCAR COM AS CUSTAS PROCESSUAIS. EXIGÊNCIA DE PROVA DA SUA CONDIÇÃO. DECISÃO MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. A concessão do benefício da justiça gratuita está condicionada a comprovação do inciso LXXIV, art. 5º da Constituição Federal, a dizer, "o estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos". (TJMT; AI 119454/2013; Rondonópolis; Primeira Câmara Cível; Rel. Des. Sebastião Barbosa Farias; Julg. 11/03/2014; DJMT 17/03/2014; Pág. 17)" Temos visto muitas situações em que mesmo podendo, com algum tipo de esforço, pagar as custas dos processos, as partes vem em Juízo e alegam a hipossuficiência, fraudando, desta forma, os cofres do Poder Judiciário e a própria Lei. Considerando que a Assistência Judiciária deve ser deferida em casos de comprovada ausência de condições financeiras, INDEFIRO a concessão do benefício à autora. Portanto, intime-se a autora para recolher as custas judiciais iniciais em 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da inicial. Comprovado o recolhimento, venham os autos imediatamente conclusos. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá, 13 de dezembro de 2019. ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1033431-72.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
FABIO DOS SANTOS MARIANO (REQUERENTE)
DEBORAH DE ARRUDA ISOTON (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KEIT DIOGO GOMES OAB - MT0014028A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
RODOBENS INCORPORADORA IMOBILIARIA 304 - SPE LTDA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 8ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1033431-72.2018.8.11.0041. REQUERENTE: DEBORAH DE ARRUDA ISOTON, FABIO DOS SANTOS MARIANO REQUERIDO: RODOBENS INCORPORADORA IMOBILIARIA 304 - SPE LTDA Vistos e etc. Trata-se de AÇÃO DE INDENIZAÇÃO c.c. REPARAÇÃO POR PERDAS E DANOS em que figura no polo ativo DEBORAH DE ARRUDA ISOTON e outros e no polo passivo RODOBENS INCORPORADORA IMOBILIÁRIA LTDA. Os autos foram distribuídos para Décima Primeira Vara Cível. Na decisão de id. 16205082 foi determinada a remessa dos autos para a Oitava Vara Cível, em razão de conexão com a Ação de Produção Antecipada de Prova c/c Obrigação de Fazer c/c Danos Materiais e Morais proc. nº 1032375-38.2017.811.004, distribuída junto a Oitava Vara Cível. Foram opostos embargos de declaração contra de decisão que determinou a remessa (Id. 16465740) . Assim, diante da oposição de aclaratórios da decisão proferida pelo Juízo da Décima Primeira Vara Cível, determino a remessa dos autos para citada vara, para apreciação dos embargos de declaração. Intime-se. Cuiabá, 13 de dezembro de 2019. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Sentença

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1042668-96.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
RAUL FERREIRA DE SOUZA (AUTOR(A))
GILCYNAIRA KEILA DOS SANTOS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ANDREIA CRISTINA NOITE IZABEL OAB - MT17566-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JOELMA BATISTA LEITE DE SOUZA (RÉU)
J.B.LEITE JUNIOR - ME (RÉU)
ZENILTO PEREIRA DE SOUZA (RÉU)
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 8ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n° 1042668-96.2019.8.11.0041 Vistos e etc. Trata-se de ação de rescisão de contrato com pedido de reintegração de posse c/c perdas e danos, movida por RAUL FERREIRA DE SOUZA e GILCYNAIRA KEILA DOS SANTOS em desfavor de ZENILTO PEREIRA DE SOUZA, JOELMA BATISTA LEITE DE SOUZA e J.B.LEITE JUNIOR - ME, já qualificados nos autos. O feito teve regular tramitação. As partes resolveram transacionar entre si (ID 26834082). Os autos vieram conclusos. É o relatório. Decido As partes informaram que entabularam acordo extrajudicial, colacionando nos autos para homologação. Apesar dos réus não estarem representados nos autos, não verifico no acordo entabulado nenhum vicio que impeça a homologação. Em atenção ao princípio da cooperação constante no artigo 6º do CPC/15, a homologação do acordo é à medida que se impõe, independentemente da existência de procuração do patrono nos autos. Isso porque, o artigo 104 do CC, dispõe

ser necessário para a validação do negócio jurídico "agente capaz, objeto lícito, possível, determinado ou determinável, forma prescrita ou não defesa em lei", nada mencionando acerca da imprescindibilidade da representação do causídico. Nesse sentido tem sido o entendimento dos Tribunais. Veja-se: AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. ACORDO. HOMOLOGAÇÃO. PARTE SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS.Nos termos do artigo 104 do Código Civil, a homologação de acordo, que versa sobre direito patrimonial disponível, firmado entre agentes capazes, não depende da representação das partes por advogado, impondo-se ao Juízo de origem proceder ao exame do pedido de homologação. Precedentes desta Corte. Agravo de instrumento parcialmente provido. (Agravo de Instrumento Nº 70074890385, Décima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Umberto Guaspari Sudbrack, Julgado em 28/09/2017- (grifei) APELAÇÃO - EXECUÇÃO - ACORDO EXTRAJUDICIAL - HOMOLOGAÇÃO - AUSÊNCIA DE REPRESENTAÇÃO POR ADVOGADO - VALIDADE TRANSAÇÃO.A representação do executado por advogado não é requisito de validade do acordo firmado na execução. Hipótese em que as partes são capazes, o objeto é lícito e envolve direito patrimonial de caráter privado. Transação homologada. (TJMG - Apelação Cível 1.0148.14.004183-8/001, Relator(a): Des.(a) Tiago Pinto , 15ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 18/05/2017, publicação da súmula em 05/06/2017- grifei) Assim, tratando-se de direito disponível e estando as partes devidamente representadas, homologo por sentença o acordo para que surta seus jurídicos e legais efeitos, cujas cláusulas e condições passam a fazer parte integrante desta decisão e julgo extinto o processo nos termos do artigo 487, III, alínea "b", do Código de Processo Civil. Custas e honorários na forma pactuada. As partes desistem do prazo recursal. Assim certifique-se o trânsito em julgado, e arquive-se com as cautelas legais. P.I. Cumpra-se. Cuiabá, 13 de dezembro de 2019 ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-62 MONITÓRIA
Processo Número: 1042887-12.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
GRAFICA PRINT INDUSTRIA E EDITORA LTDA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
FREDERICO AUGUSTO ALVES FELICIANO DE SOUSA OAB - MT19504/O (ADVOGADO(A))
MICHAEL GOMES CRUZ OAB - MT18237-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUICAO (RÉU)
COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUICAO (RÉU)
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 8ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n° 1042887-12.2019.8.11.0041 Vistos e etc. Trata-se de ação monitória, movida por GRÁFICA PRINT INDUSTRIA E EDITORA LTDA em desfavor de COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO e COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO, já qualificados nos autos. O feito teve regular tramitação. As partes resolveram transacionar entre si (ID 26286074), bem como comprovam que a obrigação foi satisfeita (ID 26594459). Os autos vieram conclusos. É o relatório. Decido As partes informaram que entabularam acordo extrajudicial, colacionando nos autos para homologação. Assim, tratando-se de direito disponível e estando as partes devidamente representadas, homologo por sentença o acordo para que surta seus jurídicos e legais efeitos, cujas cláusulas e condições passam a fazer parte integrante desta decisão e julgo extinto o processo nos termos do artigo 487, III, alínea "b", do Código de Processo Civil. Custas e honorários na forma pactuada. As partes desistem do prazo recursal. Assim certifique-se o trânsito em julgado, e arquive-se com as cautelas legais. P.I. Cumpra-se. Cuiabá, 13 de dezembro de 2019 ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1001175-42.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
RENATA COELHO CAMARA PIMENTEL (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Herlen Cristine Pereira Koch OAB - MT8428-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SAGA PARQUE COMERCIO DE VEICULOS LTDA (RÉU)
FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA (RÉU)
CITAVEL DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA. (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
Júlio César de Oliveira OAB - MT8312-A (ADVOGADO(A))
CELSO DE FARIA MONTEIRO OAB - MT17298-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 8ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n° 1001175-42.2019.8.11.0041 Vistos e etc. Trata-se de ação indenização por danos morais c/c dano material, movida por RENATA COELHO CAMARA PIMENTEL em desfavor de SAGA PARQUE COMÉRCIO DE VEICULOS LTDA, FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA e CITAVEL DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA., já qualificados nos autos. O feito teve regular tramitação. As partes resolveram transacionar entre si (ID 24327966), bem como comprovam que a obrigação foi satisfeita (ID 24801428). Os autos vieram conclusos. É o relatório. Decido As partes informaram que entabularam acordo extrajudicial, colacionando nos autos para homologação. As partes estão devidamente representadas e seus advogados têm poderes para transigir, conforme procurações de ID 17356987 e ID 22509559. Assim, tratando-se de direito disponível e estando as partes devidamente representadas, homologo por sentença o acordo para que surta seus jurídicos e legais efeitos, cujas cláusulas e condições passam a fazer parte integrante desta decisão e julgo extinto o processo nos termos do artigo 487, III, alínea "b", do Código de Processo Civil. Custas e honorários na forma pactuada. As partes desistem do prazo recursal. Assim certifique-se o trânsito em julgado, e arquive-se com as cautelas legais. P.I. Cumpra-se. Cuiabá, 13 de dezembro de 2019 ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1017439-37.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LEVI PANATO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
CAIO HENRIQUE CAMACHO COELHO OAB - SP384361 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FLAVIO AUGUSTO MESQUITA CORREA DA COSTA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOSE ANTONIO GASPARELO JUNIOR OAB - MT7191-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 8ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n° 1017439-37.2019.8.11.0041 Vistos e etc. Trata-se de ação de rescisão contratual c/c cobrança de parcelas vencidas movida por LEVI PANATO em desfavor de FLAVIO AUGUSTO MESQUITA CORREA DA COSTA, já qualificados nos autos. O feito teve regular tramitação. As partes resolveram transacionar entre si (ID 22907748). Os autos vieram conclusos. É o relatório. Decido As partes informaram que entabularam acordo extrajudicial, colacionando nos autos para homologação. As partes estão devidamente representadas e seus advogados têm poderes para transigir, conforme procurações de ID 19610430 e ID 22870475. Assim, tratando-se de direito disponível e estando as partes devidamente representadas, homologo por sentença o acordo para que surta seus jurídicos e legais efeitos, cujas cláusulas e condições passam a fazer parte integrante desta decisão e julgo extinto o processo nos termos do artigo 487, III, alínea "b", do Código de Processo Civil. Isento de custas remanescentes, nos termos do artigo 90, §3º do CPC. Honorários na forma pactuada. As partes desistem do prazo recursal. Após o trânsito em julgado, arquive-se com baixa na distribuição. P.I. Cumpra-se. Cuiabá, 13 de dezembro de 2019 ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1028848-10.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
COELHO E SILVA - ADVOGADOS ASSOCIADOS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
BRUNO FELIPE MONTEIRO COELHO OAB - MT14559-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SAGA PANTANAL COMERCIO DE VEICULOS LTDA (RÉU)
RENAULT DO BRASIL S.A (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
SELMA FERNANDES DA CUNHA OAB - MT15600-O (ADVOGADO(A))

ALBADILO SILVA CARVALHO OAB - MT24051-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 8ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n° 1028848-10.2019.8.11.0041 Vistos e etc. Trata-se de ação de conhecimento para substituição do produto c/c indenização por danos morais, movida por COELHO E SILVA - ADVOGADOS ASSOCIADOS em desfavor de RENAULT DO BRASIL S.A e SAGA PANTANAL COMERCIO DE VEÍCULOS LTDA, já qualificados nos autos. O feito teve regular tramitação. As partes resolveram transacionar entre si (ID 26379359). Os autos vieram conclusos. É o relatório. Decido As partes informaram que entabularam acordo extrajudicial, colacionando nos autos para homologação. Assim, tratando-se de direito disponível e estando as partes devidamente representadas, homologo por sentença o acordo para que surta seus jurídicos e legais efeitos, cujas cláusulas e condições passam a fazer parte integrante desta decisão e julgo extinto o processo nos termos do artigo 487, III, alínea "b", do Código de Processo Civil. Isento de custas remanescentes, nos termos do artigo 90, §3º do CPC. Honorários na forma pactuada. As partes desistem do prazo recursal. Assim certifique-se o trânsito em julgado, e arquive-se com as cautelas legais. P.I. Cumpra-se. Cuiabá, 13 de dezembro de 2019 ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1032960-22.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ELISVAN DOS SANTOS RODRIGUES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
LANDES DA SILVA NAGALHAES OAB - MT20386-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SEGURADORA LÍDER (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUIZ HENRIQUE VIEIRA OAB - MT26417-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 8ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1032960-22.2019.8.11.0041. AUTOR(A): ELISVAN DOS SANTOS RODRIGUES RÉU: SEGURADORA LÍDER ELISVAN DOS SANTOS RODRIGUES propôs ação de cobrança de benefício do seguro obrigatório em face de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A, ambos devidamente qualificados. O autor alega que em 09 de julho de 2017 foi vítima de acidente automobilístico, o que resultou na incapacidade parcial permanente, conforme atesta boletim de ocorrência, laudo médico, e histórico clínico. Requer a procedência da ação para que a ré seja condenada ao pagamento de R$ 13.500,00, referente ao seguro obrigatório por invalidez permanente. A ré contestou a ação (Id 24385534), impugnando preliminarmente, o pedido de justiça gratuita e ausência de comprovante de endereço em nome da autora. No mérito, impugna os documentos juntados pela parte autora, a insuficiência probatória do registro de ocorrência, defende a inexistência de nexo causal e prova de invalidez, assim como não há a prova da suposta invalidez. Aduz que caso seja condenado ao pagamento do seguro, que seja nos termos do artigo 3º, II da Lei n. 6.194/74, de acordo com a proporção da invalidez. Impugna os juros, correção monetária e os honorários advocatícios. Impugnação à contestação (Id 26466844). Os autos foram encaminhados à Central de Conciliação, oportunidade em que foi realizado o exame pericial (Id 26462562). É o relatório. Decido. Trata-se de ação de cobrança ajuizada por Elisvan Dos Santos Rodrigues em face de Seguradora Líder Do Consórcio Do Seguro Dpvat S/A. Preliminar de impugnação a justiça gratuita No tocante ao pedido de justiça gratuita, depreende-se dos autos que a parte autora labora como auxiliar de serviços gerais. Outrossim, o comprovante de endereço refere-se a uma conta de água no valor de R$ 66,03, sendo considerado um valor baixo, e ainda, tem-se que todo o tratamento de saúde foi realizado em hospital público (Id 22074554). Dessa forma, os fatos elucidados sustentam a necessidade da justiça gratuita deferida, motivo pelo qual, rejeito a prelimitar arguida. Da ausência de pressuposto de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo Em que pese o comprovante de endereço esteja em nome de terceiro, esse fato por si só não torna o processo inválido ou irregular, porquanto é comum que a pessoa não possua comprovante de endereço em seu nome, mormente por ser locatário ou residir com algum familiar, de modo que, não havendo nada que prove ao contrário, o documento jungido aos autos referente ao domicílio do requerente goza de veracidade. Ainda, sendo o autor domiciliado em Cuiabá, a ação pode ser intentada nesta Comarca, em consonância com o artigo 100, V, parágrafo único do CPC. Por esses motivos, afasto a preliminar ventilada. Mérito O autor foi vítima de acidente automobilístico em 09 de de julho de 2017, conforme boletim de ocorrência (Id 11916085). A lei de regência da matéria tratada nos autos será aquela em vigor na data da ocorrência do sinistro, sendo vedada a aplicação retroativa de lei posterior. Diante desta constatação, verifico que são aplicadas as alterações trazidas pela MP n° 340 e a Lei n° 11.482, com vigência 31/05/2007 e 451/2008 – Lei n. 11.945/2009, de 04/06/2009, ou seja, antes à ocorrência do acidente objeto da lide. Portanto, aplicável a Lei especial com suas respectivas alterações. O artigo 3º, da citada lei, prevê que a vítima de acidente automobilístico faz jus à indenização securitária, em caso de incapacidade permanente: "Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no artigo 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada: [...] II – até R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – no caso de invalidez permanente;" A indenização do Seguro/DPVAT deve se basear no grau de invalidez da vítima, bastando o reconhecimento pelo expert da invalidez permanente para assegurar à vítima o pagamento do valor indenizatório. No caso, em relação a quantificação da invalidez o inciso II do § 1º do referido artigo dispõe: "quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional da forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinqüenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de seqüelas residuais." No que tange à indenização securitária, o artigo 5º da Lei 6.194, de 1974, prevê que para o pagamento do seguro DPVAT é suficiente a prova do acidente automobilístico e do dano dele decorrente. O acidente automobilístico está comprovado por meio de boletim de ocorrência. Resta apurar se o autor está incapaz permanentemente, com avaliação da graduação da invalidez se total ou parcial, bem como a sua quantificação, a qual deve ser comprovada mediante perícia, para pagamento proporcional ao percentual da sua incapacidade. A prova documental acostada aos autos é suficiente para comprovar o desenrolar dos fatos e consequências, especialmente, o laudo pericial elaborado por profissional habilitado como perito judicial. A perícia foi realizada por médico perito da Central de Conciliação e Mediação desta Capital, com a anuência das partes, concluindo que o autor possui lesão parcial incompleta incapacitante de 75% e de repercussão intensa. Considerando que a perícia foi realizada pelo médico que atua na Central de Conciliação e Mediação, sendo a mesma elaborada de forma sucinta, portanto, necessário esclarecer que a lesão incapacitante em membro inferior esquerdo do autor computada em 756%, deve ser calculada de acordo com a tabela de acidentes pessoais. Nesse sentido: "APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) - ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO - PROCEDÊNCIA - PRELIMINAR DE FALTA DE INTERESSE DE AGIR - REJEIÇÃO - INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA PAGA ADMINISTRATIVAMENTE E PROPORCIONALMENTE À COBERTURA PREVISTA AO CASO - PROPOSITURA DA DEMANDA PARA COMPLEMENTAÇÃO DO PAGAMENTO - INVALIDEZ PERMANENTE DEMONSTRADA - LAUDO SATISFATÓRIO À AFERIÇÃO DO GRAU DE INVALIDEZ - INDENIZAÇÃO PROPORCIONAL - ENTENDIMENTO PACIFICADO PELO STJ NA SÚMULA Nº 474 - SEQUELA PERMANENTE PARCIAL INCOMPLETA - ENQUADRAMENTO NA TABELA DA SUSEP ANEXA À LEI Nº 6.194/74, COM ALTERAÇÕES DA LEI Nº 11.945/09, E APLICAÇÃO DA REDUÇÃO PREVISTA NO INCISO II DO §1º DO ART. 3º DA LEI Nº 6.194/74, CONFORME PERDA APURADA PELA PERÍCIA MÉDICA JUDICIAL - BENEFÍCIO QUITADO NA ESFERA ADMINISTRATIVA - IMPROCEDÊNCIA DO FEITO QUE SE IMPÕE - INVERSÃO DOS ÔNUS SUCUMBENCIAIS - RECURSO PROVIDO. O recebimento da indenização na esfera administrativa não impede que o beneficiário do seguro reivindique, em juízo, eventual diferença entre o valor pago e aquele que entende fazer jus, não havendo, portanto, cogitar-se ausência de interesse de agir. Existindo nos autos laudo pericial comprovando a lesão suportada pela vítima de acidente de trânsito, necessária a observância da

graduação da invalidez para fixação do valor indenizatório a ser pago a título do seguro obrigatório (DPVAT). Precedentes do STJ, consolidados na Súmula n° 474. Em se tratando de lesão permanente parcial incompleta, após enquadramento na tabela da SUSEP (anexa à Lei nº 6.194/74, com alterações introduzidas pela MP 451/2008, posteriormente convertida na Lei nº 11.945/09), deve ser aplicada a redução prevista no inciso II do §1º do art. 3º da Lei nº 6.194/74, conforme a perda apurada pela perícia. Se a indenização securitária encontra-se quitada pelo pagamento na esfera administrativa do valor relativo à proporcionalidade da lesão, há que ser julgada improcedente a demanda que visa complementação. (TJMT, Ap 103003/2014, DESA. MARILSEN ANDRADE ADDARIO, SEGUNDA CÂMARA CÍVEL, Julgado em 25/02/2015, Publicado no DJE 03/03/2015). Neste caso, para perda anatômica e/ou funcional completa de membro inferior o percentual é de 70%, dessa forma 75% de 70% é igual a 52,5%, devendo o pagamento da indenização respeitar a proporcionalidade da lesão. Provada a incapacidade e o acidente automobilístico surge o dever de indenizar. Com efeito, a fixação do valor da indenização do seguro DPVAT deve obedecer ao disposto no art. 3º, § 1º, inciso II da Lei n. 6.194/1974. Sobre o assunto a nossa Corte decidiu: "APELAÇÃO - AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT - ACÓRDÃO ANTERIOR MANTEVE SENTENÇA DE CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO INTEGRAL DA INDENIZAÇÃO - RECURSO ESPECIAL - RECURSO PARADIGMA - JUÍZO DE RETRATAÇÃO - INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 543-C, § 7º, II, CPC - SEQUELA PERMANENTE - PERDA DA CAPACIDADE LABORATIVA - INVALIDEZ PARCIAL PERMANENTE CARACTERIZADA - INDENIZAÇÃO PROPORCIONAL - GRAU DE INVALIDEZ - NECESSIDADE - LIQUIDAÇÃO POR ARBITRAMENTO - JUÍZO DE RETRATAÇÃO POSITIVO. Em conformidade com a orientação do Superior Tribunal de Justiça, proferida no recurso paradigma REsp 1246432/RS, julgado sob a sistemática dos recursos repetitivos, 'A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial permanente do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez (Súmula nº 474/STJ)'. Na ação em que se pretende o recebimento de indenização securitária é necessária a prova pericial médica, para fins de quantificar a extensão da lesão, proporcional ao grau de invalidez, cujo valor será aferido em liquidação de sentença por arbitramento. (TJMT, Ap, 46770/2011, DES.GUIOMAR TEODORO BORGES, SEXTA CÂMARA CÍVEL, Data do Julgamento 26/03/2014, Data da publicação no DJE 31/03/2014)". "SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) - LEI N. 11.482/07 – INDENIZAÇÃO – PRELIMINAR - CERCEAMENTO DE DEFESA – INOCORRÊNCIA – GRAU DA INVALIDEZ –ARBITRAMENTO PROPORCIONAL – RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. Não ocorre cerceamento de defesa quando as provas trazidas aos autos são perfeitamente capazes de comprovar a ocorrência do sinistro e o dano causado à apelada, não havendo a necessidade da produção de outras provas para a comprovação da debilidade da vítima. Quando a lesão sofrida pela vítima é parcial, deve ser utilizada a tabela da SUSEP para a quantificação e o devido arbitramento da indenização. (TJMT, Ap, 128657/2013, DES.CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA, QUINTA CÂMARA CÍVEL, Data do Julgamento 19/03/2014, Data da publicação no DJE 24/03/2014)". Com as alterações da Lei n. 6.194/1994, como acima mencionado, não é mais permitido a vinculação do valor indenizatório ao salário mínimo. Inclusive, o assunto já foi sumulado pelo Superior Tribunal de Justiça: "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.". Assim, a indenização deve ser paga na forma do inciso II, do artigo 3º, da Lei Federal n. 6.194, de 1974, acrescida da redação da Lei n. 11.482/2007, estabelece que, para as hipóteses de invalidez permanente, como é o caso dos autos, de até R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) do valor indenizatório. A indenização deve corresponder a 52,5% do valor de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), ou seja, R$ 7.087,50 (sete mil e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), incidindo sobre esse valor a correção monetária e juros de mora. Quanto ao termo inicial da cobrança dos juros de mora, consoante a Súmula n. 426 do Superior Tribunal de Justiça "Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação." Relativo à correção monetária, deverá incidir a partir do momento em que o pagamento do benefício passou a ser devido, aplicando-se os índices do INPC, que melhor reflete a desvalorização da moeda. Posto isto, nos termos do artigo 487, inciso I do CPC, julgo parcialmente procedente com resolução de mérito os pedidos da ação proposta por ELISVAN DOS SANTOS RODRIGUES em face de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A, para condenar esta ao pagamento de R$ 7.087,50 (sete mil e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), devidamente corrigido com juros de mora de 1% ao mês a partir da citação, e correção monetária da data do evento danoso. Custas e despesas processuais pela ré. Condeno-a, ainda, ao pagamento de honorários advocatícios, que fixo em 15% sobre o valor da condenação, nos termos do art. 85, § 2º do CPC. Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à Central de Arrecadação. P.I.Cumpra-se. Cuiabá, 13 de dezembro de 2019. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1029731-54.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ADOLFO TORRES SIMAO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
WELLEN CANDIDO LOPES OAB - MT11608/A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SEGURADORA LÍDER (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 8ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1029731-54.2019.8.11.0041. ADOLFO TORRES SIMÃO propôs ação de cobrança de benefício do seguro obrigatório em face de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A, ambos devidamente qualificados. O autor alega que em 19 de março de 2019 foi vítima de acidente automobilístico, o que resultou na incapacidade parcial permanente, conforme atesta boletim de ocorrência, laudo médico, e histórico clínico. Requer a procedência da ação para que a ré seja condenada ao pagamento de R$ 9.450,00, referente ao seguro obrigatório por invalidez permanente. A ré contestou a ação (Id 25380120), alegando preliminarmente, a necessidade de adequação do valor da causa e falta de interesse de agir. No mérito, impugna os documentos juntados pela parte autora, a insuficiência probatória do registro de ocorrência, defende a inexistência de nexo causal e prova de invalidez, assim como não há a prova da suposta invalidez. Aduz que caso seja condenado ao pagamento do seguro, que seja nos termos do artigo 3º, II da Lei n. 6.194/74, de acordo com a proporção da invalidez. Impugna os juros, correção monetária e os honorários advocatícios. Impugnação à contestação (Id 25498528). Os autos foram encaminhados à Central de Conciliação, oportunidade em que foi realizado o exame pericial (Id 25448023). É o relatório. Decido. Trata-se de ação de cobrança ajuizada por Adolfo Torres Simão em face de Seguradora Líder Do Consórcio Do Seguro Dpvat S/A. Preliminar de adequação ao valor da causa Verifica-se que para as hipóteses de invalidez permanente, como é o caso dos autos, o valor indenizatório é de até R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). Tendo em vista que o valor da causa encontra-se dentro no máximo legal, rejeito a preliminar de adequação do valor da causa. Preliminar de falta de interesse de agir De igual modo, não acolho a preliminar de ausência do interesse de agir, tendo em vista que a simples apresentação de contestação arguindo matérias de mérito é documento hábil de comprovar a resistência da parte ré em analisar o caso dos segurados (TJMT, Ap 88175/2016). Mérito O autor foi vítima de acidente automobilístico em 19 de março de 2019, conforme boletim de ocorrência. A lei de regência da matéria tratada nos autos será aquela em vigor na data da ocorrência do sinistro, sendo vedada a aplicação retroativa de lei posterior. Diante desta constatação, verifico que são aplicadas as alterações trazidas pela MP n° 340 e a Lei n° 11.482, com vigência 31/05/2007 e 451/2008 – Lei n. 11.945/2009, de 04/06/2009, ou seja, antes à ocorrência do acidente objeto da lide. Portanto, aplicável a Lei especial com suas respectivas alterações. O artigo 3º, da citada lei, prevê que a vítima de acidente automobilístico faz jus à indenização securitária, em caso de incapacidade permanente: "Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no artigo 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada: [...] II – até R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – no caso de invalidez permanente;" A indenização do Seguro/DPVAT deve se basear no grau de invalidez da vítima, bastando o reconhecimento pelo expert da invalidez permanente para assegurar à vítima o pagamento do valor indenizatório. No caso, em relação a quantificação da invalidez o inciso II do § 1º do referido artigo dispõe: "quando se tratar de invalidez permanente parcial

incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional da forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinqüenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de seqüelas residuais." No que tange à indenização securitária, o artigo 5º da Lei 6.194, de 1974, prevê que para o pagamento do seguro DPVAT é suficiente a prova do acidente automobilístico e do dano dele decorrente. O acidente automobilístico está comprovado por meio de boletim de ocorrência. Resta apurar se o autor está incapaz permanentemente, com avaliação da graduação da invalidez se total ou parcial, bem como a sua quantificação, a qual deve ser comprovada mediante perícia, para pagamento proporcional ao percentual da sua incapacidade. A prova documental acostada aos autos é suficiente para comprovar o desenrolar dos fatos e consequências, especialmente, o laudo pericial elaborado por profissional habilitado como perito judicial. A perícia foi realizada por médico perito da Central de Conciliação e Mediação desta Capital, com a anuência das partes, concluindo que o autor possui lesão parcial incompleta incapacitante de 50% e de repercussão média. Considerando que a perícia foi realizada pelo médico que atua na Central de Conciliação e Mediação, sendo a mesma elaborada de forma sucinta, portanto, necessário esclarecer que a lesão incapacitante em membro inferior direito do autor computada em 50%, deve ser calculada de acordo com a tabela de acidentes pessoais. Nesse sentido: "APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) - ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO - PROCEDÊNCIA - PRELIMINAR DE FALTA DE INTERESSE DE AGIR - REJEIÇÃO - INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA PAGA ADMINISTRATIVAMENTE E PROPORCIONALMENTE À COBERTURA PREVISTA AO CASO - PROPOSITURA DA DEMANDA PARA COMPLEMENTAÇÃO DO PAGAMENTO - INVALIDEZ PERMANENTE DEMONSTRADA - LAUDO SATISFATÓRIO À AFERIÇÃO DO GRAU DE INVALIDEZ - INDENIZAÇÃO PROPORCIONAL - ENTENDIMENTO PACIFICADO PELO STJ NA SÚMULA Nº 474 - SEQUELA PERMANENTE PARCIAL INCOMPLETA - ENQUADRAMENTO NA TABELA DA SUSEP ANEXA À LEI Nº 6.194/74, COM ALTERAÇÕES DA LEI Nº 11.945/09, E APLICAÇÃO DA REDUÇÃO PREVISTA NO INCISO II DO §1º DO ART. 3º DA LEI Nº 6.194/74, CONFORME PERDA APURADA PELA PERÍCIA MÉDICA JUDICIAL - BENEFÍCIO QUITADO NA ESFERA ADMINISTRATIVA - IMPROCEDÊNCIA DO FEITO QUE SE IMPÕE - INVERSÃO DOS ÔNUS SUCUMBENCIAIS - RECURSO PROVIDO. O recebimento da indenização na esfera administrativa não impede que o beneficiário do seguro reivindique, em juízo, eventual diferença entre o valor pago e aquele que entende fazer jus, não havendo, portanto, cogitar-se ausência de interesse de agir. Existindo nos autos laudo pericial comprovando a lesão suportada pela vítima de acidente de trânsito, necessária a observância da graduação da invalidez para fixação do valor indenizatório a ser pago a título do seguro obrigatório (DPVAT). Precedentes do STJ, consolidados na Súmula n° 474. Em se tratando de lesão permanente parcial incompleta, após enquadramento na tabela da SUSEP (anexa à Lei nº 6.194/74, com alterações introduzidas pela MP 451/2008, posteriormente convertida na Lei nº 11.945/09), deve ser aplicada a redução prevista no inciso II do §1º do art. 3º da Lei nº 6.194/74, conforme a perda apurada pela perícia. Se a indenização securitária encontra-se quitada pelo pagamento na esfera administrativa do valor relativo à proporcionalidade da lesão, há que ser julgada improcedente a demanda que visa complementação. (TJMT, Ap 103003/2014, DESA. MARILSEN ANDRADE ADDARIO, SEGUNDA CÂMARA CÍVEL, Julgado em 25/02/2015, Publicado no DJE 03/03/2015). Neste caso, para perda anatômica e/ou funcional completa de membro inferior o percentual é de 70%, dessa forma 50% de 70% é igual a 35%, devendo o pagamento da indenização respeitar a proporcionalidade da lesão. Provada a incapacidade e o acidente automobilístico surge o dever de indenizar. Com efeito, a fixação do valor da indenização do seguro DPVAT deve obedecer ao disposto no art. 3º, § 1º, inciso II da Lei n. 6.194/1974. Sobre o assunto a nossa Corte decidiu: "APELAÇÃO - AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT - ACÓRDÃO ANTERIOR MANTEVE SENTENÇA DE CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO INTEGRAL DA INDENIZAÇÃO - RECURSO ESPECIAL - RECURSO PARADIGMA - JUÍZO DE RETRATAÇÃO - INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 543-C, § 7º, II, CPC - SEQUELA PERMANENTE - PERDA DA CAPACIDADE LABORATIVA - INVALIDEZ PARCIAL PERMANENTE CARACTERIZADA - INDENIZAÇÃO PROPORCIONAL - GRAU DE INVALIDEZ - NECESSIDADE - LIQUIDAÇÃO POR ARBITRAMENTO - JUÍZO DE RETRATAÇÃO POSITIVO. Em conformidade com a orientação do Superior Tribunal de Justiça, proferida no recurso paradigma REsp 1246432/RS, julgado sob a sistemática dos recursos repetitivos, 'A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial permanente do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez (Súmula nº 474/STJ)'. Na ação em que se pretende o recebimento de indenização securitária é necessária a prova pericial médica, para fins de quantificar a extensão da lesão, proporcional ao grau de invalidez, cujo valor será aferido em liquidação de sentença por arbitramento. (TJMT, Ap, 46770/2011, DES.GUIOMAR TEODORO BORGES, SEXTA CÂMARA CÍVEL, Data do Julgamento 26/03/2014, Data da publicação no DJE 31/03/2014)". "SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) - LEI N. 11.482/07 – INDENIZAÇÃO – PRELIMINAR - CERCEAMENTO DE DEFESA – INOCORRÊNCIA – GRAU DA INVALIDEZ –ARBITRAMENTO PROPORCIONAL – RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. Não ocorre cerceamento de defesa quando as provas trazidas aos autos são perfeitamente capazes de comprovar a ocorrência do sinistro e o dano causado à apelada, não havendo a necessidade da produção de outras provas para a comprovação da debilidade da vítima. Quando a lesão sofrida pela vítima é parcial, deve ser utilizada a tabela da SUSEP para a quantificação e o devido arbitramento da indenização. (TJMT, Ap, 128657/2013, DES.CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA, QUINTA CÂMARA CÍVEL, Data do Julgamento 19/03/2014, Data da publicação no DJE 24/03/2014)". Com as alterações da Lei n. 6.194/1994, como acima mencionado, não é mais permitido a vinculação do valor indenizatório ao salário mínimo. Inclusive, o assunto já foi sumulado pelo Superior Tribunal de Justiça: "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.". Assim, a indenização deve ser paga na forma do inciso II, do artigo 3º, da Lei Federal n. 6.194, de 1974, acrescida da redação da Lei n. 11.482/2007, estabelece que, para as hipóteses de invalidez permanente, como é o caso dos autos, de até R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) do valor indenizatório. A indenização deve corresponder a 35% do valor de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), ou seja, R$ 4.725,00 (quatro mil setecentos e vinte e cinco reais), incidindo sobre esse valor a correção monetária e juros de mora. Quanto ao termo inicial da cobrança dos juros de mora, consoante a Súmula n. 426 do Superior Tribunal de Justiça "Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação." Relativo à correção monetária, deverá incidir a partir do momento em que o pagamento do benefício passou a ser devido, aplicando-se os índices do INPC, que melhor reflete a desvalorização da moeda. Posto isto, nos termos do artigo 487, inciso I do CPC, julgo parcialmente procedente com resolução de mérito os pedidos da ação proposta por ADOLFO TORRES SIMÃO em face de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A, para condenar esta ao pagamento de R$ 4.725,00 (quatro mil setecentos e vinte e cinco reais), devidamente corrigido com juros de mora de 1% ao mês a partir da citação, e correção monetária da data do evento danoso. Custas e despesas processuais pela ré. Condeno a ré ao pagamento de honorários advocatícios, que fixo em R$ 1.000,00 (art. 85, § 8º do CPC). Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à Central de Arrecadação. P.I.Cumpra-se. Cuiabá, 13 de dezembro de 2019. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1036916-17.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
TATIANE JANAINA MEIRA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SAULO DALTRO MOREIRA SILVA OAB - MT10208-O (ADVOGADO(A))
Lemir Feguri OAB - MT10335-N (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 8ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo: 1036916-17.2017.8.11.0041. REQUERENTE: TATIANE

JANAINA MEIRA DA SILVA REQUERIDO: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS SENTENÇA Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório Dpvat ajuizada por TATIANE JANAÍNA MEIRA DA SILVA em desfavor de PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS, ambos qualificados nos autos. Considerando que a prestação jurisdicional atingiu seu objetivo, que é o cumprimento da obrigação, e tendo em vista a concordância da exequente com o valor depositado em juízo (ID 26155682), reconheço a satisfação da obrigação. Diante dessas considerações, EXTINGO este feito nos termos do art. 924, inciso II do Código de Processo Civil. PROCEDA-SE com a transferência dos valores depósitos para a conta do procurador da parte exequente, pois tem poderes especiais para tanto (ID 11030503). Após, cumpridas as diligências necessárias, sejam arquivados os autos. P.I. Cumpra-se. Cuiabá, 13 de dezembro de 2019. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1005325-03.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
WESLEY ALVES MARTINS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Lemir Feguri OAB - MT10335-N (ADVOGADO(A))
SAULO DALTRO MOREIRA SILVA OAB - MT10208-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JACKSON FREIRE JARDIM DOS SANTOS OAB - MT26992-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 8ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo: 1005325-03.2018.8.11.0041. SENTENÇA Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório Dpvat ajuizada por Wesley Alves Martins em desfavor de Porto Seguro Cia de Seguros Gerais, ambos qualificados nos autos. Considerando que a prestação jurisdicional atingiu seu objetivo, que é o cumprimento da obrigação, e tendo em vista a concordância da exequente com o valor depositado em juízo (ID 26408462), reconheço a satisfação da obrigação. Diante dessas considerações, EXTINGO este feito nos termos do art. 924, inciso II do Código de Processo Civil. PROCEDA-SE com a transferência dos valores depósitos para a conta do procurador da parte exequente, pois tem poderes especiais para tanto (ID 12030340). Após, cumpridas as diligências necessárias, sejam arquivados os autos. P.I. Cumpra-se. Cuiabá, 13 de dezembro de 2019. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1007288-46.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
URBANO RAMOS DE SENE (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
TANZILA LOPES OLAZAR REGES OAB - MT22079-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (RÉU)
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 8ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1007288-46.2018.8.11.0041. URBANO RAMOS DE SENE propôs ação de cobrança de benefício do seguro obrigatório c/c dams em face de PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS, ambos devidamente qualificados. O autor alega que em 06 de maio de 2017 foi vítima de acidente automobilístico, o que resultou na incapacidade parcial permanente, conforme atesta boletim de ocorrência, laudo médico, e histórico clínico. Requer a procedência da ação para que a ré seja condenada ao pagamento de R$ 8.437,50, referente ao seguro obrigatório por invalidez permanente e o pagamento das despesas médicas no valor de R$ 565,00. Relata que recebeu administrativamente a quantia de R$ 5.062,50. A ré contestou a ação (Id 14580791), requerendo, preliminarmente, a alteração do polo passivo, a fim de que seja procedida a sua exclusão e inclusão da Seguradora Líder. Arguiu ainda, ausência de laudo do IML. No mérito, impugna os documentos juntados pela parte autora, a insuficiência probatória do registro de ocorrência, defende a inexistência de nexo causal e prova de invalidez, assim como não há a prova da suposta invalidez. Aduz que caso seja condenado ao pagamento do seguro, que seja nos termos do artigo 3º, II da Lei n. 6.194/74, de acordo com a proporção da invalidez. Impugna os juros, correção monetária e os honorários advocatícios. Os autos foram encaminhados à Central de Conciliação. Oportunidade em que foi realizado o exame pericial (Id 14414809). Foram as partes intimadas para se manifestarem acerca do exame pericial realizado por médico perito da Central de Conciliação, tendo a parte ré se manifestado, conforme Id 14684513. Impugnação à contestação (Id. 16488431). É o relatório. Decido. Trata-se de ação de cobrança ajuizada por Urbano Ramos De Sene em face de Porto Seguro Cia de Seguros Gerais. Preliminar de alteração do polo passivo A ré requer a alteração do polo passivo, ou seja, excluindo ela e incluindo a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT, ao argumento de que é ilegítima para figurar no polo passivo da demanda. As alegações da ré não prosperam, uma vez que todas as seguradoras conveniadas ao consórcio das sociedades seguradoras são corresponsáveis pelo pagamento da indenização do seguro obrigatório à vítima de acidente de trânsito. Não havendo que falar em responsabilidade exclusiva da Seguradora Líder. Nessa linha de raciocínio o Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso decidiu: "52180483 - RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO SUMARÍSSIMA DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). INDENIZAÇÃO POR MORTE. PROCEDÊNCIA. RECURSO DA SEGURADORA REQUERIDA. PRELIMINARES. EXCLUSÃO DA RÉ E INCLUSÃO DA SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A. ILEGITIMIDADE ATIVA AD CAUSAM. CARÊNCIA DA AÇÃO POR AUSÊNCIA DE REGISTRO DA OCORRÊNCIA NO ÓRGÃO POLICIAL COMPETENTE. REJEIÇÃO. MÉRITO. ALEGAÇÃO DE NÃO COMPROVAÇÃO DO NEXO CAUSAL ENTRE O ÓBITO E O ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. DESCABIMENTO. NEXO CAUSAL COMPROVADO. QUANTUM INDENIZATÓRIO A SER FIXADO EM MÚLTIPLOS DE SALÁRIOS MÍNIMOS VIGENTES À ÉPOCA DO EVENTO DANOSO. CORREÇÃO MONETÁRIA DESDE A DATA DA SENTENÇA. PRINCÍPIO DA NON REFORMATIO IN PEJUS. JUROS DE MORA LEGAIS A PARTIR DA CITAÇÃO. RECURSO DESPROVIDO. Não há que se falar em ilegitimidade passiva da seguradora, haja vista a previsão da Lei nº 6.194/74, ao dispor que, nos casos de seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, a indenização devida será paga por um consórcio constituído por todas as seguradoras que trabalhem com o respectivo seguro. Uma vez que os autores/apelados comprovaram a condição de filhos da vítima, indiscutível a legitimidade ativa para a ação de cobrança que visa o recebimento de verba indenizatória do seguro DPVAT resultante de evento morte. O boletim de ocorrência não é documento imprescindível para comprovar o nexo de causalidade entre o acidente e a morte do segurado. Restando comprovado nos autos as exigências do artigo 5º, da Lei nº 6.197/74, qual seja, a prova do acidente e do dano dele decorrente (morte). Correta a decisão que condenou a ré/apelante ao pagamento do valor do seguro obrigatório. DPVAT aos autores. O salário mínimo usado como parâmetro de fixação da verba deverá ser o vigente à época do sinistro, a qual deverá ser corrigida monetariamente desde a data da sentença. Diante o princípio recursal da non reformatio in pejus que veda na processualística brasileira, o agravamento da situação daquele que recorreu solitariamente. E acrescida de juros moratórios legais a partir da citação da seguradora. (TJMT; APL 93075/2013; Capital; Segunda Câmara Cível; Relª Desª Marilsen Andrade Addário; Julg. 19/02/2014; DJMT 27/02/2014; Pág. 36)". Com estas considerações, rejeito a preliminar de ilegitimidade passiva. Da preliminar de ausência de laudo do IML Da mesma forma não merece guarida a preliminar de ausência de laudo do IML, vez que o referido laudo não se mostra indispensável. O boletim de ocorrência é meio de comprovar o fato narrado, sendo, dessa forma, dispensável o laudo do IML. Nesse sentido, a jurisprudência: "50182178- APELAÇÃO CÍVEL. ORDINÁRIA DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. LAUDO DO IML. DESNECESSIDADE. 1) - A prolação de decisão monocrática pelo relator é possível, conforme prescreve o art. 557, caput, do CPC, estando o recurso em confronto com posicionamentos jurisprudenciais dominantes nesta Corte de Justiça. 2) - O processo administrativo não pode ser exigido como pressuposto necessário para o ajuizamento da ação judicial, tendo em vista que não há em nossa legislação, qualquer dispositivo que exija o exaurimento da via administrativa para, somente após, buscar judicialmente a obtenção do benefício do seguro DPVAT. 3) Comprovada a invalidez por documento efetuado por médico, desnecessária a juntada de

laudo do IML. 4) - O Boletim de Ocorrência, atestados médicos e questionário para avaliação de invalidez permanente em se tratando de seguro DPVAT, constituem documentos suficientes a comprovação do dano decorrente de acidente de trânsito a ensejar o pagamento da indenização. 5) Mesmo sendo parcial, o seguro obrigatório de danos pessoais por invalidez permanente, deve corresponder ao valor de 40 (quarenta) salarios minimos, nos termos do artigo 3º,"b",da Lei nº 6.194/74. 6) - Não há que se falar na violação do artigo 7º da Constituição Federal, quando a indenização é fixada com base no salario mínimo, uma vez que se trata de critério de cálculo que serve para a quantificação do montante ressarcitório. - Apelação Cível que se nega seguimento. (TJGO; AC 469901-30.2008.8.09.0051; Goiânia; Rel. Des. Norival Santome; DJGO 01/02/2011; Pág. 454)". Assim, rejeito a preliminar ventilada. Mérito O autor foi vítima de acidente automobilístico em 06 de maio de 2017, conforme boletim de ocorrência. A lei de regência da matéria tratada nos autos será aquela em vigor na data da ocorrência do sinistro, sendo vedada a aplicação retroativa de lei posterior. Diante desta constatação, verifico que são aplicadas as alterações trazidas pela MP n° 340 e a Lei n° 11.482, com vigência 31/05/2007 e 451/2008 – Lei n. 11.945/2009, de 04/06/2009, ou seja, antes à ocorrência do acidente objeto da lide. Portanto, aplicável a Lei especial com suas respectivas alterações. O artigo 3º, da citada lei, prevê que a vítima de acidente automobilístico faz jus à indenização securitária, em caso de incapacidade permanente: "Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no artigo 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada: [...] II – até R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – no caso de invalidez permanente;" A indenização do Seguro/DPVAT deve se basear no grau de invalidez da vítima, bastando o reconhecimento pelo expert da invalidez permanente para assegurar à vítima o pagamento do valor indenizatório. No caso, em relação a quantificação da invalidez o inciso II do § 1º do referido artigo dispõe: "quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional da forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinqüenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de seqüelas residuais." No que tange à indenização securitária, o artigo 5º da Lei 6.194, de 1974, prevê que para o pagamento do seguro DPVAT é suficiente a prova do acidente automobilístico e do dano dele decorrente. O acidente automobilístico está comprovado por meio de boletim de ocorrência. Resta apurar se o autor está incapaz permanentemente, com avaliação da graduação da invalidez se total ou parcial, bem como a sua quantificação, a qual deve ser comprovada mediante perícia, para pagamento proporcional ao percentual da sua incapacidade. A prova documental acostada aos autos é suficiente para comprovar o desenrolar dos fatos e consequências, especialmente, o laudo pericial elaborado por profissional habilitado como perito judicial. A perícia foi realizada por médico perito da Central de Conciliação e Mediação desta Capital, com a anuência das partes, concluindo que o autor possui lesão parcial incompleta incapacitante de 10 em estrutura torácica e 50% no ombro esquerdo. Considerando que a perícia foi realizada pelo médico que atua na Central de Conciliação e Mediação, sendo a mesma elaborada de forma sucinta, portanto, necessário esclarecer que a lesão incapacitante, deve ser calculada de acordo com a tabela de acidentes pessoais. Nesse sentido: "APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) - ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO - PROCEDÊNCIA - PRELIMINAR DE FALTA DE INTERESSE DE AGIR - REJEIÇÃO - INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA PAGA ADMINISTRATIVAMENTE E PROPORCIONALMENTE À COBERTURA PREVISTA AO CASO - PROPOSITURA DA DEMANDA PARA COMPLEMENTAÇÃO DO PAGAMENTO - INVALIDEZ PERMANENTE DEMONSTRADA - LAUDO SATISFATÓRIO À AFERIÇÃO DO GRAU DE INVALIDEZ - INDENIZAÇÃO PROPORCIONAL - ENTENDIMENTO PACIFICADO PELO STJ NA SÚMULA Nº 474 - SEQUELA PERMANENTE PARCIAL INCOMPLETA - ENQUADRAMENTO NA TABELA DA SUSEP ANEXA À LEI Nº 6.194/74, COM ALTERAÇÕES DA LEI Nº 11.945/09, E APLICAÇÃO DA REDUÇÃO PREVISTA NO INCISO II DO §1º DO ART. 3º DA LEI Nº 6.194/74, CONFORME PERDA APURADA PELA PERÍCIA MÉDICA JUDICIAL - BENEFÍCIO QUITADO NA ESFERA ADMINISTRATIVA - IMPROCEDÊNCIA DO FEITO QUE SE IMPÕE - INVERSÃO DOS ÔNUS SUCUMBENCIAIS - RECURSO PROVIDO. O recebimento da indenização na esfera administrativa não impede que o beneficiário do seguro reivindique, em juízo, eventual diferença entre o valor pago e aquele que entende fazer jus, não havendo, portanto, cogitar-se ausência de interesse de agir. Existindo nos autos laudo pericial comprovando a lesão suportada pela vítima de acidente de trânsito, necessária a observância da graduação da invalidez para fixação do valor indenizatório a ser pago a título do seguro obrigatório (DPVAT). Precedentes do STJ, consolidados na Súmula n° 474. Em se tratando de lesão permanente parcial incompleta, após enquadramento na tabela da SUSEP (anexa à Lei nº 6.194/74, com alterações introduzidas pela MP 451/2008, posteriormente convertida na Lei nº 11.945/09), deve ser aplicada a redução prevista no inciso II do §1º do art. 3º da Lei nº 6.194/74, conforme a perda apurada pela perícia. Se a indenização securitária encontra-se quitada pelo pagamento na esfera administrativa do valor relativo à proporcionalidade da lesão, há que ser julgada improcedente a demanda que visa complementação. (TJMT, Ap 103003/2014, DESA. MARILSEN ANDRADE ADDARIO, SEGUNDA CÂMARA CÍVEL, Julgado em 25/02/2015, Publicado no DJE 03/03/2015). Neste caso, para perda anatômica e/ou funcional completa de estrutura torácica o percentual é de 100%, dessa forma 10% de 100% é igual a 10% e para perda anatômica e/ou funcional completa de um dos ombros o percentual é de 25%, dessa forma 50% de 25% é igual a 12,5%, devendo o pagamento da indenização respeitar a proporcionalidade das lesões. Provada a incapacidade e o acidente automobilístico surge o dever de indenizar. Com efeito, a fixação do valor da indenização do seguro DPVAT deve obedecer ao disposto no art. 3º, § 1º, inciso II da Lei n. 6.194/1974. Sobre o assunto a nossa Corte decidiu: "APELAÇÃO - AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT - ACÓRDÃO ANTERIOR MANTEVE SENTENÇA DE CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO INTEGRAL DA INDENIZAÇÃO - RECURSO ESPECIAL - RECURSO PARADIGMA - JUÍZO DE RETRATAÇÃO - INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 543-C, § 7º, II, CPC - SEQUELA PERMANENTE - PERDA DA CAPACIDADE LABORATIVA - INVALIDEZ PARCIAL PERMANENTE CARACTERIZADA - INDENIZAÇÃO PROPORCIONAL - GRAU DE INVALIDEZ - NECESSIDADE - LIQUIDAÇÃO POR ARBITRAMENTO - JUÍZO DE RETRATAÇÃO POSITIVO. Em conformidade com a orientação do Superior Tribunal de Justiça, proferida no recurso paradigma REsp 1246432/RS, julgado sob a sistemática dos recursos repetitivos, 'A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial permanente do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez (Súmula nº 474/STJ)'. Na ação em que se pretende o recebimento de indenização securitária é necessária a prova pericial médica, para fins de quantificar a extensão da lesão, proporcional ao grau de invalidez, cujo valor será aferido em liquidação de sentença por arbitramento. (TJMT, Ap, 46770/2011, DES.GUIOMAR TEODORO BORGES, SEXTA CÂMARA CÍVEL, Data do Julgamento 26/03/2014, Data da publicação no DJE 31/03/2014)". "SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) - LEI N. 11.482/07 – INDENIZAÇÃO – PRELIMINAR - CERCEAMENTO DE DEFESA – INOCORRÊNCIA – GRAU DA INVALIDEZ –ARBITRAMENTO PROPORCIONAL – RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. Não ocorre cerceamento de defesa quando as provas trazidas aos autos são perfeitamente capazes de comprovar a ocorrência do sinistro e o dano causado à apelada, não havendo a necessidade da produção de outras provas para a comprovação da debilidade da vítima. Quando a lesão sofrida pela vítima é parcial, deve ser utilizada a tabela da SUSEP para a quantificação e o devido arbitramento da indenização. (TJMT, Ap, 128657/2013, DES.CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA, QUINTA CÂMARA CÍVEL, Data do Julgamento 19/03/2014, Data da publicação no DJE 24/03/2014)". Com as alterações da Lei n. 6.194/1994, como acima mencionado, não é mais permitido a vinculação do valor indenizatório ao salário mínimo. Inclusive, o assunto já foi sumulado pelo Superior Tribunal de Justiça: "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.". Assim, a indenização deve ser paga na forma do inciso II, do artigo 3º, da Lei Federal n. 6.194, de 1974, acrescida da redação da Lei n. 11.482/2007, estabelece que, para as hipóteses de invalidez permanente, como é o caso dos autos, de até R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) do valor indenizatório. A indenização deve corresponder a 22,5% do valor de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), ou seja, R$ 3.037,50 (três mil e trinta e sete reais e cinquenta centavos), incidindo sobre esse valor a correção monetária e juros de mora. No caso, como a parte autora recebeu administrativamente a quantia

de R$ 5.062,50 (cinco mil e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), tendo a seguradora observado a graduação da lesão sofrida, nada mais é devido a titulo de seguro DPVAT pelo acidente ocorrido em 06 de maio de 2017. Portanto, indevida a indenização aqui pleiteada. Quanto ao pedido de ressarcimento das despesas médicas e suplementares, verifica-se que a parte autora juntou notas fiscais referentes a gastos com compra medicamentos e despesas hospitalares, conforme id 12366368, perfazendo o montante de R$ 565,00 (quinhentos e sessenta e cinco reais). Assim, estando demonstrado que as despesas foram efetuadas em decorrência dos danos sofridos em acidente de trânsito e não tendo sido efetuado o pagamento na esfera administrativa, resta configurado o dever de reembolsar a parte autora pelas despesas médico-hospitalares decorrentes do acidente, contudo, será observado o limite previsto na respectiva legislação, qual seja, de R$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) (Art. 3º, Inciso III, da Lei 6.194/74). Tento em vista que o valor pleiteado não supera o máximo permissivo, bem como, a comprovação dos gastos pelos recibos em anexo, tem-se evidenciado o direito ao ressarcimento referente às despesas médicas no importe de R$ 565,00 (quinhentos e sessenta e cinco reais). Quanto ao termo inicial da cobrança dos juros de mora, consoante a Súmula n. 426 do Superior Tribunal de Justiça "Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação." Relativo à correção monetária, deverá incidir a partir do momento em que o pagamento do benefício passou a ser devido, aplicando-se os índices do INPC, que melhor reflete a desvalorização da moeda. Posto isto, nos termos do artigo 487, inciso I do CPC, julgo parcialmente procedente com resolução de mérito os pedidos da ação proposta por URBANO RAMOS DE SENE em face de PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS, para condenar esta ao pagamento de R$ 565,00 (quinhentos e sessenta e cinco reais) referente as despesas médicas e hospitalares, devidamente corrigido com juros de mora de 1% ao mês a partir da citação, e correção monetária da data do evento danoso, e julgo improcedente o pedido de complementação da indenização do seguro DPVAT, pelo acidente ocorrido em 06 de maio de 2017. Custas processuais pela ré. Condeno a ré ao pagamento de honorários advocatícios, que fixo em R$ 500,00 (art. 85, § 8º do CPC). Expeça-se a certidão de crédito em favor do perito, referente aos valores depositados a título de honorários periciais. Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à Central de Arrecadação. P.I.Cumpra-se. Cuiabá, 13 de dezembro de 2019. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1022803-92.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ALCEDIR ALVES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ALBERTO PELISSARI CATANANTE OAB - MT17531-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 8ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo: 1022803-92.2016.8.11.0041. SENTENÇA ALCEDIR ALVES propôs ação de cobrança de benefício do seguro obrigatório em face de PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS, ambos devidamente qualificados. O autor alega que em 24 de outubro de 2015 foi vítima de acidente automobilístico, o que resultou na incapacidade parcial permanente, conforme atesta boletim de ocorrência, laudo médico, e histórico clínico. Requer a procedência da ação para que a ré seja condenada ao pagamento de R$ 13.500,00, referente ao seguro obrigatório por invalidez permanente. A ré contestou a ação (Id 5609917). Preliminarmente, requereu a alteração do polo passivo, a fim de que seja procedida a sua exclusão e inclusão da Seguradora Líder. No mérito, aduz a imprescindibilidade de produção de prova pericial, diante da ausência de provas da invalidez. Aduz que caso seja condenado ao pagamento do seguro, que seja nos termos do artigo 3º, II da Lei n. 6.194/74, de acordo com a proporção da invalidez. Impugna ainda os juros, correção monetária e os honorários advocatícios. Os autos foram encaminhados à Central de Conciliação, oportunidade em que foi realizado o exame pericial (Id 5813646). Impugnação à contestação no Id 12312091. Intimadas, ambas as partes manifestaram contentamento com o laudo pericial (Id 13696113 e 13779067). É o relatório. Decido. Trata-se de ação de cobrança ajuizada por Alcedir Alves em face de Porto Seguro Cia de Seguros Gerais. Preliminar de alteração do polo passivo A ré requer a alteração do polo passivo, ou seja, excluindo ela e incluindo a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT, ao argumento de que é ilegítima para figurar no polo passivo da demanda. As alegações da ré não prosperam, uma vez que todas as seguradoras conveniadas ao consórcio das sociedades seguradoras são corresponsáveis pelo pagamento da indenização do seguro obrigatório à vítima de acidente de trânsito. Não havendo que falar em responsabilidade exclusiva da Seguradora Líder. Nessa linha de raciocínio o Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso decidiu: "52180483 - RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO SUMARÍSSIMA DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). INDENIZAÇÃO POR MORTE. PROCEDÊNCIA. RECURSO DA SEGURADORA REQUERIDA. PRELIMINARES. EXCLUSÃO DA RÉ E INCLUSÃO DA SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A. ILEGITIMIDADE ATIVA AD CAUSAM. CARÊNCIA DA AÇÃO POR AUSÊNCIA DE REGISTRO DA OCORRÊNCIA NO ÓRGÃO POLICIAL COMPETENTE. REJEIÇÃO. MÉRITO. ALEGAÇÃO DE NÃO COMPROVAÇÃO DO NEXO CAUSAL ENTRE O ÓBITO E O ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. DESCABIMENTO. NEXO CAUSAL COMPROVADO. QUANTUM INDENIZATÓRIO A SER FIXADO EM MÚLTIPLOS DE SALÁRIOS MÍNIMOS VIGENTES À ÉPOCA DO EVENTO DANOSO. CORREÇÃO MONETÁRIA DESDE A DATA DA SENTENÇA. PRINCÍPIO DA NON REFORMATIO IN PEJUS. JUROS DE MORA LEGAIS A PARTIR DA CITAÇÃO. RECURSO DESPROVIDO. Não há que se falar em ilegitimidade passiva da seguradora, haja vista a previsão da Lei nº 6.194/74, ao dispor que, nos casos de seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, a indenização devida será paga por um consórcio constituído por todas as seguradoras que trabalhem com o respectivo seguro. Uma vez que os autores/apelados comprovaram a condição de filhos da vítima, indiscutível a legitimidade ativa para a ação de cobrança que visa o recebimento de verba indenizatória do seguro DPVAT resultante de evento morte. O boletim de ocorrência não é documento imprescindível para comprovar o nexo de causalidade entre o acidente e a morte do segurado. Restando comprovado nos autos as exigências do artigo 5º, da Lei nº 6.197/74, qual seja, a prova do acidente e do dano dele decorrente (morte). Correta a decisão que condenou a ré/apelante ao pagamento do valor do seguro obrigatório. DPVAT aos autores. O salário mínimo usado como parâmetro de fixação da verba deverá ser o vigente à época do sinistro, a qual deverá ser corrigida monetariamente desde a data da sentença. Diante o princípio recursal da non reformatio in pejus que veda na processualística brasileira, o agravamento da situação daquele que recorreu solitariamente. E acrescida de juros moratórios legais a partir da citação da seguradora. (TJMT; APL 93075/2013; Capital; Segunda Câmara Cível; Relª Desª Marilsen Andrade Addário; Julg. 19/02/2014; DJMT 27/02/2014; Pág. 36)". Com estas considerações, rejeito a preliminar de ilegitimidade passiva. Mérito O autor foi vítima de acidente automobilístico em 24 de outubro de 2015, conforme boletim de ocorrência. A lei de regência da matéria tratada nos autos será aquela em vigor na data da ocorrência do sinistro, sendo vedada a aplicação retroativa de lei posterior. Diante desta constatação, verifico que são aplicadas as alterações trazidas pela MP n° 340 e a Lei n° 11.482, com vigência 31/05/2007 e 451/2008 – Lei n. 11.945/2009, de 04/06/2009, ou seja, antes à ocorrência do acidente objeto da lide. Portanto, aplicável a Lei especial com suas respectivas alterações. O artigo 3º, da citada lei, prevê que a vítima de acidente automobilístico faz jus à indenização securitária, em caso de incapacidade permanente: "Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no artigo 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada: [...] II – até R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – no caso de invalidez permanente;" A indenização do Seguro/DPVAT deve se basear no grau de invalidez da vítima, bastando o reconhecimento pelo expert da invalidez permanente para assegurar à vítima o pagamento do valor indenizatório. No caso, em relação a quantificação da invalidez o inciso II do § 1º do referido artigo dispõe: "quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional da forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinqüenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e

cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de seqüelas residuais." No que tange à indenização securitária, o artigo 5º da Lei 6.194, de 1974, prevê que para o pagamento do seguro DPVAT é suficiente a prova do acidente automobilístico e do dano dele decorrente. O acidente automobilístico está comprovado por meio de boletim de ocorrência. Resta apurar se o autor está incapaz permanentemente, com avaliação da graduação da invalidez se total ou parcial, bem como a sua quantificação, a qual deve ser comprovada mediante perícia, para pagamento proporcional ao percentual da sua incapacidade. A prova documental acostada aos autos é suficiente para comprovar o desenrolar dos fatos e consequências, especialmente, o laudo pericial elaborado por profissional habilitado como perito judicial. A perícia foi realizada por médico perito da Central de Conciliação e Mediação desta Capital, com a anuência das partes, concluindo que o autor possui lesão parcial incompleta incapacitante de 25% na mão direita, de repercussão leve. Considerando que a perícia foi realizada pelo médico que atua na Central de Conciliação e Mediação, sendo a mesma elaborada de forma sucinta, portanto, necessário esclarecer que a lesão incapacitante na mão do autor computada em 25%, devem ser calculadas de acordo com a tabela de acidentes pessoais. Nesse sentido: "APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) - ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO - PROCEDÊNCIA - PRELIMINAR DE FALTA DE INTERESSE DE AGIR - REJEIÇÃO - INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA PAGA ADMINISTRATIVAMENTE E PROPORCIONALMENTE À COBERTURA PREVISTA AO CASO - PROPOSITURA DA DEMANDA PARA COMPLEMENTAÇÃO DO PAGAMENTO - INVALIDEZ PERMANENTE DEMONSTRADA - LAUDO SATISFATÓRIO À AFERIÇÃO DO GRAU DE INVALIDEZ - INDENIZAÇÃO PROPORCIONAL - ENTENDIMENTO PACIFICADO PELO STJ NA SÚMULA Nº 474 - SEQUELA PERMANENTE PARCIAL INCOMPLETA - ENQUADRAMENTO NA TABELA DA SUSEP ANEXA À LEI Nº 6.194/74, COM ALTERAÇÕES DA LEI Nº 11.945/09, E APLICAÇÃO DA REDUÇÃO PREVISTA NO INCISO II DO §1º DO ART. 3º DA LEI Nº 6.194/74, CONFORME PERDA APURADA PELA PERÍCIA MÉDICA JUDICIAL - BENEFÍCIO QUITADO NA ESFERA ADMINISTRATIVA - IMPROCEDÊNCIA DO FEITO QUE SE IMPÕE - INVERSÃO DOS ÔNUS SUCUMBENCIAIS - RECURSO PROVIDO. O recebimento da indenização na esfera administrativa não impede que o beneficiário do seguro reivindique, em juízo, eventual diferença entre o valor pago e aquele que entende fazer jus, não havendo, portanto, cogitar-se ausência de interesse de agir. Existindo nos autos laudo pericial comprovando a lesão suportada pela vítima de acidente de trânsito, necessária a observância da graduação da invalidez para fixação do valor indenizatório a ser pago a título do seguro obrigatório (DPVAT). Precedentes do STJ, consolidados na Súmula n° 474. Em se tratando de lesão permanente parcial incompleta, após enquadramento na tabela da SUSEP (anexa à Lei nº 6.194/74, com alterações introduzidas pela MP 451/2008, posteriormente convertida na Lei nº 11.945/09), deve ser aplicada a redução prevista no inciso II do §1º do art. 3º da Lei nº 6.194/74, conforme a perda apurada pela perícia. Se a indenização securitária encontra-se quitada pelo pagamento na esfera administrativa do valor relativo à proporcionalidade da lesão, há que ser julgada improcedente a demanda que visa complementação. (TJMT, Ap 103003/2014, DESA. MARILSEN ANDRADE ADDARIO, SEGUNDA CÂMARA CÍVEL, Julgado em 25/02/2015, Publicado no DJE 03/03/2015). Neste caso, para perda anatômica e/ou funcional completa de uma das mãos o percentual é de 70%, dessa forma 25% de 70% é igual a 17,5%, devendo o pagamento da indenização respeitar a proporcionalidade da lesão. Provada a incapacidade e o acidente automobilístico surge o dever de indenizar. Com efeito, a fixação do valor da indenização do seguro DPVAT deve obedecer ao disposto no art. 3º, § 1º, inciso II da Lei n. 6.194/1974. Sobre o assunto a nossa Corte decidiu: "APELAÇÃO - AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT - ACÓRDÃO ANTERIOR MANTEVE SENTENÇA DE CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO INTEGRAL DA INDENIZAÇÃO - RECURSO ESPECIAL - RECURSO PARADIGMA - JUÍZO DE RETRATAÇÃO - INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 543-C, § 7º, II, CPC - SEQUELA PERMANENTE - PERDA DA CAPACIDADE LABORATIVA - INVALIDEZ PARCIAL PERMANENTE CARACTERIZADA - INDENIZAÇÃO PROPORCIONAL - GRAU DE INVALIDEZ - NECESSIDADE - LIQUIDAÇÃO POR ARBITRAMENTO - JUÍZO DE RETRATAÇÃO POSITIVO. Em conformidade com a orientação do Superior Tribunal de Justiça, proferida no recurso paradigma REsp 1246432/RS, julgado sob a sistemática dos recursos repetitivos, 'A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial permanente do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez (Súmula nº 474/STJ)'. Na ação em que se pretende o recebimento de indenização securitária é necessária a prova pericial médica, para fins de quantificar a extensão da lesão, proporcional ao grau de invalidez, cujo valor será aferido em liquidação de sentença por arbitramento. (TJMT, Ap, 46770/2011, DES.GUIOMAR TEODORO BORGES, SEXTA CÂMARA CÍVEL, Data do Julgamento 26/03/2014, Data da publicação no DJE 31/03/2014)". "SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) - LEI N. 11.482/07 – INDENIZAÇÃO – PRELIMINAR - CERCEAMENTO DE DEFESA – INOCORRÊNCIA – GRAU DA INVALIDEZ –ARBITRAMENTO PROPORCIONAL – RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. Não ocorre cerceamento de defesa quando as provas trazidas aos autos são perfeitamente capazes de comprovar a ocorrência do sinistro e o dano causado à apelada, não havendo a necessidade da produção de outras provas para a comprovação da debilidade da vítima. Quando a lesão sofrida pela vítima é parcial, deve ser utilizada a tabela da SUSEP para a quantificação e o devido arbitramento da indenização. (TJMT, Ap, 128657/2013, DES.CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA, QUINTA CÂMARA CÍVEL, Data do Julgamento 19/03/2014, Data da publicação no DJE 24/03/2014)". Com as alterações da Lei n. 6.194/1994, como acima mencionado, não é mais permitido a vinculação do valor indenizatório ao salário mínimo. Inclusive, o assunto já foi sumulado pelo Superior Tribunal de Justiça: "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.". Assim, a indenização deve ser paga na forma do inciso II, do artigo 3º, da Lei Federal n. 6.194, de 1974, acrescida da redação da Lei n. 11.482/2007, estabelece que, para as hipóteses de invalidez permanente, como é o caso dos autos, de até R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) do valor indenizatório. A indenização deve corresponder a 17,5% do valor de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), ou seja, R$ 2.362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), incidindo sobre esse valor a correção monetária e juros de mora. Quanto ao termo inicial da cobrança dos juros de mora, consoante a Súmula n. 426 do Superior Tribunal de Justiça "Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação." Relativo à correção monetária, deverá incidir a partir do momento em que o pagamento do benefício passou a ser devido, aplicando-se os índices do INPC, que melhor reflete a desvalorização da moeda. Posto isto, nos termos do artigo 487, inciso I do CPC, julgo parcialmente procedente com resolução de mérito os pedidos da ação proposta por ALCEDIR ALVES em face de PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS, para condenar esta ao pagamento de R$ 2.362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), devidamente corrigido com juros de mora de 1% ao mês a partir da citação, e correção monetária da data do evento danoso. Custas processuais pela ré. Condeno a ré ao pagamento de honorários advocatícios, que fixo em R$ 800,00 (art. 85, § 8º do CPC). Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à Central de Arrecadação. P.I.Cumpra-se. Cuiabá, 13 de dezembro de 2019. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1014446-26.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ANTONIO DIAS DA SILVA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA LUIZA ALAMINO BELLINCANTA OAB - MT9333-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUIZ HENRIQUE VIEIRA OAB - MT26417-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 8ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1014446-26.2016.8.11.0041. ELISVAN DOS SANTOS RODRIGUES propôs ação de cobrança de benefício do seguro obrigatório em face de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A, ambos devidamente qualificados. O autor alega que em 09 de julho de 2017 foi vítima de acidente automobilístico, o que resultou na incapacidade parcial permanente, conforme atesta boletim de ocorrência, laudo médico, e histórico clínico. Requer a procedência da ação para que a ré seja condenada ao pagamento de R$ 13.500,00,

referente ao seguro obrigatório por invalidez permanente. A ré contestou a ação (Id 24385534), impugnando preliminarmente, o pedido de justiça gratuita e ausência de comprovante de endereço em nome da autora. No mérito, impugna os documentos juntados pela parte autora, a insuficiência probatória do registro de ocorrência, defende a inexistência de nexo causal e prova de invalidez, assim como não há a prova da suposta invalidez. Aduz que caso seja condenado ao pagamento do seguro, que seja nos termos do artigo 3º, II da Lei n. 6.194/74, de acordo com a proporção da invalidez. Impugna os juros, correção monetária e os honorários advocatícios. Impugnação à contestação (Id 26466844). Os autos foram encaminhados à Central de Conciliação, oportunidade em que foi realizado o exame pericial (Id 26462562). É o relatório. Decido. Trata-se de ação de cobrança ajuizada por Elisvan Dos Santos Rodrigues em face de Seguradora Líder Do Consórcio Do Seguro Dpvat S/A. Preliminar de impugnação a justiça gratuita No tocante ao pedido de justiça gratuita, depreende-se dos autos que a parte autora labora como auxiliar de serviços gerais. Outrossim, o comprovante de endereço refere-se a uma conta de água no valor de R$ 66,03, sendo considerado um valor baixo, e ainda, tem-se que todo o tratamento de saúde foi realizado em hospital público (Id 22074554). Dessa forma, os fatos elucidados sustentam a necessidade da justiça gratuita deferida, motivo pelo qual, rejeito a prelimitar arguida. Da ausência de pressuposto de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo Em que pese o comprovante de endereço esteja em nome de terceiro, esse fato por si só não torna o processo inválido ou irregular, porquanto é comum que a pessoa não possua comprovante de endereço em seu nome, mormente por ser locatário ou residir com algum familiar, de modo que, não havendo nada que prove ao contrário, o documento jungido aos autos referente ao domicílio do requerente goza de veracidade. Ainda, sendo o autor domiciliado em Cuiabá, a ação pode ser intentada nesta Comarca, em consonância com o artigo 100, V, parágrafo único do CPC. Por esses motivos, afasto a preliminar ventilada. Mérito O autor foi vítima de acidente automobilístico em 09 de de julho de 2017, conforme boletim de ocorrência (Id 11916085). A lei de regência da matéria tratada nos autos será aquela em vigor na data da ocorrência do sinistro, sendo vedada a aplicação retroativa de lei posterior. Diante desta constatação, verifico que são aplicadas as alterações trazidas pela MP n° 340 e a Lei n° 11.482, com vigência 31/05/2007 e 451/2008 – Lei n. 11.945/2009, de 04/06/2009, ou seja, antes à ocorrência do acidente objeto da lide. Portanto, aplicável a Lei especial com suas respectivas alterações. O artigo 3º, da citada lei, prevê que a vítima de acidente automobilístico faz jus à indenização securitária, em caso de incapacidade permanente: "Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no artigo 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada: [...] II – até R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – no caso de invalidez permanente;" A indenização do Seguro/DPVAT deve se basear no grau de invalidez da vítima, bastando o reconhecimento pelo expert da invalidez permanente para assegurar à vítima o pagamento do valor indenizatório. No caso, em relação a quantificação da invalidez o inciso II do § 1º do referido artigo dispõe: "quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional da forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinqüenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de seqüelas residuais." No que tange à indenização securitária, o artigo 5º da Lei 6.194, de 1974, prevê que para o pagamento do seguro DPVAT é suficiente a prova do acidente automobilístico e do dano dele decorrente. O acidente automobilístico está comprovado por meio de boletim de ocorrência. Resta apurar se o autor está incapaz permanentemente, com avaliação da graduação da invalidez se total ou parcial, bem como a sua quantificação, a qual deve ser comprovada mediante perícia, para pagamento proporcional ao percentual da sua incapacidade. A prova documental acostada aos autos é suficiente para comprovar o desenrolar dos fatos e consequências, especialmente, o laudo pericial elaborado por profissional habilitado como perito judicial. A perícia foi realizada por médico perito da Central de Conciliação e Mediação desta Capital, com a anuência das partes, concluindo que o autor possui lesão parcial incompleta incapacitante de 75% e de repercussão intensa. Considerando que a perícia foi realizada pelo médico que atua na Central de Conciliação e Mediação, sendo a mesma elaborada de forma sucinta, portanto, necessário esclarecer que a lesão incapacitante em membro inferior esquerdo do autor computada em 756%, deve ser calculada de acordo com a tabela de acidentes pessoais. Nesse sentido: "APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) - ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO - PROCEDÊNCIA - PRELIMINAR DE FALTA DE INTERESSE DE AGIR - REJEIÇÃO - INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA PAGA ADMINISTRATIVAMENTE E PROPORCIONALMENTE À COBERTURA PREVISTA AO CASO - PROPOSITURA DA DEMANDA PARA COMPLEMENTAÇÃO DO PAGAMENTO - INVALIDEZ PERMANENTE DEMONSTRADA - LAUDO SATISFATÓRIO À AFERIÇÃO DO GRAU DE INVALIDEZ - INDENIZAÇÃO PROPORCIONAL - ENTENDIMENTO PACIFICADO PELO STJ NA SÚMULA Nº 474 - SEQUELA PERMANENTE PARCIAL INCOMPLETA - ENQUADRAMENTO NA TABELA DA SUSEP ANEXA À LEI Nº 6.194/74, COM ALTERAÇÕES DA LEI Nº 11.945/09, E APLICAÇÃO DA REDUÇÃO PREVISTA NO INCISO II DO §1º DO ART. 3º DA LEI Nº 6.194/74, CONFORME PERDA APURADA PELA PERÍCIA MÉDICA JUDICIAL - BENEFÍCIO QUITADO NA ESFERA ADMINISTRATIVA - IMPROCEDÊNCIA DO FEITO QUE SE IMPÕE - INVERSÃO DOS ÔNUS SUCUMBENCIAIS - RECURSO PROVIDO. O recebimento da indenização na esfera administrativa não impede que o beneficiário do seguro reivindique, em juízo, eventual diferença entre o valor pago e aquele que entende fazer jus, não havendo, portanto, cogitar-se ausência de interesse de agir. Existindo nos autos laudo pericial comprovando a lesão suportada pela vítima de acidente de trânsito, necessária a observância da graduação da invalidez para fixação do valor indenizatório a ser pago a título do seguro obrigatório (DPVAT). Precedentes do STJ, consolidados na Súmula n° 474. Em se tratando de lesão permanente parcial incompleta, após enquadramento na tabela da SUSEP (anexa à Lei nº 6.194/74, com alterações introduzidas pela MP 451/2008, posteriormente convertida na Lei nº 11.945/09), deve ser aplicada a redução prevista no inciso II do §1º do art. 3º da Lei nº 6.194/74, conforme a perda apurada pela perícia. Se a indenização securitária encontra-se quitada pelo pagamento na esfera administrativa do valor relativo à proporcionalidade da lesão, há que ser julgada improcedente a demanda que visa complementação. (TJMT, Ap 103003/2014, DESA. MARILSEN ANDRADE ADDARIO, SEGUNDA CÂMARA CÍVEL, Julgado em 25/02/2015, Publicado no DJE 03/03/2015). Neste caso, para perda anatômica e/ou funcional completa de membro inferior o percentual é de 70%, dessa forma 75% de 70% é igual a 52,5%, devendo o pagamento da indenização respeitar a proporcionalidade da lesão. Provada a incapacidade e o acidente automobilístico surge o dever de indenizar. Com efeito, a fixação do valor da indenização do seguro DPVAT deve obedecer ao disposto no art. 3º, § 1º, inciso II da Lei n. 6.194/1974. Sobre o assunto a nossa Corte decidiu: "APELAÇÃO - AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT - ACÓRDÃO ANTERIOR MANTEVE SENTENÇA DE CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO INTEGRAL DA INDENIZAÇÃO - RECURSO ESPECIAL - RECURSO PARADIGMA - JUÍZO DE RETRATAÇÃO - INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 543-C, § 7º, II, CPC - SEQUELA PERMANENTE - PERDA DA CAPACIDADE LABORATIVA - INVALIDEZ PARCIAL PERMANENTE CARACTERIZADA - INDENIZAÇÃO PROPORCIONAL - GRAU DE INVALIDEZ - NECESSIDADE - LIQUIDAÇÃO POR ARBITRAMENTO - JUÍZO DE RETRATAÇÃO POSITIVO. Em conformidade com a orientação do Superior Tribunal de Justiça, proferida no recurso paradigma REsp 1246432/RS, julgado sob a sistemática dos recursos repetitivos, 'A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial permanente do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez (Súmula nº 474/STJ)'. Na ação em que se pretende o recebimento de indenização securitária é necessária a prova pericial médica, para fins de quantificar a extensão da lesão, proporcional ao grau de invalidez, cujo valor será aferido em liquidação de sentença por arbitramento. (TJMT, Ap, 46770/2011, DES.GUIOMAR TEODORO BORGES, SEXTA CÂMARA CÍVEL, Data do Julgamento 26/03/2014, Data da publicação no DJE 31/03/2014)". "SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) - LEI N. 11.482/07 – INDENIZAÇÃO – PRELIMINAR - CERCEAMENTO DE DEFESA – INOCORRÊNCIA – GRAU DA INVALIDEZ –ARBITRAMENTO PROPORCIONAL – RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. Não ocorre cerceamento de defesa quando as provas trazidas aos autos são perfeitamente capazes de comprovar a ocorrência do sinistro e o dano causado à apelada, não havendo a necessidade da produção de outras provas para a comprovação da debilidade da vítima. Quando a lesão sofrida pela vítima é parcial, deve ser utilizada a tabela da

SUSEP para a quantificação e o devido arbitramento da indenização. (TJMT, Ap, 128657/2013, DES.CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA, QUINTA CÂMARA CÍVEL, Data do Julgamento 19/03/2014, Data da publicação no DJE 24/03/2014)". Com as alterações da Lei n. 6.194/1994, como acima mencionado, não é mais permitido a vinculação do valor indenizatório ao salário mínimo. Inclusive, o assunto já foi sumulado pelo Superior Tribunal de Justiça: "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.". Assim, a indenização deve ser paga na forma do inciso II, do artigo 3º, da Lei Federal n. 6.194, de 1974, acrescida da redação da Lei n. 11.482/2007, estabelece que, para as hipóteses de invalidez permanente, como é o caso dos autos, de até R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) do valor indenizatório. A indenização deve corresponder a 52,5% do valor de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), ou seja, R$ 7.087,50 (sete mil e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), incidindo sobre esse valor a correção monetária e juros de mora. Quanto ao termo inicial da cobrança dos juros de mora, consoante a Súmula n. 426 do Superior Tribunal de Justiça "Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação." Relativo à correção monetária, deverá incidir a partir do momento em que o pagamento do benefício passou a ser devido, aplicando-se os índices do INPC, que melhor reflete a desvalorização da moeda. Posto isto, nos termos do artigo 487, inciso I do CPC, julgo parcialmente procedente com resolução de mérito os pedidos da ação proposta por ELISVAN DOS SANTOS RODRIGUES em face de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A, para condenar esta ao pagamento de R$ 7.087,50 (sete mil e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), devidamente corrigido com juros de mora de 1% ao mês a partir da citação, e correção monetária da data do evento danoso. Custas e despesas processuais pela ré. Condeno-a, ainda, ao pagamento de honorários advocatícios, que fixo em 15% sobre o valor da condenação, nos termos do art. 85, § 2º do CPC. Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à Central de Arrecadação. P.I.Cumpra-se. Cuiabá, 13 de dezembro de 2019. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1003631-96.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
REINALDO DE SOUZA LOTERIO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 8ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1003631-96.2018.8.11.0041. AUTOR(A): REINALDO DE SOUZA LOTERIO RÉU: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS SENTENÇA REINALDO DE SOUZA LOTERIO propôs ação de cobrança de benefício do seguro obrigatório em face de PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS, ambos devidamente qualificados. O autor alega que em 02 de setembro de 2017 foi vítima de acidente automobilístico, o que resultou na incapacidade parcial permanente, conforme atesta boletim de ocorrência, laudo médico, e histórico clínico. Requer a procedência da ação para que a ré seja condenada ao pagamento de R$ 13.500,00, referente ao seguro obrigatório por invalidez permanente. A ré contestou a ação (Id 13683931), requerendo, preliminarmente, a alteração do polo passivo, a fim de que seja procedida a sua exclusão e inclusão da Seguradora Líder. Arguiu ainda, a necessidade de pedido administrativo prévio e comprovação do pedido. No mérito, aduz a imprescindibilidade de produção de prova pericial, diante da ausência de provas da invalidez. Aduz que caso seja condenado ao pagamento do seguro, que seja nos termos do artigo 3º, II da Lei n. 6.194/74, de acordo com a proporção da invalidez. Impugna ainda os juros, correção monetária e os honorários advocatícios. Os autos foram encaminhados à Central de Conciliação. Oportunidade em que foi realizado o exame pericial (Id 13444131). Impugnação à contestação no Id 14889174. Intimada, a parte autora manifestou seu contentamento com o laudo pericial (Id 16257875). É o relatório. Decido. Trata-se de ação de cobrança ajuizada por Reinaldo De Souza Loterio em face de Porto Seguro Cia de Seguros Gerais. Preliminar de alteração do polo passivo A ré requer a alteração do polo passivo, ou seja, excluindo ela e incluindo a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT, ao argumento de que é ilegítima para figurar no polo passivo da demanda. As alegações da ré não prosperam, uma vez que todas as seguradoras conveniadas ao consórcio das sociedades seguradoras são corresponsáveis pelo pagamento da indenização do seguro obrigatório à vítima de acidente de trânsito. Não havendo que falar em responsabilidade exclusiva da Seguradora Líder. Nessa linha de raciocínio o Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso decidiu: "52180483 - RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO SUMARÍSSIMA DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). INDENIZAÇÃO POR MORTE. PROCEDÊNCIA. RECURSO DA SEGURADORA REQUERIDA. PRELIMINARES. EXCLUSÃO DA RÉ E INCLUSÃO DA SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A. ILEGITIMIDADE ATIVA AD CAUSAM. CARÊNCIA DA AÇÃO POR AUSÊNCIA DE REGISTRO DA OCORRÊNCIA NO ÓRGÃO POLICIAL COMPETENTE. REJEIÇÃO. MÉRITO. ALEGAÇÃO DE NÃO COMPROVAÇÃO DO NEXO CAUSAL ENTRE O ÓBITO E O ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. DESCABIMENTO. NEXO CAUSAL COMPROVADO. QUANTUM INDENIZATÓRIO A SER FIXADO EM MÚLTIPLOS DE SALÁRIOS MÍNIMOS VIGENTES À ÉPOCA DO EVENTO DANOSO. CORREÇÃO MONETÁRIA DESDE A DATA DA SENTENÇA. PRINCÍPIO DA NON REFORMATIO IN PEJUS. JUROS DE MORA LEGAIS A PARTIR DA CITAÇÃO. RECURSO DESPROVIDO. Não há que se falar em ilegitimidade passiva da seguradora, haja vista a previsão da Lei nº 6.194/74, ao dispor que, nos casos de seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, a indenização devida será paga por um consórcio constituído por todas as seguradoras que trabalhem com o respectivo seguro. Uma vez que os autores/apelados comprovaram a condição de filhos da vítima, indiscutível a legitimidade ativa para a ação de cobrança que visa o recebimento de verba indenizatória do seguro DPVAT resultante de evento morte. O boletim de ocorrência não é documento imprescindível para comprovar o nexo de causalidade entre o acidente e a morte do segurado. Restando comprovado nos autos as exigências do artigo 5º, da Lei nº 6.197/74, qual seja, a prova do acidente e do dano dele decorrente (morte). Correta a decisão que condenou a ré/apelante ao pagamento do valor do seguro obrigatório. DPVAT aos autores. O salário mínimo usado como parâmetro de fixação da verba deverá ser o vigente à época do sinistro, a qual deverá ser corrigida monetariamente desde a data da sentença. Diante o princípio recursal da non reformatio in pejus que veda na processualística brasileira, o agravamento da situação daquele que recorreu solitariamente. E acrescida de juros moratórios legais a partir da citação da seguradora. (TJMT; APL 93075/2013; Capital; Segunda Câmara Cível; Relª Desª Marilsen Andrade Addário; Julg. 19/02/2014; DJMT 27/02/2014; Pág. 36)". Com estas considerações, rejeito a preliminar de ilegitimidade passiva. Preliminar de Falta do Interesse de Agir A preliminar de falta de interesse de agir sob o argumento de que o autor não realizou o requerimento de indenização do seguro obrigatório via administrativa não merece prosperar, tendo em vista que a parte juntou aos autos cópia do requerimento administrativo carimbado pela sucursal da seguradora em Mato Grosso (Id 11804441). Assim, rejeito a preliminar de carência da ação por falta de interesse de agir. Mérito O autor foi vítima de acidente automobilístico em 02 de setembro de 2017, conforme boletim de ocorrência. A lei de regência da matéria tratada nos autos será aquela em vigor na data da ocorrência do sinistro, sendo vedada a aplicação retroativa de lei posterior. Diante desta constatação, verifico que são aplicadas as alterações trazidas pela MP n° 340 e a Lei n° 11.482, com vigência 31/05/2007 e 451/2008 – Lei n. 11.945/2009, de 04/06/2009, ou seja, antes à ocorrência do acidente objeto da lide. Portanto, aplicável a Lei especial com suas respectivas alterações. O artigo 3º, da citada lei, prevê que a vítima de acidente automobilístico faz jus à indenização securitária, em caso de incapacidade permanente: "Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no artigo 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada: [...] II – até R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – no caso de invalidez permanente;" A indenização do Seguro/DPVAT deve se basear no grau de invalidez da vítima, bastando o reconhecimento pelo expert da invalidez permanente para assegurar à vítima o pagamento do valor indenizatório. No caso, em relação a quantificação da invalidez o inciso II do § 1º do referido artigo dispõe: "quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda

anatômica ou funcional da forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinqüenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de seqüelas residuais." No que tange à indenização securitária, o artigo 5º da Lei 6.194, de 1974, prevê que para o pagamento do seguro DPVAT é suficiente a prova do acidente automobilístico e do dano dele decorrente. O acidente automobilístico está comprovado por meio de boletim de ocorrência. Resta apurar se o autor está incapaz permanentemente, com avaliação da graduação da invalidez se total ou parcial, bem como a sua quantificação, a qual deve ser comprovada mediante perícia, para pagamento proporcional ao percentual da sua incapacidade. A prova documental acostada aos autos é suficiente para comprovar o desenrolar dos fatos e consequências, especialmente, o laudo pericial elaborado por profissional habilitado como perito judicial. A perícia foi realizada por médico perito da Central de Conciliação e Mediação desta Capital, com a anuência das partes, concluindo que o autor possui lesão parcial incompleta incapacitante de 50% no tornozelo esquerdo, de repercussão média. Considerando que a perícia foi realizada pelo médico que atua na Central de Conciliação e Mediação, sendo a mesma elaborada de forma sucinta, portanto, necessário esclarecer que a lesão incapacitante no tornozelo esquerdo do autor computada em 50%, devem ser calculadas de acordo com a tabela de acidentes pessoais. Nesse sentido: "APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) - ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO - PROCEDÊNCIA - PRELIMINAR DE FALTA DE INTERESSE DE AGIR - REJEIÇÃO - INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA PAGA ADMINISTRATIVAMENTE E PROPORCIONALMENTE À COBERTURA PREVISTA AO CASO - PROPOSITURA DA DEMANDA PARA COMPLEMENTAÇÃO DO PAGAMENTO - INVALIDEZ PERMANENTE DEMONSTRADA - LAUDO SATISFATÓRIO À AFERIÇÃO DO GRAU DE INVALIDEZ - INDENIZAÇÃO PROPORCIONAL - ENTENDIMENTO PACIFICADO PELO STJ NA SÚMULA Nº 474 - SEQUELA PERMANENTE PARCIAL INCOMPLETA - ENQUADRAMENTO NA TABELA DA SUSEP ANEXA À LEI Nº 6.194/74, COM ALTERAÇÕES DA LEI Nº 11.945/09, E APLICAÇÃO DA REDUÇÃO PREVISTA NO INCISO II DO §1º DO ART. 3º DA LEI Nº 6.194/74, CONFORME PERDA APURADA PELA PERÍCIA MÉDICA JUDICIAL - BENEFÍCIO QUITADO NA ESFERA ADMINISTRATIVA - IMPROCEDÊNCIA DO FEITO QUE SE IMPÕE - INVERSÃO DOS ÔNUS SUCUMBENCIAIS - RECURSO PROVIDO. O recebimento da indenização na esfera administrativa não impede que o beneficiário do seguro reivindique, em juízo, eventual diferença entre o valor pago e aquele que entende fazer jus, não havendo, portanto, cogitar-se ausência de interesse de agir. Existindo nos autos laudo pericial comprovando a lesão suportada pela vítima de acidente de trânsito, necessária a observância da graduação da invalidez para fixação do valor indenizatório a ser pago a título do seguro obrigatório (DPVAT). Precedentes do STJ, consolidados na Súmula n° 474. Em se tratando de lesão permanente parcial incompleta, após enquadramento na tabela da SUSEP (anexa à Lei nº 6.194/74, com alterações introduzidas pela MP 451/2008, posteriormente convertida na Lei nº 11.945/09), deve ser aplicada a redução prevista no inciso II do §1º do art. 3º da Lei nº 6.194/74, conforme a perda apurada pela perícia. Se a indenização securitária encontra-se quitada pelo pagamento na esfera administrativa do valor relativo à proporcionalidade da lesão, há que ser julgada improcedente a demanda que visa complementação. (TJMT, Ap 103003/2014, DESA. MARILSEN ANDRADE ADDARIO, SEGUNDA CÂMARA CÍVEL, Julgado em 25/02/2015, Publicado no DJE 03/03/2015). Neste caso, para perda anatômica e/ou funcional completa de um dos tornozelos o percentual é de 25%, dessa forma 50% de 25% é igual a 12,5%, devendo o pagamento da indenização respeitar a proporcionalidade da lesão. Provada a incapacidade e o acidente automobilístico surge o dever de indenizar. Com efeito, a fixação do valor da indenização do seguro DPVAT deve obedecer ao disposto no art. 3º, § 1º, inciso II da Lei n. 6.194/1974. Sobre o assunto a nossa Corte decidiu: "APELAÇÃO - AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT - ACÓRDÃO ANTERIOR MANTEVE SENTENÇA DE CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO INTEGRAL DA INDENIZAÇÃO - RECURSO ESPECIAL - RECURSO PARADIGMA - JUÍZO DE RETRATAÇÃO - INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 543-C, § 7º, II, CPC - SEQUELA PERMANENTE - PERDA DA CAPACIDADE LABORATIVA - INVALIDEZ PARCIAL PERMANENTE CARACTERIZADA - INDENIZAÇÃO PROPORCIONAL - GRAU DE INVALIDEZ - NECESSIDADE - LIQUIDAÇÃO POR ARBITRAMENTO - JUÍZO DE RETRATAÇÃO POSITIVO. Em conformidade com a orientação do Superior Tribunal de Justiça, proferida no recurso paradigma REsp 1246432/RS, julgado sob a sistemática dos recursos repetitivos, 'A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial permanente do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez (Súmula nº 474/STJ)'. Na ação em que se pretende o recebimento de indenização securitária é necessária a prova pericial médica, para fins de quantificar a extensão da lesão, proporcional ao grau de invalidez, cujo valor será aferido em liquidação de sentença por arbitramento. (TJMT, Ap, 46770/2011, DES.GUIOMAR TEODORO BORGES, SEXTA CÂMARA CÍVEL, Data do Julgamento 26/03/2014, Data da publicação no DJE 31/03/2014)". "SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) - LEI N. 11.482/07 – INDENIZAÇÃO – PRELIMINAR - CERCEAMENTO DE DEFESA – INOCORRÊNCIA – GRAU DA INVALIDEZ –ARBITRAMENTO PROPORCIONAL – RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. Não ocorre cerceamento de defesa quando as provas trazidas aos autos são perfeitamente capazes de comprovar a ocorrência do sinistro e o dano causado à apelada, não havendo a necessidade da produção de outras provas para a comprovação da debilidade da vítima. Quando a lesão sofrida pela vítima é parcial, deve ser utilizada a tabela da SUSEP para a quantificação e o devido arbitramento da indenização. (TJMT, Ap, 128657/2013, DES.CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA, QUINTA CÂMARA CÍVEL, Data do Julgamento 19/03/2014, Data da publicação no DJE 24/03/2014)". Com as alterações da Lei n. 6.194/1994, como acima mencionado, não é mais permitido a vinculação do valor indenizatório ao salário mínimo. Inclusive, o assunto já foi sumulado pelo Superior Tribunal de Justiça: "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.". Assim, a indenização deve ser paga na forma do inciso II, do artigo 3º, da Lei Federal n. 6.194, de 1974, acrescida da redação da Lei n. 11.482/2007, estabelece que, para as hipóteses de invalidez permanente, como é o caso dos autos, de até R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) do valor indenizatório. A indenização deve corresponder a 12,5% do valor de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), ou seja, R$ 1.687,50 (um mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), incidindo sobre esse valor a correção monetária e juros de mora. Quanto ao termo inicial da cobrança dos juros de mora, consoante a Súmula n. 426 do Superior Tribunal de Justiça "Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação." Relativo à correção monetária, deverá incidir a partir do momento em que o pagamento do benefício passou a ser devido, aplicando-se os índices do INPC, que melhor reflete a desvalorização da moeda. Posto isto, nos termos do artigo 487, inciso I do CPC, julgo parcialmente procedente com resolução de mérito os pedidos da ação proposta por REINALDO DE SOUZA LOTERIO em face de PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS, para condenar esta ao pagamento de R$ 1.687,50 (um mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), devidamente corrigido com juros de mora de 1% ao mês a partir da citação, e correção monetária da data do evento danoso. Custas processuais pela ré. Condeno a ré ao pagamento de honorários advocatícios, que fixo em R$ 700,00 (art. 85, § 8º do CPC). Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à Central de Arrecadação. P.I.Cumpra-se. Cuiabá, 11 de dezembro de 2019. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1001411-28.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BIANCA SANTOS PEREIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
VINICIUS YULE PARDI OAB - MT23293/O (ADVOGADO(A))
EVALDO CORSI JUNIOR OAB - MT17676-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUCIMAR CRISTINA GIMENEZ CANO OAB - MT8506-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 8ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo: 1001411-28.2018.8.11.0041. SENTENÇA Trata-se de AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT requerida por BIANCA SANTOS PEREIRA em face de PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS

GERAIS, já qualificadas nos autos. A executada depositou o valor de R$ 7.106,39 (sete mil, cento e seis reais e trinta e nove centavos) ao ID. 22058747, requerendo a sua extinção. O exequente concordou com a quantia depositada, reconhecendo a satisfação do crédito ao (ID. 22341394). É o breve relatório. DECIDO. Considerando que a prestação jurisdicional atingiu seu objetivo, que é o cumprimento da obrigação, e tendo em vista a concordância do exequente com o valor depositado em juízo ao ID. 22058747, reconheço a satisfação da obrigação. Com estas considerações, EXTINGO este feito, nos termos do artigo 924, inciso II do Código de Processo Civil. Diante disso, EXPEÇA-SE alvará, conforme os dados bancários descritos ao (ID. 22341394). Após o transito em julgado, PROCEDA-SE as baixas necessárias com as cautelas de praxe. Cumpra-se. Cuiabá, 13 de dezembro de 2019. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

9ª Vara Cível

Intimação

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1034173-63.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
M. N. D. S. M. (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ROBERGES JUNIOR DE LIMA OAB - MT12918-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO(A))

Impulsionamento por certidão Nos termos da legislação vigente e com espeque no que dispõe o capítulo 2, Seção 17, item 2.17.4 - VI da CNGC, bem como o Provimento 56/2007 - CGJ, impulsiono os autos intimando a parte autora para impugnar a contestação tempestiva, no prazo legal. Cuiabá - MT,13/12/2019. Juliene Alini Rocha Silva Bezerra Gestora Judiciária

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1002649-48.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CLODOALDO DO CARMO DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RONAN DA COSTA MARQUES OAB - MT21093/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
UNIC EDUCACIONAL LTDA (REQUERIDO)

Impulsionamento por certidão Nos termos da legislação vigente e com espeque no que dispõe o capítulo 2, Seção 17, item 2.17.4 - VI da CNGC, bem como o Provimento 56/2007 - CGJ, impulsiono os autos intimando a parte autora para manifestar se ainda há interesse na desistência da Ação. Cuiabá - MT,13/12/2019. Juliene Alini Rocha Silva Bezerra Gestora Judiciária

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1025714-09.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JANAINA DE ALMEIDA MATOS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Alan Vagner Schmidel OAB - MT7504-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
centro universsitario UNIASSELVI UNIDADE POÇÃO CUIABÁ/MT (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
JAURI DA ROZA OAB - SC28177 (ADVOGADO(A))

Impulsionamento por certidão Nos termos da legislação vigente e com espeque no que dispõe o capítulo 2, Seção 17, item 2.17.4 - VI da CNGC, bem como o Provimento 56/2007 - CGJ, impulsiono os autos intimando a parte autora para impugnar a contestação tempestiva, no prazo legal. Cuiabá - MT,13/12/2019. Juliene Alini Rocha Silva Bezerra Gestora Judiciária

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1035640-77.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
OSCAR BARROS DOS REIS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ARY NORBERTO DA SILVA OAB - MT11408-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Impulsionamento por certidão Nos termos da legislação vigente e com espeque no que dispõe o capítulo 2, Seção 17, item 2.17.4 - VI da CNGC, bem como o Provimento 56/2007 - CGJ, impulsiono os autos intimando a parte autora para impugnar a contestação tempestiva, no prazo legal. Cuiabá - MT,13/12/2019. Juliene Alini Rocha Silva Bezerra Gestora Judiciária

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1033747-51.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE CARLITO DE ARRUDA (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
Ozana Baptista Gusmão OAB - MT4062-A (ADVOGADO(A))

Impulsionamento por certidão Nos termos da legislação vigente e com espeque no que dispõe o capítulo 2, Seção 17, item 2.17.4 - VI da CNGC, bem como o Provimento 56/2007 - CGJ, impulsiono os autos intimando a parte autora para impugnar a contestação tempestiva, no prazo legal. Cuiabá - MT,13/12/2019. Juliene Alini Rocha Silva Bezerra Gestora Judiciária

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1028475-76.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JOANA GARCIA DE ASSUNCAO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SILVANA DA SILVA REZENDE OAB - MT25724/O (ADVOGADO(A))
Lemir Feguri OAB - MT10335-N (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))

Impulsionamento por certidão Nos termos da legislação vigente e com espeque no que dispõe o capítulo 2, Seção 17, item 2.17.4 - VI da CNGC, bem como o Provimento 56/2007 - CGJ, impulsiono os autos intimando a parte autora para impugnar a contestação tempestiva, no prazo legal. Cuiabá - MT,13/12/2019. Juliene Alini Rocha Silva Bezerra Gestora Judiciária

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1030267-65.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LILIAM SUZANA DE OLIVEIRA MUNDEL MIRANDA - CERAMICA - EPP (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
GERALDO CARLOS DE OLIVEIRA OAB - MT4032-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (RÉU)

Impulsionamento por certidão Nos termos da legislação vigente e com espeque no que dispõe o capítulo 2, Seção 17, item 2.17.4 - VI da CNGC, bem como o Provimento 56/2007 - CGJ, impulsiono os autos intimando a parte autora para impugnar a contestação tempestiva, no prazo legal. Cuiabá - MT,13/12/2019. Juliene Alini Rocha Silva Bezerra Gestora Judiciária

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1033170-73.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MIRIAN BEATRIZ VILA FREITAS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:

LEONARDO BORGES STABILE RIBEIRO OAB - MT24535/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
UNIMED CUIABA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOSE EDUARDO POLISEL GONCALVES OAB - MT12009-O (ADVOGADO(A))

Impulsionamento por certidão Nos termos da legislação vigente e com espeque no que dispõe o capítulo 2, Seção 17, item 2.17.4 - VI da CNGC, bem como o Provimento 56/2007 - CGJ, impulsiono os autos intimando a parte autora para impugnar a contestação tempestiva, no prazo legal. Cuiabá - MT,13/12/2019. Juliene Alini Rocha Silva Bezerra Gestora Judiciária

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1033447-89.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO RIO JANGADA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ANDREIA APARECIDA DOS SANTOS TAROCO OAB - MT24790/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SISTEMA FACIL, INCORPORADORA IMOBILIARIA - CUIABA V - SPE LTDA. (RÉU)
RODOBENS NEGOCIOS IMOBILIARIOS S/A (RÉU)

Impulsionamento por certidão Nos termos da legislação vigente e com espeque no que dispõe o capítulo 2, Seção 17, item 2.17.4 - VI da CNGC, bem como o Provimento 56/2007 - CGJ, impulsiono os autos intimando a parte autora para impugnar a contestação tempestiva, no prazo legal. Cuiabá - MT,13/12/2019. Juliene Alini Rocha Silva Bezerra Gestora Judiciária

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1031109-45.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
J SERVINIA DE CASTRO EIRELI - ME (REQUERENTE)
JULIANA SERVINIA DE CASTRO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DELEON DE MORAES SANTOS OAB - MT22028/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
Ozana Baptista Gusmão OAB - MT4062-A (ADVOGADO(A))

Impulsionamento por certidão Nos termos da legislação vigente e com espeque no que dispõe o capítulo 2, Seção 17, item 2.17.4 - VI da CNGC, bem como o Provimento 56/2007 - CGJ, impulsiono os autos intimando a parte autora para impugnar a contestação tempestiva, no prazo legal. Cuiabá - MT,13/12/2019. Juliene Alini Rocha Silva Bezerra Gestora Judiciária

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1019589-88.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ILTON JONE DUARTE (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
VALERIA REVELLES GUAREZI OAB - MT24470/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GOLDEM GESTAO DE NEGOCIOS IMOBILIARIOS LTDA - ME (REQUERIDO)
RESIDENCIAL SAO JOSE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - EPP (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
TELMA REGINA RIBEIRO DONATONI OAB - MT0018966A (ADVOGADO(A))

Impulsionamento por certidão Nos termos da legislação vigente e com espeque no que dispõe o capítulo 2, Seção 17, item 2.17.4 - VI da CNGC, bem como o Provimento 56/2007 - CGJ, impulsiono os autos intimando a parte autora para impugnar a contestação tempestiva, no prazo legal. Cuiabá - MT,13/12/2019. Juliene Alini Rocha Silva Bezerra Gestora Judiciária

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1001316-61.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JULIO CESAR GONCALVES COELHO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SILVA FERREIRA OAB - MT20957-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCIO HENRIQUE PEREIRA CARDOSO OAB - MT7659-O (ADVOGADO(A))

Impulsionamento por certidão Nos termos da legislação vigente e com espeque no que dispõe o capítulo 2, Seção 17, item 2.17.4 - VI da CNGC, bem como o Provimento 56/2007 - CGJ, impulsiono os autos intimando a parte autora para impugnar a contestação tempestiva, no prazo legal. Cuiabá - MT,13/12/2019. Juliene Alini Rocha Silva Bezerra Gestora Judiciária

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1026425-77.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
HELDER MASSAAKI KANAMARU OAB - SP111887 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAYARA BENDO LECHUGA OAB - MT20191-A (ADVOGADO(A))

Impulsionamento por certidão Nos termos da legislação vigente e com espeque no que dispõe o capítulo 2, Seção 17, item 2.17.4 - VI da CNGC, bem como o Provimento 56/2007 - CGJ, impulsiono os autos intimando a parte autora para impugnar a contestação tempestiva, no prazo legal. Cuiabá - MT,13/12/2019. Juliene Alini Rocha Silva Bezerra Gestora Judiciária

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1031469-77.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
RIVELINO NOGUEIRA DA MOTTA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO(A))

Impulsionamento por certidão Nos termos da legislação vigente e com espeque no que dispõe o capítulo 2, Seção 17, item 2.17.4 - VI da CNGC, bem como o Provimento 56/2007 - CGJ, impulsiono os autos intimando a parte autora para impugnar a contestação tempestiva, no prazo legal. Cuiabá - MT,13/12/2019. Juliene Alini Rocha Silva Bezerra Gestora Judiciária

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1023626-61.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ORLANDO PEREIRA CAMPOS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Impulsionamento por certidão Nos termos da legislação vigente e com espeque no que dispõe o capítulo 2, Seção 17, item 2.17.4 - VI da CNGC, bem como o Provimento 56/2007 - CGJ, impulsiono os autos intimando a parte autora para impugnar a contestação tempestiva, no prazo legal. Cuiabá - MT,13/12/2019. Juliene Alini Rocha Silva Bezerra Gestora Judiciária

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1032968-96.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
RAYANE KAROLAYNE DE ARRUDA PONCE (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Impulsionamento por certidão Nos termos da legislação vigente e com espeque no que dispõe o capítulo 2, Seção 17, item 2.17.4 - VI da CNGC, bem como o Provimento 56/2007 - CGJ, impulsiono os autos intimando a parte autora para impugnar a contestação tempestiva, no prazo legal. Cuiabá - MT,13/12/2019. Juliene Alini Rocha Silva Bezerra Gestora Judiciária

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1033476-42.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JOCINEYA TEXEIRA DE OLIVEIRA SOUZA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
JOIR AUGUSTO LACCAL DA SILVA OAB - MT9457-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Impulsionamento por certidão Nos termos da legislação vigente e com espeque no que dispõe o capítulo 2, Seção 17, item 2.17.4 - VI da CNGC, bem como o Provimento 56/2007 - CGJ, impulsiono os autos intimando a parte autora para impugnar a contestação tempestiva, no prazo legal. Cuiabá - MT,13/12/2019. Juliene Alini Rocha Silva Bezerra Gestora Judiciária

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1033523-16.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LUIZ JOSE RAMOS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUIZ HENRIQUE VIEIRA OAB - MT26417-A (ADVOGADO(A))

Impulsionamento por certidão Nos termos da legislação vigente e com espeque no que dispõe o capítulo 2, Seção 17, item 2.17.4 - VI da CNGC, bem como o Provimento 56/2007 - CGJ, impulsiono os autos intimando a parte autora para impugnar a contestação tempestiva, no prazo legal. Cuiabá - MT,13/12/2019. Juliene Alini Rocha Silva Bezerra Gestora Judiciária

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1033510-17.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
KEZIA SANTUCHA COSTA (AUTOR(A))
K. C. D. A. (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Impulsionamento por certidão Nos termos da legislação vigente e com espeque no que dispõe o capítulo 2, Seção 17, item 2.17.4 - VI da CNGC, bem como o Provimento 56/2007 - CGJ, impulsiono os autos intimando a parte autora para impugnar a contestação tempestiva, no prazo legal. Cuiabá - MT,13/12/2019. Juliene Alini Rocha Silva Bezerra Gestora Judiciária

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1033228-76.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ELIVANIO JULIO DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Impulsionamento por certidão Nos termos da legislação vigente e com espeque no que dispõe o capítulo 2, Seção 17, item 2.17.4 - VI da CNGC, bem como o Provimento 56/2007 - CGJ, impulsiono os autos intimando a parte autora para impugnar a contestação tempestiva, no prazo legal. Cuiabá - MT,13/12/2019. Juliene Alini Rocha Silva Bezerra Gestora Judiciária

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1033477-27.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LUCIANO DE ARRUDA BAICERE (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
JOIR AUGUSTO LACCAL DA SILVA OAB - MT9457-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Impulsionamento por certidão Nos termos da legislação vigente e com espeque no que dispõe o capítulo 2, Seção 17, item 2.17.4 - VI da CNGC, bem como o Provimento 56/2007 - CGJ, impulsiono os autos intimando a parte autora para impugnar a contestação tempestiva, no prazo legal. Cuiabá - MT,13/12/2019. Juliene Alini Rocha Silva Bezerra Gestora Judiciária

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1018850-18.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ANTONIO ALEXANDRE DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ADRIANA DO CARMO COSTA MARQUES OAB - MT18047-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO(A))

Impulsionamento por certidão Nos termos da legislação vigente e com espeque no que dispõe o capítulo 2, Seção 17, item 2.17.4 - VI da CNGC, bem como o Provimento 56/2007 - CGJ, impulsiono os autos intimando a parte autora para impugnar a contestação tempestiva, no prazo legal. Cuiabá - MT,13/12/2019. Juliene Alini Rocha Silva Bezerra Gestora Judiciária

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1018730-72.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
TOME BATISTA DO PRADO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Impulsionamento por certidão Nos termos da legislação vigente e com espeque no que dispõe o capítulo 2, Seção 17, item 2.17.4 - VI da CNGC, bem como o Provimento 56/2007 - CGJ, impulsiono os autos intimando a parte autora para impugnar a contestação tempestiva, no prazo legal. Cuiabá - MT,13/12/2019. Juliene Alini Rocha Silva Bezerra Gestora Judiciária

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1019061-54.2019.8.11.0041

Parte(s) Polo Ativo:
IZABEL FERREIRA DE PAULA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
RAFAEL KRUEGER OAB - MT12058-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Impulsionamento por certidão Nos termos da legislação vigente e com espeque no que dispõe o capítulo 2, Seção 17, item 2.17.4 - VI da CNGC, bem como o Provimento 56/2007 - CGJ, impulsiono os autos intimando a parte autora para impugnar a contestação tempestiva, no prazo legal. Cuiabá - MT,13/12/2019. Juliene Alini Rocha Silva Bezerra Gestora Judiciária

Expediente

Intimação das Partes
JUIZ(A): Sinii Savana Bosse Saboia Ribeiro
Cod. Proc.: 1082227 Nr: 2616-80.2016.811.0041
AÇÃO: Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: IMOBILIARIA E CONSTRUTORA GEORGIA MIRELA LTDA
PARTE(S) REQUERIDA(S): MULTICOR IMPRESSO INDUSTRIA COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA, CLAUDEMIR MONTANUCCI
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: WILLIAM KHALIL - OAB:OAB/MT 6.487
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ANGELINA HELENA DE AQUINO COSTA - OAB:21590/O, NÚBIA NARCISO FERREIRA DE SOUZA - OAB:6247
Vistos etc.
Trata-se de ação de Cumprimento de Sentença ajuizada por IMOBILIARIA E CONSTRUTORA GEORGIA MIRELA LTDA em face de CLAUDEMIR MONTANUCCI e OUTRO todos já qualificados nos autos.
Às fls. 141/143 as partes apresentaram petitório informando que transigiram amigavelmente, requerendo a homologação e suspensão do feito nos moldes do artigo 487, III alínea b do CPC.
O acordo foi devidamente subscrito pelos patronos das partes que possuem poderes para transigirem e fazer acordo.
Diante do exposto, HOMOLOGO por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo efetivado entre as partes, com fulcro no artigo 487, III alínea b do Código de Processo Civil.
Custas, despesas processuais e honorários advocatícios, conforme acordado pelas partes.
P. R. I.
Renunciado o prazo recursal, observadas as formalidades legais, arquivem-se os autos com as baixas de estilo, onde deverá aguardar o cumprimento do acordo, ficando isento do recolhimento de custas de desarquivamento caso haja necessidade de prosseguimento do feito em decorrência de descumprimento do acordo.
Cumpra-se.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Sinii Savana Bosse Saboia Ribeiro
Cod. Proc.: 717557 Nr: 14055-64.2011.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: VALORISA EMPREENDIMENTOS E CONSULTORIA LTDA, ROBOTTON & ASSOCIADOS CONSULTORES IMOBILIÁRIOS LTDA
PARTE(S) REQUERIDA(S): CIFI - CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: IVONE CAMPOS FREIRE - OAB:9912/MT, KÁTIA NUNES DE OLIVEIRA JORDÃO - OAB:211.935
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ANDRÉIA MORAES DE O.MOURÃO - OAB:11161 DF, CYNTIA KATHEUSCIA DA CRUS E SILVA - OAB:8649/MT
Vistos etc.
Trata-se de processo em fade de Cumprimento de Sentença ajuizada por VALORISA EMPREENDIMENTOS E CONSUTORIA LTDA e OUTRO em face de CIFI-CONSTRUTORA e INCORPORADORA LTDA todos já qualificados nos autos.
Por meio do petitório de fls.816/817 a parte exequente informa que transigiu amigavelmente com executado, requerendo extinção do processo, bem como que o executado já quitou a divida.
Diante do exposto, HOMOLOGO por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo efetivado entre as partes, com fulcro no artigo 487, III alínea b e 924 do Código de Processo Civil, e via de consequência, JULGO EXTINTO o processo.
Diante dessas considerações, não há motivo para manutenção da constrição sobre o imóvel. Assim, desconstituo a penhora realizada sobre o referido imóvel e consequentemente determino a expedição de ofício ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Salto-SP, para que seja procedida a baixa da restrição judicial existente sobre o imóvel Matriculado sob o nº 39.663, inserida em decorrência desta execução.
Assim como, determino que seja oficiado o juízo deprecado para que devolva a carta precatória ao juízo deprecante como postulado pelo o exequente as fls. 816/817, do mesmo modo expeça-se alvará do valor depositado as fls. 800/805 em favor da executada.
Cumprida as determinações, arquive-se.
Intime-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 266157 Nr: 23909-58.2006.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: JOSÉ RENATO CARNEIRO MONTEIRO BARROS, CARLOS HEITOR CARNEIRO MONTEIRO BARROS, IVETE FERNANDES PEREIRA FIGUEIREDO
PARTE(S) REQUERIDA(S): RICARDO JUNQUEIRA FRANCO DE MELLO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: AGNALDO KAWASAKI - OAB:3884/MT, RENATA POZZATO CARNEIRO MONTEIRO - OAB:109393
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: OSMAR SCHINEIDER - OAB:2.152-B, PAULO F. SCHNEIDER - OAB:8117
Nos termos da legislação vigente e com espeque no que dispõe o capítulo 2, Seção 17, item 2.17.4 - VI da CNGC, bem como o Provimento 56/2007 – CGJ, impulsiono os autos intimando a parte autora para indicar os dados bancários completos para expedição de alvará eletrônico, mormente o CPF de cada beneficiário.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 934631 Nr: 51784-22.2014.811.0041
AÇÃO: Monitória->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: EMAM EMULSÕES E TRANSPORTES LTDA.
PARTE(S) REQUERIDA(S): CONSTRUTIVA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA., MARCOS VINICIUS FREIRE DE SOUSA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: RENATO MILANEZ VIEIRA - OAB:, RODRIGO FARIA DE SOUSA - OAB:112528
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Nos termos do Provimento Nº 56/2007-CGJ, impulsiono o feito a fim de intimar a parte autora para acompanhar o Mandado de Citação que foi expedido e distribuido na Central de Mandados.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 825190 Nr: 31202-35.2013.811.0041
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: SUPERMIX CONCRETO S.A
PARTE(S) REQUERIDA(S): KAIABY CONSTRUÇÕES E EMPREEENDIMENTOS LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: AMANDA BÁRBARA DE OLIVEIRA SODRÉ - OAB:13.333/MT, ANA PAULA SIGARINI GARCIA - OAB:10.133, FAYROUZ ARFOX - OAB:13.033/MT, GLAUDSON EDUARDO DINIZ - OAB:110.641, JULIANA CARVALHO MOL - OAB:78.019/MG, NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES - OAB:11.065-A/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

Nos termos do Provimento Nº 56/2007-CGJ, impulsiono o feito a fim de intimar a parte autora para acompanhar o Mandado de Citação que foi expedido e distribuido na Central de Mandados.

Intimação das Partes
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 725713 Nr: 21455-32.2011.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: EURIDES DOS SANTOS
PARTE(S) REQUERIDA(S): PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: WILSON MOLINA PORTO - OAB:12.790-A/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: FERNANDO CESAR ZANDONADI - OAB:5736/O
Certifico e dou fé, que na presente data compareceu perante esta secretaria o Perito Dr. João Leopoldo Baçan, onde intimado, indicou para perícia o dia 07/03/2020 a partir das 08:30 horas, onde serão atendidos por ordem de chegada. Ademais indicou o endereço do consultório como sendo Rua Barão de Melgaço, nº 2754, Ed. Work Tower, 9° andar, sala 908, Centro Sul, Cuiabá - MT, telefone para contato: 99601-1639, e-mail: joao_bacan@yahoo.com.br . Posto isso, intimo as partes para comparecerem a perícia designada ficando o advogado da parte autora responsável em apresentar seu cliente.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 809629 Nr: 16115-39.2013.811.0041
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: HOSPITAL DE MEDICINA ESPECIALIZADA LTDA
PARTE(S) REQUERIDA(S): JOÃO EUGÊNIO GONÇALVES PINHEIRO NETO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ALEX SANDRO RODRIGUES CARDOSO - OAB:11.393/MT, Talles Drummond Sampaio Santos - OAB:25116/0
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Nos termos do Provimento Nº 56/2007-CGJ, impulsiono o feito a fim de intimar a parte autora para, no prazo de 5 dias, apresentar nos autos a(s) guia(s) e o(s) comprovante(s) de pagamento da(s) diligência(s) do(a) Sr(a). Oficial(a) de Justiça. Informo que a emissão da(s) guia(s) para pagamento da(s) diligência(s) deverá ser realizada no sítio eletrônico deste Tribunal, no link "Emissão de Guias Online".

Citação

Citação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1034583-24.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JANETE VIANA MOLINA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Daniela Molina Barcellos OAB - MT8591-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ICATU SEGUROS S/A (RÉU)
BANCO COOPERATIVO SICREDI (RÉU)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ 9ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ AVENIDA DESEMBARGADOR MILTON FIGUEIREDO FERREIRA MENDES, TELEFONE: (65) 3648-6000/6001, CENTRO POLÍTICO ADMINISTRATIVO, CUIABÁ - MT - CEP: 78049-075 CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO GILBERTO LOPES BUSSIKI PROCESSO n. 1034583-24.2019.8.11.0041 Valor da causa: R$ 170.000,00 ESPÉCIE: [SEGURO]->PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) POLO ATIVO: Nome: JANETE VIANA MOLINA Endereço: RUA VINTE E NOVE, 13, QUADRA 53, JARDIM VITÓRIA, CUIABÁ - MT - CEP: 78055-786 POLO PASSIVO: Nome: ICATU SEGUROS S/A Endereço: RUA ALAGOAS, 396, Sala 04, sobreloja, JARDIM DOS ESTADOS, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78158-008 Nome: SICREDI SEGURO MAIS EM VIDA Endereço: Praça Elizário Arantes, s/n, Agência 804, Vila Rondon, BARRA DO BUGRES - MT - CEP: 78390-000 Senhor(a): RÉU: ICATU SEGUROS S/A, BANCO COOPERATIVO SICREDI A presente carta tem por finalidade a CITAÇÃO de Vossa Senhoria, nos termos do processo acima indicado, conforme despacho, petição inicial e documentos vinculados disponíveis no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem descritas no corpo deste documento, bem como a sua INTIMAÇÃO para comparecer à audiência designada, na qual será buscada a composição entre as partes, com a presença de seus advogados, nos termos do art. 334 do CPC. DADOS DA AUDIÊNCIA: Tipo: CONCILIAÇÃO - CEJUSC Sala: 05 Conciliação 1 Data: 11/02/2020 Hora: 12:30 ADVERTÊNCIAS À PARTE: 1. As partes deverão estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos (art.334, § 9º, CPC). 2. O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até 2% da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa (art. 334, § 8º, CPC). 3. Sendo a composição infrutífera, o requerido poderá oferecer contestação no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será da audiência de conciliação/mediação (art. 335, I, CPC). 4. Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor (art. 344, CPC). 5. A defesa deverá manifestar-se precisamente sobre as alegações de fato constantes da petição inicial, presumindo-se verdadeiras as não impugnadas (art. 341, caput, CPC). 6. Caso o Requerido manifeste desinteresse na autocomposição, deverá fazê-lo por petição escrita, com antecedência mínima de 10 (dez) dias, a contar da data de audiência, sob pena de preclusão (art. 334,§5º, CPC). 7. Deverá(ão) o(a, s) citando(a, s)/intimando(a, s) comparecer devidamente trajado(a, s) e portando documentos pessoais. CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019. Atenciosamente, (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pela Consolidação de Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código" e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código", clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o "Código" localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade "Solicitar Habilitação", sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba "Expedientes" no "Painel do Representante Processual", sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Decisão

Decisão Classe: CNJ-35 CAUÇÃO
Processo Número: 1056608-31.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
AM COMERCIO DE PECAS E ACESSORIOS PARA VEICULOS EIRELI (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE ANTONIO PEREIRA DE SOUZA OAB - MT13434-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 9ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1056608-31.2019.8.11.0041. REQUERENTE: AM COMERCIO DE PECAS E ACESSORIOS PARA VEICULOS EIRELI REQUERIDO: BANCO DO BRASIL SA Vistos etc. Trata-se de Ação Declaratória de Inexistência de Débito com pedido de Antecipação de Tutela proposta por AM COMERCIO DE PEÇAS E ACESSORIOS PARA VEÍCULOS EIRELI em desfavor de BANCO DO BRASIL SA, ambos

devidamente qualificados nos autos, alegando em síntese, que prestou serviços a seus clientes, onde foram gerados boletos/duplicatas as quais eram colocadas na carteira de cobrança do banco requerido, sendo que quando havia atrasos nos pagamentos a parte ré realizava automaticamente o protesto no cartório e a negativação em nome dos devedores nos cadastros de restrições de créditos. Segue relatando que alguns clientes, após serem protestados no cartório, entraram em contato com o banco objetivando a regularização dos débitos inadimplentes, entretanto, foram informados pelo demandado que os boletos não constavam em seu sistema, impossibilitando assim, o pagamento e a consequente baixa do protesto. Por tais razões, requer liminarmente, que seja determinado ao requerido que proceda a imediata retirada dos nomes dos clientes da autora dos registros de protestos nos cartórios de protestos. Como se verifica dos autos, o litígio versa sobre operações bancárias, ou seja, em relação a procedimentos realizados por instituição financeira. O Provimento nº 004/2008/CM, criou a 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Vara com competência exclusiva em direito bancário, conforme artigo 1º, inciso I, verbis: "Art. 1º. Atribuir, com fundamento nos artigos 14, § 1º e 57 da Lei nº. 4.964/85 (COJE), no art. 96, III, a, da Constituição Estadual e no art. 125, § 1º, da Constituição Federal, nova competência e denominação às seguintes varas judiciais, na Comarca de Cuiabá, Entrância Especial, também visualizadas no quadro anexo: I – as Varas Cíveis 4ª, 8ª, 15ª e 16ª passam a ser denominadas, respectivamente, 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Varas Especializadas em Direito Bancário, ficando com competência exclusiva para processar e julgar os feitos relativos a causas decorrentes de operações realizadas por instituições financeiras subordinadas à fiscalização do Banco Central, independentemente do pólo processual que ocupem, inclusive na condição de litisconsortes." Mas adiante no §1º prevê que as ações oriundas de operações bancárias devem tramitar nas referidas varas, vejamos: "§ 1º. Deverão tramitar por essas varas especializadas, por exemplo, as ações oriundas de abertura de crédito em conta corrente; alienação fiduciária; arrendamento mercantil; cartões de crédito; cédulas de crédito; consórcio; descontos de duplicata; financiamento, inclusive da casa própria; mútuo; seguro; títulos vinculados a contratos e demais operações bancárias como as notas promissórias e as confissões de dívida." Pelo acima exposto, vê-se que o Provimento nº 04/2008/CM, fixou especificamente, que a Vara Especializada em Direito Bancário é competente para processar e julgar entre outras ações, aquelas decorrentes de operações bancárias. Nesse sentido, colho o entendimento desta Corte Mato-Grossensse: "CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA - AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - COBRANÇA DE TARIFAS BANCÁRIAS EM CONTA-CORRENTE - INCIDÊNCIA DO ART. 1º, I, E §§ 2º e 3º, DA PORTARIA 004/2008/CM - MATÉRIA DE COMPETÊNCIA DO JUÍZO ESPECIALIZADO DE DIREITO BANCÁRIO - CONFLITO PROCEDENTE. Se a matéria em discussão tem conteúdo financeiro, cabe ao Juízo Especializado o julgamento. Nas ações de indenização por dano moral, a competência da Vara Especializada de Direito Bancário não será afastada se o pedido estiver cumulado com outro de natureza tipicamente bancária (art. 1º, I, §2º, da Portaria 004/2008/CM)."(N.U 0023110-26.2015.8.11.0000, , RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHO, SEGUNDA TURMA DE CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 25/06/2015, Publicado no DJE 30/06/2015) "CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA – AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO – CONTRATO DE FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO – MATÉRIA AFETA À COMPETÊNCIA DO JUÍZO ESPECIALIZADO DE DIREITO BANCÁRIO – CONFLITO IMPROCEDENTE. A definição da competência da Vara Especializada em Direito Bancário, como para qualquer outra especializada, faz-se de modo expresso pela discussão de matéria de cunho bancário.Se a ação originária visa à consignação da parcela em atraso do financiamento imobiliário e a manutenção das demais relações contratuais da parte com a instituição financeira, inclusive, movimentação de sua conta corrente prevalece à competência especializada, inteligência do § 1º do art. 1º, I do Provimento nº 04/2008/CM." (N.U 0008262-34.2015.8.11.0000, , ADILSON POLEGATO DE FREITAS, PRIMEIRA TURMA DE CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 07/05/2015, Publicado no DJE 14/05/2015) No caso em tela o pedido possui natureza tipicamente bancária, vez que será necessário adentrar ao contrato bancário ajustado entre os litigantes, de modo que a competência para seu processamento é exclusiva de uma das Varas Bancárias desta Comarca. Feitas essas considerações, conheço a incompetência deste juízo e DECLINO, ex officio, a competência jurisdicional para conhecer, processar e julgar a presente ação, em favor de uma das Varas de competência em direito bancário desta Comarca de Cuiabá, para onde determino a remessa deste feito, devendo estes autos ser remetidos ao cartório distribuidor para que seja realizada a redistribuição ao juízo competente. Anote-se, inclusive na distribuição, intimando-se as partes. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá-MT. SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO Juíza de Direito em Substituição Legal

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1018980-42.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
EVA DE ALMEIDA CINTRA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Natália Ramos Bezerra Regis OAB - MT12048-O (ADVOGADO(A))
CLÁUDIO CARDOSO FÉLIX OAB - MT12004-O (ADVOGADO(A))
JUARI JOSE REGIS JUNIOR OAB - MT10435/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
COOPERATIVA DE USUARIOS DE ASSISTENCIA MEDICA LTDA (RÉU)
AGEMED SAUDE S/A (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOAO CARLOS HARGER OAB - MG126352 (ADVOGADO(A))
ANDRE ALOISIO SCHOLZ OAB - SC13616 (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 9ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1018980-42.2018.8.11.0041. AUTOR(A): EVA DE ALMEIDA CINTRA RÉU: COOPERATIVA DE USUARIOS DE ASSISTENCIA MEDICA LTDA, AGEMED SAUDE S/A Vistos etc. Da análise dos autos, verifica-se que a demandada AGEMED SAUDE S/A não foi intimada pessoalmente para cumprir o decisório de id. 23577489, vez que mudou de endereço (id. 27111070). Pelo exposto, defiro parcialmente o pedido de id. 27289822 para determinar seja a requerida AGEMED SAUDE S/A intimada com urgência, pessoalmente, no endereço informado, via Carta registrada, ou, se infrutífera, por Carta Precatória, a fim de cumprir o decisório de id. 23577489. Intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá-MT. SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO Juíza de Direito em Substituição Legal

10ª Vara Cível

Intimação

Despacho Classe: CNJ-62 MONITÓRIA
Processo Número: 1052641-75.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
DANIEL DA COSTA E SILVA COELHO SOARES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ROSMERI VALDUGA OAB - MT11550-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
RDANILLO GESTAO DE GENTE E DESENVOLVIMENTO HUMANO LTDA - ME (RÉU)
Magistrado(s):
SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 10ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1052641-75.2019.8.11.0041. AUTOR(A): DANIEL DA COSTA E SILVA COELHO SOARES RÉU: RDANILLO GESTAO DE GENTE E DESENVOLVIMENTO HUMANO LTDA - ME Visto. Cite-se a parte ré, com prazo de 15 dias, para cumprimento nos termos pedido na inicial, bem como para o pagamento de honorários advocatícios de 5% do valor atribuído à causa (art. 701, CPC), anotando-se que, caso a parte requerida cumpra no prazo, ficará isenta de custas processuais (art. 701, § 1º, CPC). Conste que, nesse prazo, a parte requerida poderá oferecer embargos, e que, não havendo o cumprimento da obrigação ou oferecimento de embargos, constituir-se-á, de pleno direito, o título executivo judicial (art. 701, § 2º, CPC). Cientifique-se a parte ré de que, no prazo para embargos, reconhecendo o crédito da parte autora,poderá depositar em juízo 30% do valor da execução (valor principal + custas + honorários) e o saldo remanescente, dividir em até 06 vezes, acrescidos de correção monetária (INPC) e juros de 1% ao mês (art. 701, § 5º c/c art. 916, CPC). Cumpra-se. Sinii Savana Bosse Saboia Ribeiro Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 0030468-21.2012.8.11.0041

Parte(s) Polo Ativo:
OSVALDO TETSUO TAMURA (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Advogado(s) Polo Ativo:
GUILHERME PEDROSO DA COSTA RIBEIRO OAB - MS13389-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SANDRA MARA SANTIAGO (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
ESTRELA - COMERCIO, REPRESENTACOES, PARTICIPACOES E SERVICOS LTDA (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Advogado(s) Polo Passivo:
FABIO SOUZA PONCE OAB - MT9202-O (ADVOGADO(A))
HUMBERTO NONATO DOS SANTOS OAB - MT3286-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO

PJE 0030468-21.2012 Visto. Defiro o pedido de id. 26906858, expeça-se alvará para levantamento de 50% (cinquenta por cento) dos honorários pericias aos peritos. No mais, intimem-se as partes para se manifestarem sobre o laudo pericial de ids. 26906861 a 26906900, no prazo de 15 (quinze dias). Intime-se. Cumpra-se. Sinii Savana Bosse Saboia Ribeiro Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1052730-98.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO CIVIL PANTANAL SHOPPING (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
USSIEL TAVARES DA SILVA FILHO OAB - MT3150-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ASSUNCAO COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (EXECUTADO)
MARCELO QUEIROZ DE ASSUNCAO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 10ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1052730-98.2019.8.11.0041. EXEQUENTE: CONDOMINIO CIVIL PANTANAL SHOPPING EXECUTADO: ASSUNCAO COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME, MARCELO QUEIROZ DE ASSUNCAO Visto. Cite-se a parte executada para, no prazo de 03 dias, contado da citação (art. 829, CPC), efetuar o pagamento da dívida, dando-lhe ciência de que o prazo de 15 dias para oferecimento de embargos será contado, conforme o caso, na forma do art. 231 do CPC (art. 915, CPC). Cientifique-se a parte devedora de que, no prazo para embargos, reconhecendo o crédito da parte exequente, poderá depositar em juízo 30% do valor da execução (valor principal + custas + honorários) e o saldo remanescente, dividir em até 06 vezes, acrescidos de correção monetária (INPC) e juros de 1% ao mês (art. 916, CPC). Não sendo efetuado o pagamento no prazo de 03 dias, o oficial de justiça deverá proceder a penhora de bens e sua avaliação, lavrando-se o respectivo auto, com intimação da parte executada (art. 829, § 1º, CPC). Fixo os honorários advocatícios em 10 % sobre o valor do débito. No caso de integral pagamento no prazo de três dias, a verba honorária será reduzida pela metade (art. 827, § 1º, CPC). Defiro os benefícios do artigo 212, § 2º, do NCPC. Cumpra-se. SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1057516-88.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
FERNANDO BANDEIRA OLIVEIRA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA LUIZA ALAMINO BELLINCANTA OAB - MT9333-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SEGURADORA LÍDER (RÉU)
Magistrado(s):
SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 10ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1057516-88.2019.8.11.0041. AUTOR(A): FERNANDO BANDEIRA OLIVEIRA RÉU: SEGURADORA LÍDER Visto. Intime-se a parte autora para emendar a inicial, a fim de apresentar documentos que comprovem fazer jus ao benefício da justiça gratuita, como CTPS, holerite, declaração de imposto de renda etc., ou recolher as custas iniciais de distribuição, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Cumpra-se. SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-62 MONITÓRIA
Processo Número: 1053296-47.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MARLI VIANDEL DE SALES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIANNE NATHAINE TUNES DE OLIVEIRA TREMURA OAB - MT13645-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LIGIA MARCIA DA SILVA MACEDO (RÉU)
Magistrado(s):
SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 10ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1053296-47.2019.8.11.0041. AUTOR(A): MARLI VIANDEL DE SALES RÉU: LIGIA MARCIA DA SILVA MACEDO Visto. Cite-se a parte ré, com prazo de 15 dias, para cumprimento nos termos pedido na inicial, bem como para o pagamento de honorários advocatícios de 5% do valor atribuído à causa (art. 701, CPC), anotando-se que, caso a parte requerida cumpra no prazo, ficará isenta de custas processuais (art. 701, § 1º, CPC). Conste que, nesse prazo, a parte requerida poderá oferecer embargos, e que, não havendo o cumprimento da obrigação ou oferecimento de embargos, constituir-se-á, de pleno direito, o título executivo judicial (art. 701, § 2º, CPC). Cientifique-se a parte ré de que, no prazo para embargos, reconhecendo o crédito da parte autora, poderá depositar em juízo 30% do valor da execução (valor principal + custas + honorários) e o saldo remanescente, dividir em até 06 vezes, acrescidos de correção monetária (INPC) e juros de 1% ao mês (art. 701, § 5º c/c art. 916, CPC). Concedo os benefícios da Justiça Gratuita à autora, nos termos da Lei n. 1.060/50, bem como nos do artigo 98, do CPC, e para maior agilidade processual, consigne que a parte poderá fornecer ao Oficial de Justiça os meios necessários para o cumprimento das diligências. Cumpra-se. Sinii Savana Bosse Saboia Ribeiro Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1058833-24.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
SIGMA PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ANA CAROLINA SCARACATI OAB - MT11166-O (ADVOGADO(A))
JULLIANA LETICIA DO CARMO OAB - MT12261-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
J F COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI (RÉU)
Magistrado(s):
SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO

PJE 1058833-24.2019 Visto. Considerando o lembrete no PJE de que as guias de distribuição não foram arrecadadas, intime-se a parte autora para efetuar/comprovar o pagamento, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento (art. 290 c/c 321, parágrafo único, do NCPC). Intime-se. Cumpra-se. Sinii Savana Bosse Saboia Ribeiro Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1057010-15.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LOURIVAL BATISTA DE SOUZA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
CLEILSON MENEZES GUIMARAES OAB - MT7960-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 10ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1057010-15.2019.8.11.0041. AUTOR(A): LOURIVAL BATISTA DE SOUZA RÉU: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA Visto. Intime-se a parte autora para emendar a inicial, a fim de apresentar documentos que comprovem fazer jus ao benefício da justiça gratuita, como CTPS, holerite, declaração de imposto de renda etc., ou recolher as custas iniciais de distribuição, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Cumpra-se. SINII SAVANA BOSSE

SABOIA RIBEIRO Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-66 REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE
Processo Número: 1036594-26.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CERVEJARIA PETROPOLIS DO CENTRO OESTE LTDA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
OTTO MEDEIROS DE AZEVEDO JUNIOR OAB - MT7683-O (ADVOGADO(A))
JOSY ANNE MENEZES GONCALVES DE SOUZA OAB - MT0010070A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ACELINA NEPONUCENO PINTO (RÉU)
Magistrado(s):
SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO

PJE 1036594-26.2019 Vistos. Mantenho a determinação de id. 24450971, por todos seus fundamentos, intime-se a parte autora para regularizar o polo passivo, devendo indicar o inventariante, caso já nomeado ou administrador provisório, etc., ou substituir pelos herdeiros/sucessores, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Decorrido o prazo supracitado, certifique-se e volte-me os autos conclusos para deliberações. Cumpra-se. Sinii Savana Bosse Saboia Ribeiro Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1059069-73.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
DOUGLAS DE OLIVEIRA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
CLEILSON MENEZES GUIMARAES OAB - MT7960-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 10ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1059069-73.2019.8.11.0041. AUTOR(A): DOUGLAS DE OLIVEIRA RÉU: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA Visto. A parte autora requereu a concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita, e para tanto apresentou declaração de hipossuficiência. Por ter tal declaração força probante juris tantum, cabe ao Magistrado avaliar o caso concreto, devidamente autorizado por nossa legislação (art. 5º, LXXIV, CF), confira-se: "Art.5° Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...] LXXIV - O Estado prestará assistência judiciária integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos". (negritei e destaquei). Assim, levando-se em consideração a ausência de demonstração da impossibilidade de arcar com as custas processuais, intime-se a parte autora para emendar a inicial, a fim de apresentar documentos que comprovem fazer jus ao benefício da justiça gratuita, como CTPS, holerite, declaração de imposto de renda etc., que apresentem a sua renda atual, ou proceder o recolhimento das custas iniciais de distribuição, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Cumpra-se. SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1054271-69.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
RAIMUNDO NONATO LOPES DE AZEVEDO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIULA LITIELY DA ROSA MORENO OAB - MT20572-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (RÉU)
Magistrado(s):
SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO

PJE 1054271-69.2019 Visto. Apesar da emenda de id. 2651439 o autor não apresentou as faturas detalhadas, assim intime-o a parte autora para apresentar as faturas como determinado na decisão de id 26313707, no prazo de quinze dias, sob pena de indeferimento (art. 321, parágrafo único, do NCPC). Intime-se. Cumpra-se. Sinii Savana Bosse Saboia Ribeiro Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1057054-34.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
GEISON GEAN SANTIAGO DE SOUZA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
CLEILSON MENEZES GUIMARAES OAB - MT7960-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 10ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1057054-34.2019.8.11.0041. AUTOR(A): GEISON GEAN SANTIAGO DE SOUZA RÉU: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA Visto. Intime-se a parte autora para emendar a inicial, a fim de apresentar os documentos corretos, no prazo de 15 (quinze) dias, pois verifica-se que falta comprovante de residência do autor, e assinatura na declaração de hipossuficiência, sob pena de indeferimento do pedido. Cumpra-se. SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1059616-16.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JOAO PAULO RODRIGUES DE AMORIM (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELO ALVES DE SOUZA OAB - MT0012791A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 10ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1059616-16.2019.8.11.0041. AUTOR(A): JOAO PAULO RODRIGUES DE AMORIM RÉU: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA Visto. A parte autora requereu a concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita, e para tanto apresentou declaração de hipossuficiência. Por ter tal declaração força probante juris tantum, cabe ao Magistrado avaliar o caso concreto, devidamente autorizado por nossa legislação (art. 5º, LXXIV, CF), confira-se: "Art.5° Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...] LXXIV - O Estado prestará assistência judiciária integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos". (negritei e destaquei). Assim, levando-se em consideração a ausência de demonstração da impossibilidade de arcar com as custas processuais, intime-se a parte autora para emendar a inicial, a fim de apresentar documentos que comprovem fazer jus ao benefício da justiça gratuita, como CTPS, holerite, declaração de imposto de renda etc., que apresentem a sua renda atual, ou proceder o recolhimento das custas iniciais de distribuição, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Cumpra-se. SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1059583-26.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LAURO FERNANDO AYRES MACHADO VILARINHO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCIANO GABILAN SANCHES OAB - MT17255/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 10ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1059583-26.2019.8.11.0041. AUTOR(A): LAURO FERNANDO AYRES MACHADO VILARINHO RÉU: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA Visto. Intime-se a parte autora para

emendar a inicial, a fim de apresentar documentos que comprovem fazer jus ao benefício da justiça gratuita, como CTPS, holerite, declaração de imposto de renda etc., ou recolher as custas iniciais de distribuição, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Cumpra-se. SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 0018063-02.2002.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
PEDRO PEREIRA DE SOUZA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CLAYTON APARECIDO CAPARROS MORENO OAB - MT10016-O (ADVOGADO(A))
EFRAIM RODRIGUES GONÇALVES OAB - MT4156-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
COOPERATIVA AGROPECUARIA LUCAS RIO VERDE LTDA (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOSE CARLOS DE SOUZA PIRES OAB - MT1938-A (ADVOGADO(A))
CESAR AUGUSTO DA SILVA SERRANO OAB - MT5341-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 10ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 0018063-02.2002.8.11.0041. EXEQUENTE: PEDRO PEREIRA DE SOUZA EXECUTADO: COOPERATIVA AGROPECUARIA LUCAS RIO VERDE LTDA Vistos. Anote-se e oficie-se ao juízo da 7ª Vara Cível desta Capital informando a penhora no rosto destes autos, conforme solicitado. No mais, oficie-se o juízo da 5ª Vara Federal da Seção Judiciária de Mato Grosso, solicitando informações acerca do processo nº 2002.36.00.006220-0, vez que o levantamento e transferência de valores destes autos restam sobrestados até o afastamento dos gravames (sequestro/indisponibilidade) pelo referido juízo. Com a resposta, intimem-se as partes e interessados para conhecimento. Cumpra-se. SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1052435-61.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
GLOBALMAX INDUSTRIA PLASTICA LTDA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GABRIEL AUGUSTO SOUZA MELLO OAB - MT21393-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
P G INDUSTRIA E COMERCIO DE BEBIDAS LTDA - EPP (EXECUTADO)
COPA DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA (EXECUTADO)
JORGE LUIS AZEVEDO FRAGA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO

Defiro o pedido constante na inicial, e nos termos do art. 98, § 6º, do CPC, faculto ao autor que o pagamento das custas judiciais e taxas seja feito em até 04 (quatro) parcelas, recolhidas mediante emissão de guia com a respectiva comprovação do pagamento no processo, ciente que o inadimplemento de quaisquer das parcelas poderá importar no indeferimento da petição inicial, nos termos do art. 290, do CPC. Desse modo, intime-se a parte autora para que proceda o recolhimento das guias até o dia 15 (quinze) de cada mês, devendo ser abatido do valor a ser pago, aquele já depositado nos autos conforme ID (26267530). Sinii Savana Bosse Saboia Ribeiro Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1055299-72.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ALEXSANDRO DELCIDIO MATEUS (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Luciano André Frizão OAB - MT8340-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
D O LOPES (EXECUTADO)
Magistrado(s):
SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO

Visto. Cite-se a parte executada para, no prazo de 03 dias, contado da citação (art. 829, CPC), efetuar o pagamento da dívida, dando-lhe ciência de que o prazo de 15 dias para oferecimento de embargos será contado, conforme o caso, na forma do art. 231 do CPC (art. 915, CPC). Cientifique-se a parte devedora de que, no prazo para embargos, reconhecendo o crédito da parte exequente, poderá depositar em juízo 30% do valor da execução (valor principal + custas + honorários) e o saldo remanescente, dividir em até 06 vezes, acrescidos de correção monetária (INPC) e juros de 1% ao mês (art. 916, CPC). Não sendo efetuado o pagamento no prazo de 03 dias, o oficial de justiça deverá proceder a penhora de bens e sua avaliação, lavrando-se o respectivo auto, com intimação da parte executada (art. 829, § 1º, CPC). Fixo os honorários advocatícios em 10 % sobre o valor do débito. No caso de integral pagamento no prazo de três dias, a verba honorária será reduzida pela metade (art. 827, § 1º, CPC). Cumpra-se. SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 0032710-84.2011.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ADEMIR JOEL CARDOSO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PEDRO PEREIRA DE SOUZA OAB - MT26621-O (ADVOGADO(A))
EFRAIM RODRIGUES GONÇALVES OAB - MT4156-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
COOPERATIVA AGROPECUARIA LUCAS RIO VERDE LTDA (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LEONARDO BRUNO VIEIRA DE FIGUEIREDO OAB - MT8617-A (ADVOGADO(A))
JOSE CARLOS DE SOUZA PIRES OAB - MT1938-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 10ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 0032710-84.2011.8.11.0041. EXEQUENTE: ADEMIR JOEL CARDOSO EXECUTADO: COOPERATIVA AGROPECUARIA LUCAS RIO VERDE LTDA Vistos. Verifica-se que a executada não fora intimada acerca dos cálculos apresentados pela contadoria, assim, a fim de evitar nulidade processual, intime-a para se manifestar sobre o cálculo de fls. 910/911, no prazo de 5 (cinco) dias. Na oportunidade, deverá ainda a executada, querendo, se manifestar sobre a petição do exequente de fls. 913/935. Após, volte-me concluso para deliberações. Cumpra-se. SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1057568-84.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
GUILHERME MARTINS DE BARROS (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCOS RODRIGO CALEGARI OAB - SP212793 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
RAQUEL SOARES DOS SANTOS (EXECUTADO)
Magistrado(s):
SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO

Visto. Cite-se a parte executada para, no prazo de 03 dias, contado da citação (art. 829, CPC), efetuar o pagamento da dívida, dando-lhe ciência de que o prazo de 15 dias para oferecimento de embargos será contado, conforme o caso, na forma do art. 231 do CPC (art. 915, CPC). Cientifique-se a parte devedora de que, no prazo para embargos, reconhecendo o crédito da parte exequente, poderá depositar em juízo 30% do valor da execução (valor principal + custas + honorários) e o saldo remanescente, dividir em até 06 vezes, acrescidos de correção monetária (INPC) e juros de 1% ao mês (art. 916, CPC). Não sendo efetuado o pagamento no prazo de 03 dias, o oficial de justiça deverá proceder a penhora de bens e sua avaliação, lavrando-se o respectivo auto, com intimação da parte executada (art. 829, § 1º, CPC). Fixo os honorários advocatícios em 10 % sobre o valor do débito. No caso de integral pagamento no prazo de três dias, a verba honorária será reduzida pela metade (art. 827, § 1º, CPC). Concedo os benefícios da Justiça Gratuita à parte autora, nos termos da Lei n. 1.060/50, bem como nos dos artigos 98 e 99, §3º, ambos do CPC, e para maior agilidade processual, consigne que a parte poderá fornecer ao Oficial de Justiça os meios necessários para o cumprimento das diligências. Defiro os benefícios do artigo 212, § 2º, do NCPC. Cumpra-se. SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1054067-25.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MRV PRIME PARQUE CHAPADA DIAMANTINA INCORPORACOES SPE LTDA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Carlos Alberto Miro da Silva OAB - MT16160-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
DAIANE PEREIRA SILVA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO

Visto. Cite-se a parte executada para, no prazo de 03 dias, contado da citação (art. 829, CPC), efetuar o pagamento da dívida, dando-lhe ciência de que o prazo de 15 dias para oferecimento de embargos será contado, conforme o caso, na forma do art. 231 do CPC (art. 915, CPC). Cientifique-se a parte devedora de que, no prazo para embargos, reconhecendo o crédito da parte exequente, poderá depositar em juízo 30% do valor da execução (valor principal + custas + honorários) e o saldo remanescente, dividir em até 06 vezes, acrescidos de correção monetária (INPC) e juros de 1% ao mês (art. 916, CPC). Não sendo efetuado o pagamento no prazo de 03 dias, o oficial de justiça deverá proceder a penhora de bens e sua avaliação, lavrando-se o respectivo auto, com intimação da parte executada (art. 829, § 1º, CPC). Fixo os honorários advocatícios em 10% sobre o valor do débito. No caso de integral pagamento no prazo de três dias, a verba honorária será reduzida pela metade (art. 827, § 1º, CPC). Defiro o pedido do exequente para determinar a expedição de certidão, conforme os ditames do art. 828, do NCPC. Defiro os benefícios do artigo 212, § 2º, do NCPC. Cumpra-se. SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1055639-16.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
AGROPECUARIA SAO FRANCISCO S/A (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MAURO ALEXANDRE MOLEIRO PIRES OAB - MT7443-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ROBERTO ZAMPIERI (EXECUTADO)
Magistrado(s):
SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO

Visto. Cite-se a parte executada para, no prazo de 03 dias, contado da citação (art. 829, CPC), efetuar o pagamento da dívida, dando-lhe ciência de que o prazo de 15 dias para oferecimento de embargos será contado, conforme o caso, na forma do art. 231 do CPC (art. 915, CPC). Cientifique-se a parte devedora de que, no prazo para embargos, reconhecendo o crédito da parte exequente, poderá depositar em juízo 30% do valor da execução (valor principal + custas + honorários) e o saldo remanescente, dividir em até 06 vezes, acrescidos de correção monetária (INPC) e juros de 1% ao mês (art. 916, CPC). Não sendo efetuado o pagamento no prazo de 03 dias, o oficial de justiça deverá proceder a penhora de bens e sua avaliação, lavrando-se o respectivo auto, com intimação da parte executada (art. 829, § 1º, CPC). Fixo os honorários advocatícios em 10 % sobre o valor do débito. No caso de integral pagamento no prazo de três dias, a verba honorária será reduzida pela metade (art. 827, § 1º, CPC). Defiro o pedido do exequente para determinar a expedição de certidão, conforme os ditames do art. 828, do NCPC. Cumpra-se. SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1028092-98.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
PETROBRAS DISTRIBUIDORA S A (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
USSIEL TAVARES DA SILVA FILHO OAB - MT3150-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AUTOPETRO CALIFORNIA LTDA (RÉU)
DILMAR FIGUEIRA DE ALMEIDA JUNIOR (RÉU)
DILMAR FIGUEIRA DE ALMEIDA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
DANYLO OLIVEIRA DE MORAIS OAB - MT20158/O (ADVOGADO(A))

Certifico que os embargos de declaração foram opostos no prazo legal. Em vista disso, nos termos do Provimento Nº 56/2007-CGJ, impulsiono o feito a fim de intimar a parte requerente/embargada para, querendo, no prazo de 5 dias, apresentar manifestação.

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1058013-05.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
DEIVID MENDONCA FRIGO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 10ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1058013-05.2019.8.11.0041. AUTOR(A): DEIVID MENDONCA FRIGO RÉU: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA Visto. Intime-se a parte autora para emendar a inicial, a fim de apresentar documentos que comprovem fazer jus ao benefício da justiça gratuita, como CTPS, holerite, declaração de imposto de renda etc., ou recolher as custas iniciais de distribuição, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Cumpra-se. SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1058116-12.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
VANESSA CRISTINA ALVES DA CONCEICAO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA LUIZA ALAMINO BELLINCANTA OAB - MT9333-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 10ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1058116-12.2019.8.11.0041. AUTOR(A): VANESSA CRISTINA ALVES DA CONCEICAO RÉU: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA Visto. Intime-se a parte autora para emendar a inicial, a fim de apresentar documentos que comprovem fazer jus ao benefício da justiça gratuita, como CTPS, holerite, declaração de imposto de renda etc., ou recolher as custas iniciais de distribuição, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Cumpra-se. SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1059606-69.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CAIXA CONSORCIOS S.A. ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIANO LOPES BORGES OAB - GO23802 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
DANIELA BORGES JUNQUEIRA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO

Visto. Cite-se a parte executada para, no prazo de 03 dias, contado da citação (art. 829, CPC), efetuar o pagamento da dívida, dando-lhe ciência de que o prazo de 15 dias para oferecimento de embargos será contado, conforme o caso, na forma do art. 231 do CPC (art. 915, CPC). Cientifique-se a parte devedora de que, no prazo para embargos, reconhecendo o crédito da parte exequente, poderá depositar em juízo 30% do valor da execução (valor principal + custas + honorários) e o saldo remanescente, dividir em até 06 vezes, acrescidos de correção monetária (INPC) e juros de 1% ao mês (art. 916, CPC). Não sendo efetuado o pagamento no prazo de 03 dias, o oficial de justiça deverá proceder a penhora de bens e sua avaliação, lavrando-se o respectivo auto, com intimação da parte executada (art. 829, § 1º, CPC). Fixo os honorários advocatícios em 10 % sobre o valor do débito. No caso de integral pagamento no prazo de três dias, a verba honorária será reduzida

pela metade (art. 827, § 1º, CPC). Cumpra-se. SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1052698-93.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CONSORCIO EMPREENDEDOR DO CUIABA PLAZA SHOPPING (EXEQUENTE)
BR MALLS ADMINISTRACAO E COMERCIALIZACAO 01 (EXEQUENTE)
ROYAL BRASIL ADMINST EMPRENDIMENTOS E PART LTDA (EXEQUENTE)
CUIABA PLAZA SHOPPING EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ELADIO MIRANDA LIMA OAB - RJ86235-O (ADVOGADO(A))
PABLO HERTZ BRUZZONE LEAL OAB - RJ159485 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JMS COMERCIO DE SEMI JOIAS LTDA - EPP (EXECUTADO)
Magistrado(s):
SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO

Visto. Cite-se a parte executada para, no prazo de 03 dias, contado da citação (art. 829, CPC), efetuar o pagamento da dívida, dando-lhe ciência de que o prazo de 15 dias para oferecimento de embargos será contado, conforme o caso, na forma do art. 231 do CPC (art. 915, CPC). Cientifique-se a parte devedora de que, no prazo para embargos, reconhecendo o crédito da parte exequente, poderá depositar em juízo 30% do valor da execução (valor principal + custas + honorários) e o saldo remanescente, dividir em até 06 vezes, acrescidos de correção monetária (INPC) e juros de 1% ao mês (art. 916, CPC). Não sendo efetuado o pagamento no prazo de 03 dias, o oficial de justiça deverá proceder a penhora de bens e sua avaliação, lavrando-se o respectivo auto, com intimação da parte executada (art. 829, § 1º, CPC). Fixo os honorários advocatícios em 10 % sobre o valor do débito. No caso de integral pagamento no prazo de três dias, a verba honorária será reduzida pela metade (art. 827, § 1º, CPC). Defiro o pedido do exequente para determinar a expedição de certidão, conforme os ditames do art. 828, do NCPC. Cumpra-se. SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1057890-07.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BETUNEL INDUSTRIA E COMERCIO S/A (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA APARECIDA KASAKEWITCH CAETANO VIANNA OAB - RJ64585-O (ADVOGADO(A))
GABRIELA KONKEL FERREIRA OAB - RJ224048 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
L2S2 CONSTRUTORA E LOCACAO - EIRELI (EXECUTADO)
Magistrado(s):
SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO

Visto. Cite-se a parte executada para, no prazo de 03 dias, contado da citação (art. 829, CPC), efetuar o pagamento da dívida, dando-lhe ciência de que o prazo de 15 dias para oferecimento de embargos será contado, conforme o caso, na forma do art. 231 do CPC (art. 915, CPC). Cientifique-se a parte devedora de que, no prazo para embargos, reconhecendo o crédito da parte exequente, poderá depositar em juízo 30% do valor da execução (valor principal + custas + honorários) e o saldo remanescente, dividir em até 06 vezes, acrescidos de correção monetária (INPC) e juros de 1% ao mês (art. 916, CPC). Não sendo efetuado o pagamento no prazo de 03 dias, o oficial de justiça deverá proceder a penhora de bens e sua avaliação, lavrando-se o respectivo auto, com intimação da parte executada (art. 829, § 1º, CPC). Fixo os honorários advocatícios em 10 % sobre o valor do débito. No caso de integral pagamento no prazo de três dias, a verba honorária será reduzida pela metade (art. 827, § 1º, CPC). Cumpra-se. SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1058558-75.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LUCINDO BARBOSA PEREIRA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 10ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1058558-75.2019.8.11.0041. AUTOR(A): LUCINDO BARBOSA PEREIRA RÉU: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA Visto. Intime-se a parte autora para emendar a inicial, a fim de apresentar documentos que comprovem fazer jus ao benefício da justiça gratuita, como CTPS, holerite, declaração de imposto de renda etc., ou recolher as custas iniciais de distribuição, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Cumpra-se. SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-62 MONITÓRIA
Processo Número: 1056012-47.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
FLYTOUR AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA. (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ADRIANO GALHERA OAB - SP173579 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ANA LUIZA DE MORAES 91883490120 (RÉU)
Magistrado(s):
SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO

Visto. Analisando os fatos e a prova documental apresentada (art. 700, §5º, NCPC), a petição inicial deverá ser emendada, adaptando-a ao procedimento comum, e considerando o lembrete no PJE de que as guias de distribuição não foram arrecadadas, intime-se a parte autora para regularização/cumprimento, tudo, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento (art. 321, parágrafo único, NCPC). Intime-se. Cumpra-se. SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-62 MONITÓRIA
Processo Número: 1053726-96.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
FEMINA PRESTADORA DE SERVICOS MEDICO HOSPITALAR LTDA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ADRIANO MAIKEL SANTOS PEREIRA OAB - MT19706-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VANDERLEIA PEREIRA DA SILVA (RÉU)
Magistrado(s):
SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO

Visto. Cite-se a parte ré, com prazo de 15 dias, para cumprimento nos termos pedido na inicial, bem como para o pagamento de honorários advocatícios de 5% do valor atribuído à causa (art. 701, CPC), anotando-se que, caso a parte requerida cumpra no prazo, ficará isenta de custas processuais (art. 701, § 1º, CPC). Conste que, nesse prazo, a parte requerida poderá oferecer embargos, e que, não havendo o cumprimento da obrigação ou oferecimento de embargos, constituir-se-á, de pleno direito, o título executivo judicial (art. 701, § 2º, CPC). Cientifique-se a parte ré de que, no prazo para embargos, reconhecendo o crédito da parte autora, poderá depositar em juízo 30% do valor da execução (valor principal + custas + honorários) e o saldo remanescente, dividir em até 06 vezes, acrescidos de correção monetária (INPC) e juros de 1% ao mês (art. 701, § 5º c/c art. 916, CPC). Cumpra-se. Sinii Savana Bosse Saboia Ribeiro Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1056934-88.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
FUNDACAO DOS ECONOMIARIOS FEDERAIS FUNCEF (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JORGE ANDRE RITZMANN DE OLIVEIRA OAB - SC11985-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
EDUARDO OTAVIO MOTA TORRES FILHO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO

Visto. Não se vislumbra a hipossuficiência econômica da parte autora,

assim, indefiro seu pedido de gratuidade da justiça. Intime-se a parte autora para recolher as custas iniciais de distribuição, bem como apresentar o contrato que pretende executar, devidamente assinado pelas partes e testemunhas, no prazo de quinze dias, sob pena de indeferimento. Cumpra-se. SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO Juíza de Direito

Decisão

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1059202-18.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BEATRIZ FULADOR (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
JEFFERSON APARECIDO POZZA FAVARO OAB - MT10200/B-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
IUNI EDUCACIONAL S/A. (RÉU)
Magistrado(s):
SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO

PJE 1059202-18.2019 Visto. Cuida-se de Ação Declaratória de Inexistência de Débito C/C Obrigação de Fazer e Reparação Por Danos Morais, Com Pedido de Tutela de Urgência ajuizada por Beatriz Fulador em desfavor de IUNI Educacional Ltda., aduzindo que é estudante do curso de medicina, sendo beneficiária do FIES, com cobertura de 95%, sendo responsável pelo pagamento de 05% da mensalidade, desde 2016 e como de costume, realiza os aditamentos semestralmente. Narra que a ré vem efetuando cobrança diversa do percentual contido no contrato, o que considera abusivo, já que valor devido é de R$ 340,28 (trezentos e quarenta reais e vinte e oito centavos) mensalmente. Assim, requer a concessão da tutela de urgência para que seja determinado que a ré a promova a suspensão de qualquer cobrança além daquelas já suportadas pelo Fies em 95% (noventa e cinco por cento) e daquela relativa a sua parte de 5% (cinco por cento); determinar a rematrícula da autora, bem como o aditamento do contrato; que a ré se abstenha de incluir o nome da autora nos órgãos de proteção ao crédito, bem como proceda a baixa de qualquer negativação que já tenha sido lançada; que se abstenha de bloquear os acessos ao sistema da instituição tais como: Ambiente virtual de aprendizagem –AVA, portal do aluno, bem como ao campus universitário em todos os departamentos necessário para o curso de medicina, tais como: laboratórios, biblioteca, salas de estudo e etc., frequentar aulas, lista de chamada e, principalmente, realização das provas nas datas programadas que todas as matrículas das semestralidades posteriores não sejam impedidas pela ré sob o pretexto do não pagamento das cobranças, sob pena de multa. Imprescindível destacar que a concessão da tutela de urgência, seja cautelar ou antecipada, exige os seguintes pressupostos: a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, nos termos do artigo 300, do Novo Código de Processo Civil. Ressalte-se que esses pressupostos são cumulativos, sendo que a ausência de um deles inviabiliza a pretensão da parte autora. A Probabilidade do Direito refere-se ao juízo de aparência quanto à questão fática narrada e a sua adequação ao direito pretendido. Sobre esse requisito, Thereza Arruda Alvim leciona que: “Diante das provas já produzidas, o magistrado, no mais das vezes baseado em um juízo de cognição meramente sumário, posiciona-se entre a dúvida e a certeza, mas se sente mais próximo desta. De se ressaltar que a análise não é só dos fatos, pois é também essencial que estes possam conduzir às consequências jurídicas que o autor almeja”.[1] No caso vertente, observa-se a existência de contrato firmado entre a requerente e o FNDE para abertura de crédito para financiamento educacional (FIES), do curso de graduação (Id. 27269952 a 27269956), e desde então os aditamentos, com cobertura de 95%, vêm sendo efetuados pela parte autora (Id. 27269957 e 27269958), bem como o pagamento da diferença da mensalidade, mas a ré está efetuando cobrança dos seguintes valores de R$ 482,12, R$ 3.177,04, descrito como “mensalidade” (Id. 27269963), o que, neste juízo de cognição sumária, se mostra contrário a contratação realizada pela parte autora, demonstrando a probabilidade do direito pleiteado. Por outro lado, é notório o perigo de dano, vez que a autora poderá ser impedida de prosseguir com o curso, e ainda sofrer as consequências da suposta inadimplência. Para maior clareza, recorro, mais uma vez, a precisa lição da jurista acima mencionada, confira-se: “O fundado receio de dano, por sua vez, é requisito que se relaciona com o elemento tempo. O receio de dano nasce quando exista a possibilidade de deterioração ou perdimento do direito, que poderá ser prejudicado em decorrência do retardamento da prestação jurisdicional. Em uma definição mais precisa, seria a potencialidade de lesão (ou perigo de lesão) ao direito (material ou processual) frente à demora. Tal situação justifica a necessidade de pronta intervenção jurisdicional, seja adiantando o próprio provimento, seja protegendo o futuro resultado útil da demanda”.[2] Tem-se, ainda, que os efeitos da decisão não são irreversíveis, já que o provimento em si é apenas provisório e, mesmo em caso de a autora perder a demanda, não causará danos à parte Ré. Logo, a concessão da medida não afronta o § 3º do artigo 300 do Novo Código de Processo Civil. Diante do exposto, com amparo no art. 300, do Novo Código de Processo Civil, DEFIRO PARCIALMENTE a medida pleiteada, para determinar a Ré que: 1) Suspenda a cobrança além daquelas já suportadas pelo Fies em 95% (noventa e cinco por cento) e daquela relativa a parte da autora de 05% (cinco por cento), correspondente ao valor do aditamento; 2) Promova a rematrícula da autora no curso de medicina e aditamento do Fies, não criando óbice diante do débito aqui discutido; 3) Se abstenha de incluir o nome da autora nos órgãos de proteção ao crédito, e caso já o tenho negativado que proceda-se com a baixa; 4) Que se abstenha de bloquear os acessos ao sistema da instituição tais como: Ambiente virtual de aprendizagem –AVA, portal do aluno, bem como ao campus universitário em todos os departamentos necessário para o curso de medicina, tais como: laboratórios, biblioteca, salas de estudo e etc., frequentar aulas, lista de chamada e, principalmente, realização das provas nas datas programadas, sob pena de multa no valor de R$ 1.000,00, por dia de descumprimento injustificado. Fixo o patamar da penalidade em R$ 10.000,00. Apenas por amor ao debate, convém registrar que os serviços solicitados a instituição de ensino como atestado de matrícula e multa de biblioteca não estão abrangidos pelo contrato do Fies, são ônus que cabem a parte autora. E quanto ao pedido de inversão do ônus da prova postulada pela parte autora na inicial, verifica-se que, neste caso, aplica-se o Código de Defesa do Consumidor, artigos 4º, inciso I e 6º, inciso VIII: “Art. 4º A Política Nacional das Relações de Consumo tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria da sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo, atendidos os seguintes princípios: (Redação dada pela Lei nº 9.008, de 21.3.1995) I - reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo; Art. 6º São direitos básicos do consumidor: VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências;” E, ainda, o art. 3º do CDC, assim dispõe: “Art. 3° Fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços. § 1° Produto é qualquer bem, móvel ou imóvel, material ou imaterial. § 2° Serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária, salvo as decorrentes das relações de caráter trabalhista”. Assim, considerando a potencial relação de consumo (artigos 7º, 10º e 29º do CDC), a verossimilhança dos fatos arguidos e a vulnerabilidade da parte requerente em relação a parte requerida, principalmente quanto a produção das provas, nos termos do art. 6º, inciso VIII, do mesmo códex, acolho o pedido e DETERMINO a inversão do ônus da prova. Em razão da indisponibilidade de pauta na agenda eletrônica compartilhada, deixo de designar audiência de conciliação. Cite-se a parte requerida para contestar, no o prazo de 15 (quinze) dias (art. 335, CPC). Se não ofertar contestação, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados pela parte autora (art. 344, CPC). Concedo os benefícios da Justiça Gratuita à parte autora, nos termos da Lei n. 1.060/50, bem como nos dos artigos 98 e 99, §3º, ambos do NCPC. Expeça-se o necessário para cumprimento no plantão. Intime-se. Cumpra-se. Sinii Savana Bosse Saboia Ribeiro Juíza de Direito [1]Arruda Alvim, Thereza. O Novo Código de Processo Civil Brasileiro – Estudos Dirigidos: Sistematização e Procedimentos / coordenação Thereza Arruda Alvim [et. al.]. – Rio de Janeiro: Forense, 2015. Pág.131. [2] Ob. cit. pág. 131.

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1058438-32.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE APOLINARIO DE LUNA JUNIOR (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
SUZINETE COSTA DE ALMEIDA OAB - MT0021291A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (RÉU)
Magistrado(s):
SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO

PJE 1058438-32.2019.2019 Visto. Recebo a emenda de id. 27253541. Cuida-se de Ação de Reclamação com Pedido de Liminar ajuizada por Jose Apolinário de Luna Junior em desfavor de Energisa Mato Grosso – Distribuidora de Energia S.A., afirmando que é usuário dos serviços prestados pela ré através da unidade consumidor UC 6/2692019 - 9, e que recebeu cobranças referentes aos meses de setembro, outubro e novembro de 2019 em valores que não condizem com sua realidade. Requer a concessão da tutela de urgência para que seja determinado a ré a se abster de suspender o fornecimento de energia elétrica no imóvel e de inserir o nome da parte autora nos cadastros dos inadimplentes, acerca dos débitos aqui discutidos. Imprescindível destacar que a concessão da tutela de urgência, seja cautelar ou antecipada, exige os seguintes pressupostos: a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, nos termos do artigo 300, do Novo Código de Processo Civil. Ressalte-se que esses pressupostos são cumulativos, sendo que a ausência de um deles inviabiliza a pretensão da parte autora. A Probabilidade do Direito refere-se ao juízo de aparência quanto à questão fática narrada e a sua adequação ao direito pretendido. Sobre esse requisito, Thereza Arruda Alvim leciona que: "Diante das provas já produzidas, o magistrado, no mais das vezes baseado em um juízo de cognição meramente sumário, posiciona-se entre a dúvida e a certeza, mas se sente mais próximo desta. De se ressaltar que a análise não é só dos fatos, pois é também essencial que estes possam conduzir às consequências jurídicas que o autor almeja".[1] Na hipótese percebe-se a probabilidade do direito, pois se verifica pelos diversos documentos colacionadas no processo, que a ré emitiu faturas referentes aos meses de julho e agosto de 2019 nos valores de R$ 144,87 e R$ 143,96 (id. 27129127, pág. 06 e 07), mas nos meses subsequentes os valores das faturas foram para R$ 301,25, R$ 438,67 e R$ 560,92 (id. 27129127, pág. 08 a 10), assim, resta demonstrado a existência de alguma irregularidade. Por outro lado, é notória a urgência do pedido, vez que o corte no fornecimento de energia elétrica acarreta excessivos prejuízos, já que se trata de serviço essencial. Deste modo, o perigo da demora está evidenciado. Para maior clareza, recorro, mais uma vez, a precisa lição da jurista acima mencionada, confira-se: "O fundado receio de dano, por sua vez, é requisito que se relaciona com o elemento tempo. O receio de dano nasce quando exista a possibilidade de deterioração ou perdimento do direito, que poderá ser prejudicado em decorrência do retardamento da prestação jurisdicional. Em uma definição mais precisa, seria a potencialidade de lesão (ou perigo de lesão) ao direito (material ou processual) frente à demora. Tal situação justifica a necessidade de pronta intervenção jurisdicional, seja adiantando o próprio provimento, seja protegendo o futuro resultado útil da demanda".[2] Confira-se: "RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO c/c DANOS MORAIS C/C PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA – DECISÃO QUE INDEFERIU O PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA PARA QUE A RÉ SE ABSTENHA DE EFETUAR A SUSPENSÃO DOS SERVIÇOS E DE NEGATIVAR O NOME DA AUTORA – COBRANÇA DE FATURAS EXTRAS E PRETÉRITAS – DISCUSSÃO JUDICIAL - REQUISITOS DO ART. 300 DO CPC DEMONSTRADOS – DECISÃO REFORMADA - AGRAVO CONHECIDO E PROVIDO. O pedido de tutela de urgência será deferido quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. A pretensão autoral consiste em declarar a nulidade da cobrança extras de valores referentes a supostas diferenças de consumo que não são devidas e por débitos pretéritos (outubro de 2017 a março de 2018). Com efeito, em que pese a possibilidade de suspensão dos serviços de energia elétrica nos casos de inadimplemento, predomina o entendimento de que a concessionária não pode interromper a prestação do serviço por dívida relativa a consumo controvertido, objeto de discussão em juízo, e nem manter o nome da agravante nos cadastros de proteção ao crédito". (TJMT – AI 1007798-85.2018.8.11.0000, Segunda Câmara de Direito Privado, Julgado em 03/10/2018, Publicado no DJE 15/10/2018). Negritei. Registre-se ainda que o deferimento da liminar não acarretará prejuízos à ré, tendo em vista que inexiste o perigo de irreversibilidade da medida (art. 300, § 3º, NCPC), aliado ao fato de que a concessão da antecipação de tutela não desonera a parte autora do pagamento das contas futuras, nem impede a revogação da liminar à luz de novos elementos. Diante do exposto, com amparo no art. 300, do Novo Código de Processo Civil, DEFIRO a medida pleiteada, para determinar a ré a se abster de suspender o fornecimento dos serviços no imóvel do autor e inserir o nome dele nos cadastros dos inadimplentes, acerca do débito aqui discutido, sob pena de multa no valor de R$ 1.000,00, por dia de descumprimento injustificado. Fixo o patamar da penalidade em R$ 5.000,00. Para não ensejar desiquilíbrio, vez que o serviço foi prestado, deverá a parte autora efetuar o depósito judicial sobre os meses discutidos, no valor da média das três últimas faturas que possivelmente reflitam seu real consumo, no prazo de cinco dias. Autorizo desde já o levantamento pela parte ré. Em razão da indisponibilidade de pauta na agenda eletrônica compartilhada, deixo de designar audiência de conciliação. Cite-se a parte requerida para contestar, no o prazo de 15 (quinze) dias (art. 335, CPC). Se não ofertar contestação, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados pela parte autora (art. 344, CPC). Concedo os benefícios da Justiça Gratuita ao autor, nos termos da Lei n. 1.060/50, bem como nos dos artigos 98 e 99, §3º, ambos do NCPC, e para maior agilidade processual, consigne que a parte poderá fornecer ao Oficial de Justiça os meios necessários para o cumprimento das diligências. Cumpra-se pelo plantão, servindo a cópia dessa decisão como mandado. Sinii Savana Bosse Saboia Ribeiro Juíza de Direito [1] Arruda Alvim, Thereza. O Novo Código de Processo Civil Brasileiro – Estudos Dirigidos: Sistematização e Procedimentos / coordenação Thereza Arruda Alvim [et. al.]. – Rio de Janeiro: Forense, 2015. Pag.131. [2] op. cit. pág. 131.

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1059321-76.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO RIO COXIPO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
LEANDRO FERREIRA DA CRUZ OAB - MT15914-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Aguas Cuiabá S/A (RÉU)
Magistrado(s):
SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO

PJE 1059321-76.2019 Visto. Cuida-se Ação de Obrigação de Fazer C/C Repetição de Indébito C/C Pedido de Liminar ajuizada por Condomínio Rio Coxipó em desfavor de Aguas Cuiabá S/A - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto, afirmando é usuária dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitários prestados pela requerida, através da Matrícula nº 483849, e hidrômetro Y18S435829, havendo um faturamento indevido do volume de esgoto, razão pela qual pretende com a presente ação mensurar o volume de esgoto que efetivamente volta à rede, para servir de base de cálculo para a cobrança da taxa de esgoto. Requer a concessão da tutela de urgência para que seja determinado a que promova a instalação do medidor de efluentes, devidamente aferido pelo Inmetro do certificado, podendo inclusive ser cobrado o aparelho do condomínio autor, para que se identifique o real volume de esgoto lançado à rede, e que a Ré se limite a cobrar pela tarifa de esgoto em valor proporcional ao volume que efetivamente foi lançado, ou, subsidiariamente, que seja determinada a cobrança pelo serviço de coleta e tratamento de esgoto de no máximo 80% (oitenta por cento) do volume consumido de água. Imprescindível destacar que a concessão da tutela de urgência, seja cautelar ou antecipada, exige os seguintes pressupostos: a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, nos termos do artigo 300, do Novo Código de Processo Civil. Ressalte-se que esses pressupostos são cumulativos, sendo que a ausência de um deles inviabiliza a pretensão da parte autora. A Probabilidade do Direito refere-se ao juízo de aparência quanto à questão fática narrada e a sua adequação ao direito pretendido. Sobre esse requisito, Thereza Arruda Alvim leciona que: "Diante das provas já produzidas, o magistrado, no mais das vezes baseado em um juízo de cognição meramente sumário, posiciona-se entre a dúvida e a certeza, mas se sente mais próximo desta. De se ressaltar que a análise não é só dos fatos, pois é também essencial que estes possam conduzir às

consequências jurídicas que o autor almeja".[1] No caso vertente, observa-se pelo documento de Id. 27304899, a relação de consumo entre as partes, entretanto a princípio, não existe probabilidade acerca da ilegalidade do volume de esgoto efetivamente cobrado, o que demanda dilação probatória consistente em prova técnica, e, em sede de tutela de urgência antecipada não pode ser acolhida. E também não há urgência no pedido, vez que não a cobrança não é nova, se perdura há anos. Para maior clareza, recorro, mais uma vez, a precisa lição da jurista acima mencionada, confira-se: "O fundado receio de dano, por sua vez, é requisito que se relaciona com o elemento tempo. O receio de dano nasce quando exista a possibilidade de deterioração ou perdimento do direito, que poderá ser prejudicado em decorrência do retardamento da prestação jurisdicional. Em uma definição mais precisa, seria a potencialidade de lesão (ou perigo de lesão) ao direito (material ou processual) frente à demora. Tal situação justifica a necessidade de pronta intervenção jurisdicional, seja adiantando o próprio provimento, seja protegendo o futuro resultado útil da demanda".[2] Nesse contexto, ausentes os requisitos do art. 300, do Novo Código de Processo Civil, INDEFIRO o pedido de tutela de urgência formulado pela parte autora. No mais, quanto ao pedido de inversão do ônus da prova postulada pela parte autora na inicial, verifica-se que, neste caso, aplica-se o Código de Defesa do Consumidor, artigos 4º, inciso I e 6º, inciso VIII: "Art. 4º A Política Nacional das Relações de Consumo tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria da sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo, atendidos os seguintes princípios: (Redação dada pela Lei nº 9.008, de 21.3.1995) I - reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo; Art. 6º São direitos básicos do consumidor: VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências"; E, ainda, o art. 3º do CDC, assim dispõe: "Art. 3° Fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços. § 1° Produto é qualquer bem, móvel ou imóvel, material ou imaterial. § 2° Serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária, salvo as decorrentes das relações de caráter trabalhista". Assim, considerando a potencial relação de consumo (artigos 7º, 10º e 29º do CDC), a verossimilhança dos fatos arguidos e a vulnerabilidade da parte requerente em relação à requerida, principalmente quanto a produção das provas, nos termos do art. 6º, inciso VIII, do mesmo códex, acolho o pedido e DETERMINO a inversão do ônus da prova. Em razão da indisponibilidade de pauta na agenda eletrônica compartilhada, deixo de designar audiência de conciliação. Cite-se a parte requerida para contestar, no o prazo de 15 (quinze) dias (art. 335, CPC). Se não ofertar contestação, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados pela parte autora (art. 344, CPC). Intime-se. Cumpra-se. Sinii Savana Bosse Saboia Ribeiro Juíza de Direito [1] Arruda Alvim, Thereza. O Novo Código de Processo Civil Brasileiro – Estudos Dirigidos: Sistematização e Procedimentos / coordenação Thereza Arruda Alvim [et. al.]. – Rio de Janeiro: Forense, 2015. Pag.131. [2] Ob. cit. pág. 131.

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1052921-46.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
SHIRLEI COSTA DE ARAUJO FERREIRA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
IVO MARCELO SPINOLA DA ROSA OAB - MT13731-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CLARO S.A. (RÉU)
Magistrado(s):
SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO

PJE 1052921-46.2019 Vistos. Cuida-se de Ação Declaratória de Inexistência de Débito C/C Indenização Por Danos Morais Com Pedido de Tutela Antecipada ajuizada por Shirlei Costa de Araújo Ferreira, em desfavor de Claro S/A, afirmando que a requerida emitiu faturas em seu nome de serviços denominado "NET FONE" que não foram contratados, o qual desconhece, e ante a ausência de pagamento das faturas está ameaçando incluir seu nome nos órgão de proteção ao crédito. Requer o deferimento da tutela de urgência para determinar a que a requerida cesse o envio de cobranças à residência da autora, e as ligações da central de cobrança, bem como ordene que se abstenha de enviar o nome da autora ao rol dos maus pagadores, sob pena de multa. O pedido de antecipação da tutela de urgência merece amparo com base nos requisitos legais ínsitos no artigo 300 do Novo Código de Processo Civil. Com efeito, a probabilidade do direito exigida pelo caput do artigo 300, do Novo Código de Processo Civil, entendida como aparência quanto à questão fática narrada e a sua adequação ao direito pretendido, restou demonstrada, principalmente por meio do documento de Id. 26153790, além da alegação de que desconhece a dívida. Sobre esse requisito, Thereza Arruda Alvim leciona que: "Diante das provas já produzidas, o magistrado, no mais das vezes baseado em um juízo de cognição meramente sumário, posiciona-se entre a dúvida e a certeza, mas se sente mais próximo desta. De se ressaltar que a análise não é só dos fatos, pois é também essencial que estes possam conduzir às consequências jurídicas que o autor almeja".[1] Por outro lado, é notório o perigo de dano, vez que se não for efetuado o pagamento da dívida cobrada, o nome da autora poderá ser lançado nos órgãos restritivos ao crédito, o que implica no abalo ao crédito, gerando diversos prejuízos tanto na ordem patrimonial quanto moral. Para maior clareza, recorro, mais uma vez, a precisa lição da jurista acima mencionada, confira-se: "O fundado receio de dano, por sua vez, é requisito que se relaciona com o elemento tempo. O receio de dano nasce quando exista a possibilidade de deterioração ou perdimento do direito, que poderá ser prejudicado em decorrência do retardamento da prestação jurisdicional. Em uma definição mais precisa, seria a potencialidade de lesão (ou perigo de lesão) ao direito (material ou processual) frente à demora. Tal situação justifica a necessidade de pronta intervenção jurisdicional, seja adiantando o próprio provimento, seja protegendo o futuro resultado útil da demanda".[2] Tem-se, ainda, que os efeitos da decisão não são irreversíveis, já que o provimento em si é apenas provisório e, mesmo em caso de a parte autora perder a demanda, não causará danos à parte Ré. Logo, a concessão da medida não afronta o § 3º do artigo 300 do Novo Código de Processo Civil. Diante do exposto, com amparo no art. 300, do Novo Código de Processo Civil, DEFIRO a medida pleiteada, cesse o envio de cobranças à residência da autora referente aos serviços de Net Fone, e as ligações da central de cobrança, bem como que se abstenha de enviar o nome da autora ao rol dos maus pagadores, pena de multa no valor de R$ 200,00, por dia de descumprimento injustificado. Fixo o patamar da penalidade em R$ 1.000,00. No mais, quanto ao pedido de inversão do ônus da prova postulada pela parte autora na inicial, verifica-se que, neste caso, aplica-se o Código de Defesa do Consumidor, artigos 4º, inciso I e 6º, inciso VIII: "Art. 4º A Política Nacional das Relações de Consumo tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria da sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo, atendidos os seguintes princípios: (Redação dada pela Lei nº 9.008, de 21.3.1995) I - reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo; Art. 6º São direitos básicos do consumidor: VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências"; E, ainda, o art. 3º do CDC, assim dispõe: "Art. 3° Fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços. § 1° Produto é qualquer bem, móvel ou imóvel, material ou imaterial. § 2° Serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária, salvo as decorrentes das relações de caráter trabalhista". Assim, considerando a potencial relação de consumo (artigos 7º, 10º e 29º do CDC), a verossimilhança dos fatos arguidos e a vulnerabilidade da parte requerente em relação à parte requerida, principalmente quanto a produção das provas, nos termos do art. 6º, inciso VIII, do mesmo códex, acolho o pedido e DETERMINO a inversão do ônus da prova. Em razão da indisponibilidade de pauta na agenda eletrônica compartilhada, deixo de designar audiência de

conciliação. Cite-se a parte requerida para contestar, no o prazo de 15 (quinze) dias (art. 335, CPC). Se não ofertar contestação, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados pela parte autora (art. 344, CPC). Concedo os benefícios da Justiça Gratuita à parte autora, nos termos da Lei n. 1.060/50, bem como nos dos artigos 98 e 99, §3º, ambos do NCPC, e para maior agilidade processual, consigne que a parte poderá fornecer ao Oficial de Justiça os meios necessários para o cumprimento das diligências. Cumpra-se pelo plantão, servindo a cópia dessa decisão como mandado. Intime-se. Cumpra-se. Sinii Savana Bosse Saboia Ribeiro Juíza de Direito

Sentença

Sentença Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1021663-86.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MAURINA MARQUES DOS SANTO ARRUDA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALTAIR BALIEIRO OAB - MT13946-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CARDIF DO BRASIL VIDA E PREVIDENCIA S/A (EXECUTADO)
BANCO VOLKSWAGEN S.A. (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ANTONIO ARY FRANCO CESAR OAB - SP123514-O (ADVOGADO(A))
LEONARDO PLATAIS BRASIL TEIXEIRA OAB - RJ0160435A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO

PJE 1021663-86.2017 Vistos. A exequente se manifesta através do id. 26513348, concordando com o valor depositado pela executada no valor de R$ 16.606,95, postulando pela expedição de alvará. Diante da satisfação da obrigação, JULGO EXTINTO o presente Cumprimento de Sentença, nos termos dos artigos 513 e 924, inciso II, do Novo Código de Processo Civil. Expeça-se alvará do valor depositado nos autos em favor da exequente como postulado no id. 26513348. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se com as anotações devidas. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Sinii Savana Bosse Saboia Ribeiro Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 0045491-41.2011.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
SANDRA CRISTINA DE AMORIM (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Nelson Alexandre Moreira Nunes OAB - MT16206-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
UNIMED CUIABA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDO AUGUSTO VIEIRA DE FIGUEIREDO OAB - MT7627-A (ADVOGADO(A))
ANA PAULA SIGARINI GARCIA OAB - MT10133-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO

PJE 0045491-41.2011 Vistos. A exequente se manifesta através do id. 25775170, pág. 05, concordando com o valor depositado pela executada (id. 25775170, pág. 04), postulando pela expedição de alvará. Diante da satisfação da obrigação, JULGO EXTINTO o presente Cumprimento de Sentença, nos termos dos artigos 513 e 924, inciso II, do Novo Código de Processo Civil. Expeça-se alvará do valor depositado nos autos em favor da exequente como postulado no id. 25775170, pág. 05. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se com as anotações devidas. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Sinii Savana Bosse Saboia Ribeiro Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000533-40.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ITAU SEGUROS DE AUTO E RESIDENCIA S.A. (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE CARLOS VAN CLEEF DE ALMEIDA SANTOS OAB - SP273843-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAYARA BENDO LECHUGA OAB - MT20191-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO

Visto. Itaú Seguros de Auto e Residência S/A ajuizou Ação Regressiva de Ressarcimento de Danos em desfavor de Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A, ambos devidamente qualificados, alegando que firmou com Nilson Rachid, Marcos Koqui Koga, Augustinho Rosa Morales e Magno C. B. R da G. Figueiredo, contratos de seguro na modalidade compreensivo residencial (ramo nº 0114), representados pelas apólices nº 33.14.013993714, 33.14.012991099, 33.14.014106801 e 33.14.01489672, através dos quais se obrigou, mediante o recebimento do prêmio, a garantir os riscos aos quais os imóveis situados no Estado de Mato Grosso, estivessem expostos durante o período de vigência da apólice. Narra que em 18/06/2015, 24/05/2015, 17/07/2015 e 07/09/2015, as unidades consumidoras sofreram distúrbios elétricos, que ensejou danos aos bens eletroeletrônicos garantidos, havendo queima de componentes dos mesmos, tornando-os impróprios para o uso, fato que ensejou a necessidade de reparos e substituições, pelo que requer a condenação da parte ré ao pagamento de R$ 5.091,15 (cinco mil e noventa e um reais e quinze centavos), além de custas processuais e honorários advocatícios. A requerida, na contestação, afirma ser descabida a regra da responsabilidade objetiva, a necessidade de averiguação das causas excludentes de responsabilidade civil, a inexistência de nexo causal em razão da inocorrência de oscilação nos dias mencionados na inicial, inclusive não existindo qualquer reclamação a respeito, sendo descabido, portanto, o dever de indenização devido à ausência de comprovação dos danos materiais, pugnando pela improcedência dos pedidos, mas em eventual condenação, que lhe seja condicionado a entrega pela autora dos salvados, ou abatimento do preço dos mesmos (Id. 15204982). A impugnação à contestação consta no arquivo de Id. 18346264. As partes foram intimadas a especificarem as provas a produzir (Id 18750649), e ambas requereram o julgamento antecipado da lide (Ids. 20451663 e 20852137). É o relatório. Decido. Trata-se de processo de menor complexidade, pelo que passo a julgá-lo. Na hipótese dos autos, aplica-se o Código de Defesa do Consumidor, vez que a relação primária estabelecida entre o segurado e a concessionária é de consumo, sub-rogando-se a seguradora em todos os seus direitos e deveres, inclusive no que diz respeito aos privilégios das normas protetivas do consumidor (arts. 786 e 349 do CC). Nessa mesma linha de raciocínio a Súmula 188 do Supremo Tribunal Federal estabelece que o segurador tem ação regressiva contra o causador do dano, pelo que efetivamente pagou, até o limite previsto no contrato de seguro. Assim, é lícito à seguradora, na condição de sub-rogada nos direitos do segurado, litigar contra o causador do dano, para ser ressarcida da quantia despendida. De acordo com a norma do artigo 14 do Código de Defesa do Consumidor o fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços. Vejamos: Art. 14. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos. § 1º O serviço é defeituoso quando não fornece a segurança que o consumidor dele pode esperar, levando-se em consideração as circunstâncias relevantes, entre as quais: I - o modo de seu fornecimento; II - o resultado e os riscos que razoavelmente dele se esperam; III - a época em que foi fornecido. Além disso, nos termos do artigo 37, § 6º, da Constituição Federal, que adota a teoria do risco administrativo, a ré tem responsabilidade objetiva pela reparação dos danos, por se tratar de evento causado por pessoa jurídica atuante no serviço da concessão pública. Também é da concessionária a responsabilidade pela conservação dos cabos de linha de transmissão, incumbindo-lhe zelar pela integridade dos bens vinculados à prestação dos serviços (art. 31, I e VII da Lei das Concessões n. 8.987 de 13 de fevereiro de 1995). E ainda, deve ser trazido à tona o artigo 210 da Resolução n. 44 da ANEEL que estabelece: Art. 210. A distribuidora responde, independente da existência de culpa, pelos danos elétricos causados a equipamentos elétricos instalados em unidades consumidoras, nos termos do art. 203. Parágrafo único. A distribuidora só pode eximir-se do dever de ressarcir, quando: I – comprovar a inexistência de nexo causal, nos termos do art. 205; II – o consumidor providenciar, por sua conta e risco, a reparação do (s)

equipamento (s) sem aguardar o término do prazo para a verificação, salvo nos casos em que houver prévia autorização da distribuidora; III – comprovar que o dano foi ocasionado pelo uso incorreto do equipamento ou por defeitos gerados a partir da unidade consumidora; IV – o prazo ficar suspenso por mais de 60 (sessenta) dias consecutivos devido a pendências injustificadas do consumidor, nos termos do parágrafo único do art. 207; IV – o prazo ficar suspenso por mais de 90 (noventa) dias consecutivos devido a pendências injustificadas do consumidor, nos termos do § 1º do art. 207; (Redação dada pela REN ANEEL 499, de 03.07.2012) V – comprovar a ocorrência de qualquer procedimento irregular, nos termos do art. 129, que tenha causado o dano reclamado, ou a religação da unidade consumidora à revelia; ou VI – comprovar que o dano reclamado foi ocasionado por interrupções associadas à situação de emergência ou de calamidade pública decretada por órgão competente, desde que comprovadas por meio documental ao consumidor. VII – antes da resposta da distribuidora, o solicitante manifestar a desistência em receber o ressarcimento pelo dano reclamado. (Incluído pela REN ANEEL 499, de 03.07.2012). Extrai-se que em decorrência da sobrecarga elétrica ou oscilação de energia houve danificação/queima de: 1 placa principal, 1 placa da fonte e 1 placa T/Con de um aparelho de TV 50", conforme laudo técnico de Id. 4583332, de propriedade do segurado Nilson Rachid. No mesmo sentido, de acordo com o laudo técnico juntado no Id. 4583333, os equipamentos do segurado Marcos Koqui sofreram danos, sendo: 01 transitor regulador 7108, 02 varistor de proteção 10k, 01 transformador 127v 16 v. Da mesma forma ocorreu com a geladeira e lavadora da marca eletrolux, sendo danificados: placa eletrônica, resistência, rele de sensor, forçado de ar interno, rele e protetor térmico, placa de interface e pressostato eletrônico, conforme laudo técnico de Id. 4583334, sendo este de propriedade do segurado Augustinho Rosa. E ainda, conforme consta do laudo técnico de Id. 4583336, verifica-se que também sofreram danos a cerca elétrica e alarme da casa, de propriedade do segurado Magno Cesar. Assim, denota-se que os laudos técnicos e demais documentos carreados a inicial demonstram que os segurados tiveram prejuízos com a oscilação ou queda de energia elétrica, fornecida pela requerida. Competia à concessionária de energia elétrica adotar as medidas de segurança e proteção necessárias para evitar a descarga elétrica, por se tratar de evento previsível, cuja ocorrência não caracteriza força maior. Trata-se de risco da atividade desenvolvida pela concessionária, que não pode ser transferido ao consumidor. Não obstante a alegação da ré que inexiste comprovação das supostas oscilações mencionadas na inicial, cabia a ela a comprovação da exclusão de sua responsabilidade, nos termos do artigo 373, II, do Código de Processo Civil e do artigo 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor, ônus do qual não se desincumbiu. Desse modo, resta demonstrado o nexo de causalidade entre a prestação de serviços defeituosa e os danos causados nos equipamentos dos segurados, em decorrência da oscilação de energia elétrica, configurado está o dever de indenizar. A seguradora se sub-rogou nos direitos do segurado, vez que indenizou os prejuízos decorrentes de danos elétricos, fazendo jus, desde que configurada a responsabilidade do réu, ao ressarcimento das despesas suportadas. A propósito: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA – AÇÃO REGRESSIVA PROPOSTA POR SEGURADORA – ALEGAÇÃO DE OSCILAÇÃO NA REDE ELÉTRICA QUE CAUSOU DANOS EM EQUIPAMENTOS DE SEGURADOS – INDENIZAÇÃO DO PREJUÍZO PAGA PELA AUTORA – SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA REFORMADA POR MAIORIA DE VOTOS – VENCIDO EM PARTE O RELATOR QUE PROVIA O RECURSO EM MENOR EXTENSÃO. Comprovado que os danos nos bens dos segurados decorreu de oscilação de energia elétrica, independentemente de ter sido causada por raio, pertinente a pretensão da seguradora em obter da concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica a indenização devida (Proc. 10962801720178260100 SP 1096280-17.2017.8.26.0100. 31ª Câmara de Direito Privado. Pub. 13/04/2018.. Julg. 10 de abril de 2018. Rel. Paulo Ayrosa). APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. AÇÃO DE REGRESSO. DANOS ELÉTRICOS DECORRENTES DE DESCARGA ELÉTRICA. PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO AO SEGURADO. SUB-ROGAÇÃO DA SEGURADORA. DEFEITO NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. DEVER DE INDENIZAR CONFIGURADO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. MANUTENÇÃO. Trata-se de recurso de apelação interposto contra a sentença de procedência exarada nos autos da ação regressiva decorrente de sub-rogação em contrato de seguro empresarial. DEVER DE INDENIZAR - Na forma do art. 37, § 6º da Constituição Federal, a concessionária de serviço público responde de forma objetiva pelos danos que provocar. "In casu", a parte autora logrou demonstrar os danos e o nexo causal, através de laudos técnicos que atestaram que os aparelhos de transmissão "wireless" que guarneciam a sede da empresa foram danificados por descarga elétrica de origem atmosférica (...)APELAÇÃO DESPROVIDA. (Apelação Cível Nº 70050343888, Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Sylvio José Costa da Silva Tavares, Julgado em 01/10/2015). A parte autora demonstra que pagou ao segurado Nilson Rachid o valor de R$ 1.400,00 (Id. 4583338); a Marcos Koqui Koga o valor de R$ 955,00 + R$ 95,50 (Id. 4583339); a Augustinho Rosa Morales o valor de R$ 1.330,00 (Id. 4583341); e a Magno C. B. R da G. Figueiredo o valor de R$ 1.170,00 + R$ 117,00 (Id. 4583342), totalizando a quantia de R$ 5.067,50 (cinco mil e sessenta e sete reais e cinquenta centavos) e, considerando que não houve impugnação específica quanto ao comprovante de pagamento e ao valor pago aos segurados, este se tornou incontroverso. Convém registrar que descabe o pedido da ré acerca do salvado, já que tal regramento de entrega existe em decorrência de contrato firmado entre o segurado e a seguradora, o que não é o caso dos autos, ou seja, não há qualquer previsão para tanto. Posto isso, com fundamento no artigo 487, I, do Código de Processo Civil, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado na Ação Regressiva de Ressarcimento de Danos promovida por Itaú Seguros de Auto e Residência S/A em desfavor de Energisa Mato Grosso – Distribuidora de Energia S/A, condenando esta ao pagamento em favor da parte autora da quantia de R$ 5.067,50 (cinco mil e sessenta e sete reais e cinquenta centavos), que deverá ser corrigida pelo INPC, acrescidos de juros de 1% ao mês, ambos da data do efetivo desembolso. Considerando que a parte autora decaiu em parte mínima, condeno a requerida ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, este que arbitro em 20% (vinte por cento), sobre o valor da condenação, nos termos do artigo 85,§ 2º do Novo Código de Processo Civil. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as baixas e anotações de estilo. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1005837-83.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
AGILDO BAPTISTA DE LIMA FILHO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDGAR FERREIRA DE SOUZA OAB - MT17664/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ATIVOS S/A CIA SECURITIZADORA CREDITOS FINANCEIROS (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ESTEFANIA GONCALVES BARBOSA COLMANETTI OAB - DF0013158A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO

Vistos. Diante do cumprimento voluntário da sentença e da concordância com o valor depositado, expeça-se alvará em favor da parte autora para levantamento de toda a quantia depositada nos autos. No mais, JULGO EXTINTO o cumprimento de sentença, com fulcro no artigo 924, inciso II do Código de Processo Civil. Custas processuais pela requerida. Após, arquivem-se os autos com as anotações e baixas devidas. Cumpra-se. SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1006916-63.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ARILDO BARBOSA DOS SANTOS (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ARY NORBERTO DA SILVA OAB - MT11408-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO(A))
MARCIO HENRIQUE PEREIRA CARDOSO OAB - MT7659-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 10ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1006916-63.2019.8.11.0041. EXEQUENTE:

ARILDO BARBOSA DOS SANTOS EXECUTADO: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA Vistos. Diante do cumprimento voluntário da sentença e da concordância com o valor depositado, expeça-se alvará em favor da parte autora para levantamento de toda a quantia depositada nos autos. No mais, JULGO EXTINTO o cumprimento de sentença, com fulcro no artigo 924, inciso II do Código de Processo Civil. Custas processuais pela requerida. Após, arquivem-se os autos com as anotações e baixas devidas. Cumpra-se. SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1021535-32.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ALEX RUZZENE BALDINO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TATIANE CORBELINO LACCAL DA SILVA OAB - MT0009409A (ADVOGADO(A))
JOIR AUGUSTO LACCAL DA SILVA OAB - MT9457-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO(A))
MARCIO HENRIQUE PEREIRA CARDOSO OAB - MT7659-O (ADVOGADO(A))
LUCIMAR CRISTINA GIMENEZ CANO OAB - MT8506-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 10ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1021535-32.2018.8.11.0041. EXEQUENTE: ALEX RUZZENE BALDINO EXECUTADO: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS Vistos. Diante do cumprimento voluntário da sentença e da concordância com o valor depositado, expeça-se alvará em favor da parte autora para levantamento de toda a quantia depositada nos autos. No mais, JULGO EXTINTO o cumprimento de sentença, com fulcro no artigo 924, inciso II do Código de Processo Civil. Custas processuais pela requerida. Após, arquivem-se os autos com as anotações e baixas devidas. Cumpra-se. SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1001941-95.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
EDGAR FERREIRA DE SOUZA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MURILO FERREIRA BLANCO OAB - MT18713-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 10ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1001941-95.2019.8.11.0041. EXEQUENTE: EDGAR FERREIRA DE SOUZA EXECUTADO: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA Vistos. Diante do cumprimento voluntário da sentença e da concordância com o valor depositado, expeça-se alvará em favor da parte autora para levantamento de toda a quantia depositada nos autos. No mais, JULGO EXTINTO o cumprimento de sentença, com fulcro no artigo 924, inciso II do Código de Processo Civil. Custas processuais pela requerida. Após, arquivem-se os autos com as anotações e baixas devidas. Cumpra-se. SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1035489-82.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ANTONIA DO CARMO AMORIM ARRUDA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SAULO DALTRO MOREIRA SILVA OAB - MT10208-O (ADVOGADO(A))
Lemir Feguri OAB - MT10335-N (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 10ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1035489-82.2017.8.11.0041. EXEQUENTE: ANTONIA DO CARMO AMORIM ARRUDA EXECUTADO: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS Vistos. Diante do cumprimento voluntário da sentença e da concordância com o valor depositado, expeça-se alvará em favor da parte autora para levantamento de toda a quantia depositada nos autos. No mais, JULGO EXTINTO o cumprimento de sentença, com fulcro no artigo 924, inciso II do Código de Processo Civil. Custas processuais pela requerida. Após, arquivem-se os autos com as anotações e baixas devidas. Cumpra-se. SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1036830-12.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
SILVANIA ALVES ANTUNES (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SAULO DALTRO MOREIRA SILVA OAB - MT10208-O (ADVOGADO(A))
Lemir Feguri OAB - MT10335-N (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 10ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1036830-12.2018.8.11.0041. EXEQUENTE: SILVANIA ALVES ANTUNES EXECUTADO: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS Vistos. Diante do cumprimento voluntário da sentença e da concordância com o valor depositado, expeça-se alvará em favor da parte autora para levantamento de toda a quantia depositada nos autos. No mais, JULGO EXTINTO o cumprimento de sentença, com fulcro no artigo 924, inciso II do Código de Processo Civil. Custas processuais pela requerida. Após, arquivem-se os autos com as anotações e baixas devidas. Cumpra-se. SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1043304-96.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE GILSON SOARES (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
joeli mariane castelli OAB - MT0016746A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 10ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1043304-96.2018.8.11.0041. EXEQUENTE: JOSE GILSON SOARES EXECUTADO: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA Vistos. Diante do cumprimento voluntário da sentença e da concordância com o valor depositado, expeça-se alvará em favor da parte autora para levantamento de toda a quantia depositada nos autos. No mais, JULGO EXTINTO o cumprimento de sentença, com fulcro no artigo 924, inciso II do Código de Processo Civil. Custas processuais pela requerida. Após, arquivem-se os autos com as anotações e baixas devidas. Cumpra-se. SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1008712-89.2019.8.11.0041

Parte(s) Polo Ativo:
PAMELLA MIRANDA FRAGA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FLAVIO LUCAS DI PIETRO MAIDANA OAB - MT23541/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JACKSON FREIRE JARDIM DOS SANTOS OAB - MT26992-O (ADVOGADO(A))
LUIZ HENRIQUE VIEIRA OAB - MT26417-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 10ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1008712-89.2019.8.11.0041. EXEQUENTE: PAMELLA MIRANDA FRAGA EXECUTADO: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA Vistos. Diante do cumprimento voluntário da sentença e da concordância com o valor depositado, expeça-se alvará em favor da parte autora para levantamento de toda a quantia depositada nos autos. No mais, JULGO EXTINTO o cumprimento de sentença, com fulcro no artigo 924, inciso II do Código de Processo Civil. Custas processuais pela requerida. Após, arquivem-se os autos com as anotações e baixas devidas. Cumpra-se. SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1005457-26.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
THUANNY TAMYRES RIBEIRO DA CRUZ SILVA FONTES (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALBERTO PELISSARI CATANANTE OAB - MT17531-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCIO HENRIQUE PEREIRA CARDOSO OAB - MT7659-O (ADVOGADO(A))
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO(A))
LUCIMAR CRISTINA GIMENEZ CANO OAB - MT8506-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 10ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1005457-26.2019.8.11.0041. EXEQUENTE: THUANNY TAMYRES RIBEIRO DA CRUZ SILVA FONTES EXECUTADO: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA Vistos. Diante do cumprimento voluntário da sentença e da concordância com o valor depositado, expeça-se alvará em favor da parte autora para levantamento de toda a quantia depositada nos autos. No mais, JULGO EXTINTO o cumprimento de sentença, com fulcro no artigo 924, inciso II do Código de Processo Civil. Custas processuais pela requerida. Após, arquivem-se os autos com as anotações e baixas devidas. Cumpra-se. SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1005836-98.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JUCILANDE ALVES MOREIRA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROBERGES JUNIOR DE LIMA OAB - MT12918-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUCIMAR CRISTINA GIMENEZ CANO OAB - MT8506-A (ADVOGADO(A))
JACKSON FREIRE JARDIM DOS SANTOS OAB - MT26992-O (ADVOGADO(A))
LUIZ HENRIQUE VIEIRA OAB - MT26417-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 10ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1005836-98.2018.8.11.0041. EXEQUENTE: JUCILANDE ALVES MOREIRA EXECUTADO: BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS Vistos. Diante do cumprimento voluntário da sentença e da concordância com o valor depositado, expeça-se alvará em favor da parte autora para levantamento de toda a quantia depositada nos autos. No mais, JULGO EXTINTO o cumprimento de sentença, com fulcro no artigo 924, inciso II do Código de Processo Civil. Custas processuais pela requerida. Após, arquivem-se os autos com as anotações e baixas devidas. Cumpra-se. SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1007072-51.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JOANE CAROLINE DUARTE LIBANIO VANELLI (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 10ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1007072-51.2019.8.11.0041. EXEQUENTE: JOANE CAROLINE DUARTE LIBANIO VANELLI EXECUTADO: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA Vistos. Diante do cumprimento voluntário da sentença e da concordância com o valor depositado, expeça-se alvará em favor da parte autora para levantamento de toda a quantia depositada nos autos. No mais, JULGO EXTINTO o cumprimento de sentença, com fulcro no artigo 924, inciso II do Código de Processo Civil. Custas processuais pela requerida. Após, arquivem-se os autos com as anotações e baixas devidas. Cumpra-se. SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1003730-32.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ELITON ALVES DA SILVA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MACKSON DOUGLAS BOABAID DE SOUZA OAB - MT20201-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO(A))
LUCIMAR CRISTINA GIMENEZ CANO OAB - MT8506-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 10ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1003730-32.2019.8.11.0041. EXEQUENTE: ELITON ALVES DA SILVA EXECUTADO: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA Vistos. Diante do cumprimento voluntário da sentença e da concordância com o valor depositado, expeça-se alvará em favor da parte autora para levantamento de toda a quantia depositada nos autos. No mais, JULGO EXTINTO o cumprimento de sentença, com fulcro no artigo 924, inciso II do Código de Processo Civil. Custas processuais pela requerida. Após, arquivem-se os autos com as anotações e baixas devidas. Cumpra-se. SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1008010-46.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
AXEL FELIPE DOS SANTOS XAVIER (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):

SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 10ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1008010-46.2019.8.11.0041. EXEQUENTE: AXEL FELIPE DOS SANTOS XAVIER EXECUTADO: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA Vistos. Diante do cumprimento voluntário da sentença e da concordância com o valor depositado, expeça-se alvará em favor da parte autora para levantamento de toda a quantia depositada nos autos. No mais, JULGO EXTINTO o cumprimento de sentença, com fulcro no artigo 924, inciso II do Código de Processo Civil. Custas processuais pela requerida. Após, arquivem-se os autos com as anotações e baixas devidas. Cumpra-se. SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1003354-46.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ELAINE FATIMA DA SILVA MORAIS (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 10ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1003354-46.2019.8.11.0041. EXEQUENTE: ELAINE FATIMA DA SILVA MORAIS EXECUTADO: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA Vistos. Diante do cumprimento voluntário da sentença e da concordância com o valor depositado, expeça-se alvará em favor da parte autora para levantamento de toda a quantia depositada nos autos. No mais, JULGO EXTINTO o cumprimento de sentença, com fulcro no artigo 924, inciso II do Código de Processo Civil. Custas processuais pela requerida. Após, arquivem-se os autos com as anotações e baixas devidas. Cumpra-se. SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1013838-57.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LUIZ ALBERTO CASSIANO SILVA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 10ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1013838-57.2018.8.11.0041. EXEQUENTE: LUIZ ALBERTO CASSIANO SILVA EXECUTADO: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA Vistos. Diante do cumprimento voluntário da sentença e da concordância com o valor depositado, expeça-se alvará em favor da parte autora para levantamento de toda a quantia depositada nos autos. No mais, JULGO EXTINTO o cumprimento de sentença, com fulcro no artigo 924, inciso II do Código de Processo Civil. Custas processuais pela requerida. Após, arquivem-se os autos com as anotações e baixas devidas. Cumpra-se. SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1008233-96.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
KENNEDY OLIVEIRA DOS ANJOS (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALBERTO PELISSARI CATANANTE OAB - MT17531-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 10ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1008233-96.2019.8.11.0041. EXEQUENTE: KENNEDY OLIVEIRA DOS ANJOS EXECUTADO: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA Vistos. Diante do cumprimento voluntário da sentença e da concordância com o valor depositado, expeça-se alvará em favor da parte autora para levantamento de toda a quantia depositada nos autos. No mais, JULGO EXTINTO o cumprimento de sentença, com fulcro no artigo 924, inciso II do Código de Processo Civil. Custas processuais pela requerida. Após, arquivem-se os autos com as anotações e baixas devidas. Cumpra-se. SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1006874-14.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LUCIANA FRANCISCO DO OURO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JULIO CESAR DE CARVALHO JUNIOR OAB - MT10032-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 10ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1006874-14.2019.8.11.0041. REQUERENTE: LUCIANA FRANCISCO DO OURO REQUERIDO: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS Vistos. Diante do cumprimento voluntário da sentença e da concordância com o valor depositado, expeça-se alvará em favor da parte autora para levantamento de toda a quantia depositada nos autos. No mais, JULGO EXTINTO o cumprimento de sentença, com fulcro no artigo 924, inciso II do Código de Processo Civil. Custas processuais pela requerida. Após, arquivem-se os autos com as anotações e baixas devidas. Cumpra-se. SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1021453-35.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MARCIO FERREIRA DA COSTA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA LUIZA ALAMINO BELLINCANTA OAB - MT9333-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 10ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1021453-35.2017.8.11.0041. EXEQUENTE: MARCIO FERREIRA DA COSTA EXECUTADO: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA Vistos. Diante do cumprimento voluntário da sentença e da concordância com o valor depositado, expeça-se alvará em favor da parte autora para levantamento de toda a quantia depositada nos autos. No mais, JULGO EXTINTO o cumprimento de sentença, com fulcro no artigo 924, inciso II do Código de Processo Civil. Custas processuais pela requerida. Após, arquivem-se os autos com as anotações e baixas devidas. Cumpra-se. SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL

Processo Número: 1010955-06.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
PAULO PINTO DANTAS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MANUELA KRUEGER OAB - MT17902-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 10ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1010955-06.2019.8.11.0041. AUTOR(A): PAULO PINTO DANTAS RÉU: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA Vistos. Diante do cumprimento voluntário da sentença e da concordância com o valor depositado, expeça-se alvará em favor da parte autora para levantamento de toda a quantia depositada nos autos. No mais, JULGO EXTINTO o cumprimento de sentença, com fulcro no artigo 924, inciso II do Código de Processo Civil. Custas processuais pela requerida. Após, arquivem-se os autos com as anotações e baixas devidas. Cumpra-se. SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1009123-35.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BRENER DE CARVALHO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MANUELA KRUEGER OAB - MT17902-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 10ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1009123-35.2019.8.11.0041. AUTOR(A): BRENER DE CARVALHO RÉU: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA Vistos. Diante do cumprimento voluntário da sentença e da concordância com o valor depositado, expeça-se alvará em favor da parte autora para levantamento de toda a quantia depositada nos autos. No mais, JULGO EXTINTO o cumprimento de sentença, com fulcro no artigo 924, inciso II do Código de Processo Civil. Custas processuais pela requerida. Após, arquivem-se os autos com as anotações e baixas devidas. Cumpra-se. SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1025013-82.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
EZEQUIEL VIEIRA NUNES (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
VICTOR HUGO VIDOTTI OAB - MT11439-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 10ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1025013-82.2017.8.11.0041. EXEQUENTE: EZEQUIEL VIEIRA NUNES EXECUTADO: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA Vistos. Diante do cumprimento voluntário da sentença e da concordância com o valor depositado, expeça-se alvará em favor da parte autora para levantamento de toda a quantia depositada nos autos. No mais, JULGO EXTINTO o cumprimento de sentença, com fulcro no artigo 924, inciso II do Código de Processo Civil. Custas processuais pela requerida. Após, arquivem-se os autos com as anotações e baixas devidas. Cumpra-se. SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1011942-42.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
APARECIDO ROBERTO DOS SANTOS (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA LUIZA ALAMINO BELLINCANTA OAB - MT9333-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JACKSON FREIRE JARDIM DOS SANTOS OAB - MT26992-O (ADVOGADO(A))
LUIZ HENRIQUE VIEIRA OAB - MT26417-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 10ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1011942-42.2019.8.11.0041. EXEQUENTE: APARECIDO ROBERTO DOS SANTOS EXECUTADO: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA Vistos. Diante do cumprimento voluntário da sentença e da concordância com o valor depositado, expeça-se alvará em favor da parte autora para levantamento de toda a quantia depositada nos autos. No mais, JULGO EXTINTO o cumprimento de sentença, com fulcro no artigo 924, inciso II do Código de Processo Civil. Custas processuais pela requerida. Após, arquivem-se os autos com as anotações e baixas devidas. Cumpra-se. SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1029181-93.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE PEREIRA DA SILVA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CLEILSON MENEZES GUIMARAES OAB - MT7960-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 10ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1029181-93.2018.8.11.0041. EXEQUENTE: JOSE PEREIRA DA SILVA EXECUTADO: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA Vistos. Diante do cumprimento voluntário da sentença e da concordância com o valor depositado, expeça-se alvará em favor da parte autora para levantamento de toda a quantia depositada nos autos. No mais, JULGO EXTINTO o cumprimento de sentença, com fulcro no artigo 924, inciso II do Código de Processo Civil. Custas processuais pela requerida. Após, arquivem-se os autos com as anotações e baixas devidas. Cumpra-se. SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1006401-28.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CLEISSON BARROS FOGACA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA LUIZA ALAMINO BELLINCANTA OAB - MT9333-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 10ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1006401-28.2019.8.11.0041. EXEQUENTE: CLEISSON BARROS FOGACA EXECUTADO: PORTO SEGURO COMPANHIA

DE SEGURO E CIA Vistos. Diante do cumprimento voluntário da sentença e da concordância com o valor depositado, expeça-se alvará em favor da parte autora para levantamento de toda a quantia depositada nos autos. No mais, JULGO EXTINTO o cumprimento de sentença, com fulcro no artigo 924, inciso II do Código de Processo Civil. Custas processuais pela requerida. Após, arquivem-se os autos com as anotações e baixas devidas. Cumpra-se. SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1011946-79.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JORGE SANTANA DE ALMEIDA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA LUIZA ALAMINO BELLINCANTA OAB - MT9333-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JACKSON FREIRE JARDIM DOS SANTOS OAB - MT26992-O (ADVOGADO(A))
LUIZ HENRIQUE VIEIRA OAB - MT26417-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 10ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1011946-79.2019.8.11.0041. EXEQUENTE: JORGE SANTANA DE ALMEIDA EXECUTADO: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA Vistos. Diante do cumprimento voluntário da sentença e da concordância com o valor depositado, expeça-se alvará em favor da parte autora para levantamento de toda a quantia depositada nos autos. No mais, JULGO EXTINTO o cumprimento de sentença, com fulcro no artigo 924, inciso II do Código de Processo Civil. Custas processuais pela requerida. Após, arquivem-se os autos com as anotações e baixas devidas. Cumpra-se. SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1011866-86.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LUIS CARLOS APARECIDO DUARTE (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
VICTOR HUGO VIDOTTI OAB - MT11439-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 10ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1011866-86.2017.8.11.0041. EXEQUENTE: LUIS CARLOS APARECIDO DUARTE EXECUTADO: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA Vistos. Diante do cumprimento voluntário da sentença e da concordância com o valor depositado, expeça-se alvará em favor da parte autora para levantamento de toda a quantia depositada nos autos. No mais, JULGO EXTINTO o cumprimento de sentença, com fulcro no artigo 924, inciso II do Código de Processo Civil. Custas processuais pela requerida. Após, arquivem-se os autos com as anotações e baixas devidas. Cumpra-se. SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1020009-30.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
GILSON COSTA SILVA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA LUIZA ALAMINO BELLINCANTA OAB - MT9333-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JACKSON FREIRE JARDIM DOS SANTOS OAB - MT26992-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 10ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1020009-30.2018.8.11.0041. EXEQUENTE: GILSON COSTA SILVA EXECUTADO: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA Vistos. Diante do cumprimento voluntário da sentença e da concordância com o valor depositado, expeça-se alvará em favor da parte autora para levantamento de toda a quantia depositada nos autos. No mais, JULGO EXTINTO o cumprimento de sentença, com fulcro no artigo 924, inciso II do Código de Processo Civil. Custas processuais pela requerida. Após, arquivem-se os autos com as anotações e baixas devidas. Cumpra-se. SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1043797-73.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
GISELE SALES NUNES (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA LUIZA ALAMINO BELLINCANTA OAB - MT9333-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 10ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1043797-73.2018.8.11.0041. EXEQUENTE: GISELE SALES NUNES EXECUTADO: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA Vistos. Certifique-se quanto ao trânsito em julgado da sentença. Diante do cumprimento voluntário da sentença e da concordância com o valor depositado, expeça-se alvará em favor da parte autora para levantamento de toda a quantia depositada nos autos. No mais, JULGO EXTINTO o cumprimento de sentença, com fulcro no artigo 924, inciso II do Código de Processo Civil. Custas processuais pela requerida. Após, arquivem-se os autos com as anotações e baixas devidas. Cumpra-se. SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1044040-17.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ROMULO AFONSO MARHOLT (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA LUIZA ALAMINO BELLINCANTA OAB - MT9333-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 10ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1044040-17.2018.8.11.0041. EXEQUENTE: ROMULO AFONSO MARHOLT EXECUTADO: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA Vistos. Diante do cumprimento voluntário da sentença e da concordância com o valor depositado, expeça-se alvará em favor da parte autora para levantamento de toda a quantia depositada nos autos. No mais, JULGO EXTINTO o cumprimento de sentença, com fulcro no artigo 924, inciso II do Código de Processo Civil. Custas processuais pela requerida. Após, arquivem-se os autos com as anotações e baixas devidas. Cumpra-se. SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1011542-28.2019.8.11.0041

Parte(s) Polo Ativo:
WAGNER LEMES DE SOUZA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA LUIZA ALAMINO BELLINCANTA OAB - MT9333-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 10ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1011542-28.2019.8.11.0041. EXEQUENTE: WAGNER LEMES DE SOUZA EXECUTADO: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA Vistos. Diante do cumprimento voluntário da sentença e da concordância com o valor depositado, expeça-se alvará em favor da parte autora para levantamento de toda a quantia depositada nos autos. No mais, JULGO EXTINTO o cumprimento de sentença, com fulcro no artigo 924, inciso II do Código de Processo Civil. Custas processuais pela requerida. Após, arquivem-se os autos com as anotações e baixas devidas. Cumpra-se. SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1002853-92.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
INDIANA SILVA DE OLIVEIRA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DAYANNE KELLY DOMINGUES OAB - MT23048-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 10ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1002853-92.2019.8.11.0041. EXEQUENTE: INDIANA SILVA DE OLIVEIRA EXECUTADO: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS Vistos. Certifique-se quanto ao trânsito em julgado da sentença. Diante do cumprimento voluntário da sentença e da concordância com o valor depositado, expeça-se alvará em favor da parte autora para levantamento de toda a quantia depositada nos autos. No mais, JULGO EXTINTO o cumprimento de sentença, com fulcro no artigo 924, inciso II do Código de Processo Civil. Custas processuais pela requerida. Após, arquivem-se os autos com as anotações e baixas devidas. Cumpra-se. SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1006019-35.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
NAIARA GONSALVES GUIMARAES (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA LUIZA ALAMINO BELLINCANTA OAB - MT9333-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SEGURADORA LÍDER (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 10ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1006019-35.2019.8.11.0041. EXEQUENTE: NAIARA GONSALVES GUIMARAES EXECUTADO: SEGURADORA LÍDER Vistos. Diante do cumprimento voluntário da sentença e da concordância com o valor depositado, expeça-se alvará em favor da parte autora para levantamento de toda a quantia depositada nos autos. No mais, JULGO EXTINTO o cumprimento de sentença, com fulcro no artigo 924, inciso II do Código de Processo Civil. Custas processuais pela requerida. Após, arquivem-se os autos com as anotações e baixas devidas. Cumpra-se. SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1005984-75.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JANUARIO CYPRIANO DE BRITO FILHO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
IZAIR DE ARRUDA BOTELHO OAB - MT19242/O (ADVOGADO(A))
EVALDO MAGNO LEITE TEIXEIRA OAB - MT22378/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SEGURADORA LÍDER (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 10ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1005984-75.2019.8.11.0041. EXEQUENTE: JANUARIO CYPRIANO DE BRITO FILHO EXECUTADO: SEGURADORA LÍDER Vistos. Diante do cumprimento voluntário da sentença e da concordância com o valor depositado, expeça-se alvará em favor da parte autora para levantamento de toda a quantia depositada nos autos. No mais, JULGO EXTINTO o cumprimento de sentença, com fulcro no artigo 924, inciso II do Código de Processo Civil. Custas processuais pela requerida. Após, arquivem-se os autos com as anotações e baixas devidas. Cumpra-se. SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO Juíza de Direito

Distribuição de Processos Digitalizados

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 0002929-85.2009.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
FABIANO SAULO ROCHA JUNIOR (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
ALEXANDRE MATTOSO LIBORIO (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
CELSO JOSE HOFFMANN (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO MACHADO CORTEZ OAB - SP155165-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARCO AURELIO CARVALHO CORTES (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
CITIGROUP GLOBAL MARKETS BRASIL, CORRETORA DE CAMIO TITULOS E VALORES MOBILIARIOS (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
TDS SYSTEM LTDA - EPP (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Advogado(s) Polo Passivo:
HELEN CRISTINA MOREIRA AGUIAR COSTA LEITE OAB - MT8592-O (ADVOGADO(A))
Rafael Costa Leite OAB - MT6647-O (ADVOGADO(A))
ROSANA DE SEABRA OAB - SP98996-O (ADVOGADO(A))

Certifico que o Processo nº 0002929-85.2009.8.11.0041 – Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador 10ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 0007005-50.2012.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MEGA AGROINDUSTRIAL LTDA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RICARDO FERREIRA DE ANDRADE OAB - MT9764-A (ADVOGADO(A))
EVERTON BENEDITO DOS ANJOS OAB - MT12464-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GRAO DOURADO TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0007005-50.2012.8.11.0041 – Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador 10ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 0023221-13.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CHARLES CLEYTON ALVES DOS SANTOS JUNIOR (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
SUELI EDICO PINHEIRO COTRIM (EXECUTADO)
EZIO FRANCISCO CALABRIA (EXECUTADO)
PAULO CESAR DE FIGUEIREDO (EXECUTADO)
JOCKEY CLUB DE MATO GROSSO (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0023221-13.2017.8.11.0041 – Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador 10ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 0016022-66.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
HELGA DE PAULA SANTOS KABBAD (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
miguel angelo kabbad (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Parte(s) Polo Passivo:
BRADESCO VIDA E PREVIDÊNCIA S.A (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)

Certifico que o Processo nº 0016022-66.2019.8.11.0041 – Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador 10ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 0019486-45.2012.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
RUY DE SOUZA GONCALVES (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Advogado(s) Polo Ativo:
RUY DE SOUZA GONCALVES OAB - MT12133-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PAULO SERGIO CARREIRA DE SOUZA (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOCELANE GONCALVES OAB - MT9390-O (ADVOGADO(A))
CLAUDIO STABILE RIBEIRO OAB - MT3213-O (ADVOGADO(A))

Certifico que o Processo nº 0019486-45.2012.8.11.0041 – Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador 10ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ.

11ª Vara Civel

Intimação

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1012168-81.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BRUNA FIGUEIREDO DOS SANTOS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
GIULLEVERSON SILVA QUINTEIRO DE ALMEIDA OAB - MT12358-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CENTRO MEDICO E BENEFICIENCIA LIRIO DOS VALES LTDA - EPP (RÉU)
joão bosco nogueira barbosa (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOSEMAR HONORIO BARRETO JUNIOR OAB - MT8578-O (ADVOGADO(A))

PJE 1012168-81 Nos termos da legislação vigente e Provimento 56/2007, impulsiono estes autos, com a finalidade de proceder à intimação da Parte Requerida para se manifestar sobre a apresentação da proposta dos honorários periciais, bem como, se aceita a proposta, realizar o depósito do valor correspondente aos honorários periciais, conforme determinação judicial. Cuiabá, 13/12/2019 MAISA IZABEL SADDI ORNELLAS DE ALMEIDA ANALISTA JUDICIÁRIA

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1058311-94.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CAIO CESAR SILVA BORTOLOSO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PATRICIA DA SILVA PEREIRA OAB - MT25769/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SOCIEDADE BENEFICIENTE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1058311-94.2018.811.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança ajuizada por Caio César Silva Bortoloso em desfavor de Sociedade Beneficente Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá. Designo audiência de conciliação para o dia 07/04/2020, às 08:00 horas, a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Intime-se e cite-se a parte requerida com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, para comparecer a audiência, sob pena de imposição da sanção prevista no § 8º, do art. 334, do Código de Processo Civil, em caso de ausência injustificada. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis e será contado a partir da realização da audiência ou da data do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação apresentado pelo réu. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente impugnação à contestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). Decorrido o prazo, certifique-se e voltem-me os autos conclusos. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1044458-18.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
SERGIO PINHEIRO MAXIMO DE SOUZA OAB - RJ135753 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (RÉU)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1044458-18.2019.811.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação Regressiva de Ressarcimento de Danos ajuizada por Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais em desfavor de ENERGISA Mato Grosso – Distribuidora de Energia S/A. Designo audiência de conciliação para o dia 16/03/2020, às 12:30 horas, a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Intime-se e cite-se a parte requerida com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, para comparecer a audiência, sob pena de imposição da sanção prevista no § 8º, do art. 334, do Código de Processo Civil, em caso de ausência injustificada. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis e será contado a partir da realização da audiência ou da data do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação apresentado pelo réu. A

ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente impugnação à contestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). Importante ressaltar que, considerando que a parte autora manifestou que não possui o interesse pela audiência de conciliação, a mesma tão somente não será realizada caso o requerido apresente petição, com antecedência de 10 (dez) dias, contados da data de audiência, informando o seu desinteresse. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, certifique-se e voltem-me conclusos. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1031654-18.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JUAREZ MARQUES DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLA FERNANDA FLAUSINO DA SILVA OAB - MT24386/O (ADVOGADO(A))
BRUNO IAGO VILLAS BOAS BORBA OAB - MT24382/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Alexandre Azevedo Antunes (RÉU)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1031654-18.2019.811.0041 Vistos, etc. Defiro o pedido e determino a expedição de mandado de citação do requerido, a ser cumprido no endereço indicado no id 25507420, mediante as advertências legais. Designo a audiência de conciliação para o dia 17/03/2020, às 12:00 horas, a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Intimem-se as partes para que compareçam devidamente acompanhadas de seus advogados, mediante as observâncias e advertências legais. No mais, cumpra-se conforme determinado na decisão de id 22241971. Aguarde-se a realização da audiência. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1038006-89.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
TARAK THAKKER MAHENDRAKEMAR (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Francisco Antunes do Carmo OAB - MT4070-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MAXMYLLER GOMES RODRIGUES (REQUERIDO)
MACLEI A. DE BRITO - ME (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1038006-89.2019.811.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Repetição de Indébito c/c Reparação por Danos Morais ajuizada por KSG NEW JERSEY, LLC representada por Tarak Thakker Mahendrakemar em desfavor de Maxmyller Rodrigues e Maclei A. de Brito. Designo audiência de conciliação para o dia 16/03/2020, às 10:30 horas, a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Intime-se e cite-se a parte requerida com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, para comparecer a audiência, sob pena de imposição da sanção prevista no § 8º, do art. 334, do Código de Processo Civil, em caso de ausência injustificada. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis e será contado a partir da realização da audiência ou da data do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação apresentado pelo réu. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente impugnação à contestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). Indefiro o pedido de inversão do ônus da prova, uma vez que não restou comprovado o estado de hipossuficiência perante a parte requerida. Decorrido o prazo, certifique-se e voltem-me os autos conclusos. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1041711-95.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
SERGIO PINHEIRO MAXIMO DE SOUZA OAB - RJ135753 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (RÉU)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1041711-95.2019.811.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação Regressiva de Ressarcimento de Danos ajuizada por Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros em desfavor de ENERGISA Mato Grosso – Distribuidora de Energia S/A. Designo audiência de conciliação para o dia 16/03/2020, às 10:00 horas, a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Intime-se e cite-se a parte requerida com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, para comparecer a audiência, sob pena de imposição da sanção prevista no § 8º, do art. 334, do Código de Processo Civil, em caso de ausência injustificada. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis e será contado a partir da realização da audiência ou da data do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação apresentado pelo réu. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente impugnação à contestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). Indefiro o pedido de inversão do ônus da prova, uma vez que não restou comprovado o estado de hipossuficiência perante a parte requerida. Decorrido o prazo, certifique-se e voltem-me os autos conclusos. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1040611-08.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BOLIVAR FREIRE PUFAL (ESPÓLIO)
Advogado(s) Polo Ativo:
WILBER NORIO OHARA OAB - MT8261-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MOACY DUARTE BARROS FILHO (RÉU)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1040611-08.2019.811.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança ajuizada por Espólio de Bolivar Freire Pufal representado por Bolivar Pufal Junior em desfavor de Moacy Duarte Barros Filho. Designo audiência de conciliação para o dia 11/02/2019, às 09:00 horas, a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Intime-se e cite-se a parte requerida com antecedência mínima de

20 (vinte) dias, para comparecer a audiência, sob pena de imposição da sanção prevista no § 8º, do art. 334, do Código de Processo Civil, em caso de ausência injustificada. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis e será contado a partir da realização da audiência ou da data do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação apresentado pelo réu. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente impugnação à contestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). Decorrido o prazo, certifique-se e voltem-me os autos conclusos. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1041342-04.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CAMILA RODRIGUES PINTO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOAO ALVES DE RESENDE JUNIOR OAB - MT16275 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CONDOMINIO VERO (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1041342-04.2019.811.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Reparação de Danos ajuizada por Camila Rodrigues Pinto em desfavor de Condomínio Vero. Defiro os benefícios da justiça gratuita. Designo audiência de conciliação para o dia 11/02/2019, às 12:00 horas, a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Intime-se e cite-se a parte requerida com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, para comparecer a audiência, sob pena de imposição da sanção prevista no § 8º, do art. 334, do Código de Processo Civil, em caso de ausência injustificada. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis e será contado a partir da realização da audiência ou da data do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação apresentado pelo réu. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente impugnação à contestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). Decorrido o prazo, certifique-se e voltem-me os autos conclusos. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1014909-60.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
EIGON LEONARDO DE SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TATIANE CARLA GOMES DE CASTRO OAB - MT10826-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCARD S.A (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1014909-60.2019.811.0041 Vistos, etc. Acolho a emenda e defiro os benefícios da justiça gratuita. Considerando que a certidão de id 24211260, designo a audiência de conciliação para o dia 10/02/2020, às 10:00 horas, a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Intimem-se as partes para que compareçam devidamente acompanhadas de seus advogados, mediante as observâncias e advertências legais. No mais, mantenho integralmente a decisão de id 20961312. Aguarde-se a realização da audiência. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1001349-51.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CELIO DIAS DUARTE JUNIOR (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
EMERSON CARLOS FREITAS FERREIRA (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1001349-51.2019.811.0041 Vistos, etc. Defiro o pedido e determino sejam procedidas buscas no sistema INFOSEG, SIEL e INFOJUD a fim de perquirir o endereço da parte requerida Emerson Carlos Freitas Ferreira (CPF nº 809.445.231-53). Designo audiência de conciliação para o dia 10/02/2020, às 08:00 horas, a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Intime-se e cite-se a parte requerida com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, para comparecer a audiência, sob pena de imposição da sanção prevista no § 8º, do art. 334, do Código de Processo Civil, em caso de ausência injustificada. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis e será contado a partir da realização da audiência ou da data do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação apresentado pelo réu. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente impugnação à contestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). Não sendo localizado o endereço ou restando infrutífera a diligência, intime-se a parte autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito. Decorrido o prazo, certifique-se e voltem-me os autos conclusos. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1011773-55.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
INSTITUICAO ADVENT CENTRAL BRAS DE EDUC E ASS SOCIAL (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
SYLVIO SANTOS ARAUJO OAB - MT8651-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JOSE SANTANA DE OLIVEIRA (RÉU)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1011773-55.2019.811.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança ajuizada por Instituição Adventista Central Brasileira de Educação e Assistência Social em desfavor de José Santana de Oliveira. Defiro os benefícios da justiça gratuita. Determino sejam procedidas buscas no sistema INFOSEG, SIEL e INFOJUD a fim de perquirir o endereço da parte requerida José Santana de Oliveira (CPF nº 860.675.751-91). Designo audiência de conciliação para o dia 10/02/2019, às 12:00 horas, a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Intime-se e cite-se a parte requerida com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, para comparecer a audiência, sob pena de imposição da sanção prevista no § 8º, do art. 334, do Código de Processo Civil, em caso de ausência injustificada. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis e será contado a partir da realização da audiência ou da data do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação apresentado pelo réu. A ausência de contestação implicará revelia e

presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente impugnação à contestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). Decorrido o prazo, certifique-se e voltem-me os autos conclusos. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1028780-60.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA AUXILIADORA DAS NEVES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ALBERTO PELISSARI CATANANTE OAB - MT17531-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Certifico que a contestação apresentada pela Requerida, encontra-se tempestiva. Desta forma, impulsiono o feito para proceder a intimação da parte Requerente, para, querendo, impugnar os termos da referida defesa, no prazo de 15 (quinze) dias. Era o que me competia.

Expediente

Intimação das Partes
JUIZ(A): Olinda de Quadros Altomare Castrillon
Cod. Proc.: 1167725 Nr: 39127-77.2016.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: JUNIOR MARQUES SHMDT
PARTE(S) REQUERIDA(S): PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ALBERTO PELISSARI CATANANTE - OAB:17.531 OAB/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: FERNANDO CESAR ZANDONADI - OAB:5.736-O/MT
Posto isso, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido da Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT movida por Junior Marques Shmdt em face de Porto Seguro Cia de Seguros Gerais para condenar a requerida:a) ao pagamento do valor de R$ 13.162,50 (treze mil, cento e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), limite máximo legal, conforme tabela de percentuais, para o caso de invalidez permanente em membro inferior esquerdo, membro superior esquerdo e em estrutura abdominal, corrigido monetariamente data do sinistro (13/08/2016) até a data do efetivo pagamento (Súmula 43/STJ), devendo ser utilizado o índice do INPC e acrescido de juros de mora de 1% (um por cento) a partir da citação;b) ao pagamento do valor de R$ 1.421,22 (um mil, quatrocentos e vinte e um reais e vinte e dois centavos) por restituição com despesas médicas e suplementares (DAMS), corrigido monetariamente desde o efetivo desembolso, até a data do efetivo pagamento, devendo ser utilizado o índice do INPC e acrescido de juros de mora de 1% (um por cento), a partir da citação.c) ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), nos termos do artigo 85 § 8º do Código de Processo Civil.Transitado em julgado, intime o vencedor a manifestar seu interesse na execução da sentença, apresentando a planilha de cálculo.Havendo pagamento voluntário da sentença e concordância da parte vencedora, expeça-se o competente alvará.Nada requerido arquivem-se os autos observadas as formalidades legais.Deixo de atender a ordem cronológica de processos conclusos, considerando que o rol do art. 12, § 2º do CPC/2015 é exemplificativo e a necessidade de cumprimento da Meta estabelecida pelo CNJ.P. R. I. C.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Olinda de Quadros Altomare Castrillon
Cod. Proc.: 1162610 Nr: 36995-47.2016.811.0041
AÇÃO: Procedimento Sumário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: GILMAR DOS SANTOS ALMEIDA
PARTE(S) REQUERIDA(S): PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JOIR AUGUSTO LACCAL DA SILVA - OAB:9.457/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA - OAB:8.194-A/MT
Vistos, etc.
Considerando o contido às fls. 133, designo audiência de conciliação para o dia 30/01/2020, às 12:45 horas, a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital.
Intimem-se as partes para que compareçam devidamente acompanhadas de seus advogados, mediante as observâncias e advertências legais.
Aguarde-se a realização da audiência.
Expeça-se o necessário.
Cumpra-se.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Olinda de Quadros Altomare Castrillon
Cod. Proc.: 1041727 Nr: 42416-52.2015.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: DENILSON DA CONCEIÇÃO CARDOSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: PRISCILA MESQUITA BUZZETTI - OAB:OAB/MT 9.342
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: RENATO CHAGAS CORRÊA DA SILVA - OAB:8.184-A/MT
Posto isso, JULGO IMPROCEDENTE nos termos do artigo 487, inciso I do CPC, o pedido da Ação de Cobrança da Diferença do Seguro Obrigatório - DPVAT proposta por Denilson da Conceição Cardoso em face de Porto Seguro Cia de Seguros.Condeno a parte autora ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, que fixo em 10% (dez por cento) do valor da causa, cuja execução ficará suspensa, se dentro de cinco anos, a contar desta decisão o autor não puder satisfazer tal pagamento, a obrigação ficará prescrita, nos termos do art. 12 da Lei 1.060/50. Outrossim, no que pertine aos honorários do Sr. Perito, constata-se que este praticou atos no que diz respeito à análise dos autos, comunicando o não comparecimento da parte na data e local designado. Logo, independentemente de não ter realizada a perícia, o profissional deve ser remunerado na proporção das atividades praticadas.Portanto, determino que os honorários do perito correspondam à proporção de 30% (trinta por cento) cuja despesa será paga pelo autor, no caso beneficiário da Justiça Gratuita, razão pela qual o pagamento será feito pelo Estado de Mato Grosso.Ainda, determino que se expeça o competente alvará da quantia depositada – fls. 133 referente aos honorários periciais em favor da requerida, considerando que, esta efetuou o depósito para o pagamento da perícia que não se realizou, devido a desistência da ação. Transitada em julgado, arquivem-se os autos, observados as formalidades legais.Deixo de atender a ordem cronológica de processos conclusos, considerando que o rol do art. 12, § 2º do CPC/2015 é exemplificativo e a necessidade de cumprimento da Meta estabelecida pelo CNJ.P. R. I. C.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Olinda de Quadros Altomare Castrillon
Cod. Proc.: 1072380 Nr: 56363-76.2015.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: DAVID DOS SANTOS
PARTE(S) REQUERIDA(S): PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: EVALDO CORSI JUNIOR - OAB:17.676/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JACKSON FREIRE JARDIM SANTOS - OAB:123907/MG, LUCIMAR CRISTINA GIMENEZ - OAB:8.506-A, LUIZ HENRIQUE VIEIRA - OAB:26.417 A
Assim, nos termos do art. 485, inciso III, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO O FEITO, sem resolução do mérito, condenando a parte autora ao pagamento das eventuais custas, despesas processuais e

honorários advocatícios, ficando a execução suspensa face a gratuidade deferida nos presentes autos.Outrossim, no que pertine aos honorários do Sr. Perito, constata-se que este praticou atos no que diz respeito à análise dos autos, comunicando o não comparecimento da parte na data e local designado. Logo, independentemente de não ter realizada a perícia, o profissional deve ser remunerado na proporção das atividades praticadas.Portanto, determino que os honorários do perito correspondam à proporção de 30% (trinta por cento) cuja despesa será paga pelo autor, no caso beneficiário da Justiça Gratuita, razão pela qual o pagamento será feito pelo Estado de Mato Grosso.Ainda, determino que se expeça o competente alvará da quantia depositada – fls. 129, referente aos honorários periciais em favor da requerida, considerando que, esta efetuou o depósito para o pagamento da perícia que não se realizou, devido ao abandono da ação.Transitada em julgado, arquivem-se os autos, observados as formalidades legais.P. R. I. C.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Olinda de Quadros Altomare Castrillon
Cod. Proc.: 1109008 Nr: 14250-73.2016.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: RAFAEL VILELA SOUTO
PARTE(S) REQUERIDA(S): PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: RODRIGO BRANDÃO CORREA - OAB: 16.113-O/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: FERNANDO CESAR ZANDONADI - OAB:5736/O
Posto isso, JULGO IMPROCEDENTE nos termos do artigo 487, inciso I do CPC, o pedido da Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório - DPVAT proposta por Rafael Vilela Souto em face de Porto Seguro Cia de Seguros Gerais.Condeno a parte autora ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, que fixo em 10% (dez por cento) do valor da causa, cuja execução ficará suspensa, se dentro de cinco anos, a contar desta decisão o autor não puder satisfazer tal pagamento, a obrigação ficará prescrita, nos termos do art. 12 da Lei 1.060/50. Outrossim, no que pertine aos honorários do Sr. Perito, constata-se que este praticou atos no que diz respeito à análise dos autos, comunicando o não comparecimento da parte na data e local designado. Logo, independentemente de não ter realizada a perícia, o profissional deve ser remunerado na proporção das atividades praticadas.Portanto, determino que os honorários do perito correspondam à proporção de 30% (trinta por cento) cuja despesa será paga pelo autor, no caso beneficiário da Justiça Gratuita, razão pela qual o pagamento será feito pelo Estado de Mato Grosso.Ainda, determino que se expeça o competente alvará da quantia depositada – fls. 105 referente aos honorários periciais em favor da requerida, considerando que, esta efetuou o depósito para o pagamento da perícia que não se realizou, devido a desistência da ação. Transitada em julgado, arquivem-se os autos, observados as formalidades legais.P. R. I. C.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Olinda de Quadros Altomare Castrillon
Cod. Proc.: 992788 Nr: 19784-32.2015.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: KDS, EDSON CRISTALDO SILVEIRA
PARTE(S) REQUERIDA(S): SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DE SEGURO S/A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JOIR AUGUSTO LACCAL DA SILVA - OAB:9.457/MT, TATIANE CORBELINO CACCAL DA SILVA - OAB:MT/9.409
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: RENATO CHAGAS CORRÊA DA SILVA - OAB:8.184-A/MT
Posto isso, JULGO PROCEDENTE o pedido da Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório - DPVAT movida por Kleyton Dunker Silveira em face de Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S.A para condenar a requerida:a) ao pagamento do valor de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), referente ao óbito da mãe do autor nos termos da Lei 6.194/74, corrigido monetariamente data do sinistro (30/04/2010), até a data do efetivo pagamento (Súmula 43/STJ), devendo ser utilizado o índice do INPC e acrescido de juros de mora de 1% (um por cento) a partir da citação;b) ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), nos termos do artigo 85 § 8º do Código de Processo Civil.Transitado em julgado, intime o vencedor a manifestar seu interesse na execução da sentença, apresentando a planilha de cálculo. Havendo pagamento voluntário da sentença e concordância da parte vencedora, expeça-se o competente alvará.Nada requerido arquivem-se os autos observados às formalidades legais.Deixo de atender a ordem cronológica de processos conclusos, considerando que o rol do art. 12, § 2º do CPC/2015 é exemplificativo e a necessidade de cumprimento da Meta estabelecida pelo CNJ.P. R. I. C.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Olinda de Quadros Altomare Castrillon
Cod. Proc.: 1000265 Nr: 23590-75.2015.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: AILTON DA SILVA
PARTE(S) REQUERIDA(S): PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: EVALDO CORSI JUNIOR - OAB:17.676/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: RENATO CHAGAS CORRÊA DA SILVA - OAB:8.184-A/MT
Posto isso, JULGO IMPROCEDENTE nos termos do artigo 487, inciso I do CPC, o pedido da Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório - DPVAT proposta por Ailton da Silva em face de Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais.Condeno a parte autora ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, que fixo em 10% (dez por cento) do valor da causa, cuja execução ficará suspensa, se dentro de cinco anos, a contar desta decisão o autor não puder satisfazer tal pagamento, a obrigação ficará prescrita, nos termos do art. 12 da Lei 1.060/50. Outrossim, no que pertine aos honorários do Sr. Perito, constata-se que este praticou atos no que diz respeito à análise dos autos, comunicando o não comparecimento da parte na data e local designado. Logo, independentemente de não ter realizada a perícia, o profissional deve ser remunerado na proporção das atividades praticadas.Portanto, determino que os honorários do perito correspondam à proporção de 30% (trinta por cento) cuja despesa será paga pelo autor, no caso beneficiário da Justiça Gratuita, razão pela qual o pagamento será feito pelo Estado de Mato Grosso.Ainda, determino que se expeça o competente alvará da quantia depositada – fls. 235 referente aos honorários periciais em favor da requerida, considerando que, esta efetuou o depósito para o pagamento da perícia que não se realizou, devido a desistência da ação. Transitada em julgado, arquivem-se os autos, observados as formalidades legais.Deixo de atender a ordem cronológica de processos conclusos, considerando que o rol do art. 12, § 2º do CPC/2015 é exemplificativo e a necessidade de cumprimento da Meta estabelecida pelo CNJ.P. R. I. C.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Olinda de Quadros Altomare Castrillon
Cod. Proc.: 1003368 Nr: 24877-73.2015.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: OSVALDO RODRIGUES MORENO FILHO
PARTE(S) REQUERIDA(S): PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: RODOLFO LUIZ DE ALVARENGA - OAB:9.079/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: RENATO CHAGAS CORRÊA DA SILVA - OAB:8.184-A/MT
Posto isso, JULGO IMPROCEDENTE nos termos do artigo 487, inciso I do CPC, o pedido da Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório - DPVAT proposta por Osvaldo Rodrigues Moreno Filho em face de Porto Seguro Cia de Seguros Gerais.Condeno a parte autora ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, que fixo em 10% (dez por cento) do valor da causa, cuja execução ficará suspensa, se dentro de cinco anos, a contar desta decisão o autor não puder satisfazer tal pagamento, a obrigação ficará prescrita, nos termos do art. 12 da Lei 1.060/50. Outrossim, no que pertine aos honorários do Sr. Perito, constata-se que este praticou atos no que diz respeito à análise dos autos, comunicando o não comparecimento da parte na data e local designado. Logo, independentemente de não ter realizada a perícia, o profissional deve ser remunerado na proporção das atividades praticadas.Portanto, determino que os honorários do perito correspondam à proporção de 30% (trinta por cento) cuja despesa será paga pelo autor, no caso beneficiário da Justiça

Gratuita, razão pela qual o pagamento será feito pelo Estado de Mato Grosso.Ainda, determino que se expeça o competente alvará da quantia depositada – fls. 94 referente aos honorários periciais em favor da requerida, considerando que, esta efetuou o depósito para o pagamento da perícia que não se realizou, devido a desistência da ação. Transitada em julgado, arquivem-se os autos, observados as formalidades legais.P. R. I. C.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Olinda de Quadros Altomare Castrillon
Cod. Proc.: 966817 Nr: 7765-91.2015.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: KAIS GOMES PARREIRA
PARTE(S) REQUERIDA(S): TOKIO MARINE BRASIL SEGURADORA S/A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ROBERVELTE BRAGA FRANCISCO - OAB:8834
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JACKSON FREIRE JARDIM SANTOS - OAB:123907/MG, LUIZ HENRIQUE VIEIRA - OAB:OAB/MT 26417A
Vistos, etc.
Considerando a juntada do laudo pericial às fls. 91/98 e tendo em vista o comprovante de depósito às fls. 79, expeça-se o competente alvará da quantia depositada em favor do Perito.
Após o cumprimento, voltem-me os autos conclusos.
Expeça-se o necessário.
Cumpra-se.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Olinda de Quadros Altomare Castrillon
Cod. Proc.: 972018 Nr: 10229-88.2015.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: JOSE ROBERTO SANTOS DE SOUZA JUNIOR
PARTE(S) REQUERIDA(S): AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: SAULO VICTOR ARRAIS MALHEIROS NEVES - OAB:15367
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: AMANDA DA COSTA MARQUES - OAB:16.381 OAB/MT, MARCO ANDRÉ HONDA FLORES - OAB:9.708-A
Vistos, etc.
José Roberto Santos de Souza Junior opôs Embargos de Declaração da decisão de fls. 124/126, alegando a existência de erro material.
Vieram os autos conclusos.
É o relatório.
Fundamento.
DECIDO.
Os embargos de declaração são cabíveis quando houver na decisão judicial, obscuridade ou contradição, quando for necessário suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento; ou para corrigir erro material, nos termos do art. 1022 do CPC.
No caso dos autos, ACOLHO os embargos a fim de que, onde se lê:
d) condenar o réu, com a totalidade do pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, que fixo em 1520 sobre o valor da condenação, nos termos do art. 85, § 2º do CPC.
Leia-se:
d) condenar o réu, com a totalidade do pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, que fixo em 15% sobre o valor da condenação, nos termos do art. 85, § 2º do CPC.
Nos demais termos, mantenho a sentença de fls. 124/126.
Expeça-se o necessário.
P. R. I. C.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Olinda de Quadros Altomare Castrillon
Cod. Proc.: 984885 Nr: 16276-78.2015.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: JULIANA PACHECO GUIMARAES
PARTE(S) REQUERIDA(S): SISTEMA FACIL DE INCORPORADORA IMOBILIARIA V- SPE LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO CÍVEL - OAB:NUCLEO CÍVEL 1
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JOSÉ WALTER FERREIRA JUNIOR - OAB:18.002-A OAB/MT
Vistos, etc. (...) Ademais, é importante ressaltar que os Embargos não são substitutos do recurso de Apelação ou de Agravo de Instrumento, onde as matérias de eventual irresignação dos embargantes deverão ser levadas para nova apreciação, sendo os embargos somente cabíveis nos casos expressos do Código de Processo Civil.Isto posto, ante a inexistência de erro material, obscuridade, contradição ou omissão a ser sanada REJEITO os embargos, e mantenho integralmente a sentença de fls. 168/170. P. R. I. C.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Olinda de Quadros Altomare Castrillon
Cod. Proc.: 961372 Nr: 5410-11.2015.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: CELMA ASSUNÇÃO DE LARA
PARTE(S) REQUERIDA(S): SISTEMA FÁCIL, INCORPORADORA IMOBILIÁRIA - CUIABA III SPE LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: GUSTAVO ARAUJO DA COSTA - OAB:15134/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: José Walter Ferreira Junior - OAB:18.002-A
Vistos, etc. (...) Ademais, é importante ressaltar que os Embargos não são substitutos do recurso de Apelação ou de Agravo de Instrumento, onde a matéria de eventual irresignação da embargante deverá ser levada para nova apreciação, sendo os embargos somente cabíveis nos casos expressos do Código de Processo Civil.Isto posto, ante a inexistência de erro material, obscuridade, contradição ou omissão a ser sanada REJEITO os embargos, e mantenho integralmente a sentença de fls. 379/381.P. R. I. C.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Olinda de Quadros Altomare Castrillon
Cod. Proc.: 1001754 Nr: 24155-39.2015.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: JOSÉ CAPITELLI SOBRINHO
PARTE(S) REQUERIDA(S): HYUNDAI CAOA DO BRASIL LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: VINICIUS EDUARDO LIMA PIRES DE MIRANDA - OAB:MT/ 16708
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DIEGO SABATELLO COZZE - OAB:252.802-B/SP, MARCELO DE OLIVEIRA ELIAS - OAB:188.868-B/SP, TATYANA BOTELHO ANDRÉ - OAB:170.219/OAB
Analisando detidamente os autos, verifica-se a existência de um depósito judicial em favor do autor, no valor de R$ 126.619,84 (cento e vinte e seis mil seiscentos e dezenove reais e oitenta e quatro centavos), sendo condicionado o levantamento dos valores à comprovação do recebimento do veículo pela requerida.Conforme certidão às fls. 253, a requerida protocolou petição via sistema PEA, todavia, em razão de não efetuar o recolhimento da guia de materialização, a mesma não foi disponibilizada no sistema.O autor acostou aos autos os documentos às fls. 248/252, onde consta uma petição da requerida informando o recebimento do veículo e concordando com o levantamento dos valores, bem como a guia de materialização e o comprovante de pagamento.Desse modo, em que pese à ausência de pagamento pela parte requerida da guia para a materialização de sua petição e o agendamento de pagamento pela parte autora para o dia 17/12/2019, verifica-se a possibilidade de levantamento dos valores.Defiro o pedido e determino a expedição de alvará para liberação dos valores vinculados à conta judicial, devendo o valor de R$ 126.619,84 (cento e vinte e seis mil seiscentos e dezenove reais e oitenta e quatro centavos) ser levantado por Miranda Sociedade Individual de Advocacia (CNPJ nº 25.382.632/0001-98, Banco Santander, agência 4408, conta corrente 13001613-1).Intimem-se as partes para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestarem-se a respeito do interesse na homologação do acordo às fls. 229/230 e, sendo positivo, protocolarem a via original do termo de acordo, sob pena de desconsideração e arquivamento dos autos.Decorrido o prazo, certifique-se e voltem-me os autos

conclusos.Expeça-se o necessário.Cumpra-se.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Olinda de Quadros Altomare Castrillon
Cod. Proc.: 982521 Nr: 15251-30.2015.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: JONAS CORRÊA DA COSTA, IDALBA REINERS GRIGGI CORRÊA DA COSTA, GUILHERME MARCÍLIO REINERS DE MATTOS
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSTITUIÇÃO ADVENTISTA CENTRAL BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ASSISTENCIA SOCIAL
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Rodrigo Coningham de Miranda - OAB:18.515/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ANTONIO FERREIRA DESTRO - OAB:6390-MT, CLEO ADRIANA SANDER DA SILVA - OAB:9036/MT, GUILHERME SAAB LANZA - OAB:20.105/A, GUILHERME SAAB LANZA - OAB:358073 -SP
Vistos, etc.
Considerando os efeitos modificativos atribuídos aos Embargos de Declaração opostos, manifeste-se a parte embargada no prazo de 05 (cinco) dias.
Decorrido o prazo, certifique-se e voltem-me conclusos para decisão.
Expeça-se o necessário.
Cumpra-se.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Olinda de Quadros Altomare Castrillon
Cod. Proc.: 972866 Nr: 10615-21.2015.811.0041
AÇÃO: Consignação em Pagamento->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: IRENE CASTILHO DO NASCIMENTO
PARTE(S) REQUERIDA(S): BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: FABIANIE MARTINS MATTOS - OAB:8.920-B/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA - OAB:19081-A, SERVIO TULIO DE BARCELOS - OAB:14258-A/MT
Vistos, etc.
Irene Castilho do Nacimento opôs Embargos de Declaração da decisão de fls. 221/223, alegando a existência de erro material.
Vieram os autos conclusos.
É o relatório.
Fundamento.
DECIDO.
Os embargos de declaração são cabíveis quando houver na decisão judicial, obscuridade ou contradição, quando for necessário suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento; ou para corrigir erro material, nos termos do art. 1022 do CPC.
No caso dos autos, ACOLHO os embargos a fim de que, onde se lê:
Posto isso, JULGO PROCEDENTE a presente Ação de Consignação em Pagamento c/c Prestação de Conta ajuizada por Irene Castilho do Nascimento em face de Banco do Brasil e DECLARO extinta a obrigação, condenando a autora ao pagamento das custas e honorários advocatícios que fixo em 10% sobre o valor dado a ação.
Leia-se:
Posto isso, JULGO PROCEDENTE a presente Ação de Consignação em Pagamento c/c Prestação de Conta ajuizada por Irene Castilho do Nascimento em face de Banco do Brasil e DECLARO extinta a obrigação, condenando o requerido ao pagamento das custas e honorários advocatícios que fixo em 10% sobre o valor dado a ação.
Nos demais termos, mantenho a sentença de fls. 221/223.
Expeça-se o necessário.
P. R. I. C.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Olinda de Quadros Altomare Castrillon
Cod. Proc.: 975183 Nr: 11687-43.2015.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ALDO ANTÔNIO VIEIRA DA SILVA, INARA APARECIDA FERRER SILVA
PARTE(S) REQUERIDA(S): MB ENGENHARIA SPE 039 S.A, BROOKFIELD CENTRO OESTE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S.A.
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: FABIO HELENE LESSA - OAB:16633/MT, JOÃO VICTOR GOMES DE SIQUEIRA - OAB:12246
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DANIEL BATTIPAGLIA - OAB:, FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES - OAB:OAB/MT 16846-A, GUSTAVO PINHEIRO GUIMARÃES PADILHA - OAB:OAB/SP 178268 A, RODRIGO POUSO MIRANDA - OAB:12333/MT
Vistos, etc.
Trata-se de Ação de Indenização por Danos Morais c/c Obrigação de Fazer com Pedido de Antecipação de Tutela ajuizada por Aldo Antônio Vieira da Silva e Inara Aparecida Ferrer Silva em desfavor de MB Engenharia SPE 039 S.A e Brookfiel Centro-Oeste Empreendimentos Imobiliários S.A.
As partes formularam acordo conforme fls. 344/345, requerendo a sua homologação e a consequente extinção do processo.
Os autos vieram conclusos.
É o relatório.
Fundamento.
DECIDO.
INICIALMENTE, considerando a manifestação do advogado Paulo Inácio Dias Lessa às fls. 340/341, revogo a decisão de f. 339, uma vez que não há mais necessidade de levar os fatos ao conhecimento da OAB-MT.
HOMOLOGO, para que produza seus efeitos jurídicos e legais, o acordo celebrado entre as partes conforme fls. 344/345, via do qual compuseram para colocar fim ao litígio.
JULGO EXTINTO o presente processo COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos dos artigos 487, III, b do Código de Processo Civil.
Deixo de condenar as partes em custas, despesas processuais e honorários advocatícios uma vez que o acordo homologado já dispôs sobre o tema.
Uma vez que as partes renunciaram o prazo recursal, arquivem-se os autos com as baixas e comunicações de estilo.
P. R. I. C.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Olinda de Quadros Altomare Castrillon
Cod. Proc.: 977242 Nr: 12715-46.2015.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: JORGE AUGUSTO SOUZA NASCIMENTO, FATIMA DE ALMEIDA E SILVA
PARTE(S) REQUERIDA(S): GOLDEN NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ARIANE FERREIRA MARTINS CAMARGO - OAB:12586/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Dr.ª Telma Regina R. Donatoni - OAB:OAB/MT 18.966
Vistos, etc. (...))Ademais, é importante ressaltar que os Embargos não são substitutos do recurso de Apelação ou de Agravo de Instrumento, onde a matéria de eventual irresignação do embargante deverá ser levada para nova apreciação, sendo os embargos somente cabíveis nos casos expressos do Código de Processo Civil.Isto posto, ante a inexistência de erro material, obscuridade, contradição ou omissão a ser sanada REJEITO os embargos, e mantenho integralmente a sentença de fls. 125/128. P. R. I. C.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Olinda de Quadros Altomare Castrillon
Cod. Proc.: 978720 Nr: 13416-07.2015.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: JAQUELINE DA SILVA LEAL, GILBERTO DA SILVA
PARTE(S) REQUERIDA(S): BC2 CONSTRUTORA LTDA - ME, AD CORRETORA SEGUROS S/C LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: LEILA MARIA DE ALMEIDA - OAB:9.235/MT, LINEIDE VIEIRA DE ALMEIDA - OAB:15.488/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Dr.ª Renata Galvanin Dominguez - OAB/SP 151.269 - OAB:, JULIANO NICOLAU DE CASTRO - OAB:292.121/SP, MARCO ANTONIO BEVILAQUA - OAB:OAB/SP 139.133

Vistos, etc.
Considerando os efeitos modificativos atribuídos aos Embargos de Declaração opostos, manifeste-se a parte embargada no prazo de 05 (cinco) dias.
Decorrido o prazo, certifique-se e voltem-me conclusos para decisão.
Expeça-se o necessário.
Cumpra-se.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Olinda de Quadros Altomare Castrillon
Cod. Proc.: 982987 Nr: 15379-50.2015.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: SUELEM AUGUSTA FREIRE DE CAMPOS
PARTE(S) REQUERIDA(S): PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: RODRIGO BRANDÃO CORREA - OAB: 16.113-O/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JACKSON FREIRE JARDIM SANTOS - OAB:OAB/MG 123.907, LUIZ HENRIQUE VIEIRA - OAB:OAB/MT 26.417-A
Posto isso, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido da Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT proposta por Suelem Augusta Freire de Campos em face de Porto Seguro Cia de Seguros Gerais, para condenar a requerida:a) ao pagamento do valor de R$ 4.725,00 (quatro mil, setecentos e vinte e cinco reais), conforme tabela de percentuais, para o caso de invalidez permanente parcial em membro inferior esquerdo, corrigido monetariamente data do sinistro (12/10/2014) até a data do efetivo pagamento (Súmula 43/STJ), devendo ser utilizado o índice do INPC e acrescido de juros de mora de 1% (um por cento) a partir da citação; b) ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), nos termos do artigo 85 § 8º do Código de Processo Civil.Transitado em julgado, intime o vencedor a manifestar seu interesse na execução da sentença, apresentando a planilha de cálculo.Havendo pagamento voluntário da sentença e concordância da parte vencedora, expeça-se o competente alvará.Ainda proceda a Sra. Gestora que atualize o cadastramento dos procuradores outorgados.Nada requerido arquivem-se os autos observadas as formalidades legais.Deixo de atender a ordem cronológica de processos conclusos, considerando que o rol do art. 12, § 2º do CPC/2015 é exemplificativo e a necessidade de cumprimento da Meta estabelecida pelo CNJ.P. R. I. C.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Olinda de Quadros Altomare Castrillon
Cod. Proc.: 983145 Nr: 15435-83.2015.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MERCATTO COMUNICAÇÃO INTEGRADA LTDA
PARTE(S) REQUERIDA(S): EMBRATEL - EMP. BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S/A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: FERNANDO AIRES MESQUITA CARVALHO TEIXEIRA - OAB:18527/O, MAURÍCIO AUDE - OAB:4.667-O/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: AOTORY DA SILVA SOUZA - OAB:14994-A
Vistos, etc.
Considerando os efeitos modificativos atribuídos aos Embargos de Declaração opostos, manifeste-se a parte embargada no prazo de 05 (cinco) dias.
Decorrido o prazo, certifique-se e voltem-me conclusos para decisão.
Expeça-se o necessário.
Cumpra-se.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Olinda de Quadros Altomare Castrillon
Cod. Proc.: 986344 Nr: 16835-35.2015.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: VERA ROTILDE DA SILVA ALVES
PARTE(S) REQUERIDA(S): SISTEMA FÁCIL INCORPORADORA IMOBILIÁRIA CUIABÁ III SPE LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ANA PAULA CANONGIA - OAB:16.196-MT, DIOGO DA SILVA ALVES - OAB:11167/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JOSÉ WALTER FERREIRA JUNIOR - OAB:18.002-A OAB/MT
Vistos, etc.
Considerando os efeitos modificativos atribuídos aos Embargos de Declaração opostos, manifeste-se a parte embargada no prazo de 05 (cinco) dias.
Decorrido o prazo, certifique-se e voltem-me conclusos para decisão.
Expeça-se o necessário.
Cumpra-se.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Olinda de Quadros Altomare Castrillon
Cod. Proc.: 81470 Nr: 56-06.1995.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: COMPANHIA DE SEGUROS AMÉRICA DO SUL YASUDA
PARTE(S) REQUERIDA(S): BASILIO DE ARRUDA NUNES
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ALEXANDRE MERIGHI - OAB:8180/MT, FABIANA HERNANDES MERIGHI - OAB:9139, LUDOVICO ANTONIO MERIGHI - OAB:6401
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: EDGAR ESPÍRITO SANTO OLIVEIRA - OAB:2781/MT
Vistos, etc.
Defiro o pedido e determino a expedição de alvará para liberação dos valores vinculados à conta judicial, devendo o valor de R$ 505,56 (quinhentos e cinco reais e cinquenta e seis centavos) e dos demais valores que vierem a ser depositado nos autos em razão do pagamento do bem arrematado em leilão, ser levantado por Ludovico Antônio Advogados Associados (CNPJ nº 03.525.646/0001-80, Banco Bradesco, agência 2793, conta corrente 020120-0).
Tendo em vista que o arrematante irá efetuar o pagamento do lance do leilão em 15 (quinze) parcelas, intime-se a parte autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se quanto ao interesse no prosseguimento do feito e, caso exista valores remanescentes, acostar aos autos o demonstrativo atualizado do débito, requerendo o que entender de direito.
Decorrido o prazo, certifique-se e voltem-me os autos conclusos.
Expeça-se o necessário.
Cumpra-se.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Olinda de Quadros Altomare Castrillon
Cod. Proc.: 1007569 Nr: 26594-23.2015.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: HANDERSON SILVA PASSOS
PARTE(S) REQUERIDA(S): BRADESCO SEGUROS S/A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MARIA LUIZA CARDOSO ALAMINO - OAB:OAB/MT 9.333
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: FERNANDO CEZAR ZANDONADI - OAB:5736 O MT
Posto isso, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido da Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT proposta por Handerson Silva Passos em face de Porto Seguro Cia de Seguros Gerais, para condenar a requerida:a) ao pagamento do valor de R$ 3.375,00 (três mil, trezentos e setenta e cinco reais), conforme tabela de percentuais, para o caso de invalidez permanente parcial em pé dreito, corrigido monetariamente data do sinistro (02/05/2015) até a data do efetivo pagamento (Súmula 43/STJ), devendo ser utilizado o índice do INPC e acrescido de juros de mora de 1% (um por cento) a partir da citação; b) ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), nos termos do artigo 85 § 8º do Código de Processo Civil.Transitado em julgado, intime o vencedor a manifestar seu interesse na execução da sentença, apresentando a planilha de cálculo.Havendo pagamento voluntário da sentença e concordância da parte vencedora, expeça-se o competente alvará.Nada requerido arquivem-se os autos observadas as formalidades legais.Deixo de atender a ordem cronológica de processos conclusos, considerando que o rol do art. 12, § 2º do CPC/2015 é exemplificativo e a necessidade de cumprimento da Meta estabelecida pelo CNJ.P. R. I. C.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Olinda de Quadros Altomare Castrillon
Cod. Proc.: 1015233 Nr: 29788-31.2015.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: JOATAN UBIRAJARA DE SOUZA COSTA
PARTE(S) REQUERIDA(S): BRADESCO SEGUROS S/A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: SIMONE CAFURE BEZERRA - OAB:6.083
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: FERNANDO CESAR ZANDONADI - OAB:5.736/O/MT, MARCIO HENRIQUE PEREIRA CARDOSO - OAB:7.659/MT
Assim, nos termos do art. 485, inciso III, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO O FEITO, sem resolução do mérito, condenando a parte autora ao pagamento das eventuais custas, despesas processuais e honorários advocatícios, ficando a execução suspensa face a gratuidade deferida nos presentes autos.Outrossim, no que pertine aos honorários do Sr. Perito, constata-se que este praticou atos no que diz respeito à análise dos autos, comunicando o não comparecimento da parte na data e local designado. Logo, independentemente de não ter realizada a perícia, o profissional deve ser remunerado na proporção das atividades praticadas.Portanto, determino que os honorários do perito correspondam à proporção de 30% (trinta por cento) cuja despesa será paga pelo autor, no caso beneficiário da Justiça Gratuita, razão pela qual o pagamento será feito pelo Estado de Mato Grosso.Ainda, determino que se expeça o competente alvará da quantia depositada – fls. 88/89 referente aos honorários periciais em favor da requerida, considerando que, esta efetuou o depósito para o pagamento da perícia que não se realizou, devido ao abandono da ação. Transitada em julgado, arquivem-se os autos, observados as formalidades legais.P. R. I. C.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Olinda de Quadros Altomare Castrillon
Cod. Proc.: 998821 Nr: 22961-04.2015.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: VERA HOTILDE DA SILVA ALVES
PARTE(S) REQUERIDA(S): SISTEMA FÁCIL INCORPORADORA IMOBILIÁRIA CUIABÁ - SPE LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DIOGO DA SILVA ALVES - OAB:11162 OAB/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Dr. José Walter Ferreira Júnior - OAB/SP 152.165 - OAB:
Vistos, etc.
Considerando os efeitos modificativos atribuídos aos Embargos de Declaração opostos, manifeste-se a parte embargada no prazo de 05 (cinco) dias.
Decorrido o prazo, certifique-se e voltem-me conclusos para decisão.
Expeça-se o necessário.
Cumpra-se.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Olinda de Quadros Altomare Castrillon
Cod. Proc.: 1110108 Nr: 14710-60.2016.811.0041
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO CONDOR
PARTE(S) REQUERIDA(S): RONEIDE MARTA SILVA INNOCENTI, ALEXANDRE LEONARDO PODLASINSKI DA SILVA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DANIELLE CRISTINA BARBATO DA SILVA - OAB:9.504/MT, MAURO CÉSAR GONÇALVES BENITES - OAB:12035
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: WALDIR CECHET JUNIOR - OAB:4111-MT
Vistos, etc.
Tendo em vista as petições de fls. 163/176 e 180, intime-se a parte autora para se manifestar a respeito da intervenção de terceiro, no prazo de 15 (quinze) dias.
Considerando os efeitos modificativos atribuídos aos Embargos de Declaração opostos, manifeste-se a parte embargada no prazo de 15 (quinze) dias.
Decorrido o prazo, certifique-se e voltem-me conclusos para decisão.
Expeça-se o necessário.
Cumpra-se.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Olinda de Quadros Altomare Castrillon
Cod. Proc.: 1044731 Nr: 43787-51.2015.811.0041
AÇÃO: Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: RV EMPRESA DE COBRANÇAS LTDA - ME, LUIZA RIOS RICCI VOLPATO
PARTE(S) REQUERIDA(S): ELVIRA MARIA PALMA DE ARRUDA COSTA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MELISSA FRANÇA PRAEIRO VASCONCELOS DE MORAIS - OAB:13.582/MT, RAUANA CRISTINA DOS SANTOS LIMA - OAB:OAB/MT 25.761, WAGNER V. DE MORAES - OAB:15.244
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JOSÉ ANTÔNIO ROSA - OAB:5.493/MT, LUCIANO ROSA DA SILVA - OAB:7860/MT, WALDIR FRANCISCO DE OLIVEIRA - OAB:4862-A - MT
Vistos, etc.
Considerando os efeitos modificativos atribuídos aos Embargos de Declaração opostos, manifeste-se a parte embargada no prazo de 05 (cinco) dias.
Decorrido o prazo, certifique-se e voltem-me conclusos para decisão.
Expeça-se o necessário.
Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Olinda de Quadros Altomare Castrillon
Cod. Proc.: 981031 Nr: 14623-41.2015.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: EDNEY BISPO ARRUDA GARCIA
PARTE(S) REQUERIDA(S): CONTATO ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA ME, LUIZ ROBERTO HENRIQUE MARQUES
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: RAFAEL ARRUDA VILELA GARCIA - OAB:15357/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Posto isto, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na Ação Ordinária de Cobrança ajuizada por Edney Bispo Arruda Garcia em face Contato Engenharia e Construções Ltda – ME e Luiz Roberto Henrique Marques.Condeno a parte requerida ao pagamento dos alugueis e encargos vencidos no valor de R$ 24.850,30 (vinte e quatro mil e oitocentos e cinquenta reais e trinta centavos), acrescido de juros legais, a contar da citação.Condeno, ainda, a parte requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 20% sobre o valor da condenação. Transitado em julgado, não havendo o cumprimento voluntário da obrigação, intime-se a parte autora para manifestar interesse na execução da sentença.Deixo de atender a ordem cronológica de processos conclusos, considerando que o rol do art. 12, § 2º do CPC/2015 é exemplificativo e a necessidade de cumprimento da Meta estabelecida pelo CNJ.P. R. I. C.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Olinda de Quadros Altomare Castrillon
Cod. Proc.: 985518 Nr: 16549-57.2015.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: SCHMIDEL & ASSOCIADOS-ADVOCACIA
PARTE(S) REQUERIDA(S): JOCILENE QUIXABEIRA DOS SANTOS RIBEIRO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Alan Vagner Schmidel - OAB:7504, KLEBER JORGE JUNIOR - OAB:MT 20778
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: RENATA GISELE WAHL DE ALCANTARA - OAB:11240
Vistos, etc.
Recebo o cumprimento de sentença às fls. 143/146 e determino a retificação da capa dos autos.
Intime-se o executado, na forma do art. 513, § 2º do Código de Processo Civil para que, no prazo de 15 (quinze) dias, pague o valor indicado, acrescido de custas, se houver.
Não ocorrendo pagamento voluntário no prazo do acima determinado, o débito será acrescido de multa de 10% (dez por cento) e, também, de

honorários advocatícios de 10% (dez por cento).
Fica a parte executada advertida de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntário, ini¬cia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação.
Não efetuado o pagamento no prazo legal, certifique-se e voltem-me os autos conclusos.
Expeça-se o necessário.
Cumpra-se.

Intimação das Partes
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 963891 Nr: 6458-05.2015.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ALTAIR HORTENSE DE BARROS
PARTE(S) REQUERIDA(S): SDB COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: EDINEY DOMINGUES BARROS - OAB:14.282/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: MANOEL AUGUSTO DE FIGUEIREDO COELHO - OAB:4.937/MT
Certifico que, tentei contato com o Dr. RAFAELLA ALT DE OLIVEIRA - OAB: 15973/MT por telefone e em todas as tentativas não obtive resposta. Desta forma, INTIMO o advogado a DEVOLVER os autos em cartório até o final do expediente, uma vez que fez carga em 30/10/2019, nos termos do art. 107 e art. 234, do NCPC.
CELIA MENDES S. CARNEIRO - Estagiária

Intimação das Partes
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 1080300 Nr: 1638-06.2016.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: TAVARES DOS SANTOS E CIA LTDA -ME
PARTE(S) REQUERIDA(S): EXPRESSO NS TRANSPORTES URBANOS - LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: KARLOS LOCK - OAB:16828/MT, MARCO AURELIO MESTRE MEDEIROS - OAB:15401
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JACKSON MARIO DE SOUZA - OAB:4635/MT
Certifico que, tentei contato com o Dr.ROSELY AMARAL DE SOUZA - OAB: 11864/MT por telefone e em todas as tentativas não obtive resposta. Desta forma, INTIMO o advogado a DEVOLVER os autos em cartório até o final do expediente, uma vez que fez carga rápida em 03/12/2019, nos termos do art. 107 e art. 234, do NCPC.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Olinda de Quadros Altomare Castrillon
Cod. Proc.: 1038338 Nr: 40738-02.2015.811.0041
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: CITAVEL DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA
PARTE(S) REQUERIDA(S): FLAVIO TARASOFF SILVA, TARASOFF LIDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: SOFIA ALEXANDRA DE MOURA COELHO DE VILLAS BOAS DE MASCARENHAS - OAB:7.102-B/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: RODRIGO PALOMARES MAIOLINO DE MENDONÇA - OAB:MT/ 14.961, UBIRAJARA GALVÃO DE OLIVEIRA - OAB:2528/MT
Vistos, etc.
Defiro parcialmente o pedido e determino a realização de penhora on line no valor de R$ 19.634,44 (dezenove mil seiscentos e trinta e quatro reais e quarenta e quatro centavos) das contas bancárias da parte executada Flávio Tarasoff Silva (CPF nº 859.1191.601-87) e Tarasoff Lida (CPF nº 400.775.868-91) para que se efetive o bloqueio de contas por meio do sistema BACEN-JUD, até a satisfação integral do crédito exequendo, tornando o valor indisponível.
Indefiro o pedido de bloqueio das contas das pessoas jurídicas, uma vez que não foram esgotados os meios de localização de bens dos executados.
Com a resposta positiva do bloqueio, intime-se a parte executada para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se a respeito, podendo comprovar que as quantias tornadas indisponíveis são impenhoráveis ou que ainda subsiste indisponibilidade excessiva dos ativos financeiros.
Independente do resultado do bloqueio intime-se o advogado da parte exequente para dar andamento ao feito, requerendo o que de direto, no prazo de 05 (cinco) dias.
Decorrido o prazo, certifique-se e voltem-me os autos conclusos.
Expeça-se o necessário.
Cumpra-se.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Olinda de Quadros Altomare Castrillon
Cod. Proc.: 1017214 Nr: 30668-23.2015.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: TOKIO MARINE SEGURADORA S/A
PARTE(S) REQUERIDA(S): MARQUEZ TRANSPORTES ROD. E COM. DE CEREAIS EIRELI, FRANCISCO BIBIANO PEREIRA ME
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JOSE CARLOS VAN CLEEF DE ALMEIDA SANTOS - OAB:OAB/SP 273843
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: CARLOS FREDERICK DA S. I. DE ALMEIDA - OAB:7355-A / MT, FABIO MOREIRA PEREIRA - OAB:9405//MT, GERMANO PAZ SANTOS - OAB:5597/PI, KALYNCA SILVA INEZ DE ALMEIDA - OAB:15598/O
Vistos, etc. (...) No caso dos autos, ACOLHO os embargos opostos pela 1ª embargante a fim de que, onde se lê: Posto isso, com fulcro no art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTE a presente Ação Regressiva de Ressarcimento de Danos ajuizada por Tókio Marine Seguradora S.A em face de Marquez Transportes Rod. E Com. De Cereais Eireli e Francisco Bibiano Pereira ME e condeno as requeridas ao pagamento de R$ 40.500,00 (quarenta mil e quinhentos reais), a ser corrigido monetariamente pelo INPC a partir do ajuizamento da ação, acrescido de juros de 1% ao mês a partir do desembolso. Leia-se: Posto isso, com fulcro no art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTE a presente Ação Regressiva de Ressarcimento de Danos ajuizada por Tókio Marine Seguradora S.A em face de Marquez Transportes Rod. E Com. De Cereais Eireli e Francisco Bibiano Pereira ME e condeno as requeridas ao pagamento de R$ 40.500,00 (quarenta mil e quinhentos reais), a ser corrigido monetariamente pelo INPC a partir do desembolso e acrescido de juros de 1% ao mês a partir do desembolso. Já com relação aos embargos de declaração opostos pelo 2º embargante, verifica-se que não lhe assiste razão. A saber: (...) Ademais, é importante ressaltar que os Embargos não são substitutos do recurso de Apelação ou de Agravo de Instrumento, onde a matéria de eventual irresignação do 2º embargante deverá ser levada para nova apreciação, sendo os embargos somente cabíveis nos casos expressos do Código de Processo Civil. Isto posto, ante a inexistência de erro material, obscuridade, contradição ou omissão a ser sanada REJEITO os embargos de fls. 245/247. P. R. I. C.

Intimação das Partes
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 1028351 Nr: 35981-62.2015.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: EDNA DE LIMA SELIM, JERRY MIRANDA DE LIMA
PARTE(S) REQUERIDA(S): CONDOMÍNIO SOLAR DAS TORRES, PAULO ROBERTO PERFEITO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JOSE MIGUEL DE ARRUDA PELISSARI - OAB:15112/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JULIANA DE SOUSA ANDRADE - OAB:16.875/MT
Certifico que, tentei contato com o Dr. JULIANA DE SOUSA ANDRADE - OAB: 16875/MT por telefone e em todas as tentativas não obtive resposta. Desta forma, INTIMO o advogado a DEVOLVER os autos em cartório até o final do expediente, uma vez que fez carga rápida em 12/11 /2019, nos termos do art. 107 e art. 234, do NCPC.
CELIA MENDES S. CARNEIRO - Estagiária

Intimação das Partes
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 1060139 Nr: 51143-97.2015.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO

TRABALHO
PARTE AUTORA: IEDCS, DAIANA DA CONCEIÇÃO SIGARINE
PARTE(S) REQUERIDA(S): EXPRESSO NS TRANSPORTES URBANOS LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ADRIANA CONCEIÇÃO DA SILVA FERNANDES - OAB:8302-MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JACKSON MARIO DE SOUZA - OAB:4635/MT
Certifico que, tentei contato com o Dr. Rosely Amaral de Sousa - OAB: 11864 /MT por telefone e em todas as tentativas não obtive resposta. Desta forma, INTIMO o advogado a DEVOLVER os autos em cartório até o final do expediente, uma vez que fez carga rápida em 03 /12 /2019, nos termos do art. 107 e art. 234, do NCPC.
CELIA MENDES S. CARNEIRO - Estagiária

Intimação das Partes
JUIZ(A): Olinda de Quadros Altomare Castrillon
Cod. Proc.: 1001181 Nr: 23937-11.2015.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: WAGNER SATEL DE ARAUJO
PARTE(S) REQUERIDA(S): CENTRAIS ELETRICAS MATOGROSSENSSE S/A - GRUPO CEMAT, FRANCISCO CARLOS FERRES
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: LAURA FRANCO LIRA LIMA - OAB:19508, MELQUISEDEC JOSE ROLDAO - OAB:92219
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ALESSANDRO TARCÍSIO ALMEIDA DA SILVA - OAB:4677/MT, DENNER B. MASCARENHAS BARBOSA - OAB:13.245-A/MT, MAURÍCIO AUDE - OAB:4.667-O/MT, MIKAEL AGUIRRE CAVALCANTI - OAB:9.247/MT, PEDRO SYLVIO SANO LITVAY - OAB:7.042/MT
Vistos, etc.
Francisco Carlos Ferres opôs Embargos de Declaração da sentença de fls. 227/229, que alega omissa quanto à condenação de honorários advocatícios.
Intimada, a parte Embargada refutou os argumentos do Embargante, aduzindo não existir omissão na sentença guerreada.
Vieram os autos conclusos.
É o relatório.
Fundamento.
DECIDO.
Os embargos de declaração são cabíveis quando houver na decisão judicial, obscuridade ou contradição, quando for necessário suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento; ou para corrigir erro material, nos termos do art. 1022 do CPC.
No caso dos autos, ACOLHO os embargos e determino que ao final da sentença de fls. 227/229 seja incluída a condenação do autor ao pagamento de honorários advocatícios em favor do Embargante que arbitro em 10% (dez por cento) do valor da condenação, nos termos do art. 85 § 2º do Código de Processo Civil cuja execução torno suspensa ante a gratuidade de justiça concedida.
Nos demais termos, mantenho integralmente a decisão de fls. 227/229.
Expeça-se o necessário.
P. R. I. C.

Intimação das Partes
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 994697 Nr: 20882-52.2015.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MARCIA ALVES LIMA
PARTE(S) REQUERIDA(S): TELEFONICA BRASIL S/A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ALBANO DENICOLÓ - OAB:13.156-B, ARTUR DENICOLÓ - OAB:18.395/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: FAYROUZ MAHALA ARFOX - OAB:13033
Nos termos da legislação vigente e Provimento n. 56/2007 da CGJ, impulsiono estes autos com a finalidade de proceder a intimação da partes, no prazo de cinco (05) dias, para manifestar a respeito dos cálculos apresentados pela contadoria, requerendo o que entender de direito.
Lucas Lopes Sampaio - Estagiário

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Olinda de Quadros Altomare Castrillon
Cod. Proc.: 1001885 Nr: 24221-19.2015.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: RAFAEL APARECIDO ALVES PINTO
PARTE(S) REQUERIDA(S): BANCO BRADESCARD S/A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CLAUDISON RODRIGUES - OAB:9901/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO - OAB:OAB/MT 14992-A
Vistos, etc.
Intime-se a parte requerida para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se a respeito da redução dos honorários periciais, conforme fls. 84/87, requerendo o que entender de direito.
Aceita a proposta, cumpra-se conforme fls. 61.
Decorrido o prazo e havendo discordância, certifique-se e voltem-me os autos conclusos.
Expeça-se o necessário.
Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Olinda de Quadros Altomare Castrillon
Cod. Proc.: 969638 Nr: 9168-95.2015.811.0041
AÇÃO: Monitória->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: UNIMED CUIABÁ - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO
PARTE(S) REQUERIDA(S): EJM ENGENHARIA CONSTRUÇÕES LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ADÃO CALVEZ LARRÉA - OAB:11069-B, JAQUELINE PROENÇA LARRÉA MEES - OAB:13.356/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos, etc.
Nos termos do art. 346, do Código de Processo Civil, que dispensa a intimação pessoal do réu revel, indefiro o pedido às fls. 432.
Intime-se a parte autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se a respeito da certidão às fls. 137, requerendo o que entender de direito.
Decorrido o prazo, certifique-se e voltem-me os autos conclusos.
Expeça-se o necessário.
Cumpra-se.

Intimação das Partes
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 986310 Nr: 16821-51.2015.811.0041
AÇÃO: Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: TOKIO MARINE SEGURADORA S/A
PARTE(S) REQUERIDA(S): CENTRAIS ELETRICAS MATOGROSSENSSE S/A - GRUPO CEMAT
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JORGE LUIS BONFIM LEITE FILHO - OAB:309115
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: MURILLO ESPINOLA DE OLIVEIRA - OAB:3.127-A
Nos termos da legislação vigente e Provimento n. 56/2007 da CGJ, impulsiono estes autos com a finalidade de proceder a intimação da partes, no prazo de cinco (05) dias, para manifestar a respeito dos cálculos apresentados pela contadoria, requerendo o que entender de direito.
Lucas Lopes Sampaio - Estagiário

Intimação das Partes
JUIZ(A): Olinda de Quadros Altomare Castrillon
Cod. Proc.: 986635 Nr: 17013-81.2015.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ANTÔNIO FERREIRA ROSA
PARTE(S) REQUERIDA(S): MOTO HONDA DA AMAZONIA LTDA, MOTO RAÇA LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DANYLO FERREIRA DE ALCÂNTARA - OAB:13.724/MT, EDGAR FRANCISCO DE OLIVEIRA

JUNIOR - OAB:15.373/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: FÁBIO LUIS DE MELLO OLIVEIRA - OAB:6.848/MT, REINALDO AMÉRICO ORTIGARA - OAB:9.552

Vistos, etc.

Considerando a manifestação da parte requerida às fls. 280/281, intime-se o perito para, prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se a respeito da discordância dos valores apresentados para a proposta dos honorários periciais.

Com a resposta, intimem-se as partes para manifestarem-se no prazo de 05 (cinco) dias.

Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, certifique-se e voltem-me conclusos.

Expeça-se o necessário.

Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A): Olinda de Quadros Altomare Castrillon

Cod. Proc.: 994117 Nr: 20564-69.2015.811.0041

AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: FABIANA SEVERINO DA SILVA

PARTE(S) REQUERIDA(S): TAM LINHAS AÉREAS S/A

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: FABIANA SEVERINO DA SILVA - OAB:12747/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: FABIO RIVELLI - OAB:19023-A OAB/MT

Vistos, etc.

Antes de qualquer manifestação, intime-se a parte autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se a respeito do comprovante de depósito judicial acostado às fls. 240, requerendo o que entender de direito.

Decorrido o prazo, certifique-se e voltem-me os autos conclusos.

Expeça-se o necessário.

Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A): Olinda de Quadros Altomare Castrillon

Cod. Proc.: 957449 Nr: 3788-91.2015.811.0041

AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: IEL - INSTITUTO EUVALDO LODI/NÚCLEO REGIONAL DE MATO GROSSO, NIVALDO DE ALMEIDA CARVALHO JUNIOR

PARTE(S) REQUERIDA(S): VIVIANE VIEIRA DA SILVA CAMPOS

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: SEBASTIÃO AUGUSTO CORRÊA DE MORAES - OAB:10416

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: VINICIUS RAMOS BARBOSA - OAB:13913 O MT

Vistos, etc.

Antes de qualquer manifestação, intime-se a parte exequente para, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 10, do Código de Processo Civil, manifestar-se a respeito da Exceção de Pré-Executividade apresentada às fls. 107/117.

Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, certifique-se e voltem-me conclusos.

Expeça-se o necessário.

Cumpra-se.

Intimação das Partes

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 963891 Nr: 6458-05.2015.811.0041

AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: ALTAIR HORTENSE DE BARROS

PARTE(S) REQUERIDA(S): SDB COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: EDINEY DOMINGUES BARROS - OAB:14.282/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: MANOEL AUGUSTO DE FIGUEIREDO COELHO - OAB:4.937/MT

Certifico que, intimei, por telefone, a advogada RAFAELLA ALT DE OLIVEIRA - OAB: 15973/MT a devolver os autos em cartório, uma vez que fez carga rápida em 30/10/2019, nos termos do art. 107, §4º e art. 234, do CPC.

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 1173106 Nr: 41365-69.2016.811.0041

AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: EDMILSON DE MORAES ALMEIDA

PARTE(S) REQUERIDA(S): PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MARIA LUIZA ALAMINO BELLINCANTA - OAB:OAB/MT 9333, sinthia beretta - OAB:12732/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Fernando César Zandonati - OAB:5.736/0

Nos termos da legislação vigente e Provimento n. 56/2007 da CGJ, impulsiono estes autos, com a finalidade de proceder à intimação do advogado da parte requerente para, no prazo de cinco (05) dias, se manifestar sobre petição de fls. 116/119 protocolada pela parte requerida referente ao pagamento voluntário.

Jhony O. Silva- Estagiário.

Intimação das Partes

JUIZ(A): Olinda de Quadros Altomare Castrillon

Cod. Proc.: 1275847 Nr: 317-62.2018.811.0041

AÇÃO: Embargos à Execução->Embargos->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: VIVIANE VIEIRA DA SILVA CAMPOS

PARTE(S) REQUERIDA(S): IEL - INSTITUTO EUVALDO LODI/NÚCLEO REGIONAL DE MATO GROSSO

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: VINÍCIUS RAMOS BARBOSA - OAB:13.913/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: SEBASTIÃO AUGUSTO CORREA DE MORAES - OAB:10.416/MT

Vistos, etc.

Aguarde-se o cumprimento da decisão proferida nos autos apensos.

Expeça-se o necessário.

Cumpra-se.

Decisão

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL

Processo Número: 1012393-04.2018.8.11.0041

Parte(s) Polo Ativo:

TANIA MARIA TREVISAN (AUTOR(A))

Advogado(s) Polo Ativo:

Alan Vagner Schmidel OAB - MT7504-O (ADVOGADO(A))

Parte(s) Polo Passivo:

SISAN ENGENHARIA LTDA (RÉU)

Advogado(s) Polo Passivo:

VANESSA DA SILVA ALVES OAB - MT19155-O (ADVOGADO(A))

Magistrado(s):

OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1012393-04.2018.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança ajuizada por Tânia Maria Trevisan em desfavor de SISAN Engenharia LTDA. Citado, o requerido apresentou contestação no ID. 15586852 suscitando, em sede de preliminar, a ausência de interesse processual e a ilegitimidade passiva. Impugnação conforme ID. 15579349. Vieram os autos conclusos. Passo a sanear o feito. No que concerne a falta de interesse de agir, a aferição efetiva e real das chamadas condições da ação implica forçosamente o exame de pontos que se encontram no âmbito da relação de direito material posta à apreciação do juiz e, por via de consequência, julgamento do mérito. Num juízo preliminar, constata-se que a autora imputa a requerida, fatos que em seu entender lhe causaram prejuízos, havendo uma relação contratual que autoriza o seu chamamento e respalda sua pretensão de litigar em juízo, sendo melhor avaliado os contornos de sua responsabilidade no mérito da ação. Tal teoria impõe ao julgador que analise a questão preliminar suscitada in status assertionis, isto é, em abstrato, com supedâneo apenas nas alegações expostas pela parte autora na peça angular, sem adentrar, portanto, na questão probatória coligida aos autos. Nesse sentido, trago a lume os ensinamentos do doutrinador Alexandre Freitas Câmara: Parece-me que a razão está com a teoria da asserção. As "condições da ação" são requisitos exigidos para que o processo vá em

direção ao seu fim normal, qual seja, a produção de um provimento de mérito. Sua presença, assim, deverá ser verificada em abstrato, considerando-se, por hipótese, que as assertivas do demandante em sua inicial são verdadeiras, sob pena de se ter uma indisfarçável adesão às teorias concretas da ação. Exigir a demonstração das "condições da ação" significaria, em termos práticos, afirmar que só tem ação quem tenha o direito material. [...]. Parece-me, assim, que apenas a teoria da asserção se revela adequada quando se defende uma concepção abstrata do poder de ação [...]. As "condições da ação", portanto, deverão ser verificadas pelo juiz in statu assertionis, à luz das alegações feitas pelo autor na inicial, as quais deverão ser tidas como verdadeiras a fim de se perquirir a presenção ou ausência dos requisitos do provimento final[1]. (Grifei). No mesmo sentido, os ensinamentos de Humberto Theodoro Júnior: É lícito afirmar, em face da própria natureza das preliminares processuais, que a questão só permanece no terreno das condições da ação quando é discutida abstratamente, ou seja, apenas mediante o cotejo entre o pedido e a lei, genericamente[2]. Quanto à aplicação da teoria em questão, colaciono os seguintes julgados do STJ: PROCESSUAL CIVIL. ALEGAÇÃO DE ILEGITIMIDADE ATIVA. ACÓRDÃO QUE SE BASEOU NOS ELEMENTOS FÁTICOS DO PROCESSO PARA NEGAR O PEDIDO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7/STJ. TEORIA DA ASSERÇÃO. PRECEDENTES. 1. Recurso especial em que se discute legitimidade ativa de pescadores em ação de indenização por danos decorrentes de construção de hidrelétrica. 2. Hipótese em que o Tribunal, em sede de agravo de instrumento, rejeitou a alegação de ilegitimidade ad causam em razão de a matéria estar pendente de dilação probatória na origem. 3. É pacífico o entendimento de que as condições da ação, aí incluída a legitimidade para a causa, devem ser aferidas com base na teoria da asserção, isto é, à luz das afirmações deduzidas na petição inicial. Nesse sentido: AgRg no AgRg no REsp 1.361.785/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, Segunda Turma, DJe 10/03/2015; AgRg no AREsp 512.835/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, Quarta Turma, DJe 01/06/2015. 4. Não possível à parte recorrente tentar provar, na instância especial, a ausência de legitimidade ativa das partes recorridas, ante o óbice da súmula n. 7 desta Corte Superior. Agravo regimental improvido. (AgRg no AREsp 669.449/RO, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/06/2015, DJe 25/06/2015) PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AÇÃO COLETIVA. SINDICATO. INTERESSE DE AGIR. CAUSA DE PEDIR. EXIGÊNCIA DE DESCRIÇÃO PORMENORIZADA DA SITUAÇÃO DE TODOS OS SUBSTITUÍDOS. DESCABIMENTO. [...]5. Tem prevalecido na jurisprudência do STJ o entendimento de que a aferição das condições da ação deve ocorrer in status assertionis, ou seja, à luz das afirmações do demandante (Teoria da Asserção). Nesse sentido: AgRg no AREsp 205.533/SP, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma,DJe 8/10/2012; AgRg no AREsp 53.146/SP, Rel. Ministro Castro Meira, Segunda Turma, DJe 5/3/2012; REsp 1.125.128/RJ, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, DJe 18/9/2012. [...] (REsp 1395875/PE, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 20/02/2014, DJe 07/03/2014). (grifei). PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS INFRINGENTES. ACÓRDÃO QUE, POR MAIORIA, ACOLHE PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA. CABIMENTO. 1. Cabem embargos infringentes contra acórdão que, por maioria, acolhe preliminar de ilegitimidade passiva e reforma sentença para extinguir a ação com fulcro no art. 267, VI, do CPC. 2. Em respeito ao devido processo legal, o art. 530 deve ser interpretado harmoniosa e sistematicamente com o restante do CPC, admitindo-se embargos infringentes contra decisão que, a despeito de ser formalmente processual, implicar análise de mérito. 3. De acordo com a teoria da asserção se, na análise das condições da ação, o Juiz realizar cognição profunda sobre as alegações contidas na petição, após esgotados os meios probatórios, terá, na verdade, proferido juízo sobre o mérito da controvérsia. 4. A natureza da sentença, se processual ou de mérito, é definida por seu conteúdo e não pela mera qualificação ou nomen juris atribuído ao julgado, seja na fundamentação ou na parte dispositiva. Entendida como de mérito a decisão proferida, indiscutível o cabimento dos embargos infringentes. 5. Recurso especial a que se dá provimento. (REsp 1157383/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 14/08/2012, DJe 17/08/2012). (Grifei). Diante de tal panorama, o que importa para a verificação da petição inicial, in casu, são as afirmações declinadas na peça angular, e não a correspondência entre estas e os elementos de prova constantes do almanaque processual, o que deve ser analisado no exame do meritum causae, objetivo principal do processo, razão pela qual REJEITO a preliminar de falta de interesse de agir e ilegitimidade passiva. Sem prejuízo de eventual julgamento antecipado da lide, especifiquem as partes, em 15 (quinze) dias, as provas que ainda pretendam produzir, justificando-as. Defiro o requerimento de ID. 23429436, nos termos do art. 1.048 do CPC c/c art. 6º, XIV, da Lei Federal nº 7.713/88, proceda a retificação dos dados cadastrais para incluir a prioridade na tramitação do processo. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, façam-me os autos conclusos para designação de audiência ou julgamento antecipado da lide, conforme o caso. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito [1] CÂMARA, Alexandre Freitas. Lições de Direito Processual Civil. vol. 1. 25. ed., São Paulo: Atlas, 2014, p. 155/156. [2] THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de Processo Civil. vol. 1. 55 ed., Rio de Janeiro: Forense, 2014, p. 84.

Decisão Classe: CNJ-71 ALVARÁ JUDICIAL
Processo Número: 1059514-91.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
FERNANDO NOBERTO PEREIRA LEITE (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GISELY RODRIGUES MACHADO OAB - MT22410-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1059514-91.2019.811.0041 Vistos, etc. Determino a redistribuição do feito, tendo em vista que o mesmo foi endereçado para a Vara Especializada de Família e Sucessões desta Capital. Remetam-se os autos com as baixas e anotações de estilo. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1015373-21.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
DELZA MOREIRA DA COSTA BORGES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
GIULLEVERSON SILVA QUINTEIRO DE ALMEIDA OAB - MT12358-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BMG S.A (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
ANDRE RENNO LIMA GUIMARAES DE ANDRADE OAB - MG78069-O (ADVOGADO(A))
BREINER RICARDO DINIZ RESENDE MACHADO OAB - MT16227-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1015373-21.2018.811.0041 Vistos, etc. Intime-se a parte autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca do interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, certifique-se e voltem-me conclusos. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1004858-58.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
KLEBERSON EDUARDO DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUCIMAR CRISTINA GIMENEZ CANO OAB - MT8506-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1004858-58.2017.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT, ajuizada por KLEBERSON EDUARDO DA SILVA, em desfavor de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA. As partes são legítimas e estão

devidamente representadas por seus ilustres advogados. Verifico que não ocorre a hipótese de extinção do processo ou de julgamento antecipado da lide, razão pela qual passo a sanear o processo. O requerido apresentou contestação, onde suscitou preliminar da necessidade de alteração do polo passivo da ação, da inépcia da inicial - fatos narrados não decorrem logicamente a conclusão dos fatos, da carência da ação pela falta de interesse de agir, pela ausência do requerimento administrativo e sua comprovação, fazendo menção ao principio da causalidade e a sucumbência autoral, requereu que, sejam acolhidas as preliminares ou no mérito, seja julgada improcedente a ação. Foi realizada Audiência Conciliação do DPVAT, porém restou infrutífero, ante ausência da parte autora. O autor, apresentou impugnação, reiterando os termos da inicial. A parte requerida pugna por prova pericial. REJEITO a preliminar de retificação do polo passivo, afirmando que deveria constar neste a SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, por ter sido concedido a esta a função de líder dos consórcios, pois, a demandada é parte legítima para figurar no pólo passivo, tendo em vista que é integrante do grupo de seguradoras que recebe os valores oriundos do seguro obrigatório, razão pela qual responde por tais indenizações. Nesse sentido: "AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. ACIDENTE DE TRÂNSITO. INVALIDEZ PERMANENTE. APLICAÇÃO DA SÚMULA 14 DAS TURMAS RECURSAIS. REVISADA EM 24/04/2008. 1. Não há de se falar em ilegitimidade passiva, uma vez que qualquer seguradora integrante do consórcio que responde pelas indenizações decorrentes de danos causados por acidentes de trânsito possui legitimidade passiva para saldar eventual diferença referente a seguro DPVAT. 2. Desnecessária perícia para apurar o grau de invalidez do autor, sendo competente para o julgamento o Juizado Especial Cível. Reiteradamente, ações dessa mesma natureza acorrem a esta esfera. Não se vislumbra, pois, complexidade no presente caso, não havendo necessidade de perícia. 3. Acidente ocorrido em 01/04/2003, sob a vigência a Lei 6.194/74, que, em seu artigo 3º, estipulava o valor de 40 salários mínimos como teto para indenização do seguro. Segundo entendimento das Turmas Recursais, não há de se cogitar graduação da invalidez, uma vez comprovado o dano de caráter permanente, deve a seguradora indenizar a vítima no valor máximo permitido em lei. No caso em questão, houve pagamento parcial de R$ 2.358,91, valor que deverá ser complementado até o patamar dos 40 salários. 4. Não prevalecem as disposições do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) que estipulam teto inferior ao previsto na lei não prevalecem porque, embora o CNSP tenha competência para regular a matéria, não pode fixar o valor da indenização em teto inferior ao da própria lei. Sentença modificada apenas no que toca aos juros que, segundo a súmula, incidem a contar da citação. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. (Recurso Cível Nº 71001636745, Segunda Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Leo Pietrowski, Julgado em 20/08/2008)" (g.n) E mais, o artigo 7º. da Lei nº. 6.194/74, com a redação dada pela Lei nº. 8.441/92, prevê que: "A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmo valores, condições e prazos dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei". Com base nesse dispositivo legal, a jurisprudência pátria já pacificou entendimento no sentido de que qualquer seguradora que opera no sistema pode ser acionada para pagar o valor da indenização correspondente ao seguro obrigatório. A parte autora suscita preliminar de inépcia da inicial, afirmando que da narração dos fatos não decorre conclusão lógica, como determina o artigo 330, inciso I e § 1º, inciso II, do CPC, mormente quanto à data do acidente, que deu ensejo a esta ação. Os fatos que deram ensejo à propositura da ação foram detalhadamente expostos pelo autor, e há, sim, conclusão lógica decorrente da narração postulatória, o que possibilitou inclusive o exercício da defesa pela requerente, havendo tão somente erro material quando a indicação da data do acidente, cujos detalhes pode ser observados no B.O. juntado aos autos. Assim, narrado o evento gerador da pretensão (acidente de trânsito) e formulado o pedido indenizatório com base na exposição plena e compreensível dos fatos, ensejando a defesa adequada do réu, então não há razão para se reconhecer inépcia da inicial, porque a procedência ou improcedência do pedido é questão de prova. REJEITO, pois, a preliminar de inépcia da inicial. REJEITO a preliminar de carência da ação sob o argumento de que não houve pedido administrativo, pois está juntado no (ID- 4908623). As partes são legítimas, bem assim, verifico não haver irregularidades ou outras preliminares a serem analisadas, razão pela qual, DECLARO saneado o presente feito e, fixo como ponto controvertido: Ocorrência dos danos alegados (deformidade, incapacidade laborativa). Extensão do dano.Sequela. Nexo de causalidade. Culpabilidade. Grau de culpabilidade. Condições/porte econômico das partes. Considerando o que dispõe o art. 370 do CPC, entendo necessária a produção de prova pericial. Nomeio o médico Dr. RAFAEL ARANEGA RODRIGUES, com consultório na Rua Joaquim Murtinho, n. 1260, Bairro Porto, Centro Sul. Telefone: (41) 991431771 / 041 991431771, Cuiabá/MT, e e-mail rafaelaranega@hotmail.com, independentemente de compromisso (artigo 422 do Código de Processo Civil), fixando o prazo de 30 (trinta) dias para entrega do laudo. Fixo os honorários periciais no valor de R$ 1.000,00 (mil reais), devendo o requerido, depositar a totalidade dos honorários do perito no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de preclusão da prova. (Em atenção à aplicação da Teoria da Carga Dinâmica da Produção Probatória, conforme recente julgado do TJMT- Agravo de Instrumento nº 18500/2015 – julgado em 02/06/2015). Na forma do art. 470, II do CPC, apresento o seguinte quesito a ser respondido pelo expert: Informe o Sr. Perito a real existência e grau de invalidez do (a) requerente, se é permanente, e se foi causada por acidente automobilístico. Em 15 (quinze) dias indiquem as partes assistentes técnicos e apresentem quesitos (CPC, art. 465, parágrafo 1º, I e II), salvo se estes já foram apresentados oportunamente. Depositado o valor da perícia autorizo o levantamento integral após a entrega do laudo, que deverá ser apresentada pelo perito no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data do início dos trabalhos. Os assistentes técnicos oferecerão seus pareceres no prazo comum de 15 (quinze) dias, após a intimação das partes da apresentação do laudo. (CPC, art. 477, parágrafo 1º). Após a conclusão dos trabalhos periciais e, decorrido o prazo para manifestação das partes, voltem-me conclusos. Intimem-se as partes de que foi designado DIA 24/01/2020, A PARTIR DAS 08:00 HORAS, para REALIZAÇÃO DA PERÍCIA no consultório do Perito Nomeado Dr. RAFAEL ARANEGA RODRIGUES, com consultório na Rua Joaquim Murtinho, n. 1260, Bairro Porto, Centro Sul. Telefone: (41) 991431771 / 041 991431771, Cuiabá/MT, e e-mail rafaelaranega@hotmail.com, devendo o advogado do autor providenciar seu comparecimento ao local indicado para a realização da perícia. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1059585-93.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ISRAEL DIAS DE OLIVEIRA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
OSNI JACOB HESSEL OAB - SP110542 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1059585-93.2019.811.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Obrigação de Fazer ajuizada por Israel Dias de Oliveira em desfavor de Banco do Brasil S/A, com pedido de tutela de urgência, para que a requerida adote as providências necessárias para a liberação do dinheiro no valor de R$ 21.300,00 (vinte e um mil e trezentos reais). Consta na inicial que o autor, no dia 29 de novembro de 2019, se interessou por um anúncio no OLX, referente a um VW/Gol, com valor anunciado de R$ 23.000,00 (vinte e três mil reais). Aduz que entrou em contato com o Sr. Anderson, e, após a negociação e verificação do veículo, efetuou o depósito no valor de R$ 21.300,00 (vinte e um mil e trezentos reais), em conta bancária Thiago A. O. Relata que após realizar o depósito, percebeu ter sido vítima de um golpe, se dirigindo à agência bancária requerida para bloquear o envio dos valores. Acrescenta que ao solicitar a restituição dos valores, a parte requerida informou que somente seria possível por meio de determinação judicial. Vieram os autos conclusos. Fundamento: Sobre a tutela provisória de urgência, sabe-se que a mesma poderá ser concedida quando houver a comprovação dos elementos que demonstrarem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, bem como quando não possuir risco de irreversibilidade dos efeitos da decisão. Prescreve o art. 300, do Código de Processo Civil: Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. § 1o Para a

concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la. § 2o A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia. § 3o A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. Sobre o tema, leciona José Miguel Garcia Medina, em comentários à nova legislação, sob o título "Código de Processo Civil Comentado, 1ª Ed.". "A medida de urgência deverá ser determinada em atenção a uma série de elementos, habitualmente sintetizados na fórmula fumus + periculum, mas que são bastante abrangentes. A medida a ser concedida será adequada à proteção e realização do direito frente ao perito. Para se deliberar entre uma medida conservativa "leve" ou "menos agressiva" à esfera jurídica do réu e uma medida antecipatória (ou, no extremo, antecipatória e irreversível) deve-se levar em consideração a importância do bem jurídico a ser protegido (em favor do autor) frente ao bem defendido pelo réu.". Nesse contexto, e de acordo com o art. 300, do Código de Processo Civil, tem-se que para deferimento da tutela de urgência antecipada, se faz necessária a existência de prova capaz de conduzir o convencimento do juízo pela probabilidade do direito, se demonstre o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, bem como que a medida possa ser reversível. No caso em tela, informa a parte autora que foi vítima de um golpe, tendo a parte requerida negado a restituição da quantia bloqueada, razão pela qual pugna pela concessão da tutela de urgência, para que a requerida adote as providências necessárias para a liberação do dinheiro no valor de R$ 21.300,00 (vinte e um mil e trezentos reais). Em que pese os argumentos e documentos acostados pela parte autora, entendo que a pretensão, nesse momento processual, não merece acolhimento. O pedido de tutela de urgência se confunde com o mérito da pretensão, sendo, nos termos do art. 300, § 3º do Código de Processo Civil, necessária à instrução processual com a finalidade de se verificar a plausibilidade das alegações. Nesse sentido, a jurisprudência: AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO ORDINÁRIA – PRELIMINARES ARGUIDAS NÃO APRECIADAS EM PRIMEIRA INSTÂNCIA – AFASTADAS – MÉRITO - ALEGAÇÃO DE IRREGULARIDADES E DESVIO DE FINALIDADE DOS RECURSOS DO FETHAB – PEDIDOS LIMINARES QUE SE CONFUNDEM COM O MÉRITO DA AÇÃO – NECESSIDADE DE INSTRUÇÃO PROBATÓRIA – INEXISTÊNCIA DA PROVA INEQUÍVOCA E DE PERIGO NA DEMORA A ENSEJAR A CONCESSÃO DA TUTELA ANTECIPADA – DECISÃO MANTIDA – RECURSO DESPROVIDO. (...). Quando o objeto da ação evidencia particularidades que dependem de profunda análise de documentos e instrumentos normativos para se aferir a ilegalidade apontada na inicial, não há que se falar em prova inequívoca para a antecipação da tutela pretendida, sobretudo quando esta se confunde com o mérito. (...). (N.U 0012381-38.2015.8.11.0000, JOSÉ ZUQUIM NOGUEIRA, SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO, Julgado em 10/11/2015, Publicado no DJE 26/11/2015) Diante do exposto, postergo a apreciação do pedido de tutela de urgência para após a apresentação da peça contestatória. Determino que a Sra. Gestora entre em contato com a Central de Conciliação e Mediação a fim de se verificar a existência de data para a realização da audiência de conciliação (art. 334, CPC). Intime-se e cite-se a parte requerida com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, para comparecer a audiência, sob pena de imposição da sanção prevista no § 8º, do art. 334, do Código de Processo Civil, em caso de ausência injustificada. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis e será contado a partir da realização da audiência ou da data do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação apresentado pelo réu. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente impugnação à contestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). Intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, acostando aos autos as cópias de seus holerites dos últimos 03 (três) meses ou outro documento que comprove sua renda mensal, para comprovar o estado de necessidade, sob pena de indeferimento dos pedidos e da concessão dos benefícios da justiça gratuita. Após, certifique-se e voltem-me os autos conclusos. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1059293-11.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
PAULO CESAR ARANTES SERAFIM (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
WENDER FELIPE DE ARRUDA CASTRO OAB - MT27478/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUICAO (REQUERIDO)
ITAU SEGUROS DE AUTO E RESIDENCIA S.A. (REQUERIDO)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1059293-11.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Reparação de Danos Materiais c/c Danos Morais ajuizada por Paulo Cesar Arantes Serafim em desfavor de Itaú Seguros de Auto e Residência S/A. Diante da análise dos documentos anexados ao processo, verifica-se que não houve a comprovação do recolhimento das custas/taxas judiciais. Desse modo, intime-se a parte autora para recolher e/ou apresentar a guia de custas/taxas judicias devidamente paga, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da petição inicial. Decorrido o prazo, certifique-se e voltem-me conclusos. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1059528-75.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
THALLES DE SOUZA RODRIGUES EIRELI (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
VALERIA REVELLES GUAREZI OAB - MT24470/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
DIKA ECO LOGISTICA LTDA - EPP (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1059528-75.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança ajuizada por TRO Empreendimentos Imobiliários em desfavor de Dika Eco Logística Ltda.. Diante da análise dos documentos anexados ao processo, verifica-se que não houve a comprovação do recolhimento das custas/taxas judiciais. Desse modo, intime-se a parte autora para recolher e/ou apresentar a guia de custas/taxas judicias devidamente paga, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da petição inicial. Decorrido o prazo, certifique-se e voltem-me conclusos. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1059822-30.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JOSIAS ALVES DE ALMEIDA (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
Estado de Mato Grosso (EXECUTADO)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1059822-30.2019.811.0041 Vistos, etc. Determino a redistribuição do feito, tendo em vista que o mesmo foi endereçado para a 5ª Vara Especializada da Fazenda Pública da Comarca de Cuiabá/MT. Remetam-se os autos com as baixas e anotações de estilo. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1059274-05.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
DARIO MOREIRA DE CARVALHO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
KARINNE MARQUES DE OLIVEIRA TEIXEIRA OAB - MT20163-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
joão luiz spolador (RÉU)
WASHINGTON SIQUEIRA BARBOSA (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1059274-05.2019.811.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Indenização por Danos Materiais e Morais ajuizada por Dario Moreira de Carvalho em desfavor de Washington Siqueira Barbosa e João Luiz Spolador. Designo audiência de conciliação para o dia 14/04/2020, às 12:30 horas, a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Intime-se e cite-se a parte requerida com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, para comparecer a audiência, sob pena de imposição da sanção prevista no § 8º, do art. 334, do Código de Processo Civil, em caso de ausência injustificada. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis e será contado a partir da realização da audiência ou da data do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação apresentado pelo réu. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente impugnação à contestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). Intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, acostando aos autos as cópias de seus holerites dos últimos 03 (três) meses ou outro documento que comprove sua renda mensal, para comprovar o estado de necessidade, sob pena de indeferimento dos pedidos e da concessão dos benefícios da justiça gratuita. Decorrido o prazo, certifique-se e voltem-me os autos conclusos. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1048186-67.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ZEFERINO INDUSTRIA E COMERCIO DE CALCADOS E ACESSORIOS S.A. (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
GUILHERME SEIBERT OAB - RS93483 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BARBEARIA LEONIDAS LTDA - ME (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1048186-67.2019.811.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Obrigação de Não Fazer ajuizada por Zeferino Indústria e Comércio de Calçados e Acessórios S/A em desfavor de Barbearia Leônidas EIRELI, com pedido de tutela de urgência, para que a requerida se abstenha de veicular qualquer publicidade, comercializar ou mandar fabricar os sapatos em discussão, se abstenha de se aproveitar dos desenhos elaborados pela parte autora, bem como apresente, no prazo de 05 (cinco) dias as notas fiscais de compra dos produtos indicados. Consta na inicial que a autora é empresa que tem por objeto a criação, desenvolvimento, promoção, confecção, indústria, comércio, importação, exportação, consertos, reformas e manutenção de calçados de alto padrão e acessórios associados, se tratando de sapataria artesanal. Aduz que é dona de duas marcas diversas, a Zeferino que é destinada ao público feminino e Vinícius Dapper destinado ao masculino. Relata que com o produto pronto, a autora trabalha, além de venda online, com parceiros para a comercialização do produto, motivo pelo qual durante o ano de 2018, realizou parceria comercial com a requerida. Informa que encerrada a parceria comercial, a autora foi surpreendida pelo fato de que a requerida estaria comercializando produtos com desenhos que copiam os calçados fabricados pela requerida. Acrescenta que notificou extrajudicialmente a requerida acerca dos fatos, para que a mesma encerrasse a produção e comercialização do produto, no entanto, a requerida permaneceu inerte. Vieram os autos conclusos. Fundamento: Sobre a tutela provisória de urgência, sabe-se que a mesma poderá ser concedida quando houver a comprovação dos elementos que demonstrarem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, bem como quando não possuir risco de irreversibilidade dos efeitos da decisão. Prescreve o art. 300, do Código de Processo Civil: Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. § 1o Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la. § 2o A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia. § 3o A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. Sobre o tema, leciona José Miguel Garcia Medina, em comentários à nova legislação, sob o título "Código de Processo Civil Comentado, 1ª Ed.". "A medida de urgência deverá ser determinada em atenção a uma série de elementos, habitualmente sintetizados na fórmula fumus + periculum, mas que são bastante abrangentes. A medida a ser concedida será adequada à proteção e realização do direito frente ao perito. Para se deliberar entre uma medida conservativa "leve" ou "menos agressiva" à esfera jurídica do réu e uma medida antecipatória (ou, no extremo, antecipatória e irreversível) deve-se levar em consideração a importância do bem jurídico a ser protegido (em favor do autor) frente ao bem defendido pelo réu.". Nesse contexto, e de acordo com o art. 300, do Código de Processo Civil, tem-se que para deferimento da tutela de urgência antecipada, se faz necessária a existência de prova capaz de conduzir o convencimento do juízo pela probabilidade do direito, se demonstre o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, bem como que a medida possa ser reversível. No caso em tela, informa a parte autora que após encerramento de parceria comercial, a requerida passou a comercializar produtos idênticos aos da autora, sem qualquer autorização, razão pela qual pugna pela concessão da tutela de urgência, para que a requerida se abstenha de veicular qualquer publicidade, comercializar ou mandar fabricar os sapatos em discussão, se abstenha de se aproveitar dos desenhos elaborados pela parte autora, bem como apresente, no prazo de 05 (cinco) dias as notas fiscais de compra dos produtos indicados. Em que pese os argumentos e documentos acostados pela parte autora, entendo que a pretensão, nesse momento processual, não merece acolhimento. O autor alega que firmou parceria comercial com a requerida no ano de 2018 para a comercialização dos calçados, todavia, acostou aos autos tão somente um vídeo de divulgação, inexistindo qualquer negócio jurídico escrito que fundamente as alegações e comprovem o prazo de início, encerramento, termos e condições da parceria comercial. No mais, informa a parte autora que seus calçados são exclusivos, uma vez que os desenhos são feitos pelo sócio fundador da empresa e elaborados por artesão de forma manual, sendo copiados de forma indevida pela requerida. Contudo, apesar da alegação de exclusividade, observa-se, conforme documentos acostados no id 25394451, que foi realizada tão somente na data de 18 de setembro de 2019, o pedido de registro de desenho industrial, para os calçados da autora, se tratando de mera solicitação, sem qualquer resposta do órgão competente. Assim, verifica-se que não foram preenchidos os requisitos de probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, tendo em vista a ausência de negócio jurídico e resposta do pedido de registro de desenho industrial e o pedido de tutela de urgência se confunde com o mérito da pretensão, sendo, nos termos do art. 300, § 3º do Código de Processo Civil, necessária à instrução processual com a finalidade de se verificar a plausibilidade das alegações. Nesse sentido, a jurisprudência: AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO ORDINÁRIA – PRELIMINARES

ARGUIDAS NÃO APRECIADAS EM PRIMEIRA INSTÂNCIA – AFASTADAS – MÉRITO - ALEGAÇÃO DE IRREGULARIDADES E DESVIO DE FINALIDADE DOS RECURSOS DO FETHAB – PEDIDOS LIMINARES QUE SE CONFUNDEM COM O MÉRITO DA AÇÃO – NECESSIDADE DE INSTRUÇÃO PROBATÓRIA – INEXISTÊNCIA DA PROVA INEQUÍVOCA E DE PERIGO NA DEMORA A ENSEJAR A CONCESSÃO DA TUTELA ANTECIPADA – DECISÃO MANTIDA – RECURSO DESPROVIDO. (...). Quando o objeto da ação evidencia particularidades que dependem de profunda análise de documentos e instrumentos normativos para se aferir a ilegalidade apontada na inicial, não há que se falar em prova inequívoca para a antecipação da tutela pretendida, sobretudo quando esta se confunde com o mérito. (...). (N.U 0012381-38.2015.8.11.0000, JOSÉ ZUQUIM NOGUEIRA, SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO, Julgado em 10/11/2015, Publicado no DJE 26/11/2015) Dessa forma, em que pese os documentos acostados aos autos, entendo necessária à dilação probatória para o aferimento da verossimilhança das alegações, razão pela qual POSTERGO a apreciação da antecipação dos efeitos da tutela para após a apresentação da contestação. Designo audiência de conciliação para o dia 14/04/2019, às 11:00 horas, a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Intime-se e cite-se a parte requerida com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, para comparecer a audiência, sob pena de imposição da sanção prevista no § 8º, do art. 334, do Código de Processo Civil, em caso de ausência injustificada. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis e será contado a partir da realização da audiência ou da data do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação apresentado pelo réu. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente impugnação à contestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). Intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, acostar aos autos a cópia de seu contrato social. Após, certifique-se e voltem-me os autos conclusos. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1058754-45.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ELAINE COSTA DE OLIVEIRA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
VICTOR HUGO VIDOTTI OAB - MT11439-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1058754-45.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT c/c Danos Morais, ajuizada por ELAINE COSTA DE OLIVEIRA, em desfavor de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Considerando a recusa injustificada do requerimento administrativo pela parte requerida, caracteriza-se o interesse de agir da parte autora ante a resistência à pretensão administrativa, devidamente comprovado, conforme ata notarial e demais documentos acostados, recebo a presente inicial. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 27/05/2020, às 08:00 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). Ainda, intime-se o autor para juntar aos autos no prazo de 15 (quinze) dias a cópia do seu B.O (Boletim de Ocorrência). A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1058737-09.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
EDSON MESSERSCHMIDT GUERREIRO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1058737-09.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT c/c Danos Morais, ajuizada por EDSON MESSERSCHMIDT GUERREIRO, em desfavor de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Considerando a recusa injustificada do requerimento administrativo pela parte requerida, caracteriza-se o interesse de agir da parte autora ante a resistência à pretensão administrativa, devidamente comprovado, conforme ata notarial e demais documentos acostados, recebo a presente inicial. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 27/05/2020, às 12:00 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). Ainda, intime-se o autor para juntar aos autos no prazo de 15 (quinze) dias a cópia do seu B.O (Boletim de Ocorrência). A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1058924-17.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LEONARDO SILVA DE JESUS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
VICTOR HUGO VIDOTTI OAB - MT11439-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca

da Capital GABINETE Autos nº 1058924-17.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT c/c Danos Morais, ajuizada por LEONARDO SILVA DE JESUS, em desfavor de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Considerando a recusa injustificada do requerimento administrativo pela parte requerida, caracteriza-se o interesse de agir da parte autora ante a resistência à pretensão administrativa, devidamente comprovado, conforme ata notarial e demais documentos acostados, recebo a presente inicial. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 27/05/2020, às 09:15 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). Ainda, intime-se o autor para juntar aos autos no prazo de 15 (quinze) dias a cópia do seu B.O (Boletim de Ocorrência). A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1058936-31.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
FERNANDES ELIZEU LOPES DE SOUZA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
VICTOR HUGO VIDOTTI OAB - MT11439-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1058936-31.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT c/c Danos Morais, ajuizada por FERNANDES ELIZEU LOPES DE SOUZA, em desfavor de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Considerando a recusa injustificada do requerimento administrativo pela parte requerida, caracteriza-se o interesse de agir da parte autora ante a resistência à pretensão administrativa, devidamente comprovado, conforme ata notarial e demais documentos acostados, recebo a presente inicial. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 27/05/2020, às 09:30 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). Ainda, intime-se o autor para juntar aos autos no prazo de 15 (quinze) dias a cópia do seu B.O (Boletim de Ocorrência). A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1058872-21.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LAURA PATRICIA CORDEIRO DO AMARAL VAILANT (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ADRIANA DO CARMO COSTA MARQUES OAB - MT18047-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (REQUERIDO)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1058872-21.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT, ajuizada por LAURA PATRICIA CORDEIRO DO AMARAL VAILANT, em desfavor de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Considerando a recusa injustificada do requerimento administrativo pela parte requerida, caracteriza-se o interesse de agir da parte autora ante a resistência à pretensão administrativa, devidamente comprovado, conforme ata notarial e demais documentos acostados, recebo a presente inicial. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 27/05/2020, às 08:45 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1058822-92.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
FERDIBERTO SANTANA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
PAULO ARTHUR GOMES CORSINO OAB - MT27536/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1058822-92.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT, ajuizada por FERDIBERTO SANTANA, em desfavor de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Considerando a recusa injustificada do requerimento administrativo pela parte requerida, caracteriza-se o interesse de agir da parte autora ante a resistência à pretensão administrativa, devidamente comprovado, conforme ata notarial e demais documentos acostados, recebo a presente inicial. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 27/05/2020, às 08:30 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob

a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). Ainda, intime-se o autor para juntar aos autos no prazo de 15 (quinze) dias a cópia do seu B.O (Boletim de Ocorrência). A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1058915-55.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
RENATA EVELIN MALLMANN (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
HUMBERTO AFFONSO DEL NERY OAB - MT6945-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1058915-55.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT , ajuizada por RENATA EVELIN MALLMANN, em desfavor de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Considerando a recusa injustificada do requerimento administrativo pela parte requerida, caracteriza-se o interesse de agir da parte autora ante a resistência à pretensão administrativa, devidamente comprovado, conforme ata notarial e demais documentos acostados, recebo a presente inicial. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 27/05/2020, às 09:00 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Sentença

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1008816-52.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JOAO ROCHA GONSALVES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
JOIR AUGUSTO LACCAL DA SILVA OAB - MT9457-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUIZ HENRIQUE VIEIRA OAB - MT26417-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1008816-52.2017.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT proposta por João Rocha Gonçalves em face de Porto Seguro Cia de Seguros Gerais. Sustenta a parte autora que foi vítima de grave acidente de trânsito, ocorrido em 10/05/2014, conforme boletim de ocorrência anexado (ID – 5593706) que lhe causou a invalidez. -- Requer o julgamento procedente a ação, a fim de ser a parte requerida condenada a indenizá-lo no montante de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) em decorrência de sua invalidez. Com a inicial vieram os documentos (ID – 5593691, 5593706). Pela decisão (ID – 5596810) foi deferido os benefícios da justiça gratuita, designada a audiência de conciliação, determinada a citação e intimação da parte requerida. Na contestação de fls. 32/54, alega à requerida a preliminar da alteração do polo passivo da ação, da carência da ação pela falta de interesse de agir, pela ausência do requerimento administrativo, fazendo menção ao principio da causalidade e a sucumbência autoral. Conforme consta no (ID – 9177260) foi realizada a tentativa de conciliação entre as partes, restando infrutífera, bem como foi anexado o laudo pericial. A parte autora impugnou a contestação (ID – 10595409), por negativa geral. A decisão no (ID – 14965879) determinou a intimação da parte requerida para manifestar-se com relação ao laudo pericial, bem como cumpriu com o determinado (ID – 15224334). Os autos vieram conclusos. É o relatório. Fundamento. DECIDO. Cuida-se de Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório – DPVAT ajuizada proposta por João Rocha Gonçalves em face de Porto Seguro Cia de Seguros Gerais. Profiro o julgamento antecipado da lide (artigo 355, I, do Código de Processo Civil), porque a matéria prescinde de outras provas, sendo suficiente para o deslinde da causa as provas documentais contidas nos autos. Preliminarmente, o requerido suscitou em sede de contestação a preliminar da alteração do polo passivo, da carência da ação pela falta de interesse de agir, pela ausência do requerimento administrativo, fazendo menção ao principio da causalidade e a sucumbência autoral. Em relação a preliminar de retificação do polo passivo, onde a requerida afirma que deveria constar neste a SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, o quer REJEITO, uma vez que foi concedido a requerida a função de líder dos consórcios, sendo pois, a demandada parte legítima para figurar no pólo passivo, visto que é integrante do grupo de seguradoras que recebem os valores oriundos do seguro obrigatório, razão pela qual responde por tais indenizações. Nesse sentido: “AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. ACIDENTE DE TRÂNSITO. INVALIDEZ PERMANENTE. APLICAÇÃO DA SÚMULA 14 DAS TURMAS RECURSAIS. REVISADA EM 24/04/2008. 1. Não há de se falar em ilegitimidade passiva, uma vez que qualquer seguradora integrante do consórcio que responde pelas indenizações decorrentes de danos causados por acidentes de trânsito possui legitimidade passiva para saldar eventual diferença referente a seguro DPVAT. 2. Desnecessária perícia para apurar o grau de invalidez do autor, sendo competente para o julgamento o Juizado Especial Cível. Reiteradamente, ações dessa mesma natureza acorrem a esta esfera. Não se vislumbra, pois, complexidade no presente caso, não havendo necessidade de perícia. 3. Acidente ocorrido em 01/04/2003, sob a vigência a Lei 6.194/74, que, em seu artigo 3º, estipulava o valor de 40 salários mínimos como teto para indenização do seguro. Segundo entendimento das Turmas Recursais, não há de se cogitar graduação da invalidez, uma vez comprovado o dano de caráter permanente, deve a seguradora indenizar a vítima no valor máximo permitido em lei. No caso em questão, houve pagamento parcial de R$ 2.358,91, valor que deverá ser complementado até o patamar dos 40 salários. 4. Não prevalecem as disposições do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) que estipulam teto inferior ao previsto na lei não prevalecem porque, embora o CNSP tenha competência para regular a matéria, não pode fixar o valor da indenização em teto inferior ao da própria lei. Sentença modificada apenas no que toca aos juros que, segundo a súmula, incidem a contar da citação. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. (Recurso Cível Nº 71001636745, Segunda Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Leo Pietrowski, Julgado em 20/08/2008)” (g.n) E mais, o artigo 7º. da Lei nº. 6.194/74, com a redação dada pela Lei nº. 8.441/92, prevê que: “A indenização por pessoa vitimada por veículo

não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmo valores, condições e prazos dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei". Com base nesse dispositivo legal, a jurisprudência pátria já pacificou entendimento no sentido de que qualquer seguradora que opera no sistema pode ser acionada para pagar o valor da indenização correspondente ao seguro obrigatório. REJEITO a preliminar de ausência de interesse processual sob o argumento de que não houve pedido administrativo antes do ajuizamento da presente ação, tendo em vista que mesmo não requerido na via administrativa, esse fato não retira a possibilidade de imediato e prévio acesso ao Poder Judiciário, por se tratar de uma garantia constitucional. Uma vez comprovado o acidente e o dano sofrido, faz jus o autor ao recebimento do seguro obrigatório, não havendo que se falar em esgotamento das vias administrativas para o pleito judicial. Rejeitadas as preliminares, passo a análise do mérito. Alega a parte autora, em síntese, que sofreu acidente de transito, restando parcialmente incapacitada, requerendo indenização no valor R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). A parte autora juntou na inicial, além da documentação de praxe, Boletim de Ocorrência e Histórico Clínico (ID-5593706), comprovando o acidente e o atendimento médico após o ocorrido. A perícia médica judicial realizada em sessão de conciliação (ID-9177260) atestou que o periciado apresenta "incapacidade física residual 10% em estrutura da face". A análise conjunta dos documentos acostados e da perícia médica realizada evidencia o nexo causal entre o acidente e as lesões. Comprovada a invalidez, assim como o nexo de causalidade com o acidente noticiado e não tendo ocorrido o pagamento na esfera administrativa, o autor faz jus à indenização do Seguro Obrigatório DPVAT. DO VALOR DA INDENIZAÇÃO Cumpre registrar que o Superior Tribunal de Justiça sumulou a questão sobre o grau de invalidez, conforme a edição da Súmula 474, na qual estabelece: "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez". (grifei) Importa destacar que a lei de regência do seguro DPVAT (6.194/74) já previa, em sua redação original, a possibilidade de quantificação das lesões, ou seja, da invalidez ocasionada por acidente de veículos de vias terrestres, com a permissão de um pagamento maior ou menor conforme fosse o grau de invalidez da vítima, tendo em vista que os danos sofridos por um e por outro não se equivalem. Desse modo, a indenização securitária do DPVAT necessariamente corresponderá à extensão da lesão e ao grau de invalidez. A Lei 6.194/74 estabelece em seu artigo 3º, o valor das indenizações por morte em 40 (quarenta) vezes o valor do maior salário mínimo vigente no país e invalidez permanente em até 40 (quarenta) vezes o valor do maior salário mínimo vigente no país. Referida lei foi alterada pela Lei 11.482/07, atribuindo em seu artigo 8º, novo valor para indenizações em caso de morte e invalidez permanente, até R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) e reembolso de despesas médicas e hospitalares em até R$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais), valores aplicáveis aos acidentes ocorridos após 29/12/2006, quando entrou em vigor a Medida Provisória nº. 340/2006, convertida na referida Lei 11.482/07. Assim, para os sinistros ocorridos até 29/12/06, o valor da indenização por morte 40 (quarenta) salários mínimos vigentes na data do sinistro e invalidez é o equivalente até 40 (quarenta) salários mínimos vigentes na data do sinistro; para os sinistros posteriores a 29/12/06 deverão ser tomados por base os novos limites indenizatórios no valor máximo de até R$ 13.500,00. Por sua vez, a aplicação do salário mínimo não fere o disposto nas Leis nº 6.205/75 e nº 6.423/77, porque não revogaram a Lei nº 6.194/74, que estabelece o valor da indenização fixada em salários mínimos e serve como fator de referência e não como indexador para corrigir a desvalorização da moeda. No caso, considerando que o acidente ocorreu em 10/05/2014, devem ser aplicadas as alterações ocorridas na lei nº. 6.194/74 em face da Medida Provisória nº. 340 de 29/12/2006 – convertida na Lei nº. 11.482/07 e da Lei 11.945/09. Logo, deve o requerente receber a título de indenização o valor até R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), conforme o grau de sua invalidez. Assim, compulsando a tabela de percentuais, verifico que a invalidez permanente é leve em estrutura craniofacial, como se deu no caso em questão, o percentual incidente será de até 100% (cem por cento) do valor máximo indenizável. Nesse sentido: SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) - INDENIZAÇÃO – AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR – AFASTADA – NEXO DE CAUSALIDADE DEMONSTRADO - GRAU DA INVALIDEZ – QUANTIFICAÇÃO CORRETA – SENTENÇA MANTIDA - RECURSO DESPROVIDO. Quando as provas trazidas aos autos são perfeitamente capazes de comprovar a ocorrência do sinistro e o dano causado à VÍTIMA, e inexistindo prova em contrário, não há que se falar na improcedência da ação por ausência de provas. O pagamento do seguro DPVAT DEVE SER PROPORCIONAL à extensão das lesões sofridas consoante disposto na Lei nº 6.194/74 com as alterações trazidas pela Lei nº 11.945/2009, eis que vigente à época do sinistro. (N.U 0035544-84.2016.8.11.0041, CÂMARAS ISOLADAS CÍVEIS DE DIREITO PRIVADO, CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA, Terceira Câmara de Direito Privado, Julgado em 03/07/2019, Publicado no DJE 08/07/2019)". Para o caso, a partir do laudo realizado pelo perito para fins indenizatórios, restou demonstrada invalidez como residual em um grau de 10% (dez por cento). Assim sendo, a parte requerente faz jus a uma indenização que corresponderá a 10% (dez por cento) do valor máximo indenizável de 100% (cem por cento), de acordo com que preceitua o inc. II do paragrafo 1º do art. 3º da Lei 6.194/74, totalizando R$ 1.350,00 (um mil trezentos e cinquenta reais). DA CORREÇÃO MONETÁRIA Incide a partir da data do sinistro até a data do efetivo pagamento (Súmula 43/STJ), devendo ser utilizado o índice do INPC. DOS JUROS MORATÓRIOS Quanto aos juros da mora, devem incidir a partir da citação, na taxa de 1% ao mês, nos moldes dos artigos 405 e 406 do Código Civil c/c artigo 161, §1º do CTN. Oportuno consignar que não se aplica neste caso a súmula 54 do STJ, a qual determina a aplicação de juros desde a data do evento danoso, em razão de não ter sido a seguradora quem deu causa aos danos sofridos pelo autor, os quais ensejaram o pagamento do seguro. No caso, trata-se de obrigação decorrente de lei, portanto, aplicável a disposição do artigo 240 do Código de Processo Civil. Posto isso, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido da Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório - DPVAT movida por João Rocha Gonçalves em face de Porto Seguro Cia de Seguros Gerais, para condenar a requerida: a) ao pagamento do valor de R$ 1.350,00 (um mil trezentos e cinquenta reais) conforme tabela de percentuais, para o caso de invalidez permanente em estrutura da face, corrigido monetariamente data do sinistro (10/05/2014) até a data do efetivo pagamento (Súmula 43/STJ), devendo ser utilizado o índice do INPC e acrescido de juros de mora de 1% (um por cento) a partir da citação; b) ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), nos termos do artigo 85 § 8º do Código de Processo Civil. Transitado em julgado, intime o vencedor a manifestar seu interesse na execução da sentença, apresentando a planilha de cálculo. Havendo pagamento voluntário da sentença e concordância da parte vencedora, expeça-se o competente alvará. Nada requerido arquivem-se os autos observadas as formalidades legais. Deixo de atender a ordem cronológica de processos conclusos, considerando que o rol do art. 12, § 2º do CPC/2015 é exemplificativo e a necessidade de cumprimento da Meta estabelecida pelo CNJ. P. R. I. C. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1014338-60.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
WAGNER MACENA DE ALMEIDA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
VICTOR HUGO VIDOTTI OAB - MT11439-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1014338-60.2017.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório - DPVAT ajuizada por Wagner Macena de Almeida em face de Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais. Sustenta a parte autora que foi vítima de grave acidente de trânsito, ocorrido em 27/01/2017, conforme certidão de ocorrência anexado ID (6837465) que lhe causou a invalidez. Requer o julgamento procedente a ação, a fim de ser a parte requerida condenada a indenizá-lo no montante de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) em decorrência de sua invalidez. Com a inicial vieram os documentos (ID – 6837439, 6837458, 6837465, 6837474). Pela decisão (ID- 7301204), foi deferido os benefícios da justiça gratuita, designada audiência de conciliação e determinada a citação e intimação da parte requerida.

Manifestação da parte requerida (ID – 9309096), requerendo a habilitação nos autos. Conforme consta no (ID – 10081020) foi realizada a tentativa de conciliação entre as partes, restando infrutífera, bem como foi anexado o laudo pericial. Na contestação (ID – 10366150), alega à requerida a preliminar da necessidade de alteração do polo passivo da ação, da irregularidade da representação, da ausência da comprovação da entrega do requerimento administrativo e a sua recusa. A parte requerida manifestou concordância com relação ao laudo pericial (ID – 10504572). O autor manifestou-se em impugnação, reiterando os termos da exordial (ID – 12801682). A parte autora manifestou concordância com relação ao laudo pericial (ID – 12801795, 12801855). Os autos vieram conclusos. É o relatório. Fundamento. DECIDO. Cuida-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório - DPVAT ajuizada por Wagner Macena de Almeida em face de Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais. Profiro o julgamento antecipado da lide (artigo 355, I, do Código de Processo Civil), porque a matéria prescinde de outras provas, sendo suficientes para o deslinde da causa as provas documentais contidas nos autos. Preliminarmente, a requerida suscitou em sede de contestação a preliminar de alteração do polo passivo da ação, da irregularidade da representação, da ausência da comprovação da entrega do requerimento administrativo e a sua recusa. Rejeito a preliminar de retificação do polo passivo, afirmando que deveria constar neste a SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, por ter sido concedido a esta a função de líder dos consórcios, pois, a demandada é parte legítima para figurar no pólo passivo, tendo em vista que é integrante do grupo de seguradoras que recebe os valores oriundos do seguro obrigatório, razão pela qual responde por tais indenizações. Nesse sentido: "AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. ACIDENTE DE TRÂNSITO. INVALIDEZ PERMANENTE. APLICAÇÃO DA SÚMULA 14 DAS TURMAS RECURSAIS. REVISADA EM 24/04/2008. 1. Não há de se falar em ilegitimidade passiva, uma vez que qualquer seguradora integrante do consórcio que responde pelas indenizações decorrentes de danos causados por acidentes de trânsito possui legitimidade passiva para saldar eventual diferença referente a seguro DPVAT. 2. Desnecessária perícia para apurar o grau de invalidez do autor, sendo competente para o julgamento o Juizado Especial Cível. Reiteradamente, ações dessa mesma natureza acorrem a esta esfera. Não se vislumbra, pois, complexidade no presente caso, não havendo necessidade de perícia. 3. Acidente ocorrido em 01/04/2003, sob a vigência a Lei 6.194/74, que, em seu artigo 3º, estipulava o valor de 40 salários mínimos como teto para indenização do seguro. Segundo entendimento das Turmas Recursais, não há de se cogitar graduação da invalidez, uma vez comprovado o dano de caráter permanente, deve a seguradora indenizar a vítima no valor máximo permitido em lei. No caso em questão, houve pagamento parcial de R$ 2.358,91, valor que deverá ser complementado até o patamar dos 40 salários. 4. Não prevalecem as disposições do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) que estipulam teto inferior ao previsto na lei não prevalecem porque, embora o CNSP tenha competência para regular a matéria, não pode fixar o valor da indenização em teto inferior ao da própria lei. Sentença modificada apenas no que toca aos juros que, segundo a súmula, incidem a contar da citação. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. (Recurso Cível Nº 71001636745, Segunda Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Leo Pietrowski, Julgado em 20/08/2008)" (g.n) E mais, o artigo 7º. da Lei nº. 6.194/74, com a redação dada pela Lei nº. 8.441/92, prevê que: "A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmo valores, condições e prazos dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei". Com base nesse dispositivo legal, a jurisprudência pátria já pacificou entendimento no sentido de que qualquer seguradora que opera no sistema pode ser acionada para pagar o valor da indenização correspondente ao seguro obrigatório. REJEITO a preliminar de assinaturas divergente, tendo em vista que a presente via é inadequada para se discutir a questão levantada, sendo certo que seria necessário um instauração de incidente. REJEITO a preliminar da ausência da comprovação da entrega de documento administrativo, pois esta juntado (ID – 162655409). REJEITO a preliminar da ausência da comprovação da entrega de documento administrativo, pois esta juntado (ID – 6837458). Rejeitadas as preliminares, passo a análise do mérito. Profiro o julgamento antecipado da lide (artigo 355, I, do Código de Processo Civil), porque a matéria prescinde de outras provas, sendo suficiente para o deslinde da causa as provas documentais contidas nos autos. Alega a parte autora, em síntese, que sofreu acidente de transito, restando parcialmente incapacitada, requerendo indenização no valor R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). A autora juntou na inicial, além da documentação de praxe, Certidão de Ocorrência e Histórico Médico (ID – 6837439, 6837458, 6837465, 6837474), comprovando o acidente e o atendimento médico após o ocorrido. A perícia médica judicial realizada por profissional habilitado (ID - 10081020) atestou que o periciado apresenta "incapacidade física como média (50%) em membro inferior direito". A análise conjunta dos documentos acostados e da perícia médica realizada evidencia o nexo causal entre o acidente e as lesões. Comprovada a invalidez, assim como o nexo de causalidade com o acidente noticiado e não tendo ocorrido o pagamento na esfera administrativa, o autor faz jus à indenização do Seguro Obrigatório DPVAT. DO VALOR DA INDENIZAÇÃO Cumpre registrar que o Superior Tribunal de Justiça sumulou a questão sobre o grau de invalidez, conforme a edição da Súmula 474, na qual estabelece: "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez". (grifei) Importa destacar que a lei de regência do seguro DPVAT (6.194/74) já previa, em sua redação original, a possibilidade de quantificação das lesões, ou seja, da invalidez ocasionada por acidente de veículos de vias terrestres, com a permissão de um pagamento maior ou menor conforme fosse o grau de invalidez da vítima, tendo em vista que os danos sofridos por um e por outro não se equivalem. Desse modo, a indenização securitária do DPVAT necessariamente corresponderá à extensão da lesão e ao grau de invalidez. A Lei 6.194/74 estabelece em seu artigo 3º, o valor das indenizações por morte em 40 (quarenta) vezes o valor do maior salário mínimo vigente no país e invalidez permanente em até 40 (quarenta) vezes o valor do maior salário mínimo vigente no país. Referida lei foi alterada pela Lei 11.482/07, atribuindo em seu artigo 8º, novo valor para indenizações em caso de morte e invalidez permanente, até R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) e reembolso de despesas médicas e hospitalares em até R$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais), valores aplicáveis aos acidentes ocorridos após 29/12/2006, quando entrou em vigor a Medida Provisória nº. 340/2006, convertida na referida Lei 11.482/07. Assim, para os sinistros ocorridos até 29/12/06, o valor da indenização por morte 40 (quarenta) salários mínimos vigentes na data do sinistro e invalidez é o equivalente até 40 (quarenta) salários mínimos vigentes na data do sinistro; para os sinistros posteriores a 29/12/06 deverão ser tomados por base os novos limites indenizatórios no valor máximo de até R$13.500,00. Por sua vez, a aplicação do salário mínimo não fere o disposto nas Leis nº 6.205/75 e nº 6.423/77, porque não revogaram a Lei nº 6.194/74, que estabelece o valor da indenização fixada em salários mínimos e serve como fator de referência e não como indexador para corrigir a desvalorização da moeda. No caso, considerando que o acidente ocorreu em 27/01/2017, devem ser aplicadas as alterações ocorridas na lei nº. 6.194/74 em face da Medida Provisória nº. 340 de 29/12/2006 – convertida na Lei nº. 11.482/07 e da Lei 11.945/09. Logo, deve o requerente receber a título de indenização o valor até R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), conforme o grau de sua invalidez. Assim, compulsando a tabela de percentuais, verifico que a invalidez permanente do membro inferior direito, como se deu no caso em questão, o percentual incidente será de até 70% (setenta por cento) do valor máximo indenizável. Nesse sentido: "SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) - INDENIZAÇÃO – AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR – AFASTADA – NEXO DE CAUSALIDADE DEMONSTRADO - GRAU DA INVALIDEZ – QUANTIFICAÇÃO CORRETA – SENTENÇA MANTIDA - RECURSO DESPROVIDO. Quando as provas trazidas aos autos são perfeitamente capazes de comprovar a ocorrência do sinistro e o dano causado à VÍTIMA, e inexistindo prova em contrário, não há que se falar na improcedência da ação por ausência de provas.O pagamento do seguro DPVAT DEVE SER PROPORCIONAL à extensão das lesões sofridas consoante disposto na Lei nº 6.194/74 com as alterações trazidas pela Lei nº 11.945/2009, eis que vigente à época do sinistro. (N.U 0035544-84.2016.8.11.0041, CÂMARAS ISOLADAS CÍVEIS DE DIREITO PRIVADO, CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA, Terceira Câmara de Direito Privado, Julgado em 03/07/2019, Publicado no DJE 08/07/2019)". Para o caso, a partir do laudo realizado pelo perito para fins indenizatórios, restou demonstrada invalidez permanente no membro inferior direito, em um grau de 50% (cinquenta por cento). Assim sendo, a requerente faz jus a uma indenização que corresponderá a 50% (cinquenta por cento) do valor máximo indenizável de 70% (setenta por cento), de acordo com que preceitua o inc. II do paragrafo 1º do art. 3º da Lei 6.194/74, totalizando R$

4.725,00 (quatro mil e setecentos e vinte e cinco reais). DA CORREÇÃO MONETÁRIA Incide a partir da data do sinistro até a data do efetivo pagamento (Súmula 43/STJ), devendo ser utilizado o índice do INPC. DOS JUROS MORATÓRIOS Quanto aos juros da mora, devem incidir a partir da citação, na taxa de 1% ao mês, nos moldes dos artigos 405 e 406 do Código Civil c/c artigo 161, §1º do CTN. Oportuno consignar que não se aplica neste caso a súmula 54 do STJ, a qual determina a aplicação de juros desde a data do evento danoso, em razão de não ter sido a seguradora quem deu causa aos danos sofridos pelo autor, os quais ensejaram o pagamento do seguro. No caso, trata-se de obrigação decorrente de lei, portanto, aplicável a disposição do artigo 240 do Código de Processo Civil. Posto isso, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido da presente Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório - DPVAT movida por Wagner Macena de Almeida em face de Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais, para condenar a requerida: a) ao pagamento do valor de R$ 4.725,00 (quatro mil e setecentos e vinte e cinco reais) conforme tabela de percentuais, para o caso de invalidez permanente parcial incompleta no membro inferior direito, corrigido monetariamente data do sinistro (27/01/2017) até a data do efetivo pagamento (Súmula 43/STJ), devendo ser utilizado o índice do INPC e acrescido de juros de mora de 1% (um por cento) a partir da citação; b) ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), nos termos do artigo 85 § 8º do Código de Processo Civil. Transitado em julgado, intime o vencedor a manifestar seu interesse na execução da sentença, apresentando a planilha de cálculo. Havendo pagamento voluntário da sentença e concordância da parte vencedora, expeça-se o competente alvará. Nada requerido arquivem-se os autos observadas as formalidades legais. Deixo de atender a ordem cronológica de processos conclusos, considerando que o rol do art. 12, § 2º do CPC/2015 é exemplificativo e a necessidade de cumprimento da Meta estabelecida pelo CNJ. P. R. I. C. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1026780-58.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ODINEI FERREIRA DE ALMEIDA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SILVA FERREIRA OAB - MT20957-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1026780-58.2017.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT proposta por Odinei Ferreira de Almeida em face de Porto Seguro Cia de Seguros. Sustenta a parte autora que foi vítima de grave acidente de trânsito, ocorrido em 09/06/2017, conforme boletim de acidente de trânsito anexado (ID – 9653555) que lhe causou a invalidez. Requer o julgamento procedente a ação, a fim de ser a parte requerida condenada a indenizá-lo no montante de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) em decorrência de sua invalidez. Com a inicial vieram os documentos (ID – 9653468, 9653476, 9653555, 9653570). Pela decisão (ID – 9832049) foi deferido os benefícios da justiça gratuita, designada a audiência de conciliação, determinada a citação e intimação da parte requerida. Manifestação da parte requerida (ID – 10759884), requerendo a habilitação nos autos. Conforme consta no (ID – 10936040) foi realizada a tentativa de conciliação entre as partes, restando infrutífera. Na contestação (ID – 11030778), alega à requerida a preliminar da necessidade de alteração do polo passivo da ação, do processo administrativo pendente de finalização. Manifestação da parte requerida (ID - 1134387), pugnando pela improcedência do pedido. A parte autora impugnou a contestação (ID- 13140256), reiterando os termos da exordial. A parte autora requereu a exintção do processo sem resolução do mérito conforme (ID – 13396805). A parte requerida peticionou conforme (ID – 13396805) manifestando pela disconcordância à desistência formulada pela requerente, requerendo o julgamento improcedente da ação. Os autos vieram conclusos. É o relatório. Fundamento. DECIDO. Em que pese a manifestação da parte requerida, entendo ser um ato meramente protelatório, não assiste razão à mesma. A discordância da parte requerida quanto à desistência postulada pelo autor deverá ser fundamentada, visto que a mera oposição sem qualquer justificativa razoável importa incabível abuso de direito, não tendo o codão de impedir a homologação da desistência, devendo o réu fundamentar sua oposição em motivo relevante e justificável. Oportuno colacionar jurisprudência dos Tribunais pátrios no mesmo sentido: “APELAÇÃO CÍVEL. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. AÇÃO REVISIONAL. DESISTÊNCIA DA AÇÃO APÓS A CONTESTAÇÃO. DISCORDÂNCIA FUNDAMENTADA DO RÉU. ART. 267, § 4º, DO CPC. AUSÊNCIA DE MOTIVO RELEVANTE. O pedido de desistência da ação após a contestação exige o consentimento do réu, nos termos do art. 267, § 4º, do CPC. Ainda que fundamentada a discordância com o pedido de desistência, ausente motivo relevante e justificável para a discordância é de ser mantida a sentença que homologou a desistência da ação. APELO DESPROVIDO. UNÂNIME. (Apelação Cível Nº 70050978568,...(TJ-RS - AC: 70050978568 RS, Relator: Liege Puricelli Pires, Data de Julgamento: 11/10/2012, Décima Sétima Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 23/10/2012)).” “O réu, depois de citado, tem de ser ouvido sobre o pedido de desistência formulado pelo autor. Somente pode opor-se a ele, se fundada sua oposição. A resistência, pura e simples, destituída de fundamento razoável, não pode ser aceita porque importa em abuso de direito. (NERY JUNIOR, Nelson. Código de Processo Civil Comentado. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008, p. 267) Assim, de acordo com ensinamentos de Nelson Nery Junior e Rosa Maria de Andrade Nery,“o réu, entretanto, não pode praticar abuso de direito, pois sua não concordância tem de ser fundada, cabendo ao juiz examinar sua pertinência. Nesse sentido, eis o que apregoa o c. STJ: A desistência da ação é instituto de natureza eminentemente processual, que possibilita a extinção do processo, sem julgamento do mérito, até a prolação da sentença. Após a citação, o pedido somente pode ser deferido com a anuência do réu ou, a critério do magistrado, se a parte contrária deixar de anuir sem motivo justificado. (AgRg na DESIS no REsp n.º 1.436.949/DF, 2ª T/STJ, rel. Min. Herman Benjamin, DJe 20/6/2014). PROCESSUAL CIVIL. DESISTÊNCIA DA AÇÃO. ANUÊNCIA DO RÉU. BILATERALIDADE DO PROCESSO. CPC, ART.267, § 4º. INTERPRETAÇÃO TELEOLÓGICA. DOUTRINA. DISCORDÂNCIA FUNDAMENTADA. NECESSIDADE. PRECEDENTES. RECURSO PROVIDO. I - Segundo anota a boa doutrina, a norma do art. 267, § 4º, CPC decorre da própria bilateralidade do processo, no sentido de que este não é apenas do autor. Com efeito, é direito do réu, que foi judicialmente acionado, também pretender desde logo a solução do conflito. Diante disso, a desistência da ação pelo autor deve ficar vinculada ao consentimento do réu desde o momento em que ocorre invasão na sua esfera jurídica e não apenas após a contestação ou o escoamento do prazo desta. II - A recusa do réu ao pedido de desistência deve ser fundamentada e justificada, não bastando a simples alegação de discordância, sem a indicação de motivo relevante. (REsp n.º 241.780/PR, 4ª T/STJ, rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, DJ 3/4/2000) (grifo nosso) Isto posto, HOMOLOGO a desistência da ação formulada pela parte autora para os fins do artigo 200, parágrafo único do Código de Processo Civil. Via de consequência JULGO EXTINTO O PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com fundamento no artigo 485, VIII do Código de Processo Civil, condenando a parte que desistiu ao pagamento das eventuais custas, despesas processuais e honorários advocatícios, ficando a execução suspensa face a gratuidade deferida nos presentes autos. Transitada em julgado, arquivem-se os autos, observados as formalidades legais. P. R. I. C. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1036458-97.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE ALBERTO CLAUDINO DE ASSIS (REQUERENTE)
THAISE COELHO VASTOR (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SAULO DALTRO MOREIRA SILVA OAB - MT10208-O (ADVOGADO(A))
Lemir Feguri OAB - MT10335-N (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1036458-97.2017.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT proposta por Thaisse Coelho Vastor e José Alberto Claudino de Assis em face de Porto Seguro Cia de Seguros Gerais. Sustenta os autores que sua filha foi vítima fatal de grave acidente de trânsito, ocorrido em 09/08/2017, conforme boletim de ocorrência anexado (ID – 10949537), vindo a óbito. Requer o julgamento procedente a ação, a fim de ser a parte requerida condenada a indenizá-lo no montante de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) em decorrência de sua invalidez. Com a inicial vieram os documentos (ID – 10949517, 10949518, 10949519, 10949520, 10949521, 10949522, 10949523, 10949524, 10949525, 10949537, 10949538, 10949539, 10949450, 10949542, 10949543, 10949544, 10949545, 10949546, 10949547, 10949548, 10949549). Pela decisão (ID – 11074596) foi deferido o pedido de justiça gratuita, foi designada audiência de conciliação e determinada a citação e intimação da parte requerida. Na contestação (ID – 11622902) alega a preliminar da alteração do polo passivo da ação, da carência da ação pela falta de interesse de agir pela ausência do requerimento administrativo e da ausência de documentos essenciais. Conforme consta no (ID – 11894734) foi realizada a tentativa de conciliação entre as partes, restando infrutífera. A parte autora impugnou a contestação (ID – 14090368) reiterando os termos da exordial. Manifestação da parte requerida (ID – 20305870), requerendo a habilitação nos autos. Os autos vieram conclusos. É o relatório. Fundamento. DECIDO. Cuida-se de Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório - DPVAT ajuizada por Thaisse Coelho Vastor e José Alberto Claudino de Assis em face de Porto Seguro Cia de Seguros Gerais. Profiro o julgamento antecipado da lide (artigo 355, I, do Código de Processo Civil), porque a matéria prescinde de outras provas, sendo suficiente para o deslinde da causa as provas documentais contidas nos autos. Preliminarmente, o requerido suscitou em sede de contestação a preliminar de alteração do polo passivo da ação, da carência da ação pela falta de interesse de agir pela ausência do requerimento administrativo e da ausência de documentos essenciais. Em relação a preliminar de retificação do polo passivo, onde a requerida afirma que deveria constar neste a SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, REJEITO, uma vez que foi concedido a requerida a função de líder dos consórcios, sendo pois, a demandada parte legítima para figurar no pólo passivo, visto que é integrante do grupo de seguradoras que recebem os valores oriundos do seguro obrigatório, razão pela qual responde por tais indenizações. Nesse sentido: "AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. ACIDENTE DE TRÂNSITO. INVALIDEZ PERMANENTE. APLICAÇÃO DA SÚMULA 14 DAS TURMAS RECURSAIS. REVISADA EM 24/04/2008. 1. Não há de se falar em ilegitimidade passiva, uma vez que qualquer seguradora integrante do consórcio que responde pelas indenizações decorrentes de danos causados por acidentes de trânsito possui legitimidade passiva para saldar eventual diferença referente a seguro DPVAT. 2. Desnecessária perícia para apurar o grau de invalidez do autor, sendo competente para o julgamento o Juizado Especial Cível. Reiteradamente, ações dessa mesma natureza acorrem a esta esfera. Não se vislumbra, pois, complexidade no presente caso, não havendo necessidade de perícia. 3. Acidente ocorrido em 01/04/2003, sob a vigência a Lei 6.194/74, que, em seu artigo 3º, estipulava o valor de 40 salários mínimos como teto para indenização do seguro. Segundo entendimento das Turmas Recursais, não há de se cogitar graduação da invalidez, uma vez comprovado o dano de caráter permanente, deve a seguradora indenizar a vítima no valor máximo permitido em lei. No caso em questão, houve pagamento parcial de R$ 2.358,91, valor que deverá ser complementado até o patamar dos 40 salários. 4. Não prevalecem as disposições do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) que estipulam teto inferior ao previsto na lei não prevalecem porque, embora o CNSP tenha competência para regular a matéria, não pode fixar o valor da indenização em teto inferior ao da própria lei. Sentença modificada apenas no que toca aos juros que, segundo a súmula, incidem a contar da citação. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. (Recurso Cível Nº 71001636745, Segunda Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Leo Pietrowski, Julgado em 20/08/2008)" (g.n) E mais, o artigo 7º. da Lei nº. 6.194/74, com a redação dada pela Lei nº. 8.441/92, prevê que: "A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmo valores, condições e prazos dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei". Com base nesse dispositivo legal, a jurisprudência pátria já pacificou entendimento no sentido de que qualquer seguradora que opera no sistema pode ser acionada para pagar o valor da indenização correspondente ao seguro obrigatório. REJEITO a preliminar de ausência de interesse processual sob o argumento de que não houve pedido administrativo antes do ajuizamento da presente ação, tendo em vista quem mesmo não requerido na via administrativa, esse fato não retira a possibilidade de imediato e prévio acesso ao Poder Judiciário, por se tratar de uma garantia constitucional. Uma vez comprovado o acidente e o dano sofrido, faz jus o autor ao recebimento do seguro obrigatório, não havendo que se falar em esgotamento das vias administrativas para o pleito judicial. IMPROCEDE a preliminar de inépcia da inicial, pela ausência de documentação imprescindível, pois os mesmos estão juntados no (ID – 10949518 e 10949519). Rejeitadas as preliminares, passo a análise do mérito. Alega os autores, em síntese, que Thaisse Coelho sofreu acidente de transito, que ocasionou a morte prematura da sua filha ainda em seu ventre, requerendo indenização no valor R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). Em que pese à existência de entendimentos contrários, resultado das divergentes opiniões do direito de personalidade, o Superior Tribunal de Justiça em recente julgados entende que a perda do feto (nascituro) em aborto provocado em acidente de trânsito gera aos seus genitores na qualidade de beneficiário do natimorto o direito a percepção da indenização decorrente do seguro obrigatório DPVAT. (Recurso Especial repetitivo n. 1483620/SC, Rel. Ministro Paulo De Tarso Sanseverino, Segunda Seção, Julgado em 27/05/2015, DJe 02/06/2015). Os autores juntaram na inicial, além da documentação de praxe, Boletim de Ocorrência e Certidão de Óbito (ID – 10949537, 10949521), comprovando o acidente fatal e a qualidade de beneficiários. A análise conjunta dos documentos acostados evidencia o nexo causal entre o acidente e a morte. Comprovada o evento morte , assim como o nexo de causalidade com o acidente noticiado e não tendo ocorrido o pagamento na esfera administrativa, os autores faz jus à indenização do Seguro Obrigatório DPVAT. DO VALOR DA INDENIZAÇÃO Cumpre registrar que a Lei 6.194/74 estabelece em seu artigo 3º, o valor das indenizações por morte em 40 (quarenta) vezes o valor do maior salário mínimo vigente no país e invalidez permanente em até 40 (quarenta) vezes o valor do maior salário mínimo vigente no país. Referida lei foi alterada pela Lei 11.482/07, atribuindo em seu artigo 8º, novo valor para indenizações em caso de morte e invalidez permanente, até R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) e reembolso de despesas médicas e hospitalares em até R$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais), valores aplicáveis aos acidentes ocorridos após 29/12/2006, quando entrou em vigor a Medida Provisória nº. 340/2006, convertida na referida Lei 11.482/07. Assim, para os sinistros ocorridos até 29/12/06, o valor da indenização por morte 40 (quarenta) salários mínimos vigentes na data do sinistro e invalidez é o equivalente até 40 (quarenta) salários mínimos vigentes na data do sinistro; para os sinistros posteriores a 29/12/06 deverão ser tomados por base os novos limites indenizatórios no valor máximo de até R$ 13.500,00. Por sua vez, a aplicação do salário mínimo não fere o disposto nas Leis nº 6.205/75 e nº 6.423/77, porque não revogaram a Lei nº 6.194/74, que estabelece o valor da indenização fixada em salários mínimos e serve como fator de referência e não como indexador para corrigir a desvalorização da moeda. No caso, considerando que o acidente ocorreu em 09/08/2017, devem ser aplicadas as alterações ocorridas na lei nº. 6.194/74 em face da Medida Provisória nº. 340 de 29/12/2006 – convertida na Lei nº. 11.482/07 e da Lei 11.945/09. Logo, deve a parte requerente receber a título de indenização o valor de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). DA CORREÇÃO MONETÁRIA Incide a partir da data do sinistro até a data do efetivo pagamento (Súmula 43/STJ), devendo ser utilizado o índice do INPC. DOS JUROS MORATÓRIOS Quanto aos juros da mora, devem incidir a partir da citação, na taxa de 1% ao mês, nos moldes dos artigos 405 e 406 do Código Civil c/c artigo 161, §1º do CTN. Oportuno consignar que não se aplica neste caso a súmula 54 do STJ, a qual determina a aplicação de juros desde a data do evento danoso, em razão de não ter sido a seguradora quem deu causa aos danos sofridos pelo autor, os quais ensejaram o pagamento do seguro. No caso, trata-se de obrigação decorrente de lei, portanto, aplicável a disposição do artigo 240 do Código de Processo Civil. Posto isso, JULGO PROCEDENTE o pedido da presente AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT movida por Thaisse Coelho Vastor e José Alberto Claudino de Assis em

face de Porto Seguro Cia de Seguros Gerais para condenar a requerida: a) ao pagamento do valor de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) referente ao óbito da filha dos autores nos termos da Lei 6.194/74, corrigido monetariamente data do sinistro (09/08/2017), até a data do efetivo pagamento (Súmula 43/STJ), devendo ser utilizado o índice do INPC e acrescido de juros de mora de 1% (um por cento) a partir da citação; b) ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), nos termos do artigo 85 § 8º do Código de Processo Civil. Transitado em julgado, intime o vencedor a manifestar seu interesse na execução da sentença, apresentando a planilha de cálculo. Havendo pagamento voluntário da sentença e concordância da parte vencedora, expeça-se o competente alvará. Nada requerido arquivem-se os autos observadas as formalidades legais. P. R. I. C. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

1ª Vara Especializada em Direito Bancário

Expediente

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Paulo de Toledo Ribeiro Junior
Cod. Proc.: 165005 Nr: 14983-59.2004.811.0041
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S/A
PARTE(S) REQUERIDA(S): ANTÔNIO BATISTA DE QUEIRÓZ
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CLEIDI ROSANGELA HETZEL - OAB:8.244-B/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos, etc.
Vislumbro dos autos que a Instituição Financeira requerer a penhora do bem encontrado na pesquisa via Renajud, fls. 260, entretanto levando-se em consideração a última planilha da dívida às fls. 246, atualizada no ano de 2016, e o valor de mercado do objeto (extrato anexo), é evidente que ele enquadra-se nos termos do artigo 836 do Código de Processo Civil, senão vejamos:
"Art. 836: (...) Não se levará a efeito a penhora quando ficar evidente que o produto da execução dos bens encontrados será totalmente absorvido pelo pagamento das custas da execução (...)"
Portanto, ante a ausência de bens passíveis de penhora, SUSPENDO o presente feito, nos moldes do artigo 921, inciso III do CPC (nos termos do § 1º do referido artigo).
Friso, desde já que considerando o esgotamento de meios pelo juízo na localização de bens, saliento que não conheço de requerimentos futuros de desarquivamento sem prova da INDICAÇÃO PELO EXEQUENTE DE BENS DESEMBARAÇADOS, DE COMPROVADA PROPRIEDADE DO EXECUTADO, salientando que a repetição de atos exauridos dará azo a aplicação da multa do artigo 77 do CPC.
Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 70242 Nr: 17712-19.2008.811.0041
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: BANCO BANORTE S/A
PARTE(S) REQUERIDA(S): JOSÉ CARLOS FERREIRA, LAURA LÚCIA FREIRE DE ANDRADE FERREIRA, MAURO ARANTES FERREIRA, MARCELO FREIRE ANDRADE FERREIRA, MARINA JANÓLIO FERREIRA, DONIZETE ALVES PRATES
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JOSÉ ARLINDO DO CARMO - OAB:3.722/MT, LUCIANA REZEGUE DO CARMO - OAB:9.609/MT, RICARDO TURBINO NEVES - OAB:12.454/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEFENSOR PUBLICO - OAB:, DIONISIO NEVES DE SOUZA FILHO - OAB:3.646/MT, JOÃO BATISTA BENETI - OAB:3065
Intimação da parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, tomar ciência acerca da distribuição da Carta Precatória expedida nestes autos, conforme comprovante de distribuição de fls. 290 – autos PJe n. 1000822-04.2019.8.11.0008, devendo, ainda, verificar quaisquer possíveis custas ou eventuais diligências cobradas na comarca deprecada a fim de que a mesma seja devidamente cumprida pela Comarca Deprecada.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 1006207 Nr: 26010-53.2015.811.0041
AÇÃO: Monitória->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: BANCO HSBC BANK BRASIL S.A
PARTE(S) REQUERIDA(S): L B COSTA COMÉRCIO ME
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CRISTIANA VASCONCELOS BORGES MARTINS - OAB:13.994-A, RENATO CHAGAS CORRÊA DA SILVA - OAB:8.184-A/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Intimação da parte Autora para manifestar acerca dos documentos de fls. 160/165, dando o devido prosseguimento ao feito, no prazo de 05 (cinco) dias.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Paulo de Toledo Ribeiro Junior
Cod. Proc.: 799577 Nr: 6002-26.2013.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: BANCO SANTANDER S/A
PARTE(S) REQUERIDA(S): CLASMAT COMERCIO DE CEREAIS LTDA ME, ARI ROSA DOS SANTOS, WALTER RIBEIRO BUENO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ALEXANDRY CHEKERDEMIAN SANCHIK TULIO - OAB:11.876-MT, FLAVIO NEVES COSTA - OAB:12.406-A OAB/MT, MARCO ANDRÉ HONDA FLORES - OAB:9.708-A, RICARDO NEVES COSTA - OAB:12410-A/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: FABIO POQUIVIQUI DE OLIVEIRA - OAB:OAB/MT 16.601, JAIR DEMÉTRIO - OAB:15.904/MT, LEANDRO CERQUEIRA MORAIS - OAB:12.549/MT
Vistos, etc.
Indefiro o requerimento de pesquisa junto ao sistema Renajud, visto que o mesmo já foi realizado por este juízo (fls. 258/260), sendo localizados bens que enquadravam-se no artigo 836 do CPC, bem como Infojud, pois esta medida deve ser a última adotada pelo Poder Judiciário, pois redunda em quebra de sigilo.
Destarte, acerca do requerimento de nova penhora via Bacenjud, deixo para apreciar após a apresentação de planilha atualizada da dívida, com o abatimento do valor bloqueado às fls. 293/294, no prazo de 15 dias, sob pena de extinção e desbloqueio.
No mesmo prazo acima, intimo a Instituição Financeira para indicar seus dados bancários, para posterior transferência do valor retido e expedição de alvará, sob pena de extinção e desbloqueio.
Por fim, ante o teor do ofício de fls. 299, oficie-se ao Itaú Unibanco S/A para que esclareça os fatos narrados no ofício em comento, acostando aos autos os documentos pertinentes.
Após, concluso para deliberações.
Cumpra-se.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Paulo de Toledo Ribeiro Junior
Cod. Proc.: 1059493 Nr: 50766-29.2015.811.0041
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: BANCO BRADESCO S/A
PARTE(S) REQUERIDA(S): MARLI ISABEL TIECHER
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MARCOS ANTONIO DE ALMEIDA RIBEIRO - OAB:5308-A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: NELSON JOSÉ GASPARELO - OAB:2693-B
Vistos, etc.
Trata-se de Ação de Execução ajuizada por Banco Bradesco S.A. em face de Marli Isabel Tiecher.
Vislumbro dos autos que às fls. 30 foi realizada a penhora do imóvel de matricula 37.466, sendo posteriormente apresentada certidão de averbação premonitória outros bens (fls. 35 e 47).
Às fls. 65 a Executada manifestou nos autos informando que seu plano de pagamento em assembleia geral foi aprovado pelo Juízo da Recuperação Judicial, momento em que foi determinada a suspensão desse feito (fls. 88) e posteriormente a remessa desses autos a 1ª Vara Cível (fls.

111/112).
O Banco apresentou embargos de declaração e, após sua rejeição (fls. 231) interpôs agravo de instrumento (fls. 258/278), que vou provido determinando o prosseguimento do feito nesta Vara Especializada (fls. 285/286).
Às fls. 282/283 o Banco informa o descumprimento do plano de recuperação, sem apresentar prova do mesmo, pleiteando pelo prosseguimento do feito, com a intimação da Executada, bem como o leilão do imóvel penhorado, entretanto não apresentou prova do mesmo.
Por conseguinte, intimo a Instituição Financeira para comprovar o descumprimento do plano de recuperação judicial, no prazo de 15 dias sob pena de extinção.
Em caso de silêncio ou pedidos protelatório, intime-se o Banco via correio com aviso de recebimento para cumprir o comando acima, no prazo de 05 dias, sob a mesma admoestação.
Destarte, em celebração ao princípio do contraditório, intimo a Ré para manifestar nos autos acerca do informado pela Casa Bancária às fls. 282/283, no prazo de 15 dias.
Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Paulo de Toledo Ribeiro Junior
Cod. Proc.: 1109139 Nr: 14326-97.2016.811.0041
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: BANCO DO BRASIL S/A
PARTE(S) REQUERIDA(S): CASA E CONSTRUÇAO LTDA, VLADMIR APARECIDO RODRIGUES, CARLOS RODRIGUES, NEIDE ALVES DE OLIVEIRA RODRIGUES
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: SERVIO TULIO DE BARCELOS - OAB:14258-A/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: THAIS OLIVEIRA KAISER SETÚBAL - OAB:12.764/MT
Vistos, etc.
Vislumbro que a Instituição Financeira pleiteou pela penhora do veículo localizado na pesquisa via Renajud (fls. 140/143), todavia consigno que o último cálculo efetuado da dívida foi aos 28/02/2019 (fls. 133).
Desta feita, intimo a Casa Bancária para apresentar planilha atualizada do débito, no prazo de 15 dias sob pena de extinção.
Em caso de silêncio e/ou pedidos protelatórios, intime-se o Banco via correio com aviso de recebimento para cumprir o comando acima no prazo de 05 dias, sob a mesma admoestação.
Cumpra-se.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Paulo de Toledo Ribeiro Junior
Cod. Proc.: 790828 Nr: 44885-76.2012.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A
PARTE(S) REQUERIDA(S): LENA CRISTINA DOS SANTOS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES - OAB:19.937/PR, Gilberto Borges da Silva - OAB:58.647/PR
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: FABIANIE MARTINS MATTOS - OAB:8.920-B/MT
Vistos, etc.
Trata-se de Busca e Apreensão em fase de Cumprimento de Sentença ajuizada por Banco Bradesco Financiamentos s/a em face de Lena Cristina dos Santos.
Às fls. 290/291 a Requerida informa que não houve a prestação de contas por parte da Instituição Financeira, não sendo conhecido por qual valor que o veículo apreendido na fase de conhecimento foi vendido.
Desta feita, intimo o Banco para manifestar acerca das arguições da Requerida no prazo de 15 dias, em celebração ao princípio do contraditório.
Cumpra-se.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Paulo de Toledo Ribeiro Junior
Cod. Proc.: 232970 Nr: 2298-49.2006.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: BANCO ITAU S/A
PARTE(S) REQUERIDA(S): SABOIA CAMPOS CONSTRUÇÕES E COMERCIO LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: USSIEL TAVARES DA SILVA FILHO - OAB:3150-A/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: EDUARDO VIEIRA BARROS - OAB:7680, EUCLIDES RIBEIRO S. JUNIOR - OAB:5.222/MT
Vistos, etc.
Vislumbro que o Credor pleiteou pela penhora via Bacenjud (fls. 332/333), todavia consigno que o último cálculo efetuado da dívida foi aos 01/04/2016 (fls. 334).
Desta feita, intimo o Credor para apresentar planilha atualizada do débito, no prazo de 15 dias sob pena de arquivamento.
Em caso de silêncio, remetam-se os autos ao arquivo com as anotações e baixas devidas.
Cumpra-se.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Paulo de Toledo Ribeiro Junior
Cod. Proc.: 821388 Nr: 27582-15.2013.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: BANCO VOLKSWAGEN S/A
PARTE(S) REQUERIDA(S): ANDRE NANTES DE MORAES
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: FABIANA SEVERINO DA SILVA - OAB:12747/MT, JOSE LIDIO ALVE DOS SANTOS - OAB:MT 20853-A, LEONARDO PLATAIS BRASIL TEIXEIRA - OAB:160.435, MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO - OAB:4.482/MT, ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO - OAB:20.732 -A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: FABIANIE MARTINS MATTOS - OAB:8.920-B/MT
Vistos, etc.
Vislumbro dos autos que às fls. 197 os causídicos que representam a Instituição Financeira informaram suas renúncias.
Entretanto, sem prejuízo procedo a anotação do advogado Leonardo Plarais Brasil Teixeira constituído nos autos em apenso.
No mais, ante a discordância do cálculo apresentado pelo Banco nos autos em apenso, aguarde-se.
Cumpra-se.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Paulo de Toledo Ribeiro Junior
Cod. Proc.: 783107 Nr: 36798-34.2012.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ANDRE NANTES DE MORAES
PARTE(S) REQUERIDA(S): BANCO VOLKSWAGEN S/A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: FABIANIE MARTINS MATTOS - OAB:8.920-B/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: LEONARDO PLATAIS BRASIL TEIXEIRA - OAB:160.435, MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO - OAB:4.482/MT, MARCELO BRASIL SALIBA - OAB:11546-A/MT
Vistos, etc.
Às fls. 285 a Instituição Financeira informa o saldo que entende ser devido pelo Requerente, conforme planilha de fls. 334/340.
O Autor, por sua vez, arguiu que o cálculo do Banco encontra-se eivado de nulidade e erros, devendo o mesmo ser desconsiderado, bem como os autos enviados à Contadoria – fls. 345.
Ocorre que o Requerente não aponta os erros e nulidades cometidos pela Casa Bancária, bem como não apresenta planilha com o valor que entende ser correto.
Desta feita, intimo o Autor para declinar em quais pontos o cálculo do Banco cometeu os erros e nulidades arguidas, bem como apresentar o cálculo com o valor que entende ser devido, no prazo de 15 dias, sob pena de homologação da planilha de fls. 334/340.
Cumprido o disposto acima, remetam-se os autos a Contadoria Judicial para que proceda o cálculo do real débito/crédito as partes, nos termos da sentença proferida às fls. 191/201.
Com essa nos autos, intime-se as partes para manifestarem no prazo de 15 dias.
Cumpra-se.

2ª Vara Especializada em Direito Bancário

Intimação

Intimação Classe: CNJ-37 CAUTELAR INOMINADA
Processo Número: 1054174-69.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
GILDO MOTTA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ELSON DUQUES DOS SANTOS OAB - MT14234-O (ADVOGADO(A))
VALERIA CASTILHO MUNHOZ VIVAN OAB - MT5956-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AFARE I - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS NAO-PADRONIZADOS (REQUERIDO)

Deverá a Parte Autora apresentar a guia de recolhimento e comprovante de pagamento da diligência ou oferecer meios para a condução do oficial de justiça, para o cumprimento do mandado necessário, no prazo de 05 dias.

Intimação Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1046459-73.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO FINASA BMC S.A. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JAMIL ALVES DE SOUZA OAB - MT12880-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
IRINEU ITOR DASSOW KLEIN (REQUERIDO)

Deverá a parte autora providenciar a citação do requerido, no prazo 5 dias

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1048986-95.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CARLOS ALBERTO BAPTISTA DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
VALERIA DIAS CARDOSO OAB - MT21850-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BMG S.A (RÉU)

Deverá a Parte Autora apresentar a guia de recolhimento e comprovante de pagamento da diligência ou oferecer meios para a condução do oficial de justiça, para o cumprimento do mandado necessário, no prazo de 05 dias.

Intimação Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 0021056-95.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO BRADESCO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCOS ANTONIO DE ALMEIDA RIBEIRO OAB - MT5308-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
M M PEREIRA & SOUZA LTDA - ME (EXECUTADO)

Deverá a parte autora manifestar sobre a certidão do Oficial de Justiça, no prazo legal.

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1048346-92.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ADRIANO ATHALA DE OLIVEIRA SHCAIRA OAB - MT20495-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OLINDA WARMELING HERDT (EXECUTADO)
ALMIRIO HERDT (EXECUTADO)
LAERCIO HERDT (EXECUTADO)
ELIELTON HERDT (EXECUTADO)

Deverá a parte autora manifestar sobre a certidão do Oficial de Justiça de dar prosseguimento ao feito, no prazo lega.

Intimação Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1023926-57.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
NATALINO DOS SANTOS PIRES (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE DOS SANTOS NETO OAB - MT3677-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
RODOBENS ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA. (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GILSON SANTONI FILHO OAB - SP217967 (ADVOGADO(A))

Deverá a parte autora manifestar sobre a impugnação ao cumprimento de sentença, no prazo legal.

Intimação Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1006997-12.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO FINASA BMC S.A. (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROSANGELA DA ROSA CORREA OAB - MT16308-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LAURINETE OLIVEIRA DE SOUZA (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCO ANTONIO BAGGIO DE CARVALHO OAB - MT11985/O (ADVOGADO(A))

Deverá a parte exequente apresentou a guia de recolhimento da diligência ou oferecer meios para a condução do oficial de justiça, para o cumprimento do mandado de penhora/avaliação, como requerido ao id. 25717835.

Intimação Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1015695-41.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO BRADESCO SA (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Ativo:
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESPÓLIO DE ANTÔNIO MANOEL BICUDO (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MURAT DOGAN OAB - MT6917-O (ADVOGADO(A))
NILTON ARRUDA MORENO OAB - MT0005415S (ADVOGADO(A))
RENATO VALERIO FARIA DE OLIVEIRA OAB - MT15629-O (ADVOGADO(A))
ROSICOELLI BICUDO MENDES SILVA OAB - 314.155.121-91 (REPRESENTANTE)

Deverá a parte autora manifestar sobre o Recibo de Bloqueio colacionado nos autos e dar prosseguimento ao feito, no prazo lega.

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 0020848-43.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SERVIO TULIO DE BARCELOS OAB - MT14258-S (ADVOGADO(A))
JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA OAB - MT19081-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SARGI COMERCIO DE PRODUTOS GRAFICOS EIRELI - EPP (EXECUTADO)
JULIANA CAMPOS SARGI (EXECUTADO)
RODOLFO BENEDITO CAMPOS SARGI (EXECUTADO)
LAURO RONDON BALESTEIROS (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
IZONILDES PIO DA SILVA OAB - MT6486-B (ADVOGADO(A))

Deverá a parte autora indicar outros bens passíveis de penhora, no prazo lega.

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 0003320-98.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GUSTAVO RODRIGO GOES NICOLADELI OAB - MT17980-O

(ADVOGADO(A))
FABIULA MULLER OAB - PR22819-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CLAUDINEI VIEIRA DE CHAVES (EXECUTADO)

EDITAL DE INTIMAÇÃO PROCESSO DE EXECUÇÃO PRAZO: 20 DIAS AUTOS N 0003320-98.2013.8.11.0041 AÇÃO: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL EXEQÜENTE(S): BANCO DO BRASIL S/A ADVOGADO DA PARTE EXEQÜENTE(S): FABIULA MULLER e GUSTAVO RODRIGO GOES NICOLADELI EXECUTADO (A,S): CLAUDINEI VIEIRA DE CHAVES INTIMANDO(A,S): CLAUDINEI VIEIRA DE CHAVES - CPF: 593.338.121-72 DATA DA DISTRIBUIÇÃO DA AÇÃO: 28/01/2013 VALOR DO DÉBITO: 142.146,05 FINALIDADE: INTIMAÇÃO da parte acima qualificada, atualmente em lugar incerto e não sabido, para indicar bens passíveis de penhora, no prazo de 5 (cinco) , contados da expiração do prazo do presente edital, sob pena de não o fazendo incorrer em multa de 5% (cinco por cento) do débito. Cuiabá - MT, 12 de dezembro de 2019. Assinado Digitalmente Laura Ferreira Araújo e Medeiros Gestora Judiciária

Despacho Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1041033-80.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO FINASA BMC S.A. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE CARLOS SKRZYSZOWSKI JUNIOR OAB - MT16168-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GUILHERME CESAR SANTOS SOARES (REQUERIDO)
Magistrado(s):
RITA SORAYA TOLENTINO DE BARROS

Vistos, etc. Intime-se o autor para comprovar no prazo legal a restituição do em à parte requerida, sob pena de bloqueio do valor do bem, conforme Tabela Fipe. Cumpra-se. Cuiabá, 13.12.19

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1025171-06.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO BRADESCO CARTÕES S.A. (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
WANDERLEY ROMANO DONADEL OAB - MG78870 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LEONARDO OLIVEIRA DANTAS (RÉU)
Magistrado(s):
RITA SORAYA TOLENTINO DE BARROS

Vistos, etc. INTIME-SE O AUTOR, POR CARTA E SEU ADVOGADO, para cumprir determinação dos autos no prazo de cinco dias, sob pena de extinção, advertindo que não serão considerados pedidos repetidos já analisados, transcorrendo o prazo da mesma forma. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, certifique-se e conclusos. Cumpra-se. Cuiabá, 13.12.19

Despacho Classe: CNJ-62 MONITÓRIA
Processo Número: 1008730-47.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
SERVIO TULIO DE BARCELOS OAB - MT14258-S (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
WANDER DUARTE E SOUZA (RÉU)
MT COMERCIO DE ACESSORIOS E BIJOUTERIAS LTDA - ME (RÉU)
ELCIENE RESENDE DE MIRANDA (RÉU)
DARIO FRANCISCO LANDOLFI SALINAS (RÉU)
Magistrado(s):
RITA SORAYA TOLENTINO DE BARROS

Vistos, etc. INTIME-SE O AUTOR, POR CARTA E SEU ADVOGADO, para cumprir determinação dos autos no prazo de cinco dias, sob pena de extinção, advertindo que não serão considerados pedidos repetidos já analisados, transcorrendo o prazo da mesma forma. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, certifique-se e conclusos. Cumpra-se. Cuiabá, 13.12.19

Despacho Classe: CNJ-62 MONITÓRIA
Processo Número: 1035708-61.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ITAU UNIBANCO S/A (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCO ANDRÉ HONDA FLORES OAB - MT9708-S (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
A.C.MOREIRA CARVALHO E CIA LTDA - ME (RÉU)
ANA CAROLINE MOREIRA CARVALHO (RÉU)
Magistrado(s):
RITA SORAYA TOLENTINO DE BARROS

Vistos, etc. INTIME-SE O AUTOR, POR CARTA E SEU ADVOGADO, para cumprir determinação dos autos no prazo de cinco dias, sob pena de extinção, advertindo que não serão considerados pedidos repetidos já analisados, transcorrendo o prazo da mesma forma. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, certifique-se e conclusos. Cumpra-se. Cuiabá, 13.12.19

Despacho Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1034063-64.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO J. SAFRA S.A (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE CARLOS SKRZYSZOWSKI JUNIOR OAB - MT16168-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
IVONE MARCIA BARROS DOS REIS (REQUERIDO)
Magistrado(s):
RITA SORAYA TOLENTINO DE BARROS

Vistos, etc. INTIME-SE O AUTOR, POR CARTA E SEU ADVOGADO, para postular pela conversão da ação em execução nos termos do Decreto Lei n. 911/69, em face não localização do bem, no prazo de cinco dias, sob pena de extinção, advertindo que não serão considerados pedidos repetidos já analisados, transcorrendo o prazo da mesma forma. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, certifique-se e conclusos. Cumpra-se. Cuiabá, 13.12.19

Despacho Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 0006314-31.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BRADESCO ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA. (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCIANO BOABAID BERTAZZO OAB - MT8794-O (ADVOGADO(A))
THIAGO DE SIQUEIRA BATISTA MACEDO OAB - MT17528-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MAURICIO DE FIGUEIREDO COELHO (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Magistrado(s):
RITA SORAYA TOLENTINO DE BARROS

Vistos, etc. INTIME-SE O AUTOR, POR CARTA E SEU ADVOGADO, para postular pela conversão da ação em execução nos termos do Decreto Lei n. 911/69, em face não localização do bem, no prazo de cinco dias, sob pena de extinção, advertindo que não serão considerados pedidos repetidos já analisados, transcorrendo o prazo da mesma forma. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, certifique-se e conclusos. Cumpra-se. Cuiabá, 13.12.19

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1038391-08.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
AGENCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO S/A (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELA REGINA DE ALMEIDA FREITAS OAB - MT9454-O (ADVOGADO(A))
GILBERTO RODRIGO RODRIGUES DOS SANTOS OAB - MT0010028A (ADVOGADO(A))
ROSEANY BARROS DE LIMA OAB - MT0007959A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ADRIANO SOARES RAMOS 96958146115 (EXECUTADO)

ADRIANO SOARES RAMOS (EXECUTADO)
FABIANA DE SOUZA FERREIRA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
RITA SORAYA TOLENTINO DE BARROS

Vistos, etc. Em face da certidão dos autos, remeta-se o feito ao arquivo até decorrer o prazo prescricional, diante da inércia do autor em dar prosseguimento ao feito. Manifestando o autor, somente venham conclusos após certificar o prazo prescricional. Cumpra-se. Cuiabá, 13.12.19

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1041093-87.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BRADESCO ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA. (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
AMANDIO FERREIRA TERESO JUNIOR OAB - ES17315-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
N E DE ABREU - ME (EXECUTADO)
Magistrado(s):
RITA SORAYA TOLENTINO DE BARROS

Vistos, etc. Em face da certidão dos autos, remeta-se o feito ao arquivo até decorrer o prazo prescricional, diante da inércia do autor em dar prosseguimento ao feito. Manifestando o autor, somente venham conclusos após certificar o prazo prescricional. Cumpra-se. Cuiabá, 13.12.19

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1046863-27.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO UNIAO E NEGOCIOS - SICOOB INTEGRACAO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LARA CRISTINA DE OLIVEIRA LIMA OAB - MT7614-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ROOSEVELT BISPO FERREIRA (EXECUTADO)
WILSON ALVES DINIZ JUNIOR (EXECUTADO)
Magistrado(s):
RITA SORAYA TOLENTINO DE BARROS

Vistos, etc. Proceda-se penhora on line e oficie-se como postulado. Após, diga-se. Cumpra-se. Cuiabá, 13.12.19

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1046541-07.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO UNIAO E NEGOCIOS - SICOOB INTEGRACAO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LARA CRISTINA DE OLIVEIRA LIMA OAB - MT7614-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
APARECIDA CASTANHO ROSA BARBIERI (EXECUTADO)
Magistrado(s):
RITA SORAYA TOLENTINO DE BARROS

Vistos, etc. Atualize-se o débito, custas e despesas processuais, acrescendo dos honorários advocatícios fixados nos autos. Após, proceda-se penhora on line e oficie-se como postulado. Cumpra-se. Cuiabá, 13.12.19

Intimação Classe: CNJ-62 MONITÓRIA
Processo Número: 1035708-61.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ITAU UNIBANCO S/A (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCO ANDRÉ HONDA FLORES OAB - MT9708-S (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
A.C.MOREIRA CARVALHO E CIA LTDA - ME (RÉU)
ANA CAROLINE MOREIRA CARVALHO (RÉU)

Vistos, etc. INTIME-SE O AUTOR, POR CARTA E SEU ADVOGADO, para cumprir determinação dos autos no prazo de cinco dias, sob pena de extinção, advertindo que não serão considerados pedidos repetidos já analisados, transcorrendo o prazo da mesma forma. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, certifique-se e conclusos. Cumpra-se. Cuiabá, 12.11.19

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1011695-61.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIARIO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CRISTIANA VASCONCELOS BORGES MARTINS OAB - MS12002-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JURUMIRIM MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME (EXECUTADO)
DHOMAS HENRIQUE DE LIMA FARIA (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DAMARIS CRISTINA DE LIMA FARIA OAB - MT18361/O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
RITA SORAYA TOLENTINO DE BARROS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1011695-61.2019.8.11.0041. EXEQUENTE: COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIARIO DE MATO GROSSO EXECUTADO: JURUMIRIM MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME, DHOMAS HENRIQUE DE LIMA FARIA Vistos, etc. Em face da comunicação entre instâncias (id. 27331502) acerca da decisão proferida nos Embargos de Declaração do RAI n. 1011355-46.2019.8.11.0000, intime-se a parte autora para dar prosseguimento ao feito, tendo em vista que houve a revogação da liminar proferida anteriormente no aludido Recurso de Agravo de Instrumento. Intime-se. Cumpra-se. CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019. Juiz(a) de Direito

Despacho Classe: CNJ-62 MONITÓRIA
Processo Número: 1032653-05.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
SICREDI CENTRO NORTE (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCO ANDRÉ HONDA FLORES OAB - MT9708-S (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JULIO JUNIOR BELINKI (RÉU)
JULIO JUNIOR BELINKI 71364641100 (RÉU)
Magistrado(s):
RITA SORAYA TOLENTINO DE BARROS

Vistos, etc. Com o trânsito em julgado, certifique-se sobre pagamento voluntário nos termos do artigo 523 do CPC. Em caso positivo diga o autor. Ao contrário, Converto a ação em Execução de Sentença e aplico a multa de dez por cento e fixo honorários advocatícios em 10%(dez por cento) do valor do débito. Caso em que, proceda-se penhora em bens que o autor indicar, caso seja penhora no bacenjud, remeta-se o feito ao contador para apurar o valor exato da condenação, com as verbas acima fixadas e conclusos para efetivar o ato. Havendo apresentação de impugnação da execução de sentença, certifique-se a tempestividade. Em caso de alegação unicamente, de excesso de execução, certifique-se sobre apresentação de planilha devida com a especificação do valor que entende devido, pois em caso negativo será liminarmente rejeitada. Cumpra-se. Cuiabá, 13.12.19

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1020322-88.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIULA MULLER OAB - PR22819-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ANTERSON OSVINO RECH (EXECUTADO)
Magistrado(s):
RITA SORAYA TOLENTINO DE BARROS

Vistos, etc. Em face da certidão, decreto a revelia do requerido para surtir seus efeitos legais. Intime-se o autor para indicar bens passíveis de penhora no prazo legal. Cumpra-se. Cuiabá, 13.12.19

Intimação Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 0006314-31.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BRADESCO ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA. (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCIANO BOABAID BERTAZZO OAB - MT8794-O (ADVOGADO(A))
THIAGO DE SIQUEIRA BATISTA MACEDO OAB - MT17528-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MAURICIO DE FIGUEIREDO COELHO (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)

Vistos, etc. INTIME-SE O AUTOR, POR CARTA E SEU ADVOGADO, para postular pela conversão da ação em execução nos termos do Decreto Lei n. 911/69, em face não localização do bem, no prazo de cinco dias, sob pena de extinção, advertindo que não serão considerados pedidos repetidos já analisados, transcorrendo o prazo da mesma forma. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, certifique-se e conclusos. Cumpra-se. CUIABÁ, 24.10.19.

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 0015791-44.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO FINASA BMC S.A. (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE CARLOS SKRZYSZOWSKI JUNIOR OAB - MT16168-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARCUS ANTONIO DE SOUZA BRITO (RÉU)
Magistrado(s):
RITA SORAYA TOLENTINO DE BARROS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 0015791-44.2016.8.11.0041. AUTOR(A): BANCO FINASA BMC S.A. RÉU: MARCUS ANTONIO DE SOUZA BRITO Vistos, etc. Em face da certidão de id. 27334701 proceda-se com a correta digitalização do processo, obedecendo a ordem cronológica dos atos processuais, bem como, a ordem da numeração das folhas. Após, conclusos, com urgência. Cumpra-se. CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019. Juiz(a) de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1025527-64.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
SICREDI CENTRO NORTE (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI OAB - PE21678-D (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JULIO HIROCHI YAMAMOTO FILHO (EXECUTADO)
JULIO HIROCHI YAMAMOTO (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCELLE THOMAZINI OLIVEIRA PORTUGAL OAB - MT10280/O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
RITA SORAYA TOLENTINO DE BARROS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1025527-64.2019.8.11.0041. EXEQUENTE: SICREDI CENTRO NORTE EXECUTADO: JULIO HIROCHI YAMAMOTO, JULIO HIROCHI YAMAMOTO FILHO Vistos, etc. O terceiro interessado do id n. 25535234, deverá valer-se de procedimento próprio ditado na Lei Processual Civil, para intervir nos autos, portanto, desentranhe o petitório com os seus respectivos documentos. Proceda-se vinculação do valor penhorado, qual faculto ao credor o levantamento e após, intime-se a parte autora para dar prosseguimento ao feito. Intime-se. Cumpra-se. CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019. Juiz(a) de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1025527-64.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
SICREDI CENTRO NORTE (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI OAB - PE21678-D (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JULIO HIROCHI YAMAMOTO FILHO (EXECUTADO)
JULIO HIROCHI YAMAMOTO (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCELLE THOMAZINI OLIVEIRA PORTUGAL OAB - MT10280/O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
RITA SORAYA TOLENTINO DE BARROS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1025527-64.2019.8.11.0041. EXEQUENTE: SICREDI CENTRO NORTE EXECUTADO: JULIO HIROCHI YAMAMOTO, JULIO HIROCHI YAMAMOTO FILHO Vistos, etc. O terceiro interessado do id n. 25535234, deverá valer-se de procedimento próprio ditado na Lei Processual Civil, para intervir nos autos, portanto, desentranhe o petitório com os seus respectivos documentos. Proceda-se vinculação do valor penhorado, qual faculto ao credor o levantamento e após, intime-se a parte autora para dar prosseguimento ao feito. Intime-se. Cumpra-se. CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019. Juiz(a) de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 0020086-32.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO BRADESCO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCOS ANTONIO DE ALMEIDA RIBEIRO OAB - MT5308-O (ADVOGADO(A))
ANDRE LUIZ CAMPOS DAS NEVES RIBEIRO OAB - MT12560-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CELSO DOMINGOS NOGUEIRA (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DANIEL RACHEWSKY SCHEIR OAB - MT16449-O (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
LUIS GUSTAVO FIGUEIREDO NASCIMENTO (TERCEIRO INTERESSADO)
Magistrado(s):
RITA SORAYA TOLENTINO DE BARROS

Vistos, etc. Em face da anuência das partes, homologo a avaliação para surtir seus efeitos legais. Atualize-se o débito e remeta-se o feito à Central de Venda Judicial, com as formalidades legais. Em face a parte requerida estar habilitada por advogado, dispenso atuação da Defensoria Pública. Anote-se. Cumpra-se. Cuiabá, 13.12.19

Despacho Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1024280-48.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BRADESCO ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PEDRO ROBERTO ROMAO OAB - SP209551-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GUSTAVO SALOMAO GONCALVES (REQUERIDO)
Magistrado(s):
RITA SORAYA TOLENTINO DE BARROS

Vistos, etc. Intime-se o autor para no prazo legal, postular pela conversão da ação em execução nos termos do Decreto Lei n. 911/69, em face não localização do bem. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, certifique-se e conclusos. Cumpra-se. Cuiabá, 13.12.19

Despacho Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1050064-27.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO FINASA BMC S.A. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO OAB - MT20732-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARCOS VINICIUS DO CARMO EZEQUIEL (REQUERIDO)
Magistrado(s):
RITA SORAYA TOLENTINO DE BARROS

Vistos, etc. Dispensáveis as pesquisas pretendidas considerando que o requerido foi localizado, o bem é que não foi encontrado. Assim, deverá o autor cumprir a determinação dos autos no prazo legal. Cumpra-se. Cuiabá, 13.12.19

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 0002465-18.1996.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO BRADESCO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ILDO MOLIN (EXECUTADO)
ATACADAO DE MADEIRA BEIRA RIO LTDA - ME (EXECUTADO)
Magistrado(s):
RITA SORAYA TOLENTINO DE BARROS

Vistos, etc. Oficie-se como postulado nos autos e após, intime-se o autor para dar prosseguimento ao feito no prazo legal. Cumpra-se. Cuiabá, 13.12.19

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 0043387-71.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
KIRTON BANK S/A BANCO MULTIPLO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CRISTIANA VASCONCELOS BORGES MARTINS OAB - MS12002-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MIGUEL ROSA PARREIRA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
RITA SORAYA TOLENTINO DE BARROS

Vistos, etc. Oficie-se como postulado nos autos e após, intime-se o autor para dar prosseguimento ao feito no prazo legal. Cumpra-se. Cuiabá, 13.12.19

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1046862-42.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO UNIAO E NEGOCIOS - SICOOB INTEGRACAO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LARA CRISTINA DE OLIVEIRA LIMA OAB - MT7614-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
WILSON ALVES DINIZ JUNIOR (EXECUTADO)
Magistrado(s):
RITA SORAYA TOLENTINO DE BARROS

Vistos, etc. Oficie-se como postulado nos autos e após, intime-se o autor para dar prosseguimento ao feito no prazo legal. Cumpra-se. Cuiabá, 13.12.19

Despacho Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1004975-15.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SERVIO TULIO DE BARCELOS OAB - MT14258-S (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TIAGO RAMPELOTO DE MORAES (EXECUTADO)
CARLOS HENRIQUE KARA JOSE (EXECUTADO)
CONSTRUTORA ENGETRACK LTDA - ME (EXECUTADO)
Magistrado(s):
RITA SORAYA TOLENTINO DE BARROS

Vistos, etc. Tome-se por termo a penhora, se o bem for de propriedade da parte executada. Após, intime-se o executado da penhora e da nomeação de depositário fiel. Em seguida, avalie-se. Cumpra-se. Cuiabá, 12.13.19

Despacho Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1018417-14.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA DILMA DE BRITO (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
CREFISA SA CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS (EXECUTADO)
Magistrado(s):
RITA SORAYA TOLENTINO DE BARROS

Vistos, etc. Considerando a divergência sobre o valor apurado, antes de analisar a impugnação, determino a adequação do contrato nos termos dos julgados proferidos nos autos, por arbitramento e nomeio o Perito Gerson Fanaia - 999810779 para elaboração do laudo, em vinte dias, do início da perícia, que deverá observar, rigorosamente as decisões proferidas no processo, com trânsito em julgado, para aquilatar o valor real do contrato firmado entre as partes, com suporte nas respectivas decisões e a sucumbência fixada. Fixo os honorários periciais em R$ 2.500,00(dois mil e quinhentos reais), a ser arcada pelo Requerido, devendo depositar no prazo legal. DECORRIDO O PRAZO, CERTIFIQUE-SE SOBRE DEPÓSITO DOS HONORÁRIOS PERICIAIS E CONCLUSOS PARA DESIGNAÇÃO DO INÍCIO DA PERÍCIA. Intimem-se as partes para apresentarem quesitos e Assistentes Técnicos, caso queiram, no prazo legal. Proceda-se as intimações necessárias. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá, 13.12.19

Intimação Classe: CNJ-62 MONITÓRIA
Processo Número: 1015421-77.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
SERVIO TULIO DE BARCELOS OAB - MT14258-S (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
DOM COMERCIO DE COMBUSTIVEIS EIRELI (RÉU)
DOMENICO ZAMPIERI (RÉU)

Deverá a parte autora manifestar sobre envelope de correspondência devolvida de id.26366936, no prazo legal.

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1046965-49.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
FRANCISCA JOSE DOS SANTOS SOUSA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ FELIPE MARTINS DE ARRUDA OAB - MT19588-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BRADESCO VIDA E PREVIDENCIA S.A. (EXECUTADO)
Magistrado(s):
RITA SORAYA TOLENTINO DE BARROS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE CUIABÁ Vistos, etc. Suscitei conflito de competência, conforme cópia em anexo, remeta-se ao E. Tribunal de Justiça para apreciação, via malote digital ou PJE. Aguarde-se decisão do referido. Cumpra-se. Cuiabá, 13.12.19

Despacho Classe: CNJ-62 MONITÓRIA
Processo Número: 1059626-60.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
SICREDI CENTRO NORTE (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI OAB - PE21678-D (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
W. F. COMERCIO DE ALIMENTOS CONGELADOS LTDA - ME (RÉU)
WERVESON ROCHA BRAGA (RÉU)
FABIO CARMO DE LIMA (RÉU)
CARLOS EDUARDO CALEGARI DE AZEVEDO (RÉU)
Magistrado(s):
RITA SORAYA TOLENTINO DE BARROS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1059626-60.2019.8.11.0041. AUTOR(A): SICREDI CENTRO NORTE RÉU: W. F. COMERCIO DE ALIMENTOS CONGELADOS LTDA - ME, CARLOS EDUARDO CALEGARI DE AZEVEDO, FABIO CARMO DE LIMA, WERVESON ROCHA BRAGA Vistos, etc. Certifique-se sobre a regularidade do recolhimento da guia de distribuição da ação e sua vinculação ao número único do processo. Em caso negativo, intime-se o

autor para efetivar o ato em quinze dias, sob pena de indeferimento da inicial. Decorrido o prazo, certifique-se, não havendo manifestação, conclusos. Ao contrário, cumpra-se determinação abaixo: Cite-se para pagar ou embargar, em quinze dias, constando todas às advertências previstas no artigo 700 e seguintes do CPC. Fixo os honorários advocatícios em 5%(cinco por cento) da causa. Consigne-se no mandado que caso haja pronto pagamento, estará isento de custas. Intime-se. Cumpra-se. CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019. Juiz(a) de Direito

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1011516-98.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIULA MULLER OAB - PR22819-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ALTAIR JULIANO BATISTELLA (EXECUTADO)
B R INDUSTRIA DE ARTEFATOS DE COURO LTDA - ME (EXECUTADO)

Deverá o autor dar prosseguimento ao feito, no prazo legal.

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 0043357-36.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Banco Safra S-A (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
USSIEL TAVARES DA SILVA FILHO OAB - MT3150-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
DJALMA VIEIRA (EXECUTADO)
LUCIANO GOMES DA COSTA (EXECUTADO)
UNISAGRO COMERCIO DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL (EXECUTADO)

Deverá a parte autora manifestar sobre as pesquisas on line, no prazo legal.

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1020672-76.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIARIO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CRISTIANA VASCONCELOS BORGES MARTINS OAB - MS12002-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JOSINEY CLARO VENTURA (EXECUTADO)
J. CLARO VENTURA COMERCIO EIRELI - ME (EXECUTADO)

Deverá a Parte Autora manifestar sobre resposta de ofícios expedidos e dar prosseguimento ao feito no prazo legal.

Intimação Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 0022313-87.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
COOPERATIVA DE CREDITO DOS MEDICOS, PROFISSIONAIS DA SAUDE E EMPRESARIOS DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ AUGUSTO MALHEIROS DE ABREU CAVALCANTI OAB - MT18806-O (ADVOGADO(A))
PEDRO SYLVIO SANO LITVAY OAB - MT7042-O (ADVOGADO(A))
ALESSANDRO TARCISIO ALMEIDA DA SILVA OAB - MT4677-O (ADVOGADO(A))
MIKAEL AGUIRRE CAVALCANTI OAB - MT9247-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JORGEM LUIS DOS REIS FIGUEIREDO (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARIA DE LOURDES RIBEIRO OAB - MT11646-O (ADVOGADO(A))

Deverá a parte autora manifestar nos autos, no prazo legal.

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1045122-83.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ADRIANO ATHALA DE OLIVEIRA SHCAIRA OAB - MT20495-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GILMAR ALVES (EXECUTADO)
NELCI MARIA ROESE (EXECUTADO)

Deverá a parte autora manifestar sobre a devolução da Carta Precatória devolvida nos autos, no prazo legal.

Intimação Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1030810-05.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CELSON BARBOSA LOPES (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIANO ALVES ZANARDO OAB - MT12770-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO CRUZEIRO DO SUL S/A-EM LIQUIDACAO EXTRAJUDICIAL (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ORESTE NESTOR DE SOUZA LASPRO OAB - SP0098628A (ADVOGADO(A))

Nota a parte autora : Deverá a parte autora se manifestar sobre a impugnação ao cumprimento de sentença, no prazo legal.

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1024097-48.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ADRIANO ATHALA DE OLIVEIRA SHCAIRA OAB - MT20495-A (ADVOGADO(A))
VAGNER SPIGUEL JUNIOR OAB - MT12209-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CAIO AUGUSTO BERNADINO DA COSTA (EXECUTADO)
MARCUS VINICIUS FERREIRA PINTO (EXECUTADO)
A D S CONSTRUCOES ELETRICAS LTDA - EPP (EXECUTADO)
THAIS REZENDE SANTOS (EXECUTADO)
PRISCILA REZENDE SANTOS (EXECUTADO)
ABEILARD DIAS DOS SANTOS (EXECUTADO)
TEREZA REZENDE SANTOS (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOSE ANTONIO GASPARELO JUNIOR OAB - MT7191-O (ADVOGADO(A))
FILIPE BRUNO DOS SANTOS OAB - MT17327/O (ADVOGADO(A))
SIDNEI GUEDES FERREIRA OAB - MT7900-O (ADVOGADO(A))

Deverá a parte autora se manifestar sobre a certidão do Oficial de Justiça e dar prosseguimento ao feito, no prazo legal.

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1041195-75.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SERVIO TULIO DE BARCELOS OAB - MT14258-S (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ELARMIN MIRANDA (EXECUTADO)

Deverá a Parte Autora apresentar a guia de recolhimento e comprovante de pagamento da diligência ou oferecer meios para a condução do oficial de justiça, para o cumprimento do mandado necessário, no prazo de 05 dias.

Intimação Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1036474-80.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOAO ALVES BARBOSA FILHO OAB - MT0017556S (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LOURIVAL GONCALVES DE MELO (REQUERIDO)

Deverá a Parte Autora apresentar a guia de recolhimento e comprovante de pagamento da diligência ou oferecer meios para a condução do oficial

de justiça, para o cumprimento do mandado necessário, no prazo de 05 dias úteis.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1051504-58.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LUIZ ANTONIO DE CAMPOS (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
CREFISA SA CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS (REQUERIDO)

NOTA A PARTE AUTORA: Deverá a Parte Autora manifestar sobre contestação acostada aos autos e especificar as provas que pretende produzir, no prazo legal. NOTA A PARTE REQUERIDA: Deverá a Parte Requerida especificar as provas que pretende produzir, no prazo legal.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1039014-04.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
THAIS DANIELA TUSSOLINI DE ALMEIDA OAB - MT21589-O (ADVOGADO(A))
LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS OAB - PR8123-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VITOR AUGUSTO SILVA ALMEIDA (RÉU)
JOSE ILSO DA SILVA (RÉU)
OLIVEIRA COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA - ME (RÉU)

Deverá a Parte Autora apresentar a guia de recolhimento e comprovante de pagamento da diligência ou oferecer meios para a condução do oficial de justiça, para o cumprimento do mandado necessário, no prazo de 05 dias.

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1035196-15.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
AGENCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO S/A (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELA REGINA DE ALMEIDA FREITAS OAB - MT9454-O (ADVOGADO(A))
GILBERTO RODRIGO RODRIGUES DOS SANTOS OAB - MT0010028A (ADVOGADO(A))
ROSEANY BARROS DE LIMA OAB - MT0007959A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
M A F PINHEIRO - ME (EXECUTADO)
MARCO ANTONIO DE FREITAS PINHEIRO (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOAO PAULO BARRETO TAVARES OAB - MT15363-O (ADVOGADO(A))

Deverão as Partes se manifestarem sobre o Detalhamento de Ordem Judicial de Bloqueio de Valores, acostado nos autos, no prazo de Lei.

Intimação Classe: CNJ-62 MONITÓRIA
Processo Número: 1040735-88.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
THAIS FERNANDA RIBEIRO DIAS NEVES OAB - MT22056-O (ADVOGADO(A))
RODRIGO LUIZ DA SILVA ROSA OAB - MT18099-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AURORA CONSTRUCOES INCORPORACOES E SERVICOS LTDA - EPP (RÉU)
TIAGO VIANNA DE ARRUDA (RÉU)
JOSE AUGUSTO CALHAO BARINI (RÉU)

Deverá a parte autora se manifestar sobre a certidão do Oficial de Justiça e dar prosseguimento ao feito, no prazo legal.

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 0018733-49.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DEIVISON VINICIUS KUNKEL LOPES DE SOUZA OAB - MT14690-O (ADVOGADO(A))
JOAO BATISTA FERREIRA OAB - MT10962-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
DARLENE SEBASTIANA DE ASSIS BARINI (EXECUTADO)
TIAGO VIANNA DE ARRUDA (EXECUTADO)
AURORA CONSTRUCOES INCORPORACOES E SERVICOS LTDA - EPP (EXECUTADO)
JOSE AUGUSTO CALHAO BARINI (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ROGERIO BARAO OAB - MT8313-O (ADVOGADO(A))
CLARIANA ZACARKIM BARAO OAB - MT14955-O (ADVOGADO(A))
FRANCISMARIO MOURA VASCONCELOS OAB - MT10624-O (ADVOGADO(A))
MIRLAINE OLIVEIRA PIRES OAB - MT25731/O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
RITA SORAYA TOLENTINO DE BARROS

Vistos, etc. Certifique-se o anunciado pelo arrematante com relação ao erro da placa do bem arrematado, levando em consideração o chassis do veículo. Caso positivo, expeça-se nova carta de arrematação e oficie-se para excluir restrições judiciais. Após, cumpra-se determinação dos autos do id n. 26653312. Estando o arrematante de posse dos bens, cumpra-se os demais termos ali constantes. Cumpra-se. Cuiabá, 13.12.19

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 0034832-94.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BRADESCO LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARLI TEREZINHA MELLO DE OLIVEIRA OAB - MT5134-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CONSTRUBELLO CONSTRUCOES E INCORPORACAO E VENDAS LTDA - ME (EXECUTADO)
FRANCISCO KLEBER DA SILVA (EXECUTADO)

Deverá a Parte Autora manifestar sobre o Detalhamento de Ordem Judicial de Bloqueio de Valores, acostado nos autos, no prazo de Lei

Intimação Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1014326-75.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JEFFERSON BATISTA DA LUZ (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RUTE SOUZA OLIVEIRA OAB - MT18250-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO CRUZEIRO DO SUL S/A-EM LIQUIDACAO EXTRAJUDICIAL (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ORESTE NESTOR DE SOUZA LASPRO OAB - SP0098628A (ADVOGADO(A))

Deverá a Parte Autora manifestar sobre o Detalhamento de Ordem Judicial de Bloqueio de Valores, acostado nos autos, no prazo de Lei

Intimação Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 0021734-08.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
OMNI FINANCEIRA S/A (EXECUTADO)
EDMILSON EID (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Ativo:
GUEVARA BIELLA MIGUEL OAB - SP238652-O (ADVOGADO(A))
MURILLO ESPINOLA DE OLIVEIRA LIMA OAB - MT3127-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
XAVIER LEONIDAS DALLAGNOL (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Passivo:
CELSO BORSATO BRAZ OAB - PR68303-A (ADVOGADO(A))

Deverão as Partes se manifestarem sobre o Detalhamento de Ordem Judicial de Bloqueio de Valores, acostado nos autos, no prazo de Lei.

Intimação Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO

Processo Número: 1046231-98.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO FINASA BMC S.A. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE CARLOS SKRZYSZOWSKI JUNIOR OAB - MT16168-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CATARINA DA SILVA (REQUERIDO)

Fica a parte autora intimada para protocolizar o Ofício expedido e comprovar nos autos, no prazo legal.

Intimação Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1012479-09.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SERVIO TULIO DE BARCELOS OAB - MT14258-S (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
F.G COMERCIO DE VEICULOS LTDA - ME (EXECUTADO)

Deverá a Parte Autora manifestar sobre o Detalhamento de Ordem Judicial de Bloqueio de Valores, acostado nos autos, no prazo de Lei.

Intimação Classe: CNJ-62 MONITÓRIA
Processo Número: 1042683-65.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
SICREDI CENTRO NORTE (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCO ANDRÉ HONDA FLORES OAB - MT9708-S (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARCELO HENRIQUE TENUTA (RÉU)

Deverá a Parte Autora manifestar sobre resposta de pesquisa online, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1005782-35.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SERVIO TULIO DE BARCELOS OAB - MT14258-S (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JOAO DE DEUS DE SOUZA - ME (EXECUTADO)
JOILSON BORGES DE SOUZA (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
SARA GRAZIELA PINTO FERNANDES DE OLIVEIRA OAB - MT13680-O (ADVOGADO(A))

Deverão as Partes se manifestarem sobre o Detalhamento de Ordem Judicial de Bloqueio de Valores, acostado nos autos, no prazo de Lei.

Intimação Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 0011663-44.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JACKSON MARIO DE SOUZA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUZIA ANGELICA DE ARRUDA GONCALVES OAB - MT9802-N (ADVOGADO(A))
JACKSON MARIO DE SOUZA OAB - MT4635-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ITAU UNIBANCO S/A (EXECUTADO)
DIPLOMATA EMPREENDIMENTOS IMOB E CONSTRUCOES LTDA (EXECUTADO)
JOSE GUY VILLELA DE AZEVEDO FILHO (EXECUTADO)
JOAO BATISTA BEZERRA ITO (EXECUTADO)
TANIA MARA DELPHINO RIBEIRO AZEVEDO (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MS13116-S (ADVOGADO(A))
DALTON ADORNO TORNAVOI OAB - MT4729-A (ADVOGADO(A))

Deverá a parte autora tomar ciência do alvará eletrônico expedido nos autos.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1018113-83.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MELITA ALT PEREIRA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
DIOGO TRINDADE RIBEIRO OAB - MT0021358A-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL S/A (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA OAB - MT19081-A (ADVOGADO(A))
SERVIO TULIO DE BARCELOS OAB - MT14258-S (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
EDSON FRANCISCO PERUSSELI (TERCEIRO INTERESSADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA ESPECIALIZADA DE DIREITO BANCÁRIO DE CUIABÁ CERTIDÃO Certifico e dou fé que procedi a juntada do Alvará Eletrônico expedido. Cuiabá - MT , 2019-12-13 16:49:34.008. Assessora Autorizado(a) pelo Provimento n° 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 0004327-91.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS OAB - PR8123-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CARLOS AUGUSTO GOULART (EXECUTADO)
AGORA SOLUCOES VIRTUAIS E INFORMATICA LTDA (EXECUTADO)

Deverá a parte autora tomar ciência do alvará eletrônico expedido nos autos e indicar outros bens passíveis de penhora, no prazo legal.

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 0024274-97.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Banco Safra S-A (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
USSIEL TAVARES DA SILVA FILHO OAB - MT3150-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
RODO SHOP TRANSPORTES LTDA - ME (EXECUTADO)
JOSE ANTONIO LOPES (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
HAMILTON FERREIRA DA SILVA JUNIOR OAB - MT11322-O (ADVOGADO(A))

Deverá a parte autora tomar ciência do alvará eletrônico expedido nos autos, no prazo legal.

Intimação Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1020477-57.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
EDIO MANOEL DA SILVA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FLAVIO OLIVEIRA JESUS OAB - MT23440/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BMG S.A (EXECUTADO)

Deverá a parte autora tomar ciência do alvará eletrônico expedido nos autos, no prazo legal.

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1006955-94.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ZN FOMENTO MERCANTIL LTDA - EPP (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALEXANDRE MAZZER CARDOSO OAB - MT9749-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SAGA LONDON COMERCIO DE VEICULOS, PECAS E SERVICOS LTDA (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
SELMA FERNANDES DA CUNHA OAB - MT15600-O (ADVOGADO(A))

Deverá a parte autora tomar ciência do alvará eletrônico expedido nos autos, no prazo legal.

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1044705-33.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO UNIAO E NEGOCIOS - SICOOB INTEGRACAO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE CARLOS MENEGATTI OAB - MT12029-O (ADVOGADO(A))
ANDRE LUIS AUGUSTO MARTINS OAB - MT18059-O (ADVOGADO(A))
GELSON MENEGATTI FILHO OAB - MT8594-O (ADVOGADO(A))
PHELIPPE AYSLAN FONSECA MENEGATTI OAB - MT17726-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ADRIELTON NASCIMENTO CARVALHO (EXECUTADO)
RONICHEL LUIZ DA SILVA (EXECUTADO)

Deverá a parte autora tomar ciência do alvará eletrônico expedido nos autos, no prazo legal.

Intimação Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 0030641-84.2008.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
KIRTON BANK S/A BANCO MULTIPLO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CRISTIANA VASCONCELOS BORGES MARTINS OAB - MS12002-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JOSE DA PENHA PRATTI VIEIRA (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NELSON FREDERICO KUNZE PINTO OAB - MT9297-O (ADVOGADO(A))

Deverá a parte autora tomar ciência do alvará eletrônico expedido nos autos, no prazo legal.

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 0046859-51.2012.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS OAB - PR8123-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
KNOLL COMERCIO DE FRUTAS LTDA - ME (EXECUTADO)
DALVA DA SILVA GONCALVES KNOLL (EXECUTADO)
JOSE NILTON KNOLL (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
VANUZA MARCON MATHEUS OAB - MT0012762A (ADVOGADO(A))

Deverá a parte autora tomar ciência do alvará eletrônico expedido nos autos, no prazo legal.

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1030779-19.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
SICREDI CENTRO NORTE (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANDRE DE ASSIS ROSA OAB - MT19077-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FITZ RESTAURANTE LTDA - EPP (EXECUTADO)
EDUARDO BITTENCOURT DE CAMARGO (EXECUTADO)
EDUARDO BITTENCOURT DE CAMARGO FILHO (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
VIVIANA KARINE DELBEN FERREIRA DE LIMA OAB - MT11247-O (ADVOGADO(A))

Deverá a parte autora tomar ciência do alvará eletrônico expedido nos autos, no prazo legal.

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 0018733-49.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DEIVISON VINICIUS KUNKEL LOPES DE SOUZA OAB - MT14690-O (ADVOGADO(A))
JOAO BATISTA FERREIRA OAB - MT10962-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
DARLENE SEBASTIANA DE ASSIS BARINI (EXECUTADO)
TIAGO VIANNA DE ARRUDA (EXECUTADO)
AURORA CONSTRUCOES INCORPORACOES E SERVICOS LTDA - EPP (EXECUTADO)
JOSE AUGUSTO CALHAO BARINI (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ROGERIO BARAO OAB - MT8313-O (ADVOGADO(A))
CLARIANA ZACARKIM BARAO OAB - MT14955-O (ADVOGADO(A))
FRANCISMARIO MOURA VASCONCELOS OAB - MT10624-O (ADVOGADO(A))
MIRLAINE OLIVEIRA PIRES OAB - MT25731/O (ADVOGADO(A))

Deverá o leiloeiro tomar ciência do alvará expedido.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1029870-74.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
NILSON MORAES DOMINGOS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
RENATA CINTRA RASCHEJA OAB - MT15625-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BV FINANCEIRA S/A CREDITO- FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
ALEXANDRE PASQUALI PARISE OAB - SP112409 (ADVOGADO(A))

NOTA A PARTE AUTORA: Deverá a Parte Autora manifestar sobre contestação acostada aos autos e especificar as provas que pretende produzir, no prazo legal. Eva Luiza de Faria, Servidora, eva.faria@tjmt.jus.br NOTA A PARTE REQUERIDA: Deverá a Parte Requerida especificar as provas que pretende produzir, no prazo legal. Eva Luiza de Faria, Servidora, eva.faria@tjmt.jus.br

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1029870-74.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
NILSON MORAES DOMINGOS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
RENATA CINTRA RASCHEJA OAB - MT15625-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BV FINANCEIRA S/A CREDITO- FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
ALEXANDRE PASQUALI PARISE OAB - SP112409 (ADVOGADO(A))

Deverá a parte autora tomar ciência do alvará eletrônico expedido nos autos, no prazo legal.

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1014768-46.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO UNIAO E NEGOCIOS - SICOOB INTEGRACAO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIO CEZAR DE LIMA OAB - MT6618-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LEONARDO NORBERTO CARNEIRO MAYER (EXECUTADO)
MIGUEL BARACAT NETO (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GERALDO CARLOS DE OLIVEIRA OAB - MT4032-O (ADVOGADO(A))

Deverá a parte autora tomar ciência do alvará eletrônico expedido nos autos, no prazo legal.

Intimação Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1027410-17.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ANTONIO PAULO DA CUNHA NETO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PAULO CLECIO FERLIN OAB - MT12564-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO ITAUCARD S/A (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:

BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MS13116-S (ADVOGADO(A))

Deverá a parte requerida tomar ciência do alvará eletrônico expedido nos autos, no prazo legal.

Intimação Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1031209-68.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO UNIAO E NEGOCIOS - SICOOB INTEGRACAO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GELSON MENEGATTI FILHO OAB - MT8594-O (ADVOGADO(A))
JOSE CARLOS MENEGATTI OAB - MT12029-O (ADVOGADO(A))
ANDRE LUIS AUGUSTO MARTINS OAB - MT18059-O (ADVOGADO(A))
PHELIPPE AYSLAN FONSECA MENEGATTI OAB - MT17726-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARCOS MARCELINO ALBUES (EXECUTADO)
POSTO REDSERV COMERCIAL DE COMBUSTIVEIS EIRELI - EPP (EXECUTADO)

Deverá a parte autora tomar ciência do alvará eletrônico expedido nos autos e indicar outros bens para penhora, no prazo legal.

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1031885-79.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
SICREDI CENTRO NORTE (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI OAB - PE21678-D (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARCELO BRITO LISBOA (EXECUTADO)
M MORE FOODS COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - EPP (EXECUTADO)
MARIO MORISHITA (EXECUTADO)

EDITAL DE INTIMAÇÃO PROCESSO DE EXECUÇÃO PRAZO: 20 DIAS AUTOS N 1031885-79.2018.8.11.0041 AÇÃO: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL EXEQÜENTE(S): SICREDI CENTRO NORTE ADVOGADO DA PARTE EXEQÜENTE(S): BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI EXECUTADO (A,S): M MORE FOODS COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA, MARCELO BRITO LISBOA e MARIO MORISHITA INTIMANDO(A,S): M MORE FOODS COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - EPP - CNPJ: 16.847.488/0001-27, MARCELO BRITO LISBOA - CPF: 003.756.711-02 e MARIO MORISHITA - CPF: 975.279.391-68 DATA DA DISTRIBUIÇÃO DA AÇÃO: 25/09/2018 VALOR DO DÉBITO: 149.806,84 FINALIDADE: INTIMAÇÃO das partes acima qualificadas, atualmente em lugar incerto e não sabido, para indicarem bens passíveis de penhora, no prazo de 5 (cinco) , sob pena de não o fazendo incorrerem em multa, contados da expiração do prazo do presente edital. Cuiabá - MT, 13 de dezembro de 2019. Assinado Digitalmente Laura Ferreira Araújo e Medeiros Gestora Judiciária

Intimação Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 0029644-23.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JANE MARCIA MARQUES DA SILVA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELO BARROS LOPES OAB - MT9462-O (ADVOGADO(A))
CLAUDETE RIBEIRO DE LIMA OAB - MT12040-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO ITAULEASING S.A. (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CELSO MARCON OAB - ES10990-O (ADVOGADO(A))
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MS13116-S (ADVOGADO(A))

Deverá a parte autora tomar ciência do alvará eletrônico expedido nos autos, no prazo legal.

Intimação Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1018404-15.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
AYMORE (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RICARDO NEVES COSTA OAB - MT12410-O (ADVOGADO(A))
RAPHAEL NEVES COSTA OAB - MT12411-O (ADVOGADO(A))
GIANOTTI AMADOR MORAES GOMES OAB - MT0018216A-O (ADVOGADO(A))
FLAVIO NEVES COSTA OAB - MT12406-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARIA CECILIA DA SILVA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDO AKIYOSHI MORAES HAYASHIDA OAB - MT11758-O (ADVOGADO(A))

Deverá a parte requerida tomar ciência do alvará eletrônico expedido nos autos, no prazo legal.

Citação

Citação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1004243-68.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
RANDON ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANIELE IZAURA DA SILVA CAVALARI REZENDE OAB - MT6057-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JACKSON RENAN DA SILVA (EXECUTADO)

EDITAL DE CITAÇÃO PROCESSO DE EXECUÇÃO PRAZO: 20 DIAS AUTOS N 1004243-68.2017.8.11.0041 AÇÃO: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL EXEQÜENTE(S): RANDON ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA ADVOGADO DA PARTE EXEQÜENTE(S): DANIELE IZAURA DA SILVA CAVALARI REZENDE EXECUTADO (A,S): JACKSON RENAN DA SILVA CITANDO(A,S): JACKSON RENAN DA SILVA - CPF: 049.183.934-03 DATA DA DISTRIBUIÇÃO DA AÇÃO: 15/02/2017 VALOR DO DÉBITO: 55.767,55 FINALIDADE: EFETUAR A CITAÇÃO DA PARTE DEVEDORA para no prazo de 03 (três) dias, a contar da data da expiração deste edital, efetuar o pagamento da dívida (art. 829, CPC), ressaltando que não havendo pagamento será expedido mandado de penhora e o senhor Oficial de Justiça efetuará a penhora em tantos bens quantos bastem e sejam necessários ao pagamento do principal e acessórios, bem como proceder a avaliação do bem penhorado e efetuando a intimação da penhora. FICA A DEVEDORA DEVIDAMENTE CIENTIFICADA de que o prazo de 15 (quinze) dias para oferecimento de embargos também será contado a partir da data de expiração do prazo deste edital. FICA, AINDA, DEVIDAMENTE CIENTIFICADA da possibilidade de depositar em juízo apenas 30% da execução (valor principal + custas + honorários) e o valor remanescente em até 6 vezes, acrescidos de correção monetária (INPC) e juros de 1% ao mês (art. 916 do CPC). RESUMO DA INICIAL: Em 13 de fevereiro de 2015 o Requerido firmou a Proposta de Transferência nº 70823, através da qual assumiu os direitos e obrigações decorrentes do Contrato de Adesão para Aquisição de bem móvel nº 55743, tornou-se titular do Grupo/Cota 825/378.3. Com a contemplação da cota acima mencionada, a Requerente disponibilizou o valor da carta de crédito ao Consorciado ora Requerido, o qual adquiriu o bem móvel abaixo descrito, razão pela qual, foi firmado o Contrato de Alienação Fiduciária em Garantia nº 30665: 01 CAMIONETE FORD RANGER XLT 3.2 CD 4X4 COR PRATA ANO/MODELO 2012/2013 200 CV CHASSI Nº 8AFAR23L1DJ077478 PLACA MT/OBO-1309 RENAVAM 00501687165. O Requerido inadimpliu com suas obrigações junto a cota do grupo do consórcio administrado pela Requerente, razão pela qual se utiliza da presente medida para compeli-lo ao pagamento do débito de R$ 55.767,55 (cinquenta e cinco mil setecentos e sessenta e sete reais e cinquenta e cinco centavos). ADVERTÊNCIA: Fica(m) ainda advertido(a,s) o(a,s) executado(a,s) de que, independentemente da realização ou não da penhora, terá(terão) o prazo de 15 (quinze) dias para opor(oporem) embargos. Não havendo resposta no prazo especificado, será decretada a revelia com nomeação de Curador Especial Cuiabá - MT, 12 de dezembro de 2019. Assinado Digitalmente Laura Ferreira Araújo e Medeiros Gestora Judiciária

Citação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1001790-32.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:

COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO SUDOESTE DA AMAZONIA LTDA - SICOOB CREDISUL (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CRISTIANE TESSARO OAB - MT12484-A (ADVOGADO(A))
SILVIA SIMONE TESSARO OAB - PR26750 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ACL COMERCIO DE MOVEIS E DECORACOES LTDAB - EPP (EXECUTADO)
CLEODETE TEREZINHA LINHARES (EXECUTADO)
ALCIR LINHARES (EXECUTADO)
JOHNATA LINHARES (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCO AURELIO MESTRE MEDEIROS OAB - MT15401-O (ADVOGADO(A))

EDITAL DE CITAÇÃO PROCESSO DE EXECUÇÃO PRAZO: 20 DIAS AUTOS N 1001790-32.2019.8.11.0041 AÇÃO: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL EXEQÜENTE(S): COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO SUDOESTE DA AMAZONIA LTDA - SICOOB CREDISUL ADVOGADO DA PARTE EXEQÜENTE(S): CRISTIANE TESSARO e SILVIA SIMONE TESSARO EXECUTADO (A,S): ACL COMERCIO DE MOVEIS E DECORACOES LTDAB, CLEODETE TEREZINHA LINHARES, ALCIR LINHARES e OHNATA LINHARES CITANDO(A,S): JOHNATA LINHARES - CPF: 011.620.061-88 DATA DA DISTRIBUIÇÃO DA AÇÃO: 17/01/2019 VALOR DO DÉBITO: 87.477,56 FINALIDADE: EFETUAR A CITAÇÃO DA PARTE DEVEDORA JOHNATA LINHARES para, no prazo de 03 (três) dias, a contar da data da expiração deste edital, efetuar o pagamento da dívida (art. 829, CPC), ressaltando que não havendo pagamento será expedido mandado de penhora e o senhor Oficial de Justiça efetuará a penhora em tantos bens quantos bastem e sejam necessários ao pagamento do principal e acessórios, bem como proceder a avaliação do bem penhorado e efetuando a intimação da penhora. FICA A DEVEDORA DEVIDAMENTE CIENTIFICADA de que o prazo de 15 (quinze) dias para oferecimento de embargos também será contado a partir da data de expiração do prazo deste edital. FICA, AINDA, DEVIDAMENTE CIENTIFICADA da possibilidade de depositar em juízo apenas 30% da execução (valor principal + custas + honorários) e o valor remanescente em até 6 vezes, acrescidos de correção monetária (INPC) e juros de 1% ao mês (art. 916 do CPC). RESUMO DA INICIAL: A EXEQUENTE efetivou concessão de crédito ao EXECUTADO através de Cédula(s) de Crédito Bancário - CCB nº. 03, na(s) modalidade(s) de desconto de títulos/cheques, emitida(s) em 16/12/2016, no(s) valor(es) de R$ 300.000,00 , com vencimento final em 16/12/2017, conforme faz(em) prova o(s) título(s) acostado na petição inicial. Os valores devidos seriam pagos conforme respectivos borderôs, porém, infelizmente não houve pagamento integral do débito causando, com isso, o vencimento antecipado de toda a dívida, que acrescida dos encargos legais e contratuais frente ao inadimplemento, encontra-se estimada no total de R$ 87.477,56 (oitenta e sete mil quatrocentos e setenta e sete reais e cinquenta e seis centavos). ADVERTÊNCIA: Fica(m) ainda advertido(a,s) o(a,s) executado(a,s) de que, independentemente da realização ou não da penhora, terá(terão) o prazo de 15 (quinze) dias para opor(oporem) embargos. Não havendo resposta no prazo especificado, será decretada a revelia com nomeação de Curador Especial. Cuiabá - MT, 12 de dezembro de 2019. Assinado Digitalmente Laura Ferreira Araújo e Medeiros Gestora Judiciária

Citação Classe: CNJ-59 EMBARGOS DE TERCEIRO
Processo Número: 0009015-23.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
KELLY NERES DA SILVA (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Advogado(s) Polo Ativo:
PABLO RAMIRES FONSECA OAB - MT18969-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CENTER MODAS REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA - ME (EMBARGADO)
DAMIAO ALVES DE SOUZA (EMBARGADO)
BANCO DA AMAZONIA SA (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
ALDEIR ALVES DOS SANTOS (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CARLOS RICARDI DE SOUZA PIZZATO OAB - MT8566-O (ADVOGADO(A))
ADRIANO GONCALVES DA SILVA OAB - MT4181-O (ADVOGADO(A))
MARCELO AUGUSTO BORGES OAB - MT6189-O (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ 2ª VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE CUIABÁ AVENIDA DESEMBARGADOR MILTON FIGUEIREDO FERREIRA MENDES, TELEFONE: (65) 3648-6000/6001, CENTRO POLÍTICO ADMINISTRATIVO, CUIABÁ - MT - CEP: 78049-075 CITAÇÃO E INTIMAÇÃO POR MEIO ELETRÔNICO EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO RITA SORAYA TOLENTINO DE BARROS PROCESSO n. 0009015-23.2019.8.11.0041 Valor da causa: R$ 38.000,00 ESPÉCIE: [EFEITO SUSPENSIVO / IMPUGNAÇÃO / EMBARGOS À EXECUÇÃO] ->EMBARGOS DE TERCEIRO (37) POLO ATIVO: Nome: KELLY NERES DA SILVA Endereço: Rua Thome Fontes, Sao Sebastiao, CHAPADA DOS GUIMARÃES - MT - CEP: 78195-000 POLO PASSIVO: Nome: BANCO DA AMAZONIA SA, CNPJ: 04.902.979/0001-44 Endereço: RUA TREZE DE JUNHO, 877, - DE 367/368 A 1585/1586, CENTRO SUL, CUIABÁ - MT - CEP: 78020-000 Nome: CENTER MODAS REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA - ME, CNPJ: 14.883.069/0001-15 Endereço: RUA VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA, 40, CENTRO NORTE, CUIABÁ - MT - CEP: 78005-180 Nome: ALDEIR ALVES DOS SANTOS, CPF: 015.968.121-92 Endereço: AVENIDA FERNANDO CORREA DA COSTA, - DE 1126 A 1970 - LADO PAR, JARDIM KENNEDY, CUIABÁ - MT - CEP: 78065-000 Nome: DAMIAO ALVES DE SOUZA, CPF: 006.420.838-94 Endereço: FREI CANUTO, 165, ESCRITORIO, CENTRO, CHAPADA DOS GUIMARÃES - MT - CEP: 78195-000 FINALIDADE: A presente carta tem por finalidade EFETUAR O CUMPRIMENTO DA MEDIDA LIMINAR/ANTECIPAÇÃO DA TUTELA DEFERIDA e a CITAÇÃO DO POLO PASSIVO BANCO DA AMAZONIA SA para responder a ação, caso queira, conforme despacho, petição inicial e documentos vinculados disponíveis no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem descritas no corpo deste documento. MEDIDA DEFERIDA: Vistos, etc. Associe-se o feito ao processo anunciado na inicial. Proceda-se a inclusão de todas as partes do processo principal no polo passivo da ação, pois de forma direta ou indireta a decisão aqui lançada a todos irá alcançar. Diante da certidão acostada nos autos procedo a retratação da sentença prolatada, em face da regularidade do recolhimento da guia de distribuição da ação. Via de consequência, declaro nula a sentença prolatada, não surtindo qualquer efeitos, devendo ser excluída dos autos. De outra banda, verifica-se a presença dos requisitos legais, para concessão da manutenção de posse do bem penhorado até julgamento do feito, pois em princípio estão patentes os requisitos legais, em especial, o "Fumus boni juris", diante da demonstração que antes da propositura da ação, a parte autora já estava na posse do bem. Neste caso, há direito instantâneo a ser garantido, como situação emergencial a garantir o direito de acolher a liminar. Sem falar no "periculun in mora", pois não poderá a autora aguardar o desfecho da ação, com atos de lhe retirar o bem, com constrição judicial. Assim, concedo a manutenção de posse do bem penhorado no processo executivo ditado na inicial através de carta precatória, suspendendo a constrição judicial e andamento da referida carta precatória até julgamento do feito. Oficie-se ao Juízo Deprecado. Considerando que desde a entrada em vigor no NCPC, nenhum acordo foi homologado nesta Vara Especializada, tornando dispensável o ato de mediação, tendo em vista a falta de composição nesta espécie de avença aqui discutida, razão pela qual, dispenso o ato referido, nada impossibilitando no decorrer do processo sua designação. Citem-se para responderem, constando às advertências legais. Intime-se. Cumpra-se. ADVERTÊNCIAS À PARTE: 1. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias, contados a partir do dia útil seguinte à consulta ao teor da citação ou da intimação, ou ao término do prazo para que a consulta se dê (art. 231, V, do CPC). 2. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel e presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados pela parte autora (art. 344, do CPC). Os prazos contra o revel que não tenha advogado constituído nos autos contarão da data da publicação do ato no Diário de Justiça Eletrônico - DJe (art. 346, do CPC). 3. A contestação deverá ser assinada por advogado ou por defensor público. 4. O prazo será contado em dobro em caso de réu (s) patrocinado pela Defensoria Pública (art. 186 do CPC) ou Escritórios de Prática Jurídica das Faculdades de Direito (§3º do art. 186 CPC) e caso o requerido seja a Fazenda Pública (art. 183 do CPC) ou o Ministério Público (art. 186 do CPC). CUIABÁ, 6 de setembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pela Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO

ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Citação Classe: CNJ-59 EMBARGOS DE TERCEIRO
Processo Número: 0009015-23.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
KELLY NERES DA SILVA (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Advogado(s) Polo Ativo:
PABLO RAMIRES FONSECA OAB - MT18969-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CENTER MODAS REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA - ME (EMBARGADO)
DAMIAO ALVES DE SOUZA (EMBARGADO)
BANCO DA AMAZONIA SA (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
ALDEIR ALVES DOS SANTOS (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CARLOS RICARDI DE SOUZA PIZZATO OAB - MT8566-O (ADVOGADO(A))
ADRIANO GONCALVES DA SILVA OAB - MT4181-O (ADVOGADO(A))
MARCELO AUGUSTO BORGES OAB - MT6189-O (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ 2ª VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE CUIABÁ AVENIDA DESEMBARGADOR MILTON FIGUEIREDO FERREIRA MENDES, TELEFONE: (65) 3648-6000/6001, CENTRO POLÍTICO ADMINISTRATIVO, CUIABÁ - MT - CEP: 78049-075 CITAÇÃO E INTIMAÇÃO POR MEIO ELETRÔNICO EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO RITA SORAYA TOLENTINO DE BARROS PROCESSO n. 0009015-23.2019.8.11.0041 Valor da causa: R$ 38.000,00 ESPÉCIE: [EFEITO SUSPENSIVO / IMPUGNAÇÃO / EMBARGOS À EXECUÇÃO] ->EMBARGOS DE TERCEIRO (37) POLO ATIVO: Nome: KELLY NERES DA SILVA Endereço: Rua Thome Fontes, Sao Sebastiao, CHAPADA DOS GUIMARÃES - MT - CEP: 78195-000 POLO PASSIVO: Nome: BANCO DA AMAZONIA SA, CNPJ: 04.902.979/0001-44 Endereço: RUA TREZE DE JUNHO, 877, - DE 367/368 A 1585/1586, CENTRO SUL, CUIABÁ - MT - CEP: 78020-000 Nome: CENTER MODAS REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA - ME, CNPJ: 14.883.069/0001-15 Endereço: RUA VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA, 40, CENTRO NORTE, CUIABÁ - MT - CEP: 78005-180 Nome: ALDEIR ALVES DOS SANTOS, CPF: 015.968.121-92 Endereço: AVENIDA FERNANDO CORREA DA COSTA, - DE 1126 A 1970 - LADO PAR, JARDIM KENNEDY, CUIABÁ - MT - CEP: 78065-000 Nome: DAMIAO ALVES DE SOUZA, CPF: 006.420.838-94 Endereço: FREI CANUTO, 165, ESCRITORIO, CENTRO, CHAPADA DOS GUIMARÃES - MT - CEP: 78195-000 FINALIDADE:A presente carta tem por finalidade EFETUAR O CUMPRIMENTO DA MEDIDA LIMINAR/ANTECIPAÇÃO DA TUTELA DEFERIDA e a CITAÇÃO DO POLO PASSIVO ALDEIR ALVES DOS SANTOS para responder a ação, caso queira, conforme despacho, petição inicial e documentos vinculados disponíveis no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem descritas no corpo deste documento. MEDIDA DEFERIDA: Vistos, etc. Associe-se o feito ao processo anunciado na inicial. Proceda-se a inclusão de todas as partes do processo principal no polo passivo da ação, pois de forma direta ou indireta a decisão aqui lançada a todos irá alcançar. Diante da certidão acostada nos autos procedo a retratação da sentença prolatada, em face da regularidade do recolhimento da guia de distribuição da ação. Via de consequência, declaro nula a sentença prolatada, não surtindo qualquer efeitos, devendo ser excluída dos autos. De outra banda, verifica-se a presença dos requisitos legais, para concessão da manutenção de posse do bem penhorado até julgamento do feito, pois em princípio estão patentes os requisitos legais, em especial, o "Fumus boni juris", diante da demonstração que antes da propositura da ação, a parte autora já estava na posse do bem. Neste caso, há direito instantâneo a ser garantido, como situação emergencial a garantir o direito de acolher a liminar. Sem falar no "periculun in mora", pois não poderá a autora aguardar o desfecho da ação, com atos de lhe retirar o bem, com constrição judicial. Assim, concedo a manutenção de posse do bem penhorado no processo executivo ditado na inicial através de carta precatória, suspendendo a constrição judicial e andamento da referida carta precatória até julgamento do feito. Oficie-se ao Juízo Deprecado. Considerando que desde a entrada em vigor no NCPC, nenhum acordo foi homologado nesta Vara Especializada, tornando dispensável o ato de mediação, tendo em vista a falta de composição nesta espécie de avença aqui discutida, razão pela qual, dispenso o ato referido, nada impossibilitando no decorrer do processo sua designação. Citem-se para responderem, constando às advertências legais. Intime-se. Cumpra-se. ADVERTÊNCIAS À PARTE: 1. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias, contados a partir do dia útil seguinte à consulta ao teor da citação ou da intimação, ou ao término do prazo para que a consulta se dê (art. 231, V, do CPC). 2. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel e presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados pela parte autora (art. 344, do CPC). Os prazos contra o revel que não tenha advogado constituído nos autos contarão da data da publicação do ato no Diário de Justiça Eletrônico - DJe (art. 346, do CPC). 3. A contestação deverá ser assinada por advogado ou por defensor público. 4. O prazo será contado em dobro em caso de réu (s) patrocinado pela Defensoria Pública (art. 186 do CPC) ou Escritórios de Prática Jurídica das Faculdades de Direito (§3º do art. 186 CPC) e caso o requerido seja a Fazenda Pública (art. 183 do CPC) ou o Ministério Público (art. 186 do CPC). CUIABÁ, 6 de setembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pela Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Citação Classe: CNJ-59 EMBARGOS DE TERCEIRO
Processo Número: 0009015-23.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
KELLY NERES DA SILVA (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Advogado(s) Polo Ativo:
PABLO RAMIRES FONSECA OAB - MT18969-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CENTER MODAS REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA - ME (EMBARGADO)
DAMIAO ALVES DE SOUZA (EMBARGADO)
BANCO DA AMAZONIA SA (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)

ALDEIR ALVES DOS SANTOS (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CARLOS RICARDI DE SOUZA PIZZATO OAB - MT8566-O (ADVOGADO(A))
ADRIANO GONCALVES DA SILVA OAB - MT4181-O (ADVOGADO(A))
MARCELO AUGUSTO BORGES OAB - MT6189-O (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ 2ª VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE CUIABÁ AVENIDA DESEMBARGADOR MILTON FIGUEIREDO FERREIRA MENDES, TELEFONE: (65) 3648-6000/6001, CENTRO POLÍTICO ADMINISTRATIVO, CUIABÁ - MT - CEP: 78049-075 CITAÇÃO E INTIMAÇÃO POR MEIO ELETRÔNICO EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO RITA SORAYA TOLENTINO DE BARROS PROCESSO n. 0009015-23.2019.8.11.0041 Valor da causa: R$ 38.000,00 ESPÉCIE: [EFEITO SUSPENSIVO / IMPUGNAÇÃO / EMBARGOS À EXECUÇÃO] ->EMBARGOS DE TERCEIRO (37) POLO ATIVO: Nome: KELLY NERES DA SILVA Endereço: Rua Thome Fontes, Sao Sebastiao, CHAPADA DOS GUIMARÃES - MT - CEP: 78195-000 POLO PASSIVO: Nome: BANCO DA AMAZONIA SA, CNPJ: 04.902.979/0001-44 Endereço: RUA TREZE DE JUNHO, 877, - DE 367/368 A 1585/1586, CENTRO SUL, CUIABÁ - MT - CEP: 78020-000 Nome: CENTER MODAS REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA - ME, CNPJ: 14.883.069/0001-15 Endereço: RUA VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA, 40, CENTRO NORTE, CUIABÁ - MT - CEP: 78005-180 Nome: ALDEIR ALVES DOS SANTOS, CPF: 015.968.121-92 Endereço: AVENIDA FERNANDO CORREA DA COSTA, - DE 1126 A 1970 - LADO PAR, JARDIM KENNEDY, CUIABÁ - MT - CEP: 78065-000 Nome: DAMIAO ALVES DE SOUZA, CPF: 006.420.838-94 Endereço: FREI CANUTO, 165, ESCRITORIO, CENTRO, CHAPADA DOS GUIMARÃES - MT - CEP: 78195-000 FINALIDADE: A presente carta tem por finalidade EFETUAR O CUMPRIMENTO DA MEDIDA LIMINAR/ANTECIPAÇÃO DA TUTELA DEFERIDA e a CITAÇÃO DO POLO PASSIVO BANCO DA AMAZONIA SA para responder a ação, caso queira, conforme despacho, petição inicial e documentos vinculados disponíveis no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem descritas no corpo deste documento. MEDIDA DEFERIDA: Vistos, etc. Associe-se o feito ao processo anunciado na inicial. Proceda-se a inclusão de todas as partes do processo principal no polo passivo da ação, pois de forma direta ou indireta a decisão aqui lançada a todos irá alcançar. Diante da certidão acostada nos autos procedo a retratação da sentença prolatada, em face da regularidade do recolhimento da guia de distribuição da ação. Via de consequência, declaro nula a sentença prolatada, não surtindo qualquer efeitos, devendo ser excluída dos autos. De outra banda, verifica-se a presença dos requisitos legais, para concessão da manutenção de posse do bem penhorado até julgamento do feito, pois em princípio estão patentes os requisitos legais, em especial, o "Fumus boni juris", diante da demonstração que antes da propositura da ação, a parte autora já estava na posse do bem. Neste caso, há direito instantâneo a ser garantido, como situação emergencial a garantir o direito de acolher a liminar. Sem falar no "periculun in mora", pois não poderá a autora aguardar o desfecho da ação, com atos de lhe retirar o bem, com constrição judicial. Assim, concedo a manutenção de posse do bem penhorado no processo executivo ditado na inicial através de carta precatória, suspendendo a constrição judicial e andamento da referida carta precatória até julgamento do feito. Oficie-se ao Juízo Deprecado. Considerando que desde a entrada em vigor no NCPC, nenhum acordo foi homologado nesta Vara Especializada, tornando dispensável o ato de mediação, tendo em vista a falta de composição nesta espécie de avença aqui discutida, razão pela qual, dispenso o ato referido, nada impossibilitando no decorrer do processo sua designação. Citem-se para responderem, constando às advertências legais. Intime-se. Cumpra-se. ADVERTÊNCIAS À PARTE: 1. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias, contados a partir do dia útil seguinte à consulta ao teor da citação ou da intimação, ou ao término do prazo para que a consulta se dê (art. 231, V, do CPC). 2. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel e presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados pela parte autora (art. 344, do CPC). Os prazos contra o revel que não tenha advogado constituído nos autos contarão da data da publicação do ato no Diário de Justiça Eletrônico - DJe (art. 346, do CPC). 3. A contestação deverá ser assinada por advogado ou por defensor público. 4. O prazo será contado em dobro em caso de réu (s) patrocinado pela Defensoria Pública (art. 186 do CPC) ou Escritórios de Prática Jurídica das Faculdades de Direito (§3º do art. 186 CPC) e caso o requerido seja a Fazenda Pública (art. 183 do CPC) ou o Ministério Público (art. 186 do CPC). CUIABÁ, 6 de setembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pela Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Citação Classe: CNJ-59 EMBARGOS DE TERCEIRO
Processo Número: 0009015-23.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
KELLY NERES DA SILVA (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Advogado(s) Polo Ativo:
PABLO RAMIRES FONSECA OAB - MT18969-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CENTER MODAS REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA - ME (EMBARGADO)
DAMIAO ALVES DE SOUZA (EMBARGADO)
BANCO DA AMAZONIA SA (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
ALDEIR ALVES DOS SANTOS (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CARLOS RICARDI DE SOUZA PIZZATO OAB - MT8566-O (ADVOGADO(A))
ADRIANO GONCALVES DA SILVA OAB - MT4181-O (ADVOGADO(A))
MARCELO AUGUSTO BORGES OAB - MT6189-O (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ 2ª VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE CUIABÁ AVENIDA DESEMBARGADOR MILTON FIGUEIREDO FERREIRA MENDES, TELEFONE: (65) 3648-6000/6001, CENTRO POLÍTICO ADMINISTRATIVO, CUIABÁ - MT - CEP: 78049-075 CITAÇÃO E INTIMAÇÃO POR MEIO ELETRÔNICO EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO RITA SORAYA TOLENTINO DE BARROS PROCESSO n. 0009015-23.2019.8.11.0041 Valor da causa: R$ 38.000,00 ESPÉCIE: [EFEITO SUSPENSIVO / IMPUGNAÇÃO / EMBARGOS À EXECUÇÃO] ->EMBARGOS DE TERCEIRO (37) POLO ATIVO: Nome: KELLY NERES DA SILVA Endereço: Rua Thome Fontes, Sao Sebastiao, CHAPADA DOS GUIMARÃES - MT - CEP: 78195-000 POLO PASSIVO: Nome: BANCO DA AMAZONIA SA, CNPJ: 04.902.979/0001-44 Endereço: RUA TREZE DE JUNHO, 877, - DE 367/368 A 1585/1586, CENTRO SUL, CUIABÁ - MT - CEP: 78020-000 Nome: CENTER MODAS REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA - ME, CNPJ: 14.883.069/0001-15 Endereço: RUA VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA, 40, CENTRO NORTE, CUIABÁ - MT - CEP: 78005-180 Nome: ALDEIR ALVES DOS SANTOS, CPF: 015.968.121-92 Endereço: AVENIDA FERNANDO CORREA DA COSTA, - DE 1126 A 1970 - LADO PAR, JARDIM KENNEDY, CUIABÁ - MT - CEP: 78065-000 Nome: DAMIAO ALVES DE SOUZA, CPF: 006.420.838-94 Endereço: FREI CANUTO, 165, ESCRITORIO, CENTRO, CHAPADA DOS GUIMARÃES - MT - CEP: 78195-000 FINALIDADE:A presente carta tem por finalidade EFETUAR O CUMPRIMENTO DA MEDIDA LIMINAR/ANTECIPAÇÃO DA TUTELA DEFERIDA e a CITAÇÃO DO POLO PASSIVO ALDEIR ALVES DOS SANTOS para responder a ação, caso queira, conforme despacho,

petição inicial e documentos vinculados disponíveis no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem descritas no corpo deste documento. MEDIDA DEFERIDA: Vistos, etc. Associe-se o feito ao processo anunciado na inicial. Proceda-se a inclusão de todas as partes do processo principal no polo passivo da ação, pois de forma direta ou indireta a decisão aqui lançada a todos irá alcançar. Diante da certidão acostada nos autos procedo a retratação da sentença prolatada, em face da regularidade do recolhimento da guia de distribuição da ação. Via de consequência, declaro nula a sentença prolatada, não surtindo qualquer efeitos, devendo ser excluída dos autos. De outra banda, verifica-se a presença dos requisitos legais, para concessão da manutenção de posse do bem penhorado até julgamento do feito, pois em princípio estão patentes os requisitos legais, em especial, o "Fumus boni juris", diante da demonstração que antes da propositura da ação, a parte autora já estava na posse do bem. Neste caso, há direito instantâneo a ser garantido, como situação emergencial a garantir o direito de acolher a liminar. Sem falar no "periculun in mora", pois não poderá a autora aguardar o desfecho da ação, com atos de lhe retirar o bem, com constrição judicial. Assim, concedo a manutenção de posse do bem penhorado no processo executivo ditado na inicial através de carta precatória, suspendendo a constrição judicial e andamento da referida carta precatória até julgamento do feito. Oficie-se ao Juízo Deprecado. Considerando que desde a entrada em vigor no NCPC, nenhum acordo foi homologado nesta Vara Especializada, tornando dispensável o ato de mediação, tendo em vista a falta de composição nesta espécie de avença aqui discutida, razão pela qual, dispenso o ato referido, nada impossibilitando no decorrer do processo sua designação. Citem-se para responderem, constando às advertências legais. Intime-se. Cumpra-se. ADVERTÊNCIAS À PARTE: 1. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias, contados a partir do dia útil seguinte à consulta ao teor da citação ou da intimação, ou ao término do prazo para que a consulta se dê (art. 231, V, do CPC). 2. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel e presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados pela parte autora (art. 344, do CPC). Os prazos contra o revel que não tenha advogado constituído nos autos contarão da data da publicação do ato no Diário de Justiça Eletrônico - DJe (art. 346, do CPC). 3. A contestação deverá ser assinada por advogado ou por defensor público. 4. O prazo será contado em dobro em caso de réu (s) patrocinado pela Defensoria Pública (art. 186 do CPC) ou Escritórios de Prática Jurídica das Faculdades de Direito (§3º do art. 186 CPC) e caso o requerido seja a Fazenda Pública (art. 183 do CPC) ou o Ministério Público (art. 186 do CPC). CUIABÁ, 6 de setembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pela Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Citação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1011734-29.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO BRADESCO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CRISTIANA VASCONCELOS BORGES MARTINS OAB - MS12002-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ARRUDA & BOTELHO LTDA - ME (EXECUTADO)
IVANILDE DE ARRUDA BOTELHO (EXECUTADO)
ADRIANO GOMES DE ARRUDA (EXECUTADO)

EDITAL DE CITAÇÃO PROCESSO DE EXECUÇÃO PRAZO: 20 DIAS AUTOS N 1011734-29.2017.8.11.0041 AÇÃO: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL EXEQÜENTE(S): BANCO BRADESCO ADVOGADO DA PARTE EXEQÜENTE(S): CRISTIANA VASCONCELOS BORGES MARTINS EXECUTADO (A,S): ARRUDA & BOTELHO LTDA - ME, IVANILDE DE ARRUDA BOTELHO e ADRIANO GOMES DE ARRUDA CITANDO(A,S): ARRUDA & BOTELHO LTDA - ME - CNPJ: 13.617.252/0001-06, IVANILDE DE ARRUDA BOTELHO - CPF: 008.917.641-35 e ADRIANO GOMES DE ARRUDA - CPF: 903.837.101-20 DATA DA DISTRIBUIÇÃO DA AÇÃO: 17/04/2017 VALOR DO DÉBITO: 80.424,16 FINALIDADE: EFETUAR A CITAÇÃO DA PARTE DEVEDORA para no prazo de 03 (três) dias, a contar da data da expiração deste edital, efetuar o pagamento da dívida (art. 829, CPC), ressaltando que não havendo pagamento será expedido mandado de penhora e o senhor Oficial de Justiça efetuará a penhora em tantos bens quantos bastem e sejam necessários ao pagamento do principal e acessórios, bem como proceder a avaliação do bem penhorado e efetuando a intimação da penhora. FICA A DEVEDORA DEVIDAMENTE CIENTIFICADA de que o prazo de 15 (quinze) dias para oferecimento de embargos também será contado a partir da data de expiração do prazo deste edital. FICA, AINDA, DEVIDAMENTE CIENTIFICADA da possibilidade de depositar em juízo apenas 30% da execução (valor principal + custas + honorários) e o valor remanescente em até 6 vezes, acrescidos de correção monetária (INPC) e juros de 1% ao mês (art. 916 do CPC). RESUMO DA INICIAL: Em 24/03/2015, as partes executadas firmaram perante a Exequente a Cédula de Crédito Bancário Empréstimo - Capital de Giro n. 06381177659, no valor financiado de R$ 47.565,76 (quarenta e sete mil, quinhentos e sessenta e cinco reais e setenta e seis centavos), para pagamento em 47 (quarenta e sete) prestações mensais, cada qual com o valor de R$ 1.718,52 (um mil, setecentos e dezoito reais e cinquenta e dois centavos), com o primeiro vencimento em 07/05/2015 e o último vencimento em 07/03/2019. Ocorre que as partes executadas se encontram inadimplentes desde a 1 ª prestação, vencida em 07/05/2015, constituindo-se em mora perante o Exequente, ocasionando o vencimento antecipado do pacto, restando, por decorrência lógica, indubitável a configuração da correlata inadimplência, uma vez que não honraram com o pagamento da dívida. Ao não saldarem os valores que lhes foram creditados, as partes executadas contraíram perante a instituição financeira uma dívida no montante de R$ 80.424,16 (oitenta mil quatrocentos e vinte e quatro reais e dezesseis centavos). ADVERTÊNCIA: Fica(m) ainda advertido(a,s) o(a,s) executado(a,s) de que, independentemente da realização ou não da penhora, terá(terão) o prazo de 15 (quinze) dias para opor(oporem) embargos. Não havendo resposta no prazo especificado, será decretada a revelia com nomeação de Curador Especial. Cuiabá - MT, 13 de dezembro de 2019. Assinado Digitalmente Laura Ferreira Araújo e Medeiros Gestora Judiciária

Citação Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1052175-81.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO FINASA BMC S.A. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JAMIL ALVES DE SOUZA OAB - MT12880-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
RUBENS ELIAS DE MELO (REQUERIDO)

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO PRAZO: 20 DIAS AUTOS N 1052175-81.2019.8.11.0041 AÇÃO: BUSCA E APREENSÃO PARTE AUTORA: BANCO FINASA BMC S.A ADVOGADO DA PARTE AUTORA: JAMIL ALVES DE SOUZA PARTE RÉ: RUBENS ELIAS DE MELO CITANDO(A,S): RUBENS ELIAS DE MELO - CPF: 141.324.192-15 DATA DA DISTRIBUIÇÃO DA AÇÃO: 11/11/2019 VALOR DO DÉBITO: R$ 21.330,83 FINALIDADE: CITAÇÃO da parte acima qualificada, atualmente em lugar incerto e não sabido, dos termos da presente ação que lhe(s) é proposta, consoante consta da petição, para, no prazo de dias, contados da expiração do prazo deste edital, pagar a integridade da dívida pendente,

segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, hipótese na qual o bem lhe será restituído livre de ônus. (artigo 3º § 2º da lei n. 10.391/04). Deverá ainda, querendo, apresentar resposta, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da expiração do prazo deste edital, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos articulados pela parte autora na peça vestibular. Não havendo resposta no prazo especificado será decretada a revelia com nomeação de Curador Especial. Este edital tem também, por finalidade, INTIMAR A PARTE REQUERIDA da apreensão do veículo, objeto da ação, qual seja, UM VEÍCULO MARCA CHEVROLET, MODELO ONIX FLEX LT (MYLINK) 1.0 8V SPE/4, CHASSI 9BGKS48B0FG211643, PLACA QBD7159, RENAVAM 1018154474, COR PRATA, ANO 2014/2015. RESUMO INICIAL: Pelo "Contrato de Financiamento" nº 0149914375, celebrado entre as partes no dia 28/09/2018, o Requerente concedeu um crédito ao(a) Requerido(a), no valor líquido de R$ 22.022,88 (vinte e dois mil vinte e dois reais e oitenta e oito centavos), que deveria ser pago em 48 prestações no valor de R$ 736,68 (setecentos e trinta e seis reais e sessenta e oito centavos) cada uma, cujo vencimento da primeira estava previsto para o dia 28/10/2018 e da última para o dia 28/09/2022, destinado à aquisição de um veículo alienado fiduciariamente, marca CHEVROLET, modelo ONIX FLEX LT (MYLINK) 1.0 8V SPE/4, ano 2014/2015, chassi 9BGKS48B0FG211643, placa QBD7159, cor PRATA e renavam nº 1018154474. Ocorre, entretanto, que o(a) Requerido(a) não cumpriu as obrigações voluntariamente pactuadas, deixando de pagar as prestações vencidas a partir de 28/07/2019, cuja mora está devidamente comprovada pela notificação extrajudicial apresentada na inicial, conforme artigo 3º e 2º, do artigo 2º, do Decreto-Lei nº 911/69, com as alterações da Lei nº 13.043/2014, pode ser requerida contra o devedor a busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente. Cuiabá - MT, 13 de dezembro de 2019. Assinado Digitalmente Laura Ferreira Araújo e Medeiros Gestora Judiciária

Decisão

Decisão Classe: CNJ-56 CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO
Processo Número: 1048218-72.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LOIRDES BENEDITA DE MORAES E SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
CASSIA ADRIANA SILVA FORTALEZA OAB - MT12908-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CREFISA SA CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS (RÉU)
Magistrado(s):
RITA SORAYA TOLENTINO DE BARROS

Vistos, etc. Compulsando os autos verifica-se a impossibilidade de plano de conceder a tutela de urgência, diante da ausência de probabilidade do direito e perigo de dano. Nem mesmo, o risco de resultado útil ao processo restou evidenciado. No caso é indispensável a resposta do requerido para verificar a possibilidade de antecipar o mérito da causa. De plano não há como afirmar a veracidade de tal fato, necessitando de demais provas para aquilatar a verdade real. Não se trata de direito instantâneo que quando agredidos necessita de imediata recomposição. Além do que, não há situação emergencial para justificar a antecipação da tutela. Diante do exposto, indefiro a tutela urgência. De outra banda, denota-se que a questão posta na inicial se assemelha a outros processos distribuídos nesta Vara Especializada e desde a entrada em vigor no NCPC, nenhum acordo aqui foi chancelado, tornando inócua a designação de audiência de mediação. Assim, cite-se para responder, constando às advertências legais. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá, 13.12.19

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1033703-32.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MARCOS RAMOS PACHECO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
BRUNO ALEXANDRE CAPISTRANO DE IRINEU SILVA OAB - MT13823/O (ADVOGADO(A))
MARIANNA BARROS SABER OAB - MT19452-O (ADVOGADO(A))
Heber Aziz Saber OAB - MT9825-O (ADVOGADO(A))
CLEITON CARLOS KLASNER OAB - MT25868/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BMG S.A (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
BREINER RICARDO DINIZ RESENDE MACHADO OAB - MT16227-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
RITA SORAYA TOLENTINO DE BARROS

Vistos, etc. Certifique-se sobre a tempestividade do recurso de apelação adesiva, no mesmo efeito do recurso principal, ficando a este, dependente. Intime-se o apelado para responder no prazo de Lei. Após, remeta-se ao E. Tribunal de Justiça, para apreciação. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá, 21.11.19

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1018113-83.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MELITA ALT PEREIRA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
DIOGO TRINDADE RIBEIRO OAB - MT0021358A-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL S/A (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA OAB - MT19081-A (ADVOGADO(A))
SERVIO TULIO DE BARCELOS OAB - MT14258-S (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
EDSON FRANCISCO PERUSSELI (TERCEIRO INTERESSADO)
Magistrado(s):
RITA SORAYA TOLENTINO DE BARROS

Vistos, etc. Defiro a dilação por dez dias, sem prorrogação. Após, diga-se e conclusos. Cumpra-se. Cuiabá, 13.12.19

Decisão Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1034812-52.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SERVIO TULIO DE BARCELOS OAB - MT14258-S (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
M. D. DE ALMEIDA SANTOS SILVA & CIA LTDA - ME (EXECUTADO)
MATEUS DOS ANJOS SILVA (EXECUTADO)
MEIRE DARLENE DE ALMEIDA SANTOS SILVA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
RITA SORAYA TOLENTINO DE BARROS

Vistos, etc. Defiro a dilação por dez dias, sem prorrogação. Após, diga-se e conclusos. Cumpra-se. Cuiabá, 13.12.19

Decisão Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 0000255-90.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MARCIO SALES DE FREITAS (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCIO SALES DE FREITAS OAB - MT7888-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARIA APARECIDA RIBEIRO CORREIA (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOSE VICENTE CORREIA OAB - 146.391.739-20 (REPRESENTANTE)
CRISLAINE PAULA COSTA CAMPOS OAB - MT15763-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
RITA SORAYA TOLENTINO DE BARROS

Vistos, etc. Em face da anuência da parte, homologo o cálculo do id n. 26455558, para surtir seus efeitos legais. Intime-se a parte executada para proceder o pagamento no prazo legal, sob pena de penhora. Após, diga o autor e conclusos. Cumpra-se. Cuiabá, 13.12.19

Decisão Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 0004813-08.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO BRADESCO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARLI TEREZINHA MELLO DE OLIVEIRA OAB - MT5134-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:

OESTE MAPAS LTDA - ME (EXECUTADO)
MARCUS ROSA JORGE DA CUNHA (EXECUTADO)
ALEX ROSA JORGE DA CUNHA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
RITA SORAYA TOLENTINO DE BARROS

Vistos, etc. Defiro a dilação por dez dias, sem prorrogação. Após, diga-se e conclusos. Cumpra-se. Cuiabá, 13.12.19

Decisão Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1059517-46.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO J. SAFRA S.A (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SERVIO TULIO DE BARCELOS OAB - MT14258-S (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ROSANE NARCI DA SILVA PASCHOIOTTO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
RITA SORAYA TOLENTINO DE BARROS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1059517-46.2019.8.11.0041. REQUERENTE: BANCO J. SAFRA S.A REQUERIDO: ROSANE NARCI DA SILVA PASCHOIOTTO Vistos, etc. Certifique-se sobre a regularidade do recolhimento da guia de distribuição da ação e sua vinculação ao número único do processo. Em caso negativo, intime-se o autor para efetivar o ato em quinze dias, sob pena de indeferimento da inicial. Decorrido o prazo, certifique-se, não havendo manifestação, conclusos. Ao contrário, cumpra-se determinação abaixo: Compulsando os autos verifica-se estar demonstrado o débito do requerido e sua inadimplência, pois apesar de notificado, não o liquidou. Assim, Defiro a Liminar pleiteada na inicial, autorizando a busca e apreensão, em caráter provisório, não podendo o bem ser remetido a outro Estado da Federação, até decorrer o prazo de purgação de mora, sob pena de bloqueio on line do valor do bem. Expeça-se o necessário, depositando em mãos do autor o bem apreendido. Faculto ao meirinho o arrombamento e reforço policial, se necessário e as faculdades do artigo 212 e seus parágrafos do CPC. NÃO HAVENDO APREENSÃO, DEVERÁ O MEIRINHO INFORMAR SE O REQUERIDO FOI LOCALIZADO. Dê-se ciência ao Requerido, que no prazo de cinco dias, depois de efetivada a liminar, poderá purgar a mora pela integralidade da dívida atualizada, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário, hipótese na qual o bem lhe será restituído livre de ônus. (artigo 3º § 2º da Lei n. 10.931/04). Caso não ocorra a purgação de mora, no prazo acima consolidar-se-ão a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do credor fiduciário, cabendo às repartições competentes, quando for o caso, expedir novo certificado de registro de propriedade em nome do credor, ou terceiro por ele indicado, livre de ônus da propriedade fiduciária. Cite-se também o Requerido, para apresentar resposta, no prazo de quinze dias da execução da liminar. Consigne-se no mandado que a resposta deve ser apresentada ainda que o devedor tenha se utilizado da faculdade do § 2º da referida Lei, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição. Intime-se. Cumpra-se. CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019. Juiz(a) de Direito

Decisão Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1059667-27.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO OAB - MT20732-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARLENE DIAS FERREIRA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
RITA SORAYA TOLENTINO DE BARROS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1059667-27.2019.8.11.0041. REQUERENTE: ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA REQUERIDO: MARLENE DIAS FERREIRA Vistos, etc. Certifique-se sobre a regularidade do recolhimento da guia de distribuição da ação e sua vinculação ao número único do processo. Em caso negativo, intime-se o autor para efetivar o ato em quinze dias, sob pena de indeferimento da inicial. Decorrido o prazo, certifique-se, não havendo manifestação, conclusos. Ao contrário, cumpra-se determinação abaixo: Compulsando os autos verifica-se estar demonstrado o débito do requerido e sua inadimplência, pois apesar de notificado, não o liquidou. Assim, Defiro a Liminar pleiteada na inicial, autorizando a busca e apreensão, em caráter provisório, não podendo o bem ser remetido a outro Estado da Federação, até decorrer o prazo de purgação de mora, sob pena de bloqueio on line do valor do bem. Expeça-se o necessário, depositando em mãos do autor o bem apreendido. Faculto ao meirinho o arrombamento e reforço policial, se necessário e as faculdades do artigo 212 e seus parágrafos do CPC. NÃO HAVENDO APREENSÃO, DEVERÁ O MEIRINHO INFORMAR SE O REQUERIDO FOI LOCALIZADO. Dê-se ciência ao Requerido, que no prazo de cinco dias, depois de efetivada a liminar, poderá purgar a mora pela integralidade da dívida atualizada, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário, hipótese na qual o bem lhe será restituído livre de ônus. (artigo 3º § 2º da Lei n. 10.931/04). Caso não ocorra a purgação de mora, no prazo acima consolidar-se-ão a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do credor fiduciário, cabendo às repartições competentes, quando for o caso, expedir novo certificado de registro de propriedade em nome do credor, ou terceiro por ele indicado, livre de ônus da propriedade fiduciária. Cite-se também o Requerido, para apresentar resposta, no prazo de quinze dias da execução da liminar. Consigne-se no mandado que a resposta deve ser apresentada ainda que o devedor tenha se utilizado da faculdade do § 2º da referida Lei, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição. Intime-se. Cumpra-se. CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019. Juiz(a) de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1059549-51.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
WANESSA ANDRADE SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ANDREIA CRISTINA NOITE IZABEL OAB - MT17566-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO FINASA BMC S.A. (RÉU)
Magistrado(s):
RITA SORAYA TOLENTINO DE BARROS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1059549-51.2019.8.11.0041. AUTOR(A): WANESSA ANDRADE SILVA RÉU: BANCO FINASA BMC S.A. Defiro pedido de Justiça Gratuita. Anote-se. Compulsando os autos verifica-se a impossibilidade de plano de conceder a tutela de urgência, diante da ausência de probabilidade do direito e perigo de dano. Nem mesmo, o risco de resultado útil ao processo restou evidenciado. No caso é indispensável à resposta do requerido para verificar a possibilidade de antecipar o mérito da causa. De plano não há como afirmar a veracidade de tal fato, necessitando de demais provas para aquilatar a verdade real. Não se trata de direito instantâneo que quando agredidos necessita de imediata recomposição. Além do que, não há situação emergencial para justificar a antecipação da tutela. Diante do exposto, indefiro a tutela urgência. De outra banda, denota-se que a questão posta na inicial se assemelha a outros processos distribuídos nesta Vara Especializada e desde a entrada em vigor no NCPC, nenhum acordo aqui foi chancelado, tornando inócua a designação de audiência de mediação. Assim, cite-se para responder, constando às advertências legais. Intime-se. Cumpra-se. CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019. Juiz(a) de Direito

Sentença

Sentença Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1042638-61.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
FANTICHELI & DA SILVA COSTA LTDA - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANIEL FERNANDES TEIXEIRA OAB - MT36891-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
SERVIO TULIO DE BARCELOS OAB - MT14258-S (ADVOGADO(A))
JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA OAB - MT19081-A

(ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
RITA SORAYA TOLENTINO DE BARROS

Vistos, etc. Homologo, por sentença, a desistência da ação, para surtir seus efeitos legais e Julgo EXTINTO o processo, com fulcro no artigo 487-III, letra "c" do CPC. Custas pelo desistente, se houver. Com o trânsito em julgado, certifique-se, procedendo às anotações de estilo e após, arquive-se. P. R. I. Cumpra-se. Cuiabá, 13.12.19

Sentença Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1042638-61.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
FANTICHELI & DA SILVA COSTA LTDA - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANIEL FERNANDES TEIXEIRA OAB - MT36891-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
SERVIO TULIO DE BARCELOS OAB - MT14258-S (ADVOGADO(A))
JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA OAB - MT19081-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
RITA SORAYA TOLENTINO DE BARROS

Vistos, etc. Homologo, por sentença, a desistência da ação, para surtir seus efeitos legais e Julgo EXTINTO o processo, com fulcro no artigo 487-III, letra "c" do CPC. Custas pelo desistente, se houver. Com o trânsito em julgado, certifique-se, procedendo às anotações de estilo e após, arquive-se. P. R. I. Cumpra-se. Cuiabá, 13.12.19

Sentença Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1057587-90.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO FINASA BMC S.A. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO OAB - MT20732-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LUCIENE DE LARA PINTO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
RITA SORAYA TOLENTINO DE BARROS

Vistos, etc. Homologo, por sentença, a desistência da ação, para surtir seus efeitos legais e Julgo EXTINTO o processo, com fulcro no artigo 485-VIII do CPC. Revogo a liminar concedida nos autos. Recolha-se mandado sem cumprimento e caso tenha sido cumprido proceder à restituição do bem a parte requerida. Custas pelo desistente. Com o trânsito em julgado, certifique-se, procedendo às anotações de estilo e após, arquive-se. P. R. I. Cumpra-se. Cuiabá, 13.12.19

Sentença Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1057587-90.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO FINASA BMC S.A. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO OAB - MT20732-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LUCIENE DE LARA PINTO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
RITA SORAYA TOLENTINO DE BARROS

Vistos, etc. Homologo, por sentença, a desistência da ação, para surtir seus efeitos legais e Julgo EXTINTO o processo, com fulcro no artigo 485-VIII do CPC. Revogo a liminar concedida nos autos. Recolha-se mandado sem cumprimento e caso tenha sido cumprido proceder à restituição do bem a parte requerida. Custas pelo desistente. Com o trânsito em julgado, certifique-se, procedendo às anotações de estilo e após, arquive-se. P. R. I. Cumpra-se. Cuiabá, 13.12.19

Sentença Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1036474-80.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOAO ALVES BARBOSA FILHO OAB - MT0017556S (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LOURIVAL GONCALVES DE MELO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
RITA SORAYA TOLENTINO DE BARROS

Vistos, etc. Homologo, por sentença, a desistência da ação, para surtir seus efeitos legais e Julgo EXTINTO o processo, com fulcro no artigo 485-VIII do CPC. Revogo a liminar concedida nos autos. Recolha-se mandado sem cumprimento e caso tenha sido cumprido proceder à restituição do bem a parte requerida. Custas pelo desistente. Com o trânsito em julgado, certifique-se, procedendo às anotações de estilo e após, arquive-se. P. R. I. Cumpra-se. Cuiabá, 13.12.19

Sentença Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1035934-32.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BRADESCO ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
AMANDIO FERREIRA TERESO JUNIOR OAB - ES17315-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
DAGNEL DA CUNHA BELMIRO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
RITA SORAYA TOLENTINO DE BARROS

Vistos, etc. A parte autora, devidamente qualificada nos autos, ingressou com a presente Ação de Busca e Apreensão, objetivando a concessão de liminar, para apreensão do bem relacionado na inicial, tornando em definitivo a medida no final. Instruiu seu pedido com documentos acostado na inicial. A liminar foi concedida e efetivada a citação. Regularmente citada a parte requerida deixou transcorrer o prazo assinalado sem apresentar resposta ou purgar mora na forma determinada nos autos. Vieram-me conclusos os autos, para decisão. É o Relatório. Fundamento. DECIDO. Trata-se a presente Ação de Busca e Apreensão, objetivando a concessão de liminar, para apreensão do bem relacionado na inicial, tornando em definitivo a medida no final. O processo encontra-se maduro para receber decisão, dispensando produção de outras provas, cabendo julgamento antecipado na lide, nos termos do artigo 355-II do Código de Processo Civil. A parte requerida foi citada nos autos e deixou transcorrer o prazo assinalado sem apresentar resposta ou purgar a mora, conforme certificado no processo, razão pela qual, decreto-lhe a revelia. A ausência de contestação e purgação de mora como determinado nos autos, caracteriza a inércia da parte requerida não demonstrando ter qualquer interesse no desfecho da demanda, pois apesar de citada, deixou escoar o prazo sem apresentar resposta ou purgar a mora. Reputam-se como verdadeiros os fatos elencados na inicial, tendo aplicabilidade o que dispõe o artigo 344 do Diploma Legal e estes acarretam as conseqüências jurídicas ali apontadas. Até porque, não questionou o débito anunciado na inicial. Diante do exposto e considerando o que mais dos autos consta Julgo Por Resolução de Mérito a ação de Busca e Apreensão e ACOLHO o pedido inicial, com fundamento no que dispõe o artigo 487–I e artigo 344 do Código de Processo Civil c.c. Decreto Lei n. 911/69, consolidando nas mãos do autor o domínio e posse do bem, cuja apreensão liminar torno definitiva, facultando-lhe a venda, devendo aplicar a parte final do artigo 2º do Decreto-Lei acima citado. Oficie-se ao Detran comunicando que o autor está autorizado à transferência a terceiros que indicar, bem como liberar a restrição do veículo e permaneçam nos autos os títulos a eles trazidos. Condeno a parte requerida nas custas e despesas processuais, bem como, nos honorários advocatícios que arbitro em 10% (dez por cento) da causa, devidamente atualizada a partir do ajuizamento da ação. Com o trânsito em julgado, certifique-se, procedendo às anotações de estilo, ficando a parte requerida intimada a pagar a condenação em quinze do trânsito em julgado, sob pena de aplicação de multa de dez por cento, com expedição de mandado de penhora e avaliação. P. R. I. Cumpra-se. Cuiabá, 13.12.19

3ª Vara Especializada em Direito Bancário

Intimação

Despacho Classe: CNJ-62 MONITÓRIA

Processo Número: 1058385-51.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIULA MULLER OAB - PR22819-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JOSE VITOR DA CUNHA GARGAGLIONE (RÉU)
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1058385-51.2019.8.11.0041. AUTOR(A): BANCO DO BRASIL SA RÉU: JOSE VITOR DA CUNHA GARGAGLIONE Vistos etc., A prova até aqui produzida evidencia o direito afirmado pela parte autora que, no entanto, não possui documentos com eficácia de título executivo. Assim, por reputar presentes os requisitos legais (CPC, arts. 700 e 701), defiro a expedição de mandado para determinar que a parte demandada pague à parte autora a quantia pleiteada, no prazo de 15 (quinze) dias para cumprimento da obrigação e o pagamento de honorários advocatícios de 5% do valor atribuído à causa (CPC, art. 701), ficando a parte requerida isenta do pagamento das custas processuais na hipótese de oportuno cumprimento do mandado (CPC, art. 701, § 1º). Consigne-se no mandado que, não havendo cumprimento e não oferecidos embargos no prazo de cumprimento, constituir-se-á o título executivo judicial (CPC, art. 701, § 2º). Conste no mandado, ainda, que, no prazo para embargos, reconhecendo o crédito da parte autora e comprovando o depósito de 30% (trinta por cento do valor) da execução, acrescido de custas e de honorários de advogado, a parte devedora poderá requerer que lhe seja permitido pagar o restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e de juros de um por cento ao mês (CPC, art. 701, § 5º c. c. art. 916). Intime-se. Cumpra-se. Jorge Alexandre Martins Ferreira Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1055908-55.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DAYCOVAL S/A (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LAZARO JOSE GOMES JUNIOR OAB - MT8194-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
EDILMES DE OLIVEIRA E SILVA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1055908-55.2019.8.11.0041. EXEQUENTE: BANCO DAYCOVAL S/A EXECUTADO: EDILMES DE OLIVEIRA E SILVA Vistos etc., EXPEÇA-SE o mandado executivo, CITE-SE o Executado para efetuar o pagamento apontado na inicial em 03 (três) dias, a contar da citação, sob pena de penhora (CPC/2015, art. 829). Proposta a presente execução de título extrajudicial, nos termos dos arts. 797 e 798 do CPC/2015 fixo de plano, os honorários advocatícios de dez por cento (10%) do valor da causa, a serem pagos pelos Executados, ressaltando-se que no caso de integral pagamento no prazo de três 03 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Ressalto que o exequente poderá obter certidão de que a execução foi admitida pelo juiz, com identificação das partes e do valor da causa, para fins de averbação no registro de imóveis, de veículos ou de outros bens sujeitos a penhora, arresto ou indisponibilidade, nos termos do art. 828 e ss. do CPC/2015. CUMPRA-SE na forma do art. 829 e 830 do CPC/2015. INTIME-SE. Jorge Alexandre Martins Ferreira Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1055711-03.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
RAPHAEL NEVES COSTA OAB - MT12411-O (ADVOGADO(A))
RICARDO NEVES COSTA OAB - MT12410-O (ADVOGADO(A))
GIANOTTI AMADOR MORAES GOMES OAB - MT0018216A-O (ADVOGADO(A))
FLAVIO NEVES COSTA OAB - MT12406-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
RAQUEL RIBEIRO DE LIMA TEIXEIRA (RÉU)
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1055711-03.2019.8.11.0041. AUTOR(A): BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A RÉU: RAQUEL RIBEIRO DE LIMA TEIXEIRA Vistos, etc. CITE-SE o réu na forma do art. 335, III, fazendo constar ainda que a não apresentação de contestação importará na aplicação da revelia e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (art. 344, CPC). Considerando que nesta Unidade Judiciária, no que diz respeito aos processos que envolvem Instituição Bancária em Geral, as conciliações representam um percentual baixíssimo, bem como de zero, antevendo-se clara inutilidade na designação da audiência prevista no art. 334, caput, do CPC, sendo sua designação um ato processual que na verdade contraria os princípios da celeridade e economia processual, razão porque deixo de designar tal audiência. Ressalto, todavia, que caso haja interesse pelas partes na realização do ato, nada impede que seja posteriormente designada, nos termos do inciso V do art. 139 do CPC. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo-se o necessário. JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1055611-48.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO BRADESCO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANDRE LUIZ CAMPOS DAS NEVES RIBEIRO OAB - MT12560-O (ADVOGADO(A))
MARCELO ALVARO CAMPOS DAS NEVES RIBEIRO OAB - MT15445-O (ADVOGADO(A))
VITORIA NASCIMENTO MOLINA OAB - MT24570/O (ADVOGADO(A))
MARCOS ANTONIO DE ALMEIDA RIBEIRO OAB - MT5308-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
M. C. VARDASCA EIRELI - ME (EXECUTADO)
MARCIO COCHIR VARDASCA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1055611-48.2019.8.11.0041. EXEQUENTE: BANCO BRADESCO EXECUTADO: M. C. VARDASCA EIRELI - ME, MARCIO COCHIR VARDASCA Vistos etc., EXPEÇA-SE o mandado executivo, CITE-SE o Executado para efetuar o pagamento apontado na inicial em 03 (três) dias, a contar da citação, sob pena de penhora (CPC/2015, art. 829). Proposta a presente execução de título extrajudicial, nos termos dos arts. 797 e 798 do CPC/2015 fixo de plano, os honorários advocatícios de dez por cento (10%) do valor da causa, a serem pagos pelos Executados, ressaltando-se que no caso de integral pagamento no prazo de três 03 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Ressalto que o exequente poderá obter certidão de que a execução foi admitida pelo juiz, com identificação das partes e do valor da causa, para fins de averbação no registro de imóveis, de veículos ou de outros bens sujeitos a penhora, arresto ou indisponibilidade, nos termos do art. 828 e ss. do CPC/2015. CUMPRA-SE na forma do art. 829 e 830 do CPC/2015. INTIME-SE. Jorge Alexandre Martins Ferreira Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1055163-75.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
COOPERATIVA DE CREDITO DOS MEDICOS, PROFISSIONAIS DA SAUDE E EMPRESARIOS DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MIKAEL AGUIRRE CAVALCANTI OAB - MT9247-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AMAURY ANTONIO ALVES DOS SANTOS (EXECUTADO)
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA

ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1055163-75.2019.8.11.0041. EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DOS MEDICOS, PROFISSIONAIS DA SAUDE E EMPRESARIOS DE MATO GROSSO EXECUTADO: AMAURY ANTONIO ALVES DOS SANTOS Vistos etc., EXPEÇA-SE o mandado executivo, CITE-SE o Executado para efetuar o pagamento apontado na inicial em 03 (três) dias, a contar da citação, sob pena de penhora (CPC/2015, art. 829). Proposta a presente execução de título extrajudicial, nos termos dos arts. 797 e 798 do CPC/2015 fixo de plano, os honorários advocatícios de dez por cento (10%) do valor da causa, a serem pagos pelos Executados, ressaltando-se que no caso de integral pagamento no prazo de três 03 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Ressalto que o exequente poderá obter certidão de que a execução foi admitida pelo juiz, com identificação das partes e do valor da causa, para fins de averbação no registro de imóveis, de veículos ou de outros bens sujeitos a penhora, arresto ou indisponibilidade, nos termos do art. 828 e ss. do CPC/2015. CUMPRA-SE na forma do art. 829 e 830 do CPC/2015. INTIME-SE. Jorge Alexandre Martins Ferreira Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1055046-84.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO UNIAO E NEGOCIOS - SICOOB INTEGRACAO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PHELIPPE AYSLAN FONSECA MENEGATTI OAB - MT17726-O (ADVOGADO(A))
GELSON MENEGATTI FILHO OAB - MT8594-O (ADVOGADO(A))
JOSE CARLOS MENEGATTI OAB - MT12029-O (ADVOGADO(A))
ANDRE LUIS AUGUSTO MARTINS OAB - MT18059-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARCOS SALU (EXECUTADO)
MARCOS SALU REPRESENTACAO COMERCIAL - ME (EXECUTADO)
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1055046-84.2019.8.11.0041. EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO UNIAO E NEGOCIOS - SICOOB INTEGRACAO EXECUTADO: MARCOS SALU REPRESENTACAO COMERCIAL - ME, MARCOS SALU Vistos etc., Inicialmente, verifico que o processo encontra-se pendente de vinculação das custas e taxa judicial. Por esta razão, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 290 do CPC) realize o Autor a devida regularização/recolhimento das custas judiciais, sob pena de cancelamento da distribuição. Após, o recolhimento e vinculação das custas processuais, EXPEÇA-SE o mandado executivo, CITE-SE o Executado para efetuar o pagamento apontado na inicial em 03 (três) dias, a contar da citação, sob pena de penhora (CPC/2015, art. 829). Proposta a presente execução de título extrajudicial, nos termos dos arts. 797 e 798 do CPC/2015 fixo de plano, os honorários advocatícios de dez por cento (10%) do valor da causa, a serem pagos pelos Executados, ressaltando-se que no caso de integral pagamento no prazo de três 03 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Ressalto que o exequente poderá obter certidão de que a execução foi admitida pelo juiz, com identificação das partes e do valor da causa, para fins de averbação no registro de imóveis, de veículos ou de outros bens sujeitos a penhora, arresto ou indisponibilidade, nos termos do art. 828 e ss. do CPC/2015. CUMPRA-SE na forma do art. 829 e 830 do CPC/2015. INTIME-SE. Jorge Alexandre Martins Ferreira Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1054622-42.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO SUDOESTE DA AMAZONIA LTDA - SICOOB CREDISUL (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CRISTIANE TESSARO OAB - MT12484-A (ADVOGADO(A))
SILVIA SIMONE TESSARO OAB - PR26750 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FREDERICO HARUO TANAKA - ME (EXECUTADO)
FREDERICO HARUO TANAKA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1054622-42.2019.8.11.0041. EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO SUDOESTE DA AMAZONIA LTDA - SICOOB CREDISUL EXECUTADO: FREDERICO HARUO TANAKA - ME, FREDERICO HARUO TANAKA Vistos etc., EXPEÇA-SE o mandado executivo, CITE-SE o Executado para efetuar o pagamento apontado na inicial em 03 (três) dias, a contar da citação, sob pena de penhora (CPC/2015, art. 829). Proposta a presente execução de título extrajudicial, nos termos dos arts. 797 e 798 do CPC/2015 fixo de plano, os honorários advocatícios de dez por cento (10%) do valor da causa, a serem pagos pelos Executados, ressaltando-se que no caso de integral pagamento no prazo de três 03 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Ressalto que o exequente poderá obter certidão de que a execução foi admitida pelo juiz, com identificação das partes e do valor da causa, para fins de averbação no registro de imóveis, de veículos ou de outros bens sujeitos a penhora, arresto ou indisponibilidade, nos termos do art. 828 e ss. do CPC/2015. CUMPRA-SE na forma do art. 829 e 830 do CPC/2015. INTIME-SE. Jorge Alexandre Martins Ferreira Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1054375-61.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
SANDRA REGINA MOREIRA GORGETTE (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ FERNANDO CARDOSO RAMOS OAB - MT26167/A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL SA (RÉU)
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1054375-61.2019.8.11.0041. AUTOR(A): SANDRA REGINA MOREIRA GORGETTE RÉU: BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL SA Vistos, etc. I - Defiro o pleito de Justiça de Gratuita, formulado pela parte requerente, considerando ser hipossuficiente. II - Antevendo a relação de consumo entre as partes, com fundamento no artigo 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor, e diante da hipossuficiência probatória do consumidor, inverto o ônus da prova, atribuindo à parte promovida esse encargo. III - Considerando que nesta Unidade Judiciária, no que diz respeito aos processos que envolvem Instituição Bancária em Geral, as conciliações representam um percentual baixíssimo, bem como de zero, antevendo-se clara inutilidade na designação da audiência prevista no art. 334, caput, do CPC, sendo sua designação um ato processual que na verdade contraria os princípios da celeridade e economia processual, razão porque deixo de designar tal audiência. Ressalto, todavia, que caso haja interesse pelas partes na realização do ato, nada impede que seja posteriormente designada, nos termos do inciso V do art. 139 do CPC. IV -Assim, CITE-SE o réu na forma do art. 335, III, fazendo constar ainda que a não apresentação de contestação importará na aplicação da revelia e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (art. 344, CPC). Intimem-se. Cumpra-se, expedindo-se o necessário. JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1057756-77.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
PEDRO VALERIO DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
AUXILIADORA MARIA GOMES OAB - MT18865/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AGIPLAN FINANCEIRA S.A (RÉU)
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE CUIABÁ Processo: 1057756-77.2019.8.11.0041. AUTOR(A): PEDRO VALERIO DA SILVA RÉU: AGIPLAN FINANCEIRA S.A Vistos etc. À parte autora para que apresente, em 10 (dez) dias, cópias da sua carteira de trabalho, das últimas

declarações de rendas à Receita Federal e dos contracheques relativos aos últimos 03 (três) meses, bem como certidões expedidas pelo Detran e pelos Cartórios de Registro de Imóveis locais, para que seja analisado o pedido de assistência judiciária, sob pena de indeferimento. Intime-se. JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA JUIZ DE DIREITO

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1052778-57.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO UNIAO E NEGOCIOS - SICOOB INTEGRACAO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PHELIPPE AYSLAN FONSECA MENEGATTI OAB - MT17726-O (ADVOGADO(A))
GELSON MENEGATTI FILHO OAB - MT8594-O (ADVOGADO(A))
ANDRE LUIS AUGUSTO MARTINS OAB - MT18059-O (ADVOGADO(A))
JOSE CARLOS MENEGATTI OAB - MT12029-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ANTONIO CARLOS FIGUEIREDO PAZ (EXECUTADO)
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1052778-57.2019.8.11.0041. EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO UNIAO E NEGOCIOS - SICOOB INTEGRACAO EXECUTADO: ANTONIO CARLOS FIGUEIREDO PAZ Vistos etc., Inicialmente, verifico que o processo encontra-se pendente de vinculação das custas e taxa judicial. Por esta razão, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 290 do CPC) realize o Autor a devida regularização/recolhimento das custas judiciais, sob pena de cancelamento da distribuição. Após, o recolhimento e vinculação das custas processuais, EXPEÇA-SE o mandado executivo, CITE-SE o Executado para efetuar o pagamento apontado na inicial em 03 (três) dias, a contar da citação, sob pena de penhora (CPC/2015, art. 829). Proposta a presente execução de título extrajudicial, nos termos dos arts. 797 e 798 do CPC/2015 fixo de plano, os honorários advocatícios de dez por cento (10%) do valor da causa, a serem pagos pelos Executados, ressaltando-se que no caso de integral pagamento no prazo de três 03 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Ressalto que o exequente poderá obter certidão de que a execução foi admitida pelo juiz, com identificação das partes e do valor da causa, para fins de averbação no registro de imóveis, de veículos ou de outros bens sujeitos a penhora, arresto ou indisponibilidade, nos termos do art. 828 e ss. do CPC/2015. CUMPRA-SE na forma do art. 829 e 830 do CPC/2015. INTIME-SE. Jorge Alexandre Martins Ferreira Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1052753-44.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MAURICIO FRANCISCO DE CARVALHO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCOS AURÉLIO DA COSTA OAB - MT14958-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OMNI FINANCEIRA S/A (RÉU)
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1052753-44.2019.8.11.0041. AUTOR(A): MAURICIO FRANCISCO DE CARVALHO RÉU: OMNI FINANCEIRA S/A Vistos, etc. I - Defiro o pleito de Justiça de Gratuita, formulado pela parte requerente, considerando ser hipossuficiente. II - Antevendo a relação de consumo entre as partes, com fundamento no artigo 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor, e diante da hipossuficiência probatória do consumidor, inverto o ônus da prova, atribuindo à parte promovida esse encargo. III - Considerando que nesta Unidade Judiciária, no que diz respeito aos processos que envolvem Instituição Bancária em Geral, as conciliações representam um percentual baixíssimo, bem como de zero, antevendo-se clara inutilidade na designação da audiência prevista no art. 334, caput, do CPC, sendo sua designação um ato processual que na verdade contraria os princípios da celeridade e economia processual, razão porque deixo de designar tal audiência. Ressalto, todavia, que caso haja interesse pelas partes na realização do ato, nada impede que seja posteriormente designada, nos termos do inciso V do art. 139 do CPC. IV -Assim, CITE-SE o réu na forma do art. 335, III, fazendo constar ainda que a não apresentação de contestação importará na aplicação da revelia e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (art. 344, CPC). Intimem-se. Cumpra-se, expedindo-se o necessário. JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1052530-91.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO UNIAO E NEGOCIOS - SICOOB INTEGRACAO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LARA CRISTINA DE OLIVEIRA LIMA OAB - MT7614-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ADRIANA MARIA TEIXEIRA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1052530-91.2019.8.11.0041. EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO UNIAO E NEGOCIOS - SICOOB INTEGRACAO EXECUTADO: ADRIANA MARIA TEIXEIRA Vistos etc., EXPEÇA-SE o mandado executivo, CITE-SE o Executado para efetuar o pagamento apontado na inicial em 03 (três) dias, a contar da citação, sob pena de penhora (CPC/2015, art. 829). Proposta a presente execução de título extrajudicial, nos termos dos arts. 797 e 798 do CPC/2015 fixo de plano, os honorários advocatícios de dez por cento (10%) do valor da causa, a serem pagos pelos Executados, ressaltando-se que no caso de integral pagamento no prazo de três 03 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Ressalto que o exequente poderá obter certidão de que a execução foi admitida pelo juiz, com identificação das partes e do valor da causa, para fins de averbação no registro de imóveis, de veículos ou de outros bens sujeitos a penhora, arresto ou indisponibilidade, nos termos do art. 828 e ss. do CPC/2015. CUMPRA-SE na forma do art. 829 e 830 do CPC/2015. INTIME-SE. Jorge Alexandre Martins Ferreira Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-62 MONITÓRIA
Processo Número: 1052233-84.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
GIANOTTI AMADOR MORAES GOMES OAB - MT0018216A-O (ADVOGADO(A))
FLAVIO NEVES COSTA OAB - MT12406-A (ADVOGADO(A))
RICARDO NEVES COSTA OAB - MT12410-O (ADVOGADO(A))
RAPHAEL NEVES COSTA OAB - MT12411-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ANE COMERCIO DE PETROLEO LTDA - ME (RÉU)
EDSON LUIZ GATTO (RÉU)
NEIVA MAGALHAES BORGES GATTO (RÉU)
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1052233-84.2019.8.11.0041. AUTOR(A): BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A RÉU: ANE COMERCIO DE PETROLEO LTDA - ME, EDSON LUIZ GATTO, NEIVA MAGALHAES BORGES GATTO Vistos etc., A prova até aqui produzida evidencia o direito afirmado pela parte autora que, no entanto, não possui documentos com eficácia de título executivo. Assim, por reputar presentes os requisitos legais (CPC, arts. 700 e 701), defiro a expedição de mandado para determinar que a parte demandada pague à parte autora a quantia pleiteada, no prazo de 15 (quinze) dias para cumprimento da obrigação e o pagamento de honorários advocatícios de 5% do valor atribuído à causa (CPC, art. 701), ficando a parte requerida isenta do pagamento das custas processuais na hipótese de oportuno cumprimento do mandado (CPC, art. 701, § 1º). Consigne-se no mandado que, não havendo cumprimento e não oferecidos embargos no prazo de cumprimento, constituir-se-á o título executivo judicial (CPC, art. 701, § 2º). Conste no mandado, ainda, que, no prazo para embargos, reconhecendo

o crédito da parte autora e comprovando o depósito de 30% (trinta por cento do valor) da execução, acrescido de custas e de honorários de advogado, a parte devedora poderá requerer que lhe seja permitido pagar o restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e de juros de um por cento ao mês (CPC, art. 701, § 5º c. c. art. 916). Intime-se. Cumpra-se. Jorge Alexandre Martins Ferreira Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-62 MONITÓRIA
Processo Número: 1048928-92.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO UNIAO E NEGOCIOS - SICOOB INTEGRACAO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
LARA CRISTINA DE OLIVEIRA LIMA OAB - MT7614-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CLEVERSON CAMPOS CONTO (RÉU)
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1048928-92.2019.8.11.0041. AUTOR(A): COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO UNIAO E NEGOCIOS - SICOOB INTEGRACAO RÉU: CLEVERSON CAMPOS CONTO Vistos etc., A prova até aqui produzida evidencia o direito afirmado pela parte autora que, no entanto, não possui documentos com eficácia de título executivo. Assim, por reputar presentes os requisitos legais (CPC, arts. 700 e 701), defiro a expedição de mandado para determinar que a parte demandada pague à parte autora a quantia pleiteada, no prazo de 15 (quinze) dias para cumprimento da obrigação e o pagamento de honorários advocatícios de 5% do valor atribuído à causa (CPC, art. 701), ficando a parte requerida isenta do pagamento das custas processuais na hipótese de oportuno cumprimento do mandado (CPC, art. 701, § 1º). Consigne-se no mandado que, não havendo cumprimento e não oferecidos embargos no prazo de cumprimento, constituir-se-á o título executivo judicial (CPC, art. 701, § 2º). Conste no mandado, ainda, que, no prazo para embargos, reconhecendo o crédito da parte autora e comprovando o depósito de 30% (trinta por cento do valor) da execução, acrescido de custas e de honorários de advogado, a parte devedora poderá requerer que lhe seja permitido pagar o restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e de juros de um por cento ao mês (CPC, art. 701, § 5º c. c. art. 916). Intime-se. Cumpra-se. Jorge Alexandre Martins Ferreira Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-62 MONITÓRIA
Processo Número: 1046546-29.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO UNIAO E NEGOCIOS - SICOOB INTEGRACAO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
LARA CRISTINA DE OLIVEIRA LIMA OAB - MT7614-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
HANNA ASSESSORIA E SEGURANCA PRIVADA LTDA (RÉU)
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1046546-29.2019.8.11.0041. AUTOR(A): COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO UNIAO E NEGOCIOS - SICOOB INTEGRACAO RÉU: HANNA ASSESSORIA E SEGURANCA PRIVADA LTDA Vistos etc., A prova até aqui produzida evidencia o direito afirmado pela parte autora que, no entanto, não possui documentos com eficácia de título executivo. Assim, por reputar presentes os requisitos legais (CPC, arts. 700 e 701), defiro a expedição de mandado para determinar que a parte demandada pague à parte autora a quantia pleiteada, no prazo de 15 (quinze) dias para cumprimento da obrigação e o pagamento de honorários advocatícios de 5% do valor atribuído à causa (CPC, art. 701), ficando a parte requerida isenta do pagamento das custas processuais na hipótese de oportuno cumprimento do mandado (CPC, art. 701, § 1º). Consigne-se no mandado que, não havendo cumprimento e não oferecidos embargos no prazo de cumprimento, constituir-se-á o título executivo judicial (CPC, art. 701, § 2º). Conste no mandado, ainda, que, no prazo para embargos, reconhecendo o crédito da parte autora e comprovando o depósito de 30% (trinta por cento do valor) da execução, acrescido de custas e de honorários de advogado, a parte devedora poderá requerer que lhe seja permitido pagar o restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e de juros de um por cento ao mês (CPC, art. 701, § 5º c. c. art. 916). Intime-se. Cumpra-se. Jorge Alexandre Martins Ferreira Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1047423-66.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO UNIAO E NEGOCIOS - SICOOB INTEGRACAO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE CARLOS MENEGATTI OAB - MT12029-O (ADVOGADO(A))
ANDRE LUIS AUGUSTO MARTINS OAB - MT18059-O (ADVOGADO(A))
GELSON MENEGATTI FILHO OAB - MT8594-O (ADVOGADO(A))
PHELIPPE AYSLAN FONSECA MENEGATTI OAB - MT17726-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TEREZINHA TAPAJOS SEMPIO (EXECUTADO)
LINEI AUXILIADORA SEMPIO SILVA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1047423-66.2019.8.11.0041. EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO UNIAO E NEGOCIOS - SICOOB INTEGRACAO EXECUTADO: LINEI AUXILIADORA SEMPIO SILVA, TEREZINHA TAPAJOS SEMPIO Vistos etc., Inicialmente, verifico que o processo encontra-se pendente de vinculação das custas e taxa judicial. Por esta razão, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 290 do CPC) realize o Autor a devida regularização/recolhimento das custas judiciais, sob pena de cancelamento da distribuição. Após, o recolhimento e vinculação das custas processuais, EXPEÇA-SE o mandado executivo, CITE-SE o Executado para efetuar o pagamento apontado na inicial em 03 (três) dias, a contar da citação, sob pena de penhora (CPC/2015, art. 829). Proposta a presente execução de título extrajudicial, nos termos dos arts. 797 e 798 do CPC/2015 fixo de plano, os honorários advocatícios de dez por cento (10%) do valor da causa, a serem pagos pelos Executados, ressaltando-se que no caso de integral pagamento no prazo de três 03 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Ressalto que o exequente poderá obter certidão de que a execução foi admitida pelo juiz, com identificação das partes e do valor da causa, para fins de averbação no registro de imóveis, de veículos ou de outros bens sujeitos a penhora, arresto ou indisponibilidade, nos termos do art. 828 e ss. do CPC/2015. CUMPRA-SE na forma do art. 829 e 830 do CPC/2015. INTIME-SE. Jorge Alexandre Martins Ferreira Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1047513-74.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO UNIAO E NEGOCIOS - SICOOB INTEGRACAO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PHELIPPE AYSLAN FONSECA MENEGATTI OAB - MT17726-O (ADVOGADO(A))
JOSE CARLOS MENEGATTI OAB - MT12029-O (ADVOGADO(A))
ANDRE LUIS AUGUSTO MARTINS OAB - MT18059-O (ADVOGADO(A))
GELSON MENEGATTI FILHO OAB - MT8594-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
EZENIL ALVES PEDROZO (EXECUTADO)
LINEI AUXILIADORA SEMPIO SILVA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1047513-74.2019.8.11.0041. EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO UNIAO E NEGOCIOS - SICOOB INTEGRACAO EXECUTADO: EZENIL ALVES PEDROZO, LINEI AUXILIADORA SEMPIO SILVA Vistos etc., Inicialmente, verifico que o processo encontra-se pendente de vinculação das custas e taxa judicial.

Por esta razão, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 290 do CPC) realize o Autor a devida regularização/recolhimento das custas judiciais, sob pena de cancelamento da distribuição. Após, o recolhimento e vinculação das custas processuais, EXPEÇA-SE o mandado executivo, CITE-SE o Executado para efetuar o pagamento apontado na inicial em 03 (três) dias, a contar da citação, sob pena de penhora (CPC/2015, art. 829). Proposta a presente execução de título extrajudicial, nos termos dos arts. 797 e 798 do CPC/2015 fixo de plano, os honorários advocatícios de dez por cento (10%) do valor da causa, a serem pagos pelos Executados, ressaltando-se que no caso de integral pagamento no prazo de três 03 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Ressalto que o exequente poderá obter certidão de que a execução foi admitida pelo juiz, com identificação das partes e do valor da causa, para fins de averbação no registro de imóveis, de veículos ou de outros bens sujeitos a penhora, arresto ou indisponibilidade, nos termos do art. 828 e ss. do CPC/2015. CUMPRA-SE na forma do art. 829 e 830 do CPC/2015. INTIME-SE. Jorge Alexandre Martins Ferreira Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1048195-29.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
SICREDI CENTRO NORTE (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCO ANDRÉ HONDA FLORES OAB - MT9708-S (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JOANA MARIA DA COSTA CAMPOS (EXECUTADO)
JOANA MARIA DA COSTA CAMPOS ME - ME (EXECUTADO)
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1048195-29.2019.8.11.0041. EXEQUENTE: SICREDI CENTRO NORTE EXECUTADO: JOANA MARIA DA COSTA CAMPOS ME - ME, JOANA MARIA DA COSTA CAMPOS Vistos etc., EXPEÇA-SE o mandado executivo, CITE-SE o Executado para efetuar o pagamento apontado na inicial em 03 (três) dias, a contar da citação, sob pena de penhora (CPC/2015, art. 829). Proposta a presente execução de título extrajudicial, nos termos dos arts. 797 e 798 do CPC/2015 fixo de plano, os honorários advocatícios de dez por cento (10%) do valor da causa, a serem pagos pelos Executados, ressaltando-se que no caso de integral pagamento no prazo de três 03 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Ressalto que o exequente poderá obter certidão de que a execução foi admitida pelo juiz, com identificação das partes e do valor da causa, para fins de averbação no registro de imóveis, de veículos ou de outros bens sujeitos a penhora, arresto ou indisponibilidade, nos termos do art. 828 e ss. do CPC/2015. CUMPRA-SE na forma do art. 829 e 830 do CPC/2015. INTIME-SE. Jorge Alexandre Martins Ferreira Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1048345-10.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ADRIANO ATHALA DE OLIVEIRA SHCAIRA OAB - MT20495-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OLINDA WARMELING HERDT (EXECUTADO)
ALMIRIO HERDT (EXECUTADO)
LAERCIO HERDT (EXECUTADO)
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1048345-10.2019.8.11.0041. EXEQUENTE: BANCO DO BRASIL SA EXECUTADO: LAERCIO HERDT, ALMIRIO HERDT, OLINDA WARMELING HERDT Vistos etc., Inicialmente, verifico que o processo encontra-se pendente de vinculação das custas e taxa judicial. Por esta razão, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 290 do CPC) realize o Autor a devida regularização/recolhimento das custas judiciais, sob pena de cancelamento da distribuição. Após, o recolhimento e vinculação das custas processuais, EXPEÇA-SE o mandado executivo, CITE-SE o Executado para efetuar o pagamento apontado na inicial em 03 (três) dias, a contar da citação, sob pena de penhora (CPC/2015, art. 829). Proposta a presente execução de título extrajudicial, nos termos dos arts. 797 e 798 do CPC/2015 fixo de plano, os honorários advocatícios de dez por cento (10%) do valor da causa, a serem pagos pelos Executados, ressaltando-se que no caso de integral pagamento no prazo de três 03 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Ressalto que o exequente poderá obter certidão de que a execução foi admitida pelo juiz, com identificação das partes e do valor da causa, para fins de averbação no registro de imóveis, de veículos ou de outros bens sujeitos a penhora, arresto ou indisponibilidade, nos termos do art. 828 e ss. do CPC/2015. CUMPRA-SE na forma do art. 829 e 830 do CPC/2015. INTIME-SE. Jorge Alexandre Martins Ferreira Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1051508-95.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO UNIAO E NEGOCIOS - SICOOB INTEGRACAO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GELSON MENEGATTI FILHO OAB - MT8594-O (ADVOGADO(A))
ANDRE LUIS AUGUSTO MARTINS OAB - MT18059-O (ADVOGADO(A))
JOSE CARLOS MENEGATTI OAB - MT12029-O (ADVOGADO(A))
PHELIPPE AYSLAN FONSECA MENEGATTI OAB - MT17726-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
NELSON APARECIDO DA SILVA BERTOLDO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1051508-95.2019.8.11.0041. EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO UNIAO E NEGOCIOS - SICOOB INTEGRACAO EXECUTADO: NELSON APARECIDO DA SILVA BERTOLDO Vistos etc., Inicialmente, verifico que o processo encontra-se pendente de vinculação das custas e taxa judicial. Por esta razão, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 290 do CPC) realize o Autor a devida regularização/recolhimento das custas judiciais, sob pena de cancelamento da distribuição. Após, o recolhimento e vinculação das custas processuais, EXPEÇA-SE o mandado executivo, CITE-SE o Executado para efetuar o pagamento apontado na inicial em 03 (três) dias, a contar da citação, sob pena de penhora (CPC/2015, art. 829). Proposta a presente execução de título extrajudicial, nos termos dos arts. 797 e 798 do CPC/2015 fixo de plano, os honorários advocatícios de dez por cento (10%) do valor da causa, a serem pagos pelos Executados, ressaltando-se que no caso de integral pagamento no prazo de três 03 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Ressalto que o exequente poderá obter certidão de que a execução foi admitida pelo juiz, com identificação das partes e do valor da causa, para fins de averbação no registro de imóveis, de veículos ou de outros bens sujeitos a penhora, arresto ou indisponibilidade, nos termos do art. 828 e ss. do CPC/2015. CUMPRA-SE na forma do art. 829 e 830 do CPC/2015. INTIME-SE. Jorge Alexandre Martins Ferreira Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1046865-94.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO UNIAO E NEGOCIOS - SICOOB INTEGRACAO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LARA CRISTINA DE OLIVEIRA LIMA OAB - MT7614-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JULIO CESAR GELLIO DA SILVA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1046865-94.2019.8.11.0041. EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO UNIAO E NEGOCIOS - SICOOB INTEGRACAO EXECUTADO: JULIO CESAR GELLIO DA SILVA Vistos etc., EXPEÇA-SE o mandado executivo, CITE-SE o Executado para efetuar o pagamento apontado na inicial em 03 (três) dias, a contar da citação, sob

pena de penhora (CPC/2015, art. 829). Proposta a presente execução de título extrajudicial, nos termos dos arts. 797 e 798 do CPC/2015 fixo de plano, os honorários advocatícios de dez por cento (10%) do valor da causa, a serem pagos pelos Executados, ressaltando-se que no caso de integral pagamento no prazo de três 03 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Ressalto que o exequente poderá obter certidão de que a execução foi admitida pelo juiz, com identificação das partes e do valor da causa, para fins de averbação no registro de imóveis, de veículos ou de outros bens sujeitos a penhora, arresto ou indisponibilidade, nos termos do art. 828 e ss. do CPC/2015. CUMPRA-SE na forma do art. 829 e 830 do CPC/2015. INTIME-SE. Jorge Alexandre Martins Ferreira Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1048692-43.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO UNIAO E NEGOCIOS - SICOOB INTEGRACAO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GELSON MENEGATTI FILHO OAB - MT8594-O (ADVOGADO(A))
PHELIPPE AYSLAN FONSECA MENEGATTI OAB - MT17726-O (ADVOGADO(A))
JOSE CARLOS MENEGATTI OAB - MT12029-O (ADVOGADO(A))
ANDRE LUIS AUGUSTO MARTINS OAB - MT18059-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
EVANG MARIANO DE SOUZA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1048692-43.2019.8.11.0041. EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO UNIAO E NEGOCIOS - SICOOB INTEGRACAO EXECUTADO: EVANG MARIANO DE SOUZA Vistos etc., Inicialmente, verifico que o processo encontra-se pendente de vinculação das custas e taxa judicial. Por esta razão, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 290 do CPC) realize o Autor a devida regularização/recolhimento das custas judiciais, sob pena de cancelamento da distribuição. Após, o recolhimento e vinculação das custas processuais, EXPEÇA-SE o mandado executivo, CITE-SE o Executado para efetuar o pagamento apontado na inicial em 03 (três) dias, a contar da citação, sob pena de penhora (CPC/2015, art. 829). Proposta a presente execução de título extrajudicial, nos termos dos arts. 797 e 798 do CPC/2015 fixo de plano, os honorários advocatícios de dez por cento (10%) do valor da causa, a serem pagos pelos Executados, ressaltando-se que no caso de integral pagamento no prazo de três 03 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Ressalto que o exequente poderá obter certidão de que a execução foi admitida pelo juiz, com identificação das partes e do valor da causa, para fins de averbação no registro de imóveis, de veículos ou de outros bens sujeitos a penhora, arresto ou indisponibilidade, nos termos do art. 828 e ss. do CPC/2015. CUMPRA-SE na forma do art. 829 e 830 do CPC/2015. INTIME-SE. Jorge Alexandre Martins Ferreira Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1048328-71.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO SUDOESTE DA AMAZONIA LTDA - SICOOB CREDISUL (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RENATO AVELINO DE OLIVEIRA NETO OAB - RO3249 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GLEYDSON TAQUES DE OLIVEIRA (EXECUTADO)
GLEYDSON TAQUES DE OLIVEIRA 89564820120 (EXECUTADO)
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1048328-71.2019.8.11.0041. EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO SUDOESTE DA AMAZONIA LTDA - SICOOB CREDISUL EXECUTADO: GLEYDSON TAQUES DE OLIVEIRA 89564820120, GLEYDSON TAQUES DE OLIVEIRA Vistos etc., EXPEÇA-SE o mandado executivo, CITE-SE o Executado para efetuar o pagamento apontado na inicial em 03 (três) dias, a contar da citação, sob pena de penhora (CPC/2015, art. 829). Proposta a presente execução de título extrajudicial, nos termos dos arts. 797 e 798 do CPC/2015 fixo de plano, os honorários advocatícios de dez por cento (10%) do valor da causa, a serem pagos pelos Executados, ressaltando-se que no caso de integral pagamento no prazo de três 03 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Ressalto que o exequente poderá obter certidão de que a execução foi admitida pelo juiz, com identificação das partes e do valor da causa, para fins de averbação no registro de imóveis, de veículos ou de outros bens sujeitos a penhora, arresto ou indisponibilidade, nos termos do art. 828 e ss. do CPC/2015. CUMPRA-SE na forma do art. 829 e 830 do CPC/2015. INTIME-SE. Jorge Alexandre Martins Ferreira Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1050103-24.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CANOPUS ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS S. A. (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELO BRASIL SALIBA OAB - MT11546-O (ADVOGADO(A))
Ludovico Antonio Merighi OAB - MT905-A (ADVOGADO(A))
CARINA PEREIRA DE ARAUJO OAB - MT26587/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SANDRA REGINA RODRIGUES PEREIRA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1050103-24.2019.8.11.0041. EXEQUENTE: CANOPUS ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS S. A. EXECUTADO: SANDRA REGINA RODRIGUES PEREIRA Vistos etc., EXPEÇA-SE o mandado executivo, CITE-SE o Executado para efetuar o pagamento apontado na inicial em 03 (três) dias, a contar da citação, sob pena de penhora (CPC/2015, art. 829). Proposta a presente execução de título extrajudicial, nos termos dos arts. 797 e 798 do CPC/2015 fixo de plano, os honorários advocatícios de dez por cento (10%) do valor da causa, a serem pagos pelos Executados, ressaltando-se que no caso de integral pagamento no prazo de três 03 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Ressalto que o exequente poderá obter certidão de que a execução foi admitida pelo juiz, com identificação das partes e do valor da causa, para fins de averbação no registro de imóveis, de veículos ou de outros bens sujeitos a penhora, arresto ou indisponibilidade, nos termos do art. 828 e ss. do CPC/2015. CUMPRA-SE na forma do art. 829 e 830 do CPC/2015. INTIME-SE. Jorge Alexandre Martins Ferreira Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1051783-44.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ADRIANO ATHALA DE OLIVEIRA SHCAIRA OAB - MT20495-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
RAQUEL MALAQUIAS (EXECUTADO)
M. M. CAMPOS COMERCIO - ME (EXECUTADO)
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1051783-44.2019.8.11.0041. EXEQUENTE: BANCO DO BRASIL SA EXECUTADO: M. M. CAMPOS COMERCIO - ME, RAQUEL MALAQUIAS Vistos etc., Inicialmente, verifico que o processo encontra-se pendente de vinculação das custas e taxa judicial. Por esta razão, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 290 do CPC) realize o Autor a devida regularização/recolhimento das custas judiciais, sob pena de cancelamento da distribuição. Após, o recolhimento e vinculação das custas processuais, EXPEÇA-SE o mandado executivo, CITE-SE o Executado para efetuar o pagamento apontado na inicial em 03 (três) dias, a contar da citação, sob pena de penhora (CPC/2015, art. 829). Proposta a presente execução de título extrajudicial, nos termos dos arts. 797 e 798 do CPC/2015 fixo de plano, os honorários advocatícios de dez por cento

(10%) do valor da causa, a serem pagos pelos Executados, ressaltando-se que no caso de integral pagamento no prazo de três 03 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Ressalto que o exequente poderá obter certidão de que a execução foi admitida pelo juiz, com identificação das partes e do valor da causa, para fins de averbação no registro de imóveis, de veículos ou de outros bens sujeitos a penhora, arresto ou indisponibilidade, nos termos do art. 828 e ss. do CPC/2015. CUMPRA-SE na forma do art. 829 e 830 do CPC/2015. INTIME-SE. Jorge Alexandre Martins Ferreira Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1052150-68.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GIANOTTI AMADOR MORAES GOMES OAB - MT0018216A-O (ADVOGADO(A))
FLAVIO NEVES COSTA OAB - MT12406-A (ADVOGADO(A))
RICARDO NEVES COSTA OAB - MT12410-O (ADVOGADO(A))
RAPHAEL NEVES COSTA OAB - MT12411-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MERCANTIL UNIAO COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI - EPP (EXECUTADO)
RODOLFO LOZICH (EXECUTADO)
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1052150-68.2019.8.11.0041. EXEQUENTE: BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A EXECUTADO: MERCANTIL UNIAO COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI - EPP, RODOLFO LOZICH Vistos etc., EXPEÇA-SE o mandado executivo, CITE-SE o Executado para efetuar o pagamento apontado na inicial em 03 (três) dias, a contar da citação, sob pena de penhora (CPC/2015, art. 829). Proposta a presente execução de título extrajudicial, nos termos dos arts. 797 e 798 do CPC/2015 fixo de plano, os honorários advocatícios de dez por cento (10%) do valor da causa, a serem pagos pelos Executados, ressaltando-se que no caso de integral pagamento no prazo de três 03 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Ressalto que o exequente poderá obter certidão de que a execução foi admitida pelo juiz, com identificação das partes e do valor da causa, para fins de averbação no registro de imóveis, de veículos ou de outros bens sujeitos a penhora, arresto ou indisponibilidade, nos termos do art. 828 e ss. do CPC/2015. CUMPRA-SE na forma do art. 829 e 830 do CPC/2015. INTIME-SE. Jorge Alexandre Martins Ferreira Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-62 MONITÓRIA
Processo Número: 1046470-05.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIARIO DE MATO GROSSO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
CRISTIANA VASCONCELOS BORGES MARTINS OAB - MS12002-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OFFICE AUTOMATION CENTER SERVICOS EIRELI - ME (RÉU)
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1046470-05.2019.8.11.0041. AUTOR(A): COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIARIO DE MATO GROSSO RÉU: OFFICE AUTOMATION CENTER SERVICOS EIRELI - ME Vistos etc., A prova até aqui produzida evidencia o direito afirmado pela parte autora que, no entanto, não possui documentos com eficácia de título executivo. Assim, por reputar presentes os requisitos legais (CPC, arts. 700 e 701), defiro a expedição de mandado para determinar que a parte demandada pague à parte autora a quantia pleiteada, no prazo de 15 (quinze) dias para cumprimento da obrigação e o pagamento de honorários advocatícios de 5% do valor atribuído à causa (CPC, art. 701), ficando a parte requerida isenta do pagamento das custas processuais na hipótese de oportuno cumprimento do mandado (CPC, art. 701, § 1º). Consigne-se no mandado que, não havendo cumprimento e não oferecidos embargos no prazo de cumprimento, constituir-se-á o título executivo judicial (CPC, art. 701, § 2º). Conste no mandado, ainda, que, no prazo para embargos, reconhecendo o crédito da parte autora e comprovando o depósito de 30% (trinta por cento do valor) da execução, acrescido de custas e de honorários de advogado, a parte devedora poderá requerer que lhe seja permitido pagar o restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e de juros de um por cento ao mês (CPC, art. 701, § 5º c. c. art. 916). Intime-se. Cumpra-se. Jorge Alexandre Martins Ferreira Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1058166-38.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THAIS DANIELA TUSSOLINI DE ALMEIDA OAB - MT21589-O (ADVOGADO(A))
LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS OAB - PR8123-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
WALDISNEI DA CUNHA AMORIM (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1058166-38.2019.8.11.0041. REQUERENTE: BANCO DO BRASIL SA REQUERIDO: WALDISNEI DA CUNHA AMORIM Vistos etc. Inicialmente, verifico que os documentos acarreados com a peça de ingresso, não há qualquer comprovante da constituição em mora do devedor, seja por recebimento da correspondência certificada pelo correio ou protesto de título, devendo, pois, ser regularizado tal ato. A propósito, este é o Entendimento: "EMENTA: ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. Mora. Comprovação. No contrato de alienação fiduciária, a mora se constitui na forma do art. 2º, §2º do DL 911/69, mas a ação de busca e apreensão somente pode ser proposta se comprovada a mora, pela notificação ou pelo protesto do título referido no art. 66 da Lei 4728/65 (art. 3º do DL 911/96). Recurso Provido." - grifei (STJ – REsp 295028/PR; Recurso Especial 2000/0138470/8.) Intime-se o Autor para que emende a inicial, promovendo a juntada aos autos do comprovante da notificação do devedor, para fins da comprovação da mora, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da exordial (arts. 321 e 330 do NCPC), bem como, no mesmo prazo, deve ser comprovado o pagamento das custas processuais. Intime-se. Cumpra-se. JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA JUIZ DE DIREITO

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1057926-49.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RODRIGO LUIZ DA SILVA ROSA OAB - MT18099-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ELIANE FERNANDES (EXECUTADO)
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1057926-49.2019.8.11.0041. EXEQUENTE: BANCO DO BRASIL SA EXECUTADO: ELIANE FERNANDES Vistos etc., EXPEÇA-SE o mandado executivo, CITE-SE o Executado para efetuar o pagamento apontado na inicial em 03 (três) dias, a contar da citação, sob pena de penhora (CPC/2015, art. 829). Proposta a presente execução de título extrajudicial, nos termos dos arts. 797 e 798 do CPC/2015 fixo de plano, os honorários advocatícios de dez por cento (10%) do valor da causa, a serem pagos pelos Executados, ressaltando-se que no caso de integral pagamento no prazo de três 03 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Ressalto que o exequente poderá obter certidão de que a execução foi admitida pelo juiz, com identificação das partes e do valor da causa, para fins de averbação no registro de imóveis, de veículos ou de outros bens sujeitos a penhora, arresto ou indisponibilidade, nos termos do art. 828 e ss. do CPC/2015. CUMPRA-SE na forma do art. 829 e 830 do CPC/2015. INTIME-SE. Jorge Alexandre Martins Ferreira Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-128 EMBARGOS À EXECUÇÃO
Processo Número: 1047655-78.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JOAO FERNANDO MARQUES RIBEIRO (EMBARGANTE)
LISTELO COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANA CAROLINA ALMEIDA DINIZ OAB - MT9623-M (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (EMBARGADO)
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1047655-78.2019.8.11.0041. EMBARGANTE: LISTELO COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - EPP, JOAO FERNANDO MARQUES RIBEIRO EMBARGADO: BANCO DO BRASIL SA Vistos etc., Inicialmente, CERTIFIQUE-SE a tempestividade dos EMBARGOS. Se tempestivos, INTIME-SE a embargante para no prazo de 15 (quinze) dias emendar a petição inicial trazendo aos autos: a) Procuração; b) Documentos pessoais, devendo estar completos e legíveis; e c) Comprovante de endereço (água, luz ou telefone), em seu nome ou, caso esteja em nome de terceiro, comprove o vínculo jurídico com a pessoa do endereço declinado. Sob pena de indeferimento da inicial (art. 330 do CPC). Após o decurso do prazo, certifique-se e concluso. Intime-se. Cumpra-se. Jorge Alexandre Martins Ferreira Juiz de Direito

Expediente

Edital de Intimacao
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 1065060 Nr: 53224-19.2015.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: RICARDO NEVES COSTA, FLÁVIO NEVES COSTA, RAPHAEL NEVES COSTA
PARTE(S) REQUERIDA(S): ULYSSON JOAQUIM SANTOS CRUZ
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DIEGO DA COSTA MARQUES - OAB:17.154/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Edital - Intimação - Extinção do Processo ME122
Prazo para andamento do processo:20
Nome do intimando:Exequente: Flávio Neves Costa, Rg: 153447 OAB SP Filiação: , brasileiro(a), , advogado oab 153.447, Endereço: Av. Nossa Senhora de Fátima, 550, Bairro: Jd. América, Cidade: Bauru-SP
Exequente: Raphael Neves Costa, Cpf: 27911298807, Rg: 12411 A OAB MT Filiação: , brasileiro(a), , advogado, Endereço: Av. Nossa Senhora de Fátima, 5-50, Bairro: Jd. América, Cidade: Bauru-SP
Exequente: Ricardo Neves Costa, Cpf: 13728585807 Filiação: , brasileiro(a), , advogado-oab sp 120394, Endereço: Rua Alberto Segalla 1-45, Sala 03, Bairro: Jardim Infante Dom Henrique, Cidade: Bauru-SP
Providência a ser adotada pela parte:DAR PROSEGUIMENTO AO FEITO
Portaria desig. escrivão assinar:
Nome e cargo do digitador:

Intimação das Partes
JUIZ(A): Jorge Alexandre M. Ferreira
Cod. Proc.: 426879 Nr: 9465-78.2010.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: HONEIDE APARECIDA CESÁRIO DE MORAES
PARTE(S) REQUERIDA(S): OMNI S/A CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MARIA LUZIANE RIBEIRO - OAB:DEF - PÚBL.
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: CARLOS EDUARDO DE LARA MOSQUEIRO - OAB:11178/MT, ELIZETE APARECIDA O. SCATIGNA - OAB:12.090-A/MT
Posto isso, sem maiores delongas e pelo mais que nos autos consta, NÃO ACOLHO as contas apresentadas pelo Banco.
Intime-se a OMNI S/A – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO para efetuar o pagamento da condenação, conforme memória de cálculo juntada às fls.143/144, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de penhora online, com acréscimo de multa de 10% (dez por cento), consoante o disposto no artigo 523, § 1º, do Código de Processo Civil de 2015.
Intimem-se. Cumpra-se.

Edital de Intimacao
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 352032 Nr: 22374-26.2008.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: BANCO VOLKSWAGEN S/A, MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO
PARTE(S) REQUERIDA(S): HELOISA PEREIRA DE SOUZA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO - OAB:4.482/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: MARIA LUZIANE RIBEIRO - OAB:DEF - PÚBL.
Edital - Intimação - Extinção do Processo ME122
Prazo para andamento do processo:20
Nome do intimando:Exequente: Banco Volkswagen s/a, CNPJ: 59109165/000149Inscrição Estadual: , brasileiro(a), natural de -, , Endereço: Rua Volkswagen, N.º 291, Bairro: Parque Jabaquara, Cidade: São Paulo-
Exequente: Manoel Archanjo Dama Filho, Cpf: 05795436844, Rg: 16.608.617 SSP SP Filiação: Manoel Archanjo Dama e Maria de Lourdes Archanjo Dama, data de nascimento: 09/04/1965, brasileiro(a), natural de Amparo-SP, casado(a), advogado, Endereço: Av. Hist. Rubens de Mendonça, N° 990, Ed. Empire Center, Sala 05 e 06, Bairro: Baú, Cidade: Cuiabá-MT
Providência a ser adotada pela parte:DAR PROSSEGUIMENTO AO FEITO
Portaria desig. escrivão assinar:
Nome e cargo do digitador:

Edital de Intimacao
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 361050 Nr: 31190-94.2008.811.0041
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: BANCO FINASA BMC S/A
PARTE(S) REQUERIDA(S): LUIZ GONÇAGA SANTOS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES - OAB:11.877-A/MT, MILKEN JACQUELINE CENERINI - OAB: 31.722 / PR
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
EDITAL DE INTIMAÇÃO – ANDAMENTO DO PROCESSO, SOB PENA DE EXTINÇÃO
PRAZO: 20 DIAS
AUTOS N. 31190-94.2008.811.0041
ESPÉCIE: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE REQUERENTE: BANCO FINASA BMC S/A
PARTE REQUERIDA: LUIZ GONÇAGA SANTOS
INTIMANDO(A, S): Autor(a): Banco Finasa Bmc s/a, CNPJ: 01149953000189, brasileiro(a), Endereço: Cidade de Deus S/n - Prédio Novíssimo 4° Andar, Vila Yara, Bairro: Vila Yara, Cidade: Osasco-SP
FINALIDADE: INTIMAÇÃO da(s) parte(s) acima qualificada(s), atualmente em lugar incerto e não sabido, para DAR(EM) PROSSEGUIMENTO AO FEITO NO PRAZO DE 05 (CINCO DIAS), SOB PENA DE EXTINÇÃO, NA FORMA DO ART. 485 III do NCPC, pois este encontra-se paralisado a mais de 30 (trinta) dias, devendo para tanto DAR PROSSEGUIMENTO AO FEITO.
Eu, MATHEUS AUGUSTO, digitei.
Cuiabá - MT, 12 de dezembro de 2019.
Darlene Miranda
Gestor(a) Judiciário(a)
Autorizado(a) pelo Provimento n° 56/2007-CGJ

Edital de Intimacao
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 749890 Nr: 1566-58.2012.811.0041
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: BANCO HONDA S/A

PARTE(S) REQUERIDA(S): FABIO DA SILVA CARVALHO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS - OAB:156.187/SP, ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO - OAB:20732/A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
EDITAL DE INTIMAÇÃO – ANDAMENTO DO PROCESSO, SOB PENA DE EXTINÇÃO
PRAZO: 20 DIAS
AUTOS N. 1566-58.2012.811.0041
ESPÉCIE: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE REQUERENTE: BANCO HONDA S/A
PARTE REQUERIDA: FABIO DA SILVA CARVALHO
INTIMANDO(A, S): Requerente: Banco Honda s/a, CNPJ: 03634220000165, brasileiro(a), , Endereço: Av. Historiador Rubens de Mendonça, 157 Edf.mestre Ignacio, Bairro: Bau, Cidade: Cuiaba-MT
FINALIDADE: INTIMAÇÃO da(s) parte(s) acima qualificada(s), atualmente em lugar incerto e não sabido, para DAR(EM) PROSSEGUIMENTO AO FEITO NO PRAZO DE 05 (CINCO DIAS), SOB PENA DE EXTINÇÃO, NA FORMA DO ART. 485 III do NCPC, pois este encontra-se paralisado a mais de 30 (trinta) dias, devendo para tanto DAR PROSSEGUIMENTO AO FEITO.
Eu, MATHEUS AUGUSTO, digitei.
Cuiabá - MT, 12 de dezembro de 2019.
Darlene Miranda
Gestor(a) Judiciário(a)
Autorizado(a) pelo Provimento n° 56/2007-CGJ

Edital de Intimacao
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 752663 Nr: 4528-54.2012.811.0041
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A
PARTE(S) REQUERIDA(S): ELTON ALVES DE MORAIS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: FLAVIO NEVES COSTA - OAB:153.447- SP, RAPHAEL NEVES COSTA - OAB:225061/SP, RICARDO NEVES COSTA - OAB:120.394/SP
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
AUTOS N. 4528-54.2012.811.0041
ESPÉCIE: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE REQUERENTE: AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A
PARTE REQUERIDA: ELTON ALVES DE MORAIS
INTIMANDO(A, S): Requerente: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento s/a, CNPJ: 07707650/000110Inscrição Estadual: , brasileiro(a), natural de -, , Endereço: Rua Amador Bueno, Nº474, Bloco C, 1º Andar, Bairro: Santo Amaro, Cidade: São Paulo-
FINALIDADE: INTIMAÇÃO da(s) parte(s) acima qualificada(s), atualmente em lugar incerto e não sabido, para DAR(EM) PROSSEGUIMENTO AO FEITO NO PRAZO DE 05 (CINCO DIAS), SOB PENA DE EXTINÇÃO, NA FORMA DO ART. 485 III do NCPC, pois este encontra-se paralisado a mais de 30 (trinta) dias, devendo para tanto DAR PROSSEGUIMENTO AO FEITO.
Eu, MATHEUS AUGUSTO, digitei.
Cuiabá - MT, 12 de dezembro de 2019.
Darlene Miranda
Gestor(a) Judiciário(a)
Autorizado(a) pelo Provimento n° 56/2007-CGJ

Intimação das Partes
JUIZ(A): Jorge Alexandre M. Ferreira
Cod. Proc.: 1433410 Nr: 16060-78.2019.811.0041
AÇÃO: Embargos de Terceiro->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: LUIS CARLOS TAPAJOS DA SILVA
PARTE(S) REQUERIDA(S): ITAU UNIBANCO S/A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MAGNO JOSE DA SILVA - OAB:19135, NIWMAR SERPA - OAB:19.703/O/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos, etc.
Distribuídos por dependência aos Autos nº 0014269-21.2012.811.0041 - cod. 761778, ao qual deve ser apensado.
Nos termos do artigo 674, caput do CPC/2015 recebo os presentes Embargos de Terceiro, opostos pelo Senhor Luiz Carlos Tapajós da Silva, para discussão, conforme preceitua o CPC/2015.
"Art. 674. Quem, não sendo parte no processo, sofrer constrição ou ameaça de constrição sobre bens que possua ou sobre os quais tenha direito incompatível com o ato constritivo, poderá requerer seu desfazimento ou sua inibição por meio de embargos de terceiro.
§ 1º Os embargos podem ser de terceiro proprietário, inclusive fiduciário, ou possuidor."
O embargante requereu em caráter liminar a manutenção da posse com a imediata suspensão do processo de execução até a decisão final dos presentes embargos.
Alegando que o imóvel penhorado nos autos da execução é de sua propriedade, pois recebeu dos executados dos autos principais como pagamento de uma reclamação trabalhista conforme termo de acordo homologado no juízo trabalhista (fls. 50/52 e fls. 53/56).
Ademais, verifica-se da matricula do imóvel n. 37.757 a adjudicação do bem embargado em 15/10/2009, assim, tal imóvel desde 2009 não pertence mais aos Senhores Hélio Bissochi e Neusa Maria Bissochi e sim ao embargante.
Sabe-se que a decisão liminar nos embargos de terceiro tem natureza de tutela de urgência satisfativa antecipatória, visando satisfazer desde logo o embargante. Assim, trata-se de uma tutela antecipatória contra a ilícita constrição judicial, não sendo necessária a alegação de dano irreparável ou de difícil reparação para a sua concessão bastando à verossimilhança das alegações, além de independer de alegação de urgência.
Logo, recebo os presentes Embargos de Terceiro determinando a suspensão do feito principal e a manutenção da posse do bem penhorado, pois se trata de matéria relevante e há verossimilhança das alegações, vistos os documentos apresentados incialmente.
Certifique-se nos autos principais a interposição destes Embargos e a determinação da manutenção da posse e da suspensão do feito.
Cite-se o Exequente, doravante Embargado pessoalmente ou na pessoa do Advogado Constituído nos autos da Execução (processo principal), na forma do art. 677, § 3º, do NCPC para contestar, em quinze (15) dias (art. 679, do NCPC), consignando-se que, se não contestado o pedido, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados pelo Embargante.
Cite-se.
Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 386642 Nr: 22310-79.2009.811.0041
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: BANCO BRADESCO S.A
PARTE(S) REQUERIDA(S): MARIA DIRES BOEIRA DE CAMARGO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MAURO PAULO GALERA MARI - OAB:3056/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Intimo a parte autora para, no prazo legal, para apresentar impugnação à contestação.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 449618 Nr: 22518-29.2010.811.0041
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: BANCO DO BRASIL S/A
PARTE(S) REQUERIDA(S): COMERCIAL DE ALIMENTOS BOM JESUS LTDA, SANDRA AMORIM BRANCO, FRANCISCO MOREIRA DA SILVA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Fabiula Müller Koenig - OAB:22.165/ PR, GUSTAVO R. GÓES NICOLADELLI - OAB:17.980/A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Intimo a parte autora para, no prazo legal, para apresentar impugnação à contestação.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 338903 Nr: 9432-59.2008.811.0041
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: ITAPEVA VII MULTICARTEIRA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS
PARTE(S) REQUERIDA(S): INOVAR TRANSPORTE E LOGISTICA LTDA EPP, IRINEU CARLOS TURAZZI, GRACIELLE FERNANDES CORREA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: REINALDO LUIS TADEU RONDINA MANDALITI - OAB:17209/A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ALESSANDRO ALMEIDA TARCISIO DA SILVA - OAB:OAB/MT 4.677, EDUARDO HENRIQUE VIEIRA BARROS - OAB:7.680/MT, EDUARDO VIEIRA BARROS - OAB:7680, EUCLIDES RIBEIRO S. JUNIOR - OAB:5.222/MT, MAURÍCIO AUDE - OAB:4.667-O/MT, MIKAEL AGUIRRE CAVALCANTI - OAB:9.247/MT, PEDRO SYLVIO SANO LITVAY - OAB:7.042/MT
Certifico que, nesta data, faço a intimação da parte autora/credora no prazo de cinco dias, para manifestar sobre a certidão negativa do Sr. Oficial de Justiça.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 818472 Nr: 24812-49.2013.811.0041
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: BANCO BRADESCO S.A
PARTE(S) REQUERIDA(S): M. PASDIORA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA, CARLOS AUGUSTO GOULART, MICHELLE ENESIA PASDIORA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ANDRÉ LUIZ C. N. RIBEIRO - OAB:OAB/MT 12.560, MARCOS ANTONIO ALMEIDA RIBEIRO - OAB:OAB/MT 5.308/A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: LUCIANA CASTANHO SAGIN - OAB:11522/MT, RAFAEL CATISTE TENÓRIO - OAB:16.331/MT, RAFAEL CATISTE TENÓRIO - OAB:16331
Intimo a parte autora para, no prazo de cinco dias, para manifestar sobre petição de fls 133/156.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 713342 Nr: 7948-04.2011.811.0041
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITORIOS MULTISEGMENTOS NPL IPANEMA II - NP
PARTE(S) REQUERIDA(S): CAIO CÉZAR ANDRADE, HALIMA NUNES SALIM
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ANA PAULA SOUZA SANTOS - OAB:22070/O, CAUÊ TAUAN DE SOUZA YAEGASHI - OAB:357.590/SP
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Certifico que, nesta data, faço a intimação da parte autora, no prazo de 05 (cinco) dias, para manifestar acerca da correspondência devolvida.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 722418 Nr: 17957-25.2011.811.0041
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: BANCO BRADESCO S/A - ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO
PARTE(S) REQUERIDA(S): COMÉRCIO DE MALHAS E TECIDOS VARZEA GRANDE, ANA PRISCILA DE CAMPOS QUINI, BRUNA DE CAMPOS QUINI
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MAURO PAULO GALERA MARI - OAB:3056/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Intimo a parte autora, no prazo de cinco dias, para manifestar e requerer o que entender de direito.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 762352 Nr: 14873-79.2012.811.0041
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
PARTE(S) REQUERIDA(S): AUGUSTO FLAVIO DE JESUS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: FERNANDO LUZ PEREIRA - OAB:18473-A -OAB/MT, MOISES BATISTA DE SOUZA - OAB:21442/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Certifico que, nesta data, faço a intimação da parte autora/credora no prazo de cinco dias, para manifestar sobre a certidão negativa do Sr. Oficial de Justiça.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 789692 Nr: 43713-02.2012.811.0041
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS MULTISEGMENTOS
PARTE(S) REQUERIDA(S): LAEL FIDELIS DE SOUSA, IVONE FERMINO DE SOUZA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CAUÊ TAUAN DE SOUZA YAEGASHI - OAB:357.590/SP
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Certifico que, nesta data, faço a intimação da parte autora, no prazo de 05 (cinco) dias, para manifestar acerca da correspondência devolvida.

Decisão

Decisão Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1055487-65.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO ITAUCARD S/A (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE CARLOS SKRZYSZOWSKI JUNIOR OAB - MT16168-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
IVANEIDE DA SILVA CRUZ (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1055487-65.2019.8.11.0041. REQUERENTE: BANCO ITAUCARD S/A REQUERIDO: IVANEIDE DA SILVA CRUZ Vistos, etc. Trata-se de ação de busca e apreensão com pedido liminar, objetivando a constrição de bem móvel, na qual alega o credor a inadimplência contratual da parte devedora, frisando que este firmou pacto com garantia de alienação fiduciária de bem móvel. Com a petição inicial vieram o demonstrativo do débito e o instrumento de notificação para efeitos de constituição em mora da parte devedora. Nesta trilha, nos termos do art. 3º do Decreto-Lei nº 911/69, devidamente comprovada o desinteresse demonstrado pela parte demandada na quitação do débito, e na hipótese vertente (Súmula nº 72 do STJ - A comprovação da mora é imprescindível à busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente), defiro liminarmente a medida de busca e apreensão do bem móvel descrito na exordial. Expeça-se mandado de busca e apreensão do bem, depositando-se o mesmo em mãos dos procuradores do demandante, mediante termo de compromisso, lavrando-se auto circunstanciado sobre o seu estado de conservação. Ressalte-se que se o bem, objeto da ação, estiver apreendido no pátio do DETRAN-MT, em razão de débitos tributários ou não, estes deverão ser quitados para a sua retirada pelo demandante. Neste ínterim, não sendo localizado o bem declinado na inicial, para evitar a eternização de demandas dessa natureza, alvitro o demandante acerca do art. 4º da aludida Lei de Busca e Apreensão para adequar-se ao novo rito processual implementado pela Lei 13.043/14, o qual faculta ao credor, postular a conversão da presente ação em execução de título extrajudicial diante destas eventuais circunstâncias. Cite-se a parte demandada para a purgação da mora no prazo de 5 dias, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário, conforme a nova redação dos §§ 1º e 2º do art. 3º do DL 911/69, dada pela Lei 10.931/04, ou apresentar defesa em 15 dias, a contar da execução da liminar (§ 3º do art. 3º do mesmo diploma). Defiro os benefícios do § 2º, artigo 212, do NCPC e se necessário, mediante a certidão do oficial de justiça, fica desde já autorizada a solicitação de auxilio policial para efetivo cumprimento da medida e/ou utilização de serviços de chaveiro para abertura de portas e portões, as expensas do demandante. Atente-se a Secretaria para, na hipótese positiva de cumprimento da apreensão do veículo e citação do demandado, certifique-se o decurso de prazo para purgar a mora bem como da contestação, promovendo-se a Secretaria os impulsos processuais subsequentes. No caso em que o bem seja apreendido, e não citado o

demandado, aguarde-se o decurso de prazo para contestação, e caso não apresentada contestação, certifique-se e cite-se por Edital. Ocorrendo que o demandado não tenha sido citado e o bem não foi apreendido, promova-se a intimação do credor para informar onde o bem pode ser encontrado, bem como para promover a citação do demandado, em 15 dias. Ademais, caso a citação seja positiva, mas o veículo não tenha sido localizado, aguarde-se o prazo para resposta. Não havendo contestação, certifique-se e venham os autos conclusos para sentença com eventual autorização para conversão da obrigação em pecúnia. Como medida prévia ao cumprimento da busca e apreensão, deve ser comprovado o pagamento das custas processuais. Intime-se. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Jorge Alexandre Martins Ferreira Juiz de direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1046531-60.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JOICE PEREIRA DE ALMEIDA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1046531-60.2019.8.11.0041. AUTOR(A): JOICE PEREIRA DE ALMEIDA RÉU: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança de seguro obrigatório DPVAT ajuizada por JOICE PEREIRA DE ALMEIDA em face de PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS. Inobstante a distribuição do feito para esta Unidade Judiciária, verifica-se que esta ação exclui-se da competência de Vara Especializada de Direito Bancário, pois trata-se de matéria eminentemente civil em que o Autor postula indenização por acidente de trânsito que afirmou ter lhe causado incapacidade permanente. Nos termos do inciso I do art. 1º do PROVIMENTO Nº 004/2008/CM: "I – as Varas Cíveis 4ª, 8ª, 15ª e 16ª passam a ser denominadas respectivamente, 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Varas Especializadas em Direito Bancário, ficando com competência exclusiva para processar e julgar os feitos relativos a causas decorrentes de operações realizadas por instituições financeiras subordinadas à fiscalização do Banco Central, independentemente do pólo processual que ocupem, inclusive na condição de litisconsortes. Na sequência, no § 2º do art. 1º do Provimento nº. 004/2008/CM dispõe que: "§ 2º. Excluem-se da competência dessas unidades as ações de competência de reparação de danos em que o segurado denuncia à lide a seguradora; de reparação de dano moral, exceto quando esse pedido esteja cumulado com outro de natureza tipicamente bancária; de indenização por negativação em cadastro de inadimplentes; e de natureza eminentemente civil. As ações de competência do juizado especial cível poderão ser processadas e julgadas nessas unidades, a critério do autor. Na hipótese, a demanda não envolve interesses típicos de relação bancária, mas sim matéria de natureza eminentemente cível. Sobre a questão, colaciono julgado do TJMT: "CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA – AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS, CONSISTENTE EM CUMPRIR CONTRATO DE SEGURO C/C DANOS MORAIS – COBRANÇA SECURITÁRIA - MATÉRIA CÍVEL – CONFLITO PROCEDENTE. A competência para o processo e julgamento é de uma das varas cíveis de feitos gerais, e não das varas especializadas de direito bancário, se a questão debatida na ação tem natureza eminentemente cível". (CC 158143/2016, DESA. NILZA MARIA PÔSSAS DE CARVALHO, PRIMEIRA TURMA DE CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 06/04/2017, Publicado no DJE 17/04/2017) Com essas considerações, DECLINO DA COMPETÊNCIA para processamento e julgamento da presente ação em favor de uma das Varas de Feitos Gerais desta Capital, para onde determino a redistribuição do processo. Intime-se e cumpra-se. Jorge Alexandre Martins Ferreira Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1058819-40.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LIANA DE LARA LEITE (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
JOAO TITO SCHENINI CADEMARTORI NETO OAB - MT16289 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIARIO DE MATO GROSSO (RÉU)
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1058819-40.2019.8.11.0041. AUTOR(A): LIANA DE LARA LEITE RÉU: COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIARIO DE MATO GROSSO Vistos etc. Trata-se de "AÇÃO DE RESTITUIÇÃO DE DÉBITO INDEVIDO EM CONTA CORRENTE COM PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS", ajuizada por LIANA DE LARA LEITE, em face de SICOB UNIÃO MT/MS. Busca a parte reclamante a concessão da tutela de urgência para o fim de determinar à reclamada que lhe restitua valor creditado em sua conta bancária referente a verba salarial decorrente de sua atividade laboral da qual houve o lançamento de débito por parte da instituição reclamada. O pleito vai acolhido. Conforme disposição expressa do Art. 300 do CPC, para que se possa conceder a tutela de urgência se faz imprescindível a presença de elementos que evidenciem a probabilidade do direito alegado e, cumulativamente, que haja perigo de dano, requisitos que, in casu, concorrem. Conforme se vê dos autos há prova da verossimilhança quanto à retenção da integralidade do valor creditado na conta bancária da parte reclamante, no valor total de R$ 16.907,14 (dezesseis mil novecentos e sete reais e quatorze centavos), o que se colhe por meio dos extratos de conta bancária juntados nos IDs. 27192119 e 27192120. Eis os elementos que evidenciam a probabilidade do direito alegado, porquanto retido valor creditado na conta bancária da reclamante cuja finalidade é o sustento da parte reclamada e de sua família. Já o perigo de dano decorre do fato de que o crédito bloqueado se traduz em verba essencial para a sua sobrevivência, vez que ostenta cunho salarial, e está sendo injustificadamente privada do seu único meio de subsistência, sendo, ainda, impossibilitada de suprir suas necessidades básicas e as de sua família, como alimentação, moradia, combustível e até medicações. Registre-se, por oportuno, que a presente decisão não tem o condão de apreciar a existência ou não do débito, mas tão só afastar a realização de bloqueio sob valor creditado em conta bancária da reclamante de modo a impossibilitar-lhe a sobrevivência básica. Posto isso é que DEFIRO a tutela de urgência para o fim de DETERMINAR à reclamada que proceda à imediata RESTITUIÇÃO do montante bloqueado, qual seja, R$ 16.907,14 (dezesseis mil novecentos e sete reais e quatorze centavos), no prazo impreterível de 24h. Fixo, desde já, para a hipótese de descumprimento da medida, multa no importe de R$ 2.000,00 (dois mil reais) a ser suportada pela reclamada em favor da reclamante. Quanto ao pleito de Justiça de Gratuita, formulado pela parte requerente, DEFIRO-O, considerando que a autora comprovou ser hipossuficiente. Antevendo a relação de consumo entre as partes, com fundamento no artigo 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor, e diante da hipossuficiência probatória do consumidor, inverto o ônus da prova, atribuindo à parte promovida esse encargo. Considerando que nesta Unidade Judiciária, no que diz respeito aos processos que envolvem Instituição Bancária em Geral, as conciliações representam um percentual baixíssimo, bem como de zero, antevendo-se clara inutilidade na designação da audiência prevista no art. 334, caput, do CPC, sendo sua designação um ato processual que na verdade contraria os princípios da celeridade e economia processual, razão porque deixo de designar tal audiência. Ressalto, todavia, que caso haja interesse pelas partes na realização do ato, nada impede que seja posteriormente designada, nos termos do inciso V do art. 139 do CPC. Assim, CITE-SE o réu na forma do art. 335, III, fazendo constar ainda que a não apresentação de contestação importará na aplicação da revelia e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (art. 344, CPC). Intimem-se. Cumpra-se, expedindo-se o necessário. JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1056801-46.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO TOYOTA DO BRASIL S.A. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
AMANDIO FERREIRA TERESO JUNIOR OAB - ES17315-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:

WELLENGTON AMORIM CAMPOS (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE CUIABÁ Processo: 1056801-46.2019.8.11.0041. REQUERENTE: BANCO TOYOTA DO BRASIL S.A. REQUERIDO: WELLENGTON AMORIM CAMPOS Vistos etc. Trata-se de ação de busca e apreensão proposta por BANCO TOYOTA DO BRASIL S.A, pessoa jurídica de direito privado, já qualificada na presente ação, contra WELLENGTON AMORIM CAMPOS, igualmente qualificada. Infere-se da peça inicial que o autor requereu a busca e apreensão de 01 (um) veículo da MARCA TOYOTA, MODELO ETIOS X 1.3 Flex 16V 5p, CHASSI 9BRK19BTXJ2094470, COR PRATA, 2017/2018, PLACA QCP5785 RENAVAN 01120383150, com o argumento de que o devedor encontra-se inadimplente com parcelas do contrato celebrado entre as partes. Extrai-se que a presente ação foi devidamente instruída com o demonstrativo do débito e o instrumento de notificação para efeitos de constituição em mora da parte devedora. Dessa forma, uma vez preenchidos os requisitos necessários para a concessão da liminar de busca e apreensão, conforme dispõe o art. 3º, do Decreto-lei n. 911/69, DEFIRO LIMINARMENTE, e, por conseguinte, determinando a busca e apreensão do bem descrito na exordial. EXPEÇA-SE mandado de busca e apreensão do bem, depositando-se o mesmo em mãos dos procuradores do demandante, mediante termo de compromisso, lavrando-se auto circunstanciado sobre o seu estado de conservação, SENDO VEDADA A SUA RETIRADA DA COMARCA ONDE EVENTUALMENTE FOR APREENDIDO o veículo, NO PRAZO DA PURGAÇÃO DA MORA. Saliento que se o objeto da ação estiver apreendido no pátio do DETRAN-MT, em razão de débitos tributários ou não, estes deverão ser quitados para a sua retirada pelo demandante. Cite-se a parte executada para a purgação da mora no prazo de 5 dias, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário, conforme a nova redação dos §§ 1º e 2º do art. 3º do DL 911/69, dada pela Lei 10.931/04, ou apresentar defesa em 15 dias, a contar da execução da liminar (§ 3º do art. 3º do mesmo diploma). Defiro os benefícios do § 2º, artigo 212, do NCPC e se necessário, mediante a certidão do oficial de justiça, fica desde já autorizada a solicitação de auxilio policial para efetivo cumprimento da medida e/ou utilização de serviços de chaveiro para abertura de portas e portões, as expensas do demandante. Com o cumprimento positivo da busca e apreensão do veículo, bem como procedida a citação do demandado, CERTIFIQUE-SE o decurso de prazo para purgar a mora, bem como da contestação, devendo a Secretaria promover os impulsos processuais subsequentes. Desde já, consigno que na hipótese da apreensão do bem requerido, e não citado o demandado, aguarde-se o decurso de prazo para contestação, e caso não seja apresentada contestação, certifique-se e cite-se por Edital. Outrossim, caso o demandado não tenha sido citado e o bem não seja apreendido, intime-se o credor para informar onde o bem pode ser encontrado, bem como para promover a citação do demandado, em 15 dias. Ademais, caso a citação seja positiva, todavia o veículo não tenha sido localizado, aguarde-se o prazo para resposta. Não havendo contestação, certifique-se e voltem-me os autos conclusos. Como medida prévia ao cumprimento da busca e apreensão, deve ser comprovado o pagamento das custas processuais. Intime-se. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA JUIZ DE DIREITO

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1056552-95.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
KADRI COMERCIO DE ELETRONICOS LTDA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
GIORGIO AGUIAR DA SILVA OAB - MT14600-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A (RÉU)
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1056552-95.2019.8.11.0041. AUTOR(A): KADRI COMERCIO DE ELETRONICOS LTDA RÉU: BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A Vistos, etc. Trata-se de ação de indenização por danos materiais e morais ajuizada por LN COMÉRCIO DE ELETRÔNICOS LTDA em face de BANCO SANTANDER S.A. Analisando detidamente os autos, verifica-se que inobstante a remessa do feito para esta Unidade Judiciária, esta ação exclui-se da competência de Vara Especializada de Direito Bancário, pois trata-se de ação de natureza indenizatória, sem qualquer outro pedido de natureza tipicamente bancária. Nos termos do inciso I do art. 1º do PROVIMENTO Nº 004/2008/CM: "I – as Varas Cíveis 4ª, 8ª, 15ª e 16ª passam a ser denominadas respectivamente, 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Varas Especializadas em Direito Bancário, ficando com competência exclusiva para processar e julgar os feitos relativos a causas decorrentes de operações realizadas por instituições financeiras subordinadas à fiscalização do Banco Central, independentemente do pólo processual que ocupem, inclusive na condição de litisconsortes. Na sequência, no § 2º do art. 1º do Provimento nº. 004/2008/CM dispõe que: "§ 2º. Excluem-se da competência dessas unidades as ações de competência de reparação de danos em que o segurado denuncia à lide a seguradora; de reparação de dano moral, exceto quando esse pedido esteja cumulado com outro de natureza tipicamente bancária; de indenização por negativação em cadastro de inadimplentes; e de natureza eminentemente civil. As ações de competência do juizado especial cível poderão ser processadas e julgadas nessas unidades, a critério do autor. Sobre a questão, colaciono julgado do TJMT: "CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA – AUSÊNCIA DE PEDIDO PARA REVISÃO OU DISCUSSÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS – INEXISTÊNCIA DE PEDIDO DE NATUREZA TIPICAMENTE BANCÁRIA - AÇÃO DE NATUREZA INDENIZATÓRIA – MATÉRIA MERAMENTE INDENIZATÓRIA E CIVIL - APLICAÇÃO DA EXCEÇÃO DO §2º, I DO ART. 1º DO PROVIMENTO 004/2008 CM - COMPETÊNCIA DA VARA CÍVEL – CONFLITO PROCEDENTE. Quando a matéria for de reparação por dano moral sem que haja outro pedido de natureza tipicamente bancária, a competência para o processamento é da Vara Cível." (MARIA HELENA GARGAGLIONE PÓVOAS, PRIMEIRA TURMA DE CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 06/09/2018, Publicado no DJE 18/09/2018). Na hipótese, a demanda não envolve interesses típicos de relação bancária, mas sim matéria de natureza eminentemente cível. Dessa forma, DECLINO a minha competência para processar e julgar este feito e determino a remessa dos autos ao Cartório Distribuidor, para a REDISTRIBUIÇÃO a uma das Vara Cíveis de Feitos Gerais de Cuiabá, com as anotações e baixas de estilo. Às providências. Intime-se e cumpra-se. Jorge Alexandre Martins Ferreira Juiz de Direito

4ª Vara Especializada em Direito Bancário

Intimação

Intimação Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1048777-29.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO ITAUCARD S/A (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE CARLOS SKRZYSZOWSKI JUNIOR OAB - MT16168-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MANOEL CONCEICAO DE ARRUDA (REQUERIDO)

Nos termos da legislação vigente e do Provimento n. 56/2007 da CGJ, impulsiono os autos para intimar a parte autora para depositar a diligência para condução do Oficial de Justiça comprovando nos autos do depósito da referida diligencia _ em conformidade com o art. 1º, 2º e 3º da Portaria 002/2017, sendo que o pagamento deverá ser realizado via "EMISSÃO DE GUIAS ON LINE" no site do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso "www.tjmt.jus.br" no qual consta o ícone "Emissão de Guias on line; no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção e arquivamento, nos termos do art.485, III §1º NCPC

Intimação Classe: CNJ-62 MONITÓRIA
Processo Número: 1001012-33.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIULA MULLER OAB - PR22819-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
HERLEY CRISTINA ORMOND SOBREIRA NASCIMENTO (RÉU)
ALESSANDRO DO NASCIMENTO - ME (RÉU)

Nos termos da legislação vigente e do Provimento n. 56/2007 da CGJ,

impulsiono os autos para intimar a parte autora para depositar a diligência para condução do Oficial de Justiça comprovando nos autos do depósito da referida diligencia _ em conformidade com o art. 1º, 2º e 3º da Portaria 002/2017, sendo que o pagamento deverá ser realizado via "EMISSÃO DE GUIAS ON LINE" no site do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso "www.tjmt.jus.br" no qual consta o ícone "Emissão de Guias on line; no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção e arquivamento, nos termos do art.485, III §1º NCPC

Despacho Classe: CNJ-62 MONITÓRIA
Processo Número: 1059369-35.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
SERVIO TULIO DE BARCELOS OAB - MT14258-S (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LIDER AUTO POSTO LTDA - EPP (RÉU)
EDIENES ROSA DO CARMO (RÉU)
Magistrado(s):
PAULO DE TOLEDO RIBEIRO JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1059369-35.2019.8.11.0041. Vistos etc. Intime-se o requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, comprovar o recolhimento das custas e taxas judiciais, sob pena de indeferimento da inicial, extinção e arquivamento do feito. Cumpra-se. Servindo a publicação desta decisão como intimação. Le/Cuiabá, 13 de dezembro de 2019. Juiz Paulo de Toledo Ribeiro Junior Titular da Quarta Vara Especializada de Direito Bancário

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1059282-79.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CANOPUS ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS S. A. (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARINA PEREIRA DE ARAUJO OAB - MT26587/O (ADVOGADO(A))
Ludovico Antonio Merighi OAB - MT905-A (ADVOGADO(A))
MARCELO BRASIL SALIBA OAB - MT11546-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LUIS GUSTAVO DEMARCHI OLIVEIRA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
PAULO DE TOLEDO RIBEIRO JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1059282-79.2019.8.11.0041. Vistos etc. Intime-se o exequente para, no prazo de 15 (quinze) dias, comprovar o recolhimento das custas e taxas judiciais, sob pena de indeferimento da inicial, extinção e arquivamento do feito. Cumpra-se. Servindo a publicação desta decisão como intimação. Le/Cuiabá, 13 de dezembro de 2019. Juiz Paulo de Toledo Ribeiro Junior Titular da Quarta Vara Especializada de Direito Bancário

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1011502-46.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIULA MULLER OAB - PR22819-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FRANCISCA DEVAIR DE ARRUDA ANTUNES MACIEL (EXECUTADO)
JOAO PEDRO ANTUNES MACIEL (EXECUTADO)

Nos termos da legislação vigente e do Provimento n. 56/2007 da CGJ, impulsiono os autos para intimar a parte autora para depositar a diligência para condução do Oficial de Justiça comprovando nos autos do depósito da referida diligencia _ em conformidade com o art. 1º, 2º e 3º da Portaria 002/2017, sendo que o pagamento deverá ser realizado via "EMISSÃO DE GUIAS ON LINE" no site do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso "www.tjmt.jus.br" no qual consta o ícone "Emissão de Guias on line; no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção e arquivamento, nos termos do art.485, III §1º NCPC

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1028094-68.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ADRIANO ATHALA DE OLIVEIRA SHCAIRA OAB - MT20495-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARCELO MORAES DA SILVA (RÉU)
ENILDE SOUZA DA SILVA (RÉU)

Nos termos da legislação vigente e do Provimento n. 56/2007 da CGJ, impulsiono os autos para intimar a parte autora para depositar a diligência para condução do Oficial de Justiça comprovando nos autos do depósito da referida diligencia _ em conformidade com o art. 1º, 2º e 3º da Portaria 002/2017, sendo que o pagamento deverá ser realizado via "EMISSÃO DE GUIAS ON LINE" no site do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso "www.tjmt.jus.br" no qual consta o ícone "Emissão de Guias on line; no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção e arquivamento, nos termos do art.485, III §1º NCPC

Certidão Classe: CNJ-128 EMBARGOS À EXECUÇÃO
Processo Número: 1011659-19.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
FGR TRANSPORTES EIRELI - ME (AUTOR(A))
FAUSTO GUIMARAES RODRIGUES (AUTOR(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
ANDRE LUIZ CAMPOS DAS NEVES RIBEIRO OAB - MT12560-O (ADVOGADO(A))
MARCELO ALVARO CAMPOS DAS NEVES RIBEIRO OAB - MT15445-O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE CUIABÁ Certidão de Tempestividade de Embargos de Declaração Processo: 1011659-19.2019.8.11.0041; Valor causa: R$ 124.152,34; Tipo: Cível; Espécie: EMBARGOS À EXECUÇÃO (172)/[CONTRATOS BANCÁRIOS]; Recuperando: Sim/Não; Urgente: Sim/Não; Pode cumprir fora do expediente: Sim/Não. Certifico que os Embargos de Declaração foram opostos tempestivamente. CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 RENE PEREIRA MACEDO Gestor(a) Judiciário(a) SEDE DO 4ª VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE CUIABÁ E INFORMAÇÕES: AVENIDA DESEMBARGADOR MILTON FIGUEIREDO FERREIRA MENDES, TELEFONE: (65) 3648-6000/6001, CENTRO POLÍTICO ADMINISTRATIVO, CUIABÁ - MT - CEP: 78049-075 TELEFONE: ( )

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1028498-56.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
GAMALIEL CRUZ SOARES & CIA LTDA - ME (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Soraya Maranhão Bagio OAB - MT8079-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GMAC ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA. (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
ADAHILTON DE OLIVEIRA PINHO OAB - SP0152305A (ADVOGADO(A))

Nos termos da legislação vigente e do Provimento n. 56/2007 da CGJ, impulsiono os autos para intimar a parte autora se manifestar sobre a Contestação juntada nos presentes autos, dentro do prazo legal.

Intimação Classe: CNJ-103 IMISSÃO NA POSSE
Processo Número: 1021564-48.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
EVANDRO VINICIUS DE CAMPOS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
EMERSON LEANDRO DE CAMPOS OAB - MT6950-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SILVIA HELENA MONTEIRO GODOY VERARDO (RÉU)
GIOVANI CORREA VERARDO (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FABIANIE MARTINS MATTOS LIMOEIRO OAB - MT8920-B (ADVOGADO(A))

Nos termos da legislação vigente e do Provimento n. 56/2007 da CGJ, impulsiono os autos para intimar a parte autora se manifestar sobre a Contestação juntada nos presentes autos, dentro do prazo legal.

Intimação Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1020749-51.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO FINASA BMC S.A. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE CARLOS SKRZYSZOWSKI JUNIOR OAB - MT16168-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ANA PAULA RODRIGUES DOS SANTOS (REQUERIDO)

Nos termos da legislação vigente e do Provimento n. 56/2007 da CGJ, impulsiono os autos para intimar a parte autora para depositar a diligência para condução do Oficial de Justiça comprovando nos autos do depósito da referida diligencia _ em conformidade com o art. 1º, 2º e 3º da Portaria 002/2017, sendo que o pagamento deverá ser realizado via "EMISSÃO DE GUIAS ON LINE" no site do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso "www.tjmt.jus.br" no qual consta o ícone "Emissão de Guias on line; no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção e arquivamento, nos termos do art.485, III §1º NCPC

Intimação Classe: CNJ-62 MONITÓRIA
Processo Número: 1012967-61.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO BRADESCO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
CRISTIANA VASCONCELOS BORGES MARTINS OAB - MS12002-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ANTONIO AUGUSTO DA CUNHA CROSARA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
Rodrigo Augusto Fagundes Teixeira OAB - MT11363-N (ADVOGADO(A))

Nos termos da legislação vigente e do Provimento n. 56/2007 da CGJ, impulsiono os autos para intimar a parte autora para se manifestar sobre os Embargos, dentro do prazo legal.

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1006953-61.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SERVIO TULIO DE BARCELOS OAB - MT14258-S (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SUPERMAQ COMERCIO E SERVICOS LTDA - EPP (EXECUTADO)
RAULINO STRELOV (EXECUTADO)
LUCIENE SOUZA DA SILVA STRELOV (EXECUTADO)
MIKELLY DE MEDEIROS STRELOV ZORZANELLO (EXECUTADO)

Nos termos da legislação vigente e do Provimento n. 56/2007 da CGJ, impulsiono os autos para intimar a parte autora para depositar a diligência para condução do Oficial de Justiça comprovando nos autos do depósito da referida diligencia _ em conformidade com o art. 1º, 2º e 3º da Portaria 002/2017, sendo que o pagamento deverá ser realizado via "EMISSÃO DE GUIAS ON LINE" no site do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso "www.tjmt.jus.br" no qual consta o ícone "Emissão de Guias on line; no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção e arquivamento, nos termos do art.485, III §1º NCPC

Expediente

Intimação das Partes
JUIZ(A): Paulo de Toledo Ribeiro Junior
Cod. Proc.: 420784 Nr: 6507-22.2010.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: GERALDO SARAGIOTTO
PARTE(S) REQUERIDA(S): HSBC BANK BRASIL S.A - BANCO MÚLTIPLO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: KEZIA GONÇALVES DA SILVA SARAGIOTTO - OAB:8370-MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO - OAB:14.992-A/MT
Vistos etc.
Sobrestados os processos de Repercussão Geral pelo STF nos recursos: RE n. 591.797, RE n. 626.307 e no Agravo de Instrumento n. 754.745, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses.
Aguarde-se na Secretaria o decurso do prazo de sobrestamento.
Após, certifique-se o necessário e retornem os autos conclusos.
Cumpra-se. Servindo a publicação desta decisão como intimação.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 463447 Nr: 31727-22.2010.811.0041
AÇÃO: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: BANCO FINASA S/A
PARTE(S) REQUERIDA(S): JUNIO MANOEL SANTOS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JOSE CARLOS SKRZYSZOWSKI JUNIOR - OAB:16168-A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Nos termos da legislação vigente e do Provimento n. 56/2007 da CGJ, impulsiono os autos para intimar a parte autora do retorno dos autos do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, requerendo o que de direito, no prazo de 05(cinco) dias.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 1045262 Nr: 44041-24.2015.811.0041
AÇÃO: Consignação em Pagamento->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: BENEDITO ANTONIO BRUNO
PARTE(S) REQUERIDA(S): BANCO BRADESCO S.A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: BENEDITO ANTONIO BRUNO - OAB:7818/O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: MAURO PAULO GALERA MARI - OAB:3056/MT
CERTIFICO que, as quantias consignadas em Juízo foi paga por meio do Alvará nº 527642-P, expedido em 29/07/2019, encontrando-se devidamente pago. Diante disso, remeto os autos ao arquivo.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Paulo de Toledo Ribeiro Junior
Cod. Proc.: 362798 Nr: 32750-71.2008.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ERCI MARIA DE PINHO, TERCI MARIA DE PINHO CAPELÃO
PARTE(S) REQUERIDA(S): BANCO DO BRASIL S.A, BANCO BAMERINDUS DO BRASIL S/A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: KAREN RUBIN - OAB:10.803/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ALESSANDRO MEYER DA FONSECA - OAB:7.057/MT, FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES - OAB:OAB/MT 16846-A, JOSÉ ARNALDO JANSSEM NOGUEIRA - OAB:OAB/MT 19.081-A, ROSALVO PINTO BRANDÃO - OAB:22555-A, SERVIO TULIO DE BARCELOS - OAB:14258-A/MT
Vistos etc.
Sobrestados os processos de Repercussão Geral pelo STF nos recursos: RE n. 591.797, RE n. 626.307 e no Agravo de Instrumento n. 754.745, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses.
Aguarde-se na Secretaria o decurso do prazo de sobrestamento.
Após, certifique-se o necessário e retornem os autos conclusos.
Cumpra-se. Servindo a publicação desta decisão como intimação.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Paulo de Toledo Ribeiro Junior
Cod. Proc.: 387272 Nr: 23116-17.2009.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: IVANIR CERENI IBIBURE

PARTE(S) REQUERIDA(S): HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MULTIPLO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: EVELY BOCARDI DE MIRANDA - OAB:8088/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES - OAB:76.696
Vistos etc.
Sobrestados os processos de Repercussão Geral pelo STF nos recursos: RE n. 591.797, RE n. 626.307 e no Agravo de Instrumento n. 754.745, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses.
Aguarde-se na Secretaria o decurso do prazo de sobrestamento.
Após, certifique-se o necessário e retornem os autos conclusos.
Cumpra-se. Servindo a publicação desta decisão como intimação.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Paulo de Toledo Ribeiro Junior
Cod. Proc.: 819727 Nr: 25998-10.2013.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ERGINA ROSA XAVIER
PARTE(S) REQUERIDA(S): BANCO SANTANDER BRASIL S/A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: GIULLEVERSON SILVA QUINTEIRO DE ALMEIDA - OAB:12.358/MT, JULIANA FERREIRA QUINTEIRO DE ALMEIDA - OAB:15865/MT, JUNIOR LUIS DA SILVA CRUZ - OAB:18.283/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES - OAB:9.708-A
Vistos etc.
Sobrestados os processos de Repercussão Geral pelo STF nos recursos: RE n. 591.797, RE n. 626.307 e no Agravo de Instrumento n. 754.745, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses.
Aguarde-se na Secretaria o decurso do prazo de sobrestamento.
Após, certifique-se o necessário e retornem os autos conclusos.
Cumpra-se. Servindo a publicação desta decisão como intimação.

Intimação das Partes
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 784169 Nr: 37948-50.2012.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MARIA ANUNCIADA DO CARMO
PARTE(S) REQUERIDA(S): BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: FABIANIE MARTINS MATTOS - OAB:8.920-B/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ESIO OLIVEIRA DE SOUZA FILHO - OAB:15.687-A/MT, LUIZ RODRIGUES WAMBIER - OAB:14.469-A/MT
Nos termos da legislação vigente e do Provimento n. 56/2007 da CGJ, impulsiono os autos para intimar as partes do retorno dos autos do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, requerendo o que de direito, no prazo de 05(cinco) dias.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Paulo de Toledo Ribeiro Junior
Cod. Proc.: 466152 Nr: 33477-59.2010.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: AGRIPINO PAULO DA SILVA
PARTE(S) REQUERIDA(S): POSTALIS - INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: GILMAR ANTÔNIO DAMIN - OAB:8.111/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: GUILHERME DE CASTRO BARCELLOS - OAB:56.630 RS, LUIS SOBREIRA SOARES - OAB:9078, PIERRE TRAMONTINI - OAB:16.231
Vistos etc.
Sobrestados os processos de Repercussão Geral pelo STF nos recursos: RE n. 591.797, RE n. 626.307 e no Agravo de Instrumento n. 754.745, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses.
Aguarde-se na Secretaria o decurso do prazo de sobrestamento.
Após, certifique-se o necessário e retornem os autos conclusos.
Cumpra-se. Servindo a publicação desta decisão como intimação.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 748767 Nr: 411-20.2012.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: GENI CELIA DOS REIS CARVALHO
PARTE(S) REQUERIDA(S): BANCO FINASA S/A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ROLF TALYS OSORSKI SANTIAGO - OAB:11406/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: MAURO PAULO GALERA MARI - OAB:3056/MT
Nos termos da legislação vigente e do Provimento n. 56/2007 da CGJ, impulsiono os autos para intimar o banco requerido a manifestar-se acerca da proposta de acordo apresentada pela autora à fl. 275, no prazo legal.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Paulo de Toledo Ribeiro Junior
Cod. Proc.: 709535 Nr: 2427-78.2011.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: JÚLIO CÉZAR DE AMORIM
PARTE(S) REQUERIDA(S): BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ELIESER DA SILVA LEITE - OAB:6384-B/MT, HELOISA CLAUDIA GOMES DA ROSA - OAB:4422
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: MAURO PAULO GALERA MARI - OAB:3056/MT
Vistos etc.
Sobrestados os processos de Repercussão Geral pelo STF nos recursos: RE n. 591.797, RE n. 626.307 e no Agravo de Instrumento n. 754.745, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses.
Aguarde-se na Secretaria o decurso do prazo de sobrestamento.
Após, certifique-se o necessário e retornem os autos conclusos.
Cumpra-se. Servindo a publicação desta decisão como intimação.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Paulo de Toledo Ribeiro Junior
Cod. Proc.: 713010 Nr: 7343-58.2011.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: SEBASTIÃO FERREIRA DE MORAES
PARTE(S) REQUERIDA(S): BANCO MERCANTIL DE SÃO PAULO S/A, BANCO BRASILEIRO DE DESCONTOS - BRADESCO S.A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JOAO PERON - OAB:3060/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: MAURO PAULO GALERA MARI - OAB:3056/MT
Vistos etc.
Sobrestados os processos de Repercussão Geral pelo STF nos recursos: RE n. 591.797, RE n. 626.307 e no Agravo de Instrumento n. 754.745, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses.
Aguarde-se na Secretaria o decurso do prazo de sobrestamento.
Após, certifique-se o necessário e retornem os autos conclusos.
Cumpra-se. Servindo a publicação desta decisão como intimação.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Paulo de Toledo Ribeiro Junior
Cod. Proc.: 362808 Nr: 32265-71.2008.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: BENEDITA CORREA DE SOUZA MENDES
PARTE(S) REQUERIDA(S): BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JOSIANNE AMELIA CORRÊA SOUZA FERNANDES - OAB:7716, LUZANIL CORREA DE SOUZA MARTINS - OAB:7572-MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JOSÉ ARNALDO JANSSEM NOGUEIRA - OAB:OAB/MT 19.081-A, SERVIO TULIO DE BARCELOS - OAB:14258-A/MT
Vistos etc.
Sobrestados os processos de Repercussão Geral pelo STF nos recursos:

RE n. 591.797, RE n. 626.307 e no Agravo de Instrumento n. 754.745, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses.
Aguarde-se na Secretaria o decurso do prazo de sobrestamento.
Após, certifique-se o necessário e retornem os autos conclusos.
Cumpra-se. Servindo a publicação desta decisão como intimação.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Paulo de Toledo Ribeiro Junior
Cod. Proc.: 362821 Nr: 32271-78.2008.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ALBERTINA BALBINA DA SILVA, VASTY BALBINA DA SILVA
PARTE(S) REQUERIDA(S): BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: VASTY BALBINA DA SILVA - OAB:7521
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: MAURO PAULO GALERA MARI - OAB:3056/MT
Vistos etc.
Sobrestados os processos de Repercussão Geral pelo STF nos recursos: RE n. 591.797, RE n. 626.307 e no Agravo de Instrumento n. 754.745, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses.
Aguarde-se na Secretaria o decurso do prazo de sobrestamento.
Após, certifique-se o necessário e retornem os autos conclusos.
Cumpra-se. Servindo a publicação desta decisão como intimação.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Paulo de Toledo Ribeiro Junior
Cod. Proc.: 362840 Nr: 32328-96.2008.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: AVELINO TAVARES, EDNA COLOMBARI MINOSSO, EUCLIDES CAMPOS DUARTE, IRINEU TIRLONI, JOSE SEBASTIAO METELO, LAURI PITRO BIASI, LUCAS FERREIRA GOMES, MARCO AURELIO ORLANDI, NEREU BOTELHO DE CAMPOS, OZORIO DE MARCHI
PARTE(S) REQUERIDA(S): BANCO DO BRASIL S.A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ANTONIO CARLOS TAVARES DE MELLO - OAB:MT 5.026, LUCIANE REGINA MARTINS - OAB:10.003-B
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: RAFAEL SGANZERLA DURAND - OAB:12.208-A OAB/MT
Vistos etc.
Sobrestados os processos de Repercussão Geral pelo STF nos recursos: RE n. 591.797, RE n. 626.307 e no Agravo de Instrumento n. 754.745, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses.
Aguarde-se na Secretaria o decurso do prazo de sobrestamento.
Após, certifique-se o necessário e retornem os autos conclusos.
Cumpra-se. Servindo a publicação desta decisão como intimação.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Paulo de Toledo Ribeiro Junior
Cod. Proc.: 363019 Nr: 32596-53.2008.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: SUELI OLIVIA ANDREO SERRA
PARTE(S) REQUERIDA(S): BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ANDRÉA ANDREO GANCEDO SABER - OAB:5692/MT, FERNANDO CÂNDIDO STELLATO RIBEIRO - OAB:13.527
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA - OAB:19081-A, LOUISE RAINER PEREIRA GIONÉDIS - OAB:8.123-PR, SERVIO TULIO DE BARCELOS - OAB:14.258-A
Vistos etc.
Sobrestados os processos de Repercussão Geral pelo STF nos recursos: RE n. 591.797, RE n. 626.307 e no Agravo de Instrumento n. 754.745, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses.
Aguarde-se na Secretaria o decurso do prazo de sobrestamento.
Após, certifique-se o necessário e retornem os autos conclusos.
Cumpra-se. Servindo a publicação desta decisão como intimação.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Paulo de Toledo Ribeiro Junior
Cod. Proc.: 363149 Nr: 32810-44.2008.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ANDREI DAMBROS
PARTE(S) REQUERIDA(S): ABN AMRO REAL S/A - GRUPO SANTANDER
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DORIANE JUREMA PSENDZIUK CARVALHO - OAB:5262/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES - OAB:9.708-A
Vistos etc.
Sobrestados os processos de Repercussão Geral pelo STF nos recursos: RE n. 591.797, RE n. 626.307 e no Agravo de Instrumento n. 754.745, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses.
Aguarde-se na Secretaria o decurso do prazo de sobrestamento.
Após, certifique-se o necessário e retornem os autos conclusos.
Cumpra-se. Servindo a publicação desta decisão como intimação.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Paulo de Toledo Ribeiro Junior
Cod. Proc.: 363989 Nr: 1430-66.2009.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ALCIONY QUEIROZ DE OLIVEIRA
PARTE(S) REQUERIDA(S): BANCO BAMERINDUS DO BRASIL S/A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: KARINE GOMES RIBEIRO - OAB:7.263/MT, NORMÉLIA OLIVEIRA DA SILVA - OAB:11.967
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JOAQUIM FABIO MIELLI CAMARGO - OAB:2.680/MT
Vistos etc.
Sobrestados os processos de Repercussão Geral pelo STF nos recursos: RE n. 591.797, RE n. 626.307 e no Agravo de Instrumento n. 754.745, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses.
Aguarde-se na Secretaria o decurso do prazo de sobrestamento.
Após, certifique-se o necessário e retornem os autos conclusos.
Cumpra-se. Servindo a publicação desta decisão como intimação.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Paulo de Toledo Ribeiro Junior
Cod. Proc.: 365094 Nr: 3271-96.2009.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ALZIL CONCEIÇAO MATTOSO RODOVALHO, UMBERTO CAMILO RODOVALHO
PARTE(S) REQUERIDA(S): BANCO SAFRA S/A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: WILSON RICARDO AMIZO - OAB:7813/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ROBERTO DE SOUZA MOSCOSO - OAB:18116
Vistos etc.
Sobrestados os processos de Repercussão Geral pelo STF nos recursos: RE n. 591.797, RE n. 626.307 e no Agravo de Instrumento n. 754.745, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses.
Aguarde-se na Secretaria o decurso do prazo de sobrestamento.
Após, certifique-se o necessário e retornem os autos conclusos.
Cumpra-se. Servindo a publicação desta decisão como intimação.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Paulo de Toledo Ribeiro Junior
Cod. Proc.: 371412 Nr: 7911-45.2009.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: JOILSON RIBEIRO DE SOUZA
PARTE(S) REQUERIDA(S): BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JUSCILENE VIEIRA DE SOUZA - OAB:7236/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: LUCIANA JOANUCCI MOTTI - OAB:7.832, MAURO PAULO GALERA MARI - OAB:3056/MT
Vistos etc.
Sobrestados os processos de Repercussão Geral pelo STF nos recursos: RE n. 591.797, RE n. 626.307 e no Agravo de Instrumento n. 754.745, pelo

prazo de 24 (vinte e quatro) meses.
Aguarde-se na Secretaria o decurso do prazo de sobrestamento.
Após, certifique-se o necessário e retornem os autos conclusos.
Cumpra-se. Servindo a publicação desta decisão como intimação.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Paulo de Toledo Ribeiro Junior
Cod. Proc.: 377948 Nr: 13932-37.2009.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: HUDSON MUNDIM DA ROSA
PARTE(S) REQUERIDA(S): BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ALVARO FERREIRA NETO - OAB:8153 MT, ROBERTO CARLOS DE ALMEIDA SILVA - OAB:14520/PR
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DALTON ADORNO TORNAVOI - OAB:OAB/MT 4729-A, RAFAEL SGANZERLA DURAND - OAB:12.208-A/MT
Vistos etc.
Sobrestados os processos de Repercussão Geral pelo STF nos recursos: RE n. 591.797, RE n. 626.307 e no Agravo de Instrumento n. 754.745, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses.
Aguarde-se na Secretaria o decurso do prazo de sobrestamento.
Após, certifique-se o necessário e retornem os autos conclusos.
Cumpra-se. Servindo a publicação desta decisão como intimação.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Paulo de Toledo Ribeiro Junior
Cod. Proc.: 359328 Nr: 29569-62.2008.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: SOPHIA CONCEIÇÃO B RUNO DE PINHO, AUGUSTO SEVERINO MARTINS, ALMIRA ANTUNES DE SOUZA, MARIA PEREIRA LUNA DA COSTA, LOURIVAL VIEIRA REGO JUNIOR, JOSÉ AUGUSTO DE OLIVEIRA, JERUSE VIEIRA DA SILVA, JOÃO EUDES ANGELO RIBEIRO, JOÃO BENEDITO BATISTA, ZACARIAS BARBOSA DA SILVA
PARTE(S) REQUERIDA(S): BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DEFENSORIA PÚBLICA DE CUIABÁ - OAB:NUCLEO CIVEL, LUIZ GUSTAVO GIARETTA - OAB:10172/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: MAURO PAULO GALERA MARI - OAB:3056/MT
Vistos etc.
Sobrestados os processos de Repercussão Geral pelo STF nos recursos: RE n. 591.797, RE n. 626.307 e no Agravo de Instrumento n. 754.745, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses.
Aguarde-se na Secretaria o decurso do prazo de sobrestamento.
Após, certifique-se o necessário e retornem os autos conclusos.
Cumpra-se. Servindo a publicação desta decisão como intimação.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Paulo de Toledo Ribeiro Junior
Cod. Proc.: 359662 Nr: 29662-25.2008.811.0041
AÇÃO: Execução Hipotecária do Sistema Financeiro da Habitação->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: JOSÉ LINDOLFO VILELA GARCIA
PARTE(S) REQUERIDA(S): BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ANA CAROLINA NUNES LOPES CANÇADO - OAB:11942
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: LUCIANA JOANUCCI MOTTI - OAB:7832/MT, MAURO PAULO GALERA MARI - OAB:3056/MT
Vistos etc.
Sobrestados os processos de Repercussão Geral pelo STF nos recursos: RE n. 591.797, RE n. 626.307 e no Agravo de Instrumento n. 754.745, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses.
Aguarde-se na Secretaria o decurso do prazo de sobrestamento.
Após, certifique-se o necessário e retornem os autos conclusos.
Cumpra-se. Servindo a publicação desta decisão como intimação.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Paulo de Toledo Ribeiro Junior
Cod. Proc.: 393102 Nr: 28518-79.2009.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: JULIO RODRIGUES DO NASCIMENTO FILHO
PARTE(S) REQUERIDA(S): BANCO BRADESCO S.A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ROSANGELA DE CASTRO FARIAS SANTOS - OAB:130011/SP
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: LUCIANA JOANUCCI MOTTI - OAB:7832/MT, MAURO PAULO GALERA MARI - OAB:3056/MT
Vistos etc.
Sobrestados os processos de Repercussão Geral pelo STF nos recursos: RE n. 591.797, RE n. 626.307 e no Agravo de Instrumento n. 754.745, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses.
Aguarde-se na Secretaria o decurso do prazo de sobrestamento.
Após, certifique-se o necessário e retornem os autos conclusos.
Cumpra-se. Servindo a publicação desta decisão como intimação.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Paulo de Toledo Ribeiro Junior
Cod. Proc.: 425426 Nr: 8838-74.2010.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: NARCISO LEITE BORGES NETO
PARTE(S) REQUERIDA(S): BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MAURICIO DUMONT LANGE ADRIEN NETO - OAB:13.502
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA - OAB:19.801-A/MT, LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIE - OAB:OAB/GO 36.134, SERVIO TULIO DE BARCELOS - OAB:14258-A/MT
Vistos etc.
Sobrestados os processos de Repercussão Geral pelo STF nos recursos: RE n. 591.797, RE n. 626.307 e no Agravo de Instrumento n. 754.745, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses.
Aguarde-se na Secretaria o decurso do prazo de sobrestamento.
Após, certifique-se o necessário e retornem os autos conclusos.
Cumpra-se. Servindo a publicação desta decisão como intimação.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Paulo de Toledo Ribeiro Junior
Cod. Proc.: 425566 Nr: 8903-69.2010.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: OSCARINO COENGA RONDON
PARTE(S) REQUERIDA(S): BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JOSÉ ARNALDO DA SILVA BARRETO - OAB:8684/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA - OAB:19081-A, PAULA RODRIGUES DA SILVA - OAB:13605-A, SERVIO TULIO DE BARCELOS - OAB:14258-A/MT
Vistos etc.
Sobrestados os processos de Repercussão Geral pelo STF nos recursos: RE n. 591.797, RE n. 626.307 e no Agravo de Instrumento n. 754.745, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses.
Aguarde-se na Secretaria o decurso do prazo de sobrestamento.
Após, certifique-se o necessário e retornem os autos conclusos.
Cumpra-se. Servindo a publicação desta decisão como intimação.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Paulo de Toledo Ribeiro Junior
Cod. Proc.: 430098 Nr: 11018-63.2010.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: AIDENE LOURDES GIUSTI
PARTE(S) REQUERIDA(S): HSBC BANK BRASIL S.A - BANCO MÚLTIPLO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: RAQUEL DE OLIVEIRA CORRÊA - OAB:11.327/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO - OAB:14.992-A/MT
Vistos etc.
Sobrestados os processos de Repercussão Geral pelo STF nos recursos: RE n. 591.797, RE n. 626.307 e no Agravo de Instrumento n. 754.745, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses.

Aguarde-se na Secretaria o decurso do prazo de sobrestamento.
Após, certifique-se o necessário e retornem os autos conclusos.
Cumpra-se. Servindo a publicação desta decisão como intimação.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Paulo de Toledo Ribeiro Junior
Cod. Proc.: 344992 Nr: 15213-62.2008.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ELÍDIO JOÃO FASSBINDER
PARTE(S) REQUERIDA(S): BANCO BSBC DO BRASIL S/A - AGÊNCIA DE COLIDER MT
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JOSÉ RUBENS FALBOTA - OAB:10.171
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: MAURO PAULO GALERA MARI - OAB:3056/MT
Vistos etc.
Sobrestados os processos de Repercussão Geral pelo STF nos recursos: RE n. 591.797, RE n. 626.307 e no Agravo de Instrumento n. 754.745, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses.
Aguarde-se na Secretaria o decurso do prazo de sobrestamento.
Após, certifique-se o necessário e retornem os autos conclusos.
Cumpra-se. Servindo a publicação desta decisão como intimação.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Paulo de Toledo Ribeiro Junior
Cod. Proc.: 348585 Nr: 18691-78.2008.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: JOSÉ ZANIN
PARTE(S) REQUERIDA(S): BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: WILSON ROBERTO LAUER - OAB:8331/O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: MAURO PAULO GALERA MARI - OAB:3056/MT
Vistos etc.
Sobrestados os processos de Repercussão Geral pelo STF nos recursos: RE n. 591.797, RE n. 626.307 e no Agravo de Instrumento n. 754.745, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses.
Aguarde-se na Secretaria o decurso do prazo de sobrestamento.
Após, certifique-se o necessário e retornem os autos conclusos.
Cumpra-se. Servindo a publicação desta decisão como intimação.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Paulo de Toledo Ribeiro Junior
Cod. Proc.: 313967 Nr: 18960-54.2007.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: GIUNCHIGLIO LUIGI BELLO
PARTE(S) REQUERIDA(S): BANCO REAL S/A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JOÃO BATISTA BARROS - OAB:11.010-B
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ALEXANDRY CHEKERDEMIAN - OAB:11876-A, MARCO ANDRÉ HONDA FLORES - OAB:9.708-A
Vistos etc.
Sobrestados os processos de Repercussão Geral pelo STF nos recursos: RE n. 591.797, RE n. 626.307 e no Agravo de Instrumento n. 754.745, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses.
Aguarde-se na Secretaria o decurso do prazo de sobrestamento.
Após, certifique-se o necessário e retornem os autos conclusos.
Cumpra-se. Servindo a publicação desta decisão como intimação.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Paulo de Toledo Ribeiro Junior
Cod. Proc.: 287716 Nr: 8837-94.2007.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: THAÍS ALBUQUERQUE, RAFAEL ALBUQUERQUE, SAULO ALBUQUERQUE, JOSIMAR ALBUQUERQUE
PARTE(S) REQUERIDA(S): BANCO DO BRASIL S.A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: LAURA PATRÍCIA DOURADO AMORIM - OAB:9.217/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JOSÉ ARNALDO JANSSEM NOGUEIRA - OAB:OAB/MT 19.081-A, SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS - OAB:14.258-A/MT
Vistos etc.
Sobrestados os processos de Repercussão Geral pelo STF nos recursos: RE n. 591.797, RE n. 626.307 e no Agravo de Instrumento n. 754.745, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses.
Aguarde-se na Secretaria o decurso do prazo de sobrestamento.
Após, certifique-se o necessário e retornem os autos conclusos.
Cumpra-se. Servindo a publicação desta decisão como intimação.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Paulo de Toledo Ribeiro Junior
Cod. Proc.: 289698 Nr: 10335-31.2007.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: CECILIA MITSUE KUROYANAGI
PARTE(S) REQUERIDA(S): HSBC BANK BRASIL S/A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: EDUARDO BERGAMO - OAB:10.497-A/MT, MARIELLE O. FERREIRA MENDES - OAB:10.662 MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: MAURO PAULO GALERA MARI - OAB:3056/MT
Vistos etc.
Sobrestados os processos de Repercussão Geral pelo STF nos recursos: RE n. 591.797, RE n. 626.307 e no Agravo de Instrumento n. 754.745, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses.
Aguarde-se na Secretaria o decurso do prazo de sobrestamento.
Após, certifique-se o necessário e retornem os autos conclusos.
Cumpra-se. Servindo a publicação desta decisão como intimação.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Paulo de Toledo Ribeiro Junior
Cod. Proc.: 289734 Nr: 10304-11.2007.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: LAURO MITUO KUROYANAGI, ESPOLIO DE TICE MASSAAKI MATSUBARA
PARTE(S) REQUERIDA(S): HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MULTIPLO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: EDUARDO BERGAMO - OAB:10.497-A/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: CLARISSA MARIA DA COSTA OSCHOVE - OAB:6.325/MT, ELIZA ALESSANDRA QUEIROZ DE SOUZA - OAB:7979/MT, JOAQUIM FABIO MIELLI CAMARGO - OAB:2.680/MT, JORGE LUIZ MIRAGLIA JAUDY - OAB:6.735/MT, JULIANO DOMINGUES DE OLIVEIRA - OAB:2.484/MT, LARISSA ÁGUIDA VILELA PEREIRA - OAB:9.196/MT, MAURO PAULO GALERA MARI - OAB:3056/MT
Vistos etc.
Sobrestados os processos de Repercussão Geral pelo STF nos recursos: RE n. 591.797, RE n. 626.307 e no Agravo de Instrumento n. 754.745, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses.
Aguarde-se na Secretaria o decurso do prazo de sobrestamento.
Após, certifique-se o necessário e retornem os autos conclusos.
Cumpra-se. Servindo a publicação desta decisão como intimação.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Paulo de Toledo Ribeiro Junior
Cod. Proc.: 301527 Nr: 13430-69.2007.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: REGINALDO GONÇALVES DE QUEIROZ
PARTE(S) REQUERIDA(S): BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MARCO AURÉLIO QUEIROZ DE SOUZA - OAB:2753/TO
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: MAURO PAULO GALERA MARI - OAB:3056/MT
Vistos etc.
Sobrestados os processos de Repercussão Geral pelo STF nos recursos: RE n. 591.797, RE n. 626.307 e no Agravo de Instrumento n. 754.745, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses.

Aguarde-se na Secretaria o decurso do prazo de sobrestamento.
Após, certifique-se o necessário e retornem os autos conclusos.
Cumpra-se. Servindo a publicação desta decisão como intimação.

Decisão

Decisão Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1059264-58.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BRADESCO ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO OAB - MT20732-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
NASHA ESTEVAM DA SILVA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
PAULO DE TOLEDO RIBEIRO JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE CUIABÁ DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Processo: 1059264-58.2019.8.11.0041. Vistos etc. I - Compulsando os autos verifico que a notificação de Id 27288230, não indica quais parcelas estavam vencidas quando da efetivação da mesma. Assim, não é válida a referida notificação, não restando comprovada a mora da requerida. A notificação (via postal, com aviso de recebimento) é requisito indispensável para a concessão da liminar na ação de busca e apreensão. Diante disso, intime-se o requerente para trazer aos autos a competente notificação extrajudicial da requerida ou instrumento de protesto, comprovando sua mora, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de indeferimento da inicial, extinção e arquivamento do feito. II - Por conseguinte, intime-se o requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, comprovar o recolhimento das custas e taxas judiciais, sob pena de indeferimento da inicial, extinção e arquivamento do feito. Cumpra-se. Servindo a publicação desta decisão como intimação. Le/Cuiabá, 13 de dezembro de 2019. Juiz Paulo de Toledo Ribeiro Junior Titular da Quarta Vara Especializada de Direito Bancário

Decisão Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1050646-27.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO UNIAO E NEGOCIOS - SICOOB INTEGRACAO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GELSON MENEGATTI FILHO OAB - MT8594-O (ADVOGADO(A))
ANDRE LUIS AUGUSTO MARTINS OAB - MT18059-O (ADVOGADO(A))
JOSE CARLOS MENEGATTI OAB - MT12029-O (ADVOGADO(A))
PHELIPPE AYSLAN FONSECA MENEGATTI OAB - MT17726-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ELSON B. BENEVIDES - TRAVELMEDIA - ME (EXECUTADO)
ELSON BEZERRA BENEVIDES (EXECUTADO)
BETHANIA VARGAS BENEVIDES (EXECUTADO)
Magistrado(s):
PAULO DE TOLEDO RIBEIRO JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE CUIABÁ DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Processo: 1050646-27.2019.8.11.0041. Vistos etc. 1. Defiro a emenda à inicial com o devido pagamento das custas judiciais e taxa judiciária, Id 26864642. 2. Citem-se os executados para pagarem a dívida em 03 (três) dias, consoante se depreende o comando do artigo 829 do Código de Processo Civil, fazendo constar no mandado o disposto no art. 916 do mesmo Códex. 3. Não havendo pagamento, munido da segunda via do mandado, deve o senhor Oficial de Justiça efetuar a penhora em tantos bens quantos bastem e sejam necessários ao pagamento do principal e acessório, bem como proceder à avaliação do bem penhorado, efetuando a intimação da penhora, nos moldes do parágrafo primeiro do artigo 829 do Código de Processo Civil. 4. Na hipótese de o Oficial de Justiça não encontrar os executados, deve dar cumprimento ao artigo 830 caput e parágrafo primeiro do Código de Processo Civil. 5. Fixo desde já, honorários em 10% (dez por cento) do valor do débito, conforme artigo 827 do Código de Processo Civil. Bem ainda, se houver o pagamento integral no prazo de três dias, os honorários devidos, serão reduzidos à metade, consoante os termos do parágrafo único do artigo 827, do Código de Processo Civil. 6. Defiro somente o "caput" do artigo 212 do Código de Processo Civil. 7. Comprovante do pagamento da diligência do Sr. Oficial de Justiça junto ao Id 26864643 - pág. 1, para o devido cumprimento de mandado. Cumpra-se a presente decisão, servindo a cópia como mandado, nos termos da sugestão constante do item 2.9.1 do processo de Inspeção n. 0007510-45.2010.2.00.0000 do Conselho Nacional de Justiça. Le/Cuiabá, 13 de dezembro de 2019. Juiz Paulo de Toledo Ribeiro Junior Titular da Quarta Vara Especializada em Direito Bancário

Decisão Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1049809-69.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO UNIAO E NEGOCIOS - SICOOB INTEGRACAO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PHELIPPE AYSLAN FONSECA MENEGATTI OAB - MT17726-O (ADVOGADO(A))
GELSON MENEGATTI FILHO OAB - MT8594-O (ADVOGADO(A))
ANDRE LUIS AUGUSTO MARTINS OAB - MT18059-O (ADVOGADO(A))
JOSE CARLOS MENEGATTI OAB - MT12029-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
WAGNER ALEXANDRE CALVO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
PAULO DE TOLEDO RIBEIRO JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE CUIABÁ DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Processo: 1049809-69.2019.8.11.0041. Vistos etc. 1. Defiro a emenda à inicial com o devido pagamento das custas judiciais e taxa judiciária, Id 26863974. 2. Cite-se o executado para pagar a dívida em 03 (três) dias, consoante se depreende o comando do artigo 829 do Código de Processo Civil, fazendo constar no mandado o disposto no art. 916 do mesmo Códex. 3. Não havendo pagamento, munido da segunda via do mandado, deve o senhor Oficial de Justiça efetuar a penhora em tantos bens quantos bastem e sejam necessários ao pagamento do principal e acessório, bem como proceder à avaliação do bem penhorado, efetuando a intimação da penhora, nos moldes do parágrafo primeiro do artigo 829 do Código de Processo Civil. 4. Na hipótese de o Oficial de Justiça não encontrar o executado, deve dar cumprimento ao artigo 830 caput e parágrafo primeiro do Código de Processo Civil. 5. Fixo desde já, honorários em 10% (dez por cento) do valor do débito, conforme artigo 827 do Código de Processo Civil. Bem ainda, se houver o pagamento integral no prazo de três dias, os honorários devidos, serão reduzidos à metade, consoante os termos do parágrafo único do artigo 827, do Código de Processo Civil. 6. Defiro somente o "caput" do artigo 212 do Código de Processo Civil. 7. Comprovante do pagamento da diligência do Sr. Oficial de Justiça junto ao Id 26863976 - pág. 1, para o devido cumprimento de mandado. Cumpra-se a presente decisão, servindo a cópia como mandado, nos termos da sugestão constante do item 2.9.1 do processo de Inspeção n. 0007510-45.2010.2.00.0000 do Conselho Nacional de Justiça. Le/Cuiabá, 13 de dezembro de 2019. Juiz Paulo de Toledo Ribeiro Junior Titular da Quarta Vara Especializada em Direito Bancário

Decisão Classe: CNJ-62 MONITÓRIA
Processo Número: 1059422-16.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
COOPERATIVA DE CREDITO DOS MEDICOS, PROFISSIONAIS DA SAUDE E EMPRESARIOS DE MATO GROSSO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MIKAEL AGUIRRE CAVALCANTI OAB - MT9247-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
RODRIGO RIBEIRO DIAS (RÉU)
Magistrado(s):
PAULO DE TOLEDO RIBEIRO JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE CUIABÁ DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Processo: 1059422-16.2019.8.11.0041. Vistos etc. 1. Cite-se o devedor para pagamento do débito, ou para opor embargos, no prazo de 15 dias, sob pena de o documento do crédito que instrui o pedido converter-se em título executivo judicial (artigo 702 do CPC). 2. Consigne-se do mandado que, no caso de pronto pagamento, ficará o devedor dispensado do pagamento de custas processuais. 3. Intime-se o

requerente para que efetue o depósito da diligência do Sr. Oficial de Justiça, comprovando nos autos, no prazo de 5 (cinco) dias, para cumprimento do mandado. Cumpra-se a presente decisão, servindo a cópia como mandado, nos termos da sugestão constante do item 2.9.1 do processo de Inspeção n. 0007510-45.2010.2.00.0000 do Conselho Nacional de Justiça. Servindo a publicação desta decisão como intimação. Le/Cuiabá, 13 de dezembro de 2019. Juiz Paulo de Toledo Ribeiro Junior Titular da Quarta Vara Especializada de Direito Bancário

Decisão Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1059596-25.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO ITAUCARD S/A (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FELIPE ANDRES ACEVEDO IBANEZ OAB - MT22131-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ALCIONE MORETTI (REQUERIDO)
Magistrado(s):
PAULO DE TOLEDO RIBEIRO JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE CUIABÁ DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Processo: 1059596-25.2019.8.11.0041. Vistos etc. I - Compulsando os autos verifico que a parcela pela qual foi notificada a requerida, encontra-se paga (vencimento em 08/08/2019). Outrossim, verifico que a parcela postada na notificação (Id 27366025), é diversa da constante na inicial de Id 27366020 – pág. 2 e na planilha de Id 27366024. Assim, não é válida a notificação, não restando comprovada a mora da requerida. A constituição em mora da requerida é requisito indispensável para a propositura da ação de busca e apreensão. Assim, intime-se o requerente para emendar a inicial no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção. II - No mesmo prazo, intime-se o requerente para regularizar o valor dado à causa, visto que é diverso do valor integral devido pela requerida de R$ 45.172,22, conforme próprio extrato de débito de Id 27366024. Ressalto que a requerida será oportunizada a purga da mora do valor do débito em aberto dado à causa pelo requerente. III - Por conseguinte, intime-se o requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, comprovar o recolhimento das custas e taxas judiciais, sob pena de indeferimento da inicial, extinção e arquivamento do feito. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, certifique-se e retornem os autos conclusos. Cumpra-se. Servindo a publicação desta decisão como intimação. Le/Cuiabá, 13 de dezembro de 2019. Juiz Paulo de Toledo Ribeiro Junior Titular da Quarta Vara Especializada de Direito Bancário

Decisão Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1059646-51.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO FINASA BMC S.A. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE CARLOS SKRZYSZOWSKI JUNIOR OAB - MT16168-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AUCIMAR TITO CASSEMIRO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
PAULO DE TOLEDO RIBEIRO JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE CUIABÁ DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Processo: 1059646-51.2019.8.11.0041. Vistos etc. I - Compulsando os autos verifico que a parcela pela qual foi notificado o requerido, encontra-se paga (vencimento em 30/09/2019). Outrossim, verifico que a parcela postada na notificação (Id 27384783), é diversa da constante na inicial de Id 27384770 – pág. 2 e na planilha de Id 27384786 – pág. 1. Assim, não é válida a notificação, não restando comprovada a mora do requerido. A constituição em mora do requerido é requisito indispensável para a propositura da ação de busca e apreensão. Assim, intime-se o requerente para emendar a inicial no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção. II - Ademais, intime-se o requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, comprovar o recolhimento das custas e taxas judiciais, sob pena de indeferimento da inicial, extinção e arquivamento do feito. Cumpra-se. Servindo a publicação desta decisão como intimação. Le/Cuiabá, 13 de dezembro de 2019. Juiz Paulo de Toledo Ribeiro Junior Titular da Quarta Vara Especializada de Direito Bancário

Decisão Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1052144-61.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ADRIANO ATHALA DE OLIVEIRA SHCAIRA OAB - MT20495-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GRUPO Z2 IMPORTACAO E EXPORTACAO ELETRO-ELETRONICOS LTDA - ME (EXECUTADO)
Magistrado(s):
PAULO DE TOLEDO RIBEIRO JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE CUIABÁ DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Processo: 1052144-61.2019.8.11.0041. Vistos etc. 1. Defiro a emenda quanto à comprovação da origem do débito de Id 26848154. 2. Defiro a emenda à inicial com o devido pagamento das custas judiciais e taxa judiciária, Id 26848183. 3. Cite-se o executado para pagar a dívida em 03 (três) dias, consoante se depreende o comando do artigo 829 do Código de Processo Civil, fazendo constar no mandado o disposto no art. 916 do mesmo Códex. 4. Não havendo pagamento, munido da segunda via do mandado, deve o senhor Oficial de Justiça efetuar a penhora em tantos bens quantos bastem e sejam necessários ao pagamento do principal e acessório, bem como proceder à avaliação do bem penhorado, efetuando a intimação da penhora, nos moldes do parágrafo primeiro do artigo 829 do Código de Processo Civil. 5. Na hipótese de o Oficial de Justiça não encontrar o executado, deve dar cumprimento ao artigo 830 caput e parágrafo primeiro do Código de Processo Civil. 6. Fixo desde já, honorários em 10% (dez por cento) do valor do débito, conforme artigo 827 do Código de Processo Civil. Bem ainda, se houver o pagamento integral no prazo de três dias, os honorários devidos, serão reduzidos à metade, consoante os termos do parágrafo único do artigo 827, do Código de Processo Civil. 7. Defiro somente o "caput" do artigo 212 do Código de Processo Civil. 8. Intime-se o exequente para que efetue o depósito da diligência do Sr. Oficial de Justiça, comprovando nos autos, no prazo de 5 (cinco) dias, para cumprimento do mandado. Cumpra-se a presente decisão, servindo a cópia como mandado, nos termos da sugestão constante do item 2.9.1 do processo de Inspeção n. 0007510-45.2010.2.00.0000 do Conselho Nacional de Justiça. Le/Cuiabá, 13 de dezembro de 2019. Juiz Paulo de Toledo Ribeiro Junior Titular da Quarta Vara Especializada em Direito Bancário

Decisão Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1049793-18.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO UNIAO E NEGOCIOS - SICOOB INTEGRACAO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GELSON MENEGATTI FILHO OAB - MT8594-O (ADVOGADO(A))
ANDRE LUIS AUGUSTO MARTINS OAB - MT18059-O (ADVOGADO(A))
PHELIPPE AYSLAN FONSECA MENEGATTI OAB - MT17726-O (ADVOGADO(A))
JOSE CARLOS MENEGATTI OAB - MT12029-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
P O DA COSTA - ME (EXECUTADO)
PATRICIA OLIVEIRA DA COSTA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
PAULO DE TOLEDO RIBEIRO JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE CUIABÁ DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Processo: 1049793-18.2019.8.11.0041. Vistos etc. 1. Defiro a emenda à inicial com o devido pagamento das custas judiciais e taxa judiciária, Id 26863959. 2. Citem-se os executados para pagarem a dívida em 03 (três) dias, consoante se depreende o comando do artigo 829 do Código de Processo Civil, fazendo constar no mandado o disposto no art. 916 do mesmo Códex. 3. Não havendo pagamento, munido da segunda via do mandado, deve o senhor Oficial de Justiça efetuar a penhora em tantos bens quantos bastem e sejam necessários ao pagamento do principal e acessório, bem como proceder à avaliação do bem penhorado, efetuando a intimação da penhora, nos moldes do

parágrafo primeiro do artigo 829 do Código de Processo Civil. 4. Na hipótese de o Oficial de Justiça não encontrar os executados, deve dar cumprimento ao artigo 830 caput e parágrafo primeiro do Código de Processo Civil. 5. Fixo desde já, honorários em 10% (dez por cento) do valor do débito, conforme artigo 827 do Código de Processo Civil. Bem ainda, se houver o pagamento integral no prazo de três dias, os honorários devidos, serão reduzidos à metade, consoante os termos do parágrafo único do artigo 827, do Código de Processo Civil. 6. Defiro somente o "caput" do artigo 212 do Código de Processo Civil. 7. Comprovante do pagamento da diligência do Sr. Oficial de Justiça junto ao Id 26863961 - pág. 1, para o devido cumprimento de mandado. Cumpra-se a presente decisão, servindo a cópia como mandado, nos termos da sugestão constante do item 2.9.1 do processo de Inspeção n. 0007510-45.2010.2.00.0000 do Conselho Nacional de Justiça. Le/Cuiabá, 13 de dezembro de 2019. Juiz Paulo de Toledo Ribeiro Junior Titular da Quarta Vara Especializada em Direito Bancário

Vara Especializada em Ação Civil Pública e Ação Popular

Expediente

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Celia Regina Vidotti
Cod. Proc.: 1080002 Nr: 1507-31.2016.811.0041
AÇÃO: Ação Civil de Improbidade Administrativa->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MPDEDMG
PARTE(S) REQUERIDA(S): RDFMB, RDM, RMC, JECO, PCL, VRF, IDDPDB–I
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Andre Luis de Almeida - OAB:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: RENAN FERNANDO SERRA ROCHA SANTOS - OAB:19.701/MT, ULISSES RABANEDA DOS SANTOS - OAB:8.948/MT, VANESSA ROSIN FIGUEIREDO - OAB:6975/MT
Vistos etc.
Nos termos dos artigos 9º, 10, ambos do Código de Processo Civil, notadamente, o princípio do contraditório e da ampla defesa e não surpresa, intimem-se os requeridos, por seus patronos, via Dje, para no prazo comum de quinze (15) dias, manifestar sobre os documentos juntados pelo representante do Ministério Público, nas referencias 196 e 197.
Após, conclusos.
Às providências.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 759090 Nr: 11371-35.2012.811.0041
AÇÃO: Ação Civil Pública->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: A ASSOCIAÇÃO DOS USUÁRIOS DE TRANSPORTE COLETIVO
PARTE(S) REQUERIDA(S): INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA, PANTANAL TRANSPORTE URBANO LTDA, EXPRESSO NS TRANSPORTES URBANOS LTDA, MUNICÍPIO DE CUIABÁ-MT
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ÉRIS ALVES PONDÉ - OAB:13.830/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: PATRÍCIA CAVALCANTI ALBUQUERQUE (PROCURADORA MUNICIPAL) - OAB:7.892/MT, PEDRO MARTINS VERAO - OAB:4839-A MT
CERTIFICO e dou fé que, conforme autorizado pelo art. 152, VI, c/c 203, § 4º, do CPC, impulsiono o presente feito, a fim de intimar a parte requerida para no prazo de 15 (quinze) dias apresentarem razões finais escritas.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 1285869 Nr: 3526-39.2018.811.0041
AÇÃO: Embargos de Terceiro->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: OSMAR RIBEIRO DE MELLO, SIRLEI ZAMBONI DE MELLO
PARTE(S) REQUERIDA(S): MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO, MAURO LUIZ SAVI, DILAIR SALETE DAROIT SAVI
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DAIANE DOS SANTOS SILVA - OAB:17824, FABIANO GAVIOLI FACHINI - OAB:5425-B/MT, MATEUS MENEGON - OAB:11.229-B
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JOÃO BOSCO RIBEIRO BARROS JÚNIOR - OAB:9.607/MT, PAULO CESAR ZAMAR TAQUES - OAB:4.659/MT, RODRIGO LEITE DA COSTA - OAB:20362/O
CERTIFICO e dou fé que, conforme autorizado pelos arts. 152 e 203 do CPC, remeto o feito a expedição de matéria para imprensa a fim de intimar os Embargantes OSMAR RIBEIRO DE MELLO e SIRLEI ZAMBONI DE MELLO, por meio da sua patrona DAIANE DOS SANTOS SILVA, OAB-MT Nº 17.824, para manifestar diante das contestações, no prazo de 15 (quinze) dias.

Sentença

Sentença Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1059309-62.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ALEXANDRE PARENTE CHERIN (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCIANA ROBERTA DE BRITO E SILVA RAMOS COSTA OAB - MT11197-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSTITUTO BRASILEIRO DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO (IBFC) (REQUERIDO)
Exmo. Sr. Wilton Coelho Pereira Secretário Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento Humano do Município de Cuiabá/MT (REQUERIDO)
Magistrado(s):
CELIA REGINA VIDOTTI

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ESP. AÇÃO CIVIL PÚBLICA E AÇÃO POPULAR Processo: 1059309-62.2019.8.11.0041. Vistos etc. Trata-se de Ação Ordinaria de Obrigação de Fazer com pedido de tutela de urgência, ajuizada por Alexandre Parente Cherin, em desfavor de Wilton Coelho Pereira e do Presidente da Comissão Organizadora do Concurso do Instituto Brasileiro de Formação e Capacitação. Analisando os autos, verifico que a presente ação foi distribuída equivocadamente para este Juízo, inclusive, a própria petição inicial está endereçada para a Vara Especializada da Fazenda Pública de Cuiabá. A Resolução TJ-MT/TP n.º 03/2018, que regulamenta o Processo Judicial Eletrônico, estabelece, em seus arts. 26 e 40, que a distribuição da petição inicial e o correto cadastramento do feito são de responsabilidade daquele que tem capacidade postulatória. Veja-se: “Art. 26. Na propositura da ação é obrigatória a identificação da classe processual, o preenchimento dos dados estruturados exigidos pelo Sistema PJe, bem como o registro dos assuntos respectivos aos pedidos com observância das Tabelas Processuais Unificadas do Poder Judiciário, conforme Resolução n. 46, de 18.12.2007, do Conselho Nacional de Justiça. § 1º Previamente ao cadastro dos polos ativo e passivo, o advogado deverá se certificar da inexistência de cadastro da parte no sistema, de modo a evitar a multiplicidade de cadastros.” (...) “Art. 40. A distribuição da petição inicial no Sistema PJe será feita diretamente por aquele que tenha capacidade postulatória, sem necessidade da intervenção do distribuidor de feitos ou da secretaria, situação em que a autuação ocorrerá de forma automática, mediante recibo eletrônico de protocolo, disponível permanentemente para guarda do peticionante.” Invariavelmente, quando qualquer item do cadastro do processo é preenchido de forma equivocada, os autos são encaminhados pelo sistema a Juízo incompetente, diverso daquele que foi indicado no endereçamento da petição inicial. Esta hipótese, entretanto, não caracteriza a incompetência funcional, material, territorial ou de valor, pois decorre de uma falha no cadastro do processo e não da intenção do requerente que, inclusive, dirigiu a petição inicial ao Juízo competente. Não se pode olvidar que a competência é pressuposto processual subjetivo positivo e, assim, o desenvolvimento regular do processo está diretamente relacionado à competência do juiz para exercitar a jurisdição no caso concreto. É importante consignar, também, que a redistribuição do processo ao outro Juízo é medida que pode ser mais demorada e prejudicial à parte do que um novo ajuizamento – desta vez com o preenchimento correto do cadastro. Não raras vezes deparamos com situações no sistema eletrônico que não permitem a redistribuição. Outra questão relevante a ser considerada é que a correção do cadastro e a

redistribuição do processo não acarretam a sua baixa no estoque deste Juízo, pois não se trata de andamento que registra a prolação de sentença. Esta situação traz impacto negativo no cumprimento da Meta 01 do Conselho Nacional de Justiça: "Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente excluídos os suspensos e sobrestados". Em suma, este Juízo não é competente para conhecer, processar e julgar o feito e, considerando os fundamentos acima expostos, notadamente a ausência de pressuposto válido e regular de desenvolvimento do processo, a sua extinção sem julgamento do mérito, é medida que se impõe. Diante do exposto, com fundamento no art. 485, IV, do CPC, julgo extinto o processo sem julgamento do mérito, ressalvado ao requerente a possibilidade de postular seu direito perante o Juízo competente. Sem condenação em custas e honorários. Transitada em julgado, arquive-se, com as baixas e anotações de praxe. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 13 de dezembro de 2019. Celia Regina Vidotti Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1059361-58.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LUIZ HENRIQUE DE LIMA ALVES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BEATRIZ PINHEIRO BASILIO SILVA OAB - MT25778/O (ADVOGADO(A))
RENATO WIECZOREK OAB - MT7498/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MATO GROSSO TRIBUNAL DE JUSTICA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
CELIA REGINA VIDOTTI

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ESP. AÇÃO CIVIL PÚBLICA E AÇÃO POPULAR Processo: 1059361-58.2019.8.11.0041. Vistos etc. Trata-se de Ação de Cobrança, ajuizada por Luiz Henrique de Lima Alves, em desfavor do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso. Analisando os autos, verifico que a presente ação foi distribuída equivocadamente para este Juízo, inclusive, a própria petição inicial está endereçada para a Vara Especializada da Fazenda Pública de Cuiabá. A Resolução TJ-MT/TP n.º 03/2018, que regulamenta o Processo Judicial Eletrônico, estabelece, em seus arts. 26 e 40, que a distribuição da petição inicial e o correto cadastramento do feito são de responsabilidade daquele que tem capacidade postulatória. Veja-se: "Art. 26. Na propositura da ação é obrigatória a identificação da classe processual, o preenchimento dos dados estruturados exigidos pelo Sistema PJe, bem como o registro dos assuntos respectivos aos pedidos com observância das Tabelas Processuais Unificadas do Poder Judiciário, conforme Resolução n. 46, de 18.12.2007, do Conselho Nacional de Justiça. § 1º Previamente ao cadastro dos polos ativo e passivo, o advogado deverá se certificar da inexistência de cadastro da parte no sistema, de modo a evitar a multiplicidade de cadastros." (...) "Art. 40. A distribuição da petição inicial no Sistema PJe será feita diretamente por aquele que tenha capacidade postulatória, sem necessidade da intervenção do distribuidor de feitos ou da secretaria, situação em que a autuação ocorrerá de forma automática, mediante recibo eletrônico de protocolo, disponível permanentemente para guarda do peticionante." Invariavelmente, quando qualquer item do cadastro do processo é preenchido de forma equivocada, os autos são encaminhados pelo sistema a Juízo incompetente, diverso daquele que foi indicado no endereçamento da petição inicial. Esta hipótese, entretanto, não caracteriza a incompetência funcional, material, territorial ou de valor, pois decorre de uma falha no cadastro do processo e não da intenção do requerente que, inclusive, dirigiu a petição inicial ao Juízo competente. Não se pode olvidar que a competência é pressuposto processual subjetivo positivo e, assim, o desenvolvimento regular do processo está diretamente relacionado à competência do juiz para exercitar a jurisdição no caso concreto. É importante consignar, também, que a redistribuição do processo ao outro Juízo é medida que pode ser mais demorada e prejudicial à parte do que um novo ajuizamento – desta vez com o preenchimento correto do cadastro. Não raras vezes deparamos com situações no sistema eletrônico que não permitem a redistribuição. Outra questão relevante a ser considerada é que a correção do cadastro e a redistribuição do processo não acarretam a sua baixa no estoque deste Juízo, pois não se trata de andamento que registra a prolação de sentença. Esta situação traz impacto negativo no cumprimento da Meta 01 do Conselho Nacional de Justiça: "Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente excluídos os suspensos e sobrestados". Em suma, este Juízo não é competente para conhecer, processar e julgar o feito e, considerando os fundamentos acima expostos, notadamente a ausência de pressuposto válido e regular de desenvolvimento do processo, a sua extinção sem julgamento do mérito, é medida que se impõe. Diante do exposto, com fundamento no art. 485, IV, do CPC, julgo extinto o processo sem julgamento do mérito, ressalvado ao requerente a possibilidade de postular seu direito perante o Juízo competente. Sem condenação em custas e honorários. Transitada em julgado, arquive-se, com as baixas e anotações de praxe. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 13 de dezembro de 2019. Celia Regina Vidotti Juíza de Direito

Varas Especializadas de Família e Sucessões

1ª Vara Especializada de Família e Sucessões

Intimação

Intimação Classe: CNJ-269 INVENTÁRIO
Processo Número: 1024797-87.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
VERA LUCIA DA COSTA AMARO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
HELCIO CARLOS VIANA PINTO OAB - MT6588-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GILVANIA DA COSTA AMARO (INVENTARIADO)
JANICE DA COSTA AMARO (INVENTARIADO)
ADEMAR DA COSTA AMARO JUNIOR (INVENTARIADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
HELCIO CARLOS VIANA PINTO OAB - MT6588-O (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ 1ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ AVENIDA DESEMBARGADOR MILTON FIGUEIREDO FERREIRA MENDES, TELEFONE: (65) 3648-6000/6001, CENTRO POLÍTICO ADMINISTRATIVO, CUIABÁ - MT - CEP: 78049-075 INTIMAÇÃO POR MEIO ELETRÔNICO Nos termos da legislação vigente e Provimento 56/2007, impulsiono estes autos, para remetê-los à Expedição de Matéria para Imprensa a fim de proceder à INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA, por meio do seu Advogado, para retirar o Alvará Judicial expedido, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS. CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pela Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça

Despacho Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1010983-08.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
G. L. O. M. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLAINY MARIA ARAUJO LOPES OAB - MT20532/O (ADVOGADO(A))
ALINY FERREIRA DE OLIVEIRA OAB - 030.699.651-05 (REPRESENTANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MARCOS PAULO GONCALVES MACHADO (REQUERIDO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
ANGELA REGINA GAMA DA SILVEIRA GUTIERRES GIMENEZ

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ Numero do Processo: 1010983-08.2018.8.11.0041 REQUERENTE: GABRIELLY LOUIZE OLIVEIRA MACHADO REPRESENTANTE: ALINY FERREIRA DE OLIVEIRA REQUERIDO: MARCOS PAULO GONCALVES MACHADO Vistos etc. Intime-se a parte autora, pessoalmente, para manifestar-se, sobre o interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Cumpra-se. Cuiabá-MT, 13 de dezembro de 2019. Angela Regina Gama da Silveira Gutierres Gimenez Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-283 DIVÓRCIO CONSENSUAL
Processo Número: 1036833-30.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
D. S. D. M. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MANOEL RUFINO DE OLIVEIRA NETO OAB - MT26541/O (ADVOGADO(A))

ANTONIO CASSIANO DE SOUZA OAB - MT21684-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
MANOEL RUFINO DE OLIVEIRA NETO OAB - MT26541/O (ADVOGADO(A))
ANTONIO CASSIANO DE SOUZA OAB - MT21684-O (ADVOGADO(A))
E. C. D. S. (REQUERENTE)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA ESPECIALIZADA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ Nº do processo: 1036833-30.2019.8.11.0041 CERTIDÃO DE IMPULSIONAMENTO Nos termos da legislação vigente e Provimento 56/2007, impulsiono estes autos, para remetê-los à Expedição de Matéria para Imprensa a fim de proceder à INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA, por meio do seu Advogado, para comparecer em Juízo, no prazo de 05 (cinco) dias, para retirar o Alvará Judicial. CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (assinado digitalmente) Katiúscia Marcelino Correia Gestora Judiciária

Intimação Classe: CNJ-283 DIVÓRCIO CONSENSUAL
Processo Número: 1044843-63.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
FRANCIEUDO BARBOSA DA SILVA (REQUERENTE)
MARINETE GONCALVES DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MONICA A M FANAIA OAB - MT10439-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ 1ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ AVENIDA DESEMBARGADOR MILTON FIGUEIREDO FERREIRA MENDES, TELEFONE: (65) 3648-6000/6001, CENTRO POLÍTICO ADMINISTRATIVO, CUIABÁ - MT - CEP: 78049-075 INTIMAÇÃO POR MEIO ELETRÔNICO Nos termos da legislação vigente e Provimento 56/2007, impulsiono estes autos, para remetê-los à Expedição de Matéria para Imprensa a fim de proceder à INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA, por meio do seu Advogado, para comparecer em Juízo, no prazo de 05 (cinco) dias, para retirar o FORMAL DE PARTILHA, expedido. CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pela Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça

Intimação Classe: CNJ-269 INVENTÁRIO
Processo Número: 1024797-87.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
VERA LUCIA DA COSTA AMARO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
HELCIO CARLOS VIANA PINTO OAB - MT6588-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GILVANIA DA COSTA AMARO (INVENTARIADO)
JANICE DA COSTA AMARO (INVENTARIADO)
ADEMAR DA COSTA AMARO JUNIOR (INVENTARIADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
HELCIO CARLOS VIANA PINTO OAB - MT6588-O (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ 1ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ AVENIDA DESEMBARGADOR MILTON FIGUEIREDO FERREIRA MENDES, TELEFONE: (65) 3648-6000/6001, CENTRO POLÍTICO ADMINISTRATIVO, CUIABÁ - MT - CEP: 78049-075 INTIMAÇÃO POR MEIO ELETRÔNICO Nos termos da legislação vigente e Provimento 56/2007, impulsiono estes autos, para remetê-los à Expedição de Matéria para Imprensa a fim de proceder à INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA, por meio do seu Advogado, para retirar o Formal de Partilha expedido, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS. CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pela Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça

Intimação Classe: CNJ-269 INVENTÁRIO
Processo Número: 1041488-79.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
SANDRA MARIA DANZMANN PFAFFENZELLER (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FRANCISCO DE ASSIS COSTA OAB - MT25530/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESPÓLIO DE SERGIO PFAFFENZELLER (REQUERIDO)
Outros Interessados:
GUILHERME DANZMANN PFAFFENZELLER (HERDEIRO)
CARLOS EDUARDO DANZMANN PFAFFENZELLER (HERDEIRO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ 1ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ AVENIDA DESEMBARGADOR MILTON FIGUEIREDO FERREIRA MENDES, TELEFONE: (65) 3648-6000/6001, CENTRO POLÍTICO ADMINISTRATIVO, CUIABÁ - MT - CEP: 78049-075 INTIMAÇÃO POR MEIO ELETRÔNICO Nos termos da legislação vigente e Provimento 56/2007, impulsiono estes autos, para remetê-los à Expedição de Matéria para Imprensa a fim de proceder à INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA, por meio do seu Advogado, para retirar a Carta de Adjudicação expedida, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS,. CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pela Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça

Decisão

Decisão Classe: CNJ-275 INTERDIÇÃO
Processo Número: 1022062-81.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MARLI APARECIDA FURTADO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RONEI LARA MONTEIRO DA SILVA OAB - MT16542 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VANDA RODRIGUES FURTADO (REQUERIDO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
ANGELA REGINA GAMA DA SILVEIRA GUTIERRES GIMENEZ

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ Processo: 1022062-81.2018.8.11.0041. REQUERENTE: MARLI APARECIDA FURTADO REQUERIDO: VANDA RODRIGUES FURTADO Vistos etc. Observando-se a certidão de óbito acostada no id.24598621, tem-se que a falecida deixou filhos e bens a inventariar. Sendo assim, em que pese a manifestação favorável do digno Ministério Público (id.25729250) para liberação do valor pleiteado, indefiro tal pretensão, devendo ser solicitada na ação de inventário, se houver, e/ou outro meio cabível. Cumpra. Cuiabá/MT, 13 de dezembro de 2019.. Angela Regina Gama da Silveira Gutierres Gimenez Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1017306-92.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE CARLOS DE SOUZA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
HELIO PASSADORE OAB - MT3008-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LETÍCIA NÚCIA DE MARCHI SOUZA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
EDINEI RONQUE OAB - MT15937-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ANGELA REGINA GAMA DA SILVEIRA GUTIERRES GIMENEZ

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ Processo: 1017306-92.2019.8.11.0041. AUTOR(A): JOSE CARLOS DE SOUZA RÉU: LETÍCIA NÚCIA DE MARCHI SOUZA Vistos etc. Trata-se de Ação de Exoneração de Alimentos, proposta por José Carlos de Souza, em face de Letícia Núcia de Marchi Souza, ambos devidamente qualificados. Busca o autor, a exoneração dos alimentos que, são pagos em favor de sua filha, ora requerida, no importe de 03 (três) salários mínimos vigentes, alegando que Letícia possui 24 anos de idade, é formada em Engenharia Civil, não necessitando dos alimentos. A ação fora recebida nos moldes do id.19790375, deferindo, parcialmente a liminar pretendida, a fim de que, o pagamento dos alimentos se dê por meio depósito, na conta judicial. Em audiência de conciliação, realizada no dia 11.06.2019 –id.20826027, não foi possível a composição entre as partes. A requerida fora devidamente citada, apresentando contestação no id.21198577, postulando pela manutenção dos alimentos, afirmando que o autor nunca contribuiu corretamente com o pagamento dos alimentos e que, nos dias atuais, apesar de estar formada, não conseguiu se inserir no mercado de trabalho. Não houve impugnação. Às partes são legítimas, bem como, legítimos os seus interesses. A ação vem

se desenvolvendo em marcha regular e não vislumbrando qualquer irregularidade a ser corrigida até o momento, dou o feito por saneado. Designo audiência de instrução e julgamento, para o dia 17 de março de 2020, às 14:00 horas, para depoimento pessoal de ambas as partes e, oitiva de testemunhas, cujo rol deverá aportar aos autos, em 10 (dez) dias. Para a intimação das testemunhas, deve ser observado o art. 455 do CPC e seus parágrafos. De qualquer modo, importante destacar, desde logo que, nos moldes do art. 359 do CPC, a conciliação pode ser obtida em qualquer fase processual, mormente no primeiro momento da audiência de instrução. Fixo os pontos controvertidos, como sendo: 1- Aferição da necessidade de pagamento de alimentos em favor da requerida; Intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 27 de novembro de 2019. Angela Regina Gama da Silveira Gutierres Gimenez Juíza de Direito

Sentença

Sentença Classe: CNJ-284 DIVÓRCIO LITIGIOSO
Processo Número: 1035754-16.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Paolo Targioni (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAFAELA REINERS GONCALVES OAB - MT14875/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARINEI ALMEIDA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
ANGELA REGINA GAMA DA SILVEIRA GUTIERRES GIMENEZ

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ Processo: 1035754-16.2019.8.11.0041. REQUERENTE: PAOLO TARGIONI REQUERIDO: MARINEI ALMEIDA Vistos etc. Trata-se de Ação de Divórcio c/c Partilha de Bens, proposta por Paolo Targioni, em face de Marinei Almeida, devidamente qualificados. Consta dos autos que, as partes contraíram matrimônio, em 10 de novembro de 2007, sob o regime da comunhão parcial de bens[1], do qual não advieram filhos, mas foram adquiridos bens. Custas recolhidas (id. 22661129) Citada, a parte requerida informou que já existia ação em tramite, perante o juízo da 5ª Vara Especializada das Famílias e Sucessões desta cidade, com os mesmos pedidos, partes e causa de pedir, onde, inclusive, já teria sido decretado o divórcio dos demandantes, nos moldes constantes do id. 25861512. Na sequência, as partes informaram que realizaram um acordo no processo nº. 1031040-47.2018, partilhando os bens amealhados, conforme se verifica do id. 26541940. Como se observa, os pedidos formulados na presente ação, foram objeto de julgamento e acordo, no processo nº. 1031040-47.2018, que tramita perante o juízo da 5ª Vara Especializada das Famílias e Sucessões, razão pela qual, perde o objeto esta ação, demandando, assim, sua extinção. Diante do exposto, JULGO EXTINTA a presente ação, sem resolução do mérito, com fundamento no art. 485, inciso VI, do Código de Processo Civil. Transitada em julgado, cumpridas as formalidades legais e baixas necessárias, arquivem-se os autos independentemente de nova determinação. Custas recolhidas. P.I.C. Cuiabá-MT, 13 de dezembro de 2019. Angela Regina Gama da Silveira Gutierres Gimenez Juíza de Direito [1] Id. 22621402

Sentença Classe: CNJ-81 ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
Processo Número: 1038396-93.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
FERNANDO ALLAN BATISTA DE MORAIS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARINEY FATIMA NEVES OAB - MT10737-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ANA CAROLINA SANTANA MORAES (RÉU)
Magistrado(s):
ANGELA REGINA GAMA DA SILVEIRA GUTIERRES GIMENEZ

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ Processo: 1038396-93.2018.8.11.0041. AUTOR(A): FERNANDO ALLAN BATISTA DE MORAIS RÉU: ANA CAROLINA SANTANA MORAES Vistos etc. Trata-se de Ação de Exoneração de Alimentos, proposta por Fernando Allan Batista de Morais, em desfavor de Ana Carolina Santana Moraes, devidamente qualificados. A ação foi recebida, por força da decisão de id. 16875190, que concedeu a gratuidade processual postulada e designou data para a realização da audiência de tentativa de conciliação. A citação da requerida não foi realizada (id. 17619049) e, na data designada, o autor não compareceu para o ato (id. 17702240), embora intimado, por meio de sua culta advogada. Pessoalmente intimado, para que manifestasse seu interesse no prosseguimento do processo, sob pena de extinção, a parte autora permaneceu inerte (id. 22363818). Igualmente, intimado, por meio do seu procurador constituído, a parte autora permaneceu inerte, conforme certificado no id. 26240016. É o relatório. Fundamento e Decido. O Código de Processo Civil de 2015 foi estruturado com o intuito de possibilitar a efetiva prestação jurisdicional, por meio do processo, valorizando, por seu turno, a primazia do julgamento do mérito, garantindo, assim, o acesso à justiça. Por outro lado, todas as partes do processo precisam agir de forma a colaborar para o alcance do seu resultado prático, numa sincronia de atos de se sucedem, fundamentados no princípio da cooperação e da boa-fé processual. A propósito, a eternização do processo, sem qualquer resultado prático, gera prejuízos para os demais jurisdicionados que são penalizados, pelo tempo dispensado às ações, onde as partes se desinteressam por seu desfecho. Sobre tais dificuldades, ressalta-se o número insuficiente de oficiais de justiça que se veem, muitas vezes, assoberbados com a obrigação de cumprir mandados de intimação de pessoas desinteressadas, atrasando diligências que, de fato possam alcançar o seu desiderato. No caso dos autos, o prosseguimento do processo dependia de ato a ser praticado pela parta autora, já que a parte requerida não foi localizada para citação e, embora intimado, não compareceu na audiência de tentativa de conciliação designada, razão pela qual, foi intimada, por meio do seu procurador constituído, para que desse prosseguimento ao processo, sob pena de extinção, deixou decorrer in albis o prazo fixado. Ademais, em atendimento ao disposto no parágrafo primeiro do artigo 485, do Código de Processo Civil, foi determinada a intimação pessoal da parte autora no endereço constante dos autos, para que desse prosseguimento ao processo, sob pena de extinção, contudo, embora regularmente intimada, permaneceu inerte, inviabilizando o prosseguimento do processo. Diante do exposto, e de tudo mais que dos autos consta, JULGO EXTINTA a presente ação, com fundamento no art. 485, inciso III, do Código de Processo Civil. Transitada em julgado, após as formalidades legais e baixas necessárias, arquivem-se os autos, independentemente, de nova determinação. Sem custas. P.I.C. Cuiabá-MT, 13 de dezembro de 2019. Angela Regina Gama da Silveira Gutierres Gimenez Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1025019-21.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LUCIANO DE LARA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROSANA SILVA ARAUJO OAB - MT23469/O-O (ADVOGADO(A))
EDUARDO ALENCAR DA SILVA OAB - MT0009244A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
RAYSSA FERNANDA ASSUNÇÃO DE LARA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
Milton Correa de Moraes OAB - MT6664-O (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
ANGELA REGINA GAMA DA SILVEIRA GUTIERRES GIMENEZ

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ Processo: 1025019-21.2019.8.11.0041. REQUERENTE: LUCIANO DE LARA REQUERIDO: RAYSSA FERNANDA ASSUNÇÃO DE LARA Vistos etc. Trata-se de Ação de Exoneração de Alimentos, proposta por Luciano de Lara, em face de Rayssa Fernanda Assunção de Lara, devidamente qualificados. Sustentou a parte autora que, se obrigou ao pagamento de pensão alimentícia, no valor correspondente a 23,67% (vinte e três vírgula sessenta e sete por cento) dos seus rendimentos[1], em favor de sua filha, todavia, por um lado, a requerida já alcançou a maioridade e não se encontrava matriculada em curso superior e, por outro lado, ele já é idoso e possui doença de Parkinson, necessitando, nesse momento, de melhores condições financeiras para tratamento, razão pela qual, pugnou por sua exoneração da obrigação alimentar. A ação foi recebida, por força da decisão de id. 20925809, que concedeu a gratuidade processual postulada. A requerida foi citada (id. 22427941). A audiência de tentativa de conciliação restou inexitosa (id. 22570801), oportunidade em que a parte requerida informou que está cursando o 3º semestre de Publicidade e Propaganda na UNIC, razão pela qual, não concordaria com o pedido de exoneração. A

requerida apresentou contestação (id. 23235265), sustentando, em síntese, que cursa ensino superior, está desempregada, e necessita do auxílio paterno para sua manutenção. A impugnação consta do id. 24202443. É o relatório. Fundamento e Decido. Trata-se de Ação de Exoneração de Alimentos, proposta por Luciano de Lara, em face de Rayssa Fernanda Assunção de Lara, devidamente qualificados. Observa-se dos autos que, a questão posta à apreciação deste juízo, é eminentemente documental, não havendo, pois, provas a serem produzidas, realizo o julgamento antecipado da ação, com fundamento no art. 355, inciso I, do Código de Processo Civil. A presente demanda encontra seu contorno no pedido de exoneração da obrigação alimentar, fundamentada na maioridade da alimentanda e na alteração da capacidade econômica do alimentante. A maioridade da requerida está comprovada, por meio do documento juntado ao id. 20819283. É certo que, cessa-se o poder familiar com a maioridade, mas não faz cessar, por si só, o dever de prestar alimentos. Este entendimento, consta do enunciado nº. 358 da súmula do Superior Tribunal de Justiça da seguinte forma: "o cancelamento de pensão alimentícia de filho que atingiu a maioridade está sujeito à decisão judicial, mediante contraditório, ainda que nos próprios autos". Isso porque, altera-se o seu fundamento, já que antes no poder familiar, agora no parentesco (art. 1.694, CC). Neste momento, fundamentado no vínculo de parentesco entre as partes, exige-se a comprovação da necessidade pela alimentanda, a qual se traduz em fato impeditivo do direito do autor. No caso em análise, em que pese a maioridade alcançada no ano de 2015, a requerida está cursando ensino superior, o que foi atestado por meio do documento costado ao id. 23235266. Todavia, esse mesmo documento se limitou a atestar o vínculo no curso de Publicidade e Propaganda, não informando o período em que matriculada, nem o semestre em curso. Foi na audiência de tentativa de conciliação, realizada em 13 de agosto de 2019, que a requerida informou que se encontrava matriculada no 3º semestre do curso, o que nos permite constatar que ingressou no 2º semestre do ano de 2018, já com vinte anos de idade. A requerida afirmou que se encontra desempregada, mas não realizou nenhuma prova de que o curso superior é realizado em período integral, o que, evidentemente, lhe impediria de trabalhar, e contribuir par ao próprio sustento. Observa-se, ainda, que nenhuma prova foi produzida quanto ao valor da mensalidade que tem que arcar mensalmente, embora seja notório que se trata de universidade particular. A questão, in casu, está no dever dos pais de contribuir para a devida formação profissional dos filhos, a fim de que possam concorrer de forma efetiva no mercado de trabalho e, assim, promover o próprio sustento. A requerida teve um pequeno lapso temporal após a maioridade para ingressar na faculdade, o que é razoável, fato pelo qual o pleito exoneratório não pode ser atendido. Por outro lado, não pode ser desconsiderada a substancial modificação da realidade financeira do autor, que no auge dos seus sessenta e dois anos, foi diagnosticado com doença de Parkinson, sabidamente crônica e progressiva, o que lhe demandará cuidados e tratamento contínuo. O princípio da solidariedade familiar impõe também aos filhos o dever de se atentar à realidade fática dos genitores, principalmente, quando já idosos, precisam concentrar esforços em prol do seu bem estar e saúde. De acordo com o comprovante apresentado pelo autor, acostado ao id. 20819289, em junho de 2019, seus rendimentos líquidos, assim considerados após os descontos legais, alcançavam, aproximadamente, a quantia de R$ 7.145,46 (sete mil cento e quarenta e cinco reais e quarenta e seis centavos), sendo que a pensão alimentícia, no mesmo período, foi de R$ 1.587,97 (mil quinhentos e oitenta e sete reais e noventa e sete centavos). Nesse cenário, atenta à necessidade da requerida, possibilidade do alimentante e da proporcionalidade entre ambos, entendo por bem, manter a obrigação alimentar, minorando o valor dos alimentos, para o montante equivalente a um salário mínimo vigente, a fim de preservar a subsistência do alimentante e garantir o pagamento dos alimentos à requerida até que conclua o ensino superior. Diante do exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial, para com fundamento no art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, para rever o quantum alimentar, fixando-o no montante de um salário mínimo vigente, hoje correspondente a R$ 998,00 (novecentos e noventa e oito reais), cujo pagamento deverá se dar nos mesmos moldes já fixados. Expeça-se ofício à SEPLAG, para que realize a minoração dos alimentos, nos moldes fixados. Transitada em julgado, procedam-se às anotações e baixas necessárias, arquivando-se os autos independentemente de nova determinação. Sem custas. P.I.C. Cuiabá-MT, 13 de dezembro de 2019. Angela Regina Gama da Silveira Gutierres Gimenez Juíza de Direito [1] Id. 20819284

Sentença Classe: CNJ-268 ARROLAMENTO SUMÁRIO
Processo Número: 1044012-49.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
EVERTON SEBASTIAO DA SILVA (REQUERENTE)
ANDREIA FATIMA DA SILVA (REQUERENTE)
BERENICE APARECIDA DA SILVA (REQUERENTE)
JULIO CESAR DA SILVA (REQUERENTE)
ANDREZINHO DA SILVA (REQUERENTE)
DOMINGAS NEVES DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOAO REUS BIASI OAB - MT3478-O (ADVOGADO(A))
SILVIA CRISTINA PAIM BIASI OAB - MT9262-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ANDRE FERREIRA DA SILVA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
ANGELA REGINA GAMA DA SILVEIRA GUTIERRES GIMENEZ

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ Processo: 1044012-49.2018.8.11.0041. REQUERENTE: DOMINGAS NEVES DA SILVA, ANDREZINHO DA SILVA, JULIO CESAR DA SILVA, BERENICE APARECIDA DA SILVA, ANDREIA FATIMA DA SILVA, EVERTON SEBASTIAO DA SILVA REQUERIDO: ANDRE FERREIRA DA SILVA Vistos etc. Trata-se de Ação de Arrolamento Sumário, proposta por Domingas Neves da Silva, Andrezinho da Silva, Júlio César da Silva, Berenice Aparecida da Silva, Andreia Dátima da Silva e Everton Sebastião da Silva, visando à obtenção da partilha dos bens deixados por André Ferreira da Silva, devidamente qualificados nos autos. Consta dos autos que, o de cujus faleceu em 16 de agosto de 2014 (id. 17114847), era casado com Domingas Neves da Silva, sob o regime da comunhão universal de bens (id. 17114852) e deixou cinco filhos, Andrezinho da Silva, Júlio César da Silva, Berenice Aparecida da Silva, Andreia Fátima da Silva e Everton Sebastião da Silva. Infere-se que, o inventariado não deixou testamento (id. 19260680), sendo o acervo hereditário composto por: 1. Crédito de natureza indenizatória – id. 24629900. 2. Lote de terra urbano, Loteamento Industrial II, de matrícula nº. 13.316, avaliado em R$ 38.480,64 (trinta e oito mil quatrocentos e oitenta reais e sessenta e quatro centavos) – id. 17603564. A inicial veio acompanhada de plano de partilha amigável. As certidões negativas de débitos tributários, perante às Fazendas Públicas Municipal e Estadual (id. 17114871 e 19261093). A ação foi recebida, por força da decisão de id. 18356756, que concedeu a gratuidade processual, nomeou a meeira, inventariante, e determinou a busca de bens do espólio, por meio dos sistemas conveniados. As buscas de bens do espólio restaram exitosas quanto à localização do veículo Honda/CG 125 FAN, placa NPN5299, conforme extratos acostados ao id. 18690889, a qual, segundo a inventariante, foi alienado pelo falecido, ainda em vida, sem que saibam de sua localização. A Polícia Militar apresentou declaração de verbas rescisórias (id. 24629900), restando pendente os cálculos para levantamento pelo órgão competente. Diante do exposto, e tudo mais que dos autos consta, HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus efeitos jurídicos e legais, a partilha dos bens deixado por André Ferreira da Silva, com fundamento nos artigos 487, inciso III e 659 e seguintes, do Código de Processo Civil, atribuindo aos herdeiros por contemplação seus respectivos quinhões, salvo erro ou omissão e ressalvados direitos de terceiros. Transitada em julgado esta decisão, expeça-se o formal de partilha, assim como, alvará para habilitação dos herdeiros em processo administrativo, visando o levantamento dos valores pendentes de pagamento e suas respectivas quotas-partes de acordo com a partilha. Na sequência, intime-se a Fazenda Pública Estadual, para lançamento administrativo do imposto de transmissão e de outros tributos porventura incidentes, em atenção ao disposto no art. 659, §2º, do CPC. Após, procedam-se as devidas baixas e anotações legais, arquivando-se os autos independentemente de nova determinação. P.I.C. Cuiabá-MT, 13 de dezembro de 2019. Angela Regina Gama da Silveira Gutierres Gimenez Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-269 INVENTÁRIO
Processo Número: 1023971-61.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ANDREA AUXILIADORA LONDON (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Ulysses Ribeiro OAB - MT5464-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:

BENEDITO AUGUSTO LONDON FILHO (INVENTARIADO)
Magistrado(s):
ANGELA REGINA GAMA DA SILVEIRA GUTIERRES GIMENEZ

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ Processo: 1023971-61.2018.8.11.0041. REQUERENTE: ANDREA AUXILIADORA LONDON DE CUJUS: BENEDITO AUGUSTO LONDON FILHO Vistos etc. Trata-se de Ação de Inventário, proposta por Andréia Auxiliadora London, visando à obtenção da partilha dos bens deixados por Benedito Augusto London Filho, devidamente qualificados. Consta dos autos que, o de cujus faleceu, em 04 de abril de 2018[1], era solteiro, não deixou descendentes, mas somente sobrinhos, por direito de representação dos irmãos pré-mortos, João Bosco Augusto London[2], José Viegas London[3] e Renato Viegas London[4]. Extrai-se que, são filhos de João Bosco Augusto London: Andréia Auxiliadora London, João Bosco Augusto London Junior e Renata Auxiliadora London Durante. Por sua vez, são filhos de José Viegas London: Vera Maria Viegas London, José Tarcísio Viegas, Antônio José Viegas London e José Luiz Viegas London. Por fim, são filhos de Renato Viegas London: João Augusto Zanetti London, Ricardo Zanetti London, Elisabete Zanetti London e Marcos Zanetti London. Infere-se que, o de cujus não deixou testamento[5], sendo a herança composta por quinhões hereditários, oriundos da sucessão de sua irmã, Hilda Catharina Maria London, falecida em 24 de maio de 2012[6], sem deixar descendentes, cujo arrolamento tramita perante a 5ª Vara Especializada das Família e Sucessões de Cuiabá. As certidões negativas de débitos tributários constam do id. 14502493, 14502520 e 14502544. A ação foi recebida, por força da decisão de id. 15156812, que determinou a busca de bens do espólio, por meio dos sistemas conveniados, que culminou no bloqueio de R$ 2.744,77 (dois mil setecentos e quarenta e quatro reais e setenta e sete centavos), conforme extrato acostado ao id. 15624635. A inventariante esclareceu que a herança é composta por mais dois quinhões hereditários de Alvine Viegas London e Maria Viegas London e, em face da prejudicialidade existente entre todos, o trâmite processual foi suspenso em janeiro de 2019 (id. 17497316). A inventariante informou que o inventário de Hilda Catharina Maria London foi concluído e que os inventários de Alvine Viegas London e Maria Viegas London encontravam-se em sua fase inicial, razão pela qual, pugnou pelo encerramento do presente, sendo que os demais quinhões será processados na forma de sobrepartilha no momento oportuno (id. 22911785). Observa-se que, as partes são maiores, capazes, estão representadas e acordam quanto à partilha, razão pela qual, defiro o pedido de id. 22911785 e converto o presente inventário, em arrolamento sumário, em atenção ao disposto no art. 659, do Código de Processo Civil. Diante do exposto, e tudo mais que dos autos consta, HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus efeitos jurídicos e legais, a partilha dos bens e direitos deixados por Benedito Augusto London Filho, com fundamento nos artigos 487, inciso III e 659 e seguintes, do Código de Processo Civil, atribuindo aos herdeiros por contemplação seus respectivos quinhões, salvo erro ou omissão e ressalvados direitos de terceiros. Expeça-se ofício ao Banco do Brasil, para que efetue a transferência de 25% (vinte e cinco por cento) dos valores indicados no formal de partilha de Hilda Catharina Maria London (id. 22911790 – pág. 10), expedido no processo nº. 25503-97.2012.8.11.0041, pelo Juízo da 5ª Vara Especializada das Famílias e Sucessões, depositando-os em conta judicial, vinculada a estes autos, em 05 (cinco) dias. Transitada em julgado esta decisão, expeça-se o formal de partilha, nos termos acordados, assim como, alvará para transferência dos valores depositados em conta judicial, nos moldes acordados (id. 22912479). Na sequência, intime-se a Fazenda Pública Estadual, para lançamento administrativo do imposto de transmissão e de outros tributos porventura incidentes, em atenção ao disposto no art. 659, §2º, do CPC. Após, procedam-se as devidas baixas e anotações legais, arquivando-se os autos independentemente de nova determinação. P.I.C. Cuiabá-MT, 13 de dezembro de 2019. Angela Regina Gama da Silveira Gutierres Gimenez Juíza de Direito [1] Id. 14502359 [2] Id. 15051508 [3] Id. 15051618 [4] Id. 15051701 [5] Id. 16286312 [6] Id. 15053379

2ª Vara Especializada de Família e Sucessões

Intimação

Intimação Classe: CNJ-385 EXECUÇÃO DE ALIMENTOS
Processo Número: 0024480-19.2012.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
M. (EXEQUENTE)
G. D. J. (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO OAB - 03.507.415/0031-60 (REPRESENTANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
A. A. J. (EXECUTADO)

Nos termos da decisão de ID n. 26714145, intimo a exequente para, no prazo de 15 (quinze) dias, informar se ainda há saldo devedor, e em caso positivo, para apresentar a planilha detalhada e atualizada da dívida.

Intimação Classe: CNJ-284 DIVÓRCIO LITIGIOSO
Processo Número: 1046841-66.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
A. P. R. P. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ELSON DUQUES DOS SANTOS OAB - MT14234-O (ADVOGADO(A))
VALERIA CASTILHO MUNHOZ VIVAN OAB - MT5956-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
F. V. S. P. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RAQUEL CRISTINA ROCKEMBACH BLEICH OAB - MT7655-O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1046841-66.2019.8.11.0041. REQUERENTE: ANDRESSA PAULA RODRIGUES PIGOZZI REQUERIDO: FERNANDO VASCO SPINELLI PIGOZZI Vistos. Guia de recolhimento de custas – id. 25114786. Cuida-se de Ação de Divórcio Litigioso c/c Guarda, Alimentos e Partilha de Bens, proposta por Andressa Paula Rodrigues Pigozzi em face de Fernando Vasco Spinelli Pigozzi. A requerente em sede de tutela de urgência, requer a regulamentação da guarda provisória compartilhada, e a fixação dos alimentos em R$ 5.000,00 (cinco mil reais) para a filha Laís Fernanda Rodrigues Pigozzi. Note-se que, para a concessão da tutela provisória de urgência é imprescindível a existência de elementos que evidenciem a probabilidade do direito do autor e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, conforme estabelece o art. 300 do Código de Processo Civil, ou ainda, na ausência de tais elementos, a configuração de alguma das hipóteses do art. 311 do mesmo Código. Com relação ao pedido de guarda compartilhada, entendo que ambos os pais possuem naturalmente a guarda de seus filhos; essa situação perdura até que, por decisão judicial, a guarda fique determinada a apenas um, seja pai, seja mãe, ou ainda de forma compartilhada. A requerente manifestou seu interesse em manter a guarda compartilhada da infante; entretanto, é muito bom quando há consenso entre os pais, ainda que existam exceções, em determinados casos. Por isso, é sempre prudente ouvir previamente a parte contrária, motivo pelo qual, por ora, indefiro o pedido; aliás, isso é prudente, até porque em audiência prévia de conciliação será possível aferir possível situação prevista na parte final do § 2º, do art. 1.584, do Código Civil. No que tange ao pedido de alimentos, considerando a relação de parentesco entre a infante e o requerido, conforme atesta a certidão de nascimento, fixo os alimentos provisórios a filha Laís Fernanda Rodrigues Pigozzi, no valor de 4 (quatro) salários mínimos, incidindo, inclusive, sobre férias e 13º salário, quando houver. Justifico o valor no fato de que as despesas apresentadas, até prova em contrário, não se destinam exclusivamente à filha, mas também à requerente, que é médica, cuja remuneração deve ser razoável. Os alimentos deverão ser depositados, até o dia 10 (dez) de cada mês, na conta bancária a ser indicada pela autora no prazo de 5 (cinco) dias ou, mediante recibo. O trinômio necessidade/possibilidade/proporcionalidade será aferido em momento oportuno, após cognição exauriente. Com relação ao pedido de direito real de habitação, cumpre ressaltar que se trata do direito que tem o cônjuge sobrevivente, independente do regime de bens de seu casamento, de permanecer residindo na morada do casal após o falecimento de seu consorte, desde que aquele imóvel, que era usado para moradia, seja o único bem de natureza residencial a ser inventariado, conforme dispõe o art. 1.831 do Código Civil, ou seja, situação diversa da apresentada nos autos, motivo pelo qual, indefiro o pedido. No tocante ao pedido de item “d”, defiro o bloqueio online – via BACENJUD, apenas de 50% (cinquenta por cento) do valor, como garantia da meação da requerente, nesta espécie.

Se, pelo comando, for bloqueado o total, libere-se imediatamente a outra parte. Designo audiência de tentativa de conciliação para o dia 23 de janeiro de 2020, às 14h30min. Se não houver acordo, a parte requerida terá, a partir daquela data, o prazo de 15 (quinze) dias para contestar, por intermédio de advogado, sob pena de revelia. OFICIE-SE a empregadora do requerido, para que, proceda ao desconto dos alimentos correspondentes a 4 (quatro) salários mínimos, incidindo, inclusive, sobre férias e 13º salário, quando houver, depositando-se o numerário em conta bancária, conforme acima determinado. Dê-se ciência ao Ministério Público. Sirva cópia da presente como mandado. Cite-se. Intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 12 de novembro de 2019. Sergio Valério Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-81 ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
Processo Número: 1022761-38.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
A. A. D. R. (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS EDUARDO OULICES DE OLIVEIRA OAB - MT12561-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
A. R. D. S. (RÉU)

Despacho proferido em audiência. Termo anexo.

Intimação Classe: CNJ-81 ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
Processo Número: 1036887-30.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
A. G. A. P. A. (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ADEMAR ARAUJO ANDRADE JUNIOR OAB - MT8173-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
L. G. A. (RÉU)
G. D. A. P. (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOSE KROMINSKI OAB - MT10896-O (ADVOGADO(A))
LUCAS OLIVEIRA BERNARDINO SILVA OAB - MT12027-N (ADVOGADO(A))
STEFANY BRAYANE WOHLFAHRT DE PINHO OAB - MT20776-O (ADVOGADO(A))
FABIANO ALVES ZANARDO OAB - MT12770-O (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ Processo: 1036887-30.2018.8.11.0041. AUTOR(A): ANNA GABRIELA APARECIDA PIRES ALECRIM RÉU: GUSTAVO DOS ANJOS PEREIRA, LEANDRO GUSTAVO ALVES Vistos. Em consonância com o parecer constante do id. 25478786, designo audiência de conciliação para o próximo dia 23 de janeiro de 2020, às 15:30 horas. Intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 25 de novembro de 2019. Sergio Valério Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-269 INVENTÁRIO
Processo Número: 0025573-12.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
SADY DE QUEIROZ MUSSA (REQUERENTE)
SEBASTIAO GONCALVES DE QUEIROZ (REQUERENTE)
ALBINO GONCALVES DE QUEIROZ (REQUERENTE)
AVANIR DE QUEIROZ SIMAO (REQUERENTE)
MISAEL GONCALVES DE QUEIROZ (REQUERENTE)
ODAIR GONCALVES DE QUEIROZ (REQUERENTE)
EZENITE GONCALVES DE QUEIROZ (REQUERENTE)
MANOEL GONCALVES DE QUEIROZ (REQUERENTE)
MARIA IDALINA DE QUEIROZ (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCOS FELIPE FERNANDES MOTA OAB - MT195490-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESPOLIO DE ESTACIO GONCALVES DE QUEIROZ (REQUERIDO)
Magistrado(s):
SERGIO VALERIO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ Processo: 0025573-12.2015.8.11.0041. REQUERENTE: MARIA IDALINA DE QUEIROZ, MANOEL GONCALVES DE QUEIROZ, EZENITE GONCALVES DE QUEIROZ, ODAIR GONCALVES DE QUEIROZ, MISAEL GONCALVES DE QUEIROZ, AVANIR DE QUEIROZ SIMAO, ALBINO GONCALVES DE QUEIROZ, SEBASTIAO GONCALVES DE QUEIROZ, SADY DE QUEIROZ MUSSA REQUERIDO: ESPOLIO DE ESTACIO GONCALVES DE QUEIROZ Vistos. Ante o requerimento 25421937, determino que se oficie o Banco Bradesco, para que, informe a este juízo no prazo de 05 (cinco) dias acerca da existência de eventual Apólice de Seguro em nome do Estacio Gonçalves de Queiroz, CPF nº 241.523.151-72. Em caso positivo que nos remetam a cópia do referido seguro. Outrossim, visando a homologação do acordo acostado junto ao id. 25421935, intime-se a inventariante, para que no prazo de 15 (quinze) dias, traga aos autos as certidões negativas de débitos fiscais (Municipal, Estadual e Federal) em nome do falecido, bem como a certidão de inexistência de testamento expedida pela Anoreg, sob pena de remoção. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 13 de dezembro de 2019. Sergio Valério Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-81 ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
Processo Número: 1044482-46.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
RAFAELA ALVES FERREIRA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELO FALCAO FERREIRA OAB - MT11242-N (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JOAO MARCOS CAMPOS SILVA (RÉU)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1044482-46.2019.8.11.0041. AUTOR(A): RAFAELA ALVES FERREIRA RÉU: JOAO MARCOS CAMPOS SILVA Vistos. Defiro o pedido de gratuidade processual, nos termos dos arts. 98 e 99, § 2º, do Código de Processo Civil. Cuida-se de Ação de Alimentos proposta por Mellyssa Gabrielly Ferreira de Campos representada por sua genitora Rafaela Alves Ferreira em face de João Marcos Campos da Silva. Considerando a relação de parentesco entre a infante e o requerido, conforme atesta a certidão de nascimento, defiro os alimentos provisórios a filha Mellyssa Gabrielly Ferreira de Campos, que arbitro, por ora, em 25% (vinte e cinco por cento) dos rendimentos líquidos do requerido, compreendidos como tais, toda e qualquer remuneração, inclusive férias e 13º salário, quando houver, descontados apenas os valores a título de previdência social pública e imposto de renda retido na fonte. O valor dos alimentos deverá ser depositado, até o dia 10 (dez) de cada mês, na conta bancária indicada pela parte autora no id. 24630015 – item “a” ou, mediante recibo. O trinômio necessidade/possibilidade/proporcionalidade será aferido em momento oportuno, após exaurimento da cognição. Designo audiência de conciliação para o dia 04.02.2020, às 14h30min. Se não houver acordo, o requerido terá, a partir daquela data, o prazo de 15 (quinze) dias para contestar, por intermédio de advogado, sob pena de revelia. OFICIE-SE ao empregador do requerido, para que proceda ao desconto dos alimentos em folha de pagamento, depositando-se o numerário em conta bancária, conforme acima determinado. Sirva cópia da presente como mandado. Dê-se ciência ao Ministério Público. Cite-se. Intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá, 22 de novembro de 2019. Sergio Valério Juiz de Direito

Decisão

Decisão Classe: CNJ-269 INVENTÁRIO
Processo Número: 1023497-61.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
V. M. O. (REQUERENTE)
MICHELE DA SILVA OLIVEIRA (REQUERENTE)
ADRIANA DA SILVA DE ASSIS (REQUERENTE)
LEIDY LAURA SILVA DE MELO (REQUERENTE)
V. D. M. O. (REQUERENTE)
DIEGO FERNANDO OLIVEIRA (REQUERENTE)
THIAGO AUGUSTO OLIVEIRA (REQUERENTE)
M. V. M. O. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
WILMAR ALVINO DA SILVA OAB - PR12386 (ADVOGADO(A))
CAROLINA BORGES CORDEIRO OAB - PR32334 (ADVOGADO(A))
DIEGO FERNANDO OLIVEIRA OAB - MT13597-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
DIRCEU DA SILVA OLIVEIRA (INVENTARIADO)

Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Estado de Mato Grosso (TERCEIRO INTERESSADO)
Magistrado(s):
SERGIO VALERIO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ Processo: 1023497-61.2016.8.11.0041. REQUERENTE: LEIDY LAURA SILVA DE MELO, VINICIUS MELO OLIVEIRA, MARIA VALENTINA MELO OLIVEIRA, VICENTE DIMITRI MELO OLIVEIRA, THIAGO AUGUSTO OLIVEIRA, DIEGO FERNANDO OLIVEIRA, ADRIANA DA SILVA DE ASSIS, MICHELE DA SILVA OLIVEIRA INVENTARIADO: DIRCEU DA SILVA OLIVEIRA Vistos. Em consonância com o parecer exarado ao id. 20035437, promova-se pesquisa junto ao sistema INFOJUD, visando a obtenção das últimas 05 (cinco) declarações de Imposto de Renda do falecido Dirceu da Silva Oliveira, CPF nº 177.784.099-68. Quanto à venda do veículo, inobstante o parecer constante do id. 20035437, constato que o inventariante acostou no id. 24028957 o documento em que consta o valor venal do veículo, de acordo com a Tabela FIPE da Fundação Getúlio Vargas, ou seja, R$ 42.065,00 (quarenta e dois mil e sessenta e cinco reais). Portanto, deixo de determinar a realização da avaliação judicial. Sendo assim, expeça-se alvará judicial para autorizar o inventariante à vender do veículo GM Chevrolet, S10, ano 2009/2010, Placa NPQ 6718 (id. 4502664), pelo valor da Tabela Fipe acostada aos autos. O valor da venda deverá ser depositado em conta judicial vinculada aos autos. Após, as informações da pesquisa determinada acima intimem-se as partes, para se manifestarem no prazo legal. Intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 12 de dezembro de 2019. Sergio Valério Juiz de Direito

Sentença

Sentença Classe: CNJ-275 INTERDIÇÃO
Processo Número: 1042365-82.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
DEIBETANIA APARECIDA XAVIER CAROLINO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
AMON LUIS MOURA SILVA OAB - MG141706 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
DEVAIR CAROLINO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
SERGIO VALERIO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1042365-82.2019.8.11.0041. REQUERENTE: DEIBETANIA APARECIDA XAVIER CAROLINO REQUERIDO: DEVAIR CAROLINO Vistos. Brigite Perira de Almeida aforou Ação de Interdição em desfavor de Devair Carolino. Em consulta junto ao sistema PJE, verifica-se que foi ajuizada ação de inventário do curatelado Devair Carolino, tendo em vista seu falecimento, ocorrido na data de 08.11.2019, conforme certidão de óbito acostada junto ao id. 26015711, nos autos do Proc. n. 1052220-85.2019.8.11.0041. É o breve relatório. D E C I D O. Considerando a notícia de falecimento do senhor Devair Carolino, não resta outra medida que não seja a extinção da presente ação, atingida pela perda de objeto. Ante o exposto, declaro extinto o processo, com fulcro no art. 485, inciso IX, do Código de Processo Civil. Dê-se ciência ao Ministério Público. Transitada em julgado, certifique-se e arquive-se. Justiça gratuita. P. I. C. Cuiabá/MT, 13 de dezembro de 2019. Sergio Valério Juiz de Direito

4ª Vara Especializada de Família e Sucessões

Intimação

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1044564-77.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
HUGUENEY ALVES DOS REIS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA KAROLYNE SILVA VASCONCELOS OAB - MT20125/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
NILO ALVES DOS REIS (RÉU)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ Processo n. 1044564-77.2019.8.11.0041 Ação: Regulamentação de Visitas e Convivência. Vistos etc... Trata-se de Ação de Regulamentação de Visitas e Convivência, ajuizada por Hugueney Alves dos Reis em face de Nilo Alves dos Reis, sob os argumentos apostos na inicial (Id n. 24642647). Instruiu a inicial com documentos. Por decisão foi indeferido os benefícios da justiça gratuita, Id n. 26058249, e mantido seu indeferimento no Id n. 26710160, autorizando o pagamento das custas ao final do processo, e, ainda, determinada outras providências. O Requerente no Id n. 27085137 manifestou seu interesse na desistência da ação por perda do objeto, haja vista que as partes vem normalmente se relacionando com a sua genitora de forma harmônica. Requereu, também, a baixa e arquivamento do feito, ante a renuncia do prazo recursal. É o relatório. Decido. Ante o acima relatado, a ação perde sua finalidade. Assim, impõe-se a extinção do processo, a teor do que preceitua o art. 485, VIII, do CPC: “Art. 485 – O juiz não resolverá o mérito quando: (...) VIII – homologar a desistência da ação”. Pelo exposto, homologo a desistência e com fundamento no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil e JULGO EXTINTA a presente ação. Ciência ao Ministério Público. Sem custas nos termos dos artigos 98 e 99 do Código de Processo Civil. Transitada em julgado, arquivem-se, com as cautelas de estilo, procedendo às anotações e baixas necessárias. Diante do acima decidido, cancelo a audiência de conciliação designada para o dia 13/02/2020 às 14:30 horas. P.I.C.

Intimação Classe: CNJ-268 ARROLAMENTO SUMÁRIO
Processo Número: 1021174-49.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ANITA PAES DA COSTA (REQUERENTE)
ANA DA COSTA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GUSTAVO CARDOSO LEANDRO ARAUJO OAB - MT22979-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ELIANE BENEDITA DA COSTA (REQUERIDO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
MARCIO MOURA (TERCEIRO INTERESSADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA ESP. FAMÍLIA E S U C E S S Õ E S D E C U I A B Á - M T
_____
_____ IMPULSIONAMENTO Processo: 1021174-49.2017.8.11.0041 REQUERENTE: Nome: ANA DA COSTA Endereço: RUA JACU, 23, Rua 31, Qd 52, Setor V, CPA IV, CUIABÁ - MT - CEP: 78058-152 Nome: ANITA PAES DA COSTA Endereço: RUA TREZENTOS E QUATRO, 37, Qd 94, Setor III, TIJUCAL, CUIABÁ - MT - CEP: 78088-340 REQUERIDO: Nome: ELIANE BENEDITA DA COSTA Endereço: RUA DUZENTOS E TRINTA E QUATRO, 12, Qd 79, TIJUCAL, CUIABÁ - MT - CEP: 78088-205 FINALIDADE: Nos termos do artigo 1.205 da CNGC, impulsiono o feito para INTIMAÇÃO do representante do autor para manifestar sobre a certidão negativa , no prazo de 05 (cinco) dias, conforme documentos vinculados disponíveis no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem descritas no corpo deste mandado. Cuiabá - MT, 13 de dezembro de 2019. (Assinado E l e t r o n i c a m e n t e) G e s t o r a J u d i c i á r i a
_____
_____ SEDE DO JUÍZO DA 4ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ E INFORMAÇÕES: Rua Des. Milton Ferreira Mendes, S/Nº, Centro Político Administrativo, Cidade: Cuiabá - MT - CEP: 78.049-905.

Intimação Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1015956-74.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
M. L. A. D. F. (. R. P. T. M. A. D. F. (EXEQUENTE)
T. M. A. D. F. (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:

MARILTON PROCOPIO CASAL BATISTA OAB - MT5604-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
D. D. O. G. (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARIA JOSE DE ANDRADE GERALDES OAB - MT2671-O (ADVOGADO(A))
JOSE NASCIMENTO DE CARVALHO OAB - MT2320-O (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
DIEGO OSMAR PIZZATTO OAB - MT11094-O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ Processo n. 1015956-74.2016.811.0041 Ação: Cumprimento de sentença Vistos, etc... Diante da manifestação/justificativa apresentada pelo Executado no Id n. 22653046, acompanhada de documentos, manifeste-se, a parte Exequente, através de seu d. patrono, no prazo de 15 (quinze) dias, requerendo o que entender cabível. Após, ouça o Ministério Público e voltem-me conclusos. Cumpra-se.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1014358-51.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
E. B. P. (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIANA DE ARRUDA GOMES QUEIROZ OAB - MT0015910A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
A. C. P. D. S. (RÉU)
D. D. F. B. S. (RÉU)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ Processo n. 1014358-51.2017.8.11.0041 Ação: Anulatória de Paternidade com Retificação de Registro Civil e Indenização por Danos Morais e Pedido Liminar Vistos, etc... Trata-se de Ação Anulatória de Paternidade com Retificação de Registro Civil e Indenização por Danos Morais e Pedido Liminar ajuizada por Elessandro Batista Pereira em desfavor de A. C. P. da S., representada por sua genitora, todos qualificados nos autos, sob os argumentos apostos na inicial de Id n. 6838606. Sob o Id n. 7127447, fora deferido os benefícios da gratuidade da justiça, indeferido o pedido liminar e, designada audiência de tentativa de conciliação. Aberta a audiência, não houve acordo entre as partes, Id n. 8282263. Contestação apresentada pela parte Requerida no Id n. 8792017. Impugnação a contestação apresentada pelo Requerente, Id n. 9099167. Diante da preliminar de incompetência do Juízo, fora oportunizado ao Requerente falar a respeito, advindo aos autos à manifestação apresentada por ele no Id n. 10544814. Considerando a renúncia do mandato procuratório pela advogada do Requerente, Id n. 10544814, fora determinada à intimação dele para regularizar a representação processual, inclusive para manifestar interesse no prosseguimento do processo, Id n. 12755245. Logo em seguida, a Requerida postulou pela extinção do feito, Id n. 12839414. Tentada a intimação pessoal do Requerente, não foi possível localiza-lo, conforme certificado no Id n. 13064213, procedendo-se então a sua intimação por edital, sem nada manifestar, Id n. 18918455. Parecer ministerial acostado no Id n. 22741785, opinando pela extinção do feito. Vieram-me os autos conclusos. É o relatório. Fundamento. Decido. O presente processo, está paralisado, e, sem providências pela parte Exequente quanto ao prosseguimento do feito, a mais de 08 (oito) meses, o que resulta mais do que evidenciada a ausência de interesse no prosseguimento deste processo. Assim, é certo que "de acordo com a sistemática processual civil, é ônus da parte manter o seu endereço atualizado nos autos, de forma a permitir a sua intimação pessoal dos atos processuais ocorridos no curso da demanda. A negligência e omissão da parte, nesse tocante, pode provocar a extinção do processo por não promover as diligências necessárias ao impulsionamento do feito, devendo arcar com as consequências dessa conduta. (TJMG - RAC 1.0105.06.206146-7/001, 11ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 30/10/2013). Em tal caso, o art. 485, inciso III, do Código de Processo Civil estabelece que o Juiz não resolverá o mérito quando: "por não promover os atos e as diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias". Extrai-se da jurisprudência: "Inerte o exequente por mais de 30 (trinta) dias, não promovendo as diligências e os atos necessários que lhe cabem para o regular prosseguimento do processo, mesmo intimado pessoalmente, impõe-se a extinção do feito. Evidente abandono de causa. Cumprimento de todas as determinações do CPC, notadamente o que disposto no art. 267, inciso III e parágrafos 1º e 2º. 2. Inaplicável a disposição da Súmula 240 do STJ ao caso, pois um dos executados é revel e o outro representado por curador especial. APELO DESPROVIDO. UNÂNIME". (RAC 70030186522, Nona Câmara Cível, TJRS, Julgado em 08/07/2009). Sem falar que os autos não poderão permanecer, eternamente, sem que os interessados efetivem o seu trâmite exigido por lei, pois, tal inércia prejudica inclusive o serviço judicial, (prestação jurisdicional) abarrotando os escaninhos das Secretarias e ocupando o tempo dos servidores (relatórios, etc) sem nenhum resultado prático positivo. Ressalto, ainda, que a presente sentença é prolatada até mesmo em observância das metas estipuladas pelo CNJ e pela Corregedoria do e. Tribunal de Justiça de Mato Grosso, inclusive através do Ofício Circular 725/2013, no sentido de racionalizar/diminuir o congestionamento do estoque de processos, que se encontram paralisados e sem possibilidade de prosseguimento, visando, primordialmente, alcançar o direito constitucional dos jurisdicionados quanto à duração razoável do processo na Justiça. Pelo exposto, cumprindo à Justiça os atos necessários ao trâmite processual e inexistindo a contrapartida à finalização pelo interessado, resta ao Juízo, tão somente, julgar extinto o presente processo, sem resolução de mérito, em razão da falta de interesse, e inclusive pela inexistência dos requisitos essenciais ao trâmite regular do processo, bem como em razão, portanto, da própria elementar do art. 485, III, do Código de Processo Civil, e, em observância das Metas do CNJ e da Corregedoria do e. TJMT. Sem custas nos termos da Lei. Ciência ao representante do Ministério Público em exercício perante esta Vara Especializada de Família e Sucessões. Transitada em julgado arquivem-se os autos com as cautelas de estilo e as devidas baixas e anotações. P.I.C.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1006787-92.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
S. L. D. N. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
HUMBERTO MARQUES DA SILVA OAB - MT9725-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
T. H. A. (REQUERIDO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ Processo nº. 1006787-92.2018.8.11.0041 Ação: Cumprimento de Sentença Vistos, etc... Antes de tudo, intime-se a parte Exequente, na pessoa de seu advogado, para, no prazo de 05 (cinco) dias, atualizar o débito alimentar. Sem prejuízo do acima decidido, verifico que embora tenha parecer ministerial opinando pelo acolhimento do pedido inicial (prisão civil), Id n. 26643622, o Executado sequer foi intimado neste cumprimento de sentença, tratando-se, tão somente, a certidão acostada no Id n. 17614757 de cópia da intimação nos autos n. 1006793-02.2018.8.11.0041, Id n. 17614757-Pág. 2, e não deste cumprimento de sentença. Sendo assim, se atualizado o débito alimentar, intime-se o Executado em observância ao endereço apresentado no Id n. 25379748, para pagar o débito alimentar, em conformidade com a decisão de Id n. 16241343. Em seguida, oportunize-se a manifestação da parte Exequente, na pessoa de seu advogado, para requerer o que mais entender de direito para fins de prosseguimento do presente cumprimento de sentença, inclusive, se for o caso, proceder à nova atualização do débito alimentar. No mais, atento ao noticiado e postulado pela parte Exequente no Id n. 25379748, verifico pelo sistema PJE, que este cumprimento de sentença já foi associado aos autos n. 1006793-02.2018.8.11.0041. Intime-se e cumpra-se. Às providências.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1038529-04.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MAGALI BELMIRO DE OLIVEIRA (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Advogado(s) Polo Ativo:
JANAINA GRAZIELLI BEVILACQUA OAB - MT18788/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ Processo nº 1038529-04.2019.8.11.0041 Ação: Alvará Judicial Vistos, etc... Trata-se de pedido de Alvará Judicial proposto por Magali Belmiro de Oliveira, qualificada nos autos, sob o argumento em síntese, de que é esposa e única herdeira do falecido Adejamil da Silva Prado, e por essa razão, deseja a pesquisa e o levantamento de valores porventura existentes perante as instituições bancárias, Id n. 23204998. Realizada a pesquisa via Bancejud, foram encontrados em nome do falecido a quantia de R$ 22.839,41 (vinte e dois mil oitocentos e trinta e nove reais e quarenta e um centavo), perante a Caixa Econômica Federal, Id n. 24843778. Intimada, a Requerente instruiu os autos com cópia de certidão de óbito dos pais do de cujus, Id n. 25208236-Pág. 1/2. Logo em seguida, a Caixa Econômica Federal informou no Id n. 26651586 a inexistência de valores referentes ao FGTS em nome do falecido, Id n. 26651586. A Requerente postulou pelo levantamento dos valores encontrados em nome do de cujus, Id n. 26939462. Vieram-me os autos conclusos. Relatos necessários. Decido. Antes de tudo, retifique-se a Secretaria Judicial o valor da causa para R$ 22.839,41 (vinte e dois mil oitocentos e trinta e nove reais e quarenta e um centavo), Id n. 24843778. Em relação à pretensão de Id n. 23204998-Pág. 3, item "a" (concessão dos benefícios da gratuidade da justiça), indefiro-a, pois apurados os valores a serem levantados/sacados, levou-se em consideração exclusivamente o benefício econômico que será auferido pela esposa/única herdeira do falecido, razão pela qual não há que se falar em concessão da benesse legal. Aliás, para que não restem dúvidas, vejamos o entendimento nesse particular: "(...) Tendo em vista o benefício econômico que a agravante receberá, não é de ser deferida a benesse legal. (...)".(Agravo de Instrumento, Nº 70070759105, Sétima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Luís Dall'Agnol, Julgado em: 06-09-2016) No mais, oportuno consignar que, o alvará, tem o sentido de autorização e não de mandado, por ser uma faculdade ou permissão ao interessado, para a prática de um ato, sem obrigá-lo à utilização do instrumento. Outrossim, o pedido pode ser deferido mediante simples alvará judicial, uma vez que da análise dos autos, constata-se que a Requerente possui legitimidade para postular o levantamento dos valores deixados pelo de cujus por ser sua esposa/única herdeira. Pelo exposto, e considerando tudo o mais que dos autos consta, defiro o pedido de expedição de alvará judicial, autorizando a Requerente Magali Belmiro de Oliveira, através de sua advogada, a proceder ao levantamento/saque dos valores que se encontram perante a Caixa Econômica Federal, Id n. 24843778, com os acréscimos que houver em nome do falecido Adejamil da Silva Prado. Expeça-se imediatamente o necessário, por não verificar controvérsia, e, nenhum prejuízo ao imediato cumprimento da sentença. Fixo o prazo de 10 (dez) dias para pagamento das custas/despesas processuais, a contar do recebimento do alvará. Decorrido o prazo e não havendo o pagamento das custas/despesas processuais, encaminhem-se os autos ao Setor competente para cobrança/recebimento. Pagas as custas, e, transitado em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de estilo. P.I.C.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 0011269-23.2006.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
U. D. O. S. (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
E. R. R. M. (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
K. D. O. S. S. (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Advogado(s) Polo Ativo:
Sara de Lourdes Soares Orione e Borges OAB - MT4807-B (ADVOGADO(A))
VALDIR MIQUELIN OAB - MT4613-O (ADVOGADO(A))
RONAN DE OLIVEIRA SOUZA OAB - MT4099-O (ADVOGADO(A))
TATIANE CARLA GOMES DE CASTRO OAB - MT10826-O (ADVOGADO(A))
GEORGE LUIZ VON HOLLEBEN OAB - MT9299-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
O. Q. D. O. (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ Processo n. 0011269-23.2006.8.11.0041 Ação: Arrolamento Vistos, etc... Atento ao noticiado e postulado no Id 26358287-Pág. 1, providencie-se/expeça-se o que mais necessário ao cumprimento da sentença proferida nestes autos, e, transitada em julgado Id 24024662, ressalvada eventual justificativa plausível quanto à inviabilidade, se for o caso. Após, se nada mais postulado e/ou a ser resolvido por este Juízo, ao arquivo, com as cautelas de estilo. Intimem-se.

Intimação Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 0001652-63.2011.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
K. (EXEQUENTE)
K. C. D. O. (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
A. D. O. (EXECUTADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ Processo nº. 0001652-63.2011.8.11.0041 Ação: Cumprimento de Sentença Vistos, etc... Cumpra-se o determinado no Id n. 23496332, suspendendo-se os efeitos da decisão que decretou a prisão civil do Executado, Id n. 23496182, sem prejuízo de restabelecimento se evidenciada a necessidade, cientificando as partes que decorrido o prazo, não havendo manifestação, deverá ser o feito concluso para sentença de extinção. Aguarde-se o cumprimento do referido acordo ou manifestação de uma das partes. Cumpra-se. Às providências.

Intimação Classe: CNJ-71 ALVARÁ JUDICIAL
Processo Número: 1039919-09.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
IZALTINA MEDEIROS CORDEIRO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FRANCISCO JUNIOR QUEIROZ LUZ OAB - GO23787-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ Processo nº. 1039919-09.2019.8.11.0041 Ação: Alvará Judicial Vistos, etc... Observa-se no Id n. 26738612 que o determinado por este Juízo não foi cumprido em sua integralidade, pois a Requerente não juntou a cópia de sua certidão de casamento com o falecido. Sendo assim, intime-se a Requerente, através de seus d. patronos, para, no prazo de 15 (quinze) dias, juntar aos autos cópia da sua certidão de casamento com o falecido Sebastião Ozório. No mais, considerando que ao manifestar no Id n. 24118083, a Requerente noticiou que em virtude de seus 05 (cinco) filhos terem falecido, logo após o parto, não foi lavrado certidão de nascimento e muito menos de óbito, pois a época morava na zona rural de Cáceres/MT, para fins de subsidiar o presente feito, deve, a Requerente, no mesmo prazo concedido acima, trazer aos autos declaração de 02 (duas) testemunhas com firma reconhecida em cartório que confirmem esses fatos. Cumpra-se, expedindo-se o necessário. Às providências.

Intimação Classe: CNJ-81 ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
Processo Número: 1010666-73.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
M. D. S. F. (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCAS HENRIQUE DA PURIFICACAO SOUZA OAB - MT23784-O (ADVOGADO(A))
MARCELO KAIQUE PURIFICACAO DE SOUZA OAB - MT25260/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
A. J. T. (RÉU)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ Termo de Audiência Autos n. 1010666-73.2019.8.11.0041 – Ação de Reconhecimento e Dissolução de União Estável c/c Guarda e Alimentos com Antecipação de Tutela Finalidade: Instrução e Julgamento Local/Data/Horário: Cuiabá, 11 de dezembro de 2019, às 13:30 horas P r e s e n t e s Juiz de Direito: - Gilperes Fernandes da Silva Requerente: - Micheli de Souza Flauzino, RG: 11506377 SJ/MT, CPF: 917.752.051-34 Advogado: - Marcelo Kaique Purificação de Souza, OAB/MT 25.260/O Advogado: - Lucas Henrique da Purificação Souza, OAB/MT 23.784/O Requerido: - Alceni Jose Tigre, RG: 1630349 SEJUSP/MS, CPF: 030.939.711-10 Defensor Público – Requerido: - José Naaman Khouri Ocorrência: Aberta a audiência, depois deste juiz

ter esclarecido às partes sobre a necessidade de se fazer um acordo neste ato, proposta a tentativa de conciliação, esta não logrou êxito. Continuando, os doutos patronos das partes declararam não terem provas a serem produzidas, sendo as mesmas apenas documentais, as quais já se encontram juntadas aos autos. Não havendo mais provas a serem produzidas, foi declarado encerrada a instrução e, nesta oportunidade, o patrono da Autora requereu fosse concedido o prazo de 05 (cinco) dias para manifestação final, tendo o douto patrono do Requerido, manifestado sua concordância com a concessão do prazo ao patrono da Autora e, independente do que vier a manifestar, manifesta desde já ratificando os termos da contestação, não sendo necessário nova manifestação. Em seguida, foi proferido o seguinte despacho: Vistos, etc... Após manifestação do patrono da Autora, colha manifestação do representante do Ministério Público e conclusos para decisão. Nada mais havendo a registrar, o MM. Juiz determinou o encerramento deste termo, que lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Eu _____ Milena Vanni Holpert, que o digitei e subscrevi (audiência encerrada às 14:12 horas).

Intimação Classe: CNJ-81 ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
Processo Número: 1023816-24.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
J. G. C. D. S. (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIELE DE LIMA MUNIZ OAB - MT8943-O (ADVOGADO(A))
DEBORA PORFIRIO CONESA OAB - 651.664.851-49 (REPRESENTANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
B. L. S. N. (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
LIGIA MARIA BUENO DE SOUZA NEVES OAB - MT0012252A (ADVOGADO(A))
ANA PAULA SOUZA SANTOS OAB - MT22070-O (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ Processo n. 1023816-24.2019.8.11.0041 Ação: Alimentos e Guarda Unilateral Vistos, etc... Considerando a impugnação a contestação/reconvenção apresentada pela parte Requerente, Id n. 25426334, com a juntada dos documentos de Id n. 25426336 ao 25474589 e da petição de Id n. 25474590, em observância do contraditório, artigos 7º, 9º e 10 do CPC, oportunize-se a manifestação do Requerido, na pessoa de suas advogadas, no prazo de 15 (quinze) dias. Após, volte-me conclusos. Cumpra-se.

Intimação Classe: CNJ-81 ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
Processo Número: 1019588-06.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
R. C. C. J. (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
RUSSIVELT PAES DA CUNHA OAB - MT12487-B (ADVOGADO(A))
VALQUIRIA DAMASCENO BRAGA OAB - 020.266.931-96 (REPRESENTANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
M. C. C. (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
TIFFANY MIDORY RODRIGUES KANASHIRO OAB - MT15623-O (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ Processo nº. 1019588-06.2019.8.11.0041 Ação: Alimentos Vistos, etc... Antes de tudo, intimem-se as partes, na pessoa de seus advogados, para no prazo de 15 (quinze) dias, informarem/esclarecerem se pretendem a homologação do acordo de Id n. 24452935 ou a extinção do feito, sem resolução de mérito, nos termos do artigo 485, VIII, do CPC. Caso manifestem pela homologação do referido acordo, deverá, a parte Requerente, através de seus advogados, providenciar procuração outorgada pela parte, dando-lhes poderes especialmente para transigir, em observância ao parecer ministerial de Id n. 28906981, pois a acostada sob o Id n. 19935126-Pág. 1, é apenas, para o foro em geral, e não atende ao disposto no artigo 105 do CPC, sob pena de extinção e arquivamento. Em seguida, ouça o Ministério Público e, conclusos. Cumpra-se, expedindo-se o necessário. Às providências.

Intimação Classe: CNJ-267 ARROLAMENTO COMUM
Processo Número: 1023719-24.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
EDEVAIR MARIA LEAL DE FIGUEIREDO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JUCILENE DA SILVA CRUZ OAB - MT26547/O (ADVOGADO(A))
BIBIANO PEREIRA LEITE NETO OAB - MT8938/O (ADVOGADO(A))
MARCELO ANTONIO DA SILVA OAB - MT21332/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Armando Duarte Gomes (REQUERIDO)
Outros Interessados:
ANDRE FRANCISCO FERREIRA GOMES (HERDEIRO)
MARIA DE FATIMA DE ALMEIDA GOMES (HERDEIRO)
ARMANDO AUGUSTO DE FIGUEIREDO GOMES (HERDEIRO)
MARIA TERESA DE ALMEIDA GOMES (HERDEIRO)
JUCILENE DA SILVA CRUZ OAB - MT26547/O (ADVOGADO(A))
AMANDA FERREIRA GOMES OAB - 000.417.711-84 (REPRESENTANTE)
AMANDA FERREIRA GOMES (HERDEIRO)
LUCIANO DA SILVA LIMA DUARTE GOMES (HERDEIRO)
CATARINA MARIA DUARTE DE ALMEIDA (HERDEIRO)
MARCELO ANTONIO DA SILVA OAB - MT21332/O (ADVOGADO(A))
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
MARIA DE FATIMA DE ALMEIDA GOMES OAB - 346.681.011-68 (REPRESENTANTE)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ Processo n. 1023719-24.2019.8.11.0041 Ação: Arrolamento Vistos, etc... Não obstante a ratificado de Id 26532968, para que não restem dúvidas e não se cogite de nulidade, mormente diante do que consta na petição de Id 23339746, primeiramente, intime-se o inventariante para que esclareça expressamente, se não existem, outros herdeiros, bem como se todos os herdeiros estão efetivamente de acordo com a partilha, representados pelo(s) mesmo(s) advogado(s). Após, voltem imediatamente conclusos para análise quanto ao julgamento/homologação. Intimem-se.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 0032995-48.2009.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
D. G. T. (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Parte(s) Polo Passivo:
E. T. (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ Processo n. 0032995-48.2009.8.11.0041 Ação: Reestabelecimento de Sociedade Conjugal Vistos, etc... Cuida-se de pedido de Reestabelecimento de Sociedade Conjugal proposto por Evandro Takimoto e Deisimara Gavioli Takimoto, ambos qualificados nos autos, sob o argumento, em síntese, de que se encontram separados judicialmente há aproximadamente 10 (dez) anos. No entanto, informam que há 09 (nove) anos, reataram os laços afetivos e, juntamente com os 03 (três) filhos, constituíram-se novamente em família, permanecendo estáveis até a presente data. Dessa forma, por não possuírem mais o interesse em permanecerem separados legalmente, vêm, requerer a desconstituição da decisão que formalizou a separação judicial. Instruíram o pedido com os documentos de Id n. 27187339-Pág. 3/4. Vieram-me os autos conclusos. É a síntese. Decido. A pretensão de restabelecimento conjugal encontra apoio na legislação vigente, (art. 1.577, do Código Civil e artigo 46 da Lei 6.515/77), porquanto, a sociedade Conjugal poderá ser restabelecida a qualquer momento quando rompida, apenas pela Separação Judicial, e desde que os cônjuges manifestem expressamente essa vontade, como acontece no caso em exame. Assim é em razão de que sem a decretação do divórcio, o vínculo do casamento contínua entre o casal, embora separados judicialmente. Ressalte-se, ainda, que a Sociedade Conjugal será restabelecida nos mesmos termos em que era constituída, como se não tivesse havido a Separação, contudo, os eventuais direitos de terceiros, adquiridos antes e durante a separação, não serão prejudicados e deverão ser preservados, se for o caso. Pelo exposto e com fundamento no artigo 1.577, do Código Civil e artigo 46 da Lei 6.515/77, julgo procedente a pretensão dos Requerentes e homologo por sentença o restabelecimento da sociedade conjugal, Id n. 27187339-Pág. 1/2, para que surtam os seus jurídicos e legais efeitos, ressalvando-se possíveis direito de terceiros, nos termos da lei. Oficie-se,

para averbação, (art. 10, do Código Civil), conforme postulado no Id n. 27187339, letra "c". Ciência ao Ministério Público. Expeça-se imediatamente o necessário, e, após, arquivem os autos com as cautelas de estilo, anotações e baixas. Sem custas. P.I.C.

Intimação Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 0010085-80.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
J. L. S. C. (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TATIANE SOUZA SILVA OAB - 015.364.301-37 (REPRESENTANTE)
ANDREIA CRISTINA NOITE IZABEL OAB - MT17566-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
R. D. A. C. (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
AUGUSTO CEZAR DE AQUINO TAQUES OAB - MT12026-O (ADVOGADO(A))
MARCO ANTONIO SOPHIA DORADO OAB - MT20343-O (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ Processo n. 0010085-80.2016.8.11.0041 Ação: Cumprimento de Sentença Vistos, etc... Trata-se de pedido de Cumprimento de Sentença, proposto por J.L.S.C., representado por sua genitora, em desfavor de Roberto de Almeida Carlini, todos devidamente qualificados nos autos, objetivando inicialmente o recebimento das prestações alimentícias em atraso, sob pena de prisão. Instruiu a inicial com os documentos necessários à propositura da ação. Intimado, o Executado manifestou requerendo a extinção do feito, sob a afirmação de ter realizado o pagamento do débito alimentar, Id n. 23179503. Logo em seguida, o Exequente informou que o pagamento realizado não abrangeu os alimentos que venceram no curso do processo, requerendo, por essa razão, o prosseguimento do feito, Id n. 23179237. Em manifestação, o Executado reconheceu a existência do débito alimentar, todavia, não nos valores indicados pela parte Exequente. Dos valores que entendeu devidos, procedeu ao pagamento, Id n. 23179494, juntando cópia do comprovante bancário, Id n. 23179494-Pág. 4/6 e 23179512-Pág. 1/4. O Exequente na petição de Id n. 23179238, apresentou alguns esclarecimentos em relação aos comprovantes bancários juntados pelo Executado e, informou que parte dos depósitos, não seriam relativos ao pagamento do débito alimentar executado, mas sim, segundo afirma, tais depósitos/dinheiro, seriam um presente da avó paterna. Em seguida, o Exequente atualizou o débito, requereu a intimação do Executado para pagamento do saldo devedor remanescente e, requereu, ainda, seja expedido ofício a empregadora do Executado para desconto e crédito dos alimentos, Id n. 23179217. Diante da divergência os autos foram encaminhados à contadoria judicial que apresentou seu relatório no Id n. 23179496, bem como fora determinado por este Juízo à expedição de oficio ao empregador do Executado para proceder ao desconto e crédito dos alimentos vincendos, sendo tal providência efetuada, Id n. 23179506. O Exequente manifestou a sua concordância com o demonstrativo de débito apresentado pela contadoria judicial, requerendo seja o Executado intimado a complementar o pagamento, Id n. 23179505. Por sua vez, o Executado discordou do cálculo apresentado pela contadoria judicial, requerendo que sejam refeitos, Id n. 23179505. Determinada remessa dos autos a contadoria judicial, adveio o novo cálculo, Id n. 23179507. O Exequente manifestou concordância com os referidos cálculos, Id n. 23179507. O Executado nada manifestou em relação aos cálculos, mesmo intimado, Id n. 23179507. Na sequência, o Executado foi intimado para pagar o débito alimentar incontroverso, todavia, apresentou nova manifestação no Id n. 23179240, informando que não tem condições de solver o débito executado em sua integralidade, argumentando, ainda, ter constituído novo matrimônio e uma filha, requerendo seja unificado o crédito deste cumprimento de sentença (rito de prisão) com o dos autos n. 10086-65.2016.811.0041 (rito de penhora), sob a principal alegação de serem antagônicas as decisões constantes nos mencionados processos. Postulou, ainda, pela revogação da decisão de fls. 273. O Exequente apresentou petição no Id n. 23179491, discordando dos pedidos do Executado, informou que os débitos executados nestes autos é de período diverso e de rito diferente ao cumprimento de sentença n. 10086-65.2016.811.0041. Parecer ministerial, opinando pela decretação da prisão civil do Executado, Id n. 23179234. Vieram-me os autos conclusos.

É o relatório. Decido. Primeiramente, é importante ressaltar, que depois de realizado novo cálculo pela contadoria judicial em relação aos alimentos vencidos nestes autos, Id n. 23179507, a parte Exequente manifestou concordância com referidos cálculos e, o Executado nada manifestou, mesmo sendo intimado para tanto, restando, portanto, incontroversos os valores executados. Verifica-se, ainda, que o Executado foi intimado para pagar o débito incontroverso, contudo, apresentou nova manifestação/justificativa, Id n. 23179240, a qual passa-se a analisar. Em relação ao pedido de unificação do crédito deste cumprimento de sentença com o dos autos n. 10086-65.2016.811.0041, sob a principal justificativa de serem as decisões proferidas em ambos os processos antagônicas/conflitantes, verifico que sua pretensão não merece prosperar. Isso porque, nos autos de penhora (10086-65.2016.811.0041) os alimentos vencidos/executados naqueles autos, vêm sendo adimplidos pontualmente, com a penhora de 20% (vinte por cento) da remuneração do Executado. Da mesma forma, os alimentos vincendos, vêm sendo pagos pontualmente, já que estão sendo descontados mensalmente da folha de pagamento do Executado a importância fixada na sentença da "Ação de Alimentos", Id n. 23179221, correspondente a 80% (oitenta por cento) do salário mínimo, cuja determinação é oriunda destes autos (n. 0010085-80.2016.8.11.0041), Id n. 23179227. Logo, é evidente que resta pendente, no momento, apenas o débito vencido executado neste cumprimento de sentença pelo rito coercitivo (n. 0010085-80.2016.8.11.0041) no valor de R$ 7.721,67 (sete mil setecentos e vinte e um reais e sessenta e sete centavos), atualização de 07/03/2019, Id n. 23179507-Pág. 1. Conforme informado pelo empregador do Executado naqueles autos (10086-65.2016.811.0041), Id n. 23464763, à importância descontada mensalmente do Executado incluindo os alimentos vencidos nos autos n. 10086-65.2016.811.0041 e vincendos tem sido na totalidade de R$ 1.655,10 (mil seiscentos e cinquenta e cinco reais e dez centavos), creditados diretamente na conta bancária da representante legal do menor/Exequente. O Executado em sua última manifestação nestes autos, Id n. 23179240, afirmou que sua renda mensal é de R$ 4.387,55 (quatro mil trezentos e oitenta e sete reais e cinquenta e cinco centavos) como chefe de equipe da empresa Gold Mineração Ltda. Sendo assim, não há que se falar em decisões antagônicas e, muito menos, em impossibilidade dos descontos determinados por este Juízo, senão vejamos: "AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS. DESCONTO DE PERCENTUAL. Sem prejuízo do pagamento dos alimentos vincendos, o débito objeto de execução pode ser descontado dos rendimentos ou rendas do executado, de forma parcelada, nos termos do caput deste artigo, contanto que, somado à parcela devida, não ultrapasse cinquenta por cento de seus ganhos líquidos. Inteligência do art. 529, § 3º, do CPC. DERAM PROVIMENTO. (Agravo de Instrumento, Nº 70080138720, Oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Rui Portanova, Julgado em: 04-04-2019). Desta forma, os fundamentos esposados pelo Executado não merecem prevalecer, até porque, os valores descontados não ultrapassam 50% (cinquenta por cento) da remuneração do Executado, as ações citadas e os valores são distintos, tramitam por ritos diversos (expropriatório e coercitivo), sem possibilidade de conflito, não havendo em que se falar, inclusive em unificação de crédito, que poderá, até mesmo, retardar a tramitação do feito, sendo esses os motivos pelos quais rejeito a manifestação nesse particular. Em relação à alegada dificuldade financeira do Executado que foi vivenciada a época de seu desemprego e que veio se agravando, mesmo empregado, pois constituiu novo matrimônio e filha, o que resultou em uma contribuição dos alimentos na medida de suas possibilidades, estes argumentos não tem o condão de isentá-lo do pagamento do débito alimentar a seu filho/Exequente, ainda menor idade, mormente porque, nenhuma prova trouxe do alegado (impedimento absoluto). Ademais, descabe questionar neste tipo de procedimento, questões relativas à possibilidade/necessidade, vejamos: "PRISÃO CIVIL DO DEVEDOR. CABIMENTO. 1. Como a dívida alimentar é líquida, certa e exigível, e a justificativa do devedor é inconsistente, é cabível a decretação da sua prisão civil, diante do inadimplemento (...) Descabe questionar em ação de execução de alimentos questões relativas ao binômio possibilidade e necessidade, pois a adequação ou não da verba alimentar somente poderá ser examinada em ação de revisão de alimentos , sendo que a obrigação alimentar permanece inalterada até que seja lançada nova decisão judicial alterando o valor. Recurso provido, em parte." (Agravo de Instrumento Nº 70076902808, TJRS, Julgado em 29/08/2018). Havendo título judicial líquido, certo e exigível, torna-se

inegável o débito alimentar noticiado pelo Exequente, diante do não pagamento integral pelo executado do valor referente à pensão alimentícia. Assim é, até porque, o pagamento parcial e/ou ajuizamento de revisional de alimentos, mormente em se tratando de exequente menor de idade, não obstam o decreto de prisão civil. Neste sentido: "...PAGAMENTO PARCIAL DOS ALIMENTOS - NÃO AFASTA A PRISÃO CIVIL DO DEVEDOR - ORDEM DENEGADA. Se o alimentante encontra-se inadimplente em ação de alimentos proposta contra si, que busca receber as últimas três parcelas devidas a título de pensão alimentícia, acrescidas das que vencerem no curso do processo, é cabível a prisão civil do executado. O pagamento parcial do débito não afasta a possibilidade de prisão civil do alimentante executado..." (TJMT - GUIOMAR TEODORO BORGES, QUARTA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 11/04/2018). Ainda: "...O ajuizamento de ação revisional não têm o condão de justificar o inadimplemento da obrigação alimentar nem de impedir o cumprimento de prisão civil decretada. Ordem denegada." (Habeas Corpus Nº 70067672220, TJRS, Julgado em 16/12/2015). Do mesmo modo, aliás, considerando principalmente que não foi minimamente comprovada a "impossibilidade absoluta", conforme estabelece o artigo 528, § 2º do vigente Código de Processo Civil, in verbis: "§ 2o Somente a comprovação de fato que gere a impossibilidade absoluta de pagar justificará o inadimplemento." A propósito, ainda como fundamento, extrai-se da jurisprudência o seguinte: "ALIMENTOS. DIFICULDADE PARA PAGAMENTO... Débito alimentar originário de um salário mínimo, desde 2015. Pagamento parcial em 2017. A justificativa, não aceita, deve ser levada ao campo próprio de debate, ação de redução ou exoneração de alimentos. E o pagamento parcial não impede a ordem de prisão. ORDEM DENEGADA. UNÂNIME." (Habeas Corpus Nº 70074391467, TJRS, Julgado em 14/09/2017). Alias, isso só demonstra o seu descaso em relação a sua prole, que necessita dos alimentos para se manter/sobreviver, restando como única alternativa a este Julgador a decretação da prisão civil como medida drástica, extrema e excepcional que, in casu, se torna necessária. Evocamos, os ensinamentos de Yussef Said Cahali, aplicáveis ao caso sub judice, que, discorrendo sobre os motivos ensejadores da prisão civil, afirma: "... Decreta-se a prisão civil, não como pena, não com o fim de punir o executado pelo fato de não ter pago a prestação alimentícia, mas sim com o fim, muito diverso, de coagi-lo a pagar. Lembrando Bellot, a prisão civil é meio de experimentar a solvabilidade, ou de vencer a má vontade daquele que procura ocultar o que possui." (g.n.) Registra-se, por oportuno, que de acordo com o § 7º do art. 528 do CPC, "O débito alimentar que autoriza a prisão civil do alimentante é o que compreende até as 3 (três) prestações anteriores ao ajuizamento da execução e as que se vencerem no curso do processo". Pelo exposto e com fundamento no art. 528 § 3º do CPC, DECRETO a prisão civil de Roberto de Almeida Carlini, pelo prazo de 90 (noventa) dias, ficando automaticamente revogada ou suspensa com o pagamento do débito ora executado. Intime-se, o Exequente, através de sua advogada, para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar demonstrativo de débito alimentar atualizado. Se atualizado o débito, conforme determinado, expeça-se mandado de prisão pelo Sistema BNMP – 2.0 – Banco Nacional de Monitoramento de Prisões – cujo mandado terá validade pelo período de 03 (três) anos, constando ainda expressamente no mandado a observação de que havendo o pagamento integral ou se decorrido o prazo de prisão, deverá o executado ser colocado imediatamente em liberdade, se por outro motivo não estiver preso. Sem prejuízo do acima determinado, expeça-se mandado de prisão no endereço de Id n. 23179503-Pág. 2, fazendo constar a mesma observação acima. O meirinho e/ou a Autoridade Policial encarregada(s) do cumprimento do mandado de prisão, deve(m) se acautelar(em) no sentido de que o conduzido/executado deverá ser recolhido em local apropriado, separado dos presos comuns (art. 528, § 4º CPC). No mais, não havendo pagamento do valor devido no prazo de 03 (três) dias, além do acima determinado, fica desde já autorizada a expedição do necessário ao protesto, nos termos do art. 528, §§ 1º e 3º do CPC, com as cautelas de estilo, sem prejuízo de outras determinações pertinentes, se postulada(s) pela parte exequente. Às providências, expedindo-se o necessário. Após, aguarde-se o cumprimento do Mandado de Prisão ou manifestação de uma das partes. Cumpra-se.

Intimação Classe: CNJ-279 ALVARÁ JUDICIAL - LEI 6858/80
Processo Número: 1036318-92.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
R. A. D. A. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JANAINA MACIEL SOUTO DO NASCIMENTO OAB - MT19458-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
R. G. D. J. (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ Processo n. 1036318-92.2019.8.11.0041 Ação: Alvará Judicial Vistos, etc... Da análise dos autos verifica-se que foi prolatada sentença de extinção do processo, sem resolução do mérito, com fundamento no art. 485, I, do Código de Processo Civil, em razão da inércia da Requerente, Id n. 25068610. Ocorre que, depois da sentença de extinção, sem resolução do mérito, a Requerente compareceu aos autos demonstrando interesse no prosseguimento do feito, com pedido de reconsideração da extinção, Id n. 26669960, a fim de dar continuidade ao processo. Logo, considerando que o procedimento de alvará judicial é de jurisdição voluntária, que não comporta litígio, diante do interesse processual, e, mormente por economia e celeridade processual, é possível a retratação da sentença que extinguiu o processo, conforme autoriza o artigo 723, § único do CPC, vejamos: "Parágrafo único: O juiz não éobrigado a observar critério de legalidade estrita, podendo adotar em cada caso a solução que considerar mais conveniente ou oportuna". Neste sentido, aliás, a título de exemplo: "SENTENÇA ANTERIOR DE EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO SEM JULGAMENTO DE MÉRITO – POSSIBILIDADE DE RETRATAÇÃO" (TJSP - RAC n. 1014712-29.2016.8.26.0224, j. 17/10/2018). Pelo exposto, é o caso de exercer juízo de retratação, conforme postulado no Id n. 26669960, para fins de dar prosseguimento ao presente procedimento de alvará judicial, por tratar-se de jurisdição voluntária, portanto, sem conflito de interesses. Assim sendo, acolho a emenda a inicial de Id n. 26669960. Retifique-se o polo ativo desta ação, incluindo os Requerentes: Renata Benites de Jesus, Ana Paula Benites de Jesus e Cristyan Antunes de Jesus, menor, representado por sua genitora Roseli Antunes de Almeida, inclusive na autuação. Na sequência, atenda-se o solicitado no Id n. 22744643, pág. 3 e oficie-se à Caixa Econômica Federal a fim de que aludida instituição bancária informe a este Juízo, no prazo de 05 (cinco) dias, sobre a existência ou não de saldo de FGTS, PIS e/ou qualquer outra quantia em nome do falecido ou da empresa em que este era sócio (EXATA ACESSORIA E CONSULTORIA EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA" ROGÉRIO GONVALVES DE JESUS -ME, CNPJ – 03 157 350/0001-54). Oficie-se, também, ao Banco do Brasil a fim de que aludida instituição bancária informe a este Juízo, no prazo de 05 (cinco) dias, sobre a existência ou não de saldo de PASEP valores em nome do falecido e/ou qualquer outra quantia em nome do falecido ou da empresa em que este era sócio (Exata Assessoria e Consultoria em Administração Pública "Rogério Gonçalves de Jesus-ME", CNPJ 03.157.350/0001-54). Com a juntada dos ofícios encaminhados pelas Instituições Bancárias, manifeste-se a parte Requerente, através de sua d. patrona, no prazo de 15 (quinze) dias, requerendo o que entender cabível, inclusive, sobre o Id n. 23797851. Após, considerando existir interesse de menor/incapaz, conforme determina o artigo 178, II, do CPC, ouça o Ministério Público. Às providências.

Intimação Classe: CNJ-284 DIVÓRCIO LITIGIOSO
Processo Número: 1041836-63.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
GEYKSON RODRIGUES MARQUES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARILENA VIEIRA DA SILVA OAB - SP82185-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
DENISE ALVES DA SILVA MARQUES (REQUERIDO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ Processo n.º 1041836-63.2019.8.11.0041 Ação: Divórcio c/c guarda e antecipação de tutela. Vistos, etc... Diante do informado pela Requerida na petição de Id n. 27274020, e os documentos que a acompanham, fixo, provisoriamente o direito de visitas/convivência da Requerida/mãe aos finais de semana, de maneira alternada, iniciando-se às sextas feiras, após o período escolar, ou caso já tenha encerrado o ano letivo, iniciar-se-á o período de visitação às sextas feiras, às 08:00 horas, e se encerrará às 20:00 horas do domingo, com a retirada e devolução dos menores no lar paterno. Poderá, ainda, a

mãe/Requerida, exercitar o seu direito de convivência/visitação, provisoriamente, na primeira quinzena das férias escolares do final do ano letivo, alternando-se as quinzenas até o encerramento das férias deste período, com a retirada e devolução dos menores na casa do pai; o aniversário dos menores, feriados, natal e ano novo serão também de maneiras alternadas. Fica, desde já, o Requerente/pai advertido de que não poderá obstar ou dificultar o exercício do direito de visita da mãe, sob pena de ser tais atitudes consideradas em seu desfavor. Cientifiquem-se as partes que os dias e horários acima poderão ser ampliados/modificados de acordo a vontade das partes e visando atender o interesse dos menores. Sem prejuízo das providências acima, entendo conveniente e determino a realização de um estudo social, envolvendo as partes, os menores e vizinhos, se possível, para fins de que seja verificado, in loco, toda situação noticiada nos autos. O laudo deverá ser juntado aos autos no prazo de 30 (trinta) dias. Juntada a contestação, oportunize-se a manifestação do Requerente, no prazo de 15 (quinze) dias. Juntado o relatório de estudo social, manifestem-se as partes, no prazo de 10 (dez) dias e, em seguida, ouça o Ministério Público. Cumpra-se.

Intimação Classe: CNJ-284 DIVÓRCIO LITIGIOSO
Processo Número: 1041836-63.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
GEYKSON RODRIGUES MARQUES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARILENA VIEIRA DA SILVA OAB - SP82185-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
DENISE ALVES DA SILVA MARQUES (REQUERIDO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ Processo n.º 1041836-63.2019.8.11.0041 Ação: Divórcio c/c guarda e antecipação de tutela. Vistos, etc... Diante do informado pela Requerida na petição de Id n. 27274020, e os documentos que a acompanham, fixo, provisoriamente o direito de visitas/convivência da Requerida/mãe aos finais de semana, de maneira alternada, iniciando-se às sextas feiras, após o período escolar, ou caso já tenha encerrado o ano letivo, iniciar-se-á o período de visitação às sextas feiras, às 08:00 horas, e se encerrará às 20:00 horas do domingo, com a retirada e devolução dos menores no lar paterno. Poderá, ainda, a mãe/Requerida, exercitar o seu direito de convivência/visitação, provisoriamente, na primeira quinzena das férias escolares do final do ano letivo, alternando-se as quinzenas até o encerramento das férias deste período, com a retirada e devolução dos menores na casa do pai; o aniversário dos menores, feriados, natal e ano novo serão também de maneiras alternadas. Fica, desde já, o Requerente/pai advertido de que não poderá obstar ou dificultar o exercício do direito de visita da mãe, sob pena de ser tais atitudes consideradas em seu desfavor. Cientifiquem-se as partes que os dias e horários acima poderão ser ampliados/modificados de acordo a vontade das partes e visando atender o interesse dos menores. Sem prejuízo das providências acima, entendo conveniente e determino a realização de um estudo social, envolvendo as partes, os menores e vizinhos, se possível, para fins de que seja verificado, in loco, toda situação noticiada nos autos. O laudo deverá ser juntado aos autos no prazo de 30 (trinta) dias. Juntada a contestação, oportunize-se a manifestação do Requerente, no prazo de 15 (quinze) dias. Juntado o relatório de estudo social, manifestem-se as partes, no prazo de 10 (dez) dias e, em seguida, ouça o Ministério Público. Cumpra-se.

Intimação Classe: CNJ-283 DIVÓRCIO CONSENSUAL
Processo Número: 1046439-82.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MAISA GOMES BEZERRA CHAGA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAFAEL DA SILVA BARBOSA OAB - MT11510-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JURAMY CORREIA DA CHAGA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RAFAEL DA SILVA BARBOSA OAB - 938.186.021-15 (PROCURADOR)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ Processo nº. 1046439-82.2019.8.11.0041 Ação: Divórcio Consensual Vistos, etc... Antes de tudo, intimem-se os Requerentes, na pessoa de seu advogado, para, no prazo de 15 (quinze) dias, instruir os autos com cópia do documento que comprove a propriedade do veículo constante no Id n. 25003413, item 3.2 (veículo modelo blazer), a ser partilhado, sob pena de indeferimento. Em seguida, ouça o Ministério Público, por existir interesse de menor nos termos do artigo 178, inciso II, do CPC. Às providências

Intimação Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1010411-18.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
DANIEL BOTELHO COELHO VAZ CURVO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
OTACILIO PERON OAB - MT3684-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
joao carlos vaz curvo (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
joao carlos vaz curvo OAB - MT4715-O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ Processo n.º 1010411-18.2019.8.11.0041 Ação: Cumprimento de sentença. Vistos, etc... Intime-se o Executado, via DJE, para que, no prazo de 10 (dez) dias, manifeste sobre o informado e pretendido pelo Exequente no Id n. 25872991. Após, oportunize-se a manifestação do Exequente, pelo prazo de 10 (dez) dias, inclusive, sobre a petição de Id n. 26435031 e os documentos que a acompanham. Cumpra-se.

Intimação Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 0003033-14.2008.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
M. C. M. R. D. C. (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIANO RABANEDA DOS SANTOS OAB - MT12945-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
J. C. R. D. C. (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDA THEOPHILO CARMONA KINCHESKI OAB - MT7615-O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ Processo n.º 0003033-14.2008.8.11.0041 Ação: Cumprimento de sentença. Vistos, etc... Antes da análise do pedido de Id n. 24779404, oportunize-se a manifestação do Executado sobre o laudo de avaliação de Id n. 24110508, pág. 5, através de seu d. patrono, no prazo de 10 (dez) dias. Cumpra-se.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1035025-87.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
A. C. V. (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE GIM OAB - MT17647-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
A. J. D. R. (RÉU)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ Processo n. 1035025-87.2019.8.11.0041 Ação: Investigação de Paternidade Vistos, etc... Diante do resultado do exame de DNA acostado no Id n. 26705545, oportunize-se a manifestação das partes, na pessoa de seus advogados, no prazo de 05 (cinco) dias. Em seguida, conclusos. Às providências.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1035025-87.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
A. C. V. (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE GIM OAB - MT17647-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
A. J. D. R. (RÉU)
Outros Interessados:

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ Processo n. 1035025-87.2019.8.11.0041 Ação: Investigação de Paternidade Vistos, etc... Diante do resultado do exame de DNA acostado no Id n. 26705545, oportunize-se a manifestação das partes, na pessoa de seus advogados, no prazo de 05 (cinco) dias. Em seguida, conclusos. Às providências.

Intimação Classe: CNJ-81 ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
Processo Número: 1016009-50.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
FRANCISCO XAVIER FREIRE RODRIGUES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELLO BIAGGIO NORBIATTO OAB - MT21144/O (ADVOGADO(A))
FERNANDA CRISTINA OLIVEIRA MOURA OAB - MT13132-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CHRISTIANY REGINA FONSECA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARINA IGNOTTI FAIAD OAB - MT16735-O (ADVOGADO(A))
FRANCISCO ANIS FAIAD OAB - MT3520-O (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ Processo n. 1016009-50.2019.8.11.0041 Ação: Revisional de Alimentos Vistos, etc... Antes de tudo, diante da juntada dos novos documentos, Id n. 26808421 o 26808434 que acompanham a impugnação de Id n. 26808416, (artigo 437, § 1º, do CPC), em observância do contraditório, artigos 7º, 9º e 10 do CPC, oportunize-se a manifestação da Requerida, na pessoa de seus advogados, no prazo de 15 (quinze) dias. Após, volte-me conclusos. Cumpra-se.

Intimação Classe: CNJ-279 ALVARÁ JUDICIAL - LEI 6858/80
Processo Número: 1036890-82.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JOAO MAURICIO PIRES FILHO (REQUERENTE)
WANDERLEY JOSE PIRES (REQUERENTE)
MANOEL BENEDITO PIRES (REQUERENTE)
SANDRA MARCIA PIRES (REQUERENTE)
IVAN SEBASTIAO PIRES (REQUERENTE)
MARILZE FATIMA PIRES (REQUERENTE)
ARENIL PIRES SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELO BARROS LOPES OAB - MT9462-O (ADVOGADO(A))
JEFFERSON BARBOSA PIRES OAB - 002.524.021-89 (REPRESENTANTE)
CLAUDETE RIBEIRO DE LIMA OAB - MT12040-O (ADVOGADO(A))
DANILO PIRES MONTEIRO OAB - 055.804.251-12 (PROCURADOR)
MARCIA DA SILVA PIRES OAB - 003.893.751-44 (REPRESENTANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
WALMIR BOM JESUS PIRES (REQUERIDO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ - MT
_____
_____ IMPULSIONAMENTO Processo: 1036890-82.2018.8.11.0041 REQUERENTE: Nome: ARENIL PIRES SILVA Endereço: RUA UM, quadra 19, casa 124, RECANTO DOS PÁSSAROS, CUIABÁ - MT - CEP: 78075-210 Nome: MARILZE FATIMA PIRES Endereço: RUA SÍRIO LIBANESA, 227, POPULAR, CUIABÁ - MT - CEP: 78045-390 Nome: SANDRA MARCIA PIRES Endereço: RUA I, ap 42, bloco 03 quadra B, TERRA NOVA, CUIABÁ - MT - CEP: 78050-409 Nome: IVAN SEBASTIAO PIRES Endereço: RUA SÍRIO LIBANESA, 227, POPULAR, CUIABÁ - MT - CEP: 78045-390 Nome: WANDERLEY JOSE PIRES Endereço: AVENIDA SECUNDÁRIA V, 02, quadra 107 setor 3, TIJUCAL, CUIABÁ - MT - CEP: 78088-400 Nome: JOAO MAURICIO PIRES FILHO Endereço: Rua Maceio, 1203, ap 02 ,, Campo Real, CAMPO VERDE - MT - CEP: 78840-000 Nome: MANOEL BENEDITO PIRES Endereço: RUA QUARENTA E SEIS, CPA III, CUIABÁ - MT - CEP: 78058-450 Nome: DANILO PIRES MONTEIRO Endereço: RUA I, TERRA NOVA, CUIABÁ - MT - CEP: 78050-409 Nome: JEFFERSON BARBOSA PIRES Endereço: RUA QUARENTA E SEIS, CPA III, CUIABÁ - MT - CEP: 78058-450 Nome: MARCIA DA SILVA PIRES Endereço: RUA QUARENTA E SEIS, CPA III, CUIABÁ - MT - CEP: 78058-450 REQUERIDO: Nome: WALMIR BOM JESUS PIRES Endereço: desconhecido FINALIDADE: Nos termos do artigo 1.205 da CNGC, impulsiono o feito para INTIMAÇÃO do representante do autor para manifestar sobre a resposta do oficio , no prazo de 10 (dez) dias, conforme documentos vinculados disponíveis no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem descritas no corpo deste mandado. Cuiabá - MT, 13 de dezembro de 2019. (Assinado Eletronicamente) Gestora Judiciária
_____
_____ SEDE DO JUÍZO DA 4ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ E INFORMAÇÕES: Rua Des. Milton Ferreira Mendes, S/Nº, Centro Político Administrativo, Cidade: Cuiabá - MT - CEP: 78.049-905.

Intimação Classe: CNJ-81 ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
Processo Número: 1053313-83.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
F. D. A. C. D. (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ADAO BENEDITO DA SILVA OAB - MT8511-O (ADVOGADO(A))
RIVANIA HELOISA DE ALMEIDA OAB - 569.997.631-00 (REPRESENTANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
F. D. C. D. (RÉU)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ Processo n°. 1053313-83.2019.8.11.0041 Ação: Revisão de pensão alimentícia com pedido de tutela antecipada. Vistos, etc... Trata-se de Ação de Revisão de pensão alimentícia com pedido de tutela antecipada proposta por F. de A.C.D., nascida em 28/02/2002, assistida por sua mãe Rivânia Heloisa de Almeida, em face de Flávio de Carvalho dias, todos qualificados nos autos, sob o argumento, em síntese, de que ficou acordado na Ação de Separação Judicial Consensual c/c partilha de bens, código n. 64082, que tramitou perante o Juízo da 2ª Vara Cível da Comarca de Tangará da Serra/MT que o Requerido pagaria a título de alimentos em favor da Requerente no valor de 6,84 (seis vírgula oitenta e quatro) pisos salariais mensais. Informa que apesar da homologação judicial e da ciência quanto às datas dos depósitos, o Requerido sempre precisou ser "lembrado" mensalmente de suas obrigações, e durante todo esse tempo, após a homologação, o Requerido sempre ficou ciente do aumento das despesas, uma vez que a Requerente necessita de acompanhamento psicológico, psiquiátrico, médico e de reforço intelectual para as suas atividades escolares, bem como em suas atividades diárias. Alega que após o fim do casamento dos genitores, a manutenção do mesmo patamar financeiro não se manteve, tendo a genitora da Requerente que equilibrar os gastos, para administrar o valor pago pelo Requerido, como também proporcionar a Requerente, o mínimo de lazer, dentre outras necessidades, que antes tinha, e que depois decaiu. Esclarece que o Requerido constituiu nova família, advindo o nascimento de mais duas filhas, e que o tratamento afetuoso do pai/Requerido com a filha/Requerente deixa a desejar. Salienta que o Requerido é proprietário de inúmeras fazendas e herdeiro milionário dos bens deixados por seu pai nos autos do processo de Inventário n. 0000139-14.2011.8.26.0314, que tramitou perante a Comarca de Morro Agudo/SP. Desta maneira, pede, liminarmente, a majoração do valor dos alimentos para a quantia de R$ 19.980,25 (dezenove mil, novecentos e oitenta reais e vinte e cinco centavos) Instruiu o pedido com os documentos necessários a propositura da ação. É o relatório. Decido. No que tange ao pedido do(a) Requerente, verifica-se que, de acordo com o artigo 15 da Lei 5.478/68 – L.A., a decisão judicial sobre alimentos pode ser a qualquer tempo revista, em face da situação financeira dos interessados. Para que possa ser concedido o pedido, necessário se faz que seja comprovada a alteração das condições financeiras do devedor de pagar os alimentos no patamar fixado ou a redução das necessidades do credor. No caso vertente, verifica-se que a Requerente atualmente conta com 17 anos, Id n. 26189976, faz tratamento médico, conforme se verifica dos documentos

acostados aos autos, sendo assim, o valor pago pelo Requerido a título de alimentos, não atende satisfatoriamente suas necessidades. Dessa forma, constato que há possibilidade de acolher, em parte, o pedido com o fito de garantir à Requerente, uma adequação dos alimentos à sua realidade, fixando-o em valor que lhe proporcione uma vida condizente com a de seus pais. Neste sentido, já decidiram os Tribunais pátrios, senão vejamos: "... A ação de revisão de alimentos é juridicamente possível sempre que se verificar a efetiva alteração do binômio possibilidade-necessidade, pois ela se destina à redefinição do encargo alimentar. Inteligência do art. 1.699 do Código Civil. (...) Recurso provido". (Apelação Cível Nº 70039463401, Sétima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Sérgio Fernando de Vasconcellos Chaves, Julgado em 24/08/2011) Ante tais argumentos, defiro, em parte, o pedido, para majorar o valor dos alimentos para 10 (dez) salários mínimos, que serão devidos a partir da citação e deverão ser pagos mediante depósito na conta bancária onde já vem ocorrendo os depósitos, até o dia 10 (dez) de cada mês. Outrossim, quanto ao postulado no Id n. 26189961, pág. 17, letra "b", registra-se que não cabe ao Juízo fazer prova da capacidade/possibilidade econômica do Requerido, oficiando-se a Receita Federal para fornecer declaração de imposto de renda, uma vez que a requisição judicial, apenas se justifica desde que haja intransponível barreira para a obtenção dos dados solicitados por meio da via extrajudicial e, bem assim, a demonstração inequívoca de que a Requerente envidou esforços para tanto, o que não se deu na espécie, ou, pelo menos, não foi demonstrado, razão pela qual, indefiro, ao menos por ora. Considerando que a ação revisional de alimentos deve seguir o mesmo procedimento da ação de alimentos (art. 13 da lei 5.478/68), designo audiência de tentativa de conciliação, instrução e julgamento para o dia 13/03/2020 às 14:00 horas. Cite-se o Requerido e intimem-se as partes, a assistente da Requerente, através de seus d. patronos, a fim de que compareçam na audiência designada, acompanhados de seus advogados e testemunhas, independente de prévio depósito de rol, importando a ausência da assistente da Requerente em extinção e arquivamento do processo, e a do Requerido, em confissão e revelia. Na audiência, se não houver acordo, poderá o Requerido contestar a ação, desde que o faça por intermédio de advogado, passando-se, em seguida, à oitiva de testemunhas e à prolação de sentença. Ciência ao Ministério Público. Ressalto que o(s) mandado(s) a ser(em) expedido(s) nestes autos, seja de intimação ou de citação, deverão ser cumpridos por Oficial de Justiça nos termos dos artigos 247, inciso I, e artigo 249, do Código de Processo Civil, levando em conta que as ações de competência desta Vara Especializada de Família e Sucessões, são sempre de casos especiais que em sua maioria envolve interesse de menores e incapazes e são de cunho de ações de Estado de conformidade com o ordenamento jurídico, devendo as intimações e citações serem feitas sempre na pessoa das partes (autor e réu). Cumpra-se, expedindo-se o necessário.

Intimação Classe: CNJ-275 INTERDIÇÃO
Processo Número: 1034466-33.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE AUGUSTO SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FERNANDA VAUCHER DE OLIVEIRA KLEIM OAB - MT12066-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
IOLDA SILVA DA SILVA (REQUERIDO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ - MT

_____ IMPULSIONAMENTO Processo: 1034466-33.2019.8.11.0041 REQUERENTE: Nome: JOSE AUGUSTO SILVA Endereço: AVENIDA JOINVILLE, 5, CPA I, CUIABÁ - MT - CEP: 78055-090 REQUERIDO: Nome: IOLDA SILVA DA SILVA Endereço: AVENIDA JOINVILLE, 5, CPA I, CUIABÁ - MT - CEP: 78055-090 FINALIDADE: Nos termos do artigo 1.205 da CNGC, impulsiono o feito para INTIMAÇÃO do representante do autor para manifestar neste autos. Cuiabá - MT, 13 de dezembro de 2019. (Assinado Eletronicamente) Gestora Judiciária

_____ SEDE DO JUÍZO DA 4ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ E INFORMAÇÕES: Rua Des. Milton Ferreira Mendes, S/Nº, Centro Político Administrativo, Cidade: Cuiabá - MT - CEP: 78.049-905.

Intimação Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1018729-24.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
A. M. D. B. (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CAIO CALISTRO FERNANDES OAB - MT14880-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
J. J. S. N. (EXECUTADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ - MT

_____ IMPULSIONAMENTO Processo: 1018729-24.2018.8.11.0041 REQUERENTE: Nome: ALINY MELO DO BONFIM Endereço: RUA SANTIAGO, 159, ap 202, JARDIM DAS AMÉRICAS, CUIABÁ - MT - CEP: 78060-628 REQUERIDO: Nome: JAYME JOSE SAID NETO Endereço: RUA VINTE, 510, BOA ESPERANÇA, CUIABÁ - MT - CEP: 78068-380 FINALIDADE: Nos termos do artigo 1.205 da CNGC, impulsiono o feito para INTIMAÇÃO do representante do autor para manifestar sobre a certidão negativa , no prazo de 05 (cinco) dias, conforme documentos vinculados disponíveis no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem descritas no corpo deste mandado. Cuiabá - MT, 13 de dezembro de 2019. (Assinado Eletronicamente) Marya Santana de Souza Gestora Judiciária

_____ SEDE DO JUÍZO DA 4ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ E INFORMAÇÕES: Rua Des. Milton Ferreira Mendes, S/Nº, Centro Político Administrativo, Cidade: Cuiabá - MT - CEP: 78.049-905.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1045864-74.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE VENTURA DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
DAYHANA SHINO TADA ROJAS OAB - MT24379/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JOSEMAR VENTURA DA SILVA (RÉU)
ODAIR VENTURA DA SILVA (RÉU)
MARIA DE LOURDES ARAUJO (ESPÓLIO)
JOSELIA MARIA DA SILVA (RÉU)
GILMAR ANTONIO DE ARAUJO (RÉU)
GILBERTO ANTONIO ARAUJO (RÉU)
NEILY BENEDITA DA SILVA SANTANA (RÉU)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ - MT

_____ IMPULSIONAMENTO Processo: 1045864-74.2019.8.11.0041 REQUERENTE: Nome: JOSE VENTURA DA SILVA Endereço: Rua Principal, 0, Distrito da Aldeia, Centro, ACORIZAL - MT - CEP: 78480-000 REQUERIDO: Nome: MARIA DE LOURDES ARAUJO Endereço: RUA PRINCIPAL, 0, DISTRITO DA ALDEIA, CENTRO, ACORIZAL - MT - CEP: 78480-000 Nome: JOSELIA MARIA DA SILVA Endereço: RUA PRINCIPAL, 0, DISTRITO DA ALDEIA, CENTRO, ACORIZAL - MT - CEP: 78480-000 Nome: ODAIR VENTURA DA SILVA Endereço: AVENIDA EDUARDO JOSE DA CRUZ, 77, DISTRITO DA ALDEIA, CENTRO, ACORIZAL - MT - CEP: 78480-000 Nome: JOSEMAR VENTURA DA SILVA Endereço: AVENIDA

EDUARDO JOSE DA CRUZ, 255, DISTRITO DA ALDEIA, CENTRO, ACORIZAL - MT - CEP: 78480-000 Nome: NEILY BENEDITA DA SILVA SANTANA Endereço: AVENIDA PRINCIPAL, 32, DISTRITO DA ALDEIA, CENTRO, ACORIZAL - MT - CEP: 78480-000 Nome: GILMAR ANTONIO DE ARAUJO Endereço: RUA PRINCIPAL, 0, DISTRITO DA ALDEIA, CENTRO, ACORIZAL - MT - CEP: 78480-000 Nome: GILBERTO ANTONIO ARAUJO Endereço: desconhecido FINALIDADE: Nos termos do artigo 1.205 da CNGC, impulsiono o feito para INTIMAÇÃO do representante do autor da suspensão do feito pelo prazo de 30 (trinta) dias, conforme documentos vinculados disponíveis no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem descritas no corpo deste mandado. Cuiabá - MT, 13 de dezembro de 2019. (Assinado Eletronicamente) Marya Santana de Souza Gestora Judiciária _____ SEDE DO JUÍZO DA 4ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ E INFORMAÇÕES: Rua Des. Milton Ferreira Mendes, S/Nº, Centro Político Administrativo, Cidade: Cuiabá - MT - CEP: 78.049-905.

Intimação Classe: CNJ-81 ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
Processo Número: 1013177-44.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
L. M. (AUTOR(A))
L. B. D. S. M. (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
PEDRO IVO NICODEMOS OAB - GO50042 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
J. B. M. (RÉU)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ Processo nº. 1013177-44.2019.8.11.0041 Ação: Dissolução Consensual de União Estável com Partilha de Bens, Alimentos, Guarda Compartilhada e Regulamentação de Visitas Vistos, etc... Considerando a decisão que indeferiu a justiça gratuita aos Requerentes facultando-lhes o pagamento em 06 (seis) parcelas mensais, Id n. 22378336, acolho o pedido para os fins de referido pagamento se iniciar no mês de novembro/2019, conforme requerido no Id n. 22378336. Cumpra-se o determinado na sentença de Id n. 22378336 e, nesta decisão. Às providências.

Intimação Classe: CNJ-81 ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
Processo Número: 1044438-27.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MAURICIO ANTONIO PEDROSO AMORIM DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ITALO FURTADO LUSTOSA DA SILVA OAB - MT13786-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TATIANA ALVES DOS SANTOS (RÉU)
ALIETE GAUNA PENA (RÉU)
M. A. S. (RÉU)
M. B. G. A. (RÉU)
M. A. L. D. S. (RÉU)
JOSILENE LARA SOARES (RÉU)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ - MT _____ IMPULSIONAMENTO Processo: 1044438-27.2019.8.11.0041 REQUERENTE: Nome: MAURICIO ANTONIO PEDROSO AMORIM DA SILVA Endereço: RUA B, 41, CPA IV - Morada da Serra, CUIABÁ - MT - CEP: 78058-703 REQUERIDO: Nome: MARLON BRENO GAUNA AMORIM Endereço: RUA QUINZE, 244, 28, JARDIM VITÓRIA, CUIABÁ - MT - CEP: 78055-762 Nome: ALIETE GAUNA PENA Endereço: RUA QUINZE, 244, 28, JARDIM VITÓRIA, CUIABÁ - MT - CEP: 78055-762 Nome: MAURÍCIO ANTÔNIO LARA DA SILVA Endereço: RUA DOZE, 17, QUADRA 20, TRÊS BARRAS, CUIABÁ - MT - CEP: 78058-531 Nome: JOSILENE LARA SOARES Endereço: RUA DOZE, 17, QUADRA 20, TRÊS BARRAS, CUIABÁ - MT - CEP: 78058-531 Nome: MARCO ANTÔNIO SANTOS Endereço: RUA TRÊS, 30, QUADRA 03, JOÃO BOSCO PINHEIRO, CUIABÁ - MT - CEP: 78056-760 Nome: TATIANA ALVES DOS SANTOS Endereço: RUA TRÊS, 30, QUADRA 03, JOÃO BOSCO PINHEIRO, CUIABÁ - MT - CEP: 78056-760 FINALIDADE: Nos termos do artigo 1.205 da CNGC, impulsiono o feito para INTIMAÇÃO do representante do autor para manifestar sobre a certidão negativa , no prazo de 05 (cinco) dias, conforme documentos vinculados disponíveis no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem descritas no corpo deste mandado. Cuiabá - MT, 13 de dezembro de 2019. (Assinado Eletronicamente) Marya Santana de Souza Gestora Judiciária _____ SEDE DO JUÍZO DA 4ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ E INFORMAÇÕES: Rua Des. Milton Ferreira Mendes, S/Nº, Centro Político Administrativo, Cidade: Cuiabá - MT - CEP: 78.049-905.

Intimação Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1031585-83.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
D. P. D. A. (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSINETE DA SILVA AMORIM OAB - MT12451-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
R. J. D. A. S. (EXECUTADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ - MT _____ IMPULSIONAMENTO Processo: 1031585-83.2019.8.11.0041 REQUERENTE: Nome: DANIELE PAULA DE ALMEIDA Endereço: Rua Doutor Moacir de Freitas, 64, Loteamento Santa Angelita, CUIABÁ - MT - CEP: 78035-795 REQUERIDO: Nome: RODRIGO JULIO DE ABREU SENA Endereço: RUA LICÍNIO MONTEIRO, (LOT VER A AZEVEDO), PONTE NOVA, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78115-364 FINALIDADE: Nos termos do artigo 1.205 da CNGC, impulsiono o feito para INTIMAÇÃO do representante do autor para manifestar sobre a certidão negativa , no prazo de 05 (cinco) dias, conforme documentos vinculados disponíveis no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem descritas no corpo deste mandado. Cuiabá - MT, 13 de dezembro de 2019. (Assinado Eletronicamente) Gestora Judiciária _____ SEDE DO JUÍZO DA 4ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ E INFORMAÇÕES: Rua Des. Milton Ferreira Mendes, S/Nº, Centro Político Administrativo, Cidade: Cuiabá - MT - CEP: 78.049-905.

Intimação Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1036724-84.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
K. A. D. S. A. (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROSANGELA PEREIRA DE SOUSA OAB - 032.430.483-89 (REPRESENTANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
PAULO RAFAEL DE ARAUJO JUNIOR (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ERIKA SAMIRA SILVA LOPES OAB - MA11476 (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ Processo n. 1036724-84.2017.8.11.0041 Ação:

Cumprimento de Sentença VISTOS, ETC. Cuida-se de pedido de Cumprimento de Sentença pelo rito coercitivo, no qual verifica-se que foi decretada a prisão civil do Executado, ID 20824426, em decorrência do inadimplemento do débito alimentar, cuja ordem foi cumprida em 12/12/2019, ID 27397179. Ressai dos autos, que as partes entabularam acordo, abrangendo os débitos vencidos no valor de R$ 7.710,93 (sete mil, setecentos e dez reais e noventa e três centavos), sendo que o pagamento se dará de forma parcelada, com uma entrada nesta data, no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), e o remanescente, dividido em 10 (dez) parcelas mensais, a iniciar no mês de janeiro de 2020. Ajustaram, ainda, que as parcelas serão pagas sem prejuízo das vincendas, requerendo seja, o feito suspenso e, expedido alvará de soltura em favor do Executado. O pedido veio acompanhado dos documentos de ID's 27404310-Pág. 4 ao 27404311. Vieram-me os autos conclusos. É o relatório. Decido. Considerando a pretensão formulada pelas partes consensualmente no ID 27404310, bem assim que o valor a título de "entrada" foi adimplido pelo Executado, conforme se infere pela cópia do comprovante bancário apresentado no ID 27404310, e, para fins de propiciar o pagamento das demais parcelas acordadas, suspendo os efeitos da decisão que decretou a prisão do Executado nestes autos, ID. 20824426, sem prejuízo de restabelecimento se evidenciada a necessidade, cientificando as partes de que decorrido o prazo, não havendo manifestação, deverá ser o feito concluso para sentença de extinção. Expeça-se, com urgência, alvará de soltura em favor do Executado, a ser cumprido, se por outro motivo não estiver preso. Ciência a Defensoria Pública e ao Ministério Público. Cumpra-se, se necessário, em regime de plantão. Às providências. Cuiabá/MT, 13 de dezembro de 2019. Elza Yara Ribeiro Sales Sansão Juíza de Direito em substituição legal

Intimação Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 0029777-36.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
G. O. D. S. (EXEQUENTE)
A. D. S. J. (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAPHAEL FERNANDES FABRINI OAB - MT6667-O (ADVOGADO(A))
SEBASTIAO FERREIRA DE SOUZA OAB - MT6499-O (ADVOGADO(A))
Giselda Natalia de Souza Winck Rocha OAB - MT6069-A (ADVOGADO(A))
ELAINE DE OLIVEIRA E SILVA OAB - 495.591.331-87 (REPRESENTANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
E. D. M. G. (EXECUTADO)
A. D. S. (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO OAB - 03.507.415/0002-25 (REPRESENTANTE)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ - MT _____ IMPULSIONAMENTO Processo: 0029777-36.2014.8.11.0041 REQUERENTE: Nome: ADIR DOS SANTOS JUNIOR Endereço: desconhecido Nome: GABRIEL OLIVEIRA DOS SANTOS Endereço: 400, 3, QDRA 131 ST 4, TIJUCAL, CUIABÁ - MT - CEP: 78088-410 Nome: ELAINE DE OLIVEIRA E SILVA Endereço: RUA 400 QDA 131, 3, SETOR 4, TIJUCAL, CUIABÁ - MT - CEP: 78088-410 REQUERIDO: Nome: ADIR DOS SANTOS Endereço: 400, 3, QUADRA 131 ST 4, TIJUCAL, CUIABÁ - MT - CEP: 78088-410 Nome: ESTADO DE MATO GROSSO Endereço: CENTRO POLITICO ADMINIS, SN, CPA, CUIABÁ - MT - CEP: 78015-285 Nome: ESTADO DE MATO GROSSO Endereço: desconhecido FINALIDADE: Nos termos do artigo 1.205 da CNGC, impulsiono o feito para INTIMAÇÃO do representante do autor para manifestar sobre a proposta do requerido no prazo de 10 (dez) dias, conforme documentos vinculados disponíveis no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem descritas no corpo deste mandado. Cuiabá - MT, 13 de dezembro de 2019. (Assinado Eletronicamente) Marya Santana de Souza Gestora Judiciária _____ SEDE DO JUÍZO DA 4ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ E INFORMAÇÕES: Rua Des. Milton Ferreira Mendes, S/Nº, Centro Político Administrativo, Cidade: Cuiabá - MT - CEP: 78.049-905.

5ª Vara Especializada de Família e Sucessões

Intimação

Ato Ordinatório Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1036820-31.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
H. D. S. F. (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
EMANUELLE MOURA CUIABANO OAB - MT13860/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
L. R. D. O. P. (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
EMERSON CHAVES DE OLIVEIRA OAB - MT12291-O (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ ATO ORDINATÓRIO. Nos termos da legislação vigente impulsiono o feito com intimação dos patronos das partes para manifestarem em 10 dias sobre o estudo psicossocial juntado. CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019. WELLITOM OSORSKI GOULART Gestor(a) Judiciário(a) SEDE DO 5ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ E INFORMAÇÕES: AVENIDA DESEMBARGADOR MILTON FIGUEIREDO FERREIRA MENDES, TELEFONE: (65) 3648-6000/6001, CENTRO POLÍTICO ADMINISTRATIVO, CUIABÁ - MT - CEP: 78049-075.

Ato Ordinatório Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1036820-31.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
H. D. S. F. (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
EMANUELLE MOURA CUIABANO OAB - MT13860/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
L. R. D. O. P. (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
EMERSON CHAVES DE OLIVEIRA OAB - MT12291-O (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ ATO ORDINATÓRIO. Nos termos da legislação vigente impulsiono o feito com intimação dos patronos das partes para manifestarem em 10 dias sobre o estudo psicossocial juntado. CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019. WELLITOM OSORSKI GOULART Gestor(a) Judiciário(a) SEDE DO 5ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ E INFORMAÇÕES: AVENIDA DESEMBARGADOR MILTON FIGUEIREDO FERREIRA MENDES, TELEFONE: (65) 3648-6000/6001, CENTRO POLÍTICO ADMINISTRATIVO, CUIABÁ - MT - CEP: 78049-075.

Ato Ordinatório Classe: CNJ-81 ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
Processo Número: 1021881-17.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LUIS MATEUS BARBOZA FRANCA (AUTOR(A))
LAURA VITORIA BARBOZA FRANCA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
GUILHERME PEDROSO DA COSTA RIBEIRO OAB - MS13389-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FRANCIMAR FRANCA SANTOS (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
GRISIELY DAIANY MACHADO OAB - MT13744-O (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE E PROVIMENTO 56/2007, IMPULSIONO ESTES AUTOS, COM A FINALIDADE DE: INTIMAR A PARTE AUTORA, NA PESSOA DO SEU ADVOGADO, POR MEIO DO DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO - DJE, PARA COMPARECER À AUDIÊNCIA DE

CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO DESIGNADA PARA O DIA 31/10/2017 ÀS 17:30 HORAS, NA SEDE DESTE JUÍZO.

Despacho Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1031088-69.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ASSAD GHATTAS (REQUERENTE)
JULIA SALIM ABOU FAYSAL (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE CRISTOVAO MARTINS JUNIOR OAB - MT13294-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:Magistrado(s):
LUIS FERNANDO VOTO KIRCHE

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ DESPACHO Vistos, etc. Este processo, por seu objeto deverá tramitar em segredo de justiça, conforme preceitua o art. 189, II, do Código de Processo Civil, em razão do que a Senhora Gestora deverá agir com as cautelas necessárias. Concedo os benefícios da assistência judiciária gratuita, nos termos do art. 98 do Novo Código de Processo Civil. Dê-se vistas ao Ministério Público. Após, conclusos. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá-MT, 13 de dezembro de 2019. Luís Fernando Voto Kirche Juiz de Direito

Ato Ordinatório Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1013336-21.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
R. G. S. Q. (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDELEUZA PEREIRA DA SILVA OAB - 016.249.531-58 (REPRESENTANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ROBSON PINTO DE QUEIROZ (EXECUTADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ ATO ORDINATÓRIO. Nos termos da legislação vigente impulsiono feito com intimação da parte autora para em 5 dias requerer o que de direito. CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019. WELLITOM OSORSKI GOULART Gestor(a) Judiciário(a) SEDE DO 5ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ E INFORMAÇÕES: AVENIDA DESEMBARGADOR MILTON FIGUEIREDO FERREIRA MENDES, TELEFONE: (65) 3648-6000/6001, CENTRO POLÍTICO ADMINISTRATIVO, CUIABÁ - MT - CEP: 78049-075

Ato Ordinatório Classe: CNJ-81 ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
Processo Número: 1024419-97.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
FABIO KOVALSKI (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
CASSIA ADRIANA SILVA FORTALEZA OAB - MT12908-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MATHEUS ALCANTARA KOVALSKI (RÉU)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1024419-97.2019.8.11.0041. AUTOR(A): FABIO KOVALSKI RÉU: MATHEUS ALCANTARA KOVALSKI Vistos, etc. Trata – de AÇÃO DE EXONERAÇÃO DE ALIMENTOS ajuizada por FABIO KOVALSKI em face de MATHEUS ALCANTARA KOVALSKI. Informa a parte Autora que na Ação de Alimentos, Processo n.º 12599-16.2010.811.0041, Código 432983, que tramitou perante a 4.ª Vara Especializada de Família e Sucessões da Capital – MT, as partes realizaram acordo em relação à pensão alimentícia a ser paga ao filho: 20% (vinte por cento) da remuneração liquida, estendendo-se se como tal toda e qualquer verba acrescida ao seu vencimento base e 13° salário, deduzidos apenas os descontos obrigatórios (INSS e IRRP), excluindo se o desconto sobre o adicional de férias, a ser pago mediante desconto em folha de pagamento na conta corrente acordada e em caso de perda do vinculo empregatício o Requerido pagará a titulo de alimentos para o filho o valor correspondente a 41% (Quarenta e Um por Cento) do salário mínimo. Entretanto, esclarece que o Requerido está com 20 (vinte) anos de idade, não estuda, e tem meios de sobrevivência, pois é funcionário da Empresa Kalce Calçados, situada na Avenida Miguel Sutil, n.º 3.335, Bairro Poção, CEP 78.015-650, Cuiabá – MT. Além disso, acrescenta que constituiu nova família, inclusive com 02 (dois) filhos, ainda menores, cujas despesas são por ele custeadas. Ao final, em síntese, requer: i) a exoneração da obrigação de pagar alimentos acordada na Ação de Alimentos, Processo n.º 12599-16.2010.811.0041, Código 432983, que tramitou perante a 4.ª Vara Especializada de Família e Sucessões da Capital – MT. O membro do Ministério Público declinou das suas atribuições do feito (ID n.º 20950917). Na data de 18.06.2019 o Alimentado foi citado pessoalmente (ID n.º 21042583). Em audiência de tentativa de conciliação, instrução e julgamento realizada em 30.08.2019, às 13:30 horas: i) foi decretada revelia do Senhor Matheus Alcantara Kovalski; ii) determinou-se a suspensão da obrigação alimentar, conforme pleiteado na exordial; iii) vieram conclusos os autos para Sentença. É O RELATÓRIO. DECIDO. Trata – de Ação de Exoneração de Alimentos ajuizada por Fabio Kovalski em face de Matheus Alcantara Kovalski. Inexistem preliminares a serem apreciadas; motivo pelo qual passo à análise do mérito. A obrigação de pagar alimentos a filho menor decorre do poder familiar (arts. 1.566, inciso III e 1.568 do Código Civil); com a cessação, pela maioridade ou pela emancipação, começa a obrigação alimentar, não mais vinculada ao poder familiar, mas, sim, decorrente da relação de parentesco, representando uma obrigação mais ampla que tem seu fundamento no artigo 1.696 do Código Civil, tendo como causa jurídica o vínculo ascendente-descendente; contudo, esta obrigação alimentar está sujeita aos pressupostos da necessidade do alimentando e das possibilidades do alimentante (artigo 1.694, § 1º do CC). Não obstante ter o alimentado obtido a maioridade civil, é certo que ela, por si só, não é capaz de desobrigar automaticamente alimentante do dever de pagar alimentos (Súmula n.º 358 do Superior Tribunal de Justiça). No entanto, nesse caso, deve o interessado provar a sua necessidade em perceber a quantia fixada judicialmente, o que não ocorreu nos autos. Em se tratando de ações envolvendo verba alimentar, o Magistrado deve estar atento ao trinômio da necessidade-possibilidade-proporcionalidade. TJSC: " Sílvio de Salvo Venosa leciona: ' De acordo com o art. 1.695, do Código Civil em vigor " São devidos os alimentos quando quem os pretende não tem bens suficientes, nem pode prover, pelo seu trabalho, à própria mantença, e aquele, de quem se reclamam, pode fornecê – los, sem desfalque do necessário ao seu sustento'. O dispositivo coroa o princípio básico da obrigação alimentar pelo qual o montante dos alimentos deve ser fixado de acordo com as necessidades do alimentando e as possibilidades do alimentante, complementando pelo art. 1.694, § 1º. Eis a regra fundamental dos chamados alimentos civis:' os alimentos devem ser fixados na proporção das necessidades do reclamante e dos recursos da pessoa obrigada""(Ap. Cív. N. 2004.008841-8, rel. Des. Wilson Augusto do Nascimento, j. 14.6.2004). "A regra para a fixação (CC 1.694 §1º e 1.695) é vaga e representa apenas um standard jurídico Dessa forma, abre – se ao juiz um extenso campo de ação, capaz de possibilitar o enquadramento dos mais variados casos individuais . Para definir valores, há que se atentar ao dogma que norteia a obrigação alimentar: o princípio da proporcionalidade. Esse é o vetor para a fixação dos alimentos. Segundo Gilmar Ferreira Mendes, o princípio da proporcionalidade ou da razoabilidade, em essência, consubstancia uma pauta de natureza axiológica que emana diretamente das ideias de justiça, equidade, bom senso, prudência, moderação, justa medida, proibição de excesso, direito justo e valores afins; precede e condiciona a positivação jurídica, inclusive a de nível constitucional; e, ainda, enquanto princípio geral do direito, segue de regra de interpretação para todo o ordenamento jurídico. " (" Manual de Direito das Famílias ", 8ª edição, Editora Revista dos Tribunais, p. 552). Faço a análise de cada uma dos elementos. DA POSSIBILIDADE O Senhor Fabio Kovalskio está qualificado como encarregado de loja (ID n.º 20730962). Portanto, evidencia-se a possibilidade financeira. DA NECESSIDADE Analisando a situação dos autos, entendo que a decisão proferida no ID n.º 23106133 deve ser mantida, ou seja, o genitor/Alimentante deve ser desonerado do encargo alimentar. Isso porque não obstante ter sido o Alimentado devidamente citado pessoalmente em 18.06.2019 para se fazer presente à audiência de tentativa de conciliação, instrução e julgamento realizada em 30.08.2019, às 13:30 horas, não compareceu. E pelo teor do art. 7.º da Lei n.º 5.478/68 "O não comparecimento do autor determina o arquivamento do pedido, e a ausência do réu importa em revelia, além de confissão quanto à matéria de fato". Além disso, uma vez ciente da audiência de tentativa de conciliação, instrução e julgamento realizada em 30.08.2019, às 13:30 horas, poderia o Senhor Matheus Alcantara Kovalski utilizar-se da via

recursal para demonstrar sua irresignação quanto ao teor da decisão que sobrestou os efeitos da Sentença homologatória do acordo que fixou em seu favor pensão alimentícia. Entretanto, deixou todos os prazos transcorrer in albis, conforme se verifica pelo simples manuseio dos autos, de modo que não há se falar em cerceamento de defesa. Assim, tenho que o Alimentado além de possuir 21 (vinte e um) anos de idade (ID n.º 20730989), sem qualquer doença incapacitante para o exercício das suas atividades civis, dispõe de condições para realizar sua própria subsistência. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 975.455 - MT (2016/0224428-9) RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI AGRAVANTE : R A C DE A P ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO MATO GROSSO AGRAVADO : R P DE A P ADVOGADO : ROGERIO LAVEZZO E OUTRO (S) - MT005709 DECISÃO Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto de acórdão que recebeu a seguinte ementa (e-STJ fl. 248): APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE EXONERAÇÃO DE ALIMENTOS - MAIORIDADE CIVIL - NÃO CONCLUSÃO DO CURSO SUPERIOR - ESTUDANTE QUE NEGLIGENCIOU OS ESTUDOS REPROVANDO CONSECUTIVAMENTE O ANO LETIVO NA FACULDADE - CAPACIDADE LABORAL PLENA EVIDENCIADA - AUSÊNCIA DE PROVA DA NECESSIDADE DO PENSIONAMENTO - PEDIDO JULGADO PROCEDENTE - ADMISSIBILIDADE - RECURSO DESPROVIDO. 1. A maioridade civil, por si só, não cessa o dever dos pais de prestar alimentos aos filhos. 2. Todavia, para a continuidade do pagamento dos alimentos nessas condições, mister se faz que o alimentado demonstre a subsistência da necessidade. 3. No caso em apreço, a despeito dos argumentos lançados nas razões recursais, a Apelante não logrou êxito em demonstrar o binômio necessidade/possiblidade. 4. Sendo a alimentada maior e com capacidade laborativa plena, não podendo o pensionamento servir de incentivo ao ócio da prole. Alega-se ofensa aos arts. 1.694 e 1.699 do Código Civil, bem como dissídio. Correta a decisão agravada ao obstar o recurso especial pela incidência do verbete nº 7 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça, eis que a análise das alegações aviadas nas razões do recurso e a reforma do acórdão recorrido impõem reexame de matéria fática da lide, vedado nesta sede nos termos do mencionado verbete, irrepreensivelmente aplicado pelo primeiro juízo de admissibilidade. Em face do exposto, nego provimento ao agravo. Intimem-se. Brasília (DF), 16 de dezembro de 2016. MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI Relatora (STJ - AREsp: 975455 MT 2016/0224428-9, Relator: Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, Data de Publicação: DJ 01/02/2017) Ainda, nestes autos não há nada que justifique a manutenção do benefício da prestação de pensão alimentícia em favor do Requerido, haja vista que a pensão alimentícia não deve ser paga de forma vitalícia. CIVIL. FAMÍLIA. ALIMENTOS. MAIORIDADE. EXONERAÇÃO. Tendo a alimentada completado a maioridade, não estando estudando e existindo prova de sua aptidão para o trabalho, impõe-se exonerar o pai do pagamento dos alimentos. (Apelação Cível nº 0067253-32.2010.8.13.0223, 5ª Câmara Cível do TJMG, Rel. Manuel Saramago. j. 25.08.2011, unânime, Publ. 15.09.2011). DIREITO DE FAMÍLIA - AÇÃO DE EXONERAÇÃO DE ALIMENTOS - MAIORIDADE DA ALIMENTANDA - NECESSIDADE DOS ALIMENTOS NÃO COMPROVADA - MANUTENÇÃO DA SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA DO PEDIDO. 1 - O fato de ter a alimentanda alcançado a maioridade civil, bem como se encontrar trabalhando, exonera o alimentante da obrigação alimentar. 2 - Recurso não provido. (Apelação Cível nº 6395959-93.2009.8.13.0024, 8ª Câmara Cível do TJMG, Rel. Edgard Penna Amorim. j. 26.05.2011, unânime, Publ. 10.08.2011). FAMÍLIA. EXONERAÇÃO DE ALIMENTOS. MAIORIDADE. DESCONSTITUIÇÃO DA VERBA. POSSIBILIDADE. SENTENÇA MANTIDA. Existindo comprovação que o alimentado completou a maioridade, aliada à ausência de comprovação da persistência da dependência econômica, possível a exoneração dos alimentos. (Apelação Cível nº 9625331-81.2009.8.13.0079, 6ª Câmara Cível do TJMG, Rel. Antônio Sérvulo. j. 12.07.2011, unânime, Publ. 12.08.2011). CIVIL. FAMÍLIA. ALIMENTOS. MAIORIDADE. EXONERAÇÃO. Tendo o alimentado completado a maioridade, não estando estudando e existindo prova de sua aptidão para o trabalho, impõe-se exonerar o pai do pagamento dos alimentos. (Apelação Cível nº 2274580-93.2008.8.13.0024, 5ª Câmara Cível do TJMG, Rel. Manuel Saramago. j. 02.12.2010, unânime, Publ. 17.12.2010). DIREITO DE FAMÍLIA - AÇÃO DE EXONERAÇÃO DE ALIMENTOS - MAIORIDADE DO ALIMENTANDO - NECESSIDADE DOS ALIMENTOS NÃO COMPROVADA - MANUTENÇÃO DA SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA DO PEDIDO. 1 - O fato de ter o alimentando alcançado a maioridade civil, bem como não se encontrar estudando, exonera o alimentante da obrigação alimentar. 2 - Recurso não provido. (Apelação Cível nº 0623179-14.2009.8.13.0210, 8ª Câmara Cível do TJMG, Rel. Edgard Penna Amorim. j. 16.06.2011, unânime, Publ. 21.09.2011). AÇÃO DE EXONERAÇÃO DE ALIMENTOS. PAI. OBRIGAÇÃO. CESSAÇÃO. ALIMENTADOS. MAIORIDADE CIVIL. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO. A aquisição da maioridade civil faz com que se presuma não mais necessite o alimentado da contribuição material do pai, especialmente quando se verifica que possui aptidão para viabilizar o próprio sustento e não se comprova estar matriculado e frequentando curso superior ou profissionalizante. Recurso provido. (Apelação Cível nº 2359769-69.2010.8.13.0056, 4ª Câmara Cível do TJMG, Rel. Almeida Melo. j. 27.10.2011, unânime, Publ. 01.11.2011). EXONERAÇÃO DE ALIMENTOS - MAIORIDADE - AUSÊNCIA DE PROVA APTA À MANUTENÇÃO DO PENSIONAMENTO ALIMENTAR - INTERRUPÇÃO DO PAGAMENTO - SENTENÇA CONFIRMADA. Afigura-se juridicamente correta a decisão que desobriga o pai de alimentar o filho se este atinge a maioridade e está apto para trabalhar, haja vista que a pensão alimentícia não se presta como fator estimulante da ociosidade, mas sim como instrumento de arredar insubstituível necessidade de subsistência do alimentado. Não se prestam os alimentos à satisfação da cupidez do alimentado e tampouco ao regalo do alimentante. (Apelação Cível nº 0529710-14.2009.8.13.0694, 7ª Câmara Cível do TJMG, Rel. Belizário de Lacerda. j. 04.10.2011, unânime, Publ. 14.10.2011). Alcançada a maioridade, presume-se rompida a linha hipotética de dependência material traçada pelo legislador, de modo que os filhos só poderão exigir alimentos de seus pais com base na relação de parentesco, e desde que comprovem a necessidade, nos termos dos arts. 1694 e 1695 do novo Código Civil. Não há óbice para a exoneração conforme podemos observar a jurisprudência atual, que decidiu pela exoneração dos alimentos quando alcançada a maioridade e com possibilidade de prover o seu próprio sustento como ocorre neste caso. Vejamos: EXONERAÇÃO DE ALIMENTOS. FILHOS. MAIORIDADE CIVIL. ESTÁGIO REMUNERADO. I - Alcançada a maioridade civil, o dever de alimentos decorre da relação de parentesco e objetiva suprir as necessidades dos alimentandos, inclusive, de educação. II - Presentes os requisitos para deferir o pedido de exoneração do pagamento dos alimentos aos filhos, atualmente com 20 anos e com renda advinda de estágio remunerado, pois ausentes elementos indicativos da necessidade de continuar a receber a pensão. III - Apelação desprovida. (TJ-DF - APC: 20130111374477 DF 0001186-02.2013.8.07.0012, Relator: VERA ANDRIGHI, Data de Julgamento: 22/10/2014, 6ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no DJE : 04/11/2014 . Pág.: 410). DIREITO DE FAMÍLIA. EXONERAÇÃO DE ALIMENTOS. FILHA. MAIORIDADE CIVIL. POSSIBILIDADE DE PROVER O PRÓPRIO SUSTENTO. - Uma vez atingida a maioridade, o encargo alimentar não mais se fundamenta no dever de sustento dos pais, decorrente do poder familiar, pelo que a presunção de necessidade não mais subsiste, ficando a continuidade da prestação de alimentos condicionada à comprovação cabal, por parte do beneficiário, da impossibilidade de prover seu sustento pelo próprio trabalho. (TJ-MG - AC: 10479081570661002 MG, Relator: Dárcio Lopardi Mendes, Data de Julgamento: 07/02/2013, Câmaras Cíveis Isoladas / 4ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 18/02/2013) Desse modo, não resta presente o requisito Necessidade. Ante o exposto, e ACOLHO O PEDIDO DA PARTE AUTORA (artigo 487, I, do Código de Processo Civil), para ratificar a decisão de ID n.º 23106133 e EXONERAR O ALIMENTANTE: FABIO KOVALSKI da obrigação de pagar alimentos em favor de: MATHEUS ALCANTARA KOVALSKI, acordada na Ação de Alimentos, Processo n.º 12599-16.2010.811.0041, Código 432983, que tramitou perante a 4.ª Vara Especializada de Família e Sucessões da Capital – MT, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos. Esclareço que os efeitos da presente Sentença retroagirão à data da citação, conforme art. 13, § 2.º da Lei de Alimentos e Súmula n.º 621 do S.T.J. Cientifique-se o Ministério Público. Eventuais custas deverão ser suportadas pela parte Requerida. Deixo de condenar em verba honorária, por inexistir litígio. Transitado em julgado, certifique-se, arquivando-se os autos, observando as cautelas necessárias. Intime-se. Cumpra – se. Cuiabá – MT, 23 de outubro de 2.019
Luis Fernando Voto Kirche Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-269 INVENTÁRIO
Processo Número: 0011540-80.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
KLEIBER DE OLVEIRA PEREIRA (REQUERENTE)
ANDRESSA DOMINGAS PEREIRA (REQUERENTE)
MARILEIDE DE AMORIM SILVA PEREIRA (REQUERENTE)

ROSA LUZIA DE OLIVEIRA PEREIRA (REQUERENTE)
MARILENA DE OLIVEIRA PEREIRA (REQUERENTE)
RUAN DOMINGOS PEREIRA (REQUERENTE)
ROBSON MANOEL DE OLIVEIRA PEREIRA (REQUERENTE)
MILTON JOSE DE OLIVEIRA PEREIRA (REQUERENTE)
RONALDO BENEDITO DE OLIVEIRA PEREIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAFAELA VITORIA MENDES VOLCOV OAB - MT17893-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MANOEL PEDRO PEREIRA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
LUIS FERNANDO VOTO KIRCHE

Vistos etc. Intime-se a inventariante, na pessoa de seu Patrono,via DJE para que junto renúncia atualizada dos herdeiros em favor da senhora Marilena de Oliveira Pereira, uma vez que as renúncias existentes nos autos, corresponde a outro processo da 1ª Vara da Fazenda Pública, no prazo de 05 (cinco) dias. Após, conclusos para sentença. Cumpra-se. Cuiabá, 13 de dezembro de 2019. Luís Fernando Voto Kirche Juiz de Direito

Ato Ordinatório Classe: CNJ-269 INVENTÁRIO
Processo Número: 0031193-49.2008.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
REGINA CELIA SOLERO (REQUERENTE)
MAURO SOLERO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANNAVERA AURESCO ATTILIO OAB - MT7988-O (ADVOGADO(A))
GRACIELA TOBIAS DAMASCENO E SILVA OAB - MT17022-O (ADVOGADO(A))
ANA LUIZA PERON MEDINA OAB - MT7295-O (ADVOGADO(A))
KAROLINE RODRIGUES FAVERO PREVEDELLO OAB - MT8018-O (ADVOGADO(A))
ANDREA PINTO BIANCARDINI OAB - MT5009-O (ADVOGADO(A))
OTACILIO PERON OAB - MT3684-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESPOLIO DE ARLETE FONTES SOLERO (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ ATO ORDINATÓRIO. Nos termos da legislação vigente impulsiono feito com intimação da parte autora para em 5 dias, devolver ao cartório a carta de adjudicação e formal confeccionados nos IDs 26417739 e ID 26421005, considerando que os mesmos foram cancelados por erro material, e refeitos. CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019. WELLITOM OSORSKI GOULART Gestor(a) Judiciário(a) SEDE DO 5ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ E INFORMAÇÕES: AVENIDA DESEMBARGADOR MILTON FIGUEIREDO FERREIRA MENDES, TELEFONE: (65) 3648-6000/6001, CENTRO POLÍTICO ADMINISTRATIVO, CUIABÁ - MT - CEP: 78049-075

Intimação Classe: CNJ-496 GUARDA
Processo Número: 1011735-14.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
H. L. K. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAFAEL AUGUSTO DE BARROS CORREA OAB - MT14271-O (ADVOGADO(A))
RODOLFO YUJI MIYASHITA PIONA OAB - MT14049-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
F. M. L. V. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
HEITOR JERONIMO ALMEIDA SILVA OAB - MT15188-O (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1011735-14.2017.8.11.0041. REQUERENTE: HELIZIANE LUZIA KUBISZESKI REQUERIDO: FLAVIO MOURA LEITE VIEIRA Vistos, etc. Em analise aos autos, e, atento ainda ao dispositivo do art. 1.694 do Código Civil, levando em consideração a idade da menor, aliado ao fato de que o sustento dos filhos incumbe aos pais, que até a presente data não foi arbitrado os alimentos provisórios e verificando que o genitor informou que paga a escola da menor, no valor aproximado de R$ 928,00 (novecentos e vinte e outo reais) e o plano de saúde (Id. 23043933), arbitro alimento provisório no importe de importe de um salário mínimo e meio, atualmente perfazendo o montante de R$ 1.497,00 (um mil, quatrocentos e noventa e sete reais), a ser depositado na conta n.º 00005229-1, Agência 0810, do Banco SICREDI, no nome da Autora, devendo o valor ser depositado até o dia 10 (dez) de cada mês. Quanto ao pedido de modificação de guarda determino a realização de Estudo Social, com as partes, no prazo de 20 (vinte) dias. Após, remetam – se os autos ao representante do Ministério Público para manifestação. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá-MT, 13 de dezembro de 2019. Luís Fernando Voto Kirche Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-496 GUARDA
Processo Número: 1011735-14.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
H. L. K. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAFAEL AUGUSTO DE BARROS CORREA OAB - MT14271-O (ADVOGADO(A))
RODOLFO YUJI MIYASHITA PIONA OAB - MT14049-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
F. M. L. V. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
HEITOR JERONIMO ALMEIDA SILVA OAB - MT15188-O (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1011735-14.2017.8.11.0041. REQUERENTE: HELIZIANE LUZIA KUBISZESKI REQUERIDO: FLAVIO MOURA LEITE VIEIRA Vistos, etc. Em analise aos autos, e, atento ainda ao dispositivo do art. 1.694 do Código Civil, levando em consideração a idade da menor, aliado ao fato de que o sustento dos filhos incumbe aos pais, que até a presente data não foi arbitrado os alimentos provisórios e verificando que o genitor informou que paga a escola da menor, no valor aproximado de R$ 928,00 (novecentos e vinte e outo reais) e o plano de saúde (Id. 23043933), arbitro alimento provisório no importe de importe de um salário mínimo e meio, atualmente perfazendo o montante de R$ 1.497,00 (um mil, quatrocentos e noventa e sete reais),

a ser depositado na conta n.º 00005229-1, Agência 0810, do Banco SICREDI, no nome da Autora, devendo o valor ser depositado até o dia 10 (dez) de cada mês. Quanto ao pedido de modificação de guarda determino a realização de Estudo Social, com as partes, no prazo de 20 (vinte) dias. Após, remetam – se os autos ao representante do Ministério Público para manifestação. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá-MT, 13 de dezembro de 2019. Luís Fernando Voto Kirche Juiz de Direito

Ato Ordinatório Classe: CNJ-71 ALVARÁ JUDICIAL
Processo Número: 1010697-93.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
GLEICE ADNE DE ARRUDA GONCALVES (REQUERENTE)
GLEIBE HELEN DE ARRUDA GONCALVES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARINA SANTANA DE OLIVEIRA OAB - MT9879-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ ATO ORDINATÓRIO. Nos termos da legislação vigente impulsiono feito com intimação da parte autora para em 5 dias retirar documento expedido. Após o decurso do prazo os autos serão arquivados. CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019. WELLITOM OSORSKI GOULART Gestor(a) Judiciário(a) SEDE DO 5ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ E INFORMAÇÕES: AVENIDA DESEMBARGADOR MILTON FIGUEIREDO FERREIRA MENDES, TELEFONE: (65) 3648-6000/6001, CENTRO POLÍTICO ADMINISTRATIVO, CUIABÁ - MT - CEP: 78049-075

Ato Ordinatório Classe: CNJ-71 ALVARÁ JUDICIAL
Processo Número: 1025987-22.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
EDNA LUCIA DE CAMPOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PLINIO CARNEIRO COSTA OAB - MT0022739A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CAIXA ECONÓMICA FEDERAL (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ ATO ORDINATÓRIO. Nos termos da legislação vigente impulsiono feito com intimação da parte autora para em 5 dias retirar documento expedido. Após o decurso do prazo os autos serão arquivados. CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019. WELLITOM OSORSKI GOULART Gestor(a) Judiciário(a) SEDE DO 5ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ E INFORMAÇÕES: AVENIDA DESEMBARGADOR MILTON FIGUEIREDO FERREIRA MENDES, TELEFONE: (65) 3648-6000/6001, CENTRO POLÍTICO ADMINISTRATIVO, CUIABÁ - MT - CEP: 78049-075

Ato Ordinatório Classe: CNJ-269 INVENTÁRIO
Processo Número: 1005138-29.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
NILVA CORREA DE LIMA DUARTE (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NANCI PEREIRA TEIXEIRA OAB - MT21303/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ANA GOMES DE OLIVEIRA (INVENTARIADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)
JOSE ALFREDO SEJOPOLES (TERCEIRO INTERESSADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ ATO ORDINATÓRIO. Nos termos da legislação vigente impulsiono feito com intimação da parte autora para em 5 dias retirar documento expedido. Após o decurso do prazo os autos serão arquivados. CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019. WELLITOM OSORSKI GOULART Gestor(a) Judiciário(a) SEDE DO 5ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ E INFORMAÇÕES: AVENIDA DESEMBARGADOR MILTON FIGUEIREDO FERREIRA MENDES, TELEFONE: (65) 3648-6000/6001, CENTRO POLÍTICO ADMINISTRATIVO, CUIABÁ - MT - CEP: 78049-075

Ato Ordinatório Classe: CNJ-132 EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL
Processo Número: 1013491-87.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
PATRICIA LAURA DA SILVA RONDON (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCELIA CRISTINA OLIVEIRA RONDON OAB - MT8932-O (ADVOGADO(A))
CRISTYNY LAYANA GONCALVES DE ALMEIDA OAB - MT16279-O (ADVOGADO(A))
PATRICIA DE OLIVEIRA GONCALVES OAB - MT14645-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JUNIOR SANTANA DA SILVA (EXECUTADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ ATO ORDINATÓRIO. Nos termos da legislação vigente impulsiono feito com intimação da parte autora para em 5 dias requerer o que de direito. Considerado que o requerido, intimado, não manifestou no prazo. CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019. WELLITOM OSORSKI GOULART Gestor(a) Judiciário(a) SEDE DO 5ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ E INFORMAÇÕES: AVENIDA DESEMBARGADOR MILTON FIGUEIREDO FERREIRA MENDES, TELEFONE: (65) 3648-6000/6001, CENTRO POLÍTICO ADMINISTRATIVO, CUIABÁ - MT - CEP: 78049-075

Ato Ordinatório Classe: CNJ-385 EXECUÇÃO DE ALIMENTOS
Processo Número: 1039165-67.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
H. H. T. D. C. (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THAIANE MARCELY MARCOS TORRES ARAUJO OAB - 018.273.511-79 (REPRESENTANTE)
ANTONIA WERLANE DA PAZ TORRES BISPO OAB - MT22061-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARCOS DANILO DE CASTRO (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
STEPHANIE RAQUEL DE CASTRO CORDOVEZ OAB - MT20956-B (ADVOGADO(A))
NIVEA MARIA MIGLIOLI OAB - MT8365/O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ ATO ORDINATÓRIO. Nos termos da legislação vigente impulsiono feito com intimação da parte autora para em 5 dias requerer o que de direito, ante a petição do requerido juntada nos autos. CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019. WELLITOM OSORSKI GOULART Gestor(a) Judiciário(a) SEDE DO 5ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ E INFORMAÇÕES: AVENIDA DESEMBARGADOR MILTON FIGUEIREDO FERREIRA MENDES, TELEFONE: (65) 3648-6000/6001, CENTRO POLÍTICO ADMINISTRATIVO, CUIABÁ - MT - CEP: 78049-075

Intimação Classe: CNJ-275 INTERDIÇÃO
Processo Número: 0015584-45.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
M. J. F. D. S. (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
A. B. F. D. R. (REQUERIDO)
Outros Interessados:
N. F. N. (RECONVINDO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ 5ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ AVENIDA DESEMBARGADOR MILTON FIGUEIREDO FERREIRA MENDES, TELEFONE: (65) 3648-6000/6001, CENTRO POLÍTICO ADMINISTRATIVO, CUIABÁ - MT - CEP: 78049-075 EDITAL DE INTIMAÇÃO Prazo do Edital: 20 Dias EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO LUIS FERNANDO VOTO KIRCHE PROCESSO n. 0015584-45.2016.8.11.0041 Valor da causa: R$ 880,00 ESPÉCIE: [BEM DE FAMÍLIA]->INTERDIÇÃO (58) POLO ATIVO: Nome: MARIA JOSE FERREIRA DE SOUZA POLO PASSIVO: Nome: ANGELO BENIS FERREIRA DOS REIS FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA para dar prosseguimento no feito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção (art. 485, III, NCPC). DECISÃO: Determino a intimação pessoal da parte autora, para dar prosseguimento no feito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção (art. 485, III, NCPC). Na eventualidade de não ser localizada, determino desde já a intimação via edital. Decorrido o prazo, contado da sua intimação pessoal ou editalícia, não havendo manifestação, certifique

– se e encaminhem – se os autos ao MP. Às providências necessárias. Intime – se. Cumpra – se. E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, WELLITOM OSORSKI GOULART, digitei. CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código" e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código", clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o "Código" localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade "Solicitar Habilitação", sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba "Expedientes" no "Painel do Representante Processual", sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.(M)

Intimação Classe: CNJ-275 INTERDIÇÃO
Processo Número: 0015584-45.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
M. J. F. D. S. (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
A. B. F. D. R. (REQUERIDO)
Outros Interessados:
N. F. N. (RECONVINDO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ 5ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ AVENIDA DESEMBARGADOR MILTON FIGUEIREDO FERREIRA MENDES, TELEFONE: (65) 3648-6000/6001, CENTRO POLÍTICO ADMINISTRATIVO, CUIABÁ - MT - CEP: 78049-075 EDITAL DE INTIMAÇÃO Prazo do Edital: 20 Dias EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO LUIS FERNANDO VOTO KIRCHE PROCESSO n. 0015584-45.2016.8.11.0041 Valor da causa: R$ 880,00 ESPÉCIE: [BEM DE FAMÍLIA]->INTERDIÇÃO (58) POLO ATIVO: Nome: MARIA JOSE FERREIRA DE SOUZA POLO PASSIVO: Nome: ANGELO BENIS FERREIRA DOS REIS FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA para dar prosseguimento no feito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção (art. 485, III, NCPC). DECISÃO: Determino a intimação pessoal da parte autora, para dar prosseguimento no feito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção (art. 485, III, NCPC). Na eventualidade de não ser localizada, determino desde já a intimação via edital. Decorrido o prazo, contado da sua intimação pessoal ou editalícia, não havendo manifestação, certifique – se e encaminhem – se os autos ao MP. Às providências necessárias. Intime – se. Cumpra – se. E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, WELLITOM OSORSKI GOULART, digitei. CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código" e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código", clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o "Código" localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade "Solicitar Habilitação", sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba "Expedientes" no "Painel do Representante Processual", sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.(M)

Sentença

Sentença Classe: CNJ-71 ALVARÁ JUDICIAL
Processo Número: 1031430-17.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BENEDITO RIBEIRO ANTUNES (REQUERENTE)
JUCIMAURO BENEDITO DE FREITAS ANTUNES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ELIANE GOMES FERREIRA OAB - MT9862-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:Magistrado(s):
LUIS FERNANDO VOTO KIRCHE

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1031430-17.2018.8.11.0041. REQUERENTE: BENEDITO RIBEIRO ANTUNES, JUCIMAURO BENEDITO DE FREITAS ANTUNES Alvará Judicial. Trata – se de ALVARÁ JUDICIAL interposto BENEDITO RIBEIRO ANTUNES e JUCIMAURO BENEDITO DE FREITAS ANTUNES, objetivando a concessão de medida judicial para levantar de valores junto ao Banco do Brasil e Bradesco, em nome da senhora DELMACI DE FREITAS ANTUNES, falecida em 10 de agosto de 2018. O pedido veio acompanhado de documentos. Determinou – se a realização de consulta via Sistema Bacenjud, sendo informados valores conforme extrato no Id nº 19795192, bem como oficio ao Banco Bradesco onde informou a existência de valores (Id nº 26396563). No Id nº 26486437, os requerentes requerem a expedição de alvará judicial, concordando assim com os valores apresentados. É O RELATÓRIO. DECIDO. A documentação juntada na inicial comprova que BENEDITO RIBEIRO ANTUNES e JUCIMAURO BENEDITO DE FREITAS ANTUNES, é viúvo e filho da senhora DELMACI DE FREITAS ANTUNES, falecida em 10 de agosto de 2018, conforme certidão de óbito (Id nº 15465648). Assim sendo, acolho a pretensão da parte autora, por Sentença (Artigo 487, I do NCPC), para determinar a expedição de ALVARÁ JUDICIAL, em favor dos Requerentes BENEDITO RIBEIRO ANTUNES e JUCIMAURO BENEDITO DE FREITAS ANTUNES, a fim de que efetue o saque dos valores na proporção de 50% para cada herdeiro informados no extrato do Bacenjud no Id 19795192 e oficio do Banco Bradesco Id nº 26396563, junto ao Banco do Brasil e Banco Bradesco, em nome da falecida DELMACI DE FREITAS ANTUNES (CPF nº 804.426.761-15). Transitado em julgado certifique – se e arquive – se, procedendo – se as devidas baixas e anotações. P.R.I.C. Cuiabá, 13 de dezembro de 2019. Luís Fernando Voto Kirche Juiz de Direito.

6ª Vara Especializada de Família e Sucessões

Intimação

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1012328-43.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
N. G. M. (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
JOANETHO BARRETO ARAUJO OAB - MT0014183S-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
C. G. P. D. C. (RÉU)
F. P. D. S. C. (RÉU)
M. B. S. D. C. (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
RAILTON FERREIRA DE AMORIM OAB - MT23886-O (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ 1012328-43.2017.8.11.0041 Certifico que, por meio desta, faço a intimação da parte AUTORA/REQUERIDA, através de seu(sua)(s) advogado(a,s), via DJE, acerca da decisão/sentença de ID 27358344 - "VISTOS, ETC. Tendo em vista que infelizmente o Estado não disponibilizou verba para custeio de realização de exame de DNA pela Secretaria de Saúde, intime-se a parte autora, através de seu advogado habilitado nos autos, para que no prazo de 15 (quinze) dias manifeste quanto ao pagamento das despesas para realização do exame de DNA entre o Autor, a genitora do Autor, a Requerida Maria Bernadete e a filha biológica do falecido Maria Luisa. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, voltem os autos conclusos." Cuiabá/MT, 13 de dezembro de 2019. Assinado eletronicamente Carlos Henrique Saliés Ribeiro Gestor Judiciário

Intimação Classe: CNJ-81 ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
Processo Número: 1002643-41.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
A. A. G. (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
THAIS CARVALHO DA SILVA OAB - MT21326-O (ADVOGADO(A))
GABRIEL OLIVEIRA SANTIAGO DE AMORIM OAB - MT25762-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
F. D. (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
THAIS CHAVES BRAZIL BARBOSA OAB - MT23827/O (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ 1002643-41.2019.8.11.0041 Certifico que, por meio desta, faço a intimação da parte AUTORA/REQUERIDA, através de seu(sua)(s) advogado(a,s), via DJE, acerca da decisão/sentença de ID 27278019 - "(...) ANTE O EXPOSTO, nos termos do artigo 487, I e III, a, do Novo Código de Processo Civil, (1) HOMOLOGO, por sentença, o reconhecimento da procedência do pedido no que atine a investigação de paternidade, e, por conseguinte, declaro o Sr. FÁBIO DIAS SOARES, pai da autora e determino a inclusão do patronímico “Soares” ao seu nome, que, doravante, passará a se chamar MIRELLA ADELINE GOMES SOARES, determinando que também seja incluído em seu registro de nascimento o nome do pai e dos avós paternos, preservando-se os demais dados constantes do atual registro e (2) JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão ALIMENTÍCIA, para FIXÁ-LA no valor equivalente a 50% do salário mínimo, atualmente correspondente a R$499,00 (quatrocentos e noventa e nove reais), devendo o valor ser depositado na conta da genitora da menor todo o dia 10 de cada mês, além de 50% das despesas extraordinárias com medicamentos, médico, dentista (despesas devidamente comprovadas) e, ao final de cada semestre, o autor deverá repassar o valor de R$500,00 (quinhentos reais), para aquisição de material didático e roupas. Transitado em julgado, expeça-se o competente mandado de retificação do registro de nascimento da autora, na forma acima descrita. Por fim, ante a sucumbência recíproca, condeno os litigantes ao pagamento das custas e despesas processuais, pro rata, e honorários advocatícios, que com fundamento no §2º do artigo 85 do Código de Processo Civil, arbitro em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa em favor do causídico do requerido e em 10% do proveito econômico obtido em favor do r. patrono da requerente, correspondente a soma de 12 (doze) parcelas da pensão alimentícia ora fixada, suspensa a exigibilidade em ambos os casos em decorrência da gratuidade concedida a autora e a que ora defiro ao requerido, haja vista que comprovado o preenchimento dos requisitos legais. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Após, promovam-se as anotações e baixas necessárias e o arquivamento dos autos. Ciência ao Ministério Público." Cuiabá/MT, 13 de dezembro de 2019. Assinado eletronicamente Carlos Henrique Saliés Ribeiro Gestor Judiciário

Intimação Classe: CNJ-71 ALVARÁ JUDICIAL
Processo Número: 1003121-83.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LEONIR PEREIRA DE FREITAS (REQUERENTE)
VANICE PEREIRA DE FREITAS (REQUERENTE)
APARECIDO PEREIRA DE SOUSA (REQUERENTE)
ANTONIA PEREIRA DE SOUZA (REQUERENTE)
ADAO ANTONIO DE FREITAS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANDRE DE ALBUQUERQUE TEIXEIRA DA SILVA OAB - MT14054-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ 1003121-83.2018.8.11.0041 Certifico que, por meio desta, faço a intimação da parte AUTORA/REQUERIDA, através de seu(sua)(s) advogado(a,s), via DJE, acerca da decisão/sentença de ID 27326147 - "VISTOS, ETC. Ante o teor da certidão de ID. retro, determino a intimação dos interessados Vanice Pereira de Freitas, Leonir Pereira de Freitas e Adão Antônio de Freitas para que, no prazo de 05 (cinco) dias, procedam com o depósito, na Conta Única do Poder Judiciário, do valor levantado em excesso (R$ 5.964,49 cada), sob pena de responsabilização cível e criminal. Acaso decorrido in albis o lapso suso, expeçam-se mandados de intimação pessoal. Sobrevindo informação do depósito, proceda-se com a devida vinculação e, na sequência, implemente-se a decisão de ID. 26935533. Do contrário, certifique-se e conclusos. Às providências." Cuiabá/MT, 13 de dezembro de 2019. Assinado eletronicamente Carlos Henrique Saliés Ribeiro Gestor Judiciário

Ato Ordinatório Classe: CNJ-275 INTERDIÇÃO
Processo Número: 1016414-86.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
O. G. D. S. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JULIANA VETTORI SANTAMARIA STABILE OAB - MT14877-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
O. B. D. S. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RAFAEL SOUZA NUNES OAB - MT14676-O (ADVOGADO(A))
SYRHAM MARIA DE ARRUDA REINDEL FONSECA OAB - MT20809-O (ADVOGADO(A))
HELIO TEIXEIRA LACERDA OAB - MT15283-O (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ 1016414-86.2019.8.11.0041 Nos termos da legislação vigente e do Provimento nº 56/2007-CGJ, tendo em vista a informação retro, impulsiono os autos para intimar as partes AUTORA e REQUERIDA acerca do agendamento da perícia para o dia 30/01/2019, às 13:30h, no consultório médico Alberto Carvalho de Almeida (Av. Miguel Sutil, n.º 8000, sala 805, Ed. Santa Rosa Tower, Jardim Mariana, Cuiabá/MT, telefone: 3626-5716 / 9.9224-7546), oportunidade em que as partes deverão trazer documentos relativos a tratamentos médicos, atestados, receitas e exame do(a) periciando(a). Cuiabá/MT, 13 de dezembro de 2019. Assinado eletronicamente Carlos Henrique Saliés Ribeiro Gestor Judiciário

Ato Ordinatório Classe: CNJ-81 ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
Processo Número: 1049367-06.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
WAGNER RIBEIRO MACHADO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
IRAN DA CUNHA GOMES DA SILVA OAB - MT21336-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FELIPE MIRANDA MACHADO (RÉU)
DANILO NECESIO MIRANDA MACHADO (RÉU)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ 1049367-06.2019.8.11.0041 Nos termos da legislação vigente e do Provimento nº 56/2007-CGJ, tendo em vista o teor da certidão de ID 27208759, impulsiono os autos para intimar a parte autora/exequente a fim de, no prazo legal, sobre ela se manifestar. Cuiabá/MT, 13 de dezembro de 2019. Assinado eletronicamente Fabiano Fabrício Fernandes de Moraes Técnico Judiciário

Ato Ordinatório Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 0010129-36.2015.8.11.0041

Parte(s) Polo Ativo:
L. A. D. G. (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LILIANE PEREIRA BET OAB - MT15487-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
L. P. D. M. (EXECUTADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ Certifico que, intimado (ID 26949830), a parte executada deixou transcorrer o prazo sem se manifestar. Nos termos da legislação vigente e do Provimento nº 56/2007-CGJ, impulsiono os autos para intimar a parte exeqüente a fim de, no prazo legal, se manifestar. Cuiabá/MT, 13 de dezembro de 2019. Assinado eletronicamente Carlos Henrique Saliés Ribeiro Gestor Judiciário

Ato Ordinatório Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 0006462-23.2007.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
J. R. T. G. (EXEQUENTE)
A. F. R. T. (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
A. J. V. (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EDER DA SILVA GOMES OAB - MT24022-O (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ 3ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ AVENIDA DESEMBARGADOR MILTON FIGUEIREDO FERREIRA MENDES, TELEFONE: (65) 3648-6000/6001, CENTRO POLÍTICO ADMINISTRATIVO, CUIABÁ - MT - CEP: 78049-075 EDITAL DE INTIMAÇÃO Prazo do Edital: 20 Dias EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO ELZA YARA RIBEIRO SALES SANSAO PROCESSO n. 0006462-23.2007.8.11.0041 Valor da causa: R$ 543,17 ESPÉCIE: [Alimentos]->CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156) POLO ATIVO: Nome: ADRIANO FELIPE RIBEIRO TAQUES POLO PASSIVO: Nome: ADRIANO JOSE VELOSO FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DA(S) PARTE AUTORA, acima qualificada, atualmente em local incerto e não sabido, para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do artigo 485 da Lei 13.105/2015, conforme despacho e documentos vinculados disponíveis no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem descritas no corpo deste documento. COMPLEMENTO : 1. Nos termos do art 485, do CPC, o juiz não resolverá o mérito quando: II - o processo ficar parado durante mais de 1 (um) ano por negligência das partes; III - por não promover os atos e as diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias; Despacho/Decisão: ID. 24319913. "VISTOS, ETC. Tendo em vista o lapso considerável em que os autos encontravam-se arquivados provisoriamente, determino que se intime a parte autora através do seu advogado, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, manifeste-se em prosseguimento. Decorrido in albis o alusivo prazo, intime-se, pessoalmente, a parte autora para requerer o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do artigo 485, §1º, do CPC/2015. Sendo frustrada a diligência supra, intime-se a parte requerente por edital. Intimem-se. Às providências. " E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, FABIANO FABRÍCIO FERNANDES DE MORAES, digitei. CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2)Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Intimação Classe: CNJ-284 DIVÓRCIO LITIGIOSO
Processo Número: 1058836-76.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
C. D. S. B. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SEBASTIAO CARLOS ARAUJO PRADO OAB - MT10001-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
C. L. M. (REQUERIDO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ 1058836-76.2019.8.11.0041 Certifico que, por meio desta, faço a intimação da parte AUTORA, através de seu(sua)(s) advogado (a,s), via DJE, acerca da decisão de ID 27279291, bem como para comparecer à audiência de conciliação designada para o dia 05/03/2020, às 14:20 horas, neste Fórum da Capital, oportunidade em que deverá comparecer portando todos seus documentos pessoais e acompanhada de advogado(a)(s)/Defensor(a) Público, CIENTIFICANDO-A de que a audiência ora designada poderá dividir-se em tantas sessões quantas sejam necessárias para viabilizar a solução consensual (art. 696, do CPC). Cuiabá/MT, 13 de dezembro de 2019. Assinado eletronicamente Carlos Henrique Saliés Ribeiro Gestor Judiciário

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1024322-68.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
E. C. D. S. (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ATHENA CAMPOS DUARTE ANTELO SILVA OAB - MT17802-O (ADVOGADO(A))
Nadir Blemer de Carvalho OAB - MT11595-O (ADVOGADO(A))
SONIA MARIA HOFMAN OAB - MT25551/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
M. S. D. S. J. (RÉU)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ 1024322-68.2017.8.11.0041 Certifico que, por meio desta, faço a intimação da parte AUTORA, através de seu(sua)(s) advogado (a,s), via DJE, acerca da decisão de ID 26981746, bem como para comparecer à audiência de INSTRUÇÃO e JULGAMENTO designada para o dia 26/02/2020, às 14:30 horas, neste Fórum da Capital, ocasião em que serão ouvidas as testemunhas eventualmente indicadas no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do artigo 357, §§4º e 6º, do NCPC, no máximo de 03 (três) para cada parte, frisando, por oportuno, que caberá as partes intimar as testemunhas que tiverem arrolado, observando esta decisão e o disposto no artigo 455 da lei processual, inclusive que a inércia na realização da intimação importará desistência na inquirição da testemunha indicada. Cuiabá/MT, 13 de dezembro de 2019. Assinado eletronicamente Carlos Henrique Saliés Ribeiro Gestor Judiciário

Intimação Classe: CNJ-275 INTERDIÇÃO
Processo Número: 1043857-46.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CARLOS EDUARDO VIEIRA DE SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:

RENAN ALVES BATISTA OAB - MT21351-O (ADVOGADO(A))
MURILLO ESPICALQUIS MASCHIO OAB - MT9118/B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PEDRO VIEIRA SOUZA (REQUERIDO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ EDITAL DE INTERDIÇÃO PRAZO: 30 (TRINTA) DIAS PROCESSO Nº 1043857-46.2018.8.11.0041 ESPÉCIE: [Relações de Parentesco] CURADOR: CARLOS EDUARDO VIEIRA DE SOUZA INTERDITADO: PEDRO VIEIRA SOUZA CAUSAS DA INTERDIÇÃO: Portador de deficiência mental desde o seu nascimento, sendo incapaz de gerir a sua vida civil. LIMITES DA CURATELA: SUPRIR INCAPACIDADE RELATIVA, ASSISTINDO O(A) REQUERIDO(A) NOS ATOS NEGOCIAIS E PATRIMONIAIS. RESUMO DA SENTENÇA: ANTE O EXPOSTO, e por tudo o mais que dos autos consta, com fundamento no artigo 1.767, inciso I, do Código Civil e artigo 747 e seguintes do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado para o fim de DECRETAR A INTERDIÇÃO de PEDRO VIEIRA DE SOUZA, qualificado nos autos, por incapacidade civil para exercer pessoalmente todos os atos da vida civil, com as limitações previstas no artigo 1.782 do CC/02, mantendo incólumes os seus demais direitos políticos e civis. Por conseguinte, mantenho a NOMEAÇÃO do Sr. LOURENÇO VIEIRA DE SOUZA, genitor do interditado, como seu CURADOR, o que faço com fundamento no artigo 1.775, §1º, do Código Civil, mediante termo de compromisso, incumbindo-se de representar o interditado (requerido) em todos os atos da vida civil atos negociais, patrimoniais e/ou de mera administração, bem como de promover tratamento de saúde adequado, observando, ainda, o disposto nos artigos 1.774 e 1.781, ambos do Código Civil. Por fim, DECLARO EXTINTO o feito, com resolução do mérito, com base no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Publique-se na rede mundial de computadores, no site do Tribunal de Justiça e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, onde permanecerá por 06 (seis) meses, na imprensa local 01 (uma) vez e no Órgão Oficial por 03 (três) vezes com intervalos de 10 (dez) dias, constando o nome do curatelado e do curador, bem assim as demais disposições constantes no artigo 755, §3º, do CPC/2015. Na sequência, lavre-se o ALVARÁ DE CURATELA, que deverá ser assinado pelo Curador, ocasião em que deverá apresentar em juízo cópia da certidão de nascimento do requerido, conditio sine qua non para a expedição do termo judicial. Após, expeça-se mandado ao Cartório de Registro Civil, para averbação à margem do assento de nascimento do curatelado, observando-se o disposto no artigo 29, inciso V e artigo 93, ambos da Lei n.º 6.015/73 (LRP). Custas e honorários pelo demandado, todavia, suspensa a sua exigibilidade diante dos benefícios da assistência judiciária gratuita que ora concedo, eis que se extrai dos documentos carreados que, a princípio, possui insuficiência de recursos para pagar as custas, demais despesas processuais e honorários de sucumbência, atendendo aos ditames do art. 98 do CPC/2015. Ciência ao Ministério Público. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Após o decurso do prazo recursal, arquivem-se os autos com as baixas e anotações necessárias. E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital, que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, Luiz Alberto Machado Júnior, Analista Judiciário, digitei. Cuiabá-MT, 13 de dezembro de 2019 Assinado eletronicamente Carlos Henrique Saliés Ribeiro Gestor Judiciário

Expediente

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Elza Yara Ribeiro Sales Sansão
Cod. Proc.: 1059300 Nr: 50656-30.2015.811.0041
AÇÃO: Execução de Alimentos->Execução de Título Judicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MHFL, SCF
PARTE(S) REQUERIDA(S): AFL
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: THAISA FERNANDA FIGUEIREDO LENZI - OAB:12.859 OAB/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Processo n°. 50656-30.2015 (Cód. 1059300)
VISTOS, ETC.
Ante o teor da petição de fl.92, intime-se a parte exequente por meio da sua nobre advogada para que, no lapso de 5 dias, manifeste-se acerca de eventual quitação do débito exequendo, sob pena de o seu silêncio ser interpretado como anuência.
Decorrido in albis, não sobrevindo manifestação de discordância, autorizo, desde já, a expedição de certidão ao cartório de protesto e aos órgãos de proteção ao crédito, a fim de que seja excluído o nome do executado do rol de devedores.
Ciência ao Ministério Público.
Às providências.
Cuiabá/MT, 12 de dezembro de 2019.
Elza Yara Ribeiro Sales Sansão
Juíza de Direito

Decisão

Decisão Classe: CNJ-268 ARROLAMENTO SUMÁRIO
Processo Número: 1050809-07.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MONICA DO CARMO GONCALVES (REQUERENTE)
MARILCE MARIA DO CARMO GONCALVES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOANA ALESSANDRA GONCALVES DE QUEIROZ OAB - MT14843-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARCIO MARIO GONCALVES (REQUERIDO)
Magistrado(s):
ELZA YARA RIBEIRO SALES SANSAO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA ESPECIALIZADA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES COMARCA DE CUIABÁ Processo nº 1050809-07.2019 VISTOS, ETC. Considerando a informação de quitação do arrendamento mercantil que recaía sobre o veículo Volkswagen/GOL, placas AOP 2079, defiro o pedido de ID. 27010828 e, por conseguinte, autorizo a expedição de alvará, autorizando a inventariante a representar o falecido perante o órgão de trânsito do Estado de Mato Grosso. Outrossim, procedo com o encarte da requisição de informações realizada junto ao sistema BacenJud. Por fim, prossiga-se no cumprimento da decisão de ID. 26186691. Às providências. Cuiabá/MT, 13 de dezembro de 2019. Elza Yara Ribeiro Sales Sansão Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 0025455-70.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
EZIO PEREIRA DA SILVA (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Advogado(s) Polo Ativo:
ELIZANGELA SANTANA DE OLIVEIRA OAB - MT4654-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESPOLIO DE MARCOLINA PEREIRA DA SILVA (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Magistrado(s):
ELZA YARA RIBEIRO SALES SANSAO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA ESPECIALIZADA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES COMARCA DE CUIABÁ Processo nº 0025455-70.2014 VISTOS, ETC. Analisando a petição de ID. 23924029, vislumbro que não obstante os interessados tenham manifestado pela retificação e emenda do formal de partilha, depreende-se da petição inicial, ID. 23879673, das primeiras declarações 23923772 - Págs. 1 a 4, petições de ID. 23923807- Págs. 1 e 2, 23923813, 23923887, decisão de ID. 23923889, esboço de partilha, ID. 23923891, entre outros documentos que instruem o feito, que a presente trata-se de inventário apenas em razão do falecimento de Marcolina Pereira da Silva, não havendo que se falar em processamento de inventário conjunto. Outrossim, o feito fora sentenciado, ID. 23923959, cujo trânsito em julgado ocorreu em 26.1.2017, ID. 23923961, de maneira que fora entregue a prestação jurisdicional por este juízo. Desta feita, indefiro o processamento da petição de ID. 23924029 e determino o retorno dos autos ao arquivo, salientando que, querendo, os interessados poderão manejar ação de inventário do Sr. Manoel Pereira da Silva, sem, necessariamente, ser por dependência a este feito. Às providências. Cuiabá/MT, 13 de dezembro de 2019. Elza Yara Ribeiro Sales Sansão Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-269 INVENTÁRIO

Processo Número: 1056856-94.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MARINUS LUYTEN JUNIOR (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MAYRA COLANTONIO DE SOUZA LATORRE OAB - SP383993 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
HENDRIK ROBERT LEENDERT CHRISTOFFEL (REQUERIDO)
HERRY JOANNA EUWERDINA LUYTEN VAN DEURSEN (REQUERIDO)
ARNOLD LUYTEN (REQUERIDO)
JEANETTE ALLEIDA LUYTEN BLANKENZEE (REQUERIDO)
Nicolette Margaretha Luyten Kamp (DE CUJUS)
MARINUS LUYTEN (DE CUJUS)
Dirk Luyten (ESPÓLIO)
Magistrado(s):
ELZA YARA RIBEIRO SALES SANSAO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA ESPECIALIZADA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES COMARCA DE CUIABÁ Processo nº 1056856-94.2019 VISTOS, ETC. Trata-se de Ação de Abertura de Inventário Cumulativo na Formar de Arrolamento de Bens interposta por Marinus Luyten Junior, em razão do falecimento de Marinus Luyten e Nicolette Margaretha Luyten Kamp, todos qualificados nos autos. Pretende o interessado a concessão dos benefícios da justiça gratuita, sob o fundamento de que não possui condições de arcar com as custas do processo sem prejuízo ao seu sustento. Entretanto, nas ações de inventário deve-se levar em consideração, para a análise do requerimento de justiça gratuita, a capacidade financeira do espólio e não do requerente, do inventariante ou herdeiros, vez que as custas processuais e demais despesas serão suportadas pelo próprio espólio. No caso dos autos, foi atribuído o valor de R$ 104.393,32 (cento e quatro mil, trezentos e noventa e três mil reais e trinta e dois centavos), à causa, que será oportunamente revisto por este juízo, na medida em que não houve a indicação/avaliação dos bens deixados pelo extinto, razão pela qual postergo a apreciação do pedido de gratuidade para após a apresentação das primeiras declarações, bem assim quanto ao exame do valor da causa. Outrossim, nos termos do art. 617, II do CPC/2015, nomeio o filho dos de cujus Marinus Luyten Junior, como inventariante, devendo prestar compromisso no prazo de 05 (cinco) dias (art. 617, parágrafo único, do CPC/2015) e as primeiras declarações, no prazo de 20 (vinte) dias, em conformidade com o disposto no art. 620 do CPC/2015. Ressalto que as primeiras declarações deverão ser apresentadas pessoalmente pelo inventariante ou, alternativamente, através de procurador com poderes especiais, nos termos do art. 618, III do CPC/2015. Na ocasião da apresentação das primeiras declarações, deverá o inventariante juntar aos autos a certidão de inexistência de testamento deixado pelos autores da herança, expedida pelo CENSEC – Centro Notarial de Serviços compartilhados, conforme determina o Provimento nº 56/2016 do CNJ. No alusivo interregno, o inventariante deverá esclarecer se o herdeiro Arnold reside na Comarca de Cuiabá/MT ou Várzea Grande/MT, bem assim qualificar a herdeira Jeanette Alleida, a fim de possibilitar a sua citação. Com o aporte das primeiras declarações, citem-se todos os interessados e intime-se a Fazenda Pública, para, querendo, manifestar-se sobre as primeiras declarações, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos dos art. 626 e ss do Código Processo Civil. Publique-se edital, nos termos do art. 626, §1º do CPC. Às providências. Cuiabá/MT, 13 de dezembro de 2019. Elza Yara Ribeiro Sales Sansão Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-269 INVENTÁRIO
Processo Número: 1057850-25.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ANA LUIZA DA SILVA (INVENTARIANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SONIA MARIA DE ALENCAR OAB - MT8168-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TEREZA ANTUNES FERRAZ DA SILVA (DE CUJUS)
Magistrado(s):
ELZA YARA RIBEIRO SALES SANSAO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA ESPECIALIZADA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES COMARCA DE CUIABÁ Processo nº 1057850-25.2019 VISTOS, ETC. Preliminarmente, analisando a peça de ingresso, verifico que os interessados não atribuíram valor à causa, em decorrência, nos termos do artigo 292, do NCPC, intimem-se os autores para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, retifique a r. peça no tocante a esse ponto, sob pena de indeferimento da inicial. Com o aporte da emenda supra, prossiga-se no cumprimento da decisão que segue. Trata-se de requerimento de abertura de Inventário Cumulativo interposto por Ana Luiza Silva, em razão do falecimento de Tereza Antunez da Silva, qualificadas nos autos. Pretende a interessada a concessão dos benefícios da justiça gratuita, sob o fundamento de que não possui condições de arcar com as custas do processo sem prejuízo ao seu sustento. Entretanto, nas ações de inventário deve-se levar em consideração, para a análise do requerimento de justiça gratuita, a capacidade financeira do espólio e não do requerente, do inventariante ou herdeiros, vez que as custas processuais e demais despesas serão suportadas pelo próprio espólio. No caso dos autos, o valor da causa será oportunamente revisto por este juízo, na medida em que não houve a indicação/avaliação dos bens deixados pelo extinto, como também sequer fora atribuído valor à causa, razão pela qual postergo a apreciação do pedido de gratuidade para após a apresentação das primeiras declarações, bem assim quanto ao exame do valor da causa. Outrossim, nos termos do art. 617, II do CPC/2015, nomeio a filha da de cujus Ana Luiza Silva, como inventariante, devendo prestar compromisso no prazo de 05 (cinco) dias (art. 617, parágrafo único, do CPC/2015) e ratificar as primeiras declarações apresentadas, no prazo de 20 (vinte) dias. Ressalto que as primeiras declarações deverão ser apresentadas pessoalmente pela inventariante ou, alternativamente, através de procurador com poderes especiais, nos termos do art. 618, III do CPC/2015. Deverá a inventariante juntar aos autos a certidão de inexistência de testamento deixado pelos autores da herança, expedida pelo CENSEC – Centro Notarial de Serviços compartilhados, conforme determina o Provimento nº 56/2016 do CNJ. No alusivo interregno, colacionar, ainda, ao feito, os documentos atualizados dos bens inventariados, bem assim demonstrar que os interessados Marcos José e Paulo José são filhos da falecida Tereza Antunes Ferraz da Silva, eis que os documentos pessoais estão com nomes divergentes. Com o aporte da ratificação das primeiras declarações, intime-se a Fazenda Pública, para, querendo, manifestar-se sobre as primeiras declarações, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos dos art. 626 e ss do Código Processo Civil. Publique-se edital, nos termos do art. 626, §1º do CPC. Às providências. Cuiabá/MT, 13 de dezembro de 2019. Elza Yara Ribeiro Sales Sansão Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-279 ALVARÁ JUDICIAL - LEI 6858/80
Processo Número: 1058019-12.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CRISTINA VALERIA PASCHOAL (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
LUIZ JOSE PASCHOAL (INVENTARIADO)
Magistrado(s):
ELZA YARA RIBEIRO SALES SANSAO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA ESPECIALIZADA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES COMARCA DE CUIABÁ Processo nº.1058019.12.2019 VISTOS, ETC. Tratar-se de Pedido de Alvará Judicial apresentado por Cristina Valeria Paschoal, qualificada nos autos, visando o recebimento de crédito atinente ao PIS/PASEP junto à Caixa Econômica Federal, não recebidos em vida pelo de cujus Luiz José Paschoal . Ao final, postula a remessa de ofício à instituição bancária mencionada, com o desiderato de obter o saldo existente em favor do extinto, bem assim a expedição do alvará de levantamento, além da concessão dos benefícios da justiça gratuita. Em seguida, vieram-me os autos conclusos. É o Relatório. Decido. Inicialmente, verifico que a interessada pretende a concessão dos benefícios da justiça gratuita, sob o fundamento de que não possuem condições de arcar com as custas do processo, sem prejuízo do seu próprio sustento. Entretanto, nas ações em que se pretende a expedição de Alvará, que tenham por objeto os direitos deixados pelo de cujus, deve-se levar em consideração, para a análise do requerimento de justiça gratuita, a quantia a ser recebida pela requerente, e não a capacidade do próprio interessado, vez que as custas processuais e demais despesas serão suportadas pelo valor que se pretende receber, razão pela qual, postergo a apreciação do pedido de assistência gratuita para momento posterior. Outrossim, vislumbro que os filhos do extinto, a saber, Maria Luiza Paschoal, Fernando Luis Paschoal, José Luis Paschoal, renunciaram expressamente aos seus quinhões, de maneira que o valor existente será recebido apenas pela requerente,

Cristina Valeria Paschoal. Pois bem, necessário salientar que a Lei n.º 6.858/80, a qual dispõe sobre o pagamento, aos dependentes ou sucessores, de valores não recebidos em vida pelos respectivos titulares, pontua em seu artigo 1° que: Art. 1º - Os valores devidos pelos empregadores aos empregados e os montantes das contas individuais do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e do Fundo de Participação PIS-PASEP, não recebidos em vida pelos respectivos titulares, serão pagos, em quotas iguais, aos dependentes habilitados perante a Previdência Social ou na forma da legislação específica dos servidores civis e militares, e, na sua falta, aos sucessores previstos na lei civil, indicados em alvará judicial, independentemente de inventário ou arrolamento. Depreende-se da normativa supra transcrita que, para o recebimento de valores devidos ao extinto e não pagos em vida, há a exigência de comprovação da condição de dependentes habilitados perante a previdência social, ou, na sua falta, aos sucessores previstos na lei civil. Nesta toada, determino a expedição de ofício ao INSS, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, informe a este juízo quem são os dependentes habilitados do de cujus Luiz José Paschoal. Por conseguinte, expeça-se ofício à Caixa Econômica Federal, requisitando informações, acerca de eventuais créditos depositados em favor do extinto, respectivamente a título de PIS e PASEP. Consigne, no alusivo ofício que, sendo constatada a existência de saldo positivo, deverá ser efetuado o depósito na Conta Única do Poder Judiciário, devendo o Sr. Gestor proceder com a vinculação dos valores. Com a resposta dos ofícios nos autos, intime-se a interessada para manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias, requerendo o que entender de direito. Intime-se e cumpra-se, expedindo o necessário. Às providências. Cuiabá/MT, 13 de dezembro de 2019. Elza Yara Ribeiro Sales Sansão Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-268 ARROLAMENTO SUMÁRIO
Processo Número: 1046903-09.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
EDCARLOS PIMENTA DA COSTA (REQUERENTE)
JURANDI QUARESMA DA COSTA (REQUERENTE)
ZELIA PIMENTA DA COSTA (REQUERENTE)
MARLI PIMENTA DA COSTA (REQUERENTE)
EDCLEIA MOREIRA SOUZA DA COSTA (REQUERENTE)
RAMOSLAN MOREIRA DA COSTA (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
AURELINO PIMENTA DA COSTA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
ELZA YARA RIBEIRO SALES SANSAO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA ESPECIALIZADA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES COMARCA DE CUIABÁ Processo nº 1046903-09.2019 VISTOS, ETC. Trata-se de requerimento de Abertura de Inventário interposto por Edcarlos Pimenta da Costa e outros, em razão do falecimento de Aurelino Pimenta da Costa, todos qualificados nos autos. Pretendem os interessados a concessão dos benefícios da justiça gratuita, sob o fundamento de que não possuem condições de arcar com as custas do processo sem prejuízo ao seu sustento. Entretanto, nas ações de inventário deve-se levar em consideração, para a análise do requerimento de justiça gratuita, a capacidade financeira do espólio e não do requerente, do inventariante ou herdeiros, vez que as custas processuais e demais despesas serão suportadas pelo próprio espólio. No caso dos autos, foi atribuído o valor de R$ 29.909,23 (vinte e nove mil, novecentos e nove reais e vinte e três centavos), à causa, que será oportunamente revisto por este juízo, na medida em que não houve a indicação/avaliação dos bens deixados pelo extinto, razão pela qual postergo a apreciação do pedido de gratuidade para após a apresentação das primeiras declarações, bem assim quanto ao exame do valor da causa. Outrossim, nos termos do art. 617, II do CPC/2015, nomeio a irmã do de cujus Zélia Pimenta da Costa, como inventariante, devendo prestar compromisso no prazo de 05 (cinco) dias (art. 617, parágrafo único, do CPC/2015) e as primeiras declarações, no prazo de 20 (vinte) dias, em conformidade com o disposto no art. 620 do CPC/2015. Ressalto que as primeiras declarações deverão ser apresentadas pessoalmente pela inventariante ou, alternativamente, através de procurador com poderes especiais, nos termos do art. 618, III do CPC/2015. Na ocasião da apresentação das primeiras declarações, deverá a inventariante juntar aos autos a certidão de inexistência de testamento deixado pelos autores da herança, expedida pelo CENSEC – Centro Notarial de Serviços compartilhados, conforme determina o Provimento nº 56/2016 do CNJ. No alusivo interregno, o inventariante deverá esclarecer quais interessados estão assistidos pela Defensoria Pública deste Estado e apresentar o plano amigável de partilha, sendo o caso. Noutro norte, em relação à alegação de existência de saldos em contas bancárias, proceda-se com as pesquisas pelo Sistema BacenJud, para a verificação da existência de valores em nome do falecido. Sendo infrutífera a tentativa supra, expeça-se ofícios à instituição financeira Caixa Econômica Federal, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, informe a este juízo acerca de valores deixados pelo extinto, em conta corrente, poupança, investimentos ou quaisquer títulos. Consigne, no alusivo ofício que, sendo constatada a existência de saldos positivos, deverão ser efetuados os depósitos na Conta Única do Poder Judiciário, e o Sr. Gestor proceder com a vinculação dos valores. Com o aporte das primeiras declarações, citem-se todos os interessados e intime-se a Fazenda Pública, para, querendo, manifestar-se sobre as primeiras declarações, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos dos art. 626 e ss do Código Processo Civil. Publique-se edital, nos termos do art. 626, §1º do CPC. Às providências. Cuiabá/MT, 13 de dezembro de 2019. Elza Yara Ribeiro Sales Sansão Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-268 ARROLAMENTO SUMÁRIO
Processo Número: 1057886-67.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
GERALDO DA SILVA MEDRADO (REQUERENTE)
MONICA SILVA MEDRADO (REQUERENTE)
KENNE BRUCE DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE NASCIMENTO DE CARVALHO OAB - MT2320-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GERALDO DA SILVA MEDRADO JUNIOR (ESPÓLIO)
Magistrado(s):
ELZA YARA RIBEIRO SALES SANSAO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA ESPECIALIZADA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES COMARCA DE CUIABÁ Processo nº 1057886-67.2019 VISTOS, ETC. Preliminarmente, analisando a peça de ingresso, verifico que os interessados não atribuíram valor à causa, em decorrência, nos termos do artigo 292, do NCPC, intimem-se os autores para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, retifique a r. peça no tocante a esse ponto, sob pena de indeferimento da inicial. Com o aporte da emenda supra, prossiga-se no cumprimento da decisão que segue. Trata-se de requerimento de Abertura de Ação de Inventário com pedido de Adjudicação interposto por Geraldo da Silva Medrado e Monica Silva Medrado, em razão do falecimento de Geraldo da Silva Medrado Junior, todos qualificados nos autos. Pretendem os interessados a concessão dos benefícios da justiça gratuita, sob o fundamento de que não possuem condições de arcar com as custas do processo sem prejuízo ao seu sustento. Entretanto, nas ações de inventário deve-se levar em consideração, para a análise do requerimento de justiça gratuita, a capacidade financeira do espólio e não do requerente, do inventariante ou herdeiros, vez que as custas processuais e demais despesas serão suportadas pelo próprio espólio. No caso dos autos, o valor da causa será oportunamente revisto por este juízo, na medida em que não houve a indicação/avaliação dos bens deixados pelo extinto, aliás sequer fora atribuído valor à causa, razão pela qual postergo a apreciação do pedido de gratuidade para após a apresentação das primeiras declarações, bem assim quanto ao exame do valor da causa. Outrossim, nos termos do art. 617, II do CPC/2015, nomeio o genitor do de cujus Geraldo da Silva Medrado, como inventariante, devendo prestar compromisso no prazo de 05 (cinco) dias (art. 617, parágrafo único, do CPC/2015) e as primeiras declarações, no prazo de 20 (vinte) dias, em conformidade com o disposto no art. 620 do CPC/2015. Ressalto que as primeiras declarações deverão ser apresentadas pessoalmente pelo inventariante ou, alternativamente, através de procurador com poderes especiais, nos termos do art. 618, III do CPC/2015. Na ocasião da apresentação das primeiras declarações, deverá o inventariante juntar aos autos a certidão de inexistência de testamento deixado pelos autores da herança, expedida pelo CENSEC – Centro Notarial de Serviços compartilhados, conforme determina o Provimento nº 56/2016 do CNJ. No alusivo interregno, o inventariante deverá colacionar ao feito a certidão negativa de débitos gerais expedida pela Prefeitura de Cuiabá/MT, em nome do falecido. Com o aporte das primeiras declarações, intime-se a Fazenda Pública, para, querendo, manifestar-se sobre as primeiras declarações, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos dos art. 626 e ss do Código Processo Civil. Publique-se

edital, nos termos do art. 626, §1º do CPC. Às providências. Cuiabá/MT, 13 de dezembro de 2019. Elza Yara Ribeiro Sales Sansão Juíza de Direito

Varas Especializadas da Fazenda Pública

1ª Vara Especializada da Fazenda Pública

Intimação

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1043935-40.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JONES ROBERTO CARVALHO (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROQUE PIRES DA ROCHA FILHO OAB - MT0009870A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Estado de Mato Grosso (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
BANCO RURAL S.A - EM LIQUIDACAO EXTRAJUDICIAL (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Advogado(s) Polo Passivo:
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-A (ADVOGADO(A))
LUANNA VIEIRA DA SILVA MATOS OAB - MG165264 (ADVOGADO(A))

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade a intimação da parte autora para, querendo, especificar as provas que pretende produzir, justificando-as sob pena de indeferimento. OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1044923-27.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MILLENIUM PAPELARIA E MATERIAIS DE INFORMATICA LTDA - EPP (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS JOSE DE CAMPOS OAB - MT14526-O (ADVOGADO(A))
Thiago Ribeiro OAB - MT13293-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RÉU)

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade de intimação da parte autora para a querendo, impugnar a contestação em até 15 (quinze) dias. No mesmo prazo, deverá especificar as provas que pretende produzir, mediante as justificativas necessárias, pena de indeferimento. OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-105 MANDADO DE SEGURANÇA
Processo Número: 1046953-35.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MARCELO WIROSKI (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ZELIA IVETE MICHELON OAB - MT23733/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GUSTAVO VASCONCELOS (IMPETRADO)

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade REITERAR a intimação da parte autora para CIÊNCIA da decisão proferida nos autos, a seguir transcrita, e para RECOLHER, por meio de Guia de Diligência, no site do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso (http://arrecadacao.tjmt.jus.br), comprovando nos autos, o valor referente às despesas do Sr. Oficial de Justiça em cumprimento de diligência no Bairro Centro Político Administrativo, em Cuiabá-MT. OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE (Processo Judicial Eletrônico), nos termos do artigo 9.º da Lei 11.419/2006. DECISÃO: Ante o exposto, INDEFIRO a liminar. Notifique-se a autoridade indicada como coatora para, querendo, no prazo de até 10 (dez) dias, prestar as informações que entender convenientes (art. 7º, I, da Lei nº. 12.016/2009), observado, ainda, o disposto no art. 7º, II, da Lei nº. 12.016/2009. Decorrido o prazo com ou sem manifestação, certifique-se e ouça-se o ilustre representante do Ministério Público (artigo 12 da Lei nº. 12.016/2009). Após, conclusos. Às urgentes providências. Intime-se. Cumpra-se.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1036552-11.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ELIANE EUGENIA DE ARRUDA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCIA NIEDERLE OAB - MT10458-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RÉU)

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade a intimação da parte autora para, querendo, apresentar contrarrazões a Recurso de Apelação. OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1046424-16.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
VALDIR AMARO DE OLIVEIRA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ROSANA LAURA DE CASTRO FARIAS RAMIRES OAB - MT9931-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (RÉU)

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade a intimação da parte autora para, querendo, impugnar a contestação no prazo legal. No mesmo prazo, deverá especificar as provas que pretende produzir, mediante as justificativas necessárias, pena de indeferimento. OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-105 MANDADO DE SEGURANÇA
Processo Número: 1047897-37.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
IZAURA VEHNER DE SOUZA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIANE ELENSILZIE DE OLIVEIRA OAB - MT0006141A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GUSTAVO VASCONCELOS (IMPETRADO)

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade REITERAR a intimação da parte autora para CIÊNCIA da decisão proferida nos autos, a seguir transcrita, e para RECOLHER, por meio de Guia de Diligência, no site do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso (http://arrecadacao.tjmt.jus.br), comprovando nos autos, o valor referente às despesas do Sr. Oficial de Justiça em cumprimento de diligência no Bairro Centro Político Administrativo, em Cuiabá-MT. OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE (Processo Judicial Eletrônico), nos termos do artigo 9.º da Lei 11.419/2006. DECISÃO: Ante o exposto, preenchidos os requisitos legais, com base no artigo 1º da Lei n° 12.016/2009, CONCEDO em parte à medida LIMINAR e, por consequência de causa e efeito, determino a autoridade coatora que se abstenha de condicionar a emissão do documento de "Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo" do veículo TRAILBLAZER LTZ, Ano/Modelo 2012/2013, Placas OBP-8800, RENAVAM 00507856880, de titularidade da impetrante ao pagamento de multas por infrações de trânsito sob sua jurisdição (DETRAN/MT), desde que regular a documentação a ser apresentada ao Órgão de Trânsito e preenchidas as demais exigências legais. Ressalta-se que a expedição do CRLV referente ao exercício de 2019 e transferência veicular dependerá da liquidação das obrigações tributárias correspondentes (IPVA, Licenciamento e Seguro Obrigatório), bem como da comprovação de irregularidade das multas aplicadas pelo DNIT e DETRAN/SP. Notifique-se a autoridade coatora para, querendo, no prazo de até 10 (dez) dias, prestar as informações que entender convenientes (art. 7º, I, da Lei nº. 12.016/2009), observado, ainda, o disposto no art. 7º, II, da Lei nº. 12.016/2009. Decorrido o prazo com ou sem manifestação, certifique-se e ouça-se o ilustre representante do Ministério Público (artigo 12 da Lei nº. 12.016/2009). Após, conclusos. Às urgentes providências. Intime-se. Cumpra-se.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1002248-83.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ANTENOR GONCALVES DE QUEIROZ (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
FAUSTO DEL CLARO JÚNIOR OAB - MT11843-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DO MATO GROSSO (RÉU)
ESTADO DE MATO GROSSO (RÉU)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade a intimação da parte autora para, querendo, impugnar a contestação no prazo legal. No mesmo prazo, deverá especificar as provas que pretende produzir, mediante as justificativas necessárias, pena de indeferimento. OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-105 MANDADO DE SEGURANÇA
Processo Número: 1011763-45.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ELEIDILENE DE JESUS SANTANA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MAGNO JOSE DA SILVA OAB - MT19135-O (ADVOGADO(A))
NIWMAR SERPA OAB - MT19703-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Diretor Presidente do Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso (IMPETRADO)
Thiago França - Presidente do DETRAN/MT (IMPETRADO)
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO ESTADO DE MATO GROSSO - DETRAN/MT (IMPETRADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade a intimação da parte autora para, querendo, apresentar contrarrazões a Recurso de Apelação. OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1044154-53.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ERISON COSTA DE OLIVEIRA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCIA NIEDERLE OAB - MT10458-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RÉU)

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade a intimação da parte autora para, querendo, impugnar a contestação no prazo legal. OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1003012-69.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
NILTON CESAR GONCALVES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
FAUSTO DEL CLARO JÚNIOR OAB - MT11843-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RÉU)

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade a intimação da parte autora para, querendo, impugnar a contestação no prazo legal. No mesmo prazo, deverá especificar as provas que pretende produzir, mediante as justificativas necessárias, pena de indeferimento.OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1003282-93.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MAVI ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
CRISTIANO NOETZOLD OAB - MT0020684A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RÉU)

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade a intimação da parte autora para, querendo, impugnar a contestação no prazo legal. No mesmo prazo, deverá especificar as provas que pretende produzir, mediante as justificativas necessárias, pena de indeferimento. OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1044148-46.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ANTONIO MARCOS VILELA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCIA NIEDERLE OAB - MT10458-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RÉU)

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade a intimação da parte autora para, querendo, impugnar a contestação no prazo legal. OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1035738-33.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LUIZ CARLOS NEPOMUCENO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
JESUS VIEIRA DE OLIVEIRA OAB - MT0009309A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RÉU)

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade a intimação da parte autora para, querendo, apresentar contrarrazões a Recurso de Apelação. OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1036957-81.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
TATIANE DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
JESUS VIEIRA DE OLIVEIRA OAB - MT0009309A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RÉU)

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade a intimação da parte autora para, querendo, apresentar contrarrazões a Recurso de Apelação. OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Expediente

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Onivaldo Budny
Cod. Proc.: 792928 Nr: 47012-84.2012.811.0041
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: JURACI DA SILVA, ELAINE CARDINALI AERE
PARTE(S) REQUERIDA(S): ESTADO DE MATO GROSSO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ALTAIR BALIEIRO - OAB:13.946/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: NELSON PEREIRA DOS

SANTOS (PROCURADOR ESTAD.) - OAB:3591-B/MT
PROCESSO: 47012-84.2012.811.0041 (cód. 792928)
ESPÉCIE: AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
EXEQUENTE: JURACI DA SILVA
EXECUTADO: ESTADO DE MATO GROSSO
Vistos.
Ação de execução ajuizada por JURACI DA SILVA contra o ESTADO/MT para recebimento do crédito referente à Certidão nº 9.9.095.416-1 (f. 28). O executado impugnou o cálculo (f. 51) e indicou o valor que entende devido (f. 53/57). Concordância expressa do exequente (f. 58).
Por traduzir a soberana manifestação de vontade das partes e para que surtam os efeitos legais e jurídicos desejados, com base no art. 535, § 2º do CPC, HOMOLOGO por sentença o crédito no valor de R$39.840,15 (trinta e nove mil, oitocentos e quarenta reais e quinze centavos), data base 01.8.2018 (f. 57-V).
Tendo vista que o acolhimento da impugnação do executado resultou sensível redução no crédito do exequente, em prestígio ao princípio da razoabilidade e proporcionalidade deixo de condená-lo em honorários sucumbenciais e em custas processuais, pois, exequente beneficiário da justiça gratuita (f. 30).
Deixo de determinar a atualização do valor, pois, na ocasião do pagamento o crédito deverá ser atualizado conforme normas que regem a matéria (RE's 579431 e 870947, ADI's 4357 e 4425).
Certificado o trânsito em julgado, com base no art. 100/CF e artigos 266/267 do RI/TJMT, expeça-se ofício requisitório em nome do exequente JURACI DA SILVA, contra o ESTADO/MT, referente ao crédito principal no valor de R$39.840,15 (trinta e nove mil oitocentos e quarenta reais e quinze centavos), conforme cálculo f. 57-V, data base 01.8.2018, com sintomática remessa ao Presidente do e. TJMT.
Cumpridas as determinações, sem provocação, certifique-se e arquive-se com as cauteles de estilo.
Expeça-se o necessário. Às providências.
Cuiabá, 10 de dezembro de 2019.
ONIVALDO BUDNY
Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Onivaldo Budny
Cod. Proc.: 370776 Nr: 7343-29.2009.811.0041
AÇÃO: Execução Contra a Fazenda Pública->Execução de Título Judicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: CARLOS ANTÔNIO DE BELÉM
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CARLA MARIA COSTA BOTELHO - OAB:22999/DF, DANIELA SAMPAIO STEINLE - OAB:12266-B/MT, LILIAN VANESSA MENDONÇA PAGLIARINI E SOUZA - OAB:8.400/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ANDREZZA ALVES MEDEIROS - OAB:1662135
PROCESSO: 7343-29.2009.811.0041 (cód. 370776)
ESPÉCIE: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
EXEQUENTES: CARLOS ANTÔNIO DE BELÉM e outro
EXECUTADO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
Vistos.
Processo em fase de cumprimento de sentença (f. 142/144) ratificada Acórdão (f. 165/167), transitado em julgado (f. 174).
Em cumprimento à decisão (f. 205/206) a Contadoria elaborou os cálculos oficiais (f. 207/208) com concordância expressa do exequente (f. 210/211) e do executado (f. 212verso).
Por traduzir a soberana manifestação de vontade das partes e para que surtam os efeitos legais e jurídicos desejados, com base no art. 535, § 3º do CPC, HOMOLOGO por sentença o cálculo (f. 207/208), no valor total de R$ 7.456,38 referente ao crédito principal e o valor de R$ 2.359,92 referente os honorários sucumbenciais.
Sem custas (art. 3º, I da Lei 7.603/2001) e sem honorários de sucumbência (art. 85, § 8º /CPC).
Transitado em julgado, certifique-se e, com base no art. 1º da Lei Estadual n° 10.656/17, EXPEÇAM-SE duas RPVs, a primeira referente ao crédito principal no valor R$ 7.456,38 em nome de Carlos Antônio de Belém e a segunda referente honorários de sucumbência no valor de R$ 2.359,92 em favor da advogada Lilian V.M. Paglirini e Souza, ambas as RPV's para o INSS efetuar o pagamento no prazo de até 02 (dois) meses, contados da entrega da requisição, mediante depósito na Conta Única Judicial (art. 535, § 3º, II/ CPC), pena de concordância tácita com sequestro de valor (Bacenjud).
Nos termos do art. 22, § 4º da Lei 8.906/94, defiro a juntada do contrato de honorários advocatícios (f. 196/197) e o destacamento do percentual de 25% (vinte por cento) sobre o crédito principal, em favor da advogada contratada.
Materializados os depósitos pela Autarquia Federal executada, expeçam-se os alvarás em favor dos respectivos credores.
Cumprido integralmente, certifique-se e arquive-se. Às providências.
Cuiabá, 10 de dezembro de 2019.
ONIVALDO BUDNY
Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Onivaldo Budny
Cod. Proc.: 306742 Nr: 16035-85.2007.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: JOÃO SILVESTRE DA SILVA
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: NILSON MORAES COSTA - OAB:8349-MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: AUGUSTO CEZAR MORENO PESSOA - P. Federal - OAB:3.920/MT
PROCESSO: Nº 520/2007 (código 306742)
ESPÉCIE: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
EXEQUENTE: NILSON MORAES DA COSTA (ADVOGADO)
EXECUTADO: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL
Vistos.
Trata-se de CUMPRIMENTO DE SENTENÇA aforada por NILSON MORAES DA COSTA (advogado credor) contra o INSS para recebimento dos honorários de sucumbência (f. 84/86) fixados na sentença (f. 83). O executado concordou expressamente com o valor exequendo (f. 88-v).
Nestas condições, por traduzir a soberana manifestação de vontade das partes e para que surtam os efeitos legais e jurídicos desejados, com base no art. 535, § 3º do CPC, HOMOLOGO por sentença o valor de R$ 1.841,63 (um mil, oitocentos e quarenta e um reais, sessenta e três centavos), f. 85/86, referente honorário sucumbencial.
Com base nos artigos 3º e 17º, §1º, da Lei nº 10.259/2001, EXPEÇA-SE a RPV em favor do advogado Nilson Moraes Costa, no valor de R$ 1.841,63 (um mil oitocentos e quarenta e um reais e sessenta e três centavos), f. 85/86 referente ao crédito dos honorários sucumbenciais, para o INSS efetuar o pagamento no prazo de até 02 (dois) meses, contados da entrega da requisição, mediante depósito bancário na Conta Única Judicial (art. 535, § 3º, II/CPC), pena de anuência tácita com eventual sequestro dos valores via Bacen Jud.
Materializado o depósito, expeça-se o alvará em favor do advogado credor para levantamento do respectivo crédito.
A seguir, arquive com as cautelas de estilo.
Às providências.
Cuiabá, 10 de dezembro de 2019.
ONIVALDO BUDNY
Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Onivaldo Budny
Cod. Proc.: 714465 Nr: 9181-36.2011.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: JOÃO BATISTA DE OLIVEIRA FILHO
PARTE(S) REQUERIDA(S): ESTADO DE MATO GROSSO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: RENATA FARIA DE OLIVEIRA VILELA - OAB:5.433/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ADERZIO RAMIRES DE MESQUITA - OAB:PROC. ESTADO
REFERÊNCIA: 9181-36.2011.811.0041 (cód. 714465)
ESPÉCIE: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
EXEQUENTES: JOÃO BATISTA DE OLIVEIRA FILHO (requerente)
RENATA FARIA DE OLIVEIRA VILELA (advogada)
EXECUTADO: ESTADO DE MATO GROSSO
Vistos.

Processo em fase de cumprimento de sentença referente ao crédito principal e os honorários advocatícios de sucumbência (f. 232/234). Citado (f. 242-V), o executado ofereceu impugnação à execução (f. 243/253). Manifestação (f. 254) os Exequentes pleitearam pelo indeferimento dos pedidos do executado e a homologação dos cálculos de f. 235/238.
É a síntese.
Decido.
Na impugnação à execução, o ponto central da discordância reside no índice de atualização da correção monetária, pois, enquanto no cálculo oficial foi aplicado o INPC, o executado requereu a aplicação do índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança (TR) no período entre 30.6.2009 a 25.3.2015).
Ao julgar o RE 870947 o STF afastou o uso da TR como índice de correção monetária dos débitos judiciais da Fazenda Pública e para o seu lugar, o índice adotado foi o IPCA-E, considerado mais adequado para recompor a perda de poder de compra pelo transcurso do lapso temporal. Em recente decisão (03.10.2019) o STF rejeitou embargos declaratórios e não acolheu o pedido para modulação dos efeitos da decisão proferida.
Nestas condições, o índice de atualização monetária indicado no cálculo exequendo (f. 235/239) melhor se amolda ao atual e vigente entendimento jurisprudencial, em conformidade ao RE 870947.
Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE a impugnação do executado (f. 243/253) e com base no art. 535, § 2º do CPC, HOMOLOGO por sentença os cálculos (f. 235/239) no valor de R$ 3.095,40 referente ao crédito principal e o valor de R$ 1.583,64 referente honorário sucumbencial.
Sem custas (art. 3º, I da Lei 7.603/2001) e sem honorários de sucumbência (art. 85, § 8º /CPC).
Transitado em julgado, certifique-se e, com base no art. 1º da Lei Estadual 10.656/17, EXPEÇAM-SE duas RPVs, a primeira referente ao crédito principal no valor R$ 3.095,00 em nome de João Batista de Oliveira Filho e a segunda referente honorários de sucumbência no valor de R$ 1.583,64 em favor da advogada Renata Faria de Oliveira Vilela, ambas para o Estado/MT efetuar o pagamento no prazo de até 02 (dois) meses, contados da entrega da requisição, mediante depósito na Conta Única Judicial (art. 535, § 3º, II/CPC), pena de concordância tácita com sequestro de valor (Bacenjud).
Materializados os depósitos, expeçam-se os alvarás em favor dos respectivos credores.
Cumprido integralmente, certifique-se e arquive-se.
Às providências. Cumpra-se.
Cuiabá, 11 de dezembro de 2019.
ONIVALDO BUDNY
Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Onivaldo Budny
Cod. Proc.: 817286 Nr: 23712-59.2013.811.0041
AÇÃO: Reintegração / Manutenção de Posse->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): CRISTINA YUMI ALVES KUSAI PUPIN, GUSTAVO CAMARGO PUPIN, MAURÍCIO HIDEAKI KUSAI, ERENI DA CONSOLAÇÃO ALVES KUSAI, ERENI DA CONSOLAÇÃO ALVES KUSAI, HAROLDO YUKIO ALVES KUZAI, AÇOFER INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MARIA LUIZA DA CUNHA CAVALCANTI - OAB:PROC., PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - OAB:PGE
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: BRUNO VIDAL MONTENEGRO - OAB:11917, ELISABETE AUGUSTA DE OLIVEIRA - OAB:13.352 MT, GABRIELA DE SOUZA - OAB:10.031-MT, GERALDO CARLOS DE OLIVEIRA - OAB:4.032/MT
REFERÊNCIA: 23712-59.2013.811.0041 – cód. 817286
ESPÈCIE: AÇÃO ORDINÁRIA
REQUERENTE: ESTADO DE MATO GROSSO
REQUERIDO: CRISTINA YUMI ALVES KUSAI e OUTROS
Vistos,
Trata-se de Ação de Reintegração de Posse com Pedido de Liminar ajuizada pelo ESTADO DE MATO GROSSO contra CRISTINA YUMI ALVES KUSAI PUPIN E OUTROS, ao argumento de que Laudo Técnico apurou que a edificação erigida no nº 3.700, Bairro Shangrilá, da Avenida Fernando Correa da Costa, em Cuiabá-MT, avançou sobre a faixa de domínio existente ao longo da Avenida Fernando Correa da Costa, haja vista tratar-se de via que constitui prolongamento urbano da Rodovia Federal BR 070/163/364/MT.
Em sede de contestação (fls. 145-160) a empresa Açofer Indústria e Comércio Ltda e Outros, impugnou o pedido da inicial e sustentou que a parte do imóvel que será ocupada não está na faixa de domínio alegado, impugnou a informação técnica realizada pelo autor, sem contraditório e ampla defesa.
Alegou que a ação é improcedente, sendo que requerem como pedido contraposto a indenização pela área utilizada como desapropriação a preço de mercado a ser aferido por perícia técnica.
Requereu a perícia técnica para averiguar: Erro do Estado na localização do imóvel; verificar se se há ou não a "invasão" sobre o crivo do contraditório.
Ante o exposto, DEFIRO a produção de prova pericial, que deverá obedecer aos ditames do artigo 464 e seguintes do CPC.
Nomeio como perito o Engenheiro Civil GABRIEL LIBARDI SOUZA, CREA/MT 11535-D (cadastrado nas Varas de Fazenda Pública desta Capital), que poderá ser encontrado no endereço: Rua Poxoréo, nº 497, Bairro Alvorada, CEP nº 78048-600, Cuiabá/MT, fone (65) 3634.0571 E-mail: gabriel_libardi_souza@hotmail.com.
Intime-se o perito para, no prazo de até 10 (dez) dias, manifestar objetivamente sobre a nomeação e apresentar proposta dos honorários periciais.
Expeça-se o necessário. Às providências.
Cuiabá, 04 de dezembro de 2019.
ONIVALDO BUDNY
Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Onivaldo Budny
Cod. Proc.: 1034884 Nr: 39047-50.2015.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: NOEMI DAMARIS ARAÚJO FERREIRA
PARTE(S) REQUERIDA(S): MUNICÍPIO DE CUIABÁ-MT
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JOSE GOMES FERREIRA NETO - OAB:6508, PATRICIA DE OLIVEIRA GONÇALVES - OAB:OAB/MT 14.645
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ALLISON AKERLEY DA SILVA- (Procurador do Município de Cuiabá) - OAB:8930/MT
PROCESSO: 39047-50.2015.811.0041 (cód. 1034884)
ESPÉCIE: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
EXEQUENTE: NOEMI DAMARIS ARAÚJO FERREIRA
EXECUTADO: MUNICÍPIO DE CUIABÁ
Vistos.
Processo em fase de liquidação de sentença (ilíquida) na forma do art. 510 do CPC (f. 175). Decisão (f. 203) determinou perícia contábil, nomeou perito e fixou honorário pericial no valor de R$ 300,00 a ser suportado pelo executado.
Agravo de Instrumento aforado pelo Município de Cuiabá foi parcialmente provido "...para que recaia, sobre o Agravante, o dever de pagamento de apenas metade do valor dos honorários..." (f. 242/244).
Nestas condições, para cumprimento conforme teor da decisão proferida no Agravo de Instrumento (f. 234-v) determino:
- Expeça-se RPV no valor de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais) para o Município de Cuiabá efetuar o pagamento referente 50% dos honorários periciais no prazo de até 60 (sessenta dias), pena de bloqueio judicial;
- Intime-se a exequente para, no prazo de até 30 (trinta) dias, depositar em conta judicial o valor de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais) referente 50% do honorário pericial, pena de inviabilizar o andamento do processo;
- Intime-se o perito nomeado (f. 203) para cumprimento da decisão (f. 203).
Expeça-se o necessário. Às providências.
Cuiabá, 10 de dezembro de 2019.
ONIVALDO BUDNY
Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Onivaldo Budny
Cod. Proc.: 819675 Nr: 25948-81.2013.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: VANDERLEIA VIANA CHAVES
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: EDUARDO ALENCAR DA SILVA - OAB:9244
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: PROCURADORIA DA UNIÃO NO ESTADO DE MATO GROSSO - OAB:
REFERÊNCIA: 25948-81.2013.8.11.0041
ESPÉCIE: AÇÃO PREVIDENCIÁRIA
REQUERENTE: VANDERLÉIA VIANA CHAVES
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
RELATOS
Vistos.
VANDERLÉIA VIANA CHAVES aforou AÇÃO PREVIDENCIÁRIA DE CONCESSÃO DE AUXÍLIO ACIDENTE COM PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA contra o INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL ao fundamento que sofreu acidente de trabalho que limitou a sua capacidade laborativa. Não recebeu o restabelecimento do benefício previdenciário de auxilio doença acidentário (pleito administrativo indeferido). Juntou documentos. Atribuiu à causa o valor de R$ 500,00. Liminar indeferida (f. 46/47). Contestação (f. 51/82). Laudo Pericial (f. 106/115). Quesitos Complementares ao Laudo Pericial (f. 122/123).
É a síntese do que reputo essencial.
FUNDAMENTO
Versam os autos sobre o pedido de concessão de benefício de auxílio acidente ao fundamento que a parte requerente se encontra incapacitada para o trabalho habitual.
Registra-se, por oportuno, que a aposentadoria por invalidez deve ser concedida, quando comprovada a incapacidade total e permanente para execução de atividade laborativa capaz de garantir a subsistência da parte segurada, aliada à impossibilidade de reabilitação e à exigência, quando for o caso, de 12 (doze) contribuições a título de carência, conforme disposto no artigo 42 da Lei nº 8.213/91. Veja-se:
"Art. 42. A aposentadoria por invalidez, uma vez cumprida, quando for o caso, a carência exigida, será devida ao segurado que, estando ou não em gozo de auxílio-doença, for considerado incapaz e insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, e ser-lhe-á paga enquanto permanecer nesta condição".
Por sua vez, o auxílio-doença é devido ao segurado que, cumprido o período de carência eventualmente exigido pela lei, ficar incapacitada para o seu trabalho ou para sua atividade habitual por mais de 15 (quinze) dias consecutivos, consoante o disposto no artigo 59 da Lei nº 8.213/91.
Já o auxílio-acidente será concedido, como indenização, ao segurado quando, após consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultarem sequelas que impliquem redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia (art. 86 da Lei n° 8.213/91).
O que distingue os benefícios é que a aposentadoria por invalidez exige a incapacidade total e permanente para o trabalho, enquanto para o auxílio-doença a incapacidade deverá ser parcial ou total e temporária. Na hipótese de mera redução da capacidade para o trabalho, o segurado faz jus ao auxílio-acidente.
Sobre o tema cito lição de Daniel Machado e José Paulo Baltazar Junior sobre o benefício discutido em testilha:
"Atualmente, é concedido como o pagamento de indenização mensal, quando após a consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultar sequelas que impliquem a redução da capacidade de labor do segurado." (in, Comentários à Lei de Benefícios da Previdência Social. 4.ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004, p. 272)
E também a preleção de Marcelo Leonardo Tavares sobre o assunto, in verbis:
"É indenização mensal ao segurado, quando, após a consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultaram sequelas que implique: a) redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia, na forma prevista no anexo III do RPS; b) redução de capacidade para o trabalho que habitualmente exercia e exija maior esforço para o desempenho da mesma atividade de antes." (in, Direito Previdenciário. 3. ed. Rio de janeiro: Lúmen Júris, 2001, p. 83.)
No caso vertente, o laudo de perícia médica coligido aos autos foi explicito em afirmar:
"Na avaliação médico pericial realizada não foi constatado a presença de incapacidade ou redução em sua capacidade laborativa".
O perito ainda reforçou na resposta dos quesitos complementares (f. 122):
"Na avaliação médico-pericial realizada não foi constatado a presença de incapacidade ou redução em sua capacidade laborativa".
Percebe-se, sem esforço de interpretação, que o médico perito (Dr. João Baçan - CRM/MT 5753) concluiu que a requerente não está incapacitada para o exercício de atividades laborais normais e manuais antes desenvolvidas.
A ausência de incapacidade temporal e/ou definitiva da parte requerente para o trabalho está exaustivamente demonstrada nas respostas aos quesitos. Logo, não é o caso de aposentadoria por invalidez, auxílio-doença e/ou auxílio-acidente.
Ante a ausência de comprovação da incapacidade da parte requerente para o exercício de suas atividades laborais é de ser negado a restabelecimento/implantação do auxílio-doença, bem como eventual conversão do benefício em aposentadoria por invalidez, pois, não preenchidos um dos requisitos do arts. 42 e 59, ambos da Lei nº 8.213/91, qual seja, comprovação da incapacidade temporária ou permanente para a atividade laboral.
Sobre matéria, oportuno realçar o entendimento do egrégio Tribunal Regional Federal da 1ª Região:
"PREVIDENCIÁRIO - AUXÍLIO-DOENÇA APOSENTA-DORIA POR INVALIDEZ RURAL - INCAPACIDADE PARA O TRABALHO - LAUDO PERICIAL NEGATIVO - AUSÊNCIA DA INCAPACIDADE – IMPOSSIBILIDA-DE DE CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. 1 - São requisitos para a concessão dos benefícios de aposentadoria por invalidez e de auxílio-doença a comprovação da qualidade de segurado da Previdência Social e o preenchimento do período de carência de 12 contribuições mensais, com exceção das hipóteses enumeradas no art. 26, III, c/c art. 39, I, da Lei 8.213/1991, e a comprovação de incapacidade para o exercício de atividade laborativa. 2. – (...) 3 - No presente caso, o perito do juízo afirmou que não há incapacidade para o exercício das atividades rural (labor). 4 - Assim, não havendo nos autos elementos probatórios da alegada incapacidade laborativa, a parte autora não faz jus ao benefício requerido na inicial. 5 - Apelação da parte autora não provida. (TRF-1 - AC: 00512016020134019199, Rel.: DESª. FEDERAL GILDA SIGMARINGA SEIXAS, 1ª T., Pub.: 20/02/2019) [Grifei]
"PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO DOENÇA. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. INCAPACIDADE PARA O TRABALHO. LAUDO PERICIAL NEGATIVO. AUSÊNCIA DE PROVA DA INCAPACIDADE. IMPOSSIBILIDADE DE CONCES-SÃO DO BENEFÍCIO. 1. O segurado da Previdência Social somente tem direito ao benefício de aposentadoria por invalidez, ou auxílio doença se comprovado, por perícia médica, a superveniência de incapacidade para o trabalho e o cumprimento do período de carência, salvo nos casos de dispensa legal deste último requisito (art. 25, 42, 59 e 151, Lei n.8.213/91). 2. Diante da conclusão clara e objetiva da perícia judicial sobre pela inexistência de incapacidade laborativa no momento da realização do exame, não se mostra possível a concessão do benefício pleiteado. 3. Apelação não provida. (TRF-1 - AC: 00116232220154019199, Rel.: JUIZ FEDERAL MURILO FERNANDES DE ALMEIDA, 1ª CÂMARA REGIONAL PREVIDENCIÁRIA DE MINAS GERAIS, Data de Publicação: 27/9/2018) [Grifo nosso].
Diante do contexto materializado nos autos, em especial pela clareza do laudo pericial, o indeferimento do pedido da parte requerente é, pois, inevitável consequência da prova existente no bojo do processo e, nesse diapasão, a improcedência da ação é apenas o resultado de causa e efeito.
DECIDO
Ante o exposto e por tudo mais que dos autos consta com base no art. 269, inciso I, do Código de Processo Civil, JULGO IMPROCEDENTE o pedido posto na presente ação ajuizada contra o INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL e, por consequência lógica de causa e efeito, julgo extinto o processo, com julgamento de mérito.
Deixo de condenar a requerente nas custas e despesas processuais, por ser beneficiário da Justiça Gratuita.
Com base no art. 85, §§ 2º e 8º/CPC, condeno-a ao pagamento de honorários advocatícios que em fixo em 10% (dez por cento) do valor atualizado da causa, ressalvada a suspensão da exigibilidade ex vi do permissivo averbado no art. 98, § 3º/CPC.
Quanto aos honorários periciais, o médico Dr. João Leopoldo Baçan foi regularmente nomeado para realização da perícia médica no valor de R$

600,00 (seiscentos reais) a ser suportado pela Autarquia Federal, que permaneceu inerte, sem materializar o respectivo pagamento.
Nestas condições, determino a intimação da Agência da Previdência Social de Atendimento das Demandas Judicias - APSADJ, na pessoa de seu representante legal, para, no prazo de até 05 (cinco) dias, comprovar o depósito do valor referente a honorários periciais (decisão f. 99), pena de suportar sanções administrativas, cíveis, criminais e multa contra o gestor remisso.
PRIC.
Expeça-se o necessário. Às Providências.
Cuiabá, 11 de dezembro de 2019.
ONIVALDO BUDNY
Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Onivaldo Budny
Cod. Proc.: 824501 Nr: 30559-77.2013.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MACEDO DE CASTRO E CASTRO LTDA - ME
PARTE(S) REQUERIDA(S): FAZENDA PUBLICA ESTADUAL - PGE MT
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CARLA CAROLINE DE PAULA ROCHA - OAB:15228-O/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DANIEL COSTA DE MELO (Procurador do Estado) - OAB:16706
PROCESSO Nº: 30559-77.2013.811.0041 – Código 824501
ESPÉCIE: ANULATÓRIA DE DÉBITO FISCAL
REQUERENTE: MACEDO DE CASTRO E CASTRO LTDA - ME
REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO
RELATOS
Vistos,
MACEDO DE CASTRO E CASTRO LTDA - ME ajuizou a presente Ação Anulatória de Débito Fiscal com Pedido de Antecipação de Tutela contra o ESTADO DE MATO GROSSO objetivando a anulação do crédito tributário constituído através do DAR nº 999/0387916050.
Alega que é empresa prestadora de serviços de escavações e para fins de aperfeiçoar suas atividades adquiriu através de alienação fiduciária, no ano de 2009, uma máquina retroescavadeira, modelo 580M 4X2, oriunda do Estado de Goiás, conforme DANFE – Documento Auxiliar de Nota Fiscal Eletrônica nº 000.000.405, em anexo.
Aduz que ao entrar no Estado de Mato Grosso a Requerente foi informada que deveria recolher o valor de R$ 14.081,20, referente ao equivocado lançamento de suposto diferencial de alíquota através de DAR nº 999/0387916050.
Inconformado pela cobrança indevida propôs a presente ação objetivando desconstituir o crédito tributário.
Sustenta que as operações de crédito com alienação fiduciária não se configuram hipótese de incidência de ICMS, como disposto no art. 4º, VII, do RICMS/97, pois não ocorre circulação de mercadoria.
Postula a procedência da ação e colacionou os documentos de fls. 23-62.
O despacho inicial concedeu a tutela antecipada para o fim de determinar a suspensão da exigibilidade do crédito tributário objeto do DAR, devendo o réu abster-se de lançar na conta corrente fiscal referido débito (fls. 63-64).
O Requerido ofertou contestação onde afirma que os pedidos formulados pela autora não merecem prosperar, tendo em vista que a operação realizada não se caracteriza como arrendamento mercantil, razão pela qual é devido o ICMS sobre ela ((fls. 69/75).
Réplica da autora à contestação (fls. 76-79).
É o relatório.
FUNDAMENTO
Não vejo necessidade de dilação probatória no caso em tela, pois trata-se de matéria unicamente de direito e, por isso, passo ao julgamento antecipado da lide.
A parte autora ajuizou a presente ação com pedido para anular a cobrança dos débitos fiscais atinentes ao ICMS como cobrados pelo fisco estadual, reservando-se a legalidade dos atos necessários de acordo com a decisão deste juízo.
A parte autora sustenta que o fisco estadual atribui à operação a natureza de compra e venda e não de alienação fiduciária em garantia. Aduz confirmar-se que a operação se trata de alienação fiduciária ao Banco Bradesco com base nas parcelas em anexo.
Pois bem.
Pelo que vemos não há um entendimento do que seja alienação fiduciária.
Alienação Fiduciária é um modelo de garantia de propriedades, móveis ou imóveis, que se baseia na transferência de bens como pagamento de uma dívida, a partir de um acordo firmado entre o credor e o devedor.
A alienação fiduciária, também conhecida por alienação em garantia, é uma prática bastante comum no Brasil, principalmente nas operações de financiamento bancários, seja de financiamento propriamente dito, ou seja, para operações de arrendamento mercantil - leasing.
Nas operações de financiamento o bem é por mim adquirido através de compra e venda da mercadoria e no caso eu dá-lo em garantia através de garantia do valor financiado em alienação fiduciária que será grafado no documento do bem.
Nas operações de arrendamento mercantil o bem é de propriedade do arrendador/financiador, mas fica na posse do arrendatário até o final do contrato, podendo ao final adquirir o bem ou devolver ao arrendador.
Contudo, há hipótese comumente utilizada pelos bancos é o leasing financeiro onde o valor do bem se dilui no número de parcelas do arrendamento e não sobra nenhum residual, sendo que ao final o arrendatário fica com o bem, sendo então a propriedade transferida do arrendador para o arrendatário independente de pagamento, ocorre a liberação do bem.
No caso concreto, trata-se de uma operação onde a empresa MACEDO DE CASTRO E CASTRO LTDA - ME adquiriu através de compra e venda o bem descrito, efetuou contrato de financiamento de parte do valor junto ao Banco Bradesco S/A., e deu em garantia do financiamento o bem adquirido em alienação fiduciária, nesse caso o bem é propriedade da empresa, mas está grafado com alienação ao Bradesco.
Logo, a alienação fiduciária trata-se de instituto utilizado em várias modalidades de transação, mas tem como característica unicamente a garantia.
Assim, a operação que goza de isenção de impostos é o arrendamento mercantil e não o financiamento, assim mesmo com restrições, vejamos:
No que tange à tributação relativa às operações de arrendamento mercantil, a Lei Complementar nº 87, de 13/09/1996, que dispõe sobre o ICMS, preceitua que:
Art. 3º O imposto não incide sobre:
(...)
VIII - operações de arrendamento mercantil, não compreendida a venda do bem arrendado ao arrendatário;
(...)
Do mesmo modo, o Regulamento do ICMS deste Estado, aprovado pelo Decreto nº 1.944, de 06/10/89, dispõe que:
Art. 4º O imposto não incide sobre:
(...)
X - a saída de bem em decorrência de arrendamento mercantil, não compreendida a venda do bem arrendado ao arrendatário, desde que contratados por escrito;
(...)
No caso dos autos não se trata de arrendamento mercantil, mas sim, de financiamento de bem adquirido através de compra e venda, conforme se infere do Documento Auxiliar de Nota fiscal DANFE nº 000.000.405 às fls. 37, que se encontra em nome da empresa ora Requerente e não em nome do financiador (instituição financeira).
Logo, para caracterização do arrendamento mercantil a nota obrigatoriamente teria que ser emitida em nome da instituição financeira e não em nome da empresa.
Destarte, não comprovado tratar-se de contrato de arrendamento, mas sim de financiamento de bem puro e simples, através de compra e venda da Requerente, razão pela qual é devido o ICMS.
DECIDO
Posto isto, JULGO IMPROCEDENTE OS PEDIDOS DA AUTORA, e extingo o processo nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de processo Civil.
Revogo a liminar concedida às fls. 63/64.
Condeno a autora ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que arbitro em 10% sobre o valor da causa devidamente atualizado.
Transitado em julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos.
P.R.I.C.
Cuiabá, 10 de dezembro de 2019.
ONIVALDO BUDNY
Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Onivaldo Budny
Cod. Proc.: 383734 Nr: 20101-40.2009.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: CLEBER AUGUSTO SILVA DE OLIVEIRA
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ANALADY CARNEIRO DA SILVA - OAB:9840/MT, CARLA MITIKO HONDA DA FONSECA - OAB:7.111/MT, CLENILDE FELICIANO - OAB:, FRANCISCO ANIS FAIAD - OAB:3.520/MT, HAMILTON FERREIRA DA SILVA JUNIOR - OAB:OAB/MT 11322, JOÃO MARCOS FAIAD - OAB:8.500/MT, MURILO MATEUS MORAES LOPES - OAB:12.636/MT, TANIA REGINA IGNOTTI FAIAD - OAB:5.931/MT, ULISSES RABANEDA DOS SANTOS - OAB:8.948/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ALLAN JOSÉ METELLO DE SIQUEIRA - PROC. FEDERAL DO INSS - OAB:3691/MT
REFERÊNCIA: Nº 353/2009 - n.ú. 20101-40.2009.8.11.0041 - cód. 383734
ESPÉCIE: AÇÃO PREVIDENCIÁRIA
REQUERENTE: CLEBER AUGUSTO SILVA DE OLIVEIRA
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
RELATOS
Vistos.
CLEBER AUGUSTO SILVA DE OLIVEIRA aforou AÇÃO PREVIDENCIÁRIA DE CONCESSÃO DE AUXÍLIO DOENÇA COM PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA contra o INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL ao fundamento que sofreu acidente de trabalho que o incapacitou para o labor. Não recebeu o benefício previdenciário (pedido indeferido). Juntou documentos. Atribuiu à causa o valor de R$ 18.489,24. Liminar indeferida (f. 22/24). Contestação (f. 30/40). Impugnação (f. 45/47). Laudo Pericial (f. 78/82). O autor pugna pela complementação do Laudo (f. 84/85).
É a síntese do que reputo essencial.
FUNDAMENTO
Conforme anteriormente dissertado, o Autor, em petição de f. 84/85, impugna o laudo pericial apresentado às f. 78/82, requerendo que o perito responda quesitos complementares.
É certo que, nas ações dessa natureza, a prova pericial médica é indispensável e pelo que observo nos autos, o Laudo Pericial realizado pelo Dr. João Leopoldo Baçan é bastante suficiente para esclarecer os pontos controversos do processo, sendo dispensáveis as respostas aos quesitos complementares.
Importa destacar que "Incumbe ao juiz indeferir quesitos impertinentes" (Art. 470, inciso I, do CPC) e que a mera contrariedade do autor com o resultado da perícia, não implica em cerceamento de defesa. In verbis:
APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ACIDENTÁRIA. INSS. PRELIMINAR DE CERCEAMENTO DE DEFESA. MATERIAL PROBATÓRIO EXISTENTE NOS AUTOS POSSIBILITA O JULGAMENTO DA LIDE.
A mera contrariedade com o resultado da perícia não implica cerceamento de defesa. Prova pericial realizada por profissional com capacidade técnica e imparcial, com questionamentos contemplados nas respostas aos quesitos e laudo complementar. A perícia se revelou clara e suficiente. Cerceamento de defesa não configurado AUXÍLIO-ACIDENTE. SEQUELAS DE OUTRAS FRATURAS DO MEMBRO INFERIOR (T932). REDUÇÃO DA CAPACIDADE LABORAL DEMONSTRADA. GRAU MÍNIMO. PREENCHIDOS OS PRESSUPOSTOS PARA CONCESSÃO DO AUXÍLIO-ACIDENTE. A pretensão dos benefícios acidentários pressupõe a comprovação do nexo de causa e efeito entre a moléstia e a atividade laboral desempenhada pelo segurado e ainda, a qualidade de segurado. Além disso, para a concessão da aposentadoria por invalidez e do auxílio-doença, imperativa a comprovação de que o segurado se encontra incapacitado de forma permanente ou temporária para o labor. O auxílio-acidente, por sua vez, será concedido ao segurado quando, após consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultarem sequelas que impliquem redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia. Inteligência dos arts. 42, 59 e 86 da Lei nº 8.213, de 1991. Caso concreto em que a prova produzida nos autos demonstra a redução da capacidade laborativa do segurado, decorrente de acidente de trabalho com prejuízo de suas funções laborativas habituais, exigindo, assim, emprego de maior esforço para o desempenho das atividades profissionais que habitualmente exercia, fazendo jus ao benefício de auxílio-acidente a contar da data de cessação administrativa do benefício anteriormente concedido, respeitada a prescrição quinquenal. A redução da capacidade laboral comprovada nos autos, ainda que em grau mínimo, autoriza a concessão do auxílio-acidente ao segurado. APELO PROVIDO.(Apelação Cível, Nº 70082416447, Nona Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Tasso Caubi Soares Delabary, Julgado em: 10-09-2019)
Portanto, vislumbrando que o laudo pericial de f. 78/82 é eficaz no saneamento dos pontos controversos e em nos apresentar o real estado de saúde do autor, bem como se o mesmo está apto para o labor e por quanto tempo, inexistindo a necessidade de complementação, indefiro o pedido do autor constante na petição de f. 84/85 e passo à apreciação do mérito.
Versam os autos sobre o pedido de concessão de benefício de auxílio doença ao fundamento que a parte requerente se encontra incapacitada para o trabalho habitual.
Registra-se, por oportuno, que a aposentadoria por invalidez deve ser concedida, quando comprovada a incapacidade total e permanente para execução de atividade laborativa capaz de garantir a subsistência da parte segurada, aliada à impossibilidade de reabilitação e à exigência, quando for o caso, de 12 (doze) contribuições a título de carência, conforme disposto no artigo 42 da Lei nº 8.213/91. Veja-se:
"Art. 42. A aposentadoria por invalidez, uma vez cumprida, quando for o caso, a carência exigida, será devida ao segurado que, estando ou não em gozo de auxílio-doença, for considerado incapaz e insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, e ser-lhe-á paga enquanto permanecer nesta condição".
Por sua vez, o auxílio-doença é devido ao segurado que, cumprido o período de carência eventualmente exigido pela lei, ficar incapacitada para o seu trabalho ou para sua atividade habitual por mais de 15 (quinze) dias consecutivos, consoante o disposto no artigo 59 da Lei nº 8.213/91.
Já o auxílio-acidente será concedido, como indenização, ao segurado quando, após consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultarem sequelas que impliquem redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia (art. 86 da Lei n° 8.213/91).
O que distingue os benefícios é que a aposentadoria por invalidez exige a incapacidade total e permanente para o trabalho, enquanto para o auxílio-doença a incapacidade deverá ser parcial ou total e temporária. Na hipótese de mera redução da capacidade para o trabalho, o segurado faz jus ao auxílio-acidente.
Sobre o tema cito lição de Daniel Machado e José Paulo Baltazar Junior sobre o benefício discutido em testilha:
"Atualmente, é concedido como o pagamento de indenização mensal, quando após a consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultar sequelas que impliquem a redução da capacidade de labor do segurado." (in, Comentários à Lei de Benefícios da Previdência Social. 4.ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004, p. 272)
E também a preleção de Marcelo Leonardo Tavares sobre o assunto, in verbis:
"É indenização mensal ao segurado, quando, após a consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultaram sequelas que implique: a) redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia, na forma prevista no anexo III do RPS; b) redução de capacidade para o trabalho que habitualmente exercia e exija maior esforço para o desempenho da mesma atividade de antes." (in, Direito Previdenciário. 3. ed. Rio de janeiro: Lúmen Júris, 2001, p. 83.)
No caso vertente, o laudo de perícia médica coligido aos autos foi explicito em afirmar:
"Com base nos elementos e fatos expostos, conclui-se que o periciado apresenta capacidade laboral. Não há limitação para a vida independente".
Percebe-se de plano, sem esforço de interpretação, que o laudo pericial elaborado do médico perito (Dr. João Baçan - CRM/MT 5753) concluiu que a parte requerente não está incapacitada para o exercício de atividades laborais normais e manuais antes desenvolvidas.
A ausência de incapacidade temporal e/ou definitiva do requerente para o trabalho está exaustivamente demonstrada nas respostas aos quesitos. Logo, não é o caso de aposentadoria por invalidez e/ou a implantação do auxílio-doença.
Ante a ausência de comprovação da incapacidade da parte requerente para o exercício de suas atividades laborais, há de ser negada o

restabelecimento/implantação do auxílio-doença, bem como eventual conversão do benefício em aposentadoria por invalidez, pois, não preenchidos um dos requisitos do arts. 42 e 59, ambos da Lei nº 8.213/91, qual seja, comprovação da incapacidade temporária ou permanente para a atividade laboral.

Sobre matéria, oportuno realçar o entendimento do egrégio Tribunal Regional Federal da 1ª Região:

"PREVIDENCIÁRIO - AUXÍLIO-DOENÇA APOSENTA-DORIA POR INVALIDEZ RURAL - INCAPACIDADE PARA O TRABALHO - LAUDO PERICIAL NEGATIVO - AUSÊNCIA DA INCAPACIDADE – IMPOSSIBILIDA-DE DE CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. 1 - São requisitos para a concessão dos benefícios de aposentadoria por invalidez e de auxílio-doença a comprovação da qualidade de segurado da Previdência Social e o preenchimento do período de carência de 12 contribuições mensais, com exceção das hipóteses enumeradas no art. 26, III, c/c art. 39, I, da Lei 8.213/1991, e a comprovação de incapacidade para o exercício de atividade laborativa. 2. – (...) 3 - No presente caso, o perito do juízo afirmou que não há incapacidade para o exercício das atividades rural (labor). 4 - Assim, não havendo nos autos elementos probatórios da alegada incapacidade laborativa, a parte autora não faz jus ao benefício requerido na inicial. 5 - Apelação da parte autora não provida. (TRF-1 - AC: 00512016020134019199, Rel.: DESª. FEDERAL GILDA SIGMARINGA SEIXAS, 1ª T., Pub.: 20/02/2019) [Grifei]

"PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO DOENÇA. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. INCAPACIDADE PARA O TRABALHO. LAUDO PERICIAL NEGATIVO. AUSÊNCIA DE PROVA DA INCAPACIDADE. IMPOSSIBILIDADE DE CONCES-SÃO DO BENEFÍCIO. 1. O segurado da Previdência Social somente tem direito ao benefício de aposentadoria por invalidez, ou auxílio doença se comprovado, por perícia médica, a superveniência de incapacidade para o trabalho e o cumprimento do período de carência, salvo nos casos de dispensa legal deste último requisito (art. 25, 42, 59 e 151, Lei n.8.213/91). 2. Diante da conclusão clara e objetiva da perícia judicial sobre pela inexistência de incapacidade laborativa no momento da realização do exame, não se mostra possível a concessão do benefício pleiteado. 3. Apelação não provida. (TRF-1 - AC: 00116232220154019199, Rel.: JUIZ FEDERAL MURILO FERNANDES DE ALMEIDA, 1ª CÂMARA REGIONAL PREVIDENCIÁRIA DE MINAS GERAIS, Data de Publicação: 27/9/2018) [Grifo nosso].

Diante do contexto materializado nos autos, em especial pela clareza do laudo pericial, o indeferimento do pedido da parte requerente é, pois, inevitável consequência da prova existente no bojo do processo, e nesse diapasão a improcedência da ação é apenas o resultado de causa e efeito.

DECIDO

Ante o exposto e por tudo mais que dos autos consta com base no art. 269, inciso I, do Código de Processo Civil, JULGO IMPROCEDENTE o pedido posto na presente ação ajuizada contra o INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL e, por consequência lógica de causa e efeito, julgo extinto o processo, com julgamento de mérito.

Deixo de condenar o requerente nas custas e despesas processuais, por ser beneficiário da Justiça Gratuita.

Com base no art. 85, §§ 2º e 8º/CPC, condeno-o ao pagamento de honorários advocatícios que em fixo em 10% (dez por cento) do valor atualizado da causa, ressalvada a suspensão da exigibilidade ex vi do permissivo averbado no art. 98, § 3º/CPC.

Quanto aos honorários periciais, o médico Dr. João Leopoldo Baçan foi regularmente nomeado para realização da perícia médica no valor de R$ 370,00 (trezentos e setenta reais) a ser suportado pela Autarquia Federal, que permaneceu inerte, sem materializar o respectivo pagamento.

Nestas condições, determino a intimação da Agência da Previdência Social de Atendimento das Demandas Judicias - APSADJ, na pessoa de seu representante legal, para, no prazo de até 05 (cinco) dias, comprovar o depósito do valor referente honorários periciais (decisão f. 73), pena de suportar sanções administrativas, cíveis, criminais e multa contra o gestor remisso.

PRIC.

Expeça-se o necessário. Às Providências.

Cuiabá, 11 de dezembro de 2019.

ONIVALDO BUDNY

Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A): Onivaldo Budny

Cod. Proc.: 1361663 Nr: 21988-44.2018.811.0041

AÇÃO: Mandado de Segurança->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: MICHELLE ALVES DONEGÁ

PARTE(S) REQUERIDA(S): PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DE MATO GROSSO - DETRAN-MT

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JOSE MARCILIO DONEGA - OAB:71241/SP

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

REFERÊNCIA: Nº 21988-44.2018.811.0041 - código: 1361663

ESPÉCIE: MANDADO DE SEGURANÇA

IMPETRANTE: MICHELLE ALVES DONEGÁ

IMPETRADO: PRESIDENTE DO DETRAN / MT

SENTENÇA

Vistos,

Michelle Alves Donegá, qualificada (f. 04), impetrou o presente remédio heróico contra ato do Presidente do Departamento de Trânsito do Estado de Mato Grosso, que condicionou o licenciamento de veículo ao pagamento integral das multas de trânsito. Liminar deferida (f. 22/23) sem formal oposição. Decorreu o prazo sem que a autoridade coatora tenha prestado informações (f. 29). Ministério Público informou ser desnecessária sua intervenção nestes autos (f. 30).

É a síntese relatorial.

FUNDAMENTO

A Constituição Federal em seu art. 5º, LXIX, preconiza, "conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de autoridade pública for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público".

Da norma constitucional mencionada extraem-se os requisitos necessários para o êxito da tutela mandamental: a) existência de direito líquido e certo; b) ameaça ou lesão decorrente de ato ilegal ou abusivo praticado por autoridade pública.

Referidos requisitos são analisados em dois momentos distintos: a) no juízo de admissibilidade da ação sob a forma de condição da ação e interesse de agir, onde o Juízo, em cognição sumária fundada na plausibilidade da alegação e documentação apresentada pelo autor, recebe a inicial, analisa o pleito liminar e determina a notificação da autoridade coatora, e, b) no mérito, após prestadas as informações, o Juízo, em cognição final exauriente, reconhece ou não o mérito do mandamus, ou seja, a existência do direito líquido e certo e ameaça ou lesão ao direito por ato ilegal ou abusivo de autoridade pública.

Logo, a existência ou não de prova pré-constituída do direito líquido e certo, bem como da prática de ato ilegal ou abusivo da autoridade coatora, configuram o próprio mérito da impetração e serão analisadas como matéria meritória.

No caso em tela, o mandamus está restrito à verificação da (i)legalidade do ato administrativo que condicionou o licenciamento do veículo da impetrante ao pagamento de multas de trânsito.

A matéria já foi apreciada por ocasião da decisão liminar (f. 22/23) nos seguintes termos:

"...No caso em comento, os documentos apresentados na petição inicial, demonstram, nesta fase de cognição sumária, a boa aparência do direito do Impetrante e a razoabilidade de sua pretensão a uma medida de urgência, destinada à imediata suspensão do ato coator.

A presença do fumus boni juris está demonstrada diante da possibilidade de afronta e desrespeito aos princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório, pois a impetrante afirma não ter sido notificado das infrações de trânsito que ora se condiciona o pagamento para realização do licenciamento, ferindo inclusive o disposto nas Súmulas 127 e 312 do STJ.

Digo possibilidade de afronta porque trata-se de medida liminar, numa fase de cognição sumária, com requisitos legais específicos, enquanto por ocasião do julgamento de mérito, caberá decidir sobre a ocorrência ou não de efetiva violação de direito e certo da Impetrante.

No caso em comento, presente ainda o periculum in mora, uma vez que o não licenciamento impede a utilização do automóvel, limitando seu direito de propriedade, já que a condução de veículo automotor sem o documento de licenciamento é considerado infração administrativa...".

A ausência de informações do Impetrado (f. 29) impossibilita aferir

eventual contexto fático oposto àquele apresentado na peça inicial, numa implícita demonstração de concordância tácita às afirmações do Impetrante.

Nestas condições, as premissas estampadas na decisão que deferiu o pedido liminar devem prevalecer por seus próprios e jurídicos fundamentos, inexistindo nestes autos elemento de convicção em sentido contrário daquele já delineado.

DECIDO

Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o presente mandamus, para ratificar a decisão liminar (f. 22/23), e com fundamento no art. 487, I, do CPC, CONCEDER A SEGURANÇA.

Sem custas e honorários advocatícios (Súmulas 512 do STF e 105 do STJ) e art. 10, XXII, da Constituição do Estado de Mato Grosso.

Remeta-se cópia desta decisão para a autoridade coatora, a teor do que dispõe o art. 13, da Lei nº 12.016/09.

Com ou sem recurso voluntário, certifique-se e remeta-se ao TJMT para reexame necessário (art. 14, § 1º Lei 12.016/09).

PRIC.

Expeça-se o necessário. Às providências. Cuiabá, 11 de dezembro de 2019.

ONIVALDO BUDNY
Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Onivaldo Budny
Cod. Proc.: 868766 Nr: 8581-10.2014.811.0041

AÇÃO: Mandado de Segurança->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: THALES HENRIQUE SILVA

PARTE(S) REQUERIDA(S): FUNDAÇÃO PROFESSOR CARLOS AUGUSTO BITTENCOURT, ESTADO DE MATO GROSSO, DIRETORA DA FUNDAÇÃO PROFESSOR CARLOS AUGUSTO BITTENCOURT

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: LEIDINEIA KATIA BOSI - OAB:14981

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Eduardo Reis de Menezes - OAB:162449

REFERÊNCIA: 8581-10.2014.811.0041 - código: 868766
ESPÉCIE: MANDADO DE SEGURANÇA
IMPETRANTE: THALES HENRIQUE SILVA
IMPETRADO: DIRETORA DA FUNCAB

SENTENÇA

Vistos,

THALES HENRIQUE SILVA, qualificado (f. 05), impetrou o presente remédio heroico contra ato da DIRETORA DA FUNDAÇÃO PROFESSOR CARLOS AUGUSTO BITTENCOURT – FUNCAB (f. 59) que durante etapa de concurso público, eliminou o impetrante do teste de aptidão física, devido à incompatibilidade biométrica entre altura e peso. Liminar indeferida (f. 55) sem oposição. Informações da autoridade coatora (f. 91/107). MP declinou de suas atribuições (f. 108/109).

É a síntese relatorial.

FUNDAMENTO

A Constituição Federal em seu art. 5º, LXIX, preconiza, "conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de autoridade pública for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público".

Da norma constitucional mencionada extraem-se os requisitos necessários para o êxito da tutela mandamental: a) existência de direito líquido e certo; b) ameaça ou lesão decorrente de ato ilegal ou abusivo praticado por autoridade pública.

Referidos requisitos são analisados em dois momentos distintos: a) no juízo de admissibilidade da ação sob a forma de condição da ação e interesse de agir, onde o Juízo, em cognição sumária fundada na plausibilidade da alegação e documentos juntados pelo autor, recebe a inicial, analisa o pleito liminar e determina a notificação da autoridade coatora, e, b) no mérito, após prestadas as informações, o Juízo, em cognição final exauriente, reconhece ou não o mérito do mandamus, ou seja, a existência do direito líquido e certo e ameaça ou lesão ao direito por ato ilegal ou abusivo de autoridade pública.

Logo, a existência ou não de prova pré-constituída do direito líquido e certo, bem como da prática de ato ilegal ou abusivo da autoridade coatora, configuram o próprio mérito da impetração e serão analisadas como matéria meritória.

No caso em tela, o mandamus está restrito ao pedido de "inclusão" do impetrante no rol dos aprovados para realização do teste de aptidão física, bem como nas demais etapas do concurso.

No entanto, a matéria já foi apreciada por ocasião da decisão liminar (f. 55) nos seguintes termos:

"No caso concreto, entendo que não restaram demonstrados os requisitos, visto que não existe nos autos qualquer documento, cerceando do direito do impetrante de participar da última etapa do concurso por não atingir o IMC esperado. Existe apenas um atestado informando que está apto para demandas físicas, entretanto, não há qualquer coação demonstrada nos autos, pois nem mesmo administrativamente a demanda foi intentada. Mandado de segurança é medida que se propõe a proteger direito líquido e certo, o qual não cabe em sua análise, instrução probatória. Posto isso, INDEFIRO o requerimento de liminar...".

Oportuno ressaltar ainda, o teor das informações apresentadas pela impetrada (f. 92/93):

"O Impetrante foi eliminado do Teste de Aptidão Física – TAF, especificamente na avaliação biométrica que representa a proporcionalidade entre altura e peso dos candidatos, uma vez que apresentou índice de massa corporal - IMC fora dos parâmetros adequados para a aptidão. Entretanto, em virtude do ofício nº 173/2014 do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, todos os candidatos reprovados no TAF única e exclusivamente em virtude do IMC foram convocados para realização de um novo TAF, inclusive o Impetrante tendo o mesmo sido convocado para a realização de novo TAF em 17/04/2014 (Doc anexo), contudo, o mesmo restou inapto, sendo excluído do certame , conforme documento em anexo".

Nestas condições, as premissas estampadas na decisão que indeferiu o pedido liminar devem prevalecer por seus próprios e jurídicos fundamentos, inexistindo nestes autos elemento de convicção em sentido contrário daquele já delineado.

DECIDO

Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE o presente mandamus, e com fundamento no art. 487, I, do CPC, DENEGO A SEGURANÇA.

Sem custas e honorários advocatícios (Súmulas 512/ STF, 105/STJ) e art. 10, XXII, da Constituição do Estado de Mato Grosso.

Transitada em julgado, arquive-se o processo com as cautelas de estilo.

PRIC.

Expeça-se o necessário. Às providências. Cuiabá, 11 de dezembro de 2019.

ONIVALDO BUDNY
Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Onivaldo Budny
Cod. Proc.: 1296149 Nr: 7177-79.2018.811.0041

AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: PEDRO HENRIQUE DE AMORIM BARBOSA

PARTE(S) REQUERIDA(S): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ADRIANA DO CARMO COSTA MARQUES - OAB:OAB/MT 18.047

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

PROCESSO: 7177-79.2018.811.0041 – código 1296149
ESPÉCIE: AÇÃO PREVIDENCIÁRIA
REQUERENTE: PEDRO HENRIQUE DE AMORIM BARBOSA
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

RELATOS

Trata-se de Ação de Restabelecimento de Benefício Previdenciário ajuizada por VICENTE SOARES ALMEIDA, em face do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, objetivando o restabelecimento do auxílio doença ou a conversão para aposentadoria por invalidez, alternativamente em auxilio acidente 50% e antecipação de tutela.

O requerente agendou benefício de auxilio doença junto ao INSS, tendo sido indeferido o pedido de prorrogação em 10/10/2017.

Argumenta que possui incapacidade para o trabalho, porém após análise dos documentos dos autos, se constata que o autor juntou a comunicação da decisão que negou a prorrogação do pedido de auxílio-doença acidentário, bem como a comunicação do acidente de trabalho (CAT).

Com a inicial vieram documentos.

A antecipação da tutela foi indeferida às fls. 32, ocasião em que foi concedida ao autor a gratuidade de Justiça.
Foi elaborada perícia médica com o Requerente (fls. 37-40).
Intimadas as partes a se manifestarem sobre a perícia, o prazo decorreu sem manifestação (fls. 43).
É o relatório.
FUNDAMENTO
Encerrada a instrução processual, verifico que o processo se encontra pronto para sentença, o que passo a fazer a seguir.
Conforme mencionado no relatório, pretende o Requerente a conversão do Auxílio-Doença Acidentário em Aposentadoria por Invalidez.
Analisando o laudo médico pericial encartado às fls. 37-40, verifico nas respostas do médico perito que o Requerente se encontra plenamente recuperado das lesões sofridas no acidente sofrido, conforme se infere:
História da doença atual:
"Relata que no dia 07 de junho de 2016 sofreu acidente de trânsito no trajeto para o trabalho, resultando traumatismo cranioencefálico. Necessitou de tratamento médico de urgência e tratamento em UTI durante trinta e sete dias, submetido ao tratamento conservador. Informa que realizou acompanhamento médico periódico, evoluindo com hemiperasia à esquerda e que fez uso de anticonvulsivo durante um ano, suspenso em julho de 2017.
Exame clínico:
Aspecto geral: Bom estado geral, eupneico, disartria, calmo, colaborativo, lúcido, orientado em tempo e espaço, marcha disbásica. Apresenta hemiperasia grau IV em dimidio esquerdo, associado a discreta hipotrofia, hiperreflexia +2/+4 e hipertonia. Cicatrizes cirúrgicas em região cervical anterior, sem sinais flogísticos.
Discussão:
Periciando com diagnostico de sequela traumatismo cranioencefálico grave decorrente de acidente de trânsito sofrido no dia 07 de junho de 2016, submetido ao tratamento conservador, estando atualmente sem acompanhamento médico, ou uso de medicamentos. Não apresenta comprometimento funcional ao exame clínico-pericial que o incapacite para a sua atividade laborativa habitual, estando compensada sua patologia, contudo apresenta redução em sua capacidade laborativa decorrente da sequela neurológica motora – hemiparesia à esquerda.
Conclusão:
Com base nos elementos e fatos expostos, conclui-se que não foi constatada a presença de incapacidade laborativa. Não apresenta limitação para a vida independente.
Com supedâneo nas conclusões do exame pericial realizado pelo perito médico, fica evidente que o autor se encontra em plena capacidade física e possui capacidade laboral, estando, inclusive, exercendo a mesma profissão que exercia anterior ao acidente, fato que ratifica as conclusões do Laudo Pericial.
O art. 42, da Lei n. 8.213/91 estabelece os requisitos para a aposentadoria por invalidez (os grifos são do juízo):
Art. 42. A aposentadoria por invalidez, uma vez cumprida, quando for o caso, a carência exigida, será devida ao segurado que, estando ou não em gozo de auxílio-doença, for considerado incapaz e insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, e ser-lhe-á paga enquanto permanecer nesta condição.
Fica claro, assim, que o autor não se encaixa nos requisitos legais estabelecidos pela lei de regência da matéria para ser aposentado por invalidez e não faz jus à tutela jurisdicional vindicada.
Friso que o caso concreto não comporta a flexibilização em relação ao pedido formulado, para concessão de um benefício ao invés de outro estabelecida pelo STJ por meio do acórdão prolatado no REsp 1352721/SP, uma vez que não está a pleitear a concessão de um benefício, mas sim a aposentadoria por invalidez.
Nesse caso, uma vez demonstrado que o autor não se enquadra nos requisitos para ser enquadrado como invalido, ele não faz jus ao acolhimento do seu pedido.
Termino por fazer constar que as conclusões da perícia médica, não enseja a procedência dos pedidos ante o princípio da autotutela da Administração Pública e da possibilidade de controle judicial da legalidade do ato administrativo.
Demonstrada a existência de capacidade física e laboral, os pedidos do Requerente passam a padecer da motivação necessária a permitir a sua vigência no mundo jurídico.
DECIDO
Posto isto, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos do autor, uma vez que a incapacidade para o labor não restou demonstrada.
Condeno o Requerente em custas processuais e honorários advocatícios, que arbitro em R$ 2.000,00 (dois mil reais) com fundamento no art. 85, §8º, do CPC, ante o valor ínfimo dado à causa. Contudo, fica suspensa sua exigibilidade em virtude de gratuidade de justiça deferida ao autor.
Sentença não sujeita a remessa necessário, por força do disposto no art. 496, I, do CPC.
Comunique-se pessoalmente o requerido, remetendo-lhe cópia desta decisão.
Transitada esta em julgado, certifique-se e arquivem-se os autos com as devidas baixas.
P.R.I.C.
Cuiabá, 11 de dezembro de 2019.
ONIVALDO BUDNY
Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Onivaldo Budny
Cod. Proc.: 702274 Nr: 36895-05.2010.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MARIA DA PENHA CORDEIRO DE JESUS
PARTE(S) REQUERIDA(S): MUNICÍPIO DE CUIABÁ-MT
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ROQUE PIRES DA ROCHA FILHO - OAB:OAB/MT 9870
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
REFERÊNCIA: Nº 36895-05.2010.811.0041 Código 702274
ESPÉCIE: AÇÃO DE COBRANÇA
REQUERENTE: MARIA DA PENHA CORDEIRO DE JESUS
REQUERIDO: MUNICÍPIO DE CUIABÁ
RELATOS
MARIA DA PENHA CORDEIRO DE JESUS ajuizou ação de cobrança contra o MUNICÍPIO DE CUIABÁ, pretendendo o recebimento do FGTS sobre a remuneração da autora durante todo o período laborado como contratada.
A Requerente sustenta que foi contratada por várias vezes, com prazos determinados para atuar como Agente Comunitário de Saúde, lotada na PSF - Novo Matogrosso, desde 01/10/2004 a 09/01/2009, portanto, dos contratos temporários decorre o direito a percepção do FGTS. Requer a procedência da ação para reconhecer o vínculo de emprego de todo o período e, para condenar o Requerido ao pagamento do FGTS a incidir sobre o salário da autora durante todo o período laborado. Contrarrazões fls. 42/67.
Impugnação a contestação (fls. 102-105).
É a síntese relatorial.
FUNDAMENTO
Trata-se de ação de cobrança ajuizado por Maria da Penha Cordeiro de Jesus contra o Município de Cuiabá, onde pretende o recebimento o recebimento do FGTS do período que laborou como Agente Comunitário de Saúde.
Consta dos autos às fls. 19-28 as fichas financeiras relativas ao período laborado pela Requerente constando o período e respectivas quantias.
Como se vê, existiu continuidade entre as avenças, firmadas, ano após ano, contudo, não se pode olvidar que as contratações protraíram no tempo uma situação que deveria ser transitória, em afronta as regras da contratação temporária e do concurso público (art. 37, IX e II, da CF).
O ente Municipal não explicitou "situação de urgência" a justificar excepcional interesse público para a contratação transitória de professora, menos ainda justificativa para as sucessivas prorrogações contratuais. Também, não se descura que a atividade é típica de cargo cujo provimento exige aprovação em concurso, pois é função permanente e fundamental ao Estado, não podendo ser desenvolvida de forma episódica e, em termos práticos não o foi, porquanto a autora comprova a continuidade da relação laboral fincada em contratos temporários.
Dessa forma, não se cuida exatamente da contratação sem concurso público de que fala o art. 37, II, § 2º, da CF, e sim, sucessivos contratos por prazo determinado, sem que efetivamente demonstrada situação ou necessidade temporária de excepcional interesse público, capaz de autorizar a sistemática ofensa ao art. 37, IX, da CF.
Tem-se que a contratação sem concurso público e a contratação sem demonstrar a respectiva necessidade temporária de excepcional interesse público, guardam relação entre si, eis que ambas encerram vícios que

atingem o âmago da natureza da relação jurídico-administrativa, por igualmente violarem dispositivos constitucionais.

O requerido não nega o vínculo, ao contrário, defende cuidarem as avenças de vínculo de natureza jurídico-administrativa, com a aplicação das regras do regime estatutário próprio e, portanto, indevida a condenação do Estado ao pagamento dos valores do FGTS.

Por corolário lógico, diante do alegado e provado, a ausência de situação excepcional a amparar sequer a contratação primitiva, quanto mais sucessivas prorrogações, atrai irregularidade irreparável e consequente nulidade, conforme procedido.

Destarte, da declaração de nulidade dos contratos tem-se o reconhecimento do direito da autora ao recebimento dos depósitos do FGTS, com fundamento no art. 19-A, da Lei 8.069/90 e Enunciado 363/TST, que diz o seguinte:

"A contratação de servidor público, após a CF/1988, sem prévia aprovação em concurso público, encontra óbice no respectivo art. 37, II e § 2º, somente lhe conferindo direito ao pagamento da contraprestação pactuada, em relação ao número de horas trabalhadas, respeitado o valor da hora do salário mínimo, e dos valores referentes aos depósitos do FGTS".

O Supremo Tribunal Federal dirimiu controvérsia reconhecendo constitucional a redação do art. 19-A, da Lei nº 8.036/90, incluído pela MP Nº 2.164/41/2001:

"Recurso extraordinário. Direito Administrativo. Contrato nulo. Efeitos. Recolhimento do FGTS. Artigo 19-A da Lei nº 8.036/90. Constitucionalidade. 1. É constitucional o art. 19-A da Lei nº 8.036/90, o qual dispõe ser devido o depósito do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço na conta de trabalhador cujo contrato com a Administração Pública seja declarado nulo por ausência de prévia aprovação em concurso público, desde que mantido o seu direito ao salário. 2. Mesmo quando reconhecida a nulidade da contratação do empregado público, nos termos do art. 37, § 2º, da Constituição Federal, subsiste o direito do trabalhador ao depósito do FGTS quando reconhecido ser devido o salário pelos serviços prestados. 3. Recurso extraordinário ao qual se nega provimento. (RE 596478, Relatora Min. ELLEN GRACIE, Relator p/ Acórdão Min. DIAS TOFFOLI, Tribunal Pleno, julgado em 13/6/2012, DJe-040 DIVULG 28-02-2013 PUBLIC 01-03-2013 EMENT VOL-02679-01 PP-00068)".

Nessa linha, incide o verbete Sumular 466/STJ - verbis: "O titular da conta vinculada ao FGTS tem o direito de sacar o saldo respectivo quando declarado nulo seu contrato de trabalho por ausência de prévia aprovação em concurso público".

No mesmo sentido:

"ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. CONTRATO TEMPORÁRIO SEM CONCURSO PÚBLICO. DEPÓSITO DE FGTS. OBRIGATORIEDADE. PRECEDENTES. DECISÃO MANTIDA.

1. Cinge-se a controvérsia a decidir se há obrigatoriedade de pagamento de FGTS em caso de exoneração de servidor contratado temporariamente sem concurso público.

2. O STF entende que "é devida a extensão dos direitos sociais previstos no art. 7º da Constituição Federal a servidor contratado temporariamente, nos moldes do art. 37, inciso IX, da referida Carta da República, notadamente quando o contrato é sucessivamente renovado"(AI 767.024-AgR, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, Primeira Turma, DJe 24.4.2012).

3. O STJ firmou, sob o rito do art. 543-C do CPC, entendimento no sentido de que a declaração de nulidade do contrato de trabalho, em razão da ocupação de cargo público sem a necessária aprovação em prévio concurso público, equipara-se à ocorrência de culpa recíproca, gerando para o trabalhador o direito ao levantamento das quantias depositadas na sua conta vinculada ao FGTS (REsp 1.110.848/RN, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Seção, DJe 3.8.2009).

4. Por expressa previsão legal, é devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição Federal, quando mantido o direito ao salário (art. 19-A da Lei 8.036/90, incluído pela MP 2.164-41/2001). Agravo regimental improvido. (AgRg no REsp 1434719/MG, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, 2ª T, julgado 24/4/2014, DJe 02/5/2014)"

Sobre o tema, O TJMT já decidiu:

"APELAÇÃO — AÇÃO DE COBRANÇA — CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA — NULIDADE — AUSÊNCIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO — NÃO INDUÇÃO À INSUBSISTÊNCIA DE DIREITOS ASSEGURADOS PELA CARTA DA REPÚBLICA — FGTS — RECEBIMENTO — LEGALIDADE.

A mera prestação de serviços por contratação temporária, sem que exista excepcional interesse público a justificá-la, não induz à insubsistência dos direitos garantidos pela Carta da República. Deve-se assegurar, assim, à trabalhadora, o direito ao recebimento dos valores devidos a título de depósito do FGTS. Recurso provido em parte." (Ap 78203/2013, DES. LUIZ CARLOS DA COSTA, QUARTACÂMARA CÍVEL, Julgado em 09/06/2015, Publicado no DJE 17/06/2015)

"APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. SERVIDORA PÚBLICA TEMPORÁRIA. PROFESSORA. SUCESSIVOS CONTRATOS POR PRAZO DETERMINADO. ART. 37, IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. INDEMONSTRADA OCORRÊNCIA DE SITUAÇÃO TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO. SISTEMÁTICA VIOLAÇÃO À DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL. VÍCIO QUE ATINGE A PRÓPRIA NATUREZA DA RELAÇÃO JURÍDICO-ADMINISTRATIVA. IRREGULARIDADE COMPROVADA. NULIDADE DOS CONTRATOS. ART. 19-A DA LEI 8.069/90 INCLUÍDO PELA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.164-41/2001. CONSTITUCIONALIDADE. RE 596478/RR. DIREITO AOS DEPÓSITOS DO FGTS. ENUNCIADO 363/TST. SÚMULA 444/STJ. JUROS DE MORA. CORRESPONDENTES AOS DA CADERNETA DE POUPANÇA. CORREÇÃO MONETÁRIA. IPCA. ADIN Nº 4357 E ENTENDIMENTO DO C. STJ. PELO PROVIDO.

O vício existente na contratação do servidor temporário, vazado na sistemática violação à Constituição Federal, atinge o âmago da relação jurídico- administrativa, ensejando a declaração de nulidade do contrato e o direito do ex-servidor temporário ao depósito dos valores do FGTS (Enunciado 363/STJ e Súmula 466/STJ).

O RE 596478/RR dirimiu controvérsia, reconhecendo constitucional a redação do art. 19-A, da Lei nº 8.036/90, incluído pela MP Nº 2.164/41/2001, no sentido de que "É devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição Federal, quando mantido o direito ao salário"

Efeito da ADIn nº 4.357/DF - que declarou a inconstitucionalidade parcial, por arrastamento, do art. 5º da Lei 11.960/09 e da expressão "índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança" contida no § 12, do art. 100, da CF - a partir de 30/06/2009, aplicam-se nas condenações contra a fazenda pública, exceto nas causas de natureza tributária, juros de mora correspondentes aos da caderneta de poupança e atualização monetária calculada pelo IPCA." (Ap 9777/2014, DESA. MARIA APARECIDA RIBEIRO, TERCEIRA CÂMARA CÍVEL, Julgado em 16/6/2015, Publicado DJE 23/6/2015).

No que se refere aos juros e correção monetária, cuida-se de matéria de ordem pública cognoscível de ofício, assim, tomando em conta a decisão cautelar na ADIn 4.357/DF, acompanho o C. Superior Tribunal de Justiça, cuja função constitucional precípua é a uniformização da interpretação da legislação federal.

Na apuração de valores será utilizado o IPCA-E, índice que melhor reflete a inflação no período e, a partir da citação, os juros de mora de 6% ao ano.

DECIDO

Posto isto, JULGO PROCEDENTE o pedido da autora e condeno o Município de Cuiabá a pagar o valor do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS sobre a remuneração da autora, relativo ao período laborado, acrescido de atualização monetária pelos índices do IPCA-E e juros de mora de 6% ao ano, sem capitalização, contados a partir da citação válida, JULGO EXTINTO o processo, com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil.

Deixo de condenar o réu nas custas e despesas processuais por ser isento, nos termos do art. 3º, I, da Lei Estadual n. 7.603/ 2001 e; CONDENO ao pagamento de honorários advocatícios que arbitro em 10% sobre o valor da condenação.

Desnecessário reexame necessário, pois o valor do direito controvertido não excede a quinhentos salários mínimos.

Transitado em julgado e observadas formalidades legais, arquivem-se.

P. R. I. Cumpra-se.

Cuiabá, 03 de dezembro de 2019.

ONIVALDO BUDNY

Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A): Onivaldo Budny

Cod. Proc.: 367496 Nr: 5514-13.2009.811.0041

AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO

TRABALHO
PARTE AUTORA: JOÃO LOPES DA SILVA
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: FERNANDA GUIA MONTEIRO - OAB:9.134/MT, GISELY MARIA REVELES DA CONCEIÇÃO - OAB:8.448/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ANA LOURDES BARBOSA BASTOS - PROC. FEDERAL - OAB:3833
PROCESSO: 46/2009 - n.ú 5514-13.2009.811.0041 (cód. 367496).
ESPÉCIE: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
EXEQUENTE: JOÃO LOPES DA SILVA
EXECUTADO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Vistos.
Processo em fase de cumprimento de sentença aforada por JOÃO LOPES DA SILVA contra o INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS para implantação de benefício previdenciário, consoante teor da sentença (f. 102/104) e r. Acórdão (f. 136/138).
O INSS foi intimado por três vezes (f. 149v; 152v; e 175) para cumprir a ordem judicial e implantar o benefício previdenciário. No entanto, novamente o exequente informou descumprimento da ordem judicial e reiterou pedido de providências (f. 177/180).
No comando judicial (f. 171) registrei a postura refratária do executado. Desnecessário repetir.
Como derradeira tentativa de dar efetividade à decisão judicial, determino a intimação da Agência da Previdência Social de Atendimento das Demandas Judicias - APSADJ, na pessoa de seu representante legal, para, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, comprovar o cumprimento da sentença (f. 102/104) e materializar a implantação do benefício de aposentadoria por invalidez ao exequente JOÃO LOPES DA SILVA, CPF: 367.918.732-72, nascido em 10.9.1968, pena de suportar sanções administrativas, cíveis, criminais e multa diária no importe de R$ 500,00 contra o gestor remisso.
Para instruir a intimação, faça acompanhar cópia da sentença (f. 102/104) e do comando judicial (f. 171).
Às providências. Expeça-se o necessário.
Cuiabá, 12 de dezembro de 2019.
ONIVALDO BUDNY
Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Onivaldo Budny
Cod. Proc.: 1298857 Nr: 8141-72.2018.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: EDIVAL GOMES REGO
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MÁRIO RIBEIRO DE SÁ - OAB:2.521-MT, RAFFAELE DOS SANTOS CAMARGO - OAB:MT/ 18.227
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
REFERÊNCIA: 8141-72.2018.8.11.0041
ESPÉCIE: AÇÃO PREVIDENCIÁRIA
REQUERENTE: EDIVAL GOMES REGO
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
RELATOS
Vistos.
EDIVAL GOMES REGO aforou AÇÃO PREVIDENCIÁRIA DE RESTABELECIMENTO DE AUXÍLIO DOENÇA COM CONCESSÃO DE AUXÍLIO ACIDENTE COM PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA contra o INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, ao fundamento que sofreu acidente de trabalho que o incapacitou para o labor. Recebeu o benefício previdenciário de auxilio doença acidentário por um período, no entanto, o último requerimento teve seu pleito administrativo indeferido. Juntou documentos. Atribuiu à causa o valor de R$ 1.000,00. Liminar indeferida (f. 35/36). Laudo pericial (f. 45/47). O requerido não apresentou contestação. As partes não manifestaram quanto ao Laudo Médico Pericial (f. 49).
É a síntese do que reputo essencial.
FUNDAMENTO
Conforme relatado acima, o requerido não contestou a inicial.
O artigo 319 do Código de Processo Civil diz que "se o réu não contestar a ação, reputar-se-ão verdadeiros os fatos afirmados pelo autor", todavia, conforme já decidiu fartamente a jurisprudência, a presunção de veracidade dos fatos alegados pelo autor em face à REVELIA do réu é relativa, podendo ceder a outras circunstâncias constantes dos autos, de acordo com o livre convencimento do magistrado.
Nesse sentido: "O efeito da REVELIA não induz procedência do pedido e nem afasta o exame de circunstâncias capazes de qualificar os fatos fictamente comprovados." (RSTJ 53/335).
Portanto, mesmo sem a contestação nos autos, o magistrado deve avaliar não só os argumentos da parte autora, como também as demais provas juntadas aos autos, para assim formular o seu próprio entendimento.
Assim, passo à análise do caso em debate.
Versam os autos sobre o pedido de restabelecimento do benefício auxílio doença, com concessão de auxilio acidente, ao fundamento que a parte requerente se encontra incapacitada para o trabalho habitual.
Registra-se, por oportuno, que a aposentadoria por invalidez deve ser concedida, quando comprovada a incapacidade total e permanente para execução de atividade laborativa capaz de garantir a subsistência da parte segurada, aliada à impossibilidade de reabilitação e à exigência, quando for o caso, de 12 (doze) contribuições a título de carência, conforme disposto no artigo 42 da Lei nº 8.213/91. Veja-se:
"Art. 42. A aposentadoria por invalidez, uma vez cumprida, quando for o caso, a carência exigida, será devida ao segurado que, estando ou não em gozo de auxílio-doença, for considerado incapaz e insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, e ser-lhe-á paga enquanto permanecer nesta condição".
Por sua vez, o auxílio-doença é devido ao segurado que, cumprido o período de carência eventualmente exigido pela lei, ficar incapacitada para o seu trabalho ou para sua atividade habitual por mais de 15 (quinze) dias consecutivos, consoante o disposto no artigo 59 da Lei nº 8.213/91.
Já o auxílio-acidente será concedido, como indenização, ao segurado quando, após consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultarem sequelas que impliquem redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia (art. 86 da Lei n° 8.213/91).
O que distingue os benefícios é que a aposentadoria por invalidez exige a incapacidade total e permanente para o trabalho, enquanto para o auxílio-doença a incapacidade deverá ser parcial ou total e temporária. Na hipótese de mera redução da capacidade para o trabalho, o segurado faz jus ao auxílio-acidente.
Sobre o tema cito lição de Daniel Machado e José Paulo Baltazar Junior sobre o benefício discutido em testilha:
"Atualmente, é concedido como o pagamento de indenização mensal, quando após a consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultar sequelas que impliquem a redução da capacidade de labor do segurado." (in, Comentários à Lei de Benefícios da Previdência Social. 4.ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004, p. 272)
E também a preleção de Marcelo Leonardo Tavares sobre o assunto, in verbis:
"É indenização mensal ao segurado, quando, após a consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultaram sequelas que implique: a) redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia, na forma prevista no anexo III do RPS; b) redução de capacidade para o trabalho que habitualmente exercia e exija maior esforço para o desempenho da mesma atividade de antes." (in, Direito Previdenciário. 3. ed. Rio de janeiro: Lúmen Júris, 2001, p. 83.)
No caso vertente, o laudo de perícia médica coligido aos autos foi explicito em afirmar:
"Com base nos elementos e fatos expostos, conclui-se que não foi constatado a presença de incapacidade laborativa. Não há limitação para a vida independente".
Percebe-se, sem esforço de interpretação, que o laudo pericial elaborado do médico perito (Dr. João Baçan - CRM/MT 5753) concluiu que a parte requerente não está incapacitada para o exercício de atividades laborais, tampouco está incapacidade para o exercício de atividades normais e manuais antes desenvolvidas.
A ausência de incapacidade temporal e/ou definitiva da parte requerente para o trabalho a exaustivamente demonstrada nas respostas aos quesitos. Logo, não é o caso de aposentadoria por invalidez e/ou a implantação do auxílio-doença.
Ante a ausência de comprovação da incapacidade da parte requerente para o exercício de suas atividades laborais é de ser negada o

restabelecimento/implantação do auxílio-doença, bem como eventual conversão do benefício em aposentadoria por invalidez, pois, não preenchidos um dos requisitos do arts. 42 e 59, ambos da Lei nº 8.213/91, qual seja, comprovação da incapacidade temporária ou permanente para a atividade laboral.

Sobre matéria, oportuno realçar o entendimento do egrégio Tribunal Regional Federal da 1ª Região:

"PREVIDENCIÁRIO - AUXÍLIO-DOENÇA APOSENTA-DORIA POR INVALIDEZ RURAL - INCAPACIDADE PARA O TRABALHO - LAUDO PERICIAL NEGATIVO - AUSÊNCIA DA INCAPACIDADE – IMPOSSIBILIDA-DE DE CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. 1 - São requisitos para a concessão dos benefícios de aposentadoria por invalidez e de auxílio-doença a comprovação da qualidade de segurado da Previdência Social e o preenchimento do período de carência de 12 contribuições mensais, com exceção das hipóteses enumeradas no art. 26, III, c/c art. 39, I, da Lei 8.213/1991, e a comprovação de incapacidade para o exercício de atividade laborativa. 2. – (...) 3 - No presente caso, o perito do juízo afirmou que não há incapacidade para o exercício das atividades rural (labor). 4 - Assim, não havendo nos autos elementos probatórios da alegada incapacidade laborativa, a parte autora não faz jus ao benefício requerido na inicial. 5 - Apelação da parte autora não provida. (TRF-1 - AC: 00512016020134019199, Rel.: DESª. FEDERAL GILDA SIGMARINGA SEIXAS, 1ª T., Pub.: 20/02/2019) [Grifei]

"PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO DOENÇA. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. INCAPACIDADE PARA O TRABALHO. LAUDO PERICIAL NEGATIVO. AUSÊNCIA DE PROVA DA INCAPACIDADE. IMPOSSIBILIDADE DE CONCES-SÃO DO BENEFÍCIO. 1. O segurado da Previdência Social somente tem direito ao benefício de aposentadoria por invalidez, ou auxílio doença se comprovado, por perícia médica, a superveniência de incapacidade para o trabalho e o cumprimento do período de carência, salvo nos casos de dispensa legal deste último requisito (art. 25, 42, 59 e 151, Lei n.8.213/91). 2. Diante da conclusão clara e objetiva da perícia judicial sobre pela inexistência de incapacidade laborativa no momento da realização do exame, não se mostra possível a concessão do benefício pleiteado. 3. Apelação não provida. (TRF-1 - AC: 00116232220154019199, Rel.: JUIZ FEDERAL MURILO FERNANDES DE ALMEIDA, 1ª CÂMARA REGIONAL PREVIDENCIÁRIA DE MINAS GERAIS, Data de Publicação: 27/9/2018) [Grifo nosso].

Diante do contexto materializado nos autos, em especial pela clareza do laudo pericial, o indeferimento do pedido da parte requerente é, pois, inevitável consequência da prova existente no bojo do processo, e nesse diapasão a improcedência da ação é apenas o resultado de causa e efeito.

DECIDO

Ante o exposto e por tudo mais que dos autos consta com base no art. 269, inciso I, do Código de Processo Civil, JULGO IMPROCEDENTE o pedido posto na presente ação ajuizada contra o INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL e, por consequência lógica de causa e efeito, julgo extinto o processo, com julgamento de mérito.

Deixo de condenar o requerente nas custas e despesas processuais, por ser beneficiário da Justiça Gratuita.

Com base no art. 85, §§ 2º e 8º/CPC, condeno-o ao pagamento de honorários advocatícios que em fixo em 10% (dez por cento) do valor atualizado da causa, ressalvada a suspensão da exigibilidade ex vi do permissivo averbado no art. 98, § 3º/CPC.

Quanto aos honorários periciais, o médico Dr. João Leopoldo Baçan foi regularmente nomeado para realização da perícia médica no valor de R$ 370,00 (trezentos e setenta reais) a ser suportado pela Autarquia Federal, que permaneceu inerte, sem materializar o respectivo pagamento.

Nestas condições, determino a intimação da Agência da Previdência Social de Atendimento das Demandas Judicias - APSADJ, na pessoa de seu representante legal, para, no prazo de até 05 (cinco) dias, comprovar o depósito do valor referente a honorários periciais (decisão f. 35), pena de suportar sanções administrativas, cíveis, criminais e multa contra o gestor remisso.

PRIC.

Expeça-se o necessário. Às Providências.

Cuiabá, 11 de dezembro de 2019.

ONIVALDO BUDNY

Juiz de Direito

Intimação da Parte Requerida

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 817286 Nr: 23712-59.2013.811.0041

AÇÃO: Reintegração / Manutenção de Posse->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: ESTADO DE MATO GROSSO

PARTE(S) REQUERIDA(S): CRISTINA YUMI ALVES KUSAI PUPIN, GUSTAVO CAMARGO PUPIN, MAURÍCIO HIDEAKI KUSAI, ERENI DA CONSOLAÇÃO ALVES KUSAI, ERENI DA CONSOLAÇÃO ALVES KUSAI, HAROLDO YUKIO ALVES KUZAI, AÇOFER INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MARIA LUIZA DA CUNHA CAVALCANTI - OAB:PROC., PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - OAB:PGE

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: BRUNO VIDAL MONTENEGRO - OAB:11917, ELISABETE AUGUSTA DE OLIVEIRA - OAB:13.352 MT, GABRIELA DE SOUZA - OAB:10.031-MT, GERALDO CARLOS DE OLIVEIRA - OAB:4.032/MT

Ante o exposto, DEFIRO a produção de prova pericial, que deverá obedecer aos ditames do artigo 464 e seguintes do CPC.

Nomeio como perito o Engenheiro Civil GABRIEL LIBARDI SOUZA, CREA/MT 11535-D (cadastrado nas Varas de Fazenda Pública desta Capital), que poderá ser encontrado no endereço: Rua Poxoréo, nº 497, Bairro Alvorada, CEP nº 78048-600, Cuiabá/MT, fone (65) 3634.0571 E-mail: gabriel_libardi_souza@hotmail.com.

Intime-se o perito para, no prazo de até 10 (dez) dias, manifestar objetivamente sobre a nomeação e apresentar proposta dos honorários periciais.

Expeça-se o necessário. Às providências.

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A): Onivaldo Budny

Cod. Proc.: 1025195 Nr: 34398-42.2015.811.0041

AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: DAMIÃO BARROS DE ALENCAR

PARTE(S) REQUERIDA(S): ESTADO DE MATO GROSSO

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MARCIA NIEDERLE - OAB: 10.458/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: LUIZ PAULO REIS ARAÚJO - PROCURADOR DO ESTADO - OAB:16803-B

PROCESSO: 34398-42.2015.811.0041 (cód. 1025195)

ESPÉCIE: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA

EXEQUENTE: DAMIÃO BARROS DE ALENCAR

EXECUTADO: ESTADO DE MATO GROSSO

Vistos.

Intime-se o executado para, querendo, no prazo de até 05 (cinco) dias, manifestar sobre os cálculos apresentados pelo exequente (f. 96/100), pena de anuência e concordância tácita.

Decorrido o prazo, com ou sem provocação, certifique-se e conclusos.

Expeça-se o necessário. Às providências.

Cuiabá, 11 de dezembro de 2019.

ONIVALDO BUDNY

Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A): Onivaldo Budny

Cod. Proc.: 348950 Nr: 19292-84.2008.811.0041

AÇÃO: Execução de Sentença (arts. 632 e 730 do CPC)->MATÉRIA CÍVEL - 1ª INSTÂNCIA->Procedimento Criminal Militar->PROCESSO MILITAR

PARTE AUTORA: ANDERSON RODRIGO DE SÁ

PARTE(S) REQUERIDA(S): ESTADO DE MATO GROSSO

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ANA LUCIA RICARTE - OAB:4.411/MT, Anderson rodrigo de sá - OAB:348950, DANIELLE BARROS GARCIA - OAB:9.599/MT, JULIANA FERREIRA GOMES DA SILVA - OAB:9776/MT, MARCELO DE OLIVEIRA - OAB:11694-B

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ADERZIO RAMIRES DE MESQUITA (PROCURADOR DO ESTADO) - OAB:3.013/MT

REFERÊNCIA: 19292-84.2008.811.0041 (cód. 348950)

ESPÉCIE: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA

EXEQUENTE: ANA LÚCIA RICARTE (Advogada)

EXECUTADO: ESTADO DE MATO GROSSO

Vistos.

Processo em fase de cumprimento de sentença referente honorários de

sucumbência. Contadoria judicial atualizou o crédito (f. 264). Concordância expressa da exequente (f. 266) e impugnação do executado (f. 267/275).
É a síntese.
Fundamento e Decido.
Na impugnação à execução, o ponto central da discordância reside no índice de atualização da correção monetária, pois, enquanto no cálculo oficial foi aplicado o INPC, o executado requereu a aplicação do índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança (TR) no período entre 30.6.2009 a 25.3.2015 (f. 110, verso).
Ao julgar o RE 870947 o STF afastou o uso da TR como índice de correção monetária dos débitos judiciais da Fazenda Pública e para o seu lugar, o índice adotado foi o IPCA-E, considerado mais adequado para recompor a perda de poder de compra pelo transcurso do lapso temporal. Em recente decisão (03.10.2019) o STF rejeitou embargos declaratórios e não acolheu o pedido para modulação dos efeitos da decisão proferida.
Nestas condições, o índice de atualização monetária indicado no cálculo oficial (f. 264) melhor se amolda ao atual e vigente entendimento jurisprudencial, em conformidade ao RE 870947.
Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE a impugnação do executado (f. 267/275) e com base no art. 535, § 2º do CPC, HOMOLOGO por sentença o cálculo (f. 264) no valor de R$ 5.166,53 referente honorários de sucumbência.
Sem custas (art. 3º, I da Lei 7.603/2001) e sem honorários de sucumbência (art. 85, § 8º /CPC).
Transitado em julgado, certifique-se e, com base no art. 1º da Lei Estadual n° 10.656/17, EXPEÇA-SE RPV referentes honorários de sucumbência no valor de R$ 5.166,53 (f. 264) em favor da advogada Ana Lucia Ricarte, para o Estado/MT efetuar o pagamento no prazo de até 02 (dois) meses, contados da entrega da requisição, mediante depósito na Conta Única Judicial (art. 535, § 3º, II/CPC), pena de concordância tácita com sequestro de valor (Bacenjud).
Materializado o depósito, expeça-se alvará em favor da advogada credora.
Cumprido integralmente, certifique-se e arquive-se.
Às providências. Cumpra-se.
Cuiabá, 12 de dezembro de 2019.
ONIVALDO BUDNY
Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Onivaldo Budny
Cod. Proc.: 807571 Nr: 14040-27.2013.811.0041
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: LADISLAU ESTEVÃO DA SILVA
PARTE(S) REQUERIDA(S): FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL - MT
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: FELIPE LIMA DA ROSA - OAB:15.413 / MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
PROCESSO: 14040-27.2013.811.0041 (Cód. 807571)
ESPÉCIE: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
EXEQUENTE: LADISLAU ESTEVÃO DA SILVA
EXECUTADO: ESTADO DE MATO GROSSO
Vistos.
Decisão (f. 31), determinou a remessa dos autos ao Juízo Especializado de Execução Fiscal desta Capital ante a incompetência deste Juízo para processamento da presente ação.
O exequente informou a interposição de Agravo de Instrumento (f. 32/43), que teve decisão de declínio de competência em favor da Turma Recursal (f. 45/47).
Ante a ausência de alteração no contexto fático processual, cumpra-se integralmente a r. decisão (f. 31).
Expeça-se o necessário. Às providências.
Cuiabá, 12 de dezembro de 2019.
ONIVALDO BUDNY
Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Onivaldo Budny
Cod. Proc.: 977982 Nr: 13014-23.2015.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: CARLOS CAMPOS MACIEL
PARTE(S) REQUERIDA(S): SECRETARIO ADJUNTO DA SECRETARIA ESTADUAL DA FAZENDA PUBLICA DE MATO GROSSO, SUPERINTENDENTE DE INFORMAÇÃO DO ICMS DA SEFAZ
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: TAISA FERNANDES DA SILVA PERES - OAB:OAB/MT 12.815
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: NÃO CONSTITUÍDO - OAB:
PROCESSO: 13014-23.2015.811.0041 - Código 977982
ESPÉCIE: MANDADO DE SEGURANÇA
IMPETRANTE: CARLOS CAMPOS MACIEL
IMPETRADO: SEFAZ/MT
Vistos.
Processo em fase de cumprimento de sentença que julgou procedente o pedido posto na inicial e concedeu a segurança para que a impetrada se abstenha de exigir o pagamento do ICMS sobre o valor correspondente à Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição, da unidade consumidora da impetrante - UC nº 3647315.
A sentença foi ratificada no e. TJMT consoante r. Acórdão (f. 110/115). Trânsito em julgado certificado (f. 120). Decisão (f. 137) ordenou a intimação da impetrada para cumprimento da sentença. No entanto, o exequente reiterou a notícia do descumprimento e informou que a impetrada mudou o número de sua unidade consumidora (f. 146/153).
Nestas condições, por tratar-se de sentença transitada em julgado, determino a intimação do Superintendente de Informações do ICMS da SEFAZ/MT, para, no prazo de até 05 (cinco) dias, sob as penas da lei, abster-se de exigir o pagamento de ICMS sobre o valor da TUSD da unidade consumidora originariamente nº 3647315 ou outra unidade consumidora derivada desta. Para instruir o mister, faça acompanhar cópia da sentença (f. 81/85) acórdão (f. 110/115) e da presente decisão.
Expeça-se o necessário. Às providências.
Cuiabá, 12 de dezembro de 2019.
ONIVALDO BUDNY
Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Onivaldo Budny
Cod. Proc.: 867788 Nr: 7756-66.2014.811.0041
AÇÃO: Embargos à Execução->Embargos->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MUNICÍPIO DE CUIABÁ-MT
PARTE(S) REQUERIDA(S): SONIA ARLETE DE OLIVEIRA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: PROCURADORIA DO MUNICIPIO DE CUIABÁ / MT - OAB:, RUBI FACHIN (PROCURADOR DO MUNICÍPIO) - OAB:3.799/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: IGNEZ MARIA MENDES LINHARES - OAB:4979
PROCESSO: 7756-66.2014.811.0041 (cód. 867788)
ESPÉCIE: EMBARGOS À EXECUÇÃO
EMBARGANTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ
EMBARGADO: SONIA ARLETE DE OLIVEIRA
Vistos.
Trata-se de Embargos à Execução opostos pelo MUNICÍPIO DE CUIABÁ contra SONIA ARLETE DE OLIVEIRA.
Sentença (f. 42) julgou improcedentes os pedidos iniciais e homologou os cálculos (f. 182 autos em apenso - código 333218).
Embargante interpôs Agravo de Instrumento (f. 45/49), que em sede de liminar teve indeferido o pleito de efeito suspensivo postulado pelo Agravante, consoante r. decisão monocrática (f. 51/54).
Posto isso, cumpra-se integralmente a sentença (f. 42).
Expeça-se o necessário. Às providências.
Cuiabá, 12 de dezembro de 2019.
ONIVALDO BUDNY
Juiz de Direito

2ª Vara Especializada da Fazenda Pública

Intimação

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1018808-66.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JORMINDO ARCANJO DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Bruno José Ricci Boa Ventura OAB - MT9271-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:

ESTADO DE MATO GROSSO (RÉU)

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade a intimação da parte autora para, querendo, impugnar a contestação no prazo legal. OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1037910-74.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ECOMAB - SP TRANSPORTES E COMERCIO DE MADEIRAS EIRELI (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ROBERTO PEREIRA GONCALVES OAB - SP105077 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RÉU)

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade a intimação da parte autora para, querendo, impugnar a contestação no prazo legal. OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1037853-56.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
AGRO FERRAGENS LUIZAO LTDA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Deivison Roosevelt do Couto OAB - MT8353-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RÉU)

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade a intimação da parte autora para, querendo, impugnar a contestação no prazo legal. OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-105 MANDADO DE SEGURANÇA
Processo Número: 1038528-19.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
OLMIR ANTONIO CORDENONZI (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JACKSON MARIO DE SOUZA OAB - MT4635-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AGENTE DE TRIBUTOS DA SECRETARIA DE FAZENDA DO ESTADO DE MATO GROSSO (IMPETRADO)

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade REITERAR a intimação da parte autora para RECOLHER, por meio de Guia de Diligência, no site do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso (http://arrecadacao.tjmt.jus.br), comprovando nos autos, o valor referente às despesas do Sr. Oficial de Justiça em cumprimento de diligência no Bairro Centro Político Administrativo, em Cuiabá-MT. OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE (Processo Judicial Eletrônico), nos termos do artigo 9.º da Lei 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-105 MANDADO DE SEGURANÇA
Processo Número: 1027947-42.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
EDUARDO BIASUS (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
VALDEVINO VIEIRA GUIMARAES OAB - MT17692-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CHEFE DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE CUIABÁ - MT (IMPETRADO)

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade REITERAR a intimação da parte autora para RECOLHER, por meio de Guia de Diligência, no site do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso (http://arrecadacao.tjmt.jus.br), comprovando nos autos, o valor referente às despesas do Sr. Oficial de Justiça em cumprimento de diligência no Bairro Centro Político Administrativo, em Cuiabá-MT. OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE (Processo Judicial Eletrônico), nos termos do artigo 9.º da Lei 11.419/2006.

Expediente

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 782064 Nr: 35687-15.2012.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MARINA DE FÁTIMA ADRIEN
PARTE(S) REQUERIDA(S): MUNICÍPIO DE CUIABÁ-MT
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ANA LUCIA RICARTE - OAB:4.411/MT, BRUNA FERNANDA PESROSO DA SILVA GOMES LIMA RODRIGUES DOS REIS - OAB:15.552/MT, ROSANE COSTA ITACARAMBY - OAB:8.755/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO JÚNIOR (PROCURADOR DO MUNICÍPIO) - OAB:12.244-B
Considerando o retorno os autos da instância superior, na forma do art. 152, VI do CPC, impulsiono estes autos para intimar a parte autora para requerer o que entender de direito.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Onivaldo Budny
Cod. Proc.: 875198 Nr: 13559-30.2014.811.0041
AÇÃO: Embargos à Execução->Embargos->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL
PARTE(S) REQUERIDA(S): JOSÉ RIBAMAR GOMES
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JOSÉ ROBERTO CURVO GARCIA - PROC FEDERAL - OAB:6828/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: VALDECIR CALÇA - OAB:5247/O
PROCESSO: Nº 13559-30.2014.811.0041 – cód. 875198
ESPÉCIE: EMBARGOS À EXECUÇÃO
EMBARGANTE: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL - INSS
EMBARGADO: JOSÉ RIBAMAR GOMES
Vistos.
Cumpra-se integralmente as determinações averbadas na decisão (f. 53).
Às providências. Expeça-se o necessário.
Cuiabá, 12 de dezembro de 2019.
ONIVALDO BUDNY
Juiz de Direito em Substituição Legal
JV / E

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Onivaldo Budny
Cod. Proc.: 772384 Nr: 25490-98.2012.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: THOMAS GREG & SONS GRÁFICA E SERVIÇOS, IND. E COM., IMPORT. EXPORT. DE EQUIP.
PARTE(S) REQUERIDA(S): SECRETÁRIO ADJUNTO DA RECEITA PÚBLICA DA SECRETARIA DO ESTADO DE FAZENDA DE MT
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: GABRIEL MACEDO GITAHY TEIXEIRA - OAB:234405/SP
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO - OAB:, ULINDINEI ARAUJO BARBOSA - PROC ESTADO - OAB:3035/MT
PROCESSO: 25490-98.2012.811.0041 (cód. 772384)
ESPÉCIE: MANDADO DE SEGURANÇA
IMPETRANTE: THOMAS GREG LTDA
IMPETRADO: SECRETÁRIO ADJUNTO DA RECEITA PÚBLICA DA SEFAZ/MT
Vistos.
Trata-se de mandado de segurança impetrado por THOMAS GREG & SONS GRÁFICA, SERVIÇOS, IND E COM., IMPORT. EXPORT. DE EQUIP. LTDA contra ato praticado pelo SECRETÁRIO ADJUNTO DA RECEITA PÚBLICA DA SEFAZ/MT (f. 04/22).
O impetrante efetuou dois depósitos em juízo para suspensão da exigibilidade do débito tributário (f. 120/126 e f. 167/168). Decisão (f. 127/129) deferiu o pedido liminar e a Decisão (f. 177/178) deferiu emissão de certidão positiva com efeito de negativa. Informações do impetrado (f.

136/149).
Sentença (f. 207/210) denegou a segurança, ratificada consoante r. Acórdão (f. 255/259). Recurso Especial desprovido (f. 286/289). Trânsito em julgado certificado (f. 290/291).
A impetrante requereu que os valores depositados em juízo sejam convertidos em renda em favor do impetrado, bem como, seja emitida certidão positiva com efeito negativo (f. 298/299).
Instado a manifestar, o impetrado indicou conta bancária para a transferência bancária e postulou vista dos autos para apuração de saldo remanescente (f. 315).
Impetrante reiterou pedido para emissão de certidão (f. 316).
Ante o exposto, por traduzir a soberana vontade das partes e para surtir os desejados efeitos legais, com base no art. 156, VI do Código Tributário Nacional, defiro o pedido (f. 298, verso, item "a") e determino a conversão em renda dos valores depositados nestes autos em favor do impetrado.
Expeça-se alvará observado os informes bancários (f. 315).
Por consequência natural de causa e efeito, defiro o pedido (f. 299, item "b") e determino ao impetrado, a incontinenti expedição de certidão positiva com efeito negativo em favor do impetrante, correspondente ao débito tributário destes autos.
Cumpridas as determinações, e embora o rito processual da ação mandamental não estabeleça dilação probatória, dê-se vistas dos autos ao impetrante, conforme pleito (f. 315, parte final) pelo prazo de 05 (cinco) dias.
Expeça-se o necessário. Às providências.
Cuiabá, 12 de dezembro de 2019.
ONIVALDO BUDNY
Juiz de Direito em Substituição Legal
JV / E

Intimação das Partes
JUIZ(A): Onivaldo Budny
Cod. Proc.: 100961 Nr: 16940-27.2006.811.0041
AÇÃO: Execução Contra a Fazenda Pública->Execução de Título Judicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: JOSÉ RIBAMAR GOMES
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: KATIA REGINA SANTANA NUNES - OAB:15.510/MT, VALDECIR CALÇA - OAB:5.247/MT, YURI MIKEJEVS FRANCO GODOY - OAB:23021/B
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ANDREZZA ALVES MEDEIROS - OAB:PROC. FEDERAL
PROCESSO: 16940-27.2006.811.0041 (cód. 100961)
ESPÉCIE: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
REQUERENTE: JOSÉ RIBAMAR GOMES
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Vistos.
Trata-se de EMBARGOS DE DECLARAÇÃO opostos pelo INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (f. 571/576) contra decisão (f. 566) que determinou ao INSS cumprir a sentença (f. 415/427).
Fundamento e decido.
Na petição (f. 571/572) o embargante alegou que: "... A decisão retro foi omissa na análise dos parâmetros (DIB) dos benefícios já implantados, bem como houve obscuridade quanto ao valor da RMI do benefício, pois esta apuração do valor depende muito mais do que um simples cálculo aritmético...
Embora o embargante tenha alegado omissão e obscuridade na decisão (f. 566), o processual refere-se apenas à determinação para intimação do INSS a fim de cumprir a ordem averbada na sentença (f. 415/427).
Os apontamentos trazidos pelo embargante são inoportunos e desconectados com as regras processuais, pois, direcionados contra o conteúdo da sentença (f. 415/428), ratificada pelo r. Acórdão (f. 456/463), transitado em julgado (f. 469).
Não bastasse matéria preclusa e não alcançada pelo "recurso eleito", inoportuno o inconformismo da requerida em relação ao cálculo do valor do benefício previdenciário, pois o salário de benefício da aposentadoria por invalidez deverá corresponder ao valor do salário de benefício do auxílio-doença anteriormente recebido, reajustado pelos índices de correção dos benefícios previdenciários (art. 36, § 7°, Decreto n° 3.048/99).
Ante o exposto, ausentes os pressupostos insculpidos no art. 1.022 do CPC, REJEITO os Embargos de Declaração (f. 571/576).
Cumpra-se integralmente a decisão (f. 566).
Intime-se. Às providências.
Cuiabá, 12 de dezembro de 2019.
ONIVALDO BUDNY
Juiz de Direito em Substituição legal
JV / E

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 1081723 Nr: 2380-31.2016.811.0041
AÇÃO: Consignação em Pagamento->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: JOSÉ CARLOS PEREIRA CARDOSO, J. C. P. CARDOSO-ME, JOSÉ CARLOS PEREIRA CARDOSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): AGER - AGENCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PUBLICOS DELEGADOS AO ESTADO DE MATO GROSSO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ERIKA PATRICIA GABILAN SANCHES - OAB:10756, TAIS GONÇALVES MELADO - OAB:8524
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - OAB:
Fica o(a) Advogado(a) ERIKA PATRICIA GABILAN SANCHES, OAB/MT 10756, intimado(a) para devolver os autos retirados em carga, com prazo expirado, no prazo de 03 (três) dias. Favor desconsiderar a intimação se já houve devolução dos autos após esta intimação (Publicação efetuada independentemente de despacho, conforme as diretrizes instituídas pela Portaria nº 80/2016 – CGJ).

3ª Vara Especializada da Fazenda Pública

Intimação

Intimação Classe: CNJ-105 MANDADO DE SEGURANÇA
Processo Número: 1054308-96.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
PROL INDUSTRIA METALURGICA LTDA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JULIANA PEREIRA BUENO OAB - MT12707-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SUB PROCURADOR GERAL FISCAL DA SUBPROCURADORIA-GERAL FISCAL (IMPETRADO)

FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DO POLO ATIVO, acima qualificado, do teor da decisão a seguir transcrita, proferida nos autos do processo acima identificado. OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. DECISÃO:Dito isto, DETERMINO intime-se que a parte impetrante para, no prazo de 15 (quinze) dias e sob pena de indeferimento, emendar a petição inicial nos seguintes termos: (a.) Apresentar o(s) documento(s) que comprove(m) a data da constituição definitiva dos créditos tributários objeto de cancelamento (decisão final exarada pelo fisco) e; (b.) Indicar/regularizar o polo passivo da lide em relação à autoridade coatora responsável pelo ato referente ao pedido repressivo. Transcorrido o prazo, voltem-me conclusos. Intime-se. Cumpra-se.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1052682-42.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
NILTO SANTOS ELEUTERIO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIO MARCOS CAPELOSSI OAB - PR65113 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JUNTA COMERCIAL DO ESTADODE MATO GROSSO (REQUERIDO)

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade a intimação da parte autora para CIÊNCIA da decisão proferida nos autos, a seguir transcrita, e para RECOLHER, por meio de Guia de Diligência, no site do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso (http://arrecadacao.tjmt.jus.br), comprovando nos autos, o valor referente às despesas do Sr. Oficial de Justiça em cumprimento de diligência no Bairro Centro Político Administrativo, em Cuiabá-MT. OBSERVAÇÃO: O

processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE (Processo Judicial Eletrônico), nos termos do artigo 9.º da Lei 11.419/2006. DECISÃO: Não atendidos os requisitos autorizadores da tutela de urgência, INDEFIRO o pedido. INTIME-se. Cite-se a parte ré quanto aos termos da presente ação, na forma do artigo 242, parágrafo 3º, do CPC, preferencialmente por meio eletrônico (artigo 246, parágrafo 2º, do CPC), consignando-se as advertências legais. Caso o réu, em contestação, alegue fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito ou ainda qualquer das matérias enumeradas no artigo 337, do CPC, desde já determino INTIME-se a parte autora para, no prazo de 15 dias, apresentar réplica. Intimem-se.

Intimação Classe: CNJ-105 MANDADO DE SEGURANÇA
Processo Número: 1059346-89.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
KELLY FERNANDA GONCALVES (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANIEL NASCIMENTO RAMALHO OAB - MT24405-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Gustavo Reis Lobo de Vasconcellos (IMPETRADO)

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade a intimação da parte autora para CIÊNCIA da decisão proferida nos autos, a seguir transcrita, e para RECOLHER, por meio de Guia de Diligência, no site do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso (http://arrecadacao.tjmt.jus.br), comprovando nos autos, o valor referente às despesas do Sr. Oficial de Justiça em cumprimento de diligência no Bairro Centro Político Administrativo, em Cuiabá-MT. OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE (Processo Judicial Eletrônico), nos termos do artigo 9.º da Lei 11.419/2006. DECISÃO: Ante o exposto, INDEFIRO a liminar. Notifique-se a autoridade indicada como coatora para, querendo, no prazo de até 10 (dez) dias, prestar as informações que entender convenientes (art. 7º, I, da Lei nº. 12.016/2009), observado, ainda, o disposto no art. 7º, II, da Lei nº. 12.016/2009. Decorrido o prazo com ou sem manifestação, certifique-se e ouça-se o MP (artigo 12 da Lei nº. 12.016/2009). Após, conclusos. Às providências. Intime-se. Cumpra-se.

Decisão

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1059494-03.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MARCOS JOSE DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ HENRIQUE DE OLIVEIRA SANTOS OAB - MT16694-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RÉU)
Magistrado(s):
ONIVALDO BUDNY

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO Terceira Vara Especializada da Fazenda Pública da Comarca de Cuiabá PROCESSO: 1059494-03.2019.8.11.0041 ESPÉCIE: AÇÃO ORDINÁRIA REQUERENTE: MARCOS JOSÉ DA SILVA ADVOGADO (A): LUIZ HENRIQUE DE OLIVEIRA SANTOS REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, Cuida-se de AÇÃO DECLARATÓRIA C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS movida por MARCOS JOSÉ DA SILVA contra o ESTADO DE MATO GROSSO com pedido de concessão da justiça gratuita. Para a concessão da assistência judiciaria gratuita a parte, não deverá apenas declarar hipossuficiência, mas comprovar, indubitavelmente, a sua incapacidade financeira, ainda que momentânea, na forma do artigo 98, caput/CPC e artigo 5º, LXXIV/CF. Nesse sentido: “a concessão de assistência judiciária gratuita está condicionada à efetiva comprovação de que a parte não possui condição financeira de arcar com as custas advindas do processo, em harmonia com o disposto no inciso LXXIV, art. 5º da Constituição Federal, a dizer, o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos”. (TJMT, Des. SEBASTIAO BARBOSA FARIAS, PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 05/02/2019, Publicado no DJE 11/02/2019). No caso, o rendimento líquido do requerente não autoriza a concessão dos benefícios, razão pela qual INDEFIRO o pedido. Portanto, antes de qualquer deliberação, determino a intimação da requerente para, querendo, em até 15 (quinze) dias, promover o recolhimentos das custas processuais, pena de cancelamento da distribuição com base no artigo 290 do CPC. Com ou sem manifestação, conclusos. Intime-se. Cumpra-se Cuiabá, 13 de dezembro de 2019. ONIVALDO BUDNY Juiz de Direito em substituição legal

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1059489-78.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ERICA ALVES PEREIRA DE ARRUDA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ HENRIQUE DE OLIVEIRA SANTOS OAB - MT16694-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RÉU)
Magistrado(s):
ONIVALDO BUDNY

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO Terceira Vara Especializada da Fazenda Pública da Comarca de Cuiabá PROCESSO: 1059489.2019.8.11.0041 ESPÉCIE: AÇÃO ORDINÁRIA REQUERENTE: ERICA ALVES PEREIRA DE ARRUDA ADVOGADO (A): LUIZ HENRIQUE DE OLIVEIRA SANTOS REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, Cuida-se de AÇÃO DECLARATÓRIA C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS movida por ERICA ALVES PEREIRA DE ARRUDA contra o ESTADO DE MATO GROSSO com pedido de concessão da justiça gratuita. Para a concessão da assistência judiciaria gratuita a parte, não deverá apenas declarar hipossuficiência, mas comprovar, indubitavelmente, a sua incapacidade financeira, ainda que momentânea, na forma do artigo 98, caput/CPC e artigo 5º, LXXIV/CF. Nesse sentido: “a concessão de assistência judiciária gratuita está condicionada à efetiva comprovação de que a parte não possui condição financeira de arcar com as custas advindas do processo, em harmonia com o disposto no inciso LXXIV, art. 5º da Constituição Federal, a dizer, o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos”. (TJMT, Des. SEBASTIAO BARBOSA FARIAS, PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 05/02/2019, Publicado no DJE 11/02/2019). No caso, o rendimento líquido da requerente (R$ R$ 7.486,55 – id. 27341493 – Pag. 8) não autoriza a concessão dos benefícios, razão pela qual INDEFIRO o pedido. Portanto, antes de qualquer deliberação, determino a intimação da requerente para, querendo, em até 15 (quinze) dias, promover o recolhimentos das custas processuais, pena de cancelamento da distribuição com base no artigo 290 do CPC. Com ou sem manifestação, conclusos. Intime-se. Cumpra-se Cuiabá, 13 de dezembro de 2019. ONIVALDO BUDNY Juiz de Direito em substituição legal

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1059473-27.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
HILAIRA DE CARVALHO MONTEIRO FUDIKAMI (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ HENRIQUE DE OLIVEIRA SANTOS OAB - MT16694-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RÉU)
Magistrado(s):
ONIVALDO BUDNY

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO Terceira Vara Especializada da Fazenda Pública da Comarca de Cuiabá PROCESSO: 1059473-27.2019.8.11.0041 ESPÉCIE: AÇÃO ORDINÁRIA REQUERENTE: HÍLARIA DE CARVALHO MONTEIRO FUDIKAMI ADVOGADO (A): LUIZ HENRIQUE DE OLIVEIRA SANTOS REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, Cuida-se de AÇÃO DECLARATÓRIA C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS movida por HÍLARIA DE CARVALHO MONTEIRO FUDIKAMI contra o ESTADO DE MATO GROSSO com pedido de concessão da justiça gratuita. Para a concessão da assistência judiciaria gratuita a parte, não deverá apenas declarar hipossuficiência, mas comprovar, indubitavelmente, a sua incapacidade financeira, ainda que momentânea, na forma do artigo 98, caput/CPC e artigo 5º, LXXIV/CF. Nesse sentido: “a concessão de assistência judiciária gratuita está condicionada à efetiva comprovação de que a parte não possui condição financeira de arcar com as custas advindas do processo, em harmonia com o disposto no inciso LXXIV, art. 5º da Constituição Federal, a dizer, o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que

comprovarem insuficiência de recursos". (TJMT, Des. SEBASTIAO BARBOSA FARIAS, PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 05/02/2019, Publicado no DJE 11/02/2019). No caso, o rendimento da requerente não autoriza a concessão dos benefícios, razão pela qual INDEFIRO o pedido. Portanto, antes de qualquer deliberação, determino a intimação da requerente para, querendo, em até 15 (quinze) dias, promover o recolhimentos das custas processuais, pena de cancelamento da distribuição com base no artigo 290 do CPC. Com ou sem manifestação, conclusos. Intime-se. Cumpra-se Cuiabá, 13 de dezembro de 2019. ONIVALDO BUDNY Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1058838-46.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ALAICE MENDES DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MANOEL JOZIVALDO TAVARES DA SILVA OAB - MT11161-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS (REQUERIDO)
Magistrado(s):
ONIVALDO BUDNY

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO Terceira Vara Especializada da Fazenda Pública da Comarca de Cuiabá PROCESSO: 1058838-46.2019.8.11.0041 ESPÉCIE: AÇÃO PREVIDENCIÁRIA REQUERENTE: ALAICE MENDES DA SILVA ADVOGADO (A): MANOEL JOZIVALDO TAVARES DA SILVA REQUERIDO: INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL Vistos, Cuida-se de AÇÃO PREVIDENCIÁRIA PARA CONCESSÃO DE AUXÍLIO ACIDENTE movida por MANOEL JOZIVALDO TAVARES DA SILVA contra o INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL. Narra a inicial que a requerente necessitou afastar das suas atividades laborativas após o diagnóstico de neoplasia mamária (câncer de mama), portanto solicitou na data de 28/09/2017 o benefício de auxilio doença previdenciário, que foi cessado em 25/02/2019. Requereu tutela antecipada para implantação do benefício. Pretende a assistência judiciária gratuita. Atribuiu à causa o valor de R$12.395,70. Juntou documentos. É a síntese. Decido. O auxílio-doença divide-se em duas espécies, quais sejam: auxílio-doença previdenciário e auxílio-doença acidentário, sendo que, neste último caso, nos termos da Súmula 15 do STJ, "compete à Justiça Estadual processar e julgar os litígios decorrentes de acidente do trabalho". No caso em tela, os documentos de ids. 27201164 e 27201169, revelam que o benefício recebido pela parte autora é da espécie 31, qual seja Auxílio-doença previdenciário. Deste modo, sendo o benefício eminentemente previdenciário, sem nenhuma relação com acidente de trabalho, o seu processamento deve ocorrer na Justiça Federal e não pela Justiça Estadual, que é absolutamente incompetente para apreciar a pretensão em voga, nos termos do art. 109, inc. I, da Constituição Federal. Ante ao exposto, DECLARO a incompetência deste juízo para processamento da presente demanda, nos moldes do art. 109, I, CF, determinando a remessa dos autos à Justiça Federal, com as formalidades legais. Às providências. Cumpra-se. Cuiabá, 13 de novembro de 2019. ONIVALDO BUDNY Juiz de Direito em substituição legal

4ª Vara Especializada da Fazenda Pública

Intimação

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1026419-70.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
AGRICOLA FERRARI LTDA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
JOCIMAR DOS SANTOS OAB - GO30010 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Estado de Mato Grosso (RÉU)

FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DO POLO ATIVO, acima qualificado, do teor da decisão a seguir transcrita, proferida nos autos do processo acima identificado. OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. DECISÃO:Assim, reputo prejudicado o exame do pedido liminar, na medida em que eventual provimento seria absolutamente inútil, ante a anulação administrativa do TAD 1140809-4. Ante as peculiaridades da causa, dispenso a audiência de conciliação. Cite-se o requerido para apresentar contestação, no prazo legal. Determino ao requerido que traga aos autos cópia do processo administrativo que resultou na imputação do débito referente ao TAD nº 1140809-4. Após, à impugnação, no prazo de 15 (quinze) dias. Por fim, conclusos para novas deliberações. Intime-se. Cumpra-se. Às providências.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1042646-38.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
GENERAL MOTORS DO BRASIL (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIO RIVELLI OAB - MT19023-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO MATO GROSSO (RÉU)
ESTADO DE MATO GROSSO (RÉU)

FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DO POLO ATIVO, acima qualificado, do teor da decisão a seguir transcrita, proferida nos autos do processo acima identificado. OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. DECISÃO:Isto posto, INDEFIRO o pedido de tutela de urgência. Faculto à parte Requerente o depósito integral em dinheiro do valor do débito atualizado para fins de suspensão de sua exigibilidade, nos moldes do artigo 151, II, do Código Tributário Nacional e da Súmula nº 112 do Superior Tribunal de Justiça. Diante das especificidades do Ofício Circular nº 03/GPG/PGE/2016, da Procuradoria Geral do Estado de Mato Grosso, datado de 18 de março de 2016, por meio do qual o Requerido manifesta expresso desinteresse na conciliação ou autocomposição, deixo de designar audiência para esta finalidade, em homenagem aos princípios da economia e celeridade processual. Cite-se o Requerido para, no prazo legal, contestar a presente ação. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo-se o necessário. Às providências.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1022375-08.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
DURVAL DE ALMEIDA FILHO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
KALYNCA SILVA INEZ DE ALMEIDA OAB - MT15598-O (ADVOGADO(A))
FABIO MOREIRA PEREIRA OAB - MT9405-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (RÉU)

FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DO POLO ATIVO, acima qualificado, do teor da decisão a seguir transcrita, proferida nos autos do processo acima identificado. OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. DECISÃO:Isto posto, INDEFIRO o pedido de tutela de urgência. Faculto à parte Requerente o depósito integral em dinheiro do valor do débito atualizado para fins de suspensão de sua exigibilidade, nos moldes do artigo 151, II, do Código Tributário Nacional e da Súmula nº 112 do Superior Tribunal de Justiça. Diante das especificidades do Ofício Circular nº 03/GPG/PGE/2016, da Procuradoria Geral do Estado de Mato Grosso, datado de 18 de março de 2016, por meio do qual o Requerido manifesta expresso desinteresse na conciliação ou autocomposição, deixo de designar audiência para esta finalidade, em homenagem aos princípios da economia e celeridade processual. Cite-se o Requerido para, no prazo legal, contestar a presente ação. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo-se o necessário. Às providências.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1047675-69.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CALCARD ADMINISTRADORA DE CARTOES DE CREDITO LTDA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
JACQUES ANTUNES SOARES OAB - RS75751 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (RÉU)

FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DO POLO ATIVO, acima qualificado, do teor da decisão a seguir transcrita, proferida nos autos do processo acima identificado. OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. DECISÃO:Cite-se o requerido para apresentar contestação, no prazo legal, bem como intime-se do teor da presente decisão. Após, à impugnação, em 15 (quinze) dias. Por fim, conclusos para deliberação. Determino que todas as intimações e correspondências sejam dirigidas para o Dr. Jacques Antunes Soares (OAB/RS 75.751), na forma requerida na exordial. Intime-se. Cumpra-se. Às providências.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1045151-02.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
VALE GRANDE INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS S/A (AUTOR(A))
VALE GRANDE INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS S/A (AUTOR(A))
VALE GRANDE INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS S/A (AUTOR(A))
VALE GRANDE INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS S/A (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
DANIELE YUKIE FUKUI OAB - MT13589-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RÉU)
Outros Interessados:
GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)

FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DO POLO ATIVO, acima qualificado, do teor da decisão a seguir transcrita, proferida nos autos do processo acima identificado. OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. DECISÃO:Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela de urgência requerido, pela inviabilidade de análise em sede liminar, haja vista (i) o exaurimento do objeto da ação acaso concedida a liminar intentada; (ii) a presunção de constitucionalidade da Lei questionada e (iii) a inexistência de periculum in mora na pretensão deduzida em juízo. Ante as peculiaridades da causa, dispenso a realização de audiência de conciliação. Cite-se o requerido para apresentar contestação, no prazo legal. Após, conclusos para novas deliberações. Intime-se. Cumpra-se. Às providências.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1052495-34.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MARGARIDA KORPALSKI (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NEILOR RIBAS NOETZOLD OAB - MT24036/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MATO GROSSO GOVERNO DO ESTADO (REQUERIDO)

FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DO POLO ATIVO, acima qualificado, do teor da decisão a seguir transcrita, proferida nos autos do processo acima identificado. OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. DECISÃO:Vistos etc. DEFIRO à parte autora os benefícios gratuidade. Ante as peculiaridades do caso, dispenso a audiência de conciliação. Cite-se o requerido para apresentar contestação, no prazo legal. Após, à impugnação, no prazo de 15 (quinze) dias. Por fim, conclusos para deliberação. Cumpra-se.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1046173-95.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
EROS JOSE AGUIAR SILVA (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDNO DAMASCENA DE FARIAS OAB - MT11134-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Estado de Mato Grosso (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)

FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DO POLO ATIVO, acima qualificado, do teor da decisão a seguir transcrita, proferida nos autos do processo acima identificado. OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. DECISÃO:Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela de urgência vindicado na inicial, por entender ausente o requisito da probabilidade do direito autoral (fumus boni iures). Ante as peculiaridades da causa, dispenso a realização de audiência de conciliação. Cite-se o requerido para apresentar resposta, no prazo legal, bem como intime-se para ciência da presente decisão. Intime-se. Cumpra-se. Às providências.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1046359-21.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
SEPROL - COMERCIO E CONSULTORIA EM INFORMATICA LTDA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
CAUE VECCHIA LUZIA OAB - SC20219 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Estado de Mato Grosso (RÉU)

FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DO POLO ATIVO, acima qualificado, do teor da decisão a seguir transcrita, proferida nos autos do processo acima identificado. OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. DECISÃO:De modo que, ancorado no poder geral de cautela, postergo análise do pedido liminar para depois da angularização da relação processual, o que faço com vistas a colher maiores elementos a fim de decidir com mais segurança. Ante as peculiaridades da causa, dispenso a realização de audiência de conciliação. Cite-se o requerido para apresentar contestação, no prazo legal. Após, conclusos para novas deliberações. Int. Cumpra-se. Às providências.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1004030-91.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JADIR AGNALDO PFITSCHER (AUTOR(A))
JOSE LUIS STEFFEN (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
VINICIUS DALL COMUNE HUNHOFF OAB - MT10453-N (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RÉU)

FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DO POLO ATIVO, acima qualificado, do teor da decisão a seguir transcrita, proferida nos autos do processo acima identificado. OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. DECISÃO:Vistos etc. Ante as peculiaridades da causa, dispenso a realização de audiência de conciliação. Cite-se o requerido para apresentar contestação, no prazo legal. Após, à impugnação, em 15 (quinze) dias. Cumpra-se.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1022871-71.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ARGEMIRO PIRES RODRIGUES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ADRIANO GARCIA DA COSTA OAB - MT13791-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL (RÉU)

FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DO POLO ATIVO, acima qualificado, do teor da decisão a seguir transcrita, proferida nos autos do processo acima identificado. OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. DECISÃO:Da análise documental, não verifico, a piori, a probabilidade do direito do requerente, visto que a perícia realizada constatou inexistir incapacidade laboral. INDEFIRO, pois, o pedido de tutela de urgência. Dispenso a realização de audiência de conciliação. Cite-se o requerido para apresentar contestação, no prazo legal. Após, à impugnação em 15 (quinze) dias. Por fim, conclusos para novas deliberações. Intime-se. Cumpra-se. Às providências.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1051158-10.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Estado de Mato Grosso (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
DIEGGO RONNEY DE OLIVEIRA OAB - SP403301 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARIA CELIA XAVIER CHECCHIN - ME (RÉU)

FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DO POLO ATIVO, acima qualificado, do teor da decisão a seguir transcrita, proferida nos autos do processo acima identificado. OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. DECISÃO:Vistos etc. Ante as peculiaridades da causa, dispenso a realização da audiência de conciliação. Cite-se a parte requerida para apresentar contestação no prazo legal. Após, à impugnação, no prazo de 15 (quinze) dias. Por fim, conclusos para deliberação. Cumpra-se.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1006063-59.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JEAN MERLIN RODRIGUES (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Advogado(s) Polo Ativo:
LEIA PAULA APARECIDA CLAUDIO OAB - MT0015120A-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade a intimação da parte autora do retorno dos autos da 2ª Instância e para, querendo, requerer o que entender de direito no prazo de 05 (cinco) dias. OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000624-33.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MARCIA APARECIDA MOLINARI (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
EDGAR FRANCISCO DE OLIVEIRA JUNIOR OAB - MT15373-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RÉU)

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade a intimação da parte autora do retorno dos autos da 2ª Instância e para, querendo, requerer o que entender de direito no prazo de 05 (cinco) dias. OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1010238-96.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA APARECIDA DOS SANTOS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE MARIA DE SOUZA OAB - MT0016559A-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RÉU)

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade a intimação da parte autora do retorno dos autos da 2ª Instância e para, querendo, requerer o que entender de direito no prazo de 05 (cinco) dias. OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-105 MANDADO DE SEGURANÇA
Processo Número: 1004289-23.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
EDINEY DOMINGUES BARROS (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDINEY DOMINGUES BARROS OAB - MT14282-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DE MATO GROSSO (IMPETRADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade a intimação da parte autora do retorno dos autos da 2ª Instância e para, querendo, requerer o que entender de direito no prazo de 05 (cinco) dias. OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-105 MANDADO DE SEGURANÇA
Processo Número: 1059059-29.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
SERGIO RUDIMAR ZIMPEL (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUANA MOREIRA SANTOS OAB - MT27106/O-O (ADVOGADO(A))
NELSON SARAIVA DOS SANTOS OAB - MT7720-B (ADVOGADO(A))
KARINA CAPPELLESSO ARAUJO BATISTELLA OAB - MT0012772A (ADVOGADO(A))
TAIS GIOVELLI OAB - MT23576/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SUPERINTENDENTE DE REGULARIZAÇAO E MONITORAMENTO AMBIENTAL DA SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE (IMPETRADO)

FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DO POLO ATIVO, acima qualificado, do teor da decisão a seguir transcrita, proferida nos autos do processo acima identificado. OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. DECISÃO: Vistos etc. Trata-se de MANDADO DE SEGURANÇA C/C PEDIDO LIMINAR proposta por SÉRGIO RUDIMAR ZIMPEL contra ato do SUPERINTENDENTE DE REGULARIZAÇÃO E MONITORAMENTO AMBIENTAL DA SECRETARIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - SEMA. É a síntese. Fundamento e Decido. Tendo em vista o disposto no artigo 2º da Resolução 03/2016, editada pelo egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, determinando que "Compete à Vara Especializada do Meio Ambiente processar e julgar as ações de natureza civil, pertinentes ao meio ambiente físico, natural, cultural, artificial, do trabalho, além dos executivos fiscais advindos de multas aplicadas pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA) e Secretarias Municipais do Meio Ambiente das Comarcas de Cuiabá, Várzea Grande e Santo Antônio de Leverger, bem como as ações penais que tratem de crimes ambientais." Posto isso, DECLINO da competência e determino a remessa dos autos à Vara Especializada do Meio Ambiente da Capital. Int. Cumpra-se, com urgência. Às providências.

Intimação Classe: CNJ-105 MANDADO DE SEGURANÇA
Processo Número: 1058520-63.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CT DISTRIBUICAO E LOGISTICA LTDA - EPP (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIO AUGUSTO BATISTA DE SOUZA OAB - PR36384 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AGENTE DE TRIBUTOS DA SECRETARIA DE FAZENDA DO ESTADO DE MATO GROSSO (IMPETRADO)

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade a intimação da parte autora para CIÊNCIA da decisão proferida nos autos, a seguir transcrita, e para RECOLHER, por meio de Guia de Diligência, no site do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso (http://arrecadacao.tjmt.jus.br), comprovando nos autos, o valor referente às despesas do Sr. Oficial de Justiça em cumprimento de diligência no Bairro Centro Político Administrativo, em Cuiabá-MT. OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE (Processo Judicial Eletrônico), nos termos do artigo 9.º da Lei 11.419/2006. DECISÃO: Nestas condições, preenchidos os requisitos do art. 7º, inciso III da Lei nº 12.016/2009, DEFIRO PARCIALMENTE o pedido liminar e determino a autoridade coatora que proceda a imediata liberação das mercadorias

apreendidas pelo TAD nº 1143435-4 (id. 27133759) ao impetrante, independente do encargo de fiel depositário e do encargo de prévio recolhimento da obrigação tributária (principal e/ou acessória), pena de multa diária a ser fixada por este Juízo. Notifique-se com urgência a autoridade coatora sobre o teor desta decisão, bem como, para, no prazo de até 10 (dez) dias, prestar as informações (art. 7º, I, da Lei nº. 12.016/2009). Decorrido o prazo legal, com ou sem as informações, certifique-se e remetam-se os autos ao representante do Ministério Público, nos termos do art. 12, da Lei nº. 12.016/2009. Cumpra-se por Oficial de Justiça Plantonista. Intime-se. Às providências.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1014454-95.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
SINDICATO DOS DELEGADOS DE POLICIA DE MATO GROSSO (AUTOR(A))
SINDICATO DOS PERITOS OFICIAIS CRIMINAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO (AUTOR(A))
ASSOCIACAO DOS AUDITORES DA AUDITORIA GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO - ASSAE-MT (AUTOR(A))
ASSOCIACAO DOS GESTORES GOVERNAMENTAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO (AUTOR(A))
SINDIFISCO - SINDICATO DOS FISCAIS DE TRIBUTOS ESTADUAIS DE MATO GROSSO (AUTOR(A))
SINDICATO PROFISSIONAIS TRIBUTACAO ARREC FISCALIZACAO (AUTOR(A))
SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DA AREA INSTRUMENTAL DO GOVERNO (AUTOR(A))
SINDICATO DOS TRABALHADORES POLICIAIS CIVIS DO ESTADO DE MATO GROSSO - SIAGESPOC/MT (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
CAMILA RAMOS COELHO OAB - MT16745-O (ADVOGADO(A))
CLAUDIO RENATO DO CANTO FARAG OAB - DF14005 (ADVOGADO(A))
FELIPE TEIXEIRA VIEIRA OAB - DF31718 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RÉU)

FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DO POLO ATIVO, acima qualificado, do teor da decisão a seguir transcrita, proferida nos autos do processo acima identificado. OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. DECISÃO: Ante o exposto, constatada a utilização da presente ação como sucedâneo de ação direta de inconstitucionalidade, INDEFIRO A PETIÇÃO INICIAL, o que faço com fundamento no artigo 330, inciso III, do Código de Processo Civil e JULGO EXTINTO o processo, sem resolução do mérito, nos termos do artigo 485, incisos I e VI, do mesmo Codex. Custas já recolhidas pelo autor. Sem verba honorária. Após o trânsito em julgado, nada sendo requerido, arquivem-se os presentes autos, com as cautelas de estilo. P.R.I.C.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1033432-23.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
WISMER MACHADO DE SOUZA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
DANIEL FERREIRA NUNES DOS SANTOS OAB - MT26144/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RÉU)
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (RÉU)

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade a intimação da parte autora para, querendo, impugnar a contestação no prazo legal. OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Expediente

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 215840 Nr: 24673-78.2005.811.0041
AÇÃO: Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: CARRELO , LESSA & CARDOSO FILHO ADVOGADOS S. C., SOCIEDADE BENEFICIENTE SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE CUIABÁ
PARTE(S) REQUERIDA(S): MUNICÍPIO DE CUIABÁ-MT
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ADRIANO CARRELO SILVA - OAB:6.602/MT, COUTINHO E POLISEL ADVOGADOS ASSOCIADOS - OAB:355/MT, ELISANDRA QUELLEN DE SOUZA - OAB:18.213/MT, ISABEL CRISTINA GUARIM DA SILVA ARRUDA - OAB:6.347/MT, JACKSON FRANCISCO COLETA COUTINHO - OAB:9172-B, JESIANE APARECIDA PRADO NASCIMENTO - OAB:25073/O, JOSE EDUARDO POLISEL GONÇALVES - OAB:OAB/MT 12.009, JOSÉ JOÃO VITALIANO COELHO - OAB:18.440/MT, JULIA LUDWIG - OAB:8847/MT, KEILA DOS SANTOS ALMEIDA GONÇALVES - OAB:25.148/MT, NARA CRISTINA DA FONSECA - OAB:25096/O, OSWALDO PEREIRA CARDOSO FILHO - OAB:5.705/MT, PAULO INÁCIO HELENE LESSA - OAB:6571/MT, paulo vitor reginato - OAB:23017/O, ROSILENE MARCELO - OAB:8.886/MT, VENICIUS YUTAKA HARIMA - OAB:10116-O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: PAULO EMÍLIO MAGALHÃES - PROC. MUNICÍPIO - OAB:3632/MT, RUBI FACHIN (PROCURADOR DO MUNICÍPIO) - OAB:3.799/MT
Certifico que o ofício requisitório em nome de CARRELO LESSA E CARDOSO ADVOGADOS foi expedido, todavia não consta nos autos cópia do Ato Constitutivo/Registro da referida pessoa jurídica, necessária para instruir o precatório no sistema de requisição SRP.
Assim, intimo o mencionado escritório exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, juntar aos autos o documento faltante.

5ª Vara Especializada da Fazenda Pública

Intimação

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1027318-68.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
SKY SERVIÇOS DE BANDA LARGA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCIO LAMONICA BOVINO OAB - SP132527 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RÉU)

FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DO POLO ATIVO, acima qualificado, do teor da decisão a seguir transcrita, proferida nos autos do processo acima identificado. OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. DECISÃO: ISTO POSTO, consoante a fundamentação supra, JULGO IMPROCEDENTES OS PEDIDOS vindicados na exordial, e, via de consequência, JULGO EXTINTO O PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 487, I do CPC/2015. Condeno a Requerente ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo no percentual de 10% (dez por cento) do valor da causa, nos temos do § 2º, § 3º e § 8º do art. 85 do CPC/2015. Intimem-se. Decorrido o prazo recursal, certifique-se o trânsito em julgado da decisão e arquive-se com as devidas baixas de estilo. Cumpra-se.

Intimação Classe: CNJ-105 MANDADO DE SEGURANÇA
Processo Número: 1057468-32.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
M. B. SILVA TRANSPORTES (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANNILO MONTEIRO LIMA OAB - MT18365-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GERENTE DE CADASTRO - SIOR - SECRATARIA DA FAZENDA - MT (IMPETRADO)

FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DO POLO ATIVO, acima qualificado, do teor da decisão a seguir transcrita, proferida nos autos do processo acima identificado. OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. DECISÃO: ISTO POSTO, consoante a fundamentação supra, DEFIRO A LIMINAR pleiteada para determinar a suspensão do recolhimento do ICMS pelo Regime de Estimativa Simplificada Estimativa por

Operação, bem como que a Impetrante seja enquadrada no Regime de Apuração mensal, nos moldes art. 131 e 132, III e IV, do RICMS e Portaria nº 144/2006, até ulterior decisão a ser proferida neste writ. Notifique-se pessoalmente a autoridade coatora, enviando-lhe a segunda via da inicial, a fim de que, no prazo de 10 (dez) dias, preste as informações de praxe, e na oportunidade intime-a do teor desta decisão (art. 7º, I da Lei nº 12.016/09). Oficie-se a Procuradoria Geral do Estado sobre a presente decisão enviando-lhe cópia da inicial, para que querendo ingresse no feito (art. 7º, II da Lei n° 12.016/2009). Em seguida, abro vistas ao ilustre representante do Ministério Público, para, querendo, manifestar-se no presente feito, nos termos do art. 12 da Lei nº 12.016/09. Após, decorrido o prazo das informações, prestadas ou não, voltem-me os autos conclusos para sentença. Intime-se. Cumpra-se, pelo Oficial Plantonista, servindo este de mandado.

Expediente

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 1048048 Nr: 45465-04.2015.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: SANDRA ALVES DA CRUZ
PARTE(S) REQUERIDA(S): MUNICÍPIO DE CUIABÁ-MT
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: APARECIDO QUEIROZ DA SILVA - OAB:18.345, AUXILIADORA MARIA GOMES - OAB:18.865
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE CUIABÁ - MT - OAB:PGM
Certifico que em razão do IRDR nº 85560/2016, centenas de processos estão sendo declinados ao juizado especial da fazenda pública e que, infelizmente, esta secretaria não dispõe de número suficiente de servidores, equipamentos para digitalização e distribuição dos autos no PJE – Processo Judicial Eletrônico, razão pela qual, com base no princípio da cooperação, insculpido no art. 6º do CPC, vem intimar o advogado da parte autora para, se for do seu interesse, providenciar a digitalização desses autos para agilizar o encaminhamento do feito ao juizado, visto que todos os processos tramitam em plataforma totalmente eletrônica.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 998253 Nr: 22717-75.2015.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ADELICE MINETTO SZNITOWSKI
PARTE(S) REQUERIDA(S): ESTADO DE MATO GROSSO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CARLOS REZENDE JUNIOR - OAB:9059/MT, DANIELE IZAURA DA SILVA CAVALARI REZENDE - OAB:6057/O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - OAB:PGE
Certifico que o recurso apresentado é tempestivo. Impulsiono estes autos, intimando o apelado para, querendo, apresentar contrarrazões

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 996133 Nr: 21700-04.2015.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: RODRIGO BORGES REZENDE, SAMIRA MATTOS
PARTE(S) REQUERIDA(S): Tabeliã do 2º Serviço Not Registro de Imóveis - Regina Maria Teixeira Coelho
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ALAN VAGNER SCHMIDEL - OAB:7.504/MT, RODRIGO CARRIJO FREITAS - OAB:11.395/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ROSEMEIRE BARROS MONTEIRO DE LAMÔNICA FREIRE - OAB:4.497/MT
Certifico que em razão do IRDR nº 85560/2016, centenas de processos estão sendo declinados ao juizado especial da fazenda pública e que, infelizmente, esta secretaria não dispõe de número suficiente de servidores, equipamentos para digitalização e distribuição dos autos no PJE – Processo Judicial Eletrônico, razão pela qual, com base no princípio da cooperação, insculpido no art. 6º do CPC, vem intimar o advogado da parte autora para, se for do seu interesse, providenciar a digitalização desses autos para agilizar o encaminhamento do feito ao juizado, visto que todos os processos tramitam em plataforma totalmente eletrônica.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 852574 Nr: 55366-64.2013.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: IZANIL AVELINA SANTOS SILVA
PARTE(S) REQUERIDA(S): ESTADO DE MATO GROSSO, MUNICÍPIO DE CUIABÁ-MT
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CAROLINA RODRIGUES - OAB:OAB/MT 13486
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: RODRIGO SANTOS DE CARVALHO-PROCURADOR DO ESTADO - OAB:18026-A, SERGIO BENEDITO BASTOS PARREIRA - Proc. Mun. - OAB:
Considerando as contrarrazões, bem como o recurso de apelação tempestivo de fls.425/444. Impulsiono os autos intimando a parte autora para querendo, apresentar contrarrazões.

Decisão

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1052767-28.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ANTONIO CARLOS CAMACHO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
VITOR MARTINELLI DE MENDONCA OAB - MT13082-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RÉU)
Magistrado(s):
ROBERTO TEIXEIRA SEROR

PROCEDIMENTO COMUM. PROCESSO Nº: 1052767-28.2019.8.11.0041 (PJE 3). Vistos, etc. Cuida-se a espécie de Ação Anulatória com pedido de antecipação de tutela, proposta por ANTÔNIO CARLOS CAMACHO, em desfavor do ESTADO DE MATO GROSSO ambos devidamente qualificados nos autos em epígrafe, objetivando liminarmente que seja determinada à requerida que suspenda todos os efeitos decorrentes do auto de infração ora impugnado e do crédito tributário, até decisão final da presente ação. Ampara a sua pretensão à vista do fumus boni iuris e do periculum in mora. Com a inicial vieram os documentos eletronicamente acostados. Em síntese, é o relato. Fundamento e decido. Primeiramente, verifico que não se aplica a conciliação e mediação, previstas no art. 334 e seguintes do CPC/2015, uma vez que, por meio do Ofício Circular nº 003/GPG/PGE/2016, a Fazenda Pública Estadual já se manifestou pelo desinteresse na conciliação, bem como a parte Autora se pronunciou pela desnecessidade do procedimento conciliatório ante a natureza indisponível de seu direito, daí por que deixo de aplicar tal providência, até mesmo para garantir o princípio da razoável duração do processo. No mais, para a concessão da tutela provisória de urgência se faz necessário se comprovar a evidência da probabilidade do direito, conciliada com o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, não havendo perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão (art. 300 do CPC/2015). Em cotejo dos interesses e direito debatido no caso em tela, diante da possibilidade de dano irreparável a requerente, a concessão da tutela antecipada contra a Fazenda Pública, não esbarra nas hipóteses de vedações impostas pelo art. 1º da Lei 9.494/97, razão pela qual perfeitamente possível a antecipação do provimento. Deste modo, resta observar se presentes os requisitos necessários ao deferimento da medida excepcional. Cuida-se de Ação Anulatória, na qual a requerente objetiva a tutela de urgência para que seja determinada à requerida que suspenda a exigibilidade do crédito tributário espelhado na NAI n. 383300000722018159, até decisão final da presente ação. Aduz, em síntese, que foi lavrado auto de infração n° 383300000722018159, em razão de ter sido emitida Nota Fiscal Eletrônica que não corresponde a saída de mercadoria, a transmissão de propriedade da mercadoria, a entrada de mercadoria no estabelecimento ou, ainda, a prestação ou utilização de serviço. Verifica-se que o Fisco Estadual considerou que a requerente é responsável solidária, tendo em vista que por ser destinatária da nota fiscal expedida possui interesse direto na situação que constitui o fato gerador. No caso, colhe-se dos documentos trazidos que a requerente, em procedimento de fiscalização

realizada por agentes do Fisco Estadual foi autuada por infração a ordem tributária, por ser considerada responsável tributária de forma solidária, nos termos do art. 124, I, do CTN. Com efeito, não houve, prima facie, demonstração de que houve qualquer ilegalidade na autuação fiscal, até porque verifica-se que o ato administrativo está em conformidade com os princípios norteadores dos atos públicos e não há prova inequívoca capaz de convencer da verossimilhança das alegações da Autora. Isso porque, a documentação apresentada não me convenceu da existência do fumus boni juris, uma vez que a requerente não demonstrou de forma cristalina a irregularidade no ato administrativo praticado. Da mesma forma, não há prestação de caução, em dinheiro, para que seja determinada a exigibilidade do crédito tributário, como sói a hipótese prevista no art. 151, II do CTN. Nesse sentido, há precedente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso: "PROCESSO CIVIL E TRIBUTÁRIO – AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO ANULATÓRIA DE DÉBITO FISCAL – MULTA ADMINISTRATIVA – PROCON – PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA – SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO – AUSÊNCIA DE REQUISITO DO ART. 273, DO CPC – RECURSO IMPROVIDO – DECISÃO MANTIDA. Na tutela antecipada, mais do que em qualquer outra hipótese, está consagrado o princípio do livre convencimento motivado do juiz, diante da subjetividade envolvida na questão em comento. Ausentes os requisitos do art. 273 do CPC, impõe-se o improvimento do recurso e, de consequência, a manutenção da decisão agravada". (AI, 59420/2010, DES.MÁRCIO VIDAL, QUARTA CÂMARA CÍVEL, Data do Julgamento 10/08/2010, Data da publicação no DJE 08/09/2010) – Destacamos. Nesse diapasão, o artigo 151 do Código Tributário Nacional estabelece as causas de suspensão da exigibilidade do crédito tributário, litteris: "Art. 151 – Suspendem a exigibilidade do crédito tributário: I – moratória; II – o depósito do seu montante integral; III – as reclamações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo; IV – a concessão de medida liminar em mandado de segurança. V – a concessão de medida liminar ou de tutela antecipada, em outras espécies de ação judicial; VI – o parcelamento". Assim, após análise aos autos, percebe-se, que não há pedido subsidiário para oferta de caução a fim de garantir o Juízo acerca do débito discutido, por esta razão, saliento que para a suspensão da exigência do crédito tributário necessário se faz o deposito integral em dinheiro, nos termos do verbete nº 112, do STJ, in verbis: "Súmula nº 112: O depósito somente suspende a exigibilidade do crédito tributário se for integral e em dinheiro". Portanto, ante a ausência dos requisitos autorizadores da concessão do provimento antecipatório, bem como de apresentação de caução (depósito integral em dinheiro), tenho por bem indeferir a medida pleiteada. ISTO POSTO, consoante fundamentação supra, INDEFIRO A TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA. Cite-se o Requerido Estado de Mato Grosso, por meio da Procuradoria Geral do Estado, para, querendo, apresentar a sua defesa, no prazo constante no art. 335 c/c 183 do CPC/2015. Com a defesa, vistas à Requerente para impugnar no prazo legal e, após, voltem-me conclusos para sentença. Intime-se. Cumpra-se, expedindo-se o necessário. Cuiabá/MT, 09 de dezembro de 2019. ROBERTO TEIXEIRA SEROR JUIZ DE DIREITO.

Decisão Classe: CNJ-105 MANDADO DE SEGURANÇA
Processo Número: 1057063-93.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ANDERSON MORAES DE SOUZA SILVA (IMPETRANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
DIRETOR DO INSTITUTO BRASILEIRO DE APOIO E DESENVOLVIMENTO EXECUTIVO (IMPETRADO)
Magistrado(s):
ROBERTO TEIXEIRA SEROR

MANDADO DE SEGURANÇA. PROCESSO Nº 1057063-93.2019.8.11.0041 (PJE 3). Vistos, etc. Trata-se de Mandado de Segurança com pedido de medida liminar impetrado por ANDERSON MORAES DE SOUZA SILVA contra ato indigitado coator da lavra do DIRETOR DO INSTITUTO BRASILEIRO DE APOIO E DESENVOLVIMENTO EXECUTIVO - IBADE, todos devidamente qualificados nos autos em epígrafe, objetivando a concessão da medida liminar para que seja determinando a autoridade indigitada coatora que assegure o direito de participação da impetrante nas demais fases do concurso, com adaptação do Teste de Aptidão Física de acordo com a sua deficiência, até decisão definitiva. Aduz, em síntese, que é portador de monoplegia membro inferior (utilizando-se de muleta), tendo se inscrito para o cargo de Agente Penitenciário – Pólo Várzea Grande -, concorrendo para a vaga destinada a pessoa com deficiência física, logrando êxito em ser aprovado na primeira fase (Prova Objetiva). Relata que foi convocado para a 2ª Fase, consistente na apresentação de Exame de Saúde e, após apresentar a documentação, foi considerado INAPTO porquanto "estaria enquadrado nas condições incapacitantes previstas no item 12 do Edital – o qual dispôs como causa para eliminação de candidato nos Exames de Saúde a existência de "deficiências físicas"–, bem como que sua deficiência seria incompatível com as atribuições do cargo pretendido". Informa que interpôs recurso administrativo, posto que sua exclusão é manifestamente ilegal, conquanto previsto no art. 43, § 2º do Decreto Federal nº 3.298/99 e art. 27, § 2º da LC nº 114/02, bem como o Edital, apontam a avaliação da compatibilidade da deficiência do candidato com as atribuições do cargo visado ocorrerá no estágio probatório e por equipe multiprofissional, e não na segunda fase do concurso. Ampara a sua pretensão à vista do fumus boni iuris e do periculum in mora. Instruiu a inicial com documentos acostados eletronicamente. Cumpre destacar que, a demanda fora primeiramente ajuizada no Tribunal de Justiça doestado de Mato Grosso, em virtude das autoridades tidas por coatoras, contudo, verifica-se que houve o reconhecimento da ilegitimidade passiva do Secretário de Justiça e Direitos Humanos e do Secretário de Gestão, ou seja, justamente aquelas autoridades que atraem competência originária para processamento do mandamus no TJMT, nos termos do o art. 96, inciso I, alínea "g", da Constituição do Estado de Mato Grosso. Desta forma, ante o reconhecimento da ilegitimidade passiva de tais autoridades coatoras, fora declinada a competência em favor de uma das Varas Especializadas da Fazenda Pública da Capital. Os autos me vieram cls. Em síntese, é o necessário relato. Fundamento e Decido. À vista da nova legislação que passou a disciplinar o Mandado de Segurança (art. 7º, inciso III, da Lei nº 12.016/2009), para a concessão de medida liminar, mister a presença dos seguintes requisitos: que os fundamentos da impetração sejam relevantes (fumus boni iuris) e a possibilidade do ato impugnado resultar a ineficácia da medida, caso seja finalmente deferida (periculum in mora). Primeiramente cumpre salientar que o Mandado de Segurança é remédio constitucional utilizado para proteger direito líquido e certo sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, alguém sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade. Como se sabe, a medida liminar não é concedida como antecipação dos efeitos da sentença final; é procedimento acautelador do possível direito do Impetrante, justificado pela iminência de dano irreversível de ordem patrimonial, funcional ou moral, se mantido o ato coator até a apreciação definitiva da causa. Assim, o deferimento da liminar em Mandado de Segurança visa resguardar "possível direito da Impetrante", para tanto basta a este a apresentação de relevantes fundamentos, assim como a possibilidade da ocorrência de dano pelo não acolhimento da medida. No que tange a competência para processar e julga o mandamus, entendo que, é aquela do foro da Comarca da sede funcional da impetrada, consoante entendimento exarado pelo Superior Tribunal de Justiça, senão vejamos: PROCESSO CIVIL E ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO. IMPETRAÇÃO POR ENTIDADE ASSOCIATIVA. SERVIDORES E PENSIONISTAS DO DNOCS. EFEITOS DE SENTENÇA PROFERIDA EM SEDE DE AÇÃO COLETIVA. JUÍZO DA SEDE FUNCIONAL DA AUTORIDADE COATORA. CRITÉRIO DO ÂMBITO DE ATRIBUIÇÕES DA AUTORIDADE ADMINISTRATIVA IMPETRADA. REALINHAMENTO DE VOTO. 1. A interpretação do art. 2º-A da Lei n. 9.494/1997 comporta, a princípio, a existência de mais de um juízo competente para processar e julgar a controvérsia levada ao Judiciário. 2. No caso concreto, a autoridade coatora é o Diretor-Geral do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS, autarquia federal sediada provisoriamente em Fortaleza/CE (art. 1º, parágrafo único, da Lei n. 4.229/1963). Assim, a competência absoluta para apreciar o mandado de segurança (individual ou coletivo) é da Justiça Federal daquela localidade, não havendo fundamento para limitação territorial da eficácia do provimento do julgado aos substituídos com domicílio na circunscrição do Tribunal Regional Federal da 5ª Região. 3. Na espécie, a eficácia do título judicial deve estar relacionada aos limites geográficos pelos quais se estendem as atribuições da autoridade administrativa (Diretor-Geral do DNOCS), e não aos substituídos domiciliados no âmbito de jurisdição do órgão prolator da decisão. 4. Realinho o voto anteriormente proferido. Agravo regimental interposto pela ASSECAS provido. (AgRg no AgRg no AgRg no REsp 1366615/CE, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 23/06/2015, DJe 24/11/2015). No mesmo sentido o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, in verbis: APELAÇÃO —

MANDADO DE SEGURANÇA — COMPETÊNCIA — NATUREZA ABSOLUTA — FIXAÇÃO — SEDE FUNCIONAL DA AUTORIDADE INDICADA COATORA. A competência para processar e julgar mandado de segurança, além de possuir natureza absoluta, é estabelecida em atenção ao local da sede funcional da autoridade indicada coatora. Recurso do Ministério Público do Estado de Mato Grosso provido. Recurso da Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado de Mato Grosso – AGER prejudicado. (Ap 136778/2015, DES. LUIZ CARLOS DA COSTA, SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO, Julgado em 21/02/2017, Publicado no DJE 14/03/2017). Outrossim, interessante trazer a baila lição de Hely Lopes Meirelles, em sua obra Mandado de Segurança, Ação Popular, Ação Civil Pública, Mandado de Injunção, Habeas Data – (26ª edição - Malheiros Editores), sobre a matéria em foco: "A competência para julgar mandado de segurança define-se pela categoria da autoridade coatora e pela sua sede funcional. Normalmente, a Constituição da República e as leis de organização judiciária especificam essa competência (...)." Pois bem. Em análise aos fatos expostos verifica-se que a autoridade coatora indicada possui sede funcional na Rua Visconde de Itaboraí, 166 Niterói/RJ - CEP: 24.030-093, conforme indicado pela impetrante. Desta forma, constata-se, de plano, a incompetência deste Juízo para processar e julgar o presente writ, em face da existência de óbice legal intransponível, ou seja, a sede da autoridade indicada como coatora é quem fixa competência para processar e julgar a espécie. Assim, o presente mandamus deve ser declinado em razão da incompetência de ser processado e julgado perante este Juízo. ISTO POSTO, consoante a fundamentação supra, DECLINO DA COMPETÊNCIA para uma das varas cíveis da Comarca de Niterói/RJ, haja vista a incompetência deste juízo, nos termos do art's. 42, 46 ss. do CPC/2015. Intime-se. Cumpra-se, expedindo-se o necessário. Cuiabá-MT, 09 de dezembro de 2019. ROBERTO TEIXEIRA SEROR JUIZ DE DIREITO

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1058011-35.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ROSIMAR BRANDAO FERREIRA DIAS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCIA LETICIA LIMA DE MATOS OAB - MT26387/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Estado de Mato Grosso (RÉU)
Magistrado(s):
ROBERTO TEIXEIRA SEROR

PROCEDIMENTO COMUM. PROCESSO N°: 1058011-35.2019.8.11.0041. (PJE 3). Vistos, etc. Trata-se Reclamação Cível com pedido de tutela de urgência proposta por ROSIMAR BRANDÃO FERREIRA DIAS em desfavor do ESTADO DE MATO GROSSO, objetivando a concessão do provimento antecipatório para que o requerido se abstenha suspensão de realizar descontos em seu subsídio, até decisão de mérito. Em síntese, é o relato. Fundamento. Decido. Compulsando os autos, verifica-se que o valor atribuído à causa pelo Requerente não ultrapassa o valor de 60 (sessenta) salários mínimos. Dito isto, constato que o presente feito não pode ser submetido à análise e julgamento perante a Vara Especializada da Fazenda Pública, uma vez que, a teor do artigo 2º da Lei nº 12.153/2009, "É de competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública processar, conciliar e julgar causas cíveis de interesse dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, até o valor de 60 (sessenta) salários mínimos". Corroborando com o acima exposto, dispõe a Resolução nº 004/2014/TP, in verbis: "Art. 1º. As causas referentes à Lei Federal n. 12.153, de 22 de dezembro de 2009, serão processadas, conciliadas, julgadas e executadas: I – nos Juizados Especiais da Fazenda Pública, nas Comarcas onde estiverem ou forem instalados; (...) § 1º. Observadas as restrições previstas no § 1º do art. 2º da Lei n. 12.153/2009, a competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública, na Justiça do Estado de Mato Grosso, ficará limitada às causas no valor máximo de 60 (sessenta) salários mínimos, exemplificadamente relativas a: (...) IX – anulatórias, declaratórias, monitórias, obrigações de fazer, de dar e de não fazer; X – indenizatórias; (...)" – Destacamos. Desta forma, preceitua o artigo 2º, §4º da Lei nº 12.153/2009, que "no foro onde estiver instalado Juizado Especial da Fazenda Pública, a sua competência é absoluta". Assim, tendo-se em vista que há Juízo competente para processar e julgar feitos sob o procedimento especial e, ainda, verificada a condição prevista no artigo 2º da supramencionada Lei, evidente em tela a competência absoluta do Juizado Especial da Fazenda Pública. Ademais, ressalta-se que em se tratando de incompetência absoluta, está poderá ser alegada de ofício, nos termos do art. 64, §1° do Código de Processo Civil de 2015. Verifica-se, ainda, que a incompetência absoluta é vício insanável, e por ser matéria de ordem pública não se sujeita ao instituto da preclusão, razão pela qual pode ser arguida em qualquer tempo e grau de jurisdição. Diante de todo o exposto, DECLINO DA COMPETÊNCIA para processar e julgar o feito em favor do Juizado Especial da Fazenda Pública desta Capital, nos termos do art. 64 do CPC/2015. Intimem-se. Cumpra-se, com urgência. Cuiabá/MT, 09 de dezembro de 2019. ROBERTO TEIXEIRA SEROR JUIZ DE DIREITO

Decisão Classe: CNJ-105 MANDADO DE SEGURANÇA
Processo Número: 1057588-75.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
4 Z INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - ME (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LORENA DIAS GARGAGLIONE OAB - MT14629/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SENHOR SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE NORMAS DA RECEITA PÚBLICA (IMPETRADO)
AGENTE DE TRIBUTOS ESTADUAIS (IMPETRADO)
Magistrado(s):
ROBERTO TEIXEIRA SEROR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA ESP. DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ MANDADO DE SEGURANÇA (PJE 02) PROCESSO Nº 1057588-75.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Mandado de Segurança com pedido de liminar impetrado por 4 Z INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. – ME contra ato indigitado coator da lavra do AGENTE DE TRIBUTOS ESTADUAIS e do SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE INFORMAÇÕES DA RECEITA PÚBLICA – SUIRP, ambos qualificados na exordial, objetivando a concessão da medida liminar para que seja determinado o imediato recebimento da Impugnação Administrativa (E-Process nº 5737157/2019) – Cobrança Administrativa nº 741381/1611/68/2019. Aduz, em apertada síntese, que em 05.05.2019 a SEFAZ/MT emitiu a Cobrança Administrativa nº 741381/1611/68/2019, a qual intima a contribuinte para que pague supostos débitos tributários que estão impedindo de obter a Certidão Negativa de Débitos para obter benefícios fiscais, sendo que consta na notificação que a mesma não é impugnável pela via administrativa para fins de ser revisto. Pontua que a afirmação de que o débito tributário não pode ser discutido em âmbito administrativo viola sobremaneira o princípio do contraditório e da ampla defesa previstos na Constituição Federal, não lhe restando alternativa senão a impetração do presente mandamus para resguardar o seu direito líquido e certo. Escuda a sua pretensão à vista dos requisitos da medida liminar: fumus boni iuris e periculum in mora. Instruiu a inicial com documentos acostados eletronicamente. Em síntese, é o necessário relato. Fundamento e Decido. À vista da nova legislação que passou a disciplinar o Mandado de Segurança (art. 7º, inciso III, da Lei nº 12.016/2009), para a concessão de medida liminar, mister a presença dos seguintes requisitos: que os fundamentos da impetração sejam relevantes (fumus boni iuris) e a possibilidade do ato impugnado resultar a ineficácia da medida, caso seja finalmente deferida (periculum in mora). Cumpre salientar que o Mandado de Segurança é o remédio constitucional utilizado para proteger direito líquido e certo sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, alguém sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade. Como se sabe, a medida liminar não é concedida como antecipação dos efeitos da sentença final; é procedimento acautelador do possível direito do Impetrante, justificado pela iminência de dano irreversível de ordem patrimonial, funcional ou moral, se mantido o ato coator até a apreciação definitiva da causa. Assim, o deferimento da liminar em mandado de segurança visa resguardar "possível direito da Impetrante", para tanto basta a este a apresentação de relevantes fundamentos, assim como a possibilidade da ocorrência de dano pelo não acolhimento da medida. Em outras palavras, para ser viável sua impetração, é imperativo que estejam comprovados os fatos alegados na inicial, porque, para a concessão da ordem, a situação fática e jurídica não pode gerar dúvida e, muito menos, depender a narrativa de dilação probatória. A comprovação dos fatos alegados devem ser feitos de plano, razão pela qual o Mandado de Segurança impossibilita a produção da prova necessária para a comprovação da ilegalidade do ato administrativo. Nesse norte, cumpre-me trazer à baila lições do saudoso mestre Hely Lopes Meirelles, em sua obra

Mandado de Segurança, 18ª Edição, Malheiros Editores, 1997, p. 34/35, in verbis: "(...) Por outras palavras, o direito invocado, para ser amparável por mandado de segurança, há de vir expresso em norma legal e trazer em si todos os requisitos e condições de sua aplicação ao impetrante: se sua existência for duvidosa; se sua extensão ainda não estiver delimitada; se seu exercício depender de situações e fatos ainda indeterminados, não rende ensejo à segurança, embora possa ser defendido por outros meios judiciais. Quando a lei alude a direito líquido e certo, está exigindo que esse direito se apresente com todos os requisitos para seu reconhecimento e exercício no momento da impetração. Em última análise, direito líquido e certo é direito comprovado de plano. Se depender de comprovação posterior, não é líquido nem certo, para fins de segurança. Por se exigir situações e fatos comprovados de plano é que não há instrução probatória no mandado de segurança. Há apenas, uma dilação para informações do impetrado sobre as alegações e provas oferecidas pelo impetrante, com subsequente manifestação do Ministério Público sobre a pretensão do postulante. Fixada a lide nestes termos, advirá a sentença considerando unicamente o direito e os fatos comprovados com a inicial e as informações". Na hipótese dos presentes autos, pretende a Impetrante a concessão da medida antecipatória para que seja determinado o imediato recebimento da Impugnação Administrativa (E-Process nº 5737157/2019) – Cobrança Administrativa nº 741381/1611/68/2019. Extrai-se dos autos que o Fisco Estadual está exigindo o pagamento de débitos tributários vencidos previstos na Cobrança Administrativa nº 741381/1611/68/2019, contudo o fiscal autuante afirma que a notificação objurgada "não é impugnável para fins do art. 1026 A 1030 do RICMS/MT e não há necessidade de responder ou apresentar qualquer defesa através de e-mail ou e-Process" (ID nº 26841838). Ora, ao que me afigura neste limiar a autoridade Impetrada violou profundamente os princípios do contraditório e da ampla defesa, do devido processo legal, duplo grau de jurisdição, da razoabilidade, dentre outros princípios previstos no texto constitucional, tendo em vista que coibiu a empresa Impetrante de exercer o seu direito de defesa, não sendo cabível aceitar a justificativa do Fisco Estadual de que o débito discutido "não é impugnável". Sobre o tema, mister transcrever a lição ministrada por Maria Sylvia Zanella Di Pietro em sua obra, senão vejamos: "O princípio da ampla defesa é aplicável em qualquer tipo de processo que envolva situações de litígio ou o poder sancionatório do Estado sobre as pessoas físicas e jurídicas. (...) O princípio do contraditório, que é inerente ao direito de defesa, é decorrente da bilateralidade do processo: quando uma das partes alega alguma coisa há de ser ouvida também a outra, dando-se-lhe oportunidade de resposta." (in PIETRO, Maria Sylvia Zanella Di. Direito Administrativo – 31ª ed. rev. Atual e ampl. – Rio de Janeiro: Forense 2018). Com efeito, tenho que o argumento utilizado pela autoridade Impetrada não merece prosperar, uma vez que não se mostra razoável compelir o contribuinte, de plano, a assumir uma obrigação tributária ao qual não consente. Nesse sentido, partindo de uma interpretação análoga, dispõe a jurisprudência do Egrégio Tribunal de Justiça de Minas Gerais, in verbis: "AGRAVO DE INSTRUMENTO. MANDADO DE SEGURANÇA. CANCELAMENTO DA INSCRIÇÃO ESTADUAL DE CONTRIBUINTE. AUSÊNCIA DE PROCESSO TRIBUTÁRIO ADMINISTRATIVO. VIOLAÇÃO AO DEVIDO PROCESSO LEGAL. ATO ILEGAL E ABUSIVO. CONCESSÃO DE MEDIDA LIMINAR. - O art. 7º, inciso III, da Lei 12.016/2009, confere ao magistrado a possibilidade de conceder liminar em mandado de segurança, desde que se façam presentes o relevante fundamento e que do ato impugnado possa resultar ineficácia do provimento final. - Embora o RICMS/2002 estabeleça que a aplicação da penalidade administrativa de suspensão/cancelamento da Inscrição Estadual pode ser realizada de ofício pelo Chefe da Administração Fazendária que concedeu a inscrição, tal norma deve ser aplicada em consonância com o disposto no art. 5º, inciso LV, da Constituição da República, ou seja, os efeitos da penalidade somente poderão repercutir se precedidos do devido processo legal. - Precedentes deste egrégio Tribunal de Justiça". (TJMG - Agravo de Instrumento-Cv 1.0479.13.018186-6/001, Relator(a): Des.(a) Ana Paula Caixeta , 4ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 08/05/2014, publicação da súmula em 13/05/2014). Demonstrado, assim, o fumus boni iuris. Da mesma maneira resta evidente o periculum in mora, na medida em que a manutenção da medida administrativa acarretará em diversos prejuízos financeiros e às atividades da Impetrante. Desta forma, presente os requisitos ensejadores para a concessão da liminar, quais sejam, o fumus boni iuris e o periculum in mora, o deferimento da liminar é medida que se impõe. ISTO POSTO, consoante a fundamentação supra, DEFIRO A LIMINAR pleiteada para determinar às autoridades Impetradas que procedam ao imediato recebimento da Impugnação Administrativa (E-Process nº 5737157/2019) – Cobrança Administrativa nº 741381/1611/68/2019. Notifiquem-se pessoalmente as autoridades coatoras, enviando-lhes a segunda via da inicial, a fim de que, no prazo de 10 (dez) dias, prestem as informações de praxe, e na oportunidade intime-as do teor desta decisão (art. 7º, I da Lei nº 12.016/09). Oficie-se a Procuradoria Geral do Estado sobre a presente decisão enviando-lhe cópia da inicial, para que querendo ingresse no feito (art. 7º, II da Lei n° 12.016/2009). Em seguida, abro vistas ao ilustre representante do Ministério Público, para, querendo, manifestar-se no presente feito, nos termos do art. 12 da Lei nº 12.016/09. Após, decorrido o prazo das informações, prestadas ou não, voltem-me os autos conclusos para sentença. Intime-se. Cumpra-se, pelo Oficial Plantonista, servindo este de mandado. Cuiabá/MT, 10 de dezembro de 2019. ROBERTO TEIXEIRA SEROR JUIZ DE DIREITO

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1057163-48.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ANDERSON CERQUEIRA DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ADRIANA DO CARMO COSTA MARQUES OAB - MT18047-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
29.979.036.0001-40 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS (RÉU)
Magistrado(s):
ROBERTO TEIXEIRA SEROR

PROCEDIMENTO COMUM (PJE 5) PROCESSO: 1057163-48.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Restabelecimento de auxilio doença proposto por ANDERSON CERQUEIRA DA SILVA, contra INSTITUTO NASCIONAL DO SEGURO SOCIAL-INSS, todos qualificados na exordial, objetivando a concessão da tutela de urgência para que seja determinada que o requerido reestabeleça imediatamente o pagamento das prestações do benefício previdenciário de auxílio-doença. Em síntese, é o que merece registro. Ab initio, observa-se que não consta nos autos laudos e atestados médicos atualizados, que comprovem a incapacidade da parte autora em voltar ao trabalho, dificultando assim a apreciação da tutela de urgência. Desta feita, à vista do princípio da economia processual e nos termos do art. 321 do CPC/2015, determino a emenda à inicial para que a parte autora, no prazo de 15 (quinze) dias, traga aos autos, laudos e atestados médicos atualizados que comprovem a incapacidade da parte autora, sob pena de indeferimento da inicial, conforme art. 321, parágrafo único do mesmo codex. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 10 de dezembro de 2019. ROBERTO TEIXEIRA SEROR JUIZ DE DIREITO

Decisão Classe: CNJ-92 DESAPROPRIAÇÃO
Processo Número: 1058820-25.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ ANTONIO ARAUJO JUNIOR OAB - 768.252.993-87 (PROCURADOR)
Parte(s) Polo Passivo:
UNIVERSO DOS PLASTICOS LTDA - ME (RÉU)
Magistrado(s):
ROBERTO TEIXEIRA SEROR

PROCEDIMENTO COMUM (PJE 5) PROCESSO Nº 1058820-25.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Entendo necessário ouvir, primeiramente, a parte requerida, no prazo de 10 (dez) dias, que deverá ser intimada pessoalmente por oficial de justiça plantonista. Após, voltem-me conclusos para análise. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 10 de dezembro de 2019. ROBERTO TEIXEIRA SEROR JUIZ DE DIREITO

Decisão Classe: CNJ-92 DESAPROPRIAÇÃO
Processo Número: 1058806-41.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ ANTONIO ARAUJO JUNIOR OAB - 768.252.993-87 (PROCURADOR)
Parte(s) Polo Passivo:
ZELI PIASSA CRESTANI (RÉU)

Magistrado(s):
ROBERTO TEIXEIRA SEROR

PROCEDIMENTO COMUM (PJE 5) PROCESSO Nº 1058806-41.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Entendo necessário ouvir, primeiramente, a parte requerida, no prazo de 10 (dez) dias, que deverá ser intimada pessoalmente por oficial de justiça plantonista. Após, voltem-me conclusos para análise. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 10 de dezembro de 2019. ROBERTO TEIXEIRA SEROR JUIZ DE DIREITO

Decisão Classe: CNJ-92 DESAPROPRIAÇÃO
Processo Número: 1058777-88.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ ANTONIO ARAUJO JUNIOR OAB - 768.252.993-87 (PROCURADOR)
Parte(s) Polo Passivo:
MARCELO ALEXANDRE DE ANDRADE (RÉU)
Magistrado(s):
ROBERTO TEIXEIRA SEROR

PROCEDIMENTO COMUM (PJE 5) PROCESSO Nº 1058777-88.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Entendo necessário ouvir, primeiramente, a parte requerida, no prazo de 10 (dez) dias, que deverá ser intimada pessoalmente por oficial de justiça plantonista. Após, voltem-me conclusos para análise. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 10 de dezembro de 2019. ROBERTO TEIXEIRA SEROR JUIZ DE DIREITO

Decisão Classe: CNJ-62 MONITÓRIA
Processo Número: 1056925-29.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
RODOCON CONSTRUCOES RODOVIARIAS LTDA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
GUSTAVO CUNHA PRAZERES OAB - BA22118 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RÉU)
Magistrado(s):
ROBERTO TEIXEIRA SEROR

PROCEDIMENTO COMUM (PJE5) PROCESSO Nº: 1056925-29.2019.8.11.0041. Vistos, etc. Intimem-se a requerente para recolher as custas, no prazo legal de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da inicial Após, voltem-me conclusos. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 10 de dezembro de 2019. ROBERTO TEIXEIRA SEROR JUIZ DE DIREITO

Decisão Classe: CNJ-105 MANDADO DE SEGURANÇA
Processo Número: 1057216-29.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
FELIPE JOSE DOS SANTOS MACHADO (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALESSANDER DEUSDETH LUIZ HENRIQUE CHAVES FADINI OAB - MT7645-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GERENTE DA COORDENADORIA DE SEGURANÇA (IMPETRADO)
Magistrado(s):
ROBERTO TEIXEIRA SEROR

MANDADO DE SEGURANÇA. PROCESSO Nº: 1057216-29.2019.8.11.0041 (PJE 3). Vistos, etc. Trata-se de Mandado de Segurança com pedido de liminar impetrado por FELIPE JOSE DOS SANTOS MACHADO, contra ato indigitado coator da lavra do a GERENTE DE INTELIGENCIA DA COORDENADORIA DE SEGURANÇA SOCIOEDUCATIVA DA SECRETARIA DE ESTADO E SEGURANÇA PÚBLICA DE MATO GROSSO, qualificado na exordial, objetivando a concessão da medida liminar para o fim de que seja determinada suspensão do ato da autoridade coatora, bem como a imediata indicação para a sua nomeação, ate decisão final do presente mandamus. Aduz, em síntese, que para o concurso público almejando o cargo de agente de segurança socioeducativo, realizando a prova objetiva, aptidão física, exames médicos, e psicológicos tendo sido aprovado em todos. Relata que foi aprovado em todas as fases que antecederam a investigação social. Informa que quando da realização da fase de investigação social fora considerado contraindicado, sob a alegação de não possuir 21 (vinte e um) anos completos até a data de encerramento das inscrições. Sustenta que o ato de contraindicação fere seu direito líquido e certo, haja vista que não existe nenhum fato desabonador em sua vida pregressa, bem como em relação a sua conduta moral e social. Assevera, ainda, que quando da inscrição do certame estava com 20 (vinte) anos e 05 (cinco) meses de idade e, hoje já possui a idade exigida. Ampara a sua pretensão à vista do fumus boni iuris e do periculum in mora. Instruiu a inicial com documentos acostados eletronicamente. Em síntese, é o necessário relatório. Fundamento. Decido. À vista da nova legislação que passou a disciplinar o mandado de segurança (art. 7º, inciso III, da Lei nº 12.016/2009), para a concessão de medida liminar, mister a presença dos seguintes requisitos: que os fundamentos da impetração sejam relevantes (fumus boni iuris) e a possibilidade do ato impugnado resultar a ineficácia da medida, caso seja finalmente deferida (periculum in mora). Primeiramente cumpre salientar que o mandado de segurança é remédio constitucional utilizado para proteger direito líquido e certo sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, alguém sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade. Como se sabe, a medida liminar não é concedida como antecipação dos efeitos da sentença final; é procedimento acautelador do possível direito do Impetrante, justificado pela iminência de dano irreversível de ordem patrimonial, funcional ou moral, se mantido o ato coator até a apreciação definitiva da causa. Assim, o deferimento da liminar em mandado de segurança visa resguardar "possível direito da Impetrante", para tanto basta a este a apresentação de relevantes fundamentos, assim como a possibilidade da ocorrência de dano pelo não acolhimento da medida. Em outras palavras, para ser viável sua impetração, é imperativo que estejam comprovados os fatos alegados na inicial, porque, para a concessão da ordem, a situação fática e jurídica não pode gerar dúvida e, muito menos, depender a narrativa de dilação probatória. Como é sabido de todos, em nosso ordenamento jurídico constitucional a investidura de cargo público depende de prévia aprovação em concurso público e que somente em casos excepcionais, o Poder Público poderá celebrar contratos por tempo determinado para satisfazer interesse público urgente, conforme disciplinado no artigo 37, inciso II e IX da CF. No que tange aos concursos público, interessante a lição de José dos Santos Carvalho Filho, ao asseverar que: "Concurso Público é o procedimento administrativo que tem por fim aferir as aptidões pessoais e selecionar os melhores candidatos ao provimento de cargos e funções públicas. Na aferição pessoal, o Estado verifica a capacidade intelectual, física e psíquica de interessados em ocupar funções públicas e no aspecto seletivo são escolhidos aqueles que ultrapassam as barreiras opostas no procedimento, obedecidas sempre à ordem de classificação. Cuida-se, na verdade, do mais idôneo meio de recrutamento de servidores públicos." ("in" Manual de direito administrativo, 7. ed., Rio de Janeiro: Lumen Iuris, 2001, p. 472). Cumpre destacar, que há alguns princípios que norteiam os Concursos Públicos, em especial, e para elucidação do caso ora em comento, destaco o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, que na lição de Marçal Justen Filho, assevera que: “A discricionariedade administrativa se exercita muito mais fortemente no momento da elaboração do regulamento do que quando de sua aplicação. O procedimento de seleção se vincula ao edital, sob pena de nulidade da decisão. Se houver contradição entre o regulamento e a decisão, prevalecerá o regulamento. (Curso de Direito Administrativo. 10ª. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014, pág. 913)”. Segundo consta nos autos, busca o impetrante a concessão da medida liminar para o fim de que seja determinada suspensão do ato da autoridade coatora, bem como a imediata indicação para a sua nomeação, ate decisão final do presente mandamus Em que pese as alegações despendidas pela impetrante, entendo que as mesmas não devem prosperar. Isso porque, ao meu ver, não há nos autos provas suficientes da ocorrência da aludida conduta maliciosa atribuída as autoridade coatora. Percebe-se que o Edital do certame expressamente destacou os requisitos básicos para a investidura nos cargos pleiteados. No que tange a idade mínima e máxima, a previsão consta no item 2.1, i, do Edital. Senão vejamos: “2.1. Os requisitos básicos para investidura nos cargos são, cumulativamente, os seguintes: i) ter no mínimo 21 (vinte e um) anos de idade completos, e 50 (cinquenta) anos, no máximo, à data do encerramento das inscrições para o Concurso Público para o provimento dos cargos, conforme inciso III do art. 14 da Lei 9.688/2011”. Desta feita, verifica-se claramente que o impetrante à época do encerramento das inscrições não tinha a idade mínima exigida no certame. Salienta-se que, não se pode reputar ilegal e abusivo o ato da autoridade coatora que atenta para o cumprimento das

disposições legais e normativas contidas no edital do certame. Assim, cumpre destacar que a vinculação às cláusulas do instrumento convocatório, trazem como regra essencial a observância por parte da Administração Pública, bem como pelos candidatos, sendo a lei que rege o certame público. Nesse sentido, a Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, senão vejamos: CONCURSO PÚBLICO - PARÂMETROS - EDITAL. O EDITAL DE CONCURSO, DESDE QUE CONSENTÂNEO COM A LEI DE REGÊNCIA EM SENTIDO FORMAL E MATERIAL, OBRIGA CANDIDATOS E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. (RE 480129, Relator(a): Min. MARCO AURÉLIO, Primeira Turma, julgado em 30/06/2009, DJe-200 DIVULG 22-10-2009 PUBLIC 23-10-2009 EMENT VOL-02379-07 PP-01454). Ademais, não é possível a flexibilização do critério objetivo idade no certame, sob pena que haver manifesta violação ao princípio da isonomia, em razão do tratamento privilegiado dispensado a determinado candidato. Portanto, em juízo de cognição sumária, não vislumbro a ilegalidade do ato insurgido pela impetrante ante ausência de prova robusta capaz de demonstrar ofensa a direito líquido e certo. Por fim, ante a ausência dos requisitos ensejadores para a concessão da medida liminar, qual seja o fumus boni iuris e o periculum in mora, impõe-se o indeferimento da medida. ISTO POSTO, consoante a fundamentação supra, INDEFIRO A LIMINAR a vindicada. Notifique-se a autoridade coatora enviando-lhe a segunda via da inicial, a fim de que, no prazo de 10 (dez) dias, preste as informações de praxe, e na oportunidade intime-a do teor desta decisão (art. 7º, I, Lei nº 12.016/09). Oficie-se a Procuradoria Geral do Estado sobre a presente decisão enviando-lhe cópia da inicial, para que querendo ingresse no feito (art. 7°, II da Lei n° 12.016/2009). Após, decorrido o prazo das informações, prestadas ou não, ouça-se o Ministério Público no prazo improrrogável de 10 (dez) dias, vindo, cls. (art. 12 e § único da Lei nº 12.016/09). Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá, 10 de dezembro de 2019. ROBERTO TEIXEIRA SEROR JUIZ DE DIREITO.

Decisão Classe: CNJ-105 MANDADO DE SEGURANÇA
Processo Número: 1058326-63.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
EMAM - EMULSOES E TRANSPORTES LTDA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FRANCISCO BARBOSA DE SOUZA OAB - AM11041 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SECRETARIO DA FAZENDA DO ESTADO MATO GROSSO (IMPETRADO)
Magistrado(s):
ROBERTO TEIXEIRA SEROR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA ESP. DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ MANDADO DE SEGURANÇA (PJE 02) PROCESSO Nº 1058326-63.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Cuida-se de Mandado de Segurança impetrado por EMAM – EMULSÕES E TRANSPORTES LTDA. contra ato tido por ilegal de lavra do SECRETÁRIO DE ESTADO DE FAZENDA DO ESTADO DE MATO GROSSO, onde objetiva a concessão da medida liminar para que seja determinada a suspensão da exigibilidade do rédito tributário referente ao ICMS incidente sobre a energia elétrica em percentual consideravelmente superior à alíquota integral. Em síntese, é o que merece registro. De acordo com o art. 96, inciso I, alínea "g", da Constituição do Estado de Mato Grosso (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 31/2004), compete privativamente ao Tribunal de Justiça julgar originalmente Mandado de Segurança e Habeas Data contra atos do Governador do Estado, da Mesa da Assembleia Legislativa, do próprio Tribunal de Justiça, do Tribunal de Contas, dos Secretários de Estado, do Procurador-Geral de Justiça, do Procurador-Geral do Estado e do Defensor Público Geral, do Comandante-Geral da Polícia Militar e do Diretor-Geral da Polícia Civil. Desta forma, determino com a máxima urgência a remessa dos autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso para processar e julgar a presente ação, consignando as nossas homenagens. Intime-se. Cumpra-se, com urgência. Cuiabá/MT, 11 de dezembro de 2019. ROBERTO TEIXEIRA SEROR JUIZ DE DIREITO

Decisão Classe: CNJ-105 MANDADO DE SEGURANÇA
Processo Número: 1058392-43.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
DIEGO BRAS OLIVEIRA CAIXETA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS ALBERTO CUNHA MARTINS JUNIOR OAB - MG142790 (ADVOGADO(A))
GLENDER DE RESENDE MARRA OAB - MG74907 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
. Superintendente de Controle de Fiscalização de Trânsito da SEFAZ/MT (IMPETRADO)
Magistrado(s):
ROBERTO TEIXEIRA SEROR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA ESP. DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ MANDADO DE SEGURANÇA (PJE 02) PROCESSO Nº 1058392-43.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Mandado de Segurança com pedido de liminar impetrado por DIEGO BRAS OLIVEIRA CAIXETA contra ato indigitado coator de lavra do SUPERINTENDENTE DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO DA SECRETARIA DE FAZENDA DO ESTADO DE MATO GROSSO, ambos qualificados na exordial, objetivando a concessão da medida liminar para o fim de que seja determinada a suspensão da exigibilidade da cobrança do ICMS no transporte de gado "em pé" do Estado de Mato Grosso com destino ao Estado de Minas Gerais, entre fazendas de titularidade do Impetrante, permitindo o trânsito dos animais sem o recolhimento do referido imposto. Aduz, em apertada síntese, que é proprietário e possuidor de dois imóveis rurais onde desenvolve a atividade pecuária, um localizado em Ponte Branca/MT e o outro localizado no município de Santa Vitória/MG, sendo que em muitas ocasiões precisa transferir bovinos de uma propriedade para outra, notadamente quando existe superlotação de pastagem ou para facilitar o manejo e otimizar a atividade. Pontua que as autoridades Impetradas têm exigido o recolhimento do ICMS quando da remessa de gado entre as suas duas propriedades, ainda que tal operação não enseja tributação, posto que é caso de não incidência, motivo pelo qual vem buscar a satisfação da garantia do seu direito violado. Escuda a pretensão à vista dos pressupostos da medida liminar: fumus boni iuris e periculum in mora. Instruiu a inicial com documentos acostados eletronicamente. Em síntese, é o necessário relato. Fundamento e Decido. À vista da nova legislação que passou a disciplinar o Mandado de Segurança (art. 7º, inciso III, da Lei nº 12.016/2009), para a concessão de medida liminar, mister a presença dos seguintes requisitos: que os fundamentos da impetração sejam relevantes (fumus boni iuris) e a possibilidade do ato impugnado resultar a ineficácia da medida, caso seja finalmente deferida (periculum in mora). Cumpre salientar que o Mandado de Segurança é um remédio constitucional utilizado para proteger direito líquido e certo sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, alguém sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade. Como se sabe, a medida liminar não é concedida como antecipação dos efeitos da sentença final; é procedimento acautelador do possível direito do Impetrante, justificado pela iminência de dano irreversível de ordem patrimonial, funcional ou moral, se mantido o ato coator até a apreciação definitiva da causa. Assim, o deferimento da liminar em Mandado de Segurança visa resguardar "possível direito da Impetrante", para tanto basta a este a apresentação de relevantes fundamentos, assim como a possibilidade da ocorrência de dano pelo não acolhimento da medida. Em outras palavras, para ser viável sua impetração, é imperativo que estejam comprovados os fatos alegados na inicial, porque, para a concessão da ordem, a situação fática e jurídica não pode gerar dúvida e, muito menos, depender a narrativa de dilação probatória. Como relatado, o presente mandamus foi impetrado com a finalidade de obter uma decisão para que seja determinada a suspensão da exigibilidade da cobrança do ICMS no transporte de gado "em pé" do Estado de Mato Grosso com destino ao Estado de Minas Gerais, entre fazendas de titularidade do Impetrante, permitindo o trânsito dos animais sem o recolhimento do referido imposto. Em análise perfunctória dos fatos expostos e documentos acostados, notadamente os documentos de ID nº 27095116 seguintes, não vislumbro, nesta seara de cognição sumária, a presença dos requisitos autorizadores da concessão da liminar pleiteada. Isso porque, a documentação apresentada não me convenceu da existência do fumus boni juris, uma vez que o Impetrante não demonstrou de forma cristalina a irregularidade no ato administrativo praticado pela autoridade indigitada coatora, bem como não acostou documentos capazes de evidenciar a aludida conduta maliciosa atribuída ao agente público. Ademais, tenho que a pretensão, da maneira como formulada, não merece guarida, pois o pedido visa à concessão de segurança genérica, aplicável a casos futuros e incertos, objetivando verdadeiro salvo conduto em favor do Impetrante, finalidade para a qual o Mandado de Segurança não se presta. A propósito, a lição de Hely Lopes Meirelles é esclarecedora nesse exato ponto nos seguintes termos: "Não se confunda – como frequentemente se

confunde – segurança preventiva com segurança normativa. Segurança preventiva é a que se concede para impedir a consumação de uma ameaça a direito individual em determinado caso; segurança normativa seria a que estabelecesse regra geral de conduta para casos futuros, indeterminados. A Justiça Comum não dispõe do poder de fixar normas de conduta, nem lhe é permitido estender a casos futuros a decisão proferida no caso presente, ainda que ocorra a mesma razão de decidir em ambas as hipóteses. Embora se reitere a ilegalidade em casos idênticos, haverá sempre necessidade de uma decisão para cada caso, sem que os efeitos da sentença anterior se convertam em regra para situações futuras. E assim é porque a sentença concessiva da segurança apenas invalida o ato impugnado, deixando intacta a norma tida por inconstitucional até que outra norma de categoria igual ou superior a revogue, ou o Senado Federal suspensa sua execução em face da inconstitucionalidade declarada pelo STF" (in Mandado de Segurança, 26ª ed., pág. 96, Malheiros Editores, São Paula: 2003). A propósito, cumpre transcrever entendimento do Colendo Superior Tribunal de Justiça, senão vejamos: "MEDIDA CAUTELAR. ATRIBUIÇÃO DE EFEITO SUSPENSIVO A RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. INCIDÊNCIA DE ALÍQUOTA INTERESTADUAL DE ICMS SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIA ADQUIRIDA POR MEIO DE INTERNET OU SHOWROOM. A atribuição de efeito suspensivo a recurso ordinário só deve ser deferida se necessária para evitar dano iminente, não sendo esse o caso quando o ato administrativo que se quer impedir (o auto de infração) não produz quaisquer efeitos até o julgamento da impugnação que pode ser oposta pelo contribuinte independentemente de qualquer limitação, salvo a de prazo (CTN, artigo 151, III). Espécie em que o autor visa à concessão de um salvo-conduto para o trânsito de mercadorias entre estados sem o recolhimento de diferenças de ICMS que entende indevido. Agravo regimental desprovido". (AgRg na MC 21.905/MS, Rel. Ministro ARI PARGENDLER, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/11/2013, DJe 27/11/2013) – Destacamos. Assim, o fato do Fisco outrora tributar bens e mercadorias do Impetrante remetidos a estabelecimento próprio situado em outra unidade da federação, não consubstancia em certeza que o ato combatido será novamente perpetrado, restando ausente, portanto, o fumus boni iuris. Portanto, ante a ausência de um dos requisitos ensejadores para a concessão da medida liminar, qual seja o fumus boni iuris, impõe-se o indeferimento da medida. ISTO POSTO, consoante a fundamentação supra, INDEFIRO A LIMINAR a vindicada. Notifique-se pessoalmente a autoridade tida por coatora, para, no prazo de 10 (dez) dias, prestar as informações de praxe, e, na oportunidade, intime-a do teor desta decisão. Oficie-se a Procuradoria Geral do Estado sobre a presente decisão, enviando-lhe cópia da inicial, para que, querendo, ingresse no feito, consoante previsão do art. 7º, II da Lei nº 12.016/2009. Em seguida, abro vistas ao mister do Ministério Público, para, querendo, manifestar-se no presente feito, nos termos do art. 12 da Lei nº 12.016/09. Após, decorrido o prazo das informações, prestadas ou não, voltam-me os autos conclusos para sentença. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo-se o necessário, servindo o presente como mandado. Cuiabá/MT, 11 de dezembro de 2019. ROBERTO TEIXEIRA SEROR JUIZ DE DIREITO

Decisão Classe: CNJ-105 MANDADO DE SEGURANÇA
Processo Número: 1058788-20.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JUCIMAR TEIXEIRA DE REZENDE (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABRICIO COSTA TEIXEIRA DE OLIVEIRA OAB - MT21274/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Secretaria de Estado de segurança pública de Mato Grosso (IMPETRADO)
Magistrado(s):
ROBERTO TEIXEIRA SEROR

MANDADO DE SEGURANÇA PROCESSO Nº 1058788-20.2019.8.11.0041 (PJE 03) Vistos, etc. Trata-se de Mandado de Segurança com pedido de liminar impetrado por JUCIMAR TEIXEIRA DE REZENDE contra ato indigitado coator da lavra do PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONCURSO PÚBLICO PARA CADASTRO DE RESERVA PARA OS CARGOS DE AGENTE DO SOCIOEDUCATIVO, ambos qualificados na exordial, objetivando a concessão da medida antecipatória para que seja determinada a suspensão do ato da autoridade coatora, bem como possibilite o seu prosseguimento no certame, até decisão de mérito. Aduz, em síntese, que foi aprovada no Concurso Público proposto pelo Estado de Mato Grosso através da SEJUDH, conforme consta no Edital nº 001/2018/ SEJUDH de 01 de agosto de 2018, concorrendo ao cargo de Agente Socioeducativo do Estado de Mato Grosso, sendo aprovada em todas as fases anteriores, demonstrando aptidão física e psicológica para o cargo. Relata que, na fase de Investigação Social, foi surpreendido com o resultado publicado que a considerou como contraindicado, sob o fundamento de haver processo criminal em trâmite perante o Tribunal de Justiça de Mato Grosso. Sustenta que o ato da autoridade coatora é ilegal e arbitrário, haja vista que o processo criminal ainda está em trâmite e, por esta razão, não pode ser considerado culpado ou contraindicado, sob pena haver violação ao princípio da inocência. Escuda a pretensão à vista dos pressupostos da medida liminar: fumus boni iuris e periculum in mora. Instruiu a inicial com documentos acostados eletronicamente. Em síntese, é o necessário relato. Fundamento e Decido. À vista da nova legislação que passou a disciplinar o Mandado de Segurança (art. 7º, inciso III, da Lei nº 12.016/2009), para a concessão de medida liminar, mister a presença dos seguintes requisitos: que os fundamentos da impetração sejam relevantes (fumus boni iuris) e a possibilidade do ato impugnado resultar a ineficácia da medida, caso seja finalmente deferida (periculum in mora). Cumpre salientar que o Mandado de Segurança é um remédio constitucional utilizado para proteger direito líquido e certo sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, alguém sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade. Como se sabe, a medida liminar não é concedida como antecipação dos efeitos da sentença final; é procedimento acautelador do possível direito do Impetrante, justificado pela iminência de dano irreversível de ordem patrimonial, funcional ou moral, se mantido o ato coator até a apreciação definitiva da causa. Assim, o deferimento da liminar em Mandado de Segurança visa resguardar "possível direito da Impetrante", para tanto basta a este a apresentação de relevantes fundamentos, assim como a possibilidade da ocorrência de dano pelo não acolhimento da medida. Em outras palavras, para ser viável sua impetração, é imperativo que estejam comprovados os fatos alegados na inicial, porque, para a concessão da ordem, a situação fática e jurídica não pode gerar dúvida e, muito menos, depender a narrativa de dilação probatória. Como relatado, o presente mandamus foi impetrado com a finalidade de obter uma decisão para que seja determinada a suspensão do ato da autoridade coatora, bem como possibilite o seu prosseguimento no certame, até decisão de mérito. Do perfunctório exame dos fatos expostos e da documentação acostada, entendo como demonstrados os requisitos necessários para a concessão da medida pleiteada. Ao que se observa dos autos, o Impetrante foi aprovada nas 04 (quatro) primeiras fases do certame regido pelo Edital nº 001/2018/SEJUDH de 01 agosto de 2018, todavia, ao se submeter à 5ª fase (Investigação Social), a comissão examinadora considerou a Autora como contraindicada, excluindo-a do certame. Em análise da fundamentação apresentada pela comissão do concurso público (ID nº 27171984), verifica-se que a exclusão da Impetrante do certame se deu em razão de estar respondendo ao processo criminal (Código nº 456395 e 580482). Em que pese os argumentos utilizados pela autoridade Impetrada, entendo que os mesmo não se pautaram de razoabilidade, ainda mais pelo fato de que sequer haver condenação criminal, mas tão somente processo criminal em trâmite. Entendo que sua exclusão, ao que tudo indica, extrapola o rigor necessário à seleção do concurso, violando o interesse público, uma vez que não restou demonstrada, in casu, a falta de honestidade do candidato, tampouco que este tenha omitido informações relevantes requisitadas pela Comissão. Importante salientar que, em consonância aos atuais ditames do Direito Administrativo e Constitucional, é imprescindível que haja a efetiva produção de prova a fim de apurar a inidoneidade do concursando para exercer o cargo pretendido. Ademais, no Estado Democrático de Direito não é admissível a punição de uma pessoa com base em mera presunção do mal que poderá causar por conhecer ou desconhecer determinada pessoa, pressupondo-se uma predisposição ao crime. Este subjetivismo há muito vem sendo vedado pela jurisprudência brasileira, pois a conduta imoral e incompatível com a função, capaz de fundamentar a exclusão de um candidato do certame, deve estar amparada em provas concretas, não apenas em suposições. Nesse sentido dispõem os entendimentos dos Tribunais Superiores, in verbis: "DIREITO ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. SOLDADO DA POLÍCIA CIVIL. CANDIDATO. ELIMINAÇÃO NA FASE DE INVESTIGAÇÃO SOCIAL. TRANSAÇÃO PENAL PACTUADA. AUSÊNCIA DE CARATER CONDENATÓRIO. PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA. AS RAZÕES DO AGRAVO REGIMENTAL NÃO SÃO APTAS A INFIRMAR OS FUNDAMENTOS QUE LASTREARAM A DECISÃO

AGRAVADA. ACÓRDÃO RECORRIDO PUBLICADO EM 23.02.2012. A jurisprudência desta Corte firmou o entendimento de que viola o princípio da presunção de inocência a exclusão de certame público de candidato que responda a inquérito policial ou ação penal sem trânsito em julgado da sentença condenatória. Precedentes. As razões do agravo regimental não são aptas a infirmar os fundamentos que lastrearam a decisão agravada. Agravo regimental conhecido e não provido". (ARE 713138 AgR, Relator(a): Min. ROSA WEBER, Primeira Turma, julgado em 20/08/2013, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-173 DIVULG 03-09-2013 PUBLIC 04-09-2013). "PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. AGENTE PENITENCIÁRIO. INVESTIGAÇÃO SOCIAL. EXCLUSÃO. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA. DIREITO À NOMEAÇÃO E POSSE. 1. Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal consolidaram entendimento no sentido de que, em obediência à estrita ordem classificatória, não pode a administração deixar de nomear candidato que teve êxito em todas as fases do concurso público, por responder a inquérito policial ou ação penal sem trânsito em julgado da sentença condenatória. 2. Agravo regimental improvido". (AgRg no RMS 25.257/PR, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 02/06/2015, DJe 09/06/2015). Desta forma, presente os requisitos ensejadores para a concessão da liminar, quais sejam, o fumus boni iuris e o periculum in mora, o deferimento da liminar é medida que se impõe. ISTO POSTO, consoante a fundamentação supra, DEFIRO A LIMINAR vindicada para determinar à autoridade Impetrada que proceda à inclusão da Impetrante na lista de recomendados da fase de Investigação Social, possibilitando o seu prosseguimento no certame, até ulterior decisão de mérito a ser proferida neste writ. Notifique-se a autoridade coatora enviando-lhe a segunda via da inicial, a fim de que, no prazo de 10 (dez) dias, preste as informações de praxe, e na oportunidade intime-a do teor desta decisão (art. 7º, I, Lei nº 12.016/09). Oficie-se a Procuradoria Geral do Estado sobre a presente decisão enviando-lhe cópia da inicial, para que querendo ingresse no feito (art. 7º, II da Lei nº 12.016/2009). Após, decorrido o prazo das informações, prestadas ou não, ouça-se o Ministério Público no prazo improrrogável de 10 (dez) dias, vindo, cls. (art. 12 e § único da Lei nº 12.016/09). Intimem-se. Cumpra-se, com urgência. Cuiabá/MT, 11 de dezembro de 2019. ROBERTO TEIXEIRA SEROR JUIZ DE DIREITO

Decisão Classe: CNJ-56 CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO
Processo Número: 1029811-18.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CLODOALDO LEITAO DE MELO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ANTONIO CARLOS BONACCORDI JUNIOR OAB - SP304390 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ (RÉU)
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (RÉU)
Magistrado(s):
ROBERTO TEIXEIRA SEROR

PROCEDIMENTO COMUM. PROCESSO: 1029811-18.2019.8.11.0041 (PJE 6) Vistos, etc. Trata-se de ação movida por CLODOALDO LEITÃO DE MELO contra o PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ, objetivando ação de consignação em pagamento. Deu à causa o valor de R$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais). É o relatório. Fundamento. Decido. A vertente ação deveria ter sido, obrigatoriamente, proposta perante o Juizado Especial da Fazenda Pública, conforme a Lei Federal n. 12.153/2009 e também pelo que preceitua, expressamente, a Resolução n. 04/2014 do E. Pleno do TJMT. Isso porque o valor da causa é INFERIOR A 60 (SESSENTA) SALÁRIOS MÍNIMOS, único critério que define a competência do Juizado Especial da Fazenda Pública, salvo as exceções legais. Nesse sentido decidiu recentemente o E. TJMT, no Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas n. 85560/2016, julgado em 28/11/2018, no qual ficou fixada a competência do Juizado Especial da Fazenda Pública para o processamento e julgamento das ações referentes a pagamento de URV e quaisquer outras cujo valor da causa seja inferior a 60 (sessenta) salários mínimos, independente da complexidade da matéria e da necessidade de se realizar perícia, salvo as exceções contidas na Lei Federal n. 12.153/2009. Além do mais, a competência do Juizado mencionado é absoluta, ex lege. Assim, torna-se imperioso declinar da competência em favor do Juizado Especial da Fazenda Pública. Diante disso, e considerando que a competência ratione materiae é absoluta, nos termos do artigo 43 do CPC, e que pode ser, inclusive, declarada ex officio pelo Magistrado, com arrimo no art. 2º da Lei n. 12.153/2009, artigos 1º, §1º, incisos IX e X, e 2º, ambos da Resolução n. 004/2014/TP, bem como com amparo na Portaria n. 635/2015-PRES. e no Ofício Circular n. 356/2018-DAPI-CGJ, DECLINO DA COMPETÊNCIA em favor do Juizado Especial da Fazenda Pública da Capital de Cuiabá para a análise e julgamento da presente ação. Intime-se. Cumpra-se, com urgência. Cuiabá/MT, 11 de dezembro de 2019 ROBERTO TEIXEIRA SEROR JUIZ DE DIREITO

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1045512-19.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
GONCALINA MARIA DO NASCIMENTO (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Advogado(s) Polo Ativo:
ELENICE SCHMIDT BATISTA OAB - MT16790/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Magistrado(s):
ROBERTO TEIXEIRA SEROR

PROCEDIMENTO COMUM. PROCESSO: 1045512-19.2019.8.11.0041 (PJE 6) Vistos, etc. Trata-se de ação movida por GONÇALINA MARIA DO NASCIMENTO contra o ESTADO DE MATO GROSSO, objetivando ação ordinária. Deu à causa o valor de R$ 1.000,00 (mil reais). É o relatório. Fundamento. Decido. A vertente ação deveria ter sido, obrigatoriamente, proposta perante o Juizado Especial da Fazenda Pública, conforme a Lei Federal n. 12.153/2009 e também pelo que preceitua, expressamente, a Resolução n. 04/2014 do E. Pleno do TJMT. Isso porque o valor da causa é INFERIOR A 60 (SESSENTA) SALÁRIOS MÍNIMOS, único critério que define a competência do Juizado Especial da Fazenda Pública, salvo as exceções legais. Nesse sentido decidiu recentemente o E. TJMT, no Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas n. 85560/2016, julgado em 28/11/2018, no qual ficou fixada a competência do Juizado Especial da Fazenda Pública para o processamento e julgamento das ações referentes a pagamento de URV e quaisquer outras cujo valor da causa seja inferior a 60 (sessenta) salários mínimos, independente da complexidade da matéria e da necessidade de se realizar perícia, salvo as exceções contidas na Lei Federal n. 12.153/2009. Além do mais, a competência do Juizado mencionado é absoluta, ex lege. Assim, torna-se imperioso declinar da competência em favor do Juizado Especial da Fazenda Pública. Diante disso, e considerando que a competência ratione materiae é absoluta, nos termos do artigo 43 do CPC, e que pode ser, inclusive, declarada ex officio pelo Magistrado, com arrimo no art. 2º da Lei n. 12.153/2009, artigos 1º, §1º, incisos IX e X, e 2º, ambos da Resolução n. 004/2014/TP, bem como com amparo na Portaria n. 635/2015-PRES. e no Ofício Circular n. 356/2018-DAPI-CGJ, DECLINO DA COMPETÊNCIA em favor do Juizado Especial da Fazenda Pública da Capital de Cuiabá para a análise e julgamento da presente ação. Intime-se. Cumpra-se, com urgência. Cuiabá/MT, 11 de dezembro de 2019 ROBERTO TEIXEIRA SEROR JUIZ DE DIREITO

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1044902-85.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
PAGSEGURO INTERNET LTDA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
TAIS BORJA GASPARIAN OAB - SP0074182A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RÉU)
Magistrado(s):
ROBERTO TEIXEIRA SEROR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA ESP. DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ PROCEDIMENTO COMUM (PJE 02) PROCESSO Nº 1044902-85.2018.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação Declaratória de Nulidade de Procedimento Administrativo e Imposição de Penalidade proposta por PAGSEGURO INTERNET S.A. em face do ESTADO DE MATO GROSSO, ambos devidamente qualificados, objetivando a concessão do provimento antecipatório para que seja determinada a suspensão da exigibilidade da multa administrativa imposta à Requerente, objeto do Processo Administrativo FA nº 0113-010.911-4. Aduz, em síntese, que foi instaurado processo administrativo em razão da não

entrega de um berço no valor de R$ 495,45 (quatrocentos e noventa e cinco reais e quarenta e cinco centavos), adquirido pela consumidora Ana Angélica Marquetti Francisco Serante junto ao site da empresa Home Time Moveis Ltda. ME. Assevera que o PROCON/MT julgou procedente a reclamação levada a efeito pelo consumidor e aplicou multa no importe de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), em razão de ter deixado de observar as normas cogentes de proteção e defesa do consumidor, especificadas nos arts. 6º, III; 22; e 55, §4º do CDC. Sustenta que atuou em estrita observância ao pactuado em contrato e disposto em lei, não infringindo nenhum dispositivo da legislação consumerista, alegando serem arbitrárias e ilegais as decisões proferidas na seara administrativa, sendo de rigor as suas anulações e, via de consequência, das penalidades injustamente aplicadas. Defende, ainda, sobre a desproporcionalidade das multas aplicadas, invoca o princípio da proporcionalidade e objeta sobre o desvio de finalidade das multas. Instruiu a inicial com documentos acostados eletronicamente. Foi indeferida a tutela provisória, conforme decisão de ID nº 17265415. A parte Autora apresentou pedido de reconsideração da tutela provisória, alegando que efetuou o depósito do valor integral do débito discutido (ID nº 20928930). Em síntese, é o necessário relato. Fundamento e decido. A parte Autora requereu o deferimento da tutela provisória de urgência com base no art. 151, II do CTN, alegando que efetuou o depósito integral referente aos valores da multa aplicada pelo PROCON discutida nestes autos (ID nº 20928934). O art. 151, II do CTN prevê, como direito subjetivo da parte, a suspensão da exigibilidade da multa mediante depósito do montante integral. Tal prerrogativa decorre ex vi legis, cuja realização prescinde até mesmo de autorização judicial, valendo lembrar que tal procedimento não implica em qualquer prejuízo à Fazenda Pública, razão pela qual não pode a mesma se opor à vontade do contribuinte, pois é um direito livremente exercitável. Deveras, o efeito do depósito calçado no artigo 151, II do CTN, é justamente o de inibir os efeitos da mora, quais sejam a fluência dos juros e da multa de mora previstos na legislação fiscal, a inscrição do contribuinte nos cadastros de negativação e a submissão à execução judicial da dívida. Desta feita, restando configurado direito livremente exercitável pela empresa-Autora no afã de se discutir a sua cobrança e, via de consequência, tratando-se de uma garantia de pagamento do crédito tributário à Fazenda Pública ao final da demanda, entendo presente a relevância da fundamentação. A doutrina publicista tem se posicionado nesse sentido, consoante se extrai da lição do doutrinador Vladmir Passos, que ora se transcreve: "Prevista em norma geral editada pela União, a suspensão da exigibilidade do crédito tributário pelo depósito do seu montante integral reveste-se de condição de direito assegurado ao sujeito passivo, sendo ineficazes os dispositivos da legislação ordinária que pretendam anulá-la. Porque configura um direito que se opõe à vontade da Fazenda Pública, – que se pressupõe pretenda o seu pagamento e não o depósito – é ele livremente exercitável, independentemente da concordância daquela, ou de medida judicial requerida especialmente para tal fim. Além disso, é direito exercitável até mesmo naqueles casos em que o tributo é pago pelo substituto tributário, o qual poderá ser judicialmente autorizado ou compelido, se necessário, a efetuar o depósito. Embora configure um direito livremente exercitável pelo sujeito passivo, uma vez exercido, o depósito produz efeitos que interferem no direito de ambas as partes: ao sujeito passivo fica assegurado o direito de discutir o crédito tributário, cuja exigibilidade fica suspensa, sem sofrer os atos executórios e, à Fazenda Pública, o direito de converter em renda o valor depositado, caso revele-se improcedente a pretensão daquele. Os direitos assim emergentes não podem ser prejudicados pela decisão unilateral de uma das partes, valendo dizer que o depósito ficará vinculado ao resultado da discussão que envolve o crédito tributário e, só depois de definitivamente decidida a questão é que se tornará disponível, quer para restituição ao sujeito passivo, se vencedor na lide, quer para conversão em renda da Fazenda Pública, se improcedente a demanda." (Código Tributário Nacional Comentado. 4ª edição. editora RT – 2008. Pág 690/691) – Destacamos. A propósito, não é outro o entendimento do Colendo Superior Tribunal de Justiça, in verbis: "TRIBUTÁRIO E PROCESSO JUDICIAL TRIBUTÁRIO. DEPÓSITO JUDICIAL. ARTIGO 151, II, DO CTN. SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO. CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO PELO DEPÓSITO. LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO. DESNECESSIDADE. DECADÊNCIA. INOCORRÊNCIA. 1. O depósito efetuado por ocasião do questionamento judicial de tributo sujeito a lançamento por homologação suspende a exigibilidade do mesmo, enquanto perdurar a contenda, ex vi do disposto no artigo 151, II, do CTN, e, por força do seu desígnio, implica lançamento tácito no montante exato do quantum depositado, conjurando eventual alegação de decadência do direito de constituir o crédito tributário". (AgRg nos EDcl no REsp 961049/SP, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 23/11/2010, DJe 03/12/2010) – Destacamos. Ademais, não há que se olvidar que, por se tratar o lançamento de uma atividade vinculada, uma vez não subsistindo discricionariedade praticada por parte de agente fiscalizador, resta evidente a ausência de prejuízo à Requerente, cuja consequência é o imediato recolhimento da multa questionada, sob pena do mesmo ser inscrito em dívida ativa, além da sujeição às obrigações acessórias e medidas restritivas previstas no nosso ordenamento jurídico vigente. Por derradeiro, não se verifica a possibilidade de irreversibilidade do provimento, haja vista que, uma vez declarada legal a cobrança na forma apontada, a medida é totalmente reversível, podendo o Fisco ser ressarcido dos valores que o contribuinte deixou de recolher, já que a garantia convola-se em conversão de depósito em renda, extinguindo-se desta feita a obrigação tributária, como prevê o art. 156, VI, do CTN. ISTO POSTO, consoante a fundamentação supra, acolho o pedido de reconsideração formulado pela parte Autora para revogar a decisão de ID nº 17265415 e, ante o depósito integral do débito realizado (ID nº 20928934), DEFIRO A TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA vindicada para o fim determinar a suspensão da exigibilidade da multa administrativa imposta à Requerente, objeto do Processo Administrativo FA nº 0113-010.911-4, até ulterior decisão de mérito a ser proferida na presente demanda. Verifique-se acerca da abertura de conta nestes autos e sua correspondente vinculação à conta única. Em seguida, lavre-se o termo de depósito. Ante a apresentação de Contestação pela parte contrária, determino a intimação da Requerente para que apresente Impugnação à Contestação, no prazo legal. Em seguida, abro vistas ao mister do Ministério Público, para, querendo, manifestar-se no presente feito e, após, conclusos para sentença. Nos termos da recomendação exarada pelo Conselho Nacional de Justiça na inspeção realizada neste Estado, serve a presente decisão como MANDADO. Intimem-se. Cumpra-se, com urgência. Cuiabá/MT, 12 de dezembro de 2019. ROBERTO TEIXEIRA SEROR JUIZ DE DIREITO

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1058783-95.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CLENILSON DE SOUZA SANTOS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ HENRIQUE DE OLIVEIRA SANTOS OAB - MT16694-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RÉU)
Magistrado(s):
ROBERTO TEIXEIRA SEROR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA ESP. DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ PROCEDIMENTO COMUM (PJE 02) PROCESSO Nº 1058783-95.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação Declaratória c/c Indenização por Danos Materiais com pedido de tutela provisória de urgência proposta por CLENILSON DE SOUZA SANTOS em desfavor do ESTADO DE MATO GROSSO, ambos devidamente qualificados, objetivando a concessão da tutela provisória de urgência para que seja determinado ao Requerido que proceda à inclusão em folha de pagamento da gratificação adicional não incorporável, correspondente a 10% (dez por cento) do vencimento fixo do Requerente, durante o período em que estiver atuando no GAECO. Aduz, em síntese, que atualmente é 3º Sargento da Polícia Militar de MT, desde 13.11.2000, estando desde 23.12.2008 lotado junto ao Grupo de Atuação Especial contra o Crime Organizado no Estado de Mato Grosso – GAECO, por força do ofício nº 609/2008 PR/MT/CA. Assevera que o art. 6º, parágrafo único da Lei nº 119/2002, que criou o Grupo de Atuação Especial contra o Crime Organizado no Estado de Mato Grosso, dispõe que todos os integrantes do GAECO receberão gratificação adicional não incorporável, correspondente a 10% (dez por cento) de seus respectivos vencimentos fixos, todavia, desde que foi integrado ao Grupo de Atuação Especial contra o Crime Organizado no Estado de Mato Grosso, nunca recebeu referida gratificação, que atualmente perfaz a quantia de R$ 74.198,78 (setenta e quatro mil cento e noventa e oito reais e setenta e oito centavos). Pontua que há evidente descumprimento de preceito legal, o que configura uma verdadeira afronta ao disposto também na Constituição Federal Brasileira, mais precisamente art. 5º, II e no art. 37, caput, que

ordena a vinculação dos atos administrativos ao princípio da legalidade. Ampara a sua pretensão à vista dos requisitos da tutela provisória de urgência, previstos nos arts. 300 e seguintes do CPC/2015. Pugnou pela concessão dos benefícios da Justiça Gratuita. Instruiu a inicial com documentos acostados eletronicamente. Em síntese, é o necessário relato. Fundamento e Decido. Primeiramente, quanto à gratuidade da justiça, o Egrégio Tribunal deste Estado, atendendo decisão do Conselho Nacional de Justiça, mais especificamente, no Procedimento de Controle Administrativo nº 165 do CNJ, que normatizou a matéria, prescrevendo ser o juiz da causa a autoridade competente para decidir sobre o aludido pedido, o que foi informado por meio do Oficio Circular nº 03/2007/mccs/TJMT. Na hipótese, encontram-se preenchidos os requisitos para a concessão da Justiça Gratuita. No mais, verifico que não se aplica a conciliação e mediação, previstas no art. 334 e seguintes do CPC/2015, uma vez que, por meio do Ofício Circular nº 003/GPG/PGE/2016, a Fazenda Pública já se manifestou pelo desinteresse na conciliação, daí porquê deixo de aplicar tal providência, até, porque, para garantir o principio da razoável duração do processo. Para a concessão da tutela antecipada se faz necessário se comprovar a evidência da probabilidade do direito, conciliada com o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, não havendo perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão (art. 300 do NCPC/2015). Não há que se olvidar que a construção jurisprudencial admite o deferimento da tutela protetiva em face da Fazenda Pública. In casu, busca o Requerente a concessão da tutela provisória de urgência para que seja determinado ao Requerido que proceda à inclusão em folha de pagamento da gratificação adicional não incorporável, correspondente a 10% (dez por cento) do vencimento fixo do Requerente, durante o período em que estiver atuando no GAECO. Cumpre destacar que, neste momento processual, a pretensão do Requerente encontra impedimento legal, consoante o disposto no art. 7º, §2º da Lei nº 12.016/09 c/c o art. 1º da Lei nº 9.494/97, que veda a concessão de medida liminar ou tutela antecipada visando à reclassificação ou equiparação de servidores públicos, ou à concessão de aumento ou extensão de vantagens, como ora se transcreve: "Art. 7 (...). § 2º Não será concedida medida liminar que tenha por objeto a compensação de créditos tributários, a entrega de mercadorias e bens provenientes do exterior, a reclassificação ou equiparação de servidores públicos e a concessão de aumento ou a extensão de vantagens ou pagamento de qualquer natureza". Neste sentido, tem se decidido o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, senão vejamos: "AGRAVO DE INSTRUMENTO – MANDADO DE SEGURANÇA – LIMINAR – PAGAMENTO DE VERBA DE PRODUTIVIDADE – IMPOSSIBILIDADE DE DEFERIMENTO DE LIMINAR RELACIONADA A PAGAMENTO DE VALORES – INTELIGÊNCIA DA LEI Nº 12016/09 – RECURSO PROVIDO. 1. Nos moldes do § 2º do art. 7º da Lei do Mandado de Segurança (Lei 12.016 de 2009) que não será concedida medida liminar que tenha por objeto a compensação de créditos tributários, a entrega de mercadorias e bens provenientes do exterior, a reclassificação ou equiparação de servidores públicos e a concessão de aumento ou a extensão de vantagens ou pagamento de qualquer natureza. 2. A discussão da questão em sede de mandado de segurança é viável, não sendo possível, no entanto, o deferimento da medida liminar". (AI, 61223/2013, DRA.VANDYMARA G. R. P. ZANOLO, TERCEIRA CÂMARA CÍVEL, Data do Julgamento 28/01/2014, Data da publicação no DJE 03/02/2014) – Destacamos. "AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO DE COBRANÇA – PAGAMENTO DE HORAS EXTRAS, ADICIONAL NOTURNO E REFLEXOS - DECISÃO QUE INDEFERE TUTELA ANTECIPADA – REQUISITOS DO ARTIGO 273 DO CPC - AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO – PAGAMENTO DE QUALQUER NATUREZA – VENCIMENTOS – VEDAÇÃO LEGAL - INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 1º DA LEI Nº 9.494/97, ARTIGO 1º DA LEI Nº 8.437/92 E ARTIGO 7º,§2º DA LEI Nº 12.016/2009 – PRECEDENTES DO STJ – RECURSO DESPROVIDO. 1. A pretensão de antecipação de tutela no presente recurso implica o pagamento imediato de horas extras, adicional noturno e seus reflexos, o que é expressamente vedado pelos artigos 1º da Lei nº 9.494/97, 1º da Lei nº 8.437/92 e 7º,§2º da Lei nº 12.016/2009. 2. Ausente a demonstração dos requisitos do artigo 273 do CPC, não se concede tutela antecipada. 3. Recurso desprovido". (TJMT, RAI 33572/2012, DESA. MARIA EROTIDES KNEIP BARANJAK, TERCEIRA CÂMARA CÍVEL, Julgado em 02/10/2012, Publicado no DJE 06/09/2013) – Destacamos. Desta feita, o Requerente, ao pretender que o Estado de Mato Grosso seja compelido a proceder com a inclusão em folha da gratificação adicional não incorporável, correspondente a 10% (dez por cento) do vencimento fixo do Requerente, busca, nitidamente, a concessão de vantagem, cuja pretensão esbarra na vedação legal das regras acima mencionadas. Portanto, ante a ausência dos requisitos ensejadores para a concessão da medida antecipatória, qual seja a evidência da probabilidade do direito, impõe-se o indeferimento da medida. ISTO POSTO, consoante fundamentação supra e ante a ausência de fundamento relevante que o caso denota, INDEFIRO O PROVIMENTO ANTECIPATÓRIO pleiteado. Cite-se pessoalmente o Requerido Estado de Mato Grosso, por meio da Procuradoria Geral do Estado, para, querendo, apresentar a sua defesa, no prazo constante no art. 335 c/c 183 do CPC/2015. Com a defesa, vistas à Requerente para impugnar no prazo legal. Após, abro vistas ao ilustre representante do Ministério Público para que se manifeste no prazo de 15 (quinze) dias e, por fim, voltem-me os autos conclusos para sentença. Nos termos do Procedimento de Controle Administrativo nº 165, do CNJ e do art. 98 e seguintes do Novo Código de Processo Civil, uma vez presentes os requisitos, defiro a gratuidade da justiça, servindo este como alvará de gratuidade. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo-se o necessário. Cuiabá/MT, 13 de dezembro de 2019. ROBERTO TEIXEIRA SEROR JUIZ DE DIREITO

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1052425-17.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
SINDICATO DOS SERVIDORES PUBLICOS DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE MATO GROSSO - SINTEMA/MT (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
KALYNCA SILVA INEZ DE ALMEIDA OAB - MT15598-O (ADVOGADO(A))
CARLOS FREDERICK DA SILVA INEZ OAB - MT7355-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV (RÉU)
Magistrado(s):
ROBERTO TEIXEIRA SEROR

PROCEDIMENTO COMUM. PROCESSO n°: 1059577-19.2019.8.11.0041. (PJE 3) Vistos, etc. Intime-se o requerente para no prazo de 05 (cinco) dias, apresente lista de todos os sindicalizados, bem como para que justifique o valor atribuído à causa. Após, cls. Intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá, 13 de dezembro de 2019. ROBERTO TEIXEIRA SEROR JUIZ DE DIREITO

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1044030-36.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO BMG S.A (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE GUILHERME CARNEIRO QUEIROZ OAB - MT22230-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RÉU)
Magistrado(s):
ROBERTO TEIXEIRA SEROR

PROCEDIMENTO COMUM PROCESSO Nº 1044030-36.2019.8.11.0041 (PJE 3) Vistos, etc. Trata-se de Ação Anulatória de Ato Administrativo com pedido de tutela de urgência proposta por BANCO BMG S/A em face do ESTADO DE MATO GROSSO, ambos devidamente qualificados, objetivando a concessão do provimento antecipatório para que seja determinada a suspensão da exigibilidade da multa administrativa imposta à Requerente, objeto do Processo Administrativo FA nº 51.001.001.15-0028477, até decisão de mérito. Instruiu a inicial com documentos acostados eletronicamente. A parte Autora apresentou pedido de tutela provisória, alegando que efetuou o depósito do valor integral do débito discutido (ID nº 25490446). Em síntese, é o necessário relato. Fundamento e decido. A parte Autora requereu o deferimento da tutela provisória de urgência com base no art. 151, II do CTN, alegando que efetuou o depósito integral referente aos valores da multa aplicada pelo PROCON discutida nestes autos (ID nº 25490446). O art. 151, II do CTN prevê, como direito subjetivo da parte, a suspensão da exigibilidade da multa mediante depósito do montante integral. Tal prerrogativa decorre ex vi legis, cuja realização prescinde até mesmo de autorização judicial, valendo lembrar que tal procedimento não implica em qualquer prejuízo à Fazenda Pública, razão pela qual não pode a mesma se opor à vontade do contribuinte, pois é um direito livremente exercitável. Deveras, o efeito do

depósito calçado no artigo 151, II do CTN, é justamente o de inibir os efeitos da mora, quais sejam a fluência dos juros e da multa de mora previstos na legislação fiscal, a inscrição do contribuinte nos cadastros de negativação e a submissão à execução judicial da dívida. Desta feita, restando configurado direito livremente exercitável pela empresa-Autora no afã de se discutir a sua cobrança e, via de consequência, tratando-se de uma garantia de pagamento do crédito tributário à Fazenda Pública ao final da demanda, entendo presente a relevância da fundamentação. A doutrina publicista tem se posicionado nesse sentido, consoante se extrai da lição do doutrinador Vladmir Passos, que ora se transcreve: "Prevista em norma geral editada pela União, a suspensão da exigibilidade do crédito tributário pelo depósito do seu montante integral reveste-se de condição de direito assegurado ao sujeito passivo, sendo ineficazes os dispositivos da legislação ordinária que pretendam anulá-la. Porque configura um direito que se opõe à vontade da Fazenda Pública, – que se pressupõe pretenda o seu pagamento e não o depósito – é ele livremente exercitável, independentemente da concordância daquela, ou de medida judicial requerida especialmente para tal fim. Além disso, é direito exercitável até mesmo naqueles casos em que o tributo é pago pelo substituto tributário, o qual poderá ser judicialmente autorizado ou compelido, se necessário, a efetuar o depósito. Embora configure um direito livremente exercitável pelo sujeito passivo, uma vez exercido, o depósito produz efeitos que interferem no direito de ambas as partes: ao sujeito passivo fica assegurado o direito de discutir o crédito tributário, cuja exigibilidade fica suspensa, sem sofrer os atos executórios e, à Fazenda Pública, o direito de converter em renda o valor depositado, caso revele-se improcedente a pretensão daquele. Os direitos assim emergentes não podem ser prejudicados pela decisão unilateral de uma das partes, valendo dizer que o depósito ficará vinculado ao resultado da discussão que envolve o crédito tributário e, só depois de definitivamente decidida a questão é que se tornará disponível, quer para restituição ao sujeito passivo, se vencedor na lide, quer para conversão em renda da Fazenda Pública, se improcedente a demanda." (Código Tributário Nacional Comentado. 4ª edição. editora RT – 2008. Pág 690/691) – Destacamos. A propósito, não é outro o entendimento do Colendo Superior Tribunal de Justiça, in verbis: "TRIBUTÁRIO E PROCESSO JUDICIAL TRIBUTÁRIO. DEPÓSITO JUDICIAL. ARTIGO 151, II, DO CTN. SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO. CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO PELO DEPÓSITO. LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO. DESNECESSIDADE. DECADÊNCIA. INOCORRÊNCIA. 1. O depósito efetuado por ocasião do questionamento judicial de tributo sujeito a lançamento por homologação suspende a exigibilidade do mesmo, enquanto perdurar a contenda, ex vi do disposto no artigo 151, II, do CTN, e, por força do seu desígnio, implica lançamento tácito no montante exato do quantum depositado, conjurando eventual alegação de decadência do direito de constituir o crédito tributário". (AgRg nos EDcl no REsp 961049/SP, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 23/11/2010, DJe 03/12/2010) – Destacamos. Ademais, não há que se olvidar que, por se tratar o lançamento de uma atividade vinculada, uma vez não subsistindo discricionariedade praticada por parte de agente fiscalizador, resta evidente a ausência de prejuízo à Requerente, cuja consequência é o imediato recolhimento da multa questionada, sob pena do mesmo ser inscrito em dívida ativa, além da sujeição às obrigações acessórias e medidas restritivas previstas no nosso ordenamento jurídico vigente. Por derradeiro, não se verifica a possibilidade de irreversibilidade do provimento, haja vista que, uma vez declarada legal a cobrança na forma apontada, a medida é totalmente reversível, podendo o Fisco ser ressarcido dos valores que o contribuinte deixou de recolher, já que a garantia convola-se em conversão de depósito em renda, extinguindo-se desta feita a obrigação tributária, como prevê o art. 156, VI, do CTN. ISTO POSTO, consoante a fundamentação supra, DEFIRO A TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA vindicada para o fim determinar a suspensão da exigibilidade da multa administrativa imposta à Requerente, objeto do Processo Administrativo FA nº 51.001.001.15-0028477, até ulterior decisão de mérito a ser proferida na presente demanda. Verifique-se acerca da abertura de conta nestes autos e sua correspondente vinculação à conta única. Em seguida, lavre-se o termo de depósito. Cite-se o Requerido Estado de Mato Grosso, para, querendo, apresentar a sua defesa, no prazo constante do artigo 335 c/c 183 do CPC/2015. Com a defesa, vistas à Requerente para impugnar no prazo legal. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo-se o necessário. Cuiabá/MT, 13 de dezembro de 2019. ROBERTO TEIXEIRA SEROR JUIZ DE DIREITO

Sentença

Sentença Classe: CNJ-37 CAUTELAR INOMINADA
Processo Número: 1058037-33.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
W.A. EQUIPAMENTOS E SERVICOS LTDA - EPP (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Estado de Mato Grosso (REQUERIDO)
Magistrado(s):
ROBERTO TEIXEIRA SEROR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA ESP. DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ PROCEDIMENTO COMUM (PJE 02) PROCESSO Nº 1058037-33.2019.8.11.0041 SENTENÇA Vistos, etc. Cuida-se de Tutela Provisória de Urgência de Natureza Cautelar proposta por W.A. EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS LTDA ("COPYTEC") em face do ESTADO DE MATO GROSSO, ambos devidamente qualificados, objetivando a concessão da tutela provisória de natureza cautelar para que seja determinada a suspensão ou, caso realizada, o cancelamento da abertura das propostas e a Sessão Pública do Pregão Eletrônico, a qual ocorrerá às 09h00 do dia 06.12.2019. A parte Autora aviou petição aos autos requerendo a homologação do pedido de desistência (ID nº 27051590). Em síntese, é o que merece registro. Verifica-se nos autos que a parte Autora manifestou nos autos requerendo a desistência da presente demanda. Desta feita, considerando que o acolhimento do pedido não trará qualquer prejuízo às partes, HOMOLOGO, por sentença, o pedido de desistência formulado pela parte Autora, para que surta seus jurídicos efeitos, e, via de consequência, JULGO EXTINTO O PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com fundamento no art. 485, VIII do CPC/2015. Publique-se e Intime-se. Isento de custas. Sem interesse recursal. Cumprido o determinado acima, certifique-se o trânsito e arquive-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 11 de dezembro de 2019. ROBERTO TEIXEIRA SEROR JUIZ DE DIREITO

Sentença Classe: CNJ-105 MANDADO DE SEGURANÇA
Processo Número: 1059012-55.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CARLOS ALBERTO PEREIRA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOAO CARLOS RODRIGUES FILHO OAB - MT14225-O (ADVOGADO(A))
WANESSA ZAGNER GONCALVES OAB - MT23292/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Ilmo. Sr. Secretário Adjunto da Receita Pública da Secretaria de Estado de Fazenda (IMPETRADO)
Superintendente de Controle e Monitoramento da Secretaria de Estado de Fazenda de Mato Grosso (IMPETRADO)
Magistrado(s):
ROBERTO TEIXEIRA SEROR

MANDADO DE SEGURANÇA PROCESSO Nº 1059012-55.2019.8.11.0041 (PJE 3). SENTENÇA. Vistos, etc. Verifica-se que a impetrante pleiteou a desistência da demanda. Desta feita, HOMOLOGO, por sentença, o pedido de desistência, para que surta seus jurídicos efeitos, e, via de consequência, julgo EXTINTO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO o presente feito com fulcro no art. 485, VIII do Novo Código de Processo Civil. Processo isento de custas e honorários advocatícios, conforme dispõem as Súmulas 512 do STF e 105 do STJ, bem como o artigo 10, inciso XXII, da Constituição do Estado de Mato Grosso. Sem interesse recursal. Cumprido o determinado acima, certifique-se o trânsito e arquive-se. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá, 11 de dezembro de 2019. ROBERTO TEIXEIRA SEROR JUIZ DE DIREITO

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1059433-45.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ARIANY SILVA DE CASTRO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
THAYANNY DOS SANTOS SANTIAGO OAB - MT25259/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RÉU)
Cuiaba Prefeitura Municipal (RÉU)

Magistrado(s):
ROBERTO TEIXEIRA SEROR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA ESP. DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ PROCEDIMENTO COMUM (PJE 02) PROCESSO Nº 1059433-45.2019.8.11.0041 SENTENÇA Vistos, etc. Cuida-se de Ação de Obrigação de Fazer proposta por ARIANY SILVA DE CASTRO em face do MUNICÍPIO DE CUIABÁ e do ESTADO DE MATO GROSSO, todos devidamente qualificados, objetivando a concessão da tutela provisória de urgência para que os Requeridos forneçam o medicamento "Enoxoparina 40 mg (Clexane ou Versa 40 mg)". A parte Autora aviou petição aos autos requerendo a homologação do pedido de desistência (ID nº 27335768). Em síntese, é o que merece registro. Verifica-se nos autos que a parte Autora manifestou nos autos requerendo a desistência da presente demanda. Desta feita, considerando que o acolhimento do pedido não trará qualquer prejuízo às partes, HOMOLOGO, por sentença, o pedido de desistência formulado pela parte Autora, para que surta seus jurídicos efeitos, e, via de consequência, JULGO EXTINTO O PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com fundamento no art. 485, VIII do CPC/2015. Publique-se e Intime-se. Isento de custas. Sem interesse recursal. Cumprido o determinado acima, certifique-se o trânsito e arquive-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 12 de dezembro de 2019. ROBERTO TEIXEIRA SEROR JUIZ DE DIREITO

Vara Especializada de Execução Fiscal

Intimação

Despacho Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1056725-22.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JURCINEIDE SOBRINHO PETRENKO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1056725-22.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 29/11/2019 13:56:18 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADa: JURCINEIDE SOBRINHO PETRENKO CPF Nº 171.912.701-87 - CONTRIBUINTE .. CDA's Nºs 2016 / 1300423; 2018 / 1683738 e 2019 / 1841816. INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº .. VALOR DA CAUSA: R$ 8.051,79- DESPACHO 11010 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE... Trata-se de EXECUÇÃO FISCAL promovida pelo MUNICÍPIO DE CUIABÁ via PJe, em relação à Parte Executada acima identificada, tendo como objeto o recebimento de créditos representados pelas CDA's indicadas na inicial. Considerando que as CDA's citadas na exordial não foram anexadas neste PJe quando de sua distribuição, contrariando assim o disposto no § 4º do Art. 6º da Lei nº 6.830/1980 - LEF, com fundamento nos Arts. 321 c/c 183, do CPC/2015, DETERMINO QUE SE PROCEDA A EMENDA À INICIAL, procedendo-se à juntada/anexação das necessárias CDA's executadas, no prazo de TRINTA DIAS, sob pena de indeferimento da petição inicial, nos termos do Art. 312, Parag. Único do CPC/2015, com a consequente extinção desta Execução Fiscal sem resolução do mérito, com fundamento no Art. 485, inc. I do CPC/2015. Decorrido o prazo acima para emenda à inicial, com ou sem manifestação da Procuradoria Fiscal Municipal Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade e voltem os autos À CONCLUSÃO. INTIME (PJe) imediatamente a Fazenda Pública Municipal Exequente desta decisão, através do Procurador Fiscal que subscreveu a inicial, nos termos dos Arts. 269, § 3º; 270, § único; e 246, § 1º do CPC/2015. PUBLIQUE, para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, 12 de dezembro de 2019. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF Lei nº 6.830/1980 - LEF Art. 6º - A petição inicial indicará apenas: (...) § 1º - A petição inicial será instruída com a Certidão da Dívida Ativa, que dela fará parte integrante, como se estivesse transcrita. - CÓDIGO PROCESSO CIVIL 2015: Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando: I - indeferir a petição inicial; (...) FIM

Despacho Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0052688-76.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
FARIMAT IND E COM LTDA. (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 0052688-76.2013.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 22/11/2013 00:00:00 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: FARIMAT IND E COM LTDA. CNPJ/CPF Nº CDA's Nºs 09/334743, 10/454847, 11/611966, 12/755271, 13/889002 VALOR DA CAUSA: R$ 7.251,71 DESPACHO 11010 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE... Trata-se AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL promovida pelo MUNICÍPIO DE CUIABÁ, em suporte de papel, tendo como objeto o pagamento do(s) crédito(s) inscrito(s) na(s) CDA('s) descrita(s) na exordial, em relação à Parte Executada em epígrafe, que foi DIGITALIZADA e incorporada ao Sistema PJe TJMT, na qual NÃO FOI PROFERIDA SENTENÇA DE EXTINÇÃO, razão pela qual DETERMINO ao Sr. Gestor que, em DEZ DIAS: a) CERTIFIQUE sobre a realização da CITAÇÃO VÁLIDA da Parte Executada, indicando ID e fls., número do AR, data do recebimento da Carta Citação no endereço informado pelo Município Exequente, ou sobre a não devolução do AR, indicando a data da expedição da Carta Citação, com número do ID e fls. respectivo, conforme for o caso; bem como, b) CERTIFIQUE sobre CIÊNCIA da Procuradoria Fiscal Municipal Exequente sobre a eventual INEXISTENCIA DA CITAÇÃO, indicando como foi efetuada a intimação pessoal da Advocacia Pública Municipal (carga com ciência nos autos ou carga/descarga registrada no Sistema Apolo sem ciência nos autos físicos). A seguir, voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão. PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 CPC/2015. CUMPRA sucessivamente. Data registrada no Sistema. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa -CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 8º Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência. Art. 200. Os atos das partes consistentes em declarações unilaterais ou bilaterais de vontade produzem imediatamente a constituição, modificação ou extinção de direitos processuais. Parágrafo único. A desistência da ação só produzirá efeitos após homologação judicial. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art.

270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1º do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. FIM

Despacho Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0054785-15.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CEZAR FABIANO MARTINS DE CAMPOS OAB - MT13339-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
RAFAEL DE ANDRADE ROCHA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 0054785-15.2014.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 24/11/2014 00:00:00 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: RAFAEL DE ANDRADE ROCHA CNPJ/CPF Nº 029.015.561-40 CDA's Nºs 428172,557244,1046663 VALOR DA CAUSA: R$ 2.168,64 DESPACHO 11010 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE... Trata-se AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL promovida pelo MUNICÍPIO DE CUIABÁ, em suporte de papel, tendo como objeto o pagamento do(s) crédito(s) inscrito(s) na(s) CDA('s) descrita(s) na exordial, em relação à Parte Executada em epígrafe, que foi DIGITALIZADA e incorporada ao Sistema PJe TJMT, na qual NÃO FOI PROFERIDA SENTENÇA DE EXTINÇÃO, razão pela qual DETERMINO ao Sr. Gestor que, em DEZ DIAS: a) CERTIFIQUE sobre a realização da CITAÇÃO VÁLIDA da Parte Executada, indicando ID e fls., número do AR, data do recebimento da Carta Citação no endereço informado pelo Município Exequente, ou sobre a não devolução do AR, indicando a data da expedição da Carta Citação, com número do ID e fls. respectivo, conforme for o caso; bem como, b) CERTIFIQUE sobre CIÊNCIA da Procuradoria Fiscal Municipal Exequente sobre a eventual INEXISTENCIA DA CITAÇÃO, indicando como foi efetuada a intimação pessoal da Advocacia Pública Municipal (carga com ciência nos autos ou carga/descarga registrada no Sistema Apolo sem ciência nos autos físicos). A seguir, voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão. PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 CPC/2015. CUMPRA sucessivamente. Data registrada no Sistema. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa -CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 8º Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência. Art. 200. Os atos das partes consistentes em declarações unilaterais ou bilaterais de vontade produzem imediatamente a constituição, modificação ou extinção de direitos processuais. Parágrafo único. A desistência da ação só produzirá efeitos após homologação judicial. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1º do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. FIM

Despacho Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0046653-03.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JOSE MARINHO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 0046653-03.2013.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 25/10/2013 00:00:00 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: JOSE MARINHO CNPJ/CPF Nº CDA's Nºs 0 VALOR DA CAUSA: R$ 12.983,14 DESPACHO 11010 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE... Trata-se AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL promovida pelo MUNICÍPIO DE CUIABÁ, em suporte de papel, tendo como objeto o pagamento do(s) crédito(s) inscrito(s) na(s) CDA('s) descrita(s) na exordial, em relação à Parte Executada em epígrafe, que foi DIGITALIZADA e incorporada ao Sistema PJe TJMT, na qual NÃO FOI PROFERIDA SENTENÇA DE EXTINÇÃO, razão pela qual DETERMINO ao Sr. Gestor que, em DEZ DIAS: a) CERTIFIQUE sobre a realização da CITAÇÃO VÁLIDA da Parte Executada, indicando ID e fls., número do AR, data do recebimento da Carta Citação no endereço informado pelo Município Exequente, ou sobre a não devolução do AR, indicando a data da expedição da Carta Citação, com número do ID e fls. respectivo, conforme for o caso; bem como, b) CERTIFIQUE sobre CIÊNCIA da Procuradoria Fiscal Municipal Exequente sobre a eventual INEXISTENCIA DA CITAÇÃO, indicando como foi efetuada a intimação pessoal da Advocacia Pública Municipal (carga com ciência nos autos ou carga/descarga registrada no Sistema Apolo sem ciência nos autos físicos). A seguir, voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão. PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 CPC/2015. CUMPRA sucessivamente. Data registrada no Sistema. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa -CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 8º Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência. Art. 200. Os atos das partes consistentes em declarações unilaterais ou bilaterais de vontade produzem imediatamente a constituição, modificação ou extinção de direitos processuais. Parágrafo único. A desistência da ação só produzirá efeitos após homologação judicial. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1º do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. FIM

Despacho Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0018799-97.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CEZAR FABIANO MARTINS DE CAMPOS OAB - MT13339-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARIA CASTELINA ALENCAR (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 0018799-97.2014.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 24/04/2014 00:00:00 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: MARIA CASTELINA ALENCAR CNPJ/CPF Nº

140.760.633-68 CDA's Nºs 450510,602984,795287,856402 VALOR DA CAUSA: R$ 3.477,39 DESPACHO 11010 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE... Trata-se AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL promovida pelo MUNICÍPIO DE CUIABÁ, em suporte de papel, tendo como objeto o pagamento do(s) crédito(s) inscrito(s) na(s) CDA('s) descrita(s) na exordial, em relação à Parte Executada em epígrafe, que foi DIGITALIZADA e incorporada ao Sistema PJe TJMT, na qual NÃO FOI PROFERIDA SENTENÇA DE EXTINÇÃO, razão pela qual DETERMINO ao Sr. Gestor que, em DEZ DIAS: a) CERTIFIQUE sobre a realização da CITAÇÃO VÁLIDA da Parte Executada, indicando ID e fls., número do AR, data do recebimento da Carta Citação no endereço informado pelo Município Exequente, ou sobre a não devolução do AR, indicando a data da expedição da Carta Citação, com número do ID e fls. respectivo, conforme for o caso; bem como, b) CERTIFIQUE sobre CIÊNCIA da Procuradoria Fiscal Municipal Exequente sobre a eventual INEXISTENCIA DA CITAÇÃO, indicando como foi efetuada a intimação pessoal da Advocacia Pública Municipal (carga com ciência nos autos ou carga/descarga registrada no Sistema Apolo sem ciência nos autos físicos). A seguir, voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão. PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 CPC/2015. CUMPRA sucessivamente. Data registrada no Sistema. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa -CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 8º Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência. Art. 200. Os atos das partes consistentes em declarações unilaterais ou bilaterais de vontade produzem imediatamente a constituição, modificação ou extinção de direitos processuais. Parágrafo único. A desistência da ação só produzirá efeitos após homologação judicial. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1º do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. FIM

Despacho Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0052972-50.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CEZAR FABIANO MARTINS DE CAMPOS OAB - MT13339-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JOELY ALVES DE ARRUDA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 0052972-50.2014.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 10/11/2014 00:00:00 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: JOELY ALVES DE ARRUDA CNPJ/CPF Nº 105.959.881-72 CDA's Nºs 413090,555802,727330,894194,997743 VALOR DA CAUSA: R$ 2.805,39 DESPACHO 11010 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE... Trata-se AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL promovida pelo MUNICÍPIO DE CUIABÁ, em suporte de papel, tendo como objeto o pagamento do(s) crédito(s) inscrito(s) na(s) CDA('s) descrita(s) na exordial, em relação à Parte Executada em epígrafe, que foi DIGITALIZADA e incorporada ao Sistema PJe TJMT, na qual NÃO FOI PROFERIDA SENTENÇA DE EXTINÇÃO, razão pela qual DETERMINO ao Sr. Gestor que, em DEZ DIAS: a) CERTIFIQUE sobre a realização da CITAÇÃO VÁLIDA da Parte Executada, indicando ID e fls., número do AR, data do recebimento da Carta Citação no endereço informado pelo Município Exequente, ou sobre a não devolução do AR, indicando a data da expedição da Carta Citação, com número do ID e fls. respectivo, conforme for o caso; bem como, b) CERTIFIQUE sobre CIÊNCIA da Procuradoria Fiscal Municipal Exequente sobre a eventual INEXISTENCIA DA CITAÇÃO, indicando como foi efetuada a intimação pessoal da Advocacia Pública Municipal (carga com ciência nos autos ou carga/descarga registrada no Sistema Apolo sem ciência nos autos físicos). A seguir, voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão. PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 CPC/2015. CUMPRA sucessivamente. Data registrada no Sistema. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa -CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 8º Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência. Art. 200. Os atos das partes consistentes em declarações unilaterais ou bilaterais de vontade produzem imediatamente a constituição, modificação ou extinção de direitos processuais. Parágrafo único. A desistência da ação só produzirá efeitos após homologação judicial. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1º do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. FIM

Despacho Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0059519-43.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CEZAR FABIANO MARTINS DE CAMPOS OAB - MT13339-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JOSE VALDIR JORGE (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 0059519-43.2013.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 19/12/2013 00:00:00 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: JOSE VALDIR JORGE CNPJ/CPF Nº 137.796.211-34 CDA's Nºs 263664,410169,546922,780673,849657 VALOR DA CAUSA: R$ 4.642,63 DESPACHO 11010 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE... Trata-se AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL promovida pelo MUNICÍPIO DE CUIABÁ, em suporte de papel, tendo como objeto o pagamento do(s) crédito(s) inscrito(s) na(s) CDA('s) descrita(s) na exordial, em relação à Parte Executada em epígrafe, que foi DIGITALIZADA e incorporada ao Sistema PJe TJMT, na qual NÃO FOI PROFERIDA SENTENÇA DE EXTINÇÃO, razão pela qual DETERMINO ao Sr. Gestor que, em DEZ DIAS: a) CERTIFIQUE sobre a realização da CITAÇÃO VÁLIDA da Parte Executada, indicando ID e fls., número do AR, data do recebimento da Carta Citação no endereço informado pelo Município Exequente, ou sobre a não devolução do AR, indicando a data da expedição da Carta Citação, com número do ID e fls. respectivo, conforme for o caso; bem como, b) CERTIFIQUE sobre CIÊNCIA da Procuradoria Fiscal Municipal Exequente sobre a eventual INEXISTENCIA DA CITAÇÃO, indicando como foi efetuada a intimação pessoal da Advocacia Pública Municipal (carga com ciência nos autos ou carga/descarga registrada no Sistema Apolo sem ciência nos autos físicos). A seguir, voltem estes autos eletrônicos À

CONCLUSÃO para decisão. PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 CPC/2015. CUMPRA sucessivamente. Data registrada no Sistema. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa -CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 8º Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência. Art. 200. Os atos das partes consistentes em declarações unilaterais ou bilaterais de vontade produzem imediatamente a constituição, modificação ou extinção de direitos processuais. Parágrafo único. A desistência da ação só produzirá efeitos após homologação judicial. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1º do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. FIM

Despacho Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0044348-46.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
INCORPORADORA E CONSTRUTORA CENTAURUS LTDA - ME (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 0044348-46.2013.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 15/10/2013 00:00:00 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: INCORPORADORA E CONSTRUTORA CENTAURUS LTDA - ME CNPJ/CPF Nº 14.983.621/0001-47 CDA's Nºs 0 VALOR DA CAUSA: R$ 766.585,60 DESPACHO 11010 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE... Trata-se AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL promovida pelo MUNICÍPIO DE CUIABÁ, em suporte de papel, tendo como objeto o pagamento do(s) crédito(s) inscrito(s) na(s) CDA(‘s) descrita(s) na exordial, em relação à Parte Executada em epígrafe, que foi DIGITALIZADA e incorporada ao Sistema PJe TJMT, na qual NÃO FOI PROFERIDA SENTENÇA DE EXTINÇÃO, razão pela qual DETERMINO ao Sr. Gestor que, em DEZ DIAS: a) CERTIFIQUE sobre a realização da CITAÇÃO VÁLIDA da Parte Executada, indicando ID e fls., número do AR, data do recebimento da Carta Citação no endereço informado pelo Município Exequente, ou sobre a não devolução do AR, indicando a data da expedição da Carta Citação, com número do ID e fls. respectivo, conforme for o caso; bem como, b) CERTIFIQUE sobre CIÊNCIA da Procuradoria Fiscal Municipal Exequente sobre a eventual INEXISTENCIA DA CITAÇÃO, indicando como foi efetuada a intimação pessoal da Advocacia Pública Municipal (carga com ciência nos autos ou carga/descarga registrada no Sistema Apolo sem ciência nos autos físicos). A seguir, voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão. PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 CPC/2015. CUMPRA sucessivamente. Data registrada no Sistema. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa -CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 8º Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência. Art. 200. Os atos das partes consistentes em declarações unilaterais ou bilaterais de vontade produzem imediatamente a constituição, modificação ou extinção de direitos processuais. Parágrafo único. A desistência da ação só produzirá efeitos após homologação judicial. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1º do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. FIM

Despacho Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0047415-82.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CEZAR FABIANO MARTINS DE CAMPOS OAB - MT13339-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JOSE FRANCISCO FERREIRA FILHO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 0047415-82.2014.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 07/10/2014 00:00:00 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: JOSE FRANCISCO FERREIRA FILHO CNPJ/CPF Nº 353.637.891-91 CDA's Nºs 479580 VALOR DA CAUSA: R$ 2.776,78 DESPACHO 11010 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE... Trata-se AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL promovida pelo MUNICÍPIO DE CUIABÁ, em suporte de papel, tendo como objeto o pagamento do(s) crédito(s) inscrito(s) na(s) CDA(‘s) descrita(s) na exordial, em relação à Parte Executada em epígrafe, que foi DIGITALIZADA e incorporada ao Sistema PJe TJMT, na qual NÃO FOI PROFERIDA SENTENÇA DE EXTINÇÃO, razão pela qual DETERMINO ao Sr. Gestor que, em DEZ DIAS: a) CERTIFIQUE sobre a realização da CITAÇÃO VÁLIDA da Parte Executada, indicando ID e fls., número do AR, data do recebimento da Carta Citação no endereço informado pelo Município Exequente, ou sobre a não devolução do AR, indicando a data da expedição da Carta Citação, com número do ID e fls. respectivo, conforme for o caso; bem como, b) CERTIFIQUE sobre CIÊNCIA da Procuradoria Fiscal Municipal Exequente sobre a eventual INEXISTENCIA DA CITAÇÃO, indicando como foi efetuada a intimação pessoal da Advocacia Pública Municipal (carga com ciência nos autos ou carga/descarga registrada no Sistema Apolo sem ciência nos autos físicos). A seguir, voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão. PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 CPC/2015. CUMPRA sucessivamente. Data registrada no Sistema. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa -CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 8º Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência. Art. 200. Os atos das partes consistentes em declarações unilaterais ou bilaterais de vontade produzem imediatamente a constituição, modificação ou extinção de direitos processuais. Parágrafo único. A desistência da ação só produzirá efeitos após homologação judicial. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos

Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1º do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. FIM

Despacho Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0050153-77.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
FLORAIS DO VALLE INCORPORACOES LTDA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 0050153-77.2013.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 11/11/2013 00:00:00 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: FLORAIS DO VALLE INCORPORACOES LTDA CNPJ/CPF Nº 11.644.920/0001-69 CDA's Nºs 875706/13 VALOR DA CAUSA: R$ 2.017,59 DESPACHO 11010 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE... Trata-se AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL promovida pelo MUNICÍPIO DE CUIABÁ, em suporte de papel, tendo como objeto o pagamento do(s) crédito(s) inscrito(s) na(s) CDA('s) descrita(s) na exordial, em relação à Parte Executada em epígrafe, que foi DIGITALIZADA e incorporada ao Sistema PJe TJMT, na qual NÃO FOI PROFERIDA SENTENÇA DE EXTINÇÃO, razão pela qual DETERMINO ao Sr. Gestor que, em DEZ DIAS: a) CERTIFIQUE sobre a realização da CITAÇÃO VÁLIDA da Parte Executada, indicando ID e fls., número do AR, data do recebimento da Carta Citação no endereço informado pelo Município Exequente, ou sobre a não devolução do AR, indicando a data da expedição da Carta Citação, com número do ID e fls. respectivo, conforme for o caso; bem como, b) CERTIFIQUE sobre CIÊNCIA da Procuradoria Fiscal Municipal Exequente sobre a eventual INEXISTENCIA DA CITAÇÃO, indicando como foi efetuada a intimação pessoal da Advocacia Pública Municipal (carga com ciência nos autos ou carga/descarga registrada no Sistema Apolo sem ciência nos autos físicos). A seguir, voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão. PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 CPC/2015. CUMPRA sucessivamente. Data registrada no Sistema. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa -CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 8º Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência. Art. 200. Os atos das partes consistentes em declarações unilaterais ou bilaterais de vontade produzem imediatamente a constituição, modificação ou extinção de direitos processuais. Parágrafo único. A desistência da ação só produzirá efeitos após homologação judicial. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1º do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. FIM

Despacho Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0044067-90.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
INCORPORADORA E CONSTRUTORA CENTAURUS LTDA - ME (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 0044067-90.2013.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 14/10/2013 00:00:00 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: INCORPORADORA E CONSTRUTORA CENTAURUS LTDA - ME CNPJ/CPF Nº 14.983.621/0001-47 CDA's Nºs 345773/09, 470992/10, 621846/11, 796628/12, 899860/13 VALOR DA CAUSA: R$ 1.014,56 DESPACHO 11010 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE... Trata-se AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL promovida pelo MUNICÍPIO DE CUIABÁ, em suporte de papel, tendo como objeto o pagamento do(s) crédito(s) inscrito(s) na(s) CDA('s) descrita(s) na exordial, em relação à Parte Executada em epígrafe, que foi DIGITALIZADA e incorporada ao Sistema PJe TJMT, na qual NÃO FOI PROFERIDA SENTENÇA DE EXTINÇÃO, razão pela qual DETERMINO ao Sr. Gestor que, em DEZ DIAS: a) CERTIFIQUE sobre a realização da CITAÇÃO VÁLIDA da Parte Executada, indicando ID e fls., número do AR, data do recebimento da Carta Citação no endereço informado pelo Município Exequente, ou sobre a não devolução do AR, indicando a data da expedição da Carta Citação, com número do ID e fls. respectivo, conforme for o caso; bem como, b) CERTIFIQUE sobre CIÊNCIA da Procuradoria Fiscal Municipal Exequente sobre a eventual INEXISTENCIA DA CITAÇÃO, indicando como foi efetuada a intimação pessoal da Advocacia Pública Municipal (carga com ciência nos autos ou carga/descarga registrada no Sistema Apolo sem ciência nos autos físicos). A seguir, voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão. PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 CPC/2015. CUMPRA sucessivamente. Data registrada no Sistema. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa -CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 8º Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência. Art. 200. Os atos das partes consistentes em declarações unilaterais ou bilaterais de vontade produzem imediatamente a constituição, modificação ou extinção de direitos processuais. Parágrafo único. A desistência da ação só produzirá efeitos após homologação judicial. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1º do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. FIM

Despacho Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0045581-78.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CEZAR FABIANO MARTINS DE CAMPOS OAB - MT13339-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
WILSON LUIZ UBIALLI (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 0045581-78.2013.8.11.0041

DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 21/10/2013 00:00:00 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: WILSON LUIZ UBIALLI CNPJ/CPF Nº 104.570.899-20 CDA's Nºs 347173 VALOR DA CAUSA: R$ 95.464,19 DESPACHO 11010 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE... Trata-se AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL promovida pelo MUNICÍPIO DE CUIABÁ, em suporte de papel, tendo como objeto o pagamento do(s) crédito(s) inscrito(s) na(s) CDA('s) descrita(s) na exordial, em relação à Parte Executada em epígrafe, que foi DIGITALIZADA e incorporada ao Sistema PJe TJMT, na qual NÃO FOI PROFERIDA SENTENÇA DE EXTINÇÃO, razão pela qual DETERMINO ao Sr. Gestor que, em DEZ DIAS: a) CERTIFIQUE sobre a realização da CITAÇÃO VÁLIDA da Parte Executada, indicando ID e fls., número do AR, data do recebimento da Carta Citação no endereço informado pelo Município Exequente, ou sobre a não devolução do AR, indicando a data da expedição da Carta Citação, com número do ID e fls. respectivo, conforme for o caso; bem como, b) CERTIFIQUE sobre CIÊNCIA da Procuradoria Fiscal Municipal Exequente sobre a eventual INEXISTENCIA DA CITAÇÃO, indicando como foi efetuada a intimação pessoal da Advocacia Pública Municipal (carga com ciência nos autos ou carga/descarga registrada no Sistema Apolo sem ciência nos autos físicos). A seguir, voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão. PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 CPC/2015. CUMPRA sucessivamente. Data registrada no Sistema. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa -CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 8º Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência. Art. 200. Os atos das partes consistentes em declarações unilaterais ou bilaterais de vontade produzem imediatamente a constituição, modificação ou extinção de direitos processuais. Parágrafo único. A desistência da ação só produzirá efeitos após homologação judicial. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1º do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. FIM

Despacho Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0011928-51.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ROSEMARY MENDES DOS SANTOS MACHADO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 0011928-51.2014.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 13/03/2014 00:00:00 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: ROSEMARY MENDES DOS SANTOS MACHADO CNPJ/CPF Nº 346.694.851-72 CDA's Nºs 2010/0425798, 2011/0562155, 2012/0772463, 2013/0879494 VALOR DA CAUSA: R$ 3.594,86 DESPACHO 11010 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE... Trata-se AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL promovida pelo MUNICÍPIO DE CUIABÁ, em suporte de papel, tendo como objeto o pagamento do(s) crédito(s) inscrito(s) na(s) CDA('s) descrita(s) na exordial, em relação à Parte Executada em epígrafe, que foi DIGITALIZADA e incorporada ao Sistema PJe TJMT, na qual NÃO FOI PROFERIDA SENTENÇA DE EXTINÇÃO, razão pela qual DETERMINO ao Sr. Gestor que, em DEZ DIAS: a) CERTIFIQUE sobre a realização da CITAÇÃO VÁLIDA da Parte Executada, indicando ID e fls., número do AR, data do recebimento da Carta Citação no endereço informado pelo Município Exequente, ou sobre a não devolução do AR, indicando a data da expedição da Carta Citação, com número do ID e fls. respectivo, conforme for o caso; bem como, b) CERTIFIQUE sobre CIÊNCIA da Procuradoria Fiscal Municipal Exequente sobre a eventual INEXISTENCIA DA CITAÇÃO, indicando como foi efetuada a intimação pessoal da Advocacia Pública Municipal (carga com ciência nos autos ou carga/descarga registrada no Sistema Apolo sem ciência nos autos físicos). A seguir, voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão. PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 CPC/2015. CUMPRA sucessivamente. Data registrada no Sistema. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa -CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 8º Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência. Art. 200. Os atos das partes consistentes em declarações unilaterais ou bilaterais de vontade produzem imediatamente a constituição, modificação ou extinção de direitos processuais. Parágrafo único. A desistência da ação só produzirá efeitos após homologação judicial. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1º do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. FIM

Despacho Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0046108-30.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BCN S/A. (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
APARECIDA MAMEDES DE FARIA OAB - MT14992-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 0046108-30.2013.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 23/10/2013 00:00:00 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: BANCO BCN S/A. CNPJ/CPF Nº 60.898.723/0159-60 CDA's Nºs 337071,391898,515565 VALOR DA CAUSA: R$ 11.379,79 DESPACHO 11010 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE... Trata-se AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL promovida pelo MUNICÍPIO DE CUIABÁ, em suporte de papel, tendo como objeto o pagamento do(s) crédito(s) inscrito(s) na(s) CDA('s) descrita(s) na exordial, em relação à Parte Executada em epígrafe, que foi DIGITALIZADA e incorporada ao Sistema PJe TJMT, na qual NÃO FOI PROFERIDA SENTENÇA DE EXTINÇÃO, razão pela qual DETERMINO ao Sr. Gestor que, em DEZ DIAS: a) CERTIFIQUE sobre a realização da CITAÇÃO VÁLIDA da Parte Executada, indicando ID e fls., número do AR, data do recebimento da Carta Citação no endereço informado pelo Município Exequente, ou sobre a não devolução do AR, indicando a data da expedição da Carta Citação, com número do ID e fls. respectivo, conforme for o caso; bem como, b) CERTIFIQUE sobre CIÊNCIA da Procuradoria Fiscal Municipal Exequente sobre a eventual INEXISTENCIA DA CITAÇÃO, indicando como foi efetuada a intimação pessoal da Advocacia Pública Municipal (carga com ciência nos autos ou carga/descarga registrada no Sistema Apolo sem ciência nos autos físicos). A seguir, voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão. PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 CPC/2015. CUMPRA sucessivamente. Data registrada no Sistema. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa -CÓDIGO DE PROCESSO

CIVIL 2015: Art. 8º Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência. Art. 200. Os atos das partes consistentes em declarações unilaterais ou bilaterais de vontade produzem imediatamente a constituição, modificação ou extinção de direitos processuais. Parágrafo único. A desistência da ação só produzirá efeitos após homologação judicial. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1º do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. FIM

Despacho Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0049783-98.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
DEOLINDA MARIA DE MOURAES (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 0049783-98.2013.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 08/11/2013 00:00:00 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: DEOLINDA MARIA DE MOURAES CNPJ/CPF Nº CDA's Nºs 0 VALOR DA CAUSA: R$ 14.956,04 DESPACHO 11010 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE... Trata-se AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL promovida pelo MUNICÍPIO DE CUIABÁ, em suporte de papel, tendo como objeto o pagamento do(s) crédito(s) inscrito(s) na(s) CDA(‘s) descrita(s) na exordial, em relação à Parte Executada em epígrafe, que foi DIGITALIZADA e incorporada ao Sistema PJe TJMT, na qual NÃO FOI PROFERIDA SENTENÇA DE EXTINÇÃO, razão pela qual DETERMINO ao Sr. Gestor que, em DEZ DIAS: a) CERTIFIQUE sobre a realização da CITAÇÃO VÁLIDA da Parte Executada, indicando ID e fls., número do AR, data do recebimento da Carta Citação no endereço informado pelo Município Exequente, ou sobre a não devolução do AR, indicando a data da expedição da Carta Citação, com número do ID e fls. respectivo, conforme for o caso; bem como, b) CERTIFIQUE sobre CIÊNCIA da Procuradoria Fiscal Municipal Exequente sobre a eventual INEXISTENCIA DA CITAÇÃO, indicando como foi efetuada a intimação pessoal da Advocacia Pública Municipal (carga com ciência nos autos ou carga/descarga registrada no Sistema Apolo sem ciência nos autos físicos). A seguir, voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão. PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 CPC/2015. CUMPRA sucessivamente. Data registrada no Sistema. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa -CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 8º Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência. Art. 200. Os atos das partes consistentes em declarações unilaterais ou bilaterais de vontade produzem imediatamente a constituição, modificação ou extinção de direitos processuais. Parágrafo único. A desistência da ação só produzirá efeitos após homologação judicial. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1º do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. FIM

Despacho Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0058181-97.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
DAMASO MACHADO DE BRITO NETO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 0058181-97.2014.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 11/12/2014 00:00:00 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: DAMASO MACHADO DE BRITO NETO CNPJ/CPF Nº 240.010.666-53 CDA's Nºs 0 VALOR DA CAUSA: R$ 0,00 DESPACHO 11010 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE... Trata-se AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL promovida pelo MUNICÍPIO DE CUIABÁ, em suporte de papel, tendo como objeto o pagamento do(s) crédito(s) inscrito(s) na(s) CDA(‘s) descrita(s) na exordial, em relação à Parte Executada em epígrafe, que foi DIGITALIZADA e incorporada ao Sistema PJe TJMT, na qual NÃO FOI PROFERIDA SENTENÇA DE EXTINÇÃO, razão pela qual DETERMINO ao Sr. Gestor que, em DEZ DIAS: a) CERTIFIQUE sobre a realização da CITAÇÃO VÁLIDA da Parte Executada, indicando ID e fls., número do AR, data do recebimento da Carta Citação no endereço informado pelo Município Exequente, ou sobre a não devolução do AR, indicando a data da expedição da Carta Citação, com número do ID e fls. respectivo, conforme for o caso; bem como, b) CERTIFIQUE sobre CIÊNCIA da Procuradoria Fiscal Municipal Exequente sobre a eventual INEXISTENCIA DA CITAÇÃO, indicando como foi efetuada a intimação pessoal da Advocacia Pública Municipal (carga com ciência nos autos ou carga/descarga registrada no Sistema Apolo sem ciência nos autos físicos). A seguir, voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão. PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 CPC/2015. CUMPRA sucessivamente. Data registrada no Sistema. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa -CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 8º Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência. Art. 200. Os atos das partes consistentes em declarações unilaterais ou bilaterais de vontade produzem imediatamente a constituição, modificação ou extinção de direitos processuais. Parágrafo único. A desistência da ação só produzirá efeitos após homologação judicial. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1º do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. FIM

Despacho Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0049870-54.2013.8.11.0041

Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MAXBEL COSMETICOS LTDA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 0049870-54.2013.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 08/11/2013 00:00:00 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: MAXBEL COSMETICOS LTDA CNPJ/CPF Nº 51.587.061/0001-38 CDA's Nºs 0 VALOR DA CAUSA: R$ 9.868,05 DESPACHO 11010 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE... Trata-se AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL promovida pelo MUNICÍPIO DE CUIABÁ, em suporte de papel, tendo como objeto o pagamento do(s) crédito(s) inscrito(s) na(s) CDA(‘s) descrita(s) na exordial, em relação à Parte Executada em epígrafe, que foi DIGITALIZADA e incorporada ao Sistema PJe TJMT, na qual NÃO FOI PROFERIDA SENTENÇA DE EXTINÇÃO, razão pela qual DETERMINO ao Sr. Gestor que, em DEZ DIAS: a) CERTIFIQUE sobre a realização da CITAÇÃO VÁLIDA da Parte Executada, indicando ID e fls., número do AR, data do recebimento da Carta Citação no endereço informado pelo Município Exequente, ou sobre a não devolução do AR, indicando a data da expedição da Carta Citação, com número do ID e fls. respectivo, conforme for o caso; bem como, b) CERTIFIQUE sobre CIÊNCIA da Procuradoria Fiscal Municipal Exequente sobre a eventual INEXISTENCIA DA CITAÇÃO, indicando como foi efetuada a intimação pessoal da Advocacia Pública Municipal (carga com ciência nos autos ou carga/descarga registrada no Sistema Apolo sem ciência nos autos físicos). A seguir, voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão. PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 CPC/2015. CUMPRA sucessivamente. Data registrada no Sistema. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa -CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 8º Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência. Art. 200. Os atos das partes consistentes em declarações unilaterais ou bilaterais de vontade produzem imediatamente a constituição, modificação ou extinção de direitos processuais. Parágrafo único. A desistência da ação só produzirá efeitos após homologação judicial. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1º do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. FIM

Despacho Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0053251-36.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CEZAR FABIANO MARTINS DE CAMPOS OAB - MT13339-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
IRMAOS GATTAS LTDA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 0053251-36.2014.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 12/11/2014 00:00:00 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: IRMAOS GATTAS LTDA CNPJ/CPF Nº CDA's Nºs 455116 VALOR DA CAUSA: R$ 2.955,52 DESPACHO 11010 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE... Trata-se AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL promovida pelo MUNICÍPIO DE CUIABÁ, em suporte de papel, tendo como objeto o pagamento do(s) crédito(s) inscrito(s) na(s) CDA(‘s) descrita(s) na exordial, em relação à Parte Executada em epígrafe, que foi DIGITALIZADA e incorporada ao Sistema PJe TJMT, na qual NÃO FOI PROFERIDA SENTENÇA DE EXTINÇÃO, razão pela qual DETERMINO ao Sr. Gestor que, em DEZ DIAS: a) CERTIFIQUE sobre a realização da CITAÇÃO VÁLIDA da Parte Executada, indicando ID e fls., número do AR, data do recebimento da Carta Citação no endereço informado pelo Município Exequente, ou sobre a não devolução do AR, indicando a data da expedição da Carta Citação, com número do ID e fls. respectivo, conforme for o caso; bem como, b) CERTIFIQUE sobre CIÊNCIA da Procuradoria Fiscal Municipal Exequente sobre a eventual INEXISTENCIA DA CITAÇÃO, indicando como foi efetuada a intimação pessoal da Advocacia Pública Municipal (carga com ciência nos autos ou carga/descarga registrada no Sistema Apolo sem ciência nos autos físicos). A seguir, voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão. PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 CPC/2015. CUMPRA sucessivamente. Data registrada no Sistema. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa -CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 8º Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência. Art. 200. Os atos das partes consistentes em declarações unilaterais ou bilaterais de vontade produzem imediatamente a constituição, modificação ou extinção de direitos processuais. Parágrafo único. A desistência da ação só produzirá efeitos após homologação judicial. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1º do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. FIM

Despacho Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0035930-85.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CEZAR FABIANO MARTINS DE CAMPOS OAB - MT13339-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CELIO ARTUR VIEIRA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 0035930-85.2014.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 07/08/2014 00:00:00 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: CELIO ARTUR VIEIRA CNPJ/CPF Nº 234.512.031-20 CDA's Nºs 408614 VALOR DA CAUSA: R$ 3.565,09 DESPACHO 11010 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE... Trata-se AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL promovida pelo MUNICÍPIO DE CUIABÁ, em suporte de papel, tendo como objeto o pagamento do(s) crédito(s) inscrito(s) na(s) CDA(‘s) descrita(s) na exordial, em relação à Parte Executada em epígrafe, que foi DIGITALIZADA e incorporada ao Sistema PJe TJMT, na qual NÃO FOI PROFERIDA SENTENÇA DE EXTINÇÃO, razão pela qual DETERMINO ao Sr. Gestor que, em DEZ DIAS: a) CERTIFIQUE sobre a realização da CITAÇÃO

VÁLIDA da Parte Executada, indicando ID e fls., número do AR, data do recebimento da Carta Citação no endereço informado pelo Município Exequente, ou sobre a não devolução do AR, indicando a data da expedição da Carta Citação, com número do ID e fls. respectivo, conforme for o caso; bem como, b) CERTIFIQUE sobre CIÊNCIA da Procuradoria Fiscal Municipal Exequente sobre a eventual INEXISTENCIA DA CITAÇÃO, indicando como foi efetuada a intimação pessoal da Advocacia Pública Municipal (carga com ciência nos autos ou carga/descarga registrada no Sistema Apolo sem ciência nos autos físicos). A seguir, voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão. PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 CPC/2015. CUMPRA sucessivamente. Data registrada no Sistema. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa -CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 8º Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência. Art. 200. Os atos das partes consistentes em declarações unilaterais ou bilaterais de vontade produzem imediatamente a constituição, modificação ou extinção de direitos processuais. Parágrafo único. A desistência da ação só produzirá efeitos após homologação judicial. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1º do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. FIM

Despacho Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0018769-62.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CEZAR FABIANO MARTINS DE CAMPOS OAB - MT13339-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ANTONIO FLORIANO KIMIECIK (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 0018769-62.2014.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 24/04/2014 00:00:00 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: ANTONIO FLORIANO KIMIECIK CNPJ/CPF Nº 085.684.300-82 CDA's Nºs 435369 VALOR DA CAUSA: R$ 1.988,26 DESPACHO 11010 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE... Trata-se AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL promovida pelo MUNICÍPIO DE CUIABÁ, em suporte de papel, tendo como objeto o pagamento do(s) crédito(s) inscrito(s) na(s) CDA(‘s) descrita(s) na exordial, em relação à Parte Executada em epígrafe, que foi DIGITALIZADA e incorporada ao Sistema PJe TJMT, na qual NÃO FOI PROFERIDA SENTENÇA DE EXTINÇÃO, razão pela qual DETERMINO ao Sr. Gestor que, em DEZ DIAS: a) CERTIFIQUE sobre a realização da CITAÇÃO VÁLIDA da Parte Executada, indicando ID e fls., número do AR, data do recebimento da Carta Citação no endereço informado pelo Município Exequente, ou sobre a não devolução do AR, indicando a data da expedição da Carta Citação, com número do ID e fls. respectivo, conforme for o caso; bem como, b) CERTIFIQUE sobre CIÊNCIA da Procuradoria Fiscal Municipal Exequente sobre a eventual INEXISTENCIA DA CITAÇÃO, indicando como foi efetuada a intimação pessoal da Advocacia Pública Municipal (carga com ciência nos autos ou carga/descarga registrada no Sistema Apolo sem ciência nos autos físicos). A seguir, voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão. PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 CPC/2015. CUMPRA sucessivamente. Data registrada no Sistema. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa -CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 8º Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência. Art. 200. Os atos das partes consistentes em declarações unilaterais ou bilaterais de vontade produzem imediatamente a constituição, modificação ou extinção de direitos processuais. Parágrafo único. A desistência da ação só produzirá efeitos após homologação judicial. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1º do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. FIM

Despacho Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0052992-41.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CEZAR FABIANO MARTINS DE CAMPOS OAB - MT13339-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ADELINA PARDO AFONSO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 0052992-41.2014.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 10/11/2014 00:00:00 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: ADELINA PARDO AFONSO CNPJ/CPF Nº 537.839.721-91 CDA's Nºs 424477 VALOR DA CAUSA: R$ 3.744,34 DESPACHO 11010 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE... Trata-se AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL promovida pelo MUNICÍPIO DE CUIABÁ, em suporte de papel, tendo como objeto o pagamento do(s) crédito(s) inscrito(s) na(s) CDA(‘s) descrita(s) na exordial, em relação à Parte Executada em epígrafe, que foi DIGITALIZADA e incorporada ao Sistema PJe TJMT, na qual NÃO FOI PROFERIDA SENTENÇA DE EXTINÇÃO, razão pela qual DETERMINO ao Sr. Gestor que, em DEZ DIAS: a) CERTIFIQUE sobre a realização da CITAÇÃO VÁLIDA da Parte Executada, indicando ID e fls., número do AR, data do recebimento da Carta Citação no endereço informado pelo Município Exequente, ou sobre a não devolução do AR, indicando a data da expedição da Carta Citação, com número do ID e fls. respectivo, conforme for o caso; bem como, b) CERTIFIQUE sobre CIÊNCIA da Procuradoria Fiscal Municipal Exequente sobre a eventual INEXISTENCIA DA CITAÇÃO, indicando como foi efetuada a intimação pessoal da Advocacia Pública Municipal (carga com ciência nos autos ou carga/descarga registrada no Sistema Apolo sem ciência nos autos físicos). A seguir, voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão. PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 CPC/2015. CUMPRA sucessivamente. Data registrada no Sistema. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa -CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 8º Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência. Art. 200. Os atos das partes consistentes em declarações unilaterais ou bilaterais de vontade produzem imediatamente a constituição, modificação ou extinção de direitos processuais. Parágrafo único. A desistência da ação só

produzirá efeitos após homologação judicial. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1º do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. FIM

Despacho Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0035555-84.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CEZAR FABIANO MARTINS DE CAMPOS OAB - MT13339-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LAZARO BORGES DA SILVA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 0035555-84.2014.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 05/08/2014 00:00:00 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: LAZARO BORGES DA SILVA CNPJ/CPF Nº 083.088.701-63 CDA's Nºs 420233 VALOR DA CAUSA: R$ 4.207,12 DESPACHO 11010 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE... Trata-se AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL promovida pelo MUNICÍPIO DE CUIABÁ, em suporte de papel, tendo como objeto o pagamento do(s) crédito(s) inscrito(s) na(s) CDA('s) descrita(s) na exordial, em relação à Parte Executada em epígrafe, que foi DIGITALIZADA e incorporada ao Sistema PJe TJMT, na qual NÃO FOI PROFERIDA SENTENÇA DE EXTINÇÃO, razão pela qual DETERMINO ao Sr. Gestor que, em DEZ DIAS: a) CERTIFIQUE sobre a realização da CITAÇÃO VÁLIDA da Parte Executada, indicando ID e fls., número do AR, data do recebimento da Carta Citação no endereço informado pelo Município Exequente, ou sobre a não devolução do AR, indicando a data da expedição da Carta Citação, com número do ID e fls. respectivo, conforme for o caso; bem como, b) CERTIFIQUE sobre CIÊNCIA da Procuradoria Fiscal Municipal Exequente sobre a eventual INEXISTENCIA DA CITAÇÃO, indicando como foi efetuada a intimação pessoal da Advocacia Pública Municipal (carga com ciência nos autos ou carga/descarga registrada no Sistema Apolo sem ciência nos autos físicos). A seguir, voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão. PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 CPC/2015. CUMPRA sucessivamente. Data registrada no Sistema. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa -CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 8º Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência. Art. 200. Os atos das partes consistentes em declarações unilaterais ou bilaterais de vontade produzem imediatamente a constituição, modificação ou extinção de direitos processuais. Parágrafo único. A desistência da ação só produzirá efeitos após homologação judicial. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1º do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. FIM

Despacho Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0042704-34.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MARIA AUXILIADORA PRADO DORILEO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 0042704-34.2014.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 11/09/2014 00:00:00 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: MARIA AUXILIADORA PRADO DORILEO CNPJ/CPF Nº 002.161.941-72 CDA's Nºs 0 VALOR DA CAUSA: R$ 2.822,81 DESPACHO 11010 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE... Trata-se AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL promovida pelo MUNICÍPIO DE CUIABÁ, em suporte de papel, tendo como objeto o pagamento do(s) crédito(s) inscrito(s) na(s) CDA('s) descrita(s) na exordial, em relação à Parte Executada em epígrafe, que foi DIGITALIZADA e incorporada ao Sistema PJe TJMT, na qual NÃO FOI PROFERIDA SENTENÇA DE EXTINÇÃO, razão pela qual DETERMINO ao Sr. Gestor que, em DEZ DIAS: a) CERTIFIQUE sobre a realização da CITAÇÃO VÁLIDA da Parte Executada, indicando ID e fls., número do AR, data do recebimento da Carta Citação no endereço informado pelo Município Exequente, ou sobre a não devolução do AR, indicando a data da expedição da Carta Citação, com número do ID e fls. respectivo, conforme for o caso; bem como, b) CERTIFIQUE sobre CIÊNCIA da Procuradoria Fiscal Municipal Exequente sobre a eventual INEXISTENCIA DA CITAÇÃO, indicando como foi efetuada a intimação pessoal da Advocacia Pública Municipal (carga com ciência nos autos ou carga/descarga registrada no Sistema Apolo sem ciência nos autos físicos). A seguir, voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão. PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 CPC/2015. CUMPRA sucessivamente. Data registrada no Sistema. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa -CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 8º Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência. Art. 200. Os atos das partes consistentes em declarações unilaterais ou bilaterais de vontade produzem imediatamente a constituição, modificação ou extinção de direitos processuais. Parágrafo único. A desistência da ação só produzirá efeitos após homologação judicial. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1º do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. FIM

Despacho Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0008419-15.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
RAIMUNDO ROMAO DE ANDRADE (EXECUTADO)

Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 0008419-15.2014.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 21/02/2014 00:00:00 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: RAIMUNDO ROMAO DE ANDRADE CNPJ/CPF Nº 787.150.591-20 CDA's Nºs 450482/10, 602942/11, 800679/12, 924103/13 VALOR DA CAUSA: R$ 10.258,26 DESPACHO 11010 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE... Trata-se AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL promovida pelo MUNICÍPIO DE CUIABÁ, em suporte de papel, tendo como objeto o pagamento do(s) crédito(s) inscrito(s) na(s) CDA('s) descrita(s) na exordial, em relação à Parte Executada em epígrafe, que foi DIGITALIZADA e incorporada ao Sistema PJe TJMT, na qual NÃO FOI PROFERIDA SENTENÇA DE EXTINÇÃO, razão pela qual DETERMINO ao Sr. Gestor que, em DEZ DIAS: a) CERTIFIQUE sobre a realização da CITAÇÃO VÁLIDA da Parte Executada, indicando ID e fls., número do AR, data do recebimento da Carta Citação no endereço informado pelo Município Exequente, ou sobre a não devolução do AR, indicando a data da expedição da Carta Citação, com número do ID e fls. respectivo, conforme for o caso; bem como, b) CERTIFIQUE sobre CIÊNCIA da Procuradoria Fiscal Municipal Exequente sobre a eventual INEXISTENCIA DA CITAÇÃO, indicando como foi efetuada a intimação pessoal da Advocacia Pública Municipal (carga com ciência nos autos ou carga/descarga registrada no Sistema Apolo sem ciência nos autos físicos). A seguir, voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão. PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 CPC/2015. CUMPRA sucessivamente. Data registrada no Sistema. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa -CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 8º Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência. Art. 200. Os atos das partes consistentes em declarações unilaterais ou bilaterais de vontade produzem imediatamente a constituição, modificação ou extinção de direitos processuais. Parágrafo único. A desistência da ação só produzirá efeitos após homologação judicial. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1º do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. FIM

Despacho Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0017646-92.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
FERNANDO FRANCISCO XAVIER (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 0017646-92.2015.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 15/04/2015 00:00:00 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: FERNANDO FRANCISCO XAVIER CNPJ/CPF Nº 888.466.521-34 CDA's Nºs 11/0561791, 12/0755932, 13/0920570, 14/1078132 VALOR DA CAUSA: R$ 3.684,52 DESPACHO 11010 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE... Trata-se AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL promovida pelo MUNICÍPIO DE CUIABÁ, em suporte de papel, tendo como objeto o pagamento do(s) crédito(s) inscrito(s) na(s) CDA('s) descrita(s) na exordial, em relação à Parte Executada em epígrafe, que foi DIGITALIZADA e incorporada ao Sistema PJe TJMT, na qual NÃO FOI PROFERIDA SENTENÇA DE EXTINÇÃO, razão pela qual DETERMINO ao Sr. Gestor que, em DEZ DIAS: a) CERTIFIQUE sobre a realização da CITAÇÃO VÁLIDA da Parte Executada, indicando ID e fls., número do AR, data do recebimento da Carta Citação no endereço informado pelo Município Exequente, ou sobre a não devolução do AR, indicando a data da expedição da Carta Citação, com número do ID e fls. respectivo, conforme for o caso; bem como, b) CERTIFIQUE sobre CIÊNCIA da Procuradoria Fiscal Municipal Exequente sobre a eventual INEXISTENCIA DA CITAÇÃO, indicando como foi efetuada a intimação pessoal da Advocacia Pública Municipal (carga com ciência nos autos ou carga/descarga registrada no Sistema Apolo sem ciência nos autos físicos). A seguir, voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão. PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 CPC/2015. CUMPRA sucessivamente. Data registrada no Sistema. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa -CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 8º Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência. Art. 200. Os atos das partes consistentes em declarações unilaterais ou bilaterais de vontade produzem imediatamente a constituição, modificação ou extinção de direitos processuais. Parágrafo único. A desistência da ação só produzirá efeitos após homologação judicial. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1º do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. FIM

Despacho Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0042679-21.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
DOMINGOS MONTEIRO DA SILVA NETO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 0042679-21.2014.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 11/09/2014 00:00:00 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: DOMINGOS MONTEIRO DA SILVA NETO CNPJ/CPF Nº 006.729.981-49 CDA's Nºs 10/0407931, 11/0551427, 12/0793441, 13/0851276, 14/1050373 VALOR DA CAUSA: R$ 8.444,41 DESPACHO 11010 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE... Trata-se AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL promovida pelo MUNICÍPIO DE CUIABÁ, em suporte de papel, tendo como objeto o pagamento do(s) crédito(s) inscrito(s) na(s) CDA('s) descrita(s) na exordial, em relação à Parte Executada em epígrafe, que foi DIGITALIZADA e incorporada ao Sistema PJe TJMT, na qual NÃO FOI PROFERIDA SENTENÇA DE EXTINÇÃO, razão pela qual DETERMINO ao Sr. Gestor que, em DEZ DIAS: a) CERTIFIQUE sobre a realização da CITAÇÃO VÁLIDA da Parte Executada, indicando ID e fls., número do AR, data do recebimento da Carta Citação no endereço informado pelo Município Exequente, ou sobre a não devolução do AR, indicando a data da expedição da Carta Citação, com número do ID e fls. respectivo, conforme for o caso; bem como, b) CERTIFIQUE sobre CIÊNCIA da Procuradoria Fiscal Municipal Exequente sobre a eventual INEXISTENCIA DA CITAÇÃO, indicando como foi efetuada a intimação

pessoal da Advocacia Pública Municipal (carga com ciência nos autos ou carga/descarga registrada no Sistema Apolo sem ciência nos autos físicos). A seguir, voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão. PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 CPC/2015. CUMPRA sucessivamente. Data registrada no Sistema. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa -CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 8º Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência. Art. 200. Os atos das partes consistentes em declarações unilaterais ou bilaterais de vontade produzem imediatamente a constituição, modificação ou extinção de direitos processuais. Parágrafo único. A desistência da ação só produzirá efeitos após homologação judicial. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1º do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. FIM

Despacho Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0032746-24.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CEZAR FABIANO MARTINS DE CAMPOS OAB - MT13339-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FRANCISCA GOMES SOARES (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 0032746-24.2014.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 21/07/2014 00:00:00 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: FRANCISCA GOMES SOARES CNPJ/CPF Nº 111.275.891-72 CDA's Nºs 522806 VALOR DA CAUSA: R$ 4.843,93 DESPACHO 11010 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE... Trata-se AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL promovida pelo MUNICÍPIO DE CUIABÁ, em suporte de papel, tendo como objeto o pagamento do(s) crédito(s) inscrito(s) na(s) CDA('s) descrita(s) na exordial, em relação à Parte Executada em epígrafe, que foi DIGITALIZADA e incorporada ao Sistema PJe TJMT, na qual NÃO FOI PROFERIDA SENTENÇA DE EXTINÇÃO, razão pela qual DETERMINO ao Sr. Gestor que, em DEZ DIAS: a) CERTIFIQUE sobre a realização da CITAÇÃO VÁLIDA da Parte Executada, indicando ID e fls., número do AR, data do recebimento da Carta Citação no endereço informado pelo Município Exequente, ou sobre a não devolução do AR, indicando a data da expedição da Carta Citação, com número do ID e fls. respectivo, conforme for o caso; bem como, b) CERTIFIQUE sobre CIÊNCIA da Procuradoria Fiscal Municipal Exequente sobre a eventual INEXISTENCIA DA CITAÇÃO, indicando como foi efetuada a intimação pessoal da Advocacia Pública Municipal (carga com ciência nos autos ou carga/descarga registrada no Sistema Apolo sem ciência nos autos físicos). A seguir, voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão. PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 CPC/2015. CUMPRA sucessivamente. Data registrada no Sistema. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa -CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 8º Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência. Art. 200. Os atos das partes consistentes em declarações unilaterais ou bilaterais de vontade produzem imediatamente a constituição, modificação ou extinção de direitos processuais. Parágrafo único. A desistência da ação só produzirá efeitos após homologação judicial. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1º do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. FIM

Despacho Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0059353-11.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
SILLENI M S LEMES & CIA LTDA - ME (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 0059353-11.2013.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 19/12/2013 00:00:00 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: SILLENI M S LEMES & CIA LTDA - ME CNPJ/CPF Nº 37.481.470/0001-24 CDA's Nºs 378134/09, 954707/13 VALOR DA CAUSA: R$ 1.918,35 DESPACHO 11010 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE... Trata-se AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL promovida pelo MUNICÍPIO DE CUIABÁ, em suporte de papel, tendo como objeto o pagamento do(s) crédito(s) inscrito(s) na(s) CDA('s) descrita(s) na exordial, em relação à Parte Executada em epígrafe, que foi DIGITALIZADA e incorporada ao Sistema PJe TJMT, na qual NÃO FOI PROFERIDA SENTENÇA DE EXTINÇÃO, razão pela qual DETERMINO ao Sr. Gestor que, em DEZ DIAS: a) CERTIFIQUE sobre a realização da CITAÇÃO VÁLIDA da Parte Executada, indicando ID e fls., número do AR, data do recebimento da Carta Citação no endereço informado pelo Município Exequente, ou sobre a não devolução do AR, indicando a data da expedição da Carta Citação, com número do ID e fls. respectivo, conforme for o caso; bem como, b) CERTIFIQUE sobre CIÊNCIA da Procuradoria Fiscal Municipal Exequente sobre a eventual INEXISTENCIA DA CITAÇÃO, indicando como foi efetuada a intimação pessoal da Advocacia Pública Municipal (carga com ciência nos autos ou carga/descarga registrada no Sistema Apolo sem ciência nos autos físicos). A seguir, voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão. PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 CPC/2015. CUMPRA sucessivamente. Data registrada no Sistema. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa -CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 8º Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência. Art. 200. Os atos das partes consistentes em declarações unilaterais ou bilaterais de vontade produzem imediatamente a constituição, modificação ou extinção de direitos processuais. Parágrafo único. A desistência da ação só produzirá efeitos após homologação judicial. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos

Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1º do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. FIM

Despacho Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0003149-10.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CEZAR FABIANO MARTINS DE CAMPOS OAB - MT13339-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INCORPORADORA ITALIA LTDA (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATA SCOZZIERO DE ARRUDA SILVA OAB - MT11990-O (ADVOGADO(A))
THAIS SVERSUT ACOSTA OAB - MT9634-N (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 0003149-10.2014.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 27/01/2014 00:00:00 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: INCORPORADORA ITALIA LTDA CNPJ/CPF Nº 37.504.396/0001-14 CDA's Nºs 283110 VALOR DA CAUSA: R$ 6.265,87 DESPACHO 11010 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE... Trata-se AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL promovida pelo MUNICÍPIO DE CUIABÁ, em suporte de papel, tendo como objeto o pagamento do(s) crédito(s) inscrito(s) na(s) CDA('s) descrita(s) na exordial, em relação à Parte Executada em epígrafe, que foi DIGITALIZADA e incorporada ao Sistema PJe TJMT, na qual NÃO FOI PROFERIDA SENTENÇA DE EXTINÇÃO, razão pela qual DETERMINO ao Sr. Gestor que, em DEZ DIAS: a) CERTIFIQUE sobre a realização da CITAÇÃO VÁLIDA da Parte Executada, indicando ID e fls., número do AR, data do recebimento da Carta Citação no endereço informado pelo Município Exequente, ou sobre a não devolução do AR, indicando a data da expedição da Carta Citação, com número do ID e fls. respectivo, conforme for o caso; bem como, b) CERTIFIQUE sobre CIÊNCIA da Procuradoria Fiscal Municipal Exequente sobre a eventual INEXISTENCIA DA CITAÇÃO, indicando como foi efetuada a intimação pessoal da Advocacia Pública Municipal (carga com ciência nos autos ou carga/descarga registrada no Sistema Apolo sem ciência nos autos físicos). A seguir, voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão. PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 CPC/2015. CUMPRA sucessivamente. Data registrada no Sistema. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa -CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 8º Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência. Art. 200. Os atos das partes consistentes em declarações unilaterais ou bilaterais de vontade produzem imediatamente a constituição, modificação ou extinção de direitos processuais. Parágrafo único. A desistência da ação só produzirá efeitos após homologação judicial. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1º do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. FIM

Despacho Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0042695-72.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
A. O. C. (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 0042695-72.2014.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 11/09/2014 00:00:00 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: ARTHUR ORCATI CAMPOS CNPJ/CPF Nº 102.579.069-32 CDA's Nºs 0411604,0544062,0730625,0849261 VALOR DA CAUSA: R$ 2.019,53 DESPACHO 11010 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE... Trata-se AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL promovida pelo MUNICÍPIO DE CUIABÁ, em suporte de papel, tendo como objeto o pagamento do(s) crédito(s) inscrito(s) na(s) CDA('s) descrita(s) na exordial, em relação à Parte Executada em epígrafe, que foi DIGITALIZADA e incorporada ao Sistema PJe TJMT, na qual NÃO FOI PROFERIDA SENTENÇA DE EXTINÇÃO, razão pela qual DETERMINO ao Sr. Gestor que, em DEZ DIAS: a) CERTIFIQUE sobre a realização da CITAÇÃO VÁLIDA da Parte Executada, indicando ID e fls., número do AR, data do recebimento da Carta Citação no endereço informado pelo Município Exequente, ou sobre a não devolução do AR, indicando a data da expedição da Carta Citação, com número do ID e fls. respectivo, conforme for o caso; bem como, b) CERTIFIQUE sobre CIÊNCIA da Procuradoria Fiscal Municipal Exequente sobre a eventual INEXISTENCIA DA CITAÇÃO, indicando como foi efetuada a intimação pessoal da Advocacia Pública Municipal (carga com ciência nos autos ou carga/descarga registrada no Sistema Apolo sem ciência nos autos físicos). A seguir, voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão. PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 CPC/2015. CUMPRA sucessivamente. Data registrada no Sistema. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa -CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 8º Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência. Art. 200. Os atos das partes consistentes em declarações unilaterais ou bilaterais de vontade produzem imediatamente a constituição, modificação ou extinção de direitos processuais. Parágrafo único. A desistência da ação só produzirá efeitos após homologação judicial. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1º do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. FIM

Despacho Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0017163-96.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
IMOBILIARIA TARUMA LTDA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ

VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 0017163-96.2014.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 11/04/2014 00:00:00 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: IMOBILIARIA TARUMA LTDA CNPJ/CPF Nº 14.913.743/0001-67 CDA's Nºs 10/459929, 11/619786, 12/776377, 13/856478 VALOR DA CAUSA: R$ 1.619,89 DESPACHO 11010 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE... Trata-se AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL promovida pelo MUNICÍPIO DE CUIABÁ, em suporte de papel, tendo como objeto o pagamento do(s) crédito(s) inscrito(s) na(s) CDA('s) descrita(s) na exordial, em relação à Parte Executada em epígrafe, que foi DIGITALIZADA e incorporada ao Sistema PJe TJMT, na qual NÃO FOI PROFERIDA SENTENÇA DE EXTINÇÃO, razão pela qual DETERMINO ao Sr. Gestor que, em DEZ DIAS: a) CERTIFIQUE sobre a realização da CITAÇÃO VÁLIDA da Parte Executada, indicando ID e fls., número do AR, data do recebimento da Carta Citação no endereço informado pelo Município Exequente, ou sobre a não devolução do AR, indicando a data da expedição da Carta Citação, com número do ID e fls. respectivo, conforme for o caso; bem como, b) CERTIFIQUE sobre CIÊNCIA da Procuradoria Fiscal Municipal Exequente sobre a eventual INEXISTENCIA DA CITAÇÃO, indicando como foi efetuada a intimação pessoal da Advocacia Pública Municipal (carga com ciência nos autos ou carga/descarga registrada no Sistema Apolo sem ciência nos autos físicos). A seguir, voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão. PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 CPC/2015. CUMPRA sucessivamente. Data registrada no Sistema. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa -CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 8º Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência. Art. 200. Os atos das partes consistentes em declarações unilaterais ou bilaterais de vontade produzem imediatamente a constituição, modificação ou extinção de direitos processuais. Parágrafo único. A desistência da ação só produzirá efeitos após homologação judicial. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1º do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. FIM

Despacho Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0018817-21.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CEZAR FABIANO MARTINS DE CAMPOS OAB - MT13339-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
RUBENS DE SOUZA MATTOS (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 0018817-21.2014.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 24/04/2014 00:00:00 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: RUBENS DE SOUZA MATTOS CNPJ/CPF Nº 326.064.601-97 CDA's Nºs 406230 VALOR DA CAUSA: R$ 4.196,48 DESPACHO 11010 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE... Trata-se AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL promovida pelo MUNICÍPIO DE CUIABÁ, em suporte de papel, tendo como objeto o pagamento do(s) crédito(s) inscrito(s) na(s) CDA('s) descrita(s) na exordial, em relação à Parte Executada em epígrafe, que foi DIGITALIZADA e incorporada ao Sistema PJe TJMT, na qual NÃO FOI PROFERIDA SENTENÇA DE EXTINÇÃO, razão pela qual DETERMINO ao Sr. Gestor que, em DEZ DIAS: a) CERTIFIQUE sobre a realização da CITAÇÃO VÁLIDA da Parte Executada, indicando ID e fls., número do AR, data do recebimento da Carta Citação no endereço informado pelo Município Exequente, ou sobre a não devolução do AR, indicando a data da expedição da Carta Citação, com número do ID e fls. respectivo, conforme for o caso; bem como, b) CERTIFIQUE sobre CIÊNCIA da Procuradoria Fiscal Municipal Exequente sobre a eventual INEXISTENCIA DA CITAÇÃO, indicando como foi efetuada a intimação pessoal da Advocacia Pública Municipal (carga com ciência nos autos ou carga/descarga registrada no Sistema Apolo sem ciência nos autos físicos). A seguir, voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão. PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 CPC/2015. CUMPRA sucessivamente. Data registrada no Sistema. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa -CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 8º Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência. Art. 200. Os atos das partes consistentes em declarações unilaterais ou bilaterais de vontade produzem imediatamente a constituição, modificação ou extinção de direitos processuais. Parágrafo único. A desistência da ação só produzirá efeitos após homologação judicial. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1º do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. FIM

Despacho Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0051975-04.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
IOLANDA COSTA NUNES (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 0051975-04.2013.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 19/11/2013 00:00:00 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: IOLANDA COSTA NUNES CNPJ/CPF Nº 249.340.972-87 CDA's Nºs 0311584,0451513,0590945,0719371 VALOR DA CAUSA: R$ 6.449,90 DESPACHO 11010 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE... Trata-se AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL promovida pelo MUNICÍPIO DE CUIABÁ, em suporte de papel, tendo como objeto o pagamento do(s) crédito(s) inscrito(s) na(s) CDA('s) descrita(s) na exordial, em relação à Parte Executada em epígrafe, que foi DIGITALIZADA e incorporada ao Sistema PJe TJMT, na qual NÃO FOI PROFERIDA SENTENÇA DE EXTINÇÃO, razão pela qual DETERMINO ao Sr. Gestor que, em DEZ DIAS: a) CERTIFIQUE sobre a realização da CITAÇÃO VÁLIDA da Parte Executada, indicando ID e fls., número do AR, data do recebimento da Carta Citação no endereço informado pelo Município Exequente, ou sobre a não devolução do AR, indicando a data da expedição da Carta Citação, com número do ID e fls. respectivo, conforme for o caso; bem como, b) CERTIFIQUE sobre CIÊNCIA da Procuradoria Fiscal Municipal Exequente sobre a eventual INEXISTENCIA DA CITAÇÃO, indicando como foi efetuada a intimação pessoal da Advocacia Pública Municipal (carga com ciência nos autos ou carga/descarga registrada no Sistema Apolo sem ciência nos autos físicos). A seguir, voltem estes autos eletrônicos À

CONCLUSÃO para decisão. PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 CPC/2015. CUMPRA sucessivamente. Data registrada no Sistema. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa -CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 8º Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência. Art. 200. Os atos das partes consistentes em declarações unilaterais ou bilaterais de vontade produzem imediatamente a constituição, modificação ou extinção de direitos processuais. Parágrafo único. A desistência da ação só produzirá efeitos após homologação judicial. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1º do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. FIM

Despacho Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0046740-22.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CEZAR FABIANO MARTINS DE CAMPOS OAB - MT13339-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INCORPORADORA ITALIA LTDA (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARGARETH ROBERTA E SILVA POZZOBON OAB - MT8884-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 0046740-22.2014.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 02/10/2014 00:00:00 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: INCORPORADORA ITALIA LTDA CNPJ/CPF Nº 37.504.396/0001-14 CDA's Nºs 651012 VALOR DA CAUSA: R$ 8.279,72 DESPACHO 11010 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE... Trata-se AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL promovida pelo MUNICÍPIO DE CUIABÁ, em suporte de papel, tendo como objeto o pagamento do(s) crédito(s) inscrito(s) na(s) CDA('s) descrita(s) na exordial, em relação à Parte Executada em epígrafe, que foi DIGITALIZADA e incorporada ao Sistema PJe TJMT, na qual NÃO FOI PROFERIDA SENTENÇA DE EXTINÇÃO, razão pela qual DETERMINO ao Sr. Gestor que, em DEZ DIAS: a) CERTIFIQUE sobre a realização da CITAÇÃO VÁLIDA da Parte Executada, indicando ID e fls., número do AR, data do recebimento da Carta Citação no endereço informado pelo Município Exequente, ou sobre a não devolução do AR, indicando a data da expedição da Carta Citação, com número do ID e fls. respectivo, conforme for o caso; bem como, b) CERTIFIQUE sobre CIÊNCIA da Procuradoria Fiscal Municipal Exequente sobre a eventual INEXISTENCIA DA CITAÇÃO, indicando como foi efetuada a intimação pessoal da Advocacia Pública Municipal (carga com ciência nos autos ou carga/descarga registrada no Sistema Apolo sem ciência nos autos físicos). A seguir, voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão. PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 CPC/2015. CUMPRA sucessivamente. Data registrada no Sistema. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa -CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 8º Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência. Art. 200. Os atos das partes consistentes em declarações unilaterais ou bilaterais de vontade produzem imediatamente a constituição, modificação ou extinção de direitos processuais. Parágrafo único. A desistência da ação só produzirá efeitos após homologação judicial. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1º do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. FIM

Despacho Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0015132-69.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
LAZARO ARANTES VILELA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 0015132-69.2015.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 01/04/2015 00:00:00 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: LAZARO ARANTES VILELA CNPJ/CPF Nº 006.592.581-53 CDA's Nºs 0559049/11, 748472/12, 826282/13, 1034580/14 VALOR DA CAUSA: R$ 6.105,71 DESPACHO 11010 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE... Trata-se AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL promovida pelo MUNICÍPIO DE CUIABÁ, em suporte de papel, tendo como objeto o pagamento do(s) crédito(s) inscrito(s) na(s) CDA('s) descrita(s) na exordial, em relação à Parte Executada em epígrafe, que foi DIGITALIZADA e incorporada ao Sistema PJe TJMT, na qual NÃO FOI PROFERIDA SENTENÇA DE EXTINÇÃO, razão pela qual DETERMINO ao Sr. Gestor que, em DEZ DIAS: a) CERTIFIQUE sobre a realização da CITAÇÃO VÁLIDA da Parte Executada, indicando ID e fls., número do AR, data do recebimento da Carta Citação no endereço informado pelo Município Exequente, ou sobre a não devolução do AR, indicando a data da expedição da Carta Citação, com número do ID e fls. respectivo, conforme for o caso; bem como, b) CERTIFIQUE sobre CIÊNCIA da Procuradoria Fiscal Municipal Exequente sobre a eventual INEXISTENCIA DA CITAÇÃO, indicando como foi efetuada a intimação pessoal da Advocacia Pública Municipal (carga com ciência nos autos ou carga/descarga registrada no Sistema Apolo sem ciência nos autos físicos). A seguir, voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão. PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 CPC/2015. CUMPRA sucessivamente. Data registrada no Sistema. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa -CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 8º Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência. Art. 200. Os atos das partes consistentes em declarações unilaterais ou bilaterais de vontade produzem imediatamente a constituição, modificação ou extinção de direitos processuais. Parágrafo único. A desistência da ação só produzirá efeitos após homologação judicial. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos

atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1º do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. FIM

Despacho Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0025317-40.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
TAXI LOTACAO ESTRELA AZUL LTDA - ME (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 0025317-40.2013.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 24/06/2013 00:00:00 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: TAXI LOTACAO ESTRELA AZUL LTDA - ME CNPJ/CPF Nº 05.683.292/0001-28 CDA's Nºs 0 VALOR DA CAUSA: R$ 3.392,68 DESPACHO 11010 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE... Trata-se AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL promovida pelo MUNICÍPIO DE CUIABÁ, em suporte de papel, tendo como objeto o pagamento do(s) crédito(s) inscrito(s) na(s) CDA('s) descrita(s) na exordial, em relação à Parte Executada em epígrafe, que foi DIGITALIZADA e incorporada ao Sistema PJe TJMT, na qual NÃO FOI PROFERIDA SENTENÇA DE EXTINÇÃO, razão pela qual DETERMINO ao Sr. Gestor que, em DEZ DIAS: a) CERTIFIQUE sobre a realização da CITAÇÃO VÁLIDA da Parte Executada, indicando ID e fls., número do AR, data do recebimento da Carta Citação no endereço informado pelo Município Exequente, ou sobre a não devolução do AR, indicando a data da expedição da Carta Citação, com número do ID e fls. respectivo, conforme for o caso; bem como, b) CERTIFIQUE sobre CIÊNCIA da Procuradoria Fiscal Municipal Exequente sobre a eventual INEXISTENCIA DA CITAÇÃO, indicando como foi efetuada a intimação pessoal da Advocacia Pública Municipal (carga com ciência nos autos ou carga/descarga registrada no Sistema Apolo sem ciência nos autos físicos). A seguir, voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão. PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 CPC/2015. CUMPRA sucessivamente. Data registrada no Sistema. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa -CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 8º Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência. Art. 200. Os atos das partes consistentes em declarações unilaterais ou bilaterais de vontade produzem imediatamente a constituição, modificação ou extinção de direitos processuais. Parágrafo único. A desistência da ação só produzirá efeitos após homologação judicial. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1º do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. FIM

Despacho Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0015018-53.2003.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
OSCAR CARMINDO DE SOUZA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

DESPACHO 11010 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE... Trata-se de EXECUÇÃO FISCAL DIGITALIZADA, distribuída pelo MUNICÍPIO DE CUIABÁ em desfavor da Parte Executada qualificada em epígrafe, tendo como objeto o recebimento do(s) crédito(s) inscrito(s) na(s) CDA('s) anexada(s) com a exordial, acima descrita(s), referente(s) ao não pagamento de IMPOSTO(S) que incidiu(ram) sobre a Inscrição Municipal em epígrafe, na qual foi determinada a citação da Parte Executada, interrompendo-se o prazo prescricional, conforme Art. 174 do CTN, tendo sido expedida a respectiva Carta, a qual não foi enviada face a inércia da Procuradoria Fiscal Municipal à época, razão pela qual foi determinado o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do Art. 40 da LEF. Após, decorridos mais de DEZ ANOS, durante o REGIME DE EXCEÇÃO DE 2019, foi proferida SENTENÇA, extinguindo esta ação executiva. A seguir, a Procuradoria Fiscal do Município Exequente lançou nos autos físico a sua CIÊNCIA da sentença extintiva acima. Eis o relatório necessário. FUNDAMENTO E DECIDO. Considerando que inexistiu RECURSO FAZENDÁRIO nestes autos, DETERMINO: I. CERTIFIQUE imediatamente o trânsito em julgado da sentença proferida nestes autos. II. Considerando a sua condenação no pagamento, INTIME a Parte Executada, por Carta AR, conforme determina o Art. 241 do CPC/2016, para vir pagar as custas e taxa judiciária (FUNAJURIS), NO PRAZO DE CINCO DIAS, CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre o envio e devolução do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). III. Havendo pagamento pela Parte Executada, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) DÊEM-SE BAIXAS nos Relatórios, na Distribuição e no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO) E ARQUIVEM definitivamente estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO). IV. Entretanto, decorrido o prazo para recolhimento das custas pela Parte Executada, havendo constatação da INADIMPLÊNCIA, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e CUMPRA o Sr. Gestor Judiciário o determinado nos Provimento nº 40/2014; 80/2014-CGJ; e 88/2014 (Protesto), encaminhando ao Departamento de Controle e Arrecadação – DAC/MT a documentação necessária para a devida inscrição na Dívida Ativa do Estado, CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊEM-SE BAIXAS nos Relatórios, na Distribuição e no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). V. Após o cumprimento das determinações acima, ARQUIVEM definitivamente estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 CPC/2015. CUMPRA sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito mf - CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL: Art. 141. O crédito tributário regularmente constituído somente se modifica ou extingue, ou tem sua exigibilidade suspensa ou excluída, nos casos previstos nesta Lei, fora dos quais não podem ser dispensadas, sob pena de responsabilidade funcional na forma da lei, a sua efetivação ou as respectivas garantias Art. 156. Extinguem o crédito tributário: I - o pagamento; - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL Art. 205. Os despachos, as decisões, as sentenças e os acórdãos serão redigidos, datados e assinados pelos juízes. (...) § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. § 1º O comparecimento espontâneo do réu ou do executado supre a falta ou a nulidade da citação, fluindo a partir desta data o prazo para apresentação de contestação ou de embargos à execução. § 2º Rejeitada a alegação de nulidade, tratando-se de processo de: I - conhecimento, o réu será considerado revel; II - execução, o feito terá seguimento. Art. 241. Transitada em julgado a sentença de mérito proferida em favor do réu antes da citação, incumbe ao escrivão ou ao chefe de secretaria comunicar-lhe o resultado do julgamento. Art. 246. A citação será feita: (...) § 1º Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos

eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. (...) § 3º A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1º do art. 246. Art. 496. Está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença: I - proferida contra a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público; II - que julgar procedentes, no todo ou em parte, os embargos à execução fiscal. Art. 904. A satisfação do crédito exequendo far-se-á: I - pela entrega do dinheiro; II - pela adjudicação dos bens penhorados. Art. 924. Extingue-se a execução quando: (...) II - a obrigação for satisfeita; Art. 925. A extinção só produz efeito quando declarada por sentença. - LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 433 DE 28/08/2017: Art. 7º A adesão considera-se formalizada com o pagamento à vista, ou com o pagamento da primeira parcela, conjuntamente com o pagamento integral dos honorários advocatícios, que serão devidos no percentual de 5% (cinco por cento) do valor líquido objeto do termo de acordo, aos procuradores em efetivo exercício, por meio da conta do Fundo Orçamentário Especial da Procuradoria Geral do Município de Cuiabá, sem a incidência do disposto no art. 1º da Lei nº 2.654, de 28 de dezembro de 1988. § 1º O pagamento será realizado por meio de Documento Único de Arrecadação Municipal - DAM. LEI COMP. Nº 35/1979 – LEI ORGÂNICA DA MAGISTRATURA NACIONAL (LOMAN): Art. 35 - São deveres do magistrado: ... VII - exercer assídua fiscalização sobre os subordinados, especialmente no que se refere à cobrança de custas e emolumentos, embora não haja reclamação das partes; ... -CONSOLIDAÇÃO DAS NORMAS GERAIS DA CGJ/TJMT: Art. 351. Ressalvada a Comarca de Cuiabá, que possui a CENTRAL DE ARQUIVAMENTO E ARRECADAÇÃO, e até a expansão da referida Central para as demais Comarcas, periodicamente, o juiz deverá verificar a quantidade de processos que estejam tramitando ou arquivados provisoriamente e que tenha como único objeto a cobrança de custas judiciais. § 1º Após proceder ao levantamento determinado no caput deste artigo, o Juiz intimará o devedor, via Diário da Justiça Eletrônico, fixando-lhe o prazo de 05 (cinco) dias para recolhimento de custas judiciais pendentes. Art. 354. Constatada a existência de saldo devedor de custas e taxas, com valores superiores a R$ 50,00 (cinquenta reais) e inferiores a R$ 10.000,00 (dez mil reais), será expedida a Certidão para remessa à Protesto pela Central de Arrecadação e Arquivamento, a qual será remetida por meio do sistema CIA para o Departamento de Controle e Arrecadação. (Redação alterada pelo Provimento nº 14/2017-CGJ). -SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – RECURSOS REPETITIVOS – TEMA 143: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. EXECUÇÃO FISCAL. EXTINÇÃO. CANCELAMENTO DO DÉBITO PELA EXEQUENTE. ERRO DO CONTRIBUINTE NO PREENCHIMENTO DA DECLARAÇÃO DE DÉBITOS E CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS FEDERAIS - DCTF. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. IMPRESCINDIBILIDADE DA VERIFICAÇÃO DA DATA DE APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO RETIFICADORA, SE HOUVER, EM COTEJO COM A DATA DO AJUIZAMENTO DA EXECUÇÃO FISCAL. 1. Não viola o art. 535, do CPC, o acórdão que vem dotado de fundamentação suficiente para sustentar o decidido. 2. Em sede de execução fiscal é impertinente a invocação do art. 1º-D, da Lei n. 9.494/97, tendo em vista que o Plenário do STF, em sessão de 29.09.2004, julgando o RE 420.816/PR (DJ 06.10.2004) declarou incidentemente a constitucionalidade da MP n. 2180-35, de 24.08.2001 restringindo-lhe, porém, a aplicação à hipótese de execução, por quantia certa, contra a Fazenda Pública (CPC, art.730). 3. É jurisprudência pacífica no STJ aquela que, em casos de extinção de execução fiscal em virtude de cancelamento de débito pela exequente, define a necessidade de se perquirir quem deu causa à demanda a fim de imputar-lhe o ônus pelo pagamento dos honorários advocatícios. Precedentes: AgRg no REsp. Nº 969.358 - SP, Segunda Turma, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 6.11.2008; EDcl no AgRg no AG Nº 1.112.581 - SP, Segunda Turma, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 23.7.2009; REsp Nº 991.458 - SP, Segunda Turma, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 2.4.2009; REsp. Nº 626.084 - SC, Primeira Turma, Rel. Min. Denise Arruda, julgado em 7.8.2007; AgRg no REsp 818.522/MG, 1ª Turma, Rel. Min. José Delgado, DJ de 21.8.2006; AgRg no REsp 635.971/RS, 1ª Turma, Rel. Min. Luiz Fux, DJ de 16.11.2004. 4. Tendo havido erro do contribuinte no preenchimento da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais - DCTF, é imprescindível verificar a data da apresentação do documento retificador, se houver, em cotejo com a data do ajuizamento da execução fiscal a fim de, em razão do princípio da causalidade, se houver citação, condenar a parte culpada ao pagamento dos honorários advocatícios. 5. O contribuinte que erra no preenchimento da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais - DCTF deve ser responsabilizado pelo pagamento dos honorários advocatícios, por outro lado, o contribuinte que a tempo de evitar a execução fiscal protocola documento retificador não pode ser penalizado com o pagamento de honorários em execução fiscal pela demora da administração em analisar seu pedido. 6. Hipótese em que o contribuinte protocolou documento retificador antes do ajuizamento da execução fiscal e foi citado para resposta com a consequente subsistência da condenação da Fazenda Nacional em honorários. 7. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido. Acórdão submetido ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 08/2008. (STJ, PRIMEIRA SEÇÃO, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, REsp 1111002/SP, julgado em 23/09/2009, DJe 01/10/2009). (negritei e grifei). FIM

Despacho Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0049064-19.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
VILMO PEAGUDO DE FREITAS (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 0049064-19.2013.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 06/11/2013 00:00:00 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: VILMO PEAGUDO DE FREITAS CNPJ/CPF Nº - CDA's Nºs 323144/09, 434576/10, 0601519/11, 764687/12, 830306/13 VALOR DA CAUSA: R$ 13.224,46 DESPACHO 11010 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE... Trata-se AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL promovida pelo MUNICÍPIO DE CUIABÁ, em suporte de papel, tendo como objeto o pagamento dos créditos inscritos nas CDA's descritas na exordial, em relação à Parte Executada em epígrafe, que foi DIGITALIZADA e incorporada ao Sistema PJe TJMT, na qual já foi proferida SENTENÇA DE EXTINÇÃO, tendo a Procuradoria Fiscal Municipal Exequente renunciado expressamente ao seu prazo recursal, a prima facie inexistindo qualquer razão processual que impeça seu arquivamento imediato. Assim, DETERMINO o cumprimento imediato da referida sentença, DÊ-SE BAIXA na Distribuição e no Sistema PJe, ARQUIVANDO definitivamente estes autos eletrônicos. PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 CPC/2015. CUMPRA sucessivamente. Data registrada no Sistema. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa -CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 8º Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência. Art. 200. Os atos das partes consistentes em declarações unilaterais ou bilaterais de vontade produzem imediatamente a constituição, modificação ou extinção de direitos processuais. Parágrafo único. A desistência da ação só produzirá efeitos após homologação judicial. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art.

270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1º do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. FIM

Despacho Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0005828-95.2005.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
GILSON DA COSTA MARQUES (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 0005828-95.2005.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 17/01/2005 00:00:00 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: GILSON DA COSTA MARQUES CNPJ/CPF Nº - CDA's Nºs 9977/01, 71477/02, 148829/03 VALOR DA CAUSA: R$ 487,37 DESPACHO 11010 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE... Trata-se AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL promovida pelo MUNICÍPIO DE CUIABÁ, em suporte de papel, tendo como objeto o pagamento dos créditos inscritos nas CDA's descritas na exordial, em relação à Parte Executada em epígrafe, que foi DIGITALIZADA e incorporada ao Sistema PJe TJMT, na qual já foi proferida SENTENÇA DE EXTINÇÃO, tendo a Procuradoria Fiscal Municipal Exequente renunciado expressamente ao seu prazo recursal, a prima facie inexistindo qualquer razão processual que impeça seu arquivamento imediato. Assim, DETERMINO o cumprimento imediato da referida sentença, DÊ-SE BAIXA na Distribuição e no Sistema PJe, ARQUIVANDO definitivamente estes autos eletrônicos. PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 CPC/2015. CUMPRA sucessivamente. Data registrada no Sistema. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa -CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 8º Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência. Art. 200. Os atos das partes consistentes em declarações unilaterais ou bilaterais de vontade produzem imediatamente a constituição, modificação ou extinção de direitos processuais. Parágrafo único. A desistência da ação só produzirá efeitos após homologação judicial. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1º do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. FIM

Despacho Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0002339-74.2010.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
FRANCISCO BATISTA DE MELO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 0002339-74.2010.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 04/01/2010 00:00:00 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: FRANCISCO BATISTA DE MELO CNPJ/CPF Nº 730.592.931-04 - CDA's Nºs 12689 VALOR DA CAUSA: R$ 490,61 DESPACHO 11010 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE... Trata-se AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL promovida pelo MUNICÍPIO DE CUIABÁ, em suporte de papel, tendo como objeto o pagamento dos créditos inscritos nas CDA's descritas na exordial, em relação à Parte Executada em epígrafe, que foi DIGITALIZADA e incorporada ao Sistema PJe TJMT, na qual já foi proferida SENTENÇA DE EXTINÇÃO, tendo a Procuradoria Fiscal Municipal Exequente renunciado expressamente ao seu prazo recursal, a prima facie inexistindo qualquer razão processual que impeça seu arquivamento imediato. Assim, DETERMINO o cumprimento imediato da referida sentença, DÊ-SE BAIXA na Distribuição e no Sistema PJe, ARQUIVANDO definitivamente estes autos eletrônicos. PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 CPC/2015. CUMPRA sucessivamente. Data registrada no Sistema. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa -CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 8º Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência. Art. 200. Os atos das partes consistentes em declarações unilaterais ou bilaterais de vontade produzem imediatamente a constituição, modificação ou extinção de direitos processuais. Parágrafo único. A desistência da ação só produzirá efeitos após homologação judicial. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1º do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. FIM

Despacho Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0006348-55.2005.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ENIO VENTURA MENEGAO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 0006348-55.2005.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 17/01/2005 00:00:00 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: ENIO VENTURA MENEGAO CNPJ/CPF Nº - CDA's Nºs 0 VALOR DA CAUSA: R$ 466,40 DESPACHO 11010 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE... Trata-se AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL promovida pelo MUNICÍPIO DE CUIABÁ, em suporte de papel, tendo como objeto o pagamento dos créditos inscritos nas CDA's descritas na exordial, em relação à Parte Executada em epígrafe, que foi DIGITALIZADA e incorporada ao Sistema PJe TJMT, na qual já foi proferida SENTENÇA DE EXTINÇÃO, tendo a Procuradoria Fiscal Municipal Exequente renunciado expressamente ao seu prazo recursal, a prima facie inexistindo qualquer razão processual que impeça seu arquivamento imediato. Assim, DETERMINO o cumprimento imediato da referida sentença, DÊ-SE BAIXA na Distribuição e no Sistema PJe, ARQUIVANDO definitivamente estes autos eletrônicos. PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 CPC/2015. CUMPRA sucessivamente. Data registrada no Sistema. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa -CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 8º Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência. Art. 200. Os atos das partes consistentes em declarações

unilaterais ou bilaterais de vontade produzem imediatamente a constituição, modificação ou extinção de direitos processuais. Parágrafo único. A desistência da ação só produzirá efeitos após homologação judicial. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1º do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. FIM

Despacho Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0044040-10.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ALVARO DE FIGUEIREDO BARROS FILHO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 0044040-10.2013.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 14/10/2013 00:00:00 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: ALVARO DE FIGUEIREDO BARROS FILHO CNPJ/CPF Nº - CONTRIBUINTE .. CDA's Nºs 0 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº .. VALOR DA CAUSA: R$ 3.112,45 DESPACHO 11010 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE... Trata-se AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL promovida pelo MUNICÍPIO DE CUIABÁ, em suporte de papel, tendo como objeto o pagamento dos créditos inscritos nas CDA's descritas na exordial, em relação à Parte Executada em epígrafe, que foi DIGITALIZADA e incorporada ao Sistema PJe TJMT, na qual já foi proferida SENTENÇA DE EXTINÇÃO, tendo a Procuradoria Fiscal Municipal Exequente renunciado expressamente ao seu prazo recursal, a prima facie inexistindo qualquer razão processual que impeça seu arquivamento imediato. Assim, DETERMINO o cumprimento imediato da referida sentença, DÊ-SE BAIXA na Distribuição e no Sistema PJe, ARQUIVANDO definitivamente estes autos eletrônicos. PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 CPC/2015. CUMPRA sucessivamente. Data registrada no Sistema. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa -CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 8º Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência. Art. 200. Os atos das partes consistentes em declarações unilaterais ou bilaterais de vontade produzem imediatamente a constituição, modificação ou extinção de direitos processuais. Parágrafo único. A desistência da ação só produzirá efeitos após homologação judicial. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1º do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. FIM

Despacho Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0018499-53.2005.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
LUZIA HIROKO ISHIYAMA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 0018499-53.2005.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 28/02/2005 00:00:00 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADA: LUZIA HIROKO ISHIYAMA CNPJ/CPF Nº - CONTRIBUINTE .. CDA Nº 93083/00, 161238/03 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº .. VALOR DA CAUSA: R$ 1.221,59 DESPACHO 11010 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE... Trata-se AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL promovida pelo MUNICÍPIO DE CUIABÁ, em suporte de papel, tendo como objeto o pagamento do(s) crédito(s) inscrito(s) na(s) CDA('s) descrita(s) na exordial, em relação à Parte Executada em epígrafe, que foi DIGITALIZADA e incorporada ao Sistema PJe TJMT, na qual já foi proferida SENTENÇA DE EXTINÇÃO, em seguida tendo a Procuradoria Fiscal Municipal Exequente lançado nos autos 'CIÊNCIA' da sentença, a prima facie inexistindo qualquer razão processual que impeça o arquivamento imediato do feito. Assim, DETERMINO o cumprimento imediato da referida sentença, CERTIFIQUE o Sr. Gestor sobre o seu trânsito em julgado, DÊEM-SE BAIXA na Distribuição e no Sistema PJe, ARQUIVANDO-SE definitivamente estes autos eletrônicos. PUBLIQUE-SE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 CPC/2015. CUMPRA-SE sucessivamente. Data registrada no Sistema. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa -CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 8º Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência. Art. 200. Os atos das partes consistentes em declarações unilaterais ou bilaterais de vontade produzem imediatamente a constituição, modificação ou extinção de direitos processuais. Parágrafo único. A desistência da ação só produzirá efeitos após homologação judicial. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1º do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. FIM

Despacho Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0018492-61.2005.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JOAQUIM GOMES DE PRRVDA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 0018492-61.2005.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 28/02/2005 00:00:00 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: JOAQUIM GOMES DE PRRVDA CNPJ/CPF Nº - CONTRIBUINTE .. CDA's Nºs 25114/99; 81909/00; 9173/01; 70376/02;

147578/03. INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº .. VALOR DA CAUSA: R$ 1.439,95- DESPACHO 11010 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE... Trata-se AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL promovida pelo MUNICÍPIO DE CUIABÁ, em suporte de papel, tendo como objeto o pagamento do(s) crédito(s) inscrito(s) na(s) CDA('s) descrita(s) na exordial, em relação à Parte Executada em epígrafe, que foi DIGITALIZADA e incorporada ao Sistema PJe TJMT, na qual já foi proferida SENTENÇA DE EXTINÇÃO, em seguida tendo a Procuradoria Fiscal Municipal Exequente lançado nos autos 'CIÊNCIA' da sentença e 'DESISTINDO' desta Execução, a prima facie inexistindo qualquer razão processual que impeça o arquivamento imediato do feito. Assim, DETERMINO o cumprimento imediato da referida sentença, CERTIFIQUE o Sr. Gestor sobre o seu trânsito em julgado, DÊEM-SE BAIXA na Distribuição e no Sistema PJe, ARQUIVANDO-SE definitivamente estes autos eletrônicos. PUBLIQUE-SE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 CPC/2015. CUMPRA-SE sucessivamente. Data registrada no Sistema. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa -CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 8º Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência. Art. 200. Os atos das partes consistentes em declarações unilaterais ou bilaterais de vontade produzem imediatamente a constituição, modificação ou extinção de direitos processuais. Parágrafo único. A desistência da ação só produzirá efeitos após homologação judicial. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1º do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. FIM

Intimação Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0047374-86.2012.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
WELLITON BARBOSA BRANDAO (EXECUTADO)
SAURIA CRISTINA DE OLIVEIRA VARANDA (EXECUTADO)
MAVEAN COMERCIO E PRESTACAO DE SERVICOS LTDA (EXECUTADO)

INTIMAÇÃO - Procedo à intimação das partes da sentença prolatada nos autos '(...) Autos 0047374-862012.81 1.0041 (código 93284) Exequente: Fazenda Pública do Estado de Mato Grosso Executados: Mavean Comercio e Prestadora de Serviços LTDA e outros Visto... A FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito publico, qualificada nos autos, propôs "Ação de Execução Fiscal" em face de MAVEAN COMERCIO E PRESTADORA DE SERVICOS LTDA, SAURIA CRISTINA DE OLIVEIRA VARANDA e WELLINTON BARBOSA BRANDÃO, igualmente qualificados, objetivando, em sintese, o recebimento da quantia de R$ 9610,30 (nove mil, seiscentos e dez reais e trinta centavos). O processo tramitou normalrnente até que aportou nos autos a peça de f1. 47, juntada pela exequente, na qual informa que o débito foi quitado e requer a extinção do feito. E a sintese do necessario. Decido. Comprovado nos autos, como se vê, o efetivo pagamento do débito exequendo, com fulcro no art. 924, 11, do Codigo de Processo Civil, declare extinta esta execução. Condeno o executado ao pagamento das custas processuais. Por outro lado, deixo de condena-lo em honorarios advocaticios porque tal verba foi paga, segundo atesta o documento de fls. 47-49. Transitada em julgado, e inexistindo pedido de cumprimento de sentença, expirado o prazo de 30 (trinta) dias, cumpra-se o disposto no art.'5°, do Provimento n. 12f2017-CGJ, lançando o andamento"Arquivamento com Remessa A Contadoria— Codigo 626". P.R.I.C. Varzea Grande, 24 de julho JONES GATTASS DIAS JUIZ DE DIREITO (..)

Expediente

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Flávia Catarina Oliveira Amorim Reis
Cod. Proc.: 856426 Nr: 58734-81.2013.811.0041
AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MUNICÍPIO DE CUIABÁ-MT
PARTE(S) REQUERIDA(S): CARLOS ALBERTO ROSA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CEZAR FABIANO MARTINS DE CAMPOS - PROCURADOR - OAB:13339/O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
EXECUÇÃO FISCAL Nº 58734-81/2013 – COD. 856426
EXEQTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ
EXCDO: CARLOS ALBERTO ROSA
CPF Nº 186.772.746-34
CDA's nºs 2009/0281193; 2010/0424075; 2011/0562036; 2012/0768100; 2013/0839165.
Inscrição Municipal nº 01.6.21.009.0105.001 - IPTU
Valor da causa: R$ 6.921,16-
DESPACHO
11010
VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE...
Recebi hoje Alvará Eletrônico nº 573161-5/2019, emitido em 10/12/2019 pelo Sr. Gestor, para assinatura, no valor de R$14.625,03-.
Alvará assinado, conforme anexos, partes integrantes deste.
CUMPRA, pois, integralmente a sentença proferida nestes autos, CERTIFICANDO sobre o Alvará.
Após, ARQUIVEM DEFINITIVAMENTE estes autos, anotando nos Relatórios e na Distribuição do Sistema Apolo.
PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 CPC/2015.
Cuiabá, 11 de dezembro de 2019.
FLÁVIA CATARINA OLIVIRA DE AMORIM REIS
Juíza de Direito
fcoa
-CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015:
Art. 205. Os despachos, as decisões, as sentenças e os acórdãos serão redigidos, datados e assinados pelos juízes. (...)
§ 3o Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico.
FIM

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 462713 Nr: 31211-02.2010.811.0041
AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL - MT
PARTE(S) REQUERIDA(S): MIKA DA AMAZÔNIA E REPRESENTAÇÕES LTDA., NEUSA GONÇALVES DESIDERIO, LUIZ ANTONIO NOVAES DESIDÉRIO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JENZ PROCHNOW JUNIOR (PROCURADOR DO ESTADO) - OAB:5432/B
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: CHARLES SALDANHA HANDELL - OAB:13383, FREDERICO AUGUSTO SOUSA - OAB:19.504, LEONARDO DA SILVA CRUZ - OAB:6.660/MT, MICHAEL GOMES CRUZ - OAB:18237/O, PASCOAL SANTULLO NETO - OAB:12867
NESTA DA, REENVIEI O ALVARÁ JUDICIAL ELETRÔNICO 556960-5/2019 À CONTA ÚNICA DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO. NOS MOLDES DO OFÍCIO CIRCULAR 12/2017/PRES. SALIENTO QUE A CORRESPODÊNCIA FOI ENCAMINHADA VIA MALOTE DIGITAL (CÓDIGO DE RASTREABILDADE 81120194811144).

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Flávia Catarina Oliveira Amorim Reis
Cod. Proc.: 48648 Nr: 7083-35.1998.811.0041
AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MUNICÍPIO DE CUIABÁ-MT
PARTE(S) REQUERIDA(S): ODETE BORGES DOS SANTOS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JULIETE CALDAS MIGUEIS

RIBEIRO - OAB:2180
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
EXECUÇÃO FISCAL Nº 7083-35/1998 – COD. 48648
EXEQTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ
EXCDA: ODETE BORGES DOS SANTOS
CPF Nº 132.075.980-72
CDA's nºs 004794/1994; 004795/1995; 004796/1996; 004797/1992; 004798/1993;004799/1994; 004800/1995; 004801/1996.
Inscrições Municipais nº 01.5.21.022.0216.001 e 01.5.21.0022.0200.002 – IPTU's.
Valor da causa: 527,43 UPF's-
DESPACHO
11010
VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE...
Recebi hoje Alvará Eletrônico nº 573630-7/2019, emitido em 11/12/2019 pelo Sr. Gestor, para assinatura, no valor de R$3.630,71-.
Alvará assinado, conforme anexos, partes integrantes deste.
CUMPRA, pois, integralmente a sentença proferida nestes autos, CERTIFICANDO sobre o Alvará.
Após, ARQUIVEM DEFINITIVAMENTE estes autos, anotando nos Relatórios e na Distribuição do Sistema Apolo.
PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 CPC/2015.
Cuiabá, 12 de dezembro de 2019.
FLÁVIA CATARINA OLIVIRA DE AMORIM REIS
Juíza de Direito
fcoa
-CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015:
Art. 205. Os despachos, as decisões, as sentenças e os acórdãos serão redigidos, datados e assinados pelos juízes. (...)
§ 3o Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico.
FIM

Decisão

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1058734-54.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MARCIA CRISTINA ALBIERI (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1058734-54.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 09/12/2019 16:37:46 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADA: MÁRCIA CRISTINA ALBIERI CPF Nº 361.645.001-25 - CONTRIBUINTE 338009 CDA's Nºs 2016 / 1256399; 2017 / 1512186; 2018 / 1670670; 2019 / 1800201 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 01.8.23.002.0315.017 - IPTU. VALOR DA CAUSA: R$ 4.663,32 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de

extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos

documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1058188-96.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
NISDARLY FABIANA DA SILVA METELLO DE SIQUEIRA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1058188-96.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 06/12/2019 14:32:51 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADA: NISDARLY FABIANA DA SILVA METELLO DE SIQUEIRA CPF Nº 667.671.131-15 - CONTRIBUINTE 316613 CDA's Nºs 2016 / 1328566; 2018 / 1718208; 2019 / 1795353 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 01.6.24.001.0114.001 - IPTU VALOR DA CAUSA: R$ 4.199,78 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução

do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento

sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da

Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1058189-81.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ROSANGELA MARIA DOS SANTOS BRITO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1058189-81.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 06/12/2019 14:32:54 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADA: ROSANGELA MARIA DOS SANTOS BRITO CPF Nº 329.543.791-20 - CONTRIBUINTE 15851 CDA's Nºs 2016 / 1306515; 2017 / 1531459; 2018 / 1699167; 2019 / 1874697 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 01.4.24.036.0238.001 - IPTU VALOR DA CAUSA: R$ 5.203,13 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do

Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a

inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1058198-43.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ALESSANDRA ARANTES WALDVOGEL (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1058198-43.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 06/12/2019 14:33:19 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADA: ALESSANDRA ARANTES WALDVOGEL CPF Nº 720.944.511-00 - CONTRIBUINTE 734873501 CDA's Nºs 2016 / 1306672; 2018 / 1715291; 2019 / 1840684 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 01.9.42.003.0152.001 - IPTU VALOR DA CAUSA: R$ 3.549,38 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e

DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito

econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou

sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1058708-56.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
TOPMED COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1058708-56.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 09/12/2019 16:36:02 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: TOPMED COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - ME CNPJ Nº 05.345.031/0001-06 - CONTRIBUINTE 338655 CDA Nº 1926183 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 79705 - ISSQN VALOR DA CAUSA: R$ 17.198,95 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO

destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e

móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1058705-04.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
QUALITEC CLIMATIZACAO LTDA - ME (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1058705-04.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 09/12/2019 16:35:50 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: QUALITEC CLIMATIZAÇÃO LTDA - ME CNPJ Nº 05.959.975/0001-65 - CONTRIBUINTE 354026 CDA's Nºs 2019 / 1926188; 2019 / 1926189 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 83271 - ISSQN VALOR DA CAUSA: R$ 23.735,96 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO

ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões

interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA :

RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência

frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1058182-89.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
FAST N.I. ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1058182-89.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 06/12/2019 14:32:33 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: FAST N.I. ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA CNPJ Nº 21.264.057/0001-78 - CONTRIBUINTE 734951330 CDA Nº 2019 / 1753331 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 136640 - ISSQN VALOR DA CAUSA: R$ 3.250,45 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº

04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO

APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1058695-57.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
PAMELA FERRARI OLIVEIRA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1058695-57.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 09/12/2019 16:35:19 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADA: PAMELA FERRARI OLIVEIRA CPF Nº 730.779.251-68 - CONTRIBUINTE 397262 CDA's Nºs 2016 / 1326760; 2017 / 1478761; 2018 / 1597733; 2019 / 1909094 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 01.8.15.004.0353.065 - IPTU. VALOR DA CAUSA: R$ 12.733,54 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI.

Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS

Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo

determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao

reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1058713-78.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
DALVADISIO MEIRA GOMES - ME (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1058713-78.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 09/12/2019 16:36:24 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: DALVADISIO MEIRA GOMES - ME CNPJ Nº 02.338.289/0001-89 - CONTRIBUINTE 177996 CDA's Nºs 2016 / 1282515; 2017 / 1544680; 2018 / 1698224; 2019 / 1784407 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 01.3.23.007.0045.001 - IPTU VALOR DA CAUSA: R$ 7.559,41 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A

prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor

por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1058720-70.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JOAO NUNES DA SILVA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1058720-70.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 09/12/2019 16:36:46 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: JOÃO NUNES DA SILVA CPF Nº 231.521.331-20 - CONTRIBUINTE 158129 CDA's Nºs 2016 / 1336429; 2017 / 1568115; 2018 / 1642932 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 01.5.21.013.0660.039 - IPTU. VALOR DA CAUSA: R$ 4.138,79 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e

principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art.

240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1058718-03.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
FLAVIO PADOVANI (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1058718-03.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 09/12/2019 16:36:38 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: FLAVIO PADOVANI CPF Nº 792.686.171-53 - CONTRIBUINTE 734886217 CDA's Nºs 2016 / 1333570; 2017 / 1521563; 2018 / 1659861; 2019 / 1777581 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 01.1.43.009.0126.001 - IPTU VALOR DA CAUSA: R$ 4.971,66 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e

do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo

inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1058678-21.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MARIA LUIZA VIEIRA MACEDO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1058678-21.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 09/12/2019 16:34:30 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADA: MARIA LUIZA VIEIRA MACEDO CPF Nº 513.378.001-04 - CONTRIBUINTE 381060 CDA's Nºs 2016 / 1316823; 2017 / 1554523; 2018 / 1729273; 2019 / 1800764 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 01.8.24.039.0225.001 - IPTU. VALOR DA CAUSA: R$ 7.442,92 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao

ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para

viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1058675-66.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MILTON XAVIER QUEIROZ (EXECUTADO)

Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1058675-66.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 09/12/2019 16:34:22 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: MILTON XAVIER QUEIROZ CPF Nº 047.722.371-00 - CONTRIBUINTE 48867 CDA's Nºs 2016 / 1310381; 2017 / 1492571; 2018 / 1641643 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 01.6.25.005.0462.001- IPTU. VALOR DA CAUSA: R$ 3.699,24 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo

8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da

Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1058679-06.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
NEYSON LUIZ DE SOUZA FRANCO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1058679-06.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 09/12/2019 16:34:33 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: NEYSON LUIZ DE SOUZA FRANCO CPF Nº 161.623.661-20 - CONTRIBUINTE 343253 CDA's Nºs 2016 / 1264206; 2017 / 1456684; 2018 / 1650243; 2019 / 1787331 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 01.4.34.003.0069.001 - IPTU. VALOR DA CAUSA: R$ 9.812,69 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para

se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos

eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1058680-88.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
PAULO ROBERTO MONTEIRO SEMPIO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1058680-88.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 09/12/2019 16:34:36 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE

CUIABÁ EXECUTADO: PAULO ROBERTO MONTEIRO SEMPIO CPF Nº 111.260.601-78 - CONTRIBUINTE 388196E CDA's Nºs 2016 / 1272319; 2017 / 1544109; 2018 / 1635453 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 01.6.42.010.0475.004 - IPTU. VALOR DA CAUSA: R$ 3.641,12 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de

recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é

que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1058723-25.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ILTO ANTONIO COUTINHO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1058723-25.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 09/12/2019 16:36:59 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: ILTO ANTONIO COUTINHO CPF Nº 345.168.161-72 - CONTRIBUINTE 734942144 CDA's Nºs 2016 / 1321621; 2017 / 1511325; 2018 / 1592764 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 01.5.43.024.0613.029 - IPTU VALOR DA CAUSA: R$ 4.952,26 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de

nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se,

sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1058683-43.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
RAFAEL JUNIOR MORAES MARQUES (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1058683-43.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 09/12/2019 16:34:46 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: RAFAEL JUNIOR MORAES MARQUES CPF Nº 051.255.051-45 - CONTRIBUINTE 735011707 CDA's Nºs 2016 / 1337435; 2017 / 1485867; 2018 / 1614356; 2019 / 1817459 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 04.1.42.009.0335.001 - IPTU. VALOR DA CAUSA: R$ 4.644,55 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no

PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem

que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a

respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1058688-65.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
WISLEY BALDOINO DE BRITO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1058688-65.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 09/12/2019 16:34:58 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: WISLEY BALDOINO DE BRITO CPF Nº 655.400.501-34 - CONTRIBUINTE 395746 CDA's Nºs 2016 / 1351940; 2017 / 1485151; 2018 / 1593345; 2019 / 1876766 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 01.5.21.015.0449.001 - IPTU. VALOR DA CAUSA: R$ 7.110,58 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento

administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais

sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1058722-40.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
CLAUDIO STABILE RIBEIRO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1058722-40.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 09/12/2019 16:36:54 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: CLAUDIO STABILE RIBEIRO CPF Nº 365.942.709-82 - CONTRIBUINTE 44479 CDA Nº 1320193 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 01.5.45.018.0156.059 - IPTU VALOR DA CAUSA: R$ 2.231,19 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA

METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de

2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida,

ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1058697-27.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
Rodrigo Brandão Correa (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1058697-27.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 09/12/2019 16:35:25 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: RODRIGO BRANDÃO CORREA CPF Nº 545.491.911-04 - CONTRIBUINTE 735060834 CDA's Nºs 2016 / 1311912; 2017 / 1511317; 2018 / 1667109; 2019 / 1796268 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 01.5.43.014.0190.001 - IPTU VALOR DA CAUSA: R$ 8.549,62 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos

eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art.

321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1058685-13.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ROZELENE VIEIRA DA SILVA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1058685-13.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 09/12/2019 16:34:53 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADA: ROZELENE VIEIRA DA SILVA CPF Nº 522.650.301-63 - CONTRIBUINTE 734755188 CDA's Nºs 2016 / 1287499; 2017 / 1457164; 2018 / 1642641; 2019 / 1820301 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 04.1.31.005.0074.001 - IPTU. VALOR DA CAUSA: R$ 4.262,93 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e

CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública

for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após

a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1058700-79.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JEAN KARLO M. DE SOUZA - ME (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1058700-79.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 09/12/2019 16:35:34 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: JEAN KARLO M. DE SOUZA - ME CNPJ Nº 04.352.351/0001-12 - CONTRIBUINTE 321958 CDA's Nºs 1926184 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 75292 - ISSQN VALOR DA CAUSA: R$ 34.203,52 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de

extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos

documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1058696-42.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
RICARDO JOSE SIMOES DE ARRUDA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1058696-42.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 09/12/2019 16:35:21 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: RICARDO JOSE SIMOES DE ARRUDA CPF Nº 151.678.281-04 - CONTRIBUINTE 43861 CDA's Nºs 2016 / 1262756; 2017 / 1577789; 2018 / 1663947 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 01.5.21.021.0115.001 - IPTU VALOR DA CAUSA: R$ 5.796,35 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO

AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de

2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda

Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1058699-94.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
FABIANA DA SILVA PONCE - ME (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1058699-94.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 09/12/2019 16:35:31 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADA: FABIANA DA SILVA PONCE - ME CNPJ Nº 06.137.366/0001-93 - CONTRIBUINTE 360680 CDA Nº 1926182 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 84605 - ISSQN VALOR DA CAUSA: R$ 44.568,48 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento

administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no

prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1058694-72.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MARIA CONCEICAO DE SOUSA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1058694-72.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 09/12/2019 16:35:16 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADA: MARIA CONCEIÇÃO DE SOUSA CPF Nº 176.371.968-52 - CONTRIBUINTE 735192465 CDA's Nºs 2016 / 1256321; 2017 / 1574388; 2018 / 1698198; 2019 / 1778823 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 01.3.13.042.0304.001 - IPTU. VALOR DA CAUSA: R$ 6.747,19 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o

seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas

autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de

prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1058716-33.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ESMERALDO RIBEIRO FILHO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1058716-33.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 09/12/2019 16:36:31 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: ESMERALDO RIBEIRO FILHO CPF Nº 563.002.717-49 - CONTRIBUINTE 734918500 CDA's Nºs 2016 / 1266415; 2017 / 1469500 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 01.8.12.046.0118.032 - IPTU VALOR DA CAUSA: R$ 4.048,07 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima

(cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 -

Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1058686-95.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
SEBASTIANA SILVA DE AZEVEDO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1058686-95.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 09/12/2019 16:34:55 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADA: SEBASTIANA SILVA DE AZEVEDO CPF Nº 107.637.751-34 - CONTRIBUINTE 321448 CDA's Nºs 2016 / 1257425; 2017 / 1470680; 2018 / 1638827; 2019 / 1807609 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 01.9.33.020.0194.001 - IPTU. VALOR DA CAUSA: R$ 4.619,46 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item

IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos

serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar

nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1058711-11.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
CELSO PINTO DE BARROS (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1058711-11.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 09/12/2019 16:36:16 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: CELSO PINTO DE BARROS CPF Nº 156.134.611-04 - CONTRIBUINTE 80855 CDA's Nºs 2016 / 1344193; 2017 / 1547118; 2018 / 1682446; 2019 / 1820128 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 04.1.23.001.0320.001 - IPTU VALOR DA CAUSA: R$ 4.325,10 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do §

3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E

PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1058702-49.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MARMITT REPRESENTACOES COMERCIAIS EIRELI - ME (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1058702-49.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 09/12/2019 16:35:40 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: MARMITT REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS EIRELI - ME CNPJ Nº 07.839.309/0001-19 - CONTRIBUINTE 390040 CDA Nº 1926190 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 90674 - ISSQN VALOR DA CAUSA: R$ 15.518,09 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e

sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato

praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na

contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0017020-93.2003.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
BENEDITO DA COSTA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 0017020-93.2003.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 09/09/2003 00:00:00 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: BENEDITO DA COSTA CPF Nº NÃO INFORMADO - CONTRIBUINTE 23767 CDA's Nºs 92701/1998. INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 01.5.31.018.0038.001 - IPTU. VALOR DA CAUSA: R$ 134,89- DECISÃO 163 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE... Trata-se de EXECUÇÃO FISCAL distribuída originariamente de forma física em 09/09/2003, promovida pelo MUNICÍPIO DE CUIABÁ em desfavor de BENEDITO DA COSTA - CPF Nº NÃO INFORMADO, tendo como objeto o recebimento do crédito inscrito na CDA Nº 1998/927071, referente ao não pagamento de IPTU do imóvel de Inscrição Municipal nº 01.5.31.018.0038.001, e o valor atribuído à causa foi R$134,89- (ID 26124261). A petição inicial veio instruída com cópia da CDA acima mencionada (ID 26124445 – p. 03). Em 15/09/2003 foi determinada a citação da Parte Executada (ID 26124445 – p. 05), interrompendo-se o prazo prescricional, conforme o Art. 174 do CTN, tendo sido expedida Carta de Citação em 16/09/2003 (26124445 – p. 06), a qual retornou ao Juízo SEM assinatura de recebimento: “Ausente” (26124445 – p. 07). Em 29/06/2007 o Juízo da Quinta Vara Esp. da Fazenda Pública proferiu SENTENÇA, reconhecendo e declarando, de ofício, prescrito o crédito tributário, julgando extinto o processo com resolução de mérito, tendo em vista ter transcorrido mais de cinco anos sem que a Parte Executada fosse sequer citada, em razão de erros de qualificação e inexatidão de seu endereço (ID 26124450). Em 12/01/2009 o Município Exequente interpôs RECURSO DE APELAÇÃO onde requereu a reforma da r. sentença retro, alegando erro na contagem do prazo prescricional (ID’s 26124451, 26124452 e 26124453). Em 06/04/2009 o Juízo da Quinta Vara Esp. da Fazenda Pública determinou o arquivamento provisório destes autos eletrônicos, em razão do valor da causa (ID 26124453 e 26124454). Em 11/01/2016 a Secretaria deste Juízo certificou que estes autos estiveram no arquivo provisório há mais de cinco anos, sem qualquer manifestação da Parte Exequente (ID 26124454). Em 12/11/2018 e 12/07/2019, os MMos. Juízes de Direito Auxiliares da CGJ Drs. Aristeu Dias Batista Vilella e José Arimatea Neves Costa, em sede REGIME DE EXCEÇÃO 2018 e 2019, determinaram a intimação da Parte Executada para dar prosseguimento ao feito (ID 26124454), não havendo informações quanto ao seu cumprimento. Em 13/11/2019 os autos foram digitalizados, nos termos da Portaria Conjunta n° 1076/2019-PRES-CGJ, e distribuídos automaticamente no Sistema PJe, nos termos da Resolução n° 185/2013-CNJ (ID 26009276). Eis o relatório necessário. FUNDAMENTO E DECIDO. Inicialmente, consigno que não houve decisão sobre a via eleita pelo Município Exequente para recorrer da r. sentença de ID 26124450, durante os REGIMES DE EXCEÇÃO DE 2018 e 2019, pelos DD. Juízes de Direito Auxiliares da CGJ e Colaboradores, competentes para os feitos físicos e eletrônicos distribuídos até 31/12/2017, até o término do período em 30/08/2019, razão pela qual passo a decidir sobre o pleito, conforme abaixo. Pois bem. Após análise dos autos, verifica-se que foi interposto RECURSO DE APELAÇÃO pelo Município Exequente em 17/12/2008 (ID’s 26124451, 26124452 e 26124453), contra a r. sentença, que declarou a prescrição do crédito executado em 29/06/2007 (ID 26124450). Entretanto, sabe-se que nas execuções fiscais cujo valor for de até CINQUENTA ORTN’S, não cabe RECURSO DE APELAÇÃO contra sentença de extinção, sendo a via recursal correta apenas os EMBARGOS INFRINGENTES, que será julgado pelo próprio Juízo da Execução, como está estabelecido no Art. 34 da Lei 6.830/1980, ex vi: Art. 34 - Das sentenças de primeira instância proferidas em execuções de valor igual ou inferior a 50 (cinqüenta) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional - ORTN, só se admitirão embargos infringentes e de declaração. § 1º - Para os efeitos deste artigo considerar-se-á o valor da dívida monetariamente atualizado e acrescido de multa e juros de mora e de mais encargos legais, na data da distribuição. § 2º - Os embargos infringentes, instruídos, ou não, com documentos novos, serão deduzidos, no prazo de 10 (dez) dias perante o mesmo Juízo, em petição fundamentada. (negritei e grifei). Nesse sentido, já decidiu o E. Tribunal de Justiça de Mato Grosso, verbis: “AGRAVO INTERNO – EXECUÇÃO FISCAL – RECURSO E APELAÇÃO QUE SE NEGOU SEGUIMENTO – VALOR DE ALÇADA – 50 ORTN’S – INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA – VIGÊNCIA DO ART. 34 DA LEF – AGRAVO DESPROVIDO. O art. 34, da Lei de EXECUÇÕES FISCAIS é claro ao dispor que das sentenças em EXECUÇÃO FISCAL, com valor igual ou inferior a 50 ORTN só serão admitidos EMBARGOS INFRINGENTES e de Declaração. Assim, notória a inadequação da via eleita ao interpor Recurso de Apelação, quando não alcançados o valor de alçada estipulado no referido artigo. A finalidade do disposto art. 34 da Lei Federal nº 6.830/80, é evitar que causas de valor irrisório venham a congestionar os Tribunais, não cobrindo sequer o valor das custas que o Poder Judiciário despende para processá-los na segunda instância.” (TJ/MT – SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO, Rel. DES. JOSÉ ZUQUIM NOGUEIRA, AgR 25256/2017, Julgado em 13/06/2017, Publicado no DJE 14/07/2017). (negritei). Sobre a questão, o E. Superior Tribunal de Justiça estabeleceu, em sede de Recursos Repetitivos – Tema 395, a seguinte TESE JURÍDICA: "Adota-se como valor de alçada para o cabimento de apelação em sede de execução fiscal o valor de R$ 328,27 (trezentos e vinte e oito reais e vinte e sete centavos), corrigido pelo IPCA-E a partir de janeiro de 2001, valor esse que deve ser observado à data da propositura da execução". (negritei), verbis: “PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. VALOR DE ALÇADA. CABIMENTO DE APELAÇÃO NOS CASOS EM QUE O VALOR DA CAUSA EXCEDE 50 ORTN'S. ART. 34 DA LEI N.º 6.830/80 (LEF). 50 ORTN = 50 OTN = 308,50 BTN = 308,50 UFIR = R$ 328,27, EM DEZ/2000. PRECEDENTES. CORREÇÃO PELO IPCA-E A PARTIR DE JAN/2001. 1. O recurso de apelação é cabível nas execuções fiscais nas hipóteses em que o seu valor excede, na data da propositura da ação, 50 (cinqüenta) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional - ORTN, à luz do disposto no artigo 34, da Lei n.º 6.830, de 22 de setembro de 1980. 2. A ratio essendi da norma é promover uma tramitação mais célere nas ações de execução fiscal com valores menos expressivos, admitindo-se apenas embargos infringentes e de declaração a serem conhecidos e julgados pelo juízo prolator da sentença, e vedando-se a interposição de recurso ordinário. 3. Essa Corte consolidou o sentido de que "com a extinção da ORTN, o valor de alçada deve ser encontrado a partir da interpretação da norma que extinguiu um índice e o substituiu por outro, mantendo-se a paridade das unidades de referência, sem efetuar a conversão para moeda corrente, para evitar a perda do valor aquisitivo", de sorte que "50 ORTN = 50 OTN = 308,50 BTN = 308,50 UFIR = R$ 328,27 (trezentos e vinte e oito reais e vinte e sete centavos) a partir de janeiro/2001, quando foi extinta a UFIR e desindexada a economia". (REsp 607.930/DF, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, julgado em 06/04/2004, DJ 17/05/2004 p. 206) 4. Precedentes jurisprudenciais: AgRg no Ag 965.535/PR, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 02/10/2008, DJe 06/11/2008; AgRg no Ag 952.119/PR, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, julgado em 19/02/2008, DJ 28/02/2008 p. 1; REsp 602.179/SC, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, julgado em 07/03/2006, DJ 27/03/2006 p. 161. 5. Outrossim, há de se considerar que a jurisprudência do Egrégio STJ manifestou-se no sentido de que "extinta a UFIR pela Medida Provisória nº 1.973/67, de 26.10.2000, convertida na Lei 10.552/2002, o índice substitutivo utilizado para a atualização monetária dos créditos do contribuinte para com a Fazenda passa a ser o IPCA-E, divulgado pelo IBGE, na forma da resolução 242/2001 do Conselho da Justiça Federal". (REsp 761.319/RS, Rel. Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, julgado em 07/03/2006, DJ 20/03/2006 p. 208) 6. A doutrina do tema corrobora esse entendimento, assentando que "tem-se utilizado o IPCA-E a partir de então pois servia de parâmetro para a fixação da UFIR. Não há como aplicar a SELIC, pois esta abrange tanto correção como juros". (PAUSEN, Leandro. ÁVILA, René Bergmann. SLIWKA, Ingrid Schroder. Direito Processual Tributário. 5.ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado editora, 2009, p. 404) 7. Dessa sorte, mutatis mutandis, adota-se como valor de alçada para o cabimento de apelação em sede de execução fiscal

o valor de R$ 328,27 (trezentos e vinte e oito reais e vinte e sete centavos), corrigido pelo IPCA-E a partir de janeiro de 2001, valor esse que deve ser observado à data da propositura da execução. 8. In casu, a demanda executiva fiscal, objetivando a cobrança de R$ 720,80 (setecentos e vinte reais e oitenta centavos), foi ajuizada em dezembro de 2005. O Novo Manual de Cálculos da Justiça Federal, (disponível em), indica que o índice de correção, pelo IPCA-E, a ser adotado no período entre jan/2001 e dez/2005 é de 1,5908716293. Assim, R$ 328,27 (trezentos e vinte e oito reais e vinte e sete centavos), com a aplicação do referido índice de atualização, conclui-se que o valor de alçada para as execuções fiscais ajuizadas em dezembro/2005 era de R$ 522,24 (quinhentos e vinte e dois reais e vinte a quatro centavos), de sorte que o valor da execução ultrapassa o valor de alçada disposto no artigo 34, da Lei n.º 6.830/80, sendo cabível, a fortiori, a interposição da apelação. 9. Recurso especial conhecido e provido. Acórdão submetido ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 08/2008. (STJ, PRIMEIRA SEÇÃO, Rel. Ministro LUIZ FUX, REsp 1168625/MG, julgado em 09/06/2010, DJe 01/07/2010).” (negritei). Ressalte-se que a Primeira Seção do E. Superior Tribunal de Justiça, em sede de IAC, adotou a tese de que sequer é admissível Mandado de Segurança contra decisão proferida aplicando o referido Art. 34 da Lei nº 6.830/1980, verbis: “INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA. PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. CAUSA DE ALÇADA.RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. ART. 34 DA LEI 6.830/80. CONSTITUCIONALIDADE RECONHECIDA PELO STF NO ARE 637.975-RG/MG - TEMA 408/STF. EXECUÇÃO FISCAL DE VALOR IGUAL OU INFERIOR A 50 ORTN'S. SENTENÇA EXTINTIVA. RECURSOS CABÍVEIS. EMBARGOS INFRINGENTES E DE DECLARAÇÃO. EXCEÇÃO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO (SÚMULA 640/STF). MANDADO DE SEGURANÇA. SUCEDÂNEO RECURSAL. NÃO CABIMENTO. SÚMULA 267/STF. 1. (...). 2. Dispõe o artigo 34 da Lei 6.830/80 que, "Das sentenças de primeira instância proferidas em execuções de valor igual ou inferior a 50 (cinqüenta) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional - ORTN, só se admitirão embargos infringentes e de declaração". 3. O Supremo Tribunal Federal, ao julgar o ARE 637.975-RG/MG, na sistemática da repercussão geral, firmou a tese de que "É compatível com a Constituição o art. 34 da Lei 6.830/1980, que afirma incabível apelação em casos de execução fiscal cujo valor seja inferior a 50 ORTN" (Tema 408/STF). 4. Nessa linha de compreensão, tem-se, então, que, das decisões judiciais proferidas no âmbito do art. 34 da Lei nº 6.830/80, são oponíveis somenteembargos de declaração e embargos infringentes, entendimento excepcionado pelo eventual cabimento de recurso extraordinário, a teor do que dispõe a Súmula 640/STF ("É cabível recurso extraordinário contra decisão proferida por juiz de primeiro grau nas causas de alçada, ou por turma recursal de Juizado Especial Cível ou Criminal"). 5. É incabível o emprego do mandado de segurança como sucedâneo recursal, nos termos da Súmula 267/STF ("Não cabe mandado de segurança contra ato judicial passível de recurso ou correição"), não se podendo, ademais, tachar de teratológica decisão que cumpre comando específico existente na Lei de Execuções Fiscais (art. 34). 6. Precedentes: AgInt no RMS 55.125/SP, Rel. Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe 16/11/2017; AgInt no RMS 54.845/SP, Rel. Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe 18/12/2017; AgInt no RMS 53.232/SP, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 11/05/2017; AgInt no RMS 53.267/SP, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 10/05/2017; AgRg no AgRg no RMS 43.562/SP, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 24/10/2013; RMS 42.738/MG, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, DJe 21/08/2013; AgRg no RMS 38.790/SP, Rel. Ministro Ari Pargendler, Primeira Turma, DJe 02/04/2013; RMS 53.613/SP, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe 24/05/2017; RMS 53.096/SP, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 20/04/2017; AgInt no RMS 53.264/SP, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 07/04/2017; AgInt no RMS 50.271/SP, Rel.Ministra Diva Malerbi (Desembargadora Convocada TRF 3ª Região), Segunda Turma, DJe 12/08/2016. 7. TESE FIRMADA: "Não é cabível mandado de segurança contra decisão proferida em execução fiscal no contexto do art. 34 da Lei 6.830/80". 8. Resolução do caso concreto: recurso ordinário do município de Leme/SP, a que se nega provimento.” (STJ, PRIMEIRA SEÇÃO, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, IAC no RMS 53.720/SP, julgado em 10/04/2019, DJe 20/05/2019). No caso presente, evidencia-se que o valor da causa quando esta Execução Fiscal foi distribuída (R$134,89-) estava abaixo dos 50 ORTN’s, pois dois anos antes, em 2001, 50 ORTN’s equivalia a R$ 328,27- (REsp 1168625/MG), de forma que sujeita-se à alçada estabelecido no Art. 34 da Lei nº 6.830/1980, verbis: Art. 34 - Das sentenças de primeira instância proferidas em execuções de valor igual ou inferior a 50 (cinqüenta) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional - ORTN, só se admitirão embargos infringentes e de declaração. Assim sendo, tendo em vista a inobservância do disposto no Art. 34 da Lei 6.830/1980, NÃO RECEBO a APELAÇÃO interposta pelo Município Exequente às fls. 38/47, a teor do próprio Art. 34 da Lei nº 6.830/1980 (‘Das sentenças...só se admitirão...), lei especial que regulamenta esta Execução Fiscal, permanecendo, assim, inalterada a SENTENÇA proferida em 29/06/2007, que declarou prescrito o crédito executado e extinguiu este processo com julgamento do mérito(ID 26124450). Consequentemente, DETERMINO que se CUMPRA a sentença proferida em 29/06/2007 (ID 26124450), CERTIFICANDO o seu trânsito em julgado imediatamente e, após, DÊEM-SE BAIXAS na Distribuição e Relatórios e ARQUIVEM DEFINITIVAMENTE estes autos eletrônicos. INTIME (PJe) desta sentença o Município Exequente, através do Sr. Procurador Fiscal que oficia perante este Juízo, nos termos dos Arts. 269, § 3º; 270, § único; e 246, § 1º do CPC/2015. INTIME desta sentença extintiva a Parte Executada pessoalmente ou por carta registrada, em homenagem aos princípios fundamentais processuais previstos no Art. 8º do CPC/2015, conforme determinam os Arts. 241, 271 e 274 do CPC/2015. PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 CPC/2015. CUMPRA sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema Pje TJMT. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito Ija - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL Art. 205. Os despachos, as decisões, as sentenças e os acórdãos serão redigidos, datados e assinados pelos juízes. (...) § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. § 1º O comparecimento espontâneo do réu ou do executado supre a falta ou a nulidade da citação, fluindo a partir desta data o prazo para apresentação de contestação ou de embargos à execução. § 2º Rejeitada a alegação de nulidade, tratando-se de processo de: I - conhecimento, o réu será considerado revel; II - execução, o feito terá seguimento. Art. 241. Transitada em julgado a sentença de mérito proferida em favor do réu antes da citação, incumbe ao escrivão ou ao chefe de secretaria comunicar-lhe o resultado do julgamento. Art. 246. A citação será feita: (...) § 1º Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. (...) § 3º A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1º do art. 246. Art. 496. Está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença: I - proferida contra a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público; II - que julgar procedentes, no todo ou em parte, os embargos à execução fiscal. Art. 927. Os juízes e os tribunais observarão: I - as decisões do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade; II - os enunciados de súmula vinculante; III - os acórdãos em incidente de assunção de competência ou de resolução de demandas repetitivas e em julgamento de recursos extraordinário e especial repetitivos; IV - os enunciados das súmulas do Supremo Tribunal Federal em matéria constitucional e do Superior Tribunal de Justiça em matéria infraconstitucional; V - a orientação do plenário ou do órgão especial aos quais estiverem vinculados. § 1o Os juízes e os tribunais observarão o disposto no art. 10 e no art. 489, § 1o, quando decidirem com fundamento neste artigo. § 2o A alteração de tese jurídica adotada em enunciado de súmula ou em julgamento de casos repetitivos poderá ser precedida de audiências públicas e da participação de pessoas, órgãos ou entidades que possam contribuir para a rediscussão da tese. § 3o Na hipótese de

alteração de jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal e dos tribunais superiores ou daquela oriunda de julgamento de casos repetitivos, pode haver modulação dos efeitos da alteração no interesse social e no da segurança jurídica. § 4o A modificação de enunciado de súmula, de jurisprudência pacificada ou de tese adotada em julgamento de casos repetitivos observará a necessidade de fundamentação adequada e específica, considerando os princípios da segurança jurídica, da proteção da confiança e da isonomia. § 5o Os tribunais darão publicidade a seus precedentes, organizando-os por questão jurídica decidida e divulgando-os, preferencialmente, na rede mundial de computadores. - PORTARIA N. 42/2019, DE 13 DE JUNHO DE 2019: Dispõe sobre a ampliação da atuação das equipes de ação rápida nos regimes de exceção na Vara de Execução Fiscal da Comarca de Cuiabá de que tratam o Provimento n. 11/2019-CM de 11.06.2019 e o Provimento n. 05/2019-CM. de 09.04.2019, alterado pelo Provimento n. 07/2019-CM de 09.05.2019 e regulamentados pela Portaria n. 29/2019-CGJ, alterada pela Portaria n. 37/2019-CGJ; e dá outras providências. RESOLVE: Art. 1° Dispor sobre a atuação das equipes de ação rápida nos regimes de exceção na Vara de Execução Fiscal da Comarca de Cuiabá de que tratam o Provimento n. 11 /2019-CM de 11.06.2019 e o Provimento n. 05/2019-CM de 09.04.2019, alterado pelo Provimento n. 07/2019-CM de 09.05.2019 e regulamentado pela Portaria n. 29/2019-CU, alterada pela Portaria n. 37/2019-CGJ; e nos termos desta Portaria. Parágrafo único. A atuação das equipes de ação rápida regulamentadas por esta Portaria constitui uma continuidade dos trabalhos realizados na Vara de Execução Fiscal da Comarca de Cuiabá — já iniciados com relação à prática de alguns atos concernentes aos executivos fiscais estaduais —, de modo que, além de incluir as execuções fiscais municipais, abrange a prática de todos os demais atos necessários para garantir a entrega da prestação jurisdicional de modo célere e efetivo, nos termos previstos nos referidos Provimentos e Portarias. ... Art. 4° Nos termos do Provimento n. 01 /2019-CGJ, as equipes de ação rápida serão compostas das seguintes equipes de trabalho: ... § 3° Os juízes convocados para a equipe de apoio e julgamento atuarão, necessariamente, no julgamento dos incidentes opostos nas execuções distribuídas até 31.12.2017. ... - PROVIMENTO N. 18/2019-CM, DE 09 DE SETEMBRO DE 2019: Disponibilizado - 10/9/2019 Diário da Justiça Eletrônico - MT - Ed. nº 10574 Página 3 de 161 Antecipa parcialmente o encerramento do regime de exceção na Vara Especializada de Execução Fiscal da Comarca de Cuiabá, instaurado pelo Provimento n. 05/2019-CM, de 09 de abril de 2019 e alterado pelos Provimentos n. 07 e 11/2019-CM. O PRESIDENTE DO CONSELHO DA MAGISTRATURA DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e em observância à decisão prolatada nos autos do Regime de Exceção n. 01/2019 (CIA n. 0009930-98.2019.8.11.0000), RESOLVE, “ad referendum” do egrégio Conselho da Magistratura: Art. 1º. Antecipar parcialmente o encerramento do regime de exceção na Vara Especializada de Execução Fiscal da Comarca de Cuiabá, instaurado pelo Provimento n. 05/2019-CM, de 09 de abril de 2019, e alterado pelos Provimentos n. 07 e 11/2019-CM, nos termos deste Provimento. Art. 2º . Fica antecipado para o dia 30 de agosto de 2019, o encerramento do regime de exceção na Vara Especializada de Execução Fiscal da Comarca de Cuiabá, exclusivamente nos executivos fiscais municipais da referida unidade judiciária. Art. 3º. Este Provimento entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 30 de agosto de 2019. Cuiabá, 09 de setembro de 2019. Desembargador CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA (documento assinado digitalmente)... FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0015382-25.2003.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
NEUZA ALVES DOS SANTOS (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 0015382-25.2003.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 21/08/2003 00:00:00 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADA: NEUZA ALVES DOS SANTOS CPF Nº NÃO INFORMADO CONTRIBUINTE 5.117 CDA Nº 98/898578. INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 01.3.14.001.0247.001 - IPTU. VALOR DA CAUSA: R$ 129,19- DECISÃO 163 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE... Trata-se de EXECUÇÃO FISCAL distribuída originariamente de forma física em 13/08/2003, promovida pelo MUNICÍPIO DE CUIABÁ em desfavor de NEUZA ALVES DOS SANTOS - CPF Nº NÃO INFORMADO, tendo como objeto o recebimento do crédito inscrito na CDA Nº 1998/898578, referente ao não pagamento de IPTU do imóvel de Inscrição Municipal nº 01.3.14.001.0247.001, e o valor atribuído à causa foi R$129,19- (ID 26141099). A petição inicial veio instruída com cópia da CDA acima mencionada (ID 26141101 – p. 03). Em 10/12/2003 foi determinada a citação da Parte Executada (ID 26141101 – p. 05), interrompendo-se o prazo prescricional, conforme o Art. 174 do CTN, tendo sido expedida Carta de Citação em 07/01/2004 (ID 26141101 – p. 06), a qual retornou ao Juízo SEM assinatura de recebimento: “Mudou-se” (ID 26141101 – p. 08). Em 25/05/2007 o Juízo da Quinta Vara Esp. da Fazenda Pública proferiu SENTENÇA, reconhecendo e declarando, de ofício, prescrito o crédito tributário, julgando extinto o processo com resolução de mérito, tendo em vista ter transcorrido mais de cinco anos sem que a Parte Executada fosse sequer citada, em razão de erros de qualificação e inexatidão de seu endereço (ID 26141104). Em 26/04/2008 o Município Exequente interpôs RECURSO DE APELAÇÃO, requerendo a reforma da r. sentença retro, alegando erro na contagem do prazo prescricional (ID’s 26141105, 26141106, 26141107 e 26141108). Em 06/04/2009 o Juízo da Quinta Vara Esp. da Fazenda Pública determinou o arquivamento provisório destes autos eletrônicos, em razão do valor da causa (ID 26141108), não havendo informações quanto ao seu cumprimento. Em 13/11/2019 os autos foram digitalizados, nos termos da Portaria Conjunta n° 1076/2019-PRES-CGJ, e distribuídos automaticamente no Sistema PJe, nos termos da Resolução n° 185/2013-CNJ (ID 26141100). Eis o relatório necessário. FUNDAMENTO E DECIDO. Inicialmente, consigno que não houve decisão sobre a via eleita pelo Município Exequente para recorrer da r. sentença de ID 26141104, durante os REGIMES DE EXCEÇÃO DE 2018 e 2019, pelos DD. Juízes de Direito Auxiliares da CGJ e Colaboradores, competentes para os feitos físicos e eletrônicos distribuídos até 31/12/2017, até o término do período em 30/08/2019, razão pela qual passo a decidir sobre o pleito, conforme abaixo. Pois bem. Após análise dos autos, verifica-se que foi interposto RECURSO DE APELAÇÃO pelo Município Exequente em 26/04/2008 (ID’s 26141105, 26141106, 26141107 e 26141108), contra a r. sentença, que declarou a prescrição do crédito executado em 25/05/2007 (ID 26141104). Entretanto, sabe-se que nas execuções fiscais cujo valor for de até CINQUENTA ORTN’S, não cabe RECURSO DE APELAÇÃO contra sentença de extinção, sendo a via recursal correta apenas os EMBARGOS INFRINGENTES, que será julgado pelo próprio Juízo da Execução, como está estabelecido no Art. 34 da Lei 6.830/1980, ex vi: Art. 34 - Das sentenças de primeira instância proferidas em execuções de valor igual ou inferior a 50 (cinqüenta) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional - ORTN, só se admitirão embargos infringentes e de declaração. § 1º - Para os efeitos deste artigo considerar-se-á o valor da dívida monetariamente atualizado e acrescido de multa e juros de mora e de mais encargos legais, na data da distribuição. § 2º - Os embargos infringentes, instruídos, ou não, com documentos novos, serão deduzidos, no prazo de 10 (dez) dias perante o mesmo Juízo, em petição fundamentada. (negritei e grifei). Nesse sentido, já decidiu o E. Tribunal de Justiça de Mato Grosso, verbis: “AGRAVO INTERNO – EXECUÇÃO FISCAL – RECURSO E APELAÇÃO QUE SE NEGOU SEGUIMENTO – VALOR DE ALÇADA – 50 ORTN’S – INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA – VIGÊNCIA DO ART. 34 DA LEF – AGRAVO DESPROVIDO. O art. 34, da Lei de EXECUÇÕES FISCAIS é claro ao dispor que das sentenças em EXECUÇÃO FISCAL, com valor igual ou inferior a 50 ORTN só serão admitidos EMBARGOS INFRINGENTES e de Declaração. Assim, notória a inadequação da via eleita ao interpor Recurso de Apelação, quando não alcançados o valor de alçada estipulado no referido artigo. A finalidade do disposto art. 34 da Lei Federal nº 6.830/80, é evitar que causas de valor irrisório venham a congestionar os Tribunais, não cobrindo sequer o valor das custas que o Poder Judiciário despende para processá-los na segunda instância.” (TJ/MT – SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO, Rel. DES. JOSÉ ZUQUIM NOGUEIRA, AgR 25256/2017, Julgado em 13/06/2017, Publicado no DJE 14/07/2017). (negritei). Sobre a questão, o E. Superior Tribunal de Justiça estabeleceu, em sede de Recursos Repetitivos – Tema 395, a seguinte TESE JURÍDICA: "Adota-se como valor de alçada para o cabimento de apelação em sede de execução fiscal o valor de R$ 328,27 (trezentos e vinte e oito reais e vinte e sete centavos), corrigido pelo IPCA-E a partir de janeiro de 2001,

valor esse que deve ser observado à data da propositura da execução". (negritei), verbis: "PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. VALOR DE ALÇADA. CABIMENTO DE APELAÇÃO NOS CASOS EM QUE O VALOR DA CAUSA EXCEDE 50 ORTN'S. ART. 34 DA LEI N.º 6.830/80 (LEF). 50 ORTN = 50 OTN = 308,50 BTN = 308,50 UFIR = R$ 328,27, EM DEZ/2000. PRECEDENTES. CORREÇÃO PELO IPCA-E A PARTIR DE JAN/2001. 1. O recurso de apelação é cabível nas execuções fiscais nas hipóteses em que o seu valor excede, na data da propositura da ação, 50 (cinqüenta) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional - ORTN, à luz do disposto no artigo 34, da Lei n.º 6.830, de 22 de setembro de 1980. 2. A ratio essendi da norma é promover uma tramitação mais célere nas ações de execução fiscal com valores menos expressivos, admitindo-se apenas embargos infringentes e de declaração a serem conhecidos e julgados pelo juízo prolator da sentença, e vedando-se a interposição de recurso ordinário. 3. Essa Corte consolidou o sentido de que "com a extinção da ORTN, o valor de alçada deve ser encontrado a partir da interpretação da norma que extinguiu um índice e o substituiu por outro, mantendo-se a paridade das unidades de referência, sem efetuar a conversão para moeda corrente, para evitar a perda do valor aquisitivo", de sorte que "50 ORTN = 50 OTN = 308,50 BTN = 308,50 UFIR = R$ 328,27 (trezentos e vinte e oito reais e vinte e sete centavos) a partir de janeiro/2001, quando foi extinta a UFIR e desindexada a economia". (REsp 607.930/DF, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, julgado em 06/04/2004, DJ 17/05/2004 p. 206) 4. Precedentes jurisprudenciais: AgRg no Ag 965.535/PR, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 02/10/2008, DJe 06/11/2008; AgRg no Ag 952.119/PR, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, julgado em 19/02/2008, DJ 28/02/2008 p. 1; REsp 602.179/SC, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, julgado em 07/03/2006, DJ 27/03/2006 p. 161. 5. Outrossim, há de se considerar que a jurisprudência do Egrégio STJ manifestou-se no sentido de que "extinta a UFIR pela Medida Provisória nº 1.973/67, de 26.10.2000, convertida na Lei 10.552/2002, o índice substitutivo utilizado para a atualização monetária dos créditos do contribuinte para com a Fazenda passa a ser o IPCA-E, divulgado pelo IBGE, na forma da resolução 242/2001 do Conselho da Justiça Federal". (REsp 761.319/RS, Rel. Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, julgado em 07/03/2006, DJ 20/03/2006 p. 208) 6. A doutrina do tema corrobora esse entendimento, assentando que "tem-se utilizado o IPCA-E a partir de então pois servia de parâmetro para a fixação da UFIR. Não há como aplicar a SELIC, pois esta abrange tanto correção como juros". (PAUSEN, Leandro. ÁVILA, René Bergmann. SLIWKA, Ingrid Schroder. Direito Processual Tributário. 5.ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado editora, 2009, p. 404) 7. Dessa sorte, mutatis mutandis, adota-se como valor de alçada para o cabimento de apelação em sede de execução fiscal o valor de R$ 328,27 (trezentos e vinte e oito reais e vinte e sete centavos), corrigido pelo IPCA-E a partir de janeiro de 2001, valor esse que deve ser observado à data da propositura da execução. 8. In casu, a demanda executiva fiscal, objetivando a cobrança de R$ 720,80 (setecentos e vinte reais e oitenta centavos), foi ajuizada em dezembro de 2005. O Novo Manual de Cálculos da Justiça Federal, (disponível em), indica que o índice de correção, pelo IPCA-E, a ser adotado no período entre jan/2001 e dez/2005 é de 1,5908716293. Assim, R$ 328,27 (trezentos e vinte e oito reais e vinte e sete centavos), com a aplicação do referido índice de atualização, conclui-se que o valor de alçada para as execuções fiscais ajuizadas em dezembro/2005 era de R$ 522,24 (quinhentos e vinte e dois reais e vinte a quatro centavos), de sorte que o valor da execução ultrapassa o valor de alçada disposto no artigo 34, da Lei n.º 6.830/80, sendo cabível, a fortiori, a interposição da apelação. 9. Recurso especial conhecido e provido. Acórdão submetido ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 08/2008. (STJ, PRIMEIRA SEÇÃO, Rel. Ministro LUIZ FUX, REsp 1168625/MG, julgado em 09/06/2010, DJe 01/07/2010)." (negritei). Ressalte-se que a Primeira Seção do E. Superior Tribunal de Justiça, em sede de IAC, adotou a tese de que sequer é admissível Mandado de Segurança contra decisão proferida aplicando o referido Art. 34 da Lei nº 6.830/1980, verbis: "INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA. PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. CAUSA DE ALÇADA.RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. ART. 34 DA LEI 6.830/80. CONSTITUCIONALIDADE RECONHECIDA PELO STF NO ARE 637.975-RG/MG - TEMA 408/STF. EXECUÇÃO FISCAL DE VALOR IGUAL OU INFERIOR A 50 ORTN'S. SENTENÇA EXTINTIVA. RECURSOS CABÍVEIS. EMBARGOS INFRINGENTES E DE DECLARAÇÃO. EXCEÇÃO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO (SÚMULA 640/STF). MANDADO DE SEGURANÇA. SUCEDÂNEO RECURSAL. NÃO CABIMENTO. SÚMULA 267/STF. 1. (...). 2. Dispõe o artigo 34 da Lei 6.830/80 que, "Das sentenças de primeira instância proferidas em execuções de valor igual ou inferior a 50 (cinqüenta) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional - ORTN, só se admitirão embargos infringentes e de declaração". 3. O Supremo Tribunal Federal, ao julgar o ARE 637.975-RG/MG, na sistemática da repercussão geral, firmou a tese de que "É compatível com a Constituição o art. 34 da Lei 6.830/1980, que afirma incabível apelação em casos de execução fiscal cujo valor seja inferior a 50 ORTN" (Tema 408/STF). 4. Nessa linha de compreensão, tem-se, então, que, das decisões judiciais proferidas no âmbito do art. 34 da Lei nº 6.830/80, são oponíveis somenteembargos de declaração e embargos infringentes, entendimento excepcionado pelo eventual cabimento de recurso extraordinário, a teor do que dispõe a Súmula 640/STF ("É cabível recurso extraordinário contra decisão proferida por juiz de primeiro grau nas causas de alçada, ou por turma recursal de Juizado Especial Cível ou Criminal"). 5. É incabível o emprego do mandado de segurança como sucedâneo recursal, nos termos da Súmula 267/STF ("Não cabe mandado de segurança contra ato judicial passível de recurso ou correição"), não se podendo, ademais, tachar de teratológica decisão que cumpre comando específico existente na Lei de Execuções Fiscais (art. 34). 6. Precedentes: AgInt no RMS 55.125/SP, Rel. Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe 16/11/2017; AgInt no RMS 54.845/SP, Rel. Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe 18/12/2017; AgInt no RMS 53.232/SP, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 11/05/2017; AgInt no RMS 53.267/SP, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 10/05/2017; AgRg no AgRg no RMS 43.562/SP, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 24/10/2013; RMS 42.738/MG, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, DJe 21/08/2013; AgRg no RMS 38.790/SP, Rel. Ministro Ari Pargendler, Primeira Turma, DJe 02/04/2013; RMS 53.613/SP, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe 24/05/2017; RMS 53.096/SP, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 20/04/2017; AgInt no RMS 53.264/SP, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 07/04/2017; AgInt no RMS 50.271/SP, Rel. Ministra Diva Malerbi (Desembargadora Convocada TRF 3ª Região), Segunda Turma, DJe 12/08/2016. 7. TESE FIRMADA: "Não é cabível mandado de segurança contra decisão proferida em execução fiscal no contexto do art. 34 da Lei 6.830/80". 8. Resolução do caso concreto: recurso ordinário do município de Leme/SP, a que se nega provimento." (STJ, PRIMEIRA SEÇÃO, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, IAC no RMS 53.720/SP, julgado em 10/04/2019, DJe 20/05/2019). (negritei). No caso presente, evidencia-se que o valor da causa quando esta Execução Fiscal foi distribuída (R$129,19-) estava abaixo dos 50 ORTN's, pois dois anos antes, em 2001, 50 ORTN's equivalia a R$ 328,27- (REsp 1168625/MG), de forma que sujeita-se à alçada estabelecido no Art. 34 da Lei nº 6.830/1980, verbis: Art. 34 - Das sentenças de primeira instância proferidas em execuções de valor igual ou inferior a 50 (cinqüenta) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional - ORTN, só se admitirão embargos infringentes e de declaração. Assim sendo, tendo em vista a inobservância do disposto no Art. 34 da Lei 6.830/1980, NÃO RECEBO a APELAÇÃO interposta pelo Município Exequente (ID's 26141105, 26141106, 26141107 e 26141108), a teor do próprio Art. 34 da Lei nº 6.830/1980 ('Das sentenças...só se admitirão...), lei especial que regulamenta esta Execução Fiscal, permanecendo, assim, inalterada a SENTENÇA proferida em 25/05/2007, que declarou prescrito o crédito executado e extinguiu este processo com julgamento do mérito(ID 26141104). Consequentemente, DETERMINO que se CUMPRA a sentença proferida em 25/05/2007 (ID 26141104), CERTIFICANDO o seu trânsito em julgado imediatamente e, após, DÊEM-SE BAIXAS na Distribuição e Relatórios e ARQUIVEM DEFINITIVAMENTE estes autos eletrônicos. INTIME (PJe) desta sentença o Município Exequente, através do Sr. Procurador Fiscal que oficia perante este Juízo, nos termos dos Arts. 269, § 3º; 270, § único; e 246, § 1º do CPC/2015. INTIME desta sentença extintiva a Parte Executada pessoalmente ou por carta registrada, em homenagem aos princípios fundamentais processuais previstos no Art. 8º do CPC/2015, conforme determinam os Arts. 241, 271 e 274 do CPC/2015. PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 CPC/2015. CUMPRA sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe TJMT. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito Ija - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL Art. 205. Os despachos, as decisões, as sentenças e os acórdãos serão redigidos, datados e assinados pelos juízes. (...) § 3º Os

despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. § 1º O comparecimento espontâneo do réu ou do executado supre a falta ou a nulidade da citação, fluindo a partir desta data o prazo para apresentação de contestação ou de embargos à execução. § 2º Rejeitada a alegação de nulidade, tratando-se de processo de: I - conhecimento, o réu será considerado revel; II - execução, o feito terá seguimento. Art. 241. Transitada em julgado a sentença de mérito proferida em favor do réu antes da citação, incumbe ao escrivão ou ao chefe de secretaria comunicar-lhe o resultado do julgamento. Art. 246. A citação será feita: (...) § 1º Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. (...) § 3º A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1º do art. 246. Art. 496. Está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença: I - proferida contra a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público; II - que julgar procedentes, no todo ou em parte, os embargos à execução fiscal. Art. 927. Os juízes e os tribunais observarão: I - as decisões do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade; II - os enunciados de súmula vinculante; III - os acórdãos em incidente de assunção de competência ou de resolução de demandas repetitivas e em julgamento de recursos extraordinário e especial repetitivos; IV - os enunciados das súmulas do Supremo Tribunal Federal em matéria constitucional e do Superior Tribunal de Justiça em matéria infraconstitucional; V - a orientação do plenário ou do órgão especial aos quais estiverem vinculados. § 1o Os juízes e os tribunais observarão o disposto no art. 10 e no art. 489, § 1o, quando decidirem com fundamento neste artigo. § 2o A alteração de tese jurídica adotada em enunciado de súmula ou em julgamento de casos repetitivos poderá ser precedida de audiências públicas e da participação de pessoas, órgãos ou entidades que possam contribuir para a rediscussão da tese. § 3o Na hipótese de alteração de jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal e dos tribunais superiores ou daquela oriunda de julgamento de casos repetitivos, pode haver modulação dos efeitos da alteração no interesse social e no da segurança jurídica. § 4o A modificação de enunciado de súmula, de jurisprudência pacificada ou de tese adotada em julgamento de casos repetitivos observará a necessidade de fundamentação adequada e específica, considerando os princípios da segurança jurídica, da proteção da confiança e da isonomia. § 5o Os tribunais darão publicidade a seus precedentes, organizando-os por questão jurídica decidida e divulgando-os, preferencialmente, na rede mundial de computadores. - PORTARIA N. 42/2019, DE 13 DE JUNHO DE 2019: Dispõe sobre a ampliação da atuação das equipes de ação rápida nos regimes de exceção na Vara de Execução Fiscal da Comarca de Cuiabá de que tratam o Provimento n. 11/2019-CM de 11.06.2019 e o Provimento n. 05/2019-CM. de 09.04.2019, alterado pelo Provimento n. 07/2019-CM de 09.05.2019 e regulamentados pela Portaria n. 29/2019-CGJ, alterada pela Portaria n. 37/2019-CGJ; e dá outras providências. RESOLVE: Art. 1° Dispor sobre a atuação das equipes de ação rápida nos regimes de exceção na Vara de Execução Fiscal da Comarca de Cuiabá de que tratam o Provimento n. 11 /2019-CM de 11.06.2019 e o Provimento n. 05/2019-CM de 09.04.2019, alterado pelo Provimento n. 07/2019-CM de 09.05.2019 e regulamentado pela Portaria n. 29/2019-CU, alterada pela Portaria n. 37/2019-CGJ; e nos termos desta Portaria. Parágrafo único. A atuação das equipes de ação rápida regulamentadas por esta Portaria constitui uma continuidade dos trabalhos realizados na Vara de Execução Fiscal da Comarca de Cuiabá — já iniciados com relação à prática de alguns atos concernentes aos executivos fiscais estaduais —, de modo que, além de incluir as execuções fiscais municipais, abrange a prática de todos os demais atos necessários para garantir a entrega da prestação jurisdicional de modo célere e efetivo, nos termos previstos nos referidos Provimentos e Portarias. ... Art. 4° Nos termos do Provimento n. 01 /2019-CGJ, as equipes de ação rápida serão compostas das seguintes equipes de trabalho: ... § 3° Os juízes convocados para a equipe de apoio e julgamento atuarão, necessariamente, no julgamento dos incidentes opostos nas execuções distribuídas até 31.12.2017. ... - PROVIMENTO N. 18/2019-CM, DE 09 DE SETEMBRO DE 2019: Disponibilizado - 10/9/2019 Diário da Justiça Eletrônico - MT - Ed. nº 10574 Página 3 de 161 Antecipa parcialmente o encerramento do regime de exceção na Vara Especializada de Execução Fiscal da Comarca de Cuiabá, instaurado pelo Provimento n. 05/2019-CM, de 09 de abril de 2019 e alterado pelos Provimentos n. 07 e 11/2019-CM. O PRESIDENTE DO CONSELHO DA MAGISTRATURA DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e em observância à decisão prolatada nos autos do Regime de Exceção n. 01/2019 (CIA n. 0009930-98.2019.8.11.0000), RESOLVE, “ad referendum” do egrégio Conselho da Magistratura: Art. 1º. Antecipar parcialmente o encerramento do regime de exceção na Vara Especializada de Execução Fiscal da Comarca de Cuiabá, instaurado pelo Provimento n. 05/2019-CM, de 09 de abril de 2019, e alterado pelos Provimentos n. 07 e 11/2019-CM, nos termos deste Provimento. Art. 2º . Fica antecipado para o dia 30 de agosto de 2019, o encerramento do regime de exceção na Vara Especializada de Execução Fiscal da Comarca de Cuiabá, exclusivamente nos executivos fiscais municipais da referida unidade judiciária. Art. 3º. Este Provimento entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 30 de agosto de 2019. Cuiabá, 09 de setembro de 2019. Desembargador CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA (documento assinado digitalmente)... FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0015708-82.2003.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
COBEL LTDA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 0015708-82.2003.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 25/08/2003 00:00:00 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADA: COBEL LTDA CNPJ Nº NÃO INFORMADO - CONTRIBUINTE 17.790 CDA Nº 1998/930612. INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 01.4.43.043.0140.001 - IPTU. VALOR DA CAUSA: R$ 168,65- DECISÃO 163 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE... Trata-se de EXECUÇÃO FISCAL distribuída originariamente de forma física em 13/08/2003, promovida pelo MUNICÍPIO DE CUIABÁ em desfavor de COBEL LTDA - CNPJ Nº NÃO INFORMADO, tendo como objeto o recebimento do crédito inscrito na CDA Nº 1998/930612, referente ao não pagamento de IPTU do imóvel de Inscrição Municipal nº 01.4.43.043.0140.001, e o valor atribuído à causa foi R$168.65- (ID 26141563). A petição inicial veio instruída com cópia da CDA acima mencionada (ID 26141565 – p. 03). Em 26/03/2004 foi determinada a citação da Parte Executada (ID 26141565 – p. 05), interrompendo-se o prazo prescricional, conforme o Art. 174 do CTN, tendo sido expedida Carta de Citação em 20/07/2004 (ID 26141565 – p. 06), a qual retornou ao Juízo SEM assinatura de recebimento: “Endereço Insuficiente” (ID 26141565 – p. 06-v). Em 16/05/2007 o Juízo da Quinta Vara Esp. da Fazenda Pública proferiu SENTENÇA, reconhecendo e declarando, de ofício, prescrito o crédito tributário, julgando extinto o processo com resolução de mérito, tendo em vista ter transcorrido mais de cinco anos sem que a Parte Executada fosse sequer citada, em razão de erros de qualificação e inexatidão de seu endereço (ID 26141568). Em 26/04/2008 o Município Exequente interpôs RECURSO DE APELAÇÃO, requerendo a reforma da r. sentença retro, alegando erro na contagem do prazo prescricional (ID’s 26141569, 26141570 e 26141571). Em 06/04/2009 o Juízo da Quinta Vara Esp. da Fazenda Pública determinou o arquivamento provisório destes autos eletrônicos, em razão do valor da causa (ID 26141572), não havendo informações quanto ao seu cumprimento. Em 13/11/2019 os autos foram digitalizados, nos termos da Portaria Conjunta n° 1076/2019-PRES-CGJ, e distribuídos automaticamente no Sistema PJe, nos termos da Resolução n° 185/2013-CNJ (ID 26141564).

Eis o relatório necessário. FUNDAMENTO E DECIDO. Inicialmente, consigno que não houve decisão sobre a via eleita pelo Município Exequente para recorrer da r. sentença de ID 26141104, durante os REGIMES DE EXCEÇÃO DE 2018 e 2019, pelos DD. Juízes de Direito Auxiliares da CGJ e Colaboradores, competentes para os feitos físicos e eletrônicos distribuídos até 31/12/2017, até o término do período em 30/08/2019, razão pela qual passo a decidir sobre o pleito, conforme abaixo. Pois bem. Após análise dos autos, verifica-se que foi interposto RECURSO DE APELAÇÃO pelo Município Exequente em 26/04/2008 (ID's ID's 26141569, 26141570 e 26141571), contra a r. sentença, que declarou a prescrição do crédito executado em 16/05/2007 (ID 26141568). Entretanto, sabe-se que nas execuções fiscais cujo valor for de até CINQUENTA ORTN'S, não cabe RECURSO DE APELAÇÃO contra sentença de extinção, sendo a via recursal correta apenas os EMBARGOS INFRINGENTES, que será julgado pelo próprio Juízo da Execução, como está estabelecido no Art. 34 da Lei 6.830/1980, ex vi: Art. 34 - Das sentenças de primeira instância proferidas em execuções de valor igual ou inferior a 50 (cinqüenta) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional - ORTN, só se admitirão embargos infringentes e de declaração. § 1º - Para os efeitos deste artigo considerar-se-á o valor da dívida monetariamente atualizado e acrescido de multa e juros de mora e de mais encargos legais, na data da distribuição. § 2º - Os embargos infringentes, instruídos, ou não, com documentos novos, serão deduzidos, no prazo de 10 (dez) dias perante o mesmo Juízo, em petição fundamentada. (negritei e grifei). Nesse sentido, já decidiu o E. Tribunal de Justiça de Mato Grosso, verbis: "AGRAVO INTERNO – EXECUÇÃO FISCAL – RECURSO E APELAÇÃO QUE SE NEGOU SEGUIMENTO – VALOR DE ALÇADA – 50 ORTN'S – INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA – VIGÊNCIA DO ART. 34 DA LEF – AGRAVO DESPROVIDO. O art. 34, da Lei de EXECUÇÕES FISCAIS é claro ao dispor que das sentenças em EXECUÇÃO FISCAL, com valor igual ou inferior a 50 ORTN só serão admitidos EMBARGOS INFRINGENTES e de Declaração. Assim, notória a inadequação da via eleita ao interpor Recurso de Apelação, quando não alcançados o valor de alçada estipulado no referido artigo. A finalidade do disposto art. 34 da Lei Federal nº 6.830/80, é evitar que causas de valor irrisório venham a congestionar os Tribunais, não cobrindo sequer o valor das custas que o Poder Judiciário despende para processá-los na segunda instância." (TJ/MT – SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO, Rel. DES. JOSÉ ZUQUIM NOGUEIRA, AgR 25256/2017, Julgado em 13/06/2017, Publicado no DJE 14/07/2017). (negritei). Sobre a questão, o E. Superior Tribunal de Justiça estabeleceu, em sede de Recursos Repetitivos – Tema 395, a seguinte TESE JURÍDICA: "Adota-se como valor de alçada para o cabimento de apelação em sede de execução fiscal o valor de R$ 328,27 (trezentos e vinte e oito reais e vinte e sete centavos), corrigido pelo IPCA-E a partir de janeiro de 2001, valor esse que deve ser observado à data da propositura da execução". (negritei), verbis: "PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. VALOR DE ALÇADA. CABIMENTO DE APELAÇÃO NOS CASOS EM QUE O VALOR DA CAUSA EXCEDE 50 ORTN'S. ART. 34 DA LEI N.º 6.830/80 (LEF). 50 ORTN = 50 OTN = 308,50 BTN = 308,50 UFIR = R$ 328,27, EM DEZ/2000. PRECEDENTES. CORREÇÃO PELO IPCA-E A PARTIR DE JAN/2001. 1. O recurso de apelação é cabível nas execuções fiscais nas hipóteses em que o seu valor excede, na data da propositura da ação, 50 (cinqüenta) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional - ORTN, à luz do disposto no artigo 34, da Lei n.º 6.830, de 22 de setembro de 1980. 2. A ratio essendi da norma é promover uma tramitação mais célere nas ações de execução fiscal com valores menos expressivos, admitindo-se apenas embargos infringentes e de declaração a serem conhecidos e julgados pelo juízo prolator da sentença, e vedando-se a interposição de recurso ordinário. 3. Essa Corte consolidou o sentido de que "com a extinção da ORTN, o valor de alçada deve ser encontrado a partir da interpretação da norma que extinguiu um índice e o substituiu por outro, mantendo-se a paridade das unidades de referência, sem efetuar a conversão para moeda corrente, para evitar a perda do valor aquisitivo", de sorte que "50 ORTN = 50 OTN = 308,50 BTN = 308,50 UFIR = R$ 328,27 (trezentos e vinte e oito reais e vinte e sete centavos) a partir de janeiro/2001, quando foi extinta a UFIR e desindexada a economia". (REsp 607.930/DF, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, julgado em 06/04/2004, DJ 17/05/2004 p. 206) 4. Precedentes jurisprudenciais: AgRg no Ag 965.535/PR, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 02/10/2008, DJe 06/11/2008; AgRg no Ag 952.119/PR, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, julgado em 19/02/2008, DJ 28/02/2008 p. 1; REsp 602.179/SC, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, julgado em 07/03/2006, DJ 27/03/2006 p. 161. 5. Outrossim, há de se considerar que a jurisprudência do Egrégio STJ manifestou-se no sentido de que "extinta a UFIR pela Medida Provisória nº 1.973/67, de 26.10.2000, convertida na Lei 10.552/2002, o índice substitutivo utilizado para a atualização monetária dos créditos do contribuinte para com a Fazenda passa a ser o IPCA-E, divulgado pelo IBGE, na forma da resolução 242/2001 do Conselho da Justiça Federal". (REsp 761.319/RS, Rel. Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, julgado em 07/03/2006, DJ 20/03/2006 p. 208) 6. A doutrina do tema corrobora esse entendimento, assentando que "tem-se utilizado o IPCA-E a partir de então pois servia de parâmetro para a fixação da UFIR. Não há como aplicar a SELIC, pois esta abrange tanto correção como juros". (PAUSEN, Leandro. ÁVILA, René Bergmann. SLIWKA, Ingrid Schroder. Direito Processual Tributário. 5.ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado editora, 2009, p. 404) 7. Dessa sorte, mutatis mutandis, adota-se como valor de alçada para o cabimento de apelação em sede de execução fiscal o valor de R$ 328,27 (trezentos e vinte e oito reais e vinte e sete centavos), corrigido pelo IPCA-E a partir de janeiro de 2001, valor esse que deve ser observado à data da propositura da execução. 8. In casu, a demanda executiva fiscal, objetivando a cobrança de R$ 720,80 (setecentos e vinte reais e oitenta centavos), foi ajuizada em dezembro de 2005. O Novo Manual de Cálculos da Justiça Federal, (disponível em), indica que o índice de correção, pelo IPCA-E, a ser adotado no período entre jan/2001 e dez/2005 é de 1,5908716293. Assim, R$ 328,27 (trezentos e vinte e oito reais e vinte e sete centavos), com a aplicação do referido índice de atualização, conclui-se que o valor de alçada para as execuções fiscais ajuizadas em dezembro/2005 era de R$ 522,24 (quinhentos e vinte e dois reais e vinte a quatro centavos), de sorte que o valor da execução ultrapassa o valor de alçada disposto no artigo 34, da Lei n.º 6.830/80, sendo cabível, a fortiori, a interposição da apelação. 9. Recurso especial conhecido e provido. Acórdão submetido ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 08/2008. (STJ, PRIMEIRA SEÇÃO, Rel. Ministro LUIZ FUX, REsp 1168625/MG, julgado em 09/06/2010, DJe 01/07/2010)." (negritei). Ressalte-se que a Primeira Seção do E. Superior Tribunal de Justiça, em sede de IAC, adotou a tese de que sequer é admissível Mandado de Segurança contra decisão proferida aplicando o referido Art. 34 da Lei nº 6.830/1980, verbis: "INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA. PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. CAUSA DE ALÇADA.RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. ART. 34 DA LEI 6.830/80. CONSTITUCIONALIDADE RECONHECIDA PELO STF NO ARE 637.975-RG/MG - TEMA 408/STF. EXECUÇÃO FISCAL DE VALOR IGUAL OU INFERIOR A 50 ORTN'S. SENTENÇA EXTINTIVA. RECURSOS CABÍVEIS. EMBARGOS INFRINGENTES E DE DECLARAÇÃO. EXCEÇÃO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO (SÚMULA 640/STF). MANDADO DE SEGURANÇA. SUCEDÂNEO RECURSAL. NÃO CABIMENTO. SÚMULA 267/STF. 1. (...). 2. Dispõe o artigo 34 da Lei 6.830/80 que, "Das sentenças de primeira instância proferidas em execuções de valor igual ou inferior a 50 (cinqüenta) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional - ORTN, só se admitirão embargos infringentes e de declaração". 3. O Supremo Tribunal Federal, ao julgar o ARE 637.975-RG/MG, na sistemática da repercussão geral, firmou a tese de que "É compatível com a Constituição o art. 34 da Lei 6.830/1980, que afirma incabível apelação em casos de execução fiscal cujo valor seja inferior a 50 ORTN" (Tema 408/STF). 4. Nessa linha de compreensão, tem-se, então, que, das decisões judiciais proferidas no âmbito do art. 34 da Lei nº 6.830/80, são oponíveis somenteembargos de declaração e embargos infringentes, entendimento excepcionado pelo eventual cabimento de recurso extraordinário, a teor do que dispõe a Súmula 640/STF ("É cabível recurso extraordinário contra decisão proferida por juiz de primeiro grau nas causas de alçada, ou por turma recursal de Juizado Especial Cível ou Criminal"). 5. É incabível o emprego do mandado de segurança como sucedâneo recursal, nos termos da Súmula 267/STF ("Não cabe mandado de segurança contra ato judicial passível de recurso ou correição"), não se podendo, ademais, tachar de teratológica decisão que cumpre comando específico existente na Lei de Execuções Fiscais (art. 34). 6. Precedentes: AgInt no RMS 55.125/SP, Rel. Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe 16/11/2017; AgInt no RMS 54.845/SP, Rel. Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe 18/12/2017; AgInt no RMS 53.232/SP, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 11/05/2017; AgInt no RMS 53.267/SP, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 10/05/2017; AgRg no AgRg no RMS 43.562/SP, Rel.

Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 24/10/2013; RMS 42.738/MG, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, DJe 21/08/2013; AgRg no RMS 38.790/SP, Rel. Ministro Ari Pargendler, Primeira Turma, DJe 02/04/2013; RMS 53.613/SP, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe 24/05/2017; RMS 53.096/SP, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 20/04/2017; AgInt no RMS 53.264/SP, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 07/04/2017; AgInt no RMS 50.271/SP, Rel.Ministra Diva Malerbi (Desembargadora Convocada TRF 3ª Região), Segunda Turma, DJe 12/08/2016. 7. TESE FIRMADA: "Não é cabível mandado de segurança contra decisão proferida em execução fiscal no contexto do art. 34 da Lei 6.830/80". 8. Resolução do caso concreto: recurso ordinário do município de Leme/SP, a que se nega provimento." (STJ, PRIMEIRA SEÇÃO, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, IAC no RMS 53.720/SP, julgado em 10/04/2019, DJe 20/05/2019). (negritei). No caso presente, evidencia-se que o valor da causa quando esta Execução Fiscal foi distribuída (R$168.65-) estava abaixo dos 50 ORTN's, pois dois anos antes, em 2001, 50 ORTN's equivalia a R$ 328,27- (REsp 1168625/MG), de forma que sujeita-se à alçada estabelecido no Art. 34 da Lei nº 6.830/1980, verbis: Art. 34 - Das sentenças de primeira instância proferidas em execuções de valor igual ou inferior a 50 (cinqüenta) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional - ORTN, só se admitirão embargos infringentes e de declaração. Assim sendo, tendo em vista a inobservância do disposto no Art. 34 da Lei 6.830/1980, NÃO RECEBO a APELAÇÃO interposta pelo Município Exequente (ID's 26141569, 26141570 e 26141571), a teor do próprio Art. 34 da Lei nº 6.830/1980 ('Das sentenças...só se admitirão...), lei especial que regulamenta esta Execução Fiscal, permanecendo, assim, inalterada a SENTENÇA proferida em 16/05/2007, que declarou prescrito o crédito executado e extinguiu este processo com julgamento do mérito(ID 26141568). Consequentemente, DETERMINO que se CUMPRA a sentença proferida em 16/05/2007 (ID 26141568), CERTIFICANDO o seu trânsito em julgado imediatamente e, após, DÊEM-SE BAIXAS na Distribuição e Relatórios e ARQUIVEM DEFINITIVAMENTE estes autos eletrônicos. INTIME (PJe) desta sentença o Município Exequente, através do Sr. Procurador Fiscal que oficia perante este Juízo, nos termos dos Arts. 269, § 3º; 270, § único; e 246, § 1º do CPC/2015. INTIME desta sentença extintiva a Parte Executada pessoalmente ou por carta registrada, em homenagem aos princípios fundamentais processuais previstos no Art. 8º do CPC/2015, conforme determinam os Arts. 241, 271 e 274 do CPC/2015. PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 CPC/2015. CUMPRA sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema Pje TJMT. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito Ija - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL Art. 205. Os despachos, as decisões, as sentenças e os acórdãos serão redigidos, datados e assinados pelos juízes. (...) § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. § 1º O comparecimento espontâneo do réu ou do executado supre a falta ou a nulidade da citação, fluindo a partir desta data o prazo para apresentação de contestação ou de embargos à execução. § 2º Rejeitada a alegação de nulidade, tratando-se de processo de: I - conhecimento, o réu será considerado revel; II - execução, o feito terá seguimento. Art. 241. Transitada em julgado a sentença de mérito proferida em favor do réu antes da citação, incumbe ao escrivão ou ao chefe de secretaria comunicar-lhe o resultado do julgamento. Art. 246. A citação será feita: (...) § 1º Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. (...) § 3º A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1º do art. 246. Art. 496. Está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença: I - proferida contra a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público; II - que julgar procedentes, no todo ou em parte, os embargos à execução fiscal. Art. 927. Os juízes e os tribunais observarão: I - as decisões do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade; II - os enunciados de súmula vinculante; III - os acórdãos em incidente de assunção de competência ou de resolução de demandas repetitivas e em julgamento de recursos extraordinário e especial repetitivos; IV - os enunciados das súmulas do Supremo Tribunal Federal em matéria constitucional e do Superior Tribunal de Justiça em matéria infraconstitucional; V - a orientação do plenário ou do órgão especial aos quais estiverem vinculados. § 1o Os juízes e os tribunais observarão o disposto no art. 10 e no art. 489, § 1o, quando decidirem com fundamento neste artigo. § 2o A alteração de tese jurídica adotada em enunciado de súmula ou em julgamento de casos repetitivos poderá ser precedida de audiências públicas e da participação de pessoas, órgãos ou entidades que possam contribuir para a rediscussão da tese. § 3o Na hipótese de alteração de jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal e dos tribunais superiores ou daquela oriunda de julgamento de casos repetitivos, pode haver modulação dos efeitos da alteração no interesse social e no da segurança jurídica. § 4o A modificação de enunciado de súmula, de jurisprudência pacificada ou de tese adotada em julgamento de casos repetitivos observará a necessidade de fundamentação adequada e específica, considerando os princípios da segurança jurídica, da proteção da confiança e da isonomia. § 5o Os tribunais darão publicidade a seus precedentes, organizando-os por questão jurídica decidida e divulgando-os, preferencialmente, na rede mundial de computadores. - PORTARIA N. 42/2019, DE 13 DE JUNHO DE 2019: Dispõe sobre a ampliação da atuação das equipes de ação rápida nos regimes de exceção na Vara de Execução Fiscal da Comarca de Cuiabá de que tratam o Provimento n. 11/2019-CM de 11.06.2019 e o Provimento n. 05/2019-CM. de 09.04.2019, alterado pelo Provimento n. 07/2019-CM de 09.05.2019 e regulamentados pela Portaria n. 29/2019-CGJ, alterada pela Portaria n. 37/2019-CGJ; e dá outras providências. RESOLVE: Art. 1° Dispor sobre a atuação das equipes de ação rápida nos regimes de exceção na Vara de Execução Fiscal da Comarca de Cuiabá de que tratam o Provimento n. 11 /2019-CM de 11.06.2019 e o Provimento n. 05/2019-CM de 09.04.2019, alterado pelo Provimento n. 07/2019-CM de 09.05.2019 e regulamentado pela Portaria n. 29/2019-CU, alterada pela Portaria n. 37/2019-CGJ; e nos termos desta Portaria. Parágrafo único. A atuação das equipes de ação rápida regulamentadas por esta Portaria constitui uma continuidade dos trabalhos realizados na Vara de Execução Fiscal da Comarca de Cuiabá — já iniciados com relação à prática de alguns atos concernentes aos executivos fiscais estaduais —, de modo que, além de incluir as execuções fiscais municipais, abrange a prática de todos os demais atos necessários para garantir a entrega da prestação jurisdicional de modo célere e efetivo, nos termos previstos nos referidos Provimentos e Portarias. ... Art. 4° Nos termos do Provimento n. 01 /2019-CGJ, as equipes de ação rápida serão compostas das seguintes equipes de trabalho: ... § 3° Os juízes convocados para a equipe de apoio e julgamento atuarão, necessariamente, no julgamento dos incidentes opostos nas execuções distribuídas até 31.12.2017. ... - PROVIMENTO N. 18/2019-CM, DE 09 DE SETEMBRO DE 2019: Disponibilizado - 10/9/2019 Diário da Justiça Eletrônico - MT - Ed. nº 10574 Página 3 de 161 Antecipa parcialmente o encerramento do regime de exceção na Vara Especializada de Execução Fiscal da Comarca de Cuiabá, instaurado pelo Provimento n. 05/2019-CM, de 09 de abril de 2019 e alterado pelos Provimentos n. 07 e 11/2019-CM. O PRESIDENTE DO CONSELHO DA MAGISTRATURA DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e em observância à decisão prolatada nos autos do Regime de Exceção n. 01/2019 (CIA n. 0009930-98.2019.8.11.0000), RESOLVE, "ad referendum" do egrégio Conselho da Magistratura: Art. 1º. Antecipar parcialmente o encerramento do regime de exceção na Vara Especializada de Execução Fiscal da Comarca de Cuiabá, instaurado pelo Provimento n. 05/2019-CM, de 09 de abril de 2019, e alterado pelos Provimentos n. 07 e 11/2019-CM, nos termos deste Provimento. Art. 2º . Fica antecipado para o dia 30 de agosto de 2019, o encerramento do regime de exceção na Vara Especializada de Execução Fiscal da Comarca de Cuiabá, exclusivamente nos executivos fiscais municipais da referida unidade judiciária. Art. 3º. Este Provimento entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 30 de agosto de 2019. Cuiabá, 09 de setembro de 2019. Desembargador CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA (documento assinado digitalmente)... FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0014805-47.2003.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JOILSON XAVIER DA SILVA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 0014805-47.2003.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 15/08/2003 00:00:00 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: JOILSON XAVIER DA SILVA CNPJ/CPF Nº NÃO INFORMADO - CONTRIBUINTE 3.232 CDA Nº 1998/67385. INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 01.4.43.043.0140.001 - IPTU. VALOR DA CAUSA: R$ 77,20- DECISÃO 163 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE... Trata-se de EXECUÇÃO FISCAL distribuída originariamente de forma física em 13/08/2003, promovida pelo MUNICÍPIO DE CUIABÁ em desfavor de JOILSON XAVIER DA SILVA - CNPJ Nº NÃO INFORMADO, tendo como objeto o recebimento do crédito inscrito na CDA Nº 1998/67385, referente ao não pagamento de IPTU do imóvel de Inscrição Municipal nº 01.4.43.043.0140.001, e o valor atribuído à causa foi R$77,20- (ID 26142696). A petição inicial veio instruída com cópia da CDA acima mencionada (ID 26142698 – p. 03). Em 26/03/2004 foi determinada a citação da Parte Executada (ID 226142698 – p. 05), interrompendo-se o prazo prescricional, conforme o Art. 174 do CTN, tendo sido expedida Carta de Citação em 05/05/2004 (ID 26142698 – p. 06), a qual retornou ao Juízo COM assinatura de recebimento (ID 26142698 – p. 06-v). Em 28/05/2007 o Juízo da Quinta Vara Esp. da Fazenda Pública proferiu SENTENÇA, reconhecendo e declarando, de ofício, prescrito o crédito tributário, julgando extinto o processo com resolução de mérito, tendo em vista ter transcorrido mais de cinco anos sem que a Parte Executada fosse sequer citada, em razão de erros de qualificação e inexatidão de seu endereço (ID 26142699 - p. 15). Em 19/12/2008 o Município Exequente interpôs RECURSO DE APELAÇÃO, requerendo a reforma da r. sentença retro, alegando erro na contagem do prazo prescricional (ID's 26142700, 26142701 e 26142702). Em 06/04/2009 o Juízo da Quinta Vara Esp. da Fazenda Pública determinou o arquivamento provisório destes autos eletrônicos, em razão do valor da causa (ID 26142703), não havendo informações quanto ao seu cumprimento. Em 08/07/2019 o MMº. Juiz de Direito Auxiliar da CGJ Dr. José Arimatea Neves Costa, determinou a intimação da Parte Executada para apresentar contrarrazões e, após, que estes autos fossem remetidos ao Egrégio Tribunal de Justiça deste Estado (ID 26142704), tendo sido expedido Mandado de Intimação em 10/07/2019 (ID 26142704), não havendo informações quanto ao seu recebimento. Em 13/11/2019 os autos foram digitalizados, nos termos da Portaria Conjunta n° 1076/2019-PRES-CGJ, e distribuídos automaticamente no Sistema PJe, nos termos da Resolução n° 185/2013-CNJ (ID 26141564). Eis o relatório necessário. FUNDAMENTO E DECIDO. Após análise dos autos, verifica-se que foi interposto RECURSO DE APELAÇÃO pelo Município Exequente em 26/04/2008 (ID's 26142700, 26142701 e 26142702), contra a r. sentença, que declarou a prescrição do crédito executado em 28/05/2007 (ID 26142699 - p. 15). Entretanto, sabe-se que nas execuções fiscais cujo valor for de até CINQUENTA ORTN'S, não cabe RECURSO DE APELAÇÃO contra sentença de extinção, sendo a via recursal correta apenas os EMBARGOS INFRINGENTES, que será julgado pelo próprio Juízo da Execução, como está estabelecido no Art. 34 da Lei 6.830/1980, ex vi: Art. 34 - Das sentenças de primeira instância proferidas em execuções de valor igual ou inferior a 50 (cinqüenta) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional - ORTN, só se admitirão embargos infringentes e de declaração. § 1º - Para os efeitos deste artigo considerar-se-á o valor da dívida monetariamente atualizado e acrescido de multa e juros de mora e de mais encargos legais, na data da distribuição. § 2º - Os embargos infringentes, instruídos, ou não, com documentos novos, serão deduzidos, no prazo de 10 (dez) dias perante o mesmo Juízo, em petição fundamentada. (negritei e grifei). Nesse sentido, já decidiu o E. Tribunal de Justiça de Mato Grosso, verbis: "AGRAVO INTERNO – EXECUÇÃO FISCAL – RECURSO E APELAÇÃO QUE SE NEGOU SEGUIMENTO – VALOR DE ALÇADA – 50 ORTN'S – INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA – VIGÊNCIA DO ART. 34 DA LEF – AGRAVO DESPROVIDO. O art. 34, da Lei de EXECUÇÕES FISCAIS é claro ao dispor que das sentenças em EXECUÇÃO FISCAL, com valor igual ou inferior a 50 ORTN só serão admitidos EMBARGOS INFRINGENTES e de Declaração. Assim, notória a inadequação da via eleita ao interpor Recurso de Apelação, quando não alcançados o valor de alçada estipulado no referido artigo. A finalidade do disposto art. 34 da Lei Federal nº 6.830/80, é evitar que causas de valor irrisório venham a congestionar os Tribunais, não cobrindo sequer o valor das custas que o Poder Judiciário despende para processá-los na segunda instância." (TJ/MT – SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO, Rel. DES. JOSÉ ZUQUIM NOGUEIRA, AgR 25256/2017, Julgado em 13/06/2017, Publicado no DJE 14/07/2017). (negritei). Sobre a questão, o E. Superior Tribunal de Justiça estabeleceu, em sede de Recursos Repetitivos – Tema 395, a seguinte TESE JURÍDICA: "Adota-se como valor de alçada para o cabimento de apelação em sede de execução fiscal o valor de R$ 328,27 (trezentos e vinte e oito reais e vinte e sete centavos), corrigido pelo IPCA-E a partir de janeiro de 2001, valor esse que deve ser observado à data da propositura da execução". (negritei), verbis: "PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. VALOR DE ALÇADA. CABIMENTO DE APELAÇÃO NOS CASOS EM QUE O VALOR DA CAUSA EXCEDE 50 ORTN'S. ART. 34 DA LEI N.º 6.830/80 (LEF). 50 ORTN = 50 OTN = 308,50 BTN = 308,50 UFIR = R$ 328,27, EM DEZ/2000. PRECEDENTES. CORREÇÃO PELO IPCA-E A PARTIR DE JAN/2001. 1. O recurso de apelação é cabível nas execuções fiscais nas hipóteses em que o seu valor excede, na data da propositura da ação, 50 (cinqüenta) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional - ORTN, à luz do disposto no artigo 34, da Lei n.º 6.830, de 22 de setembro de 1980. 2. A ratio essendi da norma é promover uma tramitação mais célere nas ações de execução fiscal com valores menos expressivos, admitindo-se apenas embargos infringentes e de declaração a serem conhecidos e julgados pelo juízo prolator da sentença, e vedando-se a interposição de recurso ordinário. 3. Essa Corte consolidou o sentido de que "com a extinção da ORTN, o valor de alçada deve ser encontrado a partir da interpretação da norma que extinguiu um índice e o substituiu por outro, mantendo-se a paridade das unidades de referência, sem efetuar a conversão para moeda corrente, para evitar a perda do valor aquisitivo", de sorte que "50 ORTN = 50 OTN = 308,50 BTN = 308,50 UFIR = R$ 328,27 (trezentos e vinte e oito reais e vinte e sete centavos) a partir de janeiro/2001, quando foi extinta a UFIR e desindexada a economia". (REsp 607.930/DF, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, julgado em 06/04/2004, DJ 17/05/2004 p. 206) 4. Precedentes jurisprudenciais: AgRg no Ag 965.535/PR, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 02/10/2008, DJe 06/11/2008; AgRg no Ag 952.119/PR, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, julgado em 19/02/2008, DJ 28/02/2008 p. 1; REsp 602.179/SC, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, julgado em 07/03/2006, DJ 27/03/2006 p. 161. 5. Outrossim, há de se considerar que a jurisprudência do Egrégio STJ manifestou-se no sentido de que "extinta a UFIR pela Medida Provisória nº 1.973/67, de 26.10.2000, convertida na Lei 10.552/2002, o índice substitutivo utilizado para a atualização monetária dos créditos do contribuinte para com a Fazenda passa a ser o IPCA-E, divulgado pelo IBGE, na forma da resolução 242/2001 do Conselho da Justiça Federal". (REsp 761.319/RS, Rel. Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, julgado em 07/03/2006, DJ 20/03/2006 p. 208) 6. A doutrina do tema corrobora esse entendimento, assentando que "tem-se utilizado o IPCA-E a partir de então pois servia de parâmetro para a fixação da UFIR. Não há como aplicar a SELIC, pois esta abrange tanto correção como juros". (PAUSEN, Leandro. ÁVILA, René Bergmann. SLIWKA, Ingrid Schroder. Direito Processual Tributário. 5.ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado editora, 2009, p. 404) 7. Dessa sorte, mutatis mutandis, adota-se como valor de alçada para o cabimento de apelação em sede de execução fiscal o valor de R$ 328,27 (trezentos e vinte e oito reais e vinte e sete centavos), corrigido pelo IPCA-E a partir de janeiro de 2001, valor esse que deve ser observado à data da propositura da execução. 8. In casu, a demanda executiva fiscal, objetivando a cobrança de R$ 720,80 (setecentos e vinte reais e oitenta centavos), foi ajuizada em dezembro de 2005. O Novo Manual de Cálculos da Justiça Federal, (disponível em), indica que o índice de correção, pelo IPCA-E, a ser adotado no período entre jan/2001 e dez/2005 é de 1,5908716293. Assim, R$ 328,27 (trezentos e vinte e oito reais e vinte e sete centavos), com a aplicação do referido índice de atualização, conclui-se que o valor de alçada para as execuções fiscais ajuizadas em dezembro/2005 era de R$ 522,24 (quinhentos e vinte e dois reais e vinte a quatro centavos), de sorte que o valor da execução ultrapassa o valor de

alçada disposto no artigo 34, da Lei n.º 6.830/80, sendo cabível, a fortiori, a interposição da apelação. 9. Recurso especial conhecido e provido. Acórdão submetido ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 08/2008. (STJ, PRIMEIRA SEÇÃO, Rel. Ministro LUIZ FUX, REsp 1168625/MG, julgado em 09/06/2010, DJe 01/07/2010).” (negritei). No caso presente, evidencia-se que o valor da causa quando esta Execução Fiscal foi distribuída (R$77,20-) estava abaixo dos 50 ORTN’s, pois dois anos antes, em 2001, 50 ORTN’s equivalia a R$ 328,27- (REsp 1168625/MG), de forma que sujeita-se à alçada estabelecido no Art. 34 da Lei nº 6.830/1980 acima transcrito. Registre-se, por oportuno, que a interposição de RECURSO DE APELAÇÃO pelo Município Exequente, a despeito do disposto no Art. 34 da Lei nº 6.830/1980, trata-se de ERRO GROSSEIRO, configurando, “de certo modo, tentativa de burla ao sistema recursal desenhado pelo legislador ordinário, que resulta diretamente no aumento desnecessário do tempo de tramitação do processo executivo e contribui significativamente para o abarrotamento do acervo de processos dos órgãos jurisdicionais de segundo grau”, admitindo, ainda, o juízo de admissibilidade em primeira grau, sob o fundamento que “embora, sob a égide do Novo CPC, a competência para o recebimento da Apelação seja dos órgãos jurisdicionais de segundo grau, não se mostra razoável anular a decisão do magistrado de primeiro grau quando o recurso é MANIFESTAMENTE INADMISSÍVEL” (STJ – Primeira Turma - RMS n° 54.549/MG, Rel. Min. Gurgel de Faria, Julgado em 03/10/2017, DJe 30/11/2017). Assim sendo, tendo em vista a inobservância do disposto no Art. 34 da Lei 6.830/1980, CHAMO O FEITO À ORDEM para tornar sem efeito a decisão de ID 26142704 e, consequentemente, NÃO RECEBO a APELAÇÃO interposta pelo Município Exequente (ID’s 26142700, 26142701 e 26142702), por ser MANIFESTAMENTE INADMISSÍVEL a teor do próprio Art. 34 da Lei nº 6.830/1980 (‘Das sentenças...só se admitirão...), lei especial que regulamenta esta Execução Fiscal, permanecendo, assim, inalterada a SENTENÇA proferida em 28/05/2007, que declarou prescrito o crédito executado e extinguiu este processo com julgamento do mérito (ID 26142699 - p. 15). Consequentemente, DETERMINO que se CUMPRA a sentença proferida em 28/05/2007 (ID 26142699 - p. 15), CERTIFICANDO o seu trânsito em julgado imediatamente e, após, DÊEM-SE BAIXAS na Distribuição e Relatórios e ARQUIVEM definitivamente estes autos eletrônicos. INTIME (PJe) desta decisão o Município Exequente, através do Sr. Procurador Fiscal que oficia perante este Juízo, nos termos dos Arts. 269, § 3º; 270, § único; e 246, § 1º do CPC/2015. INTIME desta decisão a Parte Executada pessoalmente ou por carta registrada, em homenagem aos princípios fundamentais processuais previstos no Art. 8º do CPC/2015, conforme determinam os Arts. 241, 271 e 274 do CPC/2015. PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 CPC/2015. CUMPRA sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe TJMT. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito Ija - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL Art. 205. Os despachos, as decisões, as sentenças e os acórdãos serão redigidos, datados e assinados pelos juízes. (...) § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. § 1º O comparecimento espontâneo do réu ou do executado supre a falta ou a nulidade da citação, fluindo a partir desta data o prazo para apresentação de contestação ou de embargos à execução. § 2º Rejeitada a alegação de nulidade, tratando-se de processo de: I - conhecimento, o réu será considerado revel; II - execução, o feito terá seguimento. Art. 241. Transitada em julgado a sentença de mérito proferida em favor do réu antes da citação, incumbe ao escrivão ou ao chefe de secretaria comunicar-lhe o resultado do julgamento. Art. 246. A citação será feita: (...) § 1º Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. (...) § 3º A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1º do art. 246. Art. 496. Está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença: I - proferida contra a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público; II - que julgar procedentes, no todo ou em parte, os embargos à execução fiscal. Art. 927. Os juízes e os tribunais observarão: I - as decisões do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade; II - os enunciados de súmula vinculante; III - os acórdãos em incidente de assunção de competência ou de resolução de demandas repetitivas e em julgamento de recursos extraordinário e especial repetitivos; IV - os enunciados das súmulas do Supremo Tribunal Federal em matéria constitucional e do Superior Tribunal de Justiça em matéria infraconstitucional; V - a orientação do plenário ou do órgão especial aos quais estiverem vinculados. § 1o Os juízes e os tribunais observarão o disposto no art. 10 e no art. 489, § 1o, quando decidirem com fundamento neste artigo. § 2o A alteração de tese jurídica adotada em enunciado de súmula ou em julgamento de casos repetitivos poderá ser precedida de audiências públicas e da participação de pessoas, órgãos ou entidades que possam contribuir para a rediscussão da tese. § 3o Na hipótese de alteração de jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal e dos tribunais superiores ou daquela oriunda de julgamento de casos repetitivos, pode haver modulação dos efeitos da alteração no interesse social e no da segurança jurídica. § 4o A modificação de enunciado de súmula, de jurisprudência pacificada ou de tese adotada em julgamento de casos repetitivos observará a necessidade de fundamentação adequada e específica, considerando os princípios da segurança jurídica, da proteção da confiança e da isonomia. § 5o Os tribunais darão publicidade a seus precedentes, organizando-os por questão jurídica decidida e divulgando-os, preferencialmente, na rede mundial de computadores. FIM

Distribuição de Processos Digitalizados

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0057647-90.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
WALDISNEI DA CUNHA AMORIM (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0057647-90.2013.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0016512-30.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
VANIA VELOSO TRANIM (EXECUTADO)
VANIA VELOSO TRANIM - ME (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0016512-30.2015.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0045587-85.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
CENTRO EDUCACIONAL DOM ORLANDO CHAVES (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0045587-85.2013.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos

termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0035095-49.2004.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA DO MATO GROSSO (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0035095-49.2004.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0014264-91.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MARIO MARCIO SALOMAO BUDIB (EXECUTADO)
JUAREZ JORGE BUDIB (EXECUTADO)
DROGARIAS PANDA LTDA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0014264-91.2015.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0051987-81.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
LETUSA DE CARVALHO ASFURI (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0051987-81.2014.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0028931-87.2012.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ALEXANDRE PAIVA VEIGA (EXECUTADO)
CLAUDIA RODRIGUES DE OLIVEIRA (EXECUTADO)
JUCEMAR SERAFIM (EXECUTADO)
ANDRE RODRIGUES DE OLIVEIRA (EXECUTADO)
NANCI MECENAS LIMA (EXECUTADO)
MATHEUS MECENAS DE OLIVEIRA LIMA (EXECUTADO)
ARJ DIAGNOSTICOS PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0028931-87.2012.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0007954-45.2010.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ANA PAULA GARCIA AGUIAR (EXECUTADO)
ANA PAULA GARCIA AGUIAR - ME (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0007954-45.2010.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0044691-08.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CEZAR FABIANO MARTINS DE CAMPOS OAB - MT13339-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INCORPORADORA ITALIA LTDA (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATA SCOZZIERO DE ARRUDA SILVA OAB - MT11990-O (ADVOGADO(A))
THAIS SVERSUT ACOSTA OAB - MT9634-N (ADVOGADO(A))

Certifico que o Processo nº 0044691-08.2014.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-129 EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0058812-75.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MANOEL GONCALO DE FIGUEREDO (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUZIA EUTIMIA DO NASCIMENTO OAB - MT17992-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EMBARGADO)

Certifico que o Processo nº 0058812-75.2013.8.11.0041 – Classe: EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL (1118) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0032947-65.2004.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MANOEL GONCALO DE FIGUEREDO (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0032947-65.2004.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0012729-50.2003.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:

Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ISIDORO ANTUNES MACIEL (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0012729-50.2003.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0020120-36.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CEZAR FABIANO MARTINS DE CAMPOS OAB - MT13339-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BRUNO RODRIGUES DA SILVA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0020120-36.2015.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0023681-15.2008.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JENZ PROCHNOW JUNIOR OAB - MT5432-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARISA PEREIRA CARDOSO (EXECUTADO)
LORENZO REUTER NETO (EXECUTADO)
TOM CHOPPIN CHOPERIA, BAR E RESTAURANTE LTDA - EPP (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0023681-15.2008.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0051988-66.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CEZAR FABIANO MARTINS DE CAMPOS OAB - MT13339-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARCILINA NEPONUCEMA PEREIRA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0051988-66.2014.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0051989-51.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CEZAR FABIANO MARTINS DE CAMPOS OAB - MT13339-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PEDRO DIAS DE MOURA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0051989-51.2014.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0013072-75.2005.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
BENEDITO PEDROSO DE AMORIM (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0013072-75.2005.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0015319-97.2003.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
PEDRO GOMES DA SILVA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0015319-97.2003.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0018793-90.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CEZAR FABIANO MARTINS DE CAMPOS OAB - MT13339-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ANTONIO ALTAIR GEIER (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0018793-90.2014.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0032094-07.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CEZAR FABIANO MARTINS DE CAMPOS OAB - MT13339-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ADALBERTO JORGE FELIX (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0032094-07.2014.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da

Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0048483-04.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CEZAR FABIANO MARTINS DE CAMPOS OAB - MT13339-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BRASINHA ESPETOS E MASSAS LIDA ME (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0048483-04.2013.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0006394-29.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
COMPANHIA DE HABITACAO POPULAR DO ESTADO DE MATO GROSSO (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0006394-29.2014.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0005593-16.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
WALTER GONCALVES DA SILVA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0005593-16.2014.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0001498-17.1989.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
AURELIANO ANTONIO RAMOS (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0001498-17.1989.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0011421-18.1999.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
Apolonio Francisco de Lima (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0011421-18.1999.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0047829-17.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CEZAR FABIANO MARTINS DE CAMPOS OAB - MT13339-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PAULO & CIA. S/C. ADVOGADOS ASSOCIADOS - ME (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0047829-17.2013.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0013025-86.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
INCORPORADORA E CONSTRUTORA CENTAURUS LTDA - ME (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0013025-86.2014.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0011861-38.2004.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
PEDRO PAULO DA CRUZ (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0011861-38.2004.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0021910-55.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MONICA PAGLIUSO SIQUEIRA OAB - MT4509-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARENILZA SARA DE ARRUDA NASCIMENTO (EXECUTADO)
WENDER MARCEL RIBEIRO DA SILVA (EXECUTADO)
W M RIBEIRO DA SILVA EIRELI - ME (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0021910-55.2015.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0039513-78.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CEZAR FABIANO MARTINS DE CAMPOS OAB - MT13339-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARCELLA CASSIA TEIXEIRA VIRGOLINO (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0039513-78.2014.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0058037-60.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CEZAR FABIANO MARTINS DE CAMPOS OAB - MT13339-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JANE MARY MACHADO DA SILVA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0058037-60.2013.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0046112-33.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CEZAR FABIANO MARTINS DE CAMPOS OAB - MT13339-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
DANUBIA CORREA DE MORAES (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0046112-33.2014.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0000796-94.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CEZAR FABIANO MARTINS DE CAMPOS OAB - MT13339-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENCO ENGENHARIA COMERCIO LTDA - ME (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0000796-94.2014.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0046355-11.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
SANDRO MAKOTO YANAGAI (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0046355-11.2013.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0008111-42.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MONICA PAGLIUSO SIQUEIRA OAB - MT4509-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
RICARDO ARMINDO BRUCH (EXECUTADO)
JAQUELINE ELISABETE BRUCH (EXECUTADO)
IRMAOS BRUCH LTDA - EPP (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0008111-42.2015.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0040642-26.2011.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MEGAWARE INDUSTRIAL LTDA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0040642-26.2011.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0046181-02.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
COIMBRAL CUIABA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0046181-02.2013.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0016468-84.2010.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JENZ PROCHNOW JUNIOR OAB - MT5432-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ALLAN KARDEC SANTOS (EXECUTADO)
ADRIANE GONCALVES ANTUNES (EXECUTADO)
AMADOR ATAIDE GONCALVES TUT (EXECUTADO)

ALVIDES ATAIDIO GONCALVES (EXECUTADO)
LEDA ANTUNES GONCALVES (EXECUTADO)
FRANCISCO ADENOR PINHEIRO FILHO (EXECUTADO)
TUT TRANSPORTES LTDA EM RECUPERACAO JUDICIAL (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0016468-84.2010.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0056075-65.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CEZAR FABIANO MARTINS DE CAMPOS OAB - MT13339-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GERALDO CARNEIRO MENDONCA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0056075-65.2014.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0058145-89.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CEZAR FABIANO MARTINS DE CAMPOS OAB - MT13339-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FABIANO FONSECA DE MIRANDA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0058145-89.2013.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0046402-48.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CEZAR FABIANO MARTINS DE CAMPOS OAB - MT13339-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JULIAO OLIMPIO DE CAMARGO (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0046402-48.2014.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0045367-87.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CEZAR FABIANO MARTINS DE CAMPOS OAB - MT13339-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO ESTADO DE MATO GROSSO SA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0045367-87.2013.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0024031-76.2003.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ERACI LUIZ DOS REIS (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0024031-76.2003.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0005397-61.2005.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ERACI LUIZ DOS REIS (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0005397-61.2005.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0010631-43.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROMES JULIO TOMAZ OAB - MT3791-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
KIRTON BANK S/A BANCO MULTIPLO (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0010631-43.2013.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0005182-17.2007.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
GLOBAL IND. COMERCIO E SERVICOS DE LIMPEZA LTDA - ME (EXECUTADO)
NATALICIA DE FATIMA MARTINS MARQUES (EXECUTADO)
ALBERTO AMARAL MARQUES (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0005182-17.2007.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0003257-15.2009.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ENEAS YONEZAWA (EXECUTADO)
ALBERTO PINHEIRO MACHADO (EXECUTADO)
DARLENE MARIA FAVA YONEZAWA (EXECUTADO)
DROGARIA CUIABA LTDA - ME (EXECUTADO)
EDGAR DE ALBUQUERQUE (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0003257-15.2009.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0014029-76.2005.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
LINDOMAR MOREIRA DOS SANTOS (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0014029-76.2005.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-129 EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0002737-79.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
KIRTON BANK S/A BANCO MULTIPLO (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FLAVIA BUMLAI ALVES PINTO OAB - MT17300-B (ADVOGADO(A))
ANTONIO CHAVES ABDALLA OAB - DF19032-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
estado de mato grosso (EMBARGADO)

Certifico que o Processo nº 0002737-79.2014.8.11.0041 – Classe: EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL (1118) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0038163-94.2010.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
Edio Santana de Amorim (EXECUTADO)
EDIO SANT ANA DE AMORIM (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0038163-94.2010.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0005529-06.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CEZAR FABIANO MARTINS DE CAMPOS OAB - MT13339-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CONDOMINIO EDIFICIO AGATA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0005529-06.2014.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0036686-65.2012.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROMES JULIO TOMAZ OAB - MT3791-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ISIDORA DIAS DO NASCIMENTO (EXECUTADO)
FRANCISCO ASSIS DIAS DO NASCIMENTO (EXECUTADO)
SPLIT AR CONDICIONADO E COMERCIO LTDA - ME (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0036686-65.2012.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0039496-42.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CEZAR FABIANO MARTINS DE CAMPOS OAB - MT13339-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FATIMA TRINDADE DE MEDEIROS (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0039496-42.2014.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0014589-76.2009.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE POCONE (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CESAR JUNIOR MAGGI OAB - MT10840-O (ADVOGADO(A))
SADI GENTIL OAB - MT5404-O (ADVOGADO(A))
Gustavo Cantarelli OAB - MT11964-N (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
DINAMO CONSTRUTORA LTDA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0014589-76.2009.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0029870-72.2009.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:

JENZ PROCHNOW JUNIOR OAB - MT5432-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
DISTRIBUIDORA CUMMINS MATO GROSSO LTDA (EXECUTADO)
REGINALDO MARTINEZ (EXECUTADO)
ARMANDO MENDES TRINDADE (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0029870-72.2009.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0039688-14.2010.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
GEP INCORPORADORA E PARTICIPACOES LTDA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0039688-14.2010.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0011230-79.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROMES JULIO TOMAZ OAB - MT3791-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AMERICEL S/A (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0011230-79.2013.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0032674-47.2008.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
AUGUSTO CEZAR DE AQUINO TAQUES (EXECUTADO)
HIDELGARDY DA SILVA FARIAS (EXECUTADO)
FORMA IND. E COM. DE MOVEIS LTDA - ME (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0032674-47.2008.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0013938-05.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROMES JULIO TOMAZ OAB - MT3791-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AUGUSTO CESAR DA SILVA CAMPOS (EXECUTADO)
A. C. DA SILVA CAMPOS COMERCIO - ME (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0013938-05.2013.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0013697-31.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
FRANCISCO CARLOS MAZZER HERRERA (EXECUTADO)
F.C.M. HERRERA REPRESENTACOES (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0013697-31.2013.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0010606-30.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROMES JULIO TOMAZ OAB - MT3791-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0010606-30.2013.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0031221-56.2004.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ISMAEL BENEDITO DA FONSECA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0031221-56.2004.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0058163-76.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CEZAR FABIANO MARTINS DE CAMPOS OAB - MT13339-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
EDSON ARANTES DA SILVA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0058163-76.2014.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0014710-46.2005.8.11.0041

Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JOSE MARINHO (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0014710-46.2005.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0029380-74.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CEZAR FABIANO MARTINS DE CAMPOS OAB - MT13339-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PATRICIA COSTA LEMOS DE ANDRADE (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0029380-74.2014.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0016189-25.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MONICA PAGLIUSO SIQUEIRA OAB - MT4509-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LEONILDA THOMAZINI HERNANDES (EXECUTADO)
JOSE RUBENS HERNANDES (EXECUTADO)
THOMAZINI HERNANDES & CIA LTDA - EPP (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0016189-25.2015.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0010286-24.2006.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
DALVA RIBEIRO DA SILVA (EXECUTADO)
ARIZON ROQUE DA SILVA (EXECUTADO)
GRAOS D'OURO-RACOES, CEREAIS E TRANSPORTES LTDA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0010286-24.2006.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0044717-06.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CEZAR FABIANO MARTINS DE CAMPOS OAB - MT13339-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FRANCISCO LOUREIRO DE LARA PINTO (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0044717-06.2014.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0039697-73.2010.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JOSE GALDINO DELGADO (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0039697-73.2010.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0038571-85.2010.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
EDIVALDO FRANCASO BRAGA - ME (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0038571-85.2010.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0044606-56.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CEZAR FABIANO MARTINS DE CAMPOS OAB - MT13339-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TENIS CLUB CUIABA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0044606-56.2013.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0047239-06.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CEZAR FABIANO MARTINS DE CAMPOS OAB - MT13339-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARIA GUEDES DE SOUSA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0047239-06.2014.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da

Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0001300-76.2009.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
GIZELIA SANTOS DE OLIVEIRA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0001300-76.2009.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0058395-25.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CEZAR FABIANO MARTINS DE CAMPOS OAB - MT13339-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BATICUM PUBLICIDADE E PRODUCOES LTDA - ME (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0058395-25.2013.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0038456-25.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CEZAR FABIANO MARTINS DE CAMPOS OAB - MT13339-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ELVES BATISTA FARIA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0038456-25.2014.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0006609-05.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
BENATA MAIOLINO (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0006609-05.2014.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0005836-57.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CEZAR FABIANO MARTINS DE CAMPOS OAB - MT13339-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INCORPORADORA ITALIA LTDA (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATA SCOZZIERO DE ARRUDA SILVA OAB - MT11990-O (ADVOGADO(A))
THAIS SVERSUT ACOSTA OAB - MT9634-N (ADVOGADO(A))

Certifico que o Processo nº 0005836-57.2014.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0035969-24.2010.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0035969-24.2010.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0000870-51.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CEZAR FABIANO MARTINS DE CAMPOS OAB - MT13339-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JURANDYR DE FIGUEIREDO (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0000870-51.2014.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0031734-87.2005.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ANTONIO JOSE POSSAGNOL (EXECUTADO)
FORTALEZA TRANSPORTES RODOVIARIOS DE CARGAS LTDA - ME (EXECUTADO)
GILMAR KOSLOSKI (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0031734-87.2005.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0006570-52.2007.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MARCO ANTONIO MAGALHAES DOS SANTOS (EXECUTADO)

ANA BEATRIZ MAGALHAES DOS SANTOS MARTINS (EXECUTADO)
MARCO A. M. SANTOS & CIA LTDA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0006570-52.2007.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0013221-90.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
KIRTON BANK S/A BANCO MULTIPLO (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0013221-90.2013.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0054786-97.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
NILDO DA FONSECA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0054786-97.2014.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0034272-26.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
YUITI IANAE (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0034272-26.2014.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-129 EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0054393-12.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CREDI - 21 PARTICIPACOES LTDA (EMBARGANTE)
CLUB ADMINISTRADORA DE CARTOES DE CREDITO LTDA (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS AUGUSTO FALLETTI OAB - SP83341-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ROMES JULIO TOMAZ OAB - MT3791-O (ADVOGADO(A))

Certifico que o Processo nº 0054393-12.2013.8.11.0041 – Classe: EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL (1118) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0006184-17.2010.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
LUCIMAR FERREIRA JORGE (EXECUTADO)
JUVENAL ROMULO JORGE (EXECUTADO)
SECULOS COM. E REPARACAO DE ELETRO-ELETRONICOS LTDA - ME (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FABIANO TEIXEIRA DE SOUSA OAB - MT25823-O (ADVOGADO(A))

Certifico que o Processo nº 0006184-17.2010.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0033672-54.2004.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BAMERINDUS DO BRASIL (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0033672-54.2004.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0008716-56.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROMES JULIO TOMAZ OAB - MT3791-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CREDI - 21 PARTICIPACOES LTDA (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CARLOS AUGUSTO FALLETTI OAB - SP83341-O (ADVOGADO(A))

Certifico que o Processo nº 0008716-56.2013.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0038452-85.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CEZAR FABIANO MARTINS DE CAMPOS OAB - MT13339-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ARTHUR LOURO GUIMARAES (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0038452-85.2014.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO

FISCAL
Processo Número: 0024220-54.2003.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
CLAUDIONOR LUCAS CARDOZO (EXECUTADO)
ABBADIA BORGES MUNDIM MONTEIRO (EXECUTADO)
DREAMS SHOP CONFECCOES LTDA (EXECUTADO)
ROMILDA PINTO (EXECUTADO)
MARCOS ANTONIO MONTEIRO DO AMARAL (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0024220-54.2003.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0031292-19.2008.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JENZ PROCHNOW JUNIOR OAB - MT5432-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CEZAR ANTONIO FANTIN (EXECUTADO)
C A FANTIN - ME (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0031292-19.2008.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0017481-45.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MONICA PAGLIUSO SIQUEIRA OAB - MT4509-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
NILSON ANTONIO RAINERI (EXECUTADO)
NILSON ANTONIO RAINERI - ME (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0017481-45.2015.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0003725-42.2010.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JENZ PROCHNOW JUNIOR OAB - MT5432-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
EDITEL - TELECOMUNICACOES E MANUTENCAO LTDA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0003725-42.2010.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0010614-07.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROMES JULIO TOMAZ OAB - MT3791-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LUIZ FERNANDO SAVIETTO (EXECUTADO)
RICARDO SHIGUERU SASAKI (EXECUTADO)
SONY MOBILE COMMUNICATIONS DO BRASIL LTDA. (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0010614-07.2013.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0008770-51.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CEZAR FABIANO MARTINS DE CAMPOS OAB - MT13339-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CLEONICE BERNADETE KOVEL ADAMS (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0008770-51.2015.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0015470-63.2003.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
PEDRO MAXIMIANO DE JESUS (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0015470-63.2003.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0014339-53.2003.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JURANDI PEREIRA CAVALCANTE (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0014339-53.2003.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0013172-98.2003.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MARIA LIDIA DA SILVA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0013172-98.2003.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos

termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-129 EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0004829-64.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
YUN KI LEE OAB - SP131693-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
estado de mato grosso (EMBARGADO)

Certifico que o Processo nº 0004829-64.2013.8.11.0041 – Classe: EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL (1118) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0012028-50.2007.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
EDEVAIR DA CONCEICAO BUENO (EXECUTADO)
ENERGIA MOTOPECAS LTDA - ME (EXECUTADO)
RITA PINTO DO NASCIMENTO (EXECUTADO)
FRANCISCO PINTO DO NASCIMENTO (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0012028-50.2007.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0022172-25.2003.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
REGINA APARECIDA M. FERREIRA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0022172-25.2003.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0038427-72.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
CONSTRUTORA BRASILIA LTDA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0038427-72.2014.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0044635-09.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JARDIM MARIANA EMP LTDA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0044635-09.2013.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0006753-76.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
GREGORIO DEMETRIO DIACOPULOS (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0006753-76.2014.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0024912-53.2003.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ETICA CONTABILIDADE SS (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0024912-53.2003.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0006434-11.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
EVALDO MARTINS LEITE (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0006434-11.2014.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0011667-09.2002.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
GAZIN INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS E ELETRODOMESTICOS LTDA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PAULO HENRIQUE WENDT OAB - SC13206-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0011667-09.2002.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL

Processo Número: 0040635-34.2011.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
L C BARCELOS - ME (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROMES JULIO TOMAZ OAB - MT3791-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FRUCTUOSO FERNANDO RIVERA FORETS (EXECUTADO)
DOMENICO ANGOTTI (EXECUTADO)
TIM CELULAR S.A. (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0040635-34.2011.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-129 EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0003717-26.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
KIRTON BANK S/A BANCO MULTIPLO (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FLAVIA BUMLAI ALVES PINTO OAB - MT17300-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
estado de mato grosso (EMBARGADO)

Certifico que o Processo nº 0003717-26.2014.8.11.0041 – Classe: EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL (1118) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0022174-92.2003.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
INSTITUTO DE ENGENHARIA DE MATO GROSSO (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0022174-92.2003.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0038474-85.2010.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
EDISON OLIVEIRA COUTO - ME (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0038474-85.2010.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 0004730-27.1995.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
E. D. M. G. (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
B. B. L. L. -. M. (EXECUTADO)
J. C. B. (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ESTER PITTA SERRA ZANETTI OAB - PR8338-O (ADVOGADO(A))
SEBASTIAO SERRA ZANETTI OAB - PR8339-O (ADVOGADO(A))

Certifico que o Processo nº 0004730-27.1995.8.11.0041 – Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0022052-69.2009.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JENZ PROCHNOW JUNIOR OAB - MT5432-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CLAUDINEI TEIXEIRA DINIZ (EXECUTADO)
MIRAMED COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA (EXECUTADO)
VALQUIRIA MARQUES DE SOUZA (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CAMILA SILVA DE SOUZA OAB - MT14660-O (ADVOGADO(A))
IVO MARCELO SPINOLA DA ROSA OAB - MT13731-O (ADVOGADO(A))

Certifico que o Processo nº 0022052-69.2009.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0044634-24.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CEZAR FABIANO MARTINS DE CAMPOS OAB - MT13339-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JARDIM MARIANA EMP LTDA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0044634-24.2013.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0014388-11.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
GUSTAVO AUGUSTO FERRAZ RODRIGUES (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0014388-11.2014.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0013744-44.2009.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
PAULO CESAR BRITO (EXECUTADO)
TOPIS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0013744-44.2009.8.11.0041 – Classe:

EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0020836-73.2009.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
RODRIGO TREVISAN (EXECUTADO)
AUTO POSTO TREVISAN LTDA (EXECUTADO)
TATIANA TREVISAN (EXECUTADO)
CARLOS DALCOL TREVISAN (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0020836-73.2009.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0045618-08.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
CESAR HENRIQUE PIRES (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0045618-08.2013.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0004022-83.2009.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
TARCILIA MARTINS DAND NEIVA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0004022-83.2009.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0018529-25.2004.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
CARLOS ALBERTO ALVES ROCHA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0018529-25.2004.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0018131-49.2002.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
Francisco Odali da Silva (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0018131-49.2002.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0057072-82.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
DROGARIA SUAMERICA LTDA - ME (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0057072-82.2013.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0006886-80.1998.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
COMPRAO SUPERMERCADOS LTDA - ME (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0006886-80.1998.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0001743-90.2010.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
FRANCISCO BATISTA DE MELO (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0001743-90.2010.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0045489-37.2012.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROMES JULIO TOMAZ OAB - MT3791-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
RIBAMAR RODRIGUES DA SILVA (EXECUTADO)
ALCINDA FIGUEIREDO DOS SANTOS (EXECUTADO)
PATRICIA DA COSTA CAMPOS (EXECUTADO)
SULAMERICA PECAS LTDA - ME (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0045489-37.2012.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO

FISCAL
Processo Número: 0031483-06.2004.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
NELSON ISSAMU SAGA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0031483-06.2004.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-129 EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0043506-66.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
TIM CELULAR S.A. (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
José Sebastião de Campos Sobrinho OAB - MT6203-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
L C BARCELOS - ME (EMBARGADO)

Certifico que o Processo nº 0043506-66.2013.8.11.0041 – Classe: EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL (1118) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0040684-46.2009.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ADAIR DA SILVA ROCHA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0040684-46.2009.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0021843-76.2004.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
XEROX DO BRASIL LTDA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0021843-76.2004.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0012944-26.2003.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MANOEL MESSIAS FIGUEIREDO (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0012944-26.2003.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0012343-49.2005.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ISOLINO DA SILVA MENDES (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0012343-49.2005.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0056170-95.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
K E C PRESTADORA DE SERVICOS LTDA - ME (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0056170-95.2014.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0019247-36.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
DOUGLAS WILLIAN BRAATZ DA SILVA (EXECUTADO)
DANIELLE CAROLLINE BRAATZ SILVA (EXECUTADO)
R M CONSTRUCOES ELETRICAS TRANSPORTES E LOGISTICAS LTDA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0019247-36.2015.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0058370-75.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
VERA LUCIA DE AZEVEDO COUTINHO (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0058370-75.2014.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0051314-88.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
GERSON MENDONCA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0051314-88.2014.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos

termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0002804-20.2009.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JENZ PROCHNOW JUNIOR OAB - MT5432-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GERSON MENDONCA & CIA LTDA (EXECUTADO)
GERSON MENDONCA (EXECUTADO)
JOSE MARIA MENDONCA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0002804-20.2009.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0014635-94.2011.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Estado de Mato Grosso (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
SIMARELLI DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA (EXECUTADO)
ANTONIO FRANCISCO REGO JUNIOR (EXECUTADO)
RENAN SIMARELLI (EXECUTADO)
CARLOS FERNANDO MARCHI (EXECUTADO)
CARLOS SIMARELLI JUNIOR (EXECUTADO)
CARLOS ROBERTO MARTIMBIANCO (EXECUTADO)
MARIA APPARECIDA FERREIRA MARTIMBIANCO (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0014635-94.2011.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0022924-79.2012.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JOSE DILSON PAULINO DA SILVA (EXECUTADO)
JOSE NETO BRITO DOS SANTOS (EXECUTADO)
FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI - ME (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0022924-79.2012.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0039764-72.2009.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MISAEL GONCALVES DE QUEIROZ (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0039764-72.2009.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-129 EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0012940-47.2007.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
OEME COMERCIO DE MATERIAIS PARA ESCRITORIO LTDA - ME (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
IVAN FORTES DE BARROS OAB - MT7084-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
OLGA GENY DE ALMEIDA ALVES OAB - MT2606-O (ADVOGADO(A))

Certifico que o Processo nº 0012940-47.2007.8.11.0041 – Classe: EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL (1118) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0002229-52.1985.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ANTONIO G DE FIGUEIREDO (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0002229-52.1985.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0032020-60.2008.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JENZ PROCHNOW JUNIOR OAB - MT5432-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GONCALINA MARGARIDA DE ARAUJO (EXECUTADO)
GUERLIANE MAGDA ARAUJO (EXECUTADO)
GONCALINA MARGARIDA DE ARAUJO MATERIAIS PARA ESCRITORIO LTDA - EPP (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CLEBER JUNIOR STIEGEMEIER OAB - MT12198-O (ADVOGADO(A))

Certifico que o Processo nº 0032020-60.2008.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0017385-30.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ANWAR VAZ CURVO (EXECUTADO)
ANWAR VAZ CURVO (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0017385-30.2015.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da

Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0042166-58.2011.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
N C INDUSTRIA E COMERCIO DE ROUPAS LTDA - ME (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
BSI DO BRASIL LTDA (EXECUTADO)
MARCOS PONTES VELOSO JUNIOR (EXECUTADO)
VERONICA MENDES SOARES VELOSO (EXECUTADO)
MARCOS PONTES VELOSO (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0042166-58.2011.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0016158-20.2006.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RENATA MACIEL CUIABANO CHEMALE OAB - MT6640-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ADIMAR PIRES DA SILVA (EXECUTADO)
ADIMAR PIRES DA SILVA - ME (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
WAGNER LUIZ RIBEIRO ROCHA OAB - MT15880-O (ADVOGADO(A))
ROGERIO CONCEICAO PAULO OAB - MT15886-O (ADVOGADO(A))

Certifico que o Processo nº 0016158-20.2006.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0013237-44.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MORAES & BATISTA LTDA - ME (EXECUTADO)
MARIA DE LOURDES MORAES (EXECUTADO)
AMARILDO BATISTA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0013237-44.2013.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0015418-23.2010.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JENZ PROCHNOW JUNIOR OAB - MT5432-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FRANK BOLLMANN (EXECUTADO)
VALMIR LINZMEYER (EXECUTADO)
PROFIL S\A (EXECUTADO)
CARLOS LEOPOLDO EHRAT (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0015418-23.2010.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0016730-68.2009.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
POSTO 10 LIMITADA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NELSON JOSE GASPARELO OAB - MT2693-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
estado de mato grosso (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0016730-68.2009.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0016337-46.2009.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
POSTO 10 LIMITADA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NELSON JOSE GASPARELO OAB - MT2693-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
estado de mato grosso (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JENZ PROCHNOW JUNIOR OAB - MT5432-B (ADVOGADO(A))

Certifico que o Processo nº 0016337-46.2009.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0008655-45.2006.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
OEME COMERCIO DE MATERIAIS PARA ESCRITORIO LTDA - ME (EXECUTADO)
BRAULIO MORAES (EXECUTADO)
GILSANE APARECIDA FORTES DE BARROS MORAES (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
IVAN FORTES DE BARROS OAB - MT7084-O (ADVOGADO(A))

Certifico que o Processo nº 0008655-45.2006.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0007819-77.2003.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
CONSTEPRO CONS, TEC. EST. E PROJ ROD. LTDA. (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FRANCO BONATELLI OAB - MT10224-O (ADVOGADO(A))
ADOLFO ARINI OAB - MT6727-O (ADVOGADO(A))
JULINIL GONCALVES ARINI OAB - MT1136-O (ADVOGADO(A))

Certifico que o Processo nº 0007819-77.2003.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0029198-98.2008.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JENZ PROCHNOW JUNIOR OAB - MT5432-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARLI ISABEL TIECHER (EXECUTADO)
CASTOLDI AUTO POSTO 10 LTDA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0029198-98.2008.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0037949-06.2010.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
E.X.MACHADO - ME (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0037949-06.2010.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0059222-36.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ADRIANA LAURA RIBEIRO DE PAULA SIMONI (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0059222-36.2013.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0041163-63.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
URACAY ALONSO TEIXEIRA BORGES (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0041163-63.2014.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0005271-11.2005.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
FATIMA MEIRY DE ARAUJO ALVES (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0005271-11.2005.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0006814-49.2005.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MAMEDES PEDROSO DE ARRUDA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0006814-49.2005.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0013010-45.1999.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
UNIAO DE CURSOS DE CUIABA LTDA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0013010-45.1999.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0040704-03.2010.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MARIO NEY DE OLIVEIRA TEIXEIRA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0040704-03.2010.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0007051-83.2005.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
LUIZ ANTONIO LEMOS (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0007051-83.2005.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0040316-61.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)

Parte(s) Polo Passivo:
BARTOLINA GUIA DE ARRUDA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0040316-61.2014.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0001523-30.1989.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ROMUALDO RODRIGUES DA SILVA (EXECUTADO)
FRANCISCO VERISSIMO (EXECUTADO)
COMERCIAL VERISSIMO LTDA - ME (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0001523-30.1989.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0052690-46.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
TANIA MARA LOPES DA SILVA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0052690-46.2013.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0040845-22.2010.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
REGINA EUNICE DE FIGUEIREDO CAMPOS (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0040845-22.2010.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0006392-35.2009.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JOSE CARLOS MARQUES (EXECUTADO)
J C MARQUES - ME (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0006392-35.2009.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0049623-73.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
LEONY PALMA DE CARVALHO (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0049623-73.2013.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0048356-66.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
VAGEL COM. IND. EMBALAGENS LTDA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0048356-66.2013.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0006233-34.2005.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
DORACI ALMEID APINA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0006233-34.2005.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0020720-77.2003.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ETELVINA ALVES FERREIRA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0020720-77.2003.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0021141-23.2010.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
B2W - COMPANHIA GLOBAL DO VAREJO (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0021141-23.2010.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL

Processo Número: 0004395-56.2005.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
EFISIO PINTO DE SOUZA MARINHO (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0004395-56.2005.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0015677-13.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
PAULO R CARVALHO LEITE - ME (EXECUTADO)
PAULO ROBERTO CARVALHO LEITE (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0015677-13.2013.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Vara Especializada do Meio Ambiente

Expediente

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 55154 Nr: 2736-92.2019.811.0082
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: GILSO JOSÉ DAL BEM
PARTE(S) REQUERIDA(S): ESTADO DE MATO GROSSO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: RENATA VIVIANE DA SILVA - OAB:OAB/MT 9465
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Certifico e dou fé, nos termos da legislação vigente, que impulsiono os autos com a finalidade de intimar a parte requerente a fim de impugnar a contestação.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 53928 Nr: 2042-26.2019.811.0082
AÇÃO: Mandado de Segurança->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ALCINDO UGGERI
PARTE(S) REQUERIDA(S): SUPERINTENDENTE DE REGULARIZAÇÃO E MONITORAMENTO AMBIENTAL (S.R.M.A), COORDENADOR DE CADASTRO AMBIENTAL RURAL DA SEMA/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JENIFER CAVALCANTE SILVA - OAB:26.213
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Impulsiono o feito para que o impetrante recolha a diligência do oficial de justiça, devendo ser emitida no site do Tribunal de Justiça "Emissão de Guias Online" e comprove o pagamento nos autos. Certifico ainda que deverá apresentar 2 cópias para instruir o mandado.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 41273 Nr: 2265-13.2018.811.0082
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: SHAREWOOD INDUSTRIA DE MADEIRAS LTDA
PARTE(S) REQUERIDA(S): FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JULIANA ROCHA REQUENA - OAB:299.398, LUCAS NASCIMENTO DOS SANTOS - OAB:401.344
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Nos termos do artigo 7° do Provimento nº 12/2017-CGJ, fica devidamente INTIMADA à parte autora, para que efetue, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais no importe de R$ 1.033,14(mil e trinta e três reais e quatorze centavos), a que foi condenado nos termos da r. sentença. Este valor deverá ser de forma separada, sendo R$ 516,57(quinhentos e dezesseis reais e cinquenta e sete centavos), para recolhimento da guia de custas e R$ 516,57(quinhentos e dezesseis reais e cinquenta e sete centavos), para fins da guia de taxa. Fica cientificado de que para emissão de guia de custas e taxa, deverá acessar o site www.tjmt.jus.br, link EMISSÃO DE GUIAS ONLINE, emitir guias, digitar custas, clicar em CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES, preencher o número único do processo, buscar, próximo, ok, colocar o nº do CPF do pagante. Clicar em CUSTAS e incluir o valor discriminado acima, caso tenha custas. Clicar em TAXA e incluir o valor discriminado acima, caso tenha taxa. Clicar em gerar GUIA. O sistema gera um BOLETO ÚNICO. Imprimir e após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a GUIA PAGA no Protocolo Geral do Fórum da Capital direcionado à Central de Arrecadação e Arquivamento. ADVERTÊNCIA: o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciárias, implicará na restrição do nome e CPF do devedor, junto à dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612, § 5º da CNGC-TJMT.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 25801 Nr: 551-23.2015.811.0082
AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MUNICÍPIO DE CUIABÁ - MT
PARTE(S) REQUERIDA(S): União de Cursos de Cuiabá Ltda "Anglo Vestibular"
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CEZAR FABIANO MARTINS DE CAMPOS - PROC. MUNI. - OAB:13339
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Elisabete Augusta de Oliveira - OAB:1761, FABIULA LITIELY DA ROSA MORENO - OAB:OAB/MT 20.572, Geraldo Carlos de Oliveira - OAB:4032
Nos termos do artigo 7° do Provimento nº 12/2017-CGJ, fica devidamente INTIMADA à parte requerida, para que efetue, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais no importe de R$ 557,84(quinhentos e cinquenta e sete reais e oitenta e quatro centavos), a que foi condenado nos termos da r. sentença. Este valor deverá ser de forma separada, sendo R$ 413,40(quatrocentos e treze reais e quarenta centavos), para recolhimento da guia de custas e R$ 144,44(cento e quarenta e quatro reais e quarenta e quatro centavos), para fins da guia de taxa. Fica cientificado de que para emissão de guia de custas e taxa, deverá acessar o site www.tjmt.jus.br, link EMISSÃO DE GUIAS ONLINE, emitir guias, digitar custas, clicar em CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES, preencher o número único do processo, buscar, próximo, ok, colocar o nº do CPF do pagante. Clicar em CUSTAS e incluir o valor discriminado acima, caso tenha custas. Clicar em TAXA e incluir o valor discriminado acima, caso tenha taxa. Clicar em gerar GUIA. O sistema gera um BOLETO ÚNICO. Imprimir e após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a GUIA PAGA no Protocolo Geral do Fórum da Capital direcionado à Central de Arrecadação e Arquivamento. ADVERTÊNCIA: o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciárias, implicará na restrição do nome e CPF do devedor, junto à dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612, § 5º da CNGC-TJMT.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 28626 Nr: 787-38.2016.811.0082
AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MUNICÍPIO DE CUIABÁ - MT
PARTE(S) REQUERIDA(S): Valdeci dos Santos
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CEZAR FABIANO MARTINS DE CAMPOS - PROC. MUNI. - OAB:13339
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Aline Rebello dos Santos - OAB:14967
Nos termos do artigo 7° do Provimento nº 12/2017-CGJ, fica devidamente

INTIMADA à parte requerida, para que efetue, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais no importe de R$ 557,84(quinhentos e cinquenta e sete reais e oitenta e quatro centavos), a que foi condenado nos termos da r. sentença. Este valor deverá ser de forma separada, sendo R$ 413,40(quatrocentos e treze reais e quarenta centavos), para recolhimento da guia de custas e R$ 144,44(cento e quarenta e quatro reais e quarenta e quatro centavos), para fins da guia de taxa. Fica cientificado de que para emissão de guia de custas e taxa, deverá acessar o site www.tjmt.jus.br, link EMISSÃO DE GUIAS ONLINE, emitir guias, digitar custas, clicar em CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES, preencher o número único do processo, buscar, próximo, ok, colocar o nº do CPF do pagante. Clicar em CUSTAS e incluir o valor discriminado acima, caso tenha custas. Clicar em TAXA e incluir o valor discriminado acima, caso tenha taxa. Clicar em gerar GUIA. O sistema gera um BOLETO ÚNICO. Imprimir e após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a GUIA PAGA no Protocolo Geral do Fórum da Capital direcionado à Central de Arrecadação e Arquivamento. ADVERTÊNCIA: o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciárias, implicará na restrição do nome e CPF do devedor, junto à dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612, § 5º da CNGC-TJMT.

Intimação da Parte Requerida

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 30513 Nr: 1994-72.2016.811.0082

AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: MUNICÍPIO DE CUIABÁ - MT

PARTE(S) REQUERIDA(S): SPE JARDIM CUIABA EMPREENDIMENTO IMOBILIARIO LTDA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CEZAR FABIANO MARTINS DE CAMPOS - PROC. MUNI. - OAB:13339

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Kleyton Alves de Oliveira - OAB:16.240, LEANDRO MÁRTINES G. AMORIM - OAB:OAB/MT 21.353/O

Nos termos do artigo 7° do Provimento nº 12/2017-CGJ, fica devidamente INTIMADA à parte requerida, para que efetue, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais no importe de R$ 558,60(quinhentos e cinquenta e oito reais e sessenta centavos), a que foi condenado nos termos da r. sentença. Este valor deverá ser de forma separada, sendo R$ 413,40(quatrocentos e treze reais e quarenta centavos), para recolhimento da guia de custas e R$ 145,20(cento e quarenta e cinco reais e vinte centavos), para fins da guia de taxa. Fica cientificado de que para emissão de guia de custas e taxa, deverá acessar o site www.tjmt.jus.br, link EMISSÃO DE GUIAS ONLINE, emitir guias, digitar custas, clicar em CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES, preencher o número único do processo, buscar, próximo, ok, colocar o nº do CPF do pagante. Clicar em CUSTAS e incluir o valor discriminado acima, caso tenha custas. Clicar em TAXA e incluir o valor discriminado acima, caso tenha taxa. Clicar em gerar GUIA. O sistema gera um BOLETO ÚNICO. Imprimir e após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a GUIA PAGA no Protocolo Geral do Fórum da Capital direcionado à Central de Arrecadação e Arquivamento. ADVERTÊNCIA: o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciárias, implicará na restrição do nome e CPF do devedor, junto à dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612, § 5º da CNGC-TJMT.

Intimação da Parte Requerida

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 34142 Nr: 1382-03.2017.811.0082

AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: MUNICÍPIO DE CUIABÁ - MT

PARTE(S) REQUERIDA(S): TEREZINHA ALVES SILVENTE

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CEZAR FABIANO MARTINS DE CAMPOS - PROC. MUNI. - OAB:13339

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Róber César da Silva - OAB:4784-B

Nos termos do artigo 7° do Provimento nº 12/2017-CGJ, fica devidamente INTIMADA à parte requerida, para que efetue, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais no importe de R$ 558,60(quinhentos e cinquenta e oito reais e sessenta centavos), a que foi condenado nos termos da r. sentença. Este valor deverá ser de forma separada, sendo R$ 413,40(quatrocentos e treze reais e quarenta centavos), para recolhimento da guia de custas e R$ 145,20(cento e quarenta e cinco reais e vinte centavos), para fins da guia de taxa. Fica cientificado de que para emissão de guia de custas e taxa, deverá acessar o site www.tjmt.jus.br, link EMISSÃO DE GUIAS ONLINE, emitir guias, digitar custas, clicar em CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES, preencher o número único do processo, buscar, próximo, ok, colocar o nº do CPF do pagante. Clicar em CUSTAS e incluir o valor discriminado acima, caso tenha custas. Clicar em TAXA e incluir o valor discriminado acima, caso tenha taxa. Clicar em gerar GUIA. O sistema gera um BOLETO ÚNICO. Imprimir e após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a GUIA PAGA no Protocolo Geral do Fórum da Capital direcionado à Central de Arrecadação e Arquivamento. ADVERTÊNCIA: o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciárias, implicará na restrição do nome e CPF do devedor, junto à dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612, § 5º da CNGC-TJMT.

Intimação da Parte Requerida

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 34550 Nr: 1673-03.2017.811.0082

AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: MUNICÍPIO DE CUIABÁ - MT

PARTE(S) REQUERIDA(S): ELMO ENGENHARIA LTDA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CEZAR FABIANO MARTINS DE CAMPOS - PROC. MUNI. - OAB:13339

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: BRUNO BATISTA ROSA - OAB:OAB/GO 22122

Nos termos do artigo 7° do Provimento nº 12/2017-CGJ, fica devidamente INTIMADA à parte requerida, para que efetue, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais no importe de R$ 561,05(quinhentos e sessenta e um reais e cinco centavos), a que foi condenado nos termos da r. sentença. Este valor deverá ser de forma separada, sendo R$ 413,40(quatrocentos e treze reais e quarenta centavos), para recolhimento da guia de custas e R$ 147,65(cento e quarenta e sete reais e sessenta e cinco centavos), para fins da guia de taxa. Fica cientificado de que para emissão de guia de custas e taxa, deverá acessar o site www.tjmt.jus.br, link EMISSÃO DE GUIAS ONLINE, emitir guias, digitar custas, clicar em CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES, preencher o número único do processo, buscar, próximo, ok, colocar o nº do CPF do pagante. Clicar em CUSTAS e incluir o valor discriminado acima, caso tenha custas. Clicar em TAXA e incluir o valor discriminado acima, caso tenha taxa. Clicar em gerar GUIA. O sistema gera um BOLETO ÚNICO. Imprimir e após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a GUIA PAGA no Protocolo Geral do Fórum da Capital direcionado à Central de Arrecadação e Arquivamento. ADVERTÊNCIA: o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciárias, implicará na restrição do nome e CPF do devedor, junto à dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612, § 5º da CNGC-TJMT.

Intimação da Parte Requerida

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 34912 Nr: 1906-97.2017.811.0082

AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: MUNICÍPIO DE CUIABÁ - MT

PARTE(S) REQUERIDA(S): José Carlos de Almeida

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CEZAR FABIANO MARTINS DE CAMPOS - PROC. MUNI. - OAB:13339

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Manoel Guilherme Cavalcanti Mello Filho - OAB:13.595

Nos termos do artigo 7° do Provimento nº 12/2017-CGJ, fica devidamente INTIMADA à parte requerida, para que efetue, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais no importe de R$ 558,60(quinhentos e cinquenta e oito reais e sessenta centavos), a que foi condenado nos termos da r. sentença. Este valor deverá ser de forma separada, sendo R$ 413,40(quatrocentos e treze reais e quarenta centavos), para recolhimento da guia de custas e R$ 145,20(cento e quarenta e cinco reais e vinte centavos), para fins da guia de taxa. Fica cientificado de que para emissão de guia de custas e taxa, deverá acessar o site www.tjmt.jus.br, link EMISSÃO DE GUIAS ONLINE, emitir guias, digitar custas, clicar em CUSTAS E TAXAS FINAIS OU

REMANESCENTES, preencher o número único do processo, buscar, próximo, ok, colocar o nº do CPF do pagante. Clicar em CUSTAS e incluir o valor discriminado acima, caso tenha custas. Clicar em TAXA e incluir o valor discriminado acima, caso tenha taxa. Clicar em gerar GUIA. O sistema gera um BOLETO ÚNICO. Imprimir e após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a GUIA PAGA no Protocolo Geral do Fórum da Capital direcionado à Central de Arrecadação e Arquivamento. ADVERTÊNCIA: o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciárias, implicará na restrição do nome e CPF do devedor, junto à dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612, § 5º da CNGC-TJMT.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 35549 Nr: 2394-52.2017.811.0082
AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MUNICÍPIO DE CUIABÁ - MT
PARTE(S) REQUERIDA(S): GINCO URBANISMO LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CEZAR FABIANO MARTINS DE CAMPOS - PROC. MUNI. - OAB:13339
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: HÉLIO NISHIYAMA - OAB:OAB/MT 12.919, JOÃO CARLOS POLISEL - OAB:OAB/MT 12.909
Nos termos do artigo 7° do Provimento nº 12/2017-CGJ, fica devidamente INTIMADA à parte requerida, para que efetue, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais no importe de R$ 558,60(quinhentos e cinquenta e oito reais e sessenta centavos), a que foi condenado nos termos da r. sentença. Este valor deverá ser de forma separada, sendo R$ 413,40(quatrocentos e treze reais e quarenta centavos), para recolhimento da guia de custas e R$ 145,20(cento e quarenta e cinco reais e vinte centavos), para fins da guia de taxa. Fica cientificado de que para emissão de guia de custas e taxa, deverá acessar o site www.tjmt.jus.br, link EMISSÃO DE GUIAS ONLINE, emitir guias, digitar custas, clicar em CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES, preencher o número único do processo, buscar, próximo, ok, colocar o nº do CPF do pagante. Clicar em CUSTAS e incluir o valor discriminado acima, caso tenha custas. Clicar em TAXA e incluir o valor discriminado acima, caso tenha taxa. Clicar em gerar GUIA. O sistema gera um BOLETO ÚNICO. Imprimir e após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a GUIA PAGA no Protocolo Geral do Fórum da Capital direcionado à Central de Arrecadação e Arquivamento. ADVERTÊNCIA: o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciárias, implicará na restrição do nome e CPF do devedor, junto à dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612, § 5º da CNGC-TJMT.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 38017 Nr: 150-19.2018.811.0082
AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MUNICÍPIO DE CUIABÁ - MT
PARTE(S) REQUERIDA(S): ITAMAR LOCKS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CEZAR FABIANO MARTINS DE CAMPOS - PROC. MUNI. - OAB:13339
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: BRUNO ALMEIDA DE OLIVEIRA - OAB:OAB/MT 17.276
Nos termos do artigo 7° do Provimento nº 12/2017-CGJ, fica devidamente INTIMADA à parte requerida, para que efetue, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais no importe de R$ 558,60(quinhentos e cinquenta e oito reais e sessenta centavos), a que foi condenado nos termos da r. sentença. Este valor deverá ser de forma separada, sendo R$ 413,40(quatrocentos e treze reais e quarenta centavos), para recolhimento da guia de custas e R$ 145,20(cento e quarenta e cinco reais e vinte centavos), para fins da guia de taxa. Fica cientificado de que para emissão de guia de custas e taxa, deverá acessar o site www.tjmt.jus.br, link EMISSÃO DE GUIAS ONLINE, emitir guias, digitar custas, clicar em CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES, preencher o número único do processo, buscar, próximo, ok, colocar o nº do CPF do pagante. Clicar em CUSTAS e incluir o valor discriminado acima, caso tenha custas. Clicar em TAXA e incluir o valor discriminado acima, caso tenha taxa. Clicar em gerar GUIA. O sistema gera um BOLETO ÚNICO. Imprimir e após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a GUIA PAGA no Protocolo Geral do Fórum da Capital direcionado à Central de Arrecadação e Arquivamento. ADVERTÊNCIA: o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciárias, implicará na restrição do nome e CPF do devedor, junto à dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612, § 5º da CNGC-TJMT.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 38109 Nr: 211-74.2018.811.0082
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): Gracindo Aparecido de Souza
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ROBSON RODRIGO DE ARRUDA COSTA - OAB:21550
Nos termos do artigo 7° do Provimento nº 12/2017-CGJ, fica devidamente INTIMADA à parte requerida, para que efetue, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais no importe de R$ 558,60(quinhentos e cinquenta e oito reais e sessenta centavos), a que foi condenado nos termos da r. sentença. Este valor deverá ser de forma separada, sendo R$ 413,40(quatrocentos e treze reais e quarenta centavos), para recolhimento da guia de custas e R$ 145,20(cento e quarenta e cinco reais e vinte centavos), para fins da guia de taxa. Fica cientificado de que para emissão de guia de custas e taxa, deverá acessar o site www.tjmt.jus.br, link EMISSÃO DE GUIAS ONLINE, emitir guias, digitar custas, clicar em CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES, preencher o número único do processo, buscar, próximo, ok, colocar o nº do CPF do pagante. Clicar em CUSTAS e incluir o valor discriminado acima, caso tenha custas. Clicar em TAXA e incluir o valor discriminado acima, caso tenha taxa. Clicar em gerar GUIA. O sistema gera um BOLETO ÚNICO. Imprimir e após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a GUIA PAGA no Protocolo Geral do Fórum da Capital direcionado à Central de Arrecadação e Arquivamento. ADVERTÊNCIA: o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciárias, implicará na restrição do nome e CPF do devedor, junto à dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612, § 5º da CNGC-TJMT.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 38248 Nr: 320-88.2018.811.0082
AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MUNICÍPIO DE CUIABÁ - MT
PARTE(S) REQUERIDA(S): I A FRANCO - ME, IVONETE APARECIDA FRANCO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CEZAR FABIANO MARTINS DE CAMPOS - PROC. MUNI. - OAB:13339
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: WILLIAN MARQUES SOLANO ROSA - OAB:OAB/MT 24.395
Nos termos do artigo 7° do Provimento nº 12/2017-CGJ, fica devidamente INTIMADA à parte requerida, para que efetue, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais no importe de R$ 558,60(quinhentos e cinquenta e oito reais e sessenta centavos), a que foi condenado nos termos da r. sentença. Este valor deverá ser de forma separada, sendo R$ 413,40(quatrocentos e treze reais e quarenta centavos), para recolhimento da guia de custas e R$ 145,20(cento e quarenta e cinco reais e vinte centavos), para fins da guia de taxa. Fica cientificado de que para emissão de guia de custas e taxa, deverá acessar o site www.tjmt.jus.br, link EMISSÃO DE GUIAS ONLINE, emitir guias, digitar custas, clicar em CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES, preencher o número único do processo, buscar, próximo, ok, colocar o nº do CPF do pagante. Clicar em CUSTAS e incluir o valor discriminado acima, caso tenha custas. Clicar em TAXA e incluir o valor discriminado acima, caso tenha taxa. Clicar em gerar GUIA. O sistema gera um BOLETO ÚNICO. Imprimir e após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a GUIA PAGA no Protocolo Geral do Fórum da Capital direcionado à Central de Arrecadação e Arquivamento. ADVERTÊNCIA: o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciárias, implicará na restrição do nome e CPF do devedor, junto à dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612, § 5º da CNGC-TJMT.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 27759 Nr: 146-50.2016.811.0082
AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: FAZENDA PUBLICA ESTADUAL DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): AUREO EDUARDO CARVALHO FREITAS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Mônica Pagliuso Siqueira - Procuradora do Estado - OAB:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ARI FRIGERI - OAB:OAB/MT 12.736, REGINALDO SIQUEIRA FARIA - OAB:OAB/MT 7.028
Nos termos do artigo 7° do Provimento nº 12/2017-CGJ, fica devidamente INTIMADA à parte requerida, para que efetue, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais no importe de R$ 1.704,86(mil setecentos e quatro reais e oitenta e seis centavos), a que foi condenado nos termos da r. sentença. Este valor deverá ser de forma separada, sendo R$ 852,43(oitocentos e cinquenta e dois reais e quarenta e três centavos), para recolhimento da guia de custas e R$ 852,43(oitocentos e cinquenta e dois reais e quarenta e três centavos), para fins da guia de taxa. Fica cientificado de que para emissão de guia de custas e taxa, deverá acessar o site www.tjmt.jus.br, link EMISSÃO DE GUIAS ONLINE, emitir guias, digitar custas, clicar em CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES, preencher o número único do processo, buscar, próximo, ok, colocar o nº do CPF do pagante. Clicar em CUSTAS e incluir o valor discriminado acima, caso tenha custas. Clicar em TAXA e incluir o valor discriminado acima, caso tenha taxa. Clicar em gerar GUIA. O sistema gera um BOLETO ÚNICO. Imprimir e após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a GUIA PAGA no Protocolo Geral do Fórum da Capital direcionado à Central de Arrecadação e Arquivamento. ADVERTÊNCIA: o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciárias, implicará na restrição do nome e CPF do devedor, junto à dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612, § 5º da CNGC-TJMT.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 28621 Nr: 782-16.2016.811.0082
AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MUNICÍPIO DE CUIABÁ - MT
PARTE(S) REQUERIDA(S): ELOI JOSE CARDOSO NETO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CEZAR FABIANO MARTINS DE CAMPOS - PROC. MUNI. - OAB:13339
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Nilce Macedo - OAB:34350/SP
Nos termos do artigo 7° do Provimento nº 12/2017-CGJ, fica devidamente INTIMADA à parte requerida, para que efetue, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais no importe de R$ 558,60(quinhentos e cinquenta e oito reais e sessenta centavos), a que foi condenado nos termos da r. sentença. Este valor deverá ser de forma separada, sendo R$ 413,40(quatrocentos e treze reais e quarenta centavos), para recolhimento da guia de custas e R$ 145,20(cento e quarenta e cinco reais e vinte centavos), para fins da guia de taxa. Fica cientificado de que para emissão de guia de custas e taxa, deverá acessar o site www.tjmt.jus.br, link EMISSÃO DE GUIAS ONLINE, emitir guias, digitar custas, clicar em CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES, preencher o número único do processo, buscar, próximo, ok, colocar o nº do CPF do pagante. Clicar em CUSTAS e incluir o valor discriminado acima, caso tenha custas. Clicar em TAXA e incluir o valor discriminado acima, caso tenha taxa. Clicar em gerar GUIA. O sistema gera um BOLETO ÚNICO. Imprimir e após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a GUIA PAGA no Protocolo Geral do Fórum da Capital direcionado à Central de Arrecadação e Arquivamento. ADVERTÊNCIA: o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciárias, implicará na restrição do nome e CPF do devedor, junto à dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612, § 5º da CNGC-TJMT.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 8034 Nr: 664-21.2008.811.0082
AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): PAULO ROBERTO THEOBALDO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Jenz Prochnow Júnior - Procurador do Estado de MT - OAB:, Luiz Carlos Pinheiro de Souza - Procurador do Estado - OAB:, Romes Júlio Tomaz - Procurador do Estado - OAB:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: PAULA CRISTINA CARVALHO LEITE - OAB:11115-B
Nos termos do artigo 7° do Provimento nº 12/2017-CGJ, fica devidamente INTIMADA à parte requerida, para que efetue, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais no importe de R$ 620,50(seiscentos e vinte reais e cinquenta centavos), a que foi condenado nos termos da r. sentença. Este valor deverá ser de forma separada, sendo R$ 413,40(quatrocentos e treze reais e quarenta centavos), para recolhimento da guia de custas e R$ 207,10(duzentos e sete reais e dez centavos), para fins da guia de taxa. Fica cientificado de que para emissão de guia de custas e taxa, deverá acessar o site www.tjmt.jus.br, link EMISSÃO DE GUIAS ONLINE, emitir guias, digitar custas, clicar em CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES, preencher o número único do processo, buscar, próximo, ok, colocar o nº do CPF do pagante. Clicar em CUSTAS e incluir o valor discriminado acima, caso tenha custas. Clicar em TAXA e incluir o valor discriminado acima, caso tenha taxa. Clicar em gerar GUIA. O sistema gera um BOLETO ÚNICO. Imprimir e após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a GUIA PAGA no Protocolo Geral do Fórum da Capital direcionado à Central de Arrecadação e Arquivamento. ADVERTÊNCIA: o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciárias, implicará na restrição do nome e CPF do devedor, junto à dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612, § 5º da CNGC-TJMT.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 50735 Nr: 4105-60.2013.811.0041
AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL - MT
PARTE(S) REQUERIDA(S): ANIZIO FELICIO GARCIA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ROMES JÚLIO TOMAZ (PROCURADOR DO ESTADO) - OAB:MT 3791/O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: João Paulo Avansini Carnelos - OAB:10.924
Nos termos do artigo 7° do Provimento nº 12/2017-CGJ, fica devidamente INTIMADA à parte requerida, para que efetue, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais no importe de R$ 2.823,72(dois mil oitocentos e vinte e trê reais e setenta e dois centavos), a que foi condenado nos termos da r. sentença. Este valor deverá ser de forma separada, sendo R$ 1.411,86(um mil, quatrocentos e onze reais e oitenta e seis centavos), para recolhimento da guia de custas e R$ 1.411,86(um mil, quatrocentos e onze reais e oitenta e seis centavos), para fins da guia de taxa. Fica cientificado de que para emissão de guia de custas e taxa, deverá acessar o site www.tjmt.jus.br, link EMISSÃO DE GUIAS ONLINE, emitir guias, digitar custas, clicar em CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES, preencher o número único do processo, buscar, próximo, ok, colocar o nº do CPF do pagante. Clicar em CUSTAS e incluir o valor discriminado acima, caso tenha custas. Clicar em TAXA e incluir o valor discriminado acima, caso tenha taxa. Clicar em gerar GUIA. O sistema gera um BOLETO ÚNICO. Imprimir e após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a GUIA PAGA no Protocolo Geral do Fórum da Capital direcionado à Central de Arrecadação e Arquivamento. ADVERTÊNCIA: o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciárias, implicará na restrição do nome e CPF do devedor, junto à dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612, § 5º da CNGC-TJMT.

Varas Criminais

1ª Vara Criminal

Edital

EDITAL DE INTIMAÇÃO
AUTOS Nº 6512-02.2014.811.0042
ESPÉCIE: Ação Penal de Competência do Júri->Processo Comum->PROCESSO CRIMINAL
AUTOR(ES): MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

RÉU(S): JAIR PEREIRA DA SILVA
INTIMANDO: Réu(s): Jair Pereira da Silva, Rg: 132.88.920 SSP MT Filiação: Januário Pereira da Silva e Maria Luiza Gonçalves Silva, data de nascimento: 13/11/1976, brasileiro(a), natural de Cuiabá-MT, convivente, pintor de veículo, Endereço: Rua Profª Almira de Mendonça, Nº 326 B, Bairro: Cidade Alta, Cidade: Cuiabá-MT
FINALIDADE: Intimar o acusado, JAIR PEREIRA DA SILVA, para comparecer a sessão de julgamento, que será realizada no dia 23/01/2020, às 13h30m, pelo Egrégio Tribunal Popular do Júri no Fórum da Comarca de Cuiabá localizado na Rua Des. Milton Figueiredo Ferreira Mendes, Sn - D, Bairro: Centro Politico Administrativo, Cidade: Cuiabá-MT Cep:78.049-905, Fone: (65) 3648-6155.
ADVERTÊNCIAS: a) Não comparecendo à audiência designada, sem justa causa, o réu, ser-lhe-á aplicado o disposto no art. 457 da Lei nº 11.689/2008:
'Art. 457. O julgamento não será adiado pelo não comparecimento do acusado solto, do assistente ou do advogado do querelante, que tiver sido regularmente intimado.
OBSERVAÇÃO: Deverá o intimando comparecer devidamente trajado e portando documentos pessoais.
DECISÃO/DESPACHO: "Vistos, etc. Ante a manifestação de fls. 473 e 474, redesigno a sessão de julgamento para o dia 23 de janeiro de 2020, às 13h30min. Intime-se o acusado para que no prazo de 10 (dez) dias constitua outro advogado para representa-lo nestes autos, com a advertência de que a sua inércia implicará na nomeação da Defensoria Pública ou de advogado dativo, se necessário.Caso não constitua advogado no devido prazo, fica desde já nomeada a Defensoria Pública para assisti-lo nestes autos.Às providências. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo-se o necessário".
E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, SEBASTIÃO DO ESPIRITO SANTO JUNIOR, digitei.
Cuiabá - MT, 13 de dezembro de 2019.
Rosana Albuquerque Dutra
Gestor(a) Judiciário(a)

Expediente

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Monica Catarina Perri Siqueira
Cod. Proc.: 136195 Nr: 8384-28.2009.811.0042
AÇÃO: Ação Penal de Competência do Júri->Processo Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): ELIANE OLIVEIRA SIQUEIRA DE ARANTES
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JÂNIO GONÇALO MACIEL DE MORAIS - OAB:6449
Autos código nº 136195
Vistos, etc.
Em homenagem ao princípio da ampla defesa, defiro o pedido de fls. 435/438 e, por conseguinte, reabro à defesa o prazo do artigo 422 do CPP, dando como revogada a decisão de fls. 431.
Intime-se, pois, a defesa para os fins do artigo 422 do CPP, sob pena de preclusão, devendo atualizar o endereço das testemunhas que arrolar.
Após, conclusos.
Cumpra-se.
Cuiabá-MT, 11 de dezembro de 2019.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Monica Catarina Perri Siqueira
Cod. Proc.: 480021 Nr: 19826-10.2017.811.0042
AÇÃO: Ação Penal de Competência do Júri->Processo Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): VALDOMIRO VITOR DE SENE
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ALMAR BUSNELLO - OAB:12213, RODRIGO DA COSTA RIBEIRO - OAB:15.386
Autos código n° 480021
Vistos, etc;
Intime-se a defesa a restringir o rol apresentado às fls. 521, ao número legal de 05 (cinco) testemunhas (CPP, art. 422), sob pena de serem intimadas e inquiridas apenas as cinco primeiras arroladas às fls. 521.
Verifico que às fls. 336 o irmão da vítima, representado por advogado, habilitou-se como Assistente da Acusação (fls. 336).
Sendo assim, intime-o para os fins do artigo 422 do CPP, oportunidade em que deverá informar o endereço das testemunhas que porventura arrolar.
Após, conclusos.
Cumpra-se.
Cuiabá-MT, 11 de dezembro de 2019.

4ª Vara Criminal

Expediente

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 439285 Nr: 15792-26.2016.811.0042
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Sumário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): ODENIL DE ARRUDA PINHO, MARCELO DE PINHO ARRUDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ALANA CAROLINA OLIVEIRA CARNEIRO - OAB:26.393, ILDEVAN PIETRO GOMES - OAB:19.679-0, JOSE PETAN TOLEDO PIZZA - OAB:15750, MOACIR ALMEIDA FREITAS - OAB:727/MT
Intimar a defesa do réu Marcelo de Pinho para apresentar memoriais escritos no prazo legal.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Lidio Modesto da Silva Filho
Cod. Proc.: 558374 Nr: 2183-68.2019.811.0042
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): LUIZA FARIAS CORREA DA COSTA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA GUIMARÃES JUNIOR - OAB:5959, LEONARDO BERNAZZOLLI - OAB:10.579, LUIZA SIQUEIRA DE FARIAS - OAB:2199
Vistos etc.
I – Defiro a realização da audiência sem a presença da acusada.
II – Acolho o pedido da defesa, intimem-se as testemunhas Elzamaria e Carlucio para a próxima solenidade. Ato contínuo, determino o prazo de 03 (três) dias para a defesa informar endereço atualizado da testemunha Sandro.
III – Após, expeça-se o necessário para a próxima solenidade, sendo essa: 14.04.2020 às 14:30.
IV – Saem os presentes intimados.
V – Requisitem-se os policiais.
VI- Às providências.
Nada mais havendo a tratar, encerrou-se o presente termo de audiência que vai devidamente assinado.
LÍDIO MODESTO DA SILVA FILHO
Juiz de Direito
AMARILDO CESAR FACHONE
Promotor de Justiça
LEONARDO BERNAZZOLLI
Advogado da acusada

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Lidio Modesto da Silva Filho
Cod. Proc.: 307850 Nr: 6839-49.2011.811.0042
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): KELTON RICHER DA SILVA FREITAS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JACKELINE MOREIRA MARTINS PACHECO - OAB:10402/O
Vistos etc.
I – Homologo os pedidos de desistência nesta data.
II – Segue sentença anexa ao processo.
III – Saem os presentes intimados da sentença.

IV – Às providências.
Nada mais havendo a tratar, encerrou-se o presente termo de audiência que vai devidamente assinado.
LÍDIO MODESTO DA SILVA FILHO
Juiz de Direito
AMARILDO CESAR FACHONE
Promotor de Justiça

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Lidio Modesto da Silva Filho
Cod. Proc.: 307850 Nr: 6839-49.2011.811.0042
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): KELTON RICHER DA SILVA FREITAS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JACKELINE MOREIRA MARTINS PACHECO - OAB:10402/O
PROCESSO Cód. 307850
AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO.
RÉU: KELTON RICHER DA SILVA FREITAS ou KELTON KICHER DA SILVA FREITAS
SENTENÇA
Vistos, etc.
Trata-se de ação KELTON RICHER DA SILVA FREITAS ou KELTON KICHER DA SILVA FREITAS, qualificado nos autos, imputando-lhes a prática de crime de roubo.
Veio aportar nos autos Certidão de Óbito em nome do réu.
O MP e a Defesa postulam pela extinção da punibilidade.
É o breve relatório. DECIDO.
Ao compulsar o presente caderno processual, não vejo como dar continuidade ao mesmo, no sentido de albergar a pretensão punitiva, posto que consta nos autos certidão de óbito do réu.
Nos termos do artigo 107 do Código Penal, em seu inciso I, extingue-se a punibilidade pela morte do agente. Portanto, em 08/08/2018, data da morte do agente, extinguiu-se a punibilidade do acusado.
Diante do exposto e por tudo mais que dos autos consta, JULGO E DECLARO POR SENTENÇA EXTINTA a ação e a consequente pretensão punitiva do Estado em relação à sanção imposta ao réu KELTON RICHER DA SILVA FREITAS ou KELTON KICHER DA SILVA FREITAS, qualificado nos autos.
Após o trânsito em julgado, dê-se baixa em nome do réu.
Notifique-se o Ministério Público.
Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.
Cuiabá, 12 de dezembro de 2019.
Lídio Modesto da Silva Filho
Juiz de Direito

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Lidio Modesto da Silva Filho
Cod. Proc.: 434967 Nr: 11146-70.2016.811.0042
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Sumário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): ANTÔNIO AGUINALDO VIEIRA ARAÚJO, KEILA MARTINS MEDEIROS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ANA GERMANA DE MORAES - OAB:, NADESKA CALMON FREITAS - OAB:11548/MT
Posto isso, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos da denúncia para CONDENAR o réu ANTÔNIO AGUINALDO VIEIRA ARAÚJO, qualificado nos autos, nas penas do delito tipificado no art. 171, caput, c.c. art. 14, inc. II, ambos do Código Penal. 5. Pena definitiva:TORNO DEFINITIVA a pena do réu ANTÔNIO AGUINALDO VIEIRA ARAÚJO, qualificado nos autos, em 08 (oito) meses de reclusão e 06 (seis) dias-multa, fixado o valor do dia-multa no mínimo legal.6. Regime de cumprimento da pena:O regime inicial de cumprimento da pena será o aberto, nos termos do art. 33, § 2º, alínea "c", do Código Penal.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Lidio Modesto da Silva Filho
Cod. Proc.: 524478 Nr: 16463-78.2018.811.0042
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): SERGIO CARLOS BEZERRA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
PROCESSO N.º 16463-78.2018.811.0042 (CÓDIGO: 524478)
AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO
RÉU: SERGIO CARLOS BEZERRA
Vistos etc.
I - Havendo nos autos material probatório mínimo e potencialmente apto a deflagrar a persecutio criminis, RECEBO a denúncia oferecida pelo Ministério Público, uma vez que preenchidos os requisitos do artigo 41 do Código de Processo Penal e inocorrentes as hipóteses do artigo 395 do mesmo Codex.
II - Cite-se o acusado para, no prazo de 10 (dez) dias, responder à acusação.
Colacione no mandado a advertência de que o denunciado, em sua resposta, poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário (art. 396-A, CPP).
Colacione, ainda, a obrigatoriedade de o Oficial de Justiça observar o que determina o artigo 1.373, § 3º, da CNGC, indagando o acusado se ele pretende constituir advogado ou deseja que lhe seja nomeado defensor público ou dativo para patrocinar a sua defesa, caso em que o Oficial de Justiça deverá mencionar as razões pelas quais o denunciado não tem a intenção de contratar defensor, consoante o artigo 1.373, § 4° da CNGC.
Caso o denunciado informe que possui advogado, determino que o Oficial de Justiça indague-o acerca do nome do causídico e endereço ou telefone ou outros dados que permitam a sua imediata localização.
Havendo nos autos, conste no mandado de citação pontos de referências para a localização do endereço residencial e/ou comercial do réu. – artigo 1.373, § 1°, da CNGC.
III - Certificada a necessidade de nomeação de defensor público, desde já, NOMEIO a Defensoria Pública desta Comarca para exercer a defesa do acusado, devendo para tanto, com fulcro no art. 396-A, § 2º, do CPP, ser aberta vista para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar resposta.
IV – Havendo pedido de restituição, por ato ordinatório, ouça o Ministério Público acerca da necessidade de manutenção da apreensão, antes de encaminhar os autos conclusos ao gabinete. Observe-se que os documentos pessoais devem ser restituídos à parte independente de ordem, consoante artigo 1.472, § 2º.
V – Conste no mandado de citação que na hipótese de restituição de bens apreendidos, junto ao requerimento de restituição o réu deverá apresentar comprovante de propriedade e, tratando-se de veículo, a restituição somente acontecerá após a manifestação do Ministério Público e mediante ordem expressa deste juízo, nesse sentido.
VI – CERTIFIQUE-SE se há laudo pericial a ser juntado nos autos e, caso positivo, junte-se.
VII – Conforme requerimento ministerial (fl. 06) determino o ARQUIVAMENTO PARCIAL do Inquérito Policial no que diz respeito ao crime tipificado no art. 311 do Código Penal, uma vez que não há nos autos elementos contundentes de autoria e materialidade para que tenham concorrido ou praticado os delitos
Cumpra-se.
Cuiabá - MT, 28 de junho de 2019.
LÍDIO MODESTO DA SILVA FILHO
Juiz de Direito

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Lidio Modesto da Silva Filho
Cod. Proc.: 600083 Nr: 40420-74.2019.811.0042
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): DOUGLAS DA SILVA DIAS, EBERSON CORREIA DE CAMPOS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Ângelo Filho - OAB:4.330
Diante do exposto, os motivos que ensejaram a prisão do denunciado EBERSON CORREIA DE CAMPOS se mantém incólumes e, assim, a custódia deve ser mantida, por ora. Portanto, INDEFIRO o pedido de revogação da prisão preventiva formulado pela defesa do acusado, por entender que ainda persistem as razões da segregação cautelar.

Colha-se a manifestação ministerial acerca do pedido de fl. 143.Às providências.Cuiabá - MT, 13 de dezembro de 2019.LÍDIO MODESTO DA SILVA FILHO Juiz de Direito

5ª Vara Criminal

Expediente

Edital de Intimacao

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 145158 Nr: 18650-74.2009.811.0042

AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL

PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

PARTE(S) REQUERIDA(S): DANILO OLIVEIRA CAMPAGNUCCI

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ACÁCIO OLIVEIRA SANTOS - OAB:242.468/SP

EDITAL

PRAZO 10 DIAS

Pessoa(s) a ser(em) intimada(s): DANILO OLIVEIRA CAMPAGNUCCI, Filiação: Dirceu Campagnucci e Rosenilda Oliveira, data de nascimento: 05/09/1983, brasileiro(a), natural de São Paulo-SP, solteiro(a), garçom. atualmente em local incerto e não sabido

Finalidade: INTIMAÇÃO SR. DANILO OLIVEIRA CAMPAGNUCCI ,PARA RESTITUIÇÃO DO VALOR DEPOSITADO A TITULO DE FIANÇA, NO PRAZO DE 10 DEZ DIAS ,SOB PENA DE PERDIMENTO.

Despacho/Decisão: Vistos etc.DETERMINO a imediata restituição de eventuais documentos pessoais e objetos, a quem de direito, desde comprovada sua propriedade. Se decorridos 60 (sessenta) dias da data da intimação desta decisão e não houverem sido reclamados os bens supramencionados, DECRETO a perda das coisas apreendidas em favor da União, podendo ser destruídas caso não haja interesse.Da mesma forma, havendo fiança depositada nestes autos, nos termos dos arts. 336 e 337 do CPP , bem como do art. 1.471 e §§da CNGC/2016, DETERMINO a RESTITUIÇÃO DA FIANÇA atualizada.Em havendo valores apreendidos que não se refiram à fiança e que não estejam relacionados com o delito, devolva-se ao seu proprietário ou a seus sucessores, intimando-os para tanto, expedindo-se edital, se necessário, com o prazo de 15 (quinze) dias, consignando-se o prazo de 10 (dez) dias para comparecer em Juízo para levantamento da importância depositada. Escoado o prazo sem manifestação, DECLARO desde já o perdimento de qualquer importância lícita depositada nos autos em favor do Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN.Intimem-se.Cumpra-se expedindo o necessário.Após arquivem-se com as cautelas de estilo.Às providências.Cuiabá/MT, 15 de fevereiro de 2018.SILVANA FERRER ARRUDAJuíza de Direito

E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, MARIA FÉLIX DOS SANTOS, digitei.

Cuiabá, 08 de novembro de 2018

Weksley Baltazar Silva Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado art. 1.686/CNGC

Edital de Intimacao

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 154241 Nr: 1604-38.2010.811.0042

AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL

PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

PARTE(S) REQUERIDA(S): JULIO CAMPOS DA SILVA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO - OAB:DP/MT

EDITAL

PRAZO 15 DIAS

Pessoa(s) a ser(em) intimada(s): JULIO CAMPOS DA SILVA, Cpf: 45843317153, Rg: 647.066, Filiação: Domingos Pereira da Silva e Maria Campos da Silva, data de nascimento: 24/11/1971, brasileiro(a), natural de Tesouro-MT, casado(a), op. de máquina de xerox, Telefone 984344078. atualmente em local incerto e não sabido

Finalidade: INTIMAÇÃO SR. JULIO CAMPOS DA SILVA, (REU) PARA RESTITUIÇÃO DOS OBJETOS E VALORES APREENDIDOS NOS TERMOS DA DECISÃO DE FLS. 162,SOB PENA DE PERDIMENTO

Despacho/Decisão: Cód. 154241Vistos etc.Tendo em vista a existência de valores depositados nos autos, determino a sua imediata restituição ao réu ou sucessores, intimando-os para no prazo de 10 (dez) dias para comparecer em Juízo para levantamento da importância depositada.Por outro lado, se necessário, expeça-se intimação via edital, com o prazo de 15 (quinze) dias, consignando-se o prazo de 10 (dez) dias para comparecer em Juízo para levantamento da importância depositada. Escoado o prazo sem manifestação, DECLARO desde já o perdimento de qualquer importância lícita depositada nos autos em favor do Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN.Determino, ainda, a imediata restituição de eventuais documentos pessoais e objetos, a quem de direito, desde comprovada sua propriedade. Se decorridos 90 (noventa) dias da data do trânsito em julgado desta e não houverem sido reclamados os bens supramencionados, DECRETO a perda das coisas apreendidas em favor da União.Proceda-se às anotações, comunicações e observações necessárias.Arquivem-se os autos mediante anotações e comunicações de estilo.Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.Cuiabá/MT, 19 de janeiro de 2018.SILVANA FERRER ARRUDA Juiz de Direito

E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, MARIA FÉLIX DOS SANTOS, digitei.

Cuiabá, 09 de novembro de 2018

Weksley Baltazar Silva Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado art. 1.686/CNGC

Intimação da Parte Requerida

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 311518 Nr: 9735-65.2011.811.0042

AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL

PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

PARTE(S) REQUERIDA(S): LAURO CRISTIANO DE CAMPOS, JEFERSON REYNER ARAUJO DE SOUZA, MARCOS JÚNIOR MIRANDA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEFENSORIA PUBLICA DE MT - OAB:, RAUL COELHO CURVO - OAB:11732/MT, SILMARA ENORE DE MORAIS CORTEZ - OAB:

Intimo os advogados de defesa do acusado Jefferson Reyner Araujo de Sousa, Dr. Lauro Gonçalo da Costa (OAB/MT nº 15.304) e Drª. Flávia Conceição da Silva Stabilito Albuês (OAB/MT nº 24.970/B) para apresentar as Razões do Recurso de Apelação, no prazo legal.

Intimação da Parte Requerida

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 311518 Nr: 9735-65.2011.811.0042

AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL

PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

PARTE(S) REQUERIDA(S): LAURO CRISTIANO DE CAMPOS, JEFERSON REYNER ARAUJO DE SOUZA, MARCOS JÚNIOR MIRANDA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEFENSORIA PUBLICA DE MT - OAB:, RAUL COELHO CURVO - OAB:11732/MT, SILMARA ENORE DE MORAIS CORTEZ - OAB:

Intimo o advogado de defesa do réu Marcos Junior Miranda, Dr. Raul Coelho Curvo (OAB/MT nº 11.732) para indicar endereço atualizado do acusado, no prazo de 05 (cinco) dias.

Edital de Intimacao

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 363093 Nr: 2387-88.2014.811.0042

AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL

PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

PARTE(S) REQUERIDA(S): JEAN VELARDE JUSTINIANO

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ADEMIR ROSA GOMES - OAB:11390/MT

EDITAL DE INTIMAÇÃO

PRAZO 15 DIAS

Pessoa(s) a ser(em) intimada(s): JEAN VELARDE JUSTINIANO, Rg: 244.0951-9, Filiação: Benedicta Velarde Justiniano, data de nascimento: 26/06/1993, brasileiro(a), natural de Guajara Mirim-RO, solteiro(a), vendedor, Telefone 65-9306-5597. atualmente em local incerto e não sabido

FINALIDADE: INTIMAÇÃO da parte acima qualificada, atualmente em lugar incerto e não sabido, dos termos da r. sentença proferida nos autos e a seguir transcrita. Bem como para que, havendo interesse, providencie a imediata restituição de eventuais bens e/ou valores apreendidos e ainda vinculados aos autos, sob pena de perdimento, ressaltando a necessidade de comprovação de propriedade licita..

Sentença: Diante do exposto, acolhendo a manifestação ministerial e com fulcro no art. 397, inc. III, do Código de Processo Penal, hei por bem ABSOLVER SUMARIAMENTE o(s) acusado(s) JEAN VELARDE JUSTINIANO, qualificado nos autos, do crime a este imputado, sendo de rigor o reconhecimento da atipicidade da conduta, em virtude do caráter fragmentário do Direito Penal e do princípio da insignificância e da intervenção mínima.Recolham-se eventuais mandados de prisão provenientes desta Vara em nome do réu.DETERMINO a imediata restituição de eventuais documentos pessoais e objetos, a quem de direito, desde comprovada sua propriedade. Para tal, intime-se pessoalmente; não sendo possível, por edital, fixando-se para ambas as hipóteses o prazo de 15 (quinze) dias. Tratando-se de veículos e não sendo intimado (seja porque foi inerte ao chamamento judicial ou pelo fato de não ter sido localizado, deverá o Sr. Gestor certificar-se de que o veículo não se encontra alienado (mediante buscas no site do Detran). Na hipótese de haver registro de restrição no veículo, o Sr. Gestor deverá providenciar para que a instituição financeira seja intimada pessoalmente para se manifestar sobre eventual direito sobre o bem; não sendo possível a intimação pessoal, por edital, no prazo de 15 (quinze) dias. Decorridos 90 (noventa) dias do decurso de prazo da intimação e não sendo reclamados os bens supramencionados, DECRETO a perda das coisas apreendidas em favor da União.Da mesma forma, havendo fiança depositada nestes autos, DETERMINO a sua RESTITUIÇÃO atualizada, nos termos dos arts. 336 e 337 do CPP .Em cumprimento ao que foi determinado pela Corregedoria-Geral de Justiça de Mato Grosso através do Ofício Circular nº 01/2018/GAB/J-Aux, OFICIE-SE a autoridade policial solicitando a elaboração de laudo pericial de eficiência da arma apreendida, no prazo de 10 (dez) dias, caso não exista nos autos.Com a juntada do laudo pericial referente à arma e munições apreendidas nestes autos e, em razão de não mais interessar à persecução penal, nos termos do artigo 25 da Lei 10.826/03, DETERMINO sejam remetidas ao Comando do Exército da Região para doação a órgão de segurança pública ou destruição conforme o caso.Transitada em julgado, procedam-se às baixas e anotações necessárias quanto ao réu JEAN VELARDE JUSTINIANO, inclusive no que toca a eventuais mandados em aberto provenientes destes autos.Comunique-se à vítima a respeito deste ato sentencial, conforme preconiza o art. 201, § 2º do Código de Processo Penal.Sem custas.Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as baixas e cautelas de estilo.Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.Cuiabá/MT, 07 de agosto de 2018.SILVANA FERRER ARRUDAJuíza de Direito

E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, Diego Nascimento Campos Amaral, digitei.

Cuiabá, 12 de dezembro de 2019

Weksley Baltazar Silva Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado art. 1.686/CNGC

8ª Vara Criminal

Expediente

Edital de Intimacao

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 431276 Nr: 7008-60.2016.811.0042

AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL

PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

PARTE(S) REQUERIDA(S): BENEDITO KLEYTON BASTOS MELO

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEFENSORIA PUBLICA CRIMINAL DE MATO GROSSO - OAB:

EDITAL

PRAZO 5 DIAS

Pessoa(s) a ser(em) intimada(s): MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO, CNPJ: 03507415001892, atualmente em local incerto e não sabido BENEDITO KLEYTON BASTOS MELO, Cpf: 73536431100, Rg: 17763746, Filiação: Marineth Luzia Bastos Melo e Erdon Bezerra de Melo, data de nascimento: 01/03/1989, brasileiro(a), natural de Cuiabá-MT, convivente, corretor de veículos, Telefone 92996665, atualmente em local incerto e não sabido A SOCIEDADE, atualmente em local incerto e não sabido EDESIO AGEU DA SILVA, Filiação: Joana Paz da Silva e Benedito Ventura da Silva, brasileiro(a), convivente, atualmente em local incerto e não sabido LUCIANO DIVINO LIMA LEITE, Cpf: 89066251115, Rg: 880817, Filiação: Dalva Francisca Lima Leite e Manoel Fabiano Leite, data de nascimento: 26/02/1978, brasileiro(a), natural de Cuiabá-MT, solteiro(a), policial militar, Telefone 3615-8190, atualmente em local incerto e não sabido CLAUDIO VITOR TIBALDI DE JESUS, Cpf: 01785930109, Rg: 883.846, Filiação: Jocineide Pereira Tibaldi de Jesus e Benedito Bento de Jesus, data de nascimento: 25/02/1986, brasileiro(a), natural de Cuiabá-MT, convivente, policial militar, Telefone 36222487/33212790, atualmente em local incerto e não sabido WILLIAN PEREIRA DE FREITAS, Cpf: 69873410104, Rg: 129.03.388, Filiação: Dione Lucia Gomes Freitas e Faustino Pereira de Freitas, data de nascimento: 24/05/1982, brasileiro(a), natural de Cuiabá-MT, solteiro(a), estudante e atualmente em local incerto e não sabido atualmente em local incerto e não sabido

Finalidade: INTIMAÇÃO DAS PARTES E EVENTUAIS INTERESSADOS OU LESADOS que requeiram a restituição dos bens que lhes porventura pertençam, apresentando os documentos legais, sob pena de alienação antecipada dos mesmos.

Despacho/Decisão: Processo cód. 431276Acusado(s): Benedito Kleiton Bastos Melo.Analisando os presentes autos, em cumprimento a decisão lançada no Pedido de Providências n. 187/2016 (CIA n. 0153777-66.2016.8.11.0000) constato que o veículo foi apreendido no mês de março de 2016 (fls. 21).Ressalte-se que até a presente data não houve qualquer pedido de restituição por parte dos interessados e/ou não juntaram as documentações necessárias.É evidente, portanto, no caso em apreço, a falta de interesse do proprietário legítimo do veículo apreendido nestes autos. Neste caso, a alienação antecipada é o instrumento jurídico adequado para preservar o valor do bem apreendido, que pela ação do tempo ou outra circunstância sofra depreciação natural ou provocada, independentemente das medidas de preservação realizadas, ou, ainda, perca sua aptidão funcional para uso adequado, ou que, de qualquer forma, perca a equivalência com o valor real, na data da apreensão.Nesse pormenor, importante constar que no pátio e estacionamento interno do Fórum se encontram depositados um número elevado de veículos, que cresce diariamente diante das apreensões realizadas e o desinteresse dos proprietários em restituí-los, ficando alguns, inclusive, expostos às ações climáticas, deteriorando com o tempo, já que não há espaço e instalações adequados para manter o depósito desses bens. Ressalte-se que o art. 144-A do Código de Processo Penal possibilita a alienação antecipada para a preservação dos bens que estiverem sujeitos a deterioração ou dificuldade para a manutenção.No mesmo sentido a Recomendação n. 30, de 10 de fevereiro de 2010, do Conselho Nacional de Justiça, estabelece no item I, “b” que os magistrados “ordenem, em cada caso, e justificadamente, a alienação antecipada da coisa ou bem, apreendido para preservar-lhe o respectivo valor...”Diante disso, determino que:1.Se notifique o Acusado que estava na posse do veículo no momento da apreensão para que, no prazo de cinco dias, requeira a restituição, mediante documentação que comprove que o bem lhe pertence.2.Notifiquem, nos termos no art. 1.485 da CGNC, por edital, com prazo de cinco dias, para que, no mesmo prazo, eventuais interessados ou lesados requeiram a restituição dos bens que lhes porventura pertençam.Decorrido os prazos sem manifestação, ou indeferido os pedidos, buscando evitar o perecimento do(s) bem(s) apreendido(s), e, consequentemente, visando preservar o seu valor pecuniário, com base no caput e parágrafos do art. 144-A do CPP e § 1º do art. 1.481 da CNGC, defiro a alienação antecipada do veículo descrito no Auto de Apreensão de fls. 21, devendo ser oficiado ao MM Juiz Diretor do Fórum para que se digne em determinar as providências que se fizerem necessárias para a venda judicial do bem apreendido.Realizada a venda judicial, determino que os valores arrecadados fiquem vinculados ao presente feito até decisão final (§ 3º, do art. 144-A do CPP) na Conta Única do Poder Judiciário (§ 4º do art. 1.481 da CNGC), até o trânsito em julgado da sentença.Cumpra-se a decisão de fls. 205-206, intimando a Defensa do Réu.Cumpra-se com URGÊNCIA.Cuiabá, 04 de novembro de 2019.

E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, Bruna Chagas Bizelli ,

digitei.
Cuiabá, 12 de dezembro de 2019
Guilherme Paes Maiolino Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado art. 1.686/CNGC

9ª Vara Criminal

Expediente

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Renata do Carmo Evaristo
Cod. Proc.: 478467 Nr: 18306-15.2017.811.0042
AÇÃO: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos->Processo Especial de Leis Esparsas->Processo Especial->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): CLAUDIO CESAR BENEDITO DOS SANTOS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: EDEZIO LIMA FERNANDES - OAB:17309/MT, LUIZ PINHEIRO BARBOSA NETO - OAB:6846, Marco Aurélio Monteiro Araújo - OAB:8510/MT, Mayara Sobral Alves do Carmo - OAB:16.529-E, THOMAZ HUDSON DA SILVA KOBI - OAB:18086/MT
Vistos etc.
Visando a realização de audiência de continuação, designo a data de 04/03/2020, às 14h.
Procedam-se as devidas comunicações. Oficie-se à Secretária de Mobilidade Urbana de Cuiabá/MT - SEMOB/MT, a fim de agendar o deslocamento do réu CLAUDIO CESAR para participar da audiência acima designada, bem como o horário do seu retorno até sua residência.
Às providências. Expediente necessário.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Renata do Carmo Evaristo
Cod. Proc.: 578822 Nr: 21319-51.2019.811.0042
AÇÃO: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos->Processo Especial de Leis Esparsas->Processo Especial->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): PRISCILA MOREIRA JANIS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DIANA ALVES RIBEIRO - OAB:20.370
ISTO POSTO e por tudo mais que dos autos consta, com as fundamentações necessárias, JULGO PROCEDENTE A DENÚNCIA para CONDENAR a denunciada PRISCILA MOREIRA JANIS, Filiação: Jandir Janis e Marli Gomes Moreira, data de nascimento: 18/10/1991, brasileira, natural de Marcelândia/MT, atendente, endereço Rua D, quadra 14, casa nº 155, Altos do Parque/MT, nas sanções do artigo 33, caput, da Lei n. 11.343/2006 e artigo 12, caput, da Lei n. 10.826/2003, ambos na forma do artigo 69 do Código Penal(...).Por isso, TORNO A PENA CONCRETA E DEFINITIVA em desfavor de PRISCILA MOREIRA JANIS, Filiação: Jandir Janis e Marli Gomes Moreira, data de nascimento: 18/10/1991, brasileira, natural de Marcelândia/MT, atendente, endereço Rua D, quadra 14, casa nº 155, Altos do Parque/MT, no patamar, 01 (um) ano e 02 (dois) meses de detenção e 14 (quatorze) dias-multa, que fixo no valor de 1/30 (um trinta avos) do salário mínimo vigente à época dos fatos.Nos termos do artigo 69, do Código Penal, as penas fixadas a condenada PRISCILA MOREIRA JANIS, Filiação: Jandir Janis e Marli Gomes Moreira, data de nascimento: 18/10/1991, brasileira, natural de Marcelândia/MT, atendente, endereço Rua D, quadra 14, casa nº 155, Altos do Parque/MT, cumulam-se em 07 (sete) anos de reclusão e 01 (um) ano e 02 (dois) meses de detenção e 712 (setecentos e doze) dias-multas, sendo que inicialmente será cumprida a pena de reclusão fixada a acusada, consoante a parte final do referido dispositivo. Fixo valor do dia-multa em 1/30 (um trinta avos) do salário mínimo vigente à época dos fatos.Em observância aos critérios previstos no art. 59 c/c art. 33, §2º e §3º, ambos do Código Penal c/c art. 42 da Lei de Drogas, e ainda, a plurireincidência da condenada, FIXO o regime prisional de início em

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 568333 Nr: 11462-78.2019.811.0042
AÇÃO: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos->Processo Especial de Leis Esparsas->Processo Especial->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): WELITON DA SILVA LIMA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ALESSANDRO CASTRO DA SILVA - OAB:22.352/0, MARINEY FATIMA NEVES - OAB:10.737
Impulsiono estes autos para abrir vistas ao(s) patrono(s) constituído(s) para apresentação de alegações finais, no prazo legal.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Renata do Carmo Evaristo
Cod. Proc.: 349936 Nr: 11022-92.2013.811.0042
AÇÃO: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos->Processo Especial de Leis Esparsas->Processo Especial->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): VANDERSON LAURO RODRIGUES DE SOUZA, CLAUDIO CESAR BENEDITO DOS SANTOS, SIDICLEI RODRIGUES DO AMARAL, MARCELO DE SOUZA SILVEIRA, SILVIONEY VEJA SIMÕES, RODRIGO PEREIRA RODRIGUES
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: EDEZIO LIMA FERNANDES - OAB:17309/MT, JOSÉ DE LIMA FERNANDES - OAB:2234, LUIZ PINHEIRO BARBOSA NETO - OAB:6846, MARCELO FELICIO GARCIA - OAB:7297/MT, Rodrigo Mendonça Duarte - OAB:20802/MS, ROGERIO TEOPILO DA CRUZ - OAB:21521/O, THOMAZ HUDSON DA SILVA KOBI - OAB:18086/MT
Vistos etc.
Considerando o surto de rotavírus instalado no fórum, inclusive com vários servidores da 9ª Criminal enfermos, visando resguardar a saúde do denunciado Claudio Cesar Benedito dos Santos, que já é debilitado, inclusive sendo aconselhada pela equipe médica do Fórum, tenho por bem redesignar o ato agendado às fls. 430/434 para o dia 04/03/2020, às 14h.
Procedam-se as devidas comunicações. Oficie-se à Secretária de Mobilidade Urbana de Cuiabá/MT - SEMOB/MT acerca da redesignação.
Às providências. Expediente necessário.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 469044 Nr: 27490-34.2013.811.0042
AÇÃO: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos->Processo Especial de Leis Esparsas->Processo Especial->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): GABRIEL ALBANO DE LUCENA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: FLAVIO JOSE FERREIRA - OAB:3574/MT, JOÃO GABRIEL BEZERRA PINHEIRO ESPÓSITO - OAB:23.778
Impulsiono estes autos para abrir vistas ao(s) patrono(s) constituído(s) para apresentação de alegações finais, no prazo legal.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 588037 Nr: 29680-57.2019.811.0042
AÇÃO: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos->Processo Especial de Leis Esparsas->Processo Especial->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): PAULO HENRIQUE CAMPOS DE AGUIAR, PAULA MIRELY DOS SANTOS SOUZA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: PEDRO AUGUSTO PASINI DE ALCANTARA - OAB:24505/0
Impulsiono estes autos para abrir vistas ao(s) patrono(s) constituído(s) para apresentação de alegações finais, no prazo legal.

10ª Vara Criminal

Expediente

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 439762 Nr: 16299-84.2016.811.0042
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Sumário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): LUCIANO MARCELO VIANA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: NILSARA DE LIMA BATISTA -

OAB:7794

INTIMAÇÃO DA ADVOGADA DO RÉU - DR.ª NILSARA DE LIMA BATISTA - OAB/MT 7794 PARA FORNECER OS DADOS BANCÁRIOS DO RÉU, PARA RESTITUIÇÃO DO VALOR QUE ELE PAGOU A MAIS NA CONDIÇÃO DO ITEM V.

Intimação da Parte Requerida

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 403529 Nr: 7937-30.2015.811.0042

AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Sumário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL

PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

PARTE(S) REQUERIDA(S): ALFREDO MENEZES DE MATTOS JUNIOR

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: RICARDO MORAES DE OLIVEIRA - OAB:12.913/MT

INTIMAÇÃO DO ADVOGADO DO RÉU - DR. RICARDO MORAES DE OLIVEIRA - OAB/MT 12.913 PARA INFORMAR OS DADOS BANCÁRIOS DO RÉU PARA RESTITUIÇÃO DA FIANÇA, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS.

Edital de Intimacao

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 139521 Nr: 19910-89.2009.811.0042

AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL

PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

PARTE(S) REQUERIDA(S): ANDERSON CARLOS DE OLIVEIRA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: RAPHAEL FERNANDES FABRINI - OAB:6667/MT, SEBASTIÃO FERREIRA DE SOUZA - OAB:6499/MT

EDITAL DE INTIMAÇÃO

PRAZO 60 DIAS

Pessoa(s) a ser(em) intimada(s): ANDERSON CARLOS DE OLIVEIRA, Rg: 75269011-7, Filiação: Bolivar de Oliveira e Leticia Souza de Oliveira, data de nascimento: 05/06/1980, brasileiro(a), natural de Curitiba-OR, convivente, vendedor, Telefone 65 9208 0437. atualmente em local incerto e não sabido

Finalidade: Proceder à intimação de ANDERSON CARLOS DE OLIVEIRA, para que compareça na Secretaria da Décima Vara Criminal, a fim de fornecer dados bancários para restituição do valor da fiança, no prazo de 05 (cinco) dias.

Despacho/Decisão: Visto em correição.

E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, Nara Santos Lima Gomes, digitei.

Resumo da Inicial: Em 09/02/2009, o réu ANDERSON CARLOS DE OLIVEIRA praticou condutas tipificadas no artigo 306 do Código de Trânsito Brasileiro e 330, caput do Código Penal, ao conduzir veículo automotor em velocidade incompatível com a segurança e sob influência de álcool, além de desobedecer à ordem legal de funcionário público.

Cuiabá, 12 de dezembro de 2019

Kelvin Breno Rowe Rodrigues Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado art. 1.686/CNGC

Intimação das Partes

JUIZ(A): João Bosco Soares da Silva

Cod. Proc.: 168670 Nr: 15963-90.2010.811.0042

AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL

PARTE AUTORA: MARIELI RAMOS DE BARROS SILVA

PARTE(S) REQUERIDA(S): JOELCIO DAMACENO DA SILVA, CLAUDINEI DA SILVA, DERMEVAL DE OLIVEIRA FERNANDES JUNIOR

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: KILZA GLUSTI GALESKI - OAB:8660/MT, PATRICIA APARECIDA DE ALMEIDA MACIEL - OAB:12507

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: CARLOS ODORICO DORILEO ROSA JUNIOR - OAB:13822, DAYSE GUIMARÃES FERNANDES BALDUINO - OAB:13587, JOÃO APARECIDO PORTO - OAB/MT 8.276 - OAB:8.276, MARCIO SOUZA SANTANA - OAB:23776/O, MURYEL DE CAMPOS RODRIGUES - OAB:23044/O

Visto.

Defiro a substituição da testemunha Luciano Ribeiro da Silva pela testemunha José Corrêa da Costa Junior.

Intimem-se os querelados Claudinei da Silva e Joelcio Damaceno da Silva para, no prazo de 05 (cinco) dias, comprovarem o pagamento das custas referente à diligência necessária a intimação da testemunha acima arrolada, sob pena de desistência.

Apresentado o referido pagamento, proceda-se a intimação das testemunhas José Corrêa da Costa Junior (endereço apresentado à fl. 219), Josiane Paes de Barros e Cristiane da Silva Magalhães (endereços apresentados à fls. 220/221) para a audiência de instrução e julgamento designada para o dia 31/03/2020, às 15h30min.

Intimem-se e cumpra-se.

Às providências.

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A): João Bosco Soares da Silva

Cod. Proc.: 602587 Nr: 42656-96.2019.811.0042

AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Sumário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL

PARTE AUTORA: JOAO BATISTA DE LIMA, VERA ALVES SILVA LIMA

PARTE(S) REQUERIDA(S): GILSON TEIXEIRA CAMPOS, VINICIUS EDUARDO LIMA PIRES DE MIRANDA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: IRAJA REZENDE DE LACERDA - OAB:11987/MT, LEANDRO FACCHIN ROCHA - OAB:22166/MT, SCARLET BRENDA DE MEDEIROS - OAB:22.548

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

Visto.

1. Nos termos do artigo 520 do Código de Processo Penal, designo a audiência destinada à reconciliação das partes, para o dia 05 de março de 2020, às 14h00min.

2. INTIMEM-SE os QUERELANTES e QUERELADOS, pessoalmente, deprecando-se se necessário, bem como os seus advogados devidamente habilitados.

3. Intimem-se os querelantes, por intermédio de seu advogado, para que, no prazo de 10 (dez) dias, comprove o pagamento do depósito das diligências.

4. De ciência ao Ministério Publico, como custos legis.

5. Expeça-se o necessário. Cumpra-se.

Intimação da Parte Requerida

JUIZ(A): João Bosco Soares da Silva

Cod. Proc.: 496362 Nr: 35564-38.2017.811.0042

AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Sumário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL

PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

PARTE(S) REQUERIDA(S): ATHUS ESTRAL DE JESUS

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: CLAUDETE MEDEIROS VIEIRA - OAB:11356, WALDEVINO FERREIRA CASSEANO DE SOUZA - OAB:11356

Visto.

Conforme se verifica dos autos, em 27/11/2018, o acusado aceitou a proposta de suspensão condicional do processo (fls. 49/49v).

Conforme se verifica dos autos, o acusado deixou de cumprir os itens I e V das condições assumidas quando do recebimento da suspensão condicional do processo.

Ouvido, o Ministério Público pediu a revogação do beneficio em 27/11/2019 (fls. 60/60v).

Assim, medida correta ao caso, nos termos do § 4º do art. 89, da Lei 9.099/95, é a revogação do benefício. Nesse mesmo sentido a jurisprudência do STJ:

PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO. DESCUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES IMPOSTAS. AUSÊNCIA DE ATENDIMENTO À INTIMAÇÃO PARA JUSTIFICAR O DESCUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES IMPOSTAS E ACEITAS – REVOGAÇÃO MESMO APÓS O DECURSO DO PRAZO – MANTIDA A DECISÃO - NEGADO PROVIMENTO AO AGRAVO REGIMENTAL. 1. Nos casos em que resta demonstrado que ocorreu o descumprimento das condições impostas na suspensão condicional do processo, deve ser reiniciada a respectiva ação penal, ainda que noticiado tal evento depois do decurso do prazo da suspensão, visto que automaticamente ela está revogada. 2. Decisão mantida. Negado provimento ao agravo regimental3. Assim, REVOGO o benefício da suspensão condicional concedido ao acusado no termo de fls. 48, dando assim, prosseguimento ao feito. (STJ - AGRAVO REGIMENTAL NO

RECURSO ESPECIAL : AgRg no REsp 887226 GO 2006/0204068-4)
Com efeito, diante das faltas cometidas, com fundamento no art. 89, § 4º, da Lei 9.099/95, REVOGO o benefício da suspensão condicional concedido ao acusado, dando assim, prosseguimento ao feito.
Intime-se o acusado, pessoalmente, para apresentar resposta à acusação, no prazo legal.
Após, voltem-me conclusos.
Às providências.

11ª Vara Criminal - J. Militar

Expediente

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Marcos Faleiros da Silva
Cod. Proc.: 596885 Nr: 1388-09.2019.811.0092
AÇÃO: Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário->PROCESSO CRIMINAL->PROCESSO MILITAR
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): MICHAEL VITOR DOS SANTOS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JOÃO RIBEIRO DA MOTA - OAB:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: RICARDO DA SILVA MONTEIRO - OAB:3.301/MT
Tendo em vista que o acusado não foi citado, redesigno a Sessão de Sorteio para o dia 16 de dezembro de 2019, às 13h30min.
Cumpra-se.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 399312 Nr: 3456-24.2015.811.0042
AÇÃO: Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário->PROCESSO CRIMINAL->PROCESSO MILITAR
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): FLITE ROCHA IBANE, JANILSON PROFETA SANTOS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: MARCIANO XAVIER DA NEVES - OAB:11.190-OAB/MT.
FINALIDADE: INTIMAÇÃO DO RÉU, na pessoa do seu ADVOGADO CONSTITUÍDO, para ciência do teor do documento aportado na ref. 261: "Juntada de informações recebida via malote digital informando que a carta precatória foi distribuida na Comarca de Itapagipe/MG sob o n. 0334.19001344-4 e designda audiência para o dia 16.12.2019, às 15 horas.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 506067 Nr: 45061-76.2017.811.0042
AÇÃO: Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário->PROCESSO CRIMINAL->PROCESSO MILITAR
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): FELIPI ANDRÉ LESSA PIRES, MAXMICIANO PEREIRA DE JESUS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEIZIANE PADILHA DA SILVA QUINTANA - OAB:14.834, DEIZIANE PADILHA DA SILVA SÁFADI - OAB:14.834, JOSE CARLOS MOURA - OAB:16233
FINALIDADE: INTIMAÇÃO DO RÉU, NA PESSOA DO SEU ADVOGADO CONSITUIDO, PARA CIÊNCIA DO TEOR DO DOCUMENTO APORTADO NA REF. 158: "Juntada de Of. 1218/2019informando que a carta precatória, cuja finalidade inquirição da testemunha MANOEL BENEDITO FERNANDES DANTAS, foi distribuída na Vara ùnica de Feliz natal sob o n. 1210-57.2019.811.0093 - ID 87748 e designada audiência para o dia17/03/2020 ÀS 17H15m."

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 553315 Nr: 3144-71.2006.811.0007
AÇÃO: Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário->PROCESSO CRIMINAL->PROCESSO MILITAR
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): João Luiz de Oliveira, SAMUEL VILAS BOAS GONÇALVES, JALLES SOUZA DUTRA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEIZIANE PADILHA DA SILVA QUINTANA - OAB:14.834, Franssiely Longhini Carlos Possamae - OAB:19968/O MT, JOSE CARLOS MOURA - OAB:16233, MARCIANO XAVIER DAS NEVES - OAB:11.190, MÁRIO DONAL SPALATTI - OAB:23230/0
FINALIDADE: INTIMAÇÃO DOS RÉUS, na pessoa de seus Advogados, para apresentarem alegações finais (art. 428 do CPPM)

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 596885 Nr: 1388-09.2019.811.0092
AÇÃO: Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário->PROCESSO CRIMINAL->PROCESSO MILITAR
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): MICHAEL VITOR DOS SANTOS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JOÃO RIBEIRO DA MOTA - OAB:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: RICARDO DA SILVA MONTEIRO - OAB:3.301/MT
FINALIDADE: INTIMAÇÃO DO RÉU, NA PESSOA DO SEU ADVOGADO CONSTITUÍDO PARA CIÊNCIA DA SESSÃO DE SORTEIO DESIGNADA PARA O DIA 16.09.2019, ÀS 13H30M.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 607412 Nr: 46978-62.2019.811.0042
AÇÃO: Auto de Prisão em Flagrante->Procedimentos Investigatórios->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): JULIO CESAR DA PAIXÃO DANTAS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: MANUEL ANTONIO PEREIRA ARAUJO - OAB:25246
0ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE CUIABÁ - MT
NÚCLEO DE AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA
Cód. 607412
CERTIDÃO
CERTIFICO e dou fé que, por determinação do Dr. Aristeu Dias Batista Vilella - Juiz de Direito, designado para Audiência de Custódia da Comarca de Cuiabá-MT em 12/12/2019, foi cumprido MANDADO DE PRISÃO PREVENTIVA em desfavor do acusado JULIO CESAR DA PAIXÃO DANTAS. CERTIFICO ainda, que não consta nos autos documentos do autuado. CERTIFICO, também, que no dia 12/12/2019, após o encerramento das audiências de custódia, recebi das mãos da assessoria do magistrado o cartão da OAB do Dr. Manuel Antônio Pereira Araújo – OAB/MT 25246. Ademais, a assessoria afirmou que o nobre Advogado esqueceu o seu cartão da OAB, bem como deixou de assinar o termo de audiência. CERTIFICO, por fim, que o referido documento ficará armazenado na secretaria da 11ª vara Criminal até o causídico a restitua. Nos termos do Provimento n. 1/2017-CM e da Ordem de Serviço nº 02/2017, as demais determinações deverão ser cumpridas pelo Juízo competente.
Cuiabá, 13 de dezembro de 2019.
.
FELIPE DE MELO DORILEO LOUZICH
Gestor do Núcleo de Custódia em Substituição

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 168684 Nr: 15975-07.2010.811.0042
AÇÃO: Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário->PROCESSO CRIMINAL->PROCESSO MILITAR
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): CALIXTO MOISÉS MARIA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: FABIANO ALVES ZANARDO - OAB:12.770, LUCAS BERNARDINO - OAB:12027-OAB MT
FINALIDADE: INTIMAÇÃO do réu, na pessoa de seus patronos, do despacho que segue: "Vistos. Com base na súmula 438 STJ, bem como a manifestação do Ministério Público fl. 321, torno sem efeito a decisão fl.319/319v. Ante o exposto, designo sessão de julgamento para dia 02 de março de 2020, às 15h00. Intime-se. De ciência ao Ministério o Público. Expeça-se o necessário para realização do ato. Às providências."

12ª Vara Criminal

Expediente

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Flávio Miraglia Fernandes
Cod. Proc.: 349145 Nr: 10134-26.2013.811.0042
AÇÃO: Ação Penal de Competência do Júri->Processo Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO, SIDNEI MESTRE PEREIRA
PARTE(S) REQUERIDA(S): MATEUS BELATTO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Marcos Alexandre Schoffen - OAB:10657/O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DR. RODRIGO POUSO MIRANDA - OAB/MT 12.333 - OAB:
Diante do exposto e de tudo o mais que dos autos consta, PRONUNCIO, com fundamento no artigo 413, do Código de Processo Penal, o acusado:MATEUS BELATTO, já devidamente qualificado nos autos, como incurso na conduta delitiva prevista no art. 121, § 2º, incisos I e IV c/c art. 29, caput, do Código Penal, a fim de que seja oportunamente submetido ao julgamento do Egrégio Tribunal do Júri desta Comarca, em decorrência da acusação.No tocante à prisão do acusado, ressalto que não há informações nos autos de que esteja ameaçando as testemunhas, bem como vale relembrar que o mesmo respondeu a todo o processo em liberdade, razão pela qual não vejo necessidade de decreto preventivo.Intime-se o acusado pessoalmente acerca desta sentença.Cientifique-se o Ministério Público.Expeçam-se, pois, o necessário e, preclusa a decisão de pronúncia, certifique-se e encaminhe, acompanhado dos objetos eventualmente apreendidos, ao Excelentíssimo Juiz Presidente do Tribunal do Júri desta Comarca, nos termos do art. 421, do CPP.P. R. I. C.Cuiabá, MT, 14 de dezembro de 2018. Flávio Miraglia Fernandes Juiz de Direito

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Flávio Miraglia Fernandes
Cod. Proc.: 585626 Nr: 27567-33.2019.811.0042
AÇÃO: Ação Penal de Competência do Júri->Processo Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): LUCAS PEREIRA PLACIDO, MATHEWS DA CONCEIÇÃO ASSIS, LUIZ CARLOS SANTOS SALVADOR
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEFENSORIA PUBLICA CRIMINAL - OAB:, PEDRO RODRIGUES DA SILVA NETO - OAB:16.455
Código: 585626 Vistos (...)Com essas considerações e ante tudo o mais que dos autos consta, REJEITO, as alegações em sede de preliminar, constantes na resposta à acusação à fl. 371.E, em dando prosseguimento ao feito, designo, desde logo, o dia 31 de janeiro de 2020,às 15h15min, para realização da audiência única de instrução e julgamento de que trata o artigo 411, do CPP.Façam-se as intimações, notificações e requisições necessárias. Se for o caso, expeçam-se precatórias, com o prazo de trinta dias, intimando-se as partes para acompanhamento, querendo.Intimem-se. Cumpra-se.Cuiabá/MT, 06 de dezembro de 2019. Flávio Miraglia Fernandes Juiz de Direito

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Flávio Miraglia Fernandes
Cod. Proc.: 584548 Nr: 26600-85.2019.811.0042
AÇÃO: Ação Penal de Competência do Júri->Processo Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): SANDRO DA SILVA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ADRIANA DE JESUS CARVALHO PIMENTEL - OAB:15912, ÍTALO GARCIA FERREIRA - OAB:22334/O
Autos Código 584548 Diante do exposto e de tudo o mais que dos autos consta, sem maiores delongas ACOLHO a pretensão punitiva estatal para:PRONUNCIAR, com fundamento no artigo 413 , do Código de Processo Penal (CPP), o acusado:SANDRO DA SILVA já devidamente qualificado nos autos, como incursos na conduta delitiva prevista nos arts. 121, § 2°, III, IV, 121, §2° III, V e 14, II do Código Penal, a fim de que seja oportunamente submetido ao julgamento do Egrégio Tribunal do Júri desta Comarca, em decorrência da acusação.Em cumprimento ao que determina o art. 413, §3° , do Código de Processo Penal, no que se refere à necessidade de prisão do acusado neste momento processual, nos termos do art. 316 do CPP verifico a ausência dos requisitos para sua segregação, podendo o acusado ser processado nas próximas fases deste procedimento em liberdade, com ressalvas de que qualquer tumulto causado pelo mesmo, devidamente constatado, ou risco à garantia à ordem pública, poderá novamente ter sua liberdade restringida. EXPEÇA-SE ALVARÁ DE SOLTURA EM FAVOR DE SANDRO DA SILVA colocando-o imediatamente em liberdade se por outro motivo não estiver preso. Intime-se pessoalmente o réu, o advogado, e o Ministério Público desta decisão, nos termos do art. 420, I do Código de Processo Penal. Expeça-se, pois, o necessário e, preclusa a decisão de pronúncia, certifique-se e encaminhem-se os autos, acompanhados dos objetos eventualmente apreendidos, ao Excelentíssimo Juiz Presidente do Tribunal do Júri desta Comarca, nos termos do art. 421 , do CPP. No que tange ao pedido de restituição da moto, nos termos do art. 120, §3° , dê-se vistas ao Ministério Público para se manifestar. P. R. I. C. Cuiabá/MT, 12 de dezembro de 2019. Flávio Miraglia Fernandes Juiz de Direito

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Flávio Miraglia Fernandes
Cod. Proc.: 427222 Nr: 25408-98.2011.811.0042
AÇÃO: Ação Penal de Competência do Júri->Processo Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): JOSÉ LUIZ FERREIRA DO NASCIMENTO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: FABIANA DE ARRUDA GOMES QUEIROZ - OAB:15.910
Autos Código 427222
Vistos,
A defesa de José Luis Ferreira apresentou resposta à acusação à fl. 770, sem preliminares, razão pela qual designo audiência de instrução para o dia 1° de junho de 2020, às 16h00, devendo intimar as testemunhas arroladas e o acusado, expedindo-se carta precatória, se necessário.
Dê-se ciência ao Ministério Público e intime-se a advogada subscritora da peça de fl. 770 para que junte a procuração no prazo de 05 (cinco) dias.
Cumpra-se.
Cuiabá/MT, 09 de dezembro de 2019.
Flávio Miraglia Fernandes
Juiz de Direito

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Flávio Miraglia Fernandes
Cod. Proc.: 160580 Nr: 7912-90.2010.811.0042
AÇÃO: Ação Penal de Competência do Júri->Processo Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): GILMAR BATISTA DA SILVA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ANGELO FILHO - OAB:4330, WALMIR CAVALHERI DE OLIVEIRA - OAB:2669-A/MT
Autos Código 160580
Vistos,
Ante o teor da manifestação da defesa de fl. 405 e considerando que só restam serem ouvidas as testemunhas de defesa designo audiência de instrução para o dia 1° de junho de 2020, às 14h00, devendo intimar as testemunhas arroladas à fl. 349 expedindo-se carta precatória, se necessário.
Em razão da impossibilidade de comparecimento do advogado de defesa na audiência, por problemas de saúde, conforme informado à fl. 405, nomeio a Defensoria Pública para representar o acusado, na audiência.
Por fim, ressalto que o acusado, revel, se comprometeu a comparecer na audiência sem prévia intimação, conforme manifestação à fl. 405.
Dê-se ciência ao Ministério Público e intime-se a defesa.
Cumpra-se.
Cuiabá/MT, 09 de dezembro de 2019.
Flávio Miraglia Fernandes
Juiz de Direito

Intimação para Advogado(a) -> (Diversos)
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 120414 Nr: 7381-72.2008.811.0042
AÇÃO: Ação Penal de Competência do Júri->Processo

Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): WELTON OLIVEIRA DOS SANTOS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Katia Valadares Silva - OAB:23270/O
Nos termos art.701, XVII e art. 1.386, §1º, da Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Mato Grosso, impulsiono os presentes autos para abir vistas dos autos a defesa DRA. KATIA VALADARES SILVA- OAB/MT 23370/O , para no prazo legal, se manifestar nos autos acerca das testemunhas faltantes.

Intimação para Advogado(a) -> (Diversos)
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 489775 Nr: 29232-55.2017.811.0042
AÇÃO: Ação Penal de Competência do Júri->Processo Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): JULIANO DA COSTA MARQUES SANTOS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: EDUARDO FERNANDES PINHEIRO - OAB:15431, HUENDEL ROLIM WENDER - OAB:10858/MT, MARCELA SILVA ABDALLA - OAB:22712/O
Nos termos art.701, XVII e art. 1.386, §1º, da Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Mato Grosso, impulsiono os presentes autos para abir vistas dos autos a defesa DR. HUENDER ROLIN - OAB-MT 10.858, para no prazo legal, apresentar memoriais finais nos autos.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Flávio Miraglia Fernandes
Cod. Proc.: 603519 Nr: 43472-78.2019.811.0042
AÇÃO: Carta Precatória->Cartas->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): KARINA CRISTINA PEREIRA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: REJANE BUS SONNENBERG - OAB:5862, RICADOR BUSS SONNENBERG - OAB:18389
Carta Precatória - Código: 603519
Vistos, etc...
Em razão da distribuição desta missiva a este juízo, designo o dia 23 de janeiro de 2020, às 15h30min, para o cumprimento do ato deprecado.
Expeça-se o necessário para a realização do ato, inclusive requisição de preso(s) e testemunha(s) se for o caso.
Caso haja advogado constituído na origem, para evitar a frustação do ato, intime-se via DJE, consignando que a ausência injustificada importará na aplicação da multa prevista no artigo 265 do Código de Processo Penal e nomeação da Defensoria Pública para o ato, a qual deverá também ser cientificada.
Encaminhe-se cópia desta decisão ao juízo deprecante para ciência da audiência designada.
Dê-se ciência ao Ministério Público.
Intimem-se. Cumpra-se.
Cuiabá-MT, 25 de novembro de 2019.
Flávio Miraglia Fernandes
Juiz de Direito

13ª Vara Criminal

Expediente

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Francisco Alexandre Ferreira Mendes Neto
Cod. Proc.: 566317 Nr: 9645-76.2019.811.0042
AÇÃO: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos->Processo Especial de Leis Esparsas->Processo Especial->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): JULIO CESAR MENDES BRAGA, GENIFER NUNES DE ARAÚJO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ROBSON ARAUJO DE OLIVEIRA - OAB:25.124/O
Vistos, etc.
Considerando que os memoriais finais da defesa, juntados às de fls. 132/136 e 137/139 estão apócrifos, intime-se o causídico subscritor para, no prazo de 05 (cinco) dias, proceder a regularização.
Após, certifique-se e voltem-me os autos conclusos.
Cumpra-se.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Francisco Alexandre Ferreira Mendes Neto
Cod. Proc.: 417529 Nr: 22747-10.2015.811.0042
AÇÃO: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos->Processo Especial de Leis Esparsas->Processo Especial->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): JOÃO VITOR DE ARAUJO, A Apurar
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEFENSORIA PÚBLICA CRIMINAL DO ESTADO DE MATO GROSSO - OAB:
Vistos, etc.
Considerando a insistência da defesa na oitiva da testemunha Bruna Cristina da Silva Gomes (fl. 188), DESIGNO a audiência de continuação para o dia 10/03/2020, às 15:10 horas.
Para tanto, intime-se o denunciado João Vitor de Araujo, dando-se ciência ao Ministério Público e à Defesa (via Dje).
Considerando que a defesa informou que referida testemunha comparecerá espontaneamente, dispenso sua intimação pessoal.
Com relação à testemunha Yara Auxiliadora da Silva Arruda, considerando que a defesa não informou seu endereço atualizado no prazo legal, HOMOLOGO a desistência tácita da sua inquirição, para que surta seus legais e jurídicos efeitos.
Expeça-se o necessário.
Cumpra-se.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Francisco Alexandre Ferreira Mendes Neto
Cod. Proc.: 579264 Nr: 21752-55.2019.811.0042
AÇÃO: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos->Processo Especial de Leis Esparsas->Processo Especial->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): THIAGO MORELLI DE SOUZA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: EDIVAN FREITAS VIEIRA - OAB:11192/MT
Vistos, etc.
Inexistindo questões preliminares ou prejudiciais arguidas pela defesa (fls. 89/90) concluo que a dinâmica do evento descrito na denúncia precisa ser melhor esclarecida, não emergindo, nesta fase preambular, a certeza absoluta de que não houve ilícito criminal na conduta do denunciado, inocorrendo quaisquer das hipóteses do art. 397 do CPP, com nova redação da Lei nº 11.719/2008, prevalecendo, nesta etapa, o princípio do "in dubio pro societate".
Em suma, presentes os requisitos materiais e formais do art. 41 do CPP, nos termos do art. 56, da Lei nº 11.343/2006, RECEBO A DENÚNCIA oferecida pelo "Parquet", dando o denunciado THIAGO MORELLI DE SOUZA como incurso no artigo da "lex repressiva" nela mencionado.
Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 26/03/2020, às 14:40 horas, para o interrogatório do acusado e inquirição das testemunhas arroladas nos autos.
Para tanto, intime-se o acusado, as testemunhas arroladas na denúncia –lembrando que as de defesa comparecerão independente de intimação –; dando-se ciência ao Promotor de Justiça e à Defensoria Pública, porquanto constituída pelo réu à fl. 93.
Expeça-se o necessário.
Cumpra-se.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Francisco Alexandre Ferreira Mendes Neto
Cod. Proc.: 542761 Nr: 34147-16.2018.811.0042
AÇÃO: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos->Processo Especial de Leis Esparsas->Processo Especial->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): JULIO VITOR SOARES DA SILVA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: SUZANA SIQUEIRA LEÃO - OAB:24127
Em suma, presentes os requisitos materiais e formais do art. 41 do CPP, nos termos do art. 56, da Lei nº 11.343/2006, RECEBO A DENÚNCIA

oferecida pelo Parquet, dando o denunciado JULIO VITOR SOARES DA SILVA como incurso no artigo da "lex repressiva" nela mencionado. Designo audiência de instrução e julgamento para o dia ____/____/2020, às ____:____ horas, para o interrogatório do acusado e inquirição das testemunhas arroladas nos autos.Intimem-se o acusado, as testemunhas arroladas na denúncia e na defesa prévia, dando-se ciência ao Promotor de Justiça e à Defesa.Expeça-se o necessário.Cumpra-se.

Intimação para Advogado(a) -> (Diversos)
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 559296 Nr: 3048-91.2019.811.0042
AÇÃO: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos->Processo Especial de Leis Esparsas->Processo Especial->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): MAX WILLIAN ANUNCIAÇÃO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: VITOR LIMA DE ARRUDA - OAB:16198
Impulsiono os autos com a finalidade de intimar o Patrono do denunciado Max Willian da Anunciação para, em cinco dias, apresentar os memoriais finais, conforme determinado em audiência.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Francisco Alexandre Ferreira Mendes Neto
Cod. Proc.: 583068 Nr: 25179-60.2019.811.0042
AÇÃO: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos->Processo Especial de Leis Esparsas->Processo Especial->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): WILLIAM AUGUSTO SANTOS DE SOUZA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: NANDA LUZ SOARES QUADROS - OAB:19494/MT
Vistos, etc.
Inexistindo questões preliminares ou prejudiciais arguidas pela defesa (fl. 53) concluo que a dinâmica do evento descrito na denúncia precisa ser melhor esclarecida, não emergindo, nesta fase preambular, a certeza absoluta de que não houve ilícito criminal na conduta do denunciado, inocorrendo quaisquer das hipóteses do art. 397 do CPP, com nova redação da Lei nº 11.719/2008, prevalecendo, nesta etapa, o princípio do "in dubio pro societate".
Em suma, presentes os requisitos materiais e formais do art. 41 do CPP, nos termos do art. 56, da Lei nº 11.343/2006, RECEBO A DENÚNCIA oferecida pelo "Parquet", dando o denunciado WILLIAM AUGUSTO SANTOS DE SOUZA como incurso no artigo da "lex repressiva" nela mencionado.
Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 12/03/2020, às 15:00 horas, para o interrogatório do acusado e inquirição das testemunhas arroladas nos autos.
Para tanto, intime-se o acusado, as testemunhas arroladas na denúncia e na defesa prévia; dando-se ciência ao Promotor de Justiça e à Defesa.
Expeça-se o necessário.
Cumpra-se.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Francisco Alexandre Ferreira Mendes Neto
Cod. Proc.: 441347 Nr: 17960-98.2016.811.0042
AÇÃO: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos->Processo Especial de Leis Esparsas->Processo Especial->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): IVAN VICENTE ASSOFRA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEFENSORIA PUBLICA CRIMINAL DE MATO GROSSO - OAB:
Vistos, etc.
Considerando a insistência da acusação na oitiva da testemunha Fabricio Pinote Carvalho (fl. 191), DESIGNO a audiência de continuação para o dia 10/03/2020, às 15:25 horas.
Para tanto, requisite-se e intime-se referida testemunha, observando o informado à fl. 191, o denunciado Ivan Vicente Assofra, dando-se ciência ao Ministério Público e à Defesa.
Em tempo, acolho os requerimentos constantes nos itens I e II da cota de fl. 191, tal como formulados.
Expeça-se o necessário.
Cumpra-se.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Francisco Alexandre Ferreira Mendes Neto
Cod. Proc.: 500857 Nr: 39883-49.2017.811.0042
AÇÃO: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos->Processo Especial de Leis Esparsas->Processo Especial->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): ALEX HENDGES DUARTE
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEFENSORIA PUBLICA CRIMINAL - OAB:
Vistos, etc.
Considerando a insistência da acusação na oitiva da testemunha Claudinei José Vitorazi (fl. 137), DESIGNO a audiência de continuação para o dia 10/03/2020, às 15:40 horas.
Para tanto, requisite-se e intime-se referida testemunha, o denunciado Alex Hendges Duarte, dando-se ciência ao Ministério Público e à Defesa.
Expeça-se o necessário.
Cumpra-se.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Francisco Alexandre Ferreira Mendes Neto
Cod. Proc.: 589205 Nr: 30751-94.2019.811.0042
AÇÃO: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos->Processo Especial de Leis Esparsas->Processo Especial->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): JOELÇO JOSÉ DE SOUZA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ALEXANDRE IVAN HOUKLEF - OAB:OAB/MT 6703, Thyago Aparecido Houklef Ribeiro - OAB:21880
Vistos, etc.
Segue em separado, digitadas em quatro laudas, informações processuais prestadas para instruir o HC nº 1018242-46.2019.8.11.0000.
No mais, aguarde-se a audiência designada, expedindo-se o necessário.
Cumpra-se.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Francisco Alexandre Ferreira Mendes Neto
Cod. Proc.: 324264 Nr: 3642-52.2012.811.0042
AÇÃO: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos->Processo Especial de Leis Esparsas->Processo Especial->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): RODRIGO SANTOS MONTEIRO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos, etc.
Considerando o teor da certidão retro, DECRETO o perdimento dos bens apreendidos e não reclamados no prazo legal em favor da União, com fulcro no disposto pelo art. 122 c/c art. 123, ambos do Código de Processo Penal.
Certificado o decurso do prazo da presente decisão, que estabeleço como sendo de 05 (cinco) dias, proceda a entrega dos objetos ao CONEN/SENAD que, a seu critério, os de valor insignificante procederá a destruição.
Havendo documentos pessoais apreendidos, DETERMINO que nos autos permaneçam até eventual pedido de desarquivamento para restituição, que independerá de nova deliberação para ser devolvido ao respectivo proprietário.
Expeça-se o necessário e cumpra-se os demais termos da r. sentença/acórdão, procedendo o arquivamento do presente feito após transcorridos os prazos legais, com regulares baixas e anotações de estilo.
Às providências.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Francisco Alexandre Ferreira Mendes Neto
Cod. Proc.: 572009 Nr: 14937-42.2019.811.0042
AÇÃO: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos->Processo Especial de Leis Esparsas->Processo Especial->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): ADILSON JUNIOR GOMES SOARES, TAENE MINELY SILVA SOARES, VANESSA DE SOUZA SANTOS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Em suma, presentes os requisitos materiais e formais do art. 41 do CPP,

nos termos do art. 56, da Lei nº 11.343/2006, RECEBO A DENÚNCIA oferecida pelo Parquet, dando os denunciados ADILSON JUNIOR GOMES SOARES, TAENE MINELY SILVA SOARES e VANESSA DE SOUZA SANTOS como incurso nos artigos da "lex repressiva" nela mencionados. Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 04/03/2020, às 15:00 horas, para o interrogatório dos acusados e inquirição das testemunhas arroladas nos autos.Intimem-se o acusado, as testemunhas arroladas na denúncia e na defesa prévia, dando-se ciência ao Promotor de Justiça e Defensor Público.Expeça-se o necessário. Em tempo, requisite-se a POLITEC a disponibilização e envio, no prazo de 05 (dias) do Laudo Pericial referente ao protocolo nº 41233/2019, sob pena de serem tomadas as providências judiciais cabíveis.Cumpra-se.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Francisco Alexandre Ferreira Mendes Neto
Cod. Proc.: 349120 Nr: 10107-43.2013.811.0042
AÇÃO: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos->Processo Especial de Leis Esparsas->Processo Especial->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): LEONOR BISPO DA SILVA, ALAN MARIANO DOS SANTOS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JOSÉ GABRIEL DA SILVA JUNIOR - OAB:12941
DETERMINO seja expedido mandado de intimação para o réu ALAN MARIANO DOS SANTOS, no endereço cito a Rua E, Quadra 04, Casa 12, Residencial Mirantes de Cuiabá, nesta capital, a fim de confirmar se o réu realmente reside no referido endereço, bem como intimá-lo para dar prosseguimento no cumprimento das condições estabelecidas na decisão de fls. 135/138, dentre elas: Comparecer mensalmente em Juízo para informar suas atividades e manter atualizado seu endereço residencial e de trabalho, tudo sob pena de ser revogado o benefício, com a expedição de mandado de prisão preventiva.Para tanto, DETERMINO que o Senhor Meirinho diligente faça constar na certidão informações a ser colhida com os vizinhos do imóvel, acerca da data em que o réu se mudou para o imóvel e caso não mais resida, a data que se mudou, esclarecendo o período exato em que o réu residiu no local e o seu paradeiro.No mandado deverá a Senhora Gestora Judiciária fazer constar a obrigação do senhor oficial de justiça responsável pelo cumprimento, em caso de diligência negativa, colher informações com os vizinhos do imóvel, certificando detalhadamente o período em que o acusado residiu no local, bem como os motivos que impossibilitaram a localização do denunciado. Posterior a referida diligência e juntada da certidão, intimem-se as partes, retornando-me à conclusão.Cumpra-se.

14ª Vara Criminal

Expediente

Intimação para Advogado(a) -> (Diversos)
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 487333 Nr: 25428-89.2011.811.0042
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): DUILIO ALVES DA SILVA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: HELIO CASTELO BRANCO DE OLIVEIRA JUNIOR - OAB:13555/MT
Nos termos da Legislação vigente e provimento 52/2007 – CGJ impulsiono estes autos com a finalidade de intimar o advogado de defesa HELIO CASTELO BRANCO DE OLIVEIRA JUNIOR OAB/MT 13.555, para que apresente as alegações finais no prazo de 05 (cinco) dias.

Intimação para Advogado(a) -> (Diversos)
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 584089 Nr: 26176-43.2019.811.0042
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MPDEDMG
PARTE(S) REQUERIDA(S): AGC
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: IZONILDES PIO DA SILVA - OAB:6486-B
Nos termos da legislação vigente e provimento nº 52/2007-CGJ, impulsiono estes autos com a finalidade de intimar o advogado de defesa IZONILDES PIO DA SILVA OAB/MT 6486-B, da audiência designada para o dia 24/01/2020 às 14h00min.

Intimação para Advogado(a) -> (Diversos)
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 343510 Nr: 3614-50.2013.811.0042
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MPDEDMG
PARTE(S) REQUERIDA(S): JADS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: RAFAEL ROBSON ANDRADE DO CARMO - OAB:23.119/0/MT
Nos termos da legislação vigente e provimeno nº 52/2007-CGJ, impulsiono estes autos com a finalidade de intimar o advogado RAFAEL ROBSON ANDRADE DO CARMO OAB/MT 23.119-O, para que tome ciência da expedição de Carta Precatória à Comarca de JARDIM/MS, com a finalidade de inquirição do acusado.

Intimação para Advogado(a) -> (Diversos)
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 357883 Nr: 20058-61.2013.811.0042
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MPDEDMG
PARTE(S) REQUERIDA(S): VHANCDS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: SILENO REZENDE TAVARES - OAB:5652
Nos termos da Legislação vigente e provimento 52/2007 – CGJ impulsiono estes autos com a finalidade de intimar o advogado de defesa SILENO REZENDE TAVARES OAB/MT 5.652, para que tome ciência da sentença proferida às fls.236/243

Vara Especializada Contra o Crime Organizado, os Crimes Contra a Ordem Tributária e Econômica e os Crimes Contra a Administração Pública

Expediente

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Ana Cristina Silva Mendes
Cod. Proc.: 601553 Nr: 41736-25.2019.811.0042
AÇÃO: Carta Precatória->Cartas->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): LUCAS DOS SANTOS GOMES CARDOSO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEFENSORIA PUBLICA CRIMINAL - OAB:, RENATA OLIVEIRA ROSSATO - OAB:51.676
"VISTOS. Tendo em vista a ausência do acusado LUCAS DOS SANTOS GOMES CARDOSO, uma vez que não localizado. REDESIGNO a Audiência para interrogatório do acusado REGINALDO GARCIA MAIA FILHO para o dia 21.01.2020 ás 15h15min. INTIME-SE o acusado para o ato designado, na modalidade hora certa, podendo ser cumprido pelo Sr. Oficial de Justiça aos Feriados e Finais de Semana. OFICIE-SE ao Juízo deprecante informando a nova data da Audiência para as intimações de praxe. Às providências. Cumpra-se".

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Ana Cristina Silva Mendes
Cod. Proc.: 604437 Nr: 44242-71.2019.811.0042
AÇÃO: Carta Precatória->Cartas->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): JOSE ROBERTO MALAGUETA, MAURO CÉSAR GUARDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: CARLOS EDUARDO DELMONDI - OAB:165200, MARIANE SIQUEIRA MOREIRA - OAB:85.498/PR
"VISTOS. Tendo em vista a ausência da testemunha de defesa CARLOS ALBERTO DE BARROS. REDESIGNO a Audiência para oitiva da testemunha de defesa CARLOS ALBERTO DE BARROS para o dia 05.02.2020 ás 15h00min. INTIME-SE a testemunha de defesa CARLOS

ALBERTO DE BARROS, na modalidade por hora certa, podendo o Sr. Oficial de Justiça cumprir aos finais de semanas e feriados, para o ato. INTIME-SE os Advogados de defesa, via DJe. OFICIE-SE ao Juízo deprecante informando a nova data da Audiência para as intimações de praxe. Às providências. Cumpra-se".

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Ana Cristina Silva Mendes
Cod. Proc.: 603832 Nr: 43692-76.2019.811.0042
AÇÃO: Carta Precatória->Cartas->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): CARLOS XESMAN ANDRADE DE MATOS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: HÉLIO DANIEL DE FAVORE BAPTISTA - OAB:4513/RO
"VISTOS. Tendo em vista a ausência da testemunha de defesa PRISCILA BATISTA ILVA. REDESIGNO a Audiência para oitiva da testemunha de defesa PRISCILA BATISTA ILVA para o dia 05.02.2020 ás 15h15min. INTIME-SE a testemunha de defesa PRISCILA BATISTA ILVA, na modalidade por hora certa, podendo o Sr. Oficial de Justiça cumprir aos finais de semanas e feriados, para o ato. INTIME-SE a Advogada de defesa, Dra. Monica Costa, via DJe. OFICIE-SE ao Juízo deprecante informando a nova data da Audiência para as intimações de praxe, bem como solicitando a intimação da defesa do acusado para que compareça ao ato designado. Às providências. Cumpra-se".

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Ana Cristina Silva Mendes
Cod. Proc.: 594291 Nr: 35203-50.2019.811.0042
AÇÃO: Mandado de Segurança->Processo Especial de Leis Esparsas->Processo Especial->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: ALLEN RIO SERVIÇOS E COMÉRCIO DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA
PARTE(S) REQUERIDA(S): JUIZO DA 7ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CUIABÁ MT
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: THIAGO LOUZICH DA SILVA - OAB:17532/O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Autos nº 35203-50.2019.811.0042– Cód. nº 594291.
VISTOS.
Trata-se de Mandado de Segurança, originado dos autos nº 1818-19.2016.811.0042 – COD. 426554, impetrado em face da decisão proferida nos citados autos, a qual deferiu o Pedido de Quebra de Sigilo Bancário e Fiscal da Empresa ALLEN RIO SERVIÇOS E COMÉRCIO DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA.
Às fls. 1557/1568, consta o v. Acordão proferido pelo Superior Tribunal de Justiça, tendo sido negado provimento ao Agravo Regimental interposto.
Às fls. 1569, consta a certidão de Trânsito em Julgado sem a manifestação das partes.
É o relatório. Decido.
Considerando que o v. Acordão transitou em julgado na data de 29 de Agosto de 2019, conforme certificado às fls. 1569, ARQUIVE-SE o presente feito com as cautelas de estilo.
Às providências.
CUMPRA-SE
Cuiabá/MT, 02 de Dezembro de 2019.
Ana Cristina Silva Mendes
Juíza de Direito

Varas Especializadas de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher

1ª Vara Esp. de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher

Intimação

Intimação Classe: CNJ-81 ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
Processo Número: 1038162-48.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
KAMILA CAROLINE DA SILVA CARDOSO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ISLAINY ARRUDA DE ALMEIDA OAB - MT20539-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
RODRIGO OCTAVIO LEMOS DE MATTOS (RÉU)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)

Impulsiono os autos para manifestação quanto à Certidão NEGATIVA do Sr. Oficial de Justiça.

Intimação Classe: CNJ-81 ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
Processo Número: 1004029-43.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JERONIMO ANTONIO FERRA PEREIRA NETO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIANO ALVES ZANARDO OAB - MT12770-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SIMEILE GLAUCIA DA SILVA RODRIGUES (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
KAIO GABRIEL PEREIRA GOMES OAB - MT24463/O (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

TERMO DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO. Número do processo: 1004029-43.2018.8.11.0041 – PJE Tipo de Ação: Alimentos C/C Regulamentação de Guarda e Visitas Data e Horário: 13h30min Cuiabá, 12 de dezembro de 2019. Requerente: JERONIMO ANTONIO FERRA PEREIRA Requerido: SIMEILE GLAUCIA DA SILVA RODRIGUES PRESENTES JUIZ DE DIREITO: DR. JAMILSON HADDAD CAMPOS PROMOTORA DE JUSTIÇA: DRª. LINDINALVA CORREIA RODRIGUES ADVOGADA DO REQUERENTE: DRA. SARA DE ANDRADE – OAB/MT N° 26082/O REQUERENTE: JERONIMO ANTONIO FERRA PEREIRA TESTEMUNHA: EVERSON CESAR GOMES METELO – RG 877351, SILAS COSTA MACEDO – RG 22742093 E CELIO SANTANA CALDAS DE OLIVEIRA – RG 08032157. OCORRÊNCIAS Aberta a audiência e feito o pregão, foi constatada a presença da digna representante do Ministério Público, bem como da parte requerente acompanhado de sua patrona e EVERSON CESAR GOMES METELO – RG 877351, SILAS COSTA MACEDO – RG 22742093 E CELIO SANTANA CALDAS DE OLIVEIRA – RG 08032157. Ausente a parte autora e seu patrono ainda que devidamente intimados via DJE conforme anexo. Tentada a conciliação entre as partes, estas restaram infrutíferas, assim, dando-se sequência a instrução processual. Considerando a ausente injustificada da parte requerida eis que fora devidamente intimada por seu patrono (via DJE) conforme anexo, sendo assim foram ouvidas as testemunhas da parte autora acima mencionada (EVERSON CESAR GOMES METELO – RG 877351, SILAS COSTA MACEDO – RG 22742093 E CELIO SANTANA CALDAS DE OLIVEIRA – RG 08032157), conforme CD gravado em anexo. Na sequência, a parte autora pleiteou pela apresentação de memoriais finais. DELIBERAÇÕES Ato contínuo, pelo MM. Juiz foi proferida a seguinte DECISÃO: "VISTOS. DEFIRO o requerimento da parte autora pela apresentação de memoriais escritos. Desta forma, sai a Advogada do requerente intimada para a apresentação de memoriais finais, no prazo legal. Após, CERTIFIQUE-SE e INTIME-SE (via – DJE) o Advogado da requerida para que informe se ainda patrocina a mesma nos presentes autos, em sendo negativo, que a presente a renúncia, em sendo positivo, apresentar memoriais no prazo legal. Na sequência, dê-se vista ao Ministério Público para manifestação. Após, conclusos. Cumpra-se. Às providências". Nada Mais, Brenda Khetlhin Machado Fagundes, Estagiária, que digitei e encerro o presente termo, que vai assinado pelos presentes. JAMILSON HADDAD CAMPOS Juiz de Direito Promotora de Justiça: Advogada do requerente: Requerente: TERMO DE OITIVA DA TESTEMUNHA DO AUTOR Número do processo: 1004029-43.2018.8.11.0041 – PJE EVERSON CESAR GOMES METELO A testemunha do requerente foi ouvida, conforme gravação em CD anexo. Nada mais havendo a consignar, por mim Brenda Khetlhin Machado Fagundes, Estagiária, foi lavrado o presente termo, que vai assinado pelos presentes. JAMILSON HADDAD CAMPOS Juiz de Direito Promotora de Justiça: Advogada do requerente: Requerente: Testemunha: TERMO DE OITIVA DA TESTEMUNHA DO AUTOR Número do processo: 1004029-43.2018.8.11.0041 – PJE SILAS COSTA MACEDO A testemunha do requerente foi ouvida, conforme gravação em CD anexo. Nada mais havendo a consignar, por mim Brenda Khetlhin Machado Fagundes,

Estagiária, foi lavrado o presente termo, que vai assinado pelos presentes. JAMILSON HADDAD CAMPOS Juiz de Direito Promotora de Justiça: Advogada do requerente: Requerente: Testemunha: TERMO DE OITIVA DA TESTEMUNHA DO AUTOR Número do processo: 1004029-43.2018.8.11.0041 – PJE CELIO SANTANA CALDAS DE OLIVEIRA A testemunha do requerente foi ouvida, conforme gravação em CD anexo. Nada mais havendo a consignar, por mim Brenda Khetlhin Machado Fagundes, Estagiária, foi lavrado o presente termo, que vai assinado pelos presentes. JAMILSON HADDAD CAMPOS Juiz de Direito Promotora de Justiça: Advogada do requerente: Requerente:

Despacho Classe: CNJ-14 CARTA PRECATÓRIA CÍVEL
Processo Número: 1059751-28.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
DEBORAH KELLER DE OLIVEIRA (REQUERENTE)
JUÍZO DA 1ª VARA CRIMINAL E CÍVEL DA COMARCA DE CHAPADA DOS GUIMARÃES -MT (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
BRUNO FREITAS ARAUJO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JAMILSON HADDAD CAMPOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA ESP. DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DE CUIABÁ DESPACHO Cód. 1059751-28.2019.8.11.0041. Vistos. Compulsando os autos, verifico que a presente Carta Precatória objetiva a intimação do requerido BRUNO FREITAS ARAÚJO, acerca do deferimento das medidas protetivas, qual seja: - O afastamento do Indiciado da residência do casal nesta Comarca de Chapada dos Guimarães. - A proibição aproximar de sua antiga companheira em distância inferior a 1000 (um mil) metros, sob pena de desobediência e, em sendo o caso, de decretação de sua prisão preventiva. - A restrição de aproximação vale para a residência da Ofendida ou mesmo de seu local de trabalho, e se estende à sua família. - A apreensão imediata de arma de fogo que esteja sob a posse do suposto Agressor, a ser cumprida a busca nesta Comarca e na de Cuiabá/MT. Ainda, consigno que o oficial de Justiça deverá observar o disposto no art. 212, § 2º, do CPC, independente de autorização judicial. Desta forma, cumpra-se a missiva, conforme determinado pelo Juízo deprecado. Com o cumprimento, devolva-se a Carta Precatória ao Juízo de origem, com as baixas e anotações necessárias. Cumpra-se. Às providências. Cuiabá/MT, 13 de dezembro de 2019. JAMILSON HADDAD CAMPOS Juiz de Direito da 1ª Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher ASSINADO DIGITALMENTE

Expediente

Intimação das Partes
JUIZ(A): Ana Graziela Vaz de Campos Alves Corrêa
Cod. Proc.: 531111 Nr: 22886-54.2018.811.0042
AÇÃO: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: SRMDS
PARTE(S) REQUERIDA(S): CCS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ALEXANDRE PINTO LIBERATTI - OAB:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ELIZANGELA FÁTIMA DA SILVA NERY - OAB:20.001-O
VISTOS.
Tendo em vista a informação prestada pela genitora do réu às fls. 235/238, expeça-se ofício à Secretaria de Estado de Gestão, informando o número da conta corrente dela perante o Banco do Brasil, informada às fls. 235, qual seja, agência: 2128-8, conta corrente n. 6517-x, variação 051, de titularidade de Caroline Cassemiro Silva.
Faça acompanhar o ofício cópia do documento de identidade e C.P.F, da representante legal do réu, juntados aos autos às fls. 13/14.
Intimem-se as partes (via DJe) para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifestarem sobre o relatório de estudo psicológico de fls. 222/224 e, em igual prazo, especificar as provas que ainda pretendem produzir, justificando-as.
Em igual prazo, deve o autor manifestar-se sobre a petição e documentos apresentados pelo réu às fls. 235/248.
Caso haja interesse das partes na produção de prova testemunhal, devem apresentar rol de testemunhas no mesmo ato.
Além disso, nos termos do art. 385, do CPC, caso haja interesse da parte, deverá ela requerer o depoimento pessoal da parte contrária, a fim de que esta seja interrogada na audiência de instrução e julgamento.
Às providências.
Intimem-se e CUMPRA-SE, expedindo o necessário.
Cuiabá, 12 de dezembro de 2019.
Ana Graziela Vaz de Campos Alves Corrêa
Juíza de Direito

Intimação das Partes
JUIZ(A): Jamilson Haddad Campos
Cod. Proc.: 462651 Nr: 2497-82.2017.811.0042
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: NDDJN
PARTE(S) REQUERIDA(S): FCDN
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JOSÉ GOMES FERREIRA NETO - OAB:6508/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: LUCIANO CARVALHO DO NASCIMENTO - OAB:13547, NEUZA DA COSTA AGUILAR NASCIMENTO - OAB:
Cód. 462651.
Vistos.
Considerando a interposição tempestiva de EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – fls. 95/98, em face da sentença e fl. 93, INTIME-SE a parte embargada, por meio de seu patrono – via DJE, para manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do art. 1023, §2º, do CPC.
Com o transcurso do prazo, certifique-se e conclusos.
CUMPRA-SE.
Cuiabá, 12 de dezembro de 2019.
JAMILSON HADDAD CAMPOS
Juiz de Direito da 1ª Vara Especializada de
Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Jamilson Haddad Campos
Cod. Proc.: 402872 Nr: 7181-21.2015.811.0042
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: FMF
PARTE(S) REQUERIDA(S): ACM
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ALEX MARTINS SAVATIERRA - OAB:19575, JORGE JOSÉ NOGA - OAB:3830/MT, NPJ/UNIC - BEIRA RIO - OAB:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
"Vistos. ACOLHO o requerimento das partes. Desta forma, REDESIGNO o ato para o dia 13/03/2020 às 16h30min. Ainda, DETERMINO o devido acompanhamento pela Equipe Multidisciplinar através do serviço psicossocial deste Juízo com URGÊNCIA, devendo trazer relatório do estado social e psicológico das partes e do menor, no prazo de 40 (quarenta) dias. NOTIFIQUE-SE à Equipe Multidisciplinar para a realização do Estudo Psicossocial do caso no prazo acima indicado. Saem os presentes intimados. Cumpra-se. Às providências".

Intimação das Partes
JUIZ(A): Jamilson Haddad Campos
Cod. Proc.: 530092 Nr: 21874-05.2018.811.0042
AÇÃO: Separação Litigiosa->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: GGDSN, MDSN, GGDSN, GDSN
PARTE(S) REQUERIDA(S): GGN
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ALESSANDRO SANTOS CARNEIRO - OAB:24555/O, Ilvanio Martins - OAB:12301-A, JOSIMAR VITOR PEREIRA - OAB:19848/0
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ANDRE LUIZ CAMPOS DAS NEVES RIBEIRO - OAB:12.560
Vistos.
Compulsando os autos, verifico que as partes entabularam acordo nos seguintes termos:

"O requerido pagará o percentual de 65,13% (sessenta e cinco vírgula treze por cento) do salário mínimo, hoje equivalente ao valor de R$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais), mediante a variação deste, a título de pensão alimentícia aos filhos menores, que deverá ser descontado em folha de pagamento do requerido na empresa PANTANAL TRANSPORTES, localizada na Rua José Estevão Torquato da Silva, n° 1345, Bairro: Jardim Vitória, Cuiabá/MT, CEP: 78000-000, com posterior depósito na conta da genitora dos requerentes, qual seja: Caixa Econômica Federal, agência: 1695, operação: 013, conta poupança: 00024374-9, Cpf: 998.432.001-44, Titularidade: GEISE GENI DE SOUZA NOGUEIRA" - fls. 183/184.

Instado a se manifestar, o requerido pugnou pela expedição de ofício ao seu empregador, determinando a não incidência do desconto da pensão alimentícia acordada sob o seu décimo terceiro salário, posto que teria chegado ao seu conhecimento que a empresa iria realizar o referido desconto de sua folha de pagamento.

Com efeito, analisando detidamente o acordo entabulado entre as partes, verifico que, de fato, não restou consignado, de forma expressa, a incidência da pensão alimentícia acordada sob o décimo terceiro salário do requerido, o que apesar de ser juridicamente possível, não pode ser presumido na ausência de consignação expressa.

Desta forma, DEFEIRO o pedido retro do requerido.

OFICIE-SE à Empresa PANTANAL TRANSPORTES, localizada na Rua José Estevão Torquato da Silva, n° 1345, Bairro: Jardim Vitória, Cuiabá/MT, CEP: 78000-000, PROIBINDO A INCIDÊNCIA DO DESCONTO DA PENSÃO ALIMENTÍCIA ACORDADA SOB O DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO DO REQUERIDO, mesmo porque o ofício anteriormente expedido à referida empresa não consignou tal determinado - fl. 185.

INTIMEM-SE as partes, por meio de seus respectivos patronos - via DJE.

Em nada sendo requerido no prazo de 15 (quinze) dias, retornem os autos ao arquivo.

Cumpra-se.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 490063 Nr: 29491-50.2017.811.0042
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MSDDOC
PARTE(S) REQUERIDA(S): NDSC
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: AUGUSTO S. S. CORDEIRO - OAB:18.531
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: GISELE LACERDA GENNARI GOMES DA SILVA - OAB:5901-B, Janice Raquel de Lima - OAB:25891/0

Nos termos d aLegislação Vigente e do Provimento n° 56/2007-CGJ, impulsiono estes autos , com a finalidade de intimar o patrono da parte requerida, para que no prazo legal, apresente memoriais finais escritos.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Jamilson Haddad Campos
Cod. Proc.: 534636 Nr: 26349-04.2018.811.0042
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: RDSF
PARTE(S) REQUERIDA(S): MTT
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO - OAB:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: CELSO BORSATO BRAZ - OAB:68303, Ninagin Prestes Dallagnol Machado - OAB:17602
Cód. 534636.
Vistos.
Defiro o pedido retro da Defensoria Pública Criminal.
DESIGNO nova Audiência de Conciliação para o dia 12/03/2020 às 13h30min.
EXPEÇA-SE Carta Precatória (Quadra 13, Conjunto K, casa 21, Paranoá, Brasília/DF, CEP: 71571-311, próximo ao Fórum, Telefones: (61) 99278-0782 e (61) 3369-3246), objetivando a intimação do requerente.
INTIME-SE a requerida, por meio de seu patrono – via DJE (fl. 34), salientando que o prazo para apresentar contestação fluirá a partir da audiência de conciliação designada nesta oportunidade, caso esta não seja exitosa, nos termos do art. 335 do CPC.
Ciência ao Ministério Público e à Defensoria Pública Criminal.
Cumpra-se.
Cuiabá, 13 de dezembro de 2019.
JAMILSON HADDAD CAMPOS
Juiz de Direito da 1ª Vara Especializada de
Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher
ASSINADO DIGITALMENTE

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Jamilson Haddad Campos
Cod. Proc.: 387953 Nr: 2066-19.2015.811.0042
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: RDSF
PARTE(S) REQUERIDA(S): MTT
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO - OAB:DP/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: CELSO BORSATO BRAZ - OAB:68303, Ninagin Prestes Dallagnol Machado - OAB:17602, THAISA MARIA DE SOUZA MINOZZO - OAB:10449
Cód. 387953.
Vistos.
Defiro o pedido retro da Defensoria Pública Criminal.
DESIGNO nova Audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento para o dia 12/03/2020 às 13h30min.
Consigno, por oportuno, que não havendo acordo entre as partes com relação às questões em litígio, ato contínuo será aberta a instrução.
EXPEÇA-SE Carta Precatória (Rua/Quadra 13, Conjunto K, casa 21, Paranoá, Brasília/DF, CEP: 71571-311, próximo ao Fórum, Telefones: (61) 99278-0782 e (61) 3369-3246), objetivando a intimação do requerente e da testemunha MARIA LUCIA DA SILVA, ora genitora do autor.
INTIME-SE a requerida, por meio de seu patrono – via DJE.
Ciência ao Ministério Público e à Defensoria Pública Criminal.
Cumpra-se.
Cuiabá, 13 de dezembro de 2019.
JAMILSON HADDAD CAMPOS
Juiz de Direito da 1ª Vara Especializada de
Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher
ASSINADO DIGITALMENTE

2ª Vara Esp. de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher

Intimação

Intimação Classe: CNJ-397 MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA (LEI MARIA DA PENHA)
Processo Número: 1043153-33.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
P. J. C. D. E. D. M. G. (REQUERENTE)
J. M. D. A. (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
B. F. S. D. S. (REQUERIDO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

463 ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA ESP. DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1043153-33.2018.8.11.0041. REQUERENTE: JESSICA MOURA DE ARAUJO, POLICIA JUDICIARIA CIVIL DO ESTADO DE MATO GROSSO REQUERIDO: BRUNO FARIAS SANTOS DA SILVA Vistos etc. Jessica Moura de Araujo requereu Medida Protetiva em face de Bruno Farias Santos da Silva, por ter sido, em tese, vítima de violência doméstica. Deferidas as medidas protetivas, a Requerente pugnou a desistência do feito. O Ministério Público não se opôs à extinção do processo. Relatado o necessário. Decido. Deve ser considerada tanto a vontade da parte que intentou o procedimento cautelar, quanto o objeto pela qual a mesma se destina, o que significa dizer que havendo pedido expresso da parte em extinguir o feito, presume-se que o motivo que a levou ajuíza-lo não mais perdura, razão pela qual o processo deve ser extinto. No caso dos autos, embora a vítima tenha solicitado a concessão das medidas protetivas, manifestou posteriormente a sua vontade de desistir do referido processo. Posto isso, nos termos do parágrafo único, do artigo 200, do Código de Processo Civil, HOMOLOGO a desistência formulada pela parte

Requerente e, por consequência, com fundamento no artigo 485, inciso VIII, do mesmo Código, JULGO EXTINTA A PRESENTE AÇÃO, sem julgamento do mérito. Sem custas processuais. Notifique-se o Ministério Público Estadual. Com o trânsito em julgado da presente, arquivem-se os autos com as baixas e anotações de estilo. Cumpra-se. Intimem-se. Tatiane Colombo Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-397 MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA (LEI MARIA DA PENHA)
Processo Número: 1027950-94.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
G. C. D. (REQUERENTE)
P. J. C. D. E. D. M. G. (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
L. G. P. F. (REQUERIDO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA ESP. DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1027950-94.2019.8.11.0041. REQUERENTE: GLAUCIA CURVO DORNELA, POLICIA JUDICIARIA CIVIL DO ESTADO DE MATO GROSSO REQUERIDO: LUIZ GUYLHERME PEREIRA FARIA Vistos etc. Glaucia Curvo Donela requereu Medida Protetiva em face de Luiz Guylherme Pereira Faria por ter sido, em tese, vítima de violência doméstica, nos termos do artigo 18 da Lei n. 11.340/2006. Deferidas as medidas protetivas, a Requerente requereu a desistência do feito. O Ministério Público não se opôs à extinção do processo. Relatado o necessário. Decido. Deve ser considerada tanto a vontade da parte que intentou o procedimento cautelar, quanto o objeto pela qual a mesma se destina, o que significa dizer que havendo pedido expresso da parte em extinguir o feito, presume-se que o motivo que a levou ajuíza-lo não mais perdura, razão pela qual o processo deve ser extinto. No caso dos autos, embora a vítima tenha solicitado a concessão das medidas protetivas, manifestou posteriormente a sua vontade de desistir do referido processo. Posto isso, nos termos do parágrafo único, do artigo 200, do Código de Processo Civil, HOMOLOGO a desistência formulada pela parte Requerente e, por consequência, com fundamento no artigo 485, inciso VIII, do mesmo Código, JULGO EXTINTA A PRESENTE AÇÃO, sem julgamento do mérito. Sem custas processuais. Notifique-se o Ministério Público Estadual. Com o trânsito em julgado da presente, arquivem-se os autos com as baixas e anotações de estilo. Cumpra-se. Intimem-se. Tatiane Colombo Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-397 MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA (LEI MARIA DA PENHA)
Processo Número: 1002665-02.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
S. V. F. (REQUERENTE)
P. J. C. D. E. D. M. G. (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
O. L. D. S. F. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DANIEL LUIS PADILHA E SILVA OAB - MT11637-O (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA ESP. DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1002665-02.2019.8.11.0041. REQUERENTE: SOLANGE VITAL FRANCA, POLICIA JUDICIARIA CIVIL DO ESTADO DE MATO GROSSO REQUERIDO: OSVALDO LEMOS DE SOUZA FILHO Vistos etc. Solange Vital França requereu Medida Protetiva em face de Osvaldo Lemos de Souza Filho por ter sido, em tese, vítima de violência doméstica, nos termos do artigo 18 da Lei n. 11.340/2006. Deferidas as medidas protetivas (id n. 17484032), a Requerente requereu a desistência do feito (id n. 20820121). O Ministério Público não se opôs à extinção do processo (id n. 20984161). Relatado o necessário. Decido. Deve ser considerada tanto a vontade da parte que intentou o procedimento cautelar, quanto o objeto pela qual a mesma se destina, o que significa dizer que havendo pedido expresso da parte em extinguir o feito, presume-se que o motivo que a levou ajuíza-lo não mais perdura, razão pela qual o processo deve ser extinto. No caso dos autos, embora a vítima tenha solicitado a concessão das medidas protetivas, manifestou posteriormente a sua vontade de desistir do referido processo. Posto isso, nos termos do parágrafo único, do artigo 200, do Código de Processo Civil, HOMOLOGO a desistência formulada pela parte Requerente e, por consequência, com fundamento no artigo 485, inciso VIII, do mesmo Código, JULGO EXTINTA A PRESENTE AÇÃO, sem julgamento do mérito. Sem custas processuais. Notifique-se o Ministério Público Estadual. Com o trânsito em julgado da presente, arquivem-se os autos com as baixas e anotações de estilo. Cumpra-se. Intimem-se. Tatiane Colombo Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-397 MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA (LEI MARIA DA PENHA)
Processo Número: 1004220-54.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
P. J. C. D. E. D. M. G. (REQUERENTE)
M. D. S. J. (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
E. P. D. A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
TAICA DE OLIVEIRA SILVA OAB - MT21145/O (ADVOGADO(A))
WILLIAM MARCOS VASCONCELOS OAB - MT11323-O (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA ESP. DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1004220-54.2019.8.11.0041. REQUERENTE: MARILDES DA SILVA JARDIM, POLICIA JUDICIARIA CIVIL DO ESTADO DE MATO GROSSO REQUERIDO: ENOS PEREIRA DE ANDRADE Autos código n. 556139 Vistos etc. Marildes da Silva Jardim requereu Medida Protetiva em face de Enos Pereira de Andrade por ter sido, em tese, vítima de violência doméstica, nos termos do artigo 18 da Lei n. 11.340/2006. Deferidas as medidas protetivas, a Requerente requereu a desistência do feito. O Ministério Público não se opôs à extinção do processo. Relatado o necessário. Decido. Deve ser considerada tanto a vontade da parte que intentou o procedimento cautelar, quanto o objeto pela qual a mesma se destina, o que significa dizer que havendo pedido expresso da parte em extinguir o feito, presume-se que o motivo que a levou ajuíza-lo não mais perdura, razão pela qual o processo deve ser extinto. No caso dos autos, embora a vítima tenha solicitado a concessão das medidas protetivas, manifestou posteriormente a sua vontade de desistir do referido processo. Posto isso, nos termos do parágrafo único, do artigo 200, do Código de Processo Civil, HOMOLOGO a desistência formulada pela parte Requerente e, por consequência, com fundamento no artigo 485, inciso VIII, do mesmo Código, JULGO EXTINTA A PRESENTE AÇÃO, sem julgamento do mérito. Sem custas processuais. Notifique-se o Ministério Público Estadual. Com o trânsito em julgado da presente, arquivem-se os autos com as baixas e anotações de estilo. Cumpra-se. Intimem-se. Tatiane Colombo Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-397 MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA (LEI MARIA DA PENHA)
Processo Número: 1036232-24.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
R. M. D. P. F. (REQUERENTE)
P. J. C. D. E. D. M. G. (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
U. A. D. A. (REQUERIDO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA ESP. DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1036232-24.2019.8.11.0041. REQUERENTE: RONALMA MARIA DE PINHO FIGUEIREDO, POLICIA JUDICIARIA CIVIL DO ESTADO DE MATO GROSSO REQUERIDO: UESLEI APARECIDO DE ANDRADE Vistos etc. Ronalma Maria de Pinho Figueiredo requereu Medida Protetiva em face de Ueslei Aparecido de Andrade Ferreira, por ter sido, em tese, vítima de violência doméstica. Deferidas as medidas protetivas, a Requerente pugnou a desistência do feito. O Ministério Público não se opôs à extinção do processo. Relatado o necessário. Decido. Deve ser considerada tanto a vontade da parte que intentou o procedimento cautelar, quanto o objeto pela qual a mesma se destina, o que significa dizer que havendo pedido expresso da parte em extinguir o feito, presume-se que o motivo que a levou ajuíza-lo não mais perdura, razão

pela qual o processo deve ser extinto. No caso dos autos, embora a vítima tenha solicitado a concessão das medidas protetivas, manifestou posteriormente a sua vontade de desistir do referido processo. Posto isso, nos termos do parágrafo único, do artigo 200, do Código de Processo Civil, HOMOLOGO a desistência formulada pela parte Requerente e, por consequência, com fundamento no artigo 485, inciso VIII, do mesmo Código, JULGO EXTINTA A PRESENTE AÇÃO, sem julgamento do mérito. Sem custas processuais. Notifique-se o Ministério Público Estadual. Com o trânsito em julgado da presente, arquivem-se os autos com as baixas e anotações de estilo. Cumpra-se. Intimem-se. Tatiane Colombo Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-385 EXECUÇÃO DE ALIMENTOS
Processo Número: 1035877-14.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
V. V. F. (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PATRICIA CONTAR DE ANDRADE OAB - MT14383-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
S. A. F. (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ODAIR APARECIDO BUSÍQUIA OAB - MT11564-A (ADVOGADO(A))
FLAVIO FONTOURA SAMPAIO FARIA OAB - MT6469-O (ADVOGADO(A))
JESSICA CAROLINE ANDREATTO OAB - MT22024/O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA ESP. DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1035877-14.2019.8.11.0041. EXEQUENTE: VALMERIA VICTOR FLEURY EXECUTADO: SERGIO ARAUJO FLEURY Vistos etc. Ante a juntada de comprovante de transferência bancária ID. 27394426, expeça-se contramandado de prisão em favor do executado, caso não tenha sido cumprido o mandado de prisão, ou expeça-se alvará de soltura (art. 528, § 6º, do CPC), conforme determinado em decisão ID. 26184115. Quanto a petição ID. 27350249 (justificação de impossibilidade de pagamento), intimem-se as exequentes, via DJE, para que se manifestem no prazo de 10 dias. Após, volvam-me conclusos. Ante a urgência do caso, cumpra-se por Oficial Plantonista. Intimem-se. Cumpra-se com urgência. Cuiabá, 13 de dezembro de 2019. Tatiane Colombo Juíza de Direito em Substituição Legal

Intimação Classe: CNJ-397 MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA (LEI MARIA DA PENHA)
Processo Número: 1014856-79.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
P. J. C. D. E. D. M. G. (REQUERENTE)
N. M. D. M. J. (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
C. F. T. D. M. (REQUERIDO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA ESP. DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1014856-79.2019.8.11.0041. REQUERENTE: NADIA MATOS DE MORAES JARDIM, POLICIA JUDICIARIA CIVIL DO ESTADO DE MATO GROSSO REQUERIDO: CELSO FELIX TABORDA DE MORAES Vistos etc. Nadia Matos de Moraes Jardim requereu Medida Protetiva em face de Celso Felix Taborda de Moraes, por ter sido, em tese, vítima de violência doméstica. Deferidas as medidas protetivas, a Requerente pugnou a desistência do feito. O Ministério Público não se opôs à extinção do processo. Relatado o necessário. Decido. Deve ser considerada tanto a vontade da parte que intentou o procedimento cautelar, quanto o objeto pela qual a mesma se destina, o que significa dizer que havendo pedido expresso da parte em extinguir o feito, presume-se que o motivo que a levou ajuíza-lo não mais perdura, razão pela qual o processo deve ser extinto. No caso dos autos, embora a vítima tenha solicitado a concessão das medidas protetivas, manifestou posteriormente a sua vontade de desistir do referido processo. Posto isso, nos termos do parágrafo único, do artigo 200, do Código de Processo Civil, HOMOLOGO a desistência formulada pela parte Requerente e, por consequência, com fundamento no artigo 485, inciso VIII, do mesmo Código, JULGO EXTINTA A PRESENTE AÇÃO, sem julgamento do mérito. Sem custas processuais. Notifique-se o Ministério Público Estadual. Com o trânsito em julgado da presente, arquivem-se os autos com as baixas e anotações de estilo. Cumpra-se. Intimem-se. Tatiane Colombo Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-81 ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
Processo Número: 1027005-10.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
S. T. S. D. M. (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ROXILENE DE SOUZA ROCHA COVARI OAB - MT20919/O (ADVOGADO(A))
JOSYANE MARIA CORREA DA COSTA FERREIRA OAB - MT14506-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
A. L. D. V. D. M. (RÉU)
A. D. V. D. M. (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
SAULO TARSO SCARABELLE DE MORAES OAB - 930.510.771-00 (REPRESENTANTE)
ADOLFO ARINI OAB - MT6727-O (ADVOGADO(A))
FABIOLA DALLA VECHIA OAB - 987.071.831-00 (REPRESENTANTE)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA ESP. DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1027005-10.2019.8.11.0041. AUTOR(A): SAULO TARSO SCARABELLE DE MORAES RÉU: ARIEL DALLA VECHIA DE MORAES, ANA LIS DALLA VECHIA DE MORAES REPRESENTANTE: SAULO TARSO SCARABELLE DE MORAES, FABIOLA DALLA VECHIA Vistos etc. Ante o teor do relatório informativo ID. 26598158, remetam-se os autos ao setor psicossocial, a fim de que realizem o estudo psicossocial determinado em decisão ID. 24073639, no prazo de 20 dias, por ser o mesmo imprescindível ao deslinde do feito. Intime-se o autor para que apresente impugnação à contestação ID. 25759420 no prazo legal. Após, com a juntada do Relatório de Estudo Psicossocial do caso, abra-se vista ao Ministério Público para manifestação. Em seguida, volvam-me conclusos Expeça-se o necessário. Intimem-se. Cumpra-se com urgência. Cuiabá, 11 de Dezembro de 2019. Jeverson Luiz Quinteiro Juiz de Direito

Expediente

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 318064 Nr: 17409-94.2011.811.0042
AÇÃO: Divórcio Litigioso->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: VDRM
PARTE(S) REQUERIDA(S): OSN
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO - OAB:DP/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JORGE DE MORAES FILHO - OAB:3964/MT
Impulsiono os presentes autos, com a finalidade de intimar a requerente por meio do seu advogado, para que, no prazo de 03 dias, aporte aos autos os dados bancários da requerente.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Jeverson Luiz Quinteiro
Cod. Proc.: 440115 Nr: 16674-85.2016.811.0042
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Sumário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): FLAVIO VITOR STEIN
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JOACIR PEDRO KOLLING - OAB:28.034
Vistos etc.
Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 29 de abril de 2020, às 15h00min, conforme determina o art. 399 do CPP.
Intime-se via DJE o patrono do acusado para que tome ciência do ato.
Ciência ao Ministério Público.
Expeça-se mandado para intimação da vítima para que compareça ao ato, com os benefícios do art. 212, § 2º do CPC.

Intimem-se
Cumpra-se.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Jeverson Luiz Quinteiro
Cod. Proc.: 496088 Nr: 35306-28.2017.811.0042
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Sumário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): HORÁCIO RODRIGUES DOS SANTOS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: RUBENS PINTO FIUZA JUNIOR - OAB:15138
Vistos etc.
Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 04 de Março de 2020, às 16h30min, conforme determina o art. 399 do CPP.
Intime-se via DJE o patrono do acusado para que tome ciência do ato e acompanhe o réu.
Ciência ao Ministério Público.
Expeça-se mandado para intimação da vítima, das testemunhas arroladas pelas partes e do réu para que compareçam ao ato, com os benefícios do art. 212, § 2º do CPC.
Sendo a testemunha policial militar, requisite-se sua apresentação ao Comando da Polícia Militar (CPP, art. 221, § 2º) .
Intimem-se
Cumpra-se.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Jeverson Luiz Quinteiro
Cod. Proc.: 512377 Nr: 5055-90.2018.811.0042
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Sumário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): IGOR PARANHOS DA SILVA SANTOS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MINISTERIO PUBLICO - OAB:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: MATEUS CASSIO LOPES DE LIMA - OAB:19495/0
Vistos etc.
Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 29 de maio de 2020, às 16h00min, conforme determina o art. 399 do CPP.
Intime-se via DJE o patrono do acusado para que tome ciência do ato e acompanhe o réu.
Ciência ao Ministério Público.
Expeça-se mandado para intimação da vítima, das testemunhas arroladas pelas partes e do réu para que compareçam ao ato, com os benefícios do art. 212, § 2º do CPC.
Sendo a testemunha policial militar, requisite-se sua apresentação ao Comando da Polícia Militar (CPP, art. 221, § 2º) .
Intimem-se
Cumpra-se.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Jeverson Luiz Quinteiro
Cod. Proc.: 159410 Nr: 6760-07.2010.811.0042
AÇÃO: Ação Penal de Competência do Júri->Processo Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): JEFFERSON DA SILVA QUINTERO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO - OAB:
Vistos etc.
Tendo o réu apresentado sua resposta e não verificando in casu presentes quaisquer das hipóteses previstas no art. 397 do CPP, ratifico o recebimento da denúncia ofertada e, por corolário, designo audiência de instrução e julgamento para o dia 01 de Abril de 2020, às 15h30min, conforme determina o art. 399 do CPP.
Intime-se via DJE o patrono do acusado para que tome ciência do ato e acompanhe o réu.
Ciência ao Ministério Público.
Expeça-se mandado para intimação da vítima, das testemunhas arroladas pelas partes e do réu para que compareçam ao ato, com os benefícios do art. 212, § 2º do CPC.
Sendo a testemunha policial militar, requisite-se sua apresentação ao Comando da Polícia Militar (CPP, art. 221, § 2º) .
Caso haja testemunha arrolada com endereço em outra comarca, expeça-se missiva precatória, com prazo de 30 dias para cumprimento, para ouvida desta (CPP, art. 222). A missiva deverá conter os requisitos previstos no art. 354 do CPP.
Intimem-se
Cumpra-se.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Jeverson Luiz Quinteiro
Cod. Proc.: 521174 Nr: 13210-82.2018.811.0042
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): RUBENS BENITES
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: FABIANA DE ARRUDA GOMES QUEIROZ - OAB:15910
Vistos etc.
Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 29 de abril de 2020, às 14h00min, conforme determina o art. 399 do CPP.
Intime-se via DJE o patrono do acusado para que tome ciência do ato e acompanhe o réu.
Ciência ao Ministério Público.
Expeça-se mandado para intimação da filha da vítima e do réu para que compareçam ao ato, com os benefícios do art. 212, § 2º do CPC.
Sendo a testemunha policial militar, requisite-se sua apresentação ao Comando da Polícia Militar (CPP, art. 221, § 2º) .
Intimem-se
Cumpra-se.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Jeverson Luiz Quinteiro
Cod. Proc.: 458562 Nr: 35930-14.2016.811.0042
AÇÃO: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: LODC
PARTE(S) REQUERIDA(S): ACS, ECDC
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: GLEINY LETICIA DA CRUZ - OAB:22051/O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: FELIPE MAIA BROETO (UNIJURIS) - OAB:23948, FLAVIO JOSE FERREIRA - OAB:3574/MT
Posto isto, em consonância com os fundamentos retro expendidos, julgo, parcialmente, procedentes os pedidos da proemial e, por corolário:•concedo a guarda compartilhada da menor E. C. da C., nascida em 23/03/2015 (fl. 13), em favor dos genitores e fixo a residência da genitora como lar de referência;•Fixo os alimentos definitivos no importe equivalente a 20 % (vinte por cento) dos rendimentos bruto do autor, descontados a Contribuição da Previdência e o Imposto de Renda, devendo este incidir, inclusive, sobre o décimo terceiro salário e adicional de férias, mais o pagamento da metade das despesas extraordinárias, a saber: material escolar, incluindo o uniforme e remédios, em favor da filha menor E. C. da C., nascida em 23/03/2015 (fl. 13) e a continuidade do pagamento do plano de saúde em favor da infante, devendo os mesmos serem descontados todo dia 10 de cada mês da folha de pagamento do autor e depositados em favor da requerida, representante legal da menor;•regulamento ao autor (pai) o direito de visitação a sua filha menor nos seguintes termos:®o pai poderá pegar a menor em finais de semana alternados, no sábado as 09h00, devendo devolver a menor na segunda-feira, diretamente na escola e, ainda, poderá o autor pegar a menor mais um dia durante a semana (segunda a sexta feira), não podendo a visita deste dia da semana interferir na rotina da infante;®no dia dos pais a menor deverá passar o dia com o pai;®no dia das mães a menor deverá passar o dia com a mãe;®nas festividades de final de ano a menor ficará com os pais de forma alternada (o natal com um e o fim de ano com outro);®as férias escolares da menor deverão ser divididas entre as partes, em 50% para cada uma das partes;®nas datas de aniversários dos avós paternos a menor deverá passar com o autor;®nas datas de aniversários dos avós maternos o menor deverá passar com a requerida.Condeno a ré ao pagamento das custas processuais. Quanto aos honorários advocatícios, levando-se em conta os critérios elencados no § 2º do art. 85 do CPC; não tendo havido condenação ao pagamento de

importância em (...)

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Tatiane Colombo
Cod. Proc.: 596918 Nr: 37631-05.2019.811.0042
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Sumário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): LUIS ANTONIO SOUZA RODRIGUES
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: MANUEL ANTONIO PEREIRA ARAUJO - OAB:25246
Ante o exposto, e por tudo que consta nos autos, com base no artigo 316, do CPP, REVOGO a prisão preventiva do indiciado LUIS ANTÔNIO SOUZA RODRIGUES, desde que não esteja preso por outro motivo, contudo, deverá utilizar equipamento eletrônico de monitoramento para fins de fiscalização imediata e efetiva pelo período de 06 (seis) meses, haja vista que a lei não permite que o magistrado mantenha alguém perpetuamente preso ou cumprindo medida protetiva diversa da prisão.Ressalto ainda que o mesmo deverá cumprir as medidas cautelares que aplico com base no art. 319 do CPP e na Lei 11.340/06, a saber:1 – O afastamento do representado do lar, domicílio ou local de convivência com a vítima;2 - Proibição de aproximação do representado em relação a vítima, seus familiares e testemunhas, mantendo uma distância mínima de 1000 metros;3 - O representado não deve entrar em contato com a vítima, seus familiares e testemunhas, por qualquer meio de comunicação;4 - O representado não deve frequentar a residência da vítima, bem como seu local de trabalho;5 - Proibição de ausentar-se da Comarca quando sua presença for necessária para a instrução criminal; 6 - Recolhimento domiciliar no período noturno e nos dias de folga;7 - Compromisso de comparecer a todos os atos processuais que se fizerem necessários;8 – Proibição de frequentar bares, casas noturnas e afins;9 - Comunicar qualquer mudança de endereço nos autos.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Tatiane Colombo
Cod. Proc.: 596450 Nr: 37215-37.2019.811.0042
AÇÃO: Auto de Prisão em Flagrante->Procedimentos Investigatórios->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): LUIS ANTONIO SOUZA RODRIGUES
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ALBERTO VIETO M. SCALOPPE - OAB:19.531, GABRIELA DOS SANTOS BERTOLINI - OAB:25776/O, MANUEL ANTONIO PEREIRA ARAUJO - OAB:25246
Vistos etc.
A Autoridade Policial comunicou a prisão em flagrante delito de Luis Antônio Souza Rodrigues, por este ter, em tese, praticado delitos contra a vítima Andressa Costa Estral dos Santos.
Ademais, nesta data proferi decisão na Ação Penal de código 596918, em apenso, revogando a prisão preventiva do Indiciado, a qual está pendente de cumprimento.
Diante do exposto, efetuada a soltura do Indiciado nos autos em apenso, proceda a baixa da prisão no presente feito junto ao sistema Apolo, bem como junto ao BNMP, após, arquivem-se os presentes autos com as baixas e anotações necessárias.
Cientifique-se o Ministério Público.
Cumpra-se.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 603051 Nr: 43097-77.2019.811.0042
AÇÃO: Auto de Prisão em Flagrante->Procedimentos Investigatórios->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): THIAGO VELASCO DE QUEIROZ
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ANNA RUTE PAES DE BARROS MULLER - OAB:14127/MT
Certifico e dou fé que, compareceu nesta secretária a vítima Bruna Luana de Almeida Eregipe para atualização de endereço, conforme certidão de fl. 69, ocasião a qual, a intimei da decisão de fls. 61/63, sendo que, a mesma, saiu ciente e com cópia do ofício para comparecimento no setor de monitoramento eletrônico, após ter dado ciência, conforme fl. 70.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 440096 Nr: 16655-79.2016.811.0042
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Sumário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): AELTON MARQUES DE OLIVEIRA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ODILZON DAS NEVES GRAUZ JÚNIOR - OAB:6836/MT
Impulsiono os autos com a finalidade de intimar o patrono do Réu para que apresente as alegações finais.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 355833 Nr: 17679-50.2013.811.0042
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Sumário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): CLAUDIOMAR COELHO ROSA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: HONORIO GONÇALVES DOS ANJOS NETO - OAB:18310/MT, LEANDRO ATAIDE PIRES - OAB:18285
Impulsiono os presentes autos com finalidade de intimar o advogado do Réu para apresentar os memoriais finais.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Tatiane Colombo
Cod. Proc.: 515048 Nr: 7504-21.2018.811.0042
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Sumário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): GONÇALO DOMINGO DA SILVA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: MILTON CORREA DE MORAES - OAB:6664
Vistos etc.
Diante da ausência da vítima e do acusado, resta prejudicada a presente audiência.
Defiro o pedido formulado pela defesa, concedendo o prazo de 15 dias para vistas, bem como determino que a Secretaria deste juízo realize a devida retificação na autuação para fazer constar o advogado de defesa para que ele receba todas as intimações alusivas ao caso em tela, após, intime-o desta decisão.
Após a devolução dos autos pela defesa, remetam os autos ao Ministério Público para manifestar sobre o teor da certidão encartada à fl. 57 (negativa de intimação da vítima).
Cumpra-se.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Tatiane Colombo
Cod. Proc.: 347639 Nr: 8391-78.2013.811.0042
AÇÃO: Execução de Alimentos->Execução de Título Judicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: RGDSC, RGSC, RBSB, RGSC
PARTE(S) REQUERIDA(S): ASC
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO - OAB:DP/MT, MARILIA DIOZ ORIONE - OAB:26558/O, SARA DE LOURDES SOARES ORIONE E BORGES - OAB:4.807/B/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: BRUNO FERNANDES DE NORONHA ALEIXO - OAB:13766
Vistos etc.
Aguarde-se o cumprimento do mandado de prisão expedido nos autos.
Cumpra-se.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Tatiane Colombo
Cod. Proc.: 347640 Nr: 8392-63.2013.811.0042
AÇÃO: Execução de Alimentos->Execução de Título Judicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: RGDSC, RGSC, RBSB, RGSC
PARTE(S) REQUERIDA(S): ASC
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DEFENSORIA PÚBLICA DO

ESTADO DE MATO GROSSO - OAB:DP/MT, MARILIA DIOZ ORIONE - OAB:26558/O, SARA DE LOURDES SOARES ORIONE E BORGES - OAB:4.807/B/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: bruno fernandes de noronha aleixo - OAB:13766

Vistos etc.

De início, observo que a presente Ação de Execução de Alimentos possui rito próprio estabelecido no artgo 913 c/c artigo 824, ambos do Código de Processo Civil, portanto, indefiro o pedido de prsão civil pugnado em fl. 160.

Defiro o pedido de penhora via sistema Bacenjud, conforme requerido, nos termos dos artigos 835, inciso I e 854, ambos do Código de Processo Civil. O extrato segue anexo à presente.

Sendo positiva a resposta, transfira-se de imediato o valor para a Conta Única, desbloqueando-se os remanescentes. Após, intime-se a parte Executada através de seu advogado, via DJE, acerca da penhora, conforme determina o artigo 854, §2º, do Código de Processo Civil. Intime-se também a parte Exequente através de seu advogado, via DJE.

Sendo negativa a resposta, intime-se a parte Exequente através de seu advogado, via DJE, para, no prazo de 15 (quinze) dias, dar prosseguimento ao feito, no sentido de indicar outros bens da parte Executada passíveis de penhora.

Defiro a busca de bens junto ao Sistema RENAJUD, que caso positiva servirá o respectivo extrato de termo de penhora, salvo se o veículo estiver gravado por alienação fiduciária, em razão da restrição da propriedade.

Caso positiva a penhora, intime-se a parte Executada.

Do resultado, manifeste a parte Exequente no prazo legal. Sendo negativa a penhora, a parte Exeuente deverá indicar bens da parte Executada passíveis de penhora.

Com base no artigo 782, §3°, c/c artigo 782, §5°, ambos do Código de Processo Civil, defiro a inclusão do nome da parte Executada junto ao rol dos órgãos de inadimplentes, conforme requerido no item "c" da petição de fls. 108/109, que será realizado via sistema Serasajud. O extrato segue nanexo à presente.

Cumpra-se. Intimem-se.

Edital de Intimacao

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 595311 Nr: 36164-88.2019.811.0042

AÇÃO: Auto de Prisão em Flagrante->Procedimentos Investigatórios->PROCESSO CRIMINAL

PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

PARTE(S) REQUERIDA(S): RAFAEL OLIVEIRA DA SILVA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

EDITAL DE INTIMAÇÃO

PRAZO 20 DIAS

Pessoa(s) a ser(em) intimada(s): THAIS VIVANE SIQUEIRA DE QUADRA, Cpf: 02942560169, Rg: 23567279, Filiação: Luzia Siqueira Santos e Miguel de Quadra, data de nascimento: 14/02/1999, brasileiro(a), natural de Manaus-AM, solteiro(a), Telefone 65 993361814. atualmente em local incerto e não sabido

Finalidade: POCEDER A INTIMAÇÃO DA VÍTIMA DA DECISÃO QUE DETERMINOU A SOLTURA DO RÉU

Despacho/Decisão: "Vistos, etc.Trata-se de expediente encaminhado pela digna Autoridade Policial comunicando a lavratura de auto de prisão em flagrante do indigitado RAFAEL OLIVEIRA DA SILVA, pela prática, em tese, do crime previsto nos art. 140, § 2º, do CP.Compulsando os autos verifico que todas as formalidades exigidas pela lei quanto à prisão do indigitado foi observada, bem como que o auto de prisão em flagrante em comento preenche todos os requisitos previstos no art. 304 do CPP e que se trata, de fato, de flagrância delitiva (CPP, art. 302), não merecendo, destarte, relaxamento a prisão em comento.Prosseguindo a análise exigida pelo artigo 310 do CPP, passo a verificar se é caso de converter a prisão em flagrante em prisão preventiva (CPP, art. 310, II).Nos termos do Provimento n° 01/2017 – CM, do Presidente do Conselho da Magistratura do E. Tribunal de Justiça de Mato Grosso e Resolução 213 de 15 de dezembro de 2015, do CNJ, o autuado foi entrevistado, advindo às manifestações das Partes.De proêmio, é curial deslindar que, consoante estatui o art. 20 da Lei n. 11.340/06, poderá o Juiz, em qualquer fase do inquérito policial ou da instrução criminal, decretar, inclusive ex officio, a prisão preventiva do agressor. O decreto da custódia cautelar exige, no entanto, a presença dos requisitos talhados nos preceptivos do art. 312 e 313 ambos do CPP.Para que seja decretada a prisão preventiva se faz necessário: a) que o caso se amolde a uma das hipóteses previstas no art. 313 do CPP (requisitos de admissibilidade); b) que reste demonstrado o fumus comissi delicti (prova da materialidade e de indícios suficientes de autoria) e o periculum libertatis, ou seja, que a custódia do agente seja necessária em virtude da ocorrência de uma das hipóteses previstas na parte inicial do art. 312 do CPP; c) que no caso não seja cabível a substituição da custódia cautelar por outra medida cautelar diversa da prisão, prevista no art. 319 do CPP e d) que as medidas cautelares diversas da prisão se revelem inadequadas ou insuficientes, conforme previsto no art. 310, II, do CPP .Lucubrando os autos, verifico que o crime em apreço, não se amolda às hipóteses previstas nos incisos I, II, do art. 313 do CPP, nem tampouco à prevista no parágrafo único do referido art. 313 do CPP, haja vista que a pena máxima em abstrato do crime em apreço não supera quatro anos; o indigitado não é reincidente em crime doloso e não há dúvida quanto a sua identidade civil.Quanto à hipótese do art. 313, III, do CPP, para que seja cabível o decreto prisional cautelar é necessário que, além de se tratar de crime contra mulher, criança, adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com deficiência, ainda é necessário que a medida cautelar seja decretada para garantir a execução das medidas protetivas de urgência, pressupondo, portanto, descumprimento das referidas medidas.Compulsando os autos verifico que o caso em comento não admite o decreto prisional cautelar, haja vista que, conquanto se trate de violência doméstica contra a mulher, não houve, no vertente caso, comprovação quanto ao eventual descumprimento de medida protetiva, conforme exige o inc. III, do art. 313 do CPP, impondo-se, portanto, a não conversão da prisão em flagrante em prisão preventiva. Neste sentido é a jurisprudência de nosso Eg. Sodalício, conforme se vê, no seguimento, in litteris:HABEAS CORPUS - CRIMES DE AMEAÇA E DESACATO - LEI MARIA DA PENHA - PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA - REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA - POSSIBILIDADE - NÃO FIXAÇÃO ANTERIOR DE MEDIDAS PROTETIVAS EM FAVOR DA VÍTIMA - CONSTRANGIMENTO ILEGAL CONFIGURADO - ORDEM CONCEDIDA.Com o advento da Lei nº 12.403/11, a prisão cautelar só deverá ser decretada e mantida quando se mostrar realmente necessária.Se o paciente não é reincidente, não descumpriu medidas protetivas anteriormente impostas, e, sendo-lhe imputado crime cuja pena máxima cominada é inferior a 4 (quatro) anos, incabível a manutenção de sua segregação cautelar, sob pena de violação às disposições do CPP alteradas pela nº 12.403/11. Sendo possível a aplicação de medidas protetivas, deve ser evitada a prisão do paciente.HC, 62798/2013, DES.PAULO DA CUNHA, PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL, Data do Julgamento 09/07/2013, Data da publicação no DJE 16/07/2013. Grifei.Com efeito, não sendo cabível a prisão preventiva, impõe-se a concessão de liberdade provisória mediante fiança ao indigitado e a imposição de outras medidas cautelares previstas no art. 319 do CPP, conforme dispõe o § 6º do art. 282 c.c. o art. 321 ambos do CPP .Posto isto, em consonância com os fundamentos retro expendidos:?concedo liberdade provisória ao indigitado RAFAEL OLIVEIRA DA SILVA, mediante o pagamento de fiança.?Fixo a fiança em 01 salário mínimo, haja vista que os crimes em apreço têm penas máximas em abstrato inferiores a 04 anos, conforme estabelece o inc. I, do art. 325 do CPP. Considerando que o custodiado se encontra assistido pela Defensoria Pública, isento-o do pagamento da referida fiança.?Notifique-se a ofendida acerca desta decisão, conforme determina o art. 21 da Lei n. 11.340/06. Após, expeça-se o competente ALVARÁ DE SOLTURA em favor do indigitado RAFAEL OLIVEIRA DA SILVA, salvo se por outro estiver preso. ?SIRVA A PRESENTE DECISÃO COMO ALVARÁ DE SOLTURA, ante a indisponibilidade do Sistema Apolo.? aplico ao indigitado as seguintes medidas cautelares diversas da prisão: a) fica o indigitado obrigado a comparecer, mensalmente, perante a Secretaria da Vara e informar e justificar suas atividades à Gestora Judicial, a qual deverá certificar nos autos e abrir vistas ao MP para ciência e eventuais requerimentos; b) fica o indigitado proibido de frequentar bares, prostíbulos, boates e estabelecimentos congêneres; c) fica o indigitado proibido de se ausentar da comarca quando sua permanência seja conveniente ou necessária para a investigação ou instrução;?advirta-se o indigitado que o não cumprimento de qualquer dessas medidas cautelares implicará em decretação de sua prisão preventiva, nos termos do § 4º, do art. 282 do CPP .?Após o término do plantão, distribua-se a uma das Varas criminais desta Comarca.Saem os presentes devidamente intimados e o autuado cientificado. Não havendo óbice na utilização de sistema de gravação audiovisual em audiência,

todas as ocorrências, manifestações, declarações entrevistas foram captados em áudio e vídeo, cuja mídia digital encontra-se arquivada no cartório da 11ª Vara Criminal. Nada mais. Eu, Marcos Miguel de Oliveira, digitei.
E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, PAMELA KRYSTYNA PALLOMA ZANY MIGUEL, digitei.
Cuiabá, 11 de dezembro de 2019
Lidiane Memória Campos Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado art. 1.686/CNGC

Varas Especializadas da Infância e Juventude

1ª Vara Especializada da Infância e Juventude

Expediente

Intimação para Advogado(a) -> (Diversos)
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 82295 Nr: 1827-54.2012.811.0063
AÇÃO: Providência ->Processo de Conhecimento->Seção Cível->JUIZADOS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE
PARTE AUTORA: DGdS, NMG
PARTE(S) REQUERIDA(S): PMZ
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Gerson Levy Rabone Palma - OAB:18.609/O, Rejane Belussi Miranda - OAB:7.410 - MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Ademar Santana Franco - OAB:4255/MT, Fernanda Theophilo Carmona Kincheski - OAB:7615, Gerson Levy Rabone Palma - OAB:18.609/O
1) Recebo os Embargos de Declaração de fls. 887/894, e, em submissão ao contraditório diante do efeito modificativo, intime-se a embargada para responder em 5(cinco) dias, sob pena de preclusão (artigo 1.023,§2º do CPC).
2) Após, venham-me conclusos para decisão dos Embargos de Declaração.

Juizados Especiais Cíveis

Primeiro Juizado Especial Cível de Cuiabá

Intimação

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020784-34.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
VICENTE GONCALVES NETO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CLEBER IRINEU RODRIGUES DA SILVA OAB - MT0017686A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MAKRO ATACADISTA SOCIEDADE ANONIMA (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020784-34.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:VICENTE GONCALVES NETO ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: CLEBER IRINEU RODRIGUES DA SILVA POLO PASSIVO: MAKRO ATACADISTA SOCIEDADE ANONIMA FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 1ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 15:00 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 12 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020787-86.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
EDER RODRIGUES SOARES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
INGRID GONCALVES DE OLIVEIRA OAB - MT16622/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020787-86.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:EDER RODRIGUES SOARES ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: INGRID GONCALVES DE OLIVEIRA POLO PASSIVO: BANCO BRADESCO FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 1ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 15:10 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020827-68.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARINALVA SOUSA DA SILVA GONCALVES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KELLY CRISTHINE FREITAS CAMPOS OAB - MT22797-O (ADVOGADO(A))
JADILTON ARAUJO SANTANA OAB - MT18646-E (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ITAPEVA VII MULTICARTEIRA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS NAO-PADRONIZADOS (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020827-68.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:MARINALVA SOUSA DA SILVA GONCALVES ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: KELLY CRISTHINE FREITAS CAMPOS, JADILTON ARAUJO SANTANA POLO PASSIVO: ITAPEVA VII MULTICARTEIRA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS NAO-PADRONIZADOS FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 1ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 15:20 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020829-38.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
RAIMUNDO FRANCISCO DE SOUSA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JANETE DIAS PIZARRO OAB - MT5471-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Aguas Cuiabá S/A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020829-38.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:RAIMUNDO FRANCISCO DE SOUSA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: JANETE DIAS PIZARRO POLO PASSIVO: Aguas Cuiabá S/A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 1ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 15:30 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1018771-62.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CLOVIS ZEVE COIMBRA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FRANCISCO JUNIOR QUEIROZ LUZ OAB - GO23787-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
KELIS CRISTINA VICENTE RESTAURANTES (EXECUTADO)
KELIS CRISTINA VICENTE (EXECUTADO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Cite-se a parte devedora, via Aviso de Recebimento, para, no prazo de 03 (três) dias, efetuar o pagamento do débito descrito na petição inicial. Realizada a penhora, designe-se audiência de conciliação e intime-se a parte devedora para nela comparecer, advertindo-a da oportunidade para interpor embargos (art. 53, §1º, da Lei n. 9.099/95). Inocorrendo pagamento e não havendo indicação de bens à penhora nos autos, voltem conclusos para a penhora online. A devedora não sendo encontrada, intime-se o credor para promover a indicação do necessário, no prazo de

05 (cinco) dias. Inexistindo manifestação no prazo assinalado, conclusos para extinção (art. 53, §4° da Lei 9.099/95). Expeça-se o necessário. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO JUIZ DE DIREITO

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1020049-98.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
STUDIO S FORMATURAS EIRELI (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JEFERSON HENRIQUE TEIXEIRA DE CASTRO OAB - MT18666/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CID JOSE DA SILVA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Cite-se a parte devedora, via Aviso de Recebimento, para, no prazo de 03 (três) dias, efetuar o pagamento do débito descrito na petição inicial. Realizada a penhora, designe-se audiência de conciliação e intime-se a parte devedora para nela comparecer, advertindo-a da oportunidade para interpor embargos (art. 53, §1º, da Lei n. 9.099/95). Inocorrendo pagamento e não havendo indicação de bens à penhora nos autos, voltem conclusos para a penhora online. A devedora não sendo encontrada, intime-se o credor para promover a indicação do necessário, no prazo de 05 (cinco) dias. Inexistindo manifestação no prazo assinalado, conclusos para extinção (art. 53, §4° da Lei 9.099/95). Expeça-se o necessário. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO JUIZ DE DIREITO

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1020216-18.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ASSOCIACAO DOS AMIGOS DO RESIDENCIAL SAN MARINO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
INGRID GONCALVES DE OLIVEIRA OAB - MT16622/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GABRIELA HIPOLITO COELHO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Cite-se a parte devedora, via Aviso de Recebimento, para, no prazo de 03 (três) dias, efetuar o pagamento do débito descrito na petição inicial. Realizada a penhora, designe-se audiência de conciliação e intime-se a parte devedora para nela comparecer, advertindo-a da oportunidade para interpor embargos (art. 53, §1º, da Lei n. 9.099/95). Inocorrendo pagamento e não havendo indicação de bens à penhora nos autos, voltem conclusos para a penhora online. A devedora não sendo encontrada, intime-se o credor para promover a indicação do necessário, no prazo de 05 (cinco) dias. Inexistindo manifestação no prazo assinalado, conclusos para extinção (art. 53, §4° da Lei 9.099/95). Expeça-se o necessário. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO JUIZ DE DIREITO

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1018196-54.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
RESIDENCIAL TORRES IMPERIAL I (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Osiane Rodrigues Macedo OAB - MT15420-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TRIMEC EQUIPAMENTOS LTDA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Cite-se a parte devedora, via Aviso de Recebimento, para, no prazo de 03 (três) dias, efetuar o pagamento do débito descrito na petição inicial. Realizada a penhora, designe-se audiência de conciliação e intime-se a parte devedora para nela comparecer, advertindo-a da oportunidade para interpor embargos (art. 53, §1º, da Lei n. 9.099/95). Inocorrendo pagamento e não havendo indicação de bens à penhora nos autos, voltem conclusos para a penhora online. A devedora não sendo encontrada, intime-se o credor para promover a indicação do necessário, no prazo de 05 (cinco) dias. Inexistindo manifestação no prazo assinalado, conclusos para extinção (art. 53, §4° da Lei 9.099/95). Expeça-se o necessário. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO JUIZ DE DIREITO

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1018195-69.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
RESIDENCIAL TORRES IMPERIAL I (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Osiane Rodrigues Macedo OAB - MT15420-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARIANA FERNANDES MACEDO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Cite-se a parte devedora, via Aviso de Recebimento, para, no prazo de 03 (três) dias, efetuar o pagamento do débito descrito na petição inicial. Realizada a penhora, designe-se audiência de conciliação e intime-se a parte devedora para nela comparecer, advertindo-a da oportunidade para interpor embargos (art. 53, §1º, da Lei n. 9.099/95). Inocorrendo pagamento e não havendo indicação de bens à penhora nos autos, voltem conclusos para a penhora online. A devedora não sendo encontrada, intime-se o credor para promover a indicação do necessário, no prazo de 05 (cinco) dias. Inexistindo manifestação no prazo assinalado, conclusos para extinção (art. 53, §4° da Lei 9.099/95). Expeça-se o necessário. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO JUIZ DE DIREITO

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1018329-96.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
RESIDENCIAL CHAPADA DO MIRANTE (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Osiane Rodrigues Macedo OAB - MT15420-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CRISTIANE MOREIRA PAMPLONA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Cite-se a parte devedora, via Aviso de Recebimento, para, no prazo de 03 (três) dias, efetuar o pagamento do débito descrito na petição inicial. Realizada a penhora, designe-se audiência de conciliação e intime-se a parte devedora para nela comparecer, advertindo-a da oportunidade para interpor embargos (art. 53, §1º, da Lei n. 9.099/95). Inocorrendo pagamento e não havendo indicação de bens à penhora nos autos, voltem conclusos para a penhora online. A devedora não sendo encontrada, intime-se o credor para promover a indicação do necessário, no prazo de 05 (cinco) dias. Inexistindo manifestação no prazo assinalado, conclusos para extinção (art. 53, §4° da Lei 9.099/95). Expeça-se o necessário. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO JUIZ DE DIREITO

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1019346-70.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO FLORAIS DO VALLE (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANGELINA HELENA DE AQUINO COSTA OAB - MT21590-O (ADVOGADO(A))
NUBIA NARCISO FERREIRA DE SOUZA OAB - MT6247-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
THAYLISE CAMPOS COLETA DE SOUZA (EXECUTADO)
ELIEZER ZAFFANI (EXECUTADO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Cite-se a parte devedora, via Aviso de Recebimento, para, no prazo de 03 (três) dias, efetuar o pagamento do débito descrito na petição inicial. Realizada a penhora, designe-se audiência de conciliação e intime-se a parte devedora para nela comparecer, advertindo-a da oportunidade para interpor embargos (art. 53, §1º, da Lei n. 9.099/95). Inocorrendo pagamento e não havendo indicação de bens à penhora nos autos, voltem conclusos para a penhora online. A devedora não sendo encontrada, intime-se o credor para promover a indicação do necessário, no prazo de 05 (cinco) dias. Inexistindo manifestação no prazo assinalado, conclusos para extinção (art. 53, §4° da Lei 9.099/95). Expeça-se o necessário. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO JUIZ DE DIREITO

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL

Processo Número: 1018548-12.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO RIO CACHOERINHA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JULIANA DE SOUSA ANDRADE OAB - MT16875-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
DIOGO PEREIRA COSTA BRITO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Cite-se a parte devedora, via Aviso de Recebimento, para, no prazo de 03 (três) dias, efetuar o pagamento do débito descrito na petição inicial. Realizada a penhora, designe-se audiência de conciliação e intime-se a parte devedora para nela comparecer, advertindo-a da oportunidade para interpor embargos (art. 53, §1º, da Lei n. 9.099/95). Inocorrendo pagamento e não havendo indicação de bens à penhora nos autos, voltem conclusos para a penhora online. A devedora não sendo encontrada, intime-se o credor para promover a indicação do necessário, no prazo de 05 (cinco) dias. Inexistindo manifestação no prazo assinalado, conclusos para extinção (art. 53, §4° da Lei 9.099/95). Expeça-se o necessário. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO JUIZ DE DIREITO

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1020206-71.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO RESIDENCIAL ALPHAGARDEN (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JHONATTAN DIEGO VIDAL GRIEBEL ELY OAB - MT220110-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARIO ANTONIO SILVESTRINI (EXECUTADO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Cite-se a parte devedora, via Aviso de Recebimento, para, no prazo de 03 (três) dias, efetuar o pagamento do débito descrito na petição inicial. Realizada a penhora, designe-se audiência de conciliação e intime-se a parte devedora para nela comparecer, advertindo-a da oportunidade para interpor embargos (art. 53, §1º, da Lei n. 9.099/95). Inocorrendo pagamento e não havendo indicação de bens à penhora nos autos, voltem conclusos para a penhora online. A devedora não sendo encontrada, intime-se o credor para promover a indicação do necessário, no prazo de 05 (cinco) dias. Inexistindo manifestação no prazo assinalado, conclusos para extinção (art. 53, §4° da Lei 9.099/95). Expeça-se o necessário. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO JUIZ DE DIREITO

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1020216-18.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ASSOCIACAO DOS AMIGOS DO RESIDENCIAL SAN MARINO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
INGRID GONCALVES DE OLIVEIRA OAB - MT16622/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GABRIELA HIPOLITO COELHO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Cite-se a parte devedora, via Aviso de Recebimento, para, no prazo de 03 (três) dias, efetuar o pagamento do débito descrito na petição inicial. Realizada a penhora, designe-se audiência de conciliação e intime-se a parte devedora para nela comparecer, advertindo-a da oportunidade para interpor embargos (art. 53, §1º, da Lei n. 9.099/95). Inocorrendo pagamento e não havendo indicação de bens à penhora nos autos, voltem conclusos para a penhora online. A devedora não sendo encontrada, intime-se o credor para promover a indicação do necessário, no prazo de 05 (cinco) dias. Inexistindo manifestação no prazo assinalado, conclusos para extinção (art. 53, §4° da Lei 9.099/95). Expeça-se o necessário. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO JUIZ DE DIREITO

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1018329-96.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
RESIDENCIAL CHAPADA DO MIRANTE (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Osiane Rodrigues Macedo OAB - MT15420-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CRISTIANE MOREIRA PAMPLONA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Cite-se a parte devedora, via Aviso de Recebimento, para, no prazo de 03 (três) dias, efetuar o pagamento do débito descrito na petição inicial. Realizada a penhora, designe-se audiência de conciliação e intime-se a parte devedora para nela comparecer, advertindo-a da oportunidade para interpor embargos (art. 53, §1º, da Lei n. 9.099/95). Inocorrendo pagamento e não havendo indicação de bens à penhora nos autos, voltem conclusos para a penhora online. A devedora não sendo encontrada, intime-se o credor para promover a indicação do necessário, no prazo de 05 (cinco) dias. Inexistindo manifestação no prazo assinalado, conclusos para extinção (art. 53, §4° da Lei 9.099/95). Expeça-se o necessário. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO JUIZ DE DIREITO

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1020216-18.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ASSOCIACAO DOS AMIGOS DO RESIDENCIAL SAN MARINO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
INGRID GONCALVES DE OLIVEIRA OAB - MT16622/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GABRIELA HIPOLITO COELHO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Cite-se a parte devedora, via Aviso de Recebimento, para, no prazo de 03 (três) dias, efetuar o pagamento do débito descrito na petição inicial. Realizada a penhora, designe-se audiência de conciliação e intime-se a parte devedora para nela comparecer, advertindo-a da oportunidade para interpor embargos (art. 53, §1º, da Lei n. 9.099/95). Inocorrendo pagamento e não havendo indicação de bens à penhora nos autos, voltem conclusos para a penhora online. A devedora não sendo encontrada, intime-se o credor para promover a indicação do necessário, no prazo de 05 (cinco) dias. Inexistindo manifestação no prazo assinalado, conclusos para extinção (art. 53, §4° da Lei 9.099/95). Expeça-se o necessário. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO JUIZ DE DIREITO

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1018329-96.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
RESIDENCIAL CHAPADA DO MIRANTE (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Osiane Rodrigues Macedo OAB - MT15420-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CRISTIANE MOREIRA PAMPLONA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Cite-se a parte devedora, via Aviso de Recebimento, para, no prazo de 03 (três) dias, efetuar o pagamento do débito descrito na petição inicial. Realizada a penhora, designe-se audiência de conciliação e intime-se a parte devedora para nela comparecer, advertindo-a da oportunidade para interpor embargos (art. 53, §1º, da Lei n. 9.099/95). Inocorrendo pagamento e não havendo indicação de bens à penhora nos autos, voltem conclusos para a penhora online. A devedora não sendo encontrada, intime-se o credor para promover a indicação do necessário, no prazo de 05 (cinco) dias. Inexistindo manifestação no prazo assinalado, conclusos para extinção (art. 53, §4° da Lei 9.099/95). Expeça-se o necessário. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO JUIZ DE DIREITO

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1020171-14.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO PARQUE CHAPADA DOS PAMPAS (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JULIANA DE SOUSA ANDRADE OAB - MT16875-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MRV PRIME XVI INCORPORACOES SPE LTDA (EXECUTADO)

Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Cite-se a parte devedora, via Aviso de Recebimento, para, no prazo de 03 (três) dias, efetuar o pagamento do débito descrito na petição inicial. Realizada a penhora, designe-se audiência de conciliação e intime-se a parte devedora para nela comparecer, advertindo-a da oportunidade para interpor embargos (art. 53, §1º, da Lei n. 9.099/95). Inocorrendo pagamento e não havendo indicação de bens à penhora nos autos, voltem conclusos para a penhora online. A devedora não sendo encontrada, intime-se o credor para promover a indicação do necessário, no prazo de 05 (cinco) dias. Inexistindo manifestação no prazo assinalado, conclusos para extinção (art. 53, §4° da Lei 9.099/95). Expeça-se o necessário. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO JUIZ DE DIREITO

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1020241-31.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ASSOCIACAO DOS AMIGOS DO RESIDENCIAL SAN MARINO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
INGRID GONCALVES DE OLIVEIRA OAB - MT16622/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ELKE MARIA DE SOUZA KUBITZ CORREA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Cite-se a parte devedora, via Aviso de Recebimento, para, no prazo de 03 (três) dias, efetuar o pagamento do débito descrito na petição inicial. Realizada a penhora, designe-se audiência de conciliação e intime-se a parte devedora para nela comparecer, advertindo-a da oportunidade para interpor embargos (art. 53, §1º, da Lei n. 9.099/95). Inocorrendo pagamento e não havendo indicação de bens à penhora nos autos, voltem conclusos para a penhora online. A devedora não sendo encontrada, intime-se o credor para promover a indicação do necessário, no prazo de 05 (cinco) dias. Inexistindo manifestação no prazo assinalado, conclusos para extinção (art. 53, §4° da Lei 9.099/95). Expeça-se o necessário. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO JUIZ DE DIREITO

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1020241-31.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ASSOCIACAO DOS AMIGOS DO RESIDENCIAL SAN MARINO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
INGRID GONCALVES DE OLIVEIRA OAB - MT16622/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ELKE MARIA DE SOUZA KUBITZ CORREA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Cite-se a parte devedora, via Aviso de Recebimento, para, no prazo de 03 (três) dias, efetuar o pagamento do débito descrito na petição inicial. Realizada a penhora, designe-se audiência de conciliação e intime-se a parte devedora para nela comparecer, advertindo-a da oportunidade para interpor embargos (art. 53, §1º, da Lei n. 9.099/95). Inocorrendo pagamento e não havendo indicação de bens à penhora nos autos, voltem conclusos para a penhora online. A devedora não sendo encontrada, intime-se o credor para promover a indicação do necessário, no prazo de 05 (cinco) dias. Inexistindo manifestação no prazo assinalado, conclusos para extinção (art. 53, §4° da Lei 9.099/95). Expeça-se o necessário. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO JUIZ DE DIREITO

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020835-45.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LUIZ DE FRANCA BORGES NETO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CINDY SCHOSSLER TOYAMA OAB - MT22104/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GOL LINHAS AEREAS S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020835-45.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:LUIZ DE FRANCA BORGES NETO ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: CINDY SCHOSSLER TOYAMA POLO PASSIVO: GOL LINHAS AEREAS S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 1ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 15:40 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1018966-47.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO FLORAIS ITALIA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANGELINA HELENA DE AQUINO COSTA OAB - MT21590-O (ADVOGADO(A))
NUBIA NARCISO FERREIRA DE SOUZA OAB - MT6247-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CRHISTIANE NUNES SOARES (EXECUTADO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Cite-se a parte devedora, via Aviso de Recebimento, para, no prazo de 03 (três) dias, efetuar o pagamento do débito descrito na petição inicial. Realizada a penhora, designe-se audiência de conciliação e intime-se a parte devedora para nela comparecer, advertindo-a da oportunidade para interpor embargos (art. 53, §1º, da Lei n. 9.099/95). Inocorrendo pagamento e não havendo indicação de bens à penhora nos autos, voltem conclusos para a penhora online. A devedora não sendo encontrada, intime-se o credor para promover a indicação do necessário, no prazo de 05 (cinco) dias. Inexistindo manifestação no prazo assinalado, conclusos para extinção (art. 53, §4° da Lei 9.099/95). Expeça-se o necessário. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO JUIZ DE DIREITO

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1020022-18.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
STUDIO S FORMATURAS EIRELI (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JEFERSON HENRIQUE TEIXEIRA DE CASTRO OAB - MT18666/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ALEXSANDER MARQUES DE MORAES (EXECUTADO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Cite-se a parte devedora, via Aviso de Recebimento, para, no prazo de 03 (três) dias, efetuar o pagamento do débito descrito na petição inicial. Realizada a penhora, designe-se audiência de conciliação e intime-se a parte devedora para nela comparecer, advertindo-a da oportunidade para interpor embargos (art. 53, §1º, da Lei n. 9.099/95). Inocorrendo pagamento e não havendo indicação de bens à penhora nos autos, voltem conclusos para a penhora online. A devedora não sendo encontrada, intime-se o credor para promover a indicação do necessário, no prazo de 05 (cinco) dias. Inexistindo manifestação no prazo assinalado, conclusos para extinção (art. 53, §4° da Lei 9.099/95). Expeça-se o necessário. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO JUIZ DE DIREITO

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1019776-22.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO MORADA DA SERRA IV (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
INGRID GONCALVES DE OLIVEIRA OAB - MT16622/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
EDI RIBEIRO DE OLIVEIRA CRUZ (EXECUTADO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Cite-se a parte devedora, via Aviso de Recebimento, para, no prazo de 03 (três) dias, efetuar o pagamento do débito descrito na petição inicial. Realizada a penhora, designe-se audiência de conciliação e intime-se a parte devedora para nela comparecer, advertindo-a da oportunidade para

interpor embargos (art. 53, §1º, da Lei n. 9.099/95). Inocorrendo pagamento e não havendo indicação de bens à penhora nos autos, voltem conclusos para a penhora online. A devedora não sendo encontrada, intime-se o credor para promover a indicação do necessário, no prazo de 05 (cinco) dias. Inexistindo manifestação no prazo assinalado, conclusos para extinção (art. 53, §4° da Lei 9.099/95). Expeça-se o necessário. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO JUIZ DE DIREITO

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1018195-69.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
RESIDENCIAL TORRES IMPERIAL I (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Osiane Rodrigues Macedo OAB - MT15420-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARIANA FERNANDES MACEDO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Cite-se a parte devedora, via Aviso de Recebimento, para, no prazo de 03 (três) dias, efetuar o pagamento do débito descrito na petição inicial. Realizada a penhora, designe-se audiência de conciliação e intime-se a parte devedora para nela comparecer, advertindo-a da oportunidade para interpor embargos (art. 53, §1º, da Lei n. 9.099/95). Inocorrendo pagamento e não havendo indicação de bens à penhora nos autos, voltem conclusos para a penhora online. A devedora não sendo encontrada, intime-se o credor para promover a indicação do necessário, no prazo de 05 (cinco) dias. Inexistindo manifestação no prazo assinalado, conclusos para extinção (art. 53, §4° da Lei 9.099/95). Expeça-se o necessário. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO JUIZ DE DIREITO

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1019789-21.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO MORADA DA SERRA IV (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
INGRID GONCALVES DE OLIVEIRA OAB - MT16622/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
EDEVALDO DA CRUZ E SILVA JUNIOR (EXECUTADO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Cite-se a parte devedora, via Aviso de Recebimento, para, no prazo de 03 (três) dias, efetuar o pagamento do débito descrito na petição inicial. Realizada a penhora, designe-se audiência de conciliação e intime-se a parte devedora para nela comparecer, advertindo-a da oportunidade para interpor embargos (art. 53, §1º, da Lei n. 9.099/95). Inocorrendo pagamento e não havendo indicação de bens à penhora nos autos, voltem conclusos para a penhora online. A devedora não sendo encontrada, intime-se o credor para promover a indicação do necessário, no prazo de 05 (cinco) dias. Inexistindo manifestação no prazo assinalado, conclusos para extinção (art. 53, §4° da Lei 9.099/95). Expeça-se o necessário. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO JUIZ DE DIREITO

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1020022-18.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
STUDIO S FORMATURAS EIRELI (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JEFERSON HENRIQUE TEIXEIRA DE CASTRO OAB - MT18666/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ALEXSANDER MARQUES DE MORAES (EXECUTADO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Cite-se a parte devedora, via Aviso de Recebimento, para, no prazo de 03 (três) dias, efetuar o pagamento do débito descrito na petição inicial. Realizada a penhora, designe-se audiência de conciliação e intime-se a parte devedora para nela comparecer, advertindo-a da oportunidade para interpor embargos (art. 53, §1º, da Lei n. 9.099/95). Inocorrendo pagamento e não havendo indicação de bens à penhora nos autos, voltem conclusos para a penhora online. A devedora não sendo encontrada, intime-se o credor para promover a indicação do necessário, no prazo de 05 (cinco) dias. Inexistindo manifestação no prazo assinalado, conclusos para extinção (art. 53, §4° da Lei 9.099/95). Expeça-se o necessário. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO JUIZ DE DIREITO

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020837-15.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LEONICE CAMPOS DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANIELLE SILVA MORANDI OAB - MT15961-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020837-15.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:LEONICE CAMPOS DA SILVA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: DANIELLE SILVA MORANDI POLO PASSIVO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 1ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 15:50 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1013744-98.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
VISUAL FORMATURAS LTDA - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GIOVANE GUALBERTO DE ALMEIDA OAB - MT17809-O (ADVOGADO(A))
BRUNO FELIPE MONTEIRO COELHO OAB - MT14559-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LUCIMAURA REGINA DA SILVA (REQUERIDO)

Processo n. 1013744-98.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogados do(a) REQUERENTE: BRUNO FELIPE MONTEIRO COELHO - MT14559-A, GIOVANE GUALBERTO DE ALMEIDA - MT17809-O , da data designada para realização de audiência: Tipo: Conciliação juizado Sala: 1ª JEC Data: 05/12/2019 Hora: 12:10 , que será realizada no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CUIABÁ, Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, 275, Bairro Duque De Caxias, Cuiabá – MT, (Lateral do 44° Batalhão De Infantaria Motorizada), devendo comunicar seu(ua) cliente, cientificando(a) que o não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. CUIABÁ, 29 de outubro de 2019.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1013744-98.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
VISUAL FORMATURAS LTDA - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GIOVANE GUALBERTO DE ALMEIDA OAB - MT17809-O (ADVOGADO(A))
BRUNO FELIPE MONTEIRO COELHO OAB - MT14559-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LUCIMAURA REGINA DA SILVA (REQUERIDO)

Processo n. 1013744-98.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogados do(a) REQUERENTE: BRUNO FELIPE MONTEIRO COELHO - MT14559-A, GIOVANE GUALBERTO DE ALMEIDA - MT17809-O , da data designada para realização de audiência: Tipo: Conciliação juizado Sala: 1ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 16:00 , que será realizada no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CUIABÁ, Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, 275, Bairro Duque De Caxias, Cuiabá – MT, (Lateral do 44° Batalhão De Infantaria Motorizada), devendo comunicar seu(ua) cliente, cientificando(a) que o não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento

do processo, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1003903-79.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ROBERTO APARECIDO DO NASCIMENTO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MAKEIBY FONSECA OAB - MT24453/O (ADVOGADO(A))
THIAGO ERIKSSON DOS SANTOS OAB - MT12136-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
KENALDY ARRUDA DE SOUZA (REQUERIDO)

Processo n. 1003903-79.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogados do(a) REQUERENTE: THIAGO ERIKSSON DOS SANTOS - MT12136/O, MAKEIBY FONSECA - MT24453/O , da data designada para realização de audiência: Tipo: Conciliação Juizado Sala: 1ª JEC Data: 02/10/2019 Hora: 11:40 , que será realizada no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CUIABÁ, Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, 275, Bairro Duque De Caxias, Cuiabá – MT, (Lateral do 44° Batalhão De Infantaria Motorizada), devendo comunicar seu(ua) cliente, cientificando(a) que o não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. CUIABÁ, 22 de agosto de 2019.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1017364-21.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MAURO SANTOS DE ARRUDA (INTERESSADO)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALEXSANDRA THAYS REGINA OAB - MT27209/B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCARD S.A (REQUERIDO)

1017364-21.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) INTERESSADO: ALEXSANDRA THAYS REGINA - MT27209/B , para se manifestar, no prazo de 5 dias, acerca do AR NEGATIVO, apresentando endereço atualizado da parte promovida.

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1017566-95.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO EDIFICIO CLARICE LISPECTOR (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Osiane Rodrigues Macedo OAB - MT15420-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CLOVIS ROTILLI (EXECUTADO)
VANIA LIBRELOTTO ROTILI (EXECUTADO)

1017566-95.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) EXEQUENTE: OSIANE RODRIGUES MACEDO - MT15420-O , para se manifestar, no prazo de 5 dias, acerca do AR NEGATIVO, apresentando endereço atualizado da parte promovida.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020444-90.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JANAINA GRAZIELLI BEVILACQUA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JANAINA GRAZIELLI BEVILACQUA OAB - MT18788/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TOKIO MARINE BRASIL SEGURADORA S.A. (REQUERIDO)

Processo n. 1020444-90.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) REQUERENTE: JANAINA GRAZIELLI BEVILACQUA - MT18788/O , da data designada para realização de audiência: Tipo: Conciliação juizado Sala: 1ª JEC Data: 20/02/2020 Hora: 09:00 , que será realizada no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CUIABÁ, Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, 275, Bairro Duque De Caxias, Cuiabá – MT, (Lateral do 44° Batalhão De Infantaria Motorizada), devendo comunicar seu(ua) cliente, cientificando(a) que o não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1014566-87.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
TATIANE CARLA BARBIERI (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PAULO RICARDO DAHROUGE ALECRIM OAB - AM11868 (ADVOGADO(A))
MIGUEL JUAREZ ROMEIRO ZAIM OAB - MT4656-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CONDOMINIO EDIFICIO ITAICY (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
Nilton Cecilio de Mesquita OAB - MT8067-O (ADVOGADO(A))

Processo n. 1014566-87.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) REQUERENTE: MIGUEL JUAREZ ROMEIRO ZAIM - MT4656-O , da data designada para realização de audiência: Tipo: Conciliação juizado Sala: 1ª JEC Data: 11/12/2019 Hora: 09:20 , que será realizada no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CUIABÁ, Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, 275, Bairro Duque De Caxias, Cuiabá – MT, (Lateral do 44° Batalhão De Infantaria Motorizada), devendo comunicar seu(ua) cliente, cientificando(a) que o não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. CUIABÁ, 30 de outubro de 2019.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1014566-87.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
TATIANE CARLA BARBIERI (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PAULO RICARDO DAHROUGE ALECRIM OAB - AM11868 (ADVOGADO(A))
MIGUEL JUAREZ ROMEIRO ZAIM OAB - MT4656-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CONDOMINIO EDIFICIO ITAICY (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
Nilton Cecilio de Mesquita OAB - MT8067-O (ADVOGADO(A))

Processo n. 1014566-87.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogados do(a) REQUERENTE: PAULO RICARDO DAHROUGE ALECRIM - AM11868, MIGUEL JUAREZ ROMEIRO ZAIM - MT4656-O , da data designada para realização de audiência: Tipo: Conciliação juizado Sala: 1ª JEC Data: 10/02/2020 Hora: 17:30 , que será realizada no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CUIABÁ, Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, 275, Bairro Duque De Caxias, Cuiabá – MT, (Lateral do 44° Batalhão De Infantaria Motorizada), devendo comunicar seu(ua) cliente, cientificando(a) que o não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020873-57.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ANDERSON MELO ESPINDOLA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:

NATALIA RAFAELA SIQUEIRA GOULART OAB - MT26935/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020873-57.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:ANDERSON MELO ESPINDOLA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: NATALIA RAFAELA SIQUEIRA GOULART POLO PASSIVO: BANCO BRADESCO FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 1ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 16:10 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020877-94.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LUHAN MOURA AGUIAR (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS GUSTAVO LIMA FERNANDES OAB - MT17620-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MATOS COMERCIO DE PERFUMES E COSMETICOS LTDA (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020877-94.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:LUHAN MOURA AGUIAR ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: CARLOS GUSTAVO LIMA FERNANDES POLO PASSIVO: MATOS COMERCIO DE PERFUMES E COSMETICOS LTDA FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 1ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 16:30 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-59 EMBARGOS DE TERCEIRO
Processo Número: 1007071-89.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
EDILAINE MATCHIL MACHADO DA SILVA (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIANA PERES GIROLDO OAB - MT16891-O (ADVOGADO(A))
EMILIA PERES GIROLDO OAB - MT9929-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OMAR KHALIL (EMBARGADO)

Processo n. 1007071-89.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogados do(a) EMBARGANTE: EMILIA PERES GIROLDO - MT9929-O, MARIANA PERES GIROLDO - MT16891-O , da data designada para realização de audiência: Tipo: Conciliação juizado Sala: 1ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 16:20 , que será realizada no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CUIABÁ, Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, 275, Bairro Duque De Caxias, Cuiabá – MT, (Lateral do 44° Batalhão De Infantaria Motorizada), devendo comunicar seu(ua) cliente, cientificando(a) que o não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020881-34.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ROBSON SILVA FERNANDES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR OAB - MT20812/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020881-34.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:ROBSON SILVA FERNANDES ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR POLO PASSIVO: BANCO BRADESCO FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 1ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 16:40 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020883-04.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ANDRE BARBOSA CRISTALDO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR OAB - MT20812/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020883-04.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:ANDRE BARBOSA CRISTALDO ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR POLO PASSIVO: BANCO BRADESCO FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 1ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 16:50 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020884-86.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JADERSON AUGUSTO DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SANTANA SILVA OAB - MT21438-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO ITAUCARD S/A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020884-86.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:JADERSON AUGUSTO DA SILVA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: THIAGO SANTANA SILVA POLO PASSIVO: BANCO ITAUCARD S/A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 1ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 17:00 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1014176-20.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
IGOR PIRES FERNANDES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SILVA FERREIRA OAB - MT20957-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GOL LINHAS AEREAS S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO OAB - MT26103/A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Compulsando os autos, constato que a parte reclamante no id. 27257429, requereu a redesignação da audiência de conciliação, por encontrar-se em viagem a trabalho, tendo, inclusive, juntado comprovante, conforme id. 27257430. Assim, acolho a justificativa apresentada pelo reclamante, razão pela qual, determino a designação de nova audiência de conciliação. Intimem-se. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020899-55.2019.8.11.0001

Parte(s) Polo Ativo:
MARGARIDA ROBERTA DE MORAES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROBELIA DA SILVA MENEZES OAB - MT23212-O (ADVOGADO(A))
GEISSANY GIULIA MARTINS SILVA OAB - MT14638/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020899-55.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:MARGARIDA ROBERTA DE MORAES ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: ROBELIA DA SILVA MENEZES, GEISSANY GIULIA MARTINS SILVA POLO PASSIVO: BANCO DO BRASIL SA FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 1ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 17:10 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020906-47.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
GONCALINA MONTEIRO SALGADO MORAES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANDRE PELLIZZONI VERAS GADELHA OAB - MT18545/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020906-47.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:GONCALINA MONTEIRO SALGADO MORAES ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: ANDRE PELLIZZONI VERAS GADELHA POLO PASSIVO: VIVO S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 1ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 17:20 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020908-17.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
GESSIANE ZAGUI (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BRENDA PRATES SOARES CRESTANI OAB - MT25002/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GOL LINHAS AEREAS INTELIGENTES S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020908-17.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:GESSIANE ZAGUI ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: BRENDA PRATES SOARES CRESTANI POLO PASSIVO: GOL LINHAS AEREAS INTELIGENTES S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 1ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 17:30 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020922-98.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
APARECIDO FRANCISCO PEREIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MANOEL COSTA PARRIAO OAB - MT13944-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020922-98.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:APARECIDO FRANCISCO PEREIRA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: MANOEL COSTA PARRIAO POLO PASSIVO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 1ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 17:40 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1014176-20.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
IGOR PIRES FERNANDES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SILVA FERREIRA OAB - MT20957-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GOL LINHAS AEREAS S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO OAB - MT26103/A (ADVOGADO(A))

Processo n. 1014176-20.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) REQUERENTE: THIAGO SILVA FERREIRA - MT0020957A , da data designada para realização de audiência: Tipo: Conciliação juizado Sala: 1ª JEC Data: 09/12/2019 Hora: 17:40 , que será realizada no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CUIABÁ, Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, 275, Bairro Duque De Caxias, Cuiabá – MT, (Lateral do 44° Batalhão De Infantaria Motorizada), devendo comunicar seu(ua) cliente, cientificando(a) que o não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. CUIABÁ, 29 de outubro de 2019.

Decisão

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020438-83.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARIANY MIRANDA SANT ANA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MELQUISEDEC JOSE ROLDAO OAB - MT22161-O (ADVOGADO(A))
KARINA CAVALCANTE ROCHA OAB - MT22336/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCARD S.A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Da análise dos documentos juntados aos autos, bem como das razões apresentadas, não vislumbro de plano a presença dos requisitos que possam amparar a tutela vindicada, previsto no artigo 300 do Código de Processo Civil. Pugna o Promovente pela concessão de liminar para que o seu nome seja retirado dos bancos de dados cadastrais dos órgãos de restrição ao crédito. Notadamente no caso dos autos, onde verifico, conforme extrato de protocolo nº 002.201.927.889-11, expedido pelo SPC BRASIL, por meio do convênio entre o CDL – Cuiabá, onde demonstra que possui outras anotações positiva em seu nome. Assim, entendo que está ausente um dos pressupostos autorizadores da concessão da tutela acautelatória, qual seja, o periculum in mora. Posto isso, INDEFIRO a LIMINAR pretendida. Designada audiência de conciliação, cite-se a parte reclamada para nela comparecer. Conste na carta de citação as consequências para o caso de ausência, o prazo para apresentar defesa, a advertência de que poderá haver a inversão do ônus da prova por se tratar de relação de consumo e ainda que, em se tratando de pessoa jurídica, esta poderá ser representada na audiência por preposto. Intimem-se. Cumpra-se. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020444-90.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JANAINA GRAZIELLI BEVILACQUA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:

JANAINA GRAZIELLI BEVILACQUA OAB - MT18788/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TOKIO MARINE BRASIL SEGURADORA S.A. (REQUERIDO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Compulsando os autos, constato que a parte Reclamante requereu a redesignação da audiência de conciliação, apresentando justificativa plausível. Com efeito, atento aos princípios da economia e celeridade processual, acolho a justificativa apresentada, razão pela qual, determino a designação de nova audiência. Intimem-se. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020685-64.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LUIZ GONZAGA DE ABREU (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Da análise dos documentos juntados aos autos bem como as razões apresentadas, vislumbro de plano a presença dos requisitos que amparam a concessão da tutela vindicada, previstos no artigo 300 do Código de Processo Civil. Destarte, DEFIRO o pedido da promovente determinando à empresa reclamada ENERGISA MATO GROSSO DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A que se abstenha de efetuar o corte no fornecimento de ENERGIA à Unidade Consumidora - Matrícula Nº 6/413772-5, restabelecendo o fornecimento caso já tenha efetuado o corte, no prazo de máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de multa que arbitro em R$ 2.000,00 (dois mil reais) para o caso de descumprimento desta decisão. Não se trata de multa diária. Designada audiência de conciliação, cite-se a parte reclamada para nela comparecer. Conste na carta de citação as consequências para o caso de ausência, o prazo para apresentar defesa, a advertência de que poderá haver a inversão do ônus da prova por se tratar de relação de consumo e ainda que, em se tratando de pessoa jurídica, esta poderá ser representada na audiência por preposto. Intimem-se. Cumpra-se. REGIME DE PLANTÃO. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020438-83.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARIANY MIRANDA SANT ANA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MELQUISEDEC JOSE ROLDAO OAB - MT22161-O (ADVOGADO(A))
KARINA CAVALCANTE ROCHA OAB - MT22336/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCARD S.A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Da análise dos documentos juntados aos autos, bem como das razões apresentadas, não vislumbro de plano a presença dos requisitos que possam amparar a tutela vindicada, previsto no artigo 300 do Código de Processo Civil. Pugna o Promovente pela concessão de liminar para que o seu nome seja retirado dos bancos de dados cadastrais dos órgãos de restrição ao crédito. Notadamente no caso dos autos, onde verifico, conforme extrato de protocolo nº 002.201.927.889-11, expedido pelo SPC BRASIL, por meio do convênio entre o CDL – Cuiabá, onde demonstra que possui outras anotações positiva em seu nome. Assim, entendo que está ausente um dos pressupostos autorizadores da concessão da tutela acautelatória, qual seja, o periculum in mora. Posto isso, INDEFIRO a LIMINAR pretendida. Designada audiência de conciliação, cite-se a parte reclamada para nela comparecer. Conste na carta de citação as consequências para o caso de ausência, o prazo para apresentar defesa, a advertência de que poderá haver a inversão do ônus da prova por se tratar de relação de consumo e ainda que, em se tratando de pessoa jurídica, esta poderá ser representada na audiência por preposto. Intimem-se. Cumpra-se. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020667-43.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CLEOMAR FERREIRA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CLEOMAR FERREIRA SILVA OAB - MT15495/B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CLARO S.A. (REQUERIDO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Da análise dos documentos juntados aos autos bem como das razões apresentadas, vislumbro de plano a presença dos requisitos que amparam a concessão da tutela vindicada, nos termos previstos no artigo 300 do Código de Processo Civil. Destarte, DEFIRO em parte a liminar, para determinar a empresa reclamada CLARO S.A., que restabeleça a prestação de serviço de telefonia, nas condições contratadas, ao telefone de nº (65) 99246-4598, de titularidade da parte reclamante, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de multa que arbitro multa no valor de R$ 1.000,00 (mil reais) para o caso de descumprimento desta decisão – não se trata de multa diária. Determino ainda, que se abstenha de lançar o nome da reclamante nos bancos de dados cadastrais (SERASA, SPC e demais congêneres), concernente apenas aos débitos discutidos nestes autos. Designada audiência de conciliação, cite-se a parte reclamada para nela comparecer. Conste na carta de citação as consequências para o caso de ausência, o prazo para apresentar defesa, a advertência de que poderá haver a inversão do ônus da prova por se tratar de relação de consumo e ainda que, em se tratando de pessoa jurídica, esta poderá ser representada na audiência por preposto. Intimem-se. Cumpra-se. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020685-64.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LUIZ GONZAGA DE ABREU (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Da análise dos documentos juntados aos autos bem como as razões apresentadas, vislumbro de plano a presença dos requisitos que amparam a concessão da tutela vindicada, previstos no artigo 300 do Código de Processo Civil. Destarte, DEFIRO o pedido da promovente determinando à empresa reclamada ENERGISA MATO GROSSO DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A que se abstenha de efetuar o corte no fornecimento de ENERGIA à Unidade Consumidora - Matrícula Nº 6/413772-5, restabelecendo o fornecimento caso já tenha efetuado o corte, no prazo de máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de multa que arbitro em R$ 2.000,00 (dois mil reais) para o caso de descumprimento desta decisão. Não se trata de multa diária. Designada audiência de conciliação, cite-se a parte reclamada para nela comparecer. Conste na carta de citação as consequências para o caso de ausência, o prazo para apresentar defesa, a advertência de que poderá haver a inversão do ônus da prova por se tratar de relação de consumo e ainda que, em se tratando de pessoa jurídica, esta poderá ser representada na audiência por preposto. Intimem-se. Cumpra-se. REGIME DE PLANTÃO. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020524-54.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
IARA RODRIGUES DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SILVANA DA SILVA REZENDE OAB - MT25724/O (ADVOGADO(A))
Lemir Feguri OAB - MT10335-N (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Constatada a veracidade da informação documental trazida pelo reclamante, por meio da consulta realizada junto ao site do SPC BRASIL,

protocolo nº 002.201.915.979-4, recebo o pedido de liminar. Assim, da análise dos documentos juntados aos autos bem como das razões apresentadas, vislumbro de plano a presença dos requisitos que amparam a concessão da tutela vindicada, previstos no artigo 300 do Código de Processo Civil, motivo pelo qual DEFIRO, a liminar pretendida para determinar a exclusão do nome do promovente dos bancos de dados cadastrais (SPC, SERASA e SCPC), no prazo de 10 (dez) dias, concernente apenas aos débitos discutidos nestes autos, sob pena de multa que arbitro em R$ 2.000,00 (dois mil reais). Não se trata de multa diária. Designada audiência de conciliação, cite-se a parte reclamada para nela comparecer. Conste na carta de citação as consequências para o caso de ausência, o prazo para apresentar defesa, a advertência de que poderá haver a inversão do ônus da prova por se tratar de relação de consumo e ainda que, em se tratando de pessoa jurídica, esta poderá ser representada na audiência por preposto. Intimem-se. Cumpra-se. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1008588-32.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO PARQUE CHAPADA MANTIQUEIRA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
INGRID GONCALVES DE OLIVEIRA OAB - MT16622/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FABIO FERREIRA FERNANDES (EXECUTADO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1008588-32.2019.8.11.0001. EXEQUENTE: CONDOMINIO PARQUE CHAPADA MANTIQUEIRA EXECUTADO: FABIO FERREIRA FERNANDES Proceda-se com a tentativa de bloqueio on-line via BACENJUD. Realizada a penhora, designe-se audiência de conciliação e intimem-se as partes para nela comparecerem, advertindo-se a parte reclamada da oportunidade para interpor embargos (art. 53, §1º, da Lei n. 9.099/95). Infrutífera, ouça o credor em 05 (cinco) dias. Intimem-se e cumpra-se. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1013244-32.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
PARQUE CHAPADA DA SERRA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JHONATTAN DIEGO VIDAL GRIEBEL ELY OAB - MT220110-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MRV PRIME PROJETO MT I INCORPORACOES SPE LTDA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1013244-32.2019.8.11.0001. EXEQUENTE: PARQUE CHAPADA DA SERRA EXECUTADO: MRV PRIME PROJETO MT I INCORPORACOES SPE LTDA Proceda-se com a tentativa de bloqueio on-line via BACENJUD. Realizada a penhora, designe-se audiência de conciliação e intimem-se as partes para nela comparecerem, advertindo-se a parte reclamada da oportunidade para interpor embargos (art. 53, §1º, da Lei n. 9.099/95). Infrutífera, ouça o credor em 05 (cinco) dias. Intimem-se e cumpra-se. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1005441-95.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
IRENE ROLIM DE SOUZA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLA MONIQUE GOMES PRATES OAB - MT17025/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ANGELICA PAULA PINTO DA SILVA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1005441-95.2019.8.11.0001. EXEQUENTE: IRENE ROLIM DE SOUZA EXECUTADO: ANGELICA PAULA PINTO DA SILVA Proceda-se com a tentativa de bloqueio on-line via BACENJUD. Realizada a penhora, designe-se audiência de conciliação e intimem-se as partes para nela comparecerem, advertindo-se a parte reclamada da oportunidade para interpor embargos (art. 53, §1º, da Lei n. 9.099/95). Infrutífera, ouça o credor em 05 (cinco) dias. Intimem-se e cumpra-se. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1012724-72.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
A.R. DA SILVA-COMERCIO - ME (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ELISVALDO MENDES RAMOS OAB - MT19438-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SOCIEDADE BENEFICIENTE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JACKSON FRANCISCO COLETA COUTINHO OAB - MT9172-B (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1012724-72.2019.8.11.0001. EXEQUENTE: A.R. DA SILVA-COMERCIO - ME EXECUTADO: SOCIEDADE BENEFICIENTE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA Proceda-se com a tentativa de bloqueio on-line via BACENJUD. Realizada a penhora, designe-se audiência de conciliação e intimem-se as partes para nela comparecerem, advertindo-se a parte reclamada da oportunidade para interpor embargos (art. 53, §1º, da Lei n. 9.099/95). Infrutífera, ouça o credor em 05 (cinco) dias. Intimem-se e cumpra-se. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020829-38.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
RAIMUNDO FRANCISCO DE SOUSA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JANETE DIAS PIZARRO OAB - MT5471-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Aguas Cuiabá S/A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Da análise dos documentos juntados aos autos bem como as razões apresentadas, vislumbro de plano a presença dos requisitos que amparam a concessão da tutela vindicada, previstos no artigo 300 do Código de Processo Civil. Destarte, DEFIRO em parte o pedido da promovente determinando à empresa reclamada ÁGUAS CUIABÁ S/A que restabeleça o fornecimento de ÁGUA à Unidade Consumidora - Matrícula Nº 495079-8, no prazo de máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de multa que arbitro em R$ 2.000,00 (dois mil reais) para o caso de descumprimento desta decisão. Não se trata de multa diária. Designada audiência de conciliação, cite-se a parte reclamada para nela comparecer. Conste na carta de citação as consequências para o caso de ausência, o prazo para apresentar defesa, a advertência de que poderá haver a inversão do ônus da prova por se tratar de relação de consumo e ainda que, em se tratando de pessoa jurídica, esta poderá ser representada na audiência por preposto. Intimem-se. Cumpra-se. REGIME DE PLANTÃO. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020741-97.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ANTONIO MARQUES DA COSTA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LINEIDE VIEIRA DE ALMEIDA OAB - MT15488-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OI BRASILTELECOM (REQUERIDO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Da análise dos documentos juntados aos autos, bem como das razões apresentadas, não vislumbro de plano a presença dos requisitos que

possam amparar a tutela vindicada, previsto no artigo 300 do Código de Processo Civil. Notadamente no caso dos autos, verifico a ausência de prova inequívoca das alegações despendidas na inicial. Em análise aos elementos e circunstâncias que envolvem a controvérsia, tenho que a pretensão se apresenta nebulosa, nesta fase de cognição sumária. Isso porque, as alegações estão fundadas em informações unilaterais da parte reclamante, circunstâncias que tornam temerária a concessão da providência reclamada, restando prudente o aguardo da formação do contraditório e a dilação probatória. O pedido de inversão do ônus da prova será analisado quando da prolação da sentença. Posto isso, INDEFIRO a LIMINAR pretendida. Aguarde-se a realização da audiência de conciliação. Intimem-se. Cumpra-se. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002786-53.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
VALTER DA SILVA BATISTA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO RODRIGO DE BRITO MOTTA CARVALHO OAB - MT24402/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
Ozana Baptista Gusmão OAB - MT4062-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Mais uma vez a parte autora se insurge nos autos noticiando o corte no fornecimento de energia. Dessa forma, determino à reclamada ENERGISA MATO GROSSO DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A que restabeleça o fornecimento de energia à Unidade Consumidora UC de Nº 6/281477-0, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de multa que majoro para o valor de R$ 7.000,00 (sete mil reais) em caso de descumprimento desta decisão. Não se trata de multa diária. Após, concluso para apreciação dos Embargos de Declaração. Cumpra-se. REGIME DE PLANTÃO. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020906-47.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
GONCALINA MONTEIRO SALGADO MORAES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANDRE PELLIZZONI VERAS GADELHA OAB - MT18545/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Magistrado(s):
HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Gabinete 2 (Juiz Hildebrando da Costa Marques) DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Autos: 1020906-47.2019.8.11.0001 REQUERENTE: GONCALINA MONTEIRO SALGADO MORAES REQUERIDO: VIVO S.A. Vistos. Processo em fase de Citação / Conciliação. A parte reclamante ajuizou reclamação com pedido declaratório de inexistência de débito c/c indenizatório por danos morais e alegou desconhecer a dívida negativada em seu nome. A título de tutela provisória de urgência, requereu a imediata exclusão do seu nome dos cadastros de proteção ao crédito. Nos termos do artigo 300 do Código de Processo Civil, a tutela de urgência será concedida quando houver probabilidade do direito e perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. Ainda, conforme o §3º do mencionado artigo, para sua concessão, não poderá existir perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. No caso em exame, tendo como base o que ordinariamente acontece (art. 375 do CPC e 5º da Lei 9.099/95) e considerando que a prova da existência do crédito somente pode ser feita pela parte reclamada, entendo que este fator é suficiente para evidenciar a probabilidade do direito. Ademais, nesta fase processual, não há elementos documentais disponíveis à parte reclamante que poderiam contribuir com suas alegações, até porque se trata de prova de fato negativo (inexistência de dívida), razão pela qual, diante da hipossuficiência probatória do consumidor, é razoável, neste momento, presumir os fatos em seu favor. Observa-se também que o restritivo de crédito ocasiona perigo de dano, pois a parte reclamante ficará impedida de realizar transações comerciais a prazo e de obter empréstimos e financiamentos no mercado financeiro. Impõe ainda consignar que a exclusão provisória do restritivo de crédito não representa perigo de irreversibilidade, já que esta poderá ser restabelecida normalmente após a sentença, situação em que não se aplica o óbice do § 3º do artigo 300 do Código de Processo Civil. Diante do exposto, defiro a tutela de urgência para determinar que a parte reclamada, no prazo de 72 horas, proceda com a exclusão do restritivo de crédito impugnado, sob pena de multa diária de R$200,00 (duzentos reais), limitada à R$12.000,00 (doze mil reais). Tendo em vista a aparente hipossuficiência financeira da parte reclamante, dispenso a prestação da caução, conforme facultado pelo § 1º do artigo 300 do Código de Processo Civil. Com fulcro no artigo 6º, inciso VII, do Código de Defesa do Consumidor, e diante da hipossuficiência probatória do consumidor, inverto o ônus da prova, atribuindo à parte reclamada o encargo da prova quanto à existência da dívida em nome da parte reclamante. Cumpra-se a ordem liminar. Cite-se. Intime-se pessoalmente a parte reclamada para que cumpra a ordem liminar deferida (STJ AgInt no REsp 1756046/PR e AgInt no AREsp 951.600/MG). Aguarde-se audiência de conciliação. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1013834-09.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
BENTO & ESBRUSSI LTDA - ME (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOCILENE DA SILVA RODRIGUES NEVES OAB - MT23243/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
L.R.COMERCIO E PRODUTOS LTDA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Defiro o pedido juntado no id.27225626. Designe-se data para audiência de conciliação. Cite-se a reclamada para nela comparecer. Intime-se. Cumpra-se. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Sentença

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1012203-30.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
EDVANIA ALVES MARTINS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MELQUISEDEC JOSE ROLDAO OAB - MT22161-O (ADVOGADO(A))
KARINA CAVALCANTE ROCHA OAB - MT22336/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
NOVO MUNDO MOVEIS E UTILIDADES LTDA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

A parte reclamante, embora devidamente intimada, não se fez presente na audiência de Conciliação. O art. 51, inciso I, da lei 9.099/95 assim dispõe sobre essa situação: Art. 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo; Assim, não havendo justificativa para ausência da parte autora à referida audiência, o processo deve ser extinto. Pelo exposto, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM ANÁLISE DO MÉRITO, nos termos do Art. 51, I, da Lei n. 9.099/95. Ficam revogadas medidas liminares e outras tutelas de urgência eventualmente deferidas quando do ajuizamento da ação. Oficie-se aos órgãos de restrição ao crédito, se for o caso, comunicando o teor desta decisão e para que sejam restituídas as negativações por ventura baixadas, em razão da liminar aqui deferida. Considerando ainda que não houve comprovação de que a ausência decorreu de força maior (art. 51, §2º, Lei n. 9.099/95), CONDENO a parte promovente ao pagamento das custas processuais, conforme orientação contida no Enunciado 28/FONAJE e item 5.9.1 da CNGC (item 5.9.1, inciso III, da Seção 9), não podendo a parte repetir o ajuizamento desta ação sem que haja prévio pagamento das custas processuais deste feito, uma vez

que a medida tem caráter punitivo, não sendo abrangida, portanto, pela gratuidade da justiça (TJMT RNEI, 5659/2008, Dr. Yale Sabo Mendes, 1ª Turma Recursal de Mato Grosso, j. 24-6-2009). Após o trânsito em julgado, arquive-se com as baixas pertinentes. Publicado eletronicamente. Intime-se. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1012889-22.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JAILSON DE ALMEIDA DA PENHA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAFAEL WINCK DO NASCIMENTO OAB - MT19119/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ODORATA INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS LTDA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ARYANE MARTINS SANTANA OAB - GO47642 (ADVOGADO(A))
ERIKA DE OLIVEIRA DINIZ OAB - GO31716 (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

A parte reclamante, embora devidamente intimada, não se fez presente na audiência de Conciliação. O art. 51, inciso I, da lei 9.099/95 assim dispõe sobre essa situação: Art. 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo; Assim, não havendo justificativa para ausência da parte autora à referida audiência, o processo deve ser extinto. Pelo exposto, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM ANÁLISE DO MÉRITO, nos termos do Art. 51, I, da Lei n. 9.099/95. Ficam revogadas medidas liminares e outras tutelas de urgência eventualmente deferidas quando do ajuizamento da ação. Oficie-se aos órgãos de restrição ao crédito, se for o caso, comunicando o teor desta decisão e para que sejam restituídas as negativações por ventura baixadas, em razão da liminar aqui deferida. Considerando ainda que não houve comprovação de que a ausência decorreu de força maior (art. 51, §2º, Lei n. 9.099/95), CONDENO a parte promovente ao pagamento das custas processuais, conforme orientação contida no Enunciado 28/FONAJE e item 5.9.1 da CNGC (item 5.9.1, inciso III, da Seção 9), não podendo a parte repetir o ajuizamento desta ação sem que haja prévio pagamento das custas processuais deste feito, uma vez que a medida tem caráter punitivo, não sendo abrangida, portanto, pela gratuidade da justiça (TJMT RNEI, 5659/2008, Dr. Yale Sabo Mendes, 1ª Turma Recursal de Mato Grosso, j. 24-6-2009). Após o trânsito em julgado, arquive-se com as baixas pertinentes. Publicado eletronicamente. Intime-se. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1012862-39.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MAXIELY DE ARRUDA NETO (INTERESSADO)
Advogado(s) Polo Ativo:
AGLAIR FRANZONI SUZUKI OAB - MT16114-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOAO THOMAZ PRAZERES GONDIM OAB - RJ0062192A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Dispenso relatório nos termos do art. 38 da Lei 9.099/95. A parte reclamante pugnou pela desistência da ação, conforme pedido contido nos autos. Assim, entendo que deve aplicado o ENUNCIADO DE Nº 90 DO FONAJE, a seguir transcrito: ENUNCIADO 90 – A desistência da ação, mesmo sem a anuência do réu já citado, implicará a extinção do processo sem resolução do mérito, ainda que tal ato se dê em audiência de instrução e julgamento, salvo quando houver indícios de litigância de má-fé ou lide temerária. Nos termos do estatuído no artigo 200, parágrafo único, do CPC, a desistência da ação somente produz seus efeitos após a homologação Judicial. Ante o exposto, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, HOMOLOGO O PEDIDO DE DESISTÊNCIA, e, em consequência, JULGO EXTINTO este feito, sem resolução de mérito, com lastro legal no disposto artigo 485, inciso VIII, do Código de Processo Civil. Intime-se. Cumpra-se. Arquive-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1012739-41.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ALEXANDRE APARECIDO DO ESPIRITO SANTO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAFAEL CELINO DA SILVA OAB - MT0012961A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

A parte reclamante, embora devidamente intimada, não se fez presente na audiência de Conciliação. O art. 51, inciso I, da lei 9.099/95 assim dispõe sobre essa situação: Art. 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo; Assim, não havendo justificativa para ausência da parte autora à referida audiência, o processo deve ser extinto. Pelo exposto, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM ANÁLISE DO MÉRITO, nos termos do Art. 51, I, da Lei n. 9.099/95. Ficam revogadas medidas liminares e outras tutelas de urgência eventualmente deferidas quando do ajuizamento da ação. Oficie-se aos órgãos de restrição ao crédito, se for o caso, comunicando o teor desta decisão e para que sejam restituídas as negativações por ventura baixadas, em razão da liminar aqui deferida. Considerando ainda que não houve comprovação de que a ausência decorreu de força maior (art. 51, §2º, Lei n. 9.099/95), CONDENO a parte promovente ao pagamento das custas processuais, conforme orientação contida no Enunciado 28/FONAJE e item 5.9.1 da CNGC (item 5.9.1, inciso III, da Seção 9), não podendo a parte repetir o ajuizamento desta ação sem que haja prévio pagamento das custas processuais deste feito, uma vez que a medida tem caráter punitivo, não sendo abrangida, portanto, pela gratuidade da justiça (TJMT RNEI, 5659/2008, Dr. Yale Sabo Mendes, 1ª Turma Recursal de Mato Grosso, j. 24-6-2009). Após o trânsito em julgado, arquive-se com as baixas pertinentes. Publicado eletronicamente. Intime-se. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1012797-44.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
EULICE REGINA DA SILVA GONCALVES (INTERESSADO)
Advogado(s) Polo Ativo:
RONAN DA COSTA MARQUES OAB - MT21093/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Dispenso relatório nos termos do art. 38 da Lei 9.099/95. A parte reclamante pugnou pela desistência da ação, conforme pedido contido nos autos. Assim, entendo que deve aplicado o ENUNCIADO DE Nº 90 DO FONAJE, a seguir transcrito: ENUNCIADO 90 – A desistência da ação, mesmo sem a anuência do réu já citado, implicará a extinção do processo sem resolução do mérito, ainda que tal ato se dê em audiência de instrução e julgamento, salvo quando houver indícios de litigância de má-fé ou lide temerária. Nos termos do estatuído no artigo 200, parágrafo único, do CPC, a desistência da ação somente produz seus efeitos após a homologação Judicial. Ante o exposto, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, HOMOLOGO O PEDIDO DE DESISTÊNCIA, e, em consequência, JULGO EXTINTO este feito, sem resolução de mérito, com lastro legal no disposto artigo 485, inciso VIII, do Código de Processo Civil. Intime-se. Cumpra-se. Arquive-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1014484-56.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
EDLAINE LEMES DE MIRANDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:

AGRINALDO JORGE RODRIGUES OAB - MT10875-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

A parte reclamante, embora devidamente intimada, não se fez presente na audiência de Conciliação. O art. 51, inciso I, da lei 9.099/95 assim dispõe sobre essa situação: Art. 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo; Assim, não havendo justificativa para ausência da parte autora à referida audiência, o processo deve ser extinto. Pelo exposto, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM ANÁLISE DO MÉRITO, nos termos do Art. 51, I, da Lei n. 9.099/95. Ficam revogadas medidas liminares e outras tutelas de urgência eventualmente deferidas quando do ajuizamento da ação. Oficie-se aos órgãos de restrição ao crédito, se for o caso, comunicando o teor desta decisão e para que sejam restituídas as negativações por ventura baixadas, em razão da liminar aqui deferida. Considerando ainda que não houve comprovação de que a ausência decorreu de força maior (art. 51, §2º, Lei n. 9.099/95), CONDENO a parte promovente ao pagamento das custas processuais, conforme orientação contida no Enunciado 28/FONAJE e item 5.9.1 da CNGC (item 5.9.1, inciso III, da Seção 9), não podendo a parte repetir o ajuizamento desta ação sem que haja prévio pagamento das custas processuais deste feito, uma vez que a medida tem caráter punitivo, não sendo abrangida, portanto, pela gratuidade da justiça (TJMT RNEI, 5659/2008, Dr. Yale Sabo Mendes, 1ª Turma Recursal de Mato Grosso, j. 24-6-2009). Após o trânsito em julgado, arquive-se com as baixas pertinentes. Publicado eletronicamente. Intime-se. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1012862-39.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MAXIELY DE ARRUDA NETO (INTERESSADO)
Advogado(s) Polo Ativo:
AGLAIR FRANZONI SUZUKI OAB - MT16114-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOAO THOMAZ PRAZERES GONDIM OAB - RJ0062192A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Dispenso relatório nos termos do art. 38 da Lei 9.099/95. A parte reclamante pugnou pela desistência da ação, conforme pedido contido nos autos. Assim, entendo que deve aplicado o ENUNCIADO DE Nº 90 DO FONAJE, a seguir transcrito: ENUNCIADO 90 – A desistência da ação, mesmo sem a anuência do réu já citado, implicará a extinção do processo sem resolução do mérito, ainda que tal ato se dê em audiência de instrução e julgamento, salvo quando houver indícios de litigância de má-fé ou lide temerária. Nos termos do estatuído no artigo 200, parágrafo único, do CPC, a desistência da ação somente produz seus efeitos após a homologação Judicial. Ante o exposto, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, HOMOLOGO O PEDIDO DE DESISTÊNCIA, e, em consequência, JULGO EXTINTO este feito, sem resolução de mérito, com lastro legal no disposto artigo 485, inciso VIII, do Código de Processo Civil. Intime-se. Cumpra-se. Arquive-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1013401-05.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
FLAVIO BOLGADO DE FREITAS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS GUSTAVO LIMA FERNANDES OAB - MT17620-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MATOS COMERCIO DE PERFUMES E COSMETICOS LTDA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCELO AMBROSIO CINTRA OAB - MT8934-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

A parte reclamante, embora devidamente intimada, não se fez presente na audiência de Conciliação. O art. 51, inciso I, da lei 9.099/95 assim dispõe sobre essa situação: Art. 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo; Assim, não havendo justificativa para ausência da parte autora à referida audiência, o processo deve ser extinto. Pelo exposto, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM ANÁLISE DO MÉRITO, nos termos do Art. 51, I, da Lei n. 9.099/95. Ficam revogadas medidas liminares e outras tutelas de urgência eventualmente deferidas quando do ajuizamento da ação. Oficie-se aos órgãos de restrição ao crédito, se for o caso, comunicando o teor desta decisão e para que sejam restituídas as negativações por ventura baixadas, em razão da liminar aqui deferida. Considerando ainda que não houve comprovação de que a ausência decorreu de força maior (art. 51, §2º, Lei n. 9.099/95), CONDENO a parte promovente ao pagamento das custas processuais, conforme orientação contida no Enunciado 28/FONAJE e item 5.9.1 da CNGC (item 5.9.1, inciso III, da Seção 9), não podendo a parte repetir o ajuizamento desta ação sem que haja prévio pagamento das custas processuais deste feito, uma vez que a medida tem caráter punitivo, não sendo abrangida, portanto, pela gratuidade da justiça (TJMT RNEI, 5659/2008, Dr. Yale Sabo Mendes, 1ª Turma Recursal de Mato Grosso, j. 24-6-2009). Após o trânsito em julgado, arquive-se com as baixas pertinentes. Publicado eletronicamente. Intime-se. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1012167-85.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
IZABELLY CRISTINA DE MORAES MARQUES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JAIR DEMETRIO OAB - MT15904-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

A parte reclamante, embora devidamente intimada, não se fez presente na audiência de Conciliação. O art. 51, inciso I, da lei 9.099/95 assim dispõe sobre essa situação: Art. 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo; Assim, não havendo justificativa para ausência da parte autora à referida audiência, o processo deve ser extinto. Pelo exposto, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM ANÁLISE DO MÉRITO, nos termos do Art. 51, I, da Lei n. 9.099/95. Ficam revogadas medidas liminares e outras tutelas de urgência eventualmente deferidas quando do ajuizamento da ação. Oficie-se aos órgãos de restrição ao crédito, se for o caso, comunicando o teor desta decisão e para que sejam restituídas as negativações por ventura baixadas, em razão da liminar aqui deferida. Considerando ainda que não houve comprovação de que a ausência decorreu de força maior (art. 51, §2º, Lei n. 9.099/95), CONDENO a parte promovente ao pagamento das custas processuais, conforme orientação contida no Enunciado 28/FONAJE e item 5.9.1 da CNGC (item 5.9.1, inciso III, da Seção 9), não podendo a parte repetir o ajuizamento desta ação sem que haja prévio pagamento das custas processuais deste feito, uma vez que a medida tem caráter punitivo, não sendo abrangida, portanto, pela gratuidade da justiça (TJMT RNEI, 5659/2008, Dr. Yale Sabo Mendes, 1ª Turma Recursal de Mato Grosso, j. 24-6-2009). Após o trânsito em julgado, arquive-se com as baixas pertinentes. Publicado eletronicamente. Intime-se. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-102 HOMOLOGAÇÃO DE TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1020556-59.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA AUXILIADORA DOS SANTOS (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
CARLOS AUGUSTO DA SILVA ROSA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

As partes compuseram amigavelmente, por meio de acordo realizado junto ao SAI – Sistema de Atendimento Imediato à Acidentes de Trânsito, conforme termo encartado nos autos. Para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, HOMOLOGO O ACORDO, mediante sentença, em conformidade com o estatuído no artigo 57, da Lei n. 9.099/95, e, em conseqüência julgo extinto o presente feito com lastro legal no disposto no art. 487, inciso III, do Código de Processo Civil. Expeça-se alvará de liberação se for o caso. Arquive-se este processo. Intimem-se. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1014736-59.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ISABELLY RODRIGUES AGUIAR (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS GUSTAVO LIMA FERNANDES OAB - MT17620-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OI S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

As partes informaram, em audiência conciliatória, que se compuseram amigavelmente conforme termo de acordo encartado nos autos. Para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, HOMOLOGO O ACORDO, mediante sentença, em conformidade com o estatuído no artigo 57, da Lei n. 9.099/95, e, em consequência julgo extinto o presente feito com lastro legal no disposto no art. 487, inciso III, do Código de Processo Civil. Expeça-se alvará de liberação se for o caso. Após, arquive-se este processo. Intimem-se. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1007372-36.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
HANDERSON AMORIM RIBEIRO DE SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROGERIO TEOPILO DA CRUZ OAB - MT21521-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
COMERCIAL DE ALIMENTOS PANTANAL LTDA - ME (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
HUDSON ROQUE BOBATO SCHMITT OAB - MT14360-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Gabinete 2 (Juiz Hildebrando da Costa Marques) SENTENÇA Autos 1007372-36.2019.8.11.0001 REQUERENTE: HANDERSON AMORIM RIBEIRO DE SOUZA REQUERIDO: COMERCIAL DE ALIMENTOS PANTANAL LTDA - ME Vistos. Relatório minucioso dispensado (art. 38 da Lei 9.099/95). Resumo da controvérsia HANDERSON AMORIM RIBEIRO DE SOUZA ajuizou reclamação com pedido de indenizatório por danos morais em desfavor de COMERCIAL DE ALIMENTOS PANTANAL LTDA (SUPERMERCADO PAULISTA). Em síntese alegou no dia 07/04/2019 enquanto fazia compras no estabelecimento comercial promovido foi abordado por um funcionário com o objetivo de realizar revista pessoal e estava sendo acusado de furtar objetos, colocando-os dentro da cueca. Asseverou que é portador de um tipo de hérnia que aumenta a região peniana e que foi acusado injustamente. Argumentou que tal situação ultrapassa o mero aborrecimento e deve ser indenizado por danos morais. Devidamente citada, a parte promovida apresentou contestação no ID 25435174 e arguiu preliminarmente a incompetência do juizado especial e a inépcia da inicial e no mérito, sustentou a inexistência de culpa e ausência de dano moral. Ao final, requer a improcedência dos pedidos. Ata da audiência de conciliação acostada no ID 25406624. É a síntese do necessário. Preliminares Tecnicamente, as defesas processuais são examinadas antes do direito material (mérito). Todavia, no presente caso, por se tratar de um processo que tramita sob o rito dos Juizados Especiais, com base no princípio da simplicidade e informalidade (art. 2º da Lei 9.099/95), deixo de examiná-las diante do indeferimento do pleito no mérito, já que, nesta circunstância, não traz nenhum prejuízo processual à parte promovida. Julgamento antecipado da lide. Examinando os autos, nota-se que, na audiência de conciliação (ID 25406624), as partes posicionaram-se no sentido de que, em relação à produção de prova oral, manifestar-se-iam na contestação (parte reclamada) e na impugnação à contestação (parte reclamante). Porém, analisando tais peças, observa-se que não houve pedido específico, autorizando o julgamento antecipado da lide, com a aplicação dos ônus específicos. Desta forma, com fulcro no artigo 355, inciso I, do CPC, passo ao exame do mérito. Limites do conflito. Em análise da narrativa das partes, restou controvertido a falha na prestação de serviço da parte reclamada com a revista pessoal vexatória e o dano moral. Assim, estando delimitado o conflito, passo ao exame das controvérsias fáticas e jurídicas, na ordem de prejudicialidade que se apresentam. Revista pessoal. O direito à propriedade é assegurado pela Constituição Federal (art. 5º, inciso XXII), sendo legalmente permitido que a revista pessoal, inclusive por segurança privado, quando houver fundada suspeita de furto. Esta é a exegese do artigo 240, § 2º, 241, 242 e 244 do Código de Processo Penal e 144 da CF: Art. 240. A busca será domiciliar ou pessoal. (...) § 2º Proceder-se-á à busca pessoal quando houver fundada suspeita de que alguém oculte consigo arma proibida ou objetos mencionados nas letras b a f e letra h do parágrafo anterior. Art. 241. Quando a própria autoridade policial ou judiciária não a realizar pessoalmente, a busca domiciliar deverá ser precedida da expedição de mandado. Art. 242. A busca poderá ser determinada de ofício ou a requerimento de qualquer das partes. (...) Art. 244. A busca pessoal independerá de mandado, no caso de prisão ou quando houver fundada suspeita de que a pessoa esteja na posse de arma proibida ou de objetos ou papéis que constituam corpo de delito, ou quando a medida for determinada no curso de busca domiciliar. (...) Art. 301. Qualquer do povo poderá e as autoridades policiais e seus agentes deverão prender quem quer que seja encontrado em flagrante delito. Todavia, não obstante a garantia ao patrimônio e a possibilidade de revista pessoal, é necessário que este direito seja conciliado ao direito da intimidade, honra e privacidade, também assegurado pela Constituição Federal (art. 5º, X). Neste contexto, pode-se afirmar que o direito à propriedade não é absoluta e, caso a revista pessoal seja efetivamente necessária, deve ser realizada com discrição, respeito e apenas em caso de fundada suspeita de furto. Neste sentido: CIVIL. REVISTA PESSOAL NO ESTACIONAMENTO DE SUPERMERCADO. SUSPEITA DE FURTO NÃO CONFIRMADA. DANO MORAL CONFIGURADO. REDUÇÃO PROPORCIONAL DO VALOR DA CONDENAÇÃO. I. Inicialmente cumpre salientar que, se a parte recorrente não promove a degravação dos depoimentos produzidos em audiência (prova testemunhal), prevalecem as ponderações lançadas na sentença (Precedentes das Turmas Recursais do TJDFT: 1ª TR, Acórdão 856271; 2ª TR, Acórdão 786755; 3ª TR, Acórdão 1024571). II. Incidência das respectivas normas protetivas (CDC, Arts. 2º, 3º. 6º e 14º). III. Apesar de viável a realização de revista pessoal em casos de suspeita de furto em estabelecimento comercial (exercício regular do direito de propriedade), é imprescindível que a desconfiança esteja baseada em indícios concretos, bem como que a abordagem não exceda a esfera do razoável. Precedente: TJDFT, 1ª TR, Acórdão nº 902449, IV. In casu, o consumidor/recorrido foi acusado do cometimento do furto de duas latas de energético no ?Atacadão? (recorrente), oportunidade em que foi revistado pelo segurança do supermercado, sem que os produtos fossem encontrados. De acordo com o testemunho do policial militar que compareceu ao local dos fatos, por solicitação do próprio autor (depoimento mencionado na sentença ora revista), a abordagem ocorreu no estacionamento, distante mais ou menos 15 ou 20 metros da entrada do estabelecimento, a possibilitar a visualização do ocorrido por vários clientes. Em audiência, o autor afirmou que o segurança insistiu na acusação de furto, mesmo sem encontrar a mercadoria. V. Forçoso concluir que a situação externa vexatória a que foi submetido o recorrido deu causa à constrangimentos e humilhações que atingiram violentamente sua honra subjetiva, a subsidiar a compensação por dano moral (CF, Art. 5º, V e X), especialmente porque o recorrente não apresentou prova idônea (testemunhal ou documental), a respaldar a abordagem da parte consumidora. VI. Urge, no entanto, a adequação proporcional do valor da condenação (de R$10.000,00 para R$ 7.000,00), estimativa condizente à adotada pelas Turmas Recursais do DF (1ª TR, Acórdão 969115; 2ª TR, Acórdão 449279; 3ª TR, Acórdão 1002835) e suficiente a compensar os incontestes dissabores, sem proporcionar enriquecimento indevido, a

míngua de contundente demonstração de maiores excessos na abordagem, bem como de que os fatos tenham causado consequencias mais gravosas e duradouras ao seio pessoal ou social do consumidor. VII. Por fim, não se conhece de pedido de majoração dos danos morais formulado em contrarrazões, por inadequação da via eleita. Recurso conhecido e parcialmente provido para minorar a compensação por danos morais para R$7.000,00. No mais, sentença confirmada por seus próprios fundamentos. Sem custas nem honorários (Lei n. 9099/95, Arts. 46 e 55). (Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios TJ-DF : 07319519220168070016 DF 0731951-92.2016.8.07.0016, Julgamento em 4 de julho de 2017. Relator Fernando Antonio Tavernard Lima) INDENIZAÇÃO - DANOS MORAIS - SUSPEITA DE FURTO - REVISTA EM SUPERMERCADO - EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO - DANOS NÃO COMPROVADOS A revista realizada em supermercado em razão de suspeita de furto de mercadoria, por si só, quando bem conduzida, não gera o direito à percepção de indenização por danos morais quando realizada em exercício regular de direito, sem a comprovação de qualquer ofensa à honra. (Tribunal de Justiça de Minas Gerais TJ-MG : 106930402842280011 MG 1.0693.04.028422-8/001(1) Julgamento em 14/02/2006. Relator Fernando Caldeira Brant) Com base no conjunto fático probatório disponível nos autos, nota-se que não há qualquer prova que possa convencer este juízo sobre os acontecimentos dos fatos, de que o promovente tenha sido abordado pelos funcionários do mercado promovido de forma vexatória. Isso porque os fatos narrados na Delegacia de Polícia são declarações unilaterais, não há imagens que evidenciam a dinâmica da abordagem feita ao promovente, tampouco solicitação de que fossem trazidas aos autos pela promovida, e também não há indicação de testemunhas que pudessem relatar como os fatos ocorreram. Vale lembrar que, incumbe à parte reclamante a prova dos fatos constitutivos de seu direito (art. 373 do CPC), ônus do qual não se desincumbiu. Desse modo, pela insuficiência de provas, aplicam-se as regras de hermenêutica, segundo as quais, nesses casos, decide-se em desfavor da parte que possui o encargo probatório, concluindo-se que não houve prática de conduta ilícita da parte promovida. Assim sendo, não havendo ato ilícito, encontra-se prejudicado o exame dos demais pressupostos caracterizadores da responsabilidade civil, bem como a discussão em relação ao dano e o seu quantum indenizatório. Dispositivo. Pelo exposto, proponho julgar improcedentes os pedidos contidos na inicial para, com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil: Sem custas e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. Intimem-se. Preclusas as vias recursais, arquive-se. Submeto o presente projeto de decisão à homologação do Magistrado Togado, para que surta os efeitos legais previstos no artigo 40 da Lei 9099/95. Carla Cristina Cezário Juíza Leiga --- ---------- Vistos. Para que produza os seus devidos efeitos jurídicos, nos termos do artigo 40, da Lei nº 9.099/95 c/c artigo 8º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 270/07, homologo o projeto de sentença juntado nos autos. Hildebrando da Costa Marques Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1009318-43.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
DANIEL MARTINS ANCHIETA JUNIOR (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDEZIO LIMA FERNANDES OAB - MT17309-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
M F AGENCIA DE TURISMO E VIAGENS LTDA - ME (REQUERIDO)
CVC BRASIL OPERADORA E AGENCIA DE VIAGENS S.A. (REQUERIDO)
TUIUTUR VIAGENS E TURISMO LTDA - EPP (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS VISEU OAB - SP117417-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Gabinete 2 (Juiz Hildebrando da Costa Marques) SENTENÇA Autos 1009318-43.2019.8.11.0001 REQUERENTE: DANIEL MARTINS ANCHIETA JUNIOR REQUERIDO: CVC BRASIL OPERADORA E AGENCIA DE VIAGENS S.A., M F AGENCIA DE TURISMO E VIAGENS LTDA - ME, TUIUTUR VIAGENS E TURISMO LTDA - EPP Vistos. Relatório minucioso dispensado (art. 38 da Lei 9.099/95). Resumo da controvérsia DANIEL MARTINS ANCHIETA JUNIOR ajuizou reclamação com pedido declaratório de inexistência de débito c/c indenizatório por danos morais em desfavor de CVC BRASIL OPERADORA E AGENCIA DE VIAGENS S/A, MF AGENCIA DE TURISMO e VIAGENS LTDA e TUIUTUR VIAGENS E TURISMO LTDA. Em síntese alegou que contratou serviço de viagem e turismo das promovidas, adquirindo um pacote para a cidade Fortaleza/CE nos dias 30/04/2019 a 07/05/20019 e dividiu o pagamento com outras pessoas. Asseverou quinze dias antes do embarque, soube que a viagem havia sido cancelada. Informou que a viagem além de turística tinha a finalidade comercial, já que compraria mercadorias e devido o cancelamento da viagem não pode adquirir roupas para sua loja. Afirmou que os valores pagos pelo pacote turístico não foi ressarcido. Ao final postulou devolução de valores em dobro e indenização por danos morais. Devidamente citadas, as partes promovidas apresentaram contestação na ID 26099392 e arguiu preliminarmente a ilegitimidade passiva e no mérito, sustentou a existência de culpa de terceiro Avianca e ausência de dano moral. Ao final, requer a improcedência dos pedidos. Ata da audiência de conciliação acostada no ID 25874412 e impugnação no ID 26304053. É a síntese do necessário. Ilegitimidade passiva CVC BRASIL. A indicação na petição inicial, da parte promovida, trazendo como causa de pedir fundamentos que evidenciam a existência de uma suposta relação jurídica de direito material com a parte promovente, é suficiente para sustentar a legitimidade das partes, como preconizado pela Teoria da Asserção, amplamente aceita no c. STJ: AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AQUISIÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS POR INTERMÉDIO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. LEGITIMIDADE PASSIVA DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. TEORIA DA ASSERÇÃO. PRECEDENTES. PRESCRIÇÃO. PRAZO. TERMO INICIAL. CIÊNCIA DA LESÃO. TEORIA DA ACTIO NATA. MOMENTO DA OCORRÊNCIA DA CIÊNCIA INEQUÍVOCA. SÚMULA N. 7 DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO. 1. Não há ilegitimidade passiva nas hipóteses em que a pertinência subjetiva do réu em relação à pretensão deduzida em juízo torna-se evidente à luz da teoria da asserção, segundo a qual as condições da ação devem ser aferidas tomando como pressuposto, provisoriamente, apenas em juízo de admissibilidade da demanda, as próprias afirmações ou alegações contidas na petição inicial, dispensando-se qualquer atividade probatória. (...) 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (STJ AgRg no AREsp 740.588/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/10/2015, DJe 16/11/2015) Diante do exposto, em exame apenas das alegações contidas na inicial, nota-se que as partes da relação jurídica de direito material (relação contratual, pacote de turismo e passagens aéreas) coincidem com as partes desta demanda, tornando-as partes legítimas para figurar no polo ativo e passivo. Por fim, relevante consignar que a discussão quanto à responsabilidade civil da parte promovida, depende da análise da tese de defesa e do conjunto fático probatório, pontos que serão examinados de forma apropriada, no mérito da demanda. Portanto, não havendo razão a arguição de ilegitimidade passiva, rejeita-se. Julgamento antecipado da lide. Examinando os autos, nota-se que, na audiência de conciliação (ID 25874412), a parte reclamante pugnou pelo julgamento antecipado da lide e as partes reclamadas posicionaram-se no sentido de que, em relação à produção de prova oral, manifestar-se-iam na contestação. Porém, analisando tais peças, observa-se que não houve pedido específico, autorizando o julgamento antecipado da lide, com a aplicação dos ônus específicos. Desta forma, com fulcro no artigo 355, inciso I, do CPC, passo ao exame do mérito. Limites do conflito. Em análise da narrativa das partes, restou controvertido a falha na prestação de serviço, a excludente de culpabilidade e o dano moral. Assim, estando delimitado o conflito, passo ao exame das controvérsias fáticas e jurídicas, na ordem de prejudicialidade que se apresentam. Atraso na conclusão do transporte. As companhias de transporte aéreo de passageiro, em razão das peculiaridades decorrente da atividade econômica desenvolvida, que depende muito das condições climáticas para a sua operacionalização, possuem uma margem de tolerância de 4 (quatro) horas para a conclusão do serviço proposto após o prazo contratualmente previsto, conforme disposto nos artigos 230 e 231 do Código Brasileiro de Aeronáutica, in verbis: Art. 230. Em caso de atraso da partida por mais de 4 (quatro) horas, o transportador providenciará o embarque do passageiro, em voo que ofereça serviço equivalente para o mesmo destino, se houver, ou restituirá, de imediato, se o passageiro o preferir, o valor do bilhete de passagem. Art.231. Quando o transporte sofrer interrupção ou atraso em aeroporto de escala por período superior a 4 (quatro) horas, qualquer que

seja o motivo, o passageiro poderá optar pelo endosso do bilhete de passagem ou pela imediata devolução do preço. No mesmo sentido são as normas regulamentadoras previstas no artigo 21 Resolução 400/2016 da Agência Nacional de Aviação Civil: Art. 21. O transportador deverá oferecer as alternativas de reacomodação, reembolso e execução do serviço por outra modalidade de transporte, devendo a escolha ser do passageiro, nos seguintes casos: I - atraso de voo por mais de quatro horas em relação ao horário originalmente contratado; II - cancelamento de voo ou interrupção do serviço; III - preterição de passageiro; e IV - perda de voo subsequente pelo passageiro, nos voos com conexão, inclusive nos casos de troca de aeroportos, quando a causa da perda for do transportador. Parágrafo único. As alternativas previstas no caput deste artigo deverão ser imediatamente oferecidas aos passageiros quando o transportador dispuser antecipadamente da informação de que o voo atrasará mais de 4 (quatro) horas em relação ao horário originalmente contratado. Desta forma, quando há atraso na chegada do passageiro por período superior a 4 (quatro) horas, independentemente do motivo do atraso, se simples atraso de embargue, cancelamento de voo, ou preterição de embargue, há caracterização de serviço ineficiente. Neste sentido: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE NÃO VERIFICADAS. DIREITO DO CONSUMIDOR. AÇÃO INDENIZATÓRIA. COMPANHIA AÉREA. CONTRATO DE TRANSPORTE. OBRIGAÇÃO DE RESULTADO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DANOS MORAIS. ATRASO DE VOO. PASSAGEIRO DESAMPARADO. PERNOITE NO AEROPORTO. ABALO PSÍQUICO. CONFIGURAÇÃO. CAOS AÉREO. FORTUITO INTERNO. INDENIZAÇÃO DEVIDA. 1. A postergação da viagem superior a quatro horas constitui falha no serviço de transporte aéreo contratado e gera o direito à devida assistência material e informacional ao consumidor lesado, independentemente da causa originária do atraso. 2. O dano moral decorrente de atraso de voo prescinde de prova e a responsabilidade de seu causador opera-se in re ipsa em virtude do desconforto, da aflição e dos transtornos suportados pelo passageiro. 3. Ausentes quaisquer dos vícios ensejadores dos aclaratórios, afigura-se patente o intuito infringente da presente irresignação, que objetiva não suprimir a omissão, afastar a obscuridade ou eliminar a contradição, mas, sim, reformar o julgado por via inadequada. 4. Embargos de declaração rejeitados. (STJ EDcl no REsp 1280372/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/03/2015, DJe 31/03/2015) RECURSO INOMINADO. ATRASO DE VOO INFERIOR A 04 (QUATRO) HORAS. TEMPO RAZOÁVEL. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. O atraso de voo de menos de quatro horas para a chegada ao destino final, por si só, não configura danos morais. Trata-se de aborrecimentos da vida cotidiana, sem consequências graves na esfera psíquica do passageiro. 2. Consumidor que não comprova que houve atraso por mais de quatro horas. Conforme se depreende da prova do alegado compromisso que teria na cidade de destino, o próprio recorrente afirma que o voo estaria atrasado em 03 (três) horas. 3. Dano moral é a dor subjetiva, que refoge à normalidade do dia-a-dia. No caso, o que ocorreu foi mero dissabor, não constituindo, assim, lesão de bem integrante da personalidade da parte recorrente. O mero aborrecimento, mágoa, irritação ou sensibilidade exacerbada estão fora da órbita do dano moral. 4. Sentença mantida pelos próprios fundamentos, conforme autoriza o art. 46 da Lei 9.099/95. (TJMT, Turma Recursal, Recurso Cível 8011509-75.2015.811.0002, Relator Nelson Dorigatti, Data do Julgamento 18/10/2016) Vale destacar que, em caso de cancelamento de voo, mesmo com prévia notificação, nos termos do artigo 12 da Resolução 400/2016 da ANAC, o transportador deverá oferecer reacomodação em outro voo, próprio ou de terceiro que oferece serviço equivalente para o mesmo destino dentro do prazo de 4 horas para que a situação também não venha a ser caracterizada falha na prestação de serviço. Neste sentido: CÍVEL. RECURSO INOMINADO. INDENIZATÓRIA. CANCELAMENTO DE VOO. RAZÕES CLIMÁTICAS. REACOMODAÇÃO EM OUTRO VOO EM PERÍODO INFERIOR A QUATRO HORAS. PEDIDO INICIAL QUE NÃO MERECE PROSPERAR. SENTENÇA REFORMADA. 1. Em que pese o cancelamento do voo, o consumidor foi reacomodado em outro voo, em período inferior a quatro horas, de modo que não restou configurada ausência de adequada assistência. 2. Conforme consta da inicial, o recorrido havia comprado passagem aérea para o voo com saída prevista para às 07:43 horas, no entanto, em razão do cancelamento de tal voo, o consumidor foi reacomodado em voo com saída prevista para às 11:30 horas. 3. Deste modo, merece provimento o recurso, para o fim de julgar improcedente o pedido inicial. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. , esta Turma Recursal resolve, por unanimidade de votos, CONHECER E DAR PROVIMENTO ao recurso, nos exatos termos do vot (TJPR - 3Âª Turma Recursal em Regime de ExceÃ§Ã£o - 0002566-65.2015.8.16.0036/0 - São José dos Pinhais - Rel.: GIANI MARIA MORESCHI - - J. 19.08.2016) (TJ-PR - RI: 00025666520158160036 0 PR 0002566-65.2015.8.16.0036/0 (Acórdão), Relator: GIANI MARIA MORESCHI, Data de Julgamento: 19/08/2016, 3Âª Turma Recursal em Regime de ExceÃ§Ã£o, Data de Publicação: 23/08/2016).. Em análise dos autos, observa-se que o contrato com transporte aéreo previa viagem da parte reclamante ao destino contratado (Fortaleza/CE) em 30/04/2019 a 07/05/2019 (ID 24271982). Todavia, o voo foi cancelado e não houve reacomodação do passageiro em outro voo, como reconhecido pela parte reclamada. Portanto, diante da ausência de reacomodação da parte reclamante dentro do prazo estabelecido, a conduta omissiva da parte reclamada configurou conduta ilícita. Excludente de culpabilidade. Os fabricantes, produtores, construtores, importadores, comerciantes, fornecedores e os prestadores de serviço, possuem responsabilidade civil objetiva, sendo presumida a culpa (art. 12 e 14 do CDC). No entanto, a responsabilidade objetiva pode ser excluída em caso de culpa exclusiva do consumidor e de terceiro (§ 3º, incisos III e II, respectivamente dos artigos 12 e 13 do CDC), bem como nos casos fortuitos e de força maior, conforme entendimento jurisprudencial pacificado do STJ: RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. TRANSPORTE DE PASSAGEIROS. CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO. METROPOLITANO. ROUBO COM ARMA BRANCA SEGUIDO DE MORTE. ESCADARIA DE ACESSO À ESTAÇÃO METROVIÁRIA. CASO FORTUITO EXTERNO. EXCLUDENTE DE RESPONSABILIDADE CIVIL. PRECEDENTES. APELO PROVIDO. 1. Nos termos da jurisprudência firmada nesta Corte Superior, a responsabilidade do transportador em relação aos passageiros é objetiva, somente podendo ser elidida por fortuito externo, força maior, fato exclusivo da vítima ou por fato doloso e exclusivo de terceiro. (...)(STJ REsp 974.138/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 22/11/2016, DJe 09/12/2016) Neste contexto, com o objetivo de afastar sua responsabilidade objetiva, a parte promovida sustenta que o dano foi ocasionado por culpa exclusiva de terceiros e, por isso, não possui responsabilidade civil. Todavia, no caso concreto, observa-se que não há culpa exclusiva de terceiro, pois a parte promovida contribuiu para a concretização do dano, visto que é de sua responsabilidade os serviços prestados por seus parceiros empresariais, em virtude de sua culpa in ilegendo e in vigilando. Neste sentido: DIREITO DO CONSUMIDOR. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. DANOS MORAIS. INSCRIÇÃO INDEVIDA NO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. EMPRESA DE TELEFONIA DE LONGA DISTÂNCIA. PARCERIA EMPRESARIAL. DEFEITO NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ALEGAÇÃO DE OFENSA À REGULAMENTO DA ANATEL. I - A alegação de ofensa à Regulamento da ANATEL não se enquadra na hipótese de cabimento de recurso especial prevista na alínea "a" do permissivo constitucional. I - A empresa que integra, como parceira, a cadeia de fornecimento de serviços é responsável solidária pelos danos causados ao consumidor por defeitos no serviço prestado. II - A exclusão da responsabilidade do fornecedor por ato de terceiro pressupõe a inexistência de defeito no serviço prestado. Agravo Regimental a que se nega provimento. (STJ AgRg no Ag 1153848 / SC, TERCEIRA TURMA, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, Ministro SIDNEI BENETI) Ademais, além da culpa in ilegendo e in vigilando, com base na Teoria da Aparência, consagrada nas relações de consumo por meio do artigo 34 do CDC, aquele que se apresenta ao consumidor como responsável pelo serviço contratado tem plena responsabilidade civil mesmo que a conduta ilícita tenha sido praticada por seus parceiros empresariais. Neste sentido: CONSUMIDOR. CONTRATO. SEGURO. APÓLICE NÃO EMITIDA. ACEITAÇÃO DO SEGURO. RESPONSABILIDADE. SEGURADORA E CORRETORES. CADEIA DE FORNECIMENTO. SOLIDARIEDADE. 1. A melhor exegese dos arts. 14 e 18 do CDC indica que todos aqueles que participam da introdução do produto ou serviço no mercado devem responder solidariamente por eventual defeito ou vício, isto é, imputa-se a toda a cadeia de fornecimento a responsabilidade pela garantia de qualidade e adequação. 2. O art. 34 do CDC materializa a teoria da aparência, fazendo com que os deveres de boa-fé, cooperação, transparência e informação alcancem todos os fornecedores, direitos ou indiretos, principais ou auxiliares, enfim todos aqueles que, aos olhos do consumidor, participem da cadeia de fornecimento. 3. No sistema do CDC fica a critério do consumidor a escolha dos fornecedores solidários que irão integrar o polo passivo da ação. Poderá exercitar sua pretensão

contra todos ou apenas contra alguns desses fornecedores, conforme sua comodidade e/ou conveniência. (...) (STJ REsp 1077911/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 04/10/2011, DJe 14/10/2011) Desta forma, o simples fato da parte promovida alegar que a conduta ilícita tenha sido praticada pela companhia aérea, não há como eximir sua responsabilidade. Portanto, por não haver excludente de culpa da parte promovida, permanecendo inalterada a plena responsabilidade pela conduta ilícita detectada. Repetição de indébito. Havendo valor pago a maior ou indevidamente, conforme preconiza o artigo 876 do Código Civil, todo aquele que receber quantia indevida, tem a obrigação a restituí-la. Assim sendo, importante consignar que, nos termos do artigo 42, parágrafo único, do CDC, a restituição deve ser o dobro do que pagou, caso o credor tenha agido com má-fé. Neste sentido: AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. MONTEPIO CONVERTIDO EM SEGURO DE VIDA. PAGAMENTO INDEVIDO. REPETIÇÃO DO INDÉBITO. ART. 42, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CDC. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DA MÁ-FÉ. HIPÓTESE, NO CASO, DE INDÉBITO SIMPLES. DECISÃO MANTIDA. 1. A repetição do indébito prevista no art. 42, parágrafo único, do CDC somente é devida quando comprovada a má-fé do fornecedor; em não comprovada a má-fé, é devida a restituição simples. Precedentes do STJ. 2. No caso, não comprovada a má-fé, deve ser reformado o acórdão para afastar o indébito em dobro, mantido na modalidade simples. 3. Agravo interno não provido. (STJ AgInt nos EDcl no REsp 1316734/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 16/05/2017, DJe 19/05/2017) Em análise do caso concreto e com base no conjunto fático probatório disponível nos autos, mormente quanto aos documentos juntados no ID 2421982, nota-se que houve o pagamento indevido no valor total de R$689,86 da cota parte do promovente, conforme alegado pelo próprio. Todavia, considerando que o recebimento indevido foi ocasionado com base na taxa de juros devidamente pactuada, não vislumbro que haja má-fé que justifique a repetição de indébito em dobro, devendo o valor ser restituído de forma simples. Dano moral. Em virtude da imprecisão terminológica utilizada no artigo 5º, incisos V e X, da Constituição Federal, a expressão dano moral possui inúmeras definições doutrinárias e jurisprudências. Sem que se adentre a esta discussão, em síntese, com base na jurisprudência do STJ abaixo transcrito, podemos definir dano moral como toda ofensa aos direitos da personalidade, podendo ser classificada em honra objetiva consistente na ofensa à reputação social e a subjetiva se reportando ao sofrimento suportado. RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL. RESPONSABILIDADE EXTRACONTRATUAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO INDICAÇÃO. SÚMULA 284/STF. DANO MORAL. PESSOA JURÍDICA. ART. 52 DO CC/02. PROTEÇÃO DE SUA PERSONALIDADE, NO QUE COUBER. HONRA OBJETIVA. LESÃO A SUA VALORAÇÃO SOCIAL. BOM NOME, CREDIBILIDADE E REPUTAÇÃO. PROVA. INDISPENSABILIDADE.(...) 5. Os danos morais dizem respeito à dignidade humana, às lesões aos direitos da personalidade relacionados a atributos éticos e sociais próprios do indivíduo, bens personalíssimos essenciais para o estabelecimento de relações intersubjetivas em comunidade, ou, em outras palavras, são atentados à parte afetiva (honra subjetiva) e à parte social da personalidade (honra objetiva). 6. As pessoas jurídicas merecem, no que couber, a adequada proteção de seus direitos da personalidade, tendo a jurisprudência dessa Corte consolidado, na Súmula 227/STJ, o entendimento de que as pessoas jurídicas podem sofrer dano moral. 7. A tutela da personalidade da pessoa jurídica, que não possui honra subjetiva, restringe-se à proteção de sua honra objetiva, a qual é vulnerada sempre que os ilícitos afetarem seu bom nome, sua fama e reputação. 8. A distinção entre o dano moral da pessoa natural e o da pessoa jurídica acarreta uma diferença de tratamento, revelada na necessidade de comprovação do efetivo prejuízo à valoração social no meio em que a pessoa jurídica atua (bom nome, credibilidade e reputação). 9. É, portanto, impossível ao julgador avaliar a existência e a extensão de danos morais supostamente sofridos pela pessoa jurídica sem qualquer tipo de comprovação, apenas alegando sua existência a partir do cometimento do ato ilícito pelo ofensor (in re ipsa). Precedente. (...) (STJ REsp 1807242/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/08/2019, REPDJe 18/09/2019, DJe 22/08/2019) Por esta razão, tanto as pessoas naturais quanto as pessoas jurídicas podem sofrer dano moral, contudo, estas últimas por possuírem apenas honra objetiva, eis que detentoras de reputação social, mas não de honra subjetiva, porquanto são desprovidas de sentimentos (Súmula 227 do STJ). Assim, a indisponibilidade financeira, ou seja, a impossibilidade do uso de certa quantia de recursos financeiros, tem o condão de gerar o dano moral, visto que pode comprometer o orçamento familiar e, consequentemente, o seu sustento e de sua família, bem como gerar inadimplemento de despesas básicas, ocasionando tanto sentimentos indesejados quanto a depreciação da imagem do consumidor em sua sociedade. A propósito: APELAÇÃO CÍVEL. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. CARTÃO DE CRÉDITO. DÉBITOS INDEVIDOS. DANO MORAL. CARACTERIZADO. A manutenção da cobrança indevida de valores que representam significativa parcela dos rendimentos da autora, afetam seu orçamento familiar, causando-lhe sérios constrangimentos e abalo psicológico. REPETIÇÃO DO INDÉBITO. Possibilidade na forma simples. APELAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDA. (TJRS Apelação Cível Nº 70039190780, Segunda Câmara Especial Cível, Relator: Marco Antonio Angelo, Julgado em 31/08/2011) CONTRATO. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. PROVA. DESCONTO. DANO MORAL. 1. A autora negou ter efetuado empréstimo consignado junto ao réu, e este não logrou fazer prova em contrário. 2. Ademais, as alegações da autora são verossímeis. Desde a constatação do depósito de valores em sua conta, buscou afastar a contratação. Depositou o valor em juízo. 3. A imposição de descontos mensais em parcos benefícios previdenciários, e a insistência, apesar do pedido de cancelamento, gera dano passível de reparação, mormente em se tratando de pessoa de vulnerabilidade agravada. 4. Recurso não provido.(TJ-SP - APL: 10090768220168260224 SP 1009076-82.2016.8.26.0224, Relator: Melo Colombi, Data de Julgamento: 22/02/2017, 14ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 24/02/2017) Em exame do caso concreto, com base no documento juntado no ID 2421982, pode-se afirmar que o pagamento por passagens aéreas não usufruidas, no valor de R$689,86, sem o correspondente reembolso é suficiente para presumir a existência de dano moral na modalidade subjetiva, visto que se trata de valor significativo. Isto porque este fato tem o condão de proporcionar sentimentos indesejados como frustração, raiva, angústia e ansiedade. Portanto, diante da indisponibilidade financeira é devido o dano moral. Quantum indenizatório do dano moral. Em relação ao quantum indenizatório do dano moral, este deve atender a uma dupla finalidade: compensação e repressão. Assim, há que se observar tanto a capacidade econômica da vítima quanto do ofensor, evitando o enriquecimento injustificado e garantindo o viés pedagógico da medida. Ademais, deve ser considerada também a extensão da culpa e do dano (subjetivo e/ou objetivo), para que não sejam violados os Princípios da Razoabilidade e da Proporcionalidade. Neste sentido preconiza a jurisprudência do STJ: (...)RESPONSABILIDADE CIVIL. (...) DANOS MORAIS E ESTÉTICOS. VERBA INDENIZATÓRIA FIXADA COM RAZOABILIDADE. (...) 1. A revisão do valor fixado a título de danos morais e estéticos para os autores em razão de acidente de trânsito provocado por agente estatal, encontra óbice na Súmula 07/STJ, uma vez que fora estipulado em razão das peculiaridades do caso concreto, a exemplo, da capacidade econômica do ofensor e do ofendido, a extensão do dano, o caráter pedagógico da indenização. 2. Somente é possível rever o valor a ser indenizado quando exorbitante ou irrisória a importância arbitrada, em violação dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, o que não se observa no presente caso. 3. Agravo Regimental do ESTADO DE SANTA CATARINA desprovido. (STJ AgRg no AREsp 253.665/SC, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 21/03/2013, DJe 11/04/2013) Neste contexto, o valor indenizatório deve satisfazer ao caráter compensatório, servindo, ainda como desincentivo à repetição da conduta ilícita. Portanto, sopesando estes critérios e considerando as peculiaridades do caso concreto, entendo como razoável e suficiente para a reparação do dano moral a quantia de R$4.000,00. Dispositivo. Pelo exposto, proponho; a) rejeitar as preliminares; b) julgar parcialmente procedentes os pedidos contidos na inicial, extinguindo o processo com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil, para; c) condenar a parte reclamada pagar a parte reclamante a quantia de R$ 689,86 (seiscentos e oitenta e nove reais e oitenta e seis centavos) a título de repetição de indébito, corrigida monetariamente pelo INPC/IBGE, pro rata, a partir do efetivo prejuízo (30/04/2019 ID 2421982), cf. Súmula 43 do STJ), e juros da mora de 1% (um por cento) ao mês, sem capitalização, a partir da citação; d) condenar as partes promovidas, solidariamente, pagarem à parte promovente a quantia de R$4.000,00 (quatro mil reais) a título de danos morais, corrigida monetariamente pelo INPC/IBGE, pro rata, a partir desta data (Súmula 362

do STJ), e juros da mora de 1% (um por cento) ao mês, sem capitalização, a partir da citação (15/10/2019, ID 25045968 por envolver ilícito contratual (Precedentes do STJ. AgInt no AREsp 703055/RS). Sem custas e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. Intimem-se. Preclusas as vias recursais, intimem-se novamente as partes, agora, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, requeiram o que entenderem de direito, sob pena dos autos serem encaminhados ao arquivo. Havendo condenação que enseje cumprimento de sentença, o credor deverá apresentar planilha de cálculo detalhada, demonstrando o valor atualizado do débito, com exata observância ao comando judicial. Para que não sejam apresentados cálculos sem credibilidade, recomendamos que os valores sejam atualizados prioritariamente por meio da função "atualização monetária" disponível no sítio DrCalc.net (http://www.drcalc.net/correcao.asp?it=3&ml=Calc), visto que, além de se tratar de um sítio confiável, satisfaz plenamente as peculiaridades necessárias para o caso concreto, em que o termo inicial dos juros e da correção monetária são distintos. Destaca-se que neste cálculo não deverá constar ainda a multa do artigo 523, §1º, do CPC (Lei nº 13.105/2015), visto que esta é cabível somente após a intimação específica do devedor para o pagamento, conforme entendimento já firmado pela Sistemática de Precedente (Recurso Repetitivo REsp 1102460/RS). Com o objetivo do proporcionar o máximo de celeridade à fase executiva (art. 2º da Lei 9.099/95), o devedor deverá atender o disposto no artigo 524, inciso VII, do CPC, em destaque informando o número do CPF ou CNPJ das partes (inciso I), a indicação dos bens passíveis de penhora (inciso VII) e dos sistemas on line que pretende que sejam utilizados (BACENJUD e RENAJUD). Não havendo manifestação das partes, arquive-se. Submeto o presente projeto de decisão à homologação do Magistrado Togado, para que surta os efeitos legais previstos no artigo 40 da Lei 9099/95. Carla Cristina Cezário Juíza Leiga ---------- Vistos. Para que produza os seus devidos efeitos jurídicos, nos termos do artigo 40, da Lei nº 9.099/95 c/c artigo 8º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 270/07, homologo o projeto de sentença juntado nos autos. Hildebrando da Costa Marques Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1010722-32.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ANA MARIA ROMANCINI (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELO ZANDONADI OAB - MT4266-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GOL LINHAS AEREAS S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO OAB - MT26103/A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Gabinete 2 (Juiz Hildebrando da Costa Marques) SENTENÇA Autos 1010722-32.2019.8.11.0001 REQUERENTE: ANA MARIA ROMANCINI REQUERIDO: GOL LINHAS AEREAS S.A. Vistos, etc. ANA MARIA ROMANCINI ajuizou reclamação com pedido indenizatório em desfavor de GOL LINHAS AÉREAS S.A. Em síntese, alegou falha na prestação de serviços decorrente de cancelamento de voo, de Salvador a Cuiabá, marcado para retorno no dia 13/01/2019, contudo, a empresa unilateralmente alterou o voo para o dia 14/01/2019, sendo necessário pagar hospedagem e demais gastos no importe total de R$ 1.626,00 (id. 24624488 a 24624843). Ao final, postulou indenização por danos materiais e morais. Devidamente citada, a parte reclamada apresentou contestação no id. 26165283 e arguiu inépcia da inicial e no mérito sustentou que o voo foi cancelado pela alteração da malha aérea e que houve comunicação prévia com antecedência e realocação, inexistência de culpa, ausência de dano material e moral. Ao final, arguiu pela improcedência dos pedidos. Ata da audiência de conciliação acostada no id. 26235085 e impugnação à contestação apresentanda no id. 26405492. É a síntese do necessário. Relatório minucioso dispensado (art. 38 da Lei 9.099/95). INÉPCIA DA INICIAL. Nos termos 330 do CPC, "considera-se inepta a petição inicial quando: I - lhe faltar pedido ou causa de pedir; II - o pedido for indeterminado, ressalvadas as hipóteses legais em que se permite o pedido genérico; III - da narração dos fatos não decorrer logicamente a conclusão; IV - contiver pedidos incompatíveis entre si." Em se tratando de ação de competência dos Juizados Especiais, o artigo 330 do CPC deve ser interpretado com o menor rigor processual possível, devendo ser flexibilizado para que não sejam violados os princípios da simplicidade e informalidade (art. 2º da Lei 9.099/95). Isto porque, o pedido formulado no Juizado Especial deve ser formalizado de forma simples e sucinta (art. 14, § 1º, da Lei 9.099/95), permitindo, inclusive, a postulação sem a representação de advogados para causas até 20 salários mínimos (art. 9º da Lei 9.099/95). Com base nestas ponderações, pode-se afirmar que, as petições iniciais ajuizadas perante o Juizado Especial devem observar o mínimo do rigor processual, apenas para que não dificulte à parte reclamada exercer seu direito de defesa. Neste sentido: RECURSO INOMINADO – RECLAMAÇÃO INDENIZATÓRIA – PROCESSO EXTINTO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO – NÃO CONFIGURAÇÃO DE INÉPCIA DA INICIAL – DEVER DE OBSERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS DA ORALIDADE E SIMPLICIDADE – AUSÊNCIA DE PREJUÍZO PARA A PARTE ADVERSA – SENTENÇA REFORMADA PARA AFASTAR A INÉPCIA DA INICIAL (...) 1 – Em razão dos princípios da oralidade e simplicidade, vigentes no sistema dos juizados especiais, a reclamação realizada no PROCON pode ser recebida como petição inicial, mormente quando possível aferir pedido certo e determinado. Ausência de prejuízo para a parte ex adversa, que pôde se defender de todas as alegações da exordial. (...) (TJMT TRU 620090207413/2013, HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES, Turma Recursal Única, Data do Julgamento 17/07/2013, Data da publicação no DJE 17/07/2013). Examinando a petição inicial, nota-se que esta possui causa de pedir com narrativa compreensível dos fatos e pedidos determinados e compatíveis entre si. Destaca-se que a petição inicial foi devidamente compreendida pela defesa, proporcionando a parte contrária condições de defesa, e ao juízo o julgamento de mérito da demanda. Portanto, a preliminar de inépcia deve ser rejeitada. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. Em exame a narrativa das partes, nota-se que para a solução do presente conflito independe de novas provas, visto que, os fatos controvertidos só podem ser comprovados por meio documental. Com fulcro nos artigos 370 e 371 do CPC, em que disciplinam o Princípio da Livre Apreciação Motivada das Provas e para que não haja procrastinação ao trâmite processual deste feito (artigo 5º, inciso LXXVIII, CRFB), julgo desnecessária a produção de outras provas em audiência de instrução. Desta forma, com fulcro no artigo 355, inciso I do CPC, passo ao julgamento antecipado da lide e ao exame do mérito. LIMITES DO CONFLITO. Em análise da narrativa das partes, restou controvertido o cancelamento de voo por mais de 4 horas, o dano material e moral. Assim, estando delimitado o conflito, passo ao exame das controvérsias fáticas e jurídicas, na ordem de prejudicialidade que se apresentam. ATRASO NA CONCLUSÃO DO TRANSPORTE. As companhias de transporte aéreo de passageiro, em razão das peculiaridades decorrente da atividade econômica desenvolvida, que depende muito das condições climáticas para a sua operacionalização, possuem uma margem de tolerância de 4 (quatro) horas para a conclusão do serviço proposto após o prazo contratualmente previsto, conforme disposto nos artigos 230 e 231 do Código Brasileiro de Aeronáutica, in verbis: Art. 230. Em caso de atraso da partida por mais de 4 (quatro) horas, o transportador providenciará o embarque do passageiro, em voo que ofereça serviço equivalente para o mesmo destino, se houver, ou restituirá, de imediato, se o passageiro o preferir, o valor do bilhete de passagem. Art.231. Quando o transporte sofrer interrupção ou atraso em aeroporto de escala por período superior a 4 (quatro) horas, qualquer que seja o motivo, o passageiro poderá optar pelo endosso do bilhete de passagem ou pela imediata devolução do preço. No mesmo sentido são as normas regulamentadoras previstas no artigo 21 Resolução 400/2016 da Agência Nacional de Aviação Civil: Art. 21. O transportador deverá oferecer as alternativas de reacomodação, reembolso e execução do serviço por outra modalidade de transporte, devendo a escolha ser do passageiro, nos seguintes casos: I - atraso de voo por mais de quatro horas em relação ao horário originalmente contratado; II - cancelamento de voo ou interrupção do serviço; III - preterição de passageiro; e IV - perda de voo subsequente pelo passageiro, nos voos com conexão, inclusive nos casos de troca de aeroportos, quando a causa da perda for do transportador. Parágrafo único. As alternativas previstas no caput deste artigo deverão ser imediatamente oferecidas aos passageiros quando o transportador dispuser antecipadamente da informação de que o voo atrasará mais de 4 (quatro) horas em relação ao horário originalmente contratado. Desta forma, quando há atraso na chegada do passageiro por período superior a 4 (quatro) horas, independentemente do motivo do atraso, se simples

atraso de embargue, cancelamento de voo, ou preterição de embargue, há caracterização de serviço ineficiente. Neste sentido: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE NÃO VERIFICADAS. DIREITO DO CONSUMIDOR. AÇÃO INDENIZATÓRIA. COMPANHIA AÉREA. CONTRATO DE TRANSPORTE. OBRIGAÇÃO DE RESULTADO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DANOS MORAIS. ATRASO DE VOO. PASSAGEIRO DESAMPARADO. PERNOITE NO AEROPORTO. ABALO PSÍQUICO. CONFIGURAÇÃO. CAOS AÉREO. FORTUITO INTERNO. INDENIZAÇÃO DEVIDA. 1. A postergação da viagem superior a quatro horas constitui falha no serviço de transporte aéreo contratado e gera o direito à devida assistência material e informacional ao consumidor lesado, independentemente da causa originária do atraso. 2. O dano moral decorrente de atraso de voo prescinde de prova e a responsabilidade de seu causador opera-se in re ipsa em virtude do desconforto, da aflição e dos transtornos suportados pelo passageiro. 3. Ausentes quaisquer dos vícios ensejadores dos aclaratórios, afigura-se patente o intuito infringente da presente irresignação, que objetiva não suprimir a omissão, afastar a obscuridade ou eliminar a contradição, mas, sim, reformar o julgado por via inadequada. 4. Embargos de declaração rejeitados. (STJ EDcl no REsp 1280372/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/03/2015, DJe 31/03/2015) RECURSO INOMINADO. ATRASO DE VOO INFERIOR A 04 (QUATRO) HORAS. TEMPO RAZOÁVEL. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. O atraso de voo de menos de quatro horas para a chegada ao destino final, por si só, não configura danos morais. Trata-se de aborrecimentos da vida cotidiana, sem consequências graves na esfera psíquica do passageiro. 2. Consumidor que não comprova que houve atraso por mais de quatro horas. Conforme se depreende da prova do alegado compromisso que teria na cidade de destino, o próprio recorrente afirma que o voo estaria atrasado em 03 (três) horas. 3. Dano moral é a dor subjetiva, que refoge à normalidade do dia-a-dia. No caso, o que ocorreu foi mero dissabor, não constituindo, assim, lesão de bem integrante da personalidade da parte recorrente. O mero aborrecimento, mágoa, irritação ou sensibilidade exacerbada estão fora da órbita do dano moral. 4. Sentença mantida pelos próprios fundamentos, conforme autoriza o art. 46 da Lei 9.099/95. (TJMT, Turma Recursal, Recurso Cível 8011509-75.2015.811.0002, Relator Nelson Dorigatti, Data do Julgamento 18/10/2016) Vale destacar que, em caso de cancelamento de voo, mesmo com prévia notificação, nos termos do artigo 12 da Resolução 400/2016 da ANAC, o transportador deverá oferecer reacomodação em outro voo, próprio ou de terceiro que oferece serviço equivalente para o mesmo destino dentro do prazo de 4 horas para que a situação também não venha a ser caracterizada falha na prestação de serviço. Neste sentido: CÍVEL. RECURSO INOMINADO. INDENIZATÓRIA. CANCELAMENTO DE VOO. RAZÕES CLIMÁTICAS. REACOMODAÇÃO EM OUTRO VOO EM PERÍODO INFERIOR A QUATRO HORAS. PEDIDO INICIAL QUE NÃO MERECE PROSPERAR. SENTENÇA REFORMADA. 1. Em que pese o cancelamento do voo, o consumidor foi reacomodado em outro voo, em período inferior a quatro horas, de modo que não restou configurada ausência de adequada assistência. 2. Conforme consta da inicial, o recorrido havia comprado passagem aérea para o voo com saída prevista para às 07:43 horas, no entanto, em razão do cancelamento de tal voo, o consumidor foi reacomodado em voo com saída prevista para às 11:30 horas. 3. Deste modo, merece provimento o recurso, para o fim de julgar improcedente o pedido inicial. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. , esta Turma Recursal resolve, por unanimidade de votos, CONHECER E DAR PROVIMENTO ao recurso, nos exatos termos do vot (TJPR - 3Âª Turma Recursal em Regime de ExceÃ§Ã£o - 0002566-65.2015.8.16.0036/0 - São José dos Pinhais - Rel.: GIANI MARIA MORESCHI - - J. 19.08.2016) (TJ-PR - RI: 00025666520158160036 0 PR 0002566-65.2015.8.16.0036/0 (Acórdão), Relator: GIANI MARIA MORESCHI, Data de Julgamento: 19/08/2016, 3Âª Turma Recursal em Regime de ExceÃ§Ã£o, Data de Publicação: 23/08/2016).. Em análise dos autos, observa-se que o bilhete da passagem aérea previa a chegada da parte reclamante ao destino contratado (Cuiabá/MT) em 13/01/2019 às 05h10 (ID 24624488). Todavia, como comprovado pela parte reclamante, o voo chegou ao destino somente no dia 14/01/2019 às 11h10, ou seja, com atraso de 30h, lapso este superior ao legalmente permitido. Portanto, diante do atraso superior a 4 horas, a conduta da parte reclamada configura conduta ilícita. DANO MATERIAL Quem ocasiona dano material a outrem tem o dever de indenizá-lo (artigo 186 do Código Civil). Nos termos do artigo 402 do Código Civil, o dano material pode ser materializado tanto na modalidade de perdas emergentes quanto na modalidade de lucros cessantes. Independentemente da modalidade de dano material, diferentemente do dano moral, este não se presume, deve ser integralmente comprovado. Neste sentido: JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. CIVIL. VALOR IRRISÓRIO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL DECORRENTE DE AGRESSÕES FÍSICAS E VERBAIS. DANO MATERIAL NÃO PROVADO. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. (...) 6. De outro norte, no que se refere à indenização por danos materiais, nada há a ser provido. O dano material deve sempre estar devidamente demonstrado a conferir juridicidade à pretensão condenatória respectiva. 7. Na hipótese, não há sequer indicação do modelo do celular e óculos que a autora alega terem sido danificados. A existência e a extensão dos danos que alega haver sofrido não encontram, assim, suporte nos autos, e à evidência, não podem ser presumidos. Com efeito, não se julga ressarcimento de dano por verossimilhança e sim com a segurança exigida pelo ordenamento jurídico, onde a prova deve ser robusta e irretorquível, não se afigurando adequada a condenação por danos hipotéticos ou mera presunção. (...) (TJ-DF - ACJ: 20150610060419, Relator: SANDRA REVES VASQUES TONUSSI, Data de Julgamento: 02/02/2016, 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal, Data de Publicação: Publicado no DJE : 07/03/2016 . Pág.: 533) Em análise do caso, nota-se que a parte promovente alega ter suportado dano material na modalidade de perdas emergentes em decorrência do pagamento de despesas de hotel e outros gastos no valor total de R$1.626,00. Em exame do conjunto probatório, mormente quanto aos documentos juntados com a inicial (id. 24624842 e 24624843), nota-se que o dano material encontra-se devidamente comprovado no valor postulado, fazendo a parte promovente jus à indenização pelos danos materiais. DANO MORAL. Em virtude da imprecisão terminológica utilizada no artigo 5º, incisos V e X, da Constituição Federal, a expressão dano moral possui inúmeras definições doutrinárias e jurisprudências. Sem que se adentre a esta discussão, em síntese, com base na jurisprudência do STJ abaixo transcrito, podemos definir dano moral como toda ofensa aos direitos da personalidade, podendo ser classificada em honra objetiva consistente na ofensa à reputação social e a subjetiva se reportando ao sofrimento suportado. RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL. RESPONSABILIDADE EXTRACONTRATUAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO INDICAÇÃO. SÚMULA 284/STF. DANO MORAL. PESSOA JURÍDICA. ART. 52 DO CC/02. PROTEÇÃO DE SUA PERSONALIDADE, NO QUE COUBER. HONRA OBJETIVA. LESÃO A SUA VALORAÇÃO SOCIAL. BOM NOME, CREDIBILIDADE E REPUTAÇÃO. PROVA. INDISPENSABILIDADE.(...) 5. Os danos morais dizem respeito à dignidade humana, às lesões aos direitos da personalidade relacionados a atributos éticos e sociais próprios do indivíduo, bens personalíssimos essenciais para o estabelecimento de relações intersubjetivas em comunidade, ou, em outras palavras, são atentados à parte afetiva (honra subjetiva) e à parte social da personalidade (honra objetiva). 6. As pessoas jurídicas merecem, no que couber, a adequada proteção de seus direitos da personalidade, tendo a jurisprudência dessa Corte consolidado, na Súmula 227/STJ, o entendimento de que as pessoas jurídicas podem sofrer dano moral. 7. A tutela da personalidade da pessoa jurídica, que não possui honra subjetiva, restringe-se à proteção de sua honra objetiva, a qual é vulnerada sempre que os ilícitos afetarem seu bom nome, sua fama e reputação. 8. A distinção entre o dano moral da pessoa natural e o da pessoa jurídica acarreta uma diferença de tratamento, revelada na necessidade de comprovação do efetivo prejuízo à valoração social no meio em que a pessoa jurídica atua (bom nome, credibilidade e reputação). 9. É, portanto, impossível ao julgador avaliar a existência e a extensão de danos morais supostamente sofridos pela pessoa jurídica sem qualquer tipo de comprovação, apenas alegando sua existência a partir do cometimento do ato ilícito pelo ofensor (in re ipsa). Precedente. (...) (STJ REsp 1807242/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/08/2019, REPDJe 18/09/2019, DJe 22/08/2019) Assim, a indisponibilidade de tempo tem o condão de gerar o dano moral. Neste sentido: RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. VIAGEM DE TURISMO. AUSÊNCIA DE CUMPRIMENTO AO QUE PRÉVIAMENTE AJUSTADO. DANO MORAL IN RE IPSA. CABIMENTO. Caso em que a parte autora realiza viagem ao exterior utilizando do pacote de turismo disponibilizado pela ré. Incômodos demonstrados no decorrer da viagem. Evidenciado aos autos que os demandantes realizaram contrato prevendo hospedagem em quarto de casal, sendo disponibilizados em hotel camas de solteiro. Troca de nomes

nas reservas de hotéis, acarretando em perda de tempo e angústia aos autores em país estrangeiro. Dano moral in re ipsa, sendo o prejuízo decorrente das próprias circunstâncias do fato. Deram provimento ao recurso. Demanda julgada procedente em parte. Unânime. (Apelação Cível Nº 70041860479, Décima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Alberto Schreiner Pestana, Julgado em 26/05/2011) APELAÇÕES CÍVEIS. CARTÃO DE CRÉDITO. COBRANÇA DE VALORES A MAIOR. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA ENTRE ESTABELECIMENTO COMERCIAL E ADMINISTRADORA. INEXISTÊNCIA NO CASO CONCRETO. (...) A cobrança reiterada, na fatura do cartão de crédito, de valores superiores ao das compras realizadas, por período considerável, obrigando os demandantes a dirigirem-se à loja, ao PROCON e a ingressarem com demanda judicial para solucionar o impasse não pode ser considerada mero dissabor. (...) (TJRS Apelação Cível Nº 70051555514, Vigésima Quarta Câmara Cível, Relator: Jorge Maraschin dos Santos, Julgado em 29/05/2013) Neste sentido o STJ adota a Teoria do Desvio Produtivo do Consumidor, concebendo dano moral, quando o consumidor não aproveita bem o seu tempo. RECURSO ESPECIAL. CONSUMIDOR. TEMPO DE ATENDIMENTO PRESENCIAL EM AGÊNCIAS BANCÁRIAS. DEVER DE QUALIDADE, SEGURANÇA, DURABILIDADE E DESEMPENHO. ART. 4º, II, "D", DO CDC. FUNÇÃO SOCIAL DA ATIVIDADE PRODUTIVA. MÁXIMO APROVEITAMENTO DOS RECURSOS PRODUTIVOS. TEORIA DO DESVIO PRODUTIVO DO CONSUMIDOR. DANO MORAL COLETIVO. OFENSA INJUSTA E INTOLERÁVEL. VALORES ESSENCIAIS DA SOCIEDADE. FUNÇÕES. PUNITIVA, REPRESSIVA E REDISTRIBUTIVA. (...) 7. O dever de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho que é atribuído aos fornecedores de produtos e serviços pelo art. 4º, II, d, do CDC, tem um conteúdo coletivo implícito, uma função social, relacionada à otimização e ao máximo aproveitamento dos recursos produtivos disponíveis na sociedade, entre eles, o tempo. 8. O desrespeito voluntário das garantias legais, com o nítido intuito de otimizar o lucro em prejuízo da qualidade do serviço, revela ofensa aos deveres anexos ao princípio boa-fé objetiva e configura lesão injusta e intolerável à função social da atividade produtiva e à proteção do tempo útil do consumidor. (STJ REsp 1737412/SE, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 05/02/2019, DJe 08/02/2019) Ademais, o tempo é um bem precioso e a parte reclamante poderia tê-lo utilizado para o convívio familiar, investimento em cultura e lazer e em atividades profissionais, evidenciando o dano moral subjetivo. Em exame do caso concreto, nota-se que o tempo de atraso de voo na chegada ao destino é suficiente para a caracterização do dano moral na modalidade objetiva e subjetiva, visto que se trata de tempo considerável. Isto porque, o desperdício do tempo tem o condão de proporcionar sentimentos indesejados como raiva, angústia e ansiedade. Portanto, diante da indisponibilidade do tempo é devido o dano moral. QUANTUM INDENIZATÓRIO DO DANO MORAL. Em relação ao quantum indenizatório do dano moral, este deve atender a uma dupla finalidade: compensação e repressão. Assim, há que se observar tanto a capacidade econômica da vítima quanto do ofensor, evitando o enriquecimento injustificado e garantindo o viés pedagógico da medida. Ademais, deve ser considerada também a extensão da culpa e do dano (subjetivo e/ou objetivo), para que não sejam violados os Princípios da Razoabilidade e da Proporcionalidade. Neste sentido preconiza a jurisprudência do STJ: (...)RESPONSABILIDADE CIVIL. (...) DANOS MORAIS E ESTÉTICOS. VERBA INDENIZATÓRIA FIXADA COM RAZOABILIDADE. (...) 1. A revisão do valor fixado a título de danos morais e estéticos para os autores em razão de acidente de trânsito provocado por agente estatal, encontra óbice na Súmula 07/STJ, uma vez que fora estipulado em razão das peculiaridades do caso concreto, a exemplo, da capacidade econômica do ofensor e do ofendido, a extensão do dano, o caráter pedagógico da indenização. 2. Somente é possível rever o valor a ser indenizado quando exorbitante ou irrisória a importância arbitrada, em violação dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, o que não se observa no presente caso. 3. Agravo Regimental do ESTADO DE SANTA CATARINA desprovido. (STJ AgRg no AREsp 253.665/SC, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 21/03/2013, DJe 11/04/2013) Neste contexto, o valor indenizatório deve satisfazer ao caráter compensatório, servindo, ainda como desincentivo à repetição da conduta ilícita. Portanto, sopesando estes critérios e considerando as peculiaridades do caso concreto, entendo como razoável e suficiente para a reparação do dano moral a quantia de R$8.000,00. DISPOSITIVO. Pelo exposto, proponho rejeitar a preliminar arguida e consequentemente, julgar PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos contidos na inicial, extinguindo o processo com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil, para: 1) condenar a parte promovida a pagar a parte promovente a quantia de R$ 1.626,00 (hum mil, seiscentos e vinte seis reais) a título de danos materiais corrigida monetariamente pelo INPC/IBGE, pro rata, a partir do efetivo prejuízo (14/01/2019, id. 24624842 e 24624843), cf. Súmula 43 do STJ), e juros da mora de 1% (um por cento) ao mês, sem capitalização, a partir da citação; 2) condenar a parte promovida a pagar à parte promovente a quantia de R$ 8.000,00 (oito mil reais) a título de danos morais, corrigida monetariamente pelo INPC/IBGE, pro rata, a partir desta data (Súmula 362 do STJ), e juros da mora de 1% (um por cento) ao mês, sem capitalização, a partir da citação (16/10/2019, id. 25635890) por envolver ilícito contratual (Precedentes do STJ. AgInt no AREsp 703055/RS). Sem custas e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. Intimem-se. Preclusas as vias recursais, intimem-se novamente as partes, agora, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, requeiram o que entenderem de direito, sob pena dos autos serem encaminhados ao arquivo. Havendo condenação que enseje cumprimento de sentença, o credor deverá apresentar planilha de cálculo detalhada, demonstrando o valor atualizado do débito, com exata observância ao comando judicial. Para que não sejam apresentados cálculos sem credibilidade, recomendamos que os valores sejam atualizados prioritariamente por meio da função "atualização monetária" disponível no sítio DrCalc.net (http://www.drcalc.net/correcao.asp?it=3&ml=Calc), visto que, além de se tratar de um sítio confiável, satisfaz plenamente as peculiaridades necessárias para o caso concreto, em que o termo inicial dos juros e da correção monetária são distintos. Destaca-se que neste cálculo não deverá constar ainda a multa do artigo 523, §1º, do CPC (Lei nº 13.105/2015), visto que esta é cabível somente após a intimação específica do devedor para o pagamento, conforme entendimento já firmado pela Sistemática de Precedente (Recurso Repetitivo REsp 1102460/RS). Com o objetivo do proporcionar o máximo de celeridade à fase executiva (art. 2º da Lei 9.099/95), o devedor deverá atender o disposto no artigo 524, inciso VII, do CPC, em destaque informando o número do CPF ou CNPJ das partes (inciso I), a indicação dos bens passíveis de penhora (inciso VII) e dos sistemas on line que pretende que sejam utilizados (BACENJUD e RENAJUD). Não havendo manifestação das partes, arquive-se. Submeto o presente projeto de sentença à homologação do Magistrado Togado, para que surta os efeitos legais previstos no artigo 40 da Lei 9099/95. Madalena Teixeira Juíza Leiga ---------- Vistos. Para que produza os seus devidos efeitos jurídicos, nos termos do artigo 40, da Lei nº 9.099/95 c/c artigo 8º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 270/07, homologo o projeto de sentença juntado nos autos. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1011531-22.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
OSWALDO DA SILVA BUREMA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANDRE PELLIZZONI VERAS GADELHA OAB - MT18545/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TIM CELULAR S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUIS CARLOS MONTEIRO LAURENCO OAB - BA16780-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Gabinete 2 (Juiz Hildebrando da Costa Marques) SENTENÇA Autos 1011531-22.2019.8.11.0001 REQUERENTE: OSWALDO DA SILVA BUREMA REQUERIDO: TIM CELULAR S.A. Vistos etc. OSWALDO DA SILVA BUREMA ajuizou reclamação com pedido condenatório em desfavor de TIM S.A. Em síntese, alegou que é cliente da parte promovida e que não consegue navegar tendo um consumo médio de 600MB a 9.000MB, o que não dá 10% dos serviços contratados. Desta forma, realizou diversas reclamações administrativas visando solucionar seu problema e não obteve êxito. Sustentou ainda, que está sendo cobrado em duplicidade referente a fatura do mês de SETEMBRO/2019 que se encontra quitada desde o dia 05/09/2019 (id. 24820989 a

24821341). Ao final, postulou a declaração de inexistência de dívida e indenização por danos morais. Devidamente citada, a parte promovida apresentou contestação no id. 26131763 e sustentou ausência de veracidade dos fatos narrados visto que, a parte promovente contratou serviço de banda larga com 80Gb de volumes de dados, e que a velocidade nominal do serviço contratado é de 2Mbps tanto para download quando para upload. Alegou ainda que não houve pagamento da fatura vencida em SETEMBRO/2019 porque o número do código de barras do comprovante de pagamento é diverso do número acostado na fatura em questão, inexistência de culpa, ausência de dano moral. Ao final, arguiu pela improcedência dos pedidos. Ata da audiência de conciliação acostada no id. 26165893 e impugnação à contestação apresentada no id. 26315248. É a síntese do necessário. Relatório minucioso dispensado (art. 38 da Lei 9.099/95). JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. Em exame a narrativa das partes, nota-se que para a solução do presente conflito independe de novas provas, visto que os fatos controvertidos só podem ser comprovados por meio documental. Com fulcro nos artigos 370 e 371 do CPC, em que disciplinam o Princípio da Livre Apreciação Motivada das Provas e para que não haja procrastinação ao trâmite processual deste feito (artigo 5º, inciso LXXVIII, CRFB), julgo desnecessária a produção de outras provas em audiência de instrução. Desta forma, com fulcro no artigo 355, inciso I do CPC, passo ao julgamento antecipado da lide e ao exame do mérito. LIMITES DO CONFLITO. Em análise da narrativa das partes, restou controvertido a falha na prestação de serviço, o pagamento da fatura vencida, a divergência no código de barra, o dano moral. Assim, estando delimitado o conflito, passo ao exame das controvérsias fáticas e jurídicas, na ordem de prejudicialidade que se apresentam. COBRANÇA DE DÍVIDA QUITADA. A prova inequívoca do pagamento cabe ao devedor, podendo este, inclusive, reter o pagamento quando o credor se recusar entregar o comprovante de quitação (artigo 319 do Código Civil). Neste sentido: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. CONTRATO VERBAL ENTRE PARTICULARES. NÃO COMPROVAÇÃO DO PAGAMENTO DO VEÍCULO, OBJETO DO LITÍGIO. PROVA DO PAGAMENTO. ÔNUS DO DEVEDOR. SENTENÇA MANTIDA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS MAJORADOS. 1 (...) 2. Como se sabe, compete ao devedor a prova do pagamento, o que não ocorreu, na hipótese, uma vez que, não se pode concluir, de maneira inequívoca, que os depósitos realizados, pelo Apelante, foram destinados, exclusivamente, ao pagamento do veículo, objeto do litígio. (...) (TJ-GO - Apelação (CPC): 00912488320188090137, Relator: FRANCISCO VILDON JOSE VALENTE, Data de Julgamento: 23/09/2019, 5ª Câmara Cível, Data de Publicação: DJ de 23/09/2019). As partes divergem quanto à quitação da dívida cobrada no valor de R$117,00, com vencimento em 07/09/2019. Analisando o conjunto fático probatório disponível nos autos, mormente quanto a fatura vencida e juntada no ID 24820987, constata-se que este é insuficiente como prova da quitação, pois se trata de documento com código de barras divergente do boleto da dívida. Entendo que os serviços de internet estejam comprometidos em vista da fatura em aberto, não ensejando falha na prestação de serviços pela promovida. Embora se deva proporcionar ao consumidor a facilitação das provas de seus direitos (art. 6º, inciso VIII do CDC), no presente caso, o ônus probatório continua com a parte reclamante, pois o consumidor, na condição de devedor, tem o ônus probatório quanto à quitação inequívoca da dívida reconhecida. Desse modo, pela insuficiência de provas, aplicam-se as regras de hermenêutica, segundo as quais, nesses casos, decide-se em desfavor da parte que possui o encargo probatório, no caso o reclamante, concluindo-se que há inadimplência. Portanto, a cobrança é legitima e não enseja conduta ilícita. DISPOSITIVO. Pelo exposto, proponho julgar IMPROCEDENTE os pedidos da ação proposta, com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil e retificar o polo passivo para constar a empresa TIM S.A, inscrita no CNPJ sob nº 02.421.421/0001-11. Intimem-se. Preclusas as vias recursais, arquive-se. Submeto o presente projeto de sentença à homologação do Magistrado Togado, para que surta os efeitos legais previstos no artigo 40 da Lei 9099/95. Madalena Teixeira Juíza Leiga ---------- Vistos. Para que produza os seus devidos efeitos jurídicos, nos termos do artigo 40, da Lei nº 9.099/95 c/c artigo 8º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 270/07, homologo o projeto de sentença juntado nos autos. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Processo Número: 1009830-26.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
SERGIO APARECIDO ALVES SANT ANA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DENILSON NASSARDEN PAIVA JUNIOR OAB - MT19132-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Gabinete 2 (Juiz Hildebrando da Costa Marques) SENTENÇA Autos 1009830-26.2019.8.11.0001 REQUERENTE: SERGIO APARECIDO ALVES SANT ANA REQUERIDO: VIVO S.A. Vistos, etc. SÉRGIO APARECIDO ALVES SANT ANA ajuizou reclamação com pedido indenizatório em desfavor de TELEFÔNICA BRASIL S/A. Em síntese, alegou que desconhece o crédito reivindicado pela parte promovida que resultou no restritivo de crédito em seu nome. Ao final, postulou a declaração de inexistência de dívida, exclusão do restritivo e indenização por danos morais. Devidamente citada, a parte promovida apresentou contestação no ID 26281860 e arguiu a preliminar de inépcia da inicial. No mérito sustentou a inexistência de culpa, ausência de dano moral. Ao final, arguiu pela improcedência dos pedidos, litigância de má-fé e formulou pedido contraposto. Ata da audiência de conciliação acostada no id. 26006482 e impugnação à contestação apresentada no id. 26457306. É a síntese do necessário. Relatório minucioso dispensado (art. 38 da Lei 9.099/95). INÉPCIA DA INICIAL. DOCUMENTOS IMPRESCINDÍVEIS. Nos termos do artigo 320 do CPC, a petição inicial será instruída com os documentos indispensáveis à propositura da ação. O ajuizamento de ação sem a juntada de documento imprescindível ocasiona a inépcia da inicial e implica no julgamento sem resolução de mérito. Impõe elucidar que o documento imprescindível se refere a demonstração regular do exercício do direito de ação e não do direito material, pois a ausência deste implicará na improcedência do pedido e não na extinção sem resolução de mérito. Neste sentido: PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. (...) PETIÇÃO INICIAL. AUSÊNCIA DE JUNTADA DOS DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS DO ALEGADO - A jurisprudência deste STJ reconhece que a petição inicial deve vir acompanhada dos documentos necessários à comprovação do regular exercício do direito de ação, o que não inclui, em regra, os documentos probantes do direito material alegado pelo autor, os quais poderão ser produzidos no momento processual oportuno. - A prova relativa à existência, ou não, de comprometimento ilegal de renda do mutuário não constitui documento imprescindível à propositura da ação de embargos fundada em excesso de execução e, ainda que indispensável fosse, não autoriza de plano o indeferimento da petição inicial por inépcia, mas a abertura de prazo à parte interessada para que supra o vício existente. - Recurso especial não conhecido. (STJ REsp 497.742/SE, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 03/06/2003, DJ 04/08/2003 p. 301). Examinando o documento, considerado pela parte reclamada como imprescindível, nota-se que a apresentação do comprovante da existência de restritivo não é imprescindível para o ajuizamento da ação indenizatória. Além disso, a apresentação de comprovante de residência não é imprescindível para o ajuizamento de reclamação perante o Juizado Especial Cível, visto que, nos termos do artigo 319, inciso II, do CPC, é necessário apenas que a inicial indique o endereço eletrônico, o domicílio e a residência das partes. Neste sentido: APELAÇÃO CÍVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL. INDEFERIMENTO DA INICIAL. COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA. DESNECESSIDADE. Demanda veiculada com base em alegada ilegalidade do sistema de pontuação de crédito ofertada pela entidade cadastral. O comprovante de residência e, no caso, não é documento indispensável à propositura da demanda. Descabimento do indeferimento da inicial. Precedentes desta Corte. APELAÇÃO PROVIDA. DECISÃO MONOCRÁTICA. (Apelação Cível Nº 70057584260, Décima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Alberto Schreiner Pestana, Julgado em 09/05/2014) Por isso, a preliminar deve ser afastada. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. Em exame a narrativa das partes, nota-se que para a solução do presente conflito independe de novas provas, visto que os fatos controvertidos só podem ser comprovados por meio documental. Com fulcro nos artigos 370

e 371 do CPC, em que disciplinam o Princípio da Livre Apreciação Motivada das Provas e para que não haja procrastinação ao trâmite processual deste feito (artigo 5º, inciso LXXVIII, CRFB), julgo desnecessária a produção de outras provas em audiência de instrução. Desta forma, com fulcro no artigo 355, inciso I do CPC, passo ao julgamento antecipado da lide e ao exame do mérito. LIMITES DO CONFLITO. Em análise da narrativa das partes, restou controvertido a existência do crédito em favor da parte promovida, a excludente de culpabilidade, o dano moral, a litigância de má-fé e o pedido contraposto. Assim, estando delimitado o conflito, passo ao exame das controvérsias fáticas e jurídicas, na ordem de prejudicialidade que se apresentam. COBRANÇA DE DÍVIDA DESCONHECIDA. A cobrança de dívida, por qualquer dos meios lícitos possíveis, bem como a inclusão de restritivo de crédito em nome do devedor, é necessário que o credor tenha prova do seu crédito, visto que se trata de prova constitutiva de seu direito (art. 373, inciso I, do CPC). Neste sentido: EMENTA: CIVIL E PROCESSO CIVIL - DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO - NEGATIVAÇÃO DO NOME DA PARTE AUTORA - PROVA DA ORIGEM DA DÍVIDA. - Em ações declaratórias de inexistência de dívida, cabe à parte requerida a prova do liame negocial questionado e da origem do débito que motivou a negativação do nome da parte autora - Em suma, caberia à parte ré comprovar que a parte autora estava inadimplente com obrigação expressamente pactuada ou serviço efetivamente utilizado; ônus do qual a requerida se desincumbiu satisfatoriamente. (TJ-MG - AC: 10702140532087001 MG, Relator: Otávio Portes, Data de Julgamento: 22/05/2019, Data de Publicação: 31/05/2019) APELAÇÃO CÍVEL. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÍVIDA CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. PROVA DOCUMENTAL QUE DEMONSTRA A ORIGEM DA DÍVIDA. A prova documental juntada pela parte requerida demonstra de forma clara a origem da dívida, não havendo falar em inexistência de relação jurídica, tampouco em indenização por dano moral. APELAÇÃO DESPROVIDA. (Apelação Cível Nº 70080523723, Décima Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Ana Beatriz Iser, Julgado em 13/03/2019). (TJ-RS - AC: 70080523723 RS, Relator: Ana Beatriz Iser, Data de Julgamento: 13/03/2019, Décima Quinta Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 29/03/2019) Assim, para que a cobrança e a inclusão de restritivo de crédito sejam considerados exercícios regulares de direito é imprescindível que o credor comprove a origem do seu crédito. A propósito: EMENTA: APELAÇÃO - CESSÃO DE CRÉDITO - CADASTRO RESTRITIVO DE CRÉDITO - INCLUSÃO DO NOME - DÉBITO EXISTENTE - EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO - DANO MORAL - INEXISTENTE. 1. Age no exercício regular de direito o credor que inclui o nome do devedor em cadastro restritivo de crédito, com base em débito existente. 2. O exercício regular de direito afasta a indenização por danos morais, por pressupor esta a prática de ato ilícito. (TJ-MG - AC: 10707150303451001 MG, Relator: Maurílio Gabriel, Data de Julgamento: 21/03/2019, Data de Publicação: 29/03/2019) A parte reclamante alega desconhecer a dívida correspondente ao restritivo de crédito em seu nome, incluído pela parte reclamada, no valor de R$212,49 (ID 24387473). Em exame do conjunto fático probatório disponível nos autos, nota-se que foi juntado nos autos apenas telas de sistemas e relatórios (ID 26281855 e 26281860), as quais não têm o condão probatório, pois se tratam de documentos apócrifos e produzidos unilateralmente. Neste sentido: EMENTA: APELAÇÕES CÍVEIS - AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZATÓRIA - INSCRIÇÃO EM CADASTRO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO - RELAÇÃO JURÍDICA NÃO DEMONSTRADA - TELAS DE SISTEMA - UNILATERALIDADE - NEGATIVAÇÃO INDEVIDA - Alegando o consumidor a inexistência de dívida, é do fornecedor demandado o ônus probatório de demonstrar a existência do débito motivador da negativação, sob pena de se atribuir ao autor o dever de produzir prova negativa - A simples juntada de extratos, faturas ou telas de sistema não configura prova apta a demonstrar a existência de relação jurídica e a contração das dívidas motivadoras da negativação, em razão do caráter unilateral desses documentos. (TJ-MG - AC: 10000180612814001 MG, Relator: Vasconcelos Lins, Data de Julgamento: 20/11/2018, Data de Publicação: 20/11/2018) APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. INSURGÊNCIA DA PARTE AUTORA. TESE DEFENSIVA CALCADA EM SUPOSTA INADIMPLÊNCIA QUE JUSTIFICARIA A NEGATIVAÇÃO. ARGUMENTO INCONSISTENTE. PARTE RÉ QUE NÃO PRODUZIU PROVA DA EXISTÊNCIA DA DÍVIDA. JUNTADA DE TELAS DE SISTEMA E FATURAS REFERENTES AO CONTRATO FIRMADO. PROVAS UNILATERAIS QUE, DESPROVIDAS DE APARENTE ASSINATURA OU CONCORDÂNCIA DA AUTORA, SÃO INSUFICIENTES PARA ATESTAR A REGULARIDADE DAS COBRANÇAS. AUSÊNCIA DE PROVA DA EXISTÊNCIA DO DÉBITO EM QUE SE FUNDA O APONTAMENTO. ÔNUS PROCESSUAL QUE COMPETE AO FORNECEDOR (ART. 6º, VIII, DO CDC). REQUERIDA QUE NÃO LOGROU PROVAR O CONTRÁRIO (ART. 373, II, DO CPC/2015). MANIFESTA ILICITUDE DA INSCRIÇÃO. EXISTÊNCIA DE DANOS MORAIS À ESPÉCIE. ABALO DE CRÉDITO. DANO IN RE IPSA. POSIÇÃO ASSENTE NA JURISPRUDÊNCIA PÁTRIA. PRETENSÃO DE REFORMA ACOLHIDA. (...) (TJ-SC - AC: 03092834620158240020 Criciúma 0309283-46.2015.8.24.0020, Relator: André Carvalho, Data de Julgamento: 06/08/2019, Sexta Câmara de Direito Civil) Assim, pela insuficiência de provas da origem do crédito, aplicam-se as regras de hermenêutica, segundo as quais, nesses casos, decide-se em desfavor da parte que possui o encargo probatório. Portanto, não havendo obrigação a ser cumprida pela parte reclamante, a cobrança é indevida e conduta ilícita da parte reclamada encontra-se configurada. DANO MORAL. Em virtude da imprecisão terminológica utilizada no artigo 5º, incisos V e X, da Constituição Federal, a expressão dano moral possui inúmeras definições doutrinárias e jurisprudências. Sem que se adentre a esta discussão, em síntese, com base na jurisprudência do STJ abaixo transcrito, podemos definir dano moral como toda ofensa aos direitos da personalidade, podendo ser classificada em honra objetiva consistente na ofensa à reputação social e a subjetiva se reportando ao sofrimento suportado. RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL. RESPONSABILIDADE EXTRACONTRATUAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO INDICAÇÃO. SÚMULA 284/STF. DANO MORAL. PESSOA JURÍDICA. ART. 52 DO CC/02. PROTEÇÃO DE SUA PERSONALIDADE, NO QUE COUBER. HONRA OBJETIVA. LESÃO A SUA VALORAÇÃO SOCIAL. BOM NOME, CREDIBILIDADE E REPUTAÇÃO. PROVA. INDISPENSABILIDADE.(...) 5. Os danos morais dizem respeito à dignidade humana, às lesões aos direitos da personalidade relacionados a atributos éticos e sociais próprios do indivíduo, bens personalíssimos essenciais para o estabelecimento de relações intersubjetivas em comunidade, ou, em outras palavras, são atentados à parte afetiva (honra subjetiva) e à parte social da personalidade (honra objetiva). 6. As pessoas jurídicas merecem, no que couber, a adequada proteção de seus direitos da personalidade, tendo a jurisprudência dessa Corte consolidado, na Súmula 227/STJ, o entendimento de que as pessoas jurídicas podem sofrer dano moral. 7. A tutela da personalidade da pessoa jurídica, que não possui honra subjetiva, restringe-se à proteção de sua honra objetiva, a qual é vulnerada sempre que os ilícitos afetarem seu bom nome, sua fama e reputação. 8. A distinção entre o dano moral da pessoa natural e o da pessoa jurídica acarreta uma diferença de tratamento, revelada na necessidade de comprovação do efetivo prejuízo à valoração social no meio em que a pessoa jurídica atua (bom nome, credibilidade e reputação). 9. É, portanto, impossível ao julgador avaliar a existência e a extensão de danos morais supostamente sofridos pela pessoa jurídica sem qualquer tipo de comprovação, apenas alegando sua existência a partir do cometimento do ato ilícito pelo ofensor (in re ipsa). Precedente. (...) (STJ REsp 1807242/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/08/2019, REPDJe 18/09/2019, DJe 22/08/2019) Por esta razão, tanto as pessoas naturais quanto às pessoas jurídicas podem sofrer dano moral, contudo, estas últimas por possuírem apenas honra objetiva, eis que detentoras de reputação social, mas não de honra subjetiva, porquanto são desprovidas de sentimentos (Súmula 227 do STJ). Assim, a indisponibilidade de crédito tem o condão de gerar o dano moral. A primeira restrição indevida de crédito ofende ao direito da personalidade, sendo cabível a indenização por danos morais, todavia, a existência de outras restrições preexistentes descaracteriza o dano, pois quem já é registrado como mau pagador não pode se sentir moralmente ofendido por mais uma inscrição do nome como inadimplente em cadastros de proteção ao crédito (STJ REsp 1.002.985-RS) Neste sentido preconiza a Sumula 385 e julgamento de Recurso Repetitivo do STJ: RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. DANO MORAL. NÃO CARACTERIZADO. INSCRIÇÃO INDEVIDA COMANDADA PELO SUPOSTO CREDOR. ANOTAÇÕES ANTERIORES. SÚMULA 385/STJ. (...) 2. "Da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito, não cabe indenização por dano moral, quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito ao cancelamento" (Súmula 385/STJ). (...) 5. Recurso especial a que se nega provimento. (STJ REsp 1386424/MG, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, Rel. p/ Acórdão Ministra MARIA

ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 27/04/2016, DJe 16/05/2016) Vale ainda consignar que, havendo restritivos preexistentes e estes estiverem judicializados, não se aplica a Súmula 385 do STJ, permanecendo a presunção do dano moral: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. TELEFONIA. INSCRIÇÃO INDEVIDA NOS CADASTROS RESTRITIVOS DE CRÉDITO. SUPOSTA FRAUDE. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 385 STJ NO CASO CONCRETO. DANO MORAL IN RE IPSA. QUANTUM INDENIZATÓRIO. Inaplicabilidade da Súmula 385 do STJ na hipótese dos autos, haja vista que as inscrições prévias estão sendo discutidas judicialmente pelo autor em outras demandas. Dano moral configurado na modalidade in re ipsa. Quantum indenizatório que vai arbitrado em R$ 3.000,00, abaixo, pois, do valor usualmente fixado por este Colegiado, considerando que se deve sopesar a totalidade de inscrições decorrentes do mesmo fato, qual seja, fraude na contratação. APELO PARCIALMENTE PROVIDO. UNÂNIME. (Apelação Cível Nº 70066711862, Décima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Pedro Luiz Pozza, Julgado em 29/10/2015). Em exame do caso concreto, com base no extrato juntado no ID 24387473, nota-se que existe outra restrição preexistente, o que descaracteriza o dano, levando a presunção de que se trata de devedor contumaz, já que não há nos autos prova de que o restritivo preexistente encontra-se judicializado. Isto se justifica porque a imagem do consumidor perante a sociedade já esta denegrida, inexistindo ofensa objetiva e, muito menos subjetiva. Portanto, não havendo indisponibilidade do crédito não é devido o dano moral. PEDIDO CONTRAPOSTO. Embora não seja admitida a reconvenção no rito dos Juizados Especiais Cíveis, nos termos do artigo 31 da Lei 9.099/95, é permitido à parte promovida formular na contestação pedido contraposto, desde que embasado nos mesmos fatos alegados pela parte promovente. Destaca-se ainda que, nos termos do Enunciado 31 do Fonaje, o pedido contraposto é admissível inclusive quando a parte promovida for pessoa jurídica. Neste sentido: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OBJETIVO DE REDISCUTIR MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DOS REQUISITOS DO ART. 48 DA LEI 9099/95. POSSIBILIDADE DE PESSOA JURÍDICA FORMULAR PEDIDO CONTRAPOSTO NO JUIZADO ESPECIAL ENUNCIADO 31 DO FONAJE. PRINCÍPIO DA CELERIDADE. EMBARGOS DECLARATÓRIOS DESACOLHIDOS. (Embargos de Declaração Nº 71006086045, Quarta Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Gisele Anne Vieira de Azambuja, Julgado em 03/06/2016). CONSUMIDOR. EMPRÉSTIMO NÃO CONTRATADO. RETORNO DAS PARTES AO STATUS QUO ANTE. PEDIDO CONTRAPOSTO. PESSOA JURÍDICA. ADMISSÍVEL. DESCONTO INDEVIDO EM CONTRACHEQUE. REPETIÇÃO EM DOBRO. DANO MORAL. INCABÍVEL. 1.É admissível nos Juizados Especiais a propositura de pedido contraposto por pessoa jurídica, sem acesso aos Juizados (Enunciado nº 31 do FONAJE). (...) (TJ-DF - Apelacao Civel do Juizado Especial : ACJ 20140910107318 DF 0010731-71.2014.8.07.0009) Em síntese, para que o pedido contraposto seja deferido, é necessário que a cobrança realizada pela parte promovida seja legítima, que o pedido esteja formulado com base nos mesmos fatos narrados na inicial e de forma líquida. Da análise do caso concreto, nota-se que a cobrança não é legítima, conforme explanado em tópicos anteriores. Por esta razão, o pedido contraposto deve ser indeferido. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. A litigância de má-fé se caracteriza com a prática de alguma das hipóteses previstas no artigo 80 do CPC acompanhada do elemento dolo. Art. 80. Considera-se litigante de má-fé aquele que:I - deduzir pretensão ou defesa contra texto expresso de lei ou fato incontroverso;II - alterar a verdade dos fatos;III - usar do processo para conseguir objetivo ilegal;IV - opuser resistência injustificada ao andamento do processo;V - proceder de modo temerário em qualquer incidente ou ato do processo;VI - provocar incidente manifestamente infundado;VII - interpuser recurso com intuito manifestamente protelatório. Não destoa a jurisprudência do STJ: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - EMBARGOS À EXECUÇÃO - ACÓRDÃO DA LAVRA DESTA EGRÉGIA QUARTA TURMA QUE REJEITOU OS ACLARATÓRIOS MANEJADOS PELOS EMBARGADOS, MANTENDO HÍGIDO O RECONHECIMENTO DA INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 7 DA SÚMULA DO STJ. IRRESIGNAÇÃO DO EXEQUENTE. 1. Segundo a reiterada jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça, a mera utilização de recursos previstos em lei não caracteriza, por si só, litigância de má-fé, devendo ser demonstrado o caráter manifestamente infundado do reclamo ou o dolo da parte recorrente em obstar o normal trâmite do processo, o que não se vislumbra no caso concreto. 2. Embargos de declaração acolhidos, sem efeitos infringentes, para sanar a omissão acerca da apontada litigância de má-fé. (STJ EDcl nos EDcl no AgInt no AREsp 563.934/SC, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 16/02/2017, DJe 22/02/2017) Em exame dos autos, não se vislumbra a ocorrência de qualquer hipótese tipificada e, muito menos, o caráter manifestamente infundado da parte promovente ou o seu dolo em obstar o normal trâmite do processo. Por esta razão, não merece acolhimento o pleito de litigância de má-fé. DISPOSITIVO. Pelo exposto, proponho rejeitar a preliminar arguida e consequentemente, julgar PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos contidos na inicial, extinguindo o processo com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil, para: 1) declarar a inexistência do débito de R$212,49 (duzentos e doze reais e quarenta nove centavos); 2) determinar que a parte reclamada, no prazo de 5 dias, providencie a exclusão do restritivo de crédito em nome da parte reclamante, sob pena de multa diária de R$200,00, limitada a R$12.000,00, devendo a parte ser intimada pessoalmente (AR ou Oficial de Justiça) para o cumprimento da obrigação (Súmula 410 do STJ); 3) indeferir o pleito indenizatório por danos morais; 4) indeferir o pedido contraposto; 5) indeferir o pedido de litigância de má-fé; Sem custas e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. Intimem-se. Preclusas as vias recursais, intimem-se novamente as partes, agora, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, requeiram o que entenderem de direito, sob pena dos autos serem encaminhados ao arquivo. Havendo condenação que enseje cumprimento de sentença, o credor deverá apresentar planilha de cálculo detalhada, demonstrando o valor atualizado do débito, com exata observância ao comando judicial. Para que não sejam apresentados cálculos sem credibilidade, recomendamos que os valores sejam atualizados prioritariamente por meio da função “atualização monetária” disponível no sítio DrCalc.net (http://www.drcalc.net/correcao.asp?it=3&ml=Calc), visto que, além de se tratar de um sítio confiável, satisfaz plenamente as peculiaridades necessárias para o caso concreto, em que o termo inicial dos juros e da correção monetária são distintos. Destaca-se que neste cálculo não deverá constar ainda a multa do artigo 523, §1º, do CPC (Lei nº 13.105/2015), visto que esta é cabível somente após a intimação específica do devedor para o pagamento, conforme entendimento já firmado pela Sistemática de Precedente (Recurso Repetitivo REsp 1102460/RS). Com o objetivo do proporcionar o máximo de celeridade à fase executiva (art. 2º da Lei 9.099/95), o devedor deverá atender o disposto no artigo 524, inciso VII, do CPC, em destaque informando o número do CPF ou CNPJ das partes (inciso I), a indicação dos bens passíveis de penhora (inciso VII) e dos sistemas on line que pretende que sejam utilizados (BACENJUD e RENAJUD). Não havendo manifestação das partes, arquive-se. Submeto o presente projeto de sentença à homologação do Magistrado Togado, para que surta os efeitos legais previstos no artigo 40 da Lei 9099/95. Madalena Teixeira Juíza Leiga ---------- Vistos. Para que produza os seus devidos efeitos jurídicos, nos termos do artigo 40, da Lei nº 9.099/95 c/c artigo 8º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 270/07, homologo o projeto de sentença juntado nos autos. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1010374-14.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
THIAGO BRUNO LARA PACHECO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ESTEVAO NOBRE QUIRINO OAB - RO9658 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO SA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Gabinete 2 (Juiz Hildebrando da Costa Marques) SENTENÇA Autos 1010374-14.2019.8.11.0001 REQUERENTE: THIAGO BRUNO LARA PACHECO REQUERIDO: BANCO BRADESCO SA Vistos. Relatório minucioso dispensado (art. 38 da Lei 9.099/95). Resumo da controvérsia THIAGO BRUNO LARA PACHECO ajuizou reclamação com pedido declaratório de inexistência de débito c/c indenizatório por danos

morais BANCO BRADESCO S/A. Em síntese alegou desconhecer a dívida negativada em seu nome. A título de tutela provisória de urgência, requereu a imediata exclusão do seu nome dos cadastros de proteção ao crédito, e ao final postulou indenização por danos morais. Devidamente citada, a parte promovida apresentou contestação no ID 26325814 e arguiu a preliminares de inépcia da inicial e no mérito, sustentou a inexistência de culpa e ausência de dano moral. Ao final, requer Ao final, requer a improcedência dos pedidos. Ata da audiência de conciliação acostada no ID 26099624 e impugnação ID 26551525. Julgamento antecipado da lide. Examinando os autos, nota-se que, na audiência de conciliação (ID 26099624), as partes posicionaram-se no sentido de que, em relação à produção de prova oral, manifestar-se-iam na contestação (parte reclamada) e na impugnação à contestação (parte reclamante). Porém, analisando tais peças, observa-se que não houve pedido específico, autorizando o julgamento antecipado da lide, com a aplicação dos ônus específicos. Desta forma, com fulcro no artigo 355, inciso I, do CPC, passo ao exame do mérito. Limites do conflito. Em análise da narrativa das partes, restou controvertido a existência do crédito em favor da parte reclamada, a excludente de culpabilidade e o dano moral. Assim, estando delimitado o conflito, passo ao exame das controvérsias fáticas e jurídicas, na ordem de prejudicialidade que se apresentam. Cobrança de dívida desconhecida. A cobrança de dívida, por qualquer dos meios lícitos possíveis, bem como a inclusão de restritivo de crédito em nome do devedor, é necessário que o credor tenha prova do seu crédito, visto que se trata de prova constitutiva de seu direito (art. 373, inciso I, do CPC). Neste sentido: EMENTA: CIVIL E PROCESSO CIVIL - DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO - NEGATIVAÇÃO DO NOME DA PARTE AUTORA - PROVA DA ORIGEM DA DÍVIDA. - Em ações declaratórias de inexistência de dívida, cabe à parte requerida a prova do liame negocial questionado e da origem do débito que motivou a negativação do nome da parte autora - Em suma, caberia à parte ré comprovar que a parte autora estava inadimplente com obrigação expressamente pactuada ou serviço efetivamente utilizado; ônus do qual a requerida se desincumbiu satisfatoriamente. (TJ-MG - AC: 10702140532087001 MG, Relator: Otávio Portes, Data de Julgamento: 22/05/2019, Data de Publicação: 31/05/2019) APELAÇÃO CÍVEL. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÍVIDA CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. PROVA DOCUMENTAL QUE DEMONSTRA A ORIGEM DA DÍVIDA. A prova documental juntada pela parte requerida demonstra de forma clara a origem da dívida, não havendo falar em inexistência de relação jurídica, tampouco em indenização por dano moral. APELAÇÃO DESPROVIDA. (Apelação Cível Nº 70080523723, Décima Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Ana Beatriz Iser, Julgado em 13/03/2019). (TJ-RS - AC: 70080523723 RS, Relator: Ana Beatriz Iser, Data de Julgamento: 13/03/2019, Décima Quinta Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 29/03/2019) Assim, para que a cobrança e a inclusão de restritivo de crédito sejam considerados exercícios regulares de direito é imprescindível que o credor comprove a origem do seu crédito. A propósito: EMENTA: APELAÇÃO - CESSÃO DE CRÉDITO - CADASTRO RESTRITIVO DE CRÉDITO - INCLUSÃO DO NOME - DÉBITO EXISTENTE - EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO - DANO MORAL - INEXISTENTE. 1. Age no exercício regular de direito o credor que inclui o nome do devedor em cadastro restritivo de crédito, com base em débito existente. 2. O exercício regular de direito afasta a indenização por danos morais, por pressupor esta a prática de ato ilícito. (TJ-MG - AC: 10707150303451001 MG, Relator: Maurílio Gabriel, Data de Julgamento: 21/03/2019, Data de Publicação: 29/03/2019) A parte reclamante alega desconhecer a dívida correspondente ao restritivo de crédito em seu nome, incluído pela parte reclamada no valor de R$258,28 (ID 24531048). Em exame do conjunto fático probatório disponível nos autos, nota-se que foi juntado nos autos apenas telas (ID 26325814), as quais não têm o condão probatório, pois se tratam de documentos apócrifos e produzidos unilateralmente. Neste sentido: EMENTA: APELAÇÕES CÍVEIS - AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZATÓRIA - INSCRIÇÃO EM CADASTRO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO - RELAÇÃO JURÍDICA NÃO DEMONSTRADA - TELAS DE SISTEMA - UNILATERALIDADE - NEGATIVAÇÃO INDEVIDA - Alegando o consumidor a inexistência de dívida, é do fornecedor demandado o ônus probatório de demonstrar a existência do débito motivador da negativação, sob pena de se atribuir ao autor o dever de produzir prova negativa - A simples juntada de extratos, faturas ou telas de sistema não configura prova apta a demonstrar a existência de relação jurídica e a contração das dívidas motivadoras da negativação, em razão do caráter unilateral desses documentos. (TJ-MG - AC: 10000180612814001 MG, Relator: Vasconcelos Lins, Data de Julgamento: 20/11/2018, Data de Publicação: 20/11/2018) APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. INSURGÊNCIA DA PARTE AUTORA. TESE DEFENSIVA CALCADA EM SUPOSTA INADIMPLÊNCIA QUE JUSTIFICARIA A NEGATIVAÇÃO. ARGUMENTO INCONSISTENTE. PARTE RÉ QUE NÃO PRODUZIU PROVA DA EXISTÊNCIA DA DÍVIDA. JUNTADA DE TELAS DE SISTEMA E FATURAS REFERENTES AO CONTRATO FIRMADO. PROVAS UNILATERAIS QUE, DESPROVIDAS DE APARENTE ASSINATURA OU CONCORDÂNCIA DA AUTORA, SÃO INSUFICIENTES PARA ATESTAR A REGULARIDADE DAS COBRANÇAS. AUSÊNCIA DE PROVA DA EXISTÊNCIA DO DÉBITO EM QUE SE FUNDA O APONTAMENTO. ÔNUS PROCESSUAL QUE COMPETE AO FORNECEDOR (ART. 6º, VIII, DO CDC). REQUERIDA QUE NÃO LOGROU PROVAR O CONTRÁRIO (ART. 373, II, DO CPC/2015). MANIFESTA ILICITUDE DA INSCRIÇÃO. EXISTÊNCIA DE DANOS MORAIS À ESPÉCIE. ABALO DE CRÉDITO. DANO IN RE IPSA. POSIÇÃO ASSENTE NA JURISPRUDÊNCIA PÁTRIA. PRETENSÃO DE REFORMA ACOLHIDA. (...) (TJ-SC - AC: 03092834620158240020 Criciúma 0309283-46.2015.8.24.0020, Relator: André Carvalho, Data de Julgamento: 06/08/2019, Sexta Câmara de Direito Civil) Assim, pela insuficiência de provas da origem do crédito, aplicam-se as regras de hermenêutica, segundo as quais, nesses casos, decide-se em desfavor da parte que possui o encargo probatório. Portanto, não havendo obrigação a ser cumprida pela parte reclamante, a cobrança é indevida e conduta ilícita da parte reclamada encontra-se configurada. Excludente de culpabilidade. Os fabricantes, produtores, construtores, importadores, comerciantes, fornecedores e os prestadores de serviço, possuem responsabilidade civil objetiva, sendo presumida a culpa (art. 12 e 14 do CDC). No entanto, a responsabilidade objetiva pode ser excluída em caso de culpa exclusiva do consumidor e de terceiro (§ 3º, incisos III e II, respectivamente dos artigos 12 e 13 do CDC), bem como nos casos fortuitos e de força maior, conforme entendimento jurisprudencial pacificado do STJ: RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. TRANSPORTE DE PASSAGEIROS. CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO. METROPOLITANO. ROUBO COM ARMA BRANCA SEGUIDO DE MORTE. ESCADARIA DE ACESSO À ESTAÇÃO METROVIÁRIA. CASO FORTUITO EXTERNO. EXCLUDENTE DE RESPONSABILIDADE CIVIL. PRECEDENTES. APELO PROVIDO. 1. Nos termos da jurisprudência firmada nesta Corte Superior, a responsabilidade do transportador em relação aos passageiros é objetiva, somente podendo ser elidida por fortuito externo, força maior, fato exclusivo da vítima ou por fato doloso e exclusivo de terceiro. (...)(STJ REsp 974.138/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 22/11/2016, DJe 09/12/2016) Neste contexto, com o objetivo de afastar sua responsabilidade objetiva, a parte reclamada sustenta que o dano foi ocasionado por culpa exclusiva de terceiros e, por isso, não possui responsabilidade civil. Todavia, no caso concreto, observa-se que não há culpa exclusiva de terceiro (fraudadores), pois a parte reclamada contribuiu para a concretização do dano, visto que é de sua responsabilidade o dever de cautela e pelos procedimentos de segurança contratual de seus clientes, conforme dispõe o artigo 8° do Código de Defesa do Consumidor: Art. 8° Os produtos e serviços colocados no mercado de consumo não acarretarão riscos à saúde ou segurança dos consumidores, exceto os considerados normais e previsíveis em decorrência de sua natureza e fruição, obrigando-se os fornecedores, em qualquer hipótese, a dar as informações necessárias e adequadas a seu respeito. Parágrafo único. Em se tratando de produto industrial, ao fabricante cabe prestar as informações a que se refere este artigo, através de impressos apropriados que devam acompanhar o produto. Destaca-se que o risco de fraude é inerente à própria atividade empresarial, já que esta cooperou para que o dano ocorresse com a ausência dos procedimentos de segurança que poderiam ter evitado o dano ao consumidor. O assunto já foi pacificado pelo STJ, inclusive por meio da sistemática de precedentes (tema 466), confirmando o dever de cautela do prestador de serviço na celebração de contrato. Neste sentido: AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. AUSÊNCIA DE VERIFICAÇÃO DOS DOCUMENTOS PESSOAIS POR OCASIÃO DA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO. FORTUITO INTERNO. RESPONSABILIDADE CIVIL. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO. AGRAVO IMPROVIDO. 1. No

julgamento do Recurso Especial Repetitivo nº 1.197.929/PR (Rel. Min. Luis Felipe Salomão, DJe de 12/9/2011), processado nos moldes do art. 543-C do CPC, foi firmado o entendimento de que "as instituições bancárias respondem objetivamente pelos danos causados por fraudes ou delitos praticados por terceiros - como, por exemplo, abertura de conta-corrente ou recebimento de empréstimos mediante fraude ou utilização de documentos falsos -, porquanto tal responsabilidade decorre do risco do empreendimento, caracterizando-se como fortuito interno". (...) (STJ AgInt no AREsp 839.180/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 17/11/2016, DJe 07/12/2016) Portanto, por não haver excludente de culpa da parte reclamada, permanece inalterada a plena responsabilidade pela conduta ilícita detectada. Dano moral. Em virtude da imprecisão terminológica utilizada no artigo 5º, incisos V e X, da Constituição Federal, a expressão dano moral possui inúmeras definições doutrinárias e jurisprudências. Sem que se adentre a esta discussão, em síntese, com base na jurisprudência do STJ abaixo transcrito, podemos definir dano moral como toda ofensa aos direitos da personalidade, podendo ser classificada em honra objetiva consistente na ofensa à reputação social e a subjetiva se reportando ao sofrimento suportado. RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL. RESPONSABILIDADE EXTRACONTRATUAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO INDICAÇÃO. SÚMULA 284/STF. DANO MORAL. PESSOA JURÍDICA. ART. 52 DO CC/02. PROTEÇÃO DE SUA PERSONALIDADE, NO QUE COUBER. HONRA OBJETIVA. LESÃO A SUA VALORAÇÃO SOCIAL. BOM NOME, CREDIBILIDADE E REPUTAÇÃO. PROVA. INDISPENSABILIDADE.(...) 5. Os danos morais dizem respeito à dignidade humana, às lesões aos direitos da personalidade relacionados a atributos éticos e sociais próprios do indivíduo, bens personalíssimos essenciais para o estabelecimento de relações intersubjetivas em comunidade, ou, em outras palavras, são atentados à parte afetiva (honra subjetiva) e à parte social da personalidade (honra objetiva). 6. As pessoas jurídicas merecem, no que couber, a adequada proteção de seus direitos da personalidade, tendo a jurisprudência dessa Corte consolidado, na Súmula 227/STJ, o entendimento de que as pessoas jurídicas podem sofrer dano moral. 7. A tutela da personalidade da pessoa jurídica, que não possui honra subjetiva, restringe-se à proteção de sua honra objetiva, a qual é vulnerada sempre que os ilícitos afetarem seu bom nome, sua fama e reputação. 8. A distinção entre o dano moral da pessoa natural e o da pessoa jurídica acarreta uma diferença de tratamento, revelada na necessidade de comprovação do efetivo prejuízo à valoração social no meio em que a pessoa jurídica atua (bom nome, credibilidade e reputação). 9. É, portanto, impossível ao julgador avaliar a existência e a extensão de danos morais supostamente sofridos pela pessoa jurídica sem qualquer tipo de comprovação, apenas alegando sua existência a partir do cometimento do ato ilícito pelo ofensor (in re ipsa). Precedente. (...) (STJ REsp 1807242/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/08/2019, REPDJe 18/09/2019, DJe 22/08/2019) Por esta razão, tanto as pessoas naturais quanto as pessoas jurídicas podem sofrer dano moral, contudo, estas últimas por possuírem apenas honra objetiva, eis que detentoras de reputação social, mas não de honra subjetiva, porquanto são desprovidas de sentimentos (Súmula 227 do STJ). Assim, a indisponibilidade de crédito tem o condão de gerar o dano moral. A primeira restrição indevida de crédito ofende ao direito da personalidade, sendo cabivel a indenização por danos morais, todavia, a existência de outras restrições preexistentes descaracteriza o dano, pois quem já é registrado como mau pagador não pode se sentir moralmente ofendido por mais uma inscrição do nome como inadimplente em cadastros de proteção ao crédito (STJ REsp 1.002.985-RS) Neste sentido preconiza a Sumula 385 e julgamento de Recurso Repetitivo do STJ: RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. DANO MORAL. NÃO CARACTERIZADO. INSCRIÇÃO INDEVIDA COMANDADA PELO SUPOSTO CREDOR. ANOTAÇÕES ANTERIORES. SÚMULA 385/STJ. (...) 2. "Da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito, não cabe indenização por dano moral, quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito ao cancelamento" (Súmula 385/STJ). (...) 5. Recurso especial a que se nega provimento. (STJ REsp 1386424/MG, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, Rel. p/ Acórdão Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 27/04/2016, DJe 16/05/2016) Vale ainda consignar que, havendo restritivos preexistentes e estes estiverem judicializados, não se aplica a Súmula 385 do STJ, permanecendo a presunção do dano moral: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. TELEFONIA. INSCRIÇÃO INDEVIDA NOS CADASTROS RESTRITIVOS DE CRÉDITO. SUPOSTA FRAUDE. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 385 STJ NO CASO CONCRETO. DANO MORAL IN RE IPSA. QUANTUM INDENIZATÓRIO. Inaplicabilidade da Súmula 385 do STJ na hipótese dos autos, haja vista que as inscrições prévias estão sendo discutidas judicialmente pelo autor em outras demandas. Dano moral configurado na modalidade in re ipsa. Quantum indenizatório que vai arbitrado em R$ 3.000,00, abaixo, pois, do valor usualmente fixado por este Colegiado, considerando que se deve sopesar a totalidade de inscrições decorrentes do mesmo fato, qual seja, fraude na contratação. APELO PARCIALMENTE PROVIDO. UNÂNIME. (Apelação Cível Nº 70066711862, Décima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Pedro Luiz Pozza, Julgado em 29/10/2015). Em exame do caso concreto, com base no extrato juntado na ID 24531048 nota-se que o restritivo impugnado foi o primeiro registrado, estando caracterizado o dano moral na modalidade objetiva e subjetiva. Isto porque este fato tem o condão de denegrir a imagem do consumidor no meio social e proporcionar sentimentos indesejados como frustração, angústia e ansiedade. Portanto, diante da indisponibilidade do crédito é devida o dano moral. Quantum indenizatório do dano moral. Em relação ao quantum indenizatório do dano moral, este deve atender a uma dupla finalidade: compensação e repressão. Assim, há que se observar tanto a capacidade econômica da vítima quanto do ofensor, evitando o enriquecimento injustificado e garantindo o viés pedagógico da medida. Ademais, deve ser considerada também a extensão da culpa e do dano (subjetivo e/ou objetivo), para que não sejam violados os Princípios da Razoabilidade e da Proporcionalidade. Neste sentido preconiza a jurisprudência do STJ: (...)RESPONSABILIDADE CIVIL. (...) DANOS MORAIS E ESTÉTICOS. VERBA INDENIZATÓRIA FIXADA COM RAZOABILIDADE. (...) 1. A revisão do valor fixado a título de danos morais e estéticos para os autores em razão de acidente de trânsito provocado por agente estatal, encontra óbice na Súmula 07/STJ, uma vez que fora estipulado em razão das peculiaridades do caso concreto, a exemplo, da capacidade econômica do ofensor e do ofendido, a extensão do dano, o caráter pedagógico da indenização. 2. Somente é possível rever o valor a ser indenizado quando exorbitante ou irrisória a importância arbitrada, em violação dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, o que não se observa no presente caso. 3. Agravo Regimental do ESTADO DE SANTA CATARINA desprovido. (STJ AgRg no AREsp 253.665/SC, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 21/03/2013, DJe 11/04/2013) Neste contexto, o valor indenizatório deve satisfazer ao caráter compensatório, servindo, ainda como desincentivo à repetição da conduta ilícita. Portanto, sopesando estes critérios e considerando as peculiaridades do caso concreto, mormente quanto ao valor do restritivo (R$258,28), entendo como razoável e suficiente para a reparação do dano moral a quantia de R$4.000,00. Dispositivo. Posto isso, proponho: a) rejeitar as preliminares arguidas e b) julgar parcialmente procedente os pedidos contidos na inicial para, com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil: c) declarar a inexistência do débito de R$258,28 (duzentos e cinquenta e oito reais e vinte e oito centavos), referente ao contrato 729642351000004CT; d) determinar que a parte reclamada no prazo de 05 (cinco) dias, providencie a exclusão do restritivo de crédito em nome da parte reclamante, sob pena de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitada a R$12.000,00 (doze mil reais); e) condenar a parte reclamada pagar a parte reclamante a quantia de R$ 2.000,00 (dois mil reais) a título de danos morais, corrigida monetariamente pelo INPC/IBGE, pro rata, a partir desta data (Súmula 362 do STJ), e juros da mora de 1% (um por cento) ao mês, sem capitalização, a partir do evento danoso por envolver ilícito extracontratual (Súmula 54 do STJ). Sem custas e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. Intimem-se. Preclusas as vias recursais, intimem-se novamente as partes, agora, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, requeiram o que entenderem de direito, sob pena dos autos serem encaminhados ao arquivo. Havendo condenação que enseje cumprimento de sentença, o credor deverá apresentar planilha de cálculo detalhada, demonstrando o valor atualizado do débito, com exata observância ao comando judicial. Para que não sejam apresentados cálculos sem credibilidade, recomendamos que os valores sejam atualizados prioritariamente por meio da função “atualização monetária” disponível no sítio DrCalc.net (http://www.drcalc.net/correcao.asp?it=3&ml=Calc), visto que, além de se tratar de um sítio confiável, satisfaz plenamente as peculiaridades necessárias para o caso concreto, em que o termo inicial dos juros e da correção monetária são distintos. Destaca-se que neste cálculo não

deverá constar ainda a multa do artigo 523, §1º, do CPC (Lei nº 13.105/2015), visto que esta é cabível somente após a intimação específica do devedor para o pagamento, conforme entendimento já firmado pela Sistemática de Precedente (Recurso Repetitivo REsp 1102460/RS). Com o objetivo do proporcionar o máximo de celeridade à fase executiva (art. 2º da Lei 9.099/95), o devedor deverá atender o disposto no artigo 524, inciso VII, do CPC, em destaque informando o número do CPF ou CNPJ das partes (inciso I), a indicação dos bens passíveis de penhora (inciso VII) e dos sistemas on line que pretende que sejam utilizados (BACENJUD e RENAJUD). Não havendo manifestação das partes, arquive-se. Submeto o presente projeto de decisão à homologação do Magistrado Togado, para que surta os efeitos legais previstos no artigo 40 da Lei 9099/95. Carla Cristina Cezário Juíza Leiga ---------- Vistos. Para que produza os seus devidos efeitos jurídicos, nos termos do artigo 40, da Lei nº 9.099/95 c/c artigo 8º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 270/07, homologo o projeto de sentença juntado nos autos. HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES Juiz de Direito

Segundo Juizado Especial Cível de Cuiabá

Intimação

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020409-33.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA APARECIDA VIEIRA DA SILVA PEREIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FELIPE ALBERTO ARCASA OAB - MT24979/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA S/A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020409-33.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:MARIA APARECIDA VIEIRA DA SILVA PEREIRA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: FELIPE ALBERTO ARCASA POLO PASSIVO: ENERGISA S/A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 08:50 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 12 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020800-85.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ADJENANE CRISTINE DA COSTA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EMERSON RIBEIRO ALVES OAB - MT23093/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCARD S.A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020800-85.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:ADJENANE CRISTINE DA COSTA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: EMERSON RIBEIRO ALVES POLO PASSIVO: BANCO BRADESCARD S.A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 15:30 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020804-25.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
HIAGO RODRIGUES DOS ANJOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANA LIDIA MARTINS NOGUEIRA OLIVEIRA OAB - MT19576/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OI S.A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020804-25.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:HIAGO RODRIGUES DOS ANJOS SANTOS ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: ANA LIDIA MARTINS NOGUEIRA OLIVEIRA POLO PASSIVO: OI S.A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 15:40 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002317-07.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
FABIO RICARDO DA SILVA FIGUEIREDO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KARINY DE SOUZA RIBEIRO OAB - MT22779/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ NÚMERO DO PROCESSO: 1002317-07.2019.8.11.0001 POLO ATIVO: FABIO RICARDO DA SILVA FIGUEIREDO POLO PASSIVO: ENERGISA MATO GROSSO DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Dispensado o relatório, nos termos do art. 38 da Lei n. 9.099/95. DA JUSTIÇA GRATUITA Importa consignar, ainda, que o acesso à primeira instância dos juizados especiais, é gratuito, conforme assegurado pelo artigo 54 da Lei nº 9.099/95, ao passo que eventual peculiaridade sobre condições de arcar com custas e despesas, deverá ser formulada em segunda instância, caso haja prolação de recurso. DO JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE Da análise do processo, verifico que se encontra maduro para julgamento, sendo desnecessária a produção de outras provas, como a própria audiência de instrução, uma vez que a continuidade da relação contratual, a legitimidade dos débitos e a inscrição indevida em órgãos de proteção ao crédito são provadas basicamente por prova documental, razão pela qual passo ao julgamento antecipado da lide, conforme o art. 355, I do NCPC. Trata-se de AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA ANTECIPADA, sob o fundamento de cobranças e negativações indevidas, após o pedido de desligamento da Unidade consumidora. Em suma,o Autor reconhece ter residido no endereço relativo à UC nº 6/231363-4, da qual solicitou o desligamento em 22/05/2014 (id. 22507434 e 24715450), desligamento este realizado conforme afirmativa da ré em 24/05/2014. No entanto, comprova cobrança em 06/11/2016 referente a dita Unidade de Consumo, relativa a apuração de anormalidade referente a recuperação de consumo no período de 08/2014 à 10/2015. Sustenta que desconhece todos os débitos posteriores ao pedido de desligamento, que juntos perfazem o montante de R$ 2.892,00 (dois mil oitocentos e noventa e dois reais). Quanto a tal débito, conforme comprovado no id. 22582296 o mesmo foi inscrito em cadastro de inadimplentes em 30/03/2016 à pedido da Ré, no valor de R$ 1.318,69 ((mil trezentos e dezoito reais e sessenta e nove centavos), bem como, consta ainda no dito documento inscrições realizadas em 10/11/2015 referente a faturas vencidas em 28/05/2015, no valor de R$ 287,00 (duzentos e oitenta e sete reais) e 26/05/2015, no valor de R$ 1.287,80 (mil duzentos e oitenta e sete reais e oitenta centavos), que inclusive constam no documento juntado pela ré no Id. 24715450 fl. 02, sendo portanto, incontroversas as mencionadas cobranças e negativações. No id. 22610520, a i. Magistrada indeferiu a tutela antecipada para retirada da negativação discutida, sob o fundamento de que as ditas inscrições o que afastam, em princípio, o justificado receio de ineficácia do provimento final. Oportunizada a conciliação, as partes compareceram à solenidade, mas optaram por prosseguir com a demanda. (id. 24426026) Em defesa tempestiva (id. 24715448), a Ré sustenta a tese de ausência de provas quanto ao dano moral, e que, a cobrança realizada é legítima, pois posteriormente ao desligamento teria sido encontrado no medidor autoreligação, razão pela qual entendendo ser devida a cobrança com a negatição realizada. DA RELAÇÃO DE CONSUMO – DA INVERSÃO DO ÔNUS PROBATÓRIO No caso, é oportuno esclarecer que a relação travada entre as partes é de natureza consumerista, nos termos dos

artigos 2º e 3º do CDC, razão pela qual devem ser aplicados ao caso os ditames contidos no Código de Defesa do Consumidor, inclusive com relação ao ônus da prova, cuja inversão já foi deferida pela i. Magistrada, na oportunidade em que se analisou o pedido de tutela antecipada (id. 22610520), nos termos do artigo 6º, VIII, principalmente considerando que a Ré teria maior facilidade de comprovar a existência de débitos remanescentes, e a legitimidade das negativações. DA RESPONSABILIDADE CIVIL O ponto controvertido da demanda encontra fundamento em negativações supostamente indevidas, no valor total de R$ 2892,00 (dois mil oitocentos e noventa e dois reais), todos os débitos com fatos geradores após 24/05/2014, data em que a ré confessa ter efetivado o desligamento da Unidade Consumidora em comento. Pois bem. Da análise dos autos, tenho que conforme confesso pela parte ré, e comprovado através do documento id. 24715450, a Unidade consumidora foi de fato desligada em 24/05/2014. No caso em tela, as partes confirmam que o desligamento ocorreu no final do mês de maio e que todas as cobranças que geraram negativação tiveram fato gerador após a referida data. Sendo assim, quaisquer cobranças realizadas após a aludida data – 24/05/2014-, pela Ré, devem ser consideradas ilícitas, nos termos dos artigos 186 e 187 do Código Civil. No mesmo sentido, é ilícita a negativação do nome do autor. E, para que a Ré seja responsabilizada civilmente, faz-se necessário três requisitos: Ato ilícito, dano e nexo causal. Analisando os autos verifico que a Ré, à contestação protocolada ao id. 24715448, com os documentos que a acompanham comprovam de maneira cabal que o cancelamento solicitado pelo autor se efetivou em 24/05/2014. Logo, vincular o nome do Autor em débitos subsequentes, e, ainda, negativar o nome do mesmo em razão deles, mostra-se ilegal. Assim, não se reconhece eventual exercício regular de direito por parte da Ré, sequer atitudes transparentes na relação com a parte consumidora, demonstrando, portanto, flagrante falha, com a insistência na vinculação de um serviço ao Autor, mesmo após expressa manifestação de encerramento do vínculo. Comportamento que, por si só, fere a própria política nacional da relação de consumo, nos termos do artigo 4º do CDC. As condutas supramencionadas ferem os direitos do Autor, em especial o artigo 6º, II, III, IV, VI, e são consideradas práticas abusivas, nos termos do artigo 39, II, V, por recusar atendimento à demanda da consumidora, e exigi-la vantagem manifestamente excessiva. E, nesse sentido, caberia à Ré provar, nos termos do artigo 14, §3º do CDC, que não houve o dano relacionado ao serviço prestado, ou, ainda, culpa exclusiva do consumidor ou terceiro, o que não se vê no caso em comento, no qual o conjunto probatório que se firmou, faz com que se revista de verossimilhança a alegação do Autor, rendendo ensejo ao acolhimento da pretensão esboçada na peça inicial, vez que presente o nexo causal que une as condutas da com os danos sofridos pelo Autor, ou seja "o vínculo, a ligação ou relação de causa e efeito entre a conduta e o resultado." (CAVALIERI FILHO, Sergio. Programa de responsabilidade civil. 6. ed. São Paulo: Malheiros, 2005. p. 71.) Vê-se que, independentemente da organização interna, a responsabilidade neste caso é objetiva, e independe, para a respectiva responsabilização civil, da culpa da Ré, a qual deve assumir os riscos da atividade econômica que explora, não transferindo-os ao consumidor vulnerável, razão pela qual OPINO por declarar inexigíveis as faturas relativas às dívidas R$ 1.318,69 ((mil trezentos e dezoito reais e sessenta e nove centavos), R$ 287,00 (duzentos e oitenta e sete reais) e R$ 1.287,80 (mil duzentos e oitenta e sete reais e oitenta centavos), que foram inscritas em 30/03/2016 e 10/11/2015, conforme documento de id. 22582296. OPINO por determinar à r. Secretaria a adoção das providências necessárias para a retirada das negativações aqui discutidas, mediante SERASA JUD. DA ANÁLISE DOS DANOS MORAIS No que concerne aos danos morais, as cobranças e negativações indevidas, após o encerramento incontroverso da relação jurídica entre as partes, são suficientes a ensejar a exacerbação dos sentimentos do homem médio, acarretando à Ré a obrigação de indenizar o consumidor pelo abalo moral sofrido, o qual OPINO por reconhecê-lo na modalidade in re ipsa, consoante tem decidido a jurisprudência: RECURSO INOMINADO – Reparação de danos materiais e morais. Bandeirante. Negativação do nome da autora em razão de débito de energia elétrica cobrado após a desocupação do imóvel, respectiva comunicação da ré e pedido de desligamento da instalação. Sentença parcialmente procedente para declarar a inexigibilidade da dívida e condenar a ré à indenização de R$4.000,00 a título de danos morais. Inconformismo da ré. Recurso. Sem razão. Alegação recursal de impossibilidade de acesso ao medidor do imóvel para que fosse efetivado o encerramento da instalação quando a autora realizou o pedido de desligamento. Inadmissibilidade. Referida justificativa não escusa a ré da não cessação de cobranças em nome da autora, tendo em vista a ausência de utilização do serviço após o pedido de desligamento. Pedido subsidiário para redução do quantum indenizatório. Impossibilidade. Valor fixado em patamar razoável e proporcional, devendo ser levado em conta os fins pedagógicos e punitivos além dos reparatórios ínsitos ao dano moral. Recurso não provido. Sentença mantida. (OLIVEIRA, Ana Carolina Miranda de. Recurso inominado n. 1026196-07.2017.8.26.0224. J. em 08 Nov. 2017. Disp. em www.tjsp.jus.br. Acesso em 13 Jul. 2018.) Ora, há evidente violação da boa-fé contratual e indevida exposição do Autor a sentimentos como insegurança jurídica e revolta, ao ver seu nome exposto às negativações infundadas, após o encerramento do vínculo, demonstrando o dano propriamente dito com a clara negligência da Ré, e sua falha na prestação do serviço, que atingiu a moral do Autor. DA QUANTIFICAÇÃO DO DANO MORAL No que tange à quantificação do dano moral, insta ressaltar que não há critérios legais e pré-estabelecidos para o seu arbitramento incumbindo ao Juiz, por seu prudente arbítrio, estimar, atento às peculiaridades de cada caso concreto, um valor justo a título de indenização, tendo-se em mente os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade. Deve-se apurar um montante equilibrado que sirva como desestímulo para a repetição do fato danoso, e represente à vítima uma compensação financeira que, de alguma forma, amenize o seu sofrimento injustamente suportado, levando em consideração, dentre outros, a situação econômica das partes, a intensidade do sofrimento, a gravidade e grau de culpa da Ré, bem como as circunstâncias que envolveram os fatos, de modo que não signifique um enriquecimento sem causa para a vítima e produza impacto bastante na causadora do mal. Desta forma, tenho que a Reclamada encaminhou os dados do autor indevidamente aos anais de proteção ao crédito, restando, pois, comprovada a prática de conduta ilícita, devendo, portanto, responder pelas suas consequências. De outro lado, insta destacar que, o autor possui outras anotações junto ao SPC/SERASA, no entanto, todas são supervenientes às discutidas na presente demanda, assim, não há que se falar em aplicação da Súmula 385 do STJ. Porém, ainda que não incida a referida Súmula, a existência de outros apontamentos posteriores, como no presente caso, devem levados em consideração para fixação do quantum, dentro dos parâmetros da proporcionalidade e da razoabilidade. Isto porque, tal fato interfere de forma direta a extensão do dano, intensidade do sofrimento e a gravidade da conduta, que como resultado, impacta a razoabilidade necessária para fixar a obrigação indenizatória. Vejamos o entendimento jurisprudencial sobre o tema: APELAÇÃO CÍVEL - DANOS MORAIS - INSCRIÇÃO EM CADASTROS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO - FRAUDE - DANO MORAL PURO - INDENIZAÇÃO DEVIDA - EXTENSÃO DO DANO - SÚMULA 385 DO STJ - INAPLICABILIDADE. - Age com negligência o cessionário de crédito que não confere de modo adequado os documentos comprobatórios da legitimidade do crédito adquirido e inscreve indevidamente o nome do suposto devedor em cadastro de inadimplentes. - É ilícita a inscrição em cadastro negativo de crédito decorrente de dívida inexistente. - Para a caracterização do dano moral, basta a negativação indevida, sendo desnecessária a demonstração do prejuízo sofrido pela parte. - A Súmula nº 385 do STJ não deve ser aplicada no caso de as demais negativações do nome do requerente serem objeto de questionamento judicial. - A indenização por danos morais deve ser suficiente apenas para repará-los, pois a indenização se mede pela extensão dos danos, nos termos do art. 944, caput, do Código Civil. - Se a vítima de fraude cobra indenização por danos morais de vários estabelecimentos que negativaram seu nome indevidamente, em razão da fraude, deve o valor da indenização observar o reduzido grau do dano, já que há outras inscrições indevidas, evitando-se o enriquecimento indevido do ofendido. - Recurso provido em parte. (TJ-MG , Relator: Gutemberg da Mota e Silva, Data de Julgamento: 23/07/2013, Câmaras Cíveis / 10ª CÂMARA CÍVEL) CONSUMIDOR. TELEFONIA. PLEITO DE REGULARIZAÇÃO DO NOME DA PARTE AUTORA EM CADASTROS DE INADIMPLENTES C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. REGISTRO INDEVIDO. DANOS MORAIS IN RE IPSA. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 385 DO STJ. ANOTAÇÃO POSTERIOR QUE DEVE SER CONSIDERADA PARA EFEITO DO ARBITRAMENTO DA INDENIZAÇÃO. QUANTUM ARBITRADO REDUZIDO PARA R$ 3.000,00 1. É incontroverso o dano moral decorrente de cadastro indevido, pois ilegítima a cobrança que deu ensejo ao registro, tanto que a ré cancelou o débito. Na verdade, a ré argui o descabimento da condenação no caso concreto, pois seria o

demandante devedor contumaz. O cadastro indevido foi comandado em 19.01.2010 e regularizado somente em 15.06.2011, em razão do ingresso desta demanda. Um segundo registro em nome da parte autora ocorreu abril de 2011, ou seja, posterior ao cadastro indevido de iniciativa da ré. Assim, inaplicável a Súmula n. 385 do STJ, uma vez que a sua incidência pressupõe o cadastro preexistente. A inscrição posterior deve ser levada em conta apenas para reduzir o valor indenizatório para R$ 3.000,00, já que a situação do autor é diversa daquele que nunca teve uma anotação lícita. 2. Sentença parcialmente confirmada por seus próprios fundamentos, na esteira do art. 46, da Lei n. 9.099/95. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. (Recurso Cível Nº 71003541893, Segunda Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Alexandre de Souza Costa Pacheco, Julgado em 28/11/2012) (TJ-RS - Recurso Cível: 71003541893 RS , Relator: Alexandre de Souza Costa Pacheco, Data de Julgamento: 28/11/2012, Segunda Turma Recursal Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 04/12/2012) No caso, esses elementos me autorizam a fixar a indenização dos danos morais em R$ 5.000,00 (cinco mil reais), quantia essa que atende aos critérios da razoabilidade e proporcionalidade e, ainda, não caracteriza o enriquecimento indevido da autora, refletindo no patrimônio do ofensor de modo a evitar a reiteração da prática ilícita. Oficie-se ao SPC/SERASA, determinando a baixa em definitivo dos dados da parte Reclamante daqueles anais relativo ao débito ora discutido, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de responsabilidade. CONCLUSÃO Isso posto, após a análise dos fatos e documentações apresentadas: 1. OPINO por julgar PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos formulados pelo Autor, nos termos do artigo 487, I do CPC, para reconhecer a relação de consumo entre as partes nos termos dos artigos 2º e 3º do CDC, e por ratificar a inversão do ônus da prova em seu favor, nos termos do artigo 6º, VIII do CDC. 2. OPINO por declarar inexigíveis as faturas relativas às dívidas R$ 1.318,69 ((mil trezentos e dezoito reais e sessenta e nove centavos), R$ 287,00 (duzentos e oitenta e sete reais) e R$ 1.287,80 (mil duzentos e oitenta e sete reais e oitenta centavos), que foram inscritas em 30/03/2016 e 10/11/2015, conforme documento de id. 22582296. 3. OPINO por determinar à r. Secretaria a adoção das providências necessárias para a retirada das negativações aqui discutidas, mediante SERASA JUD, relativas às dívidas de R$ 1.318,69 ((mil trezentos e dezoito reais e sessenta e nove centavos), R$ 287,00 (duzentos e oitenta e sete reais) e R$ 1.287,80 (mil duzentos e oitenta e sete reais e oitenta centavos), que foram inscritas em 30/03/2016 e 10/11/2015. 4. OPINO por reconhecer os danos de ordem moral sofridos pelo Autor, e por condenar a Ré ao pagamento de indenização, na proporção que OPINO por arbitrar em R$ 5.000,00 (cinco mil reais), como medida de caráter pedagógico, corrigidos monetariamente (INPC) e acrescidos de juros de mora de 1% ao mês. Os juros de mora incidem desde o evento danoso (10/11/2015) e a correção monetária a partir desta data. Sem custas processuais e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. Homologada, intime-se as partes, através de seus patronos. Amanda de Castro Borges Reis Juíza Leiga Vistos, etc. Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40, da Lei n.º 9.099/95 e art. 8º parágrafo único, da LC n.º 270/07 – MT. Transitada em julgado, nada sendo requerido, arquiva-se. Publica-se eletronicamente. Intimem-se. Cumpra-se. Maria Aparecida Ferreira Fago Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002392-46.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
EREONICE SEBASTIANA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCAS HENRIQUE DA PURIFICACAO SOUZA OAB - MT23784-O (ADVOGADO(A))
MARCELO KAIQUE PURIFICACAO DE SOUZA OAB - MT25260/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1002392-46.2019.8.11.0001. REQUERENTE: EREONICE SEBASTIANA DA SILVA REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A Vistos etc. Dispensado o relatório, nos termos do art. 38 da Lei n. 9.099/95. DA PRIORIDADE DO TRÂMITE PROCESSUAL Observo que a parte Autora conta, hoje, com mais de 60 anos de idade, sendo idosa na forma do artigo 1º da lei nº 10.741/03. Dessa feita, OPINO por reconhecer o seu direito à prioridade de tramitação processual, consoante garantido pelo artigo 71 da aludida lei, bem como assegurado pelo artigo 1.048 do CPC/15. DA JUSTIÇA GRATUITA O artigo 54 da Lei nº 9.099/95 assegura o acesso gratuito ao juizado especial, em primeiro grau de jurisdição, ao passo que eventual peculiaridade sobre condições de arcar com custas e despesas, deverá ser formulado em segunda instância, caso haja interposição de recurso. DA RELAÇÃO DE CONSUMO – DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA O presente feito trata de relação de consumo, nos temos dos artigos 2º e 3º do CDC. A Ré está mais apta a provar o insucesso da demanda que a parte Autora a demonstrar a sua procedência. Logo, está patente a hipossuficiência e vulnerabilidade da parte consumidora, razão pela qual OPINO por RATIFICAR a inversão do ônus probatório deferida em favor da parte Autora à decisão de ID nº 22570301. DO JULGAMENTO ANTECIPADO DO MÉRITO – DA RESPONSABILIDADE CIVIL Da análise do processo, verifico que ele se encontra maduro para julgamento, sendo desnecessária a produção de outras provas para o convencimento motivado do artigo 371 do CPC, razão pela qual passo ao julgamento antecipado da lide, conforme o art. 355, I do CPC. Trata-se de ação de obrigação de fazer em que a parte autora narra que, na data de 26/07/2019, solicitou a transferência da Unidade consumidora do imóvel que adquiriu para o seu nome, contudo afirma que aa transferência não foi realizada, mesmo não existindo débito em aberto relativo à sua Unidade Consumidora. Assim, pleiteou a concessão da liminar para efetivação da transferência de titularidade da unidade consumidora para o seu nome, o que foi deferido à decisão de ID nº 22570301. À defesa, a Ré informa que a transferência de titularidade solicitada pela parte autora não ocorreu em razão de um equívoco da autora quando do fornecimento de suas informações via site, o que impossibilitou a efetuação do serviço. A ré não menciona, porém, que equívoco teria sido este, tampouco comprova que teria informado à autora o que deveria ter sido feito para sanar o equívoco mencionado. Entendo, assim, que a ré não comprovou, sequer alegou, qualquer fato que justificasse a sua recusa em efetuar a transferência de titularidade solicitada pela parte autora. Dessa feita, com pedido feito no dia 26/07/2019, gerou na Autora a expectativa de que a unidade consumidora estaria sendo transferida para o seu nome. No entanto, a Ré não o fez, não apresentando nenhuma justificativa para tanto. Logo, tenho que a parte autora se desincumbiu de seu ônus em comprovar que efetuou o pedido à ré, não tendo esta comprovado que o não atendimento da solicitação se deu por culpa da autora. Tal conduta certamente fere o código de defesa do consumidor, em especial o direito da autora de ter informações claras e precisas, bem como a prevenção de danos morais e materiais, consoante se depreende do artigo 6º, III e VI do CDC. Há, claramente, falta de transparência nas informações prestadas pela Ré à consumidora, gerando confusão na relação de consumo e falha na prestação de serviço. No caso em tela, entendo que a Ré cometeu ato ilícito, nos termos dos artigos 186 e 187 do Código Civil, posto que violou as dinâmicas da legislação de consumo, em especial os artigos acima mencionados. Logo, OPINO por tornar definitiva a tutela antecipada concedida à Decisão de ID nº 22570301, no sentido de manter a transferência da titularidade para o nome da Autora. DA ANÁLISE DOS DANOS MORAIS A Ré, por se tratar de prestadora de serviço público, com base na teoria do risco administrativo, responde objetivamente pelos danos que vier a causar a terceiros durante a prestação do serviço concedido, por força do artigo 37, § 6º, da CF/88, e, a não ser que comprove fato de terceiro ou culpa exclusiva da consumidora, o que aqui não se verifica. Assim, no tocante à indenização por danos morais, não se pode deixar de reconhecer o sofrimento advindo da ineficácia da prestação dos serviços de energia elétrica pela Ré, bem como pelo atendimento deficiente à parte consumidora, com a negativa de efetuar a transferência de titularidade, mesmo após solicitação expressa. Consequentemente, RECONHEÇO o dano moral in re ipsa, sendo o nexo causal necessário o próprio desgaste da Autora, que teve que ingressar com a presente ação para ter reconhecido um direito seu. No que tange ao quantum indenizatório, ressalto que para a fixação do dano moral, à vista da inexistência de critérios legais e pré-estabelecidos para o seu arbitramento, incumbe ao juiz, por seu prudente arbítrio, estimar, atento às

peculiaridades de cada caso concreto, um valor justo à título de indenização, tendo-se em mente os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade. A indenização por dano moral deve representar para a vítima uma satisfação capaz de amenizar de alguma forma o sofrimento impingido, proporcionando um equilíbrio tal, de modo que não signifique enriquecimento sem causa para a vítima e produza impacto bastante no causador do mal a fim de dissuadi-lo de novo atentado. Assim, sopesando os fatos ocorridos e incontroversos nos autos, a fragilidade da defesa e ainda, os critérios comumente utilizados pelos Tribunais para sua fixação, reputo justa e razoável a condenação da Ré ao pagamento da importância de R$ 3.000,00 (três mil reais) à autora, como medida de caráter pedagógico, evitando a reiteração da conduta no mercado de consumo. DISPOSITIVO Diante de todo o exposto e fundamentado, após a análise da versão fática e probatória apresentada por ambas as partes: 1. OPINO por RATIFICAR a inversão do ônus probatório deferida em favor da parte Autora à decisão de ID nº 22570301. 2. OPINO por tornar definitiva a tutela antecipada concedida à Decisão de ID nº 22570301, no sentido de manter a transferência da titularidade para o nome da Autora. 3. OPINO ainda por reconhecer os danos morais, e condenar a Ré à ressarci-los, no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), acrescido de correção monetária pelo índice oficial - INPC/IBGE desde o seu arbitramento, conforme Súmula 362 do STJ, e juros legais de 1% (um por cento) ao mês a partir do evento danoso (26/07/2019). Sem custas processuais e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. À consideração da Excelentíssima Juíza de Direito do 2º Juizado para apreciação e homologação, de acordo com o artigo 40 da lei 9.099/95. Homologada, intimem-se as partes, através de seus patronos. JOÃO MANOEL PASQUAL FERRARI Juiz Leigo SENTENÇA Vistos, etc. Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo(a) Juiz(a) Leigo (a), na forma do art. 40, da Lei nº 9.099/95, e art. 8º, parágrafo único, da LC n.º 270/07-MT. Transitada em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intimem-se. Cumpra-se. Maria Aparecida Ferreira Fago Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020836-30.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ANTONIL DE FATIMA CARVALHO BORGES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CINDY SCHOSSLER TOYAMA OAB - MT22104/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GOL LINHAS AEREAS S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020836-30.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:ANTONIL DE FATIMA CARVALHO BORGES ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: CINDY SCHOSSLER TOYAMA POLO PASSIVO: GOL LINHAS AEREAS S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 15:50 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020848-44.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ABEL OLIVEIRA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ARIANNY PAULA SILVA CORREA YOSHINARI OAB - MT20787/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
IBI PROMOTORA DE VENDAS LTDA. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020848-44.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:ABEL OLIVEIRA DA SILVA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: ARIANNY PAULA SILVA CORREA YOSHINARI POLO PASSIVO: IBI PROMOTORA DE VENDAS LTDA. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 16:00 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020849-29.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA JOANA DE AMORIM DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MOACIR ALMEIDA FREITAS OAB - MT727-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020849-29.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:MARIA JOANA DE AMORIM DA SILVA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: MOACIR ALMEIDA FREITAS POLO PASSIVO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 16:10 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Despacho Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1054791-29.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
EDMAR ROGERIO LORENTZ ALDERETE (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROSÂNGELA SCALABRIN CAMELLO LOPES OAB - MT11678/O-N (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Processo: 1054791-29.2019.8.11.0041 REQUERENTE: EDMAR ROGERIO LORENTZ ALDERETE REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A Vistos etc. Intime-se a parte autora para que, em 15 (quinze) dias, apresente nos autos, cópia de todas as cobranças contestadas, bem como histórico de consumo e de pagamento relativo aos últimos 06 (seis) meses. Intime-se. JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002794-30.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
FABIO AUGUSTO AQUINO TAQUES (INTERESSADO)
Advogado(s) Polo Ativo:
AUGUSTO CEZAR DE AQUINO TAQUES OAB - MT12026-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TVLX VIAGENS E TURISMO S/A (REQUERIDO)
AEROVIAS DE MEXICO S/A DE C V AEROMEXICO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1002794-30.2019.8.11.0001. INTERESSADO: FABIO AUGUSTO AQUINO TAQUES REQUERIDO: TVLX VIAGENS E TURISMO S/A, AEROVIAS DE MEXICO S/A DE C V AEROMEXICO Vistos, etc. Remetam-se os autos a Eg. Turma Recursal com as homenagens deste juízo. Cumpra-se. JORGE ALEANDRE MARTINS FERREIRA Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020869-20.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JONILSON PEDRO DE CAMPOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAPHAEL ARAUJO SCARDELAI OAB - MT18894-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:

VIVO S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020869-20.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:JONILSON PEDRO DE CAMPOS ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: RAPHAEL ARAUJO SCARDELAI POLO PASSIVO: VIVO S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 16:20 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020874-42.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JOSEFA MARIA DA SILVA CARDOSO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RERISON RODRIGO BABORA OAB - MT9578-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
DABERSON MACHADO BATISTA (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020874-42.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:JOSEFA MARIA DA SILVA CARDOSO ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: RERISON RODRIGO BABORA POLO PASSIVO: DABERSON MACHADO BATISTA FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 16:30 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020882-19.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
VICTOR HUGO DA SILVA LIMA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELO MARQUES PONTES JUNIOR OAB - MT16873/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
IUNI EDUCACIONAL S/A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020882-19.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:VICTOR HUGO DA SILVA LIMA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: MARCELO MARQUES PONTES JUNIOR POLO PASSIVO: IUNI EDUCACIONAL S/A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 16:40 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020849-29.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA JOANA DE AMORIM DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MOACIR ALMEIDA FREITAS OAB - MT727-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Processo: 1020849-29.2019.8.11.0001. REQUERENTE: MARIA JOANA DE AMORIM DA SILVA REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A Vistos etc. Intime-se a parte reclamante para emendar a inicial juntando aos autos, as faturas contestadas, porquanto os documentos juntados não se apresentam minimamente legíveis. Anoto para tanto o prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento do pedido de tutela de urgência. Intime-se. JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA JUIZ DE DIREITO

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020921-16.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LINDINALVA MERQUIDES DE ALENCAR (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS GUSTAVO LIMA FERNANDES OAB - MT17620-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CLARO S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020921-16.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:LINDINALVA MERQUIDES DE ALENCAR ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: CARLOS GUSTAVO LIMA FERNANDES POLO PASSIVO: CLARO S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 17:00 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020925-53.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ALYSSON CARLOS CANEDO COSTA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOAO PAULO MAIA OLIVEIRA OAB - MT25681/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020925-53.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:ALYSSON CARLOS CANEDO COSTA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: JOAO PAULO MAIA OLIVEIRA POLO PASSIVO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 17:10 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020931-60.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MILTON JONES AMORIM VIEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MILTON JONES AMORIM VIEIRA OAB - MT16216-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
REBOQUE R.G LTDA - EPP (REQUERIDO)
MARCO TULIO DINIZ BARROS (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020931-60.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:MILTON JONES AMORIM VIEIRA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: MILTON JONES AMORIM VIEIRA POLO PASSIVO: REBOQUE R.G LTDA - EPP e outros FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 17:20 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020804-25.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
HIAGO RODRIGUES DOS ANJOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANA LIDIA MARTINS NOGUEIRA OLIVEIRA OAB - MT19576/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:

OI S.A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020804-25.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:HIAGO RODRIGUES DOS ANJOS SANTOS ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: ANA LIDIA MARTINS NOGUEIRA OLIVEIRA POLO PASSIVO: OI S.A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 15:40 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020940-22.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JEROLINO LOPES DE AQUINO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANIEL PAULO MAIA TEIXEIRA OAB - MT4705-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GOL LINHAS AEREAS S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020940-22.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:JEROLINO LOPES DE AQUINO ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: DANIEL PAULO MAIA TEIXEIRA POLO PASSIVO: GOL LINHAS AEREAS S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 17:30 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1019814-34.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CLEITON SANTOS FERREIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RWLY GWLYT AFONSO ALVES DA SILVA OAB - MT24299/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ITAU UNIBANCO S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1019814-34.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:CLEITON SANTOS FERREIRA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: RWLY GWLYT AFONSO ALVES DA SILVA POLO PASSIVO: ITAU UNIBANCO S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 05/02/2020 Hora: 17:50 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020918-61.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JOAO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE (REQUERENTE)
GREICE DA ROSA ALVES (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
Aguas Cuiabá S/A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020918-61.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:JOAO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE e outros POLO PASSIVO: Aguas Cuiabá S/A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 16:50 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020918-61.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JOAO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE (REQUERENTE)
GREICE DA ROSA ALVES (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
Aguas Cuiabá S/A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020918-61.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:JOAO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE e outros POLO PASSIVO: Aguas Cuiabá S/A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 16:50 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Citação

Citação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020769-65.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LEANDRO FRANCISCO SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ARTHUR MULLER COUTINHO OAB - MT10889-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ CUIABÁ 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 MANDADO DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO para ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A - CNPJ: 03.467.321/0001-99 (REQUERIDO) PROCESSO n. 1020769-65.2019.8.11.0001 Valor da causa: R$ 10.000,00 ESPÉCIE: [INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL]->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) POLO ATIVO: Nome: LEANDRO FRANCISCO SOUZA Endereço: RUA F, 19, FRENTE, JARDIM PASSAREDO, CUIABÁ - MT - CEP: 78088-808 POLO PASSIVO: Nome: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A Endereço: RUA BARÃO DE MELGAÇO, 3678, - DE 3271/3272 AO FIM, CENTRO NORTE, CUIABÁ - MT - CEP: 78005-300 EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO MARIA APARECIDA FERREIRA FAGO EFETUAR A CITAÇÃO do pólo passivo, para todos os termos da ação indicada, ciente que deverá comparecer à audiência de conciliação, na data e hora designada, BEM COMO PROCEDER AO IMEDIATO CUMPRIMENTO DA MEDIDA LIMINAR DEFERIDA NOS AUTOS, CONFORME CÓPIA EM ANEXO. DADOS DA AUDIÊNCIA: Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 15:10 , a ser realizada no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL, sito à Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro Duque de Caxias I, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM. ADVERTÊNCIA: 1. Não comparecendo à audiência designada, presumir-se-ão verdadeiros os fatos alegados pela parte reclamante na petição inicial ou termo de reclamação, podendo ser proferida sentença de plano (artigos 20 e 23 da Lei nº 9.099/95). 2. Comparecendo a parte promovida, e não obtida a conciliação, deverá oferecer contestação, escrita ou oral, no prazo de 05 (cinco) dias após a audiência de conciliação, sendo obrigatória, nas causas de valor superior a 20 salários mínimos, a presença de advogado. A ação poderá ser julgada antecipadamente, se for o caso, ou se proceder à audiência de instrução e julgamento. 3. Deverá(ão) o(a, s) citando(a, s)/intimando(a, s) comparecer devidamente trajado(a, s) e portando documentos pessoais. ADVERTÊNCIAS AO OFICIAL DE JUSTIÇA: 1. Nos termos do art. 212, §2º, do CPC, as citações e intimações, independentemente de autorização judicial, poderão realizar-se no período de férias forenses, nos feriados ou dias úteis fora do horário de 6h às 20h, observado o disposto no artigo 5º, inciso XI, da Constituição Federal. 2. Nos termos do art. 252, do CPC, quando, por 2 (duas) vezes, o oficial de justiça houver procurado o citando em seu domicílio ou residência sem o encontrar, deverá, havendo suspeita de ocultação, intimar qualquer pessoa da família ou, em sua falta, qualquer vizinho de que, no dia útil imediato, voltará a fim de efetuar a citação, na hora que designar. 3. Nos termos do art. 372 da CNGC inexistindo prazo expressamente determinado, os mandados deverão

estar cumpridos no prazo máximo de (10) dez dias. (Para mandados de audiência) Nos termos do art. 373 da CNGC, nos casos de intimação para audiência, os mandados serão devolvidos até 48 (quarenta e oito) horas úteis antes da data designada, salvo deliberação em contrário. CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pela Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Decisão

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020639-75.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
THIAGO HENRIQUE MARQUES DOS ANJOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ADEMIR ROSA GOMES OAB - MT11390-O (ADVOGADO(A))
ANA LAURA RODRIGUES DE ARRUDA OAB - MT25689/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SAGA JAPAN COMERCIO DE VEICULOS LTDA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Processo: 1020639-75.2019.8.11.0001. REQUERENTE: THIAGO HENRIQUE MARQUES DOS ANJOS REQUERIDO: SAGA JAPAN COMERCIO DE VEICULOS LTDA Vistos etc. Cuida-se de “AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C RESTITUIÇÃO DE VALORES C/C DANOS MORAIS E PEDIDO DE TUTELA DE URGENCIA” na qual a parte autora postula, liminarmente, a devolução do valor de R$17.000,00 (dezessete mil reais). Afirma a parte autora que comprou um veículo mediante contratação verbal no valor total de R$33.000,00 (trinta e três mil reais) que seria pago da seguinte forma: uma entrada no valor de R$17.000,00 (dezessete mil reais) e mais 24 (vinte e quatro) parcelas no valor de R$1.044,00 (um mil e quarenta e quatro reais), por meio de contrato de financiamento. Aduz que, depositou o valor da entrada, mas que posteriormente não concordou com algumas cláusulas do contrato de financiamento, o que o levou a desistir do negócio. Alega que até a presente data, a parte ré não devolveu o valor pago. Indefiro o pleito. Nada obstante tenha a parte autora apresentado documentos que integram o conjunto probatório, tenho que na presente hipótese encontra-se vedação à concessão do pleito antecipatório, já que a medida pode se caracterizar como irreversível, dado ao fato de que o que a parte busca antecipar se constitui em pecúnia. Diante disso, desnecessário tecer argumentos de quão facilitado é o consumo desse bem (dinheiro), porquanto aplicável às relações rotineiras existentes entre as pessoas, de modo que a prudência recomenda não seja antecipada a medida; ao menos até que seja aperfeiçoada a relação processual. Dessa forma é que, por ora, INDEFIRO a medida pleiteada. Audiência de conciliação já designada. Cite-se. Intime-se. JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA JUIZ DE DIREITO

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020804-25.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
HIAGO RODRIGUES DOS ANJOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANA LIDIA MARTINS NOGUEIRA OLIVEIRA OAB - MT19576/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OI S.A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Processo: 1020804-25.2019.8.11.0001. REQUERENTE: HIAGO RODRIGUES DOS ANJOS SANTOS REQUERIDO: OI S.A Vistos etc. Cuida-se de pedido liminar formulado por HIAGO RODRIGUES DOS ANJOS SANTOS na qual pretende ter seu nome excluído dos cadastros de proteção ao crédito sob o argumento de que não manteve relação jurídica com a reclamada O.I MOVEL S/A que desse causa ao débito levado à inscrição no rol de inadimplentes. O pleito merece acolhimento. Com efeito, para a concessão da tutela de urgência se faz imprescindível à presença de elementos que evidenciem a probabilidade do direito alegado e, cumulativamente, que haja perigo de dano. Conforme se evola dos autos, sustenta a parte que o débito é inexistente, uma vez que não possui relação jurídica com a reclamada. O perigo de dano resta apontado pelos prejuízos que experimentará na hipótese de permanência da anotação que decorre em seu detrimento. Não soa jurídico determinar que a parte aguarde o deslinde de uma demanda que por mais célere que possa ser, estará a lhe apontar algum embaraço nesse transcurso, de modo que aparenta com razoabilidade a concessão liminar com forte na norma do art. 297 do CPC. Posto isso, DEFIRO a liminar vindicada para o fim de DETERMINAR a exclusão do nome da reclamante dos cadastros de restrição ao crédito, no que diz com o débito apontado pela reclamada. Intime-se a reclamada para que promova a exclusão da anotação lançada em desfavor da parte reclamante, para o que anoto o prazo de 05 (cinco) dias. Fixo, desde já, para a hipótese de descumprimento da medida multa no importe de R$3.000,00 (três mil reais). Já designada sessão de conciliação, cite-se. Intime-se. Cumpra-se. Jorge Alexandre Martins Ferreira Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020804-25.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
HIAGO RODRIGUES DOS ANJOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANA LIDIA MARTINS NOGUEIRA OLIVEIRA OAB - MT19576/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OI S.A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Processo: 1020804-25.2019.8.11.0001. REQUERENTE: HIAGO RODRIGUES DOS ANJOS SANTOS REQUERIDO: OI S.A Vistos etc. Cuida-se de pedido liminar formulado por HIAGO RODRIGUES DOS ANJOS SANTOS na qual pretende ter seu nome excluído dos cadastros de proteção ao crédito sob o argumento de que não manteve relação jurídica com a reclamada O.I MOVEL S/A que desse causa ao débito levado à inscrição no rol de inadimplentes. O pleito merece acolhimento. Com efeito, para a concessão da tutela de urgência se faz imprescindível à presença de elementos que evidenciem a probabilidade do direito alegado e, cumulativamente, que haja perigo de dano. Conforme se evola dos autos, sustenta a parte que o débito é inexistente, uma vez que não possui relação jurídica com a reclamada. O perigo de dano resta apontado pelos prejuízos que experimentará na hipótese de permanência da anotação que decorre em seu detrimento. Não soa jurídico determinar que a parte aguarde o deslinde de uma demanda que por mais célere que possa ser, estará a lhe apontar algum embaraço nesse transcurso, de modo que aparenta com razoabilidade a concessão liminar com forte na norma do art. 297 do CPC. Posto isso, DEFIRO a liminar vindicada para o fim de DETERMINAR a exclusão do nome da reclamante dos cadastros de restrição ao crédito, no que diz com o débito apontado pela reclamada.

Intime-se a reclamada para que promova a exclusão da anotação lançada em desfavor da parte reclamante, para o que anoto o prazo de 05 (cinco) dias. Fixo, desde já, para a hipótese de descumprimento da medida multa no importe de R$3.000,00 (três mil reais). Já designada sessão de conciliação, cite-se. Intime-se. Cumpra-se. Jorge Alexandre Martins Ferreira Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1020795-63.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO PARQUE CHAPADA DOS PAMPAS (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JULIANA DE SOUSA ANDRADE OAB - MT16875-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LARYSSA NAYARA DOS SANTOS RIBEIRO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO INICIAL Processo: 1020795-63.2019.8.11.0001. EXEQUENTE: CONDOMINIO PARQUE CHAPADA DOS PAMPAS EXECUTADO: LARYSSA NAYARA DOS SANTOS RIBEIRO Vistos, etc. Cite a parte executada, por Carta AR, com as advertências do artigo 829 do CPC, para efetuar o pagamento da dívida, no prazo de 03 (três), dias, sob pena de execução forçada (art. 53 da lei 9.099/95). Incorrendo o pagamento e não havendo indicação de bens à penhora nos autos, voltem conclusos para penhora online. Após a realização da penhora, designe audiência de conciliação, conforme determina o art. 53, § 1º, da lei 9.099/95, oportunidade em que a parte executada poderá oferecer embargos por escrito ou oralmente. O Devedor não sendo encontrado, intime o a parte exequente para promover a indicação do necessário, no prazo de 05 (cinco) dias. Inexistindo manifestação no prazo assinalado, conclusos para extinção. (Art. 53, §4º da lei 9.099/95). Intimem-se. Cumpra-se. Expeça o necessário. JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020764-43.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JOSEMAR HONORIO BARRETO JUNIOR (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSEMAR HONORIO BARRETO JUNIOR OAB - MT8578-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
C&A MODAS LTDA (REQUERIDO)
BANCO BRADESCARD S.A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Processo: 1020764-43.2019.8.11.0001. REQUERENTE: JOSEMAR HONORIO BARRETO JUNIOR REQUERIDO: C&A MODAS LTDA, BANCO BRADESCARD S.A Vistos etc. Cuida-se de pedido liminar formulado pela parte autora na qual pretende ter excluído seus dados do cadastro de inadimplentes. O pleito vai indeferido. Com efeito, para a concessão da tutela de urgência se faz imprescindível a presença de elementos que evidenciem a probabilidade do direito alegado e, cumulativamente, que haja perigo de dano. Conforme se denota dos autos não se colhe a presença do requisito consistente no periculum in mora, porquanto a anotação registra data de inclusão longínqua (2017), fato que permite verificar que a parte já convivia com a mencionada restrição, nada se verificando dos autos que permita inferir a alegada urgência para a concessão da medida. Posto isso, INDEFIRO a liminar vindicada em razão da ausência dos elementos indispensáveis à concessão da medida liminar. Já designada audiência de conciliação. Cite-se. Intime-se. Cumpra-se. JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA JUIZ DE DIREITO

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020769-65.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LEANDRO FRANCISCO SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ARTHUR MULLER COUTINHO OAB - MT10889-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
MARIA APARECIDA FERREIRA FAGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1020769-65.2019.8.11.0001. REQUERENTE: LEANDRO FRANCISCO SOUZA REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A Vistos, etc. Trata-se de "AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS C/C PEDIDO DE LIMINAR", ajuizada por LEANDRO FRANCISCO SOUZA em face de ENERGISA MATO GROSSO – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. A parte promovente alega, em síntese, que utiliza os serviços da promovida por meio da UC n.º 6/2285795-7, instalada no endereço situado na Rua F, casa n.º 2, quadra n.º 19, Bairro Jardim Passaredo, nesta capital, Cuiabá-MT. Esclarece que, a despeito de seu consumo permanecer inalterado, recebeu, da parte promovida, uma "Carta ao Cliente", acostada aos autos (id. 27357198), pela qual foi ele notificado sobre um suposto diferencial de consumo, ao argumento de que seria recuperação relativa ao período de dezembro/2018 a julho/019, compreendendo, portanto, 08 (oito) meses, no valor total de R$ 8.062,94 (oito mil e sessenta e dois reais e noventa e quatro centavos). Narra, ainda, que "a referida fatura consta como mês referente ao de julho, sendo que a fatura do referido mês já estava quitada, com valor de R$ 730,30 (Setecentos e trinta reais e trinta centavos), conforme documento em anexo (Doc. 06), ou seja, faturamento correspondente a menos que 10% do valor da fatura encaminhada ao Autor". Aduz, ainda, que realizou diversas reclamações administrativas, inclusive no PROCON. Frustradas, porém, todas as tentativas de solução do impasse. Em face dessa situação, depois de discorrer sobre os fatos e fundamentos jurídicos que entende cabíveis à espécie, a parte autora, dentre outras alegações e providências, requer liminarmente: "(...) Desta feita, em razão da verossimilhança das alegações alhures arrazoadas e do inegável dano que o Requerente vem sofrendo diariamente na iminência de ter o seu fornecimento de energia elétrica interrompida, roga-se a Vossa Excelência o deferimento da antecipação dos efeitos da tutela judicial, concedendo a liminar solicitada para que a Requerida se abstenha de interromper o fornecimento de energia elétrica, que ocorra a suspensão das faturas contestadas e que o bom nome do Requerente não seja inserido nos órgãos de proteção ao crédito, por conta das faturas mencionadas, sob pena de pagamento de multa diária, no valor de R$ 1.000,00 (Um mil reais), a ser revertida em favor do Requerente". "(...) 1 – Seja concedida liminar inaudita altera pars, para: · Determinar que a requerida SUSPENDA A COBRANÇA DA FATURA CONTESTADA REFERENTE SUPOSTA RECUPERAÇÃO DE CONSUMO, NO VALOR DE R$ 8.062,94 (OITO MIL E SESSENTA E DOIS REAIS E NOVENTA E QUATRO CENTAVOS); · DETERMINAR QUE A EMPRESA REQUERIDA SE ABSTENHA DE INTERROMPER O FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA NA RESIDENCIA DO REQUERENTE, NA UNIDADE CONSUMIDORA DE Nº 6/ 2285795-7 EM VIRTUDE DA COBRANÇA DAS FATURAS CONTESTADAS; · EVITAR A INSERÇÃO DO BOM NOME Do Requerente NOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO, sob pena de ser fixada multa cominatória de R$ 1.000,00 (Um mil reais) ao dia, em caso de retardamento ou desobediência a determinação desse r. juízo". É o que merece ser relatado. DECIDO. Da análise dos elementos e das circunstâncias que envolvem o caso, concluo que o pedido de antecipação de tutela específica merece parcial acolhimento. Isso porque se extrai do art. 84, "caput" e § 3º, do Código de Defesa do Consumidor, que o juiz poderá conceder a tutela específica da obrigação, liminarmente, ou determinar providências que assegurem o resultado prático equivalente ao do adimplemento, desde que estejam preenchidos e presentes dois requisitos obrigatórios, quais sejam, relevância do fundamento da demanda e justificado receio de ineficácia do provimento final. Já o artigo 300, do Código de Processo Civil, dispõe que a tutela de urgência será concedida, quando houver probabilidade do direito e perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. No caso em exame, a relevância dos fundamentos da demanda reside nas argumentações da parte promovente, demonstradas, em princípio, pelos documentos acostados à inicial, que comprovam, a prima facie, suas afirmações. Ademais, como cediço, nesta fase processual, não há documentação disponível à parte promovente que possa contribuir com suas alegações, razão pela qual, diante da hipossuficiência probatória do consumidor, é razoável, neste momento, presumir os fatos a seu favor. Além disso, as declarações da parte autora, associadas aos documentos

por ela juntados, na hipótese, até que se prove o contrário, merecem crédito, o que autoriza a antecipação da tutela específica, para que não ocorra dano de difícil reparação. Nesse ponto, vale anotar que a suspensão no fornecimento de energia ocasiona perigo de dano, causando diversos transtornos ao usuário, pois se trata de serviço público essencial, bem como o restritivo de crédito, tendo em vista que a parte promovente fica impedida de realizar transações comerciais a prazo e de obter empréstimos e financiamentos no mercado financeiro. Justificado, também, o receio da ineficácia do provimento final, visto que a parte requerente pode ter o seu fornecimento de energia interrompido e não restabelecido, a qualquer momento, diante do não pagamento da fatura apresentada pela promovida, cujo pagamento, ainda, não foi efetuado. Assim, presumível a existência de alguma irregularidade quanto ao valor apontado e, consequentemente, há probabilidade do direito na suspensão do pagamento, pelo menos por ora. Por outro lado, as medidas pleiteadas não trarão nenhum prejuízo à parte promovida, visto que as determinações, para se abster de interromper o fornecimento de energia e de negativar o nome da parte autora nos órgãos de proteção ao crédito, não representam perigo de irreversibilidade, já que essas providências poderão ser efetivadas, normalmente, após a sentença ou mesmo antes, à vista de documentos oferecidos pela parte reclamada, situação em que não se aplica o óbice do § 3º do artigo 300, do Código de Processo Civil. Diante do exposto, porque preenchidos os requisitos legais, DEFIRO, em parte, a tutela de urgência antecipada, para determinar que a parte promovida, na forma postulada: SUSPENDA a cobrança da fatura questionada no presente feito, no valor de R$ 8.062,94 (oito mil e sessenta e dois reais e noventa e quatro centavos), calculada a título de recuperação de consumo, como especificado pela parte autora, até o encerramento desta ação ou ulteriores deliberações; ABSTENHA-SE de interromper o fornecimento de energia, na UC n.º 6/2285795-7, instalada no endereço situado na Rua F, casa n.º 2, quadra n.º 19, Bairro Jardim Passaredo, nesta capital, Cuiabá-MT, decorrente do não pagamento do débito contestado, como dantes narrado, tudo até o deslinde desta demanda. E, acaso já efetuado o corte desse serviço essencial, que proceda ao seu restabelecimento, no prazo de doze horas; ABSTENHA-SE de inserir o nome da parte promovente nos órgãos de restrição ao crédito, SPC, SERASA, cartório de protesto, dentre outros, pelo não pagamento da fatura discutida nesta demanda, igualmente até o seu desfecho. E, se porventura já ocorrida a inserção de seus dados, que proceda à retirada deles dos cadastros de inadimplentes, não podendo ultrapassar 24 (vinte e quatro) horas. Ressalta-se, para aclarar a situação e dissipar eventuais dúvidas e equívocos, que esta decisão tem validade, apenas, no tocante à fatura polemizada na presente lide, supracitada. Arbitro, para a hipótese de descumprimento da medida, multa fixa no importe de R$ 2.000,00 (dois mil reais), razão do deferimento parcial. Por fim, antevendo a relação de consumo entre as partes, com fundamento no artigo 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor, e, diante da hipossuficiência probatória do consumidor, inverto o ônus da prova, atribuindo à parte promovida esse encargo. Cite-se. Intimem-se. Aguarde-se audiência de conciliação. Cumpra-se, expedindo-se o necessário. Cuiabá, MT, 13 de dezembro de 2019. Maria Aparecida Ferreira Fago Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1019141-41.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
NAILDA MARQUES DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ELISVALDO MENDES RAMOS OAB - MT19438-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
HAISAN COMERCIO DE MOVEIS EIRELI - EPP (REQUERIDO)
Magistrado(s):
MARIA APARECIDA FERREIRA FAGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1019141-41.2019.8.11.0001. REQUERENTE: NAILDA MARQUES DA SILVA REQUERIDO: HAISAN COMERCIO DE MOVEIS EIRELI - EPP Vistos, etc. Trata-se de PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO da decisão que indeferiu a liminar, formulado por NAILDA MARQUES DA SILVA. Entretanto, do exame dos autos, especialmente da decisão atacada, concluo que não merece deferimento o pedido de reconsideração, porque os fundamentos naquela expostos, embora sucintos, bem resistem às alegações da requerente, visto que não alicerçados somente no defeito apresentado no produto adquirido pela parte autora, mas, também, na temeridade do deferimento, bem como do não convencimento do eminente substituto legal, para acolhimento, de plano, da medida pleiteada. Indefiro-o, portanto. Ante o teor desta, considerando que já designada audiência de conciliação para 04.02.020, às 15h30, aguarde-se a realização do ato. Intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá, MT, 13 de dezembro de 2019. Maria Aparecida Ferreira Fago Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020849-29.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA JOANA DE AMORIM DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MOACIR ALMEIDA FREITAS OAB - MT727-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Processo: 1020849-29.2019.8.11.0001. REQUERENTE: MARIA JOANA DE AMORIM DA SILVA REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A Vistos etc. Cuida-se de AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DEBITO ACUMULADO COM DANOS MORAIS COM PEDIDO DE MEDIDA LIMINAR INAUDITA ALTERA PARS, que a reclamante formula em desfavor de Energisa S/A, postulando a concessão de liminar para que seja determinado o restabelecimento do serviço de fornecimento de energia elétrica. Defiro a concessão da medida. A parte colaciona aos autos faturas que apontam significativa diferença entre os meses objeto da demanda (722 kw a 833 kw) e outros (média de 300kw), fato que embora não sirva para de pronto apontar ilicitude, já indica alguma divergência repentina na média de consumo da reclamante. Tendo em vista o fato de que a reclamante traz a juízo a questão a fim de buscar solução ao conflito de interesses, entendo que está amparada em situação bastante para lhe apontar boa-fé, fato que permite a suspensão da exigência do débito que contesta judicialmente. Posto isso, com forte na norma do art. 297 do CPC, DETERMINO seja a parte reclamada intimada para RESTABELECER o serviço de fornecimento de energia elétrica na residência da parte reclamante (U/C 6/691553-2), para o que anoto o prazo de 05 (cinco) horas, a contar da efetiva intimação. Deverá o Sr. Meirinho fazer constar de sua certidão o horário em que encerrada a diligência. DEFIRO a suspensão da cobrança das faturas referentes aos meses de setembro, outubro e novembro de 2019. Diante da determinação de suspensão das cobranças das faturas contestadas, impõe determinar à reclamada que não promova a anotação dos dados da reclamante em cadastros de proteção ao crédito no que toca ao débito discutido no presente feito. Impõe-se registrar que a presente decisão não exime a parte reclamante de realizar o adimplemento das demais obrigações provenientes do serviço de fornecimento de água, mas tão só suspende a cobrança dos valores referentes ao período objeto da demanda (setembro, outubro e novembro de 2019). Anoto para o caso de descumprimento da medida multa no importe de R$3.000,00 (três mil reais). Já designada audiência de conciliação, cite-se e intime-se. Cumpra-se por mandado pelo oficial de justiça em regime de plantão. JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA JUIZ DE DIREITO

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020849-29.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA JOANA DE AMORIM DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MOACIR ALMEIDA FREITAS OAB - MT727-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Processo: 1020849-29.2019.8.11.0001. REQUERENTE: MARIA JOANA DE AMORIM DA SILVA REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A Vistos etc. Cuida-se de

AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DEBITO ACUMULADO COM DANOS MORAIS COM PEDIDO DE MEDIDA LIMINAR INAUDITA ALTERA PARS, que a reclamante formula em desfavor de Energisa S/A, postulando a concessão de liminar para que seja determinado o restabelecimento do serviço de fornecimento de energia elétrica. Defiro a concessão da medida. A parte colaciona aos autos faturas que apontam significativa diferença entre os meses objeto da demanda (722 kw a 833 kw) e outros (média de 300kw), fato que embora não sirva para de pronto apontar ilicitude, já indica alguma divergência repentina na média de consumo da reclamante. Tendo em vista o fato de que a reclamante traz a juízo a questão a fim de buscar solução ao conflito de interesses, entendo que está amparada em situação bastante para lhe apontar boa-fé, fato que permite a suspensão da exigência do débito que contesta judicialmente. Posto isso, com forte na norma do art. 297 do CPC, DETERMINO seja a parte reclamada intimada para RESTABELECER o serviço de fornecimento de energia elétrica na residência da parte reclamante (U/C 6/691553-2), para o que anoto o prazo de 05 (cinco) horas, a contar da efetiva intimação. Deverá o Sr. Meirinho fazer constar de sua certidão o horário em que encerrada a diligência. DEFIRO a suspensão da cobrança das faturas referentes aos meses de setembro, outubro e novembro de 2019. Diante da determinação de suspensão das cobranças das faturas contestadas, impõe determinar à reclamada que não promova a anotação dos dados da reclamante em cadastros de proteção ao crédito no que toca ao débito discutido no presente feito. Impõe-se registrar que a presente decisão não exime a parte reclamante de realizar o adimplemento das demais obrigações provenientes do serviço de fornecimento de água, mas tão só suspende a cobrança dos valores referentes ao período objeto da demanda (setembro, outubro e novembro de 2019). Anoto para o caso de descumprimento da medida multa no importe de R$3.000,00 (três mil reais). Já designada audiência de conciliação, cite-se e intime-se. Cumpra-se por mandado pelo oficial de justiça em regime de plantão. JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA JUIZ DE DIREITO

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020918-61.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JOAO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE (REQUERENTE)
GREICE DA ROSA ALVES (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
Aguas Cuiabá S/A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Processo: 1020918-61.2019.8.11.0001. REQUERENTE: JOAO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE, GREICE DA ROSA ALVES REQUERIDO: AGUAS CUIABÁ S/A Vistos etc. Trata-se de AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C PEDIDO DE DESCONSTITUIÇÃO DE DÉBITO, REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS e TUTELA DE URGÊNCIA EM na qual a parte autora postula, liminarmente, que seja determinado à parte ré para que proceda ao restabelecimento do abastecimento de água em sua residência, bem como promova a substituição do hidrômetro por outro, aferido pelo INMETRO ou por outro órgão de reconhecida credibilidade e na presença da parte autora. Afirma a parte autora, que após algumas visitas pelos representantes da parte ré, recebeu uma fatura relativa ao mês de outubro no valor de R$968,85 (novecentos e sessenta e oito reais e oitenta e cinco centavos). Considerando que possui em sua residência um poço artesiano, de modo que seu consumo mensal gira em torno de 10m³, contesta em juízo a alusiva cobrança, bem como também postula a restituição de valores relativos aos meses de dezembro/2018 e junho/2019, eis que tais valores não correspondem ao consumo normal. Defiro a concessão da medida. A parte colaciona aos autos faturas que apontam significativa diferença entre os meses objeto da demanda (69 m³) e outros (10m³), fato que demonstra aparentemente alguma ilicitude, bem como alguma divergência na média de consumo da reclamante. Tendo em vista o fato de que a parte autora traz a juízo a questão a fim de buscar solução ao conflito de interesses, e que, analisando os documentos acostados aos autos, a parte autora possui poço artesiano em sua residência, entendo que, aparentemente, não há justificativa para as cobranças nos valores contestados. Posto isso, com fulcro no art. 297 do CPC, DETERMINO Seja a parte ré intimada para: 1) RESTABELECER o serviço de abastecimento de água junto à residência da parte reclamante (Mat. 498398-0), para o que anoto o prazo de 05 (cinco) horas, a contar da efetiva intimação; 2) PROMOVER A SUBSTITUIÇÃO DO HIDRÔMETRO, no prazo de 15 (quinze) dias, por outro, aferido pelo INMETRO ou por outro órgão de reconhecida credibilidade e na presença da parte autora, que deverá ser notificada com prazo de 10 (dez) dias de antecedência, para que possa acompanhar a alusiva troca. Deverá o Sr. Meirinho fazer constar de sua certidão o horário em que encerrada a diligência. DEFIRO a suspensão da cobrança da fatura referente ao mês de outubro/2019. Diante da determinação de suspensão da cobrança da fatura contestada, impõe determinar à parte ré que não promova a anotação dos dados da parte autora em cadastros de proteção ao crédito no que toca ao débito discutido no presente feito. Anoto para o caso de descumprimento da medida multa no importe de R$3.000,00 (três mil reais). Já designada audiência de conciliação, cite-se e intime-se. Cumpra-se por mandado pelo oficial de justiça em regime de plantão. JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA JUIZ DE DIREITO

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020918-61.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JOAO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE (REQUERENTE)
GREICE DA ROSA ALVES (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
Aguas Cuiabá S/A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Processo: 1020918-61.2019.8.11.0001. REQUERENTE: JOAO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE, GREICE DA ROSA ALVES REQUERIDO: AGUAS CUIABÁ S/A Vistos etc. Trata-se de AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C PEDIDO DE DESCONSTITUIÇÃO DE DÉBITO, REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS e TUTELA DE URGÊNCIA EM na qual a parte autora postula, liminarmente, que seja determinado à parte ré para que proceda ao restabelecimento do abastecimento de água em sua residência, bem como promova a substituição do hidrômetro por outro, aferido pelo INMETRO ou por outro órgão de reconhecida credibilidade e na presença da parte autora. Afirma a parte autora, que após algumas visitas pelos representantes da parte ré, recebeu uma fatura relativa ao mês de outubro no valor de R$968,85 (novecentos e sessenta e oito reais e oitenta e cinco centavos). Considerando que possui em sua residência um poço artesiano, de modo que seu consumo mensal gira em torno de 10m³, contesta em juízo a alusiva cobrança, bem como também postula a restituição de valores relativos aos meses de dezembro/2018 e junho/2019, eis que tais valores não correspondem ao consumo normal. Defiro a concessão da medida. A parte colaciona aos autos faturas que apontam significativa diferença entre os meses objeto da demanda (69 m³) e outros (10m³), fato que demonstra aparentemente alguma ilicitude, bem como alguma divergência na média de consumo da reclamante. Tendo em vista o fato de que a parte autora traz a juízo a questão a fim de buscar solução ao conflito de interesses, e que, analisando os documentos acostados aos autos, a parte autora possui poço artesiano em sua residência, entendo que, aparentemente, não há justificativa para as cobranças nos valores contestados. Posto isso, com fulcro no art. 297 do CPC, DETERMINO Seja a parte ré intimada para: 1) RESTABELECER o serviço de abastecimento de água junto à residência da parte reclamante (Mat. 498398-0), para o que anoto o prazo de 05 (cinco) horas, a contar da efetiva intimação; 2) PROMOVER A SUBSTITUIÇÃO DO HIDRÔMETRO, no prazo de 15 (quinze) dias, por outro, aferido pelo INMETRO ou por outro órgão de reconhecida credibilidade e na presença da parte autora, que deverá ser notificada com prazo de 10 (dez) dias de antecedência, para que possa acompanhar a alusiva troca. Deverá o Sr. Meirinho fazer constar de sua certidão o horário em que encerrada a diligência. DEFIRO a suspensão da cobrança da fatura referente ao mês de outubro/2019. Diante da determinação de suspensão da cobrança da fatura contestada, impõe determinar à parte ré que não promova a anotação dos dados da parte autora em cadastros de proteção ao crédito no que toca ao débito discutido no presente feito. Anoto para o caso de descumprimento da medida multa no importe de R$3.000,00 (três mil reais). Já designada audiência de conciliação, cite-se e intime-se. Cumpra-se por mandado pelo oficial de justiça em regime de plantão. JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA JUIZ DE DIREITO

Terceiro Juizado Especial Cível de Cuiabá

Intimação

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1018420-89.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
FABIO RODRIGUES DE ALMEIDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MELQUISEDEC JOSE ROLDAO OAB - MT22161-O (ADVOGADO(A))
KARINA CAVALCANTE ROCHA OAB - MT22336/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
ANTONIO VELOSO PELEJA JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1018420-89.2019.8.11.0001 REQUERENTE: FABIO RODRIGUES DE ALMEIDA REQUERIDO: BANCO BRADESCO Renove-se a intimação à parte promovente para o cumprimento do despacho proferido no ID. nº 26581251, promovendo a juntada do comprovante de inscrição de seu nome no cadastro de proteção ao crédito, emitido pelo órgão em que consta a restrição (SCPC, SPC ou SERASA), na modalidade consulta de balcão. Fixo o prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da liminar. Vencido o prazo, com ou sem manifestação, voltem conclusos para a pasta de urgência. Antônio Veloso Peleja Júnior Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020794-78.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MICHELE CAMARGO RIBEIRO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DEISE ARRUDA DE OLIVEIRA OAB - MT21133/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GOL LINHAS AEREAS S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020794-78.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:MICHELE CAMARGO RIBEIRO ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: DEISE ARRUDA DE OLIVEIRA POLO PASSIVO: GOL LINHAS AEREAS S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 3ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 11:20 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020810-32.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
TANIA MARIA MORETTI BOTELHO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MILTON JONES AMORIM VIEIRA OAB - MT16216-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO PAN (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020810-32.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:TANIA MARIA MORETTI BOTELHO ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: MILTON JONES AMORIM VIEIRA POLO PASSIVO: BANCO PAN FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 3ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 11:30 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020815-54.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
SIDNEY BERTUCCI (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROGERIO CONCEICAO PAULO OAB - MT15886-O (ADVOGADO(A))
SIDNEY BERTUCCI OAB - MT4319-O (ADVOGADO(A))
WAGNER LUIZ RIBEIRO ROCHA OAB - MT15880-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LATAM AIRLINES GROUP S/A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020815-54.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:SIDNEY BERTUCCI ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: ROGERIO CONCEICAO PAULO, WAGNER LUIZ RIBEIRO ROCHA, SIDNEY BERTUCCI POLO PASSIVO: LATAM AIRLINES GROUP S/A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 3ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 11:40 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020820-76.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JOYCE CLAUDIANO PEREIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JADILTON ARAUJO SANTANA OAB - MT18646-E (ADVOGADO(A))
KELLY CRISTHINE FREITAS CAMPOS OAB - MT22797-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OI S/A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020820-76.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:JOYCE CLAUDIANO PEREIRA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: KELLY CRISTHINE FREITAS CAMPOS, JADILTON ARAUJO SANTANA POLO PASSIVO: OI S/A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 3ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 11:50 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020826-83.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CAMILA BARBOSA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MILTON SOARES NETO OAB - MT0015834A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GOL LINHAS AEREAS S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020826-83.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:CAMILA BARBOSA DA SILVA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: MILTON SOARES NETO POLO PASSIVO: GOL LINHAS AEREAS S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 3ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 12:00 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020834-60.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JOSIANE JESUS DA SILVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS GUSTAVO LIMA FERNANDES OAB - MT17620-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INTELIG TELECOMUNICACOES LTDA. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020834-60.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:JOSIANE JESUS DA SILVEIRA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: CARLOS GUSTAVO LIMA FERNANDES POLO PASSIVO: INTELIG TELECOMUNICACOES LTDA. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 3ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 12:10 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE

DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020844-07.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MAURO JOAO MAZETO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PAULO ANTONIO GUERRA OAB - MT16276-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020844-07.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:MAURO JOAO MAZETO ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: PAULO ANTONIO GUERRA POLO PASSIVO: VIVO S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 3ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 12:20 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1009402-44.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LUCINEIDE AUXILIADORA CAMPOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS GUSTAVO LIMA FERNANDES OAB - MT17620-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OI S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
Alexandre Miranda Lima OAB - MT13241-A (ADVOGADO(A))

Certifico que o recurso e o preparo, id: 27387241, foram digitalizados tempestivamente. Intimo a recorrida para oferecer contrarrazões no prazo legal.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020846-74.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
AZUIL GONCALO XAVIER DE LIMA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MAICON ANTONIO AZEVEDO ACHITI OAB - MT24754/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020846-74.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:AZUIL GONCALO XAVIER DE LIMA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: MAICON ANTONIO AZEVEDO ACHITI POLO PASSIVO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 3ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 14:00 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020847-59.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JARDSON FERREIRA BARBOSA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PAULO ANTONIO GUERRA OAB - MT16276-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS MULTSEGMENTOS NPL IPANEMA VI - NAO PADRONIZADO (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020847-59.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:JARDSON FERREIRA BARBOSA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: PAULO ANTONIO GUERRA POLO PASSIVO: FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS MULTSEGMENTOS NPL IPANEMA VI - NAO PADRONIZADO FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 3ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 14:10 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1020618-02.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
AUTO PECAS VERDAO LTDA - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JEAN DA SILVA MOREIRA OAB - MT17683-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JUNIOR ALVES DE CAMPOS (REQUERIDO)

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade a INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA, na pessoa de seu advogado para comparecer a Audiência de Conciliação em Tipo: Conciliação juizado Sala: 3ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 14:20 , Local: CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL, sito na Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro: Duque de Caxias I, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM, Cuiabá-MT. OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1020643-15.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
VICTOR DIAS DA COSTA TEODORO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CINTIA NAGILA SANTOS PINHEIRO OAB - MT210040 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO CARTÕES S.A. (REQUERIDO)

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade a INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA, na pessoa de seu advogado para comparecer a Audiência de Conciliação em Tipo: Conciliação juizado Sala: 3ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 14:30 , Local: CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL, sito na Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro: Duque de Caxias I, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM, Cuiabá-MT. OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1003094-89.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JOYCE SANTOS MARASSI (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARESSA DE OLIVEIRA VOGADO TAVARES OAB - MT26941/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AZUL LINHAS AEREAS (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LEONARDO SULZER PARADA OAB - MT11846-B (ADVOGADO(A))

Certifico que o recurso do id: 27365506, é tempestivo; há pedido de gratuidade de justiça. Intimo a recorrida para oferecer contrarrazões no prazo legal.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1003902-94.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
VANDERLEI ALVES LUZ (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LEONARDO JOSE SIQUEIRA DA SILVA OAB - MT0021410A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCARD S.A (REQUERIDO)

Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MS13116-S (ADVOGADO(A))
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))

Certifico que o recurso e o preparo, id: 27375939, foram digitalizados tempestivamente. Intimo a recorrida para oferecer contrarrazões no prazo legal.

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020732-38.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
SILVANO COLETA DE ALMEIDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CRISTIANE BARBOSA DE CARVALHO OAB - MT9326-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CLARO S.A. (REQUERIDO)
Magistrado(s):
ANTONIO VELOSO PELEJA JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1020732-38.2019.8.11.0001 REQUERENTE: SILVANO COLETA DE ALMEIDA REQUERIDO: CLARO S.A. D E S P A C H O Antes de analisar a liminar, intime-se a parte reclamada para se manifestar no prazo de 03 (três) dias. Cite-se. Cumpra-se. Antônio Veloso Peleja Júnior JUIZ DE DIREITO

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020871-87.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ANA CRISTINA SILVA CORREA (TESTEMUNHA)
RONALDO DUARTE RAMOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALINO CESAR DE MAGALHAES OAB - MT14445-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
COMATI COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020871-87.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:RONALDO DUARTE RAMOS ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: ALINO CESAR DE MAGALHAES POLO PASSIVO: COMATI COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 3ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 14:40 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1003791-13.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JEFFERSON BATISTA DA LUZ (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RUTE SOUZA OLIVEIRA OAB - MT18250-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
M F AGENCIA DE TURISMO E VIAGENS LTDA - ME (REQUERIDO)
TUIUTUR VIAGENS E TURISMO LTDA - EPP (REQUERIDO)
CVC BRASIL OPERADORA E AGENCIA DE VIAGENS S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS VISEU OAB - SP117417-A (ADVOGADO(A))

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade a INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA, , na pessoa de seu advogado para comparecer a Audiência de Conciliação em Tipo: Conciliação Juizado Sala: 3ª JEC Data: 02/10/2019 Hora: 14:30 , Local: CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL, sito na Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro: Duque de Caxias I, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM, Cuiabá-MT.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1003791-13.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JEFFERSON BATISTA DA LUZ (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RUTE SOUZA OLIVEIRA OAB - MT18250-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
M F AGENCIA DE TURISMO E VIAGENS LTDA - ME (REQUERIDO)
TUIUTUR VIAGENS E TURISMO LTDA - EPP (REQUERIDO)
CVC BRASIL OPERADORA E AGENCIA DE VIAGENS S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS VISEU OAB - SP117417-A (ADVOGADO(A))

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade a INTIMAÇÃO DAS RECLAMADAS na pessoa de seu advogado, habilitado nesta data, para tomar conhecimento da SENTENÇA proferida nos presentes autos ID Nº: 26367100, ficando ciente que, caso queira, poderá propor recurso no prazo de 10 (dez) dias, contados da intimação. OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020895-18.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA APARECIDA RODRIGUES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCAS PINHEIRO CIRIACO OAB - MT21182/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020895-18.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:MARIA APARECIDA RODRIGUES ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: LUCAS PINHEIRO CIRIACO POLO PASSIVO: TELEFÔNICA BRASIL S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 3ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 14:50 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020896-03.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
DEBORAH DA CRUZ NASCIMENTO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MILENA SANTINI OAB - MT26276/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
DYEL CUIABA CLINICA DE ESTETICA LTDA - ME (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020896-03.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:DEBORAH DA CRUZ NASCIMENTO ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: MILENA SANTINI POLO PASSIVO: DYEL CUIABA CLINICA DE ESTETICA LTDA - ME FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 3ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 15:00 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020903-92.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JAQUELINE YASUKO TOMIYOSHI (REQUERENTE)
ECIR ROLIM BACANI (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALINE PINHEIRO BASILIO SILVA OAB - MT18882-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
DECOLAR.COM LTDA (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020903-92.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:ECIR ROLIM BACANI e outros ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: ALINE PINHEIRO BASILIO SILVA POLO PASSIVO: DECOLAR.COM LTDA FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE

CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 3ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 15:10 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1019568-38.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
IRIS DA SILVA MARIANO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NILTON LUIS FERREIRA DA SILVA OAB - MT4811-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAYARA BENDO LECHUGA OAB - MT20191-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
WALTER PEREIRA DE SOUZA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1019568-38.2019.8.11.0001. REQUERENTE: IRIS DA SILVA MARIANO REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A Visto. Faculto à parte Reclamada a demonstrar o cumprimento da antecipação, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de majoração da multa aplicada. Havendo manifestação, voltem conclusos na pasta de urgência. Cumpra-se. Walter Pereira de Souza Juiz de Direito - II

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020904-77.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
NEIDE FERREIRA DA ROCHA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCAS PINHEIRO CIRIACO OAB - MT21182/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO CARTÕES S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020904-77.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:NEIDE FERREIRA DA ROCHA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: LUCAS PINHEIRO CIRIACO POLO PASSIVO: BANCO BRADESCO CARTÕES S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 3ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 15:20 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Despacho Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1020113-11.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
EMERSON ALMEIDA RESENDE (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FRANKLIN WILL ALBUQUERQUE SILVA OAB - MT27358/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LOJAS AMERICANAS S.A. (REQUERIDO)
BRADESCARD ELO PARTICIPACOES S.A. (REQUERIDO)
Magistrado(s):
WALTER PEREIRA DE SOUZA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1020113-11.2019.8.11.0001. REQUERENTE: EMERSON ALMEIDA RESENDE REQUERIDO: BRADESCARD ELO PARTICIPACOES S.A., LOJAS AMERICANAS S.A. Visto. I - No caso, determinada a emenda à inicial para juntada de comprovante de balcão do SCPC (órgão diferente de negativação de crédito), atualizado, imprescindível à apreciação da urgência, a reclamante apresentou novamente o extrato do SPC/SERASA. II - Dessa forma, emende a parte Reclamante a inicial, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 321 do CPC), apresentando comprovante de balcão do SCPC (órgão diferente de negativação de crédito), atualizado, sob pena de indeferimento da antecipação postulada. III- Vencido o prazo, com ou sem manifestação voltem conclusos na pasta de urgência. Walter Pereira de Souza Juiz de Direito - II

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020926-38.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ALEX OLIVEIRA CARMO (INTERESSADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020926-38.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:ALEX OLIVEIRA CARMO POLO PASSIVO: MUNICÍPIO DE CUIABÁ e outros FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 3ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 15:30 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020936-82.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
NATALIA GREGORIA DO NASCIMENTO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JULIANA MACEDO FOLES OAB - MT23173-O (ADVOGADO(A))
Lindolfo Macedo de Castro OAB - MT7174-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020936-82.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:NATALIA GREGORIA DO NASCIMENTO ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: LINDOLFO MACEDO DE CASTRO, JULIANA MACEDO FOLES POLO PASSIVO: VIVO S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 3ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 15:40 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020936-82.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
NATALIA GREGORIA DO NASCIMENTO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JULIANA MACEDO FOLES OAB - MT23173-O (ADVOGADO(A))
Lindolfo Macedo de Castro OAB - MT7174-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Magistrado(s):
WALTER PEREIRA DE SOUZA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1020936-82.2019.8.11.0001. REQUERENTE: NATALIA GREGORIA DO NASCIMENTO REQUERIDO: VIVO S.A. Visto. Não há pedido de antecipação de tutela. Cite-se a parte reclamada (art. 18 § 1º) para comparecer à audiência de conciliação (art. 16 da lei nº. 9.099/95), e nela, querendo, oferecer defesa escrita ou oral (art. 30), podendo haver pedidos contrapostos (art. 17 § único), sem reconvenção (art. 31). Conste do AR/mandado que do não comparecimento da parte reclamada, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros, os fatos articulados pelo autor (art. 20), com julgamento imediato da causa (art. 23). Walter Pereira de Souza Juiz de Direito-II

Decisão

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1014345-07.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
DEUSILEIA DOS SANTOS COSTA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GISELLE SAGGIN PACHECO OAB - MT0014129S (ADVOGADO(A))

Parte(s) Polo Passivo:
BANCO AGIBANK S/A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
ANTONIO VELOSO PELEJA JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1014345-07.2019.8.11.0001 REQUERENTE: DEUSILEIA DOS SANTOS COSTA REQUERIDO: BANCO AGIBANK S/A Cuida-se de pedido liminar formulado pela parte reclamante, na qual pretende que a reclamada exclua os seus dados dos órgãos de proteção ao crédito. Com efeito, para a concessão da tutela de urgência se faz imprescindível à presença de elementos que evidenciem a probabilidade do direito alegado e, cumulativamente, que haja perigo de dano. Em detida análise dos autos, apesar de devidamente intimada para emendar a inicial (ID. 25547213), promovendo a juntada do comprovante de inscrição do SCPC, SPC ou SERASA, a parte autora quedou-se inerte (ID. 27351955). Contudo, pelo petitório apresentado no ID. 27139365, não verifico a plausibilidade do direito, uma vez que cabe a parte o ônus da prova quanto a fato constitutivo de seu direito. Diante do exposto, INDEFIRO a liminar vindicada, em razão da ausência dos elementos indispensáveis à concessão da medida liminar. Considerando, a relação consumerista e respectiva hipossuficiência da parte, DEFIRO, desde já, a inversão do ônus da prova. Designe-se nova data para a sessão conciliatória, bem como cite-se a parte reclamada para responder a reclamação. Intime-se. Cumpra-se. Antônio Veloso Peleja Júnior JUIZ DE DIREITO

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020222-25.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MATEUS LOURENCO FIEL DE PAULA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FELIPE AUGUSTO FAVERO ZERWES OAB - MT21534-O (ADVOGADO(A))
RODRIGO GUIMARAES DE SOUZA OAB - MT19554-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
RECARGAPAY DO BRASIL SERVICOS DE INFORMATICA LTDA. (REQUERIDO)
CLUB MAIS ADMINISTRADORA DE CARTOES LTDA. (REQUERIDO)
Magistrado(s):
ANTONIO VELOSO PELEJA JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1020222-25.2019.8.11.0001 REQUERENTE: MATEUS LOURENCO FIEL DE PAULA REQUERIDO: CLUB MAIS ADMINISTRADORA DE CARTOES LTDA., RECARGAPAY DO BRASIL SERVICOS DE INFORMATICA LTDA Cuida-se de pedido liminar formulado, onde a parte reclamante pretende a concessão da medida para que a reclamada retire os seus dados dos órgãos de proteção ao crédito. Com efeito, para a concessão de medida de urgência deve restar caracterizado nos autos a probabilidade do direito e o perigo de dano. Em síntese, a parte autora argumenta que a cobrança é indevida, pois está adimplida. Aí resta configurado o fumus boni iuris. Acerca do periculum in mora, esse resta apontado pelos prejuízos que experimenta com a anotação nos cadastrados de restrição ao crédito. Não se cogita em irreversibilidade do provimento, porquanto poderá ele ser modificado no curso ou ao final da demanda sem que isso implique em impossibilidade de retornar ao status atual. Diante do exposto, DEFIRO a liminar vindicada, para o fim de DETERMINAR a retirada do nome da reclamante dos órgãos de proteção ao crédito, desde que seja referente à dívida discutida nos autos, no prazo de 05 (cinco) dias. Para tanto, determino que se oficie ao órgão negativador correspondente, para cumprimento da liminar. Considerando, a relação consumerista e respectiva hipossuficiência da parte, DEFIRO, desde já, a inversão do ônus da prova. Já designada sessão de conciliação, cite-se. Intime-se. Cumpra-se. Antônio Veloso Peleja Júnior JUIZ DE DIREITO

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020846-74.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
AZUIL GONCALO XAVIER DE LIMA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MAICON ANTONIO AZEVEDO ACHITI OAB - MT24754/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
ANTONIO VELOSO PELEJA JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1020846-74.2019.8.11.0001 REQUERENTE: AZUIL GONCALO XAVIER DE LIMA REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A Cuida-se de “ação de indenização por danos morais e materiais e pedido de liminar inaudita altera pars”, na qual busca a parte reclamante o restabelecimento imediato do fornecimento de energia elétrica. Conforme disposição expressa do art. 300, do Código de Processo Civil, para que se possa conceder a tutela de urgência se faz imprescindível à presença de elementos que evidenciem a probabilidade do direito alegado e, cumulativamente, que haja perigo de dano, requisitos que, in casu, ocorrem. Em síntese, a parte autora se insurge em relação à fatura do mês de outubro/2019, no valor de R$ 706,28 (setecentos e seis reais e vinte e oito centavos), sob o argumento de que não corresponde ao seu consumo médio mensal, estando fora de sua realidade. Aí resta evidenciado a probabilidade do direito. O fornecimento de energia é serviço público, porque ela é um bem indispensável. O perigo de dano é patente, uma vez que se trata de serviço essencial, bem como a obrigação de fornecimento adequado do serviço está prevista no art. 22, do Código de Defesa do Consumidor. Por tais razões, DEFIRO a concessão da tutela de urgência, para o fim de DETERMINAR que reclamada proceda ao restabelecimento do fornecimento de energia elétrica na unidade consumidora de nº 6/259973-6, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, desde que seja pelo débito discutido nos autos. Arbitro, desde já, para o caso de descumprimento da medida, multa fixa no importe de R$ 500,00 (quinhentos reais). Considerando, a relação consumerista e respectiva hipossuficiência da parte, DEFIRO, desde já, a inversão do ônus da prova. Cite-se para responder à reclamação (se possível na via eletrônica), bem como intime-se do deferimento da antecipação e da audiência de conciliação por Carta A.R., com as cópias necessárias. Cumpra-se. Antônio Veloso Peleja Júnior JUIZ DE DIREITO

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1016811-71.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
GENY FELIX DE MORAES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE DO CARMO NOBRE JUNIOR OAB - MT23279/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TIM S/A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
ANTONIO VELOSO PELEJA JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1016811-71.2019.8.11.0001 REQUERENTE: GENY FELIX DE MORAES REQUERIDO: TIM S/A Diante da manifestação apresentada no ID. de nº 27385494, INDEFIRO a concessão da dilação probatória. Intime-se a parte reclamada para proceder com o cumprimento da liminar deferida no ID. 26284205, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de nova multa. Vencido o prazo, com ou sem manifestação, voltem conclusos na pasta de urgência. Cumpra-se por oficial de justiça. Antônio Veloso Peleja Júnior JUIZ DE DIREITO

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1015996-74.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
M.M. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA - EPP (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROGERIO CAPOROSSI E SILVA OAB - MT6183-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FELIPE ESBROGLIO DE BARROS LIMA OAB - RS80851 (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ANTONIO VELOSO PELEJA JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1015996-74.2019.8.11.0001 REQUERENTE: M.M. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA

- EPP REQUERIDO: TELEFÔNICA BRASIL S.A Trata-se de reclamação cível, onde a parte reclamante pretende, em sede de liminar, que a reclamada "a) Suspenda a cobrança da fatura de R$ 3.016,72 (três mil e dezesseis reais e setenta e dois centavos) vencida em 28/07/2018, bem como a incidência de qualquer multa por atraso de pagamento e demais encargos da mora quanto à referida fatura para que o nome do Requerente não seja inscrito nos cadastros negativos tais como SERASA e SPC; b) Determine que a Requerida se abstenha de realizar a suspensão dos serviços de telefonia contratados pelo Requerente até julgamento final da presente demanda, bem como de inserir o nome do Requerente nos cadastros de proteção ao crédito (SERASA e SPC); c) Por fim, emita uma fatura apenas com a sua conta de consumo, sem a multa de quebra contratual, para que se torne possível a quitação da mesma" (sic). Com efeito, para a concessão de medida de urgência deve restar caracterizado nos autos a probabilidade do direito e o perigo de dano. Em síntese, a requerente a argumenta que é cliente da empresa requerida e na intenção da redução do custo, fora lhe ofertado novo plano, contudo, as faturas passaram a ultrapassar os valores pleiteados. Alega, também, que ao entrar em contato com a reclamada na via administrativa, verificou-se a cobrança de 03 (três) linhas desconhecidas que não foram contratadas e, consequentemente, solicitou o cancelamento das mesmas. Destarte, a reclamante afirma que no mês de julho/2018, a fatura gera o montante de R$ 3.016,72 (três mil e dezesseis reais e setenta e dois centavos), sendo que deste valor R$ 1.683,00 (mil seiscentos e oitenta e três reais) são procedentes de multa por quebra de contrato de fidelização. Por se tratar de relação consumerista e o consumidor hipossuficiente - além de se tratar de fato negativo - a alegação da parte reclamante reveste-se de uma presunção apriorística, sujeita ao contraditório postecipado e à prova nele produzida. Aí resta configurado o fumus boni iuris. Acerca do periculum in mora, esse resta apontado pelos prejuízos que experimentará na hipótese de inclusão da anotação nos cadastrados de restrição ao crédito. Quando da efetivação do contraditório, poderá a parte reclamada demonstrar a data na qual houve os contatos solicitando a mudança do plano. Não se cogita em irreversibilidade do provimento, porquanto poderá ele ser modificado no curso ou ao final da demanda sem que isso implique em impossibilidade de retornar ao status atual. Diante do exposto, DEFIRO PARCIALMENTE a liminar vindicada, para o fim de DETERMINAR que a reclamada: a) suspenda a cobrança da fatura de julho/2018; b) se abstenha de interromper o fornecimento dos serviços de telefonia; e, c) não insira os dados do reclamante nos órgãos de proteção ao crédito. Consigno que esta decisão só é válida para o débito discutido nos autos. Arbitro, desde já, para a hipótese de descumprimento da medida, multa fixa no importe de R$ 500,00 (quinhentos reais). Considerando, a relação consumerista e respectiva hipossuficiência da parte, DEFIRO, desde já, a inversão do ônus da prova. Já designada sessão de conciliação, cite-se. Intime-se. Cumpra-se. Antônio Veloso Peleja Júnior JUIZ DE DIREITO

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1017251-67.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARLENE BENTO DE MELO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Lindolfo Macedo de Castro OAB - MT7174-O (ADVOGADO(A))
JULIANA MACEDO FOLES OAB - MT23173-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OI S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ANTONIO VELOSO PELEJA JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1017251-67.2019.8.11.0001 REQUERENTE: MARLENE BENTO DE MELO REQUERIDO: OI S/A Trata-se de pedido liminar formulado, onde a parte reclamante pretende que a reclamada proceda com a exclusão de seus dados nos órgãos de proteção ao crédito. Com efeito, para a concessão da tutela de urgência se faz imprescindível à presença de elementos que evidenciem a probabilidade do direito alegado e, cumulativamente, que haja perigo de dano. Conforme se extrai dos autos, não se colhe a presença dos requisitos, uma vez que a reclamante possui outros débitos, fato que permite verificar que a parte já convive com restrição em seu nome, nada se verificando dos autos que permita inferir a alegada urgência para a concessão da medida. Em consulta ao Sistema CDL, verifica-se: ---------- C O N S U L T A D E B A L C A O SERVICO DE PROTECAO AO CREDITO Consulta efetuada na: CDL CUIABA/MT ---------- NOME: MARLENE BENTO DE MELO DATA NASCIMENTO: 10/01/1979 CPF: 028.126.751-01 ---------- REGISTRO(S) DE SPC: CDL - CUIABA / MT ---------- * CREDOR: BIG LOJAS ENT.ORIGEM: CDL - CUIABA / MT DATA VENCIMENTO: 03/02/2019 TIPO: COMPRADOR CONTRATO/FATURA: 105000000168582 VALOR: 70,36 DATA INCLUSAO: 19/03/2019 ---------- CONSULTA EM OUTROS BANCOS DE DADOS ---------- REGISTRO(S) DE SERASA ---------- * CREDOR: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBU ENT.ORIGEM: SERASA EXPERIAN DATA VENCIMENTO: 21/01/2019 TIPO: COMPRADOR CONTRATO: 0007861380201812 VALOR: 1.463,23 DATA INCLUSAO: 29/04/2019 * CREDOR: OI MOVEL S/A ENT.ORIGEM: SERASA EXPERIAN DATA VENCIMENTO: 11/04/2018 TIPO: COMPRADOR CONTRATO: 0005091391849528 VALOR: 90,22 DATA INCLUSAO: 12/10/2018 ---------- ENDEREÇO SERASA ---------- *ENT.ORIGEM: SERASA EXPERIAN ENDEREÇO: AL.DOS QUINIMURAS, 187 BAIRRO: PLANALTO PAULISTA CIDADE: SAO PAULO-SP, CEP: 04068-900 ---------- ENDEREÇOS DAS ENTIDADES DE ORIGEM ---------- * ENT.ORIGEM: CDL - CUIABA / MT ENDEREÇO: AVENIDA PRESIDENTE GETULIO VAR ARGAS, 750 BAIRRO: CENTRO NORTE CIDADE: CUIABA / MT ---------- RESULTADO ---------- >Consta(m) um total de 3 registro(s), sendo detalhado(s) o(s) acima apresentado(s). ---------- Verificar o(s) valor(es) atual(is) do(s) debito(s) junto ao(s) credor(es). ---------- * Esta consulta apresenta informações de registros efetuados nas bases privadas do SPC Brasil e da Serasa. Demais informações, originadas de outros bancos privados ou públicos, devem ser acessadas junto aos órgãos de origem. ---------- NUM.PROTOCOLO: 002.202.616.830-2 13/12/2019 14:46:49-horario de Brasilia-FIM ---------- Diante do exposto, INDEFIRO a liminar vindicada, em razão da ausência dos elementos indispensáveis à concessão da medida. Considerando, a relação consumerista e respectiva hipossuficiência da parte, DEFIRO, desde já, a inversão do ônus da prova. Já designada sessão de conciliação, cite-se. Intime-se. Cumpra-se. Antônio Veloso Peleja Júnior JUIZ DE DIREITO

Sentença

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020711-62.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JOAO ANTONIO RODRIGUES BARREIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PAULO GIOVANNI TAQUES DE OLIVEIRA GOMES OAB - MT23231/O-O (ADVOGADO(A))
CARLOS RAFAEL DEMIAN GOMES DE CARVALHO OAB - MT10891-O (ADVOGADO(A))
BRUNO ANIBAL PEREIRA DE FIGUEIREDO OAB - MT25081-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AUTO ESCOLA EXCELENCIA LTDA - ME (REQUERIDO)
Magistrado(s):
ANTONIO VELOSO PELEJA JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1020711-62.2019.8.11.0001 REQUERENTE: JOAO ANTONIO RODRIGUES BARREIRA REQUERIDO: AUTO ESCOLA EXCELENCIA LTDA - ME Relatório dispensado, nos termos do art. 38, da Lei 9.099/95. Trata-se ação nominada "indenizatória de danos morais com pedido de liminar", onde a parte reclamante requer, em sede de liminar, que a reclamada proceda com a entrega do processo administrativo de renach. Fundamento e decido. Em síntese, o autor sustenta que entabulou contrato de prestação de serviço junto à empresa requerida, contudo, ao solicitar a transferência de autoescola, a mesma se recusou a entregar seu processo, bem como cobrou uma taxa no valor de R$ 400,00 (quatrocentos reais). Consigna que tentou solucionar o

problema na via administrativa, mas não obteve êxito. Analisando o requerimento contido na inicial, entendo que este se enquadra no Capítulo II, do Código de Processo Civil – Do Procedimento da Tutela Antecipada Requerida em Caráter Antecedente, prevista nos artigos 303 e 304 do códex. Deste modo, a pretensão não pode ser deduzida em sede de Juizados Especiais, pois são incompatíveis. Neste sentido, é o que dispões o Enunciado 163, do FONAJE: "ENUNCIADO 163 - Os procedimentos de tutela de urgência requeridos em caráter antecedente, na forma prevista nos arts. 303 a 310 do CPC/2015 são incompatíveis com o Sistema dos Juizados Especiais." Ademais, a incompatibilidade com o sistema dos Juizados Especiais, se dá uma vez que não cabe o aditamento à petição inicial, para a complementação de argumentos e juntada de novos documentos (art. 303, I, CPC), além da análise prévia de admissibilidade (art. 303, §6º, CPC). Importante destacar que a competência dos Juizados Especiais Cíveis, fixada no art. 3º, da Lei 9.099/95, afasta o rito dos procedimentos especiais, torna o pedido incompatível com o rito lá estabelecido. Isto posto, face a inadmissibilidade do procedimento, RECONHEÇO a incompetência do juízo e, com fundamento no art. 51, II, da Lei 9.099/95, DECLARO EXTINTO O FEITO, sem resolução do mérito. Transitado em julgado, ao arquivo com as baixas necessárias. Intime-se. Cumpra-se. Antônio Veloso Peleja Júnior JUIZ DE DIREITO

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1013948-45.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JOANA CRISTINA DA CRUZ (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SANTANA SILVA OAB - MT21438-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCARD S.A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
WALTER PEREIRA DE SOUZA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Processo: 1013948-45.2019.8.11.0001. REQUERENTE: JOANA CRISTINA DA CRUZ REQUERIDO: BANCO BRADESCARD S.A PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório dispensado. Fundamento e decido. As sentenças nos Juizados Especiais obedecerão aos limites traçados no art. 2º e art. 38 da Lei nº 9.099/95 c.c. art. 1.046, §2º e §4º, do CPC c.c. Enunciados nº 161 e 162 do FONAJE. Preliminares. - DO VALOR DA CAUSA. O valor dado à causa é discrepante daquele pretendido a título de dano moral (indicação a menor ou sem indicação), em evidente descumprimento do art. 292, V, do CPC c.c. Enunciado nº 39/FONAJE, remetendo à necessidade de correção, nos termos do art. 292, §3º, do mesmo Código, para o teto admitido nos Juizados Especiais. Fixo, portanto, o valor da causa em R$ 39.520,00 (trinta e nove mil, quinhentos e vinte reais), correspondente a 40 (quarenta) salários mínimos vigentes à data da distribuição da ação, estando a parte Reclamante representada por advogado. - DA REVELIA. A parte Reclamada, apesar de devidamente citada, deixou de comparecer na audiência de conciliação, razão pela qual, nos termos do art. 20 da Lei nº 9.099/95, reconheço os efeitos da revelia. Mérito. Inexiste vício a obstar o regular prosseguimento do feito, bem como, as provas dos autos sendo suficientes para a solução da lide ou havendo pedido de julgamento, revela-se dispensável a dilação probatória e pronta a reclamação para julgamento antecipado. Nesse sentido: "(...) 4. Ademais, não configura cerceamento de defesa o julgamento da causa, com o julgamento antecipado da lide, quando o Tribunal de origem entender substancialmente instruído o feito, declarando a prescindibilidade de produção probatória, por se tratar de matéria eminentemente de direito ou de fato já provado documentalmente. 5. Agravo interno a que se nega provimento. (STJ, AgInt no AREsp 1259929/AM, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 21/08/2018, DJe 27/08/2018) AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. ARTS. 489 E 1.022 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. CERCEAMENTO DE DEFESA. PROVA TESTEMUNHAL. INDEFERIMENTO. EMBARGOS DE TERCEIRO. POSSE. PROVA. AUSÊNCIA. REEXAME. SÚMULA N. 7/STJ. NÃO PROVIMENTO. 1. Se as questões trazidas à discussão foram dirimidas, pelo Tribunal de origem, de forma suficientemente ampla e fundamentada, apenas que contrariamente ao pretendido pela parte, deve ser afastada a alegada violação aos artigos 489 e 1.022 do Código de Processo Civil/2015. 2. Não configura cerceamento de defesa o julgamento antecipado da lide, devidamente fundamentado, sem a produção de prova testemunhal considerada dispensável pelo juízo, uma vez que cabe ao magistrado dirigir a instrução e deferir a produção probatória que entender necessária à formação do seu convencimento. 3. Não cabe, em recurso especial, reexaminar matéria fático-probatória (Súmula n. 7/STJ). 4. Agravo interno a que se nega provimento." (STJ – 4ª T - AgInt no AREsp 1157049/SP – relª. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI – j. 07/06/2018 - DJe 15/06/2018). Grifei. A parte Reclamante pretende a declaração de inexistência de débito, bem como a baixa da negativação decorrente e indenização por danos morais, por se tratar de cobrança indevida. Preleciona o artigo 20, da Lei nº 9.099/95 que: "Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do juiz." Ressalta-se que, nestas circunstâncias, ainda que existente em tese, vínculo negocial entre as partes, cumpre à Reclamada trazer aos autos documentos consistentes que pudessem comprovar inequivocamente a origem do débito por contraprestação de eventuais produtos fornecidos ou serviços prestados, nos termos do art. 373, II, do CPC. Entretanto, assim não o fez. No caso, caracterizado está o defeito do serviço cuidando-se, portanto, de responsabilidade objetiva pelo fato do serviço, previsto no artigo 14, do CDC, respondendo o fornecedor por esse serviço defeituoso. Como decorrência da responsabilidade objetiva, para que o prestador do serviço possa se desonerar da obrigação de indenizar, deve provar que, tendo prestado o serviço, o defeito inexiste ou a culpa é exclusiva do consumidor ou de terceiro (§3º, inc. I e II, do art. 14, do CDC). Sendo o ônus da prova relativo a essas hipóteses, do prestador do serviço e se não a produzir, será responsabilizado. Desta forma, o dano decorrente da má prestação do serviço, no caso concreto é "in re ipsa", ou seja, só a negativação indevida já configura dano moral. Nesse sentido: "Ementa: PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INDEVIDA NEGATIVAÇÃO DO AUTOR NOS CADASTROS RESTRITIVOS DE CRÉDITO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. DANO MORAL CONFIGURADO. VALOR DA INDENIZAÇÃO. SÚMULA 7/STJ. 1. A jurisprudência do STJ somente permite a alteração do valor da indenização por danos morais, arbitrado na origem, em hipóteses excepcionais, quando manifestamente irrisória ou exorbitante a importância fixada. 2. No presente caso, para rever o entendimento da Corte de origem, a fim de atender ao apelo do consumidor para majorar o valor dos danos morais, seria necessário revolver o contexto fático-probatório dos autos. Incidência, na hipótese, da Súmula 7 do STJ. 3. Recurso Especial não conhecido." (STJ – 2ª T - REsp 1692025/SE RECURSO ESPECIAL 2017/0172159-4 – rel. min. Herman Benjamin – j. 10/10/2017 – DJe 23/10/2017). Grifei. Por fim, considerando que as despesas dedutíveis em imposto de renda das empresas devem respeitar o binômio "necessidade e usualidade" (art. 299 do RIR/99 - art. 47, da Lei 4.506/64), concluo que a presente condenação não poderá ser lançada a título dedutível pela parte Reclamada. Nesse sentido: "Ementa: INDENIZAÇÃO - DESPESAS DEDUTÍVEIS DO LUCRO OPERACIONAL. INDENIZAÇÃO POR ATO ILÍCITO - DESPESAS INDEDUTÍVEIS - Os gastos com indenizações civis por atos ilícitos não são dedutíveis na apuração da base de cálculo do imposto de renda, eis que não se trata de dispêndios necessários ou usuais." (RF - Processo de Consulta nº 271/00 - SRRF/7a RF - Dispositivos Legais: RIR/99, arts. 299 e 344 - PN CST 32/81 - Data da Decisão: 31.10.2000 - Publicação no DOU: 01.12.20000). Ante o exposto, reconheço a revelia da parte Reclamada e, nos termos do artigo 487, I, do CPC, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido para: a) corrigir o valor da causa para R$ 39.520,00 (trinta e nove mil, quinhentos e vinte reais), que deve ser alterado no sistema Projudi; b) declarar a inexistência de débito entre as partes no valor de R$ 119,30 (cento e dezenove reais e trinta centavos); c) condenar a parte Reclamada a pagar o valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), a título de indenização por danos morais, com juros de mora de 1% (um por cento) a.m. a partir da citação e correção monetária (INPC) a partir desta data; d) tratando-se de condenação por ato ilícito, não poderá o valor fixado ser dedutível em imposto de renda da Empresa Reclamada/condenada e e) permanecendo a negativação após o trânsito em julgado, informe a parte nos autos a fim de que a Secretaria do juízo expeça ofício ao Órgão Negativador, para baixa definitiva do registro, extinguindo o feito, com julgamento de mérito. Sem custas e honorários (art. 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95). Transitada em julgado certifique-se e intimem-se. Após, aguarde-se o prazo de 5 (cinco) dias em

Secretaria e, nada sendo requerido, arquive-se. Publicada no sistema Projudi. Submeto o presente projeto de sentença à homologação do MM. Juiz Togado, nos termos do art. 40, da Lei 9.099/95. Yasmin Penteado Baggio de Carvalho Juíza Leiga SENTENÇA Visto, etc. HOMOLOGO o projeto de sentença, nos termos do art. 40, da Lei 9.099/95 c.c. art. 8º, da LCE nº 270/07. Transitada em julgado, aguarde-se em Secretaria pelo prazo de 5 (cinco) dias e, nada sendo requerido, arquive-se. Walter Pereira de Souza Juiz de Direito - II

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1013155-09.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA DE FATIMA DA SILVA NUNES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS GUSTAVO LIMA FERNANDES OAB - MT17620-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
WALTER PEREIRA DE SOUZA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Processo: 1013155-09.2019.8.11.0001. REQUERENTE: MARIA DE FATIMA DA SILVA NUNES REQUERIDO: VIVO S.A. PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório dispensado. Fundamento e decido. As sentenças nos Juizados Especiais obedecerão aos limites traçados no art. 2º e art. 38 da Lei nº 9.099/95 c.c. art. 1.046, §2º e §4º, do CPC c.c. Enunciados nº 161 e 162 do FONAJE. Preliminar. - DA CARÊNCIA DA AÇÃO POR FALTA DE INTERESSE DE AGIR. A tutela jurisdicional não está condicionada ao ingresso anterior nas vias administrativas ou ao esgotamento dos demais meios extrajudiciais de solução de conflito. - DOS DOCUMENTOS ESSENCIAIS PARA A PROPOSITURA DA AÇÃO. A presente Reclamação se encontra devidamente instruída com os documentos necessários para o deslinde do feito, restando suficiente demonstrada a inscrição negativa objeto de discussão, inexistindo exigência legal de apresentação do extrato de negativação oficialmente expedido pelo SCPC para tal fim, tampouco de comprovante de endereço em nome próprio. Rejeito, portanto, as preliminares. Mérito. Inexiste vício a obstar o regular prosseguimento do feito, bem como, as provas dos autos sendo suficientes para a solução da lide ou havendo pedido de julgamento, revela-se dispensável a dilação probatória e pronta a reclamação para julgamento antecipado. Nesse sentido: "(...) 4. Ademais, não configura cerceamento de defesa o julgamento da causa, com o julgamento antecipado da lide, quando o Tribunal de origem entender substancialmente instruído o feito, declarando a prescindibilidade de produção probatória, por se tratar de matéria eminentemente de direito ou de fato já provado documentalmente. 5. Agravo interno a que se nega provimento. (STJ, AgInt no AREsp 1259929/AM, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 21/08/2018, DJe 27/08/2018) AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. ARTS. 489 E 1.022 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. CERCEAMENTO DE DEFESA. PROVA TESTEMUNHAL. INDEFERIMENTO. EMBARGOS DE TERCEIRO. POSSE. PROVA. AUSÊNCIA. REEXAME. SÚMULA N. 7/STJ. NÃO PROVIMENTO. 1. Se as questões trazidas à discussão foram dirimidas, pelo Tribunal de origem, de forma suficientemente ampla e fundamentada, apenas que contrariamente ao pretendido pela parte, deve ser afastada a alegada violação aos artigos 489 e 1.022 do Código de Processo Civil/2015. 2. Não configura cerceamento de defesa o julgamento antecipado da lide, devidamente fundamentado, sem a produção de prova testemunhal considerada dispensável pelo juízo, uma vez que cabe ao magistrado dirigir a instrução e deferir a produção probatória que entender necessária à formação do seu convencimento. 3. Não cabe, em recurso especial, reexaminar matéria fático-probatória (Súmula n. 7/STJ). 4. Agravo interno a que se nega provimento." (STJ – 4ª T - AgInt no AREsp 1157049/SP – relª. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI – j. 07/06/2018 - DJe 15/06/2018). Grifei. A parte Reclamante pretende a declaração de inexistência de débito, bem como a baixa da negativação decorrente e indenização por danos morais, por se tratar de cobrança indevida. Em defesa, a parte Reclamada sustenta a legalidade da cobrança, todavia, não apresenta nenhum documento capaz de demonstrar a origem da dívida defendida. No presente caso, em face da verossimilhança das alegações da parte Autora e de sua hipossuficiência, escorreita a inversão do ônus da prova, cabendo à parte Reclamada a comprovação de inexistência de falha na prestação do serviço, nos termos do art. 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Ressalta-se que, nestas circunstâncias, ainda que existente em tese, vínculo negocial entre as partes, cumpre à Reclamada trazer aos autos documentos consistentes que pudessem comprovar inequivocamente a origem do débito por contraprestação de eventuais produtos fornecidos ou serviços prestados, nos termos do art. 373, II, do CPC. Entretanto, assim não o fez. Inexiste nos autos a demonstração inequívoca da contratação (contrato devidamente assinado; áudio da gravação; e-mail; etc...) que originou o débito discutido, sendo que "telas de sistemas" e faturas isoladas e eventualmente apresentadas não se prestam a comprovar a relação jurídica entre as partes. Portanto, não se desincumbiu a parte Reclamada da obrigação processual que lhe competia, nos termos do artigo 373, II, do CPC. No caso, caracterizado está o defeito do serviço cuidando-se, portanto, de responsabilidade objetiva pelo fato do serviço, previsto no artigo 14, do CDC, respondendo o fornecedor por esse serviço defeituoso. Como decorrência da responsabilidade objetiva, para que o prestador do serviço possa se desonerar da obrigação de indenizar, deve provar que, tendo prestado o serviço, o defeito inexiste ou a culpa é exclusiva do consumidor ou de terceiro (§3º, inc. I e II, do art. 14, do CDC). Sendo o ônus da prova relativo a essas hipóteses, do prestador do serviço e se não a produzir, será responsabilizado. Desta forma, o dano decorrente da má prestação do serviço, no caso concreto é "in re ipsa", ou seja, só a negativação indevida já configura dano moral. Nesse sentido: "Ementa: PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INDEVIDA NEGATIVAÇÃO DO AUTOR NOS CADASTROS RESTRITIVOS DE CRÉDITO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. DANO MORAL CONFIGURADO. VALOR DA INDENIZAÇÃO. SÚMULA 7/STJ. 1. A jurisprudência do STJ somente permite a alteração do valor da indenização por danos morais, arbitrado na origem, em hipóteses excepcionais, quando manifestamente irrisória ou exorbitante a importância fixada. 2. No presente caso, para rever o entendimento da Corte de origem, a fim de atender ao apelo do consumidor para majorar o valor dos danos morais, seria necessário revolver o contexto fático-probatório dos autos. Incidência, na hipótese, da Súmula 7 do STJ. 3. Recurso Especial não conhecido." (STJ – 2ª T - REsp 1692025/SE RECURSO ESPECIAL 2017/0172159-4 – rel. min. Herman Benjamin – j. 10/10/2017 – DJe 23/10/2017). Grifei. Por fim, considerando que as despesas dedutíveis em imposto de renda das empresas devem respeitar o binômio "necessidade e usualidade" (art. 299 do RIR/99 - art. 47, da Lei 4.506/64), concluo que a presente condenação não poderá ser lançada a título dedutível pela parte Reclamada. Nesse sentido: "Ementa: INDENIZAÇÃO - DESPESAS DEDUTÍVEIS DO LUCRO OPERACIONAL. INDENIZAÇÃO POR ATO ILÍCITO - DESPESAS INDEDUTÍVEIS - Os gastos com indenizações civis por atos ilícitos não são dedutíveis na apuração da base de cálculo do imposto de renda, eis que não se trata de dispêndios necessários ou usuais." (RF - Processo de Consulta nº 271/00 - SRRF/7a RF - Dispositivos Legais: RIR/99, arts. 299 e 344 - PN CST 32/81 - Data da Decisão: 31.10.2000 - Publicação no DOU: 01.12.20000). Ante o exposto, rejeito as preliminares e, nos termos do artigo 487, I, do CPC, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido para: a) declarar a inexistência de débito entre as partes no valor de R$ 117,02 (cento dezessete reais e dois centavos); b) condenar a parte Reclamada a pagar o valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), a título de indenização por danos morais, com juros de mora de 1% (um por cento) a.m. a partir da citação e correção monetária (INPC) a partir desta data; c) tratando-se de condenação por ato ilícito, não poderá o valor fixado ser dedutível em imposto de renda da Empresa Reclamada/condenada e d) permanecendo a negativação após o trânsito em julgado, informe a parte nos autos a fim de que a Secretaria do juízo expeça ofício ao Órgão Negativador, para baixa definitiva do registro, extinguindo o feito, com julgamento de mérito. Sem custas e honorários (art. 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95). Transitada em julgado certifique-se e intimem-se. Após, aguarde-se o prazo de 5 (cinco) dias em Secretaria e, nada sendo requerido, arquive-se. Publicada no sistema Projudi. Submeto o presente projeto de sentença à homologação do MM. Juiz Togado, nos termos do art. 40, da Lei 9.099/95. Yasmin Penteado Baggio de Carvalho Juíza Leiga SENTENÇA Visto, etc. HOMOLOGO o projeto de sentença, nos termos do art. 40, da Lei 9.099/95 c.c. art. 8º, da LCE nº 270/07. Transitada em julgado, aguarde-se em Secretaria pelo

prazo de 5 (cinco) dias e, nada sendo requerido, arquive-se. Walter Pereira de Souza Juiz de Direito - II

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1007786-34.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARCELO ALVES MOTA DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DENILSON NASSARDEN PAIVA JUNIOR OAB - MT19132-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ITAU UNIBANCO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
HENRIQUE JOSE PARADA SIMAO OAB - SP221386-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
WALTER PEREIRA DE SOUZA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Processo: 1007786-34.2019.8.11.0001. REQUERENTE: MARCELO ALVES MOTA DOS SANTOS REQUERIDO: ITAU UNIBANCO S.A. PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório. Noticia a parte Reclamante que foi surpreendida com a negativação de seu nome junto ao SCPC por dívida que alega ser indevida. Após contestação, a parte Reclamada junta termo de confissão de dívida devidamente assinado, bem como cópia de documentos pessoais, a justificar a contratação do serviço e respectiva dívida, sem resistência pela parte Reclamante. Fundamento e decido. As sentenças nos Juizados Especiais obedecerão aos limites traçados no art. 2º e art. 38 da Lei nº 9.099/95 c.c. art. 1.046, §2º e §4º, do CPC c.c. Enunciados nº 161 e 162 do FONAJE. Mérito. Inexiste vício a obstar o regular prosseguimento do feito, bem como, as provas dos autos sendo suficientes para a solução da lide ou havendo pedido de julgamento, revela-se dispensável a dilação probatória e pronta a reclamação para julgamento antecipado. Nesse sentido: "(...) 4. Ademais, não configura cerceamento de defesa o julgamento da causa, com o julgamento antecipado da lide, quando o Tribunal de origem entender substancialmente instruído o feito, declarando a prescindibilidade de produção probatória, por se tratar de matéria eminentemente de direito ou de fato já provado documentalmente. 5. Agravo interno a que se nega provimento. (STJ, AgInt no AREsp 1259929/AM, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 21/08/2018, DJe 27/08/2018) AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. ARTS. 489 E 1.022 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. CERCEAMENTO DE DEFESA. PROVA TESTEMUNHAL. INDEFERIMENTO. EMBARGOS DE TERCEIRO. POSSE. PROVA. AUSÊNCIA. REEXAME. SÚMULA N. 7/STJ. NÃO PROVIMENTO. 1. Se as questões trazidas à discussão foram dirimidas, pelo Tribunal de origem, de forma suficientemente ampla e fundamentada, apenas que contrariamente ao pretendido pela parte, deve ser afastada a alegada violação aos artigos 489 e 1.022 do Código de Processo Civil/2015. 2. Não configura cerceamento de defesa o julgamento antecipado da lide, devidamente fundamentado, sem a produção de prova testemunhal considerada dispensável pelo juízo, uma vez que cabe ao magistrado dirigir a instrução e deferir a produção probatória que entender necessária à formação do seu convencimento. 3. Não cabe, em recurso especial, reexaminar matéria fático-probatória (Súmula n. 7/STJ). 4. Agravo interno a que se nega provimento." (STJ – 4ª T - AgInt no AREsp 1157049/SP – relª. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI – j. 07/06/2018 - DJe 15/06/2018). Grifei. A parte Reclamante pretende a declaração de inexistência de débito junto a Reclamada, bem como a baixa da restrição correspondente e indenização por danos morais. A prova produzida pela Reclamada em contestação, ilustrando que o crédito cobrado foi legitimamente contratado pela parte Reclamante, demonstra a ausência de elementos para declarar a inexistência da dívida e, por conseguinte, ausentes os requisitos necessários à configuração da responsabilidade civil. Destaco ainda que a parte promovente sequer se opõe aos documentos colacionados pela Ré, quedando inerte quando instado a impugnar. De outro lado, a propositura de reclamação judicial (aproveitando-se da gratuidade em primeiro grau), sabendo ser devedor, para, com sorte, alcançar condenação em dano moral (busca pela indenização), se mostra verdadeira aventura jurídica caracterizadora da má-fé e que deve ser prontamente repelida (art. 80, II e V, do CPC). Desimporta no caso se a parte Reclamante tem direito ao benefício da justiça gratuita, haja vista que a condenação ao pagamento da pena de litigância de má-fé não está abrangida pela AJG. Aliás, esse entendimento já foi objeto de enunciado do FONAJE: "Enunciado 114: A gratuidade da justiça não abrange o valor devido em condenação por litigância de má-fé." Ademais, a isenção da condenação ao pagamento da pena de litigância de má-fé representa completo desvirtuamento da AJG. A justiça gratuita destina-se à isenção das despesas necessárias ao ajuizamento de uma ação, não à isenção do pagamento de verba que representa verdadeira punição ao litigante improbo. No mais, estar-se-ia incentivando o exercício temerário do direito de ação. Nesse sentido: "Ementa: PROCESSUAL CIVIL. BENEFÍCIO DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA. CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS POR LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. INTELIGÊNCIA DO ART. 18 DO CPC. 1. "A concessão da gratuidade da Justiça, não tem o condão de eximir o beneficiário da concessão do recolhimento da punição por conduta que ofende a dignidade do tribunal e a função pública do processo, que sobreleva aos interesses da parte" (AgRg nos EDcl no AgRg no AgRg no Ag 1250721 / SP, rel. Ministro Luis Felipe Salomão, DJe 10/02/2011). Precedentes. 2. O art. 3º da Lei n. 1.060/1950 delineou todas as taxas, custas e despesas às quais o beneficiário faz jus à isenção, não se enquadrando no seu rol eventuais multas e honorários advocatícios impostos pela atuação desleal da parte no curso da lide. 3. A intenção do legislador ao conceder a assistência judiciária foi proporcionar o acesso ao Judiciário a todos, até mesmo aos que se encontram em condição de miserabilidade, e não criar mecanismos para permitir às partes procrastinar nos feitos sem sujeitar-se à aplicação das sanções processuais. 4. Recurso especial provido." (STJ – 2ª T - REsp 1259449/RJ RECURSO ESPECIAL 2011/0131457-0 – rel. min. MAURO CAMPBELL MARQUES – j. 15/09/2011 – DJe 21/09/2011). Grifei. Isto posto, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial, extinguindo o feito com julgamento de mérito. Ademais, reconhecendo a litigância de má-fé, CONDENO a parte Reclamante ao pagamento de multa de 2% (dois por cento) do valor da causa, custas processuais e honorários advocatícios que FIXO em 10% (dez por cento) do valor da causa, com fulcro nos arts. 80, II, e 81, ambos do CPC, c/c art. 55, caput, da Lei 9.099/95 e Enunciado 136/FONAJE. Transitada em julgado certifique-se e intimem-se. Após, aguarde-se o prazo de 5 (cinco) dias em Secretaria e, nada sendo requerido, arquive-se. Publicada no sistema Projudi. Submeto o presente projeto de sentença à homologação do MM. Juiz Togado, nos termos do art. 40, da Lei 9.099/95. Yasmin Penteado Baggio de Carvalho Juíza Leiga SENTENÇA Visto, etc. HOMOLOGO o projeto de sentença, nos termos do art. 40, da Lei 9.099/95 c.c. art. 8º, da LCE nº 270/07. Transitada em julgado, aguarde-se em Secretaria pelo prazo de 5 (cinco) dias e, nada sendo requerido, arquive-se. Walter Pereira de Souza Juiz de Direito - II

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1007503-11.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
GLEICE MARIA DA SILVA ROCHA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANTONIO NARDO GASPARINI OAB - MT22774/O (ADVOGADO(A))
FULVIO FERRER KALIX PAES DE BARROS OAB - MT16270/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAYARA BENDO LECHUGA OAB - MT20191-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ANTONIO VELOSO PELEJA JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1007503-11.2019.8.11.0001 REQUERENTE: GLEICE MARIA DA SILVA ROCHA REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A Dispensado o relatório, nos termos do art. 38, da Lei 9.099/95. Fundamento e decido. Cuida-se de "ação declaratória de inexistência de débito c/c pedido liminar", onde a parte reclamante requer que a reclamada restabeleça o fornecimento de energia elétrica. Em síntese, a parte autora argumenta que requereu a instalação da unidade consumidora de nº 6/2723797-3 no mês de abril, contudo a reclamada não realizou a instalação de imediato, o que gerou cobrança pela disponibilidade da energia. Alega que após a instalação da unidade consumidora, recebeu uma fatura no valor de R$ 5.943,18 (cinco mil reais novecentos e quarenta e três reais com dezoito

centavos), entretanto afirma que o valor não condiz com a sua realidade. Em sede de contestação, a reclamada argui preliminarmente a incompetência absoluta do Juizado Especial por necessidade de prova pericial e a falta do interesse de agir, bem como requer a improcedência da demanda. Diante dos fatos e fundamentos contidos nos autos, tem-se a necessidade de reconhecer a incompetência dos Juizados Especiais para julgar o processo. A competência dos Juizados Especiais está prevista no art. 3º, da Lei 9.099/95, in verbis: "Art. 3º: O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, assim consideradas: I - as causas cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo; II - as enumeradas no art. 275, inciso II, do Código de Processo Civil; III - a ação de despejo para uso próprio; IV - as ações possessórias sobre bens imóveis de valor não excedente ao fixado no inciso I deste artigo". Neste sentido, também dispõe o Enunciado 54, do FONAJE: "A menor complexidade da causa para a fixação da competência é aferida pelo objeto da prova e não em face do direito material". Assim, em que pese à relação existente entre as partes ser de natureza consumerista, verifico que no presente caso será necessária à realização de prova pericial, pois os documentos juntados aos autos não são suficientes para uma conclusão segura quanto à relação dos defeitos alegados pelo autor. É sabido que quando para a solução da lide, a prova pericial técnica parece indispensável para o julgador e quando o exame das questões colocadas envolverem certo grau de complexidade, a causa escapa da competência do Juizado Especial, porquanto, os princípios da simplicidade, informalidade e economia processual são incompatíveis com causas de maior complexidade, que não é de ordem subjetiva, devendo ser analisada pelo julgador, caso a caso. Diante da complexidade da causa, pois é necessária a produção de prova pericial, sendo que tal circunstância contraria o disposto no art. 3º, da Lei nº 9.099/95, que estabelece a competência dos Juizados Especiais para as causas cíveis de menor complexidade, cabe ao Juiz do Juizado Especial declarar-se incompetente, de ofício, ou mediante requerimento da parte. Pelo exposto, DECLARO a incompetência deste Juízo, para processar e julgar o feito, em razão da complexidade da causa e, em consequência, JULGO EXTINTO o presente, SEM APRECIAÇÃO DO MÉRITO, o que faço com fulcro nos artigos 3º e 51, II, da Lei nº 9.099/95. Sem custas e honorários advocatícios. Transitado em julgado, arquivem-se os autos. Intime-se. Cumpra-se. Antônio Veloso Peleja Júnior JUIZ DE DIREITO

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020926-38.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ALEX OLIVEIRA CARMO (INTERESSADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (REQUERIDO)
Magistrado(s):
WALTER PEREIRA DE SOUZA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1020926-38.2019.8.11.0001. INTERESSADO: ALEX OLIVEIRA CARMO REQUERIDO: MUNICÍPIO DE CUIABÁ, ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Relatório dispensado. Fundamento e decido. As sentenças nos Juizados Especiais obedecerão aos limites traçados no art. 2º e art. 38, da Lei nº 9.099/95 c.c. art. 1.046, §2º e §4º, do CPC c.c. Enunciados nº 161 e 162, do FONAJE. Mérito. A presente reclamação tem como figura no polo passivo o Município de Cuiabá. No entanto, de acordo com o artigo 8º da Lei 9.099/95, não poderão ser partes no processo instituído pela Lei 9.099/95 pessoas jurídicas de direito público. Neste caso, a presente reclamação deveria ter sido proposta perante o Juizado Especial da Fazenda Pública, que tem competência para apreciar o presente feito. Dessa forma torna este Juízo absolutamente incompetente para processar e julgar este feito, haja vista o que preleciona o artigo 8º da Lei nº 9.099/95, in verbis: Não poderão ser partes, no processo instituído por esta Lei, o incapaz, o preso, as pessoas jurídicas de direito público, as empresas públicas da União, a massa falida e o insolvente civil. (negritei) De acordo com o artigo 51, da Lei nº 9.099/95, extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: IV - quando sobrevier qualquer dos impedimentos previstos no art. 8º desta Lei; Isto posto, com fulcro no art. 8º c.c. art. art. 51, IV, ambos da Lei nº 9.099/95, DECLARO a incompetência deste Juízo para processar e julgar o presente feito e, em consequência, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM APRECIAÇÃO DO MÉRITO. Sem custas e honorários (art. 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95). Transitada em julgado certifique-se e intimem-se. Após, aguarde-se o prazo de 5 (cinco) dias em Secretaria e, nada sendo requerido, arquive-se. Publicada no Sistema. Walter Pereira de Souza Juiz de Direito - II

Quarto Juizado Especial Cível de Cuiabá

Intimação

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1004206-93.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ESCOLA PRESBITERIANA JD PAULISTA LTDA ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ELIANDRO CHAVES TORRES OAB - MT13487-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Márcio Bezerra Medeiros (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JOAO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1004206-93.2019.8.11.0001. REQUERENTE: ESCOLA PRESBITERIANA JD PAULISTA LTDA ME REQUERIDO: MÁRCIO BEZERRA MEDEIROS Vistos, Intime-se a parte reclamante para manifestar-se sobre o documento juntado no Id. nº 27033996, requerendo o que entender de direito. Anoto para tanto o prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção. Cumpra-se. João Alberto Menna Barreto Duarte Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1017436-08.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ROSEMAR DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAFAEL SOUZA NASCIMENTO OAB - MT21417-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ROSENWAL RODRIGUES DOS SANTOS (REQUERIDO)
MUVUCA POPULAR EM DEFESA DA SOCIEDADE (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JOAO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1017436-08.2019.8.11.0001. REQUERENTE: ROSEMAR DA SILVA REQUERIDO: MUVUCA POPULAR EM DEFESA DA SOCIEDADE, ROSENWAL RODRIGUES DOS SANTOS Vistos, Aguarde-se a audiência de tentativa de conciliação já designada. Intime-se. Cumpra-se. João Alberto Menna Barreto Duarte Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020526-24.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
HELIO ROMANO JUNIOR (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIO OLIMPIO MEDEIROS NETO OAB - MT12073-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AZUL LINHAS AEREAS (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JOAO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE

PROCESSO: 1020526-24.2019.8.11.0001 RECLAMANTE: HELIO ROMANO JUNIOR RECLAMADO(A): AZUL LINHAS AEREAS Vistos, Intime-se a parte reclamante para emendar a inicial juntando aos autos comprovante de residência atualizado e em seu próprio nome ou justificar, comprovadamente, a relação existente com a pessoa indicada no documento juntado. Anoto para tanto o prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de indeferimento da inicial. Intime-se. Cumpra-se. João Alberto Menna Barreto Duarte Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020612-92.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ELIAS GREGORIO DE SANTANA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LEONARDO JOSE SIQUEIRA DA SILVA OAB - MT0021410A

(ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JOAO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE

PROCESSO: 1020612-92.2019.8.11.0001 RECLAMANTE: ELIAS GREGORIO DE SANTANA RECLAMADO(A): VIVO S.A. Vistos, Intime-se a parte reclamante para emendar a inicial juntando aos autos comprovante de residência atualizado e em seu próprio nome. Anoto para tanto o prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de indeferimento da inicial. Intime-se. Cumpra-se. João Alberto Menna Barreto Duarte Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020628-46.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
P. H. M. SOBRAL - ME (INTERESSADO)
PAULO HENRIQUE MARTINS SOBRAL (INTERESSADO)
Advogado(s) Polo Ativo:
ELIS ANTONIO RODRIGUES OAB - MT13603-E (ADVOGADO(A))
BRUNO MOREIRA PEREIRA OAB - MT22736/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS OURO VERDE DE MATO GROSSO - SICREDI OURO VERDE MT (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JOAO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE

PROCESSO: 1020628-46.2019.8.11.0001 RECLAMANTE: P. H. M. SOBRAL - ME e outros RECLAMADO(A): COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS OURO VERDE DE MATO GROSSO - SICREDI OURO VERDE MT Vistos, Intime-se as partes reclamantes para emendar a inicial juntando aos autos comprovante de residência atualizado e em seus próprios nomes. Anoto para tanto o prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de indeferimento da inicial. Intime-se. Cumpra-se. João Alberto Menna Barreto Duarte Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1040782-62.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO PARQUE RESIDENCIAL PANTANAL (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RICARDO ARRUDA DE LEMOS OAB - MT18363/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SANDRA GORETE GONCALVES DE SOUZA (EXECUTADO)
JOSE DE SOUZA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
JOAO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE

Vistos, Em razão da devolução da carta de citação em "envelope lacrado" (id 26615318 e 26615339), intime-se a parte autora para, no prazo de dez dias, informar o endereço atualizado dos reclamados, sob pena de extinção. João Alberto Menna Barreto Duarte Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1012770-61.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MANOEL RICARDO DE OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIO HENRIQUE REGINATO OAB - MT0016639A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DO RIO GRANDE DO NORTE (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ISABELA ROSANE BEZERRA COSTA OAB - RN6254 (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JOAO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE

Vistos, Diante da inércia do autor, expeça-se nova intimação para que ele manifeste se concorda com a proposta constante do petitório de Id. nº 26656322, no prazo de cinco dias, sob pena de concordância tácita. Intime-se. Cumpra-se. João Alberto Menna Barreto Duarte Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1005202-91.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO SPAZIO CRISTALLI (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
INGRID GONCALVES DE OLIVEIRA OAB - MT16622/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LUIZ FERNANDES DA SILVA CORREA (EXECUTADO)
FATIMA BERNADETH DE OLIVEIRA CORREA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
JOAO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE

Vistos, Expeça-se mandado de penhora e avaliação para o veículo objeto da restrição (id 26304558). Nomeio o promovido fiel depositário, o qual deverá assinar o termo de compromisso. Intimem-se. João Alberto Menna Barreto Duarte Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020801-70.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARI CARLOTO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ CARLOS TAQUES DE ANDRADE OAB - MT9385-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AZUL LINHAS AEREAS (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020801-70.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:MARI CARLOTO ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: LUIZ CARLOS TAQUES DE ANDRADE POLO PASSIVO: AZUL LINHAS AEREAS FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 4ª JEC Data: 10/02/2020 Hora: 11:00 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1012076-92.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JACKLINE ALMEIDA ARRUDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GIOVANA CESAR SCHERNER OAB - MT18093/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
EVANILDES DIAS LEITE (REQUERIDO)
DE VILLE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA (REQUERIDO)

Processo n. 1012076-92.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) REQUERENTE: GIOVANA CESAR SCHERNER - MT18093/O-O , da data designada para realização de audiência: Tipo: Conciliação juizado Sala: 4ª JEC Data: 06/02/2020 Hora: 11:30 , que será realizada no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CUIABÁ, Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, 275, Bairro Duque De Caxias, Cuiabá – MT, (Lateral do 44° Batalhão De Infantaria Motorizada), devendo comunicar seu(ua) cliente, cientificando(a) que o não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020806-92.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
FRANCISCO TADEU CARLOTO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ CARLOS TAQUES DE ANDRADE OAB - MT9385-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AZUL LINHAS AEREAS (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020806-92.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:FRANCISCO TADEU CARLOTO ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: LUIZ CARLOS TAQUES DE ANDRADE POLO PASSIVO: AZUL LINHAS AEREAS FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para

comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 4ª JEC Data: 10/02/2020 Hora: 11:10 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020821-61.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
FELIPE NASCIMENTO CANDIDO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANDREIA GONCALVES OAB - MT13659/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020821-61.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:FELIPE NASCIMENTO CANDIDO ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: ANDREIA GONCALVES POLO PASSIVO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 4ª JEC Data: 10/02/2020 Hora: 11:30 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1014616-16.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
EIDIANE RODRIGUES DA COSTA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
AGRINALDO JORGE RODRIGUES OAB - MT10875-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

Processo n. 1014616-16.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) REQUERENTE: AGRINALDO JORGE RODRIGUES - MT10875-O , da data designada para realização de audiência: Tipo: Conciliação juizado Sala: 4ª JEC Data: 10/02/2020 Hora: 10:30 , que será realizada no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CUIABÁ, Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, 275, Bairro Duque De Caxias, Cuiabá – MT, (Lateral do 44° Batalhão De Infantaria Motorizada), devendo comunicar seu(ua) cliente, cientificando(a) que o não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1014616-16.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
EIDIANE RODRIGUES DA COSTA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
AGRINALDO JORGE RODRIGUES OAB - MT10875-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

Processo n. 1014616-16.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) REQUERIDO: FILINTO CORRÊA DA COSTA JUNIOR - MT11.264, da data designada para realização de audiência: Tipo: Conciliação juizado Sala: 4ª JEC Data: 10/02/2020 Hora: 10:30 , que será realizada no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CUIABÁ, Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, 275, Bairro Duque De Caxias, Cuiabá – MT, (Lateral do 44° Batalhão De Infantaria Motorizada), devendo comunicar seu(ua) cliente, cientificando(a) que o não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, presumir-se-ão aceitos, pela parte reclamada, como verdadeiros, os fatos alegados pela parte reclamante na petição inicial ou termo de reclamação, podendo ser proferida sentença de plano (artigos 20 e 23 da Lei nº 9.099/95). CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1014445-59.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ARIANY SILVA DE CASTRO (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
Ozana Baptista Gusmão OAB - MT4062-A (ADVOGADO(A))

Processo n. 1014445-59.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) advogado do REQUERIDO: OSANA BATISTA GUSMÃO, OAB/MT 4.062, da data designada para realização de audiência: Tipo: Conciliação juizado Sala: 4ª JEC Data: 10/02/2020 Hora: 10:40 , que será realizada no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CUIABÁ, Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, 275, Bairro Duque De Caxias, Cuiabá – MT, (Lateral do 44° Batalhão De Infantaria Motorizada), devendo comunicar seu(ua) cliente, cientificando(a) que o não comparecimento à audiência designada, presumir-se-ão aceitos, pela parte reclamada, como verdadeiros, os fatos alegados pela parte reclamante na petição inicial ou termo de reclamação, podendo ser proferida sentença de plano (artigos 20 e 23 da Lei nº 9.099/95). CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1017436-08.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ROSEMAR DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAFAEL SOUZA NASCIMENTO OAB - MT21417-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ROSENWAL RODRIGUES DOS SANTOS (REQUERIDO)
MUVUCA POPULAR EM DEFESA DA SOCIEDADE (REQUERIDO)

Processo n. 1017436-08.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) REQUERENTE: RAFAEL SOUZA NASCIMENTO - MT21417-O , da data designada para realização de audiência: Tipo: Conciliação juizado Sala: 4ª JEC Data: 27/01/2020 Hora: 09:20 , que será realizada no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CUIABÁ, Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, 275, Bairro Duque De Caxias, Cuiabá – MT, (Lateral do 44° Batalhão De Infantaria Motorizada), devendo comunicar seu(ua) cliente, cientificando(a) que o não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. CUIABÁ, 27 de novembro de 2019.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1004206-93.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ESCOLA PRESBITERIANA JD PAULISTA LTDA ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ELIANDRO CHAVES TORRES OAB - MT13487-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Márcio Bezerra Medeiros (REQUERIDO)

Processo n. 1004206-93.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) REQUERENTE: ELIANDRO CHAVES TORRES - MT13487-O, da data designada para realização de audiência: Tipo: Conciliação juizado Sala: 4ª JEC Data: 27/01/2020 Hora: 16:10 , que será realizada no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CUIABÁ, Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, 275, Bairro

Duque De Caxias, Cuiabá – MT, (Lateral do 44° Batalhão De Infantaria Motorizada), devendo comunicar seu(ua) cliente, cientificando(a) que o não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. CUIABÁ, 21 de novembro de 2019.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1009270-84.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
VISUAL FORMATURAS LTDA - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GIOVANE GUALBERTO DE ALMEIDA OAB - MT17809-O (ADVOGADO(A))
BRUNO FELIPE MONTEIRO COELHO OAB - MT14559-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARLON ALECSANDER DE CARVALHO COSTA (REQUERIDO)
CARLOS DE CARVALHO COSTA (REQUERIDO)

Processo n. 1009270-84.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogados do(a) REQUERENTE: BRUNO FELIPE MONTEIRO COELHO - MT14559-A, GIOVANE GUALBERTO DE ALMEIDA - MT17809-O, da data designada para realização de audiência: Tipo: Conciliação juizado Sala: 4ª JEC Data: 16/12/2019 Hora: 16:40 , que será realizada no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CUIABÁ, Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, 275, Bairro Duque De Caxias, Cuiabá – MT, (Lateral do 44° Batalhão De Infantaria Motorizada), devendo comunicar seu(ua) cliente, cientificando(a) que o não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. CUIABÁ, 4 de novembro de 2019.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1006822-41.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
SUTIL CAR COMERCIO DE VEICULO LTDA - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCIANO CAMPOS DA SILVA OAB - MT24410/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
DAYANA ALVES CABRERA KOGA (REQUERIDO)

Processo n. 1006822-41.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) REQUERENTE: LUCIANO CAMPOS DA SILVA - MT24410/O, da data designada para realização de audiência: Tipo: Conciliação juizado Sala: 4ª JEC Data: 21/10/2019 Hora: 16:50 , que será realizada no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CUIABÁ, Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, 275, Bairro Duque De Caxias, Cuiabá – MT, (Lateral do 44° Batalhão De Infantaria Motorizada), devendo comunicar seu(ua) cliente, cientificando(a) que o não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. CUIABÁ, 25 de setembro de 2019.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1015697-97.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CELSO AUGUSTO DE MELLO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LIGIA IRACEMA CHRISTOFOLO DE MELLO OAB - PR0081719A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-A (ADVOGADO(A))

Processo n. 1015697-97.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) REQUERENTE: LIGIA IRACEMA CHRISTOFOLO DE MELLO - PR0081719A, da data designada para realização de audiência: Tipo: Conciliação Sala: PAUTA CONCENTRADA Data: 18/12/2019 Hora: 09:45 , que será realizada no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CUIABÁ, Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, 275, Bairro Duque De Caxias, Cuiabá – MT, (Lateral do 44° Batalhão De Infantaria Motorizada), devendo comunicar seu(ua) cliente, cientificando(a) que o não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. CUIABÁ, 7 de novembro de 2019.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1010978-72.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
SANDRA MARIA BARBOSA SALLES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PAULA ARAUJO COSTA OAB - MT23601/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INTERBELLE COMERCIO DE PRODUTOS DE BELEZA LTDA (REQUERIDO)

Processo n. 1010978-72.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) REQUERENTE: PAULA ARAUJO COSTA - MT23601/O, da data designada para realização de audiência: Tipo: Conciliação juizado Sala: 4ª JEC Data: 16/12/2019 Hora: 10:40 , que será realizada no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CUIABÁ, Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, 275, Bairro Duque De Caxias, Cuiabá – MT, (Lateral do 44° Batalhão De Infantaria Motorizada), devendo comunicar seu(ua) cliente, cientificando(a) que o não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. CUIABÁ, 1 de novembro de 2019.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1015553-26.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
VALDIRENE ANTUNES DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ FERNANDO DA SILVA OAB - MT17657-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ATIVOS S/A CIA SECURITIZADORA CREDITOS FINANCEIROS (REQUERIDO)

Processo n. 1015553-26.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) REQUERENTE: LUIZ FERNANDO DA SILVA - MT17657-O, da data designada para realização de audiência: Tipo: Conciliação juizado Sala: 4ª JEC Data: 17/12/2019 Hora: 16:30 , que será realizada no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CUIABÁ, Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, 275, Bairro Duque De Caxias, Cuiabá – MT, (Lateral do 44° Batalhão De Infantaria Motorizada), devendo comunicar seu(ua) cliente, cientificando(a) que o não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. CUIABÁ, 5 de novembro de 2019.

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020519-32.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
TALITHA CARDOSO DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MOACIR ALMEIDA FREITAS OAB - MT727-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SEMPRE SAUDE ADMINISTRADORA DE BENEFICIOS (REQUERIDO)
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

Vistos. Defiro o pedido de inclusão da UNIMED CUIABÁ COOPERATIVA DE

TRABALHO MEDICO, no polo passivo da presente demanda, estendendo os efeitos da liminar deferida a esta promovida. Cumpra-se em regime de plantão, fazendo constar o presente no mandado. Tiago Souza Nogueira de Abreu Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1020676-05.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO RESIDENCIAL AGUA MARINHA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
INGRID GONCALVES DE OLIVEIRA OAB - MT16622/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JOAQUIM VIRGENIR XAVIER DE BRITO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1020676-05.2019.8.11.0001. EXEQUENTE: CONDOMINIO RESIDENCIAL AGUA MARINHA EXECUTADO: JOAQUIM VIRGENIR XAVIER DE BRITO Vistos, Cite-se a parte executada, por aviso de recebimento, para que no prazo de (03) três dias, efetue o pagamento da dívida. (art. 829 do CPC). Não efetuado o pagamento no prazo supra mencionado, o Oficial de Justiça procederá de imediato à penhora de bens e sua avaliação, intimando-se a parte devedora (art. 829, § 1º do CPC). Recaindo a penhora em bens imóveis, intime-se também o(a) cônjuge da parte executada (art. 842 do CPC). Em caso de penhora, o exequente deverá proceder à entrega do original do título de crédito à Secretaria deste Juizado (Enunciado 126 do FONAJE) até a audiência de conciliação, sob pena de extinção. Nos termos do que dispõe o art. 53, §1º da Lei nº 9.099/95, efetuada a penhora, designe-se audiência de conciliação, advertindo a parte devedora que será em audiência o momento oportuno para opor embargos à execução. Intime-se. Cumpra-se. Tiago Souza Nogueira de Abreu Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1020773-05.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO RESIDENCIAL AGUA MARINHA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
INGRID GONCALVES DE OLIVEIRA OAB - MT16622/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ELIABINY DIVINI DE CAMPOS (EXECUTADO)
VICTOR MALDONADO IANOVICH (EXECUTADO)
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1020773-05.2019.8.11.0001. EXEQUENTE: CONDOMINIO RESIDENCIAL AGUA MARINHA EXECUTADO: VICTOR MALDONADO IANOVICH, ELIABINY DIVINI DE CAMPOS Vistos, Cite-se a parte executada, por aviso de recebimento, para que no prazo de (03) três dias, efetue o pagamento da dívida. (art. 829 do CPC). Não efetuado o pagamento no prazo supra mencionado, o Oficial de Justiça procederá de imediato à penhora de bens e sua avaliação, intimando-se a parte devedora (art. 829, § 1º do CPC). Recaindo a penhora em bens imóveis, intime-se também o(a) cônjuge da parte executada (art. 842 do CPC). Em caso de penhora, o exequente deverá proceder à entrega do original do título de crédito à Secretaria deste Juizado (Enunciado 126 do FONAJE) até a audiência de conciliação, sob pena de extinção. Nos termos do que dispõe o art. 53, §1º da Lei nº 9.099/95, efetuada a penhora, designe-se audiência de conciliação, advertindo a parte devedora que será em audiência o momento oportuno para opor embargos à execução. Intime-se. Cumpra-se. Tiago Souza Nogueira de Abreu Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1020793-93.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO PARQUE CHAPADA DOS PAMPAS (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JULIANA DE SOUSA ANDRADE OAB - MT16875-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JAIRO JADE GONCALO FIGUEIREDO DE OLIVEIRA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1020793-93.2019.8.11.0001. EXEQUENTE: CONDOMINIO PARQUE CHAPADA DOS PAMPAS EXECUTADO: JAIRO JADE GONCALO FIGUEIREDO DE OLIVEIRA Vistos, Cite-se a parte executada, por aviso de recebimento, para que no prazo de (03) três dias, efetue o pagamento da dívida. (art. 829 do CPC). Não efetuado o pagamento no prazo supra mencionado, o Oficial de Justiça procederá de imediato à penhora de bens e sua avaliação, intimando-se a parte devedora (art. 829, § 1º do CPC). Recaindo a penhora em bens imóveis, intime-se também o(a) cônjuge da parte executada (art. 842 do CPC). Em caso de penhora, o exequente deverá proceder à entrega do original do título de crédito à Secretaria deste Juizado (Enunciado 126 do FONAJE) até a audiência de conciliação, sob pena de extinção. Nos termos do que dispõe o art. 53, §1º da Lei nº 9.099/95, efetuada a penhora, designe-se audiência de conciliação, advertindo a parte devedora que será em audiência o momento oportuno para opor embargos à execução. Intime-se. Cumpra-se. Tiago Souza Nogueira de Abreu Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020626-76.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JAILSON DA SILVA SOARES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SANTANA SILVA OAB - MT21438-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TIM CELULAR S.A. (REQUERIDO)
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1020626-76.2019.8.11.0001. REQUERENTE: JAILSON DA SILVA SOARES REQUERIDO: TIM CELULAR S.A. Vistos, Intime-se a parte reclamante para emendar a inicial juntando aos autos, comprovante de residência atualizado e em seu próprio nome ou justificar, comprovadamente, a relação existente com a pessoa indicada no documento juntado e instrumento do mandato. Anoto para tanto o prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da inicial, nos termos do art. 321, parágrafo único do CPC. Cumpra-se. Tiago Souza Nogueira de Abreu Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1009270-84.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
VISUAL FORMATURAS LTDA - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GIOVANE GUALBERTO DE ALMEIDA OAB - MT17809-O (ADVOGADO(A))
BRUNO FELIPE MONTEIRO COELHO OAB - MT14559-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARLON ALECSANDER DE CARVALHO COSTA (REQUERIDO)
CARLOS DE CARVALHO COSTA (REQUERIDO)

Processo n. 1009270-84.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogados do(a) REQUERENTE: BRUNO FELIPE MONTEIRO COELHO - MT14559-A, GIOVANE GUALBERTO DE ALMEIDA - MT17809-O, da data designada para realização de audiência: Tipo: Conciliação juizado Sala: 4ª JEC Data: 10/02/2020 Hora: 11:50 , que será realizada no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CUIABÁ, Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, 275, Bairro Duque De Caxias, Cuiabá – MT, (Lateral do 44° Batalhão De Infantaria Motorizada), devendo comunicar seu(ua) cliente, cientificando(a) que o não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1017484-64.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MANOELA MARIA RIBEIRO TAQUES (REQUERENTE)

Advogado(s) Polo Ativo:
NORBERTO OTILIO WIEGERT JUNIOR OAB - MT0018871A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GOL LINHAS AEREAS S.A. (REQUERIDO)

Processo n. 1017484-64.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) REQUERENTE: NORBERTO OTILIO WIEGERT JUNIOR - MT0018871A, da data designada para realização de audiência: Tipo: Conciliação juizado Sala: 4ª JEC Data: 10/02/2020 Hora: 12:10 , que será realizada no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CUIABÁ, Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, 275, Bairro Duque De Caxias, Cuiabá – MT, (Lateral do 44° Batalhão De Infantaria Motorizada), devendo comunicar seu(ua) cliente, cientificando(a) que o não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1018573-25.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
NICOLE FERNANDA DE MORAES FERREIRA (REQUERENTE)
MATHEUS KERBER FAVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AIGLE AZUR (REQUERIDO)
TVLX VIAGENS E TURISMO S/A (REQUERIDO)

Procedo a intimação da parte promovente para, em 05 (cinco) dias, manifestar-se quanto a juntada de AR negativo.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1018573-25.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
NICOLE FERNANDA DE MORAES FERREIRA (REQUERENTE)
MATHEUS KERBER FAVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AIGLE AZUR (REQUERIDO)
TVLX VIAGENS E TURISMO S/A (REQUERIDO)

Procedo a intimação da parte promovente para, em 05 (cinco) dias, manifestar-se quanto a juntada de AR negativo.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1014491-48.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
BAGGIO RICHTER ADVOGADOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
VALÉRIA CRISTINA BAGGIO DE CARVALHO RICHTER OAB - MT4676-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CLARO S.A. (REQUERIDO)

Procedo a intimação da parte promovente para, em 05 (cinco) dias, manifestar-se quanto a juntada de AR negativo.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1017551-29.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
EUCLIDES LUIZ TOREZAN (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GIANCARLO TOZINI OTANI OAB - PR54272 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AMERICAN AIRLINES INC (REQUERIDO)
DECOLAR.COM LTDA (REQUERIDO)
EL AL ISRAEL AIRLINES LTD (REQUERIDO)

Procedo a intimação da parte promovente para, em 05 (cinco) dias, manifestar-se quanto a juntada de AR negativo.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1014521-83.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARCISIO FOLETTO PEREIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCISIO FOLETTO PEREIRA OAB - MT0020686A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
R-F2 TRANSPORTES EIRELI - ME (REQUERIDO)

Procedo a intimação da parte promovente para, em 05 (cinco) dias, manifestar-se quanto a juntada de AR negativo.

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1015131-51.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
GOLDEN GREEN RESIDENCE (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JULIANA DE SOUSA ANDRADE OAB - MT16875-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
WESLEY FRANCA DE SOUSA (EXECUTADO)

Processo n. 1015131-51.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) EXEQUENTE: JULIANA DE SOUSA ANDRADE - MT16875-O, da data designada para realização de audiência: Tipo: Conciliação juizado Sala: 4ª JEC Data: 10/02/2020 Hora: 12:00 , que será realizada no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CUIABÁ, Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, 275, Bairro Duque De Caxias, Cuiabá – MT, (Lateral do 44° Batalhão De Infantaria Motorizada), devendo comunicar seu(ua) cliente, cientificando(a) que o não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020876-12.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ANDERSON DOS SANTOS CORREA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NATALIA RAFAELA SIQUEIRA GOULART OAB - MT26935/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020876-12.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:ANDERSON DOS SANTOS CORREA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: NATALIA RAFAELA SIQUEIRA GOULART POLO PASSIVO: BANCO BRADESCO FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 4ª JEC Data: 10/02/2020 Hora: 14:00 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1016047-85.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
APARECIDA CRISTINA SANTOS DE JESUS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
VILSON PEDRO NERY OAB - MT8015-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TIM S/A (REQUERIDO)

Processo n. 1016047-85.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) REQUERENTE: VILSON PEDRO NERY - MT8015-O, da data designada para realização de

audiência: Tipo: Conciliação juizado Sala: 4ª JEC Data: 10/02/2020 Hora: 14:10 , que será realizada no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CUIABÁ, Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, 275, Bairro Duque De Caxias, Cuiabá – MT, (Lateral do 44° Batalhão De Infantaria Motorizada), devendo comunicar seu(ua) cliente, cientificando(a) que o não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020885-71.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
KEILA DA SILVA PARMELO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NATALIA RAFAELA SIQUEIRA GOULART OAB - MT26935/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020885-71.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:KEILA DA SILVA PARMELO ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: NATALIA RAFAELA SIQUEIRA GOULART POLO PASSIVO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 4ª JEC Data: 10/02/2020 Hora: 14:20 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020888-26.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ZELMA BARBOSA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO ADELMO CHIMATI PERUCHI OAB - MT14519-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CLARO S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020888-26.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:ZELMA BARBOSA DA SILVA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: THIAGO ADELMO CHIMATI PERUCHI POLO PASSIVO: CLARO S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 4ª JEC Data: 10/02/2020 Hora: 14:30 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020821-61.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
FELIPE NASCIMENTO CANDIDO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANDREIA GONCALVES OAB - MT13659/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JOAO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE

PROCESSO: 1020821-61.2019.8.11.0001 RECLAMANTE: FELIPE NASCIMENTO CANDIDO RECLAMADO(A): ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A Vistos, Intime-se a parte reclamante para emendar a inicial juntando aos autos documento de identificação pessoal. Anoto para tanto o prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de indeferimento da inicial. Intime-se. Cumpra-se. João Alberto Menna Barreto Duarte Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020078-51.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ROSANA DOS SANTOS LEITE (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Laryssa Carolina Araújo de França OAB - MT15585-N (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JOAO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE

PROCESSO: 1020078-51.2019.8.11.0001 RECLAMANTE: ROSANA DOS SANTOS LEITE RECLAMADO(A): TELEFÔNICA BRASIL S.A. Vistos, Intime-se, novamente, a parte reclamante para emendar a inicial juntando aos autos comprovante de residência atualizado e em seu próprio nome ou justificar, comprovadamente, a relação existente com a pessoa indicada no documento juntado. Anoto para tanto o prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de indeferimento da inicial. Intime-se. Cumpra-se. João Alberto Menna Barreto Duarte Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1019094-67.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
DANIELY ALMEIDA RAMOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
AGUINALDO ALMEIDA SANTOS OAB - MT0022288A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JOAO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1019094-67.2019.8.11.0001. REQUERENTE: DANIELY ALMEIDA RAMOS REQUERIDO: BANCO DO BRASIL SA Vistos, Intime-se a parte reclamante para dar integral cumprimento à determinação de emenda de Id. nº 27284043, porquanto apenas trouxe aos autos os extratos do mês de dezembro/2018 e do mês de novembro/2019 e não do período (de dezembro/2018 à novembro/2019). Anoto para tanto o prazo de 03 (três) dias, sob pena de indeferimento da inicial Intime-se. Cumpra-se. João Alberto Menna Barreto Duarte Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1008573-63.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JACSON LOPES DOS REIS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
AGLAIR FRANZONI SUZUKI OAB - MT16114-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TIM CELULAR S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES OAB - MT16846-O (ADVOGADO(A))

Processo n. 1008573-63.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) REQUERENTE: AGLAIR FRANZONI SUZUKI - MT16114-O, da data designada para realização de audiência: Tipo: Conciliação juizado Sala: 4ª JEC Data: 10/12/2019 Hora: 09:10 , que será realizada no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CUIABÁ, Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, 275, Bairro Duque De Caxias, Cuiabá – MT, (Lateral do 44° Batalhão De Infantaria Motorizada), devendo comunicar seu(ua) cliente, cientificando(a) que o não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. CUIABÁ, 29 de outubro de 2019.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1014354-66.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CARLOS DEMILSON FERREIRA DE JESUS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SANTANA SILVA OAB - MT21438-O (ADVOGADO(A))

Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCARD S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-O (ADVOGADO(A))

Processo n. 1014354-66.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) REQUERENTE: THIAGO SANTANA SILVA - MT21438/O, da data designada para realização de audiência: Tipo: Conciliação juizado Sala: 4ª JEC Data: 10/12/2019 Hora: 11:00 , que será realizada no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CUIABÁ, Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, 275, Bairro Duque De Caxias, Cuiabá – MT, (Lateral do 44° Batalhão De Infantaria Motorizada), devendo comunicar seu(ua) cliente, cientificando(a) que o não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. CUIABÁ, 29 de outubro de 2019.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1014635-22.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ANTONIA VANDA DE SOUZA CURVO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SANTANA SILVA OAB - MT21438-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-O (ADVOGADO(A))

Processo n. 1014635-22.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) REQUERENTE: THIAGO SANTANA SILVA - MT21438/O, da data designada para realização de audiência: Tipo: Conciliação juizado Sala: 4ª JEC Data: 11/12/2019 Hora: 11:50 , que será realizada no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CUIABÁ, Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, 275, Bairro Duque De Caxias, Cuiabá – MT, (Lateral do 44° Batalhão De Infantaria Motorizada), devendo comunicar seu(ua) cliente, cientificando(a) que o não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. CUIABÁ, 30 de outubro de 2019.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1014811-98.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
FABIO VINICIUS MACEDO GUTIERREZ (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SILVIO LUIZ GOMES DA SILVA OAB - MT0017690A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-O (ADVOGADO(A))

Processo n. 1014811-98.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) REQUERENTE: SILVIO LUIZ GOMES DA SILVA - MT0017690A, da data designada para realização de audiência: Tipo: Conciliação juizado Sala: 4ª JEC Data: 12/12/2019 Hora: 10:10 , que será realizada no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CUIABÁ, Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, 275, Bairro Duque De Caxias, Cuiabá – MT, (Lateral do 44° Batalhão De Infantaria Motorizada), devendo comunicar seu(ua) cliente, cientificando(a) que o não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. CUIABÁ, 1 de novembro de 2019.

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1008677-55.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ELIETE MARIA DE SOUZA PEREIRA - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CELIA SILVA DE QUEIROZ OAB - MT26266-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JENIFFER KELLY SILVA SANTOS (REQUERIDO)
WYDSON MIRANDA SOARES DA SILVA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JOAO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1008677-55.2019.8.11.0001. REQUERENTE: ELIETE MARIA DE SOUZA PEREIRA - ME REQUERIDO: JENIFFER KELLY SILVA SANTOS, WYDSON MIRANDA SOARES DA SILVA Vistos, Já homologado o acordo (Id. 27370577). Intimem-se, após arquive-se. Cumpra-se. João Alberto Menna Barreto Duarte Juiz de direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1006086-23.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO RESIDENCIAL IPIRANGA SECCAO II (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LEISLIE DE FATIMA HAENISCH OAB - MT5860-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LINDIMAR REGINA DE SOUZA OLIVEIRA CAMARGO (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LINDIELLEN CRISTINA DE SOUZA OLIVEIRA OAB - MT24400/O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JOAO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE

Vistos, A fim de que possa ser expedido o alvará para levantamento do valor depositado, intime-se o exequente para indicar o número correto do CNPJ porquanto o informado consta como inválido. João Alberto Menna Barreto Duarte Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020916-91.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
PATRICIA PAZ DA COSTA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
APARECIDO QUEIROZ DA SILVA OAB - MT18345-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
NARP CENTRO DE ENSINO PROFISSIONALIZANTE LTDA - ME (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020916-91.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:PATRICIA PAZ DA COSTA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: APARECIDO QUEIROZ DA SILVA POLO PASSIVO: NARP CENTRO DE ENSINO PROFISSIONALIZANTE LTDA - ME FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 4ª JEC Data: 10/02/2020 Hora: 14:50 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1020780-94.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
SONIOMAR DE ARAUJO SILVA (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAFAEL KRUEGER OAB - MT12058-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (RÉU)

Processo n. 1020780-94.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) REQUERENTE: RAFAEL KRUEGER - MT12058-O, da data designada para realização de audiência: Tipo: Conciliação juizado Sala: 4ª JEC Data: 10/02/2020 Hora: 14:40 , que será realizada no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CUIABÁ, Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, 275, Bairro Duque De

Caxias, Cuiabá – MT, (Lateral do 44° Batalhão De Infantaria Motorizada), devendo comunicar seu(ua) cliente, cientificando(a) que o não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1008048-81.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CELINA NAZARE RODRIGUES (INTERESSADO)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO RODRIGO DE BRITO MOTTA CARVALHO OAB - MT24402/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
Ozana Baptista Gusmão OAB - MT4062-A (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1008048-81.2019.8.11.0001. INTERESSADO: CELINA NAZARE RODRIGUES REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A Processo nº. 1008048-81.2019.8.11.0041 S E N T E N Ç A I - RESUMO DOS FATOS RELEVANTES Dispensado o relatório, nos termos do art. 38, caput, da Lei 9.099/95. Trata-se de Reclamação Cível em que a causa de pedir reside em suspensão indevida dos serviços prestados à sua UC nº 6/6/276960-2, pois discorda das faturas de recuperação de consumo expedida pela Reclamada. Ao final, pugnou pela declaração de inexistência dos débitos, bem como a condenação da Reclamada ao pagamento de indenização por danos morais. É a suma do essencial. II - MOTIVAÇÃO 1. Os autos estão maduros para a prolação de sentença. Observado o rito estabelecido na Lei nº 9.099/95, não havendo vícios ou irregularidades a consertar. Homenageados os princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e de seu consectário, o contraditório. Concorrem, também, todos os pressupostos processuais para o desenvolvimento válido e regular do processo, bem assim as condições para o legítimo exercício do direito de ação. Observo ainda que não se aplica preceito contido no art. 489 do CPC/2015 por afronta à norma do art. 38 da Lei 9.099/95, eis que suficientes à menção neste ato sentencial, dos elementos de convicção do juízo, o que vem corroborado pelo Enunciado 162 do FONAJE. 2. Não merece ser acolhida a alegação de incompetência do Juízo, porquanto não se trata de causa complexa que demandaria realização de prova pericial, estando, aliás, a postulação instruída com documentos hábeis ao deslinde da causa. Superada a preliminar passo à análise do mérito da causa. 3. Cumpre destacar que, no caso em apreço não será necessária a designação de audiência de instrução em julgamento, por ser matéria de prova documental, estando alias os presentes autos instruídos com a documentação necessária, considerando que o juiz é o destinatário da prova, a ele cabe apreciar a necessidade ou não de sua realização, para o fim de firmar seu convencimento e proferir julgamento a respeito da lide. Assim, passo a analise do mérito da presente destacando que o feito se amolda nos requisitos para julgamento antecipado da lide elencados no art. 355, I e II do Novo Código de Processo Civil. 4. No mérito a demanda é procedente. Em razão de se tratar de relação de consumo, estando patente a hipossuficiência do consumidor, onde a reclamada está mais apta a provar o insucesso da demanda do que àquele a demonstrar a sua procedência, por este motivo, aplica-se a inversão do ônus da prova elencada no art. 6º, VIII, do CDC, com o fito de proporcionar equilíbrio na relação processual. Incumbe à reclamada provar a veracidade de seus alegados na qualidade de fornecedora de serviços, seja em razão da inversão do ônus da prova, seja porque as suas assertivas é fato extintivo de direito, nos termos do art. 373, II do CPC/2015. Da análise dos autos, verifica-se que realmente foi constada irregularidade no medidor da Unidade Consumidora do imóvel do Reclamante, cujo registro foi fotografado e vistoria acompanhada pela Reclamante. No entanto, verifico que a Reclamada não logrou êxito em comprovar que, após a constatação e correção da irregularidade, o consumo da parte Autora se elevou a ponto de justificar a recuperação do consumo. Em detida análise ao histórico de consumo acostado pela Reclamada, verifica-se que após a constatação da irregularidade não houve aumento no consumo da parte Autora, que, inclusive, se manteve praticamente o mesmo. Portanto, ante a ausência de "benefícios" ao consumidor, não há o que se falar em recuperação de consumo. Nesse sentido, verbis: "RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. RECUPERAÇÃO DE CONSUMO. IRREGULARIDADE DO MEDIDOR SEM ALTERAÇÃO DE CONSUMO APÓS A SUBSTITUIÇÃO. AUSÊNCIA DE VALORES A RECUPERAR. DESCONSTITUIÇÃO PARCIAL DO DÉBITO. PERMITIDA A COBRANÇA APENAS DO CUSTO ADMINISTRATIVO. EXCLUSÃO DO NOME DA AUTORA DOS ÓRGAOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. DANO MORAL CONFIGURADO NO CASO CONCRETO, POIS, O DÉBITO DESCONSTITUÍDO FOI INSCRITO NOS ÓRGÃOS RESTRITIVOS DE CRÉDITO. QUANTUM FIXADO EM R$ 9.370,00 DE ACORDO COM OS PARÂMETROS DAS TURMAS RECURSAIS EM CASOS SEMELHANTES. SENTENÇA REFORMADA EM PARTE. RECURSO DA RÉ DESPROVIDO. RECURSO DA AUTORA PARCIALMENTE PROVIDO. (Recurso Cível Nº 71007892664, Quarta Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Glaucia Dipp Dreher, Julgado em 24/08/2018)". Desta forma, cabível a declaração de inexigibilidade do débito referente ao consumo recuperado, objeto da demanda. Portanto, constatada a irregularidade da fatura recuperada, indevida a suspensão dos serviços prestados à parte Autora. Portanto, claramente a suspensão foi indevida, sendo passível de condenação ao pagamento de indenização por danos morais. Consigne-se que a relação que se estabelece entre a concessionária de energia elétrica e a parte reclamante se qualifica como relação de consumo por força de interpretação sistêmica dos comandos insertos nos arts. 2º, 3º e § 1º do Estatuto Consumerista, porquanto é consumidor toda pessoa física (ou jurídica) que adquire ou utiliza produto (ou serviço) na condição de destinatário, final (CDC, Art. 2º), e fornecedor, além da pessoa física, também, a pessoa jurídica que desenvolve atividade, como no caso, de transformação e comercialização de produtos (CDC, Art. 3º), definindo-se como produto qualquer bem, móvel ou imóvel, material ou imaterial (na espécie, a energia elétrica). Não fora apenas isso, a relação de consumo é inferida a partir do preceito contido no art. 22 do mesmo Estatuto, pois, como empresa que opera a concessão da distribuição de energia elétrica, estabeleceu o legislador determinadas condições a serem observadas, cumprindo à reclamada a observância do seguinte comando legal: Art. 22. Os órgãos públicos, por si ou suas empresas, concessionárias, permissionárias ou sob qualquer outra forma de empreendimento, são obrigados a fornecer serviços adequados, eficientes, seguros e, quanto aos essenciais, contínuos. Parágrafo único. Nos casos de descumprimento, total ou parcial, das obrigações referidas neste artigo, serão as pessoas jurídicas compelidas a cumpri-las e a reparar os danos causados, na forma prevista neste código. Os serviços ou atividades essenciais estão relacionados no art. 10 da Lei n. 7783/89, dentre os quais se encontra o de energia elétrica, e se definem como os que são indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, entendendo-se por essas as que coloquem em perigo iminente a sobrevivência, a saúde ou a segurança da população (Lei 7783/89, art. 11, parágrafo único). Constituem, na maioria dos casos, serviços públicos cuja prestação é feita, ou diretamente pelo Poder Público, ou pelo particular, nesse caso sob o regime de concessão ou permissão (CF, art. 175), devendo a lei dispor sobre os direitos dos usuários, a política tarifária e a obrigação de manter serviço adequado (CF, dispositivo citado, Parágrafo único). Daí por que lhe são atribuídas as características de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade e cortesia na sua prestação, e modicidade das tarifas (Lei n. 8987/95, art. 6º, § 1º). Logo, carreia-se o encargo probante da requerida comprovar que forneceu o serviço a contento ao requerente. Contudo, como se observa das provas carreadas aos autos, seja pelas reclamações levadas a cabo pela autora, seja pelo dever de expor os fatos conforme a verdade, apenas traz em suas alegações argumentos que não devem prosperar, eis que afirma somente que não houve a interrupção dos serviços no período informado, não colacionando aos autos qualquer ordem de serviço do atendimento às reclamações da Autora com a assinatura desta, acostando somente documento produzido unilateralmente e de fácil manipulação. Em verdade, sequer há precisão de que seja operada a inversão do ônus da prova, porquanto a reclamada, como responsável pelo fornecimento de energia elétrica, responde independentemente de culpa, por danos causados aos consumidores, configurando-se a falta de energia como defeito na prestação do serviço. Frise-se que o ônus da prova competia à reclamada. Havia, por certo,

outros meios de prova para que se desincumbisse do encargo de provar os fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito da parte autora. No entanto, não realizou qualquer atividade probatória, o que conduz à procedência do pedido. Com efeito, a permanência sem o fornecimento de energia configura situação que gera direito à reparação moral. In casu, o dano moral é o damnum in re ipsa (o dano está na própria coisa), decorrendo diretamente do fato, prescindindo de comprovação efetiva do prejuízo. A reparação moral deve, necessariamente, guardar relação com a realidade do evento ocorrido, bem como tornar efetiva a função preventiva-punitiva-compensatória da indenização, sob a égide dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, de modo a evitar (1º) a ocorrência reiterada de atos lesivos, (2º) que implique locupletamento sem causa ao credor e (3º) que nada signifique financeiramente ao devedor. Recomenda-se que tenha como padrão do legitimado o homo medius, que "... seria aquele cidadão ideal que tivesse a igual distância do estóico ou do homem de coração seco de que fala Ripert, e do homem de sensibilidade extremada e doentia.", devem ser consideradas a gravidade do dano, o comportamento do ofensor e do ofendido - dolo ou culpa, sua posição social e econômica, a repercussão do fato à vista da maior ou menor publicidade, a capacidade de absorção por parte da vítima etc. Considerando os fatos acima expostos e orientando-me pelos citados princípios de sobredireito (razoabilidade e proporcionalidade), estabeleço a quantificação do dano moral em R$ 5.000,00 (cinco mil reais). III - DISPOSITIVO Posto isso, com fundamento no art. 487, inciso I, do Novo Código de Processo Civil, OPINO pela PROCEDÊNCIA dos pedidos formulados por CELINA NAZARE RODRIGUES em desfavor de ENERGISA MATO GROSSO DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A para: CONFIRMAR a tutela de urgência concedida no Id nº 24023953 dos autos; para DECLARAR a inexigibilidade dos débitos referentes aos consumos recuperados, objeto da demanda; e CONDENAR a Reclamada ao pagamento de indenização por danos morais no importe de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), corrigido monetariamente pelo IGP-M/FGV a partir desta data e acrescido de juros de mora de 1% ao mês a partir da citação. Sem custas processuais e sem honorários advocatícios, face às normas entabuladas nos arts. 54 e 55 da Lei n° 9.099/95. Transitada em julgado e nada sendo requerido, proceda-se ao arquivamento imediato. Cumpra-se. Submeto o presente PROJETO DE SENTENÇA à apreciação da Juíza de Direito do 2º Juizado Especial Cível de Cuiabá para fins de homologação, de acordo com o artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Camila Silva de Souza Juíza Leiga HOMOLOGO o projeto de sentença retro, na forma do art. 40 da Lei 9.099/95 e art. 8º, parágrafo único da Lei Complementar Estadual nº 270/2007. Preclusa a via recursal e nada sendo requerido, arquivem-se os autos com as baixas e anotações de estilo. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. JOÃO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE JUIZ DE DIREITO CUIABÁ, 29 de novembro de 2019. Juiz(a) de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020930-75.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
OTAMILSON DE ARRUDA CUNHA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOAO PAULO MAIA OLIVEIRA OAB - MT25681/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020930-75.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:OTAMILSON DE ARRUDA CUNHA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: JOAO PAULO MAIA OLIVEIRA POLO PASSIVO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 4ª JEC Data: 10/02/2020 Hora: 15:00 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1007080-51.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA HILDA LEITE SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NELSON GUTEMBERG BRAVO PEREIRA OAB - MT24394/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ITAU UNIBANCO S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
HENRIQUE JOSE PARADA SIMAO OAB - SP221386-O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1007080-51.2019.8.11.0001. REQUERENTE: MARIA HILDA LEITE SILVA REQUERIDO: ITAU UNIBANCO S/A Processo nº 1007080-51.2019.8.110001 S E N T E N Ç A I - RESUMO DOS FATOS RELEVANTES Dispensado o relatório (Lei nº 9.099/95, art. 38). Trata-se de demanda em que a causa de pedir funda-se na alegação de inscrição indevida dos dados do Reclamante nos cadastros de proteção ao crédito, uma vez que desconhece o débito de R$ 1.102,50 (mil e cento e dois reais e cinquenta centavos), com data de inclusão em 03/08/2019. Pede a declaração de inexistência do débito objeto da lide, bem como reparação em danos morais. É a suma do essencial. II – MOTIVAÇÃO 1. Os autos estão maduros para a prolação de sentença. Observado o rito estabelecido na Lei nº 9.099/95, não havendo vícios ou irregularidades a consertar. Homenageados os princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e de seu consectário, o contraditório. Concorrem, também, todos os pressupostos processuais para o desenvolvimento válido e regular do processo, bem assim as condições para o legítimo exercício do direito de ação. Observo ainda que não se aplica preceito contido no art. 489 do CPC/2015 por afronta à norma do art. 38 da Lei 9.099/95, eis que suficientes à menção neste ato sentencial, dos elementos de convicção do juízo, o que vem corroborado pelo Enunciado 162 do Fonaje. 2. Rejeito a alegação da Reclamada de incompetência do juízo por necessidade de realização de perícia grafotécnica, vez que verifico que existem nos autos elementos de prova suficientes para o deslinde da controvérsia. Superada a preliminar passo à análise do mérito da causa. 3. Da análise dos documentos acostados na exordial permite constatar que o registro dos dados da Reclamante nos órgãos de proteção ao crédito se deu por solicitação da Reclamada, por débito que a Reclamante afirma indevido, vez que não possui relação jurídica com a empresa. A Reclamada, por sua vez, informou que atuou dentro dos limites do exercício regular do seu direito de credora. A fim de comprovar a legalidade da negativação, a Reclamada trouxe aos autos contrato pactuado com a Reclamante, cujas assinaturas são bastante semelhantes às apostas nos documentos que instruíram a inicial de modo a convencer que saíram do punho da parte Reclamante, bem como demonstrou nos autos que o débito tem origem na inadimplência quanto à fatura com vencimento em 09/07/2019 relativa ao cartão de crédito final nº 5918. Assim, não verifico ilegalidade praticada pela Reclamada, já que, os referidos documentos se traduzem em prova a socorrer as suas alegações apresentando os dados pertinentes para o deslinde da controvérsia. Por outro lado, a Reclamante sequer apresentou impugnação à contestação. Ora, a parte Reclamante deveria, quando da impugnação à contestação rebater os termos da contestação, acaso assim entendesse, e para tanto trazer aos autos comprovação do que ali alegou fato que inexistiu. Acerca do ônus da prova descreve o Estatuto Processual Civil em seu art. 373 que: Art. 373. O ônus da prova incumbe: I - ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito; II - ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor. (...) Vale referir que apenas a parte demandada deu cumprimento à regra contida em referido dispositivo legal, porquanto ao rebater os argumentos expendidos na inicial trouxe aos autos a comprovação documental suficiente ao afastamento da procedência do pedido em seu desfavor. De outro tanto, a parte demandante não se desincumbiu de referido ônus, porquanto o só fato de fazer alegações não garante, por si só a certeza do que sustenta, sendo necessário para tanto que seja carreado aos autos prova do que sustenta. Nesse sentido colhe-se da jurisprudência: PROCESSO CIVIL. CIVIL. CONTRATO VERBAL. ÔNUS DA PROVA. ARTIGO 333, INCISO I, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. PROVA TESTEMUNHAL. 1. Incumbe ao autor provar os fatos constitutivos de seu direito e ao réu, provar os fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito do autor (art. 333, I CPC). Não se desincumbindo a autora de tal ônus, a improcedência do pedido é medida que se impõe. 2. Negou-se provimento ao apelo. (TJDFT – Acórdão n. 577464, 20080111331082APC, Relator FLAVIO ROSTIROLA, 1ª Turma Cível, julgado em 29/03/2012, DJ 10/04/2012 p. 78) Desse modo, não se afigura a hipótese de condenação em danos morais, haja vista que os fatos alegados por si só não se

constituem em motivo suficiente à configuração do dano passível de reparação na esfera extrapatrimonial. A parte autora não se desincumbiu de provar o alegado, ou seja, os danos morais sofridos, ferindo o disposto no art. 373, I do NCPC. Assim, não incorreram as Reclamadas em ato ilícito, que se qualifica como a conduta que, por ação ou omissão, viola direito e causa dano a outrem, ainda que exclusivamente moral (Código Civil, art. 186). Assim, não basta a mera alegação e a invocação do CDC quanto a pretensão amealhada não encontra o menor sustentáculo nas provas carreadas. Deixo de condenar a Reclamante em litigância de má fé uma vez que a conduta processual da parte não se afastou dos limites de defesa da sua pretensão. III – DISPOSITIVO Posto isso, com fundamento no art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, OPINO pela IMPROCEDÊNCIA do pedido inicial feito por MARIA HILDA LEITE SILVA em desfavor de ITAU UNIBANCO S/A ambos com qualificação nos autos. Deixo de condenar a Reclamante ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, por não serem cabíveis nesta fase (art. 54 e 55, da Lei Federal nº 9.099/95). Transitada em julgado e nada sendo requerido, proceda-se ao arquivamento imediato. Cumpra-se. Sentença submetida à apreciação e homologação da Exmo. Juiz de Direito Titular do 4º Juizado Especial Cível da Comarca de Cuiabá, Dr. JOÃO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE. CAMILA SILVA DE SOUZA Juíza Leiga do 4º Juizado Especial Cível da Capital HOMOLOGO o projeto de sentença retro, na forma do art. 40 da Lei 9.099/95 e art. 8º, parágrafo único da Lei Complementar Estadual nº 270/2007. Preclusa a via recursal e nada sendo requerido, arquivem-se os autos com as baixas e anotações de estilo. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. JOÃO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE JUIZ DE DIREITO

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020932-45.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
GELTON GUIMARAES DE OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GELTON GUIMARAES DE OLIVEIRA OAB - MT26092-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSTITUICAO EDUCACIONAL MATOGROSSENSE-IEMAT (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020932-45.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:GELTON GUIMARAES DE OLIVEIRA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: GELTON GUIMARAES DE OLIVEIRA POLO PASSIVO: INSTITUICAO EDUCACIONAL MATOGROSSENSE-IEMAT FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 4ª JEC Data: 10/02/2020 Hora: 15:10 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002625-43.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
BRUNO CASTRO DE MELO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MURILO CASTRO DE MELO OAB - MT11449-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AZUL LINHAS AEREAS (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUCIANA GOULART PENTEADO OAB - SP167884-O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1002625-43.2019.8.11.0001. REQUERENTE: BRUNO CASTRO DE MELO REQUERIDO: AZUL LINHAS AEREAS I - RESUMO DOS FATOS RELEVANTES Dispensado o relatório (Lei nº 9.099/95, art. 38). Cuida-se de AÇÃO INDENIZAÇÃO DE DANOS MATERIAIS E MORAIS em que a parte reclamante alega falha na prestação de serviço consistente no cancelamento do voo que adquiriu. Pugna por reparação por danos morais. É a suma do essencial. II – MOTIVAÇÃO 1. Os autos estão maduros para a prolação de sentença. Observado o rito estabelecido na Lei nº 9.099/95, não havendo vícios ou irregularidades a consertar. Homenageados os princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e de seu consectário, o contraditório. Concorrem, também, todos os pressupostos processuais para o desenvolvimento válido e regular do processo, bem assim as condições para o legítimo exercício do direito de ação. 2. Ante a ausência de preliminares passo à análise do mérito da causa. 3. A pretensão merece juízo de procedência. O Reclamante alega que no dia 14/07/2019 seu vôo saindo de Sinop/MT – Cuiabá/MT foi cancelado sem aviso prévio. A Reclamante alega que devido ao cancelamento de seu voo, o mesmo teve que utilizar outra forma de locomoção visando sua chegada ao destino final . A reclamada alega que o vôo necessitou ser cancelado em razão da manutenção da aeronave. Inicialmente, cumpre anotar que é pacífico o entendimento de que o caso em comento deve ser analisado sob a égide do Código de Defesa do Consumidor, já que é patente a relação de consumo existente no pleito à indenização por danos morais por defeito na prestação do serviço. Da análise detida aos autos conclui-se que razão assiste ao Reclamante, pois a Reclamada limita-se a atribuir a culpa a problemas técnicos. De início consigne-se que o Código de Defesa do Consumidor, ao tratar da da responsabilidade por fato do serviço, contemplou a teoria do risco do empreendimento , estabelecendo que os fornecedores respondem independentemente de culpa (CDC, art. 14 do CDC, apenas afastando essa responsabilidade nas hipóteses do parágrafo terceiro, incisos I e II (ou seja, se prestou o serviço e o defeito não existe, ou se a culpa é exclusiva do consumidor ou de terceiro. No caso, da falha da prestação de serviço decorreu o cancelamento do voo, gerando mais do que meros dissabores, senão antes o sentimento de menoscabo a seu direito e mesmo de indignidade, o que compele ao dever de indenizar. Impositiva, portanto, a conclusão de que houve defeito na prestação do serviço, situação para a qual não concorreu a parte Reclamante que, inegavelmente, sofreu transtornos, frustrações e aborrecimentos que não podem ser considerados meros dissabores do cotidiano, conforme pacífica orientação jurisprudencial: “Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. TRANSPORTE AÉREO. MANUTENÇÃO NÃO PROGRAMADA. ATRASO DE VOO POR MAIS DE SETE HORAS. AÇÃO DE REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS. A manutenção não programada de aeronave não é força maior e não justifica o atraso. Trata-se de fortuito interno que integra o risco da atividade da transportadora e não afasta o dever de indenizar (art. 14 da Lei 8.078/90). DANO MORAL. DANO IN RE IPSA. QUANTIFICAÇÃO. Valor da indenização fixado na sentença, de R$ 8.000,00 (oito mil reais), que vai mantido, porquanto em sintonia com os parâmetros desta Câmara em situações parelhas. APELO DESPROVIDO. (Apelação Cível Nº 70046400677, Décima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Ana Lúcia Carvalho Pinto Vieira Rebout, Julgado em 16/08/2012)” APELAÇÃO CÍVEL. CONTRATO DE TRANSPORTE AÉREO. DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL. ATRASO DE VOO POR MAIS DE oito HORAS SEM JUSTIFICATIVA EXCULPANTE. NECESSIDADE DE READEQUAÇÃO DA MALHA AÉREA. DANOS MORAIS. Não exculpa o ato ilícito a justificativa de que a alteração ocorrida se deveu por motivos de força maior, dada a necessidade de reorganização da malha aérea no período indigitado. O atraso do voo, por mais de oito horas, sem as informações precisas e adequadas ao consumidor, tal qual se obriga o fornecedor de serviços, à luz do que dispõe o art. 14, caput, do Código de Defesa do Consumidor, traduz inexecução do contrato, da mesma forma que os cancelamentos não justificados. No caso dos autos, configurado o prejuízo à consumidora, relegada ao alvedrio por conta da inescusável falha na prestação dos serviços de transporte aéreo a cargo da ré, resta configurada a obrigação de indenizar. DANOS MORAIS. QUANTIFICAÇÃO. Não obstante os percalços vivenciados pela apelada e que colorem a figura do dano moral in re ipsa, o montante arbitrado na sentença se mostra um tanto dissociado da média praticada por esta Câmara em situações análogas, devendo ser reduzido. Nestes termos, é de ser reduzida a indenização para o valor de R$ 7.240,00 (sete mil duzentos e quarenta reais), representativo de 10 salários mínimos atuais, verba que deverá ser corrigida pelo IGP-M a contar da data do acórdão, seguindo-se a orientação da Súmula n. 362 do STJ e com a incidência de juros moratórios a contar da citação, por se tratar de responsabilidade contratual e na linha da jurisprudência unívoca do colegiado. APELO PARCIALMENTE PROVIDO. (Apelação Cível Nº 70051526168, Décima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Ana Lúcia Carvalho Pinto Vieira Rebout, Julgado em 17/04/2014) (grifei) Nesse ínterim, cumpre anotar que o caso em tela trata de relação de consumo e que o dano moral afirmado é decorrente da má prestação de um serviço e da conduta negligente da empresa, consequentemente, deve ser aplicada a teoria do risco do empreendimento (CDC, art. 14). De acordo com Carlos Roberto Gonçalves a “responsabilidade civil objetiva do prestador de serviços, prescindindo do elemento culpa para que haja o dever de

indenizar, tendo em vista o fato de vivermos em uma sociedade de produção e de consumo em massa, responsável pela despersonalização ou desindividualização das relações entre produtores, comerciantes e prestadores de serviços, em um pólo, e compradores e usuários do serviço, no outro" (GONÇALVES, Carlos Roberto. Responsabilidade Civil: Doutrina, Jurisprudência. 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 2002). Anoto que a Resolução 400-ANAC (cujas normas, algumas, friso, não se aplicam porque afrontam as do Código de Defesa do Consumidor), estabelece que se caso haja o cancelamento de voo, como no caso, a companhia aérea deve oferecer alternativas de reacomodação, reembolso e execução do serviço de transporte por outra modalidade e à escolha do passageiro. No que pertine aos danos morais, a reparação do dano é garantida tanto pelo inciso X, do art. 5º, da Constituição Federal de 1988, como pelos artigos 186 e 927, ambos do Código Civil, bem como pelo art. 6°, inciso VI, do Código de Defesa do Consumidor, e não pode deixar de ser observada, uma vez que no presente caso, restou patente a desídia da reclamada. O dano moral passível de indenização é aquele consistente na lesão de um bem jurídico extrapatrimonial contido nos direitos da personalidade, tais como: vida, integridade corporal, no seu aspecto subjetivo, liberdade, honra, decoro, intimidade, sentimentos afetivos e a própria imagem. Dessa forma, resta evidente a ocorrência de dano moral, ante os transtornos e dissabores causados a parte reclamante em razão da falha na prestação do serviço efetivado pela reclamada, sendo desnecessária, nestes casos, a comprovação específica do prejuízo, pois o dano se extrai da verificação da conduta. No que tange ao quantum indenizatório, insta ressaltar que para a fixação do dano moral à vista da inexistência de critérios legais e pré-estabelecidos para o seu arbitramento incumbe, ao Juiz, por seu prudente arbítrio, estimar, atento às peculiaridades de cada caso concreto, um valor justo a título de indenização, tendo-se em mente os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade. A indenização por dano moral deve representar para a vítima uma satisfação capaz de amenizar de alguma forma o sofrimento impingido. A eficácia da contrapartida pecuniária está na aptidão para proporcionar tal satisfação em justa medida, de modo que não signifique um enriquecimento sem causa para a vítima e produza impacto bastante no causador do mal a fim de dissuadi-lo de novo atentado. Considerando que as provas constantes nos, as circunstâncias acima mencionadas é que ora se estabelece a quantificação do dano moral em R$ 4.000,00 (quatro mil reais). Com efeito, tal estimativa guarda perfeita correspondência com a gravidade objetiva do fato e do seu resultado danoso, bem assim com as condições das vítimas, e da empresa autora da ofensa, revelando-se, além disso, ajustada ao princípio da equidade e à orientação pretoriana, segundo a qual "a eficácia da contrapartida pecuniária está na aptidão para proporcionar tal satisfação em justa medida, de modo que tampouco signifique um enriquecimento sem causa da vítima, mas está também em produzir no causador do mal, impacto bastante para dissuadi-lo de igual e novo atentado." (acórdão publicado em RT 650, p. 63 a 67). Ante o reconhecimento da falha na prestação de serviço impõe acolher o pedido de reparação em danos materiais apenas no que concerne ao pagamento do aluguel do carro e o bilhete aéreo que fora cancelado. Portanto, reputo devido o valor de R$ 1.935,66(mil novecentos e trinta e cinco reais e sessenta e seis centavos). III – DISPOSITIVO Posto isso, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil, OPINO pela PROCEDÊNCIA dos pedidos formulados por BRUNO CASTRO DE MELO em desfavor de AZUL LINHAS AEREAS para CONDENAR a Reclamada a pagar ao Reclamante indenização por danos morais no montante de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), atualizados monetariamente com incidência do IGP-M/FGV desde a data do arbitramento, mais juros de mora de 1% ao mês a partir da citação e ao pagamento de 1.935,66 (mil novecentos e trinta e cinco reais e sessenta e seis centavos) a título de danos materiais, com correção monetária a partir do efetivo desembolso e juros de mora de 1% ao mês contado da citação. Sem custas e sem honorários, por força do disposto no art. 55 da Lei nº 9.099/95. Transitada em julgado e nada sendo requerido, proceda-se ao arquivamento imediato. Cumpra-se. Submeto o presente PROJETO DE SENTENÇA à apreciação do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito do Juizado Especial Cível de Cuiabá para fins de homologação, de acordo com o artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Camila Silva de Souza Juíza Leiga do 4º Juizado Especial Cível da Capital HOMOLOGO o projeto de sentença retro, na forma do art. 40 da Lei 9.099/95 e art. 8º, parágrafo único da Lei Complementar Estadual nº 270/2007. Preclusa a via recursal e nada sendo requerido, arquivem-se os autos com as baixas e anotações de estilo. Publique-se.Intimem-se.Cumpra-se. JOÃO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE Juiz(a) de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020934-15.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
GISELE DOS SANTOS OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
VITOR LIMA DE ARRUDA OAB - MT16198-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020934-15.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:GISELE DOS SANTOS OLIVEIRA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: VITOR LIMA DE ARRUDA POLO PASSIVO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 4ª JEC Data: 10/02/2020 Hora: 15:20 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020937-67.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
YARA FATIMA GONCALVES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ELEUDES NAZARE OLIVEIRA DOS SANTOS OAB - MT4276-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GOL LINHAS AEREAS S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020937-67.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:YARA FATIMA GONCALVES ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: ELEUDES NAZARE OLIVEIRA DOS SANTOS POLO PASSIVO: GOL LINHAS AEREAS S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 4ª JEC Data: 10/02/2020 Hora: 15:00 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Despacho Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1005344-95.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CELIO VIEIRA LOPES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
VAGNER RAYMUNDO TALHARTE OAB - MT26523/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SDB COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MANOEL AUGUSTO DE FIGUEIREDO COELHO OAB - MT4937-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JOAO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1005344-95.2019.8.11.0001. REQUERENTE: CELIO VIEIRA LOPES REQUERIDO: SDB COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME O caso não se compadece com o julgamento antecipado da lide. Designe-se audiência de Instrução e Julgamento conforme pauta do juízo. Intimem-se as partes para comparecerem à sessão, esclarecendo-as que poderão arrolar até 03 (três) testemunhas, as quais deverão comparecer independentemente de intimação. Intimem-se e se cumpra. João Alberto Menna Barreto Duarte Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1004085-65.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JORGE ANDRE DE OLIVEIRA MARQUES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANTONIO GOMES DE ALMEIDA NETO OAB - MT18314-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:

ITAU UNIBANCO S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MS13116-S (ADVOGADO(A))

Certifico que o Recurso Inominado foi apresentado no prazo legal, havendo pedido de Justiça Gratuita. Certifico ainda que expedi intimação à parte recorrida para oferecer contrarrazões.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1007804-55.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
FELIPE GOELZER PEREIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALMIR LOPES DE ARAUJO JUNIOR OAB - MT4102-O (ADVOGADO(A))
CLAITON LUIZ PANAZZOLO OAB - MT16705-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GOL LINHAS AEREAS INTELIGENTES S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO OAB - MT26103/A (ADVOGADO(A))

Certifico que o Recurso Inominado foi apresentado no prazo legal, havendo pedido de Justiça Gratuita. Certifico ainda que expedi intimação à parte recorrida para oferecer contrarrazões.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1003830-10.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LOURRAYNE KETELLEN DE SOUZA BARBOSA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SUZINETE COSTA DE ALMEIDA OAB - MT0021291A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))

Processo n. 1003830-10.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) REQUERENTE: SUZINETE COSTA DE ALMEIDA - MT0021291A, da data designada para realização de audiência: Tipo: Conciliação Juizado Sala: 4ª JEC Data: 02/10/2019 Hora: 09:20 , que será realizada no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CUIABÁ, Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, 275, Bairro Duque De Caxias, Cuiabá – MT, (Lateral do 44° Batalhão De Infantaria Motorizada), devendo comunicar seu(ua) cliente, cientificando(a) que o não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. CUIABÁ, 21 de agosto de 2019.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002820-28.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
FERNANDO AUGUSTO RODRIGUES DE GUSMAO SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FELIPE LUIZ ALENCAR VILAROUCA OAB - MT19194-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))

Processo n. 1002820-28.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) REQUERENTE: FELIPE LUIZ ALENCAR VILAROUCA - MT19194-A , da data designada para realização de audiência: Tipo: Conciliação Juizado Sala: 4ª JEC Data: 26/09/2019 Hora: 08:40 , que será realizada no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CUIABÁ, Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, 275, Bairro Duque De Caxias, Cuiabá – MT, (Lateral do 44° Batalhão De Infantaria Motorizada), devendo comunicar seu(ua) cliente, cientificando(a) que o não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. CUIABÁ, 15 de agosto de 2019.

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1003989-50.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
KATIA APARECIDA DE SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAFAEL WINCK DO NASCIMENTO OAB - MT19119/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
Ozana Baptista Gusmão OAB - MT4062-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JOAO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1003989-50.2019.8.11.0001. REQUERENTE: KATIA APARECIDA DE SOUZA REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A Constata-se que os embargos declaratórios possuem manifestos efeitos infringentes, sendo, pois, impositivo suscitar o contraditório. Cito: Ementa "Agravo de instrumento. impugnação ao cumprimento de sentença. acolhimento dos embargos de declaração com efeito infringente. ausência de prévia intimação do embargado. ofensa aos princípios do contraditório e da ampla defesa. vício insanável.O julgado que acolheu embargos de declaração, atribuindo-lhes efeitos infringentes, sem a prévia intimação do embargado, encontra-se eivado de nulidade insanável.Necessária a anulação do julgamento dos embargos de declaração, eis que em desrespeito aos princípios da ampla defesa e do contraditório. Precedentes do STJ.Recurso provido. Unânime." (TJRS, 14ª Câmara Cível, rel. Des. Jorge Alberto Schereiner Pestana, j. 24.03.2012) E: Ementa "AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER CUMULADA COM INDENIZATÓRIA. (RECURSO DO RÉU - BANCO BRADESCO S/A). ALEGAÇÃO DE CERCEAMENTO DE DEFESA. OCORRÊNCIA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO COM EFEITOS INFRINGENTES AOS QUAIS NÃO SE INTIMOU PREVIAMENTE A PARTE ADVERSA. OFENSA AO PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA. PRECEDENTES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. RECURSO DO AUTOR NÃO CONHECIDO EM FACE DE RESTAR PREJUDICADO PELA DECLARAÇÃO DE NULIDADE DO JULGAMENTO PROFERIDO EM PRIMEIRO GRAU."(TJ-PR 8544689 PR 854468-9 (Acórdão), Relator: Marco Antonio Antoniassi, Data de Julgamento: 25/04/2012, 14ª Câmara Cível) Posto isso, nos termos do art. 50, da Lei 9099/95, com a redação dada pelo art. 1065 do NCPC, interrompo o prazo para recurso e determino a intimação do embargado para, querendo, contrarrazoar no prazo do art. 49 da referida lei. Com a manifestação do embargado, ou transcorrido o prazo sem manifestação, venham-me conclusos. Cumpra-se. João Alberto Menna Barreto Duarte Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1006774-82.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JACINTA FIHR (INTERESSADO)
Advogado(s) Polo Ativo:
JONAS FERREIRA DA SILVA OAB - MT13158/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GOL LINHAS AEREAS S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO OAB - MT26103/A (ADVOGADO(A))

Processo n. 1006774-82.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) INTERESSADO: JONAS FERREIRA DA SILVA - MT13158/O-O, da data designada para realização de audiência: Tipo: Conciliação, Sala: 4ª JEC Data: 21/10/2019 Hora: 15:40 , que será realizada no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CUIABÁ, Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, 275, Bairro Duque De Caxias, Cuiabá – MT, (Lateral do 44° Batalhão De Infantaria Motorizada),

devendo comunicar seu(ua) cliente, cientificando(a) que o não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. CUIABÁ, 9 de setembro de 2019.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1003117-35.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ALESSANDRA SANTO ALCANTARA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Herlen Cristine Pereira Koch OAB - MT8428-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
Ozana Baptista Gusmão OAB - MT4062-A (ADVOGADO(A))

Processo n. 1003117-35.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) REQUERENTE: HERLEN CRISTINE PEREIRA KOCH - MT8428-O, da data designada para realização de audiência: Tipo: Conciliação Juizado Sala: 4ª JEC Data: 30/09/2019 Hora: 09:20 , que será realizada no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CUIABÁ, Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, 275, Bairro Duque De Caxias, Cuiabá – MT, (Lateral do 44° Batalhão De Infantaria Motorizada), devendo comunicar seu(ua) cliente, cientificando(a) que o não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. CUIABÁ, 16 de agosto de 2019.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1009463-02.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ITALO BRUNO BRITO DE ARRUDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Herlen Cristine Pereira Koch OAB - MT8428-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MONETIZZE LTDA - ME (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
VANESSA TATIANE FERREIRA SOARES DE CASTRO OAB - MG174717 (ADVOGADO(A))
AMANDA BATISTA PORTO SOARES OAB - MG190878 (ADVOGADO(A))

Processo n. 1009463-02.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) REQUERENTE: HERLEN CRISTINE PEREIRA KOCH - MT8428-O, da data designada para realização de audiência: Tipo: Conciliação juizado Sala: 4ª JEC Data: 06/11/2019 Hora: 14:00 , que será realizada no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CUIABÁ, Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, 275, Bairro Duque De Caxias, Cuiabá – MT, (Lateral do 44° Batalhão De Infantaria Motorizada), devendo comunicar seu(ua) cliente, cientificando(a) que o não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. CUIABÁ, 3 de outubro de 2019.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1003312-20.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
RAFAELA AMORIM FARINHA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE SAMUEL DE SOUZA SAMPAIO OAB - MT24487/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))

Processo n. 1003312-20.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) REQUERENTE: JOSE SAMUEL DE SOUZA SAMPAIO - MT24487/O-O, da data designada para realização de audiência: Tipo: Conciliação Juizado Sala: 4ª JEC Data: 30/09/2019 Hora: 14:30 , que será realizada no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CUIABÁ, Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, 275, Bairro Duque De Caxias, Cuiabá – MT, (Lateral do 44° Batalhão De Infantaria Motorizada), devendo comunicar seu(ua) cliente, cientificando(a) que o não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. CUIABÁ, 19 de agosto de 2019.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1009316-73.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LETICIA THAYZA LOPES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KELLY CRISTHINE FREITAS CAMPOS OAB - MT22797-O (ADVOGADO(A))
JADILTON ARAUJO SANTANA OAB - MT18646-E (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS MULTSEGMENTOS NPL IPANEMA VI - NAO PADRONIZADO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CAUE TAUAN DE SOUZA YAEGASHI OAB - SP357590-O (ADVOGADO(A))

Processo n. 1009316-73.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogados do(a) REQUERENTE: JADILTON ARAUJO SANTANA - MT18646-E, KELLY CRISTHINE FREITAS CAMPOS - MT22797-O, da data designada para realização de audiência: Tipo: Conciliação juizado Sala: 4ª JEC Data: 06/11/2019 Hora: 10:10 , que será realizada no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CUIABÁ, Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, 275, Bairro Duque De Caxias, Cuiabá – MT, (Lateral do 44° Batalhão De Infantaria Motorizada), devendo comunicar seu(ua) cliente, cientificando(a) que o não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. CUIABÁ, 25 de setembro de 2019.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1013534-47.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
AYLON DAVID NEVES JUNIOR (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MAURICIO AUDE OAB - MT4667-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BRADESCO SAUDE S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DANIELA CRISTINA VAZ PATINI OAB - MT11660-O (ADVOGADO(A))

Processo n. 1013534-47.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) REQUERENTE: MAURICIO AUDE - MT4667-O, da data designada para realização de audiência: Tipo: Conciliação juizado Sala: 4ª JEC Data: 04/12/2019 Hora: 12:00 , que será realizada no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CUIABÁ, Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, 275, Bairro Duque De Caxias, Cuiabá – MT, (Lateral do 44° Batalhão De Infantaria Motorizada), devendo comunicar seu(ua) cliente, cientificando(a) que o não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. CUIABÁ, 29 de outubro de 2019.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1005344-95.2019.8.11.0001

Parte(s) Polo Ativo:
CELIO VIEIRA LOPES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
VAGNER RAYMUNDO TALHARTE OAB - MT26523/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SDB COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MANOEL AUGUSTO DE FIGUEIREDO COELHO OAB - MT4937-O (ADVOGADO(A))

Processo n. 1005344-95.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação dos Advogados das partes, da data designada para realização de audiência: Tipo: Instrução e Julgamento Sala: Audiência de Instrução e Julgamento Data: 12/02/2020 Hora: 13:00 , que será realizada na sala de audiências do Quarto Juizado, localizado no Fórum de Cuiabá – MT, devendo comunicar seus clientes, esclarecendo-os que poderão arrolar até 03 (três) testemunhas, as quais deverão comparecer independentemente de intimação. CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020942-89.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
DILSON BENEDITO ALVES DA COSTA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DIEGO COSTA DOS SANTOS OAB - MT0015771A-O (ADVOGADO(A))
JOSE MIGUEL DE ARRUDA PELISSARI OAB - MT15112-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VERENINHA RODRIGUES DE OLIVEIRA (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020942-89.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:DILSON BENEDITO ALVES DA COSTA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: JOSE MIGUEL DE ARRUDA PELISSARI, DIEGO COSTA DOS SANTOS POLO PASSIVO: VERENINHA RODRIGUES DE OLIVEIRA FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 4ª JEC Data: 10/02/2020 Hora: 15:20 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Expediente

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Tiago Souza N. de Abreu
Cod. Proc.: 16769 Nr: 1942-24.2007.811.0072
AÇÃO: Procedimento do Juizado Especial Cível->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Lima e Cia Ltda - ME
PARTE(S) REQUERIDA(S): Dibox Distribuidora de Produtos Alimentícios Breker ltda
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Carlos Murelli Ferreira Oliveira - OAB:11681/MT, Dalton Adorno Tornavoi - OAB:4729/MT, jose eduardo de oliveira figueiredo - OAB:13196, Luzia Angelica Arruda Gonçalves - OAB:9802/MT, Tania Benedita Correia - OAB:12179/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Jackson Mário de Souza - OAB:4635/MT, Luis Eduardo de Castro Nassif - OAB:11866/MT, Rosely Amaral De Souza - OAB:11864/MT
Vistos.
Defiro o pedido que consta às fls. 187/188.
Expeça-se nova certidão de crédito, conforme valor indicado, na forma requerida.
Após a retirada do documento, retornem os autos ao arquivo.
Intime-se.
Cumpra-se.

Decisão

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1015697-97.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CELSO AUGUSTO DE MELLO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LIGIA IRACEMA CHRISTOFOLO DE MELLO OAB - PR0081719A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JOAO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1015697-97.2019.8.11.0001. REQUERENTE: CELSO AUGUSTO DE MELLO REQUERIDO: BANCO DO BRASIL SA I- Peticiona a parte reclamada (Id. nº 27315672) postulando a reconsideração da decisão que deferiu a tutela de urgência ao argumento de que se apresenta impossível o cumprimento da obrigação de fazer a ela imposta em razão de que não se mostra possível a emissão de boleto com prazo de vencimento futuro. Na sequência aportou petitório da parte reclamante (Id. nº 27328199) informando o descumprimento da tutela de urgência, porquanto não lhe fora disponibilizado o boleto para adimplemento do débito. II- O pedido formulado pela parte reclamada, consistente na reconsideração da decisão que acolheu a tutela de urgência deve ser indeferido. Com efeito, a parte reclamada atravessa petitório nos autos argumentando tese de que a ela não é possível a emissão de boleto cuja data de vencimento seja outra que não a do próprio dia da emissão. Nada obstante a alegação vertida pela parte reclamada, é certo que nenhum elemento de prova carreou aos autos no sentido de comprovar sua alegação. Ademais, convém registrar que os boletos emitidos pelos bancos, o que se diz de modo geral, não apresentam a data de vencimento idêntica à data de emissão, porquanto sabido que por vezes dentre a emissão e a efetiva entrega ao devedor, alguns dias são precisos para o efetivo recebimento. Não resta, pois, demonstrada a impossibilidade alegada. Posto isso, determino seja a parte reclamada intimada, pessoalmente, para o fim de dar integral cumprimento à determinação constante da decisão de Id. nº 25853125, para o que anoto o prazo de 05 (cinco) dias para a emissão do boleto na forma como determinado na decisão mencionada. Fixo, para a hipótese de novo descumprimento da medida, multa no importe de R$4.000,00 (quatro mil reais), em substituição àquela anteriormente fixada. Intime-se. Cumpra-se. expedindo o necessário. João Alberto Menna Barreto Duarte Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1005251-35.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
BRENO BADOTTI SAMPAIO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BRUNO REICHE OAB - MT18868-O (ADVOGADO(A))
TALLES DRUMMOND SAMPAIO SANTOS OAB - MT25116-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JOSE PAULO DA SILVA PONTES (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RICARDO JOSE DA SILVA SIQUEIRA DE FARIAS OAB - MT17486/O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JOAO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1005251-35.2019.8.11.0001. EXEQUENTE: BRENO BADOTTI SAMPAIO EXECUTADO: JOSE PAULO DA SILVA PONTES I – Peticiona a parte devedora postulando a desconstituição da penhora levada a efeito em sua conta bancária, porquanto se trata de conta destinada ao recebimento da remuneração pela atividade profissional que exerce. II – Pois bem, o pleito que visa a desconstituição da penhora e a restituição dos valores deve ser acolhido. Com efeito, colhe-se dos autos que a realização da penhora se deu em contas bancárias de titularidade do devedor tendo sido bloqueado o montante de R$3.119,33 (três mil, cento e dezenove reais e trinta e três centavos). Nada obstante o sucesso da penhora em alcançar tais valores,

é de se verificar no caso em apreço a nulidade do ato em razão de entendimento que vem assentado pela jurisprudência. A jurisprudência assenta: AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONSTRIÇÃO DE CONTA SALÁRIO. IMPOSSIBILIDADE. ABSOLUTA IMPENHORABILIDADE. ART. 649, INCISO IV, DO CPC. RECURSO PROVIDO. 1. Os valores depositados em conta bancária em decorrência da percepção de salário são absolutamente impenhoráveis diante da vedação constante do inciso IV do art. 649 do CPC. 2. Recurso conhecido e provido. (TJ-DF - AGI: 20140020146716 DF 0014780-85.2014.8.07.0000, Relator: SEBASTIÃO COELHO, Data de Julgamento: 17/12/2014, 5ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no DJE : 28/01/2015 . Pág.: 223) AGRAVO DE INSTRUMENTO – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA – CONSTRIÇÃO SOBRE PERCENTUAL DO SALÁRIO – IMPOSSIBILIDADE – IMPENHORABILIDADE CONFERIDA POR NORMA DE ORDEM PÚBLICA – MATÉRIA PASSÍVEL DE APRECIAÇÃO DE OFÍCIO PELO MAGISTRADO – DECISÃO MANTIDA. - Recurso desprovido. (TJ-SP - AI: 20829986920158260000 SP 2082998-69.2015.8.26.0000, Relator: Edgard Rosa, Data de Julgamento: 11/06/2015, 25ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 13/06/2015) CIVIL E PROCESSUAL. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO. PENHORA. PERCENTUAL EM CONTA-CORRENTE. VENCIMENTOS. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 83/STJ. IMPROVIMENTO. I. Indevida a penhora de percentual de depósitos em conta-corrente por meio do qual são recebidos os proventos da aposentadoria de servidor público federal. II. Agravo desprovido. (AgRg no Ag 977.031/DF, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 27/05/2008, DJe 30/06/2008) Nesse passo é que o pedido formulado pela parte devedora encontra fundamento para o fim de desconstituir a penhora realizada na conta de titularidade da parte reclamada o que se dá com fundamento na norma do art. 833, inciso IV do CPC. Posto isso, reconheço a nulidade da penhora levada a efeito por meio do sistema BacenJud em valores bloqueados em conta de titularidade da parte reclamada e determino a restituição integral do montante bloqueado, qual seja, R$3.119,33 (três mil, cento e dezenove reais e trinta e três centavos). Registre-se que a restituição se formalizará por meio do Alvará Eletrônico n° 574767-8 / 2019. III – Intime-se a parte credora para manifestar-se nos autos, requerendo o que entender de direito. Cumpra-se. João Alberto Menna Barreto Duarte Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1009249-11.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JOAO PAULO DUARTE BRANDAO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCEL SANTOS MARTINEZ OAB - MS23321 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
HELENA MARIA PAES DE BARROS ARGUELLO (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ELIZANGELA DE ALMEIDA VITALINO OAB - MT12741-O (ADVOGADO(A))
SERGIO HARRY MAGALHAES OAB - MT4960-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

Vistos. Expeça-se o competente Alvará Judicial em favor da parte exequente, observando os dados bancários informados no ID. anterior. (alvará n. 574912-3/2019) Aguarde-se o cumprimento integral da obrigação. Cumpra-se. Tiago Souza Nogueira de Abreu Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020487-27.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
BUENO HAIR CABELEIREIRO LTDA - EPP (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
IVANETE FATIMA DO AMARAL OAB - MT10151-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TIM CELULAR S.A. (REQUERIDO)
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1020487-27.2019.8.11.0001. REQUERENTE: BUENO HAIR CABELEIREIRO LTDA - EPP REQUERIDO: TIM CELULAR S.A. Vistos, Cuida-se de pedido liminar formulado pela parte reclamante na qual pretende ter realizada a rescisão do contrato existente junto à reclamada e a suspensão da multa de fidelidade em decorrência da rescisão contratual. Passo análise da liminar. Para a concessão da tutela de urgência se faz imprescindível a presença de elementos que evidenciem a probabilidade do direito alegado e, cumulativamente, que haja perigo de dano. A reclamante traz a alegação de que o serviço contratado junto à reclamada não vem sendo prestado a contento, nada obstante as cobranças e os pagamentos estejam sendo realizados normalmente. Informa a existência de protocolos de contato mantido com a reclamada no intuito de sanar os vícios do serviço, contudo, sem sucesso, fato que a motiva a requerer a descontinuidade do contrato. Com efeito, verifico que a suspensão do contrato deve ser deferida até a solução da lide, hipótese em que restará possível colher todos os elementos inerentes ao julgamento da demanda. Frise-se que a rescisão na forma como pleiteada não se compadece com o sistema, porquanto trata-se de medida desconstitutiva ou constitutiva negativa, inviável de ser acolhida liminarmente. De outro tanto, não soa jurídico determinar que a parte aguarde o deslinde de uma demanda que por mais célere que possa ser, estará a lhe apontar algum embaraço nesse transcurso, de modo que aparenta com razoabilidade a concessão liminar com forte na norma do art. 297 do CPC. Posto isso, DEFIRO parcialmente a liminar para o fim de DETERMINAR à reclamada que SUSPENDA a relação contratual referente ao contrato n. 7.1610901.10 junto a parte promovente, bem como para que SUSPENDA a cobrança de rescisão contratual no valor de R$4.229,62 (quatro mil, duzentos e vinte e nove reais e sessenta e dois centavos). Na hipótese de descumprimento da medida ora deferida, fixo, desde já, multa no montante de R$1.000,00 (mil reais) a ser suportada pela reclamada em favor da reclamante. Indefiro, por ora, o pedido de fornecimento de cópia de todos os documentos e contratos e as gravações de conversas existentes com a parte promovente, devendo aguardar a instrução processual. Já designada sessão de conciliação, cite-se. Intime-se. Cumpra-se. Tiago Souza Nogueira de Abreu Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1015885-90.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
KELMA DE FIGUEIREDO BARROS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCIA KAROLINE FERRUCI MARQUES TOLEDO OAB - MT19812/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JOAO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1015885-90.2019.8.11.0001. REQUERENTE: KELMA DE FIGUEIREDO BARROS REQUERIDO: BANCO DO BRASIL SA I- Peticiona a parte reclamante informando o descumprimento da liminar deferida na decisão de Id. nº 26891078, bem assim informando que teve nova verba salarial bloqueada pela instituição reclamada. Pede ao fim que seja fixado o termo inicial de incidência da multa “diária fixada na decisão” que concedeu a tutela; a sua majoração e que seja aplicada de forma diária; aplicação da multa por ocasião da sentença e nova intimação da reclamada para cumprimento da obrigação fixada. Juntou documentos. II- O pleito vai parcialmente acolhido. Com efeito, nenhuma dúvida se verifica quanto ao descumprimento da obrigação de fazer fixada em sede de tutela de urgência, porquanto não só deixou de restituir o montante determinado naquela decisão, como tornou a bloquear valores na conta bancária de titularidade da parte reclamante. Posto isso, verifico o descumprimento da tutela de urgência e DETERMINO seja a parte reclamada intimada, pessoalmente, para o fim de dar integral cumprimento PROMOVENDO A IMEDIATA RESTITUIÇÃO dos valores por ela bloqueados, qual seja, aquele indicado na inicial no montante de R$7.116,64 (sete mil, cento e dezesseis reais e sessenta e quatro centavos); bem como o valor bloqueado no mês de dezembro, no montante de R$6.946,76 (seis mil, novecentos e quarenta e seis reais e setenta e seis centavos), perfazendo assim o total a ser restituído de R$14.063,40 (quatorze mil e sessenta e três reais e quarenta centavos). No que toca ao pedido de fixação do termo inicial de incidência da multa diária, bem assim de aplicação da multa diária, indefiro. Com efeito, nenhuma ilação se pode colher da decisão de Id. nº 26891078 no que toca à periodicidade da multa fixada, sendo inquestionável a sua fixação como multa única no valor lá estipulado. Inexiste qualquer comando que possa conduzir à conclusão distinta, isto é, de que a multa fixada é diária. Posto isso, é que afasto

qualquer pedido que diga com aplicação de multa diária. De outro tanto, atento à natureza coercitiva da multa verifico que resta impositiva a sua majoração, o que faço para fixa-la no montante de R$4.000,00 (quatro mil reais), em substituição àquela anteriormente fixada. Intime-se. Cumpra-se, em regime de plantão. João Alberto Menna Barreto Duarte Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1020780-94.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
SONIOMAR DE ARAUJO SILVA (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAFAEL KRUEGER OAB - MT12058-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Magistrado(s):
JOAO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1020780-94.2019.8.11.0001. ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL: SONIOMAR DE ARAUJO SILVA ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL: VIVO S.A. I- Cuida-se de demanda na qual a parte reclamante postula a concessão de medida liminar para o fim de rescindir o contrato sem pagamento de multa, bem como restabelecer o serviço de telefonia junto à linha nº (65) 99924-8716 na modalidade pré-paga. Para a concessão da tutela de urgência se faz imprescindível à presença de elementos que evidenciem a probabilidade do direito alegado e, cumulativamente, que haja perigo de dano. Apesar de vislumbrar-se indícios de probabilidade de direito no pedido de rescisão contratual sem o pagamento de multa por descumprimento, impõe o seu indeferimento porquanto a sua pretensão se confunde com o mérito da demanda, por isso necessária a regularização processual que permite o contraponto da reclamada. Ademais, não há perigo de dano uma vez que como narrado o contrato já se encontra cancelado, bem como já ocorreu o pagamento do valor controverso. No referente ao restabelecimento da linha, o primeiro requisito necessário vem atestado pelo obstáculo à utilização do serviço em razão de ato que não se pode atribuir à reclamante. Ocorre que após requere a migração da sua linha do plano pós-pago para o plano pré-pago, a requerida cancelou a linha sem motivo justo e justificado. O perigo de dano se traduz na permanência da inoperação do serviço, sem que para tanto tenha dado causa a reclamante, valendo ainda consignar que a referida linha telefônica tem a função de lhe servir como ferramenta de trabalho. Tal fato resta bastante para apontar que o indeferimento da medida é que poderá vir a causar danos irreparáveis à parte. Ora, não soa jurídico determinar que a parte aguarde o deslinde de uma demanda que por mais célere que possa ser, estará a lhe apontar algum embaraço nesse transcurso, de modo que aparenta com razoabilidade a concessão liminar com forte na norma do art. 297 do CPC. Posto isso, DEFIRO em parte a medida liminar pleiteada, com forte na norma do art. 300 do CPC, para o fim de DETERMINAR a reclamada que promova o restabelecimento do serviço de telefonia referente ao terminal móvel (65) 99924-8716 na modalidade pré-paga, para o que anoto o prazo de 05 (cinco) dias, a contar da efetiva intimação. Aplico à parte reclamada, para o caso de descumprimento da determinação, multa que fixo no valor de R$3.000,00 (três mil reais). II- Designe-se audiência de conciliação conforme pauta em juízo. Cite-se. Intime-se. Cumpra-se. João Alberto Menna Barreto Duarte Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1037061-05.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ALEXANDRE GUTIELLY MOREIRA E SILVA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIO JOSE DOS SANTOS OAB - MT16263-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AZUL LINHAS AEREAS (EXECUTADO)
Magistrado(s):
JOAO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1037061-05.2019.8.11.0041. EXEQUENTE: ALEXANDRE GUTIELLY MOREIRA E SILVA EXECUTADO: AZUL LINHAS AEREAS I- Peticiona a parte requerente retificando o endereçamento constante da inicial, bem assim postulando pela continuidade do trâmite processual na Vara Cível para a qual houve a distribuição. II- Não sendo hipótese de competência exclusiva, bem assim diante da manifestação da própria parte de que a sua pretensão é dirigida ao juízo da vara cível nenhum óbice se verifica para o fim de modificar a competência estabelecida por ocasião da distribuição. Vale registrar que o erro material restou afirmado pela própria parte requerente ao indicar a retificação do endereçamento anteriormente feito. Posto isso, determino seja o presente feito redistribuído ao Juízo da 9ª Vara Cível da Comarca de Cuiabá, porquanto prevento para o processo e julgamento da demanda. Intime-se. Cumpra-se. João Alberto Menna Barreto Duarte Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020934-15.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
GISELE DOS SANTOS OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
VITOR LIMA DE ARRUDA OAB - MT16198-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JOAO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1020934-15.2019.8.11.0001. REQUERENTE: GISELE DOS SANTOS OLIVEIRA REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A Cuida-se de ação que reitera ação idêntica que teve início no Oitavo Juizado Especial Cível de Cuiabá, cuja extinção se deu em razão da ausência das condições da ação. Anoto, pois, que distribuir-se-ão por dependência (Art. 286, CPC), ou seja, ao MESMO JUÍZO, as causas de qualquer natureza: a) quando se relacionarem, por conexão ou continência, com outra já ajuizada; b) quando, tendo sido extinto o processo, sem julgamento de mérito, for reiterado o pedido, ainda que em litisconsórcio com outros autores ou que sejam parcialmente alterados os réus da demanda; e c) quando houver ajuizamento de ações idênticas, ao juízo prevento. In casu, o presente feito se trata de reiteração do pedido já formulado em outra ação (8056989-74.2018.811.0001 - Projudi), cuja tramitação e determinação de extinção (razão da ausência das condições da ação) se deu perante o Oitavo Juizado Especial de Cuiabá em decisão proferida em data de 04 de abril de 2018 (Mov. nº 25 e 27). Ao juiz, então, de ofício ou a requerimento do interessado, cumpre corrigir o erro ou a falta de distribuição, compensando-a em consonância com o disposto no art. 288 do CPC. PELO EXPOSTO, com fundamento no artigo 286, inciso II do CPC, DECLINO da competência para processar e julgar o presente, devendo o feito ser redistribuído para o Oitavo Juizado Especial Cível da Capital. Proceda-se a baixa necessária. Cautelas de praxe. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá, 13 de dezembro de 2019. João Alberto Menna Barreto Duarte Juiz de Direito

Sentença

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1014743-51.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
FABIANO FABRÍCIO FERNANDES DE MORAES (INTERESSADO)
Advogado(s) Polo Ativo:
IARA VANESSA OLIVEIRA ARAUJO OAB - MT22465-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AZUL LINHAS AEREAS (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JOAO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE

PROCESSO: 1014743-51.2019.8.11.0001 EXEQUENTE: FABIANO FABRÍCIO FERNANDES DE MORAES EXECUTADO(A): AZUL LINHAS AEREAS SENTENÇA Vistos, Dispensado o relatório (Lei 9.099/95, art. 38). As partes transigiram, conforme se verifica do acordo juntado, solvendo, deste modo, o litígio, com base no art. 487, III, “b” do Código de Processo Civil, HOMOLOGO o acordo anunciado por sentença, declarando extinto o processo com julgamento de mérito. Intimem-se. Após, arquive-se. Cumpra-se. João Alberto Menna Barreto Duarte Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1005436-73.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
DOUGLAS BARBOSA MATOS (REQUERENTE)

Advogado(s) Polo Ativo:
SILVIO LUIZ GOMES DA SILVA OAB - MT0017690A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SKY BRASIL SERVICOS LTDA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JOAO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE

PROCESSO: 1005436-73.2019.8.11.0001 EXEQUENTE: DOUGLAS BARBOSA MATOS EXECUTADO(A): SKY BRASIL SERVICOS LTDA SENTENÇA Vistos, Dispensado o relatório (Lei 9.099/95, art. 38). As partes transigiram, conforme se verifica do acordo juntado, solvendo, deste modo, o litígio, com base no art. 487, III, "b" do Código de Processo Civil, HOMOLOGO o acordo anunciado por sentença, declarando extinto o processo com julgamento de mérito. Intimem-se. Após, arquive-se. Cumpra-se. Cuiabá, 12 de dezembro de 2019. João Alberto Menna Barreto Duarte Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1004154-97.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
AMANDA KOSEKI E SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAIMUNDO ALVES RIBEIRO OAB - MT0019163A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MERCADOPAGO COM. REPRESENTACAO LTDA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCELO NEUMANN MOREIRAS PESSOA OAB - RJ0110501A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JOAO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE

PROCESSO: 1004154-97.2019.8.11.0001 EXEQUENTE: AMANDA KOSEKI E SILVA EXECUTADO(A): MERCADOPAGO COM. REPRESENTACAO LTDA SENTENÇA Vistos, Dispensado o relatório (Lei 9.099/95, art. 38). As partes transigiram, conforme se verifica do acordo juntado, solvendo, deste modo, o litígio, com base no art. 487, III, "b" do Código de Processo Civil, HOMOLOGO o acordo anunciado por sentença, declarando extinto o processo com julgamento de mérito. Intimem-se. Após, arquive-se. Cumpra-se. Cuiabá, 12 de dezembro de 2019. João Alberto Menna Barreto Duarte Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1015184-32.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LARISSA SANTANA DA LUZ (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS GUSTAVO LIMA FERNANDES OAB - MT17620-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ODORATA INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS LTDA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ERIKA DE OLIVEIRA DINIZ OAB - GO31716 (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JOAO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE

PROCESSO: 1015184-32.2019.8.11.0001 RECLAMANTE: LARISSA SANTANA DA LUZ RECLAMADO(A): ODORATA INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS LTDA S E N T E N Ç A Vistos, Dispensado o relatório (Lei 9.099/95, art. 38). Homologo a desistência da ação, para os fins do artigo 200, parágrafo único, do Código de Processo Civil e, de conseguinte, declaro extinto o presente processo, fulcro no artigo 485, inciso VIII, do Código de Processo Civil. Intimem-se. Após, arquive-se. João Alberto Menna Barreto Duarte Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1010769-06.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARISE HELENA MORBECK CURVO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JACKSON PELLIZZARI OAB - MT13831-N (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MATHEUS SANTANA COUTINHO (REQUERIDO)
LUCAS ROBSON PACHECO SILVA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JOAO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE

SENTENÇA Vistos, Dispensado o relatório (Lei 9.099/95, art. 38). Intimado para indicar o endereço atualizado do reclamado LUCAS ROBSON PACHECO SILVA, sob pena de desistência tácita quanto a ele, o autor quedou-se inerte. Posto isso, homologo a desistência da ação, para os fins do artigo 200, parágrafo único, do Código de Processo Civil e, de conseguinte, declaro extinto o presente processo, fulcro no artigo 485, inciso VIII, do Código de Processo Civil, em relação a LUCAS ROBSON PACHECO SILVA. Proceda a Secretaria à exclusão de LUCAS ROBSON PACHECO SILVA do polo passivo. Tornem conclusos para prolação de sentença em relação a MATHEUS SANTANA COUTINHO. Intime-se e se cumpra. Cuiabá, 12 de dezembro de 2019. João Alberto Menna Barreto Duarte Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1013186-29.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LUCIANO DE ARAUJO SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EVALDO LUCIO DA SILVA OAB - MT10462-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JOAO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE

PROCESSO: 1013186-29.2019.8.11.0001 RECLAMANTE: LUCIANO DE ARAUJO SILVA RECLAMADO(A): ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A S E N T E N Ç A I – RESUMO DOS FATOS RELEVANTES Dispensado o relatório (Lei nº 9.099/95, art. 38). Na presente reclamação, designada a sessão de conciliação, a parte Reclamante, embora regularmente intimada, deixou de comparecer à solenidade. É a suma do essencial. II – MOTIVAÇÃO O decreto de extinção é medida de rigor. De efeito, conforme constou do termo da audiência de conciliação, a parte Reclamante não se fez presente, conquanto regularmente intimada. A consequência é a extinção do processo. Com efeito, os preceitos contidos nos artigos 9º e 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, determinam que o processo deverá ser extinto, sem julgamento do mérito, sempre que o autor, sem justo motivo, deixar de comparecer pessoalmente à sessão de conciliação ou a audiência de instrução e julgamento. Nesse sentido é o teor da seguinte decisão: Ementa "NÃO COMPARECIMENTO DO AUTOR. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO. Extingue-se o processo, sem julgamento do mérito nos termos do art. 51, inc.I da Lei 9.099/95, quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo, mesmo que tenha advogado constituído." (TJDF – RJC 052/96 – DF – T.R.J.E. – Rel. Juíza Haydevalda Sampaio – Public.: 18.02.1997). Ademais, o Enunciado 20 do FONAJE, entende que o comparecimento pessoal da parte às audiências é obrigatório. A pessoa jurídica poderá ser representada por preposto. A respeito do tema, preleciona Demócrito Ramos Reinaldo Filho: "A lei exige que o autor compareça às audiências, pessoalmente. Por conseguinte, faltando o demandado a qualquer delas – a sessão de conciliação ou a audiência de instrução e julgamento –, sofre como conseqüência a extinção do processo, em sanção à sua contumácia, significando o abandono do processo. (Juizados Especiais Cíveis. Comentários à Lei 9.099, de 26.09.1995. 2a ed., 1999, p. 215 – cremos que houve equívoco ao grafar "demandado", pois claramente o autor refere-se ao autor da demanda) III - DISPOSITIVO Posto isso, com fundamento no art. 51, I, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. Em observância ao Enunciado 28-FONAJE, custas pela parte reclamante. Intimem-se. Preclusas as vias impugnativas, arquivem-se. João Alberto Menna Barreto Duarte Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1010973-50.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
OLINDA OLIVEIRA LEMES (REQUERENTE)

Advogado(s) Polo Ativo:
RAFAEL SOUZA NASCIMENTO OAB - MT21417-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CAMILA FARIA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JOAO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE

PROCESSO: 1010973-50.2019.8.11.0001 RECLAMANTE: OLINDA OLIVEIRA LEMES RECLAMADO(A): CAMILA FARIA S E N T E N Ç A I – RESUMO DOS FATOS RELEVANTES Dispensado o relatório (Lei nº 9.099/95, art. 38). Na presente reclamação, designada a sessão de conciliação, a parte Reclamante, embora regularmente intimada, deixou de comparecer à solenidade. É a suma do essencial. II – MOTIVAÇÃO O decreto de extinção é medida de rigor. De efeito, conforme constou do termo da audiência de conciliação, a parte Reclamante não se fez presente, conquanto regularmente intimada. A consequência é a extinção do processo. Com efeito, os preceitos contidos nos artigos 9º e 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, determinam que o processo deverá ser extinto, sem julgamento do mérito, sempre que o autor, sem justo motivo, deixar de comparecer pessoalmente à sessão de conciliação ou a audiência de instrução e julgamento. Nesse sentido é o teor da seguinte decisão: Ementa "NÃO COMPARECIMENTO DO AUTOR. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO. Extingue-se o processo, sem julgamento do mérito nos termos do art. 51, inc.I da Lei 9.099/95, quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo, mesmo que tenha advogado constituído." (TJDF – RJC 052/96 – DF – T.R.J.E. – Rel. Juíza Haydevalda Sampaio – Public.: 18.02.1997). Ademais, o Enunciado 20 do FONAJE, entende que o comparecimento pessoal da parte às audiências é obrigatório. A pessoa jurídica poderá ser representada por preposto. A respeito do tema, preleciona Demócrito Ramos Reinaldo Filho: "A lei exige que o autor compareça às audiências, pessoalmente. Por conseguinte, faltando o demandado a qualquer delas – a sessão de conciliação ou a audiência de instrução e julgamento –, sofre como conseqüência a extinção do processo, em sanção à sua contumácia, significando o abandono do processo. (Juizados Especiais Cíveis. Comentários à Lei 9.099, de 26.09.1995. 2a ed., 1999, p. 215 – cremos que houve equívoco ao grafar "demandado", pois claramente o autor refere-se ao autor da demanda) III - DISPOSITIVO Posto isso, com fundamento no art. 51, I, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. Em observância ao Enunciado 28-FONAJE, custas pela parte reclamante. Intimem-se. Preclusas as vias impugnativas, arquivem-se. João Alberto Menna Barreto Duarte Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1010820-17.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO FLORAIS DO VALLE (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANGELINA HELENA DE AQUINO COSTA OAB - MT21590-O (ADVOGADO(A))
NUBIA NARCISO FERREIRA DE SOUZA OAB - MT6247-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MAYRA FRANCA BERTHOLDO DE SOUZA NUNES (EXECUTADO)
THACYO ROBERTO FIGUEIREDO NUNES (EXECUTADO)
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

Vistos. Considerando o cumprimento integral da obrigação, nos termos do art. 924, II, c/c art. 925, ambos do CPC, julgo extinta a presente execução, o que faço com resolução de mérito. Expeça-se o competente Alvará Judicial em favor da parte executada para devolução de valores do montante bloqueado nos autos, observando os dados bancários informados na mov. anterior. (Alvará n. 574907-7/2019) Após a expedição do Alvará Judicial, arquivem-se os autos, com as baixas necessárias. P.I.C. Tiago Souza Nogueira de Abreu Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1003804-12.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
FLORISMAR LINO DOS SANTOS (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIO JOSE DOS SANTOS OAB - MT16263-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GOL LINHAS AEREAS INTELIGENTES S.A. (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO OAB - MT26103/A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

Vistos. Considerando o cumprimento integral da obrigação, nos termos do art. 924, II, c/c art. 925, ambos do CPC, julgo extinta a presente execução, o que faço com resolução de mérito. Expeça-se o competente Alvará Judicial em favor da parte exequente, observando os dados bancários informados na mov. anterior. (Alvará n. 574903-4/2019) Após a expedição do Alvará Judicial, arquivem-se os autos, com as baixas necessárias. P.I.C. Tiago Souza Nogueira de Abreu Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1016136-11.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ANALIA BATISTA DA CONCEICAO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROGERIO CAPOROSSI E SILVA OAB - MT6183-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1016136-11.2019.8.11.0001. REQUERENTE: ANALIA BATISTA DA CONCEICAO REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A Vistos, Dispensado o relatório na forma do art. 38 da Lei nº 9.099/95. Determinada a intimação da parte para no prazo de 15 (quinze) dias emendar a inicial, colacionando documento indispensável à propositura da ação, acabou por extrapolar o prazo consignado deixando de promover a emenda determinada. Por tais argumentos é que INDEFIRO a petição inicial, o que faço com forte na norma do art. 321, parágrafo único do CPC e de consequência JULGO EXTINTO o feito sem resolução do mérito com fulcro na norma do art. 485, inciso I do CPC. Intime-se. Preclusas as vias de impugnação, arquive-se. Cumpra-se. Tiago Souza Nogueira de Abreu Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020778-27.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
VALDECIR CALÇA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
VALDECIR CALÇA OAB - MT5247-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
IESC - INSTITUTO DE ENSINO SABER DE CUIABA EIRELI - ME (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JOAO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1020778-27.2019.8.11.0001. REQUERENTE: VALDECIR CALÇA REQUERIDO: IESC - INSTITUTO DE ENSINO SABER DE CUIABA EIRELI - ME I- Dispensado o relatório, nos termos do Art. 38, infine, da Lei 9.099/95. Decido. II- Cuida-se de ação monitória proposta por Valdecir Calça em desfavor de IESC - Instituto de ensino saber de Cuiabá - ME. Questão que prefere às demais diz com a possibilidade de tramitar o feito junto ao Juizado Especial Cível. Impõe reconhecer a impossibilidade de sequência do feito neste Juizado Especial Cível. Conforme se colhe do CPC, art. 700, a ação monitória possui rito próprio, de modo que não resta possível a tramitação da respectiva demanda monitória nos limites da competência do Juizado Especial Cível. Frise-se que o rito previsto para a ação monitória se mostra incompatível com aquele estabelecido pela Lei nº 9.099/95, de modo que deve ser extinto o feito ante a inadmissibilidade de sua tramitação no Juizado Especial Cível. III- Posto isso, com forte na norma prevista no art. 51, inciso II da Lei nº 9.099/95 JULGO EXTINTO o feito. Preclusas as vias impugnativas, arquive-se. Intime-se. Cumpra-se. João Alberto Menna Barreto Duarte Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1014811-98.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
FABIO VINICIUS MACEDO GUTIERREZ (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SILVIO LUIZ GOMES DA SILVA OAB - MT0017690A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JOAO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE

PROCESSO: 1014811-98.2019.8.11.0001 RECLAMANTE: FABIO VINICIUS MACEDO GUTIERREZ RECLAMADO(A): BANCO BRADESCO S E N T E N Ç A I – RESUMO DOS FATOS RELEVANTES Dispensado o relatório (Lei nº 9.099/95, art. 38). Na presente reclamação, designada a sessão de conciliação, a parte Reclamante, embora regularmente intimada, deixou de comparecer à solenidade. É a suma do essencial. II – MOTIVAÇÃO O decreto de extinção é medida de rigor. De efeito, conforme constou do termo da audiência de conciliação, a parte Reclamante não se fez presente, conquanto regularmente intimada. A consequência é a extinção do processo. Com efeito, os preceitos contidos nos artigos 9º e 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, determinam que o processo deverá ser extinto, sem julgamento do mérito, sempre que o autor, sem justo motivo, deixar de comparecer pessoalmente à sessão de conciliação ou a audiência de instrução e julgamento. Nesse sentido é o teor da seguinte decisão: Ementa "NÃO COMPARECIMENTO DO AUTOR. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO. Extingue-se o processo, sem julgamento do mérito nos termos do art. 51, inc.I da Lei 9.099/95, quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo, mesmo que tenha advogado constituído." (TJDF – RJC 052/96 – DF – T.R.J.E. – Rel. Juíza Haydevalda Sampaio – Public.: 18.02.1997). Ademais, o Enunciado 20 do FONAJE, entende que o comparecimento pessoal da parte às audiências é obrigatório. A pessoa jurídica poderá ser representada por preposto. A respeito do tema, preleciona Demócrito Ramos Reinaldo Filho: "A lei exige que o autor compareça às audiências, pessoalmente. Por conseguinte, faltando o demandado a qualquer delas – a sessão de conciliação ou a audiência de instrução e julgamento –, sofre como conseqüência a extinção do processo, em sanção à sua contumácia, significando o abandono do processo. (Juizados Especiais Cíveis. Comentários à Lei 9.099, de 26.09.1995. 2a ed., 1999, p. 215 – cremos que houve equívoco ao grafar "demandado", pois claramente o autor refere-se ao autor da demanda) III - DISPOSITIVO Posto isso, com fundamento no art. 51, I, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. Em observância ao Enunciado 28-FONAJE, custas pela parte reclamante. Intimem-se. Preclusas as vias impugnativas, arquivem-se. João Alberto Menna Barreto Duarte Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1014635-22.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ANTONIA VANDA DE SOUZA CURVO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SANTANA SILVA OAB - MT21438-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JOAO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE

PROCESSO: 1014635-22.2019.8.11.0001 RECLAMANTE: ANTONIA VANDA DE SOUZA CURVO RECLAMADO(A): BANCO BRADESCO S E N T E N Ç A I – RESUMO DOS FATOS RELEVANTES Dispensado o relatório (Lei nº 9.099/95, art. 38). Na presente reclamação, designada a sessão de conciliação, a parte Reclamante, embora regularmente intimada, deixou de comparecer à solenidade. É a suma do essencial. II – MOTIVAÇÃO O decreto de extinção é medida de rigor. De efeito, conforme constou do termo da audiência de conciliação, a parte Reclamante não se fez presente, conquanto regularmente intimada. A consequência é a extinção do processo. Com efeito, os preceitos contidos nos artigos 9º e 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, determinam que o processo deverá ser extinto, sem julgamento do mérito, sempre que o autor, sem justo motivo, deixar de comparecer pessoalmente à sessão de conciliação ou a audiência de instrução e julgamento. Nesse sentido é o teor da seguinte decisão: Ementa "NÃO COMPARECIMENTO DO AUTOR. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO. Extingue-se o processo, sem julgamento do mérito nos termos do art. 51, inc.I da Lei 9.099/95, quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo, mesmo que tenha advogado constituído." (TJDF – RJC 052/96 – DF – T.R.J.E. – Rel. Juíza Haydevalda Sampaio – Public.: 18.02.1997). Ademais, o Enunciado 20 do FONAJE, entende que o comparecimento pessoal da parte às audiências é obrigatório. A pessoa jurídica poderá ser representada por preposto. A respeito do tema, preleciona Demócrito Ramos Reinaldo Filho: "A lei exige que o autor compareça às audiências, pessoalmente. Por conseguinte, faltando o demandado a qualquer delas – a sessão de conciliação ou a audiência de instrução e julgamento –, sofre como conseqüência a extinção do processo, em sanção à sua contumácia, significando o abandono do processo. (Juizados Especiais Cíveis. Comentários à Lei 9.099, de 26.09.1995. 2a ed., 1999, p. 215 – cremos que houve equívoco ao grafar "demandado", pois claramente o autor refere-se ao autor da demanda) III - DISPOSITIVO Posto isso, com fundamento no art. 51, I, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. Em observância ao Enunciado 28-FONAJE, custas pela parte reclamante. Intimem-se. Preclusas as vias impugnativas, arquivem-se. João Alberto Menna Barreto Duarte Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1014354-66.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CARLOS DEMILSON FERREIRA DE JESUS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SANTANA SILVA OAB - MT21438-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCARD S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JOAO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE

PROCESSO: 1014354-66.2019.8.11.0001 RECLAMANTE: CARLOS DEMILSON FERREIRA DE JESUS RECLAMADO(A): BANCO BRADESCARD S.A S E N T E N Ç A I – RESUMO DOS FATOS RELEVANTES Dispensado o relatório (Lei nº 9.099/95, art. 38). Na presente reclamação, designada a sessão de conciliação, a parte Reclamante, embora regularmente intimada, deixou de comparecer à solenidade. É a suma do essencial. II – MOTIVAÇÃO O decreto de extinção é medida de rigor. De efeito, conforme constou do termo da audiência de conciliação, a parte Reclamante não se fez presente, conquanto regularmente intimada. A consequência é a extinção do processo. Com efeito, os preceitos contidos nos artigos 9º e 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, determinam que o processo deverá ser extinto, sem julgamento do mérito, sempre que o autor, sem justo motivo, deixar de comparecer pessoalmente à sessão de conciliação ou a audiência de instrução e julgamento. Nesse sentido é o teor da seguinte decisão: Ementa "NÃO COMPARECIMENTO DO AUTOR. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO. Extingue-se o processo, sem julgamento do mérito nos termos do art. 51, inc.I da Lei 9.099/95, quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo, mesmo que tenha advogado constituído." (TJDF – RJC 052/96 – DF – T.R.J.E. – Rel. Juíza Haydevalda Sampaio – Public.: 18.02.1997). Ademais, o Enunciado 20 do FONAJE, entende que o comparecimento pessoal da parte às audiências é obrigatório. A pessoa jurídica poderá ser representada por preposto. A respeito do tema, preleciona Demócrito Ramos Reinaldo Filho: "A lei exige que o autor compareça às audiências, pessoalmente. Por conseguinte, faltando o demandado a qualquer delas – a sessão de conciliação ou a audiência de instrução e julgamento –, sofre como conseqüência a extinção do processo, em sanção à sua contumácia, significando o abandono do processo. (Juizados Especiais Cíveis. Comentários à Lei 9.099, de 26.09.1995. 2a ed., 1999, p. 215 – cremos que houve equívoco ao grafar "demandado", pois claramente o autor refere-se ao autor da demanda) III - DISPOSITIVO Posto isso, com fundamento no art. 51, I, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. Em observância ao Enunciado

28-FONAJE, custas pela parte reclamante. Intimem-se. Preclusas as vias impugnativas, arquivem-se. João Alberto Menna Barreto Duarte Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1008677-55.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ELIETE MARIA DE SOUZA PEREIRA - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CELIA SILVA DE QUEIROZ OAB - MT26266-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JENIFFER KELLY SILVA SANTOS (REQUERIDO)
WYDSON MIRANDA SOARES DA SILVA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JOAO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE

PROCESSO: 1008677-55.2019.8.11.0001 EXEQUENTE: ELIETE MARIA DE SOUZA PEREIRA - ME EXECUTADO(A): JENIFFER KELLY SILVA SANTOS e outros SENTENÇA Vistos, Dispensado o relatório (Lei 9.099/95, art. 38). As partes transigiram, conforme se verifica do acordo juntado, solvendo, deste modo, o litígio, com base no art. 487, III, "b" do Código de Processo Civil, HOMOLOGO o acordo anunciado por sentença, declarando extinto o processo com julgamento de mérito. Intimem-se. Após, arquive-se. Cumpra-se. João Alberto Menna Barreto Duarte Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1008573-63.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JACSON LOPES DOS REIS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
AGLAIR FRANZONI SUZUKI OAB - MT16114-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TIM CELULAR S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES OAB - MT16846-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JOAO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE

PROCESSO: 1008573-63.2019.8.11.0001 RECLAMANTE: JACSON LOPES DOS REIS RECLAMADO(A): TIM CELULAR S.A. S E N T E N Ç A I – RESUMO DOS FATOS RELEVANTES Dispensado o relatório (Lei nº 9.099/95, art. 38). Na presente reclamação, designada a sessão de conciliação, a parte Reclamante, embora regularmente intimada, deixou de comparecer à solenidade. É a suma do essencial. II – MOTIVAÇÃO O decreto de extinção é medida de rigor. De efeito, conforme constou do termo da audiência de conciliação, a parte Reclamante não se fez presente, conquanto regularmente intimada. A consequência é a extinção do processo. Com efeito, os preceitos contidos nos artigos 9º e 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, determinam que o processo deverá ser extinto, sem julgamento do mérito, sempre que o autor, sem justo motivo, deixar de comparecer pessoalmente à sessão de conciliação ou a audiência de instrução e julgamento. Nesse sentido é o teor da seguinte decisão: Ementa "NÃO COMPARECIMENTO DO AUTOR. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO. Extingue-se o processo, sem julgamento do mérito nos termos do art. 51, inc.I da Lei 9.099/95, quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo, mesmo que tenha advogado constituído." (TJDF – RJC 052/96 – DF – T.R.J.E. – Rel. Juíza Haydevalda Sampaio – Public.: 18.02.1997). Ademais, o Enunciado 20 do FONAJE, entende que o comparecimento pessoal da parte às audiências é obrigatório. A pessoa jurídica poderá ser representada por preposto. A respeito do tema, preleciona Demócrito Ramos Reinaldo Filho: "A lei exige que o autor compareça às audiências, pessoalmente. Por conseguinte, faltando o demandado a qualquer delas – a sessão de conciliação ou a audiência de instrução e julgamento –, sofre como conseqüência a extinção do processo, em sanção à sua contumácia, significando o abandono do processo. (Juizados Especiais Cíveis. Comentários à Lei 9.099, de 26.09.1995. 2a ed., 1999, p. 215 – cremos que houve equívoco ao grafar "demandado", pois claramente o autor refere-se ao autor da demanda) III - DISPOSITIVO Posto isso, com fundamento no art. 51, I, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. Em observância ao Enunciado 28-FONAJE, custas pela parte reclamante. Intimem-se. Preclusas as vias impugnativas, arquivem-se. João Alberto Menna Barreto Duarte Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1014640-44.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
PEDRINA MARIA DA CONCEICAO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SANTANA SILVA OAB - MT21438-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCARD S.A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JOAO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE

S E N T E N Ç A Vistos, Houve o pagamento da obrigação com a concordância da parte reclamante quanto ao valor depositado. Posto isso, com fulcro no art. 924, II, do CPC, declaro extinto o processo. DEFIRO o pedido de levantamento do valor (Alvará Eletrônico n° 574306-0 / 2019). Intimem-se. Após, arquivem-se os autos. João Alberto Menna Barreto Duarte Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1018141-06.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO RIO CACHOERINHA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JULIANA DE SOUSA ANDRADE OAB - MT16875-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
DIOGO PEREIRA COSTA BRITO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
JOAO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE

PROCESSO: 1018141-06.2019.8.11.0001 RECLAMANTE: CONDOMINIO RIO CACHOERINHA RECLAMADO(A): DIOGO PEREIRA COSTA BRITO S E N T E N Ç A Vistos, Dispensado o relatório (Lei 9.099/95, art. 38). Homologo a desistência da ação, para os fins do artigo 200, parágrafo único, do Código de Processo Civil e, de conseguinte, declaro extinto o presente processo, fulcro no artigo 485, inciso VIII, do Código de Processo Civil. Intimem-se. Após, arquive-se. João Alberto Menna Barreto Duarte Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1011978-10.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ONIRIA VALERIANO CARDOSO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANGELA RENATA SOUZA FALCAO OAB - MT0016775A-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OI S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JOAO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1011978-10.2019.8.11.0001. REQUERENTE: ONIRIA VALERIANO CARDOSO REQUERIDO: OI S/A I - RESUMO DOS FATOS RELEVANTES Dispensado o relatório, nos termos do art. 38, caput, da Lei 9.099/95. Cuida-se de Reclamação em que as alegações do autor se fundam na ocorrência de prática abusiva consistente na cobrança indevida de multa de fidelidade contratual após pedido de cancelamento motivado pela ineficiência dos serviços prestados. Ao final a Reclamante pugnou pela devolução dos valores pagos após a suspensão dos serviços de internet, bem como pelo pagamento de indenização por danos morais. É a suma do essencial. II - MOTIVAÇÃO 1. Os autos estão maduros para a prolação de sentença. Observado o rito estabelecido na Lei nº 9.099/95, não havendo vícios ou irregularidades a consertar. Homenageados os princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e de seu consectário, o contraditório. Concorrem, também, todos os pressupostos processuais para o desenvolvimento válido e regular do processo, bem assim as condições para o legítimo exercício do direito de ação. Observo ainda que não se aplica preceito contido no art. 489 do CPC/2015 por afronta à norma do art. 38 da Lei 9.099/95, eis que suficientes à menção neste ato

sentencial, dos elementos de convicção do juízo, o que vem corroborado pelo Enunciado 162 do FONAJE. 2. Cumpre destacar que, no caso em apreço não será necessária a designação de audiência de instrução em julgamento, por ser matéria de prova documental, estando alias os presentes autos instruídos com a documentação necessária, considerando que o juiz é o destinatário da prova, a ele cabe apreciar a necessidade ou não de sua realização, para o fim de firmar seu convencimento e proferir julgamento a respeito da lide, assim, dispenso a instrução, o que determina o julgamento antecipado do pedido, nos termos do artigo 355, inciso I, do Novo Código de Processo Civil.. 3. No mérito a ação é Procedente em Parte. Em razão de se tratar de relação de consumo, estando patente a hipossuficiência da consumidora, onde a reclamado está mais apta a provar o insucesso da demanda do que àquela a demonstrar a sua procedência, por este motivo, aplica-se a inversão do ônus da prova elencada no art. 6º, VIII, do CDC, com o fito de proporcionar equilíbrio na relação processual. Incumbe o reclamado provar a veracidade de seus alegados na qualidade de fornecedor de serviços, seja em razão da inversão do ônus da prova, seja porque a sua assertiva é fato extintivo de direito, nos termos do art. 373, II do CPC. E esta por sua vez em sede de sua contestação aduziu a regularidade da cobrança haja vista que os serviços foram contratados e utilizados, sendo cancelado antes do prazo contratualmente previsto, sendo legítima a cobrança de multa contratual. No entanto, a Reclamada nada acosta para comprovar suas alegações, não acostando qualquer contrato, a fim de validar a cobrança de multa de fidelidade Portanto, indevida a cobrança de multa pelo cancelamento do contrato, ante a ausência de contrato assinado pela parte Autora a fim de comprovar o alegado pela Reclamada. Destaco que a responsabilidade da requerida como fornecedora de serviços é objetiva, nos termos do art. 14 do CDC, que assim dispõe: “O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.” Tal responsabilidade é afastada apenas quando comprovado que, tendo prestado o serviço, o defeito inexiste, ou, a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro (§ 3º, inc. I e II, do art. 14, do CDC). Sendo o ônus da prova relativo a essas hipóteses do prestador do serviço, e não tendo ela se desincumbido do ônus que lhe cabia, deve ser responsabilizado pelos danos causados à parte reclamante. Logo, tenho que efetivamente houve falha na prestação do serviço, na medida em que a reclamada efetuou cobrança de valores indevidos a parte reclamante. Nesse sentido, nossos Tribunais vêm decidindo, verbis: “CONSUMIDOR. TELEFONIA. COBRANÇA INDEVIDA APÓS MIGRAÇÃO DE PLANO. MULTA CONTRATUAL. DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO. INSCRIÇÃO NOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. DANO MORAL CONFIGURADO. QUANTUM MANTIDO. 1. Em razão da inversão do ônus da prova, ao réu cabe a comprovação da regularidade da cobrança impugnada pelo autor, realizada após o pedido de migração do plano original pós-pago para um plano pré-pago de sua linha telefônica, ocorrido em 24/01/2013. Por não ter se desincumbido de tal ônus, reputa-se indevida, razão pela qual deve ser desconstituída. 3. Não há comprovação da efetiva existência de cláusula de fidelidade contratual, impossibilitando a análise de uma possível quebra de contrato por parte do autor, e, por consequência, da legalidade da multa cobrada, decorrente da mudança de plano solicitada. 4. A inscrição indevida junto aos órgãos restritivos de crédito, motivada por cobranças indevidas, é motivo suficiente à configuração de lesão à personalidade, por se tratar de dano moral "in re ipsa", que prescinde de qualquer demonstração específica. 5. Quantum indenizatório que não comporta alteração, pois inclusive fixado aquém dos parâmetros adotados pelas Turmas Recursais em casos análogos. RECURSO DESPROVIDO”. (TJ-RS - Recurso Cível: 71005005756 RS, Relator: Cleber Augusto Tonial, Data de Julgamento: 21/08/2014, Terceira Turma Recursal Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 25/08/2014). (Destaquei). E válido destacar que o valor discutido nos autos se refere à cláusula de fidelização, desta feita tenho que a mesma é nula de pleno direito, por infringir os direitos do consumidor, visto que a relação aqui discutida se encontra sob o amparo do Código de Defesa do Consumidor, eis que as partes se encontram inseridas dentro do conceito de consumidor e fornecedor, a teor dos artigos 2º e 3º do CDC. Nesse sentido, verbis: “RECURSO CÍVEL INOMINADO - CONTRATO DE TELEFONIA - RESCISÃO - IMPOSIÇÃO DE MULTA DE FIDELIZAÇÃO - INEXIGIBILIDADE - AUSÊNCIA DE PROVA DA EXISTÊNCIA DE CLÁUSULA DE FIDELIDADE OU DE PRAZO CERTO PARA O CONTRATO FIRMADO - INSCRIÇÃO DE DÉBITO NOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO - DANO MORAL CONFIGURADO - SENTENÇA REFORMADA - RECURSO PROVIDO. Indevida a cobrança de multa pelo cancelamento do contrato, ante a ausência de prova da cláusula de fidelização. A responsabilidade civil da fornecedora é objetiva, pois que a sua condição de prestadora de serviços lhe impõe o dever de zelar pela perfeita qualidade do serviço prestado, incluindo neste contexto o dever de informação, proteção e boa-fé objetiva para com o consumidor. Configura-se o dano moral decorrente da inscrição indevida nos cadastros de restrição ao crédito, não necessitando da prova, em razão do seu caráter in re ipsa. Fixação de valor razoável, em consonância com os parâmetros traçados pela jurisprudência e pela doutrina.” (TJMT – Recurso Cível Inominado Nº 2691/2011, 3ª Turma Recursal, Relator: Dr. José Zuquim Nogueira, Julgado em 04/11/2011) (negritei e grifei) Ademais, é nítida a ausência de prova quanto à regularidade da cobrança da multa fidelizadora, inexistindo sequer elementos indiciários nos autos de que a parte reclamante tenha sido cientificada quanto à mesma, fazendo jus à desconstituição deste suposto débito, ante a nulidade de pleno direito da eventual disposição contratual que contemple exposição do consumidor a manifesta desvantagem. Desta forma, cabível a rescisão do contrato, declarando-se inexigível a cobrança de multa por não permanência, cabendo, assim, determinar a revisão da fatura para constar apenas o valor referente ao mês consumido. No que tange a pretensão indenizatória referente aos danos morais supostamente vivenciados, entendo que o pleito merece juízo de improcedência. No presente caso, a parte reclamante não demonstrou ter sofrido abalo moral pelos fatos narrados na inicial. Cediço que a indenização por danos morais, como é sabido, pressupõe importante ofensa à honra, à imagem do indivíduo, que lhe acarrete considerável e injusto sofrimento, de modo que, por não haver dano patrimonial propriamente dito, repara-se financeiramente o sofrimento, abalo à reputação ou transtornos relevantes que eventual ato ilícito tenha causado. Segundo a melhor doutrina o mero dissabor, aborrecimento, mágoa, irritação ou sensibilidade exarcebada estão fora da órbita do dano moral, porquanto, além de fazerem parte da normalidade do nosso dia a dia, no trabalho, no trânsito, entre amigos e até no ambiente familiar, tais situações não são intensas e duradouras, a ponto de romper o equilíbrio psicológico do indivíduo. Se assim não se entender, acabaremos por banalizar o dano moral, ensejando ações judiciais em busca de indenizações pelos mais triviais aborrecimentos. Ocorre que, na hipótese dos autos, os entraves enfrentados pela parte autora não configuram causa suficiente a lhe impor intenso sofrimento ou humilhação capaz de dar ensejo a danos morais indenizáveis. Ressalta-se que abstraindo o ânimo interior da parte reclamante, não restou comprovada que a reclamada tenha agido de modo desmedido ou extrapolado os limites impostos pelas normas gerais de conduta na prestação dos seus serviços junto ao requerente. Nesse sentido: Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL. JULGAMENTO CONFORME ART. 557 DO CPC. COBRANÇA INDEVIDA. SERVIÇO NÃO CONTRATADO. DANO MORAL NÃO DEMONSTRADO. A simples cobrança de um débito, sem qualquer circunstância outra capaz de causar lesão aos direitos personalíssimos da parte autora, ainda que inexistente a dívida, não caracteriza dano moral. Situações retratadas na inicial que constituem mero contratempo decorrente da vida cotidiana, que não se identificam com aquelas situações capazes de gerar dano extrapatrimonial. RECURSO MANIFESTAMENTE IMPROCEDENTE. SEGUIMENTO NEGADO. (Apelação Cível Nº 70053458378, Nona Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Tasso Caubi Soares Delabary, Julgado em 26/04/2013). (destaquei) Assim ante a inexistência de negativação ou de suspensão do fornecimento do serviço, não há o que se falar em danos à honra e dignidade do Reclamante e, esses fundamentos, nos levam ao juízo de improcedência do referido pleito. Quanto ao pedido de indenização por danos materiais, tenho que a parte Autora não possui razão, visto que nada acostou para comprovar o alegado, aliás, sequer informou a data em que os serviços deixaram de funcionar. Destaca-se que a parte Autora poderia, ao menos, acostar as faturas e os comprovantes de pagamento, contudo, manteve-se inerte. Assim, indefere-se o pedido de indenização por danos materiais. III - DISPOSITIVO Posto isso, com fulcro no art. 487, I, do CPC/2015, OPINO pela PARCIAL PROCEDÊNCIA dos pedidos formulados por ONIRIA VALERIANO CARDOSO em desfavor de OI S/A. apenas para DECLARAR inexigível a multa por fidelidade, objeto da presente demanda, bem como DECLARAR rescindido o contrato celebrado entre as partes; e JULGAR IMPROCEDENTE os pedidos de danos materiais

e morais formulados pela parte Autora. Sem custas e sem honorários, por força do disposto no art. 55 da Lei nº 9.099/95. Transitada em julgado e nada sendo requerido, proceda-se ao arquivamento imediato. Cumpra-se. Submeto o presente PROJETO DE SENTENÇA à apreciação do Juiz de Direito do 4º Juizado Especial Cível de Cuiabá Dr. JOÃO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE, para fins de homologação, de acordo com o artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Cristiano Krindges Santos Juiz Leigo do 4º Juizado Especial Cível da Capital HOMOLOGO o projeto de sentença retro, na forma do art. 40 da Lei 9.099/95 e art. 8º, parágrafo único da Lei Complementar Estadual nº 270/2007. Preclusa a via recursal e nada sendo requerido, arquivem-se os autos com as baixas e anotações de estilo. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. JOÃO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE JUIZ DE DIREITO

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1012259-63.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
VALDOMIRO LOURENCO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RERISON RODRIGO BABORA OAB - MT9578-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JOAO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1012259-63.2019.8.11.0001. REQUERENTE: VALDOMIRO LOURENCO REQUERIDO: BANCO BRADESCO S E N T E N Ç A I - RESUMO DOS FATOS RELEVANTES Dispensado o relatório (Lei nº 9.099/95, art. 38). Cuida-se de AÇÃO DECLARATÓRIA COM PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL COM PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA em que a parte reclamante alega que teve falha na prestação de serviço por cobrança, assim como por inscrição indevida de seus dados nos cadastros de proteção ao crédito pelo débito no valor de R$ 162,42 (cento e sessenta e dois reais e quarenta e dois centavos) com inclusão no Serasa em 04/10/2019. Pede a declaração de inexistência do débito objeto da lide, bem como reparação em danos morais. É a suma do essencial. II – MOTIVAÇÃO 1. Os autos estão maduros para a prolação de sentença. Observado o rito estabelecido na Lei nº 9.099/95, não havendo vícios ou irregularidades a consertar. Homenageados os princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e de seu consectário, o contraditório. Concorrem, também, todos os pressupostos processuais para o desenvolvimento válido e regular do processo, bem assim as condições para o legítimo exercício do direito de ação. 2. Ante a ausência de preliminares passo à análise do mérito da causa. 3. A pretensão merece procedência. Da análise dos documentos acostados na exordial permite constatar que o registro dos dados da Reclamante nos órgãos de proteção ao crédito se deu por solicitação da Reclamada, por débito que a Reclamante afirma indevido. A Reclamada, por sua vez, apenas limita-se a afirmar a existência de relação jurídica entre as partes e que o débito é legítimo. Contudo, a Reclamada deixou de colacionar aos autos provas que demonstrem ao origem do débito negativado. Dessa forma, verifico que a empresa não trouxe fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito do Reclamante, cingindo-se a alinhavar alegações sem qualquer lastro probatório. Não demonstra a licitude da inscrição a que deu causa, o que lhe competia em face da relação de consumo – ainda que suposta – que se estabelece entre as partes, o que conduz à necessária facilitação dos direitos da parte autora, seja porque hipossuficiente (técnica e juridicamente), seja pela verossimilhança do alegado na exordial. Descura, assim, a demandada do dever de impugnação específica de que trata o art. 341, caput, do CPC, o que faz presumir a veracidade dos fatos articulados pela parte autora. Por conseguinte, impõe-se acolher os pedidos consistentes em declarar a inexigibilidade do débito, desconstituir a anotação (ou o registro) nos órgãos de proteção ao crédito. A conduta consistente em encaminhar ou manter o nome da Reclamante no órgão de proteção ao crédito, por caracterizar abuso de direito, exige reparação moral. Os bancos de dados e cadastros relativos a consumidores, os serviços de proteção ao crédito são considerados entidades de caráter público, conforme preceitua o art.43, § 4º da Lei 8.078/90, portanto carece de manter-se atualizado a fim de proteger os usuários, o que não restou observado pela requerida. In casu, o dano moral é o "damnum in re ipsa" (o dano está na própria coisa), decorrendo diretamente do fato, prescindindo de comprovação efetiva do prejuízo. Ora, é o registro ou manutenção indevida do nome do consumidor em cadastros de inadimplentes, a par de implicar palpáveis incômodos, percalços, transtornos, prejuízos e constrangimentos desnecessários, provoca abalo de crédito e afronta a dignidade da pessoa humana, haja vista que o nome do cidadão constitui-se em direito personalíssimo indissociável da dignidade que é ínsita a todo e qualquer sujeito de direitos. A reparação moral deve, necessariamente, guardar relação com a realidade do evento ocorrido, bem como tornar efetiva a função preventiva-punitiva-compensatória da indenização, sob a égide dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, de modo a evitar (1º) a ocorrência reiterada de atos lesivos, (2º) que implique locupletamento sem causa ao credor e (3º) que nada signifique financeiramente ao devedor. Recomenda-se que tenha como padrão do legitimado o homo medius, que "... seria aquele cidadão ideal que tivesse a igual distância do estóico ou do homem de coração seco de que fala Ripert, e do homem de sensibilidade extremada e doentia.", devem ser consideradas a gravidade do dano, o comportamento do ofensor e do ofendido - dolo ou culpa, sua posição social e econômica, a repercussão do fato à vista da maior ou menor publicidade, a capacidade de absorção por parte da vítima etc. Considerando que os autos são carentes de elementos que permitam um exame completo das circunstâncias acima mencionadas, e orientando-se pelos citados princípios de sobredireito (razoabilidade e proporcionalidade), estabeleço a quantificação do dano moral em R$ 7.000,00 (sete mil reais). III – DISPOSITIVO Posto isso, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil, OPINO pela PROCEDÊNCIA dos pedidos formulados por VALDOMIRO LOURENCO em desfavor de BANCO BRADESCO para DECLARAR a inexistência do débito objeto da lide, bem como CONDENAR a Requerida ao pagamento de R$ 7.000,00 (sete mil reais) a título de danos morais, corrigido monetariamente pelo IGP-M/FGV a partir da presente data, e acrescido de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, contados da data do evento danoso (04/10/2019). Por pertinência, torno DEFINITIVA a TUTELA CONCEDIDA à movimentação de ID. 25037891 e considerando o descumprimento da tutela de urgência, conforme verificado no ID . 26542114 CONDENO a Reclamada ao pagamento da quantia de R$ 3.000,00 (três mil reais), a título de astreintes. Proceda o Reclamado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a baixa do débito objeto da lide, nos órgãos de proteção ao crédito. O não cumprimento incidirá em multa no valor fixo de R$ 3.000,00 (três mil reais). Sem custas e sem honorários, por força do disposto no art. 55 da Lei nº 9.099/95. Transitada em julgado e nada sendo requerido, proceda-se ao arquivamento imediato. Cumpra-se. Submeto a presente SENTENÇA à apreciação do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito do Juizado Especial Cível de Cuiabá para fins de homologação, de acordo com o artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Camila Silva de Souza Juíza Leiga do 4º Juizado Especial Cível da Capital HOMOLOGO o projeto de sentença retro, na forma do art. 40 da Lei 9.099/95 e art. 8º, parágrafo único da Lei Complementar Estadual nº 270/2007. Preclusa a via recursal e nada sendo requerido, arquivem-se os autos com as baixas e anotações de estilo. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. JOÃO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE Juiz(a) de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1005834-20.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
GILSON ORESTES DE AMORIM (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIO HENRIQUE REGINATO OAB - MT0016639A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JOAO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1005834-20.2019.8.11.0001. REQUERENTE: GILSON ORESTES DE AMORIM REQUERIDO: VIVO S.A. I- Cuida-se embargos de declaração em que a parte Embargante alega que a sentença padece de obscuridade quanto ao valor probatório das telas sistêmicas, bem como de omissão, quanto a fundamentação dos danos morais. II- Conheço dos embargos porquanto tempestivamente opostos. No

mérito, desacolho os embargos. Não há o que aclarar ou colmatar no ato sentencial, o que fulmina o meio impugnativo ora manejado. Não é dado à parte buscar rediscutir o que já foi decidido na sentença, o que não se compadece com o recurso ora manejado, pois o Estado-juiz, ao declarar seu entendimento, fundando-o em alguma disposição legal, em algum elemento de prova que lhe passou convencimento, ou, ainda, em alguma corrente jurisprudencial, está, por conseguinte, afastando a incidência de qualquer outro dispositivo de lei, de qualquer outra circunstância probatória e também das eventuais outras posições jurisprudenciais que lhe parecerem incompatíveis. A jurisdição deve ser prestada na exata medida da causa de pedir e do pedido, cumprindo declinar a fundamentação mais apropriada ao caso concreto. Dessa forma, o Julgador não está obrigado a examinar todos os fundamentos legais alevantados pelas partes na lide, tendo em vista que pode decidir a causa de acordo com os motivos jurídicos necessários para sustentar o seu convencimento, a teor do que estabelece o art. 371 do CPC/2015. Ou seja, o princípio do livre convencimento motivado do Juiz não importa em que este deva exaurir todos os argumentos aduzidos pelos litigantes, mas que a sua decisão seja lastreada no sistema jurídico a que está adstrito. Confira-se a seguinte ementa: Ementa PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DAS HIPÓTESES ENSEJADORAS DO RECURSO. 1. A acolhida dos embargos declaratórios só tem cabimento nas hipóteses de omissão, contradição, obscuridade, ou, por construção pretoriana integrativa, erro material. 2. Estando evidenciada a tese jurídica em que se sustenta a decisão proferida nesta Instância, não é necessário declarar os dispositivos legais em que se fundamenta. 3. Desnecessária a menção a todas as teses invocadas pelas partes e que não foram consideradas significativas para o desate da lide. 4. Opostos os embargos de declaração, se o Tribunal recusar-se a suprir omissão por entendê-la inexistente, está preenchido o requisito do prequestionamento sobre a matéria dos embargos. (TRF-4, AC 56365120124049999 PR 0005636-51.2012.404.9999, Relator: JOÃO BATISTA PINTO SILVEIRA, Julgamento: 22/05/2-13, Órgão Julgador: SEXTA TURMA, Publicação: D.E. 04/06/2013) Ementa EMBARGOS INFRINGENTES. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO. OBJETIVO DE PREQUESTIONAMENTO EXPLÍCITO. REJEIÇÃO. Não está o órgão julgador vinculado aos argumentos da parte recorrente, tampouco deve discorrer sobre todos os dispositivos legais invocados. A avaliação da prova é feita segundo a livre convicção do magistrado, que deve expor claramente os fundamentos fáticos e jurídicos que embasaram o "decisum". Os embargos declaratórios também não se prestam para a rediscussão da matéria ou para prequestionamento de dispositivos. EMBARGOS REJEITADOS. (Embargos de Declaração Nº 70017468810, Terceiro Grupo de Câmaras Cíveis, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Artur Arnildo Ludwig, Julgado em 02/03/2007) Friso, uma vez mais, que a sentença não padece de dúvida, obscuridade, contradição ou omissão, que são as hipóteses de cabimento dos aclaratórios. Cito: ementa PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. ADVOGADO DA UNIÃO. GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE EXECUTIVA - GAE. EXCLUSÃO PELA MEDIDA PROVISÓRIA 2.048-26/2000, QUE INSTITUIU A GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE JURÍDICA - GDAJ. AUSÊNCIA DE VÍCIOS DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. PRETENSÃO DE REEXAME. NÃO CABIMENTO. 1. Os aclaratórios não merecem prosperar, pois o acórdão embargado não padece de vícios de omissão, contradição ou obscuridade, na medida que apreciou a demanda de forma clara e precisa, estando bem delineados os motivos e fundamentos que a embasam. 2. Não se prestam os embargos de declaração ao reexame da matéria que se constitui em objeto do decisum, porquanto constitui instrumento processual com o escopo de eliminar do julgamento obscuridade, contradição ou omissão sobre tema cujo pronunciamento se impunha pela decisão ou, ainda, de corrigir evidente erro material, consoante reza o art. 535 do CPC. 3. Embargos de declaração rejeitados. (EDcl no REsp 1353016/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/08/2013, DJe 03/09/2013) Posto isso, desacolho os embargos. Intimem-se. João Alberto Menna Barreto Duarte Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002988-30.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARLI GOMES DE OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANDERSON KRENZLIN BOLL OAB - MT19619/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JOAO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1002988-30.2019.8.11.0001. REQUERENTE: MARLI GOMES DE OLIVEIRA REQUERIDO: VIVO S.A. I- Cuida-se embargos de declaração em que a parte Embargante alega que a sentença padece de obscuridade quanto ao valor probatório das telas sistêmicas, bem como de omissão, quanto a fundamentação dos danos morais. II- Conheço dos embargos porquanto tempestivamente opostos. No mérito, desacolho os embargos. Não há o que aclarar ou colmatar no ato sentencial, o que fulmina o meio impugnativo ora manejado. Não é dado à parte buscar rediscutir o que já foi decidido na sentença, o que não se compadece com o recurso ora manejado, pois o Estado-juiz, ao declarar seu entendimento, fundando-o em alguma disposição legal, em algum elemento de prova que lhe passou convencimento, ou, ainda, em alguma corrente jurisprudencial, está, por conseguinte, afastando a incidência de qualquer outro dispositivo de lei, de qualquer outra circunstância probatória e também das eventuais outras posições jurisprudenciais que lhe parecerem incompatíveis. A jurisdição deve ser prestada na exata medida da causa de pedir e do pedido, cumprindo declinar a fundamentação mais apropriada ao caso concreto. Dessa forma, o Julgador não está obrigado a examinar todos os fundamentos legais alevantados pelas partes na lide, tendo em vista que pode decidir a causa de acordo com os motivos jurídicos necessários para sustentar o seu convencimento, a teor do que estabelece o art. 371 do CPC/2015. Ou seja, o princípio do livre convencimento motivado do Juiz não importa em que este deva exaurir todos os argumentos aduzidos pelos litigantes, mas que a sua decisão seja lastreada no sistema jurídico a que está adstrito. Confira-se a seguinte ementa: Ementa PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DAS HIPÓTESES ENSEJADORAS DO RECURSO. 1. A acolhida dos embargos declaratórios só tem cabimento nas hipóteses de omissão, contradição, obscuridade, ou, por construção pretoriana integrativa, erro material. 2. Estando evidenciada a tese jurídica em que se sustenta a decisão proferida nesta Instância, não é necessário declarar os dispositivos legais em que se fundamenta. 3. Desnecessária a menção a todas as teses invocadas pelas partes e que não foram consideradas significativas para o desate da lide. 4. Opostos os embargos de declaração, se o Tribunal recusar-se a suprir omissão por entendê-la inexistente, está preenchido o requisito do prequestionamento sobre a matéria dos embargos. (TRF-4, AC 56365120124049999 PR 0005636-51.2012.404.9999, Relator: JOÃO BATISTA PINTO SILVEIRA, Julgamento: 22/05/2-13, Órgão Julgador: SEXTA TURMA, Publicação: D.E. 04/06/2013) Ementa EMBARGOS INFRINGENTES. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO. OBJETIVO DE PREQUESTIONAMENTO EXPLÍCITO. REJEIÇÃO. Não está o órgão julgador vinculado aos argumentos da parte recorrente, tampouco deve discorrer sobre todos os dispositivos legais invocados. A avaliação da prova é feita segundo a livre convicção do magistrado, que deve expor claramente os fundamentos fáticos e jurídicos que embasaram o "decisum". Os embargos declaratórios também não se prestam para a rediscussão da matéria ou para prequestionamento de dispositivos. EMBARGOS REJEITADOS. (Embargos de Declaração Nº 70017468810, Terceiro Grupo de Câmaras Cíveis, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Artur Arnildo Ludwig, Julgado em 02/03/2007) Friso, uma vez mais, que a sentença não padece de dúvida, obscuridade, contradição ou omissão, que são as hipóteses de cabimento dos aclaratórios. Cito: ementa PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. ADVOGADO DA UNIÃO. GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE EXECUTIVA - GAE. EXCLUSÃO PELA MEDIDA PROVISÓRIA 2.048-26/2000, QUE INSTITUIU A GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE JURÍDICA - GDAJ. AUSÊNCIA DE VÍCIOS DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. PRETENSÃO DE REEXAME. NÃO CABIMENTO. 1. Os aclaratórios não merecem prosperar, pois o acórdão embargado não padece de vícios de omissão, contradição ou obscuridade, na medida que apreciou a demanda de forma clara e precisa, estando bem delineados os motivos e fundamentos que a embasam. 2. Não se prestam os embargos de declaração ao reexame da matéria que

se constitui em objeto do decisum, porquanto constitui instrumento processual com o escopo de eliminar do julgamento obscuridade, contradição ou omissão sobre tema cujo pronunciamento se impunha pela decisão ou, ainda, de corrigir evidente erro material, consoante reza o art. 535 do CPC. 3. Embargos de declaração rejeitados. (EDcl no REsp 1353016/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/08/2013, DJe 03/09/2013) Posto isso, desacolho os embargos. Intimem-se. João Alberto Menna Barreto Duarte Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1008012-39.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ORLANDA ARMINDA DE LIMA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE ROBERTO BORGES PORTO OAB - MT2854/B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JOAO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1008012-39.2019.8.11.0001. REQUERENTE: ORLANDA ARMINDA DE LIMA REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A I- Cuida-se embargos de declaração em que a parte Embargante alega que a sentença padece de contradição quanto ao valor probatório das telas sistêmicas. II- Conheço dos embargos porquanto tempestivamente opostos. No mérito, desacolho os embargos. Não há o que aclarar ou colmatar no ato sentencial, o que fulmina o meio impugnativo ora manejado. Não é dado à parte buscar rediscutir o que já foi decidido na sentença, o que não se compadece com o recurso ora manejado, pois o Estado-juiz, ao declarar seu entendimento, fundando-o em alguma disposição legal, em algum elemento de prova que lhe passou convencimento, ou, ainda, em alguma corrente jurisprudencial, está, por conseguinte, afastando a incidência de qualquer outro dispositivo de lei, de qualquer outra circunstância probatória e também das eventuais outras posições jurisprudenciais que lhe parecerem incompatíveis. A jurisdição deve ser prestada na exata medida da causa de pedir e do pedido, cumprindo declinar a fundamentação mais apropriada ao caso concreto. Dessa forma, o Julgador não está obrigado a examinar todos os fundamentos legais alevantados pelas partes na lide, tendo em vista que pode decidir a causa de acordo com os motivos jurídicos necessários para sustentar o seu convencimento, a teor do que estabelece o art. 371 do CPC/2015. Ou seja, o princípio do livre convencimento motivado do Juiz não importa em que este deva exaurir todos os argumentos aduzidos pelos litigantes, mas que a sua decisão seja lastreada no sistema jurídico a que está adstrito. Confira-se a seguinte ementa: Ementa PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DAS HIPÓTESES ENSEJADORAS DO RECURSO. 1. A acolhida dos embargos declaratórios só tem cabimento nas hipóteses de omissão, contradição, obscuridade, ou, por construção pretoriana integrativa, erro material. 2. Estando evidenciada a tese jurídica em que se sustenta a decisão proferida nesta Instância, não é necessário declarar os dispositivos legais em que se fundamenta. 3. Desnecessária a menção a todas as teses invocadas pelas partes e que não foram consideradas significativas para o desate da lide. 4. Opostos os embargos de declaração, se o Tribunal recusar-se a suprir omissão por entendê-la inexistente, está preenchido o requisito do prequestionamento sobre a matéria dos embargos. (TRF-4, AC 56365120124049999 PR 0005636-51.2012.404.9999, Relator: JOÃO BATISTA PINTO SILVEIRA, Julgamento: 22/05/2-13, Órgão Julgador: SEXTA TURMA, Publicação: D.E. 04/06/2013) Ementa EMBARGOS INFRINGENTES. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO. OBJETIVO DE PREQUESTIONAMENTO EXPLÍCITO. REJEIÇÃO. Não está o órgão julgador vinculado aos argumentos da parte recorrente, tampouco deve discorrer sobre todos os dispositivos legais invocados. A avaliação da prova é feita segundo a livre convicção do magistrado, que deve expor claramente os fundamentos fáticos e jurídicos que embasaram o "decisum". Os embargos declaratórios também não se prestam para a rediscussão da matéria ou para prequestionamento de dispositivos. EMBARGOS REJEITADOS. (Embargos de Declaração Nº 70017468810, Terceiro Grupo de Câmaras Cíveis, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Artur Arnildo Ludwig, Julgado em 02/03/2007) Friso, uma vez mais, que a sentença não padece de dúvida, obscuridade, contradição ou omissão, que são as hipóteses de cabimento dos aclaratórios. Cito: ementa PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. ADVOGADO DA UNIÃO. GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE EXECUTIVA - GAE. EXCLUSÃO PELA MEDIDA PROVISÓRIA 2.048-26/2000, QUE INSTITUIU A GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE JURÍDICA - GDAJ. AUSÊNCIA DE VÍCIOS DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. PRETENSÃO DE REEXAME. NÃO CABIMENTO. 1. Os aclaratórios não merecem prosperar, pois o acórdão embargado não padece de vícios de omissão, contradição ou obscuridade, na medida que apreciou a demanda de forma clara e precisa, estando bem delineados os motivos e fundamentos que a embasam. 2. Não se prestam os embargos de declaração ao reexame da matéria que se constitui em objeto do decisum, porquanto constitui instrumento processual com o escopo de eliminar do julgamento obscuridade, contradição ou omissão sobre tema cujo pronunciamento se impunha pela decisão ou, ainda, de corrigir evidente erro material, consoante reza o art. 535 do CPC. 3. Embargos de declaração rejeitados. (EDcl no REsp 1353016/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/08/2013, DJe 03/09/2013) Posto isso, desacolho os embargos. Intimem-se. João Alberto Menna Barreto Duarte Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002820-28.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
FERNANDO AUGUSTO RODRIGUES DE GUSMAO SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FELIPE LUIZ ALENCAR VILAROUCA OAB - MT19194-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JOAO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1002820-28.2019.8.11.0001. REQUERENTE: FERNANDO AUGUSTO RODRIGUES DE GUSMAO SILVA REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A I- Cuida-se de Embargos de declaração em que a parte Embargante alega que a sentença padece de omissão, porquanto deixou de se manifestar quanto ao pedido de condenação por litigância de má fé. II- Conheço os embargos porquanto tempestivamente opostos. No mérito, impõe-se acolher os embargos. Depreende-se da sentença embargada que este juízo olvidou-se quanto ao pedido de condenação da parte autora por litigância de má-fé, expressamente agitado na contestação, em razão do qual passo a apreciar em seguida. Apesar de ser declarada improcedente a ação, não vislumbro qualquer indício de má-fé perpetrada pela parte Reclamante nos autos, uma vez que a sua conduta processual não se afastou dos limites de defesa da pretensão, não tendo, pois, incorrido nas hipóteses do artigo 80 do CPC. Posto isso, acolho os embargos para, colmatando à omissão, indeferir o pedido de condenação nas sanções da litigância de má-fé. Intimem-se. João Alberto Menna Barreto Duarte Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1007674-65.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
THAIZA TRINDADE (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RONAN DA COSTA MARQUES OAB - MT21093/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JOAO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1007674-65.2019.8.11.0001. REQUERENTE: THAIZA TRINDADE REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A I- Cuida-se embargos de declaração em que a parte Embargante alega que a sentença padece de contradição quanto ao valor probatório das telas sistêmicas, bem como de omissão quanto aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade na quantificação dos danos morais. II- Conheço dos embargos porquanto tempestivamente opostos. No mérito, desacolho os embargos. Não há o que aclarar ou colmatar no ato sentencial, o que fulmina o meio impugnativo ora manejado. Não é dado à parte buscar rediscutir o que já foi decidido na sentença, o que não se compadece com o recurso ora manejado, pois o Estado-juiz, ao declarar seu entendimento, fundando-o em alguma disposição legal, em algum elemento de prova que lhe passou convencimento, ou, ainda, em alguma corrente jurisprudencial, está, por conseguinte, afastando a incidência de qualquer outro dispositivo de lei, de qualquer outra circunstância probatória e também das eventuais outras posições jurisprudenciais que lhe parecerem incompatíveis. A jurisdição deve ser prestada na exata medida da causa de pedir e do pedido, cumprindo declinar a fundamentação mais apropriada ao caso concreto. Dessa forma, o Julgador não está obrigado a examinar todos os fundamentos legais alevantados pelas partes na lide, tendo em vista que pode decidir a causa de acordo com os motivos jurídicos necessários para sustentar o seu convencimento, a teor do que estabelece o art. 371 do CPC/2015. Ou seja, o princípio do livre convencimento motivado do Juiz não importa em que este deva exaurir todos os argumentos aduzidos pelos litigantes, mas que a sua decisão seja lastreada no sistema jurídico a que está adstrito. Confira-se a seguinte ementa: Ementa PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DAS HIPÓTESES ENSEJADORAS DO RECURSO. 1. A acolhida dos embargos declaratórios só tem cabimento nas hipóteses de omissão, contradição, obscuridade, ou, por construção pretoriana integrativa, erro material. 2. Estando evidenciada a tese jurídica em que se sustenta a decisão proferida nesta Instância, não é necessário declarar os dispositivos legais em que se fundamenta. 3. Desnecessária a menção a todas as teses invocadas pelas partes e que não foram consideradas significativas para o desate da lide. 4. Opostos os embargos de declaração, se o Tribunal recusar-se a suprir omissão por entendê-la inexistente, está preenchido o requisito do prequestionamento sobre a matéria dos embargos. (TRF-4, AC 56365120124049999 PR 0005636-51.2012.404.9999, Relator: JOÃO BATISTA PINTO SILVEIRA, Julgamento: 22/05/2-13, Órgão Julgador: SEXTA TURMA, Publicação: D.E. 04/06/2013) Ementa EMBARGOS INFRINGENTES. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO. OBJETIVO DE PREQUESTIONAMENTO EXPLÍCITO. REJEIÇÃO. Não está o órgão julgador vinculado aos argumentos da parte recorrente, tampouco deve discorrer sobre todos os dispositivos legais invocados. A avaliação da prova é feita segundo a livre convicção do magistrado, que deve expor claramente os fundamentos fáticos e jurídicos que embasaram o "decisum". Os embargos declaratórios também não se prestam para a rediscussão da matéria ou para prequestionamento de dispositivos. EMBARGOS REJEITADOS. (Embargos de Declaração Nº 70017468810, Terceiro Grupo de Câmaras Cíveis, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Artur Arnildo Ludwig, Julgado em 02/03/2007) Friso, uma vez mais, que a sentença não padece de dúvida, obscuridade, contradição ou omissão, que são as hipóteses de cabimento dos aclaratórios. Cito: ementa PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. ADVOGADO DA UNIÃO. GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE EXECUTIVA - GAE. EXCLUSÃO PELA MEDIDA PROVISÓRIA 2.048-26/2000, QUE INSTITUIU A GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE JURÍDICA - GDAJ. AUSÊNCIA DE VÍCIOS DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. PRETENSÃO DE REEXAME. NÃO CABIMENTO. 1. Os aclaratórios não merecem prosperar, pois o acórdão embargado não padece de vícios de omissão, contradição ou obscuridade, na medida que apreciou a demanda de forma clara e precisa, estando bem delineados os motivos e fundamentos que a embasam. 2. Não se prestam os embargos de declaração ao reexame da matéria que se constitui em objeto do decisum, porquanto constitui instrumento processual com o escopo de eliminar do julgamento obscuridade, contradição ou omissão sobre tema cujo pronunciamento se impunha pela decisão ou, ainda, de corrigir evidente erro material, consoante reza o art. 535 do CPC. 3. Embargos de declaração rejeitados. (EDcl no REsp 1353016/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/08/2013, DJe 03/09/2013) Posto isso, desacolho os embargos. Intimem-se. João Alberto Menna Barreto Duarte Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1003830-10.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LOURRAYNE KETELLEN DE SOUZA BARBOSA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SUZINETE COSTA DE ALMEIDA OAB - MT0021291A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JOAO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1003830-10.2019.8.11.0001. REQUERENTE: LOURRAYNE KETELLEN DE SOUZA BARBOSA REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A I- Cuida-se embargos de declaração em que a parte Embargante alega que a sentença padece de omissão, porquanto juntado nos autos telas comprobatórias, que evidenciam o vínculo com a parte autora. II- Conheço dos embargos porquanto tempestivamente opostos. No mérito, desacolho os embargos. Não há o que aclarar ou colmatar no ato sentencial, o que fulmina o meio impugnativo ora manejado. Apesar da embargante ter juntado nos autos telas de conta e ficha cadastral por meio de telas sistêmicas, de modo que pondero que as telas desacompanhadas de qualquer outro elemento probante com assinatura a ponto de caracterizar e comprovar a suposta relação contratual estabelecida entre as partes acaba por apenas repercutir imagens das telas de sistema internos da embargante, que em absoluto não se caracterizam como documentos, porque constituem dados que são elaborados única e unilateralmente pela reclamada, sem qualquer participação da parte adversa, de maneira que não tem condão de produzir certeza a cerca de sus conteúdos. Não é dado à parte buscar rediscutir o que já foi decidido na sentença, o que não se compadece com o recurso ora manejado, pois o Estado-juiz, ao declarar seu entendimento, fundando-o em alguma disposição legal, em algum elemento de prova que lhe passou convencimento, ou, ainda, em alguma corrente jurisprudencial, está, por conseguinte, afastando a incidência de qualquer outro dispositivo de lei, de qualquer outra circunstância probatória e também das eventuais outras posições jurisprudenciais que lhe parecerem incompatíveis. A jurisdição deve ser prestada na exata medida da causa de pedir e do pedido, cumprindo declinar a fundamentação mais apropriada ao caso concreto. Dessa forma, o Julgador não está obrigado a examinar todos os fundamentos legais alevantados pelas partes na lide, tendo em vista que pode decidir a causa de acordo com os motivos jurídicos necessários para sustentar o seu convencimento, a teor do que estabelece o art. 371 do CPC/2015. Ou seja, o princípio do livre convencimento motivado do Juiz não importa em que este deva exaurir todos os argumentos aduzidos pelos litigantes, mas que a sua decisão seja lastreada no sistema jurídico a que está adstrito. Confira-se a seguinte ementa: Ementa PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DAS HIPÓTESES ENSEJADORAS DO RECURSO. 1. A acolhida dos embargos declaratórios só tem cabimento nas hipóteses de omissão, contradição, obscuridade, ou, por construção pretoriana integrativa, erro material. 2. Estando evidenciada a tese jurídica em que se sustenta a decisão proferida nesta Instância, não é necessário declarar os dispositivos legais em que se fundamenta. 3. Desnecessária a menção a todas as teses invocadas pelas partes e que não foram consideradas significativas para o desate da lide. 4. Opostos os embargos de declaração, se o Tribunal recusar-se a suprir omissão por entendê-la inexistente, está preenchido o requisito do prequestionamento sobre a matéria dos embargos. (TRF-4, AC 56365120124049999 PR 0005636-51.2012.404.9999, Relator: JOÃO BATISTA PINTO SILVEIRA, Julgamento: 22/05/2-13, Órgão Julgador: SEXTA TURMA, Publicação: D.E. 04/06/2013) Ementa EMBARGOS INFRINGENTES. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO. OBJETIVO DE PREQUESTIONAMENTO EXPLÍCITO. REJEIÇÃO. Não está o órgão julgador

vinculado aos argumentos da parte recorrente, tampouco deve discorrer sobre todos os dispositivos legais invocados. A avaliação da prova é feita segundo a livre convicção do magistrado, que deve expor claramente os fundamentos fáticos e jurídicos que embasaram o "decisum". Os embargos declaratórios também não se prestam para a rediscussão da matéria ou para prequestionamento de dispositivos. EMBARGOS REJEITADOS. (Embargos de Declaração Nº 70017468810, Terceiro Grupo de Câmaras Cíveis, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Artur Arnildo Ludwig, Julgado em 02/03/2007) Friso, uma vez mais, que a sentença não padece de dúvida, obscuridade, contradição ou omissão, que são as hipóteses de cabimento dos aclaratórios. Cito: ementa PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. ADVOGADO DA UNIÃO. GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE EXECUTIVA - GAE. EXCLUSÃO PELA MEDIDA PROVISÓRIA 2.048-26/2000, QUE INSTITUIU A GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE JURÍDICA - GDAJ. AUSÊNCIA DE VÍCIOS DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. PRETENSÃO DE REEXAME. NÃO CABIMENTO. 1. Os aclaratórios não merecem prosperar, pois o acórdão embargado não padece de vícios de omissão, contradição ou obscuridade, na medida que apreciou a demanda de forma clara e precisa, estando bem delineados os motivos e fundamentos que a embasam. 2. Não se prestam os embargos de declaração ao reexame da matéria que se constitui em objeto do decisum, porquanto constitui instrumento processual com o escopo de eliminar do julgamento obscuridade, contradição ou omissão sobre tema cujo pronunciamento se impunha pela decisão ou, ainda, de corrigir evidente erro material, consoante reza o art. 535 do CPC. 3. Embargos de declaração rejeitados. (EDcl no REsp 1353016/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/08/2013, DJe 03/09/2013) Posto isso, desacolho os embargos. Intimem-se. João Alberto Menna Barreto Duarte Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1003638-77.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE DIVINO DE LIMA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EVALDO LUCIO DA SILVA OAB - MT10462-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JOAO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1003638-77.2019.8.11.0001. REQUERENTE: JOSE DIVINO DE LIMA REQUERIDO: VIVO S.A. I- Cuida-se embargos de declaração em que a parte Embargante alega que a sentença padece de obscuridade quanto ao valor probatório das telas sistêmicas, bem como de omissão, quanto a fundamentação dos danos morais. II- Conheço dos embargos porquanto tempestivamente opostos. No mérito, desacolho os embargos. Não há o que aclarar ou colmatar no ato sentencial, o que fulmina o meio impugnativo ora manejado. Não é dado à parte buscar rediscutir o que já foi decidido na sentença, o que não se compadece com o recurso ora manejado, pois o Estado-juiz, ao declarar seu entendimento, fundando-o em alguma disposição legal, em algum elemento de prova que lhe passou convencimento, ou, ainda, em alguma corrente jurisprudencial, está, por conseguinte, afastando a incidência de qualquer outro dispositivo de lei, de qualquer outra circunstância probatória e também das eventuais outras posições jurisprudenciais que lhe parecerem incompatíveis. A jurisdição deve ser prestada na exata medida da causa de pedir e do pedido, cumprindo declinar a fundamentação mais apropriada ao caso concreto. Dessa forma, o Julgador não está obrigado a examinar todos os fundamentos legais alevantados pelas partes na lide, tendo em vista que pode decidir a causa de acordo com os motivos jurídicos necessários para sustentar o seu convencimento, a teor do que estabelece o art. 371 do CPC/2015. Ou seja, o princípio do livre convencimento motivado do Juiz não importa em que este deva exaurir todos os argumentos aduzidos pelos litigantes, mas que a sua decisão seja lastreada no sistema jurídico a que está adstrito. Confira-se a seguinte ementa: Ementa PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DAS HIPÓTESES ENSEJADORAS DO RECURSO. 1. A acolhida dos embargos declaratórios só tem cabimento nas hipóteses de omissão, contradição, obscuridade, ou, por construção pretoriana integrativa, erro material. 2. Estando evidenciada a tese jurídica em que se sustenta a decisão proferida nesta Instância, não é necessário declarar os dispositivos legais em que se fundamenta. 3. Desnecessária a menção a todas as teses invocadas pelas partes e que não foram consideradas significativas para o desate da lide. 4. Opostos os embargos de declaração, se o Tribunal recusar-se a suprir omissão por entendê-la inexistente, está preenchido o requisito do prequestionamento sobre a matéria dos embargos. (TRF-4, AC 56365120124049999 PR 0005636-51.2012.404.9999, Relator: JOÃO BATISTA PINTO SILVEIRA, Julgamento: 22/05/2-13, Órgão Julgador: SEXTA TURMA, Publicação: D.E. 04/06/2013) Ementa EMBARGOS INFRINGENTES. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO. OBJETIVO DE PREQUESTIONAMENTO EXPLÍCITO. REJEIÇÃO. Não está o órgão julgador vinculado aos argumentos da parte recorrente, tampouco deve discorrer sobre todos os dispositivos legais invocados. A avaliação da prova é feita segundo a livre convicção do magistrado, que deve expor claramente os fundamentos fáticos e jurídicos que embasaram o "decisum". Os embargos declaratórios também não se prestam para a rediscussão da matéria ou para prequestionamento de dispositivos. EMBARGOS REJEITADOS. (Embargos de Declaração Nº 70017468810, Terceiro Grupo de Câmaras Cíveis, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Artur Arnildo Ludwig, Julgado em 02/03/2007) Friso, uma vez mais, que a sentença não padece de dúvida, obscuridade, contradição ou omissão, que são as hipóteses de cabimento dos aclaratórios. Cito: ementa PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. ADVOGADO DA UNIÃO. GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE EXECUTIVA - GAE. EXCLUSÃO PELA MEDIDA PROVISÓRIA 2.048-26/2000, QUE INSTITUIU A GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE JURÍDICA - GDAJ. AUSÊNCIA DE VÍCIOS DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. PRETENSÃO DE REEXAME. NÃO CABIMENTO. 1. Os aclaratórios não merecem prosperar, pois o acórdão embargado não padece de vícios de omissão, contradição ou obscuridade, na medida que apreciou a demanda de forma clara e precisa, estando bem delineados os motivos e fundamentos que a embasam. 2. Não se prestam os embargos de declaração ao reexame da matéria que se constitui em objeto do decisum, porquanto constitui instrumento processual com o escopo de eliminar do julgamento obscuridade, contradição ou omissão sobre tema cujo pronunciamento se impunha pela decisão ou, ainda, de corrigir evidente erro material, consoante reza o art. 535 do CPC. 3. Embargos de declaração rejeitados. (EDcl no REsp 1353016/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/08/2013, DJe 03/09/2013) Posto isso, desacolho os embargos. Intimem-se. João Alberto Menna Barreto Duarte Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1003312-20.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
RAFAELA AMORIM FARINHA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE SAMUEL DE SOUZA SAMPAIO OAB - MT24487/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JOAO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1003312-20.2019.8.11.0001. REQUERENTE: RAFAELA AMORIM FARINHA REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A I- Cuida-se de Embargos de declaração em que a parte Embargante alega que a sentença padece de omissão, porquanto deixou de se manifestar quanto ao pedido de condenação por litigância de má fé. II- Conheço os embargos porquanto tempestivamente opostos. No mérito, impõe-se acolher os embargos. Depreende-se da sentença embargada que este juízo olvidou-se quanto ao pedido de condenação da parte autora por litigância de má-fé, expressamente agitado na contestação, em razão do qual passo a apreciar em seguida. Apesar de ser declarada improcedente a

ação, não vislumbro qualquer indício de má-fé perpetrada pela parte Reclamante nos autos, uma vez que a sua conduta processual não se afastou dos limites de defesa da pretensão, não tendo, pois, incorrido nas hipóteses do artigo 80 do CPC. Posto isso, acolho os embargos para, colmatando à omissão, indeferir o pedido de condenação nas sanções da litigância de má-fé. Intimem-se. João Alberto Menna Barreto Duarte Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1008231-52.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
WERKSIANE DE OLIVEIRA PANTALEAO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SANTANA SILVA OAB - MT21438-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JOAO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1008231-52.2019.8.11.0001. REQUERENTE: WERKSIANE DE OLIVEIRA PANTALEAO REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A I- Cuida-se embargos de declaração em que a parte Embargante alega que a sentença padece de contradição quanto ao valor probatório das telas sistêmicas, bem como de omissão quanto aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade na quantificação dos danos morais. II- Conheço dos embargos porquanto tempestivamente opostos. No mérito, desacolho os embargos. Não há o que aclarar ou colmatar no ato sentencial, o que fulmina o meio impugnativo ora manejado. Não é dado à parte buscar rediscutir o que já foi decidido na sentença, o que não se compadece com o recurso ora manejado, pois o Estado-juiz, ao declarar seu entendimento, fundando-o em alguma disposição legal, em algum elemento de prova que lhe passou convencimento, ou, ainda, em alguma corrente jurisprudencial, está, por conseguinte, afastando a incidência de qualquer outro dispositivo de lei, de qualquer outra circunstância probatória e também das eventuais outras posições jurisprudenciais que lhe parecerem incompatíveis. A jurisdição deve ser prestada na exata medida da causa de pedir e do pedido, cumprindo declinar a fundamentação mais apropriada ao caso concreto. Dessa forma, o Julgador não está obrigado a examinar todos os fundamentos legais alevantados pelas partes na lide, tendo em vista que pode decidir a causa de acordo com os motivos jurídicos necessários para sustentar o seu convencimento, a teor do que estabelece o art. 371 do CPC/2015. Ou seja, o princípio do livre convencimento motivado do Juiz não importa em que este deva exaurir todos os argumentos aduzidos pelos litigantes, mas que a sua decisão seja lastreada no sistema jurídico a que está adstrito. Confira-se a seguinte ementa: Ementa PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DAS HIPÓTESES ENSEJADORAS DO RECURSO. 1. A acolhida dos embargos declaratórios só tem cabimento nas hipóteses de omissão, contradição, obscuridade, ou, por construção pretoriana integrativa, erro material. 2. Estando evidenciada a tese jurídica em que se sustenta a decisão proferida nesta Instância, não é necessário declarar os dispositivos legais em que se fundamenta. 3. Desnecessária a menção a todas as teses invocadas pelas partes e que não foram consideradas significativas para o desate da lide. 4. Opostos os embargos de declaração, se o Tribunal recusar-se a suprir omissão por entendê-la inexistente, está preenchido o requisito do prequestionamento sobre a matéria dos embargos. (TRF-4, AC 56365120124049999 PR 0005636-51.2012.404.9999, Relator: JOÃO BATISTA PINTO SILVEIRA, Julgamento: 22/05/2-13, Órgão Julgador: SEXTA TURMA, Publicação: D.E. 04/06/2013) Ementa EMBARGOS INFRINGENTES. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO. OBJETIVO DE PREQUESTIONAMENTO EXPLÍCITO. REJEIÇÃO. Não está o órgão julgador vinculado aos argumentos da parte recorrente, tampouco deve discorrer sobre todos os dispositivos legais invocados. A avaliação da prova é feita segundo a livre convicção do magistrado, que deve expor claramente os fundamentos fáticos e jurídicos que embasaram o "decisum". Os embargos declaratórios também não se prestam para a rediscussão da matéria ou para prequestionamento de dispositivos. EMBARGOS REJEITADOS. (Embargos de Declaração Nº 70017468810, Terceiro Grupo de Câmaras Cíveis, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Artur Arnildo Ludwig, Julgado em 02/03/2007) Friso, uma vez mais, que a sentença não padece de dúvida, obscuridade, contradição ou omissão, que são as hipóteses de cabimento dos aclaratórios. Cito: ementa PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. ADVOGADO DA UNIÃO. GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE EXECUTIVA - GAE. EXCLUSÃO PELA MEDIDA PROVISÓRIA 2.048-26/2000, QUE INSTITUIU A GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE JURÍDICA - GDAJ. AUSÊNCIA DE VÍCIOS DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. PRETENSÃO DE REEXAME. NÃO CABIMENTO. 1. Os aclaratórios não merecem prosperar, pois o acórdão embargado não padece de vícios de omissão, contradição ou obscuridade, na medida que apreciou a demanda de forma clara e precisa, estando bem delineados os motivos e fundamentos que a embasam. 2. Não se prestam os embargos de declaração ao reexame da matéria que se constitui em objeto do decisum, porquanto constitui instrumento processual com o escopo de eliminar do julgamento obscuridade, contradição ou omissão sobre tema cujo pronunciamento se impunha pela decisão ou, ainda, de corrigir evidente erro material, consoante reza o art. 535 do CPC. 3. Embargos de declaração rejeitados. (EDcl no REsp 1353016/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/08/2013, DJe 03/09/2013) Posto isso, desacolho os embargos. Intimem-se. João Alberto Menna Barreto Duarte Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1009463-02.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ITALO BRUNO BRITO DE ARRUDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Herlen Cristine Pereira Koch OAB - MT8428-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MONETIZZE LTDA - ME (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
VANESSA TATIANE FERREIRA SOARES DE CASTRO OAB - MG174717 (ADVOGADO(A))
AMANDA BATISTA PORTO SOARES OAB - MG190878 (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JOAO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1009463-02.2019.8.11.0001. REQUERENTE: ITALO BRUNO BRITO DE ARRUDA REQUERIDO: MONETIZZE LTDA - ME I- Cuida-se embargos de declaração em que a parte Embargante alega que a sentença padece de omissão quanto ao pedido de audiência de instrução. II- Conheço dos embargos porquanto tempestivamente opostos. No mérito, desacolho os embargos. Não há o que aclarar ou colmatar no ato sentencial, o que fulmina o meio impugnativo ora manejado. Além de já estar claro na sentença impugnada a prescindibilidade da solenidade porquanto a matéria de prova é caracterizada como documental, ressalvo que o juiz possui o poder-dever sobre o processo de modo que cabe a ele decisão quanto a necessidades de produção de novas provas, no caso a testemunhal, assim no feito não seja necessária tem-se o julgamento antecipado da lide. sobre isso cito: Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. DESAPROPRIAÇÃO. AGRAVO RETIDO. CERCEAMENTO DE DEFESA. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. INDENIZAÇÃO COMPLEMENTAR. QUITAÇÃO. AUSÊNCIA DE VÍCIO DE CONSENTIMENTO. 1 - O magistrado que preside a causa detém o poder-dever de evitar a coleta de prova que se mostre inútil ao deslinde do feito, sob pena de ferir a regra processual prevista no art. 130, do Código de Processo Civil - legislada em homenagem aos princípios da celeridade e da economia processual. Se tratando o caso de questão meramente de direito ou - se tratando de direito e de fato - não havendo necessidade de produzir prova em audiência, cabe ao juiz - destinatário da prova - abreviar o curso do processo e proferir sentença, conhecendo diretamente do pedido, nos termos do art. 330, inciso I, do CPC. Nulidade não evidenciada. Agravo retido improvido. 2 - A quitação oferecida pela parte expropriada - em razão do pagamento da indenização - constitui óbice ao pleito judicial de complementação do valor indenizatório, haja vista inexistir vício de consentimento no negócio jurídico perfectibilizado mediante escritura pública. Tendo a parte aderido voluntariamente a negócio jurídico, livre de qualquer vício de consentimento, não há falar-se

em indenização complementar. AGRAVO RETIDO E APELO IMPROVIDOS. (Apelação Cível Nº 70051863843, Quarta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Francesco Conti, Julgado em 23/04/2014) Não é dado à parte buscar rediscutir o que já foi decidido na sentença, o que não se compadece com o recurso ora manejado, pois o Estado-juiz, ao declarar seu entendimento, fundando-o em alguma disposição legal, em algum elemento de prova que lhe passou convencimento, ou, ainda, em alguma corrente jurisprudencial, está, por conseguinte, afastando a incidência de qualquer outro dispositivo de lei, de qualquer outra circunstância probatória e também das eventuais outras posições jurisprudenciais que lhe parecerem incompatíveis. A jurisdição deve ser prestada na exata medida da causa de pedir e do pedido, cumprindo declinar a fundamentação mais apropriada ao caso concreto. Dessa forma, o Julgador não está obrigado a examinar todos os fundamentos legais alevantados pelas partes na lide, tendo em vista que pode decidir a causa de acordo com os motivos jurídicos necessários para sustentar o seu convencimento, a teor do que estabelece o art. 371 do CPC/2015. Ou seja, o princípio do livre convencimento motivado do Juiz não importa em que este deva exaurir todos os argumentos aduzidos pelos litigantes, mas que a sua decisão seja lastreada no sistema jurídico a que está adstrito. Confira-se a seguinte ementa: Ementa PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DAS HIPÓTESES ENSEJADORAS DO RECURSO. 1. A acolhida dos embargos declaratórios só tem cabimento nas hipóteses de omissão, contradição, obscuridade, ou, por construção pretoriana integrativa, erro material. 2. Estando evidenciada a tese jurídica em que se sustenta a decisão proferida nesta Instância, não é necessário declarar os dispositivos legais em que se fundamenta. 3. Desnecessária a menção a todas as teses invocadas pelas partes e que não foram consideradas significativas para o desate da lide. 4. Opostos os embargos de declaração, se o Tribunal recusar-se a suprir omissão por entendê-la inexistente, está preenchido o requisito do prequestionamento sobre a matéria dos embargos. (TRF-4, AC 56365120124049999 PR 0005636-51.2012.404.9999, Relator: JOÃO BATISTA PINTO SILVEIRA, Julgamento: 22/05/2-13, Órgão Julgador: SEXTA TURMA, Publicação: D.E. 04/06/2013) Ementa EMBARGOS INFRINGENTES. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO. OBJETIVO DE PREQUESTIONAMENTO EXPLÍCITO. REJEIÇÃO. Não está o órgão julgador vinculado aos argumentos da parte recorrente, tampouco deve discorrer sobre todos os dispositivos legais invocados. A avaliação da prova é feita segundo a livre convicção do magistrado, que deve expor claramente os fundamentos fáticos e jurídicos que embasaram o "decisum". Os embargos declaratórios também não se prestam para a rediscussão da matéria ou para prequestionamento de dispositivos. EMBARGOS REJEITADOS. (Embargos de Declaração Nº 70017468810, Terceiro Grupo de Câmaras Cíveis, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Artur Arnildo Ludwig, Julgado em 02/03/2007) Friso, uma vez mais, que a sentença não padece de dúvida, obscuridade, contradição ou omissão, que são as hipóteses de cabimento dos aclaratórios. Cito: ementa PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. ADVOGADO DA UNIÃO. GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE EXECUTIVA - GAE. EXCLUSÃO PELA MEDIDA PROVISÓRIA 2.048-26/2000, QUE INSTITUIU A GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE JURÍDICA - GDAJ. AUSÊNCIA DE VÍCIOS DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. PRETENSÃO DE REEXAME. NÃO CABIMENTO. 1. Os aclaratórios não merecem prosperar, pois o acórdão embargado não padece de vícios de omissão, contradição ou obscuridade, na medida que apreciou a demanda de forma clara e precisa, estando bem delineados os motivos e fundamentos que a embasam. 2. Não se prestam os embargos de declaração ao reexame da matéria que se constitui em objeto do decisum, porquanto constitui instrumento processual com o escopo de eliminar do julgamento obscuridade, contradição ou omissão sobre tema cujo pronunciamento se impunha pela decisão ou, ainda, de corrigir evidente erro material, consoante reza o art. 535 do CPC. 3. Embargos de declaração rejeitados. (EDcl no REsp 1353016/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/08/2013, DJe 03/09/2013) Posto isso, desacolho os embargos. Intimem-se. João Alberto Menna Barreto Duarte Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1003117-35.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ALESSANDRA SANTO ALCANTARA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Herlen Cristine Pereira Koch OAB - MT8428-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
Ozana Baptista Gusmão OAB - MT4062-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JOAO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1003117-35.2019.8.11.0001. REQUERENTE: ALESSANDRA SANTO ALCANTARA REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A I- Cuida-se embargos de declaração em que a parte Embargante alega que a sentença padece de omissão quanto ao pedido de audiência de instrução. II- Conheço dos embargos porquanto tempestivamente opostos. No mérito, desacolho os embargos. Não há o que aclarar ou colmatar no ato sentencial, o que fulmina o meio impugnativo ora manejado. Apesar de evidente na sentença impugnada a prescindibilidade da solenidade porquanto a matéria de prova caracteriza como documental, ressalvo que o juiz possui o poder-dever sobre o processo de modo que cabe a ele decisão quanto a necessidades de produção de novas provas, no caso a testemunhal, caso não seja necessária tem-se o julgamento antecipado da lide. sobre isso cito: Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. DESAPROPRIAÇÃO. AGRAVO RETIDO. CERCEAMENTO DE DEFESA. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. INDENIZAÇÃO COMPLEMENTAR. QUITAÇÃO. AUSÊNCIA DE VÍCIO DE CONSENTIMENTO. 1 - O magistrado que preside a causa detém o poder-dever de evitar a coleta de prova que se mostre inútil ao deslinde do feito, sob pena de ferir a regra processual prevista no art. 130, do Código de Processo Civil - legislada em homenagem aos princípios da celeridade e da economia processual. Se tratando o caso de questão meramente de direito ou - se tratando de direito e de fato - não havendo necessidade de produzir prova em audiência, cabe ao juiz - destinatário da prova - abreviar o curso do processo e proferir sentença, conhecendo diretamente do pedido, nos termos do art. 330, inciso I, do CPC. Nulidade não evidenciada. Agravo retido improvido. 2 - A quitação oferecida pela parte expropriada - em razão do pagamento da indenização - constitui óbice ao pleito judicial de complementação do valor indenizatório, haja vista inexistir vício de consentimento no negócio jurídico perfectibilizado mediante escritura pública. Tendo a parte aderido voluntariamente a negócio jurídico, livre de qualquer vício de consentimento, não há falar-se em indenização complementar. AGRAVO RETIDO E APELO IMPROVIDOS. (Apelação Cível Nº 70051863843, Quarta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Francesco Conti, Julgado em 23/04/2014) Não é dado à parte buscar rediscutir o que já foi decidido na sentença, o que não se compadece com o recurso ora manejado, pois o Estado-juiz, ao declarar seu entendimento, fundando-o em alguma disposição legal, em algum elemento de prova que lhe passou convencimento, ou, ainda, em alguma corrente jurisprudencial, está, por conseguinte, afastando a incidência de qualquer outro dispositivo de lei, de qualquer outra circunstância probatória e também das eventuais outras posições jurisprudenciais que lhe parecerem incompatíveis. A jurisdição deve ser prestada na exata medida da causa de pedir e do pedido, cumprindo declinar a fundamentação mais apropriada ao caso concreto. Dessa forma, o Julgador não está obrigado a examinar todos os fundamentos legais alevantados pelas partes na lide, tendo em vista que pode decidir a causa de acordo com os motivos jurídicos necessários para sustentar o seu convencimento, a teor do que estabelece o art. 371 do CPC/2015. Ou seja, o princípio do livre convencimento motivado do Juiz não importa em que este deva exaurir todos os argumentos aduzidos pelos litigantes, mas que a sua decisão seja lastreada no sistema jurídico a que está adstrito. Confira-se a seguinte ementa: Ementa PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DAS HIPÓTESES ENSEJADORAS DO RECURSO. 1. A acolhida dos embargos declaratórios só tem cabimento nas hipóteses de omissão, contradição, obscuridade, ou, por construção pretoriana integrativa, erro material. 2. Estando evidenciada a tese jurídica em que se sustenta a decisão proferida nesta Instância, não é necessário declarar os dispositivos legais em que se fundamenta. 3. Desnecessária a menção a todas as teses invocadas pelas partes e que não foram consideradas significativas para o desate da lide. 4. Opostos os embargos de declaração, se o Tribunal recusar-se a suprir omissão por entendê-la inexistente, está preenchido o requisito do

prequestionamento sobre a matéria dos embargos. (TRF-4, AC 56365120124049999 PR 0005636-51.2012.404.9999, Relator: JOÃO BATISTA PINTO SILVEIRA, Julgamento: 22/05/2-13, Órgão Julgador: SEXTA TURMA, Publicação: D.E. 04/06/2013) Ementa EMBARGOS INFRINGENTES. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO. OBJETIVO DE PREQUESTIONAMENTO EXPLÍCITO. REJEIÇÃO. Não está o órgão julgador vinculado aos argumentos da parte recorrente, tampouco deve discorrer sobre todos os dispositivos legais invocados. A avaliação da prova é feita segundo a livre convicção do magistrado, que deve expor claramente os fundamentos fáticos e jurídicos que embasaram o "decisum". Os embargos declaratórios também não se prestam para a rediscussão da matéria ou para prequestionamento de dispositivos. EMBARGOS REJEITADOS. (Embargos de Declaração Nº 70017468810, Terceiro Grupo de Câmaras Cíveis, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Artur Arnildo Ludwig, Julgado em 02/03/2007) Friso, uma vez mais, que a sentença não padece de dúvida, obscuridade, contradição ou omissão, que são as hipóteses de cabimento dos aclaratórios. Cito: ementa PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. ADVOGADO DA UNIÃO. GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE EXECUTIVA - GAE. EXCLUSÃO PELA MEDIDA PROVISÓRIA 2.048-26/2000, QUE INSTITUIU A GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE JURÍDICA - GDAJ. AUSÊNCIA DE VÍCIOS DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. PRETENSÃO DE REEXAME. NÃO CABIMENTO. 1. Os aclaratórios não merecem prosperar, pois o acórdão embargado não padece de vícios de omissão, contradição ou obscuridade, na medida que apreciou a demanda de forma clara e precisa, estando bem delineados os motivos e fundamentos que a embasam. 2. Não se prestam os embargos de declaração ao reexame da matéria que se constitui em objeto do decisum, porquanto constitui instrumento processual com o escopo de eliminar do julgamento obscuridade, contradição ou omissão sobre tema cujo pronunciamento se impunha pela decisão ou, ainda, de corrigir evidente erro material, consoante reza o art. 535 do CPC. 3. Embargos de declaração rejeitados. (EDcl no REsp 1353016/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/08/2013, DJe 03/09/2013) Posto isso, desacolho os embargos. Intimem-se. João Alberto Menna Barreto Duarte Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1006774-82.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JACINTA FIHR (INTERESSADO)
Advogado(s) Polo Ativo:
JONAS FERREIRA DA SILVA OAB - MT13158/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GOL LINHAS AEREAS S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO OAB - MT26103/A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JOAO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1006774-82.2019.8.11.0001. INTERESSADO: JACINTA FIHR REQUERIDO: GOL LINHAS AEREAS S.A. I- Trata-se de embargos de declaração em que a parte embargante alega que a sentença padece de omissão, quanto a ausência de justificação da alteração do voo e da analise do pedido de danos morais, bem como de erro material porquanto juntada sentença estranha aos autos na decisão. II- Conheço os embargos porquanto tempestivamente opostos. No mérito, acolho em parte os embargos. No que se refere a omissão apontada não há o que aclarar ou colmatar no ato decisório, o que fulmina o meio impugnativo ora manejado. No caso em apreço não há que rediscutir a decisão atacada, o que não se compadece com o recurso ora manejado, pois o Estado-juiz, ao declarar seu entendimento, fundando-o em alguma disposição legal, em algum elemento de prova que lhe passou convencimento, ou, ainda, em alguma corrente jurisprudencial, está, por conseguinte, afastando a incidência de qualquer outro dispositivo de lei, de qualquer outra circunstancia probatória e também das eventuais outras posições jurisprudenciais que lhe parecerem incompatíveis. Quanto ao erro material, após a detida verificação percebe-se que de fato, na sentença de Id. 26650388, fora anexada junto com a sentença da presente demanda sentença estranha a lide. Entretanto, tal fato caracteriza como mero erro material, o qual deve ser corrigido por meio do recurso ora manejado. Posto isso, acolho os embargos de declaração para, corrigindo o erro material, determinar a subtração da sentença a segunda, a qual se refere ao processo 1003942-76.2019.8.11.0001, porquanto estranha a demanda. Permanecendo no demais a sentença. Preclusas as vias impugnativas, arquivem-se. Intimem-se. Cumpra-se. João Alberto Menna Barreto Duarte Juiz de direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1008506-98.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ALENIR EDUARDA SAMPAIO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ FERNANDO DA SILVA OAB - MT17657-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JOAO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1008506-98.2019.8.11.0001. REQUERENTE: ALENIR EDUARDA SAMPAIO REQUERIDO: VIVO S.A. I- Cuida-se embargos de declaração em que a parte Embargante alega que a sentença padece de obscuridade quanto ao valor probatório das telas sistêmicas, bem como de omissão, quanto a fundamentação dos danos morais. II- Conheço dos embargos porquanto tempestivamente opostos. No mérito, desacolho os embargos. Não há o que aclarar ou colmatar no ato sentencial, o que fulmina o meio impugnativo ora manejado. Não é dado à parte buscar rediscutir o que já foi decidido na sentença, o que não se compadece com o recurso ora manejado, pois o Estado-juiz, ao declarar seu entendimento, fundando-o em alguma disposição legal, em algum elemento de prova que lhe passou convencimento, ou, ainda, em alguma corrente jurisprudencial, está, por conseguinte, afastando a incidência de qualquer outro dispositivo de lei, de qualquer outra circunstância probatória e também das eventuais outras posições jurisprudenciais que lhe parecerem incompatíveis. A jurisdição deve ser prestada na exata medida da causa de pedir e do pedido, cumprindo declinar a fundamentação mais apropriada ao caso concreto. Dessa forma, o Julgador não está obrigado a examinar todos os fundamentos legais alevantados pelas partes na lide, tendo em vista que pode decidir a causa de acordo com os motivos jurídicos necessários para sustentar o seu convencimento, a teor do que estabelece o art. 371 do CPC/2015. Ou seja, o princípio do livre convencimento motivado do Juiz não importa em que este deva exaurir todos os argumentos aduzidos pelos litigantes, mas que a sua decisão seja lastreada no sistema jurídico a que está adstrito. Confira-se a seguinte ementa: Ementa PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DAS HIPÓTESES ENSEJADORAS DO RECURSO. 1. A acolhida dos embargos declaratórios só tem cabimento nas hipóteses de omissão, contradição, obscuridade, ou, por construção pretoriana integrativa, erro material. 2. Estando evidenciada a tese jurídica em que se sustenta a decisão proferida nesta Instância, não é necessário declarar os dispositivos legais em que se fundamenta. 3. Desnecessária a menção a todas as teses invocadas pelas partes e que não foram consideradas significativas para o desate da lide. 4. Opostos os embargos de declaração, se o Tribunal recusar-se a suprir omissão por entendê-la inexistente, está preenchido o requisito do prequestionamento sobre a matéria dos embargos. (TRF-4, AC 56365120124049999 PR 0005636-51.2012.404.9999, Relator: JOÃO BATISTA PINTO SILVEIRA, Julgamento: 22/05/2-13, Órgão Julgador: SEXTA TURMA, Publicação: D.E. 04/06/2013) Ementa EMBARGOS INFRINGENTES. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO. OBJETIVO DE PREQUESTIONAMENTO EXPLÍCITO. REJEIÇÃO. Não está o órgão julgador vinculado aos argumentos da parte recorrente, tampouco deve discorrer sobre todos os dispositivos legais invocados. A avaliação da prova é feita segundo a livre convicção do magistrado, que deve expor claramente os fundamentos fáticos e jurídicos que embasaram o "decisum". Os embargos declaratórios também não se prestam para a rediscussão da matéria ou para prequestionamento de dispositivos. EMBARGOS REJEITADOS. (Embargos de Declaração Nº 70017468810, Terceiro Grupo de Câmaras Cíveis, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Artur Arnildo Ludwig, Julgado em 02/03/2007) Friso, uma vez mais, que a sentença não padece de dúvida, obscuridade, contradição ou omissão, que são as

hipóteses de cabimento dos aclaratórios. Cito: ementa PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. ADVOGADO DA UNIÃO. GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE EXECUTIVA - GAE. EXCLUSÃO PELA MEDIDA PROVISÓRIA 2.048-26/2000, QUE INSTITUIU A GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE JURÍDICA - GDAJ. AUSÊNCIA DE VÍCIOS DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. PRETENSÃO DE REEXAME. NÃO CABIMENTO. 1. Os aclaratórios não merecem prosperar, pois o acórdão embargado não padece de vícios de omissão, contradição ou obscuridade, na medida que apreciou a demanda de forma clara e precisa, estando bem delineados os motivos e fundamentos que a embasam. 2. Não se prestam os embargos de declaração ao reexame da matéria que se constitui em objeto do decisum, porquanto constitui instrumento processual com o escopo de eliminar do julgamento obscuridade, contradição ou omissão sobre tema cujo pronunciamento se impunha pela decisão ou, ainda, de corrigir evidente erro material, consoante reza o art. 535 do CPC. 3. Embargos de declaração rejeitados. (EDcl no REsp 1353016/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/08/2013, DJe 03/09/2013) Posto isso, desacolho os embargos. Intimem-se. João Alberto Menna Barreto Duarte Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1004486-64.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ANDREIA ALINE LOHMANN (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LIESSYA LAYLA DINIZ SIQUEIRA OAB - MT22709/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
Ozana Baptista Gusmão OAB - MT4062-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JOAO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1004486-64.2019.8.11.0001. REQUERENTE: ANDREIA ALINE LOHMANN REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A I- Cuida-se de embargos de declaração em que o Embargante alega que a sentença padece de erro material, porquanto apresenta na parte dispositiva nome estranho à parte. II- Conheço os embargos porquanto tempestivamente opostos. No mérito, acolho os embargos. Após a detida verificação, percebe-se que de fato, apesar de estar de acordo com os autos, a sentença possui erro material, uma vez que na parte dispositiva tem como nome da parte reclamante Idelson Alves dos Santos, enquanto o certo é Andreia Aline Lohmann. Ressalvo que apesar de possuir um genuíno erro material, o qual deve ser consertado pela via dos embargos, a sentença se refere ao presente processo, porquanto apreciado os fatos e os pedidos, bem como conferiu a solução jurídica de acordo com as provas carreadas aos autos. Sobre isso, cito: Ementa: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL. EMENTA. ERRO MATERIAL. NOME DE EMPRESA DISTINTA DA RÉ. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS PARA SANAR O ERRO MATERIAL. EMBARGOS DEDECLARAÇÃO ACOLHIDOS. UNÂNIME. (Embargos de Declaração Nº 70067718775, Décima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Pedro Luiz Pozza, Julgado em 25/02/2016 Data de publicação: 29/02/20160). Posto isso, acolho os embargos de declaração para, consertando o erro material, fazer constar na parte dispositiva da sentença o nome correto das partes, logo, JULGO pela PARCIAL PROCEDÊNCIA dos pedidos da presente demanda ajuizada por ANDREIA ALINE LOHMANN em desfavor de ENERGISA MATO GROSSO DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. Permanecendo no demais a sentença. Preclusas as vias impugnativas, arquivem-se. Intime-se. João Alberto Menna Barreto Duarte Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1007955-21.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ANDRELINA GUIA DE ALMEIDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANA LÚCIA RICARTE OAB - MT4411-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Banco OLÉ CONSIGNADO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JOAO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1007955-21.2019.8.11.0001. REQUERENTE: ANDRELINA GUIA DE ALMEIDA REQUERIDO: BANCO OLÉ CONSIGNADO I- Cuida-se de embargos de declaração em que a parte embargante alega que a sentença padece de contradição, porquanto indeferida a petição inicial por ausência de documento indispensável, enquanto presente nos autos. II- Conheço os embargos porquanto tempestivamente opostos. No mérito, impõe-se acolher os embargos. Após a detida verificação percebe-se que de fato a sentença sem resolução do mérito padece de contradição. Ocorre que a embargado foi intimada equivocadamente para juntar nos autos comprovantes de endereço atualizado e documento de identificação pessoal, sob pena de indeferimento da inicial, mesmo os documentos estando devidamente juntado na exordial. Entretanto ainda que este juízo tenha ocorrido em erro, seria prudente por parte do advogado atravessar os autos com uma simples peça informando o equívoco, o qual tinha conhecimento, de modo que a sua omissão resultou na aplicação da pena diante do não cumprimento do despacho. Assim, estando presentes os documentos essenciais à propositura da ação e sanado os equívocos, resta à aplicação de efeitos modificativos na sentença, porquanto fundou-se em premissa completamente equivocada. O chamado erro de premissa permite e autoriza que se operem efeitos infringentes. Cito: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ERRO MATERIAL. PREMISSA EQUIVOCADA SOBRE A QUAL SE FUNDOU A DECISÃO EMBARGADA. ACOLHIMENTO COM EFEITOS MODIFICATIVOS. 1. Os embargos de declaração somente são cabíveis quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade, contradição, omissão ou erro material, consoante dispõe o art. 535, I e II, do CPC. 2. Excepcionalmente, esta Corte vem admitindo o cabimento de embargos de declaração com efeitos modificativos para a correção de premissa equivocada sobre a qual tenha se fundado a decisão embargada. 3. No julgamento dos segundos aclaratórios é possível a correção de erro material do julgado primitivo, passível de retificação a qualquer tempo, inclusive de ofício. 4. Embargos de declaração acolhidos, com efeitos modificativos. (EDcl nos EDcl no AREsp 44.510/PB, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 09/06/2015, DJe 12/06/2015). Esclareça-se, com Araken de Assis, que o erro de fato “Se distingue do precedente erro material, que respeita a expressão do ato, porque representa a falta de percepção do órgão judiciário quanto a elemento já constante nos autos, notório ou dedutível por regra de experiência”. Posto isso, acolho os embargos para, eliminar a contradição, desconstituir a sentença de Id. 27239499. III- Designe-se nova audiência conforme pauta em juízo. Após, tornem os autos concluso para analise da liminar. Intime-se. Cumpra-se. João Alberto Menna Barreto Duarte Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1013534-47.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
AYLON DAVID NEVES JUNIOR (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MAURICIO AUDE OAB - MT4667-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BRADESCO SAUDE S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DANIELA CRISTINA VAZ PATINI OAB - MT11660-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JOAO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1013534-47.2019.8.11.0001. REQUERENTE: AYLON DAVID NEVES JUNIOR REQUERIDO: BRADESCO SAUDE S/A I- Cuida-se de embargos de declaração o qual a parte embargante alega que a sentença padece de omissão, porquanto extinta a ação por contumácia, enquanto presente nos autos a justificativa do impedimento do comparecimento da audiência de conciliação. II- Conheço os embargos porquanto tempestivamente opostos. No mérito desacolho os embargos. Depreende-se dos autos que o processo foi extinto devido à ausência do autor na audiência de conciliação, de modo que o ora embargante afirma a impossibilidade de juntar previamente no processo a

justificativa, a fim de redesignar a audiência. Entretanto, de acordo com o art. 51, I da lei 9.099/95, invoca que em caso da ausência do autor em qualquer uma das audiências do processo sucede a extinção do processo, concomitantemente, o art. 362 § 1° CPC, aduz que o impedimento deverá ser comprovado apenas até a abertura da audiência, caso contrário, tem-se a continuidade do procedimento, que no caso levou a extinção do feito. Posto isso, visto que a parte trouxe o pedido após a audiência, a consequência é a extinção do feito sem resolução do mérito. Desse modo, não há o que aclarar ou colmatar no ato sentencial, o que fulmina o meio impugnativo ora manejado. Não é dado à parte buscar rediscutir o que já foi decidido na sentença, o que não se compadece com o recurso ora manejado, pois o Estado-juiz, ao declarar seu entendimento, fundando-o em alguma disposição legal, em algum elemento de prova que lhe passou convencimento, ou, ainda, em alguma corrente jurisprudencial, está, por conseguinte, afastando a incidência de qualquer outro dispositivo de lei, de qualquer outra circunstância probatória e também das eventuais outras posições jurisprudenciais que lhe parecerem incompatíveis. A jurisdição deve ser prestada na exata medida da causa de pedir e do pedido, cumprindo declinar a fundamentação mais apropriada ao caso concreto. Friso, também, que a sentença não padece de dúvida, obscuridade, contradição ou omissão, que são as hipóteses de cabimento dos aclaratórios. Cito: ementa PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. ADVOGADO DA UNIÃO. GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE EXECUTIVA - GAE. EXCLUSÃO PELA MEDIDA PROVISÓRIA 2.048-26/2000, QUE INSTITUIU A GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE JURÍDICA - GDAJ. AUSÊNCIA DE VÍCIOS DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. PRETENSÃO DE REEXAME. NÃO CABIMENTO. 1. Os aclaratórios não merecem prosperar, pois o acórdão embargado não padece de vícios de omissão, contradição ou obscuridade, na medida que apreciou a demanda de forma clara e precisa, estando bem delineados os motivos e fundamentos que a embasam. 2. Não se p crestam os embargos de declaração ao reexame da matéria que se constitui em objeto do decisum, porquantoonstitui instrumento processual com o escopo de eliminar do julgamento obscuridade, contradição ou omissão sobre tema cujo pronunciamento se impunha pela decisão ou, ainda, de corrigir evidente erro material, consoante reza o art. 535 do CPC. 3. Embargos de declaração rejeitados. (EDcl no REsp 1353016/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/08/2013, DJe 03/09/2013) Posto isso, desacolho os embargos. Desse modo mantenho a decisão de extinção, contudo, deixo de condenar o autor ao pagamento de custas, devido à justificativa apresentada na petição de Id. 27014614. Ressalto que nada obsta que o autor busque a tutela do seu direito na propositura de nova demanda. Intimem-se. Após, arquive-se. João Alberto Menna Barreto Duarte Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1009316-73.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LETICIA THAYZA LOPES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KELLY CRISTHINE FREITAS CAMPOS OAB - MT22797-O (ADVOGADO(A))
JADILTON ARAUJO SANTANA OAB - MT18646-E (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS MULTSEGMENTOS NPL IPANEMA VI - NAO PADRONIZADO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CAUE TAUAN DE SOUZA YAEGASHI OAB - SP357590-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JOAO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1009316-73.2019.8.11.0001. REQUERENTE: LETICIA THAYZA LOPES REQUERIDO: FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS MULTSEGMENTOS NPL IPANEMA VI - NAO PADRONIZADO I- Cuida-se embargos de declaração em que a parte embargante alega que a sentença padece de contradição, dizendo que juntou todos os documentos que comprovam a legitimidade do débito, dentre eles o Termo de Cessão de Crédito, razão porque pugna por provimento para sanar a contradição. II- Conheço dos embargos porque tempestivos. No mérito, é imperativo que os embargos sejam desacolhidos. Convém, à guisa de esclarecimento, dizer o reclamante/embargado alegou que teve seu nome incluído em cadastro de inadimplentes por um débito no valor de R$ 1.912,80 (um mil, novecentos e doze reais e oitenta centavos), sendo a data da inclusão 08/03/2017. Na causa de pedir o alegado foi de que não celebrou negócio com a Embargante/reclamada, FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISEGMENTOS IPANEMA VI ? NÃO PADRONIZADO. Contudo, no documento que o reclamante juntou aos autos foi a FIDC IPANEMA VI quem solicitou a inclusão do débito que o reclamante diz desconhecer. Já o Termo de Cessão que a Embargante junta está datado de 22/10/2018 (com firma reconhecida em 11/10/2019). Ora, se a Embargante não comprova que era cessionária do débito, pois não juntou o contrato originário (apenas telas de sistema que não provam nada em lugar nenhum), e tampouco traz o instrumento da cessão (já que não se admite que advenha um termo de cessão feito após a inclusão nos órgão de proteção ao crédito), logo não era lícita a inclusão nos referidos órgãos de proteção ao créditos. Diante dessa incongruência, a solução mais razoável foi a exarada na sentença, reconhecendo a inexistência do débito negativado em face da ausência de lastro que o demonstrasse. Logo, não se constata no julgado qualquer contradição; ao invés, a nítida percepção deste Juízo é a de que a parte embargante, por discordar com a fundamentação declinada na sentença, pretende, pela via dos aclaratórios, rever o entendimento do juízo prolator. Não há o que aclarar ou colmatar no ato sentencial, o que fulmina o meio impugnativo ora manejado. Não é dado à parte buscar rediscutir o que já foi decidido na sentença, o que não se compadece com o recurso ora manejado, pois o Estado-juiz, ao declarar seu entendimento, fundando-o em alguma disposição legal, em algum elemento de prova que lhe passou convencimento, ou, ainda, em alguma corrente jurisprudencial, está, por conseguinte, afastando a incidência de qualquer outro dispositivo de lei, de qualquer outra circunstância probatória e também das eventuais outras posições jurisprudenciais que lhe parecerem incompatíveis. A jurisdição deve ser prestada na exata medida da causa de pedir e do pedido, cumprindo declinar a fundamentação mais apropriada ao caso concreto. Dessa forma, o Julgador não está obrigado a examinar todos os fundamentos legais alevantados pelas partes na lide, tendo em vista que pode decidir a causa de acordo com os motivos jurídicos necessários para sustentar o seu convencimento, a teor do que estabelece o art. 371 do CPC/2015. Ou seja, o princípio do livre convencimento motivado do Juiz não importa em que este deva exaurir todos os argumentos aduzidos pelos litigantes, mas que a sua decisão seja lastreada no sistema jurídico a que está adstrito. Confira-se a seguinte ementa: Ementa PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DAS HIPÓTESES ENSEJADORAS DO RECURSO. 1. A acolhida dos embargos declaratórios só tem cabimento nas hipóteses de omissão, contradição, obscuridade, ou, por construção pretoriana integrativa, erro material. 2. Estando evidenciada a tese jurídica em que se sustenta a decisão proferida nesta Instância, não é necessário declarar os dispositivos legais em que se fundamenta. 3. Desnecessária a menção a todas as teses invocadas pelas partes e que não foram consideradas significativas para o desate da lide. 4. Opostos os embargos de declaração, se o Tribunal recusar-se a suprir omissão por entendê-la inexistente, está preenchido o requisito do prequestionamento sobre a matéria dos embargos. (TRF-4, AC 56365120124049999 PR 0005636-51.2012.404.9999, Relator: JOÃO BATISTA PINTO SILVEIRA, Julgamento: 22/05/2-13, Órgão Julgador: SEXTA TURMA, Publicação: D.E. 04/06/2013) Ementa EMBARGOS INFRINGENTES. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO. OBJETIVO DE PREQUESTIONAMENTO EXPLÍCITO. REJEIÇÃO. Não está o órgão julgador vinculado aos argumentos da parte recorrente, tampouco deve discorrer sobre todos os dispositivos legais invocados. A avaliação da prova é feita segundo a livre convicção do magistrado, que deve expor claramente os fundamentos fáticos e jurídicos que embasaram o "decisum". Os embargos declaratórios também não se prestam para a rediscussão da matéria ou para prequestionamento de dispositivos. EMBARGOS REJEITADOS. (Embargos de Declaração Nº 70017468810, Terceiro Grupo de Câmaras Cíveis, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Artur Arnildo Ludwig, Julgado em 02/03/2007) Friso, uma vez mais, que a sentença não padece de dúvida, obscuridade, contradição ou omissão, que são as hipóteses de cabimento dos aclaratórios. Cito: ementa PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. ADVOGADO DA UNIÃO. GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE EXECUTIVA - GAE. EXCLUSÃO PELA MEDIDA PROVISÓRIA 2.048-26/2000, QUE INSTITUIU A GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE JURÍDICA - GDAJ. AUSÊNCIA DE VÍCIOS DE OMISSÃO,

CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. PRETENSÃO DE REEXAME. NÃO CABIMENTO. 1. Os aclaratórios não merecem prosperar, pois o acórdão embargado não padece de vícios de omissão, contradição ou obscuridade, na medida que apreciou a demanda de forma clara e precisa, estando bem delineados os motivos e fundamentos que a embasam. 2. Não se prestam os embargos de declaração ao reexame da matéria que se constitui em objeto do decisum, porquanto constitui instrumento processual com o escopo de eliminar do julgamento obscuridade, contradição ou omissão sobre tema cujo pronunciamento se impunha pela decisão ou, ainda, de corrigir evidente erro material, consoante reza o art. 535 do CPC. 3. Embargos de declaração rejeitados. (EDcl no REsp 1353016/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/08/2013, DJe 03/09/2013) Posto isso, desacolho os embargos. Intimem-se. João Alberto Menna Barreto Duarte Juiz de direito

Sentença Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1006507-13.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA JOSE DA SILVA LEANDRO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JULLYEMERSON RODRIGUES ROSA DE MORAES AGUIAR OAB - MT15894-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
Ozana Baptista Gusmão OAB - MT4062-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JOAO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1006507-13.2019.8.11.0001. REQUERENTE: MARIA JOSE DA SILVA LEANDRO REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A I- Cuida-se de embargos de declaração em que a parte Embargante alega que a sentença padece de omissão, uma vez que deixou de se manifestar quanto à multa aplicada por descumprimento da liminar. II- Conheço os embargos porquanto tempestivamente opostos. No mérito, impõe-se acolher os embargos. Com efeito, após detida averiguação constata-se a veracidade dos fatos apontados pela Embargante, uma vez não que não houve a condenação da reclamada ao pagamento das multas lançadas em razão de descumprimento da liminar deferida. Logo por este juízo ter se olvidado em relação à referida condenação, de modo que resta ser apreciada em seguida. A parte embargante na sua peça impugnativa alega e comprova que a reclamada deixou de proceder à titularidade no prazo assinalado na decisão, ultrapassando mais de dias do exaurimento do prazo. Portanto, resta cabível a aplicação da multa cominada na decisão de Id. 23495889, ante o latente descumprimento da liminar. A jurisdição deve ser prestada na exata medida da causa de pedir e do pedido, cumprindo declinar a fundamentação mais apropriada ao caso concreto. Sobre isso: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. ACOLHIMENTO. Constatando-se omissão no julgado, acolhem-se os Embargos de Declaração para, sanando-a, aperfeiçoar a prestação jurisdicional, sem, contudo, imprimir-lhe efeito modificativo . (TST - ED-AIRR: 311006920095020262, Relator: João Batista Brito Pereira, Data de Julgamento: 09/03/2016, 5ª Turma, Data de Publicação: DEJT 11/03/2016) Postos isso, acolho os embargos para, sanando a omissão apontada, TORNAR DEFINITIVA a liminar deferida nos autos e ante o descumprimento da liminar, mesmo após a majoração da multa, logo, CONDENO a Reclamada ao pagamento de multa pelo descumprimento no importe de R$ 3.000,00 (três mil reais). Preclusas as vias impugnativas, arquivem-se. Intime-se. João Alberto Menna Barreto Duarte Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1007955-21.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ANDRELINA GUIA DE ALMEIDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANA LÚCIA RICARTE OAB - MT4411-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Banco OLÉ CONSIGNADO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JOAO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1007955-21.2019.8.11.0001. REQUERENTE: ANDRELINA GUIA DE ALMEIDA REQUERIDO: BANCO OLÉ CONSIGNADO I- Cuida-se de "AÇÃO ANULATÓRIA DE CONTRATO DE CARTÃO DE CRÉDITO C/C DECLARATÓRIA DE QUITAÇÃO COM REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS, DANOS MORAIS COM PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA ANTECIPADA" formulada por Andrelina Guia de Almeida em desfavor de Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A, na qual postula, em sede de tutela de urgência, que a reclamada se abstenha de realizar descontos na folha de pagamento da parte autora em razão de cartão de crédito. Infere-se de modo claro que a parte autora, ao postular a repetição do indébito em razão de valores que pagou atinentes às taxas e juros aplicados em razão da utilização de cartão de crédito, deveria indicar o montante que entende (in)devido, o que não fez. Mostra-se imperativo ponderar sobre pedidos como tais. A reclamante ao sustentar que deve menos do que foi cobrado ou ainda que as taxas praticadas pela instituição bancária, seja porque foram inseridas taxas e tarifas indevidas ou ilegais, seja pela alegação de que a taxa de juros é abusiva, inelutavelmente acaba por trazer para o bojo dos autos a problemática inerente à realização de cálculos aritméticos que, no mais das vezes, exigem conhecimento específico, como quando se discute sobre juros, taxa linear, taxa efetiva, coeficentes de redução etc., o que conduz à iliquidez do ato sentencial. O parágrafo único do art. 38 da Lei nº 9099/95 está assim redigido: "Art. 38. ... Parágrafo único. Não se admitirá sentença condenatória por quantia ilíquida, ainda que genérico o pedido." Calha a lição de Demócrito Reinaldo: "Pode haver, conforme o caso, sentença condenatória, constitutiva ou meramente declaratória, no processo especial. Em tendo caráter condenatório, será sempre líquida. E essa exigência de que o valor da obrigação contida na sentença seja sempre líquida decorre da circunstância de que, no processo especial dos Juizados Cíveis, não existe uma fase própria destinada à liquidação de sentença. No processo especial, portanto, a sentença será sempre líquida, contendo a conversão em índice indexador da economia (art. 52, I). Com isso, evitam-se as complicações e demoras ocorrentes quando se trata de implementar providências para a fixação do quantum , que, se adotados no processo especial, seriam sumamente prejudiciais à informalidade e celeridade do seu procedimento." (Comentários à Lei n. 9.099, de 26-9-1995, Editora Saraiva, página 183). Note-se que só o fato de realizar perícia subverteria o princípio consistente na celeridade, que norteia os juizados especiais cíveis (art. 2º da Lei nº 9.099/95). Ademais, a parte reclamante postula, expressamente, a modificação da taxa de juros aplicada na relação contratual estabelecida entre as partes, tal o que se colhe do item 1.1 dos pedidos. Ocorre que, ainda que indique a taxa que entende aplicável ao caso, na hipótese de procedência ainda assim a sentença não se mostraria líquida, pois dependeria da realização de cálculos especializados que necessariamente deveriam ser feitos mês a mês, eis que as prestações são mensais, circunstância que depõe contra o processamento do feito nesta justiça especializada. Não fora apenas isso, o Provimento nº 004/2008-CM, atribuiu nova competência a algumas varas cíveis de feitos gerais, adotando a nomenclatura "Vara Especializada de Direitos Bancários", atribuindo a tais varas a competência de processar e julgar os feitos relativos às causas decorrentes de operações realizadas por instituições financeiras subordinadas à fiscalização do Banco Central. III- Posto isso, com fulcro no artigo 38, § único c/c o art. 51, inciso II, ambos da Lei nº 9.099/95, e nos fundamentos expendidos, DECLINO DA COMPETÊNCIA em favor de uma das varas de Direito Bancário desta Capital. Intimem-se e se cumpra. Cuiabá, 13 de dezembro de 2019. João Alberto Menna Barreto Duarte Juiz de Direito

Quinto Juizado Especial Cível de Cuiabá

Intimação

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020782-64.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
WALDERSON BEZERRA DE SANTANA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA KAROLINE DOS SANTOS DIAS CAVALCANTI OAB - MT23793/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:

VIVO S.A. (REQUERIDO)
MOTOROLA MOBILITY COMERCIO DE PRODUTOS ELETRONICOS LTDA (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020782-64.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:WALDERSON BEZERRA DE SANTANA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: MARIA KAROLINE DOS SANTOS DIAS CAVALCANTI POLO PASSIVO: MOTOROLA MOBILITY COMERCIO DE PRODUTOS ELETRONICOS LTDA e outros FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 5ª JEC Data: 12/02/2020 Hora: 17:30 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 12 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020785-19.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
KLEVERSON WILLIAM DE AMORIM ARAUJO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
AMIZAEL JOSE CANDIDO OAB - MT23138/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JOSE NOVAIS MATOS NETO (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020785-19.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:KLEVERSON WILLIAM DE AMORIM ARAUJO ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: AMIZAEL JOSE CANDIDO POLO PASSIVO: JOSE NOVAIS MATOS NETO FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 5ª JEC Data: 12/02/2020 Hora: 17:40 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020807-77.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ELYZANDRA ISAMARA DE ARRUDA NASCIMENTO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS GUSTAVO LIMA FERNANDES OAB - MT17620-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCARD S.A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020807-77.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:ELYZANDRA ISAMARA DE ARRUDA NASCIMENTO ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: CARLOS GUSTAVO LIMA FERNANDES POLO PASSIVO: BANCO BRADESCARD S.A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 5ª JEC Data: 12/02/2020 Hora: 17:50 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020814-69.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LETICIA TAVARES TORRES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARILZA DE CASTRO BRANCO OAB - MT17146-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GINCOVGD ALFA INCORPORACOES LTDA (REQUERIDO)
CONDOMINIO FLORAIS DA MATA (REQUERIDO)
BARCELLOS INTELIGENCIA IMOBILIARIA EIRELI - EPP (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020814-69.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:LETICIA TAVARES TORRES ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: MARILZA DE CASTRO BRANCO POLO PASSIVO: BARCELLOS INTELIGENCIA IMOBILIARIA EIRELI - EPP e outros (2) FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 5ª JEC Data: 13/02/2020 Hora: 08:30 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020367-81.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA BENEDITA DE LIMA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELO RICARDO DOS SANTOS OAB - MT14053-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020367-81.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:MARIA BENEDITA DE LIMA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: MARCELO RICARDO DOS SANTOS POLO PASSIVO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 5ª JEC Data: 12/02/2020 Hora: 09:20 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020603-33.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
HELENA FERREIRA MENDES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LEONARDO JOSE SIQUEIRA DA SILVA OAB - MT0021410A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Aguas Cuiabá S/A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020603-33.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:HELENA FERREIRA MENDES ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: LEONARDO JOSE SIQUEIRA DA SILVA POLO PASSIVO: Aguas Cuiabá S/A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 5ª JEC Data: 12/02/2020 Hora: 14:40 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020819-91.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
EXPEDITO NUNES NASCIMENTO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PAULO RENATO RODRIGUES CARVALHO OAB - MT0010170A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020819-91.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:EXPEDITO NUNES NASCIMENTO ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: PAULO RENATO RODRIGUES CARVALHO POLO PASSIVO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 5ª JEC Data: 13/02/2020 Hora: 08:40 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020824-16.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
OLGA CARNEIRO MENEZES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
WESLLAINY REGINA FERREIRA QUINTINO OAB - MT25236 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020824-16.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:OLGA CARNEIRO MENEZES ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: WESLLAINY REGINA FERREIRA QUINTINO POLO PASSIVO: BANCO DO BRASIL SA FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 5ª JEC Data: 13/02/2020 Hora: 08:50 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020840-67.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
KLAUDYLEA SILVA DE ARRUDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DARGILAN BORGES CINTRA OAB - MT9150-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020840-67.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:KLAUDYLEA SILVA DE ARRUDA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: DARGILAN BORGES CINTRA POLO PASSIVO: VIVO S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 5ª JEC Data: 12/02/2020 Hora: 17:20 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020850-14.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ABEL OLIVEIRA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ARIANNY PAULA SILVA CORREA YOSHINARI OAB - MT20787/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BRADESCO SA CREDITO IMOBILIARIO (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020850-14.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:ABEL OLIVEIRA DA SILVA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: ARIANNY PAULA SILVA CORREA YOSHINARI POLO PASSIVO: BRADESCO SA CREDITO IMOBILIARIO FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 5ª JEC Data: 13/02/2020 Hora: 09:20 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1012280-39.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
RESIDENCIAL CHAPADA DO MIRANTE (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Osiane Rodrigues Macedo OAB - MT15420-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ANDREZA GOMES DA SILVA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1012280-39.2019.8.11.0001. EXEQUENTE: RESIDENCIAL CHAPADA DO MIRANTE EXECUTADO: ANDREZA GOMES DA SILVA Vistos, etc. INTIMEM-SE a parte autora, para que se manifeste acerca do embargos de execução do ID. 26309492. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação voltem-me os autos conclusos para a pasta de Embargos a Execução. Intimem-se. Cumpra-se. JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-14 CARTA PRECATÓRIA CÍVEL
Processo Número: 0016117-68.2019.8.26.0562
Parte(s) Polo Ativo:
SAMUEL REBOUÇAS (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
SANDRO WENDERSON DA CUNHA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 0016117-68.2019.8.26.0562. REQUERENTE: SAMUEL REBOUÇAS REQUERIDO: SANDRO WENDERSON DA CUNHA Vistos, etc. I. CUMPRA na forma deprecada, servindo a cópia com o mandado. II. OFICIE ao Juízo Deprecante informando acerca da distribuição da presente Deprecada e seus respectivos dados, solicitando que futuros pedidos de informações sobre ela ou sua devolução sejam encaminhados com a expressa menção do seu número, sob pena de impossibilidade do atendimento. III. Após, observadas as formalidades legais, DEVOLVA com as cautelas e homenagens de estilo. Às providências. JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1013546-61.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
FRANCIANE DOS SANTOS DE MELO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIS DAVID BASTOS PEIXOTO OAB - MT12760-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SKY BRASIL SERVIÇOS LTDA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1013546-61.2019.8.11.0001. REQUERENTE: FRANCIANE DOS SANTOS DE MELO REQUERIDO: SKY BRASIL SERVIÇOS LTDA Vistos etc. Compulsando os autos, constato que fora expedida citação para a parte Reclamada (ID. 26507136), contudo, verifico que até a presente data não houve a juntada do retorno do AR. Desta feita, determino que Secretaria proceda com a junta do respectivo AR. Após, intime-se a parte Reclamante para que no prazo de 05 (cinco) dias se manifeste nos autos. Intimem-se. Cumpra-se. JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1010046-84.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
RESIDENCIAL CHAPADA DO MIRANTE (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Osiane Rodrigues Macedo OAB - MT15420-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
HAROLDO RAIMUNDO DE OLIVEIRA JUNIOR (EXECUTADO)
MRV PRIME XIX INCORPORACOES SPE LTDA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1010046-84.2019.8.11.0001. EXEQUENTE: RESIDENCIAL CHAPADA DO MIRANTE EXECUTADO: MRV PRIME XIX INCORPORACOES SPE LTDA, HAROLDO RAIMUNDO DE OLIVEIRA JUNIOR Vistos, etc. INTIMEM-SE a parte autora, para que se manifeste acerca do embargos de execução do ID. 25686727. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação voltem-me os autos conclusos para a pasta de Embargos a Execução. Intimem-se. Cumpra-se. JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1007537-83.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MAIANE SILVA RAMOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SIDNEY BERTUCCI OAB - MT4319-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ALEX SANDRO SARMENTO FERREIRA OAB - MT6551-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1007537-83.2019.8.11.0001. REQUERENTE: MAIANE SILVA RAMOS REQUERIDO: EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A Vistos, etc. Da análise dos autos, verifico que não houve expedição de citação da parte em tempo hábil acerca da audiência de conciliação para a parte promovente. Proceda à redesignação da audiência de conciliação, intimem-se e citem-se as partes. Cumpra-se. JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-132 EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL
Processo Número: 1012044-87.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ALMIRA FERREIRA BARROS (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
BRUNO HENRIQUE SOUZA DE OLIVEIRA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1012044-87.2019.8.11.0001. EXEQUENTE: ALMIRA FERREIRA BARROS EXECUTADO: BRUNO HENRIQUE SOUZA DE OLIVEIRA Vistos, etc. Ante a inércia da parte interessada, em relação à intimação do ID. 25789176 remetam-se os autos ao arquivo. Intimem-se. Cumpra-se. JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1003648-24.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
RIANDER AMARANTE (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAPHAEL ARAUJO SCARDELAI OAB - MT18894-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOAO THOMAZ PRAZERES GONDIM OAB - RJ0062192A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1003648-24.2019.8.11.0001. REQUERENTE: RIANDER AMARANTE REQUERIDO: BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A Vistos, etc. Recebo o Recurso Inominado, somente no efeito devolutivo, nos termos do artigo 43 da Lei 9.9099/1995. Verifico que a parte Recorrente devidamente juntou o preparo recursal (ID. 27055113). Diante da tempestividade, intime-se o recorrido para apresentar as contrarrazões no prazo legal. Apresentada as contrarrazões ou certificado o decurso do prazo, remetam-se os autos à Turma Recursal. Cumpra-se. JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA JUIZ DE DIREITO

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1006826-78.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ROMILDA FATIMA DE SOUZA (INTERESSADO)
Advogado(s) Polo Ativo:
BRUNO NADAF GUSMAO OAB - MT16014-O (ADVOGADO(A))
RENAN NADAF GUSMÃO OAB - MT16284-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1006826-78.2019.8.11.0001. INTERESSADO: ROMILDA FATIMA DE SOUZA REQUERIDO: BANCO DO BRASIL SA Vistos, etc. Verifico que a parte Recorrente juntou declaração de hipossuficiência econômica. Ademais não efetuou recolhimento das custas processuais. Sendo assim, INTIME-SE a parte Autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, acostar fotocópia da sua CTPS, os três últimos holerites, Declaração do Imposto de Renda anual ou qualquer outro documento idôneo que possa comprovar sua hipossuficiência financeira. Na hipótese de não comprovar ser beneficiária da justiça gratuita, deverá efetuar o pagamento das custas processuais no prazo de 2 (dois) dias. Decorrido o prazo acima estipulado, com ou sem manifestação da requerente, voltem os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se. JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020860-58.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
EDIELLEN VALERIA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS GUSTAVO LIMA FERNANDES OAB - MT17620-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS NPL I (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020860-58.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:EDIELLEN VALERIA DA SILVA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: CARLOS GUSTAVO LIMA FERNANDES POLO PASSIVO: FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS NPL I FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 5ª JEC Data: 13/02/2020 Hora: 09:30 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1047201-98.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
SILVANIA MARIA DE HOLANDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANTONIO CARLOS TAVARES DE MELLO OAB - MT5026-N (ADVOGADO(A))
Luciane Regina Martins OAB - MT10003-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Banco Safra S-A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1047201-98.2019.8.11.0041 POLO ATIVO:SILVANIA MARIA DE HOLANDA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: LUCIANE REGINA MARTINS, ANTONIO CARLOS TAVARES DE MELLO POLO PASSIVO: Banco Safra S-A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 5ª JEC Data: 13/02/2020 Hora: 09:00 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1015122-89.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ROBSON GABRIEL DA SILVA PINTO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RONAN DA COSTA MARQUES OAB - MT21093/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:

BOA VISTA SERVICOS S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUIZ ANTONIO FILIPPELLI OAB - MT0015280S (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO - AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO PROCESSO n. 1015122-89.2019.8.11.0001 Valor da causa: R$ 10.000,00 ESPÉCIE: PETIÇÃO (241) POLO ATIVO: Nome: ROBSON GABRIEL DA SILVA PINTO Endereço: RUA I, 59, QD 12, SOL NASCENTE, CUIABÁ - MT - CEP: 78051-642 POLO PASSIVO: Nome: BOA VISTA SERVICOS S.A. Endereço: ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE SÃO PAULO, 51, RUA BOA VISTA 51, CENTRO, SÃO PAULO - SP - CEP: 01014-911 DESTINATÁRIO: Senhor(a) REQUERENTE - ROBSON GABRIEL DA SILVA PINTO FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DO POLO ATIVO, acima qualificado, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO abaixo designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 5ª JEC Data: 17/12/2019 Hora: 14:30 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 ADVERTÊNCIA: 1. Não comparecendo à audiência designada, presumir-se-ão verdadeiros os fatos alegados pela parte reclamante na petição inicial ou termo de reclamação, podendo ser proferida sentença de plano (artigos 20 e 23 da Lei nº 9.099/95). 2. Comparecendo a parte promovida, e não obtida a conciliação, deverá oferecer contestação, escrita ou oral, no prazo de 05 (cinco) dias após a audiência de conciliação, sendo obrigatória, nas causas de valor superior a 20 salários mínimos, a presença de advogado. A ação poderá ser julgada antecipadamente, se for o caso, ou se proceder à audiência de instrução e julgamento. 3. Deverá(ão) o(a, s) citando(a, s)/intimando(a, s) comparecer devidamente trajado(a, s) e portando documentos pessoais. CUIABÁ, 8 de novembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1015662-40.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
V H E R CURSOS EDUCACIONAIS LTDA - EPP (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROBERTO DOUGLAS DE ALMEIDA GONCALVES OAB - MT17574-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
EDVALDO LOPES DE SOUZA (EXECUTADO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ 5º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 MANDADO DE INTIMAÇÃO Oficial de Justiça: ZONA XXX Diligência: ID. XXX EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA PROCESSO n. 1015662-40.2019.8.11.0001 Valor da causa: R$ 1.499,48 ESPÉCIE: [JUROS]->EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159) POLO ATIVO: Nome: V H E R CURSOS EDUCACIONAIS LTDA - EPP Endereço: AVENIDA BRASIL, 08, Qd 12, CONJUNTO RESIDENCIAL JONAS PINHEIRO, CUIABÁ - MT - CEP: 78057-220 POLO PASSIVO: Nome: EDVALDO LOPES DE SOUZA Endereço: Av. Tancredo Neves, 1592, Jardim Padre Paulo, CÁCERES - MT - CEP: 78200-000 FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do artigo 485 da Lei 13.105/2015, conforme despacho, e documentos vinculados disponíveis no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem descritas no corpo deste mandado. MANIFESTAR ACERCA DO AR NEGATIVO JUNTADO NOS AUTOS. COMPLEMENTO : 1. Nos termos do art 485, do CPC, o juiz não resolverá o mérito quando: II - o processo ficar parado durante mais de 1 (um) ano por negligência das partes; III - por não promover os atos e as diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias; ADVERTÊNCIAS AO OFICIAL DE JUSTIÇA:1. Nos termos do art. 212, §2º, do CPC, as citações e intimações, independentemente de autorização judicial, poderão realizar-se no período de férias forenses, nos feriados ou dias úteis fora do horário de 6h às 20h, observado o disposto no artigo 5º, inciso XI, da Constituição Federal. 2. Nos termos do art. 252, do CPC, quando, por 2 (duas) vezes, o oficial de justiça houver procurado o citando em seu domicílio ou residência sem o encontrar, deverá, havendo suspeita de ocultação, intimar qualquer pessoa da família ou, em sua falta, qualquer vizinho de que, no dia útil imediato, voltará a fim de efetuar a citação, na hora que designar. 3. Nos termos do art. 372 da CNGC inexistindo prazo expressamente determinado, os mandados deverão estar cumpridos no prazo máximo de (10) dez dias. CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pela Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1014833-59.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARCOS SILVA DE MORAES (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FERNANDO GARCIA BARBOSA OAB - MT17134-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
KEILA FIGUEIREDO MIRANDA (EXECUTADO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ 5º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 MANDADO DE INTIMAÇÃO Oficial de Justiça: ZONA XXX Diligência: ID. XXX EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA PROCESSO n. 1014833-59.2019.8.11.0001 Valor da causa: R$ 4.741,30 ESPÉCIE: [NOTA PROMISSÓRIA]->EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159) POLO ATIVO: Nome: MARCOS SILVA DE MORAES Endereço: RUA DEZ DE

MARÇO, 95, CANJICA, CUIABÁ - MT - CEP: 78050-330 POLO PASSIVO: Nome: KEILA FIGUEIREDO MIRANDA Endereço: TRAVESSA Z-24, 24, QUADRA 29, LOTE 04, JARDIM NOSSA SENHORA APARECIDA, CUIABÁ - MT - CEP: 78090-733 FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do artigo 485 da Lei 13.105/2015, conforme despacho, e documentos vinculados disponíveis no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem descritas no corpo deste mandado. MANIFESTAR ACERCA DO AR NEGATIVO JUNTADO NOS AUTOS. COMPLEMENTO : 1. Nos termos do art 485, do CPC, o juiz não resolverá o mérito quando: II - o processo ficar parado durante mais de 1 (um) ano por negligência das partes; III - por não promover os atos e as diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias; ADVERTÊNCIAS AO OFICIAL DE JUSTIÇA:1. Nos termos do art. 212, §2º, do CPC, as citações e intimações, independentemente de autorização judicial, poderão realizar-se no período de férias forenses, nos feriados ou dias úteis fora do horário de 6h às 20h, observado o disposto no artigo 5º, inciso XI, da Constituição Federal. 2. Nos termos do art. 252, do CPC, quando, por 2 (duas) vezes, o oficial de justiça houver procurado o citando em seu domicílio ou residência sem o encontrar, deverá, havendo suspeita de ocultação, intimar qualquer pessoa da família ou, em sua falta, qualquer vizinho de que, no dia útil imediato, voltará a fim de efetuar a citação, na hora que designar. 3. Nos termos do art. 372 da CNGC inexistindo prazo expressamente determinado, os mandados deverão estar cumpridos no prazo máximo de (10) dez dias. CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pela Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1015988-97.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
VISUAL FORMATURAS LTDA - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GIOVANE GUALBERTO DE ALMEIDA OAB - MT17809-O (ADVOGADO(A))
BRUNO FELIPE MONTEIRO COELHO OAB - MT14559-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GUSTAVO TADEU RIBEIRO (REQUERIDO)
JANAINE MORAES DE ALENCAR RIBEIRO (REQUERIDO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ 5º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 MANDADO DE INTIMAÇÃO Oficial de Justiça: ZONA XXX Diligência: ID. XXX EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA PROCESSO n. 1015988-97.2019.8.11.0001 Valor da causa: R$ 2.369,27 ESPÉCIE: [INADIMPLEMENTO]->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) POLO ATIVO: Nome: VISUAL FORMATURAS LTDA - ME Endereço: Rua 13, Lote 15/16, Quadra 18, Jardim Morada dos Nobres, CUIABÁ - MT - CEP: 78068-090 POLO PASSIVO: Nome: JANAINE MORAES DE ALENCAR RIBEIRO Endereço: RUA 05, 12, Quadra 10, Residencial Orquídea, RONDONÓPOLIS - MT - CEP: 78700-000 Nome: GUSTAVO TADEU RIBEIRO Endereço: Rua 05, 12, Quadra 10, Residencial Orquídea, RONDONÓPOLIS - MT - CEP: 78700-000 FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do artigo 485 da Lei 13.105/2015, conforme despacho, e documentos vinculados disponíveis no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem descritas no corpo deste mandado. MANIFESTAR ACERCA DO AR NEGATIVO JUNTADO NOS AUTOS. COMPLEMENTO : 1. Nos termos do art 485, do CPC, o juiz não resolverá o mérito quando: II - o processo ficar parado durante mais de 1 (um) ano por negligência das partes; III - por não promover os atos e as diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias; ADVERTÊNCIAS AO OFICIAL DE JUSTIÇA:1. Nos termos do art. 212, §2º, do CPC, as citações e intimações, independentemente de autorização judicial, poderão realizar-se no período de férias forenses, nos feriados ou dias úteis fora do horário de 6h às 20h, observado o disposto no artigo 5º, inciso XI, da Constituição Federal. 2. Nos termos do art. 252, do CPC, quando, por 2 (duas) vezes, o oficial de justiça houver procurado o citando em seu domicílio ou residência sem o encontrar, deverá, havendo suspeita de ocultação, intimar qualquer pessoa da família ou, em sua falta, qualquer vizinho de que, no dia útil imediato, voltará a fim de efetuar a citação, na hora que designar. 3. Nos termos do art. 372 da CNGC inexistindo prazo expressamente determinado, os mandados deverão estar cumpridos no prazo máximo de (10) dez dias. CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pela Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1016265-16.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ROGERIO ZANETTE (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Itamar Lima da Silva OAB - MT14828-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CVC BRASIL OPERADORA E AGENCIA DE VIAGENS S.A. (REQUERIDO)
AVIANCA (REQUERIDO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ 5º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 MANDADO DE INTIMAÇÃO Oficial de Justiça: ZONA XXX Diligência: ID. XXX EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA PROCESSO n. 1016265-16.2019.8.11.0001 Valor da causa: R$ 11.791,68 ESPÉCIE: [CANCELAMENTO DE VÔO, INDENIZAÇÃO POR DANO MATERIAL,

INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL]->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) POLO ATIVO: Nome: ROGERIO ZANETTE Endereço: AVENIDA HAITI, 804, Belle Vie Residence. Torre I, Apto 304, JARDIM DAS AMÉRICAS, CUIABÁ - MT - CEP: 78060-618 POLO PASSIVO: Nome: CVC BRASIL OPERADORA E AGENCIA DE VIAGENS S.A. Endereço: AVENIDA HISTORIADOR RUBENS DE MENDONÇA, 1578 sala 05, - ATÉ 1205/1206, BAÚ, CUIABÁ - MT - CEP: 78008-000 Nome: AVIANCA Endereço: AVENIDA WASHINGTON LUÍS, 7059, - DE 6697 A 7001 - LADO ÍMPAR, SANTO AMARO, SÃO PAULO - SP - CEP: 04627-005 FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do artigo 485 da Lei 13.105/2015, conforme despacho, e documentos vinculados disponíveis no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem descritas no corpo deste mandado. MANIFESTAR ACERCA DO AR NEGATIVO JUNTADO NOS AUTOS. COMPLEMENTO : 1. Nos termos do art 485, do CPC, o juiz não resolverá o mérito quando: II - o processo ficar parado durante mais de 1 (um) ano por negligência das partes; III - por não promover os atos e as diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias; ADVERTÊNCIAS AO OFICIAL DE JUSTIÇA:1. Nos termos do art. 212, §2º, do CPC, as citações e intimações, independentemente de autorização judicial, poderão realizar-se no período de férias forenses, nos feriados ou dias úteis fora do horário de 6h às 20h, observado o disposto no artigo 5º, inciso XI, da Constituição Federal. 2. Nos termos do art. 252, do CPC, quando, por 2 (duas) vezes, o oficial de justiça houver procurado o citando em seu domicílio ou residência sem o encontrar, deverá, havendo suspeita de ocultação, intimar qualquer pessoa da família ou, em sua falta, qualquer vizinho de que, no dia útil imediato, voltará a fim de efetuar a citação, na hora que designar. 3. Nos termos do art. 372 da CNGC inexistindo prazo expressamente determinado, os mandados deverão estar cumpridos no prazo máximo de (10) dez dias. CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pela Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020872-72.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ANTONIO PERES DOS SANTOS NETO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCAS PINHEIRO CIRIACO OAB - MT21182/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ITAU UNIBANCO S/A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020872-72.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:ANTONIO PERES DOS SANTOS NETO ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: LUCAS PINHEIRO CIRIACO POLO PASSIVO: ITAU UNIBANCO S/A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 5ª JEC Data: 13/02/2020 Hora: 09:40 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1016942-46.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
VISUAL FORMATURAS LTDA - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GIOVANE GUALBERTO DE ALMEIDA OAB - MT17809-O (ADVOGADO(A))
BRUNO FELIPE MONTEIRO COELHO OAB - MT14559-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MIRANDA ESTACIO DA SILVA (REQUERIDO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ 5º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 MANDADO DE INTIMAÇÃO Oficial de Justiça: ZONA XXX Diligência: ID. XXX EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA PROCESSO n. 1016942-46.2019.8.11.0001 Valor da causa: R$ 5.167,15 ESPÉCIE: [INADIMPLEMENTO]->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) POLO ATIVO: Nome: VISUAL FORMATURAS LTDA - ME Endereço: Rua 13, Lote 15/16, Quadra 18, Jardim Morada dos Nobres, CUIABÁ - MT - CEP: 78068-090 POLO PASSIVO: Nome: MIRANDA ESTACIO DA SILVA Endereço: AV. DOS JACARANDÁS, 1610, JARDIM JACARANDÁS, SINOP - MT - CEP: 78557-667 FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do artigo 485 da Lei 13.105/2015, conforme despacho, e documentos vinculados disponíveis no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem descritas no corpo deste mandado. MANIFESTAR ACERCA DO AR NEGATIVO JUNTADO NOS AUTOS. COMPLEMENTO : 1. Nos termos do art 485, do CPC, o juiz não resolverá o mérito quando: II - o processo ficar parado durante mais de 1 (um) ano por negligência das partes; III - por não promover os atos e as diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias; ADVERTÊNCIAS AO OFICIAL DE JUSTIÇA:1. Nos termos do art. 212, §2º, do CPC, as citações e intimações, independentemente de autorização judicial, poderão realizar-se no período de férias forenses, nos feriados ou dias úteis fora do horário de 6h às 20h, observado o disposto no artigo 5º, inciso XI, da Constituição Federal. 2. Nos termos do art. 252, do CPC, quando, por 2 (duas) vezes, o oficial de justiça houver procurado o citando em seu domicílio ou residência sem o encontrar, deverá, havendo suspeita de ocultação, intimar qualquer pessoa da família ou, em sua falta, qualquer vizinho de que, no dia útil imediato, voltará a fim de efetuar a citação, na hora que designar. 3. Nos termos do art. 372 da CNGC inexistindo prazo expressamente determinado, os mandados deverão estar cumpridos no prazo máximo de (10) dez dias. CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pela Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação,

com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1013793-42.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO MORADA DO OURO II (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RICARDO ARRUDA DE LEMOS OAB - MT18363/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MIGUEL GONCALO DE MAGALHAES (EXECUTADO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ 5º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 MANDADO DE INTIMAÇÃO Oficial de Justiça: ZONA XXX Diligência: ID. XXX EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA PROCESSO n. 1013793-42.2019.8.11.0001 Valor da causa: R$ 1.196,22 ESPÉCIE: [Despesas Condominiais]->EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159) POLO ATIVO: Nome: CONDOMINIO MORADA DO OURO II Endereço: RUA VINTE E DOIS, S/N, Quadra 36, MORADA DO OURO II, CUIABÁ - MT - CEP: 78053-754 POLO PASSIVO: Nome: MIGUEL GONCALO DE MAGALHAES Endereço: RUA VINTE E DOIS QUADRA 36, S/N, Condomínio Morada do Ouro 2 APTO B-101, MORADA DO OURO II, CUIABÁ - MT - CEP: 78053-754 FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do artigo 485 da Lei 13.105/2015, conforme despacho, e documentos vinculados disponíveis no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem descritas no corpo deste mandado. MANIFESTAR ACERCA DO AR NEGATIVO JUNTADO NOS AUTOS. COMPLEMENTO : 1. Nos termos do art 485, do CPC, o juiz não resolverá o mérito quando: II - o processo ficar parado durante mais de 1 (um) ano por negligência das partes; III - por não promover os atos e as diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias; ADVERTÊNCIAS AO OFICIAL DE JUSTIÇA:1. Nos termos do art. 212, §2º, do CPC, as citações e intimações, independentemente de autorização judicial, poderão realizar-se no período de férias forenses, nos feriados ou dias úteis fora do horário de 6h às 20h, observado o disposto no artigo 5º, inciso XI, da Constituição Federal. 2. Nos termos do art. 252, do CPC, quando, por 2 (duas) vezes, o oficial de justiça houver procurado o citando em seu domicílio ou residência sem o encontrar, deverá, havendo suspeita de ocultação, intimar qualquer pessoa da família ou, em sua falta, qualquer vizinho de que, no dia útil imediato, voltará a fim de efetuar a citação, na hora que designar. 3. Nos termos do art. 372 da CNGC inexistindo prazo expressamente determinado, os mandados deverão estar cumpridos no prazo máximo de (10) dez dias. CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pela Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1011225-53.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
VISUAL FORMATURAS LTDA - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BRUNO FELIPE MONTEIRO COELHO OAB - MT14559-A (ADVOGADO(A))
GIOVANE GUALBERTO DE ALMEIDA OAB - MT17809-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CAROLINE DORADO MENDES (REQUERIDO)
JAQUELINE DORADO MENDES (REQUERIDO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ 5º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 MANDADO DE INTIMAÇÃO Oficial de Justiça: ZONA XXX Diligência: ID. XXX EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA PROCESSO n. 1011225-53.2019.8.11.0001 Valor da causa: R$ 3.950,00 ESPÉCIE: [INADIMPLEMENTO]->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) POLO ATIVO: Nome: VISUAL FORMATURAS LTDA - ME Endereço: Rua 13, Lote 15/16, Quadra 18, Jardim Morada dos Nobres, CUIABÁ - MT - CEP: 78068-090 POLO PASSIVO: Nome: JAQUELINE DORADO MENDES Endereço: Rua Ceara, 2471, NOVO TEMPO, VILHENA - RO - CEP: 76980-000 Nome: CAROLINE DORADO MENDES Endereço: Rua Ceara, 2471, NOVO TEMPO, VILHENA - RO - CEP: 76980-000 FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do artigo 485 da Lei 13.105/2015, conforme despacho, e documentos vinculados disponíveis no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem descritas no corpo deste mandado. MANIFESTAR ACERCA DO AR NEGATIVO JUNTADO NOS AUTOS. COMPLEMENTO : 1. Nos termos do art 485, do CPC, o juiz não resolverá o mérito quando: II - o processo ficar parado durante mais de 1 (um) ano por negligência das partes; III - por não promover os atos e as diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias; ADVERTÊNCIAS AO OFICIAL DE JUSTIÇA:1. Nos termos do art. 212, §2º, do CPC, as citações e intimações, independentemente de autorização judicial, poderão realizar-se no período de férias forenses, nos feriados ou dias úteis fora do horário de 6h às 20h, observado o disposto no artigo 5º, inciso XI, da Constituição Federal. 2. Nos termos do art. 252, do CPC, quando, por 2 (duas) vezes, o oficial de justiça houver procurado o citando em seu domicílio ou residência sem o encontrar, deverá, havendo suspeita de ocultação, intimar qualquer pessoa da família ou, em sua falta, qualquer vizinho de que, no dia útil imediato, voltará a fim de efetuar a citação, na hora que designar. 3. Nos termos do art. 372 da CNGC inexistindo prazo expressamente determinado, os mandados deverão estar cumpridos no prazo máximo de (10) dez dias. CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pela Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores

informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1011024-61.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
VISUAL FORMATURAS LTDA - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BRUNO FELIPE MONTEIRO COELHO OAB - MT14559-A (ADVOGADO(A))
GIOVANE GUALBERTO DE ALMEIDA OAB - MT17809-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JOELLINTON SENA RAMOS (REQUERIDO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ 5º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 MANDADO DE INTIMAÇÃO Oficial de Justiça: ZONA XXX Diligência: ID. XXX EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA PROCESSO n. 1011024-61.2019.8.11.0001 Valor da causa: R$ 2.231,24 ESPÉCIE: [INADIMPLEMENTO]->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) POLO ATIVO: Nome: VISUAL FORMATURAS LTDA - ME Endereço: Rua 13, Lote 15/16, Quadra 18, Jardim Morada dos Nobres, CUIABÁ - MT - CEP: 78068-090 POLO PASSIVO: Nome: JOELLINTON SENA RAMOS Endereço: RUA MARINEIDE, 6322, CUNIÃ, PORTO VELHO - RO - CEP: 76824-414 FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do artigo 485 da Lei 13.105/2015, conforme despacho, e documentos vinculados disponíveis no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem descritas no corpo deste mandado. MANIFESTAR ACERCA DO AR NEGATIVO JUNTADO NOS AUTOS. COMPLEMENTO : 1. Nos termos do art 485, do CPC, o juiz não resolverá o mérito quando: II - o processo ficar parado durante mais de 1 (um) ano por negligência das partes; III - por não promover os atos e as diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias; ADVERTÊNCIAS AO OFICIAL DE JUSTIÇA:1. Nos termos do art. 212, §2º, do CPC, as citações e intimações, independentemente de autorização judicial, poderão realizar-se no período de férias forenses, nos feriados ou dias úteis fora do horário de 6h às 20h, observado o disposto no artigo 5º, inciso XI, da Constituição Federal. 2. Nos termos do art. 252, do CPC, quando, por 2 (duas) vezes, o oficial de justiça houver procurado o citando em seu domicílio ou residência sem o encontrar, deverá, havendo suspeita de ocultação, intimar qualquer pessoa da família ou, em sua falta, qualquer vizinho de que, no dia útil imediato, voltará a fim de efetuar a citação, na hora que designar. 3. Nos termos do art. 372 da CNGC inexistindo prazo expressamente determinado, os mandados deverão estar cumpridos no prazo máximo de (10) dez dias. CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pela Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020890-93.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CAMILA GOMES CARLOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CLAITON LUIZ PANAZZOLO OAB - MT16705-O (ADVOGADO(A))
ALMIR LOPES DE ARAUJO JUNIOR OAB - MT4102-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020890-93.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:CAMILA GOMES CARLOS ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: CLAITON LUIZ PANAZZOLO, ALMIR LOPES DE ARAUJO JUNIOR POLO PASSIVO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 5ª JEC Data: 13/02/2020 Hora: 09:50 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020892-63.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JOELSON ALVES LIMA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NATALIA RAFAELA SIQUEIRA GOULART OAB - MT26935/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020892-63.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:JOELSON ALVES LIMA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: NATALIA RAFAELA SIQUEIRA GOULART POLO PASSIVO: BANCO BRADESCO FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 5ª JEC Data: 13/02/2020 Hora: 10:10 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020898-70.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MATHEUS AUGUSTO GOMES PORTAO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
APARECIDO QUEIROZ DA SILVA OAB - MT18345-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFONICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020898-70.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:MATHEUS AUGUSTO GOMES PORTAO ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: APARECIDO QUEIROZ DA SILVA POLO PASSIVO: TELEFONICA BRASIL S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 5ª JEC Data: 13/02/2020 Hora: 10:20 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020905-62.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
SILVANE AUXILIADORA BASTOS PARREIRAS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIO YEGROS PEREIRA OAB - MT8574-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020905-62.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:SILVANE AUXILIADORA BASTOS PARREIRAS ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: FABIO YEGROS PEREIRA POLO PASSIVO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 5ª JEC Data: 13/02/2020 Hora: 10:40 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020910-84.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
GISLAINY VERGILIA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JULIANA MACEDO FOLES OAB - MT23173-O (ADVOGADO(A))
Lindolfo Macedo de Castro OAB - MT7174-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020910-84.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:GISLAINY VERGILIA DA SILVA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: LINDOLFO MACEDO DE CASTRO, JULIANA MACEDO FOLES POLO PASSIVO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 5ª JEC Data: 13/02/2020 Hora: 10:50 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1014998-09.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
VISUAL FORMATURAS LTDA - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GIOVANE GUALBERTO DE ALMEIDA OAB - MT17809-O (ADVOGADO(A))
BRUNO FELIPE MONTEIRO COELHO OAB - MT14559-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ANDREILSON ABREU DOBLER (REQUERIDO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ 5º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 MANDADO DE INTIMAÇÃO Oficial de Justiça: ZONA XXX Diligência: ID. XXX EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA PROCESSO n. 1014998-09.2019.8.11.0001 Valor da causa: R$ 1.462,74 ESPÉCIE: [INADIMPLEMENTO]->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) POLO ATIVO: Nome: VISUAL FORMATURAS LTDA - ME Endereço: Rua 13, Lote 15/16, Quadra 18, Jardim Morada dos Nobres, CUIABÁ - MT - CEP: 78068-090 POLO PASSIVO: Nome: ANDREILSON ABREU DOBLER Endereço: Rua 10 A, 902 W, Jardim Tangará I, TANGARÁ DA SERRA - MT - CEP: 78000-000 FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do artigo 485 da Lei 13.105/2015, conforme despacho, e documentos vinculados disponíveis no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem descritas no corpo deste mandado. MANIFESTAR ACERCA DO AR NEGATIVO JUNTADO NOS AUTOS. COMPLEMENTO : 1. Nos termos do art 485, do CPC, o juiz não resolverá o mérito quando: II - o processo ficar parado durante mais de 1 (um) ano por negligência das partes; III - por não promover os atos e as diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias; ADVERTÊNCIAS AO OFICIAL DE JUSTIÇA:1. Nos termos do art. 212, §2º, do CPC, as citações e intimações, independentemente de autorização judicial, poderão realizar-se no período de férias forenses, nos feriados ou dias úteis fora do horário de 6h às 20h, observado o disposto no artigo 5º, inciso XI, da Constituição Federal. 2. Nos termos do art. 252, do CPC, quando, por 2 (duas) vezes, o oficial de justiça houver procurado o citando em seu domicílio ou residência sem o encontrar, deverá, havendo suspeita de ocultação, intimar qualquer pessoa da família ou, em sua falta, qualquer vizinho de que, no dia útil imediato, voltará a fim de efetuar a citação, na hora que designar. 3. Nos termos do art. 372 da CNGC inexistindo prazo expressamente determinado, os mandados deverão estar cumpridos no prazo máximo de (10) dez dias. CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pela Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1017800-77.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
M. V. C. M. D. S. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ JOSE FERREIRA OAB - MT8212-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
B. D. B. S. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1017800-77.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:MIRIAN VALERIA CURVO MORAES DA SILVA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: LUIZ JOSE FERREIRA POLO PASSIVO: BANCO DO BRASIL SA FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 5ª JEC Data: 13/02/2020 Hora: 10:30 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1013410-64.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
E. C. DA SILVA - ENSINO SUPERIOR - ME (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GUILHERME ROBERTO GOMES COSTA OAB - MT27389/O (ADVOGADO(A))
OTAVIO GARGAGLIONE LEITE DA SILVA OAB - MT18229-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
RHUAN VINICIUS ROCHA PEREIRA (EXECUTADO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ 5º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 MANDADO DE INTIMAÇÃO Oficial de Justiça: ZONA XXX Diligência: ID. XXX EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA PROCESSO n. 1013410-64.2019.8.11.0001 Valor da causa: R$ 10.542,72 ESPÉCIE: [CORREÇÃO MONETÁRIA]->EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159) POLO ATIVO: Nome: E. C. DA SILVA - ENSINO SUPERIOR - ME Endereço:

Avenida Historiador Rubens de Mendonça, 1894, Ed. Maruanã, sala 1906, Bosque da Saúde, CUIABÁ - MT - CEP: 78050-000 POLO PASSIVO: Nome: RHUAN VINICIUS ROCHA PEREIRA Endereço: RUA 10, Casa 04, Jardim Industriário, Quadra 07, PARQUE NOVA ESPERANÇA III, CUIABÁ - MT - CEP: 78099-477 FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do artigo 485 da Lei 13.105/2015, conforme despacho, e documentos vinculados disponíveis no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem descritas no corpo deste mandado. MANIFESTAR ACERCA DO AR NEGATIVO JUNTADO NOS AUTOS. COMPLEMENTO : 1. Nos termos do art 485, do CPC, o juiz não resolverá o mérito quando: II - o processo ficar parado durante mais de 1 (um) ano por negligência das partes; III - por não promover os atos e as diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias; ADVERTÊNCIAS AO OFICIAL DE JUSTIÇA:1. Nos termos do art. 212, §2º, do CPC, as citações e intimações, independentemente de autorização judicial, poderão realizar-se no período de férias forenses, nos feriados ou dias úteis fora do horário de 6h às 20h, observado o disposto no artigo 5º, inciso XI, da Constituição Federal. 2. Nos termos do art. 252, do CPC, quando, por 2 (duas) vezes, o oficial de justiça houver procurado o citando em seu domicílio ou residência sem o encontrar, deverá, havendo suspeita de ocultação, intimar qualquer pessoa da família ou, em sua falta, qualquer vizinho de que, no dia útil imediato, voltará a fim de efetuar a citação, na hora que designar. 3. Nos termos do art. 372 da CNGC inexistindo prazo expressamente determinado, os mandados deverão estar cumpridos no prazo máximo de (10) dez dias. CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pela Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1005011-46.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
DARLI DA SILVA SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DIEFERSON FERREIRA NUNES OAB - MT23861/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
UNICA MARMORARIA EIRELI (REQUERIDO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO - AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO PROCESSO n. 1005011-46.2019.8.11.0001 Valor da causa: R$ 6.200,00 ESPÉCIE: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) POLO ATIVO: Nome: DARLI DA SILVA SOUZA Endereço: ALAMEDA JÚLIO MULLER, 102, (RES ALAMEDA), PONTE NOVA, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78115-200 POLO PASSIVO: Nome: UNICA MARMORARIA EIRELI Endereço: RUA VINTE E UM, 150, EM FRENTE AO DAPP ALIMENTOS E SERVIÇOS EIRELLI, BOA ESPERANÇA, CUIABÁ - MT - CEP: 78068-780 DESTINATÁRIO: Senhor(a) REQUERENTE - DARLI DA SILVA SOUZA FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DO POLO ATIVO, acima qualificado, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO abaixo designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 5ª JEC Data: 28/11/2019 Hora: 08:30 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 ADVERTÊNCIA: 1. Não comparecendo à audiência designada, presumir-se-ão verdadeiros os fatos alegados pela parte reclamante na petição inicial ou termo de reclamação, podendo ser proferida sentença de plano (artigos 20 e 23 da Lei nº 9.099/95). 2. Comparecendo a parte promovida, e não obtida a conciliação, deverá oferecer contestação, escrita ou oral, no prazo de 05 (cinco) dias após a audiência de conciliação, sendo obrigatória, nas causas de valor superior a 20 salários mínimos, a presença de advogado. A ação poderá ser julgada antecipadamente, se for o caso, ou se proceder à audiência de instrução e julgamento. 3. Deverá(ão) o(a, s) citando(a, s)/intimando(a, s) comparecer devidamente trajado(a, s) e portando documentos pessoais. CUIABÁ, 6 de novembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1005011-46.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
DARLI DA SILVA SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DIEFERSON FERREIRA NUNES OAB - MT23861/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
UNICA MARMORARIA EIRELI (REQUERIDO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ 5º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 MANDADO DE INTIMAÇÃO Oficial de Justiça: ZONA XXX Diligência: ID. XXX EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA PROCESSO n. 1005011-46.2019.8.11.0001 Valor da causa: R$ 6.200,00 ESPÉCIE: [DIREITO DO CONSUMIDOR]->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) POLO ATIVO: Nome: DARLI DA SILVA SOUZA Endereço: ALAMEDA JÚLIO MULLER, 102, (RES ALAMEDA), PONTE NOVA, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78115-200 POLO PASSIVO: Nome: UNICA MARMORARIA EIRELI Endereço: RUA VINTE E UM, 150, EM FRENTE AO DAPP ALIMENTOS E SERVIÇOS EIRELLI, BOA ESPERANÇA, CUIABÁ - MT - CEP: 78068-780 FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do artigo 485 da Lei 13.105/2015, conforme despacho, e documentos vinculados disponíveis no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem descritas no corpo deste mandado. MANIFESTAR ACERCA DO AR NEGATIVO JUNTADO NOS AUTOS. COMPLEMENTO : 1. Nos termos do art 485, do CPC, o juiz não resolverá o

mérito quando: II - o processo ficar parado durante mais de 1 (um) ano por negligência das partes; III - por não promover os atos e as diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias; ADVERTÊNCIAS AO OFICIAL DE JUSTIÇA:1. Nos termos do art. 212, §2º, do CPC, as citações e intimações, independentemente de autorização judicial, poderão realizar-se no período de férias forenses, nos feriados ou dias úteis fora do horário de 6h às 20h, observado o disposto no artigo 5º, inciso XI, da Constituição Federal. 2. Nos termos do art. 252, do CPC, quando, por 2 (duas) vezes, o oficial de justiça houver procurado o citando em seu domicílio ou residência sem o encontrar, deverá, havendo suspeita de ocultação, intimar qualquer pessoa da família ou, em sua falta, qualquer vizinho de que, no dia útil imediato, voltará a fim de efetuar a citação, na hora que designar. 3. Nos termos do art. 372 da CNGC inexistindo prazo expressamente determinado, os mandados deverão estar cumpridos no prazo máximo de (10) dez dias. CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pela Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1013554-38.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARCOS SILVA ALMEIDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDSON SILVA DE CAMARGO OAB - MT2054-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
L M RODRIGUES MOVEIS PLANEJADOS - ME (REQUERIDO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO - AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO PROCESSO n. 1013554-38.2019.8.11.0001 Valor da causa: R$ 30.000,00 ESPÉCIE: PETIÇÃO (241) POLO ATIVO: Nome: MARCOS SILVA ALMEIDA Endereço: RUA ANTÔNIO DORILEO, 250, casa, COOPHEMA, CUIABÁ - MT - CEP: 78085-230 POLO PASSIVO: Nome: L M RODRIGUES MOVEIS PLANEJADOS - ME Endereço: RUA AMÉRICO BRASIL, 190, empresa, BAÚ, CUIABÁ - MT - CEP: 78008-130 DESTINATÁRIO: Senhor(a) REQUERENTE - MARCOS SILVA ALMEIDA FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DO POLO ATIVO, acima qualificado, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO abaixo designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 5ª JEC Data: 05/12/2019 Hora: 11:00 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 ADVERTÊNCIA: 1. Não comparecendo à audiência designada, presumir-se-ão verdadeiros os fatos alegados pela parte reclamante na petição inicial ou termo de reclamação, podendo ser proferida sentença de plano (artigos 20 e 23 da Lei nº 9.099/95). 2. Comparecendo a parte promovida, e não obtida a conciliação, deverá oferecer contestação, escrita ou oral, no prazo de 05 (cinco) dias após a audiência de conciliação, sendo obrigatória, nas causas de valor superior a 20 salários mínimos, a presença de advogado. A ação poderá ser julgada antecipadamente, se for o caso, ou se proceder à audiência de instrução e julgamento. 3. Deverá(ão) o(a, s) citando(a, s)/intimando(a, s) comparecer devidamente trajado(a, s) e portando documentos pessoais. CUIABÁ, 4 de novembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1013554-38.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARCOS SILVA ALMEIDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDSON SILVA DE CAMARGO OAB - MT2054-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
L M RODRIGUES MOVEIS PLANEJADOS - ME (REQUERIDO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ 5º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 MANDADO DE INTIMAÇÃO Oficial de Justiça: ZONA XXX Diligência: ID. XXX EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA PROCESSO n. 1013554-38.2019.8.11.0001 Valor da causa: R$ 30.000,00 ESPÉCIE: [INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL]->PETIÇÃO (241) POLO ATIVO: Nome: MARCOS SILVA ALMEIDA Endereço: RUA ANTÔNIO DORILEO, 250, casa, COOPHEMA, CUIABÁ - MT - CEP: 78085-230 POLO PASSIVO: Nome: L M RODRIGUES MOVEIS PLANEJADOS - ME Endereço: RUA AMÉRICO BRASIL, 190, empresa, BAÚ, CUIABÁ - MT - CEP: 78008-130 FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do artigo 485 da Lei 13.105/2015, conforme despacho, e documentos vinculados disponíveis no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem descritas no corpo deste mandado. MANIFESTAR ACERCA DO AR NEGATIVO JUNTADO NOS AUTOS. COMPLEMENTO : 1. Nos termos do art 485, do CPC, o juiz não resolverá o mérito quando: II - o processo ficar parado durante mais de 1 (um) ano por negligência das partes; III - por não promover os atos e as diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias; ADVERTÊNCIAS AO OFICIAL DE JUSTIÇA:1. Nos termos do art. 212, §2º, do CPC, as citações e intimações, independentemente de autorização judicial, poderão realizar-se no período de férias forenses, nos feriados ou dias úteis fora do horário de 6h às 20h, observado o disposto no artigo 5º, inciso XI, da Constituição Federal. 2. Nos termos do art. 252, do CPC, quando, por 2 (duas) vezes, o oficial de justiça houver procurado o citando em seu domicílio ou residência sem o encontrar, deverá, havendo suspeita de ocultação, intimar qualquer pessoa da família ou, em sua falta, qualquer vizinho de que, no dia útil imediato, voltará a fim de efetuar a citação, na hora que designar. 3. Nos termos do art. 372 da CNGC inexistindo prazo expressamente determinado, os mandados deverão estar cumpridos no prazo máximo de (10) dez dias. CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente)

Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pela Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código" e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código", clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o "Código" localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade "Solicitar Habilitação", sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba "Expedientes" no "Painel do Representante Processual", sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020927-23.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LUIZ GUILHERME GONZAGA SILVEIRA (REQUERENTE)
FLAVIA LACERDA ALBANEZE SILVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
AMANDA BARBARA DE OLIVEIRA SODRE OAB - MT13333-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GOL LINHAS AEREAS INTELIGENTES S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020927-23.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:FLAVIA LACERDA ALBANEZE SILVEIRA e outros ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: AMANDA BARBARA DE OLIVEIRA SODRE POLO PASSIVO: GOL LINHAS AEREAS INTELIGENTES S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 5ª JEC Data: 13/02/2020 Hora: 11:00 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020905-62.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
SILVANE AUXILIADORA BASTOS PARREIRAS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIO YEGROS PEREIRA OAB - MT8574-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020905-62.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:SILVANE AUXILIADORA BASTOS PARREIRAS ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: FABIO YEGROS PEREIRA POLO PASSIVO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 5ª JEC Data: 13/02/2020 Hora: 10:40 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020935-97.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
NAYARA APARECIDA DE SOUSA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MANOEL COSTA PARRIAO OAB - MT13944-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SDB COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020935-97.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:NAYARA APARECIDA DE SOUSA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: MANOEL COSTA PARRIAO POLO PASSIVO: SDB COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 5ª JEC Data: 13/02/2020 Hora: 11:10 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1007421-77.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
STUDIO S FORMATURAS EIRELI (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Marcelo Turcato OAB - MT0008127A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VERA LUCIA DA SILVA PINHO (EXECUTADO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ 5º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 MANDADO DE INTIMAÇÃO Oficial de Justiça: ZONA XXX Diligência: ID. XXX EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA PROCESSO n. 1007421-77.2019.8.11.0001 Valor da causa: R$ 1.665,91 ESPÉCIE: [NOTA PROMISSÓRIA]->EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159) POLO ATIVO: Nome: STUDIO S FORMATURAS EIRELI Endereço: AVENIDA JOSE PEREIRA DA SILVA, N° 60, 60, JARDIM AEROPORTO, VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE - MT - CEP: 78237-000 POLO PASSIVO: Nome: VERA LUCIA DA SILVA PINHO Endereço: RUA BOM JESUS S/N, sn, varginha, STO ANTÔNIO LEVERGER - MT - CEP: 78180-000 FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do artigo 485 da Lei 13.105/2015, conforme despacho, e documentos vinculados disponíveis no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem descritas no corpo deste mandado. MANIFESTAR ACERCA DO MANDADO NEGATIVO JUNTADO NOS AUTOS. COMPLEMENTO : 1. Nos termos do art 485, do CPC, o juiz não resolverá o mérito quando: II - o processo ficar parado durante mais de 1 (um) ano por negligência das partes; III - por não promover os atos e as diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias; ADVERTÊNCIAS AO OFICIAL DE JUSTIÇA:1. Nos termos do art. 212, §2º, do CPC, as citações e intimações, independentemente de autorização judicial, poderão realizar-se no período de férias forenses, nos feriados ou dias úteis fora do horário de 6h às 20h, observado o disposto no artigo 5º, inciso XI, da Constituição Federal. 2. Nos termos do art. 252, do CPC, quando, por 2 (duas) vezes, o oficial de justiça houver procurado o citando em seu domicílio ou residência sem o encontrar, deverá, havendo suspeita de ocultação, intimar qualquer pessoa da família ou, em sua falta, qualquer vizinho de que, no dia útil imediato, voltará a fim de efetuar a citação, na hora que designar. 3. Nos termos do art. 372 da CNGC inexistindo prazo expressamente determinado, os mandados deverão estar cumpridos no prazo máximo de (10) dez dias. CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pela Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código" e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código", clique na lupa localizada

na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1009513-28.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MUNDIAL VIAGENS E TURISMO LTDA - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RICARDO HENRIQUE COUTINHO DOS SANTOS OAB - MT12882-O (ADVOGADO(A))
LUCIOMAR ARAUJO BASTOS OAB - 345.832.381-34 (REPRESENTANTE)
ELISSON APARECIDO DE SOUZA ALMEIDA OAB - MT12937-O (ADVOGADO(A))
IZONILDES PIO DA SILVA OAB - MT6486-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ALESSANDRO JACARANDA JOVE (REQUERIDO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ 5º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 MANDADO DE INTIMAÇÃO Oficial de Justiça: ZONA XXX Diligência: ID. XXX EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA PROCESSO n. 1009513-28.2019.8.11.0001 Valor da causa: R$ 20.570,34 ESPÉCIE: [VALOR DA EXECUÇÃO / CÁLCULO / ATUALIZAÇÃO]->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) POLO ATIVO: Nome: MUNDIAL VIAGENS E TURISMO LTDA - ME Endereço: Avenida Isaac Póvoas, 557, Centro-Sul, CUIABÁ - MT - CEP: 78020-510 Nome: LUCIOMAR ARAUJO BASTOS Endereço: Avenida Isaac Póvoas, 557, Centro-Sul, CUIABÁ - MT - CEP: 78020-510 POLO PASSIVO: Nome: ALESSANDRO JACARANDA JOVE Endereço: RUA DAS TULIPAS, 355, QD 03, LT 18, CONDOMÍNIO FLORAIS CUIABÁ RESIDENCIAL, CUIABÁ - MT - CEP: 78049-412 FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do artigo 485 da Lei 13.105/2015, conforme despacho, e documentos vinculados disponíveis no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem descritas no corpo deste mandado. MANIFESTAR ACERCA DO MANDADO NEGATIVO JUNTADO NOS AUTOS. COMPLEMENTO : 1. Nos termos do art 485, do CPC, o juiz não resolverá o mérito quando: II - o processo ficar parado durante mais de 1 (um) ano por negligência das partes; III - por não promover os atos e as diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias; ADVERTÊNCIAS AO OFICIAL DE JUSTIÇA:1. Nos termos do art. 212, §2º, do CPC, as citações e intimações, independentemente de autorização judicial, poderão realizar-se no período de férias forenses, nos feriados ou dias úteis fora do horário de 6h às 20h, observado o disposto no artigo 5º, inciso XI, da Constituição Federal. 2. Nos termos do art. 252, do CPC, quando, por 2 (duas) vezes, o oficial de justiça houver procurado o citando em seu domicílio ou residência sem o encontrar, deverá, havendo suspeita de ocultação, intimar qualquer pessoa da família ou, em sua falta, qualquer vizinho de que, no dia útil imediato, voltará a fim de efetuar a citação, na hora que designar. 3. Nos termos do art. 372 da CNGC inexistindo prazo expressamente determinado, os mandados deverão estar cumpridos no prazo máximo de (10) dez dias. CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pela Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1006553-02.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ROBSON RODRIGUES NUNES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIO HENRIQUE REGINATO OAB - MT0016639A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MS13116-S (ADVOGADO(A))

JUSTIÇA GRATUITA INTIMAÇÃO FINALIDADE: INTIMAÇÃO DO(A) ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: FABIO HENRIQUE REGINATO, de conformidade com o despacho abaixo transcrito, para comparecer à audiência de conciliação designada, acompanhada de advogado(s) ou defensor(es) público(s). DADOS DA AUDIÊNCIA: Audiência que se realizará no dia Tipo: Conciliação, Sala: 5ª JEC Data: 22/10/2019 Hora: 09:50 (horário de Mato Grosso), no no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL sito na Rua Tenente Alcides Duarte de Souza n. 275, Bairro Duque de Caxias I (Lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM) ADVERTÊNCIA: 1. Não comparecendo à audiência designada, ou comparecendo e não apresentando defesa, presumir-se-ão aceitos pela requerida como verdadeiros os fatos alegados pela requerente na petição inicial. 2. Não obtida a conciliação, o requerido oferecerá, na própria audiência, resposta escrita ou oral, acompanhada de documentos e rol de testemunhas e, se requerer perícia, formulará seus quesitos desde logo, podendo indicar assistente técnico (Art. 278 do CPC). 3. O não comparecimento do Promovente à Audiência de Instrução e Julgamento, sem prévia justificação, acarretará a extinção do processo, com a condenação do Promovente no pagamento das custas, na forma do art. 51, I, § 2º, da Lei 9.099/95. O não comparecimento do Promovido à Audiência de Instrução e Julgamento importará em revelia, reputando-se como verdadeiras as alegações iniciais do autor e proferindo-se o julgamento de plano. OBSERVAÇÕES: Deverá(ão) o(a, s) citando(a, s)/intimando(a, s) comparecer(em) devidamente trajado(a, s) e portando documentos pessoais. CUIABÁ, 17 de setembro de 2019 Gestora Judiciária Autorizado pelo Provimento 55/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1011395-25.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
VISUAL FORMATURAS LTDA - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BRUNO FELIPE MONTEIRO COELHO OAB - MT14559-A (ADVOGADO(A))
GIOVANE GUALBERTO DE ALMEIDA OAB - MT17809-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ELPIDIA FRANCISCA DE AZEVEDO (REQUERIDO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ 5º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 MANDADO DE INTIMAÇÃO Oficial de Justiça: ZONA XXX

Diligência: ID. XXX EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA PROCESSO n. 1011395-25.2019.8.11.0001 Valor da causa: R$ 1.680,05 ESPÉCIE: [INADIMPLEMENTO]->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) POLO ATIVO: Nome: VISUAL FORMATURAS LTDA - ME Endereço: Rua 13, Lote 15/16, Quadra 18, Jardim Morada dos Nobres, CUIABÁ - MT - CEP: 78068-090 POLO PASSIVO: Nome: ELPIDIA FRANCISCA DE AZEVEDO Endereço: Rua Vereador Nunes, 21 B, Quadra 08, Novo Paraiso II, CUIABÁ - MT - CEP: 78055-000 FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do artigo 485 da Lei 13.105/2015, conforme despacho, e documentos vinculados disponíveis no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem descritas no corpo deste mandado. MANIFESTAR ACERCA DO MANDADO NEGATIVO JUNTADO NOS AUTOS. COMPLEMENTO : 1. Nos termos do art 485, do CPC, o juiz não resolverá o mérito quando: II - o processo ficar parado durante mais de 1 (um) ano por negligência das partes; III - por não promover os atos e as diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias; ADVERTÊNCIAS AO OFICIAL DE JUSTIÇA:1. Nos termos do art. 212, §2º, do CPC, as citações e intimações, independentemente de autorização judicial, poderão realizar-se no período de férias forenses, nos feriados ou dias úteis fora do horário de 6h às 20h, observado o disposto no artigo 5º, inciso XI, da Constituição Federal. 2. Nos termos do art. 252, do CPC, quando, por 2 (duas) vezes, o oficial de justiça houver procurado o citando em seu domicílio ou residência sem o encontrar, deverá, havendo suspeita de ocultação, intimar qualquer pessoa da família ou, em sua falta, qualquer vizinho de que, no dia útil imediato, voltará a fim de efetuar a citação, na hora que designar. 3. Nos termos do art. 372 da CNGC inexistindo prazo expressamente determinado, os mandados deverão estar cumpridos no prazo máximo de (10) dez dias. CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pela Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Decisão

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020774-87.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JOBSON OSCAR BOTTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MAURICIO SILVA BOTTOS OAB - MT26063/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
ADAUTO DOS SANTOS REIS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ D E C I S Ã O Para o deferimento da tutela antecipada exige-se à existência de elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo (art. 300, caput, do CPC). Acerca de referidos requisitos, leciona o mestre Humberto Theodoro Júnior que “inequívoca é a prova capaz de autorizar uma sentença de mérito favorável à parte que invoca a tutela antecipada. A verossimilhança refere-se ao juízo de convencimento a ser feito em torno de todo o quadro fático invocado pela parte, não apenas quanto à existência de seu direito subjetivo, mas, principalmente, no relativo ao perigo de dano e sua irreparabilidade”. (in Processo Cautelar, 20ª ed., Editora Universidade de Direito, pág. 452). Analisados os documentos trazidos com a inicial, tenho que não assiste à Reclamante em pleitear a antecipação dos efeitos da tutela, pois ausente o requisito fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação. Assim, diante do contexto fático que se apresenta nos autos, tenho que o pleito autoral ainda ressente de maior dilação probatória, o que por certo será realizado no decorrer da instrução processual, não se mostrando possível, neste momento processual. Pelo exposto, não preenchendo os requisitos necessários à concessão da medida perquirida, INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA, vindicado pela parte Reclamante. Anoto, outrossim, que o fato narrado na petição inicial deriva de relação de consumo, sendo direito do consumidor, entre outros, “a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova a seu favor, no processo civil, quando, a critério do Juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias da experiência” (CDC, Lei nº 8.078, de 11.09.1990, art. 6º, inc. VIII). Assim, nos termos do dispositivo legal retro apontado, c/c art. 373, inc. II, do C.P.C., inverto o ônus da prova em favor da reclamante, devendo a reclamada apresentar prova quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo de direito do mesmo. No mais, intimem-se as partes para comparecer na audiência de conciliação já designada. Pelo mesmo mandado, cite-se a parte Requerida para querendo contestar, no prazo legal, indicando-se provas, sob pena de se presumirem aceitos como verdadeiros os fatos alegados pela Requerente, caso não seja a ação contestada. Intimem-se. Cumpra-se. Juiz Adauto dos Santos Reis

Decisão Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1018208-68.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
D.P. SERVICOS DE ORGANIZACOES DE FESTAS LTDA - ME (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROOSEVELT ALOISIO LEAL DE QUEIROZ JUNIOR OAB - MT13661/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
KLEVERSON FABIANO DE SIQUEIRA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO INICIAL Processo: 1018208-68.2019.8.11.0001. EXEQUENTE: D.P. SERVICOS DE ORGANIZACOES DE FESTAS LTDA - ME EXECUTADO: KLEVERSON FABIANO DE SIQUEIRA Vistos, etc. Cite a parte executada, por Carta AR, com as advertências do artigo 829 do CPC, para efetuar o pagamento da dívida, no prazo de 03 (três), dias, sob pena de execução forçada (art. 53 da lei 9.099/95). Incorrendo o pagamento e não havendo indicação de bens à penhora nos autos, voltem conclusos para penhora online. Após a realização da penhora, designe audiência de conciliação, conforme determina o art. 53, § 1º, da lei 9.099/95, oportunidade em que a parte executada poderá oferecer embargos por escrito ou oralmente. O Devedor não sendo encontrado, intime o a parte exequente para promover a indicação do necessário, no prazo de 05 (cinco) dias. Inexistindo manifestação no prazo assinalado, conclusos para extinção. (Art. 53, §4º da lei 9.099/95). Intimem-se. Cumpra-se. Expeça o necessário. JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1018464-11.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
FELIPE DE CAMPOS SANTANA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DIOGO DE OLIVEIRA DA CRUZ OAB - MT16377-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OI S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:

DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Processo: 1018464-11.2019.8.11.0001. REQUERENTE: FELIPE DE CAMPOS SANTANA REQUERIDO: OI S.A Vistos etc. Cuida-se de pedido liminar formulado pela parte requerente na qual pretende seja determinado à parte requerida que promova a exclusão de seus dados nos cadastros de proteção ao crédito. Afirma a parte requerente que, recentemente, tomou conhecimento de que seu nome estava negativado pela parte requerida. Afirma que não possui relação jurídica com a parte requerida. O pleito vai indeferido. Com efeito, para a concessão da tutela de urgência se faz imprescindível a presença de elementos que evidenciem a probabilidade do direito alegado e, cumulativamente, que haja perigo de dano. A despeito das informações trazidas aos autos de que a parte requerida não seria responsável pelo débito, visto que nega a relação contratual com a parte requerida, verifico que constam outras negativações nos cadastros de proteção ao crédito. Assim, não vislumbro o perigo de dano, visto que eventual determinação de exclusão dos dados nos referidos cadastros, em nada modificaria o atual perfil econômico da parte requerente demonstrado pelo órgão (Serasa). Posto isso, INDEFIRO a liminar vindicada em razão da ausência dos elementos indispensáveis à concessão da medida liminar. Audiência de conciliação já designada. Cite-se. Intime-se. JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA JUIZ DE DIREITO

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020814-69.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LETICIA TAVARES TORRES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARILZA DE CASTRO BRANCO OAB - MT17146-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GINCOVGD ALFA INCORPORACOES LTDA (REQUERIDO)
CONDOMINIO FLORAIS DA MATA (REQUERIDO)
BARCELLOS INTELIGENCIA IMOBILIARIA EIRELI - EPP (REQUERIDO)
Magistrado(s):
ADAUTO DOS SANTOS REIS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ D E C I S Ã O Para o deferimento da tutela antecipada exige-se à existência de elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo (art. 300, caput, do CPC). Acerca de referidos requisitos, leciona o mestre Humberto Theodoro Júnior que “inequívoca é a prova capaz de autorizar uma sentença de mérito favorável à parte que invoca a tutela antecipada. A verossimilhança refere-se ao juízo de convencimento a ser feito em torno de todo o quadro fático invocado pela parte, não apenas quanto à existência de seu direito subjetivo, mas, principalmente, no relativo ao perigo de dano e sua irreparabilidade”. (in Processo Cautelar, 20ª ed., Editora Universidade de Direito, pág. 452). Analisados os documentos trazidos com a inicial, tenho que não assiste à Reclamante em pleitear a antecipação dos efeitos da tutela, pois ausente o requisito fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação. Assim, diante do contexto fático que se apresenta nos autos, tenho que o pleito autoral ainda ressente de maior dilação probatória, o que por certo será realizado no decorrer da instrução processual, não se mostrando possível, neste momento processual. Pelo exposto, não preenchendo os requisitos necessários à concessão da medida perquirida, INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA, vindicado pela parte Reclamante. Anoto, outrossim, que o fato narrado na petição inicial deriva de relação de consumo, sendo direito do consumidor, entre outros, “a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova a seu favor, no processo civil, quando, a critério do Juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias da experiência” (CDC, Lei nº 8.078, de 11.09.1990, art. 6º, inc. VIII). Assim, nos termos do dispositivo legal retro apontado, c/c art. 373, inc. II, do C.P.C., inverto o ônus da prova em favor da reclamante, devendo a reclamada apresentar prova quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo de direito do mesmo. No mais, intimem-se as partes para comparecer na audiência de conciliação já designada. Pelo mesmo mandado, cite-se a parte Requerida para querendo contestar, no prazo legal, indicando-se provas, sob pena de se presumirem aceitos como verdadeiros os fatos alegados pela Requerente, caso não seja a ação contestada. Intimem-se. Cumpra-se. Juiz Adauto dos Santos Reis

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020890-93.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CAMILA GOMES CARLOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CLAITON LUIZ PANAZZOLO OAB - MT16705-O (ADVOGADO(A))
ALMIR LOPES DE ARAUJO JUNIOR OAB - MT4102-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
ADAUTO DOS SANTOS REIS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ D E C I S Ã O Trata-se de DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E PEDIDO DE MEDIDA LIMINAR ajuizada por CAMILA GOMES CARLOS em desfavor de ENERGISA MATO GROSSO DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. O instituto da tutela antecipada possui fundamento constitucional, porquanto decorre do direito fundamental à tutela efetiva (art. 5.º, inc. XXXV, da CF/88), sendo certo que o direito fundamental consagrado no aludido dispositivo garante ao jurisdicionado não apenas o direito formal de propor a ação, mas também assegura o direito a uma tutela adequada e efetiva. Para o deferimento da tutela antecipada exige-se à existência de elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo (art. 300, caput, do CPC). Isto posto, com amparo no artigo 300 e seus parágrafos do Código de Processo Civil, DEFIRO O PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA, determinando a intimação da Reclamada para suspender a cobrança da fatura no valor de R$ 3.123,69 (três mil cento e vinte e três reais e sessenta e nove centavos), bem como abster-se de suspender fornecimento de energia elétrica na Unidade Consumidora da Reclamante, e ainda abster-se de incluir o nome da parte autora nos órgãos de proteção ao crédito, concernente apenas a fatura discutida nestes autos, no prazo de 24 horas, sob pena de aplicação de multa em caso de descumprimento da decisão. Por outro lado, constato que o fato narrado na petição inicial deriva de relação de consumo, sendo direito do consumidor, entre outros, “a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova a seu favor, no processo civil, quando, a critério do Juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias da experiência” (CDC, Lei nº 8.078, de 11.09.1990, art. 6º, inc. VIII). Assim, nos termos do dispositivo legal acima apontado, c/c art. 373, inc. II, do C.P.C., inverto o ônus da prova em favor do Reclamante, devendo a Reclamada apresentar prova quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo da direito do mesma. Aguarde-se a realização da audiência de conciliação, já designada nos autos. Cite-se a Reclamada do inteiro teor do pedido inicial e intime-a da audiência, com advertência de que o não comparecimento implicará em confissão e revelia (art. 20 da Lei nº 9.099/95). Intime-se o Reclamante, cientificando-o de que a ausência injustificada na audiência ensejará a extinção do processo e condenação nas custas processuais (art. 51, inciso I, parágrafo 2º da Lei nº 9.099/95). Expeça-se o necessário. Às providências. Intimem-se. Cumpra-se EM REGIME DE PLANTÃO. Juiz Adauto dos Santos Reis

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020905-62.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
SILVANE AUXILIADORA BASTOS PARREIRAS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIO YEGROS PEREIRA OAB - MT8574-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
ADAUTO DOS SANTOS REIS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ D E C I S Ã O Trata-se de AÇÃO DECLARATÓRIA DE

INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO C/C DANOS MATERIAIS e MORAIS COM PEDIDO DE LIMINAR ajuizada por SILVANE AUXILIADORA BASTOS PARREIRAS em desfavor de ENERGISA MATO GROSSO- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. O instituto da tutela antecipada possui fundamento constitucional, porquanto decorre do direito fundamental à tutela efetiva (art. 5.º, inc. XXXV, da CF/88), sendo certo que o direito fundamental consagrado no aludido dispositivo garante ao jurisdicionado não apenas o direito formal de propor a ação, mas também assegura o direito a uma tutela adequada e efetiva. Para o deferimento da tutela antecipada exige-se à existência de elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo (art. 300, caput, do CPC). Isto posto, com amparo no artigo 300 e seus parágrafos do Código de Processo Civil, DEFIRO O PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA, determinando a intimação da Reclamada para abster-se de efetuar cobranças à parte Reclamante, referente aos débitos discutido nestes autos das Unidades Consumidoras n° 3387690 e 33879-3, bem como para RESTABELECER o fornecimento de energia elétrica na Unidade Consumidora n° 3387690, e ainda proceda a exclusão do nome da autora dos órgãos de proteção ao crédito, no prazo de 24 horas , sob pena de aplicação de multa em caso de descumprimento da decisão. Por outro lado, constato que o fato narrado na petição inicial deriva de relação de consumo, sendo direito do consumidor, entre outros, “a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova a seu favor, no processo civil, quando, a critério do Juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias da experiência” (CDC, Lei nº 8.078, de 11.09.1990, art. 6º, inc. VIII). Assim, nos termos do dispositivo legal acima apontado, c/c art. 373, inc. II, do C.P.C., inverto o ônus da prova em favor do Reclamante, devendo a Reclamada apresentar prova quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo da direito do mesma. Aguarde-se a realização da audiência de conciliação, já designada nos autos. Cite-se a Reclamada do inteiro teor do pedido inicial e intime-a da audiência, com advertência de que o não comparecimento implicará em confissão e revelia (art. 20 da Lei nº 9.099/95). Intime-se o Reclamante, cientificando-o de que a ausência injustificada na audiência ensejará a extinção do processo e condenação nas custas processuais (art. 51, inciso I, parágrafo 2º da Lei nº 9.099/95). Expeça-se o necessário. Às providências. Intimem-se. Cumpra-se EM REGIME DE PLANTÃO. Juiz Adauto dos Santos Reis

Sentença

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1014442-07.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
RENATA CAROLINE ARRUDA DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS GUSTAVO LIMA FERNANDES OAB - MT17620-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCARD S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ADAUTO DOS SANTOS REIS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ S E N T E N Ç A Homologo a desistência da ação formulada pelo autor para os fins do artigo 200, parágrafo único do Novo Código de Processo Civil. Em consequência, considerando ainda que nos termos do enunciado 90 do FONAJE “a desistência do autor, mesmo sem a anuência do réu já citado, implicará na extinção do processo sem julgamento do mérito, ainda que tal ato se dê em audiência de instrução e julgamento”, JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem resolução do mérito, com fundamento no artigo 485, VIII do Novo Código de Processo Civil, promovendo, desde já, o seu imediato arquivamento. Intimem-se. Juiz Adauto dos Santos Reis

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1014612-76.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
GIRLENE MONTEIRO MENDES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
AGRINALDO JORGE RODRIGUES OAB - MT10875-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ADAUTO DOS SANTOS REIS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ S E N T E N Ç A Homologo a desistência da ação formulada pelo autor para os fins do artigo 200, parágrafo único do Novo Código de Processo Civil. Em consequência, considerando ainda que nos termos do enunciado 90 do FONAJE “a desistência do autor, mesmo sem a anuência do réu já citado, implicará na extinção do processo sem julgamento do mérito, ainda que tal ato se dê em audiência de instrução e julgamento”, JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem resolução do mérito, com fundamento no artigo 485, VIII do Novo Código de Processo Civil, promovendo, desde já, o seu imediato arquivamento. Intimem-se. Juiz Adauto dos Santos Reis

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1008950-34.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARCOS JOSE DA SILVA (INTERESSADO)
Advogado(s) Polo Ativo:
LEONARDO BORGES STABILE RIBEIRO OAB - MT24535/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TAM LINHAS AEREAS S/A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FABIO RIVELLI OAB - MT19023-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1008950-34.2019.8.11.0001. INTERESSADO: MARCOS JOSE DA SILVA REQUERIDO: TAM LINHAS AEREAS S/A. Vistos, etc. As partes informam que se compuseram amigavelmente, por meio do acordo realizado e encartado nos autos, conforme ID n.º 26603008. Com efeito, para que produza seus jurídicos e legais efeitos HOMOLOGO O ACORDO formulado entre reclamante e reclamado, mediante sentença, em conformidade com o prelecionado no artigo 57, da Lei n. 9.099/95, e, em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito com lastro legal no disposto no artigo 924, inciso III, c. c. o artigo 925, ambos do CPC/2015. Arquivem-se os autos. Intimem-se. Cumpra-se. JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1010192-28.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JAIRA BEZERRA BRASIL (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MACKSON DOUGLAS BOABAID DE SOUZA OAB - MT20201-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ITAU UNIBANCO S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MS13116-S (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1010192-28.2019.8.11.0001. REQUERENTE: JAIRA BEZERRA BRASIL REQUERIDO: ITAU UNIBANCO S/A Vistos, etc. A parte reclamante desistiu desta reclamação, conforme ID. 24633707. Nos termos do art. 200, parágrafo único, do Código de Processo Civil de 2015, a desistência da ação somente produz seus efeitos após a homologação Judicial. Diante do exposto, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, HOMOLOGO A DESISTÊNCIA desta reclamação e, em consequência, JULGO EXTINTO O PROCESSO, com resolução do mérito, com fulcro no artigo 485, VIII, do Código de Processo Civil de 2015. Sem custas processuais e honorárias advocatícios, em razão do disposto nos artigos 54 e 55, ambos da lei n.º 9.099/95. Intimem-se. Cumpra-se. JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA Juiz de

Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1006868-30.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
WESLEI CARLOS DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Lindolfo Macedo de Castro OAB - MT7174-O (ADVOGADO(A))
JULIANA MACEDO FOLES OAB - MT23173-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1006868-30.2019.8.11.0001. REQUERENTE: WESLEI CARLOS DA SILVA REQUERIDO: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. Vistos, etc. As partes informam que se compuseram amigavelmente, por meio do acordo realizado e encartado nos autos, conforme ID n.º 25252625. Com efeito, para que produza seus jurídicos e legais efeitos HOMOLOGO O ACORDO formulado entre reclamante e reclamado, mediante sentença, em conformidade com o prelecionado no artigo 57, da Lei n. 9.099/95, e, em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito com lastro legal no disposto no artigo 924, inciso III, c. c. o artigo 925, ambos do CPC/2015. Arquivem-se os autos. Intimem-se. Cumpra-se. JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1011787-62.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
DIANA CAROLINA DA SILVA DA MATA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JAIR DEMETRIO OAB - MT15904-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA OAB - MT19081-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1011787-62.2019.8.11.0001. REQUERENTE: DIANA CAROLINA DA SILVA DA MATA REQUERIDO: BANCO DO BRASIL SA Vistos, etc. Em análise aos autos, depreende-se que a parte reclamante deixou de comparecer à audiência de tentativa de conciliação, em que pese ter sido devidamente intimada, e não apresentou justificativa alguma para a ausência. Destaca-se que em âmbito de juizados especiais, é imprescindível a participação das partes em todas as audiências do processo, conforme preceitua o artigo 51 da Lei n°. 9.099/95, in verbis: Artigo 51. Extingue-se o processo além dos casos previstos em lei. I - quanto o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo. (...) Em razão do não comparecimento da parte autora à audiência, outro caminho não há senão extinguir o processo sem julgamento do mérito. Desta forma, JULGO EXTINTO a presente reclamação sem resolução do mérito, nos termos do art. 51, I, da Lei n.º 9.099/95. E, consequentemente, CONDENO a parte autora ao pagamento das custas processuais, conforme orientação contida no Enunciado 28/FONAJE e CNGC, não podendo a parte repetir o ajuizamento desta ação, sem que haja prévio pagamento das custas processuais deste feito, uma vez que a medida tem caráter punitivo, não sendo abrangida, portanto, pela gratuidade da justiça. Ficam revogadas medidas liminares e outras tutelas de urgência eventualmente deferidas quando do ajuizamento da ação. Transitada em julgado a sentença, arquive-se o processo com as baixas necessárias. P.I.C. JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1004112-48.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
BENEDITO LEITE DE MEDEIROS FILHO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAFAEL TERRABUIO MOREIRA OAB - MT0018870A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS MULTSEGMENTOS NPL IPANEMA VI - NAO PADRONIZADO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1004112-48.2019.8.11.0001. REQUERENTE: BENEDITO LEITE DE MEDEIROS FILHO REQUERIDO: FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS MULTSEGMENTOS NPL IPANEMA VI - NAO PADRONIZADO Vistos, etc. Em análise aos autos, depreende-se que a parte reclamante deixou de comparecer à audiência de tentativa de conciliação, em que pese ter sido devidamente intimada, e não apresentou justificativa alguma para a ausência. Destaca-se que em âmbito de juizados especiais, é imprescindível a participação das partes em todas as audiências do processo, conforme preceitua o artigo 51 da Lei n°. 9.099/95, in verbis: Artigo 51. Extingue-se o processo além dos casos previstos em lei. I - quanto o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo. (...) Em razão do não comparecimento da parte autora à audiência, outro caminho não há senão extinguir o processo sem julgamento do mérito. Desta forma, JULGO EXTINTO a presente reclamação sem resolução do mérito, nos termos do art. 51, I, da Lei n.º 9.099/95. E, consequentemente, CONDENO a parte autora ao pagamento das custas processuais, conforme orientação contida no Enunciado 28/FONAJE e CNGC, não podendo a parte repetir o ajuizamento desta ação, sem que haja prévio pagamento das custas processuais deste feito, uma vez que a medida tem caráter punitivo, não sendo abrangida, portanto, pela gratuidade da justiça. Ficam revogadas medidas liminares e outras tutelas de urgência eventualmente deferidas quando do ajuizamento da ação. Transitada em julgado a sentença, arquive-se o processo com as baixas necessárias. P.I.C. JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1010034-70.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ANTONIA DOS SANTOS VIEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIANA SEVERINO DA SILVA OAB - MT12747-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Aguas Cuiabá S/A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
ADAUTO DOS SANTOS REIS

Processo nº 1010034-70.2019.8.110.0001 Reclamante: ANTONIA DOS SANTOS VIEIRA Reclamada: Aguas Cuiabá S/A SENTENÇA Dispensado o relatório, conforme art. 38 da Lei 9.099/95. OPINO. Cabível o julgamento antecipado da ação com as provas entranhadas no processo, não se vislumbrando necessidade da produção de prova oral. Rejeito a preliminar de incompetência deste Juizado Especial suscitada pela empresa Reclamada ao argumento da necessidade de prova pericial, tendo em vista que os documentos trazidos aos autos são suficientes para a decisão do processo, não havendo necessidade de produção de outros tipos de prova. Passo à análise do mérito. Alega a Reclamante em sua petição inicial: - que é usuária dos serviços da Reclamada, e que sua média de consumo é de R$ 50 a R$ 150,00, não concorda com as faturas emitidas a partir de 10/ 2018 a 04/2019, - que reclamou administrativamente, contudo sem êxito, - que teve o fornecimento de água suspensa em 26/09/2019. A Reclamada, em defesa, alega que as faturas impugnadas são devidas uma vez que foi gerada com base no consumo registrado no hidrômetro do imóvel da parte autora, o qual foi medido e lido. Informa, também, que foi realizada vistoria no imóvel e não tendo sido constatada qualquer irregularidade ou anormalidade, e que, portanto o hidrômetro estava funcionando normalmente. Pugna pela improcedência da ação. Em razão de se tratar de relação de consumo, aplica-se a inversão do ônus da prova elencada no art. 6º, VIII, do CDC, com o fito de proporcionar equilíbrio na relação processual. Assim, incumbe à parte reclamada provar a veracidade de suas alegações na qualidade de fornecedora de serviços, seja em razão da inversão do ônus da prova, seja porque a sua assertiva é fato extintivo de direito, nos termos do art. 373, II do CPC/2015.

Pois bem. Analisando o processo e os documentos a ele acostados, verifica-se que assiste razão parcial à parte autora, uma vez que a própria Reclamada assevera a inexistência de qualquer anormalidade no hidrômetro, atribuindo a responsabilidade por tal fato ao consumidor, entretanto não traz qualquer documento capaz de comprovar suas alegações. Registra que, a reclamada informa em defesa que não encontrou nenhuma irregularidade no hidrômetro, contudo as telas sistêmicas juntadas como prova não são hábeis para comprovar as suas alegações, por se tratar de prova única e produzida unilateralmente e de fácil manipulação. Imperioso destacar que, a Autora afirma na inicial que a sua média de consumo gira em torno de R$ 50,00 a R$ 150,00, e, portanto, entendo que as faturas dos meses 10, 11 e 12/2018 são lícitas e devidas, uma vez que estão dentro da média, mesmo porque a fatura do mês 09/2018 foi gerada no valor de R$ 197,36, acima destas faturas, e não contestada. Por outro lado, em análise aos documentos juntados nos autos, leva à conclusão que os valores apresentados nas faturas 01 a 04/2019, de fato encontram-se absurdamente mais elevada se comparado com as faturas anteriores, especialmente a fatura do mês 04/2019 gerada no valor de R$ 706,62. Isto posto, resta evidente que os fatos narrados na exordial apresentam-se verossímeis. A demonstração de situação excepcional incumbia à concessionária, sendo impossível exigir da parte autora a produção de prova negativa. Dito isto, entendo que, uma vez utilizado serviço pela autora, cujo não é gratuito, a empresa deve refaturar as faturas 01 a 04/2019 impugnadas para a média de consumo da autora, sem cobrar juros e correção, diante da sua falha de serviço ao gerar fatura mais elevada que a média de consumo do imóvel. Ademais, através dos documentos anexados nos autos, constata-se que a parte autora teve suspenso o fornecimento da água do seu imóvel em razão destes débitos. Outrossim, verifica-se que os fatos narrados ultrapassam a barreira do mero aborrecimento, pelo que a Reclamada efetivou a suspensão do fornecimento, em razão dos débitos impugnados, os quais estão de fato acima da média e portanto ilegais. Assim, demonstrada a responsabilidade civil da Reclamada, deve esta ser condenada a indenizar a Reclamante pelos danos a ele causados. Nesse sentido: "EMENTA: AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS- FORNECIMENTO DE ÁGUA – COBRANÇA INDEVIDA – AUMENTO EXCESSIVO NO CONSUMO E DESTOANTE EM RELAÇÃO À MÉDIA MENSAL – VALOR EXORBITANTE – RECLAMADA QUE NÃO LOGROU ÊXITO EM COMPROVAR O ALEGADO – VEROSSIMILHANÇA DAS ALEGAÇÕES DA RECLAMANTE – FALHA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS – RESPONSABILIDADE OBJETIVA – APLICAÇÃO DO ENUNCIADO 8.4 DA TRR/PR – PRESTADORA DE SERVIÇO PÚBLICO – ART. 37, § 6º, DA CF, ART. 14 E ART. 22 DO CDC – DECLARAÇÃO DE INEXIBILIDADE DA DÍVIDA DA FATURA EM VALOR SUPERIOR AO USUAL – OBRIGAÇÃO DE EMITIR NOVA FATURA (...) DANO MORAL CONFIGURADO (...). (TJ/PR – R.I Nº 0029332-71.2016.8.16.0182, Relator: Marco Vinicius Schiebel, Data de julgamento 02/05/2017, 3ª Turma Recursal, Data de Publicação 12/05/2017)". Ante o exposto, com fulcro no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, OPINO pela rejeição da preliminar arguida e no mérito pela PROCEDÊNCIA dos pedidos formulados na inicial, e o faço para: 1- DETERMINAR que a Reclamada realize a readequação das faturas 01 a 04/2019 objeto da lide e a refature com base na média das seis faturas anteriores, 2 - CONDENAR a Reclamada a pagar a Reclamante o valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais) pelos danos morais, o qual deverá ser corrigido monetariamente pelo INPC/IBGE a partir desta decisão e acrescido de juros legais a partir da citação. MANTENHO A LIMINAR CONCEDIDA NO ID. 24434873. Preclusa a via recursal, após apresentada a memória do cálculo pela parte autora no requerimento de cumprimento de sentença, intime-se a parte requerida para efetuar o pagamento voluntário no prazo de quinze dias, sob pena de incidir na multa prevista no art. 523, § 1º, do NCPC, em consonância com a Súmula nº. 18, editada pela eg. Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso. Sem custas processuais e honorários advocatícios nesta fase (LJE, arts. 54 e 55). SUBMETO o presente PROJETO DE SENTENÇA ao MM. Juiz de Direito, para os fins estabelecidos no artigo 40 da Lei nº. 9.099/1995. Manuella Cardozo Torres Juíza Leiga Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo(a) Juiz(a) Leigo (a), na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Transitado em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intime-se. Cumpra-se. Adauto dos Santos Reis Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002689-53.2019.8.11.0001

Parte(s) Polo Ativo:
DOUGLAS APARECIDO SILVA DE OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ILVANIO MARTINS OAB - MT12301-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
Ozana Baptista Gusmão OAB - MT4062-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ADAUTO DOS SANTOS REIS

Processo nº 1002689-53.2019.8.11.0001 Reclamante: DOUGLAS APARECIDO SILVA DE OLIVEIRA Reclamada: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A SENTENÇA Dispensado o relatório, conforme o art. 38 da Lei 9.099/95. OPINO. Cabível o julgamento antecipado da ação com as provas entranhadas no processo, não se vislumbrando necessidade da produção de prova oral, razão pela qual indefiro o pedido de designação de audiência de instrução e julgamento pleiteado pelas partes. Cumpre destacar que de acordo com o art. 370 do CPC cabe ao magistrado determinar de oficio ou a requerimento das partes as provas necessárias ao julgamento do mérito, estando, ainda, autorizado a indeferir as diligências inúteis ou meramente protelatórias. A corroborar: "APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO RESCISÃO CONTRATUAL – PRODUÇÃO DE PROVA ORAL – DESNECESSÁRIA – QUESTÃO DE DIREITO – INOBSERVÂNCIA DE CLÁUSULA CONTRATUAL – PROVA DOCUMENTAL – MERA ANÁLISE DO CONTRATO – É dever das partes zelar pela razoável duração do processo, abstendo de produzir provas e praticar atos "inúteis ou desnecessários à declaração ou à defesa do direito" (art. 77, III do NCPC). De igual modo, incumbe ao juízo, na qualidade de destinatário das provas, instruir a produção de provas de acordo com a necessidade destas para a solução do litígio, pois como se infere do art. 370 do Código de Processo Civil, o julgador deve "de ofício ou a requerimento da parte, determinar as provas necessárias ao julgamento do mérito" e indeferir, "em decisão fundamentada, as diligências inúteis ou meramente protelatórias". A prova oral constitui instrumento importante de auxílio do convencimento do magistrado nos casos em que a complexidade dos fatos exija um exame apurado das situações envolvidas. Prescindível a prova de prova testemunhal para comprovar o descumprimento de cláusula contratual pelo promitente vendedor, quando o exame do contrato em conjunto com o acervo probatório é suficiente para afastar tal alegação. (TJMG – AC 10620150018096001 – Relator: Mariângela Meyer, - 10ª Câmara Cível - Publicação: 16/12/2016)". Afasto a preliminar de incompetência do juizado especial arguida pela Reclamada em razão de necessidade de produção de prova pericial, tendo em vista que as provas existentes no processo são hábeis à formação de juízo de convicção. Passo ao exame do mérito. O reclamante é titular da Unidade Consumidora nº 6/310777-8, e aduz que foi surpreendido no mês 08/2019 com a fatura no valor de R$ 2.068,07 (dois mil e sessenta e oito reais e sete centavos), com vencimento para a data de 30/08/2019, uma vez que se trata de recuperação de consumo por suposta irregularidade, a qual desconhece. Requer indenização por danos morais, a anulação da fatura e que o seu nome seja retirado do cadastro de inadimplentes. A reclamada, em sua defesa, sustenta que foi realizada vistoria no dia 28/05/2019 e foram detectadas irregularidades na medição de consumo da unidade consumidora do reclamante, comprovadas através de registro fotográfico, razão pela qual, foi emitida fatura de recuperação de consumo, tornando legítimo o débito apurado. Informa que a inscrição mencionada na inicial se trata de débito oriundo de outra unidade consumidora em nome do Autor, e que não é objeto da presente ação. No caso, tratando-se de relação de consumo, na qual a reclamada encontra-se mais apta a provar o insucesso da demanda do que o reclamante a demonstrar a sua procedência, impõe-se a inversão do ônus da prova, com o fito de proporcionar equilíbrio na relação processual. Pois bem, analisado o processo e as provas nele produzidas, verifica-se que a reclamada procedeu com todos os atos determinados pela resolução n° 414/2010, da ANEEL. Vale ressaltar que a questão fática, prescinde de investigação acerca da conduta da parte reclamante quanto à irregularidade detectada pela parte reclamada, ou seja, se trata de anormalidade causada pela mesma, ou por terceiro. O fato incontroverso é que se detectou a referida irregularidade no sistema de medição energética e por isso, é legal a cobrança da diferença apurada. Logo,

tenho que existiram falhas no medidor de consumo do reclamante, sendo que o mesmo não acusava o consumo real do consumido, o que deu ensejo a cobranças a menor no período informado, qual seja, 11/2018 a 05/2019, possibilitando, destarte, a emissão de fatura de recuperação de consumo. Verifica-se nos documentos anexados nos autos, que após a retirada da irregularidade em 05/2019, as faturas posteriores registraram o real consumo, acima das faturas no período em que estava irregular, sendo faturadas com o valor utilizado. Diante do exposto, e levando em consideração os documentos juntados (termo de ocorrência e inspeção, além dos registros fotográficos), necessário o reconhecimento de legalidade e exigibilidade da aplicação da fatura de recuperação objeto da lide, pois constatada a falha no medidor, que após a vistoria passou a medir o valor realmente consumido. Desse modo, constatada a irregularidade e demonstrada à significativa diminuição do consumo no período apontado como regular elétrica pela parte demandante, existe diferença a ser cobrada do autor, visto que o consumidor tem obrigação de pagar a diferença apurada entre o que consumiu e o que foi registrado pelo medidor, na condição de responsável pela sua conservação. Ademais, cumpre mencionar que não se está imputando ao reclamante a prática da irregularidade. Todavia, é evidente que se beneficiou com a situação, uma vez que o medidor registrava consumo a menor. Sobre o tema, manifestou-se a 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, ressaltando que "o usuário é responsável pela conservação do medidor de energia elétrica. Constatada irregularidade, ao usuário caberá o pagamento das diferenças resultantes entre o que consumiu e o que foi constatado pelo medidor, pois se beneficiou com a leitura a menor da energia consumida - arts. 102 e seguintes da Resolução nº 456/00" (Apelação Cível nº 70021034111, 3ª Câmara Cível, TJRS, Rel. Pedro Luiz Pozza, julgado em 01/11/2007. Arts. 105 e 102, c/c os art. 2º, inc. XXVI, e 9º da Resolução ANEEL nº 456/00). Com efeito, constatada a existência de irregularidade no medidor, causando faturamento menor do que os consumos reais aplicáveis os critérios previstos na Resolução 414/2010, como bem procedeu a reclamada. A propósito: "APELAÇÕES CÍVEIS. ENERGIA ELÉTRICA. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO. FRAUDE NO MEDIDOR. DIVERSOS TEMAS. 1. FRAUDE NO MEDIDOR (PROVA SUFICIENTE) Para fins de prova da fraude no medidor mostram-se suficientes os elementos de prova coletados a partir: (a) do Termo de Ocorrência de Irregularidade (TOI), detalhando o fato anormal; (b) da perícia administrativa no aparelho, realizada por laboratório estranho à fornecedora, confirmando indevida interferência no mecanismo interno; e (c) da demonstração de significativa queda no registro de energia consumida. 2. RESPONSABILIDADE E AUTORIA DA FRAUDE (PROVEITO ECONÔMICO) Na responsabilidade civil, desimporta identificar quem praticou a fraude, pois vigora o princípio do proveito econômico. Ademais, presume-se que o consumidor: (a) fez ou mandou fazer, uma vez que a violação pressupõe conhecimentos especializados; ou (b) sabia ou tinha condições de saber e consentiu. 3. CÁLCULO DE RECUPERAÇÃO DE CONSUMO No cálculo de recuperação de consumo, o critério da Resolução 414, de 9-9-10, da ANEEL, nos casos de fraude, não mais ocorre pelo maior valor ocorrido nos doze ciclos anteriores ao início da irregularidade, e sim pela média dos três maiores ocorridos no mesmo período. Critério observado pela fornecedora. 4. CUSTO ADMINISTRATIVO (MULTA COMPENSATÓRIA) A natureza jurídica do custo administrativo é de multa compensatória, quer dizer, indenizatória ou ressarcitória. O objetivo não é punir o consumidor nem ser fonte de lucro à fornecedora. Fornecedora que seguiu o valor da Resolução Homologatória 1.058/10, da ANEEL. 5. CORTE NO FORNECIMENTO Alinhamento com a orientação do STJ e da Corte local no sentido de não ser admissível o corte do fornecimento de energia elétrica, salvo em relação a débito recente, assim entendido o do mês do consumo. 6. DESNECESSIDADE DE SER AJUIZADA AÇÃO DE COBRANÇA 6.1 - Aplicação do art. 475-N, I, do CPC/1973, art. 515, I, do CPC/2015 e repercussão geral do STJ (REsp 1261888-RS). 6.2 - Atualização pelo IGP-M desde a data da constatação da fraude, com juros moratórios mensais de 1% a partir da mesma data, isso porque se trata de prática de ato ilícito (STJ, Súm. 54). 7. DISPOSITIVO Apelações desprovidas. (Apelação Cível Nº 70065905705, Primeira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Irineu Mariani, Julgado em 28/09/2016)". Quanto ao pedido de exclusão do nome do Autor do cadastro de proteção do crédito, por débito no valor de R$ 316,22, a empresa em defesa demonstrou se tratar de débito oriundo de outra unidade consumidora em nome do Autor, e que não é objeto da presente ação, fato este não impugnado, motivo qual rejeito o pedido. Isto posto, inexistindo ato ilícito por parte da reclamada, entendo pela improcedência dos pedidos formulados pelo reclamante. Por fim, quanto ao pedido contraposto apresentado pela reclamada, tenho que deve ser acolhido, posto que restou ser legítima a dívida. Ante o exposto, nos termos do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, OPINO pela rejeição da preliminar arguida IMPROCEDÊNCIA dos pedidos formulados pelo reclamante. OPINO pela PROCEDÊNCIA do pedido contraposto apresentado para o fim de condenar o reclamante a pagar à reclamada o valor de R$ 2.068,07 (dois mil e sessenta e oito reais e sete centavos), a ser corrigido monetariamente pelo INPC e aplicação de juros de mora a partir do vencimento do débito. REVOGO a liminar concedida no ID.23792743. Sem custas ou honorários advocatícios nesta fase em consonância com o art. 55, "caput", da LJE. Preclusa a via recursal e nada sendo requerido, arquivem-se os autos com as anotações e cautelas legais. Submeto o presente projeto de sentença ao MM. Juiz de Direito, para os fins estabelecidos no art. 40 da Lei 9.099/1995. Manuella Cardozo Torres Juíza Leiga Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo(a) Juiz(a) Leigo (a), na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Transitado em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intime-se. Cumpra-se. Adauto dos Santos Reis Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002700-82.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ALMIR RICARDY DE SOUSA (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
Ozana Baptista Gusmão OAB - MT4062-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ADAUTO DOS SANTOS REIS

Processo nº 1002700-82.2019.8.11.0001 Reclamante: ALMIR RICARDY DE SOUSA Reclamada: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A SENTENÇA Dispensado o relatório, conforme art. 38 da Lei 9.099/95. OPINO. Cabível o julgamento antecipado da ação com as provas entranhadas no processo, não se vislumbrando necessidade da produção de prova oral. Sem preliminares, passo à análise do mérito. O Reclamante alega na petição inicial: - que é usuário dos serviços da Reclamada através da unidade consumidora nº 6/338829-8, e que a empresa suspendeu o fornecimento de energia elétrica de sua residência em 19/07/2019, - que a suspensão estava programada para o dia 25/07/2019 e ocorreu em 19/07/2019, - que ligou na Reclamada e foi informado que a religação se daria com a quitação dos débitos pendentes, e que assim fez o pagamento no dia 24/07/2019, e na mesma data solicitou o religamento do serviço, - que a empresa só religou a energia no dia 31/07/2019, ou seja, após 13 (treze) dias do pagamento. A Reclamada, em defesa, aduz: - que a suspensão do fornecimento da energia foi lícita e se deu pelo inadimplemento da fatura de 04/2019, com vencimento em 18/05/2019, a qual foi paga somente em 25/07/2019, ou seja, após o corte, - que notificou o reclamante na fatura 06/2019 da previsão de corte a partir do dia 25/06/2019, contudo, pagou somente em 07/2019 assumindo o risco, e, portanto por sua culpa, - que a demora na religação se deu em razão de inadequação/deficiência técnica, o que impossibilitou a religação, Em razão de se tratar de relação de consumo, aplica-se a inversão do ônus da prova elencada no art. 6º, VIII, do CDC, com o fito de proporcionar equilíbrio na relação processual. Pois bem, analisado o processo e os documentos a ele acostados, verifico que é incontroverso que o pagamento da fatura 04/2019 se deu após o seu vencimento e após corte, portanto legal a suspensão realizada uma vez que o autor encontrava-se inadimplente, tendo inclusive sido notificado da possibilidade da suspensão dos serviços da empresa, a partir de 25/06/2019 conforme consta na fatura 06/2019. Por outro lado, entendo que houve falha na prestação do serviço da empresa na demora ao restabelecimento da energia elétrica, uma vez que a autora pagou o débito no dia 24/07/2019, contudo a energia só foi restabelecida no dia 31/07/2019, ou seja, com mais de 7 (sete) dias e após o prazo de 24 horas estabelecidos no art. 176 da Resolução 414/2010 da ANEEL, motivo qual entendo ser devido à indenização por danos morais. Registro ainda que, apesar da empresa alegar que a demora no restabelecimento se deu em razão de inadequação técnica, não comprovou, uma vez que não juntou nenhum laudo técnico constatando e confirmando supostos defeitos técnicos,

sendo certo que as telas sistêmicas apresentadas juntamente com a defesa não são hábeis a comprovar as suas alegações, por se tratar de prova única, produzida unilateralmente, e de fácil manipulação. Diante disso, tenho que houve falha na prestação de serviço por parte da Reclamada, consistente no fato de não ter atendido a solicitação do restabelecimento de energia elétrica da Unidade Consumidora da autora, após o pagamento de débito, devendo a mesma ser condenada ao pagamento de indenização pelos danos morais causados ao Reclamante. Corroborando: "EMENTA: DANO MORAL – ENERGIA ELÉTRICA – CORTE NO FORNECIMENTO – DEMORA DE 48 HORAS NA RELIGAÇÃO APÓS A QUITAÇÃO DA DÍVIDA – Indenização devida – valor razoável – majoração descabida – Recurso desprovido, com determinação. (TJ-SP – APL: 1000696-26.2017.8.26.0486, Relator: Vicentini Barroso, Data de julgamento: 17/12/2018, 15 Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 17/12/2018". Ante o exposto, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil, OPINO pela PROCEDÊNCIA DA AÇÃO, para compelir a Reclamada a: CONDENAR a Reclamada a indenizar a Reclamante pelos danos morais sofridos, no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), o qual deverá ser corrigido monetariamente pelo INPC/IBGE a partir desta decisão e acrescido de juros legais a partir da citação. Preclusa a via recursal, após apresentada a memória do cálculo pela parte autora, no requerimento de cumprimento de sentença, intime-se a parte requerida para efetuar o pagamento voluntário no prazo de quinze dias, sob pena de incidir na multa prevista no art. 523,§1, do NCPC, em consonância com a Súmula nº. 18, editada pela eg. Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso. Sem custas ou honorários advocatícios nesta fase em consonância com o art. 55, "caput", da LJE. SUBMETO o presente PROJETO DE SENTENÇA ao MM. Juiz de Direito, para os fins estabelecidos no artigo 40 da Lei nº. 9.099/1995. Manuella Cardozo Torres Juíza Leiga Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo(a) Juiz(a) Leigo (a), na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Transitado em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intime-se. Cumpra-se. Adauto dos Santos Reis Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002707-74.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JORGE AMARILIO DA SILVA (REQUERENTE)
VANDA BENEDITA FERREIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSÉ CARLOS FORMIGA JUNIOR OAB - MT5645-N (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BROCKER TURISMO LTDA (REQUERIDO)
L. V. OPERADORA DE VIAGENS E TURISMO LTDA - EPP (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GUSTAVO MAINARDI AGUIAR DA SILVA OAB - RJ144472 (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ADAUTO DOS SANTOS REIS

Processo nº 1002707-74.2019.8.11.0001 Reclamantes: JORGE AMARILIO DA SILVA VANDA BENEDITA FERREIRA Reclamadas: L. V. OPERADORA DE VIAGENS E TURISMO LTDA – EPP BROCKER TURISMO LTDA S E N T E N Ç A Dispensado o relatório, conforme art. 38 da Lei 9.099/95. OPINO. Cabível o julgamento antecipado da ação com as provas entranhadas no processo, não se vislumbrando necessidade da produção de prova oral. Defiro o pedido de retificação do polo passivo da lide para que passe a constar "L.V. OPERADORA DE VIAGENS E TURISMO EIRELI", conforme requerido na defesa (ID. 24419622). Rejeito a preliminar de ilegitimidade passiva arguida pela Segunda Reclamada, BROCKER TURISMO LTDA, uma vez que, conforme documentos juntados nos autos (ID. 22594121) a empresa é parte no contrato objeto da ação, e, portanto legitima a figura no polo passivo da ação. Passo ao exame do mérito. Os Reclamantes alegam na petição inicial: - que adquiriram serviços das Reclamadas através de pacote turístico com destino a Gramado/Canela, nos períodos de 04/06/2019 à 10/06/2019, o Voo Cuiabá – Porto Alegre _ Cuiabá; Diárias na Pousada Beija Flor; Transfer de ida Porto alegre – Gramado/Canela; Transfer de volta Gramado/Canela – Porto Alegre; Noite Italiana + transporte + Jantar - Show – dia 06/06/2019;Tour Nova Petrópolis e Compras – dia 08/06/2019; Tour Linha Bella – dia 10/06/2019; Tour Uva e vinho com ingresso Trem Maria Fumaça e Epopéia – dia 07/06/2019; - que pagaram um valor considerável, esperando descanso e lazer, - que, no entanto, ocorreram diversas falhas na prestação de serviço, - que no tour noite italiana no dia 06/06/2019 foram impedidos de entrar na van, pois não constavam seus nomes na lista, e que os prepostos iam saindo com demais hospedes, quando tiveram que impedi-los, exigindo soluções, e somente ai constataram o erro, - que no tour nova Petrópolis em 08/06/2019 novamente os seus nomes não constavam na lista e o preposto informou que não poderiam leva-los, sendo necessário novo esclarecimento dos fatos, e após discussão reconhecido o equivoco, - por fim, que no transfer de regresso estavam em uma pousada vizinha, em Gramado/RS e o transfer os levariam a Porto Alegre/RS, mas novamente sofreram dissabores, pois foi encaminhado um único veículo para carregar todos os hóspedes, o qual não comportava a todos, tiveram aguardar acionar outro veiculo, esperando mais de uma hora na madrugada, e ao saírem, um dos veículos pifou, o que levou a todos os hóspedes irem em apenas um veículo, - que diante dos fatos, requerem indenização por danos morais. Em sua defesa, as Reclamadas sustentam que os Reclamantes fizeram todos os passeios contratados, e que em relação ao veiculo no transfer de retorno, ocorreu um fato fortuito não gerando perda do voo. Pugnando a improcedência da ação. Em razão de se tratar de relação de consumo, aplica-se a inversão do ônus da prova elencada no art. 6º, VIII, do CDC, com o fito de proporcionar equilíbrio na relação processual. Assim, incumbe às Reclamadas provarem a veracidade de suas alegações na qualidade de fornecedoras de serviço, seja em razão da inversão do ônus da prova, seja porque a sua assertiva é fato extintivo de direito, nos termos do art. 373, II do CPC. Pois bem. Ocorre que, analisado o processo e os documentos a ele acostados verifica-se que as Reclamadas não se desincumbiram do ônus probatório que lhe cabia, a teor do art. 373, II, CPC, e não trouxe nenhum fato ou documento que eximisse sua responsabilidade nos eventos em tela, não comprovando a inexistência de falha na prestação do seu serviço. Registro que, as Reclamadas não negaram os fatos mencionados pelos Autores na inicial, mas somente que os mesmos não geraram danos de qualquer ordem, pois os serviços foram prestados, o que não eximem suas responsabilidades, diante de toda falha mencionada. Deste modo, é certo que, o fornecedor de serviços responde independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sofre sua fruição e riscos. Pela teoria do risco do empreendimento, todo aquele que se disponha a exercer alguma atividade no campo de fornecimento de serviços, tem o dever de responder pelos fatos resultantes do empreendimento, independentemente de culpa. A responsabilidade decorre do simples fato de dispor-se alguém a executar determinados serviços e o defeito do serviço é um dos pressupostos da responsabilidade por danos nas relações de consumo, inclusive o dano moral. Destarte, a situação vivenciada pelos Reclamantes decorrente do descaso, gerou desconforto, aflição e transtornos a que foram submetidos por culpa das empresas Reclamadas, sendo, sem sombra de dúvida, passível de indenização. Ante o exposto, nos termos do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, OPINO pela rejeição da preliminar arguida e no mérito pela PROCEDÊNCIA da presente ação para: CONDENAR as Reclamadas, solidariamente, a indenizarem os Reclamantes pelos danos morais sofridos, o valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), A CADA UM, o qual deverá ser devidamente corrigido pelo INPC/IBGE a partir desta data e acrescido de juros legais a partir da citação. DETERMINAR ao cartório a retificação do polo passivo, para "L.V. OPERADORA DE VIAGENS E TURISMO EIRELI", conforme requerido na defesa (ID. 24419622). Sem custas ou honorários advocatícios nesta fase em consonância com o art. 55, "caput", da LJE. Preclusa a via recursal e nada sendo requerido, arquivem-se os autos com as anotações e cautelas legais. SUBMETO o presente PROJETO DE SENTENÇA ao MM. Juiz de Direito, para os fins estabelecidos no artigo 40 da Lei nº. 9.099/1995. Manuella Cardozo Torres Juíza Leiga Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo(a) Juiz(a) Leigo (a), na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Transitado em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intime-se. Cumpra-se. Adauto dos Santos Reis Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002952-85.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE RIBAMAR COSTA CONCEICAO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:

FABIO HENRIQUE REGINATO OAB - MT0016639A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ADAUTO DOS SANTOS REIS

Processo nº 1002952-85.2019.8.11.0001 Reclamante: JOSE RIBAMAR COSTA CONCEICAO Reclamada: VIVO S.A. SENTENÇA Dispensado o relatório, conforme art. 38 da Lei 9.099/95. OPINO. Cabível o julgamento antecipado da ação com as provas entranhadas no processo, não se vislumbrando necessidade da produção de prova oral, motivo pelo qual indefiro o pleito da reclamada para o comparecimento da autora em juízo. Rejeito a preliminar de ausência de interesse de agir arguida pela reclamada, posto que o interesse processual está presente sempre que a parte tenha a necessidade de exercer o direito de ação (e, consequentemente, instaurar o processo) para alcançar o resultado que pretende, relativamente à sua pretensão, pouco importando se o pedido será ou não julgado procedente. Passo ao exame do mérito. Pleiteia o Reclamante indenização por danos morais em face da inserção de seu nome em cadastro de restrição de crédito promovida pela Reclamada, por débito no valor de R$ 189,94, conforme extrato anexado na mov. 01, ao argumento de que desconhece o mesmo. A Reclamada, em contestação, sustenta que o Autor contratou os seus serviços de telefonia através da linha telefônica nº (66) 9 9905-8570 e os utilizou, sem, contudo, efetuar o pagamento das faturas, motivo pelo qual a inscrição é devida, inexistindo o dever de indenizar. No caso vertente, tratando-se de relação de consumo, impõe-se a inversão do ônus da prova prevista no art. 6º, VIII, do CDC, com o fito de proporcionar equilíbrio na relação processual. Pois bem, da análise do processo e dos documentos a ele acostados verifica-se que a Reclamada não se desincumbiu do ônus probatório que lhe competia (CPC, art. 373, II), de comprovar a contratação e utilização dos serviços que presta pela parte Autora, sendo certo que as telas sistêmicas apresentadas juntamente com a defesa não são hábeis a comprovar as suas alegações, por se tratar de prova única, produzida unilateralmente e de fácil manipulação. Logo, restou demonstrada a falha na prestação de serviço por parte da Reclamada ao inscrever os dados do Reclamante no cadastro de proteção ao crédito por débito não comprovado de sua responsabilidade, tornando cabível a desconstituição do mesmo. Destarte, resta induvidosa a falha na prestação do serviço por parte da Reclamada ao inscrever os dados do Autor em cadastro de proteção ao crédito por débito decorrente de serviço não prestado, devendo reparar os danos a ele causados, os quais, sem dúvida, ultrapassam a barreira do mero aborrecimento. Corroborando: "APELAÇÃO CÍVEL- AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - RELAÇÃO JURÍDICA- PROVA INEXISTENTE - DEVER DE INDENIZAR - DANOS MORAIS - VALOR - ORIENTAÇÃO DO STJ- SENTENÇA MANTIDA. 1-Nas ações declaratórias negativas, em que uma das partes alega a inexistência da relação jurídica, cabe ao réu a prova da realização do negócio que deu ensejo à dívida. 2-Não demonstrada pela instituição financeira a existência de relação contratual, impõem-se a manutenção da sentença de procedência do pedido inicial e de condenação na indenização por danos morais. 3- Para a fixação dos danos morais, deve-se considerar a dupla finalidade do instituto, que é a punição do ofensor, como forma de coibir a sua reincidência na prática delituosa e a compensação da vítima pela dor e sofrimento vivenciados. Recurso não provido. (TJ-MG - Apelação Cível AC 10261140003094001 MG (TJ-MG) – Relator José Arthur Filho - Data de publicação: 30/04/2015)". Rejeito o pedido contraposto, uma vez que restou caracterizado nos autos a ilicitude praticada pela mesma ao inscrever o nome do autor nos órgãos de proteção ao crédito por débito não comprovado nos autos. Ante o exposto, nos termos do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, OPINO pela rejeição da preliminar arguida e no mérito pela PROCEDÊNCIA da presente ação para: 1 – DECLARAR a inexistência do débito discutido nos presentes autos; 2 – CONDENAR a Reclamada a indenizar o Reclamante por danos morais no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais), o qual deverá ser corrigido monetariamente pelo INPC/IBGE a partir desta decisão e acrescido de juros legais a partir do evento danoso (Sum. 54 do STJ), 3 – OPINO pela IMPROCEDÊNCIA do pedido contraposto formulado pela Reclamada. Intime-se a Reclamada para, no prazo de 05 (cinco) dias, proceder à exclusão do nome do Reclamante do cadastro de restrição de crédito, apenas no que se refere ao débito discutido nestes autos, sob pena de aplicação de multa diária no valor de R$ 200,00 (duzentos reais), limitada ao valor do teto permitido nos Juizados Especiais (40 salários mínimos) e com incidência a partir do 6º dia contados do recebimento desta intimação. Sem custas e honorários advocatícios nesta fase, a teor dos artigos 54 e 55 da Lei 9.099/95. Preclusa a via recursal e nada sendo requerido, arquivem-se os autos com as anotações e cautelas legais. SUBMETO o presente PROJETO DE SENTENÇA ao MM. Juiz de Direito, para os fins estabelecidos no artigo 40 da Lei nº. 9.099/1995. Manuella Cardozo Torres Juíza Leiga Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo(a) Juiz(a) Leigo (a), na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Transitado em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intime-se. Cumpra-se. Adauto dos Santos Reis Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1003802-42.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
DIEGO NEVES LEITE (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIO JOSE DOS SANTOS OAB - MT16263-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GOL LINHAS AEREAS INTELIGENTES S.A. (REQUERIDO)
Magistrado(s):
ADAUTO DOS SANTOS REIS

Processo nº 1003802-42.2019.8.11.0001 Reclamante: DIEGO NEVES LEITE Reclamada: GOL LINHAS AEREAS INTELIGENTES S.A. SENTENÇA Dispensado o relatório, conforme art. 38 da Lei 9.099/95. OPINO. OPINO pela homologação do acordo firmado pelas partes neste processo, constante no ID. 24838411 para que surta os efeitos jurídicos e legais. Em consequência, OPINO pela extinção do processo com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, III "b", do CPC. Após, nada sendo requerido, arquivem-se os autos dando as baixas necessárias. SUBMETO o presente PROJETO DE SENTENÇA ao MM. Juiz de Direito para os fins estabelecidos no artigo 40 da Lei nº. 9.099/1995. Manuella Cardozo Torres Juíza Leiga Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo(a) Juiz(a) Leigo (a), na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Transitado em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intime-se. Cumpra-se. Adauto dos Santos Reis Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1007943-07.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
STUDIO S FORMATURAS EIRELI (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Marcelo Turcato OAB - MT0008127A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
KATIA REGINA DE PAULA LEITE (EXECUTADO)
Magistrado(s):
ADAUTO DOS SANTOS REIS

Processo nº 1007943-07.2019.8.11.0001 Reclamante: STUDIO S FORMATURAS EIRELI Reclamada: KATIA REGINA DE PAULA LEITE S E N T E N Ç A Trata-se de AÇÃO DE EXECUÇÃO em desfavor de KATIA REGINA DE PAULA LEITE. No ID 24904483 foi determinada a intimação da parte reclamante para, para dar prosseguimento ao feito, manifestando sobre o mandado negativo, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do artigo 485 da Lei 13.105/2015. O sistema registrou ciência em 15/10/2019, com prazo até dia 22/10/2019, contudo, o prazo estabelecido decorreu sem cumprimento da determinação. Assim, tendo em vista o não cumprimento da determinação, sobressai a irregularidade no processo, autorizando a extinção do mesmo. Corroborando: "APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. DESCUMPRIMENTO DE DECISÃO JUDICIAL. PROCURAÇÃO DESATUALIZADA. INDEFERIMENTO DA INICIAL. EXTINÇÃO DO FEITO. É cabível o indeferimento da inicial, com a consequente extinção do feito, quando a parte, regularmente intimada, deixa transcorrer "in albis" o prazo para realizar a diligência determinada pelo Juízo, não tendo se insurgido em momento oportuno. Apelo desprovido, de plano. (Apelação Cível Nº 70059562199, Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Elisa Carpim Corrêa, Julgado em 03/07/2014)" (TJ-RS - AC: 70059562199 RS, Relator: Elisa Carpim Corrêa, Data de Julgamento:

03/07/2014, Sexta Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 14/07/2014).” Ante o exposto, OPINO pelo indeferimento da petição inicial, e, consequentemente pela EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do artigo 485, inciso I, do Código de Processo Civil Brasileiro. Deixo de condenar a parte reclamante no pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, por não serem cabíveis nesta fase (art. 54 e 55, da Lei Federal nº 9.099/95). Preclusa a via recursal, nada sendo requerido arquivem-se os autos com as anotações e cautelas legais. SUBMETO o presente PROJETO DE SENTENÇA ao MM. Juiz de Direito, para os fins estabelecidos no artigo 40 da Lei nº. 9.099/1995. Manuella Cardozo Torres Juíza Leiga Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo(a) Juiz(a) Leigo (a), na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Transitado em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intime-se. Cumpra-se. Adauto dos Santos Reis Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1007772-50.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LUAN JOSE VAZ CHAGAS (REQUERENTE)
DIANE SAGGIORATO CHORTASZKO (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
GLOBAL DISTRIBUICAO DE BENS DE CONSUMO LTDA. (REQUERIDO)
Magistrado(s):
ADAUTO DOS SANTOS REIS

Processo nº 1007772-50.2019.8.11.0001 Reclamante: LUAN JOSE VAZ CHAGAS e Outra Reclamada: GLOBAL DISTRIBUICAO DE BENS DE CONSUMO LTDA. SENTENÇA Dispensado o relatório, conforme o art. 38 da Lei nº 9.099/95. OPINO. Cabível o julgamento antecipado da ação com as provas entranhadas no processo, não se vislumbrando necessidade da produção de prova oral. Conforme ID. 25149621 a Reclamada recusou-se a receber a citação sem qualquer justificativa, razão pela qual tem-se como válida a citação. Corroborando: “PROCESSUAL. RECUSA IMOTIVADA DE AR. ENDEREÇO CORRETO. RECEBIMENTO DE CITAÇÃO QUE NÃO PODE FICAR AO LIVRE ARBÍTRIO DA PARTE. NULIDADE INEXISTENTE. REVELIA CORRETAMENTE DECRETADA. RECURSO IMPROVIDO. (Recurso Cível Nº 71003811338, Segunda Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Vivian Cristina Angonese Spengler, Julgado em 13/03/2013).” G.n. Declaro a revelia da parte Reclamada, nos termos do art. 20 da Lei nº 9.099/95, uma vez que a mesma, inobstante devidamente citada (mov. 21), deixou de comparecer à Sessão de Conciliação, consoante consta da mov. 22. Passo à análise do mérito. Alegam os Reclamantes na petição inicial: - que no dia 20/07/2019 compareceram na loja da Reclamada, no Shopping Pantanal, com o intuito de comprar um computador MACBOOK AIR 13 APPLE 128G MQD32BZ/A, - que o vendedor informou que o computador não estava disponível para venda, e que foi informado ao mesmo que havia um computador com as mesmas características que desejavam exposto na loja, - que o vendedor ainda disse não ter outra loja da Ré em Cuiabá, orientando-os à ir na loja KADRI, - que ao saírem do estabelecimento da Ré verificaram existir outra loja da empresa no Shopping Goiabeiras, e assim ligaram e reservaram o computador, bem como realizaram a compra do produto, - que anterior a data do fato, já haviam pesquisado e dirigido a loja da Ré, onde foram informados que haviam dois computadores no estoque da loja com as características do que queriam comprar, motivo qual estranharam no dia 20/07 o preposto alegar não ter o computador no estoque, - que no dia 22/07/2019 ligaram para loja no Shopping Pantanal e foram informados pelo atendente que havia dois computadores na loja, - que diante desta situação se sentiram ofendidos e discriminados, e ainda constrangidos, motivo qual requerem indenização por dano moral. No caso vertente a Reclamada incorreu não somente em revelia como, também, em confissão ficta, uma vez que deixou de contestar as alegações e de impugnar os documentos acostados à petição inicial pelos Reclamantes. Sendo assim, tenho que a Reclamada não se desincumbiu do ônus probatório que lhe competia, (art. 373, II do CPC), não impugnando os documentos apresentados, motivo qual, diante das provas anexadas nos autos, e não impugnadas, entendo pela procedência da ação. Ante o exposto, nos termos do art. 487, inc. I, do Código de Processo Civil, OPINO pela PROCEDÊNCIA DA AÇÃO e o faço para: CONDENAR a Reclamada a indenizar os Reclamantes a título de dano moral, o valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), A CADA UM, valor este que deverá ser corrigido pelo INPC/IBGE a partir desta decisão e acrescido de juros de mora a partir da citação. Preclusa a via recursal, após apresentada a memória do cálculo pela parte autora, no requerimento de cumprimento de sentença, intime-se a parte requerida para efetuar o pagamento voluntário no prazo de quinze dias, sob pena de incidir na multa prevista no art. 523, § 1º, do CPC, em consonância com a Súmula nº 18, editada pela eg. Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso. Sem custas e honorários advocatícios nesta fase, a teor dos artigos 54 e 55 da Lei 9.099/95. SUBMETO o presente PROJETO DE SENTENÇA ao MM. Juiz de Direito, para os fins estabelecidos no artigo 40 da Lei nº. 9.099/1995. Manuella Cardozo Torres Juíza Leiga Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo(a) Juiz(a) Leigo (a), na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Transitado em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intime-se. Cumpra-se. Adauto dos Santos Reis Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1007242-46.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LUCINEZA EUFRASIO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS GUSTAVO LIMA FERNANDES OAB - MT17620-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ADAUTO DOS SANTOS REIS

Processo nº 1007242-46.2019.8.11.0001 Reclamante: LUCINEZA EUFRASIO Reclamada: TELEFÔNICA BRASIL S.A. SENTENÇA Dispensado o relatório, conforme art. 38 da Lei 9.099/95. OPINO. Pleiteia a Reclamante indenização por danos morais em razão da inserção do seu nome em órgãos de proteção ao crédito, promovido pela Reclamada, por débito no valor de R$ 252,43, ao argumento de que desconhece o mesmo. Em contestação, a Reclamada alega que não cometeu nenhum ilícito, uma vez que a Reclamante firmou contrato com a mesma, referente à linha telefônica nº (66) 9.9909-8183 e, inclusive, comprovando através de áudio mp3 anexado junto à defesa, argumentando, portanto, que é legítima a inscrição dos dados da autora no cadastro de proteção ao crédito ante a sua inadimplência das faturas. Em sede de impugnação (ID. 25826655), a parte autora impugna o referido áudio. Sendo assim, diante da divergência entre a autoria da voz na ligação realizada através do call center da empresa, ressalto ser necessária a realização de perícia técnica no áudio apresentado pela Reclamada para dirimir o conflito levantado, o que retira a competência do Juizado Especial para processar e julgar este processo. De fato, a competência do Juízo é um dos pressupostos processuais, que deve ser observado pelo Juiz, ainda que não alegado pelas partes, por se tratar de princípio de ordem pública. Assim, o julgador tem a obrigação legal de analisar se estão presentes os pressupostos processuais, dentre eles a competência do Juízo. A Lei nº 9.099/95 é clara ao estabelecer a competência dos Juizados Especiais para processar e julgar tão-somente causas cíveis de menor complexidade. De acordo com o inciso II do artigo 51, da Lei nº 9.099/95, extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: “II – quando inadmissível o procedimento instituído por esta Lei ou seu prosseguimento, após a conciliação;” Forçoso reconhecer que somente a prova pericial técnica, ante as peculiaridades da espécie, será capaz de fornecer os elementos de convicção necessários ao bom desempenho da função jurisdicional no caso em análise. Portanto, o reconhecimento da complexidade da matéria é medida que se impõe, a fim de salvaguardar os preceitos constitucionalmente previstos, antes de oportunizar a comprovação de causa impeditiva, extintiva ou modificativa do pleito inicial. Desta forma, sobressai à incompetência do Juizado Especial Cível, razão por que há de ser extinto o feito, sem resolução de mérito, ante a complexidade da causa. Diante do exposto, OPINO pelo reconhecimento da INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA deste Juizado Especial para processar e julgar o feito, ante a complexidade da causa, e, em consequência, deve o feito ser EXTINTO sem resolução de mérito, com fundamento no inciso II do artigo 51 da Lei nº 9.099/95. Sem custas ou honorários advocatícios nesta fase em consonância com o art. 55, “caput”, da LJE. Preclusa a via recursal e nada sendo requerido, arquivem-se os autos com as anotações e cautelas legais. SUBMETO o

presente PROJETO DE SENTENÇA ao MM. Juiz de Direito, para os fins estabelecidos no artigo 40 da Lei nº. 9.099/1995. Manuella Cardozo Torres Juíza Leiga Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo(a) Juiz(a) Leigo (a), na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Transitado em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intime-se. Cumpra-se. Adauto dos Santos Reis Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1007095-20.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ANA PAULA FOLHA SOUZA DE CARVALHO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANDREIA CRISTINA NOITE IZABEL OAB - MT17566-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CLARO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
AOTORY DA SILVA SOUZA OAB - MS7785-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ADAUTO DOS SANTOS REIS

Processo nº 1007095-20.2019.8.11.0001 Reclamante: ANA PAULA FOLHA SOUZA DE CARVALHO Reclamada: CLARO S.A. S E N T E N Ç A Dispensado o relatório, conforme art. 38 da Lei 9.099/95. OPINO. Cabível o julgamento antecipado da ação com as provas entranhadas no processo, não se vislumbrando necessidade da produção de prova oral. Sem preliminares, passo ao exame do mérito. A Reclamante alega em sua petição inicial: - que é cliente da Reclamada e possui uns quatro anos a linha telefônica (065) 99245 -0279 pós -pago, com valor mensal de R$ 39,99 referente ao plano Controle 3GB + Minutos ilimitados, - que nunca teve problema até esse ano de 2019, - que a empresa cobrou valores acima do contratado nas faturas dos meses de agosto e setembro de 2019, - que não contratou nenhum serviço adicional, motivo qual requer a devolução em dobro do pagamento realizado, além de indenização por danos morais. Em defesa a Reclamada sustenta que inexiste ato ilícito praticado pela empresa, pois os serviços cobrados fora devidamente utilizados e contratados pela Reclamante, uma vez que esta excedeu o serviço nos meses 06 e 07/2019, contratando assim dois pacotes adicionais de internet, inexistindo assim o dever de indenizar. Pugna pela improcedência da ação. Em razão de se tratar de relação de consumo, aplica-se a inversão do ônus da prova elencada no art. 6º, VIII, do CDC, com o fito de proporcionar equilíbrio na relação processual. Pois bem. Analisado o processo e os documentos a ele acostados, verifica-se que a Reclamada não se desincumbiu do ônus probatório que lhe cabia, a teor do art. 373, II, do CPC, e não comprovou a licitude das cobranças referente aos serviços adicionais impugnados pela Autora, não demonstrando a contratação realizada por esta, que pudesse autorizar tais descontos. Desta feita, resta demonstrada a falha na prestação de serviços pela Reclamada, uma vez que efetuou cobrança de serviços não contratados pela parte Reclamante, conforme o disposto no art. 14, §1º, I do CDC. Ressalto, por fim, que a situação vivenciada pela Reclamante decorre do descaso, desconforto, aflição e transtornos a que fora submetido pela Reclamada, uma vez que não conseguiu resolver administrativamente a questão, sendo necessário o ajuizamento da presente ação, sendo sem sombra de dúvida, passível de indenização. Corroborando: "APELAÇÃO CÍVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL. TV POR ASSINATURA. COBRANÇA DE VALORES SUPERIORES AOS CONTRATADOS. REPETIÇÃO DO INDÉBITO EM DOBRO. Diante do pagamento indevido de valores irregularmente cobrados, e não sendo o caso de engano justificável, faz jus à parte demandante a repetição em dobro do indébito (art. 42, parágrafo único, do CDC). SOLICITAÇÕES DE REGULARIZAÇÃO DAS COBRANÇAS E/OU CANCELAMENTO DO SERVIÇO NÃO ATENDIDAS. DESCASO COM O CONSUMIDOR. DANO MORAL VERIFICADO. QUANTUM INDENIZATÓRIO. CRITÉRIOS. Situação vivenciada pelo consumidor que extrapola qualquer limite de razoabilidade ou tolerabilidade, especialmente porque, mesmo após inúmeros contatos com a empresa demandada, o consumidor não conseguiu regularizar e/ou cancelar as cobranças indevidas. A jurisprudência do c. STJ já se manifestou no sentido de que o descaso com o consumidor é situação hábil a caracterização do dever de indenizar, especialmente nas situações em que a fornecedora presta o serviço de forma deficiente (REsp 304.738/SP). O desrespeito e o descaso com o consumidor ultrapassam os pequenos transtornos da vida cotidiana ou o mero dissabor, pois tornam a vida do usuário um verdadeiro tormento. Aspecto que poderia ser prontamente corrigido pela prestadora de serviço, e, que, ao contrário, se constituiu em verdadeiro calvário ao consumidor. Danos morais configurados. Valor da indenização fixado em R$ 8.000,00, diante das peculiaridades do caso concreto e dos princípios da proporcionalidade e razoabilidade, bem como da natureza jurídica da indenização. RECURSO PROVIDO. (Apelação Cível Nº 70071483754, Nona Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Tasso Caubi Soares Delabary, Julgado em 23/11/2016)". Por fim, restando demonstrado que os valores cobrados nas faturas (08 e 09/2019) impugnadas estão acima do valor pactuado e, portanto indevidos, impõe-se a devolução dos valores cobrados acima do valor do plano contratado, devendo, portanto, a empresa restituir na forma simples o excedente, uma vez que se trata de descumprimento contratual, não restando caracterizado a incidência do art. 42 do CDC. Ante o exposto, despiciendas considerações outras, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil, OPINO pela PARCIAL PROCEDÊNCIA da presente ação para: CONDENAR a reclamada que se abstenha de incluir na fatura da autora a cobrança de pacotes adicionais de internet ou quaisquer outros serviços não contratados pela reclamante, sob pena de aplicação de multa diária no valor de R$ 200,00 em caso de descumprimento. CONDENAR a reclamada a indenizar a Reclamante pelos danos morais sofridos, no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), o qual deverá ser corrigido monetariamente pelo INPC/IBGE a partir desta data e acrescido de juros legais a partir da citação. CONDENAR a reclamada a restituir o valor das cobranças indevidas nas faturas objeto da ação (08 e 09/2019), que correspondem ao valor de R$ 86,86 (oitenta e seis reais e oitenta e seis centavos), na forma simples, o qual deverá ser corrigido monetariamente INPC/IBGE a partir desta data e acrescido de juros legais a partir do desembolso. MANTENHO A LIMINAR CONCEDIDA NO ID. 23982293. Preclusa a via recursal, após apresentada a memória do cálculo pela parte autora, no requerimento de cumprimento de sentença, intime-se a parte requerida para efetuar o pagamento voluntário no prazo de quinze dias, sob pena de incidir na multa prevista no art. 523, § 1º, do CPC, em consonância com a Súmula nº. 18, editada pela eg. Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso. Sem custas ou honorários advocatícios nesta fase em consonância com o art. 55, "caput", da LJE. SUBMETO o presente PROJETO DE SENTENÇA ao MM. Juiz de Direito, para os fins estabelecidos no artigo 40 da Lei nº. 9.099/1995. Manuella Cardozo Torres Juíza Leiga Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo(a) Juiz(a) Leigo (a), na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Transitado em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intime-se. Cumpra-se. Adauto dos Santos Reis Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1007065-82.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA APARECIDA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
WELITON JOSE FERREIRA OAB - MT25896/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
Ozana Baptista Gusmão OAB - MT4062-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ADAUTO DOS SANTOS REIS

Processo nº 1007065-82.2019.8.11.0001 Reclamante: MARIA APARECIDA DA SILVA Reclamada: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A SENTENÇA Dispensado o relatório, conforme art. 38 da Lei 9.099/95. OPINO. Cabível o julgamento antecipado da ação com as provas entranhadas no processo, não se vislumbrando necessidade da produção de prova oral. Sem preliminares, passo à análise do mérito. A Reclamante alega na petição inicial: - que é proprietária do imóvel onde está instalada a unidade consumidora nº 6/260449-4, e que havia locado o imóvel para um terceiro, e a UC ficou em nome deste, contudo, deixou débitos, - que a Reclamada lhe imputou os débitos em nome deste terceiro, além de negar a transferência de titularidade da UC para o seu nome e a religação da energia, - que tentou resolver administrativamente, inclusive no PROCON, contudo sem êxito. A Reclamada, em sua defesa, alega que a negativa da transferência e religação da energia se deu em razão da Autora não ter apresentado os documentos que lhes foram exigidos, estes

imprescindíveis a comprovar a propriedade da Autora sobre o imóvel, pugnando pela improcedência da ação. No caso, tratando-se de relação de consumo impõe-se a inversão do ônus da prova prevista no art. 6º, VIII, do CDC, com o fito de proporcionar equilíbrio na relação processual. Pois bem. Em análise aos documentos anexos verifica-se assistir razão a Reclamante, uma vez que se desincumbiu do ônus probatório que lhe competia (art. 373, I do CPC), e comprovou ter solicitado a troca da titularidade para o seu nome além da religação da energia, conforme protocolos, além dos demais documentos subsidiando suas alegações, como titulo definitivo do imóvel em seu nome, contudo, diante de débitos em nome de terceiro, a Reclamada se negou a realizar a troca e religação. Por outro lado, a Ré não se desincumbiu do ônus probatório que lhe competia (art. 373, II do CPC), pois alegou na defesa que a Autora não juntou os documentos necessários para transferência de titularidade, contudo não trouxe aos autos nenhum documento capaz de corroborar estas alegações, somente telas sistêmicas que não são hábeis a comprovar as suas alegações, por se tratar de prova única, produzida unilateralmente, e de fácil manipulação. Logo, tenho que a Reclamada não pode cobrar a Reclamante por débitos decorrentes de serviços utilizados por terceiro, tendo em vista que os débitos relativos a consumo de energia têm caráter pessoal e não caráter real. Corroborando: "RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. ENERGIA ELÉTRICA. PROVA DA POSSE DO IMÓVEL POSTERIOMENTE A ORIGEM DOS DEBITOS. FATURAS EM NOME DE TERCEIRO. OBRIGAÇÃO PROPTER PERSONAM. INDEVIDA A IMPOSIÇAO DE PAGAMENTO AO NOVO USUÁRIO. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA MANTIDA. O autor comprovou nos autos ter tomado posse do imóvel posteriormente aos débitos constituídos por terceiro, que ocupou o imóvel em período pretérito, consoante se observa pela prova oral e documental. Assim, indevida a exigência de pagamento de débito pretérito, em nome de terceiro, como condição para a troca de titularidade e restabelecimento da energia, na medida em que a natureza da obrigação é propter personam, ou seja, pessoal. Inteligência do art. 128, § 1°, da Resolução ANEEL n° 414/2010. Devolução do valor pago que deve se dar na forma simples, uma vez que se afigura, na espécie, engano justificável da concessionária. Inteligência do art. 42 § único do CDC. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. UNÂNIME. (Recurso Cível Nº 71005522768, Segunda Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Ana Cláudia Cachapuz Silva Raabe, Julgado em 08/07/2015)". No que tange aos danos morais, entendo que restaram caracterizados, eis que a Reclamante fora submetida a transtornos e dissabores decorrentes dos atos da Reclamada que ultrapassam o mero aborrecimento. Corroborando: "RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. AÇÃO DE DESCONSTITUIÇÃO DE DÉBITO COM PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. ENERGIA ELÉTRICA. TERCEIRO INADIMPLENTE. OBRIGAÇÃO PROPTER PERSONAM. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. QUANTUM INDENIZATÓRIO FIXADO EM R$ 6.780,00 QUE NÃO COMPORTA REDUÇÃO. RECURSO DESPROVIDO. (Recurso Cível Nº 71005106893, Segunda Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Roberto Carvalho Fraga, Julgado em 29/07/2015)". Por fim, não há como acolher o pedido de lucros cessantes, uma vez que este é caracterizado por prejuízos causados pela interrupção de atividades no qual o objetivo é o lucro, ou seja, consiste na privação de um aumento patrimonial, o que não se enquadra no caso em tela, outrossim inexiste provas quanto à efetiva perda de negociação em razão dos fatos alegados nos autos, não sendo este presumível. Ante o exposto, pois, nos termos do art. 487, inc. I, do Código de Processo Civil, OPINO pela PARCIAL PROCEDÊNCIA dos pedidos formulados na inicial e o faço para: CONDENAR a Reclamada ao pagamento de R$ 4.000,00 (quatro mil reais) a Reclamante, a título de danos morais, valor este que deverá ser corrigido monetariamente pelo INPC/IBGE a partir desta decisão e acrescido de juros legais a partir da citação, OPINO pela IMPROCEDÊNCIA do pedido de lucros cessantes. MANTENHO A LIMINAR DEFERIDA NO ID. 23790369. Preclusa a via recursal, após apresentada a memória do cálculo pela parte autora, no requerimento de cumprimento de sentença, intime-se a parte requerida para efetuar o pagamento voluntário no prazo de quinze dias, sob pena de incidir na multa prevista no art. 523, § 1º, do NCPC, em consonância com a Súmula nº. 18, editada pela eg. Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso. Sem custas ou honorários advocatícios nesta fase em consonância com o art. 55, "caput", da LJE. SUBMETO o presente PROJETO DE SENTENÇA ao MM. Juiz de Direito, para os fins estabelecidos no artigo 40 da Lei nº. 9.099/1995. Manuella Cardozo Torres Juíza Leiga Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo(a) Juiz(a) Leigo (a), na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Transitado em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intime-se. Cumpra-se. Adauto dos Santos Reis Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1007062-30.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LORENA VIEIRA PAULINO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOAO PAULO DA SILVA SANTOS OAB - MT22680/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TOPSPORTS VENTURES LTDA. (REQUERIDO)
Magistrado(s):
ADAUTO DOS SANTOS REIS

Processo nº 1007062-30.2019.8.11.0001 Reclamante: LORENA VIEIRA PAULINO Reclamado: TOPSPORTS VENTURES LTDA. S E N T E N Ç A Dispensado o relatório, conforme art. 38 da Lei 9.099/95. OPINO. Cabível o julgamento antecipado da ação com as provas entranhadas no processo, não se vislumbrando necessidade da produção de prova oral. Rejeito a preliminar de incompetência do juizado especial arguida pelo Reclamado em razão de necessidade de produção de prova pericial, tendo em vista que as provas existentes no processo são hábeis à formação de juízo de convicção. Passo à análise do mérito. Alega a Reclamante que desconhece os descontos realizados em sua conta no valor de R$ 19,90, durante os meses 03 a 08/2019, com a nomenclatura "ESPORTE INTERATIVO PLUS RIO DE JANEIRO", uma vez que não contratou nenhum serviço, outrossim que os valores descontados perfazem a quantia de R$ 119,40, requerendo a devolução deste valor em dobro, além de indenização por danos morais. O Reclamado alega que é uma empresa de programação e comunicação e que atua no segmento esportivo, detentora de transmissão de eventos esportivos, e que para contratar seu serviço deve entrar no site www.eiplus.com.br , aceitar os termos e condições, e fornecer dados pessoais, além do cartão de crédito e portanto, conclui-se que, nos fatos narrados na inicial a empresa foi tão vítima quanto a Autora, pugnando pela improcedência da ação. Anoto, num primeiro momento, que a Reclamante assiste o direito à inversão do ônus da prova, na medida em que, além de se tratar de uma relação de consumo, encontra-se ele em situação de inferioridade frente ao Reclamado, notadamente nos aspectos técnico e probatório, pois somente estes poderão fornecer melhores detalhes sobre o funcionamento do serviço prestado. Pois bem, analisado o processo e os documentos a ele acostados verifica-se que assiste razão a Reclamante, uma vez que o Reclamado não se desincumbiu do ônus probatório que lhe competia, (art. 373, II do CPC) vez que não comprovou a contratação do seu serviço no valor de R$ 19,90, não juntando nenhum documento legal que comprovasse a inverdade da reclamante, sendo certo que as telas sistêmicas apresentadas juntamente com a defesa não são hábeis a comprovar suas alegações, por se tratarem de provas produzidas unilateralmente e de fácil manipulação. Isto posto, o Reclamado não trouxe fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito da Reclamante, cingindo-se a alinhavar alegações sem qualquer lastro probatório. Logo, resta demonstrada a falha na prestação de serviço por parte do Reclamado ao descontar valores que não foram comprovados sua contratação, sendo cabível, portanto, que sejam cessados tais lançamentos e, ainda, que sejam restituídos em dobro os valores descontados indevidamente da conta da autora, conforme pleito inicial, uma vez que os descontos foram indevidos, estando presentes, no caso em apreço, os requisitos do parágrafo único do artigo 42 do CDC. Do mesmo modo entendo que também o pedido de indenização por dano moral merece acolhimento, uma vez que a reclamada agiu de maneira ilícita ao descontar valores não contratados pela parte Autora. Nesse ínterim, cumpre anotar que esses casos tratam de relação de consumo e que o dano moral afirmado é decorrente da má prestação de serviço e da conduta imprudente da Reclamada, sendo que, consequentemente, deve ser aplicada a teoria do risco do empreendimento (CDC, art. 14). Ante o exposto, despiciendas considerações outras, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil, OPINO pela rejeição das preliminares arguidas e no mérito pela PROCEDÊNCIA da presente ação para: DECLARAR a inexistência de relação jurídica, bem como indevido os descontos realizados na conta da Reclamante, relativo ao "ESPORTE INTERATIVO PLUS RIO DE JANEIRO", no valor de R$ 19,90; CONDENAR a Reclamada, a restituir a Reclamante, os valores descontados na conta desta, que perfaz

a quantia de R$ 238,80 (duzentos e trinta e oito reais e oitenta centavos), já calculados em dobro, atualizado pelo INPC/IBGE e acrescido de juros legais a partir da data do respectivo desconto, CONDENAR a Reclamada a indenizar a Reclamante pelos danos morais sofridos, no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), o qual deverá ser corrigido monetariamente pelo INPC/IBGE a partir desta data e acrescido de juros legais a partir do evento danoso. Preclusa a via recursal, após apresentada a memória do cálculo pela parte autora, no requerimento de cumprimento de sentença, intime-se a parte requerida para efetuar o pagamento voluntário no prazo de quinze dias, sob pena de incidir na multa prevista no art. 523, § 1º, do NCPC, em consonância com a Súmula nº. 18, editada pela eg. Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso. Sem custas ou honorários advocatícios nesta fase em consonância com o art. 55, "caput", da LJE. Submeto o presente projeto de sentença ao MM. Juiz de Direito, para os fins estabelecidos no art. 40 da Lei 9.099/95. Manuella Cardozo Torres Juíza Leiga Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo(a) Juiz(a) Leigo (a), na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Transitado em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intime-se. Cumpra-se. Adauto dos Santos Reis Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1006707-20.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LAIZE APARECIDA DE SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANIEL MAGNO MORO SILVA OAB - MT12399-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
ADAUTO DOS SANTOS REIS

Processo nº 1006707-20.2019.8.11.0001 Reclamante: LAIZE APARECIDA DE SOUZA Reclamado: BANCO DO BRASIL SA SENTENÇA Dispensado o relatório, conforme o art. 38 da Lei 9.099/95. OPINO. Cabível o julgamento antecipado da ação com as provas entranhadas no processo, não se vislumbrando necessidade da produção de prova oral. Rejeito a preliminar de interesse de agir arguida pelo reclamado, posto que o interesse processual está presente sempre que a parte tenha a necessidade de exercer o direito de ação (e, consequentemente, instaurar o processo) para alcançar o resultado que pretende, relativamente à sua pretensão, pouco importando se o pedido será ou não julgado procedente. Do mesmo modo, rejeito a preliminar de "ausência de documentos indispensáveis à propositura da ação", uma vez que a parte Autora anexou todos os documentos imprescindíveis e necessários ao julgamento da ação. Passo ao exame do mérito. Pleiteia a Reclamante indenização por danos morais em razão das inserções do seu nome em órgãos de proteção ao crédito, promovido pelo Reclamado por débitos nos valores de R$ 1.411,41, R$ 498,20, R$ 7.493,13, R$ 439,91, R$ 296,36 e R$ 22.353,29, ao argumento de que os débitos supracitados estão sub judice, com determinação de suspensão da cobrança além da realizada na folha de pagamento, motivo qual as inscrições são ilegais. Informa que ajuizou ação junto a Justiça Comum, através do processo n° 10451 -22.2016.811.0041, Código 1099680, da Quarta Vara de Direito Bancário de Cuiabá-MT, onde informou que contratou empréstimos do Banco que deveriam ser descontados em folha e não em conta corrente, e que naquela ação houve em sede de liminar a suspensão das cobranças. O Reclamado, em defesa, alega que a inclusão do nome da Autora nos órgãos de proteção ao crédito é licita, pois há operações em atraso, inexistindo motivo para se falar em ato ilícito capaz de ensejar reparação de qualquer ordem. Pugna pela improcedência da ação. Em razão de se tratar de relação de consumo, aplica-se a inversão do ônus da prova elencada no art. 6º, VIII, do CDC, com o fito de proporcionar equilíbrio na relação processual. Pois bem. Da análise do processo e dos documentos a ele acostado, verifica-se que é incontroversa a relação jurídica entre as partes, contudo, o Reclamado não se desincumbiu do ônus probatório que lhe competia (CPC, art. 373, II), de comprovar a legalidade das inscrições em nome do Reclamante, por débitos sub judice, e declarados suspensos de cobrança. Registro que, o Autor informou que os empréstimos firmados com o Banco estão suspensos de cobrança através do processo n° 10451 -22.2016.811.0041, Código 1099680, em trâmite na Quarta Vara de Direito Bancário de Cuiabá-MT, fato este não impugnado pelo Reclamado. Nestas circunstâncias, não comprovada a legalidade nas inscrições impugnadas, devem estas ser declaradas indevidas, e, por consequência, cancelado os registros negativos junto ao órgão de proteção ao crédito. Destarte, resta induvidosa a falha na prestação do serviço por parte do Banco ao inscrever os dados da Autora em cadastro de proteção ao crédito, devendo reparar os danos a ela causados, os quais, sem dúvida, ultrapassam a barreira do mero aborrecimento. Corroborando: "APELAÇÃO CÍVEL- AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - RELAÇÃO JURÍDICA- PROVA INEXISTENTE - DEVER DE INDENIZAR - DANOS MORAIS - VALOR - ORIENTAÇÃO DO STJ- SENTENÇA MANTIDA. 1-Nas ações declaratórias negativas, em que uma das partes alega a inexistência da relação jurídica, cabe ao réu a prova da realização do negócio que deu ensejo à dívida. 2-Não demonstrada pela instituição financeira a existência de relação contratual, impõem-se a manutenção da sentença de procedência do pedido inicial e de condenação na indenização por danos morais. 3- Para a fixação dos danos morais, deve-se considerar a dupla finalidade do instituto, que é a punição do ofensor, como forma de coibir a sua reincidência na prática delituosa e a compensação da vítima pela dor e sofrimento vivenciados. Recurso não provido. (TJ-MG - Apelação Cível AC 10261140003094001 MG (TJ-MG) – Relator José Arthur Filho - Data de publicação: 30/04/2015)". Contudo, rejeito o pedido de condenação do requerido em razão de desvio produtivo do tempo perdido, uma vez que não há nos autos prova de que, em razão dos fatos apresentados nos autos, a Reclamante tenha saído da sua rotina e perdido o seu tempo livre para solucionar os problemas relatados, sendo certo que, tal pedido se confunde com os mesmos argumentos atrelados ao pedido do dano moral. Ante o exposto, nos termos do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, OPINO pela rejeição das preliminares arguidas e no mérito pela PROCEDÊNCIA da ação para: 1 – DECLARAR a ilícita as inscrições dos débitos discutidos nos presentes autos, 2 – CONDENAR o Reclamado a indenizar a Reclamante por danos morais no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais), o qual deverá ser corrigido monetariamente pelo INPC/IBGE a partir desta decisão e acrescido de juros legais a partir da citação. 3- OPINO pela IMPROCEDÊNCIA do pedido de condenação do requerido em razão de desvio produtivo do tempo perdido. MANTENHO A LIMINAR CONCEDIDA NO ID. 24739788. Preclusa a via recursal, após apresentada a memória do cálculo pela parte autora no requerimento de cumprimento de sentença, intime-se a parte requerida para efetuar o pagamento voluntário no prazo de quinze dias, sob pena de incidir na multa prevista no art. 523,§1º, do NCPC, em consonância com a Súmula nº 18, editada pela eg. Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso. Sem custas processuais e honorários advocatícios nesta fase (LJE, arts. 54 e 55). Ao reverso, nada sendo requerido arquivem-se os autos com as anotações e cautelas legais. Submeto o presente projeto de sentença ao MM. Juiz de Direito, para os fins estabelecidos no art. 40 da Lei 9.099/95. Manuella Cardozo Torres Juíza Leiga Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo(a) Juiz(a) Leigo (a), na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Transitado em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intime-se. Cumpra-se. Adauto dos Santos Reis Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1004388-79.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
PAULO ALMEIDA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LEONARDO JOSE SIQUEIRA DA SILVA OAB - MT0021410A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A (REQUERIDO)
IUNI EDUCACIONAL S/A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ALEX SANDRO SARMENTO FERREIRA OAB - MT6551-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ADAUTO DOS SANTOS REIS

Processo nº 1004388-79.2019.8.11.0001 Reclamante: PAULO ALMEIDA SILVA Reclamados: IUNI EDUCACIONAL S/A. EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A SENTENÇA Dispensado o relatório, conforme art. 38 da Lei 9.099/95. OPINO. Cabível o julgamento antecipado da ação com as provas entranhadas no processo, não se vislumbrando necessidade da produção de prova oral. Sem preliminares, passo ao julgamento do mérito. Pleiteia o Reclamante indenização por danos morais em face das

inserções de seu nome em cadastro de restrição de crédito promovida pela Reclamada, por débitos nos valores de R$ 992,65 e R$ 67,53, conforme extrato anexado na mov. 01, ao argumento de que desconhece os mesmos, uma vez que não mantem relação jurídica com as empresas. As Reclamadas sustentam que não há que se falar em dano moral, e que o presente caso se trata apenas de um mero aborrecimento, pugnando pela improcedência da ação. Em razão de se tratar de relação de consumo, aplica-se a inversão do ônus da prova elencada no art. 6º, VIII, do CDC, com o fito de proporcionar equilíbrio na relação processual. Pois bem. Da análise dos documentos acostados ao processo, verifica-se que as Reclamadas não se desincumbiram do ônus probatório que lhe competiam, a teor do disposto no art. 373, II, do CPC, e não comprovaram a legalidade nas inscrições realizadas em nome do Reclamante, uma vez que não comprovaram a relação jurídica entre as partes. Importante registrar que as Reclamadas sequer discorreram sobre o fato alegado na inicial, mas tão somente que inexiste dano moral no caso. Logo, restou demonstrada a falha na prestação de serviço por parte das Reclamadas ao inscrever os dados do Reclamante no cadastro de proteção ao crédito por débitos não comprovado de sua responsabilidade, tornando cabível a desconstituição dos mesmos. Destarte, resta induvidosa a falha na prestação do serviço por parte das Reclamadas ao inscrever os dados do Autor em cadastro de proteção ao crédito por débitos decorrente de serviço não prestado, devendo reparar os danos a ele causados, os quais, sem dúvida, ultrapassam a barreira do mero aborrecimento. Corroborando: "APELAÇÃO CÍVEL- AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - RELAÇÃO JURÍDICA- PROVA INEXISTENTE - DEVER DE INDENIZAR - DANOS MORAIS - VALOR - ORIENTAÇÃO DO STJ- SENTENÇA MANTIDA. 1-Nas ações declaratórias negativas, em que uma das partes alega a inexistência da relação jurídica, cabe ao réu a prova da realização do negócio que deu ensejo à dívida. 2-Não demonstrada pela instituição financeira a existência de relação contratual, impõem-se a manutenção da sentença de procedência do pedido inicial e de condenação na indenização por danos morais. 3- Para a fixação dos danos morais, deve-se considerar a dupla finalidade do instituto, que é a punição do ofensor, como forma de coibir a sua reincidência na prática delituosa e a compensação da vítima pela dor e sofrimento vivenciados. Recurso não provido. (TJ-MG - Apelação Cível AC 10261140003094001 MG (TJ-MG) – Relator José Arthur Filho - Data de publicação: 30/04/2015)". Ante o exposto, despiciendas considerações outras, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil, OPINO pela PROCEDÊNCIA da presente ação para: DECLARAR a inexistência dos débitos discutidos nos presentes autos, CONDENAR as Reclamadas, solidariamente, a indenizar o Reclamante pelos danos morais sofridos, no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais), o qual deverá ser corrigido monetariamente pelo INPC/IBGE a partir desta decisão e acrescido de juros legais a partir do evento danoso. MANTENHO A LIMINAR DEFERIDA NO ID. 22881912. Preclusa a via recursal e nada sendo requerido, arquivem-se os autos com as anotações e cautelas legais. Sem custas processuais e honorários advocatícios nesta fase (LJE, arts. 54 e 55). SUBMETO o presente PROJETO DE SENTENÇA ao MM. Juiz de Direito para os fins estabelecidos no artigo 40 da Lei nº. 9.099/1995. Manuella Cardozo Torres Juíza Leiga Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo(a) Juiz(a) Leigo (a), na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Transitado em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intime-se. Cumpra-se. Adauto dos Santos Reis Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1006900-35.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
GILZA DA SILVA ALMEIDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KARINA CAVALCANTE ROCHA OAB - MT22336/O (ADVOGADO(A))
SUZIANE DA SILVA LOPES OAB - MT0022307A (ADVOGADO(A))
MELQUISEDEC JOSE ROLDAO OAB - MT22161-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ADAUTO DOS SANTOS REIS

Processo nº 1006900-35.2019.8.11.0001 Reclamante: GILZA DA SILVA ALMEIDA Reclamada: VIVO S.A. SENTENÇA Dispensado o relatório, conforme o art. 38 da Lei 9.099/95. OPINO. Cabível o julgamento antecipado da ação com as provas entranhadas no processo, não se vislumbrando necessidade da produção de prova oral. Rejeito a preliminar de ausência de interesse de agir arguida pela parte reclamada, posto que o interesse processual está presente sempre que a parte tenha a necessidade de exercer o direito de ação (e, consequentemente, instaurar o processo) para alcançar o resultado que pretende, relativamente à sua pretensão, pouco importando se o pedido será ou não julgado procedente. A Reclamada arguiu a "preliminar de ausência de consulta extraída no balcão dos Órgãos de Proteção do Crédito", pedido este que indefiro, visto que o documento apresentado pela autora no ID. 23732235, não obsta a defesa da ré, que alegando inconformidade nos registros negativos constante da mesma deve juntar aos autos a consulta realizada pela empresa a fim de comprovar suas alegações. Por fim, a Reclamada arguiu "preliminar" de impossibilidade de inversão do ônus da prova e, em razão da mesma se confundir com o mérito da lide, com ele será analisada. Passo ao exame do mérito. Pleiteia a Reclamante indenização por danos morais em razão da inserção do seu nome em órgãos de proteção ao crédito, promovido pela Reclamada por débito no valor de R$ 190,13, uma vez que desconhece o mesmo. A Reclamada, em contestação, sustenta que a inclusão do nome da Reclamante nos órgãos de proteção ao crédito decorre do inadimplemento de débito decorrente dos serviços por ela contratados e utilizados através da linha telefônica nº (65) 9903-2218, inexistindo motivo para se falar em ato ilícito capaz de ensejar reparação de qualquer ordem. Em razão de se tratar de relação de consumo, aplica-se a inversão do ônus da prova elencada no art. 6º, VIII, do CDC, com o fito de proporcionar equilíbrio na relação processual. Pois bem. Da análise do processo e dos documentos a ele acostados levam à conclusão de que a Reclamada não se desincumbiu do ônus probatório que lhe competia (CPC, art. 373, II), de comprovar a contratação e utilização dos seus serviços pela Autora, sendo certo que as telas sistêmicas apresentadas juntamente com a defesa não são hábeis a comprovar as suas alegações, por se tratar de prova única, produzida unilateralmente, e de fácil manipulação. Nestas circunstâncias, não comprovada a contratação e a origem da dívida, deve esta ser declarada inexistente, e, por consequência, cancelado o registro negativo junto ao órgão de proteção ao crédito. Por outro lado, não há como acolher o pedido de indenização por dano moral pleiteado pela Reclamante, uma vez que o extrato juntado na mov. 01 demonstra a existência de outra negativação realizada anterior a negativação ora discutida, feita pelo PAG S.A e RIACHUELO, a qual não foi comprovada estar sendo discutida judicialmente ou ser ilegal. Assim, embora demonstrada a conduta ilícita por parte da Reclamada ao negativar o nome da Reclamante por dívida não comprovada, o fato de possuir registros anteriores em cadastro de inadimplente aponta a inexistência de abalo de crédito, do que se conclui que não tenha tido prejuízo decorrente da conduta ilícita da empresa. Destarte, não há que se falar em dano moral indenizável, em conformidade com o disposto no enunciado n. 385 da súmula do STJ, segundo o qual, "Da anotação irregular em cadastro de proteção de crédito, não cabe indenização por dano moral quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito do cancelamento". Corroborando: "APELAÇÕES CÍVEIS. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. DANO MORAL. SÚMULA 385 DO STJ. APLICABILIDADE. Estando demonstrada a existência de anotação restritiva de crédito preexistente à anotação impugnada, incide a Súmula 385 do STJ, afastando a caracterização do dano moral. Demais pretensões recursais prejudicadas. Ação parcialmente procedente. Sucumbência redimensionada, cabendo 50% para cada litigante. DERAM PROVIMENTO AO RECURSO DO RÉU E JULGARAM PREJUDICADO O RECURSO DA AUTORA. (Apelação Cível Nº 70064389695, Décima Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Catarina Rita Krieger Martins, Julgado em 18/06/2015)". Rejeito o pedido contraposto, bem como de litigância de má-fé formulado pela reclamada, uma vez que restou caracterizado nos autos a ilicitude praticada pela mesma ao inscrever o nome da autora nos órgãos de proteção ao crédito por débito não comprovado nos autos. Rejeito, igualmente, o pedido formulado pela Ré para a aplicação de pena de litigância de má-fé ao patrono da Reclamante, uma vez que a litigância de má-fé é passível de aplicação tão somente à parte autora, não sendo possível atribuí-la ao patrono do mesmo e, se a parte reclamada entender a ocorrência de atos temerários ou de má-fé por parte do patrono deverá ajuizar ação própria para tal, conforme art. 32,

parágrafo único da Lei 8906/94. Corroborando: "CONDENAÇÃO SOLIDÁRIA DOS ADVOGADOS DAS PARTES. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE EM AÇÃO PRÓPRIA (TRANSCEDÊNCIA RECONHECIDA). Demonstrada possível violação dos artigos 32, parágrafo único, da lei 8.906/90 e 5º, LIV, da Constituição Federal, impõe-se o provimento dos agravos de instrumento para determinar o processamento dos recursos de revista. Agravos de instrumentos providos. II. RECURSOS DE REVISTAS REGIDOS PELA LEI 13.467/2017. ANÁLISE CONJUNTA. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. CONDENAÇÃO SOLIDÁRIA DOS ADVOGADOS DAS PARTES. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE EM AÇÃO PRÓPRIA (TRANSCEDÊNCIA RECONHECIDA). A jurisprudência do TST é no sentido de que a responsabilidade do advogado, na hipótese de litigância de má-fé, deve ser apurada em ação própria, na esteira do art. 32, parágrafo único, do Estatuto da OAB (Lei 8.906/90), não podendo ser imposta nos próprios autos em que verificada a conduta. Recursos de revistas conhecidos e providos. (TST - RECURSO DE REVISTA RR 21149-45.2016.5.04.0005, 2ª Turma, publicado no DEJT em 24/05/2019)." Ante o exposto, nos termos do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, OPINO pela rejeição das preliminares arguidas e no mérito pela PARCIAL PROCEDÊNCIA da ação para: 1 – DECLARAR a inexistência do débito discutido nos presentes autos; 2 – OPINO pela IMPROCEDÊNCIA do pedido de indenização por danos morais, 3 – OPINO pela IMPROCEDÊNCIA do pedido de litigância de má-fé e contraposto formulado pela Reclamada. Intime-se a Reclamada para, no prazo de 05 (cinco) dias, proceder a exclusão do nome da Reclamante do cadastro de restrição de crédito, apenas no que se refere ao débito discutido nestes autos, sob pena de aplicação de multa diária no valor de R$ 200,00 (duzentos reais), limitada ao valor do teto permitido nos Juizados Especiais (40 salários mínimos) e com incidência a partir do 6º dia contados do recebimento desta intimação. Sem custas processuais e honorários advocatícios nesta fase (LJE, arts. 54 e 55). Ao reverso, nada sendo requerido arquivem-se os autos com as anotações e cautelas legais. Submeto o presente projeto de sentença ao MM. Juiz de Direito, para os fins estabelecidos no art. 40 da Lei 9.099/95. Manuella Cardozo Torres Juíza Leiga Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo(a) Juiz(a) Leigo (a), na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Transitado em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intime-se. Cumpra-se. Adauto dos Santos Reis Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1004015-48.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
REINALDO GOMES FERREIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANIEL ROQUE SAGIN OAB - MT0017891A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Banco OLÉ CONSIGNADO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LOURENCO GOMES GADELHA DE MOURA OAB - PE0021233A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ADAUTO DOS SANTOS REIS

Processo nº 1004015-48.2019.8.11.0001 Reclamante: REINALDO GOMES FERREIRA Reclamado: Banco OLÉ CONSIGNADO SENTENÇA Dispensado o relatório, conforme art. 38 da Lei 9.099/95. OPINO. Cabível o julgamento antecipado da ação com as provas entranhadas no processo, não se vislumbrando necessidade da produção de prova oral. Afasto a preliminar de incompetência absoluta dos Juizados Especiais por necessidade de perícia requerida pelo Reclamado, eis que os documentos acostados no processo são suficientes para o deslinde da lide. Passo ao julgamento do mérito. Pleiteia o Reclamante indenização por danos materiais e morais ao argumento de que verificou seus holerites e constatou descontos realizados pelo Reclamado, referente a cartão de crédito, o qual desconhece, uma vez que não o contratou. O Reclamado, em defesa, alega que a cobrança é referente ao contrato nº 805137737, devidamente contratado pelo Autor, outrossim, que este realizou 6 (seis) saques, os quais foram disponibilizados na forma de TED. Pugna pela improcedência da ação. Pois bem. Analisado o processo e os documentos a ele acostados, verifica-se que o Reclamado se desincumbiu do ônus probatório que lhe competia, a teor do disposto no art. 373, II, do CPC, e juntou o contrato firmado entre as partes, devidamente assinado pelo Autor, comprovando a relação jurídica entre as partes, bem como, trouxe os TEDs (Transferência eletrônica direta), comprovando as transferências na conta do Reclamante, documentos estes que não foram impugnados. Isto posto, deveria trazer o Reclamante nos autos o extrato da sua conta para comprovar que não ocorreram os depósitos informados pelo Banco, e comprovado através dos TED anexado à defesa, contudo não o fez. Dessa feita, o conjunto probatório autoriza a conclusão de que houve relação negocial firmada, não havendo que se falar em descontos indevidos. Do mesmo modo, não merece procedência o pedido de condenação do Reclamado por danos morais e materiais, porquanto não restou comprovada conduta ilícita deste ao cobrar débitos comprovados. Ante o exposto, nos termos do art. 487, inc. I, do Código de Processo Civil, OPINO pela rejeição da preliminar arguida e no mérito pela IMPROCEDÊNCIA dos pedidos formulados pelo Reclamante na petição inicial. Sem custas e honorários advocatícios nesta fase, a teor dos artigos 54 e 55 da Lei 9.099/95, sem litigância de má-fé. Preclusa a via recursal e nada sendo requerido, arquivem-se os autos com as anotações e cautelas legais. SUBMETO o presente PROJETO DE SENTENÇA ao MM. Juiz de Direito, para os fins estabelecidos no artigo 40 da Lei nº. 9.099/1995. Manuella Cardozo Torres Juíza Leiga Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo(a) Juiz(a) Leigo (a), na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Transitado em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intime-se. Cumpra-se. Adauto dos Santos Reis Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1002415-89.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MAURICIO SAMPAIO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDUARDO LOPES VIEIRA VIDAURRE OAB - MT12750-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FRANCISCO ASSIS DIAS DO NASCIMENTO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
ADAUTO DOS SANTOS REIS

Processo: 1002415-89.2019.8.11.0001 Exequente: MAURICIO SAMPAIO Executada: FRANCISCO ASSIS DIAS DO NASCIMENTO D E C I S Ã O Trata-se de EMBARGOS À EXECUÇÃO de titulo extrajudicial (ID. 23967058), sendo que a parte embargante/executada não efetuou depósito do débito e nem ofereceu bens à penhora, razão pela qual devem ser rejeitados de plano, porquanto o juízo não está garantido, seja por penhora ou por caução. Dispõe o Enunciado 117 do Fonaje a obrigatoriedade da garantia do juízo para a interposição de embargos à execução. Enunciado 117 - É obrigatória a segurança do Juízo pela penhora para apresentação de embargos à execução de título judicial ou extrajudicial perante o Juizado Especial. - Aprovado no XXI Encontro – Vitória/ES. Corroborando: "EMENTA: JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. EMBARGOS A EXECUÇÃO. GARANTIA DO JUÍZO. NECESSIDADE. ENUNCIADO 117 FONAJE. RELATIVIZAÇÃO. DESCABIMENTO. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. Os enunciados do FONAJE possuem natureza jurídica de súmula, haja vista originarem de reunião jurisprudencial de uma Corte Superior sobre uma determinada matéria, determinando uma orientação acerca do tema controvertido, a fim de propagar um entendimento uníssimo. Assim, são utilizados como fonte de direito cogente em paralelo à legislação ordinária nº 9.099/95. E, no rito dos Juizados, é necessária a garantia do juízo, conforme deliberação do FONAJE, oportunidade em que foi editado o ENUNCIADO 117. (...) (TJ-AP – RI: 00084090820178030002, AP, Relator: REGINALDO GOMES DE ANDRADE, Data de Julgamento: 16/05/2019)." E, "EMENTA: RECURSO INOMINADO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. CHEQUES. AFASTAMENTO DA SENTENÇA QUE DETERMINOU A EXTINÇÃO DO PROCESSO, ANTE A INCOMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS. INOCORRÊNCIA DE COMPLEXIDADE DA CAUSA. DESNECESSIDADE DE REALIZAR PROVA PERICIAL. EXTINÇÃO DOS EMBARGOS, ANTE A AUSÊNCIA DE GARANTIA DO JUÍZO. PENHORA NÃO EFETIVADA. RECURSO PROVIDO. (TJ-RS. Recurso cível: 71007930977 RS, Relator: Cleber Augusto Tonial, Data de julgamento: 27/09/2018, data de publicação: 03/10/2018)" Diante da ausência de garantia do juízo (ID. 23967058), pressuposto fundamental à admissão dos presentes embargos, a rejeição é medida que se impõe. Pelo exposto, REJEITO os presentes Embargos à Execução interposto no ID. 23967058, por falta de garantia do juízo. Intimem-se. Cumpra-se. SUBMETO o presente PROJETO DE SENTENÇA ao MM. Juiz de Direito, para

os fins estabelecidos no artigo 40 da Lei nº. 9.099/1995. Manuella Cardozo Torres Juíza Leiga Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo(a) Juiz(a) Leigo (a), na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Transitado em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intime-se. Cumpra-se. Adauto dos Santos Reis Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1003485-44.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MANA ALIMENTOS LTDA - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BRUNO ANIBAL PEREIRA DE FIGUEIREDO OAB - MT25081-O (ADVOGADO(A))
PAULO GIOVANNI TAQUES DE OLIVEIRA GOMES OAB - MT23231/O-O (ADVOGADO(A))
CARLOS RAFAEL DEMIAN GOMES DE CARVALHO OAB - MT10891-O (ADVOGADO(A))
ARMANDO ANTONIO SANTANA SALIONI OAB - MT21537/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INTEGRACAO TRANSPORTES LTDA - ME (REQUERIDO)
Magistrado(s):
ADAUTO DOS SANTOS REIS

Processo nº 1003485-44.2019.8.11.0001 Exequente: MANA ALIMENTOS LTDA - ME Executada: INTEGRACAO TRANSPORTES LTDA – ME SENTENÇA Dispensado o relatório, conforme art. 38 da Lei 9.099/95. OPINO. Cabível o julgamento antecipado da ação com as provas entranhadas no processo, não se vislumbrando necessidade da produção de prova oral. A Exequente propôs ação de execução de título executivo extrajudicial, alegando ser é credora da Executada em razão de negociações de venda de cesta básica de alimentos, fornecidos mês a mês, no valor de R$ 23.517,60 (vinte e três mil quinhentos e dezessete reais e sessenta centavos). Para tanto juntou o protesto realizado no 4º Serviço Notarial de Cuiabá e uma duplicata mercantil p/ indicação, para comprovar o débito. Pois bem. No entanto, analisado o processo e os documentos a ele acostados na inicial, verifico que a Exequente deixou de juntar documento hábil para ajuizar a presente ação, uma vez que o protesto não serve como titulo executivo extrajudicial, mesmo porque não há nos autos o contrato onde pudesse constar tal previsão, do mesmo modo, a duplicata mercantil p/ indicação não é um titulo a ser executado, isto porque para ser permitido como titulo contido no art. 8º da Lei 9.492/97 deve ser acompanhado de entrega e recebimento da mercadoria, documento e prova esta inexistente nos autos. Sendo assim, concluo pela inexistência de título hábil a instruir a presente ação de execução de titulo extrajudicial, o que demonstra que os pedidos da Exequente não merecem prosperar. Corroborando: "EMENTA: AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL. DUPLICATA MERCANTIL POR INDICAÇÃO. AUSÊNCIA DE PROVA DA ENTREGA DAS MERCADORIAS. CONFIRMAÇÃO DA SENTENÇA QUE DETERMINOU A EXTINÇÃO DO PROCESSO, PELA INEXISTÊNCIA DE TÍTULO EXECUTIVO. RECURSO DESPROVIDO". (TJ-RS – Recurso Cível: 71008207961, Relator: Cleber Augusto Tonial, Data de Julgamento: 13/12/2018, Terceira Turma Recursal Cível, Data de Publicação: 17/12/2018). Ante o exposto, nos termos do art. 485, inc. IV, do Código de Processo Civil, OPINO pela EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, determinando o arquivamento dos autos após o trânsito em julgado desta decisão. Sem custas ou honorários advocatícios nesta fase em consonância com o art. 55, "caput", da LJE. SUBMETO o presente PROJETO DE SENTENÇA ao MM. Juiz de Direito, para os fins estabelecidos no artigo 40 da Lei nº. 9.099/1995. Manuella Cardozo Torres Juíza Leiga Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo(a) Juiz(a) Leigo (a), na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Transitado em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intime-se. Cumpra-se. Adauto dos Santos Reis Juiz de Direito

Sexto Juizado Especial Cível de Cuiabá

Intimação

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020788-71.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MIQUEIAS LOPES DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA CLEUZA DE JESUS OAB - MT0020413A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020788-71.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:MIQUEIAS LOPES DA SILVA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: MARIA CLEUZA DE JESUS POLO PASSIVO: VIVO S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 6ª JEC Data: 12/02/2020 Hora: 12:20 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1004086-50.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LIZETE SENA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIO HENRIQUE REGINATO OAB - MT0016639A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

Certifico que o recurso interposto, encontra-se tempestivos. Procedo à intimação da parte promovida para apresentar as contrarrazões no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do artigo 42,§2.º da lei 9099/95.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1004104-71.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ANTONIO BORROMEU (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE EDUARDO REZENDE DE OLIVEIRA OAB - MT26596/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Aguas Cuiabá S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CARLOS EDUARDO JORGE BERNARDINI OAB - SP242289-O (ADVOGADO(A))

Certifico que o recurso interposto, encontra-se tempestivos. Procedo à intimação da parte promovida para apresentar as contrarrazões no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do artigo 42,§2.º da lei 9099/95.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1004408-70.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
WALLISON WENDELL DA SILVA COSTA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAFAEL CELINO DA SILVA OAB - MT0012961A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OI S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))

Certifico que o recurso interposto, encontra-se tempestivos. Procedo à intimação da parte promovente para apresentar as contrarrazões no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do artigo 42,§2.º da lei 9099/95.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020808-62.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
KLAUDYLEA SILVA DE ARRUDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DARGILAN BORGES CINTRA OAB - MT9150-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OI S.A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020808-62.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:KLAUDYLEA SILVA DE ARRUDA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: DARGILAN BORGES CINTRA POLO PASSIVO: OI S.A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 6ª JEC Data: 12/02/2020 Hora: 14:00 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020811-17.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ANDREIA CRISTINA DA SILVA SOARES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KELLY CRISTHINE FREITAS CAMPOS OAB - MT22797-O (ADVOGADO(A))
JADILTON ARAUJO SANTANA OAB - MT18646-E (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ITAU UNIBANCO S/A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020811-17.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:ANDREIA CRISTINA DA SILVA SOARES ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: KELLY CRISTHINE FREITAS CAMPOS, JADILTON ARAUJO SANTANA POLO PASSIVO: ITAU UNIBANCO S/A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 6ª JEC Data: 12/02/2020 Hora: 14:10 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020813-84.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
FLAVIO AUGUSTO PROENCA DERZE (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MONICA HELENA GIRALDELLI OAB - MT0009141A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TAM LINHAS AÉREAS S/A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020813-84.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:FLAVIO AUGUSTO PROENCA DERZE ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: MONICA HELENA GIRALDELLI POLO PASSIVO: TAM LINHAS AÉREAS S/A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 6ª JEC Data: 12/02/2020 Hora: 14:20 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1019972-89.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA.D.L.G LIMA DOS SANTOS EIRELI (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RENEU ALCEU ROSLER OAB - RS32801 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AMAZON SERVICOS DE VAREJO DO BRASIL LTDA. (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JULIO CESAR MOLINA DUARTE MONTEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 6º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Processo: 1019972-89.2019.8.11.0001. REQUERENTE: MARIA.D.L.G LIMA DOS SANTOS EIRELI REQUERIDO: AMAZON SERVICOS DE VAREJO DO BRASIL LTDA. DESPACHO Vistos, etc. Trata-se de Ação Ordinária formado pelas partes acima indicadas. O requerente aduz que realizou parceria com a Amazon, com o objetivo de vender produtos importados via online, através de conta eletrônica no site oficial da empresa. Afirma que a empresa sua conta fora bloqueada em 16/11/2019 por suposta divergência de CNPJ, contudo alega que o demandado autoriza a criação de contas por empresas filiais utilizando o CNPJ da matriz. Assegura que o bloqueio ocasionou prejuízo em razão da ausência de participação no black Friday. Anota que a recusa impede de realizar saques de valores, fruto de negociações. Requer, em tutela de urgência, o desbloqueio da conta, bem como a aplicação dos artigos 303 e 304, do Código de Processo Civil. Analisando os autos, constato a impossibilidade de receber a exordial e apreciar o pedido de urgência, neste momento, porquanto o demandante deixou de comprovar sua qualificação tributária, conforme o Enunciado n. 135, do FONAJE. Além disso, o e-mail acostado ao feito encontra-se bloqueado por senha. Assim, em atenção aos princípios da celeridade e economia processuais, INTIME-SE o autor para, no prazo de 05 (cinco) dias, emendar a petição inicial, a fim de comprovar sua qualificação tributária, bem como a cópia do e-mail indicado na exordial, sob pena de extinção, nos termos do artigo 321, parágrafo único, do CPC. Às providências. Dr. Júlio César Molina Duarte Monteiro Juiz de direito

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1008352-80.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MILTON FRANCISCO DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ERMESON VIEIRA PIMENTA OAB - MT26421/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))

Certifico que o recurso interposto, encontra-se tempestivos. Procedo à intimação da parte promovente para apresentar as contrarrazões no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do artigo 42,§2.º da lei 9099/95.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1006838-92.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARINA LEAO DE CAMPOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
VICTOR LEAO DE CAMPOS OAB - MT17915-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Aguas Cuiabá S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CARLOS EDUARDO JORGE BERNARDINI OAB - SP242289-O (ADVOGADO(A))

Certifico que o recurso interposto, encontra-se tempestivos. Procedo à intimação da parte promovente para apresentar as contrarrazões no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do artigo 42,§2.º da lei 9099/95.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1009031-80.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JEFFERSON APARECIDO FERREIRA SOARES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TELDO HENRIQUE PALMA FERNANDES DA SILVA OAB - MT21603/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

Certifico que o recurso interposto, encontra-se tempestivos. Procedo à intimação da parte promovente para apresentar as contrarrazões no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do artigo 42,§2.º da lei 9099/95.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1015691-90.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CELSO AUGUSTO DE MELLO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LIGIA IRACEMA CHRISTOFOLO DE MELLO OAB - PR0081719A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (REQUERIDO)

Advogado(s) Polo Passivo:
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-A (ADVOGADO(A))

EFETUAR A INTIMAÇÃO DAS PARTES, acima qualificada, para comparecer à audiência de CONCILIAÇÃO designada Tipo: Conciliação Sala: PAUTA CONCENTRADA Data: 18/12/2019 Hora: 10:30 . *OBS. As audiências de conciliação do 6 º Juizado serão realizadas no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL, sito à Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro Duque de Caxias I, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1009333-12.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
IDILANDIA DA LUZ ALMEIDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KELLY CRISTHINE FREITAS CAMPOS OAB - MT22797-O (ADVOGADO(A))
JADILTON ARAUJO SANTANA OAB - MT18646-E (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

Certifico que o recurso interposto, encontra-se tempestivos. Procedo à intimação da parte promovente para apresentar as contrarrazões no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do artigo 42,§2.º da lei 9099/95.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1003003-96.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JANAINA RAFAELA FIGUEIREDO SANTOS DE LIMA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JULIANA CAMILA FIGUEIREDO SANTOS DE LIMA OAB - MT21300/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
UNIMED DO ESTADO DE SAO PAULO - FEDERACAO ESTADUAL DAS COOPERATIVAS MEDICAS (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
WILZA APARECIDA LOPES SILVA OAB - SP173351-O (ADVOGADO(A))

EFETUAR A INTIMAÇÃO DAS PARTES, acima qualificada, para comparecer à audiência de CONCILIAÇÃO designada Tipo: Conciliação Juizado Sala: 6ª JEC Data: 30/09/2019 Hora: 11:40 . *OBS. As audiências de conciliação do 6 º Juizado serão realizadas no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL, sito à Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro Duque de Caxias I, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM.

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1009719-42.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA MADALENA DE OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PATRICIA DA SILVA PAZINI PAIXÃO OAB - MT26261/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AYMORE (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOAO THOMAZ PRAZERES GONDIM OAB - RJ0062192A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

1. Recebo o recurso aviado em seu efeito devolutivo, pois presentes os requisitos de admissibilidade; 2. As contrarrazões já foram apresentadas, devendo o feito ser encaminhado de imediato para a Turma Recursal Única; Às providências. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002972-76.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
DEIVERSON JUNIOR DE ALMEIDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SUZINETE COSTA DE ALMEIDA OAB - MT0021291A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

1. Recebo o recurso aviado em seu efeito devolutivo, pois presentes os requisitos de admissibilidade; 2. As contrarrazões já foram apresentadas, devendo o feito ser encaminhado de imediato para a Turma Recursal Única; Às providências. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1003098-29.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
DOUGLAS LIMA RAMOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ FERNANDO DA SILVA OAB - MT17657-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ALICE ARIANE BOTEGA SANTOS OAB - MT21009/O (ADVOGADO(A))
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

1. Recebo o recurso aviado em seu efeito devolutivo, pois presentes os requisitos de admissibilidade; 2. As contrarrazões já foram apresentadas, devendo o feito ser encaminhado de imediato para a Turma Recursal Única; Às providências. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1020691-71.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ELSON PAIXAO DE SIQUEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FERNANDA DE PAULA GIACOMINI OAB - MT17627-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO ITAUCARD S/A (REQUERIDO)

EFETUAR A INTIMAÇÃO DAS PARTES, acima qualificada, para comparecer à audiência de CONCILIAÇÃO designada Tipo: Conciliação Sala: 6ª JEC Data: 12/02/2020 Hora: 14:30 . *OBS. As audiências de conciliação do 6 º Juizado serão realizadas no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL, sito à Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro Duque de Caxias I, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM.

Despacho Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1020350-45.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
KHAMILA MIKAELA DE AMORIM (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
jonathas borges hosaka OAB - MT15136-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Em atenta análise dos autos verifico que o endereçamento da peça inicial foi direcionado ao Juizado Especial da Comarca de Várzea Grande. Assim, DECLINO da competência para processar e julgar o presente feito, em favor daquele Juizado, DETERMINANDO a redistribuição deste feito ao Juizado Especial Cível da Comarca de Várzea Grande - Mato Grosso. Intime-se. Cumpra-se. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1004609-62.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ANA MARQUES DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LEONARDO JOSE SIQUEIRA DA SILVA OAB - MT0021410A (ADVOGADO(A))

Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))

FINALIDADE: Impulsiono o feito com a finalidade de INTIMAÇÃO DA PARTE PROMOVIDA para, se manifestar acerca do recurso interposto, procedo intimação para apresentar contrarrazões dentro do prazo legal. OSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1006588-59.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JEFFERSON FERREIRA DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS GUSTAVO LIMA FERNANDES OAB - MT17620-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
PAULO EDUARDO PRADO OAB - MT0016940S (ADVOGADO(A))

FINALIDADE: Impulsiono o feito com a finalidade de INTIMAÇÃO DA PARTE PROMOVENTE para, se manifestar acerca do recurso interposto, procedo intimação para apresentar contrarrazões dentro do prazo legal. OSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1013548-31.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
M. A. P. K. (LITISCONSORTES)
P. H. P. K. (LITISCONSORTES)
L. F. P. K. (LITISCONSORTES)
LIA MAGDA PINTO KLEIM (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RICARDO KLEIM OAB - MT19653/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AZUL LINHAS AEREAS (REQUERIDO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Intime-se a parte autora para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentar documentos que comprovem o que fora alegado no id. 26940146. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1018116-90.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ADRIANA BARBOSA RODRIGUES MOISES (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE COLIDER (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Estado de Mato Grosso (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Em atenta análise dos autos verifico que o presente processo deve ser direcionado ao Juizado Especial da Fazenda Pública. Uma vez que verifico que os promovidos Estado de Mato Grosso e MUNICIPIO DE COLIDER se tratam de pessoas jurídicas de direito público, razão pela qual o Juizado Especial Cível é incompetente para proceder com a citação da reclamada. Assim, DECLINO da competência para processar e julgar o presente feito, em favor daquele Juizado, DETERMINANDO a redistribuição deste feito ao Juizado Especial da Fazenda Pública desta Capital. Intime-se. Cumpra-se. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1014431-75.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARCELO BOTELHO SOARES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
FANNIA LAIS MARQUES FERRAZ OAB - MT0018507A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RÉU)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Em atenta análise dos autos verifico que o endereçamento da peça inicial foi direcionado ao Juizado Especial da Fazenda Pública. Assim, DECLINO da competência para processar e julgar o presente feito, em favor daquele Juizado, DETERMINANDO a redistribuição deste feito ao Juizado Especial da Fazenda Pública desta Capital. Intime-se. Cumpra-se. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1010421-85.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
NEUZA ALICE DA SILVA FORMIGA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
IONI FERREIRA CASTRO OAB - MT4298-B (ADVOGADO(A))
JOSÉ CARLOS FORMIGA JUNIOR OAB - MT5645-N (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CECILIA OLIVEIRA DA CRUZ (REQUERIDO)

EFETUAR A INTIMAÇÃO DAS PARTES, acima qualificada, para comparecer à audiência de CONCILIAÇÃO designada Tipo: Conciliação Sala: 6ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 10:00 . *OBS. As audiências de conciliação do 6 º Juizado serão realizadas no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL, sito à Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro Duque de Caxias I, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM.

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1016980-58.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
STUDIO S FORMATURAS EIRELI (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JEFERSON HENRIQUE TEIXEIRA DE CASTRO OAB - MT18666/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JONATAN GONCALVES DA SILVA MAGALHAES (EXECUTADO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Cite-se a parte devedora, via Aviso de Recebimento, para, no prazo de 03 (três) dias, efetuar o pagamento do débito descrito na petição inicial. Realizada a penhora, designe-se audiência de conciliação e intime-se a parte devedora para nela comparecer, advertindo-a da oportunidade para interpor embargos (art. 53, §1º, da Lei n. 9.099/95). Inocorrendo pagamento e não havendo indicação de bens à penhora nos autos, voltem conclusos para a penhora online. A devedora não sendo encontrada, intime-se o credor para promover a indicação do necessário, no prazo de 05 (cinco) dias. Inexistindo manifestação no prazo assinalado, conclusos para extinção (art. 53, §4° da Lei 9.099/95). Expeça-se o necessário. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO JUIZ DE DIREITO

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1018104-76.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO RIO CACHOERINHA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JULIANA DE SOUSA ANDRADE OAB - MT16875-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MEIRE LEITE DA ROCHA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Cite-se a parte devedora, via Aviso de Recebimento, para, no prazo de 03 (três) dias, efetuar o pagamento do débito descrito na petição inicial. Realizada a penhora, designe-se audiência de conciliação e intime-se a parte devedora para nela comparecer, advertindo-a da oportunidade para interpor embargos (art. 53, §1º, da Lei n. 9.099/95). Inocorrendo

pagamento e não havendo indicação de bens à penhora nos autos, voltem conclusos para a penhora online. A devedora não sendo encontrada, intime-se o credor para promover a indicação do necessário, no prazo de 05 (cinco) dias. Inexistindo manifestação no prazo assinalado, conclusos para extinção (art. 53, §4° da Lei 9.099/95). Expeça-se o necessário. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO JUIZ DE DIREITO

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1018805-37.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO VILLAGIO DOS YPES (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FATIMA LUZENY LEITE DE OLIVEIRA OAB - MT7894-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CX CONSTRUCOES LTDA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Cite-se a parte devedora, via Aviso de Recebimento, para, no prazo de 03 (três) dias, efetuar o pagamento do débito descrito na petição inicial. Realizada a penhora, designe-se audiência de conciliação e intime-se a parte devedora para nela comparecer, advertindo-a da oportunidade para interpor embargos (art. 53, §1º, da Lei n. 9.099/95). Inocorrendo pagamento e não havendo indicação de bens à penhora nos autos, voltem conclusos para a penhora online. A devedora não sendo encontrada, intime-se o credor para promover a indicação do necessário, no prazo de 05 (cinco) dias. Inexistindo manifestação no prazo assinalado, conclusos para extinção (art. 53, §4° da Lei 9.099/95). Expeça-se o necessário. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO JUIZ DE DIREITO

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1018124-67.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO RIO CACHOERINHA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JULIANA DE SOUSA ANDRADE OAB - MT16875-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
HENRIQUE DA CAS (EXECUTADO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Cite-se a parte devedora, via Aviso de Recebimento, para, no prazo de 03 (três) dias, efetuar o pagamento do débito descrito na petição inicial. Realizada a penhora, designe-se audiência de conciliação e intime-se a parte devedora para nela comparecer, advertindo-a da oportunidade para interpor embargos (art. 53, §1º, da Lei n. 9.099/95). Inocorrendo pagamento e não havendo indicação de bens à penhora nos autos, voltem conclusos para a penhora online. A devedora não sendo encontrada, intime-se o credor para promover a indicação do necessário, no prazo de 05 (cinco) dias. Inexistindo manifestação no prazo assinalado, conclusos para extinção (art. 53, §4° da Lei 9.099/95). Expeça-se o necessário. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO JUIZ DE DIREITO

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1016288-59.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
DANIELA SAMPAIO STEINLE (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANIELA SAMPAIO STEINLE OAB - MT12266/B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VILLA JARDIM INCORPORACOES LTDA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Cite-se a parte devedora, via Aviso de Recebimento, para, no prazo de 03 (três) dias, efetuar o pagamento do débito descrito na petição inicial. Realizada a penhora, designe-se audiência de conciliação e intime-se a parte devedora para nela comparecer, advertindo-a da oportunidade para interpor embargos (art. 53, §1º, da Lei n. 9.099/95). Inocorrendo pagamento e não havendo indicação de bens à penhora nos autos, voltem conclusos para a penhora online. A devedora não sendo encontrada, intime-se o credor para promover a indicação do necessário, no prazo de 05 (cinco) dias. Inexistindo manifestação no prazo assinalado, conclusos para extinção (art. 53, §4° da Lei 9.099/95). Expeça-se o necessário. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO JUIZ DE DIREITO

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1018233-81.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ASSOCIACAO DO CONDOMINIO RESIDENCIAL MONACO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALESSANDRA VEIGA BERTAIA OAB - MT6480/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARIO CEREIA NETO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Cite-se a parte devedora, via Aviso de Recebimento, para, no prazo de 03 (três) dias, efetuar o pagamento do débito descrito na petição inicial. Realizada a penhora, designe-se audiência de conciliação e intime-se a parte devedora para nela comparecer, advertindo-a da oportunidade para interpor embargos (art. 53, §1º, da Lei n. 9.099/95). Inocorrendo pagamento e não havendo indicação de bens à penhora nos autos, voltem conclusos para a penhora online. A devedora não sendo encontrada, intime-se o credor para promover a indicação do necessário, no prazo de 05 (cinco) dias. Inexistindo manifestação no prazo assinalado, conclusos para extinção (art. 53, §4° da Lei 9.099/95). Expeça-se o necessário. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO JUIZ DE DIREITO

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1016807-34.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CARMEN LUCIA MENDES LEITE DA SILVA 94728968120 (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Elaine Ferreira Santos Mancini OAB - MT2915-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
RODRIGO LARA GARCIA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Cite-se a parte devedora, via Aviso de Recebimento, para, no prazo de 03 (três) dias, efetuar o pagamento do débito descrito na petição inicial. Realizada a penhora, designe-se audiência de conciliação e intime-se a parte devedora para nela comparecer, advertindo-a da oportunidade para interpor embargos (art. 53, §1º, da Lei n. 9.099/95). Inocorrendo pagamento e não havendo indicação de bens à penhora nos autos, voltem conclusos para a penhora online. A devedora não sendo encontrada, intime-se o credor para promover a indicação do necessário, no prazo de 05 (cinco) dias. Inexistindo manifestação no prazo assinalado, conclusos para extinção (art. 53, §4° da Lei 9.099/95). Expeça-se o necessário. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO JUIZ DE DIREITO

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1017612-84.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
RITA DE CASSIA CARDENAS TERRA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NALIAN BORGES CINTRA MACHADO OAB - MT14100-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
REGIANNE RENOVATO ANASTACIO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Cite-se a parte devedora, via Aviso de Recebimento, para, no prazo de 03 (três) dias, efetuar o pagamento do débito descrito na petição inicial. Realizada a penhora, designe-se audiência de conciliação e intime-se a parte devedora para nela comparecer, advertindo-a da oportunidade para interpor embargos (art. 53, §1º, da Lei n. 9.099/95). Inocorrendo pagamento e não havendo indicação de bens à penhora nos autos, voltem conclusos para a penhora online. A devedora não sendo encontrada, intime-se o credor para promover a indicação do necessário, no prazo de 05 (cinco) dias. Inexistindo manifestação no prazo assinalado, conclusos para extinção (art. 53, §4° da Lei 9.099/95). Expeça-se o necessário. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO JUIZ DE DIREITO

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1017233-46.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:

MARIA APARECIDA MARTINS (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
BARBARA SAMPAIO DOS SANTOS (EXECUTADO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Cite-se a parte devedora, via Aviso de Recebimento, para, no prazo de 03 (três) dias, efetuar o pagamento do débito descrito na petição inicial. Realizada a penhora, designe-se audiência de conciliação e intime-se a parte devedora para nela comparecer, advertindo-a da oportunidade para interpor embargos (art. 53, §1º, da Lei n. 9.099/95). Inocorrendo pagamento e não havendo indicação de bens à penhora nos autos, voltem conclusos para a penhora online. A devedora não sendo encontrada, intime-se o credor para promover a indicação do necessário, no prazo de 05 (cinco) dias. Inexistindo manifestação no prazo assinalado, conclusos para extinção (art. 53, §4° da Lei 9.099/95). Expeça-se o necessário. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO JUIZ DE DIREITO

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1017233-46.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA APARECIDA MARTINS (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
BARBARA SAMPAIO DOS SANTOS (EXECUTADO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Cite-se a parte devedora, via Aviso de Recebimento, para, no prazo de 03 (três) dias, efetuar o pagamento do débito descrito na petição inicial. Realizada a penhora, designe-se audiência de conciliação e intime-se a parte devedora para nela comparecer, advertindo-a da oportunidade para interpor embargos (art. 53, §1º, da Lei n. 9.099/95). Inocorrendo pagamento e não havendo indicação de bens à penhora nos autos, voltem conclusos para a penhora online. A devedora não sendo encontrada, intime-se o credor para promover a indicação do necessário, no prazo de 05 (cinco) dias. Inexistindo manifestação no prazo assinalado, conclusos para extinção (art. 53, §4° da Lei 9.099/95). Expeça-se o necessário. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO JUIZ DE DIREITO

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1017071-51.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
GUILHERME MATHEUS DA SILVA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NAIARA EDUARDA BRITO SALA OAB - MT19200-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
YURI RODRIGUES DE JESUS (EXECUTADO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Cite-se a parte devedora, via Aviso de Recebimento, para, no prazo de 03 (três) dias, efetuar o pagamento do débito descrito na petição inicial. Realizada a penhora, designe-se audiência de conciliação e intime-se a parte devedora para nela comparecer, advertindo-a da oportunidade para interpor embargos (art. 53, §1º, da Lei n. 9.099/95). Inocorrendo pagamento e não havendo indicação de bens à penhora nos autos, voltem conclusos para a penhora online. A devedora não sendo encontrada, intime-se o credor para promover a indicação do necessário, no prazo de 05 (cinco) dias. Inexistindo manifestação no prazo assinalado, conclusos para extinção (art. 53, §4° da Lei 9.099/95). Expeça-se o necessário. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO JUIZ DE DIREITO

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1013009-65.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
E. C. DA SILVA - ENSINO SUPERIOR - ME (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
OTAVIO GARGAGLIONE LEITE DA SILVA OAB - MT18229-O (ADVOGADO(A))
GUILHERME ROBERTO GOMES COSTA OAB - MT27389/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARCOS ANTONIO LOURENCO DA MATA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Cite-se a parte devedora, via Aviso de Recebimento, para, no prazo de 03 (três) dias, efetuar o pagamento do débito descrito na petição inicial. Realizada a penhora, designe-se audiência de conciliação e intime-se a parte devedora para nela comparecer, advertindo-a da oportunidade para interpor embargos (art. 53, §1º, da Lei n. 9.099/95). Inocorrendo pagamento e não havendo indicação de bens à penhora nos autos, voltem conclusos para a penhora online. A devedora não sendo encontrada, intime-se o credor para promover a indicação do necessário, no prazo de 05 (cinco) dias. Inexistindo manifestação no prazo assinalado, conclusos para extinção (art. 53, §4° da Lei 9.099/95). Expeça-se o necessário. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO JUIZ DE DIREITO

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020045-61.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARIZETE NEVES DA CRUZ SODRE (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GIULLEVERSON SILVA QUINTEIRO DE ALMEIDA OAB - MT12358-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (REQUERIDO)

EFETUAR A INTIMAÇÃO DAS PARTES, acima qualificada, para comparecer à audiência de CONCILIAÇÃO designada Tipo: Conciliação Sala: PAUTA CONCENTRADA Data: 30/01/2020 Hora: 16:00 . *OBS. As audiências de conciliação do 6 º Juizado serão realizadas no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL, sito à Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro Duque de Caxias I, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM.

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1016386-44.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
BTL COMERCIO E INFORMATICA LTDA - ME (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GUILHERME AZEVEDO MIRANDA MENDONCA OAB - MT20683-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARCOS VINICIUS PINTO BIANCARDINI (EXECUTADO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Cite-se a parte devedora, via Aviso de Recebimento, para, no prazo de 03 (três) dias, efetuar o pagamento do débito descrito na petição inicial. Realizada a penhora, designe-se audiência de conciliação e intime-se a parte devedora para nela comparecer, advertindo-a da oportunidade para interpor embargos (art. 53, §1º, da Lei n. 9.099/95). Inocorrendo pagamento e não havendo indicação de bens à penhora nos autos, voltem conclusos para a penhora online. A devedora não sendo encontrada, intime-se o credor para promover a indicação do necessário, no prazo de 05 (cinco) dias. Inexistindo manifestação no prazo assinalado, conclusos para extinção (art. 53, §4° da Lei 9.099/95). Expeça-se o necessário. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO JUIZ DE DIREITO

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1013009-65.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
E. C. DA SILVA - ENSINO SUPERIOR - ME (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
OTAVIO GARGAGLIONE LEITE DA SILVA OAB - MT18229-O (ADVOGADO(A))
GUILHERME ROBERTO GOMES COSTA OAB - MT27389/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARCOS ANTONIO LOURENCO DA MATA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Cite-se a parte devedora, via Aviso de Recebimento, para, no prazo de 03 (três) dias, efetuar o pagamento do débito descrito na petição inicial. Realizada a penhora, designe-se audiência de conciliação e intime-se a parte devedora para nela comparecer, advertindo-a da oportunidade para

interpor embargos (art. 53, §1º, da Lei n. 9.099/95). Inocorrendo pagamento e não havendo indicação de bens à penhora nos autos, voltem conclusos para a penhora online. A devedora não sendo encontrada, intime-se o credor para promover a indicação do necessário, no prazo de 05 (cinco) dias. Inexistindo manifestação no prazo assinalado, conclusos para extinção (art. 53, §4° da Lei 9.099/95). Expeça-se o necessário. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO JUIZ DE DIREITO

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1013009-65.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
E. C. DA SILVA - ENSINO SUPERIOR - ME (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
OTAVIO GARGAGLIONE LEITE DA SILVA OAB - MT18229-O (ADVOGADO(A))
GUILHERME ROBERTO GOMES COSTA OAB - MT27389/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARCOS ANTONIO LOURENCO DA MATA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Cite-se a parte devedora, via Aviso de Recebimento, para, no prazo de 03 (três) dias, efetuar o pagamento do débito descrito na petição inicial. Realizada a penhora, designe-se audiência de conciliação e intime-se a parte devedora para nela comparecer, advertindo-a da oportunidade para interpor embargos (art. 53, §1º, da Lei n. 9.099/95). Inocorrendo pagamento e não havendo indicação de bens à penhora nos autos, voltem conclusos para a penhora online. A devedora não sendo encontrada, intime-se o credor para promover a indicação do necessário, no prazo de 05 (cinco) dias. Inexistindo manifestação no prazo assinalado, conclusos para extinção (art. 53, §4° da Lei 9.099/95). Expeça-se o necessário. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO JUIZ DE DIREITO

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1007319-55.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
EUDESON MENDES PEREIRA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
UBIRATAM BARBOSA DE MOURA OAB - MT0011440A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MCC - CENTRO DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL LTDA - EPP (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RODRIGO DRUBSCHKY PINHEIRO OAB - MG106087 (ADVOGADO(A))

FINALIDADE: Impulsiono o feito com a finalidade de INTIMAÇÃO DA PARTE PROMOVIDA para, se manifestar acerca do recurso interposto, procedo intimação para apresentar contrarrazões dentro do prazo legal. OSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1016687-88.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
STUDIO S FORMATURAS EIRELI (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JEFERSON HENRIQUE TEIXEIRA DE CASTRO OAB - MT18666/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ATANAZIA FERREIRA DE FRANCA (EXECUTADO)
ADRIELLY THAIS FRANCA DA SILVA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Cite-se a parte devedora, via Aviso de Recebimento, para, no prazo de 03 (três) dias, efetuar o pagamento do débito descrito na petição inicial. Realizada a penhora, designe-se audiência de conciliação e intime-se a parte devedora para nela comparecer, advertindo-a da oportunidade para interpor embargos (art. 53, §1º, da Lei n. 9.099/95). Inocorrendo pagamento e não havendo indicação de bens à penhora nos autos, voltem conclusos para a penhora online. A devedora não sendo encontrada, intime-se o credor para promover a indicação do necessário, no prazo de 05 (cinco) dias. Inexistindo manifestação no prazo assinalado, conclusos para extinção (art. 53, §4° da Lei 9.099/95). Expeça-se o necessário. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO JUIZ DE DIREITO

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020839-82.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LUANA SOARES DE OLIVEIRA CAMPOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Ozana Baptista Gusmão OAB - MT4062-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARIA INEZ PINTO DIAS LEITE (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020839-82.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:LUANA SOARES DE OLIVEIRA CAMPOS ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: OZANA BAPTISTA GUSMÃO POLO PASSIVO: MARIA INEZ PINTO DIAS LEITE FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 6ª JEC Data: 12/02/2020 Hora: 14:40 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002972-76.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
DEIVERSON JUNIOR DE ALMEIDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SUZINETE COSTA DE ALMEIDA OAB - MT0021291A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

1. Recebo o recurso aviado em seu efeito devolutivo, pois presentes os requisitos de admissibilidade; 2. As contrarrazões já foram apresentadas, devendo o feito ser encaminhado de imediato para a Turma Recursal Única; Às providências. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002909-51.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
WIVIANE SILVA DE ALMEIDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDNA NUNES CORREA MARQUES OAB - MT10529/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

1. Recebo o recurso aviado em seu efeito devolutivo, pois presentes os requisitos de admissibilidade; 2. As contrarrazões já foram apresentadas, devendo o feito ser encaminhado de imediato para a Turma Recursal Única; Às providências. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1007048-46.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
DEMIS MEIRA SILVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROBSON RODRIGO DE ARRUDA COSTA OAB - MT21550-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OI S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

1. Recebo o recurso aviado em seu efeito devolutivo, pois presentes os requisitos de admissibilidade; 2. As contrarrazões já foram apresentadas, devendo o feito ser encaminhado de imediato para a Turma Recursal Única; Às providências. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1019440-18.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CLAIZA BEGA CARDOSO TERRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FERNANDO GARCIA BARBOSA OAB - MT17134-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TIM CELULAR S.A. (REQUERIDO)
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

EFETUAR A INTIMAÇÃO DAS PARTES, acima qualificada, para comparecer à audiência de CONCILIAÇÃO designada Tipo: Conciliação Sala: PAUTA CONCENTRADA Data: 31/01/2020 Hora: 16:00 . *OBS. As audiências de conciliação do 6 º Juizado serão realizadas no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL, sito à Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro Duque de Caxias I, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1019440-18.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CLAIZA BEGA CARDOSO TERRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FERNANDO GARCIA BARBOSA OAB - MT17134-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TIM CELULAR S.A. (REQUERIDO)
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

EFETUAR A INTIMAÇÃO DAS PARTES, acima qualificada, para comparecer à audiência de CONCILIAÇÃO designada Tipo: Conciliação Sala: PAUTA CONCENTRADA Data: 31/01/2020 Hora: 16:00 . *OBS. As audiências de conciliação do 6 º Juizado serão realizadas no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL, sito à Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro Duque de Caxias I, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1009174-69.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
VISUAL FORMATURAS LTDA - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BRUNO FELIPE MONTEIRO COELHO OAB - MT14559-A (ADVOGADO(A))
GIOVANE GUALBERTO DE ALMEIDA OAB - MT17809-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARIA HELENA DA SILVA SOUZA (REQUERIDO)

EFETUAR A INTIMAÇÃO DAS PARTES, acima qualificada, para comparecer à audiência de CONCILIAÇÃO designada Tipo: Conciliação Sala: 6ª JEC Data: 19/12/2019 Hora: 14:10 . *OBS. As audiências de conciliação do 6 º Juizado serão realizadas no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL, sito à Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro Duque de Caxias I, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM.

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1019940-84.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO GARDEN GOIABEIRAS (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Osiane Rodrigues Macedo OAB - MT15420-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ALINE FERNANDA DE ALMEIDA RIBEIRO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
JULIO CESAR MOLINA DUARTE MONTEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 6º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1019940-84.2019.8.11.0001. EXEQUENTE: CONDOMINIO GARDEN GOIABEIRAS EXECUTADO: ALINE FERNANDA DE ALMEIDA RIBEIRO DESPACHO Vistos. Trata-se de Ação de Execução de Título Extrajudicial formado pelas partes acima indicadas. Analisando os autos, constato que o exequente deixou de juntar o documento de identidade da síndica. Posto isso, em atenção aos princípios da celeridade e economia processuais, determino a INTIMAÇÃO da parte exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, emendar a petição inicial, a fim de acostar ao feito o documento mencionado, sob pena de extinção, nos termos do artigo 801, do Código de Processo Civil. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, voltem-me os autos conclusos para análise da execução. Intime-se. Cumpra-se. JÚLIO CÉSAR MOLINA DUARTE MONTEIRO Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1019754-61.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LUCIANO VERCEZI CARRADORE - EIRELI (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TALITHA LAILA RIBEIRO OAB - MT14887-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
EDNIL ALENCASTRO DE SA (EXECUTADO)
LARICY GABRIELLY ALENCASTRO ALMEIDA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
JULIO CESAR MOLINA DUARTE MONTEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 6º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Processo: 1019754-61.2019.8.11.0001. EXEQUENTE: LUCIANO VERCEZI CARRADORE - EIRELI EXECUTADO: EDNIL ALENCASTRO DE SA, LARICY GABRIELLY ALENCASTRO ALMEIDA DESPACHO Vistos. Trata-se de Ação de Execução de Título Extrajudicial formado pelas partes acima indicadas. Analisando os autos, constato que o exequente deixou de comprovar a qualificação tributária, conforme previsto no Enunciado n. 135, do FONAJE e, ainda, não juntou o contrato e o título de crédito legíveis. Posto isso, em atenção aos princípios da celeridade e economia processuais, determino a INTIMAÇÃO da parte exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, emendar a petição inicial, a fim de acostar ao feito os documentos mencionados, sob pena de extinção, nos termos do artigo 801, do Código de Processo Civil. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, voltem-me os autos conclusos para análise da execução. Intime-se. Cumpra-se. JÚLIO CÉSAR MOLINA DUARTE MONTEIRO Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1007764-73.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
IZAIAS GOMES DE OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FELIPE GOMES DE OLIVEIRA OAB - MT25041/O (ADVOGADO(A))
ALEXANDRE IAQUINTO MATEUS OAB - MT15383-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

FINALIDADE: Impulsiono o feito com a finalidade de INTIMAÇÃO DA PARTE EMBARGADA para, se manifestar acerca do embargos de declaração, expressamente no prazo de 5 dias . OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1007764-73.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
IZAIAS GOMES DE OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FELIPE GOMES DE OLIVEIRA OAB - MT25041/O (ADVOGADO(A))
ALEXANDRE IAQUINTO MATEUS OAB - MT15383-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

FINALIDADE: Impulsiono o feito com a finalidade de INTIMAÇÃO DA PARTE EMBARGADA para, se manifestar acerca do embargos de declaração, expressamente no prazo de 5 dias . OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1008299-02.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ERENIL MARIA DA CRUZ (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SUZINETE COSTA DE ALMEIDA OAB - MT0021291A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

FINALIDADE: Impulsiono o feito com a finalidade de INTIMAÇÃO DA PARTE PROMOVENTE para, se manifestar acerca do recurso interposto, procedo a intimação para apresentar contrarrazões dentro do prazo legal.. OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1019941-69.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO GARDEN GOIABEIRAS (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Osiane Rodrigues Macedo OAB - MT15420-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
RENATO PINTO DA SILVA (EXECUTADO)
ANTONIA MARTINS DA SILVA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
JULIO CESAR MOLINA DUARTE MONTEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 6º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1019941-69.2019.8.11.0001. EXEQUENTE: CONDOMINIO GARDEN GOIABEIRAS EXECUTADO: ANTONIA MARTINS DA SILVA, RENATO PINTO DA SILVA DESPACHO Vistos. Trata-se de Ação de Execução de Título Extrajudicial formado pelas partes acima indicadas. Analisando os autos, constato que o exequente deixou de juntar o documento de identidade da síndica. Posto isso, em atenção aos princípios da celeridade e economia processuais, determino a INTIMAÇÃO da parte exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, emendar a petição inicial, a fim de acostar ao feito o documento mencionado, sob pena de extinção, nos termos do artigo 801, do Código de Processo Civil. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, voltem-me os autos conclusos para análise da execução. Intime-se. Cumpra-se. JÚLIO CÉSAR MOLINA DUARTE MONTEIRO Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1019042-71.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
NIRCILENE FERREIRA DE OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GILMAR ISRAEL DA SILVA OAB - MT15163-O (ADVOGADO(A))
JOSE CARLOS DAMACENO JUNIOR OAB - MT18098-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL S/A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Intime-se a Reclamada para, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, manifestar-se acerca do Descumprimento de Liminar conforme informado no id.27365169, sob pena de majoração da multa. Cumpra-se. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1016985-80.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA MADALENA CARNIELLO DELGADO - ME (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROBERTO DOUGLAS DE ALMEIDA GONCALVES OAB - MT17574-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LEIDIANE FRANCA SILVA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
JULIO CESAR MOLINA DUARTE MONTEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 6º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1016985-80.2019.8.11.0001. EXEQUENTE: MARIA MADALENA CARNIELLO DELGADO - ME EXECUTADO: LEIDIANE FRANCA SILVA DESPACHO INICIAL Vistos etc. Trata-se de Ação de Execução de Título Extrajudicial formado pelas partes acima indicadas. Cite-se a parte Executada, por Carta AR, com as advertências do artigo 829 do CPC, para efetuar o pagamento da dívida, no prazo de 03 (três), dias, sob pena de execução forçada (art. 53 da Lei 9.099/95). Inocorrendo o pagamento e não havendo indicação de bens à penhora nos autos, voltem conclusos para penhora online. Após a realização da penhora, designe-se audiência de conciliação, conforme determina o art. 53, § 1º, da Lei 9.099/95, oportunidade em que a parte executada poderá oferecer embargos por escrito ou oralmente. O Devedor não sendo encontrado, intime-se o Exequente para promover a indicação do necessário, no prazo de 05 (cinco) dias. Inexistindo manifestação no prazo assinalado, arquivam-se os autos. Expeça-se o necessário. JÚLIO CÉSAR MOLINA DUARTE MONTEIRO Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1019042-71.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
NIRCILENE FERREIRA DE OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GILMAR ISRAEL DA SILVA OAB - MT15163-O (ADVOGADO(A))
JOSE CARLOS DAMACENO JUNIOR OAB - MT18098-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL S/A (REQUERIDO)

EFETUAR A INTIMAÇÃO DAS PARTES, acima qualificada, para comparecer à audiência de CONCILIAÇÃO designada Tipo: Conciliação Sala: PAUTA CONCENTRADA Data: 30/01/2020 Hora: 09:30 . *OBS. As audiências de conciliação do 6 º Juizado serão realizadas no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL, sito à Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro Duque de Caxias I, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1003768-67.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CLEVERSON FREITAS FARIA (REQUERENTE)
EDILMES DE OLIVEIRA E SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LAELÇO CAVALCANTI JUNIOR OAB - MT14954-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Aguas Cuiabá S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CARLOS EDUARDO JORGE BERNARDINI OAB - SP242289-O (ADVOGADO(A))

FINALIDADE: Impulsiono o feito com a finalidade de INTIMAÇÃO DA PARTE PROMOVIDA para, se manifestar acerca do recurso interposto, procedo intimação para apresentar contrarrazões dentro do prazo legal. OSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002661-85.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ANTONIO GOMES LIMA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KELLY CRISTHINE FREITAS CAMPOS OAB - MT22797-O (ADVOGADO(A))
JADILTON ARAUJO SANTANA OAB - MT18646-E (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OI S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A

(ADVOGADO(A))

FINALIDADE: Impulsiono o feito com a finalidade de INTIMAÇÃO DA PARTE PROMOVENTE para, se manifestar acerca do recurso interposto, procedo intimação para apresentar contrarrazões dentro do prazo legal. OSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020851-96.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO RESIDENCIAL OITO DE ABRIL (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
AUGUSTO CEZAR DE AQUINO TAQUES OAB - MT12026-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
EDINEIA DA COSTA NONATO (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020851-96.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:CONDOMINIO RESIDENCIAL OITO DE ABRIL ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: AUGUSTO CEZAR DE AQUINO TAQUES POLO PASSIVO: EDINEIA DA COSTA NONATO FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 6ª JEC Data: 12/02/2020 Hora: 14:50 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1003813-71.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ALEX SANDRO CALABRO SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LEONARDO JOSE SIQUEIRA DA SILVA OAB - MT0021410A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO ITAUCARD S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MS13116-S (ADVOGADO(A))

FINALIDADE: Impulsiono o feito com a finalidade de INTIMAÇÃO DA PARTE PROMOVIDA para, se manifestar acerca do recurso interposto, procedo intimação para apresentar contrarrazões dentro do prazo legal. OSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020865-80.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
FABRICIA SILVA DE OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIO JOSE DOS SANTOS OAB - MT16263-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INTERBELLE COMERCIO DE PRODUTOS DE BELEZA LTDA (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020865-80.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:FABRICIA SILVA DE OLIVEIRA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: FABIO JOSE DOS SANTOS POLO PASSIVO: INTERBELLE COMERCIO DE PRODUTOS DE BELEZA LTDA FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 6ª JEC Data: 12/02/2020 Hora: 15:00 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1006218-80.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ELISA LINA DE SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS GUSTAVO LIMA FERNANDES OAB - MT17620-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OI S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))

FINALIDADE: Impulsiono o feito com a finalidade de INTIMAÇÃO DA PARTE PROMOVENTE para, se manifestar acerca do recurso interposto, procedo intimação para apresentar contrarrazões dentro do prazo legal. OSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1006205-81.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ANA JULIA PEIXOTO ANTUNES MARTINS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS GUSTAVO LIMA FERNANDES OAB - MT17620-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCARD S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-A (ADVOGADO(A))

FINALIDADE: Impulsiono o feito com a finalidade de INTIMAÇÃO DA PARTE PROMOVENTE para, se manifestar acerca do recurso interposto, procedo intimação para apresentar contrarrazões dentro do prazo legal. OSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002559-63.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
PAMELA RODRIGUES DE LIMA RIBEIRO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FELIPE LUIZ ALENCAR VILAROUCA OAB - MT19194-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ACRE (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DECIO FLAVIO GONCALVES TORRES FREIRE OAB - RJ2255-A (ADVOGADO(A))

FINALIDADE: Impulsiono o feito com a finalidade de INTIMAÇÃO DA PARTE PROMOVENTE para, se manifestar acerca do recurso interposto, procedo intimação para apresentar contrarrazões dentro do prazo legal. OSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020868-35.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
HEVELLYN ALINE RODRIGUES DE SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANDRE BERNARDO DUZANOWSKI OAB - MT20005-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCARD S.A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020868-35.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:HEVELLYN ALINE RODRIGUES DE SOUZA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: ANDRE BERNARDO DUZANOWSKI POLO PASSIVO: BANCO BRADESCARD S.A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 6ª JEC Data: 12/02/2020 Hora: 15:20 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 .

CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020870-05.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LUCAS EDUARDO SAN MARTIN (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOÃO MIGUEL DA COSTA NETO OAB - MT16362-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCARD S.A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020870-05.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:LUCAS EDUARDO SAN MARTIN ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: JOÃO MIGUEL DA COSTA NETO POLO PASSIVO: BANCO BRADESCARD S.A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 6ª JEC Data: 12/02/2020 Hora: 15:30 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020887-41.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
TELECIO AIRES FILHO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR OAB - MT20812/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020887-41.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:TELECIO AIRES FILHO ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR POLO PASSIVO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 6ª JEC Data: 12/02/2020 Hora: 15:40 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020901-25.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
NADINY DA SILVA FERNANDES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NATALIA RAFAELA SIQUEIRA GOULART OAB - MT26935/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TIM CELULAR S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020901-25.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:NADINY DA SILVA FERNANDES ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: NATALIA RAFAELA SIQUEIRA GOULART POLO PASSIVO: TIM CELULAR S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 6ª JEC Data: 12/02/2020 Hora: 15:50 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020907-32.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ALEXANDRE ALEX DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
APARECIDO QUEIROZ DA SILVA OAB - MT18345-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AZUL LINHAS AEREAS (REQUERIDO)
KABUM COMERCIO ELETRONICO S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020907-32.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:ALEXANDRE ALEX DA SILVA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: APARECIDO QUEIROZ DA SILVA POLO PASSIVO: KABUM COMERCIO ELETRONICO S.A. e outros FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 6ª JEC Data: 12/02/2020 Hora: 16:00 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020911-69.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
AUGUSTO CAMANHO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NATALIA RAFAELA SIQUEIRA GOULART OAB - MT26935/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020911-69.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:AUGUSTO CAMANHO ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: NATALIA RAFAELA SIQUEIRA GOULART POLO PASSIVO: BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 6ª JEC Data: 12/02/2020 Hora: 16:10 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020914-24.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ADRIELLE PEREIRA MENDES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS GUSTAVO LIMA FERNANDES OAB - MT17620-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OI S.A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020914-24.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:ADRIELLE PEREIRA MENDES ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: CARLOS GUSTAVO LIMA FERNANDES POLO PASSIVO: OI S.A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 6ª JEC Data: 12/02/2020 Hora: 16:20 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020920-31.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ELAURA MARIA PEREIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MANOEL COSTA PARRIAO OAB - MT13944-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
EMPREENDIMENTOS EDUCACIONAIS SAO FRANCISCO DE ASSIS LTDA - ME (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020920-31.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:ELAURA MARIA PEREIRA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: MANOEL COSTA PARRIAO POLO PASSIVO: EMPREENDIMENTOS EDUCACIONAIS SAO FRANCISCO DE ASSIS LTDA - ME FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 6ª JEC Data: 12/02/2020 Hora: 16:30 , no endereço: RUA

TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1004029-32.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JORGE ANDRE DE OLIVEIRA MARQUES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANTONIO GOMES DE ALMEIDA NETO OAB - MT18314-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

FINALIDADE: Impulsiono o feito com a finalidade de INTIMAÇÃO DA PARTE PROMOVIDA para, se manifestar acerca do recurso interposto, procedo a intimação para apresentar contrarrazões dentro do prazo legal. OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Decisão

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1015691-90.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CELSO AUGUSTO DE MELLO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LIGIA IRACEMA CHRISTOFOLO DE MELLO OAB - PR0081719A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JULIO CESAR MOLINA DUARTE MONTEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 6º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Processo: 1015691-90.2019.8.11.0001. REQUERENTE: CELSO AUGUSTO DE MELLO REQUERIDO: BANCO DO BRASIL SA DECISÃO Vistos Trata-se de Ação de Obrigação de Fazer c/c Indenização por Danos Morais formada pelas partes acima indicadas. O requerente aduz que possui empréstimo com o requerido, relativo a contrato celebrado em 01/06/2017, a ser pago em 96 prestações de R$ 106,99 (cento e seis reais e noventa e nove centavos), com a última parcela prevista para 25/07/2025. Ressalta que solicitou o boleto para quitação antecipada por meio de notificação, porém não obteve êxito. Requer, em tutela de urgência, o fornecimento do boleto para quitação antecipada do empréstimo n. 045559, com vencimento de, no mínimo, 20 (vinte) dias, deduzidos os juros proporcionais relativos ao período adiantado. apresentação de nova fatura com a cobrança apenas do consumo. Pleiteia, ainda, a inversão do ônus da prova. É o Breve Relato. Fundamento e Decido. Para a concessão do pedido de urgência é imprescindível que a parte autora comprove os requisitos indicados no artigo 300, do CPC, quais sejam, a probabilidade do direito invocado e o perigo de dano irreparável ou de difícil reparação. Analisando os autos, constato que a prestação do autor merece prosperar, visto que juntou ao feito o contrato de empréstimo celebrado entre as partes parcelado em 96 prestações de R$ 106,99 (cento e seis reais e noventa e nove centavos), com último vencimento previsto para 25/07/2025, o que corrobora com as arguições indicadas na exordial. Ademais, inexiste prejuízo do suplicado, já que o autor pretende a quitação do empréstimo. O perigo de dano irreparável ou de difícil reparação também foi comprovado, já que a concessão ao final ocasionaria o pagamento das prestações com incidência de juros e correção. Assim, a concessão do pleito é medida que impõe. Nesse sentido: ESTADO DE MATO GROSSOTRIBUNAL DE JUSTIÇA QUARTA CÂMARA DE DIREITO PRIVADOAGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Nº 1002755-36.2019.8.11.0000 AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - INSCRIÇÃO INDEVIDA NOS CADASTROS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO - ANTECIPAÇÃO DA TUTELA - DEFERIDA PELO JUÍZO SINGULAR - PRESENÇA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES - ADEQUAÇÃO - FIXADA MULTA DIÁRIA PARA CUMPRIMENTO DA DECISÃO - REDUÇÃO DO VALOR E LIMITAÇÃO - IMPOSSIBILIDADE - SOB PENA DE RETIRAR O CARÁTER COERCITIVO - RECURSO DESPROVIDO.É de se manter a decisão que concedeu a antecipação dos efeitos da tutela, na medida em que analisou devidamente a presença dos requisitos autorizadores para sua concessão. Mostra-se pertinente manter a imposição da multa diária, fixada em valor e prazo razoável, a fim de trazer efetividade à obrigação de exclusão do nome do autor dos órgãos de restrição ao crédito, sobretudo ao se considerar que é faculdade do Magistrado a aplicação de medidas coercitivas em caso de descumprimento de ordem judicial. (N.U 1002755-36.2019.8.11.0000, CÂMARAS ISOLADAS CÍVEIS DE DIREITO PRIVADO, GUIOMAR TEODORO BORGES, Quarta Câmara de Direito Privado, Julgado em 12/06/2019, Publicado no DJE 17/06/2019). (Grifei) O demandante requer a inversão do ônus da prova. Pela simples análise dos fatos, verifica-se que o Código de Defesa do Consumidor se aplica ao caso, uma vez que as partes amoldam-se perfeitamente aos conceitos de consumidor e fornecedor previstos na legislação supracitada. O artigo 6º, do Código de Defesa do Consumidor dispõe no inciso VIII, os requisitos para a concessão da inversão do ônus da prova, quais sejam: consumidor hipossuficiente e a verossimilhança da alegação do suplicante. Para a concessão do pleito é necessária a presença dos requisitos mencionados. No caso, constato que estão presentes os requisitos supramencionados. Assim, é necessária a concessão do pedido de inversão do ônus da prova, ante a clara hipossuficiência do consumidor frente ao requerido, que possui informação específica sobre os fatos. Diante do exposto, DEFIRO o pedido do autor e determino a intimação do demandado para, no prazo de 05 (cinco) dias, junte ao feito o boleto para quitação antecipada do empréstimo, objeto da lide, com prazo mínimo de vencimento 20 (vinte) dias, deduzidos os juros proporcionais relativos ao período adiantado. Fixo multa no valor de R$ 200,00 (duzentos reais) para o caso de descumprimento desta decisão. Não se trata de multa diária. Defiro o pedido de inversão do ônus da prova. Cite-se o requerido e intimem-se as partes para comparecerem na audiência de conciliação. Na carta de citação/intimação deverá constar advertência de que o não comparecimento da requerida na audiência de conciliação importará em sua revelia e presunção de veracidade dos fatos alegados na inicial (art. 20 da Lei nº 9.099/95). Consigne-se, ainda, que o prazo de 05 (cinco) dias para a oferta de resposta fluirá a partir da audiência de conciliação, caso não haja composição amigável no referido ato. Intime(m)-se o(a)(s) requerente(s), consignando no mandado que o não comparecimento pessoal a audiência, implicará na extinção do processo e arquivamento do feito, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação nas custas processuais. Às providências. Dr. Júlio César Molina Duarte Monteiro Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1020691-71.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ELSON PAIXAO DE SIQUEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FERNANDA DE PAULA GIACOMINI OAB - MT17627-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO ITAUCARD S/A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JULIO CESAR MOLINA DUARTE MONTEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 6º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Processo: 1020691-71.2019.8.11.0001. REQUERENTE: ELSON PAIXAO DE SIQUEIRA REQUERIDO: BANCO ITAUCARD S/A DECISÃO Vistos Trata-se de Ação de Desconstituição de Dívida c/c Indenização por Danos Morais formado pelas partes acima indicadas. O autor alega que realizou abertura de conta bancária através do aplicativo do banco requerido, sendo disponibilizado apenas serviços de transferências, pagamentos e depósitos em sua conta. Assegura que não fora disponibilizada linha de crédito, contudo o demandado efetuou cobranças e incluiu seu nome no rol de mal pagadores. Requer, em tutela de urgência, a exclusão da restrição dos órgãos de proteção ao crédito. Pleiteia, ainda, a inversão do ônus da prova. É o Breve Relato. Fundamento e Decido. Para a concessão do pedido de urgência é imprescindível que a parte autora comprove os requisitos indicados no artigo 300, do CPC, quais sejam, a probabilidade do direito invocado e o perigo de dano irreparável ou de difícil reparação. Compulsando os autos, constato que a

pretensão do autor merece prosperar, visto que há indícios de irregularidade da cobrança em razão da ausência de disponibilização de crédito. O perigo de dano irreparável ou de difícil reparação também foi demonstrado, visto que impede o autor de realizar negociações no comércio. Registro que a concessão do pedido não causa qualquer prejuízo ao requerido por não excluir o suposto crédito. Assim, a concessão do pleito é medida que impõe. Nesse sentido: ESTADO DE MATO GROSSOTRIBUNAL DE JUSTIÇA QUARTA CÂMARA DE DIREITO PRIVADOAGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Nº 1002755-36.2019.8.11.0000 AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - INSCRIÇÃO INDEVIDA NOS CADASTROS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO - ANTECIPAÇÃO DA TUTELA - DEFERIDA PELO JUÍZO SINGULAR - PRESENÇA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES - ADEQUAÇÃO - FIXADA MULTA DIÁRIA PARA CUMPRIMENTO DA DECISÃO - REDUÇÃO DO VALOR E LIMITAÇÃO - IMPOSSIBILIDADE - SOB PENA DE RETIRAR O CARÁTER COERCITIVO - RECURSO DESPROVIDO.É de se manter a decisão que concedeu a antecipação dos efeitos da tutela, na medida em que analisou devidamente a presença dos requisitos autorizadores para sua concessão. Mostra-se pertinente manter a imposição da multa diária, fixada em valor e prazo razoável, a fim de trazer efetividade à obrigação de exclusão do nome do autor dos órgãos de restrição ao crédito, sobretudo ao se considerar que é faculdade do Magistrado a aplicação de medidas coercitivas em caso de descumprimento de ordem judicial. (N.U 1002755-36.2019.8.11.0000, CÂMARAS ISOLADAS CÍVEIS DE DIREITO PRIVADO, GUIOMAR TEODORO BORGES, Quarta Câmara de Direito Privado, Julgado em 12/06/2019, Publicado no DJE 17/06/2019). (Grifei) O demandante requer a inversão do ônus da prova. Pela simples análise dos fatos, verifica-se que o Código de Defesa do Consumidor se aplica ao caso, uma vez que as partes amoldam-se perfeitamente aos conceitos de consumidor e fornecedor previstos na legislação supracitada. O artigo 6º, do Código de Defesa do Consumidor dispõe no inciso VIII, os requisitos para a concessão da inversão do ônus da prova, quais sejam: consumidor hipossuficiente e a verossimilhança da alegação do suplicante. Para a concessão do pleito é necessária a presença dos requisitos mencionados. No caso, constato que estão presentes os requisitos supramencionados. Assim, é necessária a concessão do pedido de inversão do ônus da prova, ante a clara hipossuficiência do consumidor frente ao requerido, que possui informação específica sobre os fatos. Diante do exposto, DEFIRO O PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA para determinar que o requerido proceda a exclusão da restrição do nome do autor no rol de mal pagadores, no prazo de 05 dias, relativo ao débito em discussão, sob pena de multa fixa no valor de R$ 200,00 (duzentos reais). Defiro o pedido de inversão do ônus da prova, devendo o requerido comprovar a regularidade da cobrança. Cite-se o requerido e intimem-se as partes para comparecerem na audiência de conciliação. Na carta de citação/intimação deverá constar advertência de que o não comparecimento da requerida na audiência de conciliação importará em sua revelia e presunção de veracidade dos fatos alegados na inicial (art. 20 da Lei nº 9.099/95). Consigne-se, ainda, que o prazo de 05 (cinco) dias para a oferta de resposta fluirá a partir da audiência de conciliação, caso não haja composição amigável no referido ato. Intime(m)-se o(a)(s) requerente(s), consignando no mandado que o não comparecimento pessoal a audiência, implicará na extinção do processo e arquivamento do feito, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação nas custas processuais. Às providências. Dr. Júlio César Molina Duarte Monteiro Juiz de direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020808-62.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
KLAUDYLEA SILVA DE ARRUDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DARGILAN BORGES CINTRA OAB - MT9150-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OI S.A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JULIO CESAR MOLINA DUARTE MONTEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 6º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Processo: 1020808-62.2019.8.11.0001. REQUERENTE: KLAUDYLEA SILVA DE ARRUDA REQUERIDO: OI S.A DECISÃO Vistos, etc. Trata-se de Ação de Declaração de Inexistência de Relação Jurídica c/c Indenização por Danos Morais formada pelas partes acima indicadas, todos qualificados nos autos. O autor aduz que não possui relação jurídica com a empresa, porém o demandado inseriu seu nome no rol de mal pagadores relativo aos débitos nos valores de R$ 287,80 e R$ 108,74. Requer, em tutela de urgência, a exclusão de seu nome nos órgãos de proteção ao crédito. Pleiteia, ainda, a inversão do ônus da prova. É o Breve Relato. Fundamento e Decido. Para a concessão do pedido de urgência é imprescindível que a parte autora comprove os requisitos indicados no artigo 300, do CPC, quais sejam, a probabilidade do direito invocado e o perigo de dano irreparável ou de difícil reparação. Compulsando os autos, constato que a impossibilidade de acolher o pedido, uma vez que existe outra restrião em nome do autor. Assim, é evidente a ausência do perigo de dano irreparável ou de difícil reparação para o caso de concessão do pleito ao final. Ademais, inexiste prova hábil da quitação contratual, sendo necessário aguardar a dilação probatória. Posto isso, o indeferimento do pleito é medida que se impõe. Nesse sentido: AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO DE “INDENIZAÇÃO C/C OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER” – INTEMPESTIVIDADE RECURSAL – REJEITADA – OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER – TUTELA DE URGÊNCIA INDEFERIDA – ASPECTOS NEBULOSOS E CONFUSOS QUE DEMANDAM INSTRUÇÃO PROBATÓRIA – REQUISITOS DO ART. 300 DO CPC/2015 NÃO PREENCHIDOS – DECISÃO MANTIDA – RECURSO DESPROVIDO. 1. Considera-se como data da publicação o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da decisão agravada no DJe, tendo início o prazo para interposição do recurso no primeiro dia útil seguinte ao considerado como data da publicação, nos termos do art. 4º, §§ 3º e 4º, da Lei nº 11.419/2006, não havendo falar em intempestividade da interposição do agravo de instrumento protocolizado exatamente no último dia do prazo. 2. O art. 300, caput, do CPC/2015, estabelece que a “TUTELA de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.” 3. Hipótese em que não há no conjunto probatório documentos aptos à elucidação dos fatos, de modo que a alegação de que as partes celebraram contrato de trespasse ainda não resta suficientemente demonstrada, existindo fundada dúvida quanto a esse fato e, portanto, quanto à alegada violação ao disposto no art. 1.147 do CC, especialmente porque o contrato prevê terceirização dos serviços de assistência técnica, não restando satisfatoriamente comprovado que houve alienação do fundo de comércio da agravada à agravante. 4. Não estando demonstrada a probabilidade do direito invocado, havendo necessidade de ampla instrução probatória para o convencimento do magistrado acerca das alegações que embasam o pleito autoral, correta a decisão que INDEFERE o pedido de antecipação da TUTELA (TUTELA de urgência). (N.U 1006717-67.2019.8.11.0000, CÂMARAS ISOLADAS CÍVEIS DE DIREITO PRIVADO, JOAO FERREIRA FILHO, Primeira Câmara de Direito Privado, Julgado em 11/06/2019, Publicado no DJE 18/06/2019). (Grifei) O demandante requer a inversão do ônus da prova. Pela simples análise dos fatos, verifica-se que o Código de Defesa do Consumidor se aplica ao caso, uma vez que as partes amoldam-se perfeitamente aos conceitos de consumidor e fornecedor previstos na legislação supracitada. O artigo 6º, do Código de Defesa do Consumidor dispõe no inciso VIII, os requisitos para a concessão da inversão do ônus da prova, quais sejam: consumidor hipossuficiente e a verossimilhança da alegação do suplicante. Para a concessão do pleito é necessária a presença dos requisitos mencionados. No caso, constato que estão presentes os requisitos supramencionados. Assim, é necessária a concessão do pedido de inversão do ônus da prova, ante a clara hipossuficiência do consumidor frente ao requerido, que possui informação específica sobre os fatos. Posto isso, defiro o pedido de inversão do ônus da prova. Diante do exposto, INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA por ausência dos requisitos legais. Defiro o pedido de inversão do ônus da prova, devendo o requerido juntar, no ato da apresentação da defesa, o contrato celebrado entre as partes que originou os débitos indicados no extrato de restrição. Cite-se o requerido e intimem-se as partes para comparecerem na audiência de conciliação. Na carta de citação/intimação deverá constar advertência de que o não comparecimento da requerida na audiência de conciliação importará em sua revelia e presunção de veracidade dos fatos alegados na inicial (art. 20 da Lei nº 9.099/95). Consigne-se, ainda, que o prazo de 05 (cinco) dias para a oferta de resposta fluirá a partir da audiência de conciliação, caso não haja composição amigável no referido ato. Intime(m)-se o(a)(s) requerente(s), consignando no mandado que o não comparecimento pessoal a audiência, implicará na extinção do

processo e arquivamento do feito, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação nas custas processuais. Às providências. Dr. Júlio César Molina Duarte Monteiro Juiz de direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020553-07.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LEILA RODRIGUES DE SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
marinice de fátima da cruz OAB - MT13366-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LG ELECTRONICS DO BRASIL LTDA (REQUERIDO)
RIQUENA NETO AR CONDICIONADO LTDA (REQUERIDO)
QUALITEC CLIMATIZACAO LTDA - ME (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JULIO CESAR MOLINA DUARTE MONTEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 6º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Processo: 1020553-07.2019.8.11.0001. REQUERENTE: LEILA RODRIGUES DE SOUZA REQUERIDO: RIQUENA NETO AR CONDICIONADO LTDA, LG ELECTRONICS DO BRASIL LTDA, QUALITEC CLIMATIZACAO LTDA - ME DECISÃO Vistos. Trata-se de Ação de Obrigação de Fazer c.c indenização por danos materiais e morais, com pedido de Tutela de Urgência formada pelas partes acima indicadas. O autor afirma que, na data de 06/11/2018, realizou contrato de compra e venda com a Riquena Neto Ar Condicionado LTDA de um ar condicionado Split 180000 BTUS, frio 220V DF LG Libero E+Inverter USUQ 132csg3-12118, no valor de R$ 851,23, totalizando o montante de R$ 2.364,55 (dois mil, trezentos e sessenta e quatro reais e cinquenta e cinco centavos). Registra que o aparelho não está funcionando. Afirma que, em 21/10/2019, compareceu na empresa Qualitec Assistência Técnica da LG e que, após abrir a Ordem de Serviço, o técnico realizou a vistoria no produto constatando o erro de ligação no compressor. Alega que as empresas deixaram de solucionar o defeito. Anota que a assistência técnica arguiu a ausência de peça para reparação desde de outubro de 2019. Ressalta que o produto possui garantia de 10 anos do compressor. Requer, em tutela antecipada, a troca do produto por outro da mesma espécie. Pleiteia, ainda, a inversão do ônus da prova. É o Breve Relato. Fundamento e Decido. Para a concessão do pedido de urgência é imprescindível que a parte autora comprove os requisitos indicados no artigo 300, do CPC, quais sejam, a probabilidade do direito invocado e o perigo de dano irreparável ou de difícil reparação. Compulsando os autos, constato que a pretensão do autor não merece prosperar. Verifica-se que o técnico constatou o erro de ligação de compressor e informou que o ar condicionado fora instalado por terceiros. Com isso, inexiste, neste momento, prova da irregularidade praticada pelos suplicados. Ademais, há indícios de que o produto fora reparado pela empresa LG. Posto isso, de todas as formas que se aprecie a questão, verifica-se a impossibilidade de acolher o pedido do autor, neste momento, em razão da ausência da probabilidade do direito invocado e do perigo de dano para o caso de concessão ao final. Deste modo, o requerente deixou de provar os requisitos legais para a concessão do pleito, sendo imprescindível aguardar a dilação probatória. Nesse sentido: AGRAVO DE NÃO FAZER" – INTEMPESTIVIDADE RECURSAL – REJEITADA – OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER – TUTELA DE URGÊNCIA INDEFERIDA – ASPECTOS NEBULOSOS E CONFUSOS QUE DEMANDAM INSTRUÇÃO PROBATÓRIA – REQUISITOS DO ART. 300 DO CPC/2015 NÃO PREENCHIDOS – DECISÃO MANTIDA – RECURSO DESPROVIDO. 1. Considera-se como data da publicação o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da decisão agravada no DJe, tendo início o prazo para interposição do recurso no primeiro dia útil seguinte ao considerado como data da publicação, nos termos do art. 4º, §§ 3º e 4º, da Lei nº 11.419/2006, não havendo falar em intempestividade da interposição do agravo DE INSTRUMENTO – AÇÃO DE "INDENIZAÇÃO C/C OBRIGAÇÃO de instrumento protocolizado exatamente no último dia do prazo. 2. O art. 300, caput, do CPC/2015, estabelece que a "TUTELA de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo." 3. Hipótese em que não há no conjunto probatório documentos aptos à elucidação dos fatos, de modo que a alegação de que as partes celebraram contrato de trespasse ainda não resta suficientemente demonstrada, existindo fundada dúvida quanto a esse fato e, portanto, quanto à alegada violação ao disposto no art. 1.147 do CC, especialmente porque o contrato prevê terceirização dos serviços de assistência técnica, não restando satisfatoriamente comprovado que houve alienação do fundo de comércio da agravada à agravante. 4. Não estando demonstrada a probabilidade do direito invocado, havendo necessidade de ampla instrução probatória para o convencimento do magistrado acerca das alegações que embasam o pleito autoral, correta a decisão que INDEFERE o pedido de antecipação da TUTELA (TUTELA de urgência). (N.U 1006717-67.2019.8.11.0000, CÂMARAS ISOLADAS CÍVEIS DE DIREITO PRIVADO, JOAO FERREIRA FILHO, Primeira Câmara de Direito Privado, Julgado em 11/06/2019, Publicado no DJE 18/06/2019). (Grifei) Sobre o pedido de inversão do ônus da prova, constato que merece acolhimento. O artigo 6º, do Código de Defesa do Consumidor dispõe no inciso VIII, os requisitos para a concessão da inversão do ônus da prova, quais sejam: consumidor hipossuficiente e a verossimilhança da alegação do suplicante. Para a concessão do pleito é necessária a presença dos requisitos mencionados. No caso, constato que estão presentes os requisitos supramencionados. Assim, é necessária a concessão do pedido de inversão do ônus da prova, ante a clara hipossuficiência do consumidor frente ao requerido, que possui informação específica sobre os fatos. Posto isso, defiro o pedido de inversão do ônus da prova. Diante do exposto, INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA Defiro o pedido de inversão do ônus da prova. Cite-se o requerido e intimem-se as partes para comparecerem na audiência de conciliação. Na carta de citação/intimação deverá constar advertência de que o não comparecimento da requerida na audiência de conciliação importará em sua revelia e presunção de veracidade dos fatos alegados na inicial (art. 20 da Lei nº 9.099/95). Consigne-se, ainda, que o prazo de 05 (cinco) dias para a oferta de resposta fluirá a partir da audiência de conciliação, caso não haja composição amigável no referido ato. Intime(m)-se o(a)(s) requerente(s), consignando no mandado que o não comparecimento pessoal a audiência, implicará na extinção do processo e arquivamento do feito, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação nas custas processuais. Às providências. Dr. Júlio César Molina Duarte Monteiro Juiz de direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020684-79.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ZAYRA MIGUELINA DE ARRUDA GARCIA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ELIMAR AZEVEDO SELVATICO OAB - MT21282-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO FIBRA SA (REQUERIDO)
BANCO AGIBANK S/A (REQUERIDO)
AGIPLAN FINANCEIRA S.A (REQUERIDO)
AGIPLAN ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS S.A. (REQUERIDO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Da análise dos documentos juntados aos autos bem como as razões apresentadas, vislumbro de plano a presença dos requisitos que amparam a concessão da tutela vindicada, previstos no artigo 300 do Código de Processo Civil. Destarte, DEFIRO, apenas em parte, a liminar pretendida para determinar às partes reclamadas AGIPLAN FINANCEIRA S.A, AGIPLAN ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS S.A, BANCO AGIBANK S/A e BANCO FIBRA SA que se abstenham de efetuar os descontos mencionados junto a conta da promovente, conforme indicado na exordial, sob pena de multa que arbitro em R$ 2.000,00 (dois mil reais), para o caso de descumprimento desta decisão. Não se trata de multa diária. Designada audiência de conciliação, cite-se a parte reclamada para nela comparecer. Conste na carta de citação as consequências para o caso de ausência, o prazo para apresentar defesa, a advertência de que poderá haver a inversão do ônus da prova por se tratar de relação de consumo e ainda que, em se tratando de pessoa jurídica, esta poderá ser representada na audiência por preposto. Intimem-se. Cumpra-se. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020530-61.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
FRANCISCA VIEIRA SOUSA GOMES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANIEL FERNANDES TEIXEIRA OAB - MT36891-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)

Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Constatada a veracidade da informação documental trazida pelo reclamante, por meio da consulta realizada junto ao site do SPC BRASIL, protocolo nº 002.202.133.129-9, recebo o pedido de liminar. Assim, da análise dos documentos juntados aos autos bem como das razões apresentadas, vislumbro de plano a presença dos requisitos que amparam a concessão da tutela vindicada, previstos no artigo 300 do Código de Processo Civil, motivo pelo qual DEFIRO, a liminar pretendida para determinar a exclusão do nome do promovente dos bancos de dados cadastrais (SPC, SERASA e SCPC), no prazo de 10 (dez) dias, concernente apenas aos débitos discutidos nestes autos, sob pena de multa que arbitro em R$ 2.000,00 (dois mil reais). Não se trata de multa diária. Designada audiência de conciliação, cite-se a parte reclamada para nela comparecer. Conste na carta de citação as consequências para o caso de ausência, o prazo para apresentar defesa, a advertência de que poderá haver a inversão do ônus da prova por se tratar de relação de consumo e ainda que, em se tratando de pessoa jurídica, esta poderá ser representada na audiência por preposto. Intimem-se. Cumpra-se. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1015205-08.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO PRIMOR DAS TORRES (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE ANTONIO PEREIRA DE SOUZA OAB - MT13434-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
HIAGO WHALSON RODRIGUES JORDON (EXECUTADO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Cite-se a parte devedora, via Aviso de Recebimento, para, no prazo de 03 (três) dias, efetuar o pagamento do débito descrito na petição inicial. Realizada a penhora, designe-se audiência de conciliação e intime-se a parte devedora para nela comparecer, advertindo-a da oportunidade para interpor embargos (art. 53, §1º, da Lei n. 9.099/95). Inocorrendo pagamento e não havendo indicação de bens à penhora nos autos, voltem conclusos para a penhora online. A devedora não sendo encontrada, intime-se o credor para promover a indicação do necessário, no prazo de 05 (cinco) dias. Inexistindo manifestação no prazo assinalado, conclusos para extinção (art. 53, §4° da Lei 9.099/95). Expeça-se o necessário. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO JUIZ DE DIREITO

Decisão Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1015738-64.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
FORMATO IMAGENS LTDA - ME (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MELISSA FRANCA PRAEIRO VASCONCELOS DE MORAES OAB - MT13582-O (ADVOGADO(A))
WAGNER VASCONCELOS DE MORAES OAB - MT15244-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GIRLANE FATIMA DE BARROS (EXECUTADO)
NICOLAY BARROS KAZY SOM (EXECUTADO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Cite-se a parte devedora, via Aviso de Recebimento, para, no prazo de 03 (três) dias, efetuar o pagamento do débito descrito na petição inicial. Realizada a penhora, designe-se audiência de conciliação e intime-se a parte devedora para nela comparecer, advertindo-a da oportunidade para interpor embargos (art. 53, §1º, da Lei n. 9.099/95). Inocorrendo pagamento e não havendo indicação de bens à penhora nos autos, voltem conclusos para a penhora online. A devedora não sendo encontrada, intime-se o credor para promover a indicação do necessário, no prazo de 05 (cinco) dias. Inexistindo manifestação no prazo assinalado, conclusos para extinção (art. 53, §4° da Lei 9.099/95). Expeça-se o necessário. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO JUIZ DE DIREITO

Decisão Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1016089-37.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ELZA OLIVEIRA GOMES AZEVEDO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FRANCINI CORREA DA SILVA OAB - MT24370-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FABIANA DA SILVA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Cite-se a parte devedora, via Aviso de Recebimento, para, no prazo de 03 (três) dias, efetuar o pagamento do débito descrito na petição inicial. Realizada a penhora, designe-se audiência de conciliação e intime-se a parte devedora para nela comparecer, advertindo-a da oportunidade para interpor embargos (art. 53, §1º, da Lei n. 9.099/95). Inocorrendo pagamento e não havendo indicação de bens à penhora nos autos, voltem conclusos para a penhora online. A devedora não sendo encontrada, intime-se o credor para promover a indicação do necessário, no prazo de 05 (cinco) dias. Inexistindo manifestação no prazo assinalado, conclusos para extinção (art. 53, §4° da Lei 9.099/95). Expeça-se o necessário. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO JUIZ DE DIREITO

Decisão Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1016175-08.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
V H E R CURSOS EDUCACIONAIS LTDA - EPP (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROBERTO DOUGLAS DE ALMEIDA GONCALVES OAB - MT17574-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
HELOUYSE BRINGSKEN DA CRUZ CICERO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Cite-se a parte devedora, via Aviso de Recebimento, para, no prazo de 03 (três) dias, efetuar o pagamento do débito descrito na petição inicial. Realizada a penhora, designe-se audiência de conciliação e intime-se a parte devedora para nela comparecer, advertindo-a da oportunidade para interpor embargos (art. 53, §1º, da Lei n. 9.099/95). Inocorrendo pagamento e não havendo indicação de bens à penhora nos autos, voltem conclusos para a penhora online. A devedora não sendo encontrada, intime-se o credor para promover a indicação do necessário, no prazo de 05 (cinco) dias. Inexistindo manifestação no prazo assinalado, conclusos para extinção (art. 53, §4° da Lei 9.099/95). Expeça-se o necessário. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO JUIZ DE DIREITO

Decisão Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1015517-81.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO RESIDENCIAL MONTE CARLO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JULIANA DE SOUSA ANDRADE OAB - MT16875-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JACQUELINE MAGDA PERROT GODOY (EXECUTADO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Cite-se a parte devedora, via Aviso de Recebimento, para, no prazo de 03 (três) dias, efetuar o pagamento do débito descrito na petição inicial. Realizada a penhora, designe-se audiência de conciliação e intime-se a parte devedora para nela comparecer, advertindo-a da oportunidade para interpor embargos (art. 53, §1º, da Lei n. 9.099/95). Inocorrendo pagamento e não havendo indicação de bens à penhora nos autos, voltem conclusos para a penhora online. A devedora não sendo encontrada, intime-se o credor para promover a indicação do necessário, no prazo de 05 (cinco) dias. Inexistindo manifestação no prazo assinalado, conclusos para extinção (art. 53, §4° da Lei 9.099/95). Expeça-se o necessário. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO JUIZ DE DIREITO

Decisão Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1015639-94.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
V H E R CURSOS EDUCACIONAIS LTDA - EPP (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROBERTO DOUGLAS DE ALMEIDA GONCALVES OAB - MT17574-O

(ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FRANCIELE PASSOS BATISTA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Cite-se a parte devedora, via Aviso de Recebimento, para, no prazo de 03 (três) dias, efetuar o pagamento do débito descrito na petição inicial. Realizada a penhora, designe-se audiência de conciliação e intime-se a parte devedora para nela comparecer, advertindo-a da oportunidade para interpor embargos (art. 53, §1º, da Lei n. 9.099/95). Inocorrendo pagamento e não havendo indicação de bens à penhora nos autos, voltem conclusos para a penhora online. A devedora não sendo encontrada, intime-se o credor para promover a indicação do necessário, no prazo de 05 (cinco) dias. Inexistindo manifestação no prazo assinalado, conclusos para extinção (art. 53, §4° da Lei 9.099/95). Expeça-se o necessário. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO JUIZ DE DIREITO

Decisão Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1015744-71.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
FORMATO IMAGENS LTDA - ME (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MELISSA FRANCA PRAEIRO VASCONCELOS DE MORAES OAB - MT13582-O (ADVOGADO(A))
WAGNER VASCONCELOS DE MORAES OAB - MT15244-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
WILLIAM DE BARROS KAZY SOM (EXECUTADO)
GIRLANE FATIMA DE BARROS (EXECUTADO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Cite-se a parte devedora, via Aviso de Recebimento, para, no prazo de 03 (três) dias, efetuar o pagamento do débito descrito na petição inicial. Realizada a penhora, designe-se audiência de conciliação e intime-se a parte devedora para nela comparecer, advertindo-a da oportunidade para interpor embargos (art. 53, §1º, da Lei n. 9.099/95). Inocorrendo pagamento e não havendo indicação de bens à penhora nos autos, voltem conclusos para a penhora online. A devedora não sendo encontrada, intime-se o credor para promover a indicação do necessário, no prazo de 05 (cinco) dias. Inexistindo manifestação no prazo assinalado, conclusos para extinção (art. 53, §4° da Lei 9.099/95). Expeça-se o necessário. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO JUIZ DE DIREITO

Decisão Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1015525-58.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO RESIDENCIAL MONTE CARLO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JULIANA DE SOUSA ANDRADE OAB - MT16875-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LUZIETE DA SILVA LEITE (EXECUTADO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Cite-se a parte devedora, via Aviso de Recebimento, para, no prazo de 03 (três) dias, efetuar o pagamento do débito descrito na petição inicial. Realizada a penhora, designe-se audiência de conciliação e intime-se a parte devedora para nela comparecer, advertindo-a da oportunidade para interpor embargos (art. 53, §1º, da Lei n. 9.099/95). Inocorrendo pagamento e não havendo indicação de bens à penhora nos autos, voltem conclusos para a penhora online. A devedora não sendo encontrada, intime-se o credor para promover a indicação do necessário, no prazo de 05 (cinco) dias. Inexistindo manifestação no prazo assinalado, conclusos para extinção (art. 53, §4° da Lei 9.099/95). Expeça-se o necessário. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO JUIZ DE DIREITO

Decisão Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1015199-98.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO PRIMOR DAS TORRES (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE ANTONIO PEREIRA DE SOUZA OAB - MT13434-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FERNANDA BRUM LOPES (EXECUTADO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Cite-se a parte devedora, via Aviso de Recebimento, para, no prazo de 03 (três) dias, efetuar o pagamento do débito descrito na petição inicial. Realizada a penhora, designe-se audiência de conciliação e intime-se a parte devedora para nela comparecer, advertindo-a da oportunidade para interpor embargos (art. 53, §1º, da Lei n. 9.099/95). Inocorrendo pagamento e não havendo indicação de bens à penhora nos autos, voltem conclusos para a penhora online. A devedora não sendo encontrada, intime-se o credor para promover a indicação do necessário, no prazo de 05 (cinco) dias. Inexistindo manifestação no prazo assinalado, conclusos para extinção (art. 53, §4° da Lei 9.099/95). Expeça-se o necessário. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO JUIZ DE DIREITO

Decisão Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1015797-52.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO VIVERDE (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ARIADNE CHRISTINI SILVA OAB - MT0015619A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
WALESCA DE MELO JOLANDO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Cite-se a parte devedora, via Aviso de Recebimento, para, no prazo de 03 (três) dias, efetuar o pagamento do débito descrito na petição inicial. Realizada a penhora, designe-se audiência de conciliação e intime-se a parte devedora para nela comparecer, advertindo-a da oportunidade para interpor embargos (art. 53, §1º, da Lei n. 9.099/95). Inocorrendo pagamento e não havendo indicação de bens à penhora nos autos, voltem conclusos para a penhora online. A devedora não sendo encontrada, intime-se o credor para promover a indicação do necessário, no prazo de 05 (cinco) dias. Inexistindo manifestação no prazo assinalado, conclusos para extinção (art. 53, §4° da Lei 9.099/95). Expeça-se o necessário. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO JUIZ DE DIREITO

Decisão Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1016145-70.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ASSOCIACAO DOS CONDOMINOS DO CONDOMINIO CAMPESTRE VIVENDAS MANOA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RICARDO ARRUDA DE LEMOS OAB - MT18363/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AMAURI ALVES (EXECUTADO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Cite-se a parte devedora, via Aviso de Recebimento, para, no prazo de 03 (três) dias, efetuar o pagamento do débito descrito na petição inicial. Realizada a penhora, designe-se audiência de conciliação e intime-se a parte devedora para nela comparecer, advertindo-a da oportunidade para interpor embargos (art. 53, §1º, da Lei n. 9.099/95). Inocorrendo pagamento e não havendo indicação de bens à penhora nos autos, voltem conclusos para a penhora online. A devedora não sendo encontrada, intime-se o credor para promover a indicação do necessário, no prazo de 05 (cinco) dias. Inexistindo manifestação no prazo assinalado, conclusos para extinção (art. 53, §4° da Lei 9.099/95). Expeça-se o necessário. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO JUIZ DE DIREITO

Decisão Classe: CNJ-14 CARTA PRECATÓRIA CÍVEL
Processo Número: 1019291-22.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CRISTIANE BARBOSA DE OLIVEIRA DIAS (REQUERENTE)
A. DE SOUZA DIAS & DIAS LTDA - ME (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
CLARA EUNILCE SOL DA SILVA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

CARTA PRECATÓRIA I- Cumpra-se na forma deprecada com as cautelas de praxe, servindo a cópia como mandado. II- Cumprida, proceda-se à devolução ao Juízo Deprecante com as homenagens de estilo, baixas e anotações necessárias. III- Caso a diligência resulte infrutífera, por razões diversas, independentemente de novo despacho, providencie a devolução ao Juízo Deprecante ou competente, observando-se o caráter itinerante, procedendo-se às anotações e comunicações necessárias. IV- Às providências. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1019684-44.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARNAUVA ALVES CARNEIRO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUDMILLA DE MOURA BOURET OAB - MT8476-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CLARO S.A. (REQUERIDO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 6º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1019684-44.2019.8.11.0001. REQUERENTE: MARNAUVA ALVES CARNEIRO REQUERIDO: CLARO S.A. Da análise dos documentos juntados aos autos bem como das razões apresentadas, vislumbro de plano a presença dos requisitos que amparam a concessão da tutela vindicada, nos termos previstos no artigo 300 do Código de Processo Civil. Destarte, DEFIRO em parte a liminar, para determinar a empresa reclamada CLARO S.A., que restabeleça a prestação de serviço de telefonia, nas condições contratadas, ao telefone de nº (65) 99973-4545, de titularidade da parte reclamante, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de multa que arbitro no valor de R$ 1.000,00 (mil reais) para o caso de descumprimento desta decisão – não se trata de multa diária. Designada audiência de conciliação, cite-se a parte reclamada para nela comparecer. Conste na carta de citação as consequências para o caso de ausência, o prazo para apresentar defesa, a advertência de que poderá haver a inversão do ônus da prova por se tratar de relação de consumo e ainda que, em se tratando de pessoa jurídica, esta poderá ser representada na audiência por preposto. Intimem-se. Cumpra-se. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-14 CARTA PRECATÓRIA CÍVEL
Processo Número: 1000594-07.2018.8.26.0506
Parte(s) Polo Ativo:
MARILIA TEIXEIRA DIAS (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MARIA DE FATIMA GONCALVES DOS SANTOS (REQUERIDO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

CARTA PRECATÓRIA I- Cumpra-se na forma deprecada com as cautelas de praxe, servindo a cópia como mandado. II- Cumprida, proceda-se à devolução ao Juízo Deprecante com as homenagens de estilo, baixas e anotações necessárias. III- Caso a diligência resulte infrutífera, por razões diversas, independentemente de novo despacho, providencie a devolução ao Juízo Deprecante ou competente, observando-se o caráter itinerante, procedendo-se às anotações e comunicações necessárias. IV- Às providências. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1019438-48.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE BISPO DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ELDER KENNIDY DE ALMEIDA SANTOS OAB - MT18890-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JULIO CESAR MOLINA DUARTE MONTEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 6º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1019438-48.2019.8.11.0001. REQUERENTE: JOSE BISPO DOS SANTOS REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A DECISÃO Vistos. Trata-se de AÇÃO DE RESTABELECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA C/C DECLARATORIA DE INEXISTENCIA DE DÉBITOS COM PEDIDO LIMINAR C/C DANOS MORAIS proposta por JOSE BISPO DOS SANTOS, em desfavor de ENERGISA MATO GROSSO DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. O demandante alega que ocorreu a suspenção do fornecimento de energia elétrica em sua residência, alui que a suspensão é indevida, posto que afirma estar em dia com suas referidas faturas de energia. Requer, em tutela de urgência, o restabelecimento do fornecimento de energia elétrica em sua residência. É o breve Relato. Fundamento e Decido. Para a concessão do pedido de urgência é imprescindível que a parte autora comprove os requisitos indicados no artigo 300, do CPC, quais sejam, a probabilidade do direito invocado e o perigo de dano irreparável ou de difícil reparação. Compulsando os autos, constato que a pretensão do autor merece prosperar, porquanto negou a existência da dívida, sendo incabível atribuir ao demandante o ônus de provar a irregularidade da cobrança por se tratar de prova negativa. Além disso, há indícios de irregularidade da cobrança, tendo em vista que alega estar com as suas faturas quitação perante a reclamada. Com isso, o requerente demonstrou, neste momento, a probabilidade do direito invocado. O perigo de dano é evidente, uma vez que a concessão do pleito ao final ocasionará prejuízo para a parte por se tratar de serviço essencial. Ressalto que o deferimento do pedido de urgência não causa prejuízo para a demandada, uma vez que não exclui o crédito. Nesse sentido: PODER JUDICIÁRIO DE MATO GROSSOTRIBUNAL DE JUSTIÇA 1001035-34.2019.8.11.0000AGRAVANTE: IVANEA GRIGORIO VIDAL CASTRO AGRAVADO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. DES. RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHOEMENTAAGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO - ENERGIA ELÉTRICA - TUTELA DE URGÊNCIA – DETERMINAÇÃO DE NÃO SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DO SERVIÇO - ART. 300 DO CPC - REQUISITOS PRESENTES – DECLARAÇÃO DE DÍVIDA INEXISTENTE – INVIABILIDADE EM COGNIÇÃO SUMÁRIA -RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. Tratando-se de suposto débito pretérito de consumo de ENERGIA elétrica e verificada a DISCREPÂNCIA nas faturas nos meses subsequentes, é cabível o deferimento de tutela de urgência para que a concessionária se abstenha de suspender o serviço. A declaração de inexistência da dívida só é viável após investigação aprofundada em instrução processual. (N.U 1001035-34.2019.8.11.0000, CÂMARAS ISOLADAS CÍVEIS DE DIREITO PRIVADO, RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHO, Quarta Câmara de Direito Privado, Julgado em 27/03/2019, Publicado no DJE 01/04/2019) O requerente pleiteia a inversão do ônus da prova. Pela simples análise dos fatos, verifica-se que o Código de Defesa do Consumidor se aplica ao caso, uma vez que as partes amoldam-se perfeitamente aos conceitos de consumidor e fornecedor previstos na legislação supracitada. Friso que o requerente se enquadra como destinatária final no vertente caso. O artigo 6º, do Código de Defesa do Consumidor dispõe no inciso VIII, os requisitos para a concessão da inversão do ônus da prova, quais sejam: consumidor hipossuficiente e a verossimilhança da alegação do suplicante. Para a concessão do pleito é necessária a presença dos requisitos mencionados. No caso, constato que estão presentes os requisitos supramencionados, uma vez que o fornecedor possui melhores condições técnicas ou econômicas pra produzir provas, sendo imprescindível a inversão do ônus para a igualdade entre as partes. Diante do exposto, DEFIRO O PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA e determino o restabelecimento do fornecimento de energia elétrica na residência do autor imediatamente, por ser tratar de serviço essencial. Ressalto que a liminar concedida, não abrange cobranças que advirem posteriormente, devido ao uso dos serviços. Fixo multa no valor de R$ 200,00 (duzentos reais) por dia para o caso de descumprimento desta decisão, até o limite de R$ 5.000,00 (cinco mil reais). Defiro o pedido de inversão do ônus da prova, devendo o demandado comprovar a regularidade da cobrança. Cite-se o requerido e intimem-se as partes para comparecerem na audiência de conciliação. Na carta de citação/intimação deverá constar advertência de que o não comparecimento da requerida na audiência de conciliação importará em sua revelia e presunção de veracidade dos fatos alegados na inicial (art. 20 da Lei nº 9.099/95). Consigne-se, ainda, que o prazo de 05 (cinco) dias para a oferta de resposta fluirá a partir da audiência de conciliação, caso não haja composição amigável no referido ato. Intime(m)-se o(a)(s) requerente(s), consignando no mandado que o não comparecimento pessoal a audiência, implicará na extinção do processo e arquivamento do

feito, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação nas custas processuais. Às providências. Dr. Júlio César Molina Duarte Monteiro Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1018898-97.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE RAIMUNDO TRINDADI BATA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
VINICIUS YULE PARDI OAB - MT23293/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JULIO CESAR MOLINA DUARTE MONTEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 6º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1018898-97.2019.8.11.0001. REQUERENTE: JOSE RAIMUNDO TRINDADI BATA REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A DECISÃO Vistos. Trata-se de AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS C/C PEDIDO DE LIMINAR proposta por JOSE RAIMUNDO TRINDADE BATA, em desfavor de ENERGISA MATO GROSSO DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. O demandante alega que ocorreu a suspenção do fornecimento de energia elétrica em sua residência, alui que a suspensão é indevida, bem como a cobrança imposta. Requer, em tutela de urgência, o restabelecimento do fornecimento de energia elétrica em sua residência, bem como a suspensão das cobranças em discussão, e que a requerida se abstenha de inserir seu nome nos órgãos de proteção ao crédito. É o breve Relato. Fundamento e Decido. Para a concessão do pedido de urgência é imprescindível que a parte autora comprove os requisitos indicados no artigo 300, do CPC, quais sejam, a probabilidade do direito invocado e o perigo de dano irreparável ou de difícil reparação. Compulsando os autos, constato que a pretensão do autor merece prosperar, porquanto negou a existência da dívida, sendo incabível atribuir ao demandante o ônus de provar a irregularidade da cobrança por se tratar de prova negativa. Além disso, há indícios de irregularidade da cobrança, tendo em vista que alega que a cobrança é indevida. Com isso, o requerente demonstrou, neste momento, a probabilidade do direito invocado. O perigo de dano é evidente, uma vez que a concessão do pleito ao final ocasionará prejuízo para a parte por se tratar de serviço essencial. Ressalto que o deferimento do pedido de urgência não causa prejuízo para a demandada, uma vez que não exclui o crédito. Nesse sentido: PODER JUDICIÁRIO DE MATO G R O S S O T R I B U N A L D E J U S T I Ç A 1001035-34.2019.8.11.0000AGRAVANTE: IVANEA GRIGORIO VIDAL CASTRO AGRAVADO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. DES. RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHOEMENTAAGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO - ENERGIA ELÉTRICA - TUTELA DE URGÊNCIA – DETERMINAÇÃO DE NÃO SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DO SERVIÇO - ART. 300 DO CPC - REQUISITOS PRESENTES – DECLARAÇÃO DE DÍVIDA INEXISTENTE – INVIABILIDADE EM COGNIÇÃO SUMÁRIA -RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. Tratando-se de suposto débito pretérito de consumo de ENERGIA elétrica e verificada a DISCREPÂNCIA nas faturas nos meses subsequentes, é cabível o deferimento de tutela de urgência para que a concessionária se abstenha de suspender o serviço. A declaração de inexistência da dívida só é viável após investigação aprofundada em instrução processual. (N.U 1001035-34.2019.8.11.0000, CÂMARAS ISOLADAS CÍVEIS DE DIREITO PRIVADO, RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHO, Quarta Câmara de Direito Privado, Julgado em 27/03/2019, Publicado no DJE 01/04/2019) O requerente pleiteia a inversão do ônus da prova. Pela simples análise dos fatos, verifica-se que o Código de Defesa do Consumidor se aplica ao caso, uma vez que as partes amoldam-se perfeitamente aos conceitos de consumidor e fornecedor previstos na legislação supracitada. Friso que o requerente se enquadra como destinatária final no vertente caso. O artigo 6º, do Código de Defesa do Consumidor dispõe no inciso VIII, os requisitos para a concessão da inversão do ônus da prova, quais sejam: consumidor hipossuficiente e a verossimilhança da alegação do suplicante. Para a concessão do pleito é necessária a presença dos requisitos mencionados. No caso, constato que estão presentes os requisitos supramencionados, uma vez que o fornecedor possui melhores condições técnicas ou econômicas pra produzir provas, sendo imprescindível a inversão do ônus para a igualdade entre as partes. Diante do exposto, DEFIRO O PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA e determino o restabelecimento do fornecimento de energia elétrica na residência do autor imediatamente, assim como a instalação do padrão de energia na residência do autor. Determino ainda que a requerida suspenda as cobranças em discussão, e se abstenha de inserir o nome do autor nos órgãos de proteção ao crédito. Ressalto que a liminar concedida, não abrange cobranças que advirem posteriormente, devido ao uso dos serviços. Fixo multa no valor de R$ 200,00 (duzentos reais) por dia para o caso de descumprimento desta decisão, até o limite de R$ 5.000,00 (cinco mil reais). Defiro o pedido de inversão do ônus da prova, devendo o demandado comprovar a regularidade da cobrança. Cite-se o requerido e intimem-se as partes para comparecerem na audiência de conciliação. Na carta de citação/intimação deverá constar advertência de que o não comparecimento da requerida na audiência de conciliação importará em sua revelia e presunção de veracidade dos fatos alegados na inicial (art. 20 da Lei nº 9.099/95). Consigne-se, ainda, que o prazo de 05 (cinco) dias para a oferta de resposta fluirá a partir da audiência de conciliação, caso não haja composição amigável no referido ato. Intime(m)-se o(a)(s) requerente(s), consignando no mandado que o não comparecimento pessoal a audiência, implicará na extinção do processo e arquivamento do feito, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação nas custas processuais. Às providências. Dr. Júlio César Molina Duarte Monteiro Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1018873-84.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
DARCI INÊS JAGER PEREGO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROBINSON HENRIQUE PEREGO OAB - MT18498-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JULIO CESAR MOLINA DUARTE MONTEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 6º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Processo: 1018873-84.2019.8.11.0001. REQUERENTE: DARCI INÊS JAGER PEREGO REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A DECISÃO Vistos. Trata-se ÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS c.c. PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA movido por DARCI INÊS JAGER PEREGO em desfavor da ENERGISA MATO GROSSO DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. O autor aduz que o requerido enviou lhe fatura com valor exorbitante, bem como suspendeu o fornecimento de energia elétrica em sua residência. Requer, em tutela de urgência, o restabelecimento dos serviços de energia. O autor foi intimado para emendar a inicial, momento em que requereu a juntada de documentos. É o breve Relato. Fundamento e Decido. Para a concessão do pedido de urgência é imprescindível que a parte autora comprove os requisitos indicados no artigo 300, do CPC, quais sejam, a probabilidade do direito invocado e o perigo de dano irreparável ou de difícil reparação. Compulsando os autos, constato que a pretensão do autor merece prosperar, porquanto comprovou, neste momento, a quitação dos débitos junto ao demandado. Além disso, há indícios de irregularidade da cobrança, em razão da manutenção da suspensão após a quitação. Deste modo, constato que o requerente demonstrou, neste momento, a probabilidade do direito invocado. O perigo de dano é evidente, uma vez que a concessão do pleito ao final ocasionará prejuízo para a parte por se tratar de serviço essencial. Ressalto que o deferimento do pedido de urgência não causa prejuízo para a demandada, uma vez que não exclui o crédito. Nesse sentido: PODER JUDICIÁRIO DE MATO G R O S S O T R I B U N A L D E J U S T I Ç A 1001035-34.2019.8.11.0000AGRAVANTE: IVANEA GRIGORIO VIDAL CASTRO AGRAVADO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. DES. RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHOEMENTAAGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO - ENERGIA ELÉTRICA - TUTELA DE URGÊNCIA – DETERMINAÇÃO DE NÃO SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DO SERVIÇO - ART. 300 DO CPC - REQUISITOS PRESENTES – DECLARAÇÃO DE DÍVIDA INEXISTENTE – INVIABILIDADE EM COGNIÇÃO SUMÁRIA -RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.Tratando-se de suposto débito pretérito de consumo de ENERGIA elétrica e verificada a DISCREPÂNCIA nas faturas

nos meses subsequentes, é cabível o deferimento de tutela de urgência para que a concessionária se abstenha de suspender o serviço.A declaração de inexistência da dívida só é viável após investigação aprofundada em instrução processual. (N.U 1001035-34.2019.8.11.0000, CÂMARAS ISOLADAS CÍVEIS DE DIREITO PRIVADO, RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHO, Quarta Câmara de Direito Privado, Julgado em 27/03/2019, Publicado no DJE 01/04/2019) O demandante requer a inversão do ônus da prova. Pela simples análise dos fatos, verifica-se que o Código de Defesa do Consumidor se aplica ao caso, uma vez que as partes amoldam-se perfeitamente aos conceitos de consumidor e fornecedor previstos na legislação supracitada. O artigo 6º, do Código de Defesa do Consumidor dispõe no inciso VIII, os requisitos para a concessão da inversão do ônus da prova, quais sejam: consumidor hipossuficiente e a verossimilhança da alegação do suplicante. Para a concessão do pleito é necessária a presença dos requisitos mencionados. No caso, constato que estão presentes os requisitos supramencionados. Assim, é necessária a concessão do pedido de inversão do ônus da prova, ante a clara hipossuficiência do consumidor frente ao requerido, que possui informação específica sobre os fatos. Diante do exposto, DEFIRO O PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA e determino que o requerido: I- Efetue o restabelecimento imediato do fornecimento de energia elétrica na unidade consumidora e abstenha de suspender, novamente, relativo ao objeto da lide. Fixo multa no valor de R$ 200,00 (duzentos reais) por dia para o caso de descumprimento desta decisão. Defiro o pedido de inversão do ônus da prova. Cite-se o requerido e intimem-se as partes para comparecerem na audiência de conciliação. Na carta de citação/intimação deverá constar advertência de que o não comparecimento da requerida na audiência de conciliação importará em sua revelia e presunção de veracidade dos fatos alegados na inicial (art. 20 da Lei nº 9.099/95). Consigne-se, ainda, que o prazo de 05 (cinco) dias para a oferta de resposta fluirá a partir da audiência de conciliação, caso não haja composição amigável no referido ato. Intime(m)-se o(a)(s) requerente(s), consignando no mandado que o não comparecimento pessoal a audiência, implicará na extinção do processo e arquivamento do feito, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação nas custas processuais. Às providências. Dr. Júlio César Molina Duarte Monteiro Juiz de direito

Sentença

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1010811-55.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ANDRE LUIZ BERTONI (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MILTON JONES AMORIM VIEIRA OAB - MT16216-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TIM CELULAR S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUIS CARLOS MONTEIRO LAURENCO OAB - BA16780-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

A parte reclamante, embora devidamente intimada, não se fez presente na audiência de Conciliação. O art. 51, inciso I, da lei 9.099/95 assim dispõe sobre essa situação: Art. 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo; Assim, não havendo justificativa para ausência da parte autora à referida audiência, o processo deve ser extinto. Pelo exposto, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM ANÁLISE DO MÉRITO, nos termos do Art. 51, I, da Lei n. 9.099/95. Ficam revogadas medidas liminares e outras tutelas de urgência eventualmente deferidas quando do ajuizamento da ação. Oficie-se aos órgãos de restrição ao crédito, se for o caso, comunicando o teor desta decisão e para que sejam restituídas as negativações por ventura baixadas, em razão da liminar aqui deferida. Considerando ainda que não houve comprovação de que a ausência decorreu de força maior (art. 51, §2º, Lei n. 9.099/95), CONDENO a parte promovente ao pagamento das custas processuais, conforme orientação contida no Enunciado 28/FONAJE e item 5.9.1 da CNGC (item 5.9.1, inciso III, da Seção 9), não podendo a parte repetir o ajuizamento desta ação sem que haja prévio pagamento das custas processuais deste feito, uma vez que a medida tem caráter punitivo, não sendo abrangida, portanto, pela gratuidade da justiça (TJMT RNEI, 5659/2008, Dr. Yale Sabo Mendes, 1ª Turma Recursal de Mato Grosso, j. 24-6-2009). Após o trânsito em julgado, arquive-se com as baixas pertinentes. Publicado eletronicamente. Intime-se. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1011172-72.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JACKELINE PROENCA MORAES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SANTANA SILVA OAB - MT21438-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

A parte reclamante, embora devidamente intimada, não se fez presente na audiência de Conciliação. O art. 51, inciso I, da lei 9.099/95 assim dispõe sobre essa situação: Art. 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo; Assim, não havendo justificativa para ausência da parte autora à referida audiência, o processo deve ser extinto. Pelo exposto, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM ANÁLISE DO MÉRITO, nos termos do Art. 51, I, da Lei n. 9.099/95. Ficam revogadas medidas liminares e outras tutelas de urgência eventualmente deferidas quando do ajuizamento da ação. Oficie-se aos órgãos de restrição ao crédito, se for o caso, comunicando o teor desta decisão e para que sejam restituídas as negativações por ventura baixadas, em razão da liminar aqui deferida. Considerando ainda que não houve comprovação de que a ausência decorreu de força maior (art. 51, §2º, Lei n. 9.099/95), CONDENO a parte promovente ao pagamento das custas processuais, conforme orientação contida no Enunciado 28/FONAJE e item 5.9.1 da CNGC (item 5.9.1, inciso III, da Seção 9), não podendo a parte repetir o ajuizamento desta ação sem que haja prévio pagamento das custas processuais deste feito, uma vez que a medida tem caráter punitivo, não sendo abrangida, portanto, pela gratuidade da justiça (TJMT RNEI, 5659/2008, Dr. Yale Sabo Mendes, 1ª Turma Recursal de Mato Grosso, j. 24-6-2009). Após o trânsito em julgado, arquive-se com as baixas pertinentes. Publicado eletronicamente. Intime-se. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1011755-57.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA DE LOURDES LOPES NANTES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
DHENIFFER VENTURA DA SILVA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

A parte reclamante, embora devidamente intimada, não se fez presente na audiência de Conciliação. O art. 51, inciso I, da lei 9.099/95 assim dispõe sobre essa situação: Art. 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo; Assim, não havendo justificativa para ausência da parte autora à referida audiência, o processo deve ser extinto. Pelo exposto, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM ANÁLISE DO MÉRITO, nos termos do Art. 51, I, da Lei n. 9.099/95. Ficam revogadas medidas liminares e outras tutelas de urgência eventualmente deferidas quando do ajuizamento da ação. Oficie-se aos órgãos de restrição ao crédito, se for o caso, comunicando o teor desta decisão e para que sejam restituídas as negativações por ventura baixadas, em razão da liminar aqui deferida. Considerando ainda que não houve comprovação de que a ausência decorreu de força maior (art. 51, §2º, Lei n. 9.099/95), CONDENO a parte promovente ao pagamento das custas processuais, conforme orientação contida no Enunciado 28/FONAJE e item 5.9.1 da CNGC (item 5.9.1, inciso III, da Seção 9), não podendo a parte repetir o ajuizamento desta ação sem que haja prévio pagamento das custas processuais deste feito, uma vez que a medida tem caráter punitivo, não sendo abrangida, portanto, pela

gratuidade da justiça (TJMT RNEI, 5659/2008, Dr. Yale Sabo Mendes, 1ª Turma Recursal de Mato Grosso, j. 24-6-2009). Após o trânsito em julgado, arquive-se com as baixas pertinentes. Publicado eletronicamente. Intime-se. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1013599-42.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ANA CLAUDIA SOARES GAMA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EVALDO LUCIO DA SILVA OAB - MT10462-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCARD S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Dispenso relatório nos termos do art. 38 da Lei 9.099/95. A parte reclamante pugnou pela desistência da ação, conforme pedido contido nos autos. Assim, entendo que deve aplicado o ENUNCIADO DE Nº 90 DO FONAJE, a seguir transcrito: ENUNCIADO 90 – A desistência da ação, mesmo sem a anuência do réu já citado, implicará a extinção do processo sem resolução do mérito, ainda que tal ato se dê em audiência de instrução e julgamento, salvo quando houver indícios de litigância de má-fé ou lide temerária. Nos termos do estatuído no artigo 200, parágrafo único, do CPC, a desistência da ação somente produz seus efeitos após a homologação Judicial. Ante o exposto, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, HOMOLOGO O PEDIDO DE DESISTÊNCIA, e, em consequência, JULGO EXTINTO este feito, sem resolução de mérito, com lastro legal no disposto artigo 485, inciso VIII, do Código de Processo Civil. Intime-se. Cumpra-se. Arquive-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1014356-36.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
GLEICIELE FERREIRA RODRIGUES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SANTANA SILVA OAB - MT21438-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOAO THOMAZ PRAZERES GONDIM OAB - RJ0062192A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

A parte reclamante, embora devidamente intimada, não se fez presente na audiência de Conciliação. O art. 51, inciso I, da lei 9.099/95 assim dispõe sobre essa situação: Art. 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo; Assim, não havendo justificativa para ausência da parte autora à referida audiência, o processo deve ser extinto. Pelo exposto, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM ANÁLISE DO MÉRITO, nos termos do Art. 51, I, da Lei n. 9.099/95. Ficam revogadas medidas liminares e outras tutelas de urgência eventualmente deferidas quando do ajuizamento da ação. Oficie-se aos órgãos de restrição ao crédito, se for o caso, comunicando o teor desta decisão e para que sejam restituídas as negativações por ventura baixadas, em razão da liminar aqui deferida. Considerando ainda que não houve comprovação de que a ausência decorreu de força maior (art. 51, §2º, Lei n. 9.099/95), CONDENO a parte promovente ao pagamento das custas processuais, conforme orientação contida no Enunciado 28/FONAJE e item 5.9.1 da CNGC (item 5.9.1, inciso III, da Seção 9), não podendo a parte repetir o ajuizamento desta ação sem que haja prévio pagamento das custas processuais deste feito, uma vez que a medida tem caráter punitivo, não sendo abrangida, portanto, pela gratuidade da justiça (TJMT RNEI, 5659/2008, Dr. Yale Sabo Mendes, 1ª Turma Recursal de Mato Grosso, j. 24-6-2009). Após o trânsito em julgado, arquive-se com as baixas pertinentes. Publicado eletronicamente. Intime-se. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1012771-46.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
FRANCISCA DOS REIS BATISTA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SANTANA SILVA OAB - MT21438-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

A parte reclamante, embora devidamente intimada, não se fez presente na audiência de Conciliação. O art. 51, inciso I, da lei 9.099/95 assim dispõe sobre essa situação: Art. 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo; Assim, não havendo justificativa para ausência da parte autora à referida audiência, o processo deve ser extinto. Pelo exposto, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM ANÁLISE DO MÉRITO, nos termos do Art. 51, I, da Lei n. 9.099/95. Ficam revogadas medidas liminares e outras tutelas de urgência eventualmente deferidas quando do ajuizamento da ação. Oficie-se aos órgãos de restrição ao crédito, se for o caso, comunicando o teor desta decisão e para que sejam restituídas as negativações por ventura baixadas, em razão da liminar aqui deferida. Considerando ainda que não houve comprovação de que a ausência decorreu de força maior (art. 51, §2º, Lei n. 9.099/95), CONDENO a parte promovente ao pagamento das custas processuais, conforme orientação contida no Enunciado 28/FONAJE e item 5.9.1 da CNGC (item 5.9.1, inciso III, da Seção 9), não podendo a parte repetir o ajuizamento desta ação sem que haja prévio pagamento das custas processuais deste feito, uma vez que a medida tem caráter punitivo, não sendo abrangida, portanto, pela gratuidade da justiça (TJMT RNEI, 5659/2008, Dr. Yale Sabo Mendes, 1ª Turma Recursal de Mato Grosso, j. 24-6-2009). Após o trânsito em julgado, arquive-se com as baixas pertinentes. Publicado eletronicamente. Intime-se. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1012159-11.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
BENEDITA NASCIMENTO DE SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAPHAEL ARAUJO SCARDELAI OAB - MT18894-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA OAB - MT19081-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

A parte reclamante, embora devidamente intimada, não se fez presente na audiência de Conciliação. O art. 51, inciso I, da lei 9.099/95 assim dispõe sobre essa situação: Art. 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo; Assim, não havendo justificativa para ausência da parte autora à referida audiência, o processo deve ser extinto. Pelo exposto, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM ANÁLISE DO MÉRITO, nos termos do Art. 51, I, da Lei n. 9.099/95. Ficam revogadas medidas liminares e outras tutelas de urgência eventualmente deferidas quando do ajuizamento da ação. Oficie-se aos órgãos de restrição ao crédito, se for o caso, comunicando o teor desta decisão e para que sejam restituídas as negativações por ventura baixadas, em razão da liminar aqui deferida. Considerando ainda que não houve comprovação de que a ausência decorreu de força maior (art. 51, §2º, Lei n. 9.099/95), CONDENO a parte promovente ao pagamento das custas processuais, conforme orientação contida no Enunciado 28/FONAJE e item 5.9.1 da CNGC (item 5.9.1, inciso III, da Seção 9), não podendo a parte repetir o ajuizamento desta ação sem que haja prévio pagamento das custas processuais deste feito, uma vez que a medida tem caráter punitivo, não sendo abrangida, portanto, pela gratuidade da justiça (TJMT RNEI, 5659/2008, Dr. Yale Sabo Mendes, 1ª Turma Recursal de Mato Grosso, j. 24-6-2009). Após o trânsito em julgado,

arquive-se com as baixas pertinentes. Publicado eletronicamente. Intime-se. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1012771-46.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
FRANCISCA DOS REIS BATISTA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SANTANA SILVA OAB - MT21438-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

A parte reclamante, embora devidamente intimada, não se fez presente na audiência de Conciliação. O art. 51, inciso I, da lei 9.099/95 assim dispõe sobre essa situação: Art. 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo; Assim, não havendo justificativa para ausência da parte autora à referida audiência, o processo deve ser extinto. Pelo exposto, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM ANÁLISE DO MÉRITO, nos termos do Art. 51, I, da Lei n. 9.099/95. Ficam revogadas medidas liminares e outras tutelas de urgência eventualmente deferidas quando do ajuizamento da ação. Oficie-se aos órgãos de restrição ao crédito, se for o caso, comunicando o teor desta decisão e para que sejam restituídas as negativações por ventura baixadas, em razão da liminar aqui deferida. Considerando ainda que não houve comprovação de que a ausência decorreu de força maior (art. 51, §2º, Lei n. 9.099/95), CONDENO a parte promovente ao pagamento das custas processuais, conforme orientação contida no Enunciado 28/FONAJE e item 5.9.1 da CNGC (item 5.9.1, inciso III, da Seção 9), não podendo a parte repetir o ajuizamento desta ação sem que haja prévio pagamento das custas processuais deste feito, uma vez que a medida tem caráter punitivo, não sendo abrangida, portanto, pela gratuidade da justiça (TJMT RNEI, 5659/2008, Dr. Yale Sabo Mendes, 1ª Turma Recursal de Mato Grosso, j. 24-6-2009). Após o trânsito em julgado, arquive-se com as baixas pertinentes. Publicado eletronicamente. Intime-se. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1013596-87.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JONETE RODRIGUES RAMOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARILENE GALVAO FERREIRA DO VALE OAB - MT10132-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIA VAREJO S/A (REQUERIDO)
PLL CENTRO SERVICE CELULARES EIRELI - ME (REQUERIDO)
ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCIO ALEXANDRE MALFATTI OAB - MT16943-A (ADVOGADO(A))
MAURICIO MARQUES DOMINGUES OAB - SP0175513A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

As partes compuseram amigavelmente, por meio de acordo realizado em audiência conciliatória e encartado nos autos. Para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, HOMOLOGO O ACORDO, mediante sentença, em conformidade com o estatuído no artigo 57, da Lei n. 9.099/95, e, em conseqüência julgo extinto o presente feito com lastro legal no disposto no art. 487, inciso III, do Código de Processo Civil. Expeça-se alvará de liberação se for o caso. Após, arquive-se este processo. Intimem-se. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-102 HOMOLOGAÇÃO DE TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1018328-14.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
DANIELA BISPO NOVAES (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
PAULO ROBERTO DA SILVA RIBEIRO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

As partes compuseram amigavelmente, por meio de acordo realizado junto ao SAI – Sistema de Atendimento Imediato à Acidentes de Trânsito, conforme termo encartado nos autos. Para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, HOMOLOGO O ACORDO, mediante sentença, em conformidade com o estatuído no artigo 57, da Lei n. 9.099/95, e, em conseqüência julgo extinto o presente feito com lastro legal no disposto no art. 487, inciso III, do Código de Processo Civil. Expeça-se alvará de liberação se for o caso. Arquive-se este processo. Intimem-se. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-102 HOMOLOGAÇÃO DE TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1018395-76.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
VALDERES LUZIA DE OLIVEIRA ZANCA (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
FABIO ROSA DE OLIVEIRA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

As partes compuseram amigavelmente, por meio de acordo realizado junto ao SAI – Sistema de Atendimento Imediato à Acidentes de Trânsito, conforme termo encartado nos autos. Para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, HOMOLOGO O ACORDO, mediante sentença, em conformidade com o estatuído no artigo 57, da Lei n. 9.099/95, e, em conseqüência julgo extinto o presente feito com lastro legal no disposto no art. 487, inciso III, do Código de Processo Civil. Expeça-se alvará de liberação se for o caso. Arquive-se este processo. Intimem-se. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1012722-05.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
NAIM DUQUE DE SOUSA (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
AZUL LINHAS AEREAS (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUCIANA GOULART PENTEADO OAB - SP167884-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JULIO CESAR MOLINA DUARTE MONTEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 6º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1012722-05.2019.8.11.0001. REQUERENTE: NAIM DUQUE DE SOUSA REQUERIDO: AZUL LINHAS AEREAS S E N T E N Ç A Vistos etc. Trata-se de Ação de reclamação, que NAIM DUQUE DE SOUSA move contra AZUL LINHAS AEREAS. Dispensado o Relatório, nos termos da parte final do art. 38 e §3º do art. 81, ambos da Lei nº 9.099/1995. A ação correu regularmente, sem qualquer prejuízo ou nulidade às partes, que transigiram no decorrer da lide, nos termos registrados nos autos. Diante disso, homologo a manifestação de vontade das partes ali exposta, para que produza todos os seus jurídicos e legais efeitos. Com isto, julgo extinto o feito, com suporte no art. 51, §1º, da Lei nº 9.099/1995. Publique-se PROJUDI. Intime-se. Cumpra-se. JÚLIO CÉSAR MOLINA DUARTE MONTEIRO Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1012805-21.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
FABIANA FRANCA RODRIGUES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CAMILA MEIRELLES MULLER OAB - MT11970/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AZUL LINHAS AEREAS (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JULIO CESAR MOLINA DUARTE MONTEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 6º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1012805-21.2019.8.11.0001. REQUERENTE: FABIANA FRANCA RODRIGUES REQUERIDO: AZUL LINHAS AEREAS S E N T E N Ç A Vistos etc. Trata-se de AÇÃO DE INDENIZAÇÃO

DE DANOS MORAIS, que FABIANA FRANCA RODRIGUES move contra AZUL LINHAS AEREAS. Dispensado o Relatório, nos termos da parte final do art. 38 e §3º do art. 81, ambos da Lei nº 9.099/1995. A ação correu regularmente, sem qualquer prejuízo ou nulidade às partes, que transigiram no decorrer da lide, nos termos registrados nos autos. Diante disso, homologo a manifestação de vontade das partes ali exposta, para que produza todos os seus jurídicos e legais efeitos. Com isto, julgo extinto o feito, com suporte no art. 51, §1º, da Lei nº 9.099/1995. Publique-se PROJUDI. Intime-se. Cumpra-se. JÚLIO CÉSAR MOLINA DUARTE MONTEIRO Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1013063-31.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE NAILTON FERREIRA DE SOUSA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ESDRA SILVA DOS SANTOS OAB - MT15916-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

A parte reclamante, embora devidamente intimada, não se fez presente na audiência de Conciliação. O art. 51, inciso I, da lei 9.099/95 assim dispõe sobre essa situação: Art. 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo; Assim, não havendo justificativa para ausência da parte autora à referida audiência, o processo deve ser extinto. Pelo exposto, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM ANÁLISE DO MÉRITO, nos termos do Art. 51, I, da Lei n. 9.099/95. Ficam revogadas medidas liminares e outras tutelas de urgência eventualmente deferidas quando do ajuizamento da ação. Oficie-se aos órgãos de restrição ao crédito, se for o caso, comunicando o teor desta decisão e para que sejam restituídas as negativações por ventura baixadas, em razão da liminar aqui deferida. Considerando ainda que não houve comprovação de que a ausência decorreu de força maior (art. 51, §2º, Lei n. 9.099/95), CONDENO a parte promovente ao pagamento das custas processuais, conforme orientação contida no Enunciado 28/FONAJE e item 5.9.1 da CNGC (item 5.9.1, inciso III, da Seção 9), não podendo a parte repetir o ajuizamento desta ação sem que haja prévio pagamento das custas processuais deste feito, uma vez que a medida tem caráter punitivo, não sendo abrangida, portanto, pela gratuidade da justiça (TJMT RNEI, 5659/2008, Dr. Yale Sabo Mendes, 1ª Turma Recursal de Mato Grosso, j. 24-6-2009). Após o trânsito em julgado, arquive-se com as baixas pertinentes. Publicado eletronicamente. Intime-se. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1013193-21.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
WALTER AUGUSTO DE MORAES (INTERESSADO)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAFAEL TERRABUIO MOREIRA OAB - MT0018870A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS MULTSEGMENTOS NPL IPANEMA VI - NAO PADRONIZADO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CAUE TAUAN DE SOUZA YAEGASHI OAB - SP357590-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

A parte reclamante, embora devidamente intimada, não se fez presente na audiência de Conciliação. O art. 51, inciso I, da lei 9.099/95 assim dispõe sobre essa situação: Art. 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo; Assim, não havendo justificativa para ausência da parte autora à referida audiência, o processo deve ser extinto. Pelo exposto, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM ANÁLISE DO MÉRITO, nos termos do Art. 51, I, da Lei n. 9.099/95. Ficam revogadas medidas liminares e outras tutelas de urgência eventualmente deferidas quando do ajuizamento da ação. Oficie-se aos órgãos de restrição ao crédito, se for o caso, comunicando o teor desta decisão e para que sejam restituídas as negativações por ventura baixadas, em razão da liminar aqui deferida. Considerando ainda que não houve comprovação de que a ausência decorreu de força maior (art. 51, §2º, Lei n. 9.099/95), CONDENO a parte promovente ao pagamento das custas processuais, conforme orientação contida no Enunciado 28/FONAJE e item 5.9.1 da CNGC (item 5.9.1, inciso III, da Seção 9), não podendo a parte repetir o ajuizamento desta ação sem que haja prévio pagamento das custas processuais deste feito, uma vez que a medida tem caráter punitivo, não sendo abrangida, portanto, pela gratuidade da justiça (TJMT RNEI, 5659/2008, Dr. Yale Sabo Mendes, 1ª Turma Recursal de Mato Grosso, j. 24-6-2009). Após o trânsito em julgado, arquive-se com as baixas pertinentes. Publicado eletronicamente. Intime-se. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1013700-79.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
RENAN FERREIRA MARQUES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CLAUDINO ALEIXO JUNIOR OAB - MT16527-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OMNI FINANCEIRA S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NEILDES ARAUJO AGUIAR DI GESU OAB - SP0217897A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Dispenso relatório nos termos do art. 38 da Lei 9.099/95. A parte reclamante pugnou pela desistência da ação, conforme pedido contido nos autos. Assim, entendo que deve aplicado o ENUNCIADO DE Nº 90 DO FONAJE, a seguir transcrito: ENUNCIADO 90 – A desistência da ação, mesmo sem a anuência do réu já citado, implicará a extinção do processo sem resolução do mérito, ainda que tal ato se dê em audiência de instrução e julgamento, salvo quando houver indícios de litigância de má-fé ou lide temerária. Nos termos do estatuído no artigo 200, parágrafo único, do CPC, a desistência da ação somente produz seus efeitos após a homologação Judicial. Ante o exposto, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, HOMOLOGO O PEDIDO DE DESISTÊNCIA, e, em consequência, JULGO EXTINTO este feito, sem resolução de mérito, com lastro legal no disposto artigo 485, inciso VIII, do Código de Processo Civil. Intime-se. Cumpra-se. Arquive-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1012771-46.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
FRANCISCA DOS REIS BATISTA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SANTANA SILVA OAB - MT21438-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

A parte reclamante, embora devidamente intimada, não se fez presente na audiência de Conciliação. O art. 51, inciso I, da lei 9.099/95 assim dispõe sobre essa situação: Art. 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo; Assim, não havendo justificativa para ausência da parte autora à referida audiência, o processo deve ser extinto. Pelo exposto, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM ANÁLISE DO MÉRITO, nos termos do Art. 51, I, da Lei n. 9.099/95. Ficam revogadas medidas liminares e outras tutelas de urgência eventualmente deferidas quando do ajuizamento da ação. Oficie-se aos órgãos de restrição ao crédito, se for o caso, comunicando o teor desta decisão e para que sejam restituídas as negativações por ventura baixadas, em razão da liminar aqui deferida. Considerando ainda que não houve comprovação de que a ausência decorreu de força maior (art. 51, §2º, Lei n. 9.099/95), CONDENO a parte promovente ao pagamento das custas processuais, conforme orientação contida no Enunciado 28/FONAJE e item 5.9.1 da CNGC (item 5.9.1, inciso III, da Seção 9), não podendo a parte repetir o ajuizamento desta ação sem

que haja prévio pagamento das custas processuais deste feito, uma vez que a medida tem caráter punitivo, não sendo abrangida, portanto, pela gratuidade da justiça (TJMT RNEI, 5659/2008, Dr. Yale Sabo Mendes, 1ª Turma Recursal de Mato Grosso, j. 24-6-2009). Após o trânsito em julgado, arquive-se com as baixas pertinentes. Publicado eletronicamente. Intime-se. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1013190-66.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
WELLISON LUAN XAVIER DE OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SANTANA SILVA OAB - MT21438-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOAO THOMAZ PRAZERES GONDIM OAB - RJ0062192A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

A parte reclamante, embora devidamente intimada, não se fez presente na audiência de Conciliação. O art. 51, inciso I, da lei 9.099/95 assim dispõe sobre essa situação: Art. 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo; Assim, não havendo justificativa para ausência da parte autora à referida audiência, o processo deve ser extinto. Pelo exposto, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM ANÁLISE DO MÉRITO, nos termos do Art. 51, I, da Lei n. 9.099/95. Ficam revogadas medidas liminares e outras tutelas de urgência eventualmente deferidas quando do ajuizamento da ação. Oficie-se aos órgãos de restrição ao crédito, se for o caso, comunicando o teor desta decisão e para que sejam restituídas as negativações por ventura baixadas, em razão da liminar aqui deferida. Considerando ainda que não houve comprovação de que a ausência decorreu de força maior (art. 51, §2º, Lei n. 9.099/95), CONDENO a parte promovente ao pagamento das custas processuais, conforme orientação contida no Enunciado 28/FONAJE e item 5.9.1 da CNGC (item 5.9.1, inciso III, da Seção 9), não podendo a parte repetir o ajuizamento desta ação sem que haja prévio pagamento das custas processuais deste feito, uma vez que a medida tem caráter punitivo, não sendo abrangida, portanto, pela gratuidade da justiça (TJMT RNEI, 5659/2008, Dr. Yale Sabo Mendes, 1ª Turma Recursal de Mato Grosso, j. 24-6-2009). Após o trânsito em julgado, arquive-se com as baixas pertinentes. Publicado eletronicamente. Intime-se. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1012914-35.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
IMOBILIARIA IGUACU LTDA - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PAULO ROBERTO DE ALMEIDA SANTOS FILHO OAB - MT13685-O (ADVOGADO(A))
REJANE PADILHA DOS SANTOS OAB - MT15962-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARCOS ANTONIO DO ESPIRITO SANTO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JULIO CESAR MOLINA DUARTE MONTEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 6º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1012914-35.2019.8.11.0001. REQUERENTE: IMOBILIARIA IGUACU LTDA - ME REQUERIDO: MARCOS ANTONIO DO ESPIRITO SANTO S E N T E N Ç A Vistos etc. Trata-se de ação de Cobrança, que IMOBILIARIA IGUACU LTDA - ME move contra MARCOS ANTONIO DO ESPIRITO SANTO. Dispensado o Relatório, nos termos da parte final do art. 38 e §3º do art. 81, ambos da Lei nº 9.099/1995. A ação correu regularmente, sem qualquer prejuízo ou nulidade às partes, que transigiram no decorrer da lide, nos termos registrados nos autos. Diante disso, homologo a manifestação de vontade das partes ali exposta, para que produza todos os seus jurídicos e legais efeitos. Com isto, julgo extinto o feito, com suporte no art. 51, §1º, da Lei nº 9.099/1995. Publique-se PROJUDI. Intime-se. Cumpra-se. JÚLIO CÉSAR MOLINA DUARTE MONTEIRO Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1012771-46.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
FRANCISCA DOS REIS BATISTA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SANTANA SILVA OAB - MT21438-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

A parte reclamante, embora devidamente intimada, não se fez presente na audiência de Conciliação. O art. 51, inciso I, da lei 9.099/95 assim dispõe sobre essa situação: Art. 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo; Assim, não havendo justificativa para ausência da parte autora à referida audiência, o processo deve ser extinto. Pelo exposto, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM ANÁLISE DO MÉRITO, nos termos do Art. 51, I, da Lei n. 9.099/95. Ficam revogadas medidas liminares e outras tutelas de urgência eventualmente deferidas quando do ajuizamento da ação. Oficie-se aos órgãos de restrição ao crédito, se for o caso, comunicando o teor desta decisão e para que sejam restituídas as negativações por ventura baixadas, em razão da liminar aqui deferida. Considerando ainda que não houve comprovação de que a ausência decorreu de força maior (art. 51, §2º, Lei n. 9.099/95), CONDENO a parte promovente ao pagamento das custas processuais, conforme orientação contida no Enunciado 28/FONAJE e item 5.9.1 da CNGC (item 5.9.1, inciso III, da Seção 9), não podendo a parte repetir o ajuizamento desta ação sem que haja prévio pagamento das custas processuais deste feito, uma vez que a medida tem caráter punitivo, não sendo abrangida, portanto, pela gratuidade da justiça (TJMT RNEI, 5659/2008, Dr. Yale Sabo Mendes, 1ª Turma Recursal de Mato Grosso, j. 24-6-2009). Após o trânsito em julgado, arquive-se com as baixas pertinentes. Publicado eletronicamente. Intime-se. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1006880-44.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LEONARDO OLIVEIRA VITORIO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JORGE LUIZ DUTRA DE PAULA OAB - MT5053-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CONCEICAO APARECIDA DE PAULA ALEIXO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LEONARDO DE ARAUJO FERREIRA OAB - MT20777/O-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

A parte reclamante, embora devidamente intimada, não se fez presente na audiência de Instrução. O art. 51, inciso I, da lei 9.099/95 assim dispõe sobre essa situação: Art. 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo; Assim, não havendo justificativa para ausência da parte autora à referida audiência, o processo deve ser extinto. Pelo exposto, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM ANÁLISE DO MÉRITO, nos termos do Art. 51, I, da Lei n. 9.099/95. Ficam revogadas medidas liminares e outras tutelas de urgência eventualmente deferidas quando do ajuizamento da ação. Oficie-se aos órgãos de restrição ao crédito, se for o caso, comunicando o teor desta decisão e para que sejam restituídas as negativações por ventura baixadas, em razão da liminar aqui deferida. Considerando ainda que não houve comprovação de que a ausência decorreu de força maior (art. 51, §2º, Lei n. 9.099/95), CONDENO a parte promovente ao pagamento das custas processuais, conforme orientação contida no Enunciado 28/FONAJE e item 5.9.1 da CNGC (item 5.9.1, inciso III, da Seção 9), não podendo a parte repetir o ajuizamento desta ação sem que haja prévio pagamento das custas processuais deste feito, uma vez que a medida tem caráter punitivo, não sendo abrangida, portanto, pela gratuidade da justiça (TJMT RNEI, 5659/2008, Dr. Yale Sabo Mendes, 1ª Turma Recursal de Mato Grosso, j. 24-6-2009). Após o trânsito em julgado,

arquive-se com as baixas pertinentes. Publicado eletronicamente. Intime-se. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1013453-98.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
KLEBERSON DOS SANTOS PAULINO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SILVIO LUIZ GOMES DA SILVA OAB - MT0017690A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
IRESOLVE COMPANHIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARIANA DENUZZO OAB - MT253384-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

A parte reclamante, embora devidamente intimada, não se fez presente na audiência de Conciliação. O art. 51, inciso I, da lei 9.099/95 assim dispõe sobre essa situação: Art. 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo; Assim, não havendo justificativa para ausência da parte autora à referida audiência, o processo deve ser extinto. Pelo exposto, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM ANÁLISE DO MÉRITO, nos termos do Art. 51, I, da Lei n. 9.099/95. Ficam revogadas medidas liminares e outras tutelas de urgência eventualmente deferidas quando do ajuizamento da ação. Oficie-se aos órgãos de restrição ao crédito, se for o caso, comunicando o teor desta decisão e para que sejam restituídas as negativações por ventura baixadas, em razão da liminar aqui deferida. Considerando ainda que não houve comprovação de que a ausência decorreu de força maior (art. 51, §2º, Lei n. 9.099/95), CONDENO a parte promovente ao pagamento das custas processuais, conforme orientação contida no Enunciado 28/FONAJE e item 5.9.1 da CNGC (item 5.9.1, inciso III, da Seção 9), não podendo a parte repetir o ajuizamento desta ação sem que haja prévio pagamento das custas processuais deste feito, uma vez que a medida tem caráter punitivo, não sendo abrangida, portanto, pela gratuidade da justiça (TJMT RNEI, 5659/2008, Dr. Yale Sabo Mendes, 1ª Turma Recursal de Mato Grosso, j. 24-6-2009). Após o trânsito em julgado, arquive-se com as baixas pertinentes. Publicado eletronicamente. Intime-se. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1013219-19.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
KLEBER ALYSSON FERNANDES DE SOUZA (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ERMES JOSE DA SILVA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JULIO CESAR MOLINA DUARTE MONTEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 6º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1013219-19.2019.8.11.0001. REQUERENTE: KLEBER ALYSSON FERNANDES DE SOUZA REQUERIDO: ERMES JOSE DA SILVA S E N T E N Ç A Vistos etc. Trata-se de ação de reclamação, que KLEBER ALYSSON FERNANDES DE SOUZA move contra ERMES JOSE DA SILVA. Dispensado o Relatório, nos termos da parte final do art. 38 e §3º do art. 81, ambos da Lei nº 9.099/1995. A ação correu regularmente, sem qualquer prejuízo ou nulidade às partes, que transigiram no decorrer da lide, nos termos registrados nos autos. Diante disso, homologo a manifestação de vontade das partes ali exposta, para que produza todos os seus jurídicos e legais efeitos. Com isto, julgo extinto o feito, com suporte no art. 51, §1º, da Lei nº 9.099/1995. Publique-se PROJUDI. Intime-se. Cumpra-se. JÚLIO CÉSAR MOLINA DUARTE MONTEIRO Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1013453-98.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
KLEBERSON DOS SANTOS PAULINO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SILVIO LUIZ GOMES DA SILVA OAB - MT0017690A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
IRESOLVE COMPANHIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARIANA DENUZZO OAB - MT253384-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

A parte reclamante, embora devidamente intimada, não se fez presente na audiência de Conciliação. O art. 51, inciso I, da lei 9.099/95 assim dispõe sobre essa situação: Art. 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo; Assim, não havendo justificativa para ausência da parte autora à referida audiência, o processo deve ser extinto. Pelo exposto, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM ANÁLISE DO MÉRITO, nos termos do Art. 51, I, da Lei n. 9.099/95. Ficam revogadas medidas liminares e outras tutelas de urgência eventualmente deferidas quando do ajuizamento da ação. Oficie-se aos órgãos de restrição ao crédito, se for o caso, comunicando o teor desta decisão e para que sejam restituídas as negativações por ventura baixadas, em razão da liminar aqui deferida. Considerando ainda que não houve comprovação de que a ausência decorreu de força maior (art. 51, §2º, Lei n. 9.099/95), CONDENO a parte promovente ao pagamento das custas processuais, conforme orientação contida no Enunciado 28/FONAJE e item 5.9.1 da CNGC (item 5.9.1, inciso III, da Seção 9), não podendo a parte repetir o ajuizamento desta ação sem que haja prévio pagamento das custas processuais deste feito, uma vez que a medida tem caráter punitivo, não sendo abrangida, portanto, pela gratuidade da justiça (TJMT RNEI, 5659/2008, Dr. Yale Sabo Mendes, 1ª Turma Recursal de Mato Grosso, j. 24-6-2009). Após o trânsito em julgado, arquive-se com as baixas pertinentes. Publicado eletronicamente. Intime-se. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1007020-78.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARCOS ALEXANDRE SCHOFFEN (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCOS ALEXANDRE SCHOFFEN OAB - MT10657-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
DENIZE FLORES DA CONCEICAO (EXECUTADO)
SERGIO HENRIQUE BATISTA DA SILVA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 6º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1007020-78.2019.8.11.0001. EXEQUENTE: MARCOS ALEXANDRE SCHOFFEN EXECUTADO: DENIZE FLORES DA CONCEICAO, SERGIO HENRIQUE BATISTA DA SILVA Verificando nos autos que a parte reclamante já alcançou o remédio jurídico satisfatório desejado, conforme noticiado no bojo dos autos, evidenciando-se o seu desinteresse quanto ao prosseguimento do presente feito, autorizando-se, assim, a sua extinção. Posto isto, ante a informação de que o débito fora quitado, JULGO EXTINTO o presente feito, com lastro legal no disposto artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil. Arquive-se este processo. Intime-se. Cumpra-se. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1006896-95.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CLEONICE MARIA DE ANDRADE (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIO JOSE DOS SANTOS OAB - MT16263-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CLARO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
AOTORY DA SILVA SOUZA OAB - MS7785-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JULIO CESAR MOLINA DUARTE MONTEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 6º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1006896-95.2019.8.11.0001. REQUERENTE: CLEONICE MARIA DE ANDRADE REQUERIDO: CLARO S.A. S E N T E N Ç A Vistos etc. Trata-se de AÇÃO DECLARATÓRIA NEGATÓRIA DE DÍVIDA C/C REPARAÇÃO DE DANOS MORAIS , que CLEONICE MARIA DE ANDRADE move contra CLARO S.A. Dispensado o Relatório, nos termos da parte final do art. 38 e §3º do art. 81, ambos da

Lei nº 9.099/1995. A ação correu regularmente, sem qualquer prejuízo ou nulidade às partes, que transigiram no decorrer da lide, nos termos registrados nos autos. Diante disso, homologo a manifestação de vontade das partes ali exposta, para que produza todos os seus jurídicos e legais efeitos. Com isto, julgo extinto o feito, com suporte no art. 51, §1º, da Lei nº 9.099/1995. Publique-se PROJUDI. Intime-se. Cumpra-se. JÚLIO CÉSAR MOLINA DUARTE MONTEIRO Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1014133-83.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
NELSON DA SILVA MARTINS JUNIOR 71053042191 (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GUILHERME FONTANA SILVEIRA OAB - MT19851-O (ADVOGADO(A))
JOÃO GABRIEL SILVA TIRAPELLE OAB - MT10455-O (ADVOGADO(A))
FELIPE FELIX DOS SANTOS OAB - MT25065-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ROZANGELA GEORGINA DA SILVA MIRANDA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
JULIO CESAR MOLINA DUARTE MONTEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 6º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1014133-83.2019.8.11.0001. EXEQUENTE: NELSON DA SILVA MARTINS JUNIOR 71053042191 EXECUTADO: ROZANGELA GEORGINA DA SILVA MIRANDA S E N T E N Ç A Vistos etc. Trata-se de Ação de Execução de Título Extrajudicial formado pelas partes acima indicadas. Dispensado o Relatório, nos termos da parte final do art. 38 e §3º do art. 81, ambos da Lei nº 9.099/1995. A ação correu regularmente, sem qualquer prejuízo ou nulidade às partes, que transigiram no decorrer da lide, nos termos registrados nos autos. Diante disso, homologo a manifestação de vontade das partes ali exposta, para que produza todos os seus jurídicos e legais efeitos. Com isto, julgo extinto o feito, com suporte no art. 51, §1º, da Lei nº 9.099/1995. Publique-se PROJUDI. Intime-se. Cumpra-se. JÚLIO CÉSAR MOLINA DUARTE MONTEIRO Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1006909-94.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
STUDIO S FORMATURAS EIRELI (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JEFERSON HENRIQUE TEIXEIRA DE CASTRO OAB - MT18666/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ANA PAULA ALVES DA SILVA (EXECUTADO)
JHONATA WILLIAN DA SILVA BASTOS (EXECUTADO)
Magistrado(s):
JULIO CESAR MOLINA DUARTE MONTEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 6º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1006909-94.2019.8.11.0001. EXEQUENTE: STUDIO S FORMATURAS EIRELI EXECUTADO: JHONATA WILLIAN DA SILVA BASTOS, ANA PAULA ALVES DA SILVA S E N T E N Ç A Vistos etc. Trata-se de Ação de Execução de Título Extrajudicial formado pelas partes acima indicadas. Dispensado o Relatório, nos termos da parte final do art. 38 e §3º do art. 81, ambos da Lei nº 9.099/1995. A ação correu regularmente, sem qualquer prejuízo ou nulidade às partes, que transigiram no decorrer da lide, nos termos registrados nos autos. Diante disso, homologo a manifestação de vontade das partes ali exposta, para que produza todos os seus jurídicos e legais efeitos. Com isto, julgo extinto o feito, com suporte no art. 51, §1º, da Lei nº 9.099/1995. Publique-se PROJUDI. Intime-se. Cumpra-se. JÚLIO CÉSAR MOLINA DUARTE MONTEIRO Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1013567-37.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
THIAGO RODRIGO LEITE (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NATALIA RAFAELA SIQUEIRA GOULART OAB - MT26935/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO CBSS S.A. (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JULIO CESAR MOLINA DUARTE MONTEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 6º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1013567-37.2019.8.11.0001. REQUERENTE: THIAGO RODRIGO LEITE REQUERIDO: BANCO CBSS S.A. S E N T E N Ç A Vistos etc. Trata-se de AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS, que THIAGO RODRIGO LEITE move contra BANCO CBSS S.A. Dispensado o Relatório, nos termos da parte final do art. 38 e §3º do art. 81, ambos da Lei nº 9.099/1995. A ação correu regularmente, sem qualquer prejuízo ou nulidade às partes, que transigiram no decorrer da lide, nos termos registrados nos autos. Diante disso, homologo a manifestação de vontade das partes ali exposta, para que produza todos os seus jurídicos e legais efeitos. Com isto, julgo extinto o feito, com suporte no art. 51, §1º, da Lei nº 9.099/1995. Publique-se PROJUDI. Intime-se. Cumpra-se. JÚLIO CÉSAR MOLINA DUARTE MONTEIRO Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-102 HOMOLOGAÇÃO DE TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1018266-71.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ROSANGELA DE SOUZA DINIZ SANTOS (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

As partes compuseram amigavelmente, por meio acordo realizado junto ao PROCON, conforme termo encartado nos autos. Assim, com fulcro na cláusula 2.4 do TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 005/2012/SEJUDH/FUNDECON e para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, HOMOLOGO O ACORDO, mediante sentença, em conformidade com o estatuído no artigo 57, da Lei n. 9.099/95, e, em conseqüência julgo extinto o presente feito com lastro legal no disposto no art. 487, inciso III, do Código de Processo Civil. Expeça-se alvará de liberação se for o caso. Arquive-se este processo. Intimem-se. Cumpra-se. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-102 HOMOLOGAÇÃO DE TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1018776-84.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
DARLENE LEITE GATTASS ORRO (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MONICA FRAGA SOUZA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JULIO CESAR MOLINA DUARTE MONTEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 6º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1018776-84.2019.8.11.0001. REQUERENTE: DARLENE LEITE GATTASS ORRO REQUERIDO: MONICA FRAGA SOUZA SENTENÇA VISTOS Dispensado o relatório, nos termos do artigo 38 e §3º do art. 81, ambos da Lei nº 9.099/1995. As partes requerem a homologação de acordo realizada junto ao SERVIÇO DE ATENDIMENTO IMEDIATO – SAI, PROCESSO 257/2019/ JV 03. Posto isso, a concessão do pleito é medida que se impõe, a fim de produzir seus efeitos jurídicos e legais, conforme o artigo 57, da Lei n. 9.099/1995. Diante do exposto, HOMOLOGO O ACORDO formulado entre a reclamante e a reclamada, e em consequência, JULGO EXTINTO o feito com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, inciso III, alínea b, do Código de Processo Civil. Publique-se PROJUDI. Intime-se. Cumpra-se. Dr. Júlio César Molina Duarte Monteiro Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1014150-22.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
VICTOR HUGO GONCALVES LEITE (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS GUSTAVO LIMA FERNANDES OAB - MT17620-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AVON COSMÉTICOS LTDA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:

HORACIO PERDIZ PINHEIRO NETO OAB - SP0157407A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Dispenso relatório nos termos do art. 38 da Lei 9.099/95. A parte reclamante pugnou pela desistência da ação, conforme pedido contido nos autos. Assim, entendo que deve aplicado o ENUNCIADO DE Nº 90 DO FONAJE, a seguir transcrito: ENUNCIADO 90 – A desistência da ação, mesmo sem a anuência do réu já citado, implicará a extinção do processo sem resolução do mérito, ainda que tal ato se dê em audiência de instrução e julgamento, salvo quando houver indícios de litigância de má-fé ou lide temerária. Nos termos do estatuído no artigo 200, parágrafo único, do CPC, a desistência da ação somente produz seus efeitos após a homologação Judicial. Ante o exposto, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, HOMOLOGO O PEDIDO DE DESISTÊNCIA, e, em consequência, JULGO EXTINTO este feito, sem resolução de mérito, com lastro legal no disposto artigo 485, inciso VIII, do Código de Processo Civil. Intime-se. Cumpra-se. Arquive-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1013002-73.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
OTONIEL RUBINHO DA SILVA ALENCAR (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
IRAN DA CUNHA GOMES DA SILVA OAB - MT21336-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Dispenso relatório nos termos do art. 38 da Lei 9.099/95. A parte reclamante pugnou pela desistência da ação, conforme pedido contido nos autos. Assim, entendo que deve aplicado o ENUNCIADO DE Nº 90 DO FONAJE, a seguir transcrito: ENUNCIADO 90 – A desistência da ação, mesmo sem a anuência do réu já citado, implicará a extinção do processo sem resolução do mérito, ainda que tal ato se dê em audiência de instrução e julgamento, salvo quando houver indícios de litigância de má-fé ou lide temerária. Nos termos do estatuído no artigo 200, parágrafo único, do CPC, a desistência da ação somente produz seus efeitos após a homologação Judicial. Ante o exposto, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, HOMOLOGO O PEDIDO DE DESISTÊNCIA, e, em consequência, JULGO EXTINTO este feito, sem resolução de mérito, com lastro legal no disposto artigo 485, inciso VIII, do Código de Processo Civil. Intime-se. Cumpra-se. Arquive-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1006338-26.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
IMAGEM SERVICOS DE EVENTOS EIRELI (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALEXANDRE DE SANDRO NERY FERREIRA OAB - MT5768-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ALYNE LOSCHI DE OLIVEIRA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JULIO CESAR MOLINA DUARTE MONTEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 6º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1006338-26.2019.8.11.0001. REQUERENTE: IMAGEM SERVICOS DE EVENTOS EIRELI REQUERIDO: ALYNE LOSCHI DE OLIVEIRA S E N T E N Ç A Vistos etc. Trata-se de AÇÃO DECLARATÓRIA DE RESCISÃO CONTRATUAL C/C COBRANÇA DE MULTA, que IMAGEM SERVICOS DE EVENTOS EIRELI move contra ALYNE LOSCHI DE OLIVEIRA. Dispensado o Relatório, nos termos da parte final do art. 38 e §3º do art. 81, ambos da Lei nº 9.099/1995. A ação correu regularmente, sem qualquer prejuízo ou nulidade às partes, que transigiram no decorrer da lide, nos termos registrados nos autos. Diante disso, homologo a manifestação de vontade das partes ali exposta, para que produza todos os seus jurídicos e legais efeitos. Com isto, julgo extinto o feito, com suporte no art. 51, §1º, da Lei nº 9.099/1995. Publique-se PROJUDI. Intime-se. Cumpra-se. JÚLIO CÉSAR MOLINA DUARTE MONTEIRO Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1014150-22.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
VICTOR HUGO GONCALVES LEITE (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS GUSTAVO LIMA FERNANDES OAB - MT17620-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AVON COSMÉTICOS LTDA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
HORACIO PERDIZ PINHEIRO NETO OAB - SP0157407A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Dispenso relatório nos termos do art. 38 da Lei 9.099/95. A parte reclamante pugnou pela desistência da ação, conforme pedido contido nos autos. Assim, entendo que deve aplicado o ENUNCIADO DE Nº 90 DO FONAJE, a seguir transcrito: ENUNCIADO 90 – A desistência da ação, mesmo sem a anuência do réu já citado, implicará a extinção do processo sem resolução do mérito, ainda que tal ato se dê em audiência de instrução e julgamento, salvo quando houver indícios de litigância de má-fé ou lide temerária. Nos termos do estatuído no artigo 200, parágrafo único, do CPC, a desistência da ação somente produz seus efeitos após a homologação Judicial. Ante o exposto, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, HOMOLOGO O PEDIDO DE DESISTÊNCIA, e, em consequência, JULGO EXTINTO este feito, sem resolução de mérito, com lastro legal no disposto artigo 485, inciso VIII, do Código de Processo Civil. Intime-se. Cumpra-se. Arquive-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1009307-14.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO EDIFICIO CARAVELAS (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALESSANDRA VEIGA BERTAIA OAB - MT6480/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JUAREZ ALVES DA COSTA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Dispenso relatório nos termos do art. 38 da Lei 9.099/95. A parte reclamante pugnou pela desistência da ação, conforme pedido contido nos autos. Assim, entendo que deve aplicado o ENUNCIADO DE Nº 90 DO FONAJE, a seguir transcrito: ENUNCIADO 90 – A desistência da ação, mesmo sem a anuência do réu já citado, implicará a extinção do processo sem resolução do mérito, ainda que tal ato se dê em audiência de instrução e julgamento, salvo quando houver indícios de litigância de má-fé ou lide temerária. Nos termos do estatuído no artigo 200, parágrafo único, do CPC, a desistência da ação somente produz seus efeitos após a homologação Judicial. Ante o exposto, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, HOMOLOGO O PEDIDO DE DESISTÊNCIA, e, em consequência, JULGO EXTINTO este feito, sem resolução de mérito, com lastro legal no disposto artigo 485, inciso VIII, do Código de Processo Civil. Intime-se. Cumpra-se. Arquive-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1016192-44.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ASSOCIACAO DO CONDOMINIO RESIDENCIAL MONACO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALESSANDRA VEIGA BERTAIA OAB - MT6480/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JULEAN FARIA DA SILVA (EXECUTADO)
JEIDIANY FARIA REIS (EXECUTADO)
Magistrado(s):
JULIO CESAR MOLINA DUARTE MONTEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 6º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1016192-44.2019.8.11.0001.

EXEQUENTE: ASSOCIACAO DO CONDOMINIO RESIDENCIAL MONACO EXECUTADO: JULEAN FARIA DA SILVA, JEIDIANY FARIA REIS S E N T E N Ç A Vistos etc. Trata-se de Ação de Execução de Título Extrajudicial formado pelas partes acima indicadas. Dispensado o Relatório, nos termos da parte final do art. 38 e §3º do art. 81, ambos da Lei nº 9.099/1995. A ação correu regularmente, sem qualquer prejuízo ou nulidade às partes, que transigiram no decorrer da lide, nos termos registrados nos autos. Diante disso, homologo a manifestação de vontade das partes ali exposta, para que produza todos os seus jurídicos e legais efeitos. Com isto, julgo extinto o feito, com suporte no art. 51, §1º, da Lei nº 9.099/1995. Publique-se PROJUDI. Intime-se. Cumpra-se. JÚLIO CÉSAR MOLINA DUARTE MONTEIRO Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1014203-03.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
PLINIO JOSE DE SIQUEIRA NETO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PLINIO JOSE DE SIQUEIRA NETO OAB - MT10405-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SKY SERVIÇOS DE BANDA LARGA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JULIO CESAR MOLINA DUARTE MONTEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 6º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1014203-03.2019.8.11.0001. REQUERENTE: PLINIO JOSE DE SIQUEIRA NETO REQUERIDO: SKY SERVIÇOS DE BANDA LARGA S E N T E N Ç A Vistos etc. Trata-se de ação de indenização por dano moral, que PLINIO JOSE DE SIQUEIRA NETO move contra SKY SERVIÇOS DE BANDA LARGA. Dispensado o Relatório, nos termos da parte final do art. 38 e §3º do art. 81, ambos da Lei nº 9.099/1995. A ação correu regularmente, sem qualquer prejuízo ou nulidade às partes, que transigiram no decorrer da lide, nos termos registrados nos autos. Diante disso, homologo a manifestação de vontade das partes ali exposta, para que produza todos os seus jurídicos e legais efeitos. Com isto, julgo extinto o feito, com suporte no art. 51, §1º, da Lei nº 9.099/1995. Publique-se PROJUDI. Intime-se. Cumpra-se. JÚLIO CÉSAR MOLINA DUARTE MONTEIRO Juiz de Direito

Oitavo Juizado Especial Cível de Cuiabá

Intimação

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020783-49.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA JOSE PINHEIRO DO NASCIMENTO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NIVALDO OLIVEIRA DA CRUZ OAB - MT10572-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LOCALIZA RENT A CAR SA (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020783-49.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:MARIA JOSE PINHEIRO DO NASCIMENTO ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: NIVALDO OLIVEIRA DA CRUZ POLO PASSIVO: LOCALIZA RENT A CAR SA FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 8ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 15:50 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 343, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 12 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020790-41.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
AGNALDO SANTANA NASCIMENTO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
UBIRATAM BARBOSA DE MOURA OAB - MT0011440A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Aguas Cuiabá S/A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020790-41.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:AGNALDO SANTANA NASCIMENTO ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: UBIRATAM BARBOSA DE MOURA POLO PASSIVO: Aguas Cuiabá S/A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 8ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 16:00 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 343, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020802-55.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ELOIZE FRANCISCA DE AMORIM (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DENILSON NASSARDEN PAIVA JUNIOR OAB - MT19132-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INTERBELLE COMERCIO DE PRODUTOS DE BELEZA LTDA (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020802-55.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:ELOIZE FRANCISCA DE AMORIM ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: DENILSON NASSARDEN PAIVA JUNIOR POLO PASSIVO: INTERBELLE COMERCIO DE PRODUTOS DE BELEZA LTDA FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 8ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 16:10 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 343, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020817-24.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
FRANCISCA GONCALVES DE SOUSA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KELLY CRISTHINE FREITAS CAMPOS OAB - MT22797-O (ADVOGADO(A))
JADILTON ARAUJO SANTANA OAB - MT18646-E (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020817-24.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:FRANCISCA GONCALVES DE SOUSA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: KELLY CRISTHINE FREITAS CAMPOS, JADILTON ARAUJO SANTANA POLO PASSIVO: BANCO BRADESCO FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 8ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 16:20 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 343, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020825-98.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARCOS TULIO GODOY INOCENCIO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MANUEL ANTONIO PEREIRA ARAUJO OAB - MT25246/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Aguas Cuiabá S/A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020825-98.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:MARCOS TULIO GODOY INOCENCIO ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: MANUEL ANTONIO PEREIRA ARAUJO POLO PASSIVO: Aguas Cuiabá S/A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 8ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 16:30 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 343, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 .

CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020828-53.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
APARECIDA DE FATIMA FERREIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EMERSON RIBEIRO ALVES OAB - MT23093/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020828-53.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:APARECIDA DE FATIMA FERREIRA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: EMERSON RIBEIRO ALVES POLO PASSIVO: TELEFÔNICA BRASIL S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 8ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 16:40 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 343, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020845-89.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ALEXANDRE DE SOUZA ANDRADE (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GABRIEL RODRIGUES FRANCO OAB - MT25573/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VRG LINHAS AEREAS S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020845-89.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:ALEXANDRE DE SOUZA ANDRADE ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: GABRIEL RODRIGUES FRANCO POLO PASSIVO: VRG LINHAS AEREAS S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 8ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 16:50 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 343, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020854-51.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ALAEL SOUZA PINTO FILHO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CECILIANA MARIA FANTINATO VIEIRA OAB - MT0008464A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020854-51.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:ALAEL SOUZA PINTO FILHO ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: CECILIANA MARIA FANTINATO VIEIRA POLO PASSIVO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 8ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 17:00 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 343, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020857-06.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LIDIANE GALHARDO FERREIRA ABURAD (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LIDIANE GALHARDO FERREIRA ABURAD OAB - MT21581/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CONDOMINIO EDIFICIO GARCA BRANCA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUIZ TERCIO MONTEIRO DA SILVA OAB - 111.177.881-72 (REPRESENTANTE)

PROCESSO n. 1020857-06.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:LIDIANE GALHARDO FERREIRA ABURAD ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: LIDIANE GALHARDO FERREIRA ABURAD POLO PASSIVO: CONDOMINIO EDIFICIO GARCA BRANCA FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 8ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 17:10 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 343, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020866-65.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
EDSON NATALINO CORREA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAFAEL CELINO DA SILVA OAB - MT0012961A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020866-65.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:EDSON NATALINO CORREA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: RAFAEL CELINO DA SILVA POLO PASSIVO: VIVO S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 8ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 17:20 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 343, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020879-64.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
PAULO JOSE DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
INGRID GONCALVES DE OLIVEIRA OAB - MT16622/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020879-64.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:PAULO JOSE DA SILVA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: INGRID GONCALVES DE OLIVEIRA POLO PASSIVO: TELEFÔNICA BRASIL S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 8ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 17:30 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 343, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020880-49.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ALAIDE DE SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NATALIA RAFAELA SIQUEIRA GOULART OAB - MT26935/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020880-49.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:ALAIDE DE SOUZA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: NATALIA RAFAELA SIQUEIRA GOULART POLO PASSIVO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala:

8ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 17:40 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 343, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020894-33.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
VANESSA ANACLETO LUZ (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS GUSTAVO LIMA FERNANDES OAB - MT17620-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OI S.A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020894-33.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:VANESSA ANACLETO LUZ ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: CARLOS GUSTAVO LIMA FERNANDES POLO PASSIVO: OI S.A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 8ª JEC Data: 12/02/2020 Hora: 08:30 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 343, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020900-40.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARCELO BARBOSA OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
APARECIDO QUEIROZ DA SILVA OAB - MT18345-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CALCARD ADMINISTRADORA DE CARTOES DE CREDITO LTDA (REQUERIDO)
ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020900-40.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:MARCELO BARBOSA OLIVEIRA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: APARECIDO QUEIROZ DA SILVA POLO PASSIVO: CALCARD ADMINISTRADORA DE CARTOES DE CREDITO LTDA e outros FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 8ª JEC Data: 12/02/2020 Hora: 08:40 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 343, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020924-68.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
PATRICIA PROCOPIO DE FIGUEIREDO (INVENTARIADO)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS GUSTAVO LIMA FERNANDES OAB - MT17620-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020924-68.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:PATRICIA PROCOPIO DE FIGUEIREDO ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: CARLOS GUSTAVO LIMA FERNANDES POLO PASSIVO: BANCO BRADESCO FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 8ª JEC Data: 12/02/2020 Hora: 08:50 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 343, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1015909-21.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CELIO MARTINS DA SILVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JESSICA FRANCISQUINI OAB - MT18351-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TIM S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES OAB - MT16846-O (ADVOGADO(A))

Procedo à intimação da parte reclamada para manifestar, no prazo de 48 horas, conforme decisão proferida nestes autos.

JUVAM - Juizado Especial Volante Ambiental de Cuiabá

Expediente

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Rodrigo Roberto Curvo
Cod. Proc.: 30022 Nr: 1628-33.2016.811.0082
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): Norte Indústria e Comércio de Madeiras da Amazônia Eireli, Breno Warem Caron
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Luciene Peterle - OAB:2760, Pedro Henrique Gomes Peterle - OAB:6912, RODRIGO PETERLE - OAB:2572, Severino José Peterle Filho - OAB:437
Pelo exposto e considerando o que consta nos autos, JULGO IMPROCEDENTE o pedido contido na denúncia, por conseguinte, ABSOLVO os denunciados NORTE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS DA AMAZÔNIA EIRELI e BRENO WAREM CARON das acusações que lhes foram feitas, com fundamento no artigo 386, inciso III.P.R.I. Cumpra-se.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 41195 Nr: 2218-39.2018.811.0082
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): Gonçalo dos Santos Lopes
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Kamila Michiko Teischmann - OAB:OAB/MT 16.962, Núcleo de Práticas Jurídicas da Faculdade Cândido Rondon - OAB:
INTIMAÇÃO DO ADVOGADO PARA NO PRAZO LEGAL APRESENTAR AS ALEGAÇÕES FINAIS NOS PRESENTES AUTOS.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Rodrigo Roberto Curvo
Cod. Proc.: 39449 Nr: 1124-56.2018.811.0082
AÇÃO: Termo Circunstanciado->Procedimentos Investigatórios->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): JRA Comercio de Madeiras Eireli Epp, John Rychard Alves
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: João Roberto Gomes - OAB:12922
Vistos.
Cuida-se de pedido de restituição, formulado por JRA COMÉRCIO DE MADEIRAS EIRELLI EPP, do produto florestal apreendido, em razão da prática, em tese, do crime previsto no artigo 46, parágrafo único, da Lei n. 9.605/98.
Instado, o MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL se manifestou pela restituição do produto florestal, com o consequente arquivamento do presente TCO, por não haver razões para a instauração da ação penal.
É o relato. DECIDO.
A regularidade do transporte de madeira deve observar o devido preenchimento das Guias Florestais (GF) ou do Documento de Origem Florestal (DOF), conforme o caso, de acordo com a quantidade e espécie de madeira transportada, bem como a estrita obediência a toda a documentação exigida pela legislação.
No caso, o próprio representante do MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

sustentou que o caso em tela se amolda à hipótese prevista no parágrafo único, do art. 1º, do Decreto n. 571/2011, de modo que não há que se falar em invalidade da Guia Florestal n. 320.

Isso porque como a essência era Enterolobium sp, de acordo com o Laudo Técnico de Identificação n. 042/2018, é indiferente a nomenclatura da espécie a que pertence a essência, sendo suficiente para acobertar o produto florestal a identificação em nível de gênero, como ocorreu no presente caso, motivo pelo qual se manifestou favorável ao presente requerimento de restituição do produto florestal.

Diante do exposto, DEFIRO o pedido de liberação do produto florestal apreendido, fixando o prazo máximo de 30 (trinta) dias para sua retirada, sob pena de perdimento, bem como ACOLHO a promoção de arquivamento do presente Termo Circunstanciado de Ocorrência apresentada MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, com as comunicações e baixas de praxe.

Comunique-se o Coordenador do Pátio Unificado, bem como os autores do fato.

Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário.

Cumpra-se, expedindo o necessário.

Intimação da Parte Requerida

JUIZ(A): Rodrigo Roberto Curvo

Cod. Proc.: 43080 Nr: 3238-65.2018.811.0082

AÇÃO: Termo Circunstanciado->Procedimentos Investigatórios->PROCESSO CRIMINAL

PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

PARTE(S) REQUERIDA(S): Wellinton Adão Souza, Agroindustrial Brianorte Ltda

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Sérgio Dressler Buss - OAB:5431-A

Vistos.

Tendo em vista os esclarecimentos apresentados pela requerente à fl. 160, DETERMINO a expedição de ofício ao Coordenador do Pátio Unificado de Madeira, comunicando a nova autorização para retirada do produto florestal restituído, fixando novo prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de perdimento.

Às providências.

Intimação da Parte Requerida

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 52156 Nr: 1114-75.2019.811.0082

AÇÃO: Termo Circunstanciado->Procedimentos Investigatórios->PROCESSO CRIMINAL

PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

PARTE(S) REQUERIDA(S): NILTON ALVES DOS SANTOS, COLINA DO NORTE INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS LTDA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Vinicius Alves dos Santos - OAB:9453

INTIMAÇÃO DO ADVOGADO PARA QUE NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS APRESENTE OS COMPROVANTES DE DEPÓSITOS, CONFORME ACORDADO EM AUDIÊNCIA.

Intimação da Parte Requerida

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 53528 Nr: 1871-69.2019.811.0082

AÇÃO: Termo Circunstanciado->Procedimentos Investigatórios->PROCESSO CRIMINAL

PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

PARTE(S) REQUERIDA(S): Eduardo Freire Alves Davi

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ELAINE FREIRE ALVES - OAB:12.952

INTIMAÇÃO DO ADVOGADO PARA QUE NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS APRESENTE OS COMPROVANTES DE DEPÓSITOS, CONFORME ACORDADO EM AUDIÊNCIA.

Juizado Especial da Fazenda Pública de Cuiabá

Intimação

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL

Processo Número: 1017946-21.2019.8.11.0001

Parte(s) Polo Ativo:

DEODET LUZIA E SILVA (AUTOR(A))

Advogado(s) Polo Ativo:

RICARDO AUGUSTO NASCIMENTO PEGOLO DOS SANTOS OAB - MS9938 (ADVOGADO(A))

Parte(s) Polo Passivo:

MUNICIPIO DE CUIABA (RÉU)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DESPACHO Numero do Processo: 1017946-21.2019.8.11.0001 AUTOR(A): DEODET LUZIA E SILVA RÉU: MUNICIPIO DE CUIABA Vistos, etc. Intime-se a parte autora para apresentar, demonstrativo de cálculo do total que pretende receber devidamente atualizado até a distribuição, de acordo com os índices aplicáveis aos débitos da Fazenda Pública, bem como para juntar o comprovante de protocolo do pedido administrativo referente ao pedido deduzido em juízo e a respectiva decisão negativa da administração pública, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção do processo por ausência de interesse de agir. Intime-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-49 PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO

Processo Número: 1020798-18.2019.8.11.0001

Parte(s) Polo Ativo:

CELSO RENDA GOMES (REQUERENTE)

Advogado(s) Polo Ativo:

GERALDO CARLOS DE OLIVEIRA OAB - MT4032-O (ADVOGADO(A))

Parte(s) Polo Passivo:

MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV (REQUERIDO)

Estado de Mato Grosso (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020798-18.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:CELSO RENDA GOMES ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: GERALDO CARLOS DE OLIVEIRA POLO PASSIVO: Estado de Mato Grosso e outros FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: CUIABÁ - J.E.FAZ. PÚB. - AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO Data: 17/03/2020 Hora: 16:20 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 275, Telefone: (65) 3648-6000, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-49 PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO

Processo Número: 1020799-03.2019.8.11.0001

Parte(s) Polo Ativo:

EDISON RICARDO PICK (REQUERENTE)

Advogado(s) Polo Ativo:

GERALDO CARLOS DE OLIVEIRA OAB - MT4032-O (ADVOGADO(A))

Parte(s) Polo Passivo:

Estado de Mato Grosso (REQUERIDO)

MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020799-03.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:EDISON RICARDO PICK ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: GERALDO CARLOS DE OLIVEIRA POLO PASSIVO: Estado de Mato Grosso e outros FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: CUIABÁ - J.E.FAZ. PÚB. - AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO Data: 19/03/2020 Hora: 10:10 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 275, Telefone: (65) 3648-6000, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-133 EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA

Processo Número: 0500416-08.2012.8.11.0001

Parte(s) Polo Ativo:

BENIZABEL CALIPSA DA SILVA (EXEQUENTE)

Advogado(s) Polo Ativo:

JOÃO PAULO PEREIRA SILVA FILHO OAB - MT12871-O (ADVOGADO(A))

DANIEL GUERREIRO TETILLA OAB - MT17987/O (ADVOGADO(A))

Parte(s) Polo Passivo:

ESTADO DE MATO GROSSO (EXECUTADO)

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade a intimação das partes para CIÊNCIA/CUMPRIMENTO da decisão/despacho, proferida nos autos do processo acima identificado, em trâmite neste juizado, a seguir transcrita: "Vistos, etc. Ao contador para a elaboração dos cálculos. Juntado os cálculos, dê-se prosseguimento ao andamento processual, cumprindo-se integralmente o disposto no art. 13 da Lei n° 12.153/2009. Cumprido a obrigação e juntado os respectivos comprovantes de pagamento nos autos, no prazo legal, arquive-se. Intimem-se. Cuiabá, 6 de julho de 2017. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito." OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-133 EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA
Processo Número: 0500416-08.2012.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
BENIZABEL CALIPSA DA SILVA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOÃO PAULO PEREIRA SILVA FILHO OAB - MT12871-O (ADVOGADO(A))
DANIEL GUERREIRO TETILLA OAB - MT17987/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXECUTADO)

FINALIDADE: Impulsiono o feito com a finalidade de INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA para apresentar os dados bancários da parte credora, conforme Prov 11/2017 CM, para pagamento.. OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-133 EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA
Processo Número: 0501373-72.2013.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE RODRIGUES (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TENARESSA APARECIDA ARAÚJO DELLA LÍBERA OAB - MT7031-O (ADVOGADO(A))
Ale Arfux Junior OAB - MT6843-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXECUTADO)

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade a intimação das partes para CIÊNCIA/CUMPRIMENTO da decisão/despacho, proferida nos autos do processo acima identificado, em trâmite neste juizado, a seguir transcrita: "Vistos, etc. Ao contador para elaboração dos cálculos. Juntado os cálculos, dê-se prosseguimento ao andamento processual, cumprindo-se integralmente o disposto no art. 13 da Lei n° 12.153/2009. Cumprido a obrigação e juntado os respectivos comprovantes de pagamento nos autos, no prazo legal, arquive-se. Intimem-se. Cuiabá, 25 de maio de 2017. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito." OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-133 EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA
Processo Número: 0501373-72.2013.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE RODRIGUES (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TENARESSA APARECIDA ARAÚJO DELLA LÍBERA OAB - MT7031-O (ADVOGADO(A))
Ale Arfux Junior OAB - MT6843-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXECUTADO)

FINALIDADE: Impulsiono o feito com a finalidade de INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA informar os dados bancários do credor para o pagamento. OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-133 EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA
Processo Número: 0500661-19.2012.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
PEDRO EVANGELISTA DA SILVA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Bruno José Ricci Boa Ventura OAB - MT9271-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXECUTADO)

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade a intimação das partes para CIÊNCIA/CUMPRIMENTO da decisão/despacho, proferida nos autos do processo acima identificado, em trâmite neste juizado, a seguir transcrita: "Vistos, etc. Ao contador para a elaboração dos cálculos. Juntado os cálculos, dê-se prosseguimento ao andamento processual, cumprindo-se integralmente o disposto no art. 13 da Lei n° 12.153/2009. Cumprido a obrigação e juntado os respectivos comprovantes de pagamento nos autos, no prazo legal, arquive-se. Intimem-se. Cuiabá, 28 de junho de 2017. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito." OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-133 EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA
Processo Número: 0500661-19.2012.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
PEDRO EVANGELISTA DA SILVA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Bruno José Ricci Boa Ventura OAB - MT9271-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXECUTADO)

FINALIDADE: Impulsiono o feito com a finalidade de INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA para, informar os dados bancários do Autor para o pagamento. OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1020797-33.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
DANIEL MARQUES DE SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOAO RICARDO VAUCHER DE OLIVEIRA OAB - MT14490-O (ADVOGADO(A))
Bruno Costa Alvares Silva OAB - MT15127-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade a INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA para comparecer a Audiência de Conciliação em Tipo: Conciliação juizado Sala: CUIABÁ - J.E.FAZ. PÚB. - AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO Data: 19/03/2020 Hora: 10:40 , Local: CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL, sito na Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro: Duque de Caxias I, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM, Cuiabá-MT. OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1020809-47.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CLEIA PEREIRA DE SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOAO RICARDO VAUCHER DE OLIVEIRA OAB - MT14490-O (ADVOGADO(A))
Bruno Costa Alvares Silva OAB - MT15127-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade a INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA para comparecer a Audiência de Conciliação em Tipo: Conciliação juizado Sala: CUIABÁ - J.E.FAZ. PÚB. - AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO Data: 24/03/2020 Hora: 10:00 , Local: CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL, sito na Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro: Duque de Caxias I, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM, Cuiabá-MT. OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-49 PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO
Processo Número: 1019478-30.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CECILIA ARLENE MORAES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARINA FIGUEIREDO REIS OAB - MT24188-O (ADVOGADO(A))
MURYEL DE CAMPOS RODRIGUES OAB - MT23044-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Estado de Mato Grosso (REQUERIDO)

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade a INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA para comparecer a Audiência de Conciliação em Tipo: Conciliação juizado Sala: CUIABÁ - J.E.FAZ. PÚB. - AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO Data: 31/03/2020 Hora: 15:10 , Local: CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL, sito na Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro: Duque de Caxias I, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM, Cuiabá-MT; bem como para ciência do despacho/decisão: "(...) Ante o exposto, indefere-se o pedido de tutela provisória. Designe-se audiência de conciliação. Cite-se o requerido, com as advertências legais, especialmente para apresentar a documentação de que disponha para esclarecimento da causa, nos termos do artigo 9º da Lei 12.153/2009. Intime-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva. Juíza de Direito ". OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020111-41.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARIANNE CARDOSO JULIO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALLISON AKERLEY DA SILVA OAB - MT0008930S (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade a INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA para comparecer a Audiência de Conciliação em Tipo: Conciliação juizado Sala: CUIABÁ - J.E.FAZ. PÚB. - AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO Data: 02/04/2020 Hora: 11:30 , Local: CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL, sito na Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro: Duque de Caxias I, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM, Cuiabá-MT; bem como para ciência do despacho/decisão: "(...) Ante o exposto, INDEFERE-SE o pedido de tutela de urgência. Designe-se audiência de conciliação. Cite-se o requerido, com as advertências legais, especialmente para apresentar a documentação de que disponha para esclarecimento da causa, nos termos do artigo 9º da Lei 12.153/2009. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva. Juíza de Direito ". OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000319-72.2017.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JOAO BATISTA DE ASSIS REIS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SIDNEY BERTUCCI OAB - MT4319-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
LUZIA PEDROZA DE MIRANDA (ESPÓLIO)
LEÔNCIO LOPES MIRANDA (REQUERIDO)

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade a INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA para comparecer a Audiência de Conciliação em Tipo: Conciliação juizado Sala: CUIABÁ - J.E.FAZ. PÚB. - AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO Data: 27/03/2017 Hora: 08:30 , Local: CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL, sito na Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro: Duque de Caxias I, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM, Cuiabá-MT; bem como para ciência do despacho/decisão: "(...) Vistos, etc. Recebe-se a emenda à petição inicial e defere-se o pedido de sucessão processual no polo passivo. Promova a secretaria o cadastramento do Espólio de Leôncio Lopes de Miranda e sua inventariante, de acordo com os dados e documentos apresentados pela parte autora (id 14589193), e designe-se audiência de conciliação e promova a respectiva citação do Espólio de Leôncio Lopes Miranda, com as advertências da Lei 9.099/95, especialmente no tocante à incidência da revelia na hipótese de não comparecimento à audiência de conciliação. Homologa-se o pedido de desistência formulado, conforme consta do termo de audiência de id 5879963, em relação ao requerido Paulo Roberto Cozin e determina-se sua exclusão da lide. Promova a secretara a retificação do polo passivo. Intime-se.Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva. Juíza de Direito ". OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-133 EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA
Processo Número: 0502995-55.2014.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CORE CASE SUPRIMENTOS DE SONDAGEM E GEOLOGIA LTDA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIO MILMAN OAB - RS24161 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXECUTADO)

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade a intimação das partes para CIÊNCIA/CUMPRIMENTO da decisão/despacho, proferida nos autos do processo acima identificado, em trâmite neste juizado, a seguir transcrita: "Vistos, etc. Ao contador para a elaboração dos cálculos. Juntado os cálculos, dê-se prosseguimento ao andamento processual, cumprindo-se integralmente o disposto no art. 13 da Lei n° 12.153/2009. Cumprido a obrigação e juntado os respectivos comprovantes de pagamento nos autos, no prazo legal, arquive-se. Intimem-se. Cuiabá, 29 de junho de 2017. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito." OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-49 PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO
Processo Número: 1009018-81.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ROBSON DE OLIVEIRA E SILVA - ME (REQUERENTE)
ROBSON DE OLIVEIRA E SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALEXANDRE CESAR LUCAS OAB - MT15026-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade a INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA para comparecer a Audiência de Conciliação em Tipo: Conciliação juizado Sala: CUIABÁ - J.E.FAZ. PÚB. - AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO Data: 30/01/2020 Hora: 08:40 , Local: CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL, sito na Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro: Duque de Caxias I, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM, Cuiabá-MT; bem como para ciência do despacho/decisão: "(...) Vistos, etc. Designe-se audiência de conciliação. Cite-se o requerido, com as advertências legais, especialmente para apresentar a documentação de que disponha para esclarecimento da causa, nos termos do artigo 9º da Lei 12.153/2009. Intime-se.Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva. Juíza de Direito ". OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Despacho Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1002210-60.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ELSON PINHEIRO GREGORIO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MICHELLE PATRICIA DIAS GADEIA BOTELHO OAB - MT25017/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DESPACHO Numero do Processo: 1002210-60.2019.8.11.0001 REQUERENTE: ELSON PINHEIRO GREGORIO REQUERIDO: MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV Vistos, etc. Intime-se a parte autora para juntar o comprovante de protocolo do pedido administrativo referente ao pedido deduzido em juízo e a respectiva decisão negativa da administração pública, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção do processo por ausência de interesse de agir. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1001933-44.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARYNETE DE OLIVEIRA SOARES NOGUEIRA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MICHELLE PATRICIA DIAS GADEIA BOTELHO OAB - MT25017/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DESPACHO Numero do Processo: 1001933-44.2019.8.11.0001 REQUERENTE: MARYNETE DE OLIVEIRA SOARES NOGUEIRA DA SILVA REQUERIDO: MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV Vistos, etc. Intime-se a parte autora para juntar o comprovante de protocolo do pedido administrativo referente ao pedido deduzido em juízo e a respectiva decisão negativa da administração pública, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção do processo por ausência de interesse de agir. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002474-14.2018.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
GUILHERME ODILON GAHYVA DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Ale Arfux Junior OAB - MT6843-O (ADVOGADO(A))
MAYARA CRISTINA CINTRA ROSA OAB - MT24217-O (ADVOGADO(A))
MORGANA KAMILA FREIRES DA SILVA OAB - MT24230-O (ADVOGADO(A))
TENARESSA APARECIDA ARAÚJO DELLA LÍBERA OAB - MT7031-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1002474-14.2018.8.11.0001. REQUERENTE: GUILHERME ODILON GAHYVA DOS SANTOS REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. A parte reclamante, GUILHERME ODILON GAHYVA DOS SANTOS, opôs embargos de declaração com a finalidade de modificar a sentença de id. 25006105. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça determina a intimação da parte contrária para oferecer resposta aos embargos quando há pretensão de modificação do julgado. Nesse sentido: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS ACOLHIDOS, COM EFEITO MODIFICATIVO. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO PRÉVIA DA PARTE CONTRÁRIA PARA OFERECER IMPUGNAÇÃO. NULIDADE. 1. O Superior Tribunal de Justiça entende que "a atribuição de efeitos infringentes aos embargos de declaração supõe a prévia intimação da contraparte; sem o contraditório, o respectivo julgamento é nulo" (STJ, EAg 778.452/SC, Rel. Ministro Ari Pargendler, Corte Especial, DJe de 23.8.2010). 2. Recurso Especial provido para anular o acórdão de fls. 234-240 e determinar que seja intimada a ora recorrente para impugnar os Embargos de Declaração opostos às fls. 228-230. (STJ - REsp 1526672 / SP - 2015/0080751-8 - Relator(a) Ministro HERMAN BENJAMIN - Órgão Julgador - T2 - SEGUNDA TURMA - Data do Julgamento: 26/05/2015 - Data da Publicação/Fonte: DJe 05/08/2015). Considerando os efeitos infringentes pleiteados pelo embargante intime-se o embargado para, querendo, oferecer resposta aos embargos, no prazo de 5 dias. Após conclusos. Cuiabá/MT, data registrada no sistema.

Despacho Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1001913-53.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
NUBIA ESTHER DE OLIVEIRA MIRANDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MICHELLE PATRICIA DIAS GADEIA BOTELHO OAB - MT25017/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DESPACHO Numero do Processo: 1001913-53.2019.8.11.0001 REQUERENTE: NUBIA ESTHER DE OLIVEIRA MIRANDA REQUERIDO: MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV Vistos, etc. Intime-se a parte autora para juntar o comprovante de protocolo do pedido administrativo referente ao pedido deduzido em juízo e a respectiva decisão negativa da administração pública, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção do processo por ausência de interesse de agir. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-49 PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO
Processo Número: 1018534-28.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
PULQUERIO NETO SOARES DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FELIPE TEIXEIRA VIEIRA OAB - DF31718 (ADVOGADO(A))
CAMILA RAMOS COELHO OAB - MT16745-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DESPACHO Numero do Processo: 1018534-28.2019.8.11.0001 REQUERENTE: PULQUERIO NETO SOARES DA SILVA REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Intime-se a parte autora para apresentar demonstrativo de cálculo do total do valor que pretende receber devidamente atualizado, até a data de distribuição, de acordo com os índices aplicáveis aos débitos da Fazenda Pública, bem como para juntar o comprovante de protocolo do pedido administrativo referente ao pedido deduzido em juízo e a respectiva decisão negativa da administração pública, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção do processo por ausência de interesse de agir. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1001918-75.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
EDSON RAMIRES NUNES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MICHELLE PATRICIA DIAS GADEIA BOTELHO OAB - MT25017/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DESPACHO Numero do Processo: 1001918-75.2019.8.11.0001 REQUERENTE: EDSON RAMIRES NUNES REQUERIDO: MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV Vistos, etc. Intime-se a parte autora para juntar o comprovante de protocolo do pedido administrativo referente ao pedido deduzido em juízo e a respectiva decisão negativa da administração pública, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção do processo por ausência de interesse de agir. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Processo Número: 1002696-45.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ANA LUCIA BARBOSA DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
HEITOR JERONIMO ALMEIDA SILVA OAB - MT15188-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DESPACHO Numero do Processo: 1002696-45.2019.8.11.0001 REQUERENTE: ANA LUCIA BARBOSA DOS SANTOS REQUERIDO: MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV, ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Intime-se a parte autora para juntar o comprovante de protocolo do pedido administrativo referente ao pedido deduzido em juízo e a respectiva decisão negativa da administração pública, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção do processo por ausência de interesse de agir. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 0043743-37.2012.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ROSANGELA PANTALEAO CHIORATTO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROSANGELA PANTALEAO CHIORATTO OAB - MT6481-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DESPACHO Numero do Processo: 0043743-37.2012.8.11.0041 REQUERENTE: ROSANGELA PANTALEAO CHIORATTO REQUERIDO: MUNICÍPIO DE CUIABÁ Vistos, etc. Trata-se de feito redistribuído por força da decisão declinatória de competência proferida pelo juízo da vara fazendária. Ratifico os atos decisórios proferidos. Com amparo no Enunciado 1, dispenso a audiência de conciliação, tendo em vista o adiantado estágio da instrução. Intimem-se. Volvam conclusos para a sentença. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1002031-29.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
IVES ZORZETTO NUNES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MICHELLE PATRICIA DIAS GADEIA BOTELHO OAB - MT25017/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DESPACHO Numero do Processo: 1002031-29.2019.8.11.0001 REQUERENTE: IVES ZORZETTO NUNES REQUERIDO: MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV Vistos, etc. Intime-se a parte autora para juntar o comprovante de protocolo do pedido administrativo referente ao pedido deduzido em juízo e a respectiva decisão negativa da administração pública, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção do processo por ausência de interesse de agir. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-49 PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO
Processo Número: 1019534-63.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LUIS ARNALDO FARIA DE MELLO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FAYROUZ MAHALA ARFOX OAB - MT13033-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DESPACHO Numero do Processo: 1019534-63.2019.8.11.0001 REQUERENTE: LUIS ARNALDO FARIA DE MELLO REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO, MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV Vistos, etc. Intime-se a parte autora para juntar o comprovante de protocolo do pedido administrativo referente ao pedido deduzido em juízo e a respectiva decisão negativa da administração pública, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção do processo por ausência de interesse de agir. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-49 PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO
Processo Número: 1018930-05.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ANTONIO BENEDITO RODRIGUES E SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS FREDERICK DA SILVA INEZ OAB - MT7355-A (ADVOGADO(A))
MARCIA LETICIA LIMA DE MATOS OAB - MT26387/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
estado de mato grosso (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DESPACHO Numero do Processo: 1018930-05.2019.8.11.0001 REQUERENTE: ANTONIO BENEDITO RODRIGUES E SILVA REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Analisando os autos, verifico que os documentos anexos estão em desconformidade à Resolução nº 04/2016-TP, uma vez que não contem descrição resumida de seu conteúdo. Vale anotar que, além da referida norma, a descrição dos documentos facilita a contraposição dos fatos às provas anexas, bem como auxilia a pesquisa de documentos específicos em menor tempo, de modo a culminar na obtenção de uma decisão justa e efetiva, em tempo razoável (art. 6º do CPC). Desta forma, intime-se a parte Autora para, nos termos do artigo 321 do Novo Código de Processo Civil, emendar a inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, anexando os documentos nos moldes da mencionada resolução, sob pena de indeferimento, nos termos do parágrafo único do mesmo artigo. Intime-se. Cuiabá-MT, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020853-66.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ABRAO FABRICIO DA SILVA (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
BRIAN STEFFSEN BEZERRA DE AMORIM (REQUERIDO)
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
DETRAN MT (REQUERIDO)
MANOEL FELIX DA SILVA SOBRINHO (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020853-66.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:ABRAO FABRICIO DA SILVA POLO PASSIVO: DETRAN MT e outros (3) FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: CUIABÁ - J.E.FAZ. PÚB. - AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO Data: 26/03/2020 Hora: 09:10 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 275, Telefone: (65) 3648-6000, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020862-28.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ADEMIR FERREIRA BRANDAO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Bruno Costa Alvares Silva OAB - MT15127-O (ADVOGADO(A))

FERNANDA VAUCHER DE OLIVEIRA KLEIM OAB - MT12066-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020862-28.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:ADEMIR FERREIRA BRANDAO ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: BRUNO COSTA ALVARES SILVA, FERNANDA VAUCHER DE OLIVEIRA KLEIM POLO PASSIVO: MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV e outros FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: CUIABÁ - J.E.FAZ. PÚB. - AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO Data: 26/03/2020 Hora: 09:30 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 275, Telefone: (65) 3648-6000, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1010751-82.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
VIVIANE ARRUDA DE SOUZA (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO (REQUERIDO)
MARCIO FERRARI (REQUERIDO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ RUA MIRANDA REIS, 441, TELEFONE: (65) 3313-9800, POÇÃO, CUIABÁ - MT - CEP: 78015-640 CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO - AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO PROCESSO n. 1010751-82.2019.8.11.0001 Valor da causa: #processoTrfHome.instance.valorCausaStr} ESPÉCIE: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) POLO ATIVO: Nome: VIVIANE ARRUDA DE SOUZA Endereço: RUA DOIS MIL E OITOCENTOS, 13, JARDIM IMPERIAL, CUIABÁ - MT - CEP: 78075-700 POLO PASSIVO: Nome: MARCIO FERRARI Endereço: Rua W1, 22, "CLÊ Espaço da Beleza", Residencial Tamburi, BARRA DO GARÇAS - MT - CEP: 78600-000 Nome: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO Endereço: desconhecido DESTINATÁRIO: Senhor(a) REQUERENTE - VIVIANE ARRUDA DE SOUZA FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DO POLO ATIVO, acima qualificado, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada, conforme despacho e documentos vinculados disponíveis no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem descritas no corpo deste mandado. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: CUIABÁ - J.E.FAZ. PÚB. - AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO Data: 20/02/2020 Hora: 10:10 , no endereço CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL, sito à Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, nº 275, Bairro Duque de Caxias I, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM. Cuiabá-MT. DESPACHO/DECISÃO: Vistos, etc. Trata-se de reclamação proposta em face de MARCIO FERRARI e DETRAN MT na qual a parte autora almeja a transferência extemporânea de pontos por infração de trânsito. Em síntese, diz a parte requerente que estão lançadas em seu prontuário de CNH infrações que pertencem ao primeiro requerido ao qual vendeu o veículo. Quanto o pedido de tutela provisória, o artigo 3º da Lei 12.153/2009 estabelece que o juiz poderá, de ofício, ou a requerimento das partes, deferir quaisquer providências cautelares e antecipatórias no curso do processo, para evitar dano de difícil ou de incerta reparação. Na espécie não é possível o deferimento da tutela sem facultar a manifestação da parte contraria haja vista que não veio aos autos dados da CNH e extrato dos condutores. INDEFERE-SE o pedido de tutela provisória. Designe-se audiência de conciliação. Cite-se a pessoa jurídica de direito público demandada com as advertências legais, especialmente para apresentar a documentação de que disponham para esclarecimento da causa, nos termos do artigo 9º da Lei 12.153/2009 e o a pessoa natural requerida, com as advertências da Lei 9.099/95. Intime-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito ADVERTÊNCIA: 1. Não comparecendo à audiência designada, presumir-se-ão verdadeiros os fatos alegados pela parte reclamante na petição inicial ou termo de reclamação, podendo ser proferida sentença de plano (artigos 20 e 23 da Lei nº 9.099/95). 2. Comparecendo a parte promovida, e não obtida a conciliação, deverá oferecer contestação, escrita ou oral, no prazo de 05 (cinco) dias após a audiência de conciliação, sendo obrigatória, nas causas de valor superior a 20 salários mínimos, a presença de advogado. A ação poderá ser julgada antecipadamente, se for o caso, ou se proceder à audiência de instrução e julgamento. 3. Deverá(ão) o(a, s) citando(a, s)/intimando(a, s) comparecer devidamente trajado(a, s) e portando documentos pessoais. CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020673-50.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
BENEDITO JORGE DA CONCEICAO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MORGANA KAMILA FREIRES DA SILVA OAB - MT24230-O (ADVOGADO(A))
KIMBELLI KEISY CAVALCANTI EUFRASIO OAB - MT27065/O (ADVOGADO(A))
Ale Arfux Junior OAB - MT6843-O (ADVOGADO(A))
TENARESSA APARECIDA ARAÚJO DELLA LÍBERA OAB - MT7031-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DESPACHO Numero do Processo: 1020673-50.2019.8.11.0001 REQUERENTE: BENEDITO JORGE DA CONCEICAO REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Indefere-se o pedido de dispensa da sessão de conciliação. Intime-se a parte autora para apresentar o cálculo discriminado das verbas que pretende receber com indicação dos índices de correção utilizados, no prazo de 15 dias. Após referida juntada, designe-se audiência de conciliação. Cite-se o(s) requerido(s), com as advertências legais, especialmente para apresentar (em) a documentação de que disponha(m) para esclarecimento da causa, nos termos do artigo 9º da Lei 12.153/2009. Intime-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1019949-46.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
BRUNO RODRIGUES DE OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS AUGUSTO LEITE DE CARVALHO FILHO OAB - MT20203/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):

GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DESPACHO Numero do Processo: 1019949-46.2019.8.11.0001 REQUERENTE: BRUNO RODRIGUES DE OLIVEIRA REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos etc. Trata-se de ação de reparação de dano que BRUNO RODRIGUES DE OLIVEIRA promove em face do ESTADO DE MATO GROSSO na qual pede: "b) O deferimento da tutela de urgência de natureza antecipada, determinando liminarmente e inaudita altera pars, determinando que a autoridade policial da Delegacia de Polícia Civil de Cáceres e a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso procedam as devidas retificações quanto as informações do Indiciado no respectivo Inquérito Policial e Boletim de Ocorrência de n. 2019.110918, excluindo os dados do Requerente, BRUNO RODRIGUES DE OLIVEIRA, brasileiro, solteiro, médico, portador do RG nº 16316517, inscrito no CPF sob o nº 022.124.101- 90, inscrito no CRM sob o nº 9860, FILIAÇÃO – PAI: JOSÉ MARIO DE OLIVEIRA; MÃE: MARIA APARECIDA RODRIGUES DA SILVA OLIVEIRA, da autuação que deu origem ao Auto de Prisão em Flagrante, Ação Penal e a Carta Precatória, devendo ser comprovado o cumprimento da decisão, sob pena de multa diária no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais), ou outro valor que V. Excelência entender ser cabível.Requer, ainda, que sejam oficiados os juízos da Segunda Vara Criminal da Comarca de Cáceres e da Décima Vara Criminal da Comarca de Cuiabá, para que regularizem os vícios acima apontados, excluindo o nome do Requerente, BRUNO RODRIGUES DE OLIVEIRA, brasileiro, solteiro, médico, portador do RG nº 16316517, inscrito no CPF sob o nº 022.124.101-90, inscrito no CRM sob o nº 9860, FILIAÇÃO – PAI: JOSÉ MARIO DE OLIVEIRA; MÃE: MARIA APARECIDA RODRIGUES DA SILVA OLIVEIRA, do polo passivo das Ações Auto de Prisão em Flagrante 2943-28.2019.811.0006 (248441), na Ação Penal nº 4665-97.2019.811.0006 (Código 250874), e na Carta Precatória nº 34192- 83.2019.811.0042 (Código 593033), e/ou retificando os dados do real autuado constantes na CNH de fls. 17, dos Autos de prisão em flagrante , visto que a pessoa indiciada e que cometeu a conduta ilícita é diversa do Autor e com dados diferentes deste." Ao final, também pretende a condenação do requerido a pagar indenização por danos moral no importe de 60.000,00. Inicialmente, intime-se o requerente para, querendo, no prazo de 15 dias, adequar o pedido e o valor da causa à alçada deste Juizado Especial da Fazenda Pública haja vista que, embora tenha direcionada ação ao juizado, realizou pedido em valor superior ao teto de 60 salários mínimos. Não procedida a emenda no prazo fixado, redistribua-se o processo para uma das varas especializadas da Fazenda Pública da Capital. Procedida a emenda no prazo mencionado, conclusos. Intime-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020878-79.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE MAURICIO PAZ NETO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE MAURICIO PAZ NETO OAB - MT24301/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020878-79.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:JOSE MAURICIO PAZ NETO ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: JOSE MAURICIO PAZ NETO POLO PASSIVO: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: CUIABÁ - J.E.FAZ. PÚB. - AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO Data: 26/03/2020 Hora: 10:00 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 275, Telefone: (65) 3648-6000, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-133 EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA
Processo Número: 0500501-23.2014.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
SATURINA RODRIGUES DE CAMPOS (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JACKSON NICOLA MAIOLINO OAB - MT17147-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXECUTADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DESPACHO Numero do Processo: 0500501-23.2014.8.11.0001 EXEQUENTE: SATURINA RODRIGUES DE CAMPOS EXECUTADO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Verifica-se o pedido de destacamento dos honorários contratuais, cujo pedido não foi deduzido em juízo até o julgamento da ação. Segundo o disposto no art. 22 parágrafo 4º da Lei 8.906/94 é possível o destaque de honorários contratuais desde que o advogado faça o pedido e junte o contrato de honorários antes da expedição do mandado de levantamento ou precatório. O Provimento nº 11/2017-CM também prevê o destaque caso o exequente apresente o contrato antes do cálculo. Ademais, vê-se, pois, que já é possível a expedição de atos para o pagamento do crédito principal ao credor, de modo que o advogado poderá receber com maior celeridade seus honorários contratuais diretamente do seu cliente, com quem mantém relação privada fundamentada em título executivo extrajudicial. Não há como retornar à fase da sentença homologatória para determinar o destaque de honorários, o que representaria, inclusive, tanto para a parte como para o advogado, procrastinação indevida no recebimento dos valores devidos. Ante o exposto, INDEFERE-SE o pedido de expedição de alvará separado de honorários contratuais do crédito da parte autora por ausência de decisão judicial nesse sentido, a extemporaneidade do pedido e consequente inexistência de cálculo para tal desmembramento. Cumpra-se a sentença de id. 25229077. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 0500335-54.2015.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA APARECIDA DE PAULA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Herlen Cristine Pereira Koch OAB - MT8428-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (REQUERIDO)

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade a intimação das partes para CIÊNCIA/CUMPRIMENTO da decisão/despacho, proferida nos autos do processo acima identificado, em trâmite neste juizado, a seguir transcrita:" Cumprida a determinação do parágrafo anterior, intime-se a parte Exequente para, no prazo de 10 (dez) dias manifestar-se sobre a satisfação da obrigação de fazer.Intime-se.Cuiabá, data registrada no sistema.Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e SilvaJuíza de Direito ". OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Despacho Classe: CNJ-49 PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO
Processo Número: 1020272-51.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARCELLA BARRADAS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ADILSON DAMIAO DA SILVA CRUZ OAB - MT19681/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Estado de Mato Grosso (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DESPACHO Numero do Processo: 1020272-51.2019.8.11.0001 REQUERENTE: MARCELLA BARRADAS REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Indefere-se o pedido de dispensa da sessão de conciliação. Intime-se a parte autora para apresentar o cálculo discriminado das verbas que pretende receber com indicação dos índices de correção utilizados, no prazo de 15 dias. Após, designe-se audiência de conciliação. Cite-se o(s) requerido(s), com as advertências legais, especialmente para apresentar (em) a documentação de que disponha(m) para esclarecimento da causa, nos termos do artigo 9º da Lei 12.153/2009. Intime-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1004906-69.2019.8.11.0001

Parte(s) Polo Ativo:
ADOLFO RESENDE CARVALHO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO DE OLIVEIRA FREITAS OAB - MT13156-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1004906-69.2019.8.11.0001. REQUERENTE: ADOLFO RESENDE CARVALHO REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO, MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV Vistos, etc. Trata-se de embargos de declaração opostos contra decisão de id. 24910842. O recurso apresentado não preenche os pressupostos de admissibilidade. Não são cabíveis embargos de declaração contra despacho/decisão interlocutória no âmbito dos Juizados Especiais, como se observa no art. 1.066, caput, do Código de Processo Civil, que altera a redação do art. 83, da Lei n. 9.099/95, passando a vigorar com a seguinte redação: "Art. 83. Cabem embargos de declaração quando, em sentença ou acórdão, houver obscuridade, contradição ou omissão". Não se tratando de sentença ou acórdão, não há que se falar no cabimento dos aclaratórios, além disso, não há nenhum vício que permita correção de ofício e não basta inconformismo da parte para modificação do já decidido, mormente quando a decisão é atacável por meio do recurso próprio. Diante disso, NÃO SE CONHECE dos embargos. Cumpra-se a decisão de id. 24910842. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema.

Despacho Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1001943-93.2016.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
THAIS MUNIQUE SILVA DUARTE (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EVANDRO CESAR ALEXANDRE DOS SANTOS OAB - MT13431-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DESPACHO Numero do Processo: 1001943-93.2016.8.11.0001 REQUERENTE: THAIS MUNIQUE SILVA DUARTE REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A, ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. O processo encontra-se com acórdão transitado em julgado e inexiste requerimento pendente de apreciação. Arquive-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-49 PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO
Processo Número: 1014754-80.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
PAULO CEZAR DO CARMO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIA LORENA SILVA FIGUEIREDO OAB - MT22037/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DESPACHO Numero do Processo: 1014754-80.2019.8.11.0001 REQUERENTE: PAULO CEZAR DO CARMO REQUERIDO: GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. No sistema dos Juizados Especiais de Fazenda Pública a realização da audiência de conciliação possibilita o exercício da denominada "justiça coexistencial" (acordo com sacrifícios recíprocos), cujo objetivo maior é a pacificação social. Diante disso, INDEFERE-SE o pedido de dispensa da audiência feito na petição retro. Aguarde-se audiência já designada. Cite-se e intime-se a parte reclamada para trazer aos autos documentos de que disponha para o esclarecimento da causa, nos termos do art. 9° da Lei n. 12.153/2009. Ofertada resposta, à impugnação. Intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-49 PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO
Processo Número: 1015348-94.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE ALBERTO MOISES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIA LORENA SILVA FIGUEIREDO OAB - MT22037/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DESPACHO Numero do Processo: 1015348-94.2019.8.11.0001 REQUERENTE: JOSE ALBERTO MOISES REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. No sistema dos Juizados Especiais de Fazenda Pública a realização da audiência de conciliação possibilita o exercício da denominada "justiça coexistencial" (acordo com sacrifícios recíprocos), cujo objetivo maior é a pacificação social. Diante disso, INDEFERE-SE o pedido de dispensa da audiência feito na petição retro. Aguarde-se audiência já designada. Cite-se e intime-se a parte reclamada para trazer aos autos documentos de que disponha para o esclarecimento da causa, nos termos do art. 9° da Lei n. 12.153/2009. Ofertada resposta, à impugnação. Intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002402-95.2016.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JULIANA DE PAULA FRITCHE SANCHES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANDRESSA ARMELIN OAB - MT0018776S-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DESPACHO Numero do Processo: 1002402-95.2016.8.11.0001 REQUERENTE: JULIANA DE PAULA FRITCHE SANCHES REQUERIDO: CUIABA PREFEITURA MUNICIPAL Vistos, etc. Trata-se de pedido de cumprimento de sentença relativo a condenação em honorários sucumbenciais em sede de Recurso Inominado. O Município de Cuiabá, ora exequente, apresentou cálculo no ID 15097867. Intime-se a parte executada para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento do montante atualizado, advertindo-o que caso não seja efetuado o pagamento no prazo legal, será acrescido ao valor a multa de 10%, de acordo com o CPC, art. 523, § 1º, e Enunciado 97 FONAJE : "A multa prevista no art. 523, § 1º, do CPC/2015 aplica-se aos Juizados Especiais Cíveis, ainda que o valor desta, somado ao da execução, ultrapasse o limite de alçada; a segunda parte do referido dispositivo não é aplicável, sendo, portanto, indevidos honorários advocatícios de dez por cento". Consigne-se que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 do CPC sem o pagamento voluntário, inicia-se automaticamente o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, impugnação ao cumprimento de sentença (art. 525, CPC). Cumpra-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1019062-73.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
EVERALDO TADEU BEZERRA DE CASTRO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALDAIR GONCALVES DA COSTA CALEGARI OAB - MT10178/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):

GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DESPACHO Numero do Processo: 1019062-73.2018.8.11.0041 REQUERENTE: EVERALDO TADEU BEZERRA DE CASTRO REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Trata-se de pedido de cumprimento de sentença de obrigação de pagar quantia certa pela Fazenda Pública. Intime-se a parte autora para apresentar demonstrativo discriminado e atualizado do crédito observando os requisitos do art. 534 do Código de Processo Civil, os parâmetros fixados na sentença e o limite fixado no art. 2º, caput, da Lei 12.153/09, no prazo de 15 (quinze) dias. Após, conclusos. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-49 PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO
Processo Número: 1000320-23.2018.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LUIZ GONZAGA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FERNANDA FERNANDES DE SOUZA OAB - MT21595/O (ADVOGADO(A))
ALLINE LOPES DE JESUS OAB - MT21413/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DESPACHO Numero do Processo: 1000320-23.2018.8.11.0001 REQUERENTE: LUIZ GONZAGA DA SILVA REQUERIDO: CUIABA PREFEITURA MUNICIPAL Vistos, etc. Trata-se de pedido de cumprimento de sentença de obrigação de pagar quantia certa pela Fazenda Pública. Intime-se a parte autora para apresentar demonstrativo discriminado e atualizado do crédito observando os requisitos do art. 534 do Código de Processo Civil, os parâmetros fixados na sentença e o limite fixado no art. 2º, caput, da Lei 12.153/09, no prazo de 15 (quinze) dias. Após, conclusos. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020805-10.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA GLORIA DA SILVA (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
estado de mato grosso (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DESPACHO Numero do Processo: 1020805-10.2019.8.11.0001 REQUERENTE: MARIA GLORIA DA SILVA REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Intime-se a parte autora para apresentar petição inicial completa e documentos pessoal legível, no prazo de 15 (quinze) dias. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-133 EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA
Processo Número: 0506151-51.2014.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ZENILDE BRITO DOS SANTOS (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE KROMINSKI OAB - MT10896-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DESPACHO Numero do Processo: 0506151-51.2014.8.11.0001 EXEQUENTE: ZENILDE BRITO DOS SANTOS EXECUTADO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Verifica-se que a parte exequente não cumpriu a determinação judicial concernente a apresentação de cálculos para propiciar o cumprimento de sentença. Ante o exposto, considerando que a parte reclamante não promoveu ato que lhe competia, arquive-se. Intime-se. Cuiabá, data registrada no sistema.

Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 0502315-70.2014.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CARLOS ROBERTO BALIEIRO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE KROMINSKI OAB - MT10896-O (ADVOGADO(A))
FABIANO ALVES ZANARDO OAB - MT12770-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DESPACHO Numero do Processo: 0502315-70.2014.8.11.0001 REQUERENTE: CARLOS ROBERTO BALIEIRO REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Verifica-se que a parte exequente não cumpriu a determinação judicial concernente a apresentação de cálculos para propiciar o cumprimento de sentença. Ante o exposto, considerando que a parte reclamante não promoveu ato que lhe competia, arquive-se. Intime-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1048322-64.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
RICARDO ALVES DE SOUZA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
WANDE ALVES DINIZ OAB - MT0010927A-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Estado de Mato Grosso (RÉU)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DESPACHO Numero do Processo: 1048322-64.2019.8.11.0041 AUTOR(A): RICARDO ALVES DE SOUZA RÉU: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Trata-se de ação de REVERSÃO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ DE SOLDADO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO, na qual a parte autora em um dos pedidos finais postula: “f. Requer a condenação do Requerido a pagar os salários vencidos desde a data do requerimento administrativo, corrigidos e atualizados;” g.n. No sistema dos juizados, não se admite liquidação de sentença de modo que cabe ao autor quantificar monetariamente o pedido, incluindo atualização até a data da distribuição, inclusive para se aferir a competência do juízo, nos termos da Lei 12.153/09. Intime-se a parte autora para apresentar documento pessoal, comprovante de endereço e demonstrativo de cálculo do total do valor que pretende receber devidamente atualizado, até a data de distribuição, de acordo com os índices aplicáveis aos débitos da Fazenda Pública, no prazo de 15 dias, sob pena de extinção. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1026238-69.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
FELIPE RINO BOMBASSARO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
AGENOR FRANCISCO BOMBASSARO OAB - MT8573-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (REQUERIDO)

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade a intimação das partes para CIÊNCIA/CUMPRIMENTO da decisão/despacho, proferida nos autos do processo acima identificado, em trâmite neste juizado, a seguir transcrita:“ Diante o exposto, DEFERE-SE parcialmente o pedido de tutela antecipada para determinar ao Município de Cuiabá que forneça o Cloridrato de Lidocaína gel, conforme prescrição médica e receita acostada aos autos, à parte autora FELIPE RINO BOMBASSARO, CPF. nº 025.115.041-03, no prazo de 15 dias. Intime-se a parte autora para dar efetivo cumprimento ao disposto no Enunciado nº 02 do Conselho Nacional

de Justiça, apresentando, trimestralmente, o relatório ou prescrição médica, sob pena de perda de eficácia da medida. “Enunciado nº 2: Concedidas medidas judiciais de prestação continuativa, em medida liminar ou definitiva, é necessária a renovação periódica do relatório médico, no prazo legal ou naquele fixado pelo julgador como razoável, considerada a natureza da enfermidade, de acordo com a legislação sanitária, sob pena de perda de eficácia da medida.” Intime-se o servidor público que estiver no exercício do seu cargo na Central Municipal de Regulação, ou outro responsável legal para conhecimento e providências, com a urgência que o caso requer. Ante as condições clínicas da parte autora, dispensa-se a audiência de conciliação. Cite-se os e intime-se o requerido para contestar e trazer aos autos documentos de que disponha para o esclarecimento da causa, nos termos do art. 9º da Lei 12.153/2009. Cumpra-se.Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva. Juíza de Direito ”. OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1016225-79.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JAILMA SILVA DE MORAES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
RAFAEL NEVACK RIBEIRO OAB - SP0310498A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RÉU)

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade a intimação das partes para CIÊNCIA/CUMPRIMENTO da decisão/despacho, proferida nos autos do processo acima identificado, em trâmite neste juizado, a seguir transcrita:“ Retificação do código de sobrestamento.Aguarde-se em secretaria até decisão do Superior Tribunal de Justiça.Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva.Juíza de Direito”OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-49 PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO
Processo Número: 1000402-20.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
EDILAINE PEREIRA LEITE (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PERLA CRISTINA LUZ DE OLIVEIRA HIRAE OAB - MT0012468A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Outros Interessados:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade a intimação das partes para CIÊNCIA/CUMPRIMENTO da decisão/despacho, proferida nos autos do processo acima identificado, em trâmite neste juizado, a seguir transcrita:“ Retificação do código de sobrestamento.Aguarde-se em secretaria até decisão do Superior Tribunal de Justiça.Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva.Juíza de Direito”OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-49 PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO
Processo Número: 1002125-22.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ROMILDO ANDREIS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ARTUR DENICOLO OAB - MT18395-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade a intimação das partes para CIÊNCIA/CUMPRIMENTO da decisão/despacho, proferida nos autos do processo acima identificado, em trâmite neste juizado, a seguir transcrita:“Retificação do código de sobrestamento.Aguarde-se em secretaria até decisão do Superior Tribunal de Justiça.Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva.Juíza de Direito”. OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Despacho Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1001910-98.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ABMAEL DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MICHELLE PATRICIA DIAS GADEIA BOTELHO OAB - MT25017/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DESPACHO Numero do Processo: 1001910-98.2019.8.11.0001 REQUERENTE: ABMAEL DOS SANTOS REQUERIDO: MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV Vistos, etc. Intime-se a parte autora para juntar o comprovante de protocolo do pedido administrativo referente ao pedido deduzido em juízo e a respectiva decisão negativa da administração pública, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção do processo por ausência de interesse de agir. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1028107-38.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO EDIFICIO MILAO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
PATRICIA CONTAR DE ANDRADE OAB - MT14383-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Estado de Mato Grosso (RÉU)

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade a intimação das partes para CIÊNCIA/CUMPRIMENTO da decisão/despacho, proferida nos autos do processo acima identificado, em trâmite neste juizado, a seguir transcrita:“ Retificação do código de sobrestamento.Aguarde-se em secretaria até decisão do Superior Tribunal de Justiça.Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva.Juíza de Direito ”. OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1035716-72.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA DE SOCORRO TAVARES GONCALVES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
JESUS VIEIRA DE OLIVEIRA OAB - MT0009309A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RÉU)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DESPACHO Numero do Processo: 1035716-72.2017.8.11.0041 AUTOR(A): MARIA DE SOCORRO TAVARES GONCALVES RÉU: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. O processo encontra-se com sentença transitado em julgado e inexiste requerimento pendente de apreciação. Arquive-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-49 PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO
Processo Número: 1000565-34.2018.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARCELO DA SILVA LIMA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CLENILDE FELICIANO BEZERRA FERRAREZ OAB - MT20993-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DESPACHO Numero do Processo: 1000565-34.2018.8.11.0001 REQUERENTE: MARCELO DA SILVA LIMA REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. As partes foram devidamente intimadas do retorno dos autos da Turma Recursal e nada manifestaram. Arquive-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-49 PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO
Processo Número: 1001426-20.2018.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
PAULO GONCALVES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CLENILDE FELICIANO BEZERRA FERRAREZ OAB - MT20993-O (ADVOGADO(A))
FRANCISCO ANIS FAIAD OAB - MT3520-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DESPACHO Numero do Processo: 1001426-20.2018.8.11.0001 REQUERENTE: PAULO GONCALVES REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. As partes foram devidamente intimadas do retorno dos autos da Turma Recursal e nada manifestaram. Arquive-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-49 PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO
Processo Número: 1000147-96.2018.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LUIS FERNANDO DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALINE CARINE VALUTKY OAB - MT24246/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DESPACHO Numero do Processo: 1000147-96.2018.8.11.0001 REQUERENTE: LUIS FERNANDO DOS SANTOS REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. As partes foram devidamente intimadas do retorno dos autos da Turma Recursal e nada manifestaram. Arquive-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1036774-13.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
DIVINO MANOEL DE ALMEIDA OLIVEIRA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS FREDERICK DA SILVA INEZ OAB - MT7355-A (ADVOGADO(A))
ISABELLY FURTUNATO OAB - MT21705-O (ADVOGADO(A))
KALYNCA SILVA INEZ DE ALMEIDA OAB - MT15598-O (ADVOGADO(A))
MARIA JOSE LEAO OAB - MT5031-O (ADVOGADO(A))
LUCAS OLIVEIRA BERNARDINO SILVA OAB - MT12027-N (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RÉU)

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade a intimação das partes para CIÊNCIA/CUMPRIMENTO da decisão/despacho, proferida nos autos do processo acima identificado, em trâmite neste juizado, a seguir transcrita:"Retificação do código de sobrestamento.Aguarde-se em secretaria até decisão do Superior Tribunal de Justiça.Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva.Juíza de Direito ". OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1012501-67.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ALCINEY ANDERSON BASTOS DOS REIS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ARTUR DENICOLO OAB - MT18395-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade a intimação das partes para CIÊNCIA/CUMPRIMENTO da decisão/despacho, proferida nos autos do processo acima identificado, em trâmite neste juizado, a seguir transcrita:" Retificação do código de sobrestamento.Aguarde-se em secretaria até decisão do Superior Tribunal de Justiça.Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva.Juíza de Direito"OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-49 PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO
Processo Número: 1000403-05.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
NAIR BOMDESPACHO SANTANA DE CAMPOS TIRAPELLE (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PERLA CRISTINA LUZ DE OLIVEIRA HIRAE OAB - MT0012468A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Outros Interessados:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade a intimação das partes para CIÊNCIA/CUMPRIMENTO da decisão/despacho, proferida nos autos do processo acima identificado, em trâmite neste juizado, a seguir transcrita:" Retificação do código de sobrestamento.Aguarde-se em secretaria até decisão do Superior Tribunal de Justiça.Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva.Juíza de Direito"OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1007212-56.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ELISANGELA ALVES PEREIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAFAEL NEVACK RIBEIRO OAB - SP0310498A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade a intimação das partes para CIÊNCIA/CUMPRIMENTO da decisão/despacho, proferida nos autos do processo acima identificado, em trâmite neste juizado, a seguir transcrita:" Retificação do código de sobrestamento.Aguarde-se em secretaria até decisão do Superior Tribunal de Justiça.Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva.Juíza de Direito". OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-49 PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO
Processo Número: 1000155-39.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
RICARDO BELLINCANTA ORTIZ (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RODRIGO PALOMARES MAIOLINO DE MENDONCA OAB - MT14961-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
estado de mato grosso (REQUERIDO)

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade a intimação das partes para CIÊNCIA/CUMPRIMENTO da decisão/despacho, proferida nos autos do processo acima identificado, em trâmite neste juizado, a seguir transcrita:"Retificação do código de sobrestamento.Aguarde-se em secretaria até decisão do Superior Tribunal de Justiça.Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva.Juíza de Direito ". OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo

Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1018443-17.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LINDOMAR XAVIER DIAS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DENEZIO Pio da Silva OAB - MT14087-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade a intimação das partes para CIÊNCIA/CUMPRIMENTO da decisão/despacho, proferida nos autos do processo acima identificado, em trâmite neste juizado, a seguir transcrita:"Retificação do código de sobrestamento.Aguarde-se em secretaria até decisão do Superior Tribunal de Justiça.Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva.Juíza de Direito ". OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-49 PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO
Processo Número: 1029843-57.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LEONIDAS DUCTRA RIBEIRO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIO FONTES ESTILLAC GOMEZ OAB - DF34163 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
estado de mato grosso (REQUERIDO)

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade a intimação das partes para CIÊNCIA/CUMPRIMENTO da decisão/despacho, proferida nos autos do processo acima identificado, em trâmite neste juizado, a seguir transcrita:" Retificação do código de sobrestamento.Aguarde-se em secretaria até decisão do Superior Tribunal de Justiça.Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva.Juíza de Direito "OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-49 PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO
Processo Número: 1011708-83.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
KARINE GABRYELLE GUIMARAES DUARTE (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LEANDRO TAVARES BARROS OAB - MT15327-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO (REQUERIDO)

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade a intimação das partes para CIÊNCIA/CUMPRIMENTO da decisão/despacho, proferida nos autos do processo acima identificado, em trâmite neste juizado, a seguir transcrita:" Assim, indefere-se o pedido de tutela provisória. Dispensa-se a audiência de conciliação. Cancele-se.nCite(m)-se o(s) requerido(s), com as advertências legais, especialmente para apresentar (em) a documentação de que disponha(m) para esclarecimento da causa, nos termos do artigo 9º da Lei 12.153/2009, e querendo contestar no prazo de 30 dias. Após, intime-se a parte autora para querendo impugnar no prazo de 15 dias e volvam conclusos para a sentença. Intime-se.Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva. Juíza de Direito". OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-49 PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO
Processo Número: 1013917-25.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARCIO ROBERTO LEITE MAGALHAES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIANO ALVES ZANARDO OAB - MT12770-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade a INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA para comparecer a Audiência de Conciliação em Tipo: Conciliação juizado Sala: CUIABÁ - J.E.FAZ. PÚB. - AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO Data: 25/02/2020 Hora: 15:50 , Local: CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL, sito na Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro: Duque de Caxias I, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM, Cuiabá-MT; bem como para ciência do despacho/decisão: "(...) Ante o exposto, indefere-se o pedido de tutela provisória. Designe-se audiência de conciliação.Cite-se o requerido, com as advertências legais, especialmente para apresentar a documentação de que disponha para esclarecimento da causa, nos termos do artigo 9º da Lei 12.153/2009. Intime-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva. Juíza de Direito ". OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1014506-17.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
THAYANA CRISTINA GAYVA MORAES (REQUERENTE)
WANIA TEREZINHA GAYVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THALISSON GAYVA MORAES OAB - MT18846-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (REQUERIDO)

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade a INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA para comparecer a Audiência de Conciliação em Tipo: Conciliação juizado Sala: CUIABÁ - J.E.FAZ. PÚB. - AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO Data: 27/02/2020 Hora: 11:40 , Local: CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL, sito na Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro: Duque de Caxias I, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM, Cuiabá-MT; bem como para ciência do despacho/decisão: "(...) Ante o exposto, indefere-se o pedido de tutela provisória de urgência. Designe-se audiência de conciliação. Cite-se o(s) requerido(s), com as advertências legais, para que apresente(m) a documentação de que disponha(m) para esclarecimento da causa, nos termos do artigo 9º da Lei 12.153/2009. Intime-se. Expeça-se o necessário. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva. Juíza de Direito". OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1005279-03.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
BRUNA KAREN RODRIGUES PORTO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Ale Arfux Junior OAB - MT6843-O (ADVOGADO(A))
MORGANA KAMILA FREIRES DA SILVA OAB - MT24230-O (ADVOGADO(A))
TENARESSA APARECIDA ARAÚJO DELLA LÍBERA OAB - MT7031-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DESPACHO Numero do Processo: 1005279-03.2019.8.11.0001 REQUERENTE: BRUNA KAREN RODRIGUES PORTO REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Considerando que o requerido já apresentou contestação, o que demonstra a falta de interesse em transigir, dispensa-se a audiência de conciliação, com amparo no Enunciado n.º 1, aprovado no XIII Encontro dos Juízes dos Juizados Especiais. Após, conclusos para sentença. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1005090-25.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
BRUNA KAREN RODRIGUES PORTO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MORGANA KAMILA FREIRES DA SILVA OAB - MT24230-O (ADVOGADO(A))
Ale Arfux Junior OAB - MT6843-O (ADVOGADO(A))
TENARESSA APARECIDA ARAÚJO DELLA LÍBERA OAB - MT7031-O (ADVOGADO(A))

Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DESPACHO Numero do Processo: 1005090-25.2019.8.11.0001 REQUERENTE: BRUNA KAREN RODRIGUES PORTO REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Considerando que o requerido já apresentou contestação, o que demonstra a falta de interesse em transigir, dispensa-se a audiência de conciliação, com amparo no Enunciado n.º 1, aprovado no XIII Encontro dos Juízes dos Juizados Especiais. Após, conclusos para sentença. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1004617-39.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
WILMO CAMARGO FERNANDES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KETELIN SANTIAGO COLETA OAB - MT21563/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV (REQUERIDO)

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade a intimação das partes para CIÊNCIA/CUMPRIMENTO da decisão/despacho, proferida nos autos do processo acima identificado, em trâmite neste juizado, a seguir transcrita:“ Vistos, etc.Considerando a data de protocolamento do processo administrativo, notifiquem-se os requeridos para que se manifestem, no prazo de 72 horas, acerca do conteúdo da petição do id. 24971620, em que a parte autora alega “Diante disso, informa que a Administração não oferece Resposta aos Pedidos Administrativos, conforme consta abaixo, portanto cabe ao Requerente apenas comprovar o protocolo de pedido administrativo.”, conforme disposto nos arts. 1.059 do CPC e 2º da Lei 8437/92.Após, conclusos para análise do pedido de liminar.Expeça-se o necessário.Cuiabá, data registrada no sistema.Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e SilvaJuíza de Direito ”. OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1013784-80.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CELIA REGINA DA COSTA GALDINO PERES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS FREDERICK DA SILVA INEZ OAB - MT7355-A (ADVOGADO(A))
ISABELLY FURTUNATO OAB - MT21705-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV (REQUERIDO)
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade a INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA para comparecer a Audiência de Conciliação em Tipo: Conciliação juizado Sala: CUIABÁ - J.E.FAZ. PÚB. - AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO Data: 26/03/2020 Hora: 11:20 , Local: CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL, sito na Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro: Duque de Caxias I, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM, Cuiabá-MT; bem como para ciência do despacho/decisão: “(...) Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela de urgência. Designe-se audiência de conciliação. Cite(m)-se o(s) requerido(s), com as advertências legais, especialmente para apresentar(em) a documentação de que disponha(m) para esclarecimento da causa, nos termos do artigo 9º da Lei 12.153/2009. Intime-se.Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva. Juíza de Direito ”. OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Decisão

Decisão Classe: CNJ-49 PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO
Processo Número: 1019231-49.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
GILMAR CAMPOS SOEIRO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROGERIO CAPOROSSI E SILVA OAB - MT6183-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MATO GROSSO GOVERNO DO ESTADO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

941 ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DECISÃO Numero do Processo: 1019231-49.2019.8.11.0001 REQUERENTE: GILMAR CAMPOS SOEIRO REQUERIDO: MATO GROSSO GOVERNO DO ESTADO Vistos, etc. Trata-se de reclamação cujo escopo é obter a suspensão de débitos fiscais inscritos em dívida ativa e respectivo protesto. A Resolução n° 023/2013/TP autorizou a instalação de uma Vara Especializada de Execução Fiscal da Comarca de Cuiabá, atribuindo ao referido Juízo, nos termos de seu art. 2°, a competência para “processar e julgar, exclusivamente, os executivos fiscais da Fazenda Estadual e Municipal, as ações correlatas e os incidentes deles decorrentes, com exceção das ações referentes a débitos fiscais não inseridos em dívida ativa”. A instalação da referida vara ocorreu aos 12/12/2014, conforme fixado no art. 1° do Provimento n° 31/2014-CM, disponibilizado no Diário da Justiça Eletrônico do mesmo dia. Neste sentido, em se tratando de demanda própria a discussão de matéria relativa à suspensão de efeitos, desconstituição ou contestação parcial de crédito descrito em certidão de dívida ativa e/ou seus efeitos, firmou-se a competência da Vara Especializada de Execução Fiscal da Comarca de Cuiabá. A respeito: CONFLITO DE COMPETÊNCIA — AÇÃO CONSTITUTIVA DE ANULAÇÃO DE PROTESTO DE DÉBITO FISCAL PRESCRITO — DÉBITO INSERIDO EM DÍVIDA ATIVA — COMPETÊNCIA DA VARA ESPECIALIZADA DE EXECUÇÃO FISCAL — RESOLUÇÃO Nº 23, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2013, TJ/MT. Nos termos da Resolução nº 23, de 21 de novembro de 2013, do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, artigo 2º, à Vara Especializada de Execução Fiscal da Comarca de Cuiabá compete: “Processar e julgar, exclusivamente, os executivos fiscais da Fazenda Estadual e Municipal, as ações correlatas e os incidentes deles decorrentes, com exceção das ações referentes a débitos fiscais não inseridos em dívida ativa”. Comprovado que o débito está inserido em dívida ativa, a competência é da referida Vara. Conflito julgado improcedente.” (CC 37907/2016, DES. LUIZ CARLOS DA COSTA, TURMA DE CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO, Julgado em 16/09/2016, Publicado no DJE 23/09/2016) g.n. Nesse contexto, verificada a incompetência de natureza absoluta, matéria cognoscível de ofício (art. 64,§ 1º, CPC), impõe-se sua declaração. Ante o exposto, declara-se, de ofício, a incompetência absoluta deste juízo e determina-se a remessa dos autos à Vara Especializada de Execução Fiscal. Intime-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020362-59.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ROBERTO DOS SANTOS LIMA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROBERTO DOS SANTOS LIMA OAB - MT18087-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DECISÃO Numero do Processo: 1020362-59.2019.8.11.0001 REQUERENTE: ROBERTO DOS SANTOS LIMA REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Trata-se de reclamação cujo escopo é obter reparação de dano e suspensão de protesto de débitos tributários que o autor alega quitados. Pede parte autora: “1 - Que seja conhecida e processada a presente ação, deferindo-se a antecipação de tutela pretendida e consequentemente seja determinada a empresa/ré “inaudita altera pars”, na forma do inciso I, Parágrafo Único do Art. 9º e art. 297 do novo CPC, a fim de determinar a Requerida que proceda com a imediata exclusão do nome do autor do cartório de protesto bem como dos órgãos de proteção ao crédito, por não ser verdadeira e precisa a informação a qual afronta o art. 43 do CDC e por estar o débito “sub judice” em especial, no SCPC/RENIC/ Serasa,

enquanto perdurar o estado litigioso nesta demanda; tornando definitiva tal antecipação após decisão final; sendo-lhe cominada multa diária de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) caso venha a descumprir a ordem (CPC, art. 297); independente das perdas e danos causados;" A Resolução n° 023/2013/TP autorizou a instalação de uma Vara Especializada de Execução Fiscal da Comarca de Cuiabá, atribuindo ao referido Juízo, nos termos de seu art. 2°, a competência para "processar e julgar, exclusivamente, os executivos fiscais da Fazenda Estadual e Municipal, as ações correlatas e os incidentes deles decorrentes, com exceção das ações referentes a débitos fiscais não inseridos em dívida ativa". A instalação da referida vara ocorreu aos 12/12/2014, conforme fixado no art. 1° do Provimento n° 31/2014-CM, disponibilizado no Diário da Justiça Eletrônico do mesmo dia. Neste sentido, em se tratando de demanda própria a discussão de matéria relativa à suspensão de efeitos, desconstituição ou contestação parcial de crédito descrito em certidão de dívida ativa e/ou seus efeitos, firmou-se a competência da Vara Especializada de Execução Fiscal da Comarca de Cuiabá. A respeito: CONFLITO DE COMPETÊNCIA — AÇÃO CONSTITUTIVA DE ANULAÇÃO DE PROTESTO DE DÉBITO FISCAL PRESCRITO — DÉBITO INSERIDO EM DÍVIDA ATIVA — COMPETÊNCIA DA VARA ESPECIALIZADA DE EXECUÇÃO FISCAL — RESOLUÇÃO Nº 23, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2013, TJ/MT. Nos termos da Resolução nº 23, de 21 de novembro de 2013, do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, artigo 2º, à Vara Especializada de Execução Fiscal da Comarca de Cuiabá compete: "Processar e julgar, exclusivamente, os executivos fiscais da Fazenda Estadual e Municipal, as ações correlatas e os incidentes deles decorrentes, com exceção das ações referentes a débitos fiscais não inseridos em dívida ativa". Comprovado que o débito está inserido em dívida ativa, a competência é da referida Vara. Conflito julgado improcedente." (CC 37907/2016, DES. LUIZ CARLOS DA COSTA, TURMA DE CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO, Julgado em 16/09/2016, Publicado no DJE 23/09/2016) g.n. Nesse contexto, verificada a incompetência de natureza absoluta, matéria cognoscível de ofício (art. 64,§ 1º, CPC), impõe-se sua declaração. Ante o exposto, declara-se, de ofício, a incompetência absoluta deste juízo e determina-se a remessa dos autos à Vara Especializada de Execução Fiscal. Intime-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1019878-44.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
GLAUCIO LUIZ SOUTO RIBEIRO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MONICA ALBERNAZ HORTENSI OAB - MT16086-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
DEPARTAMENTO DE TRANSITO DETRAN (REQUERIDO)
LEDEIR CARLOS DE PAULA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DECISÃO Numero do Processo: 1019878-44.2019.8.11.0001 REQUERENTE: GLAUCIO LUIZ SOUTO RIBEIRO REQUERIDO: LEDEIR CARLOS DE PAULA, DEPARTAMENTO DE TRANSITO DETRAN Vistos, etc. Trata-se de reclamação cujo escopo é obter declaração de negativa de propriedade e suspensão de débitos tributários inscritos em dívida ativa. A Resolução n° 023/2013/TP autorizou a instalação de uma Vara Especializada de Execução Fiscal da Comarca de Cuiabá, atribuindo ao referido Juízo, nos termos de seu art. 2°, a competência para "processar e julgar, exclusivamente, os executivos fiscais da Fazenda Estadual e Municipal, as ações correlatas e os incidentes deles decorrentes, com exceção das ações referentes a débitos fiscais não inseridos em dívida ativa". A instalação da referida vara ocorreu aos 12/12/2014, conforme fixado no art. 1° do Provimento n° 31/2014-CM, disponibilizado no Diário da Justiça Eletrônico do mesmo dia. Neste sentido, em se tratando de demanda própria a discussão de matéria relativa à suspensão de efeitos, desconstituição ou contestação parcial de crédito descrito em certidão de dívida ativa e/ou seus efeitos, firmou-se a competência da Vara Especializada de Execução Fiscal da Comarca de Cuiabá. A respeito: CONFLITO DE COMPETÊNCIA — AÇÃO CONSTITUTIVA DE ANULAÇÃO DE PROTESTO DE DÉBITO FISCAL PRESCRITO — DÉBITO INSERIDO EM DÍVIDA ATIVA — COMPETÊNCIA DA VARA ESPECIALIZADA DE EXECUÇÃO FISCAL — RESOLUÇÃO Nº 23, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2013, TJ/MT. Nos termos da Resolução nº 23, de 21 de novembro de 2013, do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, artigo 2º, à Vara Especializada de Execução Fiscal da Comarca de Cuiabá compete: "Processar e julgar, exclusivamente, os executivos fiscais da Fazenda Estadual e Municipal, as ações correlatas e os incidentes deles decorrentes, com exceção das ações referentes a débitos fiscais não inseridos em dívida ativa". Comprovado que o débito está inserido em dívida ativa, a competência é da referida Vara. Conflito julgado improcedente." (CC 37907/2016, DES. LUIZ CARLOS DA COSTA, TURMA DE CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO, Julgado em 16/09/2016, Publicado no DJE 23/09/2016) g.n. Nesse contexto, verificada a incompetência de natureza absoluta, matéria cognoscível de ofício (art. 64,§ 1º, CPC), impõe-se sua declaração. Ante o exposto, declara-se, de ofício, a incompetência absoluta deste juízo e determina-se a remessa dos autos à Vara Especializada de Execução Fiscal. Intime-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1020718-54.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
VALQUIRIA DE CARVALHO AZEVEDO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ADRIANO DE AZEVEDO ARAUJO OAB - MT13179-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DECISÃO Numero do Processo: 1020718-54.2019.8.11.0001 REQUERENTE: VALQUIRIA DE CARVALHO AZEVEDO REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Trata-se de reclamação com pretensão de cobrança dos valores que foram, indevidamente descontados para a previdência social. O artigo 3º da Lei 12.153/2009 estabelece que o juiz poderá, de ofício ou a requerimento das partes, deferir quaisquer providências cautelares e antecipatórias no curso do processo, para evitar dano de difícil ou de incerta reparação. Na espécie incide vedação ao deferimento da tutela na forma pretendida, haja vista que determinar, de forma provisória, a liberação de recursos afronta o estabelecido pelos artigos 1º[1] e 2-B da Lei 9494/97[2]. Ante o exposto, INDEFERE-SE o pedido de tutela de urgência. Intime-se a parte autora para apresentar cálculo atualizado até a data da distribuição do valor retroativo que pretende receber, observando o teto dos juizados especiais fazendários (Lei 12.153/09), no prazo de 15 dias, sob pena de extinção. Após, conclusos. Intime-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito [1] Art. 1º Aplica-se à tutela antecipada prevista nos arts. 273 e 461 do Código de Processo Civil o disposto nos arts. 5º e seu parágrafo único e 7º da Lei nº 4.348, de 26 de junho de 1964, no art. 1º e seu § 4º da Lei nº 5.021, de 9 de junho de 1966, e nos arts. 1º, 3º e 4º da Lei nº 8.437, de 30 de junho de 1992. Art. 2º-B. A sentença que tenha por objeto a liberação de recurso, inclusão em folha de pagamento, reclassificação, equiparação, concessão de aumento ou extensão de vantagens a servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive de suas autarquias e fundações, somente poderá ser executada após seu trânsito em julgado. (Incluído pela Medida provisória nº 2.180-35, de 2001). g.n.

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1018399-16.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
GENISE MARTINS DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS ROSSATO DA SILVA AVILA OAB - MT0010309A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV (REQUERIDO)
Estado de Mato Grosso (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DECISÃO Numero do Processo: 1018399-16.2019.8.11.0001 REQUERENTE: GENISE MARTINS DA SILVA REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO, MATO GROSSO PREVIDENCIA

- MTPREV Vistos, etc. Trata-se de reclamação na qual a parte autora requer "c Seja concedida a liminar INAUDITA ALTERA PARTE para que o Estado cesse o desconto da previdência incidente sobre a função gratificada". g.n. Em síntese, a parte autora aduz que está sofrendo retenção de contribuição previdenciária em valor maior que o devido sobre verbas não incorporáveis ao cálculo para concessão de aposentadoria. O artigo 3º da Lei 12.153/2009 estabelece que o juiz poderá, de ofício, ou a requerimento das partes, deferir quaisquer providências cautelares e antecipatórias no curso do processo, para evitar dano de difícil ou de incerta reparação. Extrai-se da documentação acostada que alguns dos comprovantes financeiros apresentam desconto a título de contribuição previdenciária incidente sobre FDE – Dir. Escola/PEB. O Supremo Tribunal Federal, aos 11/10/2018, concluiu o julgamento do RE 593068. No recurso, ao qual foi atribuída repercussão geral (Tema 163), a Corte fixou a seguinte tese: "Não incide contribuição previdenciária sobre verba não incorporável aos proventos de aposentadoria do servidor público, tais como 'terço de férias', 'serviços extraordinários', 'adicional noturno' e 'adicional de insalubridade'"[1] Segundo a decisão proferida pelo STF, não deve incidir desconto a título de contribuição previdenciária sobre as verbas não incorporáveis aos proventos de aposentadoria. Observa-se que estão presentes os requisitos necessários para a concessão da tutela provisória, sendo a probabilidade do direito decorrente da comprovação de retenção, aparentemente, em valor maior que o devido e o perigo de dano do risco de se manter redução, em tese inapropriada, sobre verba de caráter alimentar. Ante o exposto, defere-se o pedido de tutela provisória para determinar aos requeridos que, no prazo de 15 dias, suspendam a cobrança de contribuição previdenciária sobre FDE – Dir. Escola/PEB pago à parte autora, até ulterior deliberação deste juízo, sob pena de imposição de multa. Dispensa-se a audiência de conciliação, com amparo no Enunciado n.º 1[2], aprovado no XIII Encontro dos Juízes dos Juizados Especiais. Cite(m)-se o(s) requerido(s), com as advertências legais, especialmente para apresentar(em) a documentação de que disponha(m) para esclarecimento da causa, nos termos do artigo 9º da Lei 12.153/2009 e, querendo, contestar, no prazo de 30 (trinta) dias. Apresentada contestação, intime-se a parte autora para, querendo, impugnar no prazo de 15 (quinze) dias. Após, conclusos para sentença. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito [1] Decisão: O Tribunal, por maioria, apreciando o tema 163 da repercussão geral, deu parcial provimento ao recurso extraordinário para determinar a restituição das parcelas não prescritas, nos termos do voto do Relator, vencidos os Ministros Teori Zavascki, Dias Toffoli (Presidente), Marco Aurélio e Gilmar Mendes. Em seguida, por maioria, fixou-se a seguinte tese: "Não incide contribuição previdenciária sobre verba não incorporável aos proventos de aposentadoria do servidor público, tais como 'terço de férias', 'serviços extraordinários', 'adicional noturno' e 'adicional de insalubridade'", vencido o Ministro Marco Aurélio. Não votou o Ministro Alexandre de Moraes, sucessor do Ministro Teori Zavascki. Ausente, justificadamente, o Ministro Celso de Mello. Plenário, 11.10.2018. (http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=2639193). [2]Enunciado 1 – A critério do juiz, poderá ser dispensada a realização da audiência de conciliação, no âmbito do Juizado Especial da fazenda Pública, desde que fixe o prazo de 30 (trinta) dias para apresentar defesa (APROVADO XIII ENCONTRO – CUIABÁ).

Decisão Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1019759-83.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CLEITON DE SOUZA JACOBINA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARLON ARTHUR PANIAGO DE OLIVEIRA OAB - MT15828/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Estado de Mato Grosso (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DECISÃO Numero do Processo: 1019759-83.2019.8.11.0001 REQUERENTE: CLEITON DE SOUZA JACOBINA REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Trata-se de AÇÃO ORDINÁRIA COM PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA, na qual a parte autora postula declaração de estabilidade definitiva decorrente de nomeação e convocação de forma espontânea pelo Estado de Mato Grosso. Extrai-se da inicial a narrativa de que: "O Demandante já exerce o cargo de Investigador de Polícia do Estado de Mato Grosso, houve no entanto, uma decisão liminar que apenas determinou o seu prosseguimento nas próximas fases do referido certame, liminar concedida na Medida Cautelar Inominada, Cod. Processo: 1048448 Número Único: 45708-45.2015.811.0041, em trâmite na Terceira Vara Especializada da Fazenda Pública, na Comarca de Cuiabá, porém, ingressa com a presente ação para ver conhecida e declarada a estabilidade definitiva, em virtude da nomeação e convocação do Autor de forma espontânea pelo do Estado, com a manutenção definitivamente do Autor no cargo de Investigador de Polícia Civil do Estado de Mato Grosso, uma vez que ficou demonstrada a estabilidade da relação entre as partes, considerando a nomeação, posse e exercício no cargo, ocorrida em janeiro (nomeado em 22/01) e fevereiro (posse e efetivo exercício em 19/02) de 2016, por ato espontâneo da Administração Pública (ex officio), como consolidada e irreversível, após quase 04 (quatro) anos de serviços ininterruptos perante a Polícia Civil do Estado de Mato Grosso, ante o inegável preenchimento dos requisitos exigidos par o cargo e, com fundamento nos princípios constitucionais da segurança jurídica (proteção da confiança), boa-fé, vedação ao comportamento contraditório ("cláusula venire contra factum proprium"), da ausência de prejuízo relevante para as partes (pas de nulité sans grief), dignidade da pessoa humana e da razoabilidade, restando apenas o viés da ação ordinária." No caso dos autos, o autor defende que a extrapolação do cumprimento da ordem mandamental lhe ocasiona o direito de permanência no serviço público. O CPC estabelece que: Art. 286. Serão distribuídas por dependência as causas de qualquer natureza: I - quando se relacionarem, por conexão ou continência, com outra já ajuizada; (destaquei). Sabe-se que: "Reputam-se conexas 2 (duas) ou mais ações, quando lhes for comum o objeto ou a causa de pedir".(CPC - Art. 55). A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, sob a égide do CPC/73, já vinha sinalizando que o juiz deveria dar interpretação com significativa amplitude para identificar conexas, senão vejamos: "A conexão pressupõe a existência de causas que, embora não sejam iguais, guardam em si algum vínculo, uma relação de afinidade, o que denota que o alcance da regra de conexão tem sido alargado, de modo a se interpretar o vocábulo "comum", contido no texto legal, como uma indicação do legislador de que, para caracterizar a conexão, seria desnecessária a identidade total dos elementos da ação, bastando tão somente uma identidade parcial"(STJ-3ª T., REsp 1.226.016, Min. Nancy Andrighi, j. 15.3.11, DJ 25.3.11).(g.n.) Com a vigência do Código de Processo Civil 2015, além de manter-se a redação original do art. 103 do CPC (correspondente ao 55 no código novo), criou-se uma nova possibilidade de reunião de processo, ainda que sem vínculo de conexão, hipótese que vem descrita no § 3º do art. 55, nos seguintes termos: § 3º Serão reunidos para julgamento conjunto os processos que possam gerar riscos de prolação de decisões conflitantes ou contraditórias caso decididos separadamente, mesmo sem conexão entre eles.(g.n.) Sobre a novidade legislativa Daniel Amorim Assumpção Neves esclarece: " Novidade significativa quanto ao efeito da conexão é encontrada no § 3º do artigo em comento. O dispositivo prevê a reunião de processos, mesmo não conexos, sempre que exista risco de prolação de decisões conflitantes ou contraditórias, caso sejam decididos separadamente (diferentes juízos). A reunião nessas circunstâncias já vinha sendo aceita pelo Superior Tribunal de Justiça, ainda que por meio da extensão do conceito de conexão (STJ, 1ª Seção, CC 55.584/SC, rel Min. Luiz Fux, j.12/08/2009, Dje 05/10/2009), ou até mesmo reconhecendo não se tratar de identidade de causa de pedir ou de pedido, mas de meras situações análogas(...)". Na hipótese, é clara a possibilidade de decisões conflitantes, haja vista a identidade de objeto do mandado de segurança e da ação declaratória, pois o fundamento da determinação do prosseguimento no certame, oriunda do juízo fazendário, é vinculada à causa de pedir desta ação. Portanto, caso seja revogada a liminar no mandado de segurança, notadamente em face do seu caráter de precariedade, o requerente deverá ser desligado do serviço público e, é exatamente essa situação que o autor pretende coibir com a presente ação. Ademais, há inegável relação de prejudicialidade entre as ações. Registra-se, por oportuno, a jurisprudência do STF (RE 608482 / RN - RIO GRANDE DO NORTE), o que poderia ensejar conflito entre decisões judiciais. Nesse quadro, verifica-se que a providência mais adequada é a distribuição desta ação ao mesmo juízo, razão pela qual é de se determinar a reunião de processos pela potencial aplicação do disposto no

§ 3º do art. 55 do CPC, no juízo prevento, qual seja, da 3ª Vara Especializada da Fazenda Pública. Desse modo, cumpre ao Juízo corrigir, de ofício, a distribuição, conforme determina a norma inserta no Art. 288 do CPC, pois desde o início era de se ter observada a regra de distribuição por dependência, na forma do art. 283, I e III do CPC/2015. Ante ao exposto, reconhece-se e declara-se a conexão na forma do art. 55 do CPC/2015 e determina-se a REDISTRIBUIÇÃO ao Juízo da 3ª Vara Especializada da Fazenda Pública em razão da conexão com os autos do mandado de segurança Cod. Processo: 1048448 Número Único: 45708-45.2015.811.0041. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1019979-81.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
NAIARA VILELA MARTINS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARLON ARTHUR PANIAGO DE OLIVEIRA OAB - MT15828/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Estado de Mato Grosso (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DECISÃO Numero do Processo: 1019979-81.2019.8.11.0001 REQUERENTE: NAIARA VILELA MARTINS REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Trata-se de AÇÃO ORDINÁRIA COM PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA na qual a parte autora postula declaração de estabilidade definitiva decorrente de nomeação e convocação de forma espontânea pelo Estado de Mato Grosso. Extrai-se da inicial a narrativa de que: "A Demandante já exerce o cargo de Investigadora de Polícia do Estado de Mato Grosso, houve no entanto, uma decisão liminar que apenas determinou o seu prosseguimento nas próximas fases do referido certame, liminar concedida no Mandamus, Cod. Processo: 887668 Numero Único: 21714- 22.2014.811.0041, em trâmite na Terceira Vara Especializada da Fazenda Pública, na Comarca de Cuiabá, porém, ingressa com a presente ação para ver conhecida e declarada a sua estabilidade definitiva, em virtude da nomeação e convocação da Autora de forma espontânea pelo do Estado, com a manutenção definitivamente da Autora no cargo de Investigadora de Polícia Civil do Estado de Mato Grosso, uma vez que ficou demonstrada a estabilidade da relação entre as partes, considerando a nomeação, posse e exercício no cargo, ocorrida em janeiro (nomeada em 22/01) e fevereiro (posse e efetivo exercício em 19/02) de 2016, por ato espontâneo da Administração Pública (ex officio), como consolidada e irreversível, após quase 04 (quatro) anos de serviços ininterruptos perante a Polícia Civil do Estado de Mato Grosso, ante o inegável preenchimento dos requisitos exigidos par o cargo e, com fundamento nos princípios constitucionais da segurança jurídica (proteção da confiança), boa-fé, vedação ao comportamento contraditório ("cláusula venire contra factum proprium"), da ausência de prejuízo relevante para as partes (pas de nulité sans grief), dignidade da pessoa humana e da razoabilidade, restando apenas o viés da ação ordinária." No caso dos autos, em síntese, a parte autora defende que a extrapolação do cumprimento da ordem mandamental, com a posse voluntariamente determinada, lhe ocasiona o direito de permanência no serviço público. O CPC estabelece que: Art. 286. Serão distribuídas por dependência as causas de qualquer natureza: I - quando se relacionarem, por conexão ou continência, com outra já ajuizada; (destaquei). Sabe-se que: "Reputam-se conexas 2 (duas) ou mais ações, quando lhes for comum o objeto ou a causa de pedir".(CPC - Art. 55). A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, sob a égide do CPC/73, já vinha sinalizando que o juiz deveria dar interpretação com significativa amplitude para identificar conexas, senão vejamos: "A conexão pressupõe a existência de causas que, embora não sejam iguais, guardam em si algum vínculo, uma relação de afinidade, o que denota que o alcance da regra de conexão tem sido alargado, de modo a se interpretar o vocábulo "comum", contido no texto legal, como uma indicação do legislador de que, para caracterizar a conexão, seria desnecessária a identidade total dos elementos da ação, bastando tão somente uma identidade parcial"(STJ-3ª T., REsp 1.226.016, Min. Nancy Andrighi, j. 15.3.11, DJ 25.3.11).(g.n.) Com a vigência do Código de Processo Civil 2015, além de manter-se a redação original do art. 103 do CPC (correspondente ao 55 no código novo), criou-se uma nova possibilidade de reunião de processo, ainda que sem vínculo de conexão, hipótese que vem descrita no § 3º do art. 55, nos seguintes termos: § 3º Serão reunidos para julgamento conjunto os processos que possam gerar riscos de prolação de decisões conflitantes ou contraditórias caso decididos separadamente, mesmo sem conexão entre eles.(g.n.) Sobre a novidade legislativa Daniel Amorim Assumpção Neves esclarece: " Novidade significativa quanto ao efeito da conexão é encontrada no § 3º do artigo em comento. O dispositivo prevê a reunião de processos, mesmo não conexos, sempre que exista risco de prolação de decisões conflitantes ou contraditórias, caso sejam decididos separadamente (diferentes juízos). A reunião nessas circunstâncias já vinha sendo aceita pelo Superior Tribunal de Justiça, ainda que por meio da extensão do conceito de conexão (STJ, 1ª Seção, CC 55.584/SC, rel Min. Luiz Fux, j.12/08/2009, Dje 05/10/2009), ou até mesmo reconhecendo não se tratar de identidade de causa de pedir ou de pedido, mas de meras situações análogas(...)". Na hipótese, é clara a possibilidade de decisões conflitantes por juízos diversos haja vista a identidade de objeto do mandado de segurança e da ação declaratória, pois o fundamento da determinação de prosseguimento no certame, oriunda do juízo fazendário, é vinculada à causa de pedir desta ação. Se revogada a liminar no mandado de segurança, o requerente deverá ser desligado do serviço público e é essa situação que se pretende coibir com a presente ação, a qual, evidentemente, é conexa ao mandado de segurança com o qual também guarda relação de prejudicialidade, pois o próprio interesse de agir está vinculado a uma decisão na ação mandamental. Registra-se, por oportuno, a jurisprudência do STF (RE 608482 / RN - RIO GRANDE DO NORTE), o que poderia ensejar conflito entre decisões judiciais. Nesse quadro, verifica-se que a providência mais adequada é a distribuição desta ação ao mesmo juízo, razão pela qual é de se determinar a reunião de processos pela potencial aplicação do disposto no § 3º do art. 55 do CPC, no juízo prevento, qual seja, da 3ª Vara Especializada da Fazenda Pública. Desse modo, cumpre ao Juízo corrigir, de ofício, a distribuição, conforme determina a norma inserta no Art. 288 do CPC, pois desde o início era de se ter observada a regra de distribuição por dependência, na forma do art. 283, I e III do CPC/2015. Ante ao exposto, reconhece-se e declara-se a conexão na forma do art. 55 do CPC/2015 e determina-se a REDISTRIBUIÇÃO ao Juízo da 3ª Vara Especializada da Fazenda Pública em razão da conexão com os autos do mandado de segurança Cod. Processo: 887668 Numero Único: 21714-22.2014.811.0041. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1020168-59.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE ADRIAO DE SOUZA NETO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Bruno José Ricci Boa Ventura OAB - MT9271-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DECISÃO Numero do Processo: 1020168-59.2019.8.11.0001 REQUERENTE: JOSE ADRIAO DE SOUZA NETO REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Trata-se de reclamação na qual a parte autora postula liminar para que seja determinado o retorno ao cargo público do qual pediu exoneração, por vício no consentimento. Em síntese, a parte autora aduz que é servidor do Poder Judiciário e foi compelido a se desligar do vínculo de professor (SEDUC) em razão de terem sido inacumuláveis os cargos públicos. Todavia, o TJMT concluiu posteriormente pela legalidade da cumulação. O artigo 3º da Lei 12.153/2009 estabelece que o juiz poderá, de ofício ou a requerimento das partes, deferir quaisquer providências cautelares e antecipatórias no curso do processo, para evitar dano de difícil ou de incerta reparação. Na espécie, não se identificam elementos que autorizem a concessão da tutela de urgência, mormente a probabilidade do direito. Na espécie incide vedação ao deferimento da tutela na forma pretendida, haja vista que determinar o retorno imediato ao cargo de professor implica em condicionar a Fazenda Pública a realizar pagamento provisório, a liberação de recurso sem chancela de definitividade e certeza não é possível face à necessidade de observância dos limites

estabelecidos pelos artigos 1º[1] e 2-B da Lei 9494/97[2]. Ante o exposto, INDEFERE-SE o pedido de tutela provisória. Dispensa-se a audiência de conciliação, com amparo no Enunciado 1. Cite-se o requerido com as advertências legais, para, querendo, contestar no prazo de 30 dias e apresentar a documentação de que disponha para esclarecimento da causa, nos termos do artigo 9º da Lei 12.153/2009. Apresentada contestação, intime-se a parte autora para, querendo, impugnar, no prazo de 15 dias. Após, conclusos para a sentença. Intime-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito [1] Art. 1º Aplica-se à tutela antecipada prevista nos arts. 273 e 461 do Código de Processo Civil o disposto nos arts. 5º e seu parágrafo único e 7º da Lei nº 4.348, de 26 de junho de 1964, no art. 1º e seu § 4º da Lei nº 5.021, de 9 de junho de 1966, e nos arts. 1º, 3º e 4º da Lei nº 8.437, de 30 de junho de 1992. Art. 2º-B. A sentença que tenha por objeto a liberação de recurso, inclusão em folha de pagamento, reclassificação, equiparação, concessão de aumento ou extensão de vantagens a servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive de suas autarquias e fundações, somente poderá ser executada após seu trânsito em julgado. (Incluído pela Medida provisória nº 2.180-35, de 2001). g.n.

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020776-57.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CAIO FERNANDES MENDES SILVA (INTERESSADO)
Parte(s) Polo Passivo:
AMILTON BATISTA VIANA (REQUERIDO)
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
JANDA SANTANA (REQUERIDO)
DETRAN MT (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DECISÃO Numero do Processo: 1020776-57.2019.8.11.0001 INTERESSADO: CAIO FERNANDES MENDES SILVA REQUERIDO: DETRAN MT, ESTADO DE MATO GROSSO, AMILTON BATISTA VIANA, JANDA SANTANA Vistos, etc. Trata-se de reclamação com o seguinte pedido de tutela provisória: b) Ante os relevantes fundamentos jurídicos, se digne Vossa Excelência conceder a tutela provisória de urgência para determinar ao DETRAN/MT: (a) se abstenha de lançar no prontuário de condutor do Autor os pontos referentes a(s) infração(ões) que porventura for(em) lavrada(s) entre a data em que tal autarquia for citada dos termos desta lide até o julgamento deste feito; (b) se abstenha de cobrar o Licenciamento Obrigatório e o Seguro Obrigatório do Autor referente ao veículo aqui identificado; (c) se abstenha de informar os dados cadastrais do Autor como sendo o proprietário do veículo aqui identificado para a SEFAZ cobrar o IPVA, e para as autoridades de trânsito lançarem futura(s) infração(ões) de trânsito cometida(s) pela(os) usuária(os) do veículo;: Em síntese, aponta a parte autora que vendeu um veículo que não foi transferido junto ao órgão de trânsito e está gerando débitos em seu nome. Embora inscrito em dívida ativa, há notícia de quitação do débito de modo que não é objeto da ação a discussão de débito tributário inscrito. Na espécie, nessa fase de cognição sumária, não se identificam os requisitos próprios ao excepcional deferimento da tutela, notadamente quanto à comprovação da probabilidade do direito, mormente diante de ausência de prova do alegado negócio jurídico. Ante o exposto, indefere-se o pedido de tutela provisória de urgência. Designe-se audiência de conciliação. Cite(m)-se a(s) pessoa(s) jurídica(s) de direito público com as advertências legais, especialmente para apresentar(em) a documentação de que disponha(m) para esclarecimento da causa, nos termos do artigo 9º da Lei 12.153/2009 e a(s) pessoa(s) natural(ais) na forma da Lei 9.099/95. Expeça-se o necessário. Intime-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020514-10.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
SONIA REGINA BORGES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GONCALO DE SOUZA SILVA OAB - MT0019148A (ADVOGADO(A))
MARLI DANTAS DO NASCIMENTO OAB - MT20781/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DECISÃO Numero do Processo: 1020514-10.2019.8.11.0001 REQUERENTE: SONIA REGINA BORGES REQUERIDO: MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV Vistos, etc. Pretende a parte autora a concessão de tutela provisória que determine ao requerido a modificação na forma de descontos previdenciários. O artigo 3º da Lei 12.153/2009 diz que o juiz poderá, de ofício, ou a requerimento das partes, deferir quaisquer providências cautelares e antecipatórias no curso do processo, para evitar dano de difícil ou de incerta reparação. Nessa fase de cognição sumária, não exauriente, não se verificam os requisitos próprios à concessão da tutela pretendida. Não se identifica perigo de se aguardar o julgamento de mérito, notadamente na espécie em que há vínculo permanente entre as partes, pois a parte requerente é servidora efetiva. Além disso, convém facultar a oitiva da parte contrária, haja vista que a decisão do TCE mencionada pela parte autora ainda é objeto de deliberação, haja vista que está em trâmite o pedido de rescisão interposto pelo Ministério Público de Contas (n.º 16906-4.2018). Ante o exposto, INDEFERE-SE o pedido de tutela provisória. Designe-se audiência de conciliação. Cite-se o requerido, com as advertências legais, especialmente para apresentar a documentação de que disponha para esclarecimento da causa, nos termos do artigo 9º da Lei 12.153/2009. Intime-se. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1020310-40.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
TAIS MAIA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ADRIANE SANTOS DOS ANJOS OAB - MT18378-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RÉU)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DECISÃO Numero do Processo: 1020310-40.2019.8.11.0041 AUTOR(A): TAIS MAIA SILVA RÉU: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Considerando que há erro de distribuição no tocante à classificação do processo, retifique a secretaria a autuação e certifique acerca da citação e intimação para a sessão conciliatória. Trata-se de pedido de reconsideração da liminar indeferida. Não há risco de perecimento do direito haja vista que, conforme atestado colacionado, a requerente atualmente se encontra com afastamento das suas funções por 60 dias, a contar de 22/11/2019, portanto, em situação fática que inclusive veda a realização da remoção, seja ela por determinação judicial ou administrativa, haja vista o preceituado na Lei Complementar 407/2010, no art 136, verbis: Art. 136 O exercício terá início dentro de 15 (quinze) dias contados: I - da data da posse II - da data da ciência do ato nos casos de remoção. (g.n.) É cediço que a condição legal não pode ser atendida pela autora, a qual, em caso de remoção deveria entrar em exercício no prazo de 15 dias, o que evidentemente não seria possível em razão da licença médica vigente. Além disso, há que se considerar que na vigência da licença médica não se tem sequer a certeza do retorno do servidor em face da possibilidade de sua prorrogação, de modo que, completamente impróprio, neste momento, realizar modificação de lotação. Em desfavor da Fazenda Pública, considerando tratar-se de interesse indisponível (art. 345, inciso II, do CPC), não há falar em produção dos efeitos materiais da revelia, de sorte que ainda continua com a parte autora com o ônus de provar os fatos constitutivos do seu direito, neste sentido: "(...) A contumácia da municipalidade não produz os efeitos da revelia quanto à veracidade dos fatos alegados, em face à indisponibilidade do direito em jogo (...)". (1ª Câmara Cível, Reexame Necessário de sentença Classe II - 27 - nº 4.923 - Várzea Grande/MT/, julgamento unânime em 16.6.2000, dele tomando parte o Exmo. Desembargadores ORLANDO DE ALMEIDA PERRI (Relator), o Exmo. Desembargadores JURANDIR FLORÊNCIO DE CASTILHO (Revisor) e o Exmo. Desembargadores LICÍNIO CARPINELLI STEFANI (Vogal). Por fim, considerando a juntada de documentos novos pela parte autora após a realização da sessão de conciliação, intime-se o ESTADO DE MATO

GROSSO para se manifestar acerca dos aludidos documentos, no prazo de 15 dias. Após, conclusos para a sentença. Intime-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1000271-45.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LAURINDA JESUS DE SOUZA (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
Estado de Mato Grosso (REQUERIDO)
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO (REQUERIDO)
JOHN KENID EUDAGUIA DA SILVA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DECISÃO Numero do Processo: 1000271-45.2019.8.11.0001 REQUERENTE: LAURINDA JESUS DE SOUZA REQUERIDO: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO, ESTADO DE MATO GROSSO, JOHN KENID EUDAGUIA DA SILVA Vistos, etc. Trata-se de AÇÃO DECLARATÓRIA NEGATIVA DE PROPRIEDADE DE VEÍCULO E DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA TRIBUTÁRIA C/C COMINATÓRIA DE OBRIGAÇÃO DE FAZER cujo escopo, dentre outros, é eximir-se da responsabilidade pelos tributos, já inscritos em dívida ativa. A Resolução n° 023/2013/TP autorizou a instalação da Vara Especializada de Execução Fiscal da Comarca de Cuiabá, atribuindo ao referido Juízo, nos termos do art. 2°, a competência para "processar e julgar, exclusivamente, os executivos fiscais da Fazenda Estadual e Municipal, as ações correlatas e os incidentes deles decorrentes, com exceção das ações referentes a débitos fiscais não inseridos em dívida ativa". (g.n.) A instalação da referida vara ocorreu no dia 12/12/2014, conforme fixado no art. 1° do Provimento n° 31/2014-CM, disponibilizado no Diário da Justiça Eletrônico do mesmo dia. Neste sentido, em se tratando de demanda própria a discussão de matéria relativa à suspensão de efeitos, desconstituição ou contestação, ainda que parcial, de crédito inscrito em dívida ativa, firmou-se a competência da Vara Especializada de Execução Fiscal da Comarca de Cuiabá. A respeito do tema, o Egrégio Tribunal de Justiça possui os seguintes precedentes: CONFLITO DE COMPETÊNCIA — AÇÃO CONSTITUTIVA DE ANULAÇÃO DE PROTESTO DE DÉBITO FISCAL PRESCRITO — DÉBITO INSERIDO EM DÍVIDA ATIVA — COMPETÊNCIA DA VARA ESPECIALIZADA DE EXECUÇÃO FISCAL — RESOLUÇÃO Nº 23, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2013, TJ/MT. Nos termos da Resolução nº 23, de 21 de novembro de 2013, do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, artigo 2º, à Vara Especializada de Execução Fiscal da Comarca de Cuiabá compete: "Processar e julgar, exclusivamente, os executivos fiscais da Fazenda Estadual e Municipal, as ações correlatas e os incidentes deles decorrentes, com exceção das ações referentes a débitos fiscais não inseridos em dívida ativa". Comprovado que o débito está inserido em dívida ativa, a competência é da referida Vara. Conflito julgado improcedente." (CC 37907/2016, DES. LUIZ CARLOS DA COSTA, TURMA DE CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO, Julgado em 16/09/2016, Publicado no DJE 23/09/2016) (g.n.) CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA – MEDIDA CAUTELAR DE CAUÇÃO PARA FINS DE OBTENÇÃO DE CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA – JUÍZO COMPETENTE PARA APRECIAÇÃO DA EXECUÇÃO FISCAL – ART. 800 DO CPC/1973 – COMPETÊNCIA DO JUÍZO SUSCITANTE – CONFLITO IMPROCEDENTE. A ação cautelar de caução, que visa obtenção da certidão prevista do art. 206 do CTN, deve ser processada no Juízo competente para a apreciação da execução fiscal, uma vez que guardam relação de acessoriedade. (CC 25681/2016, DES. JOSÉ ZUQUIM NOGUEIRA, TURMA DE CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO, Julgado em 02/03/2017, Publicado no DJE 23/03/2017). (g.n.) APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO CAUTELAR DE SUSTAÇÃO DE PROTESTO – PROTESTO EXTRAJUDICIAL – AUTO DE INFRAÇÃO – CDA – DECLARADA A INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA DA VARA ESPECIALIZADA DA FAZENDA PÚBLICA PARA PROCESSAR E JULGAR AÇÃO – PROCESSO EXTINTO – LEI Nº 12.153 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009 – VEDA A TRAMITAÇÃO DAS AÇÕES DE EXECUÇÃO FISCAL NO JUIZADO DA FAZENDA PÚBLICA – SÚMULA 10 – PROIBIÇÃO DE TRAMITAÇÃO DE AÇÃO CAUTELAR NO JUIZADO DA FAZENDA PÚBLICA–SÚMULA 10 – PROIBIÇÃO DE TRAMITAÇÃO DE AÇÃO CAUTELAR NO JUIZADO ESPECIAL DE MATO GROSSO – COMPETÊNCIA DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA PARA TRAMITAÇÃO DOS AUTOS ANTE A CONEXÃO ENTRE A AÇÃO ORDINÁRIA E A EXECUÇÃO FISCAL. RECURSO PROVIDO. "A conexão (art. 103 do CPC) constitui uma regra de modificação da competência, fazendo com que as causas conexas sejam reunidas para obter julgamento conjunto, com o escopo de evitar decisões conflitantes." (Processo – CC 126681 RJ 2013/0031432-1 – Relator(a) – Ministra Nancy Andrighi – Julgamento – 13/08/2014 – Órgão Julgador – S2 – Segunda Seção – Publicação – Dje 19/08/2014)." (TJMT – QUARTA CÂMARA CÍVEL – APELAÇÃO Nº 117312/2014 – CLASSE CNJ – 198 COMARCA CAPITAL - Número do Protocolo: 117312/2014 – Data de Julgamento:28-07-2015). Do teor da jurisprudência colacionada extrai-se que este juízo não possui competência para julgar as ações relativas a débitos fiscais inseridos em dívida ativa. Nesse contexto, verificada a incompetência de natureza absoluta, matéria cognoscível de ofício (art. 64,§ 1º, CPC), impõe-se sua declaração. Ante o exposto, declaro, de ofício, a incompetência absoluta deste juízo e determino a remessa dos autos à Vara Especializada de Execução Fiscal. Intime-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-133 EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA
Processo Número: 1020912-54.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
FERNANDO MENDES NEITZKE (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FERNANDO MENDES NEITZKE OAB - MT8234/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DO MATO GROSSO (EXECUTADO)
GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DECISÃO Numero do Processo: 1020912-54.2019.8.11.0001 EXEQUENTE: FERNANDO MENDES NEITZKE EXECUTADO: ESTADO DO MATO GROSSO, GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Considerando a decisão proferida pela Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, que decidiu que serão julgados como repetitivos três recursos sobre o tema tratados nos presentes autos, quais sejam: REsp 1.692.023[1], REsp 1.699.851[2] e o EREsp 1.163.020, bem como determinou a suspensão, em todo o território nacional, dos processos pendentes, individuais ou coletivos, que versem sobre a questão determino, em cumprimento à decisão proferida no Tribunal Superior, que se aguarde em Secretaria até a comunicação acerca da modificação da ordem determinada por aquela Corte. Aguarde-se em Secretaria no lote de processos suspensos por força de decisão proferida por Tribunal Superior. Intime-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito [1] ProAfR no RECURSO ESPECIAL Nº 1.692.023-MT (2017/0170364-8) – Min. Herman Benjamin; [2] CERTIDÃO Certifico que a egrégia PRIMEIRA SEÇÃO, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão virtual com término nesta data, proferiu a seguinte decisão: A PRIMEIRA SEÇÃO, por maioria, afetou o processo ao rito dos recursos repetitivos (RISTJ, art. 257-C), suspendendo a tramitação de processos em todo território nacional, inclusive os que tramitem nos juizados especiais, conforme proposta do Sr. Ministro Relator. Votaram com o Sr. Ministro Relator os Srs. Ministros Og Fernandes, Benedito Gonçalves, Assusete Magalhães, Sérgio Kukina, Gurgel de Faria e Francisco Falcão. Quanta à afetação do processo, divergiram os Srs. Ministros Napoleão Nunes Maia Filho e Regina Helena Costa.

Sentença

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1003753-98.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LUCAS PAES FERREIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SANTIANY ALMEIDA DE SIQUEIRA CURVO OAB - MT0014889A (ADVOGADO(A))
MACIRLENE PEREIRA DOS SANTOS OAB - MT14232-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ SENTENÇA Numero do Processo: 1003753-98.2019.8.11.0001 REQUERENTE: LUCAS PAES FERREIRA REQUERIDO: MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório dispensado. Trata-se de AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER CUMULADA COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO C/C TUTELA DE URGÊNCIA INAUDITA ALTERA PARS PARA FAZER CESSAR OS DESCONTOS PREVIDENCIÁRIOS ILEGAIS proposta por LUCAS PAES FERREIRA em desfavor do MATO GROSSO PREVIDÊNCIA – MTPREV, objetivando a declaração de inexigibilidade da contribuição previdenciária sobre adicional noturno e de insalubridade, bem como a restituição em dobro dos valores descontados no total de R$ 6.509,94 (seis mil, quinhentos e nove reais e noventa e quatro centavos). Citado, o requerido apresentou contestação. Processo apto para julgamento antecipado (art. 355, I, do CPC). A Lei Complementar nº 560, de 31/12/2014 estabelece que o MT PREV é entidade autárquica com personalidade jurídica própria, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial; e, portanto, legítima para responder por questões relacionadas à contribuição previdenciária a partir da vigência da referida norma (1º/1/2015). Em síntese, diz o requerente que está sofrendo retenção de contribuição previdenciária sobre verbas não incorporáveis ao cálculo para concessão de aposentadoria. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 593.068, com repercussão geral reconhecida, fixou a tese de que "não incide contribuição previdenciária sobre verba não incorporável aos proventos de aposentadoria do servidor público, tais como 'terço de férias', 'serviços extraordinários', 'adicional noturno' e 'adicional de insalubridade'" (Tese 163). O requerente colacionou aos autos as fichas financeiras comprovando os descontos de contribuição previdenciária sobre adicional noturno e de insalubridade, no período de 01/2015 a 07/2019. Assim, porque sofreu cobrança em desconformidade com a tese acolhida pelo STF, faz jus à restituição dos valores. Extrai-se do demonstrativo de cálculo de id. 22771527 a existência de impropriedade em relação às parcelas a serem restituídas porque foram considerados os meses dos pagamentos dos adicionais, quando deveriam ter sido utilizados os meses descritos nos itens "Data Direito", o que não impede a identificação do débito, mas deve ser corrigido em sede de cumprimento de sentença. No que tange ao pedido de pagamento em dobro, desnecessária maiores digressões, uma vez que a relação tributária não é relação de consumo, conforme assentada na jurisprudência do STJ, não havendo que se falar em restituição dobrada como pretende a parte demandante. Quanto à atualização, após o advento da Lei Estadual nº 7.900/2003, a correção monetária será pelo Índice Geral de Preços, conceito disponibilidade Interna – IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas, a partir do pagamento indevido, acrescido de juros de mora de 1% ao mês calendário ou fração, do trânsito em julgado, nos termos das Súmulas 162, 188 e 523 do STJ. Diante do exposto, RATIFICA-SE A LIMINAR E JULGAM-SE PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos para: 1) declarar a inexigibilidade de contribuição previdenciária sobre os adicionais noturno e de insalubridade (Tema 163[1]/STF); 2) condenar o MATO GROSSO PREVIDÊNCIA – MT PREV a restituir a soma dos descontos a título de contribuição previdenciária sobre adicional noturno e de insalubridade relativos aos meses de 01/2015 a 07/2019; e demais descontos de mesma natureza até o efetivo cumprimento da liminar, mediante comprovação, a serem acrescidos de correção monetária pelo IGP-DI/FGV, desde o desembolso, e juros de mora de 1% ao mês, a partir do trânsito em julgado, respeitado o teto dos juizados especiais; e, por consequência, DECLARA-SE EXTINTO o processo com resolução do mérito, na forma do art. 487, I, do CPC. Não incide condenação em custas e honorários (art. 54 e 55 da Lei nº 9.099/95 c/c art. 27, da Lei nº 12.153/2009). Consoante o disposto no art. 40 da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Brenda Guimarães de Moraes Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito [1] RE 593.068/ STF – Tema 163 - Contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, os serviços extraordinários, o adicional noturno e o adicional de insalubridade.

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1008075-64.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARCELO RODRIGUES PERIOTO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MACIRLENE PEREIRA DOS SANTOS OAB - MT14232-O (ADVOGADO(A))
SANTIANY ALMEIDA DE SIQUEIRA CURVO OAB - MT0014889A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ SENTENÇA Numero do Processo: 1008075-64.2019.8.11.0001 REQUERENTE: MARCELO RODRIGUES PERIOTO REQUERIDO: MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório dispensado. Trata-se de Ação de Obrigação de Não Fazer c/c repetição de indébito c/c Tutela de Urgência Inaudita Altera Pars para fazer cessar os decontos previdenciários ilegais proposta por MARCELO RODRIGUES PERIOTO em desfavor do MATO GROSSO PREVIDÊNCIA - MTPREV, objetivando a restituição em dobro dos valores descontados a título da contribuição previdenciária sobre adicional noturno, de insalubridade e a remuneração do cargo comissionado, no total de R$ 8.178,34 (oito mil, cento e setenta e oito reais e trinta e quatro centavos). Citado, o requerido apresentou contestação. Processo apto para julgamento antecipado (art. 355, I, do CPC). A Lei Complementar nº 560, de 31/12/2014 estabelece que o MT PREV é entidade autárquica com personalidade jurídica própria, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial; e, portanto, legítima para responder por questões relacionadas à contribuição previdenciária a partir da vigência da referida norma (1º/1/2015). Em síntese, diz o requerente que está sofrendo retenção de contribuição previdenciária sobre verbas não incorporáveis ao cálculo para concessão de aposentadoria. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 593.068, com repercussão geral reconhecida, fixou a tese de que "não incide contribuição previdenciária sobre verba não incorporável aos proventos de aposentadoria do servidor público, tais como 'terço de férias', 'serviços extraordinários', 'adicional noturno' e 'adicional de insalubridade'" (Tese 163). O requerente colacionou aos autos as fichas financeiras comprovando os descontos de contribuição previdenciária sobre os adicionais noturno e insalubridade, e a remuneração do cargo comissionado. Assim, porque sofreu cobrança em desconformidade com a tese acolhida pelo STF, faz jus à restituição dos valores. Extrai-se do demonstrativo de cálculo de id. 24023618 a existência de impropriedade em relação às parcelas a serem restituídas porque foram considerados os meses dos pagamentos dos adicionais e do cargo comissionado, quando deveriam ter sido utilizados os meses descritos nos itens "Data Direito", o que não impede a identificação do débito, mas deve ser corrigido em sede de cumprimento de sentença. No que tange ao pedido de pagamento em dobro, desnecessária maiores digressões, uma vez que a relação tributária não é relação de consumo, conforme assentada na jurisprudência do STJ, não havendo que se falar em restituição dobrada como pretende a parte demandante. Quanto à atualização, após o advento da Lei Estadual nº 7.900/2003, a correção monetária será pelo Índice Geral de Preços, conceito disponibilidade Interna – IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas, a partir do pagamento indevido, acrescido de juros de mora de 1% ao mês calendário ou fração, do trânsito em julgado, nos termos das Súmulas 162, 188 e 523 do STJ. Diante do exposto, RATIFICA-SE A LIMINAR E JULGAM-SE PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos para: 1) declarar a inexigibilidade de contribuição previdenciária sobre os adicionais noturno e de insalubridade, e a remuneração do cargo comissionado (Tema 163[1]/STF); 2) condenar o MATO GROSSO PREVIDÊNCIA – MT PREV a restituir a soma dos descontos a título de contribuição previdenciária sobre adicional noturno relativo aos meses de 02 e 06 e 12/2016, 01 a 05 e 07 a 12/2017, 01 a 03, 05 e 08 a 12/2018, 01 a 06/2019; sobre adicional de insalubridade referente aos meses de 02 a 10/2015, 01 a 12/2016, 01 a 05 e 07 a 12/2017, 01 a 12/2018 e 01 a 08/2019; e sobre a remuneração do cargo comissionado referente aos meses de 02 a 10/2015; e demais descontos de mesmas naturezas até o efetivo cumprimento da liminar, mediante comprovação, a serem acrescidos de correção monetária pelo IGP-DI/FGV, desde o desembolso, e juros de mora de 1% ao mês, a partir do trânsito em julgado, respeitado o teto dos juizados especiais; e, por consequência, DECLARA-SE EXTINTO o processo com resolução do

mérito, na forma do art. 487, I, do CPC. Não incide condenação em custas e honorários (art. 54 e 55 da Lei nº 9.099/95 c/c art. 27, da Lei nº 12.153/2009). Consoante o disposto no art. 40 da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Brenda Guimarães de Moraes Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito [1] RE 593.068/ STF – Tema 163 - Contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, os serviços extraordinários, o adicional noturno e o adicional de insalubridade.

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1006135-64.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
NOEME NEVES DE ALMEIDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MACIRLENE PEREIRA DOS SANTOS OAB - MT14232-O (ADVOGADO(A))
SANTIANY ALMEIDA DE SIQUEIRA CURVO OAB - MT0014889A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ SENTENÇA Numero do Processo: 1006135-64.2019.8.11.0001 REQUERENTE: NOEME NEVES DE ALMEIDA REQUERIDO: MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório dispensado. Trata-se de Ação de Obrigação de Não Fazer c/c repetição de indébito c/c Tutela de Urgência Inaudita Altera Pars para fazer cessar os deScontos previdenciários ilegais proposta por NOEME NEVES DE ALMEIDA em desfavor do MATO GROSSO PREVIDÊNCIA - MTPREV, objetivando a restituição em dobro dos valores descontados a título da contribuição previdenciária sobre os adicionais noturno e de insalubridade, e sobre a remuneração do cargo comissionado, no total de R$ 6.139,22 (seis mil, cento e trinta e nove reais e vinte e dois centavos). Citado, o requerido apresentou contestação. Processo apto para julgamento antecipado (art. 355, I, do CPC). DECIDO. A Lei Complementar nº 560, de 31/12/2014 estabelece que o MT PREV é entidade autárquica com personalidade jurídica própria, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial; e, portanto, legítima para responder por questões relacionadas à contribuição previdenciária a partir da vigência da referida norma (1º/1/2015). Em síntese, diz a requerente que está sofrendo retenção de contribuição previdenciária sobre verbas não incorporáveis ao cálculo para concessão de aposentadoria. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 593.068, com repercussão geral reconhecida, fixou a tese de que "não incide contribuição previdenciária sobre verba não incorporável aos proventos de aposentadoria do servidor público, tais como 'terço de férias', 'serviços extraordinários', 'adicional noturno' e 'adicional de insalubridade'" (Tese 163). A requerente colacionou aos autos as fichas financeiras comprovando os descontos de contribuição previdenciária sobre adicional noturno, de insalubridade e a remuneração do cargo comissionado. Assim, porque sofreu cobrança em desconformidade com a tese acolhida pelo STF, faz jus à restituição dos valores. Extrai-se do demonstrativo de cálculo de id. 23362923 a existência de impropriedade em relação às parcelas a serem restituídas porque foram considerados os meses dos pagamentos dos adicionais e do cargo comissionado, quando deveriam ter sido utilizados os meses descritos nos itens "Data Direito", o que não impede a identificação do débito, mas deve ser corrigido em sede de cumprimento de sentença, No que tange ao pedido de pagamento em dobro, desnecessária maiores digressões, uma vez que a relação tributária não é relação de consumo, conforme assentada na jurisprudência do STJ, não havendo que se falar em restituição dobrada como pretende a parte demandante. Quanto à atualização, após o advento da Lei Estadual nº 7.900/2003, a correção monetária será pelo Índice Geral de Preços, conceito disponibilidade Interna – IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas, a partir do pagamento indevido, acrescido de juros de mora de 1% ao mês calendário ou fração, do trânsito em julgado, nos termos das Súmulas 162, 188 e 523 do STJ. Diante do exposto, RATIFICA-SE A LIMINAR E JULGAM-SE PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos para: 1) declarar a inexigibilidade de contribuição previdenciária sobre os adicionais noturno e de insalubridade, e sobre a remuneração do cargo comissionado (Tema 163[1]/STF); 2) condenar o MATO GROSSO PREVIDÊNCIA – MT PREV a restituir à autora a soma dos valores descontados a título de contribuição previdenciária sobre adicional noturno referente aos meses de 05 a 12/2016, 01 a 12/2017, 01 a 11/2018 e 01 a 07/2019; sobre adicional de insalubridade referente ao período de 02 a 12/2015, 01 a 12/2016, 01 a 12/2017, 01 a 12/2018 e 01 a 09/2019; e sobre a remuneração do cargo comissionado referente ao período de 10 e 12/2017 e 01 a 11/2018; e demais descontos de mesmas naturezas até o efetivo cumprimento da liminar, mediante comprovação, a serem acrescidos de correção monetária pelo IGP-DI/FGV, desde o desembolso, e juros de mora de 1% ao mês, a partir do trânsito em julgado, respeitado o teto dos juizados especiais; e, por consequência, DECLARA-SE EXTINTO o processo com resolução do mérito, na forma do art. 487, I, do CPC. Não incide condenação em custas e honorários (art. 54 e 55 da Lei nº 9.099/95 c/c art. 27, da Lei nº 12.153/2009). Consoante o disposto no art. 40 da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Brenda Guimarães de Moraes Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito [1] RE 593.068/ STF – Tema 163 - Contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, os serviços extraordinários, o adicional noturno e o adicional de insalubridade.

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1007815-84.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
RODRIGO DOS SANTOS CRISTIANO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SANTIANY ALMEIDA DE SIQUEIRA CURVO OAB - MT0014889A (ADVOGADO(A))
MACIRLENE PEREIRA DOS SANTOS OAB - MT14232-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ SENTENÇA Numero do Processo: 1007815-84.2019.8.11.0001 REQUERENTE: RODRIGO DOS SANTOS CRISTIANO REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO, MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório dispensado. Trata-se de Ação de Obrigação de Não Fazer c/c repetição de indébito c/c Tutela de Urgência Inaudita Altera Pars para fazer cessar os deScontos previdenciários ilegais proposta por RODRIGO DOS SANTOS CRISTIANO em desfavor do ESTADO DE MATO GROSSO e do MATO GROSSO PREVIDÊNCIA - MTPREV, objetivando a restituição em dobro dos valores descontados a título da contribuição previdenciária sobre adicional noturno e de insalubridade no total de R$ 4.705,18 (quatro mil, setecentos e cinco reais e dezoito centavos). Citados, os requeridos apresentaram contestação. Processo apto para julgamento antecipado (art. 355, I, do CPC). DECIDO. A Lei Complementar nº 560, de 31/12/2014 estabelece que o MT PREV é entidade autárquica com personalidade jurídica própria, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial; e, portanto, legítima para responder por questões relacionadas à contribuição previdenciária a partir da vigência da referida norma (1º/1/2015). Ao Estado de Mato Grosso atribui-se a legitimidade no período anterior (até 31/12/2014). Em síntese, diz o requerente que está sofrendo retenção de contribuição previdenciária sobre verbas não incorporáveis ao cálculo para concessão de aposentadoria. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 593.068, com repercussão geral reconhecida, fixou a tese de que "não incide contribuição previdenciária sobre verba não incorporável aos proventos de aposentadoria do servidor público, tais como 'terço de férias', 'serviços extraordinários', 'adicional noturno' e 'adicional de insalubridade'" (Tese 163). O requerente colacionou aos autos as fichas financeiras comprovando os descontos de contribuição previdenciária sobre adicional noturno e de insalubridade. Assim, porque sofreu cobrança em desconformidade com a tese acolhida pelo STF, faz jus à restituição dos valores. Extrai-se dos demonstrativos de cálculos de

ids. 23966498 e 23966499 a existência de impropriedade em relação às parcelas a serem restituídas porque foram considerados os meses dos pagamentos dos adicionais, quando deveriam ter sido utilizados os meses descritos nos itens "Data Direito", o que não impede a identificação do débito, mas deve ser corrigido em sede de cumprimento de sentença. No que tange ao pedido de pagamento em dobro, desnecessária maiores digressões, uma vez que a relação tributária não é relação de consumo, conforme assentada na jurisprudência do STJ, não havendo que se falar em restituição dobrada como pretende a parte demandante. Quanto à atualização, após o advento da Lei Estadual nº 7.900/2003, a correção monetária será pelo Índice Geral de Preços, conceito disponibilidade Interna – IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas, a partir do pagamento indevido, acrescido de juros de mora de 1% ao mês calendário ou fração, do trânsito em julgado, nos termos das Súmulas 162, 188 e 523 do STJ. Diante do exposto, RATIFICA-SE A LIMINAR E JULGAM-SE PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos para: 1) declarar a inexigibilidade de contribuição previdenciária sobre os adicionais noturno e de insalubridade (Tema 163[1]/STF); 2) condenar o ESTADO DE MATO GROSSO a restituir à autora a soma dos valores descontados a título de contribuição previdenciária sobre os adicionais noturno e de insalubridade referente aos meses de 09 a 12/2014; e ao MATO GROSSO PREVIDÊNCIA – MT PREV a soma dos descontos a título de contribuição previdenciária sobre adicional noturno relativo aos meses de 01 a 12/2015, 01 a 12/2016, 01 a 12/2017, 01 a 09 e 11 a 12/2018 e 01 a 07/2019; e sobre adicional de insalubridade referente aos meses de 01 a 12/2015, 01 a 12/2016, 01 a 12/2017, 01 a 12/2018 e 01 a 08/2019; e demais descontos de mesmas naturezas até o efetivo cumprimento da liminar, mediante comprovação, a serem acrescidos de correção monetária pelo IGP-DI/FGV, desde o desembolso, e juros de mora de 1% ao mês, a partir do trânsito em julgado, respeitado o teto dos juizados especiais; e, por consequência, DECLARA-SE EXTINTO o processo com resolução do mérito, na forma do art. 487, I, do CPC. Não incide condenação em custas e honorários (art. 54 e 55 da Lei nº 9.099/95 c/c art. 27, da Lei nº 12.153/2009). Consoante o disposto no art. 40 da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Brenda Guimarães de Moraes Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito [1] RE 593.068/ STF – Tema 163 - Contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, os serviços extraordinários, o adicional noturno e o adicional de insalubridade.

Sentença Classe: CNJ-132 EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL
Processo Número: 1000836-09.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
DANIELLY LUCAS TAUGINO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANIELLY LUCAS TAUGINO OAB - MT25077-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ SENTENÇA Numero do Processo: 1000836-09.2019.8.11.0001 EXEQUENTE: DANIELLY LUCAS TAUGINO EXECUTADO: ESTADO DE MATO GROSSO PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Conforme inteligência do artigo 38, da Lei nº 9.099/1995 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/2009, dispensa-se o relatório. DANIELLY LUCAS TAUGINO ajuizou ação de título executivo de 01 URH referente a honorários de defensor dativo fixado no processo de código nº 25197, em trâmite na Vara Única da Comarca de Araputanga/MT, almejando o recebimento da importância de R$ 928,51. Citado, o executado não opôs embargos, conforme certidão lançada no id. 23349676. Verifica-se que a tabela de honorários da OAB é reajustada anualmente todo mês de fevereiro. Portanto, considerando a atualização da URH na tabela de honorários da OAB[1] para o ano de 2019, que é de R$ 928,51, deve ser aplicado esse valor reajustado da unidade pela própria OAB para fins de homologação do crédito devido. Ante o exposto, HOMOLOGA-SE o crédito referente à quantia correspondente e atualizada de 01 (um) URH, que perfaz o montante de R$ 928,51 (novecentos e vinte e oito reais e cinquenta e um centavos). Por disposição legal não incide condenação em custas e honorários. Consoante o disposto no art. 40, da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Brenda Guimarães de Moraes Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. INTIME-SE a parte exequente para que apresente a certidão original na Secretaria deste juízo, que deverá retê-la para fins do disposto no art. 3º, § 1º, III, do Provimento 11/2017-CM. Oficie-se ao juízo de origem da certidão de crédito acerca da presente execução e pagamento. Transitada em julgado, expeça-se o necessário. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá-MT, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito [1]Disponível: https://www.oabmt.org.br/tabela-honorarios

Sentença Classe: CNJ-133 EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA
Processo Número: 1001741-14.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
WALLACE RIBEIRO BRAGA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
WALLACE RIBEIRO BRAGA OAB - MT5887/B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ SENTENÇA Numero do Processo: 1001741-14.2019.8.11.0001 EXEQUENTE: WALLACE RIBEIRO BRAGA EXECUTADO: ESTADO DE MATO GROSSO PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Conforme inteligência do artigo 38, da Lei nº 9.099/1995 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/2009, dispensa-se o relatório. WALLACE RIBEIRO BRAGA ajuizou ação de título executivo de 11 URH's referentes aos honorários de defensor dativo fixados nos processos de códigos nº 27934 e 35793, todos em trâmite na Vara Única da Comarca de Campinápolis/MT, almejando o recebimento da importância de R$ 5.876,82. Citado, o executado não opôs embargos, conforme certidão lançada no id. 23354441. Verifica-se que a tabela de honorários da OAB é reajustada anualmente todo mês de fevereiro. Portanto, considerando a atualização da URH na tabela de honorários da OAB[1] para o ano de 2019, que é de R$ 928,51, deve ser aplicado esse valor reajustado da unidade pela própria OAB para fins de homologação do crédito devido. Ante o exposto, HOMOLOGA-SE o crédito referente à quantia correspondente e atualizada de 11 (onze) URH's, que perfaz o montante de R$ 10.213,61 (dez mil, duzentos e treze reais e sessenta e um centavos). Por disposição legal não incide condenação em custas e honorários. Consoante o disposto no art. 40, da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Brenda Guimarães de Moraes Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. INTIME-SE a parte exequente para que apresente as certidões originais na Secretaria deste juízo, que deverá retê-las para fins do disposto no art. 3º, § 1º, III, do Provimento 11/2017-CM. Oficie-se ao juízo de origem da certidão de crédito acerca da presente execução e pagamento. Transitada em julgado, expeça-se o necessário. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito [1]Disponível: https://www.oabmt.org.br/tabela-honorarios

Sentença Classe: CNJ-132 EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL
Processo Número: 1001730-82.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JANAINA ANGELICA DOS SANTOS TEIXEIRA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JANAINA ANGELICA DOS SANTOS TEIXEIRA OAB - MT23211/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Estado de Mato Grosso (EXECUTADO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ SENTENÇA Numero do Processo: 1001730-82.2019.8.11.0001 EXEQUENTE: JANAINA ANGELICA DOS SANTOS TEIXEIRA EXECUTADO: ESTADO DE MATO GROSSO PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Conforme inteligência do artigo 38, da Lei nº

9.099/1995 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/2009, dispensa-se o relatório. JANAINA ANGELICA DOS SANTOS TEIXEIRA ajuizou ação de título executivo de 05 URH's referente aos honorários de defensor dativo fixados no processo de código nº 97229, em trâmite na Vara Única da Comarca de Poconé/MT, almejando o recebimento da importância de R$ 4.642,55. Citado, o executado não opôs embargos, conforme certidão lançada no id. 23353340. Verifica-se que a tabela de honorários da OAB é reajustada anualmente todo mês de fevereiro. Portanto, considerando a atualização da URH na tabela de honorários da OAB[1] para o ano de 2019, que é de R$ 928,51, deve ser aplicado esse valor reajustado da unidade pela própria OAB para fins de homologação do crédito devido. Ante o exposto, HOMOLOGA-SE o crédito referente à quantia correspondente e atualizada de 05 (cinco) URH's, que perfaz o montante de R$ 4.642,55 (quatro mil, seiscentos e quarenta e dois reais e cinquenta e cinco centavos). Por disposição legal não incide condenação em custas e honorários. Consoante o disposto no art. 40, da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Brenda Guimarães de Moraes Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. INTIME-SE a parte exequente para que apresente a certidão original na Secretaria deste juízo, que deverá retê-la para fins do disposto no art. 3º, § 1º, III, do Provimento 11/2017-CM. Oficie-se ao juízo de origem da certidão de crédito acerca da presente execução e pagamento. Transitada em julgado, expeça-se o necessário. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito [1]Disponível: https://www.oabmt.org.br/tabela-honorarios

Sentença Classe: CNJ-133 EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA
Processo Número: 1001352-29.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LEANDRO MANOEL FRANCO MARQUEZ (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LEANDRO MANOEL FRANCO MARQUEZ OAB - MT22947/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ SENTENÇA Numero do Processo: 1001352-29.2019.8.11.0001 EXEQUENTE: LEANDRO MANOEL FRANCO MARQUEZ EXECUTADO: ESTADO DE MATO GROSSO PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Conforme inteligência do artigo 38, da Lei nº 9.099/1995 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/2009, dispensa-se o relatório. LEANDRO MANOEL FRANCO MARQUEZ ajuizou ação de título executivo de 06 URH's referente aos honorários de defensor dativo fixados nos processos de códigos nº 42894, 45255, 45167, 45124, 45125 e 45220, todos em trâmite na Vara Única da Comarca de Nortelândia/MT, almejando o recebimento da importância corrigida de R$ 5.379,06. Citado, o executado não opôs embargos, conforme certidão lançada no id. 23354488. Verifica-se que a tabela de honorários da OAB é reajustada anualmente todo mês de fevereiro. Portanto, considerando a atualização da URH na tabela de honorários da OAB[1] para o ano de 2019, que é de R$ 928,51, deve ser aplicado esse valor reajustado da unidade pela própria OAB para fins de homologação do crédito devido. Ante o exposto, HOMOLOGA-SE o crédito referente à quantia correspondente e atualizada de 06 (seis) URH's, que perfaz o montante de R$ 5.571,06 (cinco mil, quinhentos e setenta e um reais e seis centavos). Por disposição legal não incide condenação em custas e honorários. Consoante o disposto no art. 40, da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Brenda Guimarães de Moraes Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. INTIME-SE a parte exequente para que apresente as certidões originais na Secretaria deste juízo, que deverá retê-las para fins do disposto no art. 3º, § 1º, III, do Provimento 11/2017-CM. Oficie-se ao juízo de origem da certidão de crédito acerca da presente execução e pagamento. Transitada em julgado, expeça-se o necessário. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito [1]Disponível: https://www.oabmt.org.br/tabela-honorarios

Sentença Classe: CNJ-133 EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA
Processo Número: 1001348-89.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LUIS CARLOS DIAS (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIS CARLOS DIAS OAB - MT22566-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PATRICK DE ARAUJO AYALA (EXECUTADO)
ESTADO DE MATO GROSSO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ SENTENÇA Numero do Processo: 1001348-89.2019.8.11.0001 EXEQUENTE: LUIS CARLOS DIAS EXECUTADO: ESTADO DE MATO GROSSO, PATRICK DE ARAUJO AYALA PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Conforme inteligência do artigo 38, da Lei nº 9.099/1995 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/2009, dispensa-se o relatório. LUIS CARLOS DIAS ajuizou ação de título executivo de 02 URH´s referente a honorários de defensor dativo fixados no processo de código nº 45659, em trâmite no Juizado Especial da Comarca de Nortelândia/MT, almejando o recebimento da importância de R$ 1.875,59. Citado, o executado não opôs embargos, conforme certidão lançada no id. 23354482. Verifica-se que o cálculo de id. 20652078 foi feito considerando a atualização da URH na tabela de honorários da OAB[1] para o ano de 2019, que é de R$ 928,51, acrescido de juros de 1%. Portanto, deve ser aplicado esse valor reajustado da unidade pela própria OAB para fins de homologação do crédito devido, mas sem a incidência dos juros. Ante o exposto, HOMOLOGA-SE o crédito referente à quantia correspondente e atualizada de 02 (dois) URH's, que perfaz o montante de R$ 1.857,02 (mil, oitocentos e cinquenta e sete reais e dois centavos). Por disposição legal não incide condenação em custas e honorários. Consoante o disposto no art. 40, da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Brenda Guimarães de Moraes Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. INTIME-SE a parte exequente para que apresente a certidão original na Secretaria deste juízo, que deverá retê-la para fins do disposto no art. 3º, § 1º, III, do Provimento 11/2017-CM. Oficie-se ao juízo de origem da certidão de crédito acerca da presente execução e pagamento. Determina-se à secretaria que promova a retificação do polo passivo a fim de excluir a parte Patrick de Araujo Ayala, que não está na petição inicial desta ação. Transitada em julgado, expeça-se o necessário. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito [1]Disponível: https://www.oabmt.org.br/tabela-honorarios

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1003347-77.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JOSIANY APARECIDA SERRA NUNES DE MORAIS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
HEITOR JERONIMO ALMEIDA SILVA OAB - MT15188-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV (REQUERIDO)
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ SENTENÇA Numero do Processo: 1003347-77.2019.8.11.0001 REQUERENTE: JOSIANY APARECIDA SERRA NUNES DE MORAIS REQUERIDO: MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV, ESTADO DE MATO GROSSO PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório dispensado. Trata-se de Ação de Obrigação de Não Fazer c/c Repetição de Indébito c/c Pedido de Antecipação de Tutela Inaudita Altera Pars para fazer cessar os descontos previdenciários ilegais proposta por JOSIANY APARECIDA SERRA em desfavor do ESTADO DE MATO GROSSO e do MATO GROSSO PREVIDÊNCIA - MTPREV, objetivando a declaração de inexigibilidade da contribuição previdenciária sobre adicional noturno, bem como a restituição em dobro dos valores descontados no total de R$ 1.392,43 (mil, trezentos e noventa e dois reais e quarenta e três centavos). Citados, os requeridos apresentaram

contestação. Processo apto para julgamento antecipado (art. 355, I, do CPC). DECIDO. A Lei Complementar nº 560, de 31/12/2014 estabelece que o MT PREV é entidade autárquica com personalidade jurídica própria, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial; e, portanto, legítima para responder por questões relacionadas à contribuição previdenciária a partir da vigência da referida norma (1º/1/2015). Ao Estado de Mato Grosso atribui-se a legitimidade no período anterior (até 31/12/2014). Em síntese, diz a requerente que está sofrendo retenção de contribuição previdenciária sobre verbas não incorporáveis ao cálculo para concessão de aposentadoria. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 593.068, com repercussão geral reconhecida, fixou a tese de que "não incide contribuição previdenciária sobre verba não incorporável aos proventos de aposentadoria do servidor público, tais como 'terço de férias', 'serviços extraordinários', 'adicional noturno' e 'adicional de insalubridade'" (Tese 163). A requerente colacionou aos autos as fichas financeiras comprovando os descontos de contribuição previdenciária sobre adicional noturno no período de 08/2014 a 05/2019. Assim, porque sofreu cobrança em desconformidade com a tese acolhida pelo STF, faz jus à restituição dos valores. Extrai-se do demonstrativo de cálculo de id. 22707492 a existência de impropriedade em relação às parcelas a serem restituídas porque foram considerados os meses dos pagamentos dos adicionais, quando deveriam ter sido utilizados os meses descritos nos itens "Data Direito", o que não impede a identificação do débito, mas deve ser corrigido em sede de cumprimento de sentença. No que tange ao pedido de pagamento em dobro, desnecessária maiores digressões, uma vez que a relação tributária não é relação de consumo, conforme assentada na jurisprudência do STJ, não havendo que se falar em restituição dobrada como pretende a parte demandante. Quanto à atualização, após o advento da Lei Estadual nº 7.900/2003, a correção monetária será pelo Índice Geral de Preços, conceito disponibilidade Interna – IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas, a partir do pagamento indevido, acrescido de juros de mora de 1% ao mês calendário ou fração, do trânsito em julgado, nos termos das Súmulas 162, 188 e 523 do STJ. Diante do exposto, RATIFICA-SE A LIMINAR E JULGAM-SE PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos para: 1) declarar a inexigibilidade de contribuição previdenciária sobre o adicional noturno (Tema 163[1]/STF); 2) condenar o ESTADO DE MATO GROSSO a restituir à autora os valores descontados a título de contribuição previdenciária sobre adicional noturno referente aos meses de 08 e 12/2014; e ao MATO GROSSO PREVIDÊNCIA – MT PREV a soma dos descontos de mesma natureza incidentes no período de 02/2015 a 05/2019 e demais até o efetivo cumprimento da liminar, mediante comprovação, a serem acrescidos de correção monetária pelo IGP-DI/FGV, desde o desembolso, e juros de mora de 1% ao mês, a partir do trânsito em julgado, respeitado o teto dos Juizados Especiais; e, por consequência, DECLARA-SE EXTINTO o processo com resolução do mérito, na forma do art. 487, I, do CPC. Não incide condenação em custas e honorários (art. 54 e 55 da Lei nº 9.099/95 c/c art. 27, da Lei nº 12.153/2009). Consoante o disposto no art. 40 da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Brenda Guimarães de Moraes Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito [1] RE 593.068/ STF – Tema 163 - Contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, os serviços extraordinários, o adicional noturno e o adicional de insalubridade.

Sentença Classe: CNJ-133 EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA
Processo Número: 1001301-18.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LUIS CARLOS DIAS (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIS CARLOS DIAS OAB - MT22566-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PATRICK DE ARAUJO AYALA (EXECUTADO)
ESTADO DE MATO GROSSO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ SENTENÇA Numero do Processo: 1001301-18.2019.8.11.0001 EXEQUENTE: LUIS CARLOS DIAS EXECUTADO: ESTADO DE MATO GROSSO, PATRICK DE ARAUJO AYALA PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Conforme inteligência do artigo 38, da Lei nº 9.099/1995 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/2009, dispensa-se o relatório. LUIS CARLOS DIAS ajuizou ação de título executivo de 02 URH´s referente a honorários de defensor dativo fixados no processo de código nº 45510, em trâmite no Juizado Especial da Comarca de Nortelândia/MT, almejando o recebimento da importância de R$ 1.905,52. Citado, o executado não opôs embargos, conforme certidão lançada no id. 23353801. Verifica-se que o cálculo de id. 20561084 foi feito considerando a atualização da URH na tabela de honorários da OAB[1] para o ano de 2019, que é de R$ 928,51, acrescido de juros de 1%. Portanto, deve ser aplicado esse valor reajustado da unidade pela própria OAB para fins de homologação do crédito devido, mas sem a incidência dos juros. Ante o exposto, HOMOLOGA-SE o crédito referente à quantia correspondente e atualizada de 02 (dois) URH's, que perfaz o montante de R$ 1.857,02 (mil, oitocentos e cinquenta e sete reais e dois centavos). Por disposição legal não incide condenação em custas e honorários. Consoante o disposto no art. 40, da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Brenda Guimarães de Moraes Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. INTIME-SE a parte exequente para que apresente a certidão original na Secretaria deste juízo, que deverá retê-la para fins do disposto no art. 3º, § 1º, III, do Provimento 11/2017-CM. Oficie-se ao juízo de origem da certidão de crédito acerca da presente execução e pagamento. Determina-se à secretaria que promova a retificação do polo passivo a fim de excluir a parte Patrick de Araujo Ayala que não consta na petição inicial desta ação. Transitada em julgado, expeça-se o necessário. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito [1]Disponível: https://www.oabmt.org.br/tabela-honorarios

Sentença Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1005950-03.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
GUILERME GOMES DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
carlos eduardo duarte teixeira OAB - MT11383-N (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
INSTITUTO BRASILEIRO DE APOIO E DESENVOLVIMENTO EXECUTIVO - IBADE (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DESPACHO Numero do Processo: 1005950-03.2019.8.11.0041 REQUERENTE: GUILERME GOMES DA SILVA REQUERIDO: INSTITUTO BRASILEIRO DE APOIO E DESENVOLVIMENTO EXECUTIVO - IBADE, ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Trata-se de reclamação proposta em face de IBADE, pessoa jurídica de direito privado. Embora estejam cadastrados no polo passivo no Sistema PJe como réus o IBADE e o ESTADO DE MATO GROSSO, vê-se que o último não consta da petição inicial, tampouco há pedido formulado em face do ente público. A competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública encontra-se prevista na Lei nº 12.153/2009, que dispõe quem pode ser parte nos processos submetidos ao rito especial, vejamos: "Art. 5o Podem ser partes no Juizado Especial da Fazenda Pública: I – como autores, as pessoas físicas e as microempresas e empresas de pequeno porte, assim definidas na Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006; II – como réus, os Estados, o Distrito Federal, os Territórios e os Municípios, bem como autarquias, fundações e empresas públicas a eles vinculadas. g.n." Ou seja, para que se submeta à competência deste juízo, a Fazenda Pública deve ocupar a posição de ré. Restando no polo passivo apenas uma pessoa jurídica de direito privado é hipótese de incompetência em razão da pessoa. Ante o exposto, reconhece-se de ofício, a incompetência absoluta deste Juizado para processar e julgar o feito no qual o requerido é INSTITUTO BRASILEIRO DE APOIO E DESENVOLVIMENTO EXECUTIVO - IBADE e JULGA-SE EXTINTO o processo, sem resolução do mérito, nos termos dos artigos 64, §1º e 485, IV, do Código de Processo Civil. Sem custas. Publique-se. Transitada em julgado, arquive-se. Intime-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1019489-59.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JAYME BIDARRA NETO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THAMARA GUERRA SOARES DA FONSECA OAB - MT21560/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO (REQUERIDO)
JONAS TEIXEIRA MOTTA FILHO (REQUERIDO)
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ SENTENÇA Numero do Processo: 1019489-59.2019.8.11.0001 REQUERENTE: JAYME BIDARRA NETO REQUERIDO: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO, ESTADO DE MATO GROSSO, JONAS TEIXEIRA MOTTA FILHO Vistos, etc. Relatório dispensado (art. 38 da Lei nº 9.099/95). Trata-se de AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C TUTELA ANTECIPADA E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS proposta por JAYME BIDARRA NETO em desfavor de JONAS TEIXEIRA MOTTA FILHO, DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE MATO GROSSO – DETRAN/MT e SEFAZ/MT, na qual se deduz pedido nos seguintes termos: "a) Seja expedido o competente mandado, determinando que o requerido efetive a transferência do veículo e a dívida deste advinda para seu nome, no prazo estipulado por este juízo, observando as penas diárias que também deverão ser arbitradas; b) Após efetivada a medida liminarmente, a expedição de ofícios ao DETRAN do Estado de Mato Grosso, bem como a SEFAZ/MT, para que se abstenham de informar qualquer débito em nome do requerente, referente ao veículo acima descrito; c) caso o requerido não efetuar a transferência no prazo fixado que Vossa Excelência determine a transferência de Ofício; d) A citação do requerido para tomar conhecimento da presente para, querendo, no prazo legal contestá-la, sob as penas dos artigos arts. 246, I; 247e 248 do CPC; e) Seja julgada totalmente procedente a presente ação condenando o réu ao pagamento de R$10.000,00 a título de dano moral;". O autor narra que "(...)O requerente foi proprietário de uma motocicleta 19101-HONDA/XR 200R(Nacional) modelo 2001/2002, vermelha, placa JZK1341, RENAVAM 00774575158 até o dia 17 de dezembro de 2015. Durante esse período, o requerente efetuou o pagamento de todos os encargos junto ao DETRAN referente ao IPVA, visto que o veículo do requerente se encontrava adimplente para com o Departamento de Trânsito. Já no dia 18 de dezembro de 2015, o autor vendeu o veículo para o Sr. Jonas Teixeira Motta Filho, inclusive, entregando a ele, o documento original e o recibo para que se pudesse realizar a transferência do veículo para o nome dele e ficou apenas com a cópia autenticada, conforme documento anexo..". Extrai-se do relato que o compromisso foi firmado entre duas pessoas naturais e, segundo o autor, o contrato verbal restou inadimplido pois o comprador não realizou a transferência conforme haviam combinado. Portanto, não há na inicial indicação de qual seja a pretensão resistida pelo DETRAN/MT. O pedido principal é a transferência do veículo, não há pedido de declaração de inexigibilidade de débito tributário, cancelamento de protesto, indicação de qual a razão da responsabilidade civil da autarquia, enfim não há registro de nada que possa identificar liame entre o DETRAN e o autor. Aparentemente, tentando impor ao DETRAN uma obrigação que é do réu JONAS, o autor pretende ordem judicial para se desvencilhar do referido requerido de cumprir o que determina a norma para regularizar administrativamente o registro do veículo, o qual, como bem destacado na inicial, foi objeto de negócio jurídico entre as partes. Desse modo, a ação de obrigação de fazer "a transferência" deve ser proposta contra o particular, no juízo próprio, para que efetivamente dê cumprimento ao que o requerente alega ter sido acordado entre o vendedor e comprador. O que se apresenta no caso dos autos é mero descumprimento contratual entre as partes alienantes e adquirentes. Além disso, o autor não explicou porque não realizou comunicação de venda junto à autarquia de trânsito, sendo que dispõe de documento de DUT assinado por ambas partes com reconhecimento de firma. O que também evidencia a falta de interesse de agir na modalidade necessidade. O contrato de compra e venda (aparentemente verbal) firmado entre a parte autora e o adquirente (bem identificado nos autos) foi descumprido, de modo que a parte requerente deve adotar as medidas cabíveis contra a parte supostamente inadimplente na relação contratual, notadamente porque a autarquia de trânsito é pessoa jurídica de direito público estranha ao negócio entre os particulares. Nesse contexto, eventual responsabilização civil e o cumprimento da avença firmada entre particulares deve ser perseguida no juízo próprio, não privativo da Fazenda Pública e suas autarquias. Ante o exposto, reconhece-se, de ofício, a ilegitimidade passiva da SEFAZ, por ausência de personalidade jurídica própria e do DETRAN/MT, pelas razões alhures expostas, bem como a ausência de interesse processual nas modalidades necessidade e adequação e, por consequência, indefere-se a petição inicial, julgando extinto o processo sem resolução do mérito, na forma do art. 485, I e VI do CPC. Sem condenação ao pagamento de custas e honorários. Publique-se. Intime-se. Transitada em julgado, arquive-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1020781-79.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
HEITOR DIVINO DE OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KARENE REGINA DA SILVA OAB - MT26140/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO ESTADO DE MATO GROSSO - DETRAN/MT (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ SENTENÇA Numero do Processo: 1020781-79.2019.8.11.0001 REQUERENTE: HEITOR DIVINO DE OLIVEIRA REQUERIDO: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO ESTADO DE MATO GROSSO - DETRAN/MT Vistos, etc. Trata-se de reclamação proposta em face do DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO – DETRAN –MT. Verifico de plano a ilegitimidade passiva do DETRAN/MT, haja vista que o auto de infração que a parte pretende anular foi lavrado pelo Município do Rio de Janeiro (ids 27335290 e 27335287). Não há como determinar ao DETRAN/MT que anule multa, cuja regularidade de atos só pode ser questionada com o autuador. "(...) INFRAÇÕES APLICADAS EM OUTRA UNIDADE DA FEDERAÇÃO OU POR AUTORIDADE FEDERAL — APRECIAÇÃO — INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL DE MATO GROSSO. (...) Falece competência à Justiça Estadual de Mato Grosso para apreciar multa aplicada em outra unidade da federação ou por autoridade federal. Sentença retificada". (TJMT. ReeNec 91617/2015, DES. LUIZ CARLOS DA COSTA, QUARTA CÂMARA CÍVEL, Julgado em 08/09/2015, Publicado no DJE 17/09/2015) g.n. Ante o exposto, de oficio, declara-se a ilegitimidade passiva do DETRAN/MT e julga-se extinto o processo, sem resolução do mérito, na forma do artigo 485,VI, do Código de Processo Civil. Sem custas (art. 54 e 55 da Lei nº 9.099/95 e 27, da Lei nº 12.153/2009). Transitada em julgado, ao arquivo. Publique-se. Intime-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1019600-43.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARILIA DE FATIMA ALVES CORREA BARROS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
IVOILSON FERREIRA MAIA OAB - MT18522-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE COMODORO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ SENTENÇA Numero do Processo: 1019600-43.2019.8.11.0001 REQUERENTE: MARILIA DE FATIMA ALVES CORREA BARROS REQUERIDO: MUNICIPIO DE COMODORO Vistos, etc. Cuida-se de reclamação que a parte autora promove contra MUNICÍPIO DE COMODORO-MT, que está fora da jurisdição territorial deste juízo. O Juizado Especial da Fazenda Pública de Cuiabá tem competência para as demandas propostas dentro da extensão territorial de Cuiabá, nos moldes do disposto no art. 53, III, a, do CPC/2015, que estabelece que a ação deve ser proposta no foro onde está a sede da pessoa jurídica. O art. 51, III, da

Lei n. 9.099/1995, contempla a hipótese de extinção do feito sem julgamento de mérito quando reconhecida a incompetência territorial. O Enunciado 89 do FONAJE estabelece que "A incompetência territorial pode ser reconhecida de ofício no sistema de juizados especiais cíveis", inaplicando-se ao caso, por conseguinte, a Súmula n. 33 do Superior Tribunal de Justiça no âmbito dos Juizados Especiais. No caso, o Juizado Especial da Fazenda Pública de Cuiabá é incompetente, em razão do território, para receber, processar e julgar a presente ação contra o MUNICÍPIO DE COMODORO. Ante o exposto, RECONHECE-SE a incompetência deste Juízo para processar e julgar a presente demanda, e, de consequência, JULGA-SE EXTINTO o processo sem resolução do mérito na forma do artigo 51, III, da Lei 9.099/1995. Não há condenação em custas, nem honorários (artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/1995 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/2009). Transitada em julgado, ao arquivo. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1018147-58.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MARINA RODRIGUES DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
JESUS VIEIRA DE OLIVEIRA OAB - MT0009309A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RÉU)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ SENTENÇA Numero do Processo: 1018147-58.2017.8.11.0041 AUTOR(A): MARINA RODRIGUES DA SILVA RÉU: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Relatório dispensado por força do disposto no art. 38 da Lei 9.099/95. FUNDAMENTO E DECIDO. Extrai-se do termo de audiência (ID. 27238419) que a parte autora Marina Rodrigues da Silva não compareceu à sessão de conciliação. É cediço que no sistema dos Juizados Especiais o comparecimento pessoal da parte autora à audiência é obrigatório, a teor do que dispõe o art. 51 da Lei 9.099/95, de maneira que a penalidade para o seu descumprimento é a extinção da ação. O Enunciado 20 do FONAJE dos Juizados Especiais Cíveis estabelece que “O comparecimento pessoal da parte às audiências é obrigatório. A pessoa jurídica poderá ser representada por preposto.”. O Enunciado 01 da Fazenda Pública estabelece que “Aplicam-se aos Juizados Especiais da Fazenda Pública, no que couber, os Enunciados dos Juizados Especiais Cíveis” (XXIX Encontro – Bonito/MS). Há, ainda, sanção pela contumácia, conforme o convencionado no Enunciado FONAJE 28 no sentido de que “Havendo extinção do processo com base no inciso I, do art. 51, da Lei 9.099/1995, é necessária a condenação em custas.”. Nos Juizados Especiais, somente em hipóteses especialíssimas, quais sejam naquelas que a própria lei confere a possibilidade de dispensa da audiência é que o juiz poderá fazê-lo. Ante o exposto, face à ausência da parte autora MARINA RODRIGUES DA SILVA à audiência de conciliação, JULGA-SE EXTINTO o feito, sem resolução do mérito, na forma do artigo 51, I, da Lei 9099/95 c/c 27 da Lei 12.153/2009 e condena-se a requerente ao pagamento das custas processuais, por aplicação do Enunciado 28 do FONAJE. Transitada em julgado, arquive-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1035650-92.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
KARLA SILVA OLIVEIRA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
JESUS VIEIRA DE OLIVEIRA OAB - MT0009309A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RÉU)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ SENTENÇA Numero do Processo: 1035650-92.2017.8.11.0041 AUTOR(A): KARLA SILVA OLIVEIRA RÉU: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Relatório dispensado por força do disposto no art. 38 da Lei 9.099/95. FUNDAMENTO E DECIDO. Extrai-se do termo de audiência (ID. 27239505) que a parte autora Karla Silva Oliveira Sandrini não compareceu à sessão de conciliação. É cediço que no sistema dos Juizados Especiais o comparecimento pessoal da parte autora à audiência é obrigatório, a teor do que dispõe o art. 51 da Lei 9.099/95, de maneira que a penalidade para o seu descumprimento é a extinção da ação. O Enunciado 20 do FONAJE dos Juizados Especiais Cíveis estabelece que “O comparecimento pessoal da parte às audiências é obrigatório. A pessoa jurídica poderá ser representada por preposto.”. O Enunciado 01 da Fazenda Pública estabelece que “Aplicam-se aos Juizados Especiais da Fazenda Pública, no que couber, os Enunciados dos Juizados Especiais Cíveis” (XXIX Encontro – Bonito/MS). Há, ainda, sanção pela contumácia, conforme o convencionado no Enunciado FONAJE 28 no sentido de que “Havendo extinção do processo com base no inciso I, do art. 51, da Lei 9.099/1995, é necessária a condenação em custas.”. Nos Juizados Especiais, somente em hipóteses especialíssimas, quais sejam naquelas que a própria lei confere a possibilidade de dispensa da audiência é que o juiz poderá fazê-lo. Ante o exposto, face à ausência da parte autora KARLA SILVA OLIVEIRA SANDRINI à audiência de conciliação, JULGA-SE EXTINTO o feito, sem resolução do mérito, na forma do artigo 51, I, da Lei 9099/95 c/c 27 da Lei 12.153/2009 e condena-se a requerente ao pagamento das custas processuais, por aplicação do Enunciado 28 do FONAJE. Transitada em julgado, arquive-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000622-63.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ERIBERTO SILVA DALTRO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ROQUE PIRES DA ROCHA FILHO OAB - MT0009870A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (RÉU)
Outros Interessados:
Cuiaba Prefeitura Municipal (TERCEIRO INTERESSADO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ SENTENÇA Numero do Processo: 1000622-63.2017.8.11.0041 AUTOR(A): ERIBERTO SILVA DALTRO RÉU: MUNICÍPIO DE CUIABÁ Vistos, etc. Trata-se de embargos de declaração com pedido de efeitos infringentes opostos pelo Município de Cuiabá, aduzindo omissão na sentença no que tange a identificação da natureza do cargo público e prescrição. O embargado foi intimado para se manifestar sobre o pedido de efeitos infringentes e ofertou resposta. Acolhe-se os embargos por acolhimento do vício apontado no que tange à legitimidade, haja vista a natureza do vínculo bem como quanto à prescrição, ambas matérias integrantes do rol de ordem pública, cujo conhecimento o magistrado pode realizar de ofício. É incontroverso que o autor ERIBERTO SILVA DALTRO manteve vínculo temporário com a administração. Nessa circunstância é parte ilegítima para a ação de cobrança de diferença remuneratória de URV, tendo em conta sua aplicabilidade somente aos servidores com vínculo de permanência. A propósito: “Os servidores com vínculo exclusivamente temporário não fazem jus ao direito à reposição salarial decorrente da conversão da Unidade Real de Valor– URV” (TJMT – Apelação/Remessa Necessária n.º 37120/2017). Ante o exposto, acolhem-se os embargos de declaração opostos pelo Município de Cuiabá e, em consequência dos naturais efeitos infringentes provocado pela correção da omissão, declara-se a ilegitimidade ativa do autor e julga-se extinto o processo, sem resolução do mérito, na forma do art. 785, VI, do CPC. Não incide condenação em custas e honorários (Lei 9.099/95). Publique-se. Intime-se. Transitada em julgado, arquive-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1042515-97.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ALEX FABIANO BARBOSA DE AQUINO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANYELE APARECIDA GOMES DE AQUINO OAB - MT9140-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:

ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ Processo: 1042515-97.2018.8.11.0041. REQUERENTE: ALEX FABIANO BARBOSA DE AQUINO REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Recebem-se os presentes embargos de declaração uma vez que preenchidos os seus pressupostos de admissibilidade. Deixa-se de intimar a parte requerida por se tratar de análise quanto a mero erro material. Trata-se de embargos declaratórios opostos pelo requerido em desfavor da decisão proferida no id. 22474155, sob o fundamento de que a sentença padece de vícios de omissão e erro material. Quanto à omissão apontada pelo embargante, não há que se falar de vício, uma vez que se observa intenção de modificar a decisão, o que não é possível na via recursal utilizada, especialmente porque não resta evidenciado vício a que alude o art. 1.022, do CPC/2015. Na hipótese de eventual alegação de "error in judicando", o reexame da matéria constitui pretensão recursal própria distinta dos embargos de declaração. O embargante indica erro material na decisão onde se lê: "Diante do exposto, RATIFICA-SE a liminar e JULGAM-SE PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos para:". Compulsando os autos, observa-se que, de fato, não foi concedida a medida liminar, portanto, o comando foi indevido. Ante o exposto, ACOLHEM-SE PARCIALMENTE OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO opostos pelo requerido, nos termos do art. 1.022, do CPC, somente para sanar mero erro material da sentença, de modo a suprimir a expressão "RATIFICA-SE A LIMINAR e" do seu dispositivo, passando a sentença a ter a seguinte redação: "(...) Diante do exposto, JULGAM-SE PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos para: (...)" Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-49 PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO
Processo Número: 1001761-39.2018.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ELIZIANI GONCALVES DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JULIANO SGUIZARDI OAB - MT0016483A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ Processo: 1001761-39.2018.8.11.0001. REQUERENTE: ELIZIANI GONCALVES DA SILVA REQUERIDO: MUNICÍPIO DE CUIABÁ Vistos, etc. Recebe-se os presentes embargos de declaração uma vez que preenchidos os seus pressupostos de admissibilidade. Trata-se de embargos declaratórios interpostos pelo requerente em desfavor da sentença proferida no id. 25327001, sob o fundamento de que houve vício de contradição, alegando que houve aplicação contrária ao entendimento que seria devido por haver suposta revelia do reclamado. Segundo entendimento do STJ: "a contradição que autoriza o manejo dos embargos de declaração é a contradição interna, verificada entre os elementos que compõem a estrutura da decisão judicial, e não entre a solução alcançada e a solução que almejava o jurisdicionado" (REsp 1.250.367/RJ, Rel. Min. Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe de 22/8/2013). Afasta-se desse conceito, portanto, o entendimento do magistrado na apreciação da prova. Nesse sentido, verifica-se que os embargos de declaração foram opostos com a finalidade de modificar a sentença, o que não é possível na via recursal utilizada, especialmente porque não resta evidenciado qualquer dos elementos elencados no art. 1.022, do Código de Processo Civil. Ante o exposto, REJEITAM-SE os presentes embargos de declaração. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema.

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002358-08.2018.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JUCIMAR INACIO DE MORAES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MORGANA KAMILA FREIRES DA SILVA OAB - MT24230-O (ADVOGADO(A))
TENARESSA APARECIDA ARAÚJO DELLA LÍBERA OAB - MT7031-O (ADVOGADO(A))
MAYARA CRISTINA CINTRA ROSA OAB - MT24217-O (ADVOGADO(A))
Ale Arfux Junior OAB - MT6843-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ Processo: 1002358-08.2018.8.11.0001. REQUERENTE: JUCIMAR INACIO DE MORAES REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Recebe-se os presentes embargos de declaração uma vez que preenchidos os seus pressupostos de admissibilidade. Trata-se de embargos declaratórios interpostos pelo requerente em desfavor da decisão proferida no id. 25316004, sob o fundamento de que houve vício de omissão por supostamente não ter sido analisada a documentação carreada aos autos. Verifica-se que o dispositivo da sentença está nos exatos limites do pedido inicial, não havendo que se falar em omissão por deixar de servir aos interesses do requerente, portanto, não há que se falar em divergência quanto aos precedentes apresentados. A inexistência de vício (art. 1.022, CPC) impõe a rejeição dos embargos. Ante o exposto, REJEITAM-SE os presentes embargos de declaração. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema.

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002793-79.2018.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
EDSON MENDES MARTINS JUNIOR (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MORGANA KAMILA FREIRES DA SILVA OAB - MT24230-O (ADVOGADO(A))
Ale Arfux Junior OAB - MT6843-O (ADVOGADO(A))
MAYARA CRISTINA CINTRA ROSA OAB - MT24217-O (ADVOGADO(A))
TENARESSA APARECIDA ARAÚJO DELLA LÍBERA OAB - MT7031-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ Processo: 1002793-79.2018.8.11.0001. REQUERENTE: EDSON MENDES MARTINS JUNIOR REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Recebe-se os presentes embargos de declaração uma vez que preenchidos os seus pressupostos de admissibilidade. Trata-se de embargos declaratórios interpostos pela parte requerente em desfavor da decisão proferida no id. 25206325, sob o fundamento de que houve vício do Juízo ao extinguir o processo por ilegitimidade da parte autora, não concedendo o benefício que supostamente seria devido. Verifica-se que o dispositivo da sentença está nos exatos limites do pedido, não havendo que se falar em omissão, obscuridade, contradição ou erro material, tendo em vista ter agido nos limites legais da ação, portanto, deve a parte reclamante buscar em recurso próprio a modificação da sentença. A inexistência de vício (art. 1.022, CPC) impõe a rejeição dos embargos. Ante o exposto, REJEITAM-SE os presentes embargos de declaração. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema.

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002328-70.2018.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JADIR WILSON DA SILVA DALVI (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JADIR WILSON DA SILVA DALVI OAB - MT0017510A-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MATO GROSSO GOVERNO DO ESTADO (REQUERIDO)
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ Processo: 1002328-70.2018.8.11.0001. REQUERENTE: JADIR WILSON DA SILVA DALVI REQUERIDO: MATO

GROSSO GOVERNO DO ESTADO, DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO Vistos, etc. Recebe-se os presentes embargos de declaração uma vez que preenchidos os seus pressupostos de admissibilidade. Trata-se de embargos declaratórios interpostos pelo requerente em desfavor da decisão proferida no id. 24788878, sob o fundamento de que houve vício de omissão por deixar de reconhecer o dano moral sofrido pela parte autora. Verifica-se que o dispositivo da sentença está nos exatos limites do pedido inicial, não havendo que se falar em omissão por deixar de servir aos interesses do requerente, portanto, não há que se falar em divergência quanto aos precedentes apresentados. A inexistência de vício (art. 1.022, CPC) impõe a rejeição dos embargos. Ante o exposto, REJEITAM-SE os presentes embargos de declaração. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema.

Sentença Classe: CNJ-133 EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA
Processo Número: 1000967-18.2018.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ADAILTON MARIANO DOS SANTOS (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Herlen Cristine Pereira Koch OAB - MT8428-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Estado de Mato Grosso (EXECUTADO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ Processo: 1000967-18.2018.8.11.0001. EXEQUENTE: ADAILTON MARIANO DOS SANTOS EXECUTADO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Recebe-se os presentes embargos de declaração uma vez que preenchidos os seus pressupostos de admissibilidade. Trata-se de embargos declaratórios interpostos pela requerente em desfavor da decisão proferida no id. 25079578, sob o fundamento de que houve vício de omissão devido à incidência de cerceamento de defesa em razão do julgamento antecipado, o que supostamente não teria permitido a produção de provas. Verifica-se que o dispositivo da sentença está nos exatos limites do pedido inicial, não havendo que se falar em omissão por deixar de servir aos interesses da parte requerente, portanto, a decisão deve ser combatida por recurso próprio. A inexistência de vício (art. 1.022, CPC) impõe a rejeição dos embargos. Ante o exposto, REJEITAM-SE os presentes embargos de declaração. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema.

Sentença Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1000943-87.2018.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE MAURO DE ALMEIDA DANTAS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KALYNCA SILVA INEZ DE ALMEIDA OAB - MT15598-O (ADVOGADO(A))
CARLOS FREDERICK DA SILVA INEZ OAB - MT7355-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ Processo: 1000943-87.2018.8.11.0001. REQUERENTE: JOSE MAURO DE ALMEIDA DANTAS REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Recebe-se os presentes embargos de declaração uma vez que preenchidos os seus pressupostos de admissibilidade. Trata-se de embargos declaratórios interpostos pelo requerente em desfavor da sentença proferida no id. 16822286, sob o fundamento de que houve vício de omissão e contradição, alegando que não foi observado o prazo prescricional na sentença suscitada. Segundo entendimento do STJ: "a contradição que autoriza o manejo dos embargos de declaração é a contradição interna, verificada entre os elementos que compõem a estrutura da decisão judicial, e não entre a solução alcançada e a solução que almejava o jurisdicionado" (REsp 1.250.367/RJ, Rel. Min. Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe de 22/8/2013). Afasta-se desse conceito, portanto, o entendimento do magistrado na apreciação da prova. Nesse sentido, verifica-se que os embargos de declaração foram opostos com a finalidade de modificar a sentença, o que não é possível na via recursal utilizada, especialmente porque não resta evidenciado qualquer dos elementos elencados no art. 1.022, do Código de Processo Civil. Ante o exposto, REJEITAM-SE os presentes embargos de declaração. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema.

Sentença Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1000936-95.2018.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
VALDENOR LOPES DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS FREDERICK DA SILVA INEZ OAB - MT7355-A (ADVOGADO(A))
ISABELLY FURTUNATO OAB - MT21705-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ Processo: 1000936-95.2018.8.11.0001. REQUERENTE: VALDENOR LOPES DA SILVA REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Recebe-se os presentes embargos de declaração uma vez que preenchidos os seus pressupostos de admissibilidade. Trata-se de embargos declaratórios interpostos pelo requerente em desfavor da sentença proferida no id. 16822284, sob o fundamento de que houve vício de omissão e contradição, alegando que não foi observado o prazo prescricional na sentença suscitada. Segundo entendimento do STJ: "a contradição que autoriza o manejo dos embargos de declaração é a contradição interna, verificada entre os elementos que compõem a estrutura da decisão judicial, e não entre a solução alcançada e a solução que almejava o jurisdicionado" (REsp 1.250.367/RJ, Rel. Min. Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe de 22/8/2013). Afasta-se desse conceito, portanto, o entendimento do magistrado na apreciação da prova. Nesse sentido, verifica-se que os embargos de declaração foram opostos com a finalidade de modificar a sentença, o que não é possível na via recursal utilizada, especialmente porque não resta evidenciado qualquer dos elementos elencados no art. 1.022, do Código de Processo Civil. Ante o exposto, REJEITAM-SE os presentes embargos de declaração. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema.

Sentença Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1000983-69.2018.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
WALTER LOPES DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ISABELLY FURTUNATO OAB - MT21705-O (ADVOGADO(A))
CARLOS FREDERICK DA SILVA INEZ OAB - MT7355-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ Processo: 1000983-69.2018.8.11.0001. REQUERENTE: WALTER LOPES DOS SANTOS REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Recebe-se os presentes embargos de declaração uma vez que preenchidos os seus pressupostos de admissibilidade. Trata-se de embargos declaratórios interpostos pelo requerente em desfavor da sentença proferida no id. 16823797, sob o fundamento de que houve vício de omissão e contradição, alegando que não foi observado o prazo prescricional na sentença suscitada. Segundo entendimento do STJ: "a contradição que autoriza o manejo dos embargos de declaração é a contradição interna, verificada entre os elementos que compõem a estrutura da decisão judicial, e não entre a solução alcançada e a solução que almejava o jurisdicionado" (REsp 1.250.367/RJ, Rel. Min. Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe de 22/8/2013). Afasta-se desse conceito, portanto, o entendimento do magistrado na apreciação da prova. Nesse sentido, verifica-se que os embargos de declaração foram opostos com a finalidade de modificar a sentença, o que não é possível na via recursal utilizada, especialmente porque não resta evidenciado qualquer dos elementos elencados no art. 1.022, do Código de Processo Civil. Ante o exposto, REJEITAM-SE os presentes embargos de declaração. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema.

Sentença Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1000927-36.2018.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
VANILDO RESENDE (REQUERENTE)

Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS FREDERICK DA SILVA INEZ OAB - MT7355-A (ADVOGADO(A))
KALYNCA SILVA INEZ DE ALMEIDA OAB - MT15598-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ Processo: 1000927-36.2018.8.11.0001. REQUERENTE: VANILDO RESENDE REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Recebe-se os presentes embargos de declaração uma vez que preenchidos os seus pressupostos de admissibilidade. Trata-se de embargos declaratórios interpostos pelo requerente em desfavor da sentença proferida no id. 16822280, sob o fundamento de que houve vício de omissão e contradição, alegando que não foi observado o prazo prescricional na sentença suscitada. Segundo entendimento do STJ: "a contradição que autoriza o manejo dos embargos de declaração é a contradição interna, verificada entre os elementos que compõem a estrutura da decisão judicial, e não entre a solução alcançada e a solução que almejava o jurisdicionado" (REsp 1.250.367/RJ, Rel. Min. Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe de 22/8/2013). Afasta-se desse conceito, portanto, o entendimento do magistrado na apreciação da prova. Nesse sentido, verifica-se que os embargos de declaração foram opostos com a finalidade de modificar a sentença, o que não é possível na via recursal utilizada, especialmente porque não resta evidenciado qualquer dos elementos elencados no art. 1.022, do Código de Processo Civil. Ante o exposto, REJEITAM-SE os presentes embargos de declaração. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema.

Sentença Classe: CNJ-49 PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO
Processo Número: 1000860-71.2018.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ROMULO ROBERTO DE ARRUDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KALYNCA SILVA INEZ DE ALMEIDA OAB - MT15598-O (ADVOGADO(A))
CARLOS FREDERICK DA SILVA INEZ OAB - MT7355-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ Processo: 1000860-71.2018.8.11.0001. REQUERENTE: ROMULO ROBERTO DE ARRUDA REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Recebe-se os presentes embargos de declaração uma vez que preenchidos os seus pressupostos de admissibilidade. Trata-se de embargos declaratórios interpostos pelo requerente em desfavor da sentença proferida no id. 25226076, sob o fundamento de que houve vício de omissão e contradição, alegando que não foi observado o prazo prescricional na sentença suscitada. Segundo entendimento do STJ: "a contradição que autoriza o manejo dos embargos de declaração é a contradição interna, verificada entre os elementos que compõem a estrutura da decisão judicial, e não entre a solução alcançada e a solução que almejava o jurisdicionado" (REsp 1.250.367/RJ, Rel. Min. Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe de 22/8/2013). Afasta-se desse conceito, portanto, o entendimento do magistrado na apreciação da prova. Nesse sentido, verifica-se que os embargos de declaração foram opostos com a finalidade de modificar a sentença, o que não é possível na via recursal utilizada, especialmente porque não resta evidenciado qualquer dos elementos elencados no art. 1.022, do Código de Processo Civil. Ante o exposto, REJEITAM-SE os presentes embargos de declaração. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema.

Sentença Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1013752-23.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
EMERSON FRANCISCO DE ARRUDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIO MOREIRA PEREIRA OAB - MT9405-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ Processo: 1013752-23.2017.8.11.0041. REQUERENTE: EMERSON FRANCISCO DE ARRUDA REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Recebe-se os presentes embargos de declaração uma vez que preenchidos os seus pressupostos de admissibilidade. Trata-se de embargos declaratórios interpostos pela requerente em desfavor da decisão proferida no id. 24637253, sob o fundamento de que houve vício de erro devido à incidência de valoração equivocada das provas carreadas aos autos. Verifica-se que o dispositivo da sentença está nos exatos limites do pedido inicial, não havendo que se falar em erro por deixar de servir aos interesses da parte requerente, portanto, a decisão deve ser combatida por recurso próprio. A inexistência de vício (art. 1.022, CPC) impõe a rejeição dos embargos. Ante o exposto, REJEITAM-SE os presentes embargos de declaração. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema.

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000505-27.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
RONALDO REINERS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MORGANA KAMILA FREIRES DA SILVA OAB - MT24230-O (ADVOGADO(A))
MAYARA CRISTINA CINTRA ROSA OAB - MT24217-O (ADVOGADO(A))
TENARESSA APARECIDA ARAÚJO DELLA LÍBERA OAB - MT7031-O (ADVOGADO(A))
Ale Arfux Junior OAB - MT6843-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ Processo: 1000505-27.2019.8.11.0001. REQUERENTE: RONALDO REINERS REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Recebe-se os presentes embargos de declaração uma vez que preenchidos os seus pressupostos de admissibilidade. Trata-se de embargos declaratórios interpostos pelo requerente em desfavor da decisão proferida no id. 24139183, sob o fundamento de que houve vício por omissão ao não fixar incidência da correção monetária na sentença. Verifica-se que o dispositivo da sentença está nos exatos limites do pedido inicial, tendo em vista que a fixação da correção monetária foi estabelecida desde outubro/2014, portanto, não houve omissão se a decisão foi somente contrária ao pedido do autor, que requereu a incidência desde setembro/2014. A inexistência de vício (art. 1.022, CPC) impõe a rejeição dos embargos. Ante o exposto, REJEITAM-SE os presentes embargos de declaração. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema.

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1013601-57.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ANDRE LUIZ DOS SANTOS SOUZA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
FAUSTO DEL CLARO JÚNIOR OAB - MT11843-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DO MATO GROSSO (RÉU)
ESTADO DE MATO GROSSO (RÉU)
Outros Interessados:
ESTADO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ Processo: 1013601-57.2017.8.11.0041. AUTOR(A): ANDRE LUIZ DOS SANTOS SOUZA RÉU: ESTADO DO MATO GROSSO, ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Recebe-se os presentes embargos de declaração uma vez que preenchidos os seus pressupostos de admissibilidade. Trata-se de embargos declaratórios interpostos pela requerente em desfavor da decisão proferida no id. 24418562, sob o fundamento de que houve vício de omissão devido ao não julgamento do mérito da ação no tocante da aplicação da Lei. Verifica-se que o dispositivo da sentença está nos exatos limites do

pedido inicial, não havendo que se falar em erro por deixar de servir aos interesses da parte requerente, portanto, a decisão deve ser combatida por recurso próprio. A inexistência de vício (art. 1.022, CPC) impõe a rejeição dos embargos. Ante o exposto, REJEITAM-SE os presentes embargos de declaração. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema.

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002169-30.2018.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ANTONIO PEREIRA NASCIMENTO JUNIOR (REQUERENTE)
FERNANDA NASCIMENTO FARO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GABRIELA NASCIMENTO FARO OAB - SE10667 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ Processo: 1002169-30.2018.8.11.0001. REQUERENTE: ANTONIO PEREIRA NASCIMENTO JUNIOR, FERNANDA NASCIMENTO FARO REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Recebe-se os presentes embargos de declaração uma vez que preenchidos os seus pressupostos de admissibilidade. Trata-se de embargos declaratórios interpostos pelo requerente em desfavor da sentença proferida no id. 24603724, sob o fundamento de que houve vício de omissão e contradição, alegando que não foi o requerido condenado por revelia, bem como ter havido alegação por suposições na sentença suscitada. Segundo entendimento do STJ: "a contradição que autoriza o manejo dos embargos de declaração é a contradição interna, verificada entre os elementos que compõem a estrutura da decisão judicial, e não entre a solução alcançada e a solução que almejava o jurisdicionado" (REsp 1.250.367/RJ, Rel. Min. Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe de 22/8/2013). Afasta-se desse conceito, portanto, o entendimento do magistrado na apreciação da prova. Nesse sentido, verifica-se que os embargos de declaração foram opostos com a finalidade de modificar a sentença, o que não é possível na via recursal utilizada, especialmente porque não resta evidenciado qualquer dos elementos elencados no art. 1.022, do Código de Processo Civil. Ante o exposto, REJEITAM-SE os presentes embargos de declaração. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema.

Sentença Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1000935-13.2018.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
PAULO CAETANO NETO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ISABELLY FURTUNATO OAB - MT21705-O (ADVOGADO(A))
CARLOS FREDERICK DA SILVA INEZ OAB - MT7355-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ Processo: 1000935-13.2018.8.11.0001. REQUERENTE: PAULO CAETANO NETO REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Recebe-se os presentes embargos de declaração uma vez que preenchidos os seus pressupostos de admissibilidade. Trata-se de embargos declaratórios interpostos pelo requerente em desfavor da sentença proferida no id. 24380154, sob o fundamento de que houve vício de omissão e contradição, alegando que não foi observado o prazo prescricional na sentença suscitada. Segundo entendimento do STJ: "a contradição que autoriza o manejo dos embargos de declaração é a contradição interna, verificada entre os elementos que compõem a estrutura da decisão judicial, e não entre a solução alcançada e a solução que almejava o jurisdicionado" (REsp 1.250.367/RJ, Rel. Min. Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe de 22/8/2013). Afasta-se desse conceito, portanto, o entendimento do magistrado na apreciação da prova. Nesse sentido, verifica-se que os embargos de declaração foram opostos com a finalidade de modificar a sentença, o que não é possível na via recursal utilizada, especialmente porque não resta evidenciado qualquer dos elementos elencados no art. 1.022, do Código de Processo Civil. Ante o exposto, REJEITAM-SE os presentes embargos de declaração. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema.

Sentença Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1003477-38.2017.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
FLORECI ALVES COELHO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Bruno José Ricci Boa Ventura OAB - MT9271-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ Processo: 1003477-38.2017.8.11.0001. REQUERENTE: FLORECI ALVES COELHO REQUERIDO: CUIABA PREFEITURA MUNICIPAL Vistos, etc. Recebe-se os presentes embargos de declaração uma vez que preenchidos os seus pressupostos de admissibilidade. Trata-se de embargos declaratórios interpostos pela requerente em desfavor da decisão proferida no id. 24678613, sob o fundamento de que houve vício omissão “a não demonstração da existência de distinção do presente processo em relação aos precedentes jurisprudenciais demonstrados na petição inicial”. Verifica-se que o dispositivo da sentença está nos exatos limites do pedido inicial, não havendo que se falar em omissão, portanto, não há que se falar em divergência quanto aos precedentes apresentados se o caso concreto não se encaixa na hipótese narrada em inicial. A inexistência de vício (art. 1.022, CPC) impõe a rejeição dos embargos. Ante o exposto, REJEITAM-SE os presentes embargos de declaração. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema.

Sentença Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1000978-47.2018.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CELSO ZANESCO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS FREDERICK DA SILVA INEZ OAB - MT7355-A (ADVOGADO(A))
ISABELLY FURTUNATO OAB - MT21705-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ Processo: 1000978-47.2018.8.11.0001. REQUERENTE: CELSO ZANESCO REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Recebe-se os presentes embargos de declaração uma vez que preenchidos os seus pressupostos de admissibilidade. Trata-se de embargos declaratórios interpostos pelo requerente em desfavor da sentença proferida no id. 24380931, sob o fundamento de que houve vício de omissão e contradição, alegando que não foi observado o prazo prescricional na sentença suscitada. Segundo entendimento do STJ: "a contradição que autoriza o manejo dos embargos de declaração é a contradição interna, verificada entre os elementos que compõem a estrutura da decisão judicial, e não entre a solução alcançada e a solução que almejava o jurisdicionado" (REsp 1.250.367/RJ, Rel. Min. Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe de 22/8/2013). Afasta-se desse conceito, portanto, o entendimento do magistrado na apreciação da prova. Nesse sentido, verifica-se que os embargos de declaração foram opostos com a finalidade de modificar a sentença, o que não é possível na via recursal utilizada, especialmente porque não resta evidenciado qualquer dos elementos elencados no art. 1.022, do Código de Processo Civil. Ante o exposto, REJEITAM-SE os presentes embargos de declaração. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema.

Sentença Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1001950-17.2018.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
NORMA SUELI COUTO SALES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Bruno José Ricci Boa Ventura OAB - MT9271-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (REQUERIDO)

Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ Processo: 1001950-17.2018.8.11.0001. REQUERENTE: NORMA SUELI COUTO SALES REQUERIDO: MUNICÍPIO DE CUIABÁ Vistos, etc. Recebe-se os presentes embargos de declaração uma vez que preenchidos os seus pressupostos de admissibilidade. Trata-se de embargos declaratórios interpostos pela requerente em desfavor da decisão proferida no id. 24675778, sob o fundamento de que houve vício de omissão com "a não demonstração da existência de distinção do presente processo em relação aos precedentes jurisprudenciais demonstrados na petição inicial". Verifica-se que o dispositivo da sentença está nos exatos limites do pedido inicial, não havendo que se falar em omissão, portanto, não há que se falar em divergência quanto aos precedentes apresentados se o caso concreto não se encaixa na hipótese narrada em inicial. A inexistência de vício (art. 1.022, CPC) impõe a rejeição dos embargos. Ante o exposto, REJEITAM-SE os presentes embargos de declaração. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema.

Sentença Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1017913-42.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE VIKTOR CARDOSO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCUS VINICIUS SOUZA LIMA OAB - MT21278/O (ADVOGADO(A))
ARTUR BARROS FREITAS OSTI OAB - MT18335/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ SENTENÇA Numero do Processo: 1017913-42.2018.8.11.0041 REQUERENTE: JOSE VIKTOR CARDOSO REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Relatório dispensado (art. 38 da Lei nº 9.099/95). Trata-se de AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E DANOS MORAIS proposta por JOSE VIKTOR CARDOSO em desfavor do ESTADO DE MATO GROSSO, na qual pretende ser indenizado por danos materiais no valor de R$ 43.932,11, ressarcimento do IPVA relativo aos exercícios de 2016 e 2018 na quantia de R$ 2.341,11, e indenização por danos morais em valor a ser fixado pelo juízo. Em breve síntese, a parte autora relata que é proprietário do veículo Strada 14/14, Placa OZH6656, apreendido no cumprimento do mandado de busca e apreensão expedido pelo Juiz da 3ª Vara Criminal da Comarca de Várzea Grande/MT, na "Operação Três Estados", posteriormente, furtado quando era utilizado por agente público. Citado, o requerido não compareceu à audiência de conciliação, mas apresentou contestação. Passa-se ao julgamento. Inobstante o não comparecimento do requerido na audiência de conciliação, diante da indisponibilidade do interesse público posto em juízo (artigo 345, II, CPC), deixa-se de aplicar os efeitos da revelia. Constata-se, de início, a ausência do interesse de agir do requerente, na medida em que, à época do furto, não detinha a posse legítima do bem eis que o veículo encontrava-se apreendido juntamente com outros bens por ordem do juízo criminal em razão da operação policial "Três Estados". Nos id's. 13812522 e 13812514 foram juntados, respectivamente, a primeira página do pedido de restituição do bem e seu indeferimento pelo juiz criminal. Desse modo, na hipótese dos autos, vê-se que não subsiste o interesse de agir do requerente, mormente porque na Lei de Drogas há previsão de perdimento de bens, não havendo, portanto, que se falar em indenização por supostos danos materiais e morais e/ou ressarcimento do IPVA, no presente momento. Ante o exposto, reconhece-se, de ofício, a ausência de interesse processual; e, por consequência, julga-se extinto o processo sem resolução do mérito, na forma do art. 485, VI, do CPC. Sem condenação ao pagamento de custas e honorários. Publique-se. Intimem-se. Transitada em julgado, arquive-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-133 EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA
Processo Número: 1002902-93.2018.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LUCIA HELENA DE FREITAS (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Bruno José Ricci Boa Ventura OAB - MT9271-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ SENTENÇA Numero do Processo: 1002902-93.2018.8.11.0001 EXEQUENTE: LUCIA HELENA DE FREITAS EXECUTADO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Relatório dispensado (art. 38 da Lei nº 9.099/95). Trata-se de execução de título extrajudicial proposta por LUCIA HELENA DE FREITAS em desfavor do ESTADO DE MATO GROSSO, objetivando o recebimento do valor de R$ 45.000,00, representado pela CERTIDÃO DE CRÉDITO Nº 04291, emitida pela Secretaria de Estado de Fazenda em 03/01/2008. Citado, o executado apresentou embargos à execução alegando prescrição. Passa-se à apreciação. O Decreto nº 20.910/1932, em seu artigo 1º, prevê o prazo prescricional quinquenal para as ações de qualquer natureza contra a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, vejamos: "Art. 1º As dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem assim todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda federal, estadual ou municipal, seja qual for a sua natureza, prescrevem em cinco anos contados da data do ato ou fato do qual se originarem." Deste modo, como os prazos prescricionais são contados de forma objetiva, na forma da lei de regência. E, uma vez emitida a Certidão de Crédito, ter-se-á início do decurso do prazo prescricional inerente a todo título de crédito, no caso, o prazo de 5 (cinco) anos para se postular judicialmente o respectivo recebimento. Impera, pois, o princípio da legalidade. Não há que se falar em critérios que alarguem sua interpretação e aplicação sob pena de se tentar burlar norma de ordem pública. Acerca disto, o Tribunal de Justiça de Mato Grosso já se pronunciou no sentido de que o Decreto 766/2011, não possui o condão de suspender a emissão das cartas de crédito, exorbitando os limites da Lei Estadual nº 8.672/2007, que disciplina o tema. Por consequência, como o título de crédito foi emitido pela Secretaria de Estado de Fazenda no ano de 2008 e a ação só foi proposta em 2018, transcorrido o lapso temporal quinquenal, reconhece-se a ocorrência da prescrição. Ante o exposto, ACOLHE-SE os Embargos à Execução opostos pela Fazenda Pública, face a ocorrência da prescrição; em consequência, EXTINGUE-SE o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 487, inciso II, do CPC. Sem custas nem honorários, conforme inteligência dos artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/1995 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/2009. Preclusa a via recursal, em nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-49 PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO
Processo Número: 1005152-65.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MAIRA PRAEIRO CARVALHO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FELIPE TEIXEIRA VIEIRA OAB - DF31718 (ADVOGADO(A))
CAMILA RAMOS COELHO OAB - MT16745-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ SENTENÇA Numero do Processo: 1005152-65.2019.8.11.0001 REQUERENTE: MAIRA PRAEIRO CARVALHO REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. O juízo determinou a intimação da parte autora para emendar a inicial. Corretamente intimada a parte requerente quedou-se inerte. Ante o exposto, indefere-se a petição inicial e julga-se extinto, sem resolução de mérito, o presente feito, na forma dos artigos 485, I, e 321, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Publique-se. Intime-se. Transitada em julgado, arquive-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001775-86.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
AGUINALVA OLIVEIRA MORIAL (REQUERENTE)

Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO OLIVEIRA MORIAL OAB - MT21604/O (ADVOGADO(A))
RAFAELA REINERS GONCALVES OAB - MT14875/O-O (ADVOGADO(A))
FERNANDA FERREIRA EL JAMEL OAB - MT0014341A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFAZ (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ SENTENÇA Numero do Processo: 1001775-86.2019.8.11.0001 REQUERENTE: AGUINALVA OLIVEIRA MORIAL REQUERIDO: SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFAZ Vistos, etc. Relatório dispensado por força do disposto no art. 38 da Lei 9.099/95. FUNDAMENTO e DECIDO. Trata-se se pedido de desistência da ação formulado pela parte autora antes da sentença, no qual manifesta sua falta de interesse no prosseguimento da lide. É cediço que havendo a estabilização subjetiva da lide por meio da formalização da angularização processual, deve-se buscar a anuência da parte requerida em relação ao mencionado pedido de desistência. No entanto, o Enunciado 90 do FONAJE dos Juizados Especiais Cíveis estabelece que "A desistência do autor, mesmo sem a anuência do réu já citado, implicará na extinção do processo sem julgamento do mérito, ainda que tal ato se dê em audiência de instrução e julgamento." (XVI Encontro – Rio de Janeiro/RJ). Sabe-se que referido Enunciado 90 se aplica ao Juizado da Fazenda Pública em decorrência do Enunciado 01 da Fazenda Pública, que estabelece que "Aplicam-se aos Juizados Especiais da Fazenda Pública, no que couber, os Enunciados dos Juizados Especiais Cíveis" (XXIX Encontro – Bonito/MS). Desse modo, HOMOLOGA-SE o pedido de desistência da ação formulado pela parte autora para que produza os jurídicos e legais efeitos, e, de consequência, JULGA-SE EXTINTO o processo, sem resolução do mérito, com fundamento no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Publicada no sistema PJe. Arquive-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001752-43.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ANESIO CORREIA DA SILVA (REQUERENTE)
ALEX SANDRO DA SILVA VALERIO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CRISTIANE APARECIDA DA SILVA OAB - MT6467-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ Processo: 1001752-43.2019.8.11.0001. REQUERENTE: ANESIO CORREIA DA SILVA, ALEX SANDRO DA SILVA VALERIO REQUERIDO: GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Recebe-se os presentes embargos de declaração uma vez que preenchidos os seus pressupostos de admissibilidade. Trata-se de embargos declaratórios interpostos pela requerente em desfavor da decisão proferida no id. 24636985, sob o fundamento de que houve vício de omissão devido à inobservância quanto à análise da ordem cronológica dos eventos e a declaração da prescrição da pretensão. Verifica-se que o dispositivo da sentença está nos exatos limites do pedido inicial, não havendo que se falar em erro por deixar de servir aos interesses da parte requerente, portanto, a decisão deve ser combatida por recurso próprio. A inexistência de vício (art. 1.022, CPC) impõe a rejeição dos embargos. Ante o exposto, REJEITAM-SE os presentes embargos de declaração. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema.

Juizado Especial Criminal Unificado

Expediente

Intimação das Partes
JUIZ(A): Aristeu Dias Batista Vilella
Cod. Proc.: 134253 Nr: 760-13.2019.811.0062
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: Marizete de Almeida
PARTE(S) REQUERIDA(S): Maria Helena da Silva
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Mayara Cristina Cintra Rosa - OAB:24217/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Marcio Tadeu Salcedo - OAB:OAB/MT 6.038
Vistos, etc.
ENCAMINHEM-SE os autos ao Ministério Público para manifestação.
Após, VOLTEM-ME os autos conclusos.
Cumpra-se.

Intimação para Advogado(a) -> (Diversos)
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 134253 Nr: 760-13.2019.811.0062
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: Marizete de Almeida
PARTE(S) REQUERIDA(S): Maria Helena da Silva
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Mayara Cristina Cintra Rosa - OAB:24217/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Marcio Tadeu Salcedo - OAB:OAB/MT 6.038
Nos Termos do Art. 70, da Lei 9.099 de 26/09/1995, INTIMO A ADVOGADA da querelante, Dr. Mayara Cristina Cintra Rosa, OAB/MT n. 24.117, e o ADVOGADO da querelada, Dr. Márcio Tadeu Salcedo, OAB/MT n. 6.038, da audiência designada para o dia 11 de fevereiro de 2020, às 14h30min., Processo código n. 134253, neste Juizado Especial Criminal Unificado da Capital.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 135832 Nr: 2207-36.2019.811.0062
AÇÃO: Termo Circunstanciado->Procedimentos Investigatórios->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA:
PARTE(S) REQUERIDA(S): Representante Legal da Empresa Movida Locação De Veículos
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: FABIO FERREIRA ALCANTARA - OAB:244.057 AOB/SP, HELENE SENA VIDIGAL - OAB:16.402, LEONARDO SULZER PARADA - OAB:11846
Diante do exposto, em consonância com o parecer ministerial, DETERMINO o ARQUIVAMENTO dos autos, ANTE A ATIPICIDADE DA CONDUTA, por analogia nos termos do artigo 397, inciso III, do CPP, depois de cumpridas as formalidades legais. Publique-se.Intime-se, observando-se o art. 980,§ 7º, da CNGC Foro Judicial.Cumpra-se.

Intimação para Advogado(a) -> (Diversos)
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 127342 Nr: 1544-24.2018.811.0062
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
PARTE(S) REQUERIDA(S): Michael César Barbosa Costa
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Ivan Schneider - OAB:OAB/MT 15.345, Rony de Abreu Munhoz - OAB:OAB/MT 11.972, Seonir Antônio Jorge - OAB:OAB/MT 23.002/B
Nos Termos do Art. 70, da Lei 9.099 de 26/09/1995, INTIMO O ADVOGADO da denunciada, Dr. Rony de Abreu Munhoz, OAB/MT n. 11.972, da audiência designada para o dia 18 de fevereiro de 2020, às 14h00min., Processo código n. 127342, neste Juizado Especial Criminal Unificado da Capital.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Des. Carlos Alberto Alves da Rocha
Presidente

Desa. Maria Helena Gargaglione Póvoas
Vice-Presidente

Des. Luiz Ferreira da Silva
Corregedor-Geral

Dúvidas e Sugestões:
Gestão do Diário da Justiça
Coordenadoria Judiciária
(65) 3617-3198

E-mail:
dje@tjmt.jus.br

Site:
www.tjmt.jus.br

CENTRO POLÍTICO ADMINISTRATIVO - CPA - CEP 78050-970 - Caixa Postal - 1071
Cuiabá - Mato Grosso - FONE/FAX: (65)3617-3000 - CNPJ: 03.535.606/0001-10